MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

DICIONÁRIO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS CULTURAIS

A-C

DICIONÁRIO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS CULTURAIS

Mário Ferreira dos Santos

DICIONÁRIO
DE
FILOSOFIA
E
CIÊNCIAS CULTURAIS

A - C

1.º VOLUME

EDITÔRA MATESE
Av. Irerê, 382 (Planalto Paulista)
SÃO PAULO — BRASIL

1.ª edição, dezembro de 1963

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELO AUTOR

ADVERTÊNCIA AO LEITOR

Não é novidade, no decorrer da História, a presença de espíritos enciclopédicos e polimatéicos, evidentes em tôdas as épocas cultas.

Sabemos que muitos se admiram e escandalizam-se por sermos assim. Contudo, não somos originais por isso. Temos apenas de observar, em face de nossa obra abundante, que somos dedicados ao trabalho, a um paciencioso esfôrço, a uma disciplina rigorosa, que adquirimos de nossos primeiros mestres, os jesuítas, que nos impelem ao trabalho diurno e noturno, sem desfalecimentos.

Os que fundados num preconceito bem moderno do especialismo dizem ser impossível ao homem dedicar-se a tantas matérias, revelam apenas nada entenderem do que falam.

É suficiente exemplificarmos com o seguinte: para, na electricidade, conhecer a resistência eléctrica dos metais, não é necessário tenhamos experimentado todos; basta conhecer a lei de Ohm, e graças a ela, seremos, então, capazes de determinar a resistência específica de cada um, inclusive em sua heterogeneidade.

Estas palavras são claras e não necessitam maiores comentários.

PLANO DA OBRA

O "Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais" é uma obra que há mais de trinta anos vem sendo confeccionada por nós. Seu título indica que é, primordialmente, um dicionário de filosofia e, secundàriamente, de Ciências Culturais. Obedeceu a um critério: ser o mais fàcilmente manuseável e aproveitável ao leitor brasileiro, tão carente de obras especializadas, razão pela qual nos dedicamos a tratar dos temas, sempre presumindo a falta

de informações imprescindíveis. Obedece, outrotanto, a um critério: dar ao leitor, que lê obras em outros idiomas, a possibilidade de traduzir, para o português, os têrmos filosóficos principais.

CONDIÇÕES DA OBRA

Como obra de um autor só, escrita, revisada até o fim apenas pelo autor, reconhecemos, nela, muitas deficiências, que pretendemos sanar em edições futuras. Ademais, não é obra para estacionar num patamar, mas para prosseguir. O leitor inteligente e de boa vontade há de desculpar certos senões, pois, dizem, é regra, ser o autor o pior revisor do que faz. Pedimos, assim, perdão com antecedência. Depois de impressa, se encontrarmos senões que possam prejudicar a inteligência da matéria, faremos errata, *no último volume, onde apontaremos a forma certa ou melhor.*

OPORTUNIDADE DA OBRA

Dadas as nossas condições, a oportunidade desta obra é manifesta, pois é conveniente não só aos que se dedicam à Filosofia, mas a todos os ramos das Ciências Culturais. A matéria, que constitui os artigos, foi obtida através da leitura cuidadosa dos textos filosóficos mais importantes, e extraída dos mais famosos dicionaristas de todos os tempos. Se muitas vêzes nos opomos às informações de autores consagrados, damos, imediatamente, as razões de nossa divergência. Em muitos artigos, tecemos comentários críticos, julgados oportunos para melhor orientação do leitor.

OBRA MODERNA?

Um dos mais inconsistentes preconceitos de nossa época é julgar que o moderno *é melhor que o pertencente ao passado. Pode o moderno corresponder melhor ao gôsto de muitos, tal, porém, não quer dizer que seja axiològicamente superior, assim como se uma falsificação de sons, com efeitos cromáticos inesperados, superasse uma cantata de Bach. Outrossim, há um saber que não tem idade, nem envelhece com o tempo, mas supera-o. Êsse saber, que está disperso na obra dos grandes autores gregos e dos medievalistas, em regra geral desterrados dos dicionários de chamados autores modernos, foi por nós reunido neste. Não*

damos preferência a nenhuma idade do homem, mas ao que de grande êle realizou. Jamais cometeríamos a indignidade de silenciar as realizações dos grandes medievalistas e dos escolásticos, para dar relêvo a desencontradas, insuficientes (mas auto-suficientes) postulações de autores modernos famosos, que tentam desenterrar velhos erros já refutados e superados, que os desprevenidos julgam criações inéditas, testemunhos da grandeza de seus autores.

Ao leitor amigo que nos prestigia, amparo de nossa obra e estímulo de nosso esfôrço, nosso agradecimento sincero, prometendo-lhe continuar trabalhando com devoção, paciência e denodo.

MARIO FERREIRA DOS SANTOS

A ORTOGRAFIA ESCOLHIDA

Sem dúvida, para a Filosofia, o vocabulário é de máxima importância e, sobretudo, o elemento etimológico da composição dos têrmos. Como, na ortografia atual, são dispensadas certas consoantes (mudas, entretanto, na linguagem de hoje), nós as conservamos apenas quando contribuem para apontar étimos que facilitem a melhor compreensão da formação histórica do têrmo empregado, e apenas quando julgamos conveniente chamar a atenção do leitor para aquêles. Fazemos esta observação sòmente para evitar a estranheza que possa causar a conservação de tal grafia.

Ademais, a convenção ortográfica entre Brasil e Portugal, firmada em 1945, em seu artigo 18, estabelece:

"Devem-se registrar os vocábulos cujas consoantes facultativamente se pronunciam, *pondo-se em primeiro lugar o de uso mais generalizado, e em seguida o outro. Assim, serão consignadas,* além de outros, *êstes: aspecto e aspeto, característico e caraterístico, circunspecto e circunspeto, conectivo e conetivo, contacto e contato, corrupção e corrução, corruptela e corrutela, dactilografia e datilografia, espectro e espetro, excepcional e excecional, expectativa e expetativa, infecção e infeção, optimismo e otimismo, respectivo e respetivo, secção e seção, sinóptico e sinótico, sucção e sução, sumptuoso e suntuoso, tacto e tato, tecto e teto."*

Fazemos êste reparo, exclusivamente para evitar incompreensões de pessoas pouco alertadas sôbre tais assuntos.

SINOPSE DA HISTORIA DA FILOSOFIA E BIOGRAFIAS

Na parte final da obra, damos uma Sinopse da História da Filosofia, *com o intuito de oferecer ao leitor um panorama geral do processo filosófico. Não é uma História da Filosofia pròpriamente, o que exigiria obra mais volumosa, e não está em nossos planos actuais realizá-la, mas apenas um esbôço geral, suficiente para situar o leitor em posições seguras. As biografias, que acompanham a obra, são sucintas, e foram intencionalmente feitas assim, indicando apenas a situação histórica do biografado.*

O AUTOR

ABREVIATURAS MAIS USADAS NESTA OBRA

a. C.	antes de Cristo	lat.	latim
al.	alemão	Lóg.	Lógica
Antropol.	Antropologia	Met.	Metafísica
ch.	chinês	Metaps.	Metapsíquica
d. C.	depois de Cristo	Mor.	Moral
dir.	direito	núm.	número
Ec.	Economia	Ont.	Ontologia
esp.	espanhol	op.	opôsto
Ét.	Ética	p. ex.	por exemplo
Filos.	Filosofia	pl.	plural
fr.	francês	port.	português
gr.	grego	Psic.	Psicologia
ing.	inglês	scr.	sânscrito
it.	italiano	símb.	símbolo
Jur.	Jurídico	Soc.	Sociologia

Usamos, no sânscrito, o *til* para indicar a vogal longa, por faltar êsse sinal em nossa língua.

A

A — Na Lógica, é o sinal da proposição universal afirmativa, conforme o verso mnemônico clássico:

Asserit A, negat E, verum generaliter ambo;

Asserit I, negat O, sed particulariter ambo.

A = A — Fórmula usada em Lógica para expressar o **princípio de identidade** (vide **Princípios Lógicos**).

A...An — Prefixo de origem latina, e também de origem grega (alfa privativo). Usado freqüentemente na filosofia moderna para a formação de têrmos com o sentido estrito de **privação,** e não de **contrariedade.** Essa privação pode ser total ou parcial, por ex.: **Anestesia, afasia, amoral,** etc.

ABACO — Do latim **Abacus,** do gr. **Abax** (prancha, taboinha).

a) Em Matemática, nome que se dá a um conjunto de linhas traçadas sôbre o plano, que permite fazer diversos cálculos, processo já conhecido pelos chineses, e comumente usado nas escolas.

b) Nome que se dava, na Idade Média, à Aritmética.

c) Têrmo de Lógica, introduzido por Jevons para designar um quadro de combinações totais de simples têrmos com suas diversas negativas, usado para tirar as conseqüências lógicas das premissas dadas, segundo o método dêsse autor, expôsto em «**Pure Logic and Minor Works**».

Ab aeterno — **(Loc. lat.)** — Desde a eternidade. Emprega-se com referência à criação, como não tendo tido um princípio no **tempo.** Neste caso, o tempo seria uma modal da criação, ou seja, êle começa a ser na criação. Esta não tem um antes temporal, mas apenas um antes ontológico e axiológico, que é a presença necessária do ser criador, que, para a escolástica, é Deus. Vide **Criação ab aeterno.**

ABALIEDADE — Do lat. **abalietas,** de **ab alius,** dependência de outro. (Vide **Aseidade**).

Abaliété (fr.) — abaliedade.

Ab alio (de **alius,** outro, lat.: = dependente de outro). Usado na escolástica para referir-se ao ser criado, em oposição **a se,**

que é o designativo do ser que existe por si mesmo, «incausado», Deus. (Vide **Aseidade**).

Abänderung (al.) — Vide MODIFICAÇÃO.

ABANDONO — a) Acção ou efeito de deixar algo sem auxílio, sem apoio, entregue a si mesmo.

b) Em **Filos.**, abandona-se o que se deixa entregue a si mesmo sem tentar-se mais especular.

c) Em **Soc.**, o deixar-se sem cuidado, sem amparo, sem auxílio, velhos, jovens, etc. Daí falar-se em crianças abandonadas, juventude abandonada, lar abandonado.

CRÍTICA: **Abandono** é distinto de **solidão.** O abandonado é o que é deixado. Quem se afasta, física ou psicològicamente dos outros, torna-se um **solitário.** O abandonado o é por outrem. Quando alguém se entrega a algo, e deixa-se levar pelas contingências, diz-se que **se abandona,** mas, aqui, há ainda o **deixar-se,** que, especìficamente, estabelece a distinção entre aquêles dois conceitos.

Abaque (fr.) = ábaco.

ABATIMENTO — Estado de ânimo melancólico. Sensação de fraqueza física e mental.

ABCESSO CEREBRAL — Acumulação de pus no córtex cerebral.

ABCISSA — Eixo horizontal de referência numa representação gráfica de duas dimensões.

ABDUCÇÃO — a) Na Log., espécie de silogismo, cuja maior é certa, tendo a menor um carácter apenas provável. A conclusão, portanto, tem o mesmo grau de probabilidade da menor. Por ex.: A é B; C é provàvelmente A; logo **C** é provàvelmente **B.**

b) Êste têrmo assim estritamente definido por Aristóteles encontrou ainda uma interpretação mais ampla, tomando-se por **abducção** qualquer raciocínio, cuja conclusão é meramente provável. (Vide **d**).

c) A abducção é chamada também «raciocínio apagógico». (Vide **Apagoge**).

d) Chama-se, ainda, em Lógica, abducção, quando os dois têrmos da menor estão separados um do outro por um número menor de intermediários do que os dois têrmos da conclusão, porque, então, é mais curto e mais fácil demonstrar a menor, de onde resultará a certeza da conclusão, do que demonstrar directamente a própria conclusão. Aristóteles dá o exemplo de uma abducção. Maior certa: a ciência pode ser ensinada. Menor menos provável que a conclusão: a justiça é uma ciência. Conclusão mais incerta em si mesma que a menor, mas que se torna, pelo silogismo, tão provável quanto ela: logo a justiça pode ser ensinada.

e) Rapto de uma pessoa por meio de violência ou às escondidas. Rapto de crianças. É mais usado no sentido de levar, fora da lei, uma jovem, com o pro-

pósito de casar ou violentá-la. (Vide **Rapto**).

Abduction (fr.) = abducção.

Aberglaube (al.) = superstição.

ABERRAÇÃO — a) Morfològicamente (sentido vulgar), êrro de raciocínio, extravagância de conceito, etc.

b) Em sentido técnico: irregularidade de uma função especial de um órgão, que impossibilita a realização de seu fim normal. Ex.: **aberração cromática** (vide), aberração de um instinto.

c) Em sentido mental: desordem da imaginação; êrro de raciocínio; absurdidade; incoerência na associação das idéias; apreciação falsa das relações. Neste sentido, refere-se às anomalias que possam ser evitadas (evitáveis), conseqüentemente às anomalias intelectuais.

d) Popularmente usada para definir qualquer erronia. Deve evitar-se para não criar confusão com as antecedentes.

e) Usada na Física (defeito óptico — **aberração esférica** — círculo de difusão), também na Astronomia, na Matemática, etc.

ABERRAÇÃO CROMÁTICA — Na óptica: os raios de luz que, vindo de um ponto determinado, não se juntam em outro ponto focal, porque os raios luminosos, procedentes das diferentes partes do espectro, refractam-se desigualmente.

ABERRAÇÃO ESFÊRICA — Chama-se ao fenômeno no qual os raios de luz de um ponto determinado não alcançam o mesmo foco, porque os raios, que atravessam as zonas exteriores das superfícies refletoras, desviam-se mais, e encontram-se antes dos que atravessam as zonas interiores.

A maioria das superfícies curvas são esféricas e o êrro é inerente à forma.

ABERRAÇÃO DA LUZ — Passagem da luz por trajetórias distintas das que produzem a eficiência de um sistema óptico, e que se deve ao mau ajuste do foco.

Aberration (ing. e fr.) = **aberração.**

Aberrazione (it.) = aberração.

Ab esse ad posse valet, a posse ad esse non valet consequentia — Adágio, que expressa a permissibilidade de arguir dos factos para a possibilidade, não aceitando a validez de argumentos procedentes da possibilidade para a realidade, ou seja: pode-se, fundando-se na realidade, estabelecer a possibilidade, e não o inverso.

Ab-eterno — Vide **ab-aeterno.**

Abhãsa, abhãsana — (Scr.) Na Fil. hindu, «brilho em», o cosmopsicológico processo do Um, tornando-se o Vário, como descrição, pelo **Trika** (vide), o qual olha o Vário como um aspecto real da última realidade, ou **Parama Siva.** Reflexão, objectividade.

Abheda — (Scr.) «não distinto». Identidade; particularmente refere-se às concepções monistas, que não reconhecem a distinção entre o espiritual, o material e o divino e os princípios essencialmente humanos.

ABIENTE — Psic., o que tende a apartar o organismo da fonte do estímulo. Tem o sentido de **negativo** e é contrário de **adiente** (vide).

Ability (ing.) = **atitude.**

Ab imis fundamentis — (Loc. lat., usada por Bacon em «**Instauratio Magna**») = Desde os mais profundos alicerces.

Ab initio — (Loc. lat.) = de princípio, desde o princípio.

ABIOGÊNESE — Vide **Geração Espontânea.**

Abirrung (al.) = **aberração.**

ABISMO — Do latim **abyssus,** por sua vez do grego **a** e **byssos** ou **bythos,** que significa fundo do mar. É empregado para indicar profundidade que se perde de vista, que é imedível.

Na Filosofia, **abismo** é empregado muitas vêzes no sentido da profundidade, que se realiza através das acções diacríticas do espírito humano. Vide **Crise.**

Abitudine (it.) = hábito.

ABJECÇÃO — a) Em Ética e Moral, a **abjecção** é o estado ou posição do homem degradado a um grau de baixeza moral, ética e axiológica. Na abjecção, há um aviltamento, portanto uma desvalorização.

b) Soc.: é **abjecta** a condição social do homem quando êste carece dos meios suficientes para manter uma vida digna de sua condição humana. É também chamada **abjecta** essa situação, mesmo quando a **abjecção** não é moralmente imputável à pessoa que nela se encontra.

Abklingen (al.) — O desaparecimento de um som ou outra sensação, que contém uma mudança intensiva ou qualitativa, ou ambas ao mesmo tempo.

Ableitung (al.) = **DERIVAÇÃO** e **Deducção.**

Ableness (ing.) — Vide Sociabilidade.

ABNEGAÇÃO — Sacrifício voluntário de si mesmo em benefício de outrem ou outros. (Vide: **Altruísmo, Simpatia, Compaixão**).

Em latim **abnegatio,** acção de sacrifício.

a) Podemos analisar sob dois sentidos:

s. lato: — renúncia, sacrifício de alguém a tudo quanto tenha de egoísta, de individual nos seus desejos;

s. restrito: — sacrifício voluntário de uma tendência natural em benefício de outrem.

b) Psicològicamente: estado de espírito, que consiste numa disposição ao sacrifício de si mesmo; também, tendência natural, às vêzes; temperamento tendente ao sacrifício; reducção do afectivo; «sacrifício é uma abnegação que começa no cora-

ção ... e abnegação é a forma intelectual do sacrifício». (Boisse).

c) Sob o ângulo cristão: «Negação do egoísmo para a conquista de uma vida divina». (Mat., XVI, 24 — Luc., IX, 23).

d) Sentido ascético: — esquecimento de si mesmo, de tudo quanto é seu; «abandono de nós mesmos, entregando-nos à misericórdia de Deus (Leibnitz). Nesta acepção, é a negação de si mesmo, é o amor a Deus pela negação de nós mesmos («o eu odiento», **«le moi haïssable»**, de Pascal). Aqui se aproxima de **sacrifício** (vide), tornando-se uma renúncia intelectual.

e) Sentido de Calvino: «A justiça de Deus jaz na abnegação de nós mesmos em obediência à sua vontade».

f) Sentido de um grau de desinterêsse, ou expressão de desinterêsse, que ultrapasse o simples «esquecimento de si mesmo». (G. Belot).

g) Sentido vulgar: servir aos outros com desinterêsse, renúncia, desprendimento.

Abnegation (ing. e fr.) = **abnegação.**

Abnegazione (it.) = abnegação.

Abnormal (ing.) = **anormal.**

Abnormisch (al.) = **anormal.**

Abnormität (al.) = **anomalia.**

ABOLIÇÃO — a) Acto ou efeito de pôr fora de uso; anular, suprimir.

b) Abolição da escravatura no Brasil realizada em 13 de maio de 1889. Proclamada por Isabel, princesa regente, durante o período, em que seu pai, D. Pedro II, estava afastado do poder.

Ab origene — (Loc. lat.) = desde a origem.

ABORIGENE — (Do lat. **aborigenes** = sem origem, ou cuja origem se mantém desconhecida).

a) Entretanto, encontramos o uso do têrmo com o sentido de indicar o oriundo do país em que vive.

b) Os habitantes primitivos e dos quais a origem é desconhecida. Foi o têrmo empregado para designar os indígenas brasileiros pelos primeiros portuguêses. Encontra-se também usado para designar os indígenas americanos.

ABORRECIMENTO — Estado **páthico** (afectivo) de desagradabilidade, provocado pela prolongação de uma situação desinteressante do sujeito. Sinônimo de **tédio.**

ABORTO — a) Para a lei, é a interrupção criminosa da gravidez, nos primeiros meses que esta se manifesta.

b) Para a Med., é a separação ou expulsão, ou ambas, do ovo fertilizado ou do feto, antes de ser êle capaz de uma vida independente (26 ou 28 semanas). Após êste período, até o final da gravidez, a expulsão é chamada **nascimento prematuro.**

O aborto é mèdicamente classificado como: **espontâneo,** expulsão do provável feto por condições ou estados fora do contrôle das funções normais fisiológicas, causas patológicas ou por um accidente; **motivada,** artificial interrupção da gravidez, geralmente por meio de uma operação.

Em algumas culturas se admite o aborto deliberadamente, a fim de não perturbar a ordem econômica estabelecida. Encontram-se tais práticas em tribos primitivas, quando não há reservas econômicas que supram as necessidades decorrentes por um aumento da população.

ABORTO CRIMINOSO — Destruição do feto por meio de drogas ou instrumentos.

Aboulia (ing. e it.) = **abulia.**

Aboulie (fr.) = **abulia.**

Ab ovo (loc. lat.) — Desde o ovo, quer dizer, desde o princípio.

AB-REACÇÃO — a) É a reacção pela qual o organismo descarrega-se de uma impressão ou de uma excitação, que causaria perturbações duradoras se não tivesse êsse derivativo.

b) Na **Psicanálise:** Descarga ou supressão de uma emoção reprimida ou uma experiência desagradável ao vivê-la outra vez em palavras, actos ou sentimentos na presença do psicanalista. Vide **Catártico** (método).

Abréaction (fr.) = **ab-reacção.**

Abreagieren (al.) = **ab-reacção.**

ABREVIAÇÃO DE REACÇÃO — Reducção do tempo na execução de um acto do qual já se tem prática.

Absence (fr. e ing.) = **ausência.**

ABSENTEÍSMO — Soc.: Designa-se o hábito de grande número de proprietários viverem longe de suas terras, estabelecendo-se entre êles e cultivadores um intermediário. O proprietário, não realizando melhoramentos que tendem a valorizar as terras, e, por sua vez, o producto, sendo enviado algures, não será aproveitado para fins locais, resultando, como na Irlanda, a miséria. O **Absenteísmo** foi o causador da cisão da Irlanda com a Inglaterra.

Absicht — A propósito, intenção; uma certa relação entre **Zievorstellung** (representação de fim) e **Berugwartellung** (representação de referência). (**Ver Vorstellung**).

Absoluitá (it.) = **absolutuidade.**

Absoluité (fr.) = **absolutuidade.**

Absoluteness (ing.) = **absolutuidade.**

Absolutheit (al.) = **absolutuidade.**

Absolutism (ing.) = **absolutismo.**

Absolutisme (fr.) = **absolutismo.**

ABSOLUTISMO — a) Poder absoluto, ilimitado, do soberano.

b) Sistema de govêrno, onde o poder está acima de qualquer direção ou fiscalização.

c) Teoria do absolutismo.

d) Têrmo usado para designar a metafísica do absoluto, em **Bradley.** (Vide **Sinopse da História da Filosofia).**

e) Diz-se, familiarmente, do emprêgo de um espírito de intransigência nas opiniões.

f) «Absolutismo estético», expressão usada para evidenciar a beleza objectiva e absoluta, não relativa ao observador, tornando-se, daí, padrão absoluto para a crítica. Foi esta acepção primeiramente exposta por Platão. Mantiveram-na, na Filosofia, os intuicionistas, embora combatida pelos que julgam a beleza meramente uma espécie de prazer, e, conseqüentemente, dependente do indivíduo. Kant assume uma posição intermediária, ao afirmar: a beleza é subjectiva, mas o julgamento «isto é belo» é sempre realizado como se existisse um padrão objectivo.

Absolutismus (al.) = **absolutismo.**

ABSOLUTO — Do lat. **Absolutum, ab solutum,** solto de, desligado de...

Em gr., **to apoluton,** o isento de relação, de limitação, de dependência. É o contrário de **relativo.**

a) Ser absoluto é, pois, o que existe em si e por si, o que não tem relação de dependência com nenhum outro. Neste sentido, não é causa, porque esta só o é em relação com o efeito. Daí concluir-se que êle é o ser único, como o afirmam os **monistas** (Parmênides, Spinoza), concluindo uns ainda pela **ininteligibilidade** do ser absoluto (**relativismo, fenomenalismo**), e outros pela sua **incognoscibilidade** (agnosticismo).

b) É o ser que não necessita de nenhum outro para existir, que não existe por uma relação com outro, mas que pode ter relações com outros. Êste ser pode ser causa: causa primeira. Independente por si, mas os outros dêle dependem (como na escolástica).

Também são absolutos os seus atributos. Afirmam muitos que os Cartesianos e Cousin não fazem nenhuma distinção entre absoluto e infinito. Hamilton dá duas espécies antitéticas do gênero **incondicionado,** como sejam: o infinito é o incondicionamento ilimitado; o absoluto é o incondicionalmente limitado (Goblot).

A idéia de absoluto exclui a idéia de Infinito, quando aceitamos uma coisa como determinação de si, por ex.: **to holon, to teléion** de Aristóteles. Uma pouca de agua é absolutamente pura, não infinitamente pura (Stuart Mill). Concebe-se uma justiça absoluta, uma proposição absolutamente verdadeira, uma demonstração absolutamente convincente, não uma justiça infinita, uma prova infinita. Se, pelo contrário, a aplicamos a uma coisa, que não envolve necessàriamente a idéia de limite,

então a idéia de Absoluto não se opõe à idéia de Infinito: a potência absoluta é a potência suprema, a potência sem limites, a potência infinita, como afirma Goblot.

c) Baldwin, toma-o como sinônimo de independente, incondicionado, necessário.

d) Emprega-se, freqüentemente, com os característicos acima: independente, não relativo, absoluta (inerente) necessidade. **Número (noumenon),** na terminologia kantiana, é um valor absoluto (inerente, incondicionado).

e) Como substantivo: 1) o universal, como totalmente compreensível: isto é, incluindo tôdas as possíveis distinções; 2) como imediato; isto é, afastado de tôdas as definições ou distinções; por isso implica necessàriamente negação. Esta última acepção é a do absoluto como **número** (ou **incognoscível** para os que consideram o conhecimento uma relação, no qual o objecto, como constituído, é **ipso facto** fenomenal); 3) como primeira causa, **primum movens, natura naturans,** é relativamente absoluto.

Na filosofia moderna, no neo-hegelianismo ou no Idealismo absoluto e no panteísmo, é tomado no sentido **a**; e no sentido **d**, no Kantismo e no Agnosticismo; e em sentido **e**, no realismo epistemológico, no materialismo, no espiritualismo e no teísmo.

Para os metafísicos monistas, é considerado íntegro em si mesmo, compreendendo tôda a realidade. Não há nenhuma realidade fora dêle. As partes não negam o todo. Em suma, para esta concepção, o **absoluto** é o universo integral, como se vê no idealismo absoluto de Fichte, de Schelling e de Hegel.

f) No sentido de Hamilton e Spencer é o que está fora das relações, e se aproxima, assim, do conceito aristotélico.

Na história da filosofia, **absoluto** aparece como o **Ser,** em Parmênides; **a Forma do Bem,** em Platão; o **acto puro,** em Aristóteles; o **Um,** nos Pitagóricos e em Plotino; a **substância,** em Spinoza; a **coisa em si,** em Kant; o **Eu,** em Fichte (e também em Berkeley, e nos solipsistas); o **Espírito absoluto,** em Hegel; a **indiferença do sujeito e do objecto,** em Schelling; a **suprema vontade de potência,** em Nietzsche; a **energia,** em Ostwald; o **Inconsciente,** em Hartmann; o **Incognoscibile,** em Spencer; a **matéria,** nos materialistas.

O enunciado do **absoluto** só se poderia fazer por negações, por exclusões. É definível por exclusão todos os caracteres, todos os atributos. Por outro lado, é irredutível.

g) O absoluto como totalidade do relativo, a soma total, o tudo no todo (**to Pan**).

h) Designa, em regra geral, a antinomia do relativo.

i) Para **Littré,** é sinônimo de **a priori.**

Segundo o sentido vigorante no século XVIII: o que não era relativo. Idéias absolutas são as que, segundo a metafísica, não sobrevêm pela experiência.» (Lalande).

j) Segundo Warren, característica de um objecto ou fenômeno por si mesmo, como distinto de suas relações para com outros objectos ou fenômenos.

Juízo absoluto: juízo comparativo, no qual, como resultado de prévias experiências com as séries apresentadas de estímulos como um todo, o primeiro membro de um par é avaliado relativamente ao segundo, antes de que o último seja apresentado actualmente.

ABSOLUTUIDADE — 1) Diz-se do carácter do que é absoluto).

2) Preferentemente, diz-se do que nada tem de relativo.

3) A um ente, que não seja o Absoluto, pode ser-lhe atribuído um carácter absoluto (absolutuidade). Estas distinções provêm das diversas acepções do conceito de **absoluto** (vide).

Absolutum (lat.) = **absoluto.**

ABSOLVIÇÃO — a) Acção de relevar da culpa imputada ou da pena que lhe corresponde.

b) Rel.: perdão dos pecados. realizado pelos sacerdotes no sacramento da penitência. **Absolvição** contrapõe-se a **condenação.**

ABSORÇÃO — a) Completa ocupação da atenção com um objecto do conhecimento, ou dum pensamento (absorto, absorvido, distraído). Não confundir com **abstracção** (vide).

b) Herbart distingue **absorção** de **reflexão:** no 1.º) o sujeito se perde no objecto; no 2.º) êle se retoma pela compreensão do objecto. A absorção é seguida da reflexão, que é um processo consciente de **Percepção** (vide); novas experiências substituem-na a seguir como uma posse mental. A compreensão dêsses processos é da mais alta importância na pedagogia (Baldwin).

ABSORÇÃO DO SOM — Diz-se da dissipação do som, pela fricção do mesmo, ao ser transmitido a um corpo ou superfície. Chama-se de **poder absorvente do som** a capacidade de um corpo ou superfície para absorver a energia sonora que lhe é enviada.

Absorption (fr. e ing.) = **absorção.**

ABSORTO — Vide **Absorção** letra **a.**

Abstand (al.) = **distância.**

ABSTENÇÃO — a) Atitude ou estado de ânimo, ou acção, ou efeito de privar-se do exercício de uma função ou de um direito.

b) Filosòficamente, **abstenção** significa a posição, a atitude da mente em não tomar uma direção. Assim se pode falar de abster-se de aderir a um juízo. **Abstenção** é tomada por um sinônimo de dúvida, pois quem duvida abstém-se de tomar uma posição. (Vide **Dúvida** e **Dúvida metódica**).

c) Na Psic., consiste na inibição de pronunciar-se sôbre um valor.

d) Sociològicamente, significa a atitude de não tomar uma posição axiológica em face de qualquer facto histórico.

e) Em sentido moral, é parte da **Ascese** e da **Abstinência** (vide).

f) Encontra-se (no campo da Antropologia) uma série de abstenções ou proibições em vários povos primitivos: proibições alimentares, acções que podem provocar o mau feitiço, abstenção sexual durante certos períodos de caça e pesca e cerimônias religiosas, etc.

Usa-se para designar tais atitudes, entre os polinésios, a palavra **tabu.** O tabu emana de uma pessoa, de um objecto ou de um conceito, os quais não podem ser usados pelo grupo. Vide: **Magia** e **Tabu.**

Abstinence (fr. e ing.) = **abstinência.**

ABSTINÊNCIA — (De **abstineo,** lat. = manter-se afastado).

a) Consiste em impor-se voluntàriamente, com finalidade moral ou religiosa, a privação de determinadas coisas de que a nossa natureza física carece.

b) Na Ética, renúncia voluntária à satisfação de um desejo ou de uma necessidade.

c) Recomendada pelos estóicos. Sua máxima: «Abstine et sustine», preceito de Epicteto, tendente a tornar a alma independente da natureza, e a dar-lhe a posse integral de si mesma. Exaltava, assim, a grandeza da individualidade humana, por uma superação do homem.

d) Em sentido cristão, funda-se a abstinência na humildade. É ela uma expiação, neste mundo, do mal que permanece no homem, por culpa de seu pecado e pelo de seus antepassados. Também **abstenção** de comer carne em determinadas datas religiosas (dias de abstinência).

e) É o principal carácter da moral ascética, que vê na vida uma decadência; na sociedade, um estado de queda e, na natureza, um castigo. Esta acepção decorre da letra **d.**

f) Usado por Nietzsche no sentido estóico, não, porém, como norma contínua, mas descontínua, alternando-a com a **intemperança.** Para êste, a abstinência seria um acto voluntário, um domínio sôbre si mesmo como entreinamento da vontade, porquanto se ela se tornasse contínua se transformaria em hábito, não oferecendo o prazer da vitória.

g) Usado contemporâneamente para indicar a renúncia do uso do álcool, etc.

ABSTRAÇÃO e derivadas, vide **Abstracção** e derivadas.

ABSTRACÇÃO E CONCREÇÃO — Vide **Concreto e concreção.**

ABSTRACÇÃO (do lat. **abs-trahere**) — a) gramaticalmente, é o acto pelo qual nosso espíri-

to separa, num objecto, uma qualidade particular para considerá-la isoladamente de tôdas as outras, e com exclusão do próprio sujeito. b) Filosòficamente, abstrair consiste em separar (**abstrahere** = arrancar, desligar) pelo pensamento, ou considerar separadamente, o que não pode ser dado separadamente, na realidade.

A abstracção insula, pelo pensamento, o que não pode ser insulado na representação. c) A absorção no pensamento, com inatenção aos acontecimentos exteriores. (Note-se a sinonímia com **ausência** — Vide). d) Processo mental, pelo qual certos caracteres, atributos ou relações são observados, independentemente de outros, que são negligenciados. (As acepções **b, e d** são da Psicologia). e) Definição ontológica: **Abstracção** é separar mentalmente o que, na realidade, não está separado. f) **Abstracção** não deve ser confundida com a **análise** (Vide). A **análise** considera igualmente todos os elementos da representação analisada, e divide em partes uma coisa composta; considera, insuladamente, uma qualidade comum a uma multidão de compostos. Assim reconhecer a brancura de uma rosa determinada é fazer análise; conceber a brancura em si-mesma, como qualidade peculiar a um grande número de objectos, é proceder **abstracção.** A **abstracção** é, portanto, a base da formação das idéias gerais. g) No sentido vulgar, considera-se **abstracção** separar elementos que nos desinteressam. Lalande chama a atenção que, durante a operação de abstrair (no sentido vulgar), faz-se abstracção dos elementos que nos desinteressam. É isso um contra-sentido da abstracção, embora permaneça na acepção latina de «**abstrahere áliquid ab aliquo**», porque, neste caso, designamos, precisamente, o contrário do que se chama «abstrair», ou «considerar por abstracção». Nesta acepção, há um equívoco que deve ser cuidadosamente evitado.

Observações gerais: Abstrair, pois, é separar atributos, elementos. O raciocínio humano age por abstracções. Observemos a concepção da esfera, da circunferência, de uma área, Abstraímos sempre certas características. O homem só concebe pensamentos por intermédio de abstracções. Juntamos qualidades aos objectos, damolhes certas características para permitir os conheçamos. Podemos, contudo, separar essas qualidades. São ângulos diversos por onde conhecemos as coisas e os fenômenos. Ante um campo, podemos abstrair o verde ou, ainda, conceber a circunferência abstraída de uma determinada qualidade. Concebemo-la como **ideal**, fora da percepção; por exemplo, o verde, o azul, independentes das coisas verdes ou azuis. No primeiro caso, disassociamos; no segundo, abstraímos. Tôda idéia geral, em suma, é uma abstracção. A idéia **casa** é uma abstracção, porque encerra uma noção geral, universal de casa, mas sem os atributos perceptíveis. É puramente ideal. Vide **Universal** (potência).

Assim, tôda idéia geral é abstracta, porque não contém os caracteristicos dos sujeitos, objectos que representa. Muitos consideram que uma idéia abstracta pode não ser geral. É o caso de considerar, apenas, a côr branca dêste papel. É sòmente o branco dêste papel que consideramos abstractamente, fazendo abstracção das outras qualidades. Mas, diz Goblot, se considerarmos a côr branca dêste papel, separada das demais qualidades do papel, podemos conceber, outrossim, coisas que possuam também essa côr branca, e a idéia passa, portanto, a ser geral, ao mesmo tempo que abstracta, ou, então, essa côr branca pertence sòmente ao papel, o que quer dizer que não se pode separá-la das outras qualidades que o constituem. Neste último caso, a idéia não é nem geral nem abstracta. E diz: «Cabe perfeitamente, é certo, sem disassociar as qualidades de um objecto, sem deixar de considerá-lo **in concreto,** fixar, de preferência, a atenção sôbre tal qualidade ou, ainda, sôbre tal propriedade. É isso fazer uma abstracção?»

As próprias idéias podem possuir graus de abstracção. Assim **côr** é mais abstracta que vermelho, azul, verde; **sensação,** mais abstracta que côr; **fenômeno,** mais que sensação etc.

Filosòficamente, abstracção não é sinônimo perfeito de **geral,** pois diz Goblot que ao fazermos uma abstracção, separamos um carácter dos demais caracteres, com os quais se encontra misturado num objecto, sem considerar se o carácter, assim separado, é aplicável a outros objectos: ao fazer uma generalização, aproximamos com o pensamento objectos que possuem um carácter comum, sem considerar se êste carácter se encontra, em cada objecto, misturado com outros caracteres diferentes ou variáveis.

Herbert Spencer exagera a importância desta distinção quando admite verdades abstractas, que não são gerais, que não são, pois, abstractas. Chega a afirmar que as relações ideais dos números são as únicas verdades simultaneamente gerais e abstractas.

Husserl definiu o **abstracto** e o **concreto,** não em virtude de sua idealidade ou realidade, mas em virtude de sua separação de um todo, em função de sua subsistência ou não subsistência num universal concreto. Dessa forma, «um abstracto puro e simples é um objecto que está em um todo, com respeito ao qual a parte não é independente.»

O abstracto depende, pois, do todo no qual está inserto, enquanto o concreto é independente dêle, pois possui subsistência própria. Por isso, os universais não são necessàriamente abstracções, o que não quer dizer que sejam conceitos hipostasiados nem generalidades meramente nominais, mas totalidades concretas ideais, essenciais. A parte abstracta, ou momento de um todo, é, conseqüentemente, «tôda a parte que é não-independente relativamente a outro todo superior». (**«Investigações lógicas»** 3.º, 17)

b) **Abstracção experimental** é aquela em que o observador se limita ao tema (**Ausgabe,** em Al., **instructions,** em Ing.), para fixar um aspecto parcial de uma situação perceptiva.

Abstracção material é a que cria idéias de qualidade. Nesta se considera a idéia abstracta como atributo do sujeito; quer dizer, como um dos têrmos de que se compõe a matéria de um juízo.

Abstracção formal é a que cria idéias de relações. É a que se dá entre um atributo e um sujeito; portanto, esta relação é a que se denomina a **forma do juízo.**

Nome abstracto é o nome de uma qualidade (branco, suavidade, etc.), ou de uma relação (dimensão etc.)

Número abstracto é o que designa, quantitativamente, sem a designação qualitativa da natureza das unidades (exs.: 30, 2, 4 etc). **Número concreto** é, portanto, o contrário, o que é seguido de uma designação qualitativa (Exs.: 10 metros, 20 casas.)

Crítica psicológica — A abstracção é uma separação no e pelo espírito do que, na realidade, na natureza, não é separado, nem pode ser tomado separadamente em sentido físico.

Concebendo-se assim, evita-se a confusão que se faz entre abstracção e separação, e a que consiste na acentuação da atenção sôbre uma qualidade ou parte de um objecto, quer real ou ideal.

Essa acentuação da atenção sôbre uma qualidade não é ainda uma abstracção ou acto abstractivo, embora a gere, porque **se fixa** no espírito, pela atenção que mantemos sôbre algum objecto ou parte dêste, e o comparamos com outro semelhante. Êsse acto atencional é um estatizar do que se dá dinâmicamente. Não podemos abstrair algo sem algo que se compare com outro, que lhe é semelhante. Se verificamos que tal facto antecede tal outro, — por exemplo, que ao esquentar a água, até certo ponto, ela entra em ebulição, — podemos verificar tal facto com maior ou menor atenção, desatendendo outros que sucedem ao derredor. E se verificamos êsse facto numerosas vêzes, concluimos que a água, quando esquentada até certo ponto, entra em ebulição. Podemos concluir que a ebulição é causada pelo calor intenso.

E se ao verificar outros factos, vemos se dão causados por outros, e comparar a relação existente dêsses factos uns com os outros, concluímos que existe um princípio de causa e efeito, e atribuímo-lo a tôda a natureza, realizamos uma abstracção, porque a idéia de causa e efeito é uma abstracção feita de um semelhante, que se dá numa série de factos semelhantes.

Assim a idéia da atracção dos corpos, também a de quantidade, a idéia de qualidade e as relações são abstracções. Tudo quando abstraímos é algo ideal, algo que se dá como idéia, que comparamos com um facto que se dá, e se êsse facto corresponde a essa idéia, damos-lhe o «nome» dessa idéia.

Abstracção (dupla) — Sôbre a matéria, expõe Tomás de Aquino: — «No conhecimento da verdade, nossa inteligência usa de uma dupla abstracção. Pela primeira, ela capta os números, as grandezas, as figuras matemáticas, sem pensar na matéria sensível. Quando pensamos no número três, na linha ou na superfície, no triângulo ou no quadrado, nada encontramos em nossa apreensão que se refira ao quente ou ao frio, ou a qualquer outra qualidade que possa ser percebida pelos sentidos.

A segunda abstracção serve à nossa inteligência, quando ela conhece um têrmo universal, sem ser representado qualquer têrmo particular, quando, por exemplo, pensamos em **homem**, sem pensar em Sócrates ou em Platão, ou não importa em que outro indivíduo. Poder-se-ia mostrar a mesma coisa através de outros exemplos.

Platão admite, pois, dois gêneros de realidades separadas da matéria: as realidades matemáticas e os universais, que êle chamou espécies ou formas. Entre ambos havia, contudo, a diferença seguinte: nas realidades matemáticas, pode-se captar diversas linhas iguais, p. e., ou dois triângulos equilaterais e iguais, o que é impossível absolutamente para as espécies. O homem, considerado como um universal, segundo a espécie, é necessàriamente único. Também admitia que as realidades matemáticas eram intermediárias entre as espécies ou formas e as realidades sensíveis, por estarem contidos diversos indivíduos sob uma mesma espécie. Elas assemelham-se, por outro lado, às espécies, no serem elas separadas da matéria sensível» (**De Subst. sep.** cap. 1).

ABSTRACÇÃO (graus) — Para a Filosofia positiva, como é a escolástica, há, na abstracção, três graus:

1) Quando o objecto é abstraído da sua singularidade. Assim, **casa, chapéu, árvore** são abstraídos das suas singularidades, e o conceito refere-se a êsses entes. As abstracções de primeiro grau são próprias das **Ciências Naturais.**

2) Quando o objecto intelectual é **abstraído da singularidade e das propriedades sensíveis,** considerando-se apenas enquanto tem extensão contínua ou discreta, como se vê nos números matemáticos: é a abstracção de segundo grau, própria das Matemáticas, no sentido em que são estas comumente consideradas.

3) Quando o objecto intelectual é **abstraído de tôda matéria singular, tanto sensível como intelegível, como são os conceitos** de **causa, efeito, autoridade, posterioridade, sujeito, objecto,** as **categorias,** os entes da Metafísica: são abstracções de terceiro grau. A **precisão** (vide) é um grau mais intenso da abstracção.

ABSTRACCIONISMO — Vide **Abstracção.** a) Expressão usada por W. James para designar a tendência a tomar as abstracções como equivalentes a realidades concretas, das quais elas tomam apenas um certo aspecto.

b) O uso, ou abuso de abstracções.

c) Tendência a supervalorizar um aspecto da realidade, que é actualizado, enquanto se virtualizam outros, que se dão na sua concepção, de modo a **reduzir** êstes últimos ao primeiro.

Neste sentido, preferimos o têrmo **abstractismo. É abstractista** o historicismo, o psicologismo, o ecologismo, o materialismo econômico (economismo) e, em geral, todos os **ismos.**

Abstract (ing.) = **abstracto.**

ABSTRACTAS (ciências) — Vide **Abstracto** — a) em Aristóteles são as matemáticas.

b) As ciências que usam mais freqüentemente as abstracções, tais como: matemáticas, metafísica, lógica, etc.

c) Lachelier aconselha chamar assim as ciências que usem abstracções. Nesse caso, tôda a ciência seria abstracta.

d) Spencer classifica: **ciências concretas,** as que tratam «dos próprios fenômenos estudados em seu conjunto», como a Astronomia, a Geologia, a Biologia, a Psicologia, a Sociologia; e **ciências abstracto-concretas,** a Mecânica, a Física e a Química, que tratam «dos próprios fenômenos estudados em seus elementos; e **ciências abstractas,** pelo carácter comum de tratar «das formas sob as quais aparecem os fenômenos», como a Lógica e as Matemáticas. **Essas são as três divisões genéricas das ciências, que Spencer ainda subdivide.**

e) Segundo Augusto Comte, são as «ciências que têm por objecto a descoberta das leis, que regem as diversas classes de fenômenos, considerando todos os casos que podemos conceber como as Matemáticas, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia, que formam «a série enciclopédica». Opõem-se às ciências «concretas, particulares, descritivas», que consistem «na aplicação dessas leis à história efectiva dos diferentes sêres existentes». A acepção **b** é a mais freqüente, e a que menos está sujeita a equívocos.

Abstractio (lat.) = **abstracção.**

Abstraction (fr. e ing.) = **abstracção.**

Abstractionism (ing.) = **abstraccionismo.**

Abstractionisme (fr.) = **abstraccionismo.**

ABSTRACTISMO — Vide **Abstraccionismo.**

ABSTRACTIVAMENTE — Por **abstracção;** de maneira abstracta.

Abstractive (méthode) (fr.) = **abstractivo.**

ABSTRACTIVIDADE — Faculdade de abstrair.

ABSTRACTIVO — Que abstrai, que serve para formar **abstracções.**

ABSTRACTIVO (Método) — Em oposição ao **método hipotético** (Vide **Dedução**), o **método abstractivo** «limita-se a resumir, numa fórmula matemática,

a lei dos fenômenos sensíveis observados, e a transformar esta fórmula seguindo as regras do cálculo algébrico» (Lalande).

ABSTRACTO — a) o que depende da **abstracção.**

b) Diz-se das palavras que designam nomes, têrmos abstractos, qualidades ou relações independentemente de seus sujeitos. Ex.: comprimento, brancura, etc. Opõe-se a **concreto.**

c) Na escolástica, é chamada **abstracta** a noção de uma qualidade, ou das idéias que são concebidas independentemente do sujeito, **sêres de razão (ens rationis)**, entidades puramente metafísicas.

d) No sentido dos gramáticos (Vide: **abstracção**).

e) Schopenhauer distingue: **abstracto** é o conceito que não se relaciona com a experiência, a não ser por intermédio de outros conceitos (relação, virtude, etc.); e **concreto,** o conceito que a ela se relaciona directamente (homem, pedra, cavalo).

Resta ainda algo dêsse uso quando se empregam as palavras **abstracto** e **concreto** no comparativo, ao dizer-se, por exemplo, que a idéia «relação» é **mais abstracta** que a de extensão; (Lalande).

b) Para **Hegel,** o **abstracto** é o que aparece fora de suas relações verdadeiras com o resto, ou o que é uma unidade exclusiva de diferença; **concreto,** o que é plenamente determinado por tôdas as suas relações, a unidade que compreende as diferenças. Neste sentido, o que há de mais concreto, é o espírito; ao contrário, são abstracções o **particular** (= o singular), enquanto isolado do universal pela percepção sensível, e **universal,** enquanto isolado do particular pela reflexão do entendimento» (Lalande). (Vide: **universal**).

g) Husserl repele tanto a teoria nominalista como o realismo dos universais.

Para chegar ao abstracto, necessita-se não subir mas descer, salientando das essências os elementos que lhes pertencem, e que não podem subsistir por si mesmos: o universal é precisamente, em si, concreto, e não abstracto... O abstracto... designa... uma parte não consistente por si mesma de um universal concreto. (**Selbständige und unselbständige Inhalte**).

ABSTRACTOR — O que se entrega às abstracções. «Abstractor de quinta-essência», o que busca subtilizar exageradamente.

Abstractus (lat.) = **abstracto.**

ABSTRAIR — Isolar, separar intelectualmente, realizar abstracção ou abstracções.

Abstrait (fr.) = **abstracto.**
Abstrakt (al.) = **Abstracto.**

Abstraktion (al.) = **abstracção.**

ABSTRATO — Vide **Abstracto.**

Abstrus (fr. e al.) = **abstruso.**

Abstruse (ing.) = **abstruso.**

ABSTRUSO — a) Adjectivo que designa um pensamento que se afasta das normas formais, e que, especialmente, não se conforma com as representações comuns da imaginação, tornando-se, por isso, de difícil compreensão.

b) Também se empresta à palavra uma tonalidade pejorativa, quando aplicada a um pensamento inùtilmente complicado.

Abstrusus (ital.) = **abstruso.**

Absurd (ing. e al.) = **absurdo.**

Absurde (fr.) = **absurdo.**

ABSURDIDADE — a) Carácter da coisa ou do sujeito, que é **absurdo.**

b) O absurdo grosseiro (contra-senso).

Absurditas (lat.) = **Absurdidade.**

Absurdité (fr.) = **absurdidade.**

Absurdity (ing.) = **absurdidade.**

Ab absurdo (loc. lat.) = por meio do absurdo. Espécie de argumentação, em que se demonstra a verdade, provando o absurdo do seu contrário. Vide **Absurdo (redução ao absurdo).**

ABSURDO — a) Adjectivo para designar um pensamento que contradiz as leis formais da Lógica. Uma idéia absurda, portanto, é uma idéia cujos elementos são incompatíveis uns com os outros. Um juízo absurdo é o que implica uma inconseqüência.

b) Um raciocínio absurdo é um silogismo formalmente falso. Neste sentido restrito da palavra, tudo o que é «**contraditório**» é também considerado absurdo pela Lógica Formal. E tudo o que é absurdo, também é **falso.** Mas nem tudo o que é falso é absurdo, porque uma proposição, sendo absurda, ainda não carece completamente de sentido, porquanto a sua falsidade consiste principalmente no elemento formal. Por isso «falso» tem um sentido mais geral do que absurdo, encerrando também o contra-senso.

c) Em Filosofia, é absurdo o que é contra a razão; não obstante, no uso comum, também se chamar absurdo o que é contrário às verdades contingentes (p. ex.: o sol nasce às 3 horas; o que pode ser errado, mas nunca absurdo, no sentido filosófico). Não se deve, no entanto, empregar esta expressão para qualificar o que é contraditado pela experiência, porque esta não compreende senão as leis e os factos que conhecemos. e que, embora não existam, podem ser julgados possíveis. Nas ciências, que se apoiam ùnicamente em raciocínios e definições, como a geometria, não há meio têrmo entre o absurdo e o verdadeiro. Nas outras, o hipotético e o falso servem de intermediários entre os dois extremos.

d) Na linguagem familiar, diz-se de tudo quanto é desarrazoável, tanto quanto às idéias como às pessoas.

«**Redução ao absurdo**» é a operação pela qual se demonstra que uma proposição dada é falsa, ao deduzir desta proposição,

quer uma proposição já conhecida por falsa, quer uma proposição contrária àquela de onde ela procede.

«Raciocínio por absurdo» chama-se ao que prova a falsidade de uma proposição pela demonstração evidente da falsidade de uma das suas conseqüências, ou que prova a veracidade de uma proposição pela demonstração da falsidade de uma conseqüência que se tira do contrário da dita proposição. (P. ex.: tôda água corre monte abaixo; o que é verdade, porque, do contrário, se a água corresse monte acima, poder-se-ia tirar a conseqüência de que tôda água devia ter-se acumulado no alto dos montes, o que evidentemente não se dá, pois é absurdo no sentido menos estrito. Assim se conduz ao absurdo o contrário da proposição original e, desta forma, demonstra-se a veracidade da última).

ABULIA — (do gr.: **a**, privativo, e **boulé**, vontade) — Conjunto de fenômenos psicológicos anormais, que se manifestam na ausência ou impotência da vontade. Há **abulia de decisão** e **abulia de execução.** No primeiro, há indecisão ou incapacidade de decidir a escolha ou a acção; no segundo, há a concepção do acto, mas falta a vontade para praticá-lo, embora nada o impeça.

ABUNDÂNCIA — Presença de bens materiais, confôrto, ou provimentos adequados a subministrar as bases físicas para uma boa vida. Êste têrmo começou a ser usado, e entrou em voga actualmente, ao ser empregado na chamada **Filosofia da abundância,** em contraste com a escassez, condicionada por outras maneiras de conceber a organização econômica da vida social.

AB universali ad particulare valet, a particulari ad universale non valet consequentia. — Adágio que estabelece a validez de argumentos, fazendo a transição do geral para o particular, e não aceitando nem permitindo o processo inverso.

ABUSO — Do lat. **ab** e **usum,** o que indica o afastamento do uso normal e devido de alguma coisa. **Abuso** é, assim, o uso indevido de algo, e pode ser empregado em tôdas as esferas. Daí falarem-se em **abusos políticos, sociais, econômicos, filosóficos,** etc. No **abuso,** há sempre o **logos** de um desvio do uso normal. O **abuso** é o caminho do vício, das direcções viciosas. Só que, no vício, há a indicação de um **hábito abusivo** (Vide **Uso** e **Vício**).

Abweichung (al.) = **declinação.**

Abwesenheit (al.) = **ausência.**

Abzählbar (al.) = **Numerável.**

ACABAMENTO — Na **Soc.,** significa execução, realização. Neste sentido é o resultado de um processo objectivo, tendente para um determinado fim, que é afinal alcançado. Chama-se **acabamento social** a consecução dêsse objectivo.

ACASO — Vide **azar.**

ACADEMIA — Vide **Academia Platônica**, em **Sinopse da História da Filosofia.**

Académie (fr.) = **academia.**

Academy (ing.) = **Academia.**

AÇÃO e derivados — Vide **Acção e derivados.**

ACATAFASIA — Deficiência da linguagem, que consiste na incapacidade de relacionar as palavras para a construcção de frases.

ACATALEPSIA — Palavra usada por Pirro para designar o estado céptico, que renuncia em definitivo encontrar a solução de um problema. Os pirrônicos admitiam uma **acatalepsia universal e absoluta.** Segundo êles, de nenhuma coisa podemos ter um conhecimento certo. Bacon usava-a no sentido de dúvida definitiva, oposta à dúvida metódica.

Acatalepsie (fr.) = **acatalepsia.**

ACATAMATESIA — Incapacidade de compreender a linguagem.

ACÇÃO — Em linhas gerais, **acção** é o acto do agente e tende a algo determinado. A **acção** é uma moção (como o é também a paixão, **passio**). **Acção** e paixão (**pathos**, em grego) são a mesma moção e não duas, mas que diferem entre si, não quanto ao sujeito em moção, mas quanto à razão (**ratio**) de cada uma, pois são espécies do gênero moção (**motus**). Vide **moção.**

a) Operação de um ser, produzida por êle mesmo, e não por uma causa exterior, pela qual algo é ou tende a ser modificado. Esta modificação pode referir-se tanto a um objecto externo ao agente, como ao próprio agente. Neste sentido, opõe-se à **paixão** (Vide). «Tudo quanto se faz ou sucede de novo é geralmente chamado pelos filósofos uma **paixão** em relação ao sujeito ao qual sucede e uma **acção** em relação a quem a realiza» (Descartes. Produzida por êle mesmo não implica que êste ser seja um indivíduo e a operação voluntária, mas só tende a excluir uma «causa exterior» como agente da operação. Se definimos o acto como um «movimento» (Vide **«Acto»**) e a «acção» como uma operação, como tal tem exactamente um carácter mais **concreto** do que «movimento», como «acção» o tem em comparação a **«acto».** «Operação» deve tomar-se no sentido mais lato, abrangendo de um lado operações puramente mentais e por isso individuais, enquanto por outro se aplica a processos físicos, cujos agentes carecem de vida anímica.

b) Em sentido mais restrito designa a execução de uma volição.

c) **Na Ética,** há certa dificuldade para determinar a operação de Deus e a operação do homem na realização de uma acção moral.

d) Nas **ciências naturais,** fala-se da acção de um ácido, da acção do sol sôbre os organismos, etc.

e) Não obstante, através da história do têrmo **acção**, observa-se uma tendência progressiva à limitação do têrmo a «operações voluntárias», o que é reivindicado pela Psicologia. Dois factos, entretanto, obraram em direcção contrária. Em primeiro lugar, o facto de que a idéia de acção evidentemente remonta a estados primitivos da humanidade, em que não se distinguiam as acções físicas, como os efeitos produzidos pelo sol ou pelo fogo, de as acções que estavam, por experiência, ligadas a um esfôrço pessoal e à determinação voluntária. A confusão destas duas espécies de acções, e de suas características peculiares, encontra a sua expressão significativa na interpretação animista da natureza. Essa confusão «ideológica» entre as duas espécies de actividade foi desfeita pelo desenvolvimento posterior do pensamento, conservando-se, porém, até os nossos dias, a confusão «filológica» correspondente. Contudo, é mister mencionar também que o pensamento humano, embora certo da necessidade de uma distinção clara entre «acções voluntárias» e «acções (processos, efeitos) físicas», não obstante, tratou sempre de estabelecer um nexo entre ambos os modos de operações, ou de reduzir um dêles ao outro, ou ambos a uma base comum, que é a chave da sua natureza metafísica impenetrável.

A meio caminho dêsse elevado empreendimento, surge a questão de como é relacionada a **acção** com as outras grandes modalidades do ser. Aqui Aristóteles, na sua tábua de categorias, coloca a acção (**poien**) entre os accidentes, ao lado de **paskein** (passividade), com que se acha em oposição e ao mesmo tempo em relação, porquanto o procedimento activo de um ser pressupõe um sujeito que recebe êsse movimento ou alteração de modo passivo. (lat.: **actio-passio**).

Por mais heterogêneos que sejam o agente e o sujeito passivo, «**actio**» e «**passio**» não deixam de ser uma e a mesma coisa, que só tem dois nomes diferentes, conforme é referido a um ou outro dos dois sujeitos, como dissemos.

Há, contudo, dois impecilhos para o emprêgo exclusivo da palavra **acção** no sentido psicológico de «acção voluntária». O primeiro foi a confusão animista. O segundo reside no facto de que a palavra «acto», quase sinônima de «acção», e usada como tradução do têrmo escolástico «actus», significa não só o momento da actividade como também o da «realização actual», em oposição a «potência», a mera possibilidade. A concepção aristotélica de Deus resulta, pois, na terminologia escolástica, como «actus purus», excluindo nêle tôda potencialidade, mas implicando, também, o momento da «actividade suprema». Mas o acto (**enérgeia**), que se opõe à potência, não é a categoria **poien** (acção). A confusão dêsses dois momentos culminou em fórmulas como: «O que não age não é». Essa confusão metafísi-

ca introduzia a ambigüidade na palavra acção.

Muito usada hoje na Psicologia, que lhe impôs um sentido que, se não a identifica com «acção voluntária», pelo menos a relaciona com a vontade, e deduz dos diferentes graus dessa relação os pontos de vista para uma divisão prática como segue:

A) Acções voluntárias que 1) são efectuadas pela vontade, ou 2) poderiam sê-lo (acções espontâneas);

B) Acções não voluntárias, que são efectuadas em completa independência da vontade (acções reflexas, automáticas);

C) Acções antivoluntárias, que ocorrem contra a vontade a despeito de uma resolução da vontade em contrário.

Uma acção moral é um acontecimento devido à intervenção de uma vontade, que não experimenta nenhuma determinação de fora nem da própria natureza do sujeito moral. Pelo contrário, é próprio do reino da física, que os seus processos (acção de um ácido) sejam determinados exactamente pela natureza do agente. A diferença aludida volta a importar na conhecida distinção entre «actus humani», acções cônscias e voluntárias, «acções hominis», acções efectuadas por um homem e determinadas, qüididativamente, pela natureza humana, mas que são, senão inconscientes, pelo menos involuntárias.

O reconhecimento do processo cognoscitivo, como «actividade mental», depende da aceitação de outros princípios preliminares. A negação do elemento activo no processo intelectivo conduz até a introduzir uma oposição entre «intelectivo» e «activo». Reid, p. ex.: distingue entre «faculdades intelectivas e activas». Mas, independentemente dessa formulação extrema de princípios opostos, a humanidade, falando antes pelos poetas do que pelos filósofos, sentiu sempre que o elemento de actividade foi distribuído no mundo de maneira desigual, atribuindo-se, geralmente, à região do intelecto uma actividade menos intensa do que a outras manifestações da vida. Farto da teoria, Fausto proclama o princípio oposto: «No começo foi a acção». E quando em outra parte defende a primazia do **logos**, da palavra, do pensamento, acha necessário lembrar, que também o **logos** é activo, tratando, destarte, de justificar a contemplação (gr. **teoria**), ora com reputação de inactiva, senão de preguiçosa.

Refutam essa implicação as palavras de J. Lagneau: «A certeza é uma região profunda, onde o pensamento sòmente se pode manter com esfôrço». Se bem que, de um outro ponto de vista, formula Descartes o princípio: «Não é preciso mais acção para o movimento que para o repouso».

Resumimos, no seguinte, uma exposição de Maurice Blondel, ideador de uma «filosofia da acção», na qual reencontramos também a problemática abordada.

Para compreender e hierarquizar a palavra «acção», é bom usar a distinção tradicional entre **poien, praxein** e **theorein** (fazer, agir e contemplar).

A acção pode consistir em modelar uma matéria exterior ao agente, em encarnar uma idéia, em fazer cooperar, por uma criação artificial, diversas potências físicas ou ideais.

I) A acção pode consistir na formação do próprio agente, esculpindo seus membros e seus hábitos, dando vida à intenção moral no organismo e espiritualizando, assim, a própria vida animal, e, por meio desta, a vida social.

II) A acção pode consistir na realização do pensamento, no que há nêle de mais universal e eterno: a contemplação no sentido estrito, que é acção por excelência. — No primeiro sentido, «acção» parece opôr-se a idéia; ela luta para dominar uma matéria mais ou menos rebelde, mas, por fim, ela deve tirar proveito dessa luta, e enriquecer-se pela colaboração dos seus meios de expressão. No segundo sentido, «acção» parece opôr-se a «intenção», que periga ser atraiçoada e deteriorada, mas que, ao contrário, deve ser precisada, fecundada, completada. No terceiro caso, a «acção contemplativa» parece opôr-se aos procedimentos e ao «processo discursivo» da meditação ou da prática; mas, na realidade, exprime a unidade perfeita do ser e do conhecimento, que preparam os conflitos provisórios e subalternos de tôdas as potências externas, internas, superiores, finalmente reconciliados, hierarquizados. Não é justo inferir dêsses conflitos transitórios uma heterogeneidade radical e peremptória de pensamento e acção. A acção deve constituir a síntese da espontaneidade e da reflexão, da realidade e do conhecimento, da pessoa moral e da ordem universal, da vida interior do espírito e dos mananciais superiores donde ela se alimenta.

«Diferencia Blondel por êste procedimento sua própria filosofia de todo «activismo» pragmatista, como foi defendido por James, Schiller e Dewey. O pragmatismo activista sacrifica a verdade à utilidade prática; o activismo de Blondel faz da verdade uma visão directa do dinamismo em que consiste todo ser. Assim Blondel propugna por uma «lógica da acção», que não nega a «lógica da idéia», mas que a compreende em seu seio como um modo inferior e subordinado de conhecimento, pois a «lógica da idéia» não pode chegar, em sua opinião, à compreensão da essencial inteligibilidade da acção» (Ferrater Mora).

III) Ante a teoria **das modais,** de Suarez, compreende-se da seguinte maneira:

A acção é **transeunte** ou **imanente.** É transeunte (também chamada **intransitiva**) a que tem seu efeito fora do agente, e imanente a que o tem no próprio agente.

A acção, para Suarez, é um **modo** (vide). É a razão formal

da causalidade, da dependência real do efeito quanto à causa.

Entre as inúmeras perguntas que êle faz sôbre a acção, interessa-nos, sobretudo, saber se a acção radica ou no agente ou no paciente.

A acção é algo intermédio entre a causa e o efeito **(aliquid medium inter illas)**. Não é o efeito produzido, nem a causa que produz, nem a síntese de ambos, é a **dependência real** entre o efeito e a causa, que radica no efeito.

A causa agente pode existir sem a acção que dela dimana, pode obrar ou cessar de obrar na acção, o que permite nìtidamente distinguir a causa de sua acção, e também do efeito, porque êste é o término daquele, e um mesmo efeito pode ser alcançado por meio de acções diferentes. Pela acção, o efeito se constitui dependente de sua causa.

A acção é, **a parte rei,** uma dependência real, afirma Suarez, mas é uma dependência da causa eficiente; é a dependência real do término para com seu princípio agente. A dependência é dependência de quem depende; portanto é do término que provém do agente, e como é um modo não pode depender de si mesma. Por isso, a acção não pode existir sòzinha, porque não há dependência sem algo que dependa. O modo é recebido no paciente, e, neste caso, a acção é recebida no paciente, sendo dêste o modo de dependência ao agente.

No tocante às acções transeuntes, tudo é claro. Não quanto às acções imanentes (as que se dão no agente).

No primeiro caso, a acção é **o fieri**; emana do agente, mas nêle não permanece.

Resta agora ver a acção imanente para Suarez. Para muitos tomistas, não há aqui pròpriamente acção, pois esta induz o paciente e, nas imanentes, **não** há paixão (de **pathos,** no sentido de **passus,** sofrido).

Mas Suarez argumenta que os actos imanentes são verdadeiras qualidades, e que se produzem por suas potências (são intensistas, diríamos). São actos imanentes, por exemplo, o ser bom, mau, sapiente, etc. Mas há, nesses actos imanentes, dependência das qualidades às potências que os produzem, alega Suarez. O término pode permanecer no sujeito, e a acção tende ao seu término. A acção imanente pode ser distinguida como acto de produzir e como producto. No primeiro caso, tem razão de producção, **é a acção pròpriamente** tal; como término é a qualidade produzida. A acção cognoscitiva é uma acção imanente. E, no conhecimento, engendram-se as **species intentionales,** que se formam com certa semelhança com o objecto conhecido, são representações dos entes reais. Essas espécies aderem-se à inteligência por meio do modo de inerência.

ACÇÃO DIRECTA — Em **Soc.** e **Pol.,** consiste a acção directa nos métodos não políticos, que são empregados para alcançar uma finalidade social desejada, tais como a sabotagem, a vio-

lência ou não, a actos do govêrno, com o intuito de alcançar uma finalidade social ou política. O uso da **acção directa** é universal nas organizações sociais, que lutam por alguma finalidade política ou social. Contudo, dado o seu emprêgo accidental, há as ideologias, que pregam-na habitualmente e até exclusivamente, como o anarquismo, que julga que a única acção que pode realmente dar frutos proveitosos ao ser humano é a **acção directa**. Diz o anarquismo que o homem, em tudo quanto é fundamental em sua vida, usa a **acção directa.** Êle só satisfaz suas necessidades directamente e não por meio de intermediários, representantes, mandatários, etc. Uma sociedade anárquica não se fundaria num organismo dominado por um poder separado, como é o Estado, mas sim numa organização concreta da sociedade organizada em apoio-mútuo, com uma finalidade tendente ao bem de todos. Para alcançar uma sociedade dessa espécie, em que o Estado seria a própria sociedade organizada, sem órgãos independentes dela, só seria possível pela **acção directa,** e não **pela** indirecta, a política, por exemplo. Daí os anarquistas combaterem radicalmente tôda prática política, porque ela em nada favorecerá a desaparição do Estado como organismo separado, que se afasta cada vez mais da sociedade, tornando-se, dêsse modo, opressor e maléfico.

ACÇÃO (FILOSOFIA DA) — a) Designação para cada doutrina filosófica que acentua o elemento de acção.

b) Especialmente: a filosofia de Maurice Blondel, exposta em sua obra **«L'Action»** (1893). (Vide: **Acção**).

ACÇÃO FRUSTRADA — Inverso da **acção adequada.** (Vide **adequado**).

ACÇÃO IMPULSIVA — Soc. é a que se realiza sem a visão nítida de uma finalidade social. É, assim, irracional.

ACÇÃO POLÍTICA — Em **Soc.** e **Pol.,** é a que se realiza pelo uso da estructura política, tendente a alcançar uma finalidade social ou econômica. Opõe-se à **acção directa.**

ACÇÃO (PRINCÍPIO DE MENOR ACÇÃO) — Princípio da mecânica, já precisado por Fermat, Maupertuis, Euler, Hamilton. Considerado não só como um princípio mecânico, mas, também, metafísico (lei da economia de tôda acção, que visa sempre o menor esfôrço, o menor dispêndio). Tôda acção, que é proporcionada a uma natureza, realiza-se pelo menor dispêndio de energia; isto é, visa directamente seu fim, evitando tudo quanto possa exigir maior dispêndio. Também chamado **Princípio do menor esfôrço.**

Acceptio (lat.) = **acepção.**

ACCIDÊNCIA — O que caracteriza o accidente.

Accidens (ing.) = **accidente.**

Accident (fr. e ing.) = **accidente.**

ACCIDENTAL — Diz-se ao que pertence ao accidente e não

à essência; igualmente ao que ocorre de maneira contingente e casual, sem necessidade.

Accidental (ing. e fr.) = **accidental.**

Accidentale (it.) = **accidental.**

ACCIDENTALISMO — Doutrina que sustenta a negação do princípio de causalidade e que afirma que podem ocorrer factos absolutamente sem causa **(tiquismo, casualidade, acaso** — vide —) o que, na Ética, e, na Psicologia especulativa, condiz ao **indeterminismo** dos processos mentais, ensinando que não há ligações entre si, sem a determinada causa, mas que se verificam accidentalmente.

ACCIDENTE — (Em gr. **synbebekós,** o que acontece com algo). — a) É o que não pertence à essência. (Vide **essência** e **substância**). — Aristóteles distingue:

1) accidentes, que são próprios a um sujeito, não necessàriamente, (como, p. ex., o facto de um músico ser branco);

2) accidentes que aderem ao sujeito, com necessidade (melhor é chamá-los de **propriedades),** ainda que não pertençam à substância (**ousia**), como p. ex. o facto dos ângulos de um triângulo equivalerem a dois rectos. — Porfírio, porém, comentando Aristóteles, provàvelmente sem perceber a diferença, define o accidente como o que pode ter lugar ou não em um sujeito, sem afectar a existência do próprio sujeito, e divide os accidentes em:

b) separáveis (como para o etíope o facto de ser preto; um carácter constante que, contudo, podia desaparecer sem destruir o sujeito a que pertence). — Nesta definição porfiriana, porém, não cabem as características que Aristóteles aponta, pois um triângulo euclidiano não pode dispensar o facto de seus ângulos equivalerem a dois rectos sem deixar de ser um triângulo, ficando, pois, afectada a existência do próprio sujeito.

A definição de Porfírio, que inclui esta última classe, foi a que dominou universalmente na tradição posterior.

c) POR ACCIDENTE chama-se o carácter (de uma acção ou de um acontecimento), por suceder, não em virtude da essência do respectivo sujeito, mas por qualquer outra razão alheia à essência. Por ex.: um barbeiro que chora, não o faz em virtude de ser barbeiro, mas por razões accidentais, «**por accidente**».

d) Diz-se de tudo quanto sucede de maneira contingente ou fortuita; — especialmente, na linguagem corrente, ao que sucede de desagradável (Lalande).

e) **Definição por accidente** diz-se impròpriamente da que tem lugar mediante a indicação dos caracteres ou notas accidentais do objecto-sujeito.

f) Chama-se «**sofisma de accidente**» quando esta determinação **d**, pretende ser uma verdadeira definição.

g) Quando se deduz da universal afirmativa uma particular

afirmativa é que se dá a «**conversão por accidente**»: todo S é P; algum P é S.

h) Não se devem confundir os **accidentes** com os **fenômenos,** pois êstes, geralmente, podem ser constantes, inerentes à própria natureza das coisas, por conseguinte essenciais; os primeiros, sempre excluídos da essência dos sêres, foram definidos por Aristóteles: como o que não sucede nem sempre, nem ordinàriamente.

i) Para Aristóteles, **accidente** não é um absoluto não-ente, nem tampouco é absolutamente (**simpliciter**) um ente. Não se dá o accidente **sem** a substância. O accidente é **da** substância (**inest in substantiam**). O accidente não pode ser separado fìsicamente da substância. Dela se distingue realmente, não real-fìsicamente. (Para os escolásticos, a separação é ontològicamente possível). Por sua vez, o accidente é conseqüente à forma da substância e lhe é, por isso, proporcional.

São accidentes tudo quanto sobrevém à substância e que tenha seu ser **no** ser (**inesse**) da substância. O primeiro accidente, que acontece à substância, é a quantidade para Aristóteles. Não se trata aqui de um acontecer cronológico, mas lógico.

Conseqüências: tudo quanto é accidente não é absolutamente (**simpliciter**), e não pode ser **primeiro** que a substância. O que é accidente não é necessário, mas contingente. O accidente é contingente. O accidente, em um gênero, não pode ser espécie do mesmo gênero. Portanto, a diferença específica, que caracteriza a espécie, no gênero, não pode ser um accidente, mas algo substancial. (Vide **Substância**).

ACCIDENTE PREDICAMENTAL — O accidente predicamental define-se como aquêle cuja qüididade consiste em ser não em si, mas em outro, que é sujeito de **inesão.**

O que caracteriza, portanto, o accidente é ser inerente em outro, ou seja **inesse** (em outro). No **inesse,** temos: atribui-se formalmente algum ser secundário, que supõe um ser primeiro consubstancial, e dependência em ser substancial, e com dependência em ser de um sujeito.

Da **quantidade predicamental** se define a ordem das partes no todo. Sendo que o têrmo **ordem** significa posição das partes **extra partes,** o que quer dizer que a quantidade é o accidente atribuído ao sujeito por ter partes **extra partes** quanto a si. A ordem é o fundamento da relação, na qual consiste a essência da qualidade, e não é relação da ordem. Desta maneira, a ordem fundamental é o fundamento da relação, segundo prioridade e posterioridade. A quantidade, portanto, contém **multidão** de partes, e desta multidão, **ordem,** segundo a posição em que as partes são colocadas **extra partes,** segundo prioridade e posterioridade. A quantidade transcendental é aquela que abstrai esta ordem, e é apenas a multidão dos entes tomados conjuntamente como número transcenden-

tal, ou, então, é tomado indivisamente, como a plenitude de uma potência, quando se diz quantidade de virtude. A quantidade predicamental é também a extensão, chamada quantidade dimensível, que é accidente das coisas materiais, e é medida da matéria.

A quantidade predicamental se divide em **contínua** e **discreta. É contínua,** quando suas partes continuam entre si, em que seus extremos são um, e **descontínua,** ao contrário.

A **quantidade contínua** chama-se linha, quando tem uma única dimensão; **superfície,** quando tem duas; **corpo,** quando tem três. Chamam-se **unidades predicamentais** as últimas partes de um número de uma quantidade. O **número predicamental** é o que decorre da quantidade discreta, que surge da divisão da quantidade contínua, que é multidão de partes entre si discretas, em que cada uma é uma quantidade contínua, extensa. O **número predicamental** é a verdadeira e própria espécie da quantidade, porque ela mesma ordena as partes discretas, as unidades **extra partes.** Dêste modo, não é apenas a colecção de muitos, mas a sua ordem quantitativa, ordem segundo prioridade e posterioridade. Da unidade resulta o número; ou seja, a ordem da posição discreta, que é o novo accidente realmente distinto da substância tomada singularmente, como também da sua quantidade contínua. O número é um **per se,** unidade da ordem, que é um accidente. O número é, portanto, uma ordem de posição das partes discretas, e ordena muitos sôbre uma ordem. Não se pode dizer que é um o que não tem um sujeito. Tomado nas coisas da natureza, o número, considerado meramente numérico, é um. O número diversifica segundo a diversidade essencial.

O número é terminado e determinado pela última unidade. A linha, a superfície e o corpo matemático são verdadeiras espécies da quantidade.

O **lugar,** o **movimento** e o **tempo** não são espécies da quantidade, mas são **quanta** por accidente. Assim, o lugar é a superfície ambiente, que contém o locado, o que não significa especial razão de extensão, mas sim algo que é fora do conceito de quantidade, e que nêle acontece. O um, tomado em si, não é número, porque o número implica multidão. O **um transcendental** nada de real acrescenta ao ente, mas significa o próprio ser enquanto é concebido como **um indiviso,** enquanto que o **um predicamental** acrescenta algo ao ente, pois não significa apenas o ente, mas o ente como um **quantum.**

Propriedades da quantidade — Assim, na Física, são conhecidas as propriedades como a extensão local, a impenetrabilidade, a mensurabilidade, a divisibilidade. Como propriedades lógicas, temos: 1) **não ter contrários, de contrariedade pròpriamente dita.** A razão é simples: os contrários, que estão no mesmo sujeito, repelem-se mùtuamente. Mas, a

quantidade não repele a quantidade. Pois uma quantidade não produz outra quantidade, mas a quantidade retirada é extraída da quantidade. Grande e pequeno, muito e pouco são opostos, não contrários, apenas relativamente, pois se diz que uma coisa é grande em relação a uma menor, e se diz que é menor em relação à maior. Assim duzentos é grande em relação a três, e é pequeno em relação a dois mil.

2) **Não estar sujeita a mais e menos.** Um número pode ser maior que outro; contudo, não é mais número (enquanto **número**).

3) **A quantidade funda-se na relação de igualdade e desigualdade,** porque torna o sujeito mensurável, e o que convém nalguma medida é chamado **igual,** e o que não convém, **desigual.**

DA QUALIDADE PREDICAMENTAL — A **qualidade** é tomada: 1) como diferença essencial, que é chamada a **qualidade do gênero;** 2) como um acidente qualquer; 3) estritamente como algo especial de algum accidente, que responde à pergunta **qualis?,** endereçada à **substância,** e que convém absolutamente à **substância** distinguida e determinada esta. Separa-se da **quantidade,** que também convém absolutamente à **substância,** que, contudo, não a distingue nem a determina.

São Tomás define como o accidente modificativo ou determinativo da substância em si-mesma, e que se distingue dos outros accidentes, porque êstes não determinam absolutamente em si mesmos a **substância,** mas em ordem a outro têrmo, como a **relação,** ou em ordem de adjacentes extrínsecos, como se vê em outros predicamentos. Tomada estritamente, a qualidade, enquanto gênero supremo, divide-se em quatro espécies, que são: hábito e disposição, potência e impotência, paixão e qualidade de sofrer, forma e figura.

A qualidade determina a substância em seu ser ou como **quantum.**

Como **quantum,** determina a posição das partes da **substância;** é forma e figura. Se determina a substância no seu próprio ser, determina em si mesma, pelo qual ela é constituída como **hábito e exposição,** ou em ordem à sua actividade e passividade, pelo qual é constituída em **potência** e **impotência,** etc.

DO HÁBITO (vide) — O têrmo **habitus** predica-se da coisa, não enquanto esta tem algo, porque isso é o que constitui pròpriamente o predicamento **hábito,** mas enquanto a coisa se há **(habet)** em si-mesma; ou seja, como ela se há em si mesma.

A disposição é definida como o accidente fàcilmente móvel, que dispõe o sujeito a bem ou mal haver-se em si mesmo. Hábito e disposição diferem intrínseca e especificamente, porque uma pode ser fácil e outra difícil, assim como a opinião, por sua natureza, é fácil, enquanto a ciência é difícil, e, no obstinado, a opinião pode ser dificilmente removível, enquanto a ciência, ao

contrário. O hábito pode ser **entitativo** e **operativo.** Ambos determinam a substância, mas o operativo determina por ordem à actividade o hábito meramente entitativo. O hábito operativo pode ser tomado estritamente ou não. O primeiro consiste, por modo de inclinação, na indeterminação da potência, que impede operar no bem ou no mal. A segunda consiste na acção cognoscitiva e operativa.

A potência é definida como o accidente que dispõe o sujeito a operar ou a resistir. A resistência, contudo, também é uma operação. Divide-se a potência em **activa** e **passiva.** Activa é a que realiza uma acção transeunte, que transita fora da potência do sujeito para algo. E **passiva,** a que permanece imanentemente Assim se diz que a potência activa é transeunte ou transitiva, e a passiva é imanente.

DA PAIXÃO (**PASSIO**) — A capacidade de sofrer alterações de uma qualidade a uma outra oposta, por exemplo de uma côr a outra côr, diz-se **paixão,** que é a capacidade de alteração, de ser alterado. Chamam-se **qualidades passivas** aquelas que estão sujeitas a mudanças de graus de intensidade, como as côres, os sons, o odor, o sabor, etc. Estas são imediatamente por si **sensibiles, sensíveis.**

As côres, como o vermelho, o azul, são distintas por diferenças próprias, já o branco e o negro são diferenças de intensidade na luz, uma o grau máximo de intensidade e a outra o mínimo de intensidade. As qualidades químicas não são sensíveis imediatamente **per se,** como, por exemplo, a afinidade química, a densidade, a raridade.

A **figura** define-se como a determinação da quantidade pela qualidade e é accidental; a forma é tomada qualitativamente como a proporção devida à figura, como se observa nas coisas artificiais.

Propriedades da qualidade: 1) tem contrários. Esta propriedade convém unicamente à qualidade, mas nem tôdas as qualidades admitem contrários. Assim, na Física, o calor não tem contrário, embora tenha graus, pois o frio é um grau de calor.

2) Admite o mais e menos. É outra propriedade que convém à qualidade. Mas nem tôdas qualidades a admitem.

3) Segundo a qualidade, as coisas podem ser ditas **semelhantes** ou **dissemelhantes.**

DA RELAÇÃO PREDICAMENTAL — Tomada em sentido lato, **relação** é a ordem de um a outro.

Pode ser **segundo se diz (secundum dici),** que é a relação no ser absoluto, ou pura, e **relação segundo o ser (secundum esse),** que se refere a outro, como a relação de paternidade. A relação **secundum esse** pode ser **real** e de **razão.** É **real,** quando se dá nas coisas da natureza, independentemente da consideração da mente, como a entre pai e filho; e de **razão,** quando apenas subsiste no intelecto, como a rela-

ção de predicado a sujeito. A relação **secundum dici** chama-se **transcendental,** quando se refere aos predicamentos. Assim a matéria, em relação ao gênero da substância, refere-se, transcendentalmente, à forma, e a forma à matéria. A relação **real secundum esse** é a relação predicamental quando é accidente real, cujo ser se dá totalmente em relação a outro. Como accidente real, distingue-se da relação de razão e distingue-se da relação transcendental, porque, nesta, todo ser não se dá ante outro, como numa entidade absoluta, na qual não se inclui ordem a outro. Na verdade, a **relação predicamental** consiste em ser **ad aliud** (a outro). A relação **secundum dici** é a ordem inclusa na essência da coisa absoluta. A relação **secundum esse** é a ordem de uma outra essência da coisa adveniente, ou seja, aquela em que todo ser se refere a outro. A relação divide-se, accidentalmente, em **mútua** e **não mútua.** A primeira é aquela que corresponde a outra relação real, como a paternidade corresponde à filiação; a não-mútua é o contrário. Assim, a relação de ciência a seu objecto é não-mútua.

Entre as relações, podemos notar: a relação de **conveniência** e **desconveniência,** que pode ser segundo a quantidade ou a qualidade e a substância. Segundo a **substância,** temos a **identidade** e a **diversidade (distinção).**

Segundo a **quantidade,** temos a **igualdade** e a **desigualdade,** e segundo a **qualidade,** temos a **semelhança** e a **dissemelhança.** A **distinção** ou **diversidade** pode ser **genérica** ou **específica** ou **numérica,** segundo a espécie, o gênero ou o número. Nesta última, a distinção pode dar-se segundo a **posição,** a **distância,** a **indistância,** ou segundo a **ordem** de **prioridade** e **posterioridade,** etc.

A relação de **causalidade** é a que surge entre **causa** e **efeito.**

Propriedades da relação: 1) A relação não tem contrários. A razão é porque os estritamente contrários não podem estar no mesmo sujeito.

2) A relação de per si não está sujeita a mais e menos, mas apenas por accidente.

3) É relativa ou mútua (correlativa), quando uma é explicada pela outra, como pai e filho, senhor e escravo.

DA ACÇÃO E DA PAIXÃO PREDICAMENTAL (comentários) — Define-se a acção como o acto pelo qual uma causa eficiente é causante em acto. É a acção o exercício da causalidade eficiente. É o que diferencia as causas extrínsecas das intrínsecas. Estas causam imediatamente, enquanto as outras não, mas apenas por meio de uma realidade distinta destas.

Assim, a causa final, que é extrínseca, causa mediante a **petição,** e a eficiente, que é intrínseca, causa mediante a **acção.**

Paixão (ou capacidade de determinabilidade) é o accidente pelo qual o sujeito é constituído como acto recipiente da acção do sujeito. A **paixão (passio)** corresponde à acção.

A **acção** pode ser productiva de uma substância ou de um accidente. A primeira chama-se **geração da substância;** a segunda realiza apenas uma mutação na substância, é a **geração do accidente.**

DO UBI (DO ONDE) PREDICAMENTAL — Em sentido lato, entende-se por **ubi (o onde)** a presença no local. O local pode ser **circunscriptivo** ou **extenso,** ou **não circunscriptivo,** ou **inextenso.** O **ubi** predicamental é a presença em local circunscriptivo. O **onde** é o local em que é colocado o corpo no ambiente.

DO LUGAR PREDICAMENTAL — O lugar é o accidente que dispõe as partes no **onde.**

DO QUANDO PREDICAMENTAL — É o accidente que consiste na disposição de algo simultâneamente no tempo ou não simultâneamente, segundo o seu movimento ou a sua quietação. Daí poder-se, segundo o tempo, dizer que uma coisa é simultânea, ou tem prioridade ou posterioridade, que são divisões do tempo (instante, **agora,** que equivale à simultaneidade, e **passado,** à prioridade, e **futuro,** à posterioridade).

DO HÁBITO PREDICAMENTAL (comentários) — Hábito é o que imediatamente nos corpos resulta de um adjacente extrínseco, não mensurante. Quando é mensurante resulta o **ubi,** onde; quando não é mensurante, resulta o **hábito.** Assim, as vestes, que são extrínsecas ao homem, tomam o nome de **hábito.**

DOS POSTPREDICAMENTOS — Chamam-se de **postpredicamentos** as propriedades comuns dos predicamentos.

Temos a **oposição,** a **prioridade,** a **simultaneidade,** a **moção** e o **haver,** que se referem a todos os predicamentos.

Diz-se que há **oposição** entre muitos, quando entre si não convém.

Há **prioridade,** quando um precede a outro em qualquer ordem (cronològicamente, axiològicamente, ontològicamente, etc.).

Simultaneidade é a negação de prioridade e posterioridade.

O haver é o modo, segundo o qual uma coisa se ordena a outra. Temos, assim, o modo de haver por inerência, que é o modo, a **modal,** pelo qual o accidente se há em relação à substância; por **continência,** quando contido na substância; por **posse,** quando é um haver da substância; por **relação** como a que se dá entre pai e filho; e por **justaposição,** quando se diz que algo tem outro apôsto ao lado, como a Itália tem a Suíça ao norte.

Moção se diz do estado de tendência e da via, pelo qual um sujeito se transfere de um modo de haver para outro. Entre as moções, temos a corrupção, o devir.

Quando a **moção** é substancial, temos a **corrupção,** se há perda da forma; **geração,** quando adquire uma forma; **alteração,** quando há moção de qualidade para qualidade; **movimento local,**

quando há transferência, transladação de um **ubi** para outro **ubi; aumento,** quando passa de menor para maior quantidade; **diminuição,** ao inverso. (Vide **Moção**).

QUANTIDADE E A QUALIDADE (comentários) — Estas duas categorias aristotélicas exigem alguns comentários, quando comparadas, pois são férteis em muitas distinções importantes.

Só as quantidades são comparáveis, e à razão cabe a função da comparação. O que é comparável da qualidade é o quantitativo da qualidade, o grau de intensidade, o que é quantitativamente reductível. Não podemos comparar uma qualidade com outra, uma côr com um sabor, mas podemos comparar um amarelo com um **menos** amarelo. Na quantidade, o acrescentamento **aumenta;** na qualidade, não. Um verde mais um verde não formam duas vêzes verdes, enquanto uma medida quantitativa e outra igual formam duas. Só podemos comparar, qualitativamente, quando há duas **qualidades especificamente iguais.**

Então, o que comparamos é o quantitativo: um objecto, mais ou menos pesado do que outro; um amarelo, mais ou menos amarelo que outro.

As qualidades são heterogêneas. Cada uma forma uma ordem, uma ordem própria, e quando se passa de uma qualidade para outra, passa-se de uma ordem para outra. Não comparamos o verde com o pesado, a côr com o sabor. As quantidades, como qualidades, são incomparáveis e incomensuráveis. Quando dizemos que a côr tal é o resultado de tantas vibrações, e comparamos quantitativamente com outra côr de vibrações luminosas de menor número, comparamos apenas o quantitativo, o **número** das vibrações, não a qualidade. Não se deve argumentar com as comparações estéticas, que falam de um som verde, ou de um som azul, porque não são comparações, mas transposições, substituições, metáforas.

Os psicofísicos quiseram comparar as qualidades sob a base das intensidades, reduzindo-as à extensão. A razão prefere a quantidade. E vamos mostrar por que.

O que **aparece** é a qualidade. (A figura, estereométrica, dos corpos é uma delimitação qualitativa da quantidade. Esta, em si, não é captada pelos sentidos, mas sempre no conjunto qualitativo-quantitativo, pois o tacto, que é o sentido em que há predominância do quantitativo, nunca exclui a qualidade). Nós vemos objectos que são amarelos, azuis, encarnados, pesados, leves, velozes, etc. A quantidade revela-se logo. A razão busca o mais firme, o mais sólido; e não o que aparece, o que muda, cambia. Procura a quantidade, porque esta permite a comparação. Podemos comparar quantitativamente um livro com uma mesa e dizer que aquela contém 10 livros dêste de largura. Mas as qualidades já não podemos fazê-lo do mesmo modo. A qualidade, por definição, tende para o dife-

rente. Pela quantidade a razão **une, sintetiza.** Boutroux (1845-1921) combate o que êle chama de **racionalismo quantitativo,** que tende para reduzir a qualidade à quantidade. «...a hipótese de uma quantidade pura de tôda qualidade..., mas que idéia se pode fazer de tal objecto? Uma quantidade não pode ser senão uma grandeza ou um grau de qualquer coisa, e essa qualquer coisa é precisamente a qualidade»...

Em suma: a quantidade é incompreensível sem a qualidade. Uma implica a outra. São dois conceitos, um da razão e outro da intuição, que se implicam dialècticamente. A abstracção pura da quantidade, como da qualidade, leva a um «impasse» da razão, como se vê no racionalismo. Ambas, abstractamente (tomada em separado), tornam-se ininteligíveis. Concretamente consideradas (dialècticamente). em conjunto consideradas, completam-se. É mais um antagonismo que se complementa, porque é resultado do funcionamento dialéctico da inteligência.

Accidentia (lat.) = **accidência.**

Accidenz (al.) = **accidente.**

Accommodation (fr.) = **acomodação.**

Accomodamento (it.) = **acomodação.**

Accomodation (al. e ing.) = **acomodação.**

ACEFALIA, ACEFALISMO — Psic. — Ausência de cabeça. Metafòricamente, em Sociologia e Política, ausência de direcção.

ACEITAÇÃO — Experiência psicológica, que consiste na atitude positiva de assentimento ou aproximação de um conceito ou um juízo.

ACEITAÇÃO — Sinônimo de reconhecimento (da veracidade de uma afirmação).

ACELERAÇÃO — Em Psicologia, significa a lei, segundo a qual tôdas as modificações e variações hereditárias, que se acham em série progressiva, tendem a aparecer nos indivíduos, primeiro no estado de adolescência ou no de adulto, para serem transmitidos aos descendentes, de forma que se manifestam em um estado cada vez mais cedo de crescimento, para, finalmente, ou tornarem-se embrionais, ou serem suprimidos, cedendo lugar a outras características de origem mais recente no desenvolvimento. Darwin chamou esta lei de princípios de «Charlier inheritante». Aumento de movimento num objecto que se move. É aplicado a um movimento social ou a um processo que envolva proporção ou mudança.

ACELERAÇÃO DE MUDANÇA SOCIAL — É uma proporção de aumento na velocidade de um processo. «Desceleração» é o descrécimo na proporção de mudança. «Celeração» admite algumas vêzes **aceleração** ou **desceleração,** sendo positiva ou negativa a mudança de proporção na relação de um processo. Usam-se tais têrmos para a diferença entre dois períodos na proporção de uma mudança social, dividida pelo intervalo de

tempo entre as datas médias de dois períodos.

ACELERAÇÃO NEGATIVA — Chama-se a que consiste num grau de diminuição na velocidade de retardamento.

ACELERAÇÃO POSITIVA — Modificação no grau de velocidade por progressão lenta, e depois mais rápida. Emprega-se, também, para referir-se aos graus de aprendizagem.

ACENTO — Significa:

a) A qualidade, tom ou fôrça de pronúncia das vogais (sem sentido estrito).

b) Os sinais gráficos que marcam as características acima notadas.

c) O matiz de pronúncia, peculiar ao dialecto de um indivíduo ou de uma comunidade **(sotaque)**.

d) Na Música, característica do tom de uma série, por meio da qual êste se destaca dos que o antecedem, e dos que os sucedem. É chamado também de **ictus.**

ACENTO DA ESCRITA — Quando em pessoas de igual nacionalidade são observadas certas características peculiares na escrita, chama-se tal facto de **acento de escrita.**

ACENTO SUBJECTIVO — Numa seqüência de impressões igualmente espaciais, o sujeito percebe-as, segundo um ritmo subjectivo, ao qual é chamado de acento subjectivo. Metafòricamente se emprega para indicar a ordenação rítmica quanto aos valôres que obedecem a uma preferência individual, embora os factos valorados apresentem igualdade, enquanto tomados em si mesmos em relação uns com os outros.

ACEPÇÃO FILOSÓFICA — Se observarmos a formação da terminologia filosófica greco-romana, verificamos que sempre houve o intuito de dar aos têrmos a acepção mais precisiva, o que foi conseguido, extraordinàriamente, no período da escolástica, em que as palavras, usadas por seus autores, tinham acepções seguras e permitiam a clareza no pensamento, evitando tanto quanto possível as ambigüidades. Se fôr observar-se a ciência moderna, verifica-se, fàcilmente, que seu progresso se deve, em grande parte, à nitidez e rigidez das acepções dos têrmos empregados, o que permite a maior inteligência, e comunicação do pensamento entre os cientistas, o que evita as interpretações ambíguas e caricaturais sôbre as teorias, o que não se dá no campo da filosofia moderna. E isso se deve a essa **precisão.** Contudo, por ter a filosofia moderna, por um simples e psicológico espírito de rebeldia juvenil, se afastado da escolástica, desconhecendo-a completamente, a terminologia filosófica caiu no domínio das opiniões, e os têrmos são usados ao sabor dos autores, sem o cuidado de justificá-los, não só lògicamente, mas, sobretudo, ontològicamente, como deveriam. O resultado é que os dicionários de filosofia vêem-

se obrigados a coleccionar as várias acepções usadas, e até por filósofos de segunda categoria, mas muito lidos, a fim de percatar o leitor dos erros que porventura possa cair, julgando que tais têrmos tenham, ou não, tal ou qual significado. Nós nos colocamos decididamente na linha da escolástica neste ponto, e preferimos as acepções clássicas, mais seguras. Se registramos as modernas, fazemo-lo apenas para prestar esclarecimentos ao leitor. Por outro lado, sempre aconselhamos o uso que garanta maior rigidez ao conceito, e que evite as equivocidades e ambigüidades, de que está cheia a moderna literatura filosófica, tão afastada dêsse caminho.

ACERVUS ARGUMENTUM — É um argumento sofístico, que consiste no seguinte: dado um certo número de pedras, não suficientes para constituir um monte, não se alcança o monte pela adição de mais uma colocada eventualmente, mas, se se repete êsse processo, obtém-se o monte. O problema sofístico está em perguntar qual a pedra que provoca o surgimento do monte de pedra. Êste problema provocou muitas discussões na filosofia clássica entre filósofos menores.

ACESSO EPILEPTIFORME — Convulsão ou ataque semelhante ao epiléptico, mas proveniente de uma causa específica outra, como irritações, produzidas por feridas, enfermidades cerebrais, etc.

Achromasia (ing.) = **acromasia.**

Achromasia (al. e fr.) = **acromasia.**

Achromatopsia (ing.) = **acromatopsia.**

Achromatopsie (fr. e al.) = **acromatopsia.**

Achtung (al.) = **respeito, atenção.**

ACIDENTE — Vide **accidente.**

ACLIMATAÇÃO — a) Soc. Processo pelo qual se ajustam orgânicamente imigrantes em um novo clima. b) Emprega-se, também, metafòricamente, para indicar o ajustamento a um novo ambiente social. Trata-se dum processo biológico, no qual as contribuições dadas pela civilização podem intervir nela, e facilitá-la. Vide **adaptação.**

ACMESTESIA — Percepção táctil de punção sem dor, causada pelo contacto com um objecto agudo.

ACOASMA — Alucinação auditiva naqueles que ouvem sons indefinidos.

ACOMODAÇÃO — a) Processo pelo qual um organismo procura sua adaptação funcional.

b) O estado alcançado pelo processo **a.** (As acepções **a** e **b** foram propostas por J. M. Baldwin).

c) Ajustamento do olhar para os objectos colocados em diferentes distâncias.

d) Usado freqüentemente em conexão com a interpretação bíblica. (Vide: **Acomodatício (sentido).**

e) Soc., é o processo pelo qual há, consciente ou inconscientemente, certas alterações nas relações funcionais entre as pessoas humanas ou grupos sociais, com o intuito de evitar oposições, conflitos, e no intuito de promover um recíproco ajustamento, uma harmonização entre opostos. Chama-se também de **acomodação** o que resulta dêsse processo. Entre os processos de **acomodação,** podemos citar os seguintes: arbitramento, conciliação, tolerância, subordinação, etc.

Crítica: Filosòficamente, emprega-se o têrmo **acomodação** analògicamente ao seu conteúdo biológico, pois, êste, consiste na disposição dos esquemas biológicos aos factos do mundo exterior, com a intenção biológica de torná-los **ad commodo,** isto é, ajustando-os ao ambiente. Psicològicamente, há acomodação dos sentidos para os estímulos do meio exterior. A **assimilação** psíquica processa-se após a acomodação da esquemática sensório-motriz. Para melhor inteligência dêste ponto (vide **Adaptação psicológica**).

ACOMODAÇÃO CRIADORA — Soc., é a que se processa voluntàriamente por deliberação, mas que faz surgir novas normas de conduta e de relações sociais, pois tende a construir novas modalidades para tornar mais hábil a **acomodação** desejada.

ACOMODATÍCIO (SENTIDO) — Sentido simbólico, que se empresta, arbitràriamente, a um texto, sem correspondência ao literal, quer acomodando-o por analogia ou não. Aplicado à Bíblia, equivale a «sentido alegórico».

ACONATIVO — Adjectivo formado do **a** privativo e de **conação,** para qualificar o que não implica volição ou desejo (**conação,** vide).

ACONSCIENTE — Usado na Psicologia para indicar a ausência de consciência, quando se trata de sêres inanimados. O têrmo **inconsciência** seria empregado sòmente para designar ausência de consciência nos sêres vivos.

ACONTECIMENTO — a) O que sucede determinadamente no tempo e no espaço, e que se distingue do curso normal do tempo.

b) Um sucesso importante ou que se tornou importante.

c) Também empregado para significar os processos psíquicos, que se dão contràriamente aos chamados estados conscientes.

ACONTECIMENTO FORTUITO — Vide **Azar.**

A contrario (raciocínio) — É o processo de concluir uma oposição nas conseqüências, por uma oposição nas hipóteses. (Vide **A pari**).

A contrario sensu — Loc. lat. = Pela razão contrária, pelo contrário.

ACORDE — Combinação de três ou mais sons emitidos simultâneamente, e que constituem uma variação harmônica definida.

ACÔRDO — Na Soc., consiste na acomodação, isto é, no ajustamento de uma intenção de um indivíduo ou grupo à intenção de outro indivíduo ou grupo, através do qual se estabelece um compromisso entre ambos, que deverá ser mùtuamente obedecido. No **acôrdo,** não há **fusão,** mas apenas similaridade instituída, e não identificação das partes, pois estas continuam com suas características próprias. Pode, no **acôrdo,** haver unificação, com a formação de uma nova unidade, mas, nesta, as partes continuam virtualmente o que são. Há sinonimia com **amálgama, unificação, solidariedade,** em que êstes têrmos indicam graus de associação que, no **acôrdo,** são intensistamente escalares.

ACOSMISM (ing.) = **acosmismo.**

ACOSMISME (fr.) = **acosmismo.**

ACOSMISMO — a) Empregado por Hegel como definição da doutrina de Spinoza, que faz desvanecer-se o mundo (**Cosmos**), e ser absorvido em Deus, sem, contudo, negar-lhe a existência, — cujo panteísmo, para Hegel, não deve ser considerado como fórmula **ateísta,** e sim **acosmística.**

b) Também usado para designar a concepção que não admite a realidade material do universo (**Cosmos**).

Acquired (ing.) = **adquirido.**

Acquis (fr.) = **adquirido.**

Acquisito (it.) = **adquirido.**

Acquistato (it.) = **adquirido.**

ACRACIA — Vide **Fases críticas na História.**

ACREDITAR — a) Significa crer, ter como verdade alguma coisa, dar crédito a alguma coisa.

b) Na **Soc.,** significa propagar ou estender uma doutrina ou opinião maior por acção da fé do que por argumentos racionais.

c) Também solidificar a confiança numa pessoa ou em sua autoridade. Vide **Crédito.**

ACRO — (Do gr. **akros** = altura, extremo). Prefixo para indicar que a qualidade da palavra tem um carácter extremo (p. ex.: **acroestesia, exagerada sensibilidade**), ou que conexiona o extremo, a altura, materialmente tomada, com a palavra com que se acha em combinação, p. ex.: **acrofobia,** mêdo da altitude.

ACROAGNOSE — Incapacidade para apreciar as configurações **quinestésicas.**

Acroamatic (ing.) = **acroamático.**

ACROAMÁTICO — (Do gr. **akroama,** lição oral).

a) Têrmo dado a certas doutrinas não escritas, que são transmitidas oralmente a um número limitado de eleitos ou de pessoas, por serem aquelas julgadas perigosas ou impróprias para o maior número. Neste caso, sinônimo de **esotérico** (vide).

b) Também usado para qualificar certas doutrinas ou partes mais árduas da ciência, redigidas numa linguagem relativa à aridez da matéria do assunto.

c) Nome dado a certas obras de Aristóteles, que foram divididas em duas grandes partes: as **acroamáticas** ou **esotéricas,** reservadas a alguns discípulos escolhidos, e as **exotéricas,** destinadas a um grande número de leitores.

Acroamatique (fr.) = **acroamático.**

ACROANESTESIA — Perda das sensibilidades nas extremidades dos membros humanos.

ACROESTESIA — Aumento da sensibilidade.

ACROFOBIA — Temor doentio aos lugares elevados.

ACROMÁTICO — (Do gr. **alfa** privativo e **khromos,** côr) — Carência de matizes.

ACROMATOPSIA (ACROMASIA) — Incapacidade total ou parcial na distinção das côres. Quando total, chama-se **cegueira cromática,** embora permaneça a sensação luminosa, isto é, a percepção do branco e negro, uma visão puramente fotográfica do mundo. A parcial ou **discromatopsia,** em sentido mais geral **daltonismo,** incapacidade de distinguir uma côr de outra, ou perceber uma determinada côr. Usado mais raramente o têrmo **acromasia.**

ACRÓPOLIS — A parte de uma cidade grega, construída no lugar mais elevado. Em geral, aí estavam localizados os templos principais e os edifícios públicos. A palavra ficou associada às cidades gregas, como Atenas, Argos e Tebas, sobretudo à famosa **Acrópolis** de Atenas.

Act (ing.) = **acto.**

Acte (fr.) = **acto.**

Actio (lat.) = **acção.**

Actio — Na Lógica, é o acidente que consiste no actuar do sujeito sôbre outro. Vide **Categoria** e **Accidente predicamental.**

Action (fr. e ing.) = **acção.**

ACTITUDE — Vide **Atitude.**

ACTIVA (ESCOLA) — Nome dado, na **Pedagogia,** à escola que se funda no princípio da **educação funcional.** (Vide **Funcional**).

ACTIVAR — É o providenciar para acelerar a acção, ou apressar a execução de uma função.

Active (fr.) = **activo.**

ACTIVIDADE — a) Estado de um ser que está efectuando uma operação no sentido descrito em «**acção**».

b) Também é usado simplesmente como sinônimo de «**acção**».

c) «Actividade mental»: a vida intelectiva ou o processo intelectivo. — Aquêles que negam ao processo da consciência o carácter activo e limitam o elemento activo ao reino das tendências, dos instintos, da vontade, e outras faculdades dessa série da vida psíquica. A tendência moderna, porém, inclina-se a reconhecer esta distinção, como sendo antes de grau do que específica, fazendo participar, também, a vida intelectiva do impulso activo dos processos psíquicos, em geral.

ACTIVIDADE ESPONTÂNEA — Mudanças observáveis num indivíduo por acção própria, sem outros factôres, que não êste.

ACTIVIDADE IDEOMOTORA — Na Psic., chamam-se reacções sensório-motoras as que procedem directamente dos estímulos sensoriais, e de **ideomotoras,** as que procedem de processos mentais.

ACTIVIDADE IMANENTE E TRANSITIVA — Vide **Acto.**

ACTIVIDADE MENTAL — Vide **actividade.**

ACTIVIDADE SENSÓRIO-MOTORA — Vide **Actividade ideomotora.**

ACTIVIDADE SOCIAL — Waxweiler (cit., apud Wiese I. 127) denomina actividades sociais os processos de carácter associativo ou disassociativo, que nascem de desejos sociais.

Activism (ing.) = **activismo.**

Activisme (fr.) = **activismo.**

ACTIVISMO — Vide **Actualismo.** — a) Atitude filosófica. geralmente em estreita relação com o **pragmatismo** (Vide).

b) Na filosofia de Rudolf Eucken, o **activismo** se relaciona intimamente com o problema da verdade, que, segundo Eucken, existe independentemente de nós. e só pode ser alcançada de maneira intuitiva por uma vida de acção.

Activismus (al.) = **activismo.**

Activitas (lat.) = **actividade.**

Activität (al.) = **actividade.**

Activité (fr.) = **actividade.**

Activity (ing.) = **actividade.**

ACTIVO — a) O que age ou que tem a virtude de agir. Opõe-se a passivo. O que realiza um **acto,** o que está realizando ou é capaz de realizar uma **acção.**

b) «Faculdades activas», de Reid, opostas às «Faculdades cognitivas». As primeiras compreendem as capacidades de impulso e desejo que leva ou determina uma acção humana. As segundas referem-se às faculdades de raciocínio, juízo, concepção.

c) **«Intelecto activo ou intelecto agente».** (Vide **Agente**).

ACTIVO (ENTENDIMENTO) — Vide **Agente** e **Intelecto.**

ACTO — a) Segundo Aristóteles, o acto é o princípio do agente, pois um agente o é tal, enquanto em acto. O acto, portanto, só se dá no que está em acto; êste antecede ao que está em potência. O que está em acto é necessário ao que está em potência, pois é aquêle o sustentáculo do que é potencial. Aquêle naturalmente move (realiza uma **moção**). Tudo quanto está em acto ou é uma forma subsistente ou tem sua forma em outro. Tôdas as coisas podem ser divididas por **acto** e **potência.**

b) Um enunciado psicológico dessa palavra diz que um acto é um movimento de um ser vivo, bastante rápido para ser perceptível como tal (excluindo, p. ex.

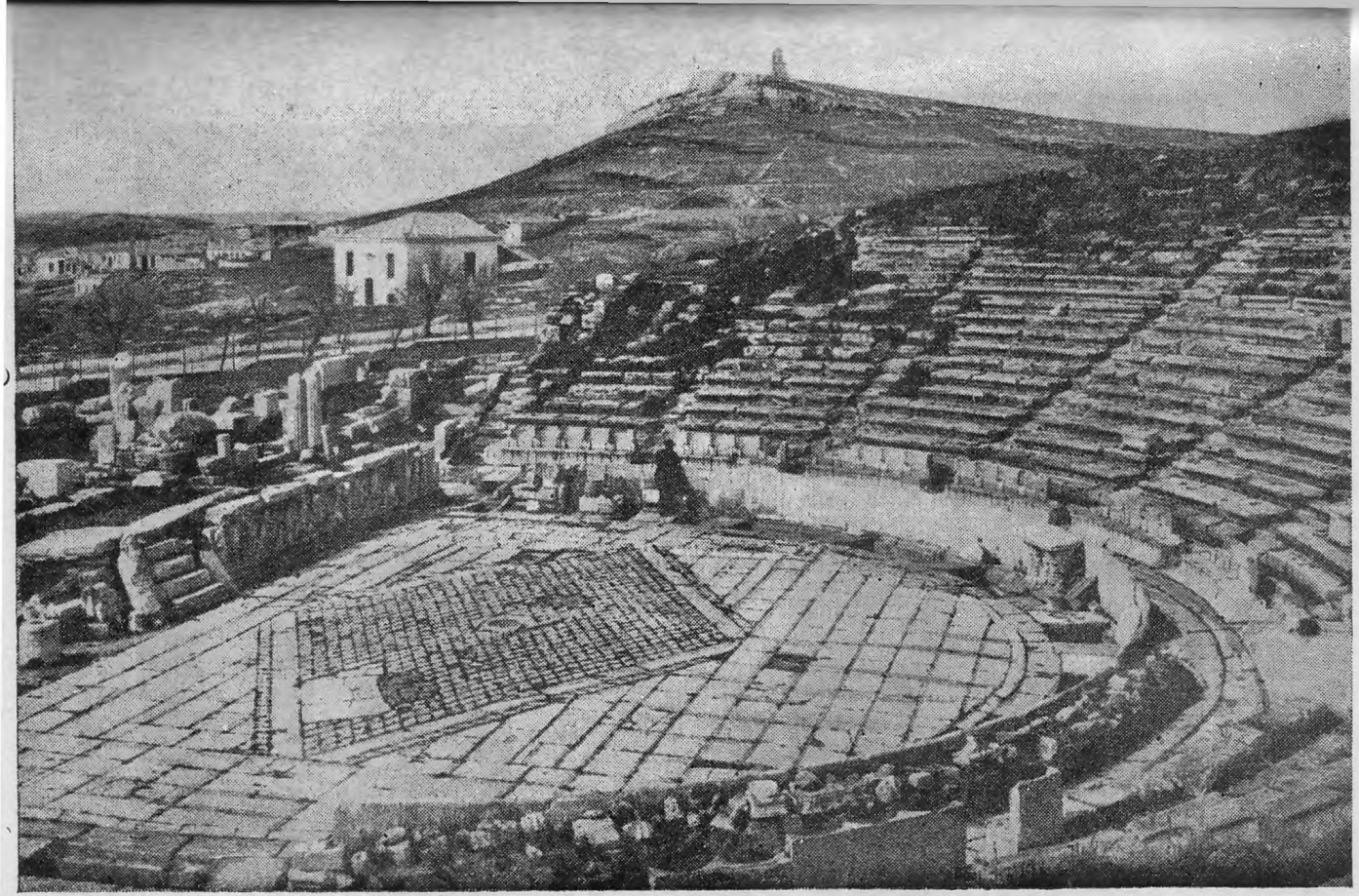
o crescimento) e dirigido a um fim, que pode ser desejado voluntàriamente pelo indivíduo (actos voluntários) ou não (actos reflexos, instintivos, automáticos). Mas, embora o acto não seja voluntário em sua causa, a aparência externa deve configurá-lo com analogia aos actos voluntários, para corresponder à concepção psicológica dêsse têrmo.

c) **Na Ética,** chama-se acto um acontecimento que não se explica pelas meras leis físicas naturais, mas que é causado por um ser suscetível de qualificação moral. Êsse acto não precisa necessàriamente exteriorizar-se em um movimento perceptível; ao contrário, pode consistir exactamente em uma inibição de tal movimento, permanecendo o acto ético puramente intrínseco.

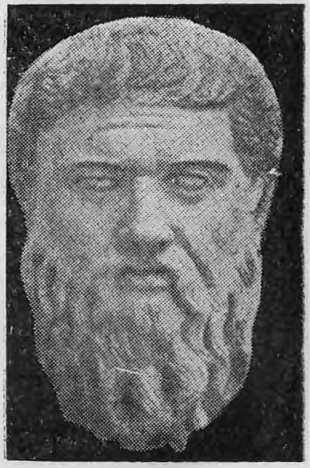
d) **No Direito, acto** é considerado uma determinação voluntária, que tem um efeito exterior. Também se fala em «acto de legislação» (um estatuto), distinguindo-se: **a**) **actos públicos,** que visam regularizar um assunto de interêsse geral e que todos os sujeitos são obrigados a conhecer, e **b**) **actos particulares,** concernentes a interêsses particulares e a respeito dos quais não se impõe, geralmente, ao público conhecê-los.

e) **Na Metafísica,** acto figura como tradução do têrmo escolástico **«actus»,** que por sua vez é a tradução dos têrmos aristotélicos **(enérgeia** e **entelékheia).** Aristóteles chama **acto** ao resultado do advento ao ser da potência, **dynamis,** da matéria, mas enquanto vir-a-ser. A mesma relação entre o possível e o real e entre a matéria e a forma, é a relação existente entre **potência** e **acto.** Mas a **matéria** está em uma relação estática com a **forma.** Enquanto uma coisa está em potência não é acto; quando em acto, não é mais potência. O acto não é, no entanto, a realização da potência, mas o fim da potência que se realiza. A realização da potência é a passagem desta para o acto, o que Aristóteles chama **moção.** (Vide **potência** e **acção).** Como o acto é uma espécie de **moção,** participa da tríplice modalidade de cada moção, que sempre pode ser considerada como: **a**) uma moção possível (potencial), **b**) a moção no processo mesmo de realizar-se, e **c**) a moção realizada ou a nova realização, criada por meio dessa moção. Aristóteles serve-se, em geral, do têrmo **enérgeia** para significar a segunda modalidade, e de **entelé-quia (entelékheia),** para a terceira. **Enérgeia** também aparece como sinônimo daquelas palavras que significam o elemento da forma que tem especial relação com a modalidade primeira.

Essa última afirmação exige uma explicação: em que sentido um movimento possível (ou um acto possível) é relacionado com a forma? — Cada possibilidade reside em um ente já actualmente existente. Se em um ser há possibilidade de uma moção, então reside nêle, já preformada, a forma dessa moção, porque as determinações ontológicas da pró-

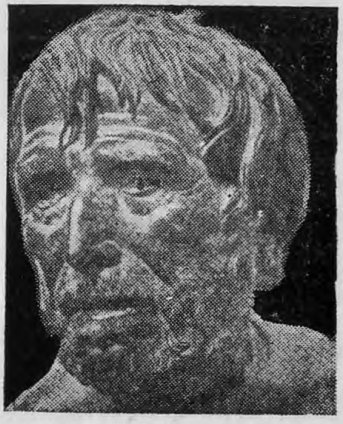


Teatro de Dioniso, em Atenas

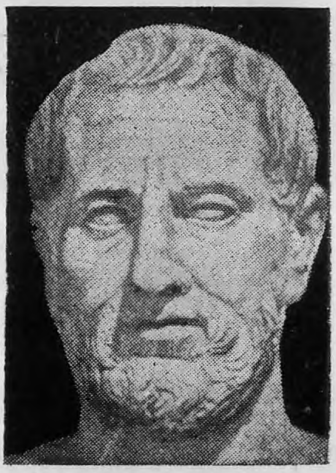


Platão

Aristóteles



Calímaco



Teofrasto

pria natureza dêsse ente são também o fundamento formal da natureza daquela moção. Assim a moção ou acto de um artista ao confeccionar uma obra de arte é preformada na natureza do artista, que, abstraindo-se ainda da particular aptidão artística, tem, pelo menos, que ser uma natureza humana, já que a mesma moção (actuação artística) não se devia esperar de uma pedra, porque a natureza de pedra não é capaz de abrigar a forma em que consiste essa aptidão de criar obras artísticas. Daí resulta que a forma da moção se acha em íntima conexão com a natureza do movido, de sorte que todo elemento formal da própria moção ou acto já se acha predeterminado pela natureza ou qualquer organização adicional (conhecimento) do movido. Por isso, tendo cada moção ou acto o seu elemento formal, preformado naquele ente, que é capaz de efectuar a respectiva moção, é comum aplicar-se o têrmo acto a um acto possível.

Há mais um elemento intermediário entre a mera possibilidade, potência de efectuar um acto, e a sua realização efectiva. Isto é o que Aristóteles chama de éxis (lat. **habitus**). O **hábito** é mais do que a mera possibilidade, porque êle já significa uma inclinação ontológica, (não tendência), para certos actos e uma habilidade especial para efectuá-los.

Assim a possibilidade de um acto artístico, da criação de uma obra de arte, reside em princípio em cada homem, mas só o artista possui o hábito relativo a tal espécie de actos.

O ponto de vista unificador, portanto, das três citadas modalidades de acto, aumentado ainda pelo conceito do «hábito», constitui o «elemento formal», a unidade de organização intrínseca, que faz aparecer a mera possibilidade e o hábito como um acto incipiente, que se realiza no próprio processo da moção, e que, sendo realizado, não termina ainda, mas continua como uma petrificação do próprio processo e como um monumento de todos os factôres contribuintes que tomam parte nêle.

O estabelecimento dessa unidade entre as diversas modalidades do acto não tem qualquer carácter arbitrário ou forçado. Pois como o acto tende a um fim (**enteléquia**), o elemento formal unificador identifica-se com o próprio fim. A causa, que constitui o fim ao qual aspira a construcção, contém em si mesma a construcção.

Tratando-se, porém, não como neste caso, de um fim exterior, mas de um acto, que é êle mesmo o seu próprio fim (distinção que faz Aristóteles para fazer jus a fenômenos como a visão ou o pensamento), vale, não obstante, a mesma identificação entre forma e fim, visto que o intelecto se confunde com o material informante inteligível e o pensamento. O fim em si, não é outra coisa senão a informação do intelecto.

b) Na fenomenologia de Husserl, não são os actos «activida-

des psíquicas, mas vivências intencionais». Deve-se, portanto, excluir dêle tôda a idéia de actividade, com a qual o acto (**Akt**) distingue-se tanto da acção (**Tat**) como do **actus** no sentido clássico.

ACTO ECONÔMICO — A vida econômica é um conjunto de actos **custosos, onerosos,** empregados sôbre o meio exterior pelo homem, para manter a sua subsistência.

A característica fundamental e simples do **acto econômico** é o esfôrço **inteligente** do homem para a obtenção dos meios exteriores, que possam permitir a manutenção da sua subsistência. Nesse aspecto particular, funda-se a **economia.** Essa onerosidade é **invariante,** enquanto as formas em que ela se apresenta na História, isto é, o seu conteúdo, são **variantes.**

Para executar essa apreensão dos meios que lhe fornece o ambiente, êsse esfôrço pesa, é penoso, portanto **custoso,** oneroso, porque lhe exige esfôrço. Até aqui permanecemos dentro de **actos econômicos** de uma economia individual, de uma economia que se processa entre um indivíduo e o meio ambiente. Mas, sucede que o homem não é um animal isolado. Êle vive **em** sociedade. E essa sociedade, à proporção que se complexiona, condiciona também uma complexidade nesse esfôrço, que tem seus graus de intensidade, como também **trocas** de bens entre os homens.

Nota-se, assim, que os aspectos econômicos não são os únicos, mas alguns dos numerosos que compõem a vida humana, a actividade do homem vivo na sociedade. Mas êsses aspectos crescem de importância, impõem-se de tal maneira, que são naturalmente **notados, salientados,** embora nunca se dêem **isolados, autônomos** dos outros. Não são absolutamente autônomos; não há, dêsse modo, uma **actividade econômica rigorosamente pura.** São êles **separados** pela mente humana, separados pela análise de nosso espírito, que assim procede, porque é o meio **indispensável** para estudá-los racionalmente.

No **acto econômico,** há ora uma **troca** entre o homem e o meio ambiente, ora entre diversos sêres humanos, mas essa troca não é a mesma que se dá, por exemplo, entre dois vasos comunicantes, ou «entre duas matérias que reagem quìmicamente uma sôbre a outra». Êsse esfôrço empregado é coordenado com actos psicológicos, pessoais ou adquiridos. Nêle penetram disposições psicológicas individuais ou colectivas, e também o passado condensado na educação, na repetição, na instrução, etc. O **trabalho,** assim, não é apenas um acto físico, mas psicológico e **cultural.**

Os economistas liberais e também os marxistas tratam o **acto econômico** como algo abstracto, como autônomo. Confundem as análises abstractas que dêles se fizeram (quando foram tomados isoladamente pela mente humana), como se essa abstracção se

desse na realidade. Transformam essa **autonomia puramente especulativa** em uma **autonomia real.** Os marxistas, através dêsse abstractismo, acabam por distinguir uma **super-estructura** e uma **infra-estructura,** esta formada pelo conjunto dos factos e relações econômicas, enquanto a **super-estructura** inclui tôdas as outras actividades já do espírito, culturais, como o Direito, a Política, as crenças, a actividade religiosa. Êstes **procedem** daqueles, são **determinados** por aquêles.

A colocação abstracta do facto econômico levou-os a uma unilateralidade prejudicial à compreensão da Economia, como a posição diametralmente contrária dos **liberais** não impediu que também êstes aceitassem a autonomia do facto econômico. A actividade econômica é um aspecto das actividades humanas (do homem enquanto indivíduo, e não pessoa), mas coordenada a estas, formando com estas um todo, que nós **separamos,** para, sôbre elas, especular, estudar, analisar.

Dissemos enquanto **indivíduo** e não pessoa, e esclarecemos: como **indivíduo,** o homem é um organismo, um conjunto de células, com uma vida psicológica. Como **pessoa,** é uma síntese da **consciência psicológica,** com seus **valôres culturais,** de aspecto espiritual, etc. Os actos, que pratica como pessoa, ultrapassam o campo do econômico, são gratuitos. Quando dá, não pretende receber em troca um **equivalente.** Não se dirige a uma utilidade, porque **não perde o que dá.** A pessoa, enquanto tal, enriquece-se quando dá, enquanto, no terreno econômico, o que se dá, **sai, é tirado** do patrimônio.

ACTO HUMANO — A lei do «maior proveito com menor esfôrço» é uma constante universal cósmica, que pode ser encontrada na Físico-química, na Biologia e também na esfera psicológica, ética, sociológica, como na econômica. Para alguns é chamada de «lei da economia», e como pode ser aplicada em tôdas as esferas das coisas cósmicas é uma lei universal, cuja validez, no entanto, poderíamos procurar, embora não o façamos imediatamente.

Mas a economia, que nos interessa examinar, é a social, a economia humana, também chamada política por muitos, ou seja a do ser humano em sociedade, a que se refere à consecução com o menor esfôrço possível de bens aptos a satisfazerem plenamente, cada vez mais, as necessidades humanas. O facto econômico pode, de certo modo, ser considerado fora do âmbito antropológico, como o germinar de plantas que darão frutos. Mas se o acto da colheita pelo homem é um acto econômico, o germinar das plantas e darem frutos são factos da Biologia, da Fisiologia e da Botânica. Mas, na verdade, consideram-se como factos econômicos todos os factos cósmicos que podem ser incluídos no âmbito da Economia; ou seja, que se referem ao homem em função da producção e da satisfação das necessidades. Dêste modo, o

estudo dos actos humanos torna-se imprescindível para a compreensão fundamental da Economia, o que comprova, de modo decisivo, que a inclusão, pelos antigos, da Economia na Ética, como ciência ética, tinha a máxima validez, como ainda veremos.

Embora muitos não gostem de aceitá-lo, e outros em suas atitudes ponham-no em dúvida, o ser humano distingue-se essencialmente dos animais. Possui aquêle uma inteligência, que o leva a realizar actos que os animais não são capazes de fazê-lo. A racionalidade, no sentido clássico do têrmo, distingue essencialmente o homem de os animais, e só, e apenas, se pode chamar de **acto humano** aquêle que não é animal.

O **acto humano,** para ser tal, é mister que seja deliberado pela vontade, do contrário não se distingue do acto irracional, próprio dos animais. A vontade pode deliberar, realizá-lo ou permiti-lo. E essa deliberação consiste na escolha fundada numa cognição. Constituem-no, portanto, a voluntariedade, a cognição e a liberdade. A cognição dá-lhe as notas, o saber sôbre a matéria do acto; a vontade, a capacidade de escolha e de resolução, e a liberdade, a capacidade de **pôr ou não** em execução o acto.

Caracteriza o acto pròpriamente humano a cognição que voluntàriamente realiza ou não um acto frustrável. A frustrabilidade é um aspecto de máxima importância. Ora, o que também caracteriza o acto ético é a frustrabilidade. Se observarmos os factos físico-químicos, nêles não encontramos frustrabilidade espontânea qualquer. Não vemos o hidrogênio, ora proceder dêste modo, ora daquele, quando as condições circunstanciais são as mesmas. Não há frustrabilidade nos factos da Físico-química. Mas, os há nos factos éticos. A frustrabilidade permite-nos até construir uma divisão das ciências: aquelas em que há frustrabilidade, o que é próprio das ciências culturais, pois estas, tendo como objecto material os actos humanos, incluem-na; e as ciências da infrustrabilidade, que são as naturais, como a Físico-química, a Biologia, a Fisiologia, etc. Há frustrabilidade onde o homem se realiza como homem, porque pode êle, pela sua vontade, impedir a actualização de possibilidades.

Quando um animal opõe uma barreira à água que corre, e a represa, para seu benefício, realiza um acto instintivo e animal, mas a construcção de uma barragem num rio, a construcção de uma catedral, o erguimento de um arranha-céu são actos de vontade e testemunham a vontade.

E há um ponto importante, onde a frustrabilidade encontra-se com a infrustrabilidade no campo da Economia. É na Técnica. E tal se dá, porque, nesta, a vontade humana actua, pondo a infrustrabilidade física a proceder de modo a atingir determinados fins. Êste tema de magna importância nos permitirá achar o

ponto de encontro entre a liberdade e a necessidade.

Deve-se distinguir o acto humano, como foi definido acima, do acto não deliberante, realizado pelo homem, como os actos fisiológicos em geral e o acto **incapaz de deliberação** por parte do homem, como o acto de um ébrio.

Chama-se, na Ética, de **acto elícito** aquêle que se realiza imediatamente pela vontade como sua causa. Diz-se que um acto humano da vontade é **perfeito,** se procede do homem agente com a cognição correspondente, acompanhada da disposição da vontade; **imperfeito,** quando falta a plena deliberação da vontade ou do conhecimento da coisa.

É importante, no acto humano, o **elemento cognoscitivo,** sem o qual o referido acto não é completo, por lhe faltar o que é essencial, que é a nota da cognição prévia do que é deliberado pelo intelecto. No elemento cognoscitivo, incluem-se a **advertência,** que é a atenção da mente à coisa, a **deliberação,** pelo qual se inquire qual o acto que deve ser proposto e, finalmente, o **império,** o poder, a **ordem** de executá-lo.

No acto humano, é essencial uma cognição prática antecedente, que pode ser ora formal, ora judicativa, ora reflexa.

Assim, tal é evidente, porque o acto humano é o que decorre do apetite (**petere ad,** pedir para) racional, e implica, necessàriamente, uma deliberação sôbre a conveniência ou desconveniência da sua realização. Essa cognição deve ser **formal,** porque o objecto desejado deve ser formalmente conhecido; deve ser **judicativa,** porque deve ser julgada a conveniência ou desconveniência da prática do referido acto; **reflexa** (reflectir), porque o agente é cônscio da sua acção, e sabe que escolhe realizar o que está sob o domínio da sua vontade.

Na judicação, há também apreciação de valôres, valorações de várias espécies.

Para que o acto humano se realize plenamente, não é mister que haja um conhecimento perfeito da coisa, pois de um conhecimento confuso pode-se realizar um **acto humano perfeito**. Uma cognição confusa, que é vencível, não impede uma deliberação perfeita da vontade, como também uma atenção meramente virtual não impede o acto humano.

Examinemos, pois, os elementos essenciais dêste acto:

1) o elemento **voluntário.** Voluntário é o que procede de algum modo de princípio intrínseco, sob o conhecimento intelectual do fim. Esta é uma definição clássica, cuja justificação é a seguinte: ela procede de algum modo, e pode ser indirecta, imediata, e formalmente, ou mediata, e denominativa, positiva ou negativamente; se não é de origem intrínseca, seria extrínseca, de outro que não o agente; sem a cognição intelectual do fim, e o acto seria cego e não humano, como o expusemos.

Para que algo seja voluntário, é mister que seja conhecido e realizado pelo intento próprio do agente.

Diz-se que o **acto de vontade é livre,** quando esta é determinada sob a razão indiferente, com poder de não agir o que age, ou de agir de outro modo de o que age. **Liberdade não significa absoluta espontaneidade de acção, de determinação,** como querendo dizer que para ser livre um acto é mister que não tenha uma causa, um motivo, uma razão, um porquê. Essa maneira de considerar a liberdade é própria de autores modernos, que nunca compreenderam devidamente os estudos realizados pelos grandes filósofos do passado, sôbre matéria de tanta importância. **Liberdade não significa desvinculamento total.** mas apenas a capacidade, a potência de indiferentemente agir ou não agir, ou de agir de modo outro que o que se realiza. Mas, no agir como se age, encontra-se tôda a conexão de causa e efeito, que dá a necessidade hipotética ao acto realizado. Assim, em quem actua, decidindo-se a fazer isto em vez daquilo, encontraremos, em sua causação, os motivos causais de tal acção, como encontraríamos, também, motivos causais, se o seu acto fôsse outro, pois êste homem, que delibera agora aproveitar seu tempo para estudar, ou para distrair-se, estudando mais tarde, permite que encontremos, em seus motivos, suficientes razões para ambas resoluções. A liberdade está em poder êle deliberar de um ou de outro modo, de aceitar, por um acto deliberativo e de vontade, as razões que julgou deveriam predominar, pelo sopesamento de razões que o levou a seguir êste e não aquêle caminho.

É a **coacção** que impede a realização da vontade, e também a **necessidade** do conseqüente determinado prèviamente.

Mas, o acto só é humano quando livre.

Contudo, o acto humano pode estar sujeito a defeitos. E êstes decorrem de determinadas causas, que influem na cognição. Temos, por exemplo, a **ignorância,** que é o defeito habitual da ciência no sujeito capaz, uma privação de ciência, uma simples nesciência, ou uma ciência não devida. Mas, a ignorância pode ser **vencível** ou **invencível.** A primeira ainda pode ser **absoluta** ou **relativamente invencível,** pois a criança, enquanto tal, ignora, invencìvelmente, em relação à sua idade e capacidade, mas essa ignorância é vencível pelo adulto, também relativamente. Diz-se vencível, aquela que o pode ser no determinado estado em que é considerado o sujeito, que dela padece.

Influi, ainda, na volição humana, a **concupiscência,** que é a desordenada habitualidade do apetite humano dirigido ao acto contra a razão, que pode aumentar o poder executivo do acto ou não. Temos ainda o **mêdo,** que é a trepidação do ânimo ante o que lhe sucede de mal ou possa suceder, que, por sua vez, exerce uma modificação no poder desviador do acto humano.

Temos, ainda, as **paixões,** que são os movimentos apetitivos da virtude em busca do bem, ou adversativos, do mal, que tendem para o maléfico. As paixões podem exercer um papel muito grande na vontade humana, diminuindo o seu poder de deliberação. Também os **hábitos** exercem uma influência importante na realização dos actos humanos, porque são êles uma constante inclinação para determinados actos, podendo aumentar ou diminuir a vontade.

Por causas extrínsecas, o acto humano pode sofrer restrições pela **violência,** que é a moção procedente de princípio extrínseco que sustém a vontade. O exercício da violência pode ser vário e também a sua acção pode sofrer graus, influindo, por sua vez gradativamente, na vontade.

Há, também, o obstáculo à execução do acto humano, tais como os que oferecem o carácter e o temperamento de uma pessoa, como nos mostram os actuais estudos da Caracterologia, que podem aminorar ou exaltar o impulso da volição. Há, ademais, outros obstáculos de ordem patológica, que decorrem de uma anômala disposição da natureza humana, quer de ordem física, quer de ordem psíquica, como o histerismo, a epilepsia, a psicastenia, a neurastenia, etc.

Não pode haver um acto moral sem que seja êle um acto humano. Só o homem, ou só um ser inteligente e livre, pode ter uma vida moral.

Ora, o acto ético, é um acto humano, que deve ser cumprido por razões de conveniência em bases justas, acto frustrável pela vontade humana como realizável por ela.

ACTO DE PENSAR — Vide **Pensamento.**

ACTO FALHO — Na Psic., interferência num acto consciente intentado de um acto accidental, e aparentemente sem propósito, que actua sôbre o primeiro, tornando aquêle falho em suas intenções e desviando-o para outro intento, não desejado por quem o pratica, mas que revela um ímpeto inconsciente ou subconsciente, que realmente deseja empreender o acto modificado.

ACTO E POTÊNCIA NA ESCOLÁSTICA — Os quatro principais axiomas sôbre o acto e a potência, estabelecidos pela escolástica, são os seguintes:

1) O da **limitação** do acto pela potência, que serve para explicar a finitude dos sêres;

2) o axioma da multiplicação do acto, que serve para explicar a **multiplicidade** dos sêres de uma mesma espécie;

3) o axioma da **unidade** do acto, que serve para explicar a verdadeira unidade dos sêres, cuja natureza se compõe de dois princípios substanciais: matéria e forma. É o problema da unicidade da forma substancial;

4) o axioma do **trânsito da potência ao acto,** muitas vêzes considerado como a mais profunda expressão do princípio de causa-

lidade, e que serve de base para a prova da existência de Deus como actualidade pura (**primus motor immobilis**), e de sua contínua cooperação com as criaturas.

Para os tomistas, acto e potência pertencem à ordem **real**, em contraposição à ordem **lógica**. Estão na relação mútua de determinante e de determinável, e sustentam êles haver uma distinção real.

Os escotistas, adversários dos primeiros, consideram apenas como **gradus metaphysici** à semelhança das formalidades, como «vida, heceidade», etc., e distintas **ex natura rei**.

Tal afirmativa leva aos tomistas a chamá-los de realistas exagerados.

Cabe agora saber o que entendem por real. Ora, tal têrmo, em tôda a escolástica, é de um sentido ambíguo. (Vide **real**).

Segundo Gredt, há distinções entre acto e potência.

O acto é separável da potência (**actus realiter est separabilis a potência... potentiam ab actu realiter distingui ex eo quod potentia est id quod est determinabile, actus vero id quod est determinans: iam vero determinans et determinabile realiter distinguntur oportet**) (Elementa II 5,39).

O que se pode separar é o que é realmente distinto. Além disso, o que determina e o que é determinado não podem ser a mesma coisa, e se o acto determina a potência, e esta é determinada por aquêle, a distinção é então efectiva.

Do contrário, seriam o determinante e o determinado apenas **aspectos**, sôbre os quais nosso funcionamento especificamente intelectual estabelece os conceitos de acto e de potência. Por acaso tudo quanto distingue êle conceptualmente pode ser afirmado com distinção real, no sentido que os tomistas empregam? Nesse caso, tudo o que fôsse realmente idêntico teria que ser conceptualmente idêntico.

Se é assim, a actividade abstractiva de nossa intelectualidade estaria negada, e teríamos então estabelecido um paralelismo entre a ordem do conhecimento e a ordem do ser, o que é, na escolástica, o fundamento epistemológico da distinção formal escotística, e que, no problema dos universais, conduz a um realismo conceptual extremo, como pensam muitos.

Os escotistas afirmam que há apenas uma **distinctio formalis**. Os tomistas respondem que os argumentos não procedem, porque acto e potência são realmente distintos, portanto distintos na mente como nas coisas. Não são meros aspectos, mas realidades **separáveis**.

Suarez, como Tomás de Aquino, acusava de êrro aquêles que pretendem medir a distinção das coisas pela distinção dos conceitos. Não há nenhuma necessidade de que a meramente conceptual corresponda, como fundamento, a uma distinção real. Mas,

para Tomás de Aquino e os tomistas, quanto a acto e potência, há essa **distinctio realis ex natura rei.**

Qual o significado do têrmo **real** para os escolásticos?

Real refere-se à ordem da existência. Significa o contrário do nada **«real»,** que também chamam de nada **físico,** em contraste com o nada absoluto ou **metafísico.**

Ao mundo da metafísica geral pertencem as essências. Todos os objectos, que pertencem à ordem metafísica se denominam de reais, embora não existam **actu** (Fuetscher). A ordem metafísica é uma ordem real. É antítese do simples nada, ou nada absoluto.

As essências, embora constem de uma determinação, ou de várias, têm verdadeira unidade, e, como tais, são capazes de receber a existência, pensam os escolásticos. Temos, assim, um real-**físico** e um real-**metafísico.**

«**Essência** significa a soma das determinações de um objecto, o **conceito** essencial, que contém tôdas aquelas notas que são comuns aos indivíduos de uma mesma classe de ser, e só aquelas que constituem precisamente essa classe com diferença de tôdas as outras... Uma essência, enquanto é comum a vários sêres e constitui por isso mesmo **conceito** essencial dos mesmos, só pode achar-se, enquanto **tal,** num sujeito cognoscente; não pode ser um «objecto» do mundo físico... Pertence, necessàriamente, à ordem lógica... E se considerarmos a essência puramente em si, em absoluto, ou enquanto é capaz de receber a existência, então tal essência pertencerá à ordem real. Estará «objectivada», será um «objecto» da ordem «metafísica», um «objecto» do reino das possibilidades, do qual pode ser transladado para a existência pela acção de uma causa eficiente, e convertido, dêsse modo, num objecto da ordem «física»... Os conceitos, nós os concebemos como «criações» da ordem «lógica» (Fuetscher).

Daí, a base tomista da distinção real de acto e potência fica assegurada, mas não sabemos qual espécie de real, se o real-físico ou o real-metafísico.

Se se admitir um paralelismo perfeito entre a ordem metafísica e a real, então tudo quanto se distingue real-metafìsicamente será distinto real-fìsicamente, isto é, o que pertence à ordem da possibilidade e o que pertence à ordem da existência.

Os objectos metafísicos prescindem, portanto, da existência.

Se não existe o paralelismo, então, neste caso, os objectos de ordem metafísica, distintos real-meta-fìsicamente, podem não ter uma identidade real na ordem da existência.

Resta provar, e em cada caso, que há uma distinção real-metafísica e real-física. Estamos, então, no problema do paralelismo entre a ordem do ser e a ordem do conhecimento.

Aceito êsse paralelismo, distingue-se **realmente** o que é distinto **independentemente** do **conhe-**

cimento. Tôda distinção lógica ou conceptual é aquela que apenas se realiza no plano do conhecimento.

«As essências metafísicas, enquanto supõem uma abstracção do pensamento, dizem relação com o sujeito cognoscente, e sob êsse ponto podem ser computadas como da ordem do conhecimento, por contraposição à ordem física de ser, cujos objectos não possuem o ser em tal ordem por meio do pensamento. Por isso, a ordem do conhecimento não coincide exactamente com a ordem «lógica», pois os objectos metafísicos não são ainda objectos «lógicos». Ambos convêm em não poder «existir» em sua ordem, mas dependendo de um sujeito cognoscente. Mas, fora disso, as criações **lógicas** são de tal índole, quanto ao seu **conteúdo,** por exemplo, o conceito universal **como tal** —, que não podem achar-se, **nem sequer** segundo sua «qüididade», fora de um sujeito cognoscente: enquanto as essências **metafísicas** — por exemplo, homem, causa, e substância — podem achar-se, enquanto ao seu conteúdo, realizadas na ordem **física.** A consciência metafísica, concebida como essência metafísica de um ser, converte-se no **conceito** essencial do mesmo, e, conseqüentemente, num **ens logicum.** Em compensação, se se considera a compreensão puramente **isolada,** esta essência, considerada em absoluto — exemplo: homem — pertencerá à ordem metafísica e será um **ens metaphysicum.** E tal seguirá sendo, embora se considere a possibilidade de realização dessa essência. Se se acha de facto realizada na ordem da existência, então será um **ens physicum.** Assim a mesma essência, segundo os diversos pontos de vista, pode pertencer a diversas ordens» (Fuetscher).

Não negam os escotistas a fundamental distinção real entre acto e potência, mas negam que seja apenas uma realidade «independente do conhecimento».

A ciência, para os metafísicos, **est de universalibus.** Ela estuda os objectos mediante a abstracção de sua individualidade e os estuda na generalidade. Mas a ciência não os estuda em sua forma abstracta, mas enquanto à sua **qüididade.** Consideram os metafísicos a ordem da essência por contraposição à ordem da existência. Os objectos da metafísica não subsistem antes da actividade cognoscitiva e com independência dela, mas pressupõem a abstracção da existência, como o mostra Fuetscher.

Abstraímos as «essências» das coisas que se apresentam ante nossa experiência interna e externa, analisamo-las e comparamo-las com os diversos elementos singulares, formamos novas unidades, e chegamos, por êste caminho, às relações e leis necessárias que reinam entre elas.

Na relação entre o acto e a potência como sujeito cognoscente, a posição tomista é declarada platônica, por alguns escolásticos não tomistas. «...**A imaterialidade** é a condição da **inteligibilidade.** O cognoscível é o imaterial, não o material. O que é **actu**

cognoscível, deve estar **actu** livre da matéria. Em compensação, o que está **actu** na matéria não é cognoscível **actu,** mas só em potência, posto que pode ser despojado da matéria. Com êsse fim, possui o homem uma faculdade espiritual particular, o **intellectus agens,** cuja missão é despojar a forma da matéria, e fazê-la, dêsse modo, **actu** cognoscível. Muito bem: como a matéria é o princípio da individuação, resulta daí que o singular, o indivíduo, não é directamente cognoscível, mas apenas a forma «abstraída» da matéria, o universal. O singular conhece-se por referência à imagem sensível da fantasia, imagem da qual o **intellectus agens** tomou a forma universal» (Fuetscher).

Todo cognoscível é reduzido a esquemas, através do processo de assimilação, portanto incluído no esquemático, no que é o conteúdo do conceito. Dessa forma, tudo quanto conhecemos são qualidades, notas, aspectos classificáveis em conceitos. Por mais que procuremos captar a singularidade da unidade, ela nos escapa porque tôda a nossa inteligibilidade está condicionada aos esquemas, que funcionam como generalizadores.

No entanto, **sabemos,** sem ter uma intelecção (dentro da actividade da intelectualidade), que há essa unicidade, mas sabemos **confuse,** confusamente (fundida com... outros aspectos).

O existencialista, que a afirma, desespera de obtê-la, porque sempre encontrará véus que a ocultam. O único é inapreensível e incomunicável, afirma. Mas que apreensibilidade e que comunicabilidade queria êle?

Uma apreensibilidade e comunicabilidade intelectuais só as podemos ter **através de** conceitos e **por** conceitos, portanto generalidades. Querem apreender a unicidade, através dos sentidos, pela sensibilidade? Impossível por que êsses estarão condicionados aos esquemas sensório-motrizes e pelas estructuras já formadas por nós, através da experiência, e tôda apreensão estará condicionada ao dinamismo da adaptação psíquica.

Os fundamentos platônicos do tomismo têm uma base, e esta está esquemàticamente fundada na intelectualidade e no sensório-motriz (sensibilidade).

A cognoscibilidade está, portanto, jungida ao geral, ao **imaterial,** à forma, que se actualiza no singular, sem se tornar singularizada, isto é, em franca oposição a êste.

A materialidade da singularidade é inapreensível. E para o tomismo, a forma unida com a materialidade não é **actu** cognoscível, mas só em potência. Terá, portanto, que despojar-se primeiramente da matéria, «desmaterializar-se» para ser **actu intelligibilis.**

ACTOR — Vide **Espectador.**

ACTUAL — a) O que está efectivamente em **acto,** em oposição a «potencial» e a «virtual». **Energia actual** equivale a **energia cinética.** (Vide **energia**).

b) O que é ou o que acontece «agora», presentemente.

c) Em Teologia, usa-se em diversos sentidos técnicos: assim «graça actual» se opõe a «graça habitual»; «pecado actual» a «pecado original»; «vontade actual» a «vontade potencial»; «intenção actual» a «intenção virtual».

d) Husserl designa como **actual** o modo da consciência, no qual o objecto intencional está dado a ela. O modo actual distingue-se, assim, de potencial, onde há mera presença do atencional, onde há pròpriamente conhecimento (**apud** Ferrater).

Actual (ing.) = **actual.**

ACTUALIDADE — a) Carácter do que é **acto.** b) **Soc.** e **Pol.,** significa a situação que se dá, que existe em determinado momento histórico. Emprega-se, também, na **História.**

ACTUALIDADE E POTENCIALIDADE — Vide **Determinismo.**

Actualisation (fr.) = **actualização.**

ACTUALISMO — a) Têrmo melhor do que **activismo** (Vide), enquanto se trata de descrever o procedimento pragmatista de aproveitar a experiência do passado pela actualidade.

b) Nome dado à nova concepção de **acto** do filósofo italiano Gentile, em oposição à concepção aristotélica. Para Gentile, o acto tende sempre a transformar-se num acto novo. Seu **actualismo** é uma das formas do **activismo filosófico,** e aplica-o especialmente à Política.

Actualitas (lat.) = **actualidade.**

ACTUALIZAÇÃO — O processo de tornar **actual,** na acepção **a.**

Actualizing (ing.) = **actualização.**

ACTUAR — a) É realizar uma acção, que se exerce sôbre outro. O actuante actua uma actuação em algo. Importante essa distinção na teoria das modais, e na compreensão de muitos aspectos activos na Filosofia.

b) Usado, em geral, no sentido de operar, trabalhar, realizar uma função por tôdas as maneiras.

Actuel (fr.) = **actual.**

Actuell (al.) = **actual.**

Actus (lat.) = **acto.**

ACUIDADE — a) Qualidade do que é agudo. Do que termina em ponta ou em gume; do que é penetrante.

b) Daí empregar-se o têrmo **acuidade** para significar a capacidade para captar, nos mínimos matizes, os objectos intelectuais, as distinções subtis, que escapam ao comum das pessoas.

c) Indica-se para caracterizar a capacidade de engenho na colocação e na solução de problemas e, tambem, a finura, a penetração, a perspicácia para penetrar no fundo das idéias, das intenções ou do pensamento alheio.

d) Capacidade dos sentidos em perceber as sensações mais ou menos fracas, e de distinguir duas percepções mais ou menos

vizinhas em distância ou em qualidade.

ACULTURAÇÃO — É o processo pelo qual a cultura é transmitida através de contínuos e directos contactos entre grupos de culturas diferentes, em que um dêles é quase sempre mais desenvolvido culturalmente.

«A aculturação compreende os fenômenos resultantes do contacto directo e contínuo dos grupos de indivíduos de culturas diferentes, com as mudanças conseqüentes nos padrões originais culturais de um ou ambos grupos» (Herskovits, cit., apud Ramos, 384).

Vide: **assimilação, acomodação** e **cultura.**

ACULTURAÇÃO ANTAGONÍSTICA — A adopção de um traço cultural por uma sociedade como um meio de resistir mais eficazmente aos ataques sofridos por outra. Assim exemplifica-se com a adopção do rifle pelas tribos indígenas dos Estados Unidos.

ACUMULAÇÃO — Vide **Progresso.**

ACUSAR — Imputar um êrro, culpa ou crime a alguém. Assim é empregado, ética e sociològicamente, sempre que se inculpa alguém da prática ou de um hábito considerado errado, indigno, vituperável ou anti-social.

ACUSMA — Forma de alucinação auditiva, acompanhada de defeitos sensoriais.

ACUSMÁTICOS — a) Em gr. ouvinte.

b) Título que recebiam os discípulos de Pitágoras, que eram apenas ouvintes de suas aulas ou das matérias ministradas em seu famoso Instituto.

c) Nome que os pitagóricos davam também aos que se dedicavam, na sua ordem, aos estudos da música, que também eram chamados de **musikoi.**

ACÚSTICA — a) É a parte da Física que se dedica ao Estudo do **som.**

b) Diz-se de tôda investigação em geral sôbre os sons.

c) Condições ambientais, que importam na melhor clareza dos sons.

d) Empregado por alguns psicólogos para indicar o ramo dos estudos fisiológicos que se dedicam aos sons, e investigam os efeitos fisiológicos e psicológicos que os mesmos possam realizar.

Acuteness (ing.) = Vide **Sensibilidade aguda.**

Adaequatus (lat.) = **adequado.**

ADÁGIO — Vide **Máxima.**

ADÃO — Segundo o livro da Gênesis, nome próprio do primeiro homem e em hebraico nome colectivo da espécie humana. Provàvelmente relacionado ao têrmo assírio **Adâmu,** formar, plasmar. O que os livros bíblicos dizem da criação de Adão, das suas relações metafísicas e morais para com Deus, da sua queda e da reconciliação do gênero

humano para com Deus por intermédio de Cristo, como o segundo Adão, é não só a base do edifício dogmático da teologia doutrinal, como também fornece pontos de vista e dados para a Antropologia, como sôbre o problema da monogênese ou poligênese das raças humanas, etc.

ADAPTABILIDADE — Carácter do que é adaptável. Capacidade de acomodar-se um ser vivo ao meio ambiente, e o modo de responder às situações criadas no ambiente em geral.

ADAPTAÇÃO — a) Segundo a concepção evolucionista, consiste na modificação que experimenta um órgão para torná-lo mais apto à sua função. Esta adaptação, segundo uns, processa-se por causas externas (Lamarck, Darwin, etc.); segundo outros, por causas internas (**hologênese**, de Colosi, Rosa, Naegeli, etc.).

b) A biologia moderna, para designar os factos evolutivos, distingue duas espécies: 1) adaptação em virtude de variação, que é hereditária, e 2) adaptação por modificação, que é adquirida.

c) Em uso menos restrito, a palavra é também aplicada ao ajustamento funcional que se processa nos indivíduos para com o seu meio. Nesta acepção, usa-se também o têrmo «accomodação».

d) O facto da adaptação (no sentido estrito) das espécies ao seu meio foi tradicionalmente citado pela Teologia como prova da existência de uma organização teleológica na criação. Também os representantes da teoria da evolução (Darwin) consideraram-na, temporàriamente, a principal.

e) **Tarde** usa-o **mais genèricamente**, aplicando-a ao **estado** dos elementos, orgânicos ou não, que estão conjuntamente coordenados, ou subordinados ao seu meio (Lalande).

ADAPTAÇÃO NEGATIVA — Sensação gradual da reacção ante o estímulo contínuo ou repetido.

ADAPTAÇÃO PSICOLÓGICA — Todo organismo vivo é um ser de máxima heterogeneidade, onde a intensidade prepondera sôbre a extensidade, e que se heterogeneíza ante o mundo ambiente, onde está imerso, outro e oposto a êle, mas do qual, naturalmente, depende. Mostra-nos a biologia que êsse ser vivo, organizado, mantém trocas com os elementos ambientais; que ora os incorpora ao organismo por assimilação, ora dejecta-os quando não lhe é permitida essa assimilação, ou também por oferecer perigo.

Suas necessidades vitais são aplacadas por essa incorporação de **bens**, que lhe permitem, assim, que se torne **apto** à vida, que **perdure**. O aplacamento de suas necessidades se processa, para tornar-se **apto** ao meio ambiente, pelas trocas que terá de efectuar, isto é, por **sua adaptação**, que é um estado de **adequação**, de equilíbrio dinâmico com o meio ambiente, bem como o que actua sôbre êle. Como organismo, múltiplo em suas funções,

estas, porém, não são de uma rigidez invariante, pois admitem, dentro do seu campo funcional, uma escalaridade, que lhe permite pôr-se de acôrdo, **acordar-se,** no todo ou em parte, com o meio, quer por modificações internas, quer por modificações externas, a fim de sobreviver. Essas adaptações, cujo tema pertence sobretudo à biologia e ciências afins, se dão dentro de uma escala limitada, além da qual o organismo não pode ultrapassar, por sobrevir-lhe, inevitàvelmente, a morte. **A adaptação é assim restrita às disponibilidades do organismo.**

Constroi a Biologia, desta forma, um esquema funcional da adaptação, que se processa pela acomodação **(ad commodo),** conformação, dar a forma **ad,** para, o meio ambiente. E acomoda-se o ser vivo ao meio ambiente com o que tem, com o conjunto de seus esquemas biológicos, tornando-se **como** as coisas. E em face delas, e segundo êsses esquemas que se acomodam, e dentro do seu âmbito, retira do meio ambiente o que lhe é assimilável, de **ad simul, de semelhante a...,** que é a **assimilação.** Dêste modo funciona a adaptação: a) acomodação — exteriorização dos esquemas **ad...;** b) assimilação — tornar semelhante, segundo os esquemas, ao que se assemelha aos esquemas, **ad simul.**

Na adaptação biológica, há:

1) incorporação dos elementos assimilados pelas funções metabólicas do organismo;

2) criação de novos esquemas globais, que se estructuram, segundo as experiências por que passam, que lhes dão nova ordem, os quais, enriquecidos das novas experiências, vão, por sua vez, acomodar-se, já incluindo, memorizadas, as experiências anteriores, o que explicaria as adaptações adquiridas, distintas das fixas, que seriam as normais dos esquemas biológicos.

Discute-se, aqui, se há adaptações adquiridas ou não, e se elas são apenas possibilidades actualizadas das adaptações fixas, isto é, do conjunto dos esquemas biológicos prèviamente dados.

Como os sêres vivos são mais ou menos complexos, entre êles conhecemos os que em seu funcionamento revelam uma diferenciação tal de funções, que são portadores de um sistema psíquico complexo, como os animais superiores e, entre êles, o homem, que dêles se diferenciou ainda mais por ser portador de um espírito **(nous),** que é criador.

E êsse sistema psíquico, como se observa, funciona dentro do campo da biologia, por adaptações, que levam à incorporação de elementos do mundo exterior assimilados, mas se distingue por construir **seus próprios esquemas,** esquemas psíquicos, que não funcionam por incorporação biológica, mas por assimilações de outra ordem, o que leva a distinguir a psicologia de as ciências naturais, quanto a êste ponto, e torná-la, por sua vez, **irredutível à biologia,** em oposição a todos os que se deixam empolgar pelas

interpretações biológicas (como no biologismo), que pretendem, como logo se vê, explicar os factos psíquicos, reduzindo-os a meras manifestações biológicas.

Os esquemas naturais, bio-fisiológicos, que dispomos, nos permitem uma adaptação (acomodação + assimilação), condicionada ao seu alcance e que, para conhecermos **além ou aquém,** precisamos de outros esquemas, que a êles agregamos, como aparelhos técnico-científicos, etc.

Vemos, assim, que nossos meios de contacto com o mundo exterior são de âmbito limitado. Além disso, sabemos que os nossos órgãos dos sentidos não alcançam todos os campos dos factos, mas apenas um muito limitado, que, graças à construcção de outros esquemas, nos é permitido traduzi-los aos que nos são naturais.

Patenteia-se para nós que dispondo apenas de nossos esquemas psíquicos, não poderíamos conhecer além de uma faixa diminuta do existir. Mas, e eis o ponto importante, e que distingue o homem dos animais:

somos capazes de construir novos esquemas e com êles conhecer mais.

E êsse ser, aqui, é poder. E podemos, não só com os esquemas psíquicos que dispomos, estructurá-los de modo a construir novos esquemas globais, que permitam novas acomodações e novas assimilações, ampliando, assim, as nossas possibilidades, como também construir **meios,** utilizar elementos do mundo exterior, ordenados sob novos esquemas, para que sirvam de instrumentos, não só de domínio dos factos exteriores, mas também para conhecê-los.

Conhecer e dominar, dominar e conhecer, temos aí dois aspectos importantes, que distinguem o homem dos animais, pois êstes dispõem apenas de meios fisio-psicológicos para adaptarem-se ao meio exterior.

Dessa forma, a adaptação do homem é já noética e não puramente psíquica. E é noética porque o nous se manifesta nessa capacidade criadora de esquemas.

O homem é, sim, portador de um psiquismo, mas de um psiquismo que é capaz de fundar um espírito.

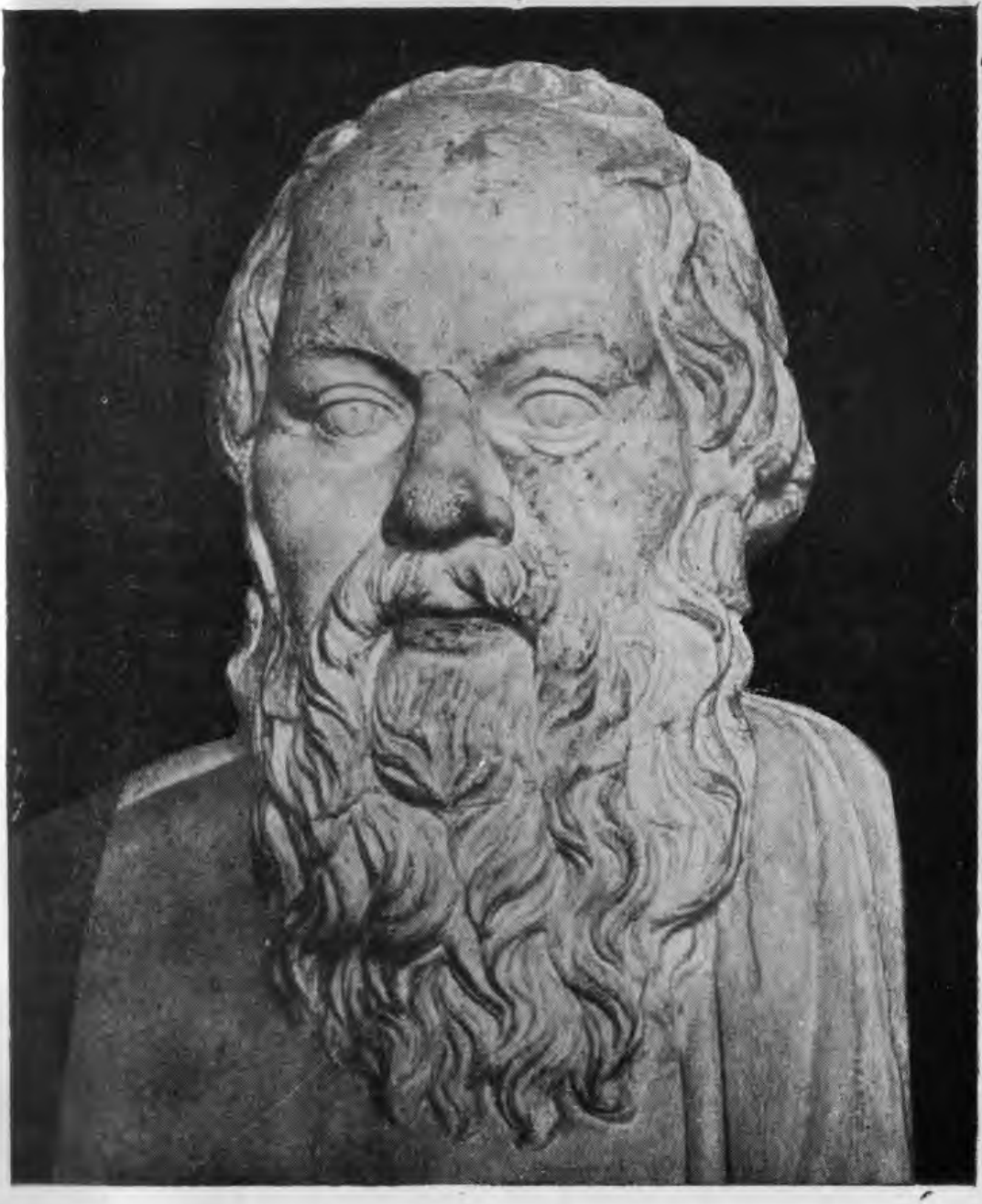
ADAPTAÇÃO NEGATIVA — Diz-se, na Psic., da cessação gradual da reacção ante um estímulo contínuo e repetido. Tal se dá, quando a reacção a um estímulo não produz resultados biològicamente úteis.

ADAPTAÇÃO VISUAL — É o ajustamento da vista às modificações na intensidade da iluminação, que se processa por meio de modificações do tamanho da pupila e da sensibilidade da retina.

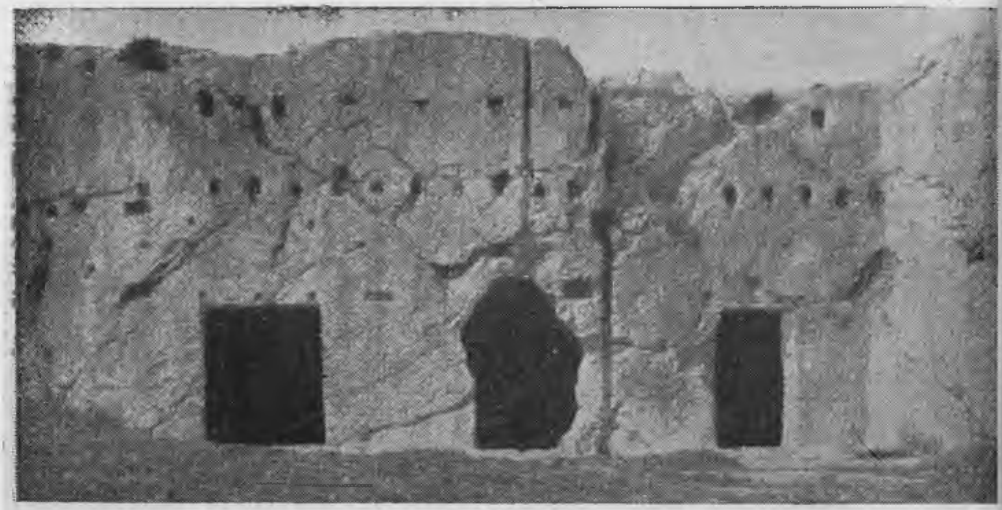
Adaptation (fr. e ing.) = **adaptação.**

ADAPTÁVEL — a) Capacidade do que pode acomodar-se a uma situação circunscriptiva ou ambiental.

b) Na Psic., emprega-se, também, para indicar a capacidade



Sócrates



A prisão de Sócrates

Rua do Burgo de Cerânuco, que vai dar à Academia, fundada por Platão

herdada de acomodação ao meio ambiente. Vide **adaptação.**

Adattamento (it.) = **adaptação**

Adäquat (al.) = **adequado.**

Ad arbitrium (loc. lat.) = **arbitrâriamente.**

Ad commodo — Lat. sig. como a..., que se conforma a... Vide **Adaptação psicológica.**

Addition logique (fr.) = **adição lógica.**

Addizione logica (it.) = **adição lógica.**

ADEÍSMO — Max Müller usa o têrmo, que significa rejeição dos **devas,** ou deuses, da Índia antiga, semelhante ao ateísmo, o qual nega também um único Deus.

ADEQUAÇÃO — (Entre o intelecto e a coisa) — Vide **Adequado.**

ADEQUADO — (Do lat. **adaequare,** de **ad** + **aequare** = tornar igual).

a) Diz-se do têrmo, imagem ou idéia que representa, perfeita e completamente, o objecto que deseja enunciar, em seus aspectos genéricos e específicos.

b) Spinoza usa-o para expressar os caracteres «intrínsecos» de uma idéia verdadeira em oposição às concordâncias «extrínsecas» da idéia e do seu objecto. Segundo Franck, para Spinoza «o conhecimento adequado por excelência é o da eterna e infinita essência de Deus, implicitamente encerrada em cada uma de nossas idéias. E é nesse conhecimento que êle faz consistir a imortalidade da alma e o soberano bem».

A idéia representa a essência invariável e inteligível das coisas, enquanto a sensação corresponde aos aspectos variáveis, às aparências fugitivas. Assim, quanto mais afastada da sensação, mais depurada das afeições, da sensibilidade em geral, mais conforme à natureza real da coisa representada, mais é adequada.

c) Para Leibnitz, é adequado um conhecimento quando distinto, distintos seus elementos. quando «se revela tudo quanto contém o conceito», isto é, uma noção, que é inteiramente analisada em noções simples, de maneira que possamos conhecer *a priori* a possibilidade.

d) Chamavam os escolásticos «adequação entre o intelecto e a coisa» **(aedequatio rei et intellectus)** a expressão da **verdade ontológica,** pela qual há conformidade e perfeita correspondência entre a essência do objecto mentado e o seu modêlo. Constitui, assim, o fundamento da conformidade lógica entre o objecto e seu juízo.

No idealismo moderno, vamos encontrar a substituição dessa adequação pela tese da primazia do transcendental sôbre o ontológico; portanto, um novo tipo de adequação.

A fenomenologia volve ao sentido antigo de adequação. Aceita não sòmente a **adequação total (intuição das essências),** co-

mo, também, no sentido de reducção da verdade à correspondência entre a afirmação e a estructura ontológica do afirmado.

e) Nem de tôdas as idéias podemos formar uma imagem adequada, como, por exemplo, as idéias metafísicas, ou aquelas que, embora físicas, só possuímos meios metafísicos para conhecê-las.

Adéquat (fr.) = **adequado.**

Adequat (ing.) = **adequado.**

Adequato (it.) = **adequado.**

ADESÃO — a) Acção ou efeito de aderir, isto é, estar ou ficar unido, colocado ou ligado continuamente a outro ou outrem.

b) Na **Psic.**, significa o assentimento mais ou menos intenso a um juízo.

c) Sociològicamente, é a conformidade de um indivíduo com outro, ou com a colectividade a que pertence, com as suas normas de pensamento ou de conducta.

d) Na **Fil.**, emprega-se o têrmo **adesão** (**ad** e **haesum**, de **haero**, herdar, herança) no sentido do que está aderido a algo, com nexo real; **haesum** significa o que está unido. Por ex., a **adesão** dos accidentes à sua substância, dos modos à coisa. O étimo **haesum** (hesão) vamos encontrá-lo presente nas aglutinações com as preposições: **ad**, adesão; **cum**, coesão; **in**, inesão, inerente, podendo ainda, na Fil., combinar-se com outros prefixos preposicionais.

Ad hominem (argumento) — Emprega-se a expressão **Argumentum ad hominem**, quando usado especialmente à pessoa a quem se dirige, quer referindo-se a uma inconseqüência ou a um êrro do adversário, quer quando visa a um pormenor particular de sua individualidade ou de sua doutrina.

Adhyātman — (Sânscrito) **adhi**, em cima de **atman** (alma). Um têrmo para o Absoluto, que ganhou popularidade com a leitura do **Bhagavad Gita**, e o qual Ralph Waldo Emerson tornou apropriadamente «Oversoul» (Alma de cima).

ADIAFORIA — A doutrina da adiaforia (gr.: **adiaphoria**) surge na escola estóica, (vide **Estóicos**, em **Sinopse da História da Filosofia**) e significa a doutrina das coisas indiferentes». Na ética estóica, as coisas, que devem ser preferidas, porque ajudam a vida a harmonizar-se com a natureza, são boas; as que devem ser evitadas, porque prejudicam essa harmonia, são más; as indiferentes são precisamente aquelas que não se enquadram em nenhuma dessas duas classificações. São estas, precisamente, as «coisas indiferentes», que Kant chama **extramorais.** (Vide **Indiferença**).

Adiaíretos (gr.) = **indivisível.**

Adiaphoros (gr.) = **o indiferenciado.**

ADIÇÃO LÓGICA — Operação lógica, que ajunta vários conceitos pela reunião dos grupos de indivíduos contidos na ex-

tensão dos respectivos conceitos. (Vide **Extensão**).

A dicto secundum quid ad dictum simpliciter — (Do que se diz relativamente de alguma coisa ao que se diz absolutamente). Expressão de Aristóteles para significar um sofisma, que consiste em passar de uma acepção verdadeira, válida sòmente num determinado domínio, dando-lhe um âmbito absoluto. Assim o que vale para isto passa a valer para todos.

ADIENTE — Na Psic., o que tende a favorecer ao organismo a acção contínua do estímulo.

Ad infinitum (loc. lat.) = até o infinito.

Ad instar (loc. lat.) = à maneira de, à semelhança de...

Ad interim (loc. lat.) = provisòriamente, interinamente.

Adioristos (gr.) = o indeterminado, o indefinido.

ADIVINHAÇÃO — Acto de prever ou predizer acontecimentos futuros por poderes não suficientemente conhecidos (mágicos, místicos, etc.).

ADJECTIVO — Vide **Determinação atributiva.**

Ad judicium — Têrmo usado por Locke para referir-se a um juízo, que se opõe aos argumentos **ad hominem, ad ignorantia, ad verecundiam.**

Ad libitum (loc. lat.) = à vontade, à escôlha.

Admettre (fr.) = **admitir**

ADMINISTRAÇÃO — a) Acção de gerir os negócios públicos ou particulares.

b) Na **Economia,** significa a colocação dos bens, buscando-se um equilíbrio entre os proventos e os gastos.

c) Na ordem estatal, significa a organização e o funcionamento do poder executivo para determinação do cumprimento das leis, etc., sempre visando o bem público ou comum, através do bem dos cidadãos.

d) **Jurìdicamente,** o direito administrativo é uma espécie de direito público, que se contrapõe ao direito civil, pois êste regula os interêsses particulares, que pertencem ao direito privado, enquanto aquêle regula os interêsses públicos.

ADMIRAÇÃO — (Do latim **admiratio**) — a) **Admiração** é um sentimento provocado pelo que é extraordinário. Nesse sentimento, há o reconhecimento prazeiroso da superioridade de algo ou de alguém sôbre quem admira, pela razão da grandeza, do valor ou da beleza do que é admirado. Na **admiração,** há um espanto, e ela se expressa por palavras ou gestos; o contrário da admiração é o **desprêzo** ou **menosprêzo.**

b) Para Descartes, além do sentido usual, esta palavra tem a significação de surpreza, paixão fundamental do filósofo, que provoca o desejo da investigação. É, ainda, para êle, a origem de tôdas as paixões.

c) Para Aristóteles e Spinoza, o conhecimento da necessidade

inerente da ordem suprime a **admiração** ou a transforma numa impassível contemplação intelectual.

Admiratio (lat.) = **admiração.**

Admiration (fr.) = **admiração.**

Admit (to) (ing.) = **admitir.**

ADMITIR — a) Reconhecer, a veracidade de uma opinião, conceder (o **«concedo»** da escolástica). Neste sentido, a palavra implica quase sempre uma reserva: ou para indicar que o consenso expressado se limita a não negar a respectiva afirmação, ou para assinalar que quem «admite» deu sòmente expressão a uma convicção geral, sem criticá-la, ou, então, para fazer subentender que o «admitido» por outro é suscetível de objecções.

b) Aceitar a validez de uma regra ou de uma convenção, p. ex.: «Admitir a ortografia antiga».

c) Demarcar, provisòriamente atribuir um valor aproximativo a uma magnitude, p. ex.: «Admitamos o ano com 360 dias».

d) Supôr, tomar uma proposição como ponto de partida de um raciocínio, sem se preocupar (provisòriamente) com a veracidade ou falsidade de dita proposição, com o fim único de ver quais as conseqüências que se podem tirar dela, p. ex.: «admitamos que a revolução francesa não tivesse acontecido».

e) Tratando-se de coisas, «admitir» designa a compatibilidade do predicado com a natureza daquela coisa; permitir (não jurídica, mas intrìnsecamente); p. ex.: «A discussão sôbre se o princípio da selecção natural admite uma interpretação teleológica do cosmos».

ADOÇÃO — a) Associação voluntária, usualmente confirmada por um reconhecimento legal, de uma criança de outros pais que passa a ser tratada como filho natural.

b) Acto que cria entre duas pessoas uma relação análoga à que resulta da paternidade e filiação legítima.

c) Na Antropologia, verifica-se em um grande número de tribos tal prática, devido a factôres diversos.

A adoção estende-se a relações de grupo. Ajuda a tornar a ordem social mais flexível, e favorece os recém-chegados a um grupo para que se incorporem ao **status** mantido por êste grupo original.

ADOCIONISMO — Uma doutrina cristã proeminente na Espanha, no século VIII, pela qual Cristo, enquanto homem, era considerado o Filho de Deus por **adoção** sòmente, e reconhecia, ademais, que enquanto êle era Deus, era também Filho de Deus por natureza e geração (descendência). A Igreja condenou essa doutrina.

ADOGMATISMO — Teoria ou orientação filosófica de quem se opõe ao **dogmatismo** ou não aceita **dogmas** (vide).

ADOLESCÊNCIA — Período da vida humana, no qual se alcança a maturidade das funções sexuais, que fica entre o começo da puberdade e da idade adulta.

Adonai — Vide **Jeová.**

ADORAÇÃO — Do lat. **ad** e **orare** (orar para alguém).

a) É a acção que consiste em render homenagem, por meio de palavras ou de gestos ou atitudes ou cultos, devida a algo ou a alguém. Na adoração, há uma admiração, pois só é adorável o que é admirável.

b) Nas religiões, a adoração consiste em render à divindade o culto que lhe é julgado devido. e caracteriza-se pelo solene respeito.

ADÔRNO — Uso de algo com o intuito de embelezar. Distinguem-se dois tipos: o social, condicionado pela sociedade, e o de origem individual.

O adôrno é usado tanto pelo sexo feminino como pelo masculino, assim como por indivíduos de tôdas as idades. Vide **Tatuagem.**

Adoxos (gr.) = contrário à opinião comum.

Ad quem (lat.) = ao que, ou a quem. Empregado na Filosofia para indicar a meta de uma **moção** qualquer, para **onde** ela tende, **ao que** ela tende.

ADQUIRIDO — a) Adjectivo, que designa o carácter secundário (em qualquer sentido), da existência não-original de uma qualidade, que foi obtida, por certo esfôrço, por parte do sujeito. Êsse sujeito pode ser um indivíduo ou uma espécie (em Biologia).

b) Percepções adquiridas são aquelas que não nos são dadas imediatamente (percepções naturais), mas só por uma certa educação do respectivo sentido e por um raciocínio inconsciente.

c) Em Biologia, um carácter adquirido se entende como não sendo inato ao indivíduo, mas obtido pela espécie; daí não ser contraditório falar em «hereditariedade de caracteres adquiridos». Também um carácter adquirido pelo indivíduo pode tornar-se hereditário, mas, evidentemente, não no mesmo indivíduo, mas nos descendentes.

d) Na mística, fala-se de qualidades adquiridas por um esfôrço pessoal, em oposição às qualidades ou à contemplação «infusa» de Deus.

e) Como substantivo significa, em **Pedagogia,** a totalidade dos conhecimentos acumulados por um indivíduo.

f) Na **Soc.,** o que não é inato, o que é obtido de alguma fonte, o que é obtido através de um hábito social.

Ad rem (Loc. lat.) = à coisa, francamente, categòricamente.

Ad simul (lat.) — Sign. que se assemelha a... ou se dá simultâneamente a...

ADULTÉRIO — É o que decorre de relações sexuais entre pes-

soas casadas com outras não constitutivas do seu matrimônio. Em suma: infidelidade conjugal.

Êste é um dos temas que tem merecido apurados estudos por parte dos sociólogos.

ADULTO — a) Diz-se do indivíduo que terminou seu crescimento biológico e psicológico.

b) Jurìdicamente, o que atingiu a idade marcada pela lei, a maioridade.

Advaita — (Em sânscrito), «não-dualidade). É a doutrina vedântica do **monismo,** advogada por Sâncara, que afirma que o Absoluto mantém-se apessoalmente em suas relações com o mundo, mas supra-pessoais em si próprio. O mundo e o individual são apenas relativamente ou fenomênicamente reais, e a salvação consiste na intuição ou **jñana**, depois de libertada do **maya.**

ADVENTÍCIAS (Idéias) — (Lat.: **adventitius**) — Idéias adventícias, idéias que sobrevêm, em oposição às **idéias inatas** e às **idéias factivas;** isto é, **construídas.** Descartes usava **Cogitationes adventitiae,** idéias que nos são fornecidas pelos sentidos.

ADVENTÍCIO — O que vem de fora, o estranho, o advena. O que sobrevém inesperadamente. Chamam-se **idéias adventícias,** as idéias adquiridas e que não são inatas.

Adventitius (lat.) = **adventício.**

ADVENTO — a) Chegada, vinda.

b) Período das quatro semanas imediatamente anteriores à festa do Natal.

c) Advento é a era ou o momento histórico em que começa um novo período, ou em que se instaura uma nova ordem, ou em que surge um novo ídolo social.

d) **Grande advento,** expressão usada por Nietzsche para indicar a época que precederá à vinda do superhomem, pelo aparecimento de homens de grande domínio sôbre si mesmos.

ADVERBIALMENTE — Vide **Sincategoremàticamente.**

ADVÉRBIO — Vide **Determinação atributiva.**

Ad verecundiam — Têrmo empregado por Leibnitz para referir-se ao argumento que apela à intimidação, como o apêlo a uma autoridade, em determinado ramo do conhecimento, ou a uma opinião universalmente aceita ou como tal considerada.

ADVERSÁRIO — a) É o que se opõe a algo.

b) O que luta contra algo.

c) Na Fil., diz-se que é adversário o que afirma doutrinas ou pontos doutrinários contra outros por êle julgados falsos.

d) Na Econ., adversário é o que pretende o mesmo fim pelos mesmos meios, em oposição a outro, que tenha a mesma pretensão, quando as condições não são suficientes para que ambos logrem bom êxito. Deve-se distinguir da **competência pacífica.**

ADVERSIDADE — De **ad versus**, do que se contrapõe, do contrário, do oposto. **Adversidade** é, portanto, o conjunto das decepções ou do infortúnio de um ser humano ante o ambiente físico ou social em que vive.

Adynaton (gr.) = absurdo, impossível.

Aei (gr.) = sempre, sucessivamente.

Aeon (Eon) — a) De acordo com os Gnósticos, o ente é olhado como uma fôrça subordinada ao poder do Supremo Ser por um processo de emanação. A totalidade dos **aeons** (eons) forma o mundo espiritual, o qual é intermediário entre a Deidade e o mundo material dos fenômenos sensíveis, o qual é mantido pelo mal.

b) Na filos. cristã, **aeon** ou **aevum** ou **eon** é a duração intemporal, isto é, sem mutações substanciais, mas apenas accidentais; portanto é o durar dos sêres que não se corrompem substancialmente.

Chama-se de **eviternidade** a essa duração. Vide **Duração.**

Aequalitas (lat.) = **igualdade.**

Aequilibrium (lat.) = **equilíbrio.**

Aequipollency (ing.) = **eqüipolência.**

Aequipollentia (lat.) = **eqüipolência.**

Aequipollenz (al.) = **eqüipolência.**

Aequitas (lat.) = **eqüidade.**

Aequivalenz (al.) = **equivalência.**

Aequivocatio (lat.) = **equivocação.**

Aequivocum (lat.) = **equívoco.**

Aequivok (al.) = **equívoco.**

AEROMATOPSIA — Vida **Cecidade.**

Aesthetic (ing.) = **artístico, estético.**

Aesthetica (lat.) = **estética.**

Aesthetisch (al.) = **estético.**

Aestimatio (lat.) = **estima, valoração.**

Aeternitas (lat.) = **eternidade.**

Aetiologia (lat.) = **Etiologia.**

Aetiologia (al.) = **etiologia.**

Aeusser (al.) = **externo.**

Aeusserlich (al.) = Carácter do que é **Externo** (vide).

Aeusserlichkeit (al.) = **exterioridade.**

Aeusserste (al.) = **extremo.**

Aevum — Vide **Aeon.**

AFÃ — Vide **Desejo.**

AFASIA — a) Perda de memória dos sinais da linguagem e, conseqüentemente, da palavra.

b) Suspensão de qualquer asserção dogmática, segundo os cépticos antigos.

AFECÇÃO — Substantivo de «afectar»: influência, irritação passiva.

AFECTAR — No uso da Filosofia, limita-se ao sentido de influenciar, mover, irritar.

AFECTIVIDADE — a) Carácter dos fenômenos afectivos.

b) Função do psiquismo que, para Aristóteles, é considerada como a consciência que se ajunta ao acto psíquico. Para os evolucionistas, fisiologistas em geral, etc. (Spencer, Mill, Darwin, etc.) é um sinal, um estado de consciência utilitária.

Revela-se a actividade contrariada ou não. As teorias fisiologistas incluem-na na sensibilidade como um epifenômeno desta.

Crítica — Nosso psiquismo, com suas raízes na sensibilidade, funciona, polarizando-se na **intelectualidade** e na **afectividade.**

Geralmente a **afectividade** e a **sensibilidade** são confundidas. Na sensibilidade, há a topicidade do que é objectivo em face do cognoscente. Há uma dor aqui, ali.

Mas, assim como a intuição intelectual serve de ponte de ligação entre a **sensibilidade** e a **intelectualidade,** os estados de agradabilidade e de desagradabilidade são **afectivos.** O prazer e o desprazer, quando tópicos, são da sensibilidade. Mas quando perdem a topicidade, para se darem difusos pelo ser humano, tornam-se afectivos, e são raízes da afectividade no seu aprofundar na sensibilidade, que é o arcabouço comum da vida noética.

A afectividade acompanha a presença do conflito entre os antagonismos interiores, em todo acto do conhecimento. Não há um instante dêsse conflito, que se dê, tanto no acto intelectual, intuitivo ou operatório, como no acto puramente sensível, sem que a **afectividade** esteja presente, muito embora sua intensidade seja tão pequena que não a actualize a nossa consciência. Mas, note-se, essa consciência, quando se dá, é apenas a de um estado.

A afectividade em si mesma transcende o conflito. Êste apenas a revela. No conflito, um dos têrmos do antagonismo é actualizado, enquanto o outro é virtualizado, como se dá no conhecimento racional, em que o esquema, pela assimilação, é actualizado, enquanto o objecto é virtualizado.

A afectividade, não compreendida assim, levou às teorias já conhecidas, que a reduzem à epifenomenalidade, atribuindo-a ao corpo, à matéria, como nas concepções mecânicas da vida, ou à alma, ou à matéria organizada, como nas concepções teleológicas da vida, vitalismo, etc.

Janet, com grande intuição, via na afectividade «a expressão do que se passa na alma favorecida ou obstaculizada em suas aspirações» ou «o reflexo do que se passa nas vísceras. Mas sempre apenas uma imagem»... Mas Janet acaba, afinal, por cair na mesma explicação singela, quando vê no sentimento «apenas uma modificação do conjunto da conduta».

Desta forma, acaba por negar-lhe uma natureza própria, transformando-a apenas numa «modificação» da vida psicológica. A **numenalidade** da afectividade é

negada, e por todos reduzida, afinal, à mera epifenomenalidade, desvalorizada a um papel meramente passivo (má interpretação do têrmo **Pathos**, que encontramos na formação dos esquemas ocidentais, de actividade e passividade).

Podemos distinguir duas concepções sôbre a afectividade: a afectividade considerada como uma recompensa boa ou má (Aristóteles, etc.), e a que a considera como sinal, como um estado de consciência utilitária (Spencer, Mill, Darwin e os evolucionistas, fisiologistas em geral, etc.).

Para distinguir a dor física, tópica, da dor moral atópica (afectiva), genuinamente **páthica**, tais psicólogos, na ausência de órgãos receptores, não revelados pela fisiologia, usam êste processo explicativo: tôda dor, que é tópica, que é mais ou menos difusa, vaga, torna-se aproximada à dor moral, como o prazer tópico ao prazer moral (afectivo), também o agradável ou o desagradável.

Mas, na afectividade, não encontramos essa equivalência. Entre uma dor de dente e uma mágoa moral, que semelhança há?

Tôdas as teorias conhecidas, que pretendem explicar a afectividade e a sensibilidade, sempre incluída nesta última, tendem a considerar que é o conflito que as condiciona. A contrariedade dinâmica do existir seria suficiente para explicá-lo e, neste caso, a sensibilidade (incluindo a afectividade) seria apenas um epifenômeno do mesmo existir, salvo para as concepções espiritualistas, em certo sentido, que oferecem outra explicação, mas, pelo modo como procedem, não satisfazem plenamente.

Tôdas essas teorias apenas nos indicam quando aparece e quando desaparece o facto **sensível-páthico**, que não é objectivo nem subjectivo, que não apresenta as características da exclusão ou do dualismo antagonista, que se observa no acto de captação do conhecido pelo cognoscente.

Essas teorias apenas nos descrevem o sistema e as funções, onde o sensível-páthico se dá, considerando-o mero accidente.

Se é necessário o conflito para que captemos o **sensível-páthico**, como poderíamos conhecê-lo em sua **numenalidade?**

Se a presença do sensível, por exemplo, não se manifesta senão nesse antagonismo, que implica a actualização de um dos têrmos e a virtualização do outro, se o sensível se acusa sob a forma de dor ou desaparece sob a forma de prazer, não teria êle uma realidade modal, transitória, epifenomenal, fundada nesse próprio antagonismo?

Um estado sensitivo-afectivo é irredutível a qualquer outra coisa. A numenalidade, que é negada pelos psicólogos, e a sua natureza passam a ser temas de estudos.

Um estado afectivo não apresenta as características de objectividade da percepção de uma árvore, de um ser do mundo exterior.

Há paisagens tristes, mas o que é triste da paisagem não está no seu elemento representativo e objectivo. A afectividade não é captada na coisa, mas em nós.

Sua fonte está em nós. Mas essa alegria ou essa tristeza não trazem, simultâneamente, a marca do sujeito e a marca do objecto? Não é algo que captamos **em** e **de** que somos?

Quando dizemos ter **uma dor** na perna, quanto há de profundidade nessa expressão popular. É o nosso corpo que sofre; sofremos em nós. Podemos localizá-la, podemos citar o ponto onde ela doi; porém doi em nós, e onde aquêle ponto indica. Se no meramente sensível já podemos ver assim, quanto mais o poderíamos no afectivo.

E quando essa dor desaparece, surge-nos a euforia de uma satisfação, a satisfação de uma ausência, um estado de agradabilidade, mais afectivo que sensível, um contentamento conosco mesmos. E captamos uma ausência? Não captamos a ausência, o que captamos é o que sentimos, positividade indubitável. Todos os estados afectivos afirmam positividades, que podem ser favoráveis ou desfavoráveis, opostas aos nossos interêsses. A dor é positiva, como o é o prazer. O desaparecimento da dor afirma a positividade do alívio e da agradabilidade.

A afectividade é extra-objectiva e extra-subjectiva. Os estados sensíveis a revelam. Ela surge em nós; ela vem do subconsciente, positiva sempre. Ela não é uma potência que se actualiza. Ela está em acto sempre.

AFECTIVIDADE (característica da) — Na **afectividade,** também há conhecimento. Mas, aqui, a separação entre sujeito e objecto não é tão marcante como na **intelectualidade,** pois o sujeito e objecto, no que se chama estado afectivo, se fundem. Não estamos em face de um conhecimento (de **cognoscere**), mas de um fundir-se; pois sujeito e objecto são o mesmo.

AFECTIVO — a) **Fenômenos, estados afectivos,** fenômenos da sensibilidade, tais como os de prazer, dor, as emoções.

b) Emprega-se, também, a expressão «tendências afectivas» às inclinações e às paixões.

c) **Tom afectivo** de uma sensação é a parte de sensibilidade, que está contida numa sensação, quando em oposição ao seu aspecto representativo.

d) «Memória **afectiva**», reviviscência de recordações, de sentimentos experimentados anteriormente, aspecto afectivo de certos estados, que assumem o carácter de um passado reencontrado, reconhecido. Observe-se, na literatura, a obra de Marcel Proust «**A la recherche du temps perdu**».

e) Adjectivo correspondente a «afecto», cuja relação (e diferença) com «passivo» é digna de nota. — «Afectivo» acrescenta ao sentido de passivo o momento da sensibilidade, além de exprimir a existência, por parte do

sujeito, de uma reacção à modificação recebida de fora.

AFECTO — a) Com **afecto**, designamos cada mudança de disposição na sensibilidade, que é provocada por um motivo exterior. É ligada sempre a uma tendência, sem entretanto confundir-se com ela. (Mudança de disposição não significa, evidentemente, uma modificação na estructura natural da sensibilidade, mas uma determinação intrínseca, análoga ao que, na região cognoscitiva, se nomeia com o têrmo escolástico «intencional».)

Pela definição dada, os **afectos** pertencem aos sentimentos, formando entre êles uma categoria própria ao lado das «tendências afectivas».

b) A confusão reinante na terminologia dêsse têrmo e daqueles que lhe são relacionados, torna-se, particularmente, visível no facto de que «afecto» (**Fr. Affection**) aplica-se ao mesmo tempo num sentido mais restrito e exclusivo aos **factos hedônicos**, de prazer e dor, que figuram como sub-grupo dos «afectos» no sentido mais amplo, e sendo de uma natureza menos complexa, apoiam-se, como tais, às «emoções» propriamente ditas, que formam o segundo sub-grupo dos afectos, ao lado de «prazer e dor», mas que, por sua parte, em outra terminologia, incluem êsses últimos. As emoções propriamente ditas são a cólera, o mêdo, a esperança, etc., e parece evidente que só o maior grau de complexidade as distingue dos **afectos hedônicos.**

A posição dos «afectos», perante as «tendências», que em nossa definição damos como condição necessária, essencial, para a existência de um afecto, é delineada por Maine de Biran da maneira seguinte: «O afecto é o que resta de uma sensação completa, quando se separa dela a individualidade pessoal ou o «ego» e, com isto, cada forma de tempo e de espaço, quando a idéia de sensação se acha reduzida à simples sensação sem idéia de espécie alguma.»

As tendências podem ser ou «inclinações» ou «paixões». As primeiras caracterizam-se pela relativa insignificância dos factôres fisiológicos, que coincidem com um carácter mais constante, ao passo que as paixões são mais sensuais e mais veementes e impulsivas.

c) As paixões diferem das emoções não só pela inclusão nas primeiras de uma tendência activa, como, também, e exactamente por isso, de uma ainda maior complexidade, sendo a «paixão» definida por Gay como «um prazer ou dor, oriundo da previsão de um futuro prazer ou dor».

d) As «inclinações» se chamam «electivas», quando têm por objecto não uma classe de sêres mas um indivíduo, tornando-se, então, êsse têrmo, derivado do francês (**inclination élective**), em nosso idioma um sinônimo de «afeição». (A palavra inglesa «**affection**», igual ao francês «**affection**», coincide, principalmente, com o nosso «afecto», e tem, no uso popular (inglês) ou com rigor (francês), também o sentido secundário do nosso «afei-

ção»). Os vários têrmos introduzidos até aqui, neste artigo, reunimos no quadro seguinte:

Sentimentos

I — afectos:

1) afectos hedônicos: prazer e dor;

2) emoções;

II — tendências afectivas:

1) inclinações:

a) inclinações gerais;

b) inclinações electivas (afeições);

2) paixões.

Histórico: o esquema acima é uma tentativa de escolher do uso da literatura internacional aquêles têrmos que parecem os mais aceitáveis e recomendá-los, para ir de encontro à confusão reinante na terminologia contemporânea, concernente aos fenômenos mais inferiores da psicologia, a confusão que ainda se multiplica ao levar em conta a história daquela terminologia.

Santo Agostinho diz: As comoções mentais **(motus animi)**, que os gregos chamam **pathê**, e Cícero **«perturbationes»**, são chamados, por alguns, **«affectus»** ou por outros **«affectiones»**, o que equivale ao **«passiones»**, em grego. Essa identificação entre **«passio»** e **«affectus»** (de **passio** vem **«paixão»**), testemunhada por Agostinho, e adoptada por Tomás de Aquino, ainda se encontra em Descartes. Êste limita o sentido de **«affectio»** de maneira subjectiva e arbitrária, quando diz que é caracterizada pelo facto de se estimar o objecto da **«affectio»**, menos do que a si mesmo, ao passo que, na amizade, a estima é igual, e na devoção ela é superior. Ademais, **«affectus»** conservou até ao séc. XVIII um sentido muito amplo, que inclui tôdas as modificações das quais um ser é suscetível até as intelectuais. Em Spinoza, **«affectus»** toma o sentido de sentimento puramente racional, e êste uso foi amplamente adoptado por autores inglêses (moralistas), posteriores a êle. **«Passio»** (ing.: **passion**), ainda em Descartes, idêntico com «affectus», opõe-se, então, progressivamente, à palavra inglêsa **«Affection»**.

Problemática. É questão controvertida se há, na vida afectiva, uma forma elementar de afecto, uma **«afeição»** da alma em sentido geral, que fundamente e preceda a todos os outros afectos mais especìficamente determinados.

Encontramos em Descartes uma interpretação da «admiração» como primeiro de todos os afectos **(prima omnium passionum)** (vide: **admiração**). Fica, porém, uma questão aberta, se a «admiração», na acepção de Descartes, é só a forma mais primitiva dos afectos, que em estados posteriores cede lugar a outros afectos secundários, ou se a própria admiração é suscetível de determinações ulteriores, que a transformem em afectos ou emoções mais complexas. Parece apontar na direção da segunda hipótese a observação de Descartes, de que a admiração nos vem antes de percebermos, se o objecto que admiramos nos convém ou não.

Afirmam muitos autores, principalmente falando da «**memória afectiva**», que, perante certas representações, sentimos uma afecção emocional (na literatura muitas vêzes chamada de «emoção», mas sem o sabor de intensidade e veemência), que não contém nada de prazer ou de dor, e que seria o estado afectivo mais geral ou mais elementar.

Bergson dá uma interpretação genética da vida afectiva, que parte da sua teoria peculiar da acção mútua, que exercem o nosso corpo e as coisas exteriores, e que faz do nosso corpo (melhor da nossa corporeidade como veículo do espírito) um centro de reflexão, que possibilita a percepção, mas, também, um órgão de absorção das influências activas, que lhe vêm de fora, absorção que se processa não sem luta, e que é a fonte de todo afecto.

As conseqüências imediatas dessa teoria monista têm bons antecedentes no neoplatonismo, como nos clássicos, porém não só são incompatíveis com outras teorias psicológicas, como, também, são especialmente combatidas e rejeitadas, em princípio, como de origem metafísica pelos que defendem um outro método no tratamento de assuntos psicológicos, como são, em primeiro lugar, os representantes da escola fenomenológica. Husserl distingue claramente entre sentimentos que se dirigem a algum objecto e os meros estados afectivos sensíveis, introduzindo, assim, decididamente, uma cunha na vida afectiva, concebida como um todo.

Uma nova contribuição ao problema traz Scheler, quando insiste em que também a região emocional da alma humana não carece de «intencionalidade», que aliás só se atribuía ao intelecto. (Vide «**intencionalidade**»). Segundo êle, a camada mais elevada da intencionalidade emocional são os actos de amor e de ódio. Êstes nada têm em comum com os afectos de cólera, furor, júbilo, etc., nos quais não se oferece qualquer conteúdo próprio e que são análogos aos estados sensuais do sentimento. Além de amor e ódio, Scheler atribui também àquelas tendências dirigidas contra objectivos que constituem valôres (vide **Valor**) um carácter intencional, porém indirecto. Conseqüentemente, Scheler rejeita o preconceito filosófico de que a vida emocional não podia apreender qualquer conteúdo próprio e heterogêneo, o que quer dizer: ser intencional, e combate todos os seus representantes, isto é, a quase totalidade dos filósofos, e especialmente a Kant, em cuja acepção tudo o que não é razão é caótico, o sentimento, o instinto e até o amor, e só pode ser ordenado pela razão criadora. É notável, porém, que Scheler não recai no extremo oposto, pois insiste sempre na existência de uma camada emocional no homem, que fica absolutamente inacessível a qualquer intencionalidade, isto é, principalmente a fôrça intensa, mas escura, da vontade.

Em face de tôda esta problemática, visto ser impossível resolvê-la, convém compreendê-la em sua complexidade e, para isso, serve um exemplo dado por

Scheler, com o qual voltamos ao mesmo tempo à nossa definição inicialmente dada, onde afirma que «cada afecto está ligado a uma tendência, sem, entretanto, confundir-se com ela». Torna-se, porém, quase difícil manter esta afirmação, ao considerar que é segundo Scheler, perfeitamente possível tender a um certo objectivo, com o qual se dá um afecto prazeiroso, não para alcançar êsse objectivo, mas, ùnicamente, para desfrutar o prazer que está ligado à execução daquele impulso. O impulso sexual e o prazer paralelo dão exemplos, não só no homem, como já em certos vertebrados superiores, dessa quase confusão prática de afecto e tendência.

AFEIÇÃO — Vide: **Afecto.**

AFEMIA — Na Psic., estado em que o doente mental sabe o que quer dizer, mas não pode pronunciar as palavras correspondentes, devido ao seu estado psico-neurótico.

AFERENTE — ou centrípeto (Psic.) = O que leva para..., o que conduz da periferia a uma região central do corpo: assim os **nervos aferentes** da sensibilidade. Os nervos que levam da região central à periferia chamam-se **eferentes** ou **centrífugos.**

Affect (ing.) = **afecto.**

Affecter (fr.) = **afectar** e também dar a impressão de...

Affectif (fr.) = **afectivo.**

Affectio (lat.) = **afeição.**

Affection (fr. e ing.) = **afeição.**

Affectivitá (it.) = **afectividade.**

Affectivité (fr.) = **afectividade.**

Affectivity (ing.) = **afectividade.**

Affecto (it.) = **afeição.**

Affectus (lat.) = **afeição.**

Affekt (al.) = **emoção.**

Affektion (al.) = **afeição.**

Affektivität (al.) = **afectividade.**

Affermativo (it.) = **afirmativo.**

Affermazione (it.) = **afirmação.**

Affettivo (it.) = **afectivo.**

Affezione (it.) = **afeição.**

Afficere (lat.) = **afectar.**

Afficieren (al.) = **afectar.**

Affinitas (lat.) = **afinidade.**

Affinità (it.) = **afinidade.**

Affinität (al.) = **afinidade.**

Affinité (fr.) = **afinidade.**

Affinity (ing.) = **afinidade.**

Affirmatif (fr.) = **afirmativo.**

Affirmatio (lat.) = **afirmação.**

Affirmation (ing. e fr.) = **afirmação.**

Affirmativ (al.) = **afirmativo.**

Affirmative (ing.) = **afirmativo.**

AFINIDADE — a) (Soc. e Jur.) Atracção devido a um parentesco.

b) Alberto Magno chamou «**affinitas**» a atracção, que, anàlogamente à atracção molecular, produz combinações químicas.

c) «**Afinidades electivas**», tradução de «**Wahlverwandschaften**» (título de um romance de Goethe). Vide **Afecto**, letra **d.**

d) «Afinidade natural das idéias», o facto psicológico das idéias atraírem uma a outra no campo da consciência por «associação de idéias». (Vide **Associação**).

AFIRMAÇÃO — a) Consiste em atribuir uma coisa a outra. ou admitir, simplesmente, o que se opõe à dúvida ou à questão. Quando a afirmação está encerrada no pensamento, ela é apenas um juízo, tornando-se uma proposição, quando expressa por palavras. Êsse juízo e essa proposição são ambos chamados **afirmativos.** Um juízo afirmativo, no pensamento, pode ser expresso sob a forma de proposição negativa. Assim, quando alguém afirma que a alma não é material, afirma a sua imaterialidade, postulando a sua existência.

b) Em Lóg., opõe-se à **negação,** porque, na afirmação, a cópula é posta como existente, enquanto, na negação, há a afirmação da ausência, da recusa dessa relação, quer por privação, quer por exclusão. (Vide **Juízo assertórico**). No sentido **a** propõe Goblot dizer-se **asserção,** reservando **afirmação** para o sentido **b.**

AFIRMAÇÃO DE SI MESMO — a) Tendência, que consiste em dar a maior importância a si mesmo ao tratar com outros.

b) Caracteriza-se, também, em alguns, pelo afã de evitar a submissão.

c) Nos animais, manifesta-se em auto-exibição.

AFIRMATIVA — a) Indica a afirmação, que postula, que constitui a afirmação, quer no sentido assertórico da acepção **a,** como na acepção **b** de **afirmação** (vide).

b) Proposição afirmativa, em Lógica, é aquela em que a afirmação afecta a cópula (vide **Proposição, Juízo**).

c) Diz-se da pessoa que afirma categòricamente, com decisão.

AFONIA — Incapacidade de emitir sons vocais por defeito das cordas correspondentes.

AFORISMO — Regra, observação geral, enunciada concisamente, sob a forma de sentença, resumindo uma teoria ou observação ou preceitos gerais e fundamentais.

A fortiori — (loc. lat.) = com ou por maior razão.

a) Expressão empregada para justificar, num raciocínio, uma verdade particular, segundo uma verdade geral. Por ex.: êle ama todos os homens, **a fortiori** seu pai.

b) «Raciocínio **a fortiori**» é o reforço de uma proposição pelas razões contidas numa outra, não existentes na primeira.

AFRASIA — Incapacidade de falar por meio de frases, embora se faça por palavras soltas. Incapacidade de construir frases por inferioridade mental.

AFRONEGRO (Antropologia) — Têrmo empregado para fazer

uma distinção entre o negro africano (aquêle que nasce na África), do negro de origem australiana ou de outra região terrestre.

After-image (ing.) = **imagem consecutiva.**

Agama (Sânscrito) — Um dos numerosos tratados hindus, fora da tradição Védica, mas considerado como autoridade pelos seguidores do **Vichnuísmo, Sivaísmo** e **Shaktismo.**

AGAMOGÊNESE — Reprodução assexual, realizada por virgens fêmeas, por meio de óvulos que não foram fertilizados. Encontrado entre os animais inferiores, entre os humanos é chamado de **partogênese.**

Agathon (to) (gr.) neutro, o **bem, o bom,** usado no mesmo sentido, algumas vêzes, de **to kalón,** o belo, também bom.

AGATOLOGIA — (Do grego **agathos:** bom). A ciência do bom.

Agenethos (de **a** + **genesis**) (gr.) = o ingenerável, o ingenerado, o não-gerado.

Agens (lat.) = **agente.**

Agent (fr. e ing.) = **agente.**

AGENTE — a) Na escolástica, **agens** é o que age ou que agiu. Todo o ser, enquanto considerado como exercendo uma acção, é considerado agente. Chama-se **paciente** o objecto dessa acção.

Em Aristóteles, **agente** é o oposto contrário do paciente. Para que haja o agente, impõe-se o paciente, pois aquêle age sôbre êste. E é tal, enquanto em acto, e tende para um fim. Actua o agente sua acção sôbre outro, e a realiza, proporcionadamente, à sua forma. Para Aristóteles, é o agente que reduz a matéria de potência a acto. A acção parte do agente, como **terminus a quo,** e se exerce no paciente, como **terminus ad quem.** As coisas, que estão em devir **(fieri),** o estão pela acção do agente.

b) «**Intellectus agens**» (intelecto agente) é usado na escolástica, para expressar a faculdade intelectual, que torna inteligíveis as imagens transmitidas pelos objectos do mundo exterior, transformando-se em idéias gerais por meio da **abstracção.** O intelecto agente representa a passagem do sensível para o intelectual. Também usado «**Intelecto activo**» **(intellectus activus)** em oposição ao «**intellectus possibilis**», têrmos aristotélico-escolásticos, que encontraram variada interpretação através da história do conhecimento.

AGENTE PROVOCADOR — Agente que usa métodos para incitar os indivíduos ou grupos à prática de certos actos, com a finalidade de comprometê-los. Encontramo-los nos grupos políticos, partidos, organizações obreiras, actuando com o intuito de provocar e promover comprometimentos de outros, ou, então, actos violentos, que possam provocar dissenções internas ou o descrédito da organização.

Agere sequitur esse — Axioma ontológico, que se pode traduzir por **o operar segue ao ser;** ou seja, que o ente opera proporcionadamente à sua natureza, ao seu **esse** (ser).

AGEUSIA — Na Psic., ausência ou embotamento da sensibilidade.

Aggregat (al.) = **agregado.**

Aggregate (ing.) = **agregado.**

Aggregation (ing.) = **agregado.**

Aggregato (it.) = **agregado.**

AGITAÇÃO — Acção de agitar, de remover.

a) Na Psic., é a exagerada inquietação ou perturbação mental.

b) Na Soc., acção que consiste em provocar a discussão em tôrno de idéias ou problemas sociais.

c) Também se diz da acção desenfreada, desordenada, de um indivíduo, prêsa de idéias e impulsos contraditórios (agitador, agitado).

AGITADOR — Pessoa que, por palavras, por acções, procura sublevar ou revolucionar grupos ou classes.

AGITOLALIA — Na Psic., forma de **dislalia,** que consiste no estado de excessiva rapidez ou confusão no falar, em que são omitidas certas sílabas, enquanto outras se atropelam, confundem-se, deformam-se.

AGLUTINAÇÃO — (lat. **ad** + **glutinare**) — Filològicamente, um método de formação, na linguagem, da palavra, a qual, por incorporação de outra palavra ou aderência, tem um sentido distinto.

Agnoia (gr.) = ignorância. Opõe-se a **episthemen** (o conhecido).

AGNOIOLOGIA — a) Designa a teoria da ignorância humana, sua extensão, limites e condições.

b) Usado por Ferrier para indicar uma disciplina entre a Epistemologia e a Ontologia.

AGNOSCIBILIDADE — Vide **Agnosticismo.**

Agnosia (it.) = **agnósia.**

AGNÓSIA — (Do gr. alfa privativo **a,** e **gnosis,** conhecimento).

a) Têrmo empregado para designar a **amnésia** perceptiva, consistente na incapacidade de reconhecer os símbolos usuais, sem perturbação das sensações. Essa amnésia pode ser **visual** (agnósia visual), cegueira psíquica total, ou parcial, em que a cegueira verbal é um caso particular, **agnósia auditiva** (surdez psíquica), **táctil,** das formas tácteis, etc.

b) Empregado por alguns como sinônimo de **agnosticismo.**

c) Eisler emprega-a para designar a filosofia de Sócrates.

d) Deficiência de percepção, de conhecimento.

Agnosie (al.) = **agnósia.**

Agnosie (fr.) = **agnósia.**

Agnosis (ing.) = **agnósia.**

Agnosteismo (it.) = **agnosticismo.**

Agnostic (ing.) = **agnóstico.**

Agnosticism (ing.) = **agnosticismo.**

Agnosticisme (fr.) = **agnosticismo.**

AGNOSTICISMO — Do gr. **agnostos**, o que não se pode conhecer. Têrmo de formação recente (Huxley, 1869).

a) Emprega-se para designar tôda doutrina que afirma a impossibilidade peremptória de conhecer a realidade ou certas regiões da realidade, cuja existência, porém, é admitida como certa ou como possível.

b) Também designa a atitude filosófica, que renuncia, em princípio, as especulações metafísicas, por julgá-las fúteis.

A primeira definição abrange doutrinas filosóficas de cunhagem bastante diversa. É costume aplicar êsse nome, especialmente, aos positivistas, Comte, e Spencer, como, com alguma reserva, também ao **criticismo** de Kant, e a todos os que, atribuindo ao conhecimento um valor relativo, estão forçados, daí, a tirar conseqüências agnosticistas.

c) Na actualidade, o **agnosticismo** se reveste de um aspecto parcial, principalmente em relação com o problema do irracional (Vide: **Irracional**). «Parcial», enquanto êle atribui à razão um campo limitado e congênere.

d) Em Bergson, encontramos um agnosticismo moderado: «Há, na matéria, algo mais, não, porém, algo diferente do que é actualmente dado (à consciência). Sem dúvida, a percepção não alcança totalmente a matéria, posto que consiste, em tanto que consciente, na separação ou no discernimento do que, nesta matéria, interessa às nossas necessidades. Porém, entre essa percepção da matéria e a própria matéria, não há mais que uma diferença de grau e não de natureza, estando a percepção pura para com a matéria na relação de parte para o todo.

e) Emil Lask, pelo contrário, acentua a heterogeneidade entre a realidade e a razão. Segundo êle, a lógica é aplicável a tôda realidade, mas sem compreendê-la pròpriamente.

Alcançar algo, por meio de uma forma categórica, não significa necessàriamente compreender. Ser afectado por uma categoria não quer dizer ser racionalizado, tornado transparente. O conteúdo colocado em uma forma categórica permanece absolutamente indecomponível (**unzerlegbar**), irredutível à forma, neste sentido, irracional. Sem vacilação, portanto, deve-se proclamar o carácter ilimitado da verdade (**die Schrankenlosigkeit der Wahrheit**) quer dizer, a aptidão da forma lógica para envolver todo conteúdo sem qualquer excepção. (Contra Kant, segundo o qual o campo de aplicações das formas categóricas está limitado à esfera do que nos é dado pela intuição sensível). Ao que corresponde, por outro lado, à completa impotência da forma lógica para reduzir a si mesma o irracional, que nela está envolto.

f) Especial atenção dedicou Nikolai Hartman a êstes problemas, e chegou a distinguir quatro diferentes graus de irracionalidade, e, portanto, de **agnoscibilidade** do ser.

Como muitos admitem que, onde o pensamento discursivo falha, pelo menos a intuição podia ser aplicada com êxito, N. Hartmann

afirma a existência de uma região de realidade, que é simplesmente inacessível também à intuição.

g) **Na Teologia:** agnosticismo designa tôda doutrina que nega a possibilidade de obter conhecimento a respeito de Deus, quer da sua existência, quer da própria essência divina. São muitas as formas das teorias, no decurso da história, que contestaram a **gnoscibilidade** de Deus pela luz natural da razão humana, ou até por uma **revelação.** Uma versão recente de agnosticismo teológico é a de A. Ritschl, que se baseia, em parte, na teoria do conhecimento de Kant, e, também, na de Lotze, sustentando que o homem conhece sòmente o **fenômeno.** Como Deus não é um **phaenomenon,** o homem, por conseguinte, não pode conhecê-lo. A Teologia, portanto, não trata de **causa efficiens,** mas da **«causa finalis»,** quer dizer, ela considera a Deus não como um ser, mas como um **«ideal atraente»,** o que, impressionando o homem subjectivamente, por seu valor, leva-o a adorá-lo.

Agnosticismus (al.) = **agnosticismo.**

AGNÓSTICO — Nome que se dá às pessoas ou doutrinas que seguem o **agnosticismo.**

Agnostiker (al.) = **agnóstico.**

Agnostique (fr.) = **agnóstico.**

Agnostisch (al.) = **agnóstico.**

AGONIA — Em gr. = Luta. Vide **agonístico.**

Agonistic (ing.) = **agonístico.**

AGONÍSTICO — Concernente à luta. Empregado por Platão para indicar o que gosta da luta, da controvérsia. Emprega-se com referência à luta em geral, luta pela vida, luta de classes, etc. Também para as tomadas de posição, que recomendam a luta, a polêmica, como um instrumento de progresso.

Agonistique (fr.) = **agonístico.**

Agonistisch (al.) = **agonístico.**

AGORA — (Do lat. **hac hora,** nesta hora, neste instante).

a) Significa-se, com êsse têrmo, o que medeia entre o **foi** e o **será,** o instante presente.

b) Para Aristóteles e para os escolásticos, é o término do pretérito e princípio do futuro. É um **quid** indivisível. Um **agora** não contém outro **agora.** Por êle é numerado o tempo, antes e depois. É pelo agora, que temos noção do tempo. Não é tempo, mas acontece no tempo. **Agora** é também o número de tôdas as coisas móveis, que se movem no tempo. Entre dois **agoras** dá-se o tempo como meio. No **agora** nada se move ou se aquieta. No agora, não há algo anterior, e serve para divisão do tempo.

AGORAFOBIA — (Psic.), temor neurótico de lugares abertos, praças, sobretudo de atravessá-las. A tendência, em certas pessoas, para o isolamento.

AGRADÁVEL E DESAGRADÁVEL — Vide **Prazer, Dor,** em **Sensação.**

AGRADO — Característica do que atrai ou do que provoca prazer. Vide **prazer,** em **Sensação.**

AGRAFIA — Impotência de escrever por efeito de paralisia cerebral.

AGRAMATISMO — Vide **agramatologia.**

AGRAMATOLOGIA — a) Incapacidade de pronunciar palavras de modo sucessivo correto.

b) Emprega-se para os discursos incoerentes.

Agraphia (ing.) = **agrafia.**

Agraphie (fr.) = **agrafia.**

Agreement (ing.) = **conveniência.**

AGREGAÇÃO (Antropologia) — Pode-se usar o têrmo no sentido de uma população acrescida por um grande número de nascimentos, assim como pelo excesso de imigrantes em relação aos emigrantes.

AGREGADO — Conjunto de elementos justapostos e reunidos com certa coesão. Usado em Sociologia, Mecânica, Biologia, etc., sempre para expressar idéias semelhantes.

AGREGADO SOCIAL (Antropologia) — Coexistência de um número indefinido de homens. Não apresenta tal conceito nenhum sentido de nexo ou coesão em tal grupo. Vide: **multidão, grupo.**

Agrégat (fr.) = **agregado.**

AGRESSÃO — Acção ou efeito directamente dirigido às pessoas ou bens, contra a vontade das mesmas, com o intuito do agente de produzir males ou prejuízos à parte que a sofre.

Aidios (gr.) = **eterno.**

Ainsi (fr.) = **assim.**

Aham brahma asmi (Sânscrito) — «Eu sou Brahmânico», a fórmula do **Brhadaranyaka Upanishad,** denotando a completa coincidência do humano e do divino, conseguido, não só pela mística espontânea intuitiva, assim como por uma deducção lógica, vinda da natureza do mundo e de si próprio.

Ahamkara (Sânscrito) — a) Literàriamente «Eu fazedor», o princípio gerador da consciência do **ego** individual ou identidade pessoal; o campo da apercepção.

b) Sentido do **ego, egoísmo.**

Ahimsá (Sânscrito) — Não injuriar, um princípio ético aplicado a todos os sêres vivos e aceito pela maioria dos hindus. Na prática quer dizer, abster-se de carne de animais, e da tentativa de tirar a vida de alguém. Aparece nas reverências a respeito do boi, e foi empregado na campanha de resistência não-violenta de Gandhi.

Ahriman (Pérsia) — Zoroastro, fundado num antigo antecedente **Indo-Iraniano,** expunha um dualismo entre **Ormuzd,** que é o deus do bem, e **Ahriman,** que é o deus do mal. Sempre estão em combate, e de certo modo se assemelham ao Deus cristão e a Satã. São ambos necessários, e do seu dualismo nasce o monismo, o qual é exposto na doutrina zoroastriana com a última vitória de **Ahura Mazdah** ou **Ormuzd.**

Ahura Mazdah — Vide **Ahriman.**

Ai (chinês) — a) amor; b) o amor praticado por todos, como caminho para o bem estar social.

Aiôn (gr.) = duração (sempiternidade imutável).

Aisthema (gr.) = o conteúdo, o resultado de uma sensação.

Aisthesis (gr.) = **sensação.**

Aisthesthai (gr.) = perceber, sentir.

Aistheton (gr.) = **o sensível.**

Aireton (to) (gr.) = o desejável. Contrário de **pheukton** (o odiável).

Aitema (gr.) = **postulado.**

Aitesthai (gr.) = pedir, tomar.

Aitia (gr.) = **causa.**

AJUDA — Vide: **Apoio-mútuo.**

AJUSTAMENTO — O têrmo é usado por vários autores e, no uso corrente, como sinônimo de **acomodação** e **adaptação.** Abrange processos sociais e biológicos.

AJUSTAMENTO CONSTITUCIONAL — É o que se verifica nas relações de uma instituição. Vide **acomodação social.**

AJUSTAMENTO SOCIAL — (Soc.) — a) É a relação entre personalidade, grupos e cultura, buscando uma harmonia e uma mutualidade entre êles.

b) Chamam-se, também, aos processos que tendem realizar tais afirmações.

Têrmo muito usado na **Pedagogia, Sociologia** e **Psicologia.** Vide **Acomodação.**

Akademie (al.) = **academia.**

Akasa (Sânscrito) — a) «Éter», b) Espaço. c) Na filosofia hindu, o **continuum,** que deve ser postulado em conexão com o **paramanus.**

Akinesia (gr.) = **imobilidade.**

Akinetos (gr.) = **imóvel.**

Akorístos (gr.) = **inseparável.**

Akosmismus (al.) = **acosmismo.**

Akra (ta) (gr.) = os têrmos extremos.

Akribeia (gr.) = certeza, precisão.

Akroamatisch (al.) = **acroamático.**

Akros (gr.) = **extremo.**

Aksara (Sânscrito) = **Indestructível.**

ALACRIDADE — Vide **Alegria.**

ALALIA — (Psic.) Defeito dos órgãos vocais, que provoca o mutismo.

ALCOOLISMO — (Soc.) Consumo habitual anormal do álcool, de cujo abuso resulta uma série de fenômenos patológicos. É o alcoolismo um dos problemas mais importantes para a Sociologia e a Psicologia. Nesta disciplina, há várias teorias, que explicam o seu surgimento. Segundo Freud, surge da repressão à homossexualidade. Para outros, porém, é o alcoolismo uma evasão ao conflito, e está muitas vêzes associado ao sofrimento. Sem dúvida, é o alcoolismo, indirectamente, causador de muitos crimes. Por outro lado, a intem-

perança nas bebidas alcoólicas está associada à pobreza. Um dos grandes males, também, do alcoolismo, consiste na transmissão de tendências alcoólicas aos descendentes. Dêste modo, torna-se um grande problema social, que vem sendo estudado há muito tempo, sem que se consiga diminuir, de modo patente, os malefícios que dêle decorrem.

ALEGORIA — Uma obra simbólica (ou o processo de execução da mesma) que se caracteriza:

1) Por uma constituição complexa e complicada em comparação ao símbolo, que pode ter um conteúdo simples.

2) Pela relativa arbitrariedade, que se conserva na escolha dos seus elementos significativos (distinguindo-se, também, com isto, do **símbolo,** o qual tomado no sentido próprio de «símbolo natural» funda-se em uma analogia natural). É uma alegoria a justiça representada por uma mulher com os olhos vendados e uma espada na mão. (Vide **Símbolo).**

Sentido Alegórico, aplicado aos textos bíblicos, significa uma interpretação dos mesmos, que não pode ter sido intencionada ou prevista pelo autor, ou provàvelmente não o foi.

ALEGRIA — Do latim **alacer,** de onde **alacridade.** Significa actividade, disposição, e daí **alegria.** É um sentimento de prazer, que não está ligado a uma região determinada do organismo (não é tòpicamente determinada).

Alegria opõe-se à sensação de prazer, que é um gôzo físico. O contrário da alegria é a tristeza. Também não é tòpicamente determinada. As sensações são tópicas, mas os sentimentos são estados anímicos, não tópicos. As teorias do século dezenove sôbre a **alegria** simplificavam-na em explicações meramente fisiológicas, mecânicas, físico-químicas e psíquicas, esquecendo que, nesse sentimento ou vivência emocional, havia algo de mais profundo, que ultrapassava a visão estreita predominante naquele tempo. Ao lado dos sentimentos meramente sensoriais, há sentimentos espirituais, dirigidos a valôres mais altos. São sentimentos valorativos, que se caracterizam pela sua direcção. A união entre êsses sentimentos e as bases fisiológicas são mínimas, sem que haja, mais profundo e fundamental no abismo, uma diácrise entre êles. Entretanto, há outros sentimentos espirituais, que se misturam com os sensoriais, em que o apetite valorativo do espírito se mescla com imagens e impulsos sensíveis. Assim, encontramos muitas vivências, tais como a cólera, a melancolia, a tristeza, que se ligam, também, com o fisiológico, nêle atuando como a recepção de uma notícia desagradável que influi sôbre o fisiológico. Tema noológico, **alegria** exige aprofundados estudos de Psicologia, não apenas restrita ao estreito contôrno das visões do século dezenove, mas daquelas que podem penetrar no que há de mais profundo e fundamental no homem.

Alessia (it.) = **alexia.**

Alexia — (Psic.) — Perturbação cerebral, que se caracteriza

pela incapacidade de ler e compreender a linguagem escrita.

Álgebra — (Do árabe: **Al — djebr**, reparação).

a) Leibnitz chama assim a arte de tratar problemas aritméticos pela substituição representativa dos números conhecidos, ou não, por letras, e, portanto, a ciência dos **números indeterminados.**

b) Hoje usamos a palavra para designar a arte de resolver equações algébricas (equações que têm as características dadas acima).

c) Na Filosofia, designa, também, o método geral de representar relações e funções matemáticas e lógicas por meio de sinais.

d) **Algebra da Lógica:** têrmo criado pelo matemático inglês Boac, que o aplica ao seu sistema, que, pelo emprêgo de sinais algébricos, desenvolve uma teoria da Lógica, que representa uma generalização da lógica tradicional aristotélica. (Vide: **Logística**).

Algèbre (fr.) = **álgebra.**

ALGEDÔNICA — (Estética) — A estética, considerada como um ramo especial do prazer, ou do prazer e dor. Têrmo proposto por Marshall.

ALGESIA — (Psic.) — Capacidade para sentir a dor. Enquanto **Analgesia** expressa a ausência da sensação de dor, **algesia** expressa a sua presença normal.

ALGESTESIA — (Psic.) — Sensação específica da dor.

ALGO — Do latim **áliquid.** Vide **Alguma coisa.**

ALGOFOBIA — Mêdo mórbido à dor.

Algorithm (ing.) = **algoritmo.**

Algorithme (fr.) = **algoritmo.**

ALGORITMIA — Nome que também se dava, na Idade Média, à Aritmética, e que é de origem árabe.

Algorithmic Logic (ing.) = **algoritmia lógica.**

Algorithmique (fr.) = **algorítmico.**

Algorithmische Logik (al.) = **algoritmia lógica.**

ALGORITMO — a) Refere-se ao sistema arábico de notação de números para as operações elementares da Aritmética.

b) Na Idade Média, também servia para referir-se à Aritmética (chamada, então, também **Algoritmia**).

Algorithmus (al.) = **algoritmo.**

ALGUMA COISA — Do lat. **Aliquid unus; coisa** vem do latim **causa.**

A palavra **res,** que, em latim, significa **coisa,** vem do verbo **reor,** daí **ratus,** no particípio passado, o que foi contado, calculado, pesado, medido.

Aliquid, vem de **aliis,** que significa **outro,** forma antiga de **alius,** e **quid,** que é o pronome interrogativo, que corresponde ao nosso **que.** Ao dizermos **aliquid** diz-se,

naturalmente, um **que quid aliis,** um que outro, indefinidamente.

Aliquid unus é êsse **que,** indefinidamente outro que é um; portanto, **algum** e **alguma** querem dizer um **que,** indefinidamente outro, que é uma unidade, e **alguma coisa,** um **que,** indefinidamente outro, que é uma unidade pensada, medida, calculada. Portanto, **alguma coisa** quer referir-se ao que se objectiva ao homem; ou seja, o que se torna para êle um objecto, acêrca do qual êle fala, pensa, emite juízos, etc.

ÁLIBI (Do lat. **alius** e **ibi** = outro lugar).

Presença de alguém em lugar diverso daquele em que se pretende que estivesse. Alega um **álibi,** em sua defesa legal, aquêle que afirma e prova que não estêve presente no lugar do crime, quando êste foi cometido.

ALIENAÇÃO — a) A alienação surge do verbo alienar, que significa tornar alheio ou de outro. Alienação é, portanto, a acção ou o efeito de alienar, tornar-se **alius.** Em Sociologia, como nas ciências filosóficas, o têrmo **alienação,** muito usado modernamente, significa, em geral, a acção, ou o resultado desta, em tornarem-se as pessoas humanas outras do que realmente são, por constrangimento econômico, social ou político. Pode-se até dizer que o homem moderno, senão em raros momentos, é êle mesmo, pois as condições da vida social fazem-no tornar-se outro que si mesmo. A luta contra a alienação passa a ter julgamentos filosòficamente justos. Deseja-se, através dela, dar ao homem a sua plena autenticidade (de **autos,** si mesmo). A civilização e a cultura moderna são acusadas de serem também factôres de alienação.

b) Têrmo geralmente usado para designar as perturbações profundas do espírito. Actualmente pouco usado pelos psiquiatras, que procuram evitá-lo, devido ao sentido demasiadamente amplo que tem.

Aliénation (fr.) = **alienação.**

Alienation (ing.) = **alienação.**

Alienazione (it.) = **alienação.**

ALIENISTA — Na Psic., o especialista no estudo e no tratamento das perturbações mentais.

Alienum (lat.) = **alheio.**

Aliquid (lat.) = **alguma coisa** (Vide).

Alius (lat.) = **outro.**

ALÍVIO — (Psic.) Sentimento agradável, que surge da cessação da atenção ou da dor.

All(das) (al.) = tudo, como **todo.** Ou melhor, **omnitude** (vide).

Allegoria (it.) = **alegoria.**

Allégorie (fr.) = **alegoria.**

Allegorie (al.) = **alegoria.**

Allegory (ing.) = **alegoria.**

Allgegenwart (al.) = **ubiqüidade.**

Allgemein (al.) = **universal.**

Allgemeingültig — (Al. **allgemein** + **gelten,** validez universal). Uma proposição ou juízo válido universalmente, ou necessário (apodítico, no sentido kan-

tiano). Estas proposições podem ser ou empíricas ou a priori, isto é, independentes de tôda experiência. Vide **Demonstração.**

Allgemeinheit (al.) = **universalidade.**

Allheit (al.) — Vide **Totalidade.**

Allmacht (al.) = **Omnipotência.**

Alloiôsis (gr.) = **alteração qualitativa.**

Allos (to) (gr.) = **o outro.**

Allowance (ing.) — Vide **Tolerância.**

Allucinazione (it.) = **alucinação.**

Allvoraussicht (al.) = **preciência.**

Allwissenheit (al.) — Vide **Omnissapiência.**

ALMA — A noção da alma desenvolveu-se directamente do que existe como representação primitiva em certos estados etnológicos, que verificamos também nos gregos: a crença, amplamente exemplificada em Homero, de que o homem possui um «duplo», uma sombra da sua existência corporal, a psique (**psykhê**). Esta foi representada como distincta e como separável do corpo, sem, entretanto, ser concebida como uma realidade superior; foi antes um sôpro que deu a vida. Também o livro da **Gênesis** diz que «Deus insuflou a vida em Adão», um outro corpo mais fino e sutil, que não se podia pegar com as mãos (Odysséia, 11, 207), que, no sono, temporàriamente, se podia separar do homem, e em sonhos até aparecer e colocar-se diante dêle, e que, na morte, deixa o corpo definitivamente pela bôca ou por um ferimento (Ilíada, 16, 505) para continuar, em um lugar destinado às sombras humanas, uma existência triste, que não se pode mais chamar de vida.

Dotadas sem mais substancialidades e até de fôrça activa aparecem as almas dos mortos, que foram objecto de venerações e de cultos por parte dos seus descendentes. Entre os Romanos, achamos muito pronunciada essa crença na influência dos **manes** (originalmente dos «bons», de um adjectivo antigo «**manus**», bom), das almas dos mortos, que se acham com os deuses do inferno.

No culto de Dioniso, introduzido da Trácia, a alma ganha uma posição mais independente do corpo, e uma valoração superior àquela. Ali a inclusão da alma no corpo toma o aspecto de um castigo. A mansão própria da alma não é o Hades, mas um mundo superior às estrêlas. A volta a êste mundo divino é o objectivo da alma e, portanto, o objectivo do homem, do qual a alma forma só a parte superior. No êxtase (de **extasis**, de **ex**, fora e **stásis**, colocação), efectuado pela música sagrada ou pelo jejum, a alma separa-se temporàriamente do corpo, reunindo-se a Deus, e tornando-se inspirada por êle. Aqui aparece um dualismo muito pronunciado entre corpo e alma, que, porém, é ético, antes que metafísico.

Enquanto a experiência ética já tinha se elevado a êste ponto,

a filosofia natural não distinguiu geralmente entre psique e cosmos.

Em Anaxágoras, a psique faz parte do **Nous,** que move o universo, antecipando, com isso, um ponto de vista que considera a psique não só em relação ou oposição ao corpo, mas também ao espírito (Nous).

Os pitagóricos, em parte, procuraram estabelecer um acôrdo entre a psique e as realidades cosmológicas, concebendo aquela como a «harmonia do elemento corpóreo». Mas, êsse papel meramente funcional não está de acôrdo com o facto da substancialidade da alma, indispensável presuposição da crença na transmigração da alma, atribuída aos pitagóricos.

As diferentes atribuições da alma, enquanto constituem valorações positivas, foram reunidas e interpretadas, plausìvelmente, por Platão. Segundo êle, a psique move a si mesma, é imortal e congênita aos Deuses. Afirmava êle permanecer na visão pura das idéias eternas, que contrastam com a corruptibilidade do mundo visível e, ainda cônscia daquele mundo absoluto do ser verdadeiro, a vida ligada ao corpo significa, para êle, uma existência inferior. Para Aristóteles, a **psique** é o princípio activo do movimento e da vida, a forma do corpo e a **enteléquia,** como o princípio peculiar de ordem dos elementos corpóreos. Conforme as diferentes manifestações da actividade da alma, distingue a **alma vegetativa,** a **animal** e a **racional,** as quais não podem ser separadas do corpo. Uma parte está dentro da alma racional, porém outra vem de fora e sobrevive à existência corpórea, o **«nous poietikos, o nous activo.**

A existência de um princípio independente do corpo tornava-se uma hipótese necessária, pois até os estóicos se viram na contingência de admitir um **«pneuma»** (de **pneô,** soprar) como intermediário entre a psique e o corpo. Paralelamente se desenvolveram outras teorias, mais naturalistas, que se preocuparam, em primeiro lugar, pelo problema da localização da alma e das suas diferentes partes, quer no cérebro, quer em outros órgãos do corpo humano.

Contràriamente à acepção do **«pneuma»** entre os estóicos, a doutrina do Apóstolo Paulo, como a teologia judáico-alexandrina (Filon e outros neo-platônicos) colocam o **pneuma** acima da **psique,** porque é o sôpro divino, aproximando-se, assim, à concepção moderna do «espírito», que é menos fisiológico e mais **sistencialmente** puro do que «psique». O **pneuma** paulino é o **hagionpneuma,** de **hagios,** Santo, **«Espírito Santo»,** que simultâneamente é o próprio Deus, e habita na alma do homem. Êste **pneuma** se identifica com o **logos** e o **nous,** e se opõe, por ser mais universal e superindividual, à **psique,** sempre essencialmente destinada a um corpo. A psique é, portanto, individual, mas, por isso, o problema da substancialidade e conseqüentemente da sobrevivência, prende-se sempre à **«psique»** e não ao «espírito».

A divisão da natureza humana em **corpo, psique** e **pneuma**

(**tricotomia**) encontrou defensores em nossos dias.

Os escolásticos, quando trataram da alma sob o ângulo filosófico, deram mais relêvo à concepção aristotélica, como forma do corpo, não sem certas dificuldades na questão da existência da forma separada do corpo. Não desertar da substancialidade da alma foi o dictame que lhes veio da Teologia, para não pôr em perigo a doutrina da imortalidade da alma humana individual. Aristóteles, porém, com pronunciadas tendências de naturalista, em sua psicologia (**De Anima. Peri Psykhôs**) se baseava, principalmente, em factos de observação, e não tinha nenhum preconceito em favor da substancialidade da alma.

A questão fica aberta. Como tratar o problema da substancialidade da alma com meios puramente filosóficos?

Kant respondeu a essa pergunta do seguinte modo: A idéia da alma humana, do «eu», está fundada a **Psicologia Racional.** Ela demonstra que a alma não é algo material, que é uma substância que permanece eternamente, que é simples (não constituída de partes), e que é individual, um «eu». Em verdade, porém, pela experiência, só sabemos que existe a «unidade transcendental de consciência», porque, se não fôsse assim, seria impossível a experiência. Mas, o homem não pode saber se realmente existe tal «portador» da unidade transcendental, se é matéria ou espírito, que lhe ocorre quando concluiu o processo da experiência (quer dizer, depois da morte).»

Se, então, não podemos saber nada a respeito da substancialidade da alma, podemos — ainda segundo Kant — pelo menos saber donde veio essa idéia pairar em nossa representação: Alma.

Mundo e Deus não são mais que idéias da razão pura, produzidas sôbre a mesma base e com o mesmo fim como as outras idéias da razão. Todos os factos da experiência externa são abarcados por uma idéia: Mundo. Todos os factos da experiência interna, psíquica, são compreendidos em uma idéia: Alma. E, aplicando a razão às categorias de substância, causa e necessidade, e a essas duas esferas da experiência, surge a idéia de Deus.

A filosofia moderna é caracterizada por uma aversão quase unânime à teoria da substancialidade, e chega, assim, a conceber a alma como o conjunto das suas propriedades ou como, no caso da «Teoria da Actualidade», como a mera soma das suas actividades conscientes.

Com as teorias da «Não-substancialidade» também o conceito de «almas colectivas» perde seu carácter análogo e metafórico, e pode ser erigido com pleno direito ao lado da alma individual. Mas, a aceitação de uma alma colectiva significa pouco se ela não passa de mera soma das actualizações dos indivíduos, que fazem parte da respectiva colectividade. Todavia, foi O. Spann quem atribuiu à alma colectiva um valor independente pela ob-

servação de que o pensar, o querer, o amar, o odiar «em companhia», é productivo, quer dizer: que a actividade de uma alma colectiva é capaz de criar valôres, que não se podem esperar da actividade individual.

Essa idéia funda uma nova subjectividade colectiva, que, porém, não é substancialidade.

Vide ainda os artigos: **Substancialidade** e **Espírito.**

ALMA DO MUNDO — Conceito que já se encontra em Platão e Aristóteles, e que significa um princípio unificador, que desempenha, no mundo inteiro, o mesmo papel como a alma individual no homem.

Schelling define-a como «o que sustenta a continuidade do mundo inorgânico e orgânico, e une tôda a natureza num organismo universal». Ela é às vêzes considerada como Deus ou como intermediária entre Deus e o mundo visível. Vide **Tensão.**

ALMA PENSANTE — Segundo Aristóteles, é a alma ou aquela parte da alma, que é o princípio do pensamento **(dianotikê psykhê).**

ALMA SENSITIVA — Segundo Aristóteles, é a alma ou a parte da alma, que é o princípio da sensação e da sensibilidade até naqueles sêres que carecem da razão **(aisthetikê psykhê).**

ALMA SENSÍVEL — A «anima sensibilis» ou «spiritus vitalis» de Bacon; uma substância material e sutil, que temos em comum com os animais, e que é o princípio da vitalidade. (Vide também **«Aura»).**

ALMA VEGETATIVA — Segundo Aristóteles, a alma ou a parte que produz a nutrição, o crescimento, a reprodução e o declínio dos sêres vivos, até daqueles que não estão dotados de sensação e sensibilidade **(threptikê psykhê).**

ALOGIA — Incapacidade de falar, devido a perturbações do sistema nervoso.

ALÓGICO — O que é estranho à Lógica, e não se adapta às suas formas. Neste sentido se opõe a «antilógico», o que é contra as regras da Lógica. **Antilógico** é um atributo, que se aplica a uma idéia, a operações do pensamento. «Alógico» é um atributo da realidade.

Alogique (fr.) = **alógico.**

Alogisch (al.) = **alógico.**

ALOPSICOSE — Na Psic., alucinações ou ilusões, que consistem em atribuir a outros intenções que são projectações da malícia da pessoa que as sofre.

Alogos (gr.) = **irracional.**

Alphabet (fr.) = **alfabeto.**

ALQUIMIA — As primeiras investigações e primeiras experimentações químicas buscavam, também, a transmutação dos metais em ouro, e diziam tender à obtenção da pedra filosofal, por meio da qual se transmutariam tôdas as coisas em ouro. Presume-se que a alquimia se origina no Egito, e daí passou à Grécia, Roma e Arábia. Graças aos ára-

bes, através da Espanha, penetrou na Europa ocidental. Entre os grandes alquimistas do século XVI pode-se citar **Paracelso.**

Also (al.) = **portanto.**

Als ob — Em alemão significa **como se** e, na Filos., é empregado no sentido de **ficcional,** de **hipotético,** de **pragmático.** As coisas são **como se** apresentam para nós... é um enunciado de Vaihinger (**Die Philosophie des Als ob,** 1911). O conhecimento humano, para essa posição, é ficcional. mas pragmàticamente justificado.

ALTERAÇÃO — a) Mutação na categoria da qualidade (Vide **Categorias**).

b) Em um sentido pejorativo, a condição de passar a um estado inferior ou de desordem.

No sentido **a,** na concepção aristotélica e na escolástica, alteração é a moção de contrário a contrário (**de contrario in contrarium**) segundo a qualidade. Quem **altera** é o agente; quem **se altera** é o paciente. O movente é a forma que está no gênero da qualidade. Tôda alteração exige um determinado tempo. A alteração é dúplice: **simpliciter,** isto é, absoluta, e **secundum quid,** relativa. Exemplos: na primeira, temos a alteração do branco em negro, ou vice-versa; no segundo caso, o do branco em mais ou menos branco.

c) Oposto a identidade. Qualidade do que é outro. Renouvier usa-o para caracterizar o que «é outro que não eu».

Alteratio (lat.) = **alteração.**

Alteration (al. e ing.) = **alteração.**

Altération (fr.) = **alteração.**

Alterazione (it.) = **alteração.**

Alterità (it.) = **alteridade.**

Altérité (fr.) = **alteridade.**

Alterity (ing.) — Vide **Alteridade.**

Alterius non sit, qui suum esse potest (Frase latina = Não pertença a outrem quem possa pertencer a si próprio). É de Paracelso. Pode aceitar-se como dístico da concepção nietzscheana do domínio de si mesmo.

ALTERNATIVA — a) Necessidade ou possibilidade de decidir-se a uma entre várias resoluções a tomar.

b) Em Lógica, um sistema de duas ou mais proposições, das quais só uma é verdadeira (**Disjunção exclusiva**).

Alternativa (al., fr. e ing.) = **alternativa.**

ALTO — Têrmo usado na Filosofia para indicar superior: «uma alta doutrina...»

Altro (it.) = **outro.**

Altruism (ing.) = **altruísmo.**

Altruisme (fr.) = **altruísmo.**

ALTRUÍSMO — Têrmo criado por Augusto Comte:

a) Em **Psicologia,** altruísmo significa um sentimento de amor a outrem, que como tal se opõe a «egoísmo». Êste sentimento pode ser instintivo, em virtude dos laços naturais de uma interdependência orgânica, que os mem-

bros de uma espécie experimentam entre si, como pensa Comte, que oferece abnegação como sinônimo.

b) Há, porém, quem rejeite o uso da palavra altruísmo neste sentido, limitando-o a uma atitude consciente que, intencionalmente, visa a vantagem de um outro. Admitindo-se conjuntamente os elementos instintivo e intencional, o altruísmo pode ser posto em oposição, de um lado ao **egoísmo**, e de outro lado, à **caridade**.

Nessa confrontação, o **egoísmo** visa sòmente a vantagem do indivíduo. O **altruísmo** realiza a concatenação natural do gênero humano pela identificação dos interêsses do indivíduo com os dos outros, de determinados outros, ou da humanidade como tal; e a caridade cristã, abandonando a apreciação dos vínculos naturais e das suas sugestões, considera os outros sob um ângulo novo, descobrindo e realizando um fundamento sobrenatural de comunidade.

c) Como «amor ao próximo mais que a si mesmo», Scheler considera como a culminação da filantropia moderna baseada no ressentimento, e opõe-lhe o amor cristão, dirigido à pessoa ideal e espiritual, e contrário ao sacrifício da própria salvação, que, para o cristão, tem um valor tão alto como o amor ao próximo. O «amor ao próximo mais que a si mesmo» representa, para Scheler, uma manifestação do ressentimento, uma forma do ódio a si mesmo.

d) Na Ética, **altruísmo** é a doutrina que tem como objectivo de conduta moral a realização dos interêsses do nosso próximo. Como tal, opõe-se ao **individualismo**, ao **hedonismo** e, em certa medida, também, ao **utilitarismo**.

Altruismus (al.) = **altruismo**.

ALUCINAÇÃO — (Psic.) É a interpretação anormal dos dados das experiências sensoriais por meio de ideações não correspondentes à realidade exterior. Em alguns casos, é sintoma de distúrbios mentais ou de desequilíbrio, sobretudo quando continuados e persistentes.

Como sinônimo, temos a **pseudo-percepção**, a **ilusão**, **idéia delirante**. Na **ilusão**, há uma percepção errônea dos dados sensoriais presentes; na alucinação, há o êrro de julgar, como presentes aos sentidos, os estímulos não presentes, ou seja, há ausência de estimulação real.

Na **idéia delirante**, que se estabelece através de juízos, há uma interpretação falsa do valor da realidade, embora os estímulos sejam reais.

ALUCINAÇÃO INDUZIDA — (Psic.) A que é provocada por outro indivíduo por sugestão dêste, como a que observamos nas hipnoses. Algumas vêzes é a revelação de certos estados tóxicos.

ALUCINAÇÃO PERIFÉRICA — (Psic.) Diz-se da alucinação que é provocada por um leve estímulo, cujo efeito é deformado pelo psiquismo. É o que alguns chamam de **delusão**. Um exemplo conhecido é o de um leve roçar

na pele, que é sentido como uma dor intensa.

ALUCINATIVO — (Psic.) — Diz-se do processo da alucinação.

ALUCINATÓRIO — (Psic.) — Refere-se aos dados da **alucinação** (vide).

ALUCINOSE — (Psic.) É a tendência para sofrer transtornos alucinatórios, sem qualquer perturbação da consciência, ou a presença de outros sintomas. Geralmente se emprega para os casos já doentios.

Pode ser de várias espécies, e, entre estas, releva notar a **aguda,** que é afim ao delírio, mas em que a consciência ainda se mantém vigilante. Caracteriza-se geralmente pelo pânico, ou por manifestações emotivas fortes, quase sempre ligadas ou associadas com outras psicoses. Em alguns casos, essa **alucinose** se apresenta perdurante por dias e semanas até. Tem algumas vêzes origem tóxica, e manifesta-se, geralmente, por alucinações auditivas.

Há um exemplo comum na **alucinose alcoólica,** na qual, geralmente, se dão alucinações auditivas, em que o paciente ouve admoestações fortes que lhe são dirigidas. São em geral demoradas e confundem-se muitas vêzes com a **esquizofrenia.** Vide **Psicose alcoólica.**

Ama (gr.) = coexistência, o correlativo no estado de simultaneidade.

AMABIMUS — Em Lógica, têrmo mnemotécnico, fundado nas quatro modais A.A.I.U, que correspondem a Possível, Contingente, Impossível, Necessário.

A indica a afirmação do **modo** e do **dictum: É** possível que **S** seja P; **I,** é a negação do **modo** e a afirmação do **dictum; U, a** negação do **modo** e a do **dictum.** Vide **Modalidade.**

AMALGAMA — Na Soc., processo biológico, pelo qual dois ou mais tipos raciais fundem-se na combinação de um novo tipo.

Por analogia, aplica-se à união num grupo funcional de duas ou mais pessoas, ou grupos separados, que apresentam características diferentes, mas que se combinam com o novo grupo para formar um conjunto de certa homogeneidade. No conceito de amálgama, socialmente tomado. há sempre a mistura de pessoas ou grupos entre si, que apresentam caracteres diversos, mas que vão constituir um conjunto de certa homogeneidade. Assim, grupos ou partidos políticos, que se amalgamam para uma acção política de maior envergadura.

AMANUAL — Heidegger chama **mundo amanual** ao conjunto das coisas ou situações, enquanto estão **à mão (zuhandene)** e se nos oferecem, portanto, como algo útil, manejável ou manipulável.

É assim o «mundo amanual» aquêle do qual nos ocupamos e preocupamos, o mundo que se refere, iniludìvelmente, às distintas possibilidades da existência humana. Seu modo de ser é ontològicamente anterior ao mundo presente **(vorhandene),** o qual se

baseia no mundo amanual, no qual a existência se acha instalada.

Amartema (gr.) = **êrro, falta, pecado.**

AMBIDEXTRALIDADE — Capacidade de usar igualmente as mãos para a execução de actos motores, com capacidade mais ou menos iguais.

AMBIENTE — Chama-se de tal o conjunto dos fenômenos físico-químicos, biológicos e sociais, que actuam, predisponentemente, sôbre o organismo. Em suma, é o conjunto das circunstâncias que rodeiam um organismo.

AMBIENTE CIRCUNSTANCIAL — Vide **Circunstância.**

AMBIGÜIDADE — Diz-se uma palavra ou expressão em mais de um sentido, quer em si mesma, quer pela posição que toma dentro do contexto. Em vista do étimo **(ambo)**, a palavra devia ser limitada aos casos de ocorrência de dois sentidos, mas é usada, também, quando se trata de mais de dois sentidos. (Vide **Anfibolia** e **Equívoco).**

Ambiguitá (it.) = **ambigüidade.**

Ambiguité (fr.) = **ambigüidade.**

Ambiguity (ing.) = **ambigüidade.**

AMBIVALÊNCIA — Presença simultânea de emoções opostas na mesma pessoa. Segundo a Psic., em todos os sêres humanos há sempre dois valôres efectivos opostos **(ambivalentes).** Vide **Plurivalência.**

AMBIVERSÃO — (Psic.) Estado da personalidade, que se acha entre os extremos da **introversão** e da **extroversão.**

Ame (fr.) = **alma.**

AMENTIA — Deficiência mental. Empregado nos países nórdicos para significar as condições psicóticas, que se manifestam em perda de memória, confusão, perplexidade e desordens emocionais.

Ameres (gr.) = **sem partes.**

Amegethes (gr.) = **sem grandeza, inextenso.**

AMERICANISMO — Admiração pelas coisas e tradições da América, sobretudo das suas instituições democráticas e da livre-emprêsa privada.

AMERICANIZAÇÃO — Processo que consiste em um povo adquirir hábitos americanos, substituindo os que são naturais. Em suma, é a assimilação de aspectos americanos de vida, ao conjunto dos já existentes.

AMERÍNDIO — a) Têrmo introduzido recentemente na literatura para designar os habitantes primitivos (os indígenas) das Américas.

b) Aquêle que é natural, nativo das terras americanas.

Ametabletos (gr.) = **o imutável.**

Amicitia (lat.) = **amizade.**

Amicizia (it.) = **amizade.**

AMIDISMO — Escola budista de **Tohing Tu Tchung.** Vide **Budismo.**

AMIMÉTICO — Vide **Mimético.**

AMIGO — Vide **Amizade.**

AMIMIA — Perturbação da linguagem, que se caracteriza pela incapacidade de fazer gestos expressivos ou significativos.

Amitié (fr.) = **amizade.**

Amixtos (gr.) = **não misturados.**

AMIZADE — a) **Inclinação electiva** recíproca entre duas pessoas. Amizade difere, portanto, do **amor,** pela ausência do carácter sexual, e pela condição de reciprocidade. Amizade pode ser estendida a um grupo de mais de duas pessoas, ficando, porém, como base, a reciprocidade, que se dá entre os indivíduos.

b) A amizade formou um traço particularmente saliente da vida grega, distinguindo Aristóteles três matizes: a amizade, que tem por objecto o prazer, a que tem por objecto o interêsse, e a que tem por objecto o bem moral.

Só à última êle concedeu o atributo de ser perfeita.

c) A palavra amizade também se usa em sentido mais lato, que não exclui, necessàriamente, o carácter sexual, nem exige a reciprocidade.

d) Também a palavra **amigo** tem um uso menos estritamente definido como em «um amigo da humanidade», onde uma reciprocidade dificilmente pode ser obtida.

Ammettere (it.) = **admitir.**

AMNÉSIA — Incapacidade total ou parcial para recordar ou identificar experiências passadas.

AMNÉSIA ANTERÓGRADA — (Psic.) Incapacidade de memorizar sucessos recentes, devido a um trauma físico ou mental, que o sucedeu.

AMNÉSIA INFANTIL — (Psic.) Ausência de memorização de experiências da primeira infância, devido a uma repressão anterior. Têrmo empregado nesse sentido pela Psicanálise.

AMNÉSIA LOCALIZADA — (Psic.) Amnésia restrita a determinados sucessos relacionados a uma época, etc.

Amnesie (al.) = **amnésia.**

Amnésie (fr.) = **amnésia.**

AMOK — (Antropologia) Entre os povos malaios é a depressão psíquica, que culmina numa mania homicida.

AMNÉSTICO — (Psic.) Caracterizado pela amnésia, perda da memória.

AMOR — a) Sinônimo de **afecto,** quando tomado em sentido lato. Neste caso, apetição de qualquer realidade ou de algo ideal (amor ao belo). É tomado em sentido impessoal, aqui.

b) Em sentido pessoal (mais restrito), amor de alguém a alguém, que pode ser a própria pessoa amante (amor próprio) ou outra, alheia (amor de «complacência»). O amado pode ser amado como fim ou como meio. Como fim, temos o amor de amizade; como meio, temos o amor

sensual ou erótico. Há o amor de mutualidade, quando o amante ama o amado, e êste, por sua vez, aquêle. É um amor **ego-altruísta.** Há, no amor, não apenas a complacência, mas, também, o **desejo,** a apetibilidade do amado, a compenetração afectiva, e busca da posse do bem desejado. Distinguiam os escolásticos o amor de «concupiscência», no qual se apetece a outro para si mesmo; ou seja, para a própria satisfação pessoal corporal (amor sexual) ou espiritual (a companhia contra a solidão) e o amor puro, quando apetece apenas o bem da pessoa amada.

O amor pode dar-se entre indivíduos e entre êstes e as colectividades (amor à pátria).

c) Emprega-se, também, o têrmo para significar as apetências que se podem dar entre sêres corpóreos não racionais, como **atração** na física, a aproximação com fim reprodutivo entre os animais, etc.

Crítica: — O amor é uma fôrça primitiva do espírito, avaliadora e criadora de valôres, intensiva, capaz de atingir os graus mais variados. É sempre a revelação de uma afirmação da vontade dirigida a um valor reconhecido como tal e apetecido. O amor valora o valor e o valoriza, porque, o que é apetecido, é portador de valor para o amante.

Éticamente, podemos considerar, segundo o nosso filosofar concreto, amor dêste modo O bem verdadeiro do homem é o que corresponde aos princípios concretos, pois sem êles, o homem não é (imprescindibilidade dos factôres emergentes) nem **existe** (imprescindibilidade dos factôres predisponentes).

O bem humano é atingido pela harmonização dêsses princípios.

Visualizado pelo ângulo dos factôres bionômicos, os factôres do corpo animal, a saúde, o regular funcionamento fisiológico são fundamentais. A eugenia do corpo e o cuidado que êle merece devem **(têm de)** ser atendidos. Como factor emergente, o **psicológico** inclui tôda a vida mental e espiritual do homem. Uma mente sã impõe-se a um corpo são, e vice-versa. A norma moral: **mente sã em corpo são** é uma norma que reflete a exigência, o imperativo do bem, que decorre do perfeito funcionamento dos factôres emergentes.

Mas o homem, predisponencialmente, depende de um conjunto social que o gera e de um ambiente circunstancial onde vive. perdura e se move.

Os factôres histórico-sociais e os ecológicos, que são os predisponentes, como vimos, constituem também a realidade concreta do homem, pois não é só êle corpo e espírito, mas também habitante de um mundo e membro de uma colectividade, à qual se acha ligado por laços mais profundos.

O bem humano implica o domínio do meio ambiente ecológico, de onde retira seus bens e que o homem naturalmente ama, mesmo quando lhe é tantas vêzes adverso, como o árabe, que ama o deserto, e o nordestino,

que ama a terra, que muitas vêzes lhe nega o alimento.

O bem humano não se completa, portanto, apenas num corpo são e numa mente sã, mas num aproveitamento justo e adequado do meio ambiente ecológico, e numa adaptação adequada ao meio social.

E como a colectividade e o meio ecológico se reunem num complexo, que é a pátria, e como, nela, para o bem colectivo, é mister que ninguém perturbe as normas mais condizentes para o bem de cada um, a vida **honesta** do homem é exigida, bem como o amor e o devotamento ao bem da pátria, nesse sentido natural e verdadeiro que a ela se deve dar. A honestidade natural revela-se no seguir à procura dos bens genuinamente éticos, o que leva à manifestação de um sentimento de dignidade pessoal, que é a **honra.** Ser honrado (honradez) é cumprir socialmente seus deveres jurídicos, bem como os econômicos.

A máxima moral concreta é: — **Mente sã em corpo são, vida honesta e amor à pátria e à humanidade.**

Daí surgirem o respeito à dignidade pessoal (ao valor do homem como corpo e como espírito), à dignidade do cidadão e à solidariedade humana que deve a todos os seus semelhantes, pois a êles se liga por laços concretos e poderosos.

As especulações do homem sôbre uma vida além do corpo ligam-lhe aos deveres religiosos, segundo as diversas crenças. Em tôdas elas, a moral pauta-se pela aceitação dêsses princípios universais e, em tôdas elas é fundado, portanto, numa realidade concreta do homem.

E assim como nenhuma tendência é vã, o anseio da felicidade perene leva novamente o homem, em suas especulações, ao Ser Supremo, ao Grande Ser, fonte e origem de tôdas as coisas, simbolizado em tôdas as religiões pela divindade, por elas aceita e adorada.

AMORAL — Vide **Moralismo.**

Amorale (it.) = **amoral.**

AMORALIDADE — Também usado na acepção c de **amoralismo.**

Amoralisch (al.) = **amoral.**

Amoralisme (fr.) = **amoralismo.**

AMORALISMO — a) Doutrina que nega à valoração ética o carácter universal e imperativo. O **amoralismo** é antes a proclamação da relatividade da moral, do que a sua negação, visto que a existência de uma valoração moral, ainda que regional e històricamente condicionada, é um facto evidente.

b) O adjectivo «amoral», entretanto, que não se aplica à doutrina, mas à atitude prática de um indivíduo, significa um estado de neutralidade perante os valôres do bem e do mal, que pode ser uma mentalidade primitiva ao desconhecer a qualificação ética ou uma neutralidade reflexiva, que despreza aquêles valores. (Vide também «**Imoralismo**» e «**Imoralidade**»).

c) Quanto à doutrina de Nietzsche, é difícil classificá-la como «amoralismo» ou «imoralismo». Nietzsche, que chama sua própria doutrina de **imoralismo,** ataca a moral tradicional e exige um procedimento, que dentro das categoria dessa moral tradicional, é **imoral.**

Isto, porém, não passa ainda de «amoralismo». Mas êsse procedimento, que êle exige, não é algo de arbitrário, mas faz parte de um sistema, é uma **nova moral,** que êle proclama expressamente, pela criação de uma nova escala de valôres, o que é mais do que «amoralismo», porque ninguém que se convença da relatividade e, portanto, da futilidade da moral em geral, ou em particular, sente a necessidade de erigir uma nova moral. Nietzsche propõe, precisamente, a derruição da moral tradicional, fundamentada numa concepção extra humana e interessada na retribuição, para ser substituída por outra, fundamentada nos verdadeiros instintos humanos **caluniados,** sem interêsse na retribuição, senão aquela que oferece a função da própria dignidade e da vitória sôbre êles próprios, com carácter aristocrático; isto é, **sem porquês** nem **para quês,** seguindo suas próprias expressões.

d) Usado ainda para designar a ausência de moralidade num indivíduo.

Amore (it.) = **amor.**

AMOR PRÓPRIO — Vide **Amor.**

AMOR PURO — Vide **Amor.**

Amour (fr.) = **amor.**

Amour-propre (fr.) = **amor próprio.**

Amphibolia (ing.) = **anfibolia.**

Amphibolie (fr. e al.) = **anfibolia.**

Amphibology (ing.) = **anfibologia.**

Amphô (to) (gr.) = o composto de matéria e forma.

AMPLIATIVO — (Do latim **ampliare,** tornar maior).

Amplifiante (fr.) = **Amplificante.**

AMPLIFICANTE (inducção) — Nome que também se dá à **inducção baconiana,** em oposição à **inducção aristotélica,** e que consiste em tirar, de um certo número de factos, uma fórmula geral para factos ainda desconhecidos ou futuros. (Vide **Inducção).**

AMULETO — Objecto que é usado muitas vêzes como decorativo, e considerado como capaz de defender a pessoa de dificuldades e perigos prováveis. Segundo certos estudiosos, êste foi o primeiro tipo de ornamento usado pelo homem prehistórico.

O amuleto serve para prover fôrças, riqueza e boa sorte.

Encontra-se, em algumas tribos primitivas do Brasil e da Austrália, o tipo de amuleto cranial. Acreditam que êste possui qualidades mágicas.

Vide: **Fetichismo, Magia.**

AMUSIA — (Psic.) Privação de faculdade auditiva musical. Os **amúsicos** não têm capacidade

de apreciar nem a altura relativa, nem o timbre dos sons.

AMUSICAL — Carácter da incapacidade de distinguir as qualidades dos tons, da inaptidão musical.

Amusie (fr.) = **amusia.**

ANABOLISMO — Síntese de estructuras orgânicas nos tecidos vivos do corpo. Opõe-se a **catabolismo,** que significa a destruição dêsses tecidos.

Anabolismo e **Catabolismo** são funções opostas do **Metabolismo,** o qual é o processo das mutações no estado interno das células, por meio do qual cresce ou diminui a complexidade de sua estructura.

Anaesthesia (ing.) = **anestesia.**

Anaesthesie (al.) = **anestesia.**

Anagein (gr.) = **reduzir a...**

Anagogic interpretation (ing.) = **anagógico.**

ANAGÓGICO — (Do gr. **aná,** para cima, e **gogia,** conducção = conduzir para cima).

a) De modo geral diz-se de tudo o que leva a algo superior ou mais profundo; a uma idéia originária, a uma causa mais primitiva, etc.

b) Usado, no Psicologia, em oposição a **catagógico,** para designar os estados psíquicos que, por sua única presença, produzem uma elevação do ânimo alheio em todos os sentidos, enquanto os estados **catagógicos** são os que produzem abatimento e depressão.

c) Sieberer e Jung empregam-no para indicar as tendências morais, espirituais, ou as elevadas do inconsciente.

d) **«Sentido anagógico»,** locução usada para expressar uma das quatro interpretações da Escritura, considerada como a mais profunda e que consiste num símbolo das coisas, que constituem o mundo divino. (Vide **Alegoria**).

e) Leibnitz empregou-o como adjectivo do têrmo inducção, mas usou também na acepção **d.**

Anagoge (gr.) = **reducção.**

Aóristos (gr.) = **indefinido, indeterminado.**

Anagogique (fr.) = **anagógico.**

Anairein (gr.) = **arruinar, aniquilar.**

Anaition (gr.) = **sem causa.**

ANALGESIA — Ausência de dor, parcial ou total, permanecendo outras sensações. Vide **Anestesia.**

Analgésie (fr. e al.) = **analgesia.**

Analgia (ing. e it.) — Vide **analgesia.**

ANÁLISE — (Em gr. **analysis,** de **aná,** para cima, e **lysein,** resolver, desfazer uma solução).

a) Decomposição de um todo em suas partes, seja na ordem material **(análise química),** seja na ordem mental **(análise de um conceito),** pela definição.

Segundo Taine, tanto nas ciências morais, como nas ciências

físicas, o progresso consiste no emprêgo da análise, e todo o esfôrço que ela tem de fazer é o de multiplicar os factos, os dados elementares, que estão contidos implicitamente em um nome. A nossa tarefa é de descobrir, sob os sinais, os factos distintos. Para saber o que é uma «natureza», toma-se um animal, uma planta, um mineral e estudam-se-lhes as características. Notar-se-á que a palavra «natureza» aparece no momento em que se tem feito a soma das características importantes e distintivas.

b) Se concebemos a análise como uma reducção a elementos primários, é evidente que ela toma aspectos bastante diferentes, conforme os objectos a que se aplica. As espécies de análise podem ser análogas, mas cada uma tem um carácter especial, determinado pela natureza do objecto, que cabe decompor. **«Reducção aos elementos primários»** significa, nas ciências naturais, reducção aos factos de observação empírica, no sentido da exposição de Taine acima citada.

c) Na Lógica, os «elementos primários» são a própria forma lógica, e a análise consiste em demonstrar a aplicação correcta das leis do raciocínio de um material dado.

Não se trata, porém, só de analisar um raciocínio sob o ponto de vista da Lógica Formal, mas a proposição tem que ser examinada quanto à sua veracidade, pela reducção às premissas que figuram como os últimos elementos, admitidos como verdadeiros.

Duhamel caracteriza êste procedimento analítico como segue: «Quando temos que achar a demonstração de uma proposição enunciada, procuramos primeiro se ela pode deduzir-se como conseqüência necessária de proposições admitidas. Neste caso, ela também tem de ser admitida e, conseqüentemente, já está demonstrada. Se não sabemos de quais proposições conhecidas ela poderia ser deduzida, temos de procurar de que proposição não admitida ela podia deduzir-se, e, então, a questão será reduzida a demonstrar a veracidade dessa última proposição. Se se pode deduzir esta de proposições admitidas, ela será reconhecida como verdadeira e, por conseqüência, também a anterior, senão, procuraremos de que proposição ainda não admitida ela se podia deduzir, e tôda questão seria provar a veracidade desta última. Assim se continuará até chegar a uma proposição reconhecida como verdadeira; e com isto, estará provada a veracidade da proposição da qual partimos».

Assim se vê que êste método, que se chama «análise», consiste no estabelecimento de uma corrente de proposições, que começa com a que queremos demonstrar e termina numa proposição conhecida, e partindo da primeira que queremos demonstrar, cada uma será uma conseqüência necessária da proposição seguinte; donde se segue que a primeira é uma conseqüência da última, e, portanto, verdadeira como esta.

Em vista disso, cada método, que implica em um exame discursivo, toma a denominação de Análise, mesmo que se prenda simultâneamente à operação contrário de **síntese.** Êste sentido que reune decomposição e recomposição, acha-se em Condillac, quando diz que «o método analítico consiste em observar numa ordem sucessiva as qualidades de um objecto, para logo atribuir-lhe, no espírito, a ordem de simultaneidade na qual existem... Promovemos essa composição e decomposição de conformidade com as relações que existem entre as coisas».

d) O emprêgo que Kant faz das palavras **análise** e **analítico** prende-se ao uso consagrado por Aristóteles, que distingue, no seu livro «Organon» sôbre a Lógica Formal, uma «analítica primária» (teoria do raciocínio) e «analítica secundária» (teoria das provas). Essa análise lógica, que é essencialmente decomposição dos conceitos, se opõe diametralmente à **síntese,** como operação contrária. Kant, no propósito de aplicar as formas lógicas ao conhecimento da realidade, parte dêste sentido da palavra, quando procura as condições **a priori** da experiência na sua chamada **analítica transcendental.**

e) A **análise psicológica** consiste em uma introspecção para fins de análise; quer dizer, para reduzir estados psíquicos complexos aos elementos mais simples que a compõem. Êste método, que tomou especial significação na «Psicanálise» de Sigmund Freud, se opõe, em princípio, ao método meramente descriptivo.

f) O **método analítico na Pedagogia** consiste em uma decomposição dos conhecimentos já adquiridos, não aos últimos elementos constituintes, mas naquelas unidades de divisão e idéias, cuja presença actual no espírito dos alunos parece a melhor preparação para a assimilação de novos conhecimentos.

Sôbre **«juízo analítico»** vide «Analítico».

Analisi (it.) = **análise.**

ANÁLISE DA PROFISSÃO — Estudo sistemático dos factôres que permitem estabelecer as tendências dos trabalhadores para uma determinada ocupação ou para melhoria do seu método de trabalho. Por êste meio, obtem-se uma especificação profissional mais cuidadosa.

ANALÍTICO — a) O que se processa por **análise** ou que constitui uma **análise.** O «método analítico» do pensamento é o que se baseia no juízo, inducção e silogismo, e que constitui o procedimento ordinário do espírito; êle se opõe ao **«método sintético»,** que procede por meio de tese, antítese e síntese.

b) Kant chama de «juízo analítico» aquêle cujo predicado está contido no sujeito: «O predicado B ou pertence ao sujeito A, como algo que se acha contido de maneira oculta no conceito A; ou B se encontra completamente fora do conceito A, embora tenha, ao mesmo tempo, alguma ligação com aquêle. No primeiro caso chama juízo «analítico», no outro «sintético». (Vide **A priori**).

c) Na Psicologia, distingue-se uma tendência analítica de uma tendência sintética do espírito, que se acha geralmente em diferentes indivíduos, diferentemente pronunciada. A primeira considera as coisas nos seus elementos; a segunda as considera no seu conjunto.

d) **Línguas analíticas** chamam-se aquelas que tendem a salientar a idéia principal, separando-a dos têrmos com os quais ela se acha em relação, têrmos que, por sua parte, estão sendo expressos cada um por uma palavra própria. O conjunto das palavras obedece, então, a uma ordem lógica e predeterminada. **Línguas sintéticas,** pelo contrário, são aquelas que tendem a reunir várias idéias em um único têrmo composto, de forma que a frase inteira, com os seus elementos juxtapostos, exige que o espírito lhes introduza a ordem lógica por um acto intuitivo de compreensão.

Geometria analítica é a ciência que traduz as figuras e propriedades geométricas em têrmos algébricos, e representa cada ponto de uma figura por suas coordenadas.

Analog (al.) = **análogo.**

ANALOGIA — (Do gr. **aná,** para cima, e **logos,** pensamento = pensamento dirigido para outro superior).

a) Proporção, que consiste em uma identidade de relação entre cada dois têrmos de vários pares.

b) Também significa, em concreto, a realidade que encarna essa proporção.

c) Na Lógica, uma forma de argumento **(raciocínio por analogia),** que, partindo da identidade ou semelhança observada ou suposta, entre dois ou mais objectos, infere, da existência de um carácter observado em um dos têrmos, a existência do mesmo carácter, ainda não observado no outro têrmo. Ou, em outras palavras, que se aproximam ao uso matemático: A determinação de um têrmo pelo conhecimento de dois têrmos de um dos pares, e de um têrmo do segundo par. A **proporção matemática** foi chamada de **analogia** por Euclides. Aristóteles aplicou-a às condições da Lógica, precisando-lhe o sentido, mas sem estabelecer um raciocínio em sentido próprio na base da analogia. Kant compara analogia com a indução, determinando essa última como a operação mental, que estende a todos os sêres de uma mesma espécie as observações feitas em alguns dêles, e o **raciocínio por analogia** como a conclusão que infere da semelhança bem assegurada, entre duas espécies, a semelhança ainda não observada.

d) Ao lado dessa «**analogia proportionis**» (analogia da proporção) Tomás de Aquino estabeleceu uma «**analogia attributionis**» (analogia de atribuição), que se aplica aos casos onde não se pode atribuir os predicados unívocamente. «Árvore» atribui-se ao carvalho e à oliveira unívocamente, mas «rindo» diz-se de um rosto e de uma paisagem só aná-

logamente. A «**analogia attributionis**» tem um fundamento real e distingue-se, por isso, do mero eqüívoco.

e) Tudo o que afirmamos sôbre a essência de Deus, é, neste sentido, análogo; as virtudes humanas são análogas às perfeições de Deus, e viceversa. Segundo a acepção escolástica, o «ser» é um conceito análogo, que não se pode atribuir unívocamente a diferentes categorias (aristotélicas) do ser. «Ser», portanto, não é um conceito genérico e, por isso, as próprias categorias são os gêneros supremos (**Analogia entis**, analogia do ser).

Crítica: Um conceito é **análogo,** quando aplicado a coisas diversas, com acepções que não são nem pròpriamente idênticas, nem completamente diferentes. Exs.: uma razão **forte** e uma árvore **forte,** etc.

Os conceitos aplicados aos objectos, de onde são tirados por abstracção, e aplicados ao ser, enquanto ser, ou às realidades que são objecto da metafísica, são unívocos, equívocos ou análogos?

Não podem ser **equívocos,** pois não há nenhuma realidade que seja totalmente diferente do mundo de nossa experiência. Deus ultrapassa-nos totalmente, mas não é impermeável a nós, pois é a origem de tudo, em tudo há algo dêle.

Não podem ser **unívocos,** pois as realidades metafísicas, às quais nós os aplicamos, diferem dos factos da experiência de onde foram abstraídas.

São, portanto, análogos:

A univocidade leva-nos ao monismo, que admite uma única realidade; Deus (monismo panteísta) ou matéria (monismo materialista) ou pensamento (monismo idealista).

A equivocidade supõe o dualismo ou o pluralismo, ou seja, a existência de realidades totalmente diferentes e independentes. Só a analogia pode assegurar a pluralidade na unidade: distinção do Ser absoluto e dos sêres relativos, mas unidades, porque os sêres relativos obtêm do ser absoluto (criacionismo); distinção da alma e do corpo, mas unidade substancial (espiritualismo).

Esta síntese que acabamos de fazer dêsses **antepredicamentos** (assim são êles chamados na Lógica, por serem preâmbulos e pre-requisitos para a ordenação dos predicamentos ou categorias), não exclui a problemática que surge sôbre a univocidade e a analogia, que é de magna importância para os estudos ontológicos.

Lògicamente considerado, um têrmo é unívoco quando significa (aponta, como sinal) uma razão simplesmente uma, **convenientem multis distributive (unum in multis),** isto é, uma conveniente, distributivamente, a muitos (um em muitos), como o definem os escolásticos. A sabedoria de Salomão e a sabedoria de um homem experiente, enquanto sabedoria, em sua qüididade, isto é, em sua formalidade, é unívoca, pois sabedoria é sabedoria, e nada mais. A univocidade, aqui, é puramente formal, porque a sabedoria dêste, e neste homem, consta de um saber quantitativa e qualita-

tivamente diferente de outro, pela soma maior ou menor de conhecimento que uma tenha em relação a outro.

Quando dizemos que um têrmo é análogo, reconhecemos que, nêle, há algo que se assemelha ao analogado e algo que se diferencia.

Analogia é, portanto, síntese do semelhante e do diferente. Todos os entes são análogos. Mas há graus de analogia.

Distingamos:

analogia de atribuição extrínseca — quantitativa; analogia de atribuição intrínseca — qualitativa; analogia de proporcionalidade — relação e função.

Há analogia de **atribuição intrínseca,** quando o análogo (têrmo, conceito, conjunto simbólico) convém pròpriamente a todos os objectos que designa, embora adequadamente em certos casos, inadequadamente em outros.

Exs.: o acto existencial é misto de acto e potência, é híbrido. Acto e potência são aplicados a Deus e às criaturas, analògicamente, por atribuição intrínseca.

Há analogia de **atribuição intrínseca** entre dois medicamentos, que servem para o mesmo fim. (Também pode confundir-se, em certos casos, com a função, mas só quando tomado dinâmicamente).

Há analogia de **atribuição intrínseca quantitativa** entre dois objectos de qualidade e espécies diferentes, quantitativamente iguais, como, por ex., o mesmo peso. Assim 1 quilo de papel e 1 quilo de açúcar.

Há analogia de **atribuição extrínseca,** quando usada em sentido nem unívoco, nem equívoco, mas apenas por transposição em consideração metafórica (substituição de um sentido exterior por outro, que apresente semelhanças meramente exteriores). Um homem risonho, alegre, e um jardim risonho, alegre. Um clima não saudável, e um homem não saudável. As **metáforas** são verdadeiras analogias, quando não disparatadas. A metáfora pertence mais à estética do que pròpriamente à Metafísica.

A analogia de proporcionalidade ou de proporção é a que consiste entre coisas totalmente diferentes, mas que apresentam, cada uma, certa similitude de relação (analogia de relação), ou de função (analogia de função).

A ala direita e a ala esquerda de um exército; o pé esquerdo e o pé direito de um edifício, a entre um chefe e a tropa e a entre a cabeça e o corpo, são outros exemplos de analogia.

Há **homologia,** quando há proporcionalidade entre a função de um todo com a função de um outro todo, como, por ex., a existente entre as asas dos pássaros e os membros anteriores dos mamíferos, entre as penas dos pássaros e as fôlhas da árvore.

ANALOGIA DA FÉ — Um princípio a aplicar à interpretação da Escritura. S. Agostinho expõe que os trechos obscuros dos textos bíblicos devem ser interpretados de acôrdo com o con-

teúdo essencial da doutrina cristã. As diferentes confissões, porém, embora aceitando êste princípio atingem a diferentes interpretações, conforme tiram ùnicamente o conteúdo essencial da doutrina cristã dos livros bíblicos, ou também da doutrina ou de outras fontes.

ANALOGIA DE EXPERIÊNCIA — Segundo Kant, certos princípios **a priori** do entendimento puro, cuja fórmula geral é a seguinte: a experiência só é possível pela representação de um laço necessário entre as percepções. Estas analogias são três:

1) A permanência da substância;

2) a existência de leis fixas de sucessão na natureza (causalidade);

3) o princípio da reacção recíproca universal entre tôdas as substâncias a cada momento do tempo.

Analogie (fr. e al.) = **analogia.**

Analogous (ing.) = **análogo.**

Analogue (fr.) = **análogo.**

ANÁLOGO — a) Adjectivo que designa a referência de um têrmo a um segundo têrmo, na mesma relação que um terceiro e um quarto. Essa relação pode ser quantitativa, como acontece na **proporção matemática** (2:3::4:6, ou o caso especial 2:4::4:8, segundo a fórmula a:b::b:c), ou a relação pode ser referente à situação, às funções ou à finalidade. Assim: A roupa humana é análoga (ou corresponde) à pele dos animais; quer dizer que ela tem o mesmo fim para o homem como a pele para o animal).

b) Análogos também se chamam os grupos, cujos membros se correspondem uns aos outros.

c) Na Biologia, chamam-se «órgãos análogos» (ou **homólogos**), aos que são biogenèticamente idênticos, mas que têm, em diferentes sêres, diferentes funções, como o nariz do homem e a tromba do elefante. Usa-se, também, no sentido inverso, para órgãos que têm as mesmas funções, em sêres diferentes, embora do ponto de vista evolucionista tenham origem diferente. Vide **Distinção.**

Analogy (ing.) = **analogia.**

Analyein (gr.) = **resolver, reduzir a..., analisar.**

Analyse (fr. e al.) = **análise.**

Analysis (ing.) = **análise.**

Analytic (ing.) = **analítico.**

Analytique (fr.) = **Analítico.**

Analytisch (al.) = **analítico.**

ANAMNÉSIA — (Psic.) Acto de recordar o que estiver esquecido, de trazer de novo algo à memória.

Ãnanda (Sânscrito) — Alegria, felicidade, beatitude do espírito.

Anankaion (to) (gr.) = **o necessário.**

Ananké — (Do gr. **anankhê**, necessidade). Outra encarnação da necessidade, muito usado na

filosofia grega. Segundo Sócrates, reflecte-se, também, na vontade humana, determinando os deveres que a esta incumbem. Assim **anankê** significa indistintamente a necessidade física e a obrigação moral.

Ananya (Sânscrito) = **Não-outro.**

ANARQUIA — (Do gr.: **a,** privativo, negação e **arkhê,** poder = ausência de poder).

a) Em sentido vulgar: ausência de autoridade e organização, desordem (sentido pejorativo).

b) Doutrina política, que consiste, em linhas gerais, na redução progressiva ou revolucionária do poder estatal, ou de sua extinção política completa. Neste sentido, foi usada pela primeira vez por Proudhon.

É, também, neste sentido que se usa a palavra **anarquismo.** Grande é a variedade das doutrinas anarquistas. Entretanto, univocam-se no princípio de **negação do Estado no sentido político,** embora não neguem a necessidade de **ordem** econômica da sociedade, apesar de se fundamentarem no maior soma de liberdade do indivíduo. Quanto ao indivíduo divergem as correntes, pois algumas atribuem sòmente uma liberdade colectiva, com restrições maiores ou menores às liberdades individuais.

Assim podemos distinguir: 1) são pela negação sem restrições do Estado: Proudhon, Stirner. Godwin e Tucker; 2) por uma redução do poder estatal pelo crescente ideal evangélico do homem cristão, libertado de tôda coação: Tolstoi; 3) transformação revolucionária da sociedade pela instalação de um estado libertado de tôda e qualquer opressão estatal: Bakounine, colectivista e Kropotkine, comunista.

Muitas outras correntes se formaram com tendências que vão, desde um sentido profundamente místico e religioso, até uma concepção absolutamente materialista, no sentido mais vulgar, da sociedade humana.

ANARQUISMO — a) Em sentido pejorativo e comumente empregado estado de desordem por ausência de autoridade organizadora.

b) Como doutrina política já examinamos em Anarquia **b.**

Pode-se ainda acrescentar que o **anarquismo** pretende substituir o **Estado político,** pelo **Estado social;** isto é, pela sociedade organizada sem atribuição de poderes políticos, mas pela mera hierarquia funcional das capacidades e dos interêsses humanos, organizados segundo as suas afinidades, mas respeitando o bem comum, que deve ser inviolável. Para o **anarquismo,** a desordem existe na sociedade politicamente organizada, onde a autoridade é de investidura, e o poder une-se e serve aos interêsses políticos. A verdadeira **anarquia** é a ordem social èticamente constituída por vontades livres, sem investidura de poder político. A desordem social não surge de uma falta de autoridade social, mas da presença da autoridade política.

ANATOMIA — Ciência da realidade vital-material dos corpos

organizados, que pretende conhecer e estudar a estructura e as relações dos diferentes órgãos que os constituem. Como os sêres vivos são constituídos de células, que são os elementos vitais, temos a **Citologia,** que é a ciência que corresponde a êsse estudo, enquanto a **Histologia,** a **Organografia** e a **Anatomia topográfica** estudam os tecidos, órgãos e os aparelhos por elas formados.

ANATOMIA DO SISTEMA NERVOSO — Os fisiologistas, ao examinarem o sistema nervoso, observaram que, no cérebro, no cerebelo e na medula, a substância nervosa apresenta uma parte branca e uma parte cinzenta. No cérebro e no cerebelo, essa substância cinzenta envolve uma outra branca, enquanto na medula a substância cinzenta se acha no centro.

De início, julgou-se que os nervos periféricos eram os conductores das sensações, e o cérebro, o cerebelo, a protuberância, o bulbo e a medula fôssem os centros para onde se dirigissem tôdas as sensações, e de lá saíssem as ordens ou os reflexos correspondentes. Posteriormente, foi considerada a substância branca como conductora; e a cinzenta, como a formadora dos centros.

Desta forma, o cérebro, com a medula são constituídos, em parte, por conductores e não são apenas centros. Outros centros periféricos são encontrados no coração, no grande simpático, no tubo digestivo, etc.

Examinada essa substância cinzenta, verifica-se que ela é constituída por células nervosas; enquanto a substância branca é constituída por prolongações dessas mesmas células. Assim a distinção entre o centro e o conductor não é tão nítida como se pensava. O elemento, que forma a substância nervosa, é o **neurono,** que é uma célula provida de prolongações chamadas **celulípetas,** isto é, que tendem para o corpo da célula, para o seu centro, e as **celulífugas,** que dela se afastam, prolongam-se para fora.

Trabalhos modernos mostram que êsses neuronos são verdadeiras unidades, em contacto entre si, mas separados, isto é, não soldados uns aos outros; estão em **contiguidade** e não em **anastomose.** Cada neurono tem uma região cinzenta e uma região branca. Verificou-se que não sòmente os nervos são conductores; o próprio neurono é conductor.

Anattã-ãda (Pãli) — Teoria **(vãda)** da não existência da alma **(anattã).** Um dos ensinamentos fundamentais de Gautama **Buddha,** que afirma que tôdas as idéias a respeito da alma ou do **eu** são erradas, inadequadas ou ilusórias.

Ancilla theologiae (Do latim) — Nome que os escolásticos davam à Filosofia, «serva da Teologia», sem contudo impedir que aquela se dirigisse para os seus próprios objectivos.

Ander (al.) = **outro.**

Andersheit (al.) = **alteridade.**

Anderssein (al.) — Vide **andersheit.**

ANDROCRACIA — É a condição social que consiste na supremacia masculina; ou seja, em

que todo o poder é dado aos indivíduos masculinos.

Anéantissement (fr.) = **aniquilamento.**

Aneignung (al.) = **apropriação.**

Anerkennen (al.) = **conhecimento.**

ANESTESIA — Usado para designar a supressão total ou parcial da faculdade de experimentar sensações.

ANESTÉSICO — Têrmo introduzido por M. Lalo para designar a beleza da natureza, enquanto o homem não intervém, em oposição ao sentimento estético propriamente dito. — Vide **Estético.**

Anesthésie (fr.) = **anestesia.**

Anesthétique (fr.) = **anestético.**

ANFIBOLIA — Duplo sentido de uma locução ou frase, que resulta não dos têrmos usados serem ambíguos, ou por apresentarem uma dupla significação, mas por vício da construcção da frase. Vide **Ambigüidade.**

Lalande aconselha empregar **ambigüidade** para as palavras ou têrmos; **anfibolia,** para as frases ou as proposições, e equívoco, no sentido geral.

ANFIBOLIA TRANSCENDENTAL — Nome dado por Kant, em sua «Crítica da Razão Pura» a uma espécie de **anfibolia natural,** fundada, segundo êle, nas mesmas leis do pensamento, e que consiste em confundir as noções do entendimento puro com os objectos da experiência, em atribuir a êstes últimos caracteres e qualidades que pertencem exclusivamente àqueles. Cai-se nesse êrro, quando, para exemplificar, se faz da identidade, que é uma noção **a priori,** uma qualidade real dos fenômenos ou dos objectos que a experiência nos faz conhecer.

ANFIBOLOGIA — Vide ANFIBOLIA.

Angeboren (al.) = **inato.**

ANGELOLOGIA — Vide **Anjo.**

Angelus (lat.) = **anjo.**

Angemessenheit (al.) = **conveniência.**

Angleichung (al.) = **assimilação.**

ANGLO-CATÓLICA (Filosofia) — Anglo-catolicismo é o nome freqüentemente usado para descrever a Igreja da Inglaterra e as seitas irmãs, incluindo a Igreja Episcopal na América. Como sistema religioso, é descrito como a asserção nos credos tradicionais, tipos e posição sacramental da Cristandade Católica, com insistência na incorporação de novos ramos do conhecimento e da experiência.

Angoisse (fr.) = **angústia.**

Angoscia (it.) = **angústia.**

Angrenzen (al.) — Vide **Fühlen.**

Angst (al.) = **angústia.**

Anguish (ing.) = **angústia.**

ANGÚSTIA — a) Estado intolerável de opressão e de constrição epigástrica, que se observa em diversas doenças, etc.

b) Profunda aflição moral.

c) Para Kierkegaard, a angústia, em sentido filosófico, parte do abismo irreconciliável entre o finito e o infinito, abismo sentido pela existência humana como uma opressão radical, como desamparo ante o nada, pelo qual pode fugir do engano da razão unificadora e identificadora e submergir-se no existir.

d) Heidegger faz da angústia o meio de temperar o ânimo peculiar, mediante a qual se revela o nada, e se descobre a existência como um estar, sustendo-se nela. Para êle, na angústia, há uma indeterminação absoluta, que a distingue do mêdo.

a) A angústia forma parte integrante de tôdas as psiconeuroses, nas em que geralmente é provocada por sintomas neuróticos. A angústia é uma reacção ante o perigo.

f) Podemos ainda anotar a angústia manifestada na concepção trágica de Nietzsche, a luta entre o ser e o não ser, e a afirmação daquele pela **vontade de potência,** pelo «desejo» de conservar-se e de superar-se. A concepção nietzscheana muito se assemelha à de Kierkegaard, também existencialista, como a dêle.

Anima (lat.) = **alma.**

ANIMAL — a) Filosòficamente, **animal** é um ser vivo que, além da irritabilidade, revela reacções psìquicamente condicionadas, não, porém, vida intelectual.

b) Zoològicamente considerado, opõem-se os animais aos vegetais. Éstes são organismos, na maior parte das vêzes, não crescem fixos ao solo e não aproveitam apenas corpos e energias inorgânicas. Além da matéria protoplasmática, têm também substância muscular e nervosa.

Há animais que, em certo aspecto, se identificam com as plantas, os **zoofitos** e **fitozoários.** A ausência de um pensar conceitual e da inteligência nos animais é inferida da ausência de uma linguagem conceitual e desenvolvimento cultural, o que, normalmente, tem de surgir num ser sensitivo racional. Na filosofia escolástica, define-se **animal** como um ser vivo com sensibilidade.

ANIMALIDADE — a) Conjunto dos caracteres que constituem o animal.

b) Usado em oposição à inteligência, quanto ao homem, centralizando a animalidade nos instintos, a quem a razão cabe em parte dirigir e dominar.

Animalism (ing.) = **animalismo.**

ANIMALISMO — Estado sociológico-psicológico semelhante ao **«animalismo»** (Vide), mas considerado como a fase anterior e mais primitiva em relação àquele no desenvolvimento dos povos. A teoria do animalismo imputa aos primitivos a crença de que tudo é feito em analogia

ao homem e dotado de sentimento e vontade, especialmente os fenômenos marcantes da natureza, como o raio, quedas dágua, montanhas, etc. Certos autores tomam essa teoria como explicação de certas formas do culto dos mortos e do **totemismo** (Vide).

Animalitá (it.) = **animalidade.**

Animalité (fr.) = **animalidade.**

Animality (ing.) = **animalidade.**

Animisme (fr.) = **animismo.**

ANIMISMO — a) Dá-se êste nome à doutrina que considera a alma o princípio da vida. Embora moderna a expressão, o conteúdo já vem de doutrinas mais recuadas, sendo comum e constante na filosofia grega. Assim: 1) para os jônicos, o princípio da vida é a alma, mas sendo material, o princípio da vida é material;

2) em Platão essa alma é o princípio da vida, mas é inferior, perecível, portanto, cabendo a razão à alma superior, imortal, inteligente, imaterial, **nous;**

3) os estóicos pouco diferem dos jônicos, embora sejam panteístas;

4) Paracelso segue a de Platão: a vida provém de uma alma intermediária entre o corpo e o espírito;

5) difere o animismo de Aristóteles (Vide **alma**). A vida provém da alma nutritiva;

6) para Stahl, há uma única alma de onde provém a vida como o pensamento, mas considera a função puramente vital como inferior, não sendo atribuída à parte inteligente, etc. Vide **Vitalismo, Dinamismo, Organicismo.**

b) Usado ainda para designar o estado mental dos povos primitivos, que emprestam caracteres antropomórficos às coisas da natureza.

Animismus (al.) = **animismo.**

ANIQUILAMENTO — Contrário ao acto criador. Destruição do ser, em oposição à simples **mutação.**

b) Segundo o criacionismo cristão, só um poder infinito tem a capacidade de **criar;** isto é, tirar do nada o ser, e fazê-lo reverter ao nada, Deus.

Anison (to) (gr.) = **o desigual.**

ANISÓTROPO — Vide **Isótropo.**

ANJO — Têrmo usado em Teologia para designar um ser espiritual, intermediário entre Deus e o homem. A sistemática discussão acêrca da natureza e das funções dos **anjos** constitui a **Angelologia.**

Encontramos a representação dos anjos, (do gr. **aggelos,** pron. **ângelos**) mensageiro, a quem cabe o papel de intermediário, e de misteres especiais, funções ministeriais, no sentido filosófico do têrmo, em tôdas as religiões cultas conhecidas. Considerando-se pelo lado especulativo, os anjos surgem com dois sentidos:

1) como funções ministeriais do acto criador;

2) como formas subsistentes, que não informam nenhuma matéria, por nenhuma matéria estar em condições de recebê-las.

Há possíveis que não se actualizaram, como a árvore **A,** árvore possível de se ter tornado um ente existente no mundo botânico, mas que as condições actuais do nosso planeta não permitem mais a sua actualização. Os anjos, contudo, não são considerados como possíveis apenas, mas como formas subsistentes, como entes com seu **ubi intrínseco,** a sua presença própria, existentes, no exercício de si mesmos, mas de uma estructura distinta das dos sêres materiais. Tais anjos não são feitos **desta matéria (hoc),** mas de outro modo de ser imaterial, potência, (não-material), são criadores, inteligentes. Ora, não há conceito mais equívoco na filosofia moderna que **matéria** e também não há **materialista,** por mais ilustre, que tenha conseguido dar uma definição clara do que julga ser. Se considerarmos, porém, o que conhecemos como tal, a matéria sensível, a físico-química, sabemos, hoje, que esta perde as suas propriedades em determinadas experiências, como se verifica no choque com os antiprotônios e anti-electrônios, resultando a ausência total das propriedades da matéria. Ora, há matéria, onde há as propriedades da matéria, e não há mais matéria onde não se verificam as suas propriedades. Ora, se estas desaparecem, estamos na **não-matéria,** aliás nome que dão os físicos modernos, inclusive os soviéticos, a tal ausência de materialidade. Neste caso, já se vê que a ciência actual já encontrou a não-matéria, o imaterial. Com o decorrer do tempo, verificará que as funções inteligentes não podem ser explicadas, como ainda não o foram, pela matéria bruta, nem poderão ser. Neste caso, as atribuirá a essa não-matéria, a êsse imaterial. Pois bem, o **imaterial com inteligência,** com capacidade criadora, é o **espiritual** das mais altas religiões e da Filosofia. Ninguém pode negar que a Ciência já deu um passo para a frente, aproximando-se, vertiginosamente, de uma atitude de respeito ao que muitos cientistas, de baixo valor filosófico, julgavam que jamais a ciência teria um dia de prestar.

Anmuth (al.) = **graça.**

Annähernd (al.) = **proximidade.**

Annahme (al.) = **suposição, assunção.**

Annientamento (it.) = **aniquilamento.**

Annihilare (lat.) = **aniquilar, nulificar.**

Annihilation (ing.) = **aniquilamento.**

Anô (gr.) = **para o alto.** Contrário de **Katô** = **para baixo.**

ANOÉTICO — (Do gr. **a** e **métikos,** do espírito, de **nous**). Têrmo aplicado para referir-se às sensações puras e aos estados afectivos e os estados precognitivos, e não cognitivos da mente.

ANOMALIA — Têrmo empregado para designar o que se afasta de um tipo considerado normal. Não é uma derrogação das

leis naturais, pois as mesmas leis, que presidem ao desenvolvimento normal, são as que determinam as **anomalias.**

Anomalie (fr.) = **anomalia.**

Anomaly (ing.) = **anomalia.**

ANOMIA — (Do gr. **anomia** = irregular ou violação de lei).

a) Ausência de lei, e não contra a lei. Guyau usou-o para designar a ausência de lei fixa em Moral, em oposição a **autonomia,** no sentido kantiano.

b) Ausência de ordem, de regularidade, ou o que resulta da falta de organização. Nesta acepção, é usado o adjectivo **anômico.**

Anomic (ing.) = **anômico.**

ANÔMICO — Vide **anomia,** letra **b.**

Anomie (fr.) = **anomia.**

Anomique (fr.) = **anômico.**

Anomisch (al.) = **anômico.**

Anomoios (gr.) = **o dissemelhante.**

ANÔNIMO — a) O que não tem nome, b) ou que não o declara, e) ou que o oculta.

ANOREXIA = **Perda de apetite.**

ANORMAL — Etimològicamente, o que é contrário a norma. Costuma-se chamar **anormal,** o que não está, o que não se conforma com o tipo médio ou com o tipo ideal específico. Êste têrmo é de difícil precisão, porque nem sempre se pode precisar qual seria o **normal.** Por isso é êle freqüentemente confundido com anomalia. Vide **Normal.**

ANORMALIDADE — Sofre o têrmo dos mesmos equívocos do têrmo **anormal.** Em seu conteúdo etimológico, a palavra **anormalidade** significa tudo que se afasta da lei. Assim, as enfermidades orgânicas ou mentais podem, ao afastar-se da lei, da norma, apresentarem excessos **(hiper),** deficiências **(hipo),** ou desvios **(dis).**

Na ordem biológica, o ser humano apresenta, quanto às suas funções de relação, excessos, defeitos, deficiências orgânicas, sensoriais, motoras, mentais, etc., que são anormais.

Considera-se, também, **normal** o que, em sua constituição ou actividade, **deve ser** normal ou o que **não deve ser normal.** Filósofos modernos propõem têrmos para evitar as ambigüidades. Assim **normativo** e **normatividade,** para o que deve ser segundo a sua espécie, cujo afastamento lhe será um mal, ou vital ou intelectual, ou moral, ou social.

A **normalidade** é um conceito axiológico, portanto sujeito a valorizações e valorações, que dependem das estructuras esquemáticas dos que classificam os factos.

ANOSMIA — Ausência ou deficiência da sensibilidade aos estímulos olfativos.

Anpassung (al.) = **adaptação.**

Anregend (al.) = **sugestivo.**

Anschaulich (al.) = **intuitivo.**

ANSCHAUUNG — Têrmo alemão, que significa, na Filosofia,

a **intuição** ou percepção que toma uma determinada direcção. Corresponde a **visão,** que compõe o têrmo **cosmovisão,** visão do mundo, intuição já dirigida por uma esquemática anterior. A **cosmovisão** é, assim, determinada pelas coordenadas que compõem a esquemática de quem percebe ou intui o **cosmos.** O têrmo foi muito usado por Kant, ao referir-se, sobretudo, às formas puras da sensibilidade, como o **tempo** e o **espaço,** como êle as considerava. É no início da «Crítica da Razão Pura», que Kant estuda êsse têrmo, que não encontra em outros idiomas, nem no nosso, algum que possa traduzi-lo com a acepção que tem em alemão.

Ansehen (al.) = **ver, visão.**

ÂNSIA — Vide **Desejo.**

An sich — Em alemão, literàriamente, **em si** ou **por si próprio.** Em lat. **in se.**

Ansichtslosigkeit — Em alemão **objectividade.** Usado por Heidegger, no sentido da imediata apreensão de um facto.

ANSIEDADE — Atitude emocional ou sentimental dirigida para o futuro, e que se caracteriza por uma mescla ou alternativa desagradável de mêdo e esperança. Vide **Angústia.**

ANSIEDADE HISTÉRICA — Na Psic., é a psiconeurose, que consiste nos seguintes sintomas: manifestação de fobias, acompanhadas de expressões de mêdo.

ANSIEDADE MELANCÓLICA — (Psic.) Ansiedade, com predominância do temor e de depressão, tendentemente para a melancolia.

An sit — Têrmos latinos, que significam **se é.** Diz-se pergunta **an sit** a que se refere à existência de alguma coisa. Quando se diz: **an sit Deus?** pergunta-se se Deus existe. Quando se pergunta **quid sit Deus,** pergunta-se pela sua natureza, sua **qüididade.** A pergunta **an sit** é a que se refere à existência da coisa; a **quid sit** sôbre a sua essência.

ANTAGONISMO — a) Entende-se por **antagonismo,** etimològicamente, a oposição, luta entre contrários.

b) Fala-se em **antagonismo físico,** quando há concorrência de fôrças, que actuam em sentido inverso ou de uma que produz efeitos opostos.

c) Na ordem mental, oposição de caracteres, opiniões, sentimentos, volições, num indivíduo ou entre dois ou mais.

d) Deve-se distinguir **antagonismo** de **antinomia,** porque se esta é uma oposição, é ela irreductível e insolucionável, enquanto o **antagonismo** é solucionável. Vide **Antinomia.**

Antar-ãtman (Sânscrito) — Propriedade interior. Contrôle interior.

ANTE... — Prefixo latino **ante,** que indica prioridade no tempo ou no espaço, usado em palavras como: **antecâmara, antediluviano,** etc.

Antecedent (al. e ing.) = **antecedente.**

Antécédent (fr.) = **antecedente.**

ANTECEDENTE — a) Etimològicamente, o oposto ao conseqüente, isto é, o que cai antes, **ante cadere.**

b) Em sentido lógico: a parte hipotética de um juízo enunciativo da condição, cuja parte posterior é a sua conseqüente. Ex. Se trabalhamos, não conheceremos a miséria.

c) Quanto ao conceito, **antecedente** é tôda nota implicada em outro.

d) Na ordem cronológica, um facto anterior a outro.

e) As causas são antecedentes dos efeitos.

f) Axiològicamente, o que é hieràrquicamente superior.

g) Stuart Mill chama a causa de «antecedente constante e incondicional do efeito».

h) Na Psicologia e na Gnosiologia, diz-se **antecedente** de um facto ou de um estado de consciência cada fenômeno que lhe precede no tempo.

Crítica: O conceito de **antecedente,** ontològicamente considerado, é o que precede a outro em qualquer ordem, linha, vector, série, etc. O conceito de **antecedente,** ontològicamente considerado, exige o de **conseqüente.** Contudo, se o **conseqüente** exige, necessàriamente, o **antecedente,** êste não exige aquêle, senão quando recebe essa classificação. Assim, uma actualização pode, em certa ordem, ser a última, sem conseqüentes. O indivíduo, tomado singularmente, é a última determinação da forma, e, em sentido formal, não tem conseqüente.

ANTECIPAÇÃO — (Do latim **ante** e **capere,** tomar antes).

a) Epicuro designava com esta expressão (em grego: **prolexis)** um conhecimento ou uma noção geral, que serve para nos fazer conceber de antemão um objecto, que ainda não nos caiu sob os sentidos. Mas, essas idéias gerais deveriam, segundo Epicuro, derivar, como tôdas as outras, da sensação, embora construídas por uma multidão de noções particulares, anteriormente adquiridas.

b) O mesmo têrmo foi adotado, posteriormente, pela escola estóica, aplicando-se ao **conhecimento natural do absoluto,** o que hoje chamamos os princípios **a priori.**

c) Kant dá-lhe um sentido ainda mais restrito, pois entende por **antecipações da percepção (Antipationem der Wahrnehmung)** os julgamentos **a priori,** que aplicamos, em geral, sôbre os objectos de experiência, antes de havê-los percebido.

d) É o prévio conhecimento de futuros acontecimentos. Em contraste com **espectação,** quer expressar uma captação imediata cognitiva do futuro.

ANTECIPAÇÃO DA PERCEPÇÃO — Vide **antecipação,** letra **c.**

ANTECIPAÇÃO SOCIAL — «Entende-se como **antecipação,** o comportamento de pessoas que, dependendo das atitudes de outros, acomodam-se, apenas aparentemente, a fim de paralisar as

atitudes de outros» (Wiese I, 278).

ANTECONCEITO — Vide **Conceito.** Piaget chama de **pré-concept** o esquema da singularidade, que a criança cria e, posteriormente, aplica, como sinal, para os sêres semelhantes, que possuem, portanto, notas, que se repetem em relação às notas do primeiro esquema. Assim a criança considera a **mesma** sombra a que está sob árvore e a que penetra na casa, quando é esta obscurecida. O nome individual de uma coisa é por ela aplicado, depois, a tôdas as coisas, formalmente semelhantes à primeira. O esquema da singularidade é, dêste modo, aplicado à generalidade, embora, de início, conserve ainda a criança a convicção da **repetição singular,** do mesmo. Estamos, então, em face do **ante-conceito,** o qual antecede ao conceito. Só posteriormente, quando esvazia a repetição da singularidade, e considera que é outro o ser ao qual ela aplica o mesmo esquema, é que se forma, pròpriamente, o **conceito.**

ANTEPREDICAMENTOS — (latim **antepraedicamenta**). Têrmo usado na Lógica, para referir-se aos preâmbulos e requisitos necessários para classificar um predicamento (vide Categoria). São classificados em quatro: 1) a primeira divisão dos predicamentos é em **unívocos, equívocos** e **denominativos** (vide); 2) **complexos e incomplexos;** 3) é a distinção daqueles que **estão no sujeito** ou nele inerem como accidentes, e também os que **se dizem do sujeito,** os superiores ou universais, que se predicam dos inferiores, tendo proposto Aristóteles quatro combinações possíveis: a) os que se dizem do sujeito, mas que não estão nêle, como as substâncias universais, que são predicados dos inferiores, mas que nêles não inerem; b) os que estão no sujeito, mas que não se dizem do sujeito (como os accidentes singulares), que estão ineridos, como esta brancura neste sujeito, que não é predicado como brancura. Assim há brancura neste homem, mas êste homem não é brancura; c) os que nem se dizem do sujeito nem estão no sujeito (as substâncias singulares: êste homem); d) os que se dizem do sujeito e estão no sujeito (accidentes universais, como **branco**); 4) o quarto predicamento é a distinção dêles, que pertence à recta linha dos predicamentos, e aquêles que pertencem à linha lateral, explicados por duas regras de Aristóteles: **primeira:** algo predicado de algum sujeito, se diz do sujeito (o predicado é entendido como superior e o sujeito como inferior). **Segunda:** nos gêneros não subalternados (ou seja em que um não se põe sob o outro), não são as mesmas as diferenças essenciais, embora tenham nomes iguais, assim uma qualidade **boa** ou **mã** e um homem **bom** ou **mau.**

ANTÉRGICO — É a fôrça (**erg**) em oposição (**anti**). Vide **Antagônico.**

ANTERIORIDADE — a) Prioridade de tempo, o que precede o tempo. b) Em Lógica, designa o princípio, a premissa ou a condição de uma proposição.

Anteriorità (it.) = **anterioridade.**

Antériorité (fr.) = **anterioridade.**

Anteriority (ing.) = **anterioridade.**

Anthropocentric (ing.) = **antropocêntrico.**

Anthropocentrisch (al.) = **antropocêntrico.**

Anthropocentrique (fr.) = **antropocêntrico.**

Anthropologie (fr. e al.) = **antropologia.**

Anthropology (ing.) = **antropologia.**

Anthropomorphism (ing.) = **antropomorfismo.**

Anthropomorphisme (fr.) = **antropomorfismo.**

Anthropomorphismus (al.) = **antropomorfismo.**

Anthropothéisme (fr.) = **antropoteísmo.**

ANTI... — (Do prefixo gr.: **anti** = contra). Usado para expressar oposição, em muitas palavras, como: antilógico, antinomia, antipatia. Deve-se preferir o emprego de **anti** para definir os contrários, diferençando-se, assim, dos contraditórios, em que se usa mais regularmente os prefixos **não/no/a/an/in.**

Anticipation (fr., ing. e al.) = **antecipação.**

Anticipazione (it.) = **antecipação.**

ANTICRACIA — (Do gr. **anti** = contra e **Kracia** = govêrno). Sinônimo de **acracia** e de **anarquismo** em sentido ideológico e não pessimista.

ANTICRISTO — a) Concepção apocalíptica de um poder pessoal que actua especialmente para destruir a doutrina de Cristo. A palavra nasceu durante as perseguições sofridas pelos cristãos e muitas personagens históricas foram consideradas como Anticristo, como Nero, na **Revelação,** etc.

b) Nome empregado por Nietzsche para derruir a moral fundamentada na concepção do Cristo de S. Paulo, que Nietzsche considera uma falsificação do verdadeiro Cristo, no intuito de vencer, fazendo aderir ao cristianismo as massas desesperadas do mundo romano em decadência.

ANTIFASE — Vide **Contradição.**

ANTIFÁTICO — Vida **Contradição.**

ANTIFRASE — (Ret.) É uma espécie de ironia. Figura pela qual se dá às coisas funestas um nome optimista, como o chamar de Filadélfio (amigo do irmão) aquêle que matou, ou perseguiu o próprio irmão.

ANTILOGIA — (Do gr. **anti**, contra e **logos**, discurso, palavra). Contradição existente entre as idéias de um mesmo discurso, ou entre as passagens de um livro.

ANTILÓGICO — Vide **alógico.**

Antilogie (fr.) = **antilogia.**

ANTIMNÉSIA — Fenômeno oposto a **Paramnésia** (vide).

Antimnésie (fr.) = **antimnésia.**

Antimnesie (al.) = **antimnésia.**

ANTIMORAL — a) O que é contrário aos cânones morais.

b) Usado por Renouvier para indicar a filosofia prática do Oriente, em contraposição ao sentido cristão, por realizar a apoteose do poder e da habilidade individuais, que usam as massas humanas para a grandeza e o bem estar dos poderosos. — Vide **Amoral.**

Antimorale (fr.) = **antimoral.**

ANTINOMIA — a) Contradição lógica entre dois princípios igualmente justificados, ou entre conclusões correctamente deduzidas de premissas incontestáveis. O têrmo adquiriu um uso geral, desde que Kant se serviu dêle para indicar a condição em que se acha a razão pura ao desenvolver os fundamentos da Cosmologia Racional, chegando a contradições (para êle), cujo conjunto êle chama de **«antinomias da razão pura».**

b) Na ética kantiana, também encontramos uma «antinomia da razão prática», que consiste no facto da felicidade e da virtude, ambas envoltas na idéia do Supremo Bem, e por isso objectivos da vontade moral, serem conceitos independentes e irreductíveis, um ao outro, formando uma antinomia, que, por Kant, é resolvida pela referência ao postulado da existência de Deus.

c) Há, em Kant, também, uma antinomia do juízo teleológico, relativa ao mecanismo e à finalidade, como ainda uma antinomia do gôsto.

d) A expressão «antinomia social» visa o conflito entre a consciência individual do dever e as exigências práticas da sociedade.

e) Na Teologia Moral e no Direito, chama-se **antinomia,** a contradição entre duas leis, quando aplicadas, pràticamente, a um caso particular.

ANTINOMIA SOCIOLÔGICA — (Soc.) Estabelece Dunnkman que, no Estado, há uma antinomia, que êle descreve da seguinte maneira: «De um lado está a unificação, a tendência para a forma integral no espaço e no povo, a qual se serve dos meios do poder, sendo o Estado, que daí resulta, apenas meio para o fim da síntese social. Mas, de outro lado, está a elaboração de uma ordem suprema, predominante, que supera todos os outros sistemas de ordem e, assim, entra, isto é, tem de entrar, no mais grave conflito com certas funções e objectivações das culturas parciais».

Esta antinomia é, para êle, naturalmente insolúvel, porque há sempre um conflito entre a tensão do Estado, como estructura separada da sociedade, e as exigências reivindicatórias dos grupos, que constituem o conjunto social.

Antinomie (fr. e al.) = **antinomia.**

Antinomy (ing.) = **antinomia.**

ANTINOMISMO — Oposição à lei mosaica em nome do Evan-

gelho, ou, em têrmos mais gerais, a oposição entre a fé e as «obras», oriunda da tendência de colocar o elemento doutrinal acima do elemento ético. A controvérsia já se reflete nas epístolas de S. Paulo, e tomou vulto especial na Reforma, e está sendo veiculada também em nossos dias.

ANTIPAR — (Soc.) É uma fase disassociativa nas relações que se dão entre duas pessoas. Quando existem relações determinadas, como oposição, conflito, é o que se chama **antipar.** É o contrário de uma associação.

ANTIPATÉTICO — Carácter das emoções que revelam antipatia. Vide **Simpatia.**

ANTIPATIA — Sentimento instintivo de repulsa, experimentado contra alguma pessoa ou coisa. Opõe-se a **Simpatia** (vide).

Antiphasis — Vide **Contradição.**

ANTI-SOCIAL — Aquêle que se opõe à ordem social sob um ou vários aspectos específicos, que ela apresente.

ANTISSEMITISMO — Oposição à participação dos judeus na vida social, legal e econômica de um povo. Em geral, luta contra a cultura, tradições, atitudes dos judeus, tomadas como raça.

ANTI-SUGESTÃO — Na Psic., sugestão feita a um indivíduo com a finalidade de inibir o efeito de uma sugestão anterior, ou impedir a influência de uma idéia fixa.

ANTÍTESE — a) Oposição de sentido entre dois têrmos ou duas proposições. Essa oposição pode ser contraditória ou contrária, mas geralmente refere-se à última.

b) Num sentido mais lato, usa-se, também, referente à oposição que há entre dois caracteres ou duas tendências, etc.

c) Na lógica transcendental de Kant, como, depois, na terminologia de Fichte, Hegel e nos dialécticos modernos, a antítese, como oposto a tese, ganha uma significação especial, que, porém, se baseia na nossa primeira definição. (Vide: **Tese** e **Dialéctica**).

Antitesi (it.) = **antítese.**

Antithèse (fr.) = **antítese.**

Antithesis (ing.) = **antítese.**

Antithesis (al.) = **antítese.**

ANTITIPIA — (Do gr. **Antitypia**). Leibnitz designa com êste têrmo o atributo da matéria que determina que um corpo seja impenetrável por outro.

Antitypie (fr.) = **antitipia.**

Antrich (al.) — Vide **Espontaneidade.**

ANTRÓPICO (Antropologia) — O que pertence à pré-cultura humana; ou seja, à fase predominantemente animal.

ANTROPOCENTRISMO — Doutrina que coloca o homem como **centro** de todo universo, e considera o bem da humanidade como princípio e fim de tôdas as coisas.

ANTROPOFAGIA — Vide **Canibalismo.**

ANTROPOFÍSICA — Vide **Somatologia.**

ANTROPOGÊNESE — Disciplina Antropológica e também ligada à **Noologia** (Ciência do Espírito), que tem como objecto o estudo das teorias sôbre a gênese da humanidade, ou seja, a origem do **Homem** (vide).

ANTROPOGEOGRAFIA — Disciplina que estuda o **homem,** sua história e cultura em relação ao ambiente geográfico.

Antropóide (Antropologia) — É o homem considerado em sua forma primitiva arborícola.

ANTROPOLATRIA — Culto do ser humano convertido em divindade. Culto promovido por Alexandre Magno a si mesmo, e pelos imperadores romanos na decadência latina. Entre os japoneses, culto da «visível divindade» do imperador e também aos heróis e antepassados.

ANTROPOLOGIA — a) A palavra «antropologia» é composta dos elementos gregos **anthropos,** homem e **logos,** palavra, tratado, e já se encontra em Aristóteles. Posteriormente, o têrmo adoptou os mais variados significados, até que, nos últimos decênios, adquiriu um sentido muito restrito, mas universalmente aceito. Nessa acepção, a **antropologia** é a ciência do homem, do ponto de vista naturalista. Quer dizer, ela não exclui do campo das suas investigações a actividade cultural e espiritual do homem, porém é facto inegável, que ela nunca abandona o ponto de vista das ciências naturais, porque, naqueles que têm o mérito de ter promovido essa nova ciência, evidentemente predomina a convicção de que os meios da ciência natural são suficientes para explicar, também, as formas superiores da vida humana. Subentendida essa hipótese, a antropologia reune os resultados das mais variadas disciplinas, sem constituir uma ciência em sentido estrito. Física e Química, todos os ramos da Somatologia, Anatomia, Fisiologia, Psicologia e a Ciência da Evolução Biológica contribuem, com os seus dados, sem, no entanto, serem reivindicados por completo pela Antropologia, que se contenta, em cada caso, com uma monografia da espécie humana. Sociologia, Etnologia, Ética, História e Arqueologia são absorvidas em sua totalidade pela Antropologia, não, porém, sem introduzir nestas ciências um ponto de vista especial e unificador, que prescinde da atitude meramente descriptiva, e considera os multiformes panoramas, histórica e geogràficamente condicionados, como formas de adaptação do homem aos diferentes meios. A Filologia geralmente coloca-se à parte; não obstante, há boas razões para incorporar os problemas mais gerais da lingüística, e em particular a **Fonética,** ao capital de fundação dessa ciência, ainda não firmemente constituída.

b) Em sentido teológico: modo de falar humanamente das coisas divinas.

c) No sentido neo-escolástico: estudo do homem integral, considerado como unidade, opondo-se ao sentido cartesiano, que faz a

distinção radical entre alma e corpo.

Antropologia aplicada — Aplicação do conhecimento antropológico para reunir as necessidades do grupo, para o qual o antropologista está trabalhando.

ANTROPOLOGIA CRIMINAL O estudo das relações dos vários traços e características físicas para a criminalidade. Cesare Lombroso (1836-1909), professor de antropologia criminosa da Universidade de Turim e fundador desta ciência, defende que os criminosos são pessoas com nervos, anomalias físicas e mentais, resultantes de degeneração e atavismo. Para êle, o criminoso está compreendido entre o «lunático» e o «selvagem». Os estudos mais modernos do crime estabeleceram a complexa etiologia da conduta criminal, e deixaram de lado, em parte, certas teorias, como a de Lombroso.

ANTROPOLOGIA CULTURAL — Vide **Antropologia.**

a) Caracteriza o estudo da forma de vida humana.

b) O estudo dos procedimentos do homem, os quais são apreendidos, incluindo entre outros o social, a lingüística, a técnica, e o familiar. Antropologia cultural foi chamado o estudo do homem e suas obras. O que, na América do Norte, chama-se **antropologia cultural** chama-se, na Inglaterra, de **antropologia social,** demonstrando com isto o interêsse maior na Inglaterra pelos sistemas sociais, e o maior interêsse no estudo da cultura, por parte dos antropologistas americanos.

ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA — O ramo da Filosofia, que concerne à essência e ao carácter distintivo do homem, e o lugar que êle ocupa no universo.

ANTROPOLOGIA FÍSICA OU ANTROPOLOGIA SOMÁTICA — É o estudo da biologia humana, levando em conta as diferenças raciais, o desenvolvimento do organismo humano, mudanças no corpo humano, após gerações, e a relação entre a ecologia e o organismo. É também chamada de **Somatologia.**

Um dos grandes problemas da **antropologia física** é, sem dúvida, o estudo da evolução do homem. Os trabalhos mais recentes, dentro do campo da **Antropologia física** tem se dirigido mais às idéias provindas da genética e dos processos evolucionários.

ANTROPOLOGIA RACIAL — É o estudo dos diferentes tipos encontrados dentro da espécie humana e suas origens e interrelações.

ANTROPOLOGIA SINTÉTICA — Tentativa de integrar a antropologia física, arqueologia, lingüística, antropologia teorética e outras ciências históricas e culturais. É, nos últimos anos, que se tem desenvolvido esta tendência.

ANTROPOLOGIA SOCIAL — É o estudo do comportamento humano, especialmente debaixo do ponto de vista do estudo sistemático e comparativo das formas e instituições humanas. O intuito da **antropologia social** tem sido a aplicação do método indutivo para o estudo da socie-

dade. Empregava-se o têrmo antigamente para o estudo da organização social dos povos não-letrados, ou pré-alfabetos.

ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA — É o estudo da natureza do homem e suas características, debaixo do ponto de vista da **antropologia sistemática.** Matérias, como criação do homem e a relação entre alma e corpo são especialmente consideradas por essa disciplina.

ANTROPOMANCIA — Processo de adivinhação pelo exame das entranhas humanas.

ANTROPOMETRIA — Método científico de medida do corpo humano e classificação destas medidas em sistemas.

As contribuições da **antropometria** têm sido coroadas de bom êxito no estudo do cruzamento de raças, as relações entre o meio ambiente e o meio físico, relações de crescimento, e as diferenças e as similitudes entre grupos humanos.

ANTROPÔMETRO — Instrumento usado em **somatometria,** para medir os diâmetros transversais do corpo e alturas variadas.

ANTROPOMORFISMO — (Do gr. **anthropos,** homem e **morphê,** forma).

a) Nome que se dá à acção ou doutrina filosófica, que empresta a Deus ou deuses, caracteres humanos, construindo-se a concepção da divindade ou divindades à imagem do homem, ou na afirmação de que o homem foi feito à imagem de Deus, ou deuses, ou atribuindo-lhes pensamentos, procedimentos semelhantes aos homens. As doutrinas **ateístas** e **panteístas** criticam severamente essa tendência, tendo sido Spinoza um dos mais encarniçados adversários.

b) Usado modernamente, por muitos filósofos, no sentido de querer emprestar ao cosmos qualidades humanas, preferindo as «medidas» humanas para o conhecimento do universo. A corrente, que combate qualquer «humanização do conhecimento», afirma, por outro lado, a superioridade quantitativa e qualitativa do conhecimento, do saber, que é maior que o homem, e que só pode crescer, com a libertação do homem de seus esquemas antropomórficos, conhecendo o cosmos por medidas cósmicas.

ANTROPOPATISMO — (Do gr. **anthropos,** homem e **pathein,** sofrer). Têrmo usado para significar a atribuição de sentimentos humanos a situações ou coisas sem tal capacidade.

ANTROPOSOFIA — Vide **Teosofia.**

ANTROPOTEÍSMO — Têrmo usado por M. Prat, citado por Lalande, «para designar o esfôrço da vontade racional para a vida superior». «A missão do homem é tender, mais e mais, para a divindade...» A concepção antropoteísta vamos encontrá-la em Epicteto.

Anu (Sânscrito) = **Átomo, ponto.**

Anumãna (Sânscrito) — **Inferência** (vide).

An und für sich (al.) = em e por si mesmo. **Em si (an sich)** é o dado primário, a pura imediação de algo, o que é fundamentalmente intrínseco e inerente à essência de um objecto. **Für sich** é a maior intensidade da imediação; é o ser que é, independentemente da consciência, algo que é por si mesmo.

O ser que é **em e por si mesmo** é o Absoluto, e ùnicamente êle, independente das relações exteriores. É o que não necessita de outro para ser.

Anziehung (al.) = **Atracção.**

AORISTO — (Do gr. **aoristos,** sem fim), indefinido.

APAGOGE — a) Para o uso aristotélico, vide **Abducção.**

b) Também em Aristóteles já toma o sentido de um raciocínio que leva ao absurdo, acepção que encontramos em Leibnitz. (Vide **absurdo).**

c) Finalmente, «**Raciocínio Apagógico**» é um raciocínio disjuntivo, que prova uma tese pela refutação de tôdas as outras alternativas: ou A ou B ou C é verdade. Ora, nem A, nem B, é verdade. Logo, C é verdade (Wundt).

d) Raciocínio apagógico é também o nome que se dá à **abducção.**

APAGÓGICO (RACIOCÍNIO) — (Vide **Apagoge,** letra **c**).

Apagogique (fr.) = **apagógico.**

Apagogisch (al.) = **apagógico.**

APARÊNCIA — a) Aspecto de uma coisa como ela se oferece, p. ex. um homem de boa aparência).

b) Aparência externa, como oposta à verdadeira realidade. (Salvar as aparências).

c) Aparência que tem fundamento real, mas apenas parcial, que, por outro lado, opõe-se, simultâneamente, à realidade. (Uma pintura que parece relêvo).

d) Aparência como sinônimo de fenômeno. Sentido semelhante à acepção **c,** mas com uso filosófico especial, particularmente definido por Kant como sendo a apresentação de um objecto, enquanto considerado diferente da «coisa em si». (Vide **Fenômeno).**

Nota: Etimològicamente. a palavra vem do latim «**parere**», chegar à presença, aparecer (e com o segundo sentido de obedecer), o que originàriamente nenhuma oposição implica à realidade. Só depois da experiência universal de que as coisas, quando examinadas minuciosamente nas «aparências» sucessivas, provam-se diferentes «na realidade» do que pareciam à primeira vista, o têrmo adoptou êste sentido pejorativo, opondo-se à realidade e à verdade.

APARENTE — a) Sentido primitivo: o que se oferece claramente à percepção; como tal, sinônimo de: **evidente, óbvio.**

b) O que não é o que parece ser; **pseudo.** («A supressão aparente do partido inimigo reconciliou-os por algum tempo com o

govêrno». Que neste caso se trata de uma «pseudo-supressão» e não de uma «supressão óbvia» (acepção **a**), o que só se pode tornar claro pelo contexto). Vide **Aparência.**

APARENTEMENTE — Advérbio correspondente ao sentido **b** de **Aparente.**

A PARI (RACIOCÍNIO) — Têrmo de origem jurídica, que reza por completo: «raciocínio da causa **a pári**». Um raciocínio, que parte da semelhança reinante entre dois casos para, de um, inferir o outro. Ver **Ao contrário.**

Não confundir com **pari, argumento da aposta.** Vide **Aposta.**

APARIÇÃO — Início de uma experiência geralmente visual. Apresentação súbita de algum ser ou objecto, que parece manifestação sobrenatural. Cientificamente, é usado para indicar as alucinações visuais. Vide **Fantasma.**

A parte ante, a parte post — Locuções escolásticas, que não podem ser compreendidas uma sem a outra. Aplicam-se à eternidade, que o homem não pode conceber senão «dividindo-a» em duas partes. Uma, sem limites no passado: é a eternidade **a parte ante**; outra, sem limites no futuro: é a eternidade **a parte post.** Assim, diziam os escolásticos, que Deus era uma eternidade **a parte ante** e **a parte post,** enquanto a alma humana é uma eternidade **a parte post.** — Vide **Eternidade.**

A parte rei (Universalia) — Universais, que provêm da natureza da coisa e não da natureza do espírito que a conhece.

Apathe (gr.) = **decepção, falsidade.**

Apatheia (gr.) = **impassibilidade.**

Apathie (fr. e al.) = **apatia.**

Apathy (ing.) = **apatia.**

APATIA — a) Literalmente: ausência de tôda paixão. Êste estado de indiferença **(apatheia)** figura no **estoicismo** como o ideal do sábio. A apatia é intuída para excluir todos os factôres que possam turvar a hegemonia da razão na alma. Os estóicos pregavam o aniquilamento das paixões pela razão, como um meio de conservar o domínio de si mesmo. A apatia estóica nada tem que ver com a resignação ou a paciência em face do mal.

b) Apatia também se chama uma insensibilidade não aspirada, mas fáctica. Assim chamamos apático o carácter de um indivíduo que reage pouco e fracamente em virtude de uma falta de irritabilidade emocional.

Essa significação moderna da palavra já se encontra em Aristóteles, que distingue entre uma apatia do espírito, a quem nada afecta, e uma apatia da sensibilidade, que, após uma comoção excessiva, por um factor sensível, não é mais susceptível de outras afecções.

Ápeiron — Têrmo grego que, etimològicamente, quer dizer o que não tem limite **(peras).** Na filosofia de Anaximandro, é o indeterminado, o indefinitivo. O princípio de tôdas as coisas é um

ser indeterminado, ilimitado, do qual tôdas as coisas surgem, **ápeiron.** Usado, também, pelos pitagóricos, no sentido do ilimitado, do que se opõe ao Limite **(peras),** sendo êste, pròpriamente o **número.**

APELATIVO — Diz-se do nome que é comum aos indivíduos de uma espécie ou classe. («Os nomes próprios foram originàriamente apelativos... ou têrmos gerais...» (Leibnitz).

APERCEPÇÃO — Do latim **ad** e **percipere,** perceber.

a) Na Psicologia: processo pelo qual uma experiência é assimilada aos esquemas anteriormente adquiridos.

b) Na Epistemologia: apreensão introspectiva ou reflectiva da mente sôbre seus estados interiores.

c) Têrmo introduzido por Leibnitz para distinguir **a percepção,** como representação das coisas exteriores, e **apercepção,** como refletindo os estados interiores.

d) Para Kant, consciência do concreto actual, captando suas próprias mutações.

e) Também empregado como **sentido interior.** Vide **Atenção.**

Aperception (fr.) = **apercepção.**

APETÊNCIA — Vide **Apetição** e **Apetite.**

APETIÇÃO — Têrmo empregado, freqüentemente, por Leibnitz, que pretendia que todos os sêres, que compõem a natureza, tôdas as **mônadas,** sem excepção, estão dotados de duas qualidades essenciais: 1.ª) a **representação,** que consiste na forma mais inferior da sensibilidade e da inteligência; 2.ª) a **apetição,** que é uma tendência à acção e o primeiro esbôço da **vontade.** É, assim, como êle mesmo define: «acção do princípio interno, que produz a mudança e o trânsito de uma percepção para outra».

APETITE — Desejo instintivo, que tem sua origem numa necessidade física. Chamavam, na escolástica, **apetites concupiscentes** as inclinações e **apetite irascível,** a emoção.

Análise: — O apetite é **elícito,** quando tende para a apreensão do bem; é **sensitivo,** se a tendência tende para alcançar a apreensão sensitiva; é **intelectual,** se tende para a intelectiva. É **inato,** se a inclinação é procedente de um princípio interior sem cognição.

O têrmo apetite vem de **peto,** pedir, solicitar, partir para algo (daí ím-peto), e o conceito indica a propensão dirigida para algo desejado, algo conveniente, adequado ao apetente.

Ora, o ser humano tende para o bem e apetece-lhe a felicidade perfeita, que se chama **beatitude** (de **beare,** apetecer).

O apetite é uma inclinação **(ad-petere)** ou tendência para uma coisa conveniente, adequada ao ente.

Há um apetite natural, o tender da coisa para o seu próprio bem. O apetite elícito é o apetite pròpriamente dito, pois é a

inclinação que se segue à cognição. O intelecto, em estado de indiferença, pelo conhecimento, tende para o objecto, assumindo uma orientação **dinâmica;** isto é, a inclinação verte-se para o próprio bem. O apetite é uma natural prolongação e um necessário complemento da faculdade cognoscitiva.

Eis por que o apetite elícito é o apetite pròpriamente dito, porque é tendência para a coisa apreendida enquanto fim. Essa apreensão pode ser perfeita ou imperfeita.

Imperfeita se apreende a coisa, que é o fim, sem apreender a razão abstracta do fim, nem a proporção formal de alguma coisa para o fim, enquanto **meio. Perfeita,** quando não só apreende a coisa, que é o fim, mas também a razão abstracta de fim.

O apetite elícito, que se segue à apreensão imperfeita do fim, é o **apetite sensitivo;** e o apetite elícito, cuja apreensão é perfeita, é o **apetite racional,** é a **vontade.**

Há apetite nos animais, pois é uma faculdade orgânica.

O apetite é distinto da fôrça cognoscitiva.

Há, no homem, um apetite intelectual, o qual é essencialmente distinto do intelecto, e que é, pròpriamente, a vontade.

O apetite intelectual estende-se aos bens que, enquanto tais, são conhecidos pelo intelecto. Se o intelecto os capta, como bens, não são apetecidos pela vontade. Como o intelecto humano é ilimitado, e tem a possibilidade de conhecer tudo quanto é inteligível, é êle uma potência universalíssima, pois todo ser é inteligível.

O apetite intelectual não só se dirige aos bens materiais mas também aos imateriais, como Deus, virtude, ciência, etc. O apetite sensitivo só se dirige para os bens materiais, e não pode dirigir-se para os bens imateriais. O apetite elícito intelectual perfecciona, portanto, o apetite sensitivo.

Há uma distinção entre o apetite intelectual e o intelecto, distinção que se funda na própria essência de ambos.

O objecto formal do apetite intelectual é a razão de bem, que é o seu ser apetecível, enquanto o objecto formal do intelecto é o ser cognoscível.

Essas são as razões que distinguem essencialmente a ambos.

A vontade é, portanto, o apetite intelectual. Ora, um ser só aspira ao que é adequado à sua natureza. Se o ser humano aspira a bens imateriais, sua natureza não pode ser apenas material. O apetite sensitivo, que é apenas material, aspira a bens materiais; mas o apetite intelectual, por aspirar a bens não materiais, não pode ser apenas material.

Aphairesis (gr.) = **abstracção.**

Aphasia (ing.) = **afasia.**

Aphasis (al. e fr.) = **afasia.**

Aphorism (ing.) = **aforismo.**

Aphorisme (fr.) = **aforismo.**

Aphorismus (al.) = **aforismo.**

Aphtartos (gr.) = **o incorruptível, o imperecível.**

Aplous (gr.) = **simples.**

APOCALIPSE — É o livro escrito por São João, em sua permanência na ilha de Patmos, e que faz parte do **Novo Testamento.** O têrmo grego significa **revelação,** pois é formado de **apo** e **kalyptô,** descobrir o que está **apô,** oculto, escondido.

APOCATÁSTASE — Teologia. Têrmo que, em grego, significa completa restituição. Empregado em **Teol.** para referir-se à restituição final (**salvação universal**).

Apodeixis (gr.) = **demonstração.**

Apodictic (ing.) = **apodítico.**

Apodictique (fr.) = **apodítico.**

Apodiktisch (al.) = **apodítico.**

Apodittico (it.) = **apodítico.**

APODÍTICA — (Do grego **apodeiktikós**), demonstrativo).

a) Usada em Lógica por oposição a **assertórico** e a **problemático.**

b) Empregado por Aristóteles, que chamava ao processo de prova que deduz uma proposição de outra, que lhe é superior, na qual se acha implìcitamente incluída. Aristóteles fazia uma distinção entre as proposições susceptíveis de ser contraditadas, ou sujeitas às discussões dialécticas, e as que são o resultado de uma demonstração. A estas últimas chamava de **apodíticas.**

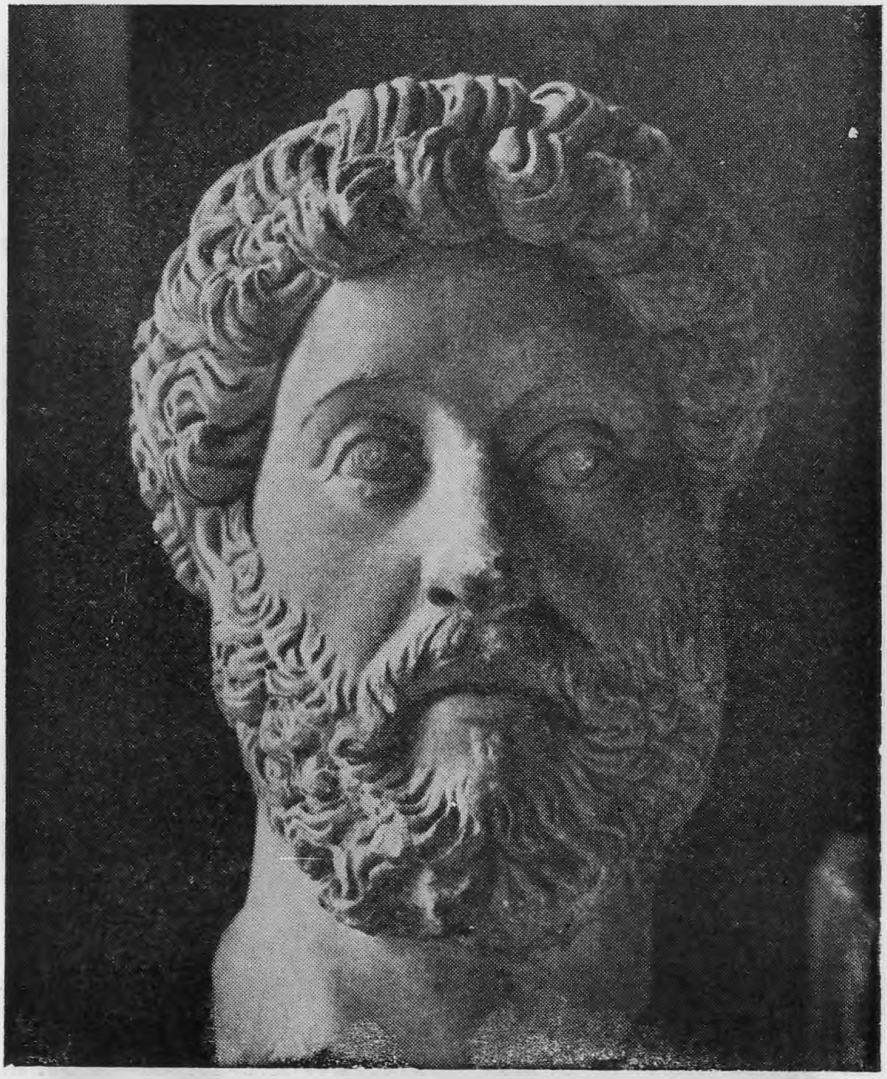
c) Usada, depois, por Kant, que a divulgou na classificação das três **modalidades** dos juízos (Vide **Modalidade**). Kant emprega-a no sentido dos juízos que estão acima de qualquer contradição, que são necessàriamente verdadeiros (em oposição aos **assertóricos,** e aos **problemáticos**).

O juízo assertórico é o que afirma algo existente, uma verdade de facto. O juízo apodítico. a necessidade do afirmado, quer a necessidade **física (própria** das leis, cuja negação não implica contradição), **matemática** ou **metafísica,** que é uma necessidade incondicionada ou absoluta. O juízo problemático caracteriza-se pela contingência de seu enunciado. Assim: «hoje chove» é um juízo assertórico; «os corpos pesados devem cair» é um juízo apodítico (de ordem física); «o todo é necessàriamente maior que qualquer de suas partes», é um juízo apodítico de necessidade matemática; «o antecedente é necessàriamente anterior ao conseqüente» é um juízo apodítico de necessidade metafísica.

APODITICIDADE — Carácter do que é **apodítico.**

APOFÂNTICO — (Do gr. **apô** (embaixo) e **phaos,** luz). Etimològicamente o que ilumina, esclarece o que está oculto. Têrmo criado por Aristóteles, que indica a forma fundamental do sujeito-predicado ou a forma da proposição independente, ou a conclusão de um silogismo, ao qual todos os outros tipos de proposição podem ser reduzidos pela análise e pela deducção.

Moisés



Marco Aurélio

b) Têrmo empregado, também, no sentido de esclarecimento. Pode-se, assim, falar em **intuição apofântica,** que é a que esclarece, imediatamente, qualquer aspecto do conhecimento. Neste sentido, é também usado pelos místicos.

c) Chamamos de **método apofântico** o que consiste em extrair, pela deducção e pelo clareamento, os **juízos virtuais,** contidos implìcitamente num juízo já aceito, e que podem levar a conseqüências totalmente imprevisíveis prèviamente. Em nossas obras, temos exposto diversos exemplos de aplicação dêste método, bem como as regras que devem ser obedecidas. Por não tê-lo aplicado é que Kant prendeu-se em alternativas falsas, e não avançou como devêra no conhecimento, provocando a messe de erros que frutificaram na filosofia moderna, com prejuízo para o são filosofar. É o que demonstramos em nosso «As Três Críticas de Kant».

APOFÁTICO — (Do gr. **apophatikôs,** sig. negativo).

a) Contrário de **catafático,** que significa positivo.

b) Chama-se de Teologia apofática a que estuda e estabelece os atributos divinos pela negação dos atributos das coisas finitas, que são necessàriamente finitos, já que o predicado não pode ter mais realidade que o sujeito.

APOIO-MÚTUO — Vide **Ética.**

APOLINARISMO — Para a concepção de Apolinário (310-390), bispo da Igreja católica, Cristo era uma alma humana, uma vontade humana, que é tomada totalmente pelo **Logos** de Deus. Êsse pensamento é visto pela Igreja como demasiado extremo.

APOLÍNEO — (De **Apollos,** em gr., que vem de **ap'holos,** de **apo,** ao longo, e **holos,** totalidade, a divindade distante, simbolizada pelo Sol, a divindade solar, luminosa, iluminadora).

a) Têrmo muito empregado por Nietzsche para significar o impulso estético de ordem intelectual, que se guia dentro das medidas, da ordem e da harmonia.

b) Empregado no sentido de tudo quanto revela a presença da intelectualidade racional nas obras da cultura humana. Opõe-se, neste sentido, a **dionisíaco** (vide).

APOLOGÉTICA — (Do gr. **apô,** oculto, e **logos,** razão, saber).

a) Têrmo criado por Tertuliano e, posteriormente, muito usado para indicar a defeza do Cristianismo. A Apologética é, assim, uma arte, que faz parte da Teologia, a qual consiste na apologia do cristianismo contra os seus adversários.

b) Empregado, também, para chamar tôda obra ou conjunto de argumentos ou razões em favor e defeza de uma doutrina.

APOLOGIA — (Do gr., **apologia**). Um discurso ou escrito em defesa de alguma coisa ou pessoa. A «Apologia de Sócrates», escrita por Platão, propõe

ser o próprio discurso que Sócrates deveria ter feito em sua defesa contra os ataques sofridos.

APOLÓGICO — Carácter do que é apologético. Vide **Apologética.**

APOLOGISTA — O que realiza a **apologia.**

APÓLOGO — Espécie de alegoria, que tem um preceito moral, na qual os personagens podem ser entes inanimados, animais ou homens. Em geral, emprega-se o têrmo quando os personagens são homens, deixando-se para as coisas inanimadas e animais o têrmo **fábula**, que, nesse sentido, é sinônimo daquele.

Apophansis (gr.) = **discurso, declaração.**

Apophantique (fr.) = **apofântico.**

Apophasis (gr.) = **negação.**

APOREMA — (Deriva-se do gr. **aporeôo,** estar em dúvida, dificuldade teórica). Nome que Aristóteles dá ao «silogismo dubitativo», quando êste permite deduzir duas conclusões contraditórias entre si. Forma um dos quatro aspectos que pode ter o silogismo, segundo Aristóteles, quanto à sua função demonstrativa. Os outros são: **filosofema, epiquerema, sofisma.**

APORÉTICA — (Do gr. **aporetikós,** o que inclina à dúvida).

a) Empregado para referir-se aos cépticos.

b) Disciplina filosófica, que tem como objecto o estudo das **aporias** e das **vias** empregadas para a sua solução. Vide **Aporia.**

APORÉTICAS (FILOSOFIAS) — Aquelas filosofias ou correntes de pensamento que estimulam a dúvida, ou ampliam a problemática, dificultando as soluções teóricas. Temos, assim, o cepticismo, o probabilismo grego, o agnosticismo, o materialismo, etc., também chamados **efécticos.**

APORIA — (De origem grega **aporia,** dificuldade teórica).

a) Zeno de Eléia chamava **aporias** aos seus famosos argumentos à multiplicidade do ser e ao movimento, entre êles o famoso **Argumento de Aquiles** (vide), etc.

b) O têrmo designa, na filosofia grega, uma dificuldade que ocorre na especulação filosófica, e que é considerada insolúvel.

c) Modernamente usado por Nicolai Hartmann, que chama **aporética** à ciência dos problemas, cingindo-se ao problema e desinteressando-se da solução. Diferencia-se da fenomenologia, que se circunscreve ao fenômeno e prescinde do problema.

Cabe, segundo Hartmann, à **teoria,** última instância ou grau, propor respostas e soluções às interrogações surgidas da **aporética.**

Aporie (al. e fr.) = **aporia.**

APOSTA — a) Convenção aleatória entre duas pessoas, que arriscam bens em um contracto.

b) Empregado por Pascal em seu **argumento da aposta** (em

francês, **pari**, de **parier**, apostar). É mister escolher entre a existência ou não de Deus. Se existe e nêle acreditamos, e o servimos, o ganho é imenso. Se não existe, que perdemos em comparação? Nada. Apostemos, pois, sem hesitar. Em suma, é um falso argumento, mas muito pascalino.

APOSTASIA — a) Consiste no abandono e na oposição a uma idéia ou doutrina anteriormente aceita. A apostasia tem um papel destructivo e também constructivo, pois, se actua como factor de decadência do grupo, também actua como factor de formação de um novo grupo.

b) O têrmo é empregado, religiosamente, no sentido do que abandona a sua religião para seguir outra.

c) Politicamente: o que abandona opiniões ou princípios, passando para partidos adversos.

d) Sociològicamente: é a dissidência, ao renegar a anterior posição social.

APÓSTATA — O que **apostasia** (vide).

A posteriori — Vide **A priori.**

APOSTERIORISMO ÉTICO — Vide **Ètica.**

Apousia (gr.) = **ausência.**

Apparence (fr.) = **aparência.**

Apparent (fr. e ing.) = **aparente.**

Apparente (it.) = **aparente.**

Apparenza (it.) = **aparência.**

Appartenance (fr.) = **dependência.**

Appearance (ing.) = **aparência.**

Appel (fr.) = **chamada.**

Appelatif (fr.) = **apelativo.**

Appeler (fr.) = **apelar.**

Apperception (al. e ing.) = **apercepção.**

Appercezione (it.) = **apercepção.**

Appétit (fr.) = **apetite.**

Appetite (ing.) = **apetite.**

Appétition (fr.) = **Desejo veemente.**

Appetito (it.) = **apetite.**

Appetitus (lat.) = **apetite.**

Apprassia (it.) = **apraxia.**

Appreciation (fr.) = **apreciação.**

Appreciation (ing.) = **apreciação.**

Apprehensio (lat.) = **apreensão.**

Apprehension (al.) = **apreensão.**

Appréhension (fr.) = **apreensão.**

Apprehension (ing.) = **apreensão.**

Apprendimento (it.) = **apreensão.**

Apprenzione (it.) = **apreensão.**

Appreziazione (it.) = **apreciação.**

Approached (ing.) = **proximidade.**

Approbation (fr. e ing.) = **aprovação.**

Approché (fr.) = **proximidade.**

Appropriation (fr. e ing.) = **apropriação.**

Approssimato (it.) = **proximidade.**

Approssimazione (it.) = **aproximação.**

Approvazione (it.) = **aprovação.**

Approximate (ing.) = **proximidade.**

Approximatif (fr.) = **aproximativo.**

Approximation (ing. e fr.) = **aproximação.**

APRAXIA — (Do gr. **a**, alfa privativo e **praxis**, acção).

a) Perda da memória motriz com incapacidade para executar actos habituais.

b) Também usado para designar a incapacidade de reconhecer as formas dos objectos, ou o seu uso. Há imaginação dos movimentos, mas sua execução torna-se impossível, sem que, no entanto, haja paralisia. Há certa **apraxia** no que imagina a realização de um acto hábil, mas em que seus membros não lhe obedecem.

Apraxie (al. e fr.) = **apraxia.**

APRECIAÇÃO — a) Apreciar significa julgar bom ou mau.

b) Dar merecimento. Neste sentido, ainda julgar favoràvelmente, avaliar favoràvelmente. Êste sentido falta em francês, embora comum em nossa língua, no italiano, no espanhol, e entre os americanos do norte. Na acepção **a**, como operação de avaliação dos valôres, em relação a um fim dado, é o sentido comumente usado pela Filosofia, sem que, no entanto, deixemos de encontrá-lo na segunda acepção, freqüentemente.

APREENSÃO — a) Têrmo escolástico, extraído da filosofia de Aristóteles, com a designação de noções absolutamente simples que, em razão de sua natureza, estão acima do êrro e da verdade lógica (Metafísica, liv. IX, c).

b) Na Idade Média, porém, sofreu uma modificação em sua significação primitiva, servindo, não sòmente para designar as noções simples, mas qualquer espécie de noção, de concepção pròpriamente dita, que não faz parte, e que não seja tema de um tal juízo.

c) Posteriormente, em Kant, sofreu nova modificação, que dá a acepção de um acto da imaginação, que consiste em abraçar o em coordenar, numa única imagem ou numa concepção única, os elementos diversos da intuição sensível, tais como a côr, a solidez, a extensão, etc.

d) Modernamente usado ainda na acepção da Idade Média em **b.**

e) Familiarmente: significado de fácil compreensão. Ex.: «O sentido desta frase é de fácil apreensão», etc.

b) Também usado na psicologia contemporânea para designar a memória imediata, ou a capacidade limite de reproducção correcta, sem dilação, após uma percepção única, de algarismos, letras, palavras, imagens, etc. (H. Piéron, cit. por Lalande).

A priori e a posteriori — a) Têrmos que designam modos do conhecimento, sob certo respeito opostos um ao outro. «**A priori**» chamam-se os conhecimentos independentes da experiência, que, ou são dados imediatamente pelo pensamento, ou se deduzem de tais, ou que se aplicam à experiência, sem por isso serem tirados dela. **A posteriori** chamam-se os conhecimentos, que vêm directamente da experiência, ou que dela derivam. Esta distinção já se encontra em Aristóteles.

b) O têrmo, porém, aparece pela primeira vez em Alberto de Saxônia, no século 14, mas em outro sentido, que se conservou até Leibnitz e Hume. (**A priori**, segundo êstes, é um raciocínio que vai da causa ao efeito. **A posteriori**, o que remonta das conseqüências aos princípios). Simultâneamente, com êste uso, encontra-se em Leibnitz, também, o sentido exposto na definição inicial.

c) Segundo Kant, proposição **a priori** é aquela que «está sendo pensada simultâneamente com a sua necessidade, e que está pensada com rigorosa universalidade». A exigência original de que os conhecimentos (**Erkenntnisse**) **a priori** devem ser independentes, evidentes e certos por si mesmos, foi negada por Kant. Êle distingue: conhecimentos **a priori**, apoiados em proposições, das quais uma deriva da experiência, e conhecimentos **a priori puros**, que não contêm nenhum elemento empírico.

d) É usual considerar-se a distinção entre **a priori** e **a posteriori** como distinção puramente lógica. De certo, ao **a priori** não se deve atribuir nenhuma prioridade temporal. Todavia, em Kant, há certos trechos, e na filosofia contemporânea há outros, que pretendem postular e admitir que «**a priori**» tenha certos fundamentos psicológicos.

Vide também «juízo **a priori** e **a posteriori**».

APRIORISMO — a) Etimològicamente, significa o processo de **raciocínio a priori**, que consiste em partir de princípios anteriormente aceitos.

d) Na filosofia moderna, significa anterior à experiência.

c) Em sentido lato: o processo **a priori** permite descobrir e prever factos que, amiúde, serão verificados pelo processo **a posteriori**.

d) Em geral, apriorismo fundamenta-se na propriedade originária do homem, que é irredutível, portanto **a priori**, e que não é sancionada pela experiência, radicando-se em determinados sentimentos, princípios e direcções volitivas (Külpe). Opõe-se, nesta acepção, a «empirismo», também em Moral.

Como «aprioristas» em moral, temos, na filosofia inglesa, os «intuicionistas», assim chamados por considerarem os princípios éticos como imediatamente seguros e cognoscíveis por intuição, análogos aos axiomas geométricos. Seguem êsse grupo: Butler, Thomas Reid e a Escola Escocesa.

Kant também desenvolve êsse apriorismo em seu «Fundamentos da Metafísica dos Costumes». Schopenhauer também é aprioristа, ao fundamentar, como móvel da justiça, a compaixão. Vide **Compaixão.**

Locke rebateu o apriorismo psicológico, que supõe princípios práticos inatos. Defende uma concepção empirista quanto às idéias morais e às normas éticas. Mas, ao aceitar que as regras morais podem derivar da aceitação da idéia de Deus, Locke torna-se apriorista. Examinada a filosofia, através dos seus representantes máximos, vemos que o processo aprioristico permanece constante. Modernamente, com os empiristas, o apriorismo, na Ética, tem perdido terreno. Entretanto, mais contemporâneamente, com Husserl, Scheler, Messer, e anteriormente Brentano, tem-se afirmado uma evidência **a priori** para as valorações éticas, sendo desnecessário que essas idéias sejam inatas. Na fenomenologia de Husserl, é reclamado para o conhecimento dos valôres e de suas classes uma evidência originária, igualmente para o conhecimento dos fenômenos teóricos. O apriorismo de Husserl não tenta fixar normas, mas, ao contrário, trata de conhecer a essência da moral e da razão de sua validade, e dêste modo, também chega a ser, em sentido teórico, uma complementação da investigação empírica (Külpe).

APRIORISMO ÉTICO — Vide **Ética** e **Apriorismo.**

Aprokrisis (gr.) = **resposta.**

APROPRIAÇÃO — a) Acto de tornar próprio, de tornar conforme a alguma coisa. (Ex.: Apropriar os gestos às palavras).

b) Acto de apropriar-se, de apossar-se, tornar propriedade individual do que não pertence a ninguém.

c) Acto de tornar algo próprio a alguma coisa ou função. (Ex.: Apropriação de um campo a uma cultura determinada).

Apropriazione (it.) = **apropriação.**

APROSEXIA — Vide **Abulia.**

APROVAÇÃO — a) Consentimento que se dá a alguma coisa.

b) Julgamento favorável de apreciação.

Usado em sentido ético na acepção **b,** também na Estética e na Lógica. Vide **Conformidade.**

APROXIMAÇÃO — (lat. **Approximare** — **ad proximus:** dirigir-se para o próximo, aproximar-se). a) Acção de aproximar-se. b) Carácter do que é **próximo.**

APROXIMAÇÃO (REACÇÃO DE) — Vide **Reacção de aproximação.**

APROXIMATIVO — a) Embora muitas vêzes sinônimo de próximo, dêste se distingue no seguinte: enquanto próximo é mais positivo e indica o avizinhamento de algo a algo, **aproximativo** tem uma intenção negativa, porque indica sempre uma diminuição do avizinhamento. Quando se diz que algo é **próximo** indica-se que quase o tange, e quando se diz **aproximativo,** que ainda está longe de alcançá-lo. No **aproximativo** há maior escalaridade de afastamento do que em **próximo.**

b) Carácter do que se aproxima.

Apsykhos (gr.) = **inanimado.**

APTIDÃO — (Do lat. **aptitudo**). É uma capacidade natural ou adquirida para fazer ou sofrer ou para obter algo. Sinônimo de **Habilidade** e de **Capacidade.**

Aptitude (fr.) = **aptidão.**

AQUISIÇÃO (Do conhecimento) — Vide **Elaboração.**

AQUISITIVO (Soc.) — O que é próprio para adquirir. Diz-se, assim, do que é desejado ardentemente, mas julgado como capaz de ser adquirido pela pessoa ou pelo grupo.

A QUO — Na escolástica, indica o princípio, ponto de partida, do qual alguma coisa procede. Para **que (ad quem),** ou para o que **(ad quod),** indica o término, o ponto final, para o qual alguma coisa tende. **Para quem (cui)** indica para quem alguma coisa é dada.

ARABESCO — Originàriamente, um método ornamental, que consiste em linhas fantásticas. Actualmente, uma forma especial de **ornamentação.**

Ārambha-vāda (Sânscrito) — A teoria de evolução, que foi exposta por **Nyāya** e **Vaissika,** na qual os átomos, tendo sido criados, combinaram-se e formaram o nosso complexo mundo, uma espécie de evolução emergente.

Arbeitsteilung (al.) = **divisão do trabalho.**

Arbitraire (fr.) = **arbitrário.**

ARBITRAMENTO — a) Decisão que decorre de um julgamento ou avaliação por meio de árbitros, peritos no assunto em questão.

b) Em geral, na Sociologia e no Direito, emprega-se para todo o processo que submete um assunto em disputa a uma ou mais pessoas, desinteressadas, que assumem o papel de árbitros, cuja decisão é, com antecedência, aceita pelas partes. O arbitramento é aceito pela legislação dos diversos países, havendo em alguns leis especiais que regulam êste costume.

Arbitrariness (ing.) = **arbitrário.**

ARBITRÁRIO — a) Adj.: o que não estando regulado ou definido por nenhuma regra é deixado ao livre arbítrio de qualquer um.

b) Como adjectivo, ainda, em sentido mais restrito, o que depende ùnicamente da decisão de uma pessoa qualquer, por seu capricho ou fantasia.

c) Subst., em sentido concreto: vontade variável, incerta, decisão caprichosa em matéria em que há leis ou regras estabelecidas, que deveriam ser observadas, portanto, em sentido pejorativo, com idéia de injustiça; em sentido abstracto: carácter do que é arbitrário.

Arbitre (fr.) = **arbítrio.**

Arbitre (libre) (fr.) = **livre arbítrio.**

ARBÍTRIO (LIVRE) — Expressão usada para significar a vontade livre de escolha, as decisões livres.

Há têrmos sinônimos, também usados para significá-lo, tais como **liberum arbitrium, liberum voluntatis arbitrium, libertas arbitrii.** O livre arbítrio, que quer dizer, o juízo livre, é a capacidade de escolha pela vontade humana entre o bem e o mal, entre o certo e o errado, conscientemente conhecidos.

Para os escolásticos, êsse têrmo toma um sentido bem claro. É a capacidade do ser espiritual para tomar, por si mesmo (sem determinações de qualquer espécie), uma direcção ante valôres limitados conhecidos, para escolher ou não escolher um dêsses valôres ou valôres julgados limitados. Só há liberdade onde há apreensão de valor como real, mas dotado de limites. Onde, porém, o valor é absoluto, é natural que a vontade a êle se dirija por impulso natural, revelando uma aspiração necessária dêsse bem. O **livre arbítrio** não quer dizer de modo algum que é um querer sem causa como o pretendem interpretar alguns **deterministas,** que se opõem à sua aceitação. Liberdade de vontade não é ausência de causa, nem afirma que sempre o homem actua livremente, pois são muitas e em maior número as vêzes em que não actua livremente. O livre arbítrio fundamenta-se, para nós, na capacidade axiológica do ser humano em poder fazer apreciações das coisas, por meio de comparação com valôres tomados como perfeições (**tímese parabólica,** Vide).

Essa capacidade humana permite apreciar os valôres das diversas possibilidades do seu actuar, e daí ser o homem o que responde pelo porquê do seu acto (**responsabilidade**), pois se fizer ou não fizer, então qualquer das duas atitudes, tomadas em si, nada perturbam a ordem da causação universal. O livre arbítrio é, assim, eminentemente ético, e gira também na esfera dessa disciplina. A liberdade humana marca a dignidade ética do homem. Pode-se, em muitos casos, prever, com certa segurança, quais as atitudes que um homem determinado, desde que conhecida a sua formação moral, tomará em face de certas circunstâncias. Compreende-se que, em tais casos, há um **imperativo categórico,** que é aceito, e serve de norma para a actuação de um indivíduo èticamente bem formado. A liberdade humana não pode ser negada, porque se realmente nunca fôsse o homem livre, jamais lhe surgiria a idéia da liberdade. Por não se poder explicar a liberdade, dentro da matéria ou no actuar da matéria, tem ela servido de argumento em favor da

espiritualidade do homem e também tem sido tal facto a razão porque os inimigos da espiritualidade humana, mais dia ou menos dia, terminam por negar a liberdade e atraiçoá-la.

A liberdade da vontade não ofende ao princípio de causalidade, nem ao de razão suficiente, porque o acto livre tem a sua causa na vontade e nela a razão de seu actuar. Os defensores da liberdade do arbítrio humano, em geral chamados indevidamente **indeterministas,** têm juntado razões em favor de sua posição, não havendo unidade entre êles. (Vide **Liberdade** e **indeterminismo**).

ARBÍTRIO (SERVIL) — (Em latim **servo arbitrio**) — Têrmo usado por Lutero para apontar a oposição ao livre-arbítrio. Indica a dependência absoluta da vontade humana à potência ou à graça de Deus.

Arbitrium (lat.) = **arbítrio.**

Arbor porphyriana (lat.) = **árvore de Porfírio.**

ARCANO — (lat. **Arcanum**) — Têrmo antigo, que corresponde a **oculto,** como é usado modernamente. **Arcana** era o que se usava para cobrir os objectos sagrados nos cultos de Dioniso, em Elêusis. Um congnato dêsse têrmo temos na palavra **arca.**

ARCAÍSMO (gr. **Arkaismos**) — Vício de linguagem, que consiste no emprêgo de expressões antiquadas.

Archetipo (it.) = **arquétipo.**

Archetyp (al. e ing.) = **arquétipo, modêlo.**

Archétype (fr.) = **arquétipo.**

Archetypus (lat.) = **arquétipo.**

Architectonics, -ic (ing.) = **arquitetônica.**

Architectonique (fr.) = **arquitetônico.**

Architektonik, isch (al.) = **arquitetônico.**

Architettonica, -o (it.) = **arquitetônica.**

ÁREA — a) Região geográfica delimitada.

b) Sociològicamente empregado, também, no sentido de região, onde se realizam factos sociológicos, tais como: área industrial, onde se concentra a indústria; área comercial, onde se concentra o grande comércio. As áreas podem ser sociais e econômicas.

ÁREA CULTURAL — A região geográfica em que se realiza uma determinada cultura social com suas características próprias.

ÁREA DE INTERÊSSE — É aquela para a qual se dirige a atenção de um grupo de indivíduos.

ÁREA DELINQÜENCIAL — Região delimitada de uma cidade, na qual a delinqüência é em grau anormal. Essas áreas, em geral, estão organizadas em zonas de transição, favelas, zonas ferroviárias, ou onde há mistura de nacionalidades.

ÁREA MARGINAL — Território adjacente entre duas áreas culturais, na qual surge o tipo misto. Também chamada área de transição.

Area of consciousness (ing.) = **campo da consciência.**

ARETOCRACIA — Vide **Fases críticas na História.**

ARETOLOGIA — Parte da Filosofia Moral, na qual a virtude, sua natureza e os modos de possuí-la são estudados como ciência.

ARGIROCRACIA — Vide **Fases críticas na História.**

Argomentazione (it.) = **argumentação.**

Argot — Têrmo francês, que significa **gíria** (vide).

Argument (fr. e al.) = **argumento.**

ARGUMENTAÇÃO — a) Dá-se o nome de argumentação ao conjunto de argumentos, razões apresentadas e raciocínios, que tendem todos à mesma conclusão.

b) Também se usa esse têrmo para significar a maneira de apresentar os argumentos.

c) Todo raciocínio que tende a provar ou a refutar uma proposição dada.

Argumentation (fr., al. e ing.) = **argumentação.**

ARGUMENTO — a) Diz-se, na Lógica, da proposição que se enuncia em favor de uma tese. Veja-se **demonstração** e a distinção entre esta e **argumento.**

b) Na Mat., no cálculo dos **functores,** o determinante, o que determina, é o **functor,** e o que é determinado, é o argumento.

c) Na Logística, a proposição que determina é o **functor** e a que é determinada é o **argumento.** Em ambos os sentidos, **determinar** tem um sentido muito amplo; assim, na proposição **chove e neva,** e determina ambas partes, chove, neva.

Argumento ab absurdum — Vide **Prova.**

Argumento ad hominem — É o que se cinge, maliciosamente, a factos ou razões apresentadas por um oponente, sem pròpriamente entrar no mérito da questão. Seria um argumento **ad hominem** o que demonstrasse a improcedência de uma determinada prova oferecida por alguém, evidenciando a fraqueza da demonstração oferecida, sem pròpriamente examinar a procedência ou não da tese, nem da sua validez independente dos argumentos oferecidos.

ARGUMENTO BACULINUM — (ou **ad baculum,** pelo cacete). Argumento, cuja fôrça é dada pela timidez ou pelo temor humano. Seu nome provém do emprêgo de quem, desejando provar a existência do mundo exterior, bateu no solo com o seu **baculum.**

ARGUMENTO A SIMULTÂNEO — Vide **Prova.**

ARGUMENTO A TESTIMONIO — Vide **Prova.**

ARGUMENTO DA FLECHA — É um dos argumentos de Zeno de Eléia contra o movimento. Se tudo o que ocupa uma extensão igual à sua, está em repouso, uma flecha, atirada a um alvo, ocupa sempre uma extensão igual

à sua. Deve estar, conseqüentemente, sempre em repouso; ou seja, é imóvel.

ARGUMENTO DE AQUILES — Argumento usado por Zeno de Eléia para demonstrar que um corpo, em movimento mais rápido, jamais pode alcançar um outro em movimento mais lento, porque, cada vez que o primeiro alcança o ponto que o outro ocupava, êste já o ultrapassou. Com esta famosa aporia, entre outras, pretendeu Zeno provar a impossibilidade do movimento na concepção de que a linha fôsse composta de um número infinito de pontos, como afirmavam alguns pitagóricos menores.

Aquiles, de pés ligeiros, persegue uma tartaruga. Quando êle recorre o caminho que a tartaruga levava de vantagem, já esta percorreu outro espaço. Coberto êste por Aquiles, novo espaço já foi percorrido pela tartaruga. Assim, embora diminuam crescentemente a distância entre êle e a tartaruga, aquêle jamais a poderia alcançar, porque sempre existirá um espaço que os separa, até o infinito.

O argumento funda-se na divisibilidade infinita do espaço. Admitindo-se que a extensão possa ser potencialmente dividida **in infinitum**, não o é dividida em passos como os da tartaruga nem os de Aquiles. Se os passos de Aquiles fôssem pontos indivisíveis, o argumento poderia ter certo fundamento. Como não o são, a afirmativa de Zeno não tem procedência nem validez, senão, e apenas, se se admitisse a concepção da composição do espaço por um número infinito de pontos (naturalmente, em acto o que não é aceito pelos pitagóricos maiores, nem pela filosofia positiva e concreta).

ARGUMENTO DE AUTORIDADE — Vide **Autoridade** e **Autoritarismo.**

a) É o argumento fundado na posição de alguém, considerado como conhecedor competente de determinada matéria.

b) Na Religião, o argumento de autoridade é válido, porque as revelações são obtidas através de homens escolhidos pela divindade.

c) Na Ciência, o argumento de autoridade tem um valor relativo, e exige a verificação e a confirmação.

d) Na Filosofia, tem apenas no que se refere ao modo de pensar do autor. Fora do que se refere ao que é precìpuamente de sua doutrina, o argumento de autoridade é falho, pois, na Filosofia, a única e verdadeira autoridade é a demonstração. Vide **ad verecundiam (argumento).**

A prova é mister em todo saber epistêmico, porque **ciência** é o conhecimento das causas, cujas afirmações são provadas. A prova pode ser a experimental ou a demonstração lógica. A Ciência observa e experimenta, e a Filosofia demonstra. O filosofar apenas opinativo é o filosofar prático e não teórico, é um filosofar primário.

ARGUMENTO DE BERKELEY — Consiste êsse argumento na afirmação de que nos é impossível, psicològicamente, cons-

truir idéias gerais, pois não podemos pensar em cavalo, sem representarmos a imagem de sua côr (o que não é verdade para todos). Êsse argumento pretende demonstrar a impossibilidade de idéias gerais com existência psicológica.

ARGUMENTO DE BURIDAN — Vide **Asno de Buridan.**

ARGUMENTO DE CAUCHY — Consiste êste argumento em provar a impossibilidade matemática de um infinito numérico em acto. Vide **Infinito numérico.**

ARGUMENTO DO TERCEIRO HOMEM — Êste argumento, feito contra Platão, é exposto assim: Os objectos grandes são grandes porque participam da grandeza. Mas juntando-se todos os objectos grandes mais a grandeza, tudo isso, que é grandeza, assemelha-se ou participa de uma outra forma da grandeza, que inclui a primeira e os objectos grandes. E se juntarmos êstes e mais as duas grandezas, participam êles de uma outra forma da grandeza, maior ainda que as anteriores, e assim ao infinito. O mesmo se daria com os homens que participam da humanidade, mas aquêles juntos a esta, participam de outra humanidade e, assim, sucessivamente.

Êste «argumento do terceiro homem», foi esgrimido contra Platão, e dêste era conhecido. O intuito é mostrar que não há uma «única» forma, mas muitas, infinitas até.

Contudo, é evidente o sofisma, pois a conjunção dessa multiplicidade é feita noèticamente (no espírito humano). A forma da grandeza não é da mesma natureza que as coisas grandes e, portanto, a sua reunião não acrescentaria nenhuma grandeza maior, como se pretende, por considerar fisicamente a forma, o que aliás é o esquema sempre presente em suas críticas. A natureza das formas é meramente eidética, sem dependência dos esquemas noéticos.

ARGUMENTO FÍSICO-TEOLÔGICO de Kant — É o argumento em favor da existência de Deus, fundado na ordem, na finalidade e na beleza, que apresenta o cosmos, na sua unidade manifesta e na impossibilidade que há de ser obra ou efeito do acaso, como foi formulado por Kant, e o qual examinamos e criticamos em **Deus (provas de sua existência)** (Vide).

ARGUMENTO ONTOLÔGICO da existência de Deus — Foi enunciado por Santo Anselmo (vide **Sinopse da História da Filosofia**), que o expôs em seu famoso «**Proslogion**», o qual provocou inúmeras controvérsias.

Podemos resumi-lo da seguinte maneira:

1) O ser humano percebe que há uma hierarquia de perfeições nos sêres, não só específica como genèricamente considerados. Ademais, tôdas as perfeições devem ter um representante que as possua intrìnsecamente, num grau mais elevado que os outros.

2) Conseqüentemente, o ser humano pode conceber um ser que tenha a maior perfeição, sem que um outro o ultrapasse, pois,

do contrário, êste seria o de maior perfeição.

3) Pode-se, portanto, conceber um ser, acima do qual nada de maior se possa imaginar ou conceber. Até aqui todos os refutadores estão de acôrdo.

4) Resta provar que êste ser, maior que todos, que é por nós concebido como o maior de todos, existe necessàriamente.

Em primeiro lugar, não podemos concebê-lo como não existente, pois não seria o maior. Santo Anselmo diz: «Das coisas que existem, com certeza pode-se concebê-las como não existentes, e muitas das existentes pode-se concebê-las como podendo não existir». Embora nenhuma das coisas que existem podem ser acreditadas como não existentes, pois, na verdade, elas existem, podemos, no entanto, pensá-las como não existentes. Mas o ser, que está acima de tudo, não podemos pensá-lo como não existente, porque negaríamos a hierarquia das perfeições e todo o fundamento da participação.

Como bem salientou Locke, até o ateísta, quando conseqüente, aceita a existência de um ser que não teve princípio nem fim. Chamem-no **matéria, energia,** ou qualquer dos muitos nomes com que se costuma denominá-lo, mas todos, sem excepção, reconhecem que êle não tem princípio nem fim, pois, do contrário, viria do nada.

E prossegue Santo Anselmo: «Podemos, pela imaginação, destruir muitas coisas que sabemos existir, e supormos a existência de muitas outras, que sabemos que não existem...» E mais adiante diz: «o que não podemos é pensar que existe e não existe ao mesmo tempo.» E sintetizando as suas palavras, êste é o seu pensamento: o que existe, no acto de existir, não podemos pensar como não existente, mas podemos pensá-lo como possìvelmente não existente, embora exista. Expõe Santo Anselmo: que nenhuma das suas palavras afirmaram que, pelo simples facto de estar uma idéia na inteligência, ela esteja na realidade. Todo ser contingente pode ser pensado como não existente, mas tudo o que pudemos pensar como não existente não é aquilo «acima do qual nada se pode pensar de maior.»

Se êste ser não existe, e se podemos pensar nêle, êle ainda não seria êle, porque não existia. Nem podemos pensar que êle possa vir a existir, porque, nesse caso, também não é êle. A existência de um ser maior que qualquer outro é inevitàvelmente necessária, e êsse ser não poderia deixar de existir porque, do contrário, se negaria a hierarquia das perfeições e, conseqüentemente, a participação das perfeições.

Todo filósofo, que levar avante e com segurança o seu pensamento, mesmo ateísta, terá de concordar que tôdas as perfeições, surgidas no processo do devir, estavam contidas, em máximo grau naquele ser que não tem princípio nem fim, pois, do contrário, teria de admitir que tais perfeições surgiram do nada. Conseqüentemente, não podemos deixar de reconhecer que se o pensamento anselmeano foi ex-

posto em têrmos platônicos, próprios da sua época e da concepção filosófica do bispo de Bec, não deixavam suas palavras de se referirem a uma longa especulação do pensamento humano sôbre o ser, o que não nos permite dizer que o seu argumento seja meramente **a simultaneo** ou meramente **ontológico.** A premissa maior pode ser enunciada com estas suas palavras: «Podemos conceber algo que nada de maior podemos cogitar.»

Essa premissa é o resultado de uma longa especulação do pensamento humano, e tanto o é, que se pode admitir que haja quem não possa tal coisa cogitar. Mas bastaria que um só homem fôsse capaz de tal, para que essa premissa fôsse verdadeira. Nenhum dos objectores nega a verdade desta premissa. Também nenhum dêles poderia deixar de reconhecer que ela não surgiria espontâneamente ao pensamento humano, se não fôsse precedida por uma longa especulação.

Se S. Anselmo expôs em têrmos platônicos o seu argumento, êle, no entanto, pode ser justificado. Foi o que profundamente compreendeu essa figura máxima da filosofia, que é Duns Scot, o grande doutor franciscano, que, posteriormente, seguindo por outros caminhos, e acrescentando novos argumentos, renovou esta prova, tornando-a lógica e filosòficamente irrefutável. Vide **Deus, provas de sua existência.**

Argumentum (lat.) = **argumento.**

Argumentum ad crumenam — (loc. lat.) = argumento da bôlsa. Na falta de boas razões, abrir a bôlsa.

ARIANISMO — Doutrina de **Arius** (256-336); presbítero de Alexandria, que foi condenado pela Igreja Católica como herege. Defendia Arius a tese de que Jesus e Deus (Filho) não eram a mesma substância, sendo Jesus subordinado a Deus. Suas doutrinas foram repudiadas pelo Concílio de Nicéia (em 325).

ARISTOCRACIA — (Do gr. **aristos,** melhor, e **kratos,** o poder político). a) Etimològicamente, é o govêrno exercido por uma classe social, considerada a **melhor (aristos),** e a essa classe cabe a direção e as normas que devem predominar na sociedade.

b) Confunde-se, geralmente, com a **nobreza,** e fundamenta-se na hereditariedade dos caracteres superiores.

c) Emprega-se, também, o têrmo para referir-se ao grupo social ou classe, que exerce o poder, a qual passa, metafòricamente, a ser considerada a **aristocracia.** Assim se fala em **aristocracia** governamental, etc.

O verdadeiro ideal aristocrático consistiria em dar o papel de dirigente aos mais aptos e mais competentes. Na vida humana, todos procedem obedientes, conscientemente ou não, ao princípio aristocrático, pois procura-se o julgado mais apto para assumir a função directiva. O tema de **aristocracia,** ante as deficiências reveladas pela **democracia,** passa a ter nova actualidade, e merece

que sôbre êle se dediquem melhores e mais apurados estudos. Vide **Fases críticas na História.**

Aristocracy (ing.) = **aristocracia.**

Aristocratie (fr.) = **aristocracia.**

Aristocrazia (it.) = **aristocracia.**

Aristokratie (al.) = **aristocracia.**

Arithmetica speciosa (lat.) = **aritmética especial.**

Arithmetics (ing.) = **aritmética.**

Arithmétique (fr.) = **aritmética.**

ARITHMÔS — Empregado pelos pitagóricos para significar o **número** (vide). Para Pitágoras, **arithmós,** cuja raiz vem do **alfa** privativo e **rythmós,** indica o que não é discontínuo em seu ser, o que é uma unidade de simplicidade. Assim o 3 não é apenas a soma de uma, mais uma e mais uma unidade, mas tem uma estructura formal própria, uma unidade de simplicidade, que se aritmèticamente pode ser reduzida a 3 unidades, não o pode, ontològicamente, porque 3 não é o resultado do processo de uma soma, ou de uma diminuição, etc., mas uma forma, que é de todo o sempre, coerente e persistente em si mesma. Vide **Número.**

ARITMÉTICA — Ciência dos números inteiros e de suas propriedades e relações. Na Ar., o número é tomado, quantitativamente, como número de conta, de cálculo. Os pitagóricos chamavam-na de **Logistikê** (**logística** para os antigos) e, na Idade Média, era conhecida por **Ábaco** ou **Algoritmia.** Nesse sentido era tomada apenas como ciência prática do cálculo.

Aritmetik (al.) = **aritmética.**

ARITMOMANIA — Tendência obsessiva de contar objectos, ou em ocupar-se, persistentemente, sem necessidade, com números em relações matemáticas.

Armonia (it.) = **harmonia.**

ARQUÊ — (Do gr. **arkhê,** princípio). Quando os gregos procuravam o princípio de tôdas as coisas buscavam a **arquê,** a primeira causa. Daí o têrmo ser usado na Filosofia para indicar o de onde as coisas principiam, têm origem.

ARQUEOLOGIA — (Do gr. **arkhê,** princípio e **logos,** ciência). Ciência que estuda as culturas primitivas, principalmente no referente aos artefactos por elas realizados.

ARQUÉTIPO — a) Do gr. **arkhê,** princípio primeiro, e **typos,** forma. Padrão original das formas, das quais as coisas são meras cópias, **por imitação,** na concepção pitagórica, e **por participação,** na platônica.

b) Na Psic., conteúdo do inconsciente racial.

ARQUITETÔNICO — (Do gr. **arkhê,** princípio e **tekton,** carpinteiro). a) Usado por Aristóteles para chamar a ciência (Ciência arquitetônica), a qual subordina os fins de outras ciências. Assim a Ética é uma ciência arquitetô-

nica, em relação à Economia, à Sociologia, na concepção clássica.

b) Na filosofia moderna, o têrmo arquitetônico é usado no sentido do esquema formal ou do método de elucidação de um sistema (usado por Kant).

c) Como o que qualifica o aspecto próprio da Arquitetura.

ARRACIONAL — O que se exclui da razão. Deve-se distinguir de irracional, que é o que está dentro do campo da razão, mas violando suas regras. Vide **Irracional.**

ARREPENDIMENTO — Na Ética, sentimento de ter mal procedido, quando se devera ter procedido bem. Usado como sinônimo de **remorso.** Êste, contudo, é mais passivo, enquanto que o **arrependimento** aponta a actividade. No **arrependimento,** impõe-se uma liberdade de acção, pois, do contrário, não poderia surgir.

Ars (lat.) = **arte.**

Ars combinatória — Arte ou técnica, que consiste em partir de alguns conceitos simples para alcançar os conceitos mais complexos. Leibnitz estabelecia, em seu programa de lógica, dois projectos principais (o que aliás não conseguiu realizar), que eram os seguintes: partir de uma característica universal **(characteristica universalis),** para alcançar o desenvolvimento de uma matemática universal **(mathesis universalis).** Esta tornar-se-ia uma língua universal para filósofos e cientistas. O ideal leibnitziano era o de uma construcção matemática para a filosofia, ideal que percorre os séculos.

Ars Magna Raymundi — Raimundo Lúllio (1235-1315) é realmente o precursor de Leibnitz. Sua **Ars Magna** é uma construcção lógica, pela qual se alcança a tôdas as conclusões possíveis, partindo de alguns princípios ou noções dados. Através dêsse método, pretendia analisar os aspectos filosóficos, metafísicos e científicos da realidade, partindo de alguns postulados básicos.

Art (al.) = **espécie.**

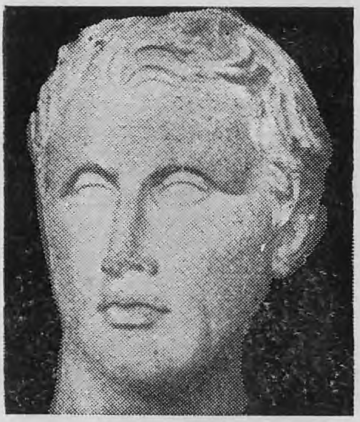
Art (fr.) **L'art** = **arte.**

Art (ing.) = **arte.**

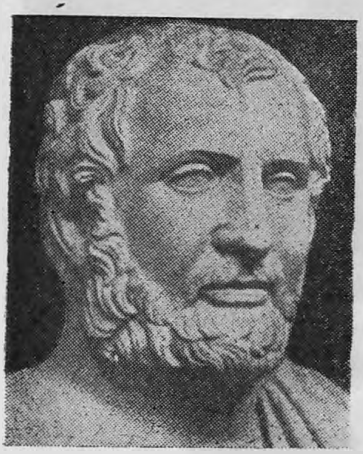
ARTE — Como ciência do belo, distingue-se da arte no sentido meramente anestético, para dedicar-se ao que propriamente se chama a **Estética,** o estudo das **belas-artes,** que desde Zimmermann para cá, tomou um sentido diferente do que era dado na filosofia clássica. Nesta, a **Estética** era o estudo das sensações, constituindo, dêsse modo, um capítulo da Psicologia. No sentido moderno, êste têrmo significa arte, a habilidade, a perícia, a sabedoria, capaz de imaginar, inventar, traçar, de modo a realizar a beleza artística, que não é apenas uma repetição ou cópia da beleza natural, mas, também, o meio de dar surgimento a idéias com profundidade, e fazer surgir das coisas valôres inesperados, e penetrar até os últimos mistérios do ser. O artista não é apenas um artesão, mas, como criador, é uma espécie de vidente, que penetra nos íntimos fundamentos de todos os sêres, ou criador ou inventor, que expressa a visão que obtém das coisas. Não só as contempla, como as reproduz

Buda

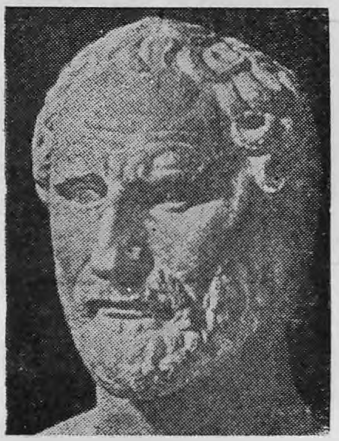
Esopo



Menandro



Esquino



Demóstenes

através de formas, cheias de novos valôres, que ultrapassam o meramente sensível. O artista é o realizador da des-sensorialização, e ultrapassa, pela criação estética, a própria natureza das coisas. O têrmo **estética,** usado desde os gregos, tomou, depois de Zimmermann, um sentido específico, como acima expusemos.

Um dos grandes problemas da **Estética** consiste na classificação das **belas-artes.** Várias são as classificações. Herbart propôs a seguinte: 1.º) artes de representação material: arquitetura, escultura, etc.; 2.º) artes de representação perceptiva: pintura, música, etc.; 3.º) artes de representação do pensamento: poesia, etc.

Outra classificação, a mais comumente aceita, é a que distribui as artes, segundo a predominância do tempo ou do espaço na expressão estética. Assim, as artes em que predomina o tempo, porque sua expressão é sucessiva, são a literatura, incluindo a poesia, a eloqüência, a música e a dança.

Artes predominantemente espaciais são a pintura, a escultura e a arquitetura.

A música e a arquitetura constituem os dois extremos; isto é, onde há a máxima temporalidade, e a máxima espacialidade. As outras são intermediárias, com graus de intensidade maior ou menor. Esta classificação não pretende, contudo, estabelecer limites estanques entre as artes, pois há, nelas, um terreno comum. Assim pode-se observar que há um ponto comum entre a poesia e a música. É notável a capacidade de fusão, realizada, pelo barroco, entre a música e a arquitetura.

ARTE (CIÊNCIA DA) — Em grego, **tekhné;** em latim, **ars).** Usado pela filosofia alemã contemporânea, em oposição à **estética.** Enquanto esta realiza a análise metafísica do **belo,** a ciência da arte é considerada anestética, porque tem, como principal objecto, a producção humana, que é contrastante com a natureza.

Artefactum — (Do lat. **ars** e **factum,** feito pela arte, técnica).

a) Tudo o que é produzido pela arte ou técnica humanas.

b) Distingue-se do que é natural, do que surge da natureza. Os **artefacta** já trazem a marca do homem; são, conseqüentemente, productos culturais.

ARTEL — Tipo de cooperativa de origem russa, que consiste no emprêgo de esforços comuns para fins comuns.

Artificialisme (fr.) = **artificialismo.**

ARTIFICIALISMO — a) Têrmo empregado geralmente como sinônimo de **artificialidade,** o que é feito por **artifício,** pela arte humana.

b) Na filosofia moderna, indica a concepção infantil e das pessoas simples, que consideram que as coisas foram produzidas como são fabricados os objectos artificiais. Neste sentido, é empregado por Piaget.

ARTÍSTICO — Vide **Arte.**

Artistique (fr.) = **artístico.**

ÁRVORE DE PORFÍRIO — (Arbor Porphyriana) — Esquema de classificação dos conhecimentos, por meio da dicotomia, e que foi aproveitada, com algumas variantes, pela maioria dos lógicos antigos. Damos abaixo um esquema de Porfírio:

Substância

Corpórea	Incorpórea
Corpo	
Animado	Inanimado
Vivo	
Sensível	Não-sensível
Animal	
Racional	Não-racional
Homem	

Possìvelmente incluso, primitivamente, em seu livro «Isagoge».

Ásana (Sânscrito) — Postura, posição nos exercícios **iogas.**

Asat (Sânscrito) — Não-sendo. É a afirmação de que o ser foi produzido pelo não-ser no início; foi rejeitado por aquêles que crêem no ser, como o ponto de partida lógico, na Metafísica.

Ascetic (ing.) = **asceta.**

Ascendant (ing. e fr.) = **ascendente.**

Ascendency (ing.) = **ascendente.**

ASCENDENTE — a) Diz-se, em geral, do que exerce uma influência sôbre outro. b) Na Psicologia, significa a superioridade de um sentimento ou a influência de uma pessoa, exercidas a favor de um sentimento de superioridade. **Anterioridade** (vide).

ASCESE — Veja-se **ascetismo.**

Ascèse (fr.) = **ascese.**

Ascesis (lat.) = **ascese.**

Ascetism (ing.) = **ascetismo.**

Ascétisme (fr.) = **ascetismo.**

ASCETISMO — Do grego **askeses,** que significa exercício, do verbo **askein,** exercitar-se. **Asceta** é o que pratica o ascetismo, cujo resultado é a **ascese.**

Método usado, predominantemente pelas religiões, com o intuito de dominar o prazer, vencer a dor, e satisfazer ao mínimo os instintos da vida animal, desenvolver a abnegação, fortalecer o corpo, alcançando, nalguns casos, até a tortura e a destruição do próprio corpo.

Tais exercícios têm por finalidade última preparar o homem para alcançar uma existência mais feliz, sem estar incitado pelos desejos, e também para prepará-lo para uma vida **post mortem.** Em certas práticas religiosas, também são indicados os exercícios que buscam provocar a dor, como expiação ou mortificação, considerando tais práticas como benéficas para a alma, e agradáveis à divindade.

A SE — Expressão latina, empregada na filosofia escolástica, que significa **de si mesmo,** em oposição a **ab-alio.** (Vide **Aseidade**).

ASEIDADE — (De **A se, aseitas,** lat.). Usado pela filosofia escolástica para qualificar o ser que possui, por si mesmo, e em si mesmo, a razão de sua existência **(incausado).** Opõe-se, na mesma filosofia, à **abaliedade** (de **ab alio),** qualidade de um ser, cuja existência depende de outro.

b) Schopenhauer usou-a quanto à **Vontade,** no sentido em que êle tomava êste têrmo.

c) A **aseidade** corresponde, assim, ùnicamente, ao ser absoluto, a Deus nas doutrinas teístas, ou a todo o Absoluto, nas diversas doutrinas, em geral.

Aseità (it.) = **aseidade.**

Aseitas — (Vide **aseidade).**

Aseität (al.) = **aseidade.**

Aséité (fr.) = **aseidade.**

Aseity (ing.) = **aseidade.**

Ashamed (ing.) = **confuso.**

Asillogistico (it.) = **assilogístico.**

Asimbolia (it.) = **assimbolia.**

Askese (al.) = **ascese.**

Asketik (al.) = **ascético.**

Asmitã (Sânscrito) = **Eu sou.**

ASNO DE BURIDAN — Argumento sofístico, usado para rebater a doutrina determinista, em defesa da liberdade de indiferença (Vide **indiferença).** Foi atribuído ao filósofo Jean Buridan, e é o seguinte: suponhamos que um asno, igualmente pressionado pela fome e pela sêde, colocado à igual distância, de uma tina de água e de um monte de feno, começará o animal por beber, ou por comer, ou pela pressão das necessidades permanecerá indeciso, e morrerá de fome e de sêde?

Asomatôs (gr.) = **incorpóreo.**

ASPIRAÇÃO — Etimològicamente, de **aspiratio,** do verbo **aspiro,** soprar em sentido próprio. Na filosofia, o têrmo significa todo o dinamismo do homem, do espírito humano em relação ao futuro, em face de tudo quanto possa desejar. Aspirações humanas, portanto, dirigem-se a todos os fins alcançáveis e inalcançáveis pelo homem. Todo o apetite humano de felicidade, de bem, constitui a meta de suas aspirações. Muitas vêzes, porém, as aspirações não se dirigem a objectos prèviamente conhecidos e definidos, mas para valôres puros, como a justiça, a verdade, etc. Nessa busca aos valôres puros é que a **aspiração** se torna **inspiração.**

ASSEGURAR — Diz-se da afirmação com segurança ou certeza sôbre algo. Ao assegurar, assevera-se, afirma-se com insistência algo.

Assenso (it.) = **assentimento.**

ASSENSORIAL — Na Psic., o que carece de elementos sensoriais.

Assent (ing.) = **assenso, assentimento.**

Assentiment (fr.) = **assentimento.**

ASSENTIMENTO — Acto pelo qual o espírito reconhece por verdadeiro ou uma proposição, ou o estado que resulta dêsse acto.

Um assentimento pode efectuar-se por meras opiniões, ou por proposições com carácter de certeza. Assentir não é raciocinar sôbre certos factos, mas a aceitação global posterior de raciocínios, que se apresentam ao espírito como um todo, quer de origem alheia, quer de elaboração própria. Há quem queira atribuir ao «assentimento» um carácter de espontaneidade, que o contrasta com o «consentimento», que seria voluntário e reflexivo.

ASSERÇÃO — Acto do espírito, que declara verdadeira uma proposição, quer afirmativa, quer negativa.

ASSERÇÃO INDEPENDENTE (Princípio) — Também chamado simplesmente **princípio da asserção.** Êste princípio foi formulado por Couturat, cujo enunciado reproduzimos: «Se, numa implicação, a hipótese é verdadeira (categòricamente), a tese também é verdadeira (categòricamente), e pode ser ela afirmada absolutamente (isto é, independentemente da hipótese).

b) Também chamada «princípio de deducção».

Assertion (fr. e ing.) = **asserção.**

Assertoric (ing.) = **assertórico.**

ASSERTÓRICO — Vide **apodítico.**

Assertorique (fr.) = **assertórico.**

Assertorisch (al.) = **assertórico.**

Assezione (it.) = **asserção.**

ASSIDUIDADE — Atenção prolongada e cuidadosa, dirigida a uma vocação ou a uma tarefa.

ASSILOGÍSTICA (conseqüência) — Conseqüências assilogísticas são conseqüências objectivamente válidas, que, porém, não podem ser postas sob a forma de um silogismo regular, senão a preço de certas modificações em seus têrmos.

ASSIMBOLIA — Incapacidade para compreender ou usar a linguagem, ou seja a comunicação simbólica, por perturbação cerebral.

ASSIMILAÇÃO — a) Acção pelo qual se passa uma coisa do diferente ao semelhante, tornando uma ou mais coisas semelhantes; o têrmo oposto é a diferenciação. Êste sentido geral encontra, nos diferentes sectores da realidade, uma aplicação mais específica.

b) Na Fisiologia, assimilação é o processo pelo qual os alimentos digeridos são transformados em elementos vivos e adaptados ao organismo (Vide **nota final).**

c) Na Psicologia, designa um acto do espírito, que afirma uma semelhança observada ou imaginada entre coisas numèricamente diferentes. Wundt deu à palavra assimilação o sentido de uma associação de idéias entre elementos ou combinações semelhantes entre si.

d) Na Pedagogia, significa o processo (análogo ao observado na Fisiologia quanto à assimilação alimentar), de digerir e in-

corporar, íntima e orgânicamente, o material apreendido. Neste sentido, opõe-se à invenção, que parte de um material já prèviamente assimilado, como também à memória pura, que simplesmente aceita material de fora, sem (teòricamente) assimilá-lo.

e) Na Lingüística, chama-se assimilação o facto de fonemas, originalmente diferentes, tenderem a aproximar-se ou a identificar-se completamente, sob a acção de certas leis fonéticas. (Assim «**adtribuere**» muda em «**at-tribuere**»: **in-manente** em **immanente**, ou **imanente.**

f) Assimilação também tem um sentido teológico, que parte de uma observação de Tomás de Aquino: «**Omnia intendunt assimilari Deo**» (tudo tende a assemelhar-se a Deus). Essas palavras foram interpretadas como assimilação da acção e do amor, interpretação profunda, que, porém, tem contra si o facto de que Tomás de Aquino não diz «**omnes**», mas «omnia», o que fala em favor de outra interpretação, que faz dessa «assimilatio», uma semelhança mais extrínseca e entitativa, que consiste na convicção de que cada criatura morta, viva ou racional, representa uma cópia parcial da perfeição de Deus. (Nota final).

Assimilação físico-química e a **biológica:** Há, no ser vivo, imanente, emergível, um esquema de aptidão, que permite, ao acomodar-se ao meio ambiente (coordenadas da realidade), actualizar a assimilação, que, neste caso, não se dá pela incorporação transformativa do outro neste, isto é, o oxigênio não se torna hidrogênio; nem o hidrogênio, oxigênio. A assimilação, portanto, é diferente da assimilação biológica, em que há transformação do assimilado que se corrompe no que é, para gerar-se em outro, com o qual se homogeneíza. Mantém-se, porém, a aptidão heterogênea, pois, na análise química, o hidrogênio, embora virtualizado, continua sendo o que é, e o mesmo se processa com o oxigênio. Neste caso, a assimilação dar-se-á apenas pela correspondência de um ao esquema-de-aptidão do outro, que é selectivo, pois procede com êste diferentemente do que procede com outro.

Nos esquemas da Físico-química, portanto, a assimilação não se dá como se observa na Biologia, salvo nas desintegrações atômicas, em que há transmutação de uma estructura atômica que se corrompe, para dar surgimento a uma nova estructura, formalmente outra, que vai constituir um novo ente, embora atômicamente os componentes permaneçam formalmente o que são, mas a totalidade forma uma nova unidade, uma nova tensão, com características diferentes.

Portanto, poderíamos, agora pelo menos, estabelecer dois tipos de assimilação química: a molecular e a electrônica, pois, na transmutação, ter-se-ia de dar uma modificação electrônica, que na primeira não se verificaria.

No sector biológico, a assimilação se dá por incorporação no orgânico. O elemento físico-químico processa as assimilações físico-químicas já estudadas, mas,

ao incorporar-se ao elemento orgânico, vai molecularmente compor-se em formas semelhantes às do orgânico, e o inassimilável está dejectado. Estamos, em face de um modo de proceder tensional diferente: o **metabolismo,** o qual corresponde ao interêsse de uma totalidade, que é o ser orgânico, quer em suas partes tensionais, quer como todo.

A selectividade manifesta-se também aqui, e obedece aos esquemas do organismo, o qual assimila segundo êles, e segundo o processo esquemático.

O ser vivo, como corpo **(soma),** está imerso na concreção. Mas, quando atinge o estágio complexo em que se manifestam os reflexos, êstes já exigem uma análise. O reflexo é um esquema, e os reflexos condicionados e incondicionados também são verdadeiros esquemas.

A resposta ao estímulo exterior não é qualquer resposta. É esta ou aquela, e se corresponde ao estímulo, é proporcionada ao estimulado. Há uma assimilação do estímulo sem incorporação do mesmo, que é apenas estímulo. A assimilação, aqui, já é diferente da assimilação biológica (do metabolismo), que incorpora o elemento físico-químico ao orgânico. O estímulo não é incorporado. Apenas a diferença de potencial, que êle **estimula,** modifica o funcionar das cronaxias (correntes eléctricas das células nervosas) e provoca a resposta reflexa, neuro-muscular. Mas o esquema do reflexo funciona segundo o estímulo. Neste caso, o estímulo actua **estimulando.** Êle não se eficientiza no acto reflexo, apenas é uma eficacidade que provoca, no processo neuro-muscular, mudanças de potencial.

A assimilação, aqui, já é diferente e fundamentalmente psicológica, pois o estímulo provoca uma resposta. A diferença de potencial actua como sinal para o reflexo, portanto o reflexo assimila o sinal do estímulo, e não o incorpora. O esquema reflexo actua tanto para êste como para aquêle estímulo individual e, como reflexo, é o mesmo; procede do mesmo modo, e na proporção variável daquele. Neste caso, no reflexo, há uma inversão outra vez da ordem da fase do processo de assimilação, o que não se vê, senão analògicamente, e não univocamente, nos planos da Biologia e da Físico-química.

Nas reacções, a complexidade permanece obedecendo à mesma ordem psíquica, diferente das outras. A selectividade já actua por outro tipo de esquemas. Não é exagêro considerar que já se processa, aqui, uma fase elementar da intuição (que é um captar do singular).

Assimilatio (lat.) = **assimilação.**

Assimilation (fr., al. e ing.) = **assimilação.**

Assimilazione (it.) = **assimilação.**

ASSINERGIA — Na Psic., incapacidade de executar actos motores complexos, que exigem a cooperação harmônica de músculos isolados.

Assiologia (it.) = **axiologia.**

Assiológico (it.) = **axiológico.**

Assioma (it.) = **axioma.**

Assiomatico (it.) = **axiomático.**

ASSOCIAÇÃO — a) Na Psicologia, chama-se associação a relação, que subsiste entre as disposições mentais correspondentes a dois ou mais conteúdos da consciência, e que se manifestam no aparecimento simultâneo ou sucessivo daqueles conteúdos no campo da consciência, sem a intervenção da vontade ou mesmo contra ela. Êste fenômeno chama-se em geral «associação de idéias», não obstante o têrmo **idéia** significar uma limitação injustificada do campo de validade dessa lei, limitação, que, de facto, não é intencional em quem quer que use êste têrmo.

É uma questão de máxima importância do ponto de vista científico como prático, saber qual é o princípio que regula esta associação. Aristóteles, que claramente reconhecia essa lei, funda-a nas relações de semelhança, de contraste e de contigüidade, reinantes entre os elementos da associação. Nas diversas correntes filosóficas, à medida que despertaram interêsse os temas psicológicos, voltou a ser ventilado o assunto, através de tôda a história, porém sem contribuições novas ao problema, já que o fenômeno parecia suficientemente solucionado pela explicação de Aristóteles. Hobbes impressionou-se pela importância do assunto. É a Locke que devemos o têrmo «associação de idéias». Berkeley não aprofundou a questão, mas estendeu o seu alcance, fazendo da associação de idéias o fundamento da formação de idéias mais altas.

b) Hartley e James Mill passaram mais além, proclamando a lei da associação como o princípio fundamental e pràticamente único do desenvolvimento da vida mental. A essa doutrina foi dada o nome de «**Associacionismo**». Com os princípios empiristas dessa escola, os seus representantes também invadiram a Lógica. Hume tinha enumerado também a causalidade como uma das relações constitutivas de associações de idéias. A causalidade, portanto, inerente ao mundo de experiência, da mesma maneira objectiva como a semelhança e a contigüidade, torna-se uma categoria subjectiva, só no curso da experiência, e enquanto é uma forma lógica tem de ser reconhecida, como psicològicamente condicionada. Os associacionistas compreendem a vida psíquica essencialmente em têrmos químicos, comparando a associação de idéias com a formação de combinação químicas. Se numa idéia muito complexa não se pode mais reconhecer as numerosas idéias elementares das quais é composta, tal nada alega contra a existência da associação.

Acontece o mesmo como numa droga misturada com muitos ingredientes, que não permite mais distinguir o sabor dos vários elementos, porque tudo ficou unificado naquela mescla.

A insuficiência dessa analogia química, porém foi amplamente demonstrada pela psicologia experimental. Sem ter chegado até agora a soluções definitivas, se

tornou evidente, porém, que semelhança, contigüidade, etc., como tais, e por si, não promovem a associação de idéias, que são, sobretudo, factôres subjectivos que aqui exercem sua poderosa influência. — «Associação sistemática», «síntese orgânica», «finalidade interna» são algumas noções que denotam a nova direcção dêsse problema ainda em plena discussão.

c) Na **Estética,** a lei da associação de idéias e sentimentos serviu para explicar o valor estético, dando, como motivo imediato do prazer experimentado, a presença do belo, não a forma do próprio objecto, mas as sensações causadas pela recordação ou pela representação dos prazeres anteriormente experimentados, devidos ao mesmo objecto, ou a um objecto ou qualidade semelhante. O campo de aplicação desta lei, para explicar os valôres estéticos, tem sido diferentemente fundamentado. Buffier (1724) e Reynolds (1759) sustentaram que o efeito do belo é submetido em sua totalidade ao hábito, sendo que a forma mais habitual é tomada como a mais bonita. Essa afirmação, talvez estranha à primeira vista, baseia-se no facto de que de cada espécie do mundo orgânico, a forma que representa uma perfeita média entre os tipos extremos, é considerada como a mais bonita. Isto, no fundo, significa nem mais nem menos do que o Cânone de Policleto. Êste tipo médio de cada espécie, entretanto, é para o qual a natureza sempre tende, e mesmo que êle não seja o mais numeroso que ocorre no mundo empírico, a sua forma, não obstante, pode ser sentida por interpolação entre os tipos que se afastam da média.

Êste tipo médio é, portanto, o mais habitual, e coincide com o que é considerado como o mais belo.

Êste conceito de beleza é sustentado também por Kant, que, no entanto, considera-o como **uma** expressão da valoração estética e, notadamente, a menos elevada, deixada atrás pela beleza **per eminentiam,** que consiste na expressão do bem moral. Kant libertou, assim, o conceito da beleza daquela indevida coligação com o costumeiro, mas também outros salientaram que o habitual por si, não pode produzir o efeito do belo, se os elementos lembrados por associação, não possuem, intrìnsecamente, qualidades agradáveis.

A maioria dos autores rejeita a reducção do conceito do belo, a qualquer outro princípio, como o do habitual, dando ênfase, ao mesmo tempo, ao carácter subjectivo e accidental da valoração estética. Spencer aceita o princípio da associação assim subjectiva e accidentalmente compreendido, mas insiste, ainda, na importância daquelas associações, que são devidas à raça, e transmitidas ao indivíduo hereditàriamente. Recentemente, surgiram vozes de crítica dessa teoria, enquanto baseada em lembranças conscientes, subjectivas e accidentais que passam a considerar as relações implícitas, que existem entre as diferentes idéias como o verdadeiro fundamento das associações.

Crítica — Os associacionistas querem reduzir todos os pensamentos a uma evocação automática. Os adversários do associacionismo defendem que sòmente se pode aplicar essa tese aos primeiros, mas, quanto aos segundos, pertencem êles a uma acção original, inventiva do espírito.

Examinemos as diversas opiniões.

Aristóteles havia estudado as associações, e estabelecera três espécies:

a) associação por **contigüidade;** b) por **semelhança;** c) por **contraste.**

A «lei da contigüidade» pode ser expressada assim: quando dois estados coexistiram na consciência, qualquer que seja a causa de tal coexistência, se um dêles se apresenta de novo ao espírito, tende a reproduzir o outro.

Essa coexistência pode dar-se no espaço ou no tempo, quando os objectos são contíguos no espaço ou no tempo.

A «lei de semelhança» enuncia-se assim: «um estado de consciência qualquer tende a evocar os estados que se lhe assemelham». Já vimos a variedade do semelhantes, do parecido. A semelhança pode dar-se na forma, nas relações, no mundo sentimental, como se vê nos artistas.

Um músico notará certa musicalidade nas páginas de um livro, segundo a emoção que desperte a leitura que se assemelha à emoção provocada por tal ou qual tom, como Beethoven, ao referir-se a certo livro, dizia que «era sempre **maestoso,** escrito em **ré** bemol maior».

A «lei do contraste» pode enunciar-se assim: «um estado de consciência evoca outro estado de consciência, que forma com êle um contraste». O grande evoca o pequeno, como o anão pode evocar o gigante; o branco, o preto, etc.

Dugald-Stewart, um filósofo escocês, julgou demasiado simples essas leis de Aristóteles, e distinguiu duas espécies de associação:

1) **associações lógicas,** fundadas nas relações entre idéias e objectos, associações de princípio em conseqüência de causa e efeito (como a do médico que ao verificar certos sintomas pensa na doença que lhes corresponde), em conseqüência de meio e fim (o médico pensa em determinado tratamento) e em conseqüência de gênero e espécie, de substância e modo, e vice-versa.

2) **Associações accidentais,** fundadas nos encontros fortuitos no espaço e no tempo, como as associações por contigüidade, semelhança e por contraste, associações de sinais com a coisa significada.

Entretanto ponderam outros psicólogos que, pròpriamente, não há associações lógicas e sim associações por contigüidade, porque a Lógica se origina no ensino e não na evocação, porque é ela um trabalho especulativo da razão, e não um processo natural da memória e da associação, que implica sempre aquela.

Já os associacionistas julgam a classificação de Aristóteles demasiado longa e procuram simplificá-la, reduzindo umas associações a outras. Spencer quer reduzir a contigüidade à semelhança, outros a semelhança à contigüidade.

O próprio Aristóteles considerava que não existe contraste entre dois objectos que pertencem a gêneros diferentes. Tais argumentos permitiram aos psicólogos proporem a reducção de umas associações a outras, e seria longo e desnecessário enumerar aqui as polêmicas que travaram entre si.

Podemos sintetizar os temas tratados com os seguintes esboços:

1) É a associação um facto de tôda a vida psíquica. Tal observação é indiscutível.

2) As três espécies funcionais, estabelecidas por Aristóteles (a semelhança, o contraste, a contigüidade), apesar das diversas classificações, permanecem sendo as melhores. Daí decorrem as três leis estabelecidas pelos associacionistas:

I) A lei da contigüidade, a qual é formulada comumente dêste modo: dois ou três objectos de pensamento são associados no espírito, quando foram percebidos em contigüidade.

Baldwin relata o facto de uma criança de 14 semanas, cujos gritos de fome eram apaziguados desde o momento que se acendia um fósforo.

Era costume, para aquecer o leite, acender primeiramente o fósforo. Aquecido o leite, depois tomado, apaziguava-se a fome da criança. Dessa forma, o fósforo passou a ser um sinal indicador da fome apaziguada, para a criança. Êste facto indicado por Piéron, e comentado por Foulquié, semelhante a muitos, é observação comum.

Foulquié propõe, em substituição a esta lei, o seguinte enunciado: «dois ou diversos factos de consciência se associam mùtuamente quando êles coexistiram».

II) A lei de semelhança é enunciada assim: dois ou diversos estados de consciência são associados, quando apresentam alguma similitude representativa ou afectiva.

III) A lei do contraste: dois ou diversos estados de consciência são associados, quando se opõem ou contrastam entre si.

3) Há entre muitos psicólogos o intuito de reduzir essas três leis a uma só.

Alegam que o contraste é apenas um facto particular da associação, pois se pode reduzir à semelhança. Só há contraste entre os extremos de uma série, por exemplo entre o virtuoso e o vicioso. Bain afirma «que a sugestão do contraste é um caso da lei da similaridade (semelhança)».

Outros procuram reduzir a semelhança à contigüidade, pois a semelhança exige e implica um elemento comum aos dois objectos, o que os torna contíguos. César, Napoleão e Alexandre estão contíguos na idéia de conquistadores.

Para surgir uma associação é preciso a presença simultânea dos dois objectos no espírito, percebidos portanto simultânea e contiguamente.

4) Consideram muitos psicólogos que a associação é uma das formas inferiores da vida mental. «Se a associação é um instrumento indispensável à imaginação criadora, é a inteligência que escolhe, entre as construcções resultantes da actividade associativa, as que se mantêm de pé, e que constituem verdadeiras criações. O juízo não consiste apenas em associar objectos ou idéias, mas em perceber relações que os ligam. Enfim, o raciocínio não nos faz simplesmente passar do antecedente ao conseqüente: êle nos faz ver que do antecedente segue-se, necessàriamente, o conseqüente. Ao fazer da associação um fenômeno de automatismo psicológico, não rebaixamos a inteligência humana como os associacionistas; nós lhe indicamos, ao contrário, seu domínio próprio, e evitamos confundí-la com formas inferiores da vida psíquica» (Foulquié).

5) Se observarmos bem essas leis, temos muitas objecções a fazer-lhes. Vejamos: ao pensarmos num facto, não se associam todos os factos contíguos a êsse. Uns vêm à memória, outros não. Há uma escolha. O mesmo se dá com a lei de semelhança. Não nos vêm à mente tôdas as semelhanças, mas algumas.

Se a lei explica as que surgem, como explicará as que não surgem? Além disso, muitas idéias evocadas surgem por contigüidade, mas distantes umas de outras, havendo entre elas muitas outras que não são evocadas. É natural que, numa análise, podemos provar que uma idéia evocada estava em contigüidade com outra, por intermédio de uma terceira ou de uma quarta.

Mas, na verdade, tôda a nossa vida está assim ligada pelos factos e acontecimentos que vivemos em geral. A lei de contigüidade, se permite compreender a relação de uma idéia para com outra, não **explica,** porém, a associação de modo satisfatório.

O grande problema para a psicologia é o da selecção. Houve psicólogos que procuraram explicá-la apresentando outras leis. Enfim, centenas de leis poderiam ser propostas, sem que o tema ficasse esclarecido convenientemente.

No entanto, a associação de idéias é uma necessidade para a vida. A dificuldade em explicá-la consiste no facto de haverem os psicólogos tomado a associação de idéias como algo simples, como uma faculdade simples da memória, quando, na realidade, faz parte de tôda a estructura psicológica do homem.

Está ela subordinada à personalidade, aos contrastes da personalidade, às aspirações, tendências, sentimentos, afeições, enfim a todo o arcabouço psicológico.

Se realmente se dão associações, segundo as três regras de Aristóteles, elas não sucedem de uma forma absolutamente automática. Dentro dos diversos «planos da consciência», dos seus diversos aspectos estructurais, as

idéias são associadas segundo a condicionalidade dessas estructuras.

Como poderíamos compreender a diversidade, a preferência hoje de uma associação por contigüidade, por exemplo, a outra que, amanhã, será preferida, se não fôsse o ser humano, um conjunto de planos de consciência, de estructuras diversas, que ora dão maior relêvo a umas e permitem que surjam estas ou aquelas idéias associadas e, noutras ocasiões, permitem outras

É possível que, nos animais, se verifique êsse automatismo na associação de que falam os associacionistas. No homem, porém, dado o carácter de seu espírito, as associações não se processam numa linha geral, invariante, segundo as regras clássicas, mas numa linha variante, condicionada aos planos de consciência.

Se recordarmos bem tudo quanto já tratamos, verificaremos a profunda autonomia das funções do espírito humano. De um lado, a razão com sua tendência ao semelhante, ao parecido, dêste para o igual e dêste para o idêntico, como abstracção suprema, e por outro lado a intuição, com seu conhecimento do individual e do diferente. A ordenação dos factos percebidos e das idéias processa-se através de uma classificação do espírito como a razão, o que já tivemos oportunidade de estudar.

O conhecer intelectual é reconhecer; é reconhecer o que anteriormente percebêramos. A razão, quando conhece, classifica, compara. Como há diferença entre todos os objectos do nosso mundo, comparamos o que encontramos repetido, e o que se repete é um aspecto, uma qualidade, uma forma, uma estructura. Quando conhecemos racionalmente alguma coisa é porque demos relêvo, actualizamos o que é semelhante, parecido, geral. O que é individual, exclusivo, próprio, não conhecemos porque não generalizamos. Assim, de cada facto do acontecer cósmico, parte conhecemos e parte desconhecemos. Parte desconhecemos racionalmente, para guardá-la apenas intuitivamente.

E parte ainda não nos é conhecida, porque em todo acto de conhecimento há uma selecção, pois quando conhecemos uma coisa, conhecemos apenas certos aspectos. Mas, no conhecimento, há um interêsse, uma modelação por parte de nossas opiniões, por isso é que se fala, na Sociologia, numa Sociologia do conhecimento.

Todo conhecimento é um acto selectivo, como a vida, que também é selectiva. Vimos que as nossas idéias são polarizações, em que actualizamos um aspecto e virtualizamos o aspecto contrário. Quando pensamos em vertebrados, excluímos os invertebrados, quando pensamos no bem, necessàriamente excluímos o mal.

Assim a associação por contraste é também uma conseqüência da função selectiva do nosso espírito. Além dessa selecção do conhecimento, temos uma criada pela estructura da nossa personalidade, pelas tendências, inclinações, afeições, e uma terceira, condicionada pelas nossas condições de carácter social e econô-

mico. Tudo isso nos permite compreender, porque, na própria associação de idéias, se dão essas relações que embaraçam tanto os psicólogos.

São elas, pois, que nos explicam porque preferimos uma idéia associada a outra, em vez de uma idéia que estava mais contígua àquela.

Resumindo: as idéias por semelhança e por contraste são conseqüentes à formação estructural do nosso espírito; as por contigüidade (que são próprìamente as idéias associadas) pertencem mais à memória, mas são seleccionadas, segundo as condições de nosso carácter, personalidade, aspirações, tendências ou as condições transeuntes, passageiras, manifestadas pelo nosso psiquismo.

6) Para realizarmos as considerações finais, podemos dizer concretamente o que segue:

Gemelli nos mostra que, no funcionamento de nossa vida psíquica, um centro particular não actua independentemente. As diferentes actividades mentais «exigem a entrada em jôgo de numerosos territórios da crosta cerebral», e dessa maneira as localizações cerebrais perdem tôda precisão; por outro lado, o mesmo centro nervoso entra nas combinações funcionais distintas, correspondentes a diversos actos psíquicos.

Goldstein (Kurt), um fisiologista alemão, sustenta a tese de que «o sistema nervoso é um aparelho em que tôdas as peças se entrosam e que trabalha sempre em sua totalidade».

Tôdas as observações feitas pela psicologia patológica, pela psicologia de profundidade, combinadas com os estudos realizados por fisiologistas e neurologistas nos mostram que o nosso sistema psíquico funciona como um todo. Forma êle, assim, uma tensão global que funciona como um todo, corroborando a lei da totalidade, que é uma lei do existir, embora se actualize qualitativamente diferente, segundo os planos do acontecer cósmico.

Tais factos nos revelam o funcionamento dialéctico do nosso **Nous**, do espírito. Porque, na associação, há de qualquer forma uma escolha. E nossa vida psíquica se funciona como um todo, e inclui e implica a identificação total de tôdas as funções do grande processo psíquico, a nossa consciência trabalha ao inverso por abstracção, por separação. Nossa consciência é temporal e sucessiva em seu funcionamento. Ela capta tensões parciais, não totais. Não temos, e eis aqui o papel abstractor da atenção, possibilidade de viver, conscientemente, a totalidade do nosso funcionamento psíquico. Apenas parte é por nós captada.

E estas palavras de Foulquié enquadram-se perfeitamente em nossa teoria das tensões, aplicada à Psicologia: «Essa abstracção mostra-se desde a percepção; no dado global da sensação, o espírito não se fixa senão sôbre certos elementos, ou antes sôbre uma «forma», que sugerem ou desenham êsses elementos. A imagem... não é um decalque da sensação; ela é um esquema dêle: ela está no caminho da idéia abstracta.»

E conclui: «A grande lei da associação é a lei da reintegração ou da totalização, e não a lei da contigüidade: todo estado de consciência forma, desde a origem, um todo que, uma vez experimentado, tende a se reproduzir integralmente.» Essa lei já fôra prevista por Santo Agostinho, e enunciada posteriormente por Wolf. E é em seus aspectos gerais, não pròpriamente no específico, a lei da totalidade tensional.

É fundado nessas observações indiscutíveis, que Foulquié termina por concluir que: «Não há contigüidade na consciência, como o supõe o associacionismo: há sòmente implicação na corrente total da vida psíquica de um elemento que o espírito isola. A tendência espontânea e automática da consciência consiste, sendo dado um elemento, em restaurar o estado completo no qual êsse elemento, estava implicado. Em definitiva, a associação tende a desfazer o trabalho de associação do pensamento, em reencontrar o complexo primitivo».

Por isso afirma Jaspers que «tudo na consciência pode ser ligado a tudo».

De cada facto, o nosso psiquismo constrói um esquema. Chamemos de **fáctico** a êsse esquema. No entanto, atingido, como já temos, a fase racional, todo esquema fáctico é implicado, automàticamente, num conceito ou num grupo de conceitos; portanto num esquema eidético-noético.

ASSOCIAÇÃO (na Sociologia) — Chama-se aquela condição de vida social, que é reconhecida e aspirada como tal, pelos indivíduos que fazem parte dela.

ASSOCIAÇÃO ESTÉTICA — Vide **associação.**

ASSOCIAÇÃO POR CONTRASTE — Vide **Associação.**

ASSOCIACIONISMO — Vide **Associação.**

ASSOCIAL — O que não possui características sociais, ou o que se exclui da esfera da Sociologia.

Associatif (fr.) = **associativo.**

Association (fr., al. e ing.) = **associação.**

Associationism (ing.) = **associacionismo.**

Associationisme (fr.) = **associacionismo.**

Associativ (al.) = **associativo.**

Associative (ing.) = **associativo.**

ASSOCIATIVIDADE — Designa o carácter de ser associativo no sentido lógico indicado sob «associativo».

Associatività (it.) = **associatividade.**

Associativität (al.) = **associatividade.**

Associativité (fr.) = **associatividade.**

Associativity (ing.) = **associatividade.**

ASSOCIATIVO — a) O que se refere a uma associação ou o que constitui uma associação.

b) Na Lógica, chama-se «lei associativa» a propriedade de

certas operações ou combinações, de permitir a comutabilidade dos seus membros. Essas operações, chamadas associativas, são a multiplicação e a adição. Há, portanto, equivalência nas fórmulas seguintes:

$$(a \times b)\ c = a\ (b \times c).$$

$$E: (a + b) + c = a + (b + c).$$

Associazione (it.) = **associação.**

Associazionismo (it.) = **associacionismo.**

ASSOMÁTICO — (Grego **a,** alfa privativo e **soma,** corpo, sem corpo). A condição da mente depois de sua separação do corpo.

ASSOMBRO — Estado nervoso, provocado por factos desconhecidos, que surgem com aparência de algo inesperado, desconcertante.

Assomption (fr. = **assunção** (vide).

Assorbimento (it.) = **absorção.**

ASSUMPÇÃO (vide **assunção**) — Vide **Sumo.**

Assumption (ing.) = **assunção.**

ASSUNÇÃO — a) Na Lógica, proposição acertada da qual se deduz uma outra. A ligação lógica daquelas duas proposições deve ser correcta para constituir uma verdadeira **assunção,** porém não é condição necessária que aquela seja verdadeira.

b) Em Boécio, e muitos outros autores latinos, «assumptio» significa a premissa menor.

c) Em outras acepções, vide **Sumo.**

Assunzione (it.) = **assunção.**

Assurance morale (fr.) = **certeza.**

Assurdità (it.) = **absurdidade.**

Assurdo (it.) = **absurdo.**

ASTENIA — Falta de vigor ou deficiente vitalidade. Emprega-se para indicar deficiência, como **neurastenia.**

ASTIGMATISMO — (gr. **a,** alfa privativo + **stigma,** ponto). Um defeito no mecanismo de refracção da vista, devido ao qual raios de luz, que partem de um ponto do objecto contemplado, não coincidem em um único ponto da retina. Há um **astigmatismo regular,** que consiste em serem as superfícies refractárias da córnea, elipsoidais em vez de esféricas: e **astigmatismo irregular,** quando em virtude de uma falta geral de homogeneidade das superfícies refractárias, cuja forma se afasta, arbitrãriamente, das figuras matemáticas do círculo ou elipse. Os correspondentes defeitos na percepção visual podem ser corrigidos (por meio de óculos) no primeiro caso; no segundo, de maneira alguma.

Ãstika (Sânscrito) — Ortodoxo; o que aceita a autoridade do **Veda.**

Astikãya (Sânscrito) — corporalmente, ou substância extensa.

Astinenza (it.) = **abstinência.**

Astratto (it.) = **abstracto.**

Astrazione (it.) = **abstracção.**

ASTROBIOLOGIA — Ciência que se dedica ao estudo da formação da vida, das plantas e dos animais em suas relações com o movimento dos astros, tomando o evento vital como um todo, e conexionando-o com a regularidade dos fenômenos celestes. Foi René Berthelot que cunhou o têrmo.

Astrobiologie (fr.) = **astrobiologia.**

ASTROFOBIA (Psic.) — Mêdo mórbido ao trovão e ao relâmpago.

ASTROLOGIA — Sistema que pretende estudar a possível influência dos astros sôbre o comportamento e destino humanos, o que é matéria controversa.

Astruso (it.) = **abstruso.**

ASTÚCIA — a) Habilidade em enganar, em usar ardis com manha.

b) Em sentido social: a maneira de actuar com o intuito de obter o consentimento de alguém sôbre algo, usando alegações sôbre motivos e fins realmente distintos dos intentados pelo proponente. Constitui a **astúcia** o emprêgo de manobras, embora sagazes e subtis, mas eivadas de **má** fé e com intenção de prejudicar ou enganar.

c) Quando não há prejuízo, êsse procedimento chama-se **habilidade.**

ASSUGESTIONABILIDADE — Estado que consiste em reagir, nem positiva nem negativamente, às sugestões dadas pelo pelo hipnotizador.

ATAQUE — a) Manifestação súbita em geral transitória de alguma perturbação, que se caracteriza pela perda de consciência ou da capacidade motora.

b) Acometimento repentino de uma enfermidade.

c) Sucessão de convulsões.

ATAQUE DE PSICOSE — Perturbação mental, que surge em períodos circunscritos, como os que surgem nos estados maníaco-depressivos.

Atarassia (it.) = **ataraxia.**

ATARAXIA — Para a doutrina dos epicureus, a ataraxia é a completa paz de espírito, alcançada por um estado prazeiroso de equilíbrio.

Ataraxie (al. e fr.) = **ataraxia.**

Atavism (ing.) = **atavismo.**

Atavisme (fr.) = **atavismo.**

ATAVISMO — (Lat.: **atavus, avô**). a) Ocorrência em um indivíduo de um fenômeno ou carácter, que embora não possuídos por seus avós imediatos, pertenceram, no entanto, aos antecedentes mais remotos.

b) Numa raça mesclada, o **atavismo** se manifesta pela aparição, em certos indivíduos, de caracteres típicos de um dos componentes primitivos da mescla, embora a grande maioria dos indivíduos ofereça um aspecto bem nivelado.

c) O evolucionismo chama de **atavismo** a existência de um carácter ou de uma função carente de sentido no estado actual da espécie, mas que se explica como resíduo de um estado anterior. (O cão, que dá uma volta antes de deitar) (Lalande).

O atavismo, na vida racial, descrito acima, nem sempre pode ser distinguido de caracteres oriundos da acomodação. Até é muito provável que influências exteriores e a correspondente tendência de acomodação actuem no sentido de estimular a formação de caracteres atávicos.

Atavismus (al.) = **atavismo.**

Atavus (lat.) = **avô**, vide **atavismo.**

ATAXIA — Perturbação na coordenação dos movimentos voluntários.

ATEÍSMO — (Do gr., **a,** privativo + **theos,** Deus). Convém distinguir entre 1) um estado de ateísmo (psicológico e sociológico), 2) a doutrina do ateísmo e 3) a conducta prática, que mais ou menos se apoia nessa doutrina.

a) O primeiro tópico versa sôbre a questão já expressamente tratada por Heródoto: se há povos ou tribos que não praticam um culto ou veneração aos deuses ou a um deus. Essa questão é geralmente respondida de maneira negativa. Mas seja, como fôr, êste ateísmo hipotético só pode ter o sentido de um estado ingênuo, e não reflexivo quanto à existência da divindade.

b) A doutrina do ateísmo pode definir-se só verbalmente como a negação da existência de Deus. A significação filosófica, porém, das teorias, que se colocam sob êste título, varia conforme os diversos modos como os têrmos de Deus e de existência são concebidos. O que para um é uma afirmação de divindade, é ateísmo para outro.

c) Mas o **ateísmo** declarado aplica-se, quase sempre, ao materialismo; e o **panteísta,** por seu lado, protesta quando lhe chamam de **ateísta.** O **ateísmo,** em relação ao pensamento filosófico como tal, é caracterizado por Francis Bacon da seguinte forma: «é certo e comprovado pela experiência, que pequenos goles na filosofia talvez conduzam ao ateísmo, porém sorvos mais profundos mostram o caminho da religião». — O **ateísmo** foi caracterizado, não em seu conteúdo doutrinal (aliás muito diversificado), mas em seus preâmbulos psicológicos, como a doutrina dos que não sentem o impulso de remontar à senda da causalidade, e que são pouco familiares com as explicações regressivas. A mesma circunstância parece visar Pascal, quando diz que «o ateísmo é sinal de fôrça de espírito, mas sòmente até certo grau».

Se se oferece o ateísmo, assim, psicològicamente condicionado, já damos meio passo para compreendê-lo, como uma conducta práctica, a atitude dos que vivem, como se Deus não existisse, evidentemente visada por Bossuet: «Há um ateísmo recôndito em todos os corações, que se es-

tende sôbre tôdas as acções: nada se espera de Deus». Os dois aspectos do ateísmo, o teorético e o prático, na vida, tendem a penetrar-se mùtuamente. Na teoria, há tendências mais assinaláveis a separá-los. Assim, pela «crítica da razão pura», Kant chega, não à negação formal da existência de Deus, mas à declaração da invalidez de tôdas as provas que jamais foram alegadas como demonstração da existência de Deus, e à proclamação da incompetência peremptória da razão teorética a estabelecer tais provas. Por outro lado, a razão prática, que regula a conduta humana, exige, com todo o rigor, a idéia de Deus, e não só como idéia, mas como um postulado indispensável daquela. Aqui, em Kant, Deus aparece como o que não se pode provar, mas em todo caso **deve** existir. Desde que Nikolai Hartmann desenvolveu a sua «Ética», também se manifesta o ponto de vista oposto: um «ateísmo postulativo», que admite que talvez haja um modo de provar teorèticamente algo a favor de Deus, seja essa magnitude racional ou irracional, teísta ou panteísta, porém essa demonstração não tem nenhum valor. Para êle, a razão prática exige a não existência de Deus, pois, para a vida humana, a sua existência é extremamente indesejável, e isto não por motivos libertinistas, mas em nome da moral. Não deve existir um Deus que sirva ao homem de estudo para justificar a sua falta de responsabilidade, que sirva de sanção para uma «missão» que o homem atribui a si próprio ou que, em suma, dê um «sentido» à existência humana. Só em um mundo de necessidades mecânicas há lugar para um ser moral livre; em um mundo criado por uma divindade, segundo um plano, o homem fica anulado como pessoa moral. Termina por afirmar que o comodismo de atribuir a um Deus a «providência» é amoral. As suas afirmativas revelam um modo muito incompleto de conceber a Deus, estranho, sob vários aspectos, se considerarmos o que sôbre tal tema especularam as maiores cerebrações da Filosofia. Vide **Deus.**

Ateles (gr.) = **imperfeito.**

ATENÇÃO — Em sua acepção mais geral é a «direcção especial do espírito a um objecto». Teve a **atenção** um tratamento muito secundário, e absolutamente desproporcionado à sua real importância, na literatura filosófica clássica, sòmente com algumas exceções, por isso mesmo mais notáveis (Wolf, Kant, James, Will). (Na Escolástica, a matéria merecera maior devoção, o que não se verificou do século XVI até o nosso). A razão dêsse facto residia, provàvelmente, na convicção de que aqui se tratava de um fenômeno imediatamente ligado à natureza do espírito como tal, e, por isso, não suscetível de análise. Tanto mais salta aos olhos a maneira extensa da descripção e análise, e o lugar proeminente, que êste assunto encontrou na literatura moderna. As definições bastante diversificadas, que foram dadas da «atenção», convergem em salientar que se trata: 1) de um fenômeno inerente à consciência e 2) de um processo de concentração. Quanto,

porém, à definição, formulada nos têrmos «concentração da consciência», impõe-se verificar que a consciência é um estado e não uma fôrça activa, e que, portanto, é incapaz de promover uma concentração. A concentração a um objecto é, segundo alguns, acompanhada da exclusão simultânea de todos os outros objectos; segundo outros, o referido acto consiste, essencialmente, na exclusão de todos os objectos, menos êste, que se acha na direcção do espírito.

É opinião muito geral que a atenção pode ser **voluntária** e não **voluntária.** Com referência ao concurso, e respectivamente, ausência do livre arbítrio, é universalmente admitida essa classificação. Há, porém, autores, que insistem em que nunca se pode caracterizar a atenção como um efeito da vontade; mas, sim, e sempre, como um «fenômeno volitivo», porque, segundo êles, a atenção é uma faculdade simplesmente primordial da alma, que não pode ser antecedida e condicionada pela vontade. (Vide **Vontade** e sua distinção de **Volição).**

Em vista dessas dificuldades, parece óbvio que uma definição da «atenção», para não fazer entrar nela têrmos em si pouco claros, necessàriamente tem que limitar-se a têrmos muito gerais, e talvez insatisfatórios. Definimos, portanto, a atenção como o estado do espírito, quando ocupado com um objecto ou quando se entrega àquela actividade.

Êste estado pode ser produzido, voluntária ou activamente (também chamado espontâneamente); ou de maneira reflexa e passiva, quando causado por um estímulo inesperado, que não era prèviamente do conhecimento do sujeito. A atenção é voluntária ou activa, quando se dirige ou a um objecto, intrìnsecamente atractivo, ou interessante, ou quando é aplicada por um certo esfôrço a um objecto, que só oferece um interêsse indirecto, enquanto subordinada a um fim.

Atenção: 1) reflexa ou passiva e 2) voluntária ou activa.

a) espontânea ou não volitiva e b) volitiva ou indirecta.

Os têrmos citados são os de maior uso na literatura, porém, nunca se deve esquecer que alguns dêles (activo-passivo) implicam uma posição já tomada em problemas psicológicos mais gerais, como, p. ex., na questão de se é possível um poocesso mental «passivo». Além disso, parece problemática a distinção entre uma atenção «reflexiva», e atenção «voluntária espontânea».

Com relação aos objectos, distingue-se, também, «atenção sensorial» (dirigida a uma sensação), e «atenção ideal» ou «intelectual» (dirigida a uma idéia). A atenção sensorial, pois, ganha um sentido mais especial quando é oposta à atenção motriz. A primeira significa, assim, a atenção a um sinal esperado, e a segunda a atenção a um acto determinado, a executar quando o sinal é dado. Neste caso, há duas atenções ou dois objectos de atenção, simultâneamente, no espírito, uma dirigida contra o sinal esperado e a outra como preparação do acto de executar.

No mundo orgânico subconsciente, encontramos fenômenos análogos à atenção, que, para distingui-los da atenção pròpriamente dita, são chamados de «atenção primária» **(primary attention).**

As necessidades da vida prática exigem que a atenção, tanto possa concentrar-se com bastante intensidade e persistência a um objecto determinado, como, também, deve ser capaz de dirigir-se em actos sucessivos a um número bastante grande de objectos diferentes, que se apresentam como de importância vital, ou de importância indirecta (p. ex., profissional). Cada defeito em uma dessas capacidades, se é bastante pronunciado, é patológico, a não ser que se trate da fraqueza geral da atenção, que é um característico da infância, e como tal perfeitamente normal.

Como a atenção é um fenômeno que se acha em íntima ligação com a totalidade da vida psíquica, é óbvio que quase não há nenhuma perturbação mental que não implique também um defeito dessa faculdade. **Deficiência** da atenção aparece regularmente ligada à idiotia e à imbecilidade, como, também, à senilidade e à demência.

Uma capacidade subnormal de fixar a atenção é igualmente característica de uma série de perturbações funcionais do sistema nervoso. Cansaço, alimentação defectiva ou fraqueza devida a doenças podem produzir sintomas semelhantes de carácter mais ou menos temporário, como também a intoxicação cerebral, devido a entorpecentes.

O defeito contrário da atenção fixa revela-se, principalmente, na «idéia fixa», que ocupa o campo inteiro da consciência, vedando o acesso a todos os outros objectos. Esse fenômeno é característico da melancolia, mas, também, de estados extáticos e hipnóticos, que estreitam o campo da receptividade normal pela predileção pessoal ou pela sugestão alheia de uma ou poucas idéias chegadas a um domínio exclusivo da atenção.

Coordenadas da Atenção: — Pode-se enumerar, na **atenção,** uma série de «coordenadas»:

1) excitante;
2) memória;
3) interêsse;
4) direcção da tensão da consciência;
5) imobilidade.

Numa fase mais culta da vida humana, chamam-nos a atenção factos que dizem respeito directamente à nossa personalidade, como, para o físico, os fenômenos físicos; para o músico, uma frase musical; para o pintor, um aspecto da natureza, etc.

O interêsse maior ou menor que nos causa o facto exterior ao espírito, poderá provocar a maior ou menor intensidade da tensão de consciência, que é, em certo grau, volitiva, pois nessa direcção, **a actividade dirigida, sendo consciente, assume as características da vontade.**

Há, no acto de atenção, um representar antecipado da experiência que se espera. E real-

mente, de antemão, criamos imagens com as quais acolheremos a percepção nova, como salienta Roustan. «E, — diz êle — representar-se com antecipação a experiência, que vai produzir-se, ou pedir à nossa imaginação apenas uma representação precisa, antecipada, pelo menos uma hipótese, que nos ajudará a compreender o significado do espetáculo, a relação desta sensação nova com alguma porção de nossa experiência passada. Não há atenção voluntária, sem o que diversos psicólogos chamaram de **prepercepções**».

Essas pre-percepções são necessárias, pois não percebemos claramente senão aquilo que prepercebemos.

«Fazei que vos mostrem, à distância, uma figura desconhecida, e que a mantenham, a princípio, muito longe, a ponto de vos impedir o que representa. Pedi que a aproximem até o ponto de perceber alguns traços, algumas manchas de sombra e de luz, sem que ainda possais interpretá-la. Pedi, então, que se detenham, e comprovai que, apesar de vossos esforços, estais impossibilitados de entender o esbôço. Notai o ponto onde estais e o ponto em que está a figura. Fazei então que vos entreguem a figura; olhai-a de perto e depois colocai-a no mesmo lugar, e voltai ao posto, que ocupáveis antes: não podereis compreender, então, como fostes incapazes, um momento antes, de interpretar essa figura, que percebeis agora com bastante nitidez. É que dispondes, agora, de uma percepção, que não tínheis antes.»

Tal é, sob certo aspecto, o que sucede com todos. Surge alguém que vê o que outros não viram, e ao chamar a atenção para o novo, os outros põem-se, então, a perceber. É o que sucede com os artistas, que descobrem valôres, que outros não percebiam antes. Por isso Nietzsche dizia que os artistas e os filósofos eram inventores de valôres novos; inventores, no sentido clássico, de descobridores de valôres novos.

Divisões da atenção: — Pode-se dividir, esquemàticamente, a atenção em:

1) **atenção interior** — a que se dirige a um facto do mundo interior;

2) **atenção exterior** — a que se dirige a um facto do mundo exterior.

Subdivide-se a **atenção exterior** em:

a) **atenção electiva** — a que realiza uma escolha entre os dados, segundo o interêsse. Ex.: um arquiteto ou um homem comum escolherão dados diferentes de uma construcção;

b) **atenção expectante** — a que consiste num dirigir-se a um facto, que se espera, a um facto futuro.

Na primeira, temos a direcção dada pelos nossos esquemas, que se acomodam a um facto para assimilá-lo. Na segunda, há uma acomodação geral e não específica como no primeiro caso. No primeiro, atendemos a isto ou àquilo; no segundo, atendemos em geral. No primeiro caso, a atenção é mais intensa e concen-

trada em...; no segundo, é intensa também, mas descentrada.

A atenção interior se subdivide em:

a) **atenção reflexiva** — quando se dirige para estados subjectivos, que podem ser:

I — para conhecê-los melhor: **atenção cognitiva;**

II — sôbre nossos afectos: **atenção afectiva;**

III — sôbre nosso querer: **atenção volitiva;**

b) **atenção reflexiva-operatória** — quando se dirige às nossas idéias, quando meditamos: **atenção mental.**

1) se se dirige a relações: **atenção racional.**

Na psicologia clássica, dividia-se a atenção em **espontânea,** quando a atenção era provocada pelo objecto; **voluntária,** quando provocada pelo sujeito, dirigindo-se para o objecto.

Teorias modernas sôbre a atenção: — Para Condillac, a atenção não seria mais do que uma «sensação exclusiva». A intensidade da excitação sensorial seria a causa da atenção. O estrondo de um tiro de peça, arrebata-nos a atenção, e impede de pensarmos em outra coisa, afirma. Desta forma desligava a atenção da tensão activa, em que é manifesta a intencionalidade.

Essa explicação serve apenas para alguns casos, pois noutros é evidente que **dirigimos** a atenção para o que nos interessa, como, por exemplo, quando lemos, ou quando estudamos alguma coisa, ou queremos resolver um problema; pois, quando nos encontramos nesse acto atencional, os ruídos, embora intensos, nem sempre desviam a atenção. O que é aproveitável de Condillac é a afirmativa de que também existe uma atenção involuntária, espontânea, o que aliás já a haviam estudado os escolásticos.

Mais modernamente, Ribot (1839-1916) voltou à concepção empirista de Condillac, e estabeleceu duas formas distintas de atenção: uma espontânea, natural, e outra voluntária, artificial. Para êle, a primeira era a forma verdadeira, primitiva e fundamental da atenção, enquanto a segunda dela se derivara, e era um resultado da educação, do adextramento, do treinamento.

A segunda seria, então, uma atenção adquirida.

Vejamos em que consistia a atenção espontânea para Ribot. Notava êle que, na atenção espontânea, quer forte ou débil, em tôdas as partes, é sempre, **tem ela por causa estados afectivos.** Esta regra era absoluta, sem excepções, para Ribot. (E também para os escolásticos, pois o **affectum** era uma causa da atenção).

E dizia: «O homem consciente, como o animal, não presta atenção senão àquilo que o interessa... Um homem ou um animal, incapaz, por hipótese, de experimentar prazer ou dor, seria incapaz de atenção. As grandes atenções são causadas e sustentadas sempre por grandes paixões.»

Esta observação é importantíssima, e aplicada à vida prática oferece grande significação, pois não podemos chamar a atenção dos outros senão para aquilo que lhes é de **interêsse.**

Ribot estuda, depois, as manifestações físicas da atenção: fenômenos vasomotores, respiratórios, motores e expressivos.

Embora vacile de início a dar a êsses movimentos o papel de causa, acaba por inclinar-se para essa solução. São suas estas palavras: «A atenção depende de estados afectivos; os estados afectivos se reduzem a tendências; as tendências são, no fundo, movimentos (ou detenções de movimentos), conscientes ou inconscientes. A atenção está, pois, ligada a condições motrizes desde a sua origem.»

Como da atenção chamada espontânea deriva a atenção chamada voluntária? Sem assinalar os móveis inumeráveis, postos pelo educador em acção para fazer nascer e consolidar a atenção derivada, Ribot aponta três períodos na formação dessa disposição adquirida.

Na primeira, o educador só tem acção sôbre os sentimentos simples. Usa o temor, em tôdas as suas formas, das tendências egoístas, do atrativo das recompensas, das emoções ternas e simpáticas, dessa curiosidade inata, que é como o apetite da inteligência e que se encontra em todos em certo grau, por débil que seja. No segundo período, a atenção artificial se sustenta e se mantém pelos sentimentos de formação secundária: o amor próprio, a emulação, a ambição, o interêsse ou o sentido prático, o dever, etc. O terceiro período é o da organização: a atenção se suscita e se mantém pelo hábito. O escolar, na sala de estudo; o operário, na oficina; o empregado, no escritório; o comerciante. detrás do mostrador, quereriam muitas vêzes estar em outra parte. Mas o amor próprio, a ambição, o interêsse criaram, por repetição, um treinamento duradouro».

O mecanismo interior, que mantém a consciência desperta, apesar da diversidade dos outros estados, é, para Ribot, a vontade que opera sôbre os músculos e pelos músculos. E a atenção derivada é produzida e se mantém graças a inibições de movimentos.

(«**Voluntas quae quidem praecipua attentionis causa, attamen minima unica est:** é um pensamento escolástico. A vontade é uma das causas precípuas da atenção, por mínima que seja).

Para êle todo estado de consciência é uma acção em seus primórdios. Êste estado de consciência será entorpecido se fôr entorpecido o movimento a que está ligado. Desta forma, atenção significa concentração e inibição de movimentos. Distração significa dispersão de movimentos. Ribot sustenta, assim, a tese empirista: a atenção é produzida sempre por uma causa exterior, que actua como uma excitação e provoca um movimento reflexo, ou uma forma derivada, graças a um adextramento prévio. Em ambos os casos, para êle, a atenção depende dos estados afectivos, e é puramente motriz.

ATENCIONAL — Adjectivo que qualifica a atenção.

ATENTO — Vide **atenção.**

Atheism (ing.) = **ateísmo.**

Athéisme (fr.) = **ateísmo.**

Atheismus (al.) = **ateísmo.**

Athetos (gr.) = **sem posição, não-espacial.**

ATÍPICO — Diz-se do que se desvia patentemente do conjunto de características que definem uma classe ou categoria.

ATITUDE — a) Disposição mental adoptada por um espírito em relação a um conteúdo ideal. — Essa disposição pode ser a de mera atenção perante um problema, ou ser uma relação actual com aquêle conteúdo objectivo, consistente num interêsse ou tendência habituais em direcção a êle. A questão teorética é saber qual é a gênese dessa relação: visto que uma atitude mental é sempre dirigida para um conteúdo objectivo «em mente». Surge, então, o problema, se a atitude foi criada pelo respectivo objecto mental, ou se a presença dêste é devida à existência prévia da atitude.

b) A «acção», que provém da atitude, e se dirige contra o objecto, é o têrmo intermediário entre ambos. A maioria dos psicólogos opina que a atitude é uma espécie de resíduo psíquico de acções prévias, realizadas em face do mesmo objecto, e, em virtude disso, necessàriamente condicionada por aquelas acções.

c) Outros, porém, atribuem ao espírito a faculdade de engendrar atitudes que não são funções de um conteúdo objectivo, e dêste modo de dispôr de si próprio sem recorrer ao concurso de um elemento dispositivo de fora. W. James é de opinião que, pelo menos, as atitudes intelectuais e morais mais altas tenham êsse carácter original e sejam, por sua parte, princípios de acções.

d) Sem dúvida, há, não só atitudes mentais voluntárias, mas, também, involuntárias. E estas últimas estão condicionadas por conteúdos ideais.

e) Em um sentido análogo fala-se também de atitudes físicas (não mentais). Estas consistem em um hábito físico, em relação imediata com o meio, ou são devidas à directa estimulação orgânica.

ATITUDE SOCIAL — Tendência ou disposição de reagir de determinada maneira a estímulos sociais em geral.

ÃTMAN (Sânscrito) — Eu, o Espírito.

ATO e palavras derivadas, vide **Acto.**

Atom (al. e ing.) = **átomo.**

Atome (fr.) = **átomo.**

Atomic (ing.) = **atômico.**

ATÔMICA (Teoria) — a) Conjunto de hipóteses, leis, postulados relativos ao átomo.

b) Em Química, nome dado à hipótese de Dalton.

c) Por analogia, usa-se, metafòricamente, expressões como tais: «teoria atômica da Socie-

dade», que a julga composta ùnicamente de indivíduos em oposição à teoria «orgânica» ou «organicista», que dá maior realidade ao todo. Vide **Atomismo.**

ATÔMICO — Concernente ao **átomo,** que caracteriza o átomo, ou que é formado de átomos.

Atomique (fr.) = **atômico.**

Atomism (ing.) = **atomismo.**

Atomisme (fr.) = **atomismo.**

ATOMISMO — a) Doutrina segundo a qual a matéria está formada por átomos. Dá-se êsse nome à doutrina sustentada por Demócrito, Epicuro, Leucipo e Lucrécio de que o todo é composto de átomos, que se movem no vácuo. São isoladamente imperceptíveis pelos órgãos dos sentidos, e só podem ser conhecidos pela razão: **Atomismo adinâmico.**

b) Também empregada na teoria moderna do atomismo corpuscular da matéria de Boyle, Dalton **(Atomismo dinâmico).**

c) Usada por extensão em expressões como estas: 1) **atomismo matemático** ou **pitagórico,** doutrina que afirma a composição da matéria por pontos inextensos, considerados como centros de fôrça (pontos de Boscovich). Êste pensamento foi defendido por parte dos pitagóricos, não todos.

2) **Atomismo metafísico,** o monadismo, de **Leibnitz.** Vide **Mônada.**

3) **Atomismo psicológico,** doutrina que afirma reduzirem-se todos os fenômenos psíquicos, em última análise, a combinações de elementos simples.

d) Cita Lalande que M. L. Brunschwicg é de opinião que devemos empregar a expressão **atomística** (subst.) para a física dos átomos, no sentido da teoria corpuscular da matéria, que já perdeu o sentido original de elemento indivisível e absoluto da concepção atomística grega, e **atomismo** para o sentido metafísico dos átomos, no sentido do atomismo grego.

Històricamente, após Demócrito e os atomistas gregos, no século XVII, apareceram diversas tendências atomistas precursoras da actual teoria física dos átomos. Temos, assim, Claude Bérigard, que se opõe à física aristotélica, e a substituiu pelo atomismo qualitativo. Jean Magnis renova a doutrina democriteana, culminada por Gassendi. Mostramos, no artigo **Átomo,** a influência do atomismo na Psicologia, na Metafísica, na Sociologia, na Psicologia e podemos, agora, acrescentar, na Filologia, pela consideração da linguagem, como composta de elementos verbais autônomos. Podemos, a i n d a, acrescentar que a tendência actual da filosofia é para um «atomismo» dos temas, que são disassociados, examinados em suas constituições qualitativamente mínimas, para melhor coordenação com uma concepção geral do universo.

Atomismo adinâmico e dinâmico — Uma das concepções que tentam explicar o princípio de tôdas as coisas é o atomismo. Podemos considerá-lo como **adinâmico** (puro), e como **dinâmico.** O primeiro é o atomismo clássico, de Moscos, de Leucipo, De-

mócrito, Epicuro e Lucrécio. O segundo, o de Bacon, Descartes, Newton, Dalton, e das concepções modernas.

Para o primeiro, a matéria universal é composta de corpúsculos, de uma ou de várias espécies, insecáveis, isto é, impartíveis, **átomos.**

Êsses corpúsculos não têm uma origem em outro ser. São existentes de per si, de per si subsistentes, e sempre existiram. A diversidade, a heterogeneidade dos corpos, surgiria das diversas figuras que formariam êstes corpúsculos em suas múltiplas «combinações».

Para o atomismo dinâmico, como, por exemplo, o exposto por Proust e Dumas, a matéria-prima, de onde se originariam todos os átomos, é o hidrogênio, e segundo as diversas condensações do átomo de hidrogênio surgiriam os outros. Por esta doutrina, a vida intelectiva e a sensitiva reduzir-se-iam à mecânica. O universo seria explicável mecânicamente. A espécie seria resultado das combinações mecânicas dos corpúsculos. Êstes, por terem corporeidade, seriam extensos, resistentes, impenetráveis, com uma massa e pêso. Todos os fenômenos seriam explicados pelas vibrações e ondulações dos conjuntos atômicos.

O atomismo adinâmico, ou atomismo puro, é ontològicamente falso e predominantemente aporético, pois em vez de solucionar as dificuldades, aumenta-as, multiplica-as. Em primeiro lugar, parte da impenetrabilidade dos átomos, isto é, de sua solidão. Sùbitamente, sem uma razão suficiente, os átomos põem-se a formar combinações figurativas, depois de passarem um tempo sem princípio, mantendo-se em suas primitivas posições.

Neste caso, teríamos de admitir que os átomos tinham a aptidão, desde todo o sempre, de se combinarem heterogêneamente com outros, o que os tornaria híbridos de actualidade e potencialidade. Não havendo uma causa eficiente que os movesse às suas combinações, seriam êles autônomos, espontâneos e semoventes. Neste caso, nêles se distinguiria o ímpeto para o movimento e o móvel, os quais se dariam nêles mesmos.

Deixariam, portanto, de ser simples para serem compostos de acto e potência. Para aquêles que admitem diversas espécies de átomos, ainda teríamos a composição de forma e matéria, pois seriam êles de uma matéria diferente da forma. E, neste caso, deixariam de ser insecáveis, ou seja, insusceptíveis de seccionamento. Se se admitir a identificação da forma em diversas materialidades, e sendo estas especìficamente diferentes, seriam diversas. Mas, sendo a forma a mesma, a matéria teria outra forma, para serem átomos de materialidade diversa. Ter-se-ia, afinal, de afirmar uma só matéria-prima com diversas formas, o que não salvaria o postulado da sua simplicidade absoluta.

Ademais, êsses corpúsculos são móveis e, conseqüentemente, aptos a moverem-se, a serem movidos, por si e por outros, o que implica a hibridez de acto e po-

tência. Seriam êles efeitos, pois tôdas as mutações conhecidas teriam uma causa.

Mas, esta causa suficiente não é colocada pelo atomismo. Ora, o acaso ou é um ser ou é nada. Se é um ser, antecederia aos átomos, e se nada, nada poderia fazer ou, então, os átomos disporiam de um poder intrínseco de actuar sôbre si mesmos, compostos, pois, de acto e potência, não sendo, portanto, absolutamente simples.

Poder-se-ia ainda argumentar que os átomos, sendo aptos a múltiplas combinações, e sendo estas combinações números, elas, enquanto tais, seriam imutáveis. Desta forma, os átomos, em si imutáveis, o que é princípio sem prova, seriam mutáveis, não só em suas actualizações, como ao constituírem combinações numéricas, enquanto tais, aritmològicamente considerados imutáveis. Teríamos, assim, uma ordem de realidade imutável, distinta de outra realidade mutável, o que levado até às suas últimas conseqüências, num raciocínio ontològicamente bem encadeado, é a refutação completa da doutrina.

O atomismo não soluciona nenhum problema filosófico, apenas os desloca.

Os átomos, sendo simples, e insecáveis, não poderiam ser extensos, pois seriam divisíveis em potência. Ademais, os seus limites seriam dados pelo vazio absoluto, intercalado entre êles. Intercalando-se um nada, embora absoluto-parcial, a distância, o diástema entre os átomos, seria: ou infinita, e as combinações seriam impossíveis, pois onde não há nada não poderia haver sequer combinações, ou, então, finita e, neste caso, o nada seria real, pois teria um atributo real. Ademais, os átomos, para interactuarem-se, precisam de um meio físico, já que êles são físicos. E, neste caso, o nada deixaria de ser tal para ser um ser, e os átomos estariam imersos num ser que os envolveria.

E entre êles e êsse ser haveria um limite. Mas tal limite só poderia ser formal, e não absoluto; do contrário, intercalar-se-ia outra vez o nada-absoluto-parcial.

O atomismo, dêste modo, não consegue solucionar nenhum problema ontológico. Pretendendo afastar-se da metafísica, é, na verdade, uma doutrina metafísica de grau imensamente baixo, pois não se funda nem na experiência (a qual não se daria neste caso), nem em razões ontológicas. O atomismo puro não explica a massa, nem a extensão, nem o movimento, nem a quantidade, nem a qualidade, nem a resistência, nem a impenetrabilidade, nem qualquer dos problemas físicos.

O **atomismo dinâmico,** que pertence à ciência moderna, enquanto permanece no campo da físico-química, encontra fundamentos, mas, ao desejar tornar-se metafísico, assume a mesma posição ingênua e primária do atomismo puro. A Física moderna admite micro-estructuras, que são os átomos, cuja complexidade é objecto de estudo de diversas disciplinas.

O átomo moderno não é insecável, pois é desintegrável, e os

elementos, que o compõem, podem integrar outras totalidades.

O verdadeiro físico moderno é aquêle que se dedica ao estudo da teoria atômica, dentro apenas do campo da ciência, restrito à esfera da física. Considerar os átomos como princípios de tôdas as coisas é uma afirmativa que escapa à ciência, e o cientista, que, neste ponto manifestar tal pensamento, afasta-se dela para penetrar no campo da metafísica.

Para a teoria electrônica moderna, o elemento mais simples e primordial, fisicamente considerado, é o **électron,** que é de carga negativa. A êle se opõe o elemento nuclear, que é o **próton,** de carga positiva. Os primeiros movem-se em tôrno do núcleo, não no vazio, pois intercala-se, entre êles, o éter, cujas qualidades não são determinadas pela física, que apenas afirma a sua fluidez.

O éter é ainda hipotético para a ciência, e tema de estudos. Mas, de qualquer modo, entre os eléctrons e o núcleo, não se intercalará o nada, e sim alguma coisa.

Além dos elementos citados, a física moderna considera outros muitos, segundo as diversas hipóteses. Ademais, o atomismo tem um vício de origem: é uma doutrina pluralista, que cai nas aporias correspondentes.

A solução atomista adinâmica não é uma solução, pois, em vez de diminuir as aporias, aumenta-as, multiplica-as.

A validez da concepção dinâmica cinge-se apenas à esfera físico-química, e não à que a ultrapassa.

Atomistic (ing.) = **atomístico.**

ATOMÍSTICA — a) (Subst.) Sinônimo de **atomismo** (vide êste). Usado, também, na acepção de física dos átomos.

b) Como **adj.**: 1) Sinônimo de **atômico.** 2) É, também, empregado no masc., para os que professam a doutrina atômica.

Análise: — A atomística moderna não é democrítea. Os átomos, para a ciência actual, são mundos de uma complexidade extrema. Para Demócrito, a nova substância surgia da agregação dos átomos, que permaneciam o que são e o que eram. Mas a constituição de uma molécula química não é a de mero agregado, e o corpo químico também não o é, pois, no **composto,** surge uma nova substância, uma totalidade, em que as partes estão modificadas. O próprio átomo é uma nova substância em relação aos seus componentes, os quais sofrem, no átomo, mutações.

Esta conquista da química moderna põe em crise o mecanicismo, que julgava poder explicar tudo em têrmos de agregação e desagregação, em que o relacionamento dos átomos seria suficiente para explicar o surgimento de uma nova substância, que seria apenas uma figura. Tal não é verdade em face dos actuais conhecimentos, pois há mutações dos componentes, quando tomam parte em uma totalidade. É o que se verifica em tôda a ordem ôntica, e que pode obter um enunciado ontológico, o que mos-

tra a possibilidade que dispomos de poder construir uma visão **hólica** (de **holos,** totalidade), que é aplicável em tôdas as esferas do pensamento epistêmico, permitindo, assim, que se possam estabelecer algumas das coordenadas de uma visão unificadora do universo.

Atomistic theory (ing.) = **teoria atomística.**

Atomistik (al.) = **atomismo.**

Atomístique (fr.) = **atomístico.**

Atomistisch (fr.) = **atômico.**

ÁTOMO — (Do gr. **átomos,** do alfa privativo, e **tomos,** parte, ou seja: insecável, incortável).

a) Na concepção de Leucipo, Demócrito, Epicuro e Lucrécio, que na antiguidade expuseram a doutrina atômica, a matéria é composta por partículas absolutamente indivisíveis, imperceptíveis separadamente, devido sua extrema pequenez. Segundo Demócrito, são eternas, invariáveis, homogêneas entre si, não diferindo nem pela forma, nem pela posição ou movimento.

b) No sentido moderno: elementos materiais, que se conservam sem alteração nas reacções químicas, e que parecem ser quantitativamente idênticos num corpo simples. Neste sentido, é chamado comumente **«átomo químico».**

c) Em sentido vulgar, átomo significa valor mínimo ou quantidade mínima de uma coisa, ou para expressar a imensa pequenez de uma coisa ante outras.

d) É usado, também, por extensão, para certos elementos indivisíveis, tais como **átomos da electricidade,** para os electrões, **átomos de energia** ou **átomos de acção,** para os **quanta** de **Planck.** Também, por extensão, é empregada a expressão **átomos psíquicos** para os elementos qualitativos indivisíveis de natureza anímica, e **átomos sociais,** aos indivíduos humanos, como fazendo parte da sociedade, pela constância do individualismo. Vide **Atomismo.**

Atonement (ing.) = **expiação.**

ATONIA — Estado de relaxamento muscular.

ATRACÇÃO — a) Fenômeno físico, que consiste em que dois ou vários corpos, entregues a si mesmos, sem impulso inicial, se aproximam um do outro.

b) O têrmo designa igualmente fôrça mecânica, considerada como expressão numérica da lei segundo a qual se produz êste movimento.

c) Na Física, fala-se em «atracção universal», que aparece com muitas modalidades. Assim, também, a «atracção e repulsão elétricas».

d) A Metafísica trata da questão se há talvez uma tendência interna nas coisas, também chamada «atracção», que fôsse a causa dêsse fenômeno físico. Sôbre êste assunto escreveu Euler: «É muito importante saber se é por impulsão ou por atracção que os corpos celestes agem uns sôbre os outros, se há qualquer matéria subtil e invisível que os puxa, ou se êstes corpos são dota-

dos de uma qualidade oculta e obscura, em virtude da qual se atraem mùtuamente.

Os filósofos divergem de opinião a êste respeito; os que são pela impulsão chamam-se **impulsionistas**, e os partidários da atracção chamam-se **atraccionistas.**

e) A Psicologia usa da palavra num sentido análogo para caracterizar o efeito que parte de uma coisa quando estimada e desejada por um ser sensível ou racional. Neste uso, porém, a palavra visa menos o factor do movimento do que a qualidade inerente daquele ser, que vem motivando êsse movimento. Assim falamos, p. ex., da atracção de uma mulher, da atracção do dinheiro, etc., que, porém, não é mútua.

ATRIBUIÇÃO — Juízo ou proposição atributiva. Vide **Atributivo.**

ATRIBUIÇÃO (Analogia de) — Vide **Analogia.**

ATRIBUTIVO — O que atribui um carácter a um sujeito. Uma «proposição atributiva» é concebida como afirmando ou negando um carácter ou uma qualidade a um sujeito. Como tal, ela se opõe, de um lado, a uma proposição, que não contém um atributo, mas só um predicado. (Vide **Atributo**), p. ex., «a água corre; por outro lado, como sinônimo de «proposição de inerência», opõe-se à «proposição de relação», sendo a primeira uma afirmação de uma qualidade (atributo), p. ex., Aquiles é forte, e a segunda a afirmação ou negação da existência de uma relação, p. ex., Aquiles não é casado.

ATRIBUTO — a) Na Lógica, há um uso mui generalizado desta palavra, que a faz sinônimo de predicado. **Atributo** significa, então, um carácter qualquer de um sujeito, enquanto lhe é afirmado ou negado. O atributo, porém, em uma proposição afirmativa, não é considerado necessàriamente como inerente em tôda a sua extensão (Vide **Extensão**) ao sujeito. Quando dizemos, pois, que uma árvore é grande, o atributo da grandeza não se esgota nessa árvore, porque há outras coisas, que não são a árvore e também são grandes. O atributo que, neste sentido, também é chamado «atributo dialéctico», subdivide-se, não pelo modo da atribuição, mas segundo o conteúdo objectivo, nas cinco universais: gênero, espécie, diferença específica, próprio e accidente, como foram, segundo número e ordem, estabelecidos por Porfírio, e adoptados pela escolástica. Vide **Predicamentos** e **Antepredicamentos.**

b) Na Lógica moderna é costume, fazer uma distinção entre atributo e predicado, de maneira que um atributo deve ser ligado ao sujeito pela cópula «é» (ou um têrmo equivalente), ao passo que um predicado é tudo o que se afirma de um sujeito. Assim, em «água corre», o «corre» é predicado, e não atributo.

c) Em um sentido mais restrito, chama-se, também, de atributo qualquer propriedade característica e distintiva de uma coisa. Êsse emprêgo tem a sua raiz na

terminologia filosófica do século XVII, que aplica a palavra à substância.

d) Spinoza define o atributo como o que o intelecto percebe da substância como constituinte da sua essência. O sentido spinozista da palavra, entretanto, não é perfeitamente claro. J. Erdman o interpreta como «as formas, sob as quais a capacidade limitada do espírito finito é compelida a considerar a substância infinita (Vide abaixo **Atributo de Deus**).

e) Descartes traça o seguinte sentido metafísico. «Quando penso da maneira mais geral que êstes modos, qualidades, residem na substância, sem considerá-los de outro modo do que como dependências dessa substância, chamo-os atributos.»

f) Os **atributos de Deus** são geralmente ventilados em um tratado próprio da Teologia sistemática, tomando, então, o têrmo o sentido bem delineado de qualidades da natureza de Deus, que se deduzem, necessàriamente, do próprio conceito de Deus.

Essa condição da necessidade não lógica, mas metafísica, e em todo caso, racional, não implica nenhum elemento subjectivo. Uma das questões principais foi sempre a de reconciliar a unidade da natureza divina com a diversidade e pluralidade dos atributos. É interessante notar que tal análise da natureza divina apresenta, comumente, ao lado de brilhantes aspectos intelectuais, uma relativa pobreza de aspectos éticos. Em certos sistemas filosóficos, de pronunciada cunhagem individual, como o de Spinoza, a significação dos atributos de Deus e de sua importância para o mundo visível muitas vêzes toma outros rumos.

ATROFIA — Diminuição de volume do corpo ou de uma de suas partes por pressão da desnutrição. **Sociològicamente** se emprega de modo metafórico para expressar a reducção parcial, ou constante de um grupo social, ou de concepções de ordem grupal.

Attentio (lat.) = **atenção.**

Attention (fr. e ing.) = **atenção.**

Attenzione (it.) = **atenção.**

Attitude (fr. e ing.) = **atitude.**

Attitudine (it.) = **atitude.**

Attivismo (it.) = **activismo.**

Attività (it.) = **actividade.**

Atto (it.) = **acto.**

Atto da fede (it.) = **ato de fé.**

Attraction (fr. e ing.) = **atracção.**

Attraktion (al.) = **atracção.**

Attrazione (it.) = **atracção.**

Attribut (fr. e al.) = **atributo.**

Attribute (ing.) = **atributo.**

Attribution (fr.) = **atribuição.**

Attributive (fr. e ing.) = **atributivo.**

Attributivo (it.) = **atributivo.**

Attributo (it.) = **atributo.**

Attuale (it.) = **actual.**

Attualizzazione (it.) = **actualização.**

Auctoritas — St. Agostinho distingue autoridade divina da humana: **Auctoritas autem partim divina est, partim humana: sed vera, firma, summa ea est quae divina nominatur.** (A autoridade, contudo, é parte divina e parte humana; mas a verdadeira, firme, suprema, é a que se chama divina). Portanto, Deus é a mais alta autoridade.

AUDACIA — Audácia é uma virtude subordinada à **fortaleza** ou à **valentia,** uma das quatro virtudes cardiais. A audácia é o desafio ao risco e à morte, enfrentando-os. A **fortaleza** é a virtude que supera o mêdo, o qual consiste em estacar ante um mal iminente. A **fortaleza,** assistida pela **prudência,** refreia a **audácia.** A **audácia** é, assim, uma virtude menor, porque senão fôr refreada pela **prudência** e pela **temperança,** pode oferecer riscos graves, pela sua natural tendência a afrontar os perigos e até a morte.

AUDIÇÃO — Função do sentido que chamamos «ouvido», cujo nervo é o ramo cochlear do **auditorius,** e cujo estímulo é o **som.** «Audição colorida» é uma associação fixa (**cinestesia**), encontrada em um número bastante grande de pessoas, que consiste em estas associarem certos sons com certas côres, localizando-as vagamente nos objectos que produzem o som. A associação costuma ser constante e invariável no mesmo indivíduo, porém tem o carácter de **idiosincrasia,** não se baseando em nenhuma lei geral.

Audition (fr. e ing.) = **audição.**

Auesserlich (al.) = **extrínseco.**

Auffassung (al.) = **apreensão.**

Aufklärung — (Aufklaerung) Têrmo alemão, que equivale a **iluminação.** É empregado para referir-se, em geral, às contribuições culturais do século XVIII, na Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. Êste período se caracteriza por uma libertação do homem dos exageros autoritários, dos preconceitos, das convenções e das tradições, que caracterizam o período da revolução industrial e do domínio político da burguesia já vitoriosa. Para os filósofos do séc. XVIII, que de certo modo eram adversários da escolástica, então numa fase de certa decadência, a **iluminação** representava o período em que o homem alcançava a sua maioridade (Kant). Êste movimento apresentou diversas tendências, mas caracteriza-se por um ímpeto geral para a popularização da Filosofia, das Ciências empíricas, da crítica das escrituras e, também, do surgimento de diversas tendências sociais e políticas, que se estratificaram nos partidos políticos. Para Lessing, a **Aufklärung** caracteriza-se pela livre manifestação do pensamento. As obras maiores, representativas da **Iluminação,** também chamada de **Iluminismo,** de **Ilustração** e **Século das Luzes,** são inegàvelmente as de Kant e Goethe.

Auflösung (al.) = **dissolução.**

Aufmerksamkeit (al.) = **atenção.**

Aufopferung (al.) = **dedicação.**

Aufregung (al.) = **excitação.**

Aufzählung (al.) = **enumeração.**

Augenblick (al.) = **instante.**

AUGEUSIA — (Psic.) Ausência da sensibilidade gustativa.

Augleichende gerechtigkeit (al.) = **justiça comutativa.**

AUGÚRIO — a) A arte de predizer o futuro, fundando-se em sinais naturais, como: estrêlas, animais, aves, etc.

b) Sinônimo de preságio, adivinhação, prognóstico, etc.

AURA — a) Têrmo pelo qual se quer apontar princípios subtis, semi-materiais, que intervêm na vida. Usado por Bacon para indicar a alma dos animais. **Aura vitalis** é o princípio vital; **aura seminalis,** princípio não-material, invisível portanto, o qual ligado ao semen, organiza o feto.

b) **(Psic.)** — Fenômeno sensorial, que indica o início de um ataque nervoso, como se dá com os epilépticos.

c) Também é empregado para indicar um acontecimento em estado consciente, que apresenta a característica de estar ligado com os pensamentos que o evocam.

d) **(Metapsic.)** — Significa **corpo astral.** Usa-se, referindo-se a êle, o adjectivo **aural.**

AURAL — Vide **Aura.**

Ausdehnung (al.) = **extensão.**

Ausdruck (al.) = **têrmo.**

Ausdrücklich (al.) — Vide **explícito.**

AUSÊNCIA — Morfològicamente, a palavra significa afastamento, carência.

Acepções: a) psicológica:

1) Tendência para ser absorvido em divagações ou nos traços especiais de uma situação.

«A idéia de ausência é importante em Psicologia, e não se lhe prestou suficiente atenção até aqui. Há, realmente, uma conduta de ausência, que é um dos pontos de partida do tempo e da noção do passado. A conduta de ausência comporta uma certa forma de conduta do atento, com uma agitação especial por derivação.» (Janet, cit. p. Lalande). (Vide **Atento**).

Na atenção, há certa inatenção. A atenção possui, assim, certas relações com a ausência. Também com o **êxtase** e a **contemplação**. (Vide **Êxtase, Contemplação**).

2) Ainda representa, psicològicamente, momentânea distração forte, que se torna sensível por uma falta de adaptação às circunstâncias.

Nesta acepção, relaciona-se com a **distração.** É a inatenção às circunstâncias ambientes.

b) Filosóficas: «Carácter do que não está num lugar ou num sujeito determinado, quando sua presença, nesse lugar ou nesse sujeito, é considerada como normal, como habitual, ou, pelo menos, como realizada em outras circunstâncias» (Lalande). Êste é um sentido lato, que encerra, também, a acepção da psicologia. Note-se, aqui, a relação com **abstracção** (Vide esta palavra).

c) Jurídica: estado legal do ausente.

Ausência presumida: quando o estado de ausência se prolonga por determinado tempo;

ausência verificada: quando a verificação é feita por processo regular;

ausência declarada: quando por determinação da lei, sentença, etc. Vide **Presença.**

AUSÊNCIA (TÁBUA DE) — Vide **Tábuas.**

Aushalten (al.) = **resistir.**

Ausklinken (al.) = **levantar.**

Ausnehmend (al.) = **exceptivo.**

Aussage (al.) = **testemunho, enunciação.**

Aussen (al.) — Vide **Aeusser.**

Ausübung (al.) — Vide **praxis.**

Auszeichnen (al.) = **distinguir.**

AUTARQUIA — (Grego: **Autos,** por si mesmo e **arkhê,** princípio primeiro). Etimològicamente, govêrno de si mesmo. Nos filósofos cínicos: a autarquia é a condição prévia para alcançar a **eudemonia.**

AUTÊNTICO — a) É o que tem carácter de autenticidade; isto é, a relação de originalidade ligada a um autor.

b) Em sentido amplo, o que diz relação à sua origem («uma autêntica porcelana de Sèvres»). Daí autentificar, descobrir o autor de algo.

c) Empregado ainda como sinônimo de verdadeiro, de veraz. Em contraposição ao **falsificado** e ao **fictício.**

Diz-se que é **inautêntico** o que deforma as suas condições ou que apenas imita uma realidade especìficamente individual.

Authentic (ing.) = **autêntico.**

Authentical (ing.) = **autêntico.**

Authentique (fr.) = **autêntico.**

Authentisch (al.) = **autêntico.**

Authority (ing.) = **autoridade.**

Autisme (fr.) = **autismo.**

AUTISMO — Palavra empregada por Bleuler para designar o pensamento associativo e simbólico do sonho e das divagações. Tem um carácter individual.

Autismus (al.) = **autismo.**

AUTÍSTICO (CONHECIMENTO) — Conhecimento sem contrôle objectivo; sonho, imaginação indisciplinada.

Autistique (fr.) = **autístico.**

Autistisch (al.) = **autístico.**

AUTO — (Do gr. **Autós,** por si mesmo). Empregado como prefixo em várias palavras compostas para indicar a origem na mesma coisa. Assim autômato, o que move a si mesmo.

AUTO-ANÁLISE — a) Análise de si mesmo. Vide **introspecção.** b) Empregado na Antropologia, referindo-se ao estudo e análise da sociedade, da qual o investigador é parte inerente.

AUTOBSERVAÇÃO — Vide **Introspecção** e **Autospecção.**

AUTOCONSCIÊNCIA — Consciência de si mesmo, **autos;** é a consciência que cada homem tem de si mesmo em contraposição à que tem dos outros. Há, na autoconsciência, um aspecto cognoscitivo e outro afectivo, porque o que tem consciência de si mesmo tem-na directa, por intuição afectiva, e também reflexiva.

AUTOCRACIA — a) O poder de si mesmo, gerado de si mesmo. A capacidade de exercer o poder e legislar acima de qualquer outro poder.

b) Consiste no poder entregue a uma autoridade arbitrária, a qual se acha nas mãos de um homem ou de um grupo, ou partido, assim: **despotismo, oligarquia, ditadura.** Opõe-se à **democracia.**

AUTÓCTONE — (Vem do grego, **autos,** por si mesmo e **khtone,** terra). Designa o aborígene, que é julgado natural do país em que habita, descendente das raças que sempre ali habitaram. Aplicado aos indígenas americanos, desde que se aceite a sua origem americana.

AUTODIDACTISMO — (Do gr. **autos,** por si mesmo e **didaktikôs,** de **didaskô,** ensinar). **Autodidacta** é o que se instrui e educa a si mesmo, por si mesmo. Chama-se heterodidacta (do gr. **heteros,** outro) o que é instruído e educado por outrem, **heteros.** A autodidáctica é uma arte, que tem tido um papel muito grande no desenvolvimento da humanidade. Quase sempre, na juventude, os homens não sabem escolher suas profissões, carreiras liberais, etc., por essa razão, quando, na idade adulta, dedicam-se ao conhecimento de ciências mais condizentes com as suas tendências e propensões. Por esta razão é que têm surgido tantos autodidactas notáveis, que tiveram um papel saliente no progresso da humanidade. Acresce ainda o facto de encontrar o autodidacta dificuldades a vencer, e por dispor apenas de suas fôrças, aquelas se apresentam como obstáculos, que desafiam a sua vontade. E as pessoas de vontade e de decisão, quando desafiadas, aumentam o ímpeto da sua resposta, realizando muito mais do que por meios normais poderiam fazer. Há, inegàvelmente, na vitória, um gôzo extraordinário, e o autodidacta conhece muitas dessas vitórias, porque auxilia a incluir, na sua estructura esquemática, um elemento de agradabilidade, que passa a ser um estimulante para futuras investigações. Uma polêmica ainda não solucionada é a que se trava em tôrno dessa interrogação: a quem mais deve a humanidade, aos autodidactas ou aos heterodidactas? As preocupações actuais sôbre a escolha da profissão têm o intuito de evitar o autodidactismo, pois os jovens escolheriam com segurança as matérias para as quais estão melhor dotados. Entretanto, essa solução não trará maiores benefícios no grau presumido, porque, em regra geral, os autodidactas empreendem seus estudos num período de maior amadurecimento mental, que é realmente um factor que consolida o adquirido através do estudado por si mesmo. Estamos num mundo em que novos preconceitos substituem antigos, mas ainda preconceitos. Como aumenta a

natalidade e diminui a mortalidade infantil, há, no mundo de hoje, mais jovens do que pessoas de idade avançada, como no Brasil, em que mais da metade da população não atingiu os vinte anos de idade. É natural que a juventude queira impor-se, e as imposições sociais se fazem através de preconceitos, e o preconceito moderno é o da superioridade da juventude sôbre a idade adulta, muito observável na América. Por êsse motivo, julga-se que a juventude é mais apta ao desenvolvimento progressivo da nossa sociedade do que a maturidade. O facto de verificarem-se talentos juvenis, o que na verdade é excepção, não permite que se transforme numa regra geral e se queira impor à sociedade humana uma visão tremendamente perigosa em relação ao seu destino. Por isso, deve-se continuar dando o valor que merece o **autodidactismo.** Ademais, todos os que cursaram escolas superiores, sabem que o melhor do seu conhecimento deve ao próprio esfôrço, já que o **burocratismo,** que é uma praga universal, e que tende a invadir todos os sectôres, desvirtua também o ensino, em grande parte ministrado por assistentes que, ou não dispõem de conhecimentos claros e profundos ou, ainda, de tempo suficiente para dar aos alunos o que precisam. Todos os grandes valôres humanos foram fruto da própria paciência e do próprio trabalho. Se não fôsse assim, o número de grandes valôres seria maior, já que se multiplicam os cursos superiores em todo o mundo.

AUTOEROTISMO — (Psic.) Satisfação sexual por si mesmo, sem o auxílio de outra pessoa. Freqüentemente, é sinônimo de **masturbação.**

AUTO-GENÉTICO — Refere-se às teorias da evolução, que afirmam desenvolverem-se os organismos por factôres emergentes, inerentes ao próprio organismo.

Autognose — Vide **Autognosis.**

AUTOGNÓSIS — (Do gr. **autôs,** si mesmo e **gnosis,** conhecimento), em português **autognose.** Fundamento da psicologia de Dilthey. A autognose é o conhecimento das condições da consciência, nas quais se efectua a elevação do espírito à sua autonomia, mediante determinações de validez universal; quer dizer, mediante um conhecimento de validez universal a normas de proceder, segundo fins de validez universal.

Automa (it.) = **autômato.**

Automat (al.) = **autômato.**

AUTÔMATA — (Do gr. **automatós,** que move por si mesmo). O que se move por si mesmo por movimento mecânico.

Automate (fr.) = **autômato.**

Automatic (ing.) = **automático.**

AUTOMÁTICO — (Do gr. **autos,** por si mesmo e **makhia,** movimento). O que se move a si mesmo. Um mecanismo que, uma vez posto em movimento, não precisa da intervenção de uma vontade inteligente para conti-

nuar o funcionamento. Chamam-se automáticos os movimentos dos organismos vivos, que não são determinados pela vontade. Tais movimentos podem ser determinados por um estímulo interno, como a circulação do sangue, a respiração, etc., tratando-se, então, de movimentos automáticos no sentido estrito da Fisiologia. Se, entretanto, tais movimentos dependem de um estímulo externo, a palavra se aplica só num sentido mais lato, impróprio como sinônimo do que a Neurologia chama «movimentos reflexos». Êsses são movimentos reactivos, que se produzem sem o contrôle do cérebro.

A Psicologia distingue as acções primàriamente automáticas, como a respiração e todos os movimentos conjuntos, das acções successivas, que só chegam a ser tais desde que aprendemos individualmente, pelo hábito, a promovê-los sem atenção. A definição, que liga o automatismo à não-intervenção da vontade, reserva, **eo ipso**, as acções não automáticas ao homem só.

Quando o «contrôle» cerebral é tomado como o distintivo, também os animais escapam ao automatismo puro. Foi, porém, feita a tentativa de explicar a totalidade dos processos da vida, inclusive da vida humana sem recurso à intervenção da consciência. A própria consciência, então, seria só um epifenômeno inactivo, que por um luxo inexplicável da natureza acompanha os movimentos moleculares, que em si mesmos constituem um círculo fechado de causas. Huxley declara que as nossas condições mentais são simplesmentes os «símbolos em consciência» das mutações, que se processam automàticamente no organismo: e o sentimento, que chamamos volição, não é a causa de um acto voluntário, mas o símbolo daquele estado do cérebro, que é a causa imediata do acto. Segundo outros, os estados de consciência não só deixam de produzir movimentos externos, mas, também, são incapazes de causar outros estados de consciência. Essa forma extrema do automatismo filosófico choca-se, evidentemente, com o princípio da conservação da energia, que não admite que, na natureza, haja efeitos que nada custaram. Têm sido diversas e pouco notáveis as tentativas de resolver essa dificuldade.

Automatique (fr.) = **automático.**

Automatisch (al.) = **automático.**

AUTOMATISMO — a) Concepção filosófica, que afirma que os animais e os homens são autômatos, máquinas governadas pelas leis da física e da mecânica.

b) Descartes considerava como autômatos os animais inferiores, e o homem como uma máquina controlada por uma alma racional.

O automatismo foi apoiado por La Mettrie. Alguns **epifenomenalistas** do século XIX defenderam também o automatismo. Modernamente, o **behaviourismo** postula idéias idênticas.

Automaton (to) (gr.) = **acaso, espontaneidade.**

Autonom (al.) = **autônomo.**

Autonome (fr.) = **autônomo.**

AUTONOMIA — a) Etimològicamente, do grego **autós,** por si mesmo, e **nomos,** norma, regra, lei. Significa a autodeterminação, a independência de constrangimento externo, também liberdade no sentido de exercício (liberdade de exercício).

b) Para Kant, é a sujeição do querer a sua própria lei (imperativo categórico). O oposto é **heteronomia,** que consiste na sujeição de normas determinadas por outro. No caso de Kant, seria de leis, ou fins dados por uma outra vontade.

Kant dá um sentido preciso ao têrmo «autonomia da vontade», que é o carácter da vontade pura de determinar-se, só em virtude da sua própria essência, quer dizer, pela única forma universal da lei moral, com exclusão de todo motivo sensível. Kant distingue entre o «eu» verdadeiro ou racional, e o «eu» natural, que inclui os elementos sensuais e de desejo. No «eu» verdadeiro coincidem a razão práctica e a vontade, que é idêntica com ela, e tem, como essência, a lei moral, pela qual se determina a si mesmo.

c) Na Sociologia, autonomia significa a potência de um grupo, particularmente de um grupo político, de organizar e administrar a si mesmo. Essa potência pode ser absoluta ou limitada. Se é absoluta, chama-se geralmente **soberania.**

AUTONOMIA NA ÉTICA -- Vide **Ética.**

Autonomie (al. e fr.) = **autonomia.**

AUTÔNOMO — Vide **Autonomia.**

Autonomous (ing.) = **autônomo.**

Autonomy (ing.) = **autonomia.**

AUTÓPTICO — Vide **Criptológico.**

Autoptique (fr.) = **autóptico.**

AUTOPSICOSE — Na Psic., perturbações mentais, resultantes mais da acção das próprias idéias do paciente do que do meio ambiente.

AUTOR — (Do lat. **auctor,** do verbo **augeo,** que significa fazer crescer, aumentar). Autor é o que faz progredir, o que faz aumentar, o que leva a agir, à acção, daí dizer-se que autor é a causa primária e principal de alguma coisa. No conceito de autor, há o de agente. Assim se diz, na escolástica, que Deus é o autor da natureza. O conceito de autor implica o que faz, pratica ou realiza uma acção ou uma obra, aquêle que institue, que inaugura, que funda uma idéia.

AUTORIDADE — a) **Autoridade,** do lat. «auctoritas», que, por sua parte, deriva-se do verbo «augere», aumentar, crescer, criar, dá como substantivo **«auctor»,** fundador, o qual só possui autoridade, quando na condição, actual ou possível, de ser «fundador», de ser um que produz alguma coisa, engendrando, criando, com respeito, aquêles que são submetidos à sua autoridade. O

modêlo de tôda autoridade é, portanto, a autoridade paternal ou patriarcal.

b) Um ser moral, obedecido, respeitado, acreditado por outros. O conceito psicológico de autoridade visa, em primeiro lugar, a superioridade moral ou intelectual da pessoa, que é não só obedecida (pois um usurpador político também o é), mas também respeitada, como encarnação de valôres, e que até pode influir, intelectualmente, determinando o pensamento de outros, sem o contrôle da razão própria dos assim governados.

c) A Sociologia conhece formas muito peculiares de autoridade em grupos étnicos primitivos. Mas, a forma política da autoridade não passa, necessàriamente, do vínculo da obediência extrínseca, que se manifesta em actos. Uma autoridade èticamente perfeita só pode exigir acções que também sejam intrìnsecamente boas. É característica da atitude autoritária, por parte dos governados, realizar as acções exactamente, não por consideração ao valor intrínseco da respectiva acção, mas em virtude da obediência generalizada.

d) Na Pedagogia, foram ventilados com muito cuidado os problemas da autoridade educacional. As teorias, que trataram de esclarecer a posição do educador, culminaram em uma concepção de certo modo bem fundada da autoridade.

e) Na Rel., emprega-se para indicar o valor das Escrituras e dos seus autores, inspirados pela divindade, e que revelam assim, em suas obras, a inspiração divina.

f) Estabelecida uma suprema autoridade, essa pode ser representada por um só ou por vários. Temos, assim, as duas formas genéricas: a **monárquica** e a **poliárquica.** O poliárquico pode ser **aristocrático,** quando o poder reside num grupo de poucos indivíduos, escolhidos entre os melhores (gr. **aristos,** melhor) ou **democrático,** se reside no povo, ou exercendo êste o poder por meio de **assembléias gerais** ou **por delegados.**

g) Na **Soc.** é, também, o têrmo comum, que coerencia os grupos sociais, ao qual se deve chamar de **autoridade.** Neste caso, teríamos de dizer que autoridade é a capacidade de ser autor, a capacidade de gerar, de formar. Ora, realmente é o têrmo comum que gera, que é autor do grupo, pois sem êle não há grupo social. Neste caso, univocamos a autoridade e o têrmo comum, o que não viria, de modo algum, favorecer aquêles que, posteriormente, desejam emprestar uma divinização a tôda e qualquer espécie de autoridade, até as de mera atribuição.

Vimos que os grupos sociais fundam-se com finalidades expressas. O têrmo comum é que subordina as partes aos interêsses da totalidade formada, que tende para a consecução dêsse têrmo comum. Êsse é o princípio essencial intrínseco do grupo, porque lhe dá a forma, e o princípio essencial extrínseco seria a finalidade para a qual tende a unidade. É em nome dêsse têrmo

comum que o homem, por ser um animal racional, estabelece normas de conduta para as partes componentes do grupo. Desviar-se dêsse princípio intrínseco, como seja a conservação, a fôrça de coerência, de coesão do grupo, diminuir o seu poder, criar óbices à sua constituição, etc., são erros e devem ser antecedentemente proibidos, defesos (**pro-hibere**, de **habere**). Tudo quanto desvie do princípio essencial extrínseco (finalidade), como criar óbices à consecução da finalidade, opor obstáculos, etc., são erros que são proibidos pelo grupo.

A autoridade, portanto, em sua primeva origem, está aí. O emprêgo de um poder para executar os dois aspectos, o intrínseco e o extrínseco, é algo que já se opõe, é algo que se estabelece com o emprêgo da **vis**, da fôrça, e nos casos de desvio, com a sancção. Essa segunda autoridade não pode e não deve ser confundida com a primeira. Essa segunda é posterior àquela. A primeira preside à formação do grupo; a segunda sobrevém posteriormente.

Feita essa distinção, verifica-se desde logo, que há positividade no pensamento daqueles que afirmam que a autoridade é contemporânea ao grupo social, pois se referem à primeira (o têrmo comum, que coerencia o grupo); os que afirmam que a autoridade é posterior, como Cathrein, referem-se à segunda.

h) Na Filos., a demonstração, como dizia, Aristóteles, é a suprema autoridade.

AUTORIDADE CARISMATICA — É a ascendência que exerce uma pessoa sôbre outra ou grupos sociais, dando-lhes a impressão e a convicção de possuir um poder que transcende a natureza humana. Vide **Cárisma.**

Autoriser (fr.) = **autorizar.**

Autorità (it.) = **autoridade.**

AUTORITARIANISMO — Na Teoria do Conhecimento, é a doutrina que afirma que a verdade de uma proposição é determinada pela asserção de um indivíduo ou grupo de indivíduos, estimados como autoridade no assunto.

Autorität (al.) = **autoridade.**

Autorité (fr.) = **autoridade.**

AUTORIZAR — a) Acção de delegar a outrem uma parte da autoridade que alguém, ou um organismo, possui. b) Também significa dar valor.

Autorizzare (it.) = **autorizar.**

Autos (ó, to autó, tautós) (gr.) = **o mesmo, o Idêntico.**

AUTOSCOPIA — Em sua origem etimológica, quer dizer **ver a si mesmo.** O têrmo é empregado, na Psicologia, para referir-se às raras apercepções dos órgãos internos, por parte do próprio paciente e também para referir-se às alucinações, que consistem em ver a si mesmo diante de si mesmo. A primeira é chamada **autoscopia interna;** e a segunda, **externa.**

Autoscopie (fr.) = **autoscopia.**

Autoscopy (ing.) = **autoscopia.**

Autoskopie (al.) = **autoscopia.**

AUTOSPECÇÃO — Têrmo usado na Filosofia para referir-se ao estado de consciência reflexa, daí ser tomada como sinônimo de reflexão, e que se opõe a **heterospecção,** que é a actividade pela qual a consciência de cada um de nós, na vida social, tem dos outros que, por sua vez, tomam também atitudes **heterospectivas** ou **autospectivas.**

AUTO-SUFICIENTE — Vide **Suficiência.** Diz-se do que empresta a si uma suficiência que realmente não tem, quando, na verdade, é deficiente.

AUTO-SUGESTÃO — Sugestão exercida sôbre si mesmo. Diferencia-se de **hetero-sugestão,** que é a exercida por outrem, pela acção voluntária de outra pessoa. Consiste a auto-sugestão numa contracção psicológica, voluntária ou não, numa influência automática exercida sôbre nosso procedimento, ou nossos julgamentos, ou percepções, e, segundo muitos, até sôbre nosso organismo fisiológico, por uma representação, prevenção ou desejo. Há auto-sugestão consciente e inconsciente. (Vide **Sugestão**).

Autotelic (ing.) = **autotélico.**

AUTOTÉLICO — Do grego **autós,** si mesmo, e **telos,** fim.

a) Têrmo empregado para qualificar tôda actividade que se absorve totalmente em si mesma. O brinquedo, na criança, é autotélico.

b) Na Estética, emprega-se para indicar a parte criativa. Opõe-se a **heterotélico** (finalidade dada por outrem).

Autotélique (fr.) = **autotélico.**

Autre (fr.) = **outro.**

Auxésis (gr.) = **acrescentamento, aumento.**

AVAREZA — A **avareza** é a paixão de adquirir e acumular dinheiro e riquezas. Conseqüentemente, é uma manifestação da **cobiça,** do afã de possuir bens materiais disponíveis, mas com a diferença específica de pròpriamente não usá-los. Assim, na **avareza,** há uma acumulação estéril, por meio da qual se desfruta, ùnicamente, da possibilidade de gastar, sem fazê-lo, e nisto se cinge o carácter do **avaro** ou **avarento.**

AVATAR — a) Têrmo sânscrito, que significa **descida.** Empregado, comumente, para designar as encarnações sucessivas.

b) Empregado, por alguns autores, na literatura ocidental, para indicar os diversos papéis de um mesmo indivíduo, no decorrer de sua vida.

AVERIGUAR — Etimològicamente, significa inquirir ou indagar se algo é verdadeiro. Averigúa-se uma dúvida, uma questão, com o intuito de resolvê-la, de comprová-la. Contrapõe-se a **verificar,** porque verificar significa tornar algo verdadeiro, enquanto que **averiguar** significa verificar uma hipótese; isto é, se algo é verdadeiro.

AVERSÃO — Veja-se **Desejo.**

Avidya — (Sânscrito) Nãociência, ignorância; estado da mente sem conhecimento da verdadeira realidade; um equivalente de **maya.**

AVOLITIVO — O que está fora da actividade voluntária, o que não é nem voluntário nem involuntário.

AVUNCULADO — (Do latim **avunculus,** isto é, irmão da mãe). (Antropologia) Posição privilegiada, que é ocupada dentro da sociedade, pelo irmão da mãe. Decorre, daí, a relação entre um sobrinho e o seu tio materno, no qual, o sobrinho, é sujeito à autoridade daquela.

Quando o casal mora com o tio materno do marido, chama-se **avunculocal.**

Avyakta — (Sânscrito) O não-manifestado.

AXIOANTROPOLÓGICO — Valor, cuja origem decorre da afectividade humana. Vide **Filosofia.**

AXIOLOGIA — (Do grego **axiós,** valor, valia e **logos,** teoria). Vide **Valor.** Têrmo muito usado actualmente para designar a **teoria do valor,** que investiga a natureza, a essência, e os diversos aspectos que o **valor** pode tomar na especulação humana. Teve início a **axiologia** com Platão, na teoria das formas ou idéias subordinadas à forma do Bem. Desenvolvida, posteriormente, por Aristóteles, pelos estóicos e epicuristas, que investigaram sôbre o **summum bonum** (supremo Bem). Na filosofia escolástica, o **Summum Bonum** é Deus, Nas filosofias não escolásticas da Idade Moderna, os valôres foram investigados, seguindo outros rumos. Sobretudo no séc. XIX, e neste, pela influência da Economia, da Sociologia e da Psicologia, surgiram diversas doutrinas sôbre a relatividade dos valôres. O têrmo foi criado por Lapier e por Eduardo Hartmann, e desde então muitíssimo usado pelos que se dedicaram ao estudo dos valôres, tema que provocou o surgimento de uma vastíssima bibliografia. As principais idéias modernas sôbre o valor afirmam que êle surge da experiência: sua origem vem da vontade (Spinoza, Ehrenfels), do prazer (epicuristas, hedonistas, Bentham), da preferência (Martinau), da experiência, da unidade e da personalidade (Th. Green), da experiência de um impulso vital (Nietzsche), da relação das coisas dirigidas para o fim ou para uma conseqüência buscada (pragmatismo), do interêsse (Perry).

Quanto à origem dos valôres, reduzem uns apenas ao antropológico, outros ao sociológico, outros ao psicológico, outros, enfim, a uma origem transcendental. Quanto ao critério de avaliar os valôres são vários, segundo as diversas concepções do mundo. Apresentam os valôres características que todos axiologistas aceitam, que são: gradatividade, hierarquia, oposição (valôres contrários), relatividade, etc.

Axiological (ing.) = **axiológico.**

Axiologie (fr. e al.) = **axiologia.**

Axiologique (fr.) = **axiológico.**

Axiologisch (al.) = **axiológico.**

Axiology (ing.) = **axiologia.**

Axiom (al. e ing.) = **axioma.**

AXIOMA — Em grego de **axiós**, valor, e **axioma**, estimativa.

a) Diz-se de cada proposição universalmente válida, que é evidente **«ex ipsis terminis intelectis»** (pela compreensão dos têrmos, sujeito e predicado: pela ligação intrínseca das respectivas idéias) e que, portanto, não precisa ou não pode ser provada.

b) Num sentido mais preciso ainda, chamam-se **axiomas** as proposições que constituem uma regra geral do pensamento lógico, em oposição aos postulados, que são concernentes a uma matéria especial.

c) Kant deu à palavra **axioma** um sentido mais estreito ainda, aplicando-a sòmente àqueles princípios **a priori** do entendimento puro, que são apreendidos pela intuição (**Axiome der Anschauung**, axiomas da intuição), o que significa que são relativas à categoria da quantidade e limitadas à esfera do espaço e do tempo.

d) Além dessas três definições bem estabelecidas, a palavra tem nos mais diferentes autores, em todos os tempos, um emprêgo muito confuso e às vêzes arbitrário, que, porém, geralmente, gira em tôrno dos significados que o uso grego antigo fêz da palavra.

Em síntese:

I) Eram entre os gregos, considerados **axiomas** as opiniões, ou dogmas de uma escola filosófica.

II) Consideração, estima, dignidade.

III) O que se julga verdadeiro e bom: opinião, doutrina.

IV) Proposição geral, enunciação, teorema.

V) Princípio admitido como verdadeiro, do qual parte uma demonstração.

VI) Em geral, considerado como uma premissa evidente, que desnecessita de demonstração. Assim «o todo é maior do que qualquer de suas partes» é um axioma.

AXIOMAS DE INTUIÇÃO — São, para Kant, os princípios **a priori** do entendimento puro (**Axiomen der Anschauung**), relativos à categoria da quantidade. A fórmula geral, dada por Kant, é a seguinte: «Todos os fenômenos são, quanto à sua intuição, grandezas extensivas» ou «Tôdas as intuições são grandezas extensivas».

Para Kant, são grandezas extensivas aquelas por meio das quais se alcança a representação do todo, partindo da representação das partes.

Axiomatic (ing.) = **axiomático.**

AXIOMÁTICA — Neologismo, que designa o estudo crítico dos axiomas, enquanto êstes são princípios fundamentais da geometria. (Já Leibnitz queixava-se que muitos geômetras tentavam demonstrar os axiomas, não obstante êstes serem indemonstráveis por definição).

Axiomatical (ing.) = **axiomático.**

AXIOMÁTICO — O que tem o carácter de um axioma. (Vide **Axioma**).

AXIOMÁTICO (Método) — (Do gr. **axiós,** valor). Método, que consiste em construir um sistema deductivo, extraído das regras específicas, dadas como axiomas ou postulados do sistema. Como substantivo, era o nome que se dava ao estudo dos axiomas, como são considerados na geometria. Como adjectivo, o que tem o carácter de axioma, ou que procede por **axiomas.**

Axiomatique (fr.) = **axiomático.**

Axiome (fr.) = **axioma.**

AZAR — Sinônimo de **acaso** (o casual, o de que não se capta a **causa**). Concepção mais precisa e restrita do azar é a de um acontecimento sem finalidade, mas com a aparência de uma finalidade. Assim, uma telha, que cái, justamente na cabeça de quem passa, ou o advogado que, ao dirigir-se para o tribunal, encontra um dos seus devedores (Aristóteles). É o que chamamos também «accidental», mas com a restrição de que deve simular alguma finalidade, para ser «azar». Azar, em um sentido mais largo, está ligado à representação da ausência de cada razão determinante. É o que é imprevisível e incalculável. É óbvio que cada acontecimento tem a sua razão suficiente e essa definição, portanto, não dispensa a lei da causalidade e da necessidade mecânica, mas se prende ao facto de que há causas tão diminutas ou tão complexas que, para nós, torna-se impossível percebê-las ou calculá-las. Acontecimentos dessa espécie tomam, para nós, o aspecto de contingentes, p. ex., o aparecimento de um cometa, dentro do nosso sistema planetário, parece-nos um acontecimento submetido ao azar. Em realidade, naturalmente, o cometa obedece às leis da gravitação e só a elas, tão perfeitamente como os planetas, cujas órbitas e movimentos conhecemos, e que, por isso, não nos parecem determinados pelo acaso. A diferença consiste, no caso do cometa, em desconhecermos as massas cósmicas que agem sôbre êle, e que, portanto, não percebemos as causas dos seus movimentos. Estas análises aplicam-se anàlogamente, também, aos jogos de azar.

Em resumo, podemos dizer que falamos em **azar** ou **acaso,** quando não percebemos uma causalidade existente, e quando imaginamos uma **teleologia** não existente, quando é para nós **casual,** sem **causalidade** expressa.

Azione (it.) = **acção.**

Azzardo (it.) = **azar.**

B

BABISMO — Religião criada e fundada na Pérsia, por **Bab**, sacerdote maometano, em meados do século passado. O apelo dos membros para pertencerem à sua seita é universal, e, na América, teve um grande desenvolvimento. Os **Babis** não aceitam a revelação.

BACONIANA (inducção) — Vide **Amplificante.**

BACONIANA (método) — É o método inductivo, proposto por Francis Bacon. A finalidade dêste método era dar ao homem o pleno domínio na exploração da natureza em benefício daquele. Por êle, passamos do conhecimento particular ao conhecimento geral. Êsse método é, como foi exposto por Bacon, complexo, e oferece uma exaustiva enumeração de positivas instâncias de ocorrências de fenômenos, do registro de instâncias comparativas, através das quais um acontecimento manifesta a si mesmo com maior ou menor intensidade, e registros adicionais de negativas instâncias. Serve para testar as observações. Vide **inducção.**

BACULINUM (Argumento) — Vide **Argumento baculinum.**

BAER (lei de...) — Lei exposta por Von Baer, em 1829, em sua obra «Observações sôbre a História da Evolução dos Animais», cujo enunciado é o seguinte: «no desenvolvimento de todo organismo e no de cada órgão, segue-se do simples ao complexo e do não especializado ao especializado».

Bãyãnumeya-vãda (Sânscrito) — É a concepção realista da **epistemologia** do **budismo** do **pequeno veículo (htnayana).** Para esta concepção, as coisas têm extrema realidade fora da consciência, e os sentidos humanos captam plenamente a realidade exterior. É uma concepção que se aproxima ao sensualismo na **Gnosiologia,** naturalmente apenas quanto à valorização dos nossos sentidos.

A concepção gnosiológica do budismo (do veículo maior, **mayaiana)** é idealista, sem, contudo, confundir-se com o idealismo germânico. Apenas o nosso conhecimento é estructurado pela nossa esquemática. As nossas imagens representam os objectos decorados com aderências dos esquemas que já possuímos, que

não são cópias perfeitas da realidade exterior.

BAMALIP — Modo válido da 4.ª figura, que deriva de **Barbara,** pela transposição das premissas e pela conversão parcial da conclusão:

Todo P é M;
ora, todo M é S;
logo, algum S é P.

Vide **Baralipton.**

BANAUSICO — a) Gr. **banausos)** Vulgar, liberal, aplicado particularmente para as artes, ciências ou ocupações, que deformam o corpo ou a mente.

b) Significa o excesso do especialismo e a falta de generalismo, que leva a uma visão **abstractista,** por nimiamente particularizante.

BANCOS (na Economia) — Os bancos modernos podem ser considerados sob dois aspectos:

a) como órgãos de pagamento, e neste caso temos os **bancos de depósito** e **bancos de emissão,** cabendo a êstes porem em circulação bilhetes de banco. Hoje, em quase todo o mundo, essa função passou ao Estado, permanecendo como órgãos de pagamento, os bancos de depósito, que facilitam e tornam mais rápidos os pagamentos e as transferências de numerário, descontam letras e outros títulos e colectam a poupança dos clientes.

b) Como órgão de crédito, pode considerar-se serem quase todos os bancos órgãos que distribuem crédito.

Para analisar-se a função bancária, é mister observar o que nela há de essencial e a que necessidade serve. Examinemos primeiramente o **depósito.** É o depósito um instrumento de pagamento, porque é mobilizável por cheque, além de ser exigível à vista. Há depósitos a **prazo fixo,** como depósitos com **aviso prévio.** O depósito mais comum é o que é mobilizável a qualquer momento pelo depositante.

A evolução histórica do banco não poderia ser estudada aqui em seus mínimos pormenores. Os bancos não são de nossos dias nem de nossa civilização, porque já em outras civilizações desaparecidas existiram formas bancárias bem desenvolvidas. Na Idade Média, e posteriormente ainda, certos indivíduos, política e financeiramente poderosos, recebiam para guardar moedas e jóias de outros, que receavam delas serem privados. Eram em muitos casos, no Ocidente, ourives, joalheiros, etc. Tinham êles a obrigação de devolver, quando lhes fôssem pedidas, as quantias, os depósitos efectuados. Para comprovar o depósito, declaravam por escrito o real valor. Por terem **bancas,** onde atendiam as pessoas, onde pesavam e avaliavam jóias e metais preciosos, foram chamados de **banqueiros.**

Com o decorrer do tempo, verificaram muitos dêsses banqueiros que não havia necessidade de devolver tais e tais peças depositadas, mas o que lhes era equivalente. Enquanto não era reclamado o depósito, êste podia perfeitamente ser investido em ope-

rações de crédito, dando-lhes, assim, uma margem de benefícios.

Não demorou que, com o tempo, o Estado interviesse nessas operações sob a alegação de querer moralizá-las em face de alguns abusos (para criar outros piores), criando um contrôle que permitia penetrar nos estabelecimentos dos banqueiros.

Não demorou muito que o Estado criasse seus bancos, sob o pretexto de salvaguardar os interêsses dos depositantes, mas, na realidade, para poder utilizar os recursos em seu benefício.

Mas quer os bancos públicos, quer os particulares têm êles funções semelhantes. Oferecem vantagens aos particulares, porque asseguram melhor as operações. Não seria possível transferir constantemente fundos de um lugar para outro, com riscos de furto, ou em certos casos, de deterioração. Os bancos permitem que tais operações sejam feitas contàbilmente, evitando as remessas.

Durante a Idade Média, as moedas não eram sempre iguais umas às outras. Muitas eram modificadas, quer pelo uso, quer pela intervenção de quem as cunhava, que não punha nelas a quantidade exacta de metal fino que devera ter, para, com isso, auferir um benefício. A necessidade de criar-se uma moeda de conta, uma moeda abstracta, tornou-se uma necessidade. Assim foi, por exemplo, o florim do Banco de Amsterdam, que era definido por um pêso de prata, sem liga. O florim era a moeda, mas o seu valor em prata era o **dinheiro**, o seu valor. (Aqui já transparece a importância de se não confundir **moeda** com **dinheiro**, como o é comumente).

No início, quando o banqueiro apenas guardava o depósito, recebia êle uma remuneração. Posteriormente, quando investira o depósito em negócios seus, pagava ao depositante um **juros.**

Deveria o banqueiro restituir o depósito quando exigido pelo cliente. Mas muitas vêzes se dava que o banqueiro não estava em condições de fazer essa devolução, criando, assim, um antagonismo entre a função do banco como órgão de investimento e a função de recebedor de depósitos.

Muitos abusos se observaram no decorrer do tempo, o que levou a muitos a protestarem contra o emprêgo, por parte dos banqueiros, dos depósitos que lhe haviam sido confiados, que deviam permanecer intangíveis.

Com o decorrer do tempo, bancos houve que em vez de serem órgãos de investimento, tornaram-se apenas órgãos de pagamento. Essa é a orientação dos bancos modernos, nos quais os depósitos são exigidos à vista, mas podem fazer emprêgo dos depósitos, desde que ofereçam suficiente liquidez quando da exigência de devolução dos mesmos.

Como órgão de pagamento, o banco oferece muitas vantagens pelas compensações que pode fazer. Digamos que alguém A, tem de pagar a B uma determinada soma, mas B tem de pagar a C, e C tem de pagar a A. Êsses pagamentos, se feitos individualmente, exigiriam um transporte

constante de numerário, quando, por intermédio do banco, tais operações são feitas contàbilmente; isto é, por meio da contabilidade, lançando a crédito e a débito, correspondentes a cada um, sem que o numerário empregado, como moeda, seja tão avultado.

Olhado o banco como órgão de crédito, e não simplesmente como órgão de pagamento, vemos que êle emprega os depósitos que lhe são confiados, operando, dessa forma, uma economia de moeda **suplementar**.

Aqui surge uma figura econômica importante: **o desconto.**

É o desconto uma operação de crédito a curto prazo, pela qual um banqueiro paga um crédito antes do vencimento, depois de deduzidos os seus serviços.

Essa deducção corresponde às taxas, ao juros às despezas de cobrança, etc.

No desconto, há uma troca de dois créditos. Quem quer descontar oferece um **crédito comercial** ou uma letra contra um **crédito bancário,** cedido pelo banco. Essa troca é onerosa, porque é pago um certo preço, representado pela **taxa** de desconto.

Por intermédio das **Câmaras de Compensação,** os bancos compensam entre si as operações activas e passivas, tornando mais rápidas e fáceis as operações.

Por meio dessas câmaras, os bancos tornam-se credores ou devedores apenas do **saldo,** depois de feita a compensação entre seus valôres activos e passivos.

Oferecem essas câmaras também uma vantagem, porque permitem que sejam controlados os bancos quanto às suas operações, e verificado se predominam as passivas ou activas. Nos casos de débito, pode o banco de emissão cobrir o saldo devedor ao banco; naturalmente, fazendo-o quando o mesmo se torne credor, nas liquidações posteriores. Dessa forma, a Câmara de Compensação e o Banco Central de Emissão completam as funções do crédito a prazo curto.

Uma mesma quantidade de moeda é suficiente para resolver uma série de operações.

Os depósitos à vista representam um passivo imediatamente exigível num banco. O activo é compreendido pelo montante ràpidamente realizável, constituído pelos títulos e operações de crédito, concedidos a curto prazo, Para fazer face às eventualidades, deve o banco dispor de reservas de moeda.

Essa reserva varia segundo as operações do banco. Se é um banco de depósito, que não emprega os mesmos, necessita de uma certa quantidade de moeda para fazer face às eventualidades. No caso de empregar os depósitos, deverá dispor de uma reserva diferente.

Para fazer face às eventualidades, a reserva monetária do banco deve ser calculada de acôrdo com o montante dos depósitos. Diversos estudos, feitos abstractamente, foram posteriormente derrogados pela prática, que ensinou aos banqueiros como procederem em tais casos.

Em certa época bastava apenas 30% em disponibilidade dos valôres depositados, podendo, assim, os bancos empregar 70% dos depósitos, pois aquela percentagem era suficiente para atender as necessidades dos depositantes. Nos séculos XIX e XX, tal montante foi reduzido a 15% e até a 10%, dependendo, naturalmente, da estructura do sistema bancário e das circunstâncias econômicas gerais. Não é possível determinar prèviamente qual a norma a seguir, a qual depende das diversas circunstâncias, como acima já dissemos. Uma série de complexos factôres intervêm aqui, e pertencem êles mais à ciência das finanças que pròpriamente à economia pura. No entanto, entre êsses factôres, devem citar-se o montante dos depósitos, o crescimento dos mesmos, as espécies de operações de crédito, qual o emprêgo dado aos valôres depositados, as condições econômicas ambientais, etc.

Embora as operações dos bancos de emissão sejam as mesmas de um banco comum de depósito, são elas, porém, efectuadas em condições diferentes.

Um banco de emissão recebe os depósitos dos clientes, abre suas contas e procede pagamentos, remessas, etc. Desconta títulos, adianta sob caução de títulos ou sob outras garantias. Dessa forma, um banco de emissão não se distingue pròpriamente de um banco de depósito comum, quanto à **natureza de suas operações.** Mas, o que o diferencia é que pode emitir **bilhetes de banco.** Êsses bilhetes (no sistema de padrão ouro) permite acumular em sua caixa grandes estoques de moeda; b) aumentar e desenvolver suas operações, permitindo muitas operações sem a necessidade de circulação da moeda; c) obter a maior segurança nessas operações, beneficiando os outros bancos.

Para se compreender bem o mecanismo dêsses bancos, vamos examinar sua gênese.

Quando o cliente fazia seu depósito em moeda metálica, recebia um bilhete em que era declarado o valor depositado, com direito de ser reembolsado à vista do documento, isto é, imediatamente. Êsses bilhetes permitiam o mais fácil transporte da moeda, representada por êles. Eram os bilhetes, naturalmente, mais cômodos. Quando, porém, fazia novo depósito, o cliente, não levava os bilhetes, mas sim nova moeda metálica. Enquanto isso, os bilhetes **circulavam por mais tempo,** por muito tempo, antes de retornar ao estabelecimento emissor. Essa circulação, portanto, tornava-se cada vez maior e superava, na saída, a entrada. Dessa forma, essa circulação **fiduciária** (de **fides,** fé, que merece fé) tendia a aumentar pelo funcionamento normal da emissão, enquanto o encaixe metálico elevava-se correlativamente.

A pouco e pouco, êsse bilhete de banco deixou de ser para o público uma simples «promessa de pagamento em espécie» para tornar-se verdadeira moeda. Deixava, assim, na prática, de ser **reembolsável** para tornar-se simplesmente **conversível.** Com o decorrer do tempo, o sentido do «reembôlso» foi totalmente perdi-

do, como o vemos hoje, para permanecer apenas como moeda.

Já vimos que o banco de emissão permite ao banco de depósito e de negócios em geral redescontar as letras que tenha em sua carteira, permitindo, assim, aumentar suas operações e não necessitar ter em caixa disponibilidades em moeda muito grandes.

Quanto ao número e natureza dos bancos de emissão podemos distinguir quatro sistemas principais:

1) O monopólio privado, em que um único banco tem o privilégio de emitir.

2) O monopólio do Estado.

3) Pluralidade de bancos privilegiados.

4) Liberdade de emissão, desde que as mesmas sejam garantidas de acôrdo com as prescrições legais respectivas.

No primeiro caso, temos o exemplo da França, com o Banco de França, e do Brasil, com o Banco do Brasil; no segundo, temos os exemplos da Suécia; no terceiro, temos a Inglaterra e no quarto tivemos os Estados Unidos até 1913. Essas classificações nem sempre correspondem à realidade, pois há preferências a certos bancos em alguns países em que se dá um verdadeiro monopólio.

As diversas legislações asseguram as condições em que essas emissões podem ser feitas e elas consideram as relações entre a emissão e o encaixe, o máximo de descoberto que pode ser feito e a forma de depósito dos títulos de garantia.

Assim, por exemplo, na França, a emissão pode alcançar o triplo do encaixe, noutros países até 40%.

Como já vimos, êsse bilhete de banco torna-se a pouco e pouco verdadeira moeda, mas é uma moeda interior. Ela é conversível em ouro. Hoje, porém, há modificações profundas nessa prática, sobretudo entre nós, onde a moeda tem curso forçado e não é reembolsável em ouro.

BANDITISMO — (Antropologia) — Acto do **bandido**, enquanto tal. Êste é o que, fora da lei, pela prática de certos actos ilegais, perseguido pela justiça, passa a viver do roubo, do assalto. Sinônimo de **salteador.**

BANDO — (Antropologia) — a) O mais primitivo grupo social consistente no agrupamento da unidade de famílias associadas, num mesmo local, e que mantêm entre si relações, e que são de condição nomádica ou semi-nomádica.

b) Indica facção política, e também quadrilha, malta de malfeitores.

c) Emprega-se, ainda, para indicar uma multidão unida.

BANIMENTO — a) Acção de banir, que consiste em expulsar da pátria alguém por meio de uma sentença. Sinônimo de degredar, desterrar e exilar.

b) Emprega-se, também, para expressar a exclusão de um indivíduo de um grupo social.

c) Jurìdicamente, significa eliminar, proşcrever, abolir ou suprimir normas jurídicas. O **banimento** foi muito usado na antiguidade entre os gregos e os romanos e, também, em nossa era, inclusive nos dias que correm.

BARAGNOSE — (Psic.) — Falta de capacidade para reconhecer ou comparar o pêso dos objectos.

BARALIPTON — Em Lógica, modo indirecto da primeira figura, que se obtém pela conversão da conclusão do silogismo, que corresponde a **Barbara:**

Todo M é P;
Ora, todo S é M;
Portanto, algum P é S.

BARBARA — Em Lógica, primeiro modo válido da primeira figura do silogismo.

Todo M é P;
Ora, todo S é M;
Logo, todo S é P.

BARBARI — Em Lógica, modo subalterno da primeira figura, que se obtém pela subalternação da conclusão de Barbara:

Todo M é P;
Ora, S é M;
Logo, algum S é P.

BARIFONIA — (Psic.) — Disfonia, que é caracterizada pelo grave da voz.

BAROCO — Em Lógica, modo usado da segunda figura, que se reduz a **Barbara** por regressão ou por reducção ao absurdo:

Todo P é M;
Algum S não é M;
Logo, algum S não é P.

BARREIRA SOCIAL — (Antropologia e Sociologia) — Conjunto de normas de maior ou menor complexidade, e puramente convencional, que constitui obstáculos transponíveis, ou não, para aquêles que são excluídos da convivência de determinadas classes sociais. Estas barreiras têm um papel selectivo, cuja finalidade é evitar que elementos prejudiciais possam perturbar a tensão e a estructura de uma classe. Às vêzes essas barreiras criam abismos sociais, e tornam-se, dêsse modo, provocadoras de uma oposição encarniçada, que pode atingir até a forma revolucionária.

BARROCO — Estilo artístico, surgido especialmente no século XVII, que foi considerado, pelos clássicos, como uma expressão inferior e falsa da arte, e pelos românticos como o producto de uma imaginação mágica, de uma **catársis** (vide) profundamente religiosa e genuìnamente estética.

BASTARDIA — Vide **Bastardo.**

BASTARDO — a) Diz-se do filho que não é proveniente dos componentes de um matrimônio sanccionado pela lei. Nascimento ilegítimo.

b) Emprega-se o têrmo também no sentido de tôda e qualquer idéia ou conclusão que decorre, inconseqüentemente, de premissas dadas: «um pensamento bastardo», «uma doutrina bastarda».

Bathos (gr.) = **profundidade.**

BATISMO — Um rito de dedicação e inducção de um indivíduo, dentro de um círculo de privilégios religiosos e sociais.

BATOLOGIA — Uso de muitas palavras inúteis, especialmente quando se reza. A palavra, provàvelmente se liga ao nome do fundador de Cyrene, «Battos», que era gago. O verbo **battologeior** se acha em Matheus: 6, 7. (Vulgata: **nolite multum loqui sicut ethnici)**, onde significa a verbosidade das orações pagãs, que querem conjurar a divindade pelas constantes repetições, em oposição à maneira cristã de rezar, que tem, por fundamento, a consciência de que Deus é o pai, e sabe, de antemão, o que queremos pedir **(scit enim pater vester quid opus sit vobis antequam petatis eum.»** Matheus: 6, 8; **Vulgata).**

Battologie (fr. e al.) = **batologia.**

Battology (ing.) = **batologia.**

BEATITUDE — a) **Beatus** vem de **beo,** verbo latino, que significa, aspirar, desejar, anelar. **Beatus** é o anelante, mas dos valôres superiores. **Beatitude** é o estado de posse dos valôres superiores desejados. Êstes valôres superiores incluem os mais altos anelos do ser vivo, que é o de tanger a omniperfeição suprema. Em tôdas as religiões, promete-se alcançar o estado de **beatitude.**

b) Na «Ética a Nicômaco», de Aristóteles, a beatitude é aquêle estado de satisfação em que não há mais carências, ausências. É êste o estado ideal do sábio, porque a sabedoria liberta o homem das carências e das ausências, e só ela lhe pode dar a plenitude da tranqüilidade, que é o momento que se eterniza, em que a alma humana perdura, satisfeita por nada mais carecer. Nietzsche diz, num dos seus aforismos, que o homem age porque não sabe. A acção humana decorre da nossa ignorância, porque se tivéssemos um conhecimento absoluto nada precisaríamos fazer, porque teríamos tudo.

O estado de beatitude nas religiões é alcançado por aquêles que, cumprindo os ritos e as normas religiosas, conseguem libertar-se de tudo quanto nos amesquinha e nos corrompe, e penetram, assim, na visão frontal da divindade, que é o estado beatífico.

c) Nalgumas obras de patologia mental, chama-se beatitude a euforia permanente, que é acompanhada de uma indiferença total aos acontecimentos exteriores, estado de origem patológica, em que os doentes recebem a classificação de **beatos.** Criticando êste emprêgo do têrmo, Lalande aconselha que não se generalize. Mantenha-se o têrmo com o seu significado fundamentalmente filosófico, apesar das razões em contrário de Pierre Janet.

Béatitude (fr.) = **beatitude.**

Beatitudine (it.) = **beatitude.**

Beatitudo (lat.) = **beatitude.**

Beau (fr.) = **belo.**

Beautiful (ing.) = **belo.**

Becoming (ing.) = **tornar-se.**

Bedenken (al.) = **escrúpulo.**

Bedenklich (al.) = **escrupuloso.**

Bedeutung (al.) = **significação.**

Bedingt (al.) = **condicional.**

Bedürfniss (al.) = **mister, necessidade.**

Befehl (al.) = **ordem.**

Befriedigen (al.) = **satisfazer.**

Befriedigung (al.) = **satisfação.**

Begehren (al.) = **desejo.**

Begehrung (al.) = **desejo.**

Begierde (al.) = **concupiscência.**

Beglaubigung (al.) = **verificação.**

Begleiterscheinung (al.) = **epifenômeno.**

Begreiflich (al.) = **concebível.**

Begriff (al.) = **conceito.**

Begriffsbestimmung (al.) — Vide **definição.**

Begriffsbildung (al.) = **concepção.**

Begründen (al.) = **autorizar.**

Begründung (al.) = **fundamento.**

Behauptung (al.) = **asserção.**

Behaviorism (fr.) = **behavioriosmo.**

BEHAVIORISMO — Do têrmo inglês **Behaviour,** que significa conducta, comportamento. Escola contemporânea de psicologia, nos Estados Unidos, que abandona o estudo da mente, da consciência, para examinar a psicologia animal e a humana do ângulo apenas da conducta, do comportamento. Pavlov, fisiologista russo, com as suas investigações sôbre o reflexo condicionado influiu decididamente no êxito do behaviorismo. J. B. Watson foi o fundador dessa escola. Todos os factos psicológicos superiores, os pensamentos, as emoções, etc., são interpretados como mero comportamento. Filosòficamente, o behaviorismo é uma espécie de materialismo metafísico.

Behaviour (ing.) — Vide **Behaviorismo.**

Beifall (al.) = **aprovação.**

Being for self (ing.) = **existência por si.**

Beiordnung (al.) = **coordenação.**

Bejahend (al.) = **afirmativo.**

Bejahung (al.) = **afirmação.**

Bekehrung (al.) = **conversão.**

BELAS-ARTES — Vide **Arte.**

BELEZA — Vide **Belo** e **Absolutismo,** letra **f.** Manifestação do **belo.**

Belief (ing.) = **crença.**

Bello (it.) = **belo.**

Bellum (lat.) = **guerra.**

BELO — O que agrada universalmente. — O conceito do **belo,** como os do **verdadeiro** e **bom** são valôres fundamentais, que não podem ser reduzidos um ao outro, nem a um terceiro. O **belo** é concernente ao sentimento, da mesma maneira como o **verdadeiro** o é ao intelecto, e o **bom** à vontade. Não é possível

dar uma definição material do belo. Quais são os objectos que chamamos belos e quais as qualidades que constituem a beleza como tal, são precisamente o objecto da **Estética,** e é respondida pelas diferentes teorias de maneira bem diversa. Tôdas essas teorias se movem entre dois aspectos extremos, em que um considera, em primeiro lugar, o elemento da forma e o carácter de universalidade do **belo,** e o outro toma o factor emocional e a subjectividade como distintivos essenciais daqueles. É preciso distinguir, também, entre a **beleza livre,** como a encontramos na natureza, e a **beleza artificial.** A respeito desta última distinção, que marca as posições do naturalismo e do idealismo estéticos, foi dito em defesa da **beleza livre** que só o que é **verdadeiro** pode ser **belo.** A tal responderam os idealistas que tudo o que é **belo** também é **verdadeiro** (também não encontrado como existente na natureza).

Essa objecção dos naturalistas toma aqui o conceito do **verdadeiro** no sentido superficial da existência real, e tira proveito da ambigüidade dêsse têrmo. Mas o **belo** e o **verdadeiro** (em sentido metafísico), e ainda o **bem** foram considerados como intimamente ligados, e isto principalmente devido à simbiose prática daqueles valôres na vida dos gregos, resultando daí teorias, que formularam uma definição do **belo** como sendo o **brilho da verdade.** Aristóteles alega como característicos principais do belo: a ordem, a simetria e limitação definida, e tenta colocá-lo perto da matemática. Mais feliz, comparativamente, parece a classificação do belo dada por Platão, que distingue um tipo energético **(osys),** e um tipo calmo e bem organizado **(Khosmos),** a expressão masculina e feminina respectivamente. Cícero distingue, no mesmo sentido, a **«dignitas»** e a **«venustas»,** como as duas classes da **«pulchritudo»** (beleza).

Um grande passo no sentido de estabelecer o **belo** como um valor próprio e independente foi dado por Plotino, que marca a diferença entre o bem e o belo pela observação de que aquêle provoca o desejo de possuí-lo, e de fazê-lo como realidade, ao passo que o **belo** não pertence, nem pode pertencer a ninguém, senão a si mesmo, o qual provoca a satisfação subjectiva pela sua mera aparência. O **belo** também tem que ser distinguido do «agradável», que, por sua parte, também pode provocar uma satisfação subjectiva, mas por razões accidentais, e não é considerado como uma qualidade objectiva inerente a um objecto, como o **belo.** Se o **belo** é uma qualidade objectiva, também tem que ser universalmente reconhecida como tal, quer dizer: o que eu chamo belo, é belo para todos. Kant define, portanto, o belo como o objecto de uma satisfação desinteressada e universalmente possível.

Mas tôdas estas distinções ainda não dizem o que é o belo intrìnsecamente. O que provoca, primitivamente, essa satisfação estética é «a finalidade sem fim», que Kant dá como o último carácter do belo: «a forma de finalidade de um objecto, enquanto

é ela percebida sem representação do fim».

Enquanto Kant examinou o juízo estético em si, outros trataram de investigar a fundamentação psicológica ou fisiológica do sentimento estético em geral. Hutcheson (1725) faz da percepção da unidade na variedade a raiz da emoção estética. Também o associacionismo, no fundo, afirma uma conexão unificadora de uma variedade de experiências. (Vide **Associacionismo**). Schopenhauer define a **beleza** como uma «**objectivação da vontade,** considerada não como um elemento particular, mas como representando uma idéia»; Hegel diz ser «o ideal como se mostra à sensibilidade». Em oposição ao idealismo (filosófico), Herbart salienta que não é o conteúdo, mas a maneira «como» é o objecto da estética. Santayana (1896) distingue a beleza do material, a beleza da forma e a beleza da expressão. Interpretações biológicas do **belo** encontramos em Spencer e Allen: o **belo** é o que proporciona um máximo de estimulação com um mínimo de cansaço e desgôsto. A côr é bonita porque os nossos frugívoros ancestrais viveram de frutas brilhantes, e assim aprenderam a ser atraídos pelas côres.

Darwin trata do sentimento do belo em conexão com a selecção sexual. Longe destas explicações naturalistas são outras, como a de E. von Hartmann, que pergunta qual é, finalmente, o objecto ao qual atribuímos o **belo.** E responde que não é nem o objecto no sentido ordinário, nem o sentimento subjectivo, mas algo que fica no meio, entre êstes dois, o que êle chama a aparência estética (**der ästhetische Schein**). Konrad Lange desenvolve essa teoria e forma o conceito da «consciente auto-ilusão». A teoria da forma significativa de Clive Bell vê, igualmente, o objecto da experiência estética em algo que difere das coisas naturais com as suas finalidades de vida em formas que têm os seus fins em si mesmos, longe de tôda utilidade práctica. O culto do **belo,** portanto, de um ponto de vista estritamente evolucionista, é um extravio. Falando biològicamente, disse Roger Fry, «a arte é blasfêmia. Deus nos deu os olhos para ver as coisas, não para contemplá-las».

BEM — (Advérbio do adjectivo **bom,** e substantivo). a) O que possui valor sob qualquer aspecto: o que é objecto de satisfação ou de aprovação em qualquer ordem de finalidade; o que é perfeito em seu gênero, bem sucedido, favorável, útil: é o têrmo laudativo universal dos juízos de apreciação; aplica-se ao voluntário e ao involuntário.

b) **Bem**, no sentido de moralmente bom, como tal é um dos conceitos normativos fundamentais, ao lado dos valôres do **verdadeiro** e do **belo.** É um acto que, em um caso determinado, considera-se como o moralmente preferível. Com respeito aos actos realizados, é aquêle que encontra aprovação; com respeito aos actos futuros, é aquêle que deve ser realizado. Mas o **Bem** difere do Dever: 1) enquanto não implica nenhuma idéia de obrigação ou de obediência a uma autoridade, mas sòmente de norma e de perfeição

(como se fôsse considerado como uma qualidade inerente a um sujeito, o que de facto é segundo alguns filósofos, sendo negado por outros), e 2) enquanto o Bem concerne ao próprio acto que deve ser realizado e não à intenção.

Kant, para colocar os valôres morais em uma posição de plena independência, com respeito a todos os outros valôres, negou que o **bem** e o **mal** fôssem valôres materiais e reduziu êsses princípios à conformidade ou não-conformidade a um preceito imperativo, como um «dever-ser» normativo. Como o **bem** se pode manifestar em actos diferentes, conforme as circunstâncias de um caso determinado, Kant chega à afirmação de que o único bem incondicional é uma vontade boa.

Essa concepção do **bem** foi recentemente muito combatida pelos representantes de um neo-realismo, especialmente por Scheler, que defende que o bem e o mal são qualidades irreductíveis, que se oferecem imediatamente à intuição emocional» que, segundo êle, é o órgão adequado para a apreensão dos valôres.

BEM COMUM — Vide **bem.**

BEM-ESTAR — Vide **Felicidade.**

BEM (SOBERANO) — a) Na filosofia grega, o Bem, por excelência, o único que é bom por si mesmo e em relação ao qual tudo o mais que chamamos bom só tem o carácter de meio.

b) Em Aristóteles, significa, de maneira especial, o fim de tôda actividade no mundo.

c) Kant qualificou êsse têrmo **(das lochste Gut)** de ambíguo, visto que pode significar: 1) o Bem mais elevado em dignidade, o que, então, só se aplicava ao Bem moral, ou 2) o Bem absolutamente perfeito, que não é uma parte de um todo mais amplo e que não tem nada de parcial. Êste último é, segundo Kant, o verdadeiro sentido da palavra: um bem tal que satisfaz o homem inteiramente, tanto no que concerne à razão como à sensibilidade e à actividade. (Gr.: **tagathón,** em latim **summum bonum**).

BEM SUPREMO — Vide **Felicidade e Bem (Soberano).**

Bene (it.) = **bem.**

Benedictus (lat.) = **bendito.**

BENEFÍCIO — Diz-se do que provoca um bem sem com êste confundir-se, pois o bem é abstracto e intemporal, enquanto **benefício** é algo feito ou que se está fazendo, ou que está para ser feito, no tempo.

BENEFICÊNCIA — Actividade que provém da **benevolência,** e que consiste em promover o bem para os outros. É característico dessas acções, que vão além da justiça. Kant, ao investigar a beneficência, em sua relação com a **benevolência,** diz que a primeira deve ser praticada por obrigação moral, ao passo que a segunda não pode ser exigida, por se tratar de um sentimento, que está fora do alcance da obrigação moral.

Benennung (al.) = **qualificação.**

BENEVOLÊNCIA — Hábito moral de promover o bem para os outros. Só o cristianismo estabeleceu a benevolência como virtude, porém não a contou entre as **virtudes cardiais,** mas identificou-a com a virtude teológica da **caridade.**

Em Platão e Aristóteles, a benevolência para com os homens como tais não é encontrada. Em seu lugar, achamos a liberalidade (com carácter universal), e a amizade que, porém, de certo modo, se reduz a um **egotismo,** porque o bem dos amigos é considerado o bem próprio de cada um. Essa identificação, sem dúvida, implica ao mesmo tempo uma atitude altruísta; contudo, não se deve universalizá-la. Tanto mais que a amizade, na acepção antiga, presupõe um certo grau de identidade nas condições de vida e uma homogeneidade nos sentimentos. O cosmopolitismo dos Estóicos e a filantropia dos Acadêmicos levaram a uma consideração das necessidades alheias, anàlogamente à **justiça,** que zela pelos direitos dos outros.

A benevolência tende, por natureza, ao universalismo com respeito à sua aplicação; porém, aqui, surge o problema de se o homem deve um maior grau de benevolência a pessoas que lhe estão mais perto (parentes, benfeitores), do que ao resto da humanidade e se tal preferência, quando praticada, pode ser aprovada do ponto de vista moral. Mas, a questão, além de ética, implica ainda um problema psicológico: uma extensão e generalização da benevolência significa, pràticamente, uma perda de intensidade e eficiência.

Sendo que a benevolência visa o bem dos outros, é também problemático que espécie de bem, dentro dessa vasta hierarquia, tem que ser procurado em primeiro lugar. Kant afirma que é simplesmente a felicidade dos outros, já que não é possível promover o bem verdadeiro dos outros, a sua virtude, porque essa é um valor puramente pessoal.

O carácter desinteressado da benevolência foi outra questão controvertida. Hobbes quis reduzi-la ao amor para dominar; outros qualificam-na de amor próprio, sob o véu da hipocrisia. Outros afirmaram o seu carácter desinteressado. Uma certa reconciliação dos pontos de vista extremos se acha em autores modernos, que estabelecem a simpatia como fôrça motriz da benevolência, sendo que a simpatia reune o sentimento altruístico e o momento da satisfação pessoal.

Benignità (it.) = **benignidade, bondade.**

BENS — Vide **Bem.**

BENS (na Economia) — O que é apto a satisfazer uma necessidade. Há bens naturais, que são os elementos materiais ou fontes de energia, que têm uma utilidade directa ou indirecta, como o solo, o ar, a água, a luz e o calor solar. Tais bens, sob o ponto de vista econômico, não são tomados em consideração. Mas, a êstes bens naturais, juntam-se os bens produzidos, os adaptados às necessidades por meio de trabalho do homem, co-

mo a árvore cortada, o fruto colhido, a planta cultivada, o trigo convertido em farinha ou em pão, etc.

Êsses bens servem **directamente** à satisfação das necessidades, como, por exemplo, um pedaço de pão. Dissemos que servem directamente porque não exigem qualquer outro esfôrço de adaptação, senão aquêle que empregará o consumidor. Mas, há outros que servem **indirectamente,** como o arado, o caminhão, destinado ao transporte da mercadoria, como as máquinas, etc. Os primeiros são chamados **bens de consumo** e os segundos **bens de uso.** Êstes são **bens de producção, bens intermediários** ou **bens indirectos,** que os economistas costumam classificar com o nome de **bens capitais.**

Entre os bens directamente úteis, há os que são destruídos quando consumidos. São os bens que os juristas chamam de **consumíveis,** como os alimentos, e os economistas de **bens de consumo.** Outros são usados sem destruição imediata, como as roupas, os utensílios domésticos, etc. É a duração que os caracteriza, o que é importante sob muitos aspectos. Entre os bens **indirectamente úteis,** como os **bens de producção, bens capitais,** pode ser feita uma distinção: bens que desaparecem no producto acabado, como os minerais, o aço, enquanto outros podem servir mais longamente, como os edifícios para as fábricas. São os primeiros chamados pelos economistas de **capitais circulantes** e os segundos de **capitais fixos.**

Esquemàticamente, podemos classificá-los assim:

Bens naturais de utilidade indirecta e de utilidade directa.

Produzidos:

Bens de fruição: de consumo, de uso e de uso duráveis.

Bens de producção: de producção não duráveis e de producção duráveis.

Podemos ainda considerar os bens sob vários outros aspectos. Os **bens corpóreos** podem ser **móveis, imóveis** ou **semoventes. Móveis** são os que permitem uma deslocação no espaço, sem perda de suas qualidades. **Imóveis,** os que por sua natureza não podem ser transportados sem perda de suas qualidades, ou os que fazem parte do solo. **Semoventes,** os que, por acção dos seus próprios órgãos, podem transportar-se de um lugar para outro. Uma mesa é um bem móvel; um prédio, um imóvel; e um boi, um semovente.

Esta é a classificação jurídica dos bens, mas encontramos outros, como os **direitos reais** ou **pessoais,** os **direitos de passagem,** os **direitos de credor,** as **patentes de invenção,** que podem ser classificados entre os bens de um indivíduo ou de uma colectividade, como **bens activos.** No entanto, servidões, dívidas hipotecárias ou quirográficas, são inventariados como **bens passivos.** Êsses bens são considerados pelos contabilistas como **bens contábeis.** O economista não procede de outro modo e, assim como aquêle, os **balanceia,** isto é, êle põe de

um lado as obrigações activas, e do lado contrário as obrigações passivas. Desta forma, pode ter uma visão segura do **patrimônio.**

Bent (ing.) = **pendente.**

Beobachtung (al.) = **observação.**

Beraubung (al. — Vide **Privação.**

Bereich (al.) = **domínio.**

Bereichtigen (al.) = **autorizar.**

Berühren (al.) = **tocar.**

Berührung (al.) = **contacto.**

Beschaffenheit (al.) = **qualidade.**

Beschränkende Urtheile (al.) = **juízo limitado.**

Beschränkung (al.) = **limitação.**

Beschreibung (al.) = **descrição.**

Besesenheit (al.) = **obsessão.**

Besitz (al.) = **posse.**

Besoin (fr.) = **mister, necessidade como carência.**

Besonder (al.) = **especial.**

Bestehen (al.) = **subsistir.**

BESTIALIDADE — a) Tipo de conduta semelhante à das bêstas por seu aspecto irracional e repugnante.

b) Relação sexual entre o ser humano e o animal.

Bestimmen, -ung (al.) = **determinar e determinação.**

Bestimmend (al.) = **determinativo.**

Bestimmt (al.) = **determinado.**

Bestimmtheit (al.) = **determinação.**

Betasten (al.) = **tocar.**

Beweger (al.) = **motor.**

Beweggrund (al.) = **motivo.**

Bewegliches (al.) = **móvel.**

Bewegung (al.) = **movimento.**

Beweis (al.) = **demonstração.**

Beweisen (al.) = **verificação.**

Beweisführung (al.) = **argumentação.**

Bewilderment (ing.) — Vide **Confusão.**

Bewirkende (al.) = **eficiente.**

Bewusst (al.) = **consciente.**

Bewusstsein (al.) = **consciência.**

Bewusstsein Ueberhaupt — Expressão alemã, que significa consciência em geral. É a consciência concebida como uma entidade real sôbre os centros conscientes individuais.

Beziehung (al.) = **relação.**

Bezüglich (al.) — Vide **Relativo.**

Bhagavad Gitã — (Sânscrito, o canto, **gãtã,** do Bem-aventurado). Famoso poema épico, muito considerado e respeitado, não só na Índia como em outros países, o qual representa **Krishna.**

Bhakti — (Sânscrito, divisão, parte).

Bhãsya — (Sânscrito, falatório, comentário).

Bheda — (Sânscrito, diferente, distinto). Não-identidade, particularmente em referência a alguma filosofia do dualismo, que reconhece a existência de uma diferença entre a essência humana e o Absoluto.

Bhedãbheda — (Sânscrito, diferente (ainda) não diferente).

Bhuta — (Sânscrito, vir-a-ser, devir, **fieri**).

Bhutatathãtã — (Sânscrito, algo completo). O mais alto estado concebido pelo **Vijnãna-vãda,** no qual há uma completa **coincidentia oppositorum** dos sêres e elementos do conhecimento, directamente identificados com o **Adi-Buddha,** ou eterno **Buddha,** em **Vajrayãna** Budismo.

Bia, as (gr.) — **fôrça.**

BICONDICIONAL — Em Lógica, sentença conectiva, que se expressa: Se e sòmente se...

Bien (fr.) = **bem.**

Bienfaisance (fr.) = **beneficência.**

BIGAMIA — O facto de contrair um segundo matrimônio sem o término legal do primeiro.

Bild (al.) = **imagem.**

Bildung (al.) — Vide **Cultura.**

BILIOSO — a) Temperamento, que se caracteriza pela **agritude.**

b) Também se emprega para classificar o mau humor ou indisposição proveniente do excesso de bílis. Vide **Temperamento.**

Billigkeit (al.) = **eqüidade.**

BIMODAL — Curva de freqüência, em que há dois intervalos, que abrangem um número relativamente amplo de casos separados por um ou mais intervalos, com menos casos.

BINOCULAR — a) Diz-se da visão, quando ambos olhos actuam conjuntamente.

b) Chama-se **binocular** o campo visual total, percebido com ambos olhos.

O contrário é **uniocular.**

BINÔMIO — Expressão algébrica, composta da soma ou diferença de dois têrmos.

BIOFÍSICA — É a disciplina que estuda os aspectos físicos dos processos vitais.

BIOGÊNESE — Origem e evolução das formas vivas.

BIOGENÉTICA — a) Lei formulada por Serres (1860), que expressa que «o desenvolvimento embriogênico reproduz a série animal». Também expressada: «a ontogênese reproduz a filogênese».

O desenvolvimento embrionário de cada indivíduo reproduz, abreviadamente, os estados percorridos pela espécie em sua evolução. Esta é a teoria de Fritz Müller, 1864, e Haeckel, em 1866.

b) Corresponde, na Psicologia, à lei que afirma que a criança reproduz, de modo abreviado, analògicamente e não unívocamente, a história da espécie. Apesar de contestada, essa lei têm a seu favor uma série de factos, que revelam haver aspectos positivos, que devem ser devidamente precisados.

Biogénétique (fr.) = **biogenética.**

BIOLOGIA — Ciência que tem como objecto os sêres vivos, que

são examinados sob todos os aspectos em relação à sua vida. São subordinados à Biologia, a Botânica, a Zoologia, a Morfolofia, a Fisiologia, e suas subdivisões. Têrmo criado por Lamarck.

Biologie (fr. e al.) = **biologia.**

Biology (ing.) = **biologia.**

BIOLOGISMO OU NATURALISMO — a) Doutrina que subordina à vida ou à natureza humana (tomada apenas fisicamente) a explicação e a razão de ser da vida e **obras culturais.**

b) Na Ética, para esta concepção, a lei da vida é a lei da moral. Para Herbert Spencer, os factos morais estão submetidos ao interêsse da vida.

b) O bem não é o que causa prazer, mas o que favorece o desenvolvimento da vida do indivíduo e da espécie. É por servir a êsse fim que sentimos prazer.

Há um progresso constante do egoismo para o altruísmo, o que evidencia um perfeccionismo crescente. Êsse desenvolvimento evolutivo predispõe um prazer ao servir os interêsses colectivos e sociais. O prazer tem, assim, um papel secundário ante essa concepção, que apresenta positividade, mas, por excluir outras, é conseqüentemente abstracta.

Jean Marie Guyau fundou a **moral da vida** (1854-1888). Para êle, a lei da vida é a acção, e não a busca do prazer. O prazer surge da realização do homem. Em vez de dizer: «devo, portanto posso», é mais verdadeiro dizer: «posso, logo devo». Por poder ser mais perfeito, deve o homem ser mais perfeito. A moral de Guyau é o fundamento da moral dos libertários e anarquistas. O homem pode não crer mais em Deus, mas o homem pode ser mais perfeito. Logo, deve tudo empreender para alcançar essa perfeição. Se pode, deve; é a sua máxima.

BIOMETRIA — É a aplicação da estatística em geral e das medidas às estructuras e funções dos organismos vivos em geral.

BIOMORFISMO — Concepção, que pretende reduzir os fenômenos psicológicos e sociais, e até alguns fenômenos físicos, a efeitos formais especiais da vida.

Biomorphique (fr.) = **biomórfico.**

BIONOMIA — Ciência que estuda as relações e as normas (gr. **bios,** vida e **nomos,** normas), que mantêm entre si os organismos e com o meio circunstancial, onde existem.

BIONÔMICAS (FÔRÇAS) — Fôrças extra biológicas, as quais influenciam a direcção e o desenvolvimento da vida: tôdas as fôrças físicas, químicas, que afectam os organismos vivos de algum modo.

BIONÔMICOS (FACTÔRES) — Não devem ser confundidos com as **fôrças bionômicas** (Vide). Os factôres bionômicos correspondem às causas intrínsecas, que constituem a emergência dos sêres vivos. Mais, tais factôres incluem, no seu actuar, elementos predisponentes, já sedimentados na natureza global do indivíduo vivo, provindos, em suas origens próximas, dos **factôres predisponentes** (Vide).

Bionomics (ing.) = **bionomia.**

Bionomie (fr. e al.) = **bionomia.**

BIOPSÍQUICO — Diz-se da relação entre os fenômenos psíquicos com o organismo vivo.

BIOQUÍMICA — Parte da Química, que estuda os processos vitais, quìmicamente.

Bios (Em grego, **vida**). Prefixo para construcção de muitos têrmos, como **biologia, biogênese, biografia,** etc.

BIO-SOCIAL (Do gr. **bios,** vida). Diz-se das relações sociais, quando determinadas pelos **factôres biológicos.** Também para os organismos, que oferecem uma utilidade social ou um significado social, como os animais domésticos, os escravos na escravidão, etc.

BISOGNO (it.) = **mister, necessidade como carência.**

BIOTIPO — (Do gr. **bios,** vida e **typos,** espécie, tipo). Diz-se **biotipo,** quando um grupo de organismos, de origem comum, apresentam o mesmo complexo de factôres hereditários.

BISSEXUALIDADE — Psicològicamente, há bissexualidade, quando, no indivíduo, se percebe a coexistência de característicos anatômicos ou psicológicos, que pertencem a ambos os sexos. Patològicamente, é a anormalidade sexual, na qual o indivíduo revela atracção igual ou de igual intensidade pelos membros de ambos os sexos. Vide **Hermafroditismo.**

BIZARRIA — Vide **Honra.**

Blending (ing.) = **confusão.**

Blessedness (ing.) = **beatitude.**

Blindheit (al.) = **cegueira.**

Blindness (ing.) = **cegueira.**

Blödsinn (al.) = **demência.**

Blödsinnig (al.) = **idiota.**

Bloss (al.) = **puro.**

BOA CONSCIÊNCIA — Vide **Consciência.**

BOA VONTADE — Vide **Vontade.**

BOCARDO — Em Lógica, modo válido da terceira figura, que se reduz a Barbara pelo absurdo:

Algum M não é P.
Ora, todo M é S.
Portanto, algum S não é P.

Bodhisattva — (Sânscrito) — a) Existência num estado de sabedoria, o qual foi conseguido por **Gautama Buddha.** b) Um budista reto e um homem completo.

Body (ing.) = **corpo.**

BOLCHEVIQUE — A origem etimológica dessa palavra é do russo **Bolshinstvo** (maioria). No segundo congresso do partido social-democrata russo, realizado em Bruxelas e em Londres, em 1903, manifestou-se uma maioria radical, liderada por Lenine, que tomou o nome de **bolcheviques.**

Os **bolcheviques** eram marxistas, e caracterizavam-se pela decisão de romper a cooperação com os partidos burgueses, e pela criação de um partido centralizado, que aceitasse apenas em

suas fileiras revolucionários profissionais. Êste núcleo foi a formação do totalitarismo marxista. Quando da tomada do poder, em novembro de 1917, o **bolchevismo** intitulou-se como o mais perfeito representante do **marxismo** e considerou suas práticas como genuinamente decorrentes daquela doutrina.

BOM — Adjectivo, que acompanha o têrmo «Bem» (Vide) em seus vários sentidos e serve, além disso, para designar um hábito moral, que consiste na tendência de praticar o bem, especialmente com respeito à felicidade dos outros (Vide **Benevolência**). (Uma pessoa, que possui um bom coração).

«Bom» também pode significar uma aptidão para um certo fim, como ao dizer-se que algo é bom para fazer isto ou aquilo.

BOM-GÔSTO — a) Diz-se do que revela agradabilidade, e é apropriado, referente ao comportamento, à linguagem, ao gesto, ao modo de vestir.

b) Também a qualidade que consiste em escolher o melhor.

BOM SENSO — a) É o senso comum em bem julgar nas questões concretas, que se atribuem a todos com maior ou menor intensidade.

b) Empregado, também, para designar as pessoas em seu estado normal. Daí dizer-se, quando alguém é tomado pela paixão ou pela cólera, que perdeu o **bom-senso.**

c) Também se emprega para aquêles que falham em seus julgamentos. Diz-se, então, que tem ou não tem **bom-senso.**

d) Descartes chama, assim, a faculdade de saber julgar bem e distinguir a verdade do êrro e cita, expressamente, como sinônimo, a «razão», dizendo que essa faculdade, naturalmente, é igual em todos os homens. Mas, essas duas palavras têm actualmente sentidos diferentes. «Bom senso» agora não significa mais a faculdade natural, que é igual em todos, mas uma disposição de ânimo especial que ajuda para «julgar bem» (uma **equanimidade**, etc). de índole puramente subjectiva, ao passo que a «razão», para nós, é a faculdade racional do carácter objectivo e universal.

Em vista disso, «bom senso» se opõe: 1) à loucura ou estados análogos (cólera, ebriedade, etc.) e 2) à falta de critério como estado permanente, como em um espírito leviano ou pervertido.

Bon (fr.) = **bom.**

BONDADE — a) É a qualidade do que é **bom.** Para Platão é extensivo com o Bem. A bondade é um valor.

b) Emprega-se, também, o têrmo para indicar o carácter das pessoas compassivas, sensíveis aos males alheios e que procuram meios para aliviá-los.

É o «**bom**», quando encarnado em uma pessoa (Vide **Bem**), mas geralmente com restrição à região dos sentimentos e, por isso, não completamente dentro da qualificação moral, como a **vir-**

tude. Manifesta-se em forma de uma sensibilidade pronunciada à dor alheia e no desejo de remover tudo que possa motivar malestar aos outros e de promover a sua felicidade.

Bonheur (fr.) = **felicidade.**

Bonitas (lat.) = **bondade.**

Bon sens (fr.) = **bom sentido.**

Bontà (it.) = **bondade.**

Bonté (fr.) = **bondade.**

Bonum — Têrmo latino, que significa **bem**, valor. Vide **bem.**

Bonum Vacans — Têrmo jurídico, que significa um bem sem proprietário, nem possuidor. Emprega-se na Filosofia, metafòricamente, para indicar o que é omitido por uma classificação, o que permanece fora do campo de qualquer estudo.

Boulesis (gr.) = **desejo voluntário.**

Boulesthai (gr.) = **querer.**

Böse (al.) = **mal.**

BRADIARTRIA — (Psic.) — Perturbação de linguagem, devido a lesões cerebrais, que consiste numa lentidão anormal na articulação. Diferencia-se de **BRADILOGIA**, por ser devido a lesões cerebrais, enquanto nesta não há lesões.

BRADILOGIA — (Psic.) — Forma de **dislogia,** que consiste na pronunciação tardia, devido algum defeito funcional.

Brahmá — Deve-se distinguir **Brahmá** e **Brahman.** Brahmá é o princípio criador do universo, a figura principal da trindade hindú (**trimurti**). **Brahman** é a alma do mundo, impessoal, panteística, é neutra.

Brahmá sutras — Compilação aforística de **Badará yanna,** por meio da qual se sistematiza a filosofia dos **Upanishades.**

Brama — Vide **Bramanismo.**

Bramamtip — O mesmo que **Bamalip.**

BRAMANISMO — É uma fórmula filosófica da antiga Índia. que, segundo os documentos que dispomos, inaugura a especulação filosófica no **Rig-Veda,** que é uma coleção de hinos do segundo milênio antes de Cristo.

Essas especulações filosóficas, teológicas e éticas foram realizadas e expostas pela classe sacerdotal de então, os brâmanes. **Brâmane** é uma palavra mágica, que quer dizer a fôrça do saber, poder superior, que é o ponto de partida para um saber metafísico. Posteriormente, esta palavra tomou o sentido do absoluto, da alma do mundo, do panteísmo impessoal, sendo **brahman** a meta final dos **vedas** e dos **upanishades,** que são coleções não sistemáticas de textos, que vão de 800 a 300 anos antes de Cristo.

Nos primeiros trabalhos do **Rig Veda** já se observa uma tendência à unidade. As fundamentais perguntas são sôbre a origem do mundo e o deus desconhecido, e o exame do poder mágico dos ritos, que simbolizam a criação do mundo. **Brahman** identifica-se com **Ahtman,** que é o eu mais neutramente considerado. Desta alma, desceu **Ahtman.** Todos participam dêle e daí a fra-

Estudantes de Teologia, no século XIII

David Hume

René Descartes

se hindú **ayman ahtma brahma; tat tvam asi,** ou seja, eu tenho a alma de Brama, portanto sou igual a êle, eu me identifico com o divino.

Nos **Upanishades** antigos, 800 a. C., «Brama é o universo, e a minha alma é brama». O que se distingue do **brama ahtman** é doloroso, e para que alguém alcance a existência futura dependerá de uma acção moral **(karma),** mas essa marcha para Brama dá-se através de formas evolutivas da metempsicose **(sânsara).** A salvação final, portanto, será a libertação do **sânsara.** Nos **Upanishades** recentes, que são próximos à nossa era, as especulações filosóficas se processam sôbre o valor da realidade, na busca de um caminho para o absoluto **(Yoga),** e Deus já é examinado como algo transcendente (teísmo). Dos trabalhos realizados pelos **brâmanes** é que vão surgir tôdas as posteriores correntes do pensamento hindu, que são chamados os **seis sistemas.** Vide: **Filosofia hindu,** na **Sinopse da História da Filosofia.**

BRUTISMO — Têrmo criado por Saint-Simon para indicar a mecanização do homem, e também, sobretudo, para indicar os animais-máquinas.

Saint-Simon chamava de **brutistas** aos sábios que apenas se dedicavam ao estudo da matéria bruta, como certos físico-químicos, que procuram reduzir os fenômenos vitais à físico-química.

BRUXARIA — Popularmente, é o emprêgo de conhecimentos misteriosos, por meio dos quais se pretende obter a conivência de espíritos malignos. Vide **Magia.**

BUDA — Vide **Budismo.**

BUDISMO — Em linhas gerais, chama-se **budismo** o resultado dos ensinamentos e das pregações que **Gautama Buda** (480 a. C.) produziu sôbre temas filosóficos, religiosos, éticos, sociológicos, etc. O **budismo** origina-se de uma seita do **bramanismo.** Em sua forma mais antiga, apresentava-se como uma doutrina da salvação. Fundada na metempsicose (emigração das almas), estabelecia quatro verdades fundamentais, que eram as seguintes: 1) a vida humana é apenas dor, porque tudo é passageiro, não há nenhum fundamento útil, firme, não há nenhuma substância, porque tudo flui. Nem a alma, nem o eu existem fora da mutação de tôdas as coisas.

2) A dor tem sua origem no desejo e no apetite dos sentidos. Há velhice e há morte, porque há nascimento, e tudo isso porque há o **devir** (vir-a-ser).

3) A anulação da dor é alcançada pela anulação do desejo, que pode ser conseguida parcial ou totalmente. O ideal supremo de tôda doutrina é o **nirvana,** que é a anulação do desejo. O nirvana não é pròpriamente o nada, mas apenas o estado, onde não há mais deficiências nem dor. Pela nossa conceituação se alcança ao **nirvana,** apofàticamente, isto é, por negações, sem que se possa estabelecer em que positivamente êle consiste. No entanto, pode-se dizer que o **nirvana** é um estado paradisíaco.

4) Para alcançar o **nirvana** existem oito caminhos, que têm as exigências do **yoga.** As exigên-

cias éticas são apenas meios para remover obstáculos.

O budismo é classificado, històricamente, em **budismo meridional,** ou do **pequeno veículo (hinayana),** e o **budismo setentrional,** ou do **grande veículo (mayaiana).** O primeiro é uma visão sistemática da antiga concepção budista; no segundo, passa-se da veneração do Buda histórico para o Buda divino, puramente espiritual. Esta é uma doutrina **panenteísta.** Vide **Panenteísmo.** Pela doutrina do **hinayana,** do pequeno veículo, só os monges alcançavam o **nirvana,** enquanto pelo **mayaiana,** a budificação pode ser alcançada pelo leigo.

Entre os grandes budistas podemos citar **Sunyavada, Iocacara, Saltrantika, Bhasika,** etc.

O **budismo** teve e tem sua influência na Índia, mas em maior escala no Tibete e na China.

BULIMIA — (Pric.) — Fome exagerada de origem mórbida.

Buono (it.) = **bom.**

BURGUÊS — Vide **Burguesia.**

BURGUESIA — a) O têrmo burguês vem de **Burgos,** e era usado para intitular os habitantes dos burgos medievais. Nos séculos XVII e XVIII, tornou-se sinônimo de patrão em sentido patriarcal. Durante a revolução francesa, adquiriu o sentido político e social de classe média, a que permanecia entre a nobreza e a classe trabalhadora. Com o desenvolvimento do moderno capitalismo e a crescente diminuição e desaparecimento da hereditariedade aristocrática, teve a burguesia um grande desenvolvimento, distinguindo-se, cada vez mais, da classe proletária, e incluindo, nela, a capitalista, a industrial, a comercial e a financeira, que exerceram um extenso e intenso contrôle da indústria, do comércio, da agricultura e das finanças.

A burguesia subdivide-se em **alta burguesia,** que é composta dos possuidores dos mais altos padrões de vida, e **pequena burguesia,** que é a que lhe fica imediatamente abaixo.

b) Em sentido estrito, na teoria do **materialismo histórico,** é a classe urbana de comerciantes, banqueiros, empresários em geral, que, tornando-se poderosa nos fins da Idade Média, graças ao desenvolvimento da técnica, alcançou o poder econômico, terminando por suplantar o **feudalismo** não só econômica como politicamente.

BURIDAN (Argumento) — Argumento em favor da **liberdade de indiferença,** como vimos em **Argumento de Buridan.** Propõe-se que um asno, colocado à igual distância de uma tina dágua e de um monte de feno, se faminto e sequioso, sendo determinado, morreria de fome e de sêde em vista da equivalência da determinação, sem possibilidade de decidir-se. Defensor da liberdade de indiferença, atribuem-lhe êste argumento para provar que, no equilíbrio de motivos opostos, há o exercício da vontade livre.

Jean Buridan é do XIV século, e foi um dos mais famosos **nominalistas** dêste período.

C

C — Na Lógica, esta letra, quando colocada no começo de um nome de silogismo, indica que o mesmo refere-se a **Celarent,** e quando figura no corpo do nome, que êsse silogismo só pode referir-se à primeira figura, por meio de um raciocínio **ab absurdum.** Vide **Argumento ab-absurdum.**

CÁBALA — Do hebreu **kabbalah,** que significa **obra recebida. Cábala** é uma obra filosófica hebraica, cuja data de realização é desconhecida, na qual há o resumo da tradição secreta, existente desde as origens do povo hebreu. Nos séculos IX e XIV de nossa era, esta doutrina foi escrita, tendo surgido, neste período, os seus grandes teólogos. É uma doutrina misteriosa emanatista. Entre os seus expositores, temos de salientar **Isaac Ben-Salomão Israel Saadja, Avicebron (Ibn Gebirol),** nascido na Espanha (1020-1070 aprox.), platônico, autor de **Fons Vitae,** que teve grande influência na escolástica, e **Moisés Maimônides de Córdoba** (1135-1204), de pensamento aristotélico, e que também influiu na escolástica.

Chama-se, também, de **Cábala,** a doutrina esotérica exposta nessa obra, a qual propõe um método para decifrar o sentido secreto da Bíblia. É uma doutrina emanatista (V i d e **Emanação**), examina o simbolismo dos números e das letras, e parte do ponto de vista de que o homem é o **microcosmos.**

CABALISTA — a) Filósofo que estuda e desenvolve os temas fundamentais da Cábala, dando-lhe conteúdos teóricos.

b) Também usado para referir-se à arte de evocar sêres fantásticos, c) e para expressar aquêles que têm um pensamento obscuro ou também calculista.

CAÇA DE PAN — Expressão criada por Bacon para referir-se aos processos experimentais, que tendem a explorar a natureza com a finalidade de constatar factos, a fim de permitir, mais fàcilmente, a interpretação dos mesmos.

CACOGÊNESE — (Do grego **kakós,** mau, ruim e **génesis,** nascimento). a) Estudo dos efeitos de baixa hereditariedade.

b) Na Estética, estudo da formação e motivos que geram ou explicam a presença de caracteres e sinais de mau gôsto e até sórdidos na obra de arte.

CADUCIDADE — (Do latim **cadere,** cair). Carácter do que é caduco, do que dura pouco, do que cai, do que não tem solidez ou firmeza. Os sêres físicos e os sêres vitais do mundo cronotópico não subsistem perenemente, e são, naturalmente, caducos por serem transitórios. Conseqüentemente, são caducos os valôres que captamos nas coisas, que constituem o nosso mundo, o mundo que nos cerca. Pode-se falar, portanto, na caducidade dos juízos de valor, quando meramente estimativos das nossas valorizações e desvalorizações. Contudo, os juízos ontológicos, quando rigorosamente construídos, não são caducos, porque valem e perduram, independentemente da caducidade das coisas finitas.

CADUCO — (Do latim **cadere, cair**). O que não é firme, o que é transitório.

CÁLCULO — (Do latim **cálculus,** pedrinha) — a) Método organizado para resolver problemas ou para esboçar inferências, através da manipulação de sinais, de acordo com regras formais.

b) Na Matemática, a palavra **cálculo** tem diversas aplicações específicas; ora refere-se às operações aritméticas, ora às operações de análise matemática, como **cálculo diferencial, cálculo integral,** etc.

c) Usado, também, para referir-se ao sistema **logístico** (Vide **Logística**), com o qual se identifica.

Calculus (lat.) = **Cálculo.**

CALEIDOSCÓPICO — a) Em Ótica, tubo no qual se acham duas ou três lâminas de espelho, inclinadas de modo a formarem um triângulo, fechado numa das extremidades por dois vidros brancos, redondos, com um pequeno intervalo entre si, que se enche de pequenos objectos de diversas côres, tais como fragmentos de vidro, missangas, papelinhos, etc.

Êstes objectos, refletindo-se nos espelhos, produzem, em virtude do movimento rotatório, que se imprime ao óculo, uma caprichosa infinidade de desenhos regulares, e muito agradáveis à vista, que podem ter utilidade na indústria (Caldas Aulete, «Dic. contemporâneo»).

b) Adj. Emprega-se para indicar o carácter de certas mudanças e transformações dos tipos dos sêres vivos.

CALEMES outro nome de **Camenes.**

CALENTES outro nome de **Camenes.**

CALMA — Sentimento de repouso, contrário ao de excitação (Vide **Quietude**).

CALOLOGIA — (Do gr. **Kalós,** belo). Estudo da beleza no mundo sensível, nas idéias e no carácter.

CALOTRÓPICO — Influência que exercem os gostos estéticos de um espectador na sua própria observação.

CALÚNIA — É a falsa imputação que ofende a reputação de alguém. Á palavra **calúnia,** pelo seu sentido axiológico, tem emprêgo na Ética para significar a difamação infundada, e que revela o estado de ânimo de quem a profere, como, também, é empregada na Filosofia, em geral, para as atribuições falsas a alguma coisa, como atribuição a uma doutrina de aspectos que a desvalorizam, realmente não constituintes da mesma, mas que facilitam aos adversários combatê-la, fundados na afirmação caluniosa.

É o que se vê em certas manifestações de **ignoratio elenchia.** (Vide).

Há calúnia, quando adversários de uma doutrina fazem afirmações, não só geradas por ignorância, mas, muitas vêzes, de má fé, aproveitando-se de um preconceito falsamente atribuído à doutrina em questão, com a finalidade de mais fàcilmente combatê-la.

CALVINISMO — Nome que se dá à corrente teológica de Jean Calvin (1509-1564). O pensamento calvinista constitui um sistema, no qual Deus é o centro de tudo quanto acontece, que sucede segundo a vontade de Deus, não só quanto aos factos cósmicos, como, também, aos humanos, todos dependentes dêle.

Cambiamento (it.) = **mudança, alteração.**

CÂMBIO — Vide **Mutação.**

CÂMBIO CULTURAL — Tendência a modificar, no decorrer do tempo, os traços característicos de um ciclo cultural. Emprega-se, também, neste sentido, a expressão **evolução cultural,** que afirma que as culturas são dinâmicas e não estáticas.

CAMENES — Modo da quarta figura, que se refere a Celarent, pela transposição das premissas e pela conversão da conclusão.

Todo P é M;
Nenhum M é S;
Logo, nenhum S é P.

CAMENOS forma subalterna de **Camestres.**

CAMESTRES — Modo da 2.ª figura, que se relaciona a Celarent pela transposição das premissas, e pela conversão da menor e da conclusão:

Todo P é M;
Ora, nenhum S é M;
Logo, nenhum S é P.

CAMORRA — (Antropologia) — a) Organização secreta criminosa, fundada em Nápoles, em 1820.

b) Têrmo empregado para indicar organizações secretas criminosas ou com finalidades apenas de beneficiar aos membros que a compõem.

CAMPO — Diz-se do conjunto de fenômenos ou dados gerais, que estão inclusos no âmbito limitado de uma investigação determinada.

CAMPO DA ATENÇÃO — (Psic.) — Número de objectos que podem ser apreendidos ou percebidos pela atenção, durante um determinado instante, como uma olhadela.

CAMPO AUDITIVO — (Psic.) — Extensão ou distância entre o limite superior e o inferior de um contínuo tonal.

CAMPO DA CONSCIÊNCIA — (Psic.) — Diz-se da totalidade de experiências num determinado momento e também onde se dão essas experiências.

CAMPO VISUAL — Totalidade dos estímulos que actuam sôbre o ôlho imóvel em um momento determinado.

Can (ing.) = **poder.**

CANIBALISMO — (Antropologia) — Prática de comer a carne humana para alimentar-se, mas freqüentemente para vingar-se do inimigo, ou incorporar em si as qualidades da vítima, através de um ritual religioso.

CÂNONE — a) Regra geral que pode ou que deve ser aplicada a uma matéria especial.

b) Na Lógica, Stuart Mill chama, assim, as cinco fórmulas por êle estabelecidas, que visam excluir que o mais conhecido seja explicado pelo menos conhecido (os verdadeiros **cânones** da filosofia inductiva).

c) Nas artes plásticas, chamam-se cânones as regras das proporções de um corpo.

d) Também é o nome geral para as obras dos autores clássicos; essa acepção se apoia no nome **Kanone** dado, originalmente, a uma lista de autoria de Aristarco, que reune os nomes dos autores clássicos, dignos de serem tomados por modêlo. Dêsse emprêgo da palavra se deriva o uso que também encontrou na Teologia, significando o conjunto dos livros bíblicos considerados autênticos.

CANÔNICO (Direito) — Direito eclesiástico católico, elaborado pelos concílios e pelos papas.

CANÔNICO (Direito) — Diprescrições dadas pelos concílios e pelo Sumo Pontífice, visando a administração da Igreja Católica Romana, como corporação externa, e as suas relações com as autoridades seculares. O Direito Canônico não inclui decisões do campo dogmático. Até há pouco uma colecção de difícil manejo, o Direito Canônico foi levado, finalmente, a uma codificação, promovida pelo Cardeal Gasparri, resultando disso o «**Codex iuris canonici**».

Canonique (fr.) = **canônico.**

CAOS — (Do gr. **Khaos,** que significa o que não tem formas, o que é confuso, o desordenado, o absolutamente sem leis).

a) Para os gregos, **caos** era o que preexistia ao mundo actual. Etimològicamente, a palavra significa **abismo.**

b) No livro da Gênesis, é a mistura confusa dos elementos do mundo, antes de receberem uma ordem, uma causa eficiente ordenadora.

c) No pitagorismo, é o que ainda não recebeu a ordem. O que recebeu a ordem é o **Cosmos** (do gr. **Khosmos**) (vide).

d) Por metáfora, emprega-se esta palavra para referir-se a um

conjunto de idéias desordenadas e desbaratadas.

e) Em Estética, o momento que antecede a criação. Na criação estética, a imaginação criadora dá uma ordem a elementos dispersos. Êstes elementos, em face da nova ordem, correspondem, analògicamente, ao **caos,** daí poder-se falar na passagem do **caos à criação** (na Estética).

CAPACIDADE — a) Habilidade, potencialidade, poder ou talento para realizar algo, ou para sofrer algo. Capacidade pode ser activa, a de realizar, ou passiva, a de sofrer.

b) Na Psicologia, significa: aptidão (sensibilidade, memória, talento, etc.).

c) Na ordem material, chama-se de **capacidade** o conteúdo de um recipiente, ou o conjunto de certas formas de energia, como capacidade calórica.

d) Na ordem jurídica, o conjunto de direitos que alguém tem ou pode ter, por sua condição real. Daí falarem-se em capacidades físicas, mentais, etc.

CAPITAL — a) Como adjectivo significa, axiològicamente, o que é mais importante, o essencial de alguma coisa.

b) Como substantivo, na Economia, significa o conjunto das riquezas, que podem servir à producção de bens de consumo ou de rendas. Em linhas gerais, **capital** é tôda riqueza que não se destina ao consumo imediato, mas sim à producção de outras riquezas.

Conceito de CAPITAL na Economia: No sentido vulgar, o têrmo **capital** tem uma acepção muito vasta e de contornos indefinidos. Capital vem de **caput** (em latim, **cabeça,** e indica o **principal,** o que está acima de tudo). Para uns, é o conjunto dos bens aplicados à producção, para outros, incluem-se em seu âmbito até bens não econômicos, como **capital intelectual.** Para o industrial é o conjunto de seu estabelecimento, máquinas, estoques, etc. Para outros, apenas os valôres monetários, etc.

O conceito de Capital: Imaginemos um homem que trabalha para a consecução de bens, a fim de satisfazer as suas necessidades. Apanha os frutos das árvores, colhe-os, dêles se alimenta, caça, etc. Mas, imaginemos que um dia desvie **parte de seu tempo de trabalho** para a construcção de um instrumento que lhe permita melhorar a producção, obter mais bens que lhe resultem aumentar as possibilidades de acquisição daqueles. Para construí-lo, teve êle de trabalhar **um número maior de horas** suplementares, ou teve de devotar parte de seu trabalho na confecção do mesmo, diminuindo, assim, o rendimento de bens necessários ao consumo, por ter reduzido seu tempo de trabalho, ou teve de **poupar** bens suficientes que lhe permitissem desviar seu tempo para a confecção do instrumento.

Com êste, no decorrer do tempo, obterá bens mais numerosos, na mesma quantidade de trabalho, por meio dêsse **capital.**

O capital está incluído no conjunto dos fenômenos econômicos e apresenta-se como resultado de um **cálculo,** de uma comparação

entre as satisfações presentes e as futuras: conseqüentemente, na conveniência de sacrificar bens presentes, já adquiridos ou por adquirir, para devotar o trabalho à realização dêsse novo elemento, que permitirá, no **futuro,** obter maior quantidade de bens ou de melhor qualidade.

O preço está ligado ao carácter econômico dos bens, isto é, à sua limitação ou raridade. Todos os bens limitados e raros têm um preço. No caso exposto anteriormente, para exemplificar a formação de um capital, era o homem obrigado a sacrificar bens poupados, ou então, ceder parte do seu trabalho, com sacrifício da satisfação das suas necessidades ou a aplicar maior soma de trabalho para obtenção dos utensílios que lhe eram necessários.

É o capital um bem ou bens que sofreram alterações mais ou menos profundas, com o fim de servir para o aumento quantitativo ou qualitativo de novos bens.

Assim, todo capital **custa,** é um bem limitado, raro.

Conceito e forma do Capital: Para estudar concretamente o **capital,** é necessário expor em geral abstractas, apresentadas pelos economistas.

Vejamos as noções dominantes, segundo Perroux:

1) **As noções contábeis.**

Sob êste ponto de vista, o capital é definido como o conjunto de valôres monetários, tornados constantes pela prática da amortização.

Numa indústria, as máquinas, os estabelecimentos, os utensílios, etc., são bens **perecíveis,** quer em sua **materialidade** (uma máquina se usa, um instrumento se gasta), quer em sua **eficacidade econômica (envelhecimento** das máquinas em conseqüência de certos progressos técnicos).

Desta forma, nos balanços anuais, uma soma determinada, julgada suficiente para que sejam reconstituídos os bens que se usam, é **debitada** sôbre o producto de uma emprêsa. Assim, o capital permanece **constante, permanente, invariante,** como o expressam muitos economistas.

Essa constância é, entretanto, avaliável, porque se podemos **prever** exactamente a usura (de uso) de uma máquina, não podemos prever com a mesma exactidão, as transformações técnicas.

Essa noção de capital está visceralmente ligada à de renda.

A renda é um conjunto de valôres monetários que um indivíduo obtém do emprêgo de sua fôrça de trabalho, e que pode ser empregada em bens de consumo, sem que seja atingido o capital, se o indivíduo o tiver.

No caso dessa noção de capital, que ora estudamos, a renda é um **excedente** de valôres monetários.

É fácil ver-se que através dessa noção, o capital e a amortização dependem da vontade do agente econômico, que, premido por diversas circunstâncias, poderá reduzir, na prática, as amortizações.

2) **As noções técnicas.**

Os economistas, que expõem tècnicamente a noção de capital, argumentam com a divisão entre **bens directos** e **indirectos.** Os primeiros são os bens de consumo, os segundos os de producção. Assim, na producção de um bem de indústria extractiva, como um cereal, a semente, a terra, a luz, as máquinas, que depois o transformam, são **bens indirectos.**

Para combater essa doutrina, bastaria perguntar se poderíamos pôr na mesma classificação as propriedades físicas e químicas do solo, da água, da luz com as máquinas e utensílios.

Os economistas clássicos inglêses definem o capital como o **conjunto de bens de producção já produzidos.** São êsses bens os que tendem a uma transformação material de outros bens e que têm a virtude de aumentar a propriedade dêsses bens em satisfazer as necessidades humanas.

Assim, o conjunto dos bens produzidos é o resultado de uma combinação de factôres naturais e do trabalho. Dessa forma, **excluem as propriedades naturais e gratuitas dos bens indirectos,** evitando a noção que acima expusemos.

Por essa explicação, são distinguidos um **dom gratuito e um esfôrço.**

Contudo, é difícil distinguir o **factor de o elemento natural.**

Imaginemos uma queda d'água. Pela intervenção humana, é transformada em fôrça motriz. As propriedades físicas e químicas da água formam o factor natural. Mas o esfôrço humano a transformou. Como distinguir aqui o factor humano de o elemento natural?

Não nos revela tal facto a preocupação abstractista dos economistas em querer separar? Não é preferível compreender **concretamente** o capital?

Para solucionar as dificuldades surgidas a escola austríaca de Bohn Bawerk concluiu que o capital técnico é o **conjunto dos bens indirectos ou intermediários que, através de rodeios productivos fecundos, e mediante uma diminuição de tempo, têm a virtude de tornar mais productivo o trabalho humano.**

Tomemos um homem que tem uma obra a executar. Antes de fazê-la, prepara-se para construir instrumentos, que tornarão mais fácil e eficiente o seu trabalho. Com isto, poupa tempo e aumenta a productividade do mesmo. Tais análises permitiram à escola austríaca formular, embora abstractamente, uma noção do capital tècnicamente considerado.

Vimos, assim, que o acto de producção é uma combinação de factôres naturais, **capital** e **trabalho,** e o resultado é um **producto.** Uma fração dêsse producto global é imputável a cada factor. Os três são necessários para a integralidade do producto, mas se pode determinar (abstractamente, é lógico) uma fração do producto para tal ou qual factor.

Até aqui ficamos na noção **técnica do capital.** Vejamos agora as:

3) **Noções jurídicas do capital.**

É o capital, sob o ângulo desta noção, um conjunto de valôres monetários, que, numa organização jurídica e social determinada, oferece a particularidade de fornecer, **a quem o possui,** uma renda sem trabalho **actual** (em acto).

Entendia Adam Smith por capital **todo bem que permite obter renda.** Por isso não distingue a noção **técnica** e a noção **jurídica.**

Dessa forma, a noção de capital, jurìdicamente considerado, é mais ampla que a de capital tècnicamente considerado, porque, além de incluir os capitais técnicos, inclui ainda os direitos reais, a terra, etc.

A renda, para a noção jurídica, está coordenada com a mesma noção. A renda é **sem trabalho actual.** E como se pode dar tal renda?

Pelo **empréstimo,** decorrendo dêle um juro, pela **inversão** (ou investimento) na emprêsa, para obtenção de benefícios, comprando trabalho humano, etc.

4) **A inclusão do tempo na noção de capital e renda.**

Irving Fischer, economista americano, faz as seguintes observações:

a) que o capital não é um grupo de bens determinados em relação a outros bens, mas o **conjunto de todos os bens existentes num dado instante;**

b) que a **renda é o fluxo de serviços que decorrem dêsse conjunto de bens durante um período de tempo.**

Quanto ao **capital,** nada de novo, pròpriamente, nos conta Irving Fischer.

Uma série de problemas surgem quanto ao capital. Entre êsses, poderíamos citar: como decorrem serviços de certos bens? Por que certos bens têm a propriedade de aumentar os serviços tirados pelo homem de outros bens?

Essas perguntas e essas dificuldades, que assaltam aos economistas, decorrem de uma concepção meramente **quantitativa do capital.** Ao formar-se uma nova **estructura,** com uma nova forma, novo ser, tem ela uma tensão (coerência) diferente, nova, que não é apenas uma soma das tensões das partes componentes, mas especìficamente **diferente.** Assim, a tensão do corpo de um homem não é apenas uma soma das tensões dos **sistemas** que o compõem. É **diferente.** Um bem produzido, não é apenas o que é quantitativamente, mas diferente. E quando pôsto em acção, pode êle produzir outros, cuja estructura, ou plano, tem possibilidades novas e muitas vêzes diferentes ou maiores que as que compõem as suas partes.

Um bem pode, dêste modo, permitir que aumentem os serviços tirados pelo homem de outros bens.

As quatro noções que expusemos do capital dão apenas aspectos **abstractos.** São verdadei-

ras em suas afirmações, mas falsas quando negam as outras; isto é, quando querem anular as afirmações das outras noções. Elas se completam, sem, na realidade, se oporem. O conjunto dessas quatro noções nos permite formar uma noção mais concreta do capital.

Uma rápida digressão será conveniente fazer.

Quando o primeiro homem percebeu que, com o auxílio de certos objectos, podia aumentar sua productividade, **criou** êle o **capital.** Mas, nesse mesmo instante, criou êle uma série de possibilidades novas, porque já no primeiro instrumento de trabalho estava, **em potência,** todo o desenvolvimento que conhecemos no homem moderno. Considere-se êste facto. O capital é **também** suas possibilidades, e permite êle que se **actualizem** possibilidades de bens que, sem êle, não poderiam actualizar-se. Por isso é que certos bens têm a propriedade de aumentar os serviços que o homem tira ou pode tirar dos outros.

Examinemos sucintamente a noção geral de capital em face dos diferentes sistemas econômicos.

Em todos os sistemas econômicos o capital, em seu sentido técnico, está presente.

Numa economia fechada, os capitais técnicos estão presentes, embora o capital jurídico não tenha tanta importância. Numa **economia socialista,** o capital jurídico é eliminado para subsistir apenas o capital técnico. Mas é preciso que essa economia socialista seja plenamente socialista. No caso soviético, há rendas sem **trabalho actual,** como bônus, empréstimos, juros, etc.

A polêmica entre socialistas e liberais pode ser agora bem compreendida. Quando os socialistas propõem-se a suprimir o **capital,** querem suprimir o **capital jurídico.** E quando os liberais afirmam que «o capital é eterno», fundam-se no **capital técnico para justificar o jurídico.**

Assim ambos empregam a mesma palavra para significar realidades diferentes. Ambos concordam na impossibilidade de suprimir o **capital técnico,** mas, em suas intenções, um ataca o que o outro quer defender.

Concretamente, **capital** é o valor ou o conjunto de valôres econômicos indirectos, que permitem aumentar, actual ou potencialmente, a productividade do trabalho, ou criar a renda sem trabalho actual.

Capitais fixos e capitais circulantes: Antes de dar os enunciados dessas duas espécies de capital, façamos um exemplo. Um criador tem muitas cabeças de gado, algumas êle destina para os trabalhos de campo e para o serviço de agricultura, parte leva para o mercado para vender.

Para Adam Smith, o primeiro gado é capital fixo, e o que é vendido é capital circulante.

Essa interpretação de Smith é combatida por muitos motivos.

1) é uma concepção fluídica e imprecisa de capital, pois ora parece querer referir-se a valôres

monetários, ora a bens em sua realidade material.

2) Os factos desmentiram as afirmações de Adam Smith. Os capitais chamados fixos, como os estabelecimentos, as máquinas, tomaram uma importância preponderante. Além disso, a classificação entre capital fixo e capital circulante em Adam Smith, gera mal-entendidos.

Adam Smith fundava-se no facto de permanecer o bem no **patrimônio,** e tínhamos um capital fixo, ou de **sair do patrimônio,** e tínhamos um capital circulante.

Modernamente, essa classificação é entendida assim. **Capitais fixos são os que podem concorrer em diversos actos de producção sem se transformarem materialmente.** Exs.: as máquinas, as instalações. Capitais circulantes são os que se destroem ou se perdem no acto de producção em que intervêm. Por exemplo: as matérias primas, as sementes, etc.

Dessa forma, não se visa mais a um **deslocamento patrimonial,** como no caso de Adam Smith, mas a uma **transformação ao mesmo tempo técnica e econômica do bem.**

No entanto, essa classificação é relativa, pois a **moeda** é, para o **empresário,** um **capital circulante**; mas, para o país, é um **capital fixo.**

Clark, economista americano, propõe que seja substituída essa classificação pela de **capitais activos** e **capitais passivos.** São **activos** os capitais que têm a propriedade de conferir utilidade, e **passivos** os que têm a propriedade de receber a utilidade. Mas a classificação de Clark também é relativa, pois capitais passivos podem tornar-se activos e viceversa.

A classificação entre capitais fixos e circulantes está entranhada na prática comercial e industrial, razão, por que é uma classificação que perdura, apesar de seus defeitos e perdurará ainda.

Entretanto, devemos aqui apresentar algumas razões de ordem filosófica, que explicam bem a **angústia** de alguns economistas, quando se encontram em face dessa classificação.

É um natural desejo do homem — desejo de índole racional — **fixar,** delimitar, dar contornos nítidos, precisos, estáticos, parados às suas compreensões, como querer que o capital **ou** seja isso **ou** aquilo, e querer que essa **alternativa** seja **estática,** e não compreender o dinamismo da vida, onde está incluída, naturalmente, a Economia. Dessa forma, a transitividade, o transitar de um capital para fixo ou circulante, para passivo ou activo, não implica uma fraqueza dessas classificações, a não ser quando consideradas do ângulo da fixidez absoluta.

A realidade concreta é dinâmica, e a Economia, sob pena de se tornar uma disciplina inane, tem de ser dinâmica. O capital é fixo ou circulante, activo ou passivo em sua função no **tempo** e no **espaço.** O ferro, que serve para a confecção de um martelo, é um capital passivo, para tornar-

-se depois activo. Recebe a utilidade no primeiro tempo e serve depois para conferir utilidades no segundo tempo. Sem incluirmos o **tempo** em nossos estudos econômicos, isto é, o dinamismo, o movimento, a intensidade, faremos obra apenas abstracta.

CAPITALISMO — É o sistema econômico-jurídico, que se funda na propriedade privada dos meios de producção, ou seja, do **capital.** O possuidor do capital é o capitalista, também o empresário; ou seja, o que organiza a emprêsa de producção. Consideram-se como capital do capitalista as matérias primas, as fontes de energia da producção, os instrumentos naturais, os artificiais (máquinas), os terrenos ou imóveis, que são fundamentais para a producção de bens de consumo. A posse dêste capital nas mãos de particulares é o que caracteriza o regime capitalista.

Entretanto, modernamente, usa-se a expressão **capitalismo estatal,** quando, de um modo ou de outro, êsses bens, esta riqueza, são de propriedade do Estado. Vide: **propriedade.**

CAPITALISMO E A TÉCNICA — O que se chama por capitalismo moderno é o aspecto extensivo e intensivo que tomou nestes últimos séculos; isto é, seu crescimento horizontal e vertical, **estendendo** a técnica e **intensificando-a** com a aplicação sistemática das ciências exactas e das ciências naturais. O capitalismo, no Ocidente, foi, na verdade, um retôrno ao mecânico, por não poderem os povos ocidentais **viver** mais o sentido vital, hilozoísta, dos gregos, levando-os a admirar o progresso e seus resultados, e, conseqüentemente, a uma valorização da Técnica.

A evolução desta foi influída e influiu no capitalismo, que a estimulou pelo desejo de lucro **in infinitum** dos empresários, apetite que aumentou à proporção que êste aumentava. estimulou, por sua vez, seus desejos de lucro.

Convém que se observe as relações entre as exigências técnicas e as exigências econômicas. A Técnica fixa os limites das **possibilidades.** Tudo quanto é tècnicamente impossível não é econômicamente possível, mas nem tudo quanto é tècnicamente possível o é econômicamente. Assim, se um producto imaginado não pode ser tècnicamente produzido, é inútil estudar suas exigências econômicas, mas também um producto tècnicamente realizável pode ser econômicamente impossível por não oferecer **renda.** Em todo sistema econômico, podemos notar a relação entre as exigências técnicas e as exigências econômicas.

Assim é fácil compreender-se que um invento, que produz tantos benefícios, não poderia existir se não houvesse vingado outros inventos anteriores, que o tornavam tècnicamente possível e se não fôsse acompanhado pelas exigências econômicas.

A imprensa moderna, de rotativas gigantescas, não poderia existir sem que se descobrisse a tinta de impressão feita por Lorilleux, nem a impressora de König.

Que lições nos dá essa interactuação? Dá-nos que, para um

problema de ordem econômica, **podemos ter soluções de ordem técnica ou de ordem puramente econômica.**

A técnica é uma coordenação de instrumentos e de processos. Ela actua sôbre o homem e sôbre os bens. Quando um bem rareia e por isso encarece, a solução técnica (os exemplos modernos dos sucedâneos na Alemanha, por exemplo) apresenta soluções. Em outros casos, a solução econômica resolve um problema técnico, quando há abundância de um bem que necessita apenas ser explorado, etc.

A divisão do trabalho vem desde as mais primitivas formações humanas. Quando os primeiros homens produziam, dividiam as funções normalmente dirigidos pela necessidade. Um caçava, outro cuidava dos filhos, preparava o alimento, etc.

Mas a divisão do trabalho, no capitalismo, além de nos tocar mais de perto, apresenta características originais, particularidades interessantes e, sobretudo, porque, **da divisão do trabalho, fêz o capitalismo a organização do trabalho,** obtendo rendimentos mais elevados e benefícios maiores.

Quando nasceu a grande indústria na Inglaterra, surgiram também, no século XVIII, os estudos sôbre a **divisão do trabalho.**

Entre êles devemos salientar Adam Smith. No entanto, êsses homens não foram pròpriamente **historiadores** da divisão do trabalho, porque se interessaram pela divisão como se dava então, nem tampouco foram **teóricos,** porque satisfazia-lhes apenas apresentar como se dava a divisão sem examinar o nexo que ligava os opostos.

Capitalismo (formação): Considerando-se apenas como notas essenciais do **capitalismo** a acumulação e a concentração de capitais, êsse sistema não é de origem ocidental. Podemos admitir, em face da História, que há **formas sucessivas de capitalismo.** Ademais, é mister distinguir **sistema, acumulação** e a **concentração** do capital e o fim do lucro, que formam o **invariante,** mas os **variantes** estão marcados, de início, pelo domínio da troca de mercadorias e de moeda. Assim temos um capitalismo comercial e um capitalismo financeiro. Êstes precederam ao capitalismo industrial, peculiar ao Ocidente.

Nos séculos XIV e XV, renovam-se as relações econômicas entre o Ocidente e o Oriente, e o comércio é estimulado entre as diversas regiões. Uma classe de grandes comerciantes se enriquece e a transformação industrial é feita sob a forma artesanal e da pequena indústria doméstica. Também se pode aplicar a mesma observação quanto à moeda. Banqueiros e operações de crédito se desenvolvem na Europa.

Somos avessos a explicações unilaterais dos factos históricos, entre os quais se incluem os econômicos. Não há uma causa única do capitalismo, mas, sim, uma conjugação de coordenadas, que permitem êsse processo. Na História, vemos que o mesmo se repete em outras épocas (repetir é tomado, aqui, dialècticamente,

isto é, o que se repete é o que conserva mais o **nexo da semelhança ao lado do menor nexo da diferença;** ísto é, a **connexio** do invariante maior e do variante menor). E se variam as circunstâncias, entre elas se deve ressaltar quais as **constantes** que determinam o aparecimento do capitalismo. No caso ocidental, que é o que por ora nos interessa, podemos ressaltar os factôres cuja coordenação precipitou o advento do capitalismo como sistema econômico. Examinemo-los, portanto.

1) **Factor técnico** — É comum dizer-se, como se vê na obra de Marx, que o capitalismo é fruto das invenções da metade do século XVIII, sobretudo o capitalismo industrial inglês. É verdade que Marx fundamentou seus estudos econômicos nos dados obtidos na Inglaterra. Essas transformações vieram dar ao capitalismo um domínio econômico no panorama europeu, que lhe favoreceu o domínio político.

2) **Factor demográfico** — Para Achille Loria, sociólogo italiano, as transformações da actividade econômica são devidas, exclusivamente, à acção do **factor demográfico.** Uma economia à base de escravidão é substituída por uma economia capitalista. As terras disponíveis são em quantidade limitada. Sua fertilidade não é susceptível de ser aumentada à vontade.

Dando-se a multiplicação dos homens, e permanecendo a terra, quantitativa e qualitativamente igual, impunha-se a inversão de maior quantidade de capital numa determinada unidade de superfície, para que a exploração se tornasse mais intensiva. Se há muito de verdade nessa afirmação, como há também na da causa técnica, ambas coordenam o processo e não são únicas. Há escalas intermediárias que deveriam ser anotadas, para que a transformação da economia tenha uma plena explicação **concreta.**

3) **Factor religioso** — Sombart, Weber e Troeltsch defendem a tese de que o capitalismo se deve ao factor religioso. Já William Petty e Sismondi haviam ressaltado a influência religiosa. Sombart, por exemplo, defende a influência dos judeus no capitalismo, pela acumulação de **capitais móveis,** no fim da Idade Média e no início da nossa era, por não estarem êles sujeitos às restrições que a proibição canônica e governamental aplicava ao empréstimo com juros.

Mas o capitalismo comercial e financeiro já se havia estabelecido na Inglaterra e na Holanda, muito antes da presença dos judeus nesses países. Muito antes de 1593, a Holanda já era um grande centro comercial e financeiro, e foi nesse ano que se deu o estabelecimento dos judeus em Amsterdam.

Troeltsch e Weber atribuem a influência aos **reformistas,** especialmente aos calvinistas, que não só libertavam o homem do empréstimo com juros, como valorizavam o homem próspero nos negócios como um distinguido pela divindade.

Vemos assim que, na interpretação do advento do capitalismo, Marx acentua o factor econômi-

co; outros, porém, acentuam os factôres religiosos; no entanto, poderíamos dizer que êsses intuitos de reductibilidade de um factor a outro é ainda uma influência da tendência identificadora do filosofismo, unilateralmente racionalista.

Os factôres reais não são separáveis dos ideais. Êstes podem dar-se sem os outros, e quando não se baseiam naqueles, são **utópicos,** no sentido comum da palavra. Quando os **ideais** se fundam nos **reais,** têm, então, eficiência, tornam-se activos.

No caso do capitalismo, não só êsses factôres, mas a conjugação de todos, que dialècticamente podemos estudar e compreender, é que explica o advento do capitalismo moderno.

Quatro acontecimentos importantes se deram no período entre o século XVIII e o XIX: **aumento da população, constituição de grandes colônias de povoamento nas Américas, aplicação de máquinas à indústria; revolução nos transportes marítimos e terrestres.**

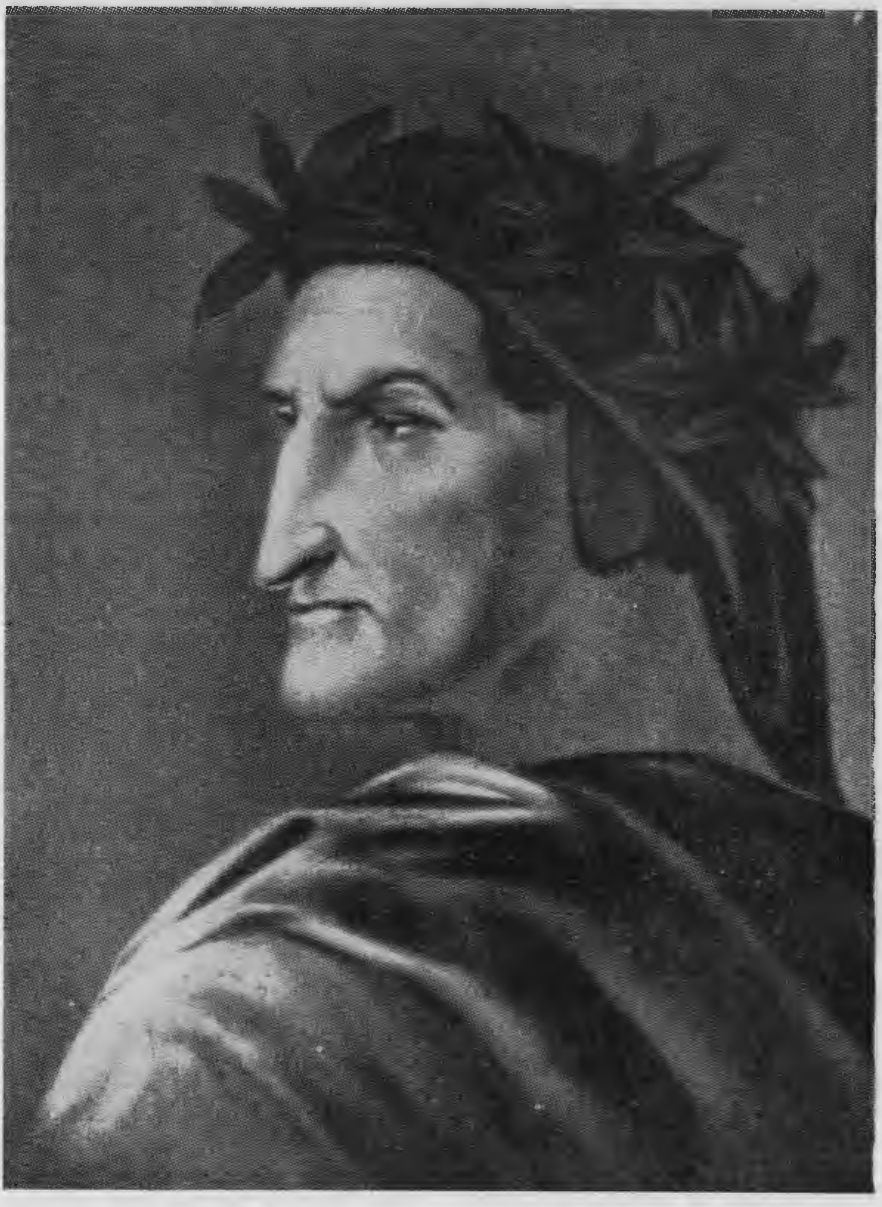
No período dos séculos XII ao XVI, quanto à organização política e social, assistimos a queda do império e do papado. Surgem unidades regionais e nacionais, e instalam-se as grandes «nações», que tendem cada vez mais à formação das economias isoladas.

Mas, no referente aos transportes, o uso da agulha imantada no fim do século XII, transportada dos países árabes para o Mediterrâneo Ocidental, e aperfeiçoada pelos marinheiros de Marselha e pelos italianos, permitiu o invento da bússola, e mais tarde do astrolábio, e conseqüentemente, do uso regular das cartas náuticas. Dessa forma, a navegação, apenas costeira, pôde tornar-se em navegação de alto mar.

Tal permitiu uma verdadeira revolução no tráfego internacional, o aumento da esfera do comércio marítimo e o deslocamento de seus centros essenciais.

Nos séculos XII e XIII, as Cruzadas permitiram a formação de **correntes de trocas.** O centro de interêsse e de trocas passou do Mediterrâneo oriental para o Mediterrâneo ocidental. As cidades comerciais da Itália foram favorecidas, como também os entrepostos da Flandres, pois as mercadorias, chegadas a Gênova e Marselha, eram remetidas para o norte. As regiões dos mares septentrionois da Europa, na França do Nordeste, nos Países Baixos, na região do Reno, na Inglaterra do sudoeste, povoaram-se de cidades, que tomaram grande importância como centros de indústria têxtil. Desenvolveram-se também as cidades costeiras da Espanha e Portugal, de onde saíram os grandes descobridores. Com os descobrimentos, surgiram modificações revolucionárias na Europa dos séculos XV e XVI. Alargaram-se as possibilidades de trocas. Com Vasco da Gama e a passagem do Cabo da Boa Esperança, perdeu o comércio do Levante grande parte de sua importância. Vinham directamente a Lisboa e Antuérpia os productos do Oceano Índico e do Extremo Oriente. Cresceram os

Galileu Galilei



Dante

grandes mercados da Europa atlântica e do Mar do Norte. Podiam os mercadores de Lisboa vender a um preço muito mais baixo, diminuindo, graças às suas frotas, os riscos técnicos. Com o descobrimento da América, estabeleceu-se um comércio activo entre as duas margens do Atlântico. As cidades banhadas pelo Tâmisa, pelo Sena e pelo Reno tornavam-se mais próximas e desenvolveram-se extraordinàriamente, deslocando-se, assim, o progresso europeu. A indústria progrediu, precisamente, nessas regiões, o que favoreceu um grande e novo desenvolvimento, além de não sofrerem os entraves do passado.

Foi no domínio do comércio e no da finança privada, que nasceu o capitalismo na Europa. A formação dêsse capitalismo deveu muito às Cruzadas, que restabeleceram os laços entre o Oriente e o Ocidente, e permitiram o desenvolvimento das cidades italianas.

Formadas as finanças, a concentração do capital mobiliário permitiu fôssem financiadas as viagens longínquas. Os riscos, embora grandes, ofereciam compensações.

Os lombardos concediam empréstimos nos Países Baixos. Eram em geral judeus, que escapavam às restrições canônicas, e também **estabelecimentos religiosos,** que apesar dos protestos da Igreja, enriqueciam-se emprestando dinheiro a juros.

Para fugir à forma do empréstimo com juros, criaram **o processo da comandita e o da constituição da renda.** Como não era permitido emprestar com juros, podia-se, no entanto, **associar-se nos lucros.**

Ou, então, o emprestador recebia do tomador uma renda em benefício do primeiro. Formavam-se sociedades comerciais em comandita e em nome colectivo.

Assim, nos séculos XIII e XVI, a Itália nos ofereceu o tipo de um capitalismo ao mesmo tempo comercial e financeiro, enquanto a Holanda e a Inglaterra, um tipo de capitalismo eminentemente comercial.

Os descobrimentos: os descobrimentos realizados pelos portuguêses e espanhois aumentavam as relações comerciais e ao lado dos benefícios que estas ofereciam, juntavam-se os do **trabalho forçado** e da pirataria. As novas terras da América permitiam um afluxo de metais preciosos, do ouro e da prata, com a exploração regular das minas e a pilhagem dos tesouros acumulados pelas populações submetidas.

No período de 1560 a 1620, o estoque de prata, por exemplo, quintuplicou na Europa. Mas êsse grande afluxo de metal não permaneceu nas mãos das potências marítimas (Portugal e Espanha).

As importações dêsses países eram superiores à exportação, e a Espanha como Portugal foram obrigadas a dar seu ouro e a sua prata para equilibrar as suas balanças comerciais.

O grande afluxo de ouro e prata trouxe, como conseqüência, o

aumento dos preços das mercadorias. Com a Reforma, desapareceu a proibição canônica do empréstimo com juros. O princípio canônico de que **nummus non parit nummos** (o dinheiro não pare dinheiro), é rejeitada.

Carlos V e Felipe II autorizaram o empréstimo com juros, e também, na Inglaterra, na época dos Tudor, em 1545. A doutrina de Calvino reabilitou a acquisição das riquezas.

Nessa época, começou a dar-se uma grande transformação, que auxiliou o advento do capitalismo: a desmaterialização do capital, que tomou outras encarnações, como os bens fundiários, que se **mobilizaram** pelos documentos. Dêsse modo, pôde ser aplicado em muitas formas. Os depósitos cresceram à procura de juros. Fundaram-se sociedades anônimas para a exploração das regiões descobertas ou a serem descobertas.

No século XVII, a Espanha afirmou a sua preponderância, como no século XVIII foi a Holanda, e no século XIX seria a vez da Inglaterra.

Capitalismo moderno: Se examinarmos o capitalismo em suas manifestações regionais, verifica-se, fàcilmente, que há diversos **capitalismos,** que têm notas diferenciais importantes, como, por exemplo, as diferenças entre o capitalismo francês e o americano, o nosso com o da Europa. Diz-se que êsses capitalismos têm **estructuras diversas.**

O campo de aplicação da noção de estructura não se atém apenas ao plano regional, mas invade até o **estudo estructural de uma emprêsa.**

Neste caso, por exemplo, consideram-se as proporções entre os elementos constitutivos, como o capital fixo e o capital circulante, as máquinas e os fundos destinados ao pagamento dos salários, a proporção do producto escoado para o mercado local e o vendido para o exterior, as diversas espécies de trabalho, a análise das tarefas, etc.

Essa análise das proporções terminaria num exame de diversas **relações,** como as que a emprêsa mantém com os portadores dos serviços productivos, etc.

Façamos, primeiramente, um estudo estructural da economia européia.

Estamos aqui aplicando a noção de estructura a um conjunto mais vasto que o de «nação». Não se pode negar a grande significação que tem êste estudo. A geografia econômica oferece elementos especiais, aproveitáveis para formar uma visão estructural de um país, ou de uma região. Assim fala-se em países novos, em países velhos, considerando como **países novos** aquêles em que as estructuras sociais estão em perpétua transformação, e **países velhos,** aquêles que têm uma estructura econômica e social mais ou menos constante.

Fala ainda a geografia em **países industriais** e em **países agrícolas.** Os primeiros têm a sua população **fixada** nas cidades, enquanto os outros têm-na dispersa pelos campos.

Não é êste o único critério para marcar a oposição entre estas duas espécies de países. Prendem-se elas mais às quantidades ou aos valôres produzidos.

Um estudo econômico dos elementos estructurais permite dividi-los em duas espécies:

1.º) **O meio natural** — O clima, a superfície, a orientação, o grau de insulação, etc., os quais não podem ser radical e ràpidamente transformados pela vontade humana.

2.º) **O sistema econômico** — O conjunto de um sistema não pode ser modificado a golpes de lei ou de decretos. O capitalismo concorrencial e de pequenas unidades não pode ser transformado num capitalismo de unidades monopolizadoras da noite para o dia, como também a inversa não pode ser conseguida a golpes de lei. **O Estado pode modificar os estatutos dos bancos, pode escolher o sistema monetário. Não pode, porém, forçar transformações rápidas e profundas.**

Um dos elementos constitutivos da economia nacional consiste na proporção entre os grandes ramos da actividade econômica como a indústria, a agricultura e o comércio, na relação entre a porção do producto consumido nesta economia e a porção exportada para o exterior, que revela o grau de alta suficiência daquela.

Com êsses elementos podem ser estudadas as proporções entre a producção e as necessidades locais e regionais, permitindo, assim, uma visão estructural da economia.

Para estudar o conteúdo da estructura do sistema capitalista, precisamos estudar as zonas ou sectores, pois, como já vimos, uma economia não é um conjunto homogêneo. Tem ela zonas ou sectores diferentes, pois o capitalismo, ou a economia de emprêsa, não penetrou igualmente nas zonas geográficas. Encontramos sectores precapitalistas, e onde se dão explorações do tipo artesanal, como sectores capitalistas, onde a separação do trabalho e do capital se dá de acôrdo com as características do regime capitalista e também extracapitalistas, como as organizações que se destinam a prestar serviços sem intuito de benefício, como sociedades humanitárias, hospitais, etc.

A importância do estudo das estructuras do sistema capitalista é menos importante quando êle tende para a concorrência e, portanto, para a liberdade, do que, quando tende para um catalismo dirigido ou simplesmente orientado, como é a tendência moderna. É importante, também, para compreender os planos de socialismo parcial, que têm sido apresentado por elementos reformistas, que procuram a coexistência e a colaboração entre sectores heterogêneos. Assim temos planos de «nacionalização», combinando sectores públicos com privados, para constituir, com os públicos, o modêlo de economia do futuro, segundo a tendência predominante entre os socialistas de Estado.

As realizações efectuadas na Rússia mostram-nos a actualidade do estudo das estructuras. As tentativas do govêrno para pro-

ceder a uma socialização rápida e integral da economia, como vimos no início, teve como conseqüência a fase da NEP, que admitiu a existência de sectores livres ou relativamente livres.

Posteriormente, assistimos a uma ofensiva de colectivização, tanto na agricultura como na indústria. Para tal, foram os economistas russos obrigados a realizar exames de estructura. Hoje o estudo da economia, para ser completo, exige que se tenha uma visão estructural, devido as relações, as proporções e as influências que a política econômica de um país pode exercer sôbre outros.

O capitalismo teve um rápido aumento na sua extensão geográfica pelo emprêgo generalizado da máquina. Da Inglaterra, o industrialismo propagou-se para a América do Norte, para a Europa ocidental, penetrando mais lentamente na Europa oriental e, finalmente, nos países novos, nas colônias, na Ásia, na África e entre nós, na América Latina, cujo desenvolvimento industrial é crescente. De acôrdo com o grau de difusão do capitalismo, poder-se-iam distinguir os países em quatro grupos:

1.º) Países não capitalistas, como a Rússia asiática, o Sudão, etc. Os actuais planos de industrialização pretendem tornar a Rússia asiática industrial.

2.º) Países semi-capitalistas são os em que há **pouco** capital e **muito** trabalho, como os da Ásia, excluindo-se o Japão.

3.º) Países de capitalismo recente, como a América do Sul, a Austrália, a África do Sul, em que há **penúria** de capital e de trabalho.

4.º) Países de alto capitalismo, como a Europa, o Japão, os Estados Unidos da América do Norte, onde há **abundância** de trabalho e de capital.

Como o capitalismo está desigualmente disseminado, tem êle realmente possibilidades **extensistas,** e, conseqüentemente, **intensistas.**

O capitalismo, em certos países da Europa Ocidental e na América do Norte, experimentou transformações gerais de estructura, começadas antes da primeira guerra, continuadas após, até os dias de hoje, de maneira tal que o capitalismo contemporâneo distingue-se, profundamente, do capitalismo anterior à guerra de 1939-1945.

Vejamos quais foram estas transformações:

a) do **capitalismo concorrencial** surge o **capitalismo monopolizador,** isto é, cresce o capitalismo monopolizador e a relação, entre êste e o concorrencial, torna-se favorável ao primeiro. Procura-se organizar o mercado. Os trabalhadores assalariados, para minorar a exploração de que são vítimas, formam associações sindicais, que, perseguidas a início pelos poderes públicos, terminam por impor a sua legalidade.

Os capitalistas, por seu turno, para resistir às pretensões operárias e para aumentar seus lucros, fundam também sindicatos patronais, os quais tentam assenhorear-se do mercado, dominando, assim, o consumidor, enquan-

to os agrupamentos obreiros tentam assenhorear-se da mão de obra e disciplinar os trabalhadores, a fim de lutar contra o monopólio.

Desta forma, passa-se do **capitalismo de indivíduo** para o **capitalismo de grupo.** As grandes emprêsas reúnem-se em grupos de emprêsas, a fim de impor a sua preponderância sôbre as pequenas emprêsas.

Os próprios trabalhadores vêem declinar a sua potência ante a influência crescente do sindicato. Com a organização das suas actividades e a homogeneização dos métodos de acção, conquistam reivindicações junto aos poderes públicos. As minorias, que a princípio têm seus direitos garantidos, vêem-se a braços com a acção da maioria, que deseja impor a sua vontade.

O capitalismo inorgânico das primeiras épocas passa a ser um capitalismo orgânico. Tal não havia sido compreendido por Marx, mas o foi por Proudhon, que, em dias do século passado, previu essa transformação do capitalismo, que, de desorganizado e vário, procuraria, a pouco e pouco, coordenar sua acção. O capitalismo comercial e industrial torna-se cada vez mais dependente da finança privada. No início, as pequenas e médias explorações não tinham necessidade de capitais monetários em grande escala. Mas as grandes emprêsas industriais e comerciais o exigem para se constituírem, para crescerem, para funcionarem. São necessárias grandes somas de dinheiro, e essas somas são obtidas nos bancos, dos quais passam a depender as emprêsas.

Dessa forma, um banco ou grupo de bancos asseguram o contrôle sôbre um grande número de emprêsas. Muitas emprêsas, como a Ford, por exemplo, para liberarem-se do capital financeiro, buscam **poupar** e conservar essa poupança, para, com ela, poderem **auto-financiar-se.**

A Bôlsa, como ainda veremos, submete ao seu poder a indústria e o comércio. Campanhas odiosas, pânicos e engodos são criados para levarem títulos à alta ou à baixa, com o intuito de darem lucros elevados.

Mas o capital financeiro não exerce apenas sua influência no terreno econômico, mas também no terreno político, e daí surgir um capitalismo de Estado. Se o Estado auxiliou o nascimento e o desenvolvimento do capitalismo industrial, o Estado passa, nas mãos do capitalismo financeiro, a transformar-se num instrumento a seu serviço. Desta forma, dá-se uma separação crescente entre o Estado e a Economia. Dominado por particulares, é obra de particulares.

Declarava o liberalismo econômico que o **sujeito** da actividade econômica não era o Estado, mas o indivíduo. O Estado devia permanecer fora das actividades econômicas. Seu papel era manter a ordem, a paz interna e externa, respeitar a propriedade e os contractos.

O indivíduo, em sua acção, estava limitado apenas aos direitos dos outros indivíduos. A liberdade de um **cessava** onde começava a liberdade do outro.

Mas, na realidade, tal não se deu. O Estado foi levado, devido às injustiças sociais, a penetrar na vida econômica, a criar leis favoráveis aos consumidores e trabalhadores, a criar impostos, a intervir, em suma, não por motivos econômicos pròpriamente, mas por motivos fiscais e sociais. Essa acção do Estado foi a pouco e pouco se transformando. Os agentes econômicos começavam a apelar para o Estado, e êste acabou por controlar a vida econômica, tornando-se finalmente **capitalista,** e criando, pois, razões de ordem econômica para a sua actividade.

Assim assistimos hoje a um capitalismo controlado pelo Estado, e a um capitalismo de Estado, motivado por razões das transformações da estructura econômica.

As grandes emprêsas passam a ser de **utilidade pública,** embora não pertencentes ao Estado.

Há, no entanto, o choque dos grandes interêsses de grupo. As pretensões de productores de um ramo chocam-se com as pretensões de productores de outro ramo, além dos choques dêstes contra os assalariados. A intervenção do Estado se dá para solucionar êsses choques e evitar os conflitos.

É tal, hoje, o entrelaçamento entre o Estado e a Economia nos países capitalistas, que se discute por saber se o Estado é quem possui, quem domina a Economia ou a Economia quem domina o Estado. Há, realmente, uma interactuação do Estado e da Economia; vemos um exercer sua influência sôbre o outro, e vice-versa.

Antes da guerra, a economia procurava internacionalizar-se, e para um grande número de productos havia a tendência de se constituir um mercado mundial. A Alemanha e a Itália, mal providas de riquezas nacionais e relegadas a uma posição inferior na partilha do mundo, sob a influência de regimes totalitários, procuraram tirar melhor partido, recolhendo-se a si mesmas, para adquirirem um potencial de resistência e de expansão cada vez maiores.

Procuram hoje muitos países encontrar um equilíbrio entre os dois ramos de actividade econômica: a agricultura e a indústria, sempre numa luta constante. Êsse equilíbrio tende para um desenvolvimento e a uma utilização máxima de tôdas as fôrças productivas disponíveis.

Assistimos a uma reaproximação entre os países agrícolas e os industriais; é uma economia complexa, que procura vencer a antítese entre a agricultura e a indústria, cujos aspectos contrários teremos ainda oportunidade de estudar. Processa-se, assim, a industrialização dos países até então exclusivamente agrícolas. Essas indústrias oferecem muitas vêzes rendimentos maiores aos que se costumam obter nos países industrializados. Por outro lado, os países industrializados procuram uma reorganização do seu território, como vimos na Alemanha e na Itália. A agricultura, com o auxílio da indústria, torna-se industrial. Aumenta o capital de exploração, máquinas

e utensílios são aplicados, intensa e extensivamente. A exploração agrícola conhece um desenvolvimento que a torna verdadeiramente capitalista, transformando-a de emprêsa agrícola em emprêsa capitalista.

Quais as causas que levaram à evolução das economias nacionais para a economia complexa? Para alguns, os que defendem a teoria da divisão do trabalho, tal se deve à tendência de especialização das economias nacionais, o que é combatido por outros, sob a alegação de que não se deu essa especialização destas economias.

Em tempo de paz, os Estados concedem um estatuto preferencial a certos ramos e categorias de productores, como, por exemplo, proteção alfandegária, etc. Tal favor pode ser motivado por uma preferência política ou por uma preferência econômica. Em tempo de guerra, os Estados procuram assegurar em seu interior seu próprio aprovisionamento. Podemos salientar alguns aspectos, que permitem o desenvolvimento dos países de economia complexa. Temos que considerá-lo sob o ângulo das condições físicas, técnicas e humanas, que são fundamentais. Quando uma região se torna centro de economia complexa, estabelecem-se aí as indústrias por camadas e grupos sucessivos. Posteriormente, vêm as indústrias de transformação; isto é, aquelas que utilizam a matéria prima ou eventualmente o combustível que se encontra no local. A segunda camada é formada pelas indústrias que oferecem serviços às indústrias de transformação. Posteriormente, vêm as indústrias cosmopolitas, que utilizam matéria prima produzida em lugares longínquos do centro de transformação. Quanto às trocas, devemos considerar, prèviamente, que não há um mercado internacional pròpriamente dito para tôdas as mercadorias, nem mesmo um mercado nacional unitário. Os preços variam de região para região. Essa diversidade leva a exigir a intervenção do Estado, que fixa preços regulares para as diversas regiões, ou então são regulados, segundo a chamada «lei da oferta e da procura». Inúmeros aspectos importantes surgem agora ante nossos olhos, como seja o problema das crises, quer de **funcionamento,** quer de **estructura,** quer de **sistema.**

CAPITALISTA — É o possuidor de direito do **capital.** Vide: **capitalismo.**

CAPRICHO — a) É o ímpeto volitivo, que sobrevêm sem uma razão consciente.

b) Também se emprega para significar a obstinação na defesa de pontos de vista desarrazoados.

c) Refere-se, também, à inconstância, à variabilidade nos estudos, na exposição de temas.

d) Usa-se, freqüentemente, para apontar as extravagâncias nas realizações estéticas.

e) Èticamente, é empregado no sentido de brio, de pundonor: «um homem de muito capricho». Nesse sentido positivo, é que a palavra usada em expressões como «fazer algo com capricho», «caprichosamente».

A origem da palavra vem do latim **capra, cabra,** e como ela dá saltos, chamam-se de caprichosos aquêles que dão saltos sem mais razão, segundo sentem ímpeto de fazê-lo. Por isso, o sentido mais comum dêste têrmo é para caracterizar o desarrazoado, o irregular, a falta de objectividade, etc.

Caput (lat.) = **cabeça, chefia.**

CAQUISTOCRACIA — Vide **kakistocracia.**

CARÁCTER — a) Em grego, **kharakter,** significa uma letra. Também se chamou assim cada sinal distintivo, que servia para reconhecer e identificar um objecto ou uma pessoa. Hoje chamamos **caracteres** tôdas as propriedades e traços particulares que distinguem uma coisa.

b) Na Biologia, diz-se de cada marco estructural ou funcional, que distingue um indivíduo, sejam **caracteres congênitos** ou **adquiridos.** É questão controvertida se os caracteres congênitos são suficientes para distinguir uma espécie de outras.

c) Na Lógica, é cada atributo de uma noção, que faz parte da sua compreensão, e é um elemento constituinte, seja essencial ou accidental.

d) Na Psicologia, a unidade e consistência que se manifesta na maneira de sentir e reagir de um indivíduo ou de um grupo, como distinto de outros grupos. Kant define o carácter de conformidade com a sua definição de **causa.** «É necessário que cada causa, quando age, tenha um carácter, quer dizer uma lei da sua causalidade, sem a qual ela nem chegaria a ser causa». Êle distingue, ademais, um **carácter empírico** ou **fenomenal,** em virtude do qual as suas «acções, enquanto fenômenos são relacionados integralmente a outros fenômenos, segundo as leis constantes da natureza», e um **carácter inteligível,** em virtude do qual não deixa de ser a causa dessas acções, enquanto fenômenos, mas sem ser êle mesmo submetido às condições da sensibilidade, e sem ser sequer um fenômeno.

e) Na Ética, a palavra aceita um sentido laudativo quando significa personalidade completa e que revela autodomínio. (Um homem de carácter).

CARÁCTER ADQUIRIDO — (Psic.) — Dá-se êsse nome à modificação que se apresenta no organismo, como conseqüência da própria actividade ou da influência do meio.

CARÁCTER CONGÊNITO — — Psic.) — a) É o que é herdado. b) Também se emprega para indicar o que é condicionado em parte pelo meio pre-natal.

Caractère (fr.) = **carácter.**

CARACTERÍSTICO — a) Sinônimo de «carácter» no sentido psicológico.

b) Na Estética, um elemento da **«expressão»,** que consiste em acentuar, principalmente, os traços mais importantes e significativos de um objecto ou de uma acção.

c) Representação das idéias e de suas relações por sinais ou «caracteres», como foi planejado

por Leibnitz, por meio de um sistema que fôsse ao mesmo tempo uma língua universal filosófica e uma lógica algorítmica.

Caractéristique (fr.) = **característico.**

CARACTEROLOGIA — Disciplina psicológica, que se dedica ao estudo dos caracteres humanos.

Como ciência psicológica, o objecto da **Caracterologia** é a gênese das formas estructurais e análise do que constitui pròpriamente o carácter. **Carácter** vem do têrmo grego **Karasein,** que significa imprimir, cunhar, marcar, e compreende o temperamento ou o conjunto das disposições intelectuais e afectivas, herdadas ou adquiridas, que o constituem. Dêste modo, **carácter** é o que marca a personalidade, é o que confere à personalidade o seu traço fundamental, e indica a sua maneira de operar e também de classificar os valôres. Por isso se pode falar em bom ou mau carácter. Como ciência investigadora do carácter, examina as diversas reacções, as bases psíquicas do mesmo, bem como classifica, em tipos, as personalidades que revelam ter entre si certas semelhanças e, ademais, propõe-se estudar as leis genéticas do carácter e as possíveis reformas que o mesmo possa sofrer. Há muitas classificações caracterológicas, e por ser uma ciência ainda em seus primórdios, não tem oferecido soluções duradouras, senão em raros aspectos.

Carattere (it.) = **carácter.**

Caratteristica (it.) = **característica.**

CARDIAIS (Virtude) — Vide: **Virtude.** A palavra **cardial** vem de **cardo, cardinis,** que, em latim, significa **gonzo,** em tôrno do qual gira a porta. As virtudes cardiais são as virtudes fundamentais em tôrno das quais gira o ser humano. Tôda virtude é uma capacidade ou aptidão para levar avante acções adequadas ao homem. Entre as virtudes adquiridas pelo homem, estabelecem-se quatro, que são fundamentais, ou **capitais,** as quais estão subordinadas outras, que são acessórias, ou subordinadas. Desde a antiguidade, classificou-se como virtudes cardiais: a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança.

A prudência é aquela virtude que permite ao **entendimento** (vide) reflexionar sôbre os meios conducentes a um fim racional. A prudência manifesta-se, assim, de vários modos. É uma virtude intelectual. Por si só ela não é realizadora de actos morais, mas, por facilitar a escolha, ela pode guiar a vontade, a fim de que esta se dirija, após a selecção feita pelo entendimento, para aquêles fins mais benéficos ao homem. Há uma prudência (sapiência) para conduzir a si mesmo e para conduzir os outros. A prudência exige: reflexão, capacidade atencional, para examinar os juízos e as idéias, e acuidade, para descobrir os meios mais hábeis. Exige, ademais, inteligência, capacidade de resolver com clareza e segurança, de modo a alcançar as melhores soluções.

A segunda virtude é a **fortaleza** ou **valentia.** Consiste esta na capacidade de enfrentar os peri-

gos que se oferecem à obtenção dos bens mais elevados, e entre êstes perigos, os males e a morte. Chama-se **heroísmo** a fortaleza quando enfrenta até a morte. **Mêdo** é o estado emocional que detém o ser humano ante o perigo. A fortaleza é uma vitória sôbre o mêdo. A **audácia** é um desafio ao risco e à morte, indo-lhes ao encontro. É ela uma virtude, quando refreada. Os meios de fortalecimento da fortaleza são o exercício, que consiste em enfrentar os riscos e a **perseveração** na obtenção dos fins. Como as virtudes cardiais conjugam-se, a fortaleza recebe apôio e equilíbrio da prudência, pois, pelo saber, pode o homem empregar esta virtude em têrmos que lhe sejam mais benéficos possíveis.

A **paciência** é uma virtude subordinada à fortaleza, e consiste na capacidade constante de suportar as adversidades. Também o é, a **generosidade,** que é aquela virtude que se caracteriza pela energia e decisão no ataque do homem de brio e de valentia, sobretudo quando êle enfrenta a morte. São ainda virtudes afins à fortaleza, a **confiança** na sua capacidade de enfrentar os riscos, a **munificência,** que constitui a pronta decisão de sacrificar seus próprios bens para atingir fins elevados, a **tenacidade,** que é a disposição firme de enfrentar os obstáculos exteriores, e a **constância,** que é saber manter-se firme ante os obstáculos interiores.

A terceira virtude cardial é a **temperança.** Esta consiste em aperfeiçoar, constantemente, a potência petitiva, sensitiva, de modo a conter o prazer sensitivo dentro dos limites estabelecidos da sã razão. Assim, a **moderação** é a temperança no comer, a **sobriedade,** no beber, a **castidade** no prazer sexual.

Há virtudes outras auxiliares da temperança, como seja o **decôro** no modo de vestir e proceder, e o **sentimento de honra,** a **humildade,** que é a moderação na tendência a salientar-se, a **mansidão,** que é a temperança em refrear a ira, a **clemência,** que se manifesta na indulgência ao castigar, e a **modéstia,** que é a temperança nas manifestações exteriores.

A quarta é a **justiça.** Consiste ela na atribuição, na equidade, no considerar e respeitar o direito e o valor que são devidos a alguém, ou a alguma coisa.

O domínio da justiça permite o equilíbrio da moderação, da temperança, da fortaleza e da própria prudência. Estas quatro virtudes cardiais, que lhes são acessórias, ou subordinadas, nos limites marcados pela interactuação de umas sôbre as outras, permitem formar o homem dentro dos mais altos valôres. São assim as **virtudes cardiais** fundamentais, não só para a ordem social, como para a pessoal, pois não podem haver homens sãos nem sociedades sãs, onde a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança não estejam presentes. Todo trabalho pedagógico tem de se fundamentar, primacialmente, na preparação de sêres humanos para que adquiram, pelos meios mais aptos e eficientes, estas quatro virtudes, infelizmente tão pouco estudadas pelos modernos, que as esquecem e não

lhes dão o valor que elas realmente têm.

Distinguem-se as **virtudes cardiais** das **virtudes teologais,** no seguinte: as primeiras são adquiridas e fortalecidas pelo hábito; as segundas, ou nascemos com elas ou não, porque nem a fé, nem a esperança, nem a caridade as obtemos pelo exercício dos hábitos, mas, ou elas moram em nós mesmos, ou não moram (vide **virtudes teologais**).

Cardinaltugenden (al.) = **virtude cardial.**

Cardinal virtues (ing.) = **virtudes cardiais.**

Cardinales virtutes (lat.) = **virtudes cardiais.**

CARECER — Todo ser finito define-se pelo que nêle é, e pelo que êle tem. Mas essa definição seria incompleta, porque o ser finito **êle é** e **tem É** é, até onde há o que êle tem. Portanto, na visão mais completa do ser finito inclui-se o que êle não é, e o que êle não tem.

Dêste modo, o ser finito é o ser que é, que tem algo, e que também não é, e não tem. Não há aqui, contradição, porque o que êle é, e o que êle tem, não é o mesmo que êle não é, e o que êle não tem. Assim, o ser finito é positivo e negativo. O aspecto negativo é o de que carece, o que falta ao ser finito. O de que carece o ser finito pode ser: 1.º) O que êle não pode ser, nem ter, por desproporcionado à sua natureza. 2.º) O que podendo ser ou ter, por não dever ser nem ter, ou por não ter conseguido ser nem ter. 3.º) O que podendo ser e ter não conseguiu, por defeito de constituição ou de ambiente. Podem chamar-se de **carência** êsses três aspectos. Vide **Privação.**

CARÊNCIA — Estado de **carecer.**

CARICATURA — a) Arte que envolve o deliberado intuito de deformar, de distorcer as formas das pessoas, com a intenção de acentuar os aspectos cômicos ou de torná-los ridículos ou falsos. O têrmo foi introduzido pelos irmãos **Carracci,** no século XVI, na Itália.

b) Emprega-se, também, o têrmo para significar tôdas as distorções ou falseamentos de uma doutrina, com o intuito de torná-la absurda ou ridícula, para mais fàcilmente combatê-la.

c) Como substantivo, também se refere à obra feita com o intuito de caricaturizá-la.

CARIDADE — Mencionada por S. Paulo, junto com a **fé** e a **esperança,** e chamada por êle a maior daquelas três. No Capítulo XIII da epístola I aos Coríntios, Paulo expôs a nova concepção cristã da caridade (**Agathé**). A posterior especulação teológica precisou o sentido do têrmo, designando a **fé,** a **esperança** e a **caridade** como virtudes **teologais (teológicas),** das quais a fé é a primeira como origem das outras, e a caridade é a primeira quanto à perfeição. A caridade, neste sentido teológico, é um princípio infuso por Deus, do qual emanam os actos daquela virtude. Em vista dêsse carácter infuso, a caridade cristã se distingue, fundamentalmente, da **filantropia.** A

caridade é, primàriamente, o amor de Deus, e, sem mudar a direção, secundàriamente, o amor ao próximo e a si mesmo, considerando os homens nos laços sobrenaturais e naturais, que os unem a Deus, e na perspectiva, que vai além da vida terrestre.

Não obstante, a caridade tem em comum com a **filantropia** a preocupação pelo bem estar dos outros e daí resulta a acepção mais corrente do têrmo, que desconhecendo as perspectivas teológicas, identifica-o simplesmente com **beneficência.** Ainda assim, a caridade, concebida como beneficência, fica distinguida da virtude antiga da **liberalidade,** enquanto a caridade se deixa mover em virtude das relações existentes entre os homens, ao passo que a liberalidade é antes uma perfeição do indivíduo, e além disso não exclui segundas intenções egoístas.

A «**Bondade**», por outro lado, é livre dessa suspeita e aproxima-se da caridade, porém muitas vêzes designamos como **bondade** também um comportamento altruísta imprudente ou inactivo.

Tanto na moral teológica, como na ética geral, é comum contrapor a caridade à **justiça,** como princípios diferentes do comportamento humano, conforme prevalece em um indivíduo a inclinação para o ideal de justiça ou para o de caridade. Assim podemos executar um e o mesmo acto no intuito de cumprir um dever sugerido pelo sentimento de justiça ou para atender a uma necessidade do próximo, que como caridade misericordiosa, sentimos como exigência nossa, da nossa afectividade. O último procedimento se tem geralmente em conta de ser o mais perfeito. Mas, convém aplicar aqui dois pontos de vista diferentes, um da ética individual, e um sociológico, ante os quais, a justiça e a caridade aparecem em perspectivas diferentes. A compenetração mútua dos dois ideais é aludida pela fórmula encontrada em Leibnitz: «A justiça é a caridade do sábio».

CÁRISMA — Do gr. **Kharisma,** de **Kháris,** graça, que significa o que brilha, e sobretudo, a graça exterior, encanto da beleza, favor, benevolência, acquiescência. Seu emprêgo refere-se sempre a um favor concedido, a um **dom.** Neste sentido, penetrou na Filosofia para indicar aquêle que é possuidor de um dom que não é obtido, não é habitual, mas dado independentemente da sua vontade. Diz-se, na linguagem sociológica moderna, que um homem tem um **cárisma** (que é o conteúdo da **Kharis**) quando revela possuir um poder pessoal, que o torna prestigiado ante os outros, a ponto de provocar a subordinação de muitos à sua vontade.

Nos guias políticos, nos grandes legisladores, nos grandes conductores de povos, afirma-se haver um **cárisma,** um poder, que possuem, que, para muitos é considerado, como o é para Weber, conseqüência da adequação entre o tipo singular do chefe ao **ideal-typus** de um grupo social mais ou menos poderoso. Vide **idealtypus.**

Carità (it.) = **caridade.**

CARTESIANISMO — a) Nome que se dá ao sistema filosófico de Descartes.

b) Diz-se de todo juízo do saber nìtidamente **cartesiano.**

CARTISTA — Antigo sinônimo de **cartesiano,** que é o seguidor de Descartes. Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

CARTOMANCIA — Adivinhação realizada através da leitura dos significados empregados às cartas, segundo os seus valôres individuais e as combinações que tomam.

Caso (it.) = **acaso, sorte.**

CASO — a) Do latim **casus** significa, em geral, o que acontece, o que aconteceu, o que pode acontecer. Refere-se sempre a algo concreto; portanto, de determinada situação tempo-espacial.

b) Na linguagem comum, emprega-se, também, para o que se supõe ou imagina que há de acontecer ou aconteceu. Neste caso, é sinônimo de **acaso,** e também de **hipótese.**

c) Empregado na Medicina para referir-se à manifestação individual de uma doença, «dois casos de difteria». É assim esta palavra de muito uso, mas devido às múltiplas acepções que pode tomar, seu emprêgo, na Filosofia, deve ser o mais restrito possível, já que não oferece nítidas determinações.

CASTA — Nome dado pelos primeiros colonos portugueses na índia, característica da organização social daquele país, que, no nome indígena, se chama «varna» (côr). Originalmente, uma distinção racial, que perpetua a diferença entre os arianos (brancos), e os habitantes pre-indogermânicos (negros) da índia, a palavra passou mais tarde a indicar as distinções de carácter profissional ou religioso ou ambos ao mesmo tempo. Tais grupos sociais se recrutam por **hereditariedade** ou adopção. A casta distingue-se da «classe» pelo carácter legal da sua existência, como pelo facto de que possui certos deveres e privilégios precisamente determinados e, finalmente, em muitos casos, por uma sanção religiosa.

O têrmo se aplica de preferência às respectivas instituições sociais da índia, mas, em um sentido menos preciso; também às condições análogas em outros países. Na índia, há cerca de oito mil castas. A palavra «casta», de origem portuguesa, foi adoptada também pelas outras línguas. O fundamento do sistema de castas e da sociedade de castas, está em possuírem estas uma hierarquia ascendente e descendente, sendo estas sub-castas em relação às outras, ou em relação às que têm um **status** oficial. O sistema existe e existiu em diversas épocas da história, e em diversos países.

b) O têrmo é empregado também para indicar certos grupos de interêsse, políticos ou econômicos, que mantêm uma separação do restante da sociedade.

Caste (ing. e fr.) = **casta.**

CASTIDADE — Vide **Cardiais (Virtudes).**

CASTIGO — Vide **Pena.**

CASTRAÇÃO — É a extirpação dos órgãos sexuais.

CASUAL — Vide **Azar.**

CASUALIDADE — Vide **Azar.**

CASUALISMO — (Vide **Azar**) — Doutrina que prega haver, total ou parcialmente, o casual no universo; ou seja, que se dão sêres contingentes e finitos, sem uma causa suficiente, nem causas essencialmente ordenadas, mas efeitos apenas de uma causação meramente accidental. Para o **causalismo,** o **cosmos** não tem uma razão suficiente de ser.

CASUÍSTICA — a) Como adjectivo, refere-se ao estudo dos casos de consciência e aos métodos para resolver conflitos, que envolvem princípios ético-religiosos, morais-etiológicos na conducta humana. Para tal solução, é imprescindível um intenso conhecimento das leis naturais da eqüidade e da justiça, dos preceitos e normas de conducta, a fim de poder determinar o grau de responsabilidade e de culpa, que decorre, naturalmente, das circunstâncias do caso e também dos factôres, que condicionam os motivos ou o consentimento humano.

b) Também empregado em sentido depreciativo para referir-se aos raciocínios sofísticos ou mal intencionados.

Casuistik (al.) = **casuística.**

Casuistique (fr.) = **casuística.**

Casuistry (ing.) = **casuística.**

CATABOLISMO — Funcção assimilativa do **metabolismo.**

CATAFÁTICO — (Do grego **Kataphátikos,** positivo). Contrário de **apofático.** Indica o que é positivo, afirmativo.

CATAGÓGICO — Vide **Anagógico,** letra **a.**

CATALEPSIA — Estado patológico mental, natural ou provocado, que se caracteriza por uma reducção considerável no campo da consciência e, conseqüentemente, do aumento do grau de sugestionabilidade, ainda pela adopção ou repetição indefinida de uma atitude ou de um movimento e, também, pelo esquecimento total do que se passa e do que se passou durante a crise **cataléptica.**

Catalepsie (fr.) = **catalepsia.**

Catalepsy (ing.) = **catalepsia.**

Catalessia (it.) = **catalepsia.**

Caitanya — (Sânscrito) Consciência, superconsciência, uma qualidade aproximada do que há no Espírito Absoluto, e muitas vêzes usado como um sinônimo dêste.

CATAPLEXIA — (Psic.) Estado de mêdo ou choque, que se caracteriza pela imobilidade, e que se dá em alguns animais, quando são mantidos imóveis e numa mesma postura por longo tempo. Para alguns autores é uma forma análoga ao **hipnotismo** dos homens.

Cataplexie (fr.) = **cataplexia.**

CATARSE — Vide **Catharsis.**

CATECISMO — Nome comum dado ao método e prática das instruções religiosas, que é feito por

meio de perguntas e respostas, especialmente para as crianças.

CATEGOREMA (Lógica) — Do gr. **Kategorema.** Êste têrmo aparece pela primeira vez em Aristóteles, como equivalente de «**predicado**», e foi introduzido, definitivamente, neste sentido, pelos estóicos.

Categorematic (ing.) = **categoremático.**

CATEGOREMÁTICAS (Palavras) — (Lógica) Palavras que formam o sujeito ou o predicado de uma proposição, em oposição às «palavras **sincategoremáticas**», que não podem constituir um têrmo de proposição, como p. ex.: as preposições, conjunções, advérbios, etc. A distinção foi feita pela primeira vez entre os estóicos, e adoptada pelos gramáticos latinos.

CATEGOREMÁTICO E SINCATEGOREMÁTICO — Diz-se, na Lógica, que é categoremático o têrmo que significa algo de per si; ou seja, que significa algo que é representado como algo **per se,** assim **homem. Sincategoremático** é o inverso, o que de per si não significa senão uma modificação ou determinação de outro conceito como as preposições **de, para,** etc.

Catégorématique (fr.) = **categoremático.**

Catégorème (fr.) = **categorema.**

CATEGORIAS — Em grego **Kategoria** (acusação), que significa, originalmente, o predicado de uma proposição. Aristóteles chama, portanto, «categorias do ser», ou, por abreviação, **categorias,** as diferentes modalidades do ser, enquanto estas constituem diferentes classes de predicados, que se podem atribuir a um sujeito qualquer. Estabelecer certas distinções a êste respeito, é algo que se impõe para um pensamento que trata de sistematizar da forma mais elementar a variedade encontrada no mundo. É fácil verificar que as coisas individuais se unem em espécies e que até coisas especìficamente diferentes ainda obedecem a classificações genéricas. Mas, quando se diz de um sujeito que é «amarelo», «animal» e «um», procura-se em vão um conceito genérico, que abranja tôdas essas classes de predicados. Há, por conseguinte, predicados e, ao mesmo tempo, classes do ser, que constituem gêneros supremos, que não podem ser reduzidos a um outro gênero de carácter mais universal. O que é comum a êstes diferentes gêneros supremos é que todos êles apenas constituem uma modalidade do ser; porém, **ser** não é um gênero, em sentido próprio, porque não pode ser atribuído de maneira unívoca aos seus respectivos (pseudos) sub-gêneros.

Aristóteles investigou, sistemàticamente, quantas de tais modalidades do ser podem ser encontradas. Em diferentes obras, êle dá diferentes enumerações. A lista mais completa contém as seguintes dez classes: **Ousia** (substância). **Póson** (quantidade), **Poion** (qualidade), **Prós ti** (relação), **P o u** (onde), **P ó t e** (quando), **Keisthai** (situação), **exein** (hábito), **poiein** (acção), **paskeiê** (sofrer passivamente).

Não há nada no mundo absolutamente que não pertença a um dêsses dez gêneros supremos, se a lista é de facto completa. E há um consenso geral, que essas dez categorias aristotélicas não esqueceram nada, e esgotam, efectivamente, as possibilidades do ser. Mas é outra questão se tôdas as dez são de facto conceitos independentes. Muitas vêzes foi feita a tentativa de reduzir uma ou outra categoria às restantes, diminuindo, assim, o número.

A primeira categoria (**substância**) aparentemente difere da maneira fundamental de tôdas as outras pela preferência metafísica de representar ela um modo de ser independente, ao passo que tôdas as outras nove modalidades têm em comum a dependência de uma substância, dentro da qual constituem um ser inerente. Em vista disso, Aristóteles compreende essas nove categorias pelo nome de «accidentes», e contrapõe-nas à substância. Mas autores posteriores salientaram, também, que o «accidente» não constitui nenhum conceito genérico em sentido estrito: o carácter do ser só se pode atribuir anàlogamente às diferentes categorias.

A categoria **kêisthai,** que traduzimos por **situação,** indica a posição de um corpo, como a de um homem, quando está de pé ou sentado ou deitado, etc., e concerne, portanto, à ordem das diferentes partes de um corpo entre si. O **Pou** (onde) refere-se à posição dentro do espaço. A categoria **exein** traduzimos por **hábito,** têrmo ambíguo, inclusive na terminologia latina, pois **habitus** é o que um sujeito «**habet**» (**habere** = ter, possuir), como os vestidos, a ornamentação e outros objectos ou caracteres adquiridos, que constituem uma determinada espécie de posse metafísica por parte do sujeito. Êsse hábito, que constitui uma categoria própria (**habitus praedicamentalis**) não deve ser confundido com o hábito qualitativo, a habilidade que se situa entre a possibilidade (potência) e a actualização, e que faz parte da categoria da **qualidade.** (P. ex.: o hábito de falar bem uma certa língua é uma qualidade, assim como a beleza também é uma qualidade, e assim a brancura).

Encontra-se, também, em Aristóteles uma classificação do ser em só três categorias, a saber: **substância, qualidade** ou **carácter em geral** (Pathos) e **relação.** As opiniões divergem sôbre se Aristóteles reclama para a sua relação de dez categorias um valor final e exaustivo, ou se êle mesmo vacila quanto ao número das mesmas. Há certa fôrça de convicção na tese de que êle considerou a multiplicidade do ser e dos predicados lógicos exaustivamente representados nessa lista, porém talvez alimentasse a esperança de, em uma elaboração ulterior e jamais levada a cabo, poder simplificar e aprofundar o assunto, mesmo sacrificando o número de dez.

Essas categorias foram amplamente discutidas por filósofos antigos posteriores a Aristóteles. Os estóicos e os neo-platônicos tomam a palavra **categoria** no mesmo sentido, mas oferecem listas diferentes. Plotino também toma «categoria» no sentido aris-

totélico, mas enumera como tais os cinco **megista géne** (gêneros supremos) de Platão, naturalmente não sem lhes mudar muito a significação original.

As categorias aristotélicas do ser passaram a ser problemáticas quando surgiu o criticismo kantiano. O mundo que tinha agora de ser classificado era o mundo dos conceitos, e dos conceitos não em relação ao seu conteúdo material, o que não teria mudado em nada a classificação aristotélica, mas os conceitos como tais, enquanto são formas **a priori** do nosso conhecimento, e representam as formas fundamentais do pensamento discursivo.

Kant empreendeu essa nova classificação, e as categorias, que êle dá como **«Stammbegriffe des reinen Verstandes»** (conceitos fundamentais do entendimento puro) são deduzidas da natureza do juízo, e representam diferentes formas do mesmo. Há tantas formas de juízo quantas maneiras fundamentais de pensar sôbre os objectos possíveis do nosso entendimento.

As formas de juízo, porém, são, segundo Kant: 1) **singular, particular** e **universal**, 2) **afirmativo, negativo** e **indefinidos**, 3) **categórico, hipotético** e **disjunctivo**, 4) **problemático, assertórico** e **necessário (apodítico)**. A êles correspondem os quatro grupos de categorias, dos quais cada uma contém três categorias ligadas entre si por um certo princípio, que faz aparecer, cada vez, a primeira como uma tese (uma afirmação), a segunda como uma antítese (contrária à anterior) e a terceira como uma síntese (uma reconciliação das duas anteriores).

Assim Kant chega à seguinte tábua de categorias: 1) **Categorias da quantidade: Unidade (Einheit), Pluralidade (Vielheit), Totalidade (Alheit)**; 2) **Categorias da qualidade: Realidade (Realität), Negação (Negation), Limitação (Limitation)**; 3) **Categorias de relação: Substancialidade (Substantialität), Causalidade (Causalität), Reciprocidade (Wechselwirkung)**; 4) **Categorias de modalidade: Possibilidade (Möglichkeit), Actualidade (Wirklichkeit), Necessidade (Notwendigkeit)**. O facto de encerrar êste quadro um aspecto simétrico pelo princípio de tese, antítese, parece remover dessa classificação o carácter de arbitrariedade, e elevá-la a um alto grau de certeza e de necessidade. Sem dúvida, êste aspecto fascinou bastantes pensadores, como Fichte, Schelling, Hegel, que, de uma ou de outra maneira, alimentaram a esperança de poder construir uma lista de categorias, partindo de um único princípio constitutivo do processo do pensamento. Kant não fêz essa tentativa; nem êle explica qual foi o princípio metodológico que o guiou na pesquiza referente às suas categorias, nem se êle procurou tal princípio. Não obstante, êle está convencido de ter oferecido uma lista completa e exaustiva. Outros filósofos muitas vêzes se perguntaram de onde lhe provinha essa convicção. Por outro lado, a crítica das categorias kantianas se limitou a afirmar um ou outro entrecruzamento e identidade parcial entre

as diferentes categorias, não podendo, porém, qualificá-lo de incompleto. A procura de um princípio único, como ponto de partida para uma classificação universal, como se verifica no pensamento postkantiano, levou a uma mudança bastante radical do sentido do têrmo categoria, que passou, então, a significar cada princípio lógico fundamental.

O método dialéctico de Hegel baseia-se na convicção de que as formas categóricas provém primitivamente do pensamento e estão sintonizados umas com as outras. Kant nunca ensinou tal coisa, pois a sua lista de categorias estava cheia de reminiscências metafísicas e cosmológicas. Êsse assunto é especialmente ventilado por Emil Lask, que concebe as formas lógicas — em oposição a Hegel — como derivadas do mundo objectivo e, portanto, espelhando, em sua constituição estructural o material ôntico do qual foi tirado. «A cada especificação essencial do material corresponde sua própria forma categórica». A multiplicidade das categorias irreductíveis é uma resposta do **Logos** à multiplicidade irracional da matéria. É impossível compreender a multiplicidade das formas categóricas de uma maneira puramente lógica. A diferenciação categórica está directamente oposta à dedução dialéctica de Hegel. As categorias não se dirigem uma contra a outra, mas cada uma contra a sua matéria. As teorias opostas de Hegel e de Lask conservaram cada uma um traço da concepção original do têrmo «categoria»; a hegeliana, o carácter universal e exaustivo do princípio categórico, e a de Lask, a relação ôntica. De resto, a expressão «forma categórica» torna-se quase sinônima de forma lógica. Com isto o problema das categorias deixa de ser o da classificação de uma totalidade, quer ontológica quer lógica, e se torna um problema psicológico evolutivo de como foram constituídas aquelas formas lógicas, que se chamam agora categorias.

Bergson opina que o nosso pensamento categórico (em oposição à intuição) está de conformidade com certas necessidades da vida corporal e prática, e representa só uma adaptação superficial do espírito ao mundo material. A matéria tem que ser desorganizada para satisfazer a essas nossas necessidades. O nosso conhecimento seria, então, nem conforme à estructura fundamental do nosso espírito, representando, sòmente, os seus hábitos superficiais e adquiridos (contra Hegel), nem conforme à organização própria da matéria da qual só oferece fracções em elementos juxtapostos. Essa relatividade do nosso conhecimento, é, porém, segundo Bergson, não definitiva. É só preciso desfazer o que essas necessidades práticas fizeram (quer dizer: desfazer as categorias lógicas) e restabelecer a intuição em sua pureza primitiva e voltar, dêsse modo, a ter contacto com o real.

O ponto de vista bergsoniano parece conciliante quanto à oposição entre **categorias primitivas** (Hegel) e **categorias adquiridas,** porém parece muito radical na exigência de «desfazer» as categorias. De facto, o próprio Berg-

son mostra ainda um outro caminho para chegar a conhecimentos exactos da realidade, com conservação do pensamento categórico, que só exige uma rectificação posterior, semelhante a um calculo integral para reconstruir a forma de uma curva matemática. Contudo, em Bergson, uma vez adquirida a forma categórica, o seu carácter **a priori** parece firmemente estabelecido, pelo menos quanto à universalidade de sua valia, já que o carácter apriorístico, em sentido estrito, parece evaporado pela descoberta decepcionante da sua acquisição evolutiva.

Max Scheler opõe-se também à universalidade do **a priori.** Segundo êle, a tábua de categorias, estabelecida por Kant, não é mais que o sistema categórico de uma época particular da Europa ocidental. Cada época histórica, e cada totalidade cultural, tem a sua própria «razão apriorística», seu modo próprio de apreender o mundo, sua própria maneira apriorística de intuição e de pensamento, de preferência, de amor, etc. A observação de variabilidade dos **a priori** subjectivos, relativos a grupos e a épocas históricas, constitui — segundo Scheler — uma das tarefas essenciais da **Sociologia da cultura.** Scheler confessa, com isso, que o trabalho de «observar» a variabilidade das categorias apriorísticas ainda está para fazer. De onde lhe vem, então, o conhecimento? Observou Scheler uma diferença entre o conceito da causalidade no Japão e em Königsberg? Certamente, não. Trata-se aqui antes, de um mero-relativismo postulativo, proveniente de uma determinada teoria psicológica, que deixa prever uma tal variabilidade das categorias, sem, no entanto, poder avaliar o seu alcance prático. Mas, ainda assim, aquela relatividade, segundo Scheler, também é provisória ou, pelo menos, pode ser superada por meio de uma «funcionalização da intuição essencial» **(Funktionalisierung der Wesensschau)** no pluralismo de vias de acesso a essa intuição, partindo cada qual do seu ponto relativo, eliminando as «ilusões colectivas», que lhe aderem em virtude do seu **a priori** subjectivo, e movimentando-se em direção à apreensão total da realidade expressa simplesmente uma afirmação ou negação sem estar ligado. Vide **Accidente Predicamental.**

CATEGORIAS DE ARISTÓTELES — Classificava-as da seguinte forma:

a) o ser como existir em si, categoria da **substância (ousia);**

b) os modos de ser do ser que existe em si, os accidentes.

Vide **Categorias** e **Accidente predicamental.**

Categorical (ing.) = **categórico.**

Catégorie (fr.) = **categoria.**

CATEGÓRIGO — Na Lógica, um juízo categórico é o que expressa simplesmente uma afirmação ou negação, sem estar ligado a uma condição **(juízo hipotético)** ou a uma alternativa **(juízo disjuntivo).** Um silogismo categórico é o silogismo, cujas três proposições são juízos **categoricos.** Vide **Imperativo categórico.**

Catégorique (fr.) = **categórico.**

Category (ing.) = **categoria.**

CATEQUÉTICA — É um método e prática de instrução religiosa. Vide **Catecismo.**

Catharsis — (Do gr. **Katharsis,** que significa purificação. Vem do verbo **Kathairo,** purificar, limpar, lavar, que vem de **Kátharos,** que significa puro, sem mancha, limpo).

a) Catarse é, assim, a purificação.

b) Diz-se, na Psicologia, que é **catarse** o alívio das emoções desagradáveis, das excitações anormais, o que permite dêsse modo o restabelecimento da relação entre a emoção e o objecto que a excitou originalmente.

c) Na Estética, é o ímpeto criador do artista enquanto expressa, simbòlicamente, algo da sua afectividade ou até da sua sensibilidade.

Catholic (ing.) = **católico.**

Catholique (fr.) = **católico.**

CATOLICISMO — Do têrmo gr. **katholon,** universal, vem **katholikôs,** de onde **católico** e **catolicismo.** Empregado para indicar as Igrejas cristãs, que tendem a universalizar-se, é, sobretudo, atribuído à Igreja Católica Apostólica Romana. **Catolicismo** é o sistema dessa concepção cristã, e é tomado, também, como o mundo católico, o **corpus Christi.**

CATÓLICO — a) O têrmo grego **Kathólikôs,** significa **geralmente, universalmente,** em seu sentido etimológico, **universal.** Chama-se, assim, de **católico** ou **católica** a doutrina ou religião que se considera universal ou pretende ser universal.

b) Usado, sobretudo, pela Igreja Romana, que se chama **católica.**

Cattolico (it.) = **católico.**

Catvãri ãrya-satyãni — (Sânscrito) — «As quatro nobres verdades de Buda», que diz: O sofrimento existe; êle tem uma causa; êle pode cessar; há um meio de fazê-lo cessar.

CAUÇÃO — Vide **Cautela.**

CAUCHY (Argumento de...) — Vide **Argumento de Cauchy.**

CAUSA — Têrmo, cujo correlativo é sempre o **efeito.** As várias idéias representadas por aquelas duas palavras são muito diversas para serem reunidas em uma definição geral. É preciso, por isso, considerá-las em separado.

A razão primitiva dos conceitos de «**causa**» e «**efeito**» parece ser a experiência de que actos voluntários de um sujeito produzem coisas novas. A correlação existente entre o acto e o seu producto foi concebida como necessária, e assim cada fenômeno que, para o pensamento ingênuo, tomou o aspecto de uma «coisa» como que independente e delimitada do resto da realidade, parecia forçosamente fazer surgir a questão acerca da causa dêsse fenômeno, concebida de maneira antropomorfa como um acto de um ser inteligente ou aliás, de

qualquer maneira, como um elemento activo.

Aristóteles parte da totalidade do mundo na ordem como ela se apresenta e procura os elementos que condicionem a sua existência. Como Platão já tinha distinguido entre uma **causa (aitia)**, que determina o carácter qüididativo de um ser e a causa, que faz com que alguma coisa exista, não é de admirar que Aristóteles também chegasse a estabelecer uma pluralidade de causas, que combinam a sua doutrina sôbre os problemas de **matéria** e **forma**, e de **potência** e **acto**. As quatro causas, que Aristóteles enumera como razões constitutivas de cada ser, são 1) a causa formal **(ê ousia, to ti einai, eidos, logos, paradeigma)**; 2) a causa material **(ê hylê, to hipokeimenon, oũ gignestai)**; 3) a causa eficiente **(ê arkhê tes kineseôs)**; 4) a causa final **(to ou eneka, t'agathon, to telos)**.

A traducção portuguesa das quatro causas aristotélicas se baseia nos respectivos têrmos latinos da escolástica **(causa formalis, materialis, efficiens, finalis)**, que interpretam, perfeitamente, o sentido das respectivas expressões gregas.

A **causa formal**, que se identifica com o **eidos**, forma, visava, originalmente, as qualidades sensíveis, especialmente a forma corpórea, mas posteriormente, também, as outras qualidades. Como Platão atribuiu ao **eidos** uma existência eterna, êle considerou-o caracterizado, também, pela prioridade no tempo referente àquele ser que acaba de «informar». Em Aristóteles, que reduz o **eidos** a um correlativo da **hylê** (matéria), cai também na prioridade temporal da causa formal. No mesmo sentido platônico, deve-se atribuir uma prioridade temporal à **causa material**, porque também a **hylê** devia existir antes da sua cópula com a forma. Em Aristóteles, porém, a **hylê** significa, antes, um dos elementos constituintes de uma coisa actualmente existente, sem implicar, necessàriamente, uma existência anterior. A causa eficiente é algo actualmente existente e sempre anteriormente àquele cuja causa é. É o que mais se aproxima do conceito moderno de causa. A **causa finalis**, de certo modo, reune as outras três causas, mas acrescenta novos pontos de vista: 1) é o por cuja razão algo deve existir, isto é: ou as boas qualidades que uma coisa possui em si, ou um outro bem do qual figura como causa eficiente; 2) **causa final** é o por cuja razão uma coisa existente foi produzida por um ser inteligente; e 3) é a **finalidade**, o desígnio, considerado como um facto mental, que produziu alguma coisa. Essas três acepções se confundem tanto entre si como com as outras causas. Em virtude do que foi alegado sob 1) e 2), pode acontecer que a **causa final** não só deixa de ser anterior à coisa produzida, mas é realmente subseqüente a ela. As escolas de Platão e de Aristóteles, e também os estóicos, consideraram a **causa final** a mais importante de tôdas as causas e a que mais merece êste nome. Os Epicúrios, porém, tencionavam limitar o conceito de cau-

sa àqueles fenômenos, que puderam ser observados como regularmente precedentes no tempo. Entre os cépticos surgiu a teoria de que causa e efeito dependem de si mùtuamente, ficando, assim, desaprovada a prioridade lógica, que geralmente adere ao conceito aristotélico de causa. A escolástica mantinha, geralmente, os pontos de vista aristotélicos. Mas, a aplicação dos mesmos ao mundo real, tornou óbvio, que a causa eficiente de uma coisa ou de um acontecimento concreto, não é uma só, mas uma pluralidade dos mais complexos elementos, o que levou a distinguir entre as causas eficientes uma como a «**principalis**».

Também se contrapõe a «**causa principalis**» à «**causa instrumentalis**», que, então, se exemplificam pelo obreiro e pelo instrumento usado. A «**causa directa**» e a «**causa indirecta**» significam o que produz e o que permite realizar. A «**causa unívoca**» é a que se esgota em um efeito determinado, e a «**causa equívoca**», a que contém mais do que êste efeito. A «**causa aductiva**» é aquela que conduz a causa principal ao acto. Seguindo os rastros de Aristóteles, a escolástica conhece, também, uma «**prima causa**», cuja característica é que ela mesma não possui causa alguma.

Descartes conferiu ao têrmo **causa** um sentido lógico, que inclui as acepções tradicionais, mas sobrepassa-as ao mesmo tempo. Como, segundo êle, as relações lógicas entre as coisas aderem à própria realidade dos fenômenos percebidos, o conceito de causa se identifica com o de «**razão**» (**causa seu ratio**), e forma, assim, o fundamento lógico de uma proposição, a verdade que a justifica e que tem por correlativo o têrmo «**conseqüência**».

Leibnitz tenta conceber tôdas as causas eficientes como causas finais, salientando que cada efeito é produzido por um desejo, a ponto de converter sem restrição os têrmos **desejo** e **causa**. Êle, porém, não esclarece a dúvida que já tornou impossível uma interpretação clara de Aristóteles, a dúvida se é o próprio desejo como facto mental ou o objecto desejado o que cumpre a função de causa final. Iguais desejos, segundo êle, sempre produzem iguais efeitos, porém, não ha necessidade quanto ao seguimento do efeito à **causa**, quer dizer ao **desejo**.

Hume tentou destruir o nexo de necessidade geralmente suposto entre **causa** e **efeito**. Apesar dos exemplos, que demonstram que um certo efeito segue-se a uma certa **causa**, não nos autorizam êles estabelecer uma necessidade intrínseca, que condicione um dêsses dois têrmos pelo outro. É sòmente o hábito de ver dois fenômenos sempre juntos, que leva a presumir um laço necessário, argumenta Hume. A palavra **efeito** só pode significar o que por fôrça de hábito esperamos no futuro. Hume dá, com isso, uma análise psicológica referente à origem da consciência de causalidade, mas nega a sua validez de aplicação ao mundo da realidade.

A crítica de Hume levou Kant a investigar pormenorizadamente o conceito de causalidade. Como resultado dessa investigação, concluiu que a relação entre causa e efeito constitui uma síntese de índole muito particular, que se caracteriza pelo facto de que a um têrmo A, é posto um têrmo B, completamente diferente, e obediente a uma regra. O nexo existente entre **causa** e **efeito** é, segundo Kant, mais que uma simples sucessão invariável, é antes uma dependência absolutamente geral e até necessária. Ainda mais, essa síntese de **causa** e **efeito** tem uma dignidade tôda especial, que não se pode expressar empiricamente, e que consiste no facto de que o efeito simplesmente não sucede à causa, mas é posto em virtude dela, e como que procede dela.

A concepção kantiana de causalidade parece bem equilibrada, visto ser ela capaz de abrigar os dois têrmos extremos do conceito de causalidade, que se manifestam em tôda a problemática dêsse assunto: o conceito antropomorfista, já acima aludido, como dando origem à representação de causalidade, e o conceito mecanicista, que se desenvolveu pela aplicação do primeiro ao mundo material. Temos uma definição clara do primeiro dada por Malebranche, e designada por êle como «**causa eficaz**», que é a de um ser, que exerce uma acção, que modifica um outro ser no sentido da modificação extrema de criação ou aniquilamento, sem perder ou ceder nada da sua própria natureza ou da sua potência de agir ulteriormente.

Por outro lado define J. S. Mill o sentido mecanicista de **causa**, como: o antecedente ou o conjunto de antecedentes, do qual o fenômeno chamado efeito é invariàvelmente e incondicionalmente o conseqüente. Essa definição se opõe àquela de Malebranche, pela abstracção completa do elemento voluntário ou activo, mas também desmente a acepção kantiana de um laço real, lógico ou necessário. Há outros, porém, que opinam que a causalidade mecânica não significa ainda uma redução à mera sucessão ou simultaneidade dos fenômenos, mas que, também, na causalidade mecânica, pode haver uma causalidade verdadeira com entrelaçamento real dos factos, aliás reservado à causalidade activa. Foi proposto denominar êsses dois conceitos — limites de causa, como **causa eficaz** e **causa eficiente.** Outros preferem os têrmos **causa activa** e **causa legal** (no sentido da palavra alemã «**gesetzmässig**»).

Todo o interêsse consiste agora em saber qual é essa lei que constitui o carácter legal da causalidade mecânica, e que nos autoriza a denominar alguns factos como causas e outros como efeitos daqueles. Essa lei foi considerada pelos cientistas naturais da era materialista como a lei física exemplar, em virtude da sua validez universal, e a crítica de Hume não a derrubou da sua posição-chave no pensamento científico. Mas, sob a luz da teoria matemática da relatividade, os factos se apresentam de maneira diferente. É óbvio que os acontecimentos reais chegam à nossa consciência por intermédio de

certos elementos, nos quais se prende, universalmente, a nossa percepção, como a nossa percepção visual depende dos raios de luz que partem da matéria e chegam à nossa vista. Suponhamos que um observador esteja situado em um corpo celeste que se afasta da nossa Terra. Por um telescópio, êle observa os acontecimentos que aqui têm lugar. Quanto mais rápido êsse astro se afasta da Terra, tanto mais tardarão os raios luminosos que partem daquela, até chegarem ao observador. Se o astro alcancar uma velocidade igual à da luz, o observador está impossibilitado de contemplar os acontecimentos terrestres, visto que nenhum raio luminoso alcança mais o seu ponto de observação. Suponhamos agora que o astro chegue a ultrapassar a velocidade da luz. Isto significaria que o observador podia recolher os raios de luz que partiram da Terra antes mesmo dêle começar a sua observação, e isto, progressivamente, começando com os mais recentes e ajuntando, depois, os mais antigos, em ordem inversa àquela que teve lugar nos respectivos acontecimentos terrestres. Se êste observador nascesse e morresse sob essas condições, êle, em tôda a sua vida, não faria outras experiências do que aquela que vidraças arrebentadas costumam reintegrar-se quando uma pedra penetra nelas. Nessa ordem inversa, qual seria, então, a causa, e qual o efeito? — Êste exemplo é hipotético, porque conforme a teoria da relatividade nenhum corpo pode ter uma velocidade maior do que a luz. Mas, evidencia-se que a causalidade tem uma direcção que se relaciona com as condições subjectivas do observador, alega-se.

Mais forte ainda é a crítica que desaprova o modo de chamar um facto isolado a causa de um outro facto. Um olhar mais atento no mundo da realidade deve convencer-nos do concatenamento universal de todos os factôres reais, de maneira que só se pode chamar a totalidade de tôdas as condições vigorantes no universo a um dado momento, como causa da totalidade das condições no momento subseqüente. Contudo, também essa acepção parece só uma parada a meio caminho. Sem dúvida, a consideração da totalidade dos acontecimentos «representa já um certo progresso, mas na acepção do pensamento moderno ainda é cheia de ingenuidade, porque presupõe a existência de «acontecimentos», de «factos», como elementos separados, que só secundàriamente são juntados por adição, ao qual se opõe a concepção moderna do mundo como um processo único e não uma colecção de acontecimentos. Êste é o novo panorama do mundo, dado por Bergson, William James, Whitehead e outros, que responsabilizam o intelecto pela dissenção arbitrária do mundo em objectos e acontecimentos isolados, de maior ou menor extensão e duração. É óbvio que um mundo de coisas isoladas precisa de algo como uma causalidade, que sirva de ponte sôbre os abismos, sem jamais cair na suspeita de uma acção à distância. Mas, onde cada parte do mundo é presente em cada outra parte, de maneira a constituir um fluxo contínuo e homogêneo da

realidade, não há lugar para um conceito de causalidade. Que quer dizer isto, senão que o mundo de isolamento é o mundo da nossa consciência, e o mundo da continuidade é o mundo real, e se a causalidade só tem lugar no primeiro, que o conceito de causalidade é puramente subjectivo, ou que o mundo real e total é sem fisionomia, e que nós lhe gravamos certos contornos?

«Os vestígios, que descobrimos na areia do tempo são nossos» (Eddington). Também Kant tomou a causalidade como uma categoria subjectiva. Êle, contudo, chama a relação entre causa e efeito «uma síntese tôda especial». É a síntese tentada pelo homem, que quer reunir as partes do mundo, separadas pelo nosso intelecto, sem conhecer a forma final que terá. Só esporàdicamente êle reconhece, pela correspondência das quebraduras de dois pedaços, que êles pertencem um ao outro

Crítica:

Considera-se **condição** (de **conditio, ditio cum,** dito, ordem) tôda e qualquer circunstância, cuja ausência não permitiria que uma coisa fôsse o que ela é. É condição, para que alguém escreva, agora, haver luz. Mas vê-se, desde logo, que se pode distinguir a idéia de **condição** da de **causa.** A causa é uma condição, mas uma condição com um diferente específico: a de ser **sine qua non,** isto é, sem a qual **(sine qua)** a coisa não **(non)** se produziria, pois é conexionada com aquela, ou seja, dela depende real e essencialmente.

Conclusão: a causa é o que determina necessàriamente a producção de uma coisa, a qual dela depende real e essencialmente; é o que infunde ser à coisa, é o ser que **flui** na própria coisa; enquanto a **condição** é o que é necessário apenas à acção da causa.

A causa exige condições, sem as quais não actua. Mas o efeito implica a necessidade da causa. As condições são factôres, em suma, necessários neste ou naquele facto, não necessários sempre como causa, pois os factôres podem ser diversos, enquanto a causa é sempre única.

Muitos confundem antecedente com causa, como o fêz Hume. Antecedente é o que precede a uma coisa; causa o que a produz.

Os positivistas vão considerar como causa o antecedente de um fenômeno, que faz que a coisa seja o que ela é (metafisicamente); ou melhor, o simples antecedente do efeito.

A identificação entre causa e antecedente não resolve o problema, apenas renuncia resolvê-lo.

Lei e **causa** são também identificados. Mas **lei** tem um sentido geral, enquanto a causa é concreta e individual. **A lei afirma uma relação de causalidade.** O exemplo do martelo, que ao bater na pedra a esquenta, mostra-nos bem claramente a diferença. O martelo é a causa do aquecimento da pedra, mas a lei é a lei do choque, e êste se transforma em calor.

A causa implica a lei, dá-se no campo da **lei.** A causa é indivi-

dual, a **lei** é universal. A **lei** explica-nos a causa. A **lei** é uma constante genérica invariante, enquanto a causa toma seus aspectos singulares, segundo as diferenças das condições (factôres, etc.).

A ciência procura explicar as causas e delas alcançar as leis. A lei é, assim, um esquema generalizado das causas, e expressa o nexo invariante dos variantes causais e dos factôres.

A origem próxima da idéia de causa leva-nos à construcção de um esquema abstracto. As causas, as condições e os factôres, distinguidos pela variabilidade dos factos, que são históricos e, portanto, singulares, mas que nos revelam a variância do seu acontecer, levam-nos à construcção do esquema de lei, que universaliza os factos, que os inclui em seu âmbito globalizante.

As causas eficientes, que são as que produzem a coisa (**ex-facere**) se nos apresentam nas formas mais diversas. Temos a causalidade **mecânica,** que consiste no movimento e no deslocamento locais, por muitos aceita como a única, como por Demócrito e os materialistas.

A **geração** biológica é uma causa eficiente em que um ser transmite suas propriedades específicas, que era por Aristóteles considerada como a mais alta espécie de causa.

A **criação**, como causa, é estudada na Teologia.

A idéia de causa implica a de efeito. Mas o efeito já está contido em potência na causa. Está virtualmente nela.

Argumentam os escolásticos que o ser, por ser acto, é activo. Se não houvesse causas eficientes não haveria nada. O agir segue-se ao ser (**agere sequitur esse**). O agir é uma propriedade essencial do ser, que é eficacidade, e cada ser age segundo seu modo de ser.

O ser é, por si mesmo, activo, pois um ser, que fôsse inactivo, não teria eficacidade, e seria nada. O ser é tensão (**ens est diffusivum sui**). A causa é um constitutivo essencial do ser.

Desta forma, a idéia de causa toma uma justificação ontológica. A causa de tudo é o Ser que, por ser activo, realiza-se em sua própria actividade, portanto actualiza tudo quanto pode ser, pois é tudo quanto pode ser, pois só êle tem a eficacidade primordial. Vide **Factor.**

Causa adductiva (lat.) — Vide **Causa.**

CAUSAÇÃO — Acção de causar. Vide **Causa** e **Causalidade.**

CAUSA DIRECTA — Vide **Causa.**

CAUSA EFICAZ — Vide **Causa.**

CAUSA EFICIENTE — Vide **Causa.**

CAUSA EQUíVOCA — Vide **Causa.**

CAUSA EXEMPLAR — Vide **Causa.**

CAUSA FINAL — Vide **Causa.** Para os gregos **telos** é o fim

como meta, a extremidade que um têrmo tende a alcançar. É o fim, o **para que** uma coisa é feita.

Bionômica e psicològicamente, a idéia de fim encontra uma base no espectáculo da própria vida e da nossa actividade, que sempre é intencional, sempre **tende para**... No conjunto dos factôres histórico-sociais, vemo-la em tôda actividade cultural do homem, bem como no contôrno ecológico, em tôda a natureza, um tender para, uma **intencionalidade** universal para alcançar uma meta.

Os fins ou as diversas modalidades, nas quais nos aparece a finalidade, mostram-nos uma pluralidade de aspectos, que permitiram estabelecer diversas acepções, como o fim pensado, o que se realiza psicològicamente, o **finis operis,** isto é, o papel que uma obra realizada deve cumprir, como a finalidade de um elevador é de erguer cargas, ou **finis operantis,** o fim que leva a uma acção, como o salário, que move o operário a trabalhar, o lucro ao capitalista, a glória ao artista desinteressado, o ideal ao idealista ético.

Chama-se de **finalidade intrínseca** a de uma unidade, na qual as partes são ordenadas, segundo o bem do todo, como a dos órgãos num corpo vivo, e **finalidade extrínseca,** quando a ordem de uma unidade tende ao bem de um outro ser, por exemplo, o das frutas para alimentar os pássaros e os homens.

Todos conhecem os abusos que decorreram da apreciação das finalidades extrínsecas, que serviram, posteriormente, para que, na Filosofia, muitos combatessem a idéia de finalidade. Temos um exemplo dado por Fénelon, que nos diz que as pulgas procuram as fazendas brancas para serem mais fàcilmente captadas pelo homem, ou os exemplos de Chateaubriand no «Gênio do Cristianismo» e os atribuídos a Bernardin de Saint-Pierre, que foram de tão triste memória.

A causa final não é uma causa que actue cronològicamente após o efeito, como pensam (embora pareça incrível) alguns.

A causa final **antecede** como tôda causa. O **tender para** de um ente, no qual o têrmo realiza uma perfeição, é a finalidade de um ente. Mas êsse têrmo pode ser um têrmo atingível, encerrando-se sua actividade, ou uma via atingida, na qual perdura a actividade. A farinha amassada e cozida tende a formar-se pão. Ela sofre tudo isso pela causa final de se tornar pão. Ela sofre tais modificações para atender essa finalidade, que não é dela, que é extrínseca a ela, mas lhe é dada pelo homem.

Não é da finalidade da farinha (intrìnsecamente considerada) tornar-se pão, mas é uma finalidade que lhe é extrínseca. Em todo acto psicológico em geral, intelectual ou não, há uma **intenção,** um **tendere in. Finis est prima in intentione, ultima in executione,** dizem os escolásticos (o fim é primeiro na intenção e último na execução).

Causa finalis (lat.) = **causa final.**

CAUSA FUNDAMENTAL — Vide **Causa.**

CAUSA INDIRECTA — Vide **Causa.**

Causa instrumentalis (lat.) = **causa instrumental.**

CAUSAL — O que se refere à **causa,** o que pertence à **causa** e também a constitue.

CAUSALIDADE — Vide **Causa.**

CAUSALIDADE (Princípio de) — Um dos fundamentais princípios racionais (Vide **Princípio**).

A locução mais vulgar é de que êste princípio se enuncia assim: «todo o fenômeno tem uma causa». Mas êste enunciado é meramente **tautológico.**

O princípio de causalidade não é apenas **lógico,** mas também **ontológico.**

Seguindo as linhas da filosofia concreta, o seu verdadeiro enunciado seria êste: **todo o ser que não tem em si mesmo sua plena razão de ser, depende realmente de outro que, ontològicamente, o antecede,** e é pelo ser que nêle flui (causa). Diz-se que é efeito o que é **ex-factum,** ou seja, o que é feito, **factorado** por outro. Não tendo o ser finito a razão de ser em si mesmo, provém êle de outro. O nexo real de dependência é pròpriamente a **causalidade.** O **princípio de causalidade** quer, portanto, dizer que o ser, cuja existência não se afirma em sua origem, como de si mesmo, obtém-na de outrem, ao qual está conexionado. O do qual êle depende é a **causa;** o dependente é o **efeito;** e a dependência é a **causalidade.**

De qualquer forma, essa dependência tem de ser real, e não uma mera antecedência, como Hume errôneamente quis considerar como conceito de causa.

Na filosofia moderna, tem-se procurado esboçar o princípio de causalidade, contudo nem sempre se considerou devidamente êsse nexo real, o que tem motivado grandes confusões.

Causalità (it.) = **causalidade.**

Causalität (al.) = **causalidade.**

Causalité (fr.) = **causalidade.**

Causality (ing.) = **causalidade.**

Causa occasionale (it.) = **causa ocasional.**

CAUSA PRIMA — Vide **Causa.**

CAUSA PRINCIPAL — Vide **Causa.**

Causa sui — (Em latim, causa de si mesmo). No conceito de **causa de si mesmo** afirmar-se-ia que um ser, para ser, depende realmente e só de si mesmo, e, neste caso, existiria antes de existir, o que seria absurdo. Se se considerar positivamente, seria a afirmação de que a essência de um ser envolve a existência, ou seja, seria aquêle ser, cuja essência seria existir, e, neste caso, a expressão seria mal empregada, porque desaparece o nexo de dependência. Se o têrmo é tomado negativamente, significaria que um ser é em si mesmo **(a se).** Vide **aseidade.** Ora, o ser que é **a se,** é absolutamente in-

dependente e incausado. Dêste modo, também seria má aplicação atribuir-lhe **causa sui.** Spinoza empregou essa locução para indicar aquêle ser, que não pode ser concebido como não existente; ou seja, o ser absolutamente necessário de modo **simpliciter** (simplesmente). (Vide **Ser necessário**). De qualquer forma, é uma expressão que se deve rejeitar na Filosofia por incluir **contradictio in adjecti.** Vide **Contradição.**

Causation (al, ing. e fr.) = **causação.**

CAUSA UNÍVOCA — Vide **Causa.**

Causazione (it.) = **causação.**

CAUTELA — a) Indica cuidado, prevenção, prudência. Aponta as disposições da vontade humana, mobilizadas para garantir um futuro favorável.

b) Na ordem jurídica, **cautela** é sinônimo de **caução,** cujo nome é dado à garantia no cumprimento de uma obrigação rígida, que pode ser pessoal, como no caso dos **réfens; real,** como nas hipotecas, e **mista,** quando, além de valôres reais, a pessoa responde, também, com os seus bens, como se verifica na Economia e nas Finanças.

c) **Cautela,** como sinônimo de precaução, significa a atitude de advertência e também as medidas que são tomadas para enfrentar dificuldades e perigos eventuais, decorram êles de onde decorrer. Neste sentido, é também sinônimo de prudência, quando êste têrmo é usado na acepção vulgar.

CAVERNA — Alegoria empregada por Platão na **República,** VII, 1 — 2, pelo qual a alma humana, no seu estado actual, unida ao corpo, é comparada a um prisioneiro encadeado numa caverna, de costas voltadas para a luz, não podendo ver as coisas reais, mas apenas as sombras projectadas no fundo do subterrâneo.

Na verdade, quer Platão dizer que o conhecimento do mundo pelo homem, processando-se por meio de uma assimilação aos esquemas anteriormente dados, não é de per si suficiente para captar a realidade das coisas, pois, para êle, a verdadeira realidade das coisas está na proporção em que elas imitam as formas.

Bacon, fundando-se na alegoria platônica, chama de **ídolos da caverna** os erros que surgem da natureza, da composição de corpo e alma, e também da educação e dos costumes, que acontecem com o ser humano.

Caverne (fr.) = **caverna.**

CAVILAÇÃO — É o emprêgo de sofismas, da fraude, da astúcia para induzir alguém ao êrro. Diz-se que actua cavilosamente aquêle que pretende enganar, sofisticar. Chama-se, assim, **cavilação** a todo argumento verbal, que não invade o sentido profundo das coisas, e que, dêste modo, não permite captá-lo devidamente.

Cavilazione (it.) = **cavilação.**

Cavillation (fr.) = **cavilação.**

Cavilling (ing.) = **cavilação.**

CECIDADE — a) Pròpriamente, é o estado daquele que não usa a visão.

b) Quando metafòricamente se emprega em relação à mente ou ao processo mental, chama-se **amnésia.**

c) Quando é a incapacidade de entender os conteúdos verbais chama-se **alexia.**

d) Quando é a incapacidade de captar os valôres morais e a inaptidão em distinguir o bem e o mal, chama-se **cecidade moral,** também **loucura moral.**

Se a cecidade é apenas em relação às côres chama-se **acromatopsia.**

Cecità (it.) = **cegueira.**

Cécité (fr.) = **cegueira.**

CEGUEIRA — Vide **Cecidade.**

CEGUEIRA CROMÁTICA — Vide **Acromatopsia.**

CEGUEIRA MORAL — Vide **Cecidade.**

CEGUEIRA VERBAL — Vide **Memória.**

CELANTES — Forma de silogismo de **Camenes,** considerado como um modo indirecto da primeira figura.

CELANTOS — Modo subalterno de **Celantes.**

CELARENT — Em Lógica, modo da primeira figura.

Nenhum M é P;
todo S é M;
logo, nenhum S é P.

CELARO OU CELARONT — Em Lógica, modo subalterno de **Celarent.**

CÉLULA — a) Em latim diminutivo de **cela.** Uma pequena cavidade indica um pequeno conjunto fechado, por isso é usado o têrmo, anatômicamente, para indicar o ser vivo elementar, que é a célula, constituído de um protoplasma encerrado numa membrana, no qual se destaca um núcleo, que é composto de um líquido **(hialoplasma),** e uma substância reticular albuminóide com cromosomas, os quais são destinados à reproducção celular. Entre os sêres vivos, há os monocelulares, compostos de uma única célula, e os poli-celulares, compostos de células homogêneas, tipo colonial, ou de células heterogêneas, que é o tipo organizado. A célula desenvolve o **metabolismo** com funções assimilativas e desassimilativas **(catabolismo).** Tal se dá nos sêres monocelulares, nos sêres policelulares organizados. Cada célula tem uma função especial, mas integrada com outros numa totalidade, que contribui para a vida do conjunto, o que, por sua vez, vem em favor da vida de cada célula.

b) Jurìdicamente, o têrmo aparece na expressão **regime celular,** que se refere ao sistema penitenciário, pelo qual cada preso é encerrado em aposentos separados, e também em **prisão celular,** que é a pena de isolamento.

c) Sociològicamente, o têrmo é empregado para indicar as unidades sociais, que constituem partes da totalidade de um grupo social.

d) Há, também, a expressão **celula mater,** que surge em certas concepções, que afirmam terhavido uma primeira célula, de

onde tôdas as outras surgiram. Serve, também, para qualificar todos os princípios de onde surgem doutrinas, opiniões, etc.

CENESTESIA — a) Enquanto proveniente de **koinos,** comum, e **aisthesis,** sentir, significa a sensação orgânica interna da circulação, digestão, etc., distinta da externa, como a sensação visual, auditiva, etc.

Como proveniente de **kinesis,** moção, mudança, e **aisthesis,** significa a sensação do movimento, como a muscular, etc. Propomos, assim, empregar o têrmo **cenestesia** para o primeiro caso, e **cinestesia** ou **quinestesia** para o segundo. Vide **Kinesis.**

Censur (al.) = **censura.**

CENSURA — a) Em sentido ético, aplicado a vários sectores do conhecimento humano, **censura** significa um juízo condenatório de uma conduta, de uma realização estética, de uma doutrina, etc.

b) Também pode significar a submissão de algo a um juízo de valor, como seja submeter-se algo a uma **censura,** que poderá ser favorável ou desfavorável.

c) Emprega-se êste têrmo, juridicamente, para aquela acção que parte de uma instituição jurídica, que autoriza ou desautoriza a circulação de obras de carácter doutrinal, científico, literário, etc., em vista de se encontrarem, em tais trabalhos, aspectos, opiniões e idéias prejudiciais ou perigosas às normas éticas ou jurídicas prevalecentes no meio social.

d) Na psicanálise, êste têrmo foi aproveitado por Freud para indicar a eliminação, consciente ou subconsciente, do campo da consciência, de tudo o que é censurável na vida social como os ímpetos sexuais, em que o censurado permanece latente no subconsciente.

Censure (fr.) = **censura.**

CENTRALIZAÇÃO — Processo ou resultado, pelo qual se realiza o contrôle segundo graus, concentrado nas mãos de poucos, que constitue o centro de uma estructura concêntrica de poder, de onde emanam as ordens para a periferia. Na centralização, há dependência nas decisões das partes subordinadas, maior ou menor.

Centrifugal (al.) = **eferente.**

CENTRÍFUGO — O que se afasta do centro.

CENTRÍPETO — O que se dirige para o centro.

CENTROSOMA — Parte da célula, que é dada como centro de operação da divisão celular por **mitose.**

CEPTICISMO — Já haviam os **sofistas** sentido dúvidas quanto à capacidade cognoscitiva do homem. Com os **céptico**s, essas dúvidas desenvolveram-se de um modo mais conseqüente e sistemático. Não constituem os céptico**s**, pròpriamente, uma escola, mas uma grande orientação, uma corrente, que determina a atitude de grande parte de filósofos.

Estudaremos a seguir os temas principais da corrente céptica,

através de seus nomes mais notáveis. Mas devemos, antes, fazer rápida digressão histórica quanto a êsse movimento, dos mais ponderáveis da História da Filosofia:

O escepticismo desenvolve-se em três fases:

1) escola de **Pirro de Élis** (360-270), cujas doutrinas foram expostas através das poesias satíricas de **Timon de Flionte;**

2) a **Nova Academia,** ou seja, a fase da escola platônica, que vai desde **Arcesilau de Pitano** (315-241) a **Carneades de Cirene** (214-129), e a seu discípulo cartaginês **Clitômaco,** que expôs por escrito suas doutrinas;

3) os **cépticos posteriores, pirronianos** ou pirrônicos, que desde **Enesidemo de Cnossos** (século I) até **Agripa** e a **Sexto Empírico** (séculos II e III d. C.) desenvolvem mais minuciosa e sistemàticamente os motivos do **cepticismo.**

Merece a Nova Academia anotações especiais, antes da exposição dos **temas cépticos.**

O carácter comum desta segunda Academia, infiel herdeira de Platão, é a doutrina da **verosimilitude,** e do **provável,** que ela procura introduzir em tôda a parte. Foi Arcesilau quem a propôs em primeiro lugar, e sustentou-a com subtileza e com extremo rigor contra o dogmatismo estóico, e contra o pirronismo absoluto de Timon de Flionte e seus discípulos. Buscava, assim, Arcesilau, abrir uma nova estrada entre a dúvida excessiva, destructiva e contra o senso comum e a tentativa de, com faculdades limitadas e relativas, querer, orgulhosamente, alcançar uma verdade absoluta e definitiva. Depois de Arcesilau, nenhum grande mestre apareceu na Nova Academia, quando surge a figura surpreendente de **Carneades,** que emprestou um novo fulgor. Era um verdadeiro gênio da controvérsia. Empreendeu um ataque encarniçado ao **estoicismo.** Procurou Carneades provar que, entre uma apercepção verdadeira e uma apercepção falsa, não há um limite que se possa segurar, estando o intervalo cheio de uma infinidade de apercepções, cuja diferença, entre si, é infinitamente mínima. Ante a certeza absoluta impossível e a extravagância da dúvida absoluta, resta sòmente a **verosimilhança** no bom sentido, e a **probabilidade.**

Seguro no domínio das opiniões de Arcesilau, Carneades, ao defender as lições do seu mestre, graças ao seu espírito original e engenhoso, organizou um sistema da análise da probabilidade, de suas escalas, dos sinais que a revelam. Com Clitômaco, posterior a Carneades, sobrevém a queda da **Nova Academia.**

(Nota: também se usa a expressão **Nova Academia** como sinônimo de **probabilismo).**

Temas do cepticismo: a) às três perguntas:

1) qual é a natureza das coisas?

2) Que atitude devemos assumir quanto a elas?

3) Que resultará dessa atitude?

Assim respondem os cépticos: quanto à primeira, aproveitando-se do **relativismo** de Heráclito e Protágoras, afirmam que só conhecemos o que sentimos, e os fenômenos como nos aparecem; quanto à segunda: por êsses fundamentos, devemos reconhecer e seguir os fenômenos, mas suspender o juízo quanto ao que está oculto (a **coisa em si**). Temos, assim, no fenômeno, o critério necessário para a conducta prática, sem, no entanto, possuir o critério da verdade objectiva; quanto à terceira: a renúncia ao juízo (**afasia**) implica, por si mesma, a resposta à terceira, que o céptico deve renunciar a pronunciar-se acêrca da natureza das coisas, eliminando as perturbações que a opinião traz às inevitáveis impressões dos fenômenos, alcançando, assim, nos limites do possível, a desejada imperturbabilidade (**ataraxia**).

b) Mas os fenômenos, na prática, têm aparências contraditórias, e os cépticos negam-lhes qualquer critério de verdade. Não existe representação que, por si só, dê uma evidência objectiva. Contradizem-se os sentidos, a vista contradiz a si mesma, os sonhos mesclam-se com a realidade, e a razão sofre as influências das representações.

c) Acusam os cépticos aos estóicos, que afirmam atributos positivos em Deus, e tentam explicar o mal com o conceito da providência, e a contingência com o conceito do destino, e a variabilidade das leis humanas, com o conceito da justiça natural. Os erros do dogmatismo, reduzem-se, pois, à pretensão de possuir um critério de verdade, uma evidência, onde tudo permanece compreendido (**acatalepto**). E os cépticos afirmam: fundamentar o assentimento no incompreendido não é ciência, é **opinião.** Tal atitude não é digna do sábio. Digna é a suspensão do assentimento e do juízo (**epokhê**), do qual resulta a imperturbabilidade (**ataraxia**).

d) Resta, então, ao sábio apenas a probabilidade. **Carneades** intenta resolver êste ponto com sua teoria dos três graus da credibilidade ou verosimilitude.

1) Representação persuasiva; 2) e ao mesmo tempo não contraditada; 3) e examinada em tôdas as suas partes. Mais tarde, **Sexto Empirico** e **Agripa** não aceitam o critério de verosimilitude. Não o substituem, no entanto, por uma negação, que seria uma posição dogmática, mas por uma suspensão de todo juízo. **Enesidemo** classifica em dez motivos ou modos (**tropos**) as causas da relatividade de todos os conhecimentos. São: 1) diferença entre os animais; 2) diferença entre os homens; 3) diversidade entre as sensações; 4) variedade das circunstâncias; e disposições subjectivas; 5) variedade de posições, distâncias e lugares; 6) mescla variada com circunstâncias concomitantes; 7) há diferenças de percepção e o conjunto é diferente dos elementos isolados; 8) relatividade das coisas; 9) diferença entre as impressões habituais e raras; 10) diversidade de educação, costumes, leis, crenças e opiniões humanas. **Agripa** resume em duas classes: 1) discordância entre indivíduos na maneira de viver ou de pensar, e 2) relatividade do objecto

percebido aos outros objectos e ao sujeito que percebe.

e) **Sexto Empírico** resume todos êsses modos num dilema: tôda a coisa deve ser compreendida por si ou por outra; porém, de per si não é possível, por faltar um critério que não seja controvertido; tão pouco por outra, porque, com esta outra, o dilema se renovaria, e assim até o infinito. Nem a própria controvérsia, acêrca do critério da verdade, pode ser resolvida, porque, para tanto, seria necessário um critério reconhecido, e viceversa, pois, para possuí-lo, seria preciso já ter resolvido a controvérsia.

f) Acusam o silogismo por já estar contida a conclusão na premissa maior. E argumentam: Todo homem é animal. Sócrates é homem. Logo, Sócrates é animal. Mas, dizem os cépticos: se não sabeis que Sócrates é animal, como podeis dizer: todo o homem é animal? Mas pode objectar-se: «que o silogismo limita-se a estabelecer a relação lógica entre a conclusão e as premissas (já que se acha contida nelas); por conseguinte, pressupõe a validez das premissas; demonstrá-lo não é a missão do procedimento silogístico, como argumenta Messer.

g) Dizem os cépticos: «pretendeis dar a explicação dos factos por meio da causa. Mas pode conceber-se a causa sem primeiramente haver compreendido o efeito, como efeito seu? E pode a causa, como tal, existir antes de que seja causa, quer dizer, antes que exista seu efeito? Por serem conceitos relativos, um não se pode compreender sem o outro; por isso, um não pode ser explicado de outra maneira, senão que o segundo não pode ser explicado pelo primeiro.

h) **Sexto Empírico** deduz dêsses argumentos a seguinte regra: obedecer aos fenômenos e deduzir dêles a norma do que parece mais benéfico. O critério para a vida não é o critério da verdade, mas, sim, da utilidade, e o método empírico o oferece com a coordenação sistemática de tôda experiência, que pretende valer, realmente, para as experiências futuras, mas sem pretender, como em Carneades, a **verosimilitude,** isto é, a semelhança com uma verdade objectiva, na qual o cepticismo radical suspende completamente o juízo. É esta a tendência que hoje se chama **pragmatista.** Ela vai influir na filosofia post-aristotélica. O valor teórico é substituído completamente pelo valor prático e humanista. A crítica do **cepticismo** é realizada na **Lógica Maior** ou **Crítica,** pelos escolásticos.

É também discutida na «Teoria do Conhecimento ou Gnosiologia». Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

CEPTICISMO EFÉCTICO — É a posição céptica, que se opõe ao **cepticismo dogmático.** Enquanto êste afirma, dogmàticamente, a dúvida quanto ao valor dos nossos conhecimentos, o **eféctico** duvida da própria dúvida. Vide **Cepticismo** e **dogmatismo.**

CÉPTICO — Vide **cepticismo.**

Cercle (fr.) = **círculo.**

CEREBRAÇÃO — Actividade dos hemisférios cerebrais. Acto de pensar.

CEREBRAL — **Cérebro** é a parte principal do sistema nervoso central dos vertebrados, que, no homem, ocupa a parte anterior e superior do encéfalo, onde se processam os factos mentais do ser inteligente, pelo menos onde estão êles centralizados.

Chama-se **cerebral** o que se refere ao **cérebro,** mas também, por extensão, tudo quanto se refere à esquematização mental do homem.

Cerebralismo é a actividade viciosa na filosofia e na cultura em geral, que se limita apenas à esquemática mental, sem a devida referência à realidade das coisas externas.

Cerebrações são as realizações cerebrais, neste último sentido; em suma, a actividade viciosa do espírito, sem a devida consideração aos factôres reais.

CEREBRALISMO — Vide **Cerebral.**

CERIMÔNIA — São as formas exteriores regulares de um culto. Assim se pode falar de cerimônias religiosas, políticas, sociais, etc.

Por tais cerimônias, que têm uma raiz simbólica inegável, pretende-se expressar sentimentos sociais, através de atitudes, gestos e ritos.

Certain (fr.) = **certo.**

CERTEZA — Estado de espírito em face de um juízo verdadeiro, que êle reconhece como tal, em um grau que não deixa nenhuma dúvida. Daí o têrmo também se aplicar à condição do conteúdo lógico, em face do qual se formou aquêle estado de espírito.

A certeza pode ser **imediata** (ou **intuitiva**), quando se trata de um juízo evidente, e **mediata** (ou **discursiva**), quando se trata de uma demonstração. Essa distinção já foi feita por Aristóteles e, desde então, foram propostas as mais diversas tentativas para esclarecer primeiro a natureza da **certeza imediata** e para determinar, depois, qual é a relação que vigora entre a certeza imediata e a primeira. O problema da certeza, que reúne elementos lógicos metafísicos e psicológicos, está longe, não só de uma solução, mas de uma maneira unívoca de apenas ser estabelecida como problema. A certeza, primàriamente, é uma experiência psicológica. Mas o elemento afectivo, de certo não é de especial interêsse filosófico. A pergunta é: quais são as condições que produzem êste estado psicológico de certeza? Qual é o critério do carácter verdadeiro de um juízo, que consideramos certo? O racionalismo vê, na clareza e distinção das idéias, o critério que garante a sua verdade, e eleva a inteligência ao estado de certeza. De facto, isto prova só a qualidade lógica daquelas idéias e a sua conformidade com a estructura actual da evolução do intelecto humano. Mas um intelecto limitado também encontra objectos de conhecimento, dos quais êle só pode formar idéias menos claras, mas que, por isso, não são menos verdadeiras; quer dizer, não são menos adequadas à realidade e, conseqüentemente, não menos «certas», tomando-se

«certo», aqui, primàriamente, no sentido de **assegurado** e não de **correcto.** Se consideramos um conhecimento intuitivo, em sentido menos estrito, que se aparta das categorias ordinárias da Lógica, deve-se reconhecer que êste é verdadeiro em elevado grau, e até essa qualidade foi alcançada à custa da clareza e distinção da representação. Mais feliz parece a opinião que toma como ponto de partida a relação gnosiológica entre o intelecto e a realidade e opina que o acto cognoscitivo é, para chamá-lo assim, transparente, apresenta, visìvelmente, a sua determinação por parte do objecto. Êle permite, assim, uma introspecção, que representa uma segunda relação, colocada por cima da relação gnosiológica original, e que nos subministra a certeza. O ponto decisivo é saber se a evidência, como fundamento imediato da certeza, é, de facto, a visibilidade da determinação objectiva inerente à própria percepção. Em todo caso, aparece aqui o momento de um contrôle secundário da percepção original, que resulta em uma aprovação ou desaprovação, não já do juízo. mas da execução correcta do acto de percepção, e assim, indirectamente também, do juízo. A duplicidade no procedimento, visando assegurar a certeza, encontramos em outra forma também em Nikolai Hartmann, que recentemente dedicou especial atenção a êste problema. Êle oferece, como instrumento da evidência, o chamado critério das duas instâncias (**Zwei-Instanzen-Kriterium als Wahrheitsgewissheit**), que parte da consideração de que duas representações do mesmo objecto, que se formaram independentemente uma da outra, e que concordam no seu conteúdo, se oferecem como um critério da verdade. A questão é só de encontrar duas fontes de conhecimento, que são de facto independentes uma da outra. Segundo N. Hartmann, tais fontes heterogêneas se apresentam no conhecimento **a priori** e a **posteriori.** Onde quer que considerações apriorísticas e conhecimentos por experiência convirjam na mesma idéia, teríamos a certeza de que essa idéia é verdadeira. Entretanto, surgiram críticas também a essa teoria, salientando que conhecimento **a priori** e **a posteriori,** se bem que sejam heterogêneos, não seriam independentes por completo, visto que a camada superior de conhecimentos apriorísticos é radicada e fundada na camada inferior de conhecimentos isolados adquiridos **a posteriori,** como se lê na crítica de Gottlieb Söhngen.

Além da concepção da certeza, como uma convicção racional do espírito de que os objectos são tais, como êle os concebe, o têrmo também serve para designar uma «crença», que é igualmente uma adesão forte do espírito, não, porém, por razões de ordem intelectual e, sim, por motivos irracionais, e só individualmente válidos. Como a certeza é suscetível de vários graus, ela se encontra também na **opinião,** que é uma adesão fraca do espírito, deixando lugar à dúvida, ou à oposição.

Uma forma especial ainda é a assim chamada **«certeza moral»,** que se apoia em uma certa soma

de indícios, que todos reunidos sugerem uma determinada teoria, que dificilmente pode ser errada. (O emprêgo da palavra «moral» neste sentido (**certitudo moralis**) é familiar à terminologia escolástica).

Certezza (it.) = **certeza.**

Certitude (fr. e ing.) = **certeza.**

Certitudo (lat.) = **certeza.**

CERTO — O que tem carácter de **certeza** (Vide).

Certum est quia impossibile est — (Frase latina = É certo por que é impossível). Palavras de Tertuliano, referentes ao dogma da **Ressurreição.**

Cesare — Em Lógica, modo da segunda figura do silogismo, dependente de **Celarent** pela conversão da maior.

Nenhum P é M;
ora, todo S é M;
logo, nenhum S é P.

CESARIOCRACIA — Vide **Fases Críticas na História.**

CESARO — Na Lógica, modo de silogismo subalterno de Cesare.

CÉU — a) É o espaço indefinido, no qual se movem todos os astros. Para os antigos havia diferentes esferas sólidas e diáfanas concêntricas à Terra, por meio das quais desejavam explicar os movimentos dos planetas.

b) O **primeiro céu,** para Aristóteles, era a última esfera, a das estrêlas fixas.

c) Chamava-se **sétimo céu** (e ainda se emprega) para indicar o céu do eterno gôzo, o céu da felicidade.

d) **Céu empírico** era o céu dos bemaventurados.

Chance (fr. e ing.) = **fortuna, acaso, azar.**

CHANCE — Do latim **cadere, cair, acontecer.** Vide **Azar.** Empregado, sobretudo, no sentido de **oportunidade,** como evento favorável, que abre o caminho para ocorrências benéficas. Muito usado, modernamente, neste sentido.

Change (ing.) = **mutação.**

Ch'ang Cheng (chinês) — Existência eterna como a do céu e a da terra, que não existem por si mesmas (Lau Tsê).

Na filosofia taoista, é a longa vida, que resulta da alimentação da alma pela acumulação das virtudes.

Nesta mesma filosofia, é a imortalidade adquirida através das mutações internas e externas.

Changement (fr.) = **mutação.**

CH'AN WEI — Conjunto de escritos proféticos, realizados de 300 a. C. a 400 d. C. no pensamento confuciano.

Chaos (ing. e fr.) = **confusão.**

Character (ing.) = **carácter.**

Characteristic (ing.) = **característica.**

Characteristik (al.) = **característica.**

Charakter (al.) = **carácter.**

Charakterologie (al.) = **caracterologia.**

Charisma — Vide **Cárisma.**

Charitas (lat.) = **caridade.**

Charité (fr.) = **caridade.**

Charity (ing.) = **caridade.**

CHEFE — a) (Soc.) Cabeça ou líder de uma tribo, clã ou de qualquer grupo social.

b) Também o que exerce a autoridade pela sua posição em qualquer instituição humana.

Ch'êng (chinês) — a) Honestidade, sinceridade, ausência de falta.

b) Reverência, seriedade.

Cheng hsin (chinês) — Tornar recto o coração, ou rectificar o coração. Quando alguém é transtornado pela fome, sente fome, cegado pelo amor, ou envolvido em aborrecimentos e ansiedades, a mente perdeu a sua balança. Deve ser rectificada o mais cedo possível (**confucionismo**).

Chen Jen (chinês) — a) «O homem verdadeiro», o homem supremo, o homem puro, o homem de fôrça superior.

b) Aquêle que transcendeu o ser e o não ser, a vida e a morte, e chegou a um estado de mística união com o universo.

Cheng ming (chinês) — A doutrina da «rectificação dos nomes», a qual afirma que os nomes devem corresponder às realidades, e servem como tipos, modelos para a organização social e a conducta pessoal.

Chen ts'a (chinês) — O senhor verdadeiro que dirige a operação do universo, de cuja existência não há dúvida.

Chên yün (chinês) — A unidade primária e verdadeira, pela qual a fôrça vital é constituída.

Chi (chinês) — A fôrça que move; o subtil início da moção; o grande Esquema (ou gérmens), do qual tôdas as coisas vêm e para a qual tôdas as coisas retornam (**Chuang Tzu,** 295 d. C.); um arranjo mecânico, de acôrdo com o qual há uma mistura dos corpos celestes e terrestres Tauísmo mecanicista, especialmente **Lien Tzu,** III d. C.); a pura natureza do homem (como em **Chuang Tzu,** entre 399 e 295 a. C.).

b) O método de hipóteses na argumentação.

Chia (chinês) — a) Especificação, um método de atribuição ou designação.

Chiamare (it.) = **chamar.**

Chiaro (it.) = **claro**

Chiau (chinês) — a) Ensinamento, um corpo de doutrina; um sistema de moralidade.

b) Religião, especialmente usada em **tsung chiau.**

Ch'i chia (chinês) — Ordenação da vida familiar, o amor aos irmãos mais velhos, amor aos pais, que são condições para uma ordenada vida nacional (**confucionismo**).

Chi chih (chinês) — Extensão de conhecimento ou acquisição do conhecimento verdadeiro, atra-

vés da investigação das coisas (**ko wu**) e conhecendo sua razão (**li**) para a maioria, não necessàriamente por meio da investigação de tôdas as coisas no mundo, mas através da investigação de uma ou mais coisas se necessário para que a razão seja em geral entendida.

Ch'ien (chinês) — Céu, simbolizado por três traços horizontais paralelos. Oito Diagramas (**pa kua**); o trigama do princípio cósmico masculino, **yang**, oposto de **k'un.**

Chien ai (chinês) — A doutrina do «amor universal», interpretada completamente em têrmos de modelos utilitários. (**Mo Tzû**, entre 500 e 396 a. C.).

Chien hsuan (chinês) = **Emancipação.**

Chien pai (chinês) — Solidez (da pedra) e brancura (do cavalo) o problema central na disputa sôbre a relação de substância e qualidade entre os Sofistas (**pien chê**) e os Neo-Mohistas (**Mo chê**), no III e IV séc. a. A.

Chih (chinês) — a) Memória.

b) Propósito.

c) Rectidão, honestidade, justiça.

d) Sabedoria, uma das três qualidades morais do homem (**ta tê**). Três Qualidades Morais do homem superior (**san tê**), os Quatro Fundamentos da vida moral (**ssu tuan**), e as Cinco Constantes Virtudes (**wu ch'ang**). Confucionismo.

e) Conhecimento, inteligência.

f) Conhecimento descriminado, pequeno conhecimento, o qual é incapaz de entender o **Tau.**

g) Conhecimento intuitivo.

h) Marca, designação.

i) Essência, matéria básica.

Chih chan (chinês) — A mais alta excelência; perfeição, o último bem.

Chih jen (chinês) — «O homem perfeito», aquêle que conseguiu um estado de união mística com o universo, ou «um que não se separou da verdade».

Chih kuo (chinês) — A ordenação da vida nacional, a qual é o intermediário degrau entre a ordenação da vida familiar de um e a paz do mundo (confucionismo).

Ch'i hsueh (chinês) — O movimento intelectual no estado de **Ch'i.**

CHILIANISMO — Vide **Quilianismo.**

Chin (chinês) — Metal, um dos cinco agentes ou elementos.

Ch'in (chinês) — a) Experiência pessoal, ou conhecimento obtido através do contacto de uma faculdade conhecida e o objecto a ser conhecido (**Neo Mohistas**).

b) Pais.

c) Vizinhança.

d) Afeição, amor.

Ch'ing (chinês) — Paixões, sentimentos, emoções, interpretado como:

a) natureza humana (que é originàriamente tranqüila), quando movida e despertada e expressada nos sete sentimentos (alegria, mêdo, pesar, angústia, amor, ódio e desejo), gostar e desgostar, e o sentido da vantagem e da desvantagem.

b) A ajuda impura do homem, nascido do passivo **(yin)**, fôrça vital **(ch'i)**, contrastada com o puro, a natureza **(hsing)** nascida do activo **(yang)**, fôrça vital, e expressada nas Cinco Constantes Virtudes **(wu ch'ang)**.

c) Natureza humana ou sentimentos originais, próprios do homem.

Ching (chinês) — a) Os clássicos.

b) Tipos ou direcções cardiais na ética confucionista e o govêrno.

c) Reverência.

d) Seriedade.

e) Essência. «A essência e a fôrça vital constituem coisas».

f) Pureza; a natureza pura.

g) Espírito, inteligência.

h) Concentração, unidade de pensamento.

i) Tranqüilidade, descanso, inactividade.

j) Quietude.

Ching chen (chinês) — O espírito e a alma do homem ou «a fôrça vital **(ch'i)** e o Guardião da vida do homem, o qual é cercado pelo Céu, contra a forma física, a qual é cercada pela Terra.

Ching hsin (chinês) — Desenvolvimento mental pelo conhecimento da natureza e do Céu.

Chin tan (chinês) — Medicina da imortalidade.

Chiu (chinês) — Duração, «o que junta diferentes tempos», ou «o que une passado e presente. manhã e noite **(Neo-Mohismo)**.

Chiu ch'ou (chinês) — As Nove Categorias da Grande Norma **(hung fan)** da antiga filosofia Confucionista, consistentes nos Cinco Elementos **(wu hsing)**, a prática reverente das cinco funções (da aparência pessoal, fala. visão, audição e palavra), a intensiva aplicação das oito medidas governamentais, o uso harmonioso dos cinco regulamentos do tempo, o estabelecimento do modêlo real, a prática ordenada das três virtudes, a inteligente prática da adivinhação, o pensamento, que segue as diversas indicações, e a recompensa com cinco espécies de **bem** e a punição com seis formas de **perigo.**

Ch'iung li (chinês) — Investigação da Razão das **coisas,** inclusive as últimas. Uma **coisa** é considerada pelos Neo-Confucionistas como um acontecimento. Um perfeito entendimento de um acontecimento pode ser obtido, investigando a sua última razão.

Ch'i wu (chinês) — A igualdade das coisas e opiniões; a identidade dos contrários.

Ch'n (chinês) — a) O fluído vital.

b) Fôrça, espírito.

c) A fôrça vital, expressada na operação e sucessão do princípio activo **(yang)**, e o princípio passivo **(yin)**, e os Cinco-Agentes ou Elementos **(wu hsing)**.

d) Em Estética: vitalidade rítmica, espírito vital.

Ch'ng (chinês) — a) Invariáveis ou leis universais ou eternas, ou princípios que perduram através das mudanças fenomenais do universo.

b) Virtudes constantes.

Chose (fr.) = **coisa.**

Chrématistique (fr.) = **crematística.**

Chu (chinês) — Directa apelação. Um método de designação.

Ch'uan (chinês) — a) Um pêso, uma balança.

b) Pêso, autoridade, fôrça.

c) Expediente, um conceito ético Confucionista, o qual justifica a desviação de aspectos cardiais ou direcções em ética, e o domínio sôbre certas circunstâncias anormais.

Ch'uan hsing (chinês) — Preservação de uma natureza original **(Tauísmo)**.

Ch'uan sheng (chinês) — a) Preservação da vida, pela supressão dos desejos **(Tauísmo)**.

b) Vida completa, isto é, «todos os desejos procuram uma harmonia própria» **(Tauísmo)**.

Chu i wu shih (chinês) — Unidade da mente, com absoluta imparcialidade; um estado de seriedade reverencial **(ching)**.

Chung (chinês) — a) O significado. Veja **Chung yung** (Confúcio).

b) O centro próprio ou ser moral, no qual «as paixões como alegria, mêdo, pesar e prazer não foram despertadas», e na qual existe «num estado de absoluta tranqüilidade, sem ser movida».

c) O central ou o próprio princípio; a Lei Moral (tau), o «fundamental princípio» do universo, «a grande base da existência»; «o início e o fim do universo».

d) O princípio da centralidade, o qual é observado em qualquer coisa.

e) Imparcialidade; o princípio da neutralidade é presente em cada coração humano.

f) O recôndito princípio.

Chun tu (chinês) — O homem superior, o homem perfeito moral e nobremente. Na filosofia chinesa de Confúcio, o homem perfeito é o que constantemente progride, exterior e interiormente, na moral, na lei; em suma, aquêle que busca a máxima perfeição.

CIBERNÉTICA — Ramo da técnica moderna, que estuda os processos de construcção mecânica, que prolonguem os movimentos musculares de carácter executivo, e a construcção de aparelhos, que realizam operações matemáticas, funções imaginativas de carácter sensitivo, assimiláveis à memória, usando também os recursos da electrônica.

CICISBEÍSMO — Prática pela qual é permitido à mulher casada ter, ou por ela são reconhe-

cidos, os seus amantes. Vide **Concubina.**

Ciclo — Espaço de tempo ou período, que tem um princípio caracterizado, um desenvolvimento e um fim.

CICLÓIDE — Tipo de personalidade tendente à ciclotimia, sujeito a oscilações de exaltação ou depressão por deficiência do carácter, segundo Kretschmer.

CICLOTIMIA — Estado que se caracteriza por períodos alternativos de falta ou de excesso de vitalidade, de depressão e de exuberância, com acessos maníaco-depressivos assinalados. Vide **CICLÓIDE.**

CICLOTÍMICO — O que revela sofrer de **ciclotimia** em maior ou menor grau.

CIDADE — Vide **Civilização.**

CIÊNCIA — Etimològicamente, vem de **scire** (em latim), que significa saber.

a) Em sentido etimológico, ciência seria, portanto, o saber, e neste caso, tôda espécie de saber. Com os gregos, o têrmo **ciência,** que é **epistéme,** opôs-se a **doxa,** ao saber vulgar, e significava todo saber culto, especulado, teórico, que se contrapunha aos conhecimentos prováveis da **doxa (opinião),** e da fé, esta inevidente, racionalmente, para oferecer clareza e distinção nas idéias, e a aceitação de princípios observados objectivamente, provados pelos meios racionais mais capazes. Neste sentido, incluia-se a Filosofia, que também era uma **sophia.** Na Idade Média, prosseguiu o têrmo com o mesmo conteúdo dos gregos, e significava o conhecimento das coisas, do que infunde ser e razão ao objecto conhecido.

b) Só na Idade chamada Moderna tomou um sentido mais limitado, afastando-se do de Filosofia. Passou a **ciência,** assim, a ter como objecto os factos reais, aparentes, os fenômenos, tendendo a estudar e descrever o como da sua manifestação e a explicação dos mesmos, isto é, o porquê conexionado às causas reais, aplicando, a pouco e pouco, neste exame, os métodos da matemática, a fim de alcançar as **leis** (vide), que regem os mesmos fenômenos.

Empregando a **matemática,** no exame dos factos físicos, busca a **ciência,** através da descoberta das leis, das constantes, dos invariantes, construir uma sistematização dos factos, conexionando-os uns aos outros e a princípios cada vez mais gerais, coordenando os específicos, e subordinando-os aos genéricos, a fim de construir uma **classificação das ciências,** o que permitiu a especialização verificada em nossos dias. Tem preocupado modernamente as diferenças que se podem estabelecer entre a **Ciência** e a **Filosofia.** De um lado, vemos cientistas tentarem reduzir a Filosofia à Ciência, subordinando-a totalmente a esta, como se vê no **cientismo.** Por outro lado, outros estabelecem uma separação à semelhança da estabelecida por Ockam em sua famosa metáfora da navalha, criando até um abismo entre ambas. Outros, ainda, conservando a distinção, sem estabelecer uma separação,

buscam harmonizar a **Ciência** com a **Filosofia,** e, finalmente, a quarta posição, que é a daqueles que compreendem que o saber filosófico, como o científico, por sua vez, são aspectos de um saber supremo, que é, por ex., a **mathesis** dos pitagóricos.

Impõe-se pois, que se estabeleçam as distinções mais importantes entre **Filosofia** e **Ciência.** Enquanto a **Filosofia** é um saber puro universal, a **Ciência** é um saber culto particular, pois a **Ciência** dedica-se ao estudo dos fenômenos, enquanto a **Filosofia** os ultrapassa para penetrar nas primeiras e últimas causas, quando aquela se atém apenas às causas próximas.

A Ciência descreve o como das coisas e as causas próximas, imediatas das mesmas, enquanto a Filosofia busca o porquê dos porquês, interroga o mais longínquo. A **Filosofia** trabalha com o contingente e o necessário, o relativo e o absoluto, enquanto a **Ciência** circunscreve-se apenas ao contingente do accidental e ao relativo. A **Ciência** pode usar o método experimental, dispor de instrumentos, medir, pesar, contar; em suma, correlacionar as dimensões físicas. O filósofo, despojado de instrumentos, apenas dispõe do pensamento para com êle investigar o que ultrapassa o campo das intuições meramente sensíveis, e das classificações intelectuais meramente próximas. Enquanto a **Ciência** se move dentro do campo da **imanência** (vide) das coisas, a **Filosofia** ultrapassa-o para penetrar na **transcendência** (vide).

Ademais, a **Ciência** permanece nas abstracções de primeiro grau, quando muito nas de segundo grau (matemáticas), enquanto a **Filosofia** invade as abstracções de terceiro grau (as metafísicas). Se a **Ciência** tende a estabelecer, e estabelece, juízos universalmente válidos, a **Filosofia,** como é freqüentemente considerada pelos modernos, só pode estabelecer juízos particularmente válidos. Devemos dizer, contudo, que a filosofia, orientada pela direcção concreta, também pode alcançar a juízos universalmente válidos. E é ao seguir êste rumo que ela alcança a **mathesis** e, também, estabelece o ápice do triângulo, cujos vértices seriam formados pela Ciência e pela Filosofia, alcançando, assim, a um saber que as inclui e ao mesmo tempo as ultrapassa, mas, e sobretudo, fundamenta-as com maior firmeza.

c) A palavra **Ciência** ainda é empregada em vários sentidos para indicar habilidade técnica, conhecimento de uma profissão, etc. Tem ela, como objecto materterial, tôdas as coisas fenomênicas, e como objecto formal o que caracteriza a cada **ciência** em particular, pois o material pode ser comum às várias ciências. A especialização está neste aspecto formal da realidade fenomênica. Pode-se, ademais, distinguir **Ciência** em dois grandes hemisférios: **ciência pura,** aquela que não se dirije para o aproveitamento técnico ou prático, e **ciência aplicada,** aquela que se destina ao emprêgo de fins práticos, como a Medicina.

CIÊNCIA DA CIÊNCIA — É a análise da ciência, partindo-se de vários ângulos, incluindo a Lógica, a Metodologia, a História, a Moral, a Sociologia, etc.

CIÊNCIA (CLASSIFICAÇÃO) — Vide **Classificação das ciências.**

CIÊNCIA COMPARATIVA — Vide **Comparativa.**

CIÊNCIA MÉDIA — Na Escolástica, é o nome que se dá à ciência por parte de Deus do que acontecerá aos homens em sua plena liberdade, e que foi um dos temas de maior controvérsia na **polêmica dos futuros contingentes,** que perpassa pela escolástica até nossos dias. Considerava Molina que havia três objectos da ciência divina, os possíveis, os acontecimentos actuais e os acontecimentos condicionados, que sucederiam em conseqüência de uma certa condição, caso esta se actualizasse. Chama-se **ciência de simples inteligência,** a ciência das possibilidades; **ciência de visão,** a dos acontecimentos que sucedem actualmente, e **ciência média,** a que se coloca entre a primeira e a segunda, e que se refere ao acontecimento condicional, de que falamos acima.

CIÊNCIA (Objecto da) — Tôda ciência tem pelo menos um duplo objecto; em alguns casos, um triplo. O **objecto material** é a coisa sôbre a qual versa a ciência; **objecto formal,** o aspecto formal pelo qual a ciência toma o objecto. Assim os corpos são objectos da Física apenas enquanto corpos físicos, e os corpos vivos são da Biologia. O **objecto material** pode pertencer a várias ciências, como o Homem, que é objecto da Antropologia, da Sociologia, do Direito, etc., mas quanto ao **objecto formal,** êste apenas pertence a uma determinada ciência. O terceiro objecto é o **instrumental,** ou também chamado **formal-motivo,** o pelo qual a formalidade é considerada. Assim, na óptica, cujo **objecto material** é o ser físico, a luz é o **objecto formal-motivo** para considerar os fenômenos ópticos.

CIÊNCIAS SOCIAIS — Vide **Sociais (ciências).**

CIÊNCIAS TEOREMATICAS — Vide **Teoremático.**

CIENTÍFICO — Diz-se do que concerne à **Ciência.** Emprega-se com referência aos métodos usados por aquela, e também para expressar o que se opõe ao meramente literário e filosófico.

CIENTIFICISMO — Vide **Cientismo.**

CIENTISMO — Por influência do século XIX, ainda em nossos dias, há aquêles que julgam que a **Ciência,** no sentido que tem êste têrmo hoje, é capaz de oferecer a solução para todos os problemas da vida humana, inclusive os metafísicos, e que, por sua vez, há necessidade, também, de reduzir a métodos científicos as especulações que pertencem ao campo da própria Filosofia. Afirmam, ademais, que os métodos científicos, além de suficientes, são os únicos que poderão dar ao homem a solução de seus magnos problemas. Em face das vitórias obtidas pela Ciência, é natural que alguns cientistas, que não se dedicaram eficientemente ao estudo da Filosofia, julguem que é

possível a reducção daquela a esta, com uma facilidade maior do que a que realizam alguns físico-químicos, que reduzem, precipitadamente, a Biologia à **Físico-química.** Há, contudo, algo positivo na posição do **cientismo,** e a positividade está apenas nisto: o que há de mais sólido e fundamental no processo teórico da Ciência são as normas dadas pela matemática. Mas a matemática não é uma disciplina **científica** apenas, ela é sobremaneiramente filosófica. Por isso, ela classifica-se como **ciência auxiliar,** intermédia entre a Filosofia e a Ciência, como se concebe hoje. Ao examinarem-se as diferenças fundamentais entre a **Ciência** e a **Filosofia,** verifica-se a improcedência do cientismo.

O que, ademais, revela a incapacidade do **cientismo** de resolver os magnos problemas da Filosofia, está no facto de a ciência se circunscrever apenas ao campo das coisas contingentes e accidentais, enquanto a Filosofia invade a dos sêres necessários (vide **necessário** e **contingente**).

CINEMÁTICA — Parte da **mecânica,** que considera o movimento local, determina a situação do móvel, ou de vários entre si, no espaço, durante um tempo, recorrendo-o com uma velocidade uniforme, e regularmente variável, ou uniformemente acelerada, ou retardada, uma distância em direcção determinada, rectilínea, curvilínea. Em suma: **cinemática** é a disciplina mecânica, que estuda tôda variabilidade de movimentos de um móvel ou móveis, coordenados nas variações de tempo, de espaço e de vector.

Cinématique (fr.) = **cinemática.**

CINESTESIA — Vide **Cenestesia**

Cinestético (it.) = **cinestético.**

CINÉTICA (Energia) — É a energia que produz ou é produzida pela **kinesis** (Vide).

CÍNICA (Escola) — Vide **Cínicos.**

CÍNICOS — Nome dado a uma escola grega de filosofia, fundada por **Antístenes** de Atenas, discípulo de Sócrates, que funcionou no ginásio **Cinosarges.**

Afirmavam os cínicos que a verdadeira felicidade funda-se na vida recta e inteligente; ou seja, na vida virtuosa. Esta vida virtuosa consistia, para êles, no alcançar a maior independência possível da influência dos factôres externos ao homem. Para tanto, deveria cada um dominar os seus desejos e carências. Pregavam a libertação dos costumes, convenções e preconceitos, bem como a diminuição dos desejos e apetites, apenas a um indispensável para a manutenção da vida, renunciando a tudo quanto de supérfluo lhes oferecia a civilização. Temos o exemplo extremo de **Diógenes,** que quis viver uma vida natural, em plena **polis** civilizada, tendo por moradia um tonel e evitando o uso até dos utensílios mais simples da vida civilizada.

Como entre os cínicos surgiram hipócritas, e com o decorrer do tempo a doutrina, por seu revolucionarismo, foi aproveitada por

demagogos, a palavra tomou um sentido pejorativo. Daí **cinismo** significar a falta de reserva que, na convivência social, faz dissimular certos sentimentos degradados, certas tendências perversas, em que os mesmos são até alardeados, são proclamados pelos que os sentem e os sofrem. Diz-se que é **cínico** aquêle que, indecorosamente, exibe as suas propensões e proclama suas tendências e seus actos antimorais. O cinismo, em suma, é o oposto ao **pudor** e ao **decoro.**

CINISMO — Vide **Cínicos.**

CIO — Apetite sexual dos animais.

CIOSO — a) O que sente zelos, o zeloso. «Cioso de suas honras».

b) Ciúme, ciumento, pessoa ciumenta.

Circle (ing.) = **círculo.**

Circolo (it.) = **círculo.**

CIRCULAÇÃO (na Economia) — Os bens econômicos quase sempre não se destinam ao consumo de quem os produz, mas a outros. A actividade específica de passarem **mediatamente** (por meio de...) os bens do productor ao consumidor é o que se chama de **circulação.** Para muitos, essa circulação faz parte da producção, é um simples desdobramento desta. Para outros, é um fenômeno autônomo. Embora as razões sejam muitas, de parte à parte, devemos sempre considerar que tomamos o facto econômico concretamente com os outros factos da vida, razão pela qual não aceitamos essas separações como totalmente independentes umas das outras. Por isso se **separa** o fenômeno da circulação para melhor estudá-lo, nunca porém se deve julgar que as abstracções, que fazemos, por uma exigência de ordem mental, signifiquem que **se dão** independentemente umas das outras. Dessa forma, a Economia deve procurar as características que peculiarizam a circulação, nunca, porém, considerá-las como autônomas.

CÍRCULO VICIOSO — Raciocínio defeituoso na Lógica e na Apodítica, que consiste em definir ou demonstrar uma coisa A por outra B, a qual B só pode ser definida ou demonstrada por A, formando, assim, um círculo.

Circulus vitiosus — Vide **Círculo vicioso.**

CIRCUNSPECÇÃO — a) **Circunspecção** é a inspecção **circum,** ver à volta, olhar em redor de si, coisas e pessoas, a fim de determinar as reacções adequadas ao ambiente. **Circunspecto** é o que pondera, o que faz e o que diz, depois de examinar o ambiente em que faz e sôbre o que diz.

b) Significa, também, cautela, prudência; daí dizer-se ser circunspecto nas palavras e nas acções.

A **circunspecção** é uma virtude subordinada à **prudência.** Vide **Cardiais (Virtudes).**

CIRCUNSPECTO — Vide **Circunspecção.**

CIRCUNSTÂNCIA — A **circunstância** é o que acompanha, rodeia algo ou alguém.

a) Emprega-se êste têrmo para significar o ambiente, em que existe o ser vivente (Ambiente circunstancial ou circunstância ambiental), pelo qual é determinado o curso de sua vida fisiológica ou mental. O ser humano é dependente do ambiente físico e social; em suma, do circunstancial, relativamente permanente e relativamente variável, que influem na vida humana.

Os vegetais têm uma circunstância fixa, enquanto os sêres animais, devido à locomoção, normalmente mudam de **circunstâncias.** Na vida social fixa, sedentária, o ambiente circunstancial é relativamente permanente, mas num grau bem forte. É inegável a influência do circunstancial na vida moral, como na vida psicológica. O **ambiente circunstancial** não é apenas constituído pelo que é sensorialmente percebido, mas por tudo quanto pode ter uma influência psicológica sôbre o ser humano.

b) Jurìdicamente, as **circunstâncias** são os factos ou motivos que acompanham, precedem ou seguem, oprimem ou demitem, e agravam a culpabilidade de quem os praticou, por ex. a **premeditação (circunstância agravante),** ou a diminuem, como por ex., a intenção de evitar o mal **(circunstância atenuante).**

c) O conjunto dos factôres predisponentes, que correspondem, analògicamente, às causas extrínsecas de Aristóteles e da escolástica, constituem a **circunstância,** de certo modo, de todo ser.

CIRCUNSTÂNCIA AMBIENTAL — Vide **Circunstância.**

CIRENAICA (Escola) — Vide **Escola Cirenaica,** na **Sinopse da História da Filosofia.**

CISMA — a) É o acto pelo qual se verifica uma cisão no seio de um grupo social mais vasto, pelo qual se constituem duas ou mais partes separadas, segregadas, e que vão constituir novas sociedades. É o que se observa nos **cismas** religiosos e nas sociedades políticas. O **cisma** surge da disconformidade de carácter pessoal, doutrinal, ou como conseqüência das tendências de alguns membros, que discordam do **status quo** da referida sociedade. Também se manifesta o **cisma** como conseqüência do excesso de vitalidade ou de desenvolvimento de uma sociedade, em que certos sectores alcançam uma autonomia funcional, que predispõe a separação, o **cisma.**

b) Na linguagem comum, quer dizer preocupação ou a presença de idéias dominantes, que tornam alguém apreensivo, **cismático;** conseqüentemente, separado, segregado.

Cit (Sânscrito) = **Vigilância.**

Citi (Sânscrito) = **Espírito, a mais alta inteligência.**

Citta (Sânscrito) — Na filosofia dos **Yogasutras,** a forma fenomenal da mente, como a primeira criação do **prakriti,** a qual é diferenciada dentro dos estados mentais **(vrttis),** assim como verdade e falso conhecimento, imaginação, memória, sonho. Êstes estados pertencem ao activo, necessitam ser restringidos **(citta-vrtti nirodha, Yoga)** de modo a ter a verdade, e abdicar

da natureza de si próprio (**purusha**) para entrar em si próprio.

CIÚME — É o exclusivismo no amor, sobretudo no amor sexual, que induz o amante a exigir, para si só, a posse da pessoa amada, e a sofrer, intensamente, os possíveis desvios daquela para outras de sexo oposto.

Significa, também, emulação, inveja, receio de perder alguma coisa e também **zêlo** (Vide).

Civilisation (al., fr. e ing.) = **civilização.**

Civilitas (lat.) = **civilidade, cultura.** Vide **Cultura.**

CIVILIZAÇÃO — É o desenvolvimento cultural humano em plenitude em suas realizações conjuntas. Êsse conceito é aplicado às sociedades, que alcançam um grau bastante elevado nas realizações técnicas e nas culturais, como Religião, Filosofia, Arte, etc.

Para Spengler, a civilização é o producto, enquanto a **cultura** (vide) é o produzir-se de uma alma cultural em seu ciclo vital.

Para outros, a civilização está sempre ligada ao civil, à **cidade,** às grandes populações, que vivem aglomeradas em pequenas áreas, com uma organização mais complexa da ordem social e jurídica, e uma vida econômica já plenamente desenvolvida. Sem as cidades, não há civilização. Contudo, esta tem seus caracteres especiais, que a mostram como um grau mais elevado da **cultura;** ou melhor, como o resultado mais alto do processo cultural.

Civiltà (it.) = **civilização.**

CLÃ — (Antropologia) — a) Grupo matrilineal, em geral **exogâmico.** Corresponde à **grei.** É uma tribo formada de várias famílias subordinadas a um chefe, como se verificava nos antigos escoceses e irlandeses.

b) Por extensão, emprega-se para significar um grupo de pessoas em tôrno de uma idéia ou posição política. «A clã tal...». Vide **Gens.**

Clair (fr.) = **claro.**

Clan (fr., ing. e it.) = **tribo.**

CLARIAUDIÊNCIA — Faculdade de ouvir com clareza, e à distância.

CLARIFICAÇÃO — Em alemão **Klärung, Aufklärung,** empregado por Husserl para indicar a síntese de identificação na qual o sentido noemático, dado menos claramente numa **noesis,** é dado mais claramente numa **noesis** posterior. Em suma, a clarificação consiste na melhor compreensão acentuada e sucessiva de um objecto de conhecimento ou de especulação.

CLARIVIDÊNCIA — a) Faculdade de ver com os olhos.

b) Capacidade de conhecer acontecimentos passados, presentes e futuros, sem a ajuda de sentidos especiais.

CLARO — Atributo, que muitas vêzes se diz de uma idéia, e que então é pràticamente sinônimo de distinto, mesmo que a ter-

minologia individual de certos autores se sirva dos dois têrmos para significar estados diferentes. — **Clara** é, portanto, uma idéia, que se releva fortemente na consciência e que, por isso, é bem distinta ou diferenciada de outra idéia.

Em Descartes, a **clareza** assume uma especial importância. porque êle a considera como o critério da certeza de que um determinado conhecimento é verdadeiro. Êle chama **claro** um conhecimento «que é presente e manifesto a um espírito atento», de tal maneira que não resta nenhuma possibilidade de duvidar de sua realidade e validade.

Leibnitz chama **clara** uma idéia, desde que nos faça reconhecer o seu objecto, e para distingui-la de tôdas as outras idéias.

Clarus (it.) = **claro.**

Class (ing.) = **classe.**

CLASSE — a) Na Lógica, um grupo constituído por um número indefinido de objectos ou factos individuais, caracterizados pela posse comum de um ou várias notas determinadas. É o têrmo geral, do qual «gênero» e «espécie» constituem casos particulares.

b) Na Biologia, a «classe» figura como um elemento de divisão dos organismos vivos, com a seguinte posição: as espécies, que têm certos caracteres em comum, são agrupadas em gêneros, os gêneros em famílias, as famílias em ordens, as ordens em classes e as classes em ramos. Classes são, p. ex.: os mamíferos, as aves, os peixes, etc.

c) Na Sociologia, uma classe é um grupo de indivíduos, distinguido pela lei ou pela opinião pública de outros grupos, em virtude da posse comum e permanente de certos caracteres pessoais ou atribuições extrínsecas. Visto que, na actualidade, a diferenciação social quase desapareceu com excepção da econômica, a tendência moderna visa a dar à classe o sentido de grupo profissional, ou unidade daqueles que têm a mesma maneira de ganhar a sua subsistência (p. ex.: operários, funcionários, proprietários, etc.).

CLASSES SOCIAIS — A diferenciação provocada pela lei da divisão do trabalho precipita a diferenciação das **classes sociais.**

Classe é um conjunto de indivíduos que exercem a mesma função econômica ou social, tendo, por isso, interêsses comuns.

A origem das classes sociais é tema, não só da Economia (no referente às classes econômicas), mas também da Sociologia (classes sociais em geral), como da Ética, como disciplina que engloba aquelas.

É verdade que entre os estudiosos de tal matéria nem sempre o têrmo tem um sentido bem nítido. Às vêzes é tomado em sentido amplo, como posição, estágio, grau social.

Na Economia, há os que as consideram distinguidas em duas apenas, como a burguesia e o proletariado, classificando-a pela posse ou a privação dos meios de

producção. A burguesia é a classe que tem a posse dos meios de producção, e proletariado a que dêles carece.

Sabemos que os indivíduos humanos apresentam caracteres, peculiaridades, que não os distinguem entre si, como por sua vez, manifestam uma **desigualdade** evidente.

Além das diferenças de ordem física, biológica e bionômica, há diferenças de ordem psicológica. Ademais, os factôres predisponentes, como os ecológicos e os histórico-sociais favorecem a acentuação dessas diferenças, que não podem ser desprezadas.

Partindo dessas diferenças entre os sêres humanos, compreendemos, fàcilmente, que a sua **igualização** não se poderia processar em **todos** os sectores, o que é importante.

CLASSICISMO — Como **ismo**, é um gôsto, que consiste em emitar, sobremaneiramente, os autores e artistas considerados clássicos.

CLÁSSICO — a) Têrmo que vem dos romanos, e foi definitivamente incorporado na Filosofia, quando Augusto ordenou que se reeditassem as obras de todos os autores greco-romanos, que merecessem ser perpetuadas.

Os encarregados dessa escolha classificaram os **melhores**, os quais tomaram o nome de classificados (daí **clássicos**); ou seja, escritor de primeira ordem, exemplar.

b) Segundo **Aulus Gellius** é **clássica** a arte de primeira classe.

c) Na Estética, chamam-se clássicos os que seguem as regras estabelecidas pelos autores clássicos greco-romanos.

CLASSIFICAÇÃO — Um sistema ou processo de estabelecer um sistema de ordem entre uma multidão de objectos, pela formação de grupos caracterizados pela posse comum de certos marcos. — A classificação chama-se **artificial** se as notas distintivas são arbitràriamente escolhidas, como a classificação das palavras em um dicionário pela introducção da ordem alfabética. A ela se opõe a **classificação natural**, que tende a aproximar os objectos, que possuem mais semelhança na sua estructura natural, como uma classificação de palavras, tomadas como têrmos orais, segundo certos critérios fonéticos, ou como a classificação em espécies e gêneros. A classificação natural é de imediata significação científica, enquanto conduz à descoberta das leis naturais; a classificação artificial é só um elemento de ordem subjectiva, que facilita a reencontrar cada objecto pelo respectivo lugar que ocupa.

CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS — Vide **Classificação.**

A unidade da ciência funda-se na unidade de seu objecto. Devemos distinguir um **objecto material** de um **objecto formal.** O primeiro é aquêle objecto concreto, para o qual se dirige as ciências. O segundo é o aspecto particular, em que é considerado o primeiro. É precisamente êste objecto que caracteriza a ciência, visto que o material pode

ser comum a várias. A variedade do objecto formal permitiu a especialização científica, como também a classificação das ciências.

Dividiam os antigos filósofos a **ciência** em **teorética,** ou **especulativa,** e **ciência prática.** A primeira corresponde pròpriamente à **Filosofia especulativa** (vide **Filosofia**) e a segunda à actividade humana, que era dividida em meramente **activa** e a **factiva,** que se dedicava às realizações práxicas. Mas, além dessa classificação, que visualizava apenas o **fim** da ciência, havia a divisão, segundo o **objecto material** da mesma, que era distinguido em **objecto intencional,** cuja disciplina é a **Lógica,** e **objecto real,** à qual pertencem a **Física,** como ciência fundada no primeiro grau da **abstracção** (vide); a **matemática,** fundada nas abstracções de segundo grau e, finalmente, a **metafísica,** fundada nas abstracções de terceiro grau. Nessa classificação, incluíam-se, ainda, as ciências subordinadas a essas três.

Classificações: Para Comte, a **ciência abstracta,** ou geral, tem por objecto as **leis,** que regem certa classe de fenômenos; a **ciência concreta,** mais geralmente chamada de **natural,** «consiste na aplicação dessas leis à história efectiva de diferentes sêres existentes». Vê-se que Comte tem um sentido muito particular do que seja abstracto e concreto; daí sua distinção.

Spencer chama de **ciências abstractas** a Lógica e as Matemáticas, que têm por objecto as relações abstractas, sob as quais se nos apresentam os fenômenos, as formas vazias, com ajuda das quais os concebemos; e **ciências concretas,** as que têm por objecto os próprios fenômenos.

E entre estas distingue: ciências abstracto-concretas, como a Mecânica, a Física, a Química; e **ciências completamente concretas:** a Astronomia, a Geologia, a Biologia, a Psicologia, a Sociologia, etc.

Numerosas são as divergências existentes entre os filósofos para a classificação das ciências. As mais modernas, como as de Dilthey e Windelband (Wilhelm, 1848-1915), já revelam uma outra fase da Ciência. Esta, depois de estar unida à Filosofia, separou-se dela, para tornar, novamente, em certos pontos, a confundir-se com ela. Sintèticamente, partindo do objecto da Ciência, podem ser classificadas como:

a) **ciências de objecto real:** ciências da natureza e as do espírito;

b) **ciências de objecto ideal** — por ex. as matemáticas.

Muitas críticas se poderiam fazer a essas classificações. É preciso distinguir bem as relações entre tôdas essas ciências e a Filosofia. Ademais, o critério dos objectos, não é o único, como salienta Ferrater Mora, pois é preciso considerar também a finalidade das ciências, o problema das chamadas ciências normativas, se, por exemplo a técnica é um fazer e não um saber, e se ela pode ser eliminada da estructura do saber científico (o

que não acreditamos) e, depois, a fundamentação filosófica do saber teórico, o que vincula uma ciência particular com as outras e com o geral. Desta forma, inúmeros problemas ficam propostos, os quais a Filosofia terá de discutir e dar-lhes soluções.

Entretanto, se quisermos partir do objecto, podemos **compreender** essa classificação; não esgotamos, porém, o problema. Senão vejamos:

Todo pensamento é pensamento de algo, e êste algo é o objecto do pensamento, que jamais se identifica com êle.

Penso: «êste livro está em cima da mesa». O objecto do pensamento é estar êste livro em cima da mesa. É uma situação especial dêste livro, que poderia estar em outro lugar, na estante, como estará amanhã, certamente.

Êsse pensamento dessa situação, não é algo material, nem está no espaço. Mas o livro e a mesa estão. Assim o estuda a Lógica Formal, para a qual o objecto tem uma extensão vasta. Tudo o que é capaz de admitir um predicado qualquer, tudo o que pode ser sujeito de um juízo, é objecto. É a noção da Lógica.

O livro é alguma coisa de que temos consciência por uma experiência sensível, por percepção externa. É um **objecto físico.**

Todos êsses objectos são **temporais,** estão imersos no que se chama o curso do tempo. Mas êsse livro está, além do **tempo,** no **espaço** também.

Os objectos psíquicos estão no tempo, não no espaço.

Uma representação, uma emoção não ocupam espaço. Isso não quer dizer que os objectos psíquicos não tenham uma referência espacial indirecta; pois todo facto de consciência pertence a um sujeito consciente, que embora não seja espacial, está adscrito a um corpo.

Mas há objectos que não estão nem no tempo nem no espaço: são os objectos ideais, por ex. os números, as figuras geométricas, as relações, os conceitos e os pensamentos em geral (não o pensar, como acto psicológico, que está no tempo). Temos, ainda, os objectos chamados de **objectos metafísicos,** como a coisa-em-si de Kant, a substância, que são conhecidos através do raciocínio, segundo alguns filósofos, ou por actos imediatos, como a intuição intelectual de Schelling (1755-1854), ou pela intuição não-racional de Bergson, ou pela intuição mística, dos místicos, etc. Temos os **valôres,** que são qualidades de uma ordem muito especial, que não se referem ao ser do objecto, mas ao seu **valer,** à sua dignidade.

Pois bem, fundando-nos no objecto, podemos chegar a uma classificação da ciência:

a) **Ciências da natureza,** cujo objecto é a natureza, como conjunto de todos os sêres tempo-espaciais, a realidade corporal, tanto inorgânica como orgânica, enquanto não é producto da acção humana. O corpo humano é um objecto natural.

b) **Ciências do espírito** (culturais), que estudam o âmbito pròpriamente humano da realidade, o homem em sua peculiaridade e como criador, homem do mundo da cultura, e a própria cultura. Enfim, todo o objecto cultural, que é tudo quanto êle cria ou modifica.

Vemos, assim, que, modernamente, as classificações da ciência dão a esta um âmbito muito maior, fundindo-se novamente em alguns aspectos com a Filosofia, que permanece sendo o saber do geral, com o todo como objecto, enquanto as ciências têm, por objecto, o particular ônticamente considerado.

O ontológico permanece sendo objecto da **Filosofia,** e a **Ciência** se contenta com o terreno do ôntico, sem transcendê-lo nunca. Entretanto, veremos que tal é impossível, porque a **Ciência,** hoje, sem que o queira, penetra no terreno da **Filosofia,** como esta é levada a penetrar no terreno da **Ciência.**

Estamos numa época da revisão de valôres, de transições profundas, e é natural que tanto a Filosofia como a Ciência sofram a influência do momento histórico. Aquela, ao influir na Filosofia, leva-la-á a terrenos novos, inesperados, cujas conseqüências ainda estamos, em grande parte, longe de poder prever.

Classification (fr., al. e ing.) = **classificação.**

Classificazione (it.) = **classificação.**

CLAUSTROFOBIA — (Do gr. **Kláustros,** pátio interior; em geral, lugar fechado, e **phobos,** mêdo). Mêdo mórbido, que se manifesta por angústia e movimentos impulsivos, em pessoas que se encontram em lugares fechados e abrigados.

CLEMÊNCIA — Vide **Cardiais (Virtudes).**

CLEPTOMANIA — (Do grego **Kleptos,** furto). Diz-se do impulso mórbido de furtar sem pròpriamente haver um interêsse de apropriar-se do objecto furtado.

CLIMA — a) Em sentido físico é a temperatura, e também as condições atmosféricas, que caracterizam uma região ou um país, em que o clima é um dos componentes da circunstância ambiental ou ambiente circunstancial.

b) Em sentido filosófico, é analògicamente empregado para indicar o conjunto de idéias, convicções, pontos de vista de uma corrente ou doutrina filosóficas.

Empregado nesse sentido também na Psicologia e na Sociologia. Assim pode-se falar em **clima psicológico** e em **clima social.**

Clinamen — (Do gr. **Clinos,** inclinação, desviação). a) Emprega-se êste têrmo para indicar a desviação espontânea que, no sistema de Epicuro, permitiu que os átomos, que caíam no vácuo, se encontrassem, se aglomerassem, formando as diversas combinações, que constituem a heterogeneidade das coisas.

Como essa inclinação espontânea não tem uma razão suficiente, nem de causalidade, sendo, conseqüentemente, ininteligível

por absurda, o têrmo **clinamen** é usado (b) para indicar, de modo pejorativo, aquelas doutrinas filosóficas, que desejam explicar o movimento das coisas sem uma causa primeira.

Como alcançam uma explicação geral, embora primária, da heterogeneidade das coisas, falta-lhes sempre o que inaugura o movimento. Daí falar-se em **clinamen** ou no **piparote** de um deus, que está faltando.

COACÇÃO — a) Acção de obrigar, de constranger alguém ou alguma coisa a praticar um acto, compeli-lo a tal. Daí falar-se em **poder coactivo.**

b) Filosòficamente, o têrmo **coacção,** que é formado de **cum** e **actus,** significa o acontecer de dois ou mais entes em acto, que formam uma nova totalidade, formalmente distinta.

Em «Teoria Geral das Tensões», o autor trata das **formas coactas,** que são as novas unidades que surgem da cooperação de vários actos, e que são **assumidas** por uma nova forma, com específica **coerência, coesão.**

CO-ADAPTAÇÃO — Têrmo empregado em Sociologia para indicar o processo das actividades dos membros de um grupo com unidade de fins.

Quer-se referir, também, a um grupo de indivíduos, que têm uma vida em comum, e que adaptam a sua existência às normas aceitas pela colectividade. Fala-se em **co-adaptação,** sempre que há coordenação das actividades dos seus membros, que se processa pelas modificações sofridas pelos elementos componentes, para assegurar a maior unidade e a melhor compatibilidade entre os elementos que nelas funcionam.

COALISÃO — Têrmo empregado para significar as acções de conjunto por colectividades sociais ou políticas, com carácter transitório, sem constituir, pròpriamente, uma comunidade homogênea. Assim se pode falar de **coalisões** de Estados.

CO-CONSCIÊNCIA — Têrmo proposto por Morton Prince para indicar os estados psíquicos, que coexistem na consciência do indivíduo, mas disassociados dela. São estados dos quais não dá conta o indivíduo, mas que actuam, contudo, dinâmicamente, de modo a se tornarem causa de diversos fenômenos psíquicos normais.

Coemptio — Forma de casamento na Roma antiga, no qual não eram necessitados os serviços dos sacerdotes. O ritual consistia apenas na compra da espôsa. Usava-se, nessa ocasião, uma moeda de pequena valia, que era apenas simbólica da venda.

COERÇÃO — Poder em acção de coagir, **coacção** (Vide).

COERÊNCIA — (Do lat. **cum haerens,** de onde herança. **Haerens** vem de **haeso,** que significa estar unido, estar aderido recìprocamente).

a) Daí o têrmo ser empregado na Física para indicar o que sucede com os corpos sólidos, em que os átomos e moléculas estão unidas entre si.

b) O têrmo é empregado na Filosofia para indicar a ausência de contradição entre as partes de um argumento, de uma doutrina, de um sistema.

c) Também se usa para indicar, na vida moral, a obediência aos princípios estabelecidos: uma **vida coerente.**

d) Êste têrmo é empregado, não só nas ciências naturais, como nas ciências culturais, sempre em sentido análogo ao que acima explicitamos.

Com referência aos nexos lógicos, psicológicos e morais, o oposto de **coerência** é **incoerência.**

COESÃO — (Do latim **cohaesio**). Empregado para indicar a fôrça, em virtude da qual se ligam entre si as moléculas dos corpos. É empregada, analògicamente, no sentido de **coerência** (Vide).

COEXISTÊNCIA — Condição dos sêres que existem simultâneamente no tempo e no espaço. Contrapõe-se à sucessão, que é o que se desenrola no tempo.

Êste têrmo tomou grande voga modernamente para significar, quanto aos sêres vivos, e, sobretudo, os homens, a presença, directa ou indirecta, de uns com os outros na vida psíquica e social, incluindo-se a histórica e a econômica. Daí dizer-se que um homem socialmente não existe apenas, mas coexiste.

Cogitatio (lat.) = **cogitação, pensar.**

Cogito, ergo sum (loc. lat.) = Penso, logo existo. Sob a origem desta sentença, atribuem-na a Cícero «**Vivere et cogitare**»; outros a St. Agostinho, no famoso **Solilóquio,** livr. II, cap. 1.

Descartes, no entanto, afirmou que não conhecia, quando formulou a sua famosa locução, a obra citada de Santo Agostinho, o que, contudo, muito o alegrava, por ver sua opinião já fundamentada por um grande doutor da Igreja.

Pelo processo da dúvida metódica, em que pondo tudo em dúvida, alcançou Descartes a uma certeza, porque não podia deixar de reconhecer que, ao duvidar, cogitava, tendo a vivência de si mesmo ao cogitar, da qual não podia duvidar. O **cogito** cartesiano não é apenas uma operação intelectual, mas também afectiva, porque significa sentir-se, imediatamente, como uma coisa que cogita, cuja existência não pode duvidar. Êste é o seu verdadeiro sentido.

Ora, Descartes partiu de que a verdade devia ser fundada em idéias claras e distintas, e o que êle cogitava, era para êle claro e distinto; portanto, verdadeira a sua existência.

A idéia clara e distinta é aquela que é indubitável, que não pode levar à dúvida, que é infalível, que não pode levar ao êrro, e que é inata (não proveniente da realidade objectiva).

O **cogito** apresentava êstes caracteres. Três são, portanto, os caminhos estabelecidos por Descartes:

1) método: a dúvida;

2) verdade fundamental: **sum cogitans**, sou pensante;

3) critério: a percepção clara e distinta.

O método cartesiano, entretanto, oferece graves dificuldades, e tem sido objecto de crítica filosófica, porque não nos leva com segurança a outra ou outras certezas fora de nós.

COGNIÇÃO — Genèricamente, é a operação do intelecto, que consiste no acto imanente, consciente e intencional, pelo qual adquirimos notícias de alguma coisa, por semelhança ou representação do objecto (Def. de Salcedo).

Cognitio (lat.) = **cognição.**

Cognoscendum (lat.) = **o que é cognoscível.** É o objecto de uma cognição, o qual pode ser real, abstracto ou fictício.

COGNOSCIBILIDADE — Qualidade do que pode ser conhecido.

Coherence (ing.) = **coesão.**

Coherency (ing.) — Vide **coerência.**

COINCIDÊNCIA — (Do lat. **cum** e **incidere**, incidir). a) Coincidir significa, na linguagem filosófica, o que sucede, o que acontece ao mesmo tempo. A coincidência, pois, é o estado de duas coisas que coincidem, que se realizam simultâneamente.

b) Êste têrmo é muito usado modernamente para indicar a convivência social, a **coexistência** (Vide).

Coincidentia oppositorum — Vide **Nicolau de Cusa**, em **Sinopse da História da Filosofia.**

COISA — a) Têrmo corrente para designar o que, filosòficamente falando, é a substância, mas geralmente sem incluir as noções extremas de substância espiritual ou de substância universal «(no sentido de Spinoza)», conservando sempre um sentido mais concreto e individual. Por outro lado, se estende também a coisas inexistentes, possíveis ou imagináveis. As coisas reais são consideradas como elementos separados e dotados de uma existência estática e de qualidades fixas. Neste sentido, a coisa se opõe ao facto ou acontecimento, que é um elemento quinético **(kinesis)** e fica absorvido no processo total do desenvolvimento do mundo. A coisa, assim entendida, muitas vêzes aceita, como sinônimo, o têrmo «objecto», mas êste sempre guarda relação com a consciência e se define em sentido estrito, como tudo o que é ou pode ser conhecido, sejam coisas, sejam acontecimentos.

b) A Teoria do Conhecimento, que trata do mundo dos «objectos», como do seu próprio domínio, serve-se do conceito de «coisa», como uma espécie de postulado, um **substratum** absolutamente fixo, ao qual podem ser acrescidos todos os atributos que a percepção descobre, como inconsistentes e relativos.

A coisa oferece-se, então, como a «coisa em si». Em Kant, a **coisa em si** é exactamente o mesmo que êle chama **Noumenon** (Númeno), como oposto ao **phainomenon** (fenômeno). **Phai-**

nomenon é o que se apresenta à nossa percepção sensitiva. O **noumenon** é o que não pode ser representado, que é livre de todos os elementos sensitivos, o objecto do pensamento puro em uma intuição racional; uma coisa, portanto, que só pode ser pensada, que figura como limite do mundo dos fenômenos e sugere a idéia de um mundo possível de realidade mais além. — Se êste mundo das **coisas em si** de facto existe, não podemos dizer coisa alguma. Mas, a coisa em si, como mera possibilidade teórica, reaparece em Kant como postulado positivo da razão prática, intimamente ligado com a consciência do dever.

c) Na Ética, a coisa se opõe à pessoa. A coisa não pertence a si mesma como a pessoa, e ela até pode ser possuída por uma pessoa. A coisa não pode figurar como sujeito de algum direito.

COISA EM SI — (Em alemão **Ding an sich selbst**). Expressão usada por Kant para referir-se ao que a coisa é em si mesma, independentemente do nosso conhecimento, fora da nossa mente. Para êle, conhecemos da coisa apenas o fenomênico, o que aparece, e não o que ela é em si mesma **(ansich selbst)**, que chama também de **noumeno** (Vide), em oposição àquele, objecto não dos sentidos, mas apenas do entendimento, que só pode ser dado por uma intuição intelectual e não sensível. Para Kant, ela pode ser pensada por nós de modo indeterminado, não, porém, determinado em sua essência, em sua **totalidade**. A posição de Kant em face do **realismo** é **fenomenalista**.

COISISMO — Vide **realismo**.

COLABORAÇÃO — (Do lat. **cum** e **laborare**, a acção de colaborar, trabalhar com uma ou mais pessoas). a) É a acção simultânea e sucessiva de vários esforços individuais ou de grupos homogêneos ou heterogêneos, que se conjugam, qualitativa e quantitativamente, para obter um resultado, que seria difícil e dispendioso e até impossível conseguir separadamente.

Há cooperação, onde actividades várias cooperam juntas para a realização de alguma coisa. Êstes têrmos são empregados em todos os sectores do conhecimento.

b) Outro têrmo sinônimo é **coactividade**; contudo, num sentido mais restrito. Numa conjunção de factôres, que dão como resultado certo ser factorado, pode-se falar na cooperação dos mesmos.

c) Na Teologia, fala-se na cooperação da vontade livre ou a graça divina. Daí **graça cooperante**. Vide **Graça**.

COLAPSO — a) Estado patológico agudo, que se caracteriza por aceleração e debilitamento do coração, provocando grande prostração.

b) Também se usa a tôda suspensão de uma função social ou econômica, provocada por deficiências internas ou por acção externa.

COLECTIVIDADE ABSTRACTA — Um tipo de multidão caracterizada pelo mais alto grau de Abstractismo. É um abstracto

producto de algumas multidões (grupos organizados, aglomerado, etc.), os quais são productos de processos sociais observados directamente. Não se encontra nenhuma construcção científica no conceito de **colectividade abstracta.** É muito usado na linguagem do povo. Na maioria das vêzes, são resultados do «animismo social», mas, de outro modo, podem, também, ser vistos cientìficamente e observados, e a sua ocorrência premeditada. Igrejas. nações, classes, partidos, etc., são colectividades abstractas.

COLECTIVISMO — Êste têrmo é modernamente empregado para significar uma modalidade do **socialismo,** que pretende organizar a sociedade em seu aspecto econômico, entregando a producção e a circulação das riquezas à colectividade, representada pelo Estado, o qual retribuiria os indivíduos, segundo normas a serem estabelecidas, substituindo, dêsse modo, o salário.

Nas polêmicas entre marxistas, socialistas e anarquistas são os primeiros acusados de colectivistas estatais. Alguns socialistas empregam o têrmo **colectivismo** em oposição ao **socialismo.** Outros até chegam a afirmar que o colectivismo é apenas a substituição da propriedade capitalista pela propriedade social. Como se vê, os próprios colectivistas não estão de pleno acôrdo quanto ao conteúdo dêsse têrmo. Contudo, pode-se notar um ponto comum entre êles, que é o seguinte: caracteriza o **colectivismo** a tendência a tornar propriedade ou posse das colectividades os meios de producção e de distribuição.

COLECTIVO — Diz-se de uma pluralidade de unidades, que são tomadas por um têrmo singular e concreto.

CÓLERA — **Cólera** ou **ira** é uma reacção violenta a um mal que alguém sofre, e que se descarrega sôbre as coisas, sôbre animais e sêres humanos, não com intuito de remediar a si mesma, mas de vingar-se.

Colettivismo (it.) = **colectivismo.**

COLIGAÇÃO — Acção de assinalar o número de factos separados a unificá-los por meio de uma concepção ou forma. Significa reunião, colecção, aliança, **co-ligar,** operação do espírito, que reune, numa concepção sintética única, um conjunto de factos, separadamente observados, chama **Whewell** de **coligação.** Para J. S. Mill, **coligação** é uma simples descrição de factos observados, o que a distingue da **indução.**

COLISÃO — Embate entre duas fôrças antagônicas ou entre dois corpos, daí empregar-se para tôda luta mental cognoscitiva: colisão de opiniões; na social, colisão de grupos; na política, colisão de partidos; na moral, colisão de deveres; na jurídica, colisão de direitos, etc.

Collectif (fr.) = **colectivo.**

Collective (ing.) = **colectivo.**

Collectivism (ing.) = **colectivismo.**

Collectivisme (fr.) = **colectivismo.**

Collettivo (it.) = **colectivo.**

Colligation (fr. e ing.) = **coligação.**

Colligazione (it.) = **coligação.**

Collocation (fr., ing. e al.) = **colocação.**

Collocazione (it.) = **colocação.**

Collusio (lat.) = **colusão.**

Collusion (fr., al. e ing.) = **colusão.**

Collusione (it.) = **colusão.**

COLOCAÇÃO — (Do lat. **cum** e **locare,** colocar).

a) Diz-se, na ordem mecânica, da situação espacial de um corpo em relação aos outros vizinhos.

b) Socialmente, significa a assinalação de um cargo retribuído a um indivíduo na vida social. Daí falar-se em falta de **colocação, descolocação.**

Coltura (it.) — Vide **Cultura.**

COLUSÃO — (Vem do latim **cum** e **ludere;** etimològicamente, significa conivência, acordo secreto para realizar alguma coisa).

a) Emprega-se, jurìdicamente, para indicar um acordo entre pessoas com o intuito de enganar um terceiro em assuntos jurídicos.

b) É empregado, também, para indicar a união de duas ou mais fôrças ou actividades, que tendem a realizar uma ilusão. Vide **Delusão** e **Ilusão.**

COMBINAÇÃO — (Do latim **combinare,** que significa juntar).

a) É um processo para formar uma nova totalidade pela união das partes.

b) Também se chama o producto dessa união. Há duas espécies de **combinação:** a **composição,** que é a união na qual as partes são distinguíveis do composto, e **fusão,** na qual as partes se identificam numa nova coesão.

Combinaison (fr.) = **combinação.**

Combinatio (lat.) = **combinação.**

Combination (ing. e fr.) = **combinação.**

Combinatorik (al.) = **combinar.**

COMBINATÓRIO — a) Ramo da lógica matemática, criado por Curry, que consiste na análise dos processos de substituição, do uso de invariáveis e da noção de uma função.

b) Na Matemática, tem por objecto constituir, por ordem, as combinações possíveis de um determinado número de objectos, denominá-los, estudando suas propriedades e relações.

c) **Arte combinatória** é o nome dado por Leibnitz a essa ciência, quando aplicada aos conceitos, a qual constitui a parte sintética da **Lógica.** Vide **Ars Combinatoria.**

Combinazione (it.) = **combinação.**

COMÉDIA — a) Na poética de Aristóteles é a peça na qual os principais caracteres são apresentados inferiormente do que são na vida comum. Contrasta com a **tragédia**, porque, nesta, os caracteres são mais nobres.

b) Modernamente, refere-se às situações que podem provocar riso.

COMENTADOR — Nome que foi dado a Averroes pelos medievalistas do século XIII em diante.

COMENTÁRIO — Série de críticas, explicações de carácter literário sôbre obras, factos, pessoas, coisas, com o intuito de esclarecê-las.

O têrmo é muito amplo, e emprega-se, na Filosofia, para indicar a interpretação ou explicação do pensamento fundado em textos, criticá-lo, ampliá-lo, conexioná-lo com outros.

CÔMICO — a) O concernente à comédia ou a comediantes.

b) Também o que é próprio para despertar a hilariedade.

COMINATIVA (Justiça) — Vide **Justiça.**

Common (ing.) = **comum.**

Common sense (ing.) = **senso comum.**

Commun (fr.) = **comum.**

Communauté (fr.) = **comunidade.**

Communion (fr.) = **comunhão.**

Communism (ing.) = **comunismo.**

Communisme (fr.) = **comunismo.**

Communismo (it.) = **communismo.**

Community (ing.) = **comunidade.**

Commuovere (it.) = **comover.**

Commutative (fr.) = **comutativo.**

Commutative (loi) (fr.) = **lei comutativa.**

Commutative law (ing.) = **lei comutativa.**

COMOÇÃO — Vide **Emoção e Prazer e Dor.**

COMO SE — Vide **Als ob.**

COMPAIXÃO — Vide **Simpatia.**

COMPARAÇÃO — (Do latim **cum** + **par**, um ao lado de outro). Actividade mental, que consiste em discernir, simultânea ou alternativamente, duas ou mais coisas, colocando-as, mental ou fisicamente, de par a par, com o intuito de registrar e descrever o que tenham de comum ou de semelhante, de diferente e distinto. A comparação pode-se realizar entre duas entidades actualmente reais, simultâneas no espaço e no tempo, próximas ou de uma representação, e um facto exterior, ou entre meras representações. Em tôdas estas operações, a mente discerne ou busca discernir o que os factos, postos par em par, tenham de semelhante ou de diferente.

As comparações podem cingir-se não só ao campo físico como

também ao noético, ao axiológico, etc.

Duas coisas em face uma da outra, em relação, estão uma a **par** da outra. Tomadas quantitativamente, uma será maior do que a outra, esta menor do que aquela ou de igual tamanho. Serão **iguais** ou **desiguais.**

Mas tal se dará no **emparelhamento** (de **par**) de ambas, independentemente de nós, mesmo que ninguém perceba essa relação.

A esta relação de comparação, que também devemos considerar qualitativamente, nenhuma coisa consegue escapar.

Nessa comparação, podem ser **diferentes,** isto é, uma **di-fere** da outra (de **di,** igual a **bis,** dois que levam a dois, que são dois, pois o que difere de outro, leva a outro, são dois e não o mesmo, não se repetem), ou não diferem, e são iguais.

Dois objectos comparados são distintos por serem dois, mas são diferentes se suas notas permitem que se diga, de um, o que não se diz totalmente do outro. Assim, dois objectos podem ser distintos e diferentes ou diversos.

Devemos, pois, considerar a **comparação** como:

a) meramente real, independente de nós: a que se dá nas relações **entre** as coisas, e

b) a comparação através da intuição, que se realiza pelo nosso relacionamento **com** o relacionamento das coisas.

As coisas, pertencentes ao mundo objectivo, têm posicionalidade no tempo e no espaço, e elas têm, por sua vez, **estructura,** a qual implica a primeira.

Os objectos ideais, enquanto ideais, têm posicionalidade no tempo psíquico, onde se estructuram como esquemas, **num** eu de posicionalidade tempo-espacial.

Os objectos físicos têm posicionalidade no tempo e no espaço. Os esquemas abstractos, como meramente ideais que são, estão incluídos em esquemas abstractos de temporalidade e de espacialidade (ideais também), sem existência no mundo exterior, enquanto tais, mas com referência ao objecto, pois se nem o esquema abstracto de **nada** pode excluir a objectividade para ser pensado, muito menos as idéias de **possíveis.**

No complexo tempo-espacial, temos a pluralidade de tensões. Considera-se que não rege para os objectos ideais nem o tempo nem o espaço (por exemplo, os números).

Mas êsses objectos ideais não são subsistentes de per si, como separados na ordem universal, que os contém em potência ou em acto.

O mundo das idéias platônicas não é, como freqüentemente se julga, algo que se desse **tòpicamente** fora dêste, em sentido espacial. As idéias não têm topicidade, mas têm a significabilidade das coisas que as apontam, como símbolos que são estas.

Por isso, uma idéia, a de **bem**, por exemplo, pode ser captada por vários actos de pensar, sendo ela sempre o mesmo pensamento, desde que não consideremos o que há de hilético, de empírico, de fáctico, que a ela se junta, na experiência individual.

Os objectos metafísicos não são entidades que se possam hipostasiar como subsistentes de per si, mas como subsistentes na ordem do ser (ontológico). Elas constituem a idealidade real do ser e são afirmadas pela realidade ideal dêste.

Comparaison (fr.) = **comparação.**

COMPARATIVA (Proposição) — a) Proposição pela qual se afirma que um sujeito possui tal ou qual carácter num grau maior ou menor do que outro.

b) Método: o que procede por comparações.

c) **Ciência:** diz-se das ciências, cujo método é o **comparativo.** (Por ex. Anatomia Comparada).

Comparative (fr. e. ing.) = **comparativo.**

Comparative psychology (ing.) = **psicologia comparada.**

Comparazione (it.) = **comparação.**

Comparer (fr.) = **comparar.**

Comparison (ing.) = **comparação.**

COMPATIA — Vide **Simpatia.**

COMPATIBILIDADE — Qualidade de ser **compatível** (Vide).

COMPATÍVEL — O que pode existir conjuntamente com outro ou outros, ou com êsses conciliar-se. Assim se pode dizer que as atitudes de alguém são **compatíveis** com as suas idéias; isto é, elas se conciliam, se congraçam, se põem de acôrdo, se harmonizam. «Êsses argumentos são compatíveis com a tese exposta», quer dizer que os argumentos apresentados se conciliam com os postulados oferecidos.

COMPENETRAÇÃO — a) **Compenetrar** é penetrar profundamente. No mundo físico, fala-se na impenetrabilidade relativa dos corpos. Por analogia, penetrar significa convencer íntimamente e, também, assenhorear-se completamente de um assunto, captar a substância de um tema, de um pensamento, de uma idéia. Daí falar-se na actividade mental de **compenetração** e na actividade social no sentido de comunicação, de identificação social.

b) Emprega-se, também, o têrmo para indicar aquelas pessoas que se convencem íntimamente do que pensam, ou do que sentem. Daí dizer-se **pessoa compenetrada** disso ou daquilo.

COMPENSAÇÃO — a) Chama-se **compensação** na vida fisiológica, um funcionalismo normal ou anormal dos seus órgãos. Na vida mental, o sopesamento das convicções dos sentimentos, inclusive os contrários. Na vida social, o balanço entre adaptações e oposições, vantagens e desvantagens, bons êxitos e malogros.

b) Na Psic., fala-se em compensações afectivas e em impul-

sos destructivos e constructivos Percebe-se, assim, que, no conceito de **compensação,** inclui-se sempre a idéia de um sopesamento de equilíbrio entre tendências de direcções falhas, inversas, com a finalidade de alcançar um têrmo médio que os equilibre.

COMPENSAÇÃO (Lei ou Princípio de) — Vide **Lei dos grandes números.** Vide **número.**

Compensation (fr.) = **compensação.**

COMPETÊNCIA — Tem esta palavra vários sentidos. a) Significa, comumente, a posse de um saber teórico ou prático num determinado domínio.

b) Em sentido social, a rivalidade de vários indivíduos.

c) Em sentido jurídico, o direito que tem o juiz ou um tribunal de tomar conhecimento de um assunto, de julgar uma causa.

Competition (ing.) = **competição.**

Complesso (it.) = **complexo.**

Complet (fr.) = **completo.**

Complex (al. e ing.) = **complexo.**

Complexe (fr.) = **complexo.**

COMPLEXIDADE — Carácter de ser complexo. Vide: **Complexo.**

COMPLEXO — a) É a complexidade um aspecto da **composição** (vide), mas é uma composição levada a alto grau. No **complexo,** há presença de diversos elementos, que constituem um sistema, uma tensão.

b) Assim, na vida psicológica, o **complexo,** para a **psicanálise,** é um grupo de idéias, cheias de um conteúdo emotivo, que realiza actividades subconscientes, para onde estão reprimidas, total ou parcialmente. Êstes complexos são considerados por muitos como patológicos. Há, no complexo, um aspecto importante, qual seja o da subordinação dos elementos componentes a uma totalidade, de modo que o funcionamento das partes actuam coordenadas para uma única finalidade. Êstes complexos, cujas características são estudadas em outros verbetes, são ora reactivos, ora mascaradores, ou sublimadores, disfarçando sempre, por outros sintomas, o que, na realidade, são por interferência, do que na **psicanálise** se chama **Super-Ego.** Como adjectivo, significa todo composto de diferentes elementos que se acham dispostos, segundo uma relação de subordinação ou de interdependência das partes de uma totalidade. Distingue-se do simples composto, porque, neste, as partes estão coordenadas. o que nem sempre acontece no **complexo.**

c) Na Lógica, um têrmo é complexo, quando êle é acompanhado de uma explicação, como. por exemplo: a terra, que é o planeta subordinado ao sol, etc.

Diz-se que uma proposição é complexa, quando o sujeito, ou os atributos são complexos.

Um silogismo é complexo quando, pelo menos, um dos têrmos da conclusão, sendo complexo, as partes componentes dêste têrmo se encontram separadas nas premissas.

COMPLEXO DE CASTRAÇÃO (Psicanálise) — a) Conjunto de excitações e afectos inconscientes relacionados com a perda dos órgãos genitais ou com algo análogo.

b) Reacção ante a ameaça de perder êstes órgãos.

COMPLEXO CULTURAL — Diz-se do conjunto das características que assinalam a fisionomia de uma **cultura**, como o arco e a flecha, instrumentos, tectônica, etc., em nossos índios.

COMPLEXO DE ÉDIPO — a) Para a Psicanálise, desejo, em geral inconsciente, do filho pela mãe, e hostilidade para com o pai.

b) Também adesão erótica excessiva do filho para com a mãe.

c) Para a Psic., êste complexo se manifesta na primeira vida infantil, desaparecendo, depois, da consciência, mas tendo um grande papel posterior, porque actua, inconscientemente, para uns, ou subconscientemente, para outros.

COMPLEXO DE ELECTRA — (Psicanálise) Desejo erótico da filha para com o pai, e de hostilidade para com a mãe.

COMPLEXO DE INFERIORIDADE — (Psicanálise) Vestígios de um narcisismo ferido. Vide **Narcisismo.**

COMPLEXO DE JEOVA — (Psic.) Megalomaníaco, que consiste em identificar-se com Deus.

COMPLICAÇÃO — (Do latim **cum** e **implicatio**, de **plicare**, pregar, enrolar).

a) Etimològicamente, é a reunião de circunstâncias, confusamente encadeadas, complexas, embrulhadas. É a união ou o acto que combina mais ou menos elementos dispersos num todo ou numa idéia.

b) Psicològicamente, é a combinação de sensações elementares, que procedem de distintos sentidos.

c) Na concepção de Nicolau de Cusa, a **complicatio** é a concordância dos contrários, cuja exteriorização é a **explicatio.** E **implicatio** é o que está contido, o que está incluso em outra idéia.

COMPLICÂNCIA — Carácter de relação de **implicância** de um conteúdo noemático com outro, ou outros, ou seja, quando se diz que uma noção implica outra, ou outras. A relação entre elas chama-se **implicância,** quando formam uma correlação; ou seja, quando uma noção implica mùtuamente a outra, ou outras, há **complicância.**

COMPOR — Formar uma totalidade constituída de diferentes partes de coisas várias. Vide **Composição.**

COMPORTAMENTO — Vide **Conducta** e **Behaviorismo.**

Comportement (fr.) = **comportamento.**

Composé (fr.) = **composto.**

COMPOSIÇÃO — Vide **Combinação.**

COMPOSSIBILIDADE — Leibnitz considerava como **compossíveis** aquelas coisas que podem

existir juntas, e pertencentes ao mesmo mundo possível.

São possíveis, para Leibnitz, metafisicamente, tôdas as noções das quais se ausenta a contradição, e duas coisas são compossíveis, quando, e sòmente, a sua junção, numa mesma unidade completa, envolve não-contradição.

Leibnitz admitia a possibilidade de vários **cosmos** possíveis, com leis gerais análogas às do nosso actual **cosmos.** As coisas compossíveis seriam aquelas que, dentro da ordem de um dêsses cosmos, não implicam contradição.

COMPOSSÍVEL — Vide **Compossibilidade.**

COMPÒSTO — É um conjunto complexo, formado de partes. Vide **Combinação.**

Compound (ing.) = **composto.**

COMPREENDER — (Vem do latim **cum** e **prehendere,** que significa tomar junto, tomar **com**).

a) Entretanto, emprega-se o têrmo para significar a captação do sentido com a significação de uma locução.

b) Em sentido científico, significa saber o que é o **como,** após o **porque** e, finalmente, o **para que** de um facto natural, bem como do raciocínio suficiente para fundamentá-lo.

c) Na Psic., por via de introspecção, penetrar numa consciência para captar o modo como vizualiza ela o mundo e a vida, sem que signifique tal operação uma adesão à maneira de ver de outrem.

Por hetero-inspecção, captar a maneira de sentir ou de pensar, simbolizada pelos gestos, atitudes, mímica, etc., e por **introspecção** posterior, captar o verdadeiro sentido e significação das atitudes.

d) Em Lógica, compreender está incluído no conceito de **compreensão** (Vide).

Compreendere (it.) = **compreender.**

COMPREENSÃO — a) Totalidade dos caracteres (notas), pertencentes a um conceito. — O conceito de compreensão guarda relação com a natureza abstractiva do pensamento, e acha-se em certa correlação com o conceito de **extensão** (vide). Quanto maior a extensão, tanto maior a compreensão de um conceito, objectivamente falando. Mas, a soma dos caracteres actualmente percebidos, que fazem parte da compreensão de um determinado conceito, podem ficar atrás da realidade. Daí resulta que o sentido do têrmo compreensão pode ser tomado de maneira diversa, mas com diferenças apenasmente graduais. Significa, pois:

1) O conjunto de todos os caracteres comuns a todos os indivíduos pertencentes a uma determinada classe (espécie, gênero), ou, em outras palavras, o conjunto de tôdas as proposições verdadeiras, que têm um determinado têrmo como sujeito. Trata-se, então, de «compreensão total».

2) O conjunto dos caracteres, que constituem a definição do

respectivo conceito, chamada «compreensão decisiva».

3) O conjunto dos caracteres abrangidos pela definição e mais aquêles que se seguem dela lògicamente, chamada «compreensão implícita».

4) O conjunto dos caracteres, que um determinado têrmo faz surgir, actualmente, na mente de um indivíduo, como indivíduo, ou como tipo médio de um grupo, chamado, então, «compreensão subjectiva».

A distinção entre «extensão» e «compreensão» de um conceito encontra-se já em Aristóteles, baseando-se na distinção entre conceitos adequados e inadequados, sendo os primeiros os de compreensão total (1.) e os segundos os de compreensão restrita (2, 3, 4).

b) O acto ou a faculdade de referir um objecto a um outro, com o qual se acha em uma relação especial.

Compreender um sinal é saber a sua relação com o significado.

Compreender uma palavra de uma língua estrangeira é referi-la ao conceito ao qual pertence.

Compreender um facto ou um objecto em geral é saber a sua relação com o resto da realidade, o que se expressa, comumente, pela noção do fim ou da causa daquele objecto ou facto.

Comprehend (ing.) = **compreender.**

Comprehensio (lat.) = **compreensão.**

Compréhension (fr.) = **compreensão.**

Comprehension (al. e ing.) = **compreensão.**

Comprendre (fr.) = **compreender.**

Comprensione (it.) = **compreensão.**

COMPULSÃO — Atitude emotiva de desagrado ou de desgôsto de si mesmo pela prática de um determinado acto.

COMUM — a) Diz-se que é comum o que pertence a todos ou a muitos igualmente. Vem do latim **cum** e **munus**, que significa cargo, ofício, função, dever. propriedade. O que é **comum** é o que é próprio ou o que pertence a muitos ou a todos. Por isso o têrmo é empregado para significar o conjunto de coisas, que têm ou repetem um mesmo atributo. Assim o centro de um círculo é comum a seus raios, pois todos os raios têm o mesmo centro.

A atracção é comum a todos os corpos, porque todos dela sofrem.

b) Jurìdicamente, pode-se falar em **bem comum:** é o bem que interessa a todos. Por analogia, o têrmo é empregado para significar aspectos estatísticos, como o que é corrente no **sentido comum,** uma **norma comum,** etc. Vide **Próprium.**

O comum funda-se, portanto, nas semelhanças que se repetem entre vários indivíduos. Na teoria platônica das formas, tôda e qualquer forma, que se dá num ser, é por êste participada, pois

êle é um participante da forma. Em linguagem platônica, poderia dizer-se que o comum é a forma, de que muitos igualmente participam, sendo que esta participação é proporcionada aos participantes.

COMUM (Senso) — Vide **Bom senso.**

COMUNA (A Comuna de Paris) — É o nome que teve o govêrno revolucionário de Paris em 1792 a 1794, durante a Grande Revolução, e que implantou o Terror. Também é usado, e sobretudo, para referir-se à comuna de Paris de março a maio de 1871. A primeira era fundamentalmente burguêsa (vide **burguesia**), enquanto a segunda era fundamentalmente **proletária** (vide **proletário**), e advogava um regime socialista revolucionário.

COMUNALISMO — a) Sistema que reúne colectividades ou comunas. Como concepção política, é a que se funda nos direitos dos grupos minoritários.

b) Teoria política, que luta pelo poder entregue às comunas, às colectividades sociais.

COMUNAS — Organização social da Idade Média, que constituía um corpo político, guilda, corporação ou associação, a qual representava uma organização artesanal-mercantil, com finalidades de defesa interna e de defesa pública e que prestava serviços à totalidade e às partes.

Comune (it.) = **comum.**

COMUNICAÇÃO — a) Comunicar é tornar **comum**, participar, fazer saber, daí **comunicação** ser a acção ou o efeito de comunicar. A comunicação é passiva, porque é a passiva recepção da consciência alheia na própria, e é activa pela efusão, exteriorização da própria na alheia.

b) O têrmo **comunicação** significa também informação. Dá-se conta a outro de alguma coisa; assim **comunica-se** um pensamento.

c) Na afectividade, a comunicação não é uma mera transmissão, mas provoca, também, a assimilação de vivências conscienciais. É o processo psíquico social da **comunicação.**

d) Socialmente falando, a comunicação se dá pela participação, não só das vivências afectivas, como, também, das vivências intelectuais. Vide **Vivência** e **Afectividade.**

e) Em sentido econômico-social, inclui os meios que facilitam a **comunicação** de productores entre si, e entre êstes e consumidores, consistente no transporte dos bens econômicos de tôda espécie, pelos meios tècnicamente viáveis, que são vários.

COMUNIDADE — Sub-grupo social, que possui muitos dos caracteres da sociedade, mas em menor escala, que é mais ou menos extensiva e coordenada a interêsses comuns.

Comunione (it.) = **comunhão.**

COMUNISMO — Doutrina e filosofia social que prega um sistema político e econômico, fundado no princípio do domínio dos meios de producção e do serviço

econômico pela sociedade organizada, e não mais nas mãos de particulares individuais ou grupos. Se é o Estado politicamente organizado, que é o titular do domínio dos bens de producção, temos o **comunismo de Estado,** que é doutrinàriamente falso, pois, de qualquer modo, dá a propriedade e a posse a um organismo abstracto, que, fatalmente, será constituído por um grupo ou casta, que se separa da producção, e que formará uma cosmovisão totalmente outra que a dos productores e consumidores.

Modernamente, exibe-se como **comunista,** doutrinàriamente, o **marxismo,** que é uma doutrina totalitária, e não apenas totalista, como pretendem fazer crer seus adeptos, já que estabelece o domínio total do Estado sôbre a população, e êste sob o domínio de um partido político, o marxista, que em nossos dias toma o nome de **Partido Comunista.** A prática tem revelado que o **marxismo,** assim compreendido, pouco realizou do que doutrinàriamente pregou antes da Revolução Russa. Politicamente, tem sido considerado como a marcha para o comunismo a forma de govêrno russo, no início fundada nos **sovietes,** comunas, conselhos de operários, soldados e camponeses, os quais, actualmente, na Rússia, têm um papel secundário, totalmente subordinados ao Estado e ao Partido Comunista. Apesar de existir êsse regime há mais de quarenta e cinco anos, as reivindicações socialistas e comunistas do período pre-revolucionário não foram atendidas, o que prova ou que eram falsas pretensões, não fundadas na realidade, ou que o regime soviético não é o caminho do **comunismo.** De uma forma ou de outra, tais factos contribuem para a refutação dessa doutrina. Se válida a primeira, a doutrina é refutada pelos factos, se válida a segunda, são os factos ainda que refutam a doutrina, porque não deu os frutos que pregava.

Comunità (it.) = **comunidade.**

COMUTAÇÃO — Vide **Comutativo.**

COMUTADOR — Vide **Comutativo.**

COMUTATIVA (Justiça) — Vide **Justiça.**

COMUTATIVA (Lei ou **Propriedade)** — Propriedade de uma operação ou relação qualquer, na qual o resultado é sempre o mesmo, seja qual fôr a ordem dos têrmos, como se verifica na adição e multiplicação aritméticas.

COMUTATIVO — Significa a mudança, a troca de... Vem do latim **cum** e **mutare,** mudar com... **Comutador** é o que faz a **comutação,** e tudo quanto se refira, qualitativamente, ao consumidor, é o comutativo. Por isso, êsse têrmo é usado em várias disciplinas, sempre que há uma mutação com outro, isto é, uma permutação.

CONAÇÃO — Do latim **conatio,** de **conor,** preparar-se, dispor-se. Empregado no sentido de esfôrço, prova, ensaio, e é referente à actividade voluntária. Emprega-se, na Filosofia, no sentido da tendência, no esfôrço da vontade. Vide **Conato.**

Conation (fr. e ing.) = **conação.**

CONATO — Do latim **conatus,** de **conor,** esforçar-se, que significa ímpeto, esfôrço.

a) Empregado pelos escolásticos nesse sentido e, também, na filosofia moderna. **Conação** diz-se da acção realizada pelo **conato.**

b) Em Psic., significa a fase activa da vontade, o apetite, a aversão, o impulso consciente e, também, o estado psíquico, que coexiste com o desejo, com o impulso, com o acto voluntário.

c) Também se emprega para significar a tendência consciente para actuar.

d) Spinoza empregava êste têrmo para significar o poder da existência, o poder de preservação de tôdas as coisas, que eram por êle animadas, o que também já se encontrava na filosofia clássica.

Conatus (lat.) = **conato.**

CONCATENAÇÃO — a) Do latim **cum** e **catena,** cadeia, encadeiar, série encadeada, ligação.

b) Em Retórica, igual a **climax** ou gradação.

CONCAUSA — Vide **Factor.**

CONCEBER — Vide **Concepção.**

CONCEBÍVEL — O que é susceptível de ser concebido.

CONCEDER — a) Entende-se o permitir ou outorgar ou facultar ou dar, ceder juridicamente, ou dispor de algo a favor de outrem, ou ceder o que outro peça, cujo contrário é delegar.

b) Na terminologia escolástica, empregam-se as palavras **concedo** e **nego** para indicar a conformidade ou disconformidade com alguma afirmação doutrinária. Quando não se nega, nem se concede sem reservas, diz-se **distingo,** no qual se concede sob um aspecto e se nega sob outro.

CONCEDO — Vide **Conceder.**

CONCEITO — A simples apreensão, que é a primeira operação do espírito, é o acto pelo qual êle capta, noèticamente, alguma coisa. E o que a mente capta (de **capio, ceptum,** daí **cum-ceptum**) é o conteúdo do **conceito,** que é construído **pela** mente e expresso **na** mente.

Assim, quando mentamos **casa, pedra, sapiente,** realizamos actos de simples apreensão.

A **cognição** é tema de Psicologia. Consiste, genèricamente, no acto imanente, consciente e intencional, da notícia de alguma coisa, que se **jecta ante (ob-jecta),** adquirida por similitude ou representação do objecto.

Na cognição há, pois:

a) **um acto,** uma actuação, que consiste numa modificação de alguma capacidade subjectiva (intelectual), acção imanente, que permanece **(permanere)** no próprio sujeito;

b) **é consciente,** porque é notado pelo sujeito, como algo que é notado;

c) **é intencional,** porque o acto cognitivo tende **in,** para o objecto, porque tende, apontando o objecto;

d) **por similitude,** por semelhança, por uma representação do objecto; ou seja, por uma orientação esquemática que se assemelhe ao objecto, permanecendo sujeito, mas apontando o objecto, não fìsicamente, mas intencionalmente, noèticamente, uma expressão viva do objecto, uma imitação esquemática do mesmo, uma representação, uma nova apresentação, uma semelhança, uma imagem **(imago).**

Daí a definição de Tomás de Aquino: **«Omnis cognitio fit secundum similitudinem cogniti in cognoscente»,** tôda cognição se realiza segundo uma semelhança do conhecido no cognoscente;

e) o conhecido **(cognitum)** é construído pela mente e expresso na mente, porque é uma imagem do objecto, construída com elementos mentais, mas permanecendo na mente.

Não é a cognição uma incorporação física do objecto, mas uma representação, uma **imago,** que imita, por meios mentais, o que o objecto apresenta, por meio de uma **assemelhação** dos esquemas, que a mente dispõe em face do que o objecto apresenta.

Há, assim, uma cognição **sensitiva** e uma cognição **intelectual.**

A primeira é comum aos homens e aos animais. A segunda é própria do ser inteligente e do homem como ser inteligente.

A cognição sensitiva se realiza através dos órgãos dos sentidos, segundo as diversas reacções fisiológico-psicológicas, que cabem à Psicologia descrever e estudar.

A cognição intelectual, também chamada simplesmente **intelecção,** distingue-se da primeira pela ausência de um órgão e por características, que são totalmente próprias. Realiza-se através de uma operação, que consiste em extrair da coisa o que ela aponta de eidético, através das notas que expressa, semelhantes às notas esquemáticas que a mente acomoda aos objectos. O objecto apresenta em bruto uma série de semelhanças aos esquemas acomodados. Dos objectos, são extraídas, intencionalmente, notas semelhantes aos esquemas e ordenadas segundo ordens. O que permanece na capacidade sensitiva é o **phantasma,** o sensível dado em bruto aos sentidos, mas já diferenciado por êstes, segundo a gama sensível, a capacidade sensível dos mesmos. Dêsse **phantasma,** extrai (abstrai) as notas, segundo a capacidade intelectual; ou seja, adequadas aos esquemas noéticos. A apreensão, a noção já esquematizada **(species), repetida** na mente, segundo o modo de ser da mente, e nesta expressa, é o **verbum mentis,** o verbo mental, que os antigos também chamavam **terminus mentalis, intentio. (Species,** que vem do antigo **specio,** que significa contemplar, ver. tem o mesmo radical de **speculum,** espelho. **Specula,** em latim, significa atalaia, lugar de observação. A **species** é o que é observado na coisa pela mente na mente, mas já esquematizado, ordenado. **Specto** é olhar, observar, ver. Também **ideyn,** em gre-

go é ver, daí **idea**, idéia e também **eidos**, no plural **eide**, sinônimo de **species**).

A **idéia** é a similitude do objecto expressa na mente cognoscente, sem ulterior afirmação ou negação.

Não se deve confundi-la com o **phantasma**, que é o conjunto da intuição sensível, captada pelos sentidos. A idéia não é algo material, retirado da coisa e incorporado na mente. É imaterial. É a apreensão, noção, espécie expressa, **verbum mentis, terminus mentalis, intentio.** Contudo, todos êsses têrmos têm significados próprios.

A apreensão é o acto pelo qual captamos, intencionalmente, o objecto; **noção (notio)** o que é notado da coisa; a **espécie expressa** é a similitude expressa ou formal-actual da coisa na mente percipiente; **verbum mentis** é a expressão, manifestação, a locução interna, que a mente propõe a si mesma do objecto; **terminus mentalis** é no qual ou o em que termina a operação do espírito (têrmo); **intentio** o que do objecto para o qual tende a mente; a **forma inteligível**, a similitude que representa o objecto; razão **(ratio)** o que é princípio inteligível da coisa.

Todos êsses vocábulos têm significados próprios e eram muito usados pelos antigos escolásticos. Não perderam nem perderão nunca o seu valor, pois auxiliam a mais nítida compreensão do conceito.

O **objecto da idéia** é o que se jecta ante a mente (o que se objectiva na mente). Êsse objecto pode ser **material** ou **formal. Material** é o que pertence à coisa com tôdas as suas notas, que são os atributos, as propriedades, etc., que são cognoscíveis e podem manifestar-se.

Formal é o complexo das notas, que estão representadas **hic et nunc** (agora e aqui) na mente.

A **compreensão da idéia** é o objecto formal da mesma, o conjunto das notas que são representadas ou podem ser representadas; **extensão da idéia** são todos os objectos aos quais pode convir a compreensão, e que podem ser representados na compreensão.

Há uma relação inversa relativa entre a compreensão e a extensão. Em geral, quanto maior a compreensão, menor é a extensão, e quanto maior a extensão, menor é a compreensão. Assim a idéia de **ente** é a de maior apreensão, pois inclui tudo quanto ao qual não se pode dizer que é nada, mas é a de mínima compreensão, porque só se pode dizer o que se disse acima.

O **acto apreensivo da idéia** implica:

atenção, que é o acto pelo qual a mente é dirigida para uma coisa; **abstracção**, acto pelo qual a mente, de entre muitos objectos cognoscíveis, capta um, representando-o mentalmente sem outros. Vê-se que a abstracção não é em si uma falsa cognição, embora seja uma cognição imperfeita, se considerada a coisa na sua totalidade, como sendo apenas a ma-

neira abstraída. A abstracção é uma tomada da coisa separadamente, mas apenas mental. Graças à capacidade abstractiva, pode-se compreender a imaginação criadora, pela qual se forma a síntese entre objectos cognoscíveis, constituindo com êles uma nova estructura esquemática, noética, como a montanha de ouro, o centauro. A acção abstractiva, que revela a actividade precisiva (que realiza precisões) da nossa mente, tem um papel analisador, sem a qual não se poderia compreender a síntese da imaginação criadora. Se, por outro lado, considerarmos os sentidos em seu funcionar, verificamos que, na intuição sensível, nos é possível, pela atenção, precisar, crescentemente, nossa capacidade intuitiva, dando maior intensidade a um aspecto de uma coisa que a outro. Assim, podemos prestar mais atenção e precisar, sensìvelmente, mais uma qualidade, ou o figurativo de uma coisa. A capacidade abstractiva intelectual da nossa mente tem um fundamento na capacidade abstractiva sensível. O que distingue uma de outra é o aspecto **reflexivo** (a **reflexão**). A reflexão é o acto pelo qual a mente atenta para o próprio objecto mentado já (**re-flectere, re-flexum**). É um **spectare** o próprio acto. Psicológicamente, é o próprio acto da mente considerado como uma afecção e modificação qualquer do sujeito. Mas, quando a reflexão considera êsse acto próprio da mente, enquanto representação do objecto, como o conceito, objectivando-o **spectatum**, temos a **reflexão ontológica.**

Não termina aí a acção da mente na apreensão. Há mais: há o acto pelo qual a mente atende (**ad tensio**, dirige sua tensão para) as diversas idéias, para inquirir suas relações, pô-las de par em par, para captar semelhanças e diferenças. É a chamada **apreensão da comparação,** que é ou não actualizada pela consciência.

Temos, aqui, os meios para evitar a confusão entre idéia subjectiva e idéia objectiva, que é tão comum encontrar-se entre autores modernos. A **idéia subjectiva** é a afecção do sujeito, o conceito **spectatur** subjectivamente. A **idéia objectiva,** enquanto representação, com seu conteúdo, é o conceito objectivamente **spectatur.**

O papel abstractista dos nossos sentidos consiste numa intensificação da atenção intuitiva sôbre um aspecto da realidade exterior. Podemos actualizar mais um aspecto que outro, considerar mais intensistamente o branco dêste papel. Mas, pensar sôbre a sua brancura, tomada separadamente pela mente, é o que caracteriza a acção abstractora mental. A mente, na abstracção mental, realiza uma separação mental do que não é separado na realidade. Essa função abstractora é **metafísica,** dá-se além da física. O vício abstractista consiste, portanto, no tomar tais operações mentais sem o cuidado de considerar que devem sempre ser tomadas como tais, como pertencentes a uma concreção. O papel concrecionador de nossa mente consiste na atenção que se deve devotar a êsse aspecto de nosso espírito. O racionalismo foi vicioso, porque, abstractista como é,

permaneceu apenas na consideração das idéias, metafisicamente consideradas. Dêsse defeito não se podem acusar os grandes escolásticos. Contudo, êsse defeito fundamental é a causa da maioria dos grandes erros filosóficos do pensamento moderno, que celebrizaram tantos filósofos de renome, como Descartes, Leibnitz, Spinoza, Kant, que mais contribuíram para aumentar os erros filosóficos e provocar uma problemática, que surge apenas de deficiências, do que pròpriamente resolverem magnos problemas da Filosofia, que estavam colocados desde os gregos e que permaneceram a desafiar a argúcia dos escolásticos.

Considerada a acção abstractora da nossa mente, responde-se de uma vez por tôdas aos preconceitos e juízos mal fundados dos anti-intelectualistas modernos, que, por não terem uma nítida visão da apreensão mental, que caracterizaram, ou por ignorância ou por má-fé, puseram-se a atacar moinhos de vento e a negar qualquer validez à ciência humana, como se todo o nosso saber, cujos frutos estão a atestar o seu poder, não refutassem de modo categórico tais preconceitos.

A função separadora (abstractora) da nossa mente distingue-se, claramente, da mera **abstractio sensibilis,** que é mais uma acentuação sôbre os dados intuitivos. A **abstractio mentalis** realiza uma separação, **mas mental,** a qual consiste em considerar separadamente, pela mente, entre muitos aspectos do objecto, um ou alguns, tomados sem os outros, como vimos. Essa capacidade tem similar na captação intuitiva. Tem, assim, um fundamento experimental importante, o que dá validez à Metafísica bem fundada, a que nunca esquece a concreção. Foi o que não compreendeu Kant.

Quanto à origem das idéias, não se pode afirmar que há **idéias inatas,** como alguns filósofos modernos proclamaram, fundando-se no pensamento platônico. Considerando-se a operação que realiza a mente para alcançar a idéia, não seria possível admitir que houvesse em nós **idéias inatas.** Mas, há alguma positividade no pensamento platônico que merece ser salientada. O cognoscente não penetra vazio no acto cognitivo. Leva já consigo uma organização psíquica, que é constituída de uma esquemática, que se acomoda aos factos sensíveis. A construcção de idéias pelo nosso espírito, pela nossa mente, fundamenta-se nos dados empíricos da intuição sensível. A actividade de nossa mente trabalha sôbre materiais empíricos para dêles extrair, por captação, estructuras eidéticas, que constituem as idéias. Como se poderia realizar uma captação desproporcionada ao agente? Como pode êste construir estructuras eidéticas se não tem já, potencialmente, algo semelhante ao que está na coisa, para poder realizar-se a assimilação, que é necessária a tôda cognição? Há estructuras prévias, sem as quais seria impossível a cognição. É a ausência de tais estructuras que muito bem nos pode explicar por que sêres puramente mate-

riais não são capazes de conhecer. O que Platão afirmou, ou pelo menos o que é consentâneo com o seu pensamento, é que não há de modo algum a **tabula rasa** dos empiristas. A mente humana já revela uma aptidão a construir as estructuras eidéticas, que são coordenadas pelo homem como um **despertar do que estava adormecido,** como um **recordar.** Não há, psìquicamente, acquisições de elementos totalmente novos, mas apenas novas ordenações dos elementos preexistentes. Dêste modo, a nova ordenação era uma possibilidade fundada em elementos virtuais. As estructuras noético-eidéticas do ser humano não são inatas, em sua ordenação estructural, mas são possibilidades estructurais, fundadas no que há de preexistente no ser humano.

Diz-se que uma idéia é primitiva, quando é ela apenas intuitiva, experimental. Pode ser ela **directa** ou **reflexa. Directa,** quando dada pelo objecto externo, e **reflexa,** quando o objecto é interno, como os que constituem os factos íntimos do sujeito cognoscente.

Diz-se que uma idéia é **factícia,** quando a mente humana a constrói com as idéias primitivas, que podem ser: **arbitrárias,** as que dependem em sua formação do nosso arbítrio, por meio de novas abstracções ou de síntese de idéias já dadas, como o conceito de **éter,** na Ciência; e **discursivas** (ou **deductivas**), quando surgem de operações judicatórias, como a idéia de Deus; e **fictícias** as **meramente ficcionais,** as produzidas pela imaginação criadora do homem, como **montanha-de-ouro, centauro.**

Assim temos:

Idéia (segundo a origem)
- primitiva (intuitiva, experimental)
  - directa
  - reflexa
- factícia
  - discursiva
  - arbitrária
- fictícia

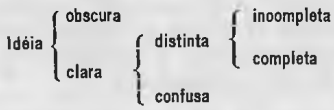
Quanto à sua perfeição, uma idéia pode ser **obscura,** quando em sua compreensão as notas não são suficientes para separá-las de outras;

clara quando as notas são capazes de discerni-la de outras; estas podem ser **distintas,** quando, além de claras, permitem, no mesmo objecto, discernir duas notas, como na idéia de vivente a de animal racional, quanto ao homem, e podem ainda ser **confusas,** quando não oferecem, apesar de claras, o discernimento de duas notas, como o conceito de **ente,** que, embora sendo uma idéia clara, é ainda confusa. porque, nela, estão fundidos todos os entes, apesar de suas dis-

tinções. Note-se, porém, que o têrmo **confuso,** na filosofia, não tem a mesma acepção da linguagem comum, quotidiana.

Uma idéia **distinta** pode ser ainda: **completa,** quando tôdas as notas do objecto são distinguidas; **incompleta,** quando nem tôdas o são.

Assim temos o esquema:



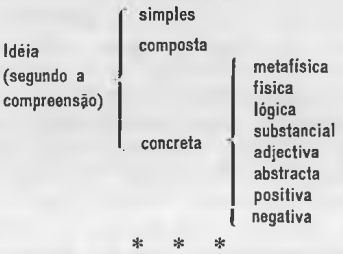
Quanto à **compreensão,** uma idéia pode ser **simples,** quando constituída apenas de uma única nota; **composta,** quando de várias; **concreta,** a idéia que representa um sujeito qualquer com a sua forma ou perfeição, como a idéia de sábio, que indica alguém que possui a sapiência. Esta pode ser dividida em **metafísica, física** e **lógica. Metafísica,** quando a forma não se distingue realmente do sujeito, como **homem; física,** quando se distingue realmente, como **cogitante;** e **lógica,** quando extrínseca ao sujeito, como **amado.**

A **idéia concreta** pode ser **substancial** e **adjectiva,** segundo a distinção entre o sujeito e a forma é mais ou menos acentuada.

A idéia **concreta** pode ser ainda **abstracta,** quando se refere a uma forma, que é totalmente separada do sujeito, como **humanidade.** Pode parecer a alguns haver aqui contradição em têrmos. A concreção de uma idéia decorre da presença da forma no sujeito, mas essa forma pode ser real-realmente distinta dêle ou não. Quando não o é, temos a idéia concreta metafísica; quando o é, temos a idéia concreta física. Mas, a **humanidade** está totalmente separada real-realmente do sujeito. É ela uma idéia abstracta, mas que tem uma concreção no facto de o sujeito participar formalmente dela. Assim João é homem e **tem** humanidade (por participação).

A idéia concreta pode ser ainda **positiva,** quando representa alguma realidade ou propriedade real, como **homem.** E é **negativa,** quando representa apenas a negação da realidade, como não-ser (em sentido relativo), não-homem, que indica, indeterminadamente, tudo quanto não é homem. Há, contudo, idéias que são apenas etimològicamente negativas, ou aparentemente negativas, como a idéia de infinito, que, contudo, apontam aspectos positivos.

Temos, assim, o esquema:



* * *

Quanto à extensão as idéias podem ser: **singulares, particulares** e **universais.**

Singular é a idéia que representa determinado indivíduo, cujas notas, tomadas simultâneamente, convêm a um só indivíduo, como **Napoleão Bonaparte.**

Particular é a idéia universal contraída apenas a uma parte determinada de sua extensão, como **alguns homens sábios.**

Universal, a que representa uma totalidade tomada indivisamente: **homem.**

A **idéia universal** pode ainda ser **directa** ou **reflexa. Directa** é a que sugere o objecto tomado directamente, sem regressão, enquanto a **reflexa** é a que surge de uma reflexão da mente sôbre os dados do conhecimento, producto, assim, de uma regressão do intelecto sôbre o próprio objecto do conhecimento, como o são os **predicáveis,** como veremos.

O esquema que cabe é o seguinte:

Idéia (segundo a extensão)
- singular
- universal
- particular
  - directa
  - reflexa

* * *

Pròpriamente, o exame que fizemos da idéia corresponde, por sua vez, ao conceito, pois tais têrmos são tomados, na Lógica, como sinônimos. Dêsse modo, tudo quanto propusemos à idéia corresponde ao que se pode dizer quanto ao conceito. As classificações que oferecemos não são as únicas que propõem os lógicos. Há outras, sôbre as quais passaremos a tratar.

A origem psicológica do conceito é matéria que pertence à Psicologia e à Noologia, e não merecerá de nós, nesta obra, exames correspondentes.

Nas relações entre si, os conceitos apresentam as seguintes divisões: são êles **diversos** ou **idênticos.** São idênticos, quando significam a mesma coisa; do contrário, são diversos. Mas, a identidade pode referir-se à compreensão ou à extensão. Quando idênticos à compreensão chamam-se **estritamente idênticos,** embora diversos na compreensão; quando apenas à extensão, chamam-se **eqüipolentes.**

Assim 2, na segunda potência, é estritamente idêntico a 4, enquanto animal racional é eqüipolente a animal bípede, implume.

Dizem-se ainda **impertinentes** e **pertinentes,** os primeiros quando não se inferem nem se excluem, como **verde** e **sábio,** e **pertinentes** os que se inferem, como **homem** e **animal,** pois **homem** pertence a animal, ou se excluem, como **homem** e **asno,** que, embora pertinentes a **animal,** ambos se excluem. São **opostos,** quando há repugnância entre êles. São **iguais,** quando permitem convertibilidade entre êles, como **racional** e **risível,** e **desiguais,** quando não convertíveis, que mùtuamente não se inferem, como **homem** e **animal,** embora **homem** infira **animal,** e não o inverso.

Quanto à **oposição** dos conceitos, podemos ainda salientar uma nova classificação. Diz-se que são opostos os conceitos que, na mesma coisa e sob o mesmo respeito, não podem simultâneamente ser e não ser. A oposição pode ser **própria** e **imprópria** (ou **disparatada**).

A **oposição própria** é a que se dá entre conceitos opostos, contudo correspondentes, que oferecem repugnância um ao outro, como **virtude** e **vício. Imprópria** ou **disparatada,** quando não há essa correspondência, como entre **virtude** e **metal.**

A **oposição própria** pode ser **contraditória,** como a que se dá entre a coisa e a sua negação, a qual não admite meio têrmo, como homem e não-homem; **privativa,** a que se dá entre a coisa e a sua privação. A privação se dá pela carência de uma perfeição num sujeito apto a tê-la, como a oposição entre **vidente** e **cego.** Há lugar para um têrmo médio, como não-vidente. Assim uma pedra nem é vidente, nem é não-vidente (cega). Tal defeito, na pedra, não é uma privação, porque não é uma carência devida à natureza da pedra, pois não é esta apta a ver.

Contrário dá-se entre conceitos que, sob o mesmo gênero remoto ou próximo, distanciam-se màximamente, e que, no mesmo sujeito, repugnam, como os extremos das côres, que admitem, porém, têrmo médio, como o amarelo entre o vermelho e o azul, as côres intermediárias. Quando a oposição contrária se dá dêsse modo, chama-se **mediata;** do contrário, chama-se **imediata,** ou seja, quando não há têrmo médio, como entre honestidade e desonestidade.

Relativa diz-se da oposição entre conceitos, que dizem respeito um ao outro, como pai e filho, escravo e senhor, pois o pai é pai do filho, e o filho, filho do pai. Chamam-se também **correlativos.**

Segundo essa oposição, os conceitos são classificados em suas relações entre si, como **opostos contraditórios, privativos, contrários e relativos.**

* * *

Uma idéia é um **ente de razão (ens rationis)** quando só pode existir na mente, a qual pode ser ainda por **privação** ou **negação,** como **cegueira, nada,** ou meramente **lógicas** como a **afirmação,** ou meramente **matemáticas** como o **número irracional.**

O contrário do ser de razão é o **ser real,** o qual pode ser **possível** ou **actual.** O ser real é aquêle que pode existir real-realmente. É **possível,** quando sua presença é possível de existir real-realmente, como **casa, chapéu.**

* * *

Há idéias simples e indivisíveis em si mesmas, como a de **homem, vermelho, animal racional,** que formam uma essência, da qual nada podemos extrair, sob pena de lhes tirarmos a essência, transformando-as em outras coisas. Tais idéias ou conceitos chamam-se **incomplexos,** ou **indivisíveis.**

Outros, porém, chamados **complexos** ou **divisíveis,** são os possuidores de várias essências ou conteúdos noético-eidéticos, tais como «a casa amarela da serra».

Os antigos observavam, contudo, que os conceitos **complexos** e os **incomplexos** podem-no ser quanto aos têrmos que os constituem, ou quanto ao conteúdo ao

qual se referem. Assim, poderiam ser **complexos** ou **incomplexos in re** (quanto ao conteúdo) ou **in voce** (de **vox**, voz, nos têrmos).

Poder-se-iam, pois dar quatro combinações:

1) **incomplexos in re et voce,** incomplexos em si mesmos e segundo o modo de conceber, como **homem,** que se apresenta como uma única essência ao espírito e numa única apreensão inteligível.

2) **Incomplexos in re et non voce,** incomplexos em si e complexos segundo o modo de conceber, como **animal racional,** que é, como essência, uma só, mas apresentada à mente em duas apreensões inteligíveis.

a) **Complexos in re et non voce,** complexos em si mesmos e incomplexos segundo o modo de conceber, como **psicólogo,** o que estuda a psique, embora com uma única apreensão inteligível.

4) **Complexos in re et voce,** em si mesmos e segundo o modo de conceber, como **técnico em engenharia mecânica,** onde são apresentadas várias essências, expressas por várias apreensões inteligíveis.

Essas classificações são pouco usadas modernamente, o que é de lamentar, pois inúmeros erros de raciocínio surgem da não nítida distinção entre a complexidade ou não em si ou em têrmos de um certo conceito. Note-se, apenas, que um conceito como **animal racional,** que é expresso em dois têrmos em nossa língua, constitui, porém, uma única essência e uma única apreensão, segundo o modo de conceber. Animal racional não é uma totalidade de composição, ou seja duas essências actuais, formando um novo ser, mas um ser com uma única essência, que corresponde a **homem.**

* * *

Na Lógica, observam-se duas tendências: a dos que procuram reduzi-la apenas à extensidade, os **extensistas,** e a dos que procuram reduzi-la à intensidade, os **compreensistas.**

Partindo-se do exame do conceito, notamos que a sua compreensão consiste nas notas essenciais ou qüiditativas do mesmo, enquanto a sua extensão é entendida como o conjunto dos indivíduos aos quais se pode predicar o conceito. Assim, **homem,** compreensivamente, é animal racional; extensivamente, **todos os indivíduos humanos.**

Para uma posição nominalista, a única realidade está nos indivíduos aos quais se pode predicar o conceito; ou seja, está apenas na extensão. Todos os lógicos, eivados de nominalismo, são, quando conseqüentes, extensistas.

Mas, na verdade, o conceito apresenta-se à mente como uma essência, uma natureza, uma qüidade, que representa alguma coisa real. Alguns lógicos modernos afirmam que pertencem à compreensão do conceito tôdas as notas que lhe são proporcionadas ou meramente atribuíveis, o que é um êrro. Dêste modo, poder-se-ia dizer que o conceito **homem** compreende o estar sentado, o

estar andando, o estar em pé, que são meramente accidentes **(per accidens)**. Na verdade, deve-se compreender, no conceito, apenas o que é da essência, o que é necessário ao conceito. Dêste modo, as propriedades, se são essenciais, pertencem virtualmente ao conceito, não, porém, actualmente, como o ser gramático é uma propriedade da essência do homem, mas é virtual a ela, não actual. Evitar tais confusões, que perturbam a Lógica e a firmeza dos raciocínios, é uma necessidade, em face da finalidade que deve ter essa disciplina, qual seja a de favorecer a melhor aplicação da inteligência ao exame das idéias. Ademais, é mister distinguir as notas que constituem um conceito **quanto a nós** e **quanto a si mesmo.** Se certos objectos não os podemos apreender senão segundo certas notas, estas não devem ser consideradas como constituintes de sua legítima compreensão, a qual deve conter apenas as notas essenciais. Essa deficiência decorre do estado de nosso conhecimento. É o que observamos, para exemplificar com a Zoologia, onde nossos conceitos dos animais são formados de notas, segundo o que observamos nos mesmos, sem podermos alcançar-lhes a essência.

Dêste modo, quando o lógico inglês Keynes, seguido na França por Goblot, distingue, na compreensão de um conceito, a **conotação** (conjunto das notas) e a **compreensão em sentido restrito (strictu sensu)**, considerando a primeira o conjunto das notas com as quais **nós definimos** o objecto do conceito, e compreensão apenas as propriedades que podemos reconhecer nesse objecto, essa divisão é genuìnamente nominalista.

Ela afirma que nossos conceitos não alcançam a essência das coisas, ricas de inúmeras propriedades. Como salienta Maritain, «esta distinção é errônea, pois opõe as **propriedades** não à **essência,** ou aos caracteres que **definem em si** o objecto do conceito, mas aos caracteres que o definem para **nós,** que **nos servem** para defini-lo, e que, no caso das definições descritivas, não são os elementos constitutivos da essência, mas exatamente as propriedades.»

O têrmo **conotação** seria empregado apenas para indicar o que pensamos, actual e explìcitamente, de algumas notas ou caracteres, que empregamos para definir um conceito.

Goblot vai além, afirmando que na compreensão se incluem todos os conceitos contidos, quer como espécies ou sub-espécies, bem como tôdas as propriedades. Dêsse modo, inclui a compreensão na extensão, aumentando aquela na proporção que aumenta esta. Mas, esquece Goblot que essas propriedades não estão contidas em acto no conceito, mas apenas potencialmente (em potência). Não se deve incluí-las na compreensão do conceito, porque, nesta, deve estar apenas o que lhe convém necessàriamente **(per se)** e não **per accidens.** Dêste modo, o que se diz de um conceito, o que dêle se predica, deve ser examinado se é accidental ou necessário (essencial). Na extensão, devem ser compreendidos apenas os indivíduos que cabem no âm-

bito do conceito; ou seja, aquêles em número indeterminado aos quais se lhe pode predicar o conceito.

Oportunamente, trataremos dêste tema, de tanta importância no exame do silogismo e, na Dialéctica, ao tratar da plena aplicação das regras à Lógica Concreta, que é pròpriamente esta quando totalmente aplicada à totalidade.

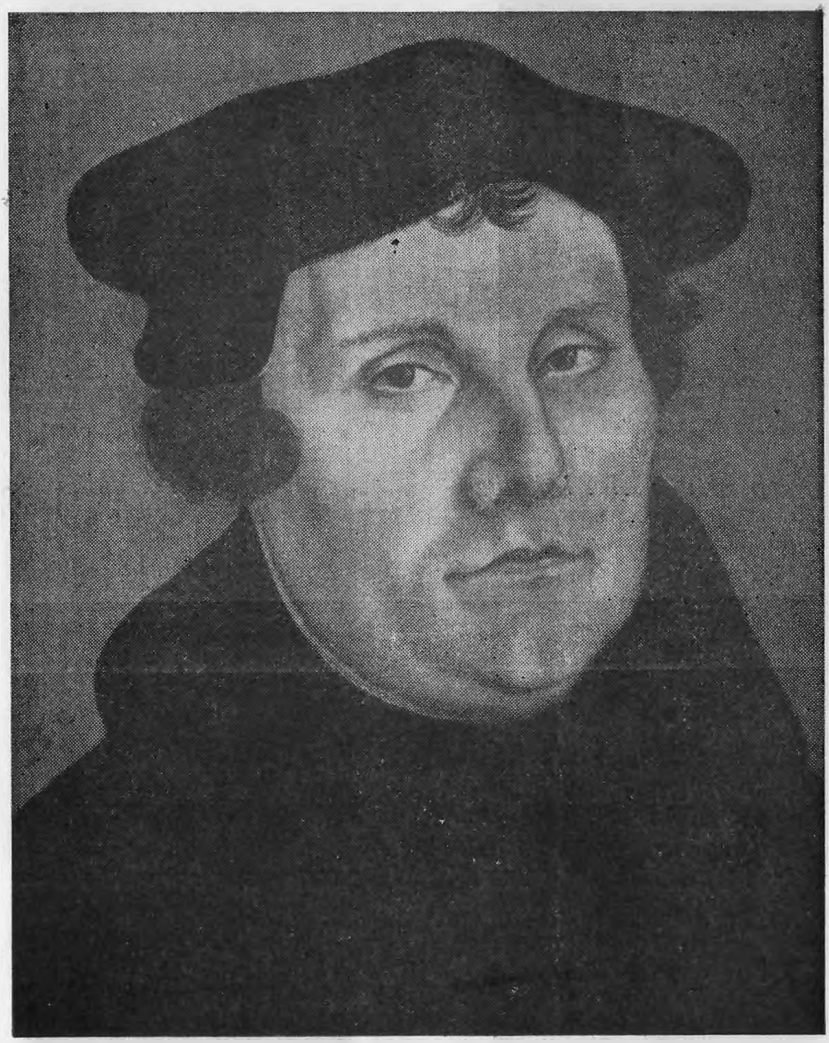
Na Filosofia moderna, considera-se **conceito** a idéia enquanto abstracta e geral. Os conceitos podem ser **a priori,** ou conceitos puros (Kant); isto é: não tirados da experiência, como os conceitos de unidade, relação, etc., ou **a posteriori,** o que equivale a **empírico,** significando, então, noções gerais, tiradas da observação e visando certas classes de objectos, de tal forma, que podem ser atribuídos a êstes objectos individuais de uma maneira idêntica e total. **Idêntica,** porque competem de maneira igualmente verdadeira a cada indivíduo, e **total,** porque aquêles conceitos não contêm nenhum elemento restante ou de sobra, que não pudesse ser identificado com os indivíduos nêles compreendidos. Tais conceitos gerais ou universais, formados **a posteriori** por meio da **abstracção** (vide), são, por exemplo, o conceito de **mamífero** ou o de **guerra,** compreendendo, cada um dêles, uma multidão de objectos ou acontecimentos individuais, tão semelhantes entre si, que, colectivamente, podem ser designados com um mesmo nome.

Há filósofos, porém, que negam aos conceitos gerais a identificação com os indivíduos, e reduzem-nos a um valor meramente análogo, baseados na semelhança que há entre os indivíduos. Há, também, uma tendência a erigir uma distinção entre conceitos **universais** e **gerais,** tomando, como conceito universal, cada conceito individual, que reúne vários caracteres, ou que é capaz de assumir vários estados, qualidades, actividades ou relações. Assim, cada pessoa individual seria um conceito universal, porque reúne uma multidão de membros e estados. O conceito de triângulo não só seria um conceito geral, porquanto se aplica a todos os casos possíveis de triângulos, individualmente diferentes, mas, também, um triângulo individual, com determinados valôres quanto à magnitude dos seus ângulos e linhas, ainda seria um conceito universal, justmente porque representa uma pluralidade de ângulos, linhas, etc. Porém, parece ter pouco mérito estabelecer ao lado dos conceitos gerais um **conceito universal** assim concebido, e a designá-lo quase com o mesmo nome, visto que a sua importância filosófica se esgota em não ser confundido com o **conceito geral.** (Vide ainda **Abstracção,** etc.).

CONCEITOS ABSTRACTIVOS — Vide **Conceitos intuitivos.**

CONCEITOS COMPOSTOS — Vide **Conceitos simples.**

CONCEITOS DIRECTOS e **REFLEXOS** — Segundo a origem, na Lógica, os conceitos são **directos,** quando obtidos directamente da coisa; **reflexos,** quando há regressão da mente, que reflecte para construí-los.



Lutero

Gottfried Wilhelm Leibnitz

Tomás de Aquino

Voltaire

John Locke

CONCEITOS ESPECULATIVOS e PRÁTICOS — Segundo o fim, na Lógica, os conceitos são divididos em **especulativos,** quando surgem da contemplação da essência e da existência da coisa, e **práticos,** quando consideram a existência enquanto efectiva na coisa natural.

CONCEITOS FINITOS e INFINITOS — Segundo a razão da perfeição, na Lógica, classificam-se os conceitos em **finitos,** quando se referem a uma essência determinada, e **infinitos,** ou melhor **indefinidos,** quando se referem a uma essência não determinada, como não-homem.

CONCEITOS IGUAIS e DESIGUAIS — Diz-se, na Lógica, dos conceitos que mùtuamente se inferem; convertíveis e desiguais, os que não se inferem nem permitem conversão.

CONCEITOS IMPERTINENTES — Vide **Conceitos pertinentes.**

CONCEITOS INDEFINIDOS — Vide **Conceitos finitos.**

CONCEITOS INTUITIVOS e ABSTRACTIVOS — Segundo a origem, os conceitos **intuitivos** são obtidos pela presença e existência física da coisa; **abstractivos,** os que não são obtidos pela presença física da coisa, mas pela presença meramente intencional (na mente).

CONCEITOS LÓGICOS e ONTOLÓGICOS — A diferença entre os **conceitos lógicos** e os **ontológicos** consiste em que os primeiros são productos de uma longa experiência humana, que a pouco e pouco os vai construindo. São extraídos da experiência, e têm muitas vêzes um nexo de adequação apenas. Mas os conceitos ontológicos não são construídos pela experiência. Êles surgem da necessidade da coisa, são independentemente de nós, êles se impõem e nós, como algo que é necessàriamente. Assim **infinito,** é, necessàriamente, o que não sofre limites de qualquer espécie, que é o conceito ontológico de infinito.

Nós captamos o conceito ontológico, não o construímos. Essa captação processa-se através de operações de nosso espírito, que consistem em excluir tudo quanto é contingente, accidental, para alcançar ao que é necessário. E, ontològicamente, podemos falar no que é necessário absolutamente simples, ou no necessário hipotèticamente absoluto.

O homem não é necessàriamente o que é, por uma necessidade absoluta-**simpliciter,** por que é um ser contingente, e podia não existir.

O juízo ontológico reduz-se a uma exclusiva também: só S é P.

O juízo lógico é bivalente. O conceito ontológico só admite uma acepção, e o juízo ontológico é monovalente e necessário. Ou S é P ou S não é P. Só há juízo ontológico onde há monovalência e necessidade.

CONCEITOS MEDIATOS e IMEDIATOS — Segundo a razão, na Lógica, os conceitos são divididos em: **mediatos,** os obti-

dos mediante outro, e **imediatos**, os inversos.

CONCEITOS PERTINENTES e IMPERTINENTES — Diz-se, na Lógica, que são pertinentes, os conceitos que se inferem como homem e animal, e impertinentes, os que não se inferem ou se excluem, como branco e douto.

CONCEITOS REFLEXOS — Vide **Conceitos directos.**

CONCEITOS REPUGNANTES — São, na Lógica, os conceitos que repugnam, que são opostos, como virtude e vício.

CONCEITOS SIMPLES e COMPOSTOS — Segundo a **compreensão** (vide), na Lógica, os conceitos dividem-se em **simples** ou **incomplexos** e **compostos (complexos)**. Simples, o que representa uma essência; compostos, os que representam mais de uma essência. Assim, homem é um conceito simples; homem branco, um conceito composto. Dividem-se os conceitos simples em: concretos, quando expressam a forma com a substância, como homem; abstractos, quando apenas expressam a forma (Humanidade). O conceito concreto é o que é algo, e abstracto o **pelo qual** é algo. Assim, a forma é o que pelo qual algo é algo. O **conceito concreto** pode ser **absoluto** ou **conotativo.** Absoluto é o que significa algo sob o modo de substância, como **homem; conotativo** ou **consignificativo** significa algo sob o modo de adjacente a outro tomado como sujeito, como branco, cego.

CONCEPÇÃO — a) No uso mais geral e corrente, significa a simples visão que temos das coisas, que se apresentam ao nosso espírito, antes de formarmos um juízo expresso a respeito delas. Assim «concebemos» o sol, a terra, uma árvore, um círculo, um pensamento, o ser, em uma vista primária, que reúne elementos da memória, da imaginação e do entendimento puro.

Entretanto, o emprêgo do têrmo **concepção** revela, progressivamente, a tendência de eliminar os momentos de representação imaginativa e de restringi-los às operações do entendimento. Uma concepção é, então, um conhecimento geral (Vide **conceito**), tomado como distinto dos objectos individuais aos quais se aplica. Os atributos **geral** e **distinto** (abstracto), são, pois, discriminativos da **concepção** entre os outros vários tipos de conhecimento. Tudo isso equivale, pràticamente, a dizer que uma **concepção** é a formação de um conceito, e conceber alguma coisa é conhecê-la por meio do pensamento conceptual.

b) Emprega-se também no sentido do acto de conceber, e como substantivo, como resultado dêsse acto.

CONCEPÇÃO DO MUNDO — Vide **Cosmovisão.**

Concepibile (it.) = **concebível.**

Concept (fr.) = **conceito.**

Conception (ing. e fr.) = **conceito.**

Conceptualism (ing.) = **conceptualismo.**

Conceptualisme (fr.) = **conceptualismo.**

CONCEPTUALISMO — Vide **Polêmica dos Universais.**

Conceptualismus (al.) = **conceptualismo.**

Conceptus (lat.) = **conceito.**

Concetto (it.) = **conceito.**

Concettualismo (it.) = **conceptualismo.**

Concevable (fr. e ing.) = **concebível.**

Concezione (it.) = **concepção.**

CONCILIAÇÃO — Vide **Conciliar.**

CONCILIAR — a) Acção de harmonizar, de congraçar, de pôr de acôrdo. Conciliar dois inimigos.

b) Como adjectivo, é o concernente a concílio, daí leis conciliares.

c) Acção de conciliar é a **conciliação.** Na Filosofia, quando se procura pôr em acôrdo, em harmonia, textos, que parecem divergentes, por meio de uma interpretação que os concilie, diz-se que há **interpretação conciliadora.**

CONCLUSÃO — Concluir significa terminar, acabar, deduzir, inferir, tirar uma conseqüência.

a) **Conclusão,** portanto, é o acto de concluir, de chegar a um têrmo, a um fim.

b) Em sentido análogo, é empregado, na Lógica, para significar a proposição, cuja verdade decorre da verdade das premissas, de tal modo que estas não possam ser verdadeiras, sem que a conclusão o seja. Também se emprega para referir-se à conseqüência final de um raciocínio silogístico, um silogismo. Como acção de terminar é sempre empregada para indicar a conseqüência que decorre, depois de passar lógicamente as premissas. Assim se diz uma **conclusão concluente, inconcluente, correcta, incorrecta,** etc.

c) Emprega-se comumente, também, para indicar a parte de uma obra, na qual se reúnem todos os argumentos ou sintetiza-se o material disposto na mesma.

d) Jurìdicamente, significa a remessa ou entrega dos autos ou processos ao juiz para despachar ou sentenciar.

e) Chamam-se **conclusões magnas** as teses que precedem ao doutoramento nas universidades.

f) Emprega-se, também, para significar a consecução de uma perfeição. Assim o acto é a conclusão da potência.

Conclusio (lat.) = **conclusão.**

Conclusion (fr., al. e ing.) = **conclusão.**

Conclusione (it.) = **conclusão.**

Concomitance (fr. e ing.) = **concomitância.**

CONCOMITÂNCIA — Do lat. **concomitantia,** acompanhamento.

a) Em suma, é um acto ou estado de estar associado a algo.

b) Aproveitado na Filosofia para significar a existência con-

corrente ao aparecimento e desaparecimento de certos caracteres, os quais, sob certas circunstâncias, não se lhes podem atribuir, necessàriamente, uma **interrelação causal.**

c) Têrmo usado por J. S. Mill. Em suma, quer referir-se à existência simultânea de duas ou mais coisas, que não estão pròpriamente ligadas por relações de causa e efeito. Pretende-se sempre referir ao que é acessório, ao que não é necessário.

Concomitanza (it.) = **concomitância.**

Concordance (fr.) = **concordância.**

CONCORDÂNCIA — a) Diz-se da realização de um acôrdo, de uma adequação.

b) Na Lógica, emprega-se quando há adequação entre dois têrmos.

Método de Concordância (vide). Um dos métodos de inducção propostos por J. S. Mill.

CONCORDÂNCIA (Método de...) — Processo de usar um certo número de casos (exemplo) em que duas circunstâncias voltam a aparecer juntas, para inferir uma conexão real entre essas circunstâncias, que, ordinàriamente, é a de causa e efeito. Se, por exemplo, o restabelecimento de um enfêrmo várias vêzes é contemporâneo com a tomada de uma certa droga, essa simultaneidade autoriza a considerar uma dessas circunstâncias como a causa da outra. É êste um dos métodos de inducção, propostos por J. S. Mill, em sua Lógica, e formulado por êle da maneira seguinte: se dois ou mais casos de um fenômeno em foco têm uma só circunstância em comum, essa única circunstância a respeito da qual todos os casos são semelhantes, é a causa (ou o efeito) do respectivo fenômeno.

Para o pensamento moderno, êsse método perde uma boa parte do seu crédito e de sua aplicabilidade, devido ao reconhecimento de uma pluralidade de causas (Vide **Causa**) e pelas condições inviáveis de uma experiência não analisada.

(Método reunido de concordância e de diferença): O «**Joint method of agreement and difference**», estabelecido por J. S. Mill, é formulado de maneira seguinte: «Se dois ou mais casos, nos quais um fenômeno se produz, têm sòmente uma circunstância em comum, ao passo que dois ou mais casos nos quais não se produz, têm nada em comum senão a ausência dessa mesma circunstância em comum, então essa única circunstância, respeito da qual as duas séries de casos diferem, é o «efeito», a causa, ou uma parte necessária da causa do respectivo fenômeno.

CONCÓRDIA — Sinônimo de conformidade, harmonização na convivência social, com a diferença de que concórdia aponta a coincidência dos afectos simbolizados pelo coração (**cor, cordis,** em latim).

Há **concórdia,** quando se têm as mesmas preferências, a simpatia mútua, e se toleram as discrepâncias e os defeitos possíveis,

resolvendo-se os conflitos pacìficamente. O contrário é **discórdia.**

Concordism (ing.) = **concordismo.**

Concordisme (fr.) = **concordismo.**

CONCORDISMO — Chama-se, assim, em Teologia, a posição, segundo a qual a fé e a ciência, por serem ambas divinas a seu modo, não poderiam estar em desacôrdo.

CONCORRÊNCIA — a) Doutrina exposta por Santo Agostinho, na qual expressa que, antes da queda, era possível ao homem não pecar, mas necessitaria êle do auxílio de Deus. Depois da queda, necessita da graça ou concorrência, que pode com êle cooperar.

b) Na Teologia religiosa, o têrmo é empregado no sentido de **concurso,** da cooperação geral de Deus, como primeira causa na actividade de tôdas as criaturas como causa secundária.

c) Em Sociologia, é empregado para significar a oposição entre dois sêres ou funções, em que um tende a suplantar o outro.

d) Na Economia se diz da disputa sôbre o cliente, que podem realizar dois ou mais productores.

Em suma, emprega-se o têrmo para indicar poderes opostos em disputa de um mesmo objecto.

e) Empregado nas doutrinas evolucionistas para indicar a luta dos antagonistas na **luta pela vida** ou **na luta pela superioridade na vida.**

Concorrenza (it.) = **concorrência.**

Concours (fr.) = **concurso.**

CONCREÇÃO — a) Processo de formar o que é concreto, ou o estado que dêle resulta. (Vide **Concreto**).

b) Um «juizo de concreção» é um juízo sintético, que aumenta a compreensão de um conceito. Assim, ao constatar que a propriedade de ser inflamável acompanha sempre uma determinada série de outras propriedades, que se acham reunidas na mente, sob o título de «petróleo», chegamos a registrar a inflamabilidade sob êste mesmo título, acrescentando-o à «compreensão» já prèviamente formada dêsse conceito. (Vide «Compreensão subjectiva» em «Compreensão»).

c) Alguns chamam «concreção», a fusão que se pode observar entre a imagem de um objecto como retida na memória e uma nova percepção do mesmo objecto. Essa mescla entre elementos de observações passadas e da observação actual é, de um lado — segundo certos autores — a base do «reconhecimento» (**Wiedererkennen**) e, portanto, de suma importância vital, mas, por outro lado, é uma fonte de confusão muito séria, quando se trata de precisar com tôda exactidão um acontecimento individual (testemunhas perante o tribunal), que não deve ser confundido com acontecimentos da mesma espécie, já acumulados na memória.

d) Concreção, no sentido da **Filosofia Concreta** (vide).

Concret (fr. e al.) = **concreto.**

Concrete (ing.) = **concreto.**

Concrétion (fr.) = **concreção.**

CONCRETISMO — Como **ismo** indica sistematização e generalização e predominância do **concreto,** do qual é dado todo valor de realidade. A posição concretista é possível em todos os sectores das actividades intelectuais do homem.

CONCRETO — A oposição corrente entre **concreto** e **abstracto** tem um fundamento algo vago na Filosofia. A precisão do têrmo encontra dificuldades, devido às várias concepções, que pode formar quanto à relação entre pensamento e existência real. O têrmo assinala a existência individual, e também se aplica a idéias gerais, espontâneamente formadas, como o tipo **homem.** Percepções concretas são aquelas que encerram um máximo de **compreensão** (Vide), e que particularmente dão relevo às qualidades sensíveis.

CONCUBINA — Mulher ilegítima, ou que não goza dos direitos da mulher ou mulheres legítimas.

Concupiscence (fr. e ing.) = **concupiscência.**

Concupiscentia (lat.) = **concupiscência.**

Concupiscenza (it.) = **concupiscência.**

Concupiscibile (it.) = **concupiscível.**

Concupiscibilis (lat.) = **concupiscível.**

Concupiscible (fr. e ing.) = **concupiscível.**

CONCUPISCÊNCIA — Vide **Amor.**

CONCURSO — Vide **Concorrência.**

CONCURSO ORDINARIO DE DEUS — Dá-se êste nome, na escolástica, à operação, pela qual Deus conserva o mundo na existência. Sem o concurso de Deus, o mundo abismar-se-ia no nada.

Crítica: No recto sentido do ser subsistente por si mesmo, que é Deus para a filosofia cristã, este é, como ser subsistente, o ser, e nada mais que ser. Sem o apoio, o concurso de tal ser, tudo abismar-se-ia no nada.

Concursus Dei (ou **divinus**) — Vide **Concurso ordinário de Deus.**

CONDENAÇÃO — a) Condenar é declarar alguém incurso em pena.

b) Condena-se uma doutrina, ou o autor, ou a sua obra, quando ela é desaprovada por conter valôres duvidosos e até anti-valôres.

c) É sinônimo de **censura,** e tem todos os graus de **discordância,** que podem atingir até a indignação.

d) A condenação social inclui a jurídica, e consiste na declaração condenatória com uma pena correspondente.

CONDENSAÇÃO — Em Psicanálise, fusão de elementos ideacionais. Observável nos sonhos, onde idéias e representações pro-

vêm de outras várias. Esta fusão é um processo inconsciente.

CONDIÇÃO — Do latim **conditio**, que, por sua vez, vem de **cum** e **ditio**, que significa decreto. Esta palavra tem, na Filosofia, uma variedade de acepções:

a) a cláusula numa proposição implicativa;

b) maneira de ser de uma coisa ou pessoa;

c) situação social;

d) estado de pertencer a uma classe ou casta social;

e) causa ou factor;

f) causa necessária.

Crítica: Infelizmente, êste têrmo tem servido na Filosofia mais para criar confusões do que clareza. A **condição** distingue-se da **causa**, porque esta tem um nexo real e essencial com o efeito, produz o efeito, ou concorre para produzi-lo, a condição é o que favorece a causa a produzir o efeito. Assim se o vento, que passa por uma janela, apaga uma vela, o apagar desta é causado pelo vento; a janela aberta foi a **condição.** Em Filosofia, dever-se-ia empregar êste têrmo apenas neste sentido, a fim de se evitarem as confusões que daí decorrem. O que alguns chamam de **condição necessária e suficiente** é aquela que provoca sempre, quando posta, uma conseqüência, que não se daria se a condição faltasse. Quando Kant diz que o tempo e o espaço são condições da experiência, quer referir-se ao papel da **sucessão (tempo)** e da **simultaneidade (espaço)**, que são as **condições** (pois ditam a forma da sensação) da sensibilidade, do conhecimento sensível.

CONDICIONADO — Emprega-se êste têrmo para dizer a dependência de alguma coisa outra quanto a seu ser. Daí dividir-se a filosofia em Filosofia do Condicionado, que é a filosofia relativista em geral, e Filosofia do Incondicionado, a que afirma a existência de um ser independente, do qual todos os outros dependem. O emprêgo dêste têrmo, iniciado por Hamilton em sua escola, penetrou definitivamente na Filosofia.

CONDICIONADO (Reflexo) — Vide **Reflexo.**

CONDICIONAL — a) O referente à **condição** por dependência.

b) Sinônimo de hipotético, carácter de uma proposição hipotética, na qual o antecedente significa: «tôdas as vêzes que...» e não: «se é verdadeiro que...». A **condição necessária** se refere a uma condição suficiente. A **condição necessária** é a **conditio sine qua non**, a **condição**, sem a qual tal facto não se dá. Vide **Proposição condicional.**

CONDIGNIDADE — Têrmo empregado na Ética. Diz-se que algo é **condigno**, quando tem o mérito que implica igualdade e proporcionalidade entre o serviço prestado e sua recompensa, o que é retomado pela justiça. A condicionalidade é a característica dêsse mérito.

Condition (fr. e ing.) = **condição.**

Conditional (ing.) = **condicional.**

Conditionné (le) (fr.) = **condicionado.**

Conditionel (fr.) = **condicional.**

Condizionale (it.) = **condicional.**

Condizione (it.) = **condição.**

CONDUCTA — Do latim **conducere,** levar junto.

a) No sentido de **comportamento,** significa a maneira de actuar de uma pessoa sob o ângulo ético.

b) Na Psicologia, significa o **comportamento** de um organismo vivo ao reagir aos estímulos do meio-ambiente. (Vide **Behaviorismo).**

CONDUCTISMO — Vide **Behaviorismo.**

CONEXÃO — Vide **Conexidade.**

CONEXIDADE — a) Carácter da relação diádica, como a que se dá entre os pares de opostos. Assim: amor e ódio.

b) Empregado, também, para referir-se a dois têrmos diferentes, identificados num ponto comum.

CONEXIONISMO — Segundo Thorndike, é a doutrina pela qual todos os processos psíquicos se compõem do funcionamento de conexões inatas e adquiridas entre situações e reacções.

CONFATAL — (De **com** e **fatal**). Diz-se do que é ao mesmo tempo necessário com outro têrmo. Assim, no mundo físico, as antinomias entre intensidade e extensidade são **confatais.**

CONFIANÇA — Vide **Cardiais (Virtudes).**

CONFIGURAÇÃO — a) Do latim **configurare, formar com,** é a estructura padrão do físico, do fisiológico, do psicológico.

b) Empregado, também, no sentido de estructura mental, sobretudo no de **Gestalt.**

CONFIGURACIONISMO — Vide **Gestalttheorie.**

CONFIRMAÇÃO — Usa-se no sentido de **verificação** (vide).

CONFISSÃO — a) Vem de confessar, que significa declarar, revelar. É a declaração que alguém faz ante a sua própria consciência ou também a doutrinal.

b) Juridicamente, tem um papel na formação da prova, e vale segundo a declaridade e conformidade com a afirmação da culpa.

c) A confissão é, também, o reconhecimento de algo feito por si mesmo.

Conflict (ing. e fr.) = **conflito.**

Conflictus (lat.) = **conflito.**

CONFLITO — Do particípio passado do verbo **confligo,** que significa chocar-se uma coisa com outra e, figurativamente, pôr-se frente a frente, confrontar.

a) Na Filosofia, significa a relação, que se estabelece entre dois

poderes, ou dois princípios, que actuam sôbre o mesmo objecto, como determinantes opostos, contrários.

b) Assim, pode-se falar na Psicologia em conflitos de idéias, em competição de emoções, de tendências de acção, etc.

c) Na psicologia psicoanalítica, êste têrmo é muito usado para qualificar o choque de idéias ou tendências opostas, das quais algumas são intoleráveis à consciência e repelidas para o subconsciente.

Conflitto (it.) = **conflito.**

Confondere (it.) = **confundir.**

Confondre (fr.) = **confundir.**

CONFÔRTO — Vide **Felicidade.**

CONFORMAÇÃO — Vide **Conformidade.**

CONFORMIDADE — a) Qualidade do que é conforme, do que tem a mesma forma, **com forma,** o que é semelhante, análogo e até idêntico.

b) Significa a cópia e também a conformação, a resignação, conformar-se com submissão; também acôrdo; de conformidade com, harmonia em conformidade com, obediência a normas, na conformidade de... O contrário é o **disconforme.**

c) Na ordem puramente sentimental, a conformidade chama-se **simpatia,** e a disconformidade **antipatia.**

d) Na ordem doutrinal e volitiva, chama-se **aprovação** e **desaprovação.**

Confus (fr.) = **confuso.**

CONFUSÃO — Estado do que é **confuso** (Vide).

Confused (ing.) = **confuso.**

Confusedness (ing.) = **Carácter do que é confuso.** (Vide **Confusão**).

Confusion (fr. e ing.) = **confusão.**

Confusione (it.) = **confusão.**

Confuso — a) Etimològicamente, vem do latim **cum** e **fundere,** que quer dizer fundido com... Empregavam Aristóteles e os escolásticos êste têrmo para indicar o que, na realidade, vem fundido com outro, que, posteriormente, a parte activa de nosso intelecto (intelecto activo) abstrairá por uma separação mental. A sensação dá-nos, assim, uma visão confusa da realidade, que nosso intelecto, posteriormente, classifica em esquemas noéticos, que são os conceitos.

b) Na filosofia moderna, êste têrmo tomou o sentido de obscuro, do que embaraça o espírito, do que vem misturado, sem ordem, como o empregava Descartes e outros.

c) Diz-se, também, do sentimento de perturbação de descontentamento de si, de inibição.

d) Na linguagem jurídica, é empregado no sentido de **confundido,** que é o de Descartes.

CONFUTAÇÃO — Vide **Refutação.**

Confutazione (it.) = **refutação.**

CONGENITAL — Diz-se de todo e qualquer carácter que o indivíduo traz desde nascença, e não, pròpriamente, um hábito, isto é, adquirido. Tais caracteres podem surgir no decurso do desenvolvimento do indivíduo, sem serem desde logo observáveis. Propõem alguns usar o **têrmo conato,** para substituir êste têrmo. Emprega-se, também, o têrmo **inato** (Vide).

Congenito (it.) = **congênito.**

CONGRUENTE — a) O que é proporcionado, conveniente, apropriado.

b) Quando se predica um atributo a alguma coisa, o que se diz **é congruente,** quando há pleno acôrdo ou relação directa com o que se diz e a coisa. Contrário: **incongruente** (Vide).

CONGRUIDADE — Carácter do que é congruente. Empregado na filosofia clássica, no sentido de proporcionado, conveniente, apropriado.

CONGRUISMO — Doutrina dos que defendem que Deus dá aos homens uma graça **côngrua,** suficiente, bastante.

CÔNGRUO — a) O que é conveniente, proporcionado, apto, suficiente, adequado.

b) Porção côngrua era a parte dos dízimos, destinados à sustentação do clero, que hoje é feita em dinheiro.

c) No latim, é empregado no sentido de direcções concordantes, convergentes.

CONHECER — Tornar presente ou ter presente no espírito um certo objecto de pensamento, verdadeiro ou real. Se o objecto é real, é necessàriamente também verdadeiro. Se tem sòmente uma existência mental, também deve ser verdadeiro intrìnsecamente; quer dizer, de uma estructura plausível, para que sua apreensão constitua um acto legítimo de conhecer. O objecto pode ser material ou espiritual. Pode ser um acto de conhecimento mesmo. Pode até ser o próprio acto cognoscitivo actual, reflectido sôbre si mesmo: mas, em cada caso, também no último, o objecto é, pelo menos, formalmente diferente do acto, do pensamento formado sôbre êle.

Conhecer pode designar vários graus, do mero conhecer até a **«perceptio per solum essentiam»** de Spinoza com os intermediários, de constatar, verificar, compreender, perceber, conceber etc. Conhecer se opôs a **crer,** não por uma diferente fôrça de adesão do espírito, porque tanto a evidência imediata, que distingue o conhecimento, como a autoridade, que apoia a crença ou a fé, podem assumir todos os graus possíveis; a oposição consiste no facto de que êstes últimos têrmos não implicam necessàriamente a condição de serem verdadeiras.

CONHECIMENTO — Relação de índole muito especial entre um sujeito e um objecto, que consiste em uma espécie de penetração mútua de ambos. No uso prático da língua, a palavra designa duas coisas diferentes, conforme o ponto de vista. Parte de um ou do outro dos dois têrmos dessa relação: do sujeito ou do objecto. Partindo do sujeito, a

relação cognoscitiva se apresenta como um acto subjectivo; e isto é o primeiro sentido da palavra. No processo cognoscitivo, o sujeito capta, pelo menos, uma parte da realidade, que se lhe apresentou de maneira objectiva e incorpora-se ao tesouro de objectos já anteriormente apreendidos e tornados subjectivos; êsse material apreendido, tanto o que corresponde a um acto só, como particularmente à soma do material assim captado em todos os actos cognoscitivos de um sujeito, ou às vêzes também de um grupo, constitui o segundo sentido da palavra **conhecimento.** Tanto o acto de conhecer, como o objecto conhecido, pode ser classificado em razão da distinção em uma simples presentação do objecto, que o identifica como tal, e o processo de **compreender** (Vide) êsse objecto em sua **circunscripção** definida e em suas relações com o resto da realidade, particularmente com as suas causas e os seus efeitos.

Assim, podemos «conhecer» (como simples presentação do objecto) a anatomia de um animal, sem «compreendê-la» ainda; só quando soubermos explicar a significação funcional de cada órgão, teremos um «conhecimento» que «**compreenda**» o objecto. São, portanto, quatro sentidos que a palavra «conhecimento» pode assumir, em virtude das duas «distinções» acima expostas. Já foi feita a tentativa de reservar **conhecer** para o uso análogo de **compreender** e a designar um conhecer meramente aperceptivo com a palavra **saber.** Notadamente, em outras línguas, opõe-se, assim, os respectivos têrmos de **connaitre** e **savoir, kennen** e **wissen, noscere** e **scire.**

Não há dúvida sôbre a justificação real dessa distinção, porém, parece que, em nenhuma destas línguas, a oposição daqueles têrmos tenha uma base sólida na Filologia. Em inglês, a palavra **knowledge** significa tanto o **conhecimento aperceptivo** como **compreender,** e a respectiva distinçao é feita pelas expressões **knowledge of acquaintance** e **knowledge about.** Os têrmos foram introduzidos por K. John Grote, e a distinção foi elaborada por James.

À simples percepção se opõe de um lado a **compreensão,** que ultrapassa a percepção, por ser objectivamente mais perfeita, pela noção das causas e efeitos, bem que essas noções adicionais sejam adquiridas igualmente por novas percepções. Mas a simples percepção é susceptível, também, de ser completada subjectivamente, pela intervenção da razão pura com os seus meios de raciocínio. Em virtude disso, os conhecimentos são classificados em conhecimentos empíricos, que são constituídos por **percepções,** e **conhecimentos filosóficos** ou **racionais,** que se baseiam inteira ou principalmente em conclusões da razão.

Essas duas distinções se acham confundidas na classificação aristotélica de conhecimentos **oti,** a presentação dos factos mesmos, e conhecimentos **dioti,** que são produzidos por silogismos, na sua maior perfeição como demonstrações e que correspondem às compreensões **propter quid,** pelas razões, e a **quia,** facto, tão usadas

pelos escolásticos. Êles proporcionam, do ponto de vista aristotélico, também a compreensão dos factos.

Conforme o carácter do objecto, distinguem-se **conhecimentos apreensivos** e **conhecimentos judicativos,** contendo os primeiros percepções, imagens ou representações, ao passo que os últimos constatam a existência ou não-existência de um facto.

Conforme ao propósito que aspiram, os conhecimentos são divididos em **especulativos** e **práticos,** o que não equivale à distinção acima dada em **racionais** e **empíricos.** Sem dúvida, as ciências especulativas são racionais por excelência, mas os resultados das ciências práticas podem ser devidas a raciocínios também, como à experiência imediata.

Sob o ponto de vista psicológico ainda se devem distinguir **conhecimentos actuais, virtuais** e **habituais.**

CONHECIMENTO ECONÔMICO — O conhecimento dos factos econômicos está condicionado pelas concepções fundamentais que se podem formar da actividade econômica. São três as principais. Resumamo-las:

1) **Concepções mecanicistas:** Os que seguem tais concepções vêem a actividade econômica como um «ajustamento de quantidades de bens e de serviços sob uma forma, que é o **preço».** Os têrmos usados são emprestados da Mecânica: equilíbrio estável ou instável, resistência, nível, etc.

Prestam êles atenção apenas aos aspectos quantitativos dos factos econômicos, **virtualizando** os aspectos intensivos.

Separam a Sociologia da actividade econômica. Julgam que só será ciência a Economia Política, se se ativerem apenas aos aspectos objectivos exteriores ao homem, às quantidades, aos preços, etc. Têm, assim, uma visão parcial, abstracta, meramente **extensista** da actividade econômica. Nomes representativos: Léon Walras (1834-1910), Wilfredo Pareto, etc.

2) **Concepções orgânicas:** Para êstes, a actividade econômica é apenas um conjunto de operações que se realizam, visando satisfazer as necessidades do organismo social. Seus têrmos são emprestados da Biologia, como funções, órgãos, aspectos fisiológicos e patológicos da função tal ou qual. Nomes representativos: Robertus, Schaeffle, Worms, Marshall, etc.

3) **Concepções humanas:** Têm êsses uma concepção humana, sem deformá-la com o simplismo do mecanicismo nem do organicismo. Nesta corrente, tanto os factôres quantitativos como os qualitativos são considerados. Para ela, não é a actividade econômica separável dos quadros políticos, jurídicos, sociais, variáveis, nem da Técnica, nem da História em geral.

Duas posições podem ser tomadas em face da Economia:

a) Pode-se tomá-la como uma ciência, como um conhecimento universalmente válido para tôdas as épocas, para todos os lugares ou, ao contrário, é ela apenas uma série de conhecimentos de

ordem histórica, de carácter específico, válida para certos meios e limitada ao tempo?

b) Há, na Economia, apenas uma base de conhecimento indiferente no sentido científico, ou nela se incluem também **juízos de valor** e, conseqüentemente, lhe é possível estabelecer uma regra de acção?

Todo valor tem um contra-valor. Bom e mau — corajoso e covarde — forte e débil — belo e feio. É o que se chama de **polaridade dos valôres.**

Quanto à Economia, os valôres são **úteis** e podem ser considerados como **adequados** ou **inadequados — convenientes** ou **inconvenientes,** etc.

* * *

Tiveram as perguntas que acima fizemos diversas respostas no decorrer do desenvolvimento do pensamento econômico.

Ora, podemos aceitar um **invariante** na Economia, que se dirigiria a uma realidade econômica mais profunda, mais essencial, comum a todos os sistemas econômicos, independentemente dos accidentes da História, o que muitos chamam de **economia pura,** e outra parte, **variante,** que se atenha às diversidades, às heterogeneidades, ao diferente, que se dá em cada facto e num conjunto de factos, sem esquecer o que há de permanente e de contínuo.

A escola austríaca, a **escola de Viena,** com Karl Menger, Bohm-Bawerk, e outros, defendida a economia **invariante,** enquanto a **escola alemã,** com Bucher, Werner Sombart, Schmöller, procuravam as **diferenciações,** o estudo dos sistemas econômicos distintos.

A conjugação das duas orientações dá um sentido mais concreto, procurando, através das diversidades e heterogeneidade dos factos econômicos, proposições que enunciem uniformidades de alcance geral.

Isto é, **concrecionar** o parecido com o diferente, o invariante com o variante, o que se repete, por entre o que é novo.

Desta forma, a análise dos factos diversos é um **meio,** mas o fim deve ser a construcção da ciência econômica. Confundir um com o outro foi o êrro da escola alemã, enquanto ao da austríaca foi desprezar os **meios** pelo **fim.**

Assim, no estudo das escolas, pode caracterizar-se a seguinte distinção:

Economia pura e **Economia aplicada.**

A Economia pura pode ser considerada de dois modos:

a) como a parte da ciência econômica, que actualiza o estudo do **invariante,** inibindo as particularidades do meio em que se desenvolve a actividade econômica;

b) como estudo das relações que se estabeleceriam numa sociedade hipotética, segundo um certo ideal.

Os economistas, que estudam a Economia pura, examinam o fac-

to econômico simplificado pela **abstracção,** quer se apresente como um resíduo pela abstracção ou como construção ideal.

A **Economia aplicada** estabelece «as regras de utilidade, segundo as quais se deve efectuar a producção da riqueza social.»

Mas a Economia aplicada deve ser **uma ciência e não uma arte,** razão pela qual ela deve procurar **aplicar-se** aos factos, reconhecendo a sua **heterogeneidade,** como **variantes** que são, e procurar os princípios **invariantes,** que possam ser captados e estudados pela Economia pura. Só aí a Economia será **concreta,** como a preconizamos.

Todos êsses elementos nos preparam para compreender o **conhecimento do facto econômico.**

A actuação do Estado, como vemos hoje na Rússia, e como vimos na Alemanha hitlerista e na Itália, mostra-nos a sua interferência no conhecimento do facto econômico e também como neste penetram os **juízos de valor,** o que se tem oportunidade de examinar quando alguém se dedica à análise econômica dêsses sistemas.

Indubitàvelmente, a vontade e as idéias humanas penetram na Economia. Mostram, entretanto, os factos, que a escolha de um fim, na Economia, ultrapassa as nossas possibilidades, desde que a consideremos sob certo aspecto e como também se verifica que é possível certa acção em determinados momentos e quais os meios apropriados para pô-la em execução.

Mas tal verificação, dizem muitos, não é suficiente para afirmar-se um carácter finalista na Economia. São precisamente os **juízos de valor** que querem forçar a marcha normal dos acontecimentos para que êles se coadunem com os fins prèviamente aceitos. Naturalmente, aquêles que estabelecem, por uma apreciação, em que penetram elementos abstractistas, uma finalidade para o acontecer econômico, reagem enèrgicamente quando os factos mostram um desvio dêsse fim.

É em casos como êste que a acção política tenta dirigir a Economia, como na Rússia, após esta última guerra, combatendo as experiências espontâneas do povo russo, nas zonas que mais sofreram com a campanha guerreira. Ali houve comunidades que se orientaram para a realização de novas formas colectivistas mais avançadas, que as existentes naquele país, mas foram enèrgicamente reprimidas pela acção policial do Estado.

A Economia, para permanecer como uma ciência, deve verificar os factos, dêles extrair as normas gerais **invariantes** (ou **constantes**), registrá-las, explicá-las, e aproveitá-las na acção prática.

Quando a Economia serve à política, ela é desviada do seu verdadeiro campo de acção.

Com um alcance prático, a Economia torna-se uma arte, desde que consista num conjunto de juízos de valor qualificadores dos factos ou dos actos, e quando êsses tendem a um fim prèviamente estabelecido, ela torna-se uma **doutrina.**

Quando, porém, ela se atém aos **juízos de existência,** exprimindo relações verificáveis, como as chamadas leis, ou apenas supostas, como as hipóteses, entre os factos econômicos, ela se torna uma **teoria.**

Não deve a Economia abdicar das suas funções próprias, e o Estado, quando dela usa, deve reconhecer os limites que ela tem.

Quando procura transformá-la num **meio** para garantir o **seu domínio,** êle desvirtua a sua finalidade e a deturpa.

* * *

O conhecimento do facto econômico nos é dado por uma série de elementos que vamos sintetizar:

1.º) os organismos estatais e extra-estatais, como os ministérios, com as documentações econômicas que fornecem, os bancos de emissão e os grandes bancos, os institutos, que estudam a conjuntura, a Organização das Nações Unidas, o Bureau Internacional do Trabalho, as revistas econômicas, os institutos internacionais e nacionais, etc.

2.º) Com o que já foi exposto, verificamos que a Economia se processa no terreno onde predomina a **ordem dinâmica da intensidade,** e que, portanto, são mais difíceis as experiências no sentido que conhecemos na Física, por exemplo. Tal não impede que empresários realizem em seus estabelecimentos inovações técnicas, que fornecem dados preciosos aos economistas, bem como ainda algumas experiências feitas nas organizações do Estado. Certas colônias socialistas, como as que se verificam na Palestina, e as colectividades fundadas na América, oferecem dados importantíssimos.

Os seguros sociais, as leis trabalhistas e sua aplicação, também são valiosas pelas informações que ministram.

Como a Economia é essencialmente social, deve tomar-se em consideração as reacções individuais e psíquicas que se observam.

A **estatística** fornece dados de grande valor, embora tenha os seus limites. Os recenseamentos, quando feitos criteriosamente, fornecem elementos importantes, que vão servir ao economista para seus estudos. Os tratados comerciais, os movimentos dos preços, seus índices estabelecidos, são também elementos de grande valor.

As monografias dos diversos autores, os estudos sôbre factos particularizados e localizados, os inquéritos, as informações das associações profissionais, todos êstes elementos são de grande valia para o conhecimento dos factos econômicos.

CONHECIMENTO (Teoria do) — Vide **Teoria do Conhecimento.**

Coniectura (lat.) = **conjectura.**

Coniuntivo (it.) = **conjuntivo.**

Conjonctif (fr.) = **conjuntivo.**

CONJUGAÇÃO — (Do latim **cum** e **jungere,** jungir com, junto).

a) Na Gramática, as inflexões do verbo.

b) Na Biologia, a união do macho e da fêmea, planta ou anîmal.

c) Na Lógica, junção dos têrmos extremos do silogismo pelo têrmo médio; junção de coisas dissemelhantes, segundo as suas características comuns ou sua analogia.

d) Na Ética, conjugação dos pares de paixões: amor e ódio, etc. Também sinônimos de **conexo.**

e) Na Metafísica, empregado por Aristóteles para indicar os pares de opostos nos corpos simples: sêco e quente, etc.

Conjunctive (ing.) = **conjuntivo.**

CONJUNTIVO — a) Em Lógica, chamam-se silogismos conjuntivos aquêles em que a maior é de tal modo composta, que encerra, totalmente, a conclusão. Assim o são os silogismos hipotéticos, disjuntivos e copulativos.

b) Emprega-se, também, o têrmo **conjuntivo,** e seu oposto **disjuntivo,** para referir-se à adição lógica, segundo são considerados os têrmos que se juntam como passíveis de ter elementos comuns, ou, ao contrário, de elementos que se excluem.

CONJUNTO — O que está junto com, contíguo, pegado, próximo.

a) O conjunto é uma totalidade, que pode ser uma simples juxtaposição de partes, como pode dar surgimento a uma nova forma estructural e funcional própria.

b) Chamam-se juízos de conjunto aquêles que são uma síntese da predominância homogênea, virtualizando os aspectos heterogêneos; ou seja, com a valorização apenas do que é uniforme, dominante.

Connaissance (fr.) = **conhecimento.**

Connaître (fr.) = **conhecer.**

Connatio (lat.) = **conação, ou verdade lógica perfeita.**

Connotation (fr. e ing.) = **connotação.**

Conoscere (it.) = **conhecer.**

Conoscibilità (it.) = **cognoscibilidade.**

Conoscimento (it.) = **conhecimento.**

CONOTAÇÃO — a) Em Lógica, conjunto das notas constitutivas da essência de um conceito.

b) Êste têrmo é sinônimo de **intenção** e **compreensão,** embora tenha provocado várias controvérsias sôbre seu alcance.

Os logísticos preferem chamar **intensão** (de intensidade).

c) J. S. Mill identifica **conotação** com **significação** e **sentido,** e nêle inclui menos que **compreensão.**

COPRESENÇA — Do latim **cum** e **praesentia,** estar presente com. É a coexistência de dois ou mais entes, que coexistem. Assim, na consciência, a presença de dois pensamentos, ou no mundo físico.

Lavoisier e sua espôsa

Georg Wilhelm Friedrich Hegel

Benedictus de Spinoza

Jean Jacques Rousseau

Friedrich Wilhelm Schelling

Conscience (fr. e ing.) = **consciência.**

CONSCIÊNCIA — No sentido mais universal, a palavra significa aquêle fenômeno, que é característico da vida mental, em oposição ao estado simples do ser infra-mental. A **consciência** é o producto específico da actividade do espírito. Como o espírito, tomado como todo, é actividade, e nunca deixa de ser activo, a consciência é um estado permanente do espírito, produzido por êle mesmo, e qualificativo do ser espiritual, tomado como grau metafísico.

Nos sêres humanos, onde as preferências do espírito são reduzidas às manifestações de uma **vida mental,** a consciência é o fruto ocasional de actos psíquicos que acontecem com interrupções. Não é, portanto, uma qualidade permanente do processo de vida humano. Como identificar, então, a consciência, quando ela ocorre em nós? Ladd diz: o que estamos, quando despertados, em contraste com o que estamos quando caímos num sono profundo e sem sonhos, isso é consciência. Subjectivamente, a consciência significa uma intuição (mais ou menos completa, mais ou menos clara, que o espírito tem dos seus estados e de seus actos. Essa definição pode ser considerada idêntica à anterior ou mais restrita do que essa. Não é possível, neste caso, precisar os têrmos, nem reduzir o problema a elementos mais simples, por tratar-se de um facto mais elementar e irreductível do mundo fenomênico. Hamilton diz a êsse respeito: «A consciência pode ser definida». É bem possível que saibamos nós mesmos perfeitamente o que a consciência é, mas estamos incapacitados de comunicar aos outros, de maneira precisa, uma definição do que nós compreendemos claramente. A razão é simples: a consciência acha-se na raiz de todo o conhecimento.

As peculiares condições, que caracterizam a consciência, alcançada pelo espírito **humano,** ainda deixam aberta a questão de se o espírito chega a ter consciência de tudo o que constitue êle mesmo, ou se há, em um sujeito, fenômenos psíquicos inconscientes, e igualmente, se o estado de consciência actual implica ou não a intuição do sujeito como substância, malgrado não faltem, em ambas alternativas, afirmações decididas, a favor de uma ou de outra hipótese.

Em meio das dificuldades quase intransponíveis de introduzir, na descripção do fenômeno de consciência, conceitos simples e precisos, é vantajoso de, pelo menos, poder estabelecer uma distinção, que à primeira vista só parece dar conta de um equívoco no uso do têrmo, porém que conduz, implìcitamente, a uma melhor apreciação do acto psíquico em foco. Nos têrmos dessa distinção, consciência significa 1) o próprio pensamento, sem considerar ainda a distinção entre o facto consciente e o facto de que é consciente, o que é designado pelo têrmo clássico de **consciência espontânea,** que, no entanto, foi criticado com boas razões (Lalande) e substituído pelo têrmo mais acertado de

consciência primitiva; e 2) o estado subjectivo, produzido pelo acto de conhecimento e como que separado do objecto, em virtude de uma reflexão, o que se chama **consciência reflexiva.** Mas ainda êste último sentido é susceptível de duas especificações diferentes, que se referem uma à outra, como subjectiva e objectiva. No primeiro caso, considera-se o que ainda resta no sujeito, após a diferenciação reflexiva; considera-se a sua actividade própria, a virtualidade de operações novas, o que pode produzir ainda, as leis segundo as quais se desenvolve, as reservas de potencial pensante, que podem levar a progressos ulteriores do conhecimento: **consciência subjectiva.** No segundo caso, considera-se o conhecimento actual do objecto, na posse mais completa que podíamos alcançar dêle por meio dessa diferenciação reflexiva de oposição e análise (por exemplo, na clareza das nossas percepções, na precisão dos princípios do nosso pensamento raciocinante, etc.) e é neste sentido que se fala, ordinàriamente, de um **espírito consciente: consciência objectiva.**

Kant, Schopenhauer e outros usam a palavra «consciência» **(Bewusstsein)** como sinônimo de **conhecimento imediato,** implicando, dêste modo, a convicção de que a nossa percepção imediata das coisas exteriores lhes atribui o carácter de realidade indubitável, da mesma forma como a consciência nos leva à intuição de nossa própria realidade. Outros, sem considerar se a doutrina assim expressa é correcta ou não, condenam êste uso do têrmo **consciência,** porque reivindica, fraudulentamente, uma qualidade da consciência, a sua certeza indiscutível, para outros fenômenos gnosiológicos, deixando, porém, de atribuir-lhes, aberta e expressamente, essa suposta qualidade.

Por outro lado, há outros, que não só distinguem formalmente entre a **percepção imediata** e a **consciência,** mas excluem completamente a percepção sensível do campo de aplicação do têrmo **consciência.** Mas êste emprêgo da palavra geralmente também é considerado abusivo. Se há uma diferença entre conhecimento e consciência, então só pode ser essa que a consciência representa um conhecimento intuitivo ou instintivo, e participa, por isso, do carácter positivo e imediato de cada intuição. Com essa acepção também se resolve, fàcilmente, a controvérsia sôbre se a consciência inclui ou não a idéia da **certeza.** O carácter intuitivo lhe fornece o fundamento próximo da certeza, sem, porém, inclui-la formalmente.

CONSCIÊNCIA (Classificação na Psicologia) — Na psicologia clássica, distinguiam-se dois modos ou graus da consciência:

a) **a consciência espontânea** — a consciência directa, imediata;

b) **a consciência reflexiva** — de **re** e **flectere,** voltar para trás — mediata, retôrno do espírito sôbre as idéias, as representações mentais. É a consciência dirigida para as idéias.

Assim temos uma divisão quanto ao vector de consciência. Mas a consciência é gradativa; apresenta uma infinidade de graus.

Acentuava William James que as naturezas geralmente emotivas, muito acessíveis aos movimentos afectivos, podem caracterizar-se, em linhas gerais, por um mais alto grau e por um campo mais estreito de consciência, que os não-emotivos.

Reduzindo-se a extensidade, aumenta-se a intensidade, eis uma lei que registramos em todo o existir tempo-espacial.

O facto de sempre necessitar o homem um campo mais amplo de actividade, levou-o a dispersar mais a sua consciência atencional.

CONSCIÊNCIA E INCONSCIÊNCIA — Desde tempos remotos, quando se iniciaram os primeiros passos no estudo da Psicologia ainda não especulativa nem sistemática, já compreendiam os sábios de então que havia na vida psicológica muito de obscuro, muito de inexplicável. Descartes (1595-1650) reconhecia que há pensamentos espontâneos, que não deixam recordação, como os que se processam freqüentemente na infância, e os que se sucedem no decorrer do sonho.

Foi com Leibnitz que o «infinitamente» pequeno penetrou na Psicologia, assim como na Filosofia e na Ciência. Dizia: «Há mil sinais que fazem julgar que em todo o momento existe em nós uma infinidade de percepções, mas sem **apercepção** e sem reflexão, quer dizer, mudanças na própria alma, das quais não nos damos conta, porque as impressões, ou são demasiado pequenas, e em grande número, ou demasiado unidas. De forma que não têm nada que nos permita distinguí-las separadamente; mas juntas a outras não deixam de exercer seu efeito e fazer-se sentir, pelo menos confusamente, no conjunto.» E dava, como exemplo, uma floresta à distância, em que não vemos as folhas de cada árvore, nem os galhos de cada árvore, mas temos uma **visão de «conjunto».** Dessa forma, a visão seria formada de pequenas impressões não **apercebidas,** ou seja, cuja percepção não era isoladamente consciente, mas que, no todo, davam uma apercepção de conjunto.

Muitos são os psicólogos que negam a existência de fenômenos psicológicos inconscientes, pois alegam que, sendo a consciência própria do pensamento, o que não é consciência deixa de ser psicológico. Admitem fenômenos fisiológicos inconscientes, mas consideram absurda a aceitação de fenômenos psicológicos inconscientes, pois seria uma contradição em têrmos.

Êste argumento decorre das seguintes razões: um fenômeno psicológico torna-se conhecido de nós através da consciência, pois não há um conhecimento sem consciência. Esta a razão que nos leva a crer que a consciência é da essência do psicológico.

Conseqüentemente, aceita-se que o consciente é da essência do pensamento. Mas se admitirmos que a consciência não é a essência do pensamento, mas da sua apreensão, os fenômenos psicológicos inconscientes são compreensíveis. Outra objecção proposta é a de que não podemos examinar êsses fenômenos psicológicos

inconscientes, por serem incognoscíveis, visto serem inconscientes. A consciência não pode apreender o que lhe escapa, portanto o conhecimento se torna impossível, visto o conhecimento implicar a consciência.

Devemos compreender que podemos conhecer os efeitos dos fenômenos que se manifestam em nós, e por êles se torna possível construir uma noção do que os produz. Ora, nós aceitamos a existência do que não conhecemos directamente, como admitimos a existência da outra face da lua, embora não a possamos ver. Não podemos conhecer directamente a vida psicológica de uma pessoa, mas podemos conhecê-la por suas manifestações, por seus gestos, embora não tenhamos dela essa ciência que só nos daria o conhecimento directo. Certos efeitos psicológicos nos levam a aceitar a existência de uma vida inconsciente. E somos levados a tal pela gradação que notamos na vida consciente. Há mais consciência e menos consciência. Factos passados e esquecidos tornam a ser lembrados, inclusive até aquêles que passaram inconscientemente para nós.

A Patologia ensina-nos que em certos neuróticos e psicóticos há estreitamento do campo visual e da consciência, o que não lhes permite um conhecimento muito dilatado, sendo, em regra, restringidos na sua acção, e visualizam apenas aspectos, enquanto outros, perceptíveis a um homem normal, escapam-lhe totalmente. Na atenção, há desatenção ao que não nos interessa, o que nos mostra que a consciência não é intensivamente igual, apresentando gradação. Entretanto, o que desatendemos exerce também sua influência na consciência, embora nos pareça pequena, sobretudo nas vivências de **antipatia** e **simpatia,** nas vivências afectivas.

A psicologia patológica, cujos progressos nesses últimos cinqüenta anos foram extraordinários, oferece factos, exemplos, em favor da teoria do inconsciente, com os trabalhos de Freud, Jung, Adler, Richet, Janet e muitos outros.

Retornando aos argumentos de Leibnitz, que dá como exemplo o ruído do mar, composto de milhares de ruídos «infinitamente» pequenos, isoladamente imperceptíveis, dizem os críticos da teoria do inconsciente que, se assim fôsse, não se poderia conhecer o todo. Ora, não é possível que não sendo conhecida a parte se possa conhecer o todo; pois dado um número «infinitamente» grande de zeros de consciência êstes nunca podem formar uma consciência.

Êste argumento não procede, porque, na realidade, o nosso conhecimento do todo não é formado pelo conhecimento das partes. E não procede, ainda, porque o «infinitamente» pequeno é ontològicamente falso, por impossível.

Examinemos: Em todo conhecimento há uma selecção; fixamos nossa atenção, por exemplo, visualmente, em algo, mas desprezamos, por isso mesmo, o que o contorna. Se queremos observar bem o livro que temos à nossa

frente, concentramos o olhar, damos certa tensão ao mesmo. observamos-lhe os contornos, e, em cada uma dessas operações de exploração pelo livro, observamos que quando fixamos um dos seus aspectos, os outros estão como esfumados, como obscuros. As vibrações luminosas não são visualizadas como partes, mas como um todo, pois há vibrações que nos escapam à visão, enquanto outras, desde que atinjam uma determinada intensidade, passam a ser percebidas.

Sucedeu com Leibnitz o que parecia mais racional em face do «infinitamente» pequeno. Sempre vamos notar na Filosofia duas tendências marcantes: uma. a mais numerosa, que procura explicar tudo, reduzindo a algo homogêneo, único, simples; outra, a menos numerosa, no Ocidente sobretudo, que procura explicar tudo heterogêneamente, aceitando uma espécie de pluralismo, isto é, admitindo múltiplos elementos qualitativos, formadores das coisas. Leibnitz procura explicar o todo pela parte, considerando êste como uma espécie de soma das partes componentes, como o apresenta a matemática, mas que a vida teima em não aceitar, pois um corpo humano, não é apenas a soma de suas partes, um conjunto de braços, pernas, órgãos, mas forma, na sua totalidade, um quê de diferente, de novo.

Além disso, os factos nos comprovam exuberantemente a opinião por nós aceita. Há um exemplo famoso, dado por Stuart Mill, que muito nos auxilia: se um pêso de 100 grs. é capaz de romper certo fio, não vamos julgar que 10 grs. sejam capazes de romper apenas um décimo do fio. Há, realmente, uma tensão maior do fio, com êsse pêso, tensão que cresce à proporção que aumenta o pêso, só se verificando a ruptura quando do acrescentamento dos 100 grs.

Uma análise dos factos da vida nos mostra, patentemente, quando penetra e intervém o inconsciente no que fazemos. Um pianista, por exemplo, ao executar um trecho de música, não é consciente de cada um dos seus movimentos. Um operário, no seu mister, realiza actos dos quais não tem consciência, mas que formam o contexto de suas operações. O artista, ao realizar uma obra de arte, nem sempre pensa em cada um dos seus actos, nem dêles tem consciência, pois muitas vêzes, na obra criadora, não penetra nenhum traço de consciência. Muitas das nossas associações de idéias se processam sem que se perceba nenhum traço de consciência.

Não podemos conscientemente prestar atenção a cada palavra de uma frase, nem do que lemos. Muitas escapam ao consciente, embora tenhamos uma noção geral consciente.

Em suma, praticamos muitos actos inconscientemente, sem que dêles guardemos qualquer recordação e muitas vêzes estranhamos que nos assinalem um gesto ou um mover de nosso rosto, dos quais não tínhamos a menor consciência. Nas afeições, sobretudo na simpatia e na antipatia, há muito de inconsciente, como também nos nossos hábitos, nos

sonhos, nos desvarios, além das inúmeras distrações que conhecemos, sem a participação de qualquer acção da consciência, sem que **saibamos** o que fazemos.

* * *

A psicologia patológica veio acrescentar inúmeras provas em prol da teoria do inconsciente, tais como as anestesias nos casos de histeria, que não têm qualquer fundamento constitucional, e são apenas de carácter psíquico. Outro facto já citado é o que se refere às diversas personalidades que evidenciam certos doentes mentais, não guardando a menor consciência do que praticam nesses estados diversos. A actividade do inconsciente é imensa. Pierre Janet, o espiritista Myers, e muitos outros, estudaram inúmeros casos de fenômenos inconscientes, que mostram uma grande riqueza de execução. Esta a razão porque a psicologia em profundidade procura estudar êste campo imensamente grande. Os trabalhos de Freud, Jung, Steckel e seus discípulos, têm contribuído para enriquecer a teoria do inconsciente, e hoje são poucos os psicólogos que não o admitem.

* * *

É por isso a inconsciência um problema para a Psicologia.

Alguns psicólogos negam-na totalmente. Entre os modernos filósofos, Sartre afirma «que a única maneira de existir para a consciência é de ter consciência que existe»... «a consciência é o ser da consciência». Aceita Sartre, porém, um desconhecimento. «Tôda consciência não é conhecimento. Há consciências afectivas, por exemplo... êsse ciúme, eu o **sou**, e não o conheço.»

O argumento fundamental de todos os que se colocam numa posição **negativa** é o seguinte: ser inconsciente, o não ter consciência, é privação total de consciência. Nesse caso, nunca poderia tornar-se consciente.

A outra posição, a **afirmativa**, funda-se na experiência. São factos que levam os psicólogos a construírem e a aceitarem a existência de um psiquismo inconsciente.

No entanto, se nos colocarmos dentro de um falso formalismo lógico, teríamos de negar tôda e qualquer passagem do inconsciente para o consciente. Mas nossos actos nos revelam muitos motivos inconscientes, e a psicologia em profundidade já reuniu número suficiente de factos para comprová-los.

Há exemplos simples, mas decisivos. O do moleiro que diz não ouvir o rumor do moinho enquanto dorme, mas que se acorda se êle pára de rodar. O do homem que dorme sem ouvir o tique-taque do relógio, mas se êsse parar, imediatamente se acorda.

As experiências de memória inconscientes são famosas e muitas práticas espíritas são explicadas por elas. Há casos espantosos, como o que é citado por Johannet, em «Souvenirs sur H. Bergson», (cit. por Foulquié) sôbre uma sessão de mesa, em que apareceu um texto ininteligível para todos os presentes. Quis Bergson que se

conservasse a passagem. Apesar das tentativas de traducção, tudo fôra inútil. Finalmente, um sinólogo, ao examiná-las, declarou que era de Confúcio, aliás um texto bem conhecido do grande filósofo. Foi então que um dos presentes declarou que, há anos atrás, havia manuseado uma gramática chinesa, e nela havia o texto de Confúcio, como se pôde verificar depois.

Há, também, nos factos de associações de idéias exemplos extraordinários: associações complexas, puramente inconscientes, como também os factos de actividade criadora do espírito. Quantos problemas são resolúveis sùbitamente e nêles se vê uma longa cadeia de factos e de idéias. Há músicos famosos, como Mozart, que relatam ter ouvido tôda uma composição num segundo de inspiração, em que a obra surge sem que houvesse um trabalho prévio (consciente, certamente) de coordenação.

Henri Poincaré conta em seu livro «Science et Méthode» uma série de experiências dêsse gênero, tanto dêle como de matemáticos conhecidos. Essas iluminações súbitas revelam um longo trabalho de preparação, que escapa totalmente ao consciente.

Há ainda factos afectivos, antipatias ou simpatias, que são sempre puramente inconscientes. E a caracterologia em seus estudos actuais nos mostra que são sempre bem fundados.

CONSCIÊNCIA EPIFENOMENAL (Teoria da) — Vide **Epifenômeno.**

CONSCIENCIAL — Vide **Consciencialismo.**

CONSCIENCIALISMO — Significa a consciência apenas sem a presença de elementos éticos. Ausência do **consciencioso.**

Têrmo muito usado na psicologia moderna.

CONSCIÊNCIA MORAL — Propriedade do espírito humano de articular juízos normativos, espontâneos e imediatos, sôbre o valor moral de certos actos individuais determinados. — Quando se aplica a actos executados no passado, o respectivo agente experimenta os sentidos de prazer (satisfação), ou de dor (remorso), conforme um acto foi de acôrdo ou não com o ditame da moral. Quando se refere a actos futuros, a consciência assume a função de uma voz que proibe ou comanda.

O fenômeno psíquico, que chamamos **consciência,** sem dúvida existia já em estados remotos do desenvolvimento da humanidade, e não obstante o seu reconhecimento intelectual só gradualmente chegou a actualizar-se. Os têrmos grego e latino **syndéresis,** e **«conscientia»** significam literalmente «saber com», e ainda se pode observar a sua progressiva aceitação de um sentido ético. No Novo Testamento, o têrmo **syndéresis** é muitas vêzes usado, não só no sentido de **consciência** (conhecimento) dos próprios estados e actos, mas com o matiz ético de **consciência do valor moral** dos homens. Assim **syndéresis** pode ser considerado o legítimo antecedente da nossa «consciência». Mas, a noção da consciência moral já se tinha articulado até um

certo grau em Aristóteles, só que êle a designou com o têrmo **phronesis**, traduzido muitas vêzes por **prudência.** A importância que os Estóicos davam à razão em geral e ao carácter racional da lei moral, em particular, redundou na exigência imperiosa para o indivíduo de levar sempre, clara e conscientemente, na mente, os princípios e aplicações da moral. Assim, o sábio estóico é compenetrado da consciência do seu próprio valor moral. Mas, essa moral não tem outro princípio do que a própria razão.

A escolástica elaborou o conceito da moral no sentido em que ainda é familiar a nós, que se baseia na convicção de que a lei moral é revelada, e mesmo inculcada por Deus na alma humana. no intuito de regular a conducta prática. Nos moldes dessa doutrina, a consciência foi interpretada como uma potência intelectiva, que julga actos individuais, subsumindo-os sob regras gerais de conducta. A ciência da **casuística,** então, tomou a si a tarefa de determinar para cada acto humano, quer actualizado, quer possível, qual é a regra ou as regras que proferem a sua valoração moral. A consciência das regras universalmente obrigatórias foi chamada com o nome de «**Syndéresis**»; e a consciência da classificação de um acto individual, sob uma determinada regra, foi chamada «**conscientia**».

Essa distinção se tornou até hoje um instrumento indispensável da ciência moral, porém a terminologia mudou: o têrmo **Syndéresis** desapareceu por completo. Consciência ou reune os conceitos escolásticos de **Syndéresis** e **conscientia,** ou até se limita ao sentido de **Syndéresis,** tornando-se a expressão **juízo moral** o têrmo técnico mais comum para designar a aplicação de uma regra geral a um caso particular. Para os moralistas ingleses, a faculdade moral é geralmente concebida de maneira diferente da escolástica, como acusa o têrmo «**moral sense**», introduzido por Shaftesbury. A «conscience», conseqüêntemente, deixa de significar a faculdade moral, e toma o sentido de «um princípio no homem, pelo qual **(by which)** êle aprove ou desaprove o seu coração, temperamento e acções» (Butler). Às vêzes «**conscience**» se limita ao sentido de «consciência de más acções», com exclusão das boas.

Em Kant, a consciência é identificada com o princípio último da «razão prática», e como tal distinta dos juízos morais particulares. Tem — segundo êle — um carácter objectivo, quer dizer, a consciência não pode ser educada, embora admita que possa haver dúvida e êrro sôbre se algo é um dever ou não. Mas «educação de consciência» pode significar muita coisa, entre outras um desenvolvimento da consciência de uma «raiz dada», e, neste sentido, ainda diz bem com o carácter de «objectividade». Mill, Spencer e outros insistem no desenvolvimento gradual da consciência individual, sob a influência do meio, e a Sociologia tende a revogar a consciência para si como uma magnitude de ordem sociológica. Quanto à constituição intrínseca da consciência, os moralistas ingleses geralmente opinam que aquela é precedi-

da por uma resposta emocional e activa às condições do meio na forma de uma variedade de sentimentos morais e quase-morais, e que o acesso do elemento racional e reflexivo caracteriza só a última fase, que promove a formulação de um princípio racional. Essa doutrina explica, satisfactòriamente, as divergências históricas, regionais e individuais, que há na formação de juízos morais. Contudo, a influência social no desenvolvimento da consciência exerce só nos estados primários êsse domínio absoluto, sendo superada nos estados posteriores, em virtude da penetração racional da vida moral.

De maneira igual, o acto psíquico constitui o juízo moral, genèricamente considerado, oferece o mesmo aspecto complexo entre os elementos emocionais e racionais, e não há nenhum consenso quanto à prioridade de um dêstes elementos sôbre o outro. De um lado, M. Bernés define a consciência como a «propriedade que tem o espírito humano de sentir o valor moral e de tomar êste sentimento explícito por meio de juízos normativos». Também Max Scheler e muitos outros atribuem a apreensão dos valôres morais à região dos **sentimentos puros,** e aquêle distingue ainda um outro acto emocional, que êle chama acto de preferência e de repugnância (**Vorziehen und Nachsetzen**), que procede a intuição dos graus dos valôres e de sua ordem entre si. — Em oposição a essas teorias modernas e antigas, parece espelhar uma psicologia obsoleta a opinião de M. Lachelier, quando diz que «é próprio da consciência aprovar ou censurar, surgindo o prazer e a dor só após o juízo moral».

Ao passo que a consciência, em sua acepção cristã, que em grandes traços também é a da filosofia tradicional, sempre foi considerada o que há de mais subjectivo e pessoal em todo o mundo de fenômenos, a filosofia existencial de Martin Heidegger, em nossos dias, desenvolveu uma concepção radicalmente diferente da consciência, que faz dela uma magnitude de mera dignidade ontológica. Segundo êle, a consciência moral não tem nada de subjectivo, mas sim um fundamento puramente existencial. Não é mais nem menos do que a voz da angústia, enquanto característica do ser. Não há boa nem má consciência; pelo menos não tem sentido falar assim. A consciência da falta (**Schuldbewusstsein**), que é inseparável da consciência moral (**Gewissen**), não é o resultado de uma má conducta: é apenas a encarnação do carácter finito e desamparado da própria **existência.**

Crítica: A **eticidade** é o carácter do que é ético, no sentido próprio do têrmo, como **moralidade,** do que é moral, também em tal sentido.

Dos actos que realiza o homem, chamam-se propriamente humanos os que êle executa com o conhecimento de sua causa, bem como os que realiza livremente. O acto realizado sob um impulso meramente animal não é um acto humano, pois êste, para ser tal, deve ser livre, dentro, naturalmente, dos limites da nossa liberdade, que é imperfeita.

O acto moral é um acto humano e, portanto, exige a liberdade e esta implica uma escolha. O acto moral é o resultado de uma escolha, um acto escolhido. O que dá forma ao acto moral é a **intenção.**

Mas nossos actos, em geral, são movidos por múltiplas intenções, de aspectos qualitativos diferentes.

Os actos morais implicam, portanto, a vontade, êsse poder de determinar segundo a intervenção da razão. Esta não é o impulso cego, mas sim o poder de executar algo após o exame racional. Ademais, a vontade é o poder de determinar livremente. A possibilidade de o homem poder visualizar diversos aspectos e escolher entre êles, afasta-o da cega necessidade, pois pode mobilizar poderes latentes para dar uma direcção escolhida, nos seus actos. Tal afastar-se da necessidade meramente física não anula uma razão suficiente dos seus actos. Êles têm um «por que». A vontade pode dirigir as tendências diversas, as diversas possibilidades para uma direcção escolhida.

A vontade e a liberdade implicam a consciência. Etimològicamente, êste têrmo significa um **saber com,** com-partilhado, um testemunho em suma. A consciência é a intuição que o espírito tem de si mesmo e de seus estados. Na Ética, toma-se ainda o têrmo consciência para significar a faculdade de proceder juízos sôbre o valor dos actos humanos. Consideraram alguns esta consciência como uma metáfora apenas. Mas, na verdade, a Psicologia nos mostra que não o é, podendo alcançar, em alguns casos, tamanha realidade, que leva a muitos a estados alucinatórios, que têm servido de tema à literatura.

A consciência, psicològicamente, é uma intuição, e ela pode apresentar-se de dois modos: consciência espontânea e consciência reflectida. A primeira é a consciência em sua simplicidade, enquanto, na segunda, há a observação, a reflexão sôbre o acto consciencial.

A consciência moral implica a captação do valor.

Pela consciência moral, o espírito humano julga o valor de certos actos individuais determinados. Essa consciência não é outra que a consciência psicológica, mas leva em si juízos normativos, juízos de valor, por meio dos quais ela pode estabelecer o que é mister fazer para alcançar um valor ético mais elevado.

A consciência pode manifestar-se antes do acto, durante êle, e após a sua realização.

A consciência é a faculdade de realizar juízos de valor. Não há pròpriamente, como muito bem o mostrava Tomás de Aquino, separação entre a consciência moral e a consciência. Aquela é esta quando reage ante o bem e o mal, ante o èticamente positivo ou negativo. Essa consciência não é só afectiva, como verificamos no arrependimento, no remorso, na vergonha, etc., mas, também, intelectual, pois compara, escolhe, julga.

Contudo, nunca se deve esquecer um elemento fundamental

da consciência moral, que é a vontade. Tomás de Aquino nos apresenta a vontade como o apetite de bem racional; ou seja, dos valôres racionais, o que a distingue do apetite meramente sensível.

Os sentimentos morais estão ligados a tendências superiores.

Surge a consciência moral como um problema para a Filosofia, pois não só exige resposta quanto à sua natureza e valor.

Diversas têm sido as teorias formuladas para responder a tais problemas.

Para uns, o sentido moral é inato (**inatista**). Se não se manifesta na criança desde início, é inegável que nela surge sem necessidade de uma aprendizagem prévia. Há um «instinto moral», como o dizia Rousseau. Nas manifestações do **ludus** infantil de regras, verificamos, fàcilmente, que a criança estabelece normas éticas que, bem verificadas, são imanentes ao **ludus** e perfeitamente adequadas a êle.

Para os **inatistas**, a consciência moral é infalível. Podem a nossa educação e os nossos interêsses nos desviarem da verdadeira rota, mas sentimos quando erramos, que podemos, com justiça, julgar a nós mesmos, quando sós ante nós mesmos.

Essa concepção rousseauniana, não é, contudo, aceita por todos os inatistas, pois há entre êles divergências, embora de pouca monta, mas dignas de registro. Para uns, como Scheler, a consciência moral é uma faculdade de natureza afectiva, enquanto, para outros, como Dugald-Stewart, ela é dùplicemente afectiva e intelectual, pois há um juízo e, após, um sentimento, julga-se e sente-se o que foi objecto de juízo.

Se o homem é capaz de ter uma consciência moral, esta é, de certo modo, inata nêle, pois é nêle, e não em outros animais, que nós a conhecemos.

Outra teoria que se oferece é a do **empirismo.**

A posição puramente empirista afirma não haver diferença essencial entre o homem e o animal. A consciência moral é, portanto, de qualquer forma, adquirida, como o são as outras faculdades. A consciência moral é, assim, producto de um longo hábito, tomado êste têrmo em sentido psicológico.

As principais afirmativas dessa teoria são as seguintes:

A consciência moral reduz-se, afinal, à faculdade de sentir, transformada pela experiência. Por outro lado, não pode ela nos dar um conhecimento do valor das coisas.

O que actualiza, e é positivo nesta teoria, é que a educação exerce um papel importante na modelação da consciência moral, mas daí reduzi-la a um mero producto da experiência seria atribuir também aos animais a possibilidade de um senso moral. Por outro lado, é uma tese já demonstrada de modo suficiente que, para que algo sofra uma experiência, e essa tenha a possibilidade de modelar de certo modo quem passa por ela, é mister que haja, por quem a sofre, uma apti-

dão para sofrer a marca da experiência.

Para que essa fôsse capaz de provocar a consciência moral, impõe-se, prèviamente, uma emergência para ela, pois, do contrário, nada poderia fazer.

Na teoria empirista, podemos salientar a posição dos associacionistas, representada por Stuart Mill, para a qual a consciência moral se explicaria pelas meras associações surgidas na experiência. Tal teoria seria válida se pudéssemos educar os animais, também, por associações, de modo a vê-los praticar actos morais, o que não se dá.

Para os **evolucionistas,** não tinha o homem, de início, qualquer noção de moral. Esta é adquirida através de sua evolução, transmitindo, posteriormente, aos seus descendentes, as suas acquisições. O mesmo argumento, que se opôs ao associacionismo, pode-se opor ao evolucionismo, pois o animal, neste caso, também seria passível de manifestar actos morais.

Ter-se-á de qualquer modo de admitir que o homem é **diferente** e, há, nêle, aptidão a adquirir ou a construir uma consciência moral. Algo, portanto, é dado com antecedência. E é êsse algo que nos cabe descobrir.

A escola sociológica de Durkheim, à semelhança do pensamento de Spencer, afirma que é na sociedade que o homem adquire a noção da moral. Tais princípios são dados pela educação e não são transmitidos hereditàriamente. É a sociedade que fala em nós, quando o indivíduo fala, eis uma afirmativa dessa teoria.

Há nessa teoria certa positividade, pois há inegàvelmente uma influência social, como também há uma positividade no evolucionismo, pois as idéias morais podem sofrer, e de certo modo sofrem, uma evolução, mas no aspecto variante, tanto numa como noutra posição.

Admitir-se uma consciência colectiva, separada ou à parte das consciências individuais, é uma tese um tanto perigosa, embora se tenha de reconhecer que há, no individual, o social, referindo-se aos indivíduos humanos, pois, de certo modo, somos colectivos, e nosso eu não é puramente individual. Ademais, há choques e oposições entre o indivíduo e a colectividade, e seria um absurdo, ante os actuais conhecimentos da psicologia, querer transformar a consciência individual num simples reflexo da consciência colectiva.

A terceira posição é a **racionalista,** para a qual a consciência é congênita ao homem, e a consciência moral é a própria razão, pois esta é especulativa ao captar relações de semelhança, de diferença, de igualdade, de causalidade, de implicação lógica, e é moral ao julgar do valor dos actos, da sua conveniência, da sua execução ou não, segundo o bem e o mal. Esta é, pròpriamente, a razão prática ou consciência moral.

A consciência moral é a pròpria razão ao realizar juízos de valor ético. Portanto, sua raiz está na razão, e esta não pode ser explicada meramente pela empíria.

Conscient (fr.) = **consciente.**

Consciente — O que tem **consciência.**

Conscientia (lat.) = **consciência.**

Conscienza (it.) = **consciência.**

Conscious (ing.) = **consciente.**

Consciousness (ing.) = **consciência.**

CONSECUÇÃO — a) Em seu sentido etimológico significa o acto de conseguir, **conseguimento.**

b) Empregado, também, para indicar o espaço que decorre entre duas conjunções da lua (Astronomia).

c) No sentido mais comum, significa sucessão imediata, um têrmo consecutivo a outro.

d) Também empregado para designar os hábitos empíricos da inteligência e da actividade.

Consécution (fr.) = **consecução.**

Consécutive (fr.) = **consecutivo.**

CONSECUTIVO — a) Emprega-se no sentido de **consecução.**

b) Usado na Psicologia para indicar a persistência alucinatória de uma sensação, quando o excitante, que a provocou, não actua mais.

c) Emprega-se, também, para certos fenômenos da visão, consecutivos à desaparição de uma sensação, porque apresentam o carácter do negativo. Assim, o branco é substituído pelo negro, e as côres, pelas suas complementares. Lalande propõe que, nesse sentido, se empregue o têrmo **imagem consecutiva.**

Conseguenza (it.) = **conseqüência.**

CONSENSUS — (Lat.) significa **consentimento.**

a) Empregado na expressão **consensus gentium,** significa o acôrdo popular. Indica um critério de verdade aceito universalmente pelo povo ou por um povo como suficientemente verdadeiro.

b) Também empregado para indicar a cooperação e a interdependência das partes do organismo.

c) No sentido de **consensus omnium,** o acôrdo de todos a determinadas proposições, é considerada como prova de sua verdade. Usado neste sentido por Aristóteles e Cícero.

CONSENSUS GENTIUM — Vide **Consensus.**

CONSENSUS OMNIUM — Vide **Consensus.**

Consent (ing.) = **consentimento.**

Consentement (fr.) = **consentimento.**

CONSENTIMENTO — a) Genèricamente significa **assentimento.**

b) Empregado também no sentido de **consensus** (vide).

c) Acto de vontade, pelo qual se declara não opor-se a uma acção determinada, tomada por outro. O têrmo é comumente empregado neste sentido.

CONSENTIMENTO (Simpatia) — Vide **Simpatia.**

Consequence (ing.) = **conseqüência.**

Conséquence (fr.) = **conseqüência.**

Consequence (ing.) = **conseqüência.**

CONSEQÜÊNCIA — Não quer apenas dizer uma **consecução** (vide) no sentido de sucessão imediata, mas que há uma implicação do posterior ao anterior. Assim se pode falar de uma conseqüência ontológica, quando o nexo é ontológico, e **lógico,** se está ela conexionada às premissas, como conclusão legítima de um raciocínio. A conseqüência é **imediata,** quando tem um têrmo comum com a hipótese. Assim se dois ângulos são opostos pelo vértice, são iguais. É **mediata,** quando há diferença entre os seus dois têrmos, «se a terra é imóvel o sol dá voltas».

Numa proposição hipotética, as suas duas partes são chamadas, também, de antecedentes e conseqüentes. Vide **antecedente.**

Consequens (lat.) = **conseqüência.**

Conséquent (fr.) = **conseqüente.**

Consequent (ing.) = **conseqüente.**

Consequente (it.) = **conseqüente.**

CONSEQÜENTE — a) Como substantivo corresponde a antecedente.

c) Como adjectivo, diz-se do que tem **conseqüência.**

c) Em Lógica, um raciocínio é **conseqüente** se obedece as regras lógicas.

Consequentia (lat.) = **conseqüência.**

Consequenza (it.) = **conseqüência.**

Consistance (fr.) = **consistência.**

CONSISTÊNCIA — (Do latim **cum** e **sistere,** estar com).

a) Ontològicamente, pode-se dizer que a **consistência** é a sistência com, em que um ser tem a sua sistência fundada na essência, ou na natureza. (Vide **sistência**).

b) Em Lógica, diz-se do pensamento firmemente lógico de uma doutrina ou de um argumento.

Carácter do que tem solidez, e é independente de circunstâncias accidentais, revelando possuir qualidades de permanência e objectividade.

O têrmo **consistência** tem, para a Filosofia, um grande valor, embora pouco usado em sentido ontológico. A **sistência** é o fundamento das coisas. **Sistere** significa, em latim, o que **está sob,** o **sustentáculo** de alguma coisa, daí o têrmo **consistência** ter o emprêgo geral do que **tem base,** fundamento, solidez.

Na Ontologia, todo o ser tem uma **sistência,** mas tem **consistência** aquêle que se funda em algo; isto é, tem um sustentá-

culo no que o constitui. Vide a crítica ao artigo **sistência.**

Consistency (ing.) = **consistência.**

Consistenza (it.) = **consistência.**

CONSISTIR — Vide **Consistência.**

Consommation (fr.) = **consumação.**

CONSONÂNCIA — Etimològicamente, o que **soa com,** sinônimo de **conformidade.** O contrário é **dissonância.** Pode-se falar em consonâncias sociais e doutrinárias e, também, **resonâncias,** isto é, quando alguma atitude ou opinião **ressoa;** ou seja, provoca uma **atitude** qualquer em outros.

CONSTÂNCIA — Vide **cardiais (Virtudes).**

CONSTANTE — Usa-se êste têrmo, em Matemática, para distinguir-se de **variável.** Genèricamente, emprega-se êste têrmo para indicar permanência continuada.

Constantif (fr.) = **constativo.**

CONSTATIVO — Costuma-se opor **constatar** a **apreciar.** No primeiro, há apenas a verificação de um facto; daí um **juízo constativo** ser um **juízo de existência,** enquanto **apreciar** implica uma valoração.

CONSTELAÇÃO — (Do latim **cum** e **stella,** estrêla).

a) Na Astronomia, é o nome que se dá aos grupos de estrêlas, que formam diferentes figuras, que se distinguem por nomes especiais.

b) Na Psic., é o agrupamento ou a disposição de idéias que decorrem da actuação das leis da associação e também das tendências que operam, segundo essas mesmas leis, as quais determinam o curso real das idéias.

c) Na Psicanálise, grupo de idéias com conteúdo emotivo, que não foram comprimidas.

d) Em nosso «Teoria Geral das Tensões», conjunto de totalidades tensionais, que funcionam segundo uma norma dada pela **totalidade.**

CONSTITUTIVO — **Constituir** significa que a base é a parte essencial de alguma coisa, daí **constitutivo** é o que constitui alguma coisa

Significa, também, dar constituição, organização. Constituir uma sociedade. Também firmar, olhar, fundamentar, constitui a sua **certeza.**

Constitutivo é usado por Kant. Vide **Regulador.**

Constraint (ing.) = **constrangimento.**

CONSTRUCÇÃO — (Do latim **construere,** construir).

a) Construir é dar estructura, edificar, e **construcção** é acção de construir. Tem êsse vocábulo um aspecto dinâmico e um sentido arquitetônico, material, como a construcção de um prédio; e mental, como a construcção de um sistema ideológico; social, como a construcção e reconstrucção de um país.

b) **Construcção** também é o resultado do acto de construir, que é o construído.

c) O contrário de construcção é destruição e significa **decompor,** anular um valor, aniquilar uma totalidade.

d) Na Filosofia, empregado para referir-se ao processo mental que consiste em edificar com várias idéias uma totalidade unitária e harmônica.

e) Empregado, também, para indicar a deducção que se faz com um princípio ou de alguns princípios de um conjunto de idéias ordenadas, formando uma totalidade.

CONSTRUÍDO — Vide **Construcção.**

CONSTRUIR — Acção de realizar uma **construcção** (vide).

Construire (fr. e it.) = **construir.**

Construiren (al.) = **construir.**

Consuetudo (lat.) — Vide **Hábito.**

Consuetudo secunda natura est (loc. lat.) = O hábito é uma segunda natureza. (Frase de Sto Agostinho, contra Juliano).

CONSUMAÇÃO — a) Em Economia, significa não pròpriamente a utilização das riquezas, mas a sua destruição.

b) Acto de consumar, de ultimar, de determinar, de concluir. Assim a **consumação dos séculos:** o fim do mundo. A **consumação do matrimônio:** a ultimação do matrimônio.

CONSUMO (na Economia) — Consumo é a aplicação dos bens na satisfação das necessidades, com o desaparecimento destas. Há bens, cuja destruição é imediata, como os alimentos, enquanto outros têm, pelo uso, um desgaste mais lento, como os vestuários. Há, também, o consumo de bens que são empregados para produzir outros. Quanto ao modo de se realizar êsse consumo, pode-se estabelecer que os bens podem oferecer um **máximo proveito** ou não. Chama-se o consumo de **anti-econômico** no primeiro caso, quando são desperdiçadas utilidades, isto é, não aproveitadas.

Consumption (ing. e al.) = **consumação, consumo.**

Contact (fr. e ing.) = **contacto.**

CONTACTO — Relação de dois corpos que se tocam. Sensações de contacto são as que constituem o conjunto das sensações do tacto, que, pròpriamente, não são nem musculares, nem térmicas, nem sensitivas. Vide **Proximidade.**

CONTÁGIO — a) Difusão, num grupo social, de uma **sugestão,** que produz a imitação mais ou menos geral numa espécie de conducta. Também a difusão de uma manifestação emotiva em todo grupo.

b) **Contágio mental,** patológico, consiste numa propagação de uma ilusão ou transtôrno mental, funcional em todo um grupo, ou de um indivíduo para indivíduo.

CONTÁGIO MENTAL — Vide **Contágio.**

Contagion mentale (fr.) = **contágio mental.**

Contagione mentale (it.) = **contágio mental.**

CONTAMINAR — a) Significa, pròpriamente, manchar, viciar, corromper, contagiar uma doença.

b) Na Filosofia, emprega-se no sentido do contacto entre naturezas diversas, que se misturam, reagindo uma sôbre as outras.

Contamination (fr. e ing.) = **contaminação.**

Contaminazione (it.) = **contaminação.**

Contatto (it.) = **contacto.**

CONTEMPLAÇÃO — Do latim **contemplare** — de **cum** e **templum.** Esta última palavra é de origem obscura, mas significa um lugar limitado, circunscrito, consagrado. Daí a palavra **templo.**

a) Contemplar significa olhar atentamente, considerar com acuidade, examinar diligentemente.

b) Passou para a Filosofia para indicar a atitude contemplativa, muito usada na Mística, a qual é a que toma alguém que mira um objecto real ou ideal, no intuito de conhecê-lo teòricamente em sua verdade, ou de poder admirar a sua bondade, a sua beleza. Êste têrmo se opõe a **prático,** a poético. Por isso, Aristóteles distinguia **to theorein,** de **to plattein** e do **to poiein;** o primeiro é o contemplar, o segundo corresponde à atitude prática, e o terceiro à atitude poética ou criadora. Assim se pode distinguir uma vida contemplativa de uma vida prática e de uma vida poética.

c) Na Mística, a **contemplatio** é o meio de conhecer as coisas na sua própria individualidade, o que corresponde à intuição da **haecceitas,** da singularidade das coisas, tão explorada, actualmente, pelos existencialistas. Para os místicos, havia três graus ou estágios do conhecimento, que eram os seguintes: primeiro a **cogitatio,** a cogitação, o raciocínio; a segunda, a **meditatio,** a meditação sôbre as relações, sôbre a classificação, ordenação das idéias, e o mais alto era a **contemplatio,** que era a captação da concreção, porque captava a verdade na sua onticidade, dividida em três operações: **a lectio,** captação do tema; a **meditatio,** meditação sôbre o tema e **oratio,** discurso sôbre êle.

d) Modernamente, o têrmo contemplação é empregado para referir-se à direcção do espírito absorvido no objecto de seu pensamento, de tal modo que afasta tôdas as outras coisas.

Contemplatio (lat.) = **contemplação.**

Contemplation (ing., fr. e al.) = **contemplação.**

Contemplazione (it.) = **contemplação.**

Content (ing.) = **conteúdo.**

Contentio (lat.) = **contenção.**

Contenu (fr.) = **conteúdo.**

Contenuto (it.) = **conteúdo.**

Contesto (it.) = **contexto.**

CONTEÚDO — a) Em seu sentido etimológico é o que está incluído num recipiente.

b) Na Psic., emprega-se para referir-se aos componentes de qualquer totalidade complexa. Assim se pode falar num **conteúdo** da consciência, a qual consiste na totalidade das experiências do indivíduo, num determinado momento; ou seja, os componentes da experiência.

c) Na «Teoria do Conhecimento», nas operações mentais, podem-se distinguir uma forma e uma matéria. A forma é o esquema universal de que o pensamento participa, e a matéria é o seu conteúdo; ou seja, as determinações particulares, que dão um carácter de **concreção** a esta forma.

d) Na Lógica, emprega-se o têrmo **conteúdo** para referir-se à **compreensão** de um **conceito.** Vide **Compreensão.**

CONTEÚDO DA CONSCIÊNCIA — Vide **Conteúdo.**

CONTEÚDO DO PENSAMENTO — Vide **Conteúdo.**

Context (ing.) = **contexto.**

Contexte (fr.) = **contexto.**

CONTEXTO — a) Conjunto de idéias de uma obra escrita, a contextura da obra, a composição, o encadeamento da parte discursiva. Daí falar-se na unidade do **contexto,** têrmo usado jurìdicamente.

Com êste têrmo, quer-se referir ao encadeamento das idéias.

b) Emprega-se, também, para referir-se ao conjunto das circunstâncias, que se ordenam em tôrno de um facto.

CONTIGÜIDADE — a) Diz-se do que tem proximidade imediata, **contacto.**

b) Tipo de **associação,** distinguida por Aristóteles, a qual consiste em que os estados de consciência, que coexistiram no tempo, ou simultânea ou sucessivamente, são associados um pelo outro, quando um ou outro surgem à consciência. Assim se pode falar numa **contigüidade** no tempo e de uma **contigüidade** no espaço. Para alguns associacionistas, as outras duas formas de associação reduzem-se a esta. Vide **Associação.**

Contiguità (it.) = **contigüidade.**

Contiguité (fr.) = **contigüidade.**

Contiguity (ing.) = **contigüidade.**

CONTINÊNCIA — Vide **Incontinência.**

CONTINGÊNCIA — Vide **Necessidade.**

Contingency (ing.) = **contingência.**

CONTINGENTISMO — Posição filosófica, fundamentalmente falsa, que afirma que só há entes contingentes, e nenhum ente absolutamente necessário, senão relativamente. Vide **Necessário.**

Contingenz (al.) = **contingência.**

Contingenza (it.) = **contingência.**

CONTINUIDADE — É a ligação não interrompida das partes

de um todo. Também se refere à série não interrompida. Diz-se que há **solução de continuidade,** quando há uma interrupção. O conceito, assim, significa o que é **ininterrupto,** sem intervalos, sem separações.

Diz-se que um corpo é **contínuo,** quando as suas partes não são separadas umas das outras. Diz-se que um tempo é contínuo, quando não é interrompido em sua duração.

Uma grandeza é contínua, quando ela surge ao nosso espírito como um todo, não sendo composta actualmente de elementos distintos.

Êste têrmo é empregado em tôdas as ciências sempre com a significação de **ininterrupção.**

O contrário de contínuo é **descontínuo,** e também **discreto.**

Continuité (fr.) = **continuidade.**

Continuo, -ità (it.) = **continuidade.**

Continuous, -ity (ing.) = **continuidade.**

Continuum, -itas (lat.) = **continuidade.**

CONTINUUM (sensorius) — Diz-se da unidade de um campo sensório singular, ou visual, ou táctil, ou auditivo, ou da total experiência sensorial de um indivíduo.

CONTRACÇÃO (de um gênero ou espécie) — De **contrair,** apertar, estreitar, escolher, adquirir. Têrmo escolástico, que significa a aplicação de um gênero a algumas espécies, ou de uma espécie a alguns indivíduos.

Contractio (lat.) = **contracção.**

CONTRACTO — a) Do verbo **contrair,** que significa apertar, estreitar, escolher, adquirir, tomar sôbre-si, assumir. Daí **contracto** ser uma promessa aceita, um acôrdo, pelo qual uma ou mais pessoas se obrigam para com outra ou outras a dar, a fazer, ou a não fazer alguma coisa.

b) Jurìdicamente, contracto é acôrdo pelo qual duas ou mais pessoas transferem, entre si, algum direito ou se sujeitam a alguma obrigação.

O contracto é **unilateral** ou **gratuito,** quando uma parte promete e a outra aceita. É **bilateral** ou **oneroso,** quando as partes transferem alguns direitos e mùtuamente os aceitam (Definições jurídicas). O contracto é **comutativo,** quando a coisa, que cada uma das partes se obriga a dar ou fazer, equivale à que tem que receber. O contracto é **aleatório,** quando a vantagem a receber é ùnicamente provável e incerta.

CONTRACTO SOCIAL — (Vide **contracto**). É o acordo tácito e expresso entre o governante e os governados. A concepção de Rousseau «Do Contracto Social» ou «Pacto Social» supõe que a própria ordem política é originada por um contracto, pelo qual os cidadãos fazem o Estado depositário de suas vontades individuais, fundindo-as numa vontade geral.

CONTRADIÇÃO — a) É a acção de afirmar algo contrário ao anteriormente afirmado. A contradição dá-se na oposição do sim e do não. E consiste na relação que existe entre a afirmação e a negação da presença de um atributo na mesma coisa, no mesmo tempo, e sob a mesma espécie.

A oposição, que há, é a de **presença** e a de **privação.** Por haver-se esquecido êste aspecto fundamental da contradição, é êste têrmo tão mal empregado na filosofia moderna, porque, na verdade, há contradição, quando, simultâneamente, se afirma a presença e a ausência de um atributo, na mesma coisa e ao mesmo tempo. Assim há contradição quando se diz que, simultâneamente, A é B ou A não é B: ou seja, quando se afirma a presença do atributo B, e ao mesmo tempo a sua ausência em A. Só há realmente contradição, quando um atributo afirmado como presente e como ausente, é dado como simultâneo, pois se se afirma ora a presença, ora a ausência, não há pròpriamente contradição.

b) Quando se diz que uma proposição é verdadeira, e ao mesmo tempo que ela é falsa, há contradição. Na Lógica, entre as oposições, a contraditória é aquela que existe entre a universal afirmativa e a particular negativa, e entre a universal negativa e a particular afirmativa, desde que estas proposições tenham os mesmos têrmos. Assim, quando se diz «todos os homens são mortais» e «alguns homens não são mortais», há contradição.

Há sempre contradição num têrmo, numa proposição, quando os elementos são incompatíveis, contraditórios.

c) Há, também, contradição no estado de espírito que afirma contradições e, também, no acto de contradizer **(espírito de contradição).**

d) Filosòficamente, deve-se evitar a confusão entre contradição e contrário, a fim de que êste têrmo tenha um sentido unívoco para evitar equívocos. Temos outros termos para significar outros aspectos, razão pela qual devemos empregar êste sempre no sentido que acima dissemos.

Contradictio (lat.) = **contradição.**

Contradictio in adjecto — Vide **in adjecto.**

Contradiction (fr. e al.) = **contradição.**

Contradictoire (fr.) = **contraditório.**

Contradictorish (al.) = **contraditório.**

Contradictorius (lat.) = **contraditório.**

Contradictory (ing.) = **contraditório.**

CONTRADITÓRIO — a) Carácter do que revela **contradição.**

b) Também o que se contradiz (um homem contraditório).

Contradittorio (it.) = **contraditório.**

Contradizione (it.) = **contradição.**

CONTRA-HÁBITO — a) O hábito, cuja finalidade consiste em evitar a aquisição ou a perduração de um outro contrário. Assim, a aquisição de um hábito não prejudicial, para evitar a tendência a um hábito que oferece riscos à pessoa.

b) Victor Egger chama de **contra-hábito** ao fenômeno que consiste no facto de algumas impressões, por ex., sonoras, que são suportadas cada vez menos à medida que se repetem, às quais, em vez de se tornarem suportáveis, tornam-se cada vez mais dolorosas ou irritantes. Êste aumento de dor ou de irritação é, para êle, contudo, mórbido; o normal é o inverso.

Contrainte (fr.) = **constrangimento.**

Contraire (fr.) = **contrário.**

CONTRAPOSIÇÃO — Na Lógica, espécie de **dedução imediata,** que consiste na permutação dos têrmos de uma proposição ou de uma inferência ao negá-los: assim de «todo **S** é **P**», deduz-se «todo **não P** é **não S**». Também «se **A** é verdadeiro, **B** é verdadeiro», deduzem alguns lógicos «se **B** é falso **A** é falso», o que nem sempre é procedente. Vide **Condição** e **Condicional (juízo).**

Conträr (al.) = **contrário.**

CONTRARIEDADE — a) Na Lógica, qualidade dos juízos, que são contrários, os quais diferem por sua qualidade: afirmativo e negativo; por sua quantidade extensiva universal: afirmativo e universal negativo. Vide **Contrários.**

b) — Na Psicologia, há contrariedade nas atitudes mentais contrapostas entre o aceitar a tese e a antítese, separadas pela dúvida; entre o prazer e a dor, entre o querer algo e querer o seu contrário.

Referente à vontade, a **contrariedade** é o que se opõe ao cumprimento de suas resoluções e, afectivamente, significa as oposições, as aspirações e as esperanças humanas.

CONTRÁRIO — Diz-se do que é contra, do que se opõe.

a) Na Lógica, o contrário é uma espécie de oposição, que se revela entre dois conceitos que fazem parte do mesmo gênero, e que diferem o máximo possível entre si.

Assim se diz que o universal afirmativo e o universal negativo são contrários. Ambos não podem ser verdadeiros, mas podem ser ambos falsos. Alguns filósofos confundem **contrário (contrariedade)** com **contraditório,** o que se deve evitar. Vide **Contraditório.**

b) Emprega-se, também, o têrmo para indicar movimentos em sentidos opostos, e também conceitos qualitativamente diferentes, cuja oposição é fàcilmente intuída, como quente e frio, alto e baixo.

CONTRARIUS (lat.) = **contrário.**

Contrary (ing.) = **contrário.**

CONTRAST (ing.) = **contraste.**

CONTRASTE — Do latim **contrastare**, o que se coloca opostamente a...

Relação complementária à semelhança, que consiste no estado de dois objectos de pensamento simultâneos ou sucessivos, nos quais as semelhanças diminuem, de maneira a formar uma **oposição.** Na verdade, não há entre os sêres oposições absolutas, senão relativas à espécie ou à qualidade em que são tomados. Por isso se, no contraste, há oposição sob um aspecto formal ou accidental, há outros de semelhança, sob outros aspectos. **Associação por contraste** um dos três tipos de associação distinguidos por Aristóteles. Vide **Associação de idéias.**

CONTRASTO (it.) = **contraste.**

CONTRAT (fr.) = **contracto.**

CONTRATTO (it.) = **contracto.**

CONTRE-HABITUDE (fr.) = **contra-hábito.**

CONTRIBUIÇÃO — Contribuir é concorrer com algo para a realização de uma coisa.

a) **Contribuição** é o acto respectivo. Assim se pode falar na contribuição dos factôres para a realização de um efeito.

b) Sociològicamente, é o que dá alguém para o bem de outrem ou para o bem comum. Na administração pública, manifesta-se pela forma de impostos, directos ou indirectos, etc.

CONTROLAR — a) Têrmo de origem francesa, já incorporado definitivamente na linguagem filosófica, que significa verificar, coleccionar.

b) Por extensão, emprega-se para indicar que uma asserção é exacta, ou que algo é feito como o devera ser.

c) Emprega-se, também, no sentido de exercer um certo domínio, uma certa direcção sôbre outros ou sôbre coisas.

CONTRÔLER (fr.) = **registrar, examinar.**

CONTROVÉRSIA — Debate sôbre assuntos intelectuais em geral, no qual há impugnação dos argumentos apresentados. A locução adverbial: **sem controvérsia** significa **incontestàvelmente.**

CONTROVERTIDO — Diz-se do que é controverso, do que é posto em dúvida, do que tem sido impugnado, discutido, contestado, questionado. Vide **Controvérsia.**

CONVENÇÃO — a) Diz-se do acto de **convir,** de **venire cum,** vir com, de acordar-se, ajustar-se, acomodar-se, coincidir com, concordar com alguém sôbre alguma coisa.

b) Êste pode ser o realizado entre vários sujeitos que, reunidos, convêm em algo sôbre algo, **convencionam** algo a ser feito.

c) Também significa o resultado do acto de **convenção,** o que ficou **convencionado.**

CONVENANCE (fr.) = **conveniência.**

CONVENCIONAL — a) O que supõe convenção, o que existe em virtude de uma convenção.

b) O que é geralmente admitido. Vide **Convenção.**

CONVENCIONALISMO — a) Diz-se de tôda doutrina que aceita uma verdade **a priori,** ou aceita a verdade de proposições lógicas demonstráveis por meios puramente lógicos.

b) Emprega-se, também, para indicar uma **convenção** ou que tem carácter de convenção.

c) Poincaré considerava que a escolha dos axiomas era meramente **convencional.**

CONVENENZA (it.) = **conveniência.**

CONVENIÊNCIA — Vem do lat. **cum** e **venire,** vir. Diz-se que é **conveniente,** o que convém, o que coincide, o que concorda, o que entra em ajuste. Daí o que é adequado, acomodado às circunstâncias, o que é **decente.**

CONVENIENTE — Do lat. **conveniens,** que significa o que é digno de ser seguido, o que concorda, se ajusta, é adequado. Diz-se que há **conveniência,** quando, numa realidade ou actividade, se encontram valôres que não se impõem como necessários, mas que são suficientemente persuasivos. Nas eleições da vontade, encontramos sempre a presença de conveniências ou inconveniências. E quase sempre a vontade toma o partido que julga mais **conveniente** ou concluente, ou mais vantajoso, ou menos desvantajoso, ou menos inconveniente, segundo os graus de atractividade ou de repulsividade, que possam apresentar.

CONVENIENZ (al.) = **conveniência.**

CONVENIENZA (it.) = vide **conveniência.**

CONVENTION (ing. e fr.) = **convenção.**

CONVENTIONALISME (fr.) = **convencionalismo.**

CONVENZIONALISMO (it.) = **convencionalismo.**

CONVENZIONE (it.) = **convenção.**

CONVERGENCE (fr.) = **convergência.**

CONVERGÊNCIA — Convergir significa dirigir-se para um ponto comum. Assim se diz que dois caminhos convergem... Conseqüentemente, o que se dirige para um ponto comum é o **convergente,** e convergência, o facto ou o acto de convergir. Dêste modo, êste têrmo tem uma grande aplicação em todo o campo da Ciência e da Filosofia. Assim, em Física, pode-se falar em convergência na esfera-físico-química, como as vibrações ondulatórias e as reacções de equilíbrio, e na esfera biológica, psicológica, social, nas tendências vitais das diversas doutrinas, pontos de vista, etc.

O contrário de **convergência** é a **divergência,** ou a oposição de tais movimentos, podendo surgir colisões entre os opostos divergentes.

CONVERGENCY (ing.) = **convergência.**

CONVERGENTES — Vide **convergência.**

CONVERGENZ (al.) = **convergência.**

CONVERGENZA (it.) = **convergência.**

CONVERSÃO — a) Diz-se conversão a acção de fazer um movimento de volta. Também quando se emprega no sentido de transformar, quando se diz que uma coisa se transforma em outra. Êste têrmo é muito usado na Filosofia para indicar a mudança nas atitudes de uma pessoa, nas suas estructuras formais, as mudanças religiosas, da irreligiosidade para a religião (como **conversão de pagãos**) ou de um tipo de religiosidade para outro (**converter-se ao protestantismo,** ao **catolicismo,** etc.).

b) Na Lógica, chama-se **conversão** a que se processa de uma proposição para outra.

Tomando um juízo categórico **S é P,** vejamos as variações que pode sofrer. Essas variações são relativas à quantidade e à qualidade ou à posição dos têrmos, quer sôbre a posição da cópula, quer sôbre qualquer combinação dessas espécies de mutações.

1) Quanto aos têrmos S e P, segundo a quantidade ou a extensão, temos: **Todo S é P** ou **algum S é P.** O segundo é subordinado ao primeiro e podemos, portanto, concluí-lo por **subordinação.**

2) Mudança na posição dos têrmos: o atributo torna-se sujeito e o sujeito toma o lugar do atributo (predicado). É o que se chama **conversão:** «Nenhum S é P. Nenhum P é S». Conclui-se **por conversão simples.**

3) Pode-se realizar uma combinação dos dois casos anteriores; ou seja, mudança de quantidade e conversão. É a chamada **conversão accidental:** «Todo S é P; portanto, algum P é S.»

4) Mudança na qualidade dos têrmos: um têrmo positivo torna-se negativo ou recìprocamente, sem modificação da cópula. É a chamada **contraposição.**

Conclui-se sob esta forma de uma maneira universal, quando as duas noções são eqüivalentes: «Todo S é P; portanto, todo não-S é não-P.» É mister haver eqüivalência entre S e P, pois, do contrário, a contraposição não é regular.

Assim, quando se diz: «Todo homem é animal racional; logo, tudo que não é animal racional é não-homem», é verdadeiro porque homem é eqüivalente a animal racional. Contudo, nestes juízos: «Todo mineral é corpo; portanto, tudo o que não é mineral é não corpo», é falso, porque, na extensão, corpo pode incluir mais que **mineral,** pois, nos juízos afirmativos, o predicado está tomado particularmente.

5) Combinação do segundo e do quarto caso; ou seja, conversão e contraposição de têrmos: «Todo S é P; portanto, todo não-P é não-S.» «Todo chumbo é metal; portanto, todo não metal é não-chumbo.»

6) Quanto à cópula, pode mudar a qualidade. Assim um juízo afirmativo pode tornar-se negativo ou recìprocamente. É uma **contraposição** que afecta o verbo. Ex.: «Algum S é P; portanto, algum S não é P.» Mas, note-se que é mister que o predi-

cado seja afirmado **sòmente** e **apenas** em parte. Porque se dizemos; «Alguns homens são mortais; portanto, alguns homens não são mortais» é falso, porque ao afirmarmos que «alguns homens são mortais», não afirmamos que apenas e sòmente alguns homens são mortais, pois, ao dizermos que «alguns são P», não negamos ainda que os restantes também não sejam P. É mister, pois, que o predicado seja única e exclusivamente atribuído à parte.

7) Combinação do segundo e sexto caso. Conversão e contraposição da cópula. Assim «algum S é P; portanto, algum P não é S.» Neste caso, também é mister obedecer à regra do caso anterior.

8) Combinação do quarto e do sexto caso: contraposição dos têrmos e da cópula. «Todo S é P; portanto, todo P não é não-S», ou «nenhum S não é não-P». Ex.: «Todo metal é corpo; portanto, nenhum corpo é não-metal.»

9) Combinação do segundo, do quarto e do sexto casos: conversão acompanhada de contraposição nos têrmos e na cópula. Assim: «Todo S é P; portanto, topo não-P não é S» ou «algum não-P é S». «Todo chumbo é metal, todo não-metal não é chumbo, ou algum não-metal não é chumbo.

10) Combinação do terceiro, do quarto e do sexto casos: conversão accidental com contraposição dos têrmos e da cópula. Assim: «Todo S é P; portanto, algum não-P não é S.» A conclusão, neste caso, é a mesma do caso precedente, com a diferença que, neste, é ela particular em vez de ser universal: «Todo chumbo é metal; portanto, algum não-metal não é chumbo.»

Examinemos agora as conclusões que podem ser tiradas de um juízo universal afirmativo, de um juízo universal negativo, de um juízo particular afirmativo ou negativo.

Tomemos o juízo: «Todo S é P». Como nos juízos afirmativos o predicado é tomado particularmente, ao dizermos «todo S é P», dizemos que S é uma espécie de P. «Todo chumbo é metal», dizemos que chumbo é uma espécie de metal. Considerando-se assim, poderíamos dizer «Todo S é algum P», ou seja «Todo chumbo é algum metal.» Poderíamos concluir, portanto:

a) **por subordinação:** «algum chumbo é metal». Estamos aqui obedecendo à famosa regra: **dicto de omni...**, o que se diz de todos (como totalidade de partes) diz-se das partes;

b) **por conversão accidental:** «algum P é S, algum metal é chumbo»;

c) por conversão accidental e contraposição da cópula: «algum P não é S., (algum metal não é chumbo)». Esta conclusão obedece às regras, pois o predicado do juízo afirmativo é tomado particularmente, salvo quando os têrmos são eqüivalentes. Neste caso, se os têrmos fôssem eqüivalentes, a conclusão seria falsa. Assim: «todo homem é animal racional; portanto, algum animal racional não é homem» é falso, porque os têrmos são eqüivalen-

tes. Deve-se, pois, cuidar de examinar bem o valor real das noções dos têrmos do juízo.

d) Por conversão simples e contraposição dos têrmos «todo não-P é não-S» (algum não-metal é não-chumbo)».

e) Por conversão accidental e contraposição dos têrmos: «algum não-P é não-S» (algum não-metal é não-metal).

Tomemos agora o juízo: «**Todo S é todo P**». Daí concluímos:

a) por conversão simples: Todo P é S, pois de «todo homem é (todo) animal racional», podemos concluir: «todo animal racional é homem». Essas conversões só se realizam nas definições, porque estas devem ser eqüivalentes (ou eqüipolentes), pois devem dizer apenas o definido e nada mais que o definido. Essa a razão por que se deve ter o máximo cuidado nessas conversões. Antes de realizá-las, deve-se examinar cuidadosamente a eqüivalência dos têrmos.

b) Por contraposição dos têrmos «todo não-S é não-P». Só há validez quando os têrmos são eqüivalentes, pois num juízo como êste: «todo animal carniceiro é mamífero», daí não se segue que «todo não-animal carniceiro é não-mamífero», porque há mamíferos que não são carniceiros. Assim: «todo não-chumbo é não-metal», não é verdadeiro porque o ferro é não-chumbo e é metal.

c) Por subordinação e contraposição dos têrmos: «algum não-S é não-P», «algum não-chumbo é não-metal». É uma conclusão universal do caso precedente. Dêste modo se vê que tôdas as conclusões tiradas do juízo universal por subordinação se aplicam igualmente ao juízo universal por eqüivalência, exceptuando a terceira, que é só negativa. Assim o juízo: «tudo o que é animal racional é homem», pode concluir que «tudo o que é homem é animal racional», «alguns animais racionais são homens», «tudo quando não é animal racional não é homem», «tudo o que é não-homem não é animal racional», «algumas coisas que não são animais racionais não são homens.» As conclusões válidas, em ambos casos, são **necessárias** e correspondem à forma do juízo universal; as outras são **possíveis**, ou não são exatas, senão num ou noutro caso, segundo se componha o juízo de noções eqüivalentes ou de noções subordinadas. Quatro são necessárias (**vi formae** = por fôrça da forma), quatro são apenas possíveis (**vi materiae** = por fôrça da matéria).

Vejamos agora o juízo **Nenhum S é P.** Daí concluímos:

a) Por conversão simples: «nenhum P é S.» De «nenhum vegetal é mineral», concluímos «nenhum mineral é vegetal». É que nos juízos universais negativos o predicado é tomado universalmente, e está universalmente fora do sujeito.

b) Por subordinação: «algum S não é P. «Algum vegetal não é mineral», conclui-se: «algum mineral não é vegetal.»

c) Por conversão accidental: «algum P não é S», é a conseqüência da primeira conclusão.

d) Por subordinação e contraposição do sujeito e da cópula· «algum não-S é P» (alguma coisa que não é vegetal é metal). O juízo negativo contém, portanto, também, um juízo afirmativo, mas a negação é, então, transportada num dos têrmos. Assim, a negação é apenas relativa. S não é negativo senão em relação a P, e P em relação a S; um e outro são positivos em si mesmos e supõem ainda outras coisas positivas; de onde se segue que algumas das coisas que S não é devem ser P. O têrmo não-S abarca o indefinido, ou envolve tudo quanto é, menos S. Ora, nesse indefinido encontra-se, também, o têrmo P.

e) Por conversão accidental e contraposição dos têrmos e da cópula: «Algum não-P é S», (algum não mineral é corpo) é indefinido e abarca tudo, menos P. Nesse conjunto de objectos, está compreendido, entre outros, o têrmo S. Tal é o sentido da proposição.

Do juízo **Algum S é P,** concluímos:

a) Por conversão simples: «algum P é S.»

b) Por conversão accidental: «todo P é S.»

c) Por conversão accidental e contraposição do predicado» algum não P é S.»

d) Por subordinação e contraposição dos têrmos: «algum S é não-P.»

e) Por contraposição dos têrmos: «algum não-S é não-P.» Conclusão geral precedente.

Do juízo «**Algum S é algum P**», concluímos:

a) por conversão e contraposição da cópula: «algum P não é S.»

b) Por contraposição do sujeito: «algum não S é P.»

c) Por conversão e contraposição dos dois têrmos: «algum não-P é S.»

Do juízo «**Algum S não é P**», deduzimos:

a) por conversão simples e contraposição do predicado e da cópula: «algum não-P é S.»

A regra escolástica da conversão estabelece que os juízos da forma E e I **convertem-se simplesmente;** os juízos da forma A e E **convertem-se por accidente** e os juízos da forma A e O **convertem-se por contraposição.**

O verso latino correspondente é o seguinte:

Simpliciter fecit (EI) convertitur eva (EA) per accidens.

Asto (AO) per contrapositionem; sic fit conversio tota.

Hamilton propôs substituir estas regras dos escolásticos por por uma só, cujo enunciado é o seguinte: «tôda proposição bem determinada converte-se em seus próprios têrmos.» Assim, o sujeito e o predicado, tomados como todo ou como parte, devem conservar a mesma extensão após a conversão. Dêste modo, «todo P é todo S», converte-se em «todo S é todo P»; «algum S é todo

P», converte-se «em todo P é algum S»; «todo S é algum P» converte-se em «algum P é todo S.»

Contudo, a teoria de Hamilton não destrói a doutrina escolástica. E a razão é muito simples: aquela doutrina das conversões funda-se na **vi-formae,** na fôrça da forma, enquanto a de Hamilton funda-se na **vi-materiae,** na fôrça da matéria do juízo.

CONVERSE (ing.) = **recíproco.**

CONVERSIO (lat.) = **conversão.**

CONVERSION (fr. e ing.) = **conversão.**

CONVERSIONE (it.) = **conversão.**

CONVERSO = o que é convertido, mudado. Vide: **conversão.**

CONVICÇÃO — Do latim **cum** e **vincere,** vencer. Convicção é a certeza adquirida, em vista de factos ou razões, persuasão. **Pervicto** é o que foi persuadido.

a) Êste têrmo é usado juridicamente para significar o reconhecimento do próprio crime, por parte do réu, que a tal é levado, em vista das provas e dos testemunhos.

b) Na Filosofia, emprega-se no sentido de assentimento psicológico, dando a um juízo como tese, discordando, conseqüentemente, da sua antítese. O assentimento, sendo uma adesão da nossa mente a alguma coisa, apresenta graus, segundo o grau de adesão. Assim, uma adesão provável é a **opinião; convicção** é uma adesão em que há conhecimento, há persuasão suficiente para fortalecer esta adesão do espírito. Nêste sentido, a **convicção** é uma certeza firme, mas nem por isso quer dizer que seja fundada numa verdade. Daí falar-se nas **convicções humanas,** nas **convicções íntimas,** etc.

Deve-se distinguir no têrmo **convicção** o facto de convencer, ou ser convencido, e também o juízo pelo que se é convencido. Na **convicção,** a persuasão pode ser obtida por elementos emotivos, e muitas vêzes eivados de êrro. Daí confundir-se com a crença, com a **fides,** com a fé, no sentido comum.

Conviction (fr. e ing.) = **convicção.**

Convinzione (it.) = **convicção.**

CONVIVÊNCIA — Vide **Vivência.**

COOPERAÇÃO — Vide **Colaboração.**

COOPERACIONISMO — Posição sistemática que propugna pela aplicação das formas de cooperação de tôda espécie, como meio de resolver o problema social e assegurar aos homens uma vida mais cristã e de amparo mútuo. Vide **Cooperativismo** (uma forma cooperacionista).

COOPERATIVA — Grupo social organizado para atingir a um fim comum. Na ordem econômica é, freqüentemente, fundado entre consumidores ou productores de bens econômicos, que tenham a finalidade de alcançar um fim, que melhor beneficie os

membros que compõem êsse organismo.

As cooperativas são matéria de estudo das ciências econômicas.

A primeira grande experiência foi feita com a cooperativa de Rochedale, grande, sobretudo, sob o aspecto qualitativo e pelas normas instituídas, que continuam sendo as fundamentais do mais são **cooperativismo.**

COOPERATIVISMO — a) Sistema das cooperativas.

b) Também teoria política que pretende substituir a ordem da sociedade actual por uma ordem cooperativa, isto é, a que surgiria da constituição da sociedade que se fundaria em organismos cooperativos, aos quais competiriam, não só a actividade econômica, mas, de certo modo, a política no bom sentido do têrmo.

Análise: É hoje o cooperativismo um dos temas mais importantes da economia política, sobretudo porque as inúmeras experiências realizadas, os exemplos frutificados, a resistência de tantas fôrças reaccionárias ao seu desabrochamento (capitalismo monopolista, marxismo, socialismo autoritário, etc.) mostram sua positividade, e permitem que se conclua que, nas formas de cooperação e no cooperativismo, está-se realmente construindo alguma coisa de novo e de resultados que ultrapassarão as expectativas mais otimistas.

Procuram alguns economistas determinar a zona de acção do cooperativismo, isto é, dar-lhe um limite dentro dos factos econômicos. Reconhecem nêle apenas um campo de acção limitado, embora interprenetrando em outros campos econômicos. Todos êsses aspectos merecem estudos especiais, bem como as diversas formas de coperação, incluídas no título supremo de cooperativismo, como outras que lhe podem acompanhar. Por outro lado, o cooperativismo não é apenas um sistema econômico que se desabrocha, mas também uma verdadeira concepção do mundo e da sociedade, que permite o desenvolvimento de diversas teorias que abrangem tôda a vida social humana.

O cooperativismo, em suas primeiras manifestações, foi um verdadeiro producto da prática humana. Não o antecedeu pròpriamente nenhum estudo filosófico, não nasceu em gabinetes, nas elocubrações dos filósofos e sociólogos, mas na prática, na luta social. É uma doutrina, portanto, de origens genuìnamente práxicas. Só posteriormente compreenderam alguns economistas e sociólogos o alcance dessas experiências e puderam, então, justificá-las com o auxílio de factos da Sociologia, da História e das investigações filosóficas, como Kropotkine sobretudo, o verdadeiro filósofo do cooperativismo, que o justificou, de forma tão grandiosa, em seu grande trabalho «O Apoio Mútuo».

Já nos dias de hoje, ante a observação dos factos cooperativistas, cujo desenvolvimento em certos países é simplesmente empolgante, a construcção de doutrinas sociais, fundadas no cooperativismo desenvolve-se a ponto de se pregar abertamente, e não

mais com receios, de que o cooperativismo, como forma social, será o substituto natural do Capitalismo e do Socialismo autoritário, já malogrados em seus intentos e negados e refutados pela prática.

Enquanto o socialismo autoritário encontra na prática um desmentido categórico ao que formulou em teoria, o cooperativismo formula, na teoria, o que realizou na prática, porque, nêle, a prática antecede à teoria e não a teoria à prática, como no socialismo autoritário.

A administração pública, obstaculizada pela máquina emperrada do Estado, só pode ser devolvida ao povo através das formas de cooperação, e as promessas do socialismo autoritário tiveram, na prática, uma negação categórica, processando-se, em vez do perecimento lento do Estado, a agudização de sua fôrça, de seu monopólio de poder, até atingir o totalitarismo, que hoje conhecemos, sobretudo na Rússia.

Propõe-se ainda o cooperativismo, e a prática o confirma, conservar a liberdade pessoal, garantir o respeito à dignidade humana, valorizar o indivíduo ao mesmo tempo que coloca seus interêsses pessoais em benefício da colectividade.

As funções públicas, hoje em poder do mercantilismo e do Estado, poderão amanhã ser controladas e administradas pelas cooperativas, como já se verifica crescentemente em países supercivilizados, como a Suécia, Suíça, Dinamarca, etc.

É o cooperativismo uma prática que alcança aspectos dos mais amplos no campo social. Afirmam os cooperativistas que as leis, as greves, o voto podem oferecer mudanças de ordem econômica, mas estas serão apenas passageiras. Uma transformação profunda e permanente da sociedade só se pode dar através de uma lenta evolução, que se solidifica por seus benefícios imediatos. E essa transformação social só se pode dar através das formas cooperativas, porque, do contrário, marcharemos para uma catástrofe social.

É o cooperativismo, assim, não só uma prática econômica, mas também ética. E aí está sua grande fôrça. É que os cooperativistas vivem, na prática, o que pregam na teoria, enquanto outros vivem em teoria o que não realizam na prática. Já dizia Proudhon que os cristãos haviam vencido, quando da queda do império Romano, porque viveram cristâmente. Os socialistas autoritários não vivem socialistamente, mas autoritàriamente. A sua fôrça é apenas a do número e a da brutalidade, como a dos bárbaros ante o Império Romano. Se soubermos estudar bem as páginas da História, muito poderemos aproveitar em benefício de um futuro humano melhor, que a luta actual entre os desejosos de mando e de domínio põe em xeque.

COORDENAÇÃO — a) Significa dispor em certa ordem, organizar, arranjar; daí coordenação ser a acção que dispõe as coisas, segundo um método, uma ordem ou lei.

b) Na Lógica, é a relação de dois ou mais conceitos pertinen-

tes a uma mesma classe ou série, como se verifica nas classificações por ordem de generalidade. Os conceitos, que estão nesta situação, chamam-se **coordenados**.

Emprega-se, também, o têrmo coordenação para referir-se à ordenação geral de uma esfera do conhecimento. Assim pode-se falar em coordenação física, biológica, social, etc. Os vectôres, os elementos predisponentes de uma determinada circunstância ambiental, chamam-se, também, coordenadas ambientais, assim como, na geometria, as abcissas e ordenadas de um ponto, de uma linha, de uma superfície, chamam-se coordenadas. A física moderna usa muito êste têrmo ao falar das coordenadas cronotópicas, ou tempo-espaciais.

COORDENAR — Dispor de certa ordem. Vide **coordenação.**

Coordination (fr., al. e ing.) = **coordinação.**

Coordinazione (it.) = **coordenação.**

COPROLALIA — Uso mórbido de têrmos e palavras obscenas, de modo incontrolável, por pessoas que, normalmente, usam palavras decentes, quando estão tomadas num momento obsessivo-compulsivo. Comumente é usado nos instantes de crise.

CÓPULA — a) Pròpriamente ligação, junção.

b) União ou ajuntamento sexual.

c) Na Lógica, o verbo ser, que liga ou não o predicado ao sujeito. Na cópula, é que está a afirmação ou a negação do predicado.

d) Em Lógica, também se dá a tôda asserção que constitui pròpriamente o juízo. Corresponde ao papel do verbo, na proposição verbal.

Copulatif (fr.) = **copulativo.**

Copulativ (al.) = **copulativo.**

Copulative (ing.) = **copulativo.**

COPULATIVO — a) Juízo categórico, que possui diversos sujeitos e um só predicado, de maneira que afirma on nega êste predicado de cada um dos sujeitos.

b) Adjectivo que liga uma coisa com outra.

Copule (fr.) = **cópula.**

CORAÇÃO — Emprega-se êste têrmo raramente na Filosofia, para indicar a inteligência intuitiva, oposta ao entendimento, ao raciocínio discursivo. Em regra geral, é empregado para indicar as patências. Vide **pathência.**

CORAGEM — Vide **Virtudes Cardiais.**

Coraggio (it.) = **coragem.**

COROLÁRIO — a) Proposição imediatamente conseqüente a um teorema, derivada de outra.

b) Chamam-se, também, corolários as proposições de menor importância ou extensão, deduzidas de uma proposição principal.

Corollaire (fr.) = **corolário.**

Corollar (al.) = **corolário.**

Corollarium (lat.) = **corolário.**

Corollary (ing.) = **corolário.**

CORPO — Diz-se de todo objecto que é constituído de elementos materiais, que se dá independentemente de nós, situado no espaço, e que sucede no tempo. A tridimensionalidade é uma propriedade fundamental dos corpos. Todo corpo é móvel, e desloca-se de um lugar para outro. Não há, conseqüentemente, corpos infinitos, de extensão infinita.

CORPORALIDADE — Qualidade do que é corpóreo, do que tem corpo. Vide **Corporeidade.**

CORPORALISMO — Vide **Materialismo.**

CORPORATIVO — Em Sociologia, **corporação** é a associação de pessoas que têm regras, obrigações, direitos, deveres e privilégios comuns.

Daí falar-se em corporações religiosas, etc. O que é relativo à corporação é o **corporativo.** O regime corporativo é aquêle, no qual a vida política e econômica é regulada por meio de associações. das mais variadas espécies. O **corporativismo** na Itália fascista era fundado em corporações de empregadores e de empregados, que funcionavam juntas.

A diferença entre o regime fascista italiano e o nazista alemão é que o primeiro fundava-se em corporações, e o segundo em sindicatos.

CORPOREIDADE — Característica do que é **corpo,** da tridimensionalidade espacial (altura, largura, profundidade). A corporeidade é esta qualidade dos sêres físicos, os que acontecem no tempo e no espaço. O corpo é limitado por superfícies.

Corps (fr.) = **corpo.**

Corpus (lat.) = **corpo.**

Corpuscle (ing.) = **corpúsculo.**

Corpuscule (fr.) = **corpúsculo.**

CORPÚSCULO — Etimològicamente, é um corpo diminuto, sinônimo de molécula, de átomo, como se empregava nos séculos XVII e XVIII. Hoje se aplica apenas aos pequenos elementos corporais.

Chamam-se **teorias corpusculares** tôdas aquelas que empreendem a defesa de que os factos físicos são explicados pelos fenômenos que resultam da combinação dos corpúsculos e dos grupos de corpúsculos, invisíveis pela sua pequenez.

Corpusculum (al. e lat.) = **corpúsculo.**

Corpuskel (al.) = **corpúsculo.**

CORRECTIVO — a) Corrigir significa emendar, reformar, melhorar, atenuar defeitos. **Correcção** é a acção de corrigir, de rectificar, também a qualidade do que é correcto, puro.

b) **Correctivo** é o que tem a virtude de corrigir, o que realiza uma correcção. O têrmo é assim empregado nas diversas esferas, inclusive para referir-se às normas de cortesia da vida social.

c) É também uma rectificação do que é defeituoso, do que tem falhas, no intuito de subsaná-las.

d) Na Moral e no Direito, fala-se na correcção do delinqüente, com o intuito de evitar reincidências, como sinônimo de castigo, com a intenção de, por via educativa, evitar repetições de actos moralmente condenáveis. Empregado sempre no intuito de rectificar erros, defeitos, etc.

e) Filosòficamente, a **correcção** significa a constância da pureza e da coerência filosófica, bem como tôda e qualquer acção tendente a alcançá-la.

CORRELAÇÃO — Diz-se que são relativas as coisas que têm relação entre si. Assim pai e filho são **correlativos,** porque pai é pai do filho, e filho é filho do pai. A correlação é essa relação mútua de têrmos nos objectos correlativos. Assim, senhor e escravo são **correlativos,** pois a existência de um depende da de outro, e vice-versa.

Emprega-se êste têrmo nas diversas esferas do conhecimento humano para apontar sempre o carácter de duas coisas, que variam ou existem por mútua dependência.

Corrélat (fr.) = **correlato.**

Correlatif (fr.) = **correlativo.**

Correlation (fr. e ing.) = **correlação.**

Correlative (ing.) = **correlativo.**

CORRELATIVO — Vide **Correlação.**

Correlazione (it.) = **correlação.**

Correspondance (fr.) = **correspondência.**

Correspondence (ing.) = **correspondência.**

CORRESPONDÊNCIA — Duas coisas correspondem, quando convêm, quando se pertencem ou pertencem a algo. A idéia de **correspondência** implica a idéia de uma correlação. Assim, na Lógica, dado um certo têrmo, quando diversos outros são exigidos por uma adequação com o primeiro, diz-se que há **correspondência** ou que corespondem. Daí dizer-se que a correspondência é **unívoca,** quando a cada antecedente corresponde um só conseqüente; **recíproca,** se cada conseqüente, tomado como antecedente, tem, por **conseqüente,** por sua vez, um têrmo que era seu **antecedente,** etc. Vide **Relação.**

CORRESPONDÊNCIAS (Teoria das) — É a doutrina pela qual o universo é considerado como um composto de numerosas esferas análogas umas às outras, cujos elementos respectivos correspondem entre si, de modo a poderem servir de símbolos uns dos outros.

Teoria correspondente da verdade é a teoria de que a verdade das proposições decorre da existência de alguma correspondência entre os têrmos dessa proposição com os factos. Esta concepção funda-se na teoria epistemológica de que os nossos juízos são capazes de representarem a realidade.

Corrispondenza (it.) = **correspondência.**

CORRUPÇÃO — (Do latim **cum** e **rumpere,** romper com). Diz-se do que é rompido, separado de suas partes, cuja separação e modificações respectivas levam à transformação da totalidade, que era anteriormente, que deixa de ser o que era.

Para Aristóteles, como para os escolásticos, o que se corrompe é. O nada não pode corromper-se, porque o nada não é. O que se corrompe transita de um contrário a outro contrário.

A corrupção dá-se do ser (**ex esse**) que é, para não ser o que era. A corrupção implica, portanto, o não-ser, que é o seu **terminus ad quem.** Há, na corrupção, uma afirmação da negação, e consiste ela na privação de uma forma da substância, ou seja, uma mutação de ser para não-ser. E tal não se dá no tempo, pois é instantânea. O contrário da corrupção é a **geração** (vide), pois a corrupção de um ser é a geração de um outro. Mostram ainda Aristóteles e os escolásticos, que a corrupção é dúplice: **simpliciter** e **secundum quid.** A primeira (a absoluta) é a corrupção que parte de um ser substancial para o não-ser, a segunda (a relativa) é mutação na negação oposta, no mesmo que é afirmado, como a do branco em não-branco (que se dá na côr).

Corruptio (lat.) = **corrupção.**

Corruption (fr. e ing.) = **corrupção.**

Corruzione (it.) = **corrupção.**

CORTESIA — Indica civilidade, actualidade, maneiras delicadas, polidas. Consiste em não molestar os outros, e procurar ser-lhes gratos. A **cortesia** é uma virtude subalterna da **temperança,** mas de grande importância na vida social. Vide **Cardiais (Virtudes).**

Cosa (it.) = **coisa.**

Cosciente (it.) = **consciente.**

Cosi (it.) = **assim.**

Cosmic (ing.) = **cósmico.**

CÓSMICO — a) O que pertence ao **Cosmos.**

b) O que traz em si o carácter daquele.

Cosmique (fr.) = **cósmico.**

COSMODICÉIA — Têrmo criado por Renouvier, cuja origem grega é formada de **khosmos** (mundo) e **dikhaia** (justiça), que seria, portanto, a disciplina filosófica, que buscaria a justificação (justiça do mundo, cosmos) assim como **Teodicéia** é a disciplina teológica, que estuda a **justiça divina.** Para Renouvier, antes de estudar-se a Teodicéia, dever-se-ia estudar a **Cosmodicéia.** Como ponto de vista é admissível. Ante a «**Filosofia Concreta**», essa via não traria melhores resultados, porque não se justifica. nem se compreende, nem se explica o superior pelo inferior e, ademais, o contingente não é a melhor via para alcançar o necessário. O inferior só induz o superior por via analógica.

Neste caso, é a Teodicéia que explica a Cosmodicéia, e não o inverso.

COSMOGONIA — De **Khosmos** (mundo) e **Goné** (gerar), acção de engendrar, acto de gerar. Disciplina que estuda as origens e a formação do mundo.

Cosmogonie (fr.) = **cosmogonia.**

Cosmogony (ing.) = **cosmogonia.**

COSMOGRAFIA — Descrição astronômica do Cosmos.

COSMOLOGIA — a) Nome dado por Wolff à disciplina que estuda as leis gerais e a constituição do universo, quer sob o ponto de vista experimental, como sob o metafísico. Têrmo muito usado modernamente.

b) Para Kant, **Cosmologia racional** é o conjunto dos problemas referentes à origem e natureza do mundo. São êsses problemas que engendram as antinomias kantianas.

Objecto da Cosmologia — É do objecto da Metafísica, como já tivemos oportunidade de expor, examinar e discutir a existência ou não de diversos tipos de realidade.

Se um cosmos (de **Khosmos,** em grego, universo organizado, em oposição a **Khaos**) tem realmente uma ordem, se é um e único, se há vários, se entre êles há pontos de contacto ou não, se forma uma unidade ou uma pluralidade, se essa unidade é homogênea ou o producto de uma pluralidade, heterogênea portanto, que se unifica, etc., tais perguntas cabem à Metafísica responder.

Desde logo se vê que, para enfrentar tais temas, em suas raízes, fundadas em muitas disciplinas científicas, não podemos prescindir dos estudos que a ciência oferece. E esta é a razão porque as posições bárbaras de divórcio da Filosofia e da Ciência não se sustentam mais, senão para os que fazem literatura da filosofia, que, por deficiência de um método, capaz de unir as elevadas intenções de uma e de outra, não compreendem a cooperação que deve haver e há em todo saber epistêmico, em benefício do próprio homem.

Não pode, por sua vez, o cientista impedir que os problemas filosóficos lhe invadam o campo de estudos. Tôdas as grandes dificuldades, tôdas as aporias de cada ciência, vão verter sôbre o campo da Filosofia. E o cientista, quando investiga, quando oferece hipóteses, quando penetra no terreno do desconhecido, usando do conhecido, realiza Filosofia.

E no conjunto das grandes interrogações, ressalta as que se endereçam aos problemas do nosso cosmos.

E chama-se **Cosmologia** a disciplina filosófica que usa métodos metafísicos para estudar os magnos problemas que surgem da visão do nosso cosmos.

Entre os gregos, o problema cosmológico foi colocado desde as origens daquela filosofia, como encontramos nas origens da filosofia hindu, da chinesa e da egípcia.

Podemos considerar a Cosmologia como:

a) **cosmologia científica** — a que estuda as diversas hipóteses sôbre a ordenação do mundo;

b) **cosmologia filosófica (especulativa e metafísica)** — a que examina tais hipóteses e estabelece especulações fundadas apenas em métodos metafísicos.

Essa classificação, porém, é mais arbitrária que real, pois as diferenças entre as duas não é tão grande que se possa, com nitidez, fazer uma separação. São como dois círculos intersecantes, cujos centros quase se confundem, pois a cosmologia, realizada por cientistas ou por filósofos, não pode deixar de penetrar no terreno de um como no de outro.

Costumam também os filósofos especificar o conceito de cosmologia como sendo a ponte da metafísica, que tem como objecto determinado o estudo da natureza e da origem do mundo.

Poderíamos, para distinguir a cosmologia científica de a filosófica, indicar que a primeira, em suas observações, pode comprová-las, empregando até certo ponto os métodos da Ciência, enquanto a metafísica baseia-se nos métodos filosóficos para estudar o cosmos. As verdades ontológicas, lógicas e formais, que a filosofia estabeleça, não podem prescindir de, e devem buscá-las, tanto quanto necessário, as verdades materiais, que a ciência estabelece. Só dessa soma poderá surgir uma **verdade concreta.**

Pretende a cosmologia explicar e não descrever, como o faria a Cosmografia.

Portanto, a Cosmologia é a ciência filosófica que estuda a origem, determinação, significação e destino do mundo.

Cosmological (ing.) = **cosmológico.**

COSMOLÓGICAS (Ciências) — No estudo da Ciência, Ampère propôs a divisão em dois grupos: **ciências cosmológicas,** as que concernem às coisas do universo, e **ciências noológicas,** as que concernem às coisas do espírito.

COSMOLÓGICO (Prova, argumento cosmológico) — É o argumento que pretende provar a existência de Deus, fundando-se na existência do **cosmos,** também chamada prova **a contingentia mundi** (prova da contingência do mundo). Kant opõe-na à prova ontológica e à física teológica. Vide **Deus** (provas de sua existência).

Cosmologie (fr.) = **cosmologia.**

Cosmologique (fr.) = **cosmológico.**

Cosmology (ing.) = **cosmologia.**

COSMONOMIA — Do grego **Khosmos,** mundo organizado, e **nomos,** número, norma, conjunto das leis cósmicas. Disciplina que se dedica ao estudo das leis, e constantes, que presidem à ordem cósmica.

COSMÓPOLIS — (Cosmopolitano) — Doutrina da «**Cosmópolis**» (Cidade mundial), derivada dos cínicos gregos, que proclamam que a família e a cidade são artificiais, e que o homem sábio é cosmopolita. Defendida, também, pelos cirenaicos e pelos estóicos gregos, não, porém, pelos estóicos romanos.

COSMOPOLITISMO — Vide **Filantropia.**

COSMOS — Em gr. **Khosmos** significa, etimològicamente, **ordem.** Foi empregado por Pitágoras e os pitagóricos para significar o mundo, e posteriormente, usado até os nossos dias. Significa a ordem das coisas. **Vide Ordem.**

COSMOSOFIA — (Do grego **Khosmos,** mundo ordenado e **sophia,** saber). Estudo místico do universo.

COSMOTEÍSMO — Vide **Panteísmo.**

COSMOTÉTICO — (Idealismo) — Têrmo dado por Hamilton para designar a forma de dualismo, que postula existirem objectos mentais e materiais, e que a mente só pode ter uma percepção representativa dos objectos materiais.

COSMOVISÃO — Da soma geral dos conhecimentos, os filósofos organizaram, sistemàticamente ou não, uma perspectiva geral do mundo, uma espécie de panorama geral de todo o conhecimento, formando uma totalidade de visão, uma coordenação de opiniões entrelaçadas entre si.

a) Com essa sistematização lhes é possível formular, não só uma opinião geral de todo o acontecer, mas, também, compreender e relacionar um facto individual com a visão geral formada do todo.

b) Nome que se dá à visão geral do universo, estabelecida por um indivíduo, ou um grupo social, maior ou menor, inclusive por um **ciclo cultural,** uma **era.**

COSMURGIA — Criação do universo.

Costruire (it.) = **construir.**

COSTUMES — Vide **Ética.**

Countable (ing.) = **contável.**

Courage (fr. e ing.) = **coragem.**

COUSA — Vide **coisa.**

COVARIAÇÃO — De **covariar,** muitas vêzes confundido com **correlação.** A covariação se dá quando duas ou mais coisas variam simultâneamente, com maior ou menor regularidade. Neste caso, verifica-se haver uma «correlação». A diferença, que há entre a covariação e a correlação, consiste em que enquanto nesta a existência de uma depende da de outra, na **covariação** o nexo de dependência não é marcado por uma necessidade. Assim, a covariância entre a divisão do trabalho e a densidade da população não tem um nexo de necessidade, embora muitas vêzes ou quase sempre esta densidade influa na variação da divisão do trabalho.

Nos **correlativos,** o desaparecimento de um implica, automàticamente, o desaparecimento de outro, porque a existência de um correlativo é necessàriamente dependente da existência do outro. Tôda vez que numa correlação não há êste nexo necessário de dependência, prefira-se **covariante.**

COVARIANTE — Vide **Covariação.**

CRÁTICAS (Fases cráticas na História) — Não há sociedades

humanas eternas, como não são eternos os elementos que a compõem.

A perdurabilidade maior ou menor de uma forma social não implica um eternizar-se, que é incompatível com o cósmico, que sucede, atravessando ciclos de formas, que embora se repitam e possam afirmar, no campo formal, um indício de eternidade, não impedem a transitoriedade do individual, do singular, que realiza uma vida, como vemos demonstrada em todo o cósmico, desde a esfera físico-química à sociológica.

Conseqüentemente, a História não escapa à regra (lembremo-nos da **anankê** dos gregos, do **dharma** dos hindus, o «ciclo» dos egípcios, etc.). A presença do **Kratos** (poder, em grego) na constituição social, como fôrça de coesão, coerenciando a tensão social, é inevitável na História. Mas convém distinguir, pois a falta de uma nítida distinção leva, como tem levado, a interpretações falsas, que correspondem aos desejos e às opiniões de grupos ideológicos, interessados em justificar atitudes e práticas.

Se consideramos o **kratos,** como fôrça de coesão social, como super-individual, e acima de grupos, devemos considerá-la:

a) como correspondente à coesão (**tonós arithmós** pitagórico) como o que dá coerência (**cum — haerens** de **haereo,** estar pegado, perfeitamente unido, junto, daí herança) à sociedade, tomada como tensão;

b) como estructurada num organismo político (à parte), que surge na história, desde as formas mais simples de centralização de poder (conselhos dos velhos, etc.) até o Estado moderno.

No primeiro caso, a coesão (**tónos**) dá fôrça à sociedade; no segundo, a fôrça dá a coesão. Há exemplos médios de participação de ambos.

Há uma inversão de vectores, cuja mudança apenas da ordem permite uma distinção já nítida.

Conhecemos, na Sociologia, diversos modos de surgirem as fôrças de coesão como as formas de persuasão (religiões, etc.), as formas de constrangimento (Estado em tôdas as suas modalidades; a moral, sob alguns aspectos, etc.) e as trocas de vantagens (interêsses comuns criados, relações de parentesco em parte, etc.).

O **Kratos,** estructurado num organismo centralizador de poder (com graus de centralização, que correspondem à alternância do processo histórico dos ciclos culturais, como ainda veremos) é o que caracteriza pròpriamente a **cracia,** que realiza a **crátesis,** a acção de dominar polìticamente, dominar sôbre diversos estratos da estructura social.

O **Kratos** estructura-se, porém, em formas diversas, configurativas, que têm nascimento, desenvolvimento e deperecimento, segundo os ciclos históricos.

Se considerarmos, por exemplo, os quatro períodos dos ciclos históricos, estabelecidos por Spengler, podemos incluir, nêles, três fases cráticas correspondentes,

segundo a nossa compreensão sôbre a História.

Ao período **juvenil** de formação de uma cultura, temos **três** fases cráticas, nìtidamente distinguíveis na história, apesar de suas raízes e prolongamentos interseccionarem-se com outras.

1) Fase **Teocrática** — Tôda cultura, quando se estructura tensionalmente, o faz sob uma forma teocrática.

A divindade dá as leis que regulam a ordem social. Um iluminado, figura que se torna mítica, e que se esfuma entre o histórico e o lendário, recebe da divindade a lei aplicável à nova sociedade. Essa figura humana, pode ser divinizada.

Aparece como um Deus ou um homem que ascende a privar com a divindade. Um Rama entre os árias, um Maomé entre os árabes, um Moisés entre os judeus. Cristo entre os cristãos, Thot (ou Hermes Trismegistos) entre os egípcios, são homens divinos ou divindade incarnadas, que dão a nova lei, a nova ordem.

A sociedade estructura-se numa coesão dada pelo **consensus**. O **cratos** é usado pelo guia sem restrições. É uma forma de absolutismo aceita e não totalmente imposta, porque se funda no **consensus** e no reconhecimento da divindade, que escolhe um intérprete, que traduz em língua humana a vontade divina.

Em tôrno dessa personagem divina, presente muitas vêzes em corpo, ou presente em espírito, estructura-se uma ordem de homens **hieráticos,** santificados, que cumprem e fazem cumprir a lei.

É aqui que, progressivamente. estructura-se a segunda fase crática:

2) **Hierocracia** (**hieros** = santo) — Os homens santificados (sacerdotes) estructuram o cratos social. São os representantes e cumpridores da lei.

Nesse período (o dos **brahmanin,** nos hindus; dos grandes sacerdotes, no Egito, com correspondências em tôdas as altas culturas, o que é dispensável citar), que se prolonga por um tempo maior ou menor, surgem os grandes choques entre os ortodoxos e os heréticos (lembremo-nos dos **charvakas,** na Índia, dos **gnósticos** e heréticos no cristianismo, etc.). Essas heresias conhecem tôda a gama de afirmações, desde as mais intransigentemente puristas da lei até as que a negam. É nesse período, que surgem movimentos de opinião destructiva da própria lei. Idéias materialistas, movimentos anticlericalistas actuam de forma eficiente e enérgica aqui. (Conhecemos essa fase na nossa cultura, e em outras culturas, como na hindu, com a luta dos charvakas, budistas, dos materialistas como Keshakambalim, dos indiferentistas de Kasyapa, que provocaram a ênfase ética dos jainistas). Impõe-se, então, nesse momento de refluxo da coesão religiosa, um movimento de fluxo **ético,** de espiritualidade mais agressiva para manter a ordem de coesão. Os jainistas, os **rshis** da Índia, o ascetismo ocidental são exemplos, com correspondên-

cias em tôdas as culturas, fáceis de encontrar.

Essa actividade gesta a formação de uma terceira fase crática:

3) **Aretocracia (aretê,** virtude) — O **cratos** é dominado pelos homens virtuosos, (sentido grego do têrmo), corajosos, impetuosos na fé, que unem a fôrça material à fôrça da fé.

Já não é o poder apenas dos sacerdotes (dos homens dotados de **sacer,** de sacralidade), em sentido puramente regular, mas da sacralidade que a vida temporal também aponta pelo cumprimento dos princípios ético-religiosos: os virtuosos.

Essa passagem do poder religioso ao temporal, em que ambos se estructuram já com o germe da separação, que se processará crescentemente, impele as classes econômicamente dominadoras, ainda sem o domínio político, a disputá-lo.

E surge a primeira revolução que faz ascender ao **cratos** a

4) **Aristocracia** — Os «melhores» **(aristós)** exigem mais direitos e apossam-se a pouco e pouco do poder temporal. Os choques entre êstes e os sacerdotes são inevitáveis, e a figura centralizadora do poder, que é referida, desde as três primeiras fases, por um representante supremo, é o Grande Sacerdote, escolhido entre seus pares. Inicia-se, neste período, a preparação crescente da primeira grande revolução social, a aristocrática, que cria restrições ao poder. Os choques são inevitáveis, e dá-se, ora o predomínio de sacerdotes sôbre aristocratas, ora dêstes sôbre aquêles. É um período agitado, que obriga a uma centralização de poder, mas temporal, cada vez crescente. Os aristocratas escolhem o seu rei **(rex, rajah,** etc.). Êste, porém, ainda é um **par,** escolhido entre pares.

Lembremo-nos das eleições do rei entre os nobres polacos, entre os nobres asturianos, etc.

Os autocratas ocupam, então, os cargos hieràrquicamente superiores do sacerdócio.

As perturbações, que se observam neste período, provocadas pela ascensão de nova classe dos nobres, exige a hipertrofiação do cratos político. Por isso, o dirigente, apoiado num grupo pequeno, mas unido, estructura a

5) **oligocracia,** em que o **cratos** é exercido pelo monarca, apoiado num grupo escolhido **(oligós),** pequeno, de senhores. Neste período, a separação entre o poder temporal e o religioso se processa de tal forma, que êste último perde o seu papel de subordinante para o de subordinado.

Os sacerdotes falam mais às coisas do espírito, e subordinam-se, a pouco e pouco, aos interêsses das novas castas dominantes.

Nesse período, surge o absolutismo, e temos a

6) **monocracia,** que maneja o poder sob o título de um rei poderoso, mas que, na verdade, se apoia num grupo.

Os desmandos supervenientes neste período provocam as ambi-

ções das novas classes, já detentoras do poder econômico, e que aspiram ao político, como a classe dos mercadores (burgueses, **vasyas,** etc.), que através dos ideais republicanos (a coisa pública, **res publica**) provocam a **segunda grande revolução social,** que é a

7) **Democracia.** Com esta se encerra o segundo período do ciclo cultural, que fôra o período clássico, para entrarem as fases já em declínio da sociedade. A separação entre o cratos político e o cratos religioso é completa.

A ascensão dos homens das classes inferiores leva ao poder os representantes dos interêsses econômicos. Não estamos mais na fase em que vale uma aristocracia espiritual, nem uma aristocracia do sangue, mas uma aristocracia do dinheiro. Por isso a democracia se transforma numa

8) **Plutocracia** — no **cratos** dos **plutoi,** dos ricos. Os homens de negócios, vindos muitos da própria aristocracia, que são a base e o fundamento do **cratos** plutocrático, terminam por ser dirigidos pelos interêsses dos homens mais ricos, dos dominadores do dinheiro, e temos a

9) **Argirocracia (argyros,** prata) — O dinheiro é o dominador comum de tôdas as coisas. E os homens de negócio acabam por transformar o Estado numa emprêsa meramente econômica, num amplo negócio, e as desmoralizações conseqüentes provocam grandes agitações, que levam à **terceira grande revolução social,** à

10) **Oclocracia (oclos,** a massa das ruas) — o domínio das «vontades» populares, das massas, da desordem destruidora, que avassalando tudo em sua voragem, encerra o terceiro período do ciclo cultural, e abre a fase final da decadência da cultura. A desordem exige a ordem, a

11) **Cesàriocracia** — o **cratos** entregue a homens poderosos, apoiados nas fôrças militarizadas da sociedade, impostos como único meio de salvação à catástrofe inevitável. Período de guerras sangrentas com outros povos, que levam à destruição final do cratos político, ou da invasão de povos, que é fácil, e apoiada pela degenerescência interna da sociedade. Corrompida pelas constantes depurações entre partidários. Sobrevém, aos poucos, após longa degeneração, a fase final de

12) **Acracia** — em que não há mais o poder centralizado, mas ou um poder atomizado e disperso em pequenas unidades ou, então, a substituição por uma nova ordem imposta do exterior e a transformação do povo, que representava a cultura, à situação de **felah,** no pior dos casos.

Durante êsses períodos finais, em que há súbitos retornos a diversas crenças do passado, surge um novo ideal, sob base cooperacional, pelo **consensus**, que, articulado com outros povos, se estructura para dar nascimento a uma nova tensão cultural, com suas possibilidades novas, incarnadas na figura de um grande santo, do presente ou do passado, que inaugura, outra vez, a

Teocracia, e o ciclo da tensão cultural prossegue, conhecendo os mesmos avatares do cratos, cumprindo o ciclo das formas viciosas.

Podemos, ainda, em tôrno das fases cráticas, por nós até aqui estudadas, fazer alguns comentários, que corroboram as nossas afirmativas.

Não podemos esquecer a variância e a invariância na história, pois sabemos que se essas formas **se repetem,** por entre fluxos e refluxos, por entre a alternância de afirmativas positivas e opositivas, como a luta entre os partidos ou as perspectivas evolutivas e as conservadoras, entre revolutivas e involutivas. que em cada momento surgem para dominar os acontecimentos, que elas, em sua variância, **não se repetem,** como singularidades tìpicamente históricas, com suas características peculiares, com suas notas diferenciais, que estructuram a sua unicidade no acontecer humano.

No período democrático, não há, por exemplo, necessidade de um republicanismo nítido, pois um monarca pode, como já tantas vêzes aconteceu, representar o interêsse das classes possuidoras dos bens móveis, comerciais e industriais, etc., como, em nossa cultura vemos um Napoleão Bonaparte, e até um Bismarck, representarem interêsses de origem burguesa.

Também se verificam, na história, períodos de restauração de formas anteriores, em conseqüência dos azares dos acontecimentos, mas quase sempre de curtísssima duração. Os fluxos e refluxos do absolutismo podem ser compreendidos ao dar-se a ascensão de novos grupos dirigentes, que sempre estabelecem maior liberdade aos seus pares, restringindo a dos adversários.

Por sua vêz, a conjunção dos factôres emergentes e predisponentes, formando seus verdadeiros **arithmoi plethoi,** condicionam situações diversas que nos podem explicar a grande variância dos factos históricos, e que serão temas para futuros estudos.

Em definitivo, deve-se olhar estas formas cráticas como **formas,** e considerá-las como **analógicas** nos diversos ciclos culturais, nunca esquecendo a presença dialéctica da **variância (singular)** ao lado da **invariância (formal).** Êsses quatro períodos, com suas três fases, observados na história, têm um fundamento na emergência humana. Em tôda e qualquer sociedade, independentemente da sua estructura econômica ou social, podemos ver, fundados no temperamento humano e nos aspectos caracterológicos, que há sempre lugar para a classificação, que decorre como efeito, do facto de ser o homem um ser inteligente:

1) aquêles que têm uma tendência acentuada para o transcendental, para o místico, para **ver** além das coisas o que as coisas **calam,** e conseqüentemente, com acentuado impulso religioso, com manifestações virtuosas muito mais intensas que outros; homens virtuosos, ascéticos, sacerdotais, etc., eminentemente **virtuosos.** Por ser inteligente, o homem é capaz de **ver** além do sensível);

2) aquêles que revelam acentuadamente um ímpeto agressivo, empreendedor de façanhas desinteressadas, amando mais a acção pela acção, desejosos de realizar actos que estão além dos interêsses utilitários, orgulhosos de sua fôrça, de sua combatividade, de sua agressividade (guerreiros, pioneiros, cavaleiros andantes, caçadores, que mais se orgulham do que fazem do que pròpriamente dos proventos obtidos, etc.), eminentemente **aristocratas.** O homem, por ser inteligente, valora e valoriza.

Nêsses dois tipos, reconhecemos que a escala de valôres é hieràrquicamente diferente. Aos primeiros sobressaem os valôres de ordem religiosa e ética, enquanto aos segundos os valôres de ordem ético-aristocrática equiparam-se e confundem-se com os primeiros.

3) O daquêles em que predominam os valôres utilitários, que tendem a organizar a producção e as trocas, mais hábeis para as realizações econômicas e à ordem não pròpriamente guerreira, mas a de trabalho, que assumem a direcção da producção ou da distribuição e trocas com outras colectividades. (Por ser inteligente, o homem é capaz de construir uma economia); e finalmente

4) a daquêles que acentuadamente obedecem, prestam serviços, executam ordens, e que revelam certa incapacidade para autonomizar-se e tendem a ser servidores dos três primeiros.

Em todos os sêres humanos há essa emergência e, individualmente, em cada um, ela se dá com graus intensistamente menores ou maiores. Todos nós somos êsses quatro tipos, com graus diferentes. E a acentuação dêsses graus revela o que somos. Tal não impede que muitas vêzes alguém esteja numa função social que não corresponde perfeitamente à sua tendência principal. Estamos aqui em face de marginais, de inadaptados, de extraviados, que sùbitamente se rebelam, revelando o que são, dadas certas circunstâncias predisponentes.

A estructuração das classes sociais se processa pela precipitação provocada pela predisponência. Nesta, incluímos o histórico-social, o que nos permite compreender a variância das actualizações históricas. Em suma, a emergência se actualiza nas modais proporcionais à predisponência. E esta é a razão porque uma explicação meramente materialista-histórica, como a que efectua, por exemplo, o marxismo, não alcança, concretamente, a gestação das classes sociais, porque as vê como producto de uma estructura meramente econômica, desprezando o papel importante que exerce a emergência.

A fundamentação dessa tese contribui, de modo eficiente e decisivo, para que se construam os alicerces de uma historiologia, os quais favorecerão a melhor solução dos problemas sociais, pois as soluções sempre apresentadas, por não considerarem tal emergência, são parciais, abstractas, e conseqüentemente utópicas, falhando ao dar-se a sua aplicação, porque não se fundam numa realidade, que é por muitos escamoteada.

Tomando em síntese o que tivemos oportunidade de examinar, nunca é demais repetir que essas fases cráticas não obedecem a uma exatidão mecânica. Sabemos muito bem que podemos matematizar os factos da físico-química, quando no plano macroscópico, pois, na microfísica, a ciência actual encontra uma certa dificuldade para uma matematização em sentido meramente quantitativo. O átomo já revela, na sua íntima constituição, a presença de aspectos intensistas, que não podem ser reduzidos a números quantitativos.

Se passarmos para a esfera da biologia, logo verificamos que a vida não pode ser reduzida a números também quantitativos, e muito menos se quisermos estudar as esferas da Psicologia e da Sociologia.

Se as ciências naturais podem usar, com certo êxito, a matemática quantitativa, nas ciências culturais, esta já não oferece a mesma exactidão. Nestas, pode existir um maior ou menor rigor, que corresponderia, analògicamente, à exactidão matemática das primeiras. Se a história humana sucedesse como sucedem os factos físico-químicos, excluíríamos dela o bionômico e o psicológico, nos quais há lugar para a liberdade como também para o imprevisto.

Por isso, essas fases cráticas, que examinamos, não sucedem exactamente numa seqüência mecânica, mas apresentam fluxos e refluxos, acelerações e retardamentos, graus de intensidade diversos, que impedem **considerá-las exactas, mas apenas rigorosas.**

Nota-se, na verdade, que os detentores do cratos conhecem seus períodos de decadência no preciso instante em que se tornam absolutistas, provocando o desenvolvimento das oposições.

A lei da alternância está presente nos factos da história.

Dá-se o absolutismo naquele momento em que a fôrça natural de uma doutrina ou de uma forma crática vacila, e o emprêgo dos meios, para dar-lhe a coesão, facilita o ingresso de representantes menos categorizados. Se observarmos os nossos dias, veremos a riqueza de exemplos que êles nos oferecem. Tôda forma crática, que se apresenta para orientar a sociedade, em seu início, é ela encabeçada por verdadeiros idealistas, que actuam em tôda a sua pureza formal. Com o decorrer do tempo, há sempre um marchar para as formas inferiores, e daí surgirem as frases que constantemente se repetem: «Não é essa a forma que eu sonhara».

E tal se dá, porque a posse do poder é acompanhada de certos benefícios que atiçam a ambição de muitos, que o olham mais como fim do que como meio, e aspiram ao poder para usufrui-lo. A política, que é uma técnica de harmonizar os interêsses individuais com os sociais, passa, nesses momentos, a ser uma técnica de conquista do poder e de conservação do mesmo. E, nesse instante, os meios substituem os fins, e a marcha para a decadência é inevitável. Por isso, há sempre uma crise histórica, porque há sempre separação entre os que

governam e os governados, e a luta pelo poder é um constante agravamento da crise.

Ela está imersa na vida histórica dos povos, e conhece seus momentos em que é maior a intensificação do agravamento da diácrise entre os antagonistas, e da síncrise muitas vêzes forçada dos partidários. Eis por que a história é o grande campo da crise.

CRATOCRACIA — (Do grego **Kráteros,** forte). É o govêrno que é exercido pelos mais fortes, ou quando um grupo de homens, pela fôrça, toma o poder e impõem a sua autoridade.

CRATOS — Vide **Kratos.**

Creabile (lat.) = **criável** (o ente que é possível de ser criado). Vide **Matéria e Forma.**

Création (fr.) = **criação.**

Creation (ing.) = **criação.**

Creatum, creatio, creator (lat.) = **criatura, criação** e **criador.**

Creazione (it.) = **criação.**

Credenza (it.) = **crença.**

CREDIBILIDADE — Vide **Crédito.**

Credibilità (it.) = **credibilidade.**

Crédibilité (fr.) = **credibilidade.**

Credibility (ing.) = **credibilidade.**

Credibleness (ing.) = **credibilidade.**

CREDITAR — Inscrever um direito a favor de alguém. Vide **Crédito.**

CRÉDITO — a) Em seu aspecto genérico, é sinônimo de fé, de crença, pois indica a confiança ou segurança na verdade de alguma coisa.

b) Emprega-se para indicar o assentimento a um juízo lógico, sobretudo quando há algum resíduo de dúvida, de probabilidade.

c) É também o assentimento, que decorre da influência da autoridade pessoal de alguém, em quem se crê, e daí dar crença ao que afirma.

d) Emprega-se, também, para indicar a disposição favorável à crença (**credibilidade** e **credulidade**). A credulidade é o lado subjectivo da crença, enquanto a credibilidade é o lado objectivo.

e) Nas religiões, refere-se ao assentimento, ou à plena adesão, ao que é aceito por elas.

f) Na Economia e Finanças, indica a confiança que merece uma afirmação ou promessa de ordem econômica.

g) Em sentido jurídico, indica o que é titular de um direito.

h) Em sentido ético, refere-se à fama ou reputação moral de uma pessoa, falando-se em **crédito,** quando em sentido positivo, e **descrédito,** quando em sentido negativo.

CRÉDITO (na Economia) — Quando um bem passa de um agente para outro agente, na circulação, entregando, êste, outro bem em compensação, há troca. Esta é **imediata** ou **mediata** e, neste caso, pode **mediar,** entre a operação de entrega e a de recebimento em troca, **algum tempo,**

maior ou menor. Desta forma há uma entrega **actual** de uma parte e uma entrega **futura** da outra. Há um **prazo** de entrega.

Dêste modo, o prazo é **combinado** e **aceito** pelas partes, o que marca o seu aspecto psicológico, ao lado do aspecto cronológico.

Essa operação em que há uma concessão de prazo é uma operação de crédito.

Portanto, temos:

a) o tempo que medeia;

b) a **confiança** de que o adquirente, dentro do prazo estipulado, dê em troca o que está combinado. É necessário, portanto, que o primeiro **creia, confie, acredite** no outro;

c) o acôrdo estabelecido entre as partes.

Estamos agora aptos a definir o crédito, já em linguagem económica e podemos aceitar a de Perroux: «O crédito é a troca livre e intencional da disposição efectiva e imediata de um bem económico em vista de uma contra-prestação, que tem lugar após um intervalo de tempo e consistente em um bem análogo ao bem trocado.»

Então temos:

1) O crédito é uma troca onerosa, pois do contrário não seria um facto económico. Exige uma contra-prestação, uma **restituição.**

2) O intervalo de **tempo** já acentuado é um aspecto característico da operação de crédito, pois, do contrário, seria apenas uma operação de troca à vista.

Mas, pode dar-se aqui uma variante, quando tanto a prestação como a contra-prestação são contemporâneas no futuro. Neste caso, temos uma **operação a têrmo, a prazo.** Só há operação de crédito, pròpriamente, quando medeia uma tempo entre a prestação e a contra-prestação.

É essa a característica diferencial do crédito e que levou Knies a defini-lo assim:

«Crédito é uma troca dividida no tempo».

No entanto, há economistas que não perceberam tão bem essa característica essencial e procuram definir o crédito de outra forma.

3) É necessário que se dê a transferência da disponibilidade efectiva do bem; isto é, que o alienante transfira a disponibilidade efectiva, que tem do bem ao adquirente. Se um empresário, por exemplo, confia máquinas, instrumentos a um trabalhador assalariado, não há crédito, porque não há a transferência da disponibilidade efectiva da propriedade no sentido económico do têrmo.

4) O prazo, o tempo intercalado, deve ser aceito pelas partes, isto é, deve ser intencionalmente estipulado e expressamente querido pelas partes.

Quando o Estado faz um empréstimo forçado, não há pròpriamente uma operação de crédito. É semelhantemente a um impôsto. O Estado compromete-se a pa-

gar (quando paga); isto é, a reembolsar mais tarde a soma pedida. Não há aqui uma troca **livre,** mas imposição de uma decisão do emprestador.

Falamos acima na **confiança** que se verifica numa operação de crédito. Mas a confiança é um acto psicológico, portanto intensivo, e conseqüentemente oferece graus. Há confiança quando o **crédito é pessoal;** isto é, quando o alienante tem confiança na pessoa do adquirente, quando esta inspira confiança àquela. Quando, porém, a confiança se apóia no bem ou bens que o adquirente oferece em garantia da operação (garantias imobiliárias, hipotecas, etc.), a confiança não está mais colocada na pessoa, mas nos bens empenhados.

Observado o crédito como o fizemos até agora, vemos, fàcilmente, que expusemos apenas os caracteres que se dão em **qualquer** sistema econômico (fechado, artesanal ou capitalista).

Crédito no capitalismo: O crédito no capitalismo apresenta aspectos característicos, que podemos classificar entre a **forma** e os **órgãos,** que passamos a estudar.

As formas do crédito modificam-se, constante e radicalmente, na economia capitalista.

No início do capitalismo, as emprêsas funcionavam financiadas por si mesmas; forneciam a si mesmas (autofinanciavam-se), com seus próprios capitais.

Quando uma firma recorria a emprestadores, tal facto actuava contra o prestígio da firma, era uma demonstração de falta de solidez.

Mas essa prática, e a mentalidade, que contemporâneamente a acompanhava, com o desenvolvimento do capitalismo, teve de ser posta de lado. E tal se compreende fàcilmente pela necessidade de inversão de maiores somas de moeda, que obrigavam os capitalistas a recorrerem a emprestadores.

O desenvolvimento da técnica, a necessidade de máquinas, instalações, estabelecimentos apropriados e a impossibilidade de obter o **retôrno imediato** do capital empregado, em moeda, implicavam e exigiam fundos especiais, obrigando o capitalista a recorrer aos emprestadores.

Já vimos que, no capitalismo, a técnica é móvel, em constante transformação. O rítmo dessa transformação é acelerado, em contraposição ao rítmo que se observa nos outros sistemas, tais como o artesanal e o de economia fechada.

Tôda transformação na técnica obrigava a transformações capitais na indústria, sob pena de emperrar a producção, encarecê-la. Tais acontecimentos obrigavam a procura de capitais novos para enfrentar essas transformações. Daí a necessidade de apelar ao crédito. Não eram apenas tais factos, mas também a necessidade constante de crescimento da emprêsa, o que obrigava a novos investimentos, que nem sempre eram passíveis de ser atendidos com os recursos próprios do empresário.

Havia necessidade de colectar capitais monetários, para serem acumulados.

Mas, para tal, eram necessários **órgãos de colectação.**

Dava-se a **procura** de capitais e, conseqüentemente, **ofertas** correspondentes.

Desta forma, surgem as emprêsas de colectação e de financiamento, os bancos, em suas diversas modalidades, cujas características iremos estudar.

O crédito destinava-se, assim, **quer à producção, quer à circulação.**

No primeiro caso, temos uma operação a **longo prazo,** porque aqui há uma inversão productiva, um investimento de capitais para favorecer a producção. No segundo, os prazos são naturalmente menores.

Vejamos como se processavam e se processam, em seus aspectos essenciais, portanto gerais.

O alienante, não sendo imediatamente pago, tendo de conceder um crédito, concede automàticamente um prazo. Documentado da operação que faz, êsse documento declara, em linguagem escrita, a operação de crédito combinada. É uma carta (letra) na qual se declara a troca feita (câmbio). Êsse documento, representativo da operação, é a **letra de câmbio.** O alienante dirige-se ao banco e dêste recebe, **imediatamente,** uma soma vizinha da que é representada no documento e que deve ser recebida mais tarde. Êle então **desconta** o documento. **E dessa forma o crédito permite que se dê a circulação dos bens e da moeda.**

A criação dêsse crédito, crédito à producção e à circulação, permitiu o desenvolvimento extraordinário da economia capitalista.

E isso se deu, porque favoreceu o equipamento das emprêsas, a construcção de meios de comunicação, de transporte, que, embora não dando rendimento imediato, facilitavam o desenvolvimento da circulação e, portanto, de rendimentos maiores futuros.

Essas operações permitiam que «o futuro se colocasse já no presente», aumentando a producção.

O desenvolvimento do capitalismo na Europa, sobretudo a partir do século XVI em diante, com a formação dos grandes estados nacionais, condicionou uma segurança maior nas transações econômicas que, por isso, cresceram de proporção. Tais condições permitiram a despersonalização do crédito, bem como sua desconcretização, pois a operação deixou pròpriamente de ser feita sôbre determinado bem em concreto, para expressar apenas um valor.

Já vimos que o título então usado era a **letra de câmbio,** documento pelo qual um credor, ou emitente, prescreve ao seu devedor pagar em determinada data certa soma a uma pessoa designada, que toma o nome de beneficiária.

A base da letra de câmbio é uma **operação comercial.** O beneficiário, comumente chamado **tomador,** pode conservar a letra

de câmbio em seu poder ou **descontá-la** num banco ou **endossá-la** a um dos seus credores.

É a letra de câmbio um **instrumento de pagamento,** um instrumento de crédito a prazo curto. Entre nós, contudo, a **duplicata,** que é um efeito comercial, e a **nota promissória** são as mais usadas, sobretudo as primeiras.

Quando um credor quer mobilizar os depósitos que têm em sua conta, isto é, o seu crédito disponível, usa um documento em forma de mandato de pagamento, quer em seu favor, quer em favor de um terceiro, que ordena a retirada do todo ou parte dos fundos que dispõe. Temos, então, o **cheque,** que é a base fundamental do crédito no capitalismo.

A complexidade da vida comercial levou à realização de diversos documentos que facilitassem as diversas operações. Temos entre êles certos documentos representativos de direitos reais, como o **warrant.**

A complexidade da vida econômica, levou à realização e organização de **armazéns gerais,** que são estabelecimentos colocados sob a vigilância do Estado nos quais os comerciantes podem depositar suas mercadorias. O **warrant,** sôbre o qual é anotado o preço da mercadoria, é um título de penhor, o qual permite um empréstimo sôbre a mercadoria.

Vê-se como se processa constantemente, no capitalismo, e de modo crescente, a despersonalização do crédito.

Com essa despersonalização do crédito dá-se, conseqüentemente, uma maior extensão àquela. No início dêsse sistema, os capitalistas aprovisionaram-se de capitais junto aos amigos e parentes. Mas, com a despersonalização do crédito, que passa a ser objectivado pela mercadoria, o **mercado de crédito aumenta, amplia-se,** já não abrangendo o círculo das relações do capitalista, mas toma âmbito nacional e até internacional.

Vejamos agora os órgãos de colectação e de distribuição de que falamos no início.

Êsses órgãos são institutos especializados, e essa especialização é o fruto de um trabalho secular.

Surgem, então, os bancos, que têm por objecto fornecer às emprêsas capitais de que necessitam para a sua constituição. São institutos de investimentos. Outros, porém, distribuem capitais a prazo curto. Temos, no primeiro caso, os bancos de investimentos e, no segundo, os bancos de depósito.

Essa diferenciação não é única, porque, segundo as funções, elas se tornam mais complexas e mais diferenciadas.

Credo quia absurdum (loc. lat.) — Creio porque é absurdo. Frase atribuída a Tertuliano, e que significa que a crença funda-se numa grande fé, que supera o mais firme raciocinar, enfrenta o absurdo, e até porque **(quia)** é absurdo. Tal posição é rejeitada pela filosofia católica.

Credo ut intelligam (latim) — «Creio, a fim de poder (para) entender». É a posição dos que afirmam que a Filosofia exige a precedência de um acto de fé, ou seja: que o homem inicia a compreender as coisas, quando é assistido pela fé. É a posição de Sto. Agostinho, Sto. Anselmo, Duns Scot e muitos outros. Vide **Fideísmo.**

CREDULIDADE — Vide **Crédito.**

Credulità (it.) = **credibilidade.**

CREMATÍSTICA — a) Relativa à **crematística,** que é a arte de produzir riquezas.

b) Nome que alguns dão à Economia.

CRENÇA — a) **Crença,** em seu sentido mais lato, significa a persuasão de ser verdadeira uma idéia.

Há duas opiniões clássicas que procuram explicar as causas da crença. Vejamos:

A **teoria voluntarista** de Descartes afirma que o entendimento é puramente receptivo, passivo. Percebe argumentos, porém não julga. A vontade é que põe em movimento a selecção definitiva, e põe fim à indecisão. Dessa forma, para Descartes, o juízo é um acto livre. Essa teoria tem retornado, na Filosofia, sob o apoio de filósofos modernos, com o nome de **fideísmo.** Dessa forma, todo juízo seria um acto de fé.

A outra teoria é a do **intelectualismo,** exposta por Spinoza. «As idéias não podem comparar-se a pinturas mudas, traçadas sôbre uma tela, que contemplamos com indiferença. Não são inertes. Elas envolvem uma afirmação ou uma negação. Ademais, a vontade não é alguma coisa exterior às nossas idéias, para que possa unir-se a uma ou outra para transformá-la em crença», dizia Spinoza. «Não há na alma nenhuma volição, isto é, nenhuma afirmação e nenhuma negação, fora da que envolve a idéia enquanto idéia».

Os partidários modernos desta teoria, afirmam que podemos aceitar ou não uma idéia arbitràriamente, pois os princípios lógicos coordenam os nossos pensamentos, e nos levam à impossibilidade de aceitar duas proposições quando contraditórias.

Um desejo, um querer, não bastam para tornar forte uma idéia e não acreditamos no que desejamos. Se forçamos, aumentamos a dúvida.

Os argumentos pró e contra, tanto de uma como de outra teoria, têm seu valor, pois ambas pecam por tomarem abstractamente a gestação da crença. A voluntarista patenteia um sentido intensista, actualiza o diferente, faz intervir a vontade individual, a individualidade, o impulso pessoal, próprio; enquanto a intelectualista funda-se no geral, no extensista, nos princípios, nas normas.

Ora, se examinarmos tôdas as crenças, veremos que nelas intervêm factôres, que participam tanto duma como de outra. Vemos nelas um fundamento irracional, intuitivo, individualizante, diferente, místico, e uma contri-

buição lógica, racional, reflexiva. **Tôda crença procura justificar-se.**

Parte de um impulso voluntarioso, mas apela também pela base lógica que a fundamenta, que lhe dê uma razão suficiente. Por outro lado, o grande êrro na sustentação dessas doutrinas consiste em considerar a vontade como algo que se dá simples. acabado, um todo independente na vida psicológica, quando é ela o nome que freqüentemente se dá à parte activa da tensão psíquica em seu **tender para**... E essa actividade está coordenada com paixões, sentimentos, memorizações, representações, imagens, instintos. impulsos. etc. Não há um acto de vontade simples no homem psicològicamente considerado.

Não se pode esconder a acção dos sentimentos nas crenças. A sensibilidade de uma época influi soberanamente na formação do complexo de crenças dessa época. A biotipologia ensina-nos como os diversos tipos humanos encontram plena justificação para as suas tendências, e a psicopatologia oferece, por sua vez, elementos poderosos para a explicação de muitas das atitudes dos homens. Assim, se há muito de verdade numa das teorias, também há na outra.

Ambas contribuem para a explicação do problema da crença com um grande contingente de razões poderosas, mas ambas pecam quando se excluem mùtuamente. Mas, coordenando ambas opiniões, ainda não temos uma visão concreta da realidade da crença. É que a verificabilidade de que são verdadeiras entra como um elemento poderoso sôbre a nossa vontade ou o nosso intelecto. Assim êsse terceiro elemento, juntando-se aos outros, pode nos dar um sentido concreto da crença, o qual revela o antagonismo no choque das duas tendências: uma que deseja afirmar, outra que contradiz o desejo pela afirmação do que é julgado como norma, e o resultado que prepondera, quase sempre, é a verificação, muito embora, de indivíduo para indivíduo, de que possam dar-se divergências palpáveis, bem como a actualização de uma tendência em prejuízo da outra, que se virtualiza. Assim, em muitos, a vontade prepondera e dá a orientação, enquanto, noutros, o aspecto lógico é preponderante e, para alguns, é a verificação que dá a última palavra.

b) Nome que se dá aos diversos assentimentos firmes da mente humana a juízos, ou constelações de juízos, não totalmente verificados e comprovados como evidentes e certos, e que ainda guardam uma margem, sôbre a qual podem outros fundar a possibilidade de uma posição contrária, inversa ao do **crente.** Assim se pode falar em crenças religiosas, políticas, filosóficas, etc.

CRESCIMENTO — Vide **Evolução.**

CRIAÇÃO — a) O conceito de **criação,** toma três acepções distintas:

1) como producção de um novo ser, quer se faça êle do nada ou de um ser preexistente. Êste é o sentido usado pelo **criacionismo** católico;

2) producção original de uma obra artística, ou elevação de uma pessoa a um alto cargo; ou dar uma nova ordem a elementos diversos, que terminam por constituir uma nova unidade. É a que realiza, por ex., a imaginação criadora, como vemos na arte;

3) como substantivo, significando o conjunto dos sêres criados por Deus.

Para os criacionistas, o conceito teológico de criar é:

«Criar, falando com propriedade, não é fazer de uma coisa outra, porque isto se chama geração, mas é fazer de nada algo» (Granada).

«O que é produzido — diz Tomás de Aquino — não pode supor-se anterior à producção. Assim, quando se produz um homem, não era antes homem, mas do não-homem se faz o homem, como o branco do não-branco. Decorre daí que, se se considera a emanação da universalidade dos sêres de seu primeiro princípio, é impossível pressupor ente algum a esta emanação, pois, ser nada é o mesmo que não ser ente. Logo, assim como a geração do homem se faz do não ente, que é o não-homem, de igual modo a criação, que é a emanação de todo o ser universal, se faz do não-ente, que é o nada.»

Muñiz classifica: «A criação pode ser considerada sob quatro aspectos distintos, que respondem às suas quatro causas ou elementos constitutivos intrínsecos e extrínsecos, segundo os quais costuma dar-se dela estas quatro definições:

1) Atendendo à sua causa material, **terminus a quo,** ou ponto de partida material, se define: **Productio ex nihilo,** quer dizer, producção que se faz do nada, ou sem que exista matéria alguma da qual se produza o novo ser.

2) Por ordem ao fim de execução, **terminus ad quem** ou de chegada, se define: **Productio rei secundum totam substantiam,** quer dizer, producção de todo o ser, matéria e forma.

3) Considerando-a por parte de sua causa eficiente própria se define: **Emanatio totius entis a causa universali, quae est Deus,** producção de todo ser pela causa universal, que é Deus.

4) Considerando a ordem entre o têrmo **ad quo** e o têrmo **ad quem,** se define: **Transitus de non ente simpliciter ad ens simpliciter** (trânsito do não ser em absoluto ao ser subsistente). Acrescenta Tomás de Aquino ainda outra definição descriptiva, mediante uma propriedade essencial da criação: **Prima actio quae circa rem exercetur,** a criação é a primeira acção que pode exercer-se sôbre qualquer ser, posto que, por ela, começa a existir integralmente o ser, e tôda outra acção supõe já o ser existente de algum modo. Refundindo tôdas estas definições, a criação se define: «Primeira producção de todo o ser, feito do nada (**ex nihilo**) pela causa universal, que é Deus.»

Partamos, primeiramente, do exame do têrmo **ex nihilo.** A preposição **ex** (em nossa **língua,** de), significa aqui, diz Tomás de Aquino: a) a negação de tôda

matéria **ex qua,** da qual se faz o novo ser, ou b) simplesmente a ordem de sucessão entre o nada e o novo ser produzido, da mesma forma como dizemos que, da manhã, faz-se o meio-dia. **Fieri ex nihilo** nos diz que não há, como têrmo **a quo,** de partida, nenhum material positivo. Mas tais têrmos podem significar: a) não fazer-se em absoluto, como do que cala dizemos que nada fala; b) fazer-se do nada, como quando se diz que se faz de matéria positiva preexistente, como a mesa se faz da madeira; c) fazer-se do nada integral, ou absoluto, quer dizer, sem matéria e sem causa eficiente; d) fazer-se sem que haja algo positivo, como matéria da que se faz o novo ser. É só neste sentido que se toma o têrmo criação, como já vimos.

Em forma alguma se pode admitir a atribuição à criatura alguma de acção criadora, nem por virtude própria, nem como instrumento ou ministerialmente.

Ao criar, produz-se «todo o ser», «o ser enquanto ser ou em absoluto». Para tal se exige uma causa infinita e universal, uma causa, cuja propriedade de ser e de operar seja o próprio ser, e que possa salvar a distância infinita que há entre nada e o ser. Tôdas as causas particulares ou criadas produzem sempre algo de algo, e produzem sòmente algo do seu efeito; originam um novo ser, que não existia como tal, mas que já existia sob outra forma, não fazendo mais que **transformar** a matéria existente.

Nesta ordem de causas, é verdadeiro que «**ex nihilo nihil**», do nada nada se faz, e que, na natureza, nada se origina nem se destrói totalmente.

(Como a ciência pertence a esta ordem, ordem do imanente. nada pode dizer dela, nem tampouco negar o que é da ordem transcendente, sob pena da ciência deixar de ser do imanente, para tornar-se transcendental ou metafísica. No entanto, a ciência tange êste problema, mas, porque o faz, não tem meios, dentro dos seus quadros, de tomar uma posição dogmática).

Para os criacionistas, o modo de operar da causa divina é outro que o de tôdas as causas particulares. Sendo êste o ser por excelência, precontém, em si, todo o ser, e por isso pode produzi-lo em participações potencialmente infinitas. Sua causalidade estende-se a tudo o que pode haver de ser em qualquer efeito. E esta causa é Deus. Por ser o mesmo ser e todo o ser, esta causa exclui qualquer possibilidade de multiplicação. A existência de outra já mostramos ser infundada.

Não pode a criação realizar-se por uma causa instrumental, porque tôda acção instrumental é sempre anterior à da acção da causa principal e se limita a preparar a matéria para o efeito desta. A criação é absoluta e, necessàriamente, a primeira acção que se pode exercer sôbre o efeito criado.

A causa exemplar da criação só pode ser Deus, pois antes da criação não havia nenhum exemplar fora de Deus. Êste modêlo ou exemplar é um em si mesmo,

por identificação da essência divina com o entendimento divino, como já vimos. O ser reproduzido em imitações parciais, distintas e múltiplas, mostra-nos tôda a heterogeneidade dos sêres criados que integram o universo.

b) Diz-se do resultado do acto de criar, a **criatura.**

c) Também se chama ao conjunto das coisas **criadas: a criação.**

CRIAÇÃO AB AETERNO (criação desde todo o sempre) — Reproduzimos sôbre este tema esta passagem de nosso «Filosofia Concreta:»:

«Na concepção criacionista a potência activa do Ser Supremo, em sua **operatio** (operação), implica a potência infinita da determinabilidade. E sem dúvida, e com rigor ontológico, pois podendo o Ser Supremo realizar tudo quanto pode ser, tudo (quanto não é intrìnsicamente contraditório) é possível de ser realizado.

À potência infinita activa, o poder sem limites e sem dependência de poder actuar, criando, exige uma determinalidade correspondente, já que o fazer é, ao mesmo tempo, o ser feito, porque se faz algo, algo é feito; quando se actua, algo é actuado. Corresponde, assim, a infinita potencialidade passiva à infinita potencialidade activa.

A infinita potencialidade passiva é, pois, ingenerável e incorruptível. É ingenerável, porque é do poder de actuar do Ser Supremo, e incorruptível, porque se a infinita potencialidade passiva se corrompesse, tornar-se-ia outra, contrária ao que é e, nesse caso, seria uma resistência ao poder do Ser Supremo, o que ofenderia as teses criacionistas. Conseqüentemente, é ela ingenerável e incorruptível. E ainda o é mais, porque o que é corruptível vem de seu contrário, como o demonstrou Aristóteles, e a potência passiva infinita não tem o seu contrário na infinita potência activa, como poderia parecer à primeira vista, pois, como poderia haver a infinita potência activa sem a infinita potência passiva? Se o racionalismo encontra aqui dificuldades insuperáveis, pela oposição formal dos conceitos, não o encontra a dialéctica ontológica da **filosofia concreta,** porque a infinita potência passiva, não é a privação da infinita potência activa. A afirmação de uma exige a outra, pois como haver uma infinita potência passiva sem uma infinita potência activa, e vice-versa? A presença ontológica de uma implica, necessàriamente, a outra, e, ônticamente, a presença de uma exige a presença da outra.

Ante as dificuldades teóricas, que surgem sôbre êste tema, podemos examinar o pensamento de Tomás de Aquino, que é verdadeiramente cheio de sugestões. Precisamos, primeiramente, reproduzir as suas palavras para, depois, voltarmos aos nossos argumentos dialéctico-concretos.

As dificuldades, que surgem a Tomás de Aquino, são as seguintes, e também as respostas que êle dá às mesmas.

Reproduzamos as suas palavras (Summa Theologica I — q. 46.,

a.1). Comecemos pelas dificuldades:

«Parece que o conjunto das criaturas, o que entendemos hoje por mundo, não começou a existir, mas existiu **ab aeterno.**

Tudo o que começou a existir, antes de existir, já tinha possibilidade de existir, porque, de outro modo, seria impossível que existisse. Se, pois, o mundo começou a existir, era possível que existisse antes de existir. Pois bem, o que tem possibilidade de existir é a matéria, que está em potência para existir pela forma. e para não existir, pela privação da mesma. Logo, se o mundo começou a existir, antes dêle havia matéria. Mas a matéria não pode dar-se sem alguma forma, e a matéria do mundo, junto com alguma forma, constitui o mundo. Logo haveria mundo antes de que êste começasse a existir; o qual é uma contradição».

Segunda dificuldade:

«Nenhum ser, com potência para existir sempre, pode existir e não existir alternativamente, porque, naturalmente, cada ser existe tanto quanto pode. Mas todo incorruptível tem potência para ser sempre, pois não a tem determinada a um tempo limitado de duração. Logo, nada incorruptível é e não é alternativamente. Por outra parte, tudo o que começa a ser, às vêzes é, e às vêzes não é; logo, nada incorruptível começa a ser.»

Ora, havendo, pois, coisas incorruptíveis no mundo, êste nunca começou a existir, porque nada ingênito começa a existir. E se a matéria é ingênita também o mundo nunca começou a existir, e existe, pois, **ab aeterno,** desde a eternidade, embora sempre heterogêneo em seus aspectos secundários, mas sempre êle mesmo em seu **hipokeimenon,** em sua última substância e suporte, diríamos. É o que levaria a alcançar, se nos colocamos dentro dessas dificuldades, aceitando-as.

Contudo, Tomás de Aquino procura responder com soluções dialécticas, que passamos a reproduzir, deixando nossos comentários para o final.

Mas há ainda outras dificuldades, que devem ser apontadas, e que são examinadas por êle. São as seguintes:

1) «O vazio é um lugar onde não há nenhum corpo, mas pode tê-lo. Mas, se o mundo começou a existir, onde está agora a massa do mundo não havia corpo algum, e, não obstante, podia tê-lo: de outro modo, não o teria tampouco agora. Por conseguinte, havia vazio antes do mundo, o que é impossível.

2) «Nada começa a mover-se de novo sem alguma mudança do motor ou do móvel. Mas o que muda se move. Logo, antes de todo movimento, que começa de novo, havia algum movimento, e, portanto, sempre houve movimento. Logo, sempre houve também móvel, porque não é possível movimento sem móvel.

3) «O que está sempre no começo e sempre no fim, não pode nem começar nem cessar; porque o que começa não está em seu término, e o que cessa não está em seu começo. Mas o tem-

po está sempre em seu princípio e em seu fim, porque não há mais tempo que o momento presente, que é o fim do passado e começo do futuro. Logo, o tempo não pode nem começar nem cessar, e, portanto, tampouco pode o movimento, cuja numeração é o tempo».

4) «Deus é anterior ao mundo, ou com prioridade de natureza sòmente, ou com prioridade de duração. Se é o primeiro, sendo Deus eterno, também o será o mundo; se o segundo, o antes e o depois, em razão de duração, constituem o tempo; logo houve o tempo antes de existir o mundo, o que é inadmissível».

5) «Posta a causa eficiente, põe-se o efeito; porque uma causa, à qual não se segue o efeito. é uma causa imperfeita, que necessita algo para que decorra o efeito. Pois bem, Deus é causa eficiente do mundo: causa final suficiente, por razão de sua bondade; causa exemplar suficiente, por razão de sua sabedoria, e causa efectiva suficiente, por razão de seu poder, como está claro pelo que foi dito anteriormente. Logo, existindo Deus **ab aeterno,** também o mundo existiu **ab aeterno.**

Aquêle, cuja acção é eterna, também seu efeito é eterno. Mas a acção de Deus é sua mesma substância, que é eterna. Logo, o mundo é também eterno».

É, contudo, de fé que o mundo teve um princípio, o que exige o esfôrço dialéctico de Tomás de Aquino para responder a essa dificuldade. E êle procede do seguinte modo:

«Não é necessário que haja existido algo **ab aeterno,** excepto Deus. Afirmar isto não implica nenhuma contradição. Demonstrou-se, com efeito, que a vontade de Deus é a causa das coisas. Logo, uma coisa será necessária quanto é necessário que Deus a queira, já que a necessidade do efeito provém da necessidade de sua causa, segundo diz Aristóteles. Do mesmo modo se demonstrou que, falando em absoluto, não é necessário que Deus queira algo, excepto a si mesmo; não é, pois, necessário que Deus tenha querido que o mundo haja existido sempre, mas que o mundo exista enquanto Deus quer que exista, porque a existência do mundo depende da vontade de Deus como de sua causa. Logo, não é necessário que o mundo haja existido sempre, e, portanto, tampouco se pode demonstrar sua existência eterna.»

Conclui, aqui, Tomás de Aquino, que a existência ou não **ab aeterno** do mundo não entranha contradição, pois tanto poderia ser como não ser, sem que a aceitação de um ou de outro repugnasse ao espírito humano. Ora, sem dúvida se vê, que êle se coloca numa posição em que lògicamente parece-lhe que tanto uma como outra hipótese podem ser verdadeiras. Mas serão ambas verdadeiras como diz? serão possibilidades igualmente válidas? Não haverá, numa ou noutra, maior ou menor validez? Para responder-se a tais perguntas é preciso continuar ainda na exposição dos argumentos de Tomás de Aquino, e só depois poderão os mesmos sofrer a análise dialéctico-concreta.

Prossigamos, pois, na exposição dos seus argumentos, que são de um valor inestimável.

Examinando os argumentos de Aristóteles, êle conclui por afirmar: «O próprio Aristóteles afirma expressamente que há certos problemas dialécticos sôbre os quais não temos provas demonstrativas, e entre êstes menciona o problema de **se o mundo é eterno»**.

A concepção de Aristóteles sôbre a eternidade é um tanto decepcionante. O eterno, aqui, é o que dura perenemente, o que perdura através do tempo, não tendo tido um antes de ser, mas tendo sido sempre. Nesse caso, o tempo de tal mundo se identificaria com a eternidade. A eternidade é **tota simul,** e é intensistamente em si mesma. Não é algo que sucede, é algo que apenas e simplesmente é. Ora, o tempo é, no mundo, algo que sucede, algo que transcorre, mas perdura através das transcorrências. O tempo é uma pálida imitação da eternidade, e não é ela. Se o tempo não é a eternidade, o afirmar que o mundo se dá num tempo que não teve princípio nem terá fim, ainda não se afirma que êle é eterno dentro da estructura ontológica dêsse conceito, mas apenas do modo simplesmente analógico. Assim sendo, consideremos tal expressão analógica uma atitude que está certa em face do que já foi examinado. Mas há outros reparos a serem feitos; porém, para que sejam êles proficuos, impõe-se primeiramente examinar o resto da argumentação de Tomás de Aquino. Assim êle prossegue, em resposta directa às dificuldades.

«Antes que o mundo existisse, era possível sua existência; mas esta possibilidade não se fundava em alguma potência passiva, qual é a matéria, mas na potência activa de Deus, e na potência lógica ou objectiva, que não é nenhuma potência real, mas a mera relação de dois têrmos, que não se excluem entre si, no sentido em que se opõe o possível ao **impossível,** segundo consta pelo Filósofo».

«O que tem potência para existir sempre, não é possível que exista às vêzes e às vêzes não exista, desde que tem tal potência; contudo, antes de tê-la não existia. De modo que esta razão, aduzida por Aristóteles, não prova absolutamente que os sêres incorruptíveis não tenham começado a existir, nem que não tenham podido começar a existir, mas sim que não começaram a existir pelo modo natural como começam os sêres generáveis e corruptíveis.»

«Aristóteles prova que a matéria é ingênita, porque não tem sujeito de que se faça.»

«Para o conceito completo do vazio não basta que **não haja nada;** requer-se um espaço capaz de conter algum corpo sem contê-lo de facto, segundo consta por Aristóteles. Pois bem, nós dizemos que antes do mundo, não havia nenhum lugar nem espaço». O espaço seria apenas imaginário, como o que podemos imaginar agora, desde que dêle retiramos, pela nossa mente, tôdas as coisas.

Êsse espaço não tem nenhuma realidade, pois é apenas imaginário.

«O primeiro motor permaneceu sempre imutável; não assim o primeiro móvel, que começou a existir depois de não haver existido. Contudo, não se verificou isto por mutação, mas por criação, que não é verdadeira mutação, como se disse. É, pois, evidente que o raciocínio de Aristóteles dirige-se contra os que supunham coisas eternas movíveis, sem admitir movimento eterno, como era o caso de Anaxágoras e Empédocles. Mas nós afirmamos que, desde que começaram os sêres móveis, houve sempre movimento».

E prossegue:

«O primeiro agente é um agente voluntário, e, embora haja tido eternamente a vontade de produzir algum efeito, nem por isso produziu efeito algum eterno. E não é necessário supor mudança alguma, nem sequer em relação à representação do tempo; porque é preciso conceber de distinto modo o agente particular, que pressupõe sempre algo ao causar qualquer coisa, e o agente universal, que o produz totalmente. Como o agente particular produz a forma e pressupõe a matéria, necessàriamente aplica a forma com proporção à matéria determinada; pelo qual, com razão, se supõe que aplica a forma a tal matéria e não a outra, em virtude da diferença que há entre matéria e matéria. Mas não há razão para supor isto mesmo no agente, que produz, simultâneamente, a forma e a matéria; ao contrário, neste se deve supor razoàvelmente que êle mesmo produza a matéria com adaptação à forma e ao fim. O agente particular supõe o tempo, como supõe a matéria; pelo qual se deve atender que tal agente opera no tempo posterior e não no anterior, segundo a representação de sucessão entre tempo e tempo. Mas, a respeito do agente universal, que produz o ser e o tempo, não se pode supor que opere agora e não antes, segundo a imaginação de um tempo após outro, como supondo algum tempo anterior à sua acção; mas que é preciso pensar que êle mesmo deu tempo a seu efeito, enquanto quis, e segundo era conveniente para manifestar o seu poder. Pois bem, a maneira mais manifesta conduz ao conhecimento do poder divino criador, que preferentemente o mundo não haja existido sempre que o contrário; porque é evidente que tudo o que não existiu sempre teve causa, e, ao contrário, não é isto tão manifesto do que existiu sempre.

Como diz Aristóteles, no tempo há **antes** e **depois,** do mesmo modo que no movimento, e, portanto, o princípio e o fim é preciso concebê-los também no tempo, como no movimento. Pois bem, suposta a eternidade do movimento, necessàriamente cada momento que se tome dêle é princípio e fim do mesmo; não há, porém, necessidade se se supõe que o movimento começa. E o mesmo se deve dizer quanto ao tempo. É, pois, evidente que o conceito de um instante presente que seja sempre princípio e fim do tempo pressupõe a eternidade

do tempo e do movimento. O próprio Aristóteles aduz êste argumento contra aquêles que afirmavam a eternidade do tempo e negavam a do movimento».

Comentando esta passagem diz a nota 29 (da ed. Bac da **Summa Theologica**): «Se o tempo fôsse eterno, todos os seus instantes seriam ao mesmo tempo término do instante precedente e princípio do seguinte; se não é eterno, o primeiro instante é só princípio do seguinte, e o último é só término do anterior, sendo todos os outros instantes término e princípio ao mesmo tempo».

Prossegue, assim, Tomás de Aquino, respondendo às últimas objecções:

«Deus é anterior ao mundo em duração; mas esta prioridade de duração não é prioridade de tempo, mas de eternidade. Ou, então, pode dizer-se que a prioridade se entende a respeito de uma eternidade de tempo imaginário, e não existente na realidade; como dizer que **sôbre o céu não há nada,** entende-se pela palavra **sôbre** um lugar sòmente imaginário, enquanto é possível imaginar que às dimensões dos corpos celestes se acrescentam outras.

Do modo como o efeito segue a causa, que opera naturalmente de conformidade com sua forma, assim o efeito da causa, que opera pela vontade, segue-se dela conforme à forma preconcebida e determinada por esta causa, como se disse anteriormente. Portanto, embora Deus tenha sido, desde tôda eternidade, causa eficiente do mundo, não é necessário supor que o mundo tenha sido produzido por Deus, senão em conformidade com o que predeterminou sua vontade, isto é, que o mundo recebera a existência depois de não ter existido, para que assim evocasse, de uma maneira mais patente, o seu autor.

Posta a acção, segue-se o efeito, mas em conformidade com a natureza da forma, que é princípio da acção. Mas, nos agentes voluntários, o que foi preconcebido e determinado, toma-se como forma, que é princípio da acção. Da acção eterna de Deus não se segue, por conseguinte, o efeito eterno, mas tal qual Deus o quis; a saber, que tenha o ser depois do não ser.

Posta a acção, segue-se o efeito, mas em conformidade com a a natureza da forma, que é princípio da acção. Mas, nos agentes voluntários, o que foi preconcebido e determinado, toma-se como forma, que é princípio da acção. Da acção eterna de Deus não se segue, por conseguinte, o efeito eterno, mas tal qual Deus o quis, a saber, que tenha o ser depois do não ser.»

Ora, o Ser Supremo é eterno, pois é puro acto. Seu operar **ad extra** surge em sua eternidade. Não há nela um antes nem um depois. A **operatio** do Ser Supremo é êle mesmo, idêntica a êle mesmo. Ora, pela fé cristã, a criação teve um princípio. Mas, revela Tomás de Aquino que não há nenhuma contradição se a criação é **ab aeterno** ou não, isto é, se teve um princípio. Essa é a resposta da filosofia, que em nada ofende a fé, pois, ademais, há a favor dêsse princípio razões

diversas, que passaremos a expor a seguir, e que foram manejadas pelos escolásticos, através das grandes discussões que êste tema suscitou.

É questão de fé, para a escolástica, que o mundo não tenha existido sempre; ou melhor, que a criação não seja **ab aeterno.** Reconhece, ademais, Tomás de Aquino que não é possível provar apodìticamente que uma vez tenha começado a ser. E a razão está que o comêço do mundo não pode ter uma demonstração tomada da natureza da própria criação. E Duns Scot justifica a sua posição, que neste ponto é idêntica à de Tomás de Aquino, porque jamais encontraremos uma razão necessária para justificar **a priori** um acto contingente.

Por outro lado, uma coisa considerada em sua espécie, e enquanto tal, não se pode dizer que não tenha existido sempre, pois o que é ou pode vir-a-ser, de certo modo já é na ordem do Ser, pois, do contrário, viria do nada, o que é absurdo.

A grande dificuldade que surge para a aceitação de uma criação **ab aeterno** provém do seguinte dilema: ou o Ser Supremo criou livremente ou criou por necessidade. A criação só poderia ser livre, pois já está demonstrado que aquêle é absolutamente livre. Seu acto criador é, pois, absolutamente livre. Se, por necessidade, importaria um exame rigoroso. Se entendemos que essa necessidade é de natureza, que o Ser Supremo é forçado a criar por ser infinito, nesse caso não lhe restaria o poder não-criar, o que o tornaria não-livre.

Mas cremos haver aqui ante os escolásticos uma dificuldade, que nos parece ser fàcilmente resolúvel, fundando-nos em argumentos apodíticos.

Não se pode atribuir a criação à necessidade. Mas, impõe-se examinar o que se entende ontològicamente por tal.

Uma criação **ab aeterno** duraria uma duração infinita **a parte ante,** ou seja, jamais haveria o **primeiro dia** (tomado aqui em sentido simbólico).

Não se encontra o nexo de necessidade para a criação **ab aeterno,** partindo do contingente, que é a criatura, pois esta depende de outro, e da parte do Ser Supremo essa necessidade seria a afirmação da carência da liberdade nas acções **ad extra,** o que é absurdo. A única necessidade encontrada é a da criatura que, necessàriamente, para ser, pois é um ser dependente, exige o ser que lhe dá o ser. A necessidade está na criatura, não no criador. Ademais, é tese já demonstrada que a acção transitiva não muda o agente enquanto tal. A criatura, por ser necessàriamente dependente, implicaria a necessidade do acto criador, do Ser Supremo operar **ad extra,** realizando a criação.

Não procedem os argumentos de que o Ser Supremo, ao criar, sofre uma mutação, e como não pode sofrê-la, a criação deve ter sido **ab aeterno,** porque se trata de uma potência activa e não passiva, pois é da sua essência o

acto puro. Ademais, não caberia também a alegação, dizem os escolásticos, de que sendo a sua essência activa, tem de criar sempre. O activo é entitativo e não terminativo. Ademais a acção eterna é imanente, e essa é eterna, não a transitiva. Aquela é da essência do Ser Supremo, é o próprio Ser Supremo.

Resta saber se, para a escolástica, é a criação **ab aeterno** possível. Ora, vimos que para Tomás de Aquino ela o é, sob o ângulo filosófico. Vasquez, e também muitos tomistas aceitam essa possibilidade. Entre os que a julgam impossível encontramos Billot, Tongiorgi, São Boaventura. Sylvester Maurus, Alberto Magno, Henricus Gandavensis, Toledo, Valentia e muitos outros. Para Suarez e os suarezistas é esta a tese que deve ser mantida.

E entre os principais argumentos encontramos os seguintes:

É impossível a criação **ab aeterno** das coisas sucessivas, porque teríamos um número infinito quantitativo das coisas seriadas, o que é absurdo. Êsse infinito quantitativo seria o infinito numérico, porque a alegação contra essa tese, de que haveria um infinito quantitativo actual não procede, pois êsse infinito quantitativo não seria actual, já que o passado não é actual. O passado não existe em acto. E assim como podemos admitir um infinito quantitativo potencial **a parte post,** pois sempre há **um outro dia após outro dia,** pode-se conceber um infinito quantitativo potencial a parte ante, um **dia antes de outro dia,** ou em linguagem menos simbólica, um agora depois de um agora, e um agora que já foi, que antecedeu a outro agora. Ao que foi e deixou de ser, sendo sempre o que era, chamamos de **infinito potencial epimetéico,** e ao que é **deixando de ser sendo o que é, para ser o que ainda não é,** constitui o **infinito potencial prometéico.** Ora, tal infinito quantitativo potencial epimetéico, é tão **possível** quanto o outro. Se o primeiro não é alcançável jamais, também não é o segundo. E não se diga, para argumentar contra, que havendo um início, o **dia um,** haveria um número limitado de dias, porque a análise matemática nos mostra que poderíamos dividir êsses dias em agoras, e jamais atingiríamos a um tempo que não fôsse matemàticamente divisível.

Assim um dia, reduzido a instantes, teria um número quantitativo potencialmente infinito. O argumento contra a criação **ab aeterno** parece assim frágil. Na matemática pitagórica (na genuìnamente qualitativa de grau de **teleiôtes**), a criação, como tal, é um número. Mas quantitativamente qualquer quantidade pode ser reduzida sempre a um número quantitativo potencialmente infinito. Já o não pode quanto à matemática qualitativa, porque o número qualitativo não se presta à divisão. As qualidades revelam graus, e se êsses graus são contáveis, de modo a atingir um infinito potencial quantitativo, não o é a espécie, dos quais os graus são graus. Na matemática aplicada aos **eide,** às espécies, já essas são perfeições absolutas, pois os graus, que as coisas revelam de participação da perfei-

ção absoluta, permitem uma medida com aquela, mas aquela é sempre a unidade de medida, o que não se verifica na quantitativa, porque, nesta, a medida é um **minimum** da quantidade, enquanto naquela é um **maximum.**

A criação é assim **uma,** mas potencialmente infinita na heterogeneidade dos graus e dos modos de ser dos entes diversos. Dêsse modo, o infinito quantitativo potencial **a parte ante** não é um absurdo, e fica perfeitamente clareada a sua aceitação.

Resta que entendamos bem o conceito de **ab aeterno,** usado pelos escolásticos. Já vimos que significa que a criação dura de duração infinita **a parte ante.** Na concepção da criação **ab aeterno,** entende-se que a emanação da coisa criada parte de Deus, por Deus ser Deus, ou em outras palavras: não há nenhuma prioridade do tempo entre Deus e o efeito criacional. O nada precedeu a criação, mas apenas indica que êsse nada era nada do que existe agora; isto é, o que existe agora tem a sua razão de ser em Deus, e antes de ser o que é, era nada do que é agora. Antes da criação, não havia algo que pudesse ser informado por Deus para tornar-se a criatura.

Mas êsse **antes** é um antes temporal, porque antes de haver a criação não havia o tempo. Falar aqui de um antes, não é falar de um antes temporal real, mas apenas imaginário. A antecedência ontológica, axiológica e divina de Deus na criação, concebida dêsse modo, está perfeitamente salva, para os defensores desta tese.

Resta agora saber se admitindo a criação **ab aeterno** e, portanto, como algo que emana da operação divina criadora, dêle emana por necessidade de sua natureza ou não. Em suma, se a criação é necessária ou contingente. E se a aceitação de que a criação é necessária ofende ou não a liberdade de Deus. Para a escolástica, a solução é uma só: a criação é contingente, pois ofenderia a liberdade divina.

A idéia de necessidade implica o que não pode ser de outra maneira, o que inevitàvelmente tem de ser, e seu oposto contraditório é o impossível, o que de modo algum pode ser. Mas, assim como a impossibilidade pode ser relativa, também o pode ser a necessidade, pois pode-se falar na impossibilidade disto ou daquilo, aqui e agora, sem que haja a impossibilidade total de ser isto ou aquilo, ali ou depois. Se a macieira é impossivel no Sol, não o é em nosso planeta. Essa impossibilidade é condicionada. Assim também a necessidade pode ser relativa, quando condicionada a coordenadas, sem as quais perderia a sua inevitabilidade.

Desta forma, a necessidade absoluta seria incondicionada, também incondicionada seria a impossibilidade absoluta. O nada absoluto é incondicionadamente impossível, enquanto o Ser é incondicionadamente necessário, pois é incondicionadamente necessário que alguma coisa exista.

A necessidade absoluta é chamada de metafísica, e funda-se nas relações de essências, que se incluem ou se exigem reciprocamente.

Se há criador, há criatura. Mas o nexo de necessidade liga a criatura ao criador, pois aquela exige, necessàriamente, êste, e não inversamente, pois Deus pode criar, porém não seria necessário absolutamente que criasse. É precisamente aqui que surge a aporia que atravessa o tempo, e que exige sempre o maior cuidado por parte dos grandes filósofos. Criou Deus por necessidade de sua natureza? Não é por ser êle infinitamente poderoso que podia criar?

Por ser infinitamente poderoso êle cria. A ordem é evidente, mas não o é a de que êle crie necessàriamente, porque é infinitamente poderoso.

Deus, não criando, nada perde de seu infinito poder, pois a criação é uma **emanatio,** uma acção transitiva, não significando a sua ausência nenhuma negação à sua infinita potencialidade activa, assim para não movermos êste objecto agora não implica absolutamente nenhuma diminuição na nossa potencialidade activa de poder movê-lo.

Mas a comparação poderia ser julgada falha, porque há uma infinita distância entre criar, entre criação divina e o acto de mover ou do criar humano, que se realiza através da ordenação de elementos já existentes, que antecedem à criação. Naquele não há tal. O acto criador é só de Deus, é necessàriamente só de Deus, só êle pode criar.

Ontològicamente, a idéia de criação exige, necessàriamente, o ser infinitamente poderoso. A criação não pode ter outra causa.

Mas, por ser Deus infinitamente poderoso, deve, inevitàvelmente, criar? Não poderia permanecer apenas como Deus, sem criar?

Em face dos argumentos, jogados lògicamente, a tese de que a criação é um possível, que a potência activa de Deus livremente torna real, é absolutamente segura. É rigorosamente lógica. Mas o será rigorosamente ontológica.

A pergunta não é descabida; impõe-se e exige respostas. Temos de respondê-la dentro das nossas possibilidades.

A acção transitiva é aquela que faz, porque pode fazer. Se faz, é porque pode e, se pode fazer, faz, e o fêz.

Decorre necessàriamente do Supremo o infinito poder de fazer. É da essência do Ser Supremo a infinita potência de operar. Esta, necessàriamente, decorre daquela. Ora, a criação só pode surgir de uma acção transitiva, diz-se, de uma **emanação ad extra,** e não contradiz o Ser Supremo. Necessàriamente, portanto, a criação é um possível que lhe pertence. Só o Ser Supremo poderia criar, e só há criação se partir dêle. O poder criar dêle é acto, está fundado em seu infinito poder. Se não criasse, permaneceria êle em eternidade apenas, no acto de si mesmo. Mas essa eternidade não é tempo. O tempo só surge com a criação. E se o tempo só surge com a criação, não há necessidade do dia um, como já vimos. Um antes, aqui, um antes temporal, é apenas imaginário e não real. Portanto, se a criação é dependente,

ela pode ser **ab aeterno,** sem modificar em nada o Ser Supremo, que permanece, na eternidade, o que é.

Se êle necessàriamente cria, essa necessidade deve ser compreendida dentro da eternidade. Para absolutamente criar é necessário ser absolutamente infinito, omnipotente. Um nexo de necessidade **antes** é absurdo, porque não há o antes. A pergunta, portanto, de se Deus cria por necessidade de natureza é falsa. é uma **pseudo-pergunta,** porque não tem sentido. O nexo, que procuraríamos, seria o mesmo que procuramos nas coisas finitas e finitamente potentes. Nêle não o poderemos encontrar, porque, sendo eterno e omnipotente, não há um antes entre Deus e a criação. A criação começa quando começa, isto é, só há comêço onde há finitude; no infinito omnipotente não se pode falar em comêço, nem em contingência, porque necessidade ou contingência surgem como opostos nas coisas finitas.

A necessidade é revelada no dependente. A criação exige necessàriamente o Ser Supremo, mas essa necessidade é da criatura, não daquele. A única necessidade do Ser Supremo é a de existir, e é a **simpliciter.** A da criatura é a necessidade hipotética relativa. Para que a criatura exista, é necessário o criador. Aqui a necessidade é hipotética. Porque existe o Ser Supremo deve existir a criatura, e para dizer-se tal ter-se-ia de admitir que sem a criatura o Ser Supremo não seria. Neste caso, a necessidade dêle seria hipotética e não **simpliciter,** o que seria absurdo. Não se pode inverter a ordem. Há necessidade, para que algo finito (criatural) seja, que haja o ser infinito omnipotente, que é necessário por isso, que não pode não ser para que alguma coisa seja, porém não se pode inverter o nexo de necessidade, porque da parte de Deus não há antes ou depois, há o eterno, e o eterno não permite a prioridade disto àquilo. Assim, no Ser Supremo, os atributos não têm prioridade real, mas apenas a prioridade que nós captamos, por sermos temporais e sucessivos.

Já vimos que os nexos ontológicos são simultâneos. Em Deus, todos os atributos, todos os seus predicados, são simultâneos. Se a nossa operação intelectiva extrai, deduz uns de outros, essa extração, essa dedução, processa-se em nossa mente, porque é de sua natureza proceder assim, mas tal não quer dizer que, nêle, haja antecedentes ou conseqüentes. Nêle, há apenas a eterna presença infinita de omnipotência.

Por esta razão, não há um antes da criação. E esta não pode ter tido um comêço no tempo. O tempo começou com ela, porque é algo que começa, e êsse tempo, que nós procuramos ingênuamente dividir em dias, em meses, em séculos, na criação, não se divide essencialmente em tal, mas é absolutamente divisível potencialmente, portanto, é infinitamente potencial

A criação é, assim, **ab aeterno,** porque ela começa **ab aeterno,** porque só o eterno a antecede sempre. Ela não teve um antes.

ela começou quando começou, sem um antes temporal. Só nesse sentido ontológico podemos compreendê-la. E nesse sentido, ela absolutamente não contradiz a fé cristã.»

CRIACIONISMO — O criacionismo é uma posição sintética entre o panteísmo e o dualismo.

Afirma a concepção criacionista, que tôdas as coisas foram e são criadas por um ser todo poderoso.

Criar é um conceito, cujo esclarecimento não está isento de certas dificuldades. Mas, para os criacionistas, tem um sentido restrito e definido: criar é produzir uma coisa nova, que totalmente ainda não era.

O criar, que conhecemos no mundo do existir, é apenas dar uma ordem nova a elementos dispersos, que se estructuram numa forma nova, como a imaginação criadora, na psicologia, que é a estructuração nova dada a um conjunto de imagens. A figura tem um conteúdo extensistamente considerado, conteúdo quantitativo, enquanto a estructura formal, o número pitagòricamente considerado (**arithmos**), esquematiza algo novo.

Há, aí, um criar, mas êsse criar é apenas a actualização de uma possibilidade já contida nos elementos componentes, a qual se actualiza.

Muitos consideram criação a transformação de coisas preexistentes, que recebem nova forma. Essa forma de criação é o que os escolásticos chamavam de **creatio ex nihilo sui non subjecti** como a criação do artista, por exemplo, pois neste caso a coisa criada não o é substancialmente criada, mas apenas uma nova disposição dos accidentes.

A criação, sem a presença de elementos preexistentes, que os escolásticos chamavam de **creatio ex nihilo sui et subjecti,** que é a verdadeira criação, implica, não só a ordenação dos accidentes, mas a positivação da própria substância, é uma **criação substancial,** enquanto a primeira é apenas **accidental.**

Na **creatio ex nihilo,** a matéria não é preexistente, modelada pelo criador, o que levaria à posição dualista. O acto criador precede à criatura. Spinoza, para evitar a dificuldade que surge aqui de uma anterioridade de Deus e de uma posterioridade da matéria criada **ex nihilo,** definia a criação da seguinte maneira: «A criação é uma operação à qual não concorrem outras causas que a eficiente, isto é, que uma coisa criada é uma coisa que, para existir, não supõe antes dela senão Deus.»

Os sêres finitos têm, assim Deus como causa de sua criação. Não são uma emanação de Deus, como o pretendem os panteístas, pois só há emanação quando há decorrência do poder criador, que é algo da criatura. O criador, portanto, ao criar, **não tira de si** a criatura, mas cria-a simplesmente.

Tôdas as aporias em que se colocam o dualismo e o panteísmo provocaram a formação da concepção criacionista. O pan-

teísmo leva-nos à aporia da emanação e, conseqüentemente, ao problema do mal, ao problema da imperfeição. O dualismo leva-nos à aceitação de um ser separado. Ora, Deus é fonte do ser; portanto o ser criado só pode ser subsistente em Deus, que é o único ser que é **a se,** que tem **aseidade.** É a criatura uma realidade distinta da realidade de Deus, mas é nesta que encontra a sua subsistência.

Mas surgem, no entanto, muitos problemas quando da aceitação desta posição, cujas aporias passamos a examinar.

O criacionismo oferece um «impasse» para a inteligibilidade. Se a razão, em sua última providência abstractora, alcança o nada, não pode, por sua vez, compreender como o nada se concretizaria, de modo a dar surgimento a algo, ou como dêle seria possível extrair alguma coisa, pois de zero (e êste é o argumento mais caro dos ateus) como poderia sair o **alguma coisa?**

Desta forma, a tese criacionista é ininteligível. As concepções criacionistas, por exemplo, na paleontologia, não podem deixar de aceitar que há uma solidariedade com o passado de todos os sêres vivos para que se possa compreender o surgimento de uma nova espécie. Não se pode aceitar aqui uma excepção, pois, do contrário, ter-se-ia de admitir uma **creatio ex nihilo,** o que é absurdo, afirmam os opositores do criacionismo.

Contudo, retrucam os criacionistas: se o mundo é feito **ex nihilo,** não foi precedido por um nada absoluto, mas, sim, pelo Criador, Deus, que é ser absoluto. O nada é criatural e não do ser. Se a criação é ininteligível, por ser impensável, dizem, também o é a potência, a causalidade, etc. A deficiência da nossa razão não pode ser um argumento definitivo: se não podemos aceitar o criacionismo, considerando o existente como causa eficiente, tal não implicaria nenhum absurdo, quando compreendemos, na idéia de Deus, um poder absoluto, que ultrapassa totalmente as nossas possibilidades pensamentais, pois, de Deus, só podemos, quando muito, construir idéias analógicas, e não captá-lo em tôda a sua imensidade, o que nos tornaria, neste caso, iguais a êle.

É a prova da nossa finitude e, portanto, a afirmativa da infinitude, essa mesma impossibilidade de intelecção. Por não podermos compreender é que o «incomprensível» se afirma, pois como compreender, como **prender** com os nossos esquemas, o que ultrapassa a tôda esquematização, a toda limitação?

Objectam, porém, os adversários que a admissão da criação implicaria um antes e um depois. E sendo Deus infinito, nesse antes não teria criado, não teria sido activo, para o ser depois, o que implicaria, automàticamente, no **antes,** uma possibilidade de criar, que só se actualizaria **depois.** Ora, se em Deus havia possibilidades, não era totalmente acto, isto é, acto puro, o que implicaria numa limitação e, portanto, a negação da sua infinitude.

Mas os defensores do criacionismo alegam que a aceitação de uma criação **ab aeterno** (vide) resolveria fàcilmente a dificuldade oferecida pela objecção, pois Deus cria coeternamente, e antecede, axiológica e não cronològicamente, à criatura.

A criação é actividade de Deus, não há precedência cronológica qualquer, porque o tempo implica a criação. É ela coeterna com o acto de criar, mas, por dignidade e valor, o poder de Deus a antecede. O tempo só tem realidade para nós, e ante a eternidade êle se esfuma. O acto criador é eterno como essência divina. Os efeitos, que são exteriores a êsse acto, situam-se no tempo, porque sucedem, acontecem, mudam. Deus não sucede nem acontece; Deus é.

Assim o mundo é **ab alio,** tem abaliedade, vem de outro, de Deus, que é a sua origem, não por emanação, mas por criação.

Esta tese, porém, encontra também seus objectores, pois, desta forma, cairíamos no panteísmo, respondem. Se as criaturas não têm um ser próprio, elas o tem de Deus, que lhes dá subsistência e razão de ser, pois, desde o momento que faltasse êsse apoio, o que é existencialmente como sistência prefixada, o mundo do criado, o cosmos, deixaria, automàticamente, de ser. Portanto, o ser do mundo é Deus, afirmam os objectores. A criação contínua de Deus leva-nos a esta nova aporia, pois a coloca de cheio no campo do panteísmo.

Mas respondem os criacionistas: essa tese não procede, porque ela peca de saída, pois funda-se na univocidade do ser, e o ser não é unívoco, mas análogo. O ser da criatura é um ser participado, e a criação é a continuação dessa participação. O ser criado é um ser **em si,** não porém o é **por si.**

CRIACIONISTA — Partidário do **criacionismo.**

CRIATIVA (Teoria da percepção) — É uma teoria contrária à teoria selectiva, pois afirma que os dados dos sentidos são criados ou constituídos pelo acto de percepção, e existem apenas no momento, e sob as condições da percepção actual.

As teorias da percepção de Descartes, Locke, Leibnitz, Berkeley, defendem a teoria da percepção criativa.

CRIATURA — Diz-se do que é criado. Vide **Criação.**

A criação implica o ente defíciente, pois criar a plenitude absoluta de ser é ser o Ser infinito, o Ser Supremo. A criatura, por ser dependente, não poderia ser o Supremo Ser. A criatura infinitamente perfeita é uma contradição formal; não é nada nem no pensamento nem na realidade dizer-se que Deus não pode realizá-la, como o mostra Tomás de Aquino, pois criatura implica dependência.

A criatura é, assim, dependente e participante do Ser Supremo, não apenas formalmente, mas concretamente, procedente que é do ser criador.

Dependentes do Ser Supremo são todos os sêres finitos, e o

mais elevado e o mais ínfimo, por maior que seja a distância que os separa daquele, nunca estão divorciados por um abismo insuplantável. Eis por que, em algo, tudo a êle **se assemelha,** porque tudo dêle participa.

Há, assim, um **logos** analogante, que unifica tôdas as coisas, no qual elas se univocam.

Se verticalmente os entes finitos se diferenciam e são heterogêneos, horizontalmente se identificam no ser. Se se distinguem pelas escalas de perfeição, há uma que os identifica; **o serem ser, e não nada.** E êste ser não podia vir do nada e sim do Ser Supremo.

CRIME — a) Diz-se de tôda infracção grave da lei ou da moral. O têrmo tem sua origem em **cerno, cernire,** verbo latino, que significa separar, de onde o nosso **concernir,** concernente, da raiz **cer,** do grego **kri,** daí **krino,** separar, daí **krisis,** a acção ou faculdade de distinguir, de escolher, de decidir, etc.

Assim, no têrmo **crime,** está incluso um acto de escolha; é a falta mais ou menos grave que revela a culpabilidade (Vide **Culpa**).

b) Jurìdicamente, é a grave infracção da lei, passível, conseqüentemente, de uma pena aflitiva ou infamante, e não apenas **correccional.** O que é passível de uma pena correccional é o **delicto.** Vide **Correcção.**

c) O têrmo é empregado sempre que se comete alguma infracção às leis, daí crime contra a natureza, crime político, crime de Estado, etc.

CRIMINALIDADE — a) Qualidade ou estado do que é criminoso.

b) Também se emprega para indicar a freqüência de crimes no país.

Criminalità (it.) = **criminalidade.**

Criminalité (fr.) = **criminalidade.**

Criminality (ing.) = **criminalidade.**

Crimine (it.) = **crime.**

CRIMINOLOGIA — Ciência que se dedica ao estudo da criminalidade, não só quanto à sua ocorrência, mas, também, quanto às influências psicológicas que o geram, bem como às conseqüências que os crimes podem ter junto à ordem social e histórica.

Criminologie (fr.) = **criminologia.**

Criminology (ing.) = **criminologia.**

CRIPTOESTESIA — (De **Kryptos,** em grego, oculto, e **aisthesis,** sensibilidade) — Sensibilidade supernormal.

CRIPTOLÓGICO — (De **Kryptos,** em grego, oculto) — Ampère classificou as ciências segundo quatro pontos de vista: **autopítico,** que é dos factos ou das relações estáticas, que aparecem imediatamente à simples inspecção do objecto estudado; **criptorístico,** que têm por carácter des-

cobrir o que está oculto; **troponômico,** que consiste em estudar as mutações para determinar-lhes as leis; **criptológico,** que termina por descobrir o que há de mais alto no objecto. Assim as artes, na opinião de Ampère, pertencem ao ponto de vista criptológico (Lalande).

CRIPTOPSÍQUICO — (Do grego **Kryptos,** oculto, e **psykhikos,** psíquico) — Chamam-se fenômenos **criptopsíquicos,** os psíquicos inconscientes.

CRIPTORÍSTICO — Vide **Criptológico.**

CRISE — Vem êste têrmo do grego **krisis,** que, etimològicamente, significa separação, abismo, e, também, juízo, decisão, etc. Há, em todo existir, um separar-se, uma crise, quer pela forma, quer pela separação física das coisas. Mas estas não se separam, porém, absolutamente, porque, do contrário, haveria rupturas no ser, o que é absurdo ante uma concepção que não aceita qualquer dualismo nem pluralismo principial. E se a verdade do mundo fôsse o pluralismo, a crise se instalaria ainda em maior escala, porque haveria sêres absolutamente separados, e infinitamente distantes uns dos outros.

Há, de qualquer forma, de modo absoluto ou não, um separar-se entre as coisas. E é a **crise** que leva o homem à **crítica,** ao trabalho analítico, ao exame das partes de um todo, para apreender mais concretamente o todo.

Há, na crise, um dualismo vectorial: a **diácrise,** que é separação constante, intensiva, e a **sincrise,** que é a reunião dos elementos dispersos. A **crítica,** que é a aplicação da inteligência no exame da realização de crise, que é todo objecto finito de exame, realiza a **diácrise** de início, para proceder, afinal, a **síncrise.**

Emprega-se o têrmo **crise** para indicar as situações instáveis e oscilantes entre impulsos antagônicos, entre fôrças contrárias, quando a oposição cria a **diácrise.** Dêste modo, em todos os campos do conhecimento, e em todos os sectores da vida humana, encontramos sempre instalada a **crise.** Daí poder-se falar em **crise intelectual,** em **crise econômica,** em **crise política,** em **crise ética,** em **crise moral,** etc.

CRISTALIZAÇÃO — a) Acção de cristalizar, fenômeno que realiza a formação dos cristais, ou seja, o corpo que passa do estado fluídico para o sólido, tomando a forma regular poliédrica.

b) Emprega-se o têrmo cristalização algumas vêzes, na Filosofia, para indicar o conjunto de idéias, que se coordenam numa sistematização, conseqüentemente, estável.

Cristallisation (fr.) = **cristalização.**

CRISTIANISMO — É a doutrina de Cristo, segundo a interpretação que dela fazem seus partidários. Dêste modo, é o **cristianismo** considerado o movimento religioso, que se fundamenta nos preceitos de Cristo, segundo os Evangelhos, que compendiam a acção do homem em relação aos seus semelhantes, a si mesmo, e

a Deus, indicando-lhe o caminho de sua salvação nesta vida, e noutra vida **post-mortem.**

Como doutrina, o Cristianismo não é uma filosofia, nem partiu da filosofia para consolidar-se, e até a desprezou por largo tempo, apesar da preocupação filosófica de alguns panegiristas das primeiras horas, e alguns famosos patrólogos (vide **Patrologia,** em **Sinopse da História da Filosofia**), que procuraram fundar, filosòficamente, no pensamento grego, os postulados cristãos.

Contudo, no ocidente sobretudo, buscaram os cristãos encontrar, na Filosofia, não a prova pròpriamente dos seus fundamentos religiosos, mas a demonstração negativa de que tais fundamentos não são absurdos, por não serem contraditórios, e, ainda, por serem devidamente possíveis em face daquela. O grande trabalho da escolástica, e de tôda a filosofia medieval de inspiração cristã, exerceu êsse papel, bem como buscou fortalecer os pontos vacilantes da fé, com o apoio de argumentos de ordem filosófica. Por outro lado, em face das **heresias** e de doutrinas, que subvertiam os fundamentos do **cristianismo,** os filósofos medievalistas sempre estiveram a postos para terçar armas com energia, surgindo, então, os períodos das famosas **questões disputadas,** que tanto estimularam os estudos filosóficos, e tantas contribuições definitivas trouxeram para o acervo do conhecimento filosófico.

Aquêles que julgam que a filosofia pode fundir-se ao **cristianismo,** ou a daqueles, que julgam que há um abismo entre ambos, pecam por excesso, porque não é impermeável o cristianismo ao pensamento filosófico, que até o estimulou, como nunca se vira até então na história humana, como também não se reduz o cristianismo à filosofia, pois os dogmas cristãos não encontram, nesta, demonstrações positivas, mas apenas negativas, ou seja, ante a filosofia bem fundada não são absurdos nem incongruências, senão para aquêles que nunca se dedicaram a sério e profundamente ao estudo da Filosofia.

CRISTOLOGIA — Conjunto das doutrinas teológicas, que tratam da natureza e da personalidade de Cristo. Nela discute-se a promessa do Salvador, a divindade ou não de Cristo, o exame de sua vida, de suas obras, bem como a análise das decisões dos diversos concílios da Igreja, que estabeleceram normas sôbre temas cristológicos, incluindo-se, ainda, as interpretações realizadas pelos teólogos sôbre tais decisões.

Critère (fr.) = **critério.**

CRITÉRIO ÉTICO — Vide **Ética.**

CRITERIOLOGIA — Vide **Teoria do Conhecimento.**

Critériologie (fr.) = **criteriologia.**

Criterion (ing.) = **critério.**

Criterium (lat.) = **critério.**

CRÍTICA — a) **Crisis,** como vemos no verbete correspondente, é a abertura, a separação, é o exame, é a análise. **Crítica** é o

exame, a actividade que tende a captar os valôres, segundo um critério, para compará-los, para medi-los.

Na crítica, há o exame específico, teórico e prático do que o homem realiza.

b) A **crítica** de Kant, mais conhecida por **criticismo** (vide), no exame da crise do conhecimento, estabelece os limites da percepção e da experiência, que são elaboradas com formas **a priori,** e tenta estabelecer uma posição para a Metafísica, que êle julgava a única verdadeira.

c) No sentido escolástico, Crítica é o inquérito científico sôbre o valor e o âmbito verdadeiro e certo da **cognição.** É uma investigação filosófica, que cientìficamente investiga as últimas causas e razões do valor do âmbito do conhecimento humano. Chamam-na muitos de **Lógica Maior.** Como ela estuda a existência das cognições verdadeiras e certas, alguns chamam essa parte de **Ideologia;** e como estuda a mais íntima natureza da verdade e da certeza, essa disciplina é chamada, também, de **Criteriologia.**

CRÍTICA DO CONCEITO DE FÔRÇA — No **dinamismo integral** (vide), a fôrça, ou o poder **(dynamis),** é o fundamental de tôdas as coisas, de onde tôdas as coisas surgem, sendo tôda realidade uma manifestação dessa **dynamis.** O conceito de fôrça é por nós elaborado, através da abstracção que fazemos das experiências que temos da fôrça física da mecânica. A fôrça, em sua própria essência, exige ou implica uma limitação, uma finitude, porque é um conceito quantitativo. Uma quantidade infinita em acto, é simplesmente absurda. Conseqüentemente, uma fôrça infinita em acto também o seria. Se a fôrça é o princípio de tôdas as coisas, ou ela é simples ou ela é composta. Se composta, não é o princípio de tôdas as coisas; portanto, tem de ser absolutamente simples. Se é absolutamente simples, não podendo ser infinita quantitativamente em acto, só o pode ser finitamente, portanto será limitada. Limitada por outro é impossível, se postulamos que é o princípio de tôdas as coisas. Se limitada por si mesma, não seria absolutamente simples. Portanto, seria quantitativamente infinita em acto, o que é absurdo; logo, a fôrça não pode ser quantitativa nem qualitativa, nem substancial, porque a substância é portadora de accidentes e, portanto, de limites. Ela seria, assim, absoluta e infinitamente ela mesma; então ela seria essencial e existentemente ela mesma, pois sua essência seria o existir dela mesma. Neste caso, ela estaria sendo nada mais, nada menos, do que um nome para substituir o do Ser Supremo. E com grande desvantagem: a de incluir, em si mesma, uma contradição, porque o conceito de fôrça implica finitude, e essa fôrça do dinamismo integral seria infinita. Seríamos, por êsses argumentos, levados ao que os escolásticos chamavam de **ductio per contradictoriam propositionem sive per impossibile** ou seja, a uma proposição contraditória, ou por impossibilidade. E também seria uma **contradictio in adjecto,** pois

haveria contradição nos têrmos, no qual o atributo é a negação do sujeito, porque infinito, no seu atributo, negaria conceitualmente a fôrça, que é finita, e teríamos o exemplo de um predicado ter mais realidade que o sujeito, isto é, ter mais ser que o sujeito, o que é lògicamente absurdo. Conseqüentemente, os dinamistas nada mais fizeram do que realizar um golpe teatral, fazendo surgir um novo **deus ex machina.** (Vide).

Criticism (ing.) = **criticismo.**

Criticisme (fr.) = **criticismo.**

CRITICISMO — Investigação da natureza e dos limites do conhecimento com o intuito de evitar as posições dogmáticas e céptica.

Como Kant, na «Crítica da Razão Pura», empreendeu essa crítica, o têrmo **criticismo,** geralmente, quer significar a posição kantiana. Vide **Kant,** em **Sinopse da História da Filosofia.**

Critique (in. e fr.) = **crítica.**

CRONAXIA — índice de irritabilidade de um tecido, quando sujeito a uma corrente de intensidade suficiente para produzir a excitação.

CRONOLOGIA — a) Ciência que trata das diversas divisões do tempo e de determinar a ordem dos acontecimentos.

b) Diz-se, também, da ordem dos acontecimentos de alguma coisa na ordem temporal: «a cronologia napoleônica», etc.

CRONOTÓPICO — (Do gr. **Khronos,** tempo e **topos,** lugar). Tempo-espacial. Vide: **tempo e espaço.**

Croyance (fr.) = **crença.**

CRUCIAL — a) Etimològicamente, significa o que tem forma de **cruz.** b) Empregado por Bacon para significar a experiência (daí **experiência crucial) instantia crucis,** para indicar aquêles instantes em que o espírito detém-se suspenso entre duas causas, ao deparar com o facto que elimina ou que aponta nìtidamente uma dentre elas.

c) Emprega-se, também, para apontar tôda experiência decisiva, pró ou contra uma hipótese. Muito usada na ciência para indicar certas experiências, que marcam, ou podem marcar, a validez ou não de hipóteses; p. ex.: as experiências feitas para a comprovação da teoria da relatividade.

d) Emprega-se também, sociològicamente, para indicar aquêles momentos sociais em que o espírito humano detém-se ante duas possibilidades, das quais decorreriam situações distintas e até opostas.

Assim o instante em que Lenine deliberou a tomada do poder pelos bolchevitas na Rússia, foi um **instante crucial.**

e) Como sinônimo emprega-se o têrmo **encruzilhada.** Aliás o sinal **cruces** era, como ainda é, empregado para significar a presença próxima de encruzilhadas.

CRUELDADE — a) Disposição para fazer sofrer os outros com

prazer e satisfação em quem o realiza. Êste aspecto é o que caracteriza a **crueldade.**

b) Por extensão, aplica-se a tôdas as pessoas rigorosas, severas, tiranas, etc.

CULPA — Acto ou omissão repreensível ou criminosa, crime e a responsabilidade por algum acto dessa espécie. Significa o não cumprimento do dever moral ou jurídico por uma vontade capaz de cumpri-lo.

A **culpa** implica a escolha da vontade, daí as atenuações e agravações que ela pode ter.

CULTO — a) Homenagem religiosa tributada à divindade ou divindades. O têrmo **latria** significa o religioso, daí a combinação com outras palavras, como **idolatria,** que é a homenagem e adoração prestada à divindade. Êstes cultos se manifestam por ritos exteriorizados em orações, e até em sacrifícios de coisas ou animais.

b) Emprega-se também, por extensão, para indicar a homenagem profana, que se presta a alguém: cultivar, homenagear a memória de alguém.

c) Sentido de cultivado, civilizado, ilustrado, daí falar-se em pessoas **cultas,** de **cultura,** também neste sentido.

CULTURA — a) Deriva êste têrmo do verbo latino **colere,** que significa cultivar, e neste sentido, é ainda empregado para indicar o aperfeiçoamento do saber e do poder humano (cultivo do espírito) e é também empregado no primitivo sentido latino (cultivo dos campos).

Na Antiguidade e na Idade Média, a palavra, que significava êsse processo, era **Humanitas** e **civilitas.**

Se considerarmos os sêres da Natureza, a **cultura** se realiza tôda a vez que o ser humano dá uma marca da sua pessoa e da sua presença, e da sua acção, num bem da natureza. Assim uma pedra, na montanha, é um bem da natureza, mas, no calçamento de uma rua, ou na parede de uma casa, passa a ser um **bem da cultura.** Os **bens culturais** são, pois, todos aquêles que trazem a marca do homem, que o homem produz, que o homem realiza. O homem é, assim, um criador da cultura, e, como tal, pode aperfeiçoá-la. Na verdade, a finalidade da cultura é o aperfeiçoamento do homem. E tôda a vez que o homem falseia essa finalidade, êle realiza uma **pseudo-cultura.**

b) Para Spengler, a cultura é a alma viva de um ciclo histórico, é o produzir-se de um povo, de que a civilização é o producto, o resultado da sua realização criadora.

c) Pode-se empregar o têrmo no sentido também de coordenação e aumento de conhecimentos, do saber teórico e cultivado. Neste sentido, pode-se falar em **culturas individuais.**

A civilização é, em suma, a exteriorização da cultura, e, também, a estratificação dos resultados obtidos; ou melhor, o que a cultura pode transmitir por herança, já que os bens interiores

(o saber, o gôsto, a capacidade criadora e executora, etc.) deverão ser obtidos pelas gerações que sobrevêm. Para manter a posse da **cultura** é imprescindível o trabalho constante, o trabalho cultural, a transmissão contínua do saber adquirido aos vindouros. A **cultura** surge do esfôrço comum, sem dúvida, mas deve muito e a maior parte ao esfôrço individual de seus gênios criadores. Vide **Filosofia da Cultura.**

CULTURA (Mudança) — Tendência a alterar, qualitativamente, os traços culturais no decorrer de tempo. Enquanto a evolução cultural tem um vector uniforme, desde a origem até às manifestações mais altas, a mudança cultural refere-se, pròpriamente, à alteração de aspectos qualitativos. Nesse sentido, é que deve ser empregado o têrmo, e não no de mutação de formas, pois esta palavra deve ser usada apenas no seu sentido filosófico, e não no sentido vulgar de aspectos diversos que uma coisa pode manifestar.

CULTURA ADAPTATIVA — Soc., a **cultura,** que é capaz de ser adquirida por determinado grupo social.

Culture (ing. e fr.) = Vide **cultura.**

CULTUROLOGIA — Disciplina que tem como objecto as culturas, consideradas como objecto formal. O têrmo foi criado por Ostwald, filósofo e químico alemão, no princípio dêste século. Mas o sentido de **ciência da cultura,** examinada coextensivamente com a Sociologia e a Social-psicologia, é recente, e lhe foi dado por Leslie A. White.

CUM FUNDAMENTO IN RE (lat.) = com fundamento na coisa. Diz-se do que é afirmado pela mente humana, o qual tem um correspondente real na coisa, accidentalmente ou não.

CUMPLICIDADE — Cúmplice é o que toma parte, por acção ou omissão, conjuntamente com outro ou outros, num acto delituoso ou criminoso.

Cumplicidade é a qualidade de ser cúmplice. Por analogia, indica o colaborador, o coadjutor. Assim se pode falar na cumplicidade de alguém em desvirtuar, com outro, um pensamento alheio, colaborando para a má inteligência do mesmo.

CUMPRIMENTO — Cumprir é tornar efectiva as prescrições, é executar. Cumprimento é, portanto, a acção ou efeito de executar as observâncias. Fala-se no cumprimento de um dever moral ou jurídico, por omissão ou por comissão (cometimento).

Cuore (it.) = **coração.**

Cur (lat.) = **por que?** Vide **Ontologia (conceito de).**

Cyclothymie (al. e fr.) = **ciclotimia.**

Cyclotimia (ing.) = **ciclotimia.**

Cynicism (ing.) = **cinismo.**

Cynisme (fr.) = **cinismo.**

Cynismus (al.) = **cinismo.**

—0—

Êste livro foi composto e impresso pela
Gráfica e Editôra Minox, para a Livraria
e Editôra Logos Ltda., cuja distribuição
foi concedida à Editôra Matese.
SÃO PAULO

Mario Ferreira dos Santos

DICIONÁRIO
DE
FILOSOFIA
E
CIÊNCIAS CULTURAIS

D - H

2.º VOLUME

EDITÔRA MATESE
Av. Irerê, 382 (Planalto Paulista)
SÃO PAULO — BRASIL

1.ª edição, dezembro de 1963

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELO AUTOR

D

D — Esta letra, quando colocada na frente de um nome de silogismo, indica que o mesmo pode ser reduzido a **Darii.**

DABITIS — Nome que se dá a **Dimaris,** quarto modo directo da 1.a figura, que resulta de **Darii,** por conversação da conclusão.

Todo M é P;
Ora, algum S é M;
Logo, algum P é S.

DACTILOLOGIA — Arte de comunicar-se mediante sinais feitos com os dedos e as mãos.

DADO — a) O que é imediatamente presente ao espírito, antes de ter sido elaborado pelo exame da razão, pela inferência, pela interpretação, etc.

b) Na Lóg., factos que permitem dêles inferir alguma coisa.

c) Na Gnosiologia, são os elementos apresentados ao espírito, que são dados pela sensação, que formam, pròpriamente, o conteúdo daquela.

DADOS — Designam-se com esta palavra as hipóteses, postulados aceitos para o exame de um problema, ou, então, os factos, que são aproveitados para o exame do mesmo problema. E, também, os factos indiscutíveis, dentro do âmbito de uma ciência, que servem de ponto de partida para o exame científico.

Daemones (lat.) = **Demôoios.**

DALTÔNICO — Vide **Daltonismo.**

DALTONISMO — Nome que vem de J. Dalton, que foi o primeiro a notar essa anomalia, que consiste em confundir duas côres, comumente o verde com o vermelho. Chama-se **daltônico** o que que padece dessa confusão. **Vide Acromatopsia.**

Damnum (lat.) = **dano.**

Dämon (al.) = **demônio.**

DANÇA — Arte de carácter sucessivo, portanto essencialmente temporal, (vide **Arte**), onde predomina o ritmo, com o movimento do corpo humano. É considerada a arte mais elementar, porque é uma manifestação em que aquela não se separa do artista, não se destacando do seu corpo.

Dandaniti (Sânscrito) — Ciência política.

Dankbarkeit (al.) = **reconhecimento.**

DANO — a) Diz-se de qualquer ofensa ou mal a alguém ou a alguma coisa.

b) Jur., indica deterioração, prejuízo aos bens de alguém.

DAR — a) É o acto físico de transferir, de ceder, de uma pessoa para outra. Essa é a acepção meramente comum. Há, contudo, no acto de dar, um acto psicológico, que é o assentimento e a deliberação de ceder a outrem alguma coisa.

b) O têrmo é empregado, juridicamente, sobretudo com a palavra **doar**, daí **doação**, para indicar a transferência de um direito real de uma pessoa que **doa** a uma pessoa que recebe **(donatária)**, que pode ser gratuitamente **(donativo)** ou onerosamente.

c) Emprega-se, também, para indicar o acto de ceder valôres espirituais. Quando é a divindade que dá, e o dá gratuitamente, toma o nome de **graça (Kháris)**. Vide **Graça** e **Kháris.**

DARAPTI — Modo da 3.a figura, que se refere a **Darii**, pela conversão parcial da menor:

Todo M é P;
Ora, todo M é S;
Logo, algum S é P.

DARII — Terceiro modo da 1.a figura:

Todo M é P;
Ora, algum S é M;
Logo, algum S é P.

Dársana (Sânscrito) — Visão. Posição filosófica, sistema filosófico. Têrmo usado pelos hinduístas para significar, na língua sânscrita, como o que melhor corresponde, nessa língua, à palavra **filosofia.** Seis sistemas filosóficos (saddársana) são os reconhecidamente ortodoxos da filosofia hindu, na tradição **védica.**

DARWINISMO — A doutrina de Charles Darwin (1809-1882), que se opõe ao **evolucionismo**, pois é a doutrina do **transformismo,** segundo a qual as espécies surgem umas das outras. Foi o que êle expôs em sua famosa obra «A Origem das Espécies», na qual deixou afirmado, em linhas gerais, que o homem surge de uma descendência animal.

Esta hipótese opõe-se ainda à teoria de Lamarck e de Spencer, que defendem a adaptação pelo exercício e a hereditariedade, pois o **transformismo** de Darwin, ao contrário, afirma que a transformação das espécies deve-se, essencialmente, a uma **selecção natural.**

Das bendingte (al.) = **o condicionado.**

Dassein (al) = Vide **Existência, o estar aí.**

Data (ing.) = **dados.**

DATISI — Modo da 3.a figura, que se reduz a **Darii,** pela conversão simples da menor:

Todo M é P;
Ora, algum M é S;
Logo, algum S é P.

Dato (it.) = **doado.**

DEANTROPOMORFISMO (de privativo e gr. **anthropos,** homem). Usado para indicar a tendência filosófica, de origem cíni-

ca, que pretende explicar as atitudes humanas como meras manifestações anímicas: «Se os animais escrevessem..., ou seja, se os animais se expressassem, teriam uma filosofia própria. A nossa nada mais é que uma manifestação directa do que o homem é. Os nossos postulados e os nossos princípios são apenas adequados ao que somos, e não o que a verdade é em si mesma». Contudo, êste argumento dos cínicos padece de **paridade,** porque os animais distinguem-se fundamentalmente dos homens, que são racionais, enquanto aquêles não o são.

DÉBIL — Vide **Debilidade.**

DEBILIDADE — a) Indica fraqueza, falta de fôrças. Não só se aplica às fôrças físicas, mas também às fôrças intelectuais.

b) Diz-se que há debilidade numa doutrina, quando ela apresenta demasiadas aporias, e oferece soluções insatisfatórias e lògicamente falhas.

DEBILIDADE MENTAL — Têrmo usado para incluir todos os graus de inferioridade, ou retardamento mental. Para outros, é um tipo de deficiência mental, próxima à normalidade. Os inglêses, em geral, usam êste têrmo para indicar aquêles que manifestam um grau mínimo de deficiência mental, próximos ao tipo normal.

Nêste caso, estaria limitado à idade mental de 8 a 12 anos, ou a um quociente de inteligência, que vai de 51 a 70 anos.

Deboche (do fr. **débauche**) — Excessiva indulgência no comer, no beber, nos actos sexuais, não temporária, mas constantemente.

Decadence (ing.) = **decadência.**

Décadense (fr.) = **decadencia.**

DECADÊNCIA — Período de transformação destructivas dos valôres predominantes anteriormente, numa época considerada superior. Assim temos a decadência na arte, quando os valôres estéticos de um período anterior, considerado mais perfeito, são destruídos pelo novo período. Há decadência em qualquer aspecto, desde que há destruição dos valôres superiores. Assim, podemos falar de uma decadência cultural num povo em que os valôres superiores, e mais aptos para a boa ordem da sociedade, são destruídos e substituídos por valôres mais baixos. Ao examinar as **virtudes cardiais,** verificamos que elas são fundamentais à boa ordem e pujança de um povo. Quando êstes valôres são substituídos por suas variantes viciosas, o povo entra em decadência. Começa a descer os degraus de sua vida. Vide: **cardiais (virtudes).** Muitas têm sido as teorias apresentadas sôbre a decadência. Para Spengler, ela é inevitável, porque os organismos culturais são análogos aos organismos vivos, e assim como têm a fôrça da juventude e o esplendor da maturidade, conhecem a velhice, a descrepitude, para caírem, afinal, no aniquilamento.

Decadenza (it.) = **decadência.**

DECADIALÉCTICA (Do gr. **deka,** dez e **dialéktikê,** arte de esclarecer através das idéias). — Chamamos de **decadialéctica** o nosso método, aplicável à filosofia prática, que consiste em examinar cada tema seguindo a ordem de análise que percorre dez campos, que são os seguintes: analisar do ângulo do sujeito e do objecto; ou seja, tomar o tema em estudo do ângulo subjectivo, da influência que pode exercer a nossa subjectividade no exame em questão e, colocá-lo, a seguir, de modo objectivo. Subjectivamente, é mister atentar para as influências da esquemática intuitiva, e da esquemática racional, pois ambas influem em nossas assimilações. Por sua vez, cada uma é mister ser considerada sob os aspectos que actualiza e os que virtualiza, pois tendemos a anotar certos aspectos e a desprezar outros, e essa intencionalidade muitas vêzes ultrapassa a nossa consciência. Por sua vez, examinado um tema objectivamente, é conveniente observar o aspecto intensista e o extensista do mesmo, bem como ambos serem visualizados, segundo as actualizações e virtualizações, bem como sob os aspectos de actualidade e possibilidades, que apresentam, a fim de relacioná-lo completamente com a concreção da qual faz parte. Por fim, é mister salientar os aspectos variantes e o invariantes, para poder classificá-los segundo as diversas categorias, e poder captar a essência da coisa, e o que nela é meramente contingente e accidental.

A decadialéctica e a **pentadialéctica** constituem algumas das providências, que compõem a nossa **dialéctica concreta** exposta em nosso «Filosofia Concreta», em «Métodos Lógicos e Dialécticos», e em «Dialéctica Concreta», que é obra de metodologia.

Decadimento (it.) = Vide **decadência.**

Decay (ing.) = Vide **decadência.**

DECÊNCIA — Sinônimo de **Decôro.** Vide **Cardiais (virtudes).**

DECEPÇÃO — Indica engano, lôgro, desapontamento. Há decepção quando o que era esperado não corresponde ao previsto; quando o que sucede é desfavorável ao desejado. Em suma, a decepção é um lôgro desagradável. Há decepção, quando, levado até às últimas conseqüências lógicas e ontológicas, verifica-se que um postulado, julgado certo, termina por alcançar um rotundo absurdo.

DECISÃO — a) Decidir é determinar, deliberar, resolver. Decisão é o acto de decidir, de resolver-se, determinar-se.

b) Na Filosofia, ela é empregada sempre como a resolução tomada por uma vontade ao escolher o caminho a seguir, daí a expressão «tomar uma decisão». Entretanto, buscando a etimologia da palavra, vem ela do verbo **scindere,** que significa **cortar.** Na decisão, a vontade delibera e se dispõe a tomar uma resolução. Quando ela se detém com falta de fôrça para decidir-se, temos a **indecisão.**

c) Emprega-se, também, o têrmo par indicar coragem e intrepidez, que não titubeia na rea-

lização do que foi decidido, deliberado.

Decision (ing.) = **decisão.**

Décision (fr.) = **decisão.**

Decisione (it.) = **decisão.**

Décisoire (fr.) = **decisório.**

DECISÓRIO — É o que tem poder de decidir. Têrmo jurídico.

DECLARAÇÃO — Declarar é manifestar, é patentear, é expor. A acção e o efeito de declarar é a **declaração.** Declara-se ao comunicar um conteúdo de consciência a outrem, quer por meio de têrmos verbais ou sinais.

DECLARATIVO — a) É o que contém declaração. Têrmo jurídico, acção de manifestar, de patentear, dispor, confessar.

b) Juridicamente, é a afirmação por palavras proferidas em público ou diante de testemunhas, ou também o documento escrito.

Déclenchement — Têrmo fr., que não encontra em português um que lhe corresponda unìvocamente. Significa o facto de um curso de energia deixar solto outro latente, que se pode explicitar com a aplicação da chispa à pólvora (**déclanchement** do poder expansivo da pólvora). As palavras portuguêsas que melhor se aproximam desta são as seguintes: **desencadear, disparar.**

DECLINAÇÃO — a) Declinar é desviar-se de um ponto fixo, aproximar-se do fim.

b) Fala-se de declinação na filosofia epícurea, para referir-se à ênclise, **parênklises,** à **declinatio clinamen,** que é o desvio espontâneo dos átomos.

c) Emprega-se o têrmo declinar no sentido de recusar, não admitir, rejeitar, eximir-se de alguma coisa.

d) Sistema das flexões das formas nominais e pronominais.

e) Distância angular de um astro ao equador celeste.

Déclinaison (fr.) = **declinação.**

Declinazione (it.) = **declinação.**

Decline (ing.) = Vide **Decadência.**

DECÔRO — Vide **Cardiais (virtudes).**

DEDUÇÃO — e palavras derivadas, vide **Deducção.**

DEDUCÇÃO — a) Do latim **deducere:** conduzir para fora, tirar. Deduzir é tirar, diminuir, subtrair, e **deducção** é a acção de deduzir.

b) Na Lógica, é um modo ou processo de raciocínio, por meio do qual se infere uma conclusão, que decorre, necessàriamente, do que é dado nas premissas. Deduz-se, tira-se do que já está dado.

c) Na Filosofia, é um modo ou processo de raciocinar em que se parte da causa para os efeitos, do princípio para as conseqüências, do geral para o particular. Em suma, na **deducção,** há o acto de retirar o que já se encontra, o que já está contido.

d) Na Psicologia, é o raciocínio analítico, que parte do geral para o particular, ou menos geral.

e) Também é chamada de **deducção,** a conclusão ou conclusões que se tiram de certos postulados. Vide **Raciocínio, demonstração, análise.**

DEDUCÇÃO TRANSCENDENTAL — Vide **deducção.** Esta palavra tem, contudo, na filosofia de Kant, um sentido especial, sob o nome de **deducção transcendental,** que consiste na aplicação dos conceitos **a priori** aos objectos da experiência, e que é distinta da deducção empírica, que se processa por meio de uma reflexão sôbre a experiência.

Déductif (f.) = **deductivo.**

Deductio (lat.) = **deducção.**

Déduction (fr.) = **deducção.**

Deduction (ing.) = **deducção.**

Deductive (ing.) = **deductivo.**

DEDUCTIVO — Vide **Deducção.**

Deduktion (al.) = **deducção.**

Deduktive (al.) = **deductivo.**

Deduttivo (it.) = **deductivo.**

Deduzione (it.) = **deducção.**

DE FACTO — Loc. adv., usada na Filosofia, no sentido de: com efeito, na verdade, na realidade, realmente. Quer sempre expressar que o afirmado tem condições concretas.

Défaut (fr.) = **defeito.**

Defect (ing.) = **defeito.**

DEFESA — Vide **Ataque.**

DEFICIENTE — Diz-se do que é insuficiente de modo qualitativo. Vide **Suficiente.**

DEFICIENTE (causa) — Do latim **deficiens,** que vem de **de facio,** que significa: separar-se, fazer defecção, por sua vez, falta, esgotamento, deserção. Dêste modo, **deficiência** significa sempre: perda, falta de alguma coisa, de valôres, quantidades, etc. É deficiente, na Filosofia, tudo em que há falta, carência, incompletude. Na escolástica, fala-se em «causa deficiente», que é aquela que age por ausência, abstenção. São as causas que não têm eficiência. O mal, quando actua, é uma **causa deficiente** e não eficiente.

DEFINIBILIDADE — Vide **Definição** — Carácter do que é definível.

DEFINIÇÃO — A **definição** é o oposto da **descrição,** porque, enquanto nesta enumeramos o que aparece, surge de uma coisa, na **definição** apenas se enunciam os atributos e as qualidades próprias e exclusivas das coisas, de modo a distinguí-las, totalmente, das outras. Para dizer-se o que uma coisa é, temos que nos referir ao que já sabemos, e a primeira providência é dizer de que ela é feita, seu gênero, depois o pelo qual ela é o que ela é, e não outra coi-

sa, o que a diferencia especìficamente das outras, diversas que ela. Por isso, na lógica aristotélica, a definição é aquela operação do espírito, que consiste em determinar o conjunto de notas à compreensão, que caracteriza o objecto ou seja, o **gênero** e a **diferença específica** do mesmo. O gênero é o de que a coisa é feita, e a diferença específica o pelo qual êle é o que é e não outra coisa. A definição é, assim, um juízo determinativo, de máxima determinação. O homem, genèricamente, é animal; daí a clássica definição: **o homem é um animal racional.** Tem em comum com os outros animais a animalidade. Fisiològicamente considerado, é êle um animal, que dos outros se distingue por ser racional. Longa é a polêmica em tôrno dos fundamentos da **definição,** e a que acima demos é um exemplo de **definição formal,** também chamada **metafísica,** porque apenas aponta os aspectos **formais** do definindo (do que é definido). A definição, apesar das diversas contribuições feitas por lógicos modernos, continua encontrando a sua melhor expressão na definição formal clássica, que é equacional, e que permite uma reversão, pois ao dizermos que o **homem é um animal racional,** podemos inverter, dizendo que o **animal racional é homem.**

Podemos salientar que a definição responde à pergunta «que é isso?», mas oferece uma resposta com sentido de determinação, de máxima determinação. A definição quer responder àquela pergunta, não com **qualquer** resposta esclarecedora, mas com a resposta que determine, que complete, que seja uma igualdade, a delimitação precisa do definindo, isto é, do que se quer definir, uma resposta suficiente para que saibamos o que é aquilo sôbre o qual se formulou a pergunta.

A **definição é um juízo,** pois enuncia uma afirmação sôbre o **ser** do objecto, delimita-o, diz o que é, e ao mesmo tempo o separa do que não é êle, ou seja, **exclui** o que não é êle.

Pode-se propor esta classificação das definições, mais consentâneas com os estudos clássicos, cujo esquema emprestamos de Salcedo:

A **nominal** é aquela proposição que explica brevemente a significação dos vocábulos. Esta será **puramente nominal,** se explica apenas o vocábulo ou alguma acepção ignorada. Esta definição é importante como ponto de partida para o exame de alguma distinção. A definição nominal pode ser **comum** ou **privada. Comum** é a que declara que o vocábulo é de uso comum entre os homens. **Privada** ou **arbitrária,** quando tomada segundo alguma significação que lhe é dada. **Simbólica** diz-se da definição que de-

clara a significação de algum símbolo.

Definição **real** é a proposição que define a coisa por suas notas reais, que se distinguem de tôdas as outras. Esta pode ser **essencial** ou **descritiva. Essencial,** quando explica a coisa pelas notas que constituem a sua essência. Esta pode ser **física,** se define a coisa pelas notas essenciais que, real-realmente, se distinguem na coisa. Assim o homem é um composto do corpo orgânico e de uma alma racional. Será **metafísica** se explica a coisa por notas que se distinguem apenas por razão, como a definição **que é feita pelo gênero próximo e pela diferença específica,** proposta por Aristóteles. Ex.: homem é animal racional. Esta é a definição que se deve preferir na Lógica e na Filosofia.

Definição **descriptiva,** a que explica a coisa não por sua estrita essência, mas pelas propriedades, ou pelos accidentes, ou pelas causas ou por qualquer outro modo, que seja pela enumeração de diversas notas não essenciais. Será, pois, **própria,** se explica a coisa pelas propriedades que se dizem emanar da essência da coisa, como as definições que encontramos nas Ciências Naturais, porque lhes escapa a essência íntima das coisas, embora se fundem nas propriedades captadas nas coisas.

Definição **accidental** explica a coisa pelo complexo dos seus accidentes.

Definição **causal,** quando a coisa é explicada por suas causas externas (predisponentes), como a eficiente, a final. «O relógio é um instrumento para indicar as horas» (causa final).

Definição **genética,** a que explica a coisa indicando o modo e a razão de sua gênese, como se vê na geometria. Ex.: «o círculo é a figura plana, que surge do movimento da linha recta, convertente para o seu extremo fixo. Outro exemplo é a definição do eclipse lunar. O que a distingue da definição causal é que não indica apenas a causa, mas também o modo como é gerada.

Ao examinar tais definições, verifica-se que algumas são **perfeitas** e outras **imperfeitas.** Diz-se que é **perfeita** a definição que não admite outra maneira de definir. Na disputa filosófica são imensamente importantes as definições, pois facilitam a melhor compreensão das questões e do estado das mesmas.

Muitos filósofos distinguem a definição real de a definição conceitual, deixando para esta, preferentemente, o objecto formal, que é a parte do objecto total. Muitos consideram as definições nominais idênticas às formais, e as reais às materiais Entretanto, a definição formal é propriamente uma definição conceitual.

Tais divisões são arbitrárias, e por essa razão alguns filósofos oferecem outras. Assim propõem a **definição genérica,** que define o objecto expondo a sua formação, a sua gênese. Por ex.: queremos definir um círculo e dizemos «o círculo é a figura descrita por um segmento de recta, que gira ao redor de um dos extremos». Embora tais definições sejam muito usadas na Matemática, co-

mo a que diz «a linha é o resultado de um ponto em movimento no espaço,' muitos filósofos julgam-nas inaceitáveis No entanto, somo o salientam Hamilton, Krug e Blondel, essas definições consideram o definido em seu progresso ou devir (vir-a-ser), pois, como diz Blondel, é o **fieri** (devir), que aclara o **esse** (ser)».

Para ser rigorosa, a definição se constrói com o auxílio do gênero próximo e da diferença específica. O primeiro assinala o gênero mais próximo ao qual pertence o objecto que se quer definir (por exemplo, «o pentágono é um polígono»). A segunda separa o pentágono de todos os polígonos (por exemplo, «é uma figura de cinco lados»). A enunciação final será: o pentágono é um polígono de cinco lados.

Não se deve confundir a **explicação** com a definição. Aquela enuncia alguma coisa que vai além da definição com o intuito de aclarar, mostrando as propriedades, as características.

Quando dizemos que o homem é um bípede, que vive em sociedade, que escolhe, aprecia valôres, preocupa-se, tem noção de suas possibilidades, **conhece** a morte, cria modos diversos de viver, tudo isso seria explicativo, aclarativo, não definição.

Há algumas definições que são chamadas de **negativas.** São aquelas que se caracterizam por negar ao definindo alguma determinação. Por exemplo, quando se diz: «imortal é o que não perece». Na realidade, a negatividade dessas definições é apenas aparente, pois supõe a determinação positiva do correspondente conceito positivo.

Chama-se **definição essencial** aquela que se enuncia, assinalando os caracteres que, sem êles, o definindo deixaria de o ser.

Definição accidental, a que se atém a uma determinação accidental, como: «Pedro é aquela pessoa que está sentada junto à porta».

Se afirmamos que a definição, para ser rigorosa, deve obedecer à regra clássica; ser construída com o auxílio do gênero próximo e da diferença específica, chegamos à conclusão que o gênero último é indefinível, pois não pode ser referido a outro. É o que sucede quando vamos, de gênero a gênero, até alcançar o último gênero. Por exemplo, posso referir êste livro ao **ser**; mas **ser** é indefinível, pois não posso referi-lo a gênero superior, pois é aquêle o superior. Por outro lado, são indefiníveis tanto o que nos é dado como singularidade individual, como o que representa os dados últimos da sensibilidade, como as côres, os sons... Espaço e tempo são também indefiníveis, pois não dispomos de um gênero que inclua o tempo e o espaço.

O fundo último de tôda definição é o indefinível, pois se definimos homem como um animal racional, definiremos animal como um ser vivo, ser vivo como ser, e chegaremos, finalmente, a um indefinível (ser). Assim se vê também que as demonstrações fundam-se em alguns axiomas, os quais são indemonstráveis.

Gênero: é o grupo, no qual todos os indivíduos em número indefinido, isto é, não determinado, e dotados de certos caracteres comuns, estão idealmente reunidos. Chama-se de gênero supremo o que contém todos os outros.

Espécie: Quando dois têrmos gerais estão contidos em extensão um no outro, o menor se chama **espécie,** assim como se chamo gênero ao maior. Por ex.: o triângulo é uma espécie do gênero polígono. Homem é uma espécie do gênero animal.

Diferença específica é o carácter pelo qual uma espécie se distingue das outras que pertencem ao mesmo gênero. Assim, **racional** é uma diferença específica da espécie **homem,** que a distingue das outras espécies animais.

Accidente é o que sobrevém, o que não é nem constante, nem essencial ao sujeito da definição. Por ex.: quando dizemos que «Pedro é aquela pessoa que está sentada junto à porta», o estar-sentado-junto-à-porta é apenas um accidente que ocorre àquela pessoa, porém não é essencial nem constante à mesma.

Leis da definição: A definição será mais clara quanto mais claro fôr o definido. Para tanto devem evitar-se:

a) que os vocábulos, que entram na definição sejam obscuros, vagos, metafóricos, pois não se pode definir o que não se conhece pelo que se desconhece.

b) Deve-se evitar o **círculo vicioso;** ou seja, definir o mesmo pelo mesmo, como repetir, na definição, o têrmo a ser definido, como definir a psicologia como ciência dos factos psicológicos.

A definição deve ser a mais breve possível.

Ter a máxima clareza.

Devem-se evitar todos os têrmos desnecessários e inúteis.

Ser recíproca com o definido. «Assim homem é animal racional», «animal racional é homem».

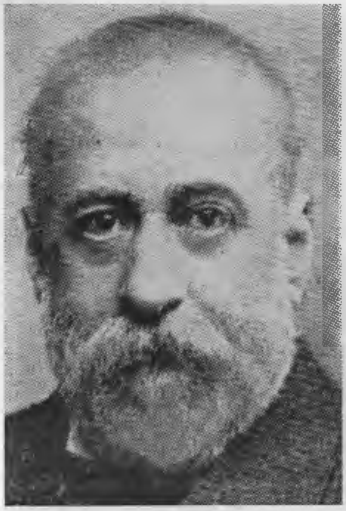
Não ser meramente negativa, porque impede a reciprocidade. Há definições que são aparentemente negativas. Assim o ser infinito é o que absolutamente não é composto, pois o ser absolutamente não composto é o absolutamente simples.

Do emprêgo da definição: Se tentássemos definir tudo, chegaríamos ao círculo vicioso. Há, pois, muitas coisas que não são definíveis, porque são irredutíveis a outras por serem simples. **Conseqüentemente, nem tôdas as coisas podem ser definidas.**

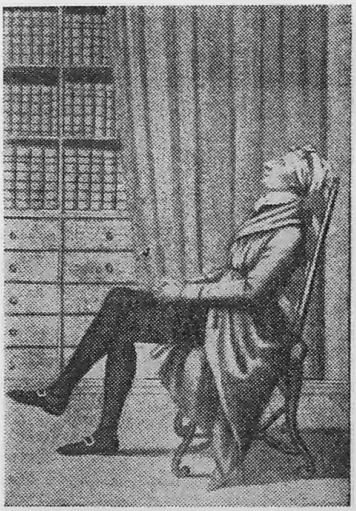
Nem tôdas as coisas podem ser definidas por definição essencial e até metafísica.

Tal se dá pela simplicidade da coisa, como são os conceitos transcendentais, os gêneros supremos para Aristóteles, porque não constam de um gênero próximo e de uma diferença específica.

Outras coisas não podem ser definidas em conseqüência da deficiência de nossa mente, como se dá ao tentarmos definir os indi-



Menendez y Pelayo



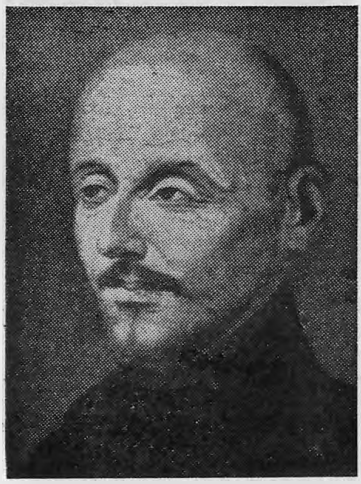
Lavater

Hugo Crocio

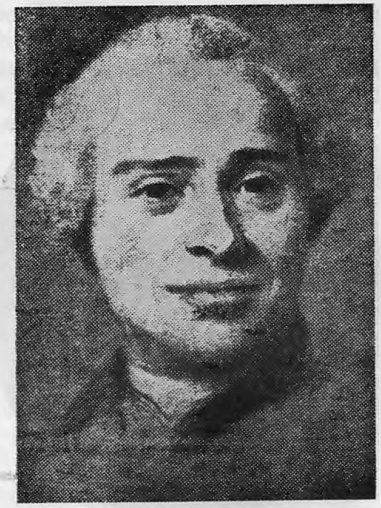
Imperador romano com seus escribas

Bürgel

Laplace



São João de la Cruz



D'Alembert

víduos, os quais apenas podemos descrever.

A definição alcança a perfeição na proporção do exame cuidadoso e longo. No uso vulgar, as definições são apenas descriptivas. O ideal filosófico é alcançar as definições mais perfeitas quanto possível.

O melhor método para alcançarem-se definições rigorosas consiste em:

a) evitar têrmos equívocos;

b) se **substância,** defini-la por si; se **accidente,** defini-la em relação à substância à qual **inere;**

c) se fôr um **hábito** ou uma **potência,** defini-la pelo acto; o **acto,** pelo seu objecto formal; se **relação,** pelos têrmos correlatos;

d) se são **privações** ou **negações,** defini-las pelos opostos positivos.

Via da definição: Pode ser realizada pela **via analítica** ou **ascendente.** Consiste a **via analítica** na análise; ou seja, na separação das diferenças, partindo-se do todo para os partes. Diz-se que é uma **via ascendente,** porque, na **árvore de Porfírio,** ascende-se dos inferiores para os superiores, assim, do indivíduo, sobe-se à diferença específica, desta à espécie, da espécie ao gênero próximo, dêste aos remotos, anotando-se as diferenças que se dão entre êles.

Pela **via sintética** ou **descendente,** ao contrário, se vai da parte para o todo, dos componentes à componência. Diz-se **descendente (descensus),** porque dela se desce aos inferiores, do gênero às espécies, destas às diferenças específicas, destas aos indivíduos.

A via **analítica** era pelos antigos chamada de **collectivam logice,** lògicamente colectiva, enquanto a sintética era chamada de **divisam logice,** lògicamente divisa, porque, na primeira, tende-se a coligir, e, na segunda, a dividir. Não é, pois, de admirar que se dê em ambas, diferenças de inversão na extensão e na compreensão das idéias.

Comentários dialécticos: Ora, como veremos, todo ente pode ser virtualizado segundo os factôres emergentes e predisponentes que cooperam para que êle seja. A definição aristotélica, que é a definição metafísica, fundamenta-se apenas nas causas intrínsecas do ser (factôres emergentes), que são a **matéria** e a **forma** de um ser, o **de que** um ser é feito e o **pelo qual** um ser é o que êle é. Procurando-se ao que analògicamente corresponde à matéria e à forma, encontramos a definição de qualquer coisa ou objecto de pensamento.

De que é feito o homem? De animalidade. O **pelo qual** o homem é homem? Pela racionalidade. Conseqüentemente: homem é animal racional.

De que é feita a prudência? De virtude. **Pelo qual** a prudência é o que é? Por ser a capacidade de saber escolher os meios para determinados fins. Logo, a prudência é a virtude que consiste na capacidade de saber escolher os meios para determinados fins.

A pergunta pelo de que é feito, ou de que consiste, não quer apenas, como resposta, a matéria próxima, mas a formalidade dessa matéria, e a forma que tem ou lhe dão. O avião é um veículo a motor; seu gênero próximo, pois, é classificado entre aquêles, cuja forma, por ser um artefacto, é indicado pela funcionalidade de sua constituição tendente para um fim: voar. É, portanto, um veículo a motor para voar. Para alcançar-se a definição, busca-se primeiramente o gênero próximo, que é a classe, na qual está incluído o conceito e, depois, o que o diferencia, especificamente, dos outros. A definição aristotélica é uma definição metafisica, e apenas descreve os factôres emergentes. Uma definição dialéctica concreta incluiria, também, os factôres predisponentes necessários prèviamente para dar ser ao ente. Aristóteles não ignorava tal coisa, pois dizia que a melhor definição seria aquela que incluísse tôdas as suas causas. Contudo, julgava-se fraco para alcançá-la, e esperava que «outros mais robustos que eu possam, no futuro, realizá-la.»

DEFINIÇÃO POR ACCIDENTE — Vide **Definição.**

DEFINIDO — A coisa definida. Vide **Definição.**

Définissant (fr.) = **definição.**

Definitio (lat.) = **definição.**

Definition (al. e ing.) = **definição.**

Définition (fr.) = **definição.**

Definizione (it.) = **definição.**

DEFLACÇÃO — Vile **Inflacção.**

DEFLEXÃO — Têrmo usado na psicoanálise para indicar o processo, em geral inconsciente, pelo qual os pensamentos são alijados da atenção consciente.

DEFORMAÇÃO — a) Desvio assinalável de uma norma, ou desproporcionalidade entre as partes de uma unidade formal.

b) Emprega-se para indicar, figurativamente, os desvios anormais de um carácter.

DEGENERADO — É o que sofreu **degenerescência.**

Degeneration (ing. e fr.) = **degeneração.**

Degenerazione (it.) = **degeneração.**

Dégénérescence (fr.) = **degenerescência.**

DEGENERESCÊNCIA — a) Degenerar é perder mais ou menos o tipo de sua geração; é abastardar-se. **Degenerescência** é o acto ou o resultado de degenerar, da degeneração.

b) Pode-se falar, pois, de uma degeneração **orgânica,** no campo vital, a qual consiste na aquisição de formas de vida, inferiores as que possuía anteriormente o indivíduo ou seus descendentes.

c) Pode empregar-se quanto à vida **mental,** quando há o abastardamento das idéias, do processo intelectivo e judicativo, e também na vida **moral** e **social,** quando se processa o abastardamento, a degradação, dos

actos e atitudes morais e, socialmente, nos graus sociais e econômicos..

DEGRADAÇÃO — Degradar é privar alguém de seus graus, de sua dignidade, de seu valor. Degradação é a destituição de um grau, é um abaixar-se nos graus **(degraus).** Daí o emprêgo do verbo degradar sempre nesse sentido, e poder-se falar em **degradação social, moral,** etc.

DEGRADAÇÃO DA ENERGIA — Vide **Degradação.** Introduzida na Física por Jouffret para referir-se à propriedade que tem a energia, embora permanecendo, quantitativamente, a mesma, de repartir-se entre os corpos, de uma maneira cada vez mais uniforme, tornando-se, dêste modo, cada vez menos perceptível e menos utilizável pela acção. Kelvin chamava a êsse fenômeno de **dissipation of energy,** mas a expressão do verbete é a mais usada.

Esta tese física tem substituído, modestamente, a concepção exposta em nosso verbete **Energia (Princípio da Conservação da).**

Dégradation (fr.) = **degradação.**

Deiknynai (gr.) = **demonstrar.**

Deism (ing.) = **deísmo.**

Déisme (fr.) = **deísmo.**

DEÍSMO — Tem êsse têrmo dois usos comuns. Para alguns autores, Deus não tem uma relação imediata com o mundo, razão pela qual é inútil pedir-lhe acção através de súplicas. Essa concepção não tem qualquer valor filosófico, e apenas consta aqui como ilustração. Outra concepção afirma a existência de Deus, autor da natureza, não, porém, providente, sem atributos morais, e que não é merecedor de um culto especial, nem se manifestou ao homem pela revelação. A diferença fundamental que há entre o **deísmo** e o **teísmo** é que, para o primeiro, Deus ou confunde-se com a natureza, como no panteísmo, com a qual se identifica, ou exclui-se e separa-se dela, como no **dualismo diacrítico,** sem interferência de qualquer espécie, junto a esta ou, enfim, é um ser neutro, como o **it is** da **Teosofia** (vide).

Deismus (al.) = **deísmo.**

DE INTERPRETATIONE — Têrmo pelo qual se nomeia o segundo tratado do **Organon,** de Aristóteles **(Peri hermeneias),** no qual examina êle a análise lógica dos juízos e proposições.

Deity (ing.) — Vide **Divindade.**

De jure (lat.) = **de direito.**

Dekas (gr.) = **a década.**

Dekesthai (gr.) = **receber.**

DELIBERAÇÃO — Deliberar é resolver ou decidir mediante sopesamento de motivos, é reflectir, é a acção, a decisão, que decorre de uma reflexão, e que pretende realizar-se. Na deliberação, havendo o sopesamento das razões, há avaliações de valôres, o exame da compatibilidade ou da incompatibilidade dessas ou daquelas perspectivas. A delibera-

ção é a acção e o efeito do acto de deliberar. Opera-se com deliberação, quando se opera reflectidamente, quando a resolução tomada é fruto de uma reflexão.

Deliberate (ing.) = **deliberar.**

Délibération (fr.) = **deliberação.**

Deliberation (ing.) = **deliberação.**

Deliberazione (it.) = **deliberação.**

DELICTO — Vide **Crime.**

Délire (fr.) = **delírio.**

DELÍRIO — Perturbação passageira das faculdades intelectuais e dos estados de consciência, que se caracteriza por desordens e confusão nas idéias e nas imagens, tornando-se, muitas vêzes, alucinatórias, levando a actos anormais e até à violência.

Entre as maneiras mais comuns de manifestar-se o delírio, temos o de autoexaltação, também chamado **megalomania,** o de humilhação **(micromania),** o de perseguição, o de uma personalidade alheia **(mitomania),** o de prosperidade, de grandeza, o religioso, etc.

Emprega-se, também, o têrmo para significar exaltação do espírito, grande entusiasmo. «As multidões deliravam...»

Delirium (al. e ing.) = **delírio.**

Delós (gr.) = **evidente.**

Delitto (it.) = **delito.**

DELUSÃO — Vide **Ilusão e alucinação periférica.**

DEMAGOGIA — (Do gr. **demos,** povo, e **gogia,** conducção). Eram os **demagogos,** na antiga Grécia, os conductores, os líderes do povo. Mas o têrmo, devido à constante e perdurante tendência que há dos líderes populares servirem-se mais das massas que servirem-na, passou a tomar um sentido pejorativo, que hoje predomina, e indica, pròpriamente, a actividade do demagogo, que é, em geral, oportunista. Mas a palavra é usada, sobretudo, para indicar os modos de agir na política e também no âmbito social e até intelectual, que consiste em explorar os baixos sentimentos, os baixos valôres, aviltando as consciências, e delas se aproveitando para alcançar seus designios. A **demagogia** é sempre um sinal de decadência e o seu domínio ou a sua vitória é um índice seguro de um refluxo no desenvolvimento ético de uma sociedade.

Démence (fr.) = **demência.**

DEMÊNCIA — Perturbação duradoura da memória e do juízo, com atrofia orgânica ou transtornos estructurais no cérebro por motivos constitutivos.

Dementia (ing.) = **demência.**

Demenza (it.) = **demência.**

DEMÉRITO — Vide **Mérito.**

Démiurge (fr.) = **demiurgo.**

DEMIURGO — Em grego **demiourgos,** artesão. Têrmo empregado por Platão, no **Timeu,** para apontar o ser divino, constructor do universo. Êsse têrmo já fôra empregado por Sócrates, como se

vê, através do testemunho de Xenofonte, e posteriormente, por Plotino, ao referir-se à **Alma do mundo** (vide), seguindo, assim, uma tese platônica. Com os gnósticos, o **demiurgo** é apenas um constructor do mundo, e não o Ser Supremo, que é dêle distinto e do qual aquêle depende.

Demnach (al.) — Vide **Também.**

DEMOCRACIA — Em sentido de organização política, é o sistema, no qual os cidadãos, independentemente de castas, classes, estamentos, exercem a autoridade, quer por si mesmos (democracia plebiscitária) quer por intermédio de delegados ou representantes do povo (democracia electiva). O voto pode ser directo ou indirecto, por meio de delegados, com funções específicas para eleger os mandatários dos altos postos. A votação pode ser secreta ou a descoberto, e os eleitores podem ser todos em idade determinada (sufrágio universal) ou seleccionados (sufrágio restringido, voto qualitativo), admitindo-se o **voto plural,** concebido aos eleitores mais capazes, numa ordem hierárquica. A representação é baseada num critério de maioria ou de proporcionalidade. Pode ser realizada por circunscrições geográficas com ou sem partidos organizados.

O Corpo Legislativo pode ser **unicameral** ou **bicameral** ou mais. O Poder Legislativo deve proceder sòmente dentro dos limites dados pelo mandato popular ou, discricionàriamente, se assim fôr da organização democrática. O Poder Judiciário pode sofrer a influência do eleitorado na escolha dos jurados, e até dos juízes de instância inferior. O Poder Executivo pode depender do Legislativo, como no regime parlamentarista, ou pode ser autônomo, como no Presidencialista, embora harmônico com os outros na obediência da constituição estabelecida.

A essência da democracia é um dos temas que mais discussões têm provocado ùltimamente, já que regimes dos mais heterogêneos intitulam-se também democráticos, como vemos nas chamadas «democracias populares», criadas pelos comunistas em vários países, dominados pelo poder do exército e da polícia vermelhas.

A democracia, em sua essência, diz que é um govêrno escolhido livremente pelo povo, sob a base da maioria, sem desrespeito das minorias. A essência da democracia consiste em ter o poder sua origem na vontade popular. Ora, essa vontade, se não tem a espontaneidade de uma origem, e não é producto de deliberações, não é livre.

A deliberação implica reflexão e, conseqüentemente, sopesamento de valôres e razões. Neste caso, a escolha (eleição) deve ser precedida de ampla discussão das perspectivas, e a escolha tem de proceder-se dentro da maior liberdade, da maior isenção de pressões de qualquer espécie. Nenhum dêsses aspectos se deram nas chamadas «democracias populares», que foram instituídas sob a fôrça das armas, e não por livre escolha, através do processo

democrático da discussão prévia e da eleição posterior, pois, em nenhuma das fases, houve o que é essencialmente democrático: liberdade, isenção, ausência total de qualquer pressão, e também da própria demagogia, pois os métodos demagógicos são antidemocráticos e revelam em tôda a história dos regimes dessa espécie que são o prelúdio das ditaduras, do **cesarismo** (vide), e primeiro passo das grandes derrocadas sociais.

É da essência da democracia, pois, a aceitação de que o poder repousa pròximamente, pelo menos, na vontade popular, que deve ser esclarecida, e que livremente deve manifestar-se nas eleições, dela partindo sempre tôda e qualquer modificação qualitativa e não substantiva do regime. Para o esclarecimento e fortalecimento da própria democracia, impõe-se a liberdade aos adversários, para que o diálogo entre todos se processe, sempre obediente ao princípio da liberdade e ao respeito à livre manifestação.

A democracia é, em suma, o sistema de organização social e estatal, que se funda na vontade popular livre, livremente manifestada e deliberada, cuja acção tende ao bem comum e ao individual, dentro do âmbito que abrange a liberdade colectiva e individual, rectamente entendidas.

Tudo quanto ofenda a tais notas, compreendidas nesse enunciado, ou que a elas se oponha, ou que com elas colidam, exclui-se da **democracia,** e só por falsificação significativa pode receber o nome de **democrático.**

Democracy (ing.) = **democracia.**

Démocratie (fr.) = **democracia.**

Democrazia (it.) = **democracia.**

Demokratie (al.) = **democracia.**

Démon (fr.) = **demônio.**

Demon (ing.) = **demônio.**

DEMÔNIO — a) Do grego **dáimon,** que vem de **daio,** iluminar, fazer brilhar o fôgo, uma chama. Nome que se dava a entidades espirituais, inferiores aos deuses, mas superiores aos homens. Tinha, para os gregos, um sentido positivo.

b) É no Antigo e no Novo Testamento, que o demônio será sinônimo de maligno. Desde então empregou-se para indicar os maus espíritos e, figurativamente, indica tudo quanto é prejudicial ao homem, como o «demônio do jôgo». Vide **Diabo.**

DEMONOLATRIA — Adoração do mal, do demônio. Adoração dos valôres mais baixos e dos desvalores, através de um culto manifestado exteriormente.

DEMONOLOGIA — Estudo da presença e da influência do mal, também das idéias religiosas que se referem às forças hostis ao homem, vindas de outros sêres e dêle mesmo. Encontramos estudos de **demonologia** entre egípcios, babilônios, os povos meso-

potâmicos (em geral), os gregos, os judeus e os gnósticos, até os nossos dias.

DEMONSTRAÇÃO — Mostração da verdade é a iluminação da mesma, que se revela de per si **(per se notas)** ao exame de um juízo, que a exibe pela intuição imediata de seu objecto.

A **demonstração** já é o processo lógico pelo qual a verdade se mostra **por meio de** outra, da qual é inferida. Exige, pois, o têrmo médio.

Ao examinar a adequação entre os juízos e os factos do mundo, nem sempre se estabeleceu um estado de certeza, que satisfizesse ao ser humano.

Na **certeza,** encontramos êstes caracteres: um acto mental de adesão, e um acto de firmeza sem o mínimo temor de êrro. O espírito adere firmemente ao juízo, que enunciou. Mas pode dar-se um acto mental de adesão, que, porém, admite a possibilidade de ser verdadeiro um juízo contrário. Estamos em face da **doxa,** da **opinião.**

Quando o acto mental não é adesivo, não é firme, e teme-se errar, estamos em plena **dúvida.**

Para que a demonstração seja satisfazente, deve oferecer uma certeza, a firme adesão ao juízo enunciado.

Na **dúvida,** a adesão da mente está em suspenso, pois teme-se que não seja verdadeiro o que é enunciado pelo juízo.

Antes de examinar a conveniência ou não dos dois vectores, seguidos para a demonstração dos postulados filosóficos, precisamos estabelecer se é ou não possível ao ser humano provar apoditicamente alguma coisa.

Estabelecida esta possibilidade, deve-se ver se ela cabe ao campo da Filosofia e, se, finalmente, é aplicável num daqueles dois vectores. E se não é, que outro caminho se pode oferecer à especulação filosófica, na sua busca da apoditicidade?

Comecemos, portanto, por partes. Examinemos, primeiramente, as razões pró e contra a possibilidade da demonstração.

A posição clássica contra a possibilidade da demonstração é a céptica, que estabelece ser impossível um conhecimento cientìficamente objectivo e certo. Outra posição, a idealística, estabelece que não podemos saber o que as coisas são em si; não podemos inteligir o que elas são em si, nem poderíamos comprovar os nossos conhecimentos. A posição relativista estabelece que o nosso conhecimento é mutável e relativo às diversas fases do desenvolvimento intelectual do homem. É comum hoje, na Filosofia, o ponto de vista de que não é possível a demonstração que resolva, legìtimamente, não só o problema crítico, como, também, o conhecimento exacto, a certeza. Vejamos as razões desta posição: tôda demonstração é uma argumentação legítima, que decorre de premissas certas e evidentes; isto é, ela parte de princípios aceitos como certos. Portanto, tôda demonstração supõe, necessàriamente, uma verdade aceita,

cuja demonstração é impossível, porque, do contrário, teria de ser reduzida a outra verdade, a qual deveria ser aceita sem demonstração. Desta forma, o fundamento da demonstração reduz-se, em última análise, à fé numa verdade não demonstrada.

Outro argumento é o seguinte: aquêle que admite a demonstração e a exige para a Filosofia, deverá demonstrar suas premissas, e assim sucessivamente, o que o levará, fatalmente, à aceitação de uma verdade prévia indemonstrável. Foi **em parte** êste o pensamento de Aristóteles, quando afirmava que nenhuma ciência particular pode demonstrar os seus fundamentos; contudo não afirmou que fôssem indemonstráveis. Convém distinguir-se os têrmos **mostrar** e **demonstrar.**

O que se mostra faz-se **imediatamente,** sem têrmo médio; o que se demonstra, faz-se **mediatamente,** com têrmo médio. A demonstração, portanto, implica êste têrmo médio, mas êste não implica um outro, porque êle poderia ser evidente de per si, e servir como têrmo médio para as demonstrações posteriores.

O meio de combater a demonstração é sofismático, porque a operação demonstrativa tem seu início quando ela se realiza. Ela não é gerada por uma forma, que é transmitida.

A demonstração gera-se da demonstração; portanto, não se poderia pedir um círculo vicioso, como o de demonstrar as premissas que serviram de ponto de partida para ela, e assim sucessivamente, porque ela não exige uma causa unívoca para ser suficiente, pois, em última análise, ela consiste na comparação que se faz entre um juízo evidente, verificando-se quais as semelhanças e as diferenças entre ambos.

Não é a demonstração que gera a demonstração. É o acto intelectual da comparação entre o que ainda não se sabe como verdadeiro, com algo já dado como verdadeiro. Só se poderia negar validez à demonstração se se provasse, com absoluta validez, que o homem nada pode provar com absoluta validez. E tal providência provaria a demonstração.

A demonstração não alcançaria sua finalidade se um cepticismo absoluto representasse a única verdade gnosiológica. E a demonstração estaria justificada, se mostrássemos algo de validez universal, sôbre o qual não pudesse pairar nenhuma dúvida séria, honesta e sã.

Definia Aristóteles a demonstração como o silogismo que é eficientemente conhecido. Saber era conhecer nìtidamente a causa de onde surge alguma coisa, e que não pode ser outra. Impunha-se, assim, para completar a demonstração: conhecer a causa da qual decorre uma coisa; conhecer essa causa formalmente, enquanto causa da coisa e, finalmente, descobrir o nexo que há entre a causa e o efeito, nexo necessário e indefectível, ou, seja, o que indica que a causa, ao causar, é necessária e indefectível.

Sendo a ciência a cognição certa pelas causas, não pelas causas **in cognoscendo,** mas **in essendo,**

não as causas que nós podemos construir em nossa mente, mas as que se dão realmente, só há ciência onde tais causas são achadas, causas indefectíveis, sem as quais os efeitos não poderiam surgir, mas causas adequadas, proporcionadas e congruentes, não prováveis, mas seguramente certas, como as que realmente determinam o surgimento dos efeitos. Dêste modo, tôda ciência exige a demonstração, sem a qual é ela incompleta. E não basta apenas revelar as causas, mas as causas **in essendo,** as que realmente se dão na coisa.

A demonstração apresenta variedades. Contudo, há duas maneiras gerais de demonstrar: a demonstração pelas causas, **demonstratio quia (óti),** e a demonstração segundo a essência do sujeito, **demonstratio propter quid (dióti).**

Todo conhecimento dado ou recebido pela via do raciocínio vem de um conhecimento preexistente, afirmava Aristóteles nos «Segundos Analíticos».

A demonstração, para Aristóteles, reduz-se à deducção silogística.

Possuímos a ciência: a) quando cremos conhecer a causa pela qual a coisa é; b) quando sabemos que essa causa é a da coisa; e c) quando, ademais, não é possível que a coisa seja outra do que ela é.

A causa da coisa é o **meio têrmo,** razão da conclusão, que é a da primeira condição. A relação entre a causa e o efeito é da segunda e, finalmente a conclusão deve ser necessária e impossível de ser de outro modo, que é da terceira condição, como nos mostra Tredelenburg.

Afirma Aristóteles (e com fundamentos) que dos exames por êle feitos, o «objecto da ciência, em sentido próprio, é algo que não pode ser outro do que é, ou seja: o objecto da ciência é o necessário».

E prossegue: «Por demonstração, considero o silogismo científico, e chamo de científico um silogismo cuja posse constitui para nós a ciência». Impõe-se, assim, partir de premissas verdadeiras, primeiras, imediatas, mais conhecidas que a conclusão, e anteriores a ela, e que são sua causa.

São anteriores e mais conhecidos de nós os objectos mais próximos da sensação, e anteriores, e mais conhecidos de maneira absoluta, os objectos mais afastados dos sentidos.

As causas mais universais são as mais afastadas dos sentidos, enquanto as causas particulares são as mais aproximadas; essas noções são opostas umas às outras. Aristóteles identifica premissa primeira e princípio.

Um princípio de demonstração é uma proposição imediata, e é imediata aquela à qual nenhuma outra é anterior. Uma proposição é uma e outra parte de um enunciado, quando ela atribui um só predicado a um só sujeito: ela é dialéctica, e ela toma indiferentemente qualquer parte; ela é demonstrativa, se ela toma uma parte determinada, porque esta parte é verdadeira.

A contradição é uma oposição que não admite por si nenhum intermediário.

Dêste modo, a parte da contradição que une um predicado a um sujeito é uma afirmação, a parte que retira um predicado de um sujeito é uma negação.

A tese é susceptível de demonstração, ou não. E quando ela se torna indispensável e impõe seu espírito como uma proposição que envolve a existência, ela é um axioma. Tornar axiomáticas, no sentido moderno, as teses da filosofia, foi sempre um desejo que animou o coração dos maiores filósofos de todos os tempos. **Hipótese** é aquela tese que põe a existência ou inexistência de uma coisa.

Examina Aristóteles a divergência que há entre os que admitem que tôdas as verdades são susceptíveis de demonstração, e os que afirmam o contrário. Ambas pecam pelos excessos, e demonstra Aristóteles a sua falta de fundamento. Pois uma afirmaria que tudo pode ser conhecido por demonstração, e outra, que nada pode ser conhecido. Esta última posição funda-se em que a demonstração dos posteriores exige o conhecimento dos anteriores, e chegaríamos, afinal, a princípios incognoscíveis, por não serem mais susceptíveis de demonstração. Não nos seria pois possível conhecer as premissas primeiras, e, dêste modo, as conclusões que delas decorrem não constituiriam objecto de uma ciência em sentido absoluto; o conhecimento seria apenas fundado na suposição de serem verdadeiras as premissas. Demonstra Aristóteles que há proposições imediatas, cuja verdade é alcançada, independentemente da demonstração. Há, assim, um conhecimento superior, que é superior à demonstração, que é o conhecimento intuitivo dos princípios pelo espírito.

O que é conhecido pela ciência demonstrativa deve ser necessário, já que necessário é o que não pode ser de outro modo, diferente do que é. Ora, uma demonstração necessária constitui-se a partir de premissas necessárias, pois, do contrário, a conseqüência não podia ser necessária.

Para que a demonstração atinja uma conclusão necessária, impõe-se que se faça por um meio têrmo necessário, pois, do contrário, não se saberá nem por que a conclusão é necessária, nem mesmo se ela o é.

Só há ciência do universal; mas, para Aristóteles, o universal existe no próprio sensível; é simplesmente a possibilidade da repetição do mesmo atributo em diversos sujeitos. Só há o universal quando o mesmo atributo pode ser afirmado de sujeitos diversos. Se não há o universal, não há têrmo médio, nem, por conseguinte, demonstração. Acrescenta Aristóteles que é mister que haja alguma coisa de um e idêntico, que seja afirmado da multiplicidade dos indivíduos, de maneira não equívoca. Há princípios que não são coisas demonstráveis, conhecidos imediatamente por uma intuição do «nous» (espírito), cujo conhecimento daí resultante é de natureza superior à da de-

monstração. Prova-se, não só demostrando, mas mostrando.

A demonstração é ora universal, ora particular, e, ademais, afirmativa e negativa. Examina Aristóteles qual delas é a melhor, e também examina se há superioridade entre a demonstração directa e à da reducção ao impossível.

À primeira vista, parece que a demonstração particular é a melhor pelas seguintes razões: é melhor a demonstração que nos permite conhecer mais, e nós conhecemos mais uma coisa quando dela sabemos por ela mesma do que quando dela sabemos por intermédio de outra coisa, e exemplifica que conhecemos melhor o músico Corisco, quando sabemos que aquêle é músico, do que quando sabemos que o homem é músico. A demonstração universal prova sòmente uma outra coisa que não o sujeito, e não pròpriamente o sujeito. Assim quanto ao triângulo isósceles, prova sòmente que é um triângulo, e não que o isósceles possui tal propriedade, pois o triângulo isósceles tem três ângulos iguais a dois ângulos rectos, não porque é isósceles, mas porque é triângulo.

No entanto, a demonstração particular prova que o próprio sujeito tem tal atributo. Tais aspectos dariam maior valor à demonstração particular do que à universal e, em abono dessa posição, considere-se ainda que se o universal não é senão uma coisa que existe fora dos casos particulares, o que é, é particular, e o universal é o que não é.

Contudo, mostra-nos Aristóteles a superioridade da demonstração universal, porque o que conhece um atributo universal, conhece-o mais por si, que aquêle que conhece o atributo particular.

As coisas incorruptíveis fazem parte dos universais, enquanto as coisas particulares são mais corruptíveis. E, para Aristóteles, não se impõe que se suponha o universal como uma realidade separada das coisas particulares, e, ainda, se a demonstração é um silogismo que prova a causa e o porquê, é o universal que é mais causa. Conseqüentemente, a demonstração universal é superior, porque prova mais a causa e o porquê, pois a demonstração, que mostra a causa e o porquê, é sempre melhor. Por outro lado, a demonstração, tornada particular, cai no infinito, enquanto a universal tende para o simples e para o limite. Enquanto infinitas, as coisas particulares não são cognoscíveis; só quando finitas é que elas o são. É, pois, enquanto universais e não particulares, que nós as conhecemos. Os universais são, conseqüentemente, mais demonstráveis, e quanto mais as coisas são demonstráveis, mais a elas se aplica a demonstração.

E corroborando a sua posição, afirma que se deve preferir a demonstração que nos faz conhecer a coisa, e uma outra coisa ainda, do que a que nos faz conhecer a coisa sòmente. Ora, o que possui o universal conhece também o particular, enquanto quem conhece o particular não conhece o universal. E pode-se demonstrar melhormente o universal, porque

é êle demonstrado por um têrmo médio, que é mais próximo do princípio, e o que é mais próximo é a premissa imediata que se confunde com o princípio. E já que a demonstração, que parte do princípio, é mais rigorosa que a que dêle não parte, a demonstração que adere mais estreitamente ao princípio, é mais rigorosa que a que lhe é menos estreitamente ligada. E sendo a demonstração universal caracterizada por uma estreita dependência ao seu princípio, é ela a melhor. Se conhecemos a proposição anterior, conhecemos a que lhe é posterior, pelo menos em potência. No entanto, ao conhecer a posterior, não conhecemos ainda, de modo algum, a universal, nem em potência nem em acto. E, para finalizar, diz Aristóteles que a demonstração universal é integralmente inteligível, enquanto a particular é conhecida apenas, e termina pela e na sensação.

Há, ainda, superioridade da demonstração afirmativa sôbre a negativa. E sendo a afirmativa anterior à negação, já que a negação é conhecida pela afirmação, e a afirmação é anterior, como o ser o é ao não-ser, resulta daí que o princípio da demonstração afirmativa é superior ao da demonstração negativa. Ora, a demonstração afirmativa é superior ao da demonstração negativa. Ora, a demonstração, que emprega princípios superiores, é conseqüentemente superior. Não há demonstração negativa, sem que se apóie numa demonstração afirmativa.

Há superioridade ainda da demonstração directa à da **reductio ad absurdum.** Se a demonstração afirmativa é superior à negativa, evidentemente é superior à **reductio** ao impossível.

* * *

Ciência é um conhecimento certo, adquirido através de demonstrações.

Demonstração é a argumentação na qual, partindo-se de premissas certas e evidentes, infere-se uma conclusão certa e evidente.

Uma afirmativa é certa quando não há lugar à dúvida, quando há assentimento da mente ao que expressa sem o menor temor de errar, e, também, cuja contradição é conseqüentemente falsa.

A demonstração, na Lógica, pode ser **a priori** e **a posteriori.**

É **a priori,** se as premissas contêm a causa da coisa. Mas, nas demonstrações **a priori,** há ora uma **razão prôpriamente dita,** quando as premissas podem ser pela razão adequadamente distinguidas da conclusão, e **imprôpriamente dita,** quando as premissas são, pela razão, imperfeimente distinguidas da conclusão, como acontece quanto aos atributos do Ser Supremo.

Diz-se que a argumentação é **a posteriori,** quando contém as premissas, ou o efeito da coisa, que está na conclusão; isto é, quando partimos dos factos para provar uma lei **(logos),** quando dos factos podemos provar a realidade da conclusão, quando dizemos porque A é, sua causa B é.

Na escolástica, para as provas da existência de Deus, prevalecem as demonstrações **a posteriori, enquanto** as demonstrações **a priori** são em geral desprezadas por deficientes. Dessa forma, o chamado argumento ontológico de Santo Anselmo é **refutado** por quase todos os grandes filósofos.

Na Teologia e na Teodicéia, predominam os argumentos **a posteriori,** e quando se usam os **a priori,** usam-se os impròpriamente ditos, ao estabelecer, por exemplo, os atributos de Deus.

O principal fundamento para rejeitar os argumentos **a priori** pròpriamente ditos está em que, não tendo Deus uma causa de si, nem uma razão **a priori** de sua existência, tal demonstração não pode ser feita. Pode haver uma razão formal intrínseca de sua existência, não porém uma razão **a priori** de sua existência.

Mas cabe fazer aqui uma importante distinção. A demonstração **a priori** ontológica distingue-se da demonstração **a priori** lógica. A definição, que demos há pouco, aceita e expressa pelos escolásticos, refere-se à esfera lógica. Quanto à esfera ontológica, não há pròpriamente a relação de causa e efeito.

Não é a demonstração ontológica **a priori** fundada no conter as premissas as causas da coisa. As razões ontológicas são simultâneas, e entre elas não há relação de causa e efeito, mas sim a de necessidade.

Conseqüentemente, não é de necessidade ontológica que uma demonstração ontológica **a priori** implique a presença, nas premissas, da causa da coisa; o que se exige é que, nas premissas, haja a razão ontológica do antecedente e do conseqüente.

Princípios fundamentais da demonstração: «O verdadeiro enunciado do **princípio de identidade** não é **A** é **A** ou **ente** é **ente, ser** é **ser.** Se dizemos que **A** é **A,** realizamos uma mera tautologia, sem nenhuma utilidade filosófica. O melhor enunciado é o seguinte: **A** é **A** necessàriamente, mas só enquanto é **A.** Em outras palavras, enquanto **A** é **A,** não pode ser, simultâneamente, não-**A.**

O **princípio de contradição** pode ser considerado ontológica e lògicamente. Ontològicamente, o enunciado é êste: é impossível que algo simultâneamente seja e não seja sob o mesmo aspecto.

Lógicamente: impossível é afirmar e negar o mesmo de algo sob o mesmo aspecto, e simultâneamente.

O **princípio do terceiro excluído** enuncia-se assim: ou algo é, ou algo não-é. Também se chama **princípio de distinção,** pois indica que, para certa coisa, é necessário que valha a afirmação ou a negação. Se disséssemos que **A** é **B** ou não é **B,** neste caso seria falso que **A** é **B** como também seria falso que **A** não é **B,** o que violaria o princípio de contradição.

São êsses três princípios fundamentais para a validez da demonstração. Em tôrno dêles tem surgido uma grande problemática, e longa foi a disputa que provocou através dos tempos.

Entende-se por **princípio,** em linhas gerais, o ponto de partida de onde alguma coisa é (de onde principia), ou é conhecida. Os acima estudados são considerados clàssicamente como princípios demonstrativos, proposições comuníssimas, imediatas, que adquirimos por impulso nativo de nossa inteligência, na simples cognição dos têrmos. Não há necessidade de nenhum outro têrmo objectivo para alcançar a sua validez e evidência; a verdade dêles esplende da própria cognição dos têrmos. Bastou a nossa experiência, a fôrça nativa da nossa intelectualidade para alcançá-los. São êles fundamentos de tôda argumentação. Sem êles seria impossível fundar um saber culto, e foram sempre considerados como válidos por **mostração,** e não por demonstração, pois a sua evidência era de per si suficiente.

O princípio de causalidade eficiente:

Que se entende por **causa eficiente?** O enunciado suarezista é claro: é o princípio por si que influi ser, por sua acção, em algo adequadamente distinto. O eficiente faz a acção que se dá no paciente. Agente e paciente são adequadamente distintos. Dá êle o ser (influi o ser).

O efeito é o novo ser, o que existe pela acção do agente, adequadamente distinto do productor, do que o produz.

O enunciado clássico do princípio de causalidade eficiente é o dado por Aristóteles: o que se move é por algo movido (na expressão escolástica: **quidquid movetur, ab alio movetur).**

Mas êsse enunciado não abrange a totalidade do princípio, pois apenas se cinge ao efeito ou forma, que é produzido pela moção. Afirma êle que a moção não pode ser o próprio móvel; ou seja, que o móvel nunca pode ser causa de seu próprio movimento, o que afirma, por sua vez, a adequada distinção entre móvel e movente, entre paixão **(passum)** e agente. São teses controvertidas, que exigem uma análise ontológica, o que passaremos a fazer.

Para Aristóteles, a moção se dá de um estado para outro estado. Resta saber se é essa apenas a única moção que se pode dar.

Para o racionalismo filosófico, dada a causa eficiente, segue-se, necessàriamente, o efeito, mas, nessa concepção, a causa eficiente opera necessàriamente, e não inclui a causa livre; por isso, padece de êrro.

Para Hume, a causa eficiente é antecedente da qual necessàriamente segue-se algo, que é o efeito. Falta aí o nexo causal, pois actualiza apenas a antecedência.

Dizer-se que todo efeito tem uma causa é mera tautologia.

O que começa a ser **(incipiens)** tem uma causa eficiente, realmente distinta do incipiente. O que começa a ser, antes de ser, é relativamente nada disto ou daquilo. É impelido à existência por algo que não pode ser nada, mas alguma coisa, e eis a causa eficiente. Êste enunciado, como o afirmam os suarezistas, é mais sólido que os outros, e com razão o fazem; contudo, não é ainda suficientemente claro e verda-

deiro, por não ser universal. Porque as coisas que são **ab aeterno**, que não tiveram nenhum princípio, excluem-se de tal enunciado. Expressa algo verdadeiro tal enunciado, contudo não indica tôda a verdade, daí propor-se esta fórmula: **o contingente tem uma causa de si mesmo realmente distinta de si.**

Esta formula oferece o carácter de universalidade e de verdade. O que é contingente não tem a causa em si mesmo, isto é, não existe por fôrça de si mesmo. Aponta a um nada actual, que, como nada, permaneceria se não houvesse o influxo de algo que o actualizasse. O que o actualizaria seria em acto, portanto realmente distinto dêle. Daí Suarez substituir a primitiva fórmula aristotélica por esta: **o que é produzido, de algo realmente distinto de si é produzido.** O que é nada perseveraria no nada, se algo, que é, não lhe desse o ser actual. Para ser, portanto, existe algo que lhe seja distinto realmente, que o impila à existência, o que leva a afirmar que o que é produzido necessita de algo realmente distinto que o produza, pois o que não existe não pode ter fôrça para produzir-se.

Daí surge um corolário da **filosofia concreta:**

O que é produzido não tem em si a fôrça para produzir-se, mas é produzido por outro actualmente em ser, que lhe é realmente distinto.

Princípio de razão suficiente: Êste princípio é entendido em dois sentidos: lógico e real. Em sentido lógico, expressa-se dizendo que nada se afirma, nada é afirmado, sem uma suficiente razão de conhecimento, ou sem uma suficiente prova. Afirmar-se alguma coisa sem suficiente conhecimento, é afirmar-se irracionalmente, em sentido ontológico. Enuncia-se assim: nenhuma operação há sem razão suficiente de uma causa para agir. Em suma, nada é sem razão suficiente.

A razão suficiente pode ser intrínseca ou extrínseca. A intrínseca é constituída dos elementos que compõem a coisa em certa ordem, como a da essência, da existência, da inteligibilidade, etc. A extrínseca é constituída das causas extrínsecas, como a eficiente, a final, etc. Quando se fala da razão suficiente de alguma coisa, é preciso considerá-la intrínseca e extrìnsecamente. O Ser Supremo tem uma razão suficiente intrínseca de ser, mas o ser finito tem, simultâneamente, uma razão intrínseca e extrínseca de ser, como o mostramos em nossas teses. A prova da validez do princípio da razão suficiente está nesta argumentação negativa: se o ente não tivesse razão suficiente para ser o que é, nada requeresse para ser o que é, tanto para ser como para não-ser, evidentemente não seria o que é, o que é contraditório. A razão suficiente do Ser Supremo é a sua essência; êle é de per si subsistente, é o próprio ser de per si subsistente.

Princípio de inteligibilidade:

O princípio de inteligibilidade enuncia-se: **todo ser é inteligível.** Sendo, pois, o nada absoluto ininteligível, e contradição do ser, o que se predica a um,

não se pode predicar a outro; assim se se predica a ininteligibilidade ao nada absoluto, predica-se a inteligibilidade ao ser. Todo ser é, portanto, inteligível. Essa inteligibilidade, contudo, é tomada em sentido amplo, pois, restritamente, uma inteligência pode inteligir êstes ou aquêles sêres, e não outros. Ora, se o ser é inteligível, essa possibilidade seria nada se, de certo modo, não se actualizasse. Por um rigor ontológico, tem de haver uma inteligência capaz de abranger a inteligibilidade total do ser. E essa inteligibilidade total do ser só a pode ter o Ser Supremo. E como êle é o ser em sua absolutuidade, sua inteligência é absoluta. Conseqüentemente, nêle ser e inteligir se identificam.

Princípio de finalidade: O princípio de finalidade enuncia-se assim: **todo agente actua segundo o fim.** Sem o fim não poderia haver uma operação, porque a operação tende para algo. Os sêres actuam proporcionadamente à sua natureza; isto é, por motivos intrínsecos e também por motivos extrínsecos.

* * *

Da prova: Chama-se de prova, em geral, qualquer processo da mente pelo qual adquirimos de alguma coisa uma certeza. Nesse sentido amplo, incluímos as espécies racional, irracional, etc. A prova racional, também chamada intelectual, é um processo da razão, que decorre da experiência imediata, quer interna, quer externa, através da análise dos têrmos, dos princípios do raciocínio, por meio dos quais adquirimos a certeza de algo. A prova irracional não se funda pròpriamente em conceitos ou juízos, mas no sentimento, na acção, na simpatia, etc.

A prova racional pode ser **imediata** e **mediata.** A **imediata** é aquela por cujo processo adquirimos a certeza de alguma coisa que se manifesta por si mesma à nossa mente, como a que surge da análise imediata dos conceitos e dos factôres. A **mediata** não se manifesta por si mesma ao intelecto, mas é aquela que captamos através do processo intelectual, pelo emprêgo de meios, como se processa no raciocínio, na argumentação, na demonstração.

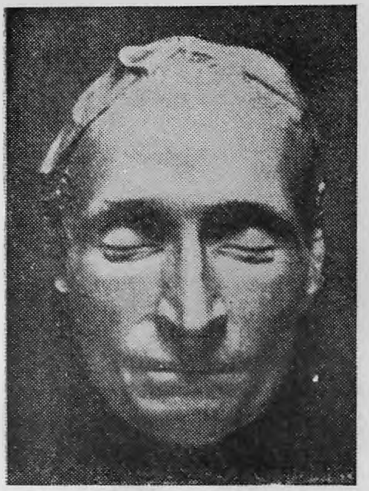
A prova mediata é, pròpriamente, a demonstração, a qual pode ser **directa** ou **indirecta.** É **directa** quando adquirimos a certeza de alguma coisa, não que ela se manifeste de per si ao intelecto. A **indirecta** é a que usa outro processo, como seja o emprêgo das negativas, dos contrários, etc.

A demonstração directa pode ser **inductiva** e **deductiva.** É inductiva, quando de algumas coisas singulares deduz-se uma conclusão universal, e deductiva, quando de princípios universais deduz-se algo menos universal ou então singular. A demonstração deductiva pode, por sua vez, ser **a priori, a posteriori, a concomitante** e **a simultâneo.**

A demonstração **a priori** é a argumentação na qual a conclusão é deduzida das premissas, que contêm causas verdadeiras ou a razão suficiente delas, a qual está na conclusão. Assim, se partirmos da aceitação de que a al-

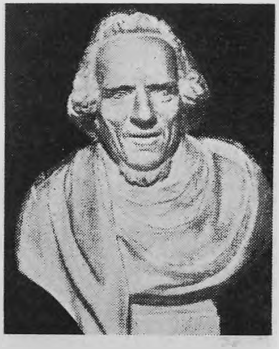
Copérnico

Feuerbach



Máscara mortuária de Pascal

Schlegel, jóvem

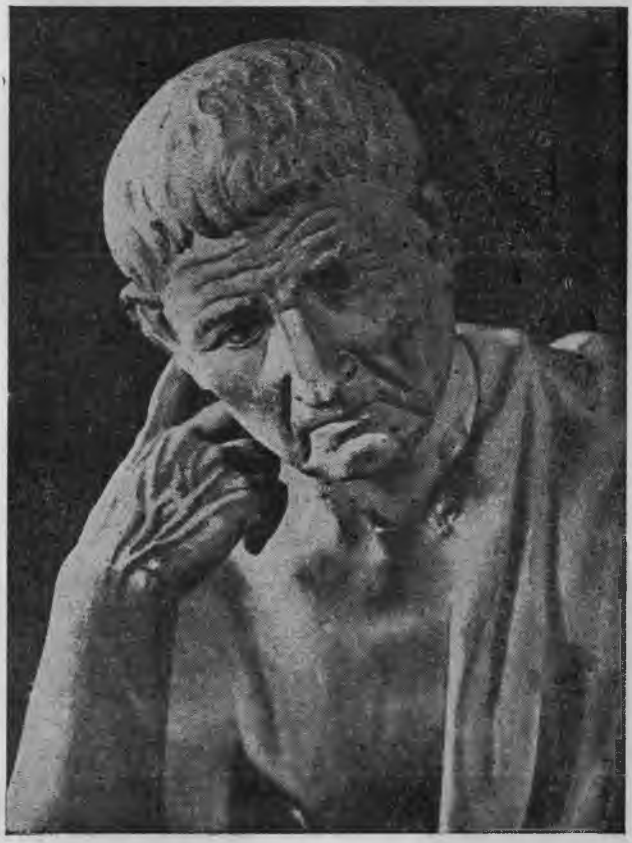


Moisés Mendelssohn

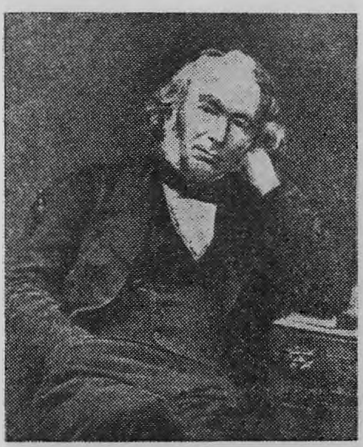
Max Planck

Frederico o Grande

Brentano

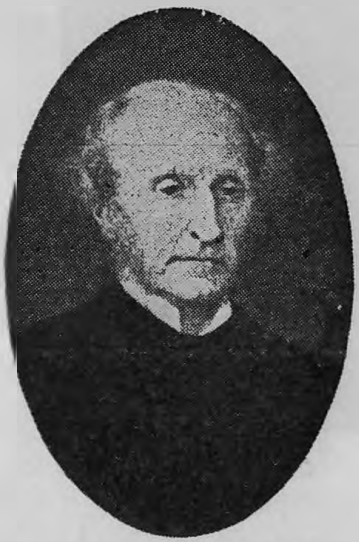


Séneca



Ricardo Codben

Saint-Amand Bazard



Stuart Mill

Sismonde de Sismondi

ma humana é espiritual, deduz-se a **priori** que ela é intelectiva.

Estabelecido o rigor ontológico de um conceito, dêle deduz-se **a priori** o que nêle ontològicamente está incluído. Assim, quando dizemos que antecedente é o que tem prioridade em qualquer linha, vector, etc., a outro, que lhe é conseqüente, deduzimos **a priori** que necessàriamente há, a todo conseqüente, um antecedente, e que a antecedência é absolutamente necessária àquele.

A demonstração **a posteriori** é aquela na qual a conclusão é deduzida das premissas que contêm o efeito ou propriedade da coisa que está na conclusão. Assim, da existência de coisas contingentes e causadas, deduz-se existir uma causa incausada delas.

A demonstração a **concomitante** (muito usada) é aquela na qual a conclusão é deduzida das premissas, que não contêm a causa nem o efeito da coisa, que está na conclusão, mas tanto a coisa, que está na premissa, como a que está na conclusão, estão inseparàvelmente conjugadas, por dependerem do mesmo princípio comum.

A demonstração **a simultaneo,** que é considerada como não sendo pròpriamente uma argumentação nem demonstração, é uma cognição imediata, na qual a conclusão é inferida, não de outra coisa que seja causa ou efeito dela, nem de alguma coisa que dela se distingue, segundo uma razão de distinção perfeita, mas de alguma coisa que, implícita ou formalmente, já contém a conclusão. Assim: **se é homem, é vivente.** Não há aí pròpriamente demonstração, mas a explicitação do que está implìcitamente no antecedente.

A demonstração indirecta é o processo da razão pelo qual adquirimos a certeza de alguma coisa, não porque ela se manifeste por si mesma ao intelecto, nem porque tenha conexão positiva ou intrínseca com alguma coisa que captamos imediatamente, mas por decorrer do absurdo dos contraditórios (**ab absurdum**), ou porque não se provam os contraditórios, ou porque se deduz do que é concedido pelo adversário (**argumentum ad hominem**), ou porque a conclusão é dada por autoridades fidedignas (**argumentum a testimonio**).

A demonstração na ciência: Mathesis, etimològicamente, vem do radical **ma** e de **thesis,** que significam: pensamento, medida, o primeiro, e positividade o segundo; portanto, a positividade pensada, medida, reflectida, ciência. Daí, em suas origens, o têrmo significar o objecto do conhecimento, da ciência, do saber culto. O conteúdo do conhecimento é **mathema,** no genitivo, **mathématos,** de onde vem **mathematiká,** que é hoje tomada como a ciência da extensão abstracta, ou, para outros, meramente a ciência da quantidade, contínua e descontínua, como, para Descartes, é a ciência da «ordem» e da «medida», ou como se diz hoje **topológica** e **métrica.**

A aritmética é a ciência da quantidade descontínua ou discreta (de **discerno,** eu distingo), enquanto a geometria o é da quantidade contínua. As relações entre

a quantidade contínua e a quantidade descontínua é matéria da geometria analítica e também do cálculo infinitesimal.

Classifica-se a matemática em:

1) a **Aritmética** ou ciência dos números, incluindo a **Algebra,** que considera a quantidade abstractamente, sendo a disciplina em que se encontra a abstracção no grau mais elevado;

2) a **Geometria,** cujo objecto é a quantidade extensa; ou seja, a que acrescenta à quantidade a extensão;

3) a **Mecânica** que, ao estudo da quantidade e da extensão, acrescenta o de fôrça, e estuda o movimento e suas causas.

Nota-se entre os matemáticos a presença de dois espíritos: o dos intuitivos e dos discursivos, ou, seja, dos que revelam possuir uma intuição apofântica, desveladora, e os dos que obtêm conhecimentos através de uma especulação mais ou menos demorada. Sem dúvida, a intuição tem um papel importante na formação das teorias matemáticas e, sobretudo, no trabalho matemático em geral. Há exemplos famosos da influência importante e inegável da **intuição sensível** na formulação dos mais importantes enunciados da matemática, sem que se possa negar o papel que exercem a intuição apofântica e a advinhatória, além da intuição intelectual.

A demonstração oferece, na matemática, os meios seguros para fixar a certeza de um facto físico, e comprovar as suas bases, bem como permite sujeitar a um rigoroso contrôle as intuições sujeitas a ilusões freqüentes.

A matemática, em suas demonstrações, funda-se em axiomas, que são evidentes, indemonstráveis e válidos para tôda quantidade. Caracteriza o axioma a impossibilidade de pensar em sua não-validez. O estudo filosófico dos axiomas cabe **à axiomática.**

A demonstração é uma espécie de prova. Com esta se dá o testemunho do que se afirma, fundado em bases seguras, mas a demonstração surge da deducção que firma a verdade de uma proposição ao mostrar que ela decorre, necessàriamente, de premissas já dadas como verdadeiras, como vimos.

Na matemática, a demonstração pode ser **directa** ou **indirecta,** dando-se preferência à primeira, e só se usa a segunda quando a primeira se torna impossível. A demonstração directa funda-se no princípio de identidade e a demonstração indirecta no princípio de contradição. Na demonstração indirecta, prova-se que são absurdas tôdas as hipóteses possíveis, menos uma, a qual, por essa razão, tem o seu fundamento, pois é demonstrada pela exclusão de tôdas as outras. Usa-se, ainda, na matemática, em grau menor, a demonstração pelo absurdo, que consiste em provar a verdade de uma proposição ao demonstrar que a posição contraditória leva a proposições evidentemente falsas.

Muito se tem discutido se a forma de demonstração matemática é fundada no raciocínio deductivo

ou no inductivo, ou se é fundada numa outra forma de raciocínio irreductível a qualquer dos dois primeiros.

O silogismo, como vimos, é um raciocínio deductivo. Se volvemos para o passado, notamos, desde logo, que a opinião geral foi sempre de que as demonstrações matemáticas fundam-se no silogismo, expressando-se por meio de polissilogismos e sorites.

Entretanto, alguns lógicos modernos têm buscado uma posição outra, antitética à primeira. Há diferenças que salientam entre a matemática e a lógica. Esta, por exemplo, classifica os conceitos em gênero e espécie, diferenças, categorias, etc., enquanto a matemática trabalha com objectos puros, formalmente puros, como, por exemplo, o triângulo, que é um só, segundo a sua definição, cujo exame permite conhecer as leis de todos os triângulos, êstes ou aquêles. Contudo, pode-se objectar que o triângulo insósceles é uma espécie do gênero triângulo, como o são também o equilátero, o escaleno, etc. A confusão surge de se ter considerado o conceito apenas em sua extensão, e não em sua compreensão. Ante a lógica clássica, essa diferença, que os modernos querem salientar, não tem procedência, porque, ao dizermos: **o triângulo é...**, referimo-nos a todos os triângulos, se o que enunciamos se refere apenas à essência do triângulo.

Outra acusação moderna consiste em afirmar que a lógica de Aristóteles apenas conhece as proposições de inerência, que afirma a existência, ou não, de uma realidade, de uma propriedade, de um atributo em suma, e não as relações para exemplificar: **João é um homem alto** é um enunciado aristotélico, não porém que **João se encontra ao lado de Pedro**... Essa afirmativa é simplesmente ingênua, não só em referência a Aristóteles como aos escolásticos, pois é simplemente pueril pensar que êstes são soubessem que há juízos como **Londres é maior que Paris; Paris acha-se sôbre o Sena**, etc. Ademais as regras do silogismo de Aristóteles não impediram o progresso lógico que a escolástica realizou.

Tais afirmativas revelam apenas as ignorância que há da parte de lógicos modernos quanto às grandes contribuições da escolástica.

Há, entretanto, uma diferença a salientar: é que a igualdade matemática aponta uma identidade quantitativa, e permite, devido à eqüivalência, a reciprocidade: A = B e B = A. Contudo, é de convir que, no juízo, o predicado é atribuído ao sujeito, ou não, e na proposição matemática é afirmada, ou não, a eqüivalência entre os termos. Como naturalmente a matemática trabalha com a quantidade abstracta, as relações entre o predicado e o sujeito são extensistas e um têrmo não é atribuído ao outro, mas apenas é salientada a relação que se dá entre êles, como igualdade, desigualdade, identidade, diferença, inclusão, etc.

No silogismo, conclui-se apenas do geral ao particular, do gênero à espécie, da espécie ao indivíduo; na matemática, do princípio a

uma conseqüência. Contudo, se se consideram os têrmos da premissa lógica em sua compreensão, e não em sua extensão, também se conclui assim.

Henri Poincaré afirmou que, na matemática usa-se o **raciocínio** por recorrência, que é inductivo. Consiste êsse raciocínio em estender a uma série indefinida de casos o que foi observado em um caso. Verificado o que se dá com **n**, busca-se demonstrar que é verdadeiro também para **n + 1**; daí, prosseguindo-se, conclui-se que é verdadeiro para todos os números inteiros. A inducção é, contudo, aparente, porque só se concluirá que é válido para tôda a série se fôr da essência do número; do contrário, não se poderá concluir que é válido para tôda a série. Ora, tal raciocínio implica uma deducção de que o que é da essência específica é de todos os indivíduos da espécie.

A tendência dos logísticos é não afastar a matemática da lógica. Se, na verdade, a matemática não é apenas uma lógica dos números, nem a lógica apenas uma matemática de conceitos, há, contudo, um ponto de identificação de ambas que, para nós, seguindo a linha pitagórico-platônica, é a **Mathesis**, que é uma meta-matemática, pois, nesta, é que há a raiz comum que analoga as semelhanças entre ambas.

DEMONSTRAÇÃO A CONCOMITANTE — Vide **Demonstração.**

DEMONSTRAÇÃO A SIMULTÂNEO — Vide **Demonstração.**

Com referência à prova da existência do Ser Supremo, muitos filósofos são de opinião que as demonstrações **a concomitante** e **a simultâneo** são inaceitáveis, como Tomás de Aquino e quase todos os tomistas, Suarez e muitos molinistas, Kant, etc. Por outro lado, admitem a suficiência do argumento **a simultâneo** Santo Anselmo, Vásquez, Leibnitz, Scot, Descartes, etc.

No entanto, estão todos de acôrdo em que não se aplica, de modo algum, a demonstração **a priori,** porque não tendo o Ser Supremo uma razão de ser fora dêle, não poderíamos partir de uma premissa que encerrasse a causa da sua existência. Como já vimos, no argumento **a priori,** a conclusão é inferida de premissas, que contêm a causa real daquela, ou a razão suficiente daquela, e como tal antecedente. Ora, tal não poderia haver no Ser Supremo, pelo menos não poderia haver uma razão suficiente adequadamente distinta dêle, que fôsse sua razão. Contudo, podem-se inferir os atributos **a priori,** mas estamos aí numa explicitação do que já está nêle contido, porque não há distinção real-física entre os atributos do Ser Supremo.

Também se nega a possibilidade de uma demonstração **a concomitante,** porque, nesta, deduz-se a conclusão de algo inseparàvelmente conexionado, cujas premissas estão inseparàvelmente conjugadas, por dependerem de um princípio comum, como já vimos. Ora, o Ser Supremo não pode depender de nenhum outro ser, razão pela qual não cabe a demonstração **a concomitante.**

Argumentam ainda os que negam a demonstração **a simultâ-**

neo, que esta, além de não ser pròpriamente uma demonstração, caracteriza-se, ademais, por ser a conclusão inferida, não de outra coisa que seja causa ou efeito dela, nem de alguma coisa que dela se distinga segundo uma razão de distinção perfeita, mas de alguma coisa que, implícita e formalmente, já contém a conclusão. Há aí mera explicitação, como se pode proceder quanto aos atributos do Ser Supremo.

Considera-se, assim, o argumento anselmiano (argumento **a simultâneo** ou também chamado ontológico) como inválido para o fim que pretende. E reduzem-no à seguinte forma silogística: Deus é o que nada de maior se pode cogitar; ou seja, o máximo excogitável; ora, o máximo excogitável existe; logo, Deus existe.

Os adversários dêsse argumento acusam-no de uma ilegítima passagem da esfera meramente lógica para a ontológica, porque não se prova ainda a existência de Deus ao afirmar que é êle o que de maior se pode cogitar.

A premissa maior é convencional, já que muitos podem conceber Deus, não como o ser maior que existe, como se vê em certas crenças primárias, em que há povos que adoram um deus de menor poder, de preferência a outros mais poderosos. Mas poder-se-ia objectar que, de qualquer forma, nessas mesmas crenças, há sempre a admissão da existência de um ser, que é o maior que se pode cogitar. E, ademais, uma concepção de Deus, que não lhe atribuísse tal eminência, seria falha. De qualquer forma, pode-se partir de que, em qualquer pensamento culto, a idéia de Deus implica sempre a do ser de maior poder que se pode cogitar. Se êle não existe, poder-se-ia cogitar de outro que existisse, e êsse seria maior, e seria, conseqüentemente, Deus. Pois, do contrário, o máximo excogitável, que seria o primeiro, não seria o primeiro, o que é contraditório.

A argumentação contrária afirma que, pelo facto de ser excogitado, não se prova que se dê a existência exercitada, em seu pleno exercício, fora da mente (**extra mentis**). Prova-se que a existência é meramente excogitada, não que exista no pleno exercício de seu ser, o que exigiria outra prova. A contradição é meramente lógica, e não prova ainda a existência **extra mentis.**

Também é inválido o argumento modificado por Descartes, que se pode reduzir silogìsticamente à seguinte forma:

O ser necessário necessàriamente existe; Deus é o ser necessário; logo, êle necessàriamente existe.

A resposta é contida na objecção de que o ser necessário necessàriamente existe, **se existe.** Não se prova ainda a sua existência.

Também é acusada de invalidez a forma leibnitziana, reductível ao seguinte silogismo:

O omniperfeito existe, se é possível; ora, o omniperfeito é possível; logo existe.

Se fôsse impossível não existiria. Também não pode existir nem feito por si, como já vimos,

pois existiria antes de existir, nem feito por outrem, porque então não seria o omniperfeito e independente que é. O omniperfeito não contém negação de qualquer espécie, mas só perfeição, nem tem partes incompossíveis, porque é simplicíssimo, do contrário não seria o omniperfeito. Não há, pois, nenhuma contradição ou impossibilidade no conceito de omniperfeito.

A objecção sintetiza-se dessa forma: que o omniperfeito é positivamente possível, não há que duvidar, mas também é possível negativamente. Impõe-se provar **a posteriori** a sua existência. O simples facto de não percebermos contradição não é ainda suficiente, pois ela pode existir ocultamente. Ademais, o silogismo peca contra as regras da lógica, porque o predicado tem mais realidade que o sujeito, o que é falso. A realidade, que tem, é a meramente cogitada, e não a realidade extramental. Para afirmar esta, é preciso provar **a posteriori.**

Todos êsses argumentos, o de Santo Anselmo, como o de Descartes e o de Leibnitz são assim impugnados.

Em resumo, a crítica afirma: a existência de Deus, do ser que nada de maior se pode cogitar, na forma anselmiana, é meramente cogitada, e não demonstra a sua realidade extramental. Um anselmiano poderia dizer: se julgas que o máximo excogitável só pode existir na mente, não é êle o máximo excogitável. Mas a resposta viria imediata: a existência provada é apenas a mental. Concede-se esta, sem que, por aceitar-se a validez desta, se possa afirmar a validez da existência extramental.

Mas pode-se cogitar que o máximo excogitável não existe? Que é apenas um ser fictício? Na verdade, pode-se cogitar de que não existe o de que se pode cogitar que não existe. Mas o máximo excogitável não se pode cogitar que não existe. Portanto, êle existe. Mas acaso, respondem os objectores, inclui o conceito do máximo excogitável, essencialmente, a existência? Ademais, a contradição alegada não procede, porque não se nega a existência cogitada, mas apenas se nega a prova da existência extramental.

Também o argumento leiznitiziano é falho, porque se a omniperfeição não tem imperfeição nem carência, não o tem quando cogitada, mas daí a afirmação da sua existência, sem prova **a posteriori,** é improcedente.

Além dêsses argumentos e o de Descartes, apresentam alguns neo-escolásticos o seguinte:

O ente necessário existe ou não existe; ora, seria contraditório que o ente necessário não exista; logo, êle existe.

Mas, a contradição estaria em não existir enquanto cogitado. Êle só existe se existe.

Há outro argumento dos neo-escolásticos, e o mais importante, que poder-se-ia sintetizar assim: repugna metafisicamente que o ser não seja; portanto, é necessário que o ser seja; ora, o ser necessário é Deus, logo repugna metafisicamente que Deus não se-

ja, como decorrência da consideração que ser é ser.

Seria contraditório afirmar que ser não é ser. Os objectores dêsse argumento diriam que concordam que há algum ser, mas que exista absolutamente impõe-se uma distinção. Se a existência dêsse ser é demonstrada **a posteriori** concordam, mas que seja demonstrada **a priori** negam.

Julgamos que a síntese que fizemos dos argumentos contrários é suficientemente clara; contudo impõem-se alguns reparos imprescindíveis. O possível, argumentam alguns, implica o necessário, pois o que venha a ser, necessàriamente foi um possível que não podia deixar de ser, um possível que inevitàvelmente será.

Contudo, não há consciência entre o possível e o necessário, daí não se poder dizer que tudo que é necessário é possível naquele sentido já exposto. É verdade que o possível implica o necessário, sem o qual o possível não seria.

Impõe-se, pois, distinguir o possível ontológico de o possível lógico. O possível ontológico implica, necessàriamente, o necessário, e não inversamente. Ora, ontològicamente, é possível em si mesmo tudo o que não contradiz o ser. O ser, que é o máximo excogitável, é possível em si, pois não contradiz o ser. Se êle fôsse meramente possível, e não existisse, seria possível em outro, o qual seria maior que aquêle. Ora, como êle está acima de tudo quanto é sua possibilidade, implica, necessàriamente, a sua existência. Deve-se notar que é possível o que pode ser, e não pròpriamente o que pode e não pode ser, já que o necessário prova que pode ser, e repele o poder não-ser.

Considerando-se o conceito de possível, tomado ontològicamente como o que pode ser, o ser necessário pode ser porque é. Para negar-se a existência do ser necessário, ter-se-ia que provar que êle é impossível, o que é absurdo. O ser necessário não só exige a sua possibilidade, como em seu **logos** implica a existência. Ora, os possíveis são possíveis em outro; o ser absolutamente necessário não poderia ser possível em outro, pois não seria, então, absolutamente necessário, pois, para ser tal, tem de ser em si mesmo. O ser necessário não contradiz, portanto, o ser.

Quando Descartes declara que o ser necessário necessàriamente existe, esta premissa já era a conclusão de uma argumentação implícita, que prova a necessidade da existência do ser necessário. Ademais, se não existisse o ser necessário, os possíveis seriam possíveis em sêres possíveis, o que levaria ao absurdo. Ontològicamente, há possíveis, porque há um ser necessário. A possibilidade é aptidão para ser. Ora, essa aptidão para ser não pode ser dada pelo nada, mas sim por um ser. E se os sêres antecedentes, que dão a razão de ser possível aos sêres possíveis, fôssem, por sua vez, apenas possíveis por si mesmos, não existiriam.

A existência do ser necessário decorre de uma necessidade ontológica, e não lógica. Note-se que Sto. Agostinho, pela sua filiação filosófica platônica, não

construía o seu filosofar sôbre razões lógicas, pois a posição platônica coloca o lógico num grau hierárquico inferior ao ontológico. É êste que dá razão àquele, e não vice-versa.

Não é o homem, com seus esquemas mentais, que justifica e dá razão ao mundo, mas são as estructuras ontológicas que dão o fundamento às estructuras esquemáticas do homem. Não é porque nós podemos pensar num ser omniperfeito, que êsse pensamento dá existência a êsse ser. A validez do nosso pensamento é dada pela inteligibilidade do ser, mas essa inteligibilidade não é um mero producto do homem, mas sim êste, por participar da perfeição divina, é capaz de cogitar a omniperfeição.

E torna-se isso evidente, porque, sem o ser necessário, afirmamos possíveis dependentes de possíveis, o que nos levaria à nihilificação de tudo. Se lògicamente chegamos ao necessário, partindo do possível, ontològicamente a razão do possível está no ser necessário.

Ademais, se o ser necessário, que é possível à nossa mente, não existisse extra-mentalmente, abismar-nos-íamos em o nada. A sua existência decorre de modo necessário, porque a sua possibilidade prova a não-contradição com o ser, mas simultâneamente afirma a sua existência, porque, do contrário, o ser estaria negado. A análise ontológica demonstra, **concomitantemente,** que o conceito de ser implica o do ser necessário, isto é, aquêle que não pode não-ser.

Ora, aquêle ser que é, e não pode não-ser, é o primeiro, pois sem êle nenhum outro poderia ser. Ontològicamente, chegamos à conclusão de que há necessàriamente um ser necessário primeiro, independente de qualquer outro, que é a razão do ser dos outros.

O que se tem pensado sôbre o Ser Supremo em todo o pensamento culto da humanidade é êsse ser, o qual necessàriamente existe. Lògicamente, pode-se dizer que o conceito de possibilidade não inclui o de necessário ou o de necessidade. Podemos pensar na possibilidade separadamente da necessidade. Mas se a mente humana tem essa capacidade de excluir, e de separar os aspectos da realidade, em qualquer esfera, o mesmo já não se dá quando, superando os anteriores limites da nossa razão, trabalhamos ontològicamente, pois, nessa esfera, a possibilidade é falsa sem a necessidade.

Na verdade, a matematização do pensamento filosófico só se poderia dar, libertando-se o homem dos conceitos estanques que a sua razão constrói, ao separar os fragmentos da realidade em séries abissalmente diacríticas, como distantes umas das outras por uma contingência utilitária, para melhor compreensão do mundo.

Essa fase evolutiva da nossa inteligência foi, inegàvelmente, um ponto alto do pensamento humano, que teve o seu esplendor máximo na obra grandiosa de Aristóteles e na profunda análise dos escolásticos.

Comentários sôbre a prova de Santo Anselmo: É possível em si mesmo tudo o que não contradiz o ser. O **quod majus est**... é possível em si, pois não contradiz o ser. Se fôsse um meramente possível, e não existisse em acto, seria um possível em outro. E êsse outro, ou seria o **majus,** ou não o seria. Se não fôsse, seria absurdo que um ser contivesse em si a possibilidade de ser mais do que a sua natureza. Ora êsse mais é ser absolutamente em acto e independente de qualquer ser. A independência, assim, viria da dependência, o que é absurdo. Ademais, a potência ultrapassaria a natureza do ser, que não é ainda o **majus,** mas que poderia sê-lo. E êsse excesso de ser, se é dêle, tem de nêle ser acto, pois em potência seria absurdo, e, neste caso, a potência teria mais ser que o que é em acto, e o infinito actual seria potência, o que é absurdo.

Se admitíssemos que ultrapassa a natureza do que é, teríamos um ser sobrenatural e transcendente, ao qual negaríamos a realidade de ser em plena eficienticidade, o que seria ademais absurdo. Resta apenas que o **majus** seja, e não pode deixar de ser; em suma, que necessàriamente é, e é necessàriamente. É possível em nossa mente, mas que necessàriamente é, resta-nos saber. Não podemos dizer dêle, que se é, é o **majus,** mas temos de dizer dêle que é, e necessàriamente é. A possibilidade está em nós, e não nêle.

O argumento de Santo Anselmo era ontológico e não lógico. Se fôsse apenas lógico, haveria razão de afirmar que nêle havia um salto indevido de uma esfera para outra, da lógica para a ontológica. Mas, na verdade, o seu raciocínio pairava na esfera ontológica, embora partisse, como não podia deixar de ser, da conceituação humana, mas para alcançar uma conceituação ontológica, que só pode ser o que é (monovalente. portanto).

Ademais, não podendo ser em si uma potência, a possibilidade que nossa mente capta do **majus** leva-nos a reconhecer que êle necessàriamente existe. Como poderia o menos conter o mais? Partimos, não há dúvida, da não contradição entre o **majus** e o que é contingente e dependente de nossa experiência. Restaria apenas um ponto objectável: que erramos ao admitir a sua possibilidade. O **majus** não seria possível, mas impossível. Emprestaríamos possibilidade a uma ficção nossa. Resta, então, examinar se é realmente uma ficção. Conceituamos o **majus** por oposição ao contingente, diriam. Mas, na verdade, verificamos pelas operações iterativas ontológicas, que o ser independente e omniperfeito é absolutamente necessário. É a nossa mente que pode julgar que é possível, embora seja real **extra mentis.** Mas, pelos caminhos da dialéctica ontológica, sua necessidade esplende, não por razões nossas, mas pela própria glória do ser. Já vimos que só há contradição ao ser quando a sua afirmação implica a negação da sua natureza. E a contradição do ser é o nada. Dizer-se que um ser é omniperfeito, não é predicar-lhe o nada. O verdadeiro conceito ontológico de possível é **o que po-**

de ser, e não **o que pode e não pode ser.**

A iteração dialéctica ontológica mostrou-nos que o Ser Supremo pode ser. Não podemos dizer dêle que pode e pode não ser, porque o não poder ser dêle é absurdo, como vimos. Êle pode ser e, porque só pode ser, é.

Sendo êle necessário, prova que pode ser, e repele o **poder não-ser.**

O **majus** é o ser omniperfeito e independente. Se se admite um ser que não é omniperfeito e independente, êle não é o **majus.** Além disso, haver um ser que contenha tôda a perfeição de ser, e que não venha de outro, não é uma possibilidade (pois como possibilidade é captado num estágio ainda primário da nossa operação psíquica), mas é uma necessidade absolutamente simples, é **simpliciter** absoluta. Além de não conter a sua existência contradição, ela ainda se impõe ontològicamente. Portanto, a admissão de que o **majus** é o ser omniperfeito, subsistente por si mesmo, independente portanto, não é apenas lógica, mas também ontológica.

Ora, o que se entendeu sempre por Deus? No pensamento elevado e mais culto do homem, Deus é êsse ser omnipotente, omniperfeito, subsistente por si mesmo, cuja essência é a sua existência, ou cuja existência é a plenitude de ser de sua essência, ou o ser cuja essência é existir plenamente. Se se conclui, como o faz Santo Anselmo, que existe necessàriamente, não há salto do lógico para o ontológico, porque a premissa maior não é apenas lógica, mas ontológica também. E não é do seu aspecto lógico que êle conclui a existência, mas do ontológico, porque não é o lógico que afirma a existência, mas sim o ontológico. Já vimos que o juízo lógico afirma uma possibilidade de ser, mas o juízo ontológico afirma necessàriamente a existência, e o faz apodìticamente. A premissa maior do silogismo de Santo Anselmo é um juízo ontológico, no sentido que expomos. Não há, assim, nenhum salto indevido.

Dêste modo, a prova ontológica de Santo Anselmo é, na dialéctica ontológica, absolutamente rigorosa.

Outro comentário impõe-se aqui. Rigorosamente, o verdadeiro possível é o que não é realizado em acto. E possível é o que pode actualizar-se em acto. Podemos, assim, tomar especìficamente o possível.

a) como o que pode ser (é possível tomado genèricamente (**generatim**);

b) o que pode vir a ser e ainda não é (é o possível distinto do acto);

c) o que é e, por isso, pode ser (é o possível junto ao acto).

O ser que, se é, é necessário, é o ser hipotèticamente (**hypotetice**) necessário. Assim, se algo, na esfera das coisas físicas, existe, podemos encontrar a necessidade de sua existência, por estas ou aquelas causas coordenadas. Se existe, é necessária a sua existência, mas **dependente.**

Mas o ser absolutamente necessário **simpliciter** não é aquêle que se pode ser, pode se é. A condicional não cabe, porque sua existência não é necessária por ser efectivada, mas é necessária, porque, do contrário, nada é. O ser absolutamente necessário **simpliciter não pode não-ser.** É necessàriamente, pois sem êle nada é. Sua existência pode, lògicamente, ser alcançada **a posteriori,** partindo da contingência, como se procede na escolástica em geral, mas pode ser alcançada pelo rigor da simultaneidade ontológica, como exemplifica a prova de Santo Anselmo. Que o ser humano possa alcançá-lo pela iteração lógica nada impede que também possa alcançá-lo pela iteração dialéctica ontológica. Já provamos que há sêres contingentes, porque há um ser necessário, absolutamente necessário. E é êste que dá a razão suficiente ontológica aos outros. Podemos partir reversivamente da nossa experiência intelectual, como se procede nas provas **a posteriori.** Mas podemos também alcançá-lo pela simultaneidade da prova ontológica, pela qual beiramos já a eternidade das razões ontológicas, que são coeternas. A primeira prova revela apenas a contingência humana, da qual decorre. É ainda o producto da razão no afanar-se em alcançar a verdade. A segunda revela um estágio mais elevado dessa razão, que já penetra no que é.

Pode-se ainda dar validez ao argumento de Santo Anselmo e às variantes de Descartes e Leibnitz, usando as seguintes demonstrações:

Necessàriamente existe o ser absolutamente necessário, porque nenhum ser contingente é razão de ser suficientemente absoluta do que é.

O máximo excogitável pelo homem é o ser absolutamente necessário, aquêle sem o qual nenhum outro seria possível. Ora, se nenhum outro ser poderia ser, sem o ser absolutamente necessário, o máximo excogitável existe. Existe não porque é o máximo excogitável, no sentido do que é criado pelo homem, mas é o homem que, em sua máxima excogitação, alcança a necessidade da existência do ser màximamente excogitável, que é o ser absolutamente necessário.

Ora, o que se entende por Deus, na exposição anselmiana, é o que se entende por ser absolutamente necessário, que é o máximo ser excogitável pelo homem e que nenhum outro pode ser excogitado, além dêle, pois é a fonte de todos os outros, a razão de ser de todos os outros. Conseqüentemente, Deus existe, porque Deus é em todos os pensamentos cultos superiores o ser máximo excogitável, como ser absolutamente necessário, para que algo haja.

Ademais, êsse ser absolutamente necessário, se quiséssemos partir da lógica, pondo de lado o **logos** ontológico, que dá rigor à tese de sua afirmação, não contradiz o ser, pois não contradiz o ser um ser absolutamente necessário, pois só contradiz o ser o nada absoluto, porque um afirma a posse do ser, e o outro a total e absoluta privação do ser.

Se o ser absolutamente necessário não existisse, permaneceríamos em pleno contingentismo, e teríamos que negar validez de

existência ao que o homem havia alcançado em sua máxima excogitação, que é a necesidade de existência de um ser absolutamente necessário. Ora, como é imprescindível a existência de tal ser, o ser necessário, que julgamos poder não existir, não é mais o ser absolutamente necessário. mas sim um ser contingente; não é, portanto, o máximo excogitável. Estaríamos, então, falando não pròpriamente do que desejávamos falar. A necessidade da existência do ser absolutamente necessário não é uma criação lógica. Sua necessidade não é dada pela nossa esquemática. O que se verifica é que êle é ontològicamente necessário, e o homem, em sua excogitação, alcança a existência dêsse ser, que é, ademais, o máximo excogitável. Não é, pois, a existência lógica que lhe dá a existência ontológica. É a sua existência ontológica que dá validez, rigor e conteúdo à existência lógica.

Ainda poder-se-ia argumentar do seguinte modo: que era o máximo excogitável, para Santo Anselmo, o ser absolutamente necessário, depreende-se claramente dos argumentos que apresenta a seu favor em sua resposta às objecções de Gaunillon. Êste havia afirmado que o simples facto de pensarmos nas Ilhas Bem-aventuradas, onde tôda a riqueza terrena pudesse existir, e que seriam assim perfeitas, não provaria, em nada, a sua existência. Santo Anselmo responde que não há paridade na objecção ao seu argumento, porque as Ilhas Bem-aventuradas seriam um ser contingente, que poderia, portanto, existir ou não, enquanto o máximo excogitável não é o ser contingente. Portanto, para Anselmo, é o ser absolutamente necessário. Se somos capazes de alcançar, pela excogitação, o ser absolutamente necessário, tal demonstra que a afirmação dêste é realizada através de uma especulação, de uma cogitação demorada. Deus nada mais é que o ser absolutamente necessário. Portanto, ambos se identificam. O ser absolutamente necessário tem de existir, pois, do contrário, não seria o ser absolutamente necessário. A existência de um ser absolutamente necessário não pode depender de nossa mente, pois, então, seria um ser dependente desta. Tem de ser por razão de si mesmo. Ora, se tal ser é possível para nós, e não implica contradição, tal demonstra que há, virtualmente, para nós, e que o pode alcançar a nossa mente, quando rectamente conduzida. Sua existência evidencia-se por si mesmo e não por nós. Qual a prova desta afirmação? É a seguinte: a possibilidade de um ser contingente é contingente. A possibilidade de um ser absolutamente necessário é necessária. Se somos capazes de alcançar pela excogitação, tal nos prova que êle existe, pois, do contrário, o ser meramente contingente conteria, confusamente em si, a possibilidade de ser absolutamente necessário, o que seria afirmar que o menos conteria o mais. Se a nossa especulação filosófica pode alcançar ao ser absolutamente necessário, sem contradição, de onde viria a razão dêsse ser senão dêle mesmo? Tudo quanto é possível no ser absolutamente necessário, é. Se a sua existência é possível, ela é necessàriamente.

A captação da sua possibilidade é apenas de nossa parte, não que êle seja apenas um possível.

A prova de Santo Anselmo pode assim ser defendida, seguindo vários caminhos que patenteiam a sua validez ontológica.

Demonstratio (lat.) = **demonstração.**

Démonstration (fr.) = **demonstração.**

Demonstration (al.) = **demonstração.**

DEMOS (em gr.) = **povo.** Indica, pròpriamente, o agrupamento social e serve de prefixo para muitas palavras, como: **democracia, demagogia, demografia,** etc.

DE NIHILO, NIHIL (loc. lat. = **de nada nada.** O sistema de Epicuro pode resumir-se nesta frase: «**De nihilo nihil, in nihilum nihil posse reverti**», nada vem do nada e nada ao nada pode voltar, em suma, nada pode ser (simplesmente) criado nem pode ser (absolutamente) destruído.

Denken (al.) = **pensamento.**

Denkgesetze (al.) = **princípios racionais, leis do espírito.**

Dénombrable (fr.) = **inumerável.**

Dénombrement (fr.) = **enumeração.**

DENOMINAÇÃO — Denominar significa nomear, pôr nome em alguma coisa. A denominação é a designação e o nome com que se designa ou indica alguma coisa. Denomina-se, substancialmente, alguma coisa, ou derivando-se o seu nome de um acidente (que é a **denominação extrínseca**), ou indicando algum aspecto da sua forma ou propriedade desta, que é uma **denominação intrínseca** da coisa.

Denominatio (lat.) = **denominação.**

Dénomination (ing.) = **denominação.**

Dénomination (fr.) = **denominação.**

DENOMINATIVOS (antepredicamentos) — Diz-se daqueles antepredicamentos, cuja única diferença parte do nome, não da apelação, como **homem** e **humanidade, forte** e **fortaleza.**

DENOTAÇÃO — Costuma-se confundir **denotação** com **extensão (extensivo)** de um conceito (vide **Conceito**), que, realmente, são muitas vêzes sinônimos. Mas, pode-se fazer, em alguns casos, uma distinção, que é a seguinte: a **extensão** significa as sub-classes da classe determinada pelo têrmo, enquanto a **denotação** indica as várias instâncias individuais, tendo, assim, uma significação menor que aquela.

Dénotation (ing.) — Vide **denotação.**

Dénotation (fr.) = **denotação.**

DEONTOLOGIA — Do gr. **deon, deontos,** que significa **dever** (de **de habeo,** ter de), o que é **preciso** ser, o que convém que seja. **Deontologia** é, assim, a ciência prática do dever-ser, do dever humano em geral e de seus deveres em particular.

Daí poder-se falar numa **deontologia médica** (dever do médico), **deontologia moral** (dever moral). Vide **Moral** e **Ética.**

Déontologie (fr.) = **deontologia.**

Déontologie (al.) = **deontologia.**

Deontology (ing.) = **deontologia.**

DEPENDÊNCIA — (Do lat. **dependere**, de pender, pender de.) — a) A dependência é a relação que há entre dois ou mais objectos, que faz que um ou uns não possam existir sem outro ou outros. Se o dependente surge da necessidade da existência de o do qual depende, êste, necessàriamente, existe ou existiu, se existe ou existiu o dependente. O ser dependente é aquêle que não tem em si mesmo sua razão de ser, e necessita de outro para ser, do qual depende, pende de...

Quando a dependência é mútua; isto é, um depende do outro para ser, temos a **interdependência.**

b) **Dependência** é também sinônimo de **conexão,** pois onde há dependência, há nexo que liga o dependente de o de que depende. Se são sêres reais-reais, a dependência tem de ser **real-real;** se são sêres ideais, a **dependência é ideal.**

DEPRECIAÇÃO — a) Diz-se da perda de valia de alguma coisa por tôda e qualquer causa.

b) Por extensão, aplica-se à tôda reducção de valor a qualquer construcção pensamental, doutrina, postulado, etc.

DEPRESSÃO — Emprega-se a tôda baixa do estado emotivo, aquém do normal, quando de origem patológica. Se não tem essa origem patológica, deve-se preferir **abatimento** (vide). Contrário é **mania,** que é um estado emotivo forte, extremado.

DEREÍSTICO — Têrmo usado pelos psiquiatras para referir-se ao pensamento afastado da realidade.

Déréistique (fr.) = **dereístico.**

Dereistisch (al.) = **dereístico.**

Derelictio (lat.) = **abandono** (Vide).

DERIVAÇÃO — Em latim, **derivare,** de **de** e **rivus,** que significa desviar as águas de um rio (**rivus**). a) Derivar emprega-se, assim, no sentido de desviar, ou de originar, descender. **Derivação** é a acção e o efeito de derivar. Emprega-se no sentido de formar trocadilhos, derivações.

b) Também se emprega no sentido de resultar, de tirar a origem de..., como, na linguística, as palavras derivadas.

c) Na teoria transformista, emprega-se na expressão **derivação das espécies,** o sentido de apontar as formas orgânicas, que derivam de outras.

d) Há, também, o sentido, que é sinônimo de caricatura, sobretudo na Filosofia, quando de uma doutrina são derivados certos postulados indevidos, que favorecem, posteriormente, a censura e a refutação aparente dos adversários, aparente porque são refutados

apenas os aspectos derivados, não pròpriamente a doutrina.

Dérivation (fr.) = **derivação.**

Derivation (ing.) = **derivação.**

Derivazione (it.) = **derivação.**

DESAGRADAVEL — Vide **Prazer, Dor e Sensação.**

DESAGRADO — Carácter do que provoca dor ou desgôsto.

DESÂNIMO — Atitude emotiva, que se caracteriza por pensamento ou estado afectivo de desgôsto, em face das dificuldades ou malôgros, que geram quase sempre um estado de **atonia.**

DESAPROVAÇÃO — Vide **Conformidade.**

DESAGREGAÇÃO PSICOLÓGICA — Agregar, do gr. **grex, gregis,** é juntar, arrebanhar, pois **grex** significa rebanho. Agregação é a acção e o efeito de agregar. A acção e o efeito contrário é a **desagregação.** Agregação é, pois, associação, enquanto desagregação é a dissociação, a decomposição. Eis por que se pode falar em uma desagregação psicológica, como o fêz, pela primeira vez, Pierre Janet, para tornar compreensível as anestesias, as paralisias, os casos chamados de múltiplas personalidades, que surgem nos histéricos, etc. Em suma, tôda e qualquer ruptura na tensão do Eu manifesta-se semiòticamente (por sinais, sintomas) em **desagregações psicológicas.**

Désagrégation (fr.) = **desagregação.**

DESCENTRALIZAÇÃO — Processo pelo qual se divide a direcção, que cabe a uma totalidade, entre as suas partes. Emprega-se, na Economia, na Sociologia, na Política, etc.

DESCOBRIR — Descobrir é pôr à vista, destapar o que oculta alguma coisa. Expor aos olhos. Inventar, achar de novo. Esta variedade de acepções chama-se **descoberta,** acção de descobrir, de fazer conhecer o que não era conhecido, e também **descobrimento,** que alguns puristas da língua acham que se deve aplicar, quando se trata de descoberta de terras.

O conceito de descoberta implica a admissão de que em nosso mundo, no âmbito de acção do homem, há coisas encobertas e, destas coisas, há aquelas que podem revelar-se a êle, por uma casualidade, ou, então, por uma prévia acção de investigação, mais ou menos metódica, com o intuito de encontrar determinados aspectos (que é pròpriamente a invenção), ou conseguir explicar o que está implicado na realidade. Há zonas secretas, ocultas no mundo que nos cerca como nós mesmos, e também, as descobertas da nossa vida interior mais oculta. A orientação da psicologia em profundidade dos nossos dias é buscar métodos que nos permitam mais fàcilmente realizar **descobertas** dentro da alma humana, invadindo regiões que sabemos existir, mas que estão ocultadas às nossas especulações.

DESCONFORME — Vide **Conformidade.**

DESCONTÍNUO — Vide **Continuidade.**

DESCRÉDITO — Vile **Crédito.**

DESCRIMINAÇÃO — Vide **Discriminação.**

DESCRIPÇÃO — É a acção e o efeito de descrever, de representar algo, em suas minúcias. por meio de palavras ou quaisquer outros meios sensíveis. Na descripção, narram-se as circunstâncias, enumeram-se caracteres.

Deve-se distinguir a **descripção** de a **definição** (vide). Esta é um juízo determinativo de máxima determinação, apontando apenas o que é da essência, a qüididade de uma coisa (vide **Qüididade**). Na descrição, enumeram-se, além da essência, os accidentes de tôda espécie, inclusive circunstâncias exteriores. Se a descrição é mais ampla em **notas,** é, contudo, menor em **explicação.** A definição diz a essência da coisa, a descrição refere-se mais à sua existencialidade, onticidade; ou seja, à coisa vista como **singularidade,** enquanto aquela a vê em sua **especificidade.**

Description (fr. e ing.) = **descrição.**

Descrizione (it.) = **descrição.**

DESDÉM — Atitude emotiva para com outra pessoa, classe, grupo, norma, etc., que se manifesta por um desagrado, com laivos de repugnância, maior ou menor, e por um respectivo sentimento de superioridade.

DESEJO — Filosòficamente, o têrmo **desejo** não deve ser confundido com o emprêgo que comumente tem. Em seu sentido amplo, significa **tender a um fim apetecido.** Ou, ademais, o apetite provocado por algo, que corresponde à tendência de um ser animal. O oposto é a **aversão,** que consiste no desviar-se do que é contrário aos nossos desejos ou **tendências.**

DESENGANO — Atitude emotiva que se caracteriza pelo sentimento de desagrado ante o que surge, do qual se esperava algo mais favorável ou melhor. Vide **Engano.**

DESENVOLVIMENTO — Mutação funcional que se verifica numa totalidade, como, por exemplo, um organismo. Vide **Evolução.**

DESESPÊRO — Vide **Esperança** em **Teologais (virtudes).**

Desiderio (it.) = **desejo.**

Desiderium (lat.) = **desejo.**

DESIGNADO — É a palavra ou o símbolo que pode usar-se para apontar um objecto abstracto ou concreto, do qual é sinal ou é símbolo.

Designatum — Na escolástica, é o têrmo ou símbolo que **designa** alguma coisa. Vide **Designado.** Na Logística, é empregado para referir-se à **extensão** do conceito. Assim **homem** designa os indivíduos classificados no conceito (aqui, pròpriamente, têrmo ou palavra) **homem.** Distingue-se de **significado,** porque êste se refere à compreensão do conceito homem (conotação ou **intensio**) e, neste caso, refere-se **a animal racional,** que é **homem,** tomado em sua compreensão.

DESÍGNIO — Significa plano ou projecto, e também **intenção, propósito.**

Joseph Görres

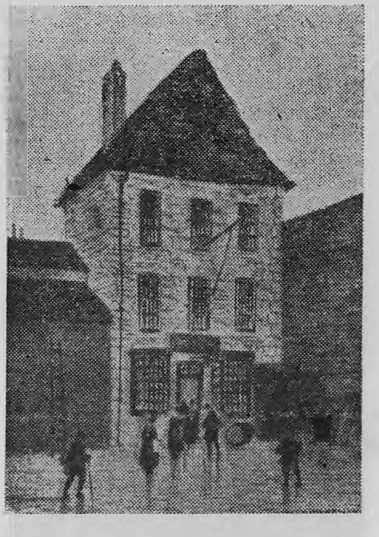
Savigny

Enfantin

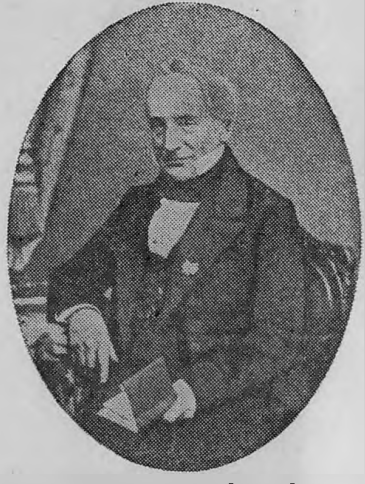
François Quesnay

Arthur Schopenhauer

Adam Müller



Edifício da primeira cooperativa, a de Rochdale



Franz Bopp, criador da Lingüística Comparada

DESIGUALDADE — Vide **Igualdade.**

DESINTEGRAÇÃO — Integrar significa inteirar, completar. A acção e o efeito de desintegrar é a desintegração. É o inverso de **Integração** (vide).

Désintégration (fr.) = **desintegração.**

Désir (fr.) = **desejo.**

Desire (ing.) = **desejo.**

DESLOCAMENTO — Transladação de um objecto de um lugar para outro. Na psicanálise, transladação de um afecto, de uma idéia para outra, em geral de uma idéia lógica e congruente, conscientemente, para outra, que é adequada ao inconsciente.

DESONESTIDADE — Vide **Honestidade.**

DESONESTIDADE INTELECTUAL — Atitude que consiste em negar que o próprio raciocínio é influído por razões que contradizem as teses aceitas, ou as conclusões aceitas.

DESORDEM — Vide **Ordem.**

DESORDENAR — Vide **Ordem.**

DESORGANIZAÇÃO — Vide **Organização.**

DESPERSONALIZAÇÃO — Vide **Personalidade.**

DESPOTISMO — Vide **Tirania.**

Destin (fr.) = **destino.**

DESTINAÇÃO — Destinar é dispor de uma coisa para certo fim. **Destinação** é a acção ou o efeito correspondente.

a) Toma êste têrmo, portanto, o sentido específico, segundo a disposição para certo fim. Se fôr jurídico, temos a destinação jurídica; se fôr econômica, econômica, etc.

b) Na Teologia, emprega-se para indicar a disposição que têm as criaturas humanas, tomadas especìficamente, para certos fins. O têrmo **vocação** é essa mesma destinação, quando considerada individualmente. Somos destinados a desejar o superior, mas temos **vocação** para a música ou para a matemática. Na **vocação,** somos **chamados** para; na **destinação** estamos **dispostos para**...

Destination (fr. e ing.) = **destinação.**

Destinazione (it.) = **destinação.**

Destinée (fr.) = **destino.**

DESTINO — a) No seu sentido geral, significa a **fatalidade,** à qual estão sujeitas tôdas as pessoas e tôdas as coisas do mundo. Aponta, assim, a necessidade futura, ou seja, o que vem a acontecer não poderia não acontecer. Dêste modo, desaparece a contingência para afirmar-se apenas a necessidade. O **destino** seria, assim, uma lei férrea, que dirige tôda a actualidade e as actualizações, e predeterminaria o curso inalterável dos acontecimentos. A aceitação do **destino** decorre da negação da contingência. Como conseqüência, a personificação do **destino** torna-se inevitável. Pois êle seria algo fora do **cosmos,** ordenando-o, e inde-

pendente dêste, pois êste, no seu suceder, depende daquele, que não depende do suceder das coisas. Inevitàvelmente, o **destino** tende a confundir-se com a divindade, porque se aquêle, que o aceita, negar-lhe a divindade, seria considerá-lo como determinado por um **super destino,** um destino que destinaria um destino. E quer queiram quer não, a primeira lei ordenadora, que é a lei do destino, teria de emanar de um ser livre e absolutamente livre, e primeiro, e absolutamente primeiro e todo-poderoso, e absolutamente todo-poderoso. Em suma: identificar-se-ia com o que se concebe por Deus. Dêste modo, a aceitação do destino leva a identificá-lo com a divindade. Deus preordena, de modo inevitável e inalterável, o curso dos acontecimentos. Colocado neste âmbito, passa o destino a ser tema de Teologia.

b) O têrmo **destino,** contudo, tem outros empregos, não tão metafísicos como êste. Assim é empregado para indicar aquêles factos ou acontecimentos, que são inevitáveis; também para indicar a direcção dos acontecimentos **destina-se a...,** e também para indicar o que segue ao acaso, como se vê na expressão **sem destino.** Usa-se, também, para indicar a sorte de alguma coisa, o **destino dêste objecto.** São têrmos sinônimos: **fado, moira, fatalidade, fatum.**

Destiny (ing.) = **destino.**

DESTRUIÇÃO — Vide **Construcção.**

DESVALIA — Vide **Valia.**

DESVALIMENTO — Acto ou efeito de desvaler. Vide **Valor.**

DESVALOR — Vide **Valor.**

DESVALORAR — Captar o desvalor. Vide **Valor.**

DESVALORIZAÇÃO — Acção de **desvalorizar.** Vide **Valor.**

DESVALORIZAR — Acto de desmerecer um valor, de retirar-lhe valor. Vide **Valor.**

DESVIO — Do latim **des** e **via,** significa desviar, mudança de direcção, afastamento. **Desvio** é a acção que leva a desviar, ou o local desviado.

a) O desvio surge de um êrro ou no cumprimento de algum dever ou na não observância de alguma regra.

b) Na Filosofia, significa sempre o afastamento da direcção teórica estabelecida, da coerência, ou também a procura de sinuosidades, que se afastam do tema tratado.

Em regra geral, significa a direcção viciosa no tocante a uma doutrina.

DETERMINAÇÃO — Do latim **determinare,** dar têrmo, limitar.

a) Dar limites a uma realidade ou a um pensamento mais estreitamente do que no seu aspecto original.

b) Na filosofia medieval, a actualização realizada pelo acto sôbre a potência.

c) Na filosofia de Spinoza, a **determinação** realiza-se pela negação, pois negando êste ou aquêle aspecto, determina-se a coisa em estudo.

d) Usado na Psicologia, no sentido de decisão da vontade (no sentido de resolução).

e) Na Física, no sentido de causar, produzir.

f) No sentido comum, provocar alguma coisa que se efectue.

DETERMINAÇÃO ATRIBUTIVA — Tinham os gregos o têrmo **epithetos**, e **epithesis**, acção de pôr ao lado, daí **epithetos** significar a palavra que ajunta ao nome uma designação particular.

Entre os epítetos, podemos distinguir os **atributos** dos **adjectivos**. O adjectivo determina, dá limites. Enquanto o atributo é o que se afirma ou nega a um sujeito. Assim, atribuem-se valôres puros, que são relativamente infinitos, quando se diz João é sábio. **Sábio** é um atributo infinito **secundum quid** (relativamente). Os atributos pròpriamente não limitam, enquanto os qualificativos são determinantes. Assim, uma qualidade é um accidente, e o accidente dá determinações à substância. Um atributo não é accidental, mas apenas mostra um dos aspectos pelos quais se pode considerar uma coisa. Esta distinção nítida entre atributo e qualificação evita muitos erros que se cometem na Filosofia. Propomos esta distinção, para que melhor sirva à especulação filosófica. Quando Suarez repele a afirmativa escotista de que a infinitude é a essência do Ser Supremo, toma esta por um accidente, quando pròpriamente a infinitude não é um qualificativo, não é algo que acontece a uma substância, que a determine, mas sim um epíteto que aponta a um valor puro.

Assim propomos empregar o têrmo **atributo** aos valôres puros, e **qualidades** às qualificações determinantes.

O atributo torna-se, tende a tornar-se determinante, quando é **sincategoremático**, isto é, quando é precisado por adverbiação. Quando se diz João é sábio, toma-se sábio em sentido infinito, quando se diz João é mais ou menos sábio, relativamente sábio, a atribuição é precisada adverbialmente, isto é, **sincategoremàticamente**. João é sábio é um atributo **categoremático**. (Vide **categoremático**).

DETERMINAÇÃO FORMAL E ÚLTIMA — Vide **Modal (Teoria)**.

Déterminant (fr.) = **determinante**.

DETERMINANTE — Que realiza a **determinação**.

DETERMINAR — Acção que realiza a **determinação** (Vide).

Determinare (it.) = **determinar**.

Déterminatif (fr.) = **determinativo**.

Determination (ing.) = **determinação**.

Détermination (fr.) = **determinação**.

Determinative (ing.) = **determinativo**.

DETERMINATIVO — O que determina, o que realiza a **determinação** sob qualquer aspecto.

DETERMINISMO — a) Doutrina que se opõe ao **indetermi-**

nismo. Determinismo, doutrinàriamente considerado, afirma que todos os factos do universo são guiados inteiramente por **determinantes,** segundo certas leis. Assim, no atomismo de Demócrito de Abdera, os átomos são determinados por causas mecânicas.

b) O determinismo em geral, no campo psicológico, afirma que tôdas as direcções da nossa vontade estão determinadas de modo unívoco por um conjunto de motivos actuantes. A doutrina indeterminista, levada aos seus exageros, defendeu a liberdade da vontade como uma fôrça dirigida a um querer sem causa nem motivo. Êsse indeterminismo exagerado provocou a reacção da doutrina determinista. O determinismo invoca sempre a lei da causalidade, sem contudo, exigir para essa uma **causa suficiente** (Vide **Causalidade** e **Princípio de causalidade**).

Para essa concepção, todo facto está univocamente predeterminado em sua causa.

Para as concepções deterministas na Psicologia, a consciência da liberdade é apenas uma ilusão, por desconhecer as tendências determinantes, os móveis inconscientes. Entretanto, esquecem que os defensores mais legítimos da liberdade da vontade não negam tais processos inconscientes, nem tampouco afirmam um querer sem causa nem motivo. Os deterministas dizem que, no estudo mais aprofundado que o homem possa fazer de sua vida psíquica, encontraria êle uma regularidade, que revelaria as leis que operam em seus actos. Entretanto, os defensores da liberdade sabem que não há nenhum querer sem motivo. São deterministas o **materialismo,** o **panteísmo,** o **positivismo,** o **pragmatismo,** o **racionalismo,** o **biologismo,** etc. Vide **Livre arbítrio.**

Análise: Não vamos aqui expor a longa polêmica entre os deterministas e os livre-arbitristas. Êsse problema se desloca desde o momento que compreendamos que o determinismo é um conceito da razão, e a idéia da liberdade nos é dada pela intuição, pela intuição directa, que cada um de nós tem de sua própria experiência.

Goblot, em seu «Vocabulário», define: «**Determinismo.** Doutrina segundo a qual todo fenômeno é determinado pelas circunstâncias nas quais êle se produz, de forma que, dado um estado de coisas, o estado de coisas que lhe segue, dêle resulta necessàriamente.»

A fórmula do determinismo é **causa aequat effectum,** causa = efeito, ou efeito = causa, ou ainda: a soma dos antecedentes = conseqüente, ou conseqüente = soma dos antecedentes. Mas a causa e efeito sucedem no **tempo,** e eis aqui um elemento importante que modifica tudo:

causa + tempo = efeito; ou soma dos antecedentes + tempo = conseqüente.

Já não podemos reverter a fórmula porque o **tempo é irreversível,** porque o tempo não é um elemento estático, transportável.

Dêste modo, não há semelhança **qualitativa** entre causa e efeito, mas apenas uma semelhança **quantitativa.** Ora, como a razão

dos racionalistas prefere sempre a quantidade, e quer reduzir tudo a esta, julga que pode reduzir o efeito à causa, igualizando-as. Mas essa igualização é apenas abstracta, porque, se examinarmos bem, também não procede, porque há mutação qualitativa.

Se dizemos: H2 + O = H2O (água), realmente parece estar no segundo têrmo tudo quanto continha o primeiro. Tudo que tinha no antecedente está no conseqüente, mas sucede que o conseqüente é **qualitativamente** diferente. Duas moléculas de hidrogênio, com uma de oxigênio, formam uma molécula de água. Mas a água é especificamente diferente. O efeito é igual à causa apenas quantitativamente.

Clausius enunciou êste axioma: «O calor passa de um corpo quente a um corpo frio e não em sentido inverso». Tôda a natureza nos mostra a irreversibilidade dos fenômenos. A mudança se faz numa única direcção. Não podemos reverter a história, e êsse é o sentido que hoje toma tôda a ciência e todo o saber: o reconhecimento da historicidade de tudo quanto sucede.

A noção de causa e efeito é dada pela experiência, mas a sua ligação necessária é dada pela razão, através do princípio de razão suficiente, que domina no mundo lógico. O princípio de identidade, aplicado ao tempo, gerou o princípio de causalidade».

Determinato (it.) = **determinado.**

Determinazione (it.) = **determinação.**

Déterminé (fr.) = **determinado.**

Déterminer (fr.) = **determinar.**

Determinism (ing.) = **determinismo.**

Déterminisme (fr.) = **determinismo.**

DETERMINISMO CULTURAL — É a teoria que afirma que a conducta do indivíduo é modelada pela cultura ou tipo de sociedade, a qual prescreve os limites e até o carácter de suas acções.

DETERMINISMO ESTATÍSTICO — É a determinação mais ou menos provável de um acontecimento futuro, fundado no **cálculo das probabilidades.**

Determinismus (al.) = **determinismo.**

DEUS — (Em grego **Theos,** o que vê). Tomou esta palavra a significação de princípio de explicação de tôdas as coisas, da entidade superior, imanente ou transcendente ao mundo (**cosmos**), ou princípio ou fim, ou princípio e fim, ser simplicíssimo, potentíssimo, único ou não, pessoal ou impessoal, consciente ou inconsciente, fonte e origem de tudo, venerado, adorado, respeitado, amado nas religiões e nas diversas crenças. Dêste modo, em tôda a parte, onde está o homem, em seu pensamento e em suas especulações, a idéia de Deus aflora e exige explicações. É objecto de fé ou de razão, de temor ou de amor, mas para êle se dirigem as atenções humanas, não só para afirmar a sua existência, como para negá-la.

Exame do Tema de Deus — O nosso saber dos objectos varia segundo a funcionalidade do nosso espírito (**nous**). Na função da intelectualidade há: um saber da singularidade, que nos é dado pela intuição sensível, directamente, imediato: e um saber mediato, discursivo, operatório, judicatório, que é o racional. A **nóesis**, na intelectualidade, realiza-se com o objecto, é **gnosis**, é **cum-noscere, con-hecer**, a qual nos dá um conteúdo, um **noema**, imagem (**imago**). Êste é singular, por referir-se ao singular, que é próprio da intuição sensível. Há, ademais, um **noema racional.**

O conteúdo noemático é **fáctico** no primeiro caso; é **eidético** (indicando a generalidade), no segundo. A **nóesis intelectual** desdobra-se, portanto, em **nóesis intuitiva** e **nóesis racional.** Tôda intuição oferece, num grau maior ou menor, uma **nóesis racional,** a qual a operação racional (com funções discursivas e judicatórias) reduz ao esquema abstracto-eidético, da razão.

A intelectualidade funciona assim como um todo.

Há um saber sensível, da sensibilidade, objectivo-subjectivo, pois é um **saber com,** um conhecer, que é assimilado aos esquemas do sensório-motriz, do mesmo modo que são assimilados os conhecimentos da intelectualidade aos esquemas intelectuais. Êsse saber da sensibilidade, ao tornar-se consciente, pode ser intelectualizado, e serve, portanto, de objecto de conhecimento à operação cognoscitiva intelectual.

Há ainda um saber vivencial, **páthico** (de **Pathos**), a afectividade, em que a polaridade sujeito + objecto se esfuma, para permitir uma maior fusão, na vivência, que é um **viver com,** um **saber vivencial** das coisas, mas um saber consigo mesmo, em que a vivência é a vivência de si mesma, em que sujeito e objecto se fusionam na **frônese,** acto de saber vivencial, **páthico.**

Êste saber que se revela, que se transmite através de símbolos, assim como o intelectual se transmite através de conceitos, juízos, etc., nem sempre nos provoca confiança, não nos dá uma evidência objectiva (de **vidência,** de **ver,** função que tanto influi sôbre a razão), mas oferece uma patência, uma certeza vivencial, uma evidência subjectiva, que é mais uma **certeza,** com tôda a sua gama afectiva.

Assim como todo conhecimento da singularidade é intransmissível, pois os conceitos apenas poderão transmitir o geral e não o singular, o saber vivencial **páthico** é intransmissível em sua singularidade, e é «transmitido» pelo símbolo, que é um veículo para a assimilação aos esquemas simbólicos, do intransmissível, do vivencial.

Depois dêste preâmbulo, podemos estabelecer as diversas respostas que se podem dar à pergunta teológica: Como conhecemos a Deus?

Não temos um conhecimento sensível de Deus, uma intuição imediata sensível da divindade. Deus pode ser captado através dos símbolos, que são tôdas as

coisas. Mas lembremo-nos que o símbolo, quando captado, não é sempre captado como símbolo.

Para saber que algo é símbolo, é necessário saber que tem uma significação. Por isso muitos símbolos, não captados como tais, expressam apenas a sua natureza, valem de per si, nada significando senão a si mesmos, e não representando ao cognoscente o papel de quem está em lugar de...

Ora, o símbolo não nos dá a presença actual do simbolizado, mas sòmente a presença virtual, pois não é êle o simbolizado, mas apenas contém nota ou notas do simbolizado, com o qual se analoga. Portanto, mesmo que se considere o existir como símbolo da divindade, não é o existir, como tal, a divindade, mas apenas um apontar desta. Mas, como todo símbolo é análogo ao simbolizado, há entre êles um ponto qualquer de identificação não muito remoto. E se não há, o símbolo não é símbolo, mas apenas é um pseudo-símbolo.

Por isso poder-se-ia perguntar se há um conhecimento simbólico de Deus através do sensível, já que não se admite a objectivação de Deus como cognoscível através dos esquemas do sensório-motriz. Neste caso, teríamos de dizer que, no plano da sensibilidade, como conjunto dos esquemas do sensório-motriz, como funcionamento primário do que em biologia se chama **organização,** não há tal conhecimento.

Resta apenas que coloquemos o símbolo onde o símbolo pode ser colocado quanto à sua apreensão: na polaridade intelectualidade-afectividade. E desde que o coloquemos aí, outras sugestões surgem. Mas antes de analisá-las, examinemos as diversas opiniões que se oferecem sôbre êste magno tema teológico, que é o do conhecimento humano de Deus.

Restariam assim dois caminhos para alcançar a Deus: o da intelectualidade e o da afectividade. O primeiro permitiria um conhecimento racional ou intuitivo-empírico, e o segundo, apenas afectivo. Pascal, por exemplo, quando diz: «é o coração que sente Deus e não a razão; eis o que é a fé: Deus sensível ao coração e não á razão», coloca-se na posição afectiva.

Tôda a vez que alguém afirma que o conhecimento de Deus pelo homem se processa pela afectividade, por uma experiência páthica, é classificado como partidário de uma **experiência mística de Deus.** Os têrmos mística e místico têm origem no verbo **myein,** estar fechado, daí **myô,** eu oculto, **mystos,** o que penetra no oculto, **mystagogos,** o que conduz ao **oculto.** De místico vem **mistério (mysterion),** o que permanece oculto, o que é segrêdo, o que não é revelado, o que exige que alguém procure, comece a procurá-lo, inicie a sua busca, que é o iniciado, o **mystos,** o que começa a procurar o mistério.

É verdade que, na linguagem vulgar, emprega-se o têrmo em outro sentido, e considera-se místico o que está afectivamente prêso a uma idéia qualquer, a qual não é justificada por meios operatórios, racionais. Também se considera como tal a atitude

que nega valor à realidade sensível, para devotá-lo totalmente a uma idéia, a um desejo, etc.

Em sentido teológico, é místico o que tem um conhecimento directo e experimentalmente afectivo da divindade. É uma intuição, portanto, um captar directo da divindade, vivido; e não um conhecimento operatório, mediato, como o racional.

Chama-se de **teologia mística** a ciência, cujo objecto é a experiência mística da divindade, a qual estuda as comunicações directas entre a alma humana e a divindade.

O conceito de mística: O estético, em suma, nos é revelado através dos sentidos. Esta era a acepção clássica do têrmo, pois tôda arte é um endereçar-se aos sentidos. Os meios de captação do mundo sensível são meios estéticos (ou estésicos, como se podem chamar hoje, desde que se dê ao têrmo estético o sentido que lhe dão os estudos sôbre a arte).

Pode-se ainda ampliar o conceito de estético, incluindo, em sua extensão, tudo quanto tem para nós uma presença actual e que, como tal, o captamos.

O símbolo, por exemplo, é uma presença actual, para nós, não porém o simbolizado por êle referido, que se nos oculta.

O símbolo, enquanto objecto, pode ser objecto da intuição sensível, mas como símbolo é um significante. Ao saber que algo é símbolo, já se capta, de certo modo, o oculto, pois o símbolo tem uma linguagem de referência, significativa.

A Estética é, assim, uma mística, pois ela, em suas manifestações, procura penetrar nos símbolos. É uma Mística do símbolo.

Mas a Mística é um aprofundar-se, cada vez mais, no simbolizado.

A marcha através dos símbolos sensíveis ao simbolizado, o qual escapa aos sentidos, é uma marcha mística. E uma visão mística é sempre um penetrar no oculto, no **mysterion.** A mística é, assim, um sentir do mistério, é uma Estética do simbolizado.

Com êstes elementos, podemos agora examinar como se dá a experiência mística.

Características da experiência mística: A experiência mística, na forma como é compreendida em geral, é antecedida pela passividade de quem a experimenta. Surgem naqueles que levam uma vida de purificação, producto de uma ascese (exercício) de despojamento de tudo quanto é material, mundano, comum. Revelam tais experiências uma clareza e uma obscuridade, um penetrar por entre trevas, um clarear de sombras, mas sem luz. Falam os místicos em «luz invisível», «treva luminosa», e expressões semelhantes.

Consistem mais em estados de alma do que em visões intelectuais; são mais afectivos, portanto.

Outro aspecto que costumam também evidenciar entre os místicos é a fôrça de que dispõem.

Em vez de fracos, são fortes, não temem os perigos, enfrentam-no com humildade e segurança, pois confiam em Deus.

Explicações da experiência mística: Todo aquêle que não experimenta estados místicos tem naturalmente a tendência a não admiti-los. Falta-lhe a experiência viva da realidade mística para que ela se torne subjectivamente evidente. Como não é possível negar que os místicos conhecem estados especiais, deve-se procurar explicá-los.

A solução mais simples é declarar que tais estados são meramente patológicos e mórbidos. Essa explicação, de tão fácil, não explica nada.

Charcot e Janet classificavam o misticismo como histeria, o que não teve grande êxito científico, senão por algum tempo, graças às respostas precisas de Babinski. Janet, posteriormente, explicava os estados místicos pela psicastenia, e, desta maneira, o místico, quer moral, quer fisicamente, não passava de um deprimido constitucional, com o campo retraído, ao monoidismo. Os freudistas viram no amor místico apenas um desvio do amor sexual.

Argumentos como tais procedem nos casos patológicos, de certos doentes mentais, que realmente revelam tais fraquezas físicas. Mas há casos, como o de Santa Tereza de Ávila, a qual não apresentava fraquezas físicas, pois era ela saudável, resistente. Os grandes místicos do cristianismo não mostravam tais fraquezas.

Outros explicam o estado místico por acção do subconsciente que revela, em certos momentos, o trabalho que realiza e invade o consciente, dando a ilusão de uma fôrça que penetra no ser humano. Esta é a explicação de Delacroix, que, na verdade, nada explica.

Por que o subconsciente opera assim em uns e não em outros?

Ademais, as grandes iluminações geniais, a clareza que se forma sôbre as trevas que perduravam, a realização estética superior, revelam-nos algo que não é apenas uma operação do subconsciente, pois seria substancializá-lo.

A tendência, freqüente na ciência mal orientada, que consiste em querer reduzir o superior ao inferior, característica dos séculos XVIII e XIX, e ainda neste, não soluciona nada, pois não se pode explicar o mais pelo menos. É preciso compreender que, na ascese mística, e nos estados **páthicos** do místico, há algo mais que um mero estado físico comum; há um penetrar onde não penetra o mais inferior, e não estamos sempre em face de deficiências e sim de proficiências, como revelam os realmente grandes gênios da humanidade e os místicos realmente grandes.

William James, em «Psychology», nos afirma que os estados místicos, que pertencem à acção do subconsciente e do inconsciente, não têm apenas uma explicação somática, pois são um penetrar, um entrar em comunicação com outro mundo. Desta maneira, os factos místicos são irreductí-

veis aos factos estudados pela psicologia.

«O homem vê claramente que seu eu superior ou potencial é o seu verdadeiro eu. Chega a compreender que êsse eu superior faz parte de alguma coisa de maior que êle, mas da mesma natureza; alguma coisa que actua no universo fora dêle, que pode virlhe em auxílio e oferecer-se a êle como um refúgio supremo, quando seu ser inferior naufraga» (William James).

Outro não é o pensamento de Fechner, que James acompanha e apoia.

E em seus estudos sôbre a experiência religiosa, prossegue William James:

«1) os estados místicos, chegados ao seu pleno desenvolvimento, se impõem, de facto e de direito, com uma absoluta autoridade, aos que os experimentam.

2) Por outro lado, nada obriga aos que não os experimentam a aceitá-los sem crítica.

3) Êles se opõem, contudo, à autoridade da consciência puramente racional, fundada ùnicamente no entendimento e nos sentidos, provando que não são mais que modos da consciência. Abrem uma perspectiva sôbre verdades de outra ordem, as quais somos livres de crer, na medida em que correspondem à nossa vida interior.»

A experiência natural de Deus: Ante a crítica ao racionalismo, muitos concluíram que não era possível ter um conhecimento de Deus através da razão, pois se esta nos demonstra que a existência de Deus é uma realidade, nada nos diz sôbre a sua essência, nem pode nos mostrar o que êle é. Alcança-se, assim, a uma afirmativa agnóstica quanto às possibilidades de conhecimento racional; ou seja, da **nóesis** meramente racional.

Um célebre axioma escolástico diz: **quidquid recipitur ad modum recipientis recepitur**, o que é recebido o é segundo as disposições do recipiente.

Chegamos a Deus, porque já o temos, do contrário nunca o captaríamos. Portanto, Deus nos é imanente. É a opinião de Blondel e de Edouard Le Roy, que acrescentam ainda que Deus está presente em tôdas as acções profundas do homem. Para Le Roy, as provas clássicas da existência de Deus são ineficazes, pois quem crê em Deus não crê porque racionalmente o encontra, mas por que o vive numa experiência interior, através da tomada de consciência dos dados obscuros, implicados nas exigências da vida e da prática.

O pensamento concreto implica a crença em Deus. E eis como E. Le Roy o prova: «Afirmar o valor absoluto do pensamento é afirmar Deus: ora, tôda certeza implica esta afirmação: logo todo pensamento implica a afirmação de Deus.»

Poder-se-ia acusar a tese de E. Le Roy de pretender considerar como imediato o que o nosso subconsciente realiza através de operações discursivas complexas, numa rapidez tal, que não podemos perceber.

Já Maurice Blondel reconhece o valor e a necessidade das provas racionais, mas afirma que só a acção nos pode conceder um verdadeiro conhecimento de Deus, porque ultrapassa a frialdade da razão, que consiste numa tomada de consciência. Desta maneira, só através de uma colaboração constante do pensamento discursivo e do intuitivo, podemos ter uma verdadeira idéia de Deus.

Crítica: A verdadeira experiência mística não é a patológica, mórbida. A penetração no oculto, no que fica além do símbolo, oferece uma escalaridade; tem graus, portanto.

A crítica ao místico, realizada pelos freudistas, e pelos que ainda seguem a linha de Charcot e de Janet, é grandemente descabida, válida apenas nos casos patológicos.

Se há sêres, que ao sofrerem estados de deficiência física, julgam ter atingido o mais profundo, o verdadeiro místico é proficiente, porque pode alcançar, através do existir, os simbolizados mais ocultos.

Assim há uma positividade no místico, na concepção pragmatista de William James, no intuicionismo bergsoniano, na teoria da acção de Blondel, no imanentismo dos modernistas, como na teoria da acção de E. Le Roy, e como ainda nas concepções do ontologismo de Thomassinus, de Gioberti dos representantes do ontologismo mitigado, como Ubaghs, Hugonin, etc. Também êstes admitem que temos um conhecimento imediato e intuitivo, directo de Deus. Também são intuicionistas Max Scheler, Rudolf Otto, K. Adam, J. Hessen, M. Laros, O. Grundler, na Alemanha.

Todos admitem que alcançamos a divindade, através de caminhos irracionais, através de experiências religiosas.

Os filósofos da igreja católica negam tal intuição, que só admitem de modo sobrenatural pelos beatificados, mas fora desta vida.

Podemos, no entanto, dizer, que as posições defendidas pelos místicos e pelos intuicionistas, que se fundam, portanto, na **frônese** afectiva ou no conhecimento do singular, intuitivo, baseiam-se em parte na capacidade mística que tem o ser humano, em raros casos, é certo, de captar, através dos símbolos, os simbolizados, até o simbolizado supremo, que não é nem pode ser objecto de uma intuição sensível ou meramente intelectual. Tangê-lo, no entanto, através da mística do despojamento dos símbolos, é algo que se realiza através do estado beatífico, que invade sùbitamente um campo, onde sentimos desaparecer os limites e um penetrar no ilimitado.

É um misto, portanto, de plenitude e de exaltação, que oferece à alma humana satisfações desconhecidas aos que apenas se prendem ao mundo do estético, e muito menos ainda aos que apenas se prendem ao mundo do estésico, que não tem outro significado, senão o de sua presença, mas que não pode negar o prazer supremo que nos dá a invasão no desconhecido, satisfação que muitos têm uma leve experiência, quando conseguem resol-

ver um problema, ou descobrir algo oculto, ou desvendar um enigma. Essa satisfação nos pode, de leve, mostrar a que experimentam aquêles que penetram no mais profundo e ao alcançar, nessa marcha, a singularidade da unicidade, alcançam aquêles momentos de intuição pura, que a criança conhece tantas vêzes, e que nós só os conseguimos em raros estados estéticos, quando captamos uma singularidade em tôda a sua pureza, em sua unicidade, sem assimilação ao geral.

Ao captarmos, ao percebermos algo, num dêsses raros momentos de intuição pura, em que o facto é sentido por nós em sua extrema unicidade, sem que se dê sua imediata assimilação aos esquemas eidético-noéticos, gerais ou aos estructurais, temos uma sensação esquisita de novidade, de unicidade; do único, em suma.

Tôda universalização é um virtualizar a unicidade e, portanto, um embotar a capacidade de sentir o único, e de ter, nesse momento, a presença viva da singularidade, com a satisfação que não pode ser transmitida por conceitos, mas que cada um conhece em raros instantes de sua vida, como o sente o grande artista quando capta o eternamente actual.

A penetração no simbolizado oferece-nos momentos como tais, instantâneos. Há uma profunda experiência que o místico conhece, na qual goza o prazer imenso da comunicação com o Ser Supremo, delíquio inexplicável no campo da patologia.

* * *

Para os que se colocam na posição intelectualista, o conhecimento sólido de Deus nos é dado pelo intelecto, que é o mais análogo a êle e, portanto, o que melhor está aparelhado para captá-lo. Não negam os intelectualistas o valor da fé, nem a intuição da **existência** divina. Mas negam que nós, como sêres humanos, possamos ter, de Deus, uma intuição de sua **essência.**

Se tivéssemos uma intuição imediata de Deus, teríamos um conhecimento dêle, e teríamos consciência dêsse conhecimento. Mas, na verdade, não temos nenhuma consciência dessa cognição; portanto, não temos um conhecimento imediato de Deus.

Da existência de Deus: Por não ser suficiente a muitos a **nóesis páthica** (a frônese), com a divindade, e por não terem êstes, conseqüentemente, uma vivência de Deus, a prova de sua existência exige outros meios, os intelectuais, para fundamentá-la.

São inúmeras as provas apresentadas, bem como os argumentos opositivos e podem ser divididas em: 1) **a priori** e 2) **a posteriori.** Outros costumam dividi-las em provas metafísicas, provas físicas e provas morais. Mas o que nos interessa não são as classificações, mas as provas.

As provas **a priori** são as que partem de noções que incluam uma existência, e não de um facto da experiência, como procedem as provas **a posteriori.**

As provas **a priori** fundam-se no **princípio de identidade,** enquanto as outras fundam-se no de **razão suficiente.**

Antes de procedermos a análise das diversas provas e refutações oferecidas, teríamos que partir da solução de um dilema: Ou Deus é evidente, ou não é. Se é evidente, não há necessidade de provar a sua existência. Se não é, convém prová-la. Mas é demonstrável a existência de Deus? Eis outra pergunta que exige resposta. E se é, que é, em suma, Deus?

Procedamos pois na análise dessas perguntas e das respostas correspondentes.

Vejamos a primeira pergunta: se a existência de Deus é verdade de evidência imediata.

Ao responder pergunta de tal importância, diz-nos Tomás de Aquino que uma proposição pode ser evidente de duas maneiras:

1) em si mesma **(secundum se** ou **quoad se)** e quanto a nós **(quoad nos); ou**

2) só em si mesma e não quanto a nós.

Uma proposição é evidente quando o predicado está incluído no conceito do sujeito, como por exemplo «o homem é animal», porque animal entra no conceito de homem. Por isso, acrescenta Tomás de Aquino: «Se, pois, todos conhecessem a natureza do sujeito e a do atributo de uma proposição qualquer, esta seria evidente para todos, como o são os primeiros princípios, cujos têrmos, ser e não-ser, todo e parte, e outros parecidos, são coisas tão sabidas, que ninguém as ignora. Mas se há quem ignora qual é a natureza do sujeito e a do predicado, a proposição em si mesma será, sem dúvida, evidente, mas não o será para aquêles que ignoram tais extremos: e por isso sucede, como diz Boécio, que há conceitos comuns que só são evidentes para os sábios; por exemplo, que o **incorpóreo não ocupa lugar.**

Por conseguinte, digo que a proposição **Deus existe,** em si mesma, é evidente, porque nela o predicado se identifica com o sujeito, já que, como adiante veremos, Deus é o seu próprio ser. Mas quanto a nós, que desconhecemos a natureza divina, não é evidente, e sim precisa ser demonstrada por meio de coisas por nós mais conhecidas, embora, por sua natureza, sejam menos evidentes. quer dizer, por seus efeitos.»

Aceita Tomás de Aquino que temos certo conhecimento confuso da existência de Deus. Deus é sentido como a felicidade, que o homem anela. Mas não é tal coisa conhecer a Deus, pois muitos podem acreditar que a sua felicidade esteja nos prazeres, nas riquezas, ou em qualquer outra coisa.

Desta forma, conclui que a verdade, em geral, existe, o que é evidente; não é, porém, evidente para nós que exista a verdade suprema.

Portanto, precisamos demonstrar a existência de Deus, porque, pelo simples conceito da essência divina, não podemos ver se a existência real lhe convém. Ora, o predicado não pode ter maior realidade que o sujeito, «Deus existe»: nesta proposição, Deus tem uma realidade de representa-

ção não de intuição, desta forma o predicado aqui convém a Deus em cogitação, em idéia, não em realidade; portanto, a prova da realidade de Deus exige outros caminhos que não o simples enunciado da proposição «Deus existe».

É possível demonstrar a existência de Deus? Não se aceita Deus pela fé? E o que é de fé não se pode provar, porque só podemos ter fé no que não vemos, pois crer no que se vê não é ter fé. Além disso, não podemos saber o que Deus é, mas apenas o que não é. Portanto, como é possível demonstrar a existência de Deus? Além disso, só poderíamos tentar demonstrar a sua existência por seus efeitos. Mas tais efeitos são parciais, e não têm nenhuma proporção com êle, já que o consideramos infinito e os efeitos são finitos; e que proporção pode haver entre o finito e o infinito? Da mesma forma que não se pode provar uma causa por um efeito, que lhe é desproporcionado, como é possível provar a existência de Deus?

Ante tais objecções, surgem diversas respostas.

Há duas espécies de demonstração, esclarece Tomás de Aquino: **uma**, que se baseia na causa e discorre partindo do que em absoluto é anterior em direcção ao que é posterior (argumento **a priori**); a **outra** parte do efeito, e se apoia no que é anterior ùnicamente com respeito a nós (**a posteriori**).

Desta forma, partindo de um efeito, podemos chegar ao conhecimento da causa e da sua existência.

Quanto à demonstrabilidade da existência de Deus, podemos encontrar as seguintes posições: 1) nega-se, porque não há nexo de causalidade entre Deus e o mundo; há uma falta de meio objectivo;

2) se há êsse meio, o homem não é capaz, por falta de luz e fôrças, de partir dos efeitos para alcançar a causa.

O primeiro argumento é o dos agnósticos. Os tradicionalistas, que se apoiam na fé, usam o segundo argumento, bem como também os kantianos, e os modernistas, que aceitam apenas o sentimento, a vivência de Deus, não sendo, portanto, ateístas.

Sabemos que o efeito é semelhante ao agente que o realiza, segundo a forma como opera. O efeito subordina-se e depende da causa que o produziu. «O conhecimento do efeito leva, lògicamente, ao conhecimento da causa; o conhecimento da subordinação e da dependência actual do efeito, ao conhecimento, ao conhecimento perfeito ou imperfeito, mas próprio, da natureza da causa, segundo se trate de efeitos unívocos ou análogos. A dependência actual de um efeito nos descobre a existência de sua causa; e a semelhança mais ou menos perfeita, que tem com a causa, nos manifesta, com maior ou menor perfeição, a natureza da mesma» (Francisco Muñiz).

Numa demonstração **a posteriori**, o efeito, como dependente e subordinado de uma causa, é por nós melhor conhecido que esta, que será conhecida por aquêle, e o inverso se dará numa demonstração **a priori**.

Para que uma causa seja demonstrada por seus efeitos se impõem os seguintes requisitos:

1) que essa causa tenha efeitos;

2) que êsses efeitos, formalmente considerados sob a razão de dependência e de subordinação, sejam mais conhecidos que a causa.

Tomás de Aquino, por ser realista, aceita que a existência de Deus não pode ser demonstrada **a priori** (porque não é um efeito de uma causa, pois é incausado, e existe por virtude de sua própria essência), mas apenas **a posteriori**, porque tem efeitos, e êstes são mais conhecidos, e dêstes podemos partir para alcançar a existência de Deus.

É pelo princípio de causalidade que chegaremos à prova da existência de Deus. Combater êsse princípio é atirar-se no agnosticismo. Admiti-lo é alcançar Deus inevitàvelmente.

E assim diz Tomás de Aquino: «Embora pelos efeitos desproporcionados a uma causa, não se possa ter um conhecimento perfeito dela, contudo, por um efeito qualquer, pode demonstrar-se, sem caber dúvidas, a existência de sua causa, e dêste modo é possível demonstrar a existência de Deus por seus efeitos, embora êstes não possam dar-nos a conhecer tal como é em sua essência.

O princípio de causalidade pode nos levar a saber que Deus existe, e é a primeira causa e último fim de todos os sêres do universo. São êstes os preâmbulos da fé (preambula fidei) de Tomás de Aquino.

Todo o ente é inteligível. Admitida a entidade de Deus, está admitida a sua inteligibilidade. Mas a entidade de Deus é infinita, portanto a inteligibilidade será infinita. Mas a idéia de inteligibilidade implica escolha, separação. Uma inteligibilidade infinita excluiria escolha, separação. Conseqüentemente, Deus não ofereceria para nós uma inteligibilidade proporcional à sua entidade.

Ora Deus, em si, é suma inteligibilidade **(quoad se)**, mas **quoad nos** (para nós), é preciso então distinguir: se em proporção a nós (na proporção dos nossos esquemas) concorda-se; mas como um conhecimento perfeitamente adequado a êle, nega-se.

Neste caso, surge uma pergunta: qual o nosso conhecimento de Deus?

A adequação do nosso conhecimento depende de nossos esquemas. Portanto, há uma adequação **quoad nos omnes** (quanto a nós todos), isto é, captável a todos, e uma adequação **quoad nos sapientes tantum** (para alguns de nós, os sábios). A evidência de uma verdade é assim proporcionada a quem a tem, ou a quem a capta. A verdade de Deus, para Deus, é infinita, porque é em si **(quoad se)**; para nós **(quoad nos)** é proporcionada.

Colocado o tema até aqui, dispomo-lo em dois lados: é possível a demonstração da existência de Deus (posição de Tomás de Aquino); b) não é possível (a dos agnósticos em geral).

Os argumentos expostos mostram-nos que há uma possibilidade proporcionada entre nós e Deus. É uma proporção de símbolo e desimbolizado. Partimos do efeito-símbolo para alcançar o simbolizado. Nas relações entre causas e efeitos unívocos, isto é, em que o efeito é igual à causa, **causa aequat effectum**, há identificação. Na relação análoga, que pode surgir apenas de **causa fit effectus** (causa torna-se efeito), há transmutação, transformação.

Na relação **causa est effectus** (causa é efeito), estamos em face da analogia. A causa é parcialmente o efeito, pois êste tem um ponto de semelhança com a causa e outro de diferença. Os efeitos que conhecemos são finitos, e a idéia de Deus implica infinitude; portanto, os efeitos de Deus (êstes que «aqui e agora» conhecemos) são conseqüentemente análogos e não unívocos. Aceitar a univocidade seria cair no panteísmo.

Se o símbolo se identificasse com o simbolizado, teríamos a presença actual do simbolizado. Ora, o símbolo não é totalmente o simbolizado. Neste caso, o símbolo é simbòlicamente (análogo, portanto), proporcional ao simbolizado. Ora, podemos chegar ao simbolizado graças ao símbolo. E se tal podemos, partindo dos efeitos, que são sinais mais proporcionados, podemos chegar proporcionadamente à causa. Se o simbolizado (Deus, no nosso caso) é infinito e os símbolos são, **quoad nos**, finitos, êstes não podem dar um conhecimento proporcionado de Deus e não o conhecimento **quoad se** de Deus, que só Deus poderia ter e não nós, porque conhecer, para nós, é intelectualmente delimitado. O mesmo se daria na relação, causa e efeito. Só a fusão com Deus, o **bakhti yoga** nos hindus, a beatitude dos místicos, nos levaria a êle e ao conhecimento beatífico, por fusão, **frônese mística** com êle, o que a Igreja nega ser possível ao homem, enquanto tal, pela limitação de sua própria natureza.

Das provas «a posteriori» — As cinco «vias» de Tomás de Aquino: Os argumentos **a posteriori** da existência de Deus — os que partem de factos da experiência e não apenas de noções, e que se apoiam no princípio de razão suficiente — são classificados em:

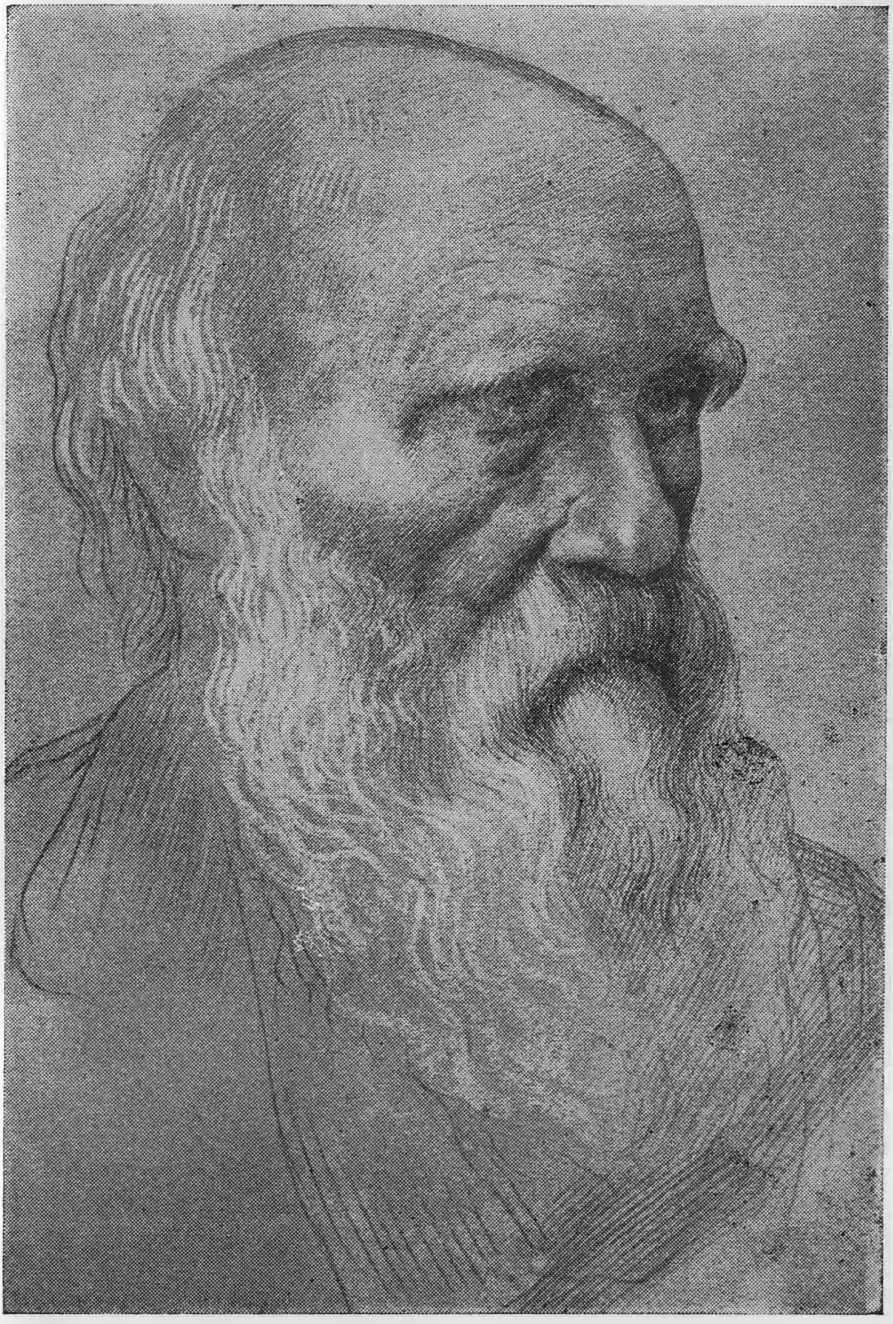
a) provas cosmológicas;

b) provas psicológicas;

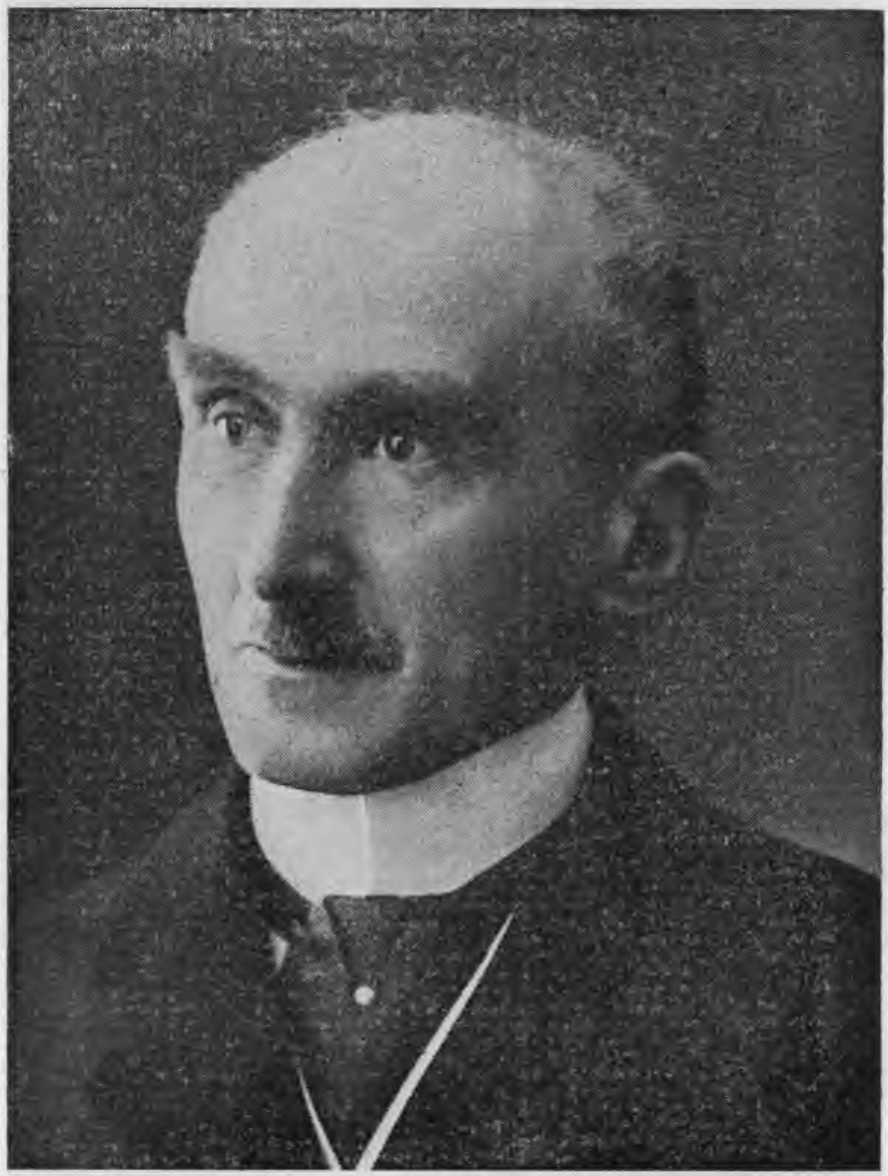
c) provas morais.

As provas cosmológicas fundam-se nos factos de experiência externa, por meio da qual conhecemos o mundo exterior. É sôbre tais factos que Tomás de Aquino construiu suas provas, através de cinco vias.

A primeira via, exposta por Tomás de Aquino — A via do movimento: «A primeira e mais clara se funda no movimento. É inegável, e consta pelo testemunho dos sentidos, que no mundo há coisas que se movem. Pois bem, tudo o que se move é movido por outro, já que nada se move mais que enquanto está em potência a respeito daquilo para o qual se move. Mas, mover re-



Charles Darwin



Henri Bergson

quer estar em acto, já que mover não é outra coisa que fazer passar o que está em acto, à maneira como o quente em acto, por ex., o fogo faz que uma lenha, que está quente em potência, passe a estar quente em acto. Muito bem: não é possível que uma mesma coisa esteja, ao mesmo tempo, em acto e potência a respeito do mesmo, senão a respeito de coisas diversas, o que, por ex., é quente em acto, não pode ser quente em potência, e sim, que, em potência, é, ao mesmo tempo, frio. É, pois, impossível que uma coisa seja por isso e da mesma maneira motor e móvel, como também o é o que se move a si mesma. Por conseguinte, tudo o que se move é movido por outro. Mas, se o que move a outro é, por sua vez, movido, é necessário que o mova um terceiro, e, êste, outro. Não se pode, porém, seguir indefinidamente, porque assim não haveria um primeiro motor e, por conseguinte, não haveria motor nenhum, pois os motores intermédios, não movem mais que em virtude do movimento que recebem do primeiro, da mesma forma que um bastão nada move a não ser que o impulsione a mão. Por conseguinte, é necessário chegar a um primeiro motor, que não seja movido por ninguém, e êste é o que todos entendem por Deus.» (Tomás de Aquino, **«Summa Theologica»**, I, q. 2, 2.3, primeira parte).

Crítica do argumento: São bastante conhecidas as objecções que se têm oferecido a esta via. Mas tôdas elas podem ser sintetizadas em poucas palavras.

1) Tomás de Aquino parte de um postulado, para êle apodítico, que é o princípio de causalidade. Todo efeito tem uma causa, o que forma um nexo de antecedente com o conseqüente.

Pode a ciência, como o faz hoje, abandonar a rigidez que a razão emprestara ao conceito, para substituí-lo por factor, vector, condição, função, o que seja. Mas o sentido genuíno do têrmo, e como o emprega Tomás de Aquino, cabe, de qualquer forma, à Filosofia como à Ciência.

Causa, para a escolástica, é o que produz ou deixa produzir o efeito, no todo ou na parte, ou impele outro a produzi-lo. A relação causa e efeito é inseparável. Onde há efeito, há causa, e vice-versa. Remontando-se do efeito à causa, chegar-se-ia a uma causa primeira, **causa prima**, causa eficiente das coisas, a qual, por sua vez, não seria causada por outra causa; seria, portanto, incriada. Seria um ente necessário, existente de per si, em que essência e existência se identificariam, não dependendo de outro qualquer.

Os objectores de Tomás de Aquino, partem, portanto, da seguinte posição: se fôr negada a **causa prima**, ipso facto caem por terra todos os seus argumentos, pois, como vimos, tôdas elas (as cinco vias) fundam-se nesse postulado apodítico para êle.

Ora, podemos conceber que causas e efeitos formam uma ordem sem princípio nem fim, como uma seqüência circular, em que umas fôssem causas de outras, e estas, por sua vez, cau-

sas das subseqüentes, até um retôrno, que a última se tornasse causa da primeira, etc.

Essa objecção leva a situações aporéticas:

a) a aceitação de um eterno retôrno;

b) admitir, finalmente, uma **causa sui,** uma causa de si mesmo, pois o efeito terminaria por ser causa de si mesmo.

Teríamos, então, de concluir, que o que atribuímos às partes de um todo, temos de atribuir ao todo, pois se tudo é causa, e como o efeito é subseqüente à causa, há sempre uma **causa prima,** pois o todo, enquanto tal, é causa de si mesmo. Teríamos de reconhecer, com antecedência, no ser, o poder de ser causa, e como subseqüência o de ser efeito, e o todo, enquanto tal, causa de si mesmo **(causa sui),** que é efeito de sua mesma causa. Não teríamos, portanto, de forma alguma, anulado o postulado tomista, que continuaria em pé, quanto à aceitação, até aqui, de que há uma **causa prima.**

2) A outra objecção, que se faz, é referente ao primeiro motor. Costumam os objectores abandonar o amplo aspecto em que esta prova é mostrada por Tomás de Aquino, e apenas acercar-se do da matéria. Então argumentam: se a matéria é absolutamente inerte, exigiria a presença de um motor para movê-la. Mas a matéria não é absolutamente inerte, alegam, pois a ciência o mostra.

Em primeiro lugar, estamos em face de um deslocamento da prova que se dá em terreno metafísico, sobremaneiramente ontológica, para apenas referir-se ao físico (à matéria física). A matéria é ou não é absolutamente inerte? Não se pode desconhecer a inércia da matéria. Neste caso, concordam os objectores, mas logo retrucam: sim, mas é relativa e não absoluta. A matéria é activa.

Mas, quando da criação e da exposição do argumento de Tomás de Aquino, logo se vê que êle não aceita fôsse a matéria incriada, mas criada simultâneamente no mesmo acto criador com a forma (acto e potência). O que encontramos de activo na matéria é o acto que a produz, é o ser de que ela participa, e êsse ser é o que a move. A diferença está em o conceito de matéria significar apenas a parte passiva da existência, enquanto o de forma se refere à parte activa da existência, cuja oposição fundamental explica todo o existir.

Há um vector activo e um vector passivo no existir finito. Mas nenhum é absolutamente activo nem absolutamente passivo, pois ambos se interactuam, pois, assim como a forma modela a matéria. a matéria restringe a acção da forma. A evidência de acto e potência nos explica. E o pensamento tomista é mais concreto que o pensamento meramente materialista, que daria à matéria uma total e absoluta actividade, que implicaria outras aporias.

Portanto, o que dá movimento à matéria é um acto. Se a matéria é primeva, é a **arquê,** como o pretendem os materialistas

metafísicos, ela se distinguiria como acto e potência. E como acto seria puramente acto, sem mescla, e antecederia ontològicamente à parte passiva de seu próprio ser, a potência. O materialismo metafísico não resolve de forma alguma o problema, e muito menos ainda o materialismo vulgar. A antecedência de um primeiro motor é inevitável, mesmo aos objectores, desde que levem correctamente o seu pensamento até às últimas conseqüências. O que nenhum dêles, fundado, lògicamente, sem apelos ao absurdo, pode afirmar, é que o passivo seja ao mesmo tempo, e sob a mesma razão, activo. E, neste caso, a matéria seria puramente acto e puramente potência, e sob a mesma razão; o que é absurdo.

A prova de Tomás de Aquino, estabelece, sem dúvida, a anterioridade ontológica do acto puro à potência; do motor ao movido. Esta aceitação leva a tôdas as conseqüências que são apresentadas na argumentação.

Muitos objectores a esta prova tentam derruir o princípio de causalidade. Estão certos que, conseguindo-o, terão derruído tôdas as provas de Tomás de Aquino.

Tôdas as coisas têm inevitàvelmente um princípio, ou, do contrário, viriam do nada absoluto. Um ser antecede a tôdas as modalidades de ser, e o antecede ontológica, lógica e cronològicamente. Se as causas, na Física, na sua relação com os efeitos, não surgem nìtidamente distintas, tal não impede que tudo quanto sucede sobrevenha de algo que o antecede, de algo de onde principia e que deve poder tudo quanto é e será, pois, do contrário, não vindo de um ser, viria do nada, o que é um absurdo.

Ademais, convém salientar que os ataques feitos ao princípio de causalidade se devem a uma caricatura que se tem feito do mesmo, para fàcilmente derrui-lo. Na verdade, não há, na Filosofia, nenhum tratado apodítico contra tal princípio, cuja validez derruída, forçaria a aceitar um absurdo como princípio: o nada absoluto seria o criador de tôdas as coisas.

Ainda alguns alegariam que há uma evolução da matéria, de menos perfeita para mais perfeita. Tal argumento é simplesmente infantil. Se a matéria conhece uma evolução perfectiva, o acrescentamento de valor, de perfeição, ou viria dela mesma, que já a conteria, ou não. Se a contém, a evolução é apenas relativa. Se não a contém, êsse suprimento de perfeição viria do nada, e instalar-se-ia, mais uma vez, o absurdo.

A segunda «via» de Tomás de Aquino — A subordinação das causas eficientes: É a seguinte a exposição:

«A segunda via se funda na causalidade eficiente. Achamos que neste mundo do sensível há uma ordem determinada entre causas eficientes; não achamos, porém, que coisa seja sua própria causa, pois em tal caso haveria de ser anterior a si mesma, e isto é impossível. Muito bem, tão pouco se pode prolongar indefinidamente a série das causas

eficientes, porque, sempre que há causas eficientes subordinadas, a primeira é causa da intermédia, quer seja uma ou muitas, e esta, causa da última; e posto que, suprimida uma causa, suprime-se seu efeito, se não existisse uma que fôsse a primeira, tampouco existiria a intermédia nem a última. Se pois, se prolongasse, indefinidamente, a série de causas eficientes, não haveria causa eficiente qualquer, e, portanto, nem efeito último, nem causa eficiente intermédia, coisa falsa desde logo. Por conseguinte, é necessário que exista uma causa eficiente primeira, a que todos chamam Deus.» (S. T. I, q. 2, a. 3).

Objecções ao argumento: As objecções que se costumam fazer a êste argumento já foram estudadas quando do argumento da primeira via. Vejamos, porém, outras razões apresentadas:

Argumenta Lachelier: «Se pretendo inferir a existência de Deus da consideração do universo, como, por ex., o físico, que conclui do efeito à causa, cometo um paralogismo. Sem dúvida, todo efeito supõe uma causa, mas uma causa da mesma ordem que êle, segundo as leis do nosso entendimento.»

Em primeiro lugar, não se deve confundir o acto da criação com o de qualquer relação de causa e efeito, que encontramos na nossa experiência. Ademais, não se pode concluir que a causa primeira seja da mesma ordem que a causa segunda, quando há entre elas apenas uma analogia. Não se pretende, além disso, explicar unìvocamente a causa primeira pelos caracteres dos seus efeitos. Os factos da nossa experiência só nos podem dar uma idéia analógica do que é o acto da criação.

A terceira «via» de Tomás de Aquino — Da contingência dos sêres: Esta é a exposição:

«A terceira via considera o ser possível ou contingente, e o necessário, e pode formular-se assim: Achamos na natureza coisas que podem existir ou não existir, pois vemos sêres que se produzem, e sêres que se destroem, e, portanto, há possibilidade de que existam e de que não existam. Muito bem. É impossível que os sêres de tal condição tenham existido sempre, já que o que tem possibilidade de não ser teve um tempo em que não foi. Se, pois, tôdas as coisas têm a possibilidade de não ser, houve um tempo em que nenhuma existia. Mas se isto é verdade, tampouco deveria existir agora coisa alguma, porque o que não existe, não começa a existir, a não ser em virtude do que já existe, e, portanto, se nada existia, foi impossível que começasse a existir qualquer coisa, e, em conseqüência, agora não haveria nada, coisa evidentemente falsa. Por conseguinte, nem todos os sêres são possíveis ou contingentes, mas entre êles, forçosamente, há de haver algum que seja necessário.

Mas o ser necessário ou tem a razão de sua necessidade em si mesmo ou não a tem. Se sua necessidade depende de outro, como não é possível, segundo já vimos ao tratar das causas eficientes, aceitar uma série indefinida de coisas necessárias, é forçoso

que exista algo que seja necessário por si mesmo e que não tenha fora de si a causa de sua necessidade, mas que seja causa da necessidade dos outros, ao qual todos chamam Deus.» (S. T. I, q. 2, a. 3).

Objecções: Objectava Kant que esta prova era, como êle a entendia, a prova ontológica de Santo Anselmo. O argumento pela contingência funda-se no facto do ser contingente, que postula um ser necessário. Dizer-se, também, que a idéia de contingência é uma pseudo-idéia, ou pelo menos uma idéia falsa, porque tudo quanto há no mundo faz parte de um todo e, portanto, é êste necessário, é um argumento frágil. O todo é o conjunto de suas partes. O todo é necessário para as partes, como as partes o são para o todo. Mas é preciso não confundir o ser necessário, ontològicamente falando, com a necessidade lógica.

Também se poderia responder que sendo contingentes tôdas as partes de um todo, êste seria contingente, mas estaríamos ainda dentro do campo lógico.

Se todos os sêres são contingentes, pois existem como podiam não existir, e têm um comêço e um fim, o ser, como necessário, isto é, sem o qual não podemos ter nada, não tem comêço nem fim.

Dialècticamente, o conceito de contingência implica o de necessidade; um é conceito da intuição, outro da razão. Um é actualizado dos factos singulares, outro actualizado da generalidade dêsses factos. A contingência implica a necessidade, não só **lógica, mas ontològicamente.** O que devém, implica o que necessàriamente é imutável. O argumento de Tomás de Aquino, que é de origem aristotélica, é dialècticamente perfeito.

A «quarta via» de Tomás de Aquino — Os graus da perfeição: Assim a expõe:

«A quarta via considera os graus de perfeição, que há nos sêres.

Vemos nos sêres que uns são mais ou menos bons, verdadeiros e nobres que outros, e o mesmo sucede com as diversas qualidades. Mas, o mais e o menos se atribuem às coisas, segundo sua diversa proximidade ao máximo, e por isto se diz o mais quente do que mais se aproxima ao máximo calor. Portanto, há de existir algo que seja veríssimo, nobílimo e ótimo, e, por conseguinte, o ser máximo, pois, como diz Aristóteles, o que é verdade máxima, é máxima entidade. Muito bem, o máximo em qualquer gênero é causa de tudo o que naquele gênero existe, e assim o fogo, que tem o máximo calor, é causa do calor de todo o quente, segundo diz Aristóteles. Existe, por conseguinte, algo que é para tôdas as coisas causa de seu ser, de sua bondade e de tôdas as suas perfeições, e ao qual chamamos de Deus.» (S. T., I.ª, q. 2, a. 3).

A «quinta via» de São Tomás — A finalidade: A quinta via decorre do govêrno do mundo. Vemos, com efeito, que as coisas que carecem de conhecimento, como os corpos naturais, operam

por um fim, como se comprova observando que sempre, ou quase sempre, operam da mesma maneira para conseguir o que mais lhes convém; por onde se compreende que não vão ao seu fim, operando ao acaso, mas intencionalmente. Muito bem, o que carece de conhecimento, não tende a um fim, se não o dirige alguém que entenda e conheça, à maneira como o arqueiro dirige a flecha. Portanto, existe um ser inteligente que dirige tôdas as coisas naturais para o seu fim, e a êste chamamos de Deus.» (S. T., I, q. 2, a. 3).

Estas provas, que acabamos de expor, podem ser compreendidas de duas maneiras muito diversas. Podemos considerá-las em tôda a sua extensão e fôrça, e segundo todo o rigor técnico da demonstração, em cujo caso não estão ao alcance de qualquer, pois exigem uma sólida preparação, que nem todos têm. Mas também não podem compreender estas provas, ou algumas delas ao menos, sem necessidade de formulá-las segundo o rígido tecnicismo da lógica, e sòmente enquanto demonstram em geral a existência de um ser superior, que rege e governa as coisas dêste mundo, sem alcançar a ver, pelo momento, os outros predicados próprios da divindade.

Prova de Duns Scot: Para estabelecerem-se as provas da existência de um ser infinito, torna-se necessário, de antemão, que se esclareça o que se pretende provar, isto é, o que se entende sôbre **ser** e **infinito.** Não se alegue que êle é evidente a todos, porque, do contrário, não teriam surgido disputas sôbre êle na Filosofia. Nenhum filósofo, entretanto, que não tenha caído nas malhas da loucura, negará a existência do ser comum.

O ser comum, que a nós se apresenta, é fácil caracterizá-lo num conjunto de conceitos, em que todos estariam de pleno acordo, pois traduziria, com segurança, a característica comum do ser, aceita por todos. Há alguma coisa, e êsse alguma coisa é ser, e tem aptidão de existir. Aproveitamos aqui o enunciado de Suarez, pois o ser comum pode ser compreendido como «aptidão para existir», incluindo, dêsse modo, o ser actual, que revela, evidentemente, aptidão para existir, como o ser potencial, que não se pode reduzir a um puro nada, e que, sendo alguma coisa, tem ou teve naturalmente aptidão para existir.

Ao ser infinito cabe-lhe, inegàvelmente, aptidão para existir, mas resta-nos prová-lo, pois não oferece êle a evidência do ser comum, pois não o encontramos na nossa experiência mediata e imediata, mas, sim, através de uma especulação, realizada pelo nosso espírito, sem desrespeito às opiniões dos místicos, que admitem uma experiência imediata do ser infinito, o que é negado pelos grandes teólogos, pois tal experiência seria o estado de beatitude, desproporcionado à nossa limitação e ao nosso estado de queda nesta existência.

Haveria, assim, necessidade de:

1) provar a procedência do conceito de ser infinito;

2) que o ser infinito existe;

3) que o ser infinito é Deus.

Conseqüentemente, seria uma prova da existência de Deus.

Sem caracterizar devidamente o conceito de ser infinito, não podemos justificar a sua procedência. A pergunta, portanto, que se coloca em primeiro lugar é esta: o que se entende por ser infinito?

Depois de respondida esta pergunta, devemos mostrar a sua validez. Em terceiro lugar, provar, inequívoca e apoditicamente, a existência do ser infinito. Finalmente, demonstrar que o que se concebe por Deus é êste ser infinito, demonstrando, assim, a sua existência, apoditicamente.

É nosso intuito, neste verbete expor as provas da existência de Deus, formuladas por Duns Scot, não seguindo as vias por êle propostas, mas cingindo-nos apenas aos argumentos, que êle oferece.

Não se pode conceber o infinito em sentido extensista, quantitativamente, como é a maneira mais vulgar de ser entendido. O ser infinito é o ser em sua intensidade absoluta, como o enuncia Duns Scot. Intensidade absoluta de ser implica a presença, positivamente posta, de «todo» ser actualmente puro. Todo ser finito é limitado, é carente de alguma perfeição. O ser infinito, intensistamente absoluto, é absolutamente perfeito; não é carente de nenhuma perfeição de ser. Excede, assim, a todo ser finito, além de tôda proporcionalidade.

Todo ser finito é um ser contingente, porque depende de outro para ser, e não tem em si a razão suficiente de ser. O ser infinito, não tem limites, porque é todo ser, e tem em si sua razão de ser, suficientíssima. O ser contingente necessita de outro para ser e, finalmente, necessita do ser necessário, primeiro, fonte de onde êle surge. Caracterizam, assim, o ser finito: o limite, a dependência, a contingência. E mais um quarto carácter podemos estabelecer: o ser finito, nas suas processões activas e passivas, tende para algo que lhe é extrínseco, embora, no seu existir, tôdas as suas partes tendam também à finalidade intrínseca da sua totalidade tensional. Todo ser finito tende para um fim, outro que êle, ao buscar perfeições que lhe faltam, ao «querer ser mais» do que é. Mas o ser infinito é o ser em sua intensidade absoluta, portanto omniperfeito, e, como tal, não é carente de nenhuma perfeição. Não buscaria fora de si nenhuma perfeição; portanto, o seu fim é intrínseco, totalmente intrínseco, o que o distingue suficientemente do ser finito.

A preocupação fundamental de tôdas as provas de Tomás de Aquino consiste em demonstrar que o Ser Supremo, a Divindade, é um ser, não apenas simples, mas **absolutamente simples.** A idéia de ser infinito implica a presença de tôdas as perfeições, tomadas absolutamente em grau supremo. Vê-se, desde logo, que o conceito de ser infinito adequa-se perfeitamente à idéia de Deus. Todos os sêres finitos, a criatura em geral, são compostos de ser e de uma forma específica que o determina como êste ou aquêle ser, e não apenas e simplesmente como **o ser.** O têrmo infinito, na expressão **ser infinito,** não é um

atributo, nem uma determinação; é o próprio ser como tal. É o ser enquanto ser. Ser infinito não é algo que acontece ao ser enquanto ser, não é um grau definido de perfeição como as perfeições que encontramos nas criaturas. Ser infinito é o conceito mais simples de todos os conceitos, absolutamente simples, embora seja um conceito humano. Para Duns Scot, ser infinito é o Ser Divino, tomado sob uma certa modalidade; é o mais perfeito, porque nêle estão incluídos, eminentemente, todos os outros. Ser infinito é bem infinito, é verdadeiro infinito. Alcançamos ao Ser Infinito por várias vias. Já estudamos as que foram propostas por Tomás de Aquino, vimos que a sua demonstração partiu dos efeitos criados.

Mas Duns Scot quer alcançar o ser infinito, partindo também do ser, mas do ser comum, como é estudado na «Ontologia», e segue outras vias, que em algo diferem das de Tomás de Aquino, sem desprezá-las, mas, na verdade, corroborando-as.

O ponto de partida prévio para o estudo das provas de Duns Scot é estabelecer, de antemão, a inevidência da existência de Deus, pois se sua existência fôsse de per si evidente, para nós desnecessárias seriam as provas. O homem religioso, que tem uma experiência mística da divindade, ou apenas por fé, pode afirmar a evidência da existência de Deus. Não pode, porém, negar que êsse conhecimento é confuso e, por essa razão, impõe-se ao filósofo esclarecê-lo. Deve-se compreender que **conhecer confusamente** nem sempre quer dizer **conhecimento do confuso,** pois a primeira expressão refere-se ao nosso modo de captar o objecto, enquanto a segunda refere-se ao próprio objecto. Ao conhecermos uma espécie, temos um conhecimento confuso, porque incluímos as suas partes subjectivas, confusas no ser específico, no ser que tem o ser que pertence a essa espécie.

A especulação filosófica levará a distinguir essas partes subjectivas, separando mentalmente o que está fundido no conjunto. Portanto, impõe-se demonstrar a existência de um ser infinito, o que exige duas providências:

1) provar que existe um ser primeiro;

2) provar que êsse ser primeiro é infinito.

A maneira de provar de Duns Scot não é a seguida por Tomás de Aquino. Aquêle divide a realidade do seguinte modo: primàriamente, a coisa pode ser dividida em **coisa criada** e **incriada,** ou coisa de per si ou por outro (**a se et ab alio**) ou necessária e possível, ou finita e infinita. O ser incriado é **a se,** infinito, necessário; enquanto o ser criado é **ab alio,** possível e finito.

As providências que usa Duns Scot para a prova do ser primeiro, cingem-se à idéia de dependência.

Um ser **efectível (effectibile),** isto é, **produzível,** não pode ser tal a não ser: a) pelo nada, b) ou por si, c) ou por outro. Não pode ser pelo nada, porque o nada não

pode ser causa de coisa alguma; não pode ser por si, porque não há coisa que engendre a si mesma. O **efectível,** portanto, o é por um outro, que é **efectivo,** o **effectivum.**

O ser que é por si mesmo, desde que aceito, dispensaria a prova, pois já teríamos encontrado o que buscávamos, pois estaríamos numa causa eficiente e primeira, que não seria o efeito de nenhuma outra causa.

Se não é assim, será efeito de uma causa. Desta maneira se vê que o argumento escotista fundase, de **certo modo,** no princípio de causalidade. Uma objecção, que se costuma fazer à prova da causalidade, é de que seria admissível que os sêres engendrassem uns aos outros **in infinitum.** Esta hipótese não é admitida por nenhum grande filósofo, pois ter-se-ia de aceitar uma infinidade de causas essencialmente ordenadas.

Há entretanto, alguns filósofos que admitiram uma infinidade de causas accidentalmente ordenadas.

Nas causas essencialmente ordenadas, a segunda causa depende da primeira, enquanto causa. Ela deve à primeira a sua própria causalidade. Nas causas accidentalmente ordenadas, a segunda depende da primeira quanto à sua existência, não, porém, quanto à sua causalidade.

Como a causalidade decorre da natureza da coisa, é preciso, necessàriamente, recorrer a uma natureza mais alta para compreender-se uma causalidade também mais alta.

Apresenta-se, ainda, outra diferença entre êstes dois tipos de causa, que é a seguinte: nas causas essencialmente ordenadas. impõe-se a presença simultânea de tôdas as causas para que o efeito seja produzido, como se dá, por exemplo, entre os sêres vivos, pois os sucessivos dependem dos precedentes, e um rompimento, uma lacuna na cadeia das causas, seria suficiente para tornar impossível a existência do efeito.

Estas distinções, feitas por Duns Scot, são importantíssimas, e em breve veremos o seu alcance.

Dispõe-se provar que:

1) é impossível uma infinidade de causas essencialmente ordenadas;

2) é impossível uma infinidade de causas accidentalmente ordenadas;

3) mesmo quando se negue tôda ordem essencial, na série das causas, a regressão ao infinito é ainda impossível.

Provados estas três proposições, o princípio de causalidade, como fundamento da existência de Deus, estará sòlidamente construído, e, dêsse modo, Scot traria novos argumentos para corroborar as provas de Tomás de Aquino.

Vejamos como o faz Scot:

1) **Impossibilidade de uma infinitude de causas essencialmente ordenadas.** Os sêres ordenados essencialmente são efeitos; portanto, causados.

A sua causa não pode fazer parte dêste conjunto de efeitos, porque teríamos a causa causando a si mesma. Conseqüentemente, a causa de uma universalidade de efeitos, essencialmente ordenados, lhe é exterior, e como êle se refere à totalidade do ser causado, essa causa é primeira.

Nas causas essencialmente ordenadas, a totalidade delas deve ser colocada simultâneamente. Se não houvesse uma primeira, elas seriam de número infinito. Neste caso, teríamos um infinito quantitativamente em acto, infinito numérico, ao qual sempre se pode acrescentar mais um, pois, ou êle será par ou ímpar e, neste caso, poderá ser acrescentado mais um, e assim sucessivamente. O infinito quantitativo é repelido por todos os grandes filósofos, e é absolutamente sem fundamento. Aceita-se apenas o infinito quantitativo em potência; isto é, a aptidão sem fim de sempre acrescentar-se mais um, nunca porém em acto. A ausência de uma causa primeira levaria à aceitação de um infinito quantitativo em acto.

Outro argumento é de que a própria noção de anterior se verifica mais próximo do primeiro. Se não houvesse uma causa primeira, não poderia haver essencialmente anteriores ou posteriores. Ademais, uma causa superior, na ordem da causalidade, é mais perfeita. Se houvesse uma série infinita de causas essencialmente ordenadas, sua causa seria infinitamente superior a ela, infinitamente mais perfeita que ela; seria, portanto, capaz de causar por si só, sem o concurso de qualquer outra causa; em suma, seria a primeira, o que se queria provar.

2) **É impossível uma infinidade de causas accidentalmente ordenadas.** Neste caso, se houvesse uma infinidade de causas accidentalmente ordenadas, a causalidade de cada uma das causas não dependeria, na causalidade, de as que as precede. Numa série dêste gênero, uma causa posterior pode, portanto, existir e agir, até quando a causa anterior já deixou de agir e de existir. Ora, haveria, neste caso, sucessão de causas, e tôda sucessão pressupõe uma permanência. A permanência não pode ser uma causa próxima, pois, do contrário, estaria na sucessão, e como a sucessão depende dela por essência. ela deve ser anterior ao sucessivo, e de ordem diferente. Desta forma, uma série de causas accidentais exigiria uma primeira causa essencialmente anterior, como expõe Scot.

Duns Scot coloca-se dentro de uma linha genuìnamente platônica, não procura cingir a prova do primeiro ser, que é causa eficiente de todos os outros, fundando-se apenas na análise que podemos fazer entre causa e efeito, na qual o efeito apontaria claramente a causa eficiente, pois tal prova seria de ordem contingente e não necessária. Para dar a robustez devida ao seu argumento, Duns Scot quer prová-lo na ordem da necessidade. Portanto, para êle, se há uma natureza que é efectível, há alguma natureza que é efectiva. Em outras palavras, se há uma natureza produzível, há alguma natureza productiva.

Há uma causa eficiente, absolutamente primeira, e ela é incausável, o que decorre de ser primeira. Por ser primeira, ela não pode depender de nenhuma outra, nem em sua existência, nem em sua causalidade. Se não fôr aceita esta prova, teremos de cair na regressão ao infinito, no círculo vicioso, em uma série de causas finitas, causando umas as outras. O princípio da causa primeira tem de ser válido, não só quanto à eficiente, mas também quanto às outras causas.

A causa final, por exemplo, é o que move a causa eficiente a exercer a sua causalidade; é o fim ao qual ela se destina, o que a «move»; o mover aqui é metafòricamente tomado.

Ora, o primeiro eficiente não depende de nada (nenhum outro) em sua eficiência; portanto não depende de um fim extrínseco à sua essência. O que não tem causa extrínseca, não tem ademais causa intrínseca, pois esta, enquanto intrínseca, é parte do efeito causado. Se o primeiro eficiente não tem causa extrínseca em sua acção, não a tem em seu ser, o que lhe exclue uma causa material ou uma causa formal. O primeiro eficiente é, portanto, incausável.

«A terceira conclusão sôbre o **primum effectivum** é esta: **primum effectivum est actu existens** (o primeiro efectivo é existente em acto) e uma certa natureza actualmente existente é causa eficiente primeira. Demonstração: o que à essência de algo é absolutamente contraditório ser por outrem, se pode ser, pode ser por si; ora, é absolutamente contraditório à essência do eficiente primeiro, ser por outrem, como decorre da segunda conclusão, e êsse eficiente primeiro é possível, como decorre da quinta razão em favor da primeira conclusão, razão que não parece concluir, mas que conclui tal coisa... uma causa eficiente absolutamente primeira pode, portanto, existir por si. Logo, ela existe por si, pois o que não existe por si não pode existir por si, ou em outras palavras: o não ser levaria alguma coisa a ser, o que é impossível, ou ainda uma mesma coisa criaria a si mesma, de maneira que ela não seria totalmente incausável». (Duns Scot «**De primo principio**»).

É realmente difícil a compreensão nítida desta prova de Duns Scot, que é genuìnamente escotista. Por isso, vamos tentar esclarecê-la, evitando a acusação que se lhe tem feito de ser uma prova **a priori** e não **a posteriori,** ou como diziam os escolásticos, uma prova **propter quid** e não uma prova **quia.**

Convém não esquecer certos aspectos importantes da demonstração de Duns Scot. O que caracteriza a criatura é ser causável, é ser produzível. Já se havia demonstrado que o **primum effectivum** era existente em acto, e que há uma causa eficiente primeira. A essência da causa eficiente primeira, do **primum effectivum,** é ser por si. E seria absolutamente contraditório ser por outro. Ora, aquêle ser, cuja essência é absolutamente contrária ser por outrem, se êle pode ser, êle pode ser por si. Ficou provado que o eficiente primeiro é pos-

sível. Se é possível, êle pode existir por si, disso não haveria a menor dúvida. O que não existe por si, não pode existir por si. Se o primeiro eficiente não existe por si, êle, então, existiria por outro, e, êste outro, só poderia ser o nada, o que é impossível. Portanto, o primeiro eficiente deve existir por si. Se êle fôsse criado por si mesmo, êle deixaria de ser um ser incausável, pois seria causável, o que o tornaria efectível, portanto criatura, ser causado, e não o primeiro eficiente.

Poder-se-ia ainda, de uma maneira mais simples, expor esta prova de Duns Scot; bastaria responder às perguntas que vamos formular. É possível um ser por outrem? A resposta evidentemente é afirmativa, porque tôda nossa experiência revela a existência de sêres por outrem. Pergunta-se: é possível um ser por si? A resposta ou será afirmativa ou negativa. Se negativa, isto é, a não possibilidade de um ser por si, ter-se-ia de admitir uma série infinita de causas ordenadas, quer essenciais ou accidentais, o que nos levaria ao círculo vicioso, que já foi suficientemente refutado. Portanto, só se pode admitir a possibilidade dêste ser o ser per si. E êle existe necessàriamente, porque, do contrário, seria por outrem, o que já ficou refutado, ou produzido pelo nada, o que é impossível e absurdo, ou **criado** por si mesmo, que, portanto, já seria antes de ser, o que é absurdo.

Desta maneira, Duns Scot prova, definitivamente, a existência actual de Deus, que é o **Primum Effectivum**, partindo da possibilidade de sua existência.

Os atributos metafísicos de Deus — Da simplicidade de Deus: Ou Deus é um corpo ou não o é. Tomás de Aquino demonstra que não o é pelas seguintes razões:

a) nenhum corpo move outro se não é por si mesmo movido. Ora, Deus é um motor imóvel; portanto não é corpo.

b) O primeiro ser, por necessidade, há de estar em acto e de nenhum modo em potência, pois o ser que passa da potência ao acto é anterior, cronològicamente, ao acto, já que o acto, em absoluto, é anterior à potência e a potência só pode passar ao acto em virtude de algo que já esteja em acto.

Ora, sendo Deus o primeiro ser, não há nêle potência passiva de qualquer espécie. E todo corpo está em potência devido a que o contínuo, enquanto tal, é divisível até o infinito. Logo, é impossível que Deus tenha corpo.

c) Deus é o mais perfeito de todos os sêres. Ora, nenhum corpo pode ser o mais perfeito de todos os sêres, pois um corpo qualquer, ou é vivo ou não é. O corpo vivo é mais perfeito que o corpo não-vivo. Ora, o corpo não vive pelo corpo, senão todo corpo tinha vida, portanto tem de viver por algo diferente. Portanto, o que dá vida ao corpo é mais perfeito que o corpo. Logo, Deus não poderia ser corpo.

d) Ter corpo é acontecer no tempo e no espaço. Ora, Deus é

eterno e não temporal nem espacial, pois do contrário seria composto de matéria e forma.

e) E Deus não pode ser composto de matéria e forma, porque matéria é o que está em potência. e Deus é acto puro. Ademais, o que está em matéria é perfeito e bom em virtude da forma, e como a matéria recebe a forma, a matéria é boa por participação. Mas Deus não é bom por participação, porque é bom por essência, o que é anterior à participação. Portanto não tem matéria e forma.

f) Além disso, todo agente opera em virtude de sua forma e, portanto, será agente no mesmo grau que seja forma. Ora, o que é primeiro ser e agente por essência, deve ser forma por si mesmo. É por essência sua forma, portanto não é matéria e forma. E como Deus é uma forma que nenhuma matéria recebe, é individual, não pela materialidade, que não é, mas é forma subsistente por si mesma.

Essência ou natureza de Deus: a) **Em Deus, natureza e essência se identificam.** No composto matéria e forma, a forma difere da matéria, como também a essência difere do supósito. A essência é o que cabe na definição. A essência humanidade é o que cabe na definição do homem, o **pelo qual (quo)** o homem é homem. A matéria, que é individual, com seus accidentes individuantes, não entra na definição de homem. Portanto, o homem concreto tem em si o que não tem a humanidade; conseqüentemente, homem e humanidade não se identificam totalmente. Humanidade é a parte formal do homem, porque os princípios que a definem têm carácter de forma a respeito da matéria individuante.

As formas, que não recebam individuação da matéria, ou não estão informadas na matéria, são individuais, e recebem essa individuação de si mesmas, portanto o supósito subsistente nelas não é distinto da natureza. Supósito aqui é equivalente de indivíduo. Portanto Deus, por não ser composto de matéria e forma, é a sua deidade, sua vida, e tudo o que neste sentido se diga dêle. E todos êsses nomes que lhe damos de deidade, vida, são distintos no nosso espírito, não diversidade em Deus.

b) **A essência em Deus também se identifica com a sua existência.** Êste é o constitutivo metafísico da essência divina, de onde surgem todos os atributos divinos. A distinção real entre essência e existência é o constitutivo metafísico do ser criado e, conseqüentemente, é origem de tôdas as propriedades que lhe convêm, tais como a limitação, a contingência, a composição, etc.

A tese é demonstrada por Tomás de Aquino da seguinte maneira:

1) tudo quanto se acha em um ser e não pertence à sua essência tem que ser causado, ou pelos princípios essenciais, como sucede com os accidentes próprios de cada espécie, ou por algum agente externo, como o calor da água é produzido pelo fogo. Se a existência de algum ser é distinta de sua essência, a existência, forçosamente, há de provir de

um agente exterior ou dos princípios essenciais do próprio ser. Mas é impossível que apenas os princípios essenciais de um ser causem sua existência, porque entre os sêres produzidos não há um que seja causa suficiente do seu próprio ser, e, portanto, aquêle, cuja existência é distinta de sua essência, tem uma existência causada por outro. Ora, nada disto é aplicável a Deus, porque já sabemos que êle é a primeira causa eficiente, e, portanto, é impossível que em Deus o ser seja distinto da essência.

2) A existência é a actualidade de tôda forma ou natureza. Tôda existência distinta da essência tem com ela a mesma relação de acto e potência. Já sabemos que em Deus não há potencialidade de qualquer espécie; portanto, a essência não é distinta da existência, conseqüentemente se identificam.

3) A existência, que não é essência, o é por participação. E se em Deus não se identificassem a sua existência com a sua essência, seria um ser por participação, portanto, não seria o primeiro ser, o que seria absurdo ante as provas já dadas. Logo, em Deus, essência e existência se identificam.

A simplicidade de Deus: E Tomás de Aquino o prova de várias maneiras:

a) Deus não tem composição de partes quantitativas, porque não é corpo, nem composição de matéria e forma, nem de natureza e supósito, nem de essência e existência, nem de gênero e diferença específica, nem de sujeito e accidente. Portanto, é absolutamente simples.

b) Ademais o composto vem depois de seus componentes, e dêles depende. Ora, Deus é o primeiro ser, logo é simples.

c) Todo composto tem causa, pois o que, por sua natureza, é diverso, só forma um todo por virtude de uma causa que o unifica. Mas Deus não tem causa, pois é a primeira causa eficiente.

d) Em Deus não há acto-e-potência, o que há em todo composto, porque ou uma parte é acto com respeito ao todo, ou, pelo menos, cada uma das partes está como em potência a respeito do todo.

e) O todo é distinto de cada parte. Nos sêres heterogêneos é isto evidente, pois nenhuma parte do homem é homem. Nos homogêneos, algo do que se diz ao todo se diz também de suas partes, pois uma parte do ar é ar, da água, água, contudo algo se diz do todo que não convém a nenhuma das suas partes, pois se uma massa de água tem um litro, nenhuma das suas partes tem um litro. Portanto, em todo o composto, há algo que não é o mesmo, e embora êsse mesmo se possa dizer das coisas, que têm alguma forma (p. ex. no branco há algo mais que não é branco), nem por isso se pode dizer que haja na forma coisa alguma alheia a ela. Pois, se Deus é sua forma, ou melhor, o próprio ser, segue-se que de nenhum modo pode ser composto.

Pode alguma criatura ser semelhante a Deus? A esta per-

gunta responde Tomás de Aquino:

Em primeiro lugar é preciso saber o que se entende por semelhança. E logo se verá que há muitas maneiras de semelhança:

1) Entende-se por semelhança a conveniência ou comunidade na forma, isto é, são semelhantes as coisas que participam da mesma forma, segundo o mesmo conceito e o mesmo modo. São as coisas chamadas **iguais.** É a mais perfeita das semelhanças.

2) São semelhantes as coisas que participam na forma sob o mesmo conceito, não do mesmo modo, isto é, uma é mais ou menos.

3) As que participam da mesma forma, não são do mesmo conceito nem modo, como se vê nos agentes não unívocos. Já que todo agente executa algo semelhante a si mesmo enquanto agente, e o poder de operar vem da forma, é indispensável que se encontre no efeito a semelhança da forma do agente. Portanto, se o agente pertence à mesma espécie que o seu efeito, a semelhança entre a forma do agente e a do facto se apoia em que ambos participam da mesma forma, sob a mesma razão específica, e tal é a semelhança entre o homem que engendra e o engendrado. Mas, se o agente não é da mesma espécie que o efeito, haverá semelhança, não, porém, sob a mesma razão de espécie; e assim, por exemplo, o que se engendra, em virtude da actividade solar, alcança certa semelhança com o sol, não uma semelhança específica com a forma do sol, mas só genérica.

Portanto, se há algum agente, que não pertença a nenhum gênero, seus efeitos terão ainda menos semelhança com a forma do agente, pois não participam dela nem específica nem genèricamente, senão em certo sentido analógico, baseado em que o ser é comum a tôdas as coisas. Pois, consoante com isto, o que procede de Deus, assemelha-se a êle, como se assemelham os sêres ao princípio primeiro e universal de todo ser.

Conseqüentemente, tôdas as coisas são semelhantes e dissemelhantes de Deus; semelhantes porque o imitam quanto é possível imitar o que não é inteiramente imitável, e dissemelhantes, por sua inferioridade a respeito de sua causa; e não apenas porque sua perfeição seja mais ou menos elevada, como o menos branco, porque não convém com a sua causa nem em espécie, nem em gênero, pois Deus está fora de todo gênero e é princípio de todos os gêneros.

Portanto, quando se atribui à criatura a semelhança com Deus, não se procede assim por razão da comunidade de forma dentro da mesma espécie ou gênero, mas só por analogia, quer dizer, enquanto Deus é ser por essência, e o resto o é por participação.

Se as criaturas, em certo modo, são semelhantes a Deus, Deus não é semelhante às criaturas, pois há, como diz Dionisio, semelhança mútua entre as coisas que são da mesma ordem, não entre a causa e o efeito.

Da bondade de Deus: Tomás de Aquino assim expõe êste tema importante:

Bem e ser, na realidade, são a mesma coisa, e unicamente são distintos em nosso entendimento. O bem de alguma coisa está no apetecível que tem a coisa; o bem é o **que tôdas as coisas apetecem,** como diz Aristóteles. Mas as coisas são apetecíveis na medida em que são perfeitas, pois tudo busca a sua perfeição, e são mais perfeitas, quando mais estão em acto. O grau de bondade depende do grau de ser, pois o ser é a actualidade de tôdas as coisas. O bem e o ser são realmente a mesma coisa, embora o bem tenha a razão de apetecível, que não tem o ser.

Embora ser e bem se identifiquem na realidade, como seus conceitos são distintos, não significa o mesmo dizer ser em absoluto que bem em absoluto; porque ser quer dizer algo que está em acto, e como o acto diz relação à potência, pròpriamente se lhe chama ser por aquilo em que primàriamente se distingue do que está em potência. **Bem,** ao contrário, inclui o conceito de perfeição acabada. Por isso, do ser que tem sua última perfeição, dizemos que é bom em absoluto, e do que carece de algumas das perfeições que deve ter, embora pelo acto de existir tenha já alguma, não dizemos que seja perfeito, nem bom em absoluto, mas que o é de alguma maneira.

Do Atributo Metafísico da Infinidade: O infinito quantitativo, como um estender-se sem fim, em tôdas as direcções, é a representação vulgar que se costuma fazer.

É infinito aquêle ser que não tem limites. Mas o ser divide-se adequadamente em acto e potência. Portanto, temos um infinito actual e um infinto potencial ou material.

O infinito potencial não tem limites em sua potencialidade, e, por conseguinte, em sua imperfeição, pois a potência significa imperfeição.

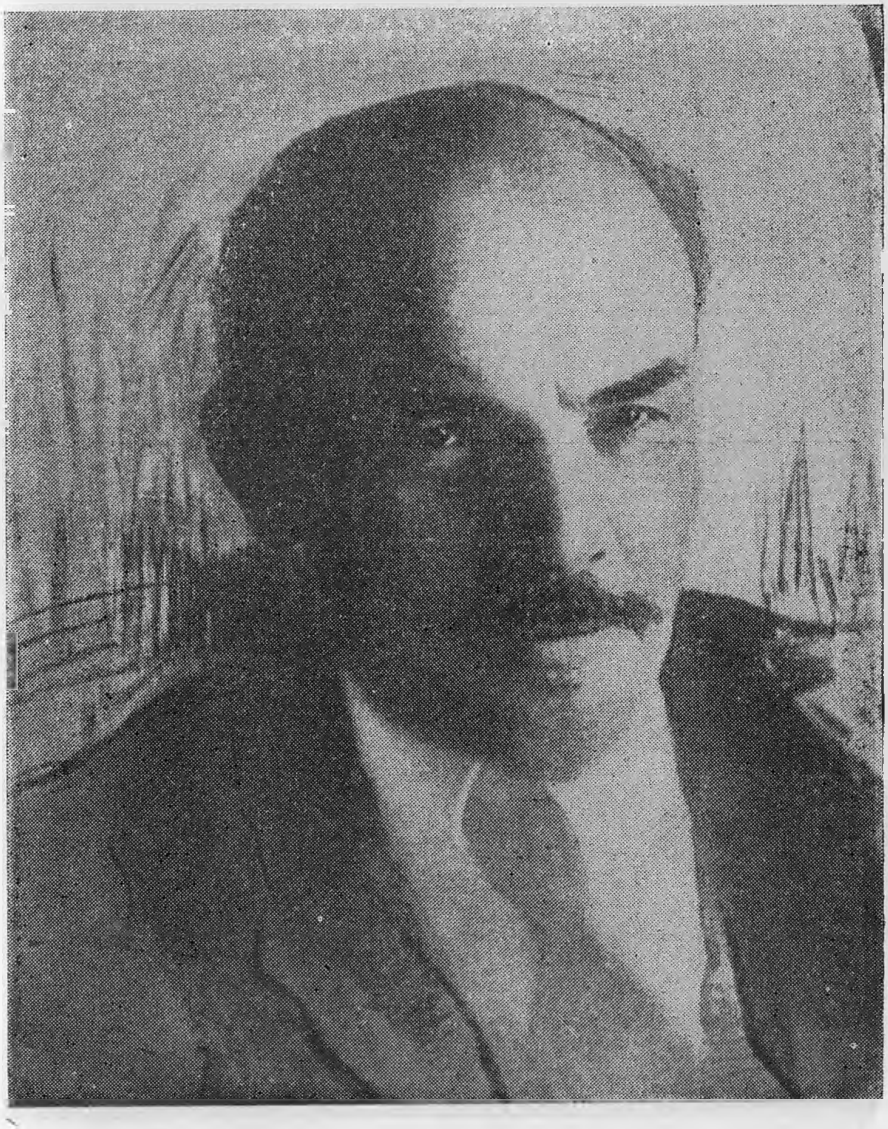
O infinito actual é totalmente o contrário. Mas ambos podem ainda sofrer uma subdivisão. Podem ser ambos relativos ou absolutos.

Potencial relativo (secundum quid) é o infinito que se dá num ser, cuja potencialidade é ilimitada dentro de determinada ordem ou gênero, como a potencialidade da substância para receber indefinidas formas accidentais; o **potencial** absoluto é a potência que carece de todo acto, que é pura potência, como a matéria prima, para os tomistas.

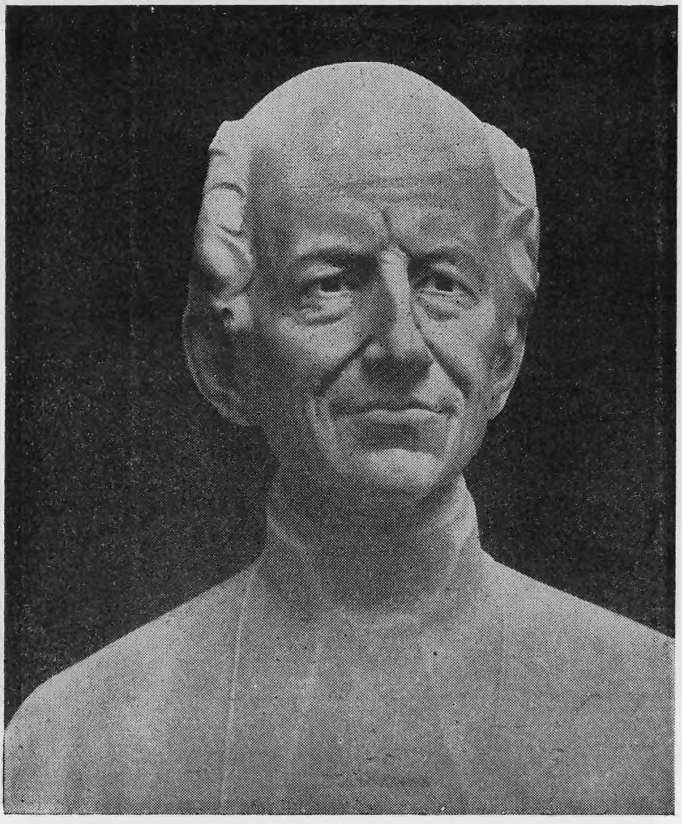
O **infinito actual relativo** é um acto puro e ilimitado dentro de uma ordem ou linha, como ciência infinita, arte infinita, prudência infinita, etc.

Infinito actual absoluto, quando o acto é absolutamente puro e infinito. Potência significa imperfeição; acto, perfeição. Portanto, potência pura é imperfeição ilimitada; acto puro, perfeição infinita.

Para demonstrar a infinidade de Deus, Tomás de Aquino parte, primeiramente, da aceitação universal de todos os filósofos que o aceitaram, pois admitem que dêle emanam infinitas coisas. Mas como há enganos quanto a êsse primeiro princípio, conseqüentemente há enganos quanto à sua

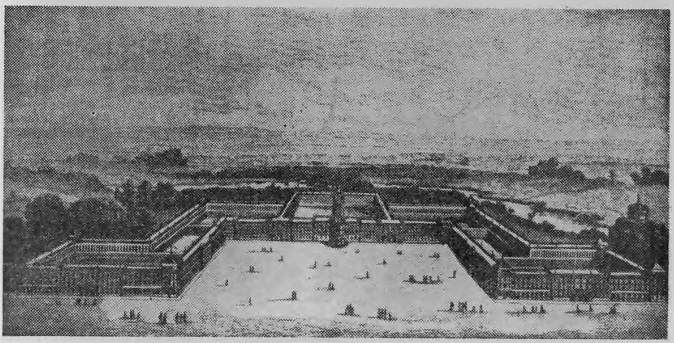


Lenine



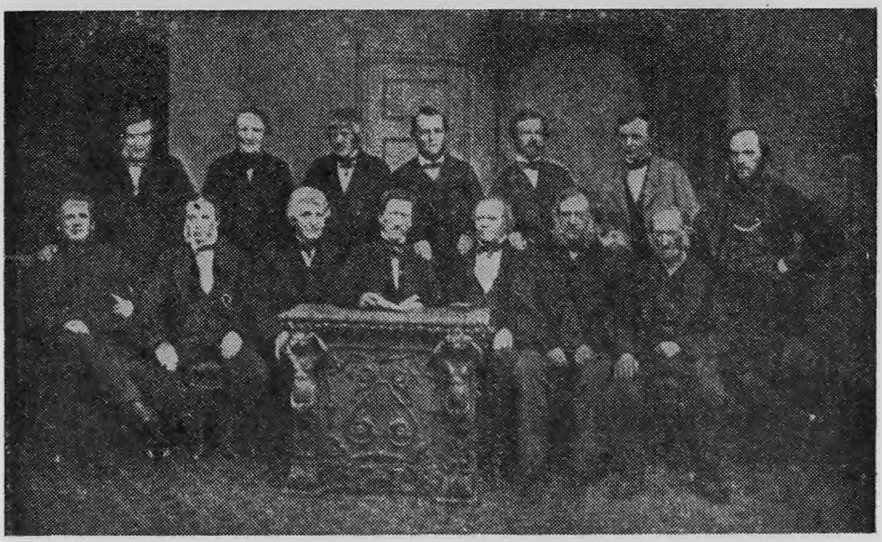
Leão XIII

Proudhon e seus filhos



Falanstério planejado por Fourier, para conviverem 400 famílias.

Comissão de Trabalhadores, tratando com as autoridades.



Os pioneiros de Rochdale, fundadores do cooperativismo

infinidade. Se se admite um primeiro princípio material, acaba-se por admitir uma infinidade material.

O infinito é o que não tem limites, e a matéria, de qualquer maneira, está ligada pela forma, porque antes de receber uma forma determinada está em potência para receber outras formas, mas ao receber uma, fica limitada por ela. (Importante êste ponto, que é fundamental do pensamento tomista, e tantas vêzes não devidamente compreendido).

A forma, por sua vez, está limitada pela matéria, já que, considerada em si mesma, pode adaptar-se a muitas coisas; mas recebida já numa matéria, não é mais que a forma concreta desta matéria determinada, expõe Tomás de Aquino.

A matéria, por sua parte, recebe a sua perfeição da forma que a limita, e, por isto, a infinidade que se lhe atribui tem carácter de imperfeita, pois vem a ser como uma matéria sem forma.

Mas, a forma não só não recebe nenhuma perfeição da matéria, como ainda esta restringe a sua amplitude, pela qual a infinidade de uma forma não determinada pela matéria tem o carácter de algo perfeito.

Conseqüentemente, o mais formal de quanto existe é o ser em si mesmo. Ora, o ser divino não está concretado em nada. Deus é seu mesmo ser subsistente, portanto é indubitável que Deus é infinito e perfeito.

Daí decorre que pode haver algo infinito até certo ponto, mas nada que seja absolutamente infinito, senão Deus.

Mas, se se considera a infinidade por parte da matéria, é indubitável que tudo quanto existe tem alguma forma, devido à qual sua matéria fica limitada pela forma. Mas, como a matéria, submetida a uma forma substancial, conserva ainda potência para receber muitas formas accidentais, decorre que o que em absoluto é finito, pode, de algum modo, ser infinito, e assim, um pedaço de madeira, por exemplo, que é finito por sua forma, é de algum modo infinito, pois está em potência para receber infinitas figuras.

Surge aqui uma dificuldade que é exposta da seguinte maneira: o poder operativo de uma coisa guarda proporção com a sua essência. Se a essência de Deus é infinita, também teria de ser infinito aquêle poder, pois a capacidade operativa dêste é conhecida por seus efeitos.

Tomás de Aquino responde, fundando-se na exposição anterior. O conceito de criatura impede que sua essência se identifique com o seu ser, porque o ser subsistente não é um ser criado, e, por isso, é incompatível com a essência do ser criado, pois é infinito em absoluto. Embora, portanto, tenha Deus um poder infinito, não faria uma criatura que não fôsse criatura, e, portanto, não faria uma coisa absolutamente infinita.

(Também se poderia retrucar que, sendo Deus causa eficiente infinita, ao realizar um efeito que lhe fôsse correspondente, infinito, só faria a si mesmo, e nada

mais, ou melhor não criaria, não seria criador. Ademais, o efeito seria limitado pela causa, pois o efeito vem de outro e não de si mesmo. Deus, portanto, teria em outro um limite. Por isso a criatura é limitada).

A matéria é um infinito de potencialidade não absoluto. Ela não existe por si só. E sua potencialidade só se estende às formas naturais, e nada mais.

Para Tomás de Aquino o cosmos é limitado, e não infinito absolutamente, só relativamente. Se fôsse infinito não teria movimento, nem linear nem circular.

Não poderia ter movimento rectilíneo, pois para que um corpo se mova em linha recta, com movimento natural, há de estar fora de seu lugar próprio, coisa que não poderia suceder a um corpo infinito, que, por sê-lo, ocuparia todos os lugares, e, por isso, qualquer lugar seria o seu. Tampouco poderia ter um movimento circular, pois êste requer que uma parte do corpo se traslade até ocupar o sítio que antes ocupava outra, e esta condição nunca se cumpriria num corpo circular infinito, porque, se supomos que de um centro partem duas linhas, quanto mais se prolonguem, tanto mais se afastam uma da outra, de maneira que, se o corpo fôsse infinito, a distância entre elas seria também infinita. e, por conseguinte, nunca chegaria uma ao sítio que a outra ocupou. Portanto, não pode haver um ser infinito em magnitude, em extensão.

Ademais, não é possível que pertença ao gênero o que não pertence a nenhuma de suas espécies, portanto não pode existir uma magnitude infinita, já que nenhuma de suas espécies é infinita.

E conclui Tomás de Aquino: a totalidade do tempo e do movimento não existe simultânea, mas sucessivamente, e, por isso, o seu acto leva a mescla de potência. Portanto, o infinito material, que é o que convém à quantidade, é incompatível com a totalidade da magnitude, que, contudo, não o é com a totalidade do tempo ou do movimento. Não se deve esquecer que estar em potência é algo que convém à matéria.

Também não é possível uma multidão real infinita, porque tôda multidão há de pertencer a alguma espécie de multidão. As espécies das multidões se reduzem às dos números, e nenhuma espécie de número é infinita, porque cada número é uma multidão medida pela unidade, e, portanto, é impossível uma multidão infinita em acto, quer seja multidão por si, quer seja accidental.

E como a multidão das coisas existentes da natureza é criada, e como todo criado está submetido a um propósito determinado do Criador, já que nunca um agente opera em vão, é evidente que o conjunto das coisas criadas forma um número determinado. Portanto, é impossível existir uma multidão infinita em acto, embora accidental.

Mas é possível uma multidão infinita em potência, porque o aumento da multidão se obtém com a divisão da magnitude, e quanto mais é dividida, tanto mais numerosas serão as suas partes. Portanto, se a divisão po-

tencial de uma magnitude é contínua e infinita, porque se vai até a matéria, pela mesma razão, o aumento da multidão é também potencialmente infinito.

Portanto, só Deus é absolutamente infinito em acto.

Da imutabilidade de Deus: A idéia de mutabilidade implica a de potência, pois é mutável o ser que pode perder algumas das perfeições, que actualmente possui ou pode adquirir alguma perfeição de que no momento carece. Ora, Deus é acto puro e por definição exclui tôda potência.

Sem a potência não há mutação. Portanto, Deus é absolutamente imutável.

E não poderia ser mutável, porque, ademais, o que muda, é porque se move, e é mediante o movimento que consegue algo, chegando a ter o que antes não tinha. Mas, como Deus é infinito, e encerra em si a plenitude de tôda a sua perfeição, não pode adquirir alguma coisa, nem estender-se a coisas a que antes não alcançava, pelo qual não há modo de atribuir-lhe movimento algum.

Uma coisa pode ser mutável de duas maneiras: ou em virtude de uma capacidade de variação que haja nela, ou em virtude de algum poder que reside em outro. Nenhuma dessa maneiras se pode ver em Deus.

Da eternidade de Deus: O mais elevado é o ser divino, que é absolutamente imutável, tanto na ordem substancial como na accidental. A duração dêste ser é infinita, uniforme e simultânea: é a **eternidade.**

Assim, Tomás de Aquino explica e demonstra êste atributo metafísico.

Para conhecer o simples, parte-se do composto; para alcançar o conceito de eternidade, parte-se do tempo, que é o **número do movimento segundo o antes e o depois.** No que não tem movimento e permanece sempre o mesmo, não se pode conhecer um antes e um depois. A uniformidade absoluta está isenta do movimento. O tempo só pode medir o que tem princípio e fim no tempo, como mostrava Aristóteles, pois, no que se move, há um princípio e um fim, enquanto o imutável não tem sucessão e, portanto, não pode ter princípio nem fim.

Conseqüentemente, o conceito de eternidade nos aponta: o interminável e a ausência da sucessão. Portanto, a eternidade não tem partes; é um todo.

O conceito de eternidade deriva do de imutabilidade — como o de tempo, do de movimento —, e posto que Deus é imutável absolutamente, a êle compete ser eterno. E como Deus é o seu próprio ser, êle é a sua própria eternidade. E só êle o é. Mas os sêres, na proporção que participam de Deus, participam da sua eternidade.

Pode-se identificar a eternidade com o tempo? Tomás de Aquino mostra que não, pelas seguintes razões: a eternidade não tem princípio nem fim. Mas admitamos que o tempo fôsse sempiterno. Se tal fôsse aceito, não implicaria uma identificação, porque a eternidade é tôda de uma vez, coisa que não convém ao tempo. Além disso, a eternidade é a me-

dida do ser permanente, e o tempo o é do movimento.

Mas admitamos que o tempo dure sempre. Só se mede com o tempo o que no tempo tem princípio e fim. No caso de uma duração permanente do tempo, o tempo não o mediria em tôda a sua duração, pois o infinito não pode ser medido. Mas o tempo mediria cada uma das rotações dos astros, pois estas têm princípio e fim no tempo. Poderíamos medir, com o tempo, algumas de suas partes, o que não sucede com a eternidade. Essas diferenças, conclui Tomás de Aquino dialècticamente, pressupõem o que é diferença por si mesmo, ou seja, que a eternidade existe tôda de uma vez, e o tempo não.

DEUS EX MACHINA — Literalmente, quer dizer: **Deus provindo de uma máquina.** Nos antigos dramas greco-romanos, surgia, sùbitamente, do solo, um deus, graças a um processo mecânico, e quase sempre para dar uma solução a uma dificuldade dramática. Desde então, emprega-se essa expressão para referir-se à pessoa, à coisa e ao conceito, que é artificialmente introduzido para resolver uma dificuldade teórica ou prática.

Assim o flogístico, para explicar a combustão, era um **deus ex machina** para resolver uma dificuldade teórica.

Deutlich (al.) = **distinto.**

DEVANEIO — Vide **Imaginação.**

Devenir (fr.) = **tornar-se.**

DEVER — Do latim **de** e **habeo,** ter, ter de, o que se **tem de** realizar. Vide **Dever-ser.**

DEVER-SER = (o **ter de** ser) —e o objecto da Ética, considerada esta ontològicamente, é o dever-ser perfectível, da Ética antropològicamente considerada, é o **dever-ser perfectível frustrável** pelo homem.

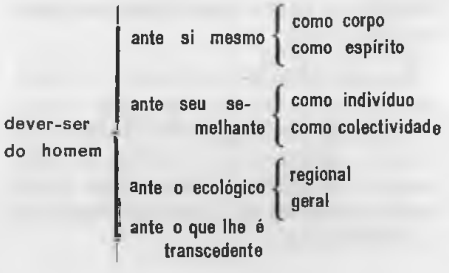
Se o dever-ser manifesta-se em todo actuar de uma entidade e nas suas relações, podemos estabelecê-lo segundo os diversos campos em que se processa a vida humana.

O homem, emergentemente, é corpo animal e espírito humano. Há um dever-ser relacionado ao corpo, e outro relacionado ao espírito.

Quanto aos factôres predisponentes, é êle ligado a um ambiente circunstancial (ecológico), em cujas relações há um dever-ser, como há em relação ao histórico social, ao conjunto social do qual faz parte.

Como a Ética, no campo antropológico, refere-se ao dever-ser frustrável pelo homem, há, assim, um dever-ser do homem relativamente a si mesmo, enquanto corpo e enquanto espírito, e relativamente ao ecológico, e ante seus semelhantes.

Assim temos:



Estabelece a ética humana a rectitude que devem ter os actos humanos, em função de determinados princípios, que são a sua razão de ser.

Só pode um acto humano ser julgado digno de elogio ou vitupério se lhe cabia a possibilidade de não ser executado.

É livre o acto que pode ser ou não realizado, dependendo da escolha de quem o executa.

Um determinista poderia dizer que o acto humano jamais é livre, pois é determinado como qualquer outro acto físico. Mas o êrro do determinista está em julgar que os não-deterministas consideram como acto livre o acto sem causa, sem razão, nem motivo. Acto livre é aquêle que pode ser ou não executado. Se executado, tem suas determinantes de execução. Foi executado por isso ou aquilo, e podemos delinear suas causas. Se não executado, também o podemos fazer.

O que distingue o acto livre não é a falta de determinação, mas sim a possibilidade de ser determinado dêste ou daquele modo, de ser realizável ou não realizável, embora a sua realização ou não tenha as suas causas.

O determinista, quando combate o livre arbítrio faz dêste uma caricatura, como se no acto humano livre houvesse uma espontaneidade absoluta, fruto de si mesma. O acto actualiza uma acção. Esta é determinada. Mas, ante duas possibilidades a executar, o ser humano pode escolher entre o que lhe é melhor. o que lhe é normalmente mais proveitoso ou não. Se escolhe o melhor pelo melhor, há o motivo da escolha. A acção realizada encontra suas causas, pois tôda acção as tem, mas o acto é livre porque há nêle um momento de tensão, antes de realizar a acção, em que as possibilidades eram iguais. O que o motiva (a razão ética, por exemplo) não é uma causa eficiente, mas apenas formal, no sentido aristotélico, assim como o que move o artista a confeccionar a obra não é a forma desejada de realizar, mas a causa eficiente que está nêle. A causa formal é a que dá a razão essencial da acção, do producto realizado. Mas a causa eficiente é o acto que a realiza. Êsse ímpeto é livre na proporção em que é frustrável ou não a acção. Se o imperativo, que leva o homem a realizar algo é infrustrável, é êle uma causa eficiente. O imperativo frustrável é, portanto, uma causa formal, ou final, e, neste caso, o fim para o qual tende a sua acção.

O dever-ser, portanto, é infrustrável enquanto considerado como partindo da acção da causa eficiente. Assim o ser humano, quando realiza uma acção que deveria ser feita, portanto frustrável, êle é, antes de executá-la, por ser frustrável, livre, mas ao actualizar-se pela acção da causa eficiente, aquela, vista dêsse ângulo, é necessàriamente determinada. O producto é sempre dependente do productor e, portanto, necessàriamente determinado por êste. Mas o productor, ao deliberar produzir isto ou não, é livre, na proporção em que pode

deliberar produzir ou não, isto ou aquilo.

A liberdade revela-se na frustrabilidade da acção realizada pelo acto.

O dever-ser infrustrável, o imperativo incoercível, é naturalmente ético, pois a natureza é sempre **naturalmente ética.**

A natureza físico-química e a elementar e estructuralmente biológica cumprem as suas leis, e essas são, fundamentalmente, o que marcam o dever-ser dos factos físicos. Êstes são como devem-ser. Não cabe aí uma escolha à semelhança da que se dá entre os homens, para exemplificar.

Por isso, a natureza é èticamente natural e o bom senso fàcilmente nos mostra que não há rompimento da Ética, nem ofensa a nenhuma das suas normas, numa tempestade que irrompe, num lôbo que devora uma ovelha. numa friagem que congela o sangue.

A natureza de cada coisa segue a direcção estabelecida pelo dever-ser incoercível e infrustrável.

E nós, humanos, quando obedecemos a tais imperativos, somos eticamente naturais. Quando, movidos pelas nossas naturais necessidades, cumprimos o dever-ser que elas estabelecem, somos èticamente naturais.

Mas o campo da Ética não é só êsse, como vimos. A Ética, antropològicamente considerada, pertence ao campo do dever-ser frustrável pela vontade livre.

É aqui que o homem é **humanamente ético.**

Sentir o aguilhão de uma necessidade corpórea é algo da natureza e é èticamente natural. Mas, obedecer a um dever-ser livremente frustrável pelo homem, conter dentro de limites o ímpeto do desejo e proceder de modo a satisfazê-lo ou não, segundo a determinação da vontade, é um proceder humanamente ético.

E é o grau de frustrabilidade, como vimos, que marca a êsse dever-ser o seu valor ético. Examinemos.

A frustrabilidade é escalar, e, conseqüentemente, um acto é mais ou menos frustrável.

Temos assim os limites:

máxima. . . . . .mínima
frustrabilidade frustrabilidade

Não realizar o acto màximamente frustrável é mais fácil que o medianamente frustrável. Conseqüentemente, há mais valor na vontade que vence a mínima frustrabilidade.

O acto ético torna-se, portanto, mais ou menos valiosamente ético em proporção ao grau de frustrabilidade, relativo a quem o pratica.

Assim, um mesmo acto ético, pode, na acção, ser igual a outro, e não o ser em relação à sua origem.

Exemplifiquemos com dois sêres humanos que se abstêm de fazer isto ou aquilo, por ser èticamente reprovável. Um consegue não fazer após uma grande

luta, pois, nêle, dado o seu temperamento e educação, a frustrabilidade da acção era menor que no segundo. A não-acção, em ambos, é igual. Mas, èticamente, o **valor** de cada um é diferente; èticamente, um vale mais que o outro.

É tal aspecto uma decorrência rigorosa do que ficou estabelecido. Portanto, a avaliação ética (ou seja a aferição de um valor ético) de uma acção ou de uma não-acção depende da aferição, não só extrínseca como intrínseca. O acto ético é, assim, sob o ângulo axiológico (do valor), dependente também das condições de quem o pratica. Por isso, é êle louvável ou não pelos homens. É digno de elogios ou vitupérios. E nesse elogiar ou vituperar enganamo-nos muitas vêzes, e somos injustos outras tantas.

O ser humano pode realizar ou não realizar algo, por deliberação, própria, sem transgredir, com isso, as leis que regem as coisas.

Quando alguém faz ou deixa de fazer algo, como vimos, encontramos as causas da acção ou da não acção, esta ou aquela.

A acção moral não é, portanto, a decorrência de uma fôrça, mas da atracção que algo exerce sôbre o homem, de uma preferência que êle estabeleceu. Se desejou fazer isso ou aquilo, o valor ético do seu acto está na sua deliberação de fazer isso ou aquilo, e não pròpriamente na acção realizada. Não há nenhuma ofensa ética de que um corpo físico, sólido, penetrante, perfurante, impulsionado por uma fôrça suficiente, penetre num ser vivo, e destrua as suas funções vitais, fazendo sobrevir-lhe a morte. O que ofende a Ética é o acto que move tais fôrças. Não é o braço que empunha o punhal, mas a vontade que delibera e impulsiona êsse braço.

O acto humano, èticamente considerado, o é por êsse ângulo. O punhal, que penetrou nas carnes, seguiu as leis da física, necessàriamente. E também o braço que o empunhou. O que é digno de vitupério ou de elogio é a vontade que os determinou, aquela que podia determinar ao braço mover-se ou não mover-se, sem que êsse mover-se ou não mover-se em nada ofendessem a ordem universal.

O livre-arbítrio não nega a determinação, mas afirma o arbítrio, a escolha, o que é inegável no campo antropológico.

O ser humano não procede obediente a todos os impulsos como um bruto qualquer. Todos os sêres que existem cumprem suas funções proporcionadas às suas naturezas. E assim como as acções realizadas pelos corpos físico-químicos têm uma razão, que está ligada às leis que a ciência busca descobrir e revelar, também nos actos livres do homem têm uma norma, uma regra, que lhes será peculiar, pois, distinguindo-se dos outros, dêles não se distinguem por obedecerem às leis naturais, mas sim por obedecerem a normas peculiares àquelas.

O acto livre de um homem, por mais livre que seja, não é uma aberração das leis da natureza, pois se dá nelas. Mas êsse acto

aponta a obediência de normas, que não são pròpriamente aquelas, e não as excluem; ao contrário, dão-se no âmbito que aquelas toleram e ordenam.

Assim como os sêres actuam proporcionadamente à sua natureza, a acção animal é proporcionada à sua racionalidade. E o é, porque, no acto ético, há escolha, há arbítrio, há sopesamento de razões, há raciocínio, há comparações. Essas normas éticas, portanto, devem ser encontradas na racionalidade humana. Cabe-nos, agora, procurar os caminhos que nos levam a elas.

Mas antes de prosseguir, temos de salientar que é aqui que se caracteriza, mais uma vez, a diferença entre **Ética** e **Moral.**

As normas éticas não são arbitrárias. Mas podem-no ser as normas morais, desde que tomemos êste têrmo apenas no significado de ciência dos costumes humanos, portanto de sua variância.

Poderia um grupo humano ter estabelecido que o parricídio é um acto moral e digno, mas êle é èticamente reprovável. Poderia ter estabelecido que o amor fraternal é vicioso e a exploração de seu semelhante altamente louvável. Mas èticamente tudo isso é falso.

Na Ética não há arbitrariedade. E só é bem fundada, se as normas não são arbitrárias e decorram elas de uma rigorosa conseqüência, que permita fundamentá-las apodìticamente, por juízos universalmente válidos.

DEVIR — Vir-a-ser. Em latim **fieri.** É a passagem da potência ao acto, do poder-ser ao ser em acto.

Devoir (fr.) = **dever.**

DEVOTAMENTO — a) Devotar vem do lat. **devotere,** prestar voto, consagrar, dedicar algo em sacrifício a alguém, sobretudo aos mortos, a potências superiores.

b) Empregado, sobretudo, no sentido da capacidade de sacrifício pessoal, inclusive da própria vida em benefício de outro ou outros. Vide **Abnegação.**

c) Dá-se, também, a tôda e qualquer prestação de serviço, quando há plena boa vontade e certo desinterêsse, ou por plena benevolência.

O devotamento é, assim, gradativo, e uma manifestação virtuosa, subordinada à virtude cardial da **fortaleza.** Vide **Cardiais (Virtude).**

Devotion (ing.) = **devotação.**

Dévouement (fr.) = **dedicação.**

Devozione (it.) = **devoção, devotamento.**

Dharma (Sânscrito) — Significa recto, virtude, lei, etc., tanto social como còsmicamente.

Dhyana (Sânscrito) — Meditação, sem a influência e sem a perturbação de estímulos exteriores. É uma das metas do **Yoga.**

Diá (gr.) = por acção de, por meio de..., através de...

DIABO — a) Diabo vem do grego **diábolos,** que significa o que pressiona, o que inspira ódio ou miséria. É também a calúnia, o caluniador, o maldizente.

b) Pelo mosaísmo, e depois no cristianismo, **diabo** é o espírito, ou gênio do mal, o demônio, Satã, o anjo rebelde, expulso dos céus por contrariar o poder de Jeová, a quem invejava, e que, posteriormente, desviou os homens do caminho da salvação. Dá-se êste nome aos anjos rebeldes e malditos.

c) Figurativamente, é empregado para indicar pessoa de mau gênio, turbulenta, atrevida, petulante, e para tudo quanto indique algum prejuízo, malefício ou dificuldade para o homem.

d) Filosòficamente, simboliza o orgulho de que é possuído a criatura, cuja afirmação de si mesma, leva-a a desejar ser o supremo, não mais por participação ou fusão, mas **per se** mesma.

DIACRISE — Vide **Crise.**

DIACRÍTICO — Vide **Crise.**

DÍADA — a) Do gr. **Dyas,** dois, a **díada.** É o par de unidades considerada como uma; ou seja, substancialmente uma.

b) No pitagorismo, a Díada é a forma pura de onde o número **dois** é uma expressão meramente aritmética. A díada é a essência do dois. É um número **(arithmós)** arquetípico. Vide **Arquê.**

DIÁDICO — a) Do gr. **dyas,** dois, significa **dualidade.** Empregado sempre para indicar a presença de uma oposição, de um dualismo antagônico ou meramente antagonista.

b) **Diádico** também pode significar o que se nos apresenta dois, embora harmonizados, identificados, numa mesma substância, como nas díadas divinas.

c) Também é empregado êste têrmo para referir-se ao dualismo no sentido de dois princípios, de onde surgem tôdas as coisas. Assim **Yang** e **Yn,** na filosofia chinêsa, **Ormuzd** e **Ahriman,** na persa, são exemplos **diádicos.** Vide **Diada.**

Diairein (gr.) = **distinguir.**

Diairesis (gr.) = **divisão.**

Diakrisis (gr.) = **diácrise, separação.**

Dialectic (ing.) = **dialéctico.**

DIALÉCTICA — Do gr. **Dialéktikê.**

Freqüentemente se considera como origem da palavra **dialéctica** a palavra grega **dialektikê,** formada do prefixo **diá** e de **logos,** de onde **dialogê,** discussão, e o verbo **dialegeyn,** que significa terçar palavras ou razões, conversar, discutir, como também o adjectivo **dialektikôs,** o que é concernente à discussão por meio do diálogo.

O prefixo **diá,** se indica reciprocidade, também indica **através de,** aliás o mais usado, como o vemos em palavras como diáfano, diâmetro, diagonal, diástase, etc. Também é empregado como passagem através de...

Platão falava «num passeio através das idéias» e aproveitava

tais têrmos. E é nos diálogos de Platão que vamos encontrá-la, empregada em sentido eminente a maior parte das vêzes, como ciência filosófica, que se coloca acima de tôdas as outras, embora em algumas ocasiões surja, também, como arte de discutir, e até como arte de enganar.

Dêste modo, podemos distinguir várias acepções do têrmo dialéctico:

sentidos pejorativos

arte de enganar;
arte de discutir apenas com palavras;
arte de persuadir apenas;
lógica meramente abstracta.

Sentidos eminentes

arte de esclarecer;
arte de descobrir a verdade através das idéias;
arte da discussão;
lógica concreta.

É segundo o melhor ou pior emprêgo da dialéctica que ela tem sido julgada pelos seus adversários. Esta a razão por que vemos, obedecendo à velha lei da alternância, a dialéctica conhecer seus fluxos e refluxos na história da Filosofia. Ora vemo-la elevada, como em Platão, ora rebaixada, posteriormente, por Aristóteles, devido aos exageros dos sofistas, ora elevada na escolástica, e posteriormente rebaixada no Renascimento, como arte de enganar ou de discutir apenas verbalmente; ora ergue-se novamente para cair ante a crítica de Kant, e conhecer, depois, seu ponto de apogeu com Hegel, estado de fluxo, o mais alto da história e que ainda permanece, apesar dos exageros e do mal emprêgo que a transformaram numa «arte de justificar os erros».

Na verdade, quem construiu a dialéctica em sentido eminente foi Platão. Em sentido pejorativo, podemos aceitar a paternidade que Aristóteles dá a Zeno de Eléia, embora merecesse uma justificação, pois Zeno, com seus famosos argumentos, apenas queria mostrar a fragibilidade dos que atacavam a doutrina de Parmênides, e nada mais.

Assim a dialéctica é arte de esclarecer através das idéias. E esclarecer, porque a **alétheia,** a verdade dos gregos, que não deve ser confundida com o nosso conceito accidental de verdade, nem com o aristotélico de adequação, significava a iluminação, o clareamento, o iluminar do que está nas trevas. Revelar a verdade era vê-la, era penetrar por entre as sombras, a ver plenamente, com os olhos do espírito, a beleza real das coisas. Tal era a verdade para os gregos. E como o espírito (**nous**) tem a razão (**logos**), era através desta (**diá**), que a luz poderia surgir, dissipando trevas, e revelar a **alétheia,** que tôdas as coisas guardam em seu âmago.

A dialéctica, portanto, trabalhando entre trevas e luz, entre opiniões boas e más, sopesando valôres, opiniões, não podia ter melhor concretização que na discussão, no discorrer, no correr daqui para ali, destas idéias para aquelas, portanto no diálogo, em que as partes, colocadas em posições diferentes, em pontos opos-

tos, enfrentariam as opiniões diversas para, através delas (**diá**), esclarecer.

E da oposição, do pôr-se em face do outro (e posição em grego é **thesis**, e oposição **antithesis**), não seria difícil surgisse muitas vêzes um esclarecimento **com-posto** de ambas posições opostas (e **syn-thesis** é composição).

Por isso, é comum aos dialécticos, sempre que colocam em face de uma afirmação uma outra contrária, ou opiniões divergentes, contraditórias, dizer que tal proceder é dialéctico.

Conseqüentemente:

a) **dialéctica** é arte de esclarecer por meio de idéias;

b) todo método dialéctico é o de pôr e opor opiniões para observar os resultados do choque das idéias contrárias, contraditórias ou distintas;

c) pode a **dialéctica**, além de aplicada no campo das idéias, o ser também no campo da natureza, bem como constituir uma cosmovisão, no que consistiria em considerar o ser como **devir** (num constante vir-a-ser), o que revelaria uma razão interna de oposição de ordens, etc., sem deixar de compreender o ser como imutável, mas mutável nas suas manifestações;

d) é, pròpriamente, a lógica integrada de tôdas as suas partes: Lógica Formal, Lógica Predicamental, Lógica Demonstrativa, Lógica Maior e as contribuições posteriores, aplicadas concretamente.

DIALÉCTICA ANTINOMISTA — A dialéctica antinomista intitula se também **trágica**. Dialécticos trágicos foram Zoroastro, Heráclito, Proudhon, Nietzsche, etc....

Aceitavam êles, como fundamento de tôda existência, uma antinomia profunda na natureza

Outra não era a situação do herói da tragédia grega, entre duas fôrças opostas.

A dialéctica trágica distingue-se da triádica (como a de Marx), por aceitar uma oposição constante de todo o devir, de tôda existência (que, para êles, é devir), enquanto a outra admite um terceiro têrmo, a síntese. Por outro lado, distingue-se ainda por considerar a antinomia como fundamental, tanto do espírito humano, como da natureza, e não como alguns dialécticos, que, ao interpretarem Hegel, consideram-na apenas imanente ao espírito, ou como os marxistas, que proclamam que «a contradição está nas coisas e não existe na consciência e no pensamento, senão porque está nas coisas» (Lefèbvre).

Para a dialéctica antinomista (trágica) há uma antinomia fundamental de tôda a existência, que se desdobra numa indeterminada série de processos antinômicos, que, por seu turno, geram outros.

Todo o ser existente apresenta duas ordens dinâmicas: uma de intensidade e outra de extensidade. Diz a dialéctica antinomista que estas duas ordens são anti-

nômicas e irreductíveis uma à outra.

Mas também afirma que uma complementa a outra, o que chamamos de complementaridade.

Não há intensidade sem extensidade, nem extensidade sem intensidade.

Essa antinomia não se resolve, e indica uma oscilação ou antagonismo susceptível apenas de equilíbrio dinâmico, mas tal não é conseguido por um terceiro têrmo, porque na natureza não há síntese, no sentido que pensam alguns marxistas.

Os estímulos exteriores são percebidos pela consciência. Mas em tôda percepção há uma escolha e uma modelação, assim tôda percepção é «contradição» do percebido, e uma «contradição» de si mesma, pois é modelada, é modificada. Em todo conhecimento, há também desconhecimento. E assim como a filosofia pode construir uma teoria do conhecimento também poderá construir uma do desconhecimento.

Dialéctique (fr.) = **dialéctico.**

Dialegesthaí (gr.) = **controverter, discutir.**

Dialektik (al.) = **dialéctica.**

Dialektikê (gr.) = **dialéctica.**

Dialektisch (al.) = **dialéctico.**

DIALELO — Vide **Círculo vicioso.**

Dialettica (it.) = **dialéctica.**

Diallèle (fr.) = **dialelo.**

Diallelon (gr.) = **Círculo vicioso.**

DIALÓGICO (método) — Apresentação de uma tese ou de argumento na forma de diálogo.

DIALOGISMO — Têrmo usado na Lógica par indicar a inferência de uma premissa de um silogismo categórico, pela disjunção de uma conclusão e da negação de outras premissas.

Diamétralement (fr.) = **diametralmente.**

DIANOÉTICAS (virtudes) — Vide **Virtude**

DIANOIA (do gr. **diá**, através e **nous**, espírito) — Faculdade ou exercício de pensamento, como exibido especialmente na descriminação e conjunção ou disjunção de conceitos. É a faculdade do conhecimento discursivo.

Diáphora (gr.) = **diferença.**

DIASPORA (gr.) — Significa êsse têrmo **dispersão.**

a) É o nome que se deu à dispersão dos judeus, após a destruição de Jerusalém.

b) Têrmo também usado para significar a adesão dos judeus, exilados da Palestina, ao cristianismo primitivo.

Diástema (gr.) = **diástema intervalo.**

Diáthesis (gr. = **disposição passageira.**

Diá ti (gr.) = **o porque, a razão de uma coisa.**

Dichotomie (fr.) = **dicotomia.**

Dichtigkeitsmittel (al.) = **modo.**

DICOTOMIA — Do gr. **Dikha**, em dois, **temnô**, cortar. Literalmente, é o que pode ser dividido em duas partes. Assim, quando se divide o homem como corpo e como alma, os animais em vertebrados e invertebrados, estabecelemos **dicotomias.**

Dictum (lat.) = **enunciação.**

Dictum de Omni et Nullo — Princípio fundamental dos silogismos em **Barbara** e **Celarent**, atribuído a Aristóteles.

Pode-se enunciar dêste modo: «O que é afirmado (negado) de uma classe inteira ou espécie pode ser afirmado (negado) de cada parte.»

DIDÁCTICA — a) Do gr. **didaktikôs, didaskô**, que significa ensinar, instruir. Didáctica, portanto, é o ramo da educação que estuda os métodos mais eficientes para instruir.

b) Na Teologia e na Religião, emprega-se êste têrmo no sentido de instrucção nos fundamentos da doutrina religiosa em oposição à **catequética** (Vide).

Didactics (ing.) = **didático.**

Didactique (fr.) = **didático.**

Didaktik (al. = **didático.**

Didattica (it.) = **didática.**

Dieu (fr.) = **Deus.**

DIFERENÇA — Do latim **di** e **fero**, o que leva para outro. Há diferença, sempre que se pode fazer uma **distinção.** (Vide).

a) A diferença indica a falta de igualdade ou de semelhança. É a relação da **alteridade** (do ser outro), entre coisas que, sob certo aspecto, são idênticas. As coisas podem diferir por caracteres intrínsecos ou extrínsecos.

b) Chama-se **diferença específica** a que distingue uma espécie de outra espécie do mesmo gênero, como **racional** para o homem, no gênero **animal.**

Em suma, na linguagem comum, diz-se de todo carácter que distingue um conceito de outro, uma coisa de outra.

DIFERENÇA (Método de...) — É o segundo método da indução, de J. S. Mill. Assim êle o expõe em seu «Systhem of Logic»: «Dado um caso e um fenômeno que se produz, e dado um caso em que êle não se produz, que tem tôdas as suas circunstâncias, salvo uma, não se encontrando esta circunstância senão no primeiro, a circunstância única, pela qual os dois casos diferem é o efeito ou a causa, ou uma parte indispensável da causa do fenômeno.»

DIFERENCIAÇÃO — a) É a operação pela qual se estabelecem diferenças entre dois objectos em exame.

b) Para Spencer, é a transformação dos elementos semelhantes em elementos diferentes, ou do menos diferente em mais diferente. Spencer chamava de passagem do **homogêneo** ao **heterogêneo.**

DIFERENCIAR — O mesmo que **diferençar** — a) Estabelecer diferenças, distinguir.

b) Na Matemática, calcular ou achar a **diferencial** de...

Pode-se estabelecer uma não equivalência entre **diferenciar** e **distinguir**. A primeira refere-se mais às coisas no seu sentido físico, e a segunda mais aos objectos de pensamento. Assim se **diferenciam** as côres e se **distinguem** as idéias.

Difetto (it.) = **defeito.**

DIFICULDADE — Difícil é o que custa a ser feito, a ser vencido, a ser ultrapassado, superado. **Dificuldade** é a qualidade do que é difícil.

a) A **dificuldade** exige uma tensão do esfôrço para ser vencida, para ser ultrapassada. A Filosofia, em sua actividade, é um afanar se em vencer as dificuldades teóricas. Ela exige a direcção do pensamento vertida para vencer a dificuldade, ao que se opõe ao pensamento clarificador, esclarecedor.

b) Emprega-se, também, o têrmo, num sentido extenso, para referir-se ao que é pouco provável, ao improvável, ao que tem poucas possibilidades de actualizar-se.

c) Chamam-se em Lógica, **dificuldades** (aporias) a tudo quanto se opõe a uma tese lógica, o que, em suma, não é de fácil solução. Vide **Aporia.**

Différence (fr.) = **diferença.**

Difference (ing.) = **diferença.**

Différenciation (fr.) = **diferenciação.**

Differentia (lat.) = **diferença.**

Différencier (fr.) = **diferenciar.**

Differentiation (ing.) = **diferenciação.**

Differenz (al.) = **diferença.**

Differenza (it.) = **diferença.**

Differenziamento (it.) = **diferenciamento.**

Differenziare (it.) = **diferenciar.**

Differenzieren (al.) = **diferencia.**

Differenzierung (al.) = **diferenciamento.**

Diffluent (fr.) = **difluente.**

DIFLUENTE (imaginação) — (Psic.) — Têrmo empregado por Ribot em oposição à imaginação **criadora**, para indicar a **imaginação plástica**, que emprega contornos vagos, móveis, imprecisos, como expressões emocionais e os ordena de maneira subjectiva e afectiva. Muito comum na **arte**, sobretudo na **música.**

DIFUSIONISMO — Teoria antropológica que afirma que o desenvolvimento cultural se deve à transmissão das conquistas de uma sociedade a outra sociedade. O Egito antigo é dado como o exemplo difusionista, pois se pretende que, dali, surgisse tudo quanto de mais elevado o homem realizou na antiguidade, o que é defendido pelos difusionistas inglêses. Para os difusionistas teuto-austríacos, houve alguns círculos culturais **(Kulturkreisen)**, que exerceram sua influência sôbre grandes áreas.

DIGNIDADE — Qualidade do que é **digno.** A **dignidade** de algo é proporcionada aos valôres posi-

tivos que possui. Assim a dignidade a uma coisa é o aspecto axiológico positivo. Se o valor fôr moral, é uma dignidade moral. Êste têrmo emprega-se quase sempre no sentido dos valôres morais.

DIGNIDADE HUMANA (Princípio) — É digno o que tem um valor positivo. Chama-se de **princípio da dignidade humana** ao princípio moral que enuncia que jamais se deve tratar a pessoa humana como um meio, mas sim como um fim em-si. O homem deve ser sempre considerado como um fim em-si, e não como um meio, como um utensílio, como um objecto para alcançar alguma coisa. Êste princípio é da ética cristã, que além do que acima foi exposto, que está expresso também no pensamento de Kant, inclui mais o tender para aperfeiçoar a pessoa humana, que é a garantia da conservação da sua **dignidade.**

Dignità (it.) = **dignidade.**

Dignitas (lat.) = **dignidade.**

Dignité (fr.) = **dignidade.**

Dignity (ing.) = **dignidade.**

DIKÊ — (Do gr. **Dikê, dikaia,** necessidade). É uma das várias personificações das leis, da necessidade, que os órficos consideram «que reina no mundo e é castigadora dos que infringem a lei divina».

DIKÊ CÓSMICA (Anankê) — Vide **Anankê.**

Dikhotomia (gr.) = **divisão em dois.**

DILEMA — a) É um raciocínio fundado sôbre uma premissa disjuntiva, em que, partindo de qualquer dos extremos, infere-se a mesma conclusão. A premissa pode ser formulada em forma **categórica** ou **hipotética.** Não se deve confundir o **dilema** com a **disjuntiva** (Vide).

No **dilema,** há uma alternativa numa das premissas, ex.: **a** ou **b** é verdadeiro; se **a** é verdadeiro, **k** também o é; se **b** é verdadeiro, **k** também o é; logo, **k** é verdadeiro. Êste é um ex. de **alternativa categórica.**

Eis um ex. de **alternativa hipotética:**

Se **a** é verdadeiro, **b** ou **c** é verdadeiro.

Se **b** é verdadeiro, **k** é verdadeiro;

Se **c** é verdadeiro, **k** é verdadeiro;

Logo, se **a** é verdadeiro, **k** é verdadeiro.

Emprega-se, também, o nome de **dilema** para todo raciocínio dêste tipo, em que a alternativa compreenda mais de dois casos.

b) Costuma-se empregar êste têrmo também para significar uma conjuntura difícil, da qual não é possível sair-se senão por um de dois modos, como, por ex., ante duas proposições contraditórias.

c) Emprega-se, também, para referir-se a uma antinomia ou a uma oposição mútua de duas teses filosóficas, em que a aceitação, ou a repudiação de uma, le-

va à negação ou à afirmação da outra, quando nenhuma das duas pode ser refutada com o auxílio dos princípios estabelecidos pelos lados que a sustentam. Mais ou menos nesses têrmos é o enunciado que Renouvier dá do dilema metafísico.

Chamam-se **falsos dilemas** os fundados em divisões mal construídas, que colocam o pensamento numa alternância, quando há um terceiro têrmo não considerado.

Temos um exemplo no falso dilema da actualidade: ou capitalismo ou comunismo, quando há outras possibilidades, que não são nem um nem outro.

Dilemma (al. e ing.) = **dilema.**

Dilemme (fr.) = **dilema.**

DIMARIS (ou Dimatis) — Modo da quarta figura, que se reduz a Darii pelas transposições das premissas, e pela conversão simples da conclusão.

Algum P é M;
ora, todo M é S;
logo, algum S é P.

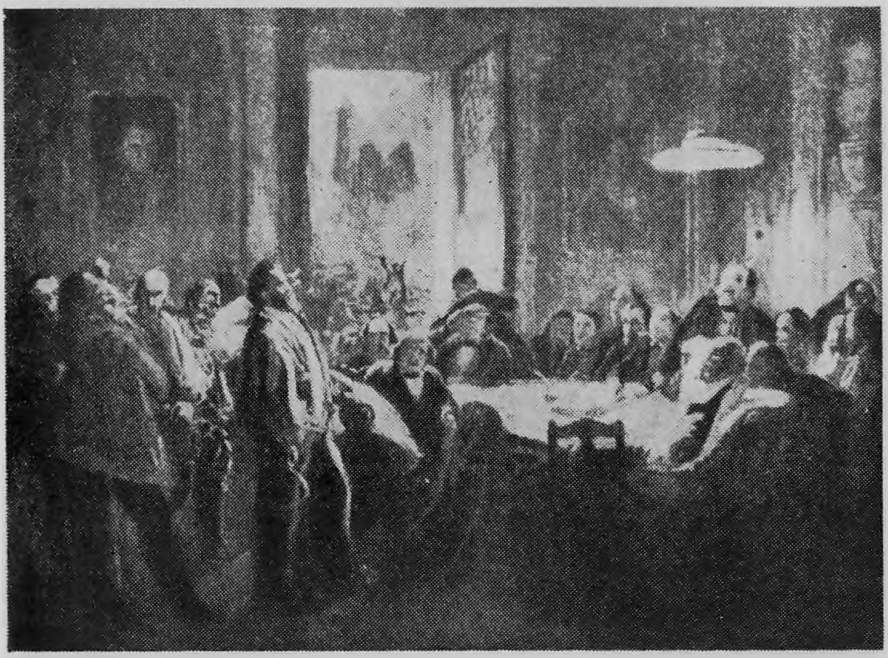
DIMENSÃO — Cientificamente, é tôda linear ou ordem de elementos. É em suma, filosòficamente falando, o que é medível, o aspecto das coisas que permitem uma **medida.**

A formação do esquema da **dimensão** é importante para a compreensão de muitos aspectos do movimento. A disposição das partes, em ordem a um todo, permitiu ao homem captar o seu nexo. Se estudarmos, etimològicamente, o conceito de **dimensão,** alcançaremos a sua raiz, o qual é, aposteriorìsticamente, construído pelo homem **(post rem),** fundado na experiência. Nessa **dimensio** ou **demensio** do latim há sempre o apontar da acção da mente **(mens, mentis, mensura,** e, por conseqüência, medida, captação pensamental do acto de pensar ao comparar pensamentos uns com os outros).

Êsse **de** aumentativo, reforçador, revela-nos que a mente, que actua sempre por acomodação dos esquemas aos factos do mundo exterior ou aos pensamentos, realiza a assimilação pela «assemelhação» do intencionalmente captado com o esquema, também intencional.

Formado o esquema de ordem, e a captação da relação das partes com um todo, fàcilmente se é levado ao serial e à formação do conceito de dimensão, que já é sensìvelmente construído pela ordenação das coisas no mundo exterior.

Dessa forma, vê-se que a dimensão implica a medida **(mensura)** e a acção da mente em comparar pensamentos captados com pensamentos estruturados em esquemas abstracto-noéticos. Daí termos as dimensões tópicas (essa dimensão que se estende **localiter,** a **mensura externa, volumen,** que é revelada pela ubiquação das coisas do mundo exterior, comparadas, postas de par em par) e que fundam os esquemas das três dimensões do espaço, captadas pelo sensório-motriz e estruturadas em esquemas abstracto-noéticos pela mente (abstracção do quantitativo).



Tecelões entregando suas mercadorias aos empresários

Conde Leão Tolstoi — em suas terras de Yasuaya Poliana
Quadro de Riepin — 1887

Bilbroth numa operação no "Auditórium" do Hospital de Viena
Quadro de F. A. Seligmam — 1890.

E há outras dimensões, como as qualitativas, as axiológicas e as tensionais, que surgem como esquemas abstracto-noéticos da comparação das medidas qualitativas pela comparação dos aspectos qualitativos. Estamos, aqui, em plena dimensionalidade qualitativa, dimensões extrínsecas às espaciais, às do volume, meramente extensistas. As qualitativas são intensistas, pois nelas predominam os graus, já tantas vêzes estudados por nós.

As dimensões, vê-se desde logo, implicam a ordem das partes com o todo, a comparação, e são modalidades das coisas. As dimensões do espaço são modais dos corpos, inseparáveis dêsses. mas metafísicamente, separáveis pela construcção dos esquemas noéticos que lhes correspondem, sem que lhes caiba um conteúdo fáctico, subsistente de per si, isto é, com perseidade. Não se dá a profundidade como tal, com um ser subsistente de per si, mas a profundidade em função **de** esta ou aquela coisa, sem delas se separar em absoluto.

Êste é o carácter modal da dimensão das coisas exteriores (as quantitativas). E como modal, também o é a dimensão não tópica (as qualitativas).

Dimensio (lat.) = **dimensão.**

Dimension (fr., al. e ing.) = **dimensão.**

DIMENSIONAL — É dimensional tudo quanto é **medível,** quantitativa ou qualitativamente. O **medível** é uma possibilidade da coisa, cuja actualização implica um extrínseco a ela que o realiza. A acção de medir implica a comparação de um têrmo com um **máximum,** que serve de **medida** (intensidades), ou um **minimum** (extensidades).

Mas a **medida** implica sempre a homogeneização entre o medido e o **medível.** Impõe-se, pois. haver entre a **medida** e o **medível** uma univocidade qüididativa, pois deve haver entre êles um ponto de identificação, do contrário seria impossível **comparar.** Se a perfeição divina permite a medida nossa com ela, é porque dela participamos, e é nesse sentido que se diz que o homem é feito à imagem de Deus, que aponta a participação por nós de uma perfeição, que dela participamos sem ser ela, que é a divindade, enquanto tal.

A dimensão é uma modal, porque a dimensão é inerente à coisa medida. Dela não se afasta, e absolutamente não se separa. O que é medível da coisa é da coisa, que dela pode distinguir-se, mas apenas modalmente. A dimensão é uma modal estática da coisa, sempre em acto, que é uma característica da modal, mas em potência ante o acto de ser medida, isto é, comparada.

Teològicamente, poder-se-ia dizer que Deus não tem dimensões, pois não é êle medível, nem por um maximum nem por um minimum. Êle é medida qualitativa de tôdas as coisas, pois, como perfeição, é o **maximum** da perfeição.

Dimensione (it.) = **dimensão.**

DINÂMICA — (Do gr. **dynamis,** potência).

a) Diz-se de todo estudo que se refere a um objecto considerando-o segundo a actualização ou não de suas possibilidades, tomadas em si, e, também, em relação com outras coisas.

b) Parte da Mecânica, que estuda as fôrças. Adjectivo fem. de **dinâmico.**

c) Na Soc., fala-se em **dinâmica social** para indicar o movimento pelo qual se processa a adaptação dos indivíduos ao contôrno social e viceversa, enquanto a expressão **estática social** refere-se ao equilíbrio dos interêsses e das pretensões individuais na sociedade, normalmente constituída.

DINÂMICO — Do gr. **dynamis,** que significa **potência,** faculdade de poder. Do sufixo **dyna** e **mai** significa poder, ser capaz de.

a) Para Aristóteles, **dynamis** era a potência, aptidão para ser ou para tornar-se, para devir. **Dinâmico,** em sentido clássico, seria tudo o que envolve a relação de mutação, de sucessão.

b) Na linguagem mais próxima a nós, **dinâmico** passou a significar tudo o que envolve relação de movimento, de actividade, de fôrça. Opõe-se, nesse sentido, a **estático.** A ordem, dinâmicamente considerada, é o tender para, é a finalidade. Dêste modo, o dinâmico faz surgir aos olhos a conexão completa das coisas no plano da **acção** e do **devir.** Vide **Dinamismo.**

DINAMISMO — (Do gr. **dynamis,** potência).

a) Têrmo com que se designa todo e qualquer sistema filosófico em oposição à filosofia mecanicista, que estabelece ser a fôrça (**dynamis**) o que fundamenta tôdas as coisas. Nesse sentido, teríamos o **dinamismo integral.** A escolástica aceitava um **dinamismo,** pois não afirmava apenas o **estaticismo** dos sêres, já que todos os sêres finitos tendem para algum fim e, assim, queria referir-se não só aos acidentes, mas também à própria forma. O **dinamismo integral** encontramo-lo, modernamente, em Bergson, na sua concepção do «**élan vital**», da «**evolução criadora**», que é produzida e criada por aquêle impulso vital, com o que êle pretende substituir as causas eficientes e finais.

b) A concepção de Leibnitz (Vide **monadismo**), que afirma que o espaço está ocupado dinâmicamente por unidades inextensas de fôrça, ocupando cada uma um determinado espaço, e que enche o espaço vazio, é um **dinamismo cosmológico.**

c) A concepção dinamista da Escolástica distingue-se da **integral,** porque, para ela, a forma é um elemento essencial, que determina e ordena a plenitude da mesma, enquanto a outra concepção lança mão do conceito de **fôrça** (vide), conceito que provoca grandes dificuldades para a sua inteligibilidade filosófica.

O defeito fundamental do **dinamismo integral** está precisamente aí, porque termina por dar a êsse conceito uma absolutuidade, que é contraditória **in adjecto.** Vide **Fôrça,** e a crítica que fa-

zemos a êsse conceito, em **crítica do dinamismo integral.**

DINAMOGENIA — Na Psic., refere-se à capacidade criadora da **fôrça** das idéias. Vide **Dinamogênico.**

DINAMOGÊNICO — Usa-se na Psic. para dizer as sensações, as afecções, os sentimentos e idéias, que aumentam o **tonus** vital, como a música, o esporte, a arte, etc. Em suma, a tudo o que é relativo a **dinamogenia,** que é a exaltação de **tonus** vital sob a influência de excitações.

Ding (al.) = **coisa.**

Ding an sich (al.) = **coisa em si.** Vide **Criticismo.**

Dio (it.) = **Deus.**

DIOFISITAS — Têrmo aplicado, no cristianismo, àqueles que afirmam haver duas naturezas em Cristo, a **divina** e a **humana. Monofisitas** são os seguidores de Eutiques, que afirmam haver «uma natureza após a união».

DIONISÍACO — a) Têrmo que se refere ao culto de **Dioniso,** da antiga Grécia, e que, entre os romanos, tornou-se em culto de **Baco** e, na decadência, em culto de **Momo.**

b) Empregado na Filosofia e na Estética, para indicar o irracional, o intuitivo, o sensível e o afectivo do homem, em oposição ao intelectual, ao **apolíneo.** Considerando-se o homem pelo lado da animalidade e da intelectualidade, caberia ao extremo primeiro o **dionisíaco,** e ao segundo extremo, o **apolíneo.** Assim, o classicismo seria **apolíneo,** enquanto o romantismo seria **dionisíaco.** A Ciência é tendentemente apolínea; enquanto a Estética é tendentemente dionisíaca. As vivências sensíveis e **páthicas** pertencem ao dionisíaco, e as vivências intelectuais ao **apolíneo.** Êstes têrmos foram muito usados pelos românticos alemães, sobretudo por Nietzsche, que viveu ambos extremos, numa alternância perigosa, que anunciava já a sua loucura final.

c) O impulso estético e criador, em que a vida se liberta, em que as alegrias e as dores da vida são novamente experimentadas. Para Nietzsche, é vontade de viver ou a vontade de potência dinâmica e apaixonadamente manifestada.

DIORISMO — Têrmo grego usado por Platão para significar divisão, distinção. Também usado por Aristóteles.

Diorismos (gr.) = **definição, noção.**

Dioti (gr.) = **o por que (cur,** no latim).

DIQUÊ — Vide **Dikê.**

DIREÇÃO e palavras derivadas, vide **Direcção.**

DIRECÇÃO — É a acção de dirigir e também o rumo dessa acção. Vide **Dirigido.**

Directed (ing.) = **directo.**

Direct (fr.) = **directo.**

DIRECTO — a) Os escolásticos distinguiam **in recto** de **in obliquo,** que corresponde a **direc-**

to e indirecto. A linha recta é a única directa, pois a quebrada é **oblíqua.**

b) Diz-se, assim, que é **directo** o que é recto, o que é direito, o que não se desvia, que segue uma determinada direcção.

c) Em sentido causal, pode-se falar em **efeito directo,** que é o que decorre imediatamente da causa, e **indirecto,** os marginais e ocasionais, que são os derivados do primeiro.

Opõe-se ainda o conceito de **directo** ao de **reflexo,** como se vê na Lógica e na Psicologia.

DIREITO — O têrmo **direito,** quer dizer o regido (**rectum**), o que dirige, deriva-se do têrmo latino **directum,** que vem de **dirigo,** dirijo, de **rego** e **dis,** que indica reger em várias direcções. De **rectum** vem **rectitude,** carácter do que é direito, daí regra (**regula**), reger, acção de dirigir, e daí **rex,** rei, o que rege.

Direito é o que é de acôrdo com a lei e, em sentido subjectivo, significa a faculdade ou o poder moral de realizar, de fazer, de possuir, de exigir alguma coisa. É, portanto, o direito um poder moral e não físico. A fôrça não pertence ao direito, mas, subordinada a êle, garante-lhe a aplicação.

Lei vem de um radical, que em sânscrito é **lagh,** e **log,** no nórdico, daí **legendo** (lendo), cujo radical é o mesmo de **logos.**

A lei, em sentido moral, é o preceito comum, justo e estável, suficientemente promulgado, segundo a definição de Suarez.

A lei é o aspecto objectivo do direito, embora o têrmo possa ser usado em outros sentidos que não os jurídicos, como leis éticas, leis ontológicas, leis naturais, leis científicas.

O direito é, objectivamente, o conjunto das leis que dirigem o homem e lhe indicam o que deve ou não deve fazer, o que pode ou o que não pode fazer.

Na distinção clássica dos racionalistas, temos o **direito natural** e o direito **positivo.**

O **direito natural** é o que surge da natureza do homem, enquanto o **positivo** é o que decorre da vontade do legislador, ao que promulga a lei.

Fôrça é a propriedade de uma coisa que tem o poder de actuar. Olhada em si, tôda fôrça é um ser e, conseqüentemente, boa, mas, do ângulo moral, pode ser boa ou má ou indiferente, conforme o uso que dela se faz.

Há entre o direito e a fôrça uma relação importante, apesar da heterogeneidade de ambas, pois o direito precisa apoiar-se na fôrça, como esta deve pôr-se ao serviço daquele.

Quanto à origem do direito, há os que afirmam que surge êle da fôrça. Nesse caso, o direito surgiria do arbítrio do legislador poderoso. Se se podem reunir argumentos e factos para comprovar tal tese, e tem ela certa positividade, é mero abstractismo julgar que o direito nasce sempre, e só, da fôrça. Há muitos que não conseguem distinguir o direito de a fôrça, mas a fôrça é

brutal, enquanto o direito surge da especulação racional.

Reduzir, como fazem muitos, o direito ao direito positivo é estabelecer que cabe ao legislador a sua criação, como pensam os estatólatras em geral e os partidários do «Contracto Social». A concepção positiva do direito, que acima descrevemos, tem certas varianças, como vemos na teoria histórica de Savigny, para a qual o direito não é uma elaboração arbitrária do legislador, mas é algo que se torna, algo que se adapta à vida do povo, daí concluir que cada povo tem o direito que merece. Há, assim, uma espécie de instinto do direito. Mas é mister reconhecer que há certa positividade nessa teoria, pois, realmente, o grau de desenvolvimento histórico revela o grau do direito de um povo.

Para a teoria racionalista, há um direito natural, que resulta da natureza do homem. Sendo êste dotado de razão, é êle capaz de conhecer uma ordem ideal, que êle procura realizar em leis positivas. Para esta concepção, o fundamento do direito positivo é o direito natural.

Outro conceito ético que se impõe examinar é o da responsabilidade. Esta se gera do aspecto que cabe a quem responde por seus actos. A consciência dêles é imprescindível para que alguém **responda** por seus actos, pois é preciso não só reconhecê-los como seus, mas ter noção de que não são bons ou maus. Responder vem de **re** e **spondeo**, que significa ligar, e **re** dá o sentido de retôrno, é o que liga ao que antecede.

Há uma responsabilidade moral, intrínseca, do homem ante si mesmo. A responsabilidade conhece graus, que são as atenuantes e até as dirimentes da imputabilidade, pois ao praticar um acto pode alguém realizá-lo sôbre o império de causas accidentais, que reduzem a sua responsabilidade, ou de factôres que lhe tolhem a liberdade, anulando-lhe a responsabilidade, derimindo-a, o que é matéria da ciência jurídica.

Chama-se **sancção** o prêmio ou recompensa, e também o castigo, a punição que está ligada à observação ou à violência de uma lei.

Há **sancções naturais,** que são as que surgem da prática dos actos humanos, que acarretam as penas decorrentes dos abusos sôbre a natureza; e **sancções legais,** jurídicas, as que consistem na pena cominada pela lei positiva.

A sancção deve ser correspondente e proporcionada à responsabilidade, ao grau desta. Divergem, aqui, os moralistas em saber se a responsabilidade antecede à pena ou a pena antecede à responsabilidade. Ora, a sancção natural revela a responsabilidade, mas esta pode exigir a sancção, como meio psicológico de equilíbrio, em face do esquema que nos revela a própria vida. No terreno social, a sancção permite aquilatar o grau de responsabilidade.

Diretto (it.) = **directo.**

DIRIGIDO — Dirigir é administrar, dar a direcção, gerir, governar. **Dirigido** é o que é geri-

rido. Assim é o que tem uma direcção definida, dada por uma causa. Também é empregado para indicar o que tem uma direcção fundada numa vontade que lhe marca a tendência ou o vector.

Diritto (it.) = **direito.**

DIS... — Prefixo derivado do latim e do grego, cuja presença, numa palavra, indica sempre negação, como dissemelhança ou aumento, como dissimular, ou depreciação, como difamar, distribuição, dispersão, como distrair. Na nova ortografia, é difícil distinguir do prefixo gr. **dys,** que significa dificilmente, infelizmente, mal, como em palavras **digenésico,** o que torna difícil a reproducção, ou **dispéptico,** o que torna difícil a digestão.

DISAMIS — Modo da terceira figura, que se reduz a Darii, pela transposição das premissas e pela conversão simples da maior e da conclusão:

Algum M é P;
ora, todo M é S;
logo, algum S é P.

DISCIPLINA — a) Vem êsse têrmo de **discipulina,** em latim, forma primitiva de discípulo. Em sua etimologia, é a acção de aprender, de instruir-se. É, em suma, a direcção dada por um mestre ao discípulo.

b) Emprega-se o têrmo para indicar a submissão da vontade e da inteligência a normas de pensamentos, de acção, de conduta, sob os vários aspectos que apresenta a vida humana. Assim se pode falar em disciplina ética, moral, jurídica, militar, gramatical. etc.

c) Usa-se, também, o têrmo para indicar, no domínio da cultura, o ramo de saber, onde não predomina a **invenção.** Daí falar-se nas **disciplinas filosóficas** (a Lógica é uma disciplina filosófica), etc.

d) Em sentido sociológico, é a obediência às ordens ou regulamentos, que emanam da autoridade hierárquica, a quem cabe o mando. Daí falar-se em «espírito de disciplina», o que predomina em quem obedece fielmente as ordens emanadas da autoridade à qual está subordinado.

DISCONFORME — Vide **Conformidade.**

DISCONFORMIDADE — Vide **Conformidade.**

Discontinu (fr.) = **descontínuo.**

DISCONTÍNUO — Vide **Continuidade e quantidade nas categorias.**

Discontinuous (ing.) = **descontínuo.**

Discontinuum (lat.) = **descontínuo.** Vide **Continuidade.**

DISCORDÂNCIA — Vide **Discordar.**

DISCORDAR — É não concordar, é divergir. Daí **discordância** equivale a divergência, incompatibilidade com alguma idéia.

DISCÓRDIA — Vide **Concórdia.**

DISCORRER — Vide **Discurso.**

Discorsivo (it.) = **discursivo.**

Discours (fr.) = **discurso.**

Discourse (ing.) = **discurso.**

DISCREPÂNCIA — Discrepar significa diversificar, diferir, também discordar, dissentir. **Discrepância** indica disparidade, diferença e também divergência, dissentimento. Há **discrepância** quando o que era esperado ou era requerido num determinado momento não corresponde ao esperado.

Discret (fr.) = **discreto.**

Discrete (ing.) = **discreto.**

DISCRETIVO — Significa o que distingue, o que discerne, de **discretear,** de tratar de um assunto com reflexão.

DISCRETO — a) Diz-se do que é descontínuo. Vide **continuidade.**

b) Em sentido ético, diz-se do que é reservado, e que sabe manter e respeitar as distâncias.

c) Na Matemática, chama-se quantidade discreta a que é descontínua. Vide **Contínua.**

DISCRICIONÁRIO (Poder) — Discrição é a qualidade de manter as distâncias, de ser discreto. de ser prudente nas palavras e nas acções. Discricionário é o que é deixado à discrição, livre de condições, não limitado. **Poder discricionário** é o que não tem limites.

DISCRIMINAÇÃO — É diferençar, distinguir, separar, **Discriminação** é o acto de distinguir objectos do pensamento ou psicológicos, ou sensíveis. Vide **Distinção.**

Diskret (al.) = **discreto.**

Discrimination (fr. e ing.) = **discriminação.**

Discriminazione (it.) = **discriminação.**

DISCROMA — Vide **Aeromatopsia.**

Discursif (fr.) = **discursivo.**

Discursiv (al.) = **discursivo.**

Discursive (ing.) = **discursivo.**

DISCURSIVO — Vide **Discurso.**

DISCURSO — Discursar vem de **dis** e **curro,** da raiz sânscrita **kar,** correr. Discursar é discorrer, correr **dis,** daqui para ali. Daí falar-se em saber discursivo, um saber que corre daqui para ali, um saber que corre para emparelhar, um e outro, um saber a conhecer com um saber já conhecido, que classifica um saber com outro saber. O saber discursivo é um saber culto, um saber teórico, porque todo saber que liga, que conexiona com nexos reais e ideais, é um **saber que sabe.**

Discurso é, assim, a operação do espírito, que acima descrevemos, e quando é ela expressada por têrmos verbais ou sinais, é também o **discurso** na expressão mais freqüentemente usada.

DISCURSO (universo de...) — Vide **Universo de discurso.**

DISCUSSÃO — Discutir é examinar, investigar segundo provas e razões pró e contra. É questionar. Discussão é o acto de discutir. Toma-se como sinônimo de **Controvérsia** e de **Disputa** (vide). Para que a discussão seja proveitosa, impõe-se uma síntese dos argumentos a favor da **tese**, e dos a favor da **antítese**, a fim de evitarem-se as **obstinações**, o que quase sempre só se pode obter pela intervenção de um terceiro.

Disgiuntivo (it.) = **disjuntivo.**

Disgiunzione (it.) = **disjunção.**

Disintegration (ing., fr. e al.) = **desintegração.**

Disintegrazione (it.) = **desintegração.**

Disjonctif (fr.) = **disjuntivo.**

Disjonction (fr.) = **disjunção.**

DISJUNÇÃO — Significa separação desunião, divisão, carácter da proposição disjuntiva, e também do juízo disjuntivo. Vide **Disjuntivo.**

Disjunction (ing. e al.) = **disjunção.**

Disjunctiv (al.) = **disjuntivo.**

Disjunctive (ing.) = **disjuntivo.**

DISJUNTIVO — a) Que desune, que separa.

b) Proposição disjuntiva é aquela que contém dois atributos, um dos quais convirá necessàriamente ao sujeito com exclusão do outro. Assim a fôrça ou é finita ou infinita.

O **juízo disjuntivo** é aquêle que afirma uma alternativa exclusiva, quer dizer: um é verdadeiro necessàriamente e, como tal, exclui todos os outros. Também se chama de **juízo exclusivo.**

Chamam-se **raciocínios disjuntivos (silogismos disjuntivos)** raciocínios como o seguinte:

Ou **a** é verdadeiro, ou **b** é verdadeiro;

Ora, **a** não é verdadeiro;

logo **b** é verdadeiro.

Outra forma de raciocínio disjuntivo é o **dilema** (Vide).

DISLATE — Em Filos. significa despautério, tolice, **disparate** (vide).

DISPARATE — a) Vem do latim (**dis** e **par**) = desigual. Significa disparidade, falta de acôrdo ou relação, e emprega-se para todo despropósito, para tôda acção ou palavra desarrazoada, para a expressão de desatinos.

b) Na filosofia clássica, o disparate significa as coisas diversas sem, contudo, serem contraditórias, e assim há disparate numa classificação como a seguinte: brancos, amarelos, pretos e magros.

c) Para Leibnitz, quando entre dois conceitos um não contém o outro, isto é, não há entre êles relação de gênero e espécie, **há disparate.**

d) Mas há disparate, também, até quando êstes conceitos não têm relação de espécie a uma outra espécie do mesmo gênero, como se alguém dissesse: os animais podem ser classificados em

vertebrados e invertebrados e eqüinos. Em suma, há disparate quando, entre os conceitos, há separação por oposição ou repugnância de modo especial, não tendo correspondência entre si, por ex.: virtude e pedra.

Disparato (it.) = **disparate.**

Disparatus (lat.) = **disparate.**

DISLALIA — Na Psic., maneira defeituosa de pronunciar as palavras com ou sem lesões verificáveis no sistema nervoso, com ou sem evidência de anormalidade.

DÍSPAR — Vide **Disparidade.**

DISPARIDADE — Qualidade do que é dissemelhante (**dis-par**), daí **díspar.**

DISPONIBILIDADE — Dispor é colocar ou distribuir metòdicamente. Disposição é a distribuição, segundo uma ordem. Disponível é o que pode dispor. **Disponibilidade** é a qualidade do que é disponível. Disponível emprega-se para indicar o estado de espírito favorável aos sentimentos e também às coisas que se colocam favoràvelmente a algo determinado. «Tudo estava disposto (ou disponível) para o que aconteceu.»

DISPONÍVEL — Vide **disponibilidade.**

DISPOSIÇÃO — a) Distribuição segundo uma certa ordem no espaço e também no tempo, como, por ex., pode empregar-se êste têrmo em sentido psicológico, como o estado de ânimo favorável à adopção de uma atitude afirmativa, afectiva ou volitiva, predisposição de ânimo, que os escolásticos chamavam **disposição** a um estado de ânimo quase habitual, mas de fácil remoção.

b) O têrmo **disposição** é empregado, jurìdicamente, para significar a atividade legislativa ou governativa, tomar certas disposições no sentido de conceder bens ou disposições testamentárias, etc.

Dispositio (lat.) = **disposição, dispositio ad** = **relação.**

DISPUTA — Vide **Disputatio.**

DISPUTATIO (lat.) — **Disputa.** Na escolástica, na realização das **quaestiones disputatas** (questões disputadas), apresentava-se uma ordem rígida e gradual. O defensor da tese (**defensor theseôs**) propõe a sua e a defende sob a forma silogística. O oponente (**opponens**) argui contra a tese, e contra a demonstração, repetindo, primeiramente, a proposição e o silogismo, mostrando haver invalidez em uma ou outra premissa (**nego maiorem, minorem**), ou fazendo distinção nelas (**distinguo maiorem, minorem**). Nas disputas, os estudantes eram assistidos por um **magister,** que fazia o resumo da disputa, e determinava a questão em seus verdadeiros têrmos.

Gredt, em sua «Elementa Philosophiae» I, pág. 73, ilustra perfeitamente as regras de proceder na **disputa escolástica:**

«A disputa escolástica é a disputa **na forma (in forma);** ou, seja, na qual rigorosamente se observa a forma silogística. Dis-

tingue-se da disputa vulgar **extra formam**, e da disputa **socrática**, que consiste em interrogações, por meio das quais se deduz o que pouco a pouco vai concedendo o adversário.

O **munus defendendi (a função da defesa).** Na disputa escolástica, defende-se um argumento em forma silogística. Examinam-se as premissas, concedem-se as verdadeiras (**concedo**), negam-se as falsas (**nego**), distinguem-se as ambíguas (**distinguo**). Se é vicioso o silogismo, nega-se a conseqüência. Se surge uma distinção, precisa-se sôbre o que ela cai, se sôbre as premissas, se sôbre o predicado ou se sôbre o sujeito. Se se distingue a maior, contradistingue-se a menor, e negam-se o conseqüente e a conseqüência. Se a distinção fôr apenas na maior ou na menor, distingue-se o conseqüente.

O **munus arguentis** (a função do que argúi). O argüente deve provar as proposições que são negadas pelo defendente. Para ilustrar melhor o método, vamos reproduzir um **esquema de disputa escolástica** que nos oferece Gredt no livro citado.

«**Defendente:** — A tese a ser defendida é a seguinte: «A verdade principalmente, e **a priori**, está no intelecto»; o que explico e provo...

E realiza a prova.

Argüente: — Contra a tese que foi oferecida: «A verdade principalmente..., proponho o argumento: A verdade, principalmente e **a priori**, não está no intelecto; logo, a tese é falsa.

Defendente: — A verdade, principalmente e **a priori**, não está no intelecto; portanto, a tese é falsa.

Nego antecedente; deves provar.

Argüente: — Provo antecedente: o que está **a priori** no intelecto é algo subjectivo Ora, a verdade não é algo subjectivo; logo, não está **a priori no intelecto.**

Defendente: — O que está **a priori** no... (repete integralmente o argumento). — O que está **a priori** no intelecto é algo subjectivo. Concedo a maior. — Ora, a verdade não é algo subjectivo. Distingo a menor: A verdade ontológica não é... concedo a menor; a verdade lógica não é... nego a menor. — Logo, a verdade **a priori** não está no intelecto. Distingo o conseqüente: a verdade ontológica não é... concedo conseqüente; a verdade lógica não é... nego conseqüente. E explico a distinção: a verdade lógica é a adequação entre o intelecto e a coisa, portanto alguma coisa subjectiva; a verdade ontológica é a adequação da coisa com o intelecto, portanto algo objectivo ou **extra** intelecto.

Argüente: — Ora, a verdade lógica não é algo subjectivo. Portanto, a verdade **a priori** não está no intelecto, e a tese é falsa.

Defendente: — O que está no objecto... (repete integralmente o argumento). O que está no objecto não é algo subjectivo. Distingo a maior: O que está no objecto formalmente não é... concedo a maior. Ora, a verdade lógica está no objecto. Contradistingo a menor: a verdade lógica

está no objecto formalmente, nego a menor;... está no objecto fundamentalmente, concedo a menor. Portanto, a verdade lógica não é algo subjectivo. Dada a distinção, nego o conseqüente e a conseqüência. E explico a distinção...

Argüente: — Ora, a verdade lógica está no objecto formalmente. Portanto, a verdade **a priori** não está no intelecto, e a tese é falsa.

Defendente: — Ora, a verdade... nego a menor apresentada; precisas provar.

Argüente: — Provo a menor apresentada; a verdade lógica está no objecto como efeito em causa eficiente. Ora, o efeito está na causa eficiente formalmente; logo, a verdade lógica está no objecto formalmente.

Defendente: — A verdade lógica está... (e repete integralmente o argumento). A verdade lógica está no objecto como efeito na causa eficiente. Distingo a maior: como em causa eficiente total e unívoca, nego a maior; como em causa eficiente parcial e análoga, concedo a maior. — Ora, o efeito está na causa eficiente formalmente. Contradistingo a menor; na causa eficiente total e unívoca, concedo a menor; na causa eficiente parcial e análoga, nego a menor. — Portanto, a verdade lógica está no objecto formalmente. Dada a distinção, nego o conseqüente e a conseqüência...»

DISSENTIMENTO — Vide **Assentimento.**

DISSIMILARIDADE — Vide **Similaridade.**

DISSIMULAÇÃO — Vide **Simulação.**

DISSOCIAÇÃO — Vide **Associação** e **Associacionismo.**

Dissociation (fr. e ing.) = **dissociação.**

Dissociazione (it.) = **dissociação.**

DISSOLUÇÃO — a) **Dissolver** é dispersar, desagregar, fazer evaporar. Na Química, **dissolução** é a liquefação de um sólido em contacto com um líquido, solução.

b) Segundo Spencer, é o processo inverso da evolução. Nesta há um progresso da diferenciação e da integração. Portanto, a dissolução é um retôrno à independência dos elementos agregados.

c) Jurìdicamente, emprega-se para significar rompimento, término, cessação, extinção de um pacto ou contracto. Dissolução de uma sociedade.

d) Politicamente, a dispersão, o desmembramento, dissolução da Câmara, de um partido.

e) Na Soc., desmembramento, desorganização, destruição de uma colectividade. Dissolução do Império Romano; os índios Aruaks e sua dispersão pela América do Sul e Central, etc.

f) Ética: depravação dos costumes, devassidão, libertinagem. «As dissoluções de nossa sociedade.»

Dissolution (fr. e ing.) = **dissolução.**

Dissoluzione (it.) = **dissolução.**

Dissoziation (al.) = **dissociação.**

DISSUADIR — É fazer mudar de parecer; é despersuadir. Dissuasão é a acção de dissuadir.

DISSUASÃO — Vide **Dissuadir.**

Distance (fr. e ing.) = **distância.**

DISTÂNCIA — Vide **Espaço, in Tempo e Espaço.**

Distanza (it.) = **distância.**

DISTELEOLOGIA — a) Têrmo criado por Haeckel para referir-se às ciências dos factos biológicos, que, segundo êle, contradizem a concepção de uma finalidade inteligente na formação dos organismos, como os abôrtos atrofiados, etc.

b) Emprega-se para tudo quanto seja imperfeição da finalidade natural, como os casos teratológicos, etc.

DISTINÇÃO — O têrmo **distinção** vem do verbo **distinguere,** (de **dis** e **tango** tanger, tocar) e significa separar, discernir, medir. Na Filosofia, tem um sentido claro: diz-se que uma coisa é distinta quando não é outra. Distingue-se uma coisa de outra, quando não há identidade entre uma e outra, enquanto outra.

A distinção pode ser **real** ou de **razão.** É real, quando o que distinguimos é, na coisa, diversa de outra coisa (**extra mentis**). É de **razão,** quando o que distinguimos é, na realidade, idêntico, mas é apenas distinguido **pelo** intelecto.

Há distinção numérica, quando dois ou mais objectos de pensamento são idênticos e não diferem pelo facto de serem apresentados diversas vêzes.

Há **distinção genérica** (ou específica), quando duas ou diversas representações são intrìnsecamente diferentes. Entre duas moedas, de mesma fabricação, podemos estabelecer uma distinção numérica; entre moedas diferente, uma diferença específica; entre uma moeda e um animal, uma diferença genérica.

Duns Scot propunha, ademais, a **distinção formal,** a que existe entre objectos de pensamento **realmente** idênticos, mas em que um implica alguma coisa que não é implicada no outro.

Suarez propõe ainda a **distinção modal,** a que existe entre uma coisa e sua maneira de ser; por exemplo, entre a roda e o seu movimento.

A **distinção real** é a que se dá entre objectos de pensamento, que são diferentes uns dos outros por si mesmos, independentemente da operação do espírito que os pensa.

A que está nas coisas pode ser **física** ou **metafísica.**

Há **distinção física,** quanto há sêres diferentes, existindo independentemente uns dos outros (os escolásticos designavam o ser, quando tem a sua realidade inde-

pendente, pelo têrmo **ens quod**, quer dizer, o ser que existe). Há uma distinção física entre nós e êste papel.

Há **distinção metafísica,** quando dois ou diversos princípios componentes são irreductiveis um ao outro, não tendo existência separada nem separável. Assim, não há existência separada entre a rotundidade de um pneu e o pneu. Há uma **distinção metafísica.**

A distinção de razão é aquela que se forma entre objectos de pensamento, que não são **realmente** distintos em si mesmos, mas que dão lugar a representações distintas.

Há distinções consideradas meramente **verbais,** como a que se faz entre a cidade de São Paulo e Paulicéia, embora haja certa distinção afectiva.

Opunham os escolásticos a **distinção à identidade.**

O que distingue uma coisa é o não ser outra, portanto, indica a carência de identidade com outra.

Classifica-se ainda:

distinção { adequada / inadequada

É adequada a distinção, por exemplo, entre duas partes que formam a metade, cada uma, de um todo; e **inadequada,** a distinção entre o todo e uma das suas partes.

Há ainda:

distinção de razão raciocinante **(distinctio rationis ratiotinantis);**

distinção de razão raciocinada **(distinctio rationis ratiotinatae).**

A distinção de razão raciocinante é a que se estabelece, pela mente, nas coisas, sem haver fundamento para tal.

A distinção de razão raciocinada é aquela que a mente estabelece nas coisas, não realmente distintas, mas em que há algum fundamento na realidade, para tal distinção.

Quanto à distinção **metafísica,** que é aquela que metafisicamente podemos fazer entre categorias ontológicas, como a distinção entre quantidade e qualidade, entre existência e essência, surge, aqui, uma grande problemática, como, por ex.: o dar-se, ou não, uma distinção metafísica, ao lado de uma distinção real, etc.

Há momentos importantes em que a distinção penetra como elemento primordial, como nos temas de acto e potência, essência e existência, matéria e forma, etc.

Sôbre a distinção na escola tomista: Entre a distinção real e a de pura razão, coloca São Tomás a distinção de razão com fundamento na coisa, sôbre a qual raciocina **cum fundamento in re.**

A distinção real expressa coisas realmente distintas, independentes de tôda consideração de

nossa mente, por ex.: alma e corpo, no homem.

A distinção de pura razão é a que se dá entre nomes ou conceitos só nominalmente distintos de uma mesma coisa, por ex.: João, como sujeito e predicado de uma proposição.

A distinção cum fundamento in re é a que se dá entre objectos formalmente distintos de uma mesma realidade, como animal, racional, espiritual, livre, imortal no tocante ao homem, pois, na essência humana, se identificam todos êsses objectos.

Animalidade e racionalidade não significam a mesma coisa, por isso são objectos formais distintos. Fora do homem têm êsses objectos realidades distintas, não, porém, no homem. A acção abstractora do nosso espírito favorece-nos distinguir tais objectos.

A distinção de razão **cum fundamento in re** pode ser **maior** ou **menor.**

É **maior** quando os objectos distintos prescindem completamente uns dos outros. O conceito de animal prescinde objectivamente, e de modo completo, do conceito de racional, pois pode dar-se sem êle. A distinção tem um fundamento perfeito.

É **menor,** quando os objectos distintos se incluem como o implícito e o explícito. O conceito de racional é distinto de o de animal, mas, como o inclui, ao tratar-se do homem, é de distinção menor, pois não poder-se-ia dar um homem, que é racional, sem a animalidade, que o antecede.

A distinção formal escotista: O fundamento da distinção formal escotista, epistemològicamente, está no realismo, isto é, no conteúdo objectivo, que têm os conceitos universais, fundando-se no paralelismo entre a ordem do conhecimento e a ordem do ser. Tal afirmativa não encerra uma contradição interna para ser recusada, pois o esquema noético-abstracto, que é **post rem,** é um esquema **intentionaliter,** construído do esquema concreto **(in re),** que é simbòlicamente um referente do esquema essencial **(ante rem),** na ordem ontológica do ser. Portanto, há um paralelismo entre a ordem gnosiológica, a ôntica e a ontológica, o que dá um fundamento à distinção formal escotista, que é real, sem ser uma distinção real **ut res et re** (uma coisa e outra coisa), pois o esquema concreto é a existencialização da essência. Assim a **animalitas** e a **rationalitas,** no homem, não se distinguem real-fisicamente, mas apenas real-formalmente.

Distinct (fr. e ing.) = **distinto.**

Distinctio (lat.) = **distinção.**

Distinction (fr. e ing.) = **distinção.**

Distinguer (fr.) = **distinguir.**

Distinguere (it.) = **distinguir.**

DISTINGUIR — Do latim **distingere,** de **dis,** des, e **tango,** tanger, tocar.

a) Acção que consiste em discernir desigualdades ou dissemelhanças de carácter ideal ou formal. Não é equivalente a **diferenciar,** porque, nesta acção, há o

estabelecimento de discernir desigualdades ou dissemelhanças de carácter físico.

b) Tomar à parte algo ou alguém em sentido social, notar. preferir, distinguir alguém por isso ou por aquilo.

c) Reconhecer uma coisa distinta de outra, também pensar de maneira distinta.

Distinguo (lat.) = **distingo.** Vide **Conceder** e **Disputa escolástica.**

DISTINTO — Vide **Distinção.**

Distinzione (it.) = **distinção.**

DISTRAÇÃO — É o desvio da atenção devido a um estímulo externo. Falta de atenção. Vide **atenção.**

Distraction (fr. e ing.) = **distração.**

Distrazione (it.) = **distração.**

Distribué (fr.) = **distribuído.**

DISTRIBUIÇÃO — Vide **Distribuído.**

DISTRIBUÍDO — Distribuir e dar, entregar a outros. Distribuir a cada um, dispor. Assim **distribuído** é o que resulta da distribuição, da acção de distribuir, repartir.

Distributed (ing.) = **distribuído.**

Distributif (fr.) = **distributivo.**

Distributiv (al.) = **distributivo.**

Distributive (ing.) = **distributivo.**

DISTRIBUTIVO — a) O que se faz por distribuição.

b) **Justiça distributiva** é aquela que distribue prêmios ou castigos, segundo o merecimento de cada um. Vide **justiça.**

c) Têrmo usado em Lógica para designar, individualmente e à vontade, cada um dos objectos de sua extensão, assim: vertebrado distribue-se nos diversos tipos que formam os vertebrados.

Distributivus (lat.) = **distributivo.**

Dissipation of energy — Vide **Degradação da energia.**

DITADURA — Sistema político, no qual uma pessoa ou um pequeno grupo tem a total autoridade sôbre a vida política de um povo, sôbre o qual legisla e executa suas leis, sem subordinação de qualquer espécie a nenhum outro poder.

Ditadura do proletariado é o título que Karl Marx, fundador do **marxismo,** deu ao exercício do poder político total e ditatorial, que caberia ao proletariado, como classe, logo após a instauração da revolução proletária, e que seria uma passagem na evolução dessa revolução para o **comunismo libertário,** que terminaria pela destruição final do Estado, como órgão de direcção política e econômica da sociedade.

A **ditadura do proletariado** terminou por ser, na Revolução Russa, a ditadura exercida por um grupo de dirigentes do Partido Comunista, apoiado na polícia e no exército vermelhos, os quais haviam sido tenazmente combati-

dos antes da revolução, tanto por Marx, como por seu mais famoso discípulo, Lenine, o fundador da URSS.

DITADURA DO PROLETARIADO — Vide **Ditadura.**

Divenire (it.) = **tornar-se.**

DIVERGÊNCIA — Vide **Convergência.**

DIVERGENTE — Vide **Convergente.**

Divers (fr. e ing.) = **diverso.**

DIVERSÃO — Vide **Diverso.**

DIVERSIDADE — Qualidade do que é **diverso** (vide).

Diversitas (lat.) = **diversidade.**

DIVERSO — a) Do latim **di** e **vertere,** o que é diferente, distinto, característica do que provém da diversão, no sentido de desviar.

Em grego, era **heteros,** que entra na composição de muitas das palavras usadas na Filosofia.

Heteros é tudo o que é real, e sendo real, não é idêntico. Entre os diversos existem graus.

b) Na escolástica, distingue-se diverso, diversidade, de diferença. Há diversidade entre dois sêres, quando em si mesmos diferem. Há diferença, quando diferem apenas por algo e não totalmente, convindo em algo, e diferindo sob outro aspecto.

Na diferença, há alguma conveniência, e quando não há qualquer conveniência, temos a **diversidade.**

c) Na linguagem moderna, tem sido empregado para indicar a diferença intrínseca e qualitativa entre os objectos e não a simples multiplicidade numérica.

É preferível empregar-se o têrmo **diverso** para os entes que pertencem a espécies de gêneros diferentes, e **diferença,** para tôda e qualquer distinção entre sêres, mais de acôrdo com o emprêgo feito pela escolástica.

Diversus (lat.) = **diverso.**

DIVINDADE — a) Carácter do que é divino.

b) Como substantivo, é o ser divino.

Divinità (it.) = **divindade.**

Divinité (fr.) = **divindade.**

Divinity (ing.) = **divindade.**

DIVISÃO — a) Dividir é partir, ou distinguir em diversas partes, uma totalidade dada; é desunir, é separar as diversas partes. Divisão é, pois, a acção e o efeito do dividir.

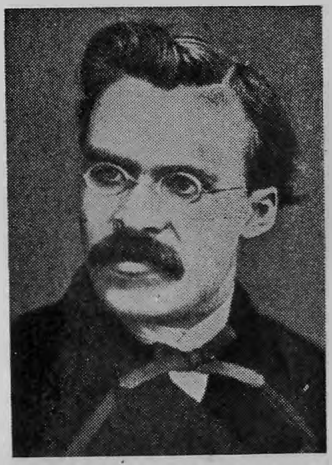
b) Na Lógica, é a operação pela qual se separa a extensão de um conceito em diversas classes, que são, por sua vez, extensões de outros conceitos.

c) Divisão é também distribuição, partilha de uma acção.

DIVISÃO DO TRABALHO — a) Têrmo empregado por Adam Smith para referir-se ao facto de que um trabalho total a ser efectuado é repartido entre cooperadores, de modo que cada um realize uma parte dêsse trabalho, ao

Socialistas alemães em Bendlikon, perto de Zurique

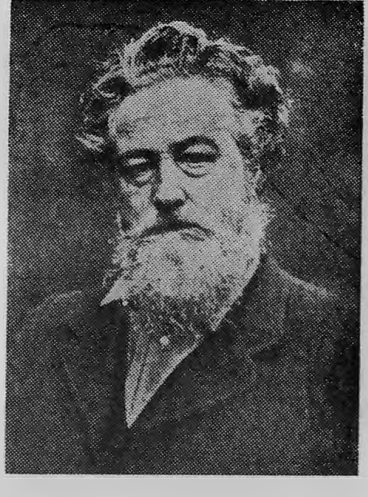
David Frederico Strauss



Frederico Nietzche
(1867)

Charles Kingsley — Chefe dos socialistas-cristãos

O banqueiro Emile Pereire



William Morris

Augusto Bebel

mesmo tempo que adquire habilidade para o mesmo.

b) Fala-se de uma divisão do trabalho fisiológico, quando se quer referir à especialização das funções entre os diferentes órgãos de um corpo vivo.

DIVISÃO LÓGICA — Na Lógica, é a operação do espírito pela qual uma oração ou um nome é distribuído em suas partes, que são distinguidas. Em tôda divisão é mister distinguir três partes: 1) o **todo,** que é dividido; 2) as **partes,** nas quais é dividido; 3) o **fundamento,** a razão pela qual é feita a divisão.

A divisão deve reger-se pelas seguintes leis:

1) **Não deve mudar o fundamento.** Seria uma má divisão dividir os homens em brancos, negros e músicos.

2) **O todo deve adequar-se aos membros divididos.** Pecaria contra a regra quem dividisse os sêres vivos em homens e brutos.

3) **Os membros da divisão devem excluir-se.** Erraria quem dividisse os corpos em animados, inanimados e pedras.

4) **Ser breve** e não multiplicar-se em subdivisões.

5) **Ser ordenada.** O gênero divide-se em espécies imediatamente subordinadas a êle.

DIVISIBILIDADE — Propriedade do que é **divisível,** do que é susceptível de divisão, do que é decomponível, **material** ou **idealmente,** em suas partes.

Divisibilità (it.) = **divisibilidade.**

Divisibilité (fr.) = **divisibilidade.**

Divisibility (ing.) = **divisibilidade.**

Divisio (lat.) = **divisão.**

Division (fr. e ing.) = **divisão.**

DIVÓRCIO ABSOLUTO — A legal separação de um casamento, permitindo, desta forma, que qualquer dos dois cônjuges possa casar-se novamente.

DOAÇÃO — Vide **Dar.**

DOAR — Vide **Dar.**

DOCILIDADE — Diz-se da disposição de ânimo de alguém que chega a ponto de renunciar ao próprio critério, e permitir ser ensinado e dirigido por outros, por reconhecimento da autoridade e da superioridade de quem o orienta. A **docilidade** é uma disposição natural.

Docta ignorantia (lat.) = **douta ignorância.** Têrmos empregados por Nicolau de Cusa para indicar a nossa ignorância da infinitude e da absolutuidade de Deus, mas uma ignorância que sabe porque não sabemos; portanto, uma ignorância sábia, **docta ignorantia.**

Doctrina (lat.) = **doutrina.**

Doctrine (ing. e fr.) = **doutrina.**

DOGMA — a) Em gr. significa **opinião.** Empregado, entretanto, na Filosofia, num sentido de opinião explìcitamente formu-

lada como verdadeira. Daí chamarem-se de **dogmáticos** aquêles que oferecem uma filosofia fundada em **dogmas,** ou que a apresentam dogmàticamente.

b) No cristianismo, chamam-se **dogmas** as verdades reveladas, propostas pela suprema autoridade da Igreja, como artigos de fé, que devem ser aceitos por todos os seus membros.

c) Pejorativamente, chamam-se de **dogmas** tôdas e quaisquer afirmações que apenas expressam opinião, sem necessários fundamentos, mas que são proclamadas como verdades indiscutíveis.

DOGMÁTICA — Vide **Dogmático.**

DOGMÁTICO — a) O que apresenta carácter de **dogmatismo,** sôbre quaisquer das suas acepções.

b) **Dogmática** é a disciplina que estuda os **dogmas.**

Dogmatique (fr.) = **dogmático.**

Dogmatism (ing.) = **dogmatismo.**

Dogmatisme (fr.) = **dogmatismo.**

DOGMATISMO — (Do grego **dogma,** opinião).

a) Entre os gregos era a posição filosófica que se opunha ao **cepticismo.** Enquanto os defensores desta posição negavam a possibilidade do conhecimento, os dogmáticos afirmavam-na plenamente.

b) Kant emprega o têrmo em sentido pejorativo, e o considera não apenas oposto ao cepticismo, mas também à crítica por êle estabelecida. Vide **Criticismo.**

c) Chama-se **dogmatismo moral** a concepção que explica e legitima a certeza pela acção.

d) Emprega-se em geral para indicar a afirmação de doutrinas que não admitem em si mesmas nada de imperfeito ou errado.

O **Dogmatismo moral** opõe-se ao **dogmatismo intelectual** (Vide). Aquêle afirma que nossos conhecimentos espontâneos são a expressão dos nossos desejos, e que as nossas atitudes intelectuais, em suma, dependem dos interêsses humanos. O **dogmatismo intelectual** afirma a independência do nosso conhecimento quanto aos nossos interêsses. Vide **Interêsse.**

e) **Dogmatismo negativo,** nome que se dá geralmente ao cepticismo, porque ao afirmar a impossibilidade do conhecimento verdadeiro, faz uma afirmação dogmática, enquanto se chama de positivo o dogmatismo contrário.

DOGMATISMO INTELECTUAL — Chamam-se, assim, genèricamente, as doutrinas que afirmam a capacidade de nossa mente, da nossa intelectualidade, para alcançar a verdade no problema crítico. Entre essas doutrinas, podem ser salientadas: a teoria mista, fundada na evidência abstracta e na evidência sensitivo-intuitiva, que, admitindo o problema crítico, afirma, ainda mais, que os princípios ideais são

objectivamente certos, e que a intuição sensitiva e a demonstração fundam-se em têrmos reais. Outra teoria é a do dinamismo intelectual, que também admite o problema crítico, mas aceita certos postulados kantianos das condições **a priori**, não adquiridas, mas inatas, que é a tendência a afirmar. Há, ainda, a teoria da intuição intelectual, que admite haver intuições intelectuais suficientes para dar soluções necessárias.

Entre os primeiros salientam-se Kleutgen, Cardeal Mercier; na segunda posição, Le Roy, Blondel, Marechal, Gardeil; na terceira, Picard Dávila, De Vries, Zamboni, etc. São tôdas elas matéria de análise na moderna Crítica.

Dogmatismus (al.) = **dogmatismo.**

Dogmatiste (fr.) = **dogmatista.**

Dolor (lat.) = **dor.**

Dolors (it.) = **dor.**

DOM — Capacidade natural para o pleno desenvolvimento da actividade psíquica ou criadora, que obedece a factôres hereditáritários.

Domaine (fr. e ing.) = **domínio.**

DOMINAÇÃO — Acto ou estado do que domina. Vide **Domínio.**

DOMÍNIO — Dominar é ter autoridade ou poder sôbre alguma coisa, é subjugar, é vencer, é refrear, é conter, é preponderar.

a) **Domínio** é o poder exercido pela acção de dominar, ou o resultado dessa acção.

b) Emprega-se êsse têrmo para indicar o que é da competência, da atribuição de..., daí poder-se falar de uma idéia, que é do **domínio** de outra.

c) Jurìdicamente, é a propriedade de bens imobiliários e também de quaisquer outros bens.

d) Psicològicamente, fala-se no **domínio da vontade** para referir-se ao conjunto de acções que desta dependem. Vide **Autoridade.**

DOMÍNIO DE SI — Capacidade de um indivíduo reprimir suas emoções, e, sobretudo, suas manifestações, podendo dirigir sua conducta no âmbito social. Também se chama ao exercício para adquirir essa capacidade.

DONATISTAS — Seguidores de **Donatus** (bispo do Norte da África), no início do IV século da era cristã, que foi oponente de Santo Agostinho, e que defendia a tese de que eram inválidos os sacramentos ministrados pelo mau sacerdote, e pregava, ainda, negar-se o carácter de membro de uma Igreja a quem fôsse pecador.

Donc (fr.) = **portanto.**

Donné (fr.) = **dar, dado.**

Donum (lat.) = **dom.**

DOR — Vide **Prazer e Dor.**

DOR (fisiologia da) — As tentativas de explicação dos factos psíquicos, reduzindo-os aos factos fisiológicos, como não po-

deria deixar de ser, malograram por desconsiderar os aspectos qualitativos e tensionais, totalmente diferentes, que impedem explique-se o superior pelo inferior. O acto psicológico dá-se a par do fisiológico, sem ser dêle um epifenômeno, sem ser um mero facto (feito) fisiológico.

Mas tal não impede compreender a interactuação, que é positiva, que se dá entre estas duas ordens, o que, ao captá-la, levou a muitos, apressadamente, resolver com extrema facilidade o que era por demais complexo.

Na actualidade, ninguém nos poderia servir de melhor guia que E. D. Adrian, cujas experiências famosas dão uma palavra de magna importância a tal problema.

Quanto à função da fibra nervosa, resume Adrian suas observações da seguinte maneira:

«Um impulso eficaz requer, em compensação, certa intensidade e rapidez no meio ambiente. O estímulo actua como um gatilho que desencadeia o impulso, não provê, porém, energia necessária para a sua transmissão. O impulso é uma alteração momentânea, que se desloca ao longo da fibra nervosa, acompanhada de uma mudança de potencial eléctrico. A natureza do impulso em cada ponto não depende do carácter ou da intensidade do estímulo que o produziu, mas apenas das condições locais da fibra naquele ponto.

Quando um impulso alcança um ponto da fibra, êste ponto se torna refractário a todo estímulo externo, e só transmite outro impulso, após haver passado certo lapso de tempo.

O resultado é que a mensagem que podem transmitir as fibras nervosas consiste num ou mais impulsos descontínuos, sendo impossível a transmissão contínua de um estado de excitação. De facto, a mensagem só pode ser diferente devido à variação do número total dos impulsos, e na freqüência com que êstes se repetem.»

A sensação está assim condicionada pela acção do estímulo, que é predisponente. Mas êsse estímulo actua por mudanças de extensidade e de intensidade. O estímulo actua descontinuamente, o que nos mostra o carácter cinemático da sensação, que se processa por constantes diferenças de potencial, por oposições, portanto. O impulso, que é levado através da fibra nervosa, implica alterações momentâneas, e a sua natureza depende da mudança de potencial, que, por sua vez, depende das condições das fibras nervosas. Essa interactuação de factôres emergentes e predisponentes é importantíssima de ser observada, e nos revela o funcionamento alternativo da sensação. A fibra, ao receber um impulso, **não transmite outro**, torna-se refractária a outro impulso durante certo lapso de tempo, permitindo, depois, a transmissão do novo, o que impede a transmissão contínua. A diferença da mensagem está extensivamente no número das variações e intensivamente na freqüência com que êstes se repetem.

Todos êsses impulsos actuam provocados por factôres predis-

ponentes, mas a sua actuação depende, portanto, da emergência, da qualidade das fibras, o que completa o ciclo de acomodação das fibras e de assimilação do estímulo. Mas o impulso, que nelas se forma, não é uma transmissão do estímulo que percorre a fibra, mas, sim, as modificações de potencial, que fazem variar as cronaxias (correntes eléctricas dos neurônios), as quais, segundo a variedade do número dos impulsos e da freqüência, dão a especificidade da sensação.

Psìquicamente, não incorporamos o facto do mundo exterior, que actua apenas como estímulo, enquanto no biológico a assimilação se dá por integração do elemento exterior na componência física do organismo. Aqui não se dá tal coisa, mas apenas modificações nervosas, intrínsecas aos nervos, e a assimilação é totalmente diferente, o que nos mostra, desde logo, a irreductibilidade total da fisiologia do sistema nervoso ao apenas biológico. O funcionamento nervoso na vida, não é apenas o biológico, pois é especìficamente diferente, não uma mera diferenciação, mas **tensionalmente** diferente, o que é importante, o que nunca se deve perder de vista.

«Pelo que respeita às fibras motoras, há pouca dúvida de que a sua actividade normal no organismo consista na transmissão de impulsos do mesmo tipo que os observados nos nervos isolados, estimulados elèctricamente. A investigação da actividade formal das fibras sensitivas estêve dificultada no passado pela falta de estabilidade dos instrumentos de registro; mas o recente desenvolvimento da amplificação das válvulas tornou possível o registro das mais débeis modificações eléctricas com aparelhos registradores, relativamente pouco sensíveis» (Adrian).

Os estudos de fisiologia nervosa mostram que não há uma actividade específica das fibras sensitivas, correspondentes a cada tipo de órgão sensitivo. As fibras dos distintos órgãos receptores podem diferir quanto às suas relações temporais, mas a actividade fundamental, o impulso nervoso, é comum a tôdas elas, e comum também às fibras motoras.

Mostra Adrian que, no caso dos receptores musculares e de pressão, as descargas são tão semelhantes, que a diferente qualidade da sensação produzida tem que depender das conexões centrais das fibras. No caso da dor, contudo, é preciso determinar se existe carácter específico na actividade da fibra nervosa.

Como se verificou que a dor pode ser produzida por estímulos térmicos ou químicos de intensidade suficiente, concluíram de início os fisiólogos que qualquer estimulação excessiva de um receptor cutâneo era capaz de produzir dor, ponto de vista abandonado depois. Acreditou-se, então, que havia conductores especiais para a dor, da mesma forma que os há para a temperatura e para o contacto. Mas concluiu-se, ante o carácter específico da dor, que os receptores e conductores diferem consideràvelmente dos outros tipos de sensações cutâneas.

Os estudos de Head e de Ranson levaram a concluir que devem ser filogenèticamente diferentes tais fibras, que estas devem ser de estructura distinta das outras. Apesar dos estudos de Gasses e Elanger, mais modernamente, nada se pôde ainda precisar e tudo permanece no terreno das hipóteses.

A conclusão final a que chegou Adrian é a seguinte: «Os impulsos, produzidos pelos estímulos dolorosos, são do tipo habitual, e a sua freqüência acha-se dentro da zona ordinária; mas há alguma evidência de que a descarga deve possuir certa massa (duração e intensidade), para provocar a reacção dolorosa.»

Não há ainda, evidentemente, nenhuma solução definitiva para os problemas da fisiologia nervosa, que não esteja fundada apenas em hipóteses. E até agora o máximo a que se alcançou, permitiu apenas que se precisassem os fenômenos de ordem física. Verificou-se, ademais, que os factos psicológicos diferentes apresentaram iguais processos nervosos. E, desta maneira, a conclusão de Adrian é que a fisiologia não pode, por si, explicar senão **como** se dão os factos psico-fisiológicos e não explicá-los no seu **porquê**, o que é uma verdadeira e nítida posição científica.

A fisiologia, por si só, não nos pode explicar a sensibilidade nem muito menos a afectividade, apesar dos esforços combinados de tantos fisiologistas.

A palavra ainda cabe e caberá à Filosofia.

Dottrina (it.) = **doutrina.**

Doubt (ing.) = **dúvida.**

Douleur (fr.) = **dor.**

Doute (fr.) = **dúvida.**

DOUTRINA a) Do latim **doctrina,** do verbo **docio,** que significa ensinar, indicar, apontar alguma coisa, instruir, educar.

Êste radical aparece em muitas palavras, como **sacerdócio:** instruir sôbre o sagrado; corpo **docente,** conjunto dos que ensinam, etc.

Em seu sentido etimológico, **doutrina** é o ensino, é a educação, é a cultura ou sistema de conducta.

b) Na filosofia, tomou o sentido do conjunto dos dogmas ou dos princípios, nos quais se baseia uma crença religiosa ou um sistema filosófico, ou político, etc. É o resultado da elaboração do pensamento do carácter mais ou menos sistemático.

DOUTRINÁRIOS — a) Têrmo usado para indicar aquêles que, na Filosofia, prendem-se às formas fechadas teóricas, e desinteressados totalmente pelas opiniões ou idéias de outras tendências (são os dogmáticos).

b) Emprega-se, também, para indicar aquêles que teorizam e interessam-se exclusivamente em expor uma doutrina (teóricos desta ou daquela posição).

Dovere (it.) = **dever.**

DOXA — Em grego significa opinião, juízo, ponto de vista,

crença filosófica e também a **fama**, a **glória humana.**

a) Daí aparecer, na Filosofia, ora para referir-se às opiniões humanas, não teòricamente fundadas, não cultas, não especulativas, significando as tomadas de posição que não são productos de longas e de aprofundadas especulações. Por isso, **a doxa** é apresentada como **oposição** ao conhecimento **teórico, à teoria.**

b) Em Husserl, há, na **doxa, já epistéme,** que é o conhecimento culto, não ainda exteriorizado, categorialmente, mas percebido precategorialmente; em suma, na **doxa,** já há, confusamente, um conhecimento possível, de carácter epistêmico, discursivo, que a mente humana pode teòricamente expressá-lo **a posteriori.**

Esta posição de Husserl não se opõe à posição clássica, porque o conhecimento teórico inicia-se com a **doxa.**

DOXOLOGIA — a) Refere-se, na Religião, à glorificação. É o hino dos louvores.

b) **Doxólogo** é o que glorifica, que celebra ou louva a divindade, etc.

Doxologie (fr.) = **doxologia.**

DRAMA — (Em gr., **acção**).

a) Estado do espírito humano envolto num conflito.

b) Nome empregado no teatro, para referir-se às peças em que há um conflito de situações morais, psicológicas, etc.

c) Acção humana. A Filosofia Prática, porque se dedica ao exame da acção prática do homem, ao seu drama, é uma **filosofia dramática** de certo modo.

DRAMATICIDADE — Vide **Drama,** carácter do que é dramático.

Dravya (sânscrito) = **substância.** A substância, como **substractum** das qualidades **(guna),** accidentes, modos. Há várias classes de **dravya** estabelecidas pelos filósofos hindus.

Droit (fr.) = **direito.**

DUAL — Carácter do que é dois. Vide **Díada.**

DUALIDADE — Carácter ou propriedade do que é duplo ou do que contém, em si, duas naturezas ou duas substâncias, ou dois princípios.

Dualism (ing.) = **dualismo.**

DUALISMO — a) Todo sistema filosófico que afirma a coexistência de dois princípios opostos, os quais são igualmente necessários e eternos, como por ex. a **matéria** e o **espírito.**

b) Doutrina religiosa, que admite a existência de dois sêres primeiros, incriados, contrários um ao outro (dois **deuses**).

O dualismo afirma que a origem de tôdas as coisas provém de dois princípios, imprincipiados, irreductíveis um ao outro, independentes um do outro e, de per si, subsistentes, ambos com aseidade e ipseidade (em si mesmos, e êles mesmos, não em outros, nem outros que êles).

Êsses dois princípios, por serem absolutamente diferentes, são conseqüentemente opostos. Desta forma, encontramos o dualismo manifestado, axiològicamente, em Bem e Mal, um princípio é bom e outro é mau; um afirma, outro nega, etc.

Costuma-se oferecer como gênese do dualismo, a aporia em que se encontra o crente ante o problema do mal.

O dualismo é freqüentemente classificado em **dualismo pessimista** e **dualismo optimista.**

O **dualismo pessimista** atribui à matéria um poder activo, que se opõe a Deus, que é o Bem, e realiza desta forma o Mal. A alma humana é uma emanação do Bem, mas encontra na matéria o seu limitante.

O **dualismo optimista** empresta à matéria o atributo da independência; de essência diferente da essência de Deus, mas passiva, que recebe a acção divina que a modela. Muitos consideram que esta é a opinião de Aristóteles. No entanto, em seu pensamento se encontra a atribuição de certo papel activo à matéria, capaz de limitar a forma, bem como a possibilidade de estructurar a sua doutrina numa posição ora dualista, ora monopluralista.

O dualismo coloca-nos fatalmente ante diversas aporias, e apresenta ainda algumas fraquezas fàcilmente assinaláveis. O não poder compreender a imperfeição da criação, por ser Deus perfeito, não é um argumento cabal.

Além disso, o dualismo se vê na contingência de aceitar entre os dois princípios uma equipolência, embora inversa. E, neste caso, encontrar-se-ia em face de dois infinitos, que não se poderiam limitar. E se entre êles não há qualquer similitude, sendo diferentes absolutos, como podem ambos actuar um sôbre o outro? Pois se a matéria pode ser actuada por Deus, a matéria tem pelo menos a potência de ser actuada, e Deus a de actuar sôbre aquela.

Ao receber a forma, a matéria se delimita, o que a tornaria, **pari passu,** hieràrquicamente inferior e, neste caso, o ser da matéria não seria da mesma categoria do ser de Deus. E se não é, como pode ser um ser inferior se, no conceito de ser com aseidade, não cabe um aquém nem um além? Conceder à matéria uma síntese de ser e nada, leva a tôdas as aporias que a aceitação do nada acarreta, já suficientemente analisadas e criticadas. Ter-se-ia, assim, de aceitar que, entre Deus e a Matéria, há um ponto de similitude, o que leva a aceitar uma analogia entre matéria e Deus, pois aquela tem ser, e Deus é ser, o que se predicaria, portanto, para ambos, encontrando-se dêste modo um ponto de identificação, o que é fatal em tôda analogia de atribuição intrínseca, desde que levada às suas últimas conseqüências. Neste caso, ambos se incluiriam no ser, o que não mais permitiria fôssem absolutamente diferentes, o que refutaria o dualismo.

O tornar contingente a matéria, como o faria o dualismo optimista, implicaria, automàticamente, a necessidade. E se a matéria é absolutamente inerte, tem ela a possibilidade de ser movida, e o seria por Deus, quem lhe daria, automàticamente a presença virtual da moção, nela não actualizada, mas presente num modo de ser mocional, que lhe daria a perfeição de ser em acto à semelhança com Deus, levando-nos de novo à analogia de atribuição intrínseca, e desta a um ponto de identificação.

Desta forma, o dualismo cai em aporias maiores ainda que as que desejava resolver, pois o próprio dualismo pessimista não solucionaria o problema do mal. O mal é destructivo, e um mal infinito levaria à total destruição, o que negaria o ser à matéria.

Colocado o dualismo dentro dos processos abstractistas, que são usados e abusados pelos dualistas, a concepção destrói a si mesma, como tôda acção abstractista, que, por ser despojadora do concreto, só pode atingir ao nada, como o atinge a razão em suas últimas diligências, quando levada aos excessos do racionalismo.

Compreende-se, dialècticamente, a razão do dualismo, se pergunta por que o homem constrói esta concepção. O espectáculo do mundo, a visão da alternância dos opostos, levada aos extremos, termina num dualismo. Mas, desde que dialècticamente se compreenda que a alternância, a dualidade dos opostos, dos antagonismos e das antinomias, são apenas componentes formalmente opostas, mas cooperacionais de uma realidade, o dualismo perde sua razão de ser abstractista, para tornar-se conceito, como também acontece com o monismo, concrecionáveis numa visão monopluralista.

DUALISMO ANTAGÔNICO DO CONHECIMENTO — Vide **Experiência.**

Dualismus (al.) = **dualismo.**

Dualità (it.) = **dualidade.**

Dualität (al.) = **dualidade.**

Duality (ing.) = **dualidade.**

Dubbio (it.) = **dúvida.**

Dubitatio (lat.) = **dúvida.**

Dubito, ergo sum — (loc. lat.) = **duvido, logo existo.** É a mesma sentença do **cogito ergo sum,** de Descartes. Vide **Cogito.**

Duldung (al.) = **tolerância.**

Dull (ing.) = **surdo.**

Dumpf (al.) = **surdo.**

Dunkel (al.) = **obscuro.**

Dünn (al.) = **subtil.**

Duplica (it.) = **dupla.**

DUPLICIDADE — a) Diz-se que há duplicidade, quando há coexistência correlativa de dois objectos semelhantes.

b) Usa-se para indicar a falsidade que há naquelas pessoas que procedem de má fé.

c) Usa-se, na Filosofia, nas discussões e nas controvérsias,

onde há má fé por parte de um dos disputantes.

Duplik (al.) = **dupla.**

Duplique (fr.) = **dupla.**

Duply (ing.) = **dupla.**

DURAÇÃO — Vem de **durar,** permanecer. Na Filosofia, **duração** é a permanência da coisa no seu ser. A **duração incriada,** a que nunca teve um princípio, é a **eternidade,** que é a **posse perfeita e interminável totalmente simultânea** de seu ser. A **eternidade** não é concebida como um longo presente, no sentido do presente **temporal,** mas de uma simultaneidade intensista em si mesma. A **duração criada** é a dos sêres que começam a ser, e que não o foram sempre, dos que têm um princípio. Dentre êstes, distinguem-se os que começam a ser e poderão nunca mais deixar de ser, os quais serão sempre, e a **duração** de tais sêres é a **eviternidade** (de **aevum** — vide), e, finalmente, a **duração** das coisas que principiam a ser e que têm um término, deixando de ser, as quais são as coisas que sucedem, que acontecem. Esta duração chama-se **tempo** (vide).

Durata (it.) = **dura.**

Duratio (lat.) = **duração.**

Duration (ing.) = **duração.**

Durchdringende (al.) = **transitivo.**

Durchschnitt (al.) = **média.**

Durée (fr.) = **duração.**

Dürfen (al.) = **poder.**

Duty (ing.) = **dever, obrigação.**

DÚVIDA — Estado da mente em que não há um assentimento firme sôbre um juízo, por que se teme ser falso.

Dyade (fr.) = **díada.**

Dyadic (ing.) = **diádico.**

Dyadique (fr.) = **diádico.**

Dyadisch (al.) = **diádico.**

Dynamics (ing.) = **dinâmica.**

Dynamik (al.) = **dinâmica.**

Dynamique (fr.) = **dinâmica.**

Dynamis — Palavra grega, que significa poder e que, na filosofia aristotélica, significa ora a fonte de todo o poder, que realiza a mutação, ora a capacidade de uma coisa devir, isto é, **potencialidade.** Vide **Dinamismo.**

Dynamism (ing.) = **dinamismo.**

Dynamismus (al.) = **dinamismo.**

Dynamogène (fr.) = **dinamogênico.**

Dynamogenetisch (al.) = **dinamogênico.**

Dynamogenic (ing.) = **dinamogênico.**

Dynamogénique (fr.) — Vide **dinamogênico.**

Dysteleologia (ing.) = **disteleologia.**

Dystéléologie (fr.) = **disteleologia.**

Dysteleologie (al.) = **disteleologia.**

E

E — a) Em Lógica, significa a proposição universal negativa.

b) Significa, também, a proposição modal, em que o modo é afirmado e o **dicto** é negado.

c) **E** em chinês, segundo a interpretação dos confucianos, significa muito ou muito pouco; ou seja, o desvio da significação. Vide **Chung yung.**

É — Terceira pessoa do singular do indicativo do verbo ser. Indica sempre a cópula; ou seja, a atribuição real do predicado ao sujeito; ou, em outras palavras, que o predicado é um modo de ser do sujeito.

ECBÁTICO — O que revela só um resultado e não um fim, nem uma intenção. Contrário a **télico** (Vide).

Eccetuativa (it.) = **excetuativa.**

Eccitazione (it.) = **excitação.**

ECEIDADE — Vide **«Universal e Individual».**

Echochasia (ing.) — Vide **Ecolalia.**

Echolalia (ing.) = **ecolalia.**

Écholalie (fr.) = **ecolalia.**

Echosprache (al.) — Vide **Ecolalia.**

Echt (al.) = **autêntico.**

Eclecticism (ing.) = **ecletismo.**

Eclectisme (fr.) = **ecletismo.**

ECLETISMO — (Do grego **ecclesia,** reunião, assembléia, de onde proveio igreja, no latim **ecclesia).** Organização de um conjunto de traços doutrinários compatíveis entre si, extraídos de doutrinas diversas, e até antagônicas em outros aspectos, a fim de formar um sistema. (Vide **Sincrético** e **Sincrítico).**

A crítica dos **céptícos gregos** havia determinado uma debilitação das doutrinas filosóficas, fundamentadas no **dogmatismo.** Nasceu, por isso, a necessidade de conciliar essa crítica, buscando um terreno comum, onde pudessem harmonizar-se. Com exceção da epicúrea, tôdas as escolas, então, tendem para o **ecletismo.** A escola estóica, com Panécio e Possidônio, e a Acadêmica, com Filon e Antíoco, e mui-

tas outras, tôdas buscavam êsse terreno comum, que servisse de critério de unidade. Era uma tendência a escolher o coincidente dos antigos filósofos, reuní-los numa concepção do mundo e da vida. Como escola filosófica, o ecletismo grego confunde-se muitas vêzes com o **sincretismo.** Mas êste último título é dado à fusão das concepções do mundo greco-judaico-romano-oriental, que se processou nos últimos anos da era precristã, e nos primeiros séculos depois de Cristo.

Sobrevindo ao **Eleatismo,** o **Ecletismo** advém, não para responder a pergunta fundamental da filosofia grega (qual o ser de onde provém tôdas as coisas?), que havia interessado os jônicos, nem responder a pergunta eleática (que é o ser, em que consiste o ser?), mas no intuito de buscar uma conciliação entre a pluralidade e a verdadeira unidade do Ser, para conseguir, por meio de uniões e separações, explicar a aparência do **devir.** Para os **ecléticos,** o problema do **devir** permanece em pé, a-pesar-da crítica eleática.

Eclettismo (it.) = **ecletismo.**

ECOLALIA — Têrmo criado por Romberg, em 1853. Fenômeno que consiste em uma pessoa, quando atacada de certas doenças mentais ou de catalepsia, repetir, como se fôssem um eco, palavras que lhe foram dirigidas, dando a parecer que pròpriamente não as compreendeu.

École (fr.) = **escola.**

ECOLOGIA — Parte da Biologia, que estuda a relação dos organismos com o seu meio ambiente. Temos, assim, a **ecologia humana,** que pertence já à Sociologia, e que estuda as relações entre o homem e o ambiente circunstancial, bem como seu dinamismo (**migrações,** etc.).

ECOLOGIA SOCIAL — Vide **Factôres sociais.**

ECONOMIA — Vide **Economia Política.**

ECONOMIA ARTESANAL — Vide **Sistemas econômicos.**

ECONOMIA DO PENSAMENTO — Vide **Parcimônia.**

ECONOMIA FECHADA — Vide **Sistemas econômicos.**

ECONOMIA (métodos da) — Para o exame de alguma matéria segue o ser humano diversos caminhos julgados positivamente bons, hábeis, capazes de alcançar o têrmo desejado, que é o conhecimento mais exacto das relações de causalidade; ou seja, de dependência real dos factos sucessivos aos anteriores e da interactuação que os mesmos podem exercer uns sôbre os outros. A tais providências dão-se o nome genérico de **métodos** e em tôdas as disciplinas alinham-se muitos numa grande variedade, uns mais eficazes que outros, em certo ou determinado sector. Também a Economia tem seus métodos, e muitos foram aplicados, no intuito de penetrar com segurança no campo de sua matéria. Assim, empregou-se desde a simples observação ao método histórico; analisou-se a correlação entre os factos econômicos e os factos psicológicos através da

Psicologia. Também concepções do mundo tais como a materialista foram tentadas muitas vêzes, como ademais se fêz a aplicação e a reducção ao método matemático dos factos econômicos, bem como se tentou combinar diversos métodos para com êles alcançar resultados mais seguros.

O clássico método deductivo, e o inductivo-deductivo foram aplicados intensamente. Houve sempre na Economia, o desejo de estabelecer alguns princípios axiomáticos, dos quais fôsse possível deduzir o restante das proposições dessa disciplina. Pode-se mesmo dizer que êsse foi o método predominante, método deductivo, muito embora tais axiomas só pudessem ser constituídos após a observação dos factos econômicos, ou seja, induzidos.

Hoje não se admite mais, na Economia, a oposição entre os dois métodos, que, na verdade, se complementam e constituem um só método real.

Em tôda ciência, tende-se a alcançar uma concepção generalista, fundada ontològicamente; ou seja, em bases positivas na positividade do ser que constitui a matéria e a forma de uma ciência determinada, que toma em geral o nome de **pura.** Assim, fala-se em uma Matemática pura, em uma Física pura, em Psicologia pura e também em uma Economia Pura. Não toma aí o têrmo o sentido restrito que lhe deu Kant de meramente **a priori,** porque não seria possível estabelecer-se uma física pura apenas aprioristicamente, mesmo porque não há um **a priori** em sentido puro. Na dialéctica concreta, pode-se estabelecer as bases de uma ciência, desde que partamos do conceito do seu objecto e das suas intenções e tenhamos alguns dados experimentais. Não é o homem capaz de construir uma ciência pura sem a presença dêsse elemento experimental, sôbre o qual êle aplica os conteúdos eidético-noéticos do conceito fundamental da ciência que pretenda examinar. Assim não seria possível falar-se nos elementos fundamentais e puros da cristalografia, sem se saber primeiramente que significa **cristal** e também **grafia,** descrição, e ter alguma experiência de cristais. Julgar-se que o homem é capaz de criar uma ciência **a priori,** pura, sem auxílio da experiência é um êrro lamentável. E são precisamente tais factos da experiência sôbre os quais se aplicam os conteúdos eidético-noéticos, e que facilitam, quando bem conduzidos, que, dos juízos estabelecidos como seguros, se possam deduzir os juízos virtuais, que nêles estão contidos, bem como os que êles permitem estabelecer.

O que se costuma chamar por ciência pura não é a ciência completamente separada da experiência, mas a ciência reduzida a fórmulas, embora captadas da experiência, que possam ser empregadas antes desta, e que sirvam como fórmulas matemáticas, como vemos entre os economistas matemáticos, como Cournot, Gossen, Tinbergen, Leontiev, Chait, A. Marchal, Divisia, e todos aquêles que se dedicam à econometria, na qual se pretende sintetizar, como o expõe Chait, a Economia Política, a

Economia Matemática, a análise estatística e a análise matemática.

A Economia Matemática era desconhecida dos economistas clássicos e a aplicação do método matemático aos factos econômicos significa realmente um desejo de tornar mais apodítica essa ciência, dar-lhe o rigor que a Matemática exige e oferece, como o pode realizar a Lógica quando conduzida com o rigor dialéctico que lhe imprime a Lógica Maior, a Lógica Demonstrativa. Dêste modo, o emprêgo de tais métodos buscam emprestar à Economia maior regularidade. Como os factos econômicos não se dão per si, independentemente de tudo o mais, e ao contrário acompanhados dos factos **extra-econômicos,** e que têm uma importância capital na formação e no processuamento daqueles, não é de admirar que a tentativa de matematizar a Economia encontrasse suas resistências, sérios obstáculos, e não conseguisse êxito em equacionar todos os acontecimentos econômicos possíveis, o que forneceu razões poderosas para os adversários negarem validez às tentativas de matematização.

Os «matemáticos» chamam de «literatos» aos outros economistas, e afirmam, ademais, que representam êstes um verdadeiro perigo público, pois os prejuízos que causam na sociedade são imensos, incalculáveis, como afirma M. Frechet.

Contudo, os últimos respondem que não é possível matematizar os factos sociais e muitos apóiam-se em Comte, que embora matemático, afirmava que, nos factos sociais, seria melhor empregar a Lógica que a Matemática, como também se pode dizer quanto à Psicologia.

Como a polêmica ainda continua, à semelhança de outras que também surgiram quanto a outras disciplinas, podemos, contudo, tecer os seguintes comentários.

Em primeiro lugar, é mister que se esclareça bem o que significa, ou pelo menos, em que sentido se toma o têrmo **matemático.** Como se entende a Matemática apenas no sentido quantitativo, como a disciplina que se dedica ao estudo das quantidades abstraídas, em segundo grau de abstracção, a matematização da economia se processaria apenas tomando o aspecto quantitativo dos factos econômicos, que não abrange a totalidade da realidade possível de ser captada pelo ser humano. Ademais, grave defeito é julgar-se que podemos estudar devidamente uma matéria, considerando-a sempre como separada do restante da realidade concreta à qual pertence, como o considera o especialismo, quando exagerado, que separa mentalmente e julga, depois, que a separação é real-real, **extra-mentis.**

A matematização da Economia só é aplicável até onde abrange o quantitativo, ao que pode ser tomado por êsse módo abstracto, e falha lamentàvelmente no que ultrapassa a êsse aspecto. Por sua vez, os «literatos» da Economia poderão actuar e obter êxitos relativos no sector que permite divagações e espe-

culações tão ao gôsto das opiniões diversas, do que é julgado o mais acertado e fácil de ser empregado e aplicado. Não há dúvida que há certa positividade em ambos os lados, mas apenas no que realmente é positivo, e ambos pecam quando negam as possibilidades reais da outra posição.

Nenhuma ciência pode alcançar a plenitude de sua actuação se não se considerar como fazendo parte de uma concreção, e essa concreção abrange o que é **extra-scientiam,** mas que actua no que constitui o objecto formal-terminativo e também o formal-motivo e o material da mesma. É um êrro pensar-se na Economia separada da História, da Ética, da Psicologia, da Sociologia, da Política, etc. É pensar que tal abstracção, por ser passível de realizar-se mentalmente, corresponda ela a uma realidade insofismável, como julgam racionalistas e idealistas. Nenhuma ciência pode ser devidamente examinada com um especialismo de tal índole, que se situa fora do que constitui a generalidade da qual aquela ciência faz parte. Nunca o especialismo realizou tantos desgastes e tantos males como na época de hoje, em que vivemos numa verdadeira Tôrre de Babel, em que dialogamos uns com os outros num verdadeiro diálogo de surdos, porque cada um fala uma «língua» que o outro não entende. E tudo isso surge da má visualização da especialidade, que foi confundida com a separação mental e esta como se **realmente** se desse na natureza, do mesmo modo como se dá em nossa mente.

Na Economia, como em tôdas as outras ciências, os **métodos abstractos,** que são os especialíssimos, produziram males inumeráveis. Só um método pode realmente produzir bons resultados, e os mais seguros, e é o **método concreto,** como o chamamos, que segue uma dialéctica concreta, que considera a natureza da coisa a ser estudada, a sua emergência, ao lado da predisponência e, nesta, considera aquela que é factor essencial da coisa e os factôres que são **extra,** mas que exercem também um papel determinador. Ou, em outras palavras, tôda ciência deve considerar o que é **extra-scientiam,** e que actua no campo da primeira. Assim é impossível a Pedagogia sem a Psicologia, a Medicina, a Sociologia, a História, a Sociologia, a Ética, etc., é impossível sem considerar o que é extra-pedagógico. Do mesmo modo é impossível examinar bem a Economia sem considerar o que é extra-econômico, e que exerce um papel importante naquela.

ECONOMIA PLANIFICADA — Vide **Sistemas econômicos.**

ECONOMIA POLÍTICA — **Economia** é o ramo das ciências sociais, e conseqüentemente subordinada à Ética, cujo têrmo é formado do gr. **oikos,** casa e **nomos,** lei, norma, cujo objecto principal é o estudo teórico-prático da producção e da troca de bens. O têrmo foi usado por Xenofonte, Aristóteles e, posteriormente, por Cícero, para referir-se, pròpriamente, às regras de conducta da producção em economia fechada, própria da economia grega.

Economia política. Foi essa expressão usada em nossos tempos para indicar o estudo das leis e sistema da sociedade, na sua forma econômica combinada com a política. Só actualmente é considerada especialmente como o estudo da producção, da distribuição, do consumo dos bens imprescindíveis à manutenção da vida, da saúde, e das necessidades espirituais do homem.

ECONOMIA (princípio de) — É o nome como é mais conhecido o famoso princípio de William Ockam, franciscano, conhecido também por **navalha de Ockam,** cuja fórmula era: **entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem** (os entes não devem ser multiplicados, salvo necessàriamente), o que aplicado à demonstração pode ser enunciado dêste modo: entre duas explanações, ambas de igual valor, deve ser preferida a que invoca o menor número de princípios ou suposições, por ser mais verdadeira, e, em suma, por ser cientificamente preferível.

ECONOMIA SOCIAL — Vide **Factôres sociais.**

ECONOMIA SOVIÊTICA — Vide **Sistemas econômicos.**

ECONÔMICAS (escolas) — Damos a seguir a seqüência das principais escolas econômicas.

Os Mercantilistas: No séc. XVI, com a formação dos Estados modernos, com uma economia complexa e de interêsses diversos, muitas vêzes opostos, a atenção dos estudiosos se dirigiu para os factos econômicos, então patentes pela exacerbação dos interêsses em antagonismo. Predominou o interêsse «nacional», e nesse campo, principalmente, o comércio exterior, para o alcance de uma balança comercial favorável, visto o afluxo de metais preciosos que dêle resultava. Foi por êsse aspecto, por terem considerado o problema econômico do ângulo «nacional», e êste do ponto de vista comercial, que lhes deram o nome de **mercantilistas.**

Não formaram êles uma escola pròpriamente dita, com uma doutrina comum. Apesar de todos se preocuparem com a balança comercial e a acquisição de metais preciosos para o seu país, estavam êles em desacôrdo quanto aos meios para alcançar tais fins. Entre êles os mais famosos foram Thomas Mun e Antoine de Montchrestien.

Com William Petty (1623-1687), o campo do pensamento econômico se alargou. Estudou êle os factôres de producção, o trabalho, que **é o pai, e a terra, que é a mãe de tôdas as riquezas,** para estudar diversas aplicações da estatística ao estudo dos factos econômicos.

No séc. XVIII, surgiu Richard Cantillon, que se pode considerar como um economista moderno. Sua obra «Ensaio sôbre a natureza do comércio em geral», contém uma exposição dos regulamentos internacionais e, seguindo os estudos de Petty, analisou a producção, o valor, a moeda, os salários, a população. Sua clareza de espírito emprestou à obra um valor científico.

Escola Fisiocrata: No decorrer do século XVIII, influídos

Papa Pio IX
(Gravura)

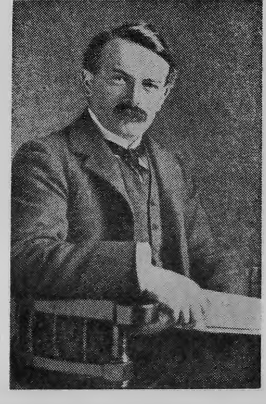
Papa Pio IX
(Fotografia)

Papa Leão XIII

O Dominicano Lacordaire
Quadro de Chassérian

Benjamin Disraeli
Lord Beaconsfield

O geógrafo Carlos Ritter
(Quadro de C. Begas)



Lloyd George

Ignácio de Dollinger
Chefe Espiritual dos
"Velhos Católicos

CROMWELL

Ludwig Tieck

Luigi Galvani

Friedrich List

F. Schleiermacher

pelo mercantilismo, muitos escritores preconizavam medidas intervencionistas, com o fim de favorecer o comércio e a indústria, enquanto outros reaccionavam em favor de uma política mais ampla e mais liberal.

A miséria, que avassalou a França no século XVIII, e a desordem existente nas finanças públicas davam lugar a muitas idéias liberais, que preconizavam reformas profundas. Com a finalidade de remediar as misérias do tempo por uma ampla reforma, e também com o intuito de constituir uma economia política, surgiu a **Escola fisiocrata,** cuja chefe foi Quesnay (1694-1774). Era Quesnay médico de Luiz XV, e escreveu alguns opúsculos. Teve como discípulos o Marquês de Mirabeau, Dupont de Nemours, Mercier de la Rivière, etc.

A preocupação dominante dos fisiocratas era a de descobrir a **ordem natural** da vida econômica. Essa preocupação era uma constante da época, que desejava submetê-la às leis naturais. «Laissez faire; laissez passer» («deixai fazer; deixai passar»), tal era o lema máximo da escola.

Comparava Quesnay a sociedade a um organismo — comparação aliás já velha — cuja fisiologia procurava estudar. Imaginava a circulação das riquezas de uma forma análoga à circulação do sangue. O ponto de partida dessa circulação era a agricultura: «o cultivador consome imediatamente o que é necessário ao seu alimento; o resto é partilhado entre êle e o proprietário, e ambos distribuem o resto em salários a todos os membros da sociedade, como preço de seu trabalho. Os valôres, que êstes receberam, retornam pela compra dos alimentos que êles consomem, entre as mãos dos cultivadores, para sair de novo, por uma circulação, cuja continuidade faz a vida do corpo político, assim como a circulação do sangue faz a vida do corpo animal.»

Tinha, assim, tôda riqueza sua fonte na agricultura, e é a ela que os fisiocratas atribuíam a primazia, que era dada ao comércio e à indústria pelos Mercantilistas. Consideravam êles que apenas a agricultura era productiva, e viam nos cultivadores a **«classe dos productores»,** qualificando os artesãos e os comerciantes de **classes estéreis.**

Não negavam a utilidade do trabalho efectuado pelos que fazem circular a riqueza, mas só a agricultura ajuntava, oferecia riquezas. Diziam que apenas os cultivadores «produziam por geração, por aumento real do producto», enquanto o artesão «produzia por adição de matérias primas e de substâncias convertidas em trabalho».

Concluíam, assim, os fisiocratas que se devia favorecer a agricultura, mas, conseqüentes com a sua doutrina, julgavam que o impôsto devia recair sôbre a terra, fonte de riqueza, e eram partidários do **impôsto único.**

Vê-se, fàcilmente, que a teoria fisiocrata funda-se nos dados da sua época e não é mister muitos argumentos para mostrar seus erros. É uma doutrina própria da eotécnica, que actualiza a agricultura, como os mercantilistas

haviam actualizado o comércio e a indústria. Tem, no entanto, seu papel histórico e muitas das suas teses retornam, fundadas em novos argumentos, como ainda veremos.

A Economia Política: É na Grã-Bretanha, sobretudo na Escócia, que o pensamento econômico vai ter um grande desenvolvimento. É iniciada por filósofos, os quais, presos à orientação racionalista, dominante então na Filosofia, deram ao pensamento êsse cunho abstracto, tão peculiar. Os precursores foram Hutcheson, mestre de Adam Smith, Ferguson e David Hume. Este, sobretudo, escreveu notáveis trabalhos sôbre a moeda, comércio internacional, taxa de juros, população, dívida pública, etc. Influiu poderosamente sôbre Adam Smith.

Adam Smith nasceu na Escócia em 1723, viajou pela França e pela Suiça. Em 1776 publicou sua célebre obra a «Riqueza das Nações». Apesar das influências sofridas, seu trabalho tem um cunho pessoal e original. É uma obra de observação e de documentação, coordenada por uma lógica penetrante. Professava, em geral, idéias liberais; não era, porém, intransigente. É êle considerado o fundador da economia política moderna.

J. B. Say (francês, 1767-1832) foi continuador da obra de Adam Smith. Publicou em 1803 o «Tratado de Economia Política», que foi posteriormente remodelado pelo autor. Adotou uma classificação lógica (Producção, Distribuição, Consumo), que ainda é usada hoje, e estudou analìticamente essas fases. Sua obra teve grande influência nos estudos posteriores.

Escola Clássica Inglêsa: David Ricardo (1772-1823) foi, no início, um financista, que obteve grande fortuna, e depois se dedicou a uma especulação desinteressada. Após haver lido a obra de J. B. Say, entregou-se ao estudo dos problemas mais teóricos da economia política. Com sua teoria do valor, reconhece que a utilidade é a condição prévia do valor, mas considera que o valor de troca normal depende do custo de producção, e, finalmente, do trabalho. Em face da desigualdade de fertilidade do solo, o custo da producção não é o mesmo para todos os proprietários. Ora, como o preço do mercado regula-se pelo custo mais elevado das mercadorias necessárias para responder a procura, os proprietários favorecidos obtêm um retôrno suplementar, que êle chama **renda.**

Segundo Ricardo, êsse retôrno suplementar é pago pelos granjeiros.

Por outro lado, o aumento da população exige que se ponha em plantio terras menos férteis, em que a producção é cada vez mais onerosa, razão pela qual o preço das subsistências tende a elevar-se, o que vem em proveito dos antigos proprietários por um acrescentamento da «renda».

Quanto ao salário, apesar da relação entre o capital disponível e a população, êle não pode cair abaixo das estritas necessidades da existência e tende a elevar-se, mas sòmente na medida em que

é preciso para enfrentar a alta do preço das subsistências e, conseqüentemente, sem proveito para os operários.

Segundo Ricardo, devido ao aumento dos salários, os lucros do capitalista iriam diminuindo até o momento em que a acumulação de capitais cessaria de ser lucrativa. Chegar-se-ia a um estado de producção estacionária, enquanto o proprietário territorial se beneficiaria com uma renda sempre crescente. Essas premissas, hoje contestáveis, inclusive em suas conseqüências, tiveram grande influência no pensamento econômico. Forneceram argumentos aos socialistas e aos adversários de uma organização puramente individualista da producção.

Contemporâneo de Ricardo foi **Thomas Robert Malthus** (1766-1834), pastor protestante. Publicou em 1820 «Princípios de Economia Política». A celebridade de Malthus se deve ao seu ensaio sôbre o princípio da população, publicado em 1789, em que afirmava um crescimento numa progressão geométrica, enquanto o aumento das subsistências se processava numa progressão aritmética. Desta forma, aumentava a necessidade, e a quantidade de alimentos não aumentando, na mesma proporção, a fome e a miséria cresceriam, razão pela qual propôs certas medidas anti-concepcionais, com o intuito de evitar o aumento da população. Fundava-se em estatísticas inglêsas e suas opiniões mereceram posteriormente severas críticas. No entanto, há, em suas teorias, muitos aspectos verdadeiros.

Surgiu depois **John Stuart Mill** (1806-1873), filho de **James Mill**, filósofo e economista. Sua obra tem pouca originalidade, mas apresenta um rigor e uma clareza iguais às idéias expostas por Ricardo. Procurava êle a unidade na diversidade. Propôs soluções verdadeiramente socialistas: anulação progressiva do salário pela associação cooperativa de producção, socialização da renda do solo pelo impôsto territorial, limitação do direito de acquisição por sucessão, etc.

A Economia Política na França: Enquanto se desenvolvia o estudo da Economia na Inglaterra, na França permanecia ela no terreno das discussões doutrinárias.

Frédéric Bastiat (1801-1850) teve grande popularidade pelo brilho de sua obra que, embora não oferecesse originalidade, mostrava uma série de argumentos favoráveis à economia liberal. Lutou contra os socialistas, e preparou os argumentos em favor do livre-cambismo de 1860.

Sismonde de Sismondi (1773-1842), historiador e economista, foi discípulo de Adam Smith, acentuou seu método de observação e combateu o método deductivo, predominante entre os economistas inglêses. Assistiu ao desenvolvimento da grande indústria, o crescimento da producção devido ao maquinismo e à miséria das classes laboriosas.

Criticou o liberalismo absoluto e defendeu o intervencionismo do Estado. Os estudos, que fêz sôbre a concentração da producção e das fortunas, serviram para

inspirar directamente a Karl Marx.

As tendências socialistas no século XIX: A tradição platônica, renovada na Renascença, encontrou novas circunstâncias que viriam favorecer a formação de idéias de reforma econômica e social. O espírito revolucionário juntou-se à crítica da organização econômica para formar o movimento «socialista».

Na época da Revolução Francesa, temos **Babeuf,** que pregava uma obra política, acompanhada por uma reforma agrária com tendências comunistas. **Godwin** (1756-1836), na Inglaterra, atacou a propriedade privada. Surgiu então a figura de **Robert Owen** (1771-1858), grande industrial, filantropo, que difundiu a noção e a palavra então nova de **socialismo.** Em suas usinas, reduziu o dia de trabalho, fêz diversas obras em benefício dos trabalhadores, fundou na América a colônia «New Harmony», etc. Convém recordar que os pioneiros de **Rochdale,** os pioneiros do cooperativismo moderno, foram discípulos de Owen. Pensava êle abolir o lucro, não pela expropriação dos capitalistas, mas pela criação de capitais novos. E dessa época também **Charles Fourier** (1772-1827), que propôs a formação de um sistema de comunidades agrícolas. Desejava tornar o trabalho atraente, criando a variedade, e pretendia organizar a sociedade por meio de pequenos agrupamentos rurais, os falanstérios (de 1.600 pessoas, aproximadamente), em que a producção e o consumo fôssem feitos em comum. Fournier não se considerava um socialista, e até negava que o fôsse. Conservava a propriedade privada e a herança. Nos falanstérios, uns poderiam trazer seus capitais, outros o seu talento, e a repartição se faria proporcionalmente. Não preconizava a abolição do salário. Em sua crítica ao sistema econômico dominante, entreviu certos aspectos da evolução econômica. Sua luta contra o intermediário, que desejava suprimir, e o desejo de preparar o acesso dos trabalhadores à propriedade, levaram-no a ser considerado por muitos como um precursor do movimento cooperativista moderno.

É com **Saint-Simon** (1760-1825) que o pensamento econômico marcha para o socialismo contemporâneo. Não era êle hostil à propriedade privada, mas criticava a insuficiente organização da producção, e preconizava um sistema de govêrno econômico, em que as câmaras, compostas de sábios, engenheiros, artistas, dirigentes da indústria, se esforçariam por coordenar, melhorar e aumentar a producção. Era mais um **productivista** que um socialista.

Teve dois grandes discípulos: **Augustin Thierry** e **Auguste Comte,** os **irmãos Rodrigues,** dois banqueiros, e **Enfantin** e **Bazard.** Os saint-simonistas constituíram uma verdadeira «seita». Tendiam para um sistema semi-socialista: a propriedade privada cessaria de ser hereditária, e o Estado, dono dos meios de producção, distribuiria segundo o interêsse geral. Um banqueiro forneceria os capitais necessários aos indivíduos

mais aptos para dêles tirarem partido, de forma que ninguém permanecesse ocioso e cada um recebesse na proporção de suas capacidades.

Não prepararam a comunidade do consumo, mas aceitavam apenas uma partilha econômica igual. Observe-se quanto há de Saint-Simon e de Fourier nas idéias contemporâneas, e porque Marx havia de considerar essas figuras como as mais importantes do socialismo, por êle chamado de «utópico», em oposição ao seu «socialismo científico».

Inegàvelmente, o saint-simonismo exerceu grande influência no pensamento moderno, sobretudo pelas grandes figuras que se encontram entre seus adeptos.

Foi a doutrina de Saint-Simon que inspirou **Louis Blanc** (1813-1882), que preconizou a criação de oficinas sociais, verdadeiras sociedades cooperativas de producção. Louis Blanc tinha grande confiança no progresso dessas cooperativas.

Proudhon (1809-1865) obteve grande renome graças ao seu livro «O que é a propriedade?», cuja resposta era: «é o roubo». Proudhon combateu, na propriedade, o **abuso**, e não o **uso**. Combateu a propriedade neste sentido, não como usufruto, e defendeu a liberdade do trabalho, com a desaparição das rendas sem trabalho, modificando simplesmente as condições de troca, organizando o crédito gratuíto, pondo os capitais à disposição dos trabalhadores. Não pôde realizar seus desejos.

A economia nacional e a escola histórica na Alemanha: Não ultrapassaram os autores alemães o limite de seu país, pois a Economia não mereceu o estudo acurado que se verificou na França e na Inglaterra. Mas, ao surgir a Economia na Alemanha, tomou uma direcção diferente da Inglaterra. Enquanto, nesta, tinha um sentido um tanto filosófico-racionalístico, na Alemanha teve um sentido positivo. Não tinha a Alemanha, na primeira metade do século XIX, ainda adquirido a unidade política nem a econômica. As idéias do liberalismo econômico, abrindo as fronteiras, encontravam apoio na Alemanha, cheia de regiões separadas. Mas, obtida a unificação alemã, tiveram logo necessidade de construir uma economia que servisse aos interêsses «nacionais», Era a Alemanha rica em reservas naturais, mas pobre em recursos de capital, e não atingira ainda ao desenvolvimento econômico que se verificava na Inglaterra e na França. O livrecambismo encontrou logo oposição, embora, na fase anterior à unificação, tivesse obtido seus defensores. É que ela não podia competir com países tão desenvolvidos como a Inglaterra.

Frederic List (1789-1846) foi quem fundou a «economia nacional», abrindo o caminho para a «escola histórica». O primeiro representante da escola histórica foi W. Roscher, em quem a Economia se mantém «em contacto estreito com a história do direito, a história política, e a história da civilização.» A Economia torna-se descriptiva e tenta explicar a realidade viva, pormeno-

rizadamente, em vez de guiar-se por leis abstractas.

Não se pense que a escola histórica alemã se limitou a investigações retrospectivas sôbre a história econômica. Estudou, sobretudo, os factos contemporâneos, mas com um método paciente de historiador, buscando a realidade, procurando explicar os factos concretos da vida econômica, antes de procurar seus princípios.

O socialismo de Estado e o colectivismo, na Alemanha: O espírito positivo que, como já vimos, penetrava na literatura econômica da Alemanha, preparou, com seus elementos descriptivos, a formação de um socialismo novo, que a si mesmo intitulou de «científico», e que teve três figuras de relêvo, que foram **Rodbertus, Lassalle** e **Karl Marx.**

Era **Rodbertus** (1805-1875) um grande proprietário prussiano, que se inspirou directamente na obra de Sismondi e dos saint-simonianos. O livre-câmbio levaria a fornecer aos capitalistas e aos proprietários territoriais uma parte cada vez maior, de um producto que êles não criaram. «Vivem êles no luxo, enquanto outros mal podem satisfazer suas necessidades essenciais.» Concluia então Rodbertus que o Estado deveria tomar a direcção da actividade econômica. Não queria suprimir a propriedade privada nem as emprêsas particulares. Permanecendo a propriedade e as emprêsas privadas, deveria o Estado intervir nas relações entre o capital e o trabalho.

Ferdinand Lassalle (1825,1864) acreditava, com Rodbertus e Marx, numa evolução histórica que terminaria na desapropriação da propriedade privada. Era um grande agitador público. E pela necessidade da acção, acabou por preconizar seu programa prático à criação de sociedades operárias de producção, como o fizera antes Louis Blanc.

Karl Marx (1818-1883) foi inegàvelmente o teórico mais completo do socialismo autoritário do século XIX. Sua teoria da **plus-valia,** apoiada na teoria clássica do valor, e a concepção da evolução econômica, baseada sôbre os factos contemporâneos, levaram-no a aceitar o advento da propriedade colectiva, como necessidade histórica. Estes são os pontos fundamentais da sua doutrina econômica.

Com a doutrina da **plus-valia,** não atacava Marx a exploração sofrida pelo trabalhador, mas **explicava,** com ela, a teoria do valor. Aceitava a de Ricardo sôbre o valor, fundado no trabalho, o que Proudhon antes também aceitara.

Assim o patrão vende o producto ao preço correspondente à quantidade de tempo de trabalho que êle contém, mas paga ao operário, não todo o trabalho fornecido, mas sòmente um salário correspondente às estritas necessidades, ao custo da existência do trabalhador. Concludentemente, o valor da subsistência necessária para a manutenção do obreiro é inferior ao valor dos productos do trabalho do mesmo, que é a **plus-valia.** Esta doutrina foi rejeitada até por marxistas.

Quanto à segunda parte de sua doutrina, afirmava Marx a con-

centração crescente dos capitais com o desenvolvimento da indústria, a acumulação em poucas mãos dêsse capital, enquanto a proletarização seria crescente por parte dos trabalhadores, cada vez mais miseráveis. Os artesãos, por sua vez, seriam forçados a vender sua fôrça de trabalho e a proletarizarem-se conseqüentemente. Tal facto levou-o a concluir a necessidade da luta de classes. Essa evolução do regime capitalista levá-lo-á à sua própria destruição, e os capitais, concentrados em poucas mãos, serão arrebatados pelo proletariado, que, através da revolução, os entregará ao Estado.

A formação dos trustes e as grandes concentrações proletárias nos sindicatos vinham em abono dessa tese. Mas as crises previstas tornaram-se menos intensas, e o proletariado, em fins do século XIX e no século XX, conheceu muitas melhorias.

A doutrina de Marx foi combatida por socialistas, autoritários e libertários, sobretudo por se preocupar mais com a producção que com a repartição e o consumo. Uma análise rápida, feita sôbre os dados acima expostos, permite ver que a doutrina de Marx prende-se mais às linhas gerais do pensamento alemão que às do socialismo, que já estudamos na França. A tese do intervencionismo é cara aos socialistas alemães, que chegaram a criar o nacional-socialismo hitlerista, em que o Estado chegou a alcançar o máximo de poder, só superado pelo poder que se observa na Rússia Soviética.

Henry George (Georgismo): Ao mesmo tempo que surgiam projectos de socialização integral, novas doutrinas pregavam a socialização do solo. É a propriedade do solo considerada comumente como a propriedade por excelência, e foi ela a mais criticada pelos socialistas em sua primeira fase. Com o desenvolvimento da propriedade mobiliária, perdeu ela sua grande fôrça.

Já vimos que Ricardo considerava a propriedade territorial como uma renda, uma **plus-valia** não ganha. **Henry George** (1839-1897), um publicista americano, publicou uma obra de grande repercussão, que foi «Progresso e Miséria» (1879), e aproveitou a tese ricardiana para levá-la ao extremo. Verificou que a renda sempre crescente, percebida pelo proprietário territorial, absorvia todo crescimento da renda social, devido ao progresso da producção. Concluiu pela confiscação através de um impôsto, o **impôsto único,** como o dos fisiocratas, pela **single tax.** Teve essa doutrina grande repercussão nos países novos, sobretudo nos Estados Unidos e Austrália, onde foram organizadas ligas que preconizavam a introdução da **single tax.**

Outros pregaram a «nacionalização» do solo, indo, assim, além de Henry George, como o fêz Gossen, economista alemão, e Léon Walras, professor em Lausanne. Mas êsses autores queriam apenas uma expropriação com indemnização, a fim de reservar ao Estado tôda ou parte da renda futura.

Outras tendências do século XIX e do início do século XX: Em fins do século XIX e parte do século XX, vemos uma série de economistas, que retornam aos temas do liberalismo e defendem a doutrina de que a sociedade muito pode ganhar com a abstenção intervencionista do Estado. Defendem êles o livre-câmbio, em vez do protecionismo. Criticam com bastante acuidade os modos de intervenção do Estado na actividade econômica, e denunciam sua inaptidão para gerir as explorações autônomas. Poucos acreditam nas inovações legislativas e na legislação social.

Michel Chevalier e Dupont White, já em meados do século XIX, haviam protestado contra a não intervenção do Estado, e em 1872, no congresso de Eisenach, reabilitaram as funções econômicas do Estado e preconizaram, através, posteriormente, dos socialistas de cátedra, a tese da intervenção. Muitos outros autores defenderam o intervencionísmo.

Com a decomposição do Marxismo, feita pela crítica doutrinária dos socialistas, surgiu a doutrina do sindicalismo. Os sindicalistas consideravam os sindicatos proletários como fôrças constructivas independentes dos parlamentos e dos partidos políticos, capazes de organizarem a producção e a distribuição.

Na Inglaterra surgiram, então, as **guildas,** que, em vez de lutar pela organização da defesa dos assalariados, procuravam abolir o salário. A Confederação Geral do Trabalho na França, em 1920, era orientada pelos ideais sindicalistas. Surgiu também, em fins do século XIX, movimentos categòricamente hostis ao Marxismo, que repudiavam o materialismo histórico e a luta de classe, e que ofereciam melhorias das condições dos trabalhadores por meio de reformas, por exemplo **Frederich Le Play,** que se preocupou em reforçar a instituição da família e em desenvolver a boa harmonia entre as pessoas, operando no mesmo trabalho, tornando o chefe de indústria uma espécie de chefe de família, cujo **paternalismo** tenderia a melhorar a sorte do operário. Os sociais-cristãos e os «socialistas» cristãos preferem uma espécie de socialismo proudhoniano, tendente à emancipação do trabalho pela constituição de grupos cooperativos de productores, ou por um retôrno ao regime cooperativo.

Esta última é a tendência dos católicos alemães, enquanto a primeira é a dos católicos franceses. Com as crises posteriores à primeira grande guerra e depois da grande crise de 1929, muitos economistas descreveram o mundo como uma abundância de estoques de mantimentos e de matérias primas, ao lado de productores arruinados pela própria superprodução, enquanto milhões morriam de fome. Nos Estados Unidos, os tecnocratas assinalavam as ilimitadas possibilidades de producção que a ciência oferecia à indústria moderna, e que uma má organização econômica não permitia fôsse aproveitada. Na realidade, não havia superproducção. Em face da aplicação dos planos econômicos na

Rússia, elaboram-se inúmeros projetos e planos em outros países. Pode dizer-se, no entanto, que há uma tendência geral para uma racionalização da economia.

ECONÔMICO (Determinismo) — Teoria pela qual a estructura da sociedade determina a sua superestructura. Essa concepção é comumente conhecida por **determinismo econômico,** e constitui a tese capital da doutrina marxista, que chega ao extremo de considerar o factor econômico como o fundamental e o decisivo na formação dos factos sociais. Esta tese é basilar do **materialismo histórico,** ou da **concepção materialista da história.**

Economics (ing.) — Vide **Economia política.**

Économique (fr.) = **econômico.**

ECPIROSIS — Oo gr. **ekpyrosis,** que significa **conflagração.** Na filosofia estóica, corresponde ao período em que tôdas as coisas se transformarão em fogo.

ECTESE (do gr. **ekthesis**) = exposição (no lat. **ex-positio**), de alguma matéria, tema, desenvolvimento de uma doutrina, etc.

ECTIPO — Têrmo usado por Berkeley para opor-se a **arquétipo.** Significa as coisas tais quais são representadas nos diversos espíritos. Assim o arquétipo está na mente divina, e o **ectipo,** na mente dos sêres criados.

Ectyp (al.) = **ectipo.**

Ectype (fr. e ing.) = **ectipo.**

ECTOPLASMA — a) Capa externa do citoplasma, nas células.

b) Richet chama de ectoplasma a substância subtil que emana do corpo humano, durante o **transe mediúnico.**

Ecstasy (ing.) = **êxtase.**

Edonismo (it.) = **hedonismo.**

EDUCAÇÃO — a) É a educação um aspecto parcial da actividade pedagógica: pois consiste mais no aspecto formal do que no conteúdo material, mais da potencialidade do que a finalidade. A educação constitue, pròpriamente, o cultivo da afectividade e da vontade, mais do que as faculdades cognoscitivas.

b) Chama-se, também, educação, o resultado dêste cultivo.

c) Na linguagem comum, usa-se o têrmo **educação** no sentido de cortesia e, também, como contraposto a instrucção.

A **educação** pode ser realizada por si mesma, pelo mesmo sujeito (**auto-educação**) ou por outros (**hetero-educação**). Segundo os objectos a que se dedica, a educação pode ser **física** (muscular), **afectiva** ou **moral, cognoscitiva, intelectual,** etc. A educação integral inclui tôdas as outras.

EDUCACIONISMO — Diz-se daquelas doutrinas que atribuem à educação o poder suficiente para preparar gerações, segundo padrões estabelecidos. Esta concepção do século XVIII está implícita em quase tôdas as doutrinas sociais, socialistas e sociali-

zantes, que têm surgido até os nossos dias.

Éducation (fr.) = **educação.**

Educazione (it.) = **educação.**

EDUCÇÃO — Têrmo muito usado na escolástica para significar a interferência imediata na Lógica, mas, sobretudo, para indicar a acção, por meio da qual a causa eficiente informa (dá forma), determinadamente, a uma matéria. Vide **educção** na teoria modal. Vide **Modal.**

EDUCCIDO — Vide **Modal (Teoria).**

Eductio (lat.) = **educção.**

Éduction (fr.) = **educção.**

EFÉCTICO — (Do gr. **Ephektikos**, que suspende o juízo). Têrmo empregado pelos pirrônicos (cépticos), para chamar a sua posição, que aconselhava suspender o juízo (o julgamento) pela incapacidade humana de alcançar a verdade.

EFÉCTICAS — Vide **Aporéticas (Filosofias).**

EFECTIVO — É o que realmente existe; o têrmo opõe-se a **possível.**

EFEITO — (Do latim **ex-factum, effectum**, o feito **ex**, para fora).

a) O que é feito, o que é produzido por uma causa.

b) Na expressão «com efeito», quer dizer, facto real. Vide **Causa.**

Análise: É o **correlativo** de **causa** (vide). Vindo do latim **ex-factum, effectum**, o que é **feito** para fora, o que se dá fora de suas causas, **efeito** não é algo total e absolutamente outro, pois nêle **fluem** o ser da causa, sem o qual não poderia ser.

Se examinarmos os efeitos, verificaremos que êles se apresentam de dois modos que merecem distinção. O fogo, por exemplo, aquece a chaleira de água directamente. Do alto de uma casa, cai um vaso que vai matar um cão. O primeiro efeito é distinto de o segundo, pois o primeiro sobrevém da determinação da causa, enquanto o segundo não provém da determinação da causa.

O primeiro é chamado de efeito **per se** (*per si*), e o segundo de efeito **per accidens.** O vaso **per se** cai, e o cão **per se** passa, mas a conjunção: o vaso cair sôbre o cão é algo que acontece accidentalmente, porque não é determinado por nenhuma causa, porque o andar do cão não é **feito** pelo cair do vaso.

Muitas vêzes os efeitos por accidente são confundidos com os efeitos **per se**, e levam a julgamentos falsos. Muitas das superstições surgem dessas más apreciações. Algo que acontece accidentalmente é considerado como um efeito **per se**, como se uma causa o ordenasse, quando, no efeito por accidente, há apenas a conjunção fortuita de efeitos que dão surgimento a um novo facto, com suas características próprias.

Tôda vez que temos o exame de um efeito, devemos verificar se é **per se** ou **per accidens;** pois, da sua característica, desde logo pode esclarecer-se a matéria em exame.

Temos aqui um ponto importante para distinguir o drama de a tragédia junto aos gregos, que, de tais coisas, tinham um sentido claro. O ser humano não se espanta quando assiste ao suceder dos efeitos **per se,** porque sente e percebe que são êles determinados directamente por uma causa; mas quando em face de acontecimentos, que são efeitos **per accidens,** cuja conjunção dá surgimento a um facto insólito ou inesperado, a razão humana, por não encontrar a razão determinante e intencional do efeito **per accidens,** estaca e vacila em suas interpretações. Compreende-se que surja, aqui, a idéia de **Tykhé** grega, que corresponde à Fortuna dos romanos, ao Fado, ao Destino dos ocidentais, um ser que é personalizado como tendo dado uma intenção a vários efeitos **per se** para que êles produzam um efeito **per accidens.** Como pode o homem manobrar efeitos **per se,** para que, de sua conjugação, surja um efeito **per accidens,** imagina êle que há uma inteligência que coordena a conjunção dos efeitos **per se,** para que surja um determinado efeito **per accidens.** Assim, quando alguém, ao seguir uma estrada, vê sùbitamente brilhar no chão uma pedra e, apanhando-a, verifica que é um diamante, diz-se que, **afortunadamente,** encontrou um diamante. A êsse acontecimento, que não oferece uma imediata determinação a uma causa, e que é um efeito **per accidens,** é dado como produzido por uma inteligência à qual cabe coordenar as conjunções de efeitos **per se** para produzirem efeitos **per accidens.** É o Fado, o Destino, a Fatalidade, a **Tykhê,** a Fortuna, a Fada, o **Fatum** dos romanos...

A tragédia está no acontecimento fortuito, producto de uma conjunção de efeitos **per se,** que realizam um efeito **per accidens.** Quando alguém, entregando-se ao vício, decai pouco a pouco, desce os degraus da vergonha e do vilipêndio, até tombar definitivamente na destruição final, tal acontecer é **dramático.** É o Drama (em grego **acção**), que sucede dentro de uma ordem de determinações. Mas, quando Édipo, levado por uma conjunção de efeitos **per se,** acaba por matar o próprio pai, desposar a mãe e ser rei, é **trágico.**

EFERENTE — Vide **Aferente.**

Efettico (it.) = **efético.**

Effect (ing.) = **efeito.**

Effectif (fr.) = **efectivo.**

Effectus (lat.) = **efeito.**

Effekt (al.) = **efeito.**

Efférent (fr.) = **eferente.**

Efferent (ing.) = **eferente.**

Efferente (it.) = **eferente.**

Effetto (it.) = **efeito.**

Effetuale (it.) = **efectivo.**

Efficace (fr., it. e ing.) = **eficaz.**

Efficience (fr.) = **eficiência.**

Efficient (ing.) = **eficiente.**

Efficiente (fr. e it.) = **eficiente.**

Efficienza (it.) = **eficiência.**

Effluvium (lat.) = efluxo, de **fluere**, fluir. Vide **Efluvios (Teoria dos)**, também **efluxos.**

Effort (fr. e ing.) = **esfôrço.**

EFICAZ — Vide **Acto** e **Potência.**

EFICIÊNCIA — Carácter do que é eficiente.

EFICIENTE — Vide **Causa.**

EFICIENTEMENTE — Vide **Formalmente.**

EFLÚVIOS (Teoria dos) — Teoria exposta na antiga Grécia, segundo a qual a percepção se efectuava por meio de **effluvia** ou **simulacra**, emitidos pelos factos físicos, e que penetravam nos órgãos dos sentidos. Segundo Empédocles, êsses **eflúvios** eram semelhantes aos dos órgãos, daí o princípio **«simila similibus percipiuntur»** (os semelhantes são percebidos pelos semelhantes).

Égalité (fr.) = **igualdade.**

Ego (lat.) = **eu.**

EGO — ALTRUÍSMO — Vide **Ética.** Para as concepções ego-altruistas, o fim da vida é o prazer, mas é preciso verificar que o interêsse confunde-se com o bem geral. A máxima moral dos ego-altruístas consiste em apontar ao homem a obtenção da maior soma de prazer ao maior número possível.

Temos um exemplo na Deontologia de Bentham (de **deon**, em grego dever-ser) e na concepção de Stuart Mill.

Para Bentham, jurisconsulto e economista, que se dedicou à política, o grande princípio dos governantes é oferecer a maior soma de felicidade ao maior número. A felicidade, para êle, consiste na ausência do sofrimento e na maior soma de prazer e de bem estar para todos. Os prazeres são medidos pela sua intensidade, duração, certeza e proximidade ou afastamento.

Estender o prazer ao maior número é a sua regra. A moral de Bentham é uma moral calculista. Mas é fàcilmente refutável. Nem todos procedem apenas buscando o seu prazer. Há sacrifícios ante um ideal e ante o dever. Ademais, funda-se na harmonia entre os interêsses individuais, o que não é verdadeiro. É impossível estabelecer uma aritmética dos prazeres, pois êstes variam segundo o temperamento e o carácter das pessoas humanas.

Stuart Mill é o fundador do **utilitarismo**, filosofia bem própria da sua época. Também, para êle, o fim do homem é o prazer. Mas é tendentemente mais altruísta que Bentham, pois reconhece que a mera busca daquele é decepcionante.

EGOCENTRISMO — Tendência do indivíduo em considerar tudo em relação a si mesmo.

Ego e alter (lat.) = **eu e outro.**

EGOÍSMO — Vide **Ética.**

EGOLÓGICO — Para Husserl, é tudo quanto pertence ao **eu (ego). Redução egológica** é a redução fenomenológica, que consiste numa **epoquê (epokhê**, suspensão do juízo) quanto ao

próprio eu, posto, implícita e explìcitamente, nos outros **eus** concretos.

Egotism (ing.) = **egoísmo.**

Égotisme (fr.) = **egotismo.**

EGOTISMO — a) Segundo Addison, o têrmo é atribuído a Port-Royal, e quer significar o defeito que revela o homem em constantemente usar a primeira pessoa, o que revela vaidade. Segundo Lalande, é de Stendhal, que o empregou para designar, por oposição, o egoísmo na conducta, o estudo pormenorizado de sua própria individualidade física e mental.

b) Culto do eu, preocupação exclusiva de sua cultura pessoal, erigida em fim único de conducta (Lalande).

Tendência em pensar constantemente em si mesmo, subordinando a si mesmo como ponto de referência de tôda actividade mental.

c) Pejorativamente, significa, seg. C. Hémon (cit. por Lalande), a curiosidade doentia, o diletantismo enervante, a amorosa e perversa cultura de nossa individualidade total.

EGOSINTÔNICO — (Psicanálise) — O que está em harmonia com o **ego,** ou que é congruente com suas normas.

Egozentrismus (al.) = **egocentrismo.**

Eguaglianza (it.) = **igualdade.**

Ehrfurcht (al.) = **respeito.**

Eide (plural de **eidos**) (gr.) = **forma, idéia, em sentido formal.**

EIDÉTICO — a) Têrmo gr. **eidetikós,** usado pelos antigos para significar tudo quanto é concernente ao conhecimento (**eidesis** = ciência, conhecimento). Jâmblico e Proclo usavam-no neste sentido.

b) Modernamente, tem sido empregado na filosofia no sentido de tudo o que se refere aos **eide,** às essências-formais das coisas. Neste sentido, foi usado por Husserl, e daí passou a ser constantemente empregado pelos filósofos modernos, em geral separados das grandes contribuições filosóficas do passado. O sentido, que lhe dá Husserl, não é o da existência da coisa, enquanto existência, mas da forma, da essência da coisa. A **reducção eidética** parte da realidade ôntica da coisa, para alcançar o seu **eidos,** que é representado pelo esquema eidético, que dela formamos, o qual significa, **intencionalmente,** a essência da coisa, o que, aliás, nada mais é que a **abstracção** de Aristóteles e dos escolásticos.

Para a mais nítida compreensão da **reducção eidética** de Husserl vide **Fenomenologia.**

Eidetiker (al.) = **eidético.**

Eidétique (fr.) = **eidético.**

Eidetisch (al.) = **eidético.**

EIDOLA — (Do gr. **eidolon**). Têrmo empregado para indicar as imagens, os fantasmas das coisas. Demócrito e Epicuro cha-

mavam de **eidola** aos grupos de finas partículas, emitidos pelos corpos, e que eram captados pelos olhos. Vide **Ídolos.**

Eidos (no plural **eide**) (gr.) = **forma, idéia** (sentido formal).

Eigen (al.) = **intrínseco.**

Eigenartig (al.) = **especial.**

Eigene (al.) = **próprio.**

Eigenliebe (al.) = **amor próprio.**

Eigenschaft (al.) = **propriedade,** também **virtude.**

Eigentum (al.) = **propriedade.**

Eigentümlichkeit (al.) = **singularidade.**

Eignung (al.) = **atitude.**

Eikon (gr.) = **imagem,** de onde **ícono,** que entra na composição de muitos têrmos: **iconografia, iconoclasta,** etc.

Ein (al.) = **um.**

Einai (gr.) = **ser, existir.**

Einbegreifen (al.) = **implicar.**

Einbildungskraft (al.) — Vide **Fantasia.**

Eindeutig (al.) = **unívoco.**

Eindeutigkeit (al.) = **univocidade.**

Eine (das) (al.) = **algum.**

Einfasch (al.) = **simples, incomplexo.**

Einfluss (al.) = **influência.**

Einförmig (al.) = **uniforme.**

Einfühlung (al.) — Não tem correspondência em português. Empregado por Max Scheler e pelos autores modernos da Alemanha no sentido do conhecimento emocional e dinâmico da natureza, como fôrças vivas, que são captadas vivencialmente. Vide **Vivência** e **Empatia.**

Eingeben (al.) = **sugerir.**

Eingebung (al.) = **sugestão.**

Eingenheit (al.) = **singularidade.**

Einheit (al.) = **unidade.**

Einig (al.) = **único.**

Einigkeit (al.) = **único.**

Einschiessung (al.) = **inclusão.**

Einstweilig (al.) = **temporário.**

Einteilung (al.) = **divisão.**

Einwand (al.) = **objecção.**

Einwilligung (al.) = **consentimento.**

Einwurf (al.) = **objecção.**

Einzeln (al.) = **singular.**

Einzelsein (al.) = **suposto.**

Einzig (al.) = **único.**

EIRENIKON EPISTEMOLÓGICO — (Do gr. **eirenikôs,** que significa pacífico). Têrmo usado pelos epistemólogos para significar a síntese feita entre o subjectivismo, o objectivismo, o dualisto e o relativismo, na **Epistemologia.**

Eis (gr.) = **o Um.** Vide **hen (to).**

Eitelkeit (al.) = **vaidade.**

Eject (fr. e ing.) = **ejecto.**

EJECTO — Têrmo criado por Clifford, e adotado posteriormente por vários autores, com o intuito de significar um objecto de conhecimento concebido como algo projectado fora do sujeito cognoscente.

Ekstase (al.) = **êxtase.**

ELABORAÇÃO — a) Elaborar é preparar gradualmente e com trabalho alguma coisa (**elaborare**). Elaboração é a acção e o efeito de elaborar, de preparar, de concluir.

b) Todo processo vital orgânico de assimilação e desassimilação é uma elaboração vital, por isso se pode falar numa elaboração mental, pela acomodação dos esquemas e pela assimilação, o que constitui, pròpriamente, a adaptação psíquica. Daí poder-se falar numa **elaboração do conhecimento,** que é o conjunto das operações mentais, pelos quais os dados imediatos, que constituem a matéria do conhecimento, servem de motivos para permitir, pela actividade intelectual, a formação dos esquemas, a coordenação dos mesmos, sua seriação e coordenação esquemática, que vão constituir os conceitos, as categorias, os juízos intelectuais.

c) Na vida social, a elaboração pode ser feita com outras pessoas, e é a **colaboração** (vide).

Élaboration (fr.) = **elaboração.**

Elaborazione (it.) = **elaboração.**

ELAÇÃO — Estado de excitação emotiva, que se caracteriza por um intenso prazer e um estado de animação, com grande aumento da actividade motora.

ÉLAN VITAL — (Fr. **élan** = **ímpeto**). Têrmo usado por Bergson, e que indica a fonte de causa eficiente e o ímpeto, que é a evolução na natureza.

ELEATAS — Vida **Parmenidismo.**

ELEATISMO — Vide **Parmenidismo.**

Électif (fr.) = **electivo.**

Electio (lat.) = **eleição, escolha.**

Elective (ing.) = **electivo.**

ELECTIVO — a) De eleger, escolher. Eleição é escolha entre alternativas.

b) Na psic., eleição é a livre escolha que a vontade realiza entre alternativas. É um acto de volição.

Eléctron — Vide **Átomo.**

ELEIÇÃO — a) Eleger, de **elegere,** escolher de, significa realizar a escolha entre vários. Eleição, como acto de eleger, e a escolha entre alternativas.

b) Na psic., fala-se em **livre eleição** para referir-se à acção electiva da vontade livre.

c) Emprega-se o têrmo, ainda, para referir-se todo acto de vontade.

Élément (fr.) = **elemento.**

Element (al. e ing.) = **elemento.**

Élémentaire (fr.) = **elementar.**

ELEMENTO — a) É o constituinte irreductível de uma totalidade, que a integra.

b) Em psic., são os constituintes das percepções sensitivas. Constituem os **elementos** as coisas complexas de cada experiência, ou da constituição de cada coisa.

c) Assim, na Físico-química, fala-se de elementos, como o hidrogênio, o oxigênio, etc.

d) Na Sociologia, são os indivíduos que compõem os grupos, e os grupos que compõem uma totalidade social maior.

e) Na ordem lógica, os conceitos formam os elementos dos juízos, e êstes são os elementos do raciocínio.

Elenchus (lat. e fr.) — Vide **Elenkhôs.**

Elenkhôs (gr.) = **prova.** Têrmo usado para significar um silogismo que estabelece uma contraditória à proposição atacada. É, para Aristóteles, pròpriamente, a refutação.

Elettivo (it.) = **electivo.**

ELÍCITO — Vida **Apetite.**

ELIMINAÇÃO — a) Eliminar é pôr fora, fazer sair, banir. **Eliminação** é a acção ou o efeito de eliminar, de suprimir; é supressão.

b) O têrmo é usado na Matemática para indicar o processo de transformar um sistema de equações em outro equivalente, mediante a supressão de incógnitas.

c) Na lóg., é a averiguação de uma hipótese pela exclusão de tôdas as outras possíveis (método dos **resíduos**).

d) Na Soc., é a selecção do pessoal mais apto, suprimindo o menos apto.

e) Na Psic., é a decisão da vontade, pondo de lado outras possibilidades.

f) Na vida orgânica, a expulsão dos elementos nocivos ao organismo.

Élimination (fr.) = **eliminação.**

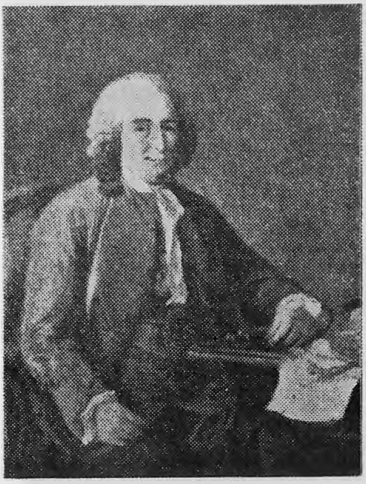
Eliminazione (it.) = **eliminação.**

ELOCUÇÃO — Enunciação do pensamento por meio de palavras. É a parte da Retórica que examina as regras do estilo, as figuras, os tropos, as imagens, os conceitos. São os elementos que contribuem para a **eloqüência,** sem deixar de considerar a entonação e o ritmo na pronúncia, a hábil selecção e ordenação das palavras, das orações, das frases e também das figuras, bem como os gestos, a mímica e as atitudes. São todos êsses elementos que constroem a **eloqüência,** e tornam o discurso persuasivo, convincente.

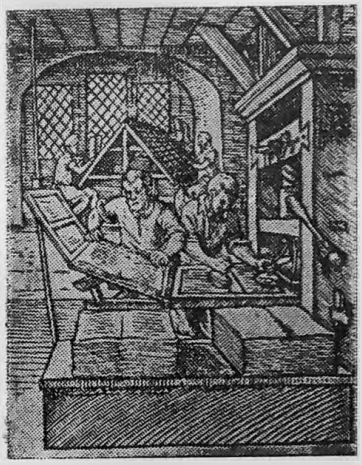
Elohim — Vide **Jeová.**

ELOQÜÊNCIA — Vide **Elocução.**

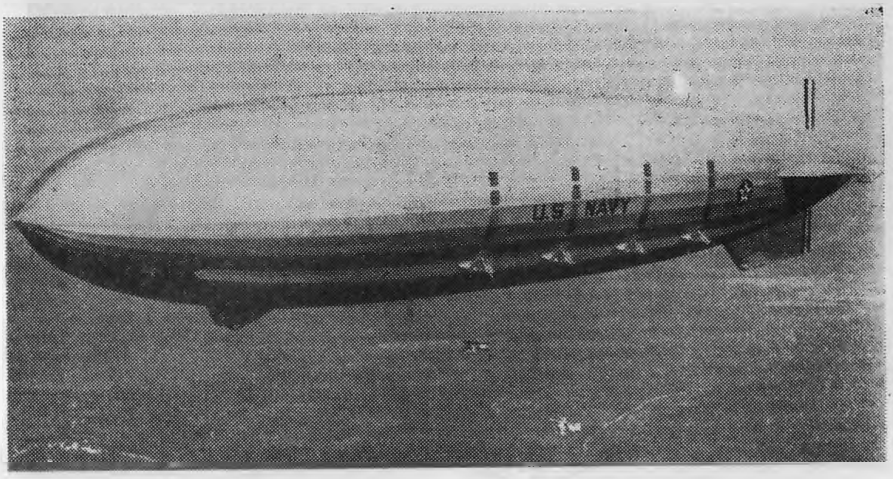
EMANAÇÃO — (Do lat. **ex** e **manare,** manar para fora). Têr-



Lineu



A imprensa depois de . . Gutenberg



Um dos primeiros dirigíveis americanos.

Referendum *popular, no cantão suiço de Glarus*

mo que em Filosofia, sobretudo na Teologia, significa que os sêres, que compõem o mundo finito, não surgiram pròpriamente da criação, mas de uma derivação da substância divina (como o faz a **Teosofia**), sendo o mundo (**cosmos**) a própria imanência divina, manifestada nas coisas. É, neste sentido, uma concepção meramente panteísta, e, como tal, se opõe à **criação** (vide). Essa concepção é chamada **emanatismo**, ou **emanacionismo**, como é usado por muitos.

EMANACIONISMO — Vide **Emanação.**

Émanation (fr.) = **emanação.**

Emanationslehre (al.) = **emanatismo.**

EMANATISMO — Vide **Emanação.**

Emanatismus (al.) = **emanatismo.**

Emanazione (it.) = **emanação.**

Émergence (fr.) = **emergência.**

EMERGÊNCIA — a) **Acção** de emergir. Aparecimento, nascimento.

b) Empregado, também, no sentido de ocorrência, incidente, de sucesso fortuito. «Nesta emergência, não tínhamos outra solução...».

EMERGENTE — O que emerge. Vide **Emergir.**

Émerger (fr.) = **emergir.**

EMERGIR — a) É sair à margem, é vir à tona o que estava mergulhado.

b) Por extensão, êsse têrmo significa surgir o que já estava de certo modo contido em alguma coisa. **Emergente** é o que sai, o que se deriva, o que provém de algo onde estava.

c) É verdade que, na Filosofia, êste têrmo tem sido empregado de várias maneiras, e em sentido latíssimo, como o sair de alguma coisa, sem que esta a produza.

Nós o empregamos na Filosofia no sentido anterior. E é nesse sentido que falamos em **Factôres de Emergência** (Vide).

EMINÊNCIA — Vide **Eminente.**

EMINENCIALMENTE — Na Filos., modo de conter uma perfeição Vide **Perfeição.**

Éminent (fr.) = **eminente.**

EMINENTE — a) É o que excede aos outros, o que se acha mais alto e mais elevado que outros. **Eminência** é a qualidade do que é eminente, do que revela superioridade, excelência.

b) Ontològicamente, o **eminente** é a razão de ser dos sêres inferiores e os contém. O ser superior, ontològicamente, possui as perfeições dos sêres, as quais contém em grau mais alto e mais perfeito.

c) Em sentido axiológico, é eminente o valor culminante numa ordem determinada de valôres. Vide **Perfeição** e **Valor.**

EMOÇÃO — Vide **Prazer e Dor.**

EMOÇÃO PROTOPATÉTICA ou **PROTOPÁTICA** — A primeira emoção que aparece na criança e que se julga formada apenas de **desagrado.**

Émotion (fr.) = **emoção.**

Emozione (it.) = **emoção.**

EMPATIA — Do gr. **en-pathein,** sofrer. Diz-se da projecção da mente sôbre o objecto, procurando vivê-lo em sua intrinsicidade, numa quase fusão afectiva com êle. A **empatia** assemelha-se à **simpatia,** e é muito comum na Estética, correspondendo à **Einfühlung** dos alemães. Vide **Simpatia.**

Empeiria (gr.) = **experiência, conhecimento empírico.**

Empfänglichkeit (al.) = **receptividade.**

Empfindlichkeit (al.) — Vide **Sensibilidade.**

Empfindsam (al.) = **sentimental.**

Empfindsamkeit (al.) — Vide **Sensibilidade.**

Empfindung (al.) = **percepção.**

Empirical (ing.) = **empírico.**

Empiricism (ing.) = **empirismo.**

Empiricist (ing.) = **empirista.**

EMPÍRICO — (Do gr. **empeirikós**). a) Etimològicamente, é o que vem da experiência. Os gregos distinguiam um **saber empírico** (fundado apenas na experiência de um saber teórico, culto, fundado nas especulações teóricas). O têrmo é empregado sempre nesse sentido.

b) Na Gnosiologia, significa todo e qualquer conhecimento que parte da experiência. Para os empiristas em geral, todo e qualquer conhecimento, que tem sua origem na experiência, é originalmente empírico (vide **Empirismo**).

EMPIRIOCRITICISMO — Vide **Gnosiologia** e **Teoria do Conhecimento.**

Empirique (fr.) = **empírico.**

Empirisch (al.) = **empírico.**

Empirisme (fr.) = **empirismo.**

EMPIRISMO — Vide **Gnosiologia** e **Teoria do Conhecimento.**

Empirismus (al.) = **empirismo.**

Empirist (al.) = **empirista.**

EMPIRISTA — a) Diz-se de todo aquêle que, em qualquer posição, funda-se no **empirismo.**

b) Como adj., é empregado para referir-se a tudo quanto é fundamentalmente **empírico.**

EMPRÊSA (econômica) — Divergem os tratadistas quanto à definição, e os autores, ora consideram a **emprêsa** fora de todo sistema econômico, considerando como tal a exploração na antiguidade greco-romana ou a pequena oficina da época artesanal, como os órgãos de producção das tribos semi-civilizadas, enquanto outros consideram importante e decisivo a noção do sistema econômico.

Marshall, que se filia entre os primeiros, considera como emprêsa «todo estabelecimento destinado a atender às necessidades de outrem, em vista de um pagamento directo ou indirecto, feito pelos que dêle se beneficiam».

A emprêsa é, pois, uma combinação dos factôres da producção: trabalho, capital e natureza. Cria-se a emprêsa quando se dá a colaboração concreta dos agentes. Um mesmo agente pode oferecer diversos factôres. O operário possui seus instrumentos, o empresário pode ser também o fornecedor do capital, pois o capitalista nem sempre é apenas quem empresta. Desta forma, o empresário não assume apenas o risco da producção.

Essa colaboração concreta dos agentes tem um nexo, uma coerência, porque implica certo ajustamento para a consecução de um fim. Êsse ajustamento pode ser visto sob o ângulo técnico ou o econômico.

O ajustamento técnico é o que mais ressalta em primeiro lugar, embora em certas emprêsas o comercial ou econômico seja o mais desenvolvido. A emprêsa combina os dois ajustamentos, como **combina os preços** dos factôres da producção.

É exigível um mesmo centro de cálculo e um mesmo patrimônio, ou seja, um conjunto de valôres positivos ou negativos, pertencentes a uma mesma pessoa física ou moral, para que se possa realizar uma combinação de preços. E o patrimônio que nos mostra a unidade da emprêsa, independentemente da diversidade dos estabelecimentos. Mas essa combinação de preços, por si só, não é suficiente para caracterizar uma emprêsa. O agricultor, que vem à cidade e vende os seus productos no mercado, pode proceder a uma combinação de preços dos factôres de producção, sem ser um empresário capitalista.

Outra característica de uma emprêsa capitalista é que os factôres da producção sejam trazidos por agentes econômicos diferentes do proprietário. Essa separação deve ser jurídica e econômica. Essa separação é suscetível de graus, podendo aumentar ou diminuir, pois, numa pequena emprêsa, o empresário fornece grande parte do trabalho.

A emprêsa capitalista funciona com a finalidade de obter um producto que é **escoado para o mercado.** É êsse aspecto que a distingue da **economia fechada.**

Orienta-se a emprêsa capitalísta para a obtenção do maior **ganho monetário** pela diferença dos preços e não em vista da maior ou da melhor satisfação das necessidades.

Em síntese: A emprêsa tende para o maior ganho monetário durável e não para o maior grau de satisfação das necessidades, a não ser quando essa satisfação seja essencial para garantir aquêle ganho. **Tende para a maior rentabilidade e não para o máximo de productividade.** E finalmente, é ela de carácter neutro, independente da moral, como uma emprêsa para a fabricação

de bebidas não aconselhadas ou interditas, producção de ópio, etc.

Com essa delimitação podemos então distinguir a emprêsa da **exploração econômico ou estabelecimento.**

O estabelecimento é uma unidade técnica, uma reunião permanente de pessoas e de meios materiais, dedicados a uma mesma actividade productiva num mesmo lugar (Perroux).

Uma emprêsa pode compor-se de **muitos estabelecimentos,** como um banco, grandes lojas, etc.

Distingamos agora a **emprêsa** de a **exploração.**

A exploração econômica é a organização da producção que combina os factôres de producção, terra, trabalho, capital, com o fim de satisfazer as necessidades, coordenando essas operações a um mesmo centro de cálculos e de actividade econômica.

Assim uma cooperativa não é uma emprêsa, mas uma exploração econômica.

A exploração econômica não tende sempre para o maior ganho nem se dirige sempre a um mercado anônimo. Assim é preferível, em certos casos, chamar-se exploração agrícola e não emprêsa agrícola. Neste caso, há fraca separação entre os factôres trabalho e capital, os quais, são fornecidos pelos próprios agentes interessados na operação productiva. Assim também não se deve usar o têrmo de **emprêsas públicas, quando** elas tendem à maior satisfação de muitas necessidades e sim de **exploração pública,** porque elas não se orientam para o **maior ganho monetário.**

Essas distinções se tornam necessárias porque, por meio delas, estamos aptos a distinguir as zonas do capitalismo, do precapitalismo e do extra-capitalismo.

Examinemos agora o **empresário.**

Quem é o empresário? A quem, numa emprêsa, podemos chamar de empresário?

No início dos estudos econômicos não se distinguia bem a figura do empresário do director técnico, nem do capitalista emprestador. (É o que vemos em A. Smith, Ricardo e outros). O crédito ainda não era bem organizado e havia poucos distribuidores de crédito. Dessa forma, os primeiros empresários eram proprietários da terra ou membros das classes abastadas.

Foi Say quem distinguiu o empresário do detentor do capital, para defini-lo pelo **trabalho de organização.**

A passagem do capitalismo individual para o capitalismo societário (sociedades anônimas) mostra essa distinção, sobretudo quanto à separação entre a propriedade e a gestão. Não é o mesmo o que possui e o que gere. Já Pareto observa que há um antagonismo subtil entre o capitalismo puro e a pessoa que assume os riscos da producção.

Êsse antagonismo se manifesta no **lucro** e no **preço.** Quem em-

presta o dinheiro a terceiro, quer um ganho maior possível, enquanto quem assume os riscos da producção tem o desejo de obter o dinheiro ao preço mais baixo.

Manifesta-se também no **salário** e no **preço.** O capitalista puro, cuja renda é a que lhe dá o capital, que tem uma arrecadação fixa de juros, não quer que os preços se elevem. Mas quem assume os riscos da producção tem vantagem na elevação dos preços. Mas os preços não sobem todos ao mesmo tempo. Ora, uns, ora outros. Por isso o movimento de salários não se adapta aos preços, e está sempre retardado em relação a êles, o que permite ao capitalista auferir, por isso, **maiores lucros durante o período que precede ao reajustamento.**

No capitalismo mais evoluído, crescem os antagonismos que se especificam entre capitalista emprestador e capitalista empresário. Aqui há uma perfeita distinção do capitalismo: um capitalismo estático, amortecido, e um capitalismo activo, mais ligado às verdadeiras origens do capitalismo, empreendedor, pioneiro, enquanto aquêle é como o resultado, como o aproveitador do segundo.

Para fundar uma emprêsa hoje são necessários:

a) organizar o plano, fixando de início a necessidade que se pretende atender;

b) dar corpo ao plano pela distribuição das funções, das relações características da emprêsa, capital, trabalho, etc.;

c) realização do plano pela execução do mesmo.

Observando essa classificação torna-se fácil, desde logo, estabelecer o que merece o nome de emprêsa.

Examinemos agora uma tese de Joseph Schumpeter, que, combinada com as opiniões do historiador Pirenne, e com as contribuições de Perroux pode, numa síntese, dar uma boa visão das características do capitalismo. Para Schumpeter, a emprêsa é o acto de realizar combinações novas de factôres productivos. O empresário é o agente que realiza essas combinações novas, que são cinco:

1) A fabricação de um novo bem. Não quer dizer que o bem seja totalmente novo, mas apenas para o círculo da clientela para a qual se dirige o empresário.

2) Introducção de um método de producção nova quanto ao ramo da indústria ou do comércio regionalmente considerado.

3) Conquista de um novo escoamento econômicamente desconhecido.

4) Conquista de nova fonte de matérias primas.

5) Realização de uma nova organização da producção; por exemplo, de uma producção dispersa para uma concentração, etc.

O empresário (como empreendedor) reduz as resistências objectivas e subjectivas, necessita

obter companheiros, actua para convencer, para tirar da rotina os que a ela se aferram.

Schumpeter vê no empresário um homem que pertence a uma classe ou a um grupo, o homem que se **caracteriza por uma função,** e não pela detenção de meios de producção, nem pelo exercício constante de uma actividade. Todos os homens de negócio têm seus momentos de empreendimento (como empresário no sentido de Schumpeter). Mas o que o têrmo quer definir é **a capacidade criativa** e não o exercício de uma profissão.

Schumpeter vê na figura do empreendedor (empresário) um tipo original na economia moderna, que não é pròpriamente um trabalhador, pois possui capacidades excepcionais, as quais não podem ser transmitidas por processos ordinários de ensino (talento). Não é um capitalista, pois pode fazer suas transformações, quer com capital pròprio, quer com capital emprestado. Não é um agente que suporta os riscos, porque põe outros nas novas combinações, que sofrerão também as conseqüências.

Nos Estados Unidos, há um tipo de «**promotor**» (empreendedor, promotor de iniciativas), que é uma espécie do tipo estudado por Schumpeter. Há indivíduos que são especializados em lançar novos negócios, recebendo dêles uma remuneração fixa, calculada **ab initio**, para os seus serviços. Na maior parte das vêzes não têm capital ou têm pouco.

Pirenne salienta que o capitalismo é feito de movimentos sucessivos, que levam constantemente ao poder elementos diferentes. Homens novos fazem suas fortunas e a de suas famílias e prestam serviços à sociedade. Os filhos preferem viver das rendas e não são tão animados a criar, o que leva a surgirem novos homens empreendedores.

Criticando a tese de Schumpeter, Perroux alega que se deve considerar também o capitalista como empresário, porque o empreendedor, sem o capital, não realiza suas iniciativas, que permaneceriam num terreno meramente ideal. No caso de uma sociedade anônima, o accionista é o empresário. Êle fornece o capital e assume o risco. É uma figura insubstituível em sua função. No dia em que esta função desaparecer, então desapareceu a organização econômica do capitalismo, para ser substituída por uma outra fórmula, como a planificação da sociedade nas formas colectivistas.

Cremos que seria melhor deixar-se o nome de empresário capitalista à função realmente capitalista, que já expusemos, e a de empreendedor, promotor, ao elemento criador da emprêsa.

As ligações entre as emprêsas:

As ligações entre as emprêsas podem ser de ordem **técnica,** de **ordem comercial** e de **ordem financeira.**

As ligações de ordem técnica são reveladas pelos seguintes factos: há emprêsas que produzem **a matéria prima** que cedem a outras, que as manufacturam, e estas as que dão o producto

acabado. Há, assim, uma dependência técnica de emprêsa para emprêsa. Estas ressaltam mais aos olhos do **consumidor** (são melhor observadas).

As ligações comerciais, que são melhor observadas pelo **productor,** decorrem das compras e vendas, que fazem entre si as emprêsas.

As ligações financeiras manifestam-se de duas formas: a) quando a emprêsa fornece todo o seu capital; b) quando não o fornece, e neste caso entra em contacto e relações com a emprêsa bancária que distribui o crédito.

Quando há um capitalismo societário, essas trocas são feitas através de votos ou acções. Superpõe-se dêsse modo a uma concentração econômica uma concentração financeira, que embora não apareça tão visìvelmente tem um papel activo.

Há outras ligações tais como as que nascem da concorrência das emprêsas entre si, mais activas e menos activas, conseqüentemente com as condições de **depressão** ou de **expansão** das emprêsas. Essa concorrência dá-se no mesmo mercado, com a mesma clientela. Há dependência do poder de compra da clientela, do consumidor final, cuja depressão exerce forte influência sôbre a emprêsa.

Com essas noções gerais expostas, podemos agora compreender a diferença na estructuração de um Estado de regime socialista e de um capitalista. No Estado socialista, quando socialistamente planificado, há uma **grande emprêsa,** ligada pelas ligações primeiramente estudadas. A ligação é **estructuralmente realizada.** No regime capitalista, as ligações são meramente orgânicas, funcionais apenas.

Podemos considerar as emprêsas capitalistas sob dois aspectos: a) como intensidade e b) como extensidade.

Como **extensidade,** temos o campo que ela abarca e, como **intensidade,** temos a sua maior ou menor concentração.

Dividem-se em dois grandes grupos os economistas quanto ao conteúdo do conceito de emprêsa. Para alguns, é **emprêsa tôda unidade de producção** (Reboud-Baudry, Lasserre, etc.). Para êstes a emprêsa **independe** da economia e dá-se em qualquer sistema econômico. É a emprêsa tomada em **latu-sensu.**

O segundo grupo procura definir a emprêsa dentro dos quadros do sistema econômico (em **strictu sensu**).

Na passagem da economia fechada e da artesanal para a capitalista, o artesão **independente** passa para o **domínio do intermediário,** que lhe fornece o **capital.**

E eis aqui como se justifica a posição do segundo grupo.

Uma das características do sistema capitalista, como já vimos, consiste em serem os factôres de producção calculados em capital (orçamento, balanço, **deve** e **haver**).

A economia familiar é uma economia de consumo, de satisfação directa das necessidades dos indivíduos. Na economia artesanal, a exploração de acquisição é pouco diferente da economia de consumo. No sistema capitalista, há separação da economia de consumo da de acquisição, porque a moeda permite adquirir os bens.

Nessa economia, os operários não têm economia de acquisição. Por isso muitas experiências foram feitas para dar ao operariado as acções da emprêsa, procurando, assim, eliminar a separação entre o trabalho e o capital. Essa modalidade não transforma o operário em capitalista, apenas melhora um pouco a sua remuneração.

Outro exemplo temos nas grandes indústrias americanas, que dão aos seus operários parte das acções, para interessá-los no bom andamento da emprêsa. Forster mostra, porém, que a percentagem distribuída é ainda muito fraca, o que não liquida a separação entre o trabalho e o capital.

Extensidade da emprêsa capitalista — O artesanato: Apesar das grandes transformações econômicas, o artesanato não desapareceu. Não é, porém, mais o da época de sua economia, mas um artesanato **adulterado** pelo capitalismo.

Nela, o agente econômico (artesão) combina os factôres da producção, capital e trabalho, de modo independente. Êle fornece êsses factôres e dispõe do producto e corre os riscos e perigos do mesmo.

Como artesãos, temos o exemplo do sapateiro individual, do chofer de táxi quando proprietário, o pequeno camponês proprietário da gleba onde trabalha, etc.

No capitalismo moderno, predominante em quase todo o mundo, o artesão sofre certas degradações que o tornam muitas vêzes irreconhecível. No entanto, apesar do desenvolvimento do capitalismo, o artesanato é demasiadamente desenvolvido e não mostra reducções apreciáveis, apesar da deficiência das estatísticas.

O artesão fornece **os factôres da producção** e a simples ausência de um dêles, fornecidos por outros, degrada-o. Tampouco é artesão quem não dá por si mesmo **prestações de trabalho.**

O artesão é independente de qualquer emprêsa. Mas entre o artesão puro e o trabalhador em domicílio, dá-se uma série de degradações. Pode êle não usar auxiliares salariados, mas se trabalha para um empresário determinado sob contracto, tem êle uma dependência, que o transforma em trabalhador assalariado.

É grande ainda o número de artesãos nos países econômicamente mais desenvolvidos. Basta que observemos êstes dados:

Na França, em 1918, havia cêrca de 2.964.563 assalariados em explorações, que não ocupavam mais de 3 operários e em 1922 havia cêrca de 300.000 ar-

tesãos registrados. Na Alemanha, em 1927, havia cêrca de 1.250.000 artesãos. Na Rússia, antes da revolução, cêrca de 67% dos trabalhadores eram artesãos. Com a revolução, êsse número não diminuiu e ainda hoje há, ali, um número elevadíssimo dêles.

Entre nós, grande é o número de artesãos, e não conhecemos estatísticas seguras sôbre o seu número aproximado.

Mantém-se o artesanato por uma série de motivos, que passaremos a analisar. No século XIX, ao surgir a grande indústria, a opinião dos economistas era de que o artesanato era uma forma que aos poucos fenecia. Com o decorrer do tempo, como o dizia Marx entre outros, restariam apenas a classe numerosa dos assalariados e empresários, capitalistas, aquêles cada vez mais pobres e êstes cada vez mais ricos. Êstes últimos, por sua vez, diminuiriam constantemente, para dar lugar ao capitalismo monopolista.

Tais profecias tiveram o destino de muitas profecias, e não se realizaram.

E os motivos são de ordem técnica e psicológica. Vejamos:

Há **trabalhos estritamente individualizados,** que dependem de uma clientela, tais como a pequena costureira, o encadernador de arte, reparadores de electricidade, rádio-técnicos, etc.

Uma série de novos inventos capitalistas permitem o desenvolvimento do artesão, como os motores pequenos, que permitem ampliar a fôrça daquele, de modo que, com uma pequena oficina, poderá produzir determinados bens de qualidade para clientelas conhecidas. Certos misteres novos permitem que o trabalhador hábil se independentize.

Todos êsses elementos contribuem para fortalecer a situação do artesão, que resiste às investidas do capitalismo. As obras de arte, de perícia, não deixam de favorecer a conservação do artesão. Por outro lado, o trabalhador artesanal tem consciência maior de si mesmo; é uma pessoa. Tem uma papel que cumpre, sabe o que quer, o que pode fazer. Realiza-se através de **sua** obra, tem a satisfação do criador, e pode até emprestar-lhe certa emoção estética em graus ascendentes. Todos os tipos humanos de iniciativa sentem uma irreprimível vontade de se independentizar e o artesanato é um campo de libertação.

Inegàvelmente se observa que entre os artesãos há a maior resistência ao capitalismo e ao socialismo autoritário. Os artesãos são, por seu espírito de iniciativa e liberdade, sempre mais tendentes ao liberalismo, razão pela qual grande número de libertários de todos matizes (anarquistas, anarco-cristãos, anarco-comunistas, anarquistas individuais, libertários sinarquistas, etc.), surgem dêsse campo.

Não são os artesãos contrários à organização, como afirmam muitos, pois, nas lutas sociais, vemos surgir dentre êles grandes e fortes organizações de defesa, como câmaras profissionais, associações profissionais livres, e

uma confederação geral do artesanato, como na França, onde a influência proudhoniana é imensa, em constante conflito com a C. G. T. francesa, centralista, dirigida hoje pelos socialistas autoritários.

O capitalismo não luta directamente contra o artesanato, mas cria, sempre que pode, meios de proletarizá-lo. Êste, por sua vez, defende-se por todos os meios, nem sempre evitando a adulteração que sofre em seus quadros, quando de seus contactos com o capitalismo.

Nalguns países capitalistas tem-se procurado auxiliar o artesanato. Na França, diversas foram as medidas criadas pelo Estado em sua defesa. Na Alemanha hitlerista, procurou-se auxiliá-lo. O artesão era visto como um elemento criador de **qualidade** e evitava a exploração capitalista. Mas o hitlerismo assim procedia para submeter o artesão aos interêsses do Estado hitlerista, ligando-o estreitamente, por suas organizações, às organizações do Estado. O artesão foi sistemàticamente apoiado, dando-se-lhe todos os meios capazes de defesa e de conhecimento em sua luta econômica.

O que é ponderável, no entanto, são as adulterações sofridas pelo artesanato por influência do capitalismo, embora numèricamente não tenha diminuído.

Vejamos: **tècnicamente**, há semelhanças entre a exploração artesanal e a emprêsa, quanto ao **capital fixo** (máquinas, instalações) e também quanto à **divisão do trabalho**, no interior da exploração. Os artesãos agrupam-se para **comprar e para vender.**

O artesão sofre a influência do mercado capitalista, quer como comprador, quer como vendedor.

Trabalha para um escoamento maior, não já por encomenda, conhecendo seus riscos e perigos, aproximando-se, assim, do empresário. Outras vêzes trabalha por conta de um grande intermediário, o que o transforma em **operário independente.**

Tais factos tornam as fronteiras do artesanato e do empresário capitalista cada vez mais incertas.

Discutem muito os economistas se o artesanato é uma classe social.

A dificuldade da resposta está em saber-se claramente o que seja classe, pois aqui as divergências são imensas. Se aceitarmos que **classe seja todo agrupamento de interêsses econômicos estáveis,** como aceitam muitos economistas, nesse caso o artesanato é uma classe.

Dando ao conceito de classe o sentido de «conjunto de indivíduos caracterizados pelo seu lugar na producção», o artesanato não poderia ser apresentado como classe. Para Marx, os dois postos são ocupados pelo detentor dos meios de producção, que dirige o seu emprêgo e sofre os riscos do mercado, e pelo executor do trabalho assalariado dependente. O artesanato e o artesão ficam numa zona intermediária, que Marx subestimou, e julgou de fraca resistência, e que

seria absorvido por um ou outro dos pólos no decorrer da luta de classes.

Há uma opinião sôbre o problema da classe e que o visualiza de modo diferente, merecedora de atenção. Não há pròpriamente **luta de classes** no capitalismo para essa concepção. Há uma classe social, o proletariado, cercado de um número de grupos econômicos e sociais, que não são pròpriamente classes.

Para Saint-Simon, há duas classes: a dos productores e a dos ociosos; para Sismondi, os capitalistas e os proletários; para Marx, os trabalhadores assalariados dependentes e os capitalistas.

O que se observa é que há uma classe nìtidamente caracterizada: a dos trabalhadores dependentes assalariados, cercado por um grande número de grupos econômicos e sociais difusos e interpenetrantes, de impossível classificação nítida.

O artesanato não é uma classe. Êle agrupa aprendizes, companheiros, mestres, que estão ligados pelo mister e não pela função econômica, nem pelo papel que representam na técnica da producção.

Por isso, é o artesanato suscetível de organização corporativa, sob o contrôle do Estado. O artesanato luta contra a dispersão natural do meio capitalista; na verdade, luta contra essa separação, muito mais que contra a **dispersão.**

É êle a perduração de uma forma precapitalista, que **pervive** num regime diferente, como ainda pervive, também adulteradamente, a economia fechada.

A exploração agrícola: O campesinato não é, no sentido marxista, uma classe, mas um estado. Uma exploração agrícola não é uma emprêsa, mas uma exploração econômica, que apresenta caracterìsticas peculiares. Ê a agricultura uma fôrça de resistência à penetração capitalista. A agricultura é invadida aos poucos, lenta e dificilmente, pelo espírito, pela técnica e pela organização do capitalismo. Resiste à penetração do maquinismo e à divisão do trabalho. Na agricultura, intervêm factôres de ordem extrínseca, aleatórios, que permitem boas ou más colheitas, o que favorece a manutenção do espírito de religiosidade, tão acentuado no homem do campo.

O camponês não tem o desejo do maior ganho como fundamental de sua orientação econômica. Mantém suas tradições, seus costumes, que resistem à racionalização do capitalista.

Na emprêsa capitalista, há conjunção funcional dos factôres de producção, trabalho e capital, os quais estão, jurídica e econômicamente, separados, por meio do contracto de trabalho ou pelo emprêgo (aluguel) de serviços.

Na exploração agrícola, a forma jurídica, exceptuados os casos em que **a propriedade e a exploração coincidem** (proprietários da terra que a exploram), as formas usadas mais comuns para estabelecer essa conjunção são o **arrendamento** e a **parceria.**

Nos países do norte da Europa, incluindo a França, e nos Estados Unidos, é o arrendamento a forma mais comum.

O arrendamento agrícola é um contracto pelo qual uma parte obtém de outra o direito de uso da terra e dos meios de exploração da propriedade ou da posse legítima da segunda, por meio de um pagamento ou entrega de uma renda fixa, calculada ou em bens naturais ou em moeda.

Analisemos agora as características:

Um **aluguel fixo** — Êste pode ser em bens naturais ou em moeda, mas deve ser **fixo,** esta a característica fundamental do arrendamento.

O arrendamento oferece vantagens, pois permite que outros, possuidores de recursos monetários e técnicos, possam explorar terras que permaneceriam abandonadas em mãos de seus proprietários. Mas, por outro lado, oferece desvantagens, porque o arrendatário cuida muitas vêzes irracionalmente do campo, esgotando-o, não se preocupando em incorporar à terra elementos que não permitam o seu empobrecimento. Não emprega em geral fertilizantes de **acção lenta,** mas sim os de **acção rápida** (nitrato de sódio).

O arrendamento não está libertado de riscos, e estes riscos recaem sôbre ambas as partes.

A emprêsa industrial e comercial: Vimos no exame da zona capitalista, que esta compreende o comércio, a indústria e o banco, terrenos onde o capitalismo se desenvolve em suas fases, com graus diferentes.

Varia, nas diversas nações do mundo, a preponderância entre as emprêsas.

As emprêsas individuais são em geral as de maior número, seguindo-se as societárias. Dentre estas, as anônimas, em alguns países, como nos Estados Unidos, são as mais importantes quanto aos capitais invertidos, aos operários e empregados, e aos valôres produzidos.

Observa-se fàcilmente que há uma tendência a despersonalizar a emprêsa societária, tendência verificável em todos os países capitalistas modernos.

Essa despersonalização oferece dois aspectos:

a) aparição de novas formas de sociedades de pessoas;

b) extensão da sociedade anônima ou sociedade de capitais.

Assim, ao lado das antigas formas de sociedade de pessoas, tais como a de comandita simples ou por acções, apareceram as sociedades de responsabilidade limitada.

Esta espécie de sociedade desenvolveu-se em extensão e ràpidamente, devido, sobretudo, às suas características: é uma sociedade em que a responsabilidade de seus membros não é indefinida, mas relativa às partes de capital. Por outro lado, seus títulos não são negociáveis, como nas sociedades anônimas, mas tí-

tulos submetidos a uma formalidade de cessão de crédito tôda especial.

Os que não desejavam empregar numa sociedade uma responsabilidade pessoal integral, encontravam na sociedade de responsabilidade limitada ou por quotas, uma solução.

O desenvolvimento da sociedade por quotas ou de responsabilidade limitada nos revela uma nova tendência característica do capitalismo: **a tendência do empresário de subtrair-se aos riscos da producção.**

Vejamos agora a letra **b.** Importantes motivos intervieram para favorecer a extensão da sociedade anônima. Oferece a sociedade anônima um exemplo extraordinário de acquisição e colectação de capitais. Na sociedade por quotas, quem fornece os fundos não pode liquidá-los fàcilmente, enquanto na sociedade anônima, o acionista está na posição de um credor, que pode liquidar a todo instante a sua acção. Tem ainda a possibilidade de ganhos diversos, quer econômicos, como os resultantes da distribuição de dividendos, como ganhos de especulação, decorrentes das variações na bôlsa. Permite, assim, a sociedade anônima que pequenas poupanças possam ser reunidas numa emprêsa societária.

A maior sociedade por **acções** do mundo é a U. S. Steel Corporation, que dispõe nesse tipo 686 milhões de dólares. Na Europa, a maior firma é a Lever Brothers, com 130 milhões de liras de capital autorizado.

Alguns economistas vêem na sociedade anônima uma verdadeira democracia financeira. Mas mostraremos como se enganam.

Na emprêsa individual, temos, em primeira plana, o factor pessoal, com o favorecimento da competência profissional e do espírito de emprêsa. A pessoa tem uma responsabilidade legal e uma responsabilidade moral.

Diz-se que, na sociedade anônima, temos uma situação completamente oposta. Esta é uma sociedade de capitalismo impessoal (Liefmann) ou de desumanização da emprêsa (Sombart).

Procuram, assim, mostrar que, nela, a gestão e a propriedade são separadas, dando a entender que a direcção tenha aí perdido sua importância, como se o factor pessoal tivesse sido eliminado.

Por incompetência técnica, por ser disperso e não formar uma uma vontade, pela sua fraca capacidade de organização, a soberania dos accionistas é meramente nominal.

Nas assembléias das sociedades anônimas, a percentagem dos accionistas presentes em pessoa é mínima, alcançando, nos casos mais favoráveis, pouco mais de 20%.

A decisão pertence sempre a alguns accionistas, detentores do maior número de **acções.** Dessa forma, a vontade de uma minoria (oligarquia) impõe-se à grande massa de accionistas. Inúmeros são os processos empregados para obter essa maioria de **acções** nas mãos de uma mino-

ria. Quer pelo domínio do maior número de **acções** por parte do grupo, quer pela acquisição delas até atingir a maioria, quer pela colecta de poderes especiais. Um outro processo consiste em dar à **acção** um voto plural. Por ex.: uma sociedade considera que as **acções** de números 1 a 1.000 têm 5 votos, enquanto as acima dêsse número têm apenas 1 voto. As primeiras são dos fundadores. Para **compensar** essa pluralização do voto, concedem aos accionistas de voto inferior maior participação nos dividendos. Também se usa o processo de aceitação de capital **sem direito de** voto, mas apenas ao dividendo, às **acções preferenciais.** Ex.: No truste do fumo, nos Estados Unidos, antes da guerra, havia 215 milhões de dólares de **acções** sem direito de voto, contra 40 milhões de dólares com direito de voto.

Que nos oferece a análise de tais factos?

Que há um **capital dirigente** e um **capital dirigido.** O primeiro é representado pelo grupo oligárquico dirigente, quer directamente, quer por seus representantes ou delegados (directores, conselho de administração, etc.). O segundo, a massa dos accionistas.

Surgem, então, aqui, as características diferenciais entre a emprêsa individual e a emprêsa societária.

As decisões são geralmente menos rápidas nas grandes sociedades de capitais do que numa emprêsa individual.

Observam, freqüentemente, os economistas que a sociedade anônima se burocratiza a exemplo das explorações administrativas. Permite muitas vêzes o desenvolvimento do espírito de emprêsa, pela sobreexcitação dêsse espírito. Permite ainda uma forte concentração de poderes e uma ampla descentração ou disseminação da propriedade.

Na emprêsa societária, há separação entre o trabalho e o capital, como em tôda emprêsa capitalista. De um lado trabalhadores de direcção e de execução, e de outro os accionistas. A gestão é comumente confiada a agentes distintos. Uns lançam a emprêsa, outros tomam as decisões vitais (administradores, membros do conselho, directoria), e a outros cabem a direcção técnica, o contrôle quotidiano.

Há, assim, separações de graus diversos.

Há, ainda, a separação entre os proprietários jurídicos da maioria do capital e os que exercem o poder de dispor efectivamente dêsse capital. Estamos aqui em face da distinção entre o conteúdo econômico e o conteúdo jurídico da propriedade.

Apresentam as sociedades anônimas outras particularidades, tais como as possibilidades de fraude mais acentuadas, bem como meio de manipular os dividendos, de assegurar um domínio sôbre a massa de capitais, o jôgo com as reservas, as obscuridades contabilísticas e também lançamentos inexactos, embaralhamento dos lançamentos com o intuito de ocultar, por meio de manobras, a realidade da situação da emprêsa, as participações

da directoria, contractos que facilitam participações extra-societárias.

Outro aspecto importante é verem-se quase sempre os **mesmos elementos** na direcção das emprêsas anônimas. As emprêsas, que parecem autônomas, estão ligadas ocultamente através das suas direcções, escapando, assim, a qualquer fiscalização oficial, aumentando o poder de alguns à custa da grande massa de accionistas, poder que se reflete também na vida oficial e política.

Os abusos levam os poderes públicos a intervirem por meios administrativos e legais.

Observa-se, actualmente, uma intensificação da especialização das explorações capitalistas, especializações que se verificam não só no terreno da indústria, como no do comércio e até nas operações bancárias.

O comércio subdivide-se em comércio por atacado e comércio por varejo.

O comércio por atacado subdivide-se segundo a natureza dos objectos e dos productos. O comércio por varejo também se especializa.

Nas grandes cidades, a especialização oferece graus dos mais variados e completos.

Por outro lado, observam-se emprêsas industriais que assumem funções comerciais, que não vendem aos atacadistas, mas directamente aos consumidores, pela criação de agências, filiais.

Por outro lado, emprêsas comerciais assumem funções industriais. São emprêsas, que tendo muitas filiais e agências, podem produzir para fornecimento das mesmas.

Assim vemos reagruparem-se funções que haviam sido cindidas pelo próprio capitalismo.

Um aspecto interessante que os factos actuais vêm demonstrando é o que se refere aos males do gigantismo na indústria. Predominou essa concepção na Economia, sobretudo entre os marxistas, que viram nas emprêsas megatérias uma manifestação de socialismo (!). E se hoje, na Rússia, se procede à descentralização, é esta mais provocada pelas necessidades de defesa do que propriamente pelas dificuldades administrativas que elas oferecem. Ainda vemos no terreno administrativo social, sobretudo político, que o preconceito da centralização é predominante em muitos. Ainda se julga que a concentração de poderes é benéfica. A indústria moderna sente os males dessa centralização, e há exemplos extraordinários nos Estados Unidos, onde grandes emprêsas procedem a descentralização de suas indústrias.

A administração suprema de uma indústria gigante, por melhor serviço de informações que tenha, é cheia de defeitos. No campo do capitalismo, verifica-se que as grandes emprêsas, sob o ângulo contábil, estão mais sujeitas às fraudes e ao erros, inclusive de cálculo.

Temos exemplos na Creusot, na França, cuja descondensação

tornou-se uma necessidade, a Loewe, na Alemanha, além de outras muitas nos Estados Unidos.

No comércio, também. A centralização dos grandes armazéns (como verificamos agora no Brasil, Mappin Stores, Sears, Lojas Americanas, etc.), nos países mais desenvolvidos, é substituída por uma descentralização técnica e contábil (as grandes organizações no Brasil, acima citadas, já empregam êsse sistema em muitos aspectos).

Não se deve, porém, confundir descentralização técnica ou administração com a descentralização econômica.

Uma emprêsa pode ter uma centralização econômica, quanto aos cálculos, por intermédio de uma **contabilidade central.** Há **uma** emprêsa com **diversas** secções e não diversas emprêsas.

Esta distinção é importante para compreender as doutrinas dos que defendem o socialismo descentralizado (libertários, anarquistas, etc.). Reconhecem êles as grandes dificuldades de uma planificação socialista centralizada. Os interêsses colectivos podem ser perfeitamente assegurados por uma gestão de estabelecimentos múltiplos e distintos no interior do organismo social.

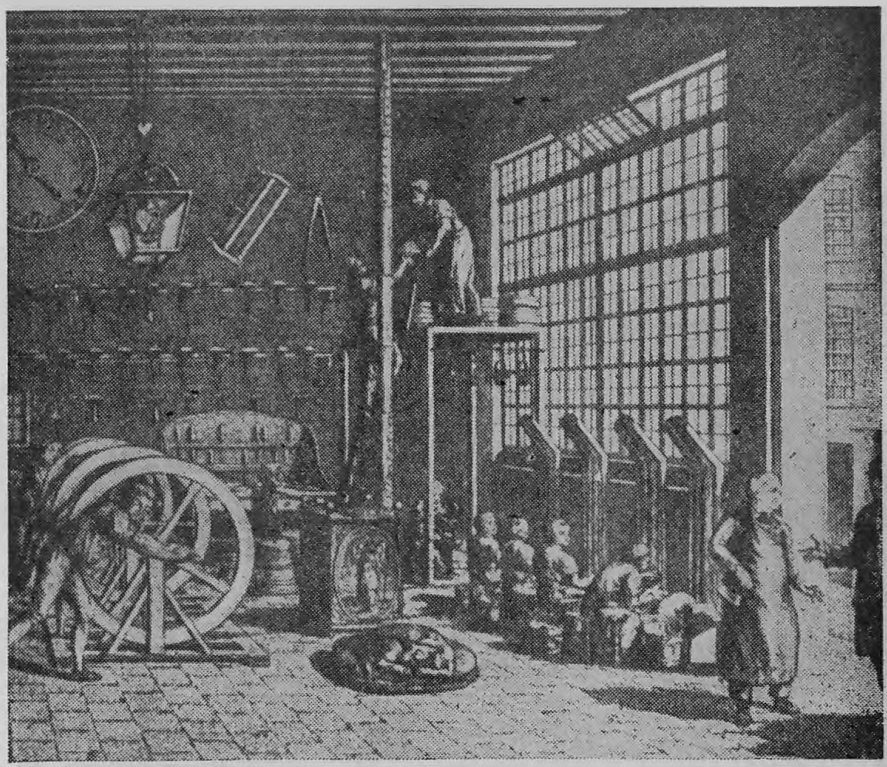
Pode dar-se uma independência técnica, administrativa e até econômica das explorações socialistas.

Não resta dúvida que se pode descentralizar técnica ou administrativamente com reais resultados. Quanto à descentralização econômica, esta se dá apenas pela afirmação da autonomia das emprêsas, cuja rentabilidade fica, no entanto, ligada aos interêsses colectivos pela **organização federativa** das previsões e cálculos econômicos, cujo organismo tem apenas um papel orientador, consultivo e não directivo nem executivo.

É natural que os socialistas libertários admitam, como fundamental, uma base ética na sociedade, isto é, um reconhecimento dos direitos colectivos, que não podem ser prejudicados em benefício de um grupo nem vice-versa.

Uma sociedade socialista planificada centralizada (socialismo autoritário, marxismo, etc.), exige cálculos econômicos em relação aos interêsses próprios quanto à sua própria rentabilidade, de modo que atenda as suas necessidades. Os marxistas combatem, na sociedade capitalista, o aspecto capitalista, e pretendem impor um anti-capitalismo. Mas a rentabilidade de uma emprêsa traz sua marca capitalista. Os marxistas já dão como resolvidos os principais problemas, porque admitem que a ideologia e a superestructura são modeladas e determinadas pela **infra-estructura** econômica. No entanto, necessitam estimular a rentabilidade de suas emprêsas e exigir benefícios seguros.

Numa sociedade libertária ou anárquica, as soluções para tais problemas são diferentes. A rentabilidade não é dominante, por-



Uma fábrica no início do Capitalismo moderno

Louis Blanc

Saint-Simon

Um dos famosos banqueiros e industriais: Fugger

que o sistema de distribuição é fundado na productividade. Assim uma emprêsa, que poderia ser deficitária, mas necessária para a producção, tem assegurada sua participação social na distribuição dos bens, porque é destruído o mercado e o sistema de preços, pela incorporação nos direitos sociais iguais de todos à alimentação, à moradia, à educação e ao divertimento, que são igualizados bàsicamente, embora, em outros aspectos, sejam admissíveis as distinções naturais que se formam.

Exploração e emprêsa pública:

Passemos ao exame das emprêsas, que não são pròpriamente capitalistas: as emprêsas públicas e semi-públicas. Quanto às emprêsas cooperativas, passamos a examiná-las nos verbetes sôbre **Cooperação** e **Cooperativismo,** as quais também se incluem entre as que não são capitalistas.

As unidades de producção da zona pública podem receber fornecimento de capital a) exclusivamente dos poderes públicos; b) ou parte pelos poderes públicos, e parte pelos agrupamentos particulares ou indivíduos isolados (sociedades mistas).

Quanto à disposição efectiva e à gestão das emprêsas podem a) os poderes pertencerem aos particulares e ao Estado, sob quadros jurídicos estabelecidos prèviamente; b) ou podem estar divididos entre o Estado e os particulares, proporcionadamente ao capital aportado.

Quanto ao funcionamento, prestam as explorações públicas serviços públicos, tendentes a satisfazer necessidades da comunidade nacional ou de um grupo dessa comunidade. Algumas explorações estabelecem preços que não são preços do mercado, e que são corrigidos por considerações políticas ou sociais, aos quais certos autores americanos chamam de **preços políticos.** Outras explorações, integradas no mercado, aceitam o preço do mercado tal qual é, praticando preços de monopólio ou de quase-monopólio.

Assim, há emprêsas que não têm como fim exclusivo nem principal o maior ganho possível, outras que tendem para o maior ganho possível, limitadas por certo interêsse geral, e outras que são verdadeiras emprêsas de capitalismo de Estado e que procuram, através da troca, alcançar o maior ganho monetário possível. Estabeleçamos os aspectos que as distinguem umas das outras.

Examinemos as explorações públicas, fazendo primeiramente uma distinção fundamental entre a) explorações públicas e b) emprêsas de capitalismo de Estado.

As explorações públicas são propriedade do Estado, geridas sem restrição nem contrôle por êste. Não tendem a um ganho monetário maior, mas buscam realizar um ganho monetário, dentro de certos limites políticos e sociais.

As emprêsas de capitalismo de Estado são órgãos de producção, que reproduzem, na **forma,** a emprêsa capitalista, embora os pro-

prietários sejam o Estado ou uma colectividade pública. Penetram no mercado e procuram o maior ganho monetário possível. Não são pròpriamente organismos públicos pelos fins, mas apenas pela estructura e pelo patrimônio.

Analisemos agora essas duas espécies de explorações e emprêsas públicas.

As explorações públicas: Essas instituições têm um fim especial: não tendem à satisfação de tôdas as necessidades colectivas de uma comunidade, mas a **certas necessidades.** Têm, assim, uma utilidade colectiva. (Estabelecimentos públicos do Estado, tais como estabelecimentos de instrucção pública, asilos, assistência pública, hospitais, hospícios, etc.).

Essas organizações partem da **despeza** e não da **receita.** As necessidades colectivas devem ser satisfeitas e o Estado deve fazer face a essas despezas. Para isso, dispõe de meios de acção baseados no constrangimento (percepção de taxas, impôsto, etc.).

Tendem, assim, à satisfação das necessidades, combinam os factôres da produção para trabalhar com o menor custo e obter o resultado máximo.

Há outras explorações de carácter econômico, que são administradas pelo Estado (Municípios, governos estaduais ou provinciais, etc.). Exploração do fumo, bebidas (como no Uruguai), telégrafos, telefones, correio, etc. Essas explorações podem ser monopolizadas, ou não. Há, ainda, explorações industriais sem monopólio, como certas indústrias, etc.

Podem essas explorações ser superavitárias ou deficitárias. Neste último caso, o **deficit** é coberto pela arrecadação dos impostos, por restrições de despezas ou por meios orçamentários, não devendo nunca o ser pela reducção dos serviços que prestam quando sociais.

Quando superavitárias (isto é, quando a despeza é inferior à receita) as aplicações do **superavit** podem destinar-se às melhorias, fundos de reserva ou aplicadas em obras sociais ou para cobrir **deficits** de outras explorações, etc.

As emprêsas de capitalismo de Estado: Em todos os seus aspectos, essas emprêsas são semelhantes às particulares, tendo por única diferença a distinção entre o capitalismo privado e o capitalismo de Estado. Nessas emprêsas, procura o Estado o maior benefício monetário possível, entrando em concorrência com as emprêsas capitalistas do mesmo ramo.

Podemos considerar como exemplos o capitalismo de Estado da Alemanha hitlerista, do trabalhismo inglês, etc.

As explorações do capitalismo de Estado são combatidas sobretudo pelo burocratismo que elas geram, que surge na administração das grandes emprêsas privadas e que se agrava nas emprêses públicas, encarecendo e emperrando a sua actividade. Além disso, a História revela na Europa que as experiências de admi-

nistração pelo Estado têm sido prejudiciais, sobretudo pela incapacidade administradora de seus dirigentes, que dependem dos elementos políticos, que influem, freqüentemente, na administração. Durante a guerra de 1914-18, o arsenal de Roane, que deveria produzir 50.000 obuses por dia, nas mãos da administração do Estado produzia apenas 1.700 obuses, muito aquém da producção de outras oficinas administradas por capitalistas.

Revelam também as experiências que os abusos na producção aumentam, desaparecendo a disciplina por parte dos trabalhadores.

De tais defeitos não se exime a organização soviética, em que as influências políticas penetram na producção (acção dos elementos do partido), bem como depende do mercado e dos preços estabelecidos, trabalhando para clientela anônima, e obrigada a obter o maior ganho possível, a fim de satisfazer as comissões elevadas de que gozam os dirigentes. Dessa forma, verifica-se, na Rússia, uma confusão entre o econômico e o político, porque os dirigentes dependem dos comissários políticos, sendo êstes uma verdadeira ameaça. Por outro lado, as estatísticas russas demonstram que o custo da producção é exagerado, razão pela qual é tão elevado o custo de vida na Rússia.

As explorações mistas: São as explorações mistas as mais comuns no capitalismo moderno. No sector público, são numerosas e cada vez mais numerosas. Essas sociedades, de economia mista, são formadas com a aportação de frações de capital de um ou outro lado (Estado e capitalista), nas quais a direcção cabe ao Estado ou ao capitalista.

O tipo mais comum dessas organizações são as **concessões.**

Antigamente, usava-se também o arrendamento de certos domínios públicos, que eram entregues a um particular ou a um grupo de particulares, quando o Estado não podia mantê-los devidamente.

Examinemos, no entanto, a **concessão.**

A concessão é uma forma de exploração na qual o Estado ou uma colectividade pública concede a particulares isolados ou agrupados (os concessionários), o estabelecimento ou a exploração de um serviço público. Neste caso, os concessionários têm a responsabilidade financeira da exploração e a direcção técnica. Suas obrigações e direitos são estatuídos no contracto de concessão.

As concessões são dadas para prazos determinados.

Independentemente dos seus pormenores jurídicos, que são estabelecidos geralmente pelas leis vigorantes nos diversos países e comunidades, a concessão, economicamente, é uma **exploração mista.**

O poder público beneficia o concessionário com certos processos de expropriação para facilitar-lhe o funcionamento (no caso de estradas de ferro, expropria-

ção por utilidade pública de certas faixas de terreno, etc.).

Concede às vêzes ajuda financeira, por meio de subvenções, como pode ainda participar nos riscos da exploração. O poder público pode participar ou de uma renda determinada ou das rendas líquidas verificadas. Neste caso, cabe ao poder público representar-se por meio de fiscais.

Os processos mais modernos usados são os da sociedade de economia mista, que assume a maior parte das vêzes a forma da **sociedade anônima** (ou sociedades mistas de responsabilidade limitada, como na Alemanha). Nessas sociedades, os accionistas são particulares e as colectividades públicas.

As colectividades públicas adquirem um direito à distribuição do benefício, participam dos riscos da gestão e gozam de prerrogativas concernentes à direcção, à orientação e à administração do negócio. Salvo especificações determinadas, essas prerrogativas são proporcionais ao montante de um ou outro portador (poder público e particulares).

As formas dessas sociedades mistas são as mais diversas, segundo as condições de cada país. O que se observa, porém, é sua multiplicação constante, que, para nós, revela a marcha do capitalismo privado para o capitalismo estatal, confundido tantas vêzes com a socialização. O capitalismo de Estado vai substituindo aos poucos o capitalismo privado, naturalmente não numa direcção linear. Há marchas e contra-marchas, mas pode-se estabelecer que a predominância constante é devido à exploração pública caber ao Estado. Os serviços prestados por organizações particulares tornam-se públicos, assumem o carácter de serviços públicos por interessarem à colectividade. Desta forma, o Estado encontra sempre uma justificativa para atrair para o seu âmbito tôdas as explorações de serviços que interessam à maioria ou à totalidade da população.

Para uma análise concreta das explorações mistas, devemos considerar a) a natureza do serviço; b) a capacidade e a competência pessoal dos dirigentes; c) o conjunto das relações econômicas e sociais.

No primeiro caso, temos a **estructura.** Verifica-se se há a independência do patrimônio e dos interêsses do concessionário e das finanças públicas. No primeiro caso, os particulares são naturalmente incitados ao máximo de diligência para a acquisição dos benefícios maiores.

Tanto os liberais como os socialistas de todos os matizes têm discutido as vantagens e as desvantagens do sistema de economia mista para as explorações públicas. Os liberais mostram seus defeitos, enquanto os socialistas (os autoritários) o defendem, contra a opinião dos libertários, que julgam deve a administração pertencer às organizações populares livremente constituídas.

No entanto, há, segundo a natureza do serviço, pela sua amplitude, a conveniência de ser en-

tregue não a organizações locais, mas nacionais. Quanto à competência, o Estado não é um organismo capaz de garanti-la, devido às condições políticas que o constituem e nêle actuam.

As concessões oferecem certas dificuldades quanto ao contrôle dos concessionários, que podem cuidar de seus benefícios particulares em prejuízo dos interêsses públicos. Sabem todos dos defeitos da fiscalização realizada pelo Estado, devido aos elementos políticos e ao desamor natural ao que é colectivo.

Tendo o concessionário um tempo limitado de exploração, é natural que o aproveite da melhor forma. Tem assim a concessão elementos contraditórios, que se antagonizam. São interêsses gerais, em choque com interêsses particulares.

A economia mista é uma **economia intermediária** (para muitos uma economia de transição), por isso oferece ela tantos males quantos benefícios, testemunhando aquêles males a crise inerente ao regime capitalista, a impossibilidade de permanecer êste quando os interêsses colectivos passam a impor-se na sociedade.

Entretanto, convém estabelecer que não há um capitalismo puramente privado sem participação no sector público. A exploração mista não é um progresso de socialização como pensam os socialistas. Os liberais viram nela uma libertação da gestão socialista, enquanto os socialistas viram uma marcha para o socialismo, por haver aí uma colisão clara dos interêsses capitalistas com os interêsses sociais. Não há dúvida, porém, que a exploração mista prepara o advento do socialismo como êle é concebido pelos autoritários. Elas criam **condições favoráveis,** preparam o futuro do socialismo, não sendo ainda **socialismo.** A exploração pública mista permite quebrar as resistências políticas, as psicológicas e as sociais, justificando o Estado planificador. Entretanto, muito pode e sucede aqui que desmente as previsões socialistas.

Crítica da emprêsa e do empresário: Tornou-se o tema da emprêsa, ante as investigações modernas, de uma importância capital, já que anteriormente estava totalmente confundido com a **firma** capitalista.

O têrmo **emprêsa** indica, etimològicamente, um acometimento, um empreendimento. Em nossa língua, sua origem encontramos no francês, que, por sua vez foi buscá-la no italiano.

No sentido econômico, como dissemos, **emprêsa** foi considerada a organização privada capitalista para a realização de uma actividade meramente econômica, com uma finalidade determinada. Modernamente, entende-se como emprêsa, na Economia, a organização capaz de efectuar uma determinada actividade econômica, distinguindo-se, nìtidamente, da figura do **empresário,** como gestor, e do titular da emprêsa, que, na maior parte das vêzes, é o próprio empresário. Como essa função, pelo dirigismo econômico, pode ser realizada também pelo Estado, é êste, em certas circunstâncias, o empresário, pois

é o titular da emprêsa. A emprêsa, considerada em si mesma, pode ser tomada apenas como a organização econômica, como dissemos, cujo empresário, cujo titular, pode ser substituído, permanecendo, no entanto, aquela sendo a mesma. O titular é, na vida econômica e jurídica, aquêle que representa a **firma,** que firma em nome da emprêsa, quando proprietário dela. Assim, a distinção entre firma, emprêsa, empresário em sentido de gestor, e titular torna-se clara.

Dêsse modo, pode-se falar em emprêsas públicas e emprêsas privadas, como já vimos. As primeiras são aquelas cujo titular é o Estado, as segundas aquelas cujo titular é a pessoa privada, singular ou colectiva.

A emprêsa surge de uma complexidade na realização econômica, sòmente quando o trabalho individual não é suficiente para alcançar resultados mais amplos, tornando-se mister coordenar esforços, mobilizar diversas actividades especificamente distintas para obterem-se resultados mais amplos.

O empresário é o coordenador da emprêsa, e o titular é o proprietário da emprêsa, que no regime capitalista, de início, reúnem-se nas mesmas pessoas, tendendo, na fase ascensional daquele regime, a ser executada por mandatários, que participam ou não do título de proprietários da emprêsa, como se vê nas grandes sociedades anônimas.

As emprêsas tendem, pois, a combinar e a coordenar as actividades econômicas com fins precìpuamente determinados, e elas surgem por uma necessidade da divisão do trabalho para a obtenção de maior producção. Não se pode negar que a figura do empresário é a de um agente criador, de um agente organizador, captador de possibilidades de entrosamento da producção, segundo normas mais productivas e hábeis. Como tôda acção criadora implica liberdade, a acção do empresário necessita ser livre para poder realizar as experiências que se tornam necessárias, a fim de alcançar os resultados desejados. Como a economia superior é uma economia empresarial, desde logo se percebe a necessidade que nela havia da liberdade, sem a qual a criação seria impossível, o que aliás comprova a nossa tese de que a economia é fundamentalmente assentada sôbre a liberdade, e que o genuíno acto econômico é um acto livre. Contudo, tal não implica que se tenha juntado à economia o trabalho não livre, como vemos na escravidão e no trabalho forçado nas prisões. Tais trabalhos são econômicos apenas em sua função productora e surgem da mobilização feita por empresários que, contudo, gozam de liberdade. Em tais casos, os trabalhadores são jurídica, econômica, administrativa e tècnicamente dependentes do empresário, e representam formas viciosas na acção econômica do homem, que nasce de um gesto criador e livre, ao qual se incorporam formas opressivas, verdadeiramente extra-econômicas quanto a êste aspecto, apesar da canalização de tais esforços para a realização de efeitos eco-

nômicos. Contudo, essas formas são inegàvelmente accidentais, episódicas, como dizem alguns, na vida social humana. Elas não representam necessidades insuperáveis, pois podem ser substituídas por um trabalho livre, cada vez mais livre. Ao estudarmos as dependências do trabalho, notamos que a forma cooperacional é a única que oferece o maior grau de independência ao trabalhador, liberdade que pode ser aumentada à proporção que o progresso tecnológico, em sentido amplo, inclusive o da gestão empresarial, que também é técnico, alcança seus estágios mais elevados.

A emprêsa nasce, assim, de um ímpeto libertário do homem, e o empresário goza, ao construí-la e ao levá-la avante, de certa liberdade,. bem como no seu funcionamento, apesar das restricções naturais que a circunstância ambiental (político-econômica, jurídica, sociológica, ética, religiosa, histórica, etc.) pode exercer.

As emprêsas públicas devem ser consideradas como serviços públicos. Mas, seja como fôr, a emprêsa é sempre uma reunião de indivíduos, implica uma cooperação de esforços e prova a capacidade criadora da cooperação, pois sua unidade surge do entrosamento dos esforços tendentes à realização de uma meta desejada. A cooperação interna é necessária, bem como cooperação externa, cooperação nas funções. E tal cooperação é evidente, apesar do excesso de individualismo que pode dar-se, e que é próprio do regime capitalista, pois se nota que cada vez mais a emprêsa vai pertencendo ao próprio trabalhador, que a sente em muitos aspectos como **sua** (**minha** oficina, **minha** fábrica, **minha** firma, etc.).

As emprêsas capitalistas tendem, naturalmente, à realização de bens destinados ao mercado, e sofrem do risco que é inerente a todo capitalismo, como a concorrência, crises, perda de mercados, prejuízos, etc., que são escalares.

As emprêsas públicas tendem a monopolizar a producção específica, mas algumas, apesar dêsse monopólio, podem sofrer concorrência, como se dá com o serviço de Correios, que pode ser preferido por outros meios de comunicação mais eficientes do que o serviço prestado pelo Estado, que nem sempre corresponde às necessidades existentes.

As associações de emprêsas, a fim de evitar a concorrência ou reduzir os riscos, formam as diversas figuras que já estudamos, como cartéis, trustes, etc., que são preconceitualmente, por uma propaganda insidiosa, apresentadas como prejudiciais aos interêsses públicos, o que nem sempre é verdadeiro.

Fundando-nos na emprêsa, poderemos anotar alguns aspectos típicos dos diversos sistemas econômicos, modernamente empregados:

O **capitalismo democrático** caracteriza-se pela emprêsa livre e pela distinção nítida entre a emprêsa e o titular da mesma, que é pròpriamente o capitalista, uma

pessoa privada, singular ou múltipla.

O **capitalismo de Estado** caracteriza-se pela emprêsa pública, desde a mista até a exclusivamente estatal. Neste caso, o Estado é o empresário e titular da emprêsa, parcial ou totalmente. O capitalismo de Estado tende à absorção total, por parte do Estado, de tôda emprêsa econômica, e basta, para caracterizá-lo, o predomínio econômico dêste.

O chamado **socialismo de Estado** apresenta, econômicamente, a mesma maneira de actuar do capitalismo de Estado, com distinções meramente jurídicas, pois, em muitos casos, pode ser realizado através da expropriação pura e simples do titular da emprêsa e da sua propriedade, noutros pode dar-se pela expropriação com indemnização, como se dá também no capitalismo de Estado.

Distinguem-se ainda um de outro pela finalidade. No capitalismo de Estado, os benefícios tendem para todos, independentemente de sua situação de classe, enquanto no socialismo de Estado diz-se tender para o bem do trabalhador, o que, na prática, não se evidencia.

Há, ainda, a forma de sociedade libertária, que é democrática, na qual a emprêsa privada é livremente organizada, mas seus benefícios tendem à aplicação social.

Alguns Estados procuram marchar pela forma democrática para essa sociedade, pela aplicação dos impostos sôbre as rendas, ou melhor, sôbre os lucros, destinando-os ao Estado para a realização de suas funções. É uma espécie de combinação entre democracia capitalista e democracia libertária, o que se verifica, de modo ascendente, nos países mais desenvolvidos do mundo.

Empsykhôs (gr.) = **animado.**

Emptiness (ing.) = **falta.**

Empty (ing.) = **vazio.**

EM SI — a) Expressão muito usada na filosofia para indicar pròpriamente o que se opõe a **para nós**, e tende a designar o que uma coisa é em sua própria natureza; ou melhor, afirma que há na coisa algo **extra mentis**. que é real-real.

b) Emprega-se êsse têrmo, também, para indicar a diferença entre a aparência e a realidade. As coisas são em si o que elas são, e são para nós como aparecem aos nossos meios de conhecimento.

c) Em sentido absoluto, indica o ser que possui existência em si mesmo (**ensidade**), aquêle que não se reduz a uma mera relação.

Também o que não se reduz à pura determinação do ser de outro ente, como o é a substância e, finalmente, como o ser que exclui tôda e qualquer relação de dependência com outro qualquer ser, e, neste caso, seria apenas o Ser Absoluto, Deus, para o cristianismo.

EMULAÇÃO — a) Emulação é o acto psicológico que nos im-

pele a igualar ou a exceder os outros.

b) Na Ética, é o sentimento que nos leva a igualar os outros ou a superá-los em virtudes ou merecimentos.

c) Na Soc., a igualar e a superar no prestígio social. Intelectualmente, no conhecimento, no saber, na realização intelectual.

Tem o têrmo, assim, uma ampla aplicação, sempre obediente à esquemática que acima enunciamos.

ENANCIODROMIA — Vide **Enanciomórfico.**

ENANTIODROMIA — Vide **Enanciomórfico.**

ENANCIOMÓRFICO — O têrmo **enantiodromia,** em grego, significa correr em sentido inverso, que vem de **enantios,** o que está em face de, o que se opõe, o que vem ao encontro de... Refere-se o têrmo **enantiodromia** ou **enanciodromia** à famosa frase de Heráclito, que, fundado na realidade do **devir** (vide), do vir-a-ser constante das coisas, afirmava que nos era impossível banhar duas vêzes no mesmo rio, pois êsse flui como fluem tôdas as coisas; em suma, que era impossível a **enanciodromia,** a reversão, a imutabilidade, já que tudo muda.

O têrmo **enanciomórfico** quer indicar uma forma (**morphê**), que reverte, e é empregado para indicar as reversões das formas, por ex. animais, ou nos casos teratológicos, quando há uma reversão a estágios mais primitivos de uma espécie, como se pode verificar em certos indivíduos.

ENCANTAMENTO — Vide **Encanto.**

ENCANTO — (Do lat. **canto,** cantar). Conducta ou fórmula verbal, que tem o dom de despertar estados de agradabilidade intensa e até de exercer o domínio pleno sôbre alguém. Para tal se usam, também, objectos aos quais se atribuem o poder de realizar o **encantamento.**

Essa prática é universal, e é a constância da sua universalidade que exige que sôbre tal objecto se processem estudos mais acurados.

ENCARNAR — a) Diz-se do que assume o papel de outro, a identidade de outro.

b) Na linguagem teológica, é a **assunção** de um corpo por um espírito. (Vide **Assunção).**

ENCÍCLICA (do gr. **en** e **kyklos** (círculo) — Carta circular que o Papa envia aos bispos da Cristandade.

ENCICLOPÉDIA — (Do grego **en, kyklos** (círculo) e **paideia,** ensino). a) Por **enciclopédia** se entende o conjunto de todos os conhecimentos, em todos os ramos do saber, coleccionados sob uma ordenação, que pode ser alfabética ou temática ou sistemática.

b) Também, ao empregar êste têrmo, quer-se referir à Grande Enciclopédia Francesa, que teve tão importante papel na formação das idéias que agitaram a Revolução Francesa. As idéias expostas por Diderot e outros, nessa obra famosa, tomaram o nome genérico de **enciclopedismo.**

ENCICLOPEDISMO — Vide **Enciclopédia.**

End (ing.) = **fim.**

Ende (al.) = **fim.**

Endlich (al.) = **finito.**

ENDOFASIA — Reproducção tácita de frases, que acompanha o exercício do pensamento. Muitos pensam falando dentro de si, e até ouvindo o tom que julgam ter a sua própria voz, mas tàcitamente.

ENDOGAMIA — Costume de limitar o matrimônio a pessoas da mesma família, casta ou comunidade.

ENDOPATIA — Vide **Empatia.**

Endophasie (fr. e al.) = **endofasia.**

Endophasy (ing.) = **endofasia.**

Endzweck (al.) — Vide **Ende.**

Eneka (gr.) = **razão de... para que.** É a **causa final** para Aristóteles. Vide **Causa.**

Enérgeia (gr.) = **Acto.**

ENERGÉTICO — a) O que tem energia ou a revela.

b) No fem., sistema de mecânica, que exclui a noção de fôrça e a substitui pela de **energia.**

c) No fem., sistema que, em oposição ao materialismo, substitui a matéria como substância do mundo físico pela **energia,** fundado por Ostwald, físico alemão. Também conhecida por **Energetismo.**

Energetics (ing.) = **energético.**

Energetik (al.) = **energético.**

Énergétique (fr.) = **energético.**

ENERGIA — Do grego **enérgeia,** que, nesse idioma, significa **acto,** ser-em-acto. Por sua vez, **enérgeia** vem de **energos,** de **erg,** trabalho, **em trabalho, em acção.** Energia, em linhas gerais, é o poder pelo qual as coisas actuam, é a eficacidade activa. Aristóteles empregava êsse têrmo para expressar actualidade.

a) Na física, é a capacidade para realizar trabalho e, na física moderna é equivalente à massa.

b) Na axiologia, valia de nível físico.

c) Na psic., vontade de empregar tôda a sua fôrça.

A energia pode ser **actual** ou **virtual.** A primeira é a energia já manifestada, no pleno exercício de si mesma; a **virtual,** é a latente, a que ainda não está no pleno exercício de sua possibilidade actual, especificamente determinada. A energia **virtual** não é uma possibilidade energética, é uma energia já em acto, não, porém, sob uma determinada forma. Ela se torna actual, quando é determinada, segundo uma forma. A energia, que se desprende do átomo, na desintegração atômica, está em acto nêle na forma tensional da sua espécie, mas ao desintegrar-se daquêle, ela toma nova forma e está no pleno exercício nessa forma. Há, assim, nítida distinção entre a energia **virtual** e a **potencial.** Esta, como

mera possibilidade, refere-se apenas à nova forma, não quanto à sua fonte, pois a energia, que se manifesta ora aqui, ora ali, já estava, de certo modo, latente nas suas causas, pois, do contrário, viria do nada, o que seria absurdo.

ENERGIA (Princípio da conservação da energia) — Princípio aceito e exposto pela Física pre-relativista, na qual se afirmava que num sistema em que as modificações havidas são constituídas apenas pelo movimento de suas partes, e pelas acções que as mesmas exercem umas sôbre as outras, conserva uma quantidade de energia constante, não sendo essa quantidade nada mais que a soma das energias mecânicas e físicas das partes componentes.

Na física actual, êsse princípio não é mais aceito como verdadeiro, e em oposição a êle surgiu o da **Degradação da Energia** (Vide).

Énergie (fr. e al.) = **energia.**

ENERGISMO — Teoria ética, que afirma que a verdadeira acção consiste em exercitar eficientemente a sua própria capacidade normal. O fim da acção ética não é a felicidade, nem o prazer, mas a **auto-realização.**

Energismo (it.) = **energismo, energético.**

Energy (ing.) = **energia.**

ENERVAR — Privar de energia ou de vigor mental.

ENGANO — Enganar é induzir alguém ao êrro. É iludir, é embair. **Engano** é a acção ou o efeito de enganar ou de enganar-se. É o artifício usado para enganar alguém. É a falácia, o sofisma para fazer cair outro em êrro.

ENGRAMA — Têrmo originalmente criado por R. Semon para indicar um estado de alteração permanente de um tecido vivo, produzido por uma excitação temporal. É a base da memória fisiológica e da herança.

ENLACE — a) Conexão que se dá entre o **estímulo** e a **reacção.**

b) O que une uma parte com outra, por ex. a adesão dos músculos.

Énonciation (fr.) = **enunciação.**

Ens (lat.) = **ser, ente.**

Ens ab alio (lat.) = **ente por outro.** É o ente por participação. Vide **Ente.**

Ens et bonum convertuntur (lat.) = **o ser e o bem (valor) se convertem.** Vide **Ser** e **Valor.**

Ens et verum convertuntur (lat.) = **o ser e o verdadeiro se convertem.** Vide **Ser.**

Ens extra anima (lat.) = **o ente fora da alma, que existe fora da mente humana.** Vide **Ente.**

Ens ficta (lat.) = **a coisa ficcional, de mera criação humana.**

ENSIDADE — Vide **Inseidade.**

Ens in anima (lat.) = **o ente que está na alma. O ente, cuja existência se dá em nós.** Vide **Ente.**

ENSINAR — É tirar alguém da ignorância, por qualquer meio que lhe permita saber o que não sabe.

Ens infinitum (lat.) = **ente infinito.**

En soi (fr.) = **em si.**

Ens parmenidicum — Empregado para referir-se ao Ser de Parmênides, o Um imutável, que se dá também em tôdas as coisas, pois a mutação é apenas uma ilusão, um in-ludere, de **ludere,** brincar, ficção.

Ens per participationem (lat.) **ente por participação, o ente «ab alio».** Vide **Ente.**

Ens rationis (lat.) = **ente de razão.** Vide **Ente.**

Ens reale (lat.) = **ente real.** Vide **Ente.**

Ens ut sic (lat.) = **o ente enquanto tal.**

Entartung (al.) = **degenerar.**

ENTE (Conceito de) — O conceito de ente (sistência prefixável) é fruto de uma total abstracção. É um conceito universal, e para os escolásticos o mais universal dos conceitos.

(Vindo do part. presente do verbo **esse** (ser), **ens, entis,** significa **sendo).**

Tomás de Aquino define: «Ente é o que tem essência real». A essência do ente, já vimos, é o **ser** (a sistência aqui).

Se afirmamos que ente (opinião dos escolásticos) é o que é apto a existir realmente, nesse caso é o que tem **res** (em latim, coisa). Seria, então, o que tem existência **efectiva (perseitas).**

O ente pode ser **actual** ou **possível.** E tal se dá quando a sua aptidão a existir é presente, dá-se no exercício da existência (actual) ou vem a suceder (possível).

É intrìnsecamente possível o ente que, por coerência consigo mesmo, não tem nenhuma existência actual.

Possível é o que **pode** existir. Impossível o que **não pode** existir. Ente puramente possível, ou simplesmente possível, é aquêle que pode existir, sem existir em acto.

A possibilidade (intrínseca) formal da coisa não existente carece de tôda actualidade física.

Para os escolásticos, é existente o que de facto é dado nas coisas da natureza; é a existência uma forma lógica intrínseca, cuja afirmação se pode fazer porque, de facto, se dá nas coisas da natureza.

Em suma, é existente, para os escolásticos, o fáctico, ou o que se funda no fáctico.

Se ente é o que tem aptidão à existência, **ente existente** é o que tem aptidão em acto, isto é, aquêle cuja aptidão transita no **exercício** da existência.

Segundo Duns Scot, pode-se primàriamente fazer uma distinção do ente fora da alma **(ens extra anima)** e do ente na alma **(ens in anima).** Ou seja, o ente

subsistente em nós, noético portanto, e o ente subsistente fora de nós, o ente **extra mentis.**

Êste ente pode ser subdividido em **ens in actum et in potentiam** (em ente em acto e ente em potência).

O **ens extra anima** (ente fora da alma) é o **ens reale,** enquanto o **ens in animam** é o **ens rationis,** o ente de razão. O ente de razão tem seu ser no intelecto, portanto sua subsistência é em outro e de outro; tem inaliedade e abaliedade (de **in,** em, e **alius,** outro e de **ab,** de), enquanto o **ens reale** tem sua entidade fora da consideração do intelecto. **Ens rationis est sola relatio rationis,** o ente de razão é sòmente uma relação da razão.

O ente pode ser ainda subdividido em ente **infinitum** e **finitum,** divididos em **categorias** (vide). segundo a classificação aristotélica.

O **ens infinitum** é o ente incriado, ou o ente em si mesmo, ente por essência; e, o finito, o ente criado, o ente **per participationem,** o **ens ab alio.**

Entelechia (lat.) = **enteléquia.**

Entéléchie (fr.) = **enteléquia.**

Entelechy (ing.) = **enteléquia.**

Entelekheia (gr.) = **enteléquia, acto.**

ENTELÉQUIA — (Do grego **entelekheia,** têrmo criado por Aristóteles, com a aglutinação de **entelôs** e **exein,** perfeição e hábito, significando, etimològicamente, o hábito da perfeição, a posse da perfeição).

Na verdade, para Aristóteles, **enteléquia** não é um ser subsistente em si mesmo, nem tampouco autônomo. É, sim, uma causa ou um princípio de ser, que, por sua união com outro princípio intrínseco, a potência, constitui a substância. O ter-se julgado diferentemente se deve ao êrro de haver-se considerado, como **enteléquia** para Aristóteles, a **enteléquia** de Driesch. No entanto, esquecem que êste salientou desde início, que iria apenas aproveitar o têrmo verbal aristotélico, não, porem, o seu conteúdo noemático, pois o que conceituava como **enteléquia** (que para Driesch é subsistente de per si, e autônomo) era distinto de o que conceituava o estagirita.

Assim, para Aristóteles, a alma é a enteléquia primeira (fundamental) de um corpo natural, que tem a vida em potência. A alma não era, para Aristóteles, como não o é para os escolásticos, uma substância no sentido da forma substancial, mas **enteléquia,** princípio determinante, que, com o princípio determinável, a matéria, constitui a substância una e indivisível, que é o ser. Em suma, a alma é a **enteléquia** primeira de um corpo natural organizado. É a alma a causa primordial, graças à qual, vivemos, percebemos, pensamos, como se vê no **De Anima,** II, 2, 414 a 12/13.

b) Na Filosofia moderna, Leibnitz toma-o como o acto realizado em oposição ao acto em vias de ser tal, em devir, e também como a forma **(eidos)** ou a razão **(logos),** que determina a actualização de uma potência. Também

Leibnitz emprega o têrmo enteléquia para denominar as **mônadas.** Vide **Leibnitz** em **Sinopse da História da Filosofia.**

Entendement (fr.) = **entendimento.**

ENTENDIMENTO — Vide **Intuição** e **Razão.**

Enthaltung (al.) = **suspensão, abstinência.**

Enthousiasme (fr.) = **entusiasmo.**

Enthusiasm (ing.) = **entusiasmo.**

Enthymem (al.) = **entimema.**

Enthymeme (ing.) = **entimema.**

Enthymème (fr.) = **entimema.**

Entia quae (lat.) — Na escolástica significa os **entes reais.**

Entia quibus (lat.) — Na escolástica significa os sêres metafísicos.

ENTIDADE — Vide **Entitas.**

ENTIMEMA — a) Para Aristóteles, é o silogismo fundado nas semelhanças ou nos sinais.

b) Desde Boécio, até nossos dias, é o silogismo, ao qual falta uma das premissas, que é subentendida, ou a conclusão que o é.

Entità (it.) = **entidade.**

Entitas (lat.) = **entidade.** Tudo o que tem ser e é ser. Para Duns Scot, tudo quanto, ao qual, não se pode predicar o nada.

Entität (al.) = **entidade.**

Entité (fr.) = **entidade.**

Entity (ing.) = **entidade.**

ENTÓPTICAS (Imagens) — Nome que se dá às sensações visuais, provocadas por excitantes que não a luz, pela compressão, pelo choque, etc. Temos, ainda, **fosfenas,** mas êstes podem ser provocados por excitação luminosa, e constituem essas imagens luminosas, que surgem em nossos olhos, muitas vêzes, com formas geométricas. **Fosfenas** é, assim, mais genérico, pois inclui as **imagens entópticas.**

Entoptiques (fr.) = **entópticos.**

ENTRE — Prep. que indica relação de lugar. É a situação no espaço, que separa dois sêres. É prefixo de muitas palavras, sobretudo com o prefixo latino **inter.** Filosòficamente, significa o que se situa de modo a separar duas entidades, o que está no meio de...

ENTROPIA — Estado termodinâmico, que se aproxima de um nível máximo de zero como diferença de energia potencial. Tomando arbitràriamente como zero um determinado estado, chamar-se-á de **entropia** do estado seguinte a variação observada entre o primeiro e o segundo.

É pela entropia que se dá uma expressão quantitativa ao segundo princípio da termodinâmica. O têrmo entropia vem do grego **entropê,** que significa **involução.** Pelo princípio de Clausius e pelos estudos de Cournot, verifica-se que, na natureza, não há reversibilidade do sucessivo. Fun-

dados na entropia, muitos rebatem a concepção da **palingênese** ou do **Eterno retôrno** (vide).

Entropie (fr. e al.) = **entropia.**

Entropy (ing.) = **entropia.**

Entsagung (al.) = **abnegação.**

Entscheidung (al.) = **decisão.**

Entschluss (al.) = **resolução, determinação.**

Entsprechen (al.) = **correspondência.**

Entsprechend (al.) = **correlativo.**

ENTUSIASMO — a) Têrmo de origem grega, que vem de **enthousia** (inspiração divina), de **en, theos** e **ousia,** correspondendo a ter substancialmente a divindade. Assim, etimològicamente, **entusiasmo** é ter a divindade dentro de si ou o transporte divino.

b) Por analogia, é empregado para expressar a exaltação do espírito, do **tonos** psíquico, da tensão afectiva, que leva o ser humano à prática de actos extraordinários.

c) Emprega-se, também, para expressar a admiração viva que desperta, no ser humano, uma pessoa ou um feito humano. Daí empregar-se, também, para indicar a demonstração ruidosa de alegria e de contentamento.

d) Na Filosofia, porém, o têrmo **entusiasmo** deve ser empregado no sentido de revelação de qualidades superiores de um ser, de exaltação do espírito ante as grandezas e as belezas, que a inteligência humana é capaz de captar.

Entwickelung (al.) — Vide **Evolução.**

Entwickelungstheorie (al.) — Vide **Evolucionismo.**

ENUMERAÇÃO — Enumerar é numerar, contar, é especificar as coisas uma por uma, é relacionar. Enumeração é a acção de enumerar.

O têrmo é muito usado na Filosofia, em muitas expressões, como as seguintes: **definição por enumeração,** a qual consiste em enumerar os indivíduos ou espécies, que compõem a **extensão** de um conceito. Aqui, pròpriamente, não há definição e, sim, enunciação enumerativa da extensão do conceito. Dever-se-ia empregar o têrmo definição apenas no sentido rígido que deve ter na Filosofia, pois esta não pode tornar-se segura, enquanto não tiver a máxima rigidez e precisão nos seus têrmos (Vide **Filosofia).** Temos, ainda, **indução por enumeração,** a que consiste em induzir, da enumeração de várias espécies de um gênero, algo sôbre o gênero, ou sôbre um gênero, ao qual possam pertencer tais espécies, ou algumas delas.

Énumération (fr.) = **enumeração.**

Enumerazione (it.) = **enumeração.**

ENUNCIAÇÃO — Na Lógica, é a oração significante, que indica algo verdadeiro ou falso. A enunciação, quando parte de um silogismo, chama-se **proposição** (vide).

ENUNCIADO — Enunciar é exprimir os pensamentos por palavras. É manifestar, é proferir. **Enunciado** é o que é expresso por palavras. O **enunciado** de alguma coisa distingue-se da **definição**, pois enquanto, nesta, aponta-se apenas o que é essencial, naquele se pode descrever até os antecedentes. A definição é um **enunciado**, mas de máxima determinação; é uma espécie de **enunciado**.

Enuntiatio (lat.) = **enunciação.**

Enunciation (ing. e fr.) = **enunciação.**

Enunciazione (it.) = **enunciação.**

Environment (ing.) — Vide **Meio ambiente.**

Enyparkein (gr.) = **existir em, ser imanente a...**

EOANTROPOS — Nome genérico do falso homem de Piltdown ou de Sussex (**eos**, em gr. aurora; portanto, o «homem da aurora»).

Eon — Vide **Aeon.**

Epagôge (gr.) = **indução.**

Epagogic (ing.) = **epagógico.**

EPAGÓGICO — Epagoge, na Lógica aristotélica, é o processo pelo qual se estabelece uma proposição geral pela **indução.**

Epagogik (al.) = **epagógico.**

Épagogique (fr.) = **epagógico.**

Ephectic (ing.) = **eféctico.**

Éphectique (fr.) = **eféctico.**

Ephektiker (al.) = **eféctico.**

Epicheirem (al.) = **epicherema.**

Epicheirema (ing. e it.) = **epiquerema.**

Épichérème (fr.) = **epiquerema.**

Epicurean (ing.) = **epicúreo** ou **epicureu.**

Epicureanism (ing.) = **epicurismo.**

Épicurisme (fr.) = **epicurismo.**

EPICURISMO — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

EPIFENOMENALISMO — Vide **Epifenômeno.**

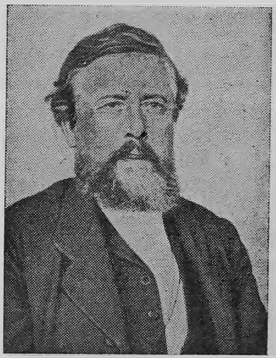
EPIFENÔMENO — (Do grego **epi** + **phainomenon**, de **phanein** aparecer **epi**, em tôrno de...).

a) É o fenômeno acessório que surge de uma modal do fenômeno principal, assim como a trepidação de um motor, cuja presença ou ausência não é imprescindível à realidade ou a realização do fenômeno.

b) Chama-se **teoria da consciência epifenomenal** (têrmo muito usado na psicologia moderna) e que afirma que a consciência humana nada mais é que um epifenômeno dos processos nervosos. Para essa teoria, a consciência é apenas uma **modal** (vide **Modal**), nada podendo influir sôbre aquêles processos. Esta teoria também é conhecida por **epifenomenalismo.**

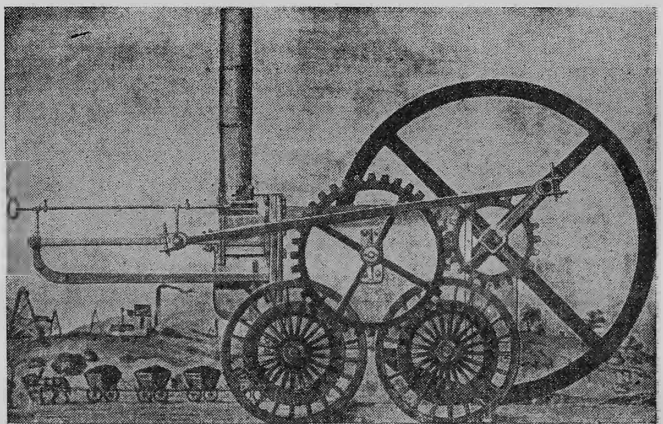
Inauguração da primeira linha de estrada de ferro, na Alemanha

Interior de uma fundição de aço em Schaffhouse.

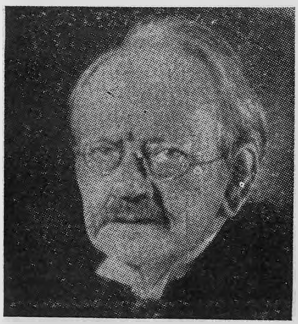


W. Liebknecht

Carlos Kautsky

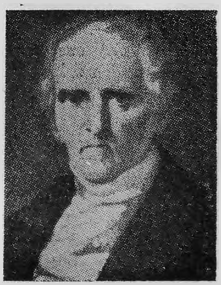


A primeira locomotiva



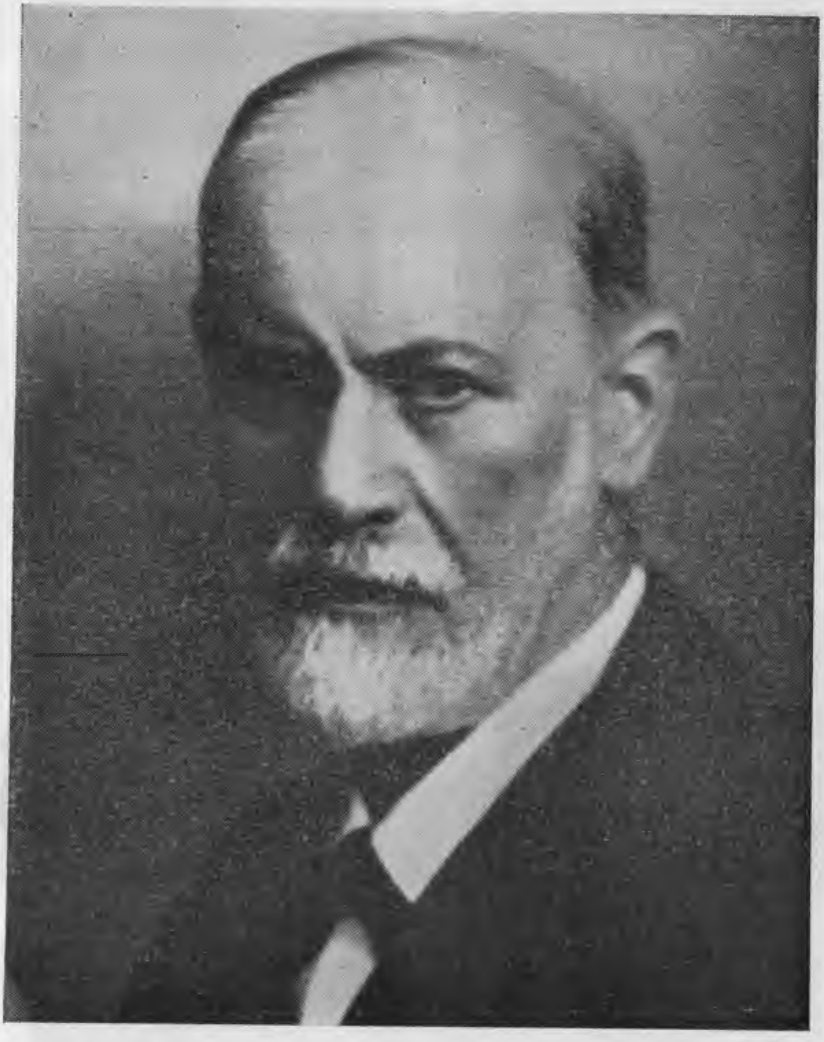
Joseph J. Thompson
(1856-1940)
o descobridor do eléctron

William Conrad Roentgen
(1845-1923)
famoso físico de fama mundial



Fourier

Madame Curie



Freud

EPIGÂMICO — Os atrativos que usam os animais para atrair os outros do outro sexo, como côres, etc.

EPIGÊNESE — Hipótese pela qual o desenvolvimento posterior de um organismo tem sua origem em uma estructura simples, consistindo a diferenciação o producto da influência do ambiente e da interactuação das partes componentes do embrião. Opõe-se ao **preformismo,** que afirma que todos os caracteres já se encontram latentes no germe.

A hipótese epigenética afirmaria que o desenvolvimento de um ser não é producto apenas das causas internas, mas da cooperação das causas externas que, ao modificarem aquelas individualmente, permite modificações nas relações de interactuação entre elas. Vide **Evolução** (teoria).

Épigénèse (fr.) = **epigênese.**

Epigenesi (it.) = **epigênese.**

Epigenesis (ing.) = **epigênese.**

Epikureism (al.) = **epicurismo.**

Epikurier (al.) = **epicúreo.**

EPIMÊNIDES — Nome que se dá a uma variante do sofisma do Mentiroso, que se enuncia assim: «Epimênides, o cretense, disse que os cretenses mentem. Ora, êle é cretense; logo, êle mente. Se mente, os cretenses não são mentirosos. Mas se os cretenses não são mentirosos, Epimênides diz verdade, etc.» O argumento é fraco; basta apenas afirmar que os cretenses não mentem sempre.

EPIMETÊICO — Vide **Ser.**

EPIQUEREMA — Silogismo dialéctico ou retórico. Vide **Silogismo.**

Épiphénomène (fr.) = **epifenômeno.**

Episillogismo (it.) = **episilogismo.**

EPISILOGISMO — É aquêle silogismo categórico, no qual a conclusão é usada como uma das premissas. Vide **Silogismo.**

Epistéme (gr.) = **ciência, conhecimento científico.**

EPISTEMOLOGIA — Vide **Conhecimento (Teoria do).**

Épistémologie (fr.) = **epistemologia.**

Epistemology (ing.) = **epistemologia.**

Episyllogism (ing.) = **episilogismo.**

Épisyllogisme (fr.) = **episilogismo.**

Episyllogismus (al.) = **episilogismo.**

EPÍTETO — Vide **Determinação atributiva.**

Epokhê (gr.) = **detenção, suspensão.** Na linguagem dos céticos é a suspensão do juízo. Daí passou para a Filosofia, e é usada até nossos dias. Vide **Cepticismo** e **Fenomenologia.**

EPOQUÊ — (Do gr. **Epokhê**). Vide **Cepticismo.**

EQUAÇÃO — Na Matemática, é uma igualdade, assinalada pelo

signal =. Tem servido essa expressão para indicar tôda acomodação que constitua uma adequação entre as idéias e os factos, ou entre as idéias entre si, como se verifica no têrmo **equacionar,** quando empregado, analògicamente, nas doutrinas políticas, filosóficas, etc. «Equacionar as doutrinas com a realidade», «O que acabamos de dizer é uma perfeita equação dos factos», são frases muito usadas e que assinalam o sentido que acima expusemos. (Vide **Igualdade**).

Equality (ing.) = **igualdade.**

EQUANIMIDADE — Virtude subordinada às virtudes cardiais (Vide **Cardiais, virtudes**). É o ânimo ponderado e equilibrado, a capacidade de sopesar os juízos, é a imparcialidade, o desapaixonamento.

Équation (fr.) = **equação.**

Equazione (it.) = **equação.**

EQÜIDADE — (Do lat. **aequitas**).

a) Virtude subordinada à **Justiça** (vide). É tomada como hábito virtuoso e também como sentimento já adquirido.

b) Jur., empregado em sentido oposto ao da letra da lei, não ao de justiça, pois a lei, em sua expressão, realizada pelo legislador, nem sempre revela eqüidade. Nesse sentido, já era usado pelos romanos.

Equilibre (fr.) = **equilíbrio.**

EQUILÍBRIO — Do lat. **aequus** e **libris,** de igual e **libris**, prato da balança, o que, etimològicamente, significa pratos iguais de uma balança.

Daí empregar-se êsse têrmo, por ex., na Física, para indicar o estado que decorre de fôrças opostas, de maneira que não se altere uma situação estática ou dinâmica determinada.

Na vida orgânica, ao equilíbrio das funções; na psicologia, ao equilíbrio dos motivos, da vontade, das razões, etc. e, na vida social, quando há equilíbrio entre grupos sociais, entre sociedades, entre fôrças sociais, em suma.

Equilibrium (ing.) = **equilíbrio.**

EQÜIPOLÊNCIA — Relação de equivalência entre duas proposições ou sinais que as signifiquem, como na Logística moderna. Alguns autores usam no sentido de equivalência material, de igual valia.

Équipollence (fr.) = **eqüipolência.**

Equipollenza (it.) = **eqüipolência.**

Equità (it.) = **eqüidade.**

Équité (fr.) = **eqüidade.**

Equity (ing.) = **eqüidade.**

EQUIPROBABILISMO — Vide **Probabilismo.**

Équivalence (fr.) = **eqüivalência.**

EQÜIVALÊNCIA — Do latim **aequus** e **valeo,** valer igualmente. Significa valor, valência igual, da mesma relação ou fôrça. Sinônimo de **eqüipolência.**

EQÜIVALÊNCIA (Princípio de) — Vide **Energia.**

Equivalency (ing.) = **eqüivalência.**

EQÜIVALENTEMENTE — Filosofia, modo de conter uma perfeição. Vide **Perfeição.**

Equivalenza (it.) = **eqüivalência.**

Equivocal (ing.) = **equívoco.**

EQUIVOCIDADE — Vide **Analogia.**

EQUÍVOCO — a) Carácter do que apresenta **equivocidade** (Vide **Analogia**).

b) Usa-se, também, por extensão, para tôda e qualquer expressão ou frase, que permitam mais de um sentido.

Équivoque (fr.) = **equívoco.**

Erdichten (al.) = **imaginar.**

Erdkunde (al.) = **geografia.**

Eredità (it.) = **hereditariedade.**

Erfaesung (al.) = **percepção.**

Erfindung (al.) = **invenção.**

Ergassung (al.) = **percepção.**

Ergebenheit (al.) = **dedicação.**

Ergon (gr.) = **obra.**

Erh (chinês) — Significa a realização da actuação do princípio activo masculino (**yang**) e do princípio passivo feminina (**yng**), que são productos do Tau, e que realizam tôdas as coisas.

Erhebende Erklärung (al.) = **anagógico.**

Erinnerung (al.) = **memória.**

Eristic (ing.) = **erística.**

Eristica (it.) = **erística.** (Vide **Erístico**).

ERÍSTICO — Para Aristóteles é todo o raciocínio especioso, ou fundado sôbre premissas especiosas, com o intuito de vencer o adversário. Opõe-se a **Apodítico** e ao **Raciocínio dialéctico.**

Eristik (al.) = **erística.**

Éristique (fr.) = **erística.**

Erkennen (al.) = **reconhecer, distinguir.**

Erkenntnis (al.) = **conhecimento.**

Erklären (al.) = **explicar.**

Erklärend (al.) = **explicativo.**

Eristikos logos (gr.) = **argumento sofístico.**

Erlebnis (al.) = **experimentar, viver através de...** Usam os autores alemães êste têrmo para significar a identificação da mente com suas próprias emoções e sentimentos. Distingue-se da cognição, onde há a característica dualidade entre sujeito e objecto. Na **Erlebnis,** há o que chamamos de **frônese,** sujeito e objecto se fusionam, pois o objecto é o próprio sujeito, como se observa na afectividade, na **simpatia,** pois esta é algo que o sujeito sente em si mesmo e não em outro, já que o merecedor de simpatia vale apenas como um motivo.

Erlösung (al.) = **salvação.**

Ermeneutica (it.) = **hermenêutica.**

Ermetismo (it.) = **hermetismo.**

ERÓGENO — O que provoca sensações sexuais ou seus estímulos.

Eros (gr.) = **o amor.**

a) É o desejo de posse, o amor, geralmente tomado em sentido erótico.

b) Em Platão, é o desejo supremo do ser absoluto (Deus).

ERRÂNCIA — Vide **Falibilidade.**

Erregbarkeit (al.) = **sensibilidade.**

Erreur (fr.) = **êrro.**

ÊRRO — É assentimento firme da mente no que é falso, julgado, porém, verdadeiro. O **êrro** pode ser **formal,** quando o assentimento se dirige a um juízo falso, que é improvável e imprudente. É **êrro material** o do juízo provável e prudente, que a mente põe, fundando-se em aparências e razões verdadeiramente prováveis apenas.

A causa do **êrro** se deve em o intelecto estender sua afirmação além do que foi apreendido, movido por influxo da vontade. Vide **Percepção, Verdade, Idéias negativas.**

Error (lat. e ing.) = **êrro.**

Errore (it.) = **êrro.**

Ersatz (al.) = **substituto.**

Erscheinung (al.) — Vide **Visão.**

Erst (al.) = **primário.**

Erste Philosophie (al.) = **primeira filosofia, philosophia prima** (Metafísica).

ERUDIÇÃO — Vasto saber, adquirido principalmente pela leitura, pela qual se dedica alguém ao exame dos factos mais comesinhos dos conhecimentos gerais, enciclopédicos. Em geral, a erudição se reduz ao campo da historiografia, em que o erudito é um compilador de factos.

Erworben (al.) = **adquirido.**

Erzeugen (al.) = **determinar.**

Erzeugung (al.) — Vide **Geração.**

Erziehung (al.) = **educação.**

Esatto (it.) = **exacto.**

ESCALA — (Do lat. **scala,** escada). Significa «a sucessão» de graus de uma dimensão mensurável — física ou mental — e com certa unidade de medida, mais ou menos convencional» (Zaragüeta).

ESCALARIDADE — Carácter do que é escalar, do que tem graus intensistas em suas medidas. Vide **Escala.**

ESCATOLOGIA — Disciplina filosófica, cujo objecto é o estudo dos fins últimos do universo e do homem. Entre os temas principais para a **escatologia,** segundo os teólogos, estão os temas do «fim do mundo» e do «Juízo final».

Eschatologie (al.) = **escatologia.**

Eschatology (ing.) = **escatologia.**

Esclusiva (it.) = **exclusiva.**

ESCIOSOFIA — (De **scio,** saber, em lat., e **sophia,** em gr. saber). Nome que se dá a tôda arte, crença, ou sistema de pensamento, que se propõe explicar qualquer ramo ou esfera do saber, aparentando discrepância com os princípios científicos aceitos. Assim a **astrologia,** a **numerologia,** etc.

ESCOLA — a) Nome que se dá a um grupo de filósofos, que têm não apenas uma doutrina comum, mas, também, uma organização, com um chefe, que pode ser sucedido por outros, expressamente designado. Como exs., temos a «escola de Viena», a «escola de Maburgo».

b) Dá-se, também, o nome para um grupo de filósofos que se fundam numa tese comum, considerada como fundamental.

c) Quando é grafada como «A Escola», refere-se em geral à escolástica, como foi muito usado no século XVII, tendo, modernamente, caído quase em desuso.

ESCOLAS ECONÔMICAS — Vide **Econômicas (Escolas).**

ESCOLÁSTICA — a) Etimològicamente, o têrmo vem de **schola,** escola, **scholasticus** significa o mestre de **artes,** e queria referir-se à ciência da escola. A escolástica tem sua origem no pensamento dos chamados **doctores scholastici.** Entretanto, se observarmos, verificamos o têrmo grego **scholazein,** que significa, ainda, ser o mestre de alguém, fazer cursos, dar conferências, como se vê em Xenofonte, e que corresponde mais pròpriamente ao conceito medieval, pois os doutores, **doctores scholastici,** eram os que ensinavam as artes liberais ou a teologia nos cláustros ou nas igrejas.

b) Em sentido amplo, a escolástica abrange tôdas as actividades intelectuais, artísticas, filosóficas e teológicas das escolas medievais.

c) Em sentido mais restrito, quer indicar um método e um sistema de pensamento, que tomou o nome de filosofia da escolástica. Entretanto, considerando as grandes diferenças que se dão entre os principais autores escolásticos, torna-se difícil estabelecer, nìtidamente, em que consiste, sistemàticamente, a escolástica. Apresentá-la como um sistema filosófico é um grave êrro, pois, na verdade, ela é apenas uma corrente de opiniões, doutrinas, teorias e sistemas conexionados e analogados pelos fundamentos comuns do cristianismo, em sua expressão filosófica. Assim, podemos estabelecer um conjunto de aspectos que os escolásticos têm em comum.

Com a subordinação da Filosofia à Teologia **(Philosophia ancilla theologiae),** conseqüentemente, a Filosofia, tornando-se serva da Teologia, buscava-se, dentro da esquemática e das possibilidades humanas, dar uma explicação filo-

sòfica dos principais postulados religiosos.

A escolástica respeita, fundamentalmente, as contribuições do passado, e as novas, que sofrem uma análise aguda, para evitarem-se precipitações.

O método para a especulação é o método lógico de Aristóteles, dedutivo, e fundado na argumentação silogística. As fontes principais da escolástica são de origem grega, e, sobretudo, da patrística (Vide **Patrística**). Durante a alta idade média, houve um período prolongado, em que a cultura européia se desligou da cultura greco-romana, sendo poucos os autores conhecidos nesse período. Assim, de Platão, conhecia-se apenas o **Timeu**, traduzido e comentado por Chalcidius. Do neo-platonismo, conhecia-se **Liber de Causis.** Através de Boécio, divulgaram-se obras lógicas de Aristóteles, apenas **As Categorias** e a **Hermenêutica (Peri hermeneias)**, e o **Isagoge** de Porfírio. Em 1128, tornam-se conhecidas as obras de Aristóteles, que, de início, provocam certa resistência.

Mas o período áureo da escolástica vai ser precisamente aquêle em que Aristóteles é a espinha dorsal de tôda a especulação filosófica. Pode-se estabelecer uma fase pre-escolástica, importante para a compreensão dêsse processo filosófico, sem dúvida o maior que até hoje realizou o ocidente. Suas raízes estão em Santo Agostinho e em Boécio. O conhecimento da obra de Dionísio Areopagita, de Proclo, Aristóteles, através dos árabes, e os seus grandes comentaristas, como Avicena e Averrois, bem como as obras filosóficas judaico-islâmica, os trabalhos de João de Espanha, Gundisalvi, Herman, o germânico, Robert Lincolniensis (Robert Grossetête), Henri de Brabant e, entre os árabes, Alkindi, Alfarabi, e os acima citados, além do judeu Maimônides, tudo isso facilitou a formação da primeira fase da escolástica, o **período de preparação,** como muitos o chamam, no qual figuram, em primeira plana, além de Agostinho e Boécio (d. C. 525), John Scotus Eriugena (877), que traduziu para o latim as obras de Dionísio Pseudo Areopagita, Gerbert (1003), Fulbert de Chartres (1028), Berengário de Tours (1088), Pedro Damiani e muitos outros.

Mas é com Santo Anselmo (1109) que se codifica, realmente, o pensamento escolástico. **Credo ut intelligam** é uma expressão que êle vai tomar de Santo Agostinho, **creio para entender.** Parte da fé, mas é a fé que interroga agora a Filosofia, para que esta contribua na explicação dos fundamentos religiosos, não para os que já crêem, mas para fortalecer a fé naqueles que vacilam. É com Santo Agostinho que a **escolástica** firma-se de uma vez. É nesse período que se inicia a **polêmica dos universais,** que se prolongará por séculos. Nela surgirão, como figuras de relêvo, Guilherme de Champeaux, Roscelinus, Abelardo, a famosa escola de Chartres, William de Conches, Bernard Silvestris, Gilbert de la Porrée, São Bernardo de Clairvaux, William de Saint Thierry, Hugo de Saint

Victor, Robert de Melun e, finalmente, Pedro Lombardus, que realizou a **Summa Sententiarum**.

É no século XIII, o período de ouro, fase de fluxo da escolástica, com Guilherme de Auvergne, Neckam, Michael Scot, Robert Lincolniensis, Gundisalvi, Alexande de Hales, John de la Rochelle, São Boaventura, Adam de Marsh, Thomas de York, John Peckam, Walter de Brügge, Mateus de Aquasparta, Roger de Marson. Ricardo de Middleton, Tomás de Aquino, entre os grandes dominicanos, e também seu mestre Santo Alberto (Alberto Magno), pouco depois Duns Scot, o grande franciscano, Peter Olivi, Henri de Gand, Ulrich de Strasburgo, Aegidius de Lessinam, Aegidius Romanus, etc. Surge, também, no decorrer dêsse processo, autores de tendências neoplatônicas, e místicos, como Meister Eckhart, Raimundo Lúllio, Roger Bacon, William de Moerbeke, Petrus Hispanus, etc.

Nos séculos XIV e XVI, sobrevém um período de **refluxo,** de **declínio.** Contudo, o declínio seria da escolástica nas suas linhas gerais, e não nas contribuições filosóficas, pois êsse período oferecerá ainda grandes figuras, como Petrus Aureolus, Durand de Saint Pourçain, Henry de Harclay, William Ockam, Adam Wodham, Jean de Mirecourt, Nicolas d'Autrecourt, Jean Buridan, Nicolas de Oresme, Albert de Sachsen, Peter d'Ailly, John Gerson, Gabriel Biel, Marsilius de Inghen, Francisco Mayrones, Walter Burleigh, Thomas Bradwardine, John Wiclif, Peter Tartaretto, Capreolus, Peter Nigri, Cajetanus, Peter Pomponazzi, Tauler, Jan van Ruysbroeck, Nicolau de Cusa, etc.

Finalmente, nos séculos XVI e XVII, surgem os grandes filósofos da Espanha e Portugal, e de outras regiões, que vão constituir o famoso movimento da Contra-reforma, período de renascença da escolástica, período de fluxo, no qual se salientam as seguintes grandes figuras: Gonzalez, Francisco de Sylvestris, Victória, Dominicus Soto, Melchior Cano, Medina, Bañez, Toledo, Vasquez, Fonseca, Lessius, Valencia, Belarmino, os Gois, e o grande Francisco Suarez. E temos, ainda, Cosmes de Lerma, João de São Tomás, Ruiz de Montoya, Benedito Pereira, Furtado de Mendonça, Cosmas Alamannus, De Lugo, Sylvester Maurus, Arriaga, etc.

Após êsse período, surge outro de **refluxo,** que vem até nossos dias, em que, outra vez, experimenta-se um renovado e potente esfôrço de renovação da escolástica. No período de refluxo, podemos, contudo, ressaltar os nomes de Duhamel, Steimeyer, Luís de Lossada, Bruzzetti, Taparelli, Liberatore, Sanseverino, Zigliara, Gonzalez, êstes seis últimos do século XIX, além de Karl Werner, Stoeckel, etc.

Entre os modernos, que tomam em geral o título de **neo-escolásticos,** que, além de se fundarem nos trabalhos anteriores, incluem em suas obras as contribuições modernas, naturalmente visualizadas do ângulo escolástico, depois de devidamente examinadas, podemos salientar os seguintes nomes: Tongiorgi, Bizzetti, Sor-

di, Kleutgen, Franz von Baader, A. Günther Deutzinger, Tütschei, Ehrle, Denifle, Grabmann, Mandonnet, Gilson, Mercier, Geyser, Fröbes, Gemelli, Olgiatti, Maréchal, Nuyens, os grandes vultos das Universidades de Louvain, Freiburg, Munich, Salamanca, a Gregoriana, além de Marin, Hoenen, Barbado, Salcedo, Hellin, Palmés, etc.

ESCOLHA — Na Ética, significa escolha, o acto de volição, pelo qual se decide, entre uma ou mais alternativas, por uma delas. O problema, que surge aqui, está em saber quando e como é livre a vontade na escolha, ou se é ela determinada de modo imperioso, e como se dá essa determinação. Vide **Livre arbítrio.**

ESCOLIASTA — O que realiza escólios. Vide **Escólio.**

ESCÓLIO — É uma explicação breve que se faz para compreensão de algo, como um autor, um tema, uma tese; em suma, um comentário breve, esclarecedor.

ESCOPO — Alvo. Meta, fim a ser intencionalmente alcançado.

ESCOTISMO — É o nome que se dá à doutrina de John Duns Scot, o famoso filósofo franciscano, que passou para a História com o nome de **Doctor Subtilis,** e que ao lado de Tomás de Aquino, São Boaventura, Francisco Suarez, Santo Anselmo, é uma das mais elevadas personalidades que ilustram a escolástica.

Duns Scot analisou com um cuidado e uma argúcia incomparáveis, cuja subtileza alcança o mais alto até então realizado no mundo, a obra de Aristóteles e a de Tomás de Aquino, não para destrui-las, como infelizmente alguns afirmam, e sem base suficiente, mas, sim, com o intuito de completá-las no que lhes faltava, e corrigi-las onde julgava haver falhas ou erros. Não é fácil sintetizar em poucas palavras tudo quanto constitui o chamado **escotismo,** contudo nos diversos verbetes, que compõem êste dicionário e, também, na parte final, na **Sinopse da História da Filosofia,** temos oportunidade de nos referirmos, tanto quanto nos é possível, aos temas, que constituem o principal objecto de estudo dessa escola, bem como as soluções, que apresentam os resultados mais elevados da obra grandiosa dos grandes pensadores, que continuaram a obra de Duns Scot.

ESCRÚPULO — É um estado de dúvida sôbre o bem ou o mal, que está, ou advém, em algo, ou em uma deliberação que se tome. É, em suma, o receio de errar. Daí o **escrupuloso** ser cuidadoso, minucioso, atento sôbre o faz, ou que pretende fazer. Conseqüentemente, é cheio de justas susceptibilidades, receioso, sobretudo, de errar.

ESCRUPULOSO — Vide **Escrúpulo.**

Esemplare (it.) = **exemplar.**

Esetzmässigkeit (al.) = **legalidade.**

ESFÔRÇO — a) Etimològicamente, vindo do it. **sforzo,** é a contracção muscular, que tende

a vencer uma resistência ou opor uma fôrça a outra, ou a algo.

b) Também se emprega no sentido psicológico para a actividade psíquica, que tende a superar qualquer obstáculo intelectual. O primeiro é o esfôrço físico; o segundo, o esfôrço intelectual. A Filosofia, que é um afanar-se pelo saber, realiza-se e obtém seus frutos, através do esfôrço do pensamento, único instrumento que dispõe o filósofo em sua actividade intelectual. com o fim de vencer os obstáculos, as razões das coisas, para alcançar o pleno esclarecimento, que é o saber.

Esistenza (it.) = **existência.**

Esoteric (ing.) = **esotérico.**

ESOTÉRICO — De **esô,** em gr. dentro, daí **esotérico** significar o que pertence a um círculo íntimo ou a iniciados. Nas antigas religiões e nas antigas seitas, fala-se em **conhecimentos esotéricos,** que são os pertencentes apenas aos iniciados, e **conhecimentos exotéricos,** que são proclamados em público. A Filosofia, na Grécia, é exotérica, tendendo a tornar-se pública. A imprensa facilitou que o conhecimento cada vez mais se tornasse exotérico, e a característica da nossa cultura está em grande parte nesse tornar público o conhecimento, isso é, em seu **exoterismo,** em oposição à característica do saber egípcio e do grego em seus primórdios, que eram acentuadamente **esotéricos.**

Ésotérique (fr.) = **esotérico.**

Esoterisch (al.) = **esotérico.**

Espace (fr.) = **espaço.**

ESPACIDADE — Carácter do que é espacial. Vide **Espaço.**

ESPAÇO — Do latim **spatium.** É a capacidade de receber os corpos sem qualquer limite. Não é concebido o **espaço** como um corpo, mas distinto de todo corpo, pois o **espaço** os recebe. Êste tem sido o conceito mais comum daquele. Para os escolásticos, como para Aristóteles, o espaço absoluto é um **ente de razão (ens rationis),** cuja única objectividade, enquanto tal, está no intelecto, e não **extra-mentis,** como um grande e infinito vazio. como o concebem alguns filósofos. É impossível conceber-se a idéia de **espaço** com precisão objectiva, separando-o totalmente de **tempo** (vide).

Para os racionalistas-realistas. como Descartes, Spinoza e Newton, o espaço é a extensão, e é concreto, pois é da essência dos corpos. Pode conceber-se que um corpo perca o sabor, o odor, a côr, mas impossível perder a extensão, exclamam os realistas do espaço.

O espaço intercalar entre os corpos é também real-real para os realistas. Apenas lhe falta o movimento. Não há, para Descartes, o vazio. O espaço é um ser que enche tudo. Parece-lhe infinito, mas, como diz êle, é possível que Deus o tenha limitado. pois Deus pode tudo até o que não compreendemos. Prefere chamá-lo de **indefinido**, e não **infinito.**

Quanto ao tempo, Descartes, como bom racionalista que era,

deixou de dar-lhe o mesmo valor existencial, que deu ao espaço. Duvidou que fôsse o tempo um ser como aquêle.

Newton procurou dar ao tempo e ao espaço um ser, mas subsistente em Deus, substância das substâncias. «Deus dura sempre, e está presente em tôda a parte, e existindo sempre, e em tôda a parte, êle constitui o espaço e o tempo.»

O espaço e o tempo, infinitizados pelo racionalismo, na sua concepção sempre quantitativa do infinito, para fugir às aporias, que surgem de uma quantidade e de um tempo infinitos, emprestou tais atributos a Deus, julgando que, desta forma, resolveria claramente o problema.

A quantidade infinita nunca se afasta das suas famosas aporias: é um número inumerável, a metade é igual ao todo, porque a metade do infinito só pode ser infinita, etc. Além disso, se o espaço é a extensão, e a extensão é propriedade; ou melhor, essência dos corpos, como explicar o movimento, que a ciência pode medir e afirmar?

Os idealistas reduzem o espaço e o tempo a meras representações do nosso espírito, como o fêz Leibnitz. O tempo é o local das sucessões possíveis, enquanto o espaço é o local das coexistências possíveis. A extensão e a duração separadas das coisas são conceitos abstractos, e nada lhes corresponderiam, seriam apenas nada, se tal separação se pudesse actualizar na realidade física.

Chegados aqui, os idealistas, compreendendo que o espaço e o tempo são meios destinados a receber as coisas possíveis, tenham a realidade que tiver tais possíveis, e como são meras representações do espírito, êles nada mais são que meras idéias.

Santo Agostinho também não duvidava da realidade do espaço, mas afirmava a idealidade do tempo.

Kant, por sua vez, deu ao tempo e ao espaço um carácter idealista, como formas puras da sensibilidade, como esquemas acomodados.

Para os realistas modernos, a extensão ou o espaço concreto, e a duração, ou o tempo concreto, não são pròpriamente uma substância, são tanto o tempo como o espaço, **entia quibus** do ente, categorias da relação dos entes.

O espaço é a relação de distância entre os corpos; e o tempo a relação da sucessão entre os fenômenos. Sem corpos, não há espaço, nem tampouco tempo.

O realismo moderno confunde-se em parte com o idealismo leibnitziano, pelo menos na aceitação da **ordo coexistentiarum** e da **ordo successivarum**, pois tôda ordem é resultado de uma relação.

Na negação do movimento, conhecemos os famosos argumentos de Zeno de Eléia. Partindo da tese de que o espaço é indefinidamente divisível, tece o argumento chamado de «Aquiles e a tartaruga». Aquiles nunca alcançará a tartaruga se lhe der uma vantagem, pois, no momento em que alcance o ponto de partida da-

quela, já terá ela avançado mais um certo espaço. Alcançado êste, ela estaria à frente, e como todo espaço é divisível, nunca chegaria a alcançá-la.

Partindo de que o espaço é composto de pontos indivisíveis, dá o argumento da flecha que nunca alcançaria a meta, o alvo, pois em cada instante estaria num ponto da sua trajetória e, conseqüentemente, estaria imóvel.

Os argumentos de Zeno de Eléia tornaram-se famosos, e os reproduzimos apenas por serem famosos. Na verdade, partem da aceitação de que o espaço é composto de pontos, divisíveis ou não, o que, pròpriamente, não é da concepção do espaço, que é dado como homogêneo, como um todo, portanto sem qualquer fundamento para a colocação de Zeno de Eléia, dispensando, desde logo, tôda e qualquer argumentação em contrário.

Pondo de lado as diversas concepções sôbre o tempo, que a psicologia pode estudar, como o **tempo subjectivo,** o que nos interessa é o **tempo objectivo,** o tempo das coisas, o tempo cronológico, o tempo astral, o tempo cósmico em suma, cujos nomes são tão vários, mas todos querem referir-se à sucessão dos acontecimentos. Mas êsse tempo objectivo não é percebido em si mesmo, mas no movimento que permite medi-lo.

O templo flui, escoa-se, sem que o captemos como tal. E nem poderíamos captá-lo, salvo se fôsse subsistente, quando na verdade não passa de um **ens entis,** que se revela na variância das relações dos modos de ser, das relações entre si e das modais. Por isso é o tempo relativo à posição de quem o mede, como é relativo ao próprio movimento que o revela, **modal** que é símbolo do tempo.

Mas o movimento como símbolo não é o tempo, embora lhe seja análogo, como todo símbolo.

Se vemos por uma luneta as grandes galáxias, que o céu nos apresenta, sabemos que sua luz leva milhares de anos para vir até nós. Se uma estrêla, que hoje contemplamos, oferece-nos a luz de alguns séculos atrás, esta tem, agora, quinhentos anos. Neste momento nos contemporaneizamos com séculos atrás, e reverte-se o tempo daquela estrêla para nós, pois aquela luz era de quando Colombo atravessou o Atlântico à procura das Índias.

Mas, na verdade, a imagem da luz é do nosso tempo, agora, não do tempo da estrêla, que se tornou relativo a nós em 500 anos de atrazo. Por que neste instante, considerado como duração, naquela estrêla, está sendo emitido um jacto de luz que os homens que nos sucederam recebê-la-ão daqui a quinhentos anos.

Portanto, neste momento, coexistimos, não só com aquela estrêla, mas com todo o acto universal, e neste momento, mas só neste momento, e só compreendendo assim, vencemos a limitação do tempo das coisas no seu relacionamento, para considerar um tempo, além do tempo, que seria uma temporalidade pura, que sentimos evidente para nós.

Eis-nos em face de um obstáculo a considerar: o tempo apenas como relativo ao espectador. Mas sim, poderíamos considerar o tempo também dialèctica mente, como temporalidade pura e como relatividade.

Mas êsse tempo, que se simultaneiza no tempo, é o espaço que há no tempo.

Eis mais uma prova da inseparabilidade dialéctica do complexo tempo-espacial.

O tempo é simultâneo no espaço, o espaço é sucessivo no tempo.

Pois é simultâneo conosco, neste momento, o espaço daquela estrêla e o do nosso planeta; e essa simultaneidade do espaço, permite-nos homogeneizar o tempo numa temporalidade pura.

Então concluamos:

o espaço puro é a homogeneização da extensão;

O espaço concreto é a heterogeneização da extensão na heterogeneidade do tempo;

o tempo puro (como temporalidade) é a homogeneização do tempo, ou espacialização do tempo;

o tempo concreto, objectivo, é a temporalização do espaço e a heterogeneidade do tempo.

Também para a ciência moderna o espaço é relativo. «Ninguém nunca viu um lugar a não ser num certo tempo; nem um tempo a não ser num certo lugar. O espaço em si e o tempo em si devem descer do reino das sombras; sòmente sua combinação conserva uma existência independente (Minkowsky, cit. por G. Mach).

A aceitação de um tempo e de um espaço relativos leva a aceitar, dialèctica mente, o absoluto. O relativo implica um absoluto, pois há relação entre o ser e suas distinções.

E Eddington já o dizia: «É um êrro geral acreditar que a teoria da relatividade de Einstein afirme que tôdas as coisas são relativas. Na realidade, êle diz: «Há, no mundo, coisas absolutas; mas é preciso que as procuremos com cuidado. As coisas que primeiramente se apresentam ao nosso entendimento são, na maior parte, relativas».

Até aqui, dialèctica mente, podemos dizer: tempo e espaço são inseparáveis do existir finito, pois, nêle se identificam realmente. O universo é uma unidade e a ordem do numeroso implica a simultaneidade dialéctica e antinômica de um diferente e de um semelhante, de uma multiplicidade numa unidade homogênea-heterogênea, monopluralista.

Espèce (fr.) = **espécie.**

ESPECIAL — a) É o que concerne à espécie lógica.

b) Emprega-se, também, para referir-se à especialidade.

ESPECIALIDADE — a) Qualidade do que é especial.

b) Usa-se, preferentemente, para indicar a matéria ou assuntos circunscritos a determinados

aspectos e, modernamente, para o ramo de estudos a que se dedica alguém em particular, e quase com exclusão de qualquer outro estudo, o que caracteriza o tipo do **especialista,** e também de uma visão deformada e restrita dos factos, quase sempre submetida à da especialidade, a ponto de negar validez a tudo quanto não pode ser verificado pelo critério da sua **especialidade.**

ESPÉCIE — Vide **Gênero.**

ESPECIFICAÇÃO — Especificar é classificar segundo as espécies, quer coisas, quer idéias.

a) Dêsse modo, **especificação** é a acção ou o efeito dessa classificação, segundo as espécies.

b) Diz-se, também, que é especificação a operação pela qual se distinguem as espécies de um gênero.

c) Emprega-se, ainda, para referir-se à capacidade de subtileza do espírito na análise das idéias, classificando-as e descriminando-as.

d) Diz-se, ademais, do especificar um facto ou uma idéia, quando nela se distingue um carácter, que não permite mais confundi-la com outras.

ESPECIFICIDADE — Específico é o que é próprio da **espécie** (vide).

a) A especificidade é a qualidade que constitui e caracteriza a espécie, enquanto diferença. Assim, na definição, entra o gênero próximo e a diferença específica. Esta é pròpriamente a que tem o carácter específico, é o **próprio** desta. Na definição: o homem é um animal racional. animal é o gênero, a espécie é a hominilidade (**humanitas**), mas o que é específico do homem é a **racionalidade (rationalitas),** a sua capacidade judicativa, de julgar, de pensar, etc.

b) Nas ciências naturais, o têrmo é empregado para referir-se à qualidade que constitui e caracteriza a espécie, em sentido, portanto, mais amplo que o da Filosofia.

ESPECÍFICO — O que é próprio e exclusivamente de alguma coisa, o próprio da espécie. Vide **especificidade.**

ESPECIOSO — O que dá uma boa aparência de verdadeiro, mas que, na realidade, não é. Maneira hábil de apresentar como verdadeiro o que na realidade é falso.

ESPECTADOR — (Do latim **spectare,** ver, observar). A atitude do **espectador** se contrapõe à do **actor,** pois o primeiro coloca-se ante o mundo físico, ou ante o mundo mental para registrá-lo como um facto que assiste, enquanto o segundo dêle participa, e convive com êle, como intérprete.

Na Filosofia, há **actores** e há **espectadores.** Êstes podem ser meros curiosos ou simpatizantes.

ESPECTATIVA — Traducção da palavra francesa «attente», que ao lado do sentido comum de 1) situação daquele que espera e 2) estado da consciência correspondente a essa situação, foi introduzida por Pierre Janet

na terminologia psicológica, com a seguinte significação descrita por Janet, seg. Lalande:

«A espectativa é uma acção tôda especial, que desempenha um papel considerável em muitos fenômenos psicológicos, particularmente na construcção da duração e do tempo. Para compreender essa acção, é preciso presenciarem-se os estados da activação de uma tendência, cujos principais são o estado latente, o eretismo, o desejo (activação suficiente da tendência para que essa seja percebida pelos outros e por nós mesmos), o esfôrço, a consumação, o triunfo (alegria e alívio de um nível mental, que seguem à realização bem sucedida e completa do acto). Quando uma tendência, para chegar à consumação, precisa de várias estimulações sucessivas que se completam, como acontece sempre a começar do nível das tendências suspensivas (tendências, cuja activação pode ser detida em diversos graus, sem causa externa de inibição), ela pode ser despertada por uma primeira estimulação e chegar ao estado de eretismo, sem poder passar além, por carência das outras estimulações. A espectativa consiste em manter essa tendência no estado de eretismo, em impedir desvios de qualquer espécie, e as disposições para uma consumação precipitada. Êsse trabalho difícil conduz ao cansaço, a emoções, e chega a ser a ocasião de muitas neuroses».

ESPECTRO — Vide **Fantasma.**

ESPECULAÇÃO — Vem do lat. **speculum,** espêlho.

a) É a acção de especular, que significa indagar, pesquisar, observar, **espelhar,** em suma, as coisas físicas e as mentais, para estudá-las atentamente, para observá-las cuidadosamente, minuciosamente, do ponto de vista teórico. (Vide **Teoria**). Na **especulação,** nossa mente actua analògicamente a um espêlho, que ao espelhar para observar, explica e conexiona o dado com outros, dêle extrai idéias, relações, e onde ainda não é capaz de captar o nexo certo, constrói hipóteses, que permitam explicá-los.

O **saber especulativo** distingue-se do **saber empírico,** por ser êste apenas prático, enquanto aquêle é **teórico,** pois conexiona os factos em teorias e hipóteses.

b) Emprega-se, ademais, o têrmo **especulação** para indicar a actividade pela qual se propõe alguém obter lucros ou vantagens, quer fundado em predicados ou em alguma coisa oferecida.

ESPECULATIVO — O que tem carácter de especulação. Vide **Especulação.**

ESPERANÇA — Vide **Teologais (Virtudes).**

Esperienza (it.) = **experiência.**

Esperimentazione (it.) = **experimentação.**

Espiazione (it.) = **expiação.**

Esplicare (it.) = **explicar.**

Esplicito (it.) = **explícito.**

ESPIRITISMO — Doutrina que afirma que os espíritos dos

mortos comunicam-se com os homens, por intermédio de pessoas ou coisas (**medium**). Modernamente, é o nome que se dá à concepção de Allan Kardec, que, mantendo as crenças fundamentais do espiritismo primitivo, constrói uma concepção do mundo, e especula, usando de métodos comuns, e até científicos, com o intuito de esclarecer uma série de fenômenos metapsíquicos, sôbre os quais se têm debruçado conspícuos cientistas e filósofos, no intuito de desvendar os mistérios que encerram. Para essa concepção, o espírito dos defuntos são dotados de um subtil corpo (**perispírito**), e comunicam-se com os vivos, usando um médium (pessoa ou coisa inanimada), e devem reincarnar-se outra vez neste planeta, se não tiverem alcançado um grau evolutivo que os leve a encarnar-se em estágios superiores, em sêres super-inteligentes, acima da espécie humana.

ESPÍRITO — (Do lat. **spiritus**, etimològicamente sôpro, respiração.

a) Entre os estóicos gregos, o **espírito** (querendo referir-se a um princípio oposto à matéria bruta) era como o fogo, princípio animado, fonte de energia do cosmos (**pneuma**), que, em grego, quer significar também sôpro, como **spiritus.**

b) Diz-se do que é **imaterial** (não apenas da matéria bruta, mas de tôda e qualquer manifestação da matéria).

c) Para a alquimia (medieval) era um elemento subtil das coisas.

d) Em geral, um ser dotado de consciência e possuidor de inteligência e vontade, não-material.

e) Empregado, analògicamente, para referir-se ao poder criador do homem, que se revela nas obras de cultura, como a arte, a filosofia, a ciência, etc.

f) Dadas essas acepções comuns, podemos considerar alguns aspectos que são importantes para a nítida compreensão dêste têrmo, cujo uso variado na Filosofia tem provocado, como é natural, inúmeras confusões.

Metafisicamente, o espírito é oposto à matéria, e a ela transcende. A matéria é aqui tomada em seu sentido de matéria informada, ou então, de mera **possibilidade,** como o é a matéria para Aristóteles, a **prote hylê,** ou a **hylen,** neutra. O **espírito** é, assim, imaterial. Por essa razão, não havendo em Deus qualquer passividade, nem potencialidade passiva, é êle espírito, acto puro. O espírito é, conseqüentemente, acto. Mas sucede que, em tôdas as doutrinas que aceitam a existência do espírito ou de formas espirituais, só o espírito de Deus é acto puro, pois as outras formas espirituais são passíveis de mutações não substantivas; ou sejam, meramente accidentais, o que afirmaria serem compostas de acto e potência. Neste caso, matéria seria apenas a matéria já informada, que é objecto da Física. Esta é movida, e informada, dinamizada pelo espírito, que é uma fôrça reguladora e eficiente. A compreensão dêste verbete exige a leitura dos que com êle se relacionam.

g) Em sentido psicológico, é o espírito o princípio dos processos da vida mental (pois o homem é um ser dotado de espírito), que se manifesta na própria consciência, que é a fonte da sua inteligência, das reflexões, o poder criador, o que motiva tôda realização psicológica ou social, realizadora dos altos estágios culturais. Neste sentido, o Espírito domina a História, que é uma realização em grande parte dêle. O Espírito, aqui, distingue-se da alma. Esta é a forma do corpo, o princípio vital, mas o espírito é o poder criador. Como êste é mais que o outro, contém êle o outro, sem haver, pròpriamente, uma composição. É da essência do espírito ser vivo, vivente, e vivificador, ser alma, portanto, sem ser apenas um princípio de vida, pois é um princípio de inteligência. Assim a alma das plantas pode vivificar êsses sêres; não tem, porém, uma existência separada dêles, enquanto o espírito, por sua essência actualmente desvinculada da matéria, que a êle é subordinada em parte, mas excluída de sua essência, pode sobreviver e sobrevive, independentemente, do ser material, que dêle foi portador ou por êle foi **assumido.** (Vide **Assunção**). A vinculação da alma vegetal e da animal à matéria é o fundamento da concepção hilemórfica de Aristóteles. (Vide **Hilemorfismo**).

h) Distingue-se o **espírito subjectivo** de o **objectivo.** O primeiro é o princípio criador, que já vimos, e o segundo são as obras que aquêle realiza, as obras culturais. Assim, a obra de um autor é o **espírito objectivo** realizado por seu **espírito subjectivo.**

ESPÍRITO OBJECTIVO — Vide **Espírito.**

ESPÍRITO SUBJECTIVO — Vide **Espírito.**

ESPIRITUALIDADE — Carácter do que é **espiritual.** Vide **Espiritualismo.** Em sentido ético-cultural significa a vida consciente, realizadora da Cultura, Arte, Religião, Filosofia, Ciência, da reflexão sôbre si mesma, da especulação intelectual, da penetração no oculto e no transcendente (como nas Religiões e na Teologia) como, também, em tudo quanto transvive a vida do corpo.

ESPIRITUALISMO — a) É espiritualista tôda posição filosófica que admite a existência de sêres outros que os materiais; ou sejam, imateriais, activos e criadores.

b) Contudo, o têrmo tem tomado o sentido de uma posição sistemática, que atribui a um princípio espiritual tôda actividade psíquica do homem, o que é combatido pelos escolásticos, os quais consideram a alma humana (**anima rationalis**) a **forma** do corpo.

Para os espiritualistas, a Psicologia não pode ser reduzida à Fisiologia, e os factos fisiológicos, por si sós, não são suficientes para explicar os factos psicológicos.

O espiritualista afirma a espiritualidade da alma, cuja actividade, bem como sua existência, são independentes da matéria.

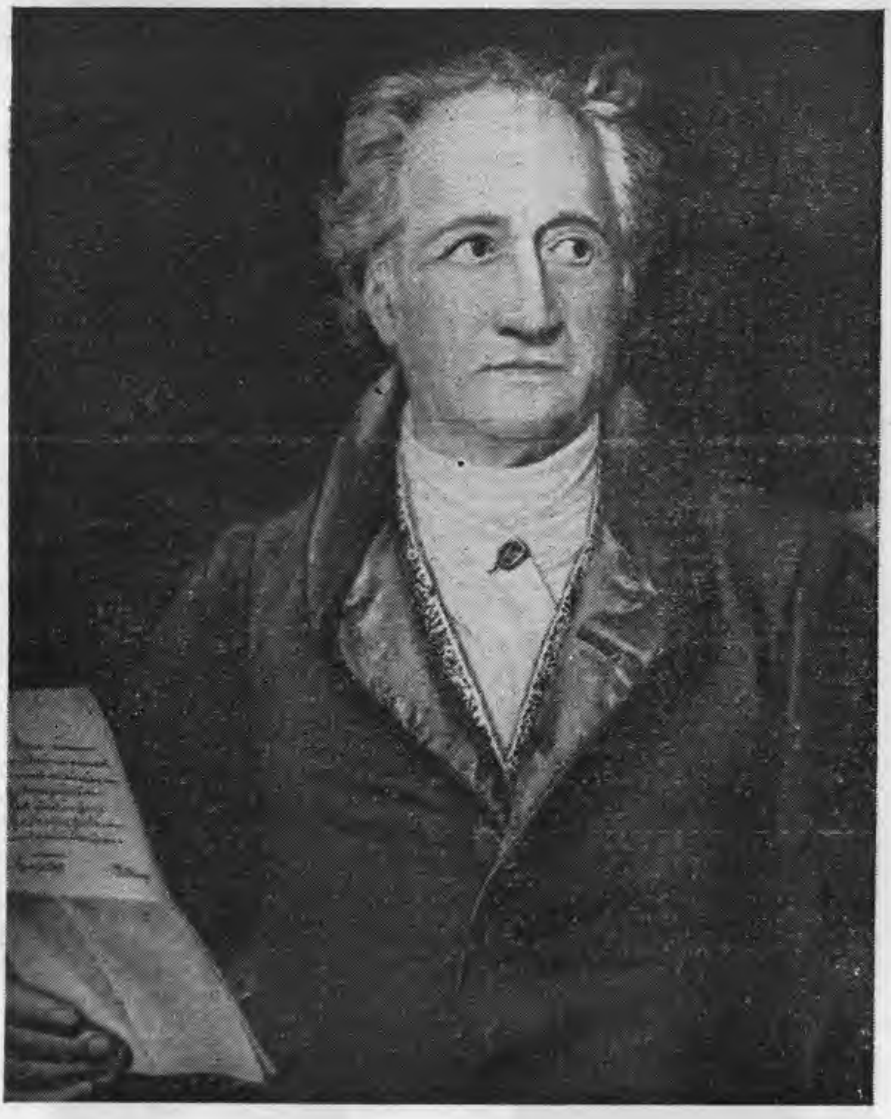
Cabe ao espiritualista responder a um conjunto de perguntas que desde logo se colocam:

Lassalle

Cabet

Owen

Engels



Goethe

1) Qual é a natureza dessa alma?

2) Quais as relações entre a alma e o corpo?

3) Qual a origem e o destino da alma?

Muitas têm sido as respostas a essas perguntas fundamentais. Sintetizaremos apenas as mais importantes.

1) A alma é uma substância espiritual, imaterial, incorpórea. Não apresenta as características dos corpos que se dão no complexo tempo-espacial, que são extensistas com a tridimensionalidade própria do espaço. A alma, incorpórea, não tem a tridimensionalidade do espaço, embora actue no tempo. Como é simples, não é decomponível; portanto, não conhece a morte, que é decomposição. É imortal, conseqüentemente. Esta é a opinião dos espiritualistas em geral.

2) A alma é uma colecção de fenômenos e de sensações. Não tem ela materialidade, mas é apenas um relacionamento coordenado de funções psíquicas. Esta opinião, acusada por muitos de **materialista,** tomou o nome geral de **fenomenismo,** e foi defendida por Taine, que fazia questão de que não o chamassem de materialista, mas podemos encontrá-la já esboçada em Hume.

«Quando penetro mais intimamente no que se chama eu mesmo, caio sempre sôbre alguma percepção particular ou alguma outra, de calor ou de frio, de luz ou de obscuridade... Não posso, nunca, tomar a mim mesmo numa percepção, e pode-se dizer seguramente que eu não existo» (Hume).

Não alcançamos nosso eu senão através de seus actos. É um facto observável. Conclui pela inexistência do eu, pelo facto de não ser alcançado. Mas, como concluir daí a sua inexistência?

3) A explicação escolástica. Para os escolásticos, a substância e os accidentes (o que acontece à substância), não são dois sêres, mas dois princípios de um mesmo ser.

Todo accidente, que pode surgir e pode desaparecer, supõe um **suppositum,** um suporte, o sujeito, uma realidade permanente, na qual se produzem tais modificações. Como conceber a côr, o calor, sem corpos coloridos, quentes?

Os fenômenos psicológicos são apenas accidentes, pois são transitórios, mutáveis. Ora estou triste, ora alegre, etc. Há, conseqüentemente, uma substância sub-jacente a êsses fenômenos, a êsses accidentes psicológicos.

Nós captamos a unidade do nosso eu. A memória atribui ao mesmo **eu** factos passados. Sem essa permanência, como haver memorização daqueles? Haveria, ao contrário, apenas factos actuais.

O **accidente** não é um ser com uma existência independente; êles dão-se **na** substância. O seu ser consiste em ser num ser **(inesse).** Também as relações, que são sêres assistenciais, implicam os seus suportes. Mas a

substância não é um ser sem accidentes, pois tudo quanto acontece à substância é accidente.

A substância é essencial aos accidentes, mas êstes não o são de modo determinado à substância. Os factos psíquicos implicam portanto uma substância, que realiza actos psíquicos.

Essa alma é simples, imaterial. Se fôsse composta de partes, e portanto material, cada parte simples teria um conhecimento do todo. Teríamos, então, uma multiplicidade de almas. tendo cada uma um conhecimento próprio, o que é contrário à experiência, que temos da unicidade do conhecimento. Ainda poderíamos observar que cada parte do princípio cognoscente conheceria uma parte do objecto, mas o próprio objecto não seria conhecido em seu conjunto, o que também é contrário aos factos. A idéia de espiritualidade supõe a simplicidade, a imaterialidade.

Os estudos sôbre a memória mostram-nos que não se pode explicá-la como uma mera função do cérebro, como já o provaram tanto filósofos como fisiologistas.

A capacidade de construir idéias abstractas e gerais não se pode explicar apenas pelo que é singular. Uma imagem pode ser uma cópia da matéria, mas como concluir que o seja uma idéia abstracta? A idéia de justiça, de bem, de perfeição são puramente intelectuais, e não dadas pela experiência.

Ora, há um axioma ontológico que nos diz que cada ser actua segundo o que é (**agere sequitur esse**). O espírito humano tem representações intelectuais; portanto, é uma inteligência pura.

Se por meio do material o espírito realiza o imaterial, espiritual, é porque êle, sem dúvida, é espiritual. **Quidquid recipitur ad modum recipientis recipitur,** cada um recebe a acção que sofre segundo o que é. A fotografia de um triângulo, que o geômetra traça no papel, não é o pensamento sôbre o triângulo. Só o homem intui do concreto e do particular o abstracto e o geral. Só o homem tem intuições eidéticas.

Além do mais, o homem capta idéias normativas, o **ethos**. Elas não nascem da experiência sensível, afirmam os espiritualistas. A idéia do bem e do belo não surgem da nossa experiência, elas afirmam uma participação nossa em outro mundo que não êste, onde tais valôres se dão numa perfeição superior à que nós temos dêles.

A vontade mostra-nos uma actividade espiritual. P. Lamy analisa o exemplo do soldado que, na guerra, tem um membro infeccionado. Não há anestésicos. É preciso amputá-lo. Todo o seu corpo diz não. Mas sua vontade diz sim, e aceita a proposta do médico. Como explicar tal acto, quando todo organismo se rebela à dor que o ameaça?

Ante as relações entre o corpo e a alma, explica o espiritualista: o homem não é um puro espírito, êle é também corpo. É o espírito que anima êsse corpo, um princípio imaterial que o anima.

Mas como realidades tão heterogêneas podem agir uma sôbre a outra? Os idealistas absolutos, que negam a matéria, resolvem êste problema pela aceitação de um monismo espiritualista.

O **paralelismo psico-fisiológico** procura explicar, sem no entanto resolver o problema da acção recíproca entre corpo e alma.

O problema coloca-se, portanto, dêste modo:

a) enquanto os idealistas não são capazes de explicar o problema da sensação, também não são os materialistas capazes de explicar o pensamento.

b) A aceitação de um dualismo não nos explica a acção recíproca.

Vejamos a resposta de Tomás de Aquino:

A alma é a forma do corpo. É a alma que dá ao corpo o ser, a vida, o sentimento, e é ao mesmo tempo o instrumento do pensamento. Ela pode actuar e existir independentemente da matéria. A alma não é uma forma como a dos sêres corpóreos, como a da flor, que precisa da matéria para existir. A alma é uma forma subsistente, e pode subsistir sem a matéria.

Qual a origem, e o destino da alma? A esta pergunta são dadas, pelos espiritualistas, as seguintes respostas principais:

Pondo-se de lado as opiniões evolucionistas, que não são aceitas por todos os espiritualistas, senão sob certo aspecto, a opinião predominante, no Ocidente, é a criacionista.

Os evolucionistas, quando são espiritualistas, dizem que Deus actua por causas primeiras e causas segundas (e aqui aproveitam o raciocínio tomista). Se o homem é portador de uma alma, é porque Deus providenciou (**providere**, viu com antecedência), ordenou o mundo de tal modo que se dessem tais ou quais conseqüências para que ela surgisse. A evolução processou-se pela conjunção de causas segundas favoráveis, que actuando, como predisponentes, permitiram a emergência da alma, que nos animais é simplesmente vegetativa ou animal, mas que, no homem, é racional.

Esta posição realiza um compromisso entre o evolucionismo e o espiritualismo, e empresta à matéria uma virtualidade espiritual. No entanto, poderiam argumentar os defensores de tais idéias que não se empresta à matéria essa virtualidade, enquanto matéria. O material é um modo de ser, como o espiritual é outro modo de ser. O ser, que as antecede em dignidade e poder, é que se actualiza como espiritual, quando um conjunto de condições favoráveis permitiram que a matéria fôsse receptáculo de outro ser, o espiritual, que não é um desenvolvimento daquela enquanto tal, mas do ser, que a antecede.

O ser animal, graças à providência divina, alcançou um estado em que podia receber a alma; isto é, ter funções espirituais, afirmam os evolucionistas, espiritualistas, ou a receber uma alma, afirmam os criacionistas, que admitem a evolução, que é

um ponto intermédio entre os primeiros e os criacionistas puros.

Uma pergunta impõe-se aos criacionistas puros, que não admitem nenhuma procedência da animalidade: por que Deus preferiu a forma animal, aparentada aos primatas, e não outra para ser receptáculo de uma forma espiritual? Não deveria corresponder fisiològicamente ao psicológico?

Outras perguntas se impõem: ou a alma vem dos pais, ou foi criada por Deus? E quando surge a alma da criança? Se ela preexistia, onde estava? Num animal, numa coisa, ou pairava em um mundo imaterial à espera da sua informação material?

A Igreja quanto à passagem bíblica que diz: «E Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus. Fê-lo do barro, e insuflou-lhe nas narinas um sôpro de vida e o homem tornou-se um ser vivo» (II, 17), dá liberdade às investigações dos filósofos católicos. Reconhece que êste texto não pode ser tomado ao pé da letra. A Encíclica «**Divino afflante Spirito**» permite que se considere essa passagem como uma exposição popular (exotérica), a fim de ser melhor compreendida pelo homem do povo.

Às perguntas que acima alinhamos, os espiritualistas afirmam preferentemente que a alma veio de Deus. Outros, porém, admitem que seja transmitida pelos pais, o que explicaria o pecado original, que é transmitido dêste modo, por geração.

Admitem outros que a alma animal é transmitida por geração. Mas o espírito não o é. Se se admite essa explicação, como surgiriam as funções espirituais? É esta dificuldade que leva a construir a idéia de espírito.

Quanto ao seu destino, afirmam os espiritualistas a imortalidade da alma, por ser imaterial e espiritual, a qual não sofre a disassociação dos elementos, pois é simples. Desligada do corpo. não pode sofrer o destino do corpo.

Para os espiritualistas mais conseqüentes, a alma é **espiritual**. O espiritual é o modo de ser imaterial (não material), activo, portanto, capaz de criar, criador.

Esponibile (it.) = **exponível.**

ESPONTANEIDADE — (Do lat. **sponte**, por livre vontade, por livre ímpeto).

a) Diz-se da capacidade da vontade de actuar por sua própria iniciativa (**sponte sua**), com independência das condições antecedentes. A discussão da espontaneidade, nesse sentido, tem sido mantida na Filosofia desde seus primórdios (vide **Livre-arbítrio** e **Liberdade**).

A presunção de que a vontade actue livre de estímulos exteriores e de determinações antecedentes, daria a ela uma independência, ou melhor que seus actos são **espontâneos**; isto é, não **dependentes** senão de si mesma (vide **Dependência**). Essa afirmativa é negada por outros, que julgam que a vontade actua reactivamente.

b) Na vida social, diz-se que há espontaneidade nas iniciativas dos indivíduos uns para com os outros e, também, quando não há qualquer coacção na realização dos actos, pois, do contrário, não seria livre e, sim, pressionada por outros.

ESPONTÂNEO — Vide **Espontaneidade.**

Esprit (fr.) = **espírito.**

ESQUECIMENTO — Vide **Memória.**

ESQUEMA — (Do gr. **skhema** = figura).

a) Em seu sentido etimológico significa figura, a forma extrínseca, externa das coisas, ou a sua forma estructural.

b) Aristóteles emprega, na Lógica, no sentido da figura silogística.

c) Para Platão, contudo, **esquema** era muitas vêzes sinônimo de **forma.**

d) Para Pitágoras, **esquema** era a estructura das formas, como lei de proporcionalidade intrínseca das coisas, sinônima, portanto, do **logos** do ser, **logos** do **on, ontos** (ente), a estructura ontológica das coisas.

e) Modernamente, em Kant, tornou a ser usado êsse têrmo na Filosofia, como a estructura mental, que a inteligência constrói das coisas.

Assim, para Kant, o número é o esquema da quantidade; a sensação, o esquema da realidade; o permanente e o invariável, esquemas da substância.

f) Na linguagem comum é a figura simplificada, que representa a coisa em seus traços essenciais.

g) Também o diagrama que se faz para representar as relações entre as idéias abstractas ou os factos não perceptíveis.

Crítica: É inegável que o entendimento humano, quer sensível, quer intelectualmente, procede por esquematizações e trabalha com esquemas. O esquema, neste sentido, é o **eidos** noético que o homem constrói, intencionalmente, das coisas, a forma **in mente,** cuja variação vai depender das estructurações esquemáticas, que presidem ao conhecimento e que se acomodam aos factos para assimilá-los, e construir, assim, esquemas dos mesmos. O **esquema,** em suma, é a estructura noético-eidética do homem, intencionalmente representativa dos objectos do conhecimento e do entendimento. Estamos, aqui, apenas no campo intelectual e psíquico. Mas, considerando-se que as coisas têm uma forma; isto é, um pelo qual são elas o que elas são, essa forma indica a lei de proporcionalidade intrínseca das mesmas, a estructura eidético-fáctica das mesmas, da sua onticidade, e essas formas são, conseqüentemente, esquemáticas; isto é, há nelas uma expressão esquemática eidético-ôntica, que é a forma **in re,** a forma das coisas, na sua onticidade.

ESQUEMÁTICO — Tudo quanto se refere a esquema. Vide **Esquema.**

ESQUEMATISMO — Palavra usada por Kant para significar o emprêgo dos esquemas do entendimento e da sensibilidade na actividade intelectual geral do homem.

ESQUEMATOLOGIA — É a disciplina que estuda a origem, a formação e o desenvolvimento do processo esquemático na psicologia, procurando estabelecer seus invariantes e leis, com o intuito de contribuir para o estudo mais aprofundado da inteligência humana em tôdas as suas manifestações. Vide **Esquema.**

ESQUISOFRENIA — Sinônimo de demência precoce, que às vêzes o substitui. Consiste na perturbação patológica, que se revela por alucinações, ilusões fantásticas, e vida emotiva desorganizada; com uma intelectualidade deficitária.

ESQUIZÓIDE — Para Bleuler, é o tipo de personalidade cuja **libido** ou interêsse está volvido para a vida interior, mais que para a vida exterior.

Para Kretschmer, é a personalidade introvertida ou encerrada em si, insociável, dada à fantasia, cuja vida emotiva é mais ou menos incongruente com as idéias, devido a um desenvolvimento psíquico anormal. Também se diz do que pertence à **esquizofrenia** (Vide).

Esse (lat.) = **ser.**

Essence (fr. e ing.) = **essência.**

ESSÊNCIA — Vide **Existência e essência.**

ESSÊNCIA FÍSICA — Vide **Essência.**

ESSENCIAL — a) É tudo o que refere à intrinsicidade da essência. Vide **Essência.**

b) Diz-se, também, de tudo quanto é imprescindível, importante ou indispensável.

ESSENCIALISMO — Posição filosófica que considera como fundamental a **essência,** e que afirma que a **existência** tem sua razão de ser naquela. Vide **Essência e Existência.**

Essentia (lat.) = **essência.**

Essere (it.) = **ser.**

Essere per sè (it.) = **existência por si.**

Essoterico (it.) = **exotérico.**

ESTABILIDADE — É a condição de algo que é permanente ou perdurável, quer no tempo, quer no espaço, embora tal permanência seja relativa. Opõe-se à **instabilidade,** que é próprio dos aspectos dinâmicos, fluentes, passageiros, transeuntes.

ESTADO DE NATUREZA — Diz-se daqueles que vivem nas formas mais primitivas da vida social, em contacto directo com a natureza, afastados dos benefícios, malefícios e dos bens adquiridos pela civilização.

Para as concepções sociais de Hobbes, Rousseau e outros, o estado de natureza é o que antecede ao estado social. Naquele estado, os homens ainda não se regiam por leis, nem governos, e viviam no primitivismo, obedien-

tes aos impulsos naturais, bons, para Rousseau — (no início de suas exposições sociais, pois, no fim da sua vida, renegou suas idéias)—, e maus, para Hobbes (pois o homem é lôbo do homem = **homo lupo hominis**).

ESTADO POLÍTICO — (Do latim **status**). a) É a sociedade politicamente organizada. Neste sentido é o que se chama **estado político natural.**

b) É o organismo ou aparelhamento que possui o **kratos político monopolisticamente**, que, portanto, monopoliza ou tende a monopolizar todo poder coactivo de carácter físico e até moral (**coação moral**).

Crítica do estado — Na simbiose social, o emprêgo da fôrça é geradora de relações sociais negativas. E é a canalização e a ordenação do seu emprêgo que sedimenta e relativamente fortalece o Estado político.

Nesse caso, a fôrça passa a ser usada por êle, que tende para a exclusividade, exercendo-a dentro de uma gama que vai desde o emprêgo justo até os excessos, que são tão comuns de observar-se em todos os tempos.

Tem a autoridade civil a prerrogativa de usar a fôrça. E à proporção que essa autoridade se estructura mais poderosamente, o emprêgo daquela vai tornando-se privativo dela. Numa sociedade, pode o pai usá-la em relação aos filhos e aos servos, os mais velhos sôbre os mais moços, os mestres sôbre seus discípulos. Mas a tendência que se observa no Estado é a de canalizar totalmente o emprêgo da fôrça apenas pela autoridade civil ou por aquêles a quem ela delega tais poderes.

Dêsse modo, vê-se que a instauração do Estado tende a evitar os conflitos e as guerras internas entre grupos sociais e entre indivíduos.

Quando se formam sociedades para o emprêgo da fôrça, são elas secretas e **ilícitas.**

O Estado tende ao **monopólio da fôrça,** embora se verifique que tal não se dá plenamente, porque, como nos mostram os factos sociais, o mais freqüente ainda é encontrar-se, sobretudo nas sociedades mais conservadoras, de formas mais antigas, resquícios de organizações que a empregam.

Na formação do Estado monopolizador da fôrça, há o consentimento dos grupos sociais; que cedem ao grupo centralizador o emprêgo da fôrça, mas tal consentimento é obtido a maior parte das vêzes pelo desenvolvimento do poder do Estado, que impõe, pela fôrça, o seu monopólio. É precisamente, nesse tender do Estado, que se manifesta o avassalamento totalitário do mesmo e o seu afastamento perigoso da sociedade. O Estado, dominando a fôrça, e monopolizando-a, tende, naturalmente, a tornar-se um organismo à parte da sociedade, pela burocratização dos seus membros componentes, o que o torna, por seu turno, odioso e opressor.

Para evitar tais distorções da finalidade do Estado é que se procura uma organização em que

os grupos sociais não se subordinem totalmente ao poder do Estado, mas em que êste seja, afinal, subordinado à vontade comum, como se tenta fazer nas formas democráticas, quando genuinamente o são.

Monopolizando a fôrça, o Estado tende a monopolizar a polícia e o exército, que são organismos genuinamente de fôrça. A hipertrofia dêsses organismos termina muitas vêzes por subordinar a autoridade civil ao capricho do poder armado, o que é tão verificável na História.

O Estado tem um papel conservador e como lhe cabe a função de velar pela ordem instituída no interior da sociedade, tem de reprimir, não só as tentativas de subversão da mesma, como as ameaças que a ela possam provir do exterior.

São êsses os motivos que levam ao Estado a ingerir, não só na vida interna da sociedade, como até na vida privada dos indivíduos, bem como a considerar de sua função tôdas as relações principais com o exterior, isto é, com outros organismos sociais estranhos.

Por outro lado, deve o Estado dar assistência, porque, dispondo dos meios coactivos, pode impedir os abusos de poder e o uso da fôrça de um grupo social sôbre outro, e assegurar a legítima existência da parte desarmada e fraca da sociedade.

Daí tender o Estado a monopolizar, não só a fôrça, mas também a administração econômica e a justiça. Tende a monopolizar o poder legislativo, passando a ser o legislador e o juiz.

Como a fôrça é um dos meios de técnica social, o Estado é, afinal, a estructura mais alta da técnica social da fôrça, mas cuja finalidade e acção deve ser o emprêgo da lei e da justiça. É aí que êle deve encontrar os seus limites.

Devido ao papel de monopolizador da fôrça, o Estado é, naturalmente, chamado a intervir onde há uma insuficiência. Obtém êle, assim, um papel complementar, que é o de assistir e impulsionar soluções de ordem social nos diversos sectores da vida comum, papel êsse que tende a ampliar-se no Estado moderno, com graves conseqüências, porque nem sempre está êsse órgão, dada a tendência burocrática dos elementos que constituem seus quadros administrativos, apto a corresponder de modo hábil às exigências da colectividade.

Não possui de per si o Estado a capacidade de poder intervir ou cooperar efectivamente em todos os sectores da vida social. Para alcançar essa capacidade, deve provir-se de elementos hábeis. Pode êle fàcilmente mobilizá-los, indo buscá-los no campo comum da vida civil, mas dando lhes a fôrça que isoladamente não possuem.

Durante os períodos de crise social ou de ameaça de guerra, é natural que o poder do Estado, quanto à sua intervenção na vida social e econômica da sociedade, cresça de modo acentuado. São precisamente nesses momentos que a improvisação se estabelece

e os perigos tornam-se maiores. A urgência das medidas se impõe, e o uso da fôrça torna-se tão manifesto, que pode levar o Estado além das medidas normais da justiça e da conveniência.

O perigo está em o Estado tornar «rotina administrativa» aquelas actividades que, nas mãos dos particulares, podem conhecer um ímpeto muito mais eficiente e realizador, caindo na sonolência, na preguiça da máquina administrativa, retardadora.

Outro aspecto importante, que revela o Estado moderno, é que êste cada vez se afasta, e se separa mais dos elementos que o compõem. Os próprios funcionários do Estado terminam por ser «outros» em face do organismo. A totalidade alcança uma vida autônoma, verdadeiramente «abstracta», de tal modo que sufoca a acção dos grupos administrativos, e termina por exercer uma pressão e opressão continuadas sôbre todos. E é essa uma das razões que é de se exigir uma constante presença dos organismos não estatais na vida do Estado, e de disseminar uma parte do poder a tais organismos, para que funcionem de modo a evitar um excesso da monopolização da fôrça, que termina por oprimir a todos, até os que são os seus mais directos usufrutuários, como se tem observado nos Estados totalitários e, sobretudo, onde todos, até os que ocupam os mais altos postos, sentem que o poder «abstracto» do Estado exerce sôbre êles um domínio tal, e a opressão se generaliza de tal modo, que uma vida socialmente normal torna se impossível.

ESTAGIO — Tempo de prática, ou tirocínio para habilitar alguém a obter o pleno domínio de uma profissão ou de um ofício. **Estagiário** é aquêle que faz **estágio.**

ESTAR — Êste verbo tão rico na língua portuguêsa tem um valor inestimável para Filosofia. **Estar** significa **ser** num dado momento, **ser real.** E é sempre empregado nesse sentido positivo.

Estasi (it.) = **êxtase.**

ESTÁTICO — a) É o referente ao repouso, ao equilíbrio (vide **Equilíbrio**), das coisas em um determinado estado, sem sofrerem mutações sob o aspecto em que são consideradas.

b) Como substantivo, é a parte da mecânica que estuda o equilíbrio das fôrças, que actuam sôbre um corpo em repouso.

c) Por extensão, aplica-se ao campo social **(estática social),** quando estuda os factos sociais sob um aspecto determinado, sem considerar suas transformações.

ESTATISMO — Nome que se dá à tendência totalitária, que pretende atribuir ao Estado todo monopólio de poder público, econômico, jurídico, social, ético, etc. Para os defensores de tal imenso poder, tôdas as funções devem ficar subordinadas ao poder do Estado.

ESTATÍSTICA — a) Em sentido etimológico é o conjunto dos factos recolhidos.

b) Em sentido restrito, é a disciplina que tem por objecto re-

colher e coordenar factos diversos em suas espécies, ou em espécies estabelecidas, com a finalidade de obter índices numéricos, que possam oferecer dados suficientes para o estudo de causas, factôres, determinações e também providências a serem tomadas, como se vê no que se refere às estatísticas sociais, etc.

c) Como adjectivo, é tudo o que se refere directamente à **estatística.**

d) Fala-se, também, de **método estatístico:** aquêle que se regula pelas normas estabelecidas por aquela disciplina, e que é aplicado no estudo, não só dos factos sociais, mas, também, dos factos físicos.

ESTATUIR — É deliberar, ordenar, determinar algo. Diz-se, também, do acto de apresentar uma tese filosófica ou doutrina, à qual se dá plena adesão.

ESTATUTO — É a constituição, o regulamento das normas, que são estabelecidas para reger uma sociedade e, também, no que se refere aos cânones de uma doutrina. Assim se pode falar no **estatuto** de uma doutrina, do que é do **estatutário** da mesma doutrina; ou seja, o que se deve obedecer como norma de proceder e de postulação em uma determinada posição filosófica.

ESTENSÃO — Vide **Extensidade, extensão.**

Estensione (it.) = **extensão.**

Estensivo (it.) = **extensivo.**

Esteriore (it.) = **exterior.**

Esteriorità (it.) = **exterioridade.**

Esteriorizzazione (it.) = **exteriorização.**

Esterno (it.) = **externo.**

ESTESIA — Vide **Estética.**

ESTESIÓGENO — O que produz sensação (de **aisthesis,** sensação, e **génesis,** geração, em gr.). Aplicam-se êstes têrmos aos estímulos ou sugestões, que provocam efeitos sensoriais específicos em indivíduos hipnotizados.

ESTÉTICA — Com Alexander Baumgarten (1714-1762), a palavra «Estética» (derivada do grego **aisthesis,** sensação) tomou o sentido actual de «teoria do belo».

Desta forma, a interrogação que surge em primeiro lugar, na Estética, é saber a **essência do belo,** que é o seu objecto.

Se começarmos pelos gregos, vemos que Platão e Aristóteles identificaram o **belo** com o **bom.** Na Idade Média, o **belo** esteve em plano secundário, e, nesse plano, chegou até Kant.

Com Baumgarten, ainda, o belo era como uma espécie de perfeição confusamente concebida. Com Kant é que se pode estabelecer a distinção entre **estética subjectiva** e **estética objectiva,** cuja divisão marca a **predominância** da idéia fundamental, como já veremos.

Para a **estética subjectiva,** que é uma estética psicológica, o belo está no homem, é o subjectivo. O belo não está nas coisas, está no homem. É êle que o em-

presta ou dá às coisas. E como a natureza humana é mais ou menos homogênea em todos os homens, êstes podem sentir igualmente a beleza, quando a imaginação se harmoniza com o entendimento. Então chamamos êsse objecto, que consegue provocar tal estado, de **belo.**

É à forma do objecto que o nosso juízo estético se refere, porque é ela que suscita em nós o jôgo harmônico do entendimento e da imaginação. Mas essa forma não foi feita com o fim de que a encontremos bela. A forma do objecto não é uma finalidade, pensa Kant.

É nossa subjectividade que realiza essa harmonia, que permite que o chamemos de belo.

Depois de Kant, a estética subjectiva concebeu o belo como uma vivência, e essa posição é a predominante até os dias de hoje.

No entanto, poder-se-ia fazer a seguinte pergunta: se o belo é um acto subjectivo, como se explica que só alguns objectos o provoquem?

Nesse caso, é preciso admitir que o objecto tem em si alguma coisa que provoca a emoção estética do belo, do contrário todos os objectos seriam capazes de provocar essa vivência. Logo, deve haver, no objecto, **alguma coisa.** E os que defendem a **estética objectiva** exclamam: há uma vivência do belo, mas o belo não é uma vivência.

O que quer dizer que o belo **está** no objecto.

A estética objectiva já está estabelecida em sua orientação: ela procura o belo fora do sujeito, no objecto, portanto.

A **estética objectiva** pode ser **estética formal** ou **estética material.** A primeira, esboçada por Herbart, e continuada por Zimmermann e outros, estabelece a existência de certas idéias e certos conceitos gerais que são belos. E quando o objecto concorda com essas idéias, com o **formal,** é êle belo. Neste caso, **belas são as idéias.**

A estética material pode ser **apócrifa** ou **autêntica.**

É **apócrifa,** quando o belo é explicado por dados extra-estéticos.

Assim procede o religioso, quando afirma que a beleza do mundo está na revelação do Absoluto que o criou, ou Hegel, que, para definir a beleza, parte das Idéias Absolutas, que são para êle o único real.

Desta forma, o belo é a manifestação sensível da Idéia. A **estética material apócrifa** põe **outra coisa** para explicar o belo. Se êle é o revelar-se do Absoluto, então tudo seria belo.

A **estética material autêntica** vê no fenômeno do belo algo que é **sui generis,** que é típico, e que não pode absolutamente derivar de qualquer outra coisa conhecida. Assim, o belo é algo tìpicamente belo. Inúmeros autores, tais como Geiger, Dessoir, etc., procuram êsse algo original que é a razão do belo. Entretanto, não conseguiram achar a essên-

cia dêsse algo original. Actualmente, no entanto, com Geiger, inicia-se uma tendência para considerar o valor como êsse algo originário do belo. Surge, assim, uma estética dos valôres, como **estética material autêntica.**

Quanto à **essência do belo,** aceita-se que êle é apreendido imediatamente, sem necessidade de um conhecimento, nem de reflexão. Quando olhamos uma obra de arte, tomamos o belo, apreendemo-lo sem necessidade de raciocínio, e quando olhamos demoradamente uma obra, que ainda não nos provocou essa emoção, esperamos até que, quando menos se espere, êle nos surja. Por isso o belo se nos apresenta como algo original, como algo de um tipo peculiar. O belo não é isto nem aquilo, é o belo. Como só algumas coisas nos parecem belas e outras não, há de haver, nêle, alguma coisa de objectivo, e não apenas subjectivo. Surge, aqui, um ponto de vista que merece atenção: é o que afirma que o belo é supraindividual. Uma coisa doce é agradável ou não a cada indivíduo; é relativa a cada indivíduo. O belo não é relativo; é belo. Independe do indivíduo, por isso nem todos entendem dêle, e eis por que há os entendidos do belo.

Não se pode dizer que o belo do quadro esteja nas tintas, nem no pano, nem na moldura. Êste algo, que é o belo, não está no quadro, é um **valor** estético. E é chamado valor porque não é um ente físico. As obras de arte têm relações com os valôres estéticos. O valor não vale para alguém ou para alguma coisa, o valor **vale.** Nós intuímos o valor por uma intuição não sensível; portanto, directa. Há têrmos que expressam valôres, tais como: sublime, vivo, trágico, simples, graça, tensão, ritmo, unidade, multiplicidade, elevação, amplitude, etc., quase todos êles tirados de experiências sensíveis, e expressam valôres estéticos.

Os meios de expressão do belo, na obra de arte, são diversos, como palavras, sons, côres, etc. Êsses meios servem para expressar valôres estéticos. E devem ser considerados apenas meios. Quando um artista os transforma **em fins,** temos, então, uma obra de arte inautêntica, o que é muito comum encontrar-se nas obras de arte, até de grandes autores. Por outro lado, o artista deve usá-los adequadamente. Há uma variedade imensa de meios de expressão e uma verdadeira ordem entre êles.

Estetico (it.) = **estético.**

ESTETIFISIOLOGIA — Usado por Spencer para designar o estudo das relações entre a Fisiologia e a Psicologia da sensação.

Esthétique (fr.) = **estético.**

ESTIDADE — Vide **Eceidade.**

ESTILIZAR — Diz-se da acção que dá uma característica especial e distinta a uma obra de arte, ou que a impregna dos aspectos característicos de um estilo determinado. Assim se pode fazer em arquitetura estilizada, quando, por ex., se dá a uma casa de campo certos traços que são característicos de um estilo.

ESTILO — (Do gr. **stylos**, o buril com que se gravavam as palavras nas tábuas de cera).

a) Êste passou a ter o sentido do tipo ou moda, que distinguem tôda apresentação artística ou de vida, caracterizando-a e distinguindo-a de outras.

b) Figurativamente, o estilo é a individualidade de quem é autor, individual ou colectivo, do que o caracteriza.

Assim se pode falar num estilo românico, grego, renascentista, etc.

c) O têrmo é, sobretudo, empregado nas **belas-artes,** mas também o é no que se refere a tôdas as manifestações da vida consciente e cultural do homem.

ESTIMAÇÃO — a) É uma função que se distingue do conhecimento e caracteriza-se pela capacidade de avaliar certos valôres, função que se observa desde os animais e, sobretudo, no homem.

b) Diz-se, também, do que se valoriza, do que se empresta um valor. **Estimação** por alguma coisa ou pessoa. Vide **Valor.**

ESTÍMULO — a) É tôda acção física ou mental, que provoca reacções num ser vivo. Segundo o tipo de reacção, o **estímulo** se qualifica. Se a reacção fôr visual, será um **estímulo visual.** Dá-se, em geral, êsse nome a todos os fenômenos físicos que provocam reacções sensíveis.

b) Por extensão, aplica-se a tudo quanto move alguém a fazer, deliberadamente, alguma coisa. «Foi um estímulo para que lutasse...». Neste sentido, o têrmo é sinônimo de **Excitante** (vide).

ESTOICISMO — Escola filosófica, fundada por Zeno de Cítio (a. C. 380), que teve grandes seguidores, entre os quais podemos salientar Cleanto, Crisipo, Epicteto, Marco-Aurélio, Sêneca, etc.

Para os estóicos, é a virtude o único bem, e o homem virtuoso é o que pode atingir a felicidade, o que é uma tese socrática.

O homem, que alcança a felicidade, é independente, e liberto das coisas exteriores. É aquêle que alcança o pleno domínio de si mesmo, isto é, que sofreia as suas paixões e as suas emoções.

A concepção do universo dos estóicos é panteista (vide **Panteísmo).** Tudo quanto há e existe obedece a uma **Razão do Mundo,** que é a ordem racional do universo. O homem sábio, para os estóicos, e também virtuoso, é o que segue essa lei racional, regulando por ela a sua vida.

ESTREMECIMENTO — a) Estremecer é causar tremor, fazer tremer, abalar, sacudir. **Estremecimento** é o acto de estremecer.

b) Na Psic., é o estado emotivo, que surge sùbitamente, com grande intensidade, agradável ou não, no qual há com freqüência sensações dérmicas, que mudam, repentinamente, de localização e de intensidade. Manifesta-se nas emoções de alegria ou de horror.

Estremo (it.) = **extremo.**

Estrinseco (it.) = **extrínseco.**

ESTRITO — Diz-se do que é restrito, estreito, rigoroso, severo. Emprega-se para indicar o que é rigoroso. Assim, quando se diz «êste é estritamente o pensamento de alguém...», diz-se que a exposição é rigorosamente exacta, com as intenções de tal pensamento, com o conteúdo do mesmo.

ESTRUCTURA — a) Vem do lat. **structura**, que, por sua vez, vem do verbo **struo**, que significa dispor, ordenar por camadas, acumular, pôr uma coisa sôbre as outras. Daí construir, que é dar ordem às coisas em camadas, acumular ordenadamente. **Estructura** era, para os latinos, a obra realizada, fabricada, a construcção, a forma das muralhas, a disposição das coisas.

b) Passou a palavra a ter, na Filosofia, o sentido da dinâmica construcção de uma realidade, quer natural ou artificial, quer viva, quer mental, quer doutrinária, que tem uma forma.

Ora, tudo quanto é tem unidade: é um postulado filosófico. E se tem unidade, tem uma forma, uma disposição das partes analogadas segundo uma lei, uma norma, como diria um pitagórico, pelo qual é o que é, e não é outra coisa. A disposição dessas partes é a **estructura** da unidade considerada.

c) Neste sentido, é **estructura** considerado na biologia, onde indica a disposição das partes que formam uma totalidade em oposição às suas funções. A **estructura** de uma coisa é sempre considerada abstraída da funcionalidade de suas partes. É, assim, considerada a estructura anatômica e a histológica em oposição à fisiológica. Na psicologia também a estructura considera-a em sentido estático.

É também considerada como um todo, formado de elementos solitários e de certo modo correlativos, dependentes dos outros, que existem apenas pela relação que há entre êles. É o que se vê na concepção **configuracionista** da **Gestalttheorie** (vide).

d) Em sentido geral, é empregado para indicar a normal que solidariza um conjunto da actividade, e dá-lhe uma ordem. Assim se pode falar na estructura do pensamento moderno, da escolástica, etc.

ESTRUCTURAL (Psicologia) — Espécie de Psicologia atomística, que pretende estudar as funções psicológicas, considerando-as do ângulo apenas das sensações, da análise dos planos mentais.

ESTRUCTURALISMO — Vide **Estructura).** Concepção que considera a inteligência humana, fundada apenas na sua estructura. Quando esta é concebida como atomìsticamente estructurada, temos a **Psicologia Atomística,** quando configuracionalmente estructurada, temos a **Gestalttheorie,** a **Teoria das Formas,** na Psicologia.

État (fr.) = **Estado.**

Étatisme (fr.) — Vide **Estatismo** e **Estado.**

Étendue (fr.) = **extensão.**

ÉTER — a) Do grego **Aither, aitheros,** região superior do ar, **éter,** opondo-se a **ser,** ar, correspondendo ao que envolve a atmosfera da Terra, **onde** esta se dá. Assim o entendiam os pitagóricos. A raiz mais longínqua vem de **aidh,** no sânscrito **edhah,** que significa iluminar, brilhar, o radiante.

b) Os corpos devem a sua posição a uma «modalidade intrínseca», que os escolásticos chamavam «ubi» — e que Suarez tão bem estudou ao tratar da ubiquação em suas famosas «Disputationes Metaphysicas». Dessa modalidade intrínseca decorre a posição do corpo. Encontramos essa teoria na concepção do **éter** de Lorenz, em que um corpo obtém sua posição ou lugar, mediante um contacto «interno», com uma porção de éter. É o éter interterposto que marca a distância entre dois corpos. Se não se pode medir o movimento do corpo em relação ao éter, pode-se, no entanto, medir em relação a outro corpo. Se o éter de Lorenz existe, êste pode ser considerado como meio universal de localização, como o mostra Hoenen.

Se não se aceita a teoria do contacto, teríamos de aceitar a da localização, como a de Demócrito, por exemplo. Neste caso, os átomos estariam separados pelo nada. E como se tocariam se há o nada entre êles, pois tocar o nada não é o mesmo que não tocar? Entre êsses sêres não haveria distância, pois não há um intermédio, pois êste é nada. E como poderiam mover-se nesse nada? Demócrito sentiu o absurdo da idéia, daí ter exclamado, para salvar-se da aporia, que «até o não-ser existe», emprestando, assim, ao vazio, um ser; o que era negar o próprio princípio mecanicista.

A teoria do contacto, que é a de Tomás de Aquino, é aceita, sem que o soubesse, por Einstein ao afirmar: «Se se forma... o conceito dos corpos, a experiência sensível constringe a estabelecer relações locais entre os corpos, isto é, relações de mútuo contacto. O que indicamos como relações espaciais entre os corpos, não é nada mais que isso. Portanto, sem o conceito dos corpos, nenhum conceito de relações espaciais, nenhum conceito de espaço».

O éter de Lorenz é um campo real. Como poderiam surgir efeitos físicos do nada, que é nada? A gravitação é algo real, e o campo de gravidade actua sôbre a «massa». Esta é uma acção física. O que enche o espaço é algo real, é uma substância, no genuíno e filosófico sentido dêsse têrmo, algo subsistente de per si. Aceita Einstein (que na verdade combateu o éter de Lorenz), que, no entanto, o espaço revela accidentes físicos caracterizados matemàticamente. E como poderiam tais accidentes se dar sem uma substância? Se o espaço tem «qualidades físicas», e as qualidades são accidentes, o são de algo, já que o accidente não é um ser de per si, com **perseitas.**

Por isso Hoenen acusa a Einstein de combater apenas a palavra **éter,** terminando por estabelecê-lo ao afirmar que há algo subsistente, ao afirmar os accidentes.

ETERNIDADE — Do latim **aeternus,** contracção de **aeviter-**

nus, de **aevum**. Vide **Aevum** e **Tempo e Espaço, Imobilidade e Movimento.**

Eternità (it.) = **eternidade.**

Éternité (fr.) = **eternidade.**

Eternity (ing.) = **eternidade.**

Eterogeneo (it.) = **heterogêneo.**

Eteronomia (it.) = **heteronomia.**

Ethica (lat.) = **ética.**

Ethical (ing.) = **ético.**

Ethics (ing.) = **ética.**

Ethik (al.) = **ética.**

Éthique (fr.) = **ética.**

Ethisch (al.) = **ético.**

Ethographie (al.) = **etografia.**

Éthographie (fr.) = **etografia.**

Ethography (ing.) = **etografia.**

Éthologie (fr. e al.) = **etologia.**

Ethology (ing.) = **etologia.**

Ethos (gr.) = **o costume**, também **povo, nação.** Vide **Ética.**

Etiam (lat.) = **também. A Lógica do etiam** é a Dialéctica.

ÉTICA — A palavra **ética** é derivada da grega **ethos**, que significa costume. Mas é com Aristóteles que passa a ser a ciência do moral.

O moral, na ética, é tanto o moralmente bom, como o moralmente mau.

Quanto à essência do moral, e segundo as suas respostas, podemos dividir a ética em **ética formal** e **ética material.** Kant é o representante da ética formal. Afirmou que não se podia definir a moral, fundando-se apenas na experiência. É necessário um juízo de validez universal para afirmarmos que isso é bom ou mau. Nem o bom, nem o mau têm nada a ver com o agradável e o desagradável, porque o agradável pode ser moralmente mau e o desagradável moralmente bom. A experiência só pode proporcionar contingências e probabilidades. O moral, para ser independente da experiência, tem que ser dada **a priori.** Há de haver, portanto, uma lei moral que seja válida em qualquer circunstância. A vida prática do homem é regulada por tôda uma classe de princípios e leis, as máximas, as opiniões, etc. Essas leis são objectivamente válidas, são **imperativas.**

Kant divide os imperativos em duas espécies: **imperativos hipotéticos,** quando são válidos em certas suposições, e **imperativos categóricos,** que valem sem condições.

Como exemplo do primeiro, temos a cortesia para agradar os outros, e do segundo, o «não furtarás».

Tôdas as leis morais são imperativos categóricos, os quais residem em princípios **apriorísticos.** Portanto, a lei moral só pode dizer: «Obra de tal modo, que a máxima de tua vontade possa valer sempre em qualquer tempo como um princípio universal». Tôda a crítica feita ao **a priori** de Kant recai predominantemente sôbre a sua concepção do moral.

A **ética material** pode ser considerada como **ética dos bens** e **ética dos valôres.**

Francis Bacon

Newton

A **ética dos bens** é aquela que torna a moral dependente dos bens reais, que são objectos de estimação do homem, ou dos bens ideais, que são objectos finais de sua estimação ou aspiração. Bom, portanto, é tudo quanto permite ou auxilia o alcance dêsses bens ou fins.

Tais são o prazer, a felicidade, a utilidade, a cultura, o fortalecimento da vida, etc.

As principais correntes da **ética dos bens** são: O **hedonismo** (de **hedonai, palavra** grega, que significa «eu me deleito»), que torna o moral dependente do prazer sensível. Os cirenaiscos defenderam essa doutrina que, esporàdicamente, surge na obra de alguns autores materialistas.

O **eudemonismo** (de **eudaimonia,** que significa felicidade) tem como fim a felicidade espiritual, o estado de contentamento da alma. Foi essa doutrina defendida por Sócrates.

O **utilitarismo** é a doutrina que defende a moral pela utilidade ou bem-estar do indivíduo ou da colectividade.

O **perfeccionismo** afirma que o moral está na plena realização da essência humana, na perfeita condução, segundo a natureza racional do homem. Era essa a opinião de Aristóteles.

O **naturalismo** prega o pleno desenvolvimento de tôdas as inclinações e impulsos da natureza humana, como facto de moralidade.

O **evolucionismo** afirma que o progresso da humanidade é o fim determinante da moralidade.

A **ética religiosa** afirma que a moralidade está na conformidade com a vontade de Deus, e o mal é rebelar-se contra essa vontade.

Outra divisão, que se pode fazer sôbre a ética dos bens, consiste em fundá-la no destino que se dê aos bens ou fins a que se aspira: se tendem para o indivíduo, temos o individualismo, se para a comunidade, temos o **universalismo.** O individualismo é **egoísmo,** quando o que actua quer ser útil a si mesmo; é **altruísmo,** quando quer favorecer a outros. Por isso, pode haver um individualismo altruísta, quando se destinam aos indivíduos da colectividade os bens ou fins desejados.

Critica-se a ética dos bens, em tôdas as suas tendências, porque não explica a moral, por já a aceitar prèviamente como dada.

Quanto à **ética dos valôres,** esta está ainda em seus primórdios, apesar de já haver uma bibliografia extraordinàriamente vasta, e estudos notáveis como os de Scheler, Nicolai Hartmann, etc.

Os defensores desta corrente afirmam que uma acção não pode ser nem boa nem má. Uma acção é um processo psíquico ou psicológico, que se dá num lugar e no tempo. A acção transcorre; é simplesmente. E nesse ser está tôda a sua realidade. É apenas uma simples existência que, passada, não deixa mais rasto. É acaso verdadeiro ou falso o curso da corrente de um rio? E o vento que sopra, é verdadeiro ou falso? Êstes processos simplesmente **são.** A própria vontade do homem, continuam os defensores dessa doutrina, são processos

apenas, e nada mais. Não são bons nem maus, como tampouco podem ser verdadeiros ou falsos... O que há de bom ou de mau são os valôres, e os valôres não **são, valem.** E é dêsses valôres que tais acções são dependentes para que, em sentido translatício, possam ser chamadas de boas ou más. Os valores éticos não são pensamentos, porque os pensamentos são verdadeiros ou falsos.

A um valor positivo antepõe-se sempre um valor negativo, que lhe corresponde. Só os valôres podem ser bons ou maus.

Um pensamento não é bom nem mau. E quando se diz isso em linguagem comum, faz-se em sentido translatício, porque ser bom ou ser mau cabe só aos valôres. Nisso está a forma de realidade dos mesmos.

A ética dos valôres é uma nova corrente do pensamento que ainda não deu seus melhores frutos.

Quanto à origem da fôrça obrigatória dos preceitos morais, podemos dividir, sob êste ângulo, a ética, em **ética heterônoma** e **ética autônoma. A heterônoma** afirma que o fundamento da obrigação moral vem de uma lei estranha ao indivíduo. Segundo ela, a vontade se submete a uma vontade superior, vinda de Deus ou do Estado, etc. A autônoma aceita leis próprias e afirma que ela deve vir do próprio cumprimento da acção moral. Esta é a defendida pela maioria dos éticos.

Quanto à origem da moral, pode dividir-se a ética em **ética apriorística,** que a afirma independentemente da experiência (a de Kant, por exemplo) e **ética empírica,** que afirma provém o moral da experiência. Entre os primeiros temos Sócrates, Kant, Platão, Aristóteles, Descartes, Spinoza, Leibnitz, etc. Entre os que defendem a segunda posição, temos Spencer, Darwin, Morgan, Lubbock, Bastian, e muitos outros. Uma terceira escola, não examinada pelos éticos, é a da **ética imanente,** defendida por Proudhon, e que foi completada por Kropotkine. Para Proudhon, a ética é imanente a todo o humano, e há princípios fundamentais de ordem intrínseca em tôdas as coisas, actos, processos do homem. Kropotkine quis fundar uma ética biológica, em base no **apoio-mútuo.** Os animais bissexuados necessitam apoiar-se uns nos outros. O homem não pode viver isolado, e necessita de seus semelhantes. Tôda a vida em comum é uma vida de apoio-mútuo, em que uns têm de apoiar-se nos outros por uma necessidade biológica.

Por isso, tudo quanto fortaleça êsse apôio, a união entre os homens, o fortalecimento do indivíduo, sempre em benefício da colectividade, é moral.

A moral está fundada, assim, na própria biologia. O homem, com suas idéias, nada mais faz do que concretizar, no mundo do espírito, o que é ensinado pela sua natureza biológica.

A Ética, como ciência concreta, é por nós mostrada em nosso «Sociologia Fundamental e Ética Fundamental».

Crítica: Os homens mantêm relações entre si. E as discipli-

nas, que estudam essas relações, as normas que as orientam, os usos e costumes dos diversos povos (**ethos,** em grego, e **mor, moris,** em latim) são a Ética e a Moral. Muitas vêzes confundidas, uma com a outra, merecem, no entanto, que as distingamos. A Moral tem um campo mais amplo, pois estuda, descriptivamente, os diversos costumes estabelecidos entre os povos, através das eras, suas variações, transformações, modificações. Tomando como objecto êsses costumes, que são os **mores,** é construída a Ética, como disciplina específica, a qual procura o nexo que os liga, os princípios que os regem, os meios que utiliza e os fins a que se destinam. Assim a Ética é a ciência da Moral. Hegel distingue a moralidade subjectiva **(Moralität)** e a moral objectiva **(Sittlichkeit).** Referia-se a primeira ao cumprimento do dever pela vontade, e a segunda, à fixação das normas, leis e costumes, ao espírito objectivo na forma da moralidade. A Ética é a ciência que engloba, como objecto, êsses costumes, e os correlaciona com o corpo da Filosofia Geral.

Em face das variações que se observam nos costumes, que são diferentes segundo os diferentes agrupamentos, no tempo e no espaço, e segundo até a estructura social, é óbvio que surgisse, para os estudiosos de tema tão vasto, uma primeira pergunta: há, na moral, regras invariantes, constantes, ou apenas variáveis? Essa pergunta, se respondida positivamente, provocaria logo outra: se há regras invariantes, quem as estabeleceu, e como? Se não há, são apenas productos de convenções humanas? E logo surgem outras perguntas, tais como: quem estabelece essas normas? São impostas ou livremente aceitas? Para que tende a Moral? Qual a sua finalidade? Que orienta, que dirige o homem na aceitação de normas que regularizam as relações humanas?

Tais perguntas já nos mostram, suficientemente, quão grande é o campo de actividade dos estudos éticos. E cercando essas perguntas, poderia ainda surgir essa nova pergunta: que valor tem para nosso estudo o conhecimento da Ética?

Iniciando a respondê-las, começaríamos pelo fim. Não há agrupamento humano que não tenha normas que regulem suas relações. Ora, se observarmos bem o homem, sabemos que êle se distingue dos animais por ter **espírito,** e impregnar com o seu espírito os bens que êle cria, capta ou domina. Os animais não têm moral. São **amorais,** porque não tomam uma atitude **contra** a moral, nem a **favor** desta. Os animais vivem, movimentam-se, convivem entre si, seguindo seus instintos, conservando suas relações. Salvo casos excepcionais de degeneração, cumprem fielmente as condições da espécie à qual pertencem. Só o homem pode ser moral ou anti-moral. E isso por quê? Porque o homem escolhe, pensa, julga, compara, medita, induz, deduz, **frustra.**

O homem tem normas que variam através dos tempos, normas que regulam suas relações. Os que actualizam apenas essa variabilidade das normas concluem que a moral é relativa, porque a

daqui não é dali. Portanto, a moral não pode constituir-se numa ciência, mas apenas permanecer no terreno do descriptivo.

Mas, em face dessa situação, podemos desde logo estabelecer que a Ética pode ser visualizada de duas formas:

Ética invariante: aceita normas constantes, independentes das condições históricas, geográficas, étnicas, etc.;

Ética variante: aceita que os costumes variam, segundo variam as condições gerais.

Colocando o problema da Ética neste pé, logo se torna fácil ver que as perguntas surgem exigentes. Se há um **invariante,** e o homem o percebeu, o notou, o visualizou, deve ter sido êle estabelecido por alguém. Tomam, aqui, alguns éticos a posição **transcendentalista,** os quais afirmam que uma divindade, um deus, estabeleceu as normas sob cuja obediência deveriam viver os homens, sob pena de ofenderem essa mesma divindade; portanto, pecarem. Temos aqui a posição religiosa, que aceita ter dado Deus ao homem suas leis morais, concrecionadas nos **dez mandamentos,** que são a síntese dos princípios éticos. Desta forma, a ética não é estabelecida pelo homem, mas por Deus. Quando a moral é estabelecida por outrem, diz-se que ela é **heterônoma** (de **heteros,** outro, em grego, e **nomos,** norma, lei, regra).

Assim a norma moral tem sua origem em outro que a impõe.

Quando a moral é estabelecida pelos próprios agentes que a praticam, temos a moral **autônoma** (de **autos,** si mesmo). Dessa forma, a moral seria heterônoma. Mas poderia, em casos especiais, isto é, na formação de comunidades específicas, ser estabelecida autônomamente, mas sempre obedecendo às normas dadas heterônomamente.

Mas outros pensam de modo diferente. Nenhuma divindade estabeleceu normas para as relações humanas. Estas nascem de convenções, de hábitos, transformados em leis morais, depois de devidamente estabelecidos, fundados e consagrados pela prática. Negam êsses a origem transcendental da moral. Ela é de origem humana, cheia dos defeitos e das fraquezas naturais do homem.

Desta forma, aquêle imperativo categórico de validez universal, que buscam todos os que defendem uma posição invariante na Ética, ou em outras palavras, os que buscam um princípio universalmente válido invariante, aceito por todos os povos, em tôdas as eras e condições, não se dá para os que aceitam invariantes na moral sejam todos transcendentalistas. Há uma outra posição, que é a dos **imanentistas.** Os imanentistas afirmam que as normas morais, as quais os homens obedecem em suas relações, têm sua origem fundamental na própria estructura social criada.

Já vimos que cada agrupamento social forma uma estructura e essa estructura é mais sólida, ou não. Forma uma **tensão,** que é mais coerente ou não. Essa tensão exige dos elementos que a

compõem, para formar sua coerência, um respeito a certas normas ou até certas atitudes, sob pena de ser rompida. Digamos que um grupo de caçadores reune-se para caçar. É natural, é intrínseco ao bom êxito da caçada, que cada um trabalhe em benefício do fim almejado. Se um caçador espantar a caça prejudicaria aos outros e até a si mesmo. Logo se vê que, numa caçada em conjunto, é imanente a ela a necessidade da obediência a certas regras, sob pena de não alcançar o fim desejado.

Cada estructura, que se forma, tem a sua moral, tem a sua norma ética, e estas serão tantas quantas as variadas composições estructurais. Vê-se, fàcilmente, que em tôdas as eras, independentemente das classes e das condições sociais, os homens obedecem a um número determinado de princípios, que se repetem invariàvelmente em todos os povos. Vejamos alguns: nenhuma mãe, salvo os casos teratológicos, deixa de dar assistência ao filho: e é moral fazê-lo. Em tôdas as colectividades, todo acto, que ponha em risco a mesma, é punido, porque é considerado imoral.

Essas normas são invariantes. E poderíamos dizer: tôda tensão formada, à proporção que fôr mais forte em sua estructura, considerará como intensivamente imoral todo o acto que perturbe a sua conservação. Os elementos, que formam uma fraca estructura, uma tensão frágil, como a de um grupo, que se reune em tôrno de um «camelot», que apregoa as vantagens das bugigangas que oferece, tensão passageira, transeunte, rápida e não perdurável, considerará imoral o acto daquele que perturbe essa tensão, e não permita que se ouçam as palavras do «camelot». Mas como é uma tensão fraca, essa indignação ao perturbador também será fraca. Mas se fôr uma tensão já formada numa sala de projeção de um cinema, quem a perturbe será repelido, já com maior indignação. E se estivermos numa igreja, durante uma missa, em que se congregam pessoas que devem, pelo menos, crer piamente na sua religião e no seu culto, a indignação crescerá contra quem perturbar a tensão formada.

É fácil daí, por graus, chegar até à indignação que provocaria quem matasse um membro de uma coletividade, e esta necessita manter suas fôrças para defender-se dos adversários, pois verifica-se que a tensão aumenta na proporão também da tensão contrária que a ameaça.

Assim se vê que os defensores de uma ética imanente têm suas bases bem sólidas. Quem sobretudo estudou essa ética imanente, e a defendeu, foi Proudhon, seguido, posteriomente, por Nietszche, em certos aspectos, e por Kropotkine. É a ética imanente o fundamento das doutrinas libertárias, que aceitam a possibilidade de uma ordem natural entre os homens, fundada nas tensões que formam, e que procuram conservar-se, porque, na realidade, tôda a ética está fundada nelas e nos interêsses por elas criados.

Portanto, se a sociedade fôr organizada sob bases simples e na-

turais, formará naturalmente, sua ética, não como uma necessidade apenas, mas porque o homem sabe descobrir o que lhe convém para ordenar as suas relações, porque sabe escolher. Por isso os homens, quando se reunem para um fim comum, logo sabem deduzir de sua organização as regras e princípios justos (ajustados), que permitam conquistar, da melhor forma, o fim a que visam, como se vê na formação das sociedades de qualquer espécie, através dos princípios fundamentais de suas normas estatutárias.

Nas épocas de religiosidade, a ética é quase sempre de fundo religioso; portanto, transcendente. Nesse caso, os princípios éticos são julgados como impostos pela divindade para que os homens se dirijam e todo atentado aos mesmos é uma afronta à própria divindade.

Essas normas não são facultativas, isto é, podem ser indiferentemente cumpridas ou não. Ao contrário, são imperativos categóricos e não podem ser desobedecidos.

Caracteriza, assim, o acto ético, o acto frustrável pelo homem, quando implique êle o respeito ou não a valôres correspondentes à conveniência da natureza de uma coisa, ao seu **bem** (o seu direito). O acto **anti-ético** é o que ofende a êsse **direito,** ou a norma instituída, fundada na conveniência de algo ou alguém. É da essência do acto ético a **frustrabilidade.**

ÉTICA (história da) — Vamos encontrar os estudos éticos desde a mais longínqua antiguidade. Entre os chineses, verificamos que o pensamento de Lau-Tsê, de Confúcio e de Mêncius (Kon-Fu-Tsê, Meng-Tsê) é predominantemente ético, sobretudo o dos últimos, pois, no primeiro, no Livro do Tau, encontramos afirmações de tal ordem que revelam a precedência de uma longa especulação, esotèricamente conduzida.

Contudo, não se vê nos livros chineses uma especulação em tôrno de temas éticos, à semelhança do que se observa no pensamento grego e no ocidental.

Na obra dos hindus, caldeus, egípcios, etc., também se observa a presença constante de máximas éticas. Mas a sistematização dos estudos sôbre essa disciplina, cabe, pròpriamente, pelo menos em sentido exotérico, aos gregos.

É com os gregos que se estruturaram sistemas éticos, expostos filosòficamente. Entre as manifestações mais notáveis, que influem no pensamento ocidental posterior, temos a salientar o **hedonismo** (de **hedon, prazer**) exposto por Aristipo Cirenaico (435-355), para o qual o bem supremo é a voluptuosidade, e, predominantemente, a corporal.

Há um hedonismo mitigado, o de Epicuro (epicurismo) (341-270), que afirma que **também** é a voluptuosidade o bem supremo. Mas, como há uma escala de valôres na voluptuosidade, há também a presença dos valôres intelectuais.

Com Antístenes e Diógenes Sinopense (414-324), a virtude

tende apenas para o bem; e para a conquista da felicidade, basta a virtude. Convém não esquecer que o têrmo **cínico** tomou, posteriormente, um sentido pejorativo, pela hipocrisia manifestada por alguns filósofos dessa escola, que, na verdade, não praticavam o que pregavam em palavras.

Com os **estóicos**, cuja figura maior é Zeno (342-270), seguido por Cleanto e Crisipo, a virtude está na congruência entre a vida e a razão. Não é suficiente o cumprimento exterior do acto virtuoso, mas, sobretudo, a purificação da intenção. Entre os estóicos sobrelevam-se as manifestações morais, e esplendem homens virtuosos, de um valor inestimável, que dão um testemunho vigoroso do valor dessa escola.

Conhecemos a ética pitagórica, através dos «Versos áureos», de Lysis, atribuídos a Pitágoras. Os trabalhos especulativos dos pitagóricos da fase de Crótona permanecem esotéricos. Só os versos áureos foram dados ao conhecimento exotérico e, por essa razão, tratar dos fundamentos filosóficos da ética pitagórica exige outras providências e percorrer outras vias.

Com Sócrates (cuja origem pitagórica é hoje indiscutível), surge uma escola, que teve um papel extraordinário no desenvolvimento dos estudos éticos. Sócrates (470-399) expõe sua doutrina, que foi continuada por Platão (427-347) e, posteriormente, por seus seguidores.

O idealismo platônico (que na verdade é realista) estabelece que a vida ética é gradativamente mais elevada pela adequação desta às idéias (**eide**) superiores, analogadas à forma do Bem. A vida exige um exercício constante do homem para alcançar essa base superior, que consiste na imitação dos valôres mais altos, única via capaz de assegurar a felicidade.

Aristóteles (384-322), inegàvelmente o maior sistematizador da filosofia grega, deu à Ética bases muito seguras. Sua obra grandiosa e imperecível é uma eterna sugestão para os mais profundos estudos em matéria de tal magnitude. Suas teses principais afirmam que o fim do homem é a felicidade temporal da vida de conformidade com a razão, e que a virtude é o caminho dessa felicidade, e esta implica, fundamentalmente, a liberdade.

No pensamento latino, não encontramos uma nova sistematização, mas apenas seguem seus autores as diversas linhas traçadas pelas escolas gregas. Sobressaem entre êstes Cícero (104-43), que é eclético, e os grandes estóicos, como Epicteto (50-120), Marco Aurélio (121-180) e Sêneca (2-65).

A influência cristã nos estudos éticos — Com o advento do cristianismo, podemos estabelecer dois períodos importantes dos estudos éticos. O primeiro, que é o da patrística, e o segundo da escolástica (com suas fases: a medieval, a do renascimento e a restaurada, que é a moderna).

Entre os padres apologetas, não há pròpriamente uma sistematização dos estudos éticos. Fundados nos princípios estabele-

cidos pelo cristianismo expõem as suas opiniões, segundo a revelação dos livros sagrados. Podemos anotar os nomes de Orígenes, Cipriano, Atenágoras, Crisóstomo, Basílio, etc.

Entre todos êsse nomes, surge, como a maior figura desta época, Santo Agostinho (354-430), que já trata dos temas éticos com método filosófico.

No período escolástico, na fase medieval, o predomínio das idéias éticas de Aristóteles torna-se evidente. É o período das Summas e é neste que surgem os maiores pensadores da Igreja, como São Boaventura (1221-1274), São Tomás (1225-1274), Duns Scot (1270-1308).

Na fase renascentista, em que, seguindo os caminhos indicados pelos anteriores, processam-se agudíssimas análises, algumas caracterizando-se pelo excesso da subtileza, temos os nomes de Vitória, Soto, Bañez, Mastrius, Dupasquier, Molina, Lessius, Valência, Vasquez, Lugo, Fonseca e o grande Suarez (1548-1617). Os estudos alcançam aqui tais estágios, que a obra dêsses grandes autores é imortal.

No século XIX em diante, processa-se a terceira fase, a da escolástica restaurada, na qual vão surgir as tendências neotomistas, neo-escolásticas, em que os estudos sôbre a «questão social» crescem de extensão e intensidade. São inúmeros os autores dessa época, mas, nesta obra, teremos oportunidade de citar alguns, à proporção que invadamos aquêles temas, onde seus estudos primaram por apresentar contribuições de real valor.

As contribuições da Filosofia moderna — Com o movimento protestante, foram agitados os problemas e os temas éticos, mas sob outras bases, distintas das empreendidas pelos filósofos escolásticos. Procuraram aquêles dar à Ética um fundamento não baseado na revelação, mas nos valôres éticos, examinados e procurados de per si. Se os escolásticos afirmam a temeridade de tais estudos e da postulação meramente axiológica, convém, contudo, que se tenha em mente, que tais pesquisas não põem em xeque os ideais éticos. E se alguns caíram em êrro, veremos, contudo, no campo da filosofia pelo menos, que a investigação deve processar-se dentro do âmbito daquela. A revelação religiosa pertence à religião. O filósofo ético deve procurar os fundamentos ontológicos dessa disciplina, tão longe quanto lhe é possível alcançar.

Entre os protestantes, sobressaíram, por seus trabalhos, Bodin, Grotius, Pufendorf.

Entre os autores, independentes, podemos salientar os seguintes, anteriores a Kant: Hobbes (1588-1679), Spinoza (1632-1677), e, nos séculos XVII e XVIII, Shaftesbury (1671-1713), Reid (1710-1796), Helvetius (1715--1771) Holbach (1723-1789) Saint-Simon (1760-1825), etc.

Com Kant (1762-1814) são procurados novos fundamentos para a Ética, baseando êle os seus postulados, pròpriamente na razão prática; isto é, fundando-os na consciência humana, ao mesmo tempo que afirma sua indemons-

trabilidade dentro da razão pura, da razão meramente integral.

Seguiram-se a Kant os trabalhos de Fichte (1762-1819), Hegel (1770-1831), Schelling (1775--1854), Krause (1781-1832), Comte (1798-1857), Stuart Mill (1806--1873), Friedrich Paulsen (1846--1908), e ainda Herbart (1776--1841), Schopenhauer (1778--1903), Spencer (1830-1903), Nietzsche (1844-1900) e, mais próximos a nós, Durkheim (1858-1917), Lévy-Bruhl (1857-1939).

Com Scheler (1874-1928), Müller, Ortega y Gasset, etc., penetra-se na **ética axiológica** (que a estuda do ângulo dos valôres).

ÉTICA (Métodos da) — Vide **Ética.**

Vários métodos têm sido propostos através dos tempos, pelos que melhor se dedicaram ao estudo dos temos éticos.

Nos primórdios dêsses estudos, houve, naturalmente, tendência a confundir as normas éticas com as normas lógicas, o que não deixa de haver positividade, pois aquelas são, de certo modo, lógicas, como ainda mostraremos.

Há os que se colocam apenas no exame empírico dos factos éticos, considerando-os como meramente históricos, como manifestações dos costumes humanos, das normas estabelecidas para as relações humanas e a melhor convivência entre os indivíduos. Inegàvelmente, tal método tem seus aspectos positivos, pois a experiência é uma grande mestra das mais espontâneas manifestações éticas.

Há os que prescindem da experiência, da história até, como o procedem os rousseaunianos, que a fundam num direito natural puro, tomado da natureza humana abstractamente considerada. O prescindir da experiência é excluir uma positividade, como o seria prescindir da lógica, mas o afirmar um fundamento natural puro da ética não falece de positividade, como o fazem os rousseaunianos.

Há os racionalistas que aceitam apenas o fundamento na razão humana. Há também, nêles, uma positividade, mas ao rejeitarem outras, cometem um êrro, pois ao afirmarem que só a razão humana é capaz de alcançar as normas éticas, negam uma razão transcendental, e até uma razão sobrenatural.

Esta é, por exemplo, a posição dos socialistas e dos totalitários, que chegam a afirmar que apenas actuam, na formação da normas éticas, a razão natural ou razões históricas, de classe, de raça (racistas), de casta, de nação, de estirpe, como vemos nos estatolatras, nos adoradores do Estado político, considerando-o a mais extraordinária e elevada realização cósmica.

Se considerarmos a moral històricamente, há certa positividade nessas posições, verdadeiras enquanto actualizam certos aspectos positivos, mas falsas ao virtualizarem outras positividades que elas inibem e ocultam.

Para os tradicionalistas, a razão não é suficiente nem capaz para dar as normas morais, que

são transmitidas por revelação divina.

Para os historicistas é a história que cria as normas morais, pois é ela a fonte de todos os costumes.

Para os fideístas, a razão é impotente, e só a fé é capaz de nos indicar as normas morais.

Para os agnósticos, nada sabemos ao certo sôbre as normas éticas; ou só sabemos o que nos é dado pela experiência, como o afirmam os positivistas.

Para os evolucionistas, tendo o homem alcançado um estado superior de inteligência e de vontade, a moral estabelece-se como um grau mais elevado dessa evolução natural do homem até alcançar a inteligência e o livre-arbítrio, a escola livre, e, desde então, é a vontade que preside ao desenvolvimento da evolução, buscando o homem alcançar o mais forte e o mais elevado, através do processo da própria inteligência e o da vontade.

Para outros, são as leis morais apenas variantes e mutáveis, como afirmam os céticos e os sociologistas. A norma moral é captada do exame do caso concreto sociológico, e atende apenas aos interêsses mais ou menos explícitos do grupo social em que são instituídas.

Não é difícil perceber-se que há em tôdas essas doutrinas aspectos positivos. Ao mostrarmos a posição concreta da ética, ressaltará, de modo claro e decisivo, o que há de positivo nessas posições, e o que nelas há de negativo e de desprezável.

A posição empírico-especulativa é a mais consentânea com o exame do facto ético, pois partindo da observação dos factos, através da especulação, procura alcançar os princípios gerais que explicam àquêles factos.

ÉTICA E MORAL — A distinção entre Ética e Moral se impõe por diversos motivos e razões. Se os têrmos **mos,** em latim, e **ethos,** em grego, serviram para nomear duas disciplinas. estas se distinguem, embora a segunda se subordine ontològicamente à primeira.

Se a filosofia clássica não distinguia pròpriamente a Ética de Moral, pois ambos têrmos eram usados sinonìmicamente, é preciso considerar que, após o advento das idéias modernas, e das diversas posições tomadas ante essas disciplinas, há necessidade de distingui-las. Pois, enquanto a segunda se refere aos costumes estabelecidos entre os homens, a primeira dedica-se ao estudo das normas éticas invariantes. Para quem se coloca na posição que afirma não ter a Ética outra origem senão nos costumes humanos, para quem assume uma posição sociologista, empirista, positivista, pragmatista, etc., considerará apenas a Moral e não a Ética. Esta é apenas aquela: ciência dos costumes humanos. Para quem busca as raízes mais profundas dos nossos costumes, as leis invariantes que os regem, considera aquêles como símbolos das normas éticas, que são os simbolizados. Neste caso, a Ética já impõe uma **via symbolica,** pois é mister partir do que se dá na experiência huma-

na para captar os **logoi** que analogam os costumes. Tais **logoi** serão as razões éticas superiores, cuja busca cabe pròpriamente ao **etólogo.**

ETIOLOGIA — a) Investigação das causas ou antecedentes de um fenômeno.

b) Usado na Biologia e na Medicina, como estudo das relações causais.

Étiologie (fr.) = **etiologia.**

Etiology (ing.) = **etiologia.**

ETNOGRAFIA — Ciência descriptiva dos diversos povos, de sua forma de vida e de suas instituições.

ETNOLOGIA — Estudo explicativo do que é objecto da **Etnografia.**

ETOGRAFIA E ETOLOGIA — Propõem os antropologistas dois têrmos: **etografia,** a descrição dos costumes dos diversos povos e lugares e a **etologia,** que procura dar o fundamento histórico e psicológico de tais costumes.

Se se considera a Moral como a ciência normativa dos costumes, tendemos a confundi-la com a Política. Os costumes são as maneiras exteriores de se conduzirem as colectividades. Ora, é inseparável da ética humana a conducta interior, a intenção. O Estado pode regular as maneiras exteriores, e essas cabem à Política.

Foulquié propõe a seguinte definição: a moral é o sistema de regras de conducta que deve seguir o homem para viver de acôrdo com a sua natureza.

Essa definição, referindo-se à moral, tem grande valor. É um sistema por que é uma construcção lógica. Não é uma simples colectânea, mais ou menos organizada, dos imperativos e conselhos morais, como pode realizar a etografia, que é meramente descriptiva. É um sistema de **regras de conducta,** pois é uma ciência prática e normativa, que indica como **viver de acôrdo com a sua natureza.** Apesar de muitos filósofos não saberem precisar o que é a natureza humana e escamotearem o problema, contudo sabemos, que ela é o composto das substâncias primeira (a matéria-corpo) e substância segunda (forma-racionalidade). A Moral é o conjunto das regras que indicam ao homem como viver de acôrdo com a sua natureza. E êsse conjunto de regras são apropriadas, ora a uma função, ora a um grupo social, ora a todos. Assim, quando se emprega o têrmo ética profissional, como ética do engenheiro, ética do médico, ética do soldado, pròpriamente quer-se referir à moral de tais profissões.

ETOLOGIA — Vide **Etografia.**

Être (fr.) = **ser.**

EU — (No latim, **ego**). Há uma distinção entre a própria realidade e o conhecimento da realidade.

Por que se dá tal facto? Porque a reflexão desdobra a realidade em duas partes, e opõe uma à outra, às quais chama de **sujeito** e **objecto.**

Ao sujeito, ser cognoscente, ser que conhece, se atribui uma

existência autônoma. É o **Eu**, oposto ao não-Eu, que, neste caso, é o objecto. Essa oposição é primária.

Mas uma simples reflexão nos mostra, desde logo, o errôneo dessa oposição, dessa desconectação do processo universal, dessa maneira abstracta de tratar êsse dualismo, tornando-o um **dualismo antagônico.**

Ora, só se concebem o sujeito e o objecto numa relação recíproca.

Seu antagonismo é puramente antinômico, correlativo, pois um não pode existir sem o outro. Se tirarmos um têrmo dessa dualidade, o outro desaparece. Um sujeito isolado, sem objecto, não existe. No conhecimento, um não se pode compreender sem o outro, pois não há um conhecimento sem objecto, nem um conhecimento sem o sujeito cognoscente. A negação do objecto seria a posição solipsista, de Berkeley, que nega em têrmos a existência real do objecto para afirmar apenas a do sujeito. Mas esta, ainda, concebe que seus pensamentos seriam ainda objectos de seu pensar.

Na Psicologia, é estudado o desenvolvimento do Eu. Sabemos que a criança, ao nascer, desconhece o mundo exterior. Mas a pouco e pouco dá forma ao ambiente pelas percepções e, concomitantemente, vai tomando consciência de si mesma. Temos, então, a cisão entre ela e o mundo exterior.

Eu + não-Eu. Mas o Eu não vive independentemente do não-Eu. Há uma compenetração que estudaremos em seu aspecto funcional.

Essa compenetração forma-se através das múltiplas trocas entre o organismo humano e o meio ambiente.

A filosofia conhece aqui uma problemática, que podemos sintetizar com as seguintes perguntas: Há compenetração? Até onde se processa essa compenetração? Há influxo recíproco? Podem realmente influir-se? Essa problemática tem levado a grandes debates na Filosofia, e o problema penetra em vários terrenos, tais como o da Psicologia, o da Sociologia, o da Ontologia, o da Dialéctica, etc.

Tem o Eu uma existência autônoma? Opõe-se o Eu ao não-Eu? Tem fundamento o chamado «dualismo antagônico»?

Essa expressão tem um valor muito relativo, pois nunca sabemos onde termina o Eu e começa o não-Eu. Vê-se, na Psicologia, que a separação entre o Eu e o não-Eu é uma separação lenta, que chega até a desdobrar o próprio Eu em seu objecto, como quando conhece a si mesmo. A reciprocidade, que se verifica na interactuação de um sôbre o outro, modela a imagem do Não-Eu formada pelo Eu.

Quanto à separabilidade total do Eu do não-Eu, oferece ela uma problemática das mais debatidas na Filosofia, problemática que sobressai na obra dos ascetas e dos místicos, na Metafísica, no conhecimento da essência do Ser, etc.

No conhecimento, não há objecto sem sujeito. O ser objecto implica o sujeito. Portanto, podemos colocar-nos em uma dessas duas posições:

1) existência do sujeito e do objecto;

2) existência do sujeito apenas.

Neste último caso, o sujeito é tudo. Esta é, por exemplo, a posição do solipsismo atribuído a Berkeley (**solus e ipsis,** em latim, só e si mesmo: afirmação apenas de si mesmo).

Como se verifica o conhecimento, a apreensão do não-Eu pelo Eu, provoca cinco respostas, que procuram resolver o problema do conhecimento.

1) **a resposta empírica:** o Eu é uma tábula rasa, sôbre a qual a matéria percebida, o objecto, grava o que se chama conteúdo da experiência. A consciência é passiva, e o não-Eu actua sôbre ela. O conhecimento é o producto da experiência.

No sentido usado pelos empiristas, conhecer consiste geralmente no facto e no resultado de sentir, de sofrer ou receber alguma coisa, que se incorpora ao conjunto das experiências anteriores.

É esta a posição de Bacon, de Locke, de Hume. Para êles o saber depende da experiência.

2) **Resposta dos racionalistas-aprioristas:** o Sujeito cria o mundo exterior; não depende da experiência. Assim, a criação de figuras geométricas, que não existem no mundo exterior; os sêres irreais. Essa resposta admite duas posições:

a) uma posição extrema, a do **solipsismo,** em que o Eu é o criador absoluto do mundo exterior;

b) uma posição moderada.

Esta afirma que o decisivo, no conhecimento, é o Eu; isto é, certas leis comuns a todos os homens, desde o início, **inatas** no Eu, isto é, não nascidas, mas já estabelecidas, pertencentes **ab initio** (desde o princípio) ao Eu. Tais são, por exemplo, os conceitos necessários como o de **substância** (pois alguma coisa deve haver de persistente na mutação) e o de **causalidade** (tudo tem uma causa), etc.

Esta posição, a dos moderados, é defendida por Descartes, Spinoza, etc. Da primeira posição temos Leibnitz, que declara que o sujeito cria o mundo exterior.

3) No meio dêste debate, entre empiristas e racionalistas-aprioristas, surge Kant, com a sua doutrina, a **criticista.**

Vimos que as **fontes do conhecimento são,** para os empiristas, a experiência e o objecto; para os racionalistas-aprioristas, a razão.

No primeiro caso, o sujeito apreende o objecto; no segundo, o sujeito apreende o sujeito e cria o objecto, é a posição dos extremados solipsistas, etc., ou o sujeito apreende o sujeito e o objecto, que é a dos moderados.

Kant, em face dessa distinção, procura conciliar as duas soluções, pela crítica: Temos o sensível e a razão; o objecto e o sujeito. Não há contradição entre ambos; há uma síntese. A experiência e a razão são equivalentes. O conhecimento começa com a experiência, mas modela-a. Temos um livro à nossa frente. Nós o vemos, tocamos, etc. Não é tudo; não esgotamos, com isso, o conhecimento do livro, senão o sujeito seria apenas um aparelho fotográfico.

Nós reflectimos sôbre o livro, pensamos sôbre êle; reunimos as percepções, mentamos um conceito que chamamos de livro, que não é formado apenas das percepções; é algo modelado. Nesse trabalho, entram as categorias, e elas modelam o conhecimento, pois todo conhecimento racional é também categorial (e conceptual). Essas categorias são conceitos necessários, que são dados antes, **a priori,** à percepção do objecto.

Assim, ante o livro, reflectindo sôbre êle, dizemos que é grande, que é grosso (quantidade), que é interessante, que é uma totalidade, que é verde, que é uma obra de valor. Desta forma, para Kant, o conhecimento é empírico e racional, isto é, o objecto é modelado pelo sujeito na sua representação, mas também interfere no sujeito, aumenta-lhe as experiências.

4) Resposta dos místicos. É o conhecimento por visão interior, em que a vivência é tomada com afectividade. Os místicos afirmam o conhecimento místico, êsse delíquio no absoluto, através da intuição imediata, directa, no que está além do fenomênico.

5) Esta, que deixamos para o fim, é a empirista-racionalista de Aristóteles e dos escolásticos. Para êstes o eu se afirma pela experiência, no sentido dos empiristas em geral, e o conhecimento se processa pela captação dos **phantasmai,** dos fantasmas imagens das coisas. Mas, o intelecto humano trabalha sôbre esse material bruto e, por **abstracção,** alcança a conceitos de primeiro, de segundo e de terceiro graus, construindo, assim, o **conhecimento** sob seus diversos aspectos.

Eubulia (lat.) = **eubulia, o bom conselho.**

EUCLIDIANO — Euclides de Megara, grande matemático pitagórico, ligou seu nome à Matemática, e, sobretudo, à Geometria. Daí falar-se do **espaço euclidiano,** que é o exposto em sua obra elementar, pois a superior perdeu-se, ou ficou apenas conhecida dos iniciados (**mathematikoi,** do pitagorismo — Vide **Pitagorismo**). Êsse espaço é o que é conhecido através das coisas que o ocupam, que é tridimensional.

Chamam-se de espaços **não euclidianos** aquêles que se caracterizariam pela negação do postulado de Euclides, que é o seguinte: «Se duas rectas, situadas num plano, fazem, com uma mesma secante, ângulos interiores do mesmo lado, cuja soma é menor que dois ângulos rectos, essas duas rectas encontram-se nesse lado.» São **não-euclidianos** os es-

paços que negam êsse postulado, ou afirmando que existem **diversas** paralelas, ou que não existe **nenhuma.**

Crítica — A coerência lógica, que possa haver nas chamadas geometrias **não-euclidianas,** não invalida a de Euclides, nem prova que são aquelas verdadeiras. A coerência lógica, por si só, não significa uma verdade **ôntica,** material. Um juízo perfeitamente lógico não significa ainda a afirmação da realidade ontológica, nem ôntica do que expressa.

EUDEMONISMO — Vide **Ética.**

Eudoxos (gr.) = **acreditável.**

EU EMPÍRICO — É considerado como um conjunto de actos de consciência, pelos quais a mente é capaz de conhecer por directa **introspecção.**

EUFORIA — Bem estar do corpo. De origem patológica, é o estado mental que se caracteriza por sensações de bem estar, de otimismo e de fôrça, sem terem motivos suficientes para tal.

EUGENÉSIA — Entende-se a técnica da reproducção dos sêres vivos, com o intuito de melhorá-los, não só qualitativamente, como, também, de aumentá-los quantitativamente, pelos meios técnicos indicados como os mais producentes.

EU PURO — A teoria do **eu puro** admite o eu como permanente, uma substância espiritual, que subestá em todos os actos da experiência consciente. Também se chama teoria do **eu puro** a de Kant sôbre o **eu transcendental,** que é um **subjectum** da autoconsciência empírica.

EURÉTICO — Vide **Heurística.**

EURÍSTICA — Vide **Heurística.**

Euristico (it.) = **heurístico.**

EUTRAPELIA — Prazer pela recreação e pelo divertimento, com o intuito de espairecer. Para Aristóteles é uma virtude. Vide **Prazer.**

EVEMERISMO — Eumerus ou Evemerus foi um filósofo cirenaico (300 a. C.), que expôs a tese de que os deuses das diversas religiões e os mitos, por elas relatados, referem-se, na verdade, a heróis, que viveram situações semelhantes e foram deificados posteriormente. Por essa concepção, a religião é fruto da homenagem devotada aos antigos heróis.

Evidence (ing.) = **evidência.**

Évidence (fr.) = **evidência.**

EVIDÊNCIA — Vide **Verdade** e **Falsidade.**

EVIDENTE POR SI MESMO — É o que caracteriza certas verdades fundamentais, que se revelam como tais por si mesmas, quando de seu enunciado, e que merecem plena adesão imediata da mente. Assim: o todo é quantitativamente maior que cada uma das suas partes; ou: (quantitativamente) igual à soma de suas partes. Ou melhor: Todo antecedente implica um conseqüente.

Evidenz (al.) = **evidência.**

Evidenza (it.) = **evidência.**

Evil (ing.) = **mal.**

EVITERNIDADE — Vide **Aeon, Eternidade, Duração.**

A eternidade é a transcendental **duração** (vide), que é essencialmente permanência absoluta do ser em si mesmo, portanto sem qualquer sucessão ou mutação intrínseca. E, ontològicamente, êsse conceito expressa o conteúdo válido, porque o Ser Supremo, em si mesmo, permanece sempre sendo êle mesmo, sem qualquer sucessão ou mutação intrínseca. Mas há mais um aspecto que não se pode esquecer: é que êsse modo de ser é transcendental em relação às coisas relativas, que compõem o cosmos. Ora, é assim o Ser Supremo, como já o provamos. Conseqüentemente, o que nêle chamamos de eterno é o que acima expusemos.

O tempo é duração sucessiva, mas é próprio do movimento local sucessivo; é medível, quando espacializado, e serve de medida da duração sucessiva.

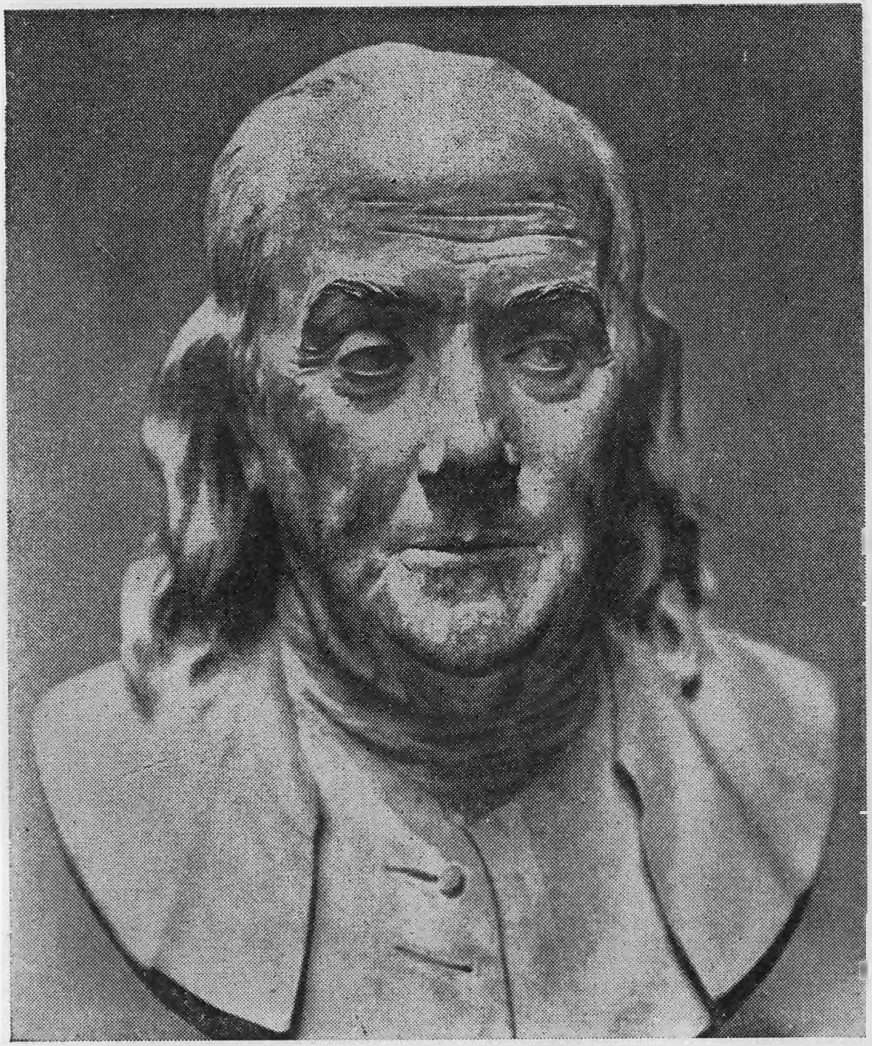
A duração é a permanência do ser em si mesmo. Tôdas as coisas que são, são **uma,** têm unidade. E se têm unidade, permanecem de certo modo em si mesmas; duram, portanto. O que existe opõe-se, formal e realmente, ao nada, e dá-se fora de suas causas.

É da essência do Ser Supremo ser eterno. E tal é evidente e foi apodìticamente demonstrado. Não tem princípio nem fim; contudo, é o princípio e fim de tôdas as coisas. Essa a razão por que surge na simbólica das religiões como o Alfa e Omega. Demonstrou-se que seria absurdo ter êle um princípio ou ter um fim, ter um início ou um término. O Ser Supremo é a própria eternidade, porque sendo essa da sua existência, é êle mesmo, pois, nêle, essência e existência se identificam. Ademais, nenhum ser dependente pode ser eterno, porque tem princípio e fim; início, pelo menos, o que o torna apenas durável. Mas a duração sucessiva é o tempo material. Um ser dependente, que durasse sem sucessão, isto é, sem sofrer mutações, duraria permanentemente. A duração permanente manifesta-se na realidade pela permanência das substâncias dos sêres dependentes, e até pelos accidentes que perduram.

A matéria prima (como materialidade pura) é sempre ela mesma, apesar da heterogeneidade que apresenta, segundo a informação recebida.

A duração da matéria prima, enquanto tal, não é sucessiva, mas essa permanência não é instantânea, mas constante. A essa duração, que não é instantânea, mas constante, chamavam os antigos de **aevum** (Eon).

E o **aevum** da matéria prima é o **aevum material.** A matéria prima dura permanentemente em si mesma. Assim, o **aevum** é a duração dos sêres incorruptíveis. É a matéria incorruptível, porque não é composta de dois sêres separáveis.



Benjamin Franklin

Leonardo da Vinci
(Auto Retrato)

Conseqüentemente, além do tempo, há a duração criada, que é ora sucessiva (**tempo material**), ora permanente (**aevum**), e a duração incriada, que é a **eternidade.**

EVOCAÇÃO — A evocação, psicològicamente falando, exige a acção da vontade na busca das imagens que são representadas. A memorização é, também, dos animais, não a **evocação,** pois, nesta, há um trabalho de busca, uma actividade do espírito. Nada leva a crer que os animais sejam capazes de evocar os factos, mas apenas podem rememorizá-los, eventualmente.

EVOLUÇÃO — Vide **Evolucionismo** e **Teorias da Evolução.**

EVOLUÇÃO CULTURAL — Vide **Câmbio Cultural.**

EVOLUCIONISMO — Chamam-se evolucionistas as teorias da **evolução,** que, seguindo as suas pegadas, procuram explicá-la por razões de ordem científica e filosófica. Ante o evolucionismo surgem as posições não evolucionistas que as combatem. Há, assim:

1) Teorias que não aceitam a evolução pròpriamente dita.

2) Teorias que a aceitam.

Etimològicamente, o têrmo evolução significa desenvolvimento, volver para fora o que já está contido em algo. Nesse sentido, evolução seria o desenvolvimento, pela actualização das possibilidades, das potências já inclusas virtualmente em algo. Dêste modo, a evolução seria o processo das actualizações das potências dos sêres, e nesse sentido lato todos estão de pleno acôrdo.

Assim o germe evolui até alcançar o indivíduo acabado. A evolução é, pois, uma ex-plicação, um «desembrulhar» das virtualidades que se actualizam, o efectivar-se do que já estava no germe. Há uma evolução no campo do indivíduo, como há também uma evolução no campo das espécies. Neste último caso, a espécie posterior e mais perfeita estaria em potência na inferior, cujo desenvolvimento terminaria por dar surgimento efectivo a uma possibilidade. E tal se dará ou por factôres internos ou por externos, ou por um desenvolvimento interno na espécie, que tenderia para a espécie superior, ou então essa passagem, êsse desenvolvimento, dar-se-ia sob a pressão de factôres externos, que estimulariam o processo interno, segundo alguns, ou apenas factorariam o processo interno, que seria, nesse último caso, apenas um efeito de acção exterior.

A observação dos factos biológicos leva, fàcilmente, a uma posição evolucionista, pois êste pensamento é dominante na observação dêles ao teorizá-los. Mas é evidente que há várias maneiras de considerar a evolução, e está nessas modalidades do pensamento evolucionista o motivo que gera as mais vastas discordâncias. Há necessidade, portanto, de esclarecer as divergências para depois analisá-las.

Há teorias que não aceitam a evolução, e há as que a aceitam.

Tanto nas primeiras, como nas segundas, há a aceitação de modificações:

a) por factôres internos;

b) por factôres internos;

c) pela interactuação de ambos.

As que não aceitam podem classificar-se:

1) **Fixistas** — admitem uma harmonia preestabelecida entre o organismo e o meio. Temos, em parte, o **criacionismo clássico** e o **vitalismo moderno.**

2) **Preformismo** — que admite que o organismo responde a qualquer situação, actualizando suas estructuras virtuais (posição mais do vitalismo moderno, **mutacionista,** e que corresponde ao **apriorismo** nas atitudes filosóficas). O meio ambiente tem um papel de «detector». No terreno da Psicologia, temos as posições apriorísticas, que consideram algumas estructuras mentais como anteriores à experiência.

Esta apenas facilita a actualização de potencialidades latentes, como vemos nos **inatistas** clássicos. Aquelas são preformadas e não elaboradas pela experiência. Há correspondência com o intelectualismo, que explica a inteligência por si mesma.

3) Doutrina biológica da «emergência», que afirma que as estructuras de conjunto são irreductíveis aos seus elementos, e determinadas simultâneamente de dentro para fora. As estructuras de conjunto são irreductíveis. Corresponde à fenomenologia moderna, e aos elementos exteriores, e as sínteses também à teoria da **Gestalt,** das «formas», na Psicologia.

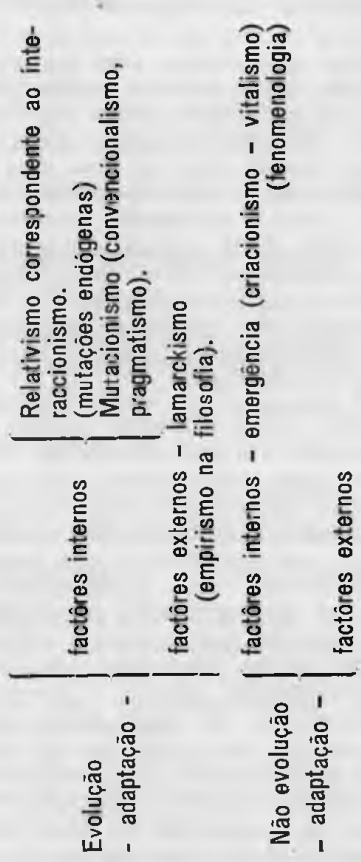
As que aceitam a evolução (evolucionistas):

1) O **Lamarckismo** afirma a adaptação por pressão exterior. Essa idéia corresponde ao associacionismo, pelo qual o conhecimento resulta dos hábitos adquiridos, sem que nenhuma actividade interna, que constituiria a inteligência como tal, condicione tais acquisições. Corresponde, também, ao empirismo, que explica a inteligência pela pressão das coisas.

2) Por mutações endógenas com selecção (temos Darwin, aceitando-as através da concorrência). Há ensaios e êrros. Corresponde ao pragmatismo, ao convencionalismo. Por ex. o espaço euclidiano tem três dimensões porque melhor correspondem estas aos nossos sentidos. (Há aqui adequação do espírito ao real).

3) Interactuação dos factôres internos e externos: é o que afirma o relativismo biológico. Corresponde à interdependência do sujeito e do objecto, da assimilação do objecto pelo sujeito, e da acomodação dêste àquele. (O interaccionismo afirma a colaboração indissolúvel entre a experiência e a deducção).

Do que foi analisado pode-se apresentar o seguinte esquema:



Corresponde às concepções dos fixistas, à da harmonia preestabelecida, às do preformismo, ao platonismo nas formas.

São factôres hereditários:

a) o nosso sistema nervoso e os nossos órgãos dos sentidos;

b) a organização tensional da nossa inteligência manifestada nos níveis de capacidade.

Não poderia o organismo adaptar-se às variâncias exteriores, se não estivesse êle já organizado. Nem a inteligência apreenderia nada do mundo exterior, sem funções coerentes, próprias da organização noética.

Não herdamos a técnica, herdamos a capacidade.

Herdamos pelo menos a aptidão para os esquemas que se estructuram em conjuntos, e êste em conjunturas, que formam a constelação do nosso psiquismo.

Há, assim, uma hereditariedade biológica e uma hereditariedade psíquica.

A individualidade, hereditàriamente considerada, é **invariante** quanto às condições de espontaneidade próprias de expansão e retracção do processo vital (da matéria viva e seu desabrochamento); e **variante**, quanto às influências acumuladas através de gerações.

A individualidade, hereditàriamente considerada, é tomada como a parte invariante da individualidade humana.

Comentários: Das teorias que não aceitam a evolução em sentido restrito, os **fixistas** estabelecem que o organismo humano tem a sua forma adequada ao meio ambiente. O processo de seu desenvolvimento se dá dentro dessa forma, e acontecimentos que sobrevêm são apenas accidentais e não substanciais.

Não há, portanto, **transformação,** isto é, o ser humano, biològicamente, não é uma fase do desenvolvimento do ser animal, pois o homem é formalmente homem. Para que um ser animal se tornasse homem, teria de per-

der a sua forma anterior para ser novamente informado. Haveria, assim, uma geração e uma corrupção. Corrupção da forma anterior, e geração imediata da nova forma.

O que se manifesta, através das modificações sofridas pelo ser biológico, são apenas actualizações de virtualidades já contidas na forma, porque todo ser actua proporcionadamente à sua natureza. São potencialidades latentes, que se actualizam no pleno exercício de seu ser, como o afirmam os **preformistas.**

Os **mutacionistas** admitem que as mutações experimentadas pelo ser biológico estão contidas na forma que tem, e são apenas possibilidades actualizadas que não afectam a substância do ser, tomado formalmente.

O que há de positividade nessas posições refere-se à impossibilidade de ser um ente mais do que realmente é, o que é congruente com o axioma do **de nihilo nihil.** As mutações experimentadas são apenas possibilidades que emergem do ser, como o expõem os **emergentistas,** já examinados. O fundamento dessa positividade está no postulado filosófico de que a «acção segue-se ao agente». As mutações que se dêem, se ultrapassam ao campo da forma, exigiriam a corrupção do ser anterior e a geração de um novo. Exemplifiquemos de maneira clara: um triângulo pode ser isóceles, escaleno, etc., mas suas mutações se dão dentro da forma da triangularidade. Um triângulo jamais se torna um quadrado, porque ao surgir **êste** quadrado, dá-se o desaparecimento **dêste** triângulo. O quadrado não é um triângulo evoluído, mas **outro** ser, formalmente outro. As mutações dão-se no âmbito da forma. A evolução, com transformação, é por muitos negada. Para que surgissem novas espécies, essas não seriam apenas fases de uma espécie anterior, mas corresponderiam a uma nova informação, com a corrupção da forma anterior. Para algumas posições, as espécies já estão dadas desde início, e as mutações, que se conhecem, são apenas o actualizar de possibilidades virtuais, latentes, e nada mais.

Para uma filosofia cristã, a evolução é aceita desde que respeite essa positividade. Não há, porém, nenhum inconveniente na **assunção** da humanidade por parte de um ser animal, que tenha desenvolvido suas possibilidades, o qual corresponderia à matéria em face da forma. Mas o advento do homem implicaria, ademais, a **providência,** isto é, o preestabelecimento de uma causa eficiente, que permitisse ao ser animal ser **assumido** pela humanidade, o que é expresso no têrmo bíblico da **inspiração** da alma humana do Adão feito de barro, no Adão animal, que recebe o espírito que o humaniza.

Não há aqui pròpriamente **composição,** como se o homem fôsse o produto de uma **mixis,** de uma mistura de animalidade e racionalidade.

O ser adâmico é assumido pela humanidade por um acto criador. A humanidade não era uma potencialidade que se poderia reduzir à animalidade, mas um salto específico que exige uma

causa eficiente superior, que permitiu essa **assunção,** uma informação nova.

EVOLUCIONARIO — Diz-se do que aceita as mutações proporcionadas às condições e situações que se dão, sem apelos a saltos na História.

EVOLUCIONISMO — Vide **Teorias da Evolução.**

EVOLUCIONISMO ÉTICO — Vide **Ética.**

EVOLUCIONISTA (Psicologia) — Vide **Psicologia evolucionista.**

Evolutio (lat.) = **evolução.**

Évolution (fr.) = **evolução.**

Evoluzione (it.) = **evolução.**

Exact (ing. e fr.) = **exato.**

EXACTIDÃO — Vide **Exacto.**

EXACTO — a) Diz-se que é **exacto** um enunciado, quando é êle devidamente adequado ao conteúdo que enuncia, ou ao que pretende enunciar.

b) Há exactidão, quando há precisão, determinação rigorosa, cumprimento rigoroso.

c) A exactidão intelectual dá-se quando há a exposição clara de um assunto, quando evita ambigüidades, e o que se enuncia corresponde rigorosamente à intenção.

d) Há exactidão lógica, quando a definição dos conceitos e o enunciado dos juízos correspondem, rigorosamente, ao que se pretende expressar.

e) Na matemática, há exactidão quando há igualdade rigorosa entre as quantidades.

Vê-se que o conceito de **exacto** e o de **exactidão** correspondem sempre ao rigor do enunciado em relação ao que se pretende enunciar.

Exakt (al.) = **exacto.**

EXAME — a) Consideração, investigação, análise, pesquisa atenta para averiguar alguma coisa. Mas o exame exige certo sistematismo, pois tem sempre uma finalidade, que é a de averiguar o valor de alguma coisa ou pessoa, ou factos e suas relações.

b) Na Fil., emprega-se a expressão **livre exame** para significar a independência de opinião, a libertação do jugo da autoridade em matéria de fé ou de doutrina, preferindo examinar, por si mesmo, e só aceitar o que a sua razão ou experiência aceitar ou comprovar.

EXCENTRICIDADE — (Do latim **ex-centrum,** em suma, o que se afasta do habitual. mas que revela raridade). São essas raridades que se afastam do habitual, num ser humano, que se chamam **excentricidades.** É sinônimo, em alguns casos, de **extravagância.**

EXCEPÇÃO — a) Exceptuar é isentar, excluir. **Excepção** é a acção de exceptuar, pela qual se realiza uma limitação, uma restricção, como a exclusão de uma regra, de uma ordem, de um conjunto, etc.

b) Usa-se, ademais, para referir-se ao que é excluído de uma regra: a excepção da regra.

c) Jur., significa eximir um caso particular da regra geral, sob uma alegação jurídica, como

se procede na **excepção declinatória,** que tem por fim declinar a competência do juiz ou do tribunal perante o qual foi apresentada a questão.

d) Chamam-se **leis de excepção** aquelas que, em determinadas circunstâncias graves e excepcionais, privam os cidadãos dos direitos assegurados pela Constituição.

Exceptive (fr. e ing.) = **excetivo.**

EXCEPTIVO — Proposição composta, que afirma um predicado de um sujeito geral, mas que exclui dessa afirmação um ou mais indivíduos, uma ou mais especies.

EXCESSO — a) O que ultrapassa uma quantidade dada, tomada como limite.

b) O que ultrapassa tôda medida normal.

c) Também usado para indicar o que é **extremado.**

EXCITABILIDADE — Vide **«Prazer e Dor».**

Excitability (ing.) = **excitabilidade.**

EXCITAÇÃO — Vide **Prazer e Dor.**

Excitation (al., fr. e ing.) = **excitação.**

EXCLUÍDO — Diz-se de tudo quanto sofre **exclusão.**

EXCLUÍDO (Princípio do terceiro) — Vide **Ontológicos (princípios)** e **Lógicos (princípios).**

EXCLUSÃO — a) **Exclusão** é a relação que há entre duas classes, que não apresentam nenhum elemento constitutivo comum.

b) Há, também, quando dois conceitos não podem pertencer ao mesmo sujeito.

c) Emprega-se para indicar tôda acção de excluir (de tirar para fora).

EXCLUSIVA (Proposição) — a) Proposição que enuncia que um predicado apenas pertence aos sujeitos de uma classe determinada. Assim «Só os A são B».

b) A proposição **alternativa** ou **disjuntiva,** cujos membros são incompatíveis entre si.

c) A proposição **particular,** a que apenas afirma ou nega o predicado da extensão do sujeito. Também chamada de **limitativa.**

d) A proposição **condicional,** quando enuncia uma condição insubstituível **(sine qua non).**

Exclusive (fr. e ing.) = **exclusiva.**

EXECUÇÃO — Executar é acabar, é fazer, é levar a efeito o que havia sido projectado ou resolvido. **Execução** é o acto de executar.

EXEGESE — Explicação, comentário, interpretação de um texto ou de um autor. Daí falar-se na **exegese** dos livros sagrados, da Bíblia, etc. **Exegese histórica** é a interpretação através da análise dos factos e dos documentos históricos.

EXEGETA — O que explica ou interpreta. O que realiza a **exegese** (vide).

Éxein (gr.) = **habitus**, (lat.) = **a maneira de ser.**

Exemplaire (fr.) = **exemplar.**

EXEMPLAR — **Exemplo** é tôda qualidade ou acção, boa ou má, susceptível de ser imitada.

a) Exemplar, como qualificativo, é o que é próprio para servir de exemplo, para ser imitado.

b) Na filosofia platônica, as **formas** ou **idéias exemplares** são as que são imitadas ou imitáveis. Vide **Formas platônicas.**

c) Emprega-se, ainda, o têrmo, não só para indicar o que pode e deve ser imitado, como também o que serve de exemplo (castigo exemplar), como a cópia (exemplar de um livro), cada um dos indivíduos de uma espécie (um exemplar de felino).

EXEMPLAR (Causa) — Diz-se daquela forma por cuja imitação opera o agente pelo intelecto.

EXEMPLARMENTE — Vide **Formalmente.**

Exemplary (ing.) = **exemplar.**

Exes (gr.) = **consecutivo, seguinte.**

EXIGÊNCIA — Esta palavra é tomada algumas vêzes como sinônima de necessidade, mas oferece uma diferença importante, pois se refere à vida mental e às realizações do espírito humano, as realizações culturais.

Exis (gr.) = **hábito, maneira de ser.**

Existence (fr. e ing.) = **existência.**

EXISTÊNCIA — Vide **Existência** e **Essência.** No al. **Dasein, Existenz.** Em Husserl, **Dasein** e **Existenz** referem-se a todos os sêres. Para os existencialistas, porém, como Heidegger, **Dasein** refere-se ao existir de tôdas as coisas, mas **Existenz** ao existir do ser pessoal apenas.

EXISTÊNCIA E ESSÊNCIA — **Existência:** ex-sistência (estar aí, **ex,** fora das causas), o que se acha na coisa, **in re.**

Existência é o **facto** de ser. Difere de essência, pois a existência consiste no facto de ser da essência.

Assim como se pergunta: «que é o ser?» pode perguntar-se: «qual o ser da existência?» Em que consiste a existência, qual a essência da existência, bem como qual a essência da essência?

Metafisicamente: a existência (metafísica) é a imediata união da existência e da essência.

Há existências e existências, com suas essências menores em extensão.

Se a tôda existência corresponde uma essência, nem a tôda essência corresponde uma existência, pois uma pode ser possível. (Êste é um pensamento escolástico).

A existência é o facto de ser. E essência? Para Aristóteles:

1) A substância enquanto **substância primeira (ousia próte),** o ser individual, matéria.

2) O indispensável de uma coisa, a **substância segunda (ousia deutera),** a forma.

Assim essência é o «fundo» do ser, metafisicamente considerado.

Os escolásticos consideram essência: todos os elementos que, quando dados, põem como dada a coisa, sem que se possa suprimir nenhum dêles.

O gênero é essência da espécie. O ser humano **(humanitas)**, essência do indivíduo homem, tal ou qual.

Podemos fazer uma distinção entre essência, em sentido lógico e em sentido metafísico.

Metafisicamente, a essência é o substancial, pelo qual se entende tanto o substancial individual (fáctico) como o geral (formal).

Êste carácter dual da essência, já foi exposto por Aristóteles.

Lògicamente, a essência é o que dá existência à realidade. Por isso convém que a essência, pela qual a realidade se chama ente, não seja tão sòmente a forma, nem tampouco a matéria, mas ambas, ainda quando apenas a forma seja, à sua maneira, a causa de seu ser.»

Husserl afirma, como já o faziam Duns Scot e Suarez, a inseparabilidade da essência e da existência.

Quer evitar assim a forma apriorística, abstracta, vazia. É a generalidade concreta.

As ciências eidéticas de que êle fala, são as que se fundam nas essências. As **ciências fácticas** são as experimentais.

Tôdas as ciências fácticas têm fundamentos essenciais teóricos nas ontologias eidéticas.

EXISTENCIAL — Vide **Existência.**

EXISTENCIALISMO — Vide **Essencialismo.**

EXISTENTE — Diz-se do ser que existe no pleno exercício de seu ser. Vide **Existência.**

Existential (al.) = **existencial.**

Existentiel (fr.) = **existencial.**

Existenz (al.) = **existência.**

ÊXITO — (**Exitus,** em latim, saída).

a) Em sentido etimológico é saída, fim, acabamento. Mas é usado, sobretudo, no sentido de resultado, de sucesso final. Daí falar-se em bom e em mau êxito.

b) Contudo, é empregado, freqüentemente, no sentido de resultado feliz, auspicioso, afortunado, e indica muitas vêzes voga, celebridade.

O contrário de êxito é **frustração.** E assim como o bom êxito pode não ser completo, também o mesmo se dá com a **frustração.**

Ex natura rei (lat.) = **Da natureza da coisa.**

EXOCÊNTRICO — O que se afasta do centro, o que se dá fora do centro.

EXOGAMIA — Costume ou norma, segundo a qual um indivíduo deve casar-se com pessoa pertencente a outra comunidade, tribo, clã, família. Contrário de **endogamia.**

EX ORIENTE LUX — A tese defendida por alguns antropólogos alemães de que a cultura ocidental depende directamente da oriental, de onde colheu seus principais fundamentos, ou seja

cuja «luz vem do oriente», é conhecida pela expressão latina que, literalmente, quer dizer isso, e que serve para apontar tôda e qualquer opinião que afirme a decidida influência do Leste na formação de qualquer aspecto de cultura européia, chamada hoje ocidental.

Exoteric (ing.) = **exotérico.**

EXOTÉRICO — Vide **Esotérico.**

Exotérique (fr.) = **exotérico.**

Exoterisch (al.) = **exotérico.**

EXPANSÃO — a) É o aumento de volume, é a acção de um ser que se dilata. É o desenvolvimento, o alargamento, a progressão, o estender-se, o difundir-se.

b) Psic., usa-se para indicar a acção das pessoas que revelam uma loquacidade intensa, e também para certas manifestações de desequilíbrio maníaco-depressivo. Contrário é **contracção.**

EXPECTATIVA — É a atitude psíquica, que se caracteriza pela tensão e pela atenção prospectivas. Em suma, é a atitude de quem espera algo, por essa razão é às vêzes sinônimo de **antecipação,** de **previsão.**

Expérience (fr.) = **experiência.**

Experience (ing.) = **experiência.**

EXPERIÊNCIA — a) Experimentar é ensaiar, é pôr à prova. Mas em sentido geral é o que é executado, o que se dá realmente com alguma coisa para alguma coisa. O conceito de experiência é, assim, na Filosofia, de difícil explicação, porque permite vários enunciados. Se tomarmos etimològicamente, vemos que vem de **experior,** com origem no inusitado **perior,** que deu **peritus,** experimentado.

A experiência é, no homem, um exercício de suas faculdades psíquicas e físicas, e é fonte de conhecimentos, pois dá o material bruto para a actividade intelectual e criadora do homem.

b) Metodològicamente, a experiência é um dos caminhos seguidos para alcançar ou descobrir a verdade, e é a base da **indução,** e consiste na observação pura e simples dos factos e também na realização artificialmente provocada dos mesmos, como se verifica na Ciência.

EXPECTAÇÃO — Vide **Preconhecimento.**

EXPERIÊNCIA PURA — É a que se dá sem qualquer mescla de pensamento intelectual.

Experiment (al. e ing.) = **experimento.**

EXPERIMENTAÇÃO — Acto de experimentar. Vide **Experiência.**

EXPERIMENTAL — Tudo quanto se refere à experiência, que nela se dá ou que é passível de sofrê-la.

EXPERIMENTALISMO — Vide **Empirismo.** Contudo, **experimentalismo** é mais restrito que **empirismo,** pois se refere apenas à experiência comum.

Expérimentation (fr.) = **experimentação.**

Experimentell (al.) = **experimental.**

EXPERIMENTO — É a experiência, mas especialmente cingida aos ensaios e estudos científicos. Deve-se, dêste modo, distinguir de experiência, preferindo-se falar em **experimentos científicos,** em vez de **experiências científicas,** salvando-se, dêste modo, a clareza e a precisão filosófica. Vide **Acepção Filosófica.**

EXPERIMENTO CRUCIAL — Diz-se do que é planejado de modo que seu resultado é relativamente concludente quanto à afirmação ou negação de alguma teoria, questão ou facto. Tôda a vez que um experimento reduz um conjunto de possibilidades a um só ponto, e condiciona o destino de uma teoria ou doutrina a um só ponto, tal experimento, na Ciência, chama-se **crucial.** O têrmo pode ser empregado na Filosofia, preferindo-se a forma **experiência crucial.**

EXPIAÇÃO — Com a prática de um acto considerado ética ou moralmente mau, ao impor-se a necessidade da purificação por meio de um sofrimento (um castigo), a êsse acto chama-se **expiação.** Essa pena pode ser imposta ou livremente aceita.

Expiation (fr.) = **expiação.**

EXPLANAÇÃO — Explanar é tornar plano, tornar fácil, explicar, ilustrar, tornar inteligível alguma coisa. **Explanação** é a explicação de alguma coisa, tornando-a inteligível. É o desenvolvimento causal, a descrição, a clarificação sistemática. É a interpretação científica, a conexão intelegível, é a mostração discursiva de que alguma coisa obedece a normas, a invariantes, a leis.

EXPLICAR — É tornar inteligível e claro o que se apresenta obscuro. Em sua origem etimológica, a palavra vem do latim **ex-plicare,** de **plica,** prega, **ex-plicare** é pois **des-pregar, des-embrulhar,** revelar o que estava oculto. Emprega-se, assim, o têrmo no sentido não só do que clareia, como do que expõe, do que desenvolve, do que explana. Nesse sentido, é sempre o têrmo empregado com variantes que incluem o sentido do que clareia, do que torna inteligível ou mais inteligível alguma coisa. Permite, assim, seu emprêgo uma escalaridade intensista, desde o mais simples ao mais complexo, desde o desvendar da verdade até o simples esclarecimento, o simples apontar. Ao nos depararmos com tal têrmo na Filosofia, devemos sempre ter o cuidado de precisar em que grau intensista o usa o autor.

Explicatif (fr.) = **explicativo.**

EXPLICATIVO — É tudo o que explica. Vide **Explicar.**

Explicit (al. e ing.) = **explícito.**

Explicite (fr.) = **explícito.**

Explicito (it.) = **explícito.**

EXPLÍCITO — a) O que está devidamente declarado, o que é perfeitamente preciso. **Explicita-se** um pensamento, quando é êle declarado de modo a tornar-se rigorosamente explicado, claro.

b) Chama-se de **fé explícita,** a crença formal e absoluta nos dogmas da Igreja. Opõe-se à **fé implícita,** a que se tem sem exame prévio.

c) Diz-se que alguém é **explícito** quando expõe suas idéias ou opiniões com clareza e sem **equívocos** ou **ambigüidades**. Contrário é **Implícito**.

Expliquer (fr.) = **explicar.**

EXPLORAR — É descobrir, é ir à descoberta de alguma coisa. Êste têrmo penetrou na Filosofia para indicar as análises e observações que empreendem alcançar a alguma coisa de definitivo. Assim se pode dizer que a filosofia actual tem **explorado,** com argúcia, o tema dos valôres.

Exponibel (al.) = **exponível.**

Exponible (fr. e ing.) = **exponível.**

EXPONÍVEL — Expôr é pôr **ex,** pôr à vista, aos olhos, mostrar, exibir, patentear.

a) Exponível é o que é hábil e apto a ser exposto, patenteado. Um tema é exponível, quando pode ser exposto e esclarecido pelo patenteamento.

b) Diz-se de tudo quanto não é desde logo exposto, mas que permite uma exposição por dedução ou por análise.

EXPOSIÇÃO — Acção ou efeito de expor. Vide **Exponível.**

Exposition (fr., al. e ing.) = **exposição.**

Exposizione (it.) = **exposição.**

EXPRESSÃO — Ex-pressionar, de pressionar para fora, de **ex**por. Exprimir é expressar, é enunciar algo por meio de gestos ou palavras.

a) É manifestar, indicar, dar a conhecer. **Expressão** é o acto e o efeito de exprimir algo.

b) Emprega-se para referir-se às modais da fisionomia quando expressam, por sinais, o que se passa no íntimo de alguém.

A **expressão** é todo o meio de comunicação exterior entre pessoas. São **meios de expressão** os gestos, as palavras, as atitudes, a mímica, os sinais e os símbolos.

c) Na arte, emprega-se no sentido de exposição mais forte dos sentimentos, da afectividade, até dos traços do carácter, como na figura. Já o **expressionismo,** como corrente artística, é aquela que acentua, em graus intensistamente mais altos, os **meios de expressão,** que são supervalorizados.

EXPRESSO — É o terminante, o positivo, o explícito. É expresso, na Filosofia, o que é enunciado com o rigor da clareza e da exactidão, e que sem ambigüidades revela o pensamento de alguém. «Expôs tal tese com têrmos expressos...»

ÊXTASE — (Do gr. **Ekstasis,** que significa deslocamento, transe).

a) É o rapto que se dá misticamente no espírito, que alcança o **climax** de uma experiência afectiva do transcendente. É de breve duração, e oferece, fisiológica e psicològicamente, um estado de transe e de um profundo prazer dificilmente explicável. Há, no êxtase místico, uma quase união a algo que nos ultrapassa. Êsses estados são naturalmente negados por aquêles que jamais os experimentam.

b) Em sentido amplo, diz-se do estado de afectividade e de pro-

fundo prazer afectivo, que oferece a contemplação de uma obra de arte ou um instante da vida, em que parece sobrevir um rapto, um transe em todo o ser de quem o experimenta.

Extasis (lat.) = **êxtase.**

EXTÁTICO — Estado do que está em **êxtase.** Deve-se distinguir de **Estático.**

EXTENSÃO — Vide **Extensidade.**

EXTENSIDADE E INTENSIDADE — A **extensão** toma duas acepções: como acção de extender e como carácter de ser extenso. Encontramos na Física o emprêgo de duas expressões: factôres de extensidade e factôres de intensidade. Ostwald (al., 1853-1932) físico famoso, escrevia: «Para bem sublinhar a oposição que se dá entre êles (os factôres da energia, que possuem os caracteres contrários dos factôres de intensidade) e as intensidades, nós os designamos... com o nome de extensidade». Partindo daí, propôs Ostwald substituir o uso do têrmo **quantidade** pelo de **factôres de quantidade** e o de **capacidade** pelo de **factôres de capacidade.** Posteriormente preferiu a expressão **factor de extensidade** para dominar essas grandezas extensivas da energia, os «factôres materiais», «porque, diz êle, é a consideração dessas grandezas que determina a antiga concepção da matéria.»

A preferência que damos ao têrmo **extensidade** decorre de não ter sido ainda usado sob várias acepções, como em geral o foram os outros têrmos, permitindo, assim, que se lhe empreste um sentido claro e nítido. A palavra extensidade é formada do verbo latino **extendere,** isto é, **ex** e **tendere,** tender para fora. A palavra intensidade vem de **intensus,** que, por sua parte, vem de **tendere, in tendere,** tender para dentro. Indicam os dois prefixos **ex** e **in** a direcção da tensão, o dinamismo inverso da tensão. Essas duas palavras latinas, depois de tantos séculos, vêm servir para denominar uma série de factos que a experiência científica veio corroborar.

São essas duas palavras, no entanto, constantemente usadas na linguagem familiar. E temos intensidade, intensivo, intensificar, intenso, extensão, extensivo, extensibilidade e extensidade.

Quando empregamos as expressões que decorrem de **extensão,** sempre queremos significar o que se prolonga, o que parte para o exterior; é um dinamismo de afastamento, de desdobramento, de alongamento, é uma **direcção tomada para o objecto,** para o que é heterogêneo, mutável, para abrangê-lo, incorporá-lo; é **centrífugo.** Quando empregamos as expressões decorrentes de **intensidade, intenso,** queremos nos referir a alguma coisa de interior, alguma coisa que vem da heterogeneidade da sucessão, do movimento de mutações do exterior para **dentro,** é uma transformação em si mesma, volvida para o interior; é **centrípeta.**

Quando falamos na extensão de um plano, de um programa, damos o sentido de abarcar, de prolongar, de abranger; quando falamos na intensidade de um som, pensamos no carácter dêsse som em si mesmo, é um som

que se modifica (mais intenso, menos intenso) como som, é uma **direcção tomada para o sujeito,** é mais um aspecto subjectivo, porque é uma relação para consigo mesma. Enquanto o primeiro leva ao conceito-objecto, o segundo leva ao conceito-sujeito. Num há mais objectividade, noutro mais subjectividade. Enquanto na extensidade há um sentido de afastamento, há na intensidade um sentido de concentração. Enquanto a extensão tende para assemelhar; a intensidade tende para diferenciar.

Para Descartes, «quantidade contínua, ou melhor a extensão em comprimento, largura e profundidade, que existe nessa quantidade», é englobada na noção de extenso, distinta inteiramente do pensamento, da alma. Descartes deixa confusamente colocada em sua idéia de alma a noção de intensidade.

Kant diz que uma grandeza é extensiva, quando a representação das partes torna possível a representação do todo. É o sentido da homogeneidade, cujas partes são homogêneas, como o todo é homogêneo.

Uma grandeza é intensiva, para êle, quando ela é apreendida como unidade. A quantidade, aí, só pode ser representada por maior ou menor aproximação da negação (mais veloz, menos veloz, por exemplo). «A intensidade não é a quantidade das coisas que se **contam,** nem é a duração, nem é a extensão, quantidades que se **medem** por meio de unidades homogêneas», expressa Goblot.

O carácter sintético é fundamental da extensidade; enquanto o analítico o é da intensidade. Sintético, porque é um dinamismo sintetizador, que implica sempre uma grandeza, uma operação, desenvolvendo-se em extensão na realidade, enquanto a intensidade se desenvolve em intensidade, em si, em separação, em distinção, em análise.

Nós **sentimos** mais a intensidade, mas **sabemos** mais da extensidade, por isso essa é mais definível que aquela.

Lalande, procurando definir os dois conceitos, emprega estas palavras:

«Intensidade. — Carácter do que admite estados de mais ou de menos, mas, de tal sorte, que a diferença de dois dêsses estados não é um grau do que é assim susceptível de aumento ou de diminuição: por exemplo, um sentimento de temor pode diminuir ou crescer, mas a diferença entre um leve temor e um temor mais forte, não é um grau de temor que possa ser comparado a outros, como a diferença de dois comprimentos ou de dois números é um comprimento ou um número, tendo seu lugar na escala das grandezas da mesma espécie.»

Bergson, e sua escola, absorve a intensidade na qualidade; dessa forma, todo verdadeiro conflito, tôda contradição são suprimidos entre ela e a extensidade, por sua vez absorvida na quantidade. Mas a quantidade nem se opõe excludentemente à qualidade, nem podem ambas serem confundidas, essencialmente, pois ambas definem vectores, cujas

naturezas são rigorosamente fechadas uma à outra.

É fácil desde já compreender que existem três posições em face do antagonismo entre a intensidade e a extensidade: a) a posição dos que reduzem a intensidade à extensidade; b) a dos que reduzem a extensidade à intensidade; c) a dos que reduzem ambas a uma terceira entidade, onde êsse antagonismo desaparece.

A quarta posição é a de que a extensidade e a intensidade formam duas ordens dinâmicas, antinômicas da natureza.

É, portanto, uma posição dialéctica que afirma a contemporaneidade de ambas, que podem ser admitidas concretamente como fazendo parte de tôda existência e de todo existir cronotópico (tempo-espacial).

Os conceitos de extensidade e de intensidade encontraram na ciência moderna novos meios de aplicação e, graças a êles, pôde ela penetrar em campos inexplorados.

A energia é concebida como o producto de dois factôres, um de extensidade e outro de intensidade.

Foi Macquorne Rankine quem decompôs a energia em dois factôres. Mas, para êle, êsses factôres apresentaram-se apenas como fôrça viva e fôrça de tensão, uma energia actual e uma energia potencial.

Uma intensidade pode ser actual e uma extensidade pode ser potencial. Citemos Ostwald: «A única maneira legítima de compreender as palavras energia actual e energia potencial, é olhar como actual uma energia presente no momento considerado, e como potencial uma energia que, nas circunstâncias presentes, pode formar-se por intermédio da energia presente. Se atribuirmos a essas duas expressões as significações que acabamos de enunciar, a fôrça de tensão ou a energia de distância, que se encontra numa massa elevada acima da terra é actual, e a energia de movimento que ela contém é potencial; é o inverso depois da queda. Para o pêndulo, a energia de distância é actual quando está no alto do seu curso, a energia de movimento é actual quando êle está em sua posição mais baixa, e, durante as oscilações, essas duas energias trocam constantemente seus caracteres.»

Então, sintetizando: tanto a intensidade como a extensidade podem ser ou actual ou potencial.

Ambas não podem ser actuais e potenciais no mesmo instante e há oscilação constante entre sua actualidade e sua potencialidade em todo acontecimento físico.

Referindo-se às intensidades, assim se expressa Ostwald: «não são de forma alguma grandezas no sentido ordinário da palavra. Quando reunimos duas grandezas iguais, obtemos, como se sabe, uma grandeza dupla. Ora, se reunimos duas temperaturas iguais, isto é, se metemos em contacto dois corpos da mesma temperatura, esta não se torna dupla, mas permanece a mesma.» Assim, «quando indicamos a grandeza de uma massa, não dissemos tudo sôbre essa massa

quanto dela se pode dizer. Se se divide uma massa em duas metades, essas duas metades não diferem uma da outra; cada uma tem, portanto, enquanto massa, as mesmas propriedades que a outra».

Assim é a homogeneidade, a exterioridade ou a objectividade o que caracteriza a extensidade; e, ao contrário, a heterogeneidade, a interioridade ou a subjectividade parecem engendrar o processo da intensidade. O tempo intervém nesta, e vemos que a física moderna, quando trata da intensidade, necessita do tempo para seus cálculos, enquanto é o espaço, que é necessário para medir o extensivo.

Nos fenômenos macrofísicos, há predomínio da extensidade sôbre a intensidade. Nos fenômenos microfísicos, na física atômica, a intensidade predomina sôbre a extensidade. Nos factos psicológicos, há maior predominância da intensidade sôbre a extensidade.

Extensif (fr.) = **extensivo.**

Extensio (lat.) = **extensão.**

Extension (fr. e ing.) = **extensão.**

Extensiv (al.) = **extensivo.**

Extensive (ing.) = **extensivo.**

EXTENSIVO — Carácter do que tem extensão. Vide **Extensidade.**

Extent (ing.) = **extenso.**

Extérieur (fr.) = **exterior.**

EXTERIOR — O que está fora ou da parte de fora, o que é extrínseco a alguma coisa.

EXTERIORIDADE — Carácter do que é exterior, do que é externo. Vide **Exterior.**

Extériorisation (fr.) = **exteriorização.**

Extériorité (fr.) = **exterioridade.**

Exteriority (ing.) = **exterioridade.**

EXTERIORIZAÇÃO — Acção ou efeito do que se torna exterior, externo. Vide **Exterior.**

EXTERNAÇÃO — Acção ou efeito de tornar algo externo, de externar. Vide **Externo.**

External (ing.) = **externo.**

Externalisation (ing.) = **exteriorização.**

Externe (fr.) = **externo.**

EXTERNO — Significa **exterior.** Diz-se do que se manifesta à superfície de alguma coisa.

EXTRACÇÃO (E ABSTRACÇÃO) — Vide **Abstracção.**

Extra mentis (lat.) = **fora da mente.** Têrmo usado pela filosofia medieval para referir-se aos factos ou formas que têm realidade fora da nossa mente, e independentemente de nós.

EXTRANATURAL — Distingue se de **sobrenatural** (vide), porque êste é o que fica além da natureza de uma coisa, enquanto **extranatural** é o que transcende a tôda natureza. Assim falar é sobrenatural a uma pedra, mas é natural falar ao homem. **Extranatural** é o que ultrapassa a natureza em geral, de tôdas as coisas, o que se coloca acima do cosmos, por ex., Deus.

EXTRAPOLAÇÃO — Vide **Predicção.**

Extrasensible (fr.) = **extra sensível.**

EXTRA-SENSÍVEL — O que ultrapassa a sensibilidade, o que não é captável directamente pelos sentidos.

EXTRA-SOCIAL — O que não envolve nenhuma relação humana.

Extreme (ing.) = **extremo.**

Extrême (fr.) = **extremo.**

EXTREMISMO — Tem êste têrmo, hoje, grande voga, e pretende significar a tendência a considerar alguma coisa de modo obstinado, segundo os extremos específicos ou os extremos contrários. Assim, pode-se falar em extremismos políticos, ou econômicos, ou filosóficos. O extremismo revela sempre uma exageração, e muitas vêzes se alia à falta de ponderação e de um juízo seguro sôbre as coisas.

EXTREMO — a) Diz-se do que é afastado, remoto, longínquo. Mas, sobretudo, na Filosofia, para o que é derradeiro, último ou o primeiro. Numa direcção, os **extremos** são o início e o fim.

b) Chama-se de extremo o limite no espaço.

c) Por extensão, aplica-se para indicar o que alcança seu último grau mais elevado.

d) Na Lóg., chamam-se **extremos,** no silogismo, os dois têrmos da conclusão, por oposição ao têrmo **medio** (meio). Os extremos tomam o nome de têrmo maior e de têrmo menor. Vide **Silogismo.**

EXTRÍNSECO — O que não é compreendido na essência de um ser, o que não pertence à sua definição formal. Chamam-se causas extrínsecas as que não constituem a natureza da coisa (estas causas são a material, e a formal). Assim, na linguagem aristotélica, são causas extrínsecas: a causa final e a causa eficiente. Vide **Causas** e também **Intrínseco.**

Extrinsèque (fr.) = **extrínseco.**

Extrinsic (ing.) = **extrínseco.**

Extrinsical (ing.) — Vide **Extrínseco.**

EXTRINSICIDADE — Carácter do que é **Extrínseco** (vide).

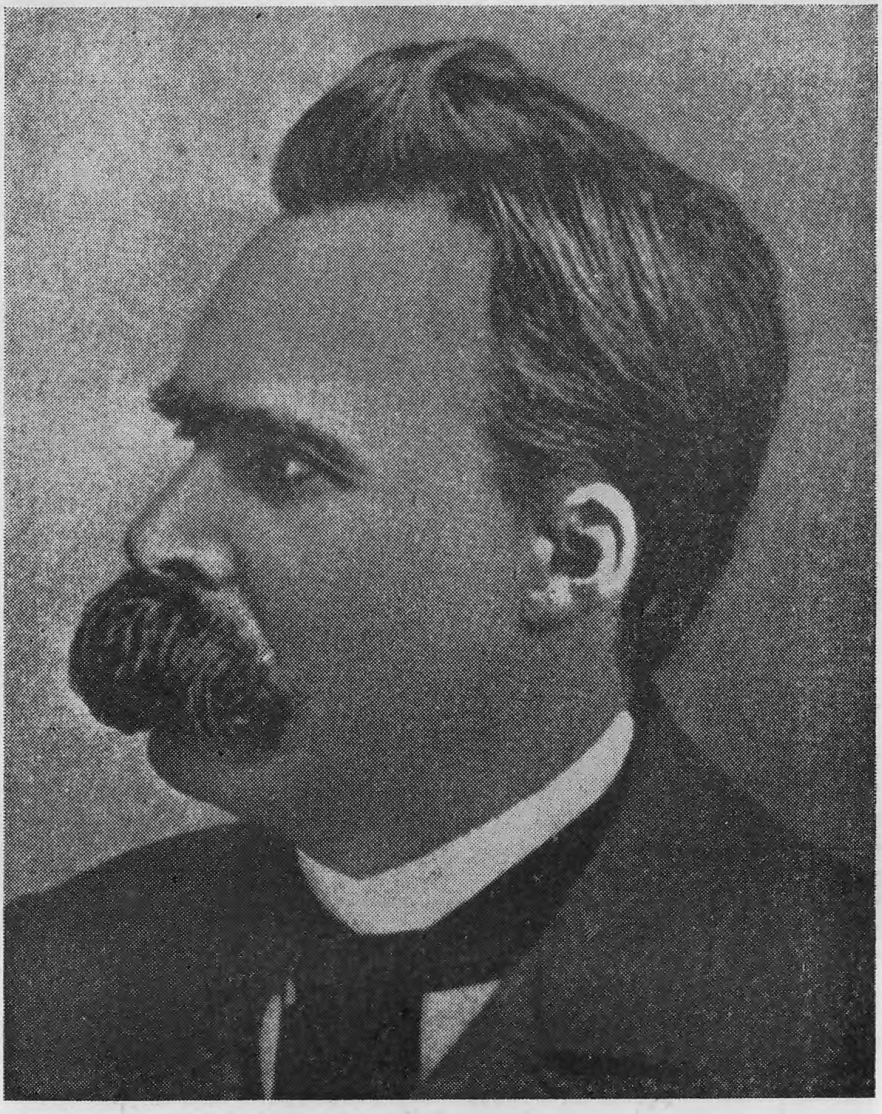
EXTROJECÇÃO — É o contrário da **introjecção.** É a externalização da sensação e dos estados afectivos por sinais, atitudes, mímica.

EXTROVERSÃO — Verter para fora, exteriorização. Atitude ou tipo de personalidade, na qual os próprios interêsses dirigem-se, primacialmente, para os fenômenos naturais e sociais externos. (É o tipo extrovertido, segundo Jung). Para Freud é a tendência da **libido** em exteriorizar-se. Contrário é **introvertido** e **introversão.**

EXTROVERTIDO — Vide **Extroversão.**

Ewige wiedergeburt (al.) = **eterno retôrno.** Vide **Retôrno (eterno).**

Ewigkeit (al.) = **eternidade.**



Nietzsche

Augusto Comte

F

F — Esta letra, à frente de um silogismo, indica que o mesmo pode ser reduzido a **Fério.**

FÁBULA — (Do lat. **fabulare,** contar, fabular). É uma pequena história em que os protagonistas são animais ou coisas inanimadas e, em alguns casos, pessoas humanas (que é pròpriamente o **apólogo),** que tem uma finalidade moral ou meramente prática, utilitária.

Encontra-se a fábula em todos os ciclos culturais, e em tôdas as manifestações da cultura humana, até nas mais primitivas.

Facere (lat.) = **fazer.**

Fa chia (chinês) — Filósofos da Lei, que procuravam a máxima aplicação da justiça para todos.

Facoltà (it.) = **faculdade.**

Fact (ing.) = **facto, feito, acabado.**

Factice (fr.) = **factício.**

FACTICIDADE — a) Carácter do que é **fáctico.** Quando algo é tomado fàcticamente, prescinde-se de todo aspecto **ontológico** (razão de ser).

b) Emprega-se, também, êste têrmo para referir-se a tudo quanto oferece a **necessidade hipotética,** não **absoluta,** nem, conseqüentemente, **apodítica.**

FACTÍCIO — Vide **Fictício.**

FÁCTICO — Diz-se de tudo quanto é **facto** (de **factum,** feito). Fáctico opõe-se a **Eidético** (vide).

Factitious (ing.) = **factício.**

Factitius (lat.) = **factício.**

FACTO — Do lat. **factum,** part. passado do verbo **facere,** fazer.

a) Significa o que é feito, tudo quanto acontece, tudo quanto sucede, tudo quanto pode ser objecto de experiência de qualquer espécie.

b) Emprega-se o têrmo **facto** para firmar a realidade exterior. É sinônimo de **fenômeno, acontecimento.**

Quando tomado nesse sentido, opõe-se ao que é ilusório, fictício ou apenas possível.

c) Emprega-se, também, para indicar o que é necessário, segundo as leis do raciocínio.

Deve-se dar ao conceito de facto o que é **fáctivo**, o que é feito. Neste caso, o eidético-noético, no homem, é também fáctico, mas distingue-se daquele que, neste caso, seria gênero, por ter a diferença específica de ser um **facto noético.** Dêsse modo, se há distinção entre **fáctico** e **noético,** tal distinção, fundamentalmente, é apenas específica.

Factum (lat.) = **facto, feito.**

FACULDADE — a) Vem do lat. **Facultas,** que, por sua vez, vem de **facul** = **facile,** que significa **fàcilmente.** Faculdade é, assim, a facilidade (possibilidade, capacidade, poder) para fazer alguma coisa.

b) Na Psic., tomou o sentido de potências pertencentes à essência da alma, ordenadas dinâmicamente para a sua actuação. São, em suma, fôrças endereçadas às actividades anímicas. Assim, a memória, o sentimento, a afectividade, a vontade, o entendimento, etc., são faculdades da alma. Não são elas **partes da alma,** como afirmam alguns, pois esta, para os escolásticos, é simples e espiritual. Não há distinção real-real entre as faculdades.

c) Na Moral e no Direito, diz-se que é facultativo o que é permitido, o que não sendo obrigatório pode ser feito ou não.

d) Entendem-se, também, por **faculdade** as atribuições de alguém no cargo que ocupa, que podem ser usadas dentro do âmbito que as mesmas atingem.

e) Emprega-se, ainda, o têrmo, na Pedagogia, para nomear um sector do Ensino Universitário, que se caracteriza pela disciplina que ministra («Faculdade de Direito», etc.).

Facultas (lat.) = **faculdade.**

Faculté (fr.) = **faculdade.**

FACTOS PSÍQUICOS — Vide **Psíquicos (factos).**

FACTOR — Do latim **facere,** fazer, é o que é fazedor, o que faz. É sinônimo de **concausa,** pois o factor actua sempre com outros para realizar alguma coisa, o efeito, ou resultado.

FACTÔRES AMBIENTAIS — Factôres, que actuam sôbre o organismo, provindos do ambiente, e que exercem influência sôbre a sua estructura e a sua conducta. São, também, **factôres externos.**

FACTÔRES BIONÔMICOS — (Do lat. **bios,** vida e **nomos,** norma, lei). São os factôres que, além dos que se realizam dentro do organismo, controlam ou limitam a evolução dos sêres vivos.

Chamamos de **factôres bionômicos** os **factôres emergentes,** de ordem biológica.

FACTÔRES EMERGENTES — Vide **Factôres sociais.**

FACTÔRES INTERNOS — Factôres que actuam sôbre o organismo, e que provêm da sua constituição ou herança.

FACTÔRES PREDISPONENTES — Vide **Factôres sociais.**

FACTÔRES REAIS E IDEAIS — Vide **Factôres sociais.**

FACTÔRES SOCIAIS — Como a Sociologia se dá na esfera antropológica, os factôres sociais, o objecto material dessa disciplina, podem ser examinados do ângulo daquela classificação.

São factôres intrínsecos do homem:

a) a matéria e o conjunto dos esquemas bionômicos;

b) a forma: incluindo as leis de proporcionalidade intrínseca do psiquismo (os esquemas psíquicos).

São factôres extrínsecos:

c) os ecológicos: o contôrno ambiental, circunstancial do homem;

d) os histórico-sociais: a sociedade humana sob todos os seus aspectos.

Aos primeiros chamamos **factôres emergentes,** porque são êles que emergem do homem; e aos segundos, factôres predisponentes, que o antecedem e o acompanham.

Nenhum ser é factorado pelos factôres emergentes, pois se tal se desse um ente existiria antes de existir, o que é absurdo.

Dêste modo, os **factôres predisponentes** antecedem sempre aos **factôres emergentes,** pois antes de um ente ser o que é, outro ou outros antecedem, dos quais êle depende. Essa dependência próxima não nega uma dependência remota. Referimo-nos aos entes finitos.

Assim, se o homem, como indivíduo, depende de uma sociedade humana, de um contôrno ambiental, êstes, por sua vez, dependem de outros factôres anteriores, que são mais remotos àquele.

As relações sociais, como já vimos, dão-se entre indivíduos, entre êstes e os grupos sociais, e entre os grupos. De qualquer forma, a relação social implica a antecedência dêsses factôres, pois, para haver relações sociais humanas, são imprescindíveis indivíduos, com seus factôres emergentes e predisponentes.

Tais factôres mantêm relações de reciprocidade e de interactuação, pois aos bionômicos acrescentam-se sedimentações por influência do ecológico, como se vê nas raças, do histórico-social, bem como influência do psicológico. Entretanto, vê-se claramente que a relação social, examinada apenas em si, seria tomada abstractamente, porque, em tôda relação social, há, de qualquer modo, a presença de todos os factôres, há algo que aponta aquêles factôres.

Assim, no campo antropológico seria um êrro abstractista considerar e explicar o homem apenas pelos factôres bionômicos, como tende o **biologismo,** ou pelos factôres psíquicos, como o tende o **psicologismo,** ou pelos factôres psíquicos, como tende o **psicologismo,** ou pelos ecológicos, como tende o **naturalismo** e o **ecologismo** em geral, ou pelo histórico-social, como tende o **historicismo.** Também seria êrro palmar abstractista considerar as relações sociais apenas por dois dêsses ângulos, esquecendo, virtualizando, ou anulando os outros.

O facto social só pode ser rectamente compreendido, quando é concretamente considerado como um resultado da interactuação dos factôres emergentes e predisponentes actuais, directa ou indirectamente.

Não se poderia explicar as relações entre mãe e filho apenas pelo biologismo, pois há aí estructurações também de carácter histórico-social, como sejam a presença de normas éticas, que presidem sempre tôda actividade humana, embora não estejam elas sempre presentes na consciência dêsses sêres.

A Sociologia, portanto, formase no campo antropológico; contudo, não é apenas uma ciência antropológica, porque se entrosa, por sua vez, com outras, cujo objecto precípuo são outros factôres, ou a êles subordinados.

Assim como a psicologia humana não pode ser compreendida sem a actuação dos outros factôres, reduzir a relação social ao psicológico seria outro êrro palmar.

O grau de intensidade, que nas relações sociais podem apresentar os factôres emergentes e predisponentes, marca-lhe a fisionomia, que lhe é própria.

Assim, quando se tenta explicar uma relação social apenas pelo factor econômico, que se entrosa no ecológico, no histórico-social, no biológico e no psicológico, temos uma posição muito restrita de considerar tal relação, porque a predominância, que é dada pelo grau de intensidade de um factor, não exclui o papel que os outros exercem.

A Sociologia, portanto, não se afasta totalmente das outras disciplinas, que têm por objecto outros factôres, mas delas e nelas encontra, não só elementos para o seu melhor estudo, como também suas bases mais sólidas.

Por isso, pode-se falar numa **psicologia social,** que se entrosa mais directamente com o psicológico e com o histórico social; numa **ecologia social,** por razões semelhantes, numa **sociologia histórica,** numa **sociologia biológica,** numa **sociologia econômica,** como numa **economia social** e, assim, sucessivamente, pois tais disciplinas representam os pontos intermédios e de contacto de tôdas essas disciplinas.

FADIGA — Sensação desagradável de cansaço, quer pelo excesso de trabalho muscular, quer mental, o que obriga o agente a suspender sua actividade, a fim de repor suas fôrças.

FADO — Vide **Destino** e **Fatalidade.**

Fähigkeit (al.) = **faculdade.**

Fait (fr.) = **feito, acabado.**

Faith (ing.) = **fé.**

FALA — Vide **Linguagem.**

FALÁCIA — Vide **Sofisma** e **Silogismo.** Sinônimo de **Sofisma,** toma várias qualificações, tais como: **Fallacia accidentis,** que consiste em tomar como da essência o que é apenas accidental; **fallacia secundum quid,** quando se toma, na conclusão, um têrmo em modo absoluto, enquanto numa premissa é tomado apenas relativamente; **fallacia composi-**

tionis e **fallacia divisionis,** que consistem em confundir a afirmação que se faz sôbre um têrmo composto, tomado colectivamente, com o que se refere a elementos dêsse mesmo têrmo, tomados separadamente, e vice-versa.

FALIBILIDADE — Carácter do que é falível, do que é fraco, do que cai, do que é caduco, do lat. **fallere,** cair.

Diz-se que há **falibilidade** na capacidade humana de julgar, pois pode errar. O contrário é **infalibilidade.**

Chama-se, também, **errância,** a capacidade de errar, e **inerrância,** a capacidade de não cair em êrro.

Fall (al.) = **ventura, probabilidade.**

Fallacia (lat.) = **sofisma, falácia.**

Fallere (lat.) = **cair.**

False (ing.) = **falso.**

FALSIDADE — a) A falsidade opõe-se à verdade. E assim como há uma classificação da **verdade,** há uma classificação da **falsidade.** Vide **Verdade** e **Êrro.**

b) É definida na Lógica do mesmo modo que a verdade, ao excluir-se a adequação ou conformidade. Há **falsidade** lógica quando há disconformidade entre a coisa e o intelecto; ou seja, entre a cognição e a coisa.

A **disconformidade** ou **inadequação** pode ser **positiva** ou **negativa. Positiva,** quando o intelecto retira do objecto algo que êle tem ou empresta-lhe algo, que êle não tem; **negativa,** quando o intelecto cogita de alguma coisa que não há na coisa, ou não cogita do que realmente há na coisa. Também se chama **ignorância** em tais casos.

Falsitas (lat.) = **falsidade.**

FALSO — Vide **Verdade.**

FALTA — a) Carência, penúria do que é necessário.

b) Emprega-se, também, no sentido de ausência, no de negação (falta de ciência), de engano e êrro (as faltas cometidas), no de pecado (falta grave).

Indica, assim, o conceito de **falta** a ausência do que é devido, ou a prática de um acto, que ofende ao que devera moral e èticamente ser.

FAMA — O renome ou a estima, obtida por alguém, ante um grande número de pessoas. A fama, contudo, deve-se distinguir da **reputação** e do **prestígio,** porque estas pertencem a um número limitado de pessoas, que o merecem, enquanto a **fama** pode ser dada a muitos, e mais amplamente difundida.

Famiglia (it.) = **família.**

FAMÍLIA — Ela não é apenas um grupo social fundado na **emergência bionômica,** como a explicação meramente fisiologista pretende estabelecer, pois o homem não é apenas corpo. Tem ela um fundamento psicológico e um fundamento social, pois tende a prolongar-se e constituir-se nos filhos, que advêm, já que a **família,** concretamente, não é

apenas o par, mas também os filhos e, ademais, tem o seu papel histórico-social, e ainda o sobrenatural, pois, ao constitui-la, o par não tende apenas a satisfazer as necessidades de ordem fisiológica. Há uma identificação, uma comunhão em algo superior, pois, do contrário, não há pròpriamente família, mas apenas um ajuntamento, que pode ser chancelado pela lei.

As discussões sôbre a origem da família revelam o abstractismo em que se colocam os defensores das diversas concepções. Há, para os fisiologistas, um fundamento apenas bionômico; para os psicologistas, a necessidade de um apôio psicológico; para os historicistas em geral, uma necessidade de ordem meramente social, econômica, histórica, etc. Se há positividade em tôdas essas concepções, o pensamento concreto é o que adoptamos, pois permite captar as positividades que se manifestam do ângulo de cada um dos factôres que cooperam para lhe dar a realidade, a profundidade e a coerência.

O uso das providências da dialéctica concreta, por nós estabelecidas, permite ao estudioso invadir com cuidado êsse sector, sem deixar-se dominar pelás visões abstractistas das diversas posições, que abordam, não só êste tema, como os outros, que constituem o campo da Ética e da Moral.

Os diversos tipos de sociedade humana, o dever de cada uma delas em relação às outras, e à totalidade social, a significação da nação e da pátria, os deveres do patriotismo, o Estado e suas funções, e o seu papel para a vida social e para a vida individual, os limites do seu actuar, sua conveniência ou não, bem como os deveres do indivíduo para com o Estado, do indivíduo para com a colectividade, na escolha da sua profissão, e, conseqüentemente, da moral profissional, os problemas que surgem da propriedade e do trabalho, e a implicação moral e profundamente ética, que surge aqui, a aplicação da ética ao campo da Economia, ao campo da História, que são disciplinas éticas, e também do Direito, da Psicologia racional e, finalmente, na penetração das grandes questões que atingem e interessam ao homem moderno, são temas de grande magnitude, que exigem trabalhos especiais.

Familie (al.) = **família.**

FAMILISMO — É a doutrina que afirma que o fundamental da ordem social está na família, que deve ser preservada, mantida e fortalecida por todos os meios. É a base ética da moral chinesa clássica, e muitas vêzes êsse têrmo está ligado à China.

Famille (fr.) = **família.**

Family (ing.) = **família.**

FAN (e também **FU**) (chinês) — A maior de tôdas as leis, é a lei da mutação das coisas, também chamada a **lei do retôrno,** na concepção de Lau-Tsê.

Fanatic (ing.) = **fanático.**

Fanatical (ing.) — Vine **fanático.**

FANATICO — Vide **Fanatismo.**

Fanaticus (lat.) = **fanático.**

Fanatique (fr.) = **fanático.**

Fanatisch (al.) = **fanático.**

FANATISMO — (Do latim **fanum,** templo, lugar sagrado).

a) **Fanaticus,** em latim, era o inspirado, o entusiasmado, o agitado por um furor divino.

b) Posteriormente, tomou o sentido de exaltado, de delirante, de frenético.

c) E, finalmente, o de supersticioso. Os **fanáticos** eram os sacerdotes antigos, dos cultos de Isis, Cibele, Belone, etc., que eram tomados de delírio sagrado, e que se laceravam até fazer correr o sangue.

A palavra tomou, assim, o sentido de um misticismo vulgar, que admite poderes ocultos, que podem intervir graças ao uso de certos rituais.

d) Emprega-se, também, para indicar a intolerância obstinada daquele que luta por uma posição, que considera evidente e verdadeira, e que está disposto a empregar até a violência para fazer valer suas opiniões e para converter a outros que não aceitam as suas idéias.

e) Daí tomar-se o têrmo, por extensão, para apontar tôda e qualquer crença, quer religiosa ou não, desde que haja manifestação obstinada por parte de quem a segue.

Fancy (ing.) = **fantasia.**

Fang Hsin (chinês) = **coração pedido.** Simboliza o espírito do bem, volvido para a prática do bem, da benevolência e da correcção.

Fang shih (chinês) = **mestres com fórmulas.** Eram os sacerdotes mágicos, do 3.º séc. a. C. ao 3.º séc. d. C.

FANTASIA — a) Indicavam os escolásticos com a palavra gr. **phántasma (fantasma)** tôda imagem, surgida da sensação, que permitia a posterior elaboração conceitual. Os factos eram recolhidos através de fantasmas, que traziam em bruto as formalidades que o intelecto, activamente, abstraía depois, e classificava nas séries conceituais. Êsse conceito de **fantasma** já vinha de Aristóteles.

b) Hoje, o conceito de fantasia significa o livre jôgo da imaginação criadora, não disciplinada pelas regras lógicas, ou como criadora apenas de ficções, que se afastam mais ou menos da realidade, mas irreais sempre.

c) Emprega-se, na música, para intitular uma composição musical que expressa a fantasia.

FANTASMA — Vide **Fantasia.**

a) Além das acepções, que estão inclusas naquele artigo, emprega-se o têrmo para indicar as representações subjectivas vivas, da forma de uma pessoa ou de um outro ser, sendo que os primeiros são considerados como espíritos desencarnados.

b) Emprega-se, também, o têrmo **aparição** para tais casos. Nalguns, usa-se o têrmo **espectro,** quando se quer referir ao fantasma de pessoas mortas.

FANTASMATISMO — Para essa concepção as percepções das coisas exteriores são apenas **fantasmas** da realidade. Nome dado à concepção de Demócrito, por Renouvier.

FAPESMO — Modo indirecto da 1.ª figura silogística, chamada **Fesapo**, ao ser considerado como um modo da quarta. Enunciado na forma de **Fapesmo**, assim se apresenta:

Todo M é P;
Ora, nenhum S é M;
logo, algum P não é S.

FARISEÍSMO — Compunham os fariseus, na antiga Palestina, uma seita judaica de homens cultos, conhecedores das leis e da religião, que afectavam santidade. E por nem todos o serem, o têrmo tomou, posteriormente, o sentido de hipócrita, de fingido, como Tartufo passou a ser o símbolo da hipocrisia religiosa. Sabe-se, ademais, da grande luta que travou Jesus Cristo contra os fariseus, os doutores de então, que negavam ao **rabi** da Galiléia o direito de interpretar a lei mosaica e de pregar uma idéia religiosa, que dominaria por milênios, até os nossos dias, no ocidente.

Teve o nome **fariseu**, e ainda tem, uma grande voga, que lhe foi dada por Friedrich Nietzsche, que qualificou de **fariseus** os homens cultos de sua época, que, dominados pela presunção e pela superstição do seu saber, julgavam-se, delirantemente, como os representantes máximos da cultura. Não é, porém, só êsse o aspecto que Nietzsche focalizou, mas também o espírito de desmerecimento da cultura alheia, que se observa em certos intelectuais, que em vez de se erguerem por si mesmos acima dos outros, pensam que sobem, ao deprimirem o valor dos seus pares.

Não é de admirar que tal aconteça, sobretudo em nossos dias, em que o herói popular é uma glória que não vive, às vêzes, o tempo de uma estação, e até de um mês.

Caracteriza, ainda, o fariseísmo, em tôdas as épocas, a exibição exterior e vaidosa do saber específico, como os poetas de olhos esgazeados, de feições pudibundas ou alheias, de olhares perdidos e alucinados, músicos de grandes cabeleiras espantadas, pintores de boinas exageradas e imensas gravatas de borboleta **à la quartier latin**, pensadores que excedem em severidade e austeridade exteriorizadas e que jamais encontram qualquer valor nas coisas quotidianas nem **banais** da vida, pessoas de voz professoral, que dizem lugares-comuns em tom sentencioso, **acacianos** de tôda espécie, **pachecos** das mais variadas tonalidades, com testas imensas ou sem elas, enfim todos êsses formam o grande exército do fariseísmo de todos os tempos.

FATALIDADE — a) Diz-se que é **fatal** o sucedido ou a suceder-se, marcado pelo destino, no sentido, portanto, do que, necessàriamente, tem de acontecer, ou necessàriamente aconteceu. A fatalidade é a necessidade inevitável no desenvolvimento dos factos históricos, que está prescrita por

uma vontade determinante (o **maktub**, o que está escrito), que é superior a tôda vontade humana (**fatum, fado**).

b) — Diz-se, também, que é uma **fatalidade** um facto fortuito, devido ao acaso, inevitável, mas que é prejudicial aos interêsses humanos.

c) Em sentido geral, fatalidade é sinônimo da **necessidade das leis universais.**

Fatalism (ing.) = **fatalismo.**

Fatalisme (fr.) = **fatalismo.**

FATALISMO — Nome que se dá à doutrina que admite a **fatalidade** como uma necessidade absoluta e inevitável, dirigida por uma vontade cega ou consciente, que é superior à actuação humana. O **fatalismo** é uma consequência inevitável, mas viciosa, da concepção determinista, quando se torna absoluta e total.

Fatalismo (it.) = **fatalismo.**

Fatalismus (al.) = **fatalismo.**

Fatalità (it.) = **fatalidade.**

Fatalität (al.) = **fatalidade.**

Fatalité (fr.) = **fatalidade.**

Fatality (ing.) = **fatalidade.**

Fate (ing.) = vide **fatalidade.**

FATO, e palavras derivadas, vide **Facto.**

Fato (it.) = vide **destino.**

Fattizio (it.) = **factício.**

Fatto (it.) = **feito, facto.**

Fatum — Vide **Destino** e **Fatalidade.**

Faux (fr.) = **falso.**

FÉ — Vide **Teológicas (virtudes).**

FÉ (Acto de) — a) Acto volitivo, pelo qual o espírito dá o pleno assentimento como verdadeiro a algo que de per si não é evidente, nem é racionalmente demonstrável de modo positivo, embora o seja de modo negativo, por não incluir contradição ontológica.

b) O ter fé, confiança, em alguém ou em alguma coisa, num sentido menos intenso que no primeiro caso.

c) Diz-se, também, da declaração de fé e do acto público de adesão a uma crença. Emprega-se, neste caso, a expressão: **profissão de fé.**

Fechlschluss (al.) = **Paralogismo.**

Fechner (Lei psicológica de...) — Vide **Lei de Fechner.**

Fede (it.) = **fé.**

Feeling (ing.) = **tacto, sensibilidade.**

Fein (al.) = vide **Subtil.**

Feingefühl (al.) = **tacto.**

FEIO — a) É o que se opõe a Belo, em sentido geral (Vide **Belo**).

b) Em sentido específico, tudo o que quebra a harmonia de uma lei estética (Vide **Harmonia**).

FEITIÇARIA — **Feitiço (fetiche,** vide), que vem, provàvelmente, do latim **facticius,** mas cuja palavra portuguêsa universalizou-

se, e significa, etimològicamente, o que é fingido, artificial, o falso, o postiço, como o usavam os antigos portugueses. Posteriormente, êsse nome foi dado por aquêles aos encantamentos e amuletos, aos sortilégios tão comuns nos povos primitivos e, sobretudo, entre os negros da África. Desde então, a palavra referiu-se, preferencialmente, para indicar as práticas de esconjuro, de encantamento e métodos vários empregados pelos **feiticeiros,** pelos bruxos, pelos magos. **Feitiçaria** é a arte mágica dos bruxos e dos feiticeiros, o malefício do feiticeiro.

FELAPTON — Modo da 3.ª figura, que se reduz a **Ferio,** pela conversão parcial da menor:

Nenhum M é P;
ora, todo M é S;
logo, algum S não é P.

FELICIDADE — Do latim **Felicitas,** que vem de **Felix,** ditoso, afortunado, feliz, que, por sua vez, decorre de **Fênus, oris,** que significa o que produz a terra, o producto, o ganho, o lucro, a vantagem, o proveito.

Por ser racional o ser humano, e caber-lhe a capacidade de **tímese parabólica** (vide), é êle capaz de comparar o que é com o mais perfeito que poderia ser e, daí, aspirar à perfeição absoluta.

A perfeita **felicidade** implica a exclusão total de todos os males, a posse de todos os bens e a perpetuidade da posse, quer subjectivamente (certeza dessa posse), quer objectivamente, a posse perfeita de facto.

A **perfecta felicitas entis** (a perfeita felicidade do ente) referida pelos antigos, teria tais características. Tem, assim, o ser humano o desejo da mais perfeita felicidade, da plenitude da quietação do seu espírito, ávido sempre de mais, e de tudo.

Essa aspiração é manifestada em inúmeros actos humanos e no anelo constante da felicidade. O ser humano tem consciência, portanto, da perfectibilidade absoluta, e a deseja.

Não encontra êle a quietação do espírito na posse e uso dos bens materiais (bem-estar), mas na posse da perfeição absoluta (felicidade).

Como criatura, tende também o homem para o ser infinito. Como racional, tende para a felicidade absoluta dêsse Ser, sua suprema aspiração.

Se sabe que não lhe é alcançável como criatura, seu desejo é a fusão final no supremo poder do Ser Supremo, meta final e última de sua aspiração.

Todo ser finito tem carências e sua perfeição é aumentada pela posse de perfeições. O ser humano, por ser consciente de suas carências e privações, inquieta-se por isso. Sua quietude só poderia ser atingida pela posse de tôda perfeição de ser. Ora, essa perfeição de ser, êsse ser perfeito, é o Ser Supremo. Para que a felicidade se concretizasse no homem, seria imprescindível a total quietação do anelo, pela posse total, plena e perpétua do anelado. Conseqüentemente, o ser perfeito é o objecto necessário da

felicidade humana, pois esta só se dará na suprema perfeição.

Os eudemonistas, que se fundam na voluptuosidade terrena, negam, conseqüentemente, o Ser Supremo, pois admitir que a felicidade do homem possa ser encontrada na posse apenas dos bens terrenos é negar-lhe o anelo do ser perfeito, que é evidente. Referimo-nos, aqui, aos eudemonistas, que se fundam na voluptuosidade do terreno. Também os evolucionistas, que se fundam no progresso humano, admitem que a felicidade é atingida pelo progresso. Ou ela se dará num determinado ponto de ascensão humana, ou é adquirida, como pensam alguns, à proporção que o homem aumenta de poder. Na verdade, a primeira colocação é meramente preconceitual, e sobretudo falsa, pois êsse ponto máximo de progresso não é ainda a felicidade, a qual implica a quietude, a tranqüilidade do anelo, pela posse total e plena do anelado.

A segunda confunde a felicidade com o prazer, que se liga à conquista do poder. Mas o prazer não é ainda a felicidade, embora, nesta, se realize o prazer decorrente da posse final do objecto desejado.

Os eudemonistas sociais e positivistas também negam o Ser Supremo porque põem a felicidade na voluptuosidade terrena.

Nietzsche punha a felicidade no alcançar o super-homem. Mas o super-homem era uma linha ascencional e, neste ponto, seu pensamento se confunde com o evolucionista. Os estóicos punham a felicidade na prática da própria virtude. A prática da virtude, sem dúvida, dá um prazer superior. Êste ainda não é a felicidade, que exige a total quietação, não pela ausência do anelo, mas pela posse plena, perpétua do anelado. Kant punha a felicidade na conformidade com a lei moral. Mas se o actuar adequado à lei moral dá prazer, não é ainda a felicidade. Schopenhauer e os nihilistas, na impossibilidade em que se encontravam de resolver tais problemas, afirmavam que a felicidade alcançar-se-ia na aniquilação. Mas a felicidade implica posse e na aniquilação não há posse, e não há o prazer que dela decorre.

Aristóteles afirmava que a felicidade seria conquistada pelo complexo corpo-alma, na realização plena da natureza humana; portanto, numa felicidade ainda terrena. Dêsse modo, desprezava a felicidade, que é sobrenatural, pois a terrena jamais aquietaria plenamente o homem. Platão colocava-a na contemplação da idéia do Bem e das coisas divinas. Essa **visio** seria beatífica, e se aproxima, assim, ao pensamento das religiões.

Os estatólatras (comunistas, socialistas, fascistas, etc) colocam a felicidade na classe ou no Estado, ou na prosperidade econômica, etc.

Felicidade e bem-estar — Verificamos que há possibilidades que, actualizadas, seriam melhor **sendo** do que **não sendo.** Há, assim, possibilidades que, actualizadas, representam um bem maior, pois, a marcha gradativa do ho-

mem para o seu bem, realizando suas possibilidades é melhor do que não realizando-as.

O homem é um captador de valôres e sôbre êles especula. A **filosofia prática** (da acção, do **drama** humano) move-se sempre no campo axiológico (dos valôres), porque estão sempre presentes em todos os juízos, pois nêles há um preferir e um preterir. E onde há uma preferência, há a presença de um valor, pois o preferido vale mais (de **valore,** ser saudável, conveniente, forte) para o preferente do que o preterido.

Tendo o homem consciência de que há possibilidades, cuja actualização é melhor do que a não actualização, pode êle especular sôbre os valôres éticos, valôres que **tem de realizar** para aumentar o seu próprio valor ou não tem de realizar para não diminui-lo.

Tendo consciência de seu bem, e como o apetece por natureza, **tem de (de habeo, debeo,** dever) procurá-lo e esforçar-se por alcançá-lo.

E como essa procura se dá dentro de uma ordem mais eficiente e capaz, a marcha para alcançar os valôres éticos mais altos revela normas, que devem ser seguidas, normas obedientes e uma verdadeira economia da actividade ética, pois o homem, como todo ser, é guiado pelo que chamamos a lei do bem: maior bem pelo menor esfôrço. As normas, que surgem da iminência da própria marcha pela procura do bem, são as normas éticas e a sua obediência garante um caminho mais seguro e uma conquista melhor.

Há vários caminhos para alcançar-se alguma coisa. Mas há os que são mais favoráveis e os menos favoráveis. Como a felicidade é o fim principal que dirige o homem, os melhores caminhos são os que de modo algum a viciam, nem lhe criam impecilhos. E êsses caminhos só podem ser a prática do bem, porque só o bem pode gerar o bem.

Assim há normas éticas que indicam o caminho (método) mais consentâneo para a conquista da felicidade humana. Como se deve distinguir a felicidade, — cuja definição já tivemos oportunidade, mais acima, de dar, — de o **bem-estar,** muitas vêzes confundidas, devemos considerar êste apenas como a satisfação das necessidades meramente corpóreas do homem. Tendendo à felicidade para a satisfação de tôdas as tendências e aspirações humanas ao bem, perpètuamente, com isenção de todos os males, o bem-estar inclui-se, de certo modo, em seu âmbito. E como não são conciliáveis tôdas as classes de bens, o anseio que leva à felicidade, como satisfação de tôdas as aspirações e apetites, não podemos consegui-lo dentro dos nossos limites naturais.

Não podemos, assim, conquistar a plenitude da felicidade, dadas as nossas actuais condições, pois somos imperfeitos e deficientes, como ainda são os bens muitas vêzes, entre si, incompatíveis, bem como há males que são dêles inseparáveis.

Pode o homem alcançar, assim, um **bem-estar,** um **confôrto,** em sua vida material, e não a felicidade como plenitude. De certo

modo, o bem-estar contém-se no âmbito da felicidade, mas ambos se distinguem suficientemente.

As normas éticas indicam o caminho da felicidade e, por isso, regulam também a conquista do bem-estar, pois êste seria èticamente repugnável se contra elas atentasse.

O bem-estar é, portanto, uma relativa satisfação das nossas aspirações e a sua conquista favorece o progresso **técnico** e **material** do homem, enquando o prosseguir no caminho indicado pelas normas éticas, para a conquista da felicidade, favorece o progresso moral e a alcançar a quietude do espírito, a paz da consciência, sôbre a qual se fundamenta a verdadeira felicidade.

Felicidade e **bem-estar** são distintos e a confusão entre ambos tem sido causa de trágicas conseqüências, sobretudo para o homem moderno, que tanto se tem descurado dos estudos éticos, tão importantes e fundamentais para a melhor compreensão de sua vida social, o que lhe tem alimentado o ressentimento, fonte de tantas incompreensões humanas.

Felicità (it.) = **felicidade.**

Felicitas (lat.) = **felicidade.**

Felix qui potuit rerum cognoscere causas (frase lat.) = Feliz o que pode conhecer as causas das coisas. É de autoria de Virgílio.

FENOMENALISMO — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

FENOMENISMO — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

FENÔMENO — Vide **Acidente.**

FENOMENOLOGIA — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

FENOMENÓLOGOS — Vide Fenomenologia em **Sinopse da História da Filosofia.**

FERIO — Quarto modo de silogismo da 1.a figura:

Nenhum M é P;
ora, algum S é M;
logo, algum S não é P.

FERISON — No silogismo, modo da 3.a figura, que se reduz a **Ferio,** pela conversão simples da menor:

Nenhum M é P;
ora, algum M é S;
logo, algum S não é P.

Festigkeit (al.) = **consistência.**

FESTINO — No silogismo, modo da 2.a figura, que se reduz a **Ferio,** pela conversão simples da maior:

Nenhum P é M;
ora, algum S é M;
logo, algum S não é P.

FETICHE — O mesmo que **Feitiço** (vide **Feitiçaria).**

FETICHISMO — O mesmo que **feitiçaria,** mas com o sentido mais específico de crença no poder dos **fetiches (feitiços).** Vide **Feitiçaria.**

FIAT — Imperativo do verbo latino **facere. Fiat** significa **faça-se,** seja feito.

a) Daí o imperativo criador **«Fiat lux, et lux facta est»** («faça-se a luz e a luz foi feita»). Nesse sentido, indica o acto criador de Deus, um **acto imperativo.**

b) Por analogia, emprega-se para indicar o acto de vontade, enquanto origem de alguma coisa de novo.

FICÇÃO — Vide **Als ob.**

FICCIONALISMO — É o mesmo que **ficcionismo.** Na Estética, emprega-se, contudo, para indicar, na realização das obras de arte, a **criação ficcional.**

FICCIONISMO — Forma extrema do pragmatismo ou do instrumentalismo, que afirma que os conceitos básicos da Matemática, da Filosofia e das ciências afins, do Direito, da Ética e da Religião, são puramente ficcionais. Vide **Als ob.**

Fictio (lat.) = **ficção.**

Fiction (ing., fr. e al.) = **ficção.**

Fidéisme (fr.) = **fideísmo.**

FIDEÍSMO — Doutrina exposta pelo abade Bautain, que procura justificar os ensinamentos do Cristianismo, fundando-se na teoria de que as bases do conhecimento repousam sôbre a fé. Por essa concepção, é desnecessária a crítica racional, bastando apenas a tradição. Essa concepção foi condenada por Gregório XVI, em 1840.

FIDELIDADE — Vem do latim **fides** (fé), mas significando o acto de vontade com promessa de manter-se perseverante quanto às convicções, quanto às idéias e ideais, no cumprimento das resoluções tomadas, no apoio e solidariedade a alguém, por qualquer ou por todos os aspectos. É sinônimo de **lealdade.**

Fides (lat.) = **fé.** Para Santo Agostinho, é a crença no que não se vê. **Fides ergo est, quod non vides credere.** Vide **Teologais** (virtudes).

Fiducia (lat.) = **confiança.**

Field of consciousness (ing.) = **campo da consciência.**

Fieri (lat.) = **devir,** vir-a-ser.

FIGURA — a) Figura, no latim, vem de **fingo, fixi, fictum, fingere,** êstes três últimos, perfeito, particípio passado e infinitivo, que significam formar, fazer, compor, modelar, construir (de **fictum,** temos **ficção).** Figura é, pois, estructura, forma exterior, a configuração. No grego, temos a expressão **skhema** (esquema), que significa maneira de ser, também forma e figura exterior, que se origina do **exô,** do verbo **skein,** que significa trazer, manter, possuir.

b) Êste sentido de **figura** é o mais geral e também o primitivo.

c) Na Geometria, é o conjunto de pontos ou de linhas e superfícies, que formam um todo configurativo, isto é, fechado; em suma, é um espaço terminado, determinado por linhas ou superfícies.

d) Emprega-se, na Filosofia, o têrmo da seguinte forma: na Ló-

gica, para indicar as formas dos silogismos, segundo as posições ocupadas pelo **têrmo médio,** como sujeito ou predicado, na maior e na menor. Também para chamar as classes dos modos, que apresentam cada uma dessas formas.

e) Na Retórica, para as formas específicas de elocução, como as figuras de palavra, de pensamento, figuras hábeis à prova, para provocar os sentimentos, tais como as metáforas, as alegorias, os tropos, etc.

f) Na linguagem moderna da ciência, muitas vêzes se emprega o têrmo **forma** para indicar apenas o figurativo, o que é contribuir para as confusões que se devem evitar em bem da economia do pensamento filosófico e da propriedade e univocidade dos têrmos, ideal que consideramos dos mais altos e importantes para a actualidade filosófica.

É conveniente evitar a confusão comum entre **figura** e **forma,** pois êste têrmo só é sinônimo daquele, quando significa a forma exterior, estereométrica dos corpos. É preferível, pois, que, neste sentido, empregue-se sempre o têrmo **figura,** deixando o de **forma** para o sentido clássico da Filosofia.

Figure (ing. e fr.) = **figura.**

FILANTROPIA — (Do gr. **philos** e **anthropos,** amor e homem, amor ao homem). a) A doutrina filantrópica surge com os estóicos gregos, e desenvolve-se, através de Sócrates, alcançando os romanos. Correspondia ao **cosmopolitismo,** sendo êste têrmo mais de significado jurídico, Consistia essa doutrina na valorização do que há de universal no homem, próprio a cada região, ciclo cultural, etc. Pretende a **filantropia** pôr, acima das nacionalidades, a idéia da humanidade. O homem deve ser, antes de nacional, um ser humano, e sentir-se solidário com todos os homens do mundo.

b) Na época moderna, o têrmo voltou outra vez a ser empregado, e no mesmo sentido encontramos a doutrina da **filantropia,** defendida pelos jesuítas.

c) Actualmente, o têrmo **humanitarismo** substitui **filantropia,** que, cada vez mais, é empregado no sentido de amor ao próximo, que se manifesta na realização de obras caritativas, de socôrro, de auxílio, e na construção de instituições de caridade.

FILAUCIA — (Do gr. **Philautia,** que significa egoísmo, **de philos,** amante, e **autos** de si mesmo).

Êste têrmo é, contudo, usado na Filosofia em sentido positivo, embora não o seja sempre na literatura, onde aparece como sinônimo de egoísta, de jactancioso, impostor. Seu sentido filosófico é de amor próprio, mas amor justo. Renouvier o usava, nesse sentido, opondo-lhe **misaucia,** como ódio a si mesmo.

FILIA (Do gr. **philios,** que indica o sentimento da amisade, do amor entre amigos). É sinônimo de **mania** e entra na composição de muitas palavras, como sufixo, por ex. **homofilia,** etc. Contrário é **fobia** (vide).

FILIAÇÃO — a) Em suma, a **filiação** é a designação dos pais.

b) Numa sociedade cooperativa, chama-se **filiação** o estado legal do associado.

c) Emprega-se o têrmo para indicar a admissão de uma pessoa ou grupo em uma comunidade religiosa ou não.

d) Em sentido jurídico, é a descendência de pais a filhos.

d) Emprega-se, também, no sentido de relação e conexão de idéias.

FILISTEÍSMO — a) **Filisteu** era o nome genérico que se dava aos indivíduos que habitavam a antiga Síria, que aparece na Bíblia. Emprega-se a palavra para indicar pessoa agigantada, brutamontes, por semelhança com o gigante Golias, que era o chefe dos filisteus.

b) Emprega-se muito esta palavra para indicar a obstinação do inimigo, do adversário, do defensor de idéias contrárias, do que se coloca do lado oposto.

FILO — Prefixo de origem grega, que ora significa amor, de **philos.** Também se refere à **linguagem,** à série específica, **phylê** (em latim **phylum**).

FILODOXIA (Do gr. **philos,** amante e **doxa,** opinião). a) Têrmo criado por Kant para indicar aquêles que apenas examinam os temas filosóficos como diletantes, sem o intuito de alcançar as soluções universalmente válidas.

b) O têrmo deve ser usado para indicar os **filodoxos,** os que apenas gostam de emitir opiniões sôbre temas filosóficos, sem aprofundá-los de modo a alcançar juízos universalmente válidos e apoditicamente demonstrados. São, em suma, os literatos da filosofia, não os verdadeiros filósofos.

FILOGÊNESE — (Do grego **phylê,** espécie, e **genesis,** origem). Origem e evolução das raças ou espécies, ou também de qualquer órgão ou função numa determinada espécie. **Filogênese** é, em suma, o estudo da evolução, que passa a ser o seu tema principal.

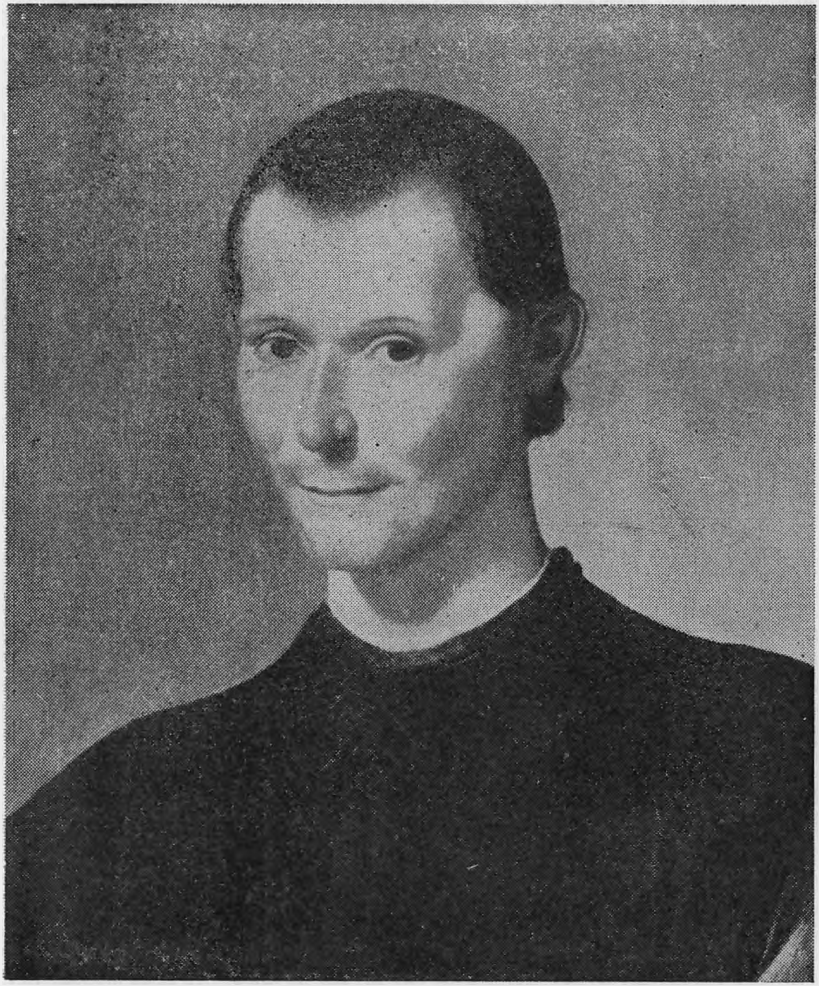
FILOGENIA — O mesmo que **Filogênese** (vide). Contrário **Ontogenia** (vide).

FILOSOFEMA — Para Aristóteles é o silogismo apodítico, no sentido que êle o considerava, não no de Kant. Vide **Apodítico.**

FILOSOFIA — Do gr. **philos,** amante, e **sophia,** saber. Diz-se que Pitágoras, perguntado sôbre o que era, numa época em que muitos se chamavam de **sophoi** (pl. de **sophos,** sábio), respondeu: «Sou um amante do saber (**philosophos**)», um «**amateur**» (amador) do conhecimento, o que revelava uma humildade sublime. Dêste modo, cunhou-se a palavra **philosophia.**

Há um saber comum e um saber especulativo, procurado, buscado.

O primeiro, o vulgar, chamavam os gregos de **doxa,** palavra que significa opinião, e o segundo chamavam de **epistéme,** que é o saber especulativo, conforme a



Maquiavel

Erasmo De Rotterdam

divisão proposta por Platão (filósofo grego, 428-348, a. C.). Desta forma, a **Filosofia** não era apenas o saber, nem um amor à sabedoria, mas um saber procurado, buscado, guiado, que tinha um método para ser alcançado, que era **reflexivo.**

A Filosofia, assim perdia em extensão, pois, já não abrangia todo o saber, mas ganhava em conteúdo, pois, delimitava-se, contornava-se, precisava-se mais, tornava-se um saber teórico, reflexivo, especulativo, um saber culto. Êste saber culto quer conhecer o que a realidade é.

A **Filosofia,** como saber racional, saber reflexivo, saber adquirido, é o conceito de Platão, e de Aristóteles, (filósofo grego, 384-322, a. C.), mas êste acrescentou maior volume de conhecimentos, graças às investigações que fêz.

Para Aristóteles, a Filosofia era todo êsse saber, e incluía, também, o que hoje chamamos Ciência. Assim, era a totalidade do conhecimento humano, do saber racional.

Na chamada Idade Média, continua predominando êste sentido, mas a idéia central de Deus polariza a filosofia. Desta forma, é ela a totalidade dos conhecimentos adquiridos pela luz natural ou **pela revelação divina.** Os conhecimentos acêrca de Deus e do divino separaram-se dos outros, e formaram a Teologia. Esta encerrava a soma dos conhecimentos sôbre o divino; e a Filosofia, os conhecimentos humanos acêrca das coisas da natureza. Êste conceito vai predominar por séculos até hoje.

No século XVII, afastam-se dela as chamadas ciências particulares, com objectos e métodos próprios, que a pouco e pouco vão adquirindo uma especialização cada vez maior, para constituirem-se em novas disciplinas independentes.

Mas a Filosofia permanece, no entanto, no corpo da Ciência, e forma uma síntese específica desta.

Por exemplo, na Matemática, há uma Filosofia da Matemática, aquela que estuda as idéias de número, de extensão, de tempo e de espaço matemáticos, como há uma Filosofia da Físico-química. que tem por objecto as idéias de fôrça, substância, energia, extensão, extensidade e intensidade.

É vivendo-a, que iremos compreender tôda a sua extensão e também todo o seu significado para a vida, e compreenderemos que o saber teórico, especulativo, embora se afaste do saber técnico-prático, sofre dêste sua influência salutar e sôbre êste exerce grande influência, numa reciprocidade productiva.

O homem, quando começou a filosofar, fê-lo ainda sem saber claramente o que era a filosofia. Só a posterior análise permitiria que êle compreendesse melhor a diferença entre os juízos que formulava em face dos factos. Só quando distinguiu um juízo de gôsto, meramente subjectivo, de um juízo de valor, e êste de um de existência e de um ético, poderia o filósofo penetrar na signi-

ficação mais ampla do que é «valor», como, também, estar apto a fazer uma melhor análise de seu espírito, do funcionamento do mesmo em suas polarizações, intelectuais e afectivas. Alcançado êste ponto, a análise do conceito e de seus conteúdos, do conhecimento como resultado de um processo de cooperação entre o sujeito e o objecto, levá-lo-á a captar o que é a **frônesis,** e seus conteúdos, os **fronemas,** como um «conhecer» afectivo, em que a relação **sujeito** x **objecto** é diferente da primeira.

Já aí estará o estudioso da filosofia a compreender, mais profundamente, as diferenças freqüentemente apresentadas entre a chamada Filosofia Ocidental e a Oriental, que tantas controvérsias suscitaram.

Poderíamos dizer por ora, muito singelamente, que, na chamada Filosofia Ocidental, que é especìficamente especulativa, marcantemente autotélica (de **autos,** gr., si mesmo, e **telos,** fim, isto é, que tem o fim em si mesma), a especulação é desinteressada, o que quer dizer, não tem ela um fim fora de si, não é realizada como meio para obter isto ou aquilo. Quando uma criança toma de argila, e com ela faz bonecos ou vasos, ela **brinca** (e o brinquedo é autotélico). Quando o oleiro, com a argila, faz vasos e os destina à venda, com finalidade naturalmente econômica, sua actividade é heterotélica (de **heteros,** gr., outro, que tem o fim em outro). Sua acção é **interessada,** diz-se.

Os sumérios, os habitantes da antiga Caldéia, vindos ou não do vale do Indus, ao construirem no delta mesopotâmico sua civilização, viram-se a braços com problemas meteorológicos, ecológicos, econômicos, astrológicos importantes. O primitivo saber dêsses homens era heterotélico, tinha um fim fora dêle, servia **para** atender esta ou aquela necessidade. Êsse saber, interessado, (como o é hoje, por exemplo, a ciência), predominou em tôda a região da Mesopotâmia e na Jônia. Foi ali e dali que a especulação filosófica grega teve sua origem e obteve seu vigor. Os primeiros **sophoi** (sábios gregos) dirigiam seus estudos para a solução dos problemas que afligiam aos jônios, povo marítimo, dependente, portanto, dos conhecimentos meteorológicos.

Na Grécia, graças às condições sócio-históricas e ecológicas diferentes, a **sophia** pôde seguir um rumo distinto.

Sôbre a **Filosofia** e a **Ciência,** a falta de uma nítida distinção entre ambas deve-se à ignorância de cientistas sôbre os limites da Ciência e o objecto da Filosofia. E isso acontece, em grande parte, por culpa de filósofos modernos, que contribuíram com as suas doutrinas e teorias mal fundadas e com sua falta de distinção entre Filosofia especulativa e Filosofia prática, a que aumentassem as confusões, o que levou aos alheados das grandes obras medievalistas a preconceitos inconsistentes sôbre o filosofar, de modo a confundir-se o conceito de filosofia, que constroem, com o do homem vulgar, como se vê no verbete **Filósofo.** Vide **Ciência).**

Divide-se a Filosofia em **Filosofia Teorética** ou **Especulativa** e a **Filosofia Prática,** que é a filosofia dominada pelos valôres, pelo **axioantropológico,** que traz a influência das apreciações humanas, valorizações e desvalorizações, que modificam a realidade. A primeira tende para o estudo objectivo, independente das influências axiológicas, e dedica-se ao exame do **real** e do **lógico.** O **real** é examinado dùplicemente: o **real,** que ultrapassa os nossos meios de experiência sensível, os **transfísicos,** os **metafísicos,** e temos, então, a **Metafísica Fundamental,** a **Crítica,** na busca da verdade, a **Aporética,** no exame das dificuldades teóricas, a **Metafísica especulativa** ou **Ontologia, a Henótica, a Teologia Natural,** a **Axiologia,** ciência dos valôres e a **Timologia** a ela subordinada, a **Meontologia,** de nossa criação, e a **Teodicéia.** No exame da natureza, temos, então, a **Cosmologia anorgânica,** a **Cosmologia biológica, zoológica,** a **antropológica,** a **Noologia,** a **Esquematologia,** que pertence à **Psicologia Especulativa, metafísica.** O estudo teórico e especulativo dos entes de razão ou lógicos, nos leva às seguintes disciplinas: Lógica Geral, Dialéctica, como **totius logicae,** Lógica especial, como **Filosofia das Ciências,** como a da **Matemática,** das **Ciências Naturais,** das **Ciências espirituais** ou **culturais,** da **Simbólica.**

A Filosofia prática, de influência axioantropológica, é a que se dedica à acção humana, como a **Filosofia da Religião,** a **Ética,** na qual se incluem a **Ética Geral,** a **Ética Especial,** e também a **Ética individual** e a **social (Sociologia).** No exame das realizações humanas, da parte factiva do homem, nas suas actividades externas, temos, então, a **Filosofia da Cultura,** e como disciplinas especiais, a **Filosofia das Línguas,** das **Artes (Estética),** da **Técnica,** da **Economia,** da **Moral,** do **Direito,** da **Educação,** etc.

Como **Filosofia da História,** tomamos a filosofia prática no exame da actividade humana no tempo, sob o ângulo do suceder irreversível.

Tornar especulativa, ausente, tanto quanto possível das influências **axioantropológicas,** uma ciência, é o ideal do verdadeiro sábio. Não é, pois, de desprezar os esforços para tornar especulativas ciências como a Economia, a Sociologia, o Direito, etc., que tomam, então, o nome de **puras,** como Economia Pura, Direito Puro, etc.

FILOSOFIA ÁRABE — A Filosofia árabe forma uma corrente de máxima importância para o desenvolvimento do pensamento humano. Iniciada na Síria, quando da conquista muçulmana, não permaneceu apenas aí, tendo se desenvolvido na Ásia Menor, na Pérsia, no Egito e, posteriormente, na Espanha, de onde sua influência penetrou, decididamente, no Ocidente.

O contacto, que mantiveram no início os árabes com a filosofia grega, permitiu que a **teologia** muçulmana atingisse a níveis elevados. **Vide Sinopse de História da Filosofia — Árabes,** no fim desta obra.

FILOSOFIA BIZANTINA — Vide **Bizantinos,** em **Sinopse da História da Filosofia.**

FILOSOFIA DA CIÊNCIA — É o estudo sistemático, dentro dos quadros filosóficos da natureza da ciência, sua origem, validez e destino, bem como de seus métodos, seus conceitos, seus problemas, e ainda a temática, que transcende o campo de sua actividade.

FILOSOFIA CHINESA — (Vide **Chinesa**) e **Chineses** em **Sinopse da História da Filosofia.**

FILOSOFIA CONCRETA — Chamamos de **filosofia concreta,** em oposição à filosofia predominantemente **abstractista,** o nosso modo de filosofar, exposto em nossas obras, no qual devotamos o máximo cuidado de retornar ao conjunto, do qual faz parte, todo aspecto abstraído, separado mentalmente, e que se dá na mesma realidade. Contudo, êste seria apenas um aspecto metodológico do que chamamos de **filosofia concreta,** pois esta realiza uma construcção e alcança uma sistematização, fundada em teses, que são demonstradas apodìticamente, no sentido kantiano; ou seja, através de juízos universalmente válidos. O ponto de partida da **filosofia concreta** são os seguintes juízos universalmente válidos: **alguma coisa (algo) há; o nada absoluto total não há; alguma coisa não há (nada relativo) não contradiz que alguma coisa há.** Partindo-se de tais postulados, devidamente demonstrados, verifica-se que, obedecendo a rigorosas ilações lógico-dialécticas, é possível construir tôda uma visão rigorosamente apodítica, e alcançar a várias centenas de postulados absolutamente verdadeiros, que permitem, com êles, estabelecer o ponto de partida para um filosofar seguro e liberto do **axioantropológico,** bem como servir de ponto de referência e de aferição para julgar da validez de qualquer posição filosófica. Na construcção dessa filosofia, que realizamos em nosso «Filosofia Concreta», em 3 vols., verifica-se que grande parte dos postulados expressos no decorrer do processo filosófico humano são válidos e se identificam com os que decorrem rigorosamente da **filosofia concreta.** E pode-se dizer ainda mais, que o pensamento dos maiores filósofos, aquêles que revelaram a mais sólida **mens philosophica** se identifica muitas vêzes com a nossa filosofia.

Os postulados fundamentais da **filosofia concreta** têm de ser aceitos por todos, inclusive pelos sistemáticos, pois êstes partem, inevitàvelmente, de uma afirmação. O céptico de certo modo afirma, porque afirma uma recusa apenas.

Imaginemos que o céptico negue a tese do **dogmatismo moderado** de que «nós, por introspecção, somos cônscios de que em nós existe um **estado** de certeza, de dúvida, ou de opinião, pois nós, ora temos certeza (alguns), ora duvidamos, ora opinamos. Êsses estados se dão.» Contudo, o **céptico sistemático** suspende seu juízo, considerando que **nada pode afirmar.**

A certeza, para os dogmáticos moderados, é a adesão firme do entendimento ao objecto conheci-

do, fundada em um motivo evidente, que exclui todo temor de errar.

Há verdade lógica, quando há conformidade entre o esquema eidético-noético, com o qual conhecemos, e a realidade da coisa conhecida. E diz-se que há verdade metafísica ou ontológica, quando a coisa conhecida é adequada ao nosso esquema.

A verdade ontológica de um juízo decorre da perfeita adequação do que se predica ao sujeito, cuja relação ou é necessária ou é da própria natureza da coisa. Assim, a prioridade indica a anterioridade de algo em vector ou ordem ou espécie a outro do mesmo vector ou ordem ou espécie, necessàriamente. A anterioridade está, **necessàriamente,** inclusa na estructura ontológica da prioridade. Assim qualquer acto do espírito é, em si, afirmativo, porque onde há uma acção, há afirmação, embora a acção seja negadora, que neste caso é a afirmação da não presença, da ausência de alguma coisa ou da recusa de algo, como vimos.

Os dogmáticos moderados fundam em geral sua posição na certeza, que é humana. E esta surge, para êles, apoditicamente (apoditicidade lógica), pela reflexão ou pela observação subjectiva, que revela muitos actos psíquicos heterogêneos, entre êles os representativos, nos quais se distinguem vários estados, tais como:

a dúvida — quando não damos nenhuma adesão firme do entendimento e a mente permanece suspensa com temor de êrro;

a opinião, quando há adesão da mente, mas com a admissão de poder estar em êrro e de ser possìvelmente verdadeira a opinião contrária;

a certeza, quando há essa adesão da mente sem temor de errar.

Ora, a verdade lógica está no juízo; enquanto, a verdade ontológica está na essência da própria coisa. A certeza ontológica é firme. O que tem prioridade é de certo modo anterior. Se a prioridade é cronológica, tem anterioridade no tempo; se axiológica, tem-na como valor, etc.

Na certeza ontológica, há uma evidência intrínseca. Colocando-nos do ângulo antropológico, o que engendra a certeza na mente deve ser um motivo supremo, o último **porque** de tôda certeza. E êsse motivo supremo deve ter as seguintes condições:

a) **Ser primário na ordem cognoscitiva,** de maneira que não suponha outro do qual dependa. Conseqüentemente, será **indemonstrável, e o mais fácil de ser conhecido por todos.**

b) Terá de ser **universal,** isto é, há de extender-se a todos os conhecimentos certos, e deve estar incluído em todos os outros critérios.

c) Há de ser necessário, de maneira que sem êle não tenham valor os outros motivos de certeza.

d) Há de ser o **último,** no sentido de que nêle venham, finalmente, resolver-se todos os outros.

O que tem tais condições é a evidência objectiva. Assim a evidência objectiva de que **o todo é quantitativamente maior que cada uma de suas partes** é suficiente para obrigar qualquer mente a assentir firmemente com a verdade que tal princípio encerra.

A certeza é subjectiva, mas a evidência é objectiva. É a segunda que engendra a primeira. A luz da evidência é bastante para si mesma e nada mais se poderia pedir, porque é ela suficiente. É evidência que encerra em si todos os requisitos anteriormente apontados. Poder-se-ia objectar que a evidência pode levar ao êrro. Se alguns são levados a «evidências», que são erradas, deve-se a não terem usado devidamente a razão.

Não é essa, porém, a evidência que empregamos para assegurar a validez apodítica dessas teses. Não precisamos, aqui, repetir a longa polêmica em tôrno dêste tema, que está dispersa nas obras de filosofia, porque não é dela que lançamos mão, sem que por isso lhe neguemos validez.

Se na verdade lógica há a adequação entre o intelecto e a coisa; na verdade ontológica, a da coisa com o intelecto, em ambas, há, portanto, a adequada assimilação entre o esquema noético-eidético e a coisa. Numa, daquele com esta, noutro, desta com aquêle.

Mas a verdade dialéctico ontológica exclui o esquema eidético-noético do homem. Não parte dêle, mas da razão do próprio ser. Quem dá a solidez aos nossos esquemas noético-eidéticos é a razão ontológica, é o **logos** do **ontos.**

A prioridade da afirmação é necessária, e ela afirma que **alguma coisa há.** Essa verdade dispensa adequação. É verdade em si mesma. O que construímos noèticamente vale na proporção que corresponde ao que é ontològicamente verdadeiro. Nossa verdade é dada pelo conteúdo ontológico, por isso a Lógica tem de ser, afinal, subordinada à análise ontológica.

É o fundamento ontológico que dá solidez e validez ao lógico, e não o inverso.

A validez das idéias está na proporção que o ontológico lhes dá conteúdo. E por essa razão pode-se daí partir para tôda uma revisão dos nossos juízos lógicos.

Nossos esquemas **(species)** constituem o que, pelo qual, é conhecido o objecto, não o que é conhecido **(species est id objectum cognoscitur, non id quod cognoscitur.)** Esta afirmação escolástica é de grande valor. O esquema eidético-noético **expressado** representa o objecto como nós o entendemos. Mas a validez de tais esquemas é dada pela validez dialéctico-ontológica. Ao partirmos do lógico, só deduzimos o que já está nas premissas; só deduzimos o que nas premissas já pusemos. Por essa razão, apenas com o uso da lógica, pode o homem perder-se no êrro. Mas, na captação ontológica há outro modo de proceder. Por meio dela, não extraímos o que pomos, mas o que já está na razão da coisa. Dêsse modo, pode o ser humano

errar quando usa a Lógica, não quando usa a via dialéctico-ontológica. Podiam-se apresentar argumentos contrá os antípodas, porque todos os corpos pesados caem, e se houvesse sêres abaixo de nós, cairiam, mas ontològicamente nada impediria que houvesse antípodas. Posteriormente, se conclui, graças aos conhecimentos científicos, que os corpos pesados caem em direcção ao centro da Terra (como se dá em nosso planeta). Já nesse enunciado os antípodas não são mais absurdos.

São motivos, como tais, que nos levam a afirmar que a **via dialéctico-ontológica** supera a **via lógica** para alcançarmos a evidência. sem que se despreze o valor inestimável que esta oferece para o filosofar. Mas o que queremos estabelecer, nesse nosso intuito de matematizar no bom sentido a Filosofia, é que devemos sempre submeter as premissas lógicas à análise ontológica por nós preconisada, a fim de evitar os erros que a deficiência humana fatalmente provoca.

E aqui encontramos, ademais, uma justificação a favor de nossa posição filosófica. Chamamos a nossa filosofia de **concreta,** precisamente por que se funda ela no ontológico, e êsse é a realidade última da coisa, é a realidade fundamental da coisa. Não surgem as estructuras ontológicas de elaborações mentais. Elas não são impostas pela nossa mente, mas se lhe impõem.

As estructuras ontológicas são válidas de per si, e justificam a sua própria validez, **mostrando-se** a nós. O que construímos lògicamente, temos de demonstrar, mas o fundamento dessa demonstração está na mostração da raiz ontológica. Por isso, a **via dialéctico-ontológica é concreta,** e só pode levar à construção de uma **filosofia concreta.**

Não seguimos, assim, o caminho usado pelos filósofos de todos os tempos, sem que tal impeça que muitas das nossas afirmativas e das teses por nós demonstradas coincidam com o pensamento exposto por outros. Não, é porém, o pensamento alheio que fundamenta a nossa posição, é o nosso método dialéctico-ontológico que lhes fundamenta os postulados. A **Filosofia Concreta** não é, assim, uma construcção sincrética do que há de mais seguro no filosofar. Mas, o que há de mais seguro no filosofar, através dos tempos, é o fundamental concreto, no sentido que damos. A Filosofia Concreta forma, assim, uma unidade, e a sua validez é dada por si mesma. Para mostrar a diferença entre o filosofar, submetido apenas ao lógico, e o filosofar dialéctico-ontológico, podemos apresentar diversas diferenças. Vamos, contudo, apresentar outro exemplo.

Não devemos confundir a gênese noética do conceito com o conteúdo lógico, nem com a sua estructura ontológica. Tomemos, como exemplo, o conceito de **infinito.**

Combatendo os argumentos escotistas, os suarezistas, que são filósofos tão grandes como aquêles e tão grandes como os maiores de todos os tempos, repelem

a afirmativa dêstes de que a primeira diferença de Deus é constituída pela infinitude. Para êstes, Deus é o ente **simpliciter infinitum**, absolutamente infinito. Ora, tal não procede, afirmam, porque infinito é algo negativo, e o negativo funda-se em algo positivo. E se fundado em algo positivo, então, êste seria a diferença primeira e constitutiva de Deus. O infinito seria, pois, um accidente, e não poderia constituir a diferença primeira.

Pode-se, através de uma análise dialéctico-ontológica, responder do seguinte modo:

Segundo o nosso modo de conceber, a gênese do conceito de **infinito** surge da negação da infinitude, in-finito. Mas se etimològicamente o conceito é negativo, não o é em sua estructura ontológica, como não é o conceito de Não-eu, o conceito de átomo (**atomos**), porque se referem a conteúdos positivos. Mas o conteúdo positivo de infinito é a absoluta independência: o ser absolutamente necessário. Se a mente humana percorre um longo caminho para alcançar o conteúdo concreto-ontológico do conceito de infinito, o seu verdadeiro conteúdo é o final, e não o que é dado aos primeiros ensaios. Neste caso, se tomarmos **infinito** em sentido lógico, o argumento dos escotistas é inaceitável, mas se tomarmos em seu conteúdo ontológico, é êle válido.

O céptico poderá dizer que nada sabe sôbre o que há, mas terá de concordar que há alguma coisa, e também o agnóstico e o relativista; pois, para êste último, há, pelo menos, a relação, e o ser é para êle relativo. Ademais, a **relação é alguma coisa** e não nada. É uma **entitas**, uma entidade.

Os principais argumentos céptico, na Critèriologia, podem ser simplificados em dois: um **a priori** e outro **a posteriori.** Aprioristicamente **afirma** a impossibilidade de um critério seguro e inapelável da verdade por parte da razão, porque esta terá de demonstrar, não por si, mas por outrem, sendo impossível alcançar um primeiro critério, base certa e segura de tôda demonstração.

O defeito fundamental dessa objecção consiste em afirmar, gratuitamente, que tudo é demonstrável, e que nada poder-se-á ter por certo e seguro sem uma demonstração. Como a primeira deveria ser certa e segura, e como exige demonstração, essa seria indefinidamente levada avante. Estamos no **dialelo.** Mas já evidenciamos que não se prova apenas demonstrando, mas **mostrando.** Há um critério de **evidência,** que não necessita de, nem pode ser justificado por outro, e que se justifica por si mesmo: **alguma coisa há.** Esta verdade é ontològicamente perfeita, porque a sua proposição encerra em si a verdade. Não há possibilidade de uma ficção absoluta, porque a sua mera enunciação afirma que alguma coisa há. Na proposição **alguma coisa há,** o sujeito é suprido perfeitamente pelo predicado. Essa evidência é objectiva. Se é o homem que a pronuncia, a evidência subjectiva apoia-se numa evidência objectiva. **Alguma coisa há** para que o homem possa afirmar que alguma coisa há.

O segundo argumento dos céptico está no facto de nos enganarmos quanto à verdade das coisas. E por que nos enganamos algumas vêzes, concluem que nos enganamos sempre. **Quod nimis probat, nihil probat** (o que prova em demasia não prova) afirmavam os escolásticos, e com fundamento, porque a conclusão dêsse argumento aposteriorìstico dos cépticos é **dogmático,** exageradamente dogmático, além de extender a conclusão além das premissas.

Que nos enganamos algumas vêzes, é procedente a afirmativa, mas que nos enganamos **sempre,** é uma afirmativa que excede e refuta o próprio cepticismo, pois saberíamos, então, com certeza, como verdade, que sempre nos enganamos. No entanto, **alguma coisa há** refuta que nos enganamos sempre, porque o próprio engano afirmaria que «alguma coisa há». Nossa tese, portanto, é válida também para os cépticos.

O cepticismo tornar-se-ia ainda mais absurdo se negasse que **alguma coisa há,** pois a sua negação seria a afirmação de que alguma coisa há. Gonzalez sintetiza sua objecção ao cepticismo com estas palavras, onde mostra a contradição fundamental que o anima: ou sabes que não sabes **nada,** ou não o sabes. Se não o sabes, porque o afirmas? E se sabes, já sabes algo, e é prova de que se pode saber alguma coisa.» Repete, assim, as palavras de Santo Agostinho: «Quem pode duvidar que vive e entende, e que julga? se duvida, **vive;** se duvida, **entende** que duvida; se duvida, é porque **quer** ter certeza; se duvida, **pensa;** se duvida, **sabe** que não sabe; se duvida, **julga** que convém não prestar um assentimento temerário» (**De Trinitate, lib,** X, cap. 10, n. 14: Xv, 12):

Ademais o cepticismo aplicado à prática seria destructivo, e tornaria impossível a vida humana, pois o céptico, para o ser integralmente, teria de excluir tôda prática.

Tal não impede que haja um cepticismo até certo ponto benéfico para o progresso do saber humano. Se paira aqui uma grande polêmica na filosofia, certa dúvida metódica poderá levar o homem a investigações mais longas e mais profundas, e corresponderia, perfeitamente, a um desejo mais amplo de saber. Contudo, conviria estabelecer os limites dêsse cepticismo relativo, pois a dúvida metódica de Descartes deu frutos ácidos para a filosofia, embora não fôsse essa a sua verdadeira intenção. Entre os escolásticos modernos, há muitos que a admitem, como Sentroul, Monaco, Monnot, Noldin, Maquart, Geny, Jeannière, Guzzetti, Maréchal, Montagne, Jolivet, Noel, d'Aquarparta, Kleutgen, Liberatori, Palmieri, etc. Admitem-na apenas metòdicamente, mais em face do estado de cepticismo que avassala certas camadas intelectuais, e a necessidade de partir dela para estabelecer as bases firmes de um critério gnosiológico.

A posição agnóstica é fundamentalmente céptica, e padece dos mesmos defeitos do cepticismo e a sua refutação se faz pelo mesmo caminho.

Já o relativismo tem encontrado na época moderna seus cultores. Protágoras é considerado o fundador dessa posição, e a tese fundamental do relativismo consiste em afirmar que a nossa verdade é relativa ao sujeito cognoscente. Não conhecemos o objecto como êle o é em si, afirma, bem como nega possamos adequadamente distinguir entre cognição absolutamente verdadeira e cognição falsa, já que a coisa não pode ser captada, senão segundo as nossas medidas. Se há um relativismo absoluto, há, ademais, um relativismo moderado. Êste afirma que nossas verdades são relativas ao sujeito cognoscente, segundo o seu modo de conhecer, aceitando, portanto, que há um conhecimento verdadeiro do que a coisa é em si, mas proporcionado ao sujeito cognoscente.

Ora, quer o agnosticismo, quer o relativismo universal como o moderado não podem pôr em dúvida a tese fundamental da **filosofia concreta,** pois se o agnóstico declara não podermos saber o que a coisa é em si, não nega que algo há e, por sua vez, o relativismo afirmaria que a relação há, e que a relação não é um puro e absoluto nada.

Os relativistas intelectualistas, como os idealistas e os fenomenistas, que chegam a negar a existência da coisa em si, e apenas afirmam a das nossas idéias e representações não negam, conseqüentemente, que **algo há.**

No fundo, o relativismo é céptico, e sôbre êle cai a mesma refutação. Pode-se, de certo modo, considerar o agnosticismo um relativismo fenomenístico, sobretudo o agnosticismo científico, bem como também o psicologismo e o historismo, o pragmatismo, pois tôdas essas doutrinas fundamentam-se nos mesmos postulados.

O idealismo, em geral, ao afirmar que o objecto conhecido é totalmente imanente ao cognoscente, chegando até à negação do mundo exterior, como o idealismo fenominísticos, ao afirmarem que portanto, que algo há.

Se os acosmísticos negam a existência real do mundo corpóreo, não afirmam uma negação absoluta de que algo há, nem os fenominísticos, ao afirmarem que nosso único conhecimento é aparente, nem os idealistas monísticos, nem os pluralistas negam tal postulado. O idealismo é, em suma, relativismo, e conseqüentemente céptico.

Em oposição ao idealismo, poder-se-ia dizer que o intelecto humano é naturalmente ordenado à verdade e que a verdade objectiva existe independentemente da cognição humana. O que, no entanto, fica afirmado, ante essas posições é que algo há.

Também entre os filósofos anti-intelectualistas, como Bergson, Nietzsche, e os existencialistas, que afirmam serem insuficientes os meios intelectuais de conhecimento, e que a realidade concreta nós a atingimos através de uma experiência vital e alógica, apesar da fraqueza dos seus postulados, aceitam também que **algo há.**

Para a fenomenologia moderna, em todos os seus aspectos e escolas, não se nega validez ao postulado fundamental da Filosofia Concreta.

Restaria apenas a posição nihilista absoluta, que negaria terminantemente que algo há, e afirmaria que **nada absolutamente não há.** Tudo seria mera e absoluta ficção. Mas tal posição ainda afirmaria que a ficção é algo, e, conseqüentemente, que **algo há.**

Portanto, sob nenhum dos aspectos do filosofar, sob nenhum dos seus ângulos, em nenhuma das posições filosóficas consideradas em todos os tempos, nenhuma sequer nega a validez do postulado fundamental da **filosofia concreta,** o que prova também a sua universal validez.

Poder-se-ia, ainda, discutir a validez dos conceitos **alguma coisa (áliquid)** e o **haver** (há). Mas, que apontam tais conceitos? **Áliquid** diz-se do que tem positividade de qualquer modo, do que se afirma. **Haver** indica **presença simplesmente.** O predicado afirma que se pode predicar a presença de algo (ser, devir, ficção, não importa), e que essa presença tem uma positividade, pois não se pode predicar a absoluta ausência. Entre os conceitos de presença e de ausência total e absoluta, a mente não pode vacilar, pois a afirmação da segunda seria negada pela própria afirmação.

Conseqüentemente, prova-se, ainda, que é verdadeiro o postulado: **é absolutamente falsa a predicação da ausência total e absoluta.** Conseqüentemente: **é absolutamente verdadeira a predicação de uma presença.**

Tem, assim, o filosofar um ponto arquimédico de partida, sôbre o qual nenhuma objecção pode ser feita; ou seja: há um juízo universalmente válido e absolutamente verdadeiro, sôbre o qual se podem construir os fundamentos de um filosofar coerente, que era o que a Filosofia Concreta desejava mostrar e demonstrar.

Fundada nesses postulados, apodìticamente demonstrados, constrói ela, de modo unitário, a visão geral concreta filosófica com validez, por ser rigorosamente encadeada em teses universalmente válidas.

Em suma: A filosofia concreta opõe-se à filosofia da **doxa** (a **filodoxia**), das meras asserções, e pretende instaurar uma **metamatematização da filosofia,** fundando-se, não em juízos assertóricos, mas em juízos necessários, portanto apodìticamente válidos.

FILOSOFIA DA CULTURA — O objecto da **filosofia da cultura** são as manifestações culturais, que passam a ser examinadas em sua essência, em seus fins últimos, e na sua actividade criadora. É a **cultura** (vide) a máxima realização do homem; por isso a **antropologia filosófica** examina o que o homem é, como a **teologia natural** busca examinar o seu destino e as relações que êle mantém com as coisas divinas.

A **filosofia da cultura** fundase, inevitàvelmente, na Metafísica, e segundo a variedade das

perspectivas no considerar esta surge a heterogeneidade das interpretações sôbre a **filosofia da cultura.**

FILOSOFIA DA DISCONTINUIDADE — No fundo, é a disciplina conhecida por **Filosofia da Mutação,** pois considera esta a base fundamental de tôda realidade. Vide **Mutacionismo,** em **Factôres.**

FILOSOFIA DA FILOSOFIA — É a disciplina que tende a examinar o valor, validez, alcance e objecto da Filosofia. É uma espécie de especular sôbre a própria especulação, e construir a teoria da teoria, procurar o **logos** do **logos,** a razão da razão, um verter-se sôbre si mesma em busca de novos caminhos, bem como a análise dos métodos empregados no filosofar, a fim de estabelecer seus limites ou possibilidades.

FILOSOFIA DA MUTAÇÃO — Para essa posição filosófica, a mutação, e apenas ela, é a base fundamental da realidade. A lei fundamental de tôdas as coisas é a lei da mutação. Vide **Mutacionismo,** em **Factôres.**

FILOSOFIA DA NATUREZA — É a filosofia natural, das coisas da natureza, da natureza material.

FILOSOFIA DA POLARIDADE — É a Filosofia dos contrários, a que afirma, sistemàticamente, que tudo é producto de um **antagonismo** de princípios opostos, e só sob o ângulo dessa **antinomia** que se deve ver, examinar e estudar tôdas as coisas.

A aceitação da polaridade, dos antagonismos no mundo criatural, encontramos, sobretudo, na **filosofia chinesa,** no dualismo do **yang** e **yin,** e na filosofia ocidental, no pensamento de Nicolau de Cusa e Schelling.

FILOSOFIA POLÍTICA — a) É o ramo da Filosofia, na esfera ética, que se dedica ao estudo dos factos políticos e da **política** (vide), sua essência, origem e valor do Estado.

b) Modernamente, a **política** é estudada fora da Ética.

FILOSOFIA DAS RELIGIÕES — a) Em linhas gerais, é a investigação filosófica da **religião,** o estudo da sua essência, da sua distinção em face dos outros fenômenos culturais, a justificação de suas afirmativas, o exame do valor da revelação, e, enfim, a defesa de seus principais postulados e objectivos.

Uma série de problemas surgem para aquêle que se dedica ao estudo da **filosofia das religiões,** e, entre êsses, podemos citar a natureza e a validez da **religião,** suas relações com o conhecimento, a ética, o seu ideal, o problema do mal, o problema do espírito humano, o seu destino, sua salvação, as relações entre o humano e o divino no problema da responsabilidade e da liberdade, a profecia, as experiências místicas, as revelações, as inspirações, o valor da prece, os rituais e cerimônias; em suma, tôda uma problemática a exigir soluções filosóficas.

b) Para alguns, a **filosofia da religião** reduz-se apenas à defesa

filosófica de uma determinada religião, o que seria reduzir aquela disciplina à **apologética.** Na verdade, deve-se deixar o conceito de **filosofia da religião** aos estudos pròpriamente filosóficos do fenômeno religioso e de suas diversas manifestações, dividindo as disciplinas, segundo os aspectos formais, sob os quais se pode tomar tal fenômeno. Assim a gênese e as relações da religião no homem, que constituiria a Psicologia da Religião, e as investigações em tôrno das relações entre a religião e as formas sociais e culturais, passariam a ser o objecto da **Sociologia da Religião,** ou **sociologia religiosa,** como o preferem alguns.

Cabe ao neokantismo ter criado, pròpriamente, a **filosofia da religião,** mas deu a esta apenas uma validez no homem, e não uma validez em si, reduzindo-a a uma mera realização humana.

FILOSOFIA DO ESFÔRÇO — É a teoria que se funda na afirmativa de que a auto-consciência do esfôrço da pessoa torna-se uma unidade com a realidade. Essa consciência é a **auto-consciência.** Era assim que Maine de Biran chamava a essa teoria.

FILOSOFIA DO ESPÍRITO — É a teoria filosófica da natureza do espírito e de seu valor e posição no mundo.

FILOSOFIA GERAL — Expressão usada por Augusto Comte, como estudo das generalidades do saber, a fim de reduzi-las a um conjunto de princípios gerais e de penetração nos principais problemas, que surgem nas diversas disciplinas filosóficas.

FILOSOFIA GREGA — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

FILOSOFIA HELENISTA ROMANA — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

FILOSOFIA HINDU — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

FILOSOFIA (História da) — É a investigação histórica das teorias, doutrinas, correntes, posições e ciclos filosóficos através dos tempos.

Tem a **História da Filosofia** uma dupla finalidade: 1) realizar uma historiografia filosófica; 2) uma análise metafísica do próprio processo filosófico; 3) investigar os fundamentos antropológicos, com as bases metafísicas do mesmo processo.

Essa terceira finalidade entrosa-se com a segunda, pois se a **história da filosofia** se cingisse apenas à **historiografia,** perderia ela valor, pois não pesquisaria o que a transcende e que a justifica. Essa disciplina seria, em suma, a **Filosofia da Filosofia.**

FILOSOFIA JUDAICA — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

FILOSOFIA MEDIEVAL — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

FILOSOFIA MODERNA — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

FILOSOFIA ORIENTAL — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

FILOSOFIA PERENE — (Do latim **per** e **annus,** através dos

anos) é a filosofia que atravessa os tempos, que se impõe através dos séculos. O título foi usado pela primeira vez **(philosophia perennis)** por Augustinus Steuchus, para referir-se à filosofia medieval em seus fundamentos, que atravessaram os séculos, e, sobretudo, para as suas bases aristotélicas e platônicas. Pretende-se, também, empregar êste têrmo para referir-se ao que é fundamental da filosofia, e que, apesar das oposições, venceu os séculos e permanece em pé no filosofar.

FILOSOFIA PLEBÉIA — Nome que Cícero dava à **filosofia materialista,** ao **empirismo,** a tôdas doutrinas ou teorias, que se fundamentavam apenas na validez do conhecimento sensível ou que a última realidade seja constituída das coisas sensíveis, da matéria bruta.

FILOSOFIA PRIMEIRA — a) Do lat. **prima philosophia,** que corresponde à **prote philosophia** de Aristóteles, por êle usado para referir-se à Metafísica, e, sobretudo, à Teologia, sendo a Física a filosofia segunda.

b) Nesse sentido, tem sido sempre usada durante o período medieval e, modernamente, em alguns autores quer significar a parte da filosofia que se interessa em estudar os princípios formais comuns a tôdas as ciências.

FILÓSOFO — a) Diz-se que Pitágoras, ao ser interrogado o que era, declarou-se **philosofos** (de **philos,** amor e **sophia,** saber), um **filósofo.** Para **Pitágoras, a** Verdade pertence à suprema instrucção, à **Mathesis Suprema,** a Verdade que está em tôdas as coisas, e que é a verdade de tôdas as coisas. Esta nos está velada, ocultada. O homem, que a busca, o homem que quer saber algo sôbre a verdade, é um viandante que percorre o caminho do saber, partindo de um para outro lado, aumentando, assim, os seus conhecimentos, conexionando os factos em teorias, e buscando conhecer a origem e o destino de tôdas as coisas e do homem. Êsse afanoso de saber as primeiras e últimas causas é o **filósofo,** e êsse afanar em busca da **Mathesis Suprema** é a Filosofia. Desde então, é êste o significado nobre e mais elevado dêsse título. Ademais, ao filósofo, não basta apenas êsse afanar-se pelo saber, mas, também, uma emergência mental hábil e aguda, capaz de penetrar, munido apenas do pensamento, nos mistérios onde se ocultam as verdades dispersas das coisas, que são o caminho da Verdade Suprema. E essa capacidade aguda, arguta e saudável do pensar profundo, é a **mens philosophica,** a mente filosófica.

b) O têrmo é também empregado, e indevidamente, para nós, para os que se ocupam com o estudo da filosofia, e que escrevem sôbre filosofia sem a ela se dedicarem devidamente.

c) Também é empregado, e também para nós indevidamente, e por ignorância, para intitular aos que se dedicam apenas a uma vida teórica, alheios aos factôres reais.

d) É dado, também, aos professores de filosofia, o que só se justifica, como o diz Lalande, com um matiz irônico.

e) Há, ainda, o emprêgo popular de chamar **filósofo** o homem descuidado, alheio à realidade da vida, indiferente ao seu bem estar, e às vêzes, até, com a sua limpeza e saúde. Felizmente, êsse emprêgo desaparece aos poucos, e só surge em pessoas ignorantes.

FIM — Vide **Fins e Meios.** Na escolástica, **fim** é a meta ou o destino para o qual tende o agente quando move ou actua. **Finis qui** (fim que) é o fim que tende a alcançar: assim a saúde, para um homem doente. **Finis cui** (fim para o qual) é a pessoa ou sujeito para o qual o fim (**finis qui**) é procurado. Por ex., o próprio homem doente é o fim para o qual a saúde é procurada.

Finis quo é o fim actual, alcançado pelo próprio bem. Por ex., a própria beatitude para o bemaventurado.

Finis operis seu scientiae (fim do trabalho ou do conhecimento) é o para o qual um acto ou um hábito (**habitus**) é ordenado por si mesmo e por sua natureza.

Finis operantis seu scientis (fim do que opera ou sabe) é o para o qual o que actua propõe a sua vontade, no exercício da acção ou na acquisição do conhecimento, como o que ensina a ciência devido a sua utilidade.

Fin (fr.) = **fim.**

FINAL — a) O que constitui ou concerne a um fim. **Final** é o derradeiro, o último, a meta alcançada, o que não tem um fim ulterior. Em **inicial** temos o contrário de **final.**

b) Empregado como adjectivo, é oposto a mecânico, de certo modo. Vide **Causa Final.**

Final (fr. e ing.) = **final.**

Finale (it.) = **final.**

FINALIDADE ÉTICA — Vide **Fim e Causa Final.**

FINALIDADE (Princípio de) — A proposição, que enuncia o princípio de finalidade, é a seguinte: «todo operar está dirigido para um fim (**omne agens agit propter finem**), que é um adágio escolástico, e que tem sido posto em dúvida e até negado na filosofia moderna. O fundamento concreto-ontológico do princípio de finalidade está em que o nada não pode ser meta de acção. O agente actua para..., dirigindo-se para..., intencionalmente para... Essa meta é a **finalidade.** Quando desejamos, desejamos alguma coisa, nossa apetibilidade dirige-se para algo. Uma apetibilidade de nada é apenas o desejar o afastamento do que nos angustia ou nos obstaculiza, não do nada, pròpriamente. Conseqüentemente, tôda finalidade tende para algo que é. Vide **Causa Final.**

FINALISMO — Vide **Causa final.** Doutrina que explica as coisas por seus fins. (Vide **Teleologia**).

Finalité (fr.) = **finalidade.**

Finality (ing.) = **finalidade.**

Fine (it.) = **fim.**

Fingirt (al.) = **factício.**

Fini (fr.) = **finito.**

Finis (lat.) = **fim.**

Finite (ing.) = **finito.**

FINITISMO — a) É a posição filosófica que afirma que todos os sêres são finitos, e não há nenhum ser actualmente infinito.

b) Também se chamam de **finitistas** aquêles que aceitam que uma determinada esfera da realidade é finita, como a afirmação de que o espaço é finito.

Finito (it.) = **finito.**

FINITUDE — Carácter do que é **finito.**

Finitudo (lat.) = **finitude.**

FINITO — a) É o limitado, o que tem um fim, um **outro** além de si mesmo. É finito o número, cujo valor se pode bem determinar.

b) Para os gregos, a finitude era a limitação, o delineamento. Só as coisas finitas poderiam ser captadas intelectualmente, porque só o que tem fronteiras, tem contornos, tem determinações, pode ser perfeitamente inteligível. O finito era, assim, o que tinha limitações, fronteiras, o que permitia verificar o que era até onde era.

c) A noção de finitude (carácter de ser finito) é aplicada aos números cardiais e ordinais (vide **Número**).

d) No qualitativo, o finito é o ser que é o que êle é, e não é o que êle não é. O ser finito é o ser que não é só e apenas ser, como o é o Ser Supremo, fonte e origem de todos os outros. É êle o ser que é isto ou aquilo, o ser que é o que é especificamente, que consigo se identifica, e que de outro (alter) se distingue numérica e especificamente **(alteridade).**

A quantidade finita é a quantidade **mensurável,** se é contínua; **numerável,** se é discreta, descontínua. Vide **Infinito (número).**

e) É finito tudo quanto é inferior ao que é finito, quer número, quer qualquer outro ser.

Uma grandeza é finita se ao medi-la com uma grandeza da mesma espécie, o resultado é um número finito. Para maior clareza do tema do **finito** vide **Infinito (número).**

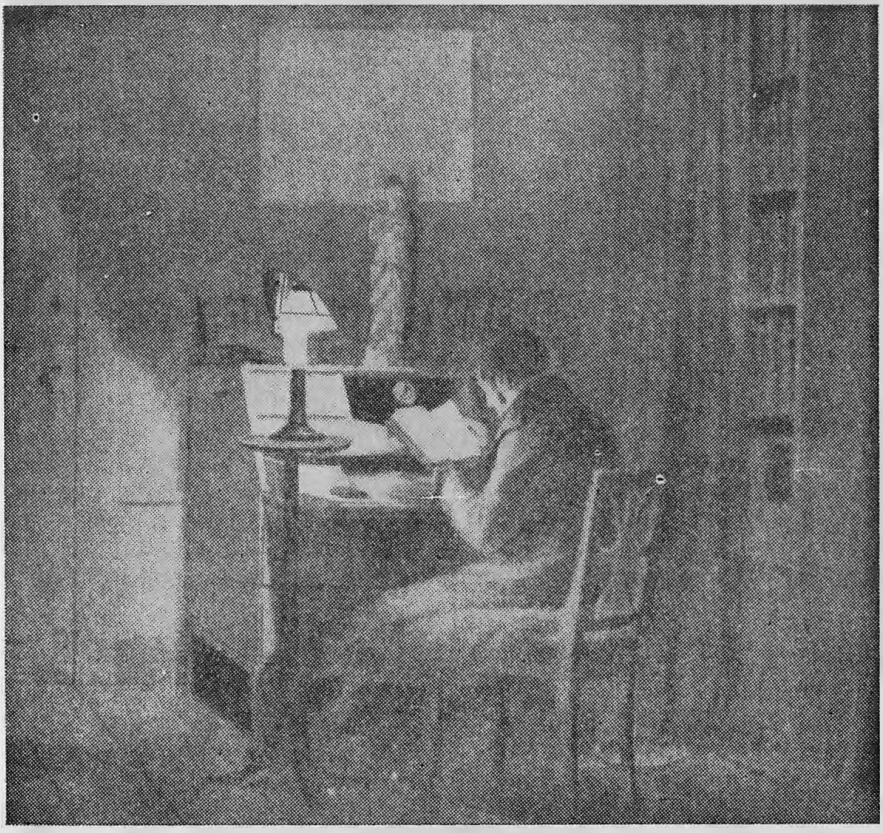
Finitum (lat.) = **finito.**

FINS — Na concepção de Kant, a Humanidade e tôda criatura humana têm um fim em si mesmas, que é a sua própria felicidade.

FINS E MEIOS — Tema de máxima importância nos estudos **éticos,** cujo esclarecimento é imprescindível.

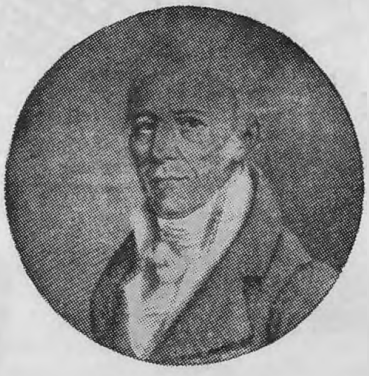
Fim vem de **finis,** em latim limite, fronteira, e, em grego, **oros.** Daí **finitio, definitio (diorix,** em grego), de onde **infinitus, aoristós,** em grego.

A idéia de fim opõe-se à de começo e designa o têrmo, o ponto de acabamento do que começa, o ponto de acabamento de uma acção **(teleuté).** Em oposição a meio, o têrmo fim toma o



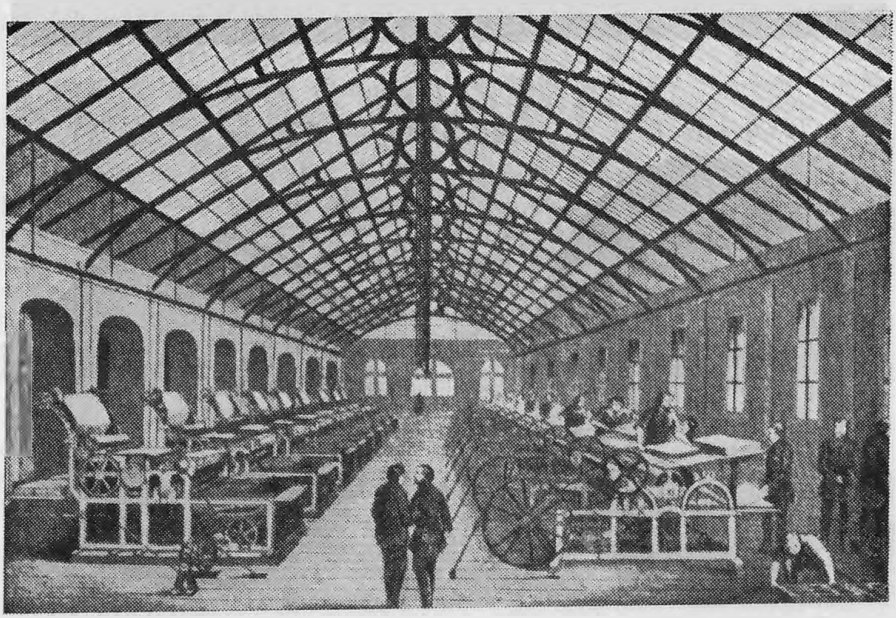
"Sala de Estudo"
(*Quadro de J. F. Kersting,* 1812 — *Weimar - Palácio*).

Adam Smith



Lamarck

Tomás Edison



Uma impressora no séc. XIX.

sentido de o resultado para o qual tende uma acção ou um agente.

Dizia Pitágoras que tôdas as coisas finitas podem ser medidas, triàdicamente, pelo comêço, meio e fim.

As mesmas coisas podem ser, segundo os aspectos e relações, meios e fins. Assim o salário é o fim do operário que trabalha, que é o meio de alcançá-lo. Mas o salário é o meio de adquirir os livros, com o fim de educar os filhos que estudam, como, por sua vez, a instrucção é um meio para alcançar um fim melhor na sociedade, etc.

Por outro lado, o meio pode tornar-se um fim, como o avarento que guarda o dinheiro para com êle poder adquirir os bens necessários, mas que o transforma num fim, pelo desejo de adquiri-lo apenas.

Numa acção, os fins podem ser diversos e variados, segundo as fases da acção. Há fins **imediatos** e **mediatos.** Há **próximos** e **remotos.**

Ao remontarmos aos fins, alcançaremos um fim último.

Diz-se que uma coisa é útil, quando tem ela utilidade, isto é, quando é usável como meio para obter um fim. O valor de utilidade de uma coisa é proporcionado à capacidade dessa coisa, usada como meio para favorecer a obtenção de um fim. Se êsse fim a ser obtido é uma necessidade física, a utilidade da coisa será física; se econômica, será econômica; se ética, será ética.

Rigorosamente, dentro dos princípios ontológicos, o **logos** da utilidade só pode ser êste, e é êste.

Conseqüentemente, a utilidade é um meio e não um fim. É a capacidade de permitir a obtenção dêsse fim que marca o grau valorativo de uma utilidade.

Assim sendo, a roupa é útil, porque nos cobre o corpo e nos evita de padecer das intempéries; a luz é útil porque, por meio dela, podemos ver. O grau de utilidade, portanto, de uma coisa, é proporcionado à aptidão que essa coisa **terá de,** como meio, satisfazer a obtenção de um fim. Há, assim, utilidades manifestas, captadas por nós, como as há desconhecidas por nós. A utilidade de uma coisa está virtualmente na coisa, nas suas relações actuais e possíveis com outras.

Se a utilidade é um meio, como pode ser ela considerada um fim?

O que não nos serve de meio para alcançar um fim é inútil para êle.

São, portanto, relativas as idéias de utilidade e de inutilidade, pois o que é útil para isto é inútil para aquilo; o que é útil para êste é inútil para aquêle.

E considera-se nocivo não o que não leva ao desejado (inútil), mas o que leva ao contrário do fim (ao prejudicial).

Fundamentar a Ética na utilidade é, portanto, falso, e pecam de falsidade tôdas as concepções utilitaristas, pois fundamentam o acto ético apenas na utilidade.

Mas, para que melhor ressalte a improcedência dessas concep-

ções, convém examinar outros pontos.

Ao tender para um fim, a posse dêsse fim almejado dá o gôzo da satisfação alcançada. O prazer revela-se na via que alcança o fim, na aproximação e na posse final do fim. Está o prazer vinculado à via que percorre o que é útil para alcançar o fim. Há, assim, prazeres sensíveis, intelectuais, estéticos, etc., e também éticos.

Se o prazer surge da aproximação da posse ou da posse do bem desejado, não é o prazer que valoriza o bem, mas é êste bem desejado que valoriza o prazer. Portanto, como fundamentar a Ética no prazer? Neste caso, o valor ético estaria no que dá prazer, quando, na verdade, o prazer revela-se na posse máxima ou actual do que tem valor.

Quando a satisfação é espiritual, toma ela o nome de **alegria.**

O prazer não é a medida do bem de algo, mas o bem de algo é que dá medida ao prazer.

E como o bem de algo, axiològicamente, além de ser em si mesmo, é proporcional à satisfação de uma necessidade que pode dar a outrem, a posse do valor mais alto dará, conseqüentemente, o maior prazer.

É comum, contudo, o ser humano enganar-se, julgando que o valor de utilidade seja o fim ético do homem. Se as coisas úteis são desejadas, o são por serem úteis, mas são úteis na proporção que satisfazem a posse de um fim desejado.

Como o homem constrói o seguinte esquema: **fim desejado — coisa útil para alcançá-lo — prazer da posse,** a simples presença da coisa útil pode oferecer um prazer, mas daí considerar que a Ética é fundamentalmente utilitária, seria reduzi-la a fundar-se num ser relativo, cuja positividade não lhe é própria, mas dependente do que lhe dá positividade, o fim desejado, pois o que é útil, o é relativamente ao fim que pode satisfazer.

Se o homem encontra prazer no emprêgo da coisa útil, êsse prazer tem seu fundamento na posse prometida do fim desejado. Acentuar e actualizar apenas êsse prazer do útil é cair numa posição utilitarista e èticamente falsa, pois buscaria apenas o prazer de gozar o prazer do útil.

Aquêles, que consideram que o sumo bem é embriagar-se de prazeres, tomam os meios pelos fins.

Há prazeres **sensíveis** e prazeres **intelectuais.**

Não se poderia pôr nos sensíveis o fim da Ética, pois se êles nos dão prazer, dão-nos por tender a uma satisfação natural, à posse de um bem natural. Comer dá prazer porque sacia a fome, atende a um fim natural, cujo fim alcançado dá prazer.

A fome é um desprazer, mas que acentua o prazer da comida, porque esta, ao mesmo tempo que sacia aquela, também a estimula. No prazer de comer, há uma oscilação entre prazer-desprazer até o gôzo final da satisfação plena da necessidade.

Satisfeita essa, teimar em comer seria desprazeiroso. Conseqüentemente se vê que o prazer está ligado ao fim e não ao meio.

Todos os prazeres sensíveis estão limitados à posse do fim desejado e exarcebados, tornam-se desprazeres. Se tentar-se ultrapassar os seus limites, põe-se em risco a vida.

O prazer, tomado em si, não é èticamente repudiável; ao contrário, o prazer é èticamente justo, enquanto corresponde à satisfação natural de um fim desejado.

O que é repudiável no prazer sensível é o seu exacerbamento quando ultrapassa as medidas naturais, e põe em risco outros bens maiores do ser humano.

Os limites do prazer sensível, limites marcados pela própria natureza, revelam que não podem ser êles os fins éticos.

Se o prazer fôsse o fim ético, aquêle que mais prazeres gozasse seria o ser èticamente mais elevado.

Estaria o fim ético nos prazeres intelectuais?

À primeira vista parece não padecer dúvida, porque desenvolver as faculdades intelectuais dá um prazer por alcançar um fim desejado, e com a diferença de nunca saciar de modo algum. O prazer de saber alcança-se ao saber, mas um saber alcançado não satisfaz a ânsia de saber. E sempre êsse desejo de saber é insatisfeito, mas sempre prazeiroso, pois, à proporção que é satisfeito, abre as portas a uma nova insatisfação. Já o mesmo não se poderia dizer do prazer sensível, pois, satisfeito êste, pode criar a insatisfação de não ter novas satisfações pelos limites sensíveis. Mas a nova insatisfação pode não encontrar uma satisfação, porque há limites no sentir. Nos prazeres intelectuais, a satisfação é sempre possível, sem desgaste, sem oferecer perigos nem destruições.

No entanto, o afã de saber pode levar a actos anti-éticos, porque o desejo intemperante de saber pode arrastar o homem ao abandono de outros valôres, descuidar da família, da saúde, etc.

A perfeição da natureza sensível não pode ser o fim ético, como também não o pode ser a perfeição do entendimento.

No entanto, algo de positivo há naqueles que defendem que o fim da ética é o utilitário, como há nos que defendem que é o prazer sensível, como há nos que defendem que é o intelectual.

Mas, como é possível tratar de tais aspectos sem estabelecer-se, prèviamente, os fundamentos do **dever-ser humanamente ético?**

É o que se vê na **Ética** (vide).

Finzione (it.) = **ficção.**

FIRME (afirmação ou negação) — Vide **Juízo.**

Firmness (ing.) = **firme.**

First (ing.) = **primeiro.**

FÍSICA — Do gr. **physis,** natureza. Para os gregos, era o que surge, o que nasce, o que pro-

vém de algo, do verbo **phyô**, que significa nascer. As primeiras investigações filosóficas exotéricas dos gregos cingiam-se aos factos físicos, aos factos da natureza, como se pode ver pelos tratados (**Peri Physeôs**, sôbre as coisas físicas), de tantos autores famosos, entre êles Aristóteles. Com os gregos, e durante o período medieval com a escolástica, a Física permaneceu dentro do campo da Filosofia. Foi do Renascimento para cá, fase diacrítica do pensamento (vide **Crise**), que a Física, separando-se da Filosofia, tornou-se um dos ramos das chamadas ciências naturais, com objecto próprio, formal e material. Actualmente é a ciência que se dedica (ao lado da Química; daí Físico-química) a estudar os fenômenos do movimento; em suma, microscópica e macroscòpicamente, os fenômenos dos sêres corpóreos e de tôdas as suas relações e modais, como a gravitação, a pressão, o calor, a luz, o som, o magnetismo, a electricidade, a rádio-actividade, etc. Inúmeros são os problemas filosóficos que surgem para a Física actual, problemas que dizem relação com os factos biológicos, matemáticos e também com os aspectos metafísicos, que os temas da materialidade, da corporeidade e da incorporeidade provocam, e que desafiam a argúcia do pensamento humano.

FISICALISMO — a) Têrmo criado por Carnap e adotado pela Escola de Viena para indicar a doutrina, segundo a qual a terminologia física é, por direito, a que deve ser de tôda ciência, inclusive das filosóficas.

b) É empregado, também, para indicar uma concepção do mundo (cosmovisão), que procura reduzir todos os factos e acontecimentos a uma explicação meramente física.

FISICISMO — Essa teoria é definida por M. R. Ruyer da seguinte maneira: «é a tese, que tôda realidade é, fundamentalmente, um facto ou um acontecimento físico, localizado, figurado e datado; é a tese de que nada é dispensado de existir fìsicamente, de figurar em seu lugar e em sua escala na qual e do qual a física representa o **continuum** tempo-espacial; é a tese que nada, nem valor, nem significação pairam acima do mundo dos sêres extensos e presentes».

FÍSICO-QUÍMICA (Assimilação) — Vide **Assimilação.**

FÍSICO-TEOLOGIA — Parte da Teologia, que se dedica ao estudo dos factos físicos, e nêles procura elementos que fundamentem, inductivamente, os postulados teológicos.

FISIOGNOMIA — Ciência que ensina a conhecer o carácter dos homens e suas intenções pelas feições do rosto, pela fisionomia. Essa disciplina está hoje subordinada à **Caracterologia** (vide).

FISIOLOGIA — Ramo da **Biologia**, que estuda as funções; ou seja, os modos de operação de um organismo ou de qualquer parte do mesmo.

FISIOLOGIA DO SISTEMA NERVOSO — Vide **Anatomia do sistema nervoso.**

FISIOLOGISTA (Posição) — Na Psic., para os que defendem a **posição fisiologista,** a consciência é apenas um epifenômeno, como já vimos. E como o salienta Ribot, tôdas as manifestações da vida psíquica, sensações, desejos, sentimentos, volições, etc., podem ser ora conscientes, ora inconscientes.

Erguem-se opiniões contrárias, pois se podemos encontrar um antecedente fisiológico para explicar um facto psíquico, há exemplos que só um antecedente psíquico pode explicar tais factos.

Pradines comenta: «O próprio cérebro não parece poder inteligentemente colaborar na vida psíquica, a não ser concebido como animado, como instrumento de uma actividade viva que o ultrapassa, da actividade de um vivente total, o qual não pode ser explicado pelo traçado de deslocamentos celulares ou de correntes nervosas, mas que tem sempre um fim e um sentido, logo uma alma. O funcionamento cerebral é coisa da alma. Tal é o princípio de uma psicologia coerente». (Psychologie», T. I., p. 15).

FISIONOMIA — São as feições do rosto, a expressão dessas feições.

FIXISMO — Vide **Teoria da Evolução.**

FLEUMATICO — Temperamento que se caracteriza pela passividade e pela indolência afectivas. É uma espécie de **linfático,** mas com certa actividade medida. Vide **Caracteres.**

FLEXA (argumento da) — Vide **Argumento da Flexa.**

FLUXO — Do lat. **fluxus,** o fluído, corrente. É a característica do tempo, a inevitável mutação das coisas. Na filosofia de Heráclito, é o fluir das coisas.

FOBIA — Temor exagerado, geralmente de fundo patológico, a algum estímulo determinado. É contrário de **mania** ou **filia,** e entra como sufixo na composição de muitas palavras.

Foi (fr.) = **fé.**

Folge (al.) = **sucessão.**

Folgeichtigkeit (al.) = **conseqüência.**

Folgen (al.) = **seqüência.**

Folgerung (al.) = **conseqüência.**

Folie (fr.) = **loucura.**

Follia (it.) = **loucura.**

Fonction (fr.) = **função.**

Fondamento (it.) = **fundamento.**

Fondation (fr.) = **fundamento.**

Fondement (fr.) = **fundamento.**

For (fr.) = **fôro, jurisdição.**

FÔRÇA — Vide **Espaço, Experiência** e **Crítica ao Conceito de Fôrça.**

Force (fr.) = **fôrça.**

Forden (al.) = **chamar.**

Foreknowledge (ing.) = **presciência.**

FORI (ídola) — Vide **Ídolos.**

Form (al. e ing.) = **forma.**

FORMA — Em gr. **eidos, idea, morphê, ousia, to ti en enal, to ti esti.** — a) Refere-se ao **pelo qual** uma coisa é o que ela é, não o **de que** uma coisa é. A resposta à pergunta **quid,** o que é a coisa. a qüididade da coisa, é a **forma** em suma. Assim ao perguntarmos que objecto é êste, que temos às mãos, responderemos é um **livro,** Livro, então, assinala o **pelo qual (quo)** êste objecto é o que êle é.

A pergunta mais importante, aqui, é saber-se **em que consiste** a forma. A esta pergunta surgiram várias respostas, que mereceram a atenção dos filósofos. Examinemo-las:

1) A resposta pitagórica é que forma é um **arithmós** (vide), um **logos** (razão, lei, princípio), que é a lei de proporcionalidade intrínseca das coisas. Em suma, uma coisa possui, em sua intrinsecidade, uma estructura interior, que é a disposição das suas partes em proporção (**proportio** = relação) com as outras, que é a sua **forma.**

Êste pensamento, nós já o encontramos nos primeiros diálogos platônicos como em **Eutifron,** onde surgem os têrmos **idéia** e **eidos** num sentido específico. Tais têrmos eram já muito usados pelos pitagóricos na sua matemática, no sentido de padrão geométrico ou figura, como o salientou Taylor.

2) Nota-se que Aristóteles (in **Meth** 987 b 9-13) afirma que Platão dava às **formas (eide)** a mesma espécie de função que os Pitagóricos emprestavam aos números, tendo êle, no fim de sua vida, identificado aquelas com os números. Mas é preciso nunca esquecer que número **(arithmós),** para Pitágoras, não era apenas o da matemática comum, abstracção da quantidade.

Quando Sócrates pergunta pelo «que a virtude é», procura o seu **logos,** a sua razão, o seu **eidos,** a sua **forma.** Êle quer a estructura ontológica do conceito, não as coisas que manifestam dêle participar, não quer as coisas virtuosas, mas a **virtude,** não quer as coisas belas, mas a **beleza,** como o vemos em «Hípias». E vemo-lo expor em suas linhas mestras os primórdios de sua teoria das Formas no «Alcebíades», em «Cármides», em «Laques», enfim, em todos os diálogos que precedem a «Parmênides».

Como salienta Ross, o primeiro grupo de Formas, nas quais Sócrates professa uma crença firme, consiste em **Formas** como a da **semelhança, unidade, pluralidade.** Um segundo grupo é formado das **Formas-valôres,** como **justiça, beleza, bondade,** etc.

3) Para Aristóteles, **forma** opõe-se à **matéria,** a qual é por esta **informada; é por ela** que esta se torna isto ou aquilo especìficamente. Eis um **vaso de barro,** cuja matéria é **barro,** mas é um pouco de barro informado por algo, **pelo qual (quo)** se torna vaso, a sua forma.

4) Êsse conceito de **forma** passou para escolástica, onde sofreu algumas modificações.

b) Para autores modernos **forma** acabou confundindo-se com **figura** (vide), equívoco que de-

põe muito mal contra tais autores.

c) Emprega-se, também, para indicar as selecções das partes componentes da ordem de uma unidade, tomada especìficamente: «a forma de uma organização», a «forma de uma tropa».

d) No sentido kantiano, vide Kant em **Sinopse da História da Filosofia.**

e) No sentido de estructura psíquica, vide **Gestalt.**

Crítica da idéia da forma em Platão e Aristóteles:

A forma é o princípio do ser e princípio do agir (**principium essendi et agendi**). A forma não age pròpriamente, mas é o princípio activo, porque a acção se realiza segundo a forma, e é proporcionada a ela. É a forma que causa a qüididade de uma coisa, pois essa coisa é o que é **pela** forma (**quo**). A forma é a razão da coisa (**ratio**), princípio de sua natureza. É o fim da matéria, da qual se distingue **a ratione** (por razão), pois não é separada da matéria, da qual se distingue, matéria **secundum rem** (segundo a coisa). Na geração, o **terminus ad quem** (o têrmo para o qual tende) é a forma, pois o que é gerado o é ao adquirir uma forma. Antecede a matéria como razão, mas desta não é, para Aristóteles, fisicamente separada. A forma está contida em potência na matéria. A **figura** é a quantidade determinada pela qualidade, enquanto a forma é a razão intrínseca dos entes. Sêres de figuras diferentes podem ter a mesma forma, como as figuras triangulares diferentes têm tôdas a mesma forma da triangularidade.

Diz-se que uma coisa é desta espécie porque tem a forma desta espécie. Portanto, a forma é o **pelo qual** esta matéria é isto e não aquilo. Considerada a matéria, enquanto tal, ela seria indeterminada quanto à forma adquirida, e esta matéria tornou-se a matéria **de,** pela funcionalidade da forma. Para grosseiramente exemplificar, poderíamos dizer que um monte de barro, enquanto barro, não é ainda um vaso, senão quando recebe a forma do vaso, graças à causa eficiente que o modela. E, nesse momento, o barro passou a ser um vaso, **pela** forma que recebeu. A forma não é pròpriamente um **o que (quod),** que se agregou ao barro.

Apenas êste, como matéria, foi modelado, recebendo uma proporcionalidade intrínseca, assumido, assim, pela forma de um vaso, sem que pròpriamente tivesse êle aumentado ou diminuído quanto à sua matéria, mas apenas recebeu delimitações, pelas quais deixou de ser apenas um mero monte de barro para ser um vaso-de-barro.

Neste **de-barro,** temos o que Aristóteles chamava a causa material; na forma que recebe **de vaso,** a causa formal, e na acção do **homem** que o modelou, a causa eficiente. A forma, portanto, não tem uma substancialidade quando tomada isoladamente pelo nosso espírito que a abstraiu, segundo o ponto de vista aristotélico, como também segundo o tomista, da coisa, na qual ela estava informada. Conseqüente-

mente, a expressão de Tomás de Aquino de que é «através dela» que alguma coisa é, fica, nesta posição filosófica, perfeitamente esclarecida.

Podemos examinar o pensamento platônico, permanecendo ainda neste grosseiro exemplo, que, no entanto, permite clarear os horizontes que delimitam as duas doutrinas. Antes de haver surgido, feito pela mão humana, o primeiro vaso de barro, a **forma vaso** não era um mero nada, porque se o fôsse nunca poderia ter-se tornado **existente** no barro. (Nunca é demais salientar que não se deve confundir a forma com a figura. No exemplo, sendo o vaso um ente da cultura, sua forma pode confundir-se com a figura, que é uma determinação qualitativa da quantidade. Mas um ser da natureza tem uma forma; por isso, o exemplo é grosseiro, mas serve para esclarecer).

Mas a forma, tomada em si, não tem materialidade, portanto não é captável pelos nossos sentidos, não é um fenômeno que surja aos mesmos.

Neste ponto, tanto uns como outros estão plenamente de acôrdo. Mas o que caracteriza o pensamento platônico está nesta distinção, que é capital: a forma, se não é do mundo da aparência, é, pelo menos, do mundo da inteligência, pois pode ser captada intelectivamente. permitindo que, pela abstracção, realizada pelo nosso intelecto, possa ser tomada à parte. Neste ponto, ambos estariam de acôrdo. Surge, agora, o momento em que ambas doutrinas se separam: é que antes dessa informação da matéria, isto é, que antes do barro ter recebido a forma do vaso, esta forma, se não pertence ao mundo da aparência, não pode, por sua vez, ser reduzida a um puro nada, pois, do contrário, essa certa quantidade de barro e a forma de vaso ou outra qualquer, seriam idênticas, o que repugnaria ao nosso espírito.

— Considerando assim, a forma não pode ser classificada como um puro nada, mas, sim, como alguma coisa, portanto como uma entidade, diversa da matéria, uma entidade formal no sentido do **eidos** de Platão, isto é, como um ser de outra ordem, que não a da materialidade; em suma, um ser imaterial.

Se o barro pode receber a forma de um vaso, então temos que reconhecer que o barro tinha a possibilidade passiva de receber essa forma. E poderíamos dizer que o que constitui o barro, a matéria que está no barro, já continha em si, na sua emergência, a potência passiva de, por sua vez, receber a forma do **barro.** E como nessa peregrinação não poderíamos ir até o infinito, e encontraríamos o ser, temos de admitir que, no ser, há a aptidão para apresentar-se com tôdas as formas que já surgiram, que surgem, e que acaso venham a surgir. E essas formas não vêm de modo algum do nada, por que já estão contidas na aptidão do ser. O que as temporaliza são os momentos em que elas informam a matéria, mas, enquanto formas, elas são coeternas com o ser, e subsistem nêle.

E como não têm elas a menor materialidade, não têm também

ubiquação no espaço nem no tempo, e, dêste modo, não se pode pedir um lugar (pois êsse conceito implica espaço), onde estejam as formas, mas, sim, subsistem elas no mundo-verdade, que é o mundo divino do ser. Em linhas singelas, é êsse o genuíno pensamento platônico.

FORMA INTELIGÍVEL (em lat.) = **Forma intelligibilis.** Têrmo usado na Lógica para indicar a representação (por similitude do objecto) na mente.

FORMALISMO — a) É **formalismo,** e, conseqüentemente, **formalista,** tôda tomada de posição que afirma que as verdades de qualquer **ciência** são as meramente formais.

b) Também tôda tomada de posição que desvaloriza os elementos **materiais** para considerar apenas os **formais.**

c) Diz-se, ademais, de tôda mecanização do saber e a submissão integral às formas ou fórmulas, sem considerar, devidamente, os factos, que correspondem às mesmas, como se vê na Ética, em que também é tomado no sentido do **intuicionismo** (vide).

Formaliter (lat. = **formalmente**) — Vide **Formalmente** e **Materialmente.**

FORMALIZAÇÃO — Em Husserl, é a abstracção ideacional de algum objecto pertencente a alguma região material. O producto é a **forma eidética.** É também a algebrização das formas a esquemas gerais.

FORMALMENTE — a) Na Filosofia, modo de conter uma perfeição. Vide **Perfeição.**

b) Emprega-se, ainda, êsse advérbio, para indicar tudo quanto é tomado mentalmente. Neste caso, **realmente** é o seu correspondente exterior.

c) Empregado como contrário de **eficientemente,** quando se diz que se deve realizar eficientemente, e não formalmente, alguma coisa. Outro correlativo é **objectivamente,** quando se diz que é algo realizado **objectivamente** e não **formalmente.** Quando comparado com **exemplarmente,** indica o aspecto geral. Assim alguém é pintado **exemplarmente** e não **formalmente.**

d) Emprega-se, assim, em oposição a vários têrmos, sempre que tomado sob o aspecto meramente formal.

Forma substantialis (lat.) = **forma substancial.**

Förmiich (al.) = **formal.**

FÓRMULA — Diminutivo de **forma.** — a) Indica regra, princípio, enunciado, preceito estabelecido para regular qualquer acto. Modêlo invariável para regular certos actos. É também receita.

b) Na Mat., significa a expressão que serve para resolver todos os casos ou problemas semelhantes ou análogos, que diferem apenas quanto ao valor dos dados.

c) Na Físico-Química, expressão indicadora das quantidades de corpos simples que entram numa composição química, ou das relações e proporções dos factos fí-

sicos (Física). Por êsses exemplos, vê-se que o têrmo é usado em várias disciplinas, como na Lógica, na Sociologia e noutras disciplinas.

FÔRO ÍNTIMO — ou **Forum** íntimo — **Forum,** entre os romanos, era a praça onde se faziam as reuniões públicas e onde eram julgadas as causas. Fôro íntimo é a consciência, o juízo da própria consciência, ali onde cada um julga seus próprios actos e suas conseqüências possíveis.

FORONOMIA — (Do gr. **phorein,** levar, carregar, e **nomos,** regra, forma, lei). — a) É empregado por Platão e Aristóteles no sentido de **moção,** de **movimento,** como **lei do movimento.** É o movimento estudado ou visualizado sob um ponto de vista puramente teórico.

b) Para Kant, é a parte da **Física** que se dedica ao estudo do movimento como um puro **quantum** (vide), sem se considerarem as qualidades do corpo em movimento.

FORTALEZA — A fortaleza ou valentia é a capacidade de, segundo a razão, ou melhor, em atenção a bens superiores, ser capaz de arrostar perigos e enfrentar o árduo trabalho de nossa virilização, e a capacidade de enfrentar os riscos e perigos.

Se nêles há o perigo de morte, temos o **heroismo.** A valentia, sem a prudência, é a **audácia.** Se há capacidade de suportar as adversidades, temos a **paciência;** se em manter-se firme no perigo, até da vida, temos a **generosidade;** a **confiança,** quando é justo em si mesmo ante os riscos; é **munificência,** quando há capacidade de sacrificar imediatamente bens em benefício de fins bons; é **tenacidade,** quando há firmeza ante as dificuldades exteriores; é **constância,** quando se mantém firme ante as resistências interiores.

Por deficiência, temos a **ignávia,** que é o defeito em ouvir; a **timidez,** que é o excesso de temor; o **mêdo,** que é o excesso ainda maior.

Fortitudo (lat.) = **fortaleza.**

Fortschritt (al.) = **progresso.**

FORTUITO — Etimològicamente, é o que é casual, contingente, imprevisto. Vide **Azar.**

Forum (lat.) = fôro e também **forum.** Vem de **foras,** o que está fora, o espaço que está de fora, daí **Forum,** praça onde se fazem as reuniões públicas, e se julgavam as causas na antiga Roma.

Forza (it.) = **fôrça.**

FOSFENAS — Vide **Entópticas** (imagens).

FOTISMO — Alucinação da luz brilhante, localizada ou difusa, que surge nos períodos de convalescença e nas experiências místicas, acompanhadas de uma impressão de frescura ou de algo inédito. Também, com menor freqüência, aparece um fenômeno análogo no gôsto e no olfato.

Foundation (ing.) = **fundamento.**

FRACO — a) Na Lóg., a proposição em I (particular afirmativa) é considerada mais fraca

que a proposição A (universal afirmativa). O mesmo se dá com O (particular negativa) em relação a E (universal negativa).

São considerados fracos os silogismos, cuja conclusão é uma particular, afirmativa ou negativa.

b) Diz-se que um argumento é fraco, quando não é suficientemente concludente.

FRAQUEZA — Virtude subordinada as **virtudes cardiais**. Vide **Cardiais** (virtudes).

FRATERIAS — Vide **Fraternidade.**

FRATERNIDADE — a) Diz-se da cooperação amiga entre pessoas pertencentes à mesmo colectividade, associadas ou não. As comunidades que se devotavam à prática de actos de apoio-mútuo, chamavam-se **fraternidades** ou também **fraterias.** Muitas delas eram organizadas secretamente.

b) Dá-se, ademais, o nome de **fraternidade** ao sentimento que une amigàvelmente pessoas entre si para a prática de actos de apoio-mútuo.

FRAUDE — É todo método de exploração ou de dominação imposto pelo explorador ou dominador, no intuito de obter vantagens para si ou para os seus, ou para a sua posição filosófica, ou social, ou política, à custa dos explorados e dominados.

É a burla, o engano. Usa-se a expressão **Pia fraude** (pia fraus), quando o engano ou a mentira têm um fim caritativo ou piedoso.

Freedom (ing.) = Vide **Liberdade.**

Freier Wille (al.) = **livre arbítrio.**

Freiheit (al.) = **liberdade.**

Freiheitssinn (al.) = Vide **Liberalismo.**

Freiwillig (al.) = **voluntário,** por vontade livre.

FRENOLOGIA — Doutrina pela qual se afirma que as funções psíquicas estão localizadas no cérebro, e o grau de desenvolvimento das mesmas se manifesta por proeminências da região indicada.

É o nome que se dá à teoria de Gall (1758-1812) e de Spurzheim.

Freude (al.) = **alegria.**

Freundschaft (al.) = **amizade.**

FREQÜÊNCIA — a) Número de ciclos por segundo de uma onda ou qualquer fenômeno periódico.

b) Emprega-se, ainda, para indicar o número de vêzes que se apresenta numa determinada classe.

FRESISON — No silogismo, modo da 4.a figura, que se reduz a **Ferio** pela conversão simples das duas premissas:

Nenhum P é M;
ora, algum M é S;
logo, algum S não é P.

Friendship (ing. = **amizade.**

FRISESOMORUM — Modo da 4.a figura do Silogismo, (para

Pesch, 5.a figura), que se reduz a **Férío** pela conversão da maior e da menor e mutação das mesmas:

Algum M é S;
ora, nenhum P é M;
logo, algum S não é P.

FRÍVOLAS (proposições) — Em Lóg., as proposições meramente verbais, que nada acrescentam ao nosso conhecimento, que são verdadeiras tautologias, chamava-as Leibnitz de **proposições frívolas.**

FRONESE (do gr. **phronesis** = que significa a sabedoria prática, a prudência, o conhecimento imediato adquirido na acção e no emprêgo dos meios para alcançar algum fim. Distingue-se do conhecimento teórico. Êsse têrmo indica o conhecimento imediato, intuitivo-afectivo, **páthico,** que se caracteriza pela ausência de dualidade entre sujeito e objecto, pois o objecto é o próprio sujeito, que sente em si mesmo, sem localização, ou conhece em si mesmo o que conhece, como nos fenômenos **simpatéticos,** onde o conhecimento de uma simpatia é dado ao sujeito pelo próprio sujeito, o sujeito conhece que é sujeito de uma simpatia. No **conhecimento fronético,** há uma fusão entre sujeito e objecto, o sujeito é o próprio objecto do conhecimento. Vide **Afectividade.**

Frui (lat.) — Distingue Santo Agostinho **frui,** fruir, de **uti,** utilizar. Utilizam-se as coisas, mas usufrui-se a Deus. Também é èticamente reprovável a utilização dos homens. Vide **uti.**

FRUIÇÃO — É a tomada de posse do fim apetecido, o que é acompanhado de prazer. Vide **Frui.**

Fruitio (lat.) = **fruição.**

FRUSTRAÇÃO — Vide **Êxito.**

A frustração, que interessa à Ética estudar, é a que depende da vontade humana. Por depender da vontade humana, desta pende, com autonomia portanto. As provas em favor da liberdade humana fundam-se nessa frustração. O acto elícito é o que procede imediatamente da vontade, e nela se realiza. A liberdade do acto humano caracteriza-se pelo poder agir ou não-agir. O acto só é livre se pode não ser feito por disposição, por determinação da vontade.

Fu (chinês) — É a correspondência que há entre o macrocosmo e o microcosmo, entre o homem e o Universo.

FULGURAÇÃO — É o nome que usa Leibnitz para indicar a criação das mônadas pela Divindade. «Estas nascem por fulgurações contínuas, diz êle, de momento em momento, limitadas pela receptividade da criatura, à qual é essencial ser limitada.»

Fühlbar (al.) = **sensível.**

Fühlen (al.) = **tocar, sentir.**

Fulfilment (ing.) = **satisfação.**

FUNÇÃO — a) Do lat. **functio,** que vem de **fungor,** cumprir, desempenhar, executar, fazer; significa, por sua vez, a execução, exercício, emprêgo.

b) A palavra é muito usada na Ciência e na Filosofia, e segundo as diversas disciplinas toma muitos sentidos, mas sempre análogos.

c) Na Matemática, é um valor matemático, que depende do valor matemático de outro valor matemático, é uma relação de uma relação, é, pois, a dependência em que se acha uma quantidade, cujo valor é determinado pelo valor que se pode dar a outra quantidade. Assim uma aumenta ou diminui, segundo aumenta ou diminui a outra.

d) Na Soc., chama-se **função** o desempenho de uma missão ou de um cargo.

e) Na Téc., diz-se que um aparelho funciona ou não funciona, se se presta ou não para o dinamismo para o qual foi preparado.

f) Na Biol., é o movimento ou a actuação de um órgão conforme a sua especificidade.

g) Na Psicologia, chamam-se, também, de funções, as faculdades psíquicas e o seu processo (seu funcionar).

h) Emprega-se, ainda, o têrmo para indicar (popularmente) uma solenidade, uma festa, um baile, um espectáculo teatral ou cinematográfico, ou circense, etc.

É o têrmo muito empregado, não só no campo das ciências, mas, também, no da Filosofia. Assim se pode falar em função transcendental, imanente, transcendente, cujos sentidos decorrem fàcilmente da aplicação do conteúdo dêste têrmo aos acima citados (vide).

FUNCIONAL — Vide **Função.**

FUNCIONALISMO — a) Doutrina, segundo a qual o que caracteriza, essencialmente, os processos psicológicos é seu aspecto funcional. Por outro lado, segundo Dewey, êsses processos psicológicos têm um grande papel nas funções adaptativas dos organismos, o que caracteriza sua doutrina do **funcionalismo.**

b) Também se emprega o têrmo para significar o **funcionarismo,** que é a classe dos funcionários, devendo-se preferir, segundo alguns gramáticos, êste têrmo, e não **funcionalismo.**

Function (ing.) = **função.**

FUNDAMENTO — a) Na Lógica considera-se **fundamento** a prova justificativa de um juízo cognoscitivo ou estimativo (de valor) quer obtido por evidência imediata, quer por raciocínio indutivo, etc.

b) Na Psic., são **fundamentos,** ainda, os motivos que justificam uma **conação,** uma resolução volitiva.

c) Na Lóg., são **fundamentos** os primeiros princípios que sustentam as provas.

d) Por sua vez, é **fundamental** o que, pelos seu sentido axiológico, é de importância principal, o que é básico, o essencial, o que constitui a natureza da coisa.

Fundamentum divisionis — É o princípio, segundo o qual um gênero é dividido em suas espécies.

FUNDAR — É dar base sólida a alguma coisa. É dar-lhe fundamentos. Vide **Fundamento.**

Funktion (al.) = **função.**

Funzione (it.) = **função.**

FÚRIA — Grau intenso da **ira,** acompanhada de manifestações faciais e corporais violentas. Essa reacção violenta chama-se também **furor.**

FUROR — Vide **Fúria.**

Für-sich-sein (al.) = **existência por si.**

Fürwahrhalten (al.) = **assentimento.**

FUSÃO — Vide **Combinação** e **Ioga.**

FUTURISMO — Na Estética, nome que se deu ao movimento iniciado por Marinetti, cuja doutrina, além de estética, era, também, política e social.

Essa doutrina se afanava em promover a supervalorização das realizações do progresso, da vida nova, que se desenvolve da técnica actual, da velocidade crescente do movimento, etc.

FUTURÍVEL — Ver **Futuro.**

FUTURO — Parte do tempo que inclui todos os acontecimentos que podem acontecer. Tais acontecimentos podem ser previstos com antecedência ou não, ou serem considerados apenas como meras possibilidades, que pertencem à potencialidade da coisa ou coisas.

Para Aristóteles, tôdas as asserções referentes ao futuro são contingentes, e não apodíticas.

Ao futuro, que pode realizar-se e ainda não se realizou, chamavam os antigos de **futurível,** o futuro hipotético, aquêle que pode acontecer, dadas certas condições, as quais dão lugar ao **futuro livre** da vontade, a «livre futurição», que se pode realizar pela eleição da vontade.

Para os escolásticos, havia os **futura necessaria,** futuros necessários (que correspondem **ta csónema,** de Aristóteles), que são os que sucederão necessàriamente, e os **futura contingentia,** futuros contingentes (**ta mellonta**), que são os que podem não acontecer.

G

Gattung (al.) = **Gênero.**

Gedächtnis (al.) = **memória.**

Gedanke (al.) = **moção, idéia.**

Gefühl (al.) = **sentimento, sentido.** Usado por Husserl no sentido da actividade noética de valoração, de estimação, apreciação axiológica (sentido noético). **Sentido hilético,** para Husserl, é o processo ou o estado imanente na corrente da consciência.

Gegensatz (al.) = **oposição.**

Gegenstand (al.) = **objecto,** também **motivo** (objectivo).

Gegenstandtheorie (al.) — Teoria dos objectos. É a investigação fenomenológica dos vários tipos de objectos, quer existenciais, quer essenciais, que é, em suma, o **terminus ad quem** de uma percepção, de uma meditação, de um querer, de um sentir. A teoria foi desenvolvida por H. Meinong.

Gogenwirkung (al.) = **reacção.**

Geheim (al.) = **culto.**

Geist (al.) = **espírito.** Em Kant, é a qualidade que, num belo objecto, anima a mente (**Gemüt**), e dá vida a uma obra de arte.

Geistes (al.) = **moral.**

Geistesrichtung (al.) = **mentalidade.**

Geisteswissenschaften (al.) = **noológico** (do espírito).

Geistig (al.) = **espiritual.**

Geistigkeit (al.) = **espiritualidade.**

Gelten (al.) = **valer.**

Gemacht (al.) = **factício.**

Gemein (al.) = **comum.**

Gemeinschaft — Significa, em al., companheirismo, comunidade, ou sociedade tradicional. Corresponde à sociedade sagrada. Os membros de uma **Gemeinschaft** distinguem-se de uma **Gesellschaft,** pois enquanto, nesta, a associação é por interêsse ou por valôres extrínsecos, naquela é por valôres intrínsecos e, sobretudo, éticos.

Gemeinsinn (al.) = **senso comum.**

Gemüthsbewegung (al.) = **emoção.**

Genauigkeit (al.) = **precisão, escrúpulo.**

GENEALOGIA — a) Estudo da linhagem das famílias humanas.

b) Emprega-se em geral para significar o estudo da ascendência ancestral. Daí **árvore genealógica.**

GENERALIDADE — Carácter do que é **geral.**

GENERALIZAÇÃO — (do lat. **genus**, classe, espécie), a) É o processo pelo qual o intelecto alcança a noção geral ou o conceito, partindo dos indivíduos (**abstracção**, vide).

b) É uma noção ou conceito. O conceito é uma generalização.

c) Serve, também, para indicar as proposições universais.

Generatio (lat.) = **geração.**

Generation (ing. e al.) = **geração.**

Génération (fr.) = **geração.**

Generazione(it.) = **geração.**

GENÉRICO — a) Diz-se do que pertence à compreensão do gênero, em oposição à **espécie (específico).**

b) Emprega-se, ainda, no sentido do que é geral. Assim, é **genérico** um carácter que se encontra na quase totalidade dos indivíduos de uma espécie.

Generisch (al.) = **genérico.**

GÊNERO — (Do gr. **genus**). a) Na lógica de Aristóteles, é a parte da essência que é comum a entes de espécies diferentes.

b) Na linguagem comum, emprega-se vagamente a uma mesma classe de indivíduos.

c) Na Biologia, é uma divisão da **família,** a qual se divide em **espécies.**

GENEROSIDADE — Vide **cardiais (Virtudes).**

GENES — (Do gr. **genes,** engendrado por...). Sufixo que entra na composição de muitas palavras para indicar:

a) engendrado por, o ter por origem, daí: **endógeno** (de origem interna); **alógeno** (de origem estranha); **autógeno** (produzido por si mesmo).

b) Segundo a natureza igual ou diversa: **homogêneo,** de natureza igual; **heterogêneo,** de natureza diferente.

c) Como o que engendra, exs.: **patogênico** (que produz a doença), **cancerógeno,** (que produz o câncer).

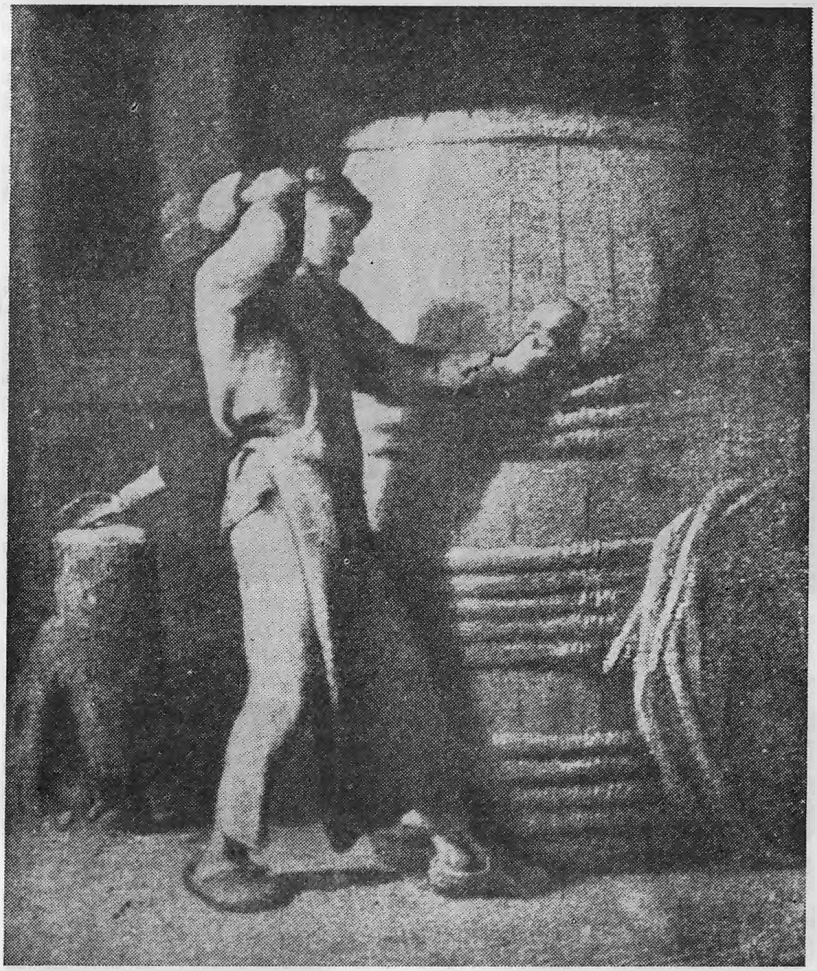
GÊNESE — (Do gr. **genesis,** origem). a) O chegar a ser, o chegar a ser de uma substância, o tomar uma nova forma a matéria. Vide **Criação.**

b) Nome dado ao livro da Criação, 1.o livro da Bíblia.

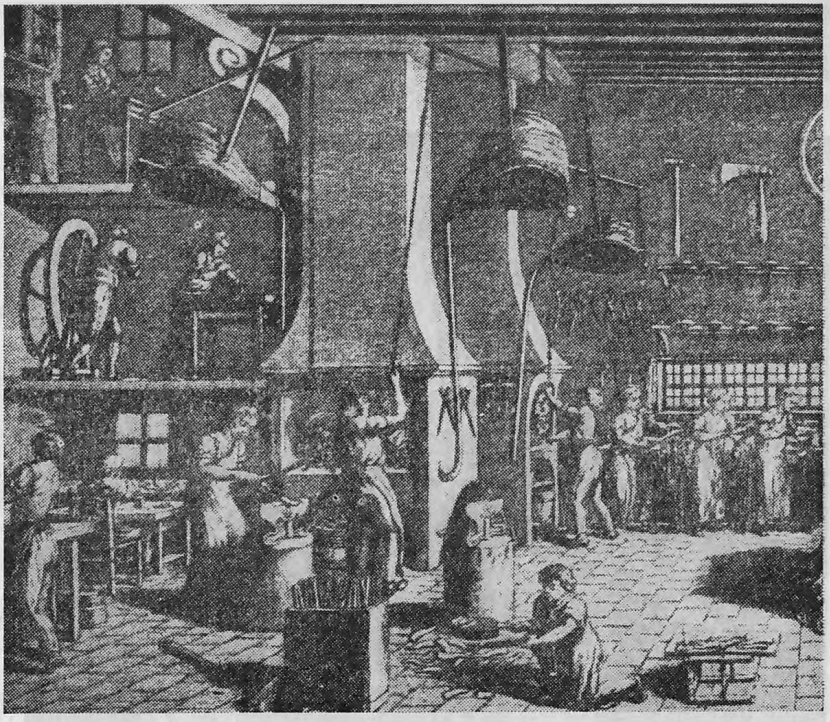
Génesis aplôs (gr.) = a geração absoluta, **simpliciter.**

Génesis tis (gr.) = geração relativa, **secundum quid.**

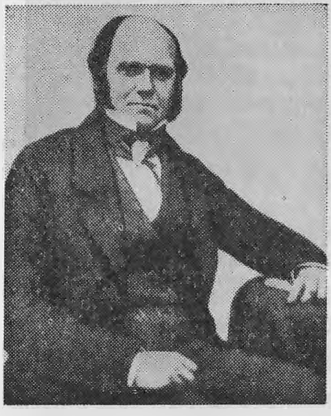
GENÉTICA — a) Como substantivo, o que estuda, e como ad-



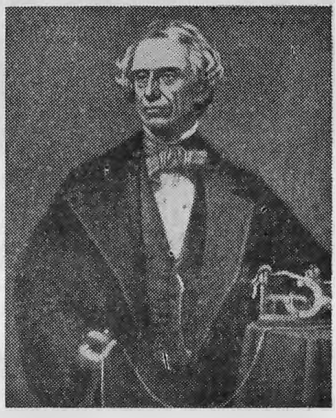
Obreiro do séc. XVIII — O Toneleiro.
(Quadro de F. Müllet).



Fábrica de navalhas de barba, em Paris, em 1783.



Charles Darwin em 1855.



Samuel F. B. Morse,
Inventor do Telégrafo.

jectivo, o que se refere à origem e ao desenvolvimento de alguma coisa. Assim, a **antropogenética** estuda a origem e o desenvolvimento biológico e cultural do homem.

b) Nome que se dá à teoria da producção e da transformação dos sêres vivos, tomados enquanto espécies.

c) Também é o estudo da hereditariedade pelo cruzamento de variedades bem definidas.

GÊNIO — a) Entre os gregos, o têrmo era usado para indicar o **daimon**, como a voz interior de que falava Sócrates.

b) Extraído do platonismo, na época moderna, foi o nome dado àquele que revelava dotes extraordinários de criação estética, ou a capacidade de realizações superiores no pensamento, bem como em tôdas as manifestações superiores da inteligência humana. Para Kant, o gênio cria as suas próprias regras.

Há, assim, gênios na Música, na Pintura, na Poesia, na Filosofia, na Religião, na Ciência, nas Artes militares, etc.

Genius (lat.) = **gênio.**

Genos (gr.) = **o gênio.**

Genre (fr.) = **gênero.**

GENS — (Do lat. **gens** = gente). Linha de descendência humana por parte do pai. Contrário de **clã**, que é por parte da **mãe** (vide).

Genügen (al.) = **satisfazer.**

Genuine (ing.) = **genuíno.**

Genus (lat., ing. e al.) = **gênero.**

Genus summum (summum genus, o gênero supremo). São os gêneros aos que se reduzem todos os outros, mas irreductíveis a terceiros. São as **categorias** para Aristóteles, por exemplo.

GEOGRAFIA — (Do gr. **gee**, terra a **graphein**, descrever). — Ciência descritiva das diversas regiões da superfície terrestre.

GEOLOGIA — Ciência que tem por objecto de estudo a estructura do globo terrestre, quer considerando-o em sua gênese, como na disposição das rochas e terrenos que o compõem, bem como dos fósseis que aí podem ser encontrados.

GEOMETRIA — (De **gee**, terra e **metron**, medida). a) Etimològicamente, é a medição da Terra.

b) No séc. XVII, a palavra geômetra passou a indicar a todos os matemáticos, e **geometria** a significar matemática. Modernamente, a **geometria** é a **ciência do espaço, que** estuda as relações e das relações que se dão entre as coisas, sob o aspecto da sua **figura** e **estructura** exterior (vide).

Como há modernamente o estudo sôbre possíveis espaços, outros que o nosso, conhecido por euclidiano, falam-se em geometrias não-euclidianas, que os estudam. (Vide **Espaço**).

c) Para Russell, é também «a ciência dos conjuntos ordenados em diversas dimensões.

GEOPOLÍTICA — É o govêrno orientado para os estudos que permitam a melhor aplicação da governança, no que se refere à terra e aos recursos naturais em relação à população.

GERAÇÃO — A geração é a mutação do não-ser ao ser; é uma transmutação para a substância. É, portanto, o **terminus ad quem,** a meta a ser atingida, que se chama de geração, e que termina na forma. Dá-se, não no tempo, mais **in instante,** como a corrupção. O sujeito da geração não é o que é gerado, mas a matéria do que é gerado. Em tôda geração há, portanto, uma matéria que sofre a geração. Com a geração, algo é feito. Na geração, há necessàriamente, o que é gerado, e, conseqüentemente, um generante. O que se move para a geração é o movente. É também absoluta e relativa **(simpliciter et secundum quid),** como o expõe Aristóteles. Na primeira, há a geração absoluta de algo. Dá-se do que não-é **simpliciter** no ser, que é em substância, e realiza-se pela inducção da forma na matéria. A geração, quando substancial, não se dá no tempo; é instantânea. A geração implica a corrupção, pois o gerar de uma coisa é o corromper-se de outra. Na geração, há a passagem do não-ser para o ser; na corrupção, do ser para o não ser. Quando alguma coisa é gerada, adquire um ser, mas o sujeito, que é gerado, tinha antes uma forma que deixou de ter; portanto, sofreu a passagem de um ser para um não-ser o que era, para ser outro, que antes não era. Geração e corrupção são opostos. (Vide **Mutação).**

GERAÇÃO EQUÍVOCA — Era a teoria vigente na Idade Média, em que se admitia a possibilidade da geração de sêres vivos (plantas e animais), provindos das coisas inanimadas. Encontra-se em Tomás de Aquino a expressão **generatio aequivoca,** nesse sentido, que, modernamente, é substituída pela de **geração espontânea,** que defende igual concepção.

GERAÇÃO ESPONTÂNEA — Vide **Geração equívoca.**

GERAL — a) Diz-se que é geral o que convém a vários indivíduos, o que êsses indivíduos têm em comum.

Opõe-se o têrmo a **individual** e **singular,** e também a **particular.**

b) Emprega-se, ainda, ao que convém à maior parte dos indivíduos de uma classe.

Quanto à diferença entre geral e particular, convém estabelecer alguns aspectos que são importantes. Realmente, tem-se procurado fazer essa distinção, estabelecendo haver uma oposição entre os dois têrmos, mas há casos em que ambos se univocam. Assim, quando se emprega **particular** no sentido, não do que se refere a todos os indivíduos de um gênero, mas apenas a uma espécie, essa particularidade é uma generalidade (é geral) da espécie.

GERALMENTE — Diz-se ao modo de considerar algum carácter em sua generalidade.

Gerarchia (it.) = **hierarquia.**

Gerecht (al.) = **justo.**

Gerechtigkeit (al.) = **justiça.**

GERENTE — Vide **Gestão.**

GERONTOCRACIA — Forma de **governança,** em que o **kratos** pertence aos mais velhos.

Gesammt (al.) = **colectivo.**

Gesammtheit (al.) = **totalidade.**

Gescheidtheit (al.) = **bom sentido.**

Geschichte (al.) = **história.**

Geschick (al.) = **destino.**

Geschmack (al.) = **gosto.**

Gesellig (al.) = **sociável.**

Gesellschaft (al.) = **sociedade, grupo social.** Emprega-se mais no sentido da sociedade, como companhia, como associação. Corresponde ao nosso **e Cia** (companhia). Distingue-se de **Gemeinschaft** (vide).

Gesetz (al.) = **lei.**

GESTALTISMO — Vide **Teorias modernas** em **Psicologia.**

Gestalttheorie — Vide **Psicologia (teorias modernas da).**

Gestatten (al) = **autorizar.**

GESTÃO — A função, em qualquer emprêsa, que consiste em dirigi-la e empregar os meios para alcançar a finalidade desejada, imediata ou remota.

Dá-se, também, o nome ao grupo dos que dirigem ou realizam as funções directivas.

Também se emprega para indicar o período em que perdura a direcção dos que gerem, **gerentes.**

GESTO — Movimento ou disposição das mãos ou de outros membros do corpo, empregados para servir de meio de comunicação com outros sêres, ou para reforçar os têrmos verbais empregados.

Por extensão, emprega-se para indicar tôda tomada de posição que se manifesta através de um rasgo intelectual que, analògicamente, procede como um gesto, pois tem a significação da intenção ou reforça uma manifestação intelectual.

Gewalt (al.) = **violência.**

Gewaltsam (al.) = **violento.**

Geweiht (al.) = **sacro.**

Gewicht (al.) = **consciência.**

Gewiss (al.) = **certo.**

Gewissen (al.) = **consciência.**

Gewissheit (al.) = **certeza.**

Gewohnheit (al.) = **hábito.**

Gignesthai (gr.) = **nascer.**

Gignoskein (gr.) = **conhecer.**

GINECOCRACIA — Em que o **kratos** está com as **mães.** Equivale a **Matriarcado.**

Gioia (it.) = **alegria.**

Giudizio (it.) = **julgamento, juízo.**

Giustificazione (it.) = **justificação.**

Giustizia (it.) = **justiça.**

Gleich (al.) = **semelhante.**

Gleichgeltung (al.) — Vide **equipolência.**

Gleichgewicht (al.) = **equilíbrio.**

Gleichheit (al.) = **semelhança, igualdade.**

Gleichniss (al.) = **semelhança.**

Gleichung (al.) = **igualdade.**

Glück (al.) = **felicidade, sorte, aventura.**

Gnade (al.) = **graça.**

Gnome (gr.) = **faculdade de conhecer.** Vide **Gnômica.**

Gnomics (ing. = **gnômica.**

GNÔMICA — A Filosofia gnômica, como a Poesia gnomêica caracterizavam-se por expressarem-se através de máximas morais. O têrmo vem do grego **gnome,** que significa faculdade de conhecer, pensamento, inteligência. Foram **gnômicos,** entre os gregos, Sólon, Fócides, Teógnis, etc.

GNOSE — Do gr. **gnósis,** que significa **conhecimento.** Foi empregado, no início, em sentido genérico, no 1.º e 2.º séculos d. C. para indicar o conhecimento esotérico das grandes verdades religiosas, adquirido por um grupo de intelectuais do Oriente Médio e do Egito. Entre os judeus, Filon foi o iniciador do **gnosticismo.** Caracterizavam-se pela interpretação dos livros sagrados do Novo e do Velho Testamento, sobretudo fundando-se no significado do **Logos,** do Evangelho de São João, que os levava às interpretações, não só alegóricas, como místicas, com contribuições de origem oriental em seus trabalhos.

Examinamos os **gnósticos,** nome que se dava a tais filósofos, na **Sinopse da História da Filosofia,** na parte final desta obra.

GNOSIOLOGIA — Incluiam os gregos, no têrmo **epistéme,** todo saber e tôda ciência, não só o conhecimento filosófico, como ainda o artístico, o técnico, etc. Posteriormente, distinguiram o saber empírico (**empeireia**), o técnico (**tekné** e **logismós**), e o saber vulgar, a **doxa.** Dessa palavra **epistéme,** construiu-se o têrmo **Epistemologia,** que é a disciplina que estuda, teòricamente, o saber científico, justificado pela Filosofia, verdadeira lógica do saber científico. Disciplina nova, ainda em desenvolvimento, é um verdadeiro ponto de ligação entre a Filosofia e a Ciência.

A **Gnosiologia** ou **Teoria do Conhecimento,** especula um saber teórico do conhecimento, ponto de partida para o estudo da Metafísica, em seus diversos aspectos. Històricamente, nem na Antiguidade grega, nem na chamada Idade Média, há, pròpriamente, uma disciplina autônoma, que se possa considerar como sendo a Gnosiologia, embora os temas gnosiológicos estivessem presentes desde os gregos, sobretudo no período crítico dos sofistas, e em todos os momentos dramáticos da Filosofia. Na Filosofia Hindu, encontramos, em correspondência com a nossa análise, nalguns casos aguda e profunda dos temas gnosiológicos, como através da crítica dos budistas e dos jainis-

tas, infelizmente tão desconhecida dos estudiosos da filosofia, no Ocidente. Em nossa cultura, é Locke considerado, històricamente, o fundador dessa disciplina, com sua obra «An Essay concerning human understanding» em 1690, onde pôs em discussão o problema do conhecimento, Leibnitz, posteriormente, procurou refutar as idéias de Locke em seu «Nouveaux essais sur l'entendement humain».

Berkeley, em «A treatise concerning the principles of humain knowledge», e David Hume, em «A treatise on human nature» e «Inquiring concerning human understanding», trataram dos temas que se referiam ao conhecimento humano. Muitos consideram que é pròpriamente com Kant, em sua «Crítica da Razão Pura», que a Gnosiologia se estruturou numa disciplina autônoma, e que os estudos posteriores de Schelling, Fichte, Shopenhauer, Hegel, Edward von Hartmann, precipitaram a sua formação. Os escolásticos estudam os temas gnosiológicos na «Lógica Maior» (também chamada Crítica), onde se procedeu a crítica das diversas posições em face do conhecimento.

Desde então os temas gnosiológicos, com o desenvolvimento da Psicologia e da Dialéctica, avultaram de tal modo, que hoje é uma disciplina imprescindível ao estudo da Filosofia, e muitos preferem iniciar pela Gnosiologia.

Podemos, agora, em face da notícia histórica suscinta, que tivemos ocasião de fazer, precisar o conceito de Gnosiologia, considerando-a como a disciplina que, filosòficamente, estuda, sob todos aspectos possíveis, o conhecimento humano.

Por sua vez, a Criteriologia seria a própria Teoria do Conhecimento ou Gnosiologia, na parte em que aprecia o valor dos nossos conhecimentos, quando ela enfrenta o tema principal e final, que é o da **verdade.**

Temos diversos modos de conhecimento, como já expusemos na Psicologia.

Pela intelectualidade, temos o conhecimento do singular (intuitivo-sensível), e o do geral (racional). A razão polariza seu conhecimento entre **verdadeiro** e **falso,** e o estructura num método, que é a Lógica. A intuição, polariza-o entre o **certo** e o **errado,** que é escalar. Enquanto a razão é, por natureza, excludente, a **intuição** tende a reunir.

A sensibilidade, através das intuições sensíveis, e mais primàriamente em sua **lógica dos órgãos,** que são os instintos, é regional e tópica, na **lógica dos reflexos,** e nos dá também um conhecimento que ultrapassa o campo da consciência vigilante, o que interessa, sobretudo, aos psicólogos em profundidade, o que não deixa de ser tomado em consideração pelos estudiosos da Filosofia.

A polarização da sensibilidade em **prazer-desprazer,** em **agradabilidade-desagradabilidade,** nos indica que, na formação dos esquemas estructurados, há a presença da agradabilidade, da desagradabilidade, ou da indiferença, esta implicando um equilíbrio entre ambas.

Há, ainda, um conhecimento afectivo, a **frônese**, que já estudamos. A afectividade polariza-se nos **valôres antipatéticos** ou **simpatéticos**, escalarmente, e permite um conhecimento vivencial, fronético.

A interactuação (reciprocidade) entre os aspectos funcionais e operatórios do nosso espírito, nos permite uma análise dialéctico-noética do nosso conhecimento, capaz de nos permitir captar tôdas as distinções de nosso conhecimento, nem sempre presentes, devido às unilateralidades costumeiras dos que se colocam num dos polos fundamentais do nosso espírito, com a exclusão do outro, como freqüentemente procedem intelectualistas, racionalistas, irracionalistas, intuitivistas e outros.

Gnosis (gr., al. e ing.) = **gnosis.**

Gnostici (it.) = **gnóstico.**

GNÓSTICOS — Vide **Gnose.**

Gnostics (ing.) = **gnósticos.**

Gnostiker (al.) = **gnóstico.**

Gnostiques (fr.) = **gnósticos.**

God (ing.) = **Deus.**

Godhead (ing.) = **divindade.**

Good (ing.) = **bom.**

Goodness (ing.) = **bondade.**

GÔSTO — a) Qualidade da sensação gustativa.

b) Emprega-se, ainda, para indicar a qualidade de emitir juízos estéticos. Daí falar-se em **bom** e **mau gôsto**, e **gôsto artístico**, quando há a descoberta de qualidades estéticas nas obras sôbre as quais se julga.

GÓTICO — Estilo na Arquitetura, na escultura e na pintura entre os séculos XII e XVI de nossa era.

Gott (al.) = **Deus.**

Göttlichkeit (al.) = **divindade.**

Goût (fr.) = **gôsto.**

GOVERNAMENTAL — Vide **Govêrno.**

GOVÊRNO — É a função conductora da comunidade humana, à qual cabe a autoridade directora, e que pretende levar a melhor destino social a comunidade humana. Em sentido restrito, é o govêrno político, que tende a centralizar todo o **kratos social** (vide).

Chamam-se de **funções governamentais** as que correspondem à actividade do govêrno, as quais se realizam por meio de órgãos estructurados, segundo as diversas modalidades das **formas de govêrno.**

GRAÇA — a) Do lat. **gratia**, que significa reconhecimento, mas, em seu sentido teológico, a gratuita dádiva, o dom concedido a alguém. É o favor concedido pela divindade, gratuitamente.

b) Emprega-se, ainda, o têrmo em sentido estético, para indicar certas qualidades, que revelam airosidade, leveza, atractivos, que tornam algo admirado e querido. Neste sentido, pode-se falar em **gracioso**, o que tem graça, e **grácil**, o que é delicado, fino. É tam-

bém usado o têrmo **gracioso** para indicar o que é engraçado, risonho, folgazão, o que desperta alegria e riso.

c) No sentido de **Kháris, Cárisma**, vide **Teologais (virtudes)**, a parte sôbre a **Caridade.**

Gradus (lat.) = **grau.**

GRÁFICO — (Do gr. **graphein,** descrever). Diz-se que é **gráfico** o método de descrever por meio de representações abstractas de figuras geométricas alguma coisa que a elas não se reduz. Assim, pode-se fazer um gráfico das crises periódicas, ou de tais ou quais acontecimentos, como de regras para o estudo, etc.

Chama-se de **cálculo gráfico,** o método que consiste em substituir o **cálculo numérico** por construcções de figuras, como se vê no **ábaco** (vide).

GRAFOLOGIA — Estudo dos **grafismos,** que pretende alcançar a revelação de certos caracteres do temperamento e dos estados momentâneos de quem escreve, e que obedece a regras estabelecidas, após a verificação da generalidade de certos traços, que são significativos na escrita humana. Com Klages e os grafólogos alemães, com o apoio de outros, de diversos países, pretende-se e envidam-se todos os esforços, a fim de se tornar a **grafologia** suficientemente científica, de modo a poder ela prestar os melhores benefícios ao ser humano, o que, em grande parte, já se tem obtido, quando orientada nesse sentido científico.

GRAFOMANIA — Mania exagerada de escrever palavras sem sentido. Também se usa **graforréia.**

GRAFORRÉIA — Vide **Grafomania.**

GRAMÁTICA — a) Primitivamente, era a disciplina que estudava as regras gerais para a boa linguagem.

b) Modernamente, estuda as regras gerais que as necessidades lógicas têm imposto aos indivíduos no emprêgo da linguagem.

A **gramática geral** estuda as regras gerais da linguagem relativas a tôdas as línguas. A **gramática comparada** realiza o confronto das relações de semelhança e de diferença entre as diversas línguas. A **gramática histórica** estuda a história da formação das regras gramaticais.

GRANDE ADVENTO — Vide **Advento.**

GRANDE ESTILO — Estilo baseado nas antigas estátuas e na arte italiana do Renascimento, e que teve grande desenvolvimento na França, no séc. XVII e na Inglaterra, no séc. XVIII.

GRANDEZA — Qualidade do que é grande, do que tem dimensões avantajadas; por ex., ao que é valioso em alto grau.

É a qualidade do que pode tornar-se maior ou menor, o que é susceptível de tornar-se maior ou menor, o que pode aumentar ou diminuir.

As **grandezas quantitativas** permitem medidas quantitativas, mas as **qualitativas,** medidas qualitativas. Medem-se as grandezas

qualitativas quantitativamente, como a medida do grau de calor, mas essa reducção é apenas significativa. As qualidades medem-se por perfeições especificas, enquanto as quantidades podem ser medidas por unidades menores da mesma espécie. Vide **Medir.**

GRANDEZAS (Mania de) — Conceito exagerado da própria importância, e que se revela nos actos de auto-supervalorização, ou pela busca de posições hierárquicas superiores às qualidades reais de quem as intenta obter ou até as obtém.

GRATIS — a) Em lat., significa **gratuitamente;** o que é dado ou obtido sem **ônus** de qualquer espécie. A **graça** é **gratuita.**

b) **É gratuito,** além dêsse sentido, o que é afirmado ou proposto sem o devido fundamento, como alegações **gratuitas, princípios gratuitos.** Daí o adágio escolástico: **quod gratis affirmartur, gratis negatur,** o que é afirmado gratuitamente, é gratuitamente negado.

c) Dá-se, também, um sentido pejorativo, como nesta frase citada por Lalande: «um acto de malignidade gratuita».

Gratitudo (lat.) = **gratidão.**

GRATUITO — Vida **Grátis.**

GRAU — Posição que corresponde a algo (indivíduo ou valor) numa série ou escala, cujos valôres são determinados a partir de um têrmo **a quo,** a um têrmo **ad quem** (inicial e final), mas que indica sempre uma univocidade especifica. Assim se podem falar nos graus do bem ou do mal, nos graus de saber, etc.

GRAVIDADE — De **gravis,** pesado, em latim.

a) Emprega-se para indicar a disposição permanente, que caracteriza a dignidade ou seriedade.

b) Também se diz da postura que revela tais qualidades.

c) E emprega-se, ademais, para significar a **gravitação** universal.

GRAVITAÇÃO — Fôrça que atrai um corpo para outro, cuja lei famosa de Newton é de que essa atracção se processa na proporção directa da massa e na inversa do quadrado da distância que separa seus centros.

Greatness (ing.) = **grandeza.**

Greifbar (al.) = **tangível.**

Grenz (al.) = **marginal.**

Grenze (al.) = **limite.**

GREGARISMO — Tendência social para buscar o apoio e a conjunção com outros da mesma espécie ou tendência.

Grösse (al.) = **grandeza.**

GROTESCO — (Vem do ital. **grotta, gruta**). É, na estética, a beleza fantàsticamente exagerada.

Grund (al.) = **princípio.**

Grundlage (al.) = **suporte.**

Grundlich (al.) = **radical.**

Grundsatz (al.) = **princípio.**

GRUPO — a) Qualquer colecção de objectos, que constitua um todo unitário.

b) Colecção de indivíduos que se associam. Vide **Grupo Social.**

c) Na **Gestalttheorie,** é a configuração de elementos na qual a existência e propriedades de cada um dependem da natureza da configuração em sua qualidade de totalidade.

GRUPOS SOCIAIS — Grupo social diz-se da conjunção de indivíduos humanos ligados, de qualquer modo, por um **têrmo comum,** como a relação de mãe-filho, cujo têrmo comum é a **maternidade,** a da família, cujo **têrmo comum** é o bem da totalidade; a dos proletários, cujo **têrmo comum é o salário;** uma fila de ônibus, cujo têrmo comum é a usagem do mesmo, etc.

O **têrmo comum** é um **têrmo médio,** e indica a participação de vários indivíduos a um **interêsse** (vide) ou a um fim **comuns.**

Os grupos sociais são mais ou menos coerentes, segundo a intensidade de valor do **têrmo comum: interêsse, finalidade, coacção.**

Quanto à coerência, podem os grupos sociais ser classificados em:

a) grupos consistentes;

b) grupos não consistentes ou efêmeros.

Êstes grupos efêmeros são verdadeiras nebulosas sociais, desprezados muitas vêzes pelos sociólogos.

Há os que se formam à base de simpatizantes; outros têm o seu núcleo em tôrno da propaganda dirigida. Os seus contornos são pouco definidos. Êles surgem na vida social e se caracterizam por girar em tôrno de algumas pessoas (à base de simpatia, por exemplo).

Nos grupos formados em tôrno da propaganda dirigida, temos os constituídos pela **opinião pública,** grupos apaixonados às vêzes, mas que fàcilmente se desfazem.

Nos grupos consistentes, podemos observar uma série de condições que revelam sua maior ou menor coerência, nas polêmicas e discussões ardentes que se travam, sem romper sua estructura, como se vê numa família, ou entre amigos.

São inegàvelmente as relações complementares positivas que fundamentam tais grupos, o que é importante.

Podemos considerar os grupos sob dois ângulos:

1) o da intensidade — o grau de coerência de sua estructura, que é **mais** ou **menos** coerente;

2) o da extensidade — o número de elementos componentes e a extensão que abrange, que é **maior** ou **menor.**

Em ambos os casos, os grupos podem sofrer modificações (de grau e de extensão), sem deixar de existir. Vamos a exemplos esclarecedores: uma seita, perseguida, pode crescer de intensidade. Num par amoroso, após o ca-

samento, pode haver diminuições na sua intensidade afectiva. Uma multidão, de mínima intensidade, pode ser coordenada pela acção de um homem ou de um grupo activo, que formem o núcleo de coerência, dando-lhe um grau maior de intensidade.

O grau de existência de um grupo social, a sua coerência (a consistência) revela a sua **tensão.** Essa tensão tem uma gradatividade. Ela é o grau de coerência da estructura. E aumenta ou diminui segundo as relações sociais positivas sejam maiores ou menores, e, nos grupos numerosos, segundo o grau das relações sociais complementares.

Um grupo social coeso, ao crescer, ao aumentar de extensidade, tem sempre o perigo de sofrer mudanças na intensidade, que ora pode aumentar, ora diminuir.

Há casos em que os grupos que se estendem se intensificam. Há casos em que os grupos que se estendem diminuem de intensidade. Também há casos inversos; diminuição de extensidade, aumento de intensidade.

A extensidade é sempre a tensão **ex,** para fora, **ex-tensão;** intensidade é sempre a tensão para dentro, **in, in-tensão,** intensificação.

Um grupo social, reunido por acaso, manifesta sua emoção com arebatamento. Aplaude ou vaia. É capaz de atitudes extremas, mas o grau de sua existência é mínimo. É como uma violenta chuva, súbita, mas passageira. A intensidade, portanto, pode ser **momentânea** ou **perdurável.** Uma multidão, que forma um grupo social, é de grande intensidade, mas momentânea, porque lhe faltam relações positivas complementares que a estructurem. Se a mesma multidão estiver estructurada em núcleos partidários, poderá ser mais durável. É o que vemos com a formação de grupos de opinião pública, que são estructurados, com um núcleo, em grupos partidários de consistência maior.

As grandes sociedades vivem intensamente nos momentos de perigo e de agitação (guerras, revoluções, ante dissidências internas, etc.), porém não oferecem a constância das sociedades pequenas. Uma sociedade grande oferece vantagens, no entanto: há mais facilidade de dissipar ou conter os dissentimentos.

Os graus de uma tensão social são dados pelos seguintes elementos, cuja cooperação oferece maior consistência ao grupo social:

complementariedade — relações sociais complementares positivas;

positividade — relações sociais positivas;

consciência — favorece a intensidade, mas a sua ausência, nos casos fortuitos, nos grupos momentâneos, não impede que êstes alcancem um grau elevado, mas a sua presença dá-lhes maior perdurabilidade;

finalidade — um grupo social tem perdurabilidade quando ten-

de a realizar algo; isto é, quando tem intencionalidade, quando se organiza para atingir um fim;

acção — os grupos sociais inactivos perdem a consistência, enquanto, na actividade, temos maiores possibilidades de formação de um grau de consistência (tensão) maior;

teorização — é outro elemento importante na consistência de um grupo que, tendo bases éticas, ou morais, ou religiosas ou doutrinárias de qualquer espécie, contribui para sua maior consistência;

antagonismo — a rivalidade com outros grupos pode aumentar ou não o grau de tensão de um grupo social;

indivíduos — a presença de tais ou quais indivíduos, num grupo social, pode actuar em proveito de maior ou menor consistência;

fôrça e persuasão — são elementos importantes na formação da consistência, ora aumentando-a, ora diminuindo-a;

subordinação, independência — em tais casos podem actuar positiva ou negativamente quanto à tensão;

coordenação — é capaz de auxiliar para maior consistência do grupo social;

contôrno e circunstância — não se deve esquecer, no estudo da intensidade de um grupo social, o contôrno, formado pelo ambiente histórico-social e ecológico daquele, bem como as circunstâncias nas quais se formam, que podem cooperar para maior ou menor coerência tensional do grupo.

Podemos agora dividir os elementos acima citados em elementos **positivos**, os que cooperam para maior tensão do grupo, e **negativos**, os que cooperam para reduzir o seu grau de tensão.

Na classificação acima, podemos considerar como **constantemente positivos:**

positividade, consciência, finalidade, coordenação.

Como ora **positivos**, ora **negativos:**

complementariedade, acção, antagonismo, indivíduos, subordinação, independência, contôrno e circunstâncias.

As sociedades podem ser:

a) de facto;

b) de intenção.

Um grupo social, que se forma para alcançar um fim, e que, depois de obtido, se dissolve, é uma sociedade de intenção, como, por exemplo, a de um grupo de mercadores, que equipam um navio, a de um grupo, que se reune para editar apenas alguns trabalhos dedicados a um tema, ou data, etc. Essas sociedade se dissolvem ao alcançar o fim desejado. ou quando abandonam o fim. Uma sociedade de intenção tem fôrça quando é também uma sociedade cujo fundamento principal é de facto.

GRUPOS SOCIAIS A BASE DE FÔRÇA: O primeiro impulso, e o mais natural do homem, é empregar a fôrça. A sociedade mostra-nos como se formam os grupos que a empregam sôbre outros, e como muitas ins-

tituições sociais são apenas «fôrça organizada».

A maior organização de fôrça, que a sociedade actual conhece, é o Estado. É êste o principal e até o que tenta, por todos os meios, ser o seu monopolizador.

Na Sociologia, como na Política, no Direito, na História estudam-se as origens da formação dos organismos sociais, que assumem a maior fôrça de uma sociedade, estudo que não caberia fazê-lo aqui.

Por ser o Estado o poder que tende a monopolizar todo poder, é êle um órgão de manutenção da ordem estabelecida entre os grupos de uma sociedade humana. Por isso, o Estado é sempre um órgão conservador, e assim se torna até quando dêle se apossa um grupo político, que desposa idéias revolucionárias.

A tendência natural do Estado, quando organizado, é ampliar seu poder de interferência na ordem social e nas relações entre os indivíduos e grupos.

O Estado legisla, governa, intervém, dirige.

GRUPOS SOCIAIS A BASE DE PERSUASÃO: Os grupos à base de persuasão formam-se quando há valôres comuns, e quando há relações sociais positivas, as quais implicam algo conforme às conveniências das partes. É que ambas as partes querem ser e são favorecidas.

Há um valor comum que interessa e determina a concordância dos actos e dos sentimentos de ambas as partes. É êsse valor comum que dá unidade ao grupo.

Na sociedade, podemos distinguir duas técnicas: a **técnica social** e a **técnica industrial.** A primeira refere-se aos meios sistemáticos empregados para alcançar, como fins, relações humanas, tais como a transmissão de idéias e opiniões, temores e esperanças (palavras, gestos etc.). A **técnica industrial** é aquela que consiste nos meios sistemáticos de transformar os bens da natureza, a fim de satisfazerem necessidades humanas.

Entre as técnicas sociais, temos uma que merece a maior atenção: a **técnica da persuasão,** que consiste em uma das partes usar meios capazes de convencer a outra de que não há razões de oposição nem de separação, e que o desejado por uma das partes deve, por sua vez, ser desejado pela outra.

São variados os meios de persuasão. Entre êles podemos citar argumentos, gestos, palavras, atitudes, observações, disposições simpáticas na apresentação do desejado (propaganda, etc.). Nessa persuasão, entra o intuito de fazer ver à outra parte que há vantagens em troca (como o «camelot», que apregoa as grandes virtudes do que vende), que há possibilidades de bens futuros a serem alcançados (como procedem as religiões, etc.).

Inegàvelmente, é a persuasão o modo mais comumente usado. Quando um partido político oferece um programa ou homens capazes de executar os desejos das multidões, quer persuadir os elei-

tores. A habilidade da propaganda poderá aumentar a confiança de que realmente o partido é o que corresponde aos valôres apreciados pelos eleitores.

GRUPOS SOCIAIS A BASE DE TROCAS: Na vida econômica, é onde melhor se apresenta a formação de grupos à base de trocas de vantagens.

Numa família, grupo social importante, já não assistimos essa troca de vantagens, pois são grupos fundados sôbre outros valôres, como os familiais, que incluem os éticos, afectivos, etc.

Entre os grupos econômicos, que são os correspondentes a esta terceira classificação, encontramos:

a) emprêsas que têm um ganho como fim imediato, como verificamos numa exploração agrícola, comercial ou industrial;

b) os sindicatos profissionais, de patrões e de assalariados, que surgem das actividades econômicas, e são estimulados por estas, bem como corporações, os partidos políticos com programas nìtidamente econômicos, e até classes sociais, mais ou menos estruturadas e com certa coerência tensional.

São êsses grupos fundados, sobretudo, em **valôres econômicos**.

Se, nêles, a persuasão tem um grande papel, não é esta suficiente para caracterizá-los, pois os fins almejados são sempre o **ganho** em sentido econômico.

GUESTALTISMO — O mesmo que **Gestaltismo.** Vide **Psicologia** (Teorias Modernas da).

Gültig (al.) = válido.

Gültigkeit (al.) = validade.

GUNA (Em Sânscrito, fio, corda). É, na Filosofia Hindu, o que liga, o que fundamenta, o que dá a substância (**dravya,** vide). No Vaisesika, apresenta 24 espécies: entre as principais estão **sattva, rajas, tamas** (vide).

Guru — Em sânscrito, **Mestre,** o guia.

Gusto (it.) = gôsto.

Gut (al.) = bom.

Güte (al.) = bondade.

Gütigkeit (al.) = bondade.

H

HABERE (em lat. haver, ter, dar-se). Na Lógica, é um post-predicamento, que consiste no modo segundo o qual uma coisa se ordena a outra, o haver-se de uma coisa em relação a outra. Os modos de **haver-se** são: 1) **inerência,** p. ex.: o modo como o sujeito tem **(habet)** o accidente; 2) **por continência,** assim como o vaso contém o líquido; 3) **por posse,** como o homem tem um bem económico; 4) **por relação,** como o pai tem o filho; 5) **por justaposição,** como a Suíça tem no norte **(habet)** a Alemanha.

HABILIDADE — Vida **Aptidão.**

HABITO (em grego **éxis,** em latim **habitus**) — Refere-se ao **habere,** ao ter de uma coisa, ao seu haver. a) Na Filosofia, é uma das categorias aristotélicas. Vide **Categorias e Accidente Predicamental.**

b) Em Psicologia, costuma-se chamar de hábito uma disposição que, depois de adequada, torna-se duradoura, e que consiste em reproduzir os mesmos actos ou em sofrer as mesmas influências.

Considera-se, freqüentemente, o instinto como inato, inerente ao indivíduo; o hábito, no entanto, como adquirido.

São os hábitos considerados **activos** ou **passivos.**

O hábito activo consiste numa actividade que é repetida, difícil ao princípio, por ex.: tocar piano.

Passivo é um costume que se adquire, sem uma acção consciente, volicional, como não enjoar, com o tempo, nas viagens.

Consideram alguns que a repetição é a criadora do hábito, mas, na realidade, a repetição reforça o hábito, não o cria.

Na primeira vez que um acto foi realizado, está criado como possibilidade, e a repetição vai servir para reforçá-la como acto.

Os hábitos passivos são adquiridos pela prolongação da acção, com a graduação da intensidade do excitante exterior.

Há actos adquiridos pela vontade: são os actos úteis.

Todo o sistema de trabalho, de acção realizadora, é uma série de hábitos adquiridos, através de uma longa aprendizagem. No iní-

cio, são naturalmente bisonhos, mas a repetição sofre, pela acção da vontade, uma correcção progressiva dos ensaios. Inicia-se por uma decomposição da acção, que é feita por partes, até conseguir o domínio geral, que dá a maestria, que é o acto já praticado com independência da consciência dirigente.

Êste aspecto leva alguns psicólogos a afirmarem que o hábito traz um debilitamento da consciência.

Há exagêro nessa afirmativa. Se realmente a repetição, atingido o grau de hábito, traz consigo certo automatismo, há apenas debilitamento aparente da consciência, porque esta, como tensão, nada perde, pois está virtualizada apenas no acto habitual, que é feito sem a sua participação, mas é conservada para surgir onde e quando necessária.

Nenhum pianista, que tenha atingido ao hábito, que tenha conquistado a maestria, que possa executar ao piano a sua função, sem necessidade de ter consciência de cada movimento dos dedos, debilitou sua consciência, que é aplicada, então, em outros aspectos e partes do seu trabalho, e que lhe permite atingir outro grau da maestria.

Por isso, o hábito não é uma acção que favoreça a inconsciência. Ao contrário, êle permite que a consciência seja aplicada a outros aspectos mais elevados, e é isso, em grande parte, que favorece o progresso da actividade, humana, como também da sensibilidade.

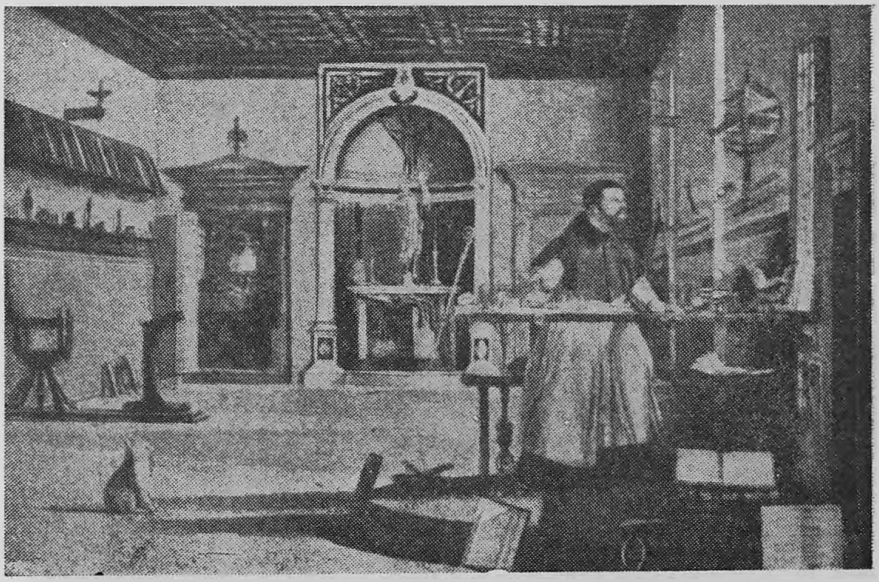
c) É essa posição inicial que leva muitos psicólogos a confundirem o hábito com a **adaptação biológica.** Nesta, que é de acção fisiológica, não entra a consciência e, portanto, o hábito não executa nenhuma papel, porque há aí a influência da vontade e de tôda a vida reflexiva do homem, como encadeamento de idéias; há uma contribuição pensamental. O que levou também a essa confusão foram os hábitos passivos. Mas êsses não são tão passivos como se pensa, porque se não há actividade da parte do homem na realização de actos exteriores, há uma actividade psicológica.

d) Foi por não terem prestado a atenção devida ao hábito, que alguns filósofos acabaram por reduzí-lo a uma manifestação da inércia, enquanto outros, pondo-se num campo oposto, atribuiram-no à liberdade.

O hábito pertence sòmente aos sêres vivos, como o salientava Aristóteles. Certos factos, porém, levaram alguns filósofos a atribuí-lo também às coisas inanimadas. Certos corpos tendem a repetir suas combinações, outros a facilitar uma acção quando repetida, como o exemplo da borracha, que se torna mais favorável à elasticidade, quando repetida a acção. Se existe aqui uma espécie de adaptação, que mostra certa **semelhança** com as adaptações biológicas, não se deve, porém, confundir com o hábito, que é do ser vivo, o que se dá com as coisas inanimadas.

HABITUAR-SE — Processo de adaptar-se a um determinado estímulo, a uma situação ou ao ambiente em geral.

Baixo relêvo medievel que expressa a análise de um texto filosófico.



Quarto de trabalho de São Jerônimo, — quadro de Carpaccio.

Leilão de Livros, no séc. XVIII.

HABITUS (lat.) — Na Lógica. é o predicamento que indica o que extrìnsecamente acontece com a coisa, e que não é apto a ser medido. É o que o corpo tem, enquanto adjacente a si. Assim, vestido de pastor é um **habitus** do sujeito.

HADES — Do gr. **Haides** — Era o deus do submundo, filho de Cronos e Réia, e irmão de Zeus. O reino, dominado por êle, Hades, é o reino da morte, para onde vão os mortos.

HAECCEITAS — (Do latim **haec**, esta, **estidade**) Vide «**Universal e Individual**» e **Eceidade.**

HAESUM — Vide **Modal (Teoria).**

Hallucination (ing. fr. al.) = alucinação.

Halten (al.) = resistir.

Handlung (al.) = acto.

Happiness (ing.) = felicidade.

HARMONIA — Do gr. **harmonia,** ajustamento. a) **Harmonia** implica, essencialmente, uma determinada correspondência de partes opostas, cujo relacionamento dá surgimento a algo especìficamente oculto, a totalidade harmonizada. Nota-se, desde então, que essa totalidade, êsse algo novo, é, especìficamente, o que subordina as partes opostas, a uma normal, que é dada por êle. Dêste modo, nota-se, ainda, a presença dos opostos, que, para cooperarem na formação de algo especìficamente novo é mister que em algo se analoguem. Assim, os pitagóricos afirmavam que a **harmonia** se dá quando os opostos analogados actuam segundo uma normal, que é dada pela **totalidade.**

b) Empregado, comumente, no sentido de combinação feliz, que obtém bom êxito.

c) Na Estética, sensação produzida pela combinação simultânea de diversos elementos sensíveis (como na **Música,** pelos sons musicais).

d) Na Música, a ciência do emprego dos acordes.

HARMONIA PREESTABELECIDA — Leibnitz, em fundamento de sua doutrina, postula que não há acção directa das substâncias criadas, umas em relação às outras, mas que há apenas um desenvolvimento paralelo, obedientes a uma ordem já traçada, mantendo elas entre si relações mútuas, já prèviamente estabelecidas.

HARMONISMO — Teoria social, pela qual o **singularismo** (que afirma que o indivíduo é a única realidade social), e o **universalismo** (que afirma que é a sociedade) são considerados inseparáveis, sendo tais conceitos apenas aspectos de uma única realidade **(harmonismo).** Sinônimo de **Integralismo.**

Hasard (fr.) = acaso.

HAVER — Substantivado — Vide **Modos.**

Hazard (ing.) = azar.

Haering (ing.) = audição.

Heart (ing.) = coração.

HECEIDADE — Vide Universal e Individual. Vide **Eceidade.**

HEDÔNICA — Ramo da Psicologia, que estuda as sensações agradáveis e desagradáveis.

HEDÔNICOS (afectos) — Vide **Afecto.**

HEDONISMO — Vide Ética.

Hedonismus (al.) = Hedonismo.

HEGELIANISMO — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

Heil (al.) = **salvação.**

Heilig (al.) = **sagrado, santo.**

Heiligkeit (al.) = **santidade.**

Hemmend (al.) = **inibitório.**

Hemmung (al.) = **inibição.**

Hen (gr.) = **Um** (neutramente considerado).

HENOTEÍSMO — Têrmo criado por Max Müller, em oposição ao **monoteísmo** e **politeísmo,** para significar o culto que é prestado a um só deus, sem excluir a existência de outros.

HERANÇA — a) Transmissão por meio do plasma germinal de factôres ou **genes,** que determinam semelhanças entre os descendentes com seus pais ou antepassados. Vide **Atavismo.**

b) Soma geral dos caracteres transmitidos.

c) Propriedade, que é transmitida **post-mortem** de uma pessoa aos seus beneficiários legais.

HEREDITARIEDADE — a) Carácter do que é hereditário.

b) Conjunto, também, do que é herdado, biológica ou psicològicamente, dos antepassados.

Hérédité (fr.) = **herança.**

Heredity (ing.) = **hereditário.**

HERÊNCIA — Vide Modal **Teoria).**

HERMAFRODITISMO — (palavra composta de **Hermes** e **Aphrodites,** têrmos gregos) — Presença dos órgãos reproductores masculinos e femininos num só organismo.

HERMAFRODITISMO PSÍQUICO-SEXUAL (De **Hermes** e **Aphrodites,** têrmos gregos) — Estado psíquico em que um objecto sexual pertence, de modo indefinido, a qualquer dos sexos, carecendo, assim, do carácter de exclusividade sexual.

HERMENÊUTICA — (De **hermeneutiká, em gr. interpretação**). a) É a arte e a ciência da interpretação, principalmente das obras de autoridades numa matéria. Assim temos **hermenêutica** do Direito.

b) Emprega-se, também, para as interpretações simbólicas e alegóricas (**hermenêutica** dos livros sagrados).

HERMÉTICO — a) Que segue as práticas e as concepções **do hermetismo** (do gr. Hermes).

b) Diz-se, também, de tudo quanto é guardado de modo a impedir a penetração, ou escondido de forma a tornar-se difícil de ser achado. Vide **Hermetismo.**

HERMETISMO — De **Hermes.** a) Doutrina esotérica, secreta,

dos primitivos gregos que era ensinada a iniciados, cuja origem se atribui a Hermes. Entre suas idéias fundamentais, estão a crença na existência de formas separadas e de muitas das idéias fundamentais do platonismo, da paz entre os homens, do exame dialéctico dos contrários. Hermes era, na mitologia grega, filho de Zeus e Méia, com correspondência ao Mercúrio dos romanos.

b) O nome **hermetismo** passou, no Ocidente, a significar tôdas as práticas secretas da **magia** e da **alquimia.**

c) E como os **herméticos** mantivessem os seus rituais, dentro do maior segredo, a palavra tomou, além do sentido de referir-se aos seus seguidores, também o de indicar tudo quanto é secreto, tudo quanto está totalmente fechado **(hermèticamente** fechado).

O **hermetismo** tem sua origem nos livros egípcios de **Thot Trimegistos,** que são conhecidos apenas em seu texto grego, sem que se tenha precisado a época de sua feitura. Se para alguns são de origem egípcia, há autores que negam tal origem, atribuindo-a aos gregos.

d) Na Idade Média, e até na Idade Moderna, o têrmo era usado para referir-se aos alquimistas.

e) É também usado para referir-se a certas seitas **esotéricas,** que se consideram fiéis continuadoras do pensamento hermético. A obra hermética tradicional, o **Corpus Hermeticus,** já teve várias edições em diversos idiomas.

HEROÍSMO — Vide **cardiais (Virtudes).**

HERRENMORAL — (al.) = **moral dos senhores.** Nome dado por Nietzsche à moral não cristã (no sentido contrário ao que êle entendia por cristã, que era uma deformação do verdadeiro sentido da moral de Cristo), moral dos senhores, dos dominadores de si mesmos, contrária a todos os plebeísmos, que êle, em certa fase de sua vida, tanto combateu. Êsses senhores **(Herren),** que N. vislumbrava, ainda não haviam vindo ao mundo, mas surgiriam quando houvesse uma nova avaliação dos valôres, em que o mais nobre e o genuìnamente heróico fôssem postos no ápice da **tábua dos valôres.**

Herrschaft (al.) = **reinado, soberania.**

Herrscher (al.) = **monarca.**

Hehrvorragend (al.) = **eminente.**

Hervorrufen (al.) = **apelar.**

HESÃO — Vide **Adesão.**

HETERODIDACTISMO — Do gr. **heteros,** outro e **didaktiká,** didáctica). Contr. de **Autodidactismo** (vide).

HETERODOXIA — (Do grego **heteros,** outro, e **doxa,** opinião). Crença contrária aos princípios aceitos na época. Chama-se **heterodoxo** o indivíduo que aceita tais crenças. **Ortodoxo** (do gr. **orthos,** direito), é o contrário, e **ortodoxia** é a posição a favor das crenças vigentes.

Hétérogène (fr.) = **heterogêneo.**

HETEROGÊNEO — (Do gr. **heteros,** outro, e **gênesis,** geração) — Contrário de **Homogêneo** (vide).

Heterogeneous (ing.) = **heterogêneo.**

HETEROGONIA DOS FINS — Nome dado por Wundt (do gr. **heteros,** outro, vario, e **gonos,** geração) para significar a modificação da finalidade dos sêres, à proporção que os mesmos conhecem graus de seu desenvolvimento evolutivo. A idéia, diz James Ward (cit. por Lalande), já estava em Hegel. Podemos, por outro lado, dizer que já estava nos escolásticos e até antes dêles. A modificação da finalidade refere-se aos fins próximos e não aos fins derradeiros, ao último fim, que marca sempre uma direcção extrínseca última do ser finito. Vide **Fins e Meios.**

HETERONOMIA — (Do gr. **heteros,** outro e **nomos,** regra, lei). Contrário de **Autonomia** (Vide).

HETERONOMIA NA ÉTICA Vide **Ética.**

Heteros (gr.) = **outro.**

HETERO-SEXUALIDADE — (Do gr. **heteros,** outro, e **sexo**) a) Atração sexual por indivíduo de sexo diferente.

b) Diz-se, também, das relações sexuais entre indivíduos de sexo contrário.

HETEROSPECÇÃO — Vide **Autospecção.**

HETERO-SUGESTÃO — Vide **Auto-sugestão.**

HETEROTÉLICO (Do gr. **heteros,** outro e **telos,** fim, meta). a) Têrmo empregado para qualificar tôda actividade consciente. que tende para a realização de algum fim fora dela.

b) Na Estética, emprega-se para indicar a criação artística, quando tende a algo fora da actividade criadora. Contrário de **Autotélico** (vide).

HEURÉTICO — Vide **Heurístico.**

Heuristic (ing.) = **heurístico.**

HEURÍSTICO — (Do gr. **heuriskô,** descobrir, achar, investigar). É a **heurística** a parte da Lógica, que se dedica a alcançar a verdade, partindo de conhecimentos verdadeiros já encontrados. É um método, portanto, de invenção, de descoberta, que, de certo modo, se alia ao **método apofântico,** que é um método de iluminação e de descobrimento de idéias, já contidas em outras.

a) Foi o **método heurístico** usado desde os gregos, mas teve sua estructuração cuidadosamente estabelecida pelos escolásticos, que postularam três regras fundadamentais.

1) O processo deve partir do conhecido para o desconhecido, do mais notório para o menos notório.

2) O processo deve ter uma escalaridade regular, evitando os saltos e as conclusões precipitadas, extraídas de princípios pró-

ximos e imediatos, buscando-se interconexionar os elementos obtidos.

3) Deve brilhar pela progressiva clareza, pela brevidade e pela solidez.

Para que obtenha tais resultados, deve seguir a ordem abaixo:

I — Estabelecer o **status quaestionis,** as diversas maneiras de ser abordado o tema, claramente definidas e expressas.

II — Clarear prèviamente, os têrmos empregados, a fim de evitar ambigüidades.

III — Dividir o assunto a ser tratado, com tôda clareza, e com rigor lógico, em suas partes.

IV — Distinguir com clareza as verdades definitivas das prováveis.

V — Examinar as sentenças propostas, segundo as diversas posições, expressando os argumentos dos adversários, sem omitir nada, bem como as dificuldades que se lhes apresentam, realizando essa providência com a maior exacção e clareza, sem falsificações de qualquer espécie ou caricaturas.

VI — Desenvolver a demonstração da tese exposta de início.

VII — Analisar a seguir as objecções prováveis à tese, e as já conhecidas, examinando-as na ordem das sentenças dos adversários, e respondê-las com o máximo rigor lógico e dialéctico.

b) Para os modernos, porém, é chamado **método heurístico** a propositura de uma **hipótese,** sem averiguar se realmente é verdadeira ou falsa, mas apenas se consentânea e adaptável aos factos, que procura oferecer uma possibilidade de explicação, uma suposta explicação.

c) Emprega-se, também, para chamar o método pedagógico que consiste em fazer descobrir, pelo aluno, o que se pretende ensinar.

d) Como substantivo, é a parte da ciência, cujo objecto consiste na descoberta dos factos, como se vê aplicado no campo da História.

e) Alguns gramáticos preferem o têrmo **heurético.** Usa-se como adjectivo para qualificar todo processo que leve a tais fins.

f) A **hipótese de trabalho,** muito usada na Ciência moderna, é, também **heurística,** pois, partindo-se de uma determinada tese, dada provisòriamente, a análise, que se segue, não só demonstrará sua procedência ou não, como indicará qual o verdadeiro caminho para alcançar a um objectivo teórico. Assim, em «Parmênides», de Platão, Parmênides parte de várias hipóteses sôbre o Um, alcançando, afinal, um absurdo, bem como lhe surgem outras possibilidades para prosseguir a sua investigação.

HÍBRIDO — a) Diz-se do conjunto formado por elementos de variedades distintas ou espécies diferentes.

b) Filosòficamente, pode-se empregar para apontar a composição com elementos especìficamente distintos.

HIERARQUIA — (Do gr. **hieros,** augusto, admirável, potente, santo e **arkhê,** princípio, o que está na frente) a) Têrmo que se encontra na linguagem eclesiástica, e foi usado, sobretudo, por Pseudo-Dionísio Areopagita. Significa a ordem em que se colocam as milícias celestes e, por extensão, os graus eclesiásticos.

b) **Hierarkhós** usavam os gregos para intitular o grão-sacerdote.

c) O têrmo tem em geral o sentido de classificação, dentro de uma série, segundo graus, desde o inferior ao superior, os quais revelam o valor ou o poder de alguém ou de algo segundo o grau que ocupa.

d) Como, na hierarquia, há, ainda, uma subordinação, o têrmo também é empregado para significar o grau de subordinação de algo a algo, sendo o subordinado de grau hierárquico inferior ao subordinante.

HIERARQUIA SOCIAL — Vide **Hierarquia.**

O funcionamento dos grupos sociais e a especialização dos elementos que nêles tomam parte, permite, aos poucos, estructurar na sociedade classes, castas, que se diferenciam, segundo essas mesmas relações.

Assim, encontramos em tôdas as culturas humanas a estructuração, além da base da família, com a hierarquia natural que nela se forma entre pai, mãe e filhos, hierarquias também de ordem religiosa, como as políticas no funcionamento do Estado, como ainda as que surgem do funcionamento dos grupos à base de trocas de vantagens, classes econômicas, etc. Essas hierarquias têm um papel importante no desenvolvimento da história humana, pois dos choques que provocam, dos antagonismos que despertam, em função das relações sociais opositivas, são engendradoras de idéias, que entre si disputam uma seqüência de valôres, como religiosos, éticos, morais, econômicos, etc.

Surgem assim **ideologias** (e conseqüentemente, valôres ideológicos), que procuram justificar o grau mais elevado da hierarquia, bem como outras que procuram justificar o anseio dos grupos de hierarquia menor à ascensão aos altos postos, como, ainda, de ideologias que negam os direitos ou os valôres dos grupos hierárquicos superiores, como até de qualquer disposição hierárquica dos elementos sociais, que são julgados, através de valôres de tôdas as espécies. Tôda hierarquia, que é a ordem da graduação das autoridades, quer religiosas, militares, burocráticas, etc., exige sempre três ordens principais:

a) superiores; b) iguais; c) inferiores.

HIGIENE — Ciência ou prática sistemática, que se cinge à conservação da saúde do indivíduo ou da colectividade. E toma êsse nome específico, segundo o objecto pelo qual se ocupa. Assim temos **higiene mental, higiene social,** etc.

HÍLICOS — Vide **Pneumático.**

HILOFORMISMO — (Do gr. **hylê,** matéria, e **morphê,** forma). Doutrina que explica a gestação dos sêres pela conjunção da matéria e da forma (esta informa aquela) e constituem, juntas, o composto (**to synollon**), segundo a concepção de Aristóteles e dos escolásticos. Vide **Forma** e **Matéria.**

HILOTEÍSMO — (Do gr. **hylê,** matéria, e **theos,** deus). É sinônimo de panteísmo, no sentido que dá à matéria um poder divino de realizar tôdas as coisas. É sinônimo de **materialismo** em certo sentido, pois os seguidores desta doutrina terminam por identificar a matéria com a divindade, ou a emprestar àquela atributos divinos.

HILOZOÍSMO — (Do gr. **hylê,** matéria, e **zoo,** animal). Doutrina filosófica, segundo a qual a matéria é animada de uma vida primária, é viva, quer em si mesma, quer por participação a uma **alma do mundo** (uma **anima,** um princípio vivo do mundo).

HINAIANA — Vide **Budismo.**

HINDUÍSMO, de Hindu. Nome genérico que se dá ao pensamento religioso e filosófico, que constitui a esquemática do pensamento da Índia. Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

HIPER — Prefixo muito usado na linguagem médica, e hoje também na linguagem filosófica. Indica, em geral, o que está acima da normal. Assim vemos têrmos como **hipermnésia, hiperestesia,** etc., e, na filosofia, **hipercrítica,** etc.

HIPERBÓLICA (Dúvida) — Nome que Descartes deu à dúvida metódica que empreendeu, a qual foi levada ao extremo. Vide **Cartesianismo e Descartes,** na **Sinopse da História da Filosofia.**

HIPERCRÍTICO — O que critica com excesso ou com excessivas minúcias.

HIPERESPAÇO — É o espaço ao qual alguns atribuem mais de três dimensões. Vide **Espaço.**

HIPERESTESIA — Aumento anormal da capacidade estésica, de sentir, ou afectiva de um ser.

HIPERMNÉSIA — Vide **Memória.**

HIPERORGÂNICO — a) O que é de uma natureza superior ao organismo vivo.

b) É o nome que se dá ao espírito. Muito usado por Maine de Biran.

HIPERPLASIA — Multiplicação excessiva de elementos de um organismo.

HIPERTROFIA — a) Crescimento de um órgão.

b) Excesso de crescimento de qualquer coisa, por extensão.

HIPNAGÓGICO — (Do grego **Hypnos,** sono, e **gogia,** conducção). Letargo ou estado sonolento. **Alucinações hipnagógicas.** Vide **Alucinação.**

HIPNOANÁLISE — Psicanálise realizada em estado **hipnótico.**

HIPNOSE — a) Estado provocado artificialmente, que em

muito se assemelha ao sono (**hypnos,** em grego), mas que é, filosòficamente, diferente, caracterizando-se pelo aumento da sugestibilidade, graças à qual se pode provocar certas anormalidades sensoriais, e manifestações que não se realizariam em estado normal.

b) Na Psicanálise, é a capacidade de deixar-se influir pela sugestão.

HIPNOTISMO — (Do gr. **hypnos,** sono). Têrmo geralmente usado para indicar a prática que consiste em provocar os fenômenos de **Hipnose** (vide).

HIPO — a) Prefixo empregado na composição com outros têrmos, para indicar o que se dá abaixo do normal, ou que apresenta um grau muito baixo. Assim temos têrmos como **hipotensão, hipotenusa,** etc.

b) Empregado também para indicar o que está **sub,** abaixo de..., como em hipótese, de **thesis,** posição, e **hipo,** sub, **suposição.**

HIPOCRISIA — Vide **Sinceridade.**

HIPOFRENIA — Deficiência da capacidade mental ou intelectual.

Hipokeimenon — (Do gr. **hypo,** sub... e **keimenon,** o que está, o que está **sub, subestá).** Substância material. Em Aristóteles é a causa material. Vide **Causa** e **Modal (teoria).**

HIPÓSTASE — (Do gr. **hypo,** sob, debaixo, e **stasis,** o que está, o sub-posto, o suporte).

a) É o têrmo que se emprega para indicar a **subsistência,** a **sistência** que está **sob.** É um conceito metafísico, que afirma que a substância é «possuidora de si mesma», cuja presença tem um **ubi** intrínseco, que é subsistente em seu ser.

b) Hipostasia-se uma idéia, quando se lhe dá uma substancialidade, subsistente em seu ser. Êste conceito, que penetrou na Filosofia, provém da Teologia, embora já o encontrássemos em **Platão,** cujas formas ou idéias eram consideradas hipóstases, por ter êle postulado a subsistência das formas, separadas das coisas, que constituiriam um **mundo verdade,** em oposição ao nosso mundo sensível, mundo fenomênico.

c) Emprega-se o têrmo **hipóstase** em sentido pejorativo, quando alguém pretende dar uma subsistência **extra-mentis** aos meros entes de razão. A hipostasiação, neste caso, pode exceder-se, a ponto de perder a verdadeira realidade das idéias ou dos entes de razão, emprestando-lhe outra que êles não possuem na verdade. Os maiores adversários das formas e das idéias, como entes, tendem, freqüentemente, a **hipostasiar** as suas idéias mais caras. Há algumas hipóstases modernas, que têm sido férteis em grandes confusões e até em catastróficas conseqüências, como a de **proletariado,** hipostasiada por socialistas, a de **raça,** hispostasiada por nazistas, e a de **nação,** hipostasiada por nacionalistas exagerados, assim como os racionalistas hipostasiaram a **razão,** os revolucionários do séc. XVIII hipostasia-

ram a **liberdade**, a **fraternidade** e a **igualdade.**

HIPÓSTASE PLATÓNICA — Vide **Hipóstase** e **Platão**, em **Sinopse da História da Filosofia.**

HIPÓTESE — (Do gr. **hypo**, sob debaixo e **thesis**, posição, afirmação; etimològicamente, **suposição**).

É uma proposição não devidamente provada mas aceita, por dar uma explicação a uma seqüência de factos, num determinado campo do saber humano. (hipóteses científicas, históricas, etc.). A **hipótese** funda-se numa possibilidade e não deve incluir em si contradição. Por essa razão, para ser perfeita como tal, deve cumprir quatro requisitos necessários:

1) **Ser possível.** Portanto não pode contradizer as leis metafísicas, nem os factos físicos conhecidos.

2) Que nenhum facto, dado pela nossa experiência, possa repugná-la.

3) Que explique os factos de modo cômodo.

4) Que seja simples.

É no campo da **hipótese** que se pode encontrar uma das distinções entre a **Ciência**, como se compreende hoje, e a **Filosofia**. A Ciência não pode, de modo algum, ultrapassar o campo da **hipótese**, pois, trabalhando apenas com o contingente, seus resultados serão contingentes. A **Filosofia**, como penetra no campo da necessidade, pode dispensá-las, e deve fazê-lo, pois as leis científicas são leis provisórias, fundadas no experimental, enquanto as leis metafísicas, como as da ontologia, são leis necessárias e indefectíveis, quando rigorosamente construídas. Os que julgam que tal não se dá, revelam apenas desconhecer o mais sério dos estudos filosóficos, e são precisamente os que permanecem no campo das asserções, e que não alcançam a apoditicidade que aquela exige. Só há **Filosofia**, em sentido genuinamente especulativo, onde predominar a apoditicidade, onde se tender aos juízos necessários, universalmente válidos.

HIPÓTESE DE TRABALHO — Vide **Hipótese Heurística.**

HIPOTÉTICO — a) Em sentido lógico, opõe-se a **categórico** (Vide). Uma proposição hipotética é a que indica uma relação de implicação, e começa por uma condicional «se todos são dêste modo, etc.»

b) Tudo quanto depende ou se refere à **hipótese**, e que dependa dela.

HIPOTÉTICO (silogismo) — Vide **Silogismo.**

HISTERISMO — Anomalia mental, caracterizada por rupturas na integralidade do **eu**, que se apresenta por traços negativos e deficientes, tais como **amnésias, paralisias sistemáticas, alucinações, convulsões**, com uma afectividade exagerada e instável, bem com uma vontade incapaz.

HISTÓRIA — Podemos considerar os factos como históricos, desde que tenhamos uma perspectiva tal que nos permita ver

o Cosmos como um acontecer, como um produzir-se. E seguindo essas pegadas, construímos um esquema geral das ciências históricas. No entanto, é preciso que saibamos distinguir bem o que é um facto histórico enquanto histórico, que nessa perspectiva o é todo acontecer, de o facto histórico, no sentido que o dão os historiadores.

Quando um facto ultrapassa ao campo do indivíduo e do grupo, e tem sua influência, significação ou condicionamento, quer sôbre ou para outros grupos sociais maiores, penetrando na direcção do seu destino, chamamo-lo de **histórico.** E, nesse sentido, tais factos formam o **historial,** ou mostram seu aspecto **historial.** Podemos chamar de aspecto historial o conjunto de fastos acontecidos, que têm ou tiveram certa significação ou influência sôbre uma colectividade humana.

Para os gregos, a história era concebida como o relato dos factos importantes, que êles, devido à falta de um sentir em profundidade do tempo, envolviam, confundiam com os mitos criados sôbre a sua origem e sôbre as épocas pretéritas (dos antepassados). Consideravam os gregos, o saber de duas espécies: **um saber teórico e um saber prático.** O saber prático é o saber que é dado pela experiência.

Tôda teoria se funda numa especulação, num espelhar os factos do pasado, comparando-os com os do presente, para descobrir, nestes como naqueles, o nexo que os liga. A teoria é, assim, uma construcção do espírito feita sôbre os factos dados pela prática. A Matemática, a Física, a Filosofia, etc., são saberes teóricos. Mas a História, para os gregos, é um saber prático. Não procuravam êles uma teoria sôbre a História, nem descobrir o nexo dos factos, apesar das passagens de certos autores onde encontramos comparações e a apreensão de analogias, que já encerravam, em si, as possibilidades de ulteriores desenvolvimentos; tal se verificou no desenrolar dos estudos históricos, sobretudo em nossos dias, quando ela passa a adquirir novos métodos e novos instrumentos de trabalho, em suas combinações com a Sociologia, e que lhe darão, como já vêm dando, uma nova fisionomia, o que não era observado entre os gregos.

Como a perspectiva e a visão do tempo varia de cultura para cultura, varia também sua perspectiva da História. Para os gregos, a História é apenas dos homens. Mas, na cultura fáustica, com Bacon, já verificamos que aquela é concebida, não apenas como do campo antropológico, mas também dos animais e das coisas, de todos os sêres que se dão no tempo e no espaço. Dessa forma, temos uma visão **histórica** do mundo. Mas, no estado actual dos nossos conhecimentos sôbre a História, como o produzir-se do acontecer cósmico e dos fastos importantes da vida humana, podemos apontar a essência da História? Dizem alguns que a essência da História está em sua irrepetibilidade. O histórico não se repete, porque a perspectiva histórica é conseqüência da posição que tomamos, de cujo ângulo visualizamos apenas o as-

pecto irrepetível dos factos. Cada facto, que se dá, é novo e único em si mesmo. Mas, cada facto também repete algo dos factos passados, porque, do contrário, todo o existir seria de uma diferença absoluta, e não nos permitiria o conhecimento. Conhecemos porque há aspectos que se repetem, e é sôbre o repetível que construímos a ciência, construímos um saber. Mas o facto histórico, como tempo, é irrepetível, porque o minuto que passa, não retorna; é sucedido, é substituído. Sabemos que Napoleão Bonaparte não será repetido, não retorna; mas sabemos, no entanto, que as condições que geram um Bonaparte, o bonapartismo, sob certos aspectos, se repetem.

Por um lado a Sociologia actualiza as notas que se repetem dos factos, enquanto a História, apenas actualiza as irrepetíveis. Quando dizemos que a História se repete, actualizamos apenas as notas que retornam, não o facto em sua unicidade; olhamos mais o lado sociológico que pròpriamente o histórico. Diz-se: Não se dão os factos históricos apenas no tempo; dão-se também em um local, no espaço, portanto. Sim, realmente se dão também no espaço, mas como algo que sucedeu no tempo. O que resta da História, no espaço, é o producto e não o produzir-se. A História é o produzir-se, porque é dinâmica, é tempo. O que produziu, o que ficou, monumentos, arte realizada, obras em geral, são o producto, os quais nos permitem, através dêles, captar algo daquele produzir-se. Não é, porém, o produzir-se. Assim a História é irreversível como produzir-se, mas reversível como producto.

Quem vê a História apenas extensivamente, como objectivação do producto, tende a ver mecânicamente os factos históricos, a actualizar uma causalidade rígida, a sistematizar o acontecido. Quem a vê apenas como um produzir-se, aponta-lhe a direcção, como se fôsse uma vida, como se fôsse uma estructura biológica, actualizando apenas o lado temporal. O estudo da História, para ser um estudo proveitoso, e de frutos benéficos, não pode afastar-se de uma concepção que englobe ambos aspectos, que permita a formação de uma visão concreta, conexionando os aspectos meramente históricos, como irrepetíveis, com as realizações, as obras feitas, as quais servem para indicar um novo caminho capaz de permitir o vislumbrar dos aspectos sociológicos, para uma visão filosófica e histórica da cultura humana em geral, e da História em particular.

Assim, considerar a morfologia da História pelos dois lados, que se antagonizam, e ver a História em sua unidade, é ter dela uma visão viva, **orgânica,** e ao mesmo tempo sistemática; é não deixar-se arrastar por valorizações apenas unilaterais, actualizando o lado extensista ou o intensista, o que nos levaria a uma compreensão meramente abstracta, e não a uma posição concreta, capaz, daí, de poder captar, da História, os nexos que permitem concluir muito em benefício do homem.

Assim sendo, a construcção de uma ciência da História só pode ser feita com o auxílio da Socio-

logia, isto é, pela interpenetração dos âmbitos de estudo, tornando ambos campos ciência da História.

HISTÓRIA (análise ontológica da) — O ser histórico apresenta as seguintes características:

1) em todo facto que acontece, há a presença do passado. Tudo quanto acontece é um possível de ser e, como tal, está contido no prometêico de alguma coisa, ou de muitas, já que nenhum acontecimento vem do nada absoluto. (O prometêico é o que se refere ao possível vir-a-ser das coisas, e epimetêico ao que já foi).

2) O acontecer é real; ou seja, é **res**; tem uma entidade e não puro nada, pois se fôsse um puro nada seria nada de acontecer.

3) É o ser histórico algo que é real, que acontece ou aconteceu, que não é um mero nada e é objecto da disciplina que lhe é correspondente: a **História in latu sensu.**

4) O **ser histórico** de um facto permite a sua redução a um **eidos,** a uma forma esquemática, que nossa mente pode construir.

5) O ser histórico implica uma problemática complexa em relação à sua existencialidade. O ser que existe é o ser no pleno exercício de si mesmo. Uma possibilidade não existe, mas uma possibilidade pode ser histórica, enquanto tem ela um fundamento em algo que realmente aconteceu. Os possíveis históricos actualizáveis e suas conseqüências podem ser tema de ficção, com base em reais possibilidades (assim a possível victória epimetêicamente actualizável de Napoleão em Waterloo, a sobrevivência por muitos mais anos de Alexandre, o não aniquilamento da **Invencible Armada,** etc.). O que caracteriza o **ser histórico** não é, pois, a sua existencialidade efectiva, mas o ser possível de outros aspectos que passaremos em breve a examinar. Retornaremos então à problemática da existencialidade do ser histórico.

6) Os factos históricos têm uma estructura ontológica, pois são reductíveis eidèticamente, e revelam a presença de uma lei de proporcionalidade intrínseca; ou seja, uma forma, um **eidos,** o que permite construir uma Ontologia da História.

7) O facto histórico ao ser comparado com o facto ético permite uma distinção. A História é uma disciplina ética, sem dúvida. Mas o facto ético é aquêle que revela um **dever-ser (sollen),** é o facto que se actualiza segundo a imperiosidade de um ter-de-ser **(de habeo, debeo).** É o facto ético frustrável por natureza, como vimos, como também há frustrabilidade nos factos históricos. Mas há factos que pertencem à Física, à Meteorologia, à Geografia, que influem na História. Foi a erupção do Vesúvio um facto histórico em relação a Pompéia e Herculanum, ou não? E o facto histórico é apenas o facto humano, é êle, conseqüentemente, sempre um acto ético?

8) Conseqüentemente, como decorrência da problemática acima, é o facto histórico frustrável, ou podemos distinguir factos histó-

ricos frustráveis de os não frustráveis? Se há factos históricos não frustráveis, teremos de admitir que há alguma positividade no **historicismo,** que examinaremos oportunamente.

9) O facto histórico, como facto, tem uma «estructura» existencial. E como tôda existência é singular, tal afirma a singularidade do facto histórico, sem que tal afirmação negue uma eideticidade e, portanto, uma repetibilidade por parte de outros factos históricos, que participem da mesma eideticidade.

10) Tem o facto histórico uma certa morfologia, um aspecto figurativo, uma forma extrínseca, portanto. Daí poder-se falar numa **Morfologia da História.**

11) Aceita a distinção entre o facto histórico e o facto ético, é mister apontar a especificidade distinta daquele em relação a êste.

12) O facto histórico permite uma descripção. Enquanto descripto é o que chamamos **historial,** equivalente à novela real, que se opõe à novela fictícia. O facto histórico é uma **res facta,** e a novela fictícia uma **res ficta.**

13) Se o facto histórico tem um **eidos,** é possível construir uma **Fenomenologia da História.** Ora, tudo quanto é, que tem uma unidade, tem um **eidos.** Se os factos históricos, em sua materialidade, são irrepetíveis (como singularidades), e têm necessàriamente um **eidos,** êste é repetível em outros que dêle participem. O **eidos** pode ser alcançado pelo processo abstractivo.

14) Seignobos afirma que o facto histórico é um facto posicional, que intrìnsecamente não é histórico, mas apenas extrìnsecamente, segundo o modo de ser considerado ou de ser conhecido, não sendo intrìnsecamente histórico. Não há o histórico **quoad se** (quanto a si mesmo) e só apenas **quoad nos** (quanto a nós)?

15) O histórico dá-se na sucessão, logo no tempo. Sem o tempo, não haveria História.

16) Para Seignobos, a História seria apenas um modo de conhecimento, seria apenas **quoad nos** (nós é que lhe emprestamos a historicidade). Neste caso, o ser histórico é ser accidental e extrínseco. Conseqüentemente, não há factos históricos, mas apenas um conhecimento histórico dos factos, para tal autor. Já mostramos a historicidade de tudo quanto acontece, e em que ela consiste. Outros aspectos virão oportunamente.

17) O facto histórico é um facto existencial. Portanto, pode-se falar de uma **onticidade** dos factos históricos.

18) Constitui o ser histórico «o que deixou de existir», mas o que deixou de existir é algo que já foi existente, é algo que conhecemos como passado, mas que já foi presente e que, como tal, não consistia em ser passado, mas em ser presente. Então, vê-se desde logo que o **em que consiste** o facto histórico era algo que não era passado. Portanto, o ser passado não é da consistência do ser histórico, mas apenas do seu **fluir.** O facto histórico é algo que flui, não é, porém, me-

ra fluência, pois ser mera fluência seria não ser nada, e o facto histórico é alguma coisa real.

19) Seignobos afirma que há contradição na expressão **ser histórico,** porque se afirma que é êle presente e também que é algo passado. Mas a contradição é aparente, porque quando se diz passado, diz-se passado, e quando se diz presente, diz-se presente. Mas passado e presente não são entidades em si mesmas, mas algo que se dá no fluir das coisas. Pode ademais alguém que assiste a um facto, no instante do pleno exercício de si mesmo, senti-lo como algo histórico.

20) O ser histórico é afirmação de uma entidade. Se se diz que o que já aconteceu nada é, dir-se-ia que o que é sendo, ao deixar de ser o que é sendo, tornar-se-ia nada, e aniquilar-se-ia. Mas o ter-sido de algo, que é sendo, é uma contínua ligação do que é com seus antecedentes, dos quais pende realmente (suas causas) e o que já foi não é um mero nada, mas algo que já foi sendo do que é agora-sendo, embora sendo outro que o que já foi.

O histórico tem, assim, uma objectividade contra a posição de Seignobos.

21) Se o ser histórico não fôsse objectivo não teria valor nenhum o seu conhecimento, o que contradiz a tese de Seignobos.

22) O ser não é apenas o ser actual, mas também o ser potencial, o que nêle está para ser, dentro da sua especificidade, ou elemento de um outro ser com outra informação.

23) Conseqüentemente, não se deve confudir o histórico com o passado, porque o passado é o sido de algo, enquanto o histórico é o presente do que já é passado.

Dêste modo, a História estuda os factos passados que pervivem no presente, que têm certa persistência ontológica no presente.

24) O histórico, além de sua singularidade, afirma a sua exclusividade, a sua excepcionalidade; é algo que é outro que outro **(aliud ad aliud).** No histórico, há ainda o histórico; ou seja, é mister distinguir o que é substancialmente histórico do que é especìficamente histórico, como substantivo e como adjectivo na linguagem gramatical. No facto histórico, há a **historicidade.** O histórico do histórico é a historicidade daquele.

25) O facto histórico não é algo que se dá sôlto, mas algo entrosado com outros (coexistência histórica), e penetra no presente (vinculação histórica), algo que não tem mais uma existência actual, mas uma existência virtual que permanece, como o sentiu Lindner.

26) Pouco se dedicaram os filósofos ao estudo ontológico do facto histórico, o que é de lamentar, já que é tema de grande sugestão.

27) A persistência do facto histórico no presente revela que não é êle **totalmente passado.** O pas-

sado histórico é uma certa presencialidade do que já foi. Pelo histórico, o passado pervive no presente.

28) Dêste modo, o facto histórico **tem** duas actualidades: a que constitui o seu presente e a sua permanência no futuro.

29) Assim, o facto histórico não é apenas o epimetêico de algo, ou do que o constitui, mas é êsse epimetêico quando ainda presente de certo modo.

30) Por isso não se pode reduzir o histórico ao mero acto e potência, porque o ultrapassa. O acto é o «ser-já», e potência «o que ainda não é e pode vir-a-ser» e isso é distinto do «ser que já foi, mas ainda é» ou do «não-ser-já que de certo modo é ainda».

31) O ser histórico é, portanto, um ser de existência virtual, que **insiste**, sem uma existência entitativa.

32) Está dêste modo esboçada a problemática do ser histórico. Passemos, pois, aos exames que ainda se impõem, antes de esboçarmos a teoria ontológica do ser histórico.

a) Os medievalistas entendiam por **ser** a **actualitas omnium rerum et etiam ipsarum formarum** (a actualidade de tôdas as coisas e inclusive das próprias formas). Para Suarez, ser é aptidão para existir; ou seja, tudo quanto tem a capacidade de poder ser no pleno exercício de seu ser.

b) É inegável que, no presente, pervive o passado, porque, do contrário, haveria um hiato, um abismo separando o que já foi do que é-já, e o que é-já teria vindo do nada, o que é absurdo.

c) O presente não é, pois, algo que apenas sobrevém, mas algo que está prenhe do que já foi, que contém, implica, supõe e é constituído do que de certo modo já-foi. Êste passado condiciona o presente, e lhe é necessário, pois sem êle o presente não-pode-ser.

d) O passado é algo que deixou de ser presente, mas que ainda é de certo modo e não totalmente o que já foi. O histórico revela, assim, uma síntese do passado pervivendo no presente e construindo o futuro. O histórico é um testemunho da perdurabilidade do ser.

e) No **mixton** (no misto, como o químico), há a permanência virtual do que já foi, como, na água, o hidrogênio está virtualizado enquanto tal, não aniquilado como tal). Essa pervivência encontramo-la na Técnica, nas realidades étnicas, nas realizações humanas, no Direito, na Religião, etc., que revelam a pervivência, na esquemática geral, do que já foi e que ainda é. Há algo que permanece, pois, no **mixton**, há uma interactuação (modificações mútuas dos elementos componentes, especìficamente distintos, que permanecem virtualizados; ou seja, não permanecem em tôda a sua intensidade específica).

f) O histórico está, portanto, formal e virtualmente no presente. É, pois, **a presença da existência virtual do passado conservado no presente.**

g) O facto histórico é um todo tensional, e, como todo, é parte

de outro todo. É um complexo de actualidade e virtualidade existencial (historicidade) no acontecer do que é. Assim, no facto histórico, há a parte actual e a parte histórica: o histórico está prenhe de historicidade.

A historicidade interliga assim os factos que se dão sucessivamente.

h) A História é um fluir sem ser um simples fluir, pois apresenta períodos, fases, estágios, ciclos, movimentos, etc.

i) Os factos históricos são inconfundíveis, embora apresentem correspondências e analogias; ou seja participações, com formas que permitem classificá-las.

j) Onde há uma continuidade, há um suporte. Ora, há uma continuidade histórica, logo há um suporte.

k) Não é o facto histórico tudo na História. Esta é um todo e, como todo, é distinta tensionalmente das formas que o compõem **(aliud ad aliud).**

l) Há, no histórico, factôres que não são pròpriamente históricos, que se dão fora daquele, embora com sua historicidade própria. A parte é a matéria do todo.

m) É inegável a **unicidade** do histórico, que já eaxminamos. Como decorrência, temos a irreiterabilidade.

n) O histórico permanece na sucessão. O facto histórico é a substância primeira (matéria) da História, é a matéria **pressupositiva** do histórico. Conseqüentemente, como a matéria não é causa eficiente, o facto histórico não é causa eficiente da História. Cabe ao verdadeiro historiador procurar a causa eficiente da História, sobretudo da humana, e também a causa final, se há nelas uma meta.

Como já vimos, o histórico é formalmente virtualidade do passado que tem uma nova actualidade tensional.

Mas a matéria pode ser considerada de dois modos:

materia ex qua = matéria prima;

matéria in qua = substância composta (matéria prima e forma). A matéria é matéria **de,** o que revela a sua funcionalidade.

O facto histórico não é **materia in qua,** porque nenhum facto é sujeito de outro, nenhum é accidente de outro que fôsse sua substância. Êsses factos só podem ser **materia ex qua,** pois constituem elementos do composto histórico, e determinam de certo modo o presente, e não são determinados por êste. Como decorrência, deve evitar-se a **hipostasiação** do facto histórico, como se fôsse uma entidade subsistente **in se,** como alguns historiadores o fazem.

Decorre daí uma série de postulados, que têm suficiente fundamentação:

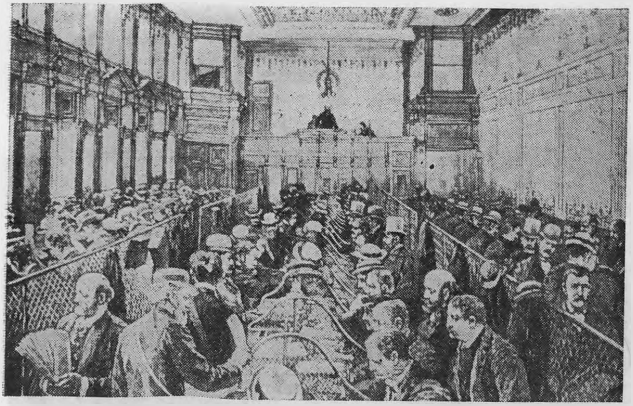
I) Não é o fluir histórico um verdadeiro **fieri** (devir), porque os factos não mudam, êles apenas acontecem. Não são entes em movimento. Há mudança **dos**

O orador, Plástica de G. Minne.

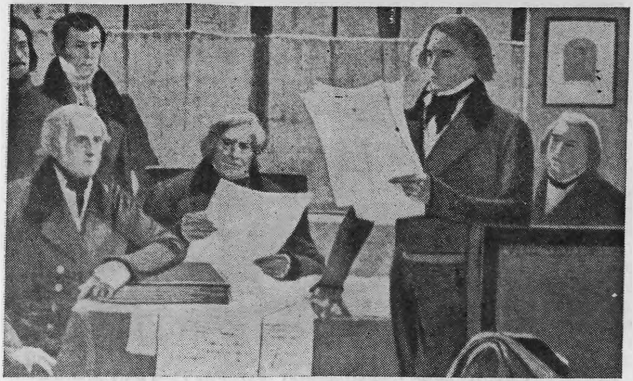
Francis Bacon

Newton

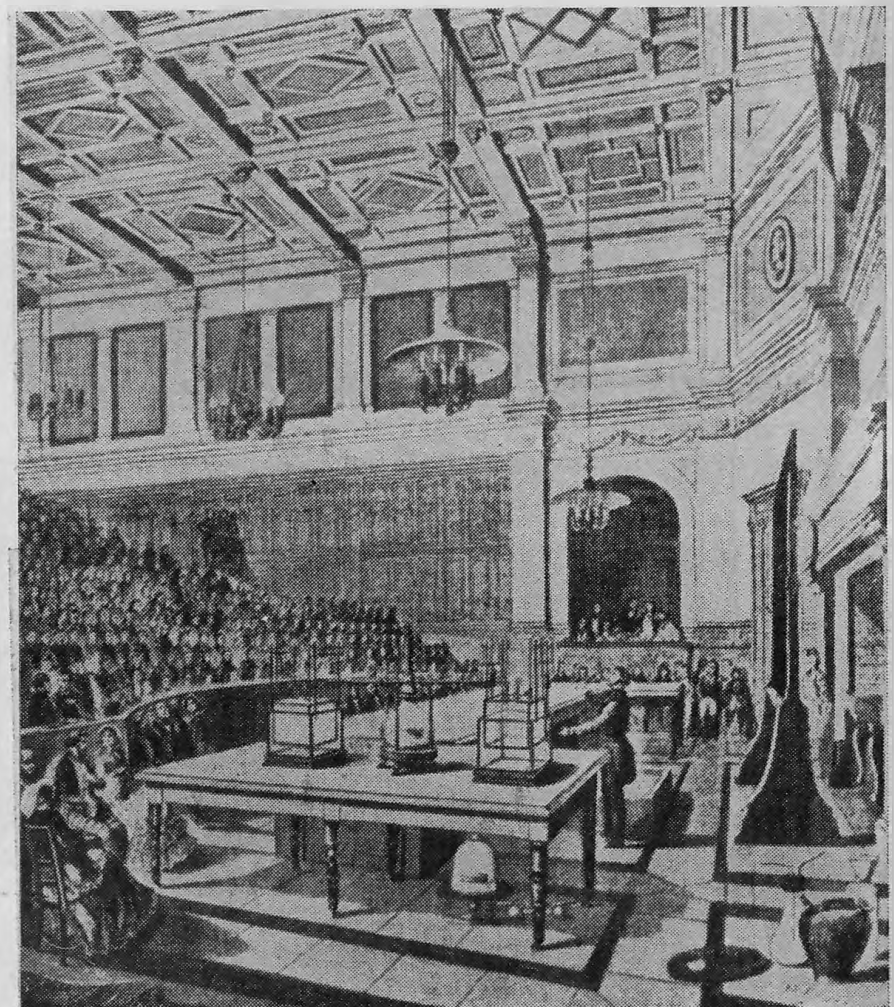
KARL MARX



Clearing-House (Bolsa da Compensação) em Nova Iorque



Conferência no "Collège de France" - 1840. Quadro de A. Flameng - Paris, "Sorbonne". De pé: Quinet, Villemain; sentados: Guizot, Michelet; de pé: Cousin; sentado: Renan.



Cursos para trabalhadores em Paris. 1850.

factos e não nos factos. **São** como **foram.** Salientava Tomás de Aquino que o histórico não se dá de um têrmo, que é via ou meio, para outro, mas de um têrmo que se abandona para alcançar outro **(aliud).**

II) Os factos históricos, enquanto tais, são **irreversíveis.**

III) Os ciclos históricos estão justificados, sem que tal implique uma plenitude absoluta, mas apenas relativa.

IV) Na História, há a presença mútua das partes componentes.

V) O pretérito influi no presente. Nesse postulado, há uma limitação da irreversibilidade histórica, apenas no sentido de que o passado de certo modo perdura no presente.

VI) A Sociologia não atenta para os valôres históricos, que são distintos dos valôres sociológicos.

VII) A distinção entre os factos cronológicos e os históricos é a seguinte: nos factos cronológicos, a ordenação é extrínseca; enquanto, nos históricos, a ordenação é intrínseca. O histórico é mais rico que o facto cronológico tomado abstractamente, porque há acrescentamento.

VIII) O passado não é puro passado, porque o presente já preexistia de certo modo nêle, na actualidade entitativa do passado. O passado e o futuro se identificam na ordenação do presente, onde se presencializam, adquirindo onticidade. Não há diácrises pròpriamente entre o passado-futuro-presente, que são **existenciais** na temporalidade. Não há contradição na expressão «ser futuro», e também não há identidade entre não-ser e ser-passado. Impõe-se afastar da idéia de futuro a de **por** ou de **porque,** pois, do contrário, a marcha histórica seria uma marcha do futuro através do presente. Nesse caso, a estructura ontológica do histórico seria a regressividade. Contudo, há algo regressivo sem dúvida, pois o presente está prenhe de passado e de futuro. A liberdade é a capacidade de dispor do futuro. De certo modo, a idéia do futuro é negativa, porque há nêle um não-ser, sem que se possa dizer que é não ser puro. **É** o que ainda não é presente. **É já um ainda não ser presente.** Parece um paradoxo o que afirmamos; no entanto não é, pois o futuro e já futuro; ou seja é já o que pode ainda ser. E tanto é assim que o futuro, quando começa a ser, deixa de ser futuro, sem deixar de ser, pois afirma, quando se presencializa, que fôra futuro.

Também por isso se pode dizer que o presente é um futuro-sido. O futuro não se identifica com o não-ser-ainda, salvo se se alude ao seu ser ulterior, pois quando o futuro é-já, deixa de ser futuro. **Não é um puro ente de razão nem um mero possível,** pois o futuro é o que tem de vir-a-ser, do contrário não será futuro, assim como o passado tinha de ser-sido, pois do contrário não seria passado. O histórico não é apenas o passado, mas o passado que tinha de ser-sido que ainda-é. Só é futuro, pois, o que pode

deixar de ser tal. Parece outro paradoxo, contudo não é. O carácter ontológico do futuro é o deixar de ser tal para ser já.

O passado não pode deixar de ser passado. O presente pode deixar de ser presente. Mas o futuro tem de deixar de ser futuro.

No entanto, há de haver um futuro que nunca deixará de ser futuro, a não ser que se aniquilasse a temporalidade.

O passado é o futuro do presente.

O presente é o passado do futuro, porque só há o presente quando o futuro deixou de ser tal. E é o futuro do passado, por que o presente sucede ao passado. Contudo, o futuro não é o presente do passado, e não o é porque é mais rico que os outros, já que contém tôdas as possibilidades, as que se actualizarão e as que não se actualizarão. A necessidade existencial do futuro não impede a contingência, porque tudo quanto é futuro é de certo modo contingente. Contingente é o ser que, para ser, exige uma causa eficiente, do contrário permanece sendo o que apenas pode ser. O futuro indica que há contingentes que serão actualizados; contudo não exige pròpriamente que seja êste ou aquêle. A contingência não significa irrealizabilidade total, mas apenas ausência de necessidade absoluta. O presente afirma a presencialização de um poder-ser e não de um puro-ser que se existencializou. Contudo, pergunta-se: há, no presente, uma presença ontológica do passado, do qual decorra a probabilidade de um determinado futuro? Não há futuros necessários? Não há a disposição prévia de certos factôres que determinarão um advento determinado, uma determinação análoga à mecânica? Realmente há. Mas, por exigir o contingente uma causa eficiente, dada esta, deve dar-se o que dela depende realmente. Mas o que surge é um ser contingente e, portanto, que poderia não ser. Neste caso, o futuro contingente admite uma probabilidade de frustração por uma causa eficiente superior. Essa possibilidade é que fundamenta a concepção da providência divina na História. Se há uma causa eficiente superior e causas eficientes secundárias, subordinadas àquela, poderia ela, então, intervir na frustração de um facto posterior.

IX) A liberdade implica a eleição entre possíveis e afirma que o ser, que é portador dela, é intrìnsecamente capaz de futuro.

X) A frustrabilidade, provinda de uma causa eficiente superior, **extra-naturam**, e a que decorre da vontade humana, da sua liberdade, negam um determinismo rígido à História Humana.

Ademais, a aceitação de um determinismo rígido seria a negação da História. E a razão é simples: o futuro é possível e os possíveis implicam simultâneamente a contradição, pois o possível de ser é também o possível de não-ser. O determinismo rígido negaria o possível de não ser, e negaria, conseqüentemente, o possível, porque, no conceito dêste, está incluso o de poder ser. O determinismo rígido negaria o futuro, que nada mais seria que

o presente estendido. Realmente, tudo quanto acontece, examinado reversivamente, afirma a dependência real de antecedentes, suas causas. É assim hipotèticamente necessário. Mas tudo quanto é futuro, é finito, e o que é finito é contingente. Para que o futuro fôsse absolutamente necessário não poderia ser êle outra espécie de ser que o que é de **per si** (com perseidade), cuja razão de ser estaria em si mesmo. Neste caso, o futuro já não seria futuro, mas um ser absoluto, que não teria em outros sua razão de ser. Como não é dêsse modo, é contingente e, portanto, sua presencialização não é absolutamente necessária. Logo, como conseqüência apodítica, o determinismo rígido negaria o histórico.

O futuro é apenas hipotèticamente necessário e não absolutamente necessário. O determinismo rígido afirmaria o simplesmente necessário, ou a necessidade absoluta do futuro determinado, o que é absurdo, porque é aquêle um ser contingente, já que seu ser consiste em ser o que ainda não é.

HISTÓRIA (Concepção de Toynbee) — A publicação da obra de J. Toynbee «**Study of History**», neste século, provocou no mundo inteiro grande interêsse e estimulou uma vasta literatura em tôrno das suas principais afirmativas.

Reconhece Toynbee que a nossa civilização (que de certo modo corresponde ao têrmo **cultura,** como produzir-se, no sentido spengleriano) é filiada à cultura helênica, sôbre a qual se fundou. O Império Romano se tornara um **Estado Universal,** o que também Alexandre desejara realizar com o helenismo, tendo malogrado.

O cristianismo também se forma com o mesmo desejo de realizar um Estado Universal, que é, para Toynbee, uma das características da formação das culturas. Esta passagem não se faz abruptamente, mas intercalada por um **interregno,** em que a sociedade antiga se corrompe accidental e «substancialmente», e se gera «substancialmente» a nova sociedade, a nova tensão cultural, como a chamamos. Esse **interregno** é preenchido pela actividade da Igreja cristã, estabelecida no seio da sociedade romana e sobrevivendo a ela, e uma grande quantidade de pequenos estados efêmeros, surgidos do que se chamou **Völkerwänderung** dos Bárbaros (que, em alemão, significa a **migração dos povos**), que surgiram no antigo território imperial, vindos da **no man's land,** da terra de ninguém, do mundo bárbaro.

Para Toynbee três factôres marcam a transição da antiga à nova civilização: 1) um Estado universal, fase final da velha sociedade; 2) uma Igreja engendrada nessa velha sociedade e, por sua vez, engendrando uma nova; 3) a introducção caótica de uma idade heróica bárbara. Dêsses três factôres, o segundo é o mais importante e o terceiro o menos significativo.

Examinando as invasões de bárbaros no império romano, não

atribui Toynbee tanta importância às mesmas na formação da nova civilização, por ser insignificante e negativa a sua contribuição, já que Vândalos e Ostrogodos foram aniquilados nos contra-ataques do Império Romano. Os Visigodos receberam o primeiro choque dos francos e o tiro de misericórdia dos árabes, etc.

Fazendo, assim, um estudo comparado das civilizações, partilha êle as seguintes, que revelam a presença dos três factôres:

A sociedade cristã ortodoxa, a sociedade iraniana e árabe e a sociedade síria, a sociedade pré-indiana, a sociedade pré-chinesa, a sociedade minóica, a sociedade suméria, as sociedades hititas e babilônias, a sociedade egípcia, as sociedades andinas, do Iucatã, mexicana e maia.

Toynbee, partindo da classificação dos etnólogos modernos, que dividem a raça branca em três: a nórdica, a alpina e a mediterrânea, mostra as civilizações que partem de cada uma. Os nórdicos contribuíram para quatro, e talvez cinco civilizações: a pré-hindu, a helênica, a ocidental, a cristã ortodoxa russa e talvez a hitita. Os alpinos contribuíram para sete ou talvez nove: a suméria, a hitita, a helênica, a ocidental, como também para a cristã ortodoxa, com seu ramo russo, e iraniano, e talvez a egípcia e a minóica. Os mediterrâneos contribuíram em dez: a egípcia, a suméria, a minóica, a síria, a helênica, a ocidental, o corpo principal da cristã ortodoxa, a iraniana, a árabe e a babilônica.

Outra divisão da raça humana é a **morena,** que compreende os drávidas, o povo da Índia, os malaios da Indonésia, e que contribuiu para a formação de duas civilizações: a pré-hindu e a hindu. A raça amarela contribuiu para três: a pré-chinesa e as duas civilizações do Extremo Oriente; a saber, o corpo principal da China e o ramo japonês. A raça chamada «vermelha» (que é negada por muitos etnólogos) contribuiu para a formação das civilizações pré-colombianas. Só a raça negra não realizou nenhuma civilização.

A extrema valorização que modernamente se tem feito do factor racial tem sido exagerada, sem que se negue a positividade que cabe à raça. Devido às explorações políticas, como aconteceu com o nazismo, o estudo das raças ficou tremendamente obstaculizado, pois muitos etnólogos temiam contribuir para a formação de preconceitos, que provocassem calamitosas conseqüências.

Ora, seria uma visão abstractista querer explicar a História apenas pela raça.

Se a raça não pode por si só explicar os factos históricos, nem a formação das culturas, também não o pode o meio geográfico, porque não se repetem, segundo as semelhanças do meio, a semelhança das civilizações. Tomados em si mesmos, nem o meio nem a **raça** nos fornecem o factor único dos factos históricos, embora sejam **factôres positivos e cooperantes** dos mesmos.

Ao examinar tais pontos, Toynbee cria sua teoria do «de-

safio-resposta». Desafiado pelo ambiente geográfico ou pelo ambiente histórico, um povo responde aceitando êsse desafio, vencendo os obstáculos, procurando dirimi-los, ou submete-se às contingências sem capacidade de luta, vencido, quando outro povo, nas mesmas circunstâncias, procede de modo diverso. Assim o dessecamento da Afrásia foi um desafio, e a gênese dessas civilizações afrásicas foram as respostas. A luta contra o deserto, no Egito e na Suméria; a civilização chinesa, como uma resposta ao desafio da natureza física; as civilizações pré-colombianas, que se formaram da resposta ao desafio dos Andes e dos planaltos andinos; a civilização minóica e os gregos, aceitando o desafio do mar; a hitita, o desafio do planalto da Anatólia.

Mas, como explicar que aos mesmos desafios os povos respondam diferentemente, se não forem considerados também os caracteres temperamentais, raciais e caracterológicos, em suma? Mas Toynbee estabelece uma regra: à proporção que é maior a dificuldades, mais poderoso se torna o estimulante.

As grandes realizações humanas provieram das grandes dificuldades, e as mais altas civilizações foram realizadas onde havia que vencer maior número de dificuldades e as mais poderosas. Examinando, primeiramente, o desafio do **meio,** apresenta, no exame dos factos históricos, a presença da geografia como um factor de máxima importância para a compreensão dos grandes acontecimentos relativos às tensões culturais.

Na verdade, tôdas as explicações, que não consideram o acto humano em todos os elementos que o constituem, com os factôres positivos que o viciam, afastam-se da realidade da História, nem podem compreender a razão da predominância de um factor sôbre outros.

Contudo, Toynbee afirma, depois do exame realizado na História, que a relação «desafio-resposta» apresenta características várias:

a) que a todo desafio corresponde uma resposta;

b) que a resposta é proporcionada ao desafio;

c) que essa proporção, contudo, varia dentro de extremos, e oferece um **optimum** de difícil precisão, mas admissível, em face da heterogeneidade dos factos.

Neste caso, há exemplos de que o desafio frágil recebe uma resposta frágil, que a resposta aumenta em intensidade na proporção do grau elevado do desafio, e há casos em que o desafio é extremado e a resposta é uma fuga ao mesmo, ou uma resposta que não vence a oposição, na qual se dá uma solução que não resolve o malefício que o desafio oferece.

O desenvolvimento da Nova-Inglaterra, na América do Norte, se deu numa zona árida, em que os imigrantes inglêses haviam sido desafiados pelas condições ambientais. Reúne Toynbee uma seqüência de factos, que vêm em auxílio de sua tese de que «quanto maior o desafio, mais poderoso é o seu estímulo». Contudo, haverá excepções? Roma,

desafiada por seus adversários, tornou-se, com suas respostas, cada vez mais poderosa; Cartago, vencida na primeira guerra púnica, ergueu-se ainda mais forte; a Alemanha, ocupada após a guerra de 1914-18, reagiu violentamente, e ameaçou obter a vitória sôbre os seus adversários; a **invasão** dos persas, na Grécia, levou-a ao século de Péricles; tudo isso é verdadeiro, sem dúvida.

Contudo, o habitante primitivo das florestas do norte da Europa não pôde vencê-las e dirigiu-se para o ártico, onde construiu a vida esquimó; os celtas, desafiados, pereceram nas migrações desgastantes; os habitantes do Maine americano não se ergueram como os dos outros Estados; o nordestino brasileiro cedeu ao impacto da sêca, apesar da heroicidade imensa da sua luta; e muitos outros exemplos mostram que o desafio foi extremo e a resposta não o superou. São exemplos que nos mostram que há um **optimum,** um ponto médio, que, excedido, o resultado se inverte.

Êsses factos, que são analisados cuidadosamente por Toynbee, incluem-se nas possibilidades humanas decorrentes do dinamismo das estructuras, que, concretamente, consideram a presença da cooperação de tantos factôres, que permitem compreender os resultados.

Dedicando-se ao estudo das **civilizações,** que realizaram um verdadeiro crescimento, a doutrina de Toynbee, em linhas gerais, é a seguinte:

«A observação nos levou a verificar que o aguilhão atinge seu **maximum** de efeito estimulante quando encontra o justo ponto entre o excesso e a carência de severidade. Notamos, com efeito, que sua deficiência pode aniquilar tôda reacção e sua intensidade excessiva quebrar o ímpeto das energias. Que decorre do desafio ao qual se pode enfrentar? À primeira vista é o melhor reactivo possível, e nos exemplos concretos dos polinésios, dos esquimós, dos nômades, dos Osmalis e dos esparciatas, vimos que tais situações são susceptíveis de provocar grandes esforços. Vimos, também..., que êsses grandes esforços atraem aos que os realizam uma sancção nefasta sob forma de parada em seu desenvolvimento. Eis por que, ao aprofundar-se a questão, podemos sustentar que a reacção mais forte imediata não é o testemunho último que revela a qualidade **óptima** do desafio. Devemos tomar em consideração um conjunto mais vasto, aquêle que abarca o futuro. O desafio realmente **optimum** é o que não sòmente estimula o adversário a ponto de impedi-lo a uma única reacção vitoriosa, mas o prepara a receber o impulso, que o fará progredir de um primeiro resultado obtido a uma nova luta, da solução de um problema a uma confrontação com um outro...» (op. cit., pág. 211). Vemos, aqui, como Toynbee concebe o **crescimento da civilização.** São os factôres predisponentes actuais, que operando sôbre a emergência da **civilização** levam-na a respostas necessàriamente proporcionadas, segundo a lei universal da interactuacão. As actuações predisponenciais, que estão dentro do limite marcado pelo **optimum,** de que já falamos, são as que permitem as reacções mais salutares e as

mais enérgicas. É característica de tôda vida a excitabilidade, presente em tôdas as formas perfectivas biológicas, como o é na Psicologia, na Sociologia, etc. Êle exemplifica dêste modo: «A desagregação da sociedade minóica deixara um resíduo social: minóicos errantes, aqueus e dórios. Os sedimentos de uma velha civilização seriam cobertos pelas contribuições depositadas por uma nova vaga de Bárbaros? As poucas regiões de terras baixas da paisagem aqueana seriam dominadas pela selvageria das terras altas que as cercavam? Os pacíficos cultivadores das planícies cairiam ao sabor dos pastôres e guerreiros descidos das montanhas? O primeiro desafio foi enfrentado vitoriosamente. Estava escrito que a Hélade seria um mundo de cidades e não de vilas, um país agrícola e não de pastagens, de ordem e não de desordem. Contudo, o próprio sucesso da reacção a êsse primeiro desafio pôs as populações vitoriosas em presença de uma segunda prova. Pois a vitória que se seguiu à pacífica continuidade da agricultura nos vales, provocou o crescimento da população, movimento que não se deteve nem quando esta atingiu a densidade máxima, além da qual seus recursos não eram mais suficientes. Assim, o próprio sucesso da resposta ao primeiro desafio expôs a sociedade, no início de sua vida, a uma segunda prova. Ela reagiu ao desafio maltusiano com tão bom êxito como ao do caos. Essa reacção, em face da superpopulação, manifestou-se por uma série de ensaios. Aplicou-se, então, o mais fácil e o mais lógico, até que levou ao recuo. Recorreu-se, então, a um expediente mais complicado e menos nítido. O primeiro método consistiu em empregar técnicas e instituições criadas pelos habitantes dos vales da Hélade, à proporção que impunham sua dominação sôbre seus vizinhos das terras altas com o intuito de conquistar para o helenismo novos domínios além dos mares. Graças a um instrumento militar: as falanges de hoplitas, e a um instrumento político: a cidade-Estado, uma multidão de pioneiros helênicos estabeleceu uma **Magna Graecia** na ponta da península itálica à custa dos bárbaros italiotas, um novo Peloponeso na Sicília, à custa dos bárbaros Sículos, uma nova Pentápole na Cirenaica à custa dos bárbaros da Líbia, e uma Calcídia na costa setentrional egéia à custa dos bárbaros da Trácia. Uma vez ainda, o próprio sucesso dessa resposta provocou um novo desafio. O que êsses colonos haviam empreendido era em si mesmo um desafio feito aos outros povos mediterrâneos. Essas comunidades não helênicas detiveram a expansão da Hélade, em parte resistindo à sua agressão com armas e uma arte táctica que lhes era emprestada, e em parte pela coordenação de suas fôrças a um ponto de perfeição tal que os helenos jamais teriam sido capazes de alcançar. É assim que a expansão helênica, começada no VIII século antes de Cristo, se deteve no curso do VI século. Essa sociedade encontrava-se sempre em face do problema de sua superpopulação» (op. cit., págs. 212 e 213).

Prosseguindo no estudo do **crescimento das civilizações,** observa que o momento de expansão de um povo é concomitante com o seu declínio, bem como

coincidem com perturbações ou com o Estado Universal. «As épocas de perturbação engendram o militarismo, que é uma perversão do espírito humano dirigido para a destruição. O militarista, que obtém o maior êxito, é, em regra geral, o fundador de um Estado Universal. A expansão geográfica é um subproducto dêsse militarismo, que aparece no momento em que homens de valor, todo-poderosos, se desinteressam pelas lutas para combater as sociedades vizinhas» (op. cit., pág. 214). Contudo, o militarismo tem sido mais causa da destruição das civilizações que do seu desenvolvimento, forçando povos a lutas destructivas. A pressão, que exerciam os povos vizinhos sôbre a Grécia, levou-a, apesar de sofrer a derrota ante os persas, a reerguer-se mais viva ainda e preparar o advento de Alexandre, que foi uma resposta ao desafio que lhe lançavam os inimigos. São, contudo, tais períodos concomitantes com a desagregação, pois o helenismo, no tempo de Alexandre, já estava em decadência. O resultado final daquela campanha, foi a queda acentuada da Grécia. Toynbee examina outros exemplos na cultura minóica, na China, como foi o período dos «estados combatentes» e muitos outros, que comprovam a sua tese de que «os períodos de expansão geográfica e de desagregação social são contemporâneos.»

Alguns problemas novos surgem aos seus olhos. Haverá uma correlação evidente entre o progresso da técnica e o progresso social? Os arqueólogos modernos admitem essa correlação. A técnica aponta o progresso da civilização. Contudo, uma dúvida o assalta, apesar de ser uma tese comumente aceita. E sua suspeita se justifica, porque há casos em que civilizações estacionárias conhecem um desenvolvimento técnico mais elevado, sem, contudo, sair do estágio em que se encontram. Nas **civilizações imobilizadas,** como a dos polinésios, nota-se um amplo desenvolvimento técnico da arte de marear e na arte de pescar; nos esparciatas, na arte de guerrear; nos Osmanlins, grandes educadores de homens. Na América, as culturas de Iucatã e do México atingiram um grau técnico superior à dos Maias, contudo não alcançaram o grau de requinte que esta alcançou. Há casos em que a sociedade permanece estacionária, enquanto a técnica progride, e outros em que a técnica permanece estacionária e é a sociedade que progride.

Conclui, pois, que a técnica não nos dá, portanto, um critério do crescimento da civilização, como também não nos dá a expansão geográfica. Contudo, ela «nos revela um princípio que comanda o progresso técnico, e que pode ser designado como uma lei de simplificação progressiva» (op. cit., pág. 222).

Se o desenvolvimento da técnica não nos explica o movimento de crescimento das civilizações, permite-nos, contudo, compreender a simplificação observada na técnica, que, para Toynbee, revela uma «lei de simplificação progressiva». Assim, da volumosa máquina a vapor para o motor a explosão, há uma simplificação técnica, sob certo aspecto, pelo menos qualitativo, bem como um

progresso, como também o há da telegrafia com fio à telegrafia sem fio. A própria língua tende a essa simplificação, como vemos nas línguas modernas do Ocidente, com o abandono das flexões, simplificação das formas, etc. Tem sido o desenvolvimento técnico um meio de enfrentar e vencer as dificuldades por que passa uma civilização. Assim o sistema feudal europeu salvou a Inglaterra da invasão dos Vikings, etc.

Toynbee analisa por alto a concepçao de Spengler para desprezá-la por ser uma concepção organicista, quando a sociedade humana não é pròpriamente um organismo vivo, mas uma totalidade apenas, formada de elementos de várias esferas, que não são apenasmente biológicas. Sem dúvida que a concepção meramente biológica da sociedade, ou como se costuma chamar de **orgânica**, merece repulsa por inválida. Mas atribuir-se a Spengler uma concepção organicista **à outrance** também não procede, porque não a concebeu apenas assim, embora tenha salientado a profunda analogia com a biologia, não, porém, a identidade.

Do declínio das civilizações — Reconhece Toynbee que não encontrou um critério seguro para explicar o crescimento das civilizações, pelo menos um critério satisfatório. Contudo, julga haver encontrado mais fàcilmente o que se refere ao declínio das mesmas.

Examinando as vinte e seis civilizações que êle considera, há entre elas três imobilizadas, dezesseis já mortas, e sete ainda restantes, que são: a sociedade ocidental, a cristandade ortodoxa do Oriente Próximo (incluindo a Rússia), a sociedade islâmica, a hindu, a sociedade do Extremo Oriente, incluindo a China e o Japão. As três imobilizadas, ainda existentes, são as sociedades polinésias, os Esquimós e os Nômades. As polinésias e as nômades entraram em sua agonia e entre as oito restantes, sete estão sob a ameaça de aniquilamento ou de assimilação pela oitava, a civilização ocidental. A esquimó estabilizou-se em infância, e só a ocidental não revela, para êle, sinais de declínio e de desagregação.

Mas, qual é o sinal da desagregação? É dado precisamente pela unificação política forçada sob a forma de um Estado Universal, a exemplo do que foi o Império Romano. Tôdas essas civilizações ja passaram por seu Estado Universal, e nenhuma delas, com excepção da nossa, pôde conter as tentativas de intrusão por parte de elementos estranhos a ela. A introducção do Estado Universal não marca o fecho de uma civilização, mas o princípio do declínio, seguindo-se o «interregno» de que já falamos e a «época das perturbações».

«Nós vimos que, na História — escreve Toynbee — de qualquer sociedade, quando uma minoria criadora degenera em minoria dominante, e tenta manter-se pelo constrangimento, cessou de merecer a posição. Essa mudança de carácter no elemento, que dirige, provoca, de outro lado, a secessão de um proletariado, que não admira nem imita mais seus amos e revolta-se, então, contra a servidão. Vimos, também, como êsse proletariado, quando se afirma, divide-se em duas partes dis-

tintas desde o início: o proletariado interior, prostrado e recalcitrante; o proletariado exterior, fora das fronteiras, que resiste violentamente a tôda incorporação. Segundo êste exposto, o declínio das civilizações pode, pois, relacionar-se a três categorias. Malôgro do poder criador da minoria. Retirada correspondente do mimetismo da parte da maioria. Perda consecutiva de unidade na sociedade considerada como um todo» (op. cit., pág. 273).

Para muitos pensadores, o declínio das civilizações é inevitável, bem como o seu aniquilamento final. Sentiam-no muitos pensadores gregos ao anunciar o fim do helenismo e muitos pensadores cristãos também afirmavam a inevitabilidade daquele fim e o surgimento da nova era, a cristã, na qual se estabeleceria a justiça e a paz reinaria entre os homens de boa vontade.

São Cipriano afirmava que o mundo envelhecia, por uma condenação de Deus, e que tudo estava fadado a morrer. Modernamente, também, surgem idéias semelhantes, e Nietízsche, no século passado, exclamava que era uma imbecilidade julgar-se como possível uma humanidade indefinidamente jovem, e muito menos ainda que as civilizações não conhecessem o término de seu destino. Nota-se, ao examinar o pensamento de Spengler, que a teoria da decadência busca, como fundamento, não pròpriamente uma determinação, mas um destino, o que se verifica ao têrmo das actualizações das possibilidades que ela conta e dispõe. No pensamento moderno, contudo, não se religa a decadência das civilizações a uma decadência do mundo. As afirmativas de Spengler são recusadas por Toynbee, pois julga não ter aquêle apresentado provas suficientes em favor de suas idéias, por êle consideradas «dogmáticas».

Salienta, e aqui está uma das hipóteses oferecidas à historiologia, que no interegno que se situa entre a dissolução final de uma sociedade decadente e a aparição de uma sociedade nova, que àquela está ligada, tal se dá **freqüentemente** quando se verifica a **Völkwänderung** de populações provindas de berços diversos, que realizam uma infusão de sangue novo, cujo sangue provém de uma raça primitiva. Essa doutrina não a aceita Toynbee. É uma explicação racial, que afirma sobrevir a decadência pelo debilitamento do sangue, e só a infusão do sangue novo poderia explicar o novo surto da civilização, como se deu no ocidente pela invasão dos Godos e dos Lombardos no sangue romano viciado e anêmico.

Toynbee segue outros roteiros, que passamos a examinar.

Não é uma perda da técnica que leva à decadência social, mas sim a desagregação da sociedade para a qual a técnica fôra criadora de tantas coisas, assim como o abandono das vias romanas deve-se à desagregação da sociedade romana, do mesmo modo que a desagregação da sociedade mesopotâmica se deve ao abandono do sistema de irrigação que fizera, durante quatro mil anos, o bem das populações do Eufrates e do Tigre. Após a guerra do Peloponeso, foi tão intenso o despovoamento da Grécia pela restricção à natalidade e pelo uso do

abôrto, que as regiões, que antes eram o celeiro daqueles povos, tornaram-se infestadas de mosquitos. Não era a falta de técnica, mas um conjunto de circunstâncias, que levaram aquêles povos à ruína. Assim, em nossa época, não é o desconhecimento do contraponto, nem das regras do ritmo que leva a música moderna a abandonar as tradições musicais, nem tampouco o desconhecimento da técnica musical, mas sim uma mudança de gôsto, que leva a abandonar deliberadamente um estilo que perde seu prestígio. Inspirações vindas da África, em aliança «sacrílega» com estilos europeus, vão influir em nossas artes plásticas e em nossa música. Não há decadência técnica, mas sim uma decadência espiritual. «Ao repudiar nossa tradição e, por isso, ao reduzir nossas faculdades a um estado de inanição e de esterilidade, no qual elas se apossam da arte primitiva e exótica do **Dahomey** e do **Benin**, como de um maná do deserto, confessamos, perante todos os homens, que traímos o nosso patrimônio espiritual. Nosso abandono de uma técnica artística tradicional é manifestamente a conseqüência de uma espécie de declínio espiritual de nossa civilização e a causa não pode, com tôda evidência, ser imputada a um fenômeno que nada mais é que um dos seus resultados» (op. cit. pág. 287).

E finalmente conclui: «O abandono de um estilo tradicional na arte é o índice que a civilização, que dêle se torna culpada, desde muito já decadente, entra em desagregação. Do mesmo modo, a renúncia a uma técnica estabelecida é a conseqüência do declínio, e não sua causa» (ibidem, pág. 288).

Na História das sociedades hindu, babilônica e andina, manifestou-se o mesmo processo de absorção, como se deu nos russos e nos japonêses, ao atingirem essas sociedades decadentes os seus Estados Universais. Essas sociedades agonizantes sofreram uma conquista militar. Na História hindu, a conquista britânica foi precedida pela invasão turco-muçulmana, que se inicia na era do Grão-Mogol às invasões de 1191-1204. Igualmente se deu com a sociedade babilônica, que foi absorvida pela síria depois da conquista de seu Estado Universal, o império de Nabucodonosor por Ciro da Pérsia. Sem dúvida, o império andino foi destruído pelos **conquistadores** espanhóis. Sem êstes, o império inca teria durado alguns séculos mais. Contudo, a civilização andina já vinha em decadência, e a ascensão dos incas, um século antes, era já sinal da decadência instalada naquela civilização. Toynbee escreve: «A civilização mexicana desmoronou-se numa época anterior aos conquistadores, quando o império asteca, embora já manifestamente destinado a tornar-se o Estado Universal, não havia ainda completado suas conquistas militares. Podemos estabelecer a diferença, dizendo que a sociedade andina foi conquistada na época de seus Antoninos, e a sociedade mexicana na de seus Cipiões. Mas «a época dos Cipiões» é uma fase de tempo de perturbações e, portanto, por definição, a conseqüência de um desmoronamento anterior» (ibidem, pág. 299). Nestas palavras, Toynbee é bem spengleriano, e busca as analo-

gias e correspondências, que Spengler tanto gostava de fazer.

Graças ao ataque dos Persas, a Grécia deu ao mundo suas maiores obras; graças ao ataque dos magiares, no século IX, o ocidente conquistou essa forma de governar e essa ciência que o orgulha; graças à acção dos espanhóis, na Inglaterra e na Holanda, sobreveio o surto dêsse países desafiados, e muitos outros são salientados por êle na justificação de suas teses. A expulsão dos Hiksos corresponde à dos Mongóis na China, pelos Ming.

Também não se julgue, quando Toynbee fala em **declínio,** queira êle indicar a desagregação total, mas o período em que cessa o crescimento e começa a manifestar-se a preponderância das disposições prévias corruptivas, segundo a nossa maneira de conceber a História. Um período de declínio pode ser pontilhado ainda de grandes realizações, como o foi de Sócrates, Platão, e Aristóteles, na Grécia.

Preocupado em descobrir quais as causas que se podem estabelecer da decadência, entre muitas possíveis, Toynbee estabelece uma, que é fundamental: a nossa natural perfídia. Essa causa emergente vem da própria natureza humana, vem do coração humano, «porque é do coração humano que vêm os maus pensamentos», dizia Cristo e são êles «que imundam o homem». Como se processa essa acção corruptiva passa a preocupá-lo, já que o progresso humano é obra de algumas personalidades selectas e de minorias criadoras. Estas, quando conseguem despertar nas vastas massas humanas a faculdade primitiva e universal do mimetismo, conseguem levá-las a algo mais elevado. Do contrário, por si sós, não alcançariam êsses estágios superiores, nem sairiam da estagnação que lhes é própria. O que é mister impedir é que a minoria criadora seja vítima de seu próprio hipnotismo, pois, então, a docilidade da massa será adquirida à custa de uma perda de iniciativa, como acontece nas civilizações imobilizadas e nos períodos estagnantes da História das outras civilizações. Quando os chefes cessam de dirigir, deter o poder torna-se um abuso. A massa se amotina e os chefes tentam estabelecer a ordem por meio da coacção. Essa desagregação da sociedade manifesta-se na cisão do proletariado e na degeneração dos dirigentes, que se tornam numa minoria dominante. Essa cisão entre dirigentes e dirigidos revela uma falta de harmonia entre as partes; ou seja, perturba-se o funcionamento da totalidade à qual estão as partes subordinadas, cuja normal dada pela totalidade não é mais obedecida. Essa falta de harmonia revela-se pela perda da auto-determinação, que é um critério da decadência, pois a marcha para a auto-determinação, que implica a harmonia das partes no todo, é realmente o critério do crescimento.

Chegado aqui, resta então estudar como se processa essa perda da auto-determinação, para que se possa estabelecer como se precipita a desagregação, a decadência.

Partindo da parábola de Cristo, que diz: «Ninguém põe um pedaço de pano novo numa velha roupa, porque êle levará alguma coisa do vestido e o rasgão se tornará pior. Não se põe vinho em velhos odres, do contrário os odres se rompem, e o vinho se derrama e perdidos serão os odres. Mas põe-se vinho novo em odres novos e ambos se conservam», êle conclui que a fonte da dissonância entre as instituições, que compõem a sociedade, nasce da introducção de novas fôrças sociais, como aptidões, sentimentos, idéias, para as quais o sistema vigente não estava preparado a sustentar. Essa justaposição de elementos novos na velha sociedade tem um papel degenerativo. Êsse papel cabe às **revoluções,** pois estas têm sempre uma relação com algum acontecimento já sobrevindo, e sua explosão não se dá por si mesma se não fôr provocada pelo jôgo anterior de fôrças externas. Assim, a Revolução Francesa de 1789 teve sua inspiração na Revolução americana, na luta pela independência, glorificada em França por tantos escritores e políticos.

O carácter violento das revoluções é proporcionado à resistência oferecida pelas velhas instituições, pela sua tenacidade.

Contudo, há muitos outros factôres que penetram ainda na sociedade para actuarem como corruptivos e destructivos. Um dêles é a democratização da cultura. Esta sempre se tem feito à custa da própria cultura. A proporção que se difunde o conhecimento, pelo modo que se tem feito, êste decai em rigor e em profundidade. Jamais o conhecimento dado a todos atinge os graus quando ministrado a uma minoria, que o considera como um galardão. O número das mediocridades pseudamente cultas aumenta de tal modo que favorece a eclosão de uma sub-literatura, que muitas vêzes se apregoa como a mais alta e mais robusta manifestação da inteligência humana, como se verificou e se verifica ainda em nossa época, em que, por influência da industrialização e da educação extensiva e não intensiva, o romance e a poesia sem valor conseguiram cultores inúmeros e um público capaz de devorar todo o lixo da inteligência humana. Nunca espécimes humanos mais mediocres conseguiram tanto aplauso.

Por outro lado, um facto que também intervém para a desagregação social é o excesso de especialismo, o que também se verificou entre os gregos que criaram uma palavra **Banausia,** para indicar essa especialização deformadora, que constrói mentes monstruosas, afastadas da concreção, tendentemente abstractistas, que é uma forma viciosa da abstracção, e que perturbam a unidade necessária e a harmonia indispensável para o crescimento normal de uma civilização. Tais especialistas, devido às vizeiras que usam, têm uma visão sempre parcial e limitada, e são fàcilmente manejáveis pelos poderosos, porque sabem que lhes é fácil indicar um caminho a seguir, pois não são capazes de examinar e escolher com segurança o melhor que convém ao todo, porque não têm uma visão do todo, mas apenas da parte. A **banausia,** tão ridicula-

rizada pelos gregos, domina a nossa sociedade, e impede que uma visão geral mais profunda das coisas possa orientar os homens. Todos êsses elementos, como muito bem o salientava Toynbee. têm um papel desagregador e favorecem a corrupção. Basta que olhemos em nossos dias o espetáculo doloroso da literatura mundial, onde verdadeiras mediocridades são endeusadas como arautos da verdadeira arte. e chegamos a um século em que o número de grandes e reais valôres é cada vez mais diminuto, enquanto repórteres da literatura e falsos artistas forçam violentamente os meios de propaganda. com o intuito de obterem o cartazismo de **vedettes**, não trepidando, para tal conseguir, aos mais vergonhosos expedientes publicitários e demagógicos. Felizmente, há sinais de que um público mais culto desperta, e exige obras melhores. Essa cisão, que se observa na época moderna, é de máxima importância e sôbre ela desejamos oportunamente nos demorar, embora em tôdas as épocas tenha havido sempre duas literaturas: a dos sub-literatos palavrosos, demagógicos, irrisão do espírito, em busca de uma desenfreada propaganda e de um renome a todo custo, e a literatura séria, profunda, devotada ao exame e à especulação dos temas mais nobres, que só apaixonam as mentes mais elevadas. A primeira é a literatura de um romancista ou um poeta qualquer, de renome, e a outra a de um Platão, de um Aristóteles, de um Cervantes, embora tenha êste vivido os dois extremos em sua obra, pois a sua popularidade se deve mais ao que nela há de inferior.

Volvendo a Toynbee, vimos que êle estabeleceu dois aspectos da queda da auto-determinação, que foram: a mecanização do mimetismo; ou seja, a não correspondência por parte dos dirigidos em relação aos dirigentes, e em segundo lugar, a irreductibilidade das instituições; ou seja, a impossibilidade destas suportarem formas supervenientes, não contidas em suas virtualidades.

Salienta ainda Toynbee um exemplo de decadência quando se instaura uma idolatria a uma instituição efêmera, como a dos atenienses ao papel de educadora do mundo, que atribuíram à sua cidade; a dos cristãos, no sonho de um novo império romano, o sonho da cosmópolis de Alexandre.

Outro aspecto é o apêgo a uma técnica efêmera, como o é a simbolizada pelo duelo de David e Golias, em que êste, convicto da sua técnica, desprezou totalmente as possibilidades de seu contendor, e, para êle, avançou sem receio, como a França na guerra de 1939, confiando na impenetrabilidade de sua famosa Linha Maginot, como os mamelucos do Egito, ante a nova técnica de Napoleão, os velhos exércitos ante a falange macedônica, e a falange cedendo às legiões, as velhas formações militares ante as armas de fogo, a vitória do exército francês sôbre as formações prussianas de Frederico o Grande e, finalmente, o desenvolvimento técnico do exército alemão em face das velhas técnicas dos franceses em 70, e superando-as.

Da desagregação das civilizações — Escreve Toynbee: «... nós já descobrimos, que a cau-

sa última e a razão fundamental dos declínios, que precedem as desagregações são essas explosões de lutas intestinas, que comprometem a faculdade de auto-determinação das sociedades. Os cismas sociais, que revelam essa discórdia, rompem simultâneamente a sociedade derruída sôbre dois planos. Existem cismas verticais entre sociedades cindidas geogràficamente, e cismas horizontais, em que as classes, que habitam o mesmo território, opõem-se uma à outra» (ibidem, pág. 402).

Entre as primeiras, temos as guerras entre os estados, que os levam ao suicídio; quanto às segundas, estas aparecem já quando a sociedade declina e inicia seu derruimento e desagregação. Estas últimas não surgem nas fases de crescimento. Em nossa civilização ocidental, encontramo-nos em face dêsse último tipo de cisão.

«Ao terminar nossa análise, descobrimos que a mutação qualitativa, que acarreta a desagregação, traz um carácter oposto ao que produz o crescimento. Vimos que, no decurso do desenvolvimento, as diversas civilizações, que se elevam, diferenciam-se cada vez mais umas das outras. Vamos agora descobrir que, ao contrário, o efeito qualitativo da desagregação leva à estandardização» (ibidem, pág. 404).

O socialismo autoritário de Karl Marx é um exemplo dêsse cisma social desagregador pela exaltação da luta de classes, portanto da cisão social.

«Êste cisma... nasceu de dois movimentos negativos, inspirados cada um por uma má paixão. De início, a minoria dominante experimenta manter, pela fôrça, a posição privilegiada, que ela cessou de merecer. O proletariado responde, então, à injustiça pelo ressentimento; ao mêdo, pelo ódio; à violência, pela violência. Contudo, o movimento completo alcança a criações positivas: o Estado Universal, a Igreja Universal, as hordas bárbaras» (ibidem, pág. 407). Contudo, não se evita que uma nova minoria seja dominante e tôda-poderosa, e de um poder muito superior à anterior, por colocar tôda a máquina do poder às suas ordens.

O que caracteriza o proletariado interno não é pròpriamente a sua existência, mas a sua consciência de classe, o ressentimento de sentir-se deserdado da situação. E é êsse proletariado que é, posteriormente, excitado pelas mais sinistras figuras de cesariocratas, trânsfugas de seus estamentos sociais, como um Sertório, um Sexto Pompeu, um Mário e um Catilina, entre os romanos, e outros que a história nos conta em nossos dias, que auxiliarão a destruição de uma civilização. Contudo, se não se dá a vitória desejada, abrem as portas a um novo surto cultural, porque, rompendo, corrompendo e desagregando totalmente o que perdurava do passado, dispõem os elementos materiais e fundamentais para uma nova informação, para um novo ciclo cultural, que se abre, também, com uma nova fé robusta, com seus mártires e seus propagandistas fervorosos.

Antes de terminar êste apanhado geral, no qual compendiamos as principais concepções de

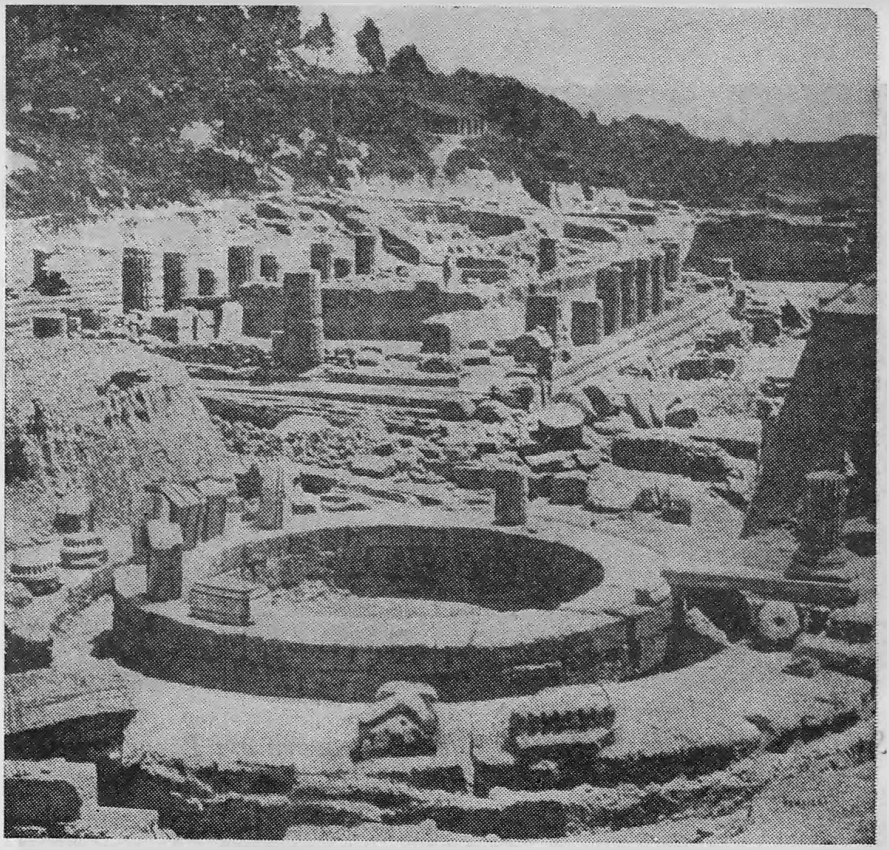
Toynbee, desejamos atentar um pouco para a especialização, que é, na verdade, um dos movimentos mais sinistros de cisão da alma, para usarmos uma expressão daquele autor.

A valorização do especialismo surge da consciência, que se toma em primeiro lugar, do acervo imenso de conhecimentos particulares e da impossibilidade que limita nossa vida e nosso conhecimento em poder acompanhar tudo quanto é descoberto, achado, conquistado. Então, surge aos olhos de muitos, que é preferível conhecer-se bem alguma coisa em particular do que mediocremente muitas em geral. O universalismo do conhecimento é combatido em favor do especialismo, e o especialista começa a surgir aos olhos dos menos percatados como representante de um nível mais alto de cultura. Contudo, na verdade, não foram as mentes da **banausia** que criaram algo de novo e de grande para a humanidade, mas precisamente aquêles que invadem vários sectores do conhecimento. Por isso, não é de admirar que a Humanidade deva mais aos autodidactas o seu progresso intelectual que aos prisioneiros de uma escolaridade particularista. Ademais, os poderosos sabem que o melhor meio de dominar é dividindo. E como desejam dominar uma totalidade, como poderiam dividi-la em partes? O processo é simples: dividam-se os homens pelo conhecimento, de modo que nada em comum haja mais entre um médico e um engenheiro, que não podem mais manter entre si uma conversação sôbre temas superiores, porque estão ambos distantes um do outro, e separados por um abismo de ignorância, pois o médico orgulha-se de ser analfabeto na engenharia e o engenheiro exibe o galardão da sua ignorância total da medicina. Dêsse modo, estarão separados pelo espírito. Mas poderão estar unidos pelo poder coactivo do Estado ou do partido, ao qual servem como «soldados fiéis» ou «correligionários». Dêsse modo, os poderosos, dividindo, melhor podem governar. Êles sabem disso e tôda orientação do Estado todo-poderoso sempre consistiu, na história da humanidade, em desenvolver, sob o pretexto da divisão do trabalho e da vantagem que há no conhecimento do particular, o aumento crescente da especialização, de modo que os homens se separem, unidos apenas pelo poder estatal, que os uniformiza como servidores apenas.

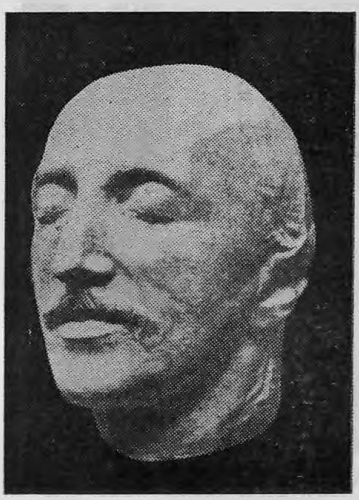
Êste é um dos dolorosos aspectos que vivemos em nossa época, sôbre o qual muito deverão os homens meditar.

HISTÓRICO — Carácter de tudo quanto tem História ou é dela.

HISTORISMO ou **HISTORICISMO** — Concepção que procura explicar tôdas as coisas através da sua história, isto é, através dos estágios da sua realização e desenvolvimento. Por essa concepção, tôdas as coisas são fàcilmente conhecidas, desde que possamos estabelecer a sua sucessão, desde a origem até o estado actual. As propriedades das coisas são explicadas històricamente, como adquiridas através do desenvolvimento da espécie.

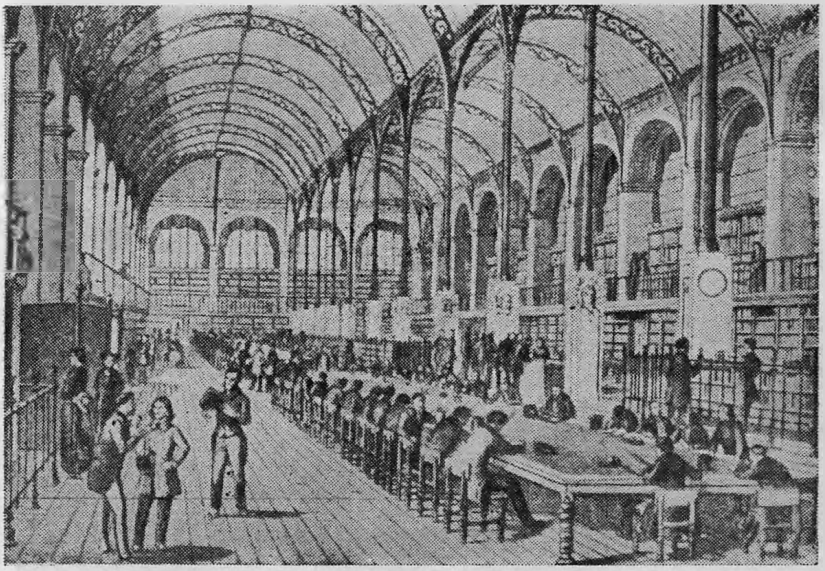


As escavações alemãs em Olímpia. 1875.

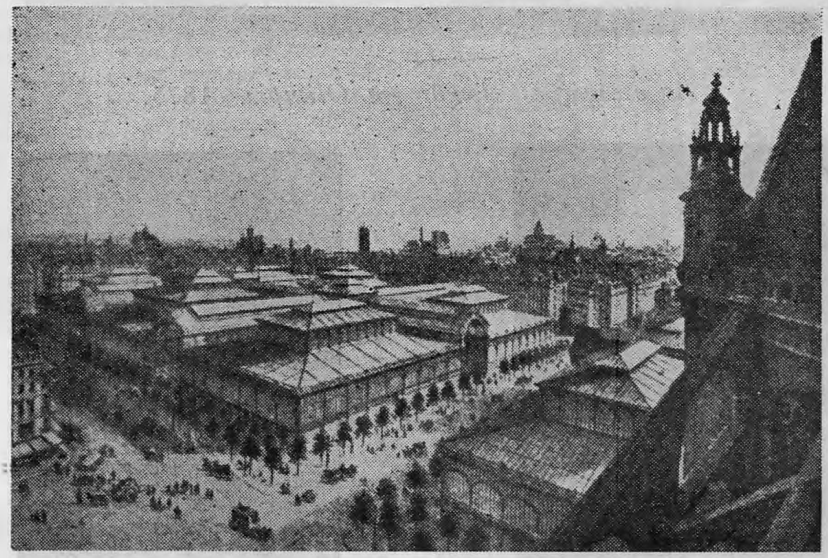


Fernando Lassalle

Pasteur em seu Laboratório



Sala de Leitura da Biblioteca Santa Genoveva em Paris. 1850.



Mercados de Paris em 1860

Também é empregado o têrmo, na história humana, para explicar o homem apenas como um producto da História, e não esta como, de certo modo, um producto do homem.

HISTORICISMO — Vide **Historismo.**

HO — (chinês) = a) Harmonia; o que «não é nem muito forte, nem muito fraco». Vide **Chung.**

b) Mutação e transformação na própria ordem.

c) Paz, amabilidade.

d) Também **coexistência** em sentido ético.

Höchst (al.) = **soberano.**

Höher (al.) = **superior.**

Holiness (ing.) = **santidade.**

HOLISMO (Do gr. **holos,** totalidade). Posição filosófica, que considera qualquer facto como fazendo parte de uma totalidade unitária. Há muitas maneiras de apresentar-se a posição **holista,** por ex., na Psicologia, temos as psicologias da estructura, como a **Gestalttheorie;** na Filosofia, a concepção tensional, que, sob certos aspectos, é **holista,** etc. Tôda visão estructualista, que submete as partes ao todo, é, em suma, **holista.**

Holon (gr.) = **o todo.**

Holos (gr.) = **todo, totalidade.**

Holy (ing.) = **Santo.**

HOMEM — Duas perguntas fundamentais incluem-se na lista das interrogações mais exigentes: que é o Homem? De onde vem?

Se a estructuração das ciências do saber epistêmico é o conjunto ordenado das respostas às mais inquietantes perguntas, estas duas, que acima citamos, precipitam a formação de uma disciplina que procura respondê-las: a **Antropogênese.**

Pretende esta dizer-nos algo sôbre o gênese do Homem, de onde vem, e quem é êle?

Saber algo dessa origem é um desafio, não só à Filosofia como à Ciência. E alinham-se inúmeras respostas, desde as de origem religiosa às de origem filosófica, até às de origem científica, que passam pelas páginas da história do pensamento humano, muitas vêzes intermescladas com agnósticos gestos de um postular céptico, pretendendo colocar-nos ante a convicção da inutilidade de qualquer resposta.

Os actuais conhecimentos da Antropologia, que é a ciência do homem enquanto tal, permitem, com suficiente amparo, apresentar as seguintes afirmativas:

1) O homem, como fisicamente o conhecemos hoje, não é o mesmo homem de eras anteriores. Encontramos em homens, como o de Neanderthal, o de Cro-Magnon, o de Grimaldi, o de Aurignac, etc., muitas diferenças importantes, que permitem construir, pelo menos, uma linha ascensional, com fluxos e refluxos, de um desenvolvimento que se intercala entre os dos símios superiores ao tipo do homem mais elevado que conhecemos na actualidade.

Não implica esta tese, de modo plenamente científico, que se estabeleça seja o homem um símio evoluído.

2) Por outro lado, psìquicamente, podemos admitir que o homem, nas suas diversas fases, conheceu evoluções, estructurando as suas faculdades no funcionar de esquemas, de conjuntos diferentes, o que permite admitir que há uma constante variância no psiquismo humano, embora também não se possa negar uma invariância formal.

Em suma, os estudos actuais da Antropologia permitem-nos afirmar, no campo da Antropogênese, que:

a) o homem enquanto tal, é formalmente invariante, isto é, quanto à sua hominilidade, o homem o é desde que êle surge. As possíveis transposições específicas, de uma espécie inferior, da animalidade para o hominilidade, implicam já exames não só científicos, como filosóficos e metafísicos, inclusive teológicos;

b) que o homem, tanto física como psìquicamente, tem conhecido modificações que, se não ofendem à sua forma, representam, no entanto, **variações** accidentais que precisam ser devidamente consideradas.

No pensamento tradicional das religiões e das filosofias, que aceitam um princípio espiritual, é no Homem considerado como de um ser mais sutil que o da matéria. Por isso, compreende-se que certos povos primitivos considerassem a sombra projectada pelos objectos, como a alma dos objectos, dada a incorporeidade que apresenta, enquanto outros a identificassem com o sôpro (**anima**, em latim, **psychê** em grego), enquanto outros com o sangue, etc.

Sendo um princípio realmente distinto do corpo, a alma não poderia decompor-se com êste, e deve sobreviver-lhe, sem que o conceito de imortalidade seja universal.

Assim, ao lado dos que aceitam a imortalidade da alma, desde que a consideram simples e, portanto, indecomponível, há os que aceitam a sobrevivência, não, porém, a imortalidade. Há, também, os que admitem que a alma, como forma imaterial, **reincarna-se** em outros corpos (como se vê em certas teorias da **metempsicose**, das **reincarnações**, etc.) até alcançar, pela purificação dos elementos heterogêneos, a simplicidade absoluta, que lhe assegure a imortalidade e a plenitude beatífica.

Em face da Filosofia, sabemos que intuímos os factos, sem termos uma intuição sensível do espírito. Não o captamos como êle é, mas captamos manifestações, actos; sentimos sua presença, experimentamos sua actividade, numa intuição confusa. Sentimo-nos como um sujeito ante o objecto. Mas para precisar em que consiste o **espírito**, a Filosofia precisa investigar, usando métodos filosófico-metafísicos.

No exame que façamos do ser humano, vemos que êste apresenta:

1) fenômenos fisiológicos;

2) fenômenos psicológicos.

Diversas posições podem ser tomadas:

1) que tais fenômenos correspondem a uma mesma realidade;

2) ou a realidade distintas.

E, conseqüentemente, em qualquer das respostas dadas:

a) qual a origem dessa ou dessas realidades?

b) qual o destino que têm ou terão?

As respostas podem ser classificadas nas seguintes concepções:

1) há apenas um princípio: o material, e temos o **materialismo;**

2) há apenas um princípio: o espiritual, e temos o **imaterialismo, o espiritualismo absoluto** e algumas teorias **idealistas-absolutas;**

3) há um princípio espiritual e outro material: **espiritualismo cristão,** para exemplificar.

O que caracteriza, pròpriamente, o materialismo é a negação de uma realidade imaterial, e a afirmação de uma única realidade material.

Alguns materialistas (marxistas) explicam a sua posição, que oferece certa variante, como o faz Haldane, quando diz:

«Quando digo que sou materialista, quero dizer que creio nas seguintes proposições:

1) Produzem-se acontecimentos que não são percebidos por nenhum espírito;

2) Houve acontecimentos não percebidos antes que haja um espírito. E creio também, apesar de não ser uma deducção lógica necessária das duas proposições precedentes, que:

3) Quando um homem morre, êle está completamente morto».

A doutrina materialista marxista aceita a anterioridade do mundo exterior ao espírito, ou, como diz Lenine, anteriormente d) objecto sôbre o sujeito. Êste é modelado por aquêle, um epifenômeno daquele. Neste caso, por afirmar a materialidade exclusiva do mundo, o espírito é explicado pelo funcionamento dessa mesma materialidade.

Não é o materialismo uma posição nova na Filosofia. Conheceram-se outras semelhantes em tôdas as grandes culturas, como a dos **charvakas,** na Índia, e, na cultura grega, a posição de Epicuro, seguida por Lucrécio, a de Demócrito, e a dos estóicos.

A alma, para todos êles, era material.

«Nada se pode conceber de pròpriamente incorporal, a não ser o vácuo. E o vácuo não pode actuar nem sofrer; permite apenas ao corpo de se mover através dêle. Por conseguinte, dizer que a alma é incorpórea é uma tolice. Se ela o fôsse, ela não poderia nem actuar nem sofrer, o que vemos, contudo, com evidência.» (Epicuro).

Demócrito distingue dois tipos de átomos. Uns mais subtis, que explicariam o funcionamento do espírito; e outros mais grosseiros, que formariam tìpicamente a matéria.

Mas, no materialismo antigo, o seu grande argumento é o seguinte: se a alma é incorpórea, como pode actuar sôbre o corpo? Ora, como ela actua sôbre o corpo, ela é corpórea. Por outro lado, sendo o corpo corpóreo, como poderia actuar sôbre a alma, que é incor-

pórea. Qual a razão, porém, que o incorpóreo não pode actuar sôbre o corpóreo?

Os argumentos materialistas prosseguem, na cultura ocidental, com algumas variantes apanhadas das ciências naturais.

Holbach, no século XVIII, dizia:

«Eu vos digo que não vejo minha alma, que não conheço e não sinto senão o meu corpo: que é o corpo que pensa e que julga, que sofre e que se alegra.

Com que direito os teólogos recusariam a seu Deus o poder de dar a esta matéria a faculdade de pensar? Ser-lhe-ia mais difícil criar combinações de matéria de onde resultasse o pensamento, que espíritos que pensam?»

O materialismo do século XIX, fundam-se, sobretudo, no que as ciências naturais oferecem.

O progresso que obteve a **fisiologia** do sistema nervoso levou a explicar os factos intelectuais e espirituais, como meras manifestações dêsse sistema.

A paleontologia mostra-nos o desenvolvimento do cérebro que acompanha o desenvolvimento da inteligência humana, bem como pode ser comparada a dos animais. Desta forma, os factos espirituais poderiam ser explicados pelas modificações que sofre a matéria em suas combinações, e nada mais.

No século passado dizia Maleschott: «O pensamento é um movimento da matéria». Vogt, para não lhe ficar atrás, teve esta frase que foi repetida pelos materialistas: «Há a mesma relação entre o pensamento e o cérebro, que há entre a bilis e o fígado, ou a que há entre a urina e os rins», e Feuerbach já concluiu definitivamente: «É o fósforo que pensa em nós».

E Haeckel proclamava: «Consideramos a alma como um conceito colectivo que designa o conjunto das funções psíquicas do plasma.»

Os estudos científicos vinham trazer contribuições novas a essas teses, e a facilitar aparentemente tais opiniões.

Mas os estudos do fim do século XIX, e dêste, iam obrigar a variantes que têm um grande interesse para o filósofo. Com Mach, e Ostwald, sobretudo, o princípio seria a **energia,** e a matéria e espírito seriam nada mais que duas formas da **energia.** Surgia o **energetismo.**

Bertrand Russel explica como é: «Tanto o espírito como a matéria são factos (feitos) de uma substância neutra, cujas leis causais, longe de ter a dualidade da psicologia, formam a base sôbre a qual se edificam, tanto a física como a psicologia».

Broussais, um médico de certo renome, dizia: «Não creio na alma porque nunca a encontrei na ponta do meu bisturi.»

Temos aí uma manifestação do que é o materialismo vulgar. O materialismo daqueles que apenas crêem, e só, no que os seus sentidos captam, em suma, «filosofia de açougueiro», como a chamava Aristóteles.

Até agora, como se vê, o argumento oferecido é o mesmo dos antigos materialistas gregos: É inexplicável a acção do corpo sôbre o espírito, e a do espírito sôbre o corpo.

«Como uma coisa extensa, não pensante, poderia transmitir impressões a uma coisa pensante, não extensa, como a que representamos a alma, — como poderiam as impressões ser comunicadas dessa coisa à primeira — e, em suma, como poderia haver o que quer que seja de comum entre elas? — Eis o que não pôde ainda ser explicado por nenhuma filosofia, e eis o que não o será nunca.» (David Strauss «A Antiga e a nova lei», pág. 317).

Tais argumentos poderiam receber esta resposta provisória: o que é incompreensível é suficiente para negar a realidade da alma? Podem as dificuldades, por si sós, serem suficientes para negar algo? Negavam as dificuldades da baixa Idade Média a possibilidade do vôo humano? Negavam os telescópios antigos a existência de imensos mundos siderais, descobertos depois? Pode o desconhecimento ser argumento para afirmar a inexistência do desconhecido?

Ademais se é difícil ou impossível para os materialistas as relações entre o corpo e a alma, pode o materialismo explicar o pensamento ao compará-lo à bilis ou à uréia? Pode a idéia de movimento explicar o pensamento?

Biològicamente, afirma-se que a diferença entre o homem e o animal, e a entre o animal e a planta são apenas diferenças de graus, argumento acariciado pelos materialistas. Se o homem tem uma alma, devem tê-la também os animais e as plantas.

Os espiritualistas respondem que a vida material (tanto das plantas como a dos animais) implica um princípio imaterial.

Os estudos de psico-fisiologia permitem aos materialistas afirmar:

1) que a actividade psíquica é condicionada pela actividade orgânica. A endocrinologia, por exemplo, mostra-nos quanto influem sôbre os pensamentos e afeições o funcionamento das glândulas;

2) que o desenvolvimento mental nas espécies animais, depende do desenvolvimento relativo do cérebro, e igualmente o foi no homem;

3) que as lesões cerebrais implicam privação de certas funções mentais.

Convém não confundir causa com condição. O aparelho óptico é condição da visão, e não causa. A condição não é o verdadeiro agente da acção. O cérebro pode ser o órgão do pensamento, mas daí não se pode concluir que o cérebro pense.

E. D. Adrian, prêmio Nobel, e um dos grandes neurólogos do nosso século, em seu famoso livro «A base da sensação» à pág. 14, nos diz:

«... o problema da conexão entre o cérebro e o espírito é tão enigmático para o fisiólogo como para o filósofo. Talvez uma profunda revisão de nossos sistemas de conhecimento possa explicar

como um esquema de impulsos nervosos pode causar um pensamento, ou demonstrar que ambos fenômenos são, na realidade, a mesma coisa contemplada de diferente ponto de vista. Se tal revisão se levar a cabo, só espero ser capaz de entendê-la.»

Essa opinião humilde é corroborada mais adiante, depois das penosas e sérias experiências realizadas, que confirmam esta conclusão: alcança-se até um ponto no exame da sensação. Mas, depois, nada se sabe.

Outras experiências nos mostram que os mesmos factos orgânicos podem acompanhar factos psíquicos diferentes. Os ensaios sôbre as localizações cerebrais malograram. A ablação de lóbulos cerebrais, que correspondiam a certas funções, não as aniquila, mas apenas as reduz. Que o cérebro seja uma **condição** do pensamento, admitem-no os espiritualistas modernos, não, porém, que o pensamento seja um producto do cérebro. Que a cada pensamento haja modificações cerebrais, é tal facto verificado, mas sucede que as mesmas modificações podem dar-se para pensamentos diferentes.

HOMEOMÉRIAS — Vide **Anaxágoras,** na **Sinopse da História da Filosofia.**

HOMINISMO — Têrmo proposto por Windelband para nomear o **humanismo pragmático** ou **psicologismo.**

HOMO (lat.) = Homem. Gênero ao qual pertence o homem, e do qual há apenas uma espécie, o **homo sapiens** (o homem sapiente, o homem que sabe).

HOMO FABER — Nome dado por Bergson ao homem que, para êle, caracteriza-se por ser um constructor de instrumentos, e de ter a capacidade de **fabricar** a si mesmo.

HOMOGENEIDADE — (do gr. **homos** igual e **gênesis,** geração) — Carácter do que é **homogêneo** (Vide).

HOMOGÊNEO — (**Homos** em gr. igual e **gênesis,** origem) a) Aquela coisa, cujas partes são tôdas semelhantes, ou iguais, e sem diferenças específicas.

b) Diz-se que **homogeneíza** as coisas o que as igualiza, o que têm elas de unívoco entre si. Assim, o gênero homogeneíza as suas espécies, embora, sob outros aspectos, sejam elas **heterogêneas.**

c) Emprega-se, também para o que é formado dos mesmos elementos lógicos.

Homógenes (gr.) = **genèricamente idêntico.**

Homoios (gr.) = **semelhante.**

HOMÓLOGO — (Do gr. **homos** (igual) e **logos,** razão, forma) — a) É **homólogo** o que tem uma origem evolutiva comum e revela a semelhança no plano fundamental da estructura dos órgãos.

b) Na Matemática, as partes correspondentes de duas figuras semelhantes ou melhor correlativas.

c) Na Anatomia, são **homólogos** os órgãos correspondentes, por sua situação, ao conjunto do corpo, e por sua origem **embriogênica** (assim a que há entre as asas dos pássaros e as patas dianteiras dos quadrúpedes).

d) Diz-se que são **análogos** os órgãos que realizam a mesma função (como as asas dos pássaros e as aletas dos peixes).

Homologous (ing.) = **homólogo.**

Homologue (fr.) = **homólogo.**

HOMO LOQUAX (lat) = homem loquaz. Para muitos, o que caracteriza o homem é a palavra e a sua capacidade de pensar, que, para êles, nada mais é que uma reflexão sôbre a palavra. Na verdade, não é sôbre palavras e com elas que o homem pensa, mas sôbre o **conteúdo intencional** das mesmas.

HOMO OECONOMICUS (lat) = homem econômico. Retirando todos os móveis passionais, morais e religiosos, etc., o homem pode ser considerado, como o é por alguns, apenas um ser econômico, um ser capaz de criar uma economia.

HOMONÍMIA — É para Aristóteles, o carácter da palavra, que tem várias acepções, algumas contrárias e até disparatadas. Assim, **cão,** como animal, e **cão** como uma peça das armas de fogo. Tais palavras permitem muitos **equívocos,** e servem para muitas **falácias.**

Homonymos (gr.) = **homônimo** (equívoco).

HOMO SAPIENS — Em latim = homem sapiente, homem que sabe. a) Antropològicamente: Weinert (aceitando a opinião de Schwalbe) considera o Neandertaliano como o **homo primigenius,** o mais primitivo dos homens. Assim como o **Anthropus** foi o homem do paleolítico antigo, o homem de Neandertal é o do paleolítico médio, que corresponde ao último período interglacial.

O **homo sapiens,** que surge no paleolítico recente, corresponde à última fase glacial.

O desenvolvimento do homem, através dos tempos, até alcançar o de hoje, para Antropologia, uma decorrência do desenvolvimento da inteligência latente. Seria o actualizar-se das possibilidades do hominídeo em face dos factôres predisponentes, que lhe foram permitindo esta ou aquela emergência que, por sua vez, actuava sôbre os próprios factôres predisponentes, pois entre êstes, é importantíssimo salientar, estão os histórico-sociais.

O homem de Neandertal já tinha armas que lançava com as mãos; conhecia a divisão do trabalho, embora a sua vida fôsse devotada totalmente à procura de alimentos para satisfazer as necessidades.

O **homo sapiens** é pròpriamente do pleistoceno. É a inteligência que vence a fôrça corporal.

Êste homem já conhecia o enterramento, e as cerimônias, que realizava no cuidado do morto, revelam uma noção da vida de além túmulo, e respeito ao morto, procurando cercá-lo de todo o bem estar, que lhe proporcionasse uma viagem tranqüila e segura pelas regiões do além.

Tôdas as manifestações culturais, que preparam o advento dos grandes ciclos culturais, manifestam-se dêsse período em diante, até alcançar as grandes culturas.

Sôbre o advento do homem, assim se expressa Weinert:

«A experiência instituída pela natureza consiste numa mudança de clima, determinada pelo início da época glacial, e que levou a modificações gerais do meio e das possibilidades alimentares. **A humanidade não foi criada num paraíso, mas ela nasceu, porque um paraíso havia sido perdido.** Se a antropogênese não foi o resultado dessa experiência, sem esta, sem dúvida, ela não se teria produzido; pois só o aguilhão da necessidade poderia determinar o evento. E não se julgue apenas o uso do fogo, considerado como uma reacção elementar à acção do frio. A passagem do animal à humanidade foi, em seu conjunto, uma resposta às novas condições de vida, que não comportavam mais o **dolce far niente** na floresta equatorial, com sua profusão de recursos alimentares. A modelação de utensílios é também uma das conseqüências imediatas da mudança de clima. A pedra lascada foi agudizada para ajudar a cortar a madeira para ela queimar melhor, permitindo cortar os ramos, e parti-los, quando a mão, por si só, não o podia fazer...» E conclui: «Se a antropogênese foi um facto intelectual, foi também — melhor, por conseqüência — o efeito de uma agravação das condições climáticas no início da época glacial e de tôdas as conseqüências que precipitaram tal fenômeno. **Sem época glacial não haveria homem... e graças à época glacial surgiu o homem.**» (op. cit. págs. 76/77)

O advento do homem se explicaria, portanto, por um grande acto de escolha, o mais importante de todos, em que o hominídeo, entre a possibilidade de seguir em busca de regiões quentes, como devem ter feito outros, já desaparecidos, como se julga, e a de permanecer, graças ao fogo e enfrentar os frios demorados, preferiu permanecer, desenvolvendo, assim, possibilidades que estavam latentes, mas que aguardavam as **condições predisponentes**, que permitiram o advento do Homem.

Tais doutrinas, porém, são controversas, e a **Antropologia** não deu sua última palavra.

b) Para os que admitem no **homem** um princípio espiritual, a expressão **homo sapiens** é redundante, pois homem é propriamente o ser animal-racional; ou seja, assistido de uma mente capaz de realizar as operações intelectuais. E como estas são especificamente distintas das operações materiais, e como a acção segue-se ao agente, necessàriamente deve nêle haver um **agente**, um princípio activo criador, que realize resultados que a matéria, por sua natureza, não pode realizar, salvo se se admitir que o menos pode produzir o mais, o que é um clamoroso absurdo.

HOMOTEÍSMO — Têrmo cunhado por Haeckel para nomear o **antropomorfismo** em suas formas mais exageradas.

HONESTIDADE — Vide **Cardiais (virtudes)**.

HONESTO — O que procede sempre com **honestidade**. Vide **Cardiais** (virtudes).

Honor (lat.) = **honra**.

HONORABILIDADE — Carácter do que é honrado, ou qualidade do que é digno de receber **honras** e honrarias.

HONRA — Apreço, consideração merecida por alguém pelas suas virtudes. É, também, a estima que a alguém é devotada, a homenagem que recebe por suas acções ou pelo seu valor.

Hören (al.) = **audição.**

HORROR VACUI (loc. lat.) = Horror ao vácuo. Aristóteles e os peripatéticos afirmavam que tudo, na natureza, estava cheio e, por horror ao vácuo, ao vazio, explicavam, entre outros, o fenômeno da saída da água nas bombas, etc. Com as famosas experiências de Pascal, essa doutrina foi derruída.

HOSTILIDADE — Atitude caracterizada pelo desagrado e por actividade contrária aos interêsses ou bem-estar do hostilizado.

HSIANG (chinês) = fenômeno; figura ou imagem.

HSIAU (chinês) — Amor filial, amor entre os pais.

HUMANIDADE — a) Conjunto dos caracteres que compõem a essência do homem. Vide **Humanitas.**

b) Conjunto dos caracteres que constituem o que diferencia, especificamente, o homem. Vide **Homem.**

c) Conjunto dos homens vivos, mortos e por virem, considerados, algumas vêzes, como constituindo um ser colectivo.

d) Diz-se, ademais, do sentimento de piedade, de simpatia espontânea por nossos semelhantes. Vide **Filantropia.**

e) Valorização que se faz do homem, independentemente de raças, de ciclos culturais, de classes, de quaisquer hierarquias que possam, em qualquer tempo, ser consideradas.

b) No plural, empregado para indicar as ciências culturais e materiais.

HUMANISMO — a) Posição que considera o bem humano como principal.

b) Diz-se dos estudos dedicados aos temas e assuntos clássicos em oposição aos eclesiásticos. Vide **Sinopse da História da Filosofia.** Humanista era sinônimo de pessoa com saber enciclopédico (conhecedor de **Humanidades).**

c) Sentido de máxima valorização religiosa do homem. Neste sentido, é conhecido também por **humanitarismo** Vide **Filantropia.**

d) Diz-se também, da doutrina de F.C.S. Schiller, de Oxford, que parte do postulado de Protágoras, que afirma que «o homem é a medida de tôdas as coisas, que são e das que não são», tendendo, assim, a considerar tôda a realização cultural do homem como genuinamente, e apenasmente humana, decorrente, pois, exclusivamente, da sua esquemática, condicionada pragmàticamente. Vide **Pragmatismo,** em **Sinopse da História da Filosofia.**

e) Diz-se da doutrina ética, que afirma que o homem deve cingir-se em sua actuação ao que é humano.

HUMANITARISMO — Vide **Filantropia.**

HUMANITAS — (Em latim, **humanidade** (vide).

Lògicamente, o sujeito não é o predicado formalmente considerado, mas **tem** o predicado. João é homem, mas lògicamente não é êle a **humanitas**, tem a **humanitas.**

Todo o ser composto de matéria e forma **tem** uma forma, não **é**, porém, a forma porque é composto de matéria e forma. Assim êste vaso, não é a forma vaso, mas tem a forma **do** vaso. A preposição **de** nos aponta que êste ser tem a forma de isto ou aquilo, formalmente considerado. A forma dêste homem, João, é a forma da **humanitas**, e esta, por sua vez, é uma forma. Assim a forma do individual repete a forma que naquela não se esgota, por não estar contida numèricamente nêle.

A forma, neste ser, está sujeita às mutações de corrupção, pois os sêres, ao perderem a sua forma, corrompem-se. Mas tal se dá com a forma no ser, não a forma, porque se um ser determinado corrompe-se, por perder a sua forma, como, por exemplo, o álcool, que, na análise química do laboratório, torna-se outra espécie química de ser, a forma do álcool, êste ou aquêle, não se corrompe, mas sim o que **tinha** a forma **de** álcool.

Se um homem perece e o seu corpo se corrompe, e é já cadáver, tal não acontece com a forma da **humanitas**, pois esta continua sendo a **humanitas.**

Mas há formas que não têm uma matéria para representá-las subjectivamente. Assim a justiça, o equilíbrio, o movimento, a beleza, etc., não encontram sêres que subjectivamente o sejam. Não está aqui a beleza. Êste ser (**hoc**) não é a beleza, mas tem a beleza. Êste ser participa da beleza, como dela participa aquêle outro. Assim há sêres humanos belos, coisas belas, manhãs belas, por que participam da beleza, sem serem a beleza, como um corpo branco participa da brancura sem ser a brancura.

Vê-se que há duas espécies de participação, aqui: a dos sêres que participam da forma, **representando-a** subjectivamente, como João, com a **humanitas**, e a dos sêres que participam em sua forma de uma forma, que não é subjectivamente representada, como a beleza, pois não há um ser finito que seja subjectivamente ela.

A participação é uma ordem de similitudes. Êste ser, que é belo, assemelha-se à beleza.

Para Tomás de Aquino, a participação é uma ordem de similitude, porque participar, para uma forma, é ser em estado limitado o que uma outra forma é, ou num grau mais perfeito, ou num estado absoluto. Nesse sentido tomista, não há participação, por parte dêste homem, da **humanitas.**

João, como homem, na verdade a **representa**, sem ser ela.

Mas, para Platão, há, porque êste homem não é subjectivamente a forma da **humanitas**, mas do composto que tem a forma da **humanitas.** A posição platônica parece apenas lógica. Mas qual seria o seu fundamento ontológico?

Ora, se desaparecessem os homens, teria desaparecido a forma da **humanitas?** Se desapareces-

se todo álcool metílico do universo, teria desaparecido, teria sido anulado, nihilificado, o esquema eidético (a forma para Platão) do álcool metílico? E antes de surgir no universo o álcool metílico era a sua lei de proporcionalidade intrínseca, expressa no esquema eidético, que é a sua forma, um absoluto nada? Como poderia ter surgido o álcool metílico se fôsse nada? Era um possível formal na ordem do ser. Mas êsse possível formal tinha uma eficácia, pois, do contrário, não poder-se-ia manifestar jamais em modos de ser, pois o nada nada pode.

Mas dir-se-ia que são as possibilidades de combinações numéricas dos elementos componentes do álcool metílico, que permitem o surgimento de sua forma. Mas que sejam. Contudo, neste caso, é preciso admitir-se que a forma estaria na lei de proporcionalidade intrínseca do álcool metílico, que tais elementos químicos podem realizar ao se comporem. Ora, essa lei não é algo físico, nem algo subjectivamente existente, aqui ou ali. E Platão sempre compreendeu que as formas não pertenciam a êsse mundo das coisas sensíveis e corpóreas, mas a um mundo de formas (um mundo eidético). Há, no ser. fonte e origem de tôdas as coisas, de onde tôdas as coisas surgem, o poder de realizar o álcool metílico, o poder de ordenar diversos sêres numa proporcionalidade intrínseca esta, e que não é aquela, que constitui a do álcool metílico.

HUMANO (Fim)

Uma das mais exigentes perguntas, que surgem constantemente ao pensamento humano, é o da finalidade do homem. Como estabelecer essa finalidade, êsse **para que** do homem, sem que primeiramente se estabeleça a sua origem?

Perplexo ante o mundo, põe a si mesmo constantemente essa pergunta que o tem desafiado através dos tempos, cuja resposta não cabe apenas às religiões, mas à filosofia também.

Se se parte da admissão da divindade, criadora de tôdas as coisas, cuja providência predispõe o surgimento do homem, a existência de um Deus criador e remunerador, logo nos indica os fins da vida humana, os quais são os determinados pela divindade criadora.

Essa é a resposta das religiões, que, por sua vez, leva a muitas outras perguntas, tais como e por que Deus criou o homem? As respostas a esta pergunta, nem sempre satisfazem aos que a propõem, pois tais respostas são muitas vêzes frágeis e aguçam mais o perguntar em vez de satisfazê-lo.

Os que aceitam a existência de Deus, criador do homem, estabelecem que o fim dêste é o próprio Deus. É dêle que o homem parte e é para êle que o homem deve retornar. Um ser infinito só pode ter a si mesmo como a razão de seu actuar. Deus é, assim, o fim último do homem.

Em abono desta tese, argumentam: o Ser supremo actua por sua própria natureza. Por ser infinito, é infinito o seu actuar, portanto não determinado nem delimitado por outro. A

infinitude dêsse actuar não é uma delimitação da natureza, pois actua em tôda a pujança infinita do seu poder. Limitação há nos sêres que, por ter uma natureza finita, finito é o seu actuar. Êstes actuam com a deficiência que lhes é própria, enquanto aquêle actua com a proficiência que lhe é essencial.

O Ser Supremo é o supremo bem. Dêle provêm tôdas as coisas, que são suas criaturas, e a êle tôdas tendem. Conseqüentemente, também o homem. E, como êste tem a consciência e o saber reflexivo, seu actuar livre **deve procurar** o maior bem possível, tendendo para o Ser Supremo.

Para as posições religiosas, que acima expomos, Deus oferece a felicidade do homem, porque só o Ser infinito poderia dar ao homem a plenitude da felicidade, porque só êle a tem.

Para os que não se colocam na posição religiosa, o fim do homem é dado por sua natureza. Realizar o racional em ascenção é o seu fim, pois é no homem que o cérebro alcançou o mais alto desenvolvimento, o que revela que a natureza, nêle, tende para o reinado da inteligência, facto observável, não só na evolução animal até alcançar aquêle, como no próprio desenvolvimento da vida da família humana.

Para outros, o fim que procura o homem é o prazer. Há o prazer sensível e o prazer intelectual.

É inegável que o prazer exerce uma grande influência, mas é impossível explicar as acções humanas apenas pela busca do prazer sensível, porque também há prazeres intelectuais e espirituais.

O prazer, psicològicamente considerado, surge da satisfação de uma tendência. Ora, as tendências humanas são várias e conseqüentemente vários são os tipos de prazer.

Para outros, a finalidade do homem é a **perfeição,** pois sendo êle um ser que actua, e pode distinguir entre o melhor e o pior, tende o homem a realizar o mais alto. É da natureza do homem tender para a perfeição. A ética humana é fundamentada nessa tendência.

É na satisfação de tôdas as suas tendências que outros colocam o fim do homem. E a meta de tôdas elas é alcançar a paz, e apaziguar-se na felicidade. Mas a tendência tende ao objecto, e não ao prazer. Êste surge da obtenção do objecto desejado. Há, na felicidade, um elemento objectivo, que é a meta desejada de alcançar ou de obter, e um elemento subjectivo, que é a consciência, o saber da posse.

Para outros, ainda, não cabe ao homem, em vida, encontrar a felicidade, e tôda a sua finalidade está na contemplação do Ser infinito, de Deus. Só êle nos pode dar a felicidade absoluta, anelada espiritualmente pelo homem. E o caminho é o indicado pelas religiões.

HUMILDADE — Vide **Cardiais (Virtudes).**

Humilitas (lat.) = **humildade.**

HUMOR — Do inglês **humour.** a) Imaginação jocosa, simpa-

tética. Ironia romântica, gracejo melancólico, satírico. Êste o sentido estético do têrmo, de origem inglêsa.

b) Em sua origem latina, **humor** significa tôda substância fluída, que circula num corpo vivo, e denomina também, a disposição de ânimo em que uma pessoa está para alguém, ou para alguma coisa. Daí falar-se em **bom** e em **mau humor.**

Hylemorphismus (la.t = **hilomorfismo.**

Hylen (gr.) = **Matéria.**

Hylon — (Combinação de **hylê,** matéria, e **on,** ente, têrmos gregos), expressões criadas por Mitterer para nomear as heterogêneas substâncias subatômicas e as partículas sub-elementares da matéria, tais como protões, electrões, neutrões, positrões, etc., que entram na composição dos elementos, sem serem êles pròpriamente elementos.

Êsses **hylons** têm um grande papel na doutrina de Mitterer, que é o **hylosistemismo** (vide).

HYLOSISTEMISMO — É a teoria cosmológica de Mitterer, segundo a qual a constituição do corpo inorgânico é um sistema de energia atômica. O átomo é um elemento, e a molécula é um composto de partículas subatômicas, unidas num sistema dinâmico, que actua como uma unidade funcional.

Hypothesis (gr. e lat.) = **hipótese.**

Hysteron (gr.) = **o posterior.**

Hysteron próteron — No grego, significa, literalmente, fazer do conseqüente um antecedente, quando se realiza a inversão da ordem lógica.

Mário Ferreira dos Santos

DICIONÁRIO
DE
FILOSOFIA
E
CIÊNCIAS CULTURAIS

I - S

3.º VOLUME

EDITÔRA MATESE
Av. Irerê, 382 (Planalto Paulista)
SÃO PAULO — BRASIL

1.ª edição, em Dezembro de 1963

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELO AUTOR

I

I — Na Lóg., significa a proposição particular afirmativa.

I (ing.) = **eu.**

Ich (al.) = **eu.** No movimento idealista alemão, **Ich** tem um papel importante. Kant criticava a concepção de Descartes sôbre o **eu,** como algo simples, indecomponível, substancial e intuitivamente conhecido. Segundo seu modo de ver, o eu não é substancial, mas funcional, uma unidade dinâmica da consciência, condição necessária para tôda experiência, e o último sujeito para o qual tudo o mais é objecto.

Já Fichte considera o **Ich** como absolutamente incondicionado, simples eu, que coloca a si mesmo e o que não é êle.

Schelling considera o **Ich** uma criação da Idéia Absoluta. E Hegel concebe-o como sujeito, como pensamento abstraído das coisas percebidas.

ICONOCLASMA — Vide **Iconoclasta.**

ICONOCLASTA — Destruidor de imagens religiosas. Movimento surgido nos sécs. VIII e IX de nossa era contra as imagens religiosas e a arte simbólica. **Iconoclasma** chamava-se a êsse movimento.

ICTUS — Vide **Acento.**

Idantã (Sânscrito) — Significa **istidade,** o estado de ser **isto,** de ser um objecto do conhecimento.

IDADE DO BRONZE — É o que corresponde ao período cultural-histórico no mundo antigo de Babilônia de 2.500 a 3.500 a. C., que se caracteriza pela producção do bronze. Na América, corresponde ao período de 500 a 1.000 d. C., no Peru. Na Europa, no período de 2.500 a 1.900 a. C., com os celtas.

IDADE DO FERRO — Período que vem de 2.500 a. C. para a frente, em que o ferro passa a ser usado e produzido.

IDADE DO PALEOLÍTICO — Período que vai até 70.000 a. C. e que, presumìvelmente, se iniciou há mais de 600.000 anos. Neste período, o fôgo ainda não era usado nem dominado pelo homem, nem tampouco eram domesticados os animais. O homem do paleolítico (em gr. **paleos** = antigo, e **lithos** = pedra) era, provàvelmente, caçador. Êste período é chamado de Alto Paleolí-

tico. O médio paleolítico vai de 125.000 anos . C. a 15.000 a. C. Neste, já surgem os instrumentos e o homem domina o fôgo.

Chama-se de paleolítico-superior, o período que antecede a era moderna, simbolizado pelo homem de Cro-Magnon, no qual já aparecem as manifestações artísticas.

IDADE NEOLÍTICA — Êste é o período de 3.500 a 7.500 a. C. Neste, o homem realiza o polimento das pedras, produz alimentos e alcança um nível cultural mais elevado.

IDADES — As idades são as subdivisões na história da evolução cultural.

Idea (em lat., gr., ing. e it.) = **idéia.** Empregado na Lógica no sentido de **espécie.**

IDEAÇÃO — Formação, função e conexão das idéias, enquanto factos psíquicos.

IDEACIONAL — Carácter do que é producto da **ideação.**

Ideal (al. e ing.) = ideal.

IDEAL — a) O que pertence às idéias, sob tôdas as acepções dêste têrmo.

b) O meramente mental.

c) O que possui o carácter de satisfazer completamente uma aspiração, um desejo, um querer. («Um medicamento ideal... Uma espôsa ideal.»)

d) Uma norma de vida, uma meta que se deseja alcançar, que seria a plenitude se fôsse atingida, mas que se pode conceber como inatingível: «Uma humanidade ideal, uma sociedade **ideal.**»

e) O contrário da vida meramente utilitária, mas da atitude de nobre elevação estética, ética, social para com a vida e as coisas da vida.

f) Empregado, também, no sentido de perfeição. Os sólidos da geometria não são sólidos **naturais,** mas sólidos **ideais.**

Idéal (fr.) = **ideal.**

IDEALIDADE — Chamamos **idealidade** a relação, e o nexo, que há entre entes ideais, e **realidade,** a que se dá entre entes reais.

IDEAL DA SOCIEDADE — É a forma de sociedade acabada, desejada numa época, numa era, por uma **ideologia,** doutrina, ou corrente filosófica.

IDEALISMO — a) Diz-se de tôda doutrina cujo princípio interpretativo fundamental é ideal. Assim, há tantas posições idealistas, quantas maneiras de considerar a acepção do têrmo **ideal** (vide).

O têrmo **idealismo** surge, no séc. XVII, para nomear a teoria das **idéias (formas)** arquetípicas de Platão e, também, para nomear a concepção gnosiológica de Descartes e Locke, os quais consideravam as idéias objectos directos da apreensão, como possuídos subjectivamente.

Dêste ponto de vista, surgiu a dúvida sôbre a existência real do mundo exterior, de modo que o têrmo foi usado como sinônimo de **acosmismo** (vide), que afirma que o mundo exterior é apenas uma projecção dos nossos pensamentos, e o **imaterialismo,** que

negava a existência real da matéria.

O idealismo pode ser visualizado segundo as diversas maneiras, como é êle proposto. Pois, segundo as acepções que toma o têrmo **idéia**, variam as posições idealistas.

O **idealismo puro** nega a existência do mundo exterior real, para afirmar a existência apenas das nossas idéias ou das idéias em geral. Entre os idealistas puros, temos o **Espiritualismo, Mentalismo, Panpsiquismo, Fenomenalismo idealista, Monadismo.**

Subdividem-se os idealistas em **personalistas** e **impersonalistas.** Os primeiros afirmam apenas a existência das idéias na própria consciência, enquanto os segundos afirmam a existência de um mundo ideal numa realidade não consciente.

Real-idealismo, ou **realismo idealista,** aceita a existência de sêres não ideais, mas subordinados, contudo, às idéias.

O **ideal-realismo** aceita a existência das idéias, mas admite que a sua representação em nós depende da nossa maneira de esquematizar o mundo das coisas reais e ideais, que existe fora das idéias, embora, de certo modo, subordinadas àquelas.

b) Na Estética, chama-se idealismo a posição que afirma que a arte não é apenas uma cópia da natureza, uma imitação desta, mas a representação de uma natureza fictícia, mais satisfatória para o espírito.

IDEALISMO ALEMÃO — Vide **ich** e **Sinopse da História da Filosofia.**

IDEALISMO ANTROPOLÓGICO OU PSICOLOGIA — Vide **idealismo psicológico.**

IDEALISMO CRÍTICO — É o idealismo transcendental de Kant. Assim êle o define: «Chamo idealismo transcendental de todos os fenômenos a doutrina, segundo a qual, nós os consideramos sem excepção como simples representações, não coisas em si; segundo a qual, tempo e espaço são apenas formas sensíveis de nossa intuição, não determinações dadas em si mesmas ou condições dos objectos enquanto coisas em si.»

IDEALISMO EMPÍRICO — Chama Kant ao idealismo que considera a existência de objectos no espaço, fora de nós, como duvidosa e indemonstrável, como falsa e impossível.

IDEALISMO FENOMENALISTA — Como **idealismo,** afirma que não se dá nenhum sujeito permanente das formas, mas mera pluralidade de actos psíquicos, que constituem tôdas as nossas representações. Defende-a D. Hume (1711-1776).

IDEALISMO LÓGICO OU PANLOGISMO — Vide hegelianismo, em **Sinopse da História da Filosofia.**

IDEALISMOS — Classificam-se:

Idealismo metafísico objectivo — Como **idealismo,** em oposição ao subjectivo, põe as formas não no **ego,** mas no **absoluto,** no qual se identificam, tanto o **ego** como o **não-ego.** É a posição de F. W. Schelling.

Idealismo metafísico subjectivo — Como idealismo, coloca as for-

mas no **ego**, que é o único e necessário, que, cogitando, ordena o universo por representações fabricadas pelo próprio **ego**. Êsse **ego** não é o ser, mas o agir, agir infinito «**ego** absoluto» ou «consciência absoluta», que é o princípio supremo de tôdas as coisas. A limitação dêste **ego** é o que chamamos natureza, que nada mais é que aparência, mera sombra. Defendeu-a J. G. Fichte (1762-1814).

Idealismo psicológico ou antropológico — Como **idealismo**, coloca as formas na natureza humana, não diferindo, portanto, do **relativismo antropológico** ou **psicologismo**.

Idealismo social — São as manifestações idealistas, que tendem para o bem e para o melhor progresso da sociedade e dos seus membros.

Idealismo transcendental — Vide **Idealismo crítico**.

IDEALISTA — O que segue a doutrina **idealista**. E também o que indica o que dirige sua vida por um ideal.

Idealità (it.) = **idealidade**.

Idealität (al.) = **idealidade**.

Idéalité (fr.) = **idealidade**.

Ideality (ing.) = **idealidade**.

Idéation (fr.) = **ideação**.

Ideation (al. e ing.) = **ideação**.

IDEATO — Do lat. **ideatum**, usado na escolástica para indicar o que é produzido de acôrdo com uma idéia preconcebida. Goclenius define **ideato** como o que é produzido pelo poder de uma idéia.

Diz-se, também, do objecto ao qual corresponde uma idéia.

Ideazione (it.) = **ideação**.

Idée (fr.) = **idéia**.

Idee (al.) = **idéia**.

Ideell (al.) = **Ideal**.

IDÉIA — (Do gr. **idein**, ver, daí **idéia**). Várias têm sido as acepções que têm tido êste têrmo no decorrer do processo filosófico.

a) Antes de Platão, na Grécia, era a forma, a semelhança, a natureza, a classe, a espécie.

b) Para Platão e Sócrates, é a essência, o universal eterno, o arquétipo do existente. As **idéias** (melhor as **formas**) têm uma hierarquia na ordem divina, e são a meta do homem, consciente ou não.

c) Para os estóicos, as idéias são as classes dos esquemas mentais do homem: conceitos, idéias gerais.

d) Para os neo-platônicos são os arquétipos das coisas (**nous** ou **Logos**).

e) As idéias (ou formas) são subsistentes em Deus (Cristianismo e Escolástica). Vide **Conceito**.

f) Com Descartes, identificam-se com os conceitos lógicos do pensamento humano.

g) Para Berkeley, as idéias derivam-se dos objectos na introspecção intuitiva.

h) Para Hume, é uma mera cópia ficcional das nossas impressões.

i) Para Kant, as idéias são conceitos ou representações, mas chama de idéias transcendentais aquelas que não derivam dos sentidos e até os ultrapassam, pois nada podemos encontrar na experiência que delas nos forneça uma imagem.

Idéia adequada — Vide **adequado.**

Idéia delirante — Vide **Alucinação.**

Idéia fixa — Estado de consciência mórbido, que se caracteriza pela persistência de uma idéia, que nem o curso normal das idéias, nem a vontade conseguem dissipar.

Idéia fôrça — Têrmo proposto por A. Fouillé para nomear a idéia que possua propriedades dinâmicas e actue como se fôra uma fôrça.

Idéias adventícias — Vide **Adventício.**

Idéias da razão pura — Vide **Kant** e **Razão Pura,** na **Sinopse da História da Filosofia.**

Idéias imagens — Representações emitidas pelos objectos do mundo exterior, e que são reproduzidas como imagens no sujeito, segundo a concepção gnosiológica de Demócrito.

Idéias inatas — São as idéias fundamentais ou gerais, que se supõem presentes no indivíduo antes da experiência. Vide **inatismo** e **A priori.**

Idéias negativas — São classificadas como idéias negativas, as idéias de êrro, de desordem, de mal, de nada, etc.

Para Platão, o êrro é negativo e consiste em levar ao absoluto um aspecto do real. Se digo que para mim tal coisa parece ser dêste ou daquele modo, não estou errado, mas quando, em absoluto, ela é de tal ou qual modo, nesse caso, pode haver êrro.»

Para Platão, portanto, o êrro é uma verdade parcial (como também o entenderia Spinoza). Só há pròpriamente o êrro quando, ao que é verdadeiro de um ponto de vista, lhe é atribuído o carácter de verdade absoluta. Contrariando êsse ponto de vista. William James dizia que se o êrro é uma verdade parcial, então tudo é verdade parcial.

Para Bergson, há desordem ou aparência de desordem, quando, ao buscar uma das duas espécies de ordem, descobrimos outra, como já o estabeleciam os filósofos escolásticos. Por ex.: um quarto será dito em desordem, quando, ao procurarmos uma ordem finalista, descobrimos, simplesmente, uma ordem mecânica, ou ao procurarmos a ordem mecânica, encontramos a ordem finalista. Se queremos limpar o quarto, os móveis serão ordenados numa ordem diferente daquela, quando nêle queremos viver.

Em tais casos, a desordem sòmente é a presença da ordem não desejada, ou não procurada, ou não esperada.

Pròpriamente, nunca há desordem em sentido absoluto, mas apenas em sentido relativo.

O nada não é algo pròpriamente tal que se dê ademais do ser, mas ùnicamente sua falta , sua deficiência. Em todos os idiomas

do mundo, o que se conceitua como **nada** é uma **negação** do ser.

Costuma-se distinguir.

1) **Nada relativo:** ausência de **certa** realidade **num** ser real (ex.: nesta sala não há nada...; sôbre êsse livro não há nada...). Essa idéia de nada é positiva. Apresenta-se de várias espécies:

a) **pura negação,** quando consiste na simples ausência de uma coisa que não é normal possuir.

b) **privação,** que consiste na ausência de uma coisa que é natural ter. A cegueira, numa pedra, é uma simples ausência; no homem ou no animal, uma privação.

2) **Nada absoluto;** ausência total de tôda realidade.

Esta segunda nega não só a realidade, mas a possibilidade, enquanto a primeira nega apenas a possibilidade.

Assim, na frase bíblica: «Deus criou o mundo do nada», êste têrmo é tomado na primeira acepção. O mundo era ainda **nada** como realidade, não porém nada como possibilidade de ser.

A sua noção é obtida pela negação do ser. Nós não podemos concebê-lo sem o ser, pois para concebê-lo impõe-se o ser de quem concebe. Mas podemos conceber o ser sem o nada?

O ser é concebido por si mesmo. Já o mesmo não se dá com o nada. Se digo que êste livro é insensível, é porque sei o que é, e como é, um ser sensível. Daí considerar-se o mal como um nada de bem, que só é conhecido pelo bem do qual é êle uma ausência ou uma privação. A **imperfeição** é a ausência de um bem ou de algo melhor; a **falta,** a privação de um bem que se deveria normalmente possuir; a **desordem,** então, seria a falta de ordem, concebida pela ordem que deveria estar em seu lugar; a imperfeição, pela perfeição, pois julgo da imperfeição de uma circunferência que posso conceber.

Dessa forma, o nada é obtido pela representação de um ser real ao qual negamos realidade.

A idéia do nada é uma pseudo-idéia. Pensar nêle é pensar em alguma coisa, cuja essência consiste em não existir. O nada é impossível; a passagem dêle ao ser é um pseudo-problema. É o ser que não precisa de explicação e não o nada. (Era o que sentia Bergson, reafirmando uma velha tese da filosofia).

Realmente a idéia dêle implica sempre a idéia de alguma coisa à qual se nega existência. É uma idéia negativa. Mas, como idéia, é verdadeira tôda idéia negativa, e a do nada não é contraditória em si. O que é contraditório é admitir a existência do nada, um nada **existindo,** como ser real, espécie de reserva misteriosa de onde o criador tirou o real. Êle não é positivo; é a negação de tôda realidade positiva.

Lembremo-nos da frase de Bossuet ao negá-lo: «Que haja apenas um momento em que nada exista, e eternamente nada será». Não se vê que, suprimindo pelo pensamento tudo o que existe, observamos logo que suprimimos. em sua fonte, tôda possibilidade de existência?

Em resumo: Há três posições possíveis sôbre o nada:

1) que absolutamente não é;

2) que é, mas é outra coisa diferente que o nada;

3) que é apenas nada.

A primeira é a tese de Parmênides. Só o ser é; ùnicamente o ser. A afirmação do ser do nada é uma ilusão. Os átomos são o ser de Parmênides, cortados em pequenas partes, porque há o nada.

Portanto é; mas diferente do nada absoluto; é a tese de Platão. A diversidade só pode explicar-se pelo nada não-absoluto. Êle é a alteridade. Spinoza, mais tarde, dirá que tôda determinação é negação. Platão diz que para determinar uma idéia é preciso que ela não seja outra idéia... O não ser é; o nada é porque tôda coisa é o que ela é, precisamente porque não é tal, ou tal outra coisa.

Para Aristóteles, naturalmente, não há nada absoluto, mas relativo. As coisas podem ser em acto ou em potência.

A idéia do ser puro implica a do nada, diz Hegel, pois ao pensar naquele vemo-lo logo em face dêste. A idéia do ser puro leva-nos a êle, mas a do devir leva-nos ao domínio do real e do concreto.

Também, para Hegel, não há o nada absoluto.

Para Heidegger a negação só é possível porque há um nada anterior. Não é a negação que torna o nada possível, mas êste que torna a negação possível. Como o ser não pode ser atribuído a êle, Heidegger criou o têrmo **nichten** (nadificar, anihilar). O nada não é, êle nadifica; nadifica a si mesmo e nadifica as outras coisas. É uma actividade de destruição, cuja realidade êle afirma.

O nada absoluto é indefinível como o próprio ser. No entanto, é verdade, que em seus últimos trabalhos, Heidegger não considera o nada um absoluto negativo, mas quer vislumbrar, nêle, um véu do ser através do qual talvez Deus se anuncie de maneira incompleta para nós. De qualquer forma, Heidegger termina por conceder-lhe uma actividade e, conseqüentemente, atribuir-lhe um acto, uma eficacidade e, finalmente, um ser. Desde que se lhe dê uma eficacidade, não o excluímos mais do ser, transitando, portanto, de nada para um conteúdo de ser. Surge ainda, em filósofos modernos, uma especulação sôbre êle, decorrente da problemática que apresentam as negatividades, sobretudo neste momento histórico, em que o impulso acósmico actua de tal modo ante a agudeza dos problemas sociais, que favorece o surto que se observa, desde dias do século passado, das atitudes nihilistas. A presença dêsse problema, com suas características, é bem um símbolo de nossa época, e a postulação do nada é o melhor símbolo do acósmico.

Idein (gr.) = verbo, daí **idea**, idéia.

IDÊNTICA (proposição) — É idêntica a proposição em que o sujeito e predicado representam o mesmo conceito. Vide **Tautologia.**

Identical (ing.) = **idêntico.**

IDÊNTICO (do lat. **idem,** o mesmo) — Do têrmo **identicus,** de **idemtidem,** repetidamente, surgiu o conceito de **idêntico.** Dois conteúdos idênticos, são dois, e são um, dois sob um aspecto, mas um sob outro. Na identidade, há **mesmidade,** pois o que é idêntico a outro é o mesmo que outro. O conceito de identidade, contudo, não admite graus. Idêntico é o que é êle mesmo. Pode-se falar na **identidade lógica,** quando vários entes se identificam num mesmo conceito, como Pedro e Paulo que, especificamente, como homens, enquanto tais, são idênticos.

Chama-se de **identidade real** a coincidência de vários conteúdos de pensamento num único ente.

São **formalmente idênticos** os conceitos que expressam o mesmo ente sob a mesma forma.

Há **identidade material,** quando os conceitos indicam formas diversas que ocorrem no mesmo sujeito.

Identidade ontológica a que se verifica numa substância que perdura sendo ela mesma. Esta identidade é, contudo, mais ou menos rigorosa.

IDENTIDADE — Carácter do que é **idêntico.** (Vide).

IDENTIDADE (Filosofia da) — Doutrina filosófica de Schelling, que afirma a identidade original da natureza e do espírito, do ideal e do real.

IDENTIDADE (princípio de identidade) — Vide **Princípios ontológicos.**

IDENTIFICAÇÃO — a) Acção de identificar; ou seja, de verificar se há ou não identidade entre duas coisas, ou também se alguma das formas de surgir a identidade se dá entre duas coisas.

b) Na Psicanál., procresso psíquico inconsciente, que se manifesta em forma de vínculo emotivo com outras pessoas ou situações, nas quais o sujeito se conduz como se fôra a pessoa ou a situação à qual se une êsse vínculo.

IDEOGENÉTICA (Teoria) — Teoria de Brentano, seguida por outros fenomenologistas, que sustentam que o Juízo é um acto original da consciência, que se dirige ao que é dado à mente para conhecer, inclusive pelos sentidos, como imagens, etc.; em suma, às **presentações** (vide **Presentação).**

IDEOLOGIA — a) Para os escolásticos, a parte da Psicologia que estuda a formação das ideações.

b) Nome dado por Destutt de Tracy para a análise das idéias gerais, que julgava serem emanadas das sensações.

c) Napoleão o usou em sentido pejorativo para nomear os filósofos, cuja influência era republicana. Chamava-os **ideólogos.**

d) Modernamente, é empregado para indicar as idéias gerais de um programa filosófico ou social, sendo que, neste último caso, o pensamento ideológico funda-se ou pretende fundar-se sôbre os dados reais dos factos sociais, especialmente dos factos econômicos, os quais determinam e dão

o vector do seu pensamento social ou econômico.

e) Para os marxistas, o têrmo **ideologia** significa todo sistema filosófico, religioso, ético, etc., considerado como espiritual, mas que, na realidade, é mera função de um processo ou estado puramente material, sobretudo econômico.

IDEOLÓGICO — a) Tudo quanto pertence à **ideologia.**

b) Para os marxistas, é tudo quanto, por oposição aos factos econômicos, representa a superestructura cultural da sociedade como a filosofia, a religião, a ética, etc.

IDEÓLOGOS — Vide **Ideologia.**

IDEO-MATRIZ — Vile **Idéias fôrças.**

IDEO-MOTOR — É o que se refere às **idéias fôrças** (vide).

Idion (gr.) = **o próprio.**

IDIOSINCRASIA — a) Conjunto de elementos que constituem o temperamento e o carácter de uma pessoa.

b) Peculiaridade marcante de uma pessoa.

IDIOTA — Débil mental, que apresenta o mais baixo grau de mentalidade. Em geral pessoas adultas, com a idade mental de 2 a 5 anos.

Idiotismo moral — Absoluta falta de senso moral sob algum aspecto importante, que revela a máxima debilidade, como a **cleptomania.** Equivale à **cegueira moral,** pois nela se manifesta absoluta falta de domínio sôbre os impulsos imorais, e ausência de impulsos marcadamente morais.

Idoles (fr.) = **ídolo.**

ÍDOLOS — Do gr. **eidolon** plural **eidola,** e do latim **idolum,** no plural **idola,** imagem ou semelhança. Para Demócrito, a percepção realizava-se pela captação dos **idola** emitidos pelas coisas; ou seja, pequenas partículas. Na Idade Média, os **idola** eram considerados pouco importantes, e nenhum valor se dava à teoria de Demócrito.

Com Francis Bacon, que os reviveu em seu famoso **Novum Organum,** tiveram êles nova vida na Filosofia, ao classificar os erros mais gerais, em quatro espécies, que chamava: **idola tribus** (fraqueza do conhecimento próprio da espécie humana), dos quais nos devemos precaver, que têm por causa a tendência a só tomar em consideração o que é mais simples e mais uniforme, bem como a tendência a crer que o mundo é mais simples e mais uniforme do que é na realidade. **Idola specus** (da Caverna, à semelhança de Platão), erros que têm por causa o temperamento, a educação, os preconceitos individuais e os defeitos mentais. **Idola fori** (faltas da linguagem na comunicação das idéias), idéias confusas, palavras que dão aparência de realidade a quimeras, e, finalmente, os **idola theatri,** a filosofia sofística, faltas no modo de filosofar, a explicação do real por meio de abstracções, a superstição na filosofia, a interpretação histórico-física do livro da **Gênese,** etc.

IGNORABIMUS — Ao «**ignoramus**» dos sábios, Dubois-Rey-

mond, em um opúsculo de sua autoria, terminou com a palavra «**ignorabimus**» (ignoraremos), querendo, assim, declarar a incapacidade do homem de penetrar no que transcende ao físico, no transfísico; no metafísico, em suma. Esta palavra passou a ser divisa do **agnosticismo** (vide).

IGNORÂNCIA — (Do lat. **in**, negativo, e **noscere**, conhecer). É a parcial ou total ausência de conhecimento.

Distingue-se a ignorância **vencível** da **invencível**, e a moralmente **culpável** da **inculpável**. A vencibilidade é determinada pela dificuldade objectiva de um problema, em relação à capacidade subjectiva, dentro das suas condições (tempo, meios disponíveis) para dar solução concreta ao problema.

Verifica-se a culpabilidade, quando há obrigação, moral ou legal, de sair da ignorância.

Ignorância do assunto — É a **ignoratio elenchi**, sofisma que consiste em discutir ou atacar outra coisa diferente de a que está em exame.

Ignoratio elenchi (lat.) = **ignorância do assunto.** (Vide).

IGREJA — a) De **Eclesia**, em grego **Assembléia** por convocação; também lugar de reunião dessa assembléia.

b) No Ocidente, tomou o sentido de organização de uma associação ou associações de crentes, num ideal religioso dogmático. Nome que se dá à construcção do cristianismo, tais como **igreja católica romana, igreja protestante**, etc.

c) Nome que também se dá aos edifícios, lugares, onde essas religiões praticam os seus rituais ou cerimônias.

d) Mìsticamente, é a Igreja o Corpo de Cristo.

IGUALDADE — a) É a qualidade do que é igual, o que não tem diferença.

b) Na matemática, a igualdade é simbolizada pelo sinal =, daí a=b.

c) Diz-se que são iguais dois objectos de pensamento, quando são equivalentes, quando valem igualmente, quando em nada diferem. Também se pode falar em **igualdade lógica**, quando entre dois têrmos há implicação mútua, quando têm a mesma extensão, quando há identidade. O mesmo sinal matemático de igualdade = é empregado na Lógica.

d) Na Ética e na Política, há igualdade quando os direitos e os deveres, as prescrições e as penas são iguais para todos os cidadãos, sem consideração ao nascimento nem à fortuna.

Há **igualdade política**, quando a ascenção aos cargos públicos está aberta a todos os cidadãos.

Pode-se falar em **igualdade real**, em **igualdade material**, em **igualdade formal.**

ILAÇÃO — Sinônimo de **inferência.** Diz Lalande que é um sinônimo já envelhecido, conseqüentemente desusado. Contudo, não o é. É ainda usado, e muito, sobretudo nos estudos lógicos. Vide **Inferência.**

Diz-se **ilação imediata** o acto pelo qual a mente, de uma pro-

posição, afirma conseqüentemente outra, imediatamente, por fôrça do nexo que há entre elas. Ao nexo chama-se **conseqüência**, o qual consiste no conter uma a outra. A conseqüência é **imediata** se não há um terceiro têrmo, do contrário, havendo um terceiro têrmo, é **mediata.**

As **ilações imediatas** são de três classes:

1) **ilação por eqüipolência** é a que já examinamos no artigo sôbre a **eqüipolência.** Nas proposições eqüipolentes, ambas são simultâneamente verdadeiras ou simultâneamente falsas. Da verdade ou da falsidade de uma, infere-se a verdade ou a falsidade da outra. Ex. de «nem todos os homens são sábios», infere-se imediatamente «alguns homens não são sábios».

2) **Ilação por conversão.** Nesta, cada proposição tem significado diverso, embora com os mesmos têrmos.

As regras são as seguintes: Nas **proposições simpliciter convertíveis** (que é a conversão **legítima**), as proposições são ou simultâneamente verdadeiras ou simultâneamente falsas. Da verdade ou da falsidade de uma, infere-se a verdade ou a falsidade da outra. Ex.: «nenhum homem é mineral, logo nenhum mineral é homem.» Nas **conversões por accidente (per accidens)** da universal vale a ilação da particular; da verdade da universal, infere-se a verdade da particular; da falsidade da particular, infere-se a falsidade da universal, não, porém, da verdade da particular a verdade da universal. Assim: «todo homem é animal, logo algum animal (nem todo animal) é homem.»

3) Outra classe de ilação imediata é a que se dá entre proposição de significação diversa com têrmos também diversos. A esta classe pertence as ilações por oposição, a de predicado a predicado e a de sujeito a sujeito, e a de modalidade.

Ilação de oposição é aquela que se verifica pela oposição. Da verdade da proposição, infere-se a falsidade da contrária ou da contraditória; da falsidade da proposição, a verdade da contraditória.

Ilação de predicado a predicado sugere as seguintes regras:

a) É válida a ilação afirmativa do têrmo inferior ao têrmo superior, não, porém, quanto à negativa. Assim: «Pedro é homem, logo é animal.» Contudo, não é válido inferir: «Pedro não é mineral, logo não é substância.»

b) É válida a ilação negativa do têrmo superior ao inferior, não, porém, a afirmativa. Assim: «mineral não é vivente, logo não é animal.» Contudo, não é válida a inferência: «mineral é substância, logo é homem.»

c) É válida a ilação de predicado privativo ao negativo. Assim: «É cego, logo não vê», e não: a «pedra não vê, logo é cega.»

Ilação de sujeito a sujeito, que consiste em inferir de uma suposição do sujeito a outro.

a) É válida a ilação, tanto afirmativa quanto negativa, de uma suposição distributiva à particular. Assim: «todo homem é substância, logo algum homem é

substância.» Não é válida a ilação de uma particular a uma universal.

b) Não é válida a ilação **ratione formae** (segundo a razão da forma) só, porém, de uma suposição distributiva à colectiva e viceversa, apenas, quando é válida **ratione materiae** (em razão da matéria).

Assim: «todo o grupo realizou êste itinerário, logo algum do grupo realizou êsse itinerário.» Não é válida: «cem anos são um século, logo algum ano é um século», porque o predicado refere-se à colectividade apenas.

Ilação de modalidade é a que decorre do nexo entre acto, potência, necessidade. O acto supõe apenas a potência; a necessidade supõe a potência e o acto; a potência, por si mesma, nada supõe.

É válida a ilação que parte do **ser para o poder** (do acto para a potência). Nao é válida a ilação do poder para o ser.

É válida da potência para o agente nas causas necessárias, não nas causas livres.

ILEGÍTIMO — a) Lóg., o que é contrário às suas leis, quanto às **inferências** ou outros processos de **raciocínio.**

b) No Dir., o que se opõe ao que é expresso em lei.

ILÍCITO — O que é contrário à lei ou aos costumes. Emprega-se, sobretudo, quando há infracção da lei.

Illatio (lat.) = **inferência, ilação.**

Illazione (it.) = Vide **Inferência, ilação.**

Illusion (fr., al. ing.) = **ilusão.**

Ilógico — a) Na Lóg., é ilógica a conclusão ou hipótese que se alcança, ofendendo as leis daquela.

b) Diz-se socialmente do indivíduo que tem exigência, junto aos seus semelhantes, que são injustificáveis. Essas exigências são, por sua vez, chamadas de **ilógicas.**

Ilozoismo (it.) = **hilozoismo.**

ILUMINAÇÃO — Vide **Aufklärung.**

ILUMINADO — É o que recebe a iluminação, o místico, o que recebe intuições reveladoras. Vide **iluminismo** e **Mística.**

ILUMINISMO — Vide **Aufklärung.**

ILUSÃO — Vide **Percepção** e **Alucinação.**

ILUSIONISMO — Filosòficamente, o têrmo é empregado para intitular as doutrinas que postulam que o mundo exterior é mera fantasmagoria, ou o véu de **maya** para os hinduistas, que afirmam que a existência, além de não ter nenhum valor, é mera ilusão, decepção.

ILUSTRAÇÃO — Vide **Aufklärung.**

IMAGEM — Reproducção das qualidades sensórias que permanecem e podem ser rememoradas pela mente do que foi percebido pelos sentidos, quando se dá a ausência da estimulação sensória. Do lat. **imago, imaginis**, da raiz **im**, dentro, que nos mostra a origem etimológica dêsse têrmo, que

indica sempre a presença na mente de algo que se deu em nossos sentidos, ou por êles foram captados. Quando essas imagens são associadas e com elas, total ou parcialmente, se constroem outras imagens, temos a **imaginação criadora.** Diz-nos Lalande que já encontramos o têrmo **imago** em Bacon, mas antes, muito antes de Bacon, já entre os romanos era usado nesse sentido técnico, e o foi durante tôda a Idade Média. Critica Lalande os dicionários que, anteriormente a êle, não consignavam o sentido técnico psicológico do têrmo, além de afirmar que só com Malebranche começou a ter êle o sentido que está expressado em seu **Vocabulaire.** Contudo, para não irmos mais longe, na **Summa Theologica de Tomás de Aquino** I 9 a 36 já era o têrmo empregado no sentido que êle alega.

IMAGENS CONSECUTIVAS — Vide **Consecutivo.**

IMAGEM, fantasia — Era para os antigos a imaginação a faculdade de pensar por meio de imagens. Êsse sentido, no entanto, desapareceu, dando lugar, na psicologia, a outra acepção.

Na realidade, a palavra teve diversas acepções. Usa-se, no entanto, na psicologia, para designar duas funções mentais bem distintas: a) uma função de simples reprodução — imaginação reproductora e b) uma de combinação original e de criação — imaginação criadora.

A imaginação reproductora é um modo da memória, memorização das imagens. A palavra **imagem,** na Psicologia, é empregada como o retôrno de uma sensação ou de uma percepção, sem a presença do objecto que o provocou, com ausência de tôda excitação periférica actual, ou melhor como «representação», como a consideravam os antigos, pois há, aqui, re-presentação.

Vemos um livro, e dêle guardamos uma imagem. Assim podemos recordar imagens de diversos factos passados, de sensações agradáveis ou desagradáveis que tivemos.

A capacidade de reproduzir imagens varia de indivíduo para indivíduo. Uns têm mais capacidade para reviver imagens auditivas, outros tácteis, outros olfativas, outros visuais, combinando-as diversamente. Verifica-se, também, que a precisão, a nitidez dessas imagens, varia no indivíduo, como de indivíduo para indivíduo. Guardamos com maior nitidez um facto de nossa vida, enquanto outros mais próximos a nós estão imprecisos. Há pessoas que têm imagens nítidas e podem conservá-las por muito tempo, como certos indivíduos, com o sentido auditivo bem desenvolvido, que podem recordar perfeitamente uma peça musical, enquanto outros guardam com nitidez imagens visuais.

A **imaginação criadora** já se manifesta por formas diversas. Nota-se nos brinquedos das crianças um poder de invenção, como vemos também nos mitos dos homens primitivos, nas religiões e nas obras grandiosas dos artistas, como no descobrimento dos sábios, e até nos grandes vôos da Filosofia.

Aqui não há apenas a combinação das imagens; daí imaginação reproductora. Aqui penetram

afectos, tendências, paixões, sentimentos de formas mais intensas que naquela, intuições, apreensões de pensamentos novos, relações insuspeitadas, descobertas, etc.. Discutem os psicólogos se há realmente criação nessa imaginação, ou apenas combinações. Afirmam alguns, e entre êles Locke, que o espírito é incapaz de criar uma idéia por simples que seja. Por isso tôdas as imagens são apenas cópias de sensações.

Todos os factos parecem fundamentar essa opinião, pois em tudo quanto o homem cria, através da imaginação, sempre vamos encontrar aspectos da realidade.

Um mito, um monstro de mil formas, um ser imaginado, sempre encontramos nêles aspectos da realidade que com outros formam o tipo estranho que a imaginação criou. São sempre compostos de reminiscências de percepções passadas. No entanto, há criação, em certo aspecto, no da ordem. Na imaginação reproductora, há apenas memorizações de imagens de factos passados. Mas, na imaginação criadora, embora as imagens isoladamente sejam consideradas como reminiscências de percepções anteriores, há criação na combinação dêsses elementos que formam um **todo**, o qual não é apenas um conjunto, ou uma soma das partes, mas muito mais.

IMAGO — (Em latim, imagem). Na Lógica, é o sinal natural de alguma coisa que é outra que a potência cognoscitiva. A **imago** pode ser **instrumental**, que é aquela que, mediante uma prévia notícia sua, representa outro que ela. Assim o gemido é um sinal instrumental natural da dor, como a fumaça é o sinal instrumental natural do fogo. O **conceito formal** é um **sinal formal**, que é a outra divisão da **imago**, e que expressa a **forma intencional**.

IMANÊNCIA — (de **in** e **manere**, permanecer, manar em). a) Carácter do que é **imanente**, o que existe ou se dá sempre num dado objecto, o que dêle não se separa. O que nêle permanece, que nêle reside de modo permanente, o que nêle im-mana e permana.

b) Na filosofia escolástica, uma **causa é imanente** quando seus efeitos estão exclusivamente dentro do agente (como o ver, que não modifica o que vê nem o que é visto) em oposição a **transiens, causa transitiva**, que é a que transita do agente para o efeito, como o aquecer.

c) Para Kant, o imanente é o que decorre da experiência, como oposto ao não experiencial ou transcendente.

d) Empregam alguns no sentido de **presença** em oposição à **ausência**.

e) Para o **panteísmo**, Deus é imanente ao mundo, enquanto, para o **teísmo**, Deus é transcendente a êle. Só se poderia admitir sua imanência como presença e actividade, mas ter-se-ia de admitir sua transcendência como essência.

Algumas concepções místicas afirmam a mútua imanência entre a divindade e o homem.

IMANÊNCIA NA ÉTICA — Vide **Ética**.

IMANENTE — Vide **Imanência**.

IMANENTISMO — Nome que se dá às doutrinas ou sistemas que afirmam apenas a imanência, negando a transcendência de um ser ao mundo. O **panteísmo,** por ex., é imanentista, enquanto o **criacionismo cristão é transcendente.** Os modernistas, condenados pela Encíclica papal **Pascendi Dominici gregis,** consideravam-se **imanentistas,** mas num sentido muito específico, como seja o de admitir que a religião surge de «um resultado espontâneo de inextinguíveis exigências do espírito humano, que encontram sua satisfação na experiência íntima e afectiva da presença do divino em nós», sem que em tais palavras, conforme afirmavam, quisessem negar a transcendência de Deus.

IMATERIALISMO — É o sistema filosófico, ou a doutrina que nega a existência da matéria, como a concepção de Berkeley, o puro idealismo.

IMEDIAÇÃO — (do lat. **in** e **medius,** não-meio). O **mediato** é o que serve de meio. É o intermediário. No imediato, não há **inter-médio.** A **imediação** é o carácter do que é **imediato** (vide).

IMEDIATO — a) Opõe-se a mediato, o que não tem médio, inter-médio, intermediário. Há conhecimento imediato, quando não há intermediário entre o sujeito cognoscente e o objecto conhecido, como a captação do próprio querer, dos estados afectivos.

O espaço e o tempo, em sua contigüidade, ou em sua sucessão, não imediatos, se não há entre essas duas regiões, uma terceira, que entre êles se intercale.

b) Na Lóg., fala-se em **inferência imediata,** quando não há exigência de têrmo médio, como na **conversão,** na **subalternação,** etc.

IMITAÇÃO — (Do lat. **imitatio,** e no grego **mimesis**). Chamavam os pitagóricos de **mimesis** (imitação), a cópia que as coisas procediam dos **arithmoi** (números — vide), que eram as realidades essenciais e superiores, copiadas por aquelas. Foi partindo da idéia da **mimesis,** que alcançou Platão a da **metexis,** da **participação** (vide), pois as coisas são, de certo modo, **imitações** das idéias. Tanto a doutrina dos pitagóricos como a de Platão foram combatidas por Aristóteles, embora admitisse êste que a **imitação,** já do ângulo psicológico, fôsse característica do homem. Mas é modernamente que, neste sentido, o psicológico e o antropológico, a **imitação** foi plenamente desenvolvida e estudada. A **imitação** é um fenômeno próprio do ser vivo. Biólogos e psicólogos dedicaram-se ao seu estudo nos vegetais, nos animais e no homem, quer individual como socialmente manifestada. Tarde, por ex., defende a tese de que a **imitação** é fundamental nos factos sociais, mais que a invenção, que é de origem individual. Tem a **imitação** um grande papel na vida social, como na vida estética, onde nos fenômenos de **endopatia estética** e **simpátia estética,** há manifestações imitativas, não só na **Einfühlung,** na **endopatia vivencial** do conteúdo estético de uma obra de arte, como na solidariedade entre o espectador e o artista.

Para maior penetração no tema da **imitação,** chamamos a

atenção para o artigo **Participação**, sobretudo no que se refere ao pensamento pitagórico e ao platônico.

Immanence (fr., ing.) = **imanência.**

Immanent (fr., al., ing.) = **imanente.**

Imanente (it.) = **imanente.**

Immanentismus (al.) = **fenomenalismo.**

Immanenz (al.) = **imanência.**

Immanenza (it.) = **imanência.**

Immédiat (fr.) = **imediato.**

Immediate (ing.) = **imediato.**

Immediato (it.) = **imediato.**

IMOBILIDADE — Carácter do que é **imóvel.**

IMORAL — Tudo quanto é contrário às normas morais. Não se deve confundir **imoral** com **amoral.** No **amoral,** não há juízos de valor ético sôbre os actos praticados, que se guiam pela naturalidade; no **imoral,** há a infração das normas morais. No **antimoral,** há a deliberada consciência de infringir as normas morais.

IMORALIDADE — Carácter do que é **imoral** (vide).

IMORTALIDADE — É a condição do que é imortal, do que não pode perecer, o que não está sujeito à **morte (vide).**

IMORALISMO — a) Nome que Nietzsche dava à sua concepção sôbre a moral. Vide **Amoralismo.**

Nietzsche considerava-se a si mesmo o grande imoralista de sua época. Opondo-se ao que julgava ser o fundamental da moral cristã, propunha uma posição por êle julgada anti-moral. Seus paradoxos tornaram-se famosos, e simbolizando em Zaratustra as suas idéias principais, julgou que combatia o cristianismo, que êle nem sempre compreendera.

O fim do homem não é o prazer, mas a sua elevação superior. A dor é útil e mestre do homem. Saber sofrer é um ponto alto de sua moral. O prazer mais elevado da vida é algo heróico, pois é na heroicidade que funda a sua moral. Para alcançar o mais alto, deve o homem desprezar tudo quanto o humilha, amesquinha, diminui. Por amor ao super-homem, ideal nem sempre bem precisado, e que tem levado a tantas discussões entre os exegetas do seu pensamento, devia o homem palmilhar o caminho da vida, sentindo-se como um viandante que marcha para o superior, uma ponte para o mais elevado.

O valor mais alto é heróico, e é êle que dá nobreza aos actos mais simples do homem. Na vida humana, há sempre um risco. É preciso saber arrostá-lo, por amor ao mais alto. O homem só alcança a superação de si mesmo, quando vence o que nêle constitue a sua fraqueza.

b) Diz-se da predominância da prática dos actos imorais. «O imoralismo domina em vastas camadas...»

IMORTALIDADE DA ALMA — A doutrina da imortalidade da alma é a que afirma que após a morte, a alma sobrevive ao corpo (entrando êste em decomposição), enquanto aquela permanece indefinidamente, com os caracteres constitutivos de sua in-

dividualidade. Esta doutrina é aceita pelo **cristianismo**, pelo **espiritualismo**, pelo **islamismo**.

As razões filosóficas da existência e da sobrevivência da alma são numerosas e poderosamente bem fundadas.

IMÓVEL — **É imóvel** o que de maneira alguma é apto a mover-se por si mesmo, ou também o que é difícil de ser movido. Era neste sentido que se dizia que a Terra era imóvel. Vide **Imutabilidade**.

IMPACIÊNCIA — Vide **Impaciente**.

IMPACIENTE — Contrário de **paciente**, de pacífico.

É a falta de paciência. É o apressado, o sôfrego; é o inquieto, o agitado, o nervoso.

O frênesi, a inquietação humana abrem as portas às grandes interrogações e muitas das respostas (doutrinas, teorias, etc.) são productos da impaciência, da sofreguidão e, conseqüentemente, da análise imperfeita.

Imparcial — Vide **Parcial**.

IMPARTÍVEL — (**Insecável**, de **seccare**, cortar, como o átomo dos filósofos gregos): é o que é indivisível segundo a quantidade. O impartível não se move **per se**, mas só por accidente.

Impartível, segundo a espécie, é o que não pode ser resolvido em muitos corpos de espécies diversas. Mas, ao impartível, como tal, nada impede que seja movido.

IMPASSIEL — (Em gr. **apatheia**) — Os estóicos gregos (vide **Estoicismo**, na **Sinopse da História da Filosofia**) chamavam de **apatheia** (a impassibilidade), o estado em que deveria permanecer o estóico, depois de alcançar a paz interior, a tranqüilidade, após a **contemplação**. Vide **Apatia (apatheia)**.

IMPENETRABILIDADE — a) São características «de todos os corpos a extensão (quantidade) e a ocupação de um espaço limitado. A primeira condiciona a extraposição das partes de um corpo, enquanto a **impenetrabilidade** concerne à exclusão de outro corpo do espaço, ocupado pelo primeiro.» (Fröbes).

b) Diz-se, também, por extensão, da impermeabilidade da inteligência em assimilar certos conhecimentos que lhe são ministrados. «Êste homem revela uma impenetrabilidade às idéias...»

IMPERAR — Vide **Imperativo**.

IMPERATIVO — Vide **Ética**.

a) Imperar é sinônimo de mandar, governar com autoridade suprema.

b) Entende-se como um mandato de origem social, como o imperar em um país, aspirando a tornar-se **imperialismo**, exercendo a autoridade sôbre outras nações. **Império**, na ética, o **imperativo categórico**, ante o hipotético ou o condicional, segundo Kant (Vide Ética).

IMPERATIVO CATEGÓRICO — Vide **(Ética)**.

IMPERATIVO HIPOTÉTICO — Vide **Ética**.

IMPERCEPTÍVEL — Diz-se do estímulo demasiadamente dé-

bil, que não provoca uma experiência consciente.

IMPERIALISMO — Vide **Imperativo.**

IMPERSONAL (ing.) — **impessoal.**

Impersonale (it.) — **impessoal.**

IMPERSONALISMO — Concepção mecanicista do mundo, que tudo reduz aos factos mecânicos, tanto a Física, a Química, como a Biologia e os factos psicológicos e sociais. Opõe-se a **Personalismo.**

Impersonnel (fr.) — **impessoal.**

IMPESSOAL — a) O que não é carácter da pessoa.

b) O que não pertence a uma pessoa, que a ela não diz respeito («atitudes impessoais»).

c) Sinônimo de imparcialidade. «Sou impessoal em meu julgamento».

IMPESSOAL (razão) — Teoria pela qual se expõe que não pertence ao homem a razão de si mesmo, nem individual nem colectivamente, mas sim a um Ser Superior, a uma Razão Universal, da qual participa.

ÍMPETO — Movimento súbito, impetuosidade. Também arrebatamento, furor. Do lat. **im** e **peto,** desejar, dirigir-se para, de onde **ad-peto,** apetecer, apetite. **Ímpeto, o** apetecer que vem de dentro, o dirigir-se para uma meta por uma fôrça, por um movimento súbito interior, enfim tôdas essas notas etimológicas servem-nos para bem compreender o sentido do **ímpeto,** dessa fôrça de origem intrínseca, de que falavam os medievalistas em sua **teoria dos ímpetos.** Na concepção moderna, todo movimento pressupõe, no objecto movido, impulso (**ímpeto**), comunicado pelo motor.

IMPLICAÇÃO — a) Implicar (do lat. **im-plicare:** pregar, embrulhar). Etimològicamente, significa o que é contido em outro, o ser contido em outro. Diz-se que um objecto de conhecimento **implica** outro, se dado o primeiro, o segundo decorre necessàriamente. Assim **hindu** implica **homem.**

b) Diz-se, também, que há implicação de uma idéia em outra, se a primeira não pode ser pensada sem a segunda. Vemos, assim, nos correlativos: pai e filho, senhor e escravo, etc.

c) Têrmo muito usado na Lógica. Na fórmula **a) b,** significa que **a** implica **b.**

IMPLICÂNCIA — O nexo que realiza a **implicação** de algo a algo. É uma modal lógica (vide **modal**) a **implicância,** pois esta afirma também que a realidade lógica de alguma coisa é inerente, de modo absoluto, à realidade lógica de alguma coisa, pois é impossível colocar-se o implicado sem o implicante. O nexo da implicância é fundamental para o raciocínio dialéctico. Deve-se buscar tôdas as implicações possíveis ao classificar-se, lògicamente, alguma coisa, ou sôbre ela meditar. Só dêste modo caminha-se por uma via concreta, que evite os excessos abstractivos, geradores de confusões.

IMPLICAR — Vide **Implicação.**

IMPLÍCITO — Vide **Explícito.**

Import — Têrmo inglês, usado na filosofia, para indicar o que contém, o que traz consigo um têrmo, um conceito, o que corresponde ao português **conteúdo.**

IMPORTANCIA — a) Na Axiologia, significa o que vale **muito,** quer como meio real ou pessoa, quer como fim, quer na vida individual ou social.

b) Na Economia, ao computar os preços, diz-se que **importam** em tanto.

c) Usa-se na ordem ideológica, para referir-se aos principais juízos e postulados.

d) Há, em suma, importância em algo, quando é valiosa acima do normal, numa gradatividade que merece a qualificação de grave, de leve, de grande, de pequena importância.

IMPOSIÇÃO — a) Impor é pôr sôbre ou em cima de, mas, também, é determinar, fixar, estabelecer. Imposição é o acto de impor.

b) Impor é tornar obrigatório, é constranger a observar, quando aplicado na esfera social. Exemplo: o **imposto** aplicado pelo Estado.

c) Significa, também, infundir, inspirar, quando se diz que alguém impõe respeito.

d) É reprimir, é refrear, quando se diz **impor silêncio.**

e) É fazer-se aceitar, é obrigar que o considerem, quando se diz que alguém impôs-se ante outros.

IMPOSSIBILIDADE — Carácter do que é **impossivel.**

Impossible (fr. e ing.) — **impossível.**

IMPOSSÍVEL — (O que não pode ser, nem vir-a-ser).

a) O impossível é o que não pode ser, e ao impossível nada tende. Do impossível, é impossível seguir-se qualquer coisa. O que é impossível de fazer, impossível é tornar-se, devir.

IMPOSSÍVEL ABSOLUTO é o que está eivado de contradição ontológica intrínseca (rectângulo-redondo).

IMPOSSÍVEL RELATIVO é aquêle cuja impossibilidade é contingente, é vencível, e não invencível, como a impossibilidade absoluta.

IMPRESSÃO — a) Acto ou processo de afectar, de premir.

b) Emprega-se o têrmo mais em sentido psicológico, para indicar as modificações cerebrais, que correspondem ao realizado pelo estímulo exterior nas fibras nervosas sensitivas.

c) Diz-se de todo imediato efeito na consciência, proveniente de estímulo nervoso.

d) Também se chama de **impressão** a imagem sensível.

Impression (fr. e ing.) — **impressão.**

Impressione (it.) — **impressão.**

IMPULSO — a) Acção de impelir movimento, que se comunica a um corpo. Fôrça que determina êsse movimento.

b) Psicològicamente, chama-se **impulso** ao incitamento, ao estímulo, à instigação.

c) É a forte tendência a executar certo acto; ou seja, um motivo poderoso, que não costuma ser concretamente consciente.

d) Tendência a actuar, que não é atribuída directamente ao estímulo.

e) Tendência reactiva, e também esfôrço renovado e acentuado.

IMPULSO DE INTEGRAÇÃO — Vide **Tendências e Inclinações.**

IMPULSOS DE MORTE — Vide **Tendências e Inclinações.**

IMPULSOS DE VIDA — Vide **Tendências e Inclinações.**

IMPUTABILIDADE — Vide **Imputação.**

Imputabilità (it.) — **imputabilidade.**

Imputabilité (fr.) — **imputabilidade.**

Imputability (ing.) — **imputabilidade.**

IMPUTAÇÃO — Imputar é atribuir ou declarar como pertencente a alguém a responsabilidade ou a autoria de algum acto. É assacar. **Imputação** é o acto ou o efeito de imputar. Imputabilidade é a qualidade do que é imputável.

IMUTABILIDADE — Nós conhecemos, da nossa experiência, a mutabilidade. As coisas finitas sofrem mutações várias, estudadas pelos filósofos anteriores a Platão, cujo exame foi prosseguido depois, com grande mérito, por Aristóteles. A mutabilidade das coisas finitas permite-nos compreender a imutabilidade, e esta, naquelas, seria a manutenção, a perduração constante e intérmina de seu modo de ser. Tal imutabilidade só se dá relativamente.

Análise: — Os racionalistas, ante a **mutabilidade,** procuraram o que não mudava, o **imutável.** Platão concebia, acima dêste mundo, a esfera imutável das ideías. A esfera da mutabilidade é a dos sêres que se transformam, sensíveis e perecedouros. O ser é imutável, e é o grau de imutabilidade que dá valor às coisas. O conceito de imutabilidade revela-se na oposição ao de mutabilidade, que nos é dado pela intuição.

Essa imutabilidade procurada atrás de tudo quanto existe é o **ponto de apoio** que buscam os filósofos da incondicionalidade. O que muda, o que cambia, é algo que é fixo, no fundo. É um grande desejo vital de conservação de nós mesmos, que leva a nossa razão (que em nada nega os nossos instintos), a afirmar a permanência.

Heráclito foi o primeiro entre os gregos a afirmar a mutabilidade de tudo. Mas a reacção de Parmênides não se fêz esperar, e essa reacção imprimiu a marca de tôda a filosofia ocidental. Só modernamente, com Hegel, Bergson, William James, Nietzsche, retorna o tema da mutabilidade para a filosofia. Mas todos êles, no fundo, afirmaram algo imutável: a lei suprema da Idéia em Hegel, a «vontade de potência» em Nietzsche a «matéria» para os materialistas, etc.

O que nos revela a realidade, graças à ciência, é que há muta-

bilidade, mas essa **mutabilidade não é igual para todos os factos.**

Não podemos compreender a mutabilidade absoluta das coisas finitas, nem uma imutabilidade absoluta. Ainda aqui não podemos fugir às antinomias, ao antagonismo dos dois conceitos que se opõem, que permanecem antinômicos. Não concebemos o **Ser** sem o **sendo,** êste sem aquêle. Mas compreendendo ambos como conceitos dialècticamente antinômicos, como elaborados pela dialéctica do nosso espírito, podemos, também, compreender a sua complementariedade. Ante qualquer um dos extremos, encontramo-nos ante um obstáculo, que é a sua «negação». Podemos compreender o ser como imutável enquanto ser, como forma que é, e não tornar-se em nada. Mas essa compreensão não exclui a positividade da mutação dos entes finitos. O ser é sempre ser, mesmo quando é ora isto ora aquilo.

Não podemos compreender que algo seja mutável sem concebê-lo como pertencente a algo imutável. É que não podemos romper com o concreto, esgrimindo conceitos que são apenas abstractos.

Ademais, a mutabilidade do **sendo** não contradiz, ontològicamente, a imutabilidade do ser. O ser, como ser, é imutável, e o sendo, como mutável, é ser sempre através das suas mutações (geração, corrupção, alteração, aumento, diminuição movimento etc.) que são **do** ser e **no** ser.

INADAPTAÇÃO — a) Inferioridade de estructura ou do comportamento, que determina a incapacidade para enfrentar com bom êxito as condições do meio ambiente.

b) Incapacidade de um indivíduo em adaptar a sua conducta às condições de sua circunstância ambiental.

c) Diz-se, também, do facto dessa inépcia.

In adjecto — Contradição **in adjecto,** contradição nos têrmos, no qual o atributo é a negação do sujeito. Assim o dia que era noite. No exame das contradições pode-se reduzi-las a uma contradição **in adjecto.** Se a contradição de duas proposições não é formal, mas implicita, uma das duas proposições implica uma conseqüência ou supõe um princípio que é contraditório do outro. (Goblot).

Em suma, há **contradictionem in adjecto** quando o têrmo, que é acrescentado a outro, o contradiz.

In ars (lat.) = sem arte, incapacidade de realizar, daí **inerte.**

INATISMO — É a teoria filosófica que afirma haver idéias e princípios, presentes no espírito desde o nascimento, dependendo apenas de futuras experiências para atingirem a sua formulação, eidético-noética, isto é, por **esquemas mentais.**

INATO — É o que pertence à natureza de um ser e não é o resultado de sua experiência após o nascimento. Inato é o nascido com... O que emerge da natureza do ser, desde que começou a ser.

Opõe-se a **adquirido** (vide) Vide, também, **Idéias inatas.**

INAUTÊNTICO — Vide **Autêntico.**

INCAPACIDADE — Falta de aptidão para algo.

INCAUSADO — a) O que ainda não foi causado. Os **futuríveis** são causáveis.

b) Ou o que existe de per si, sem ter uma causa, o Ser Supremo.

INCENTIVO — Estímulo para uma acção, quer interno quer externo.

INCERTEZA — Ausência de fé, devido à insuficiência de dados.

INCIDENTAL — O que ocorre ocasionalmente, mas sem rigor determinado.

INCIPIENTE — (Do lat. **incipio**, começar). É o que começa, o que principia a ser.

INCLINAÇÃO — Vide **Tendências e inclinações.**

INCLINAÇÃO ELECTIVA — Vide **Afecto.**

Inclination (fr. e ing.) — **inclinação.**

Inclinazione (it.) — **inclinação.**

INCLUSÃO — a) Relação entre duas classes que estão na relação de gênero e espécie.

b) Incluir é encerrar, é fechar dentro de uma coisa, é compreender, é abranger, é envolver.

Inclusion (fr. e ing.) — **inclusão.**

Incluzione (it.) — **inclusão.**

INCOERÊNCIA — Vide **coerência.**

INCÓGNITO — a) É simplesmente o não conhecido, o que se ignora, o ignorado, por tôdas as modalidades da ignorância. Seu contrário é **cognitum**, em latim, que seria **cógnito** em português.

b) Segredo que uma pessoa faz ou guarda acêrca da sua presença, ou pessoa de grande importância social ou política que não se quer dar a conhecer, para evitar as homenagens que lhe devam ser tributadas.

INCOGNOSCÍVEL — Contrário de **cognoscível** (vide).

INCOMENSURABILIDADE — Diz-se que são incomensuráveis os têrmos que não têm entre si uma medida comum, que, medidos, não têm uma unidade igual para ambos.

INCOMENSURÁVEL — Vide **Incomensurabilidade.**

Incommensurabel (al.) — **incomensurável.**

Incommensurabile (it.) — **incomensurável.**

Incommensurable (fr. e ing.) — **incomensurável.**

INCOMPATÍVEL — Diz-se que dois têrmos, duas proposições, dois pensamentos são incompatíveis, quando se excluem recìprocamente. Vide **Contrário** e **Contraditório.**

Incomplesso (it.) = **incomplexo.**

INCOMPLETAÇÃO (sentimento de) — É a consciência com os resultados afectivos desagradáveis de quem se reconhece como incompleto, não acabado, imperfeito, que gera os complexos de inferioridade e suas variadas manifestações.

Incomplexe (fr.) — **incomplexo.**

INCOMPLEXO — Contrário de **complexo** (vide).

INCOMPREENSÍVEL — Contrário de **compreensível** (vide).

INCONCEBIVEL — a) Em sentido absoluto: O que não pode ser concebido.

b) Em sentido relativo: O que não podemos conceber.

c) O que é eivado de contradição intrínseca.

d) Na Metafísica, a proposição cuja contraditória não pode ser concebida, por ontològicamente falsa, é necessàriamente verdadeira. É o que constitui a **inconceptibilidade** de uma proposição.

Inconceivable (ing.) — **inconcebivel.**

Inconcepibile (it.) — **inconcebivel.**

INCONCEPTIBILIDADE — Vide **Inconcebível.**

Inconcevable (fr.) — **inconcebivel.**

INCONDICIONADO — a) Na Filosofia, diz-se do que é absoluto, do que não depende de outro para ser. É sinônimo de imprincipiado.

b) Emprega-se, também, para indicar o que não está submetido a condições.

Inconditionné (fr.) — **incondicionado.**

Incondizionato (it.) — **incondicionado.**

INCONGRUÊNCIA — Vide **Incongruente.**

INCONGRUENTE — O que não condiz, não concorda, não convém; o incompatível, o incoerente. Vide **Congruente.** Exs.: os actos de alguém **incongruentes** com a sua posição. Assim se diz que há incongruência quando algo não convém ao de que se fala, como argumentos incongruentes, conclusões incongruentes, etc.

INCONGRUIDADE — Vide **Congruidade.**

INCÔNGRUO — Vide **Côngruo.**

INCONHECÍVEL — O mesmo que **incognoscível** (vide).

Inconnaissable (fr.) — **incognoscível.**

Inconoscibile (it.) — **incognoscível.**

INCONSCIÊNCIA — Vide **Consciência.**

INCONSCIENTE — Vide **Consciência.**

INCONSCIENTE — (Natureza do) — Para psicólogos modernos, como Jung, Myers James, etc. o **eu sublimal** (inconsciente) é uma realidade e não uma mera distinção do psiquismo. O eu inconsciente seria igual, em potência, em todos os homens, em todos idênticos, e explicaria os fenômenos de telepatia, da metapsíquica em geral. Dêsse modo, há uma região que formaria o subfundo da alma humana.

Para Freud, êsse fundo é individual, o **id,** que constitui a verdadeira personalidade do homem, sendo a vida consciente, o **ego,**

apenas uma manifestação parcial dêsse grande inconsciente.

Inconscio (it.) — vide **inconsciente.**

Inconscium (lat.) = **inconsciente.**

INCONSEQÜÊNCIA — a) Contrário de **conseqüência.**

b) Carácter de duas proposições em que a segunda é apresentada como resultado da primeira, quando na verdade não o é.

c) Diz-se, também, da falta de lógica no pensamento ou de **incoerência** nas **atitudes.**

INCONSISTÊNCIA — a) O que não tem **consistência** (vide), o que lhe falta estabilidade, firmeza, solidez.

b) Por extensão, o que é **incoerente** (vide).

c) Na Log., é inconsistente o raciocínio em que as proposições apresentam incoerência entre si.

INCONTINÊNCIA — É a incapacidade para controlar por meios racionais, os desejos corpóreos. O que o consegue é **continente.** Não se deve confundir o **incontinente** (o que não a si mesmo contém, com o **licencioso,** pois, com o primeiro, há uma luta entre seus desejos e seus princípios morais, enquanto com o segundo não há tal conflito.

INCOORDENÁVEL — Contrário de **coordenável.** Vide **Coordenação.**

INCREDULIDADE — Vide **Fé,** e **Teologais (virtudes).**

INDECISÃO — Atitude que decorre do equilibrio de motivos em conflito, ou da ausência de certos dados requeridos para a formação de uma decisão ou de um juízo, que se caracteriza pela inibição da actividade reactiva.

Indéfini (fr.) — **indefinido.**

INDEFINIDO — a) Contrário de **definido** e de **finito.**

b) São indefinidas as proposições em que o predicado é negativo, pura e simplesmente, assim «A é não B», e também os conceitos, ou melhor, os têrmos verbais em que há tal negação, como não-A, pois não-A poderia ser tudo quanto não é A, indefinidamente, sem determinação.

c) É, também, empregado para traduzir o têrmo muito usado por Aristóteles **aóristos.** Para êle, um têrmo negativo puro e simples não é um verdadeiro conceito, pois o que o caracterizaria seria a privação, a ausência de, já que é algo de indeterminado **(aóriston).**

INDEFINIDOS — (juízos) — São aquelas proposições classificadas por Aristóteles, em que a quantidade não é definida p. ex. o bem não é o mal **(adioriston).**

Indefinite (ing.) — **indefinido.**

Indefinito (it.) — **indefinido.**

INDEMONSTRÁVEL — É **indemonstrável** o que de per si é evidente, e não necessita de demonstração, mas apenas de **mostração,** ou o de que não conhecemos demonstração respectiva capaz, ou porque se trata de afirmação para a qual não se dispõe de nenhum dado nem meio de verificação, nem sequer empírico. Vide **Demonstração.**

INDEPENDÊNCIA — Vide **Dependência.**

INDEPENDENTE — Carácter do que não tem dependência ou total e absoluta, e, neste caso, seria absolutamente independente, ou relativamente **secundum quid**; isto é, segundo alguma formalidade, como politicamente independente. Vide **Dependência.**

INDETERMINAÇÃO — Vide **Determinação.**

Indétermination (fr. e ing.) — **Indeterminação.**

Indeterminazione (it.) — **indeterminação.**

INDETERMINISMO — Teoria, segundo a qual as decisões voliclonais são, em certos casos, independentes de antecedentes fisiológicos ou de causação psicológica. Vide **Determinismo.**

INDETERMINISTAS — Vide Livre arbítrio, **Arbítrio.**

INDIFERENÇA — a) Contrário de diferença. O que não apresenta diferença.

b) Psicològicamente, o estado mental que se caracteriza por não conter nem dor, nem pesar, nem prazer, nem uma mistura de ambos. Há grande problemática aqui, havendo, na Filosofia, os que negam os estados puros de indiferença.

c) Emprega-se o têrmo para indicar o **livre arbítrio**, como vemos em expressões como **liberdade de indiferença.** Vide **Livre-arbítrio.**

INDIFERENTISMO — É a posição que manifesta total ou parcial indiferença à **religião.**

Indifférence (fr.) — **indiferença.**

Indifference (ing.) — **indiferença.**

Indifferenza (it.) — **indiferença.**

INDIRECTO — Vide **Directo.**

Indiscernable (fr.) — **indiscernível.**

Indiscernibile (it.) — **indiscernível.**

Indiscernible (ing.) — indiscernível.

INDISCERNÍVEL — a) Discernir é ver ou conhecer distintamente, é notar, é discriminar. **Discernível** é o que é passível de **discernimento. Indiscernível** seria o que não é passível de tal.

b) Diz-se que dois objectos são indiscerníveis, quando não se podem apontar diferenças entre ambos. No entanto, essa **indiscernibilidade** é relativa a nós. É daí que Leibnitz, fundando-se nessa nossa condição, conclui que a indiscernibilidade é apenas relativa, pois, para que, realmente, dois objectos fôssem indiscerníveis de modo total, teriam de ser êles idênticos, e, conseqüentemente, um só, pois a colocação, as modais, que apresentariam, tornálos-iam discerníveis. O que êle chama de **princípio dos indiscerníveis** é essa condição, o que o leva, como conseqüência lógica, a admitir as **mônadas**, que são únicas em sua singularidade.

Individu (fr.) — **indivíduo.**

INDIVIDUAÇÃO — Acção de **individuar.**

INDIVIDUAÇÃO (princípio de) — Diz-se, na Fil., do que de onde principia a individuação de algo. Vide **Indivíduo.**

INDIVIDUAL — O que é próprio do indivíduo, o que é peculiar a um indivíduo.

INDIVIDUALIDADE — O que constitui o indivíduo, o conjunto das qualidades, caracteres, que, dentro da mesma espécie, distinguem um ser de outro ser.

Individualisation (fr.) — **individualização.**

Individualisazione (it.) — **individualização.**

Individualisierung (al.) — **individualização.**

INDIVIDUALISMO — a) Doutrina que acentua a realidade do individual e do concreto. Difere do **Personalismo.**

b) Na Política, é a posição que afirma que o Estado existe para o indivíduo humano e não êste para o Estado, como é próprio do Totalitarismo político.

c) Na Ec., é sinônimo de liberalismo econômico.

Individualità (it.) = **individualidade.**

Individualitas (lat.) — **individualidade.**

Individualität (al.) — **individualidade.**

Individualité (fr.) — **individualidade.**

Individuality (ing.) — **individualidade.**

INDIVIDUALIZAÇÃO — Acção ou efeito de **individualizar.**

Individualizing (ing.) — **individualização.**

INDIVIDUANTES (princípios) — Vide **Universal e Individual.**

INDIVIDUAR — Vide **Indivíduo.**

Individuation (fr., al. e ing.) — **individuação.**

Individuazione (it.) — **individuação.**

Individuel (fr.) — **individual.**

Individuell (al.) — **individual.**

INDIVÍDUO — a) **Individuus,** no latim, era primitivamente o que é **in,** não, **dividuum,** não divisível, o inseparável. **Individua corpora** eram os **átomos.** Significa o que, sob a mesma razão, não pode ser dividido em muitos.

b) Os gregos chamavam os **individua** de **átomos,** de **a,** alfa privativa, e **tomé,** parte, o que não tem partes, o que é impartível, insecável, de **seccare,** cortar. Nesse sentido, indivíduo é o impartível, inseparável.

c) Emprega-se o têrmo, na Filosofia, para expressar o que de certo modo, sob algum aspecto, é dado como um todo, mas distinto dos outros. Essa **individuação,** que realizamos, ou seja: a acção de **individuar,** funda-se na realidade do aspecto específico, que se apresenta como uma totalidade, um todo, mas uma unidade impartível. Assim o aspecto formal de alguma coisa, a **humanitas,** no homem, tem um certo aspecto individual, porque é ela uma for-

malidade e, enquanto tal, uma unidade impartível. Todo conteúdo de pensamento, que forma uma totalidade, apresenta-se como individuado, e é um indivíduo, nesse sentido, pois não é susceptível de reducção às suas partes, pois não é um composto, como o número 5 forma uma individuação, pois não é a soma de 3 mais 2 que o forma, mas, em si mesmo, em sua formalidade, é uma totalidade unitária.

d) Na Psic. e na Biol., indivíduo é um só organismo, o tipo geral de uma espécie, ou até a célula, que compõe o organismo.

e) Chama-se, também, de **indivíduo** o ser humano, enquanto um todo. E é neste sentido que o têrmo é usado comumente, quando não leva nenhuma qualificação.

f) Na Lógica, é **individual** o têrmo que se refere a uma singularidade, como Terra, por exemplo.

g) Na Soc., são as individualidades (pessoas ou grupos), que compõem as sociedades.

Individuum (lat.) — **indivíduo.**

INDIVISÍVEL — (Não-divisível). É o que não pode ser dividido e, conseqüentemente, não tem partes. Não pode o indivisível ser um **quantum,** pois tôda **quantidade,** enquanto tal, é divisível.

INDIVISO — a) É o que é dividido, o que não está separado ou repartido.

b) O que é possuído ao mesmo tempo por mais de uma pessoa.

c) Na Lóg., diz-se que é **indivisa** a **proposição** cujo predicado se relaciona ao sujeito como a um todo indiviso, e, conseqüentemente, não pode ser afirmado ou negado separadamente de tal ou qual indivíduo, que está incluso na extensão do sujeito.

Indriya (Sânscrito) — Uma das quatro ou mais funções sensórias ou sentidos que, na filosofia hindu, é concebida, cinèticamente, como um poder subordinado ao **manas** (vide).

Indução — (do lat. **in** e **ducere,** conduzir para) a) Processo de raciocinar, partindo do particular para alcançar o geral. Contrário de **Dedução,** (vide).

b) Resultado dessa acção.

c) Na Psic., emprega-se para indicar a provocação indirecta de algum estado ou condição num organismo, como a **indução da côr.**

INDUCÇÃO POR ENUMERAÇÃO — Vide **Enumeração.**

Inductio (lat.) — **indução.**

Induction (al., fr. e ing.) — **indução.**

INDUCTOR e INDUZIDO — Na Psic., numa associação de idéias, entende-se por **inductor** o têrmo que serve de ponto de partida para a mesma, e de **induzido,** o que é alcançado pela associação.

INDULGÊNCIA — a) É a facilidade para perdoar, pois o indulgente é o que perdoa fàcilmente, o que é tolerante. É sinônimo de **clemência,** quando se trata das penas merecidas (vide **Cardiais, virtudes).**

b) Na Teologia, é a remissão das penas dos pecados, concedida

pela Igreja, em virtude dos méritos superabundantes do Salvador.

Induzione (it.) — **indução.**

Inerenza (it.) — **inerência.**

INEFÁVEL — (In, negativo e **fabulare**, falar) a) O de que não se pode falar, o de que as palavras silenciam.

b) O que não pode ser expressado.

c) Diz-se das experiências que não podem ser descritas ou expressadas em palavras, como as experiências **místicas.**

INEQUÍVOCO — O que não é **equívoco,** o que não permite senão uma só interpretação.

Sinônimo de **unívoco.** Contrário de **equívoco,** que permite duas ou mais interpretações. Vide **Equívoco.**

INÉRCIA — a) Do lat. **in ars,** sem arte, sem poder para alguma coisa, incapaz de alguma coisa, **inerte.** Ausência de iniciativa, de capacidade de acção.

b) Na Fís., resistência de um corpo para mudar seu estado de repouso ou movimento.

c) Na Fisiol., propriedade mediante a qual um estímulo não produz imediatamente todo o seu efeito fisiológico, e pelo qual êste efeito de certo modo persiste quando cessou o estímulo.

d) Na Psic., tendência dos processos mentais em retardarem-se, em permanecerem.

INERÊNCIA (ou **inherência**) — Vide **Herência.**

INERRÂNCIA — Vide **Falibilidade.**

Inertia (lat. e ing.) — **inércia.**

Inertie (fr.) — **inércia.**

INERVAÇÃO — Grupo de nervos **diferentes** (vide), que vão a um órgão, ou a um músculo, glândula ou célula.

Chama-se de **sensação de inervação** a que se verifica na inervação, quando há a aceitação de um efector, o que é negado por muitos psicologistas.

Inerzia (it.) — **inércia.**

In esse (inesse) lat. = no ser; o outro cujo ser consiste em estar em outro ser, sem o qual aquêle não é.

INEXACTIDÃO — Contr. de **exactidão** (vide).

In facto (lat. no facto, em plena realização). Vide **In fieri.**

INFALIBILIDADE — Vide Falibilidade.

Inference (ing.) — **inferência.**

Inférence (fr.) — **inferência.**

INFERÊNCIA — a) É a conseqüência a que se chega, partindo de premissas prèviamente aceitas, e não pela observação directa dos dados.

b) É, também, o processo mental pelo qual se alcança indirectamente uma conclusão. É a acção de **inferior.** Sinônimo de **Ilação.**

Inferenza (it.) — **inferência.**

Inférieur (fr.) — **inferior.**

INFERIOR — a) Comparativo de infra, abaixo, o que está por baixo ou abaixo, o que é de menor valor que outro.

b) O que é subordinado.

c) O que tem pouco valor.

d) O menor em face do maior.

e) O menos evoluído em face do mais evoluído.

Na idéia de inferior, o **logos analogante** (vide) é a comparação que revela, sob um vector, o menos em relação ao mais.

Daí falar-se em valôres, em funções, etc. em conceitos **superiores** e **inferiores.**

Inferiore (it.) — **inferior.**

In fieri — (Em latim, em devir, vir-a-ser. Vide **devir**).

a) Diz-se que uma coisa está **in fieri,** quando começa a ser, sem estar ainda completa. Diz-se que é **in facto** quando existe **completamente,** em seu pleno exercício de ser.

b) Diz-se, também, do pensamento quando há nêle uma alteração contínua. **In fieri** é para os escolásticos sinônimo de **in via,** a caminho.

Infima species (lat.) = a espécie ínfima. Na classificação de Aristóteles, o indivíduo é a **ínfima species,** a última determinação da espécie.

Infini (fr.) — **infinito.**

INFINIDADE — Vide **Infinitude.**

INFINITAMENTE GRANDE — a) O que é maior que tôda quantidade dada.

b) O número que cresce indefinidamente.

O espaço é, para alguns, infinitamente grande, ou apenas infinito, como se diria melhor.

Há uma **contradictio in adjecto** na expressão **infinitamente grande,** quando se torna grandeza em sentido quantitativo.

c) Metafòricamente, emprega-se com referência ao **cosmos** em sua grandeza, ilimitada ao nosso conhecimento.

INFINITAMENTE PEQUENO — a) Seria a quantidade cujo limite seria zero.

b) O número que diminui indefinidamente.

Metafòricamente, emprega-se para referir-se aos microrganismos, às partículas componentes do átomo.

Em sentido quantitativo, infinitamente pequeno é uma **contradictio in adjecto,** porque o infinito contradiz-se com a quantidade.

INFINITESIMAL — a) O **infinitamente pequeno** (vide). O **cálculo infinitesimal** é um algoritmo inventado por Leibnitz, na Matemática.

b) Emprega-se, metafòricamente, para indicar tudo quanto é demasiadamente pequeno.

INFINITO — a) Como adjectivo, em sua formação etimológica, o têrmo **infinito** é o contrário de **finito** (vide). É uma das maneiras de considerar o **infinito.** Neste caso, é o sem limites, o desmensurado.

c) Para outros, é também o **infinitamente grande,** o que é actualmente maior que qualquer quantidade dada, que é o **infinito actual.** Ou, então, o que nesse sentido pode tornar-se cada vez maior em número ou quantidade **(infinito potencial).** Era, assim, que o considerava Descartes.

d) Como substantivo, é o que é infinito (adjectivamente) em algum atributo.

e) O Infinito é «substantivamente» Deus, para os teistas, e indica a potência de ser sem limitações de qualquer espécie.

f) Para Duns Scot é o que não tem fim extrínseco, mas apenas em si mesmo.

g) Na escolástica, há o **infinito simpliciter,** que é o infinito absoluto, o que não é dependente, nem condicionado e que é o **Ipsum esse** (o próprio ser), que é Deus; e o infinito **secundum quid,** infinito relativo à sua **qüididade,** como a triangularidade que, qüididativamente, é infinitamente ela mesma. Há, assim o **infinito categorematico,** que é o primeiro, e o **sincategoremático,** que é o relativo, infinito sob um aspecto qüididativo; ou seja, segundo um **quid.**

Para Aristóteles, o ser infinito é aquêle do qual há sempre algo que é **extra.** Toma o infinito em sentido quantitativo, como também o que é ignoto, portanto indefinivel. Nega-lhe a perfeição, porque é interminável, onde se revela o sentido grego do infinito, que é extensista.

b) A idéia alexandrina de infinito, também a predominante no Ocidente, tem uma conceituação diferente e encerra a de perfeição absoluta. Não, assim, para Ar., que emprega quase sempre o têrmo **ápeiron** no sentido de desmensurado, do que é privado de limites, **peras.**

INFINITUDE — Carácter do que **Infinito.**

Infinitum secundum quid — É o infinito tomado relativamente, como a infinitude na magnitude, que pode ser aumentada sem fim.

Infinitum simpliciter — É o infinito absoluto, o infinito essencialmente considerado, o que contém em si, em acto, tôdas as suas perfeições possíveis.

INFLAÇÃO — Na Economia, entende-se por inflação o desequilíbrio havido entre a procura solvável e a oferta, manifestada por uma alta de preços, num determinado período.

Há, assim, inflações abertas ou declaradas, como as há contidas ou inibidas. Há hiperinflação, quando exagerada, e sobretudo, quando a alta dos preços antecede ao aumento do meio circulante, dos meios de pagamento e compra.

Contudo, em tôrno desta matéria não se palmilha terreno pacífico, pois o fluxo inflacionário apresenta modalidades que não mostram uma decorrência tão nítida dos chamados factôres inflaccionários. Alguns economistas afirmam que a constante presença do aumento dos meios de pagamento ao lado da inflação nos preços, indica que seja aquela a causa real da segunda, o que é discutível. Outros afirmam que

as verdadeiras causas da inflação são realmente os **deficits** orçamentários, o aumento dos salários sem o correspondente aumento de producção, a especulação econômica, o prefinanciamento de investimentos, etc.

Para combatê-lo, aplicam-se várias providências economicas e financeiras, que são chamadas de **deflacionarias,** tais como o aumento da taxa de desconto, a compressão de despezas publicas, majoração das taxas de impôsto, deflacção do crédito, para forçar a venda dos estoques, sempre com o intuito de equilibrar a procura e a oferta. Contudo, tais práticas não têm sido também proveitosas, e as experiências feitas têm demonstrado que êsse não é o melhor caminho para assegurar o equilíbrio.

Se considerarmos a crise, que se estabelece entre a oferta e a procura, a inflação ou a deflação decorrem da falta de equilíbrio entre a producção e o consumo, considerando êstes dois extremos segundo seus meios de acção: o primeiro, quando obstaculizado em seu desenvolvimento; e o segundo, quando possuidor de meios de compra, não encontrando, então, a suficiente quantidade de mercadorias procuradas.

Inegàvelmente, há uma lei da oferta e uma lei da procura, duas leis e não uma só, porque a oferta actua segundo um invariante, e a procura segundo outro, cuja conjunção cria a invariância, que tomou o nome geral de lei da oferta e da procura.

Para haver equilíbrio entre ambas é mister que os meios de compra sejam iguais à mercadoria ofertada. Tôda e qualquer variação nesses têrmos gera variações inflaccionarias ou deflaccionarias nos preços.

Examinemos, primeiramente, a **procura,** fenômeno econômico importantíssimo e comum, cuja estructura é mais simples que a da **oferta,** que a ela esta correlacionada. Note-se bem: há uma correlação maior entre a oferta à procura do que da procura à oferta. Se há tal distinção, há ainda outras, entre essas duas categorias econômicas, cujo exame muito nos auxilia a compreender o fenômeno — inflação-deflação —, tão importante em nossos dias, sobretudo entre nós, por preocupar, de modo intenso, a mente de nossos economistas.

É lugar comum na Economia que os preços dependam da oferta e da procura. Por sua vez, diz-se que os preços sobem à proporção que há maior procura do que oferta, e descem quando a proporção se inverte. Quando há inflacção, dá-se a mesma coisa e, na deflação, o contrário. Neste caso, poder-se-ia dizer que a inflacção se caracteriza por um aumento da procura em relação à oferta, e a deflação por um aumento desta em relação à primeira. Portanto, poder-se-ia afirmar que o aumento de meios de pagamento em relação aos bens, considerados estáveis, é um factor inflacionário quando aumentar o grau da procura sem o concomitante aumento da oferta, e a diminuição daqueles será deflacionária se aumentar o grau da oferta sem aumento da procura.

Assim sendo, também poder-se-ia dar, como se dá, aumento de

preços pelo aumento da oferta, sem que haja inflação de numerário; e a diminuição, sem que haja deflacção. Para que uma teoria possa reunir numa concreção só: preços, oferta, procura, meios de pagamento, inflação e deflação, será mister mostrar primeiramente o nexo rigoroso que os liga e o grau de influência que uns exercem sôbre outros.

Não é possível, porém, realizar tal cometimento sem que se proceda o exame de cada uma dessas categorias econômicas e se busquem os elementos reais que possuem e os vínculos que os ligam estreitamente aos outros.

Ora, a procura era considerada na economia política clássica, no início, como estável. Mas desde logo os economistas notaram suas relações directas com a utilidade, sua dependência, o que foi feito. sobretudo, por Menger, Jevons e Walras, por volta de 1870, estabelecendo-se, assim, seu carácter funcional e, conseqüentemente, variável. Para a maioria dos economistas de hoje, a procura é considerada como uma função do preço. Seria longo tentar-se fazer um apanhado geral das doutrinas sôbre essa matéria, que apresentam distinções várias.

Auber-Krier, em face das diversas opiniões, conclui por dar esta definição à procura: «A procura de um bem qualquer é a quantidade dêsse bem que pode ser escoada a cada preço possível, durante uma unidade de tempo determinada sôbre um dado mercado».

São, assim, elementos de estructura da procura:

1) **o bem apetecido;**

2) sua quantidade existente (extensidade na procura);

3) sua quantidade desejada (intensidade da procura);

4) a relação da intensidade e da extensidade condicionada pelo preço;

5) unidade de tempo;

6) mercado determinado.

Num mercado determinado, numa determinada unidade de tempo, um bem apetecido em determinadas quantidades é **procurado** proporcionadamente ao preço, e à quantidade existente.

Ora, a apetência do bem é proporcionada à utilidade que o mesmo oferece ao agente que o procura. Mas, êsse agente dispõe de determinados meios de pagamento que êle compara com o preço do bem; ou seja, da onerosidade que lhe custa. Êle adquirirá o bem segundo a proporção da apetência, da utilidade, do preço e da disponibilidade de pagamento. Vê-se logo que a procura possui uma estructura própria e funciona por leis próprias, imanentes à sua natureza. Há, assim, uma **lei da procura.**

Contudo, ainda na economia moderna, é mantida a teoria de que a procura é função do preço de um bem particular, possível ou eventual, e que, de acôrdo com a oferta (conjuntamente com esta), determina o preço do mercado.

Mas, para o estudo da procura é mister o exame da quantidade apetecida, procurada, num deter-

minado tempo, num dado mercado. É, portanto, desde já essencial a consideração do tempo determinado e do mercado dado, porque os preços variam no tempo.

Qual será essa unidade de tempo? É a mesma que corresponde à oferta, conjugada à procura. Mas há variações na procura, segundo a utilidade relativa, sem que haja modificações na oferta. como acontece em relação a certos bens procurados em determinada época (como casas de veraneio, refrigerantes, alguns medicamentos, etc.).

Ademais, se a disponibilidade de meios de pagamento é fundamental na procura, não é por têlos apenas que o agente econômico realiza a operação.

Na verdade, quem procura um bem, cuja utilidade é apetecida, dá-lhe um preço virtual, e ante a oferta feita, julgará conveniente ou não adquiri-lo. Portanto, no acto da procura, sempre intervêm vários factôres psicológicos e somáticos, desde o interêsse, apetência pela utilidade do bem, até o grau de intensidade dessa apetência em face das disponibilidades dos meios de pagamento, o que exige uma escolha.

Assim, num mercado determinado, numa determinada unidade de tempo, um bem apetecido, em determinadas quantidades, é **procurado** proporcionadamente ao preço, em relação à quantidade existente, aos meios de pagamento e à intensidade da apetência.

Na procura há
- o agente
- o bem apetecido
- decisão da vontade (através de um juízo).
- quantidade existente
- quantidade desejada
- unidade de tempo
- mercado determinado
- intensidade da apetência
- meios de pagamento

A decisão se processa através do aguilhão da apetência (sua intensidade) pelos meios de pagamento em relação ao preço da oferta. Dêsse modo, pode-se tomar a procura também como **terminus a quo** (ponto de partida): o agente busca o bem apetecido;

como **via:** no mercado, num determinado tempo, apura o preço da oferta;

(ponto de chegada): realiza-se a operação pela conveniência do preço ao agente ou não se realiza a operação.

É evidente que a procura só se realiza plenamente ao atingir o ponto de chegada.

Em face dêsses elementos, podem os econometristas estabelecer as diversas curvas da procura e da heterogeneidade da intensidade da apetência, segundo a proporcionalidade dos factôres que intervêm em antagonismo, assim como o interêsse em face do preço da oferta. Dêsse modo, as variações da oferta poderão estimular mais a procura ou não. É compreensivel que o estudo desta exige o da oferta, porque

são têrmos opostos, que têm o papel principal em relação um ao outro.

Organizaram os econometristas diversas fórmulas para matematizar a procura. É verdade que não conseguem elas acompanhar com o rigor desejado o que na realidade se processa, mas já representam um esfôrço em dar à Economia uma precisão que será saudável. Contudo, o que impede a precisão matemática desejada, deve se desde logo dizer é a influência do psico-somático na procura, quando nos referimos às pessoas humanas, no que se refere ao consumo pessoal. No entanto, ao tratar-se de emprêsas, a sua procura de bens (matérias primas, bens reprodutivos, etc.) já obedece a um rigor que é passível da matematização suficiente para dar à Economia a solidez desejada.

Assim como há uma **lei da procura,** há também uma **lei da oferta.**

A oferta é muito mais complexa que a procura.

Oferecem-se bens para adquirir outros, julgados mais úteis, ou para obter uma renda, ou um poder de compra.

Como não dispõe o agente, que oferece, bens ilimitados, necessita produzi-los para **ofertá-los** em troca de outros, e como tal terá que considerar o custo de producção e o lucro. E à proporção que se ofereça maior lucro, aumentará a oferta, como a procura tende a aumentar em relação à diminuição dos preços. Se os preços sobem, estimulam êles a oferta e esta estimula a producção.

Portanto, a oferta consiste na disposição que faz o agente econômico de determinados bens, num determinado tempo, em um mercado dado, com o intuito de trocá-los por outros de que necessita, ou com o intuito de obter um lucro.

Esta é a **lei da oferta.** A procura associa-se à oferta e dessa relação surge o preço. Quem oferta determina um preço ante o mercado; ou seja, oferta com o preço fundado no mercado até então, o qual era proporcionado à procura. Isto se dá onde há mercados organizados. Em face da procura, há a avaliação correspondente do preço.

A quantidade ofertada e o seu preço correspondem ao escoamento previsto, sem o qual o preço deverá ser modificado e a producção diminuída.

A propaganda, por exemplo, é um processo da oferta para estimular a procura, a fim de fazer escoar maior soma de bens, cujo escoamento ou manterá a producção ou a estimulará ao aumento. É fácil daí concluir sôbre tôdas as combinações possíveis e todos os resultados que decorrem dos graus de intensidade e da interactuação dos factôres da oferta, e dos factôres da procura quando ambas se encontram no mercado.

É daí que decorre a **lei da oferta e da procura,** importante lei da Economia.

Devemos considerar que o têrmo **lei**, na Economia, não tem o rigor que lhe dá a Filosofia, pois naquela significa apenas a fórmula geral estabelecida **a poste-**

riori, após as observações realizadas pelos economistas. É verdade que muitos economistas desejam dar às leis dessa disciplina a mesma fôrça das leis da Física ou da Matemática. A escola histórica alemã investiu contra êste rigor das leis econômicas, afirmando a sua relatividade. Todos sabemos que as leis da Física são também relativas. Tal não se dá, porém, com a Matemática, cujas leis são eternas, embora alguns julguem que as conclusões das geometrias não euclidianas neguem êste rigor. Mas isso é fruto de ignorância, porque a validez possível das geometrias não euclidianas não implica a negação da validez da euclidiana. Esta, quanto aos factos corpóreos tri-dimensionais, é absolutamente válida. e nem por isso nega a validez possível da geometria não euclidiana.

A economia política tem adquirido, modernamente, um grau de certeza muito maior do que o verificado anteriormente, mas nem por isso as leis que os homens captam dos factos econômicos têm o rigor das leis ontológicas, das leis matemáticas, e das leis lógicas. Não quer isso dizer que afirmemos um relativismo perigoso para a Economia, mas apenas que, estando esta ciência em formação, é natural que os actuais enunciados possam ser substituídos por outros que ofereçam maior rigor, sem que os anteriores sejam totalmente falsos, mas apenas parcialmente, ou melhor imprecisos.

Dêste modo, após examinarmos a **lei da oferta** e a **lei da procura,** pode-se dizer que a terceira lei, a **lei da oferta e da procura** é aquela clàssicamente já enunciada, desde que se considere uma certa margem de imprevisto, que decorre dos factôres psico-somáticos, que tivemos ocasião de examinar, os quais são extra-econômicos sob certo aspecto, mas que actuam no agente e no facto econômico.

Volvendo ao tema da inflacção, conclui-se que o aumento dos meios de pagamento, provocados por aquela, favorecem o aumento da procura e, consequentemente, o aumento de preço na oferta, pois esta reage por meio do preço às variações da procura.

INFLUÊNCIA — (de **in** e **fluere,** fluir em — a) Etimologicamente, é a acção do que flui de algo para algo. Usava-se antigamente na astrologia, como ainda se usa, para indicar o fluído que dos astros **flui** sôbre os homens, actuando sôbre o seu destino.

b) Daí empregar-se o têrmo para significar a acção psicológica, que pode exercer uma pessoa sôbre outra, determinando seus actos, como o exercício de um poder, de um prestígio, que leve outro a agir diferentemente do que faria se não houvera tal influência.

c) Todo facto que exerce uma modificação de atitudes ou que leva a outros acontecimentos que não se dariam se não exercesse o primeiro uma acção directa ou indirecta sôbre os segundos.

Influenza (it.) — **influência.**

Influsso (it.) — **influxo.**

Influx (fr.) — **influxo.**

INFLUXO — Significa **influência** o acto e o efeito de influir.

Emprega-se em algumas expressões, como **influxo nervoso** (que é a acção que se propaga ao longo de um nervo), **influxo físico** (influência natural).

No sentido de afluência: **influxo de dinheiro.**

Influxus (lat., ing. e al.) — **influxo.**

INFORMAÇÃO — a) Acção e efeito de **informar,** que, na linguagem escolástica, é dar uma **forma** a uma **matéria** (vide).

b) Emprega-se, na linguagem comum, para indicar o acto pelo qual se faz conhecer alguma coisa a alguém.

INFRACONSCIENTE — Diz-se dos estados psíquicos primordiais, que não são acompanhados de consciência. Chamam-se também **marginais.**

INFRAESTRUCTURA — Vide **Superestructura.**

INGENUIDADE — Ingênuo é o sincero, que não tem malícia, o que é franco, cândido, simples, sem afectação. Em suma, o que é inocente, puro, singelo. A ingenuidade é a qualidade de ser ingênuo, que, filosòficamente, caracteriza-se pela singeleza de ânimo, que leva à credulidade. O ingênuo coloca-se ante a vida sem dispor de prévios esquemas de defeza. Na arte, na filosofia, na obra cultural, o ingênuo, e só êle é genuinamente criador, porque há necessidade da ingenuidade, da simplicidade, da credulidade, até ante o possível de ser realizado. É mister que o coração esteja limpo, que nada de prévio esteja estabelecido, para que a experiência estética ou filosófica realize-se em tôda a sua simplicidade, e possa o homem, libertado de preconceitos, criar.

Ingratitudo (lat.) = **ingratidão.**

Inhalt (al.) — **conteúdo.**

Inhärenz (al.) — **inerência.**

Inherence (ing.) — **inerência.**

Inhérence (fr.) = **inerência.**

INIBIÇAO — (Do lat. **in** e **habere** — a) Na Psic., acção de inibir, de impedir a realização de um acto ou de uma reacção pela acção da **vontade** ou por poderes volicionais adquiridos.

b) Na linguagem comum, emprega-se no sentido da falta de capacidade para fazer alguma coisa em determinado momento.

Inhibition (fr. e ing.) — **inibição.**

Inhibitoire (fr.) — **inibitório.**

INIBITÓRIO — O que constitui ou exerce uma **inibição.**

Diz-se de tudo quanto, psicològicamente, exerce uma inibição, tudo quanto não é **dinamogênico** (vide).

Inhibitory (ing.) — **inibitório.**

Inibizione (it.) — **inibição.**

INICIAÇAO — Nos povos orientais, e entre os egípcios, também entre os gregos, como se verificou entre os hindus, chineses e em todos os povos do mundo, e em todos os ciclos culturais, há um conhecimento secreto, um **mysterion,** que só é desvendado

aos que estão devidamente preparados para nêle penetrar, e aos que provem possuir dotes intelectuais e morais correspondentes e adequados ao que é exigido pela **ordem iniciática.**

Há um certo conhecimento em todos os povos que revela e exige para alcançar a sua enunciação, que tenham sido precedidos por uma especulação, pois seu enunciado não poderia ser alcançado por simples intuições. A iniciação era, assim, o **odos,** a **via,** que devia percorrer o **mystos,** o iniciado nos mistérios, guiados pelo **mystagogos,** o guia, o **guru (em sânscrito),** que orienta desde os primeiros passos. Os estágios dêsses conhecimentos são conhecidos por **graus iniciáticos** e eram acompanhados de provas intelectuais, morais e também físicas, na sua maior parte bem difíceis, e que exigiam até o risco de vida, como se vê nas iniciações dos egípcios, dos antigos gregos, etc.

Muitas dessas provas são ainda conservadas em ordens iniciáticas modernas, que perderam muitíssimo do rigor antigo, em sua maior parte realizadas através de formas simbólicas, como se vê na maçonaria e no cristianismo.

INICIADOS — a) Chamam-se **iniciados** aquêles que passavam ou passam pelas primeiras provas da **iniciação** (vide).

b) Diz-se ainda **iniciado** aquêle que revela possuir um conhecimento que não é o normalmente ministrado nas escolas profanas, mas que exige o percorrer de uma **via mystica,** da via que leva ao **mysterion,** ao que está oculto (do verbo **myô,** gr., que significa calar, ocultar o que não deve ser dito nem exposto).

c) **Grandes Iniciados** são aquêles que representaram um elevado papel no campo das idéias, cuja iniciação revelaram ter empreendido; ou seja, demonstram, por suas obras, que percorreram os **estágios** de uma **iniciação** no conhecimento.

Como exemplo, podemos citar Platão, que era um iniciado, e que revela o espírito iniciático em seus diálogos. A situação aporética em que deixa o leitor é um sinal. Êle sabia quais as soluções. Mas há aquelas verdades que só se transmitem de ouvido para ouvido. expressões tão contumazmente usadas pelos pensadores orientais, e que, em Platão, também estão implícitas. Quando Sócrates procura **levar à rua** a filosofia, (o que Nietzsche interpretou como um «vulgarismo» e, por isso, o abominava), era movido por um intuito muito justo. Convém não esquecer que Sócrates era um pitagórico, mas de um grau não pertencente aos pitagóricos menores. E um dos mais anelados desejos de Pitágoras era que a sua ordem, embora iniciática, tornasse cada vez mais acessível ao maior número as conquistas que haviam sido obtidas através das longas especulações, realizadas pelos filósofos da escola. Se no período de Crótona, houve um iniciatismo pitagórico, não havia da parte do mestre o desejo de continuá-lo nos graus inferiores com o rigorismo que então se observava. Apenas era uma tomada de posição, que as circunstâncias histórico-sociais exigiam, mas que deveria ser modificada,

logo que fôsse possível levar ao maior número os estudos filosóficos e científicos. Basta que se preste atenção às condições histórico-sociais da Magna Grécia e da península helênica, e o período de invasões persas, para que se compreenda que muitas das idéias fundamentais dos pitagóricos não poderiam ser levadas ao maior número, pois se colocavam em oposição a um conjunto de idéias, que formavam as bases da esquemática política e social da época. Não esqueçamos que a Grécia é rica de perseguições aos seus filósofos, e as sofridas por Empédocles, Anaximandro, Sócrates, Platão e Aristóteles, para citar apenas os mais famosos, são exemplos eloqüentes das dificuldades que encontrava o pensamento filosófico para exteriorizar-se, como o desejavam os seus principais cultores. Não é de admirar, portanto, que muita conquista do pensamento permanecesse **esotérica,** o que cabe à exegese moderna revelar.

Complementando o que acima dissemos, pode-se observar que, do Renascimento para cá, há uma tendência, no ocidente, cada vez maior, de se tornarem **exotéricas,** tanto quanto possível, as conquistas do pensamento. O ocidental, tão acusado de individualismo, procura socializar o pensamento, e o mestre, no ocidente, é um companheiro, um verdadeiro **socius** do discípulo, cujas lutas e dificuldades êle procura aminorar e abrandar.

Contudo, essa prática tem encontrado seus acusadores, que perguntam: não tem sido um mal imenso para a humanidade, que se ministre o conhecimento a homens moralmente mal formados, que têm aproveitado o seu saber para aumentar a confusão nas idéias, ou, pior ainda, para disseminarem concepções dissolventes e até corruptivas, que têm sido a gênese das desordens intelectuais e sobretudo morais de nossa época? Não é a decadência sempre proporcionada ao connecimento levado ao maior número? Na proporção que o conhecimento se difunde, não se reduz o grau de saber das **élites** e não aumenta o número dos fomentadores de idéias confusas e falsas, com seu cortejo de ignominias e seus rastos de sangue?

INICIÁTICO — Iniciação nos mistérios é realizada através de uma série de providências, tanto de parte do **mystos,** do iniciado, como do **mystagogos,** do iniciador nos mistérios. Diz-se, pois, que é iniciático tudo quanto se espera a tais providências, e iniciam o **mystos** no **odos,** na **via,** do conhecimento secreto, conhecimento dado só a alguns escolhidos por seus dotes não só intelectuais como, sobretudo, morais, segundo as normas da **ordem iniciática.**

INICIATIVA — Actuação de um indivíduo para pôr em acção uma série de providências e acontecimentos. Capacidade para a concepção original e autônoma de acção.

Inintelligible (it.) — **ininteligível.**

Inintelligible (fr.) — **ininteligível.**

Ininteligível — O que não é **inteligível** (Vide).

ININTENCIONAL — É o que caracteriza certos actos e seus resultados, que não são previstos, nem queridos pelo agente.

Iniquitas (lat.) = **iniqüidade.**

In itself (ing.) = **em si.**

Iniustitia (lat.) — **injustiça.**

INJUSTIÇA — Contrário de **Justiça** (vide).

Inmortality (ing.) — **imortalidade.**

Inmost (ing.) — **íntimo.**

Innate (ing.) — **inato.**

Innato (it.) — **inato.**

Inné (fr.) — **inato.**

Inner (al.) — **interior.**

Innerlich (al.) = **intrínseco.**

Innern (al.) = **íntimo.**

Innig (al.) = **íntimo.**

Innovation (ing. e fr.) — **inovação.**

Innovazione (it.) — **inovação.**

INOVAÇÃO — Producção de alguma coisa de novo, que é incorporada ao anterior.

INQUIETAÇÃO — Vide **inquietude.**

INQUIETUDE — a) Na Psic., é a actividade sem objecto, que é característica de certas situações do estado psicológico, e que leva a constantes mutações da direcção da actividade.

b) Diz-se do sentimento dêsse estado. Contrário é calma, tranqüilidade.

c) Fala-se na inquietude do espírito humano para referir-se à constante busca da verdade, que mantém o investigador do absoluto em constante afã, pois as soluções encontradas nem sempre o tranqüilizam, senão por alguns instantes.

d) Na Cosmologia, **Inquietude** é mobilidade do movente e se dá no tempo. A quietude não é uma negação do movimento, mas privação. E pode ser medida segundo o tempo.

Inquietudine (it.) = **inquietude.**

In rerum natura (loc. lat.) = nas coisas da natureza; na realidade. Expressão empregada pelos latinos para chamar a **natureza.**

INSÂNIA — Vide **Loucura.**

INSANIDADE — Vide **Loucura.**

Insanity (ing.) = **loucura.**

INSATISFAÇÃO — Atitude que se caracteriza pela inquietação e por um estado de desagrado. Contrário de **satisfação,** que se caracteriza pelo agrado e pela tranqüilidade.

In se (lat.) = em si, daí **inseitas.**

INSEIDADE — Carácter do que é **in se,** em si, ensidade. Aplica-se para indicar a posse do próprio ser. Assim a um accidente, falta-lhe a **inseidade,** por que seu ser consiste num **inesse,** no estar no ser de outro ser, no estar inerido em outro ser. A **inseidade** é característica da substância e esta só há, quando apresenta **inseidade.**

INSENSIBILIDADE — a) Ausência geral, parcial ou temporal de alguma capacidade sensória.

b) Diz-se do estado de inconsciência.

INSEPARÁVEL — a) É o que não é separável, que não se pode desunir, afastar-se, disjungir.

Tudo quanto revela êsse carácter recebe essa qualificação. Assim, John S. Mill diz que a propriedade dos factos psíquicos é a sua separabilidade, pois se combinam estreitamente.

b) Pode-se falar, ainda, na inseparabilidade da modal de um ser dêsse ser, pois é inferido de modo absoluto naquele. Vide **Modal (teoria).**

Insgemein (al.) = **geralmente.**

INSIPIENTE — (Do lat. **in,** negativo e **sapere,** saber) o que começa a saber, e que, portanto, ainda não sabe. Sinônimo de **ignorante.** Não confundir com **incipiente.**

INSISTÊNCIA — (Sistência **in**) — a) A concorrência de mais de uma sistência em algo. Vide **sistência.**

b) Na Psic., diz-se da presença de mais de um processo psicológico, que dão como resultado uma atenção reforçada.

c) Diz-se, ainda, **persistência** na consecução de algo desejado.

INSOLÚVEL — a) Na Lóg., diz-se que há **solução** quando se pode solver, resolver um dilema, um problema, um paradoxo. Insolúvel, quando não há solução, quando não se resolve ou se julga não haver meio de resolver.

b) Na Cosmologia, ao que não se dissolve com outro para formar um **misto (mixton).**

In specie (lat.) = **em espécie.**

INSPECÇÃO — a) **In latu sensu,** é a acção de inspeccionar, de realizar a **inspecção,** realizar um conhecimento dentro de alguma coisa. Vide **Inspectos.**

b) Diz-se, também, da acção que consiste em examinar cuidadosamente alguma coisa, a fim de tomar conhecimento de seu funcionamento, e verificar se se realiza segundo as normas que deve obedecer.

c) Na Psic., é a acção de reverter a consciência sôbre uma acção ou factos psíquicos, a fim de captar conhecimentos sôbre êles.

INSPECTOS — (Do lat. **inspectus,** do verbo **inspicere,** ver dentro). **Inspecção** é o conhecimento rudimentar das qualidades e das relações que são dadas numa experiência. Alguns filósofos modernos chamam **inspectos** aos resultados dêsse conhecimento rudimentar.

INSPIRAÇÃO — (Do latim **inspiratio** do verbo aspiro, soprar para dentro).

Ao examinarmos a **aspiração,** vimos que quando o espírito humano, no seu dinamismo, dirige-se aos valôres puros, como liberdade, justiça, a aspiração torna-se **inspiração.** Na inspiração, a imaginação criadora dirige-se para a realização de novas formas de cultura, sôbre qualquer dos aspectos que as consideremos. Há, na inspiração aparentes acasos, que parecem dirigidos para uma

finalidade, embora siga através de fluxos e refluxos. No pensamento de todos os povos, atribue-se sempre a inspiração à influência de um **numem**, que o concede ao homem. Entretanto, o estudo da emergência humana nos permite compreender que já possui o homem, em sua inteligência, suficiente poder para realizar algo de novo e de criador, sem que tal afirmativa implique a negação ou a desvalorização das investigações que se processem, quanto à interferência de poderes superiores extra-humanos.

Fala-se muito na inspiração dos artistas, êsse misterioso poder de criação, espontâneo, que parece como se uma potência exterior viesse em auxílio daquêle.

Muitos artistas realizam obras num estado de mínima consciência, apercebendo-se do que fizeram quase ao fim ou ao término do que encetaram. Alguns chegam a afirmar um carácter de mediunidade, como se o artista não passasse de um instrumento dócil às mãos de um ser misterioso que o guiasse na realização da obra, como Mozart, que ouvia os seus concertos, num só acto, escrevendo-os, depois, por memorização. Se muitos homens de ciência e artistas realizam seus trabalhos, através de um hercúleo esfôrço de meditação, de reflexão, de análise meticulosa, outros, porém, são de uma espontaneidade extraordinária, e suas obras surgem como por encanto, e são realizadas como por um esfôrço único, de um único impulso.

Tais factos, embora assinaláveis, não têm encontrado na psicologia uma explicação satisfatória. A complexidade com que se revestem, as características individuais, que os cercam, impedem um estudo, como psicològicamente se deveria fazer.

Ultrapassam os métodos puramente extensistas da ciência e penetram em terrenos onde as medidas carecem de significação.

As genialidades possuem êsse poder de criação quase espontâneo, embora se encontrem, entre os homens de gênio, aquêles que realizam obras através de um grande esfôrço reflexivo.

No entanto, são sempre assistidos dêsse poder criador extraordinário, num grau bem desenvolvido. Suas intuições criadoras são, depois de esboçadas espontâneamente, examinadas friamente para o acabamento final, mas se apresentam ao espírito num impulso único, surgem como se fôssem ditadas por potências misteriosas. É natural que a Psicologia não possa ainda oferecer uma explicação satisfatória neste terreno.

No século XIX, estiveram os psicólogos mais preocupados com os aspectos fisiológicos da Psicologia. Não eram examinados os aspectos profundos do subconsciente e do inconsciente. Nestes casos, tôdas as regras dadas pelos associacionistas malogram. Aqui não há o automatismo, porque aqui há uma autonomia criadora.

Não é apenas nas obras dos artistas que se dão tais casos. Também na obra dos filósofos e dos cientistas, há muito de imaginação criadora. É partindo dela que muitas grandes descobertas foram iniciadas.

Instance (ing. e fr.) = **instância.**

INSTÂNCIA — a) É, na escolástica, a objecção com que se impugna a resposta dada a um argumento apresentado.

b) Jur., é o Juízo, Jurisdicção, fôro. Daí falar-se em 1.ª, 2.ª **instâncias.**

Nesses sentidos, tem sido e continua sendo usado êste têrmo.

Instant (fr.) — **instante.**

INTANTE — a) Duração curta que a consciência apreende como um todo.

b) Ponto determinado e indivisível da **duração** (vide).

Instantia (lat.) — **instância.**

Instanz (al.) — **instância.**

Instinct (fr. e ing.) — **instinto.**

Instinkt (al.) — **instinto.**

INSTINTO — Do latim obsoleto **instinguo,** de **in** e **stinguo,** do gr. **stizô,** que significa impulso, ímpeto em alguma coisa, para alguma coisa.

Todo organismo realiza uma série de movimentos que não são provocados por excitações exteriores, e que são julgados sem finalidade, por não terem sido ainda devidamente compreendidos em suas relações com outros factos psicológicos.

Para distinguí-los das **reacções,** são intitulados de **espontâneos** ou **fortuitos,** como chamaram alguns. Todo movimento que fazemos, dirigido pela vontade, é um movimento que já fizemos antes espontâneamente. Precisamos antes conhecê-lo para depois querê-lo. Se resolvemos dar um salto para passar uma barreira é que sabemos antes que, saltando, podemos atravessá-la. E se o tentamos, é porque já fizemos algumas experiências anteriores, mesmo não dirigidas pela vontade. (Note-se êste ponto, que é importante).

Classificam os psicólogos em geral êsses movimentos mecânicos em **reflexos, tropismos,** e alguns modernos, em **tactismos,** que é uma espécie de tropismo ou a êle se assemelha, e, segundo alguns, os **instintos.**

«O reflexo é uma reacção motriz invariável, que responde a um estímulo preciso e que se produz, desde a primeira vez, completo e seguro», define Roustan, exemplificando com a tosse, o espirro, etc.

São os tropismos fenômenos de orientação, como, na botânica, a orientação dos vegetais sob uma influência momentânea, como a da luz. A planta, num quarto, inclina-se para a janela, de onde vem a luz; na zoologia também são observados tropismos, como o chamado anemotropismo dos insetos, que se colocam sempre de face para o vento.

Os tactismos (têrmo contemporâneamente mais usado) diferenciam-se dos tropismos. São excitações físicas ou químicas, que determinam a progressão automática de um animal em certo sentido.

Procuram os psicólogos distinguir o tactismo do tropismo, considerando êste apenas mecânico, e quanto àquele consideram pre-

cipitado considerá-lo assim. A acção dos necróforos, que se dirigem ao cadáver de um rato, não pode ser explicada apenas por um automatismo mecânico. Jennings reconhece diferenças, entre certos fenômenos de um simples tropismo, como os do paramécio, que procura a parte acidulada da água.

Se fôsse uma acção meramente mecânica, a marcha que empreende para alcançar essa região, seria apenas sujeita às leis da mecânica. Entretanto tal não se dá. O paramécio ora se aproxima, ora se afasta, vai, cai, torna, retorna, procura aqui e ali, até que, ao tocar a região acidulada, pára, mantém-se aí onde parece manifestar certo prazer.

A explicação mecanicista de Loeb dos fenômenos do tropismo não satisfaz a todos os biólogos. E nós sabemos bem por que.

Porque tôda explicação mecanicista é uma explicação extensista, apenas abstractista. Como, na natureza, os factos são regidos por um dualismo antinômico, de intensidade e extensidade, tôda e qualquer interpretação que se construa, fundada numa, com a exclusão da outra, não pode satisfazer, por visualizar apenas um dos aspectos da realidade. A vida não pode ser explicada apenas pela ordem dinâmica da extensidade, como é a da mecânica, porque, na vida, há a predominância da ordem dinâmica da intensidade.

O facto dos biólogos modernos não se encerrarem na concepção do tropismo, e criarem a do tactismo, em contraposição, é já o producto da má colocação do problema. Uma explicação que actualiza um dos aspectos para virtualizar o outro, é uma interpretação meramente abstracta.

Sabem todos que os animais procedem diferentemente. A variedade animal mostra-nos também uma variedade riquíssima de actuações diferentes, dispares, diversas, mas também de acções que se assemelham e que são até constitutivas e peculiares a todos os sêres vivos, com distinções menores.

Piéron define o instinto como «a tendência inata a umas categorias de actos específicos, que alcançam, de pronto, e sem experiência prévia, sua máxima perfeição, que se desenvolvem em certas condições de meio e que apresentam uma dependência relativa ante as circunstâncias, mas demasiado rígidos, se não nos pormenores, pelo menos nas grandes linhas, para permitir uma adaptação plástica a factôres novos».

A definição peca por ser longa, mas permite que distingamos o acto instintivo do acto reflexo. No instinto, há um tender para um fim útil sem consciência dêsse fim. O reflexo é inflexível. Um espirro provocado virá, inflexìvelmente, sem que se possa impedí-lo.

Por outro lado os reflexos podem ser **úteis ou não**, enquanto o instinto é **sempre útil.** Ao realizar o acto instintivo pode haver modificações na execução, o que é importante.

A aranha construirá a teia diferentemente, segundo as circunstâncias e o lugar que dispo-

nha. O castor constrói diferentemente, segundo a corrente da água, o nível da mesma ou a presença dos homens.

Tais factos já mostram **complexidade**, que o conceito comum de instinto, como mero impulso simples, não basta para explicar.

Os reflexos são estimulados por um processo externo, enquanto o instinto pode ser provocado por um estímulo externo, mas é sempre o desdobramento de uma acção interna.

Driesch fêz experiências interessantes e, aproveitando outras, realizadas por Lloyd Morgan, concluiu que o instinto entra em jôgo sob a acção de um estímulo, que êle chamou de «individualizado», isto é, um estímulo que não intervém como agente físico, mas como uma imagem mental. Vejamos os exemplos: pintos, logo saídos da casca, foram colocados ante diversos corpos pequenos, entre êles, os alimentos. De início bicavam tudo, mas a pouco a pouco aprenderam a escolher, preferindo o alimento. Dizem que os pintos temem instintivamente os falcões. Morgan provou que êles temem todo corpo volumoso em movimento, e todo som agudo. Então diz Driesch: «se supomos que um ser vivo se vê obrigado a desencadear um instinto à simples visão de outro ser, por exemplo, de um ser da mesmo espécie, mas de sexo diferente e com idêntico resultado, e ainda que o veja por detrás, de lado, etc.. não seria a prova de que o animal se comporta aqui de modo diferente ao de uma máquina, porque uma máquina só poderia estar disposta a reaccionar a um número limitado de estímulos».

Inteligência e instinto: Procuram os psicólogos realizar uma tarefa difícil: a de distinguir a inteligência de o instinto. O que logo ressalta nessa distinção é que a inteligência é flexível, muito mais que o instinto.

A inteligência tem a seu favor o passado, as experiências que ela coordena, e que aproveita para o exame das novas situações, como também para estructurar novas atitudes. A inteligência tem assim uma actuação progressiva, criadora.

O instinto é cego. Tal é verificável nos animais: o cão, mesmo quando domesticado, pisoteia o lugar onde vai dormir, como se devesse dormir sôbre a erva. O gato faz o gesto de tapar seus excrementos, mesmo quando os deposita sôbre pedras (Driesch). O instinto guia o animal com regularidade, como tem certa **especialidade** porque é próprio de cada espécie de animal, é **imutável e perfeito desde que nasce,** o que é combatido, em parte, pelos transformistas.

Aceitam os psicólogos em geral que, no instinto, há ausência de aprendizagem e perfeição do resultado. Assim, há filósofos que identificam o instinto à inteligência, e outros que a tal se opõem totalmente. É fácil vermos quanto há de unilateral em qualquer das duas atitudes.

Alguns filósofos, como Condillac, Wallace e Bain reduzem-no ao hábito, sustentando, assim, que êle não é inato. No entanto, é fácil verificar-se que há instin-

tos que antecedem a tôda educação, e é bastante verificá-lo individualmente em cada animal.

Já Lamarck e Spencer aceitam que é hereditário, isto é, transmissível de indivíduo ascendente para indivíduo descendente. Os hábitos, que deram lugar à origem dos instintos, foram costumes activos e não passivos.

O animal compreendeu o útil de tal acção e a exercita voluntàriamente, até torná-la automática e perfeita. Assim penetram nêle actos voluntários e reflexivos, operações, portanto intelectuais, e a herança dêsses hábitos adquiridos. Dessa forma, o instinto é apenas uma inteligência degradada («pased intelligence»).

Tal opinião é combatida por muitos. É preciso que se note que, neste tema, tamanhas são as discussões, que não é possível sintetizá-las, pois as experiências sucedem-se umas às outras, e ainda não se acham suficientemente amparados os biólogos para estabelecer uma norma capaz de levá-los a uma solução que satisfaça a todos, porque todos procedem actualizando certos aspectos e virtualizando outros, que desconsideram.

Verifica-se, por exemplo, que os instintos são mais poderosamente desenvolvidos em animais que demonstram menos inteligência, como os insetos, enquanto, no homem, são êles menos desenvolvidos.

Propõe Perrier uma teoria, fundada na era que poderíamos chamar de era de ouro dos insectos. Durante o período primário do nosso globo, dadas as suas condições, os insectos representavam os sêres predominantes.

A temperatura era suave e gozavam êles de um desenvolvimento extraordinário e tinham uma vida mais longa. Nessa época, eram os insectos de extraordinário desenvolvimento e também devem ter tido um grande desenvolvimento da inteligência. O que resta hoje, nos de vida curta, anual em geral, são apenas reminiscências daquela época, e essa a razão dos instintos tão desenvolvidos que nêles encontramos.

Os neo-darwinistas discordam da teoria de Lamarck e consideram o instinto como um «reflexo composto».

É êle considerado como uma soma de diferenças accidentais, conservadas pela **selecção natural.**

Não podendo os psicólogos resolver o problema do instinto, procuraram reduzí-lo ou à inteligência ou a simples reflexos, como já vimos, temerosos de admitir uma irreductibilidade a mais.

Em face das inúmeras observações e experiências feitas pelos entomologistas e biólogos, vemos que elas corroboram suas teorias, as quais outras experiências e observações vêm destruir e refutar. Tal estado de coisas coloca o problema do instinto dentro de uma das maiores controvérsias que surgiram nos debates da Filosofia e da Biologia, ainda longe de terminar.

Alguns factos observados, que já salientamos, podem ser acrescentados a outros, tais como a

verificação de que os tropismos são mais evidentes nos animais inferiores. À proporção que descemos na escala animal, vemos que o tropismo domina, pois, aí, a heterogeneização é menor, por estar bloqueada, o que não se verifica nos animais superiores, onde os actos instintivos são mais heterogêneos, mais diferenciados, isto é, um animal não repete com a mesma homogeneidade o acto instintivo de outro. Há diferenciações no acto, como também há maior heterogeneização no campo de actividade, no tempo vital dos mesmos.

Nos animais inferiores, o campo da evolução é restringido, a heterogeneização é reduzida e o tropismo é mais exacto, como mais pobres os reflexos em matizes diferenciadores.

Já nos animais superiores, e isso foi o que nos mostrou Pavlov, os reflexos simples são substituídos em grande parte pelos reflexos condicionados. Éstes já não têm o carácter bruto daqueles, pois, como salienta, há aqui diferenciações importantíssimas, variações de indivíduo para indivíduo. Verificou êle que os animais superiores procedem opositivamente em sua actividade nervosa. Ao lado dos **analizadores nervosos** (que apreendem o diferente), que são os sentidos, que seleccionam os estímulos, há uma **actividade sintetizadora nervosa** dos hemisférios cerebrais (que apreende o semelhante).

Um ser vivo é uma entidade sintética que se defende, é um todo que defende sua homogeneidade, embora seja composto de partes (heterogêneas portanto), uma entidade que reage **no** e **contra** o mundo exterior. Explicar o ser vivo apenas como um conjunto de factos naturais, como uma realidade físico-química, num meio ambiente físico-químico, sem considerar nesse ser vivo uma interioridade sintética e uma exterioridade analítica — em suma, como um ser em antagonismo interior, complexo e antinômico, e em antagonismo exterior, com reciprocidades também complexas e antinômicas, é querer colocar a vida no simples campo da matéria bruta.

Os factos físico-químicos obedecem a uma homogeneização progressiva, enquanto o mundo vivo manifesta um devir contrário, uma heterogeneização ascendente. Os factos físicos tendem a simplificar-se, enquanto a vida tende a complicar-se.

A evolução verificada na vida é diferente de qualquer «evolução» que se possa descobrir ou afirmar nos factos da Físico-química.

Uma tende à identidade, enquanto outra tende à diferenciação.

A vida contém os mesmos dinamismos antinômicos do universo físico, mas actualiza ela o que aquêle virtualiza.

O instinto não é algo que se ajunta à vida, é algo que a ela pertence: é a vida.

Explicar o instinto é explicar a vida, como explicar a vida é explicar o instinto. Não se deveria tratar do instinto de uma espécie isoladamente, abstractamente. Êle é a vida manifestada.

Examinar a manifestação instintiva de um animal e querer explicá-la dentro do campo da sua espécie, seria o mesmo que explicar a vida, pela vida dos felinos, ou dos canídeos, etc.. Não busca a Biologia explicar uma manifestação da vida, mas a vida. Assim também quanto ao instinto. Essa a razão porque erram tanto os psicólogos quando, baseados apenas num facto, que o revela, querem, sôbre êle, construir uma teoria. Outros factos (diferentes naturalmente) acabam por refutar a teoria esboçada.

Vamos partir dos factos isolados para, após coordená-los, podermos construir uma teoria geral do instinto, que, depois, deverá ser aplicada aos factos novos, para ver se com êles se coaduna.

Há a nosso ver demasiada precipitação por parte de certos psicólogos, quando afirmam ou negam o instinto, quando o reduzem a outra actividade ou não, porque em todos há o mesmo pecado: actualizar demais o que interessa, e virtualizar o resto, cuja importância não percebem, mas que, posteriormente, vai servir para refutar as suas teorias.

Se o mundo físico-químico actua por acções e reacções, essas não desaparecem no mundo orgânico, porque êste, como já vimos, «é» **também** inorgânico. No mundo inorgânico predominam os factôres de extensidade sôbre os de intensidade; no mundo orgânico, o dinamismo é inverso, e a relação entre uns e outros é variável.

É natural, portanto, que surjam nos fenômenos vivos, os fenômenos físico-químicos. Mas querer explicar a vida apenas por êstes, é actualizá-los, virtualizando os outros. Assim, em tôda manifestação instintiva, há manifestações físico-químicas, porque em tôda actividade animal há dessas manifestações. Há complementaridade portanto.

Não há vida orgânica sem corpo orgânico, sem matéria orgânica. Contudo, nao há matéria orgânica sem elementos inorgânicos. Mas identificar uma à outra, foi o êrro dos materialistas.

Como o ser vivo apresenta uma ordem dinâmica diferente, êle forma um ser à parte no meio físico-químico. Êle opõe-se e sente a oposição exterior. A reciprocidade, que se forma entre a acção do meio exterior e o ser orgânico, gera um antagonismo. O ser vivo, para conservar-se como tal (e para nós o mistério da vida está apontado nessa inversão do dinamismo, necessita captar do ambiente o que lhe convém e defender-se do que lhe é prejudicial. Seus órgãos analisadores, tôda a função biológica, em suma, é uma marcha à homologia, ao igual, ao mesmo, ao semelhante à sua esquemática.

Procura, no ambiente, o que lhe é afim, e repele o que lhe é prejudicial. A função vital, biológica, é selectiva, utilitária.

Não haveria vida se assim não se processasse o fenômeno biológico. Êste facto é importante salientar, porque a evidência da vida é uma prova da diferenciação, da necessidade de defesa; senão a vida já teria desaparecido. Nessa acção, em busca dos **afins**, o ser vivo heterogeneiza-se.

Os sêres vivos mais inferiores, ao buscar o que lhes é conveniente, igual, semelhante, que lhes permita conservarem-se, **diferenciam-se, heterogeneízam-se.**

Eis a antinomia da actividade vital. Acrescenta experiências às experiências. Os sêres vivos conhecem estados agradáveis, fáceis, favoráveis e desagradáveis, difíceis e desfavoráveis. Se actuam sôbre o ambiente, sofrem do ambiente sua actuação também.

Há uma reciprocidade dos contrários. Buscando o semelhante, o homogêneo, a vida se heterogeneíza.

Onde separaremos a vida de o instinto em tôda essa acção?

São instinto e vida a mesma coisa? Permanecem o mesmo sempre.

Com o desenvolvimento do ser vivo, o que parecia apenas reflexivo, toma caracteres de diferenciação cada vez maior. Foi o que vimos, quando salientamos que todos os psicólogos reconhecem que há maior estabilidade entre os reflexos do que entre os tropismos, que êstes se tornam mais heterogêneos, e eis os tactismos, que sendo mais complexos são os reflexos condicionados, e mais complexos ainda, alguns consideram como os actos inteligentes.

A heterogeneidade da vida: Na vida, há heterogeneização crescente, e com ela heterogeneízam-se aquêles fenômenos, que têm o nome geral de instintos.

Mas a heterogeneização é o producto da reciprocidade dos factôres antinômicos:

a) do antagonismo das duas ordens dinâmicas entre o orgânico e o inorgânico, na entidade processual sintética, que é o indivíduo vido;

b) do antagonismo entre a entidade viva e o meio ambiente;

c) do antagonismo na constituição do próprio ser vivo, entre o sistema nervoso e o resto do organismo;

d) do antagonismo provocado pela própria heterogeneização que sedimenta a «inteligência», que reponta, bruxoleante nos animais inferiores, até atingir o **homo sapiens,** sem querermos afirmar que a inteligência humana seja um producto da Biologia e da Fisiologia.

Não param aí os antagonismos provocados pelas antinomias. Mas saliente-se apenas êste aspecto: a diferenciação provocada pelo desenvolvimento do ser vivo, em sua reciprocidade com o mundo ambiente, cria a heterogeneização de suas actividades.

A vida é mais complexa e, ao lado dessa complexidade, surge a complexidade do instinto. Nos insectos, onde a simplificação (a homogeneização das funções) é maior que nos sêres vivos superiores, o instinto também é mais homogêneo, exacto.

A heterogeneização do ser vivo obriga a novas experiências, mas essas, também, à maior heterogeneização.

Todo ser vivo é um **quantum** em dinamismo interno e externo, em recíproca actuação com o meio exterior. E cada espécie de **quantum** vivo tem seus instintos

correspondentes. Quanto mais complexo, heterogêneo, é êsse **quantum** vivo, mais complexos os seus instintos. Mas que se observa aqui?

Observa-se uma modificação da ordem. À proporção que o ser vivo alcança a heterogeneidade, **diferenciam-se também os actos chamados instintivos.**

Uma função intelectiva manifesta-se; uma função dialéctica, que diferencia e que assemelha: a inteligência se manifesta e avança.

Os actos instintivos, que pareciam apenas reflexos, tornam-se diferenciados, diversos. E quanto mais elevado é o animal na escala, mais se intercala ao instinto a inteligência, até atingir o homem, onde a inteligência prepondera, em muitos aspectos, sôbre aquêles que a inteligência supre e o substitui até.

No instinto, como impulso, não há consciência, e já vimos, desde início, qual a razão. Mas a inteligência e a sua base, a consciência, revelam-no uma diferenciação da tensão nervosa, que retorna sôbre si mesma; consciência é ciência com, um saber sôbre si mesmo, um ponderar de si mesmo. Quando se dá êsse retôrno (na consciência há sempre memória) num acto qualquer, numa modificação qualquer do ser vivo, há consciência.

Impulso vital é a tendência conservativa de homogeneização sintética do ser vivo, o conservar-se em oposição ao que o nega.

Vimos que, na intensidade, há uma tensão que se concentra. A vida é sobretudo intensidade; é, por isso, concentração. Tôda intensidade é centrípeta, como tôda extensidade se estende, é centrífuga.

A vida revela uma intensidade centrípeta quando atinge um grau de sintetização elevado, e separa-se do meio exterior, mais extensista.

Em suma: O instinto é uma operação de **ordem psicofisiológica,** com uma origem complexa e com uma tendência também complexa, sem consciência por parte do animal, para o qual ela se exerce. É uma operação que decorre da própria vida em sua forma específica.

É claramente manifesto nos animais e num grau menor no ser humano, embora não totalmente ausente, como pretendem alguns, que afirmam que há neste apenas um instinto: o de **sucção,** que surge nos primeiros dias, e que não atendido, desaparece para sempre. Tal concepção decorre da distinção e da separação feita entre o instinto e a vida. O instinto não é uma faculdade, mas um ímpeto espontâneo uniforme, sem cognição do fim, que tende para o que é conveniente à natureza da espécie.

E como tal, manifesta-se no homem sob diversos aspectos, como bem o podem notar os psicólogos mais atentos. Vide **Inteligência.**

INSTINTOS SOCIAIS — Consideram como **instintos sociais** as propensões transmitidas por hereditariedade, relativas à vida em sociedade, como o instinto de conservação, etc.

Podemos observar nesses instintos: **fôrça e direcção** (vector).

A **Sociogênese** é a disciplina que estuda tais instintos. Outros chamam-na de **Paleo-sociologia.**

Chamar-se-á de Neo-sociologia a que estuda a actividade social e tudo quanto decorre dêsses instintos.

Muitos proclamam a primazia da paleo-sociologia, como os que seguem as correntes do **biologismo** e do **psicologismo,** isto é, que explicam os factos sociológicos como simples factos biológicos, ou então psicológicos.

Os que proclamam a primazia da Neo-sociologia tendem a cair na forma viciosa do **sociologismo.**

O ser humano está ligado aos antepassados por um elo ancestral e sobrevive graças à presença dos **instintos parentais** (instinto de mãe, de pai).

O instinto é tema de Psicologia. Mas pode dizer-se **que é tôda tendência do indivíduo a reagir de maneira determinada numa situação determinada** (considerada, porém, em sua raiz orgânica, biológica; em suma, é a lógica dos órgãos, da vida biológica).

Costumam os sociólogos considerar duas ordens de instintos: a) os **instintos individuais** ou **egoístas** e b) **instintos sociais, altruístas.**

Entretanto, o ser humano, ao julgar a si mesmo, ora se considera totalmente bom, mas tornado mau pela vida social, como o fazem os rousseaunianos; ou considera-se totalmente mau, tornado bom, quando o é, pela acção social, como os pessimistas em geral, entre êles, Freud, etc.

O optimismo do primeiro grupo e o pessimismo do segundo pecam pelo unilateralismo, que os revela como posições abstractas.

Há, no homem, impulsos **benevolentes** e **malevolentes.** É possível que muitos neguem os primeiros e queiram explicá-los pelos segundos. Dão-se com essas explicações o que sucede com a quase totalidade delas: não explicam nada, apenas substituem o que não se sabe pelo que se sabe ainda menos.

Há um **instinto de atracção** de que falam os sociólogos, o qual gesta, para êles, a **simpatia.** É êste instinto que permite a formação da **coesão social** (tensão), por isso é êle tema de tanta importância para a Sociologia.

Mas as atracções variam no âmbito social. Uma assembléia, uma reunião de homens, pode atrair uns ao seu âmbito, mas também afastar outros.

Os tipos psicològicamente estudados por Jung, como introvertidos e extrovertidos, procederão diferentemente em face de uma assembléia. Enquanto os segundos se sentirão atraídos e estimulados, os primeiros terão tendência a afastar-se ou a permanecer inibidos, calados.

A atracção social manifesta-se entre sexos, entre idades, mas, como tudo o que se refere ao homem, apresenta graus diferentes.

A simpatia é um sentimento geral (cuja origem etimológica vem de **Pathos,** em grego), e opõe-se polarmente à **antipatia.**

Tudo que intuímos no mundo, através dos nossos sentidos, tem suas ressonâncias na nossa afectividade e nos produzem **pathências** (estados afectivos), conscientes ou não.

E podem ser elas de atracção, num desejo de fusão com o objecto, como é a simpatia (sentir com... padecer com...), ou de repulsa, como o é a antipatia (sentir aversão por...)

Há um **instinto de conservação da espécie**, que se chama comumente de **instinto sexual**, o qual se manifesta na atracção entre indivíduos de sexos diferentes.

Fala-se, ainda, em **instinto de grupo**, sôbre o qual há infindáveis discussões, geralmente abstractas e falhas de boa disciplina dialéctica.

Os grupos tendem a conservar a sua coerência.

Mas tendem também os indivíduos a agregarem-se em grupos, para, naturalmente, obterem maior consistência e, conseqüentemente, maior fôrça social.

Tal tendência é observável nas hordas dos símios e, possìvelmente, o homem primitivo manifestava plenamente êste instinto, que ainda sobrevive entre nós, com períodos de maior intensidade ou não.

O homem não pode viver fora da sociedade. Dela precisa desde a sua origem, e também para o seu desenvolvimento.

Tôda associação humana revela duas propriedades fundamentais:

1) ordem específica;

2) fôrça específica.

A ordem específica é revelada pela origem peculiar ao tipo de grupo e a fôrça é uma decorrência desta.

Os instintos sociais actuam como elementos fundamentais para a fôrça de consistência dos grupos.

Os grupos tendem a durar, a permanecer, e seu grau de consistência depende do «espírito» de grupo que lhe dá coerência.

INSTRUÇÃO — Vide **Educação.**

Instruction (ing. e fr.) — **instrução.**

INSTRUMENTAL (Causa) — Vide **Causa** (classificação das causas).

INSTRUMENTALISMO — Doutrina pragmatista de John Dewey, que considera que tôda teoria é um instrumento para a acção e para a transformação da experiência.

INTEGRAÇÃO — **Integrar** significa inteirar, completar. É **integral** o que é inteiro, completo, total, o que tem tôdas as suas partes, do qual não falta parte alguma para inteirá-lo.

Contudo, o têrmo **integração** tomou, desde Spencer, na Filosofia, uma acepção especial, para significar a passagem do difuso, do imperceptível, do caótico para o concentrado, o perceptível, o ordenado.

Emprega-se, também, para significar a introducção de alguma

idéia que se associa a outra, formando uma unidade, completando-a. É o que se expressa em frases como tais «Faz agora parte integrante de...», «O oxigênio faz parte integrante da água...». Em suma: toma um sentido de necessidade até em tais casos, pois entende-se por integração, aí, o que é indispensável para dar surgimento a essa unidade, sem a qual tal unidade não haveria.

INTEGRALISMO — Vide **Harmonismo.**

INTEIRO — Do lat. **integrum,** o integrado. Vide **Número.**

INTELECÇÃO — Acto do **intelecto,** de penetração intelectiva, em todos os sentidos que se toma êste têrmo.

INTELECTO — a) É, para a escolástica, a **inteligência,** enquanto a **razão** é a faculdade cognoscitiva intelectual em oposição à sensibilidade.

b) **Entendimento** é a acção intelectual, que consiste em abstrair, comparar, decompor, enquanto a razão é a actividade intelectual superior, que tende à conexão, à unidade, à síntese definitiva, tanto do saber como do operar. A razão é a faculdade do pensar discursivo característico do **entendimento.**

c) Na Filosofia moderna, tais têrmos perderam sua precisão e são usados de várias maneiras, e seria impossível reunir tôdas as modalidades com seus matizes e colorações.

Em suma, intelecto é a inteligência em sua capacidade de actuar e de sofrer, nas diversas maneiras que constituem tôda forma de pensamento e de seus processos.

INTELECTO (AGENTE OU ACTIVO) — Vide **Agente,** letra **b.**

INTELECTUAL — a) Tudo quanto é pertencente ou concernente ao **intelecto.**

b) Chama-se **intelectual** a pessoa dada aos estudos literários ou científicos.

INTELECTUALISMO — a) Diz se do predomínio da inteligência, do saber, da cultura das letras e ciências em grande escala.

b) Doutrina, segundo a qual tudo quanto existe pode ser reduzido a elementos intelectuais; ou seja, a esquemas noéticos, porque tudo quanto existe é intelegível, pois o ser é inteligível.

Para Descartes, o ser é inteligível, contudo é distinto da inteligência.

Para os **idealistas,** o ser é apenas o pensamento.

c) Diz-se, em suma, de tôda doutrina que considera ou dê primazia ao espírito, à idéia, à razão.

INTELECTUALISTA — O que segue qualquer das doutrinas intelectualistas.

INTELIGÊNCIA — (Do latim **Intellectus,** de **inter** e **lec,** de escolher entre, ou de **intus** e **lec,** de escolher dentro, como o preferem outros).

A **inteligência** é a função intelectiva, a que realiza as opera-

ções intelectuais, que são as cognoscitivas da vida racional, que constituem as **apreensões**, a **intelecção**, a **compreensão**, a **captação da espécie**, a **idéia**, os **conceitos**, as **comparações**, o **juízo**, o **raciocínio**, a **cogitação**, a **inspiração**, etc. (vide tais têrmos). De qualquer forma. é mister distinguir, na **inteligência**, uma **função activa** e uma **passiva**, pois realiza ela operações **abstractivas** de gradação heterogênea e **imprime**, em representações, imagens e esquemas (papel passivo) os conteúdos obtidos, através dessas operações, sôbre os quais, posteriormente, opera.

Aristóteles falava num **intelecto activo (nous poietikôs)** e num **intelecto passivo (nous pathetikôs)**, que os escolásticos chamavam **intellectus agens e intellectus passivus.**

A inteligência revela, contudo, graus, e na criança até o adulto feito, êsses graus sucedem-se rigorosamente, actualizando-se os estágios, que passam a funcionar como **potências activas.**

São essas actualizações coordenadas pela cooperação dos factôres, que nos explicam a formação dos esquemas psíquicos e a sua variabilidade:

1) **inteligência primária:** a imitativa;

2) **inteligência secundária:** a que distingue meios de fins;

3) **inteligência terciária:** a inovadora.

Essas três inteligências fundam-se nas fases intuitivas:

a) a intuição (vide) em função dos reflexos;

b) a intuição em função de base médulo-espinhal (intuição sensível);

c) intuição em função cérebro-espinhal (sensibilidade analítico-sintética, com a diferenciação dos nervos analisadores e sintetizadores, estudados por Pavlov);

d) a intuição intelectual (distinção do semelhante e do diferente);

e) intuição intelectual, com a formação dos **ante-conceitos** (racionalidade pre-lógica);

f) intuição intelectual, com distinção de causalidade e finalidade, com a formação dos conceitos (racionalidade lógica);

g) intuição eidética (husserliana). A razão é lògicamente estructurada, e capaz da síntese dialéctica.

Fundadas nessas intuições, que já estructuraram o que chamamos de intelectualidade e afectividade, surgem outros graus da inteligência, como:

4) **Inteligência adivinhatória,** como a do médico, a do engenheiro, mas que exige uma aprendizagem prévia, que estructura esquemas, que actuam na consciência, mas por internacionalidade subconsciente.

5) **Inteligência premonitória,** que é um grau mais elevado, que nos dá certa presciência do que acontecerá, mas cujas captações se processam pelas estructurações esquemáticas, que precipitam a intelecção subconsciente. É rara, e surge em alguns momentos, mas dela quase todos participam.

6) **Inteligência do gênio.** Tôdas as inteligências anteriores se formam pela adaptação psicológica (acomodação e assimilação), segundo os esquemas prévios. O gênio tem a capacidade de criar esquemas imediatos aos factos novos, e permitir, em certos instantes, uma assimilação, que é simultânea ao facto. O esquema é criado simultâneamente para assimilar o facto. Nesses casos, não tem necessidade da aprendizagem prévia.

7) **Inteligência carismática** é uma **visio** do ainda não experimentado, que não tem esquemas de prévia formação, que surge num grau elevado da genialidade, em profetas, santos, místicos, grandes legisladores.

A intuição dá-se pela acomodação dos esquemas ao facto que é singular, com a assimilação proporcional.

Mas a intuição dialéctica, que implica as anteriores, alcança uma forma:

I) em que se processa imanentemente no facto, mas tange a sua transcendência. É um captar do simbolizado, através do símbolo. Mas é o simbolizado mais profundo, que ultrapassa o quaternário;

II) essa intuição se processa por uma dialéctica transcendental analítica, que, captando o transcendente, analisa-o, e, finalmente, capta a síntese transcendental, último grau da intuição. Essas intuições só a têm os grandes místicos, os bemaventurados.

São elas que permitem estructurar a

8) **inteligência dos bemaventurados** (um grau de beatitude, o **boddhisatva** dos hindus). É a contemplação do transcendente, para o qual não há esquemas com fundo experimental fáctico. É o espírito (o **atman** dos hindus), penetrando em sua actualidade pura, fundido em si mesmo (frônese espiritual).

Os homens conhecem êsses graus de inteligência, e são êles as grandes possibilidades do espírito.

O espírito, assim, em sua pureza primitiva, é a grande emergência pura do psiquismo, como a vida é a emergência pura do somático. O espírito actua segundo a predisponência, e as suas formas estão condicionadas pela actualização dos esquemas, sem que o espírito sofra qualquer diminuição do seu poder pelas actualizações, como a vida não sofre, por sua vez, nenhuma diminuição, pelas actualizações somáticas.

Eis porque, em suma, a sensibilidade e a afectividade não podiam, como não podem, ser explicadas pela mecânica do corpóreo.

Há, assim, um sensível puro e um afectivo puro (sensibilidade pura e afectividade pura), que a predisponência dos esquemas permite surjam para nós em formas diversas, sem que êles sofram qualquer modificação em si mesmos, como o fogo é sempre fogo, apesar das figuras em que fàcticamente se apresente. Vide **Instinto** e **Intuição.**

INTELIGIBILIDADE — Carácter do que é **inteligível.**

INTELIGÍVEL — a) O que é captável pela inteligência.

b) O que é compreensível, cognoscível.

c) O que é lógico, coerente, racional.

d) O que é capaz de ser reduzido a esquemas noéticos.

Intellect (ing., fr. e al.) = **intelecto.**

Intellectus (lat.) = **intelecto.** Vide **Inteligência, Intuição** e **Razão.**

Intellectus agens (lat.) = **intelecto activo.**

Intellectus possibilis (lat.) = **intelecto passivo.** Vide **Inteligência.**

Intelletto (it.) = **intelecto.**

Intelligence (ing. e fr.) = **inteligência.**

Intelligenz (al.) = **inteligência.**

Intelligenza (it.) = **inteligência.**

Intelligibel (al.) = **inteligível.**

Intelligibile (it.) = **inteligível.**

Intelligibile in sensibili — Vide **Essência.**

Intelligibilis (lat.) = **inteligível.**

Intelligibilitas (lat.) = **inteligibilidade** (vide).

Intelligibilité (fr.) = **inteligibilidade.**

Intelligible (ing. e fr.) = **inteligível.**

INTEMPORAL — a) O que está fora do tempo, o que não tem carácter de tempo.

b) Diz-se, por extensão, do que, embora se dê no tempo, aparece como invariável, porque não sucede, é. Vide **Identidade** e **Tempo.**

INTENÇÃO — Vem do latim **intentio,** e, por sua vez, de **in** e **tendo,** e êste do **teinô,** gr., que significa tender, desenvolver-se, dirigir-se para algo.

a) Tem, na Filosofia, o sentido de tudo o que tem uma orientação, um vector, como o agente que **tende,** para a sua operação, o ente para o ser.

b) Pode-se restringir o conceito, dando-lhe apenas o sentido do que se orienta, conscientemente, para o objecto (como são as representações, conceitos, actos cognoscitivos e apetitivos, que, por sua vez, são considerados **intencionais).**

c) Na Lóg. escolástica, as intenções eram divididas em duas ordens. A primeira ordem compunha-se das propriedades ou classes das coisas concretas, e as relações entre elas. Chamavam-se as primeiras intenções **intentiones primas,** dirigidas ao objecto (objectivas). As **segundas intenções** eram as propriedades ou classes das primeiras intenções e das relações entre elas **(intentio secunda),** dirigidas para as formalidades **(formalis).**

Dêste modo, podia Tomás de Aquino definir a Lógica como a ciência das segundas intenções aplicadas às primeiras intenções.

Em suma, dos factos concretos, constrói o homem esquemas

intencionais noético-fácticos, e classificando-os em esquemas noético-eidéticos, ou seja dos anteconceitos, constrói os conceitos. Com êstes conceitos, constrói esquemas intencionais, que são esquemas dos esquemas noéticos, fácticos, mas já esquemas noético-eidéticos, com os quais obtêm a configuração lógica e ontológica das classes.

Diz-se que a hierarquia desejada pelos escolásticos com essa classificação não atingiu o esperado, pois não se construíram esquemas de terceira intenção. Contudo, os **logoi analogantes,** quando alcançados, revelam uma terceira operação intencional dos conceitos.

Assim, nessa classificação das intenções, pode-se admitir que os animais sejam capazes de construir conceitos de primeira intenção, mas nega-se que o sejam de segunda. Assim, o **cão** é um conceito de primeira intenção, mas **canídeo** é de segunda intenção.

As **espécies intencionais (species intentionales)** são as espécies sensíveis (vide **espécie**).

Êstes têrmos eram usados apenas na filosofia escolástica, e foram abandonados pelos modernos, que não seguem aquela corrente, mas actualmente voltaram ao uso por intermédio da escola de **Brentano** (Franz, 1838-1917), através de Husserl. Brentano recolheu a idéia escolástica e aplicou a significação da intenção a todos os actos psíquicos, considerados como essencialmente intencionais, pois todo psíquico distingue-se dos actos físicos por possuir uma intencionalidade, por referir-se a um objecto, que é mentado.

INTENÇÃO — Na Lógica, vide **Intentio.**

INTENCIONALIDADE — Propriedade da consciência em referir-se sempre a um objecto, pois a consciência o é de alguma coisa. Mas o objecto da consciência não necessita ser um facto do mundo concreto, mas pode ser uma idéia, um pensamento. **Intencionalidade** é o têrmo moderno que procura substituir o escolástico **intentio.**

INTENCIONALISMO — É a propriedade da consciência em referir-se ou **intender** para um objecto, real ou apenas ideal. Prefere-se hoje o têrmo **intencionalidade.**

INTENCIONALMENTE — Fil. Modo de conter uma perfeição. Vide **Perfeição.**

Intendimento (it.) = **entendimento.**

INTENSÃO — a) Acção de aumentar a **tensão** (vide).

b) Usa-se, também, para indicar a compreensão de um conceito, o conjunto das notas que o constituem, em oposição a **extensão,** que é o conjunto dos indivíduos que êle classifica.

Daí poder-se construir o adjectivo **intensional** e **extensional,** referindo-se ambos à tensionalidade, à tensão, um in-tendendo-se, tendendo para si mesmo, e o outro o que tende para fora, que se ex-tende.

INTENSIDADE — Grau da **tensão** (vide) em si mesma.

Intensif (fr.) = **intensivo.**

Intension (ing. e fr.) = **intensão.**

INTENSIONALIDADE — É a qualidade do que tem **intensão** (vide).

INTENSIVO — a) O que tem intensidade, que tem carácter de intensidade.

b) Emprega-se para indicar o que tem mais fôrça.

c) O que acumula trabalho: «uma cultura intensiva», «um estudo intensivo».

Intentio — (Em latim, **intenção**). Usado na Lógica para indicar o que para o qual a mente tende no objecto que ela conhece.

Intentionaliter (lat.) = **intencionalmente.** Vide também **Intenção.**

INTENTO — O acto de dirigir a mente para um objecto. Vide **Intenção.**

Intenzione (it.) = **intenção.**

Inter (lat.) = **entre.** Vide **Entre.**

INTERACÇÃO — É a relação que se forma entre dois têrmos agentes, que actuam como influxo causal um sôbre o outro. É sinônimo de **interactuação.**

INTERACÇÃO (TEORIA DA) — É a teoria que aceita a dualidade corpo-alma e a influência causal de uma sôbre a outra.

INTERACTUAÇÃO — Vide **interacção.**

INTERCÂMBIO — a) É a estimulação recíproca ou a reacção entre indivíduos ou grupos.

b) Quando há intercâmbio de matérias, temos o **comércio;** quando de idéias, temos a **comunicação,** etc.

Interdépendance (fr.) = **interdependência.**

INTERDEPENDÊNCIA — É a dependência recíproca. Vide **Dependência.**

INTERÊSSE — a) É a atitude de um espírito dirigido para um objecto que, de certo modo, é apetecido. Assim se pode falar em **interêsse** de várias espécies, porque variará sua acepção, segundo as diversas manifestações da apetibilidade do espírito.

b) É, também, o que importa realmente a um determinado agente.

O interêsse pode ser **individual** ou **geral,** quando diz respeito a um indivíduo ou a um grupo social ou uma colectividade qualquer; **público,** quando se refere ao conjunto dos interêsses de uma sociedade.

Provocar o interêsse é provocar o desejo de alguma coisa, como se procede na pedagogia (doutrina do interêsse), provocando de tal modo o interêsse da criança que ela deseje, espontâneamente, aprender algo sôbre o que lhe é estimulado.

c) No associacionismo e nas associações, há a **lei do interêsse:** a que preside as associações, pois estas se fazem segundo um interêsse e não mecânicamente, pois êstes ou aquêles factos são associados, e outros não, ora uns, ora outros.

Na atenção, há inegàvelmente a presença do **interêsse,** como um dos factôres do acto atencional.

d) Fala-se, ainda, em interêsse por alguém quando há manifestações simpatéticas por êsse alguém (**interessar-se** por alguém).

Interest (ing.) = **interêsse.**

Intérêt (fr.) = **interêsse.**

INTERFERÊNCIA — Diz quando há a **insistência** de duas ou mais actividades parcialmente semelhantes, de modo que uma diminui a intensidade da outra.

Intérieur (fr.) = **interior.**

INTERIOR, INTERNO — Vide **Exterior.**

INTERJECÇÃO — a) — Na Gnosiologia, é a teoria pela qual o processo gnosiológico se realiza através da representação de imagens na consciência.

b) Na psicoanál., significa o acto de absorver outras personalidades dentro de si mesmo, de viver interiormente o que pertence a outras personalidades.

INTERMEDIÁRIO — O que está colocado entre dois têrmos. quer activamente quer não. É o que **intermedeia**...

INTERMUNDOS — Na concepção epicurista, são **intermundos** os espaços compreendidos entre os mundos, onde não há movimentos, e que são as moradas dos deuses.

Internal (ing.) = **interno.**

Interne (fr.) = vide **Interior.**

INTERNO — O que está dentro de alguma coisa, ou que actua dentro de alguma coisa.

INTERPOLAÇÃO — Vide **Predicção.**

INTERPSICOLOGIA — Chamava Tarde de **interpsicologia,** em oposição à **psicologia colectiva,** que pertence à sociedade (considerada como um todo) o estudo das reacções psicológicas que os indivíduos exercem ou provocam uns nos outros.

INTERROGAÇÃO — Quando começa a despontar a razão no ser humano, dêle se apossa a perplexidade ante o espectáculo do mundo. A criança, nos primeiros anos, não tem perguntas; tem exigências, e as transmite. Mas há um momento em que nela se desabrocha o espanto ante o mundo. É quando as coisas, para ela, apenas não são, mas **perguntam.** É quando a razão começa a desabrochar-se no ser humano que as coisas perguntam. São problemas, que desafiam a argúcia do ser humano, no princípio é apenas a formação de uma curiosidade, quando homem adulto não lhe basta mais ter apenas informações sôbre as coisas. Há novas perguntas, um perguntar inesgotável, um perguntar que não se sacia com a resposta, pois cada uma dá-lhe apenas a tranqüilidade de um passageiro momento de satisfação, porque o que resta continua perguntando. Na verdade, onde há o ser, há a pergunta, e todo ser, por ínfimo que seja, é uma interrogação desafiadora à argúcia do homem.

A pergunta é, em suma, a interrogação, de **inter** e **rogare,** dêsse rogar entre, desse perguntar entre as coisas.

INTERVALO — O espaço ou distância entre dois têrmos. É, em

suma, o **diástema** entre dois têrmos.

Intime (fr.) = **íntimo.**

INTIMIDADE — a) — **íntimo** é o intrínseco, o que é muito interno, muito de dentro; o que está no âmago da alma, da mente, do coração.

b) Aplica-se com referência à parte mais interna de uma coisa, o que há de mais profundo em uma coisa.

c) Assim, na teologia, fala-se na intimidade de Deus, na intimíssima realidade do Ser Supremo, que será, para muitos, para sempre incognoscível.

d) Na Psic., fala-se na intimidade como de algo que é intransmissível, e também com referência ao que é **incomunicável** entre os homens. Há nas experiências psicológicas, sempre um que de intimidade, que jamais se pode comunicar aos outros. E é nessa intimidade, que está tôda a singularidade no seu mais alto valor, que é a **necessidade** de tôdas as coisas, que não é jamais comunicável.

ÍNTIMO — **Intimus**, em lat., é o superlativo de **interior,** e significa o que é mais interior.

a) Neste sentido, opõe-se a exterior, a manifestado, a público.

b) É **íntimo** o que é guardado no recesso de alguma coisa, o que só é conhecido pelo sujeito que o guarda (o **íntimo** de cada um).

A nossa consciência é íntima, incomunicável, enquanto vivência, bem como tôdas as nossas vivências em nós mesmos, e que só as transmitimos por sinais ou por símbolos.

c) Emprega-se, também, o têrmo para opor-se a superficial. A intimidade de uma idéia é o seu recesso mais profundo. A **convicção íntima** é a mais profunda.

INTRÍNSECO — a) Contrário de **Extrínseco** (vide). a) O que pertence à essência ou à natureza de um objecto, material ou ideal.

b) Assim se pode falar em propriedades, em valôres **intrínsecos.** Um valor é intrínseco quando não o é por comparação com outro, quando o é pela coisa em si mesma.

Intrinsèque (fr.) = **intrínseco.**

Intrinsic (ing.) = **intrínseco.**

Intrinsical (ing.) = **intrínseco.**

INTRINSICIDADE — Carácter do que é **intrínseco.**

INTROJECÇÃO — Têrmo usado por Avenarius, que indica a operação pela qual representamos a consciência de cada indivíduo como interior ao seu organismo, e representa os objectos exteriores como objectivações de estados internos, que são considerados independentes por mera ilusão. Esta teoria opunha êle à da «experiência pura», já que esta admite uma solidariedade natural entre o sujeito pessoal e o objecto percebido, como o sintetiza Lalande.

Introjection (al., fr.) = **introjecção.**

Intropatia — É o têrmo pelo qual Founoy pretende traduzir **Einfühlung** (vide).

INTROSPECÇÃO — Observação directa sôbre si mesmo ou sôbre os próprios estados mentais e suas operações. Equivale a **reflexão,** ou «sentido íntimo», como o chama Locke e Kant.

A **introspecção** pode realizar-se pelo exame imediato dos estados psicológicos e sua operação, ou por evocação, por um acto retrospectivo dos estados e processos mentais dados no passado.

INTROSPECÇÃO EXPERIMENTAL — Método psicológico, em oposição ao método objectivo do **behaviourismo,** que se realiza por introspectiva observação, através de testes ou experiências, pelos quais o sujeito, que sofre a experimentação descreve, pormenorizadamente, as suas experiências interiores.

INTROVERSÃO e **EXTROVERSÃO** — Vide **extroversão.**

Introspection (ing., fr.) = **introspecção.**

Introspezione (it.) = **introspecção.**

INTUIÇÃO — Em latim **intuitio** vem de **intus** e **ire,** ir dentro, penetrar no âmago de uma coisa. O têrmo intuição foi empregado na filosofia sempre no sentido da penetração na singularidade do objecto por parte do sujeito, na captação imediata dos aspectos fenomênicos que o objecto exibe. Teve, assim, sempre, o sentido da captação singular e imediata do sensível, daí chamar-se de **intuição sensível.** Contudo, há os que admitem que além do fenômeno, a intuição capta também o formal; ou seja, que há, também, como o propõe Husserl, uma **intuição eidética,** uma intuição da generalidade.

A intuição sensível é o meio de captação imediata do fenomênico do mundo exterior por um ser vivo. Apresenta a intuição sensível quatro fases.

1) **Intuição primária** (intuição reflexa).

2) **Intuição secundária,** já sensível, por meio dos sentidos, a qual se dá quando da formação da medula-espinhal. E, conseqüentemente, no desenvolvimento da vida, uma intuição terciária e uma quaternária, que seriam:

3) **intuição terciária,** quando da formação do sistema cérebro-espinhal. Sensibilidade analítico-sintética, com formação de esquemas dos esquemas, pois os esquemas analíticos seriam assimilados a esquemas maiores que os conteriam. Essa acção sintetizadora já implica um esquema de esquema, com suas assimilações, que seriam fundamentais para a conpreensão da inteligência; e finalmente, por ora, a

4) **intuição quaternária,** intelectual, com distinção do semelhante e do diferente, própria dos sêres mais desenvolvidos, e que, no homem, torna-se capaz de estruturar-se no processo operatório da razão como órgão classificador, etc.

A **intuição intelectual** é, pois, a captação imediata das semelhanças e das diferenças, que corresponde à quarta fase da intuição.

A **intuição eidética** já exige o operatório intelectual, da razão, e é o producto de uma operação

por **meios**, embora nos pareça instantânea, no grau de conhecimento em que está o homem civilizado. Não é, porém, uma captação imediata, mas **mediata**. Exige já a inteligência, a elaboração inteligente, embora a consciência capte imediatamente o resultado.

Há, ainda, a intuição **apofântica** (de gr. **apô**, o que está oculto e **phaos**, luz), a intuição que ilumina, que aclara, que torna compreensível, sùbitamente, o que não nos parecia claro. A intuição apofântica é o desvelamento súbito de uma possibilidade, a descoberta de um poder e se revela em todos, mas com maior freqüência nos tipos de grande talento e gênio.

Não se pode negar o extraordinário papel que cabe à intuição apofântica na Filosofia. Os irracionalistas são positivos em suas afirmações em favor das intuições apofânticas e criadoras, e também o são quando estabelecem restricções ao papel da razão, como ela é concebida na filosofia moderna pelos racionalistas. E fazemos essa distinção, com o intuito de evitar as confusões tão costumeiras, pois a **rationalitas**, em sentido lato, é o entendimento, o conjunto da faculdade cognoscitiva intelectual, em oposição à sensibilidade, o que, naturalmente, inclui a intuição apofântica, que não é de origem sensível, mas intelectual. Em sentido restrito, impõe-se distinguir **entendimento (Verstand)** de **razão (Vernunft)**, ou, como o faziam os escolásticos, entre o **intellectus** (inteligência), que capta imediatamente a essência, e a intelecção ou penetração intelectiva, que se confunde com a intuição intelectual e, finalmente, a **ratio**, que é a faculdade do pensar discursivo, classificador e coordenador dos conceitos, o que propriamente caracteriza mais intensamente o homem.

A capacidade abstractiva do nosso intelecto (que é o entendimento) realiza o pensamento que abstrai, compara e decompõe, é analítica, enquanto a razão tem uma função sintetizadora, pois conexiona, dá unidade, em conjuntos estructurais rigorosos o conhecimento vário e disperso do homem.

A razão de per si não cria. Demonstramos em «Filosofia e Cosmovisão», que o seu papel sintetizador e eminentemente abstracto, afasta-a constantemente da concreção, sem que a coloquemos contra a vida, como algo que se desse fora e contra a vida. A razão, por si só, não é suficiente sem a longa elaboração do entendimento e das fases mais fundamentais da intelectualidade humana. Fundada na intuição intelectual generalizadora, é a razão sintetizadora, e, por isso, falta-lhe o mais profundo papel **poiético**, criador.

Eis por que é vicioso o pensamento racionalista, que deseja partir do conhecimento racional tomado aprioristicamente. No entanto, a razão, actuando **a posteriori**, depois de dado o conhecimento analítico, funcionando em seu papel ordenador, classificador e sintetizador, realiza uma obra grandiosa. É êsse o pensamento do empirismo-racionalista, que vem desde Aristóteles através da escolástica. Aqui a razão está colocada em seu verdadeiro papel.

É fácil agora compreender porque tôdas as tentativas de matematização da filosofia, que foram fundadas no mais cru racionalismo, tinham naturalmente de malograr por cair em construcções inanes, vazias, porque a razão, actuando apenas em sua função abstractora, tende, fatalmente, ao esvaziamento das heterogeneidades, a ponto de atingir o máximo ápice do abstractismo, que é o nada. É assim que a actuação meramente racional leva a tornar em nada todos os conceitos, quando racionalizados ao extremo.

Intuição apofântica — Vide **Intuição.**

INTUIÇÃO DAS ESSÊNCIAS — Vide **Intuição.**

INTUICIONISMO — Em geral é a concepção filosófica pela qual a **intuição** é a base do conhecimento de qualquer espécie. Vide **Teoria do Conhecimento.**

INTUITIVO — a) Diz-se do que é objecto da intuição em todos os sentidos em que êste têrmo é tomado.

b) O que constitui uma intuição.

c) O que tem capacidade marcante de intuir: «um espírito intuitivo».

d) Por extensão, o que é fàcilmente compreensível. «É intuitivo que seja assim».

Intuitus (lat.) = **intuição.**

Intuizione (it.) = **intuição..**

INVALIDAR — Destruir a fôrça lógica de um argumento. Vide **Validez lógica.**

INVARIANTE, INVARIÁVEL — a) É o que não varia, o que é imutável, o que não está sujeito a variar.

b) Na Mat., são **variáveis** as quantidades que variam de grandeza, em oposição às quantidades constantes.

Invariante é a quantidade constante, é a quantidade que permanece sempre a mesma num grupo de transformações.

c) Diz-se, na Filosofia, que é **invariante** tudo quanto fazendo parte de uma **concreção, permao** mesmo, constantemente.

INVEJA — a) — Não é um sentimento de ódio, nem de antipatia por alguém, mas apenas o sentimento de pesar de não ter o que outro tem, de não participar do que outro participa, de ser menos favorecido que outro que o é mais. Se pretende só para si alguma coisa, ser o único beneficiário de alguma coisa, é, então, **orgulhoso.**

b) Emprega-se, também, o têrmo em sentido em nada pejorativo, quando se quer expressar o desejar alcançar o nível que outro alcançou, quando se diz «tenho-lhe inveja».

INVENÇÃO — a) — É a actividade prática, distinta da criação, que realiza algo não realizado, ou descobre algo oculto.

b) Alguns empregam-na no sentido de **criação,** de **imaginação criadora.**

Invention (fr., ing.) = **invenção.**

Invenzione (it.) = **invenção.**

INVERSÃO (do lat. **inversum**, invertido, vertido ao contrário, de **verto**).

a) Na Lóg., emprega-se o têrmo para significar a inferência que se realiza, através de uma premissa dada de outra proposição **(inversa)**.

b) Na Lógica, **inversio argumenti**, inversão do argumento, é aquêle no qual é aproveitado o argumento do adversário para ser utilizado na sentença com que se pretende provar alguma coisa. **Nota:** Segundo Lalande, o têrmo **inversão**, na Lógica, foi criado por Keynes, contudo já era êle de uso comum entre os escolásticos muitos séculos antes.

c) Na Psic., é a transposição da ordem de certos membros de uma série, uma desviação da ordem verdadeira e normal. Assim temos a **inversão sexual**, que é a que se verifica quando um indivíduo adota os caracteres e o papel do outro sexo, e é então chamado invertido. Para a psicanálise, é o desvio para um objecto sexual do mesmo sexo; em suma: **homosexualidade** (vide).

Inversion (ing., fr., al) = **inversão.**

Inversione (it) = **inversão.**

INVESTIGAÇÃO — Exame sistemático de qualquer espécie.

IN VIA (do lat. a caminho). Vide **in fieri.**

INVOLUÇÃO — É o processo inverso da **evolução** (vide).

Io (it.) = **eu.**

Iperestesia (it.) = **hiperestesia.**

Iperorganico (it.) = **hiperorgânico.**

Iperspazio (it.) = **hiper-espaço.**

Ipnosi (it.) = **hipnose.**

Ipostasi (it.) — **hipostasis.**

Ipotesi (it.) = **hipótese.**

Ipotético (it.) = **hipotético.**

IPSEIDADE — (do lat. **ipsum**, êle mesmo). **Ipseidade** é o atributo que tem o ser que é êle mesmo, isto é o ser que é, existencialmente, a sua própria essência. Vide **Eceidade.**

IPSUM ESSE (lat.) = o próprio ser que é êle mesmo. Emprega-se para referir-se ao Ser Supremo, Deus.

IRASCÍVEL — O que é sujeito a irar-se, que fàcilmente se irrita. **A ira** é uma paixão que nos incita contra alguém. É sinônimo de cólera, de raiva, de indignação. Em alguns casos, agrupa-se com o amor e o temor, como emoções primárias.

Na ira, há um grupo bem definido de reacções, que se caracterizam por qualidades hedônicas mistas, com predominância do desagrado, acompanhadas de actividades somáticas do tipo do ataque ou da defesa.

Irgend ein (al.) = **qualquer.**

IRONIA — a) Primitivamente, era a acção de interrogar, fingindo ignorância, como procedia Sócrates com os grandes intelectuais famosos da sua época.

b) Na Retórica, é uma figura que consiste em fazer entender o contrário do que realmente se expressa em palavras.

c) Distingue-se do **sarcasmo**, porque êste é uma ironia geralmente mais ofensiva.

IRRACIONAL — O que é contrário à razão ou aos princípios da lógica. Não se deve confundir com **irracional**, que é o que se dá fora da lógica, não, contudo, contra a lógica.

IRRELEVANTE — Vide **Relevante.**

IRREVERSIBILIDADE — Reversível é o que torna a vir, o que pode, de certo modo, volver ao ponto de partida ou na direcção do ponto de partida. É, em suma o que está sujeito à **reversão.**

Irreversível é o que não pode, por sua natureza, **reverter** na direcção do ponto de partida. Assim se diz que o espaço é **reversível,** pois podemos medir da direita para a esquerda. Já o mesmo não se dá com o tempo, pois êste não pode reverter ao passado. A **irreversibilidade** é, assim, uma característica do tempo, enquanto a **reversibilidade** é uma característica do espaço.

Irréversible (fr.) = **irreversível.**

IRRITABILIDADE — Vide **Prazer e Dor.**

Irrtum (al.) = **êrro.**

ISOMORFISMO (Do gr. **iso,** igual, e **morphê,** forma). Ex.: a similaridade de estructura. O têrmo é usado onde há estructuras similares, na Lóg., na Psic., etc.

Ison (to) (gr.) = **o igual.**

ISONOMIA — (Do gr. **iso,** igual e **nomos,** lei). É a igualdade ante a lei. Emprega-se para referir-se à uniformidade da legislação de um país.

ISÓTROPO — (Do gr. **iso,** igual e **tropos,** significado). O que apresenta as mesmas propriedades em tôdas as direcções. O exemplo clássico é o espaço euclidiano. O que oferece diferença, segundo as direcções, é **anisotropo,** como um cristal, que oferece variâncias de luz, segundo a direcção que é considerado.

Istante (it.) = **instante.**

Istanza (it.) = **instância.**

Istinto (it.) = **instinto.**

Istoria (it.) = **história.**

Istruzione (it.) = **instrução.**

ITEM (lat.) adv. de **is, ea,** pron. demonstrativo, igual a êle, a ela, a este. a) Significa, assim, também, igualmente, do mesmo modo, da mesma classe.

b) Como substantivo, facto isolado, ou parte de um grupo de datas, que é destacado no intuito de ser examinado em separado. Pode-se traduzir por elemento, parte de um todo para ser examinado.

Iudicium (lat.) = **juizo, julgamento.**

J

JACTÂNCIA — É a atitude que consiste, por meio de palavras ou de gestos, em desejar convencer os outros de um valor maior do que na realidade se tem. Manifesta-se no exagêro das descripções das proezas realizadas ou das emprêsas efectuadas, e quase sempre oculta uma inferioridade, e deseja encobrir alguma deficiência. Vide **complexo de inferioridade.**

JAINISMO — Vide **Filosofia Hindu,** em **Sinopse da História da Filosofia.**

JANSENISMO — É a doutrina de Cornelius Jansen, latinizado **Jansenius** (1585-1638), bispo de **Ypres,** na França, que pregou, entre outras idéias, as seguintes, que são as principais: a total corrupção da natureza humana é decorrente do pecado original, bem como a incapacidade do homem para resistir à concuspiscência, e a falta do livre arbítrio, etc. Para lutar contra as nossas fraquezas, pregou uma vida severa, com constantes mortificações, e um rigorismo moral excessivo. A doutrina foi combatida e condenada pela Igreja.

Je (fr.) = eu.

JECTO — Sufixo que encontramos em têrmos como tais: ob-jecto, su-jeito, pro-jecto, etc. Do **jacio** latino, de origem incerta, temos o particípio passado **jactum,** que significa atirado, arremessado, lançado, arrojado. No perfeito faz **jecí.** Vemos ainda **ejicere** de onde **ejectum.** De modo que **jecto,** que vem de **jactare,** indica o já arremessado. O que **jaz** é o que já está arrojado. Assim, em têrmos como **su-jeito,** de **sub-jicio, sub-jectum,** é o **arremessado** debaixo, o que está próximo, o que é limítrofe, o que está debaixo de, o que **jaz sub,** o **jectado sub:** em ob-jecto, o que está jectado **ob,** diante, ante os olhos.

Entrando êsse sufixo em tantas palavras, é êle de grande valor para a filosofia e permite que se construa uma **teoria dos jectos,** pois todo o funcionar psíquico do homem se situa nas modalidades dos **jectos,** e a **consciência** é sempre captadora de **jectos.**

JEOVA (de **yah, oh, ah,** que significa o ser que é, foi e será. Nome que os hebreus davam à divindade **(Yahveh),** mas como nome pessoal de Deus, o Ser Supremo. Nem sempre o pronun-

ciavam, mas, sim, por **Elohim** ou **Adonai**, já que Jeová, em sua sacralidade, era respeitado pelos hebreus, cujo mandamento ordenava não tomar seu nome em vão.

JIVA (Sâncristo) = vida. Também significa, no hinduísmo, o individual consciente, distinto da alma universal ou do absoluto.

Jnana (Sânscrito) = conhecimento, cognição, sabedoria. Vide **Advaita.**

JÔGO — a) Actividade que se caracteriza pelo exercício de alguma das formas típicas de conducta de uma determinada espécie, sem nenhuma finalidade específica com referência às necessidades orgânicas (**ludus de exercício,** que é o predominante nas crianças de primeira idade).

Actividade física ou mental, despendida sem um fim imediatamente útil (**autotélica,** portanto), sem um fim definido de qualquer espécie, que, ante a consciência de quem o pratica, apresenta-se apenas como um recreio ou passatempo, ou, sobretudo, pelo prazer que oferece. Nesse sentido, equivale a **brinquedo,** a **ludus** (vide).

Quando nesse jôgo (brinquedo) há regras estabelecidas entre os parceiros, ou para quem o empreende, temos o **ludus de regra,** como se observa nos jogos infantis quando desabrocha a idade da razão.

b) O **esporte** é uma espécie de **ludus de regra,** mas de adultos, com ou sem finalidade **eugênica.**

c) Há **jôgo,** como se emprega essa palavra freqüentemente, quando êsse exercício, além das regras, oferece um bom êxito ou um malôgro, um ganho ou uma perda de carácter econômico, que se torna quase sempre a finalidade do mesmo, ou seja um ganho à custa do perdedor.

d) Diz-se, por extensão, do risco do espírito ao empreender, em seu afã de saber, as investigações, que invadem terrenos cheios de **aporias** (de dificuldades teóricas), que desafiam a argúcia do pensamento humano, e que marcam a **via** (o caminho), onde muitos ganham, muitos perdem, mas que sempre oferece prazeres inesperados.

e) Também empregado para significar (sobretudo na Filosofia Hindu) a criação, pois Brahma fêz o mundo num **acto lúdico, sem porque, autotélico,** cuja razão de ser não está em outro. Seria um **ludus puro,** perfeito, do qual o **ludus** infantil apenas levemente participa. Êsse **ludus** divino chamam os hinduistas **lilâ.**

Joie (fr.) = **alegria.**

Joy (ing.) = **alegria.**

JUDAICA (Filosofia). — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

Judex (lat.) = **juiz**

Judgment (ing.) = **julgamento.**

Judicium (lat.) = **juízo.**

Jugement (fr.) = **julgamento.**

JUÍZO — Vide **proposição.**

a) O estudo do juízo, do ponto de vista psicológico, cabe à Psi-

cologia, onde é examinada a operação de julgar e quais os factôres que nela influem, além das suas modalidades.

Na Lógica, o juízo é o acto intelectual, pelo qual negamos ou afirmamos uma coisa de outra. Quando afirmamos, o juízo é **afirmativo;** quando negamos, **negativo.** Por exemplo: «A terra é redonda», eis o primeiro caso; «a terra não tem luz própria»,eis o segundo.

O juízo, expressado por meio de palavra, chama-se **proposição.**

Assim é um juízo o acto interno pelo qual afirmamos que a Terra é redonda; as palavras que empregamos para essa afirmação formam a proposição. Podemos agora distinguir o conceito de o juízo: o conceito é de índole presentativa, enquanto o juízo é enunciativo.

O raciocínio é uma ordenação de juízos, uma operação discursiva, pela qual se mostra que uma ou diversas proposições (chamadas premissas) implicam uma outra proposição (conclusão), ou que ao menos tornam esta verossimilhante. O juízo não é apenas uma conexão de conceitos, pois é êle um acto de pensar, que se pode dizer verdadeiro ou falso. Pois, nêle, é essencial a tomada de posição, a asseveração (positiva ou negativa). Quando digo: «nem esta nem aquela mesa» faço conexões de conceitos, mas não elaboro um juízo, pois nada asseverei.

Há em todo juízo a relação de uma coisa com outra; a que se afirma ou nega, com aquela da qual se afirma ou se nega. É o **conceito-sujeito,** o objecto sôbre o qual cai a enunciação, a asseveração afirmativa ou negativa. E chama-se **conceito-predicado,** ou **atributo,** o que é asseverado, negativa ou afirmativamente, a êsse **conceito-sujeito.** Sem essa asseveração, não há juízo, pois, como já vimos, o juízo não é apenas uma conexão de conceitos.

Um terceiro elemento entra no juízo, que é a expressão da relação entre o **conceito-predicado** e o **conceito-sujeito,** que é a **cópula,** que tem a função de atribuir o predicado ao sujeito, isto é, de realizar a asseveração. Comumente é usado o verbo **ser** como cópula, ex.: O amor é um sentimento. **Amor** é o sujeito; **sentimento,** o predicado ou atributo; **é, a** cópula.

Nas proposições em que não se encontra o verbo **ser** expresso, é êle subentendido.

Segundo os objectos, os juízos podem ser classificados:

Juízos reais ou empíricos (também, chamados **juízos de existência),** são aquêles que versam sôbre factos empíricos, cujo ponto de partida é sempre uma experiência sensível. Ex.: Êste livro é verde.

Juízos de idealidade ou ideais são aquêles cujo objecto e predicação são ideais. Exs.: «A parte é menor que o todo», etc. «7 mais 3 é igual a 10», «duas coisas iguais a uma terceira são iguais entre si».

Juízos metafísicos: os que versam sôbre objectos metafísicos. Por exemplo: «o ser do homem é a racionalidade».

Juízos puros de valor: os que enunciam alguma coisa sôbre os valôres ou suas relações: «O valor moral vale mais que o valor utilitário».

Chamam-se **juízos determinativos** os que anunciam a essência do conceito-sujeito e respondem à pergunta **que é isto?** Por exemplo: O leão é um animal.

Juízos atributivos: os que respondem à pergunta **como é isso?** Por exemplo: êste livro é vermelho.

Juízos do ser: aquêle cujo predicado enuncia a categoria objectiva a que pertence o conceito-sujeito, por exemplo: Êste livro é um artefacto de papel.

A predicação pode ser:

a) de **comparação,** quando se compara o conceito-sujeito com outro, por exemplo: A França é maior que a Bélgica;

b) de **propriedade,** quando se afirma ou se nega uma relação de propriedade entre o conceito-sujeito e outros, por exemplo: Êste livro é meu;

c) de **dependência,** quando se afirma que o conceito-sujeito depende de qualquer maneira de outro, por exemplo: «As grandes chuvas determinam o desbordamento dos rios»;

d) os **intencionais,** quando o conceito-sujeito recebe uma intenção de outro objecto. Por **exemplo:** A implantação da justiça é o propósito dos homens de bem».

Todo juízo pode ser considerado sob quatro pontos de vista, o que é importante no estudo da Lógica.

Vejamos: Segundo a **qualidade,** os juízos são afirmativos ou negativos.

Quanto à **quantidade,** são **universais,** quando o conceito-sujeito contém o conceito principal em totalidade plural. Por exemplo: Todos os brasileiros são americanos; **particular,** quando o conceito principal se toma em pluralidade parcial, por exemplo: Alguns homens são bahianos.

A qualidade e a quantidade do juízo variam independentemente e permitem quatro classes de juízo de importância para a teoria do raciocínio. São êles assinalados por estas quatro vogais: A, E, I, O.

1.º) **Juízos universais afirmativos** (A): todos os S são P. Exemplo: Todos os brasileiros são americanos.

2.º) **Juízos universais negativos** (E): nenhum S é P. Exemplo: Nenhum brasileiro é europeu.

3.º) **Juízos particulares afirmativos** (I): alguns S são P. Por exemplo: Alguns brasileiros são bahianos.

4.º) **Juízos particulares negativos** (O): alguns S não são P. Por exemplo: Alguns homens não são brasileiros.

Quanto à **relação,** os juízos se dividem em categóricos, hipotéticos e disjuntivos.

Categóricos, quando a enunciação não é condicionada; é independente. Por exemplo: «Hoje é domingo».

1) O juízo categórico subdivide-se em problemático, assertórico e apodítico.

a) **Problemáticos:** quando a proposição pode ser verdadeira, mas quem a emprega não o afirma expressamente:

«O mundo é efeito do acaso, ou de uma causa exterior e necessária».

b) **Assertóricos:** são os verdadeiros de facto, não porém necessários. Ex.: «A lua é um planeta».

c) **Apodíticos:** quando o juízo é uma asserção necessàriamente verdadeira, como as verdades matemáticas: «O todo é quantitativamente maior que a sua parte».

2) **O Juízo hipotético.** Os juízos são hipotéticos ou condicionais, quando uma afirmação ou uma negação está subordinada a alguma condição ou hipótese. Por ex.: «se fizer bom tempo irei ao cinema».

3) **O juízo disjuntivo.** Os juízos ou proposições são disjuntivas, quando se compõem de duas relações, cada uma das quais não é afirmada senão quando a outra é negada. Equivale, na realidade, a dois juízos hipotéticos. Por ex.: «Se João não é sábio, é ignorante». «Se João não é ignorante, é sábio».

Estas duas proposições devem ser provadas separadamente. O seu conjunto forma uma alternativa.

Se A não é C, é B.
Se A não é B, é C.

Quanto à **modalidade,** os juízos são **assertóricos** (é certo que...) ou **apodíticos** (é necessário que...)

Chamam-se, também, **impessoais** aquêles que carecem aparentemente de conceito-sujeito. Por exemplo: Chove.

Relações entre os juízos. Chamam-se **juízos contraditórios** os que, referindo-se a uma situação idêntica, um afirma e outro nega. São juízos contraditórios entre si o universal afirmativo (A) e o particular negativo (O); e o universal negativo (E) e o particular afirmativo (I), cuja relação contraditória é recíproca. «Todo S é P» é contraditório de «alguns S não são P», e recìprocamente.

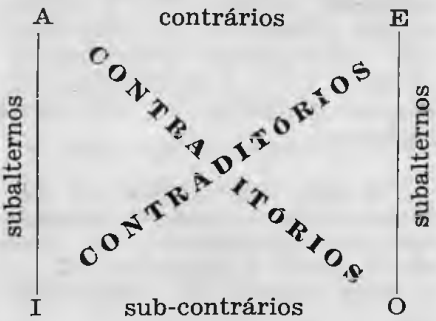
Por ex.: «todo bahiano é brasileiro» (A) — «alguns bahianos não são brasileiros» (O); «nenhum metal é metalóide (E) — «alguns metais são metalóides» (I).

Diz-se que são **contrários,** quando sendo ambos universais, um afirma o que o outro nega. São contrários o universal afirmativo (A) e o universal negativo (E). A contrariedade é recíproca. Exs.: «Todo bahiano é brasileiro» (A) — «nenhum bahiano é brasileiro» (E).

Chamam-se **subcontrários,** quando, sendo ambos particulares, um afirma o que o outro nega, cuja relação também é recíproca. «Alguns S são P» é subcontrário de «Alguns S não são P». Exs.: «Alguns americanos são brasileiros» (I) — «alguns americanos não são brasileiros» (O).

Chamam-se **juízos subalternos** os que têm o mesmo sujeito e o mesmo atributo, mas que diferem em quantidade; não em qualidade. O universal é **subordinante** do particular, que por sua vez, é **subordinado** daquele. «Todo S é P» subordina a «alguns S são P» e «nenhum S é P» subordina a «alguns S não são P». Exs.: «Todo brasileiro é americano (A) — «Alguns brasileiros são americanos» (I) «nenhum brasileiro é europeu» (E) — «alguns brasileiros não são europeus» (O).

Eis o esquema tradicional:



PROPOSIÇÕES MODAIS

Impossível é não ser...
Não-Impossível é...
É necessário não ser...
Não é necessário ser...

Nas mesmas condições nestas proposições complexas, que contêm as advérbios do espaço e do tempo.

É sempre...
Aqui é...
Nunca é... (Sempre não é:)
Em nenhum lugar é
(aqui não é...)
Algumas vêzes é...
Em algum lugar é...
Nem sempre é (alguma vez não é...)
Não é num lugar certo
(não está em algum lugar...)

O modo de necessidade eqüivale a uma proposição universal afirmativa; o modo de impossibilidade, a uma proposição universal negativa, os modos de possibilidade e de contingência a proposições particulares, afirmativas ou negativas.

Dêste modo, as proposições modais entram na classe dos juízos opostos, e permitem realizar conclusões.

A necessidade e a impossibilidade são contrárias.

A possibilidade positiva e a possibilidade negativa são sub-contrárias.

A necessidade e a possibilidade são subordinadas.

O mesmo se dá quanto à impossibilidade e à possibilidade negativa.

A necessidade e a possibilidade negativa são contraditórias.

Tomás de Aquino chamava a atenção para o carácter engenhoso das proposições modais, como também pela conveniência e o valor que as mesmas ofereciam à ciência. Modernamente, em face das grandes dificuldades que oferecem certas conclusões, lógicos actuais têm apenas se cingido a conservar a regra de que as conclusões modais, que se implicam, são subordinadas, e as que se excluem são contrárias ou contraditórias. Afirma-se o que segue: a necessidade implica a realidade,

e a realidade implica a possibilidade; a impossibilidade exclui tanto a possibilidade, como a realidade e a necessidade. Se se conclui que uma lei da natureza é necessária, conclui-se que é ela real. Se ela deve ser, ela é, se ela é, é que ela é possível. Do que é impossível, conclui-se, portanto, que não é real; e se não é real não é necessário.

Por isso, alguns consideram a necessidade como uma espécie da realidade, e a realidade uma espécie da possibilidade, representada por três círculos concêntricos. Assim tudo quanto é necesário é real, tudo quanto é real, é possível.

Fora do círculo da possibilidade está a impossibilidade, que exclui, conseqüentemente, tudo quanto a possibilidade encerra.

Daí sobrevêm a **fortiori** as seguintes conclusões:

Da necessidade, conclui-se a realidade e a possibilidade.

Da realidade, conclui-se a possibilidade.

Da impossibilidade, concluem-se a não-realidade e a não-necessidade.

Da não-realidade, conclui-se a não-necessidade.

Contudo, as recíprocas não se concluem. Assim:

Da possibilidade não se conclui a realidade e a necessidade.

Da realidade, não se conclui a necessidade.

Da não-necessidade não se conclui a não realidade e a não-possibilidade.

Da não-realidade não se conclui a não-possibilidade.

No terreno das proposições modais, penetra-se, portanto, no campo da Metafísica, e aqui já há diversas maneiras de conceber as conclusões que acima apontamos. Alguns perguntam: pode-se, da necessidade, concluir a possibilidade? O que é necessário lògicamente é necessàriamente possível? Se se concebe como possível o que tem viabilidade de ser, é concludente que o necessário e possível, porque não se lhe poderia negar a viabilidade de ser.

Se o necessário exige o possível, o possível não exige o necessário.

Ninguém pode duvidar que possamos, da realidade, concluir a possibilidade. Contudo, como concluir, da possibilidade, a realidade? Sem dúvida, está aqui um dos pontos chaves da Metafísica, e que resolvido favoràvelmente tornaria suficientemente apodítico o **argumento ontológico** de Santo Anselmo.

Podem-se colocar duas maneiras de considerar a possibilidade: a possibilidade de ser contingente, a de um ser cuja não existência ou cuja não realidade fora de suas causas não seria contraditória, e a do ser, cuja não realidade acarretaria contradição. Assim, por exemplo, é possível não existir o ser contingente A, pois a sua não existência não acarreta contradição. Mas, considerado em função de outros sêres que existem, a sua não-existência tornaria impossível compreendê-los. Assim poder-se-ia concluir que entre os planêtas não pode haver um vazio absoluto devido às influências verificáveis entre os planêtas de um sistema e os sistemas entre si. A possibilidade de existência ou não de algo intermédio impunha-se por uma ne-

cessidade hipotética, ou seja, em função necessária de outros modos de ser. Resta saber agora o que se poderia dizer em relação a uma necessidade absoluta, como se a realidade e a existência do que há exige ou não a presença de um ser primeiro, fonte de todos os outros. Que um ser primeiro seja fonte de todos os outros é possível para a nossa maneira de conceber. A sua não-existência acarretaria a impossibilidade de explicação da existência dos sêres contingentes, porque êstes não têm em si a razão suficiente remotíssima de ser. A possibilidade de um ser absolutamente necessário é evidente. Se alcançarmos a sua possibilidade lógica, desta apenas não podemos concluir a necessidade absoluta. Contudo, a impossibilidade de explicar as coisas contingentes, sem a necessidade de ser um ente primeiro anterior a tôdas as coisas, e fonte e origem destas (Deus, matéria, energia, o **nome** pouco importa), é necessidade absoluta para a compreensão do mundo. Que se conclui daí? Conclui-se que a possibilidade da necessidade hipotética é a que decorre da relatividade funcional, mas a necessidade absoluta decorre da necessidade da explicação ontológica dos sêres contingentes. Pois bem, são nessas razões, ou subentendendo-as, que a prova ontológica encontra a sua validez apodítica.

Juízos limitativos — São chamados assim por Kant os **juízos indefinidos,** que são os juízos afirmativos com predicado negativo. A é não-B. Êstes juízos opõem-se aos **afirmativos** e aos **negativos.**

JULGAMENTO — a) Julgar é decidir, é avaliar um valor (julgamento de valor) apreciar, formar um juízo acêrca de alguma coisa.

b) É também supor, conjecturar, imaginar.

c) É sentenciar, é pronunciar uma sentença.

No julgamento, há uma actividade de nossa mente que, ponderando razões, sopesando e comparando motivos, reflectindo sôbre o que é julgado, conclui pela decisão de uma estima, proferindo uma sentença.

E segundo as esferas, segundo as diversas modalidades, que vive o homem em sua vida, procede êle, constantemente, julgamentos de comparação, onde pode aplicar os conceitos de maior ou menor, de mais ou de menos, e de valor, ou axiológicos, onde aprecia valôres e decide por êste ou aquêle.

Há, assim, uma distinção entre julgamento e juízo. É que êste é mais genérico, aquêle é mais específico, pois, no juízo, o que é da sua essência é a mera atribuição de um predicado a um sujeito, enquanto, no julgamento, há mais: a comparação, a estima, a decisão e a sentença.

Jus (lat.) = **direito.**

Just (ing.) = **justo.**

Juste (fr.) = **justo.**

JUSTIÇA — Uma das quatro **virtudes cardiais.** — Vide **Cardiais** (virtudes).

Considerado de modo restrito justiça é a constante e perpétua vontade de conceder o direito a si próprio e aos outros, segundo a

igualdade. É uma virtude subjectiva, portanto.

Em seu sentido primário, significa a exactidão, como nas expressões **atitude justa, expressão justa,** mas, em sentido moral, significa o respeito que há em cada um de dar a cada um o que é seu.

São elementos integrantes da justiça: a capacidade de **fazer** o bem, o que é devido aos outros, e o hábito de **evitar** o mal que possa ser feito aos outros.

A justiça implica, como coadjuvantes: **respeito à igualdade** pela observância das normas morais; **veracidade,** que implica a conformidade entre o que se diz e o que se crê ou quer; consiste, em suma, em não enganar os outros nem em enganar-se; **gratidão** para com os que nos beneficiam; **liberalidade, afabilidade** ou **amizade, eqüidade,** capacidade de aplicar adequadamente a justiça.

A clássica divisão da justiça é a que segue:

Justiça **legal,** que diz respeito às leis estatuídas na sociedade;

a **distributiva,** a que é dada aos membros de uma sociedade segundo seus méritos e faculdades, proporcionadamente;

a **comutativa,** a que consiste na igualdade de valor das coisas cambiadas, pois o comerciante que vende acima do preço normal ofende a justiça comutativa (de **cum** e **mutatio**);

a **social,** a que tende ao bem colectivo, à prosperidade de todos para que todos vivam na plenitude da sua dignidade pessoal;

a **inter-individual,** a que consiste em não prejudicar a ninguém;

a **retributiva,** a que dá a título oneroso ou de reciprocidade, o que equivale à comutativa.

A justiça pode ainda manifestar-se em diversos aspectos, como a **infra-social,** própria de tôda sociedade, a que se funda na coordenação da comunidade humana, na subordinação aos princípios de ordenação social, na internacional, e na intelectual, que se manifesta na imparcialidade da crítica.

A **injustiça,** que é contrária à justiça, manifesta-se na ordem **real,** quando se atenta ao que é devido às coisas, às pessoas ou às actividades; **jurídica,** quando se ofende ao que institui a lei; também em perturbar as boas normas, em faltar à verdade pela falsificação ou pela revelação do que deve caber silêncio, pela seducção ao violentar a ingenuidade alheia, pela calúnia, pela infâmia, pela perversão, pelo emprêgo da violência, do subôrno, da astúcia malévola, pela privação de benefícios legítimos, pela ofensa às pessoas individuais e sociais, pela prática dos actos indevidos a si mesmo ou aos outros, pelo juízo imprudente ao julgar os factos, etc.

Justice (fr., ing.) = **justiça.**

JUSTIFICAÇÃO — a) O acto de justificar ou justificar-se consiste em considerar e atribuir justiça, ou ser justo, quanto ao de que se trata, ou quanto ao que se é ou quanto ao que se fêz, se faz ou se fará.

b) Diz-se, ademais, da defeza ou da explicação que se faz de uma imputação sofrida, quer de

a **atributiva,** que consiste em dar a título gratuito (como a justiça social);
ordem moral, quer de ordem doutrinária.

Justification (fr. e ing.) — **justificação.**

Justitia (lat.) = **justiça.**

JUSTO — a) É o que é conforme à equidade, à **justiça** (vide), à razão, à rectidão, ao direito.

b) Também o que é exacto, rigoroso, preciso. «Um raciocínio justo».

É justo o homem recto, equânime, imparcial, que realiza a **justiça** em seus actos e em seus julgamentos, e pratica a virtude.

c) Jur. o justo é, também, o que é legítimo.

K

Kábala — Vide **Cábala.**

Kakistocracia (De gr. **Kakistos** o pior e **cracia,** govêrno). O que é governado pelo pior. É o estado de corrupção do govêrno, quando cai, pela demagogia e pela burla eleitoral, explorando a ignorância dos eleitores, em poder de «gangs», e grupos corruptos e corruptores.

Kakon (to) (gr.) = **o mal.**

Kala — (Sânscrito) = Arte na Filosofia hindu.

Kala — (Sânscrito) = Arte criadora, autoria. Um dos aspectos de Siva na criação do mundo.

Kaleidoscópico — (Vide) **Caleidoscópio.**

Kalos (gr.) = Belo, beleza.

Kanon (al.) = **cânone.**

Kantismo — Filosofia de Emanuel Kant. Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

Karma, Karman (Sânscrito) = Acção, movimento. Na Filosofia Hindu, é uma entidade que porta, que leva o individual, através do **sânsara** (vide).

A **lei do karma** corresponde à lei da causação física e, também, da causação psíquica e mental do homem. É essa lei que determina a natureza e as circunstâncias da **reincarnação.**

Kapital (al.) = **Capital.**

Kapitalismus (al.) = **Capitalismo.**

Karana — (Sânscrito) = causa, causa eficiente.

Kaste (al.) = **Casta.**

Katalepsie (al.) = **Catalepsia.**

Katáphasis (gr.) = **Afirmação.**

Kataplexie (al.) = **Cataplexia.**

Kategorematisch (al.) = **categoremático.**

Kategorie (al.) = **categoria.**

Kategorisch (al.) = **categórico.**

Kath'auto (gr.) = **por si.**

Katholisch (al.) = **católico.**

Katholon (to) (gr.) = **o universal.**

Katô (gr.) = **para baixo.**

Keisthai (gr.) = **pôr, dar, situação.** Categoria de Aristóteles,

correspondente ao **situs** em lat. (Vide) **Situação** e **Categorias.**

Kennen (al.) = **conhecer.**

Kenntnis (al.) = **conhecimento.**

Kenntnisse (al.) = **adquirido.**

Kenos (to) (gr.) = **vazio,ôco.**

Kevala — (Sânscrito) — só, solidão. Atributo e ao mesmo tempo nome do Absoluto.

Khárisma — Vide **Cárisma.**

Khiasmos — (gr.) = **quiasmo** (Vide).

Khora (gr.) = **espaço.**

Khronos (gr.) = **tempo.**

Kinaesthetic (ing.) = **cinestético.**

Kinaesthetisch (al.) — **cinestético.**

Kindness (ing.) = **bondade.**

Kinematics (ing.) = **cinemática.**

Kinematik (al.) = **cinemática**

Kinesis — Em grego moção, mudança, **mutação.** Aristóteles, em «Da Geração e Corrupção das coisas físicas», estudou as espécies de **kinesis,** que são:

1.º a mutação quantitativa, **aumento e diminuição.**

2.º A mutação qualitativa **(alteração).**

3.º A mutação de lugar ou locomoção (pròpriamente o movimento). Essas mutações são as chamadas **quinéticas** ou **cinéticas.**

Kinesseôs (gr.) = o que faz. É causa eficiente para Aristóteles. Vide **Causa.**

Kinesthésique (fr.) = **cinestésico.**

Kingdom (ing.) = **reinado.**

Kismet — Têrmo que indica a concepção fatalista dos árabes. Palavra turca, que significa Fado, Destino, Fatalidade.

Klar (al.) = **claro.**

Klasse (al.) = **classe.**

KRATOS (gr.) — significa poder político.

Se consideramos o **Kratos,** como fôrça de coesão social, como super-individual, e acima de grupos, devemos tomá-la:

a) como correspondente à coesão (**arithmós tonós** pitagórico) como o que dá coerência (**cunhaerens,** de **haereo,** estar pegado, perfeitamente unido, junto, daí herança) à sociedade tomada como tensão;

b) como estructurada num organismo político (à parte), que surge na História, desde as formas mais simples de centralização de poder (conselhos dos velhos, etc.) até o Estado moderno.

No primeiro caso, a **coesão (tonós)** dá fôrça à sociedade; no segundo, a fôrça dá a coesão. Há exemplos médios de participação de ambos.

Há uma inversão de vectores, cuja mudança, apenas da ordem, permite uma distinção já nítida.

Há, na sociedade, diversos modos de surgirem as fôrças de coe-

são, como as formas de persuasão (religiões, etc.), as formas de constrangimento (Estado em tôdas as suas modalidades; a moral, sob alguns aspectos, etc.) e as trocas de vantagens (interêsses comuns criados, relações de parentesco em parte, etc.).

O **Kratos**, estructurado num organismo centralizador de poder (com graus de centralização, que correspondem à alternância do processo histórico dos ciclos culturais, como ainda veremos), é o que caracteriza, pròpriamente, a **kracia**, que realiza a **Krátesis**, a acção de dominar politicamente, dominar sôbre diversos estratos da estructura social.

O **kratos** estructura-se, porém, em formas diversas, configurativas, que tem nascimento, desenvolvimento e deperecimento, segundo os ciclos históricos.

Klaustrophobie (al.) = **cláustrotobia.**

Kleptomania (al.) = **cleptomania.**

Klugheit (al.) = **prudência.**

Knowing (ing.) = **conhecido.**

Knowledge (ing.) = vide **cognição.**

Kohäsion (al.) = **coesão.**

Koinós (gr.) = **comum.**

Kollectivismus (al.) = **colectivismo.**

Kollektiv (al.) = **colectivo.**

Kolligation (al.) = **coligação.**

Kombination (al.) = **combinação.**

Kommunismus (al.) = **comunismo.**

Komplex (al.) = **complexo.**

Konkometanz (al.) = **concomitância.**

Können (al.) = **poder.**

Körper (al) = **corpo.**

Körperlein (al.) = vide **Corpúsculo.**

Körperlich (al.) = **material.**

Korrelation (al.) = **correlação.**

Korrelativ (al.) = **correlativo.**

Korrespondenz (al.) = **correspondência.**

Kosmisch (al.) = **cósmico.**

Kosmogonie (al.) = **cosmogonia.**

Kosmologie (al.) = **cosmologia.**

Kosmologischer (al.) = **cosmológico.**

Kraft (al.) = **fôrça.**

Krankhaft (al.) = **Patológico.**

Krankheit (al.) = vide **neurose.**

Krásis (gr.) = **fusão.**

Krausismo — Doutrina de Karl Friedrich Krause (1781-1832), que tentou a conciliação entre o teísmo e o panteísmo, que é o **panenteísmo**, (vide). Vide também **Sinopse da História da Filosofia.**

Kreislauf der welt (al.) = **eterno retôrno.**

Krinein (gr.) = **julgar, discernir.**

Kriterion (gr.) = **critério, pedra de toque.**

Kriterium (al.) = **critério.**

Kriticismus (al.) = **criticismo.**

Kritik (al.) = **crítica.**

Ksanika-vada (Sânscrito) — No **budismo,** é a teoria **(vada),** que afirma que o que existe, existe momentâneamente **(ksanika),** porque tudo muda constantemente.

Kultur (al.) = **cultura, civilização.** Têrmo que, na Sociologia germânica, é sinônimo de civilização. Alguns autores usam **Kultur** em oposição a civilização, no sentido da estructura espiritual herdada por um povo, **cultivada** através dos tempos, e que ultrapassa a vida nacional, tornando-se supernacional.

Kulturkreis (Círculo da **Kultur**) é a área ou espaço em que se irradia e actua a **Kultur.**

Kunft (al.) = **Arte.**

Künstlich (al.) = **artístico.**

Kyrios (gr.) = **principal.**

L

Labor (lat.) = **trabalho.**

Lage (al.) = **situação.**

Laissez-faire, laissez passer (fr.) = deixai fazer, deixai passar. É a expressão que caracteriza os fundamentos do manchesterismo e não do liberalismo econômico, como é comum afirmar-se, e consiste na máxima liberdade de acção para o indivíduo conquistar seu bem-estar, com o mínimo de interferência, estatal, dentro, naturalmente, do âmbito que não ofenda a liberdade e a segurança alheias.

Lalomimesi (it.) = vide **Ecolalia.**

LAMAÍSMO — Do tibetano **lama,** que significa eminente, honrado, referindo-se aos **monges.** São as crenças religiosas predominantes do Tibet, que derivam do **Mahayana** budista. Vide **Budismo.**

Langage (gr.) = **linguagem.**

Langue (fr.) = **língua.**

LAPSO — Etimològicamente, do latim **lapsus,** queda, mas, também, sucessão, correr, deslizar da água. Emprega-se: a) **lapso de tempo** é o espaço de tempo ou o decurso de tempo: «Isto decorreu num lapso de cem anos».

b) Emprega-se, também, para indicar esquecimento, descuido, um engano involuntário. Também um êrro.

c) Significa, ademais, um movimento rápido: «num lapso...».

Last (ing.) = **final.**

LATÊNCIA (do lat. **latere,** estar oculto). a) na Filosofia, o têrmo é sinônimo de **possibilidade,** de **potencialidade.**

b) Na psic., é sinônimo de **subconsciente.**

LATRIA — Vide **Culto.**

LAXISMO — Vide **Rigorismo.**

Law (ing.) = **lei.**

LEALDADE — Vide **Fidelidade.**

LEALISMO — a) Lealdade.

b) Obediência dos cidadãos ao govêrno constituído.

c) Também acatamento às leis promulgadas.

d) Lealdade para com a doutrina exposada, ou ao agrupamento a que alguém pertence.

Leben (al.) = **vida.**

Lebens (al.) = **vital.**

Leere (das) (al.) = **vácuo.**

LEGALIDADE — a) Carácter do que é legal, do que está de acôrdo com as leis positivas.

b) Conformidade com as normas morais estabelecidas.

c) Carácter do que é regulado por leis.

d) A obediência a uma lei (**legalidade lógica,** obediência às leis da Lógica).

LEGALISMO ÉTICO — É a insistência das normas e das suas conexões, que regulam os actos morais. A **ética deontológica** é geralmente chamada de **legalística.** Vide **Deontologia.**

Legge (it) = **lei.**

LEGÍTIMO — Tudo quanto se adeqúa ao direito aceito, estabelecido.

Lehnsatz (al.) = **lema.**

Lehere (al.) = **doutrina.**

Lei — Vide **Causa** — Além das acepções expostas naquele verbete, tem mais as seguintes:

a) Tôda fórmula, que expressa a necessidade de uma acção, é chamada lei. É uma definição de Kant. Ela revela a norma geral, o imperativo, a regência da acção. Mas a lei jurídica exige o costume, a tradição, a exigência da boa conduta de alguma actividade ou estado. Ademais, exige a promulgação por quem seja suficientemente hábil, e possua o poder de determinar, **legislar.** Daí poder-se falar em **leis** de Deus, da natureza, dos homens.

As **leis do espírito,** as leis do pensamento, são dadas pela natureza directamente, e constituem os axiomas fundamentais do raciocínio e do juízo.

Lei moral, ou ética é o dever-ser (imperativo), que é frustrável, mas que **tem de** ser cumprido pelo bem e pela manutenção dos costumes.

LEI DA ABSORÇÃO — Vide **Absorção.**

LEI ASSOCIATIVA — Vide **associativo.**

LEI DA SIMILITUDE — Vide **Similaridade.**

LEI DE TALIÃO — a Lei da **retaliação.** Seu lema é: ôlho por ôlho, dente por dente.

b) Empregado, metafòricamente, para indicar o adversário que retruca com equivalentes acusações proporcionadas às do acusador adverso.

Leiden (al.) = **padecer.**

Leidend (al.) = **passivo.**

Leidenschaft (al.) = **paixão.**

LEIS DO ESPÍRITO — São os axiomas fundamentais que o pensamento deve obedecer, a fim de alcançar a validez lógica.

LEI DO INTERÊSSE — Vide **interêsse.**

Leistung (al.) = **serviço.**

LEMA — (do gr. **lemme,** que significa o **aceito**). a) Emprega-se para dizer, também, **tese.**

b) É o nome que se dá à proposição preliminar que se deve demonstrar prèviamente, a fim de poder demonstrar a tese principal.

LEMBRANÇA — Vide **Recordação.**

Lemma (gr.) = **lema,** proposição.

LETARGIA — Estado que, segundo Charcot, é uma fase da **hipnose,** cujas subseqüentes seriam a **catalepsia** e o **sonambulismo.** A letargia caracteriza-se por hiperexcitabilidade neuromuscular, com anestesia e flacidez muscular.

Letzt (al.) = **final.**

Lex (lat.) = **lei.**

Lexis (gr.) = **dicção, palavra frase.**

LIBERALISMO — a) Atitude social, que se caracteriza pelo interêsse no incremento e na disseminação do bem-estar econômico e social, sem necessidade de modificações violentas na sociedade.

b) Politicamente, o liberalismo é a doutrina pela qual convém aumentar, tanto quando possível, a independência do poder legislativo e do poder judiciário, em face do poder executivo, ao mesmo tempo que deve dar maiores garantias e máxima liberdade ao cidadão, salvando-o, quanto possível, do poder arbitrário do Estado.

c) Na religião, é o movimento que reclama o direito ao livre exame e à liberdade de pensamento.

d) Por extensão, diz-se que há liberalismo onde há tolerância, respeito aos direitos alheios, confiança no uso da liberdade.

e) Na Economia, é confundido com o **manchesterismo.** Vide **Laissez faire,laissez passer.**

LIBERDADE — (Do latim **libertas**).

Simplesmente falando, liberdade significa **imunidade à necessidade.**

A liberdade pode ser **activa** ou **passiva.**

A liberdade activa é a **indiferença activa,** a que pode realizar indiferentemente actos diversos.

A **liberdade passiva** é a que consiste em receber actos diversos, sofrê-los; a que não oferece coacção eficiente à actuação de outrem.

Chama-se, ainda, de liberdade sem coacção, a liberdade de espontaneidade, a liberdade sem necessidade, a que pode realizar-se por impulso intrínseco sem impedimento. Esta a tem os animais brutos, quando seguem seus impulsos naturais.

A liberdade de arbítrio é a liberdade de indiferença, que consiste em seguir imune, sem necessidade natural. Ela se distingue em **liberdade de exercício** e **liberdade de especificação.**

A **liberdade de exercício** é a que pode exercer ou não exercer um acto.

A de especificação é a que pode eleger um, escolher êste e preterir aquêle, entre diversos objectos, entre o bem e o mal.

A liberdade de especificação inclui a liberdade de exercício.

A **liberdade de arbítrio,** de escolha (o **livre-arbítrio**) é, portanto, a activa indiferença de origem intrínseca, com poder de vontade, que pode agir ou não agir. Inclui-se, nela, a vontade, com a característica da cognição do fim.

Por isso, pode ela errar, porque pode errar no juízo que faz, na escolha que procede, preferindo o que lhe é inconveniente ao que lhe seria conveniente. Não segue, portanto, a mesma ordem do **instinto,** porque, neste, não há êrro. O instinto manifesta-se numa selecção espontânea, cuja lógica é orgânica (o instinto é a lógica dos órgãos). No **livre arbítrio,** há a presença da escolha do homem, cuja cognição intelectual pode falhar, portanto errar.

O tender para o êrro, por vício intrínseco, é uma prova da liberdade de arbítrio, pois escapa ao campo da mera ordenação biológica.

A natureza não peca; quem peca é o homem, enquanto homem. Mas, para haver o pecado, como o instituem as religiões, é imprescindível que se dê o afastamento do fim justo para uma finalidade injusta e inconveniente, com conhecimento da diferença entre ambos. No pecado, há a escolha deliberada e consciente do mal; do contrário, não.

O poder contrariar a própria lógica dos órgãos prova a liberdade de exercício; e a liberdade de especificação prova, portanto, o livre arbítrio.

É por dispor do livre arbítrio que o homem pode dizer **não à natureza.** É nessa capacidade de contrariar a natureza que muitos põem a diferença essencial do homem.

LIBERTÁRIO — a) Nome que a si se deram os **anarquistas,** intransigentes partidários da liberdade com ética, e não da liberdade sem ética, que é, para êles, a lei das selvas. Entretanto, os anarquistas se chamam e são chamados de **libertários,** sòmente quanto ao aspecto doutrinário e teórico especulativo.

b) Empregado, embora raramente, para indicar os **liberais.**

LIBERTARISMO — a) Nome que antigamente era dado à doutrina da liberdade da vontade, do livre-querer, do **livre-arbítrio** (vide **arbítrio**).

b) Modernamente, é o nome que se dá a tôda luta pela liberdade humana.

Libertas (lat.) = **liberdade.**

Liberté (fr.) = **liberdade.**

LIBERTINISMO — a) Nome de seita que lutava por certas reformas na Igreja, no Renascimento.

b) Na Psic., é a satisfação desenfreada e promíscua, geralmente de índole sexual, podendo ser alcoólica, etc., e que revela uma degradação de ordem moral.

LIBERUM ARBITRIUM em latim = **Livre arbítrio,** vide **arbítrio.**

LIBIDO (lat.) de **libet,** de or. obscuro, mas que significa agrado, prazer.

a) Dêsse modo **libido, libidinis,** é desejo, a inclinação, a gana, nesse bom sentido geral que tem em português e espanhol.

b) Para a psicanálise, a **libido** é apenas o desejo ou energia sexual. É a expressão dinâmica do instinto sexual, ora aderido ao eu, ora aderido às coisas, ora às pessoas.

Todos os desejos e anelos sexuais são, para a psicanálise, libido.

Para Jung (como já o era, também, para Santo Agostinho) é o **amor,** o desejo veemente de algo, não apenas sexual. Algo que se assemelha à fome, e no caso sexual, é uma **fome sexual.** E o **logos analogante** da **libido** é, inegàvelmente, a fome, o anelo incontido e incontível, movido pelo instinto de alimentar-se, mas que se manifesta no sexual pelo ímpeto a algo que lhe apazigúe a fome sexual.

Daí têrmos populares com dois significados, como seja **comer, papar, comida,** etc., que são aparentemente equívocos, mas que são análogos se considerarmos o **logos,** a razão ontológica da **libido.**

LICENCIOSO — Vide **Incontinente.**

Liebe (al.) = **caridade.**

Lieu (fr.) = **lugar.**

Life (ing.) = **vida.**

LIGAÇÃO — De ligar. a) Significa conexão funccional e coordenação entre os factos ou as idéias.

b) Emprega-se, também, para indicar as conexões entre sêres humanos, como **ligações amigáveis, ilícitas,** etc.

Like (ing.) = vide **Similar.**

Likely (ing.) = **verossímil.**

Likeness (ing.) = vide **similaridade.**

Lilá (Sânscrito) = jôgo, brinquedo, **ludus.** Vide **Jôgo.**

Limes (lat.) = **limite.**

Limiar — Vide **Umbral.**

LIMINAL — a) Que concerne ao **umbral,** ao **limiar** da consciência. Daí **sublimal,** abaixo da consciência, sub-consciente.

b) Diz-se de tudo quanto está em sua normal, e é o têrmo empregado em várias disciplinas, sempre nesse sentido. Análogo a **normal.**

Limit (ing.) = **limite.**

LIMITAÇÃO — Acção ou efeito de limitar. **Limitar** é demarcar, é lindar, é extremar, é dar limites, é restringir.

É um têrmo negativo em certo sentido, pois a acção de limitar (a limitação) processa-se pela separação, pela ausentação do que fica além. É o carácter dos têrmos negativos, quer empregados como sujeitos, quer como predicados, tais como **nada, não-ser,** etc. Vide **Limite.**

LIMITATIVA (particular) — É a proposição ou juízo que nega o predicado de uma parte sòmente da extensão do sujeito. Equivale à asserção simultânea da proposição particular afirmativa e da particular negativa. Alguns A são B, ou alguns A não são B

são proposições particulares limitativas. Também se emprega a expressão «particular exclusiva».

LIMITATIVA (proposição) — Vide **Exclusiva (proposição).**

LIMITE — Linha ou superfície de demarcação entre espaços determinados. Também têrmo, confins, extremo, meta, fim. O têrmo vem do latim **limes, limitis. Limes** é o caminho entre dois campos, a rota, a marca no campo que separa, a muralha, a barreira. Vem êste têrmo de **limus, a, um,** de origem obscura, que significa oblíquo, atravessado.

Em seu **logos, limite** é o ponto até onde algo é o que é, pois é, no limite, que uma coisa é o que ela é, e deixa de ser o que é, pois começa o que não é ela. O conceito de **limite** é assim **dual,** pois, onde há **limite,** há algo que é negado. É afirmado o que tem limites, e é afirmado o que não é, o que tem êste ou aquêle limite. O limite indica sempre um além de..., pois o que tem limites afirma que há algo além dêle. O que não tem limites afirma que não há **nada** além dêle. Assim, o Ser Supremo não tem limites, porque não há nada fora dêle, pois tudo quanto há é **dêle.**

As coisas limitadas são, pois, as coisas finitas. E essa é a razão, porque, no conceito de finito, está analogado o conceito de **limitação.**

Essa o motivo porque **limite,** na Filosofia, toma o sentido de algo que é intransponível, se se considerar de dentro da coisa. Os limites encerram a coisa em si mesma, e nenhuma coisa ultrapassa seus limites formais, pois, do contrário, deixaria de ser o que é para ser outra coisa. Pode-se, assim, dizer que uma coisa é ela mesma, enquanto está em seus limites. E tudo quanto é algo, ou seja, o ente cuja essência, não é sua própria existência, é um ser limitado, portanto finito.

Todos os usos na Filosofia dêste têrmo obedecem a êsse **logos,** e quando não o obedecem não são legítimos.

Para uma visão mais metafísica do **limite** vide **Crise,** pois onde há o limite há crise, onde há crise, há o limite. A crise é própria dos sêres limitados.

LINFATICO — Um dos quatro temperamentos fundamentais, segundo a classificação tradicional de Hipócrates.

LÍNGUA — a) Órgão muscular situado na bôca.

b) Por extensão, usa-se para designar o sistema de linguagem diferenciado, que serve de meio de expressão e de comunicação entre sêres inteligentes.

c) Diz-se do modo de escrever de alguém ou de uma disciplina: «Língua de Rui..., língua da ciência...»

d) Por metáfora, diz-se de todo sistema de comunicação das idéias: «Língua dos surdos-mudos, língua dos cálculos, etc.»

LÍNGUAS ANALÍTICAS — Vide **Analítico.**

LÍNGUAS SINTÉTICAS — Vide **Analítico.**

LINGUAGEM — Vide **Sinais** e **Linguagem.**

LINHA — a) Expressão da extensão (comprimento), abstraindo outras dimensões.

Pode ser recta, curva, oblíqua, etc., segundo a direcção do comprimento, em relação a ponto abstracto. Essas linhas são espécies e, portanto, relativas. A linha, em seu sentido eidético, é **absoluta,** como enunciamos acima.

b) Por extensão, o têrmo é aplicado para indicar limite, demarcação, fronteira, direcção, vector, série, subordinação serial (linha de vapores, linha de parentesco, etc.).

LIVRE ARBÍTRIO — Vide **Arbítrio (livre)** e **Liberdade.**

LOCAL — O que é concernente a **lugar,** ou que dêste depende.

LOCALIZAÇÃO — a) Acção de localizar, de colocar num determinado **lugar** (vide).

b) Na Psic., é a colocação de uma fonte de estimulação numa multiplicidade espacial ou temporal, com referência ao observador ou sôbre êste, tomado corporalmente.

c) Colocação de uma sensação, percepção ou recordação (evocação), mas no tempo ou no espaço ideal.

LOCALIZAÇÕES CEREBRAIS — Vide **Frenologia.**

LOCOMOÇÃO (de **locus,** lugar e **moção,** movimento. É a transladação de um móvel no espaço. Vide **Mutação** e **Kinesis.**

Locus — Na Lógica, é o nome genérico do **ubi** e do **situs** (vide).

LÓGICA — Atingiu o homem a fase racional, quando seus pensamentos começaram a se processar com certa ordem, quando pôde tirar conclusões, quando pôde dirigi-los, transformando-os num poderoso instrumento de trabalho. Dessas observações, já numa fase superior, concluiu, finalmente, que a regularidade nos pensamentos lhe mostrava que uma ordem presidia aos mesmos, o que lhe permitiu construir uma ciência dos pensamentos, ao descobrir relações, regras, constantes.

A êsse conjunto de regras é que se chama **Lógica,** ou seja, a ciência dos pensamentos enquanto pensamentos, prescindindo dos outros aspectos e dos outros elementos, que se relacionam com êles, e que formam os objectos de outras ciências.

Os objectos são classificados de várias maneiras pelos lógicos: temos **objectos sensíveis** ou reais, que são os oferecidos pela experiência sensível, quer pela percepção externa ou pela percepção interna. Os da percepção externa são denominados **objectos físicos;** e os da percepção interna, **objectos psíquicos.**

Os **objectos físicos** são os factos corpóreos, que se dão no tempo e no espaço.

Os **objectos psíquicos** são factos da consciência. Um desejo, uma representação existem apenas no tempo, não no espaço, porque êles não ocupam lugar, embora estejam relacionados a um ser consciente, que possui um corpo, como o homem, enquanto tal, o qual ocupa um lugar no espaço, como nos revela o conceito de corpo.

São **objectos ideais** aquêles que não têm um lugar no espaço nem do tempo, como, por exemplo, os números, as relações, os conceitos, pois o de livro não tem uma dimensão nem uma idade. Assim não se pode dizer que o conceito de livro tenha um metro ou menos de um metro, nem um ano ou dois de idade. Êste modo de compreender os objectos ideais é o mais comum na Filosofia.

A **Lógica** é uma ciência filosófica especulativa, que tem como finalidade alcançar a verdade. Suas leis não são arbitrárias, pois decorrem do exame do próprio raciocínio. As leis revelam-se à proporção que avançamos no exame dos conceitos, juízos, raciocínios e demonstrações. É ela, também, uma ciência normativa.

Não é, assim, a Lógica um mero hábito, mas a reunião coordenada das regras e normas alcançadas, justificadas pela experiência. É um hábito operativo, regulado por normas certas e determinadas, e tendente a um fim: o raciocínio sem erros. É inegável, como se vê na teoria do silogismo, que, obedecidas as regras fundamentais, é impossível o êrro, o que demonstra haver um conhecimento certo e evidente na Lógica, que é o que lhe dá as características de ciência. É ela uma arte, e também uma ciência. Aristóteles a considerava a arte de inquirir, a qual, fundando as demonstrações, tornava-se, afinal, uma ciência demonstrativa.

Como ciência, a Lógica tende a estabelecer normas universais de raciocínio. Clàssicamente, o seu objecto é o **ente da razão**. Êste objecto formal existe objectivamente no intelecto, mas fundamentado nas coisas.

Os escolásticos consideravam como **ente de razão** aquêle que apenas existe objectivamente no intelecto, assim como o conceito de espécie, de gênero. Mas, tais conceitos têm um fundamento **in re,** porque se são carentes de uma entidade própria, se não existem de per si, não se lhes nega positividade, pois referem-se ao que há em comum na natureza.

Há, ainda, outros conceitos de razão, com fundamento **in re,** que se caracterizam pela privação de ser, como, por exemplo, os conceitos **treva, sombra, nada,** os quais não têm nenhuma existência, senão na razão, mas possuem positividade por referência, com fundamento **in re,** consistente aquela na carência, na privação de alguma coisa que é.

A **Lógica Formal** ordena os conceitos de modo meramente formal, abstraindo-os da matéria, enquanto a **Lógica Material** ordena-os, repondo-os na matéria.

A Lógica é uma ciência prática e especulativa para muitos, e apenas especulativa para outros. Diz-se que é prático o que tende para a obtenção de um fim eficiente; por sua vez, o especulativo tende apenas para uma cognição. Enquanto o prático faz, o especulativo tende ao saber. Nesse sentido, a Lógica seria especulativa. É inegável que é ela uma arte prática, mas eminentemente especulativa.

O objecto da Lógica é o **ente de razão lógico.** Ora, o ente de razão é o que existe apenas no

intelecto. Mas se tal ente não tem um correspondente fundamento **in re,** é êle passível de dúvida quanto à sua validez. Esta é a razão por que a **Lógica Formal** exige providências analíticas posteriores, sob pena de perder-se num logicismo perigoso. Êsse fundamento surge na lógica clássica com o nome de **segundas intenções.** Essas **segundas intenções** do ente são pròpriamente, o **lógico,** o objecto formal da Lógica, que se funda na relação de razão. Entre essas segundas intenções, podemos distinguir: os conceitos, que surgem da primeira operação do espírito; o juízo, que constitui a segunda operação; o raciocínio e a argumentação, que são a terceira operação.

Podemos agora comparar a Lógica com a Dialéctica, pois esta tem um outro papel, que consiste em procurar outras vias para o raciocínio, sem deixar de aplicar as normas da Lógica Formal. A Dialéctica realiza, assim, uma operação através de diversas vias pensamentais, e busca dar uma solidez concreta à Lógica, evitando os perigos do logicismo. Pròpriamente, tem ela essa finalidade, porque o logicismo, devido à acentuação do abstractismo, pode levar o homem a tomar como ente real, e existente de per si, o ente puramente de razão. A aplicação da Dialéctica é, assim, completiva e eminentemente concreta.

LÓGICA DEMONSTRATIVA — É a parte da Lógica que se dedica ao estudo e justificação dos métodos demonstrativos. Vide **Demonstração.**

LÓGICA DO ETIAM — Lógica do também. É a **Dialéctica** (vide).

Logical (ing.) = **lógico.**

LÓGICA MATERIAL (LOGICA MATERIALIS) — É a Lógica enquanto aplicada, enquanto rectamente conduzida para alcançar a verdade, como **arte (tekhne).**

LÓGICA PREDICAMENTAL — Parte da Lógica que se dedica aos estudos dos antepredicamentos, dos predicamentos e dos postpredicamentos.

LÓGICA PROEMIAL (LOGICA PROEMIALIS) — É a parte introductória da Lógica Material. na qual se estuda a praticidade da Lógica, os objectos das diversas lógicas, se é uma ciência especulativa ou prática, a **Logica Utens,** a lógica utilizável, cujas análises são proêmios para o estudo da **Lógica Predicamental,** que é a base da **Lógica Demonstrativa.**

LÓGICA TRADICIONAL — É o nome que se dá à Lógica Formal, que foi construída por Aristóteles, com contribuições dos estóicos e, sobretudo, pelas grandes análises e estudos dos medievalistas (escolásticos), à qual se acrescentaram importantes pesquizas modernas.

LOGICISMO — a) É o nome que se dá a tôda doutrina que colòca a Lógica em papel preponderante na Filosofia, subordinando tôda construcção especulativa correspondente às regras lógicas e ao âmbito que a mesma tem, o que dá o rigor e firmeza das idéias.

b) Particularmente, é empregado para indicar a filosofia hegeliana (de **Hegel,** vide **Sinopse da História da Filosofia)** e, também, para as doutrinas que negam, terminantemente, a reducção da Lógica à Psicologia, ou que lhe dão uma mera origem psicológica.

Logismos (gr.) = **raciocínio.**

LOGÍSTICA — a) É a lógica algorítmica, também chamada **lógica simbólica;** ou melhor, **lógica signalativa,** ou **algebraica.** Para a logística, a matemática é a lógica dos números, e a lógica, a matemática dos conceitos e dos juízos.

O enunciado logístico não é falso, mas exige uma distinção entre **número** e **conceito,** o que, naturalmente, levado até às suas últimas conseqüências, marca os limites da **logística,** e também a coloca dentro das possibilidades da **lógica formal.**

b) Chamavam os pitagóricos de **logistikê,** a matemática do cálculo, ou a matemática dos homens de negócio.

c) Com Leibnitz, tomou o sentido de **lógica matemática,** uma das espécies do **calculus ratiocinator** (cálculo raciocinador).

d) O sentido moderno do têrmo foi dado pelos franceses para indicar a **lógica simbólica** ou de **sinais,** mas, sobretudo, se emprega para a construcção lógica de Fregge e Russell, que defendem a tese de que a Matemática é reductível à Lógica.

LOGO — Conjunção que indica a conseqüência lógica. Igual a **portanto:** «Penso, logo existo.»

LOGOMAQUIA — (Do grego **logomakhia).**

a) Discussão na qual os interlocutores tomam os mesmos nomes em acepções diferentes.

b) Emprega-se, em geral, o têrmo para referir-se aos argumentos meramente verbais, que se fundam em têrmos não rigorosamente definidos.

LOGOS — (Do gr. **Logos,** que entre suas inúmeras acepções inclui as seguintes: **palavra** (correspondendo ao **verbum** latino, o que fica além do que se pode falar, do indivizível, do **inefável,** inteligência, espírito, pensamento, revelação divina («no princípio era o Logos»), e também supremo acto, lei, relação, tratado (**logia,** na composição de vários têrmos), ciência, estudos, razão, razão íntima das coisas, fundamento delas, exercício da razão, do juízo, razão divina, etc. Há dezenas de acepções dêsse têrmo.

Mas se observarmos sua origem, nêles encontramos êsse importante radical **lec, log, lig,** que surge em tantos têrmos, que a êle estão aparentados, bem como os radicais lag, lac, leg, lex, lix, lox, etc., que em seu primitivo sentido significa o que é **captado** pela **mente, mentado,** como vemos em palavras que têm tal radical, como sejam **ler,** de **legere,** escolher, de **collectare,** coligir, de **colligere,** eleger, de **elegere,** etc. Indica o **captado que foi escolhido.** A razão ontológica, ou seja, a mais íntima significação de **logos,** a estructura íntima ideal dêsse têrmo, é a razão. Seu **eidos** é o que, de modo absoluto, damos ao têrmo **razão,** mas no sentido de fundamento, de lei. Falar-se do

logos de alguma coisa, é falar do fundamento dessa coisa, pois uma coisa é o que é pela razão íntima do seu ser, seu **logos,** a sua **lei**. Assim, reunindo todos os conceitos de **logos,** vemos que é **lei, princípio** e **relação.** Princípio, porque para que uma coisa seja é necessário ser algo, seu princípio é, pois, o mais íntimo de seu ser, já que êste ela não é. **Lei,** porque o que impõe que algo seja, é êsse princípio, e **relação,** porque nesse conceito está o referir-se a alguma coisa, e o que é refere-se a alguma coisa, ou a si mesma, ou além de si mesma, a outro ser.

O **logos,** pois, tem um **logos,** a sua razão. E o **logos** do **logos** desvela-se para nós, porque é alguma coisa, e o que é alguma coisa tem uma razão de ser em si ou em outro. Assim, quando nós falamos no **logos analogante** de uma coisa, falamos no **logos,** a razão, que o analoga, que o conexiona, eidèticamente, com outros **logoi** (pl. de **logos**), mas no que representa o mais íntimo de tôdas as coisas, como vemos nos aspectos críticos que temos empreendido neste dicionário, ao buscar o conteúdo ontológico (o **logos** do **ontos,** do ente) de alguma coisa.

Todo ser tem uma razão eidética, que é a sua última essência. a sua última razão de ser, que chamamos a sua **essência ontológica,** distinta, sob certo aspecto. da essência lógica, porque esta é a que cai na definição, enquanto aquela é a revelação de sua **última razão.** Essa distinção foi por nós nitidamente caracterizada em nossa «Filosofia Concreta», onde evitamos a confusão entre a **razão lógica** e a **ontológica** de uma coisa.

Por isso, pode-se falar que «No princípio era o Logos e o Logos era o princípio (Ev. de S. Joao), porque o princípio de tôdas as coisas é o **logos,** e as coisas principiam a partir de seu **logos** ou de um **Logos,** fonte e origem de tôdas as coisas.

A essência de uma coisa é o **pelo qual** uma coisa é o que ela e. Quando se pergunta o que é uma coisa, a resposta refere-se à sua essência, porque se êste objecto é um vaso, é porque há nêle algo **pelo qual** é êle classificável como vaso, que é a **essência** de vaso. A **essência lógica** é a que cabe na definição, a **ontológica** é a que dá a razão de ser de vaso ao vaso. Muitas vêzes a essência lógica e a essência ontológica se confundem, e se identificam até, como se poderia ver no exemplo acima citado, mas noutras coisas a distinção é mais nítida.

Para Platão, como todos os sêres se analogam, mais remota ou mais próximamente, todos têm um **logos** comum que a todos analoga. E êsse **logos** comum, fonte e origem, que unifica tôdas as coisas, é o **Logos** que surge depois nos discípulos tardios de Platão. Tudo quanto é, participa do Ser Primeiro, cuja essência nos escapa, mas que sabemos que é quem dá o ser a todos os entes. Tudo participa dêsse Ser absoluto, tudo quanto é, de que modo fôr, substância ou accidente, com plenitude ou deficiência, pois todo modo de ser é ser, e todo modo de ser aponta a uma semelhança com o Ser Infinito, por participação. Êste não pode ser

um atributo das coisas finitas, dependentes, mas, sim, o princípio delas, de onde elas dependem. É por depender dêle, é que todos os entes dêle participam. Essa relação de dependência afirma uma relação de similitude deficiente, a qual é a essência da participaçao.

LOGOS ANALOGANTE — Vide **Logos.**

Logos spermatikôs — Vide **Ontologia (conceito de).**

Loi (fr.) = **lei.**

LOUCURA — Desequilíbrio mental: psicose. Sinônimo de **Insânia** e de **Insanidade.**

LOUCURA MORAL — Vide **Cecidade.**

Love (ing.) = **amor.**

Lower (ing.) = **inferior.**

LÚDICO — O que se refere ou diz respeito a **Ludus.** Vide **Jôgo.**

LUGAR — O **onde** está situado ou pode situar-se alguma coisa. É uma das **categorias** de Aristóteles. Para êste, como para os escolásticos, **lugar** é o **terminus** do **continente**, não o **terminus** do corpo, **terminus** segundo a colocação do corpo, imóvel segundo si mesmo. É algo entre as coisas da natureza, que tem alguma potência, pois pode ser ocupado. Não é matéria nem forma. Não é espaço **(spatium)** distinto das coisas, pois não excede o locado, pois o lugar e coisa ocupante são simultâneas. O lugar não se transmuta. Tem um anterior e um posterior à sua posição. Lugar e vazio distinguem-se, segundo a razão **(secundum rationem).**

LUGAR (LUGAR-COMUM) — a) Chamam os lógicos de **lugar-comum** alguns postulados gerais aos quais se podem correlacionar tôdas as provas usadas nas diversas matérias tratadas. Chamam, ademais, de **invenção** a parte da Lógica, que trata dêsses lugares.

b) São considerados lugares comuns, na Lógica, os **predicamentos,** tais como gênero espécie, o próprio, o accidente, etc.

c) Comumente, emprega-se o têrmo **lugar-comum** para referir-se a banalidades ou provérbios comuns.

L'uno (it.) = **algum.**

Luogo (it.) = **lugar.**

LUTA — É um processo de ataque e de defesa, que se dá entre sêres. É a oposição de fôrças. No caso dos sêres vivos, ela se dá num meio que lhes é comum. Ela pode ser **material** entre os sêres vivos e os elementos inanimados da natureza; **humana,** entre sêres humanos; **psicológica,** entre móveis ou impulsos psíquicos; **social,** entre indivíduos e grupos sociais ou entre êsses, etc.

A luta pode ter carácter lúdico, como se vê no esporte de competição e nos brinquedos infantis.

LUTA PELA VIDA — Luta pela vida ou luta pela existência é uma expressão criada por Charles Darwin **(struggle for life),** para indicar a sua hipótese evolutiva, pela qual as espécies conhecem transformações pelo esfôrço das mesmas em sua luta para sobreviverem.

LUTERANISMO — É a escola e o pensamento filosófico instituído por Martin Luther (Lutero), no qual estão os fundamentos do pensamento protestante, tais como sejam os seguintes postulados: a fé é suficiente para a salvação, a graça de Deus é independente do mérito, o livre exame, etc. Há variedade de concepção religiosa e filosófica entre os próprios luteranos.

Lux (lat.) = **luz.**

LUZ NATURAL — Sinônimo de **razão.** Segundo tudo indica, seu primeiro emprêgo se deu no Evangelho de São João.

LUZES (SÉCULO DAS) — Vide **Aufklärung.**

LUZES (FILOSOFIA DAS) — É também o nome que se dá ao conjunto das idéias filosóficas que caracteriza a **Aufklärung** (vide).

M

M — No silogismo, significa esta letra o **têrmo médio.**

MÁ CONSCIÊNCIA — a) É a que opõe, èticamente, à boa consciência.

b) É a de quem tem remorsos ou dúvidas sôbre a sua conducta.

c) Para alguns autores é má tôda consciência, pois o estado consciente é a captação de um descontentamento. Essa concepção é muito própria da nossa época de após duas guerras terríveis, como as que tivemos em 1914-1918 e 1939-1945.

Macrocosm (ing.) = **macrocosmo.**

Macrocosme (fr. e al.) = **macrocosmo.**

MACROCOSMOS — Oposto de **microcosmos.** Na relação que se forma, em certas doutrinas, entre o homem e o Universo, êste é visto como o **macrocosmos** e aquêle como o **microcosmos;** ou seja, como **cosmos** (vide).

Assim, o organismo é um pequeno cosmos, um pequeno mundo, contido num grande mundo (**macros,** em gr. grande, **macrocosmos**), pois ambos apresentam o carácter de uma totalidade, que forma uma unidade de ordem superior às das partes subordinadas à normal dada pelo todo.

MAGIA — a) **Magos** era o nome dado aos sacerdotes da antiga Pérsia, que realizavam actos extraordinários de prestidigitação, bem como produziam fenômenos, que pareciam surgir como productos de fôrças ocultas, espíritos ou sêres **sobrenaturais** e até **extranaturais.**

Na magia, impõe-se distinguir a **magia branca,** que os egípcios chamavam a do **filho da branca,** têrmo simbólico da magia tendente para o bem, e a **magia negra,** do filho da negra, tendente para o mal, praticada por feiticeiros e bruxos. A **necromagia (nekros, morte)** é aquela que usa a invocação dos mortos para a realização de fenômenos físicos ou psicológicos. As vêzes é chamada de **nigromagia,** que não se deve confundir com **niger,** negro, pois sua origem é de **nekros.** Assim **nigromante,** vem de **nekromantes,** em grego, que é o que invoca os mortos, com o fim de predizer o futuro. **Nicromancia** é essa arte de prever o futuro pela invocação dos mortos.

b) Na Sociologia, opõe-se o têrmo **magia** ao de **religião.** Na **magia,** há uma visão rudimentar da legalidade da ordem cósmica, pois ela admite que existe conexões regulares e rígidas entre tôdas as coisas, de modo que as mais simples, por participarem de alguma formalidade, embora em grau menor que as fôrças superiores da natureza, possuem essa formalidade em grau máximo. Podem as menores, graças ao nexo que as une às maiores, pôr estas em movimento e acção, em benefício ou em malefício de algo, para o qual são dirigidas. Há, na magia, pois, um rudimentar pensamento científico. Já na religião, as fôrças superiores são superiores ao ser humano, e não podem ser movidas, dirigidas, constrangidas por êste, mas apenas solicitadas para que lhes dê apoio. Na Religião, a divindade é livre; na magia, a divindade está subordinada às ordens da conexão de tôdas as coisas.

Chamava Spengler a cultura árabe de **cultura mágica** por estar impregnada do **pensamento mágico,** no sentido que acima expusemos.

Contudo, fala-se em **pensamento mágico,** em outros autores, num sentido algo diferente. Há pensamento mágico sempre que o homem admite a intervenção de poderes sobrenaturais, que podem ser despertados pela simpatia e por caminhos irracionais. O romantismo, na Filosofia, revelou certa tendência mágica, quando afirmava a superioridade do irracional sôbre o racional, da intuição sôbre a razão, da simpatia sôbre o conhecimento. Há, contudo, aí, muita positividade, mas esta não está precisamente onde os românticos julgavam encontrá-la, mas, sim, no poder de iluminação, de esclarecimento que surge nos fenômenos psíquicos da inspiração, que têm realmente uma base simpatética, que passa a ser tema de cuidadosos estudos da Psicologia e da Noologia modernas.

Para os pitagóricos, que estudavam os **arithmoi magikoi,** os números mágicos, o seu pensamento sôbre a magia era o seguinte: há combinações, coordenações, estructuras, que fazem surgir poderes latentes nas coisas, os quais se actualizam, dadas certas ordens numéricas, como sejam fenômenos físicos, que ultrapassam os limites da natureza de uma coisa, enquanto possuidora de tal forma, mas que está incluso no que constitui a matéria dessa coisa. Assim, por exemplo, o poder imenso que os iniciados pitagóricos afirmavam ter os **átomos.** Enquanto numa forma, era aquêle poder limitado à natureza apresentada, mas continham êles poderes latentes, que certas condições poderiam permitir o seu desencadear.

MAGICO (PENSAMENTO) — Vide **Magia.**

MAGNANIMIDADE — Do latim **magnus** e **animus,** grande ânimo.

a) É a condição do espírito que torna alguém capaz de pensar nas coisas grandemente (em grande), com grandiosidade, e de realizá-las com magnificência.

b) Emprega-se, também, no sentido de generosidade, de clemência.

A **magnanimidade** é oposta à **pusilanimidade,** que é a pequenez do ânimo ao enfrentar as dificuldades e os perigos.

Vide **Cardiais (Virtudes).**

MAGNITUDE — Do latim **magnus,** grande. Carácter do que é grande.

a) Para Aristóteles, como para a Matemática, é a quantidade que tem posição. É ela divisível em partes (divisibilidade potencialmente infinita). Tôda magnitude é extensiva na Matemática e intensiva na Física. Não pode ser infinita em acto. Também não pode ser composta de indivisíveis, e é divisível segundo os seus divisíveis. A magnitude é medível pela moção. Não se separam magnitude e número (vide) e não podem existir de **per se.** Na magnitude, há um **prius** e um **posterius** a ela. As partes da magnitude são finitas em número. Não pode a magnitude ser dividida infinitamente em acto, mas apenas em potência.

b) Emprega-se, ainda, como sinônimo de multitude, quando aplicada à quantidade **discreta.**

Magnitudine (it.) = **grandeza.**

Mahat (Sânscrito) = **grande, poderoso.** É o primeiro grande princípio produzido por **prakriti,** referente ao **Sankhya,** que é o espírito, a idéia.

Mahatman (mahatma) (Sânscrito) = **grande alma.** Têrmo de respeito dado a Gandhi, como a todos os grandes espíritos, na Índia. Na Filosofia, é o ser superindividual, transcendental, o Absoluto.

MAIÊUTICA — (Do grego **maieutikê,** de **maia,** mãe, é a arte de partejar). No **Teeteto,** Platão mostra-nos Sócrates que, sendo êle filho de uma parteira, também era êle prático em partos, mas sua **maiêutica** consistia em fazer partejar as idéias, graças ao seu método **(maiêutica).** No **Menon,** êle nos expõe êsse método. O têrmo é empregado com certo laivo de **ironia** (vide).

MAIOR — a) Comparativo de **mais** (vide).

b) Na Lógica, **maior** é o **têrmo** da premissa de um silogismo categórico, que serve de predicado na conclusão.

c) A premissa maior de um silogismo categórico é aquela que contém o têrmo maior (o predicado da conclusão).

d) A maior de um silogismo hipotético ou disjuntivo é a premissa que contém ou o hipotético ou o alternativo.

MAIS — Adv. que indica além de, também; o que fica além, após de uma normal.

Maius (lat.) = **maior.**

Majeur (fr.) = **maior.**

Major (al. e ing.) = **maior.**

MAL — Vide **Bem.** O conceito de **Bem,** para os escolásticos, expressa tudo aquilo que tem ou pode ter carácter de apetecível, e todo ser é apetecível, pelo menos para o seu sujeito. **Mal** é um conceito oposto, e em geral se entende tudo quanto se opõe, contraria os desejos e exigências ou necessidades dos sêres e que, no homem, origina o sofrimento e a dor.

Podemos colocar o bem e o mal no sujeito, desde que o universalizemos, no sentido de todos os entes, e temos:

1) o Bem e o Mal no sujeito;

2) o Bem e o Mal para o sujeito (isto é, como o sujeito apetece ou não; como o considera);

3) como os outros entes o consideram em suas relações.

Tôda existência tem uma intencionalidade, pois todo ente, como parte e como todo, tende para algo, um fim. É essa intencionalidade de todo o existir que nos é revelada pela moção do devir. Há em tôda espécie de moção os três têrmos: **a quo, quod** e **ad quem,** ponto de partida, o que se move e o ponto de chegada. **Quod,** o que se move, é um bem enquanto ser, pois, como se vê na Ontologia, **ser e bem se convertem.** Mas como se move numa via, essa **via** é composta das coordenadas que constituem, com êle, a realidade do móvel. E para êle **(quod),** as coordenadas da via podem permitir a plena realização do fim a que tende ou não. E ser-lhe-á um bem o que favorece a realização plena; e um mal, o que a obstaculiza.

Na «Axiologia», estudam-se êsses três aspectos, que são importantes na construcção da teoria dos valôres, mas suficientes, no nosso caso, para julgar-se o problema do bem e do mal, que é, na Teologia, ponto de tanta controvérsia e de indiscutíveis dificuldades.

Muitos consideram que o mal consiste no facto de um ser não realizar o fim para o qual tende. Nesse caso, o mal seria pertencente ao mundo da acção; o mal se revelaria no accional, ao mal estaria sujeito quem realiza um fim.

Fundado nessa concepção é que Leibnitz nos fala do **mal metafísico,** o mal de tôda existência.

«Podemos considerar o mal metafísica, física e moralmente. O mal metafísico consiste na imperfeição; o mal físico no sofrimento, e o mal moral no pecado.» (Leibnitz, «Teodicée, § 21).

O mal metafísico, decorreria da imperfeição, da ausência de uma perfeição.

Os escolásticos chamam de **negatio perfectionis debitae,** privação da perfeição devida, aquela de que um ser é privado, quando ela faz parte da sua natureza, como a visão no homem, as asas nos pássaros. Não tê-las é um mal. Mas um homem não ter asas ou uma pedra não ter visão, não são privações da natureza dêsses entes. Mas Leibnitz considera que se o homem tivesse asas, por exemplo, ou sentidos para perceber outras vibrações da natureza, seria mais perfeito do que é. Neste caso, há uma privação, e há um mal, e êste é precisamente o que êle considera de **mal metafísico.** Neste caso, tôdas as criaturas sofrem do mal metafísico.

Mas o mal físico, que consiste na dor, pertence aos sêres vivos, em graus diferentes. Êste mal só se dá quando sofremos.

O mal moral consiste na privação de um bem moral que deveríamos atingir, como se dá no pecado.

Os escolásticos consideram como as principais divisões do mal as seguintes: a) mal em si, ou absoluto, e mal para outro, ou relativo; b) mal físico e mal moral; c) mal de culpa e mal de pena.

O mal absoluto é uma privação que não é boa em nenhum aspecto, para nenhum sujeito; mal relativo é uma entidade, que leva consigo a privação de algum bem, ou é um mal para algum sujeito, distinto daquele no qual se acha. Tomás de Aquino exemplifica com o ser coxo, que consiste em ter uma das pernas mais comprida que a outra. É uma entidade positiva, e, como tal, boa, mas que priva a devida proporção. Assim a agilidade e voracidade do lobo são boas para êle, mas más para a ovelha. O **mal físico** é a privação de qualquer bem nos sêres que carecem de razão ou no homem, considerado independentemente de suas relações de ordem moral. O **mal moral** é uma desviação ou falta de ordem, devido à vontade livre, e em sua acção correspondente a respeito das normas de ordem moral. **Mal de culpa** é a transgressão de uma lei que a criatura comete, com advertência e liberdade. O **mal de pena** é o mal inflingido à criatura como castigo pelo mal de culpa.

Ante o espetáculo do mundo, os homens ou actualizam exageradamente a presença do mal ou a presença do bem, o que fundamenta as atitudes dos pessimistas e as dos optimistas.

Há um **pessimismo sentimental e poético,** que encontramos na literatura, por exemplo, em Vigny, em Leopardi, em Machado, etc., e um **pessimismo filosófico** muito comum na Filosofia, como a de Epicuro, Schopenhauer, Hartmann, e modernamente nos filósofos chamados existencialistas.

O optimismo opõe-se ao pessimismo e chega à afirmação de que o mundo é o mais perfeito possível. Mas, em sentido mais freqüente, é optimista a posição que afirma a **predominância do bem sôbre o mal, no mundo.**

O mal na Teologia — É neste plano que nos interessa agora o problema do mal.

O mal foi sempre esgrimido como o grande argumento contra a divindade.

Ou Deus quer suprimir os males e não o pode, ou o quer e pode; se quer e não o pode, seria impotente, o que repugna a Deus; se pode e não o quer, é que nos odeia, o que também é contrário a Deus; se não pode nem o quer, nem tem fôrças nem amor, não é portanto Deus; se quer e pode, é a única solução que lhe convém, de onde vêm os males e por que não os suprime?» (Cícero).

Analisemos as diversas respostas a êsse argumento.

A resposta mais geral que se oferece é que o mal não é uma coisa ou um ser criado por Deus, para o qual tendessem os homens. O mal seria a ausência de um bem maior, e quando o homem deseja o mal, o faz em busca de um bem de qualidade menor, desprezando um bem superior que êle deveria preferir.

Dionísio Areopagita, por influência platônica, dizia que é em

vista do bem que se realiza tôda a acção, quer boa ou quer opondo-se ao bem, pois estas mesmas realizamos por amor ao bem, pois ninguém efectua nenhuma operação com os olhos voltados para o mal. O mal não nasce de uma tendência dirigida para êle mesmo, mas de uma tendência dirigida para o bem.

Vejamos agora a resposta de Leibnitz. O mal metafísico não é um verdadeiro mal, mas apenas, quando de uma comparação com a perfeição, sentimos o que nos falta ou o que seria melhor se tivéssemos.

Leibnitz percebeu que todo o ser ôntico tem um ímpeto para a perfeição, por isso sentimos que tudo quanto não temos, se o tivéssemos, seríamos mais e melhores. É tal perspectiva que leva à construcção da idéia do mal metafísico.

O mal físico surge das desordens físicas. Não é um mal absoluto, pois pode ser um meio para alcançar um bem maior. A dor é útil, como já nos mostrava Nietzsche, e a incapacidade de sofrer é muitas vêzes um mal maior. Um mal físico surge de nossa finitude. Mas o que causa maior escândalo é a injustiça na retribuição, pois encontramos muitas vêzes o crime triunfante e a virtude oprimida, o bem desprezado e o mal exaltado.

Mas tais injustiças são da natureza do homem e não da de Deus. É o homem que se afasta do bem, e sofrerá as conseqüências, embora não sejam fàcilmente percebidas por todos. As religiões sabem e afirmam que a virtude não encontra infalìvelmente na terra a sua recompensa, nem o vício o seu castigo.

É a falta de uma justiça retributiva nesta vida que leva os teólogos a especularem sôbre uma outra vida, onde se dê tal retribuição. Quanto ao mal moral, cabe ao homem, pela sua liberdade, pois êle tem a possibilidade de fazer o bem e o mal. Mas há quem pergunte: por que deu Deus liberdade ao homem? Por que não o fêz um autômato, evitando assim o mal moral?

A liberdade do homem não é um mal, mas um bem; o mal está no uso desta liberdade para fins afastados do bem superior. O que não se pode deixar de considerar é que tôda e qualquer posição, que negue a possibilidade de uma retribuição extra-terrena, coloca o homem em situação de máxima perplexidade, que só o pode levar do pessimismo ao desespêro.

MAL — Como advérbio, indica uma apreciação desfavorável (uma coisa **mal** feita).

MALDADE, MALEVOLÊNCIA — Na **maldade**, há a revelação de um carácter tendente para o mal, e que pratica o mal. Na **malevolência**, há a intenção deliberada de praticá-lo.

Male (it.) = **mal.**

Malum (lat.) = **mal.**

MANA — a) Têrmo melanésio, que indica um poder impessoal, julgado existir em tôdas as coisas e que pode infundir poder, realizar o bem ou o mal, permitir o bom êxito ou o malôgro.

b) Empregado na Antropologia para indicar a crença em tal poder.

MANAS (Sânscrito) = **alma.** — É a mentalidade, o princípio psíquico, uma entidade cinética.

MANES (os) — Do antigo adjectivo lat. **manus,** originalmente significando os **bons,** e posteriormente, as almas dos mortos. — Vide **Alma.**

Mangel (al.) = **defeito.**

MANIA — Do gr. **mania,** loucura. Significa o desequilíbrio mental, que se caracteriza pela excitação. Entra na composição de muitas palavras, ora como prefixo, ora como sufixo. Assim: **maníaco depressivo, monomania,** etc. Vide **Filia** e **Fobia.** Contrário de **Fobia.**

MANIA DE GRANDEZAS — Vide **Grandezas (mania).**

MANIFESTAR — a) É revelar ao observador alguma coisa por meio da atitude ou da conducta.

b) Emprega-se o adjectivo **manifesto** para indicar **evidente.**

c) Como substantivo, é o acto escrito, pelo qual se revela algo ao público.

MANIQUEÍSMO — Manes, era um mágico persa, que se latinizou em **Manichaeus,** ou **Maniqueu.** Tendo-se convertido ao cristianismo, tentou sintetizar o dualismo de Zoroastro com a doutrina cristã, o que lhe valeu o martírio. Para êle, Jesus era o filho do homem, cujo sacrifício abriria o caminho da salvação. Sua morte na cruz foi aparente. Além de filho do homem, era filho do Sol, da Luz, filho de Deus, e foi como tal que salvou o homem. Na luta entre o bem e o mal, êste simbolizado pelos demônios, e o bem, simbolizado por Cristo, êste sairá afinal vencedor. Mas o homem, para alcançar a vida eterna, necessita de uma vida ascética. O maniqueísmo era dualista em certo aspecto. E até hoje ainda não se fêz a devida justiça a êsse pensamento, sobretudo nas formas em que reviveu no chamado movimento dos cátaros (dos **albigeneses),** da **Bogolomovitso,** na Bulgária, no movimento **puritano (Kátharos,** em grego, é puro) no movimento dos **paisani,** na Itália, no movimento **ocitânico,** no sul da França, e outros).

Mankind (ing.) = Vide **Humanidade.**

Manners (ing.) = **costumes.**

Mannigfaltigkeit (al.) = **multiplicidade.**

MANSIDÃO — Vide **Cardiais (Virtudes).**

MANSUETUDE — (Mansidão). — Vide **cardiais (Virtudes).**

MAQUIAVELISMO — a) É o princípio político concernente ao Estado, sobretudo em suas relações com os países estrangeiros, que pode ser vantajosa para um país, desde que obedecidas certas regras, como as que teve oportunidade de expor **Maquiavel,** em seu **Il Principe.**

b) A palavra passou a ser usada, em sentido popular, para indicar tôdas as maquinações de ordem astuciosa ou ardilosa com o intuito de enganar alguém.

MAQUINA — Veja **Mecanismo.**

Descartes chamava de **animais máquinas (bêtes machines)** aos animais, os quais, para êle, eram verdadeiras máquinas, e não experimentavam nenhuma sensação ou nenhum estado afectivo.

MAQUINISMO, na Economia.

Tôdas as máquinas nos mostram a passagem do instrumento simples para uma conjugação mais complicada. Em tôdas as máquinas, vamos encontrar as formas técnicas mais primitivas.

A máquina é «um conjunto de sêres inanimados (ou até excepcionalmente animados) capazes de substituir o homem na execução de um conjunto de operações propostas pelo próprio homem.»

Nessa definição notamos:

a) substituição do esfôrço humano;

b) estabelecimento de um **fim** pelo constructor da máquina.

Outros se colocam em pontos de vista diferentes. Para alguns, **ferramenta** é uma máquina. Para outros, é apenas aquêle instrumento que empresta uma fôrça do meio exterior, porque ela é usada pela fôrça do homem. Essa última opinião, por exigir que a **máquina empregue fôrça do meio exterior,** tem sua vantagem, porque permite que se compreendam e se interpretem melhor os factos econômicos.

Encontramos, então, nas máquinas, a conjugação de certos factôres:

a) o factor trabalho, que está na origem da confecção de uma máquina;

b) o factor capital;

c) o factor técnico;

d) o factor natureza, o dom gratuito da natureza, que antecede ao trabalho humano, e que é descoberto pelo homem e empregado, metòdicamente, através da máquina.

Estamos, agora, aptos a compreender o **maquinismo.**

Tivemos três fases no emprêgo da máquina:

1) um emprêgo esporádico, e accidental, como verificamos na fase da eotécnica, no Renascimento, até à chamada revolução industrial;

2) emprêgo generalizado e comum, que acompanha o capitalismo industrial, na segunda metade do século XVIII;

3) o emprêgo sistemático que vem até os nossos dias.

O maquinismo, com o decorrer do tempo, aumentou de extensão e de qualidade. Mas também se complicou a tal ponto que um novo invento não podia ser desde logo aproveitado, sem que se fizessem profundas transformações em outros ramos da maquinaria.

O maquinismo trouxe diversas conseqüências, que merecem ser estudadas. Com as novas máquinas, o risco aumentava para o empresário, que as não possuía e não podia competir com o concorrente. Por outro lado, podia a máquina não corresponder, como muitas vêzes se deu, criando um

risco ainda maior. Os empresários, que empregaram as primeiras máquinas, foram considerados verdadeiros pioneiros. Tal desenvolvimento vinha encontrar a resistência de uma fraca organização bancária e de crédito, que era exigível para que completasse seu ciclo. O desenvolvimento do maquinismo permitiu o desenvolvimento do sistema bancário.

Hoje os riscos técnicos são assegurados, e são reduzidos os riscos econômicos.

Análise do maquinismo — Do ponto de vista técnico, a máquina aumenta o rendimento material, tornando possíveis muitas tarefas novas, mais rápidas e menos custosas, e que mal poderiam ser feitas apenas com os instrumentos de trabalho (ferramentas). Basta dizer-se que um historiador inglês, Baines, calculou que a produtividade de um operário têxtil de 1760 a 1810 foi multiplicada por 166.

A máquina permitiu que se aumentasse a dimensão da emprêsa, a baixa do preço de revenda, tornando muitos bens acessíveis a maior número de pessoas. Alargou as fronteiras, como intensificou a concorrência, permitindo também que se desenvolvesse o transporte. Por outro lado, trouxe, como conseqüência, deslocações demográficas, aumentando a população dos grandes centros industriais. Em conclusão, criou a «chômage» (o desemprêgo).

Tecnològicamente, o desemprêgo é o desequilíbrio entre a quantidade de mão de obra disponível e a quantidade de mão de obra efectivamente empregada, quando da introducção de uma nova invenção num ramo da actividade econômica.

Êsse desemprêgo tecnológico observou-se, sobretudo, durante as grandes crises do capitalismo.

Vejamos como se processa:

1) pela diminuição do número de trabalhadores empregados numa tarefa, que é substituída pela máquina, que necessita menos trabalhadores;

2) substituição da mão de obra forte pela mão de obra fraca, como o caso de inclusão de mulheres e crianças, como vimos e vemos, onde a paleotécnica é dominante. A máquina permite que um trabalhador menos especializado, menos competente, possa fazer o trabalho que era exigido de um mais competente.

Esta traz a substituição da mão de obra qualificada, pela não qualificada, a substituição do trabalhador especializado pelo não especializado. Só posteriormente, em nosso dias, a especialização torna-se exigente outra vez, mas já quando passamos da paleotécnica para as formas mais elevadas da neotécnica e da biotécnica, cujos ensaios já foram feitos.

Daí o resultado da **chômage** (desemprêgo).

A **reintegração dos trabalhadores** se processa então:

1) pelo desenvolvimento da emprêsa, seu crescimento;

2) pela propagação do **aumento.** Dá-se uma propagação técnica e econômica no capitalismo. Assim, quando uma emprêsa é deficitária, ela diminui suas com-

pras, e **difunde o deficit** às outras que lhe são subsidiárias. Quando aumenta seu rendimento, compra mais às emprêsas que lhe são superiores e aumenta o escoamento. Se eleva os salários, aumenta o poder de compra dos operários, criando novos escoamentos, que se difundem a outras, e sucessivamente.

3) Pela aparição de novos misteres, profissões novas.

O desenvolvimento do maquinismo trouxe todos êsses problemas de desemprêgo que já vimos acima, provocando revoltas de trabalhadores, ataques às máquinas, sabotagem, destruição, etc. A máquina aumentava o número de necessitados, esta era a observação que se fazia.

Realmente, na paleotécnica, o maquinismo trouxe males imediatos aos trabalhadores, embora, com o tempo, se **corrigissem** êsses males, sem, no entanto, **resolvê-los.**

Entretanto, a máquina devia servir ao homem e acabará por servir-lhe, porque essa será a grande conquista dos que se interessam verdadeiramente pela solução racional e justa dos problemas humanos.

Permitiu o maquinismo que houvesse um desenvolvimento extraordinário do rendimento material, que se abrissem novas indústrias, e que se actualizassem possibilidades até então em estado apenas latente.

Melhorou-se o padrão de vida dos trabalhadores, embora criasse dependências para aquêles. Diminuiram-se as horas de trabalho, graças ao desenvolvimento da luta dos trabalhadores, sem que se prejudicasse o «standing» das populações (padrão de vida). A máquina não beneficiou apenas aos trabalhadores com o decorrer do tempo, mas, sobretudo, ao patronato, que aumentou de poder econômico e político. A máquina permitiu o grande desenvolvimento da agricultura que, sobretudo nos Estados Unidos, penetrou num período industrializado, que permite a producção extraordinàriamente aumentada sem os prejuízos que decorriam da paleotécnica.

Durante o progresso do maquinismo, verificado no período da paleotécnica, a luta contra a máquina levou a afirmar a conveniência de um retôrno para benefício das populações sacrificadas. Retôrno êsse que deveria ser orientado para a formação de pequenas oficinas de artesãos, como vemos na obra de Sombart.

Sem dúvida, atravessamos uma época de transição da grande concentração industrial para a descentralização, como já o sentia Kropotkine no século passado, a qual será acentuada e permitida pelo desenvolvimento da energia nuclear e outras energias, em vésperas de serem descobertas e utilizadas.

Os prejuízos, que trouxe o maquinismo, levaram a muitos a pensar em suster a marcha do desenvolvimento técnico, como foi preconizado por Caillaux, Duhamel, etc. Até leis que interditam o emprêgo de máquinas foram elaboradas, como se deu nos Estados Unidos e na Alemanha hitlerista, por considerarem que aquelas, em certo grau, geram

desequilíbrios econômicos e a mecanização da vida. Essa mecanização da vida, que é o grande problema da actualidade, não pode ser resolvida por proibições, mas por novas formas de cooperação e de libertação do trabalhador. Condições de cooperação e de libertação do trabalhador. Condições de trabalho, tais como o **trabalho parcelado,** em oposição ao **trabalho sintetizado** do artesão, afirmam muitos, tira ao trabalhador o gôsto pelo trabalho, tornando-o insatisfeito. Realmente, há certo trabalho parcelado que oferece êsse mal. Henri de Man, estudando o trabalho, concluiu que quando o operário consegue atingir uma obra bela, sente a satisfação do artesão. Não devemos nunca esquecer que o homem não é uma máquina, mas um ser que aprecia, valora. O trabalho, sem valorizações estéticas, é desagradável, porque não oferece satisfações mais profundas ao trabalhador e transforma-o apenas num instrumento.

Por isso, o trabalho, parcelado oferece tantos inconvenientes, que são agravados pelo **trabalho repetido,** pois não havendo a variação, a constância da função acaba por secar a capacidade imaginativa e criadora do homem. A **repetição rítmica,** permite que o homem pense e crie durante sua realização, oferece, ademais, graus de agradabilidade, como já vimos. No entanto, ela suaviza o trabalho parcelado e repetido. O **trabalho mecânico,** o emprêgo da fôrça da máquina, permitiu que melhorassem as condições do trabalho.

O estudo sôbre as condições do trabalho deve prosseguir e prossegue levado a efeito por operários e cientistas, mas deve ser orientado sempre pelo que não se deve esquecer: o homem deve ser considerado como hierarquicamente superior à Economia.

Muitos afirmam que a máquina é culpada da desruralização (abandono do campo). Realmente o é, mas em parte, porque antes do capitalismo mecanizado já havia essa desruralização, que foi por aquêle acentuada. A descentralização da indústria permitirá a ruralização, e veremos quais as maneiras concretas de realizá-la, sem desconsiderar as grandes experiências de descentralização executadas nos Estados Unidos.

Muitos afirmam que tal não se pode dar devido às exigências de caráter econômico. Aceitam, assim, a opinião marxista, porque se fundam num dos postulados do materialismo histórico: o da determinação econômica e técnica do homem, que passa a ser coisa e não pessoa. Não se acuse, porém, o marxismo de ser culpado dessa interpretação exotérica (pois há um marxismo exotérico e um esotérico, um para as massas, e outro para as camadas realmente cultas). Não é apenas a técnica que determina tal coisa, mas sim as relações de produção e de troca, e nessas relações, para se ser dialéctico, não se pode deixar de considerar os complexos aspectos sociais e culturais. Para evitar os malefícios do trabalho parcelado, fragmentário, organizaram os russos a educação politécnica do operário, de fecundas conseqüências. Por êsse estudo, além da especialização a que se devota, recebe o operário uma cultura geral, capaz de orientá-lo em novas experiências.

Entretanto, Gastef, do Instituto Central do Trabalho de Moscou, fêz uma crítica dos esforços realizados, declarando que, apesar de tudo, os operários continuavam dominados pela mística da predestinação profissional, do fatalismo social, próprio dos países capitalistas. Pensa Gastef que, para uma integral transformação do homem, «devemos adoptar um voluntarismo integral e não constatar o que é, mas concluir o que pode vir-a-ser.»

Temia Gastef a adaptação do homem à coisa, do homem à técnica, sem respeito do próprio homem. Gastef considerou uma planificação integral, unindo ao mesmo tempo o sistema e o homem com o fim exclusivo de rendimento, o que não passa da transposição no plano socialista da racionalização capitalista. Segundo os estudos de Fridman e de Rubinstein, a experiência russa, longe de representar uma socialização, tornou-se apenas uma planificação, mantendo o mercado e o preço que ela, de início, quisera excluir.

A concepção técnica dos marxistas não é nova como êles julgam, mas apenas um conjunto heterogêneo da técnica capitalista. «A técnica é uma forma de conhecimento activo», proclamam. Outro não era o pensamento de Descartes, que afirmava que, conhecendo-se as propriedades das coisas tão distintamente como conhecemos os diversos misteres dos nossos artesãos, poderemos tornar-nos como senhores e possuidores da natureza.

Não procuram os marxistas verificar o que há de comum entre o capitalismo e a planificação. Tudo o que sai de suas mãos julgam que é socialismo. Permanecem em pé: o preço, expressão monetária da relação de troca, e também como expressão da tensão entre os bens e as necessidades, e a técnica, que não diverge da empregada nos países capitalistas. A concepção paleotécnica da indústria predomina na organização da indústria russa, megatérica, quantitativa. E se hoje se dá alguma descentralização é apenas motivada pelo perigo dos bombardeios aéreos, e não para resolver os malefícios da concentração industrial.

Têm os soviéticos uma série de obstáculos que lhes impedem, que, no caminho que escolheram, possam executar os seus planos. Êsses obstáculos são de ordem histórica, os quais modificam as estructuras, em vista da influência da producção do passado. Países, como os Estados Unidos, onde não havia regime artesanal e feudalidade, a industrialização encontrou campo aberto sem resistências. Na Rússia, apesar de ter um capitalismo industrial fraco, poder-se-ia ter feito a industrialização, mas a conservação do passado ofereceu uma resistência extraordinária. Conseqüentemente, a própria constituição da economia oferece resistência pela organização autoritária, como das próprias declarações dos líderes soviéticos. Julgam os marxistas que o desemprêgo tecnológico não existe na Rússia. Mas o exame dessa categoria da economia nos mostra que êle é dependente de uma série de factôres, que são insolúveis numa economia de mercado e de preço. Os novos inventos criam problemas que os russos não podem resolver, porque

tornam obsoletas muitas de suas fábricas. Por essa razão, o caminho dos inventos está, por natureza, limitado ao interêsse da indústria existente.

O que desaparece é o aspecto monetário do desemprêgo tecnológico, não, porém, o aspecto propriamente econômico. Um invento novo provoca deslocações de trabalho, como resistências, atritos.

As deslocações de trabalhadores de uma região para outra encerram problemas humanos graves, devido às ligações do homem com o lugar.

MARGINAL — De margem, borda, limite de uma região. **Marginal** é o que pertence a essa borda, a êsse limite, o que está à margem de alguma coisa. Por isso, na Sociologia, pode-se falar em **marginalismo social,** daquelas que moram fora da área de uma cultura. O têrmo tem, contudo, um sentido de anormalidade, pois se chamam, também, **marginais** os que permanecem na fronteira de uma classe, de uma situação econômica, ou aquêles que estão na borda de alguma estructura social, sem mais a ela pertencerem.

Pensamentos marginais de uma doutrina são aquêles que estão fora do âmbito da mesma.

MARGINALISMO — Vide **Marginal.**

MARXISMO — Doutrina de Karl Marx e Friedrich Engels, fundada em princípios do século XIX, cuja tese principal é que a divisão do trabalho realiza a divisão das classes econômicas e provoca a luta entre estas. Ademais, o homem é apenas um ser econômico, movido, sobretudo, pela economia, que forma a **infra-estructura** de sua vida, e determina a **superestructura intelectual.** (Vide **Infraestructura**). A finalidade do marxismo, que se funda no materialismo histórico, é alcançar a supressão do Estado, como teòricamente expõe.

MASOQUISMO — a) Perversão sexual, que se caracteriza pela sensação de prazer, que alcança até o orgasmo sexual, ao ser alguém açoitado ou maltratado. b) Na psicanálise, é um instinto destruidor, dirigido para dentro e eròticamente condicionado. Contrário de **sadismo,** em que tais prazeres se manifestam ao assistir a outros serem maltratados ou torturados.

Mass (ing.) = **massa.**

Massa (it.) = **massa.**

MASSA — a) Na Física, de onde provém a palavra para a Filosofia, significava a quantidade de matéria em um corpo. Actualmente é considerado a inércia, a resistência ao movimento, oferecido por um ente físico.

b) Na Soc., é o grupo de indivíduos, considerados fora de sua organização social. Vide **multidão.**

Masse (fr., al.) = **massa**

Mässigkeit (al.) = **temperança.**

Massima (it.) = **máxima.**

MATEMÁTICAS — a) Como substântivo, define a Enciclopédia Britânica: «Ciência que se ocupa da deducção de consequências das premissas gerais de to-

do raciocínio». Como essa definição ela se confunde com a Lógica.

b) Comumente, emprega-se o têrmo, limitando-o apenas à investigação dos valôres e das relações numéricas e quantitativas, ou de outros dados, como os posicionais, vectoriais, que podem ser tratados sob o aspecto quantitativo.

Nota-se uma tendência da matemática moderna para penetrar no terreno do qualitativo e até do formal, o que facilitará um verdadeiro salto extraordinário no desenvolvimento dessa ciência, o que permitirá que o conceito de número não seja mais tomado como uma mera abstracção da quantidade, mas num sentido mais profundo, de modo a permitir que a matemática se torne uma disciplina útil ao verdadeiro filosofar. Estaremos, então, na **metamatemática,** na matemática em que o número é mais que a abstracção do quantitativo e do cálculo comum, para tornar-se o elemento fundamental das operações, não só matemáticas, mas lógicas e ontológicas, em suma. Vide **número,** e sobretudo **Mathesis.**

MATEMATICO — a) Como adjectivo, é tudo quanto pertence às matemáticas.

b) É, também, quem usa da matemática ou com ela se expressa, ou que a emprega constantemente.

c) Também o que apresenta um grau de rigor, que se assemelha ao que se verifica com a Matemática. «Isso acontecerá matemàticamente...»

MATEMATISMO — Tendência a matematizar um conhecimento. Se a matematização fôr apenas dentro dos quadros da matemática comum, essa matematização será falha, por exemplo, quando aplicada além da mecânica, pois até no físico, no químico, no electrônico, no biológico, no fisiológico no psicológico e no social, a matematização dessa espécie falha num grau crescente. Só uma metamatemática, fundada num conceito de número que não seja apenas uma abstracção da quantidade, mas, sim, no sentido de **esquema da participação** (vide **número**) poderá atingir ao progresso, que permitirá uma matematização superior do conhecimento.

Materia, materies (lat) = **matéria.**

MATÉRIA — Do latim **materies,** madeira, significa etimològicamente, a matéria prima de alguma coisa, o **de que** alguma coisa é feita. Êste também era o sentido usado pelos gregos com o têrmo **hylê.**

a) Para Aristóteles e os escolásticos, a matéria é o princípio passivo, portanto, sempre privação; é o ser em potência. Segundo a sua substância, é a potência do ser substancial. Segundo em si mesma (como **materia prima**) é incorruptível. É a matéria o princípio passivo da moção, de per si imperfeita. É o que subjaz em cada coisa natural (**substantia prima**). Matéria e forma são partes da espécie. Na geração, a matéria antecede à forma, porque está antes, em privação da forma, que nela é induzida, pois a matéria, quando tem uma forma, está privada de outras.

Na Ontologia, a diferença entre matéria e forma é a seguinte: a primeira é o **de que** uma coisa é feita, e a segunda **o que pelo qual** a coisa é ela e não outra.

Mas êsse conceito ontológico de matéria implica o conceito ôntico de tudo quanto é objecto da intuição sensível, ou, em outras palavras, a matéria dos corpos, dos corpos vivos (matéria viva) e a dos corpos brutos (matéria bruta).

Em que consiste a matéria dos corpos brutos? Vamos tomar primeiramente a colocação ontológica das soluções a esta pergunta. Posteriormente, estudaremos a matéria viva.

No estudo da matéria, que compõe os corpos brutos, costumam os filósofos salientar as seguintes características:

a) essa matéria é inerte (**in ars**, sem arte, sem capacidade de realizar, daí inerte), conseqüentemente:

b) não manifesta espontaneidade de qualquer espécie, é por isso;

c) passiva, e sofre a acção das fôrças, que se exercem sôbre ela, e a sua acção é conseqüente com a acção sofrida.

Observam alguns filósofos que a matéria não é totalmente passiva e inerte, pois tem o papel de limitar o acto.

A visão pura e simples das pedras brutas, dos corpos minerais, afirmam, levou a muitos a admitirem ser inactiva a matéria bruta, que a radioactividade e outras manifestações físico-químicas, sem necessitar da interferência de fôrças estranhas, nos mostram, à saciedade, o papel activo que a matéria exerce.

Além disso, a inseparabilidade da forma de a matéria, como expõe Aristóteles na sua concepção hilemórfica, evita as visões unilaterais e abstractas, e permite uma compreensão sintética e dialéctica da matéria bruta.

No estado actual da ciência, o tema da matéria, que é de interêsse naturalmente filosófico, passa a ser predominantemente de interêsse físico, e é preferível colocá-lo, primeiramente, dentro dos quadros da ciência, para, depois, tornar a examiná-la, com as contribuições que as teorias modernas oferecem, no campo cosmológico e ontológico.

A visão filosófica e científica moderna sôbre a matéria, entre nós, no Ocidente, seguiu a linha do atomismo cartesiano, mas dêle se afasta em nossos dias. A matéria é composta de partículas mínimas, cujas combinações e formas nos explicariam tôda a heterogeneidade do existir. Êsses átomos, quantitativos e materiais, seriam a última porção de matéria, insecáveis (incortáveis).

Essa é a visão mecanicista da matéria, que a reduz ao significado de os componentes de uma máquina, excluindo dela tôda e qualquer noção de fôrça, que passou a ser considerada, na frase de Lalande, como um resíduo das noções antropomórficas e ocultas.

O atomismo filosófico não deve ser confundido com o atomismo científico. O átomo, para o filó-

sofo, é aquela porção insecável, indivisível. Mas o átomo, para o cientista moderno, é uma complexidade, é um «quantum» divisível, um verdadeiro sistema planetário, composto de um núcleo central, complexíssimo, cercado por eléctrons, que volvem à sua volta em órbitras variadas.

No atomismo filosófico, que no Ocidente se costuma remontar a Demócrito (mas que há setecentos anos antes dêle, já era exposto na Síria e certamente antes no Egito, e depois, antes ainda de Demócrito, exposto com pormenores que em muito se assemelham às concepções científicas actuais, na índia), os átomos são insecáveis, homogêneos, são ordenados pelo acaso. O **clinamen** (a inclinação) de Lucrécio, por exemplo, explicaria a heterogeneidade, pois os átomos, por uma inclinação, sùbitamente surgida, chocar-se-iam uns com os outros, e teria surgido daí a heterogeneidade dos corpos.

Entre as contradições lógicas a que leva tal atomística, basta citemos o de ser o átomo algo simples, homogêneo, e ao mesmo tempo extenso e simultaneamente indivisível. Além disso não pode explicar como e por que se reunem os átomos para dar a formação de corpos coesos, simétricos, bem como o misterioso **clinamen,** a inclinação.

O atomismo científico evita tais dificuldades, porque não procura atingir ao elemento último e indivisível das coisas: o átomo dos filósofos.

O átomo, como expõe, é um verdadeiro sistema planetário, a menor quantidade de matéria bruta que pode entrar numa combinação.

Para Descartes, a essência da matéria é a extensão, como a essencia do espirito é o pensamento. A extensao é inerte e homogênea; o pensamento, activo e heterogeneizante. A multiplicidade do mundo, a heterogeneidade existente, deve-se ao facto de Deus ter dado a diferentes partes do espaço, diferentes movimentos da matéria, da extensão, «fazendo que, desde o primeiro instante que foram criadas, umas começam a mover-se de um lado; outras, de outro; umas mais depressa, outras mais lentamente (ou até se quiserdes, imóveis) e que elas continuam pouco depois o seu movimento, seguindo as leis ordinárias da natureza. A soma dêsses movimentos permanece constante, como aquêle que os criou.»

Pedia Descartes que lhe dessem a extensão e o movimento, e êle faria o mundo. Sua física reduzia se, assim, à mecânica, como êle mesmo dizia.

Muitos pontos fracos oferece a concepçao cartesiana, como sejam: o da aceitação da extensão infinita, caindo, portanto, nos perigos do infinito quantitativo actual, e o de dar a extensão como essência da matéria. No entanto, a aceitação da heterogeneidade do movimento implica a heterogeneidade das coisas, o que é já um salto importante em plena concepção da física actual.

A essência da matéria está na existência de fôrças irreductíveis à massa e ao movimento, afirmam os que defendem a posição que se chama de dinamista, de

dynamai, eu posso, e de **dynamis**, em grego, potência, fôrça. No clássico hilozoismo grego, encontrávamos manifestações dinamistas, pois a vida era propriedade comum de todos os corpos, e dêles inseparável.

Em «Filosofia e Cosmovisão», estudamos a posição de Leibnitz sôbre o tema da fôrça, **dynamis**, e sôbre a sua concepção dinâmica da matéria. A matéria não podia ser explicada apenas pela sua estructura geométrica, mas por uma acção metafísica, que lhe dava existência: a fôrça. «É até nesta fôrça passiva de resistência, que envolve a impenetrabilidade, e alguma coisa de mais, que eu faço consistir a própria noção da matéria prima ou da massa, que é sempre a mesma no corpo e proporcionada à sua grandeza.»

É a mônada o elemento último das coisas. Chama-se de **monadológica** a concepção de Leibnitz. Essas **mônadas** são verdadeiros átomos, simples, sem partes, sem extensão e indivisíveis. São essencialmente activas, porém não actuam fora de si mesmas, nem sofrem actuações das outras mônadas. A concordância no funcionamento das mônadas, que dão surgimento a tôda a heterogeneidade universal, provém de uma harmonia preestabelecida por Deus, que as faz colocarem-se em certas situações, simultaneamente com as outras, o que dá surgimento, então, ao complexo mundo da existência. É a **harmonia preestabelecida**, que dá a consistência a todos os corpos.

Actualmente, já em nossos dias, o dinamismo nos aparece na concepção energetista de Ostwald. A noção de energia substitui a de fôrça. Lalande define o energetismo como o «sistema de mecânica, que elimina a noção de fôrça e a substitui pela de energia.»

«À energia cinética, ou fôrça viva, que depende da velocidade, a energetica acrescenta a energia potencial que depende da posição. É a soma dessas duas espécies de energia que é constante.»

Desta forma, para Ostwald, não é a matéria a substância do mundo físico, mas sim a **energia**.

Einstein considera a matéria de essência electromagnética, e as modificações que sofre são provenientes da **relatividade**.

Surge logo a pergunta: ou é a matéria eterna ou foi criada?

Se aceitarmos a eternidade, temos de reconhecer que a matéria não recebe seu ser de qualquer outro, mas é ela, então, o ser. Neste caso, o ser é o atributo do existir, e estamos em pleno monismo materialista. Assim seria ela eterna, incriada e indestructível, portanto sempre a mesma, homogênea.

Ou então foi criada, e portanto implica um criador, Deus.

Em favor desta posição, alega-se que a matéria revela, em sua mutabilidade, a sua contingência, portanto a implicância de um ser necessário que a regule. Se ela é múltipla e contingente, precisa de um ser necessário, pois ela não existe de per si, não tem aseidade, (de **a se**, e sim **abaliedade** (de **ab alius**, de outro). Conseqüentemente foi criada.

MATÉRIA E FORMA — Os sêres materiais não são simples,

mas compostos de matéria e forma, **to synolon** de Aristóteles, hilemòrficamente compostos (**hylê**, matéria; **morphê**, forma). São êles, portanto, os seus princípios.

Nós conhecemos os sêres por suas determinações. Como a **matéria prima** não os tem, não é ela, conseqüentemente, cognoscível enquanto tal, razão porque só a podemos definir negativamente, isto é, por recusa.

A forma é o princípio de acção e de finalidade, e a matéria é o princípio passivo, informado por aquela. Desta maneira, a dualidade matéria e forma reduz-se à dualidade de potência e acto, ou em outras palavras, pode ser compreendida dentro daquela dualidade.

Todo ente composto o é de matéria e forma. A forma é a determinante; e a matéria, determinada e determinável. Tendem os tomistas a considerar que a actualidade do composto é dada pela forma.

Surge, para a ontologia, um problema: êsse princípio (matéria) é dotado de um ser, própria e realmente, distinto do da forma?

Os tomistas responderão pela negativa; enquanto Duns Scot, pela afirmativa.

E pondera Duns Scot, que num composto é preciso compreender, pelo menos, dois elementos. E se matéria não tem positividade, não a teria, também, o composto de forma e matéria.

Outra posição afirmativa que a matéria não é apenas um dos elementos do composto, mas é tudo, e muito menos será o que os tomistas consideram. Só ela tem uma realidade positiva. A matéria conhece progressos, não, porém, extrínsecos, e sim intrínsecos, que é a forma, intrínseca à matéria. Neste caso, a forma é apenas uma das suas determinações. É o pensamento dos materialistas.

O **concreto,** finitamente considerado, é o que se desenvolve com, e implica uma dualidade, pelo menos. Desde que o concreto é reduzido a um só elemento, a geração e a corrupção tornam-se inexplicáveis, pois implicam, como na geração natural, que um têrmo engendrado substitua um têrmo contrário. Tal passagem implica uma via que não seja nem um nem outro têrmo. E essa via que recebe, ora uma, ora outra, é a matéria. A matéria tem um gênero de realidade, e essa realidade é a de ser potência para a forma ou formas.

Mas Duns Scot argumenta que há duas espécies de potência: a subjectiva e a objectiva. Esta é o têrmo a que pode a potência tornar-se, como por ex.: o mármore, que é estátua em potência. A subjectiva é o próprio sujeito que está em potência em relação a um têrmo. No exemplo acima, o mármore tem a potência de tornar-se estátua. Se a estátua de mármore exige o mármore, êste não exige a estátua, e se a primeira não pode existir sem o mármore, êste pode existir sem ser estátua. Duns Scot chama de **creabile,** o criável, o que está em potência «objectiva» sòmente ao ser ao qual pode tornar-se, e não em potência subjectiva. Neste caso, a estátua é um **creabile** em

relação ao ser que o contém em potência, e antes de ser criada não é sujeito, não é nada.

Ora, a matéria é um sujeito e é, portanto, alguma coisa, e como tal tem uma **entitas**, o que é rejeitado pelos tomistas, para os quais a matéria está apenas em potência «objectiva», negando-lhe, assim, qualquer realidade subjectiva.

Mas alega Duns Scot que, se a matéria não tem nenhuma realidade própria (subjectiva) ela é nada e, neste caso, um dos dois têrmos da geração desaparece e, com êle, a geração. Não haveria seres compostos e tudo seria simples, e alguma coisa só pode estar em potência de existir na potência activa de sua causa, senão tôdas as causas produziriam sùbitamente todos os efeitos possíveis. E se tal não se dá, é por que sua eficácia é limitada pela potência subjectiva da matéria, que actua como factor emergente para que o efeito possa produzir-se. Se é nada, como poderia sequer receber e canalizar a eficácia das causas? Se Aristóteles considera a matéria como receptáculo da forma, como, sendo ela nada, poderia receber a forma?

Reconhece Scot que todos aceitam que a matéria seja o sujeito da transmutação substancial; mas poucos, que seja ela dotada de uma entidade própria à parte da forma.

Se a matéria é um dos princípios do ser, não poderia ser nada, pois do contrário teríamos de aceitar que o nada seria princípio do ser. Daí conclui Duns Scot que «...matéria tem uma causa, e é em virtude dessa realidade, que ela pode receber as formas substanciais, que são simplesmente actos». A matéria não recebe seu esse da forma, ela, porém, por si mesma, tem o seu esse (ser).

Se a matéria é alguma coisa (áliquid), é ela também acto. É um ser em sentido restricto; aquêle de menor actualidade e de máxima potência. É um ser intensistamente de grau mínimo, enquanto o acto puro é a intensidade de grau máximo.

Em suma, a matéria é o ser, cujo acto consiste em estar em potência em relação aos outros actos.

A matéria é indefinível, pois só o seria se fôsse forma.

Em todo o concreto, o que há esta, num sentido, em potência; e, noutro, em acto. A matéria, assim, é (porque é fora de sua causa) a actualidade própria da possibilidade em relação à forma.

Para o escotismo, a forma é acto, mas há também actualidade no que não é apenas forma. A materialidade em si não contém formalidade. Mas o ser da pura determinabilidade (matéria) é positivo, como o é o da pura determinação (forma). Elementos radicalmente distintos são mais aptos para constituir uma unidade por si, pois a forma carece da matéria e a matéria da forma para ser informada.

Daí conclui Duns Scot: «Digo, pois, que há para mim contradição ao afirmar que a matéria é têrmo de uma criação, e parte de um composto, sem ter um certo ser, quando ela é uma certa es-

sência; com efeito, que uma certa essência seja fora de sua causa, sem ter qualquer ser pelo qual ela seja essência, é para mim uma contradição».

A alegação da incognoscibilidade da matéria é improcedente para Duns Scot. Pode não ser ela cognoscível por nós. E a forma, que é mais cognoscível, só a conhecemos por suas operações. Conhecemos a matéria por sua relação à forma, porém não se pode dizer que não seja conhecida de outra maneira.

A matéria tem uma **idéia.** É ela um dos têrmos do acto criador, acto que é a criação dos têrmos, identicamente inversos, do determinante (acto = forma) e do determinável (potência = matéria).

Portanto, para Duns Scot, nada impede que uma exista independentemente da outra, já que são realmente distintas. A matéria é o receptáculo da forma, e como tal está na origem daquela, pois a forma exige a matéria para ser informada, as quais, para Santo Agostinho, são contemporâneas.

Diz Scot: «Um absoluto distinto e anterior a um outro absoluto pode, sem contradição, existir sem êle; ora, a matéria é um ser absoluto, distinto e anterior a tôda forma, quer substancial quer accidental; ela pode existir sem o outro absoluto, quer dizer sem forma substancial ou accidental absoluta». Intrìnsecamente, não há razão na natureza da matéria para que ela não possa existir à parte.

A polêmica entre tomistas e escotistas, neste ponto, está eivada de malentendidos. A prioridade da matéria sôbre a forma deve ser bem entendida. Scot distingue a prioridade quanto à natureza e a prioridade quanto ao tempo.

A matéria, enquanto **res determinabilis** pela forma, precede necessàriamente à forma determinante, **secundo naturam**, não, porém, necessàriamente quanto ao tempo; ademais Deus não pode criar a matéria informada pela forma. Semelhantemente, vê-se que não há necessidade de o **nada** preceder ao mundo segundo o tempo, mas vê-se ser suficiente tal precedência quanto à natureza.

Poderíamos dizer que, qüiditativamente, a matéria tem sua entidade, e uma precedência à forma enquanto natureza, pois a forma precisa de uma matéria para informá-la, não há, porém, uma precedência quanto à duração. Por isso, o acto criador, único, cria a dualidade fundamental de todos os entes, isto é, num só acto, sem prioridade na duração para um ou para outro, mas apenas na natureza, o que os distingue, conseqüentemente, de distinção real. Dessa forma, o nada precede segundo a natureza, pois o nada não é natureza ainda, não, porém, segundo ao tempo. Êste ponto bem esclarecido evitaria malentendidos entre tomistas e escotistas.

MATERIAL — Diz-se do que pertence à **matéria.** E, enquanto tal, opõe-se a **formal** e a **espiritual.**

MATERIALIZAÇÃO — a) Na escolástica, é a informação da **matéria** pela **forma.**

b) Nas crenças da **necromagia** chama-se a fenomenalização dos **espíritos.**

MATERIALMENTE (materialiter, em lat.). Na Escolástica, diz-se do predicado, que pertence à matéria da coisa. Assim o fogo é **materialmente** destructivo, mas **formalmente** (formaliter) quente.

MATERIALITER (lat.) = **materialmente.** Vide **Materialmente**.

MATERIALMENTE VERDADEIRO — Diz-se, na Lógica, das conclusões verdadeiras, mas fundadas em premissas falsas, ou em uma premissa verdadeira e outra falsa, ou quando o silogismo tenha qualquer vício, apesar da conclusão ser verdadeira. Assim o silogismo «Todos europeus são brasileiros; ora, os paulistas são europeus, logo, os paulistas são brasileiros» é materialmente verdadeira a conclusão, embora as premissas sejam falsas.

Materia primo prima (secunda, tertia) — Vide **Universal** e **Individual.**

MATERIALISMO — a) É a doutrina para a qual a **matéria** é a única realidade última.

b) Na psic., o **materialismo** caracteriza-se pela posição que afirma que todos os factos psíquicos são de origem fisiológica ou de origem biológica, ou apenas físico-química.

c) Na Ética, é a posição que actualiza apenas os valôres utilitários e vitais, e pretende alcançar o bem estar e o maior gôzo material possível.

MATERIALISMO DIALÉCTICO — É filosòficamente materialista (vide **materialismo),** mas a matéria está em movimento constante, numa evolução crescente, em que as mutações quantitativas fazem surgir mutações qualitativas. (Vide **Marxismo).**

MATERIALISMO HISTÓRICO — É a doutrina de Karl Marx, segundo a qual os factos econômicos são a base dos factos sociais, históricos, éticos, etc., que são meros epifenômenos daqueles.

O nome de materialismo histórico foi dado por Frederico Engels.

Estas palavras de Karl Marx dão a síntese da concepção materialista do mundo histórico:

«A estructura econômica da sociedade é a base real sôbre a qual se eleva a superestructura jurídica e política, e à qual correspondem as formas determinadas de consciência social... O modo de producção da vida material condiciona o conjunto de todos os processos da vida social, política e espiritual.» Vide **Marxismo.**

Materia signata quantitate — Vide **Universal** e **Individual.**

Materie (al.) = **matéria.**

MATESE — Vide **Mathesis.**

MATESIOLOGIA — É a classificação das ciências, consideradas do ponto de vista da instrucção, como a chamava Ampère. O têrmo é formado de **Mathesis** e **logos.** Vide **Mathesis.**

MATESIOTAXIA — Nome dado por Durand de Gros para intitular a classificação das Ciências. Vide **Mathesis.**

Mathema — Vide **Mathesis.**

Mathematikôs — Vide **Mathesis.**

MATHESIS — Em grego é a acção de aprender, de se instruir, e também o desejo que leva a instruir-se. No plural, significa faculdade da inteligência, aptidão para instruir-se.

Mathema, cujo genitivo é **mathematos,** é o estudo, a ciência, o conhecimento. No plural, são as ciências matemáticas, como a Aritmética, Geometria, Astronomia.

Mathematikôs, o que empreende o estudo, o que se afeiçoa ao estudo. Na ordem platônica, não deveria entrar o que não fôsse afeiçoado ao estudo, quem não fôsse **mathematikôs.**

Mathesis dá, como conteúdo, **mathema,** no genitivo **mathematos,** e êsse radical **ika** aponta a **arte** de fazer alguma coisa. **Mathematiká** é a arte de alcançar os conteúdos **(mathema)** da instrucção **(mathesis).**

Mas, para compreender-se mais profundamente o verdadeiro sentido que os pitagóricos davam à **matemática,** e também o de Platão, que era um genuíno pitagórico, impõe-se levar avante o exame dêsse têrmo, tão rico de sugestões, quando nos pomos a examinar a sua etimologia, tão distante quanto nos é possível.

Tanto **mathema** como **mathesis** têm sua origem no verbo **manthanô,** que em grego significa aprender, estudar, instruir-se, e também ser compreendido, aperceber, cujo radical é **men-dh. Men** é uma partícula afirmativa, e adverbialmente significa **verdadeiramente, certamente, positivamente.** Temos, daí, o verbo **menô,** que significa permanecer, durar, ser fixo, estável, de onde temos o latim **maneo,** manar, o que permana. Examinando o radical **dh,** no grego **th,** temos: **thené,** um sufixo adverbial, que dá a idéia de uma partida, de um alongamento; **thea** e a acção de olhar, contemplar, ponto de onde se vê alguma coisa, e **thea** é o divino, daí **theos,** Deus. O radical **the** indica colocar, e **thesis** é a acção de colocar, acção de instituir, de estabelecer, de pôr. Não está longe o sentido de **thesis,** tese, **positividade.** Mesmo no verbo **tithemi,** temos êsse radical **the, dhe** (do sanscrito) de **dadhati.** E no futuro, o verbo **tithemi,** que significa colocar, pôr, que dá **thesô,** no imperativo **thés.**

Se formos ao sânscrito e às raízes indo-européias de tais conceitos, encontramos, ainda, outras sugestões interessantes: **man** é um radical que entra na composição de têrmos importantes, e tem sempre o sentido de pensamento, crença, imagem, conjectura. **Matá** é pensamento, **matya,** os meios de adquirir o conhecimento, **mánas** é o intelecto, a inteligência e tudo quanto é afim, **mánu,** o sábio, o que pensa, o inteligente, **manushyá,** o humano, humanamente, **mantra,** o instrumento do pensamento, a palavra. (**Matra,** no egípcio, é a unidade de medida, **metron** em grego, e **mana** era medir também em egípcio).

Dêste modo, a palavra **mathesis** indica a acção de alcançar o pensamento positivo. E o conteúdo dessa acção de captar os

pensamentos positivos, o que dela resulta, é a **mathema. E a arte ou ciência para obter os conteúdos do pensamento positivo é a mathematikâ.** Êsse é o **logos** que buscávamos, e êsse era o mais profundo sentido que os pitagóricos, iniciados num grau mais elevado (o grau de **epopter**), compreendiam.

Há um conhecimento supremo, uma suprema instrucção, uma **mathesis,** qúe é a **mathesis** de tôdas as outras, em que as outras são apenas os estágios inferiores. A **mathesis** suprema é o supremo saber, que o homem deseja alcançar. E o homem, que ama êsse saber, é o **filósofo,** de **philoô** e **sophia,** amor ao saber. A Filosofia é, assim, o afanar-se em encontrar, em alcançar o saber supremo: a **Mathesis suprema, a Mathesis magista** (superlativo de grande).

Mathesis suprema — Vide **Mathesis.**

Mathesis universalis — É a matemática universal, por poder ser usada como instrumento de trabalho em tôdas as ciências, e por ter uma **linguagem** universal. Vide **Mathesis.**

Matière (fr.) = **matéria.**

Matter (ing.) = **matéria.**

MATURIDADE — Qualidade do que é maduro, que está no estágio do completo desenvolvimento. Diz-se que uma **idéia amadurece** quando ela se solidifica com os elementos argumentativos necessários e os fundamentos que lhe dão a base de que precisa.

MAU — a) Contrário de **bom.**

b) Aquêle que pratica actos contrários às normas morais aceitas.

c) Aquêle que ataca o bem estar ou a felicidade ou a autorealização dos indivíduos ou da sociedade.

d) Diz-se, ademais, o que é pernicioso, destructível, prejudicial, inadequado, desfavorável.

e) Em suma, tudo quanto pode ser avaliado com um valor adverso ou com um desvalor (ausência de um valor positivo) pode ser chamado de **mau.**

Maya (Sânscrito) — É o poder que obscurece, que leva ao êrro, à ilusão. É o «veu» que cobre tôdas as coisas. É a aparência, o fenômeno, oposto à realidade **numenal** (vide **Número**).

Mayaiana — Vide **Budismo.**

Maxim (ing.) = **máxima.**

MAXIMA — Regra orientadora prática, que estabelece uma norma psicológica, lógica ou de conducta ética **autônoma** ou **heterônoma** (vide).

É o valor maior alcançado por uma quantidade variável que primeiramente aumenta, e depois diminui.

Maxime (al. e fr.) = **máxima.**

Means (ing.) = **meio, médio.**

MECÂNICA — a) Como substantivo, ramo da Física, que se dedica ao estudo da actividade das massas ou de outras unidades ou grupos materiais.

b) Arte da construcção e da conservação das máquinas.

Mecânica racional é a ciência teórica dos movimentos reduzidos ao estudo das massas, das fôrças e das suas ligações.

Divide-se em **cinemática** (estudo dos movimentos em relação com o tempo, sem intervenção das noções de massa e de fôrça):

estática (estuda as fôrças no estado de equilíbrio);

dinâmica (estuda o movimento em suas relações com as fôrças).

Como adjectivo:

c) Tudo quanto concerne à mecânica, às máquinas em geral.

d) Diz-se que é **mecânico** o pensamento que, em sua expressão, reduz-se às explicações e exposições meramente mecânicas dos fenômenos físicos, e também a concepção que exclui a noção de **fôrça** (vide).

MECANICISMO — Teoria filosófica, que procura explicar todos os factos, inclusive os psicológicos, pela mecânica.

Mécanique (fr.) = **mecânica.**

Mécanisme (fr.) = **mecanismo.**

MECANISMO — a) A combinação mecânica, que corresponde às máquinas.

b) A explicação mecânica de um facto ou conjunto de factos coordenados.

c) Explicação filosófica do mundo, fundada na **mecânica.** Vide **Mecanicismo,** que é preferível, neste sentido, a **mecanismo.**

Meccanica (it.) = **mecânica.**

MECENATISMO — a) Nome que vem de Mecenas, protector de Horácio e Virgílio, que protegeu as artes e a ciência em sua época.

b) O nome indica o conjunto de providências para proteger os homens cultos, os artistas e os sábios, em benefício do progresso cultural de uma nação.

MÉDIA (Valor) — Valor intermédio numa série determinada (quase sempre a **média matemática).**

MEDIAÇÃO — a) Acção de servir de intermediário entre dois têrmos dados como independentes da acção.

b) O que serve de mediador.

c) Interposição de uma ou mais idéias ou actos entre um estímulo ou idéia inicial e um resultado.

MEDIADOR — a) Como subs., quem exerce a mediação. Assim Cristo, na teologia cristã.

b) Quem produz uma mediação.

c) Como adj., o que exerce a mediação, ou que a constitui.

MEDIATO — Vide **imediato.** É o intermediário, no sentido da **mediação** (vide).

MEDIDA — Medir é uma acção que consiste em dar um valor numérico a um objecto pelo número de vêzes que contenha a unidade empregada. A medida quantitativa realiza-se por um **metron,** como se procede na medida da extensão por uma extensão, que serve de têrmo da comparação. Compara-se a esta extensão menor, e vê se quantas vêzes a primeira contém a segunda. A medida, portanto, implica o ho-

mogêneo ao medido. Medem-se homogeneidades. Quando se trata da extensidade, temos as medidas quantitativas.

Mas, quando se trata de qualidades, a medida já não é uma unidade menor. Estas são medidas pelas suas perfeições, portanto por um **maximum** e não por um **minimum,** como se dá com a medida quantitativa. Medimos êste quarteirão, reduzindo sua extensão (homogêneamente considerada). Mede-se o **maior pelo menor.**

Mas, no qualitativo, mede-se o **menor pelo maior.** Se queremos medir êste verde, não dizemos que êle tem duas ou três unidades de verde, mas, sim, que é **mais ou menos** verde, comparando-o com o verde perfeito, que é ideal, do qual temos uma **posse virtual,** e não actual, como acontece com tôdas as perfeições, das quais participamos.

Sintetizando:

a) A medida extensiva (**como minimum**), abstractamente considerada e despojada da sua heterogeneidade, é a medida da quantidade, porque essa é a divisibilidade, enquanto considerada apenas como quantidade (homogênea);

b) a qualidade, perfeita em sua série (como **maximum,** portanto), é a medida da intensidade, apenas como tal, e abstractamente considerada;

c) o valor (como perfeição de sua hierarquia), como **máximum,** portanto, é a medida dos valôres (escalaridade dos valôres, **mais ou menos**);

d) a unidade individual, como medida da tensão, que é mensurável e não medível, é tomada qualitativamente e não quantitativamente.

Em suma:

A medida é o que nos faz conhecer se uma coisa é maior ou menor, e se é mais ou menos que outra, o que tanto na ordem quantitativa, como na qualitativa, já é um **princípio de conhecimento,** embora parcial.

Estas palavras de Issay, que a seguir reproduzimos, dão clareza ao pensamento exposto até aqui.

«O espírito mede as quantidades por adição, portanto, a unidade quantitativa é um **minimum.** O espírito mede a qualidade por «composição», unindo a um elemento de ordem actual um elemento de ordem potencial, afirmando uma deficiência, e, portanto, a unidade qualitativa é um perfeito, um **maximum.**»

MÉDIO — Diz-se do que está entre dois, ou do que entre dois distintos une os extremos.

MÉDIO (têrmo) — a) No sentido lógico, vide **Silogismo.**

b) Em sentido social, o **intermédio** pelo qual se pode alcançar um fim desejado, como sejam, a moderação, a prudência, a temperança. Vide **Cardiais (virtudes).**

MEDITAÇÃO — Vide **Reflexão.**

MÉDIUM (lat.) = **meio.** Vide **Espiritismo.**

MÊDO — Comportamento emotivo, que se caracteriza pelo tom

afectivo de desagrado, acompanhado de manifestações motoras, tais como tremores, encolhimento, fuga, etc.

Mega (gr.) = **o grande.**

MEGALOMANIA — Vide **Delírio.**

Megethos (gr.) = **grandeza, extensão.**

Meinung (al.) = **opinião.**

MEIO — a) O que se coloca entre duas ou mais coisas, à igual distancia dos extremos.

b) O que se pode colocar entre dois ou mais termos, exercendo uma acção ou não a um deles ou a ambos ou a todos.

c) Ambiente social ou físico, no qual se acha imerso um organismo ou uma coisa. Ambiente social imediato de um indivíduo ou grupo social (**ambiente** — vide).

MEIOS — Em geral o que ocupa uma posição intermediária entre várias coisas ou entre dois extremos, pelo qual é possível alcançar o fim visado.

MELANCOLIA — Tipo de desequilíbrio mental, que se caracteriza por depressão emotiva, por inibição ou por uma agitação motora.

MELHOR — Vide **Bom.**

MELHORAR — Acção que consiste em tornar mais tolerável, benéfica ou útil as condições de vida de indivíduos ou grupos sociais.

MELHORATIVO — Qualidade do que é aplicado com o intuito de apresentar benefícios de carácter pessoal ou social.

MELIORISMO — Em oposição a **optimismo** e a **pessimismo** (vide) pretende o **meliorismo** que o mundo pode tornar-se e ser tornado **melhor** pela acção decidida do homem, desde que dirigida sàbiamente.

É também a doutrina que afirma que o mundo é isento de **mal,** nem é o melhor possível, mas sujeito e passível de **melhoramentos.**

Mémoire (fr.) = **memória.**

MEMORABILIDADE — Do lat. **memor,** memória. É o nome que se dá ao conjunto de testemunhos verdadeiros, que depõem sôbre um facto histórico, o que é gradativo. A memorabilidade de tal ou qual facto.

Nome criado por Claparède.

MEMÓRIA — Consciência e memória são inseparáveis, pois a consciencia implica memoria, e a memoria, consciência. Ao tomarmos consciência de alguma coisa, perdurámos nessa actividade. Há memorização no mesmo lapso de tempo, pois, do contrário, a consciência, se fôsse fluente como o tempo, não se daria.

O instante que passa é substituído por outro instante e não teria eu consciência, neste momento, de que estou escrevendo, se não fôsse, do momento anterior, alguma coisa memorizada.

Ademais, a consciência é uma faculdade elevada, que exige memorizações, pois ter consciência de algo exige atenção, a tensão **ad,** para..., portanto interêsse, e conseqüentemente memória, recordação. Eis aqui por que Leibnitz definiu o inconsciente como

uma consciência instantânea, uma consciência sem memória, por passar com a fluência do próprio tempo. Entretanto, o sentido da memória, como empregamos acima, é um sentido geral, um tanto vago. O que freqüentemente se considera memória é a faculdade ou operação de poder renascer um estado que já atravessou a nossa consciência, que já desapareceu dela, e que é considerado como um elemento de nossa experiência passada. Há, na memória, consciência, pois memória não é apenas uma repetição, como, a que se dá com uma frase já pronunciada.

Tôda a vida é fundada, garantida na memória. Mas é uma memória espontânea, natural. A memória de que falamos é aquela em que há consciência, aquela que, ao recordar, **sabe** que recorda, **sabe** que tal facto se deu no passado, e que êle faz parte de sua experiência passada.

É importante distinguir a memória da **reminiscência.** A reminiscência é uma recordação incompleta, uma recordação que não é reconstruída, da qual temos vagas lembranças. O tema da memória coloca quatro importantes problemas de que tratam os psicólogos. São êles:

a) como se dá a conservação da memória;

b) a evocação, a capacidade de poder trazer à consciência os factos passados, de recordá-los;

c) o reconhecimento do que é recordado; e

d) localização, quando os colocamos perfeitamente no tempo e no espaço.

Conservação da recordação: Duas são as respostas clássicas à pergunta de como conservamos estados que desapareceram da consciência:

1) a **fisiológica** ou **materialista,** que afirma que um estado, que atravessou a consciência e dela saíu, persiste em forma de modificação fisiológica, especialmente de modificação cerebral. As percepções são gravadas no sistema nervoso e nêle permanecem conservadas.

2) A outra resposta consiste em afirmar que o que atravessou a consciência, e dela saíu, permanece no que chamamos de **inconsciente.**

A teoria fisiológica pretende ser a mais científica. O percebido, ou a recordação, fica gravada numa célula ou num grupo de células cerebrais. Há, assim, uma modificação em alguns elementos anatômicos, que permanecem nesse estado, depois de passada pela consciência.

Quando excitada a mesma região cerebral, o estado de consciência é reproduzido. Por essa teoria, a vida psicológica não passa de um reflexo da vida cerebral. Essa teoria tem sido poderosamente combatida.

A evocação das recordações. Estabelecida a existência de duas espécies de memória a física e a intelectual, há, portanto, duas espécies de recordação. A recordação dos mesmos gestos, das mesmas atitudes, que foram apreendidas através da experiência, são da primeira memória, como os passos de quem dança, etc.

Noutros casos, um estado psicológico retorna em conseqüência de outro estado com o qual se aliou. É o que se dá com a associação de idéias. A memória motriz funciona diferentemente da memória pròpriamente dita, a segunda. Quase sempre exige uma reducção de movimentos, certa atenção para que ela se produza mais fàcilmente. Há uma certa contradição entre uma e outra. Tanto que, muitas vêzes, temos dificuldade de descrever uma memória apenas motriz, mas sabemos como realizá-la, como quem dança teria dificuldade de descrever os passos, um após outro e, no entanto, ao dançar, sabe como realizá-los.

Reconhecimento das recordações. Há um reconhecimento motor de que só é capaz o corpo. Mas êsse reconhecimento é incompleto. Exige a recordação de imagens que nos permitem formar um saber de como podemos servir-nos dêle. Êsse segundo reconhecimento enriquece o primeiro.

A localização da recordação: A execução de um hábito motor não nos leva a um momento preciso do passado. A localização de uma recordação só se dá com a verdadeira memória.

Taine e Ribot estudaram a localização das recordações no tempo, e a das percepções, no espaço. Assim, para nós apreciarmos a distância de um objecto longínquo, consideramos os objectos interpostos. Para localizá lo no tempo, procuramos colocá-lo entre dois acontecimentos importantes da nossa vida passada, um anterior e outro posterior a êle. Depois se procede, procurando os acontecimentos interpostos entre os pontos de referência, até localizar a recordação. No entanto, não procedemos pròpriamente assim. O que se faz, freqüentemente, é atentar para o facto recordado, e a penetração, que nêle se faça, permite fixá-lo melhor, torná-lo mais nítido, completá-lo e, daí, localizá-lo.

Tôda a vida intelectual seria impossível sem a memória, logo a memorização é uma função fundamental do espírito.

O notar o diferente ou o semelhante implica a memória, como implica a memória a consciência. E é a memorização que vai permitir ao homem a formação do conceito e da noção do que é tempo. Assim **espírito é também memória.**

Ter consciência de algum facto é **demorar-se** sôbre êle. Por rápida que seja a consciência de alguma coisa, ela é um fixar alguma coisa, é um memorizar. Êsse fixar-se do espírito é a memória, em sua fase embrionária, primitiva. O repetir, o comparar, o deter-se mais longamente sôbre o facto passado é a função da memorização.

Já vimos que a função selectiva da vida tem um carácter de oposição, de aproveitamento disto e de repulsa daquilo, e funciona pela comparação instintiva, pela escolha.

O espírito repete, num plano mais elevado, a própria vida. Êle selecciona, êle repete, êle procura no diferente separar o mesmo, o parecido, o semelhante, em suma: memoriza. E essa função cabe à

tensão psíquica (alma, espírito, etc., mas essa tensão aumenta, cresce de intensidade, demora-se (por isso é in-tensiva), sôbre o que é semelhante, o mesmo. **Não haveria vida sem memória.**

No caso das afasias, a perda da memória é progressiva: primeiro perdem-se os nomes próprios, isto é, o do indivíduo, o único; depois os nomes comuns, o geral, o universal, posteriormente os verbos, o que indica a acção activa ou passiva, **o tempo,** porque tôda acção é um processar-se no tempo. Vemos, assim, que o que indicamos acima é corroborado pela patologia. É a memorização que vai dar a noção do tempo.

Mas o ser vivo, antes de pensar, age ou padece (verbo), depois compara, **identifica,** denomina, conceitua (nomes comuns). A individualização como pessoa (nomes próprios) é já de uma fase mais elevada, social.

Quando a memória está enferma, o processo de perda segue o mesmo caminho da reversibilidade; inverte-se. A tensão nervosa é contemporânea do corpo, do sistema nervoso. Actua com êle. Quando êste está enfêrmo, ela sofre, porque êle é o meio que ela utiliza.

O enfraquecimento das suas funções traz o enfraquecimento das funções mais altas e mais complexas, até as mais simples. Assim a razão, em sua fase mais alta, vai perdendo, no campo da afasia, a pouco e pouco, as suas funções mais altas até as mais simples.

Ter consciência de um facto é **demorar-se** sôbre aquêle, é fixar-se. A consciência implica a memória em sua fase elementar; memória, como fixação dos caracteres do percebido. Vimos a divisão de Bergson entre as duas memórias: a física e a intelectual. A memorização intelectual pertence a uma fase posterior do ser vivo, à fase da razão.

No acto de memorização intelectual há um conflito, e a memória intelectual é êsse conflito que penetra na consciência, pois nesse acto, há um duplo movimento de irreversibilidade e de reversibilidade. A consciência, para reconhecer que há memória intelectual, necessita ter o sentido do presente e o sentido do passado; tem de distinguir o estado mnemônico do estado que não o é. Assim o passado reverte ao presente irreversível, pois, quando memorizamos algum facto ou idéia ou imagem, sentimo-nos como permanentes, como persistentes, como espectadores estáticos do que trazemos do passado. Assim **conflue** uma reversão do passado para o presente estático, subjectivamente estático. Vimos que em tôda a vida há memorização no primeiro sentido de Bergson, do contrário ela seria impossível.

A memória pode ser considerada:

a) em sentido amplo — como persistência do passado no presente;

b) em sentido restricto — memória do homem, como representação do passado como passado.

A primeira memória pertence ao homem, como a do pianista, mas também aos sêres vivos, co-

mo as chamadas memórias-hábitos dos animais e das flôres, como a do cão caçador, que se alegra ao ver o dono vestido para a caça. A segunda é a **re-presentação** dos factos passados.

A memória pode ser:

a) muscular — comumente chamada hábito: a que nos parece localizada, por exemplo, nas pernas, braços;

b) a sensorial — as visuais das côres, formas, sons, etc.;

c) a intelectual — relações de causalidade, etc.;

d) a afectiva — memória do temperamento, de certas emoções.

Esta última é aceita por uns e negada por outros. Quando recordamos certos factos, revivemos a agradabilidade ou a desagradabilidade que êles nos provocaram, embora revivamos mais fàcilmente as desagradabilidades que as agradabilidades.

Fixam-se as memorizações:

a) pela **repetição:** 1) metódica; 2) voluntária; 3) intercalada com repousos;

b) pelo interêsse: 1) intelectual; 2) colectivo.

A **recordação** pode ser:

a) espontânea;

b) reflectida.

O **esquecimento** (o facto não recordado ou que não pode ser recordado) pode ser:

a) voluntário;

b) espontâneo.

O esquecimento constrói a boa memória, pois esquecemos para fortalecer a memorização. Virtualizamos o que nos desinteressa para actualizar o que nos interessa.

Casos **patológicos:**

a) amnésia — dificuldade externa de recordar;

b) paramnésia — «Ilusão da memória, que consiste em crer reconhecer no último pormenor, com tôdas as circunstâncias de lugar, de tempo, de estado afectivo e intelectual, o conteúdo total e actual da consciência num momento dado, como se se vivesse integralmente um instante já vivido. (Lalande, «Vocabulaire»);

c) hipermnésia — evocação de factos considerados já esquecidos, comum de observar-se em estados de febre, ou em momentos de perigo de vida;

d) a obsessão — caso de hipermnésia, que consiste na «presença, no espírito, de uma representação, de uma associação de idéias, ou de uma preocupação que aparece sem cessar, à qual vêm reunir-se tôdas as associações, e que a vontade não consegue afastar senão momentaneamente» (Lalande, «Vocabulaire»).

MEMÓRIA AFECTIVA — Vide **Afectivo.**

MEMORIZAÇÃO — Acção de memorizar, de gravar recordações, passagens verbais, através da repetição (decorar, de cor).

Memory (ing.) = **memória.**

MENOR — a) Na Lógica, vide **silogismo.**

b) Como comparativo de menos, indica tudo quanto é inferior a pequeno, assim escala menor.

MENOS — Adv. comparativo de pouco, o que fica aquém em número, sob qualquer aspecto que se considere o número, qualitativa ou quantitativamente.

Mens (lat.) = **mente.**

Menscheit (al.) = **Humanidade.**

Menschenalter (al.) = **geração.**

Menschlichkeit (al.) = **Humanidade.**

Mens philosophica (lat.) = mente filosófica. Vide **Filósofo.**

MENTAL — Tudo o que concerne ao espírito, o que pertence à mente, percepções, imagens, memórias, etc.

MENTALIDADE — a) Conjunto das disposições intelectuais (alta e baixa mentalidade).

b) Conjunto dos hábitos.

c) Conjunto dos esquemas fundamentais de um indivíduo.

MENTALISMO — Doutrina, segundo a qual a Psicologia se ocupa, total ou parcialmente, com os fenômenos conscientes.

MENTALIZAÇÃO — Sinônimo de **Tomada de Consciência** (vide).

MENTAL (Restrição) — Vide **Restrição.**

MENTE — (Do lat. **mens,** do radical **man,** pensamento), a) No indivíduo, é a parte subjectiva em que se dão os factos psíquicos conscientes.

b) Genèricamente, é a substância metafísica, que constitui o que se chama espírito no homem e que contrasta com a substância material.

MENTIROSO (sofisma do) — Sofisma famoso, inventado por Eubúlido de Mileto. Lalande o simplifica assim: «Eu minto (gr. **pseudomai** lat. **mentior** = o que eu digo é falso). Ou o que êle diz é verdadeiro, ou o que êle diz é falso; e se o que êle diz é falso, o que êle diz é verdadeiro.

Vide **Epimênides,** e as razões aí expostas são as mesmas para destruir essa **falácia.**

MEON (Do negativo grego **mé** e **on, ontos,** ser). Significa o que não-é-ser e corresponde ao **nada, não,** porém, ao nada absoluto, nem ao relativo, mas à potencialidade infinita do poder ser relativo, que ante a omnipotência do Ser Supremo é a potencialidade infinita criatural. Desenvolvemos o estudo do **Meon** e preparamos os elementos para a formação de uma nova disciplina filosófica, a **Meontologia,** em **Filosofia Concreta,** de nossa autoria.

MERCADORIA (na Economia). O bem que circula, que passa de uma para outra mão, de diferentes pessoas, recebe o nome de **mercadoria.** E tem o nome de **mercadoria** quando, quem a entrega, recebe, **em compensação,** bem ou bens que são dados **em troca** daquele. E êsses bens, que se dão em troca, constituem o **preço.**

Mercê — Vide **Piedade.**

Meris (gr.) = **parte.**

MÉRITO — Merecer é ter direito a..., ser credor de, tornar-se digno de... **Mérito** é a qualidade do que é digno de louvor, ou de prêmio. Revela uma superioridade, uma aptidão. **Meritório** é o que é louvável, digno de prêmio.

Merklich (al.) = **sensível.**

Mekmal (al.) = **critério.**

MESMO, MESMIDADE — Vide **Idêntico** e **identidade.**

MESOLOGIA — Disciplina que tem por objecto o estudo do meio ambiente e as relações entre êste e os sêres.

Meson (gr.) = **meio.**

Messkunst (al.) = **geometria.**

META — Meta — Um prefixo grego, que significa **depois** de, além de... Resultado final de qualquer actividade, consciente ou não, intencional ou não.

Metabásis (gr.) = **passagem.**

Metabolé (gr.) = **moção.**

METABOLISMO — Intercâmbio de energias nos organismos vivos. Inclui os processos **anabólicos** (constructivos) e **catabólicos** (destructivos). Vide **Anabolismo.**

METAFÍSICA — Muito tempo depois da morte de Aristóteles, Andrônicos de Rhodes, no 1º século da era cristã, tendo editado uma série de fragmentos das obras do peripatético, que não constavam das edições anteriores, acrescentou, logo após à «Física», certos estudos, intitulando alguns de **tá metá tá physiká,** isto é, «escritos que sobrevêm ao livro da Física». Como os objectos de que tratava êsse livro não eram pròpriamente os do mundo sensível, como os da física, mas **transfísicos,** as palavras gregas foram latinizadas em **metaphysica,** nome, finalmente, que tomou a disciplina filosófica, cujo objecto são entes transfísicos, como se depara claramente nesta famosa definição de Tomás de Aquino: «Chama-se (esta ciência) de Metafísica, isto é **transfísica,** porque ela se apresenta após a Física, e temos de nos elevar, a partir das realidades sensíveis, às realidades que não o são.»

Essa delimitação clara do conceito e da actividade metafísica, nem sempre foi bem compreendida. Analisemos a definição tomista:

1) é transfísica, pois aborda, estuda e examina entes não físicos;

2) em sua actividade **deve partir das realidades sensíveis.** Êste segundo elemento é de magna importância. A Metafísica **deve** partir das realidades sensíveis para alcançar as realidades não sensíveis.

Ora, as realidades sensíveis, objecto das ciências, pertencem ao mundo do imanente, permitem que sôbre elas se construam **juízos de existência.**

As realidades transfísicas, por não serem sensíveis, ultrapassam o campo da imanência, portanto **transcendem-no;** são, pois, **transcendentes.**

Se no mundo da imanência, mundo da ciência, podemos cons-

truir verdades materiais, fundadas no sensível, no mundo da transcendência, as verdades serão transcendentes, portanto, metafísicas.

Mas desligar-se a Metafísica, como estudo do transfísico, das realidades sensíveis, será criar uma **crisis** (abismo, separação) entre um mundo e outro. A Metafísica seria um afastar-se **dêste mundo,** um desinteressar-se dêste mundo, o que não propôs Tomás de Aquino, pois indicara, como ponto ético do metafísico: **partir das realidades sensíveis.**

E veremos em breve, como será fácil demonstrar, que, por não se ter considerado assim, a Metafísica conheceu uma forma viciosa, o **metafisicismo,** que pairou apenas no terreno de locubrações transfísicas, sem procurar e sem considerar as ressonâncias necessárias que elas deveriam ter e encontrar no mundo sensível.

Vê-se, desde logo, que reivindicamos à Metafísica um sentido em oposição à maneira viciosa de alguns metafísicos menores, que pensaram que, para serem tais, precisariam desligar-se totalmente da realidade sensível.

Serve esta advertência para que se patenteie que a posição de muitos opositores à Metafísica encontra fundamento apenas na acção dos metafísicos menores, como o estudo desta importante disciplina logo revela.

Observa-se, desde início, que a Metafísica não é uma construcção sôbre o vácuo, nem é apenas um discursar sôbre conceitos inanes, vazios de conteúdo real, formas que expressem nossos desejos, nossos ímpetos ou a nossa ignorância, como, porventura, tantas vêzes se tem dito e repetido.

O ponto de partida da Metafísica é o das diversas realidades.

Essas mesmas realidades sensíveis podem ser consideradas metafisicamente, isto é, pelo emprêgo de um método analítico metafísico.

Esta a razão por que, de antemão (fazemos questão de salientar), opomo-nos decididamente ao divórcio criado entre a **Ciência** e a **Metafísica,** pondo uma ao lado da outra como se representassem, uma o pólo da realidade, e a outra, o pólo da irrealidade.

E o gesto displicente ou o sorriso irônico dos metafísicos para com os cientistas, ou dêstes para com aquêles, compreende-se, apenas, como producto de uma mútua incompreensão, que serviu sòmente para criar uma crise no saber teórico, no saber epistêmico.

Se êste se distinguiu em diversas disciplinas, não se deu uma separação real, pois ainda mostraremos que esta é falsa, e a Ciência e a Metafísica poderiam cooperar, como na realidade cooperam, pois aquela é, de certo modo, **metafísica,** como esta é, por sua vez, Ciência. Portanto, a Metafísica não é nem deve ser considerada totalmente à parte da Ciência, mas o arquitetônico desta, um projetar-se desta além do seu âmbito, não considerando como Metafísica apenas o que a Ciência ignora, como o propõem alguns, mas o que não cabe à Ciência, com seus métodos, tra-

tar, e que não implica, por isso refutação.

Desde o momento que a Ciência reconheça seus limites, afirmará ela, dialècticamente, um **além.** E se êsse além escapa aos estudos e aos métodos empregados pelas ciências experimentais, não deve ser desprezado ou abandonado pelo homem.

O reconhecimento do limite é um apontar dialéctico para o que fica além do limite. E tôda a dignidade da ciência está em respeitar êsse limite, que aponta para a fronteira entre dois mundos de realidade, que implicam, por sua vez, métodos diferentes, mas **análogos.** Reconhecer tal contingência é da dignidade do sábio. E aqui servem perfeitamente estas palavras de William James: «Não pergunteis a um geólogo o que é o tempo: isto o ultrapassa; nem a um profissional da mecânica como são possíveis acções e reacções: êle não poderá tratar delas. Muito tem a fazer um psicólogo sem se ocupar da questão de saber como pode êle, e as consciências que êle estuda, conhecerem um mesmo mundo exterior. Há bastantes problemas que não existem debaixo de certos pontos de vista, os quais, sob outro ponto de vista, são problemas essenciais, e os quebra-cabeças da metafísica são os problemas mais importantes, que existem para quem quiser penetrar a fundo na íntima constituição do universo visualizado como um todo». Encontram tôdas as ciências em seu objecto uma zona que escapa em grande parte ao seu âmbito, e aponta ao que fica além, como a física ante o problema do movimento, das ordens energéticas, etc., como a Matemática ante o número, e a Psicologia ante o problema da alma, e a Biologia ante o da vida. Estão êstes grandes problemas a apelar constantemente ao filósofo que trate dêles. E o próprio cientista, quando se põe a examiná-los, torna-se filósofo, e suas hipóteses são quase sempre metafísicas.

Mas, se encontramos tais pontos de convergência entre a Ciência e a Metafísica seria primarismo considerar que ambas se confundissem plenamente.

Ciência e Filosofia, incluindo esta a Metafísica, são disciplinas de ordens diferentes.

Se a Ciência tem por objecto o mundo sensível; a Metafísica tem o transfísico. Conseqüentemente, os métodos têm de ser diferentes, mas análogos. E dizemos análogos, porque a analogia é uma síntese da semelhança e da diferença. E se por trabalhar com entes corpóreos, pode observá-los sensìvelmente e experimentar com instrumentos físicos, o que não o pode a Metafísica, precisa ainda trabalhar com a razão, com a Lógica, ou a Logística, ou a Dialéctica, para procurar o nexo que liga os factos uns aos outros, e elaborar suas teorias.

A Metafísica penetra em um mundo onde devemos nos despojar de todos os instrumentos dêste, e que, neste, permitem-nos obter conhecimentos. O modo de raciocinar metafísico é o mesmo que o do cientista. E êste, quando medita sôbre as coisas do mundo físico, tange sempre, quer queira ou não, o terreno da Metafísica que o cerca, exigente a

solicitar-lhes soluções, que êle muitas vêzes teme afrontar, retirando-se a uma posição agnóstica, que é uma verdadeira renúncia à dignidade do saber humano.

Basta considerarmos a situação do físico ante as teorias sôbre o átomo, que muitas vêzes são um desafio à inteligibilidade, como a acção à distância, a substancialidade da energia atômica, as contradições entre ondas e corpúsculos, e muitas outras, que enleiam o cientista em especulações metafísicas, porque já tangem objectos supra-sensíveis, ultra-experimentais, ou metempíricos, como se costuma hoje dizer.

Mas, como penetrar neste terreno se, à sua entrada, temos de deixar todos os instrumentos caros, que a experiência havia corroborado como eficientes?

Que garantia temos de que nossas especulações sejam bem fundamentadas? Se não dispomos dos sentidos para fortalecer a parte intuicional dos nossos conhecimentos, mas apenas nossos raciocínios lógicos e dialécticos, como podemos adquirir aquela segurança que sentimos ter quando, no laboratório, experimentarmos?

É por isso que desde logo surge ao metafísico um problema importante: **o problema crítico**. Pensamos realizar a **crisis**, análise aprofundada de nossos meios de conhecimentos.

Chamavam os gregos de **kriterion** a pedra de toque com que se avaliam os metais preciosos. E a palavra **critério** passou para a filosofia como a «pedra de toque», que permite avaliar o valor dos nossos conhecimentos.

E de critério surgiu **Criteriologia**, a disciplina que estuda o valor dos nossos conhecimentos e dos meios empregados.

Preâmbulo da Metafísica para alguns, implica a Criteriologia o estudo da Gnosiologia (de **gnosis**, conhecimento), ou **Teoria do Conhecimento.**

Ponto de partida fundamental, é ante êle que os filósofos vão tomar duas posições:

1) a dos que a estudam, analisam, examinam, depuram, a fim de penetrar no campo da Metafísica; e

2) a dos que aí se detêm por considerarem que tôda Metafísica nada mais é que o estudo crítico dêsses mesmos meios de conhecimento. Desta forma, a Metafísica se reduz a uma filosofia crítica, como o fêz em parte Kant.

Mas se a primeira posição é afirmativa, quanto às nossas possibilidades, a segunda é negativa, e reconhece que não temos meios de penetração segura no transfísico.

Então, ou nos detemos ou avançamos. Mas se uns se detêm, outros avançam. E nós escolhemos essa peregrinação, que nos levará ao desconhecido.

Incognoscível, eternamente ignorável, exclamam alguns. Somos incapazes de ir além da inteligibilidade, exclamam ainda! Mas afirmar a incognoscibilidade é conhecer que há incognoscibilidade. Nunca pode o espírito humano furtar-se à afirmativa, mesmo quando nega, porque quando procede assim, apenas re-

cusa, o qual é ainda um modo de afirmar. Negar que não se sabe é afirmar que se sabe que não se sabe. E se sabemos que não sabemos ou sabemos que sabemos que não sabemos, é sempre afirmar um saber.

É ainda da nossa dignidade confiar em nós mesmos. É fácil fugir ao encontro com o que se oculta. Mas nosso valor está em desafiar as sombras. E entre êsses, que não temeram, surgiu a mais arquitetônica das ciências do homem: a Metafísica.

Examinemos as razões de uns e de outros. Que pretende a Metafísica? Saber **como** são os entes? Não, pois isto cabe à Ciência. Saber **por que** são e o **que** são? Sim; e mais ainda: de onde vêm e para onde vão. E não é só; há ainda muito mais.

Metafísica não é apenas «um esfôrço invencìvelmente obstinado de pensar com clareza e coerência» (William James), nem tampouco «a ciência das razões e das coisas (D'Alambert), nem o inventário sistemático ordenado de tudo o que possuímos pela razão (Kant), nem apenas «a ciência do ser enquanto ser» (Aristóteles), definição restrita à Ontologia, ou Metafísica geral.

Uma ciência do incondicionado, como já o estudamos em Filosofia e Cosmovisão»? Não, o condicionado também serve de ponto de partida para a Metafísica.

A Metafísica é:

a) ciência do ser enquanto ser, e temos a Ontologia, ou Metafísica geral;

b) que usa métodos não experimentais para suas especulações, os quais se fundam, analògicamente, na realidade, como a Lógica, a Logística e a Dialéctica;

c) examina o conhecimento e o critica em busca de um critério seguro;

d) especula sôbre a origem e fins de todos os entes e das suas relações entre si, e com o ser, sob todos os aspectos.

MÉTODO DA METAFÍSICA — Costumam-se classificar os métodos em dois:

1) método a priori ou deductivo;

2) método a posteriori ou inductivo.

O primeiro é o empregado fundamentalmente na Matemática e na Lógica Formal; o segundo, na Física e nas Ciências da natureza.

Pode-se propor um terceiro método:

3) o dialéctico concreto, que temos exposto em nossos livros correspondentes.

Mas, em geral, poderíamos dizer: há metafísicos deductivistas.

Êstes são em geral **analistas**. Procedem pelas distinções e análise dos aspectos que fisicamente não podem ser separados, como a rotundidade de um copo de o copo, que só metafìsicamente é separável, não fìsicamente. Analisam as propriedades do real, sem recorrer à experiência física, mas apenas à experiência mental. É a maneira metafísica que vimos entre os gregos eleáticos.

Usando do método apriorístico, partem da afirmação do ser. Desenvolvamos seus pensamentos:

Se partíssemos da inexistência do ser partiríamos do nada. Se admitimos que houve um momento em que nada existia, êsse nada teria a eficacidade de tornar-se ser e, desde então, deixaria de ser nada, pois já teria possibilidade de ser, sendo, portanto, algo afirmativo, ser.

Afirmar o nada, implica algo que o afirme, o que já é propor um ser que nega o ser. O ser sempre antecederia ao nada. O ser, portanto, sempre **foi, é e será.** Outros deductivistas procedem **sintèticamente.** Entre êstes, podemos citar Hegel, cuja dialéctica mostra que parte êle sintèticamente do real, que é tético (de **thesis,** em grego, o que tem posição).

A posição deductiva parte da aceitação da eficácia da nossa razão para especular sôbre o ser; e que nossa razão e nosso pensamento se identificam com o real, bastando analisar aquêle para alcançarmos o real, como procedem os idealistas.

Mas é mister, nunca esquecer que a **metafísica** se dá no mundo real, e é dêle que ela tira suas noções. Não pode escamoteá-lo, como procedem os deductivistas, pois teríamos que nos entregar a uma actividade meramente extensista da razão, o que, como dialècticamente se pode ver, apenas capta um dos campos do conhecimento. O próprio Hegel, convenientemente examinado, não é um deductivista puro, mas um deductivo-inductivista por ser real-idealista, como é.

Já com os aposterioristas dá-se o contrário. Êstes, mais numerosos hoje, partem da análise do real para atingir o ser. Experimentar o real, vivê-lo, isto é, «viver o real, desvivendo-o como tal, para alcançar o ontológico (real-ideal), é o método inductivista que preferem. Temos exemplos em Bergson e nos existencialistas metafísicos.

«A filosofia não inventa nada. Ela é em cada um de nós a consciência do ser e da vida. Ela é êsse esfôrço de reflexão pelo qual ensaiamos atingir, no fundo de nós mesmos, a fonte de uma existência, que parece ter-nos sido imposta, sem que tenhamos sido consultados, e da qual aceitamos assumir a missão. Ela aspira a mostrar-nos como esta existência, que pode conhecer tôdas as angústias da solidão, tem necessidade de todo o universo para sustentá-la, como ela está sempre em relação com uma pluralidade de outras existências, numa troca ininterrupta de benefícios e dôres. Ela busca captar a realidade internamente num acto de viva participação, em vez de nos dar um espetáculo do qual nós mesmos estaríamos ausentes» (G. Lavelle), «**Le moi et son destin**»). São metafísicos aposterioristas Gabriel Marcel, Heidegger, Jaspers.

A metafísica da escolástica superior é apriorista e aposteriorista, pois parte, ora das ciências experimentais, ora das ciências meramente deductivistas.

Há entre a deducção e a inducção uma inevitável reciprocidade. Deduzir é inibir o singular, pela actualização do geral,

enquanto induzir é inibir o geral pela actualização do singular, mas dialècticamente as duas actividades são inseparáveis, pois os inductivistas jamais alcançariam postular o universal sem a aceitação de um postulado de ordem, da captação da essência distinguida da accidentabilidade. Na verdade, só se pode afirmar que pertence à espécie, essencialmente, o que se capta como pertencente ao indivíduo essencialmente. Pela dialéctica concreta, o método deductivista e o inductivista são apenas fases de um processo intelectual mais amplo que os inclui. Êste processo, que é o dialéctico concreto, parte da simultaneidade dos nexos conceituais, da habitualidade dos conceitos-predicados em relação ao sujeito, classificando-os segundo a ordem dos antepredicamentos de Porfírio, e dos predicamentos aristotélicos, estabelecendo-se que ao apresentarem as características de generalidade, especificidade e propriedade, quando atribuíveis a um indivíduo, são atribuíveis a todos os da mesma espécie, no grau e ordem em que o são, o que permite, assim, realizar-se a inducção sem receio de erros. A postulação inductiva será apenas uma possibilidade, quando o predicado fôr apenas accidental, o que não permitirá que dêle se conclua a generalidade. Êste método complexiona-se de tal modo que a sua exposição exige obra especial, dadas as inúmeras providências exigíveis para poder alcançar um bom resultado.

METAFISICISMO — Vide **Metafísica.**

METAFORA — Figura de Retórica, que consiste em tomar um têrmo por outro, aproveitando sua semelhança. «Aurora da vida», é uma metáfora.

METAGEOMETRIA — a) É o estudo das geometrias de **n** dimensões, não euclidianas.

b) Também tôda geometria que modifica os axiomas fundamentais da geometria clássica.

c) A parte filosófica, que se dedica ao estudo e ao valor filosófico dos fundamentos da **geometria** de qualquer espécie.

METAHISTÓRIA — É a metafísica da História, a parte que se dedica ao valor ontológico dos factos históricos, e que procura descobrir nesta o que a transcende.

METALÓGICA — a) É a parte da Lógica que estuda os fundamentos ontológicos dos princípios lógicos.

b) O que ultrapassa a Lógica, ou seja, ao formalismo lógico. Tal não quer dizer que seja antilógico, mas apenas que alcança aos postulados, que não podem ser estabelecidos de modo apenas lógico, mas ontològicamente. É o que chamamos de **dialéctica ontológica,** e que expusemos em nosso «Filosofia Concreta».

METALINGUAGEM — Segundo os que seguem a lógica matemática e a logística moderna consiste a **metalinguagem** na linguagem que serve para explicar outra linguagem. Assim, se se deseja explicar em francês um texto em espanhol, êste será a linguagem, e aquêle terá o papel

de metalinguagem. Wittgenstein afirmava em seu «**Tractatus**», 4, p. 12) que o «que se reflecte na linguagem não pode ser representado pela linguagem», o que leva a concluir que «não podemos expressar por meio da linguagem o que se expressa na linguagem.» Querem tais palavras afirmar que a sintaxe não pode ser expressada por palavras, como as interpreta Russell, que afirma que «cada linguagem possui uma estructura a respeito da qual nada se pode enunciar **na linguagem**», admitindo, porém, que «pode haver outra linguagem que trate da estructura da primeira linguagem e possua ela uma nova estructura, não tendo acaso limites para essa hierarquia de linguagens.» Essa linguagem, em relação com as outras, é **metalinguagem** daquelas.

METAMATEMÁTICA — Vide **Matemáticas.**

Metamathematik (al.) = **metamatemática.**

METAMORAL — É pròpriamente a parte ética da moral, a que se dedica ao estudo filosófico dos fundamentos **éticos** em relação aos **morais (costumes).**

METAMORFOSE — a) Mudança da forma radical mais ou menos brusca, que apresenta a vida de certos animais.

b) Por extensão, a mutação que se verifica em certas pessoas, quer no aspecto geral, quer nas atitudes, quer nas idéias ou modo de agir.

METAPSÍQUICA — Estudo dos fenômenos físicos ou psíquicos, que parecem revelar a presença de uma inteligência determinada heterônoma, bem como fôrças desconhecidas, latentes na psique humana, e ainda os processos subconscientes e inconscientes, segundo a enunciou Richet.

METEMPÍRICA — Ciência que estuda os objectos que ultrapassam o campo da experiência científica, e que não podem caber ao objecto da Ciência como é hoje concebida. São os objectos **transfísicos.**

Metempirical (ing.) = **metempírico.**

Métempirique (fr.) = **metempírico.**

Metempirisch (al.) = **metempírico.**

METEMPSICOSE — Teoria da transmigração das almas depois da morte do corpo, tanto de um animal como de uma pessoa.

Metempsicosi (it.) = **metempsicose.**

Methexis (gr.) = **participação.**

Method (ing.) = **método.**

Methodenlehre (al.) — Vide **Metodologia.**

Methodus (lat.) = **método.**

MÉTODO — (Do grego **meth'odos,** o bom caminho, o caminho real).

a) Todo modo sistemático e geral de trabalhar, que segue normas precisas, com a finalidade de alcançar um bom êxito, ou uma finalidade desejada.

b) Diz-se, também, do conjunto dos processos habituais de um

espírito ou de um grupo para alcançar um fim.

c) Processo técnico de cálculo ou de experimentação.

d) Também se emprega para referir-se à classificação, sobretudo na botânica.

MÉTODO ANALÍTICO — Na Lógica, consiste êste em buscar o têrmo médio, partindo-se do sujeito, pois, ao realizar-se a análise dêste, dividindo-se suas partes, buscando suas propriedades reais, alcança-se a alguma nota que convém ou repugna ao predicado. Alcançada esta nota, obtém-se finalmente o **têrmo médio** desejado. Os escolásticos chamavam a êsse método de **via ascensus**. Vide **Método sintético.**

MÉTODO ANALÓGICO — Vide **Analogia.**

MÉTODO APOFÂNTICO — Vide **Apofântico.**

MÉTODO AXIOMÁTICO — Vide **Axiomático.**

MÉTODO COMPARATIVO — Vide **Comparativo.**

MÉTODO DAS VARIAÇÕES CONCOMITANTES — Vide **Variação.**

MÉTODO HEURÍSTICO — Vide **Heurística.**

MÉTODO SINTÉTICO — Na Lógica, é o método pelo qual se busca o têrmo médio, partindo-se do predicado do juízo. O predicado é parte de um todo ontológico, que contém em sua extensão (ou exclui) o sujeito. Pelas diferenças, salientadas no predicado, alcança-se, finalmente, ao predicado completo, que se identifica com o sujeito, o qual estará incluso ou excluso do primeiro. Êste segundo predicado será o **têrmo médio.** É um método difícil e muito sujeito a erros aos que não dispõem de grande acuidade lógica. Os escolásticos chamavam de **via descensus.**

METODOLOGIA — Parte da Lógica, que tem por objecto o estudo sistemático **a posteriori** dos métodos, bem como dos métodos científicos.

MÉTODOS DA CIÊNCIA — O método experimental, na Ciência, não consiste apenas na observação dos factos empìricamente, mas numa orientação metòdicamente racional, fundando suas afirmações nos factos da experiência e, também, provocando o surgimento dos factos, a fim de observá-los, segundo tais métodos, com o intuito de extrair dêstes as leis gerais. Os factos científicos são repetíveis e, como tais, distinguem-se dos factos históricos, qué são irrepetíveis. Assim o **dia** 15 de novembro, no Brasil, houve muitos, porém, o no qual se deu o acontecimento que marcou a proclamação da República é um dia histórico.

No exame dos factos, a Ciência realiza, em primeiro lugar, a observação, que consiste na direcção atenta do espírito aos acontecimentos com o intuito de descobrir suas causas e suas leis.

A observação científica não consiste na mera visão do facto. Ela é activa. O sábio não os registra apenas, mas penetra atentamente em seus pormenores,

buscando as relações de causalidade que nêles se manifestam.

Usa os sentidos, dirige-se pela inteligência, lança mão de instrumentos científicos, busca libertar-se de idéias preconcebidas, de preconceitos, usa a máxima suspicácia sôbre si mesmo, a fim de evitar a deformação que a sua esquemática possa exercer no conhecimento do facto e, fundado na máxima imparcialidade possível, que um estudo epistemológico seguro pode auxiliar a conquistar, logo que perscrute as causas, pode alcançar as **leis,** que revelam a captação de uma relação constante ou necessária entre os factos. Por isso, diz-se que a lei científica é a expressão de uma relação geral de causa e efeito. Alcançar tais leis é o fim da Ciência para alguns. Na verdade, êsse é o fim teórico e ideal da ciência, embora seja ela, também, o meio técnico de domínio do homem sôbre a natureza.

Mas, nem sempre o conhecimento das causas é dado de modo evidente e definitivo. Ela é precedida por uma **hipótese,** cujo têrmo, etimològicamente, significa **suposição.** A hipótese surge da observação dos factos, e não deve contradizer as leis já conhecidas, nem muito menos os factos certos e incontestáveis, e deve ser ela controlável pelos factos. Tem a **hipótese** um papel explicativo. Considera-se **verdadeira** uma hipótese, isto é, verdadeira enquanto hipótese, sem que sua afirmação seja ainda definitivamente verdadeira apodìticamente, quando ela obedece àquelas características que acima expusemos. Por isso, não é de admirar que certas hipóteses tenham sido substituídas por outras, e até consideradas falsas. Tal se dá quando falta um, ou mais, daqueles requisitos acima citados. O papel do verdadeiro cientista é verificar o grau de validez das hipóteses, controlando-as com os factos.

A gestação das hipóteses apresenta, no desenvolvimento da Ciência, aspectos dos mais extraordinários, e quase sempre revela um grau de intuição apofântica e de criação genial por parte de seus primeiros formuladores. É verdade que algumas vêzes elas surgem de experiências accidentais, mas sempre, de qualquer modo, exigem uma inteligência capaz de perscrutá-las, de desvelá-las em tais factos.

É das hipóteses que se alcançam as **leis.** As leis são captadas através do exame das hipóteses, mas exigem uma verificação, que é a experimentação científica. Êsse têrmo **ex-perientia,** que tem sua origem no grego **peira,** prova, de onde **periculum,** perigo, significa pròpriamente ensaiar, provar. A verdadeira experiência científica consiste na provocação dos factos a serem observados, e sua finalidade é verificar e controlar a hipótese. Por isso, na Ciência, a experimentação é um emprêgo sistemático de provas com a finalidade de descobrir as causas e as leis dos factos científicos. Das hipóteses, deduzem-se certas conseqüências, que a experiência comprova, dando, assim, um grau de validez à hipótese, quando se verifica a procedência da mesma. Os cuidados e os processos usados em tais experiências constituem pròpriamente o método experimental, que varia segundo as diversas disciplinas científicas.

Entre tais métodos, podemos salientar o das **coincidências constantes,** que não se funda apenas em coincidências repetidas, mas em coincidências **constantes.** Temos, ainda, o método da **coincidência solitária,** que exige a aplicação do método de concordância, cujo cânone é o seguinte:

«Se dois casos ou mais do fenômeno têm sòmente uma circunstância comum, a circunstância, na qual só todos os casos concordam, é a causa (ou efeito) do fenômeno.»

O **método de diferença** tem o seguinte cânone:

«Se um caso, no qual o fenômeno se produz, e um caso, em que êle não se produz, têm tôdas as circunstâncias comuns fora uma, esta, apresentando-se apenas no primeiro caso, a circunstância, pela qual os dois casos diferem, é o efeito, ou a causa, ou uma parte indispensável da causa do fenômeno.»

O **método das variações concomitantes** apresenta o seguinte cânone:

«Um fenômeno, que varia de certa maneira, tôdas as vêzes que um outro fenômeno varia da mesma maneira, é ou uma causa ou um efeito dêsse fenômeno, ou é ligado a êle por algum facto de causação.»

E o **método dos resíduos** segue êste cânone:

«Separar de um fenômeno a parte que se sabe, pelas inducções anteriores, ser o efeito de certos antecedentes, o resíduo do fenômeno é o efeito dos antecedentes restantes.»

Graças a êsses métodos, conseguem-se controlar, com mais eficiência, as **hipóteses.**

Da indução e da dedução científicas: — O que caracteriza a **indução** é a passagem do particular para o geral. A idéia é sugerida do facto, pelo que, em lógica, se chama **indução essencial.** Na verdade, não há indução pura, indução isolada, porque, do particular, tomado isoladamente, não se poderia alcançar com certeza a regra geral válida. Impõe-se que, no caso particular, haja algo que é da essência da coisa para que se possa assegurar como presente na generalidade. De qualquer forma, a indução simples exige a presença de alguns juízos fundamentais, que permitem concluir do particular o geral, tais como a regularidade nos factos da natureza.

Ademais, o espírito humano tem a capacidade, que se revela com mais agudeza em uns que em outros, de captar, dos factos particulares, o que nêles há de eidético, o **eidos** do facto. Da realidade concreta individual é captado o geral pelo espírito. Essa é a conclusão a que chegam os psicólogos modernos, o que, na verdade, é uma velha afirmativa da escolástica, quando considera que nosso espírito capta a singularidade através do **phântasma** da coisa (a imagem), da qual o intelecto activo, **activamente,** extrai o **eidos,** e o imprime no intelecto possível **(possibilis).**

Essa captação dos **eide** das coisas, realizado pelo nosso espírito, é uma operação distinta da

operação meramente material, porque esta se processa de singularidade para singularidade, enquanto a nossa mente parte do singular para o geral, extraindo dêste o **eidos**, que permite generalizar através de operações do espírito.

A posição mais comum sôbre a indução é a que a funda sôbre o princípio de causalidade, que se enuncia, afirmando que as mesmas causas, nas mesmas circunstâncias, produzem os mesmos efeitos. Os empiristas, com Stuart Mill à frente, perguntam como podemos saber que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos. Essa premissa é tirada da experiência, fundada na experiência, uma generalização desta; portanto, produzida pela indução. Contudo, há leis ontológicas que regem o cosmos, leis, que, naturalmente, não são alcançáveis pelos empiristas, mas que o são pelos que se dedicam mais profundamente ao estudo da Filosofia, como o princípio de identidade, e de não-contradicção, e outros que servem de fundamento para as induções das ciências naturais. Outro princípio, que serve de fundamento, é o da **constância das leis naturais**. Afirma-se a constância da ordem na natureza e também de não sofrerem as leis excepções, além de ser essa ordem universal e o não haver factos nem aspectos que não sejam regulados por leis. Êsse é o pensamento de Goblot. Tais princípios são indemonstráveis para êle, mas devem ser aceitos para tôda demonstração. Os antigos escolásticos haviam estudado a **via deductiva** ou silogística, que chamavam de **resolutio formalis**, e a **via inductiva**, a **resolutio materialis**, cujas regras encontram-se nas obras dos escolásticos, e que indicavam as providências mais seguras para a indução, sem o perigo de certos erros nos quais caem os autores modernos. Assim, por exemplo, é incompleto o princípio da indução que Wolf oferece: «o que convém a todos os indivíduos convém ao universal que os contém», porque se em A, B, C encontramos os caracteres **m** e **n**, não podemos ainda afirmar que convenha ao universal, salvo se é da essência dêste, ou uma propriedade desta.

A tendência também dos lógicos modernos de quererem reduzir o raciocínio inductivo ao deductivo ou silogístico, não é de todo procedente pela falta do têrmo médio. Quando Lachelier tenta reduzir a indução a um silogismo da terceira figura, esquece que essa tentativa seria a destruição da validez do raciocínio inductivo, porque, então, nada mais seria que um raciocínio deductivo. Para muitos escolásticos, a indução é absolutamente irredutível ao silogismo, e são ainda êstes que salvam a indução ameaçada pelas análises dos modernos que, como alguns logísticos, chegam a abandoná-la. É de admirar que, havendo entre êles tantos adversários da filosofia medievalista, e também do raciocínio deductivo, por considerarem-no artificial, acabem por destruir o que tanto exaltaram (o raciocínio inductivo), para terminarem, ou por tentar aniquilá-lo, ou reduzi-lo ao deductivo. E é ainda de admirar que sejam pròpriamente os escolásticos e seus seguidores, os que melhor tenham estudado êsse processo, e

o salvem da ameaça dos modernos. Estas palavras são de grande valor: «A matéria da indução pode perfeitamente ser posta em silogismo, porém sua forma não pode; ela se opõe essencialmente ao silogismo verdadeiro pela ausência de têrmo médio que a caracteriza: **conversão** alguma poderá jamais fazer desaparecer ou apagar esta diferença. **Inductio in syllogismum reducitur materialiter et non formaliter, ita quod forma inductionis reducatur in formam syllogismi** (Santo Alberto Magno, **Prior.** 1, II, **Tract,** VII, c. iv). A indução prova que um carácter convém a um sujeito comum pela producção dos fenômenos singulares correspondentes. Eis aí seu processo lógico próprio... Da repetição dos factos nas mesmas condições, êle conclui um facto geral. O silogismo procede de maneira muito diferente; êle prova que um sujeito e um predicado concordam entre si, porque concordam com um terceiro têrmo. É por isso que êsse último é considerado como o meio, o instrumento empregado para unir, na conclusão, os dois têrmos separados nas premissas... Numa palavra, o têrmo médio nos fornece o facto e a causa de sua conveniência. A oposição entre os dois processos não poderia, portanto, ser mais completa. **Syllogismo proprie dicto opponitur inductio** (Prior, I, II, tract, VII. c. IV), diz ainda Santo Alberto Magno». (T. Richard, **Philosophie du Raisonnement dans la Science,** pp. 298-299, cit. por Maritain).

A indução, na verdade, realiza-se através da operação que consiste pela abstracção, em retirar do particular o **inteligível universal,** cuja inferência tem suas regras lógico-dialécticas seguras. A abstracção é uma operação primária do espírito, enquanto a formação das proposições universais é uma operação mais complexa (terceira operação).

O princípio de Wolf, que acima citamos, pode servir como fundamento da indução, e é aceito pelos escolásticos, mas com modificações, que vamos salientar. «O que convém a várias partes **suficientemente enumerados** de um sujeito universal convém a êsse sujeito universal», diz Maritain em sua **Lógica Menor** (pág. 281, ed. bras.). O importante está na enumeração, que não deve ser insuficiente, que deve ser a mais suficiente possível, pois, do contrário, a indução está sujeita ao êrro.

Se se verifica que o ferro, que o cobre, que o ouro, que o alumínio, que a prata... conduzem a electricidade, e como tais coisas são metais, pode-se concluir, inductivamente, que **os metais conduzem a electricidade.** Mas tal conclusão é apenas provável, pois poderia um **metal** não conduzir a electricidade, um metal ainda não examinado. A indução oferece resultados **prováveis,** e até de máxima probabilidade, mas carece da apoditicidade desejada, a não ser quando sua enumeração é suficiente de tal modo que alcança o essencial. Mas, neste caso, a indução deixa de ser tal. Por isso, pode-se dizer que a indução, de per si, sòmente nos dá conhecimentos prováveis e até de máxima probabilidade.

A inducção encontra seus fundamentos na intuição sensível, pela qual captamos os factos em sua singularidade, na intuição intelectual, pela qual captamos as semelhanças e as diferenças, e as relações de coincidência e, finalmente, na intuição adivinhatória e na apofântica, pelas quais se capta o essencial, graças à acção abstractora do intelecto humano.

A inducção é dividida em **completa** e **incompleta,** segundo a enumeração. Portanto, é mais comum a incompleta que a completa. Contudo, uma enumeração incompleta pode ser suficiente ou insuficiente. A completa é naturalmente suficiente. Não é fácil saber se uma enumeração incompleta é suficiente. É comum considerar a inducção completa como inducção aristotélica, e a incompleta como inducção baconiana. Alguns modernos querem daí concluir que, antes de Bacon e Stuart Mill, não se havia alcançado a inducção incompleta, o que é fácil responder com a leitura do **Organon** de Aristóteles, que não é conhecido tanto quanto se pensa pelos que se dedicam à Lógica. A inducção incompleta foi tratada pelos escolásticos, antes de Stuart Mill e Bacon. A inducção incompleta faz passar de **alguns** a **todos,** enquanto a completa faz passar de **todos** a **todo;** a primeira, do particular ao universal, a segunda da tôdas as partes do universal ao universal, que há em tôdas elas.

Na verdade, o raciocínio inductivo, tratado exclusivamente, não é bastante para dar a apoditicidade desejada. Por essa razão, jamais o raciocínio inductivo, na Ciência bem fundada, deixa de ser acompanhado, na argumentação, pelo raciocínio deductivo.

No exame da **via sintética,** que (vide o artigo respectivo), encontramos a contribuição que a Lógica pode dar à inducção.

Das teorias científicas: — Chamam-se princípios na Ciência (de **princeps,** o que vai à frente, em grego **arkhon,** de **arkhê**), as normas de acção que constituem as **normas do pensamento.** Uma teoria na Ciência é uma construcção intelectual, em que um conjunto de leis particulares está conexionado a um princípio, que as justifica, e que permite que possam ser êles deduzidos lògicamente. Duhem dá-lhe a seguinte definição: «um sistema de proposições matemáticas, deduzidas de um pequeno número de princípios, que têm por fim representar tão simplesmente, tão completamente e tão exactamente quanto possível, um conjunto de leis experimentais (**La théorie physique**).» Essa definição é mais adequada às ciências experimentais.

Tanto a teoria como a hipótese são explicações provisórias dos factos, e estão dependentes de posteriores acontecimentos, que podem comprovar a sua validez ou não. Assim, temos a teoria atomística moderna, a teoria do transformismo, o lamarckismo, o darwinismo, o mutacionismo, etc. Teorias, como a do finalismo e a do mecanicismo, que se digladiam no campo da Biologia, são mais filosóficas que científicas, por ora.

Realmente, a ciência moderna tem sido um campo de batalha de teorias, em que muitas, julgadas definitivas, já sucumbiram. Con-

tudo, há um progresso teórico, sem dúvida, apesar da improvisação e do obscurantismo de muitos cientistas modernos, que, por ignorância das grandes conquistas do passado, não levam avante uma construcção mais sólida da Ciência, como seria de desejar.

Verifica-se, assim, que, no campo da ciência moderna, as demonstrações têm naturalmente que se submeter à variância e à probabilidade, que é típica das teorias e hipóteses, e o valor das suas conseqüências é, portanto, relativo. Tal não impede, porém, que graças a uma boa base filosófica possam cientistas mais cuidadosos dar, com o tempo, uma construcção mais segura, alicerces mais sólidos à parte arquitetônica da Ciência, de modo a conquistar esta certa apoditicidade ontológica desejada, que é possível obter-se no campo da Filosofia.

MÉTODO SOCRÁTICO — Vide **Maiêutica.**

Metron (gr.) = **medida.**

METRÓPOLE — Comumente é a cidade maior, que submete as pequenas cidades do interior a uma dependência econômica, social e até política.

Mezzo (it.) = **meio.**

MICROCOSMOS — Vide **Macrocosmos.**

MICROMANIA — Vide **Delírio.**

MICROSCÓPIO — É o aparelho que permite ver os entes **microscópicos**; isto é, aquêles que, por serem tão pequenos, não podem ser vistos a olho nu.

Middle (ing.) = **meio.**

Mikron (gr.) = **o pequeno.**

MILAGRE — (Do lat. **miraculum**). a) Facto ou acontecimento que ultrapassa a natureza de uma coisa ou de um conjunto de coisas, um facto, em suma, **sobrenatural** (ou **extranatural** — vide), e que exige, portanto, para sua explicação, a aceitação de uma causa eficiente, que não pode pertencer à natureza da coisa, nem à natureza de nenhuma das coisas finitas, sendo, portanto, atribuído, em última instância, à divindade.

b) Por extensão, e em sentido popular, todo facto extraordinário, para o qual não é encontrada uma explicação satisfatória.

MILENAR (milenarismo) — a) Doutrina que anuncia o advento do **millenium** (mil anos), predita no Apocalipse, durante o qual o poder do mal seria impotente.

b) Por extensão, diz-se de tôdas as doutrinas sociais, que prometem um **millenium** de felicidade e de perfeição para todos os sêres. Vide **Utopia.**

Milieu (fr.) = **meio.**

MIMANSÁ — Um dos seis sistemas da **Filosofia Hindu.** Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

Mimesi (it.) = **mimetismo.**

MIMESIS — a) Têrmo grego, que significa a acção de imitar, de copiar. Muito empregado pelos pitagóricos, que afirmavam que as coisas **copiam** os **arithmoi.** (Vide **arithmós**). Na filosofia platônica, na fase final, que é genuinamente pitagórica, a **imi-**

tação confunde-se com a **participação.** Esta implica a presença de uma formalidade em grau intensistamente menor em um ser causado, que imita, proporcionadamente à sua natureza, a perfeição que pertence a outro ser, que a tem em plenitude. Neste sentido, é que se diz que tôdas as coisas foram feitas à semelhança de Deus, porque, sendo as perfeições positividades, estas têm sua origem no Ser Supremo, fonte originária e criadora de todos os sêres. Nenhuma perfeição pode vir do nada, pois, neste caso, o nada seria alguma coisa, e não pròpriamente nada.

b) Emprega-se, também, o têrmo **mimesis,** modernamente, no sentido da imitação. Esta, na Psicologia, caracteriza-se pela reproducção de um fenômeno psíquico anterior. Há, assim, imitação consciente, quando o que imita sabe que imita. Há sugestão imitativa, quando não há consciência da imitação, que é provocada. Há imitação de si mesmo, há imitações simples, que surgem de um primeiro esfôrço, e perseverantes as que exigem esforços repetidos. Há, ademais, imitação instintiva e involuntária.

c) Na Estética, a imitação é a teoria geral de que a criação artística, em seus primórdios, foi meramente imitativa, e a obra de então apenas representava os factos. Posteriormente, descobrindo o artista, na obra imitativa, formas e novos valôres, realizou, então, a criação estética dêsses valôres, o que representa um estágio superior. No expressionismo moderno, a imitação é servil, enquanto no impressionismo está marcada pelos valôres momentâneos do artista.

MIMÉTICO e AMIMÉTICO — Têrmos usados por Baldwin, que propõe dividir as semelhanças em **miméticas** e **amiméticas.** As primeiras implicam uma adaptação automática, enquanto as segundas proviriam da analogia e da repetição. Nas primeiras, nos sêres humanos, a repetição, além de automática, pode ser também consciente e voluntária.

Mimetism (ing.) = **mimetismo.**

MIMETISMO — a) Em linhas gerais, significa tôda actividade de imitação.

b) Na Zoologia, chama-se **mimetismo** a capacidade que têm alguns animais de adoptar a aparência do ambiente em que, momentânea ou permanentemente, estão, como assumir a côr das folhas ou do solo, etc.

c) Na Zoologia, chama-se, também, mimetismo a semelhança que animais de espécies diferentes apresentam entre si, como certas moscas, que se assemelham às abelhas, e consideram-se tais semelhanças como um producto de adaptação defensiva.

Mimicry (ing.) = Vide **Mimetismo.**

Mimikry (al.) = **mimetismo.**

Mineur (fr.) = **menor.**

MINIMAL — O que é um mínimo, **minimum,** ou que está sujeito à condição de **minimum.**

MÍNIMO — Vide **Minimum.**

MINIMUM e MAXIMUM — a) O valor menor (ou maior) entre outros ou menor (maior), possí-

velmente numa grandeza específica, alterável.

b) Valor que comparado a outros é o menor.

c) Os entes do mundo físico não são apenas sêres matemáticos, mas sêres que pertencem a uma espécie, que têm uma forma, uma **natureza** específica, uma **physis**, no sentido aristotélico.

Anaxágoras afirmava que os corpos, na natureza, são divisíveis ao inifinito.

Aristóteles, na «Física», opõe-se tenazmente a essa tese. Aceitando a divisibilidade infinita do contínuo, negava-a, porém, quanto aos **corpos físicos.** É que a natureza dêsses corpos admite uma divisão sòmente até um determinado limite. E não só afirma um limite mínimo de divisibilidade, como também um limite máximo de aumento. E fundava-se, não em especulações meramente filosóficas, mas também na experiência.

Os indivíduos de uma espécie revelam um máximo e um mínimo, cujos limites não podem ultrapassar, conservando a **mesma forma.** Assim também as qualidades têm um maximum e um minimum. E a prova encontramo-la nos animais que crescem até um máximo, e não podem ultrapassá-lo, como tudo na natureza. E se tal se dá, não deve haver uma divisibilidade ao infinito. A carne e os ossos não podem ser divisíveis ao inifinito, afirmava. Há de haver um limite em que a carne dividida deixa de ser carne, porque, do contrário, seríamos levados a um infinitamente carne, o que também comprova a nossa experiência científica actual.

Desta forma, as partículas devem ser divisíveis até um certo limite, mas **divisíveis dentro da sua espécie,** e ultrapassado tal limite, pasariam a ser de espécie diferente. E essa tese é aplicável a tôdas as substâncias naturais. Conseqüentemente, afirmava ainda, o mínimo de uma determinada espécie deve ter uma grandeza própria **(isa peperasmena),** grandeza que é determinada pela natureza específica.

Em pleno século XVI, Benedicto Pereira dizia: «descobrir quais são precisamente os limites de grandeza, superior e inferior (quer referir-se ao **maximum** e ao **minimum**), para cada espécie de corpos materiais, é muito difícil, para não dizer impossível.» A física moderna procura alcançá-los, seguindo os desejos de Pereira, sem que os físicos talvez o saibam. E que são hoje o pêso atômico e o pêso molecular, senão os limites das grandezas determinadas que desejava achar Pereira?

Não são estas hoje as metas da química moderna? E não é ao atomismo de Demócrito, como pensavam os mecanicistas do século passado e seus representantes neste, que se deve tal coisa, mas, sim, à concepção dos **minima** de Aristóteles.

No tempo de Pereira, tal era impossível realizar-se, dada a deficiência dos meios técnicos disponíveis. Foi com Dalton, dois séculos e meio depois, que Pereira obteve uma resposta ao seu desejo. Entre os cartesianos não se procuraria tal, pois aceitavam a divisibilidade infinita dos corpos,

nem muito menos a concepção mecanicista, embora sem o saber.

Tomás de Aquino, afirmando a divisibilidade **in infinitum** dos corpos matemáticos, afirmava, não obstante, um limite de divisibilidade dos corpos físicos.

Permanecia, assim, na posição aristotélica. Tal não o sabiam alguns autores modernos (e entre êles Duhem), que vão atribuir a teoria dos **minima** a Aegidius Romanus, sem compreender que essa era uma teoria aceita na idade média entre os escolásticos, inclusive os escotistas.

Aegidius Romanus, em seus comentários à Física de Aristóteles, expõe sua tese sôbre a grandeza, estabelecendo três maneiras diferentes:

1) enquanto pura grandeza, abstraindo-a da matéria na qual é realizada;

2) de maneira mais concreta, como realizada em certa matéria, mas sem especificar que espécie de matéria;

3) mais concretamente, como realizada numa matéria, cuja natureza é especìficamente determinada.

A primeira é a que a geometria concebe, e é divisível ao infinito, como o é também a segunda, já que a matéria é indeterminada. Mas, na terceira, esta não pode ser dividida indefinidamente, sem que haja mudança da sua natureza, como a água não pode ser dividida sempre, sem que deixe de ser água. Um metro cúbico pode ser infinitamente divisível, não um metro **cúbico de água,** pois em certo limite deixariam as partículas de ser **água.**

Essa doutrina não é de Aegidius Romanus, sem que tal desmereça em nada o imenso valor dêsse filósofo, injustamente desconhecido em nossos dias. Antes dêle, Robertus Lincolniensis (também conhecido por Robert Grosseteste) e ainda em Averroes e Tomás de Aquino, como já dissemos, era tal teoria afirmada, como o fôra antes por Aristóteles (como se vê na «Física», I, cap. 4, e nos comentários de Tomás de Aquino, lect. 9, n. 9). Não procede, portanto, a afirmação de Duhem, que essa doutrina surgiu na idade média por influxo de Demócrito e Epicuro, pois já era aristotélica.

Afirmava Tomás de Aquino que os limites da quantidade são **particulares.** Que nos mostra a química moderna senão a validez de tal afirmativa? Há em tôdas as coisas um **arithmós plethos** (um número de sua totalidade), número no bom sentido pitagórico, e que revela a sua **forma corporeitatis,** a forma da corporeidade, que incluindo a forma imutável específica, tolera, na linguagem escotista, um **maximum** e um **minimum,** que são múltiplos, segundo os planos. Assim um cristal existe apenas segundo determinados limites de temperatura e a energia térmica interna tem um máximo e um mínimo. Um ser que é tal, exige muitos **maxima** e **minima,** dentro dos quais êle subsiste com sua forma específica. O ser humano conhece dêsses **máxima** e **mínima,** não só intrínsecos como extrínsecos.

Miracle (fr. e ing.) = **milagre.**

Miracolo (it.) = **milagre.**

MIS... MISO (do gr. **misein.** odiar). Prefixo que indica, nos

têrmos em que é empregado, uma determinada aversão. Assim **misântropo** de **anthopos,** homem, aversão pelo homem, **Misantropia.**

MISAUCIA — Vide **Filaucia.**

MISONEÍSMO — (Do gr. **miso,** aversão, **neo,** novo). Aversão mórbida a tudo quanto seja novo, no sentido de **inovação.** Têrmo criado por Lombroso.

Missio, onis (lat.) = **missão.**

Mistake (ing.) = **confusão.**

MISTÉRIO — a) O que é inexplicado, mas que nos deixa perplexo e incita à investigação ou à fuga. Há, no mistério, sempre um matiz de emotividade, do contrário seria sinônimo de **desconhecido, inexplicável,** o que não é.

b) Na linguagem popular, indica tudo o que é ocultado, e que só é conhecido de um ou poucos, que guardam segrêdo.

c) Nas religiões antigas, era o conjunto das práticas, dos ritos e das doutrinas secretas, que se davam à parte do culto popular e legal, reservado apenas aos iniciados.

d) Diz-se, ainda, de tudo quanto está oculto por um símbolo, que o aponta, mas que também o encobre; aponta-o aos **iniciados,** e encobre-o aos **profanos.**

e) Também se emprega para significar tudo quanto é de difícil solução.

Diz-se, também, do que está além da mente humana. do conhecimento humano. Os sete mistérios, os sete véus de **Isis,** os sete arcanos, as sete fundamentais aporias da filosofia, etc. Vide **aporia.**

MÍSTICA — Do gr. **mystiká,** de **myô,** eu calo. Vide **Místico.**

a) Emprega-se nos sentidos em que se usa o têrmo **misticismo.**

b) Pròpriamente, como arte de penetrar no **mysterion,** é uma técnica de feição religiosa, cuja característica consiste na capacidade de sentir estèticamente o simbolizado, alcançado através dos símbolos. A capacidade de interpretação simbólica revela o poder místico de uma pessoa.

MISTICISMO — **Mystos** era o iniciado nos mistérios (**mysterion**) da antiga Grécia; **mystagogo (gogia,** significa conducção) era o iniciado, que conduzia o aprendiz aos mistérios, também **mystodotes.**

Mysterion vem do verbo **myô,** que significa calar, fechar os lábio», àquilo do qual não se fala. **Mystikôs** é o que concerne aos mistérios, **místico.**

a) O têrmo misticismo tomou o sentido da crença na possibilidade de uma união (**fusão**) íntima e directa do espírito humano ao princípio fundamental do ser, ao conhecimento supernatural da divindade.

b) Chama-se, ainda, misticismo tôda atitude religiosa, que busca a união com a divindade.

c) É também a doutrina que afirma que a realidade última é revelada por meios cognoscitivos distintos do perceptívo e do idealismo, e superior a êstes.

d) Caracteriza o misticismo popular considerar sobrenaturais certos factos naturais, que parecem violar as leis da natureza, ou são produzidos por poderes que ultrapassam as coisas, os quais determinam que se dêem de determinado modo.

MÍSTICO — Como substantivo, é sinônimo de **misticismo.**

a) Emprega-se, freqüentemente, para indicar a aceitação de uma idéia ou de uma doutrina como verdadeira, sem que se procure justificá-la através de argumentações apodíticas. Neste sentido, êste têrmo é muito usado modernamente.

b) Como adjectivo, refere-se a tudo quanto revela misticismo.

Mitbewerbung (al.) = **concorrência.**

Miterleben (al.) = **simpatizar.**

Mitgefühl (al.) = Vide **Simpatia.**

Mitleiden (al.) = **simpatizar.**

MITO (Do gr. **mythos,** lenda). a) É o relato simbólico, ou não, de origem popular, ou não, que não revela imediatamente qualquer reflexão sôbre factos realizados por agentes impessoais, ou fôrças da natureza, mas representados por sêres pessoais. Êsses relatos constituem, em suma, a **mitologia,** acrescentando-se, nêles, as crenças respectivas. Constitui um dos grandes elementos do **folklore.**

b) Diz-se, também, da exposição de uma idéia, ou doutrina, sob a forma predominantemente poética, portanto, metafórica e alegòricamente, como o mito da **Caverna,** em Platão.

c) Diz-se, também, do que constitui uma crença mais ou menos geral, que não tem nenhuma consciência histórica, como o «mito da greve geral» para instaurar a revolução social, defendida pelos socialistas revolucionários e sindicalistas. Vide **Utopia,** onde se estabelece a distinção entre **mito** e **utopia.**

MITOMANIA — Vide Delírio, que se caracteriza pela criação de **mitos** inconsistentes, mas reveladores de intenções subconscientes.

Mittel (al.) = **meio.**

Mittelbar (al.) = **mediato.**

Mixis (gr.) = **mistura.**

Mixtum (lat.) = **misto, mistura.**

MNEME — Base e princípio da memória e do hábito. Têrmo usado por R. Semon para significar a existência geral, na natureza, de um processo de gravar e de registrar o passado. Daí **mnemotécnica,** que é a arte de melhorar a memória sôbre certos factos, e de facilitar a recordação por meio de sistemas especiais metodológicos. **Mnemônico** é tudo o que se refere ao facto de recordar ou de aprender de memória (de cor).

MNEMÔNICO — Vide **Mneme.**

MNEMOTÉCNICA — Vide **Mneme.**

Mobile (it., fr. e ing.) = **móvel.**

Mobilisme (fr.) = **mobilismo.**

MOBILISMO — É a doutrina que afirma que o fundo das coisas é individual (formado de individualidades) e, portanto, múltiplo, mas que se move incessantemente, e está em transformação contínua, sem obediência a leis fixas, o que não permite, de nenhum modo, a racionalização última das coisas, através dos nossos esquemas racionais. O nome foi dado por M. Chide. Para alguns, representa essa concepção, aparentada com a de Heráclito, o remate final da filosofia moderna. Tanto Platão como Aristóteles já haviam demonstrado o simplismo de concepções como tais, cujas aporias são tão numerosas, que não representam um progresso para a Filosofia, mas, ao contrário, um retrocesso, ao mesmo tempo que revelam certa aderência de esquemas infantis. Vide **Aporética,** onde examinamos o valor das doutrinas pelo grau das **aporias** que são resolvidas, e das novas **aporias** que elas instauram.

MOÇÃO — A passagem da **potência** ao **acto.** Vide **Mutação.**

MODAIS (proposições) — São aquelas proposições que são modificados por um dos quatro modos: **possibilidade, contingência, impossibilidade** e **necessidade.** É possível que A seja B; A é B; É impossível que A seja B; A é necessàriamente B.

Modal (ing., fr. e al.) = **modal.**

MODAL — É o que concerne ou se relaciona aos **modos** de qualquer espécie. Quanto aos modos, vide, especialmente, **Modos** (teoria dos).

MODALIDADE — Vide **Modos** (Teoria dos).

Na lógica clássica, é o carácter das proposições modais. Vide **Modais (proposições).**

MODAS — Inicia-se no séc. XV, nos centros urbanos e nas côrtes, a tendência a mudar constantemente na maneira de vestir, em geral estabelecida pelo árbitro ou árbitros da elegância. Emprega-se o têrmo **modismo,** na filosofia, para indicar certas inovações inócuas, que consistem apenas em neologismos, que procuram substituir palavras já consagradas, e com acepção segura, por outras frouxas e sem consistência, muito ao sabor dos diletantes da Filosofia ou dos fariseus que proliferam nos dias de hoje. É sinônimo de **voga.**

Mode (fr., ing. e al.) = **modo.**

MODÊLO — O que é copiado ou que é passível de ser copiado. É o que serve de **padrão.** Vide **exemplar.**

MODERAÇÃO — Vide **cardiais (Virtudes).**

MODERNO — a) Têrmo muito usado no séc. XV em diante para indicar, de um lado, os aspectos louváveis de certas modificações nas atitudes religiosas, ou as reprováveis, como certo exagêro na moda ou a tendência viciosa de entregar-se às impressões momentâneas, sem a necessária reflexão.

b) Emprega-se para referir-se a tudo quanto pertence à **modernidade,** ou seja, ao período que sobreveio ao **medieval.** Assim, nas classificações comuns da História, a idade moderna, a **moderni-**

dade, inicia-se com a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453.

c) Chama-se de **filosofia moderna,** a que, afastando-se dos cânones escolásticos, segue a orientação, segundo uns de Bacon, outros de Descartes, e, para alguns, de Ockam, que seriam os marcos filosóficos da **filosofia moderna.**

MODERNISMO — a) É a tendência de supervalorizar o que é novo, actuál em qualquer sentido em que seja tomado, quer na Religião, quer na Estética, quer na Filosofia, quer na Economia, etc. Caracteriza-se pela desvalorização do que é tradicional ou do que pertence ao passado.

b) Já a **modernidade,** como atitude, não cai nos exageros do **modernismo,** mas apenas se propõe a defender o que há de aceitável na actualidade, procurando reforçá-lo, ampliá-lo, e também buscar as maneiras progressivas, que permitam alcançar a graus mais elevados.

c) **Modernismo** também se chamou, na Igreja, ao movimento filosófico e religioso, que se processou no século passado, que pretendia inúmeras reformas, além de estabelecer certas teses filosóficas, que foram consideradas heréticas umas, e temerárias outras.

Modernus (lat.) = **moderno.**

MODÉSTIA — Vide **cardiais (Virtudes).**

MODIFICAÇÃO — É a maneira modal de ser alguma coisa. Vide **Modos** (teoria dos).

MODOS (Teoria Modal) — É o modo a maneira inerente de ser de uma substância ou de um accidente. O grande teórico da **teoria dos modos** ou **das modais** foi, inegàvelmente, Suarez.

O modo é um haver formal em outro ser, e nesse haver está tôda a sua entidade; ser actual, que consiste num determinar **em** outro e **de** outro **(inaliedade** e **abaliedade).** Assim a união é modo enquanto une; a figura, enquanto configura, a acção, enquanto é dimanação ou fieri **(devir),** exemplifica Suarez, que salienta ainda que o modo não pode aparecer em estado potencial, mas **só como actual determinação de outro ser,** não tendo, portanto, realidade independente, entidade própria. Consiste sua entidade numa pura modificação da realidade, a qual afecta, e, nessa função modificativa, está tôda a sua estructura ontológica.

Portanto, o **ser** do **modo** e o **modificar** nêle se identificam: **ser** é **modificar** no **modo.**

«O modo, definia Suarez, é uma certa entidade positiva, que consiste em ser uma determinação actual e formal da realidade, à qual modifica, à qual outorga uma modificação última, que cai fora de sua essência total e individual, enquanto existe na Natureza».

Nesta definição, estão compreendidas as propriedades mais específicas e características dos modos, tais como inseparabilidade absoluta, inaliedade, abaliedade, determinação última e actual, ser como causar, estado, etc.

Partindo da classificação aristotélica das categorias, podem êles ser, então, primàriamente, subdivididos em **substanciais,** quando são estructuras modais da substância, integrando-a; e **accidentais**, quando completivos dos accidentes.

Aponta Suarez como modais a união, a dimanação, a supositalidade, a figura, o movimento, a acção, a inherência, e outras. São objectivas, mas de natureza modal.

No composto, a união é real, pois sem ela o composto não seria real, mas apenas um agregado mecânico.

As partes são uníveis, enquanto consideradas como tais. E podem unir-se, dando surgimento a um novo estado ontológico dos componentes. Na adicção ou na substracção, há um têrmo real de mutação. Êsse têrmo real, que surge na mutação compositiva, é a união.

Antes da união, os têrmos estão em estado de indeterminação. Como os têrmos são reais, a união é também real, pois do contrário, os têrmos, quando estão unidos, não estariam unidos, o que seria admitir **contradictio in adjecto.**

Há o surgimento, na união, de algo qualificativamente novo, que é actualizado.

A nova forma, que surge, como nas combinações químicas, é uma decorrência da união, pois o unível é potência nas partes, e acto no todo. Neste caso, a união, como modo, é distinta da forma que se actualiza na nova tensão esquemática. Não se deve confundir o modo com a tensão, nem considerar aquêle como causa desta.

A união é, assim, um exemplo da modal substancial, sem que os modos sejam , como já vimos, substâncias nem accidentes, dos quais se distinguem, embora reductíveis a êstes, o que revela uma distinção real não mútua, pois os modos existem necessàriamente naqueles, os quais não exigem necessàriamente êste ou aquêle modo.

Como exemplo de uma modal accidental, temos a inherência, que é uma modificação do accidente. A quantidade pode ser considerada abstractamente, tomada em si mesma, mas, na substância, está em estado de inhesão.

A inhesão é o pegado em, junto em, o perfeitamente unido em... A quantidade **está** em inhesão na substância. A quantidade tem sua entidade e tem a sua inherência na substância, e elas não são **formalmente** a mesma coisa. A inhesão é o estado real da quantidade afixada, aderida à substância. Essa modalidade Suarez chama de modo da quantidade. Para Suarez a quantidade pode ser tomada em sua entidade, e em sua inherência na substância. Admite uma distinção real (no sentido da maioria dos escolásticos), porque a entidade da quantidade, considerada em si mesma, em sua essência e existência, e até em sua individualidade, não inclui a inherência actual à substância.

Conseqüentemente: a inherência, como modo, é inseparável da quantidade em que se dá; é uma

determinação formal última do accidente que inhere, e tal determinação última é peculiar a todos os modos, o que configura a sua entidade, situação ontológica que lhe é exclusiva. Não esqueçamos nunca que o modo entifica-se no exercício actual de sua modalidade.

A acção é também um modo accidental. Dá-se essa na dimanação da causa eficiente, mediante a producção do efeito. Está ela necessàriamente conexionada à causa eficiente. Causar é produzir uma acção, e, por meio dela, um efeito.

Na causalidade eficiente, temos a causa, a acção e o efeito, que são têrmos correlativos. A causa eficiente é tal enquanto produz uma acção, mas esta não é um efeito da causa, mas a razão do causar, um modo da causa, a sua facticidade (nela há uma **actio** e uma **factio,** como diria Tomás de Aquino).

A acção coloca-se como uma realidade entre a causa e o efeito (**fieri**), devir. A dependência entre o efeito e a causa é um modo, e é real (causa é o de que depende realmente o efeito). A conexão entre causa e efeito é real e é intrínseca, pois a causa causa, do contrário não causaria, nem no efeito produzido haveria producção. Essa dependência real explica, como o salienta Suarez, a relação ontológica existente entre causa e efeito, sem a qual nenhum dos extremos (causa e efeito) poderiam ser compreendidos nem entendidos.

Por isso a dependência se contradistingue da causa e do efeito, mas com distinção real-modal. A acção é, assim, **vial.**

A acção é portanto, um modo, pois é **de** e **em** alguma coisa, com a qual se consubstancia, entidade de outra entidade (**abaliedade** e **inaliedade**). E, na verdade, a acção, como **entitas,** não consiste em si mesma, não é de per si, mas tem seu ser em outro, pois sua entidade não é própria e independente. Mas, como é positivo, é um modo de outra entidade. É uma entidade **vial** (fieri), mas de outra entidade da qual depende. A dependência é de um ser que depende, e a acção não pode existir sòzinha. A acção é um fazer-se, é um modo, **modalidade vial fáctica ou operativa do têrmo produzido.**

Essa doutrina de Suarez é confirmada pelas actuais concepções da teoria corpuscular e da teoria cinética, bem como da teoria ondulatória.

A dependência não é nada de per si, mas é apenas o acto de depender; portanto, é uma modal, e, conseqüentemente, a dependência do efeito é uma determinação formal última do efeito, que depende de sua causa.

Assim também a figura, como determinação qualitativa da quantidade, é inseparável desta, porque é, enquanto configura, e não existe isolada da realidade configurada, o que lhe dá o carácter modal.

Há outras modificações da realidade como a ubiquação, que afirma a presencialidade de uma realidade num lugar, e a de actividade etc., que não subsistem por si mesmas.

Se as coisas nos revelam modalidades reais é preciso que algo as produza, isto é, implicam uma

verdadeira eficiência, implicam algo verdadeiramente real que as actualize, já que os modos não são sêres de per si. As modais não são determinantes, mas determinações, actos de determinar, e não podem ser explicadas como puros nadas, pois o modo é enquanto outro ser se modificou, porque é precisamente a sua modificação.

O modo é determinação actual e última, e como tal não necessita de uma ulterior forma determinante, nem pode recebê-la e o modo é enquanto determina, por isso não permite uma ulterior determinação.

Suarez chama os modos de formas, pois toma êste último têrmo no sentido de certa determinação modificativa ou perfectiva. O modo é uma espécie de forma, mas uma espécie de forma actual (porque é determinação), pois está em exercício; do contrário, desapareceria.

Dessa maneira, a essência da forma modal está em sua causalidade actual, característica tão bem salientada por Alcorta, e essa essência é a sua entidade. Conseqüentemente, a entidade do modo é a própria determinação formal do modo. O modo de união é a união actual.

O modo, como forma, e portanto como ser, é a causalidade formal e actual da mesma. A figura, na quantidade, é o contôrno figurativo da quantidade. A consistência ontológica da figura está na sua própria causalidade actual-formal-configurativa. Por tanto, nela não há qualquer indiferença. Se não determina, não é.

Como os modos são inseparáveis da entidade, que é modificada, não formam uma categoria nova fora da de substância e de accidente, que a êsses dois se reduzem para Suarez. Dêles não se pode dizer com propriedade que são entes (no sentido de Suarez), mas apenas modos de entes. Êles se identificam, categorialmente, às coisas de que são modos.

Sua entidade lhes é proporcionada, pois a existência do modo é uma existência modal, o que lhe dá uma essência e uma existência distintas da entidade em que se **hão.** Por isso sua identificação não é absoluta, proclama Suarez, o que permite a distinção modal, que a coloca intermediàriamente entre a distinção real e a de razão.

Não sendo, portanto, um nada, o modo é uma **entitas,** mas tênue, desde que aceitemos o sentido escotista de ente ou o genuinamente suarezista; ou seja: ente é tudo quanto se distingue do nada, tudo o que aponta alguma positividade até de grau intensistamente baixo.

Se se compreender que ente é tudo quanto existe ou pode existir fora de suas causas, que pode existir separado, de **per se,** nesse caso faltaria **entitas** ao modo. Mas, desde que compreendamos o modo, com algo que é positivo, e empiricamente observável, sendo ser, tem **entitas,** porque ser é ter ser; e é ser ser.

Quando afirmamos a um ente o atributo **ser,** não o delimitamos. Mas o delimitamos sempre quando lhe atribuímos ônticamente qualquer outro atributo.

O que é ônticamente afirmado, é, ao mesmo tempo, afirmado como limite; como tendo fronteira.

Só a afirmação metafísica de ser dá perfil ao ente, enquanto a afirmação ôntica de ser (já temos o ente) implica sua negação e o que o ultrapassa, porque já afirma o limite, e também o que fica além dêsse limite, o outro.

O modo, como **entitas**, não tem ensidade, mas tem **insistência** (sistência em) a sua sistência, o seu **sistere** é em **(in)** outro **(in alius**, inaliedade). Não é um ser determinado, mas uma determinação, cuja entidade está na determinação formal actual, como vimos. É êle que dá **fronteiras** aos entes e afirma correlativamente o que lhes é extrínseco e necessário, não para a sua essência, que é intrínseca, mas para a sua existência. Pois todo modo de ser implica um outro, ponto não devidamente salientado pelos modalistas, pois estas implicam, necessàriamente, as fronteiras, porque o que determina, delimita; e o limite é sempre um conceito dialéctico, pois, como Hegel nos mostrava, é limite de... e limite do outro, que não é êle.

O que determina e delimita êste ser é, por sua vez, o limite de tudo quanto não é êle. Desta forma, a entidade modal não é apenas insistente na realidade que ela modifica, mas também é um apontar do que lhe é extrínseco, e por necessidade delimitado. Ao dar-se um modo, impõe-se tenha se precisado, em graus intensivamente maiores ou menores, as fronteiras das coisas, pois, do contrário, como surgiria o modo como heterogeneidade, que é, da homogeneidade do ser, e que, como heterogeneidade modal, afirma a positividade homogênea do ser como ser, e é ao mesmo tempo a afirmação do próprio ser pela sua pujança de ser sempre ser, enquanto é tudo quanto é, **está, há** ou **tem?**

O ser finito afirma-se pela oposição do outro, que ontològicamente é ser e, como ser, no sentido escotista, unívoco, quando tomado formal-ontològicamente. A positividade do ser supremo, em sua pujança infinita, afirma-se ao afirmar o outro, as modais arquetípicas, no verdadeiro sentido pitagórico, cuja afirmação, por sua vez, implica o outro, o que não é ela, e de cujo relacionamento de contrários provoca todo o surgimento da heterogeneidade dos entes, que estão, todos, univocamente, em sua última essência, em sua **arquê**, afirmando o ser, que é o sustentáculo final de tudo quanto **é, há, está** ou **tem, opera** ou é **operado.**

A positividade da **entitas** das modais permite acrescentar mais um ponto importante contra o panteísmo e o monismo absoluto, porque se tôdas as coisas são ser, porque se **dão** no ser supremo, e nêle têm a sua raiz positiva, distinguem-se, porém, dêste, e em sua entidade têm existência e essência separadas, o que não permite cair nas formas brutais do panteísmo.

O modo tem uma essência e uma existência proporcionada à sua entidade distinta da do sujeito ao qual modifica. Essa distinção é menor que a real (para nós real-real), mas é **ex natura rei** e não só conceptual (mental).

É ser tudo quanto se dá fora do nada. O modo tem ser, portanto, **entitas,** sem qualquer separação física da entidade que êle modifica.

São os modos determinações actuais. e implicam outras determinações actuais, que lhes servem de fronteiras, a par das determinações substanciais e essenciais, que se distinguem dos modos, que não são determinativos, mas determinações. Por isso, nunca o modo está em potência, pois é uma determinação actual, o que o diferencia radicalmente de quaisquer outras realidades. A inherência não se dá sem a razão formal de inherir, e sem o exercício actual da inhesão, por isso a inherência é modal, como o exemplifica Suarez.

É o modo, assim, a actual modificação da entidade modificada. Não há tautologia aqui, porque a explicação que antecede ausenta de fôrça a tal afirmativa, já que o modo é uma maneira de haver-se da entidade em seu pleno exercício actual.

SURGIMENTO DOS MODOS — Não surgem por criação, mas por educção ou coeducção, pelas coordenadas cooperacionais, que constituem os entes, pois há ontológica dependência do ser e do fazer-se. Sua origem é, portanto, por educção (de **ducere,** conduzir), variável, gradativa e vária. Essa educção é o **fieri** (devir) processo vial ontológico, cuja transitividade nas modais é a modificação, e que implica os têrmos **a quo** e **ad quem,** porque a educção tem seu têrmo no **educcido** modificado, como o movimento, por exemplo, que é um fazer-se do sujeito, ontològicamente considerado (e não tomado aqui em sentido psicológico). O movimento é, assim, a própria educção, assim como a producção é a própria acção formal e última do produzido.

São os modos maneiras reais de ser e estão no âmbito do ser.

Modus (lat.) = **modo.**

MOEDA — É mister, examinemos, prèviamente, as diversas **modalidades de troca,** essas operações econômicas, pelas quais os indivíduos e grupos de indivíduos fornecem-se, recìprocamente, bens e serviços. Numa sociedade primitiva, a troca é feita sob a forma de um **escambo directo** de um producto ou de uma prestação de serviço, por outro producto ou por outra prestação de serviços. Êsse acto se decompõe, geralmente, em uma **venda** e uma **compra.** Com a introducção da moeda, que, como já vimos, é um bem que substitui, que representa outros, cujas características estudaremos oportunamente, a troca pode ser feita entre o producto ou a prestação de serviços, pela moeda que pode representar, até **certo grau,** productos e prestações de serviços.

Todos sabem, pois, que a moeda é uma coisa que recebemos em troca de uma mercadoria ou de um serviço prestado, ou que damos em troca de mercadorias ou serviços. Assim, a moeda se torna também uma **mercadoria,** um **sinal representativo concreto.** As diversas modalidades de troca tomam o nome de **venda, empréstimo com juros, aluguel, depósito** e **contracto de trabalho.**

Hoje, todos manipulam tão quotidianamente a moeda, que ela, por si só, é conhecida de todos. Sempre se lê nos manuais que a moeda é uma «mercadoria», que serve de «intermediário nas trocas» e de «medida comum dos valôres». Que nos leva a pensar tudo isso?

Realmente foi uma **mercadoria na origem.** O homem **não a inventou.** O facto constante de **rereber uma mesma mercadoria de uso corrente e de fácil conservação como pagamento nas trocas, transformou essa mercadoria em moeda, mercadoria-moeda.**

Posteriormente, ela foi recebida, **não por si mesma,** mas pela **nova troca** que ela permitia, tornando-se **intermediária** das trocas.

Essa mercadoria trocava-se com tôdas ou quase tôdas as outras. Ela, por isso, servia de **medida comum de valôres.**

Assim tivemos, nas comunidades mais primitivas, o sal, as conchas, o couro, o gado, e mais próximo a nós, os metais preciosos.

No entanto, nós vemos hoje instrumentos monetários que não têm carácter de mercadoria, como os **bilhetes inconvertíveis em metal,** que chamamos **moeda fiduciária,** moeda de confiança (**fidutia,** em latim significa confiança). Temos ainda hoje exemplos de **moeda abstracta,** como a chamam alguns economistas, que é a **moeda escritural,** a que é registrada nos lançamentos de uma conta para outra, de um crédito para um débito, sem necessidade do transporte de notas de uma caixa para outra, como se observa entre os bancos, entre as emprêsas ligadas entre si, etc.

A existência de uma moeda fiduciária e de uma moeda escritural, já em nossos dias, nos mostra desde logo que não podemos considerar como **essencial** (e nesse caso como **invariante**) do conceito de moeda o **ser uma mercadoria.**

A moeda, como todos os conceitos da Economia, tem uma sentido, um significado peculiar a cada lanço do progresso dos estudos econômicos. Se no princípio foi ela essencialmente uma mercadoria, hoje já não o é, porque conhece **variações** no seu conceito.

Que seja ela um instrumento de troca e medida comum dos valôres não resta dúvida.

Entretanto, além de um instrumento de troca e de medida comum de valôres, quem a recebe aceita-a como **meio de pagamento,** a título definitivo.

Pode a moeda ser **conservada por muito tempo** em poder de quem a tem e, dessa forma, pode transformar-se num **instrumento de poupança.** A conservação dessa moeda por muito tempo traz consigo grandes problemas.

Há, também, os casos em que fica estipulado pagar um devedor em certo tempo a um credor uma soma de moeda. Essa soma é para o credor uma **soma futura.** Essa a razão por que alguns economistas consideram que também tem ela um papel de **acumulador de valor.** Dessa forma, pode-se apontar e enumerar as funções da moeda, tais como:

1) instrumento de troca ou intermediário de troca;

2) medida comum de valôres;

3) instrumento de pagamento;

4) instrumento de poupança ou acumulador de valor;

5) sinal de crédito, de capital, de dinheiro, etc.

Em suma: sinal de todo o valor econômico.

Moeurs (fr.) = **costumes.**

Mögen (al.) = Vide **Poder.**

Möglich (al.) = **possível.**

Möglichkeit (al.) = **possibilidade.**

Moha (Sânscrito) significa distração, delusão, perplexidade.

Moi (fr.) = **eu, me.**

Moira — Vide **Destino** e **Fatalidade.**

Moksa — (Sânscrito) Liberação, salvação dos efeitos do **karma** (Vide).

MOLAR (De **moles,** em latim **massa**). a) É o referente à massa ou massas.

b) Também se refere ao que contém um grama de peso molecular.

MOLÉCULA — Na Físico-química, é a combinação de átomos que constitui uma unidade química.

MOLECULAR — Tudo quanto se refira à **molécula.**

Moment (fr., al. e ing.) = **momento.**

MOMENTO — a) É o producto da massa de um corpo em movimento por sua velocidade.

b) Medida de uma fôrça por seu efeito, ao produzir num corpo um movimento giratório.

c) Certo **lapso** de tempo no qual sucede algo.

MÔNADA — a) Na Biologia, é um pequeno protozoário flagelado, que possui um só flagelo.

b) Na Filosofia, é a unidade individual (**monas,** vide), **independente,** que possui ao mesmo tempo as características da matéria e do espírito. O têrmo era empregado pelos pitagóricos no sentido de **Monas** (vide).

c) Na modernidade, Leibnitz tornou-se conhecido através de sua teoria **monadológica,** que a definiu do seguinte modo: é uma substância simples; ou seja, as partes, que entram nos entes compostos. Essas mônadas são verdadeiros átomos da Natureza e, numa palavra, os elementos das coisas. Para Leibnitz, são elas impenetráveis a tôda acção exterior, heterogêneas, em constante movimento e mutação, por ímpeto intrínseco, dotadas de **apetição** e de **percepção,** possuindo algumas delas faculdades extraordinárias.

MONADISMO — É a doutrina que afirma que o universo é composto de **mônadas,** unidades individuais, definidas, que têm um princípio interior de coerência, de ordem espiritual, o que as distingue dos átomos mecânicos.

MONADOLOGIA — Vide **Mônada.**

Monas — Do gr. **Monas** (só), significa o ser primeiro, fonte e origem dos outros. A sua aceitação caracteriza, de certo modo, o **monismo,** pois êste exige mais: que as coisas sejam manifestações da substância dêsse **Monas.** Os pitagóricos empregaram êsse têrmo nesse sentido.

MONIÇÃO — (Metapsíq.) — É a revelação de algum sucesso presente ou passado, captado por sentidos que não são os normais. **Premonição** é a palavra que mais geralmente se emprega para indicar a **monição** do que vai acontecer. **Intuição premonitória** é o nome que se dá a essa capacidade tão discutida.

MONISMO — (Do gr. **monos,** um só) É o sistema filosófico que reduz tôdas as coisas a um só ser, uma só unidade, cujas manifestações são os sêres heterogêneos. Assim o **materialismo** é monista como o é o **idealismo absoluto,** como também o é o **energetismo** de Ostwald.

O monismo prega a universidade total do ser, a identidade entre a parte e o todo. Há várias maneiras de surgir o **monismo** e de se apresentar, mas tôdas caracterizam-se pela intenção de reduzir o múltiplo ao Um.

Crítica: A aceitação do monismo leva a uma seqüência de aporias insolúveis. O monismo termina no pluralismo. Desde o momento que se actualiza excessiva e unilateralmente o Um, o múltiplo reponta com energia, para anular aquêle excesso. Por outro lado, a afirmação excessiva e unilateral do múltiplo, faz repontar com energia a exigência do Um. E nesse balancear, de uma aporia para outra, o espírito humano não encontra a solução desejada.

Se as partes são partes de uma totalidade, o Um é conseqüentemente limitado enquanto totalidade, pois teria partes. Mas, tais partes estão unidas, e o que as prende é um limite. O Um é, conseqüentemente, um e múltiplo, limitado por partes e ilimitado pela contigüidade destas.

Se o Um é limitado, tem extremidades. Sendo uma totalidade, tem começo, meio e fim. Ora, o meio está à igual distância das extremidades (começo e fim), do contrário não é meio. E, neste caso, o Um teria uma figura, teria fronteiras, seria quantitativo, o que leva a absurdos sem conta.

MONOCRACIA — Vide **Fases Críticas na História.**

MONODEÍSMO — Estado patológico, caracterizado pela tendência de uma pessoa retornar sempre em seu pensamento e em sua palavra a um só tema, uma **idéia fixa,** que é pròpriamente a **monomania.**

MONOFISITAS — Vide **Diofisitas.**

MONOGÊNESE — Contrário de **poligênese. Monogênese** indica uma única origem, enquanto a outra palavra indica várias origens. O **monogenismo** é a teoria segundo a qual as diversas raças humanas nasceram de uma única fonte ancestral, de uma única linhagem.

MONOMANIA — Vide **Monoideismo.**

MONOPÓLIO (Na Economia) — Quando o Estado arroga-se a si ou confere a um concessionário o direito de fornecer certas mercadorias como vendedor único, temos, então, um monopólio. Dá-se, também, um monopólio, quando um productor se beneficia com um invento ou com certas condições, que o tornam vendedor único. Há, ainda, o caso de eliminação de todos seus concorrentes; neste caso, o vendedor torna-se único ante o mercado; tem, então, um monopólio ocasional. Buscam, naturalmente, os monopólios o maior benefício. E por não sofrerem concorrência, podem determinar os preços, naturalmente dentro de certos limites.

Podem aqui dar-se muitos aspectos: a) pela alta de preço de um producto, diminui a venda em unidades, mas o benefício pode ser maior dada a diferença entre os preços; b) diminuído o preço, pode aumentar a venda de unidades até tal ponto que o benefício seja maior.

Há casos excepcionais, como aumento da venda em unidades de certos productos, quando aumentados de preço, que passam a ser por isso mais «valiosos». Nesses casos, os productos são aquêles que se destinam especialmente aos novos ricos e não aos trabalhadores. Aquêles acham que gastar é uma prova de superioridade, e não lutam contra os preços, porque aqui penetra um factor de outra ordem, um factor eminentemente psicológico.

MONOTEÍSMO — Doutrina filosófica ou religiosa que aceita a existência de apenas um Deus, distinto do mundo. Vide **Ateísmo, teísmo, politeísmo, panteísmo, henoteísmo.**

MONÓTONO — O que repete sempre o mesmo tom.

Mood (ing.) = **modo.**

MORAL — O moral é o conjunto de qualidades de ordem afectiva e de ordem intelectual que oferecem um alto grau de perseverança na actividade e de fidelidade aos ideais: «Homem de um moral forte...».

MORAL — (Do lat. **mos, moris,** costume). Como estudo sistemático dos costumes humanos, pode ser considerada como **geral,** como **particular** e até como **individual.** A primeira estabelece as obrigações fundadas em princípios gerais, enquanto a segunda, em normas particulares, mas fundadas, por sua vez, naqueles princípios; e a individual em normas individuais, também não alheias, mas inclusas em tais princípios.

É nesse sentido que a **Moral** se distingue da **Etografia** (que é a descrição dos costumes).

São, portanto, dos princípios gerais que decorrem os particulares e os individuais.

Por sua vez, a Moral pode ser teórica ou prática. A teórica é explicativa e sistemática; a prática é a aplicada às relações humanas. Pela teoria, procuramos compreender o por que dos factos morais, enquanto pela segunda se estabelecem as normas obrigatórias que devem ser seguidas.

A Moral, ensinada nas escolas primárias e secundárias, é meramente prática. A teórica é da competência do filósofo.

A Moral fundamental já pertence à **Ética.** É o ponto de ligação, porque aquela encontra seus fundamentos nos princípios eternos que fundam a esta e que justificam aquela. O variante jamais se afasta do invariante, do qual é símbolo. Em todos os factos, em tôda a heterogeneidade, há a presença da homogeneidade; em tôda variância, há a presença da lei invariante. O variante está analogado e subordinado àquele. Por isso, o variante pode ser examinado como um símbolo daquele, pois em tudo quanto se dá, e que é heterogêneo de certo modo, há sempre a presença do que se repete indefectìvelmente. O que é, analoga-se a algo e, finalmente, com algo se identifica.

CRÍTICA DOS MÉTODOS — Quanto ao método muitos sistemas se opõem. Se a vida do espírito é inegàvelmente mais nobre que a vida do corpo, a predominância dos actos morais deve ser dirigida para aquela. Vê-se estabelecido aí uma hierarquia de valôres, pois admite-se haver um mais digno valor no espiritual que no material. Realmente, o homem tem essa perfeição que a não têm os animais. Mas os limites em que ambas perfeições se actualizam no homem são campo de investigação, não só ético como moral. Até onde o sensível não ofende ao espiritual, e até onde a vida do espírito pode pôr em risco a vida sensível e animal, são problemas que se apresentam ao etólogo.

Mas é aqui que surge uma polarização extrema do método na Ética, pois de um lado temos os **empiristas,** que actualizam apenas a experiência nos factos e, do outro, os **racionalistas,** que a fundam na razão. Para estabelecer-se a superioridade dos prazeres do espírito sôbre os do corpo é imprescindível compará-los em função do homem. Sem essa experiência, é impossível estabelecer a quem cabe a primazia. Actualizando apenas a experiência, há o perigo de se considerar o moral sob um ângulo falso, pois o prazer sensível é profundamente distinto do prazer espiritual. Ora, a razão é quem julga aqui. Portanto, ela se coloca superiormente.

Daí os racionalistas, que representam o outro extremo, estabelecerem que as normas morais são privilégios da razão, que é quem as determina, examina e explicita. Se realmente é a razão o caminho que nos leva a melhor compreender e justificar uma norma moral, ela parte da análise do que é oferecido pela experiência. Se realmente a experiência facilita a comparação, é, no entanto, a razão que a realiza. O juízo de valor é genuinamente racional.

Por ser a Ética uma especulação filosófica sôbre as normas invariantes; e a Moral, a especulação e a sistematização das normas variantes na sua ligação com o invariante, tem ela suas relações íntimas, não só com a Filosofia, mas também com a Religião.

Para muitos, é a Religião o fundamento da Moral. Neste caso, são as normas religiosas que estabelecem as normas morais. Para outros, as normas religiosas encontram seu fundamento em normas éticas, ontològicamente consideradas.

Por ser a Moral uma disciplina prática, estabelece ela normas a serem seguidas. Mas, como há implicância da vida intelectual, afectiva e sensível do homem, os estudos morais entrosam-se com os psicológicos evidentemente, e com os noológicos em especial.

A ciência não procura os fins, mas estuda sistemàticamente os meios.

Ora, a Moral tende para um fim: não pode, porém, desprezar os meios adequados e justos, e é esta a razão porque há, entre ambas, pontos eminentes de contacto.

Há uma moral científica, porque a ciência, tendendo a fornecer ao homem meios mais hábeis para o seu domínio sôbre a natureza, obedece a uma finalidade, o que a coloca, implicìtamente, no campo da Moral sob diversos aspectos.

O cientista, enquanto tal, permanece no campo da investigação e dos métodos da ciência. Mas como tem aquela, ademais, uma finalidade, essa já se inclui no campo ético; por isso, há uma moral da ciência e uma moral do cientista. Mas é preciso notar-se que a ciência não se inclui totalmente no campo da Moral, apenas na proporção em que se refere aos fins práticos, e nas conseqüências que podem advir da sua actuação e aplicação.

Assim a Ciência pode cooperar com a Moral, como esta com aquela. É essa a razão que levou a muitos cientistas estabelecerem justificações de normas morais, como vemos entre os evolucionistas. Desde que a Ciência estabelece as leis que regem a evolução, ela permite a fundamentação de leis morais.

A Sociologia é, pois, uma ciência positiva e é também uma disciplina eminentemente implícita nos factos éticos. Tem ela um papel colaborador imenso para a Moral, como é fácil perceber-se.

Através do exame das normas morais, alcançando-se as normas éticas, invariantes, os estudos, nesse sector, não podem prescindir dos métodos da Filosofia, e a Ética, como a Moral, inclui-se no campo filosófico, pois o investigar e o sistematizar, aqui, implicam as normas que aquela disciplina estabelece. As semelhanças entre a Ética e a Moral com a Lógica, a necessidade dos estudos psicológicos, e dos valôres (a Axiologia), os fundamentos ontológicos das normas invariantes éticas entrosam-na com a Lógica, com a Psicologia, com a Noologia, com a Ontologia, com a Axiologia.

As discussões, que pairam em tôrno da independência metafísica dos factos morais à Ontologia em geral, levam a duas posições: a dos que afirmam que a Moral se fundamenta na Metafísica e a dos que afirmam que é a Metafísica que se fundamenta na Moral. Outros afirmam a independência de tais disciplinas.

O que não se pode negar é que o exame dos factos morais levanos a estudar a Ética, as normas invariantes, e, estabelecidas estas, invade-se o campo da Metafísica, inevitàvelmente. Aqui não podem valer os argumentos da dificuldade em alcançar esta, como o

pretendem alguns filósofos. A deficiência de alguns não é um argumento contra a dependência da Ética à Metafísica e, conseqüentemente, também da Moral. Se é difícil alcançá-la, não se pode concluir pela impossibilidade.

As relações da Ética e da Moral com a Religião são evidentes, pois se esta estabelece o grau de dependência do ser finito ao Ser Infinito, da criatura ao Criador, como na concepção cristã, as normas de proceder da criatura estão, naturalmente, ligadas às normas que a Religião estabelece.

Surge, aqui, o problema da dependência da Ética e da Moral à Religião, tema que é assunto de futuras discussões e exame. O que é inegável é que a Religião se funda sôbre juízos de valor. Numa religião revelada, como a cristã, êsses fundamentos são objectos de discussão quanto à sua dependência do Criador; se é ela natural, como em outras religiões, a dependência se dá quanto à ordem suprema do ser. As distinções, que surgem aqui, são reais, mas harmonizáveis.

O que não se pode negar é que psicològicamente a vida moral não é rigorosamente dependente da Religião, como é fácil observar-se, mas o exame ontológico da Ética nos mostra haver uma dependência da Moral àquela.

O têrmo **moral** é tomado em sentido psicológico, em oposição ao fisiológico, como quando nos referimos a um sofrimento causado por um pensamento sôbre algo doloroso (uma **dor moral**), ou é empregado para referir-se à capacidade de enfrentar as adversidades e os sofrimentos, ao dizer-se que alguém tem um **moral** elevado. Também se emprega êsse têrmo em oposição ao que é mau, prejudicial ao homem, ao que é reconhecido como obrigatório ou ideal. Fala-se, assim, de acções morais, de intenções morais.

Não são, entretanto, tais conceitos os que pertencem pròpriamente ao estudo da Ética. Esta busca uma sistematização filosófica das normas imperativas, daí não se confundir o estudioso da Ética (o etólogo) com os moralistas, como La Bruyère, Vauvernagues, La Rochefoucauld, etc., que procuram apenas fornecer rápidas análises da alma humana.

Emprega-se ainda o têrmo para referir-se às diversas concepções que constroem os homens sôbre o ideal de sua vida. Fala-se, assim, em **morais,** que variam segundo as circunstâncias ambientais e históricas. Não se pode, porém, falar de **éticas,** como alguns fazem. São tais factos que ainda contribuem para justificar a distinção que fazemos entre Ética e Moral.

É verdade que é mais comum falar-se em Moral, que em Ética, e que, muitas vezês, se tem dado preferência ao primeiro têrmo, sem fazer-se qualquer distinção entre ambos. Assim se tem procurado definir a Moral e a Ética com o mesmo enunciado, como os kantianos, por exemplo, que a chamam de «ciência do dever e dos deveres», ou simplesmente «ciência do dever», outros a «ciência do bem», ou, ainda, «ciência do bem e do mal». Mas se a primeira não inclui pròpriamente

o bem, a segunda não explicita o conteúdo que se dá a tal têrmo, pois o bem pode ser o prazer (para o sensualista), o progresso intelectual ou afectivo para outros, etc.

Outros propõem, para sintetizar as duas posições, a definição de «ciência do bem obrigatório», mas tal definição implica que a obrigação é o elemento essencial da moralidade, o que é discutível e discutido. Ademais é preciso esclarecer se é necessário para agir moralmente ser alguém determinado pelo sentimento do dever.

Outrossim, é preciso distinguir a ciência descritiva dos costumes de a ciência normativa, o que justifica a distinção entre Moral e Ética.

Essa definição, referindo-se à Moral, tem grande valor. É um sistema por que é uma construcção lógica. Não é uma simples colectânea, mais ou menos organizada, dos imperativos e conselhos morais, como pode realizar a **etografia**, que é meramente descritiva. É um sistema de **regras de conducta**, pois é uma ciência prática e normativa, que indica como **viver de acôrdo com a sua natureza.** Apesar de muitos filósofos não saberem precisar o que é a natureza humana e escamotearem o problema, contudo sabemos que ela é o composto da **substância** primeira (a matéria-corpo) e a substância segunda (forma-racionalidade). A Moral é o conjunto das regras que indicam ao homem como viver de acôrdo com a sua natureza. E êsse conjunto de regras são apropriadas, ora a uma função, ora a um grupo social, ora a todos. Assim, quando se emprega o têrmo ética profissional, como ética do engenheiro, ética do médico, ética do soldado, pròpriamente quer-se referir à moral de tais profissões.

A Ética, tendo por objecto a sistematização das normas invariantes, simbolizadas pela normas da Moral, é uma ciência não descriptiva, mas ontológica. É uma disciplina regional da Ontologia.

A Ética, antropològicamente, é a ciência que estuda, sistemática e ontològicamente, as normas invariantes, que devem regular o procedimento dos sêres humanos, em função de um fim superior adequado à sua natureza.

Aquêles que se colocam na posição de negar normas invariantes, negam automàticamente à Ética qualquer fundamento, para afirmarem, quanto muito, a Moral.

A Moral é a Ética manifestada nos actos humanos, obediente a uma finalidade, como a que acima mostramos. O facto moral é um símbolo ético.

MORAL e AXIOLOGIA — Na filosofia moderna, encontra-se uma tendência a reduzir a Moral à Axiologia. Depois das críticas de Kant, que levaram a tantos a aceitar a impossibilidade humana de alcançar ao ser, por ser êste inacessível, procuraram muitos substituir a Ontologia pela Axiologia. Não podendo nós saber o que as coisas são em si, saberemos ao menos o que são para nós. O mundo exterior tem assim um valor, e é um valor, pois vale para nós.

E assim é um valor tudo quanto é da nossa experiência e da nossa vida, tudo que compõe o **nosso cosmos.** Substituem a Ontologia pela Axiologia, e também a Moral ou Ética (porque aqui, e para tal posição, são sinônimas) tendendo ao valor relativo das diversas maneiras de se processarem as relações humanas.

Tal posição, contudo, padece de firmeza. Não somos capazes de captar o ser em si, mas apenas o ser-para-nós. Ora, se o ser-em-si fôsse por nós captado, seria também um ser-para-nós. Portanto, o que não admitem captar é o que não admitem captar. Pois como poderíamos nós saber que captamos o ser em si, quando captássemos o ser? Não seria automàticamente para nós?

O ser-em-si, e o único que é em si mesmo, é o ser Infinito, o Ser Supremo, fonte e origem de tôdas as coisas.

Mas o ser finito nunca é-em-si senão relativamente, pois é producto de uma relação, como vimos, entre opostos, o que já examinamos.

Se não temos um conhecimento exaustivo das coisas da nossa experiência, o conhecimento, que delas temos, não padece, por isso, de falsidade. Conhecemo-las **totum et non totaliter,** conhecemos a coisa como um todo e não totalmente, exaustivamente, porque todo conhecer é um assimilar que se realiza através de esquemas; portanto, parcial em certo sentido.

Mas daí concluir-se, pelo facto de não termos a visão frontal do Ser Supremo, e do ser **integralizer** das coisas, que devamos substituí-los pelo valor, é substituir palavras. Não há meio têrmo entre ser e nada absoluto. E o valor, ou é alguma coisa, ou é nada. E se é alguma coisa, é ser e não nada. Tôda essa luta desenfreada contra a Ontologia, por parte de tais filósofos, surge de uma deficiência da compreensão do que seja ser.

A raiz da Ética deve e terá de ser encontrada na Ontologia. A Axiologia é apenas uma disciplina regional da Ontologia. O valor é ainda ser e não nada.

MORALIDADE — a) Carácter moral, valor moral. Oposto a **imoralidade** (Vide).

b) Conducta moral.

MORALINA — Têrmo pejorativo, criado por Nietzsche para referir-se aos aspectos deficientes da moral, segundo o modo falso como êle concebia a moral cristã.

Moralisch (al.) = **moral.**

MORALISMO — Assim chamava Fichte à sua posição filosófica (**reiner Moralismus,** moralismo puro), para indicar que êle considerava, como princípio fundamental da Filosofia, não o ser, mas a acção.

Empregado, também, em sentido pejorativo para indicar a moral, quando separada dos fundamentos metafísicos e religiosos, ou a valorização da conducta moral, embora sem os devidos conteúdos afectivos da **convicção.**

MORAL RACIONAL — Vide **Moral.** Para a concepção da Moral racional é a razão que estabelece os juízos de valor; e a

acção, quando não é estabelecida pela razão, é irracional.

Os estóicos gregos postulavam que é racional viver segundo a natureza, mas como o homem é um ser racional deve viver de acôrdo com a razão.

A conformidade da vida com a razão é que constitui a virtude. Vício é faltar a essa conformidade. A paixão é o principal obstáculo da virtude, e como esta é o principal bem do homem, deve êste libertar-se da paixão, que lhe impede alcançar a impassibilidade **(apátheia)**.

Para Kant, a razão tem duas funções: a teórica e a prática. A primeira, partindo da experiência, tende a alcançar o que está acima da experiência. A segunda tende a alcançar o dever-ser, o que leva a dois imperativos: os hipotéticos e os categóricos. O imperativo categórico funda-se numa ordem incondicional. Os hipotéticos são condicionais, enquanto os categóricos são incondicionais.

É a intenção que dá a forma ao acto moral, que, de per si, é a matéria. A moralidade está na forma apenas. A moral está, portanto, no sujeito e não no objecto.

As normas principais da moral kantiana são as seguintes:

1) Age sempre de maneira que possas querer que a máxima de tua acção se torne uma lei geral.

2) Actua sempre de tal maneira que trates a humanidade em tua pessoa e na pessoa alheia como um fim e não sòmente como um meio.

3) Actua sempre como se fôsses legislador, ao mesmo tempo que súbdito, na república de homens livres e racionais.

Parte a moral kantiana dos seguintes postulados:

a) que o homem é livre. Se devo é porque posso, e só há moral onde há autonomia e, se devo agir moralmente, é porque sou autônomo e senhor de mim mesmo.

b) A alma é imortal. Nesta vida é impossível, dada a deficiência humana, alcançar a perfeição da acção. Nossas tendências sensíveis obstaculizam a nossa acção. Esta a razão por que deve haver uma outra vida, na qual o ser racional alcance progressivamente a perfeição.

c) Há um Deus. A moralidade consiste no actuar em função de um dever, e com total desinterêsse. Tal não se verifica no actuar do homem. Há, portanto, fora da natureza um ser que restabelecerá a ordem, para a qual a natureza se mostra indiferente.

MORAL TEOLÓGICA — A concepção teológica é, na Moral, aquela que submete a actividade do homem aos cânones estabelecidos pela Teologia.

No Cristianismo, encontramos diversas manifestações dêsse pensamento.

Para Santo Agostinho, viver moralmente é viver de acôrdo com a natureza de ser racional. A felicidade alcança-se pela posse da contemplação de Deus.

A moral, segundo Tomás de Aquino, que segue o caminho marcado por Aristóteles apresen-

ta como postulados fundamentais os seguintes:

«Se a felicidade humana é o fim da nossa actividade, ela só pode ser alcançada através de nossos actos. E êsses actos nos levam, directa ou indirectamente, ao fim almejado. E a razão é o meio de que dispõe o homem para alcançar êsse fim.

O homem é um ser imerso no ser. E cumprindo a lei do ser, que êle poderá alcançar a sua plenitude. Portanto, a felicidade só poderá ser conseguida na plenitude do ser acabado e perfeito. E um ser racional não atinge sua plenitude na racionalidade?

A moralidade só pode firmar-se no que favoreça a realização dos destinos humanos, no que permita alcançar o seu fim. A actividade moral deve coincidir com a actividade racional. Mas um acto é razoável, afirma Tomás de Aquino, quando é apto, por sua natureza, para obter o fim que intenta a razão, que é a felicidade.

«Onde quer que se estabeleça uma ordem de finalidade bem determinada, é de necessidade que a ordem instituída conduza ao fim proposto e que o afastar-se dela implique já o privar-se de tal fim. Pois, o que é em razão de um fim, recebe sua necessidade dêsse mesmo fim; de forma tal, que deve positivar-se, se quer obter o fim; e uma vez pôsto, salvo o caso de fôrça maior, o fim é conseguido». (Tomás de Aquino, «Summa Contra Gentiles», c. 104).

Mas um acto de virtude não nos dá logo a felicidade, nem mesmo uma vida inteira, reconhecia êle. Há desgraças entre os momentos, infortúnios que surgem, azares que transtornam as vidas, conspirações de condições e, além disso, o escândalo constante dos ímpios triunfantes e a opressão sôbre os justos.

Tais factos podem enfraquecer o descrente, que na descrença se abismará.

São tantas as circunstâncias de que depende a felicidade, que esta e a virtude marcham isoladas muitas vêzes. Mas a virtude pode realizar-se independentemente, por si mesma, embora não nos dê logo a felicidade. E muitas vêzes a virtude não a alcança, o que é desconcertante.

Por isso, os estóicos acabam por considerar que não há verdadeiro bem humano fora do bem moral em si mesmo. A vontade de agir bem é o bem, e não há outro. Por essa razão Kant termina por afirmar que a moral não poderia pretender resultados práticos. A satisfação deve estar no dever cumprido.

Mas Tomás de Aquino não fecha os olhos ante tais evidências.

A moralidade, afirma êle categòricamente, não tem apenas a finalidade de satisfazer um formalismo abstracto, um imperativo sem fundamentação no ser, nem a mandamentos arbitrários, mas a mandamentos que estão no ser.

A virtude é para êle um autêntico prolongar dos instintos, sempre que êstes sejam autênticos, que sejam realmente naturais, que pertençam ao gênio da espécie.

Se os actos de bem não realizam desde logo a felicidade, êles são, no entanto, uma semente.

Realizar a ordem do ser é santificar-se. A virtude vem de uma lei universal. Nossas obras «nos seguem». A realidade não é moral por si mesma, mas o é em sua totalidade, porque o ser o é, e Deus é o Ser Supremo. E êsse ser está no universo, e em cada homem. É o ser em nós que nos incita ao bem, à felicidade. E se unimos nosso esfôrço ao do Ser Supremo, seremos invencíveis, porque permanecemos na ordem universal.

A boa consciência é uma fôrça. De que valeria a virtude se ela não lutasse pela conservação do ser e por ampliá-lo? Ela não se apoia em malentendidos, em ilusões, em preconceitos. Se tende a realizações temporais, tende ainda mais a realizações intemporais, extratemporais, sobrenaturais, porque o ser ultrapassa a tudo quanto é limitado. Nossa natureza integral não se prende apenas à natureza. O que podemos realizar, como sêres daqui, é apenas uma parte do que podemos realizar.

Não se exclui da idéia da felicidade a de prazer. Nós conhecemos prazeres entre dôres e mágoas. O prazer é também uma perfeição, pois é o cumprimento de uma acção vital. É um complemento intrínseco das operações vitais. Quando Spinoza diz que o gôzo é «a passagem de uma perfeição menor a uma perfeição maior», e a tristeza o inverso, não o negava Tomás de Aquino, com antecedência, pois dizia o mesmo.

Eis por que todo ser Humano deseja o prazer. Se vivemos, porque não levar até o seu último têrmo o gôsto da vida?

Perguntava Aristóteles em sua «Ética» se teria sido criado «o prazer para a vida ou a vida para o prazer». Tomás de Aquino é decisivo. Repele esta última possibilidade e aceita a primeira. Não é o deleite que dá a intenção à criação; o deleite é secundário. O prazer é um bem em si, não por si mesmo. É um bem e um germe de novos bens. Sempre que ligamos a agradabilidade a alguma coisa, fazemo-la melhor. Caminha-se melhor por uma caminho agradável. Daí concluir que se a virtude fôr realizada com gôsto, ela torna-se mais virtuosa. O prazer não é um óbice à acção, salvo quando a ela se opõe. O prazer da acção activa o homem.

Por isso Tomás de Aquino não condena o prazer. O prazer está no cume de tôdas as coisas. E bem sabe êle que o gôzo de Deus é Deus. Deus é beatitude.

Mas nossos prazeres são passageiros, transeuntes, frágeis, relativos e proporcionais ao bem que os acompanha. Desaparecido o objecto, desaparece o prazer, desvanece-se. Desejamos um prazer eterno.

Reprova Tomás de Aquino as invectivas que se dirigem ao prazer, que só as aceita quanto ao prazer irracional e abusivo. Há prazeres nobres e há prazeres viciosos. Tôda forma viciosa ofende a razão.

O prazer é um bem, mas como não é o primeiro, é conseqüente-

mente secundário. Se o prazer favorece à vida, não é a vida.

Quem se sentiria satisfeito de ser rei apenas de pantomima? Ser um rei de brincadeira?

A natureza uniu o prazer à acção. E se assim é, evidentemente o prazer favorece a sua normal actividade. O maior prazer corporal está ligado ao que respeita à espécie. Há, no prazer, um valor. Se a posse de uma verdade nos dá um prazer, é porque nutrir-se corporalmente é um bem para a vida do corpo.

Há bens maiores e menores. O prazer está ligado ao objecto. Gozar por gozar é contra a razão e, portanto, imoral. Se afeta apenas a ordem da vida é uma falta leve, mas quando tais prazeres transtornam os valôres da vida, desorganizam-na, o dano que produzem revela a sua imoralidade.

A moral, é portanto, para o homem, a arte de chegar ao seu fim. E êste fim é o **bem.** E êsse bem é a plena realização de si mesmo, de sua natureza humana. E é moral o meio que a facilite. Desrespeitá-lo, é provocar a **sancção,** que sobrevém conseqüentemente.

As acções humanas devem enquadrar-se numa realização moral: as acções naturais devem ser realizadas naturalmente; as humanas, humanamente, livremente.

Há uma lei imanente que dirige o mundo; na verdade, leis que se subordinam à Lei primeira. Sair da ordem natural, o que o homem pode, devido ao seu livre arbítrio, é ser mau, e é êle por isso responsável.

O homem quer o bem e não pode fugir a essa lei. Mas pode escolher entre bens diferentes. Há uma moral imanente que o homem pode descobrir; é a moral da própria vida. Não é a moral heterônoma e imposta por Deus. A moral é imanente ao ser e a sancção surge da própria imanência. O prêmio está no cumprimento dessa lei, e o castigo sobrevém porque nos afastamos da rota ascencional imanente do ser.

A virtude é o meio racional da felicidade; e o vício, o desdém irracional dêsse meio. A virtude é um meio e não um fim.

«O valor da vida é a razão do respeito à vida; o valor da saúde, a razão da higiene; o do saber, a razão do estudo: o de nossas relações recíprocas, a razão da justiça; o da felicidade integral, a razão da virtude em sua integridade também», afirma Sertillanges.

Se não há correspondências sempre neste mundo, se são precárias as nossas seguranças na vida presente, esta não é um têrmo final, lembra Tomás de Aquino.

«A moral tomista é uma moral sem obrigação, uma moral sem sancções — diz Sertillanges. — Repele o legalismo kantiano ou escotista para permanecer com a filosofia do ser evolutivo sôbre a base de Deus; e quanto às sancções, não conta com «recompensas» extrínsecas, mas com o resultado de uma evolução normal, dentro e sob a garantia de uma ordem que sabemos ser da divindade».

A moral é o cumprimento da Lei divina do ser, e é cumprindo-a, e nela elevando-nos, nela exaltando-nos, que alcançamos a plenitude do ser, a suprema felicidade do ser, que, em sua plenitude, realiza a plenitude de si mesmo.

MÓRBIDO — O que acompanha a um estado doentio ou enfermiço.

Mores (Do lat. **mos, moris** = costumes).

MORFOGÊNESE — É a parte que estuda o desenvolvimento da forma e da estructura em órfãos ou organismos.

MORFOLOGIA — a) É a teoria das **formas.**

b) Na Biologia, é a que estuda os tipos característicos das espécies animais e vegetais.

c) Na linguística, as formas verbais em oposição ao estudo da sintaxe.

c) O têrmo foi introduzido em tôdas as ciências para significar aquela parte em que se estudam as **formas** respectivas àquelas.

Morphê (gr.) = **forma.**

MORTE — a) Cessação definitiva da coordenação nos organismos, da tensão total, em que cessam os processos vitais, e processa-se a decomposição do mesmo. Vide **Vida.**

b) Por extensão, emprega-se para indicar o deperecimento de uma doutrina ou opinião em dado momento em que recebe um golpe fatal que a revela inconsistente.

MORTIFICAÇÃO — a) A palavra tem o sentido de tôda **ascese (exercício)** de contrariar as próprias inclinações e de tentar sujeitá-las quando negativas.

b) Emprega-se mais brandamente o têrmo para indicar todo malestar de carácter moral, que aflige uma pessoa, que se sente **mortificada** por êle.

MÓRULA (diminutivo de **mora,** pausa, retardamento). É assim uma pausa pequena, um rápido retardamento. O problema do movimento criava e criou ao filósofo uma série de problemas, que são verdadeiras **aporias,** e entre êsses o que surge da admissão de um movimento absoluto, absolutamente contínuo. Daí admitir-se que houvesse, no movimento contínuo, certa discontinuidade, certos retardamentos rápidos, certos instantes de pausa, de imobilidade, que tomou o nome de **mórulas.**

MOSTRAÇÃO — Vide **Demonstração.**

Moteur (fr.) = **motor.**

Motif (fr.) = **motivo.**

Motio (lat. = **moção.**

Motiv (al.) = **motivo.**

MOTIVAÇÃO — Vide **Motivo.**

Motive (ing.) = **motivo.**

MOTIVO — Vem do lat. **movere.** — a) Indica, pròpriamente, **o que move.** Para a escolástica, a **causa motiva** é a causa do agente que move.

b) Na Psic., é o estado consciente ou subconsciente, que serve como factor para determinar certa conducta do indivíduo, numa determinada situação. **Motivação**

são as razões que explicariam, psicològicamente, o acto dessa espécie. Vide **Móvel.**

MOTOR — a) É o que move. **O primeiro motor imóvel** é Deus, **acto puro.** Vide **Deus.**

b) Emprega-se para referir a tudo quanto diz respeito ao movimento, ao seu mecanismo ou à sua consciência.

Chama-se **nervo motor** o que transmite impulso à periferia.

Motorisch (al.) = **motriz.**

MOTOR (Tipo) — Melhor: **tipo móvel.** É o temperamento que se caracteriza por sua flexibilidade para realizar um trabalho ou outro, passando, ràpidamente, de um para outro, sem em nenhum realizar algo com perfeição.

Motrice (fr.) = **motriz.**

MOTRICIDADE — Função motriz do ser vivo, que se opõe à função meramente sensorial.

Motus (la.t) = **movido.**

Mouvement (fr.) = **movimento.**

Move (ing.) = **movimento.**

MÓVEL — a) É o que pode ser movido. Para Aristóteles, tudo quanto muda é móvel.

É o objecto da Filosofia Natural. Tudo quanto tem matéria é móvel. Pelo móvel, conhece-se a moção. Nenhum móvel pode transitar num espaço infinito, em tempo finito; nem num espaço finito, em tempo infinito. Nenhum móvel move a si mesmo.

b) O que move em sentido moral, a idéia ou o sentimento, que leva a proceder de determinado modo, em determinadas circunstâncias.

Tendência impulsiva ou afectiva (móvel de um acto).

c) Distingue-se **móvel** de **motivo,** porque enquanto o primeiro é da ordem da sensibilidade, o segundo é de ordem intelectual, ou seja das idéias. Vide **motivo.**

Movement (ing.) = **movimento.**

MOVENTE — O que se move ou é movido. Vide **Móvel.**

O móvel não move primeiro a si mesmo e por si mesmo **(per se).** Impõe-se uma causa eficiente que o ponha em movimento. Nos sêres animados, o mover pertence à razão da vida. Só é movido o que tem magnitude.

Mover (ing.) = Vide **Móvel.**

MOVIMENTO — Na concepção aristotélico-tomista, moção é «o acto do que é em potência enquanto tal», ou seja, a passagem da potência ao acto. Essa passagem, que é o **devir,** é **moção.**

Nesse caso, poderíamos dizer amplamente sôbre a moção, que é o produzir-se de uma variância de modos de ser ou ainda de relações.

Sempre que um modo de ser passa a outro (de potência para acto) ou quando actualiza as possibilidades relacionais, pela variação de relações, dos accidentes e das modais, há sempre moção.

Nesse sentido amplo, inclui-se o sentido restricto e mecânico de movimento, como a translação

contínua no espaço em função do tempo, e com uma velocidade definida conseqüentemente.

Êste é o movimento local, tópico. O conceito genérico de **moção** contém o de movimento. Moção implica também variância de modos de ser ou ainda de relações. O movimento é a actualização da moção tópica, é uma **modal.**

A moção, já vimos, se dá do sujeito no sujeito, da forma à forma, mas sempre do contrário ao contrário. O **movimento** é o acto do móvel, enquanto móvel, é o acto médio entre potência e acto. Desta forma, o movimento está no móvel e é requerido, no móvel, dois contrários, um antes e um depois. O movimento não é um ser de per si subsistente, mas em outro. É uma modal, como nos mostra Suarez. Pelo **movimento,** conhecemos o tempo, pois é êle que o determina para nós. Serve para medí-lo. O movimento é a moção local, tópica, **mutação** local, a mais comum entre os corpos. Há muitas espécies de moções tópicas (movimento), pois no aumento e na diminuição há mutações tópicas também. Vide **Mutação.**

Quanto à mutação, dizia Aristóteles:

«Medimos não sòmente pelo tempo o movimento, mas também o tempo pelo movimento, que se determinam recìprocamente».

Três têrmos estão implicados nesta idéia:

1) o ponto de partida, que os escolásticos chamavam de **terminus a quo** (de onde);

2) o ente que se move, **terminus quod** (o que se move);

3) para onde se move **terminus ad quem.**

Importante ainda considerar um quarto têrmo a **via** (em latim, **caminho**) os meios empregados para a moção, o **onde** da moção.

Ora, todo movimento tópico se dá no espaço, mas se processa num tempo. Não se poderia medir o movimento sem os dois têrmos: espaço e tempo. O **quod** e o têrmo **ad quem** pertencem ao espaço, mas ao têrmo **quod** cabe o tempo, porque êle processa o movimento, que é sempre um transitar, porque sucede numa variância de relações, em face do têrmo **a quo** e o **ad quem.** Todo movimento encerra, em suma, a sucessão da variância numérica das relações entre o **quod** e os outros dois têrmos. Se êsses apenas mudassem, enquanto **quod** permanecesse estático, filosòficamente considerado, não conheceria um movimento absoluto, mas apenas relativo.

A variância das relações entre os têrmos nos permite comprender como concebe o movimento a teoria da relatividade. O movimento é assim relativo à variância das relações entre os têrmos. Se existir um ponto estático, fixo, como o éter, como era aceito na Física e ainda o é, poderíamos conhecer o movimento absoluto, pois teríamos um têrmo **a quo** e um **ad quem,** fixos, permitindo que a medida de deslocamento, no tempo, do têrmo **quod,** desse-nos a medida absoluta do movimento. Mas desde o momento que os têrmos conhe-

cem variância de relações, que são, portanto, covariantes, o movimento é, por sua vez, variante e relativo. Expomos assim, dentro de têrmos filosóficos, o que diz a relatividade sôbre o movimento, com têrmos da Física e da Mecânica.

Se nós medimos a velocidade do movimento pelo espaço percorrido e pelo tempo que gastou em percorrê-lo, a velocidade do movimento é, em suma, para nós, o espaço percorrido numa unidade de tempo. Então a velocidade do movimento ainda se inclui dentro do esquema do complexo tempo-espacial. Movimento é o percurso da via pelo têrmo **quod**; velocidade, o tempo. Mas o processo do movimento é tempo, porque sucede; e neste caso, a velocidade é o tempo do processo, e nunca excluímos o tempo, nem o espaço.

Mas medimos o tempo pelo espaço e pelo movimento; porém, na verdade, não medimos o tempo, mas espacializamos o tempo. Ou em outras palavras: do complexo tempo-espacial actualizamos o espaço para dizer o que é o tempo, como para dizer o que é o espaço, actualizamos o tempo. A inseparabilidade de tempo e espaço é evidente, e a tentativa de identificação de ambos, pela redução de um ao outro, foi um equívoco que levou filósofos e cientistas a situações embaraçosas e aporéticas, e a cair, finalmente, nas famosas antinomias de Kant.

Desta forma:

Medimos o tempo pelo movimento e pelo espaço.

Medimos o espaço pelo tempo e pelo movimento.

Medimos o movimento pelo tempo e pelo espaço.

Fìsicamente inseparáveis sempre. Movimento é o desenvolvimento do espaço no tempo e do tempo no espaço. O que nos mostra o movimento?

Que o complexo tempo-espacial é intensivo-extensivo, conhecendo, portanto, a gradatividade da heterogeneidade intensiva, a par da estaticidade homogênea do extensivo.

As variâncias da intensidade na extensidade são sempre moções, porque há aí variância de relações. As próprias variâncias, nos modos de ser, ainda seriam relações. Por isso não há um movimento absoluto, porque teríamos, então, de excluir o estático, e deixarmos o dinâmico em sua plenitude. Teríamos, portanto, que dicotomizar a realidade, que apenas podemos distinguir metafisicamente.

Vê-se, assim, como a actividade abstractora do racionalismo levou-nos a compreender o tempo e o espaço como absolutos (como **ab-solutum**, isto é, afastados de uma identificação), acabando por lhes dar uma «subsistência» abstracta, e sem subsistência, pois os esvaziara de tudo para afirmá-los através de uma negação, o nada, — razão pela qual não podia a filosofia racionalista compreender nem alcançar o que a experiência científica teria de exigir, como exigiu, dialècticamente, na afirmação do complexo tempo-espacial da física moderna, que é a concreção do tempo e espaço, como meras distinções metafísicas da realidade, **cum fundamento in re**, como diriam os es-

colásticos, mas cuja subsistência é o ser, e não numa subsistência em si, à parte do cosmos, como nos poderiam fazer crer os exageros do racionalismo.

E desde então poderíamos compreender as afirmativas da heterogeneidade do espaço, que apresenta, para a física moderna, propriedades diferentes, segundo as covariantes implicadas na sua formação.

É natural que alguns racionalistas (e para nós êste têrmo é sempre considerado como aplicável aos que abusam dos viciosos modos de emprêgo da razão) digam que a deformação é apenas corpórea, pois o tempo, como duração pura, como temporalidade pura, é imutável e homogêneo, e o espaço, que está atrás de tôdas as coisas, é também homogêneo e imutável. Mas compreendemos dialèticamente que as representações do tempo e do espaço nada mais são que abstracções levadas ao extremo do despojamento da realidade, pela adoração dos racionalistas pelo nada, a par da repugnância que lhes causa o real, com a sua irracional presença através das singularidades.

Moyen (fr.) = **médio.**

Moyenne (fr.) = a **média.**

MULTIDÃO — Conjunto de indivíduos accidentalmente reunidos, sem uma intenção nem uma convocação. Um grupo de pessoas convocadas para uma reunião não constitui pròpriamente uma multidão.

Multidão psicológica — Foi Le Bon quem propôs essa expressão para designar um conjunto de indivíduos capazes de reacções psicológicas comuns.

MULTIPLICIDADE — a) Carácter da reunião composta exclusivamente de elementos que possuem um traço ou características comuns.

b) Conjunto dos elementos que apresentam tais caracteres.

MULTILOCAÇÃO — Vide **Ubiqüidade.**

MÚLTIPLO E UM — Múltiplo significa o numeroso, multiplicado.

Uma das providências mais importantes do sistema socrático-platônico é sem dúvida a solução da oposição entre o Um e o múltiplo. Ou reduz-se o múltiplo ao Um, como se vê no eleatismo (parmenídico), ou, então, é reduzido o múltiplo a alguns elementos simples.

O que, no entanto, sempre se pretendeu realizar na Filosofia, foi a reducção do múltiplo ao Um, da variedade à simplicidade, da heterogeneidade à homogeneidade, por uma natural exigência da razão, função homogeneadora e sintetizadora por excelência.

Tais tentativas, porém, detêm-se ante outras aporias. Ao desejar fugir de uma aporia, a solução desta prepara quase sempre o caminho para encontrar outras e numerosas, e quando o espírito humano aquieta-se neste ou naquele filósofo, que julgou encontrar o ponto definitivo de seu sistema, eis que se alçam novas dificuldades, novos obstáculos a superar, novas aporias a desafiar a inteligência, e a provocar muitas vêzes retornos a velhos pontos

de partida, à semelhança do castigo de Sisifo, que muito bem simboliza o esfôrço humano na procura da verdade através dos caminhos da Filosofia. Observamos no processo histórico da Filosofia, velhas doutrinas surgirem em novos avatares, exigentes de novas pesquisas e com a promessa de novas possibilidades.

A solução socrática das formas separadas, não surge apenas de um desejo de solucionar a oposição de um e do múltiplo, mas, sobretudo, por compreender que o fluxo do **fieri**, do vir-a-ser, do devir das coisas, exigia uma verdade estável, um **logos** imutável, como tamém o compreendeu Heráclito, o que tem sido virtualizado quase sempre, com grave prejuízo para a melhor compreensão do pensamento do efesino.

Salienta Tomás de Aquino em **De Substantias Separatas** (cap. 1), que a alma humana, por ter um intelecto, está em condições de conhecer a verdade. E quando a inteligência conhece a verdade, apreende um objecto que se encontra à parte do mundo das naturezas sensíveis. Foi também o que levou Platão a admitir a existência de realidades, separadas das coisas sensíveis.

A luta contra o cepticismo e contra os fisiólogos levou o pensamento socrático-platônico a procurar a solução das aporias, o que o colocou no problema da **participação (metexis)**. Esta gira, nesse pensamento, em tôrno da realidade das formas, que é inegàvelmente o ponto central do sistema, mas que só pode ser compreendida na proporção em que seja esclarecido o tema da participação.

Multitudo (lat.) = **multidão.**

Mundlich (al.) — Vide **Verbal.**

MUNDO — a) Em gr. **Cosmos,** o mundo em ordem. Era êsse o sentido que davam os antigos. Vide **Cosmos.**

b) O planeta Terra.

c) **Outro mundo** é o lugar onde estão as almas dos mortos para as religiões. **Além mundo** onde estão os sêres espirituais superiores.

d) **Alma do mundo** (vide).

e) Conjunto de tudo o que existe, Universo.

f) Conjunto das coisas que constituem uma esfera da existência. Mundo da Física.

g) A vida social dos homens. As coisas do mundo, **mundanas.** Viver fora do seu mundo.

h) Classe, sociedade ou reunião de homens, que se destacam por alguma característica: o mundo dos sábios, o mundo dos políticos.

MUNDO (concepção do) — Vide **Cosmovisão.**

MUNDO EXTERIOR — É o mundo **extramental,** que existe independentemente de nossa mente. Vide **Exterior.**

Mundo inteligível — Vide **Mundo intelligibilis.**

MUNDO OBJECTIVO — Às vêzes, em filósofos menores, é confundido com o mundo exterior. É o mundo representado por imagens ou não, que um ser, psicològicamente subjectivo, constrói

intencionalmente (vide **intenção**), e que pode ou não corresponder em maior ou menor grau ao mundo exterior, o que é problema de discussão na **Gnosiologia.**

MUNDO ORGÂNICO E INORGÂNICO

Não há solução de continuidade entre a matéria inorgânica e o mundo biológico. Tanto num como noutro operam os mesmos princípios, mas com função invertida: a predominância da ordem dinâmica da extensidade no primeiro, e o da intensidade, no segundo.

No mundo biológico, há além da predominância da ordem dinâmica da intensidade, momentos que o campo inorgânico prevalece. Assim temos:

Campo inorgânico

extensidade > intensidade

Campo orgânico

intensidade > extensidade

O campo inorgânico, como unidade, contradiz, no homem, o campo orgânico, como temos momentos em que um prepondera sôbre o outro: campo orgânico

Usamos aqui a palavra campo para generalizar os aspectos, aproveitando, assim, o conceito oferecido pela física, que é magnìficamente expressivo e profundamente dialéctico, que serve tão bem para compreender os fenômenos, cujos conjuntos são, sobretudo, qualitativamente diferentes. A Física aceita que um campo pode penetrar em outro. O campo gravitacional de um objecto pode, por exemplo, penetrar ou ser penetrado pelo campo eléctrico de outro, etc.

O campo inorgânico penetra no orgânico, e vice-versa, pois não há vida, onde não há sêres inorgânicos, que são complementares ao orgânico. Mas, no campo de acção de cada um, há «degraus» que são os **quanta,** pacotes de energia, como os visualiza a Física, para torná-los concretamente compreensíveis. Êsses **quanta** são, para muitos, como pacotes de uma mesma energia, única e idêntica, cuja distribuição obedece a um mistério inexplicável, por ora pelo menos. Outros, porém, julgam que nos fenômenos energéticos, nada se passaria se não houvesse moção, isto é, «transporte» de energia. E essas alterações são productos das variações tensionais dos factôres de extensidade e de intensidade.

Em tôda a natureza, estamos em face de diferentes e de quedas de potencial, as quais são produzidas pela oposição antinômica dêsses dois factôres. Do contrário, teremos de admitir uma energia-em-si, uma energia soberana, um novo e inócuo substítulo de Deus, como já se quis fazer da **matéria.** Êsse conceito é ainda fruto do desejo de homogeneização, próprio da razão humana. Todo o movimento e as incessantes transformações tenderiam para um retôrno ao repouso definitivo, sonho e desejo de certas idéias religiosas e filosóficas. Foi por isso que se interpretou a queda de potencial e de intensidade como uma tendência à nivelação; ou seja, como um factor que facilitasse a missão do

factor de extensidade, em vez de uma oposição entre ambos.

Nas observações da Físico-química, era fácil ver essa vitória da extensidade sôbre a intensidade, o que levou muitos cientistas a terem uma concepção da energia como expusemos acima. Na Biologia, a vitória final da extensidade também vinha corroborar essa concepção, como ademais os fenômenos da entropia, na termodinâmica.

Tudo parecia dar à razão a vitória sôbre o movimento. Mas eis que a microfísica e as novas descobertas científicas vêm em abono de uma concepção dinâmica, antinômica do universo. A vitória fôra apenas aparente e equívoca. A luta prossegue, mas essa luta será sempre entremeada de vitórias e de derrotas, e a vitória decisiva será apenas desejada como um cansaço de nihilistas negativos, passivos ou activos, não importa, mas negativos sempre. Se não admitirmos que êsses factôres são dinamismos inversos, e se não são êsses mesmos factôres a energia, e se ela é uma realidade homogênea, à parte, única, fonte de todos os fenômenos de acção, como poderíamos conceber que ela deu nascimento a êsse dinamismo, se não aceitamos o «piparote» imaginado por Anaxágoras, ou o «clinamen» de Epicuro, o imprevisto, o inesperado, que pôs tudo em movimento?

A idéia filosófica da escolástica, por exemplo, também aceita, em têrmos, essa posição, porque Deus insuflou na potência indeterminada, que era nada, a moção, tornando-a matéria, determinável, potência portanto, pelo influxo do acto determinante.

A oposição cooperadora de acto e potência, corresponde a oposição de forma e matéria, cuja cooperação dá surgimento ao composto. A oposição entre os compostos e a sua interactuação explicar-nos-iam o relacionamento dos sêres finitos, e conseqüentemente as suas transições.

No mundo corpóreo, não se admite, pròpriamente, um estado posterior em que a oposição viesse a desaparecer. O aspecto contraditório, que há nos dois princípios da termodinâmica, prova a nosso favor.

MUNDO SENSÍVEL — Vide **Mundus sensibilis.**

Mundus (lat.) = **mundo.**

Mundus intelligibilis — O mundo das realidades inteligíveis. É o mundo das **formas** (ou idéias) platônicas, o mundo das **rationes aeternas** de Santo Agostinho, que são imperfeitamente copiadas pelas coisas sensíveis. Vide **Participação.**

Mundus sensibilis — O mundo das coisas percebidas pelos sentidos humanos.

Muni (scr.) = o filósofo, o sábio.

MUNIFICÊNCIA — Vide **cardeais (Virtudes).**

MUSCULAR (sentido) — É o sentido cinestésico. Vide **Cinestesia.**

Müssen (al.) = **dever.**

Mut (al.) = **moral.**

MUTAÇÃO — Do lat. **mutatio,** de **mutare,** mudar, passar de um

modo de ser para **outro modo** de ser.

A mutação se dá segundo a substância, ou segundo a qualidade, ou segundo a quantidade, ou segundo o lugar.

Segundo a substância, temos: geração (nascer) e corrupção (perecer) das coisas; segundo a quantidade, aumento e diminuição; segundo a qualidade, a alteração; segundo o lugar, o movimento.

A mutação realiza-se do contrário ao contrário. Em tôda mutação, há o que devém, o que-se-torna-em um contrário. Em tôda mutação são requeridos três elementos: o sujeito da mutação **(quod)**, forma do sujeito, e privação de algo, pois do contrário não conheceria mutação. O ser, como acto puro, não conhece mutações, porque não está privado de, pois é infinitamente perfeito, por isso é imutável.

A mutação dá-se entre os contrários, entre os intermédios e nas contradições. A mutação não é uma substância de **per se** subsistente; é apenas uma modal no sentido de Suarez.

A mutação é a transferência de um modo de haver de algo a outro modo de haver.

Quando consiste no mudar da forma substancial, temos a **corrupção**; quando adquire uma forma substancial, temos a geração **(generatio)**; quando se dá de uma qualidade a outra qualidade contrária, temos a **alteração (alteratio)**; quando se dá de um lugar **(ubi)** para outro, temos o **movimento** local, tópico; quando se dá de uma quantidade menor para uma maior, temos o **aumento (augmentum)**; no inverso, a **diminuição (decrementum)**.

A mutação, quando se dá para uma forma substancial **(ad substantiam)**, é **instantânea.** As mutações de alteração, aumento e diminuição são **sucessivas.**

A mutação local é uma mera modal.

A mutação é, assim, o trânsito de um estado a outro estado. E essa mutação pode ser **intrínseca** ou **extrínseca,** dependendo de ser o trânsito determinado intrínseca ou extrínsecamente.

A mutação intrínseca pode ser **metafísica** ou **física.**

São metafísicas as mutações seguintes: **criação, transubstanciação** e **aniquilação.**

A mutação física é ou **substancial** ou **accidental,** quando o têrmo formal é substancial ou accidental.

A mutação física substancial é de duas maneiras: **geração e corrupção,** quando o têrmo **ad quem** (o têrmo de chegada) é uma forma ou a privação da forma.

A geração dá-se de um têrmo negativo da forma a uma forma positiva, por ex. da não-água à água; a corrupção dá-se no trânsito do têrmo positivo para o negativo, de uma forma para a sua negação.

Essas mutações são **instantâneas,** pois entre o ser e o não-ser, ou entre o não-ser e o ser, não se colocam um **medium** nem distância.

A mutação accidental é ou **instantânea** ou **sucessiva.** Diz-se instantânea, quando é geração ou corrupção accidentais; são sucessivas a mutação local, a alteração e o aumento.

MUTACIONISTA — Vide **Teoria da Evolução.**

Mutatio (lat.) = **mutação.**

Mutation (fr., al. e ing.) = **mutação.**

Mutazione (it.) = **mutação.**

Muth (al.) = **coragem.**

Mútuo (apoio) — Vide **Apoio mútuo.**

Mystagogos — Vide **Iniciação.**

Mysterium (lat.) = **mistério.**

Mystika (gr.) = **mística.**

Mystos (gr.) — O que é iniciado na mística. Vide **Iniciação.**

N

NAÇÃO — Diz-se comumente dos grupos humanos que querem formar e formam uma unidade política. A **nação** pode ser concebida como oposta ao govêrno. «O princípio de tôda a soberania reside essencialmente na **nação.** Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que expressamente dela não emane.» (Declaração dos direitos humanos de 1789, art. 3, França).

Contudo, o conceito de **nação** é fluídico demais. São controversas as maneiras de concebê-la e não foi encontrada até agora uma definição que satisfaça. Em nosso «Análise de Temas Sociais», demonstramos que êsse conceito abriga mais interêsses de ordem política do que qualquer outra realidade.

Nach (al.) = vide em direcção, a, próximo a...

Nachbild (al.) = **consecutivo.**

Nachfolgend (al.) = **sucessivo.**

Nachklang (al.) = vide **reminiscência.**

Nächst (al.) = **próximo.**

NACIONALIDADE — Carácter jurídico que possuem os indivíduos enquanto cidadãos ou súbditos de um Estado. A extensão dêsse conceito é paralelo ao de **nação.**

Nacionalidade, tomado no seu sentido mais profundo, é um conceito mais estreito do que **nação.** Mais requisitos são necessários para constituir uma **nacionalidade** do que uma **nação,** no sentido comum que é empregado. Fàcilmente se constitui uma **nação,** no uso corrente dessa palavra, onde não há uma única nacionalidade (Suíça, Bélgica, etc.), e fàcilmente se formam **nações** sem considerar a extensão às vezes muito maior da respectiva nacionalidade (p. ex. as várias **nações** de nacionalidade anglosaxônica, etc.) — Costuma-se denominar, portanto, a nacionalidade como um grupo social unido pela comunidade de raça ou pelo menos de civilização, língua, tradições históricas e aspirações comuns. Uma certa importância tem também a unidade de território, que, porém, não é indispensável, e a unidade de religião, se essa religião caracteriza-se pelo tipo **tribal.** Assim foram, p. ex., sòmente a raça e a religião, que conservaram, no povo hebreu, por muitos séculos, o carácter de nacionalidade, apesar

da falta de outros requisitos que pareciam indispensáveis, a julgar pelos outros povos. A unidade de território, de cuja falta tão pouco se ressentiu o povo hebreu, por outro lado, pode, por si só, fomentar a formação de uma unidade política, que tende muito mais a revestir-se do aspecto de nacionalidade. O que pode o território, podem, também, os outros elementos citados como constituintes da nacionalidade, «De facto (diz Baldwin), cada grande massa de sêres humanos, que se sentem unidos em vista de qualquer propósito elevado, que não é meramente espiritual, acha-se a caminho de tornar-se uma **nacionalidade (nation)**». Visto que Baldwin não faz a distinção entre nacionalidade e nação, queríamos acrescentar que êstes grupos em foco, podem tornar-se primeiramente uma «nação», e depois, com o nivelamento racional (se houver diferenças raciais), também uma nacionalidade.

NACIONALISMO — É a doutrina política que prega a superioridade do que é julgado nacional, em detrimento de qualquer outro, de outra **nacionalidade** (vide).

NADA — Quantidade «zero» de um objecto susceptível de aumentar e de diminuir. Para designar êsse estado de coisas, dizemos que o respectivo objecto «não é». Porém, há uma diferença marcada entre «não ser» uma coisa e ser «nada» dela. Assim o frio «não é» calor, contudo não é, por isso, «nada» de calor, porque o frio só representa um grau reduzido de movimento molecular que, pela mera intensificação dêsse mesmo movimento, passa a ser calor. Êsse movimento reduzido (frio), pois «não é» calor, não é, porém, um «nada» de calor. Igualmente, como diz Pascal, uma casa «não é» uma cidade; contudo não é um «nada» de cidade, porque é uma das mil casas que constituem a cidade.

Além dessa acepção puramente quantitativa, o problema do nada se apresenta como um dos mais basilares e mais intrincados da Filosofia. Há, em primeiro lugar, o problema do nada, no sentido cosmológico da existência de um vácuo, de espaço vazio, cuja possibilidade já fôra rejeitada pela maioria das escolas gregas, o que foi reforçado pelas teorias modernas.

Do problema cosmológico do nada resulta um problema metafísico, no momento em que as coisas do mundo visível são reconhecidas como transitórias e não eternas, de maneira que antes de existirem eram nada. Ora é uma atitude típica do pensamento grego conceber as coisas não existentes não como nada, mas como «encontrando-se no nada». Isso implica, ainda que inconscientemente, uma valoração positiva do nada, que aparece como um segundo mundo, menos substancial, o mundo da não-existência, mas que, de qualquer maneira, não deixa de ser algo. Assim Platão, ao lado do seu mundo real das idéias admite um outro mundo do não-ser **(mé on)**, como matriz da qual as coisas reais são criadas. — Em Aristóteles, o conceito do nada se prende ao conceito da potencialidade. Visto que tudo passa do estado potencial para o actual, a potencialidade toma que, por outro lado, só é efectiva-

uma forma de quase-subsistência, e as coisas potenciais são e não são ao mesmo tempo. Simultaneamente, o facto de que certas coisas potenciais não cheguem à actualização, conduz à idéia da **privação** e **imperfeição.**

O problema do nada como imperfeição, como falta de uma coisa, que devia ter lugar, ocupou, particularmente, os Neo-Platônicos, que converteram o problema metafísico em um problema ético. O não-ser, como privação, aderente ao ser do mundo físico, reduz as manifestações dêsse mundo a um grau inferior do ser, e é ao mesmo tempo a causa do mal. No mesmo sentido a escolástica, que equipara «ser» e «bem» **(ens et bonum convertuntur), define** o mal como um **«defectus boni»** (defeito, privação, falta do bem). Nesse sentido ético, o nada aparece como oposição absoluta e negação peremptória do ser e não aceita, como nas várias acepções metafísicas e cosmológicas, uma interpretação de qualquer maneira positiva, como a encontramos em pensadores medievais, que até chegam a declarar que, desde que Deus criou o mundo do nada, o nada pertence à essência de Deus.

O ponto de vista aristotélico foi retomado, e mais desenvolvido por Hegel. Desde que êste considera o devir como a última e absoluta realidade, um factor negativo é tão necessário como o positivo. A proclamação hegeliana da identidade do ser e do não-ser tenta resolver o problema de maneira muito peculiar. Outros pensadores, muito longe de tal identificação dos extremos mais opostos que se podem imaginar, trataram de esclarecer a idéia do «nada absoluto em sua mais rigorosa acepção. Enquanto alguns autores afirmam a possibilidade de tal idéia, outros a rejeitam, por razões semelhantes àquelas que Bergson formula na observação seguinte:

«A idéia do nada absoluto, compreendida no sentido de uma abolição de tudo, é uma idéia que destroi a si mesma, uma pseudo-idéia, uma simples palavra. Se suprimir alguma coisa consiste em substitui-la por uma outra, se pensar a ausência de uma coisa só é possível pela representação mais ou menos explícita da presença de qualquer outra coisa, a idéia de uma abolição de tudo é tão absurda como a de um círculo quadrado. Há mais, e não menos, na idéia de um objecto concebido como «existente», porque a idéia do objecto «não existente» é necessàriamente a idéia do objecto existente, aumentada pela representação de uma exclusão dêsse objecto da realidade actual tomada em bloco.

Crítica: Não propôs Platão que houvesse alguma coisa fora do ser, porque nada há fora do **céu.** O nada não é um ponto de partida para o ser, como não o é também no pensamento cristão, pois é uma ingenuidade pensar-se que a **creatio ex nihilo** indicasse uma gestação do ser pelo nada, pois o Criador é eterno, e é Ser, e antecede, ontològicamente e por dignidade, a criatura. Entre ser e não-ser há apenas uma relação de razão. Ao comentar a criação **ex nihilo,** Tomás de Aquino diz: **«Deus facit ex nihilo... non quod nihilum cedat in substantiam rei,**

sed quia ab ipso tota substantia rei producitur nullo alio supposito» (Summa Theol, I, q. 41, a 3, c). Não há assim um supósito anterior, de onde o criador tirasse os entes criados (criaturas). Ao criá-los, deu-lhes o ser. É nossa imaginação que concebe, sem contudo poder entendê-lo, êsse abismo de nada anterior à criação. Quando Platão postula que há, prèviamente, o **ek mageion amorphon,** que é informado, determinável pelo acto, que o determina, não o afirma anterior cronològicamente à criação, pois o conceito de determinante implica simultaneamente a determinação, já que o acto de determinar é de vector inverso ao sofrer determinação, pois, para determinar, é preciso que algo seja determinável.

O ser não pode proceder senão do ser, o que subentende a participação. No pensamento cristão, como o demonstrou Tomás de Aquino, a participação está implícita na criação, esta não pode ser compreendida sem aquela, e **ao contrario.** Compreende-se, então que não era infenso a Platão o pensamento criacionista, não naturalmente com as características e a precisão que teria no pensamento filosófico cristão.

A metáfora do demiurgo (do artesão) completa a estructura ontológica da criação-participação, conceitos inseparáveis e vivos em todo o pensamento filosófico mais elevado. Se cabe a Tomás de Aquino o papel de reunir num só bloco êsses dois conceitos, não se pode negar que foi inspirado no pensamento platônico, que conseguiu, através do empirismo aristotélico, fundar as bases de uma concepção cristã, que é mais profundamente platônica do que inspirada no Estagirita.

A especulação em tôrno do **nada** leva-nos a classificá-lo de quatro modos:

1) **Nada absoluto** (que chamamos **nihilum**) que é a ausência total e absoluta do ser, a negação absoluta, que é absurda.

2) **Nada absoluto parcial** — ausência absoluta de ser (**vacuum**), um oceano de nada, cercando uma **ilha de ser.** Pensamento também absurdo não de per si, mas segundo demonstração.

3) Nada de ser criacional antes de ser criacional, que é apenas o **possível de ser feito,** que cabe ao possível de fazer. A potência de vir-a-ser ante o poder do determinar. É o **mé on** de Platão, o **Meon,** como o chamamos, que é objecto da **Meontologia,** ciência que criamos, cujas fases são expostas em nosso «Filosofia Concreta».

4) **Nada relativo** o não-ser isto ou aquilo, o nada da nossa experiência.

Na obra acima citada, realizamos as especulações que se podem fazer dentro da dialéctica concreta ao tema do nada. É impossível aqui expôr, embora parcialmente, matéria tão complexa.

Vide **Idéias Negativas.**

Näherung (al.) = **aproximação.**

Näherungs... (al.) = **proximidade.**

Nama-rupi — (Sânscrito) — **Nome** e **forma** que se refere aos nomes e aos esquemas noéticos, que correspondem às coisas do mundo fenomenal, os **conceitos.**

Naming (ing.) = **qualificação.**

NÃO-CONTRADIÇÃO — Vide **Princípio de Não-contradição.**

NÃO-DUALIDADE — **Ver Advaita.**

NÃO-EU — Tudo quanto não é o **eu** em todos os sentidos em que é tomado êste têrmo.

NÃO-EVOLUCIONISMO — Vide **Teorias da Evolução.**

NÃO-SENSO — Vide **Absurdo.**

NÃO-SI — Vide **Si.**

NARCISISMO — a) Da lenda de Narciso, que se enamorou de si mesmo. Significa, pois, o amor exagerado de si mesmo.

b) Na Psicanálise, persistência de uma fase primitiva de desenvolvimento psíquico sexual, no qual o próprio eu continua sendo o objecto de amor. Importante na explicação psíquico-analítica da homossexualidade.

NATIVISMO — É a teoria, ou melhor, a tendência que considera certos caracteres, funções, idéias ou elementos parciais das mesmas como inatos ou congênitos. — O **nativismo,** como a definição indica, não é uma teoria que parte de um princípio, mas é uma característica de certas teorias, que visam fenômenos diferentes e têm em comum a suposição do carácter congênito de, pelo menos, um dos elementos focalizados em cada caso. O nativismo encontra o seu campo de aplicação mais importante na questão da origem dos conhecimentos humanos. Em oposição a uma interpretação indevida do princípio de que «nada está no intelecto que anteriormente não estivesse nos sentidos», as teorias nativistas afirmam que, pelo menos, «parcialmente, os nossos conhecimentos são causados em virtude de propriedades mentais congênitas e iguais em todos os indivíduos». Das diversas interpretações que se pode dar ao têrmo «parcialmente», procede a diversidade das teorias construídas sôbre esta matéria. «Parcialmente» pode significar que uma parte das idéias, que possuímos, não apreendemos pelos sentidos ou por qualquer percepção; também pode significar que todos os nossos conhecimentos incluem, na sua origem ou constituição, um elemento que não vem de fora; ou, por uma combinação dessas duas possibilidades, pode encontrar a sua interpretação mais estreita no sentido de que uma parte das nossas idéias implica, na sua origem ou constituição, um elemento congênito. É impossível enumerar, aqui, as muitas teorias de laivo nativista, que se sucederam desde a filosofia grega até hoje, dentro dessas três variedades de interpretação. — Para pôr em claro muitas confusões reinantes na discussão dessas teorias, convém estabelecer uma distinção muito acertada e necessária quanto à independência do conhecimento das impressões sensoriais, a saber, a distinção entre uma independência causal (de origem), e independência lógica (de constituição). Assim, as «idéias

inatas» de Platão possuem uma completa independência lógica, porque a estructura lógica das idéias eternas não pode ser tirada da percepção das coisas contingentes, que só têm a função de «lembrar» a respectiva idéia preexistente na mente; mas, a necessidade de tal «lembrança» constitui uma dependência causal quanto à actualização da consciência, ou, em têrmos platônicos, da memória. Também o transcendentalismo de Kant, embora refute as «idéias inatas» e insista em que o elemento inato do conhecimento não oferece absolutamente as feições do próprio conhecimento, não obstante considera a constituição essencial do espírito como o elemento congênito indispensável do conhecimento, que, por outro lado, só é efectivado por meio das impressões sensoriais. A acepção kantiana do problema chegou a um predomínio quase absoluto, mas é algo contestável se se pode considerar êste sucesso um triunfo do nativismo, visto que, segundo Kant, as propriedades universais do espírito, que parcialmente condicionam o conhecimento, não existem dentro do tempo, de maneira que as palavras «inato» e «congênito», pròpriamente, não podiam ser aplicadas, pelo menos em seu sentido comum. Desde fins do século XIX, o nativismo tomou novos aspectos pela sua ligação ora tentada, com a questão da hereditariedade.

Sempre foi considerado óbvio, que a totalidade dos conhecimentos que um individuo possui, mesmo que seja inteiramente devida à experiência, de certo não é devido só à experiência dêste indivíduo. Surgiu, então, a doutrina de que o indivíduo dispõe dos resultados adquiridos hereditàriamente, das experiências feitas por seus antecedentes. Esse problema, e a dificuldade de que, de acôrdo com a teoria de Weismann, nenhum carácter adquirido pode se tornar hereditário, ainda hoje constituem os temas de controvérsia, nos quais mais freqüentemente aparece o têrmo «nativismo».

NATIVISMO PSICOLÓGICO — Vide **Percepção.**

Natur (al.) = **natureza.**

Natura (lat.) = **natureza.**

NATURAL — a) — Como adj. é empregado a tudo quanto concerne à **natureza. Natural** opõe-se a afectado, a divino, a revelado, a adquirido, a reflectido, a artificial, a sobrenatural, a extranatural.

b) Emprega-se, também, como oposto, na biologia, a **monstruoso,** como também na Ética.

c) No Direito, opõe-se ao direito natural, ao direito positivo, a legítimo.

d) O **logos** de natural é tudo quanto se refere à natureza normal de alguma coisa.

NATURALISMO — a) Doutrina que diz que não existe nada além da natureza, no sentido físico-biológico da palavra, e que, portanto, os métodos das ciências físicas são suficientes para explicar tôda a realidade, reduzindo a elas, especialmente, os processos mentais e morais.

b) No campo antropológico e sociológico, em oposição à teoria

de Rousseau, temos a **naturalista,** que considera a sociedade humana como **uma fase mais elevada de um processo evolutivo, a qual marca um progresso constante, que leva o ser humano a alcançar formas cada vez superiores, cuja ascenção se dá pelo influxo da lei do determinismo universal.**

Essa concepção, encontramo-la em germe nos estudos de Aristóteles e até de gregos anteriores, e, posteriormente, em Vico, Pascal, Condorcet, etc. Já percebiam tais autores certa analogia muito profunda entre os factos sociais e os processos orgânicos.

Modernamente, encontramos novas contribuições a essa concepção, que são oferecidas por Kant, pela escola hegeliana, pelo positivismo, pelo evolucionismo.

Na **escola histórica** de Savigny, há também o domínio de uma lei imutável e fatal, que governa o mundo e o homem, e, no **hegelianismo,** o eterno **fieri (devir)** da idéia absoluta, que rege a sociedade.

Em Comte, a sociedade humana é um **verdadeiro organismo vivo,** assim também para Spencer. Para êste, a **matéria** da sociedade forma um **organismo,** que está sujeito à lei da **evolução.** Na evolução da matéria, observam-se três fases: a inorgânica, a orgânica e a superorgânica ou social. A primeira rege a dos planetas, a segunda a dos animais e a do homem, e, a terceira, a do estado social.

Não há uma **solução de continuidade,** pois a terceira é apenas um estágio mais evoluído das anteriores.

O homem surge com o **instinto de sociabilidade,** instinto que conhece um desenvolvimento, que parte do confuso e homogêneo para o heterogêneo, para o diferenciante, para o complexo. A sociedade é, assim, um grande organismo, um macro-organismo, que se analoga ao organismo biológico, com sua espinha dorsal, com os seus sistemas. Tôda a linguagem dessa posição sociológica é tirada da Biologia. Dêsse modo, fala-se em elementos histológicos, células sociais, parasitismo social, higiene, terapêutica, cirurgia social, etc.

Funda-se essa posição nos seguintes argumentos:

a) o indivíduo humano nunca se apresenta como uma unidade isolada. Sua vida desenvolve-se obediente às exigências biológicas e para o seu surgimento e desenvolvimento, necessita do contôrno social. As leis, que regem essa sociedade, têm a sua origem nessas exigências.

b) Há uma analogia entre o organismo social e o individual. A hierarquia, observada na sociedade, é análoga à hierarquia do organismo vivo. Há uma subordinação das partes ao todo, e as sociedades conhecem um **ciclo** de vida como os sêres vivos. A centralização vital apresenta uma hierarquia nos sêres vivos, desde a mera agregação de partes, como na esponja, até alcançar a complexidade do mamífero. Os organismos mais perfeitos revelam essa heterogeneidade e essa unidade superior que preside e subordina as partes.

c) A sociedade humana, já complexa, é o resultado de uma

ordenação dos instintos de sociabilidade, que é o desenvolvimento fatal de uma tendência hereditária.

Não se podem negar as positividades dessa doutrina. Inegàvelmente, a sociedade humana apoia-se na vida biológica, e, portanto, não pode separar-se totalmente daquela.

Assim como não se pode considerar a posição de Rousseau como **absolutamente** individualista, também seria um exagêro considerar-se a formação da sociedade humana como **apenas biológica.**

Realmente o homem nasce **do** homem. Não se conhece, contudo, pela experiência que foi sempre assim, mas um homem deve ter sido o primeiro. Mesmo que partamos da evolução animal, deve ter havido um instante em que surgiu o homem com a sua **forma humana.** A inducção, a que leva o naturalismo, é, assim, exagerada, pois funda-se numa observação parcial dos factos e amplia demasiadamente as suas conclusões.

Realmente, na ordem dos factos sociais, podemos considerar o aspecto geral e invariante daqueles que se fundam no biológico (positividade da posição naturalista), mas há, ademais, aquêles que têm um fundamento na vontade humana (positividade da posição rousseauniana). Ambas posições são abstractas, por virtualizarem o que há de positivo na outra, actualizando apenas o que afirmam.

Se a sociedade humana tem a origem numa inelutável tendência natural, é ela, contudo, modelada pela vontade.

O êrro da posição naturalista está em confundir o análogo com o idêntico. Ao estabelecer a analogia entre a sociedade humana e o organismo biológico, caiu na forma viciosa do **biologismo,** considerando ambos idênticos.

Há analogia entre ambos, mas há, ademais, uma unidade **moral,** há autonomia entre as partes, há escolhas, há juízos de valor, há distinções.

Essa doutrina leva a resultados desastrosos. Em primeiro lugar, termina por submeter **totalmente** o indivíduo ao estado social, daí, ao totalitarismo inevitável. A dependência do indivíduo à colectividade é absoluta. Se a teoria rousseauniana poderia alcançar até a acracia completa (ausência de poder político supremo) ou ao despotismo absoluto, o evolucionismo, ao afirmar o determinismo social, termina por destruir a liberdade, e alcançar, fatalmente, o totalitarismo.

NATURALISMO ÉTICO — Vide **Ética.**

NATURAL (selecção) — Vide **Evolução** (teorias da).

NATURA NATURANS — Expressão que surgiu nas traducções latinas, e passou para a escolástica, que significa **natura naturante,** a natureza que dá natureza às coisas, o Deus criador, enquanto as coisas são a **natura naturata,** a criatura. Meister Eckhardt, Giordano Bruno e Spinoza usaram muito essas expressões.

NATURA NATURATA — Vide **Natura naturans.**

Nature (fr., ing.) = **natureza.**

Naturel (fr.) = **natural.**

Naturell (al.) = **natural.**

NATUREZA — a) A palavra, bem como os seus equivalentes estrangeiros, conservaram e até aumentaram a extraordinária variedade de significado, que já a palavra grega **physis** possuia. **Physis,** do verbo **phyô,** produzir, crescer, parece ocorrer, esporàdicamente, em vários autores gregos em um sentido que ainda espelha a gênese dessa palavra, e representa uma confusão dos sentidos de «formação» e do producto dêsse processo da coisa formada, da sua constituição. Êste último sentido, contudo, se tornou quase exclusivo, e existe já em Homero, quando emprega uma única vez essa palavra.

Essa consideração filosófica merece ser tomada como ponto de partida, porque ela conduz, directamente, a uma definição do têrmo, que é a base para todos os diversos empregos da palavra, e que vê no conceito de **natureza** a idéia de uma existência que se produz, ou pelo menos se determina a si mesma, em sua totalidade, ou só em parte, sem ter necessidade de uma causa externa.

As principais acepções do têrmo podem ser obtidas conforme J. Lachelier, (citado por Lalande) pela aplicação à definição acima dada de três diferentes distinções, segundo se atribua essa idéia 1) a um ser particular, ou ao conjunto das coisas; 2) ao princípio intrínseco de producção e de determinação, ou à coisa produzida e determinada; 3) a todos êstes, considerando, ou a sua constituição material e mecânica, ou a sua constituição formal e teleológica.

b) O que caracteriza essa palavra, particularmente, é o facto de, em todos os empregos que tem, conservar sempre, em segunda plana, tôda essa unidade de significação, que corresponde à definição acima, formando cada um sentido particular, apenas pela atenuação de certos traços, pondo em relêvo outros, que, de momento, são actualizados.

c) Partindo do primeiro têrmo da primeira distinção, nos deparamos diante da **natureza,** concebida como «princípio vital», que estructura e conserva a constituição de um ser particular. É o que temos em mente quando se fala na «**Vis medicatrix naturae**», fôrça medicadora da natureza.

É êste sentido uma combinação do primeiro têrmo da primeira e do primeiro têrmo da segunda distinção.

d) Combinando o 1.o têrmo da 1.a distinção, com o 2.o da 2.a, a natureza aparece como a própria essência das coisas, produzida por aquêle «princípio vital». Assim falamos da «natureza de uma legislação», da «natureza de uma ciência», da «natureza específica» de uma coisa.

e) Tomando a representação da constância da essência (em oposição à mutação dos caracteres accidentais, como base de uma nova acepção da **natureza,** chamamos «natural» tudo o que tem em uma espécie, e particularmente na humanidade, êsse carácter constante, isto é, tudo o que é inato, congênito, instintivo: o estado em que nascem os homens.

— Êste sentido do têrmo reflecte a concepção teológica da «natureza corrompida do homem», como oposta àquele que sofreu a transformação sobrenatural pela graça.

f) Da mesma maneira significa o estado natural, que caracteriza o homem que não experimentou a transformação, que se processa em virtude da civilização, da arte, da reflexão, quer se trate de um grupo de primitivos, quer de uma criança, que ainda não foi educada. (Cf. Rousseau: A desigualdade, que é quase nula no estado de natureza, tira a sua fôrça e a sua base do desenvolvimento das nossas faculdades e do progresso do espírito humano). — Essa natureza empírica, enquanto própria a um indivíduo, constitui mais uma modificação semântica do nosso têrmo que equivale, então, ao «carácter» ou ao «temperamento». Neste sentido, fala-se de uma «natureza ambiciosa» ou «natureza conciliante» de uma pessoa.

g) Passando a considerar o segundo têrmo da primeira distinção, e aplicando-lhe, simultaneamente, a segunda distinção, natureza significa ou a totalidade das coisas que apresentam uma ordem, realizam tipos, acusam a existência de certas leis, ou o têrmo expressa o princípio activo e vital, a vontade de ordem, que se manifesta nessa regularidade. (Aristóteles opôs neste sentido a natureza ao **azar, acaso**).

— No mesmo sentido chama Linneu a sua obra: «systhema naturae». A natureza, assim compreendida, é muitas vêzes personificado, como o faz Rousseau quando diz: «A natureza trata todos os animais abandonados ao seu cuidado com uma «predileção que parece mostrar quanto ela é ciosa dêsse direito». — A natureza, representando assim uma ordem de índole e de dignidade muito especial, muitas vêzes se opôs à ordem sobrenatural. O milagre parcialmente destrói a ordem natural. A **natureza** manifesta uma própria moral; revela a existência de leis, que, senão por sua perfeição moral, pelo menos por sua constância, podem servir de normas fixas para o homem. O facto de ser «contra a natureza», é, no sector moral, o que torna tão odiosas as coisas que chamamos «perversas».

h) Se consideramos a terceira distinção, que se prende ao facto de que a **natureza** revela uma multiplicidade de valôres evidentemente bierarquizados, que se movem entre os extremos de matéria e razão, deparamos com o problema mais profundo e mais intrincado da natureza, porque todo o espaço, que separa êstes dois extremos, matéria e espírito, é repleto daquele fenômeno misterioso que chamamos «vida», nas suas mais variadas manifestações. Nem a matéria nem o espírito estão geralmente incluídos no conceito da **natureza,** assim como a índole dêsse problema o exige. J. Lachelier diz que o mundo puramente natural e mecânico representa até a negação da idéia da **physis,** que implica «crescimento», e que igualmente, na vida humana, o mais alto grau de natureza, revela algo que já não é natureza, o elemento espiritual, que êle chama «liberdade». A oposição entre liberdade e natureza foi compreendida, nìtidamente por Kant: «A causali-

dade incondicional do fenômeno se chama liberdade, a causalidade condicional, ao contrário, se chama, em sentido restrito, causalidade natural.»

Tôda a realidade, que fica dentro dêstes extremos de mecanicismo e de liberdade, é, nesta acepção, a **natureza.**

i) O que se oferece à primeira vista é aquêle aspecto assombroso que temos da riqueza e da beleza da **natureza,** e que também foi a primeira realidade da qual partiram os filósofos gregos da natureza, especialmente os da escola jônica. Quanto a isto, diz Baldwin, deve-se lembrar que ainda não foi feita nenhuma clara distinção entre matéria e espírito; a **natureza** foi concebida como viva, ou pelo menos, como animada **(psychical).** Esta concepção, em uma palavra, foi **hilozoismo,** não **materialismo.** Foi Platão quem introduziu a distinção clara entre «físico» e «metafísico», e assim deu origem à tendência de usar o têrmo **natureza** em um sentido restrito, que o distinguiu do «espiritual». Era o mundo do **devir,** distinto do mundo do ser.

j) Em Aristóteles, a **natureza** é o sistema das coisas cambiantes, que tendem a um fim, ou, em sua totalidade, ao fim: o bem absoluto. Aristóteles aceita, não a independência existencial das formas no sentido de Platão, mas a transcendência das formas com respeito à matéria. Quanto mais alto, mais perfeito, mais espiritual é o princípio informante, tanto mais fortemente se manifesta essa transcendência. Deus, que deu a ordem teleológica ao universo, é ao mesmo tempo o que mais transcende a **natureza.**

k) Não parecia assim aos Estóicos, que consideraram a **natureza** movida por si mesma, causal e teleològicamente. Era o seu fim em si, era Deus mesmo, e viver de acôrdo com a natureza era a virtude perfeita.

l) Os Epicureus eliminaram o ponto de vista teleológico, e, com isto, todo elemento racional e espiritual da natureza, e chegaram a um atomismo mecanicista, que encontrou a sua mais perfeita expressão no poema de Lucrécio «De rerum natura», que muito contribuiu para limitar o têrmo natureza ao sentido preferentemente físico.

Também entre os Estóicos, o têrmo possuia, ao lado da acepção mais integral acima aludida, um sentido mais restrito, que coloca a **physis** como princípio animador do mundo vegetativo, acima dos corpos inorgânicos, e abaixo dos animais e do homem.

m) Na Idade Média, além da tradição aristotélica, observa-se uma outra concepção **mística** da **natureza,** que desenvolve elementos platônicos e neoplatônicos em uma direcção panteísta, tomando a **natureza** como a misteriosa e vital energia criadora de Deus.

n) Uma terceira corrente parte da interpretação que Averrois deu a Aristóteles, imputando-lhe que negava existência de um transcendente, e considerava a forma e as finalidades completamente imanentes à natureza. Assim Averrois chega a uma distinção que, àvidamente adoptada pela filosofia medieval, se expressa nos têrmos escolásticos de «**natu-**

ra naturans», a forma activa e fôrça criadora do próprio Deus, e, por isso, idêntica com êle. e **«natura naturata»**, a forma materializada no mundo, o efeito da fôrça divina.

o) Com isto, o têrmo **natureza** se estendeu novamente para o lado ideal, extraindo do materialismo de um Lucrécio, um uso, que, porém, nunca de todo estêve esquecido, em virtude do emprêgo que os autores escolásticos fizeram da palavra; foi Spinoza quem mais decididamente definiu êste sentido, dizendo, que «a natureza de uma coisa é a sua idéia».

p) O pensamento moderno, aliás muito dado à exploração das fôrças e leis mecânicas e a descrever as formas do mundo biológico, nunca deixou por completo de reconhecer um elemento teleológico na **natureza**, pelo menos quando considerada em sua totalidade. O próprio evolucionismo contribuiu a reforçar êste ponto de vista e o princípio da selecção natural (indirecta) é perfeitamente compatível com o mesmo e até aprofundou a concepção de uma ordem teleológica. Ademais, em geral, não se ergue a questão se essa ordem teleológica acusa a existência de uma inteligência transcendente. O têrmo **natureza** tende, modernamente, não só a perder o sector ideal como, também, o campo puramente material e mecanicista de sua aplicação. Ainda falamos em «ciências naturais», opondo-as às ciências de espírito. Contudo, o «naturalista» para nós já é um homem que deixou de ser um recluso de um laboratório, como o físico ou químico, e vai para junto da natureza, para estudá-la, como o zoólogo, o botânico, o geólogo.

Depois da exposição da tríplice distinção sistemática, que inicialmente citamos, é conveniente resumir a totalidade de todos aquêles fenômenos, que designamos como «naturais», por meio de uma enumeração dos têrmos, aos quais a palavra «natural» se opõe em suas várias acepções.

«Natural», segundo Lalande, pode ser oposto a:

adquirido
reflectido
constrangido
artificial
afectado
humano
divino
espiritual
revelado
regenerado
sobrenatural
surpreendente
monstruoso (biològicamente)
perverso (moralmente)
positivo (direito natural)
legítimo (filho natural)

p) Na Estética, há um emprêgo muito vago do têrmo e dos seus derivados, de maneira a reduzi-lo à completa imprecisão de sentido. Quase todos proclamam a **volta à natureza.** Mas uns entendem a **natureza humana** no que ela possui de especìficamente humano: a razão. Outros, a natureza no que ela tem de individual: a sensibilidade, a impressão subjectiva. Outros se referem à natureza externa, porque é abundante, pitoresca e romântica; outros, porque é saudável e forte. A palavra «naturalismo»,

pelo contrário, tomou um sentido muito especial ao prender-se com preferência aos aspectos inferiores da natureza. (Vide **naturalismo**).

NATUREZA (FILOSOFIA DA) — Segundo a divisão usual da Filosofia, é uma das grandes partes da mesma, ao lado da Lógica, da Psicologia e da Metafísica. Muitas vêzes também chamada «Cosmologia». Desde o desenvolvimento e especialização das ciências empíricas, a Filosofia da Natureza tornou-se problemática, não só nos seus resultados como, também, na sua própria existência e justificação como ciência. Não faltam, porém, na modernidade, nomes marcantes de homens que trataram de fundamentar uma nova Filosofia da Natureza, harmonizada com os resultados das ciências empíricas, especialmente com a idéia da **evolução.**

NATUREZA MORAL — É a constituição do homem, enquanto composta de elementos racionais e sensitivos. Segundo algumas autoridades, só a razão é capaz de valoração moral, tese que se apoia em Aristóteles, e foi especialmente defendida por Kant; outros, entre êles Platão e os moralistas ingleses, como Pontler, consideram o homem uma organização comparável a um Estado, que possui muitas partes com tarefas especiais cada uma, consistindo a virtude moral em coordenar tôdas aquelas partes, e promover a harmonia entre elas, com a finalidade de assegurar o bem estar total da alma.

NATUREZA SOCIAL (A teoria cristã da) — Para essa teoria, a sociedade humana tem uma origem divina. Fundamenta-se nos seguintes postulados:

a) Tôdas as sociedades humanas, por mais simples que sejam, revelam um certo grau de perfeição nas relações sociais. É uma constante, independentemente do tempo, dos povos, e das raças, a vida em sociedade.

Essa constante só pode provir da natureza humana.

b) Examinada a natureza humana, nela encontramos um instinto ou propensão inata à vida social. O homem é como os animais.

c) A linguagem está relacionada à razão. Assim como a sensibilidade seria inútil se não tivesse o animal a possibilidade de mover-se para afastar-se do que lhe é nocivo e prejudicial, também a razão lhe seria inútil se não pudesse comunicar aos outros o que sente, o que pensa, por meio da linguagem. A linguagem revela, como mostra Tomás de Aquino, que o homem é formado para viver em comunicação com seus semelhantes.

d) Os animais, mostra Tomás de Aquino, estão providos de meios naturais de defesa. O homem, porém, não. É a razão que o auxilia a solucionar as suas deficiências. O homem necessita de outros para desenvolver-se normalmente. Ademais não possui êle instintos tão seguros como os animais, que **sabem** encontrar na natureza os meios hábeis para solução de seus males, como ervas medicinais, etc. O homem, não. Necessita de seus semelhantes, da ajuda mútua para conseguir os meios que lhe tornem a vida mais segura.

e) Sem o auxílio da revelação, não poderia o homem resolver seus problemas, e sem ela não alcançaria as formas mais complexas da vida e da organização social. Conseqüentemente, o fundador da vida social é a natureza humana e esta depende de Deus.

Para essa concepção, sobretudo a dos escolásticos modernos, a sociedade humana é uma forma evolutiva da sociedade familiar. Partindo do instinto de procriar, a primeira sociedade humana é formada pelo par, e daí a família. Seria essa a origem histórica natural da sociedade, e a natural-histórica seria dada pelo consentimento tácito das diversas famílias ao formarem os grupos sociais mais complexos.

A doutrina sociológica da Igreja parte do princípio postulativo primordial da existência de Deus, como ordenador das coisas cósmicas. A sociedade humana surge, portanto, da providência divina; isto é, o Ser Supremo providenciou a formação da sociedade, dispondo os factôres imprescindíveis para que tal se desse. Não é a sociedade humana um acontecimento fortuito, obra do acaso, mas de algo já planejado, ou melhor diríamos, algo que já encontra seus factôres dispostos na ordem natural das coisas.

A sociedade não é um estágio de evolução da matéria, não é um degrau da transformação da fôrça mecânica física, que ao passar para a fase biológica alcançasse a fase social, no homem.

O homem é uma criatura, um ser criado, que não consta apenas de um corpo, mas de um espírito. A perfeição do homem não é uma perfeição animal, perfeição da bêsta, mas da actuação do espírito. O espírito tem duas faculdades: a inteligência e a vontade livre. A primeira tende para a vontade, a segunda para o bem. Se o homem escolhe o mal, é porque se desvia de sua genuína natureza. Por isso a liberdade humana deve tender para o exercício da lei moral.

Opõe-se, assim, às diversas doutrinas que tornam o homem uma categoria animal, que se perfectibilizou, e a quem negam o livre-arbítrio.

Por ter uma alma, o destino do homem é ultra-terreno, pois essa alma não perece com o corpo. Apesar de ter conhecido uma queda, o homem pode erguer-se, pela restauração em Cristo, à ordem sobrenatural.

NATURISMO — a) Culto da natureza e método vegetariano para obter a mais directa comunhão com a natureza, em contrário dos métodos chamados **civilizados**, que são, pelos **naturistas**, considerados prejudiciais ao bem do homem. Em geral, os naturistas pregam o retôrno à **natureza** (vide).

b) Nome que se dá a uma doutrina da história, exposta por Max Müller, Kuhn e Steinthal, que postula que as crenças religiosas nada mais são que divinizações das fôrças da natureza, dos factos extraordinários do mundo, que sempre impressionaram o homem desde o início de sua vida, tais como os astros, o céu a noite, o dia, o fogo, a tempestade, os vulcões, etc.

Natürlich (al.) = **natural.**

Naturmenschen (al.) — Vide **Primitivo.**

Naturphilosophie (al.) = **filosofia da natureza.**

Naturtrieb (al.) — Vide **Espontaneidade.**

Naturvölker (al.) — Vide **Primitivos.**

NAUSEA — a) Sensação complexa de origem heterogênea e que revela um tom afectivo desagradável, acompanhado de perturbações gástricas, vômitos, etc.

b) Empregado na Filosofia moderna para indicar o estado de desagradabilidade e de nojo ante as coisas do mundo. Muito típico, nesse sentido, nas épocas de decadência moral ou intelectual.

NAVALHA DE OCKAM — Vide **Economia (Princípio de).**

Nazione (it.) = **nação.**

Néant (fr.) = **nada.**

NECESSARIO — Do lat. **nec** e **cedo,** ceder, portanto incedível, não cedível, surge o têrmo **necessário,** o carácter do que é **incedível.**

a) O que não só é verdadeiro, mas que também seria verdadeiro sob tôdas as circunstâncias. O contrário de **necessário** é **contingente.**

b) Kant define **necessário** como o que é **a priori** certo.

c) Schopenhauer diz que necessário é o carácter de inevitabilidade de uma conseqüência se o antecedente é dado.

d) Também se chama necessária a relação de um meio com respeito a um fim, ou de uma condição com respeito a um facto condicionado, se êsse fim não pode ser alcançado senão por êsse meio, ou se o facto condicionado não se pode produzir senão sob essa condição.

Necessário chama-se, também, o ser que, para existir, não depende de nenhuma outra coisa ou condição: o Deus de Descartes, a substância de Spinoza.

Um **adjunto necessário** é um predicado não-essencial, que pertence sempre, e sob tôdas as condições, a cada indivíduo da espécie, da qual é um adjunto necessário, e que, além disso, não pertence a nenhuma outra espécie. Um uso inexacto da palavra muitas vêzes confunde o **adjunto necessário** com a propriedade. Uma **causa necessária** é aquela que actua em virtude da sua própria natureza, inevitàvelmente, e sem liberdade.

NECESSIDADE — (Do latim **nec** e **cedo,** ceder, não ceder, não cedível). Carácter do que é **necessário** (vide). A **necessidade** chama-se absoluta ou categórica se ela subsiste sob tôdas as circunstâncias e se qualquer modificação no estado de coisas ao qual atribuímos o carácter de necessidade, implicaria uma contradição. A necessidade é **hipotética** se ela vale só sob certas circunstâncias, que podem ser dadas ou não. **Necessidade hipotética** há sempre para os meios exigidos para alcançar um certo fim, porque a necessidade só subsiste na hipótese de que êsse fim seja anelado. Dessa necessidade hipotética do fim se distingue a necessidade hipotética do **evento,**

que subsiste em virtude de um facto já consumado, quer se a realização da conseqüência, que é considerada necessária, já teve lugar, quer seja esperada no futuro.

Leibnitz distingue a necessidade em três tipos principais:

1) A **necessidade metafísica** (ou **lógica** ou **geométrica**): o que não pode ser de outra forma, que de facto é, sem implicar uma contradição; o que equivale à **necessidade absoluta.**

2) A **necessidade física** (ou natural), que reina na natureza, que bem podia ser diferente, mas que uma vez por tôdas foi escolhida e estabelecida por Deus, que criou êste mundo; é, portanto, uma espécie de **necessidade hipotética.**

3) A **necessidade moral,** que consiste no facto de que o homem, como um ser moral, e até Deus, só se podem decidir entre várias possibilidades de escolha, em virtude da concepção de uma dessas alternativas como a melhor, ou a mais conveniente.

O desenvolvimento do conceito de **necessidade** desde os pre-socráticos, cuja **anankê** parece uma cega fôrça cósmica; das definições lógicas da filosofia clássica até a sua aplicação na **psicologia moderna** (vide) (que opõe a necessidade à liberdade, dentro do próprio reino da liberdade da psique) revelam a constância dêsse conceito, que se impõe ao pensamento humano, e serve, incontestàvelmente, de pedra angular a cada filosofia, o que mostra, também, como é pouco maleável êsse conceito e impenetrável na sua própria natureza, que faz dêle um dos conceitos fundamentais e irreductíveis do ser e do pensamento.

(Segundo Kant, a **necessidade** é uma das categorias da modalidade).

NECESSIDADE (na Economia) — Quando nos falta alguma coisa que perturba, pela sua ausência, o equilíbrio orgânico, chamamos de necessidade a essa falta. Para saná-la, precisamos retirar do meio ambiente os elementos de que carecemos; portanto, êsses elementos são **necessários.** A falta dêles põe em perigo corporalmente o homem. A lista das necessidades humanas é imensa, e dificilmente poderíamos apresentá-la, porque além das corpóreas, há as **culturais,** e algumas com origem na fantasia, além das que se originam na realidade.

Há necessidades mais exigentes do que outras. Por outro lado, elas também **variam** de homem para homem, de classe para classe, de povo para povo e de época para época. É o homem **obrigado** a satisfazer as necessidades, e essa satisfação se torna tanto mais imperiosa quanto mais exigentes fôrem elas. As necessidades podem ser de **carácter existencial** e de **carácter cultural.**

Muitos chamam as primeiras de **essenciais,** e as segundas de **relativas.** As primeiras são aquelas de cuja satisfação depende a vida humana, como por exemplo: o aplacamento da fome, o vestuário nos climas frios. Se não fôrem aplacadas, porão em perigo a existência dos indivíduos. Por isso, empreende o homem todos

os esforços para aplacá-las, enfrentando os obstáculos que se lhe anteponham. As segundas são aquelas, cuja satisfação é exigida pela cultura ou pela civilização à qual pertençam. A não satisfação não põe a vida em perigo, mas a **desvaloriza** em face de certas camadas sociais, que delas não sofrem tão agudamente.

Subdividem muitos as necessidades culturais em **sociais,** quando reclamadas pela colectividade ou por ela impostas, e **singulares,** ou **pessoais,** quando representam gostos e inclinações do indivíduo. No primeiro caso, temos a necessidade de andar vestido; e no segundo, o de nos vestirmos mais apuradamente. As necessidades podem ser **presentes** e **futuras,** isto é, dadas imediatamente ou dar-se-ão no decorrer do tempo. Podem também ser **permanentes, periódicas** ou **esporádicas,** como também podem ser **universais,** quando comum a todos os homens, ou **particulares,** quando limitadas a um certo número de pessoas.

NECESSITARIEDADE — Carácter do que é **necessitário.**

NECESSITÁRIO — a) O que de certo modo revela **necessidade** (vide).

b) O necessitário é o ser relativamente necessário.

NECESSITARISMO — Teoria que afirma que tudo quanto há no universo obedece ao rigor de uma causação necessária, excluindo tôda indeterminação e tôda liberdade. Vide **Determinismo.**

Necessitas (lat.) = **necessidade.**

NECROMAGIA — Vide **Magia.**

Need (ing.) = **mister, necessidade.**

NEGAÇÃO — a) Acto de negar. Negar é recusar, é afirmar a exclusão de uma positividade. O espírito, quando nega, não realiza o negativo (nada), mas realiza uma afirmativa de excludência, de ausência de alguma coisa. A negação, pois, não nihilifica senão relativamente, e não absolutamente, o que não entenderam certos **nihilistas.**

b) Na Lógica, a negação é a recusa da predicação ao sujeito ou a uma proposição, etc.

c) Na Gramática, é o sinal que indica a acção negativa. Vide **Negativo.**

Négatif (fr.) = **negativo.**

Negation (ing.) = **negação.**

Négation (fr.) = **negação.**

Negativ (al.) = **negativo.**

Negative (ing.) = **negativo.**

NEGATIVISMO — a) Atitude que se caracteriza pela deliberada resistência a tudo quanto é **positivo,** vindo de qualquer parte.

b) O negativismo se revela na **filosofia da negação** em contraposição à **filosofia positiva** ou **da positividade,** que se caracteriza pela afirmação do ser, enquanto a primeira, pela negação da positividade, o que a coloca no **nihilismo** (vide).

NEGATIVO — a) O próprio conceito da negação surge sem dúvida na mente humana pela primeira vez no processo de formar

juízos, e representa uma função secundária do pensamento, que presupõe a existência de juízos positivos ou afirmativos. Veículo da negação é a partícula «não», ou os seus equivalentes. Dentro de uma proposição, que contém um juízo, a posição dessa partícula decide sôbre se se trata de uma proposição negativa ou de uma proposição afirmativa, que contém um têrmo negativo; a proposição «um peixe não é um mamífero» ilustra o primeiro caso e «um peixe é um não-mamífero», o segundo. Os têrmos negativos, geralmente são usados, em vez da partícula **não,** equivalente em forma de prefixos como **a-, in-,** etc. Tais têrmos às vêzes oferecem uma discrepância entre a forma gramatical e o sentido, como o têrmo **imortal, átomo, não-eu,** que são negativos na forma, mas positivos no significado. Outros têrmos negativos, além de serem a mera negação do respectivo conteúdo positivo, aceitaram, ainda, um sentido mais amplo e independente, como o adjectivo «incerto», que além de negar o carácter certo de um facto («**não-certo**»), tomou o sentido qualitativo de inconstante e variável, sendo variável um conceito puramente positivo.

b) Diferente do uso feito da palavra na Lógica é o sentido matemático: Chama-se negativa uma grandeza que é contada em sentido inverso de uma direcção originalmente dada.

c) Negativa, também, costuma-se chamar uma certa atitude psíquica, ou os seus resultados (críticas, etc.), que consiste em uma mera oposição a uma opinião dada, sem nada substituir em compensação.

Negatum (la.) = **coisa negada.** É a negação que não realiza uma negação pura e simples; ou seja, absoluta, mas apenas relativa. Assim, se A é uma espécie de B, que é gênero, não-A, enquanto espécie, refere-se, também, às outras espécies que, não sendo A, são, contudo, B; isto é, a tudo quanto sendo B não é A. Corresponde ao **indefinido** (vide).

Negazione (it.) = **negação.**

NEGO — Vide **Conceder.**

Neighbour (ing.) = **próximo.**

Neigung (al.) = **inclinação.**

NEO... — Prefixo que serve sempre para indicar o que é novo, o que é inovado. Assim, quando se fala em **neo-platônicos** não só indica a renovação de um movimento, como o **platônico,** mas a inclusão, também, de algumas inovações.

NEO-ESCOLÁSTICAS — Vide **Escolástica.**

NEO-KANTISMO — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

NEOLOGIA — a) Etimològicamente, é a introducção de têrmos novos, **neologismos,** nem sempre rigorosamente construídos, e até desnecessários.

b) Na Teologia, é dado êsse nome à introducção de idéias heréticas, através de uma nova doutrina. Assim os **teologistas** chamavam de **neologistas** aos **racionalistas.**

NEO-PITAGORISMO — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

NEO-PLATONISMO — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

NEO-REALISMO — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

NEO-TOMISMO — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

NESCIÊNCIA — (**Nescientia**, em lat. = **ignorância**). É o estado de ignorância professado, como acontece com o **agnóstico.** Vide **agnosticismo.**

Neti, neti (sânscrito) = **nem isso, nem aquilo.** Expressão usada no **Brhadaranyaka Upanishad,** ao responder sôbre os atributos da natureza de **Brahman,** que são indefiníveis.

Neuer (al.) = **moderno.**

Neuerung (al.) = **inovação.**

NEURONO — Vide Anatomia do Sistema Nervoso, em **Sistema Nervoso.**

NEUROSE — Transtôrno funcional do sistema nervoso, no qual não se observa nenhuma lesão. Alguns autores preferem o têrmo **psiconeurose** e outros **neuropsicose.**

Os psicanalistas atribuem a **neurose** a um conflito entre o **ego** e o **id.**

NEUROSPSICOSE — Vide **Neurose.**

NEUTRALISMO — Neutro é o que não adere a nenhuma das partes litigantes, adversas. **Neutralismo** é uma espécie de **monismo,** que declara que a natureza do **Ser** nem é **espírito,** nem **matéria,** mas que tanto a **matéria,** como o **espírito,** são manifestações ou aspectos dêsse **ser.** Spinoza pode-se colocar como um verdadeiro **neutralista,** nesse sentido.

NEVROSE — Vide **Neurose.**

Next (ing.) = **próximo.**

Nexus (lat.) = **nexo.**

Nicht-ich (al.) = **não-eu.**

Nichts (al.) = **nada.**

Niedriger (al.) = **inferior.**

Niente (it.) = **nada.**

NIGROMANCIA — Vida **Magia.**

NIGROMANTE — Vide **Magia.**

Nihil, nihilum (lat.) = **nada.**

Nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensu (lat.) = nada há no **intelecto** que não tenha primeiramente estado nos **sentidos.**

a) É uma máxima de Aristóteles, que se transformou na **máxima** de todos os **empiristas,** embora fôsse êle um **empirista-racionalista.**

b) Na Gnosiologia, o pensamento de Aristóteles é de que os sentidos são os meios de comunicação de nosso espírito com o meio exterior. Mas os sentidos nos dão o **phántasma** (fantasma) da coisa, confusamente (**confuse**), que o intelecto activo, posteriormente, realiza o acto de abstracção intelectual, que consiste na captação das formas, que estão confusamente no fantasma (que corresponde ao estímulo da linguagem moderna). Nosso intelecto realiza essa operação e apenas extrai o que já está contido. A forma, em nós, não é a que está na coisa, mas é **intencionadamente** construída por nós à semelhança proporcional que a inte-

lectualidade tem com a realidade das coisas. Êsse princípio empírico foi aceito por Tomás de Aquino. A êle já se opunha, com antecedência, Platão, a quem Aristóteles contraditou neste ponto. Santo Agostinho e modernamente Leibnitz seguem a linha platônica, que afirma que, no intelecto, há **mais.** Que a extracção, que o intelecto possa fazer dos factos exteriores, que é a abstracção das formas, é indubitável, mas o intelecto tem em si seus esquemas, suas formas, que já antecedem a experiência, sem as quais seria impossível qualquer assimilação, e a própria operação abstractiva exige algo que se dê prèviamente.

Dêste modo, para expressar êsse pensamento, Leibnitz acrescentou à máxima filosófica de Aristóteles estas palavras **nisi intellectu ipse,** ou seja, excepto o **que já esteja no intelecto,** o que é inato a êle. É fundada nessa concepção que Kant, posteriormente, vai afirmar a existência de formas **a priori.** Vide **apriorismo e Kant,** na **Sinopse da História da Filosofia.**

Nihil ex nihilo — É a máxima, que é o adágio fundamental da filosofia grega e da escolástica: «**Nada do nada**» ou «**do nada, nada**». O nada não é capaz de produzir alguma coisa, porque é nada. Se o nada tivesse antecedido ao alguma coisa, nada haveria. Como há alguma coisa, o nada não pode ter antecedido ao que há. E se alguma coisa começou a existir, ela foi antecedida, necessàriamente, por alguma coisa.

NIHILISMO — a) É a doutrina que admite que o nada, além de ser, ou de haver, é capaz de ser pensado. O argumento de Górgias, que defendia tal doutrina, era o seguinte. Se posso pensar em alguma coisa, é porque existe; ora, posso pensar no nada; logo, o nada existe. Êsse silogismo é uma verdadeira falácia, e vulgar, porque não se prova que tudo sôbre que podemos pensar existe, porque o pensamento só pode, de per si, afirmar a existência em quem pensa, não uma existência fora do pensamento. Ademais, pensar na ausência de tôdas as coisas, que é o modo de pensar sôbre o nada, que em si é impensável, não é ainda colocar o nada, nem «realizá-lo». Em «Filosofia Concreta», examinamos êsse pensamento dos **nihilistas** e outros argumentos oferecidos para reduzi-los às suas verdadeiras proporções.

b) Chama-se, ademais, de **nihilismo** tôda posição filosófica, doutrinária, ética, etc., que preconize uma valorização e até uma supervalorização dêsse conceito negativo de **nada,** e ainda empreenda sua actividade doutrinária ou social no que é destructivo, no que aniquila o que há, ou que pretende, em suma, destruir todos os **valôres,** para afirmar os **desvalôres.** Vide **Valor.**

Nietzsche foi o grande crítico do **nihilismo** e o classificou em **activo e passivo,** em **positivo** e **negativo,** o que permite inúmeras combinações. É **activo** o nihilismo que empreende uma acção destructiva. É êle **positivo,** quando pretende destruir algo para ser substituído por algo julgado melhor, como os revolucionários constructivistas. É **negativo,** quando consiste na não oposição

ao destructivo. É **passivo**, o **nihilismo** que aceita a destruição sem contribuir directamente para ela, sem opor obstáculos, por cumplicidade passiva. E essa cumplicidade será **positiva** ou **negativa**, na proporção em que ela colabore com a destruição para construir, ou com a destruição pura e simples.

A si mesmo, Nietzsche chamava-se de **nihilista activo positivo**, pois desejava derrocar a **escala de valôres** do mundo burguês de sua época, para substituí-la por outra escala mais nobre e mais digna para o homem.

Niil... e palavras derivadas, vide **nihil**... e derivadas.

NINFOMANIA — Vide **Satiriasis.**

NIRVANA (Sânscrito) = **apagar.** Simbolizava Buda o **nirvana** pela chama da vela que, apagada, não é mais chama, **nada de chama.** Dêsse modo, o **nirvana** era a extinção da individualidade, porque a chama, individualmente, não era mais. **Nirvana** é a ausência da consciência, que é dolorosa, a extinção da consciência na beatitude, liberada dos limites, no ilimitado. é a consecução do **summum bonum,** do supremo bem, a cessação de todo **sânsara** (vide). Contudo, sempre fêz questão de frisar Buda que jamais havia pregado o mero nada. Dizia êle que falsamente, baixamente e com maligna intenção, haviam seus adversários (como ainda o fazem hoje) afirmado que êle pregara o nada. O que na verdade pregara fôra a extinção da dor, do sofrimento, e esta só pode desaparecer quando desaparece o que limita, o que obstaculiza, e os limites são os obstáculos para a plenitude do ser. **Nirvana** é, assim, a negatividade de tudo o que limita, de tôda **crise.** (Vide **Crise**).

Nisus — É o princípio criador, muito usado pelos biólogos modernos, da evolução emergente. Vem do latim **nitor,** que significa apoiar-se, ter gana por..., anelar, como **nititur** é ser desejado. **Nisus** é, assim, a acção de apoiar, que tende para algo, que permite mudar de situação, é o esfôrço, o **conato.** (Vide **conação**).

Nitya-vada (Sânscrito) — Teoria **(vada)** vedântica, que afirma que a realidade é eterna **(nitya)**, e o ser **mutacional** é irreal.

NÍVEL — a) Campo geral ou fundo, no qual surge uma qualidade.

b) Nome que em geral se dá aos graus ou a todos estágios gradativos na Psicologia. Daí falar-se no **nível mental,** nível profissional, etc.

NOÇÃO — **Notio** usavam os escolásticos no sentido de **nota** (vide), carácter aplicado, sobretudo, aos conceitos, e significava simplesmente a apreensão intelectual de uma coisa. Kant, posteriormente, o restringe para referir-se apenas ao entendimento. Hegel afirma que o têrmo tem uma referência dual. De um lado, refere-se à essência da natureza do objecto de pensamento; por outro lado, refere-se ao pensamento verdadeiro da essência ou natureza; ou seja, que o esquema que a nota apresenta em nós é adequado ao que se dá na coisa, **in re.** Na **dialéctica** hegeliana, a noção constitui parte im-

portante, pois ela realiza uma síntese entre o **ser** e a **essência** sob a forma de **idéia.**

Noesis — (Do gr., **conhecimento**). É a acção de conhecer ou operação exclusivamente do intelecto. É o exercício do **Nous,** espírito, razão; é a actividade da apreensão intelectual e do pensamento intuitivo. **Noema** é o conteúdo dessa actividade, e **noético** é o adjectivo, que significa tudo quanto diz respeito a **noesis.**

Para Husserl, **noesis** é a actividade da consciência, que é intrìnsecamente intencional, e que tende para um objecto, pois quando se pensa, pensa-se em alguma coisa. É a **noesis** que anima a corrente da consciência, que é, intrìnsecamente, hilética (de **hylê,** matéria) e não intencional. Na **noesis,** há a intencionalidade. É assim uma instância do **ego cogitans,** do eu que pensa, cogita. **Noema** é o sentido objectivo da **noesis,** e **noético** é tudo o que pertence à **noesis.**

Noema — Vide **noesis.**

NOÉTICO — Vide **Noesis.**

Noi (it.) = **nós.**

NOLIÇÃO — Contrário de **volição** (vide). Indica o estado negativo da **vontade** (vide).

NOLONTADE — Do negativo **non** e **voluntas,** vontade, têrmo criado para dizer **Nolição** (vide).

Nolonté (fr.) = **não-vontade, nolontade.**

NOMADISMO — Propensão a vagar de um sítio para outro, o que revela em alguns casos uma origem mórbida.

O têrmo é usado na Psicologia, na Psiquiatria e, também, nas ciências sociais.

Nombre (fr.) = **número.**

NOME — Aristóteles definia no «**Organon**» **nome** como a voz significativa para falar, sem tempo, que nada significa tomada separadamente, ao contrário de **verbo,** que é a voz significativa para falar, com tempo.

Nomen (lat.) = **nome.**

NOMINAL — O que se refere ao nome apenas, às palavras, aos têrmos meramente verbais. Definição nominal é a que apenas define, etimològicamente, a palavra. Vide **nominalismo.**

NOMINALISMO — Vide **Polêmica dos Universais.**

NOMOLOGIA — Vide **Teoremático.**

NOMOTÉTICAS — Refere-se ao estudo e princípios das leis gerais. **Nomotéticas** são as disciplinas que se dedicam ao estudo das leis **(nomoi).**

Non-being (ing.) = **não-ser.**

Non causa pro causa (ou **falsa causa**) — É a falácia que consiste em tratar como causa o que realmente não o é, o que é verificado pela **reducção ao absurdo.**

Non compos mentis — (Que a mente não está em ordem, não está sã). Diz-se, jurìdicamente, do indivíduo que é reconhecido como incapaz para manejar seus bens, ou dêles dispor, devido à deficiência mental.

Non-ego (ing.) = **não-eu.**

Non-essere (it.) = **não-ser, nada.**

Non-io (it.) = **não-eu.**

Non-moi (fr.) = **não-eu.**

Nonsensical (ing.) = **absurdo.**

Non sequitur — (Do lat. = não se segue). Usado para indicar a conclusão que parece seguir-se, conseqüentemente, das premissas, mas que, na realidade, não é a concludência lógica devida.

NOOLOGIA — O têrmo **noologia** tem sua origem na palavra **Nous**, que, em grego, significa **espírito.** O têrmo **noológico** tem sido empregado, modernamente, na Filosofia, para tudo quanto concerne ao **espírito.**

A **Noologia** é, em suas linhas gerais, a ciência do espírito (a **Geisteslehre** dos alemães), e corresponde à Psicologia Metafísica dos escolásticos, pois não é apenas uma descrição do funcionar do psiquismo humano, mas uma especulação em tôrno de temas transcendentais, metafísicos, como a origem e o fim da alma humana, prova ou não de sua existência.

Não só examina o funcionar psicológico racional, como também as suas raízes intuicionais e afectivas, e penetra no âmbito da problemática gnosiológico-crítica, que pertence, especificamente, ao campo da Teoria do Conhecimento ou Gnosiologia.

À **psychologia rationalis** dos escolásticos seguiu-se a grande contribuição crítica da psicologia de nossos dias, o que convém consignar, cujo ímpeto é devido, em grande parte, às críticas elaboradas por Kant e às análises em profundidade procedidas por psicólogos modernos.

A Noologia não se cinge apenas ao estudo do funcionar noético, mas também investiga as suas raízes, origens e fins, incorporando dêste modo tôda a imensa contribuição do especular escolástico sôbre o tema da alma. Por outro lado, não pode deixar de examinar as teorias propostas para explicar o advento do homem, embora tais temas sejam, pròpriamente, das disciplinas antropológicas. Também não pode desinteressar-se dos fins a que tendem, e a discussão em tôrno dêste ponto se impõe cada vez mais.

A Noologia é uma ciência e o seu objecto material é o facto psíquico. O objecto formal é êsse facto examinado especificamente no campo antropológico, no campo da **rationalitas** dos escolásticos, no campo da **noesis** humana, com os seus conteúdos noemáticos, cuja diferença específica, que os distingue dos factos psíquicos animais, será oportunamente justificada.

NOOLOGIA (ciências) — Chamava Ampère de **ciências noológicas.** as ciências que concernem ao espírito, em oposição às **ciências cosmológicas.** São, por exemplo, a Glossologia. a Literatura, a Pedagogia, a História.

O têrmo **noológico,** que indica tudo quanto se refere à noologia. ou melhor ao espírito humano, está sendo actualmente usada em sentidos vários. mas sempre dentro dêsse âmbito: ou seja. a tudo quanto se refere ao espírito.

NOOLÓGICO — Vide **Noologia.**

Norm (al.) = **norma.**

Norma (lat.) = **norma.**

NORMA — Tipo concreto ou fórmula abstracta do que deve ser, em tôda extensão do campo dos juízos valorativos. Como tal, pode ser um ideal, um modêlo, uma regra, em fim etc.

NORMAL — O que é conforme à **norma** (do lat. **norma,** esquadria formada por duas peças perpendiculares). — «Anormal» não deve ser confundido com «anomal» (**a** privativo e nomos, lei), apesar de uma parcial congruência do sentido.

Normal, portanto, no sentido próprio, podemos chamar tudo o que é conforme à sua própria idéia do bem, ficando, assim, «normal» sinônimo de bom, justo e direito.

Como a **norma** não é sempre uma regra abstracta, «normal» também pode significar a conformidade de um indivíduo, com a idéia da sua espécie, que representa para êle a norma e o ideal ao qual aspira, não obstante tratar-se, aqui, de uma norma, que só empìricamente pode ser conhecida, cujo valor **a priori** só é presumptivo.

Daí, lògicamente, deduz-se o vasto emprêgo que se faz do têrmo «normal» na língua médica e, geralmente, na descripção de fenômenos patológicos. Contudo, aqui se acha a raiz de um uso muito impróprio e superficial da palavra, que não deixa de ser empregada por autores sérios e que, particularmente, se afasta da acepção filosófica do têrmo. Pois «normal», agora, se considera tudo o que é observado com uma mais ou menos pronunciada regularidade, originalmente partindo da representação ingênua, para, em vista dessa regularidade, poder-se estabelecer um rasgo específico, mas ùltimamente até sem essa justificativa. De maneira que um facto, encontrado com freqüência, já por isso é chamado normal, ainda que seja patológico ou, por qualquer outra razão, perfeitamente anormal. Assim se fala de um certo número «normal» de suicídios, ou se diz «normal», que, para aumentar a producção, os industriais tratam, por todos os meios, de incrementar o consumo.

Entre êsses extremos de normal = justo e normal = habitual ou costumário, ainda há uma série de acepções semantològicamente intermediárias. Com aplicação à Sociologia, Durkheim, estabelece o seguinte: «Um facto social é normal para um determinado tipo social, considerado sob uma fase determinada de seu desenvolvimento, quando êle se produz na média das sociedades dessa espécie, consideradas em fase análoga de evolução». Aqui se mostra o valor **a priori** do **normal,** justificado como tal, pelo carácter específico, que se tornou tão fraco, que é preciso recorrer a um valor emprestado da «média» para poder proclamar um facto como normal.

Também a média, em sua acepção puramente quantitativa, pode motivar a atribuição do carácter normal de alguma coisa. Neste sentido, fala-se, p. ex.: da «temperatura normal», que é a média da temperatura, observada a uma

mesma data durante muitos anos de experiência. Também na vida econômica fala-se da «acção normal» de um certo grupo industrial, o que significa a acção ou o procedimento, que se deve esperar dêsse grupo sob determinadas condições.

NORMALIDADE — Vide **Anormalidade.**

NORMATIVO — O que produz, oferece, ou impõe normas. É êste o sentido que mais corresponde à forma gramatical da palavra. Mas êsse adjectivo faz parte de certas expressões, nas quais assume um sentido diferente: assim «ciências normativas» são aquelas ciências que tratam das normas, quer dizer, cujo objecto são juízos valorativos a serem criticados pelas respectivas ciências. «Uma ciência normativa não fornece normas absolutas, ela só explica normas e as relações vigorantes entre elas» (Simmel). Essas ciências normativas são a Lógica, a Ética e a Estética, conforme se trata das normas, oferecidas pela idéia da verdade, pela idéia do bem ou pela idéia da beleza.

O conceito de **normativo** é um conceito abstracto e formalmente limitado, enquanto considerar o ideal sob o aspecto da sua aplicabilidade, abstraindo, porém, da sua obrigatoriedade. «Normativo» não se confunde, com «imperativo».

NOSOGÊNESE — a) Estudo da origem das **neuroses,** segundo a influência da componência ambiental.

b) É, também, a sua classificação.

NOTA — É tudo quanto é do carácter de um sujeito. A **compreensão** de um conceito é o conjunto das **notas** do referido conceito. Assim, no conceito de homem, **racionalidade** e **animalidade** são notas que o compõem.

Nothing (ing.) = **nada.**

NOTÍCIA — (do lat. **notitia**). É a simples apreensão da mente, o têrmo mental (**terminus mentalis**). Divide-se em **intuitiva** (sensível) e **abstractiva** (intelectual). A notícia intuitiva é a notícia da coisa presente; a abstractiva, a da coisa ausente, embora intelectivamente captada da intuição sensível. Vide **Nota.**

Notio (lat.) = **noção.**

Notion (fr. e ing.) = **noção.**

Notitia (lat.) = **notícia** (vide).

Notwendig (al.) = **necessário.**

Notwendigkeit (al.) = **necessidade.**

Noumène (fr.) = **númeno.**

NOUMENON — Vide **Númeno.**

Nous (fr.) = **nós.**

NOUS — Gr. espírito. — Vide **Alma.**

Em grego significa «razão», «pensamento», porém, em um sentido primàriamente objectivo, universal ou cosmológico, sem a limitação individual e psíquica, que é usual em nosso pensamento moderno.

Anaxágoras foi o primeiro que deu ao têrmo, dentro do seu sistema filosófico, um sentido bem definido. O **Nous** é aqui o prin-

cípio de ordem, que se impõe aos elementos inertes, e ainda que não fôsse concebido de maneira imaterial, mas apenas como mais fino e sutil em comparação aos elementos, lhe foi atribuído maior actividade, dando origem ao movimento no mundo, mas também introduzindo nêle unidade e sistema. Importância particular assume o **Nous**, segundo Anaxágoras, na organização do céu estrelado, e em todos aquêles fenômenos da natureza, que não podiam ser interpretadas, na época, por leis mecânicas. Diógenes de Apolônia identificou o **Nous** com o **ar**, que, segundo êle, actua, também, nos corpos orgânicos. Platão atribuiu pela primeira vez ao **Nous**, expressamente, uma significação teleológica, fazendo dêle o princípio racional de todos os processos da natureza, cujo carácter racional foi bastante bem compreendido para atribuir-lhe rigorosa imaterialidade. Dando finalidade às coisas do mundo, **Nous** é o Bem soberano, fonte de todos os outros fins parciais. Como tal é, também, o último princípio de tôdas as idéias, porque estas encarnam finalidades. Além do sentido cosmológico de Anaxágoras, o **Nous** ganhou em Platão um aspecto também lógico e ético. Ademais, em confusão característica dos elementos subjectivos e objectivos no processo cognoscitivo, o **Nous** representa, simultâneamente, a forma mais elevada de intuição mental, a apreensão imediata e absolutamente certa das coisas racionais. O **Nous**, por isto, é distinguido do pensamento discursivo, que se desenvolve tendo aquêle por fundamento. Aristóteles reúne o conceito anaxagórico do primeiro motor com o platônico do supremo fim, e confirma a imaterialidade do **Nous**, mais do que qualquer outro, pela definição que dá dêle como **noesis noeseôs** (o pensamento do pensamento), e identifica-o pela atribuição de transcedência, relativamente ao mundo, pràticamente com Deus. O **Nous**, que actua no homem, é separável do corpo imortal e manifesta-se de duas maneiras diferentes, como **nous poietikôs** (**Nous** activo), que liga o homem à Divindade pela contemplação (**Theoria**) e o **nous pathetikôs** que é o **Nous** passivo que abrange os pensamentos fundados sôbre a percepção sensitiva, a memória ou em geral mediado por qualquer órgão corpóreo. Nos tempos que se seguiram a Aristóteles, a concepção da imaterialidade do **Nous** foi parcialmente abandonada até que os **Neo-platônicos** a renovaram em todo o rigor. Segundo êles, no absoluto, podem ser distintos dois aspectos: o **Nous** e o **ser**. O **ser** representa, então, o lado ontológico e cosmológico, ao passo que o **Nous** é a razão universalmente válida, mas capaz de aceitar pluralidade e subjectividade, aproximando-se, destarte, até certo grau, da concepção moderna da «razão».

NOVIDADE (problema da) — Problema que surgiu recentemente, mas que é muito antigo, e que consiste em saber como a conclusão de um silogismo pode conter uma verdade realmente nova, se ela decorre, necessàriamente, das premissas e, portanto, deve estar contida nelas. A negação dêsse carácter de **novidade** afectava, sèriamente, as **ciências deductivas**, que pareciam, então, reduzidas a meras tautologias.

Nozione (it.) = **noção.**

Nulla (it.) = **nada.**

Number (ing.) = **número.**

NÚMENO — Têrmo derivado do grego **nous,** que se encontra algumas vêzes em Platão (**noumenon**) e foi transcrito por Kant como **Noumenon,** e dotado por êle de um sentido especial, que guarda relação com o verbo pensar, mas de facto, aparece mais equivalente a **pensado,** como oposto a **percebido pelos sentidos.** Visto que todo o conhecimento humano se baseia em percepções intuitivas dos sentidos, que fornecem os **fenômenos,** sobre os quais opera, posteriormente, a razão, Kant presume o caso imaginário de uma intuição racional directa, que, segundo êle, captaria o «**noumenon**», quer dizer, o objecto intelegível, que, livre das ilusões sensoriais, seria a «**coisa em si**», ou realidade absoluta.

«Se admito coisas que fôssem sòmente objectos do entendimento **racional,** e, não obstante, se oferecessem a uma intuição, se bem que não à intuição sensível, chamaria tais coisas «**noumena**» **(inteligibilia).**» (Crítica da Razão pura).

O conceito do número, pois, não é o conceito de um objecto dado, mas é um conceito só negativamente delineado, que se impõe em virtude da limitação em que estamos banidos por nossa sensibilidade, e que contém o problema como pergunta aberta, se há tais objectos livres da intuição sensível.

Se, pois, presumimos uma intuição racional, que porém não é a nossa, e da qual nem podemos afirmar a sua possibilidade, logo exigimos, também, um objecto para essa espécie de intuição, e isto seria o **noumenon,** tomado em um sentido positivo.

Para a razão teorética o **noumenon** é uma mera possibilidade, mas a razão prática é que nos garante a realidade da coisa em si, de uma maneira indirecta, sem, contudo, proporcionar-nos a intuição do **numeno.** A razão prática, que governa a vida moral, fundase, necessàriamente, na idéia da liberdade, que é o preâmbulo de cada moralidade. Ora, os sujeitos morais, como fenômenos, quer dizer, considerados como existentes, dentro do espaço e do tempo e, portanto, sujeitos à sensibilidade, e dados só em uma apreensão sensível, seguem, inevitàvelmente, as leis da causalidade e da necesidade reinante na natureza, de maneira que a liberdade não pode ser atribuída ao fenômeno, mas só ao **número** postulativamente. Por isso Kant chama o sujeito da moralidade o «**homo noumenon**». Só o «**homo noumenon**» é capaz de exercer uma própria causalidade em virtude de sua liberdade, visto que o homem, como fenômeno, não pode sair do entrelaçamento das sucessões necessárias.

Enquanto Kant toma o conceito de **número** primàriamente em seu sentido epistemológico, os seus sucessores inclinaram-se a concebê-lo, mas e mais, como uma grandeza ontológica.

Numerabile (it.) = **numerável.**

NUMERÁVEL — O que pode ser contado ou representado por números inteiros.

NÚMERO — A palavra **número** vem de **numerus** (em latim), que, por sua vez, vem de **nomos**, lei, norma (em grego). Corresponde-lhe, no grego, a palavra **arithmós**. Esta vem do têrmo **rythmós**, do radical **rhe**, de onde **rheô**, do verbo **rhein**, que significa fluir. Há, portanto, um parentesco entre número e **ritmo**. a) Para os pitagóricos, há uma analogia, em cujo **logos** ambos se identificam. O fluxo da criação implica o número. «Ritmo é a periodicidade percebida. Trata-se da medida em que tal periodicidade deforma em nós o fluxo habitual do tempo. Assim, todo fenômeno periódico, perceptível aos nossos sentidos, destaca-se do conjunto dos fenômenos irregulares... para actuar só sôbre nossos sentidos e impressioná-los de maneira totalmente desproporcionada à riqueza de cada elemento actuante», escreve Pius Serviano, pitagórico, e Matila C. Ghyka sintetiza com estas palavras: «ritmo é a experiência do fluxo ordenado de um movimento».

Dêste modo, o ritmo está para o tempo, assim como a simetria está para o espaço, salienta Warrain.

A harmonia espacial (extensista) é simétrica; a harmonia temporal (intensista) é o ritmo.

Dizia Pitágoras, o que é confirmado por todos os pitagóricos posteriores, que o **arithmós** era **«posótetos Khyma ex monadou synkeiménon»**, ou seja **a série móvel que jorra (que flui) da Mônada.**

Arithmós é, assim, algo das coisas móveis, das coisas que conhecem mutações de quaisquer espécies; isto é, daquelas que sofrem as mutações. Há **arithmós** (número), onde há geração e corrupção, onde há aumento e diminuição, onde há alteração, onde há movimento (transladação). Tôdas as coisas finitas, portanto, que constituem a série das coisas criadas, são números, têm números.

Todo ser finito caracteriza-se pela composição, pois o único ser absolutamente simples, de simplicidade absoluta, é o Ser Supremo. O Um (**Hen Prote** = um primeiro) não é número, como não o é o **Hen-Dyas aóristos** (o um-díáda-indeterminada), pois êste, sendo **gerado** por aquêle (e note-se gerado e não criado), é ainda aquêle em sua processão **ad extra**. A geração do **Hen-Dyas** dá-se através de uma processão **ad-intra**, ainda no Ser Supremo. O **Hen-Dyas** (Um-múltiplo) de Platão é o Um em sua actividade criadora, que cria a díada indeterminada (a determinação, que é o acto formativo de Aristóteles, e a determinabilidade, que é a potência-materiável). O número vai surgir na oposição entre determinação e determinabilidade, pois é a **série móvel que flui da Mônada**, o producto das relações entre os opostos na substância universal.

b) No sentido aristotélico e no escolástico, é a multidão medida por um. Por isso implica o «numeroso», como o expunham os pitagóricos. O número é multiplicável **in infinitum**. Todo número, e tudo quanto tem número, é numerável. Não admite Ar. o número infinito em acto, mas apenas em potência, pois a um número sempre se pode adicionar

Calvino

Teofrastro Paracelsus

Barricadas nas ruas de Paris em 1830, em luta pela liberdade.

outro. O número é considerado dùplicemente: número numerado e número numerante.

Número numerado **(numerus numeratus)** é o que é numerado em acto, ou numerável em acto.

Número numerante **(numerans)** é o pelo qual numeramos, ou o número tomado absolutamente.

c) Sintetizando o pensamento pitagórico e o aristotélico, número (arithmós), é o **esquema da participação,** pois tudo quanto tem número é finito e tudo quanto é finito é um ser participante. Vide **Participação.**

NUMEROLOGIA — Ciência que pretende estudar os caracteres humanos pelo valor dos números de cada letra do nome, ou de outras palavras, dando um significado oculto aos mesmos. Forma moderna da **esciosofia,** que se atribui a Pitágoras.

NUMINOSO — Numen, em latim, vem do verbo **nuo,** que significa fazer um sinal com a cabeça. Com o tempo, significou **numen** o acto de afirmação da divindade, dos deuses, para, finalmente, significar a própria divindade. Em suma, o têrmo, em seu **logos,** significa a afirmação divina, a positividade divina. Nesse sentido, Rudolf Otto cunhou a palavra **numinoso,** o que está cheio de positividade divina para referir-se ao estado de alma religioso, ao sentimento de mistério e de terror, ante o que parece estar impregnado dessa positividade divina, o que parece numinoso, o **mysterium tremendum,** que surge em tudo quanto é belo, imenso, sublime, imensamento bom. Para Rudolf Otto, o **numinoso** é uma verdadeira categoria, e a base da cognição do homem sôbre os deuses, pois as coisas sublimes lhe revelavam algo de misterioso, que se ocultava, de superior e sagrado, que era a positividade da divindade. A religião, assim, parte da reverência e da homenagem, que o homem presta ao mistério do **numinoso.**

Nunc (lat.) = **Agora,** vide.

Nützlich (al.) = **útil.**

Nützlichkeit (al.) = **— utilidade.**

Nyaya — Um dos grandes sistemas da **Filosofia Hindu.** Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

O

O — Na Lógica, sinal da proposição particular negativa.

Ob — Prefixo, que, junto à palavra, significa, geralmente, **oposição,** exs. obtemperar, **ob** — pôr, opor, **ob jectum,** objecto.

Obbiettivismo (it.) = **objectivismo.**

Obbiettività (it.) = **objectividade.**

Obbietto (it.) = **objecto.**

Obbiezione (it.) = **objecção.**

Obbligazione (it.) = **obrigação.**

OBEDIÊNCIA — Conducta social, que se caracteriza pela conformidade de parte de um indivíduo com as normas, regras, órdens e leis estabelecidas por aquêles que, hieràrquicamente, lhe são superiores sob algum aspecto. É, assim, o têrmo empregado sempre onde há conformidade da acção de alguém com as normas, vindas de algo que lhe é de certo modo superior.

Há, portanto, obediência, social, filial, política, moral, ética, etc.

Obiectum (lat.) = **objecto.**

OBJECÇÃO — a) É a acção ou o efeito de objectar, de contrapor um argumento a outro, de opor uma razão contraditória, uma prova a outra.

b) Nome que se dá em geral ao argumento que tende a provar a falsidade ou a insuficiência de um postulado ou tese prèviamente dados.

OBJECTIVAÇÃO — a) A sensação adquire o carácter de uma realidade oposta ao sujeito, sòmente no momento em que se torna **percepção** (vide). Êsse acto chama-se **objectivação,** ou seja: tornar-se algo objecto de...

b) Nas **alucinações,** quando o sujeito toma como objectos reais o que é puramente alucinatório.

c) Para Schopenhauer, a **objectivação** é a manifestação da coisa em si, a Vontade, sob a forma de fenômenos.

OBJECTIVAMENTE — Vide **Formalmente.**

OBJECTIVIDADE — a) Carácter do que é objectivo.

b) Diz-se, também, da atitude mental em considerar os factos em sua realidade, e não através

das deformações que as perspectivas esquemáticas do homem pode oferecer.

OBJECTIVISMO — a) É tomar como objectivo o que outros possam tomar de outro modo.

b) Significa: realismo.

c) Idealismo objectivo.

d) Tôda posição que afirma que as idéias possuem uma validez objectiva. Contrapõe-se a essa tese o **psicologismo**, o **solipsismo**, etc.

OBJECTIVO — a) O que possui o carácter de objecto real, existente **extramentis, extramentalmente**, em contraposição a **subjectivo** (no sentido psicológico), que existe apenas na mente.

b) Duns Scot considerava **objectivo**, ao inverso, o que só existe como objecto de um sujeito; isto é, como existindo na subjectividade, independentemente de existência exterior, o que só existe como objecto de um sujeito.

c) Diz-se, também, dos que vêem os factos objectivamente (tipos objectivos).

d) Emprega-se o têrmo como sinônimo de meta: o objectivo daquela emprêsa.

OBJECTO — Do lat. **ob** e **jectum**, do verbo **jectare**, atirar. Etimològicamente, o que se coloca ante, **ob**, o que se **jecta ob** ao **sujeito**).

a) É o que é pensado ou representado, que é distinto do acto de pensar ou de representar. Vide **sujeito**.

b) A meta, para a qual se tende. Neste sentido, é sinônimo de **objectivo** (vide).

c) O que está **extra-mentis**, o que tem existência fora da mente de quem pensa.

Os escolásticos faziam a distinção entre **objecto material** e **objecto formal**. O primeiro é o que existe em si mesmo com tôdas as suas **notas** (que são as propriedades cognoscíveis e que se manifestam); o segundo é o captado pelo complexo das notas em sua representação na mente.

Objekt (al.) = **objecto.**

Objektivation (al.) = **objectivação.**

Objektivismus (al.) = **objectivismo.**

Objektivität (al.) = **objectividade.**

OBJETO — e palavras derivadas, vide **Objecto.**

Obligation (fr., ing.) = **obrigação.**

OBREPÇÃO — (Do lat. **obreptio**, de **obrepere**, esgueirar-se furtivamente, surpreender). É o meio empregado para, furtivamente, obter alguma coisa. Diz-se, em geral, **subreptìciamente.**

É o nome que se dá, também, à **petitio principii**, à **petição de princípio** (vide).

OBREPTÍCIO — O que é obtido por surpreza ou por dissimulação. É o adjectivo de **Obrepção.** (vide).

OBSCURANTISMO — a) Tôda a posição, atitude, doutrina,

que se opõe à difusão do conhecimento ou das novas idéias científicas, da divulgação dos novos problemas e das novas soluções, toma o nome de **obscurantista.**

Obscurantismo é, pois, êsse proceder.

b) Em geral, foi usado para, pejorativamente, indicar os que combatiam a **Aufklärung** (vide).

OBSCURO — Opõe-se a **Claro, distinto** (vide). Uma idéia, um pensamento, uma passagem, são obscuras quando não revelam desde logo, o seu conteúdo. Contudo, o **obscuro** tem graus, e é relativo ao cognoscente. A obscuridade pode ser deficiência de quem expõe, mas também de quem não é capaz de assimilar.

Há, contudo, obscuridades para todos os homens, e há aquelas apenas para os menos inteligentes. Conceito vago, sua definição torna-se, também, imprecisa, obscura.

OBSERVAÇÃO — a) Observar vem de **ob** e **servo. Servo** é pôr atenção a, e, neste caso, observar é pôr atenção contra, é fixá-la em algo.

Na observação, constatam-se os factos. E distingue-se, para Zimmermann, da **experiência,** porque, nesta, há uma intervenção activa de observação, enquanto, naquela, há apenas expectativa, constituída pela fixação da atenção sôbre alguma coisa.

b) Para Claude Bernard a experiência é uma observação provocada com o fim de controlá-la (vide **contrôle**).

OBSERVAÇÃO INTERNA — Vide **Introspecção.**

Observatio (lat.) = **observação.**

Observation (fr., ing.) = **observação.**

OBSESSÃO — Vide **Memória.**

Obsession (fr., ing.) = **obsessão.**

OBSTÁCULO — É tudo o que se opõe a alguma coisa, o que impede, o que faz parar, o que se antagoniza activamente. É a dificuldade, o embaraço, a resistência.

Nesse sentido, é sempre usado na Filosofia e na linguagem popular. E nesta, sobretudo, o **demônio** é o obstaculizador. O mal é sempre, de certo modo, um obstáculo, um impedimento, um embaraço, uma dificuldade, uma quebra na continuidade, um abismo.

OBVERSÃO — Operação lógica, que consiste em substituir o predicado por seu contraditório, e em mudar, correlativamente, a qualidade da proposição. Vide **contraposição,** espécie de **obversão.**

ÓBVIO — (Do lat. **obvius,** o que está no caminho, o que se oferece por si mesmo). Diz-se, na Filosofia, para o que é evidente de per si, o que se oferece, espontaneamente, ao espírito, o que parece ser absolutamente certo.

OCAMISMO — Nome que se dá ao conjunto das idéias de William Ockam e de seus seguidores. Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

OCASIÃO — a) Situação específica em um momento tam-

bém específico. Usa-se com o sentido de ocasional, do que não é freqüente.

b) Emprega-se, também, para significar a circunstância, que provoca ou permite a uma causa realizar um efeito. Ex.: «A ocasião revela o ladrão».

Sinônimo de **causa ocasional** (vide **Causa**).

OCASIONAL — É o qualitativo da ocasião ou do que se refere à ocasião.

OCASIONALISMO — Teoria pela qual não há interacção entre o espírito e o corpo, mas, sim, que as modificações corpóreas são determinadas a se processarem do modo que correspondam às modificações psicológicas. Para essa teoria, tal determinação é voluntária da divindade, que faz com que os processos físicos ocorram, correspondentemente aos processos psíquicos. Doutrina defendida pelo francês Malebranche.

Occasio (lat.) = **ocasião.**

OCLOCRACIA — Vide **Fases Críticas na História.**

OCORRÊNCIA — (Do lat.) **occurere,** de ocorrer contra, acontecer). É o encontro. É o facto sucedido, o evento. Tudo quanto sucede no tempo e no espaço é uma **ocorrência.** Assim se tem empregado o têrmo. Contudo, preferíamos aconselhá-lo para indicar o que acontece ao encontro de alguma coisa, o que sucede em relação a outro, **casualmente,** e não **causalmente,** indicando o que traz a marca da mais ampla contingência. Ocorre que... indica um evento que não pertence à ordem das coisas referidas,mas que veio ao **encontro** delas, e deve ser, portanto, considerado.

OCULTISMO — Teoria pela qual o domínio e o conhecimento da natureza são obtidos por processos mágicos, misteriosos e graças ao conhecimento de **ciências ocultas,** tais como a alquimia, a astrologia, etc.

OCULTO — a) É o que está escondido, o que é secreto.

b) O que não tem uma causa ou uma razão conhecida.

c) Diz-se, também, das fôrças materiais ou espirituais desconhecidas ao comum dos homens. **Ciências ocultas** vide **Ocultismo.**

ÓDIO — É o sentido contraposto ao **amor.** O **ódio** é aversão, tende a separar. Se o **ódio** é a inversão do amor, há, contudo, uma diferença importante: é que, normalmente, enquanto o que ama deseja ser amado pela pessoa amada, o que odeia não deseja, normalmente, ser odiado pela pessoa odiada.

ODOR — Um dos cinco sentidos, cujas sensações são chamadas de **olfativas.** O mesmo que **olfato.**

OFELIMIDADE — (Do gr. **ophelimós,** que significa utilidade) Têrmo criado por Wilfredo Pareto, na Economia, como equivalente de utilidade ou de capacidade de prover satisfação. Mas o conceito de **Ofelimidade** não implica um valor objectivo, mas apenas o que decorre da relação entre o bem e o consumidor dêste.

Offenbarung (al.) = vide **visão.**

Oggetto (it.) = vide **objecto.**

OLFATO — O mesmo que **odor** (vide).

OLIGARQUIA — Vide **Oligocracia** em **Fases Cráticas na História.**

OLIGOCRACIA — Vide **Fases Cráticas na História.**

OMNISCIÊNCIA ou **ONISCIÊNCIA.** Vide **Deus.**

OMNIPOTÊNCIA ou **OMNIPRESENÇA.** Vide **Deus.**

OMNITUDE — Neologismo empregado para significar o carácter de ser tudo como totalidade. Corresponde ao **das All**, usado por Kant e o **Pan** dos gregos.

Omogeneo (it.) = **homogêneo.**

Omologo (it.) = **homólogo.**

One (ing.) = **um.**

Oneirical (ing.) = **onírico.**

Oneness (ing.) = **único.**

ONI... e palavras formadas, vide **omni...** Assim **Onipotência,** vide **Omnipotência; Onisapiência** vide **Omnisapiência,** etc.

ONICIÊNCIA ou **OMNISCIÊNCIA.** Vide **Deus.**

ONÍRICO — ONIROLOGIA é a ciência que estuda os sonhos. Também a que busca advinhar através da simbólica dos sonhos. e como tal, chamam-na, também, oniromancia. **Onírico** é tudo o que pertence ao sonho.

ONTAL — Vide **Ontologia** (conceito de).

ONTICIDADE — Carácter do que é ôntico — Vide **Ontologia** (conceito de).

ÔNTICO — Vide **Ontologia** (conceito de).

ONTOGÊNESE — Origem e desenvolvimento do indivíduo. Contrário é **filogênese** (vide). A **ontogenia** estuda, também, o desenvolvimento individual.

ONTOGENIA — Vide **Ontogênese.**

ONTOLOGIA (Conceito da).

a) Na Metafísica, IV, 1, Aristóteles empregava estas palavras: «Há uma ciência que estuda o Ser enquanto ser, e seus atributos essenciais. Ela não se confunde com nenhuma das outras ciências chamadas particulares, pois nenhuma delas considera o Ser em geral, enquanto ser, mas, recortando uma certa parte do ser, sòmente desta parte estudam o atributo essencial; como procedem as ciências matemáticas.

Mas já que procuramos os primeiros princípios e as causas mais elevadas, é evidente que existe, necessàriamente, alguma realidade à qual tais princípios e causas pertencem, em virtude de sua própria natureza. Se, pois, os filósofos, que buscavam os sêres, procurassem êsses mesmos princípios, resultaria daí, necessàriamente, que os elementos do Ser são elementos dêste, não enquando accidente, mas enquanto ser. Eis por que devemos estudar as causas primeiras do Ser enquanto ser.»

Estas palavras de Aristóteles sôbre a **filosofia primeira (proto philosopia,** a **philosophia prima** dos escolásticos) são ainda o melhor e mais claro enunciado sôbre a Ontologia ou Metafísica

Geral, como também é chamada, porque estuda o ser enquanto ser, isto é, tomando-o na sua maior universalidade.

b) Essa compreensão da Ontologia, no entanto, foi modificada por filósofos modernos, que se colocaram sob a égide de Kant. Para êste, conhecemos os fenómenos, e sabemos da existência do **noumeno,** mas dêste não temos nenhuma experiência sensível, isto é, não o intuímos pela intuição sensível, mas apenas mediante uma dialéctica, que Kant chamou de transcendental.

A Ontologia seria, então, a **ciência do noumeno.** A ela caberia o papel especial de estudar o que permanece atrás dos fenômenos, de explicá-los, enquanto os fenômenos caberiam às ciências particulares.

Por isso, modernamente, costuma-se empregar o têrmo **ontológico,** como referente ao ser elucidado, ao ser em geral, à sua razão, ao seu **logos;** e **ôntico** ao ente, tomado determinadamente, como facto de ser. Esta divisão evita a confusão entre realidade ontológica e realidade ôntica, que, inseparáveis na ordem do ser, são no entanto, distintas na visualização filosófica. Note-se, ademais, que tal aceitação terminológica não implica a da doutrina kantiana, mas apenas nasce ela de um desejo de clareza.

Há outros têrmos empregados também neste sentido, como **ontal, côisico e rêico,** que encontramos em filósofos modernos.

Êsse modo de considerar não é, porém, matéria pacífica e universalmente aceita na Filosofia. Os escolásticos não faziam tal distinção, e consideravam tais expressões dêste modo. **Ôntico** significa o ente ainda não descoberto pelo espírito como **intelligibile in potentia,** e **ontológico,** o ente já esclarecido, descoberto, **intellectum in actu.** Uma verdade ôntica é uma verdade que está no ser: quando em acto no intelecto é uma verdade ontológica, ôntica, portanto, pertence à imanência do ente, e ontológica à imanência do ser, captada transcendentalmente.

Em nossa linguagem filosófica, diríamos que **ôntico** se refere a tôda a esquemática imanente ao ser, tomado **in genere** ou não, como facto de ser, **extra mentis,** independente do intelecto, isto é, dos esquemas noéticos de qualquer espécie. E **ontológico** refere-se a tais esquemas noéticos, **(logos** do **ontos)** à esquemática captada pelo **intellectus in actu,** cuja correspondência e alcance, paralelismo ou não, cabe à Ontologia elucidar.

A Ontologia, como ciência filosófica, surge, na cultura grega, pela acção constructiva de Aristóteles, que a chamava de **próte philosophia,** filosofia primeira, e também de **theologikê epistéme,** ciência divina, porque estuda ela os sêres mais divinos até alcançar o Primeiro Motor, o Acto Puro.

Na filosofia medieval, e sobretudo na escolástica, a Teologia separa-se da Ontologia, porque a transcendência do Acto Puro, ontològicamente examinado, não alcança a totalidade da transcendência do **ser infinito,** que já é tema fundamental daquela disciplina. Deus não é um **objectum** da

epistéme, da ciência filosófica, mas o têrmo dessa ciência, o fim a ser alcançado por ela, e não dado como objecto a ser analisado, mas a ser conquistado.

Andrônicos de Rodes classificou os trabalhos de Aristóteles que deveriam ser editados logo após os livros sôbre a Física, e os intitulou de **ta (biblia) metá tá physiká,** de onde latinizou-se o têrmo **metaphysica.** Um exame cuidadoso da obra aristotélica nos mostra à saciedade que não se trata apenas de uma classificação, mas da consciência que tinha Aristóteles dessa ciência. Com a escolástica, tais temas, estudados na obra famosa e fundamental de Aristóteles («Metafísica»), passam a constituir uma ciência rigorosamente delimitada, que estudará o ser na sua imanência e na sua transcendência **(post physicam et supra physicam),** independente da física experimental. Não é o estudo do ser **separado** do físico e do sensível, como de per si subsistente, como poderia estabelecer-se, fundando-se numa posição platônica ou platonizante, ou melhor, numa posição como freqüentemente, no decurso do processo filosófico, considerou-se como o genuino pensamento platônico.

A Ontologia, portanto, toma o ser **concretamente,** em tôda a sua densidade, embora o examine pelos métodos que lhe são próprios, realizando a **aphairesis** (abstracção) do físico e do transfísico. Não é da verdadeira metafísica realizar essa separação, de funcionalidade noética, e considerá-la, depois, como física, o que leva aos perigos do abstractismo, que é a forma viciosa da abstracção, e que consiste no considerar **ônticamente** o que é separado apenas **eidèticamente.**

Impõe-se estabelecer aqui tais explicações para evitar a caricatura que se costuma traçar da Ontologia, o que leva a muitos a passar por ela de largo, em vez de se embrenharem em seu estudo, de magna importância para a boa visualização filosófica.

Desta forma, a Ontologia procura penetrar na intimidade do ser, na sua realidade mais íntima, na sua exuberância concreta, disassociada pela actividade noética, mas jamais esquecendo (e assim procede a boa Metafísica) de devolver à sua concreção o que, por **aphairesis,** foi separado.

O têrmo **ontologia** foi cunhado pròpriamente por Johannes Clauberg e popularizado por Wolf. Conseqüentemente, pode-se dizer que a **próte philosophia** de Aristóteles, a **philosophia prima** dos escolásticos, a Metafísica Geral, e em algumas vêzes a **Metafísica,** referem-se à mesma ciência do ser enquanto ser, que é a Ontologia.

No modo de considerar a Ontologia, houve, entre os escolásticos, uma dualidade de posição. Os que seguem a linha tomista, consideram-na como o coroamento da Filosofia, e deve ser precedida pela Lógica, pela Cosmologia, pela Psicologia e pela Filosofia matemática. Outros, porém, consideram-na como ciência fundamental, gestada na Gnosiologia, subdividindo-a em Metafísica Geral e em Metafísica Especial, referindo-se esta à metafísica do homem, à Antropologia filosófica, e à metafísica do mundo material, a Cosmologia.

PERGUNTAS FUNDAMENTAIS DA ONTOLOGIA: Que é o ser? A pergunta **quid** dos escolásticos é a pergunta fundamental da Ontologia. À Metafísica cabe a pergunta: «Por que os sêres que existem existem?» É a pergunta **cur** dos escolásticos.

Modernamente, Heidegger considera que a pergunta fundamental da Ontologia é: por que, em suma, há o existente em vez do Nada? Esta pergunta surgiu várias vêzes no decorrer do processo histórico da Filosofia.

Nasce a Ontologia da meditação do homem sôbre a mutabilidade, a finitude, o devir mutável e transformador das coisas. Tudo muda, mas o que muda é **algo** que muda. Mas êsse algo, que conhece mutações, enquanto sustentáculo, não muda, é imutável. O mundo do devir é, ao mesmo tempo, a afirmação do mundo do ser. Em face dessa meditação, estructura-se a Ontologia, ou Metafísica Geral, porque aborda ela a generalidade dos temas metafísicos, que são os temas ontológicos.

O OBJECTO DA ONTOLOGIA: Ante a constante mutabilidade do devir, ante a fugaz experiência dos factos, que sucedem na permanente transmutação das coisas, na heterogeneidade do acontecer, tudo quanto percebemos é **alguma coisa**, e êsse algo positivo é uma experiência **de ser**, e não uma experiência **de nada**, porque se fôsse **de nada**, como seria alguma coisa? Como poderia ser uma experiência de **não-ser** o que já é **alguma** coisa?

Quer na experiência que a intuição sensível nos dá do mundo exterior, quer na experiência íntima de nós mesmos, alguma coisa capta sempre alguma coisa, que é alguma coisa.

Não seria difícil, portanto, desde logo concluir que a nossa primeira experiência é a do ser, a de um ser que se põe ante o nosso ser.

Mas, desde logo, também notamos que há **modalidades** nessa experiência, que nos revelam **modalidades** de ser.

Vê-se, desde logo, que é da exigência humana que parte a caracterização do **objecto** da Ontologia.

Em face do acontecer, a meditação humana, que de imediato capta o ser, termina por considerar que tudo quanto percebe no mundo fenomênico, fluente e mutável, o mundo do devir, que é o mundo da experiência sensível do homem, aponta, na fluência constante dos factos, que êles apresentam em comum o **serem,** em diversas modalidades, não podendo ser reduzidos a um não-ser absoluto, porque a própria experiência nega, terminantemente, consideremo-los puro nada.

Há, assim, modos de ser, mas tais modos, por sua vez, apontam ainda o ser, pois são modos de ..., e o de que é (o **quid**) é o ser. Portanto, tudo o que é (**quod**) tem um ser (**quid**). E se **quod** muda, **quid** permanece o mesmo.

E se percebemos que o real não é **estável,** percebemos, porém, que o real **é**; e se a realidade nos revela modalidades diversas, tais modalidades **são.** Não sabemos ainda **por que** é assim ou por que poderia, ou não, não ser assim. Mas

já sabemos que é assim. Não se alegue que êsse é é uma mera cópula, que se poderia desprezar, como numa língua que não a tivesse. Mas tal ausência não poderia ser considerada como uma não captação do ser, objecto primeiro da nossa experiência, que a postula desde início: pois como o nada poderia captar o nada, sem ser?

E se a língua não tivesse ainda um têrmo para expressar o ser, se a sua conceituação ainda não se fizera nitidamente exigente de um têrmo que o apontasse, a experiência dos que usassem essa língua estaria afirmando sempre o **ser** de todo o predicado afirmado a um sujeito qualquer.

Portanto, a experiência, desde a intuição sensível até à mais profunda das instituições, afirma que o primeiro objecto de tôda experiência é o **ser,** com sua complexa modalidade, com sua complexa diversidade de aspectos. Um Proteu de formas diversas, sucessivas ou simultâneas, sob diversos aspectos e relações, mas sempre **ser.**

O **objecto material** da Ontologia é, pois, formalidade, a forma do ser. Um real dado pode ser objecto de várias ciências. A nossa experiência do ser pode ser objecto da Gnosiologia, enquanto estuda a relação do conhecimento (sujeito e objecto). Mas a nossa experiência, sob outra formalidade, pode ser objecto da Psicologia. Mas, em ambos, tanto no gnosiológico como no psicológico, objectos diversos da nossa experiência, procuramos, nêles, **captar o comum em todo objecto da experiência,** o ser em sua formalidade de ser.

E essa formalidade de ser, êsse comum, que passa a ser estudado, interrogado **que é (quid),** eis o **objecto formal** da Ontologia.

Portanto, desde início se coloca, ao que pretende estudar tais objectos, que são o campo de acção da Ontologia, a primeira fundamental pergunta que essa ciência deve responder: **que é ser?** E conseqüentemente: qual o valor do conceito ser?

Em tôda a nossa experiência, em todos os nossos **juizos de existência** afirmamos o ser. Que é êle? Em que consiste?

ONTOLOGISMO — É a posição filosófica que se caracteriza por partir da aceitação prévia da existência do ser absoluto, dado **a priori,** do qual se tem, para os ontologistas, uma evidência imediata. No séc. XIX, o **ontologismo,** que teve como seus principais representantes Gioberti, Rosmini, etc., foi combatido pela Igreja.

ONTOLOGISTA — a) **Partidário do ontologismo** (vide).

b) O que se dedica ao estudo da **Ontologia** (vide).

ONUS PROBANDI (Em lat. = o ônus da prova). É o **munus** a quem cabe a prova. Jurìdicamente, o que alega deve provar o que alega.

Na escolástica, a prova cabe a quem afirma ou a quem nega.

Contudo, há discussões sôbre a quem cabe ou deve caber o **onus probandi.** Mr. Renan, por ex., dizia que não nos cabe provar o milagre, a êste é que cabe o **onus probandi,** ou seja o milagre é que deve saber que a êle cabe provar a si mesmo (sic).

On (to) (gr.) = **ente, a coisa que é.**

OPERAÇÃO — a) Todo acto físico ou mental que, com inteligência, realiza alguma coisa.

b) **Operacionismo** é a doutrina pela qual o conteúdo de um conceito é o producto de uma série de operações. A operação é sempre uma acção da inteligência.

c) Emprega-se o têrmo em sentido lato para significar tudo quanto realiza um producto, quando se diz, por exemplo, que as coisas da natureza operam dêste ou daquele modo. Vide **Operatio.**

Operatio (lat.) = acção interna. É a acção que se realiza, dentro do próprio sujeito activo. Não é uma **operação transitiva,** mas **imanente.**

Opfer (al.) = **sacrifício.**

OPINIÃO (Do lat. **opinio,** em gr. **doxa**). O verbo opinar, dar opinião, logo nos revela que nesta há um assentimento da nossa mente sôbre algo que é aceito, mas que, ao mesmo tempo, se admite a possibilidade, por parte de outro, de não aceitá-la ou de apresentar até razões contrárias. A opinião pode ser o começo do filosofar, mas jamais será o verdadeiro filosofar. O verdadeiro filósofo não é o que opina, mas o que demonstra o que postula. Vide **Demonstração.**

Opinio (lat.) = **opinião.**

OPORTUNIDADE — a) Oportuno é o que sucede a propósito. mas que se caracteriza em geral pela conveniência, pela favorabilidade. Dessa forma, a **oportunidade** é um ensejo, uma ocasião favorável. Contudo, na linguagem familiar, chama-se de boa ou má oportunidade, aquêle ensejo que é benéfico ou maléfico, que abre caminho para uma série de acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis.

b) Contudo, o melhor emprêgo do têrmo é o que considera oportunidade o **evento,** que vem a propósito, e que abre caminho a ensejos favoráveis. Assemelha-se ao conceito de **Chance.**

OPOSIÇÃO — a) É a relação entre dois objectos colocados um ante o outro.

b) Por metáfora, diz-se de tudo quanto é **antitético.**

c) Os extremos de um gênero opõem-se, e a posição é característica das qualidades dos valôres, etc. Empregado nesse sentido geral em tôdas as disciplinas filosóficas.

d) Na Lógica, é a afirmação ou a negação do mesmo ao mesmo. Vide **Proposição.**

OPOSTO — Oposto é o que se **obpõe,** e pode ser considerado triplicemente: **negativo, privativo** e **contrário.** Oposto **negativo,** é o que nega; **privativo,** o que se ausenta; **contrário,** o intermédio polar, específico ou genérico.

OPTIMISMO — a) Nome que se deu à doutrina de Leibnitz, que afirmava que êste mundo era, de todos os mundos possíveis, o melhor.

b) Doutrina, segundo a qual tudo é bom, e o mal nada mais é que um grau menor de bondade.

c) Atitude da mente, que consiste em considerar tudo pelo lado melhor ou a supervalorizar tudo quanto há ou se dá.

d) Em sentido comum, é a tendência a ver tudo pelo lado bom, sem considerar o que há de mau e prejudicial.

ORAÇÃO — Tem dois sentidos, o gramatical e o religioso. a) No sentido gramatical, é o conjunto das palavras construídas de modo a formarem um sentido completo. Na Retórica, é o discurso.

b) Religiosamente, é a invocação dirigida à divindade ou aos sêres superiores, que podem intervir na vida humana e nos seus acontecimentos, que apresenta diversas modalidades.

ORÁCULO — a) Profeta ou sibila ou qualquer pessoa que possui a capacidade de prever o futuro.

b) Diz-se, também, do lugar, onde essas pessoas respondem às perguntas acêrca do futuro.

c) Por extensão, diz-se daquele doutrinador que é obedecido cegamente pelos partidários de uma idéia ou doutrina, Êle é o oráculo do ...ismo.

Orbis (lat.) = vide **Mundo.**

ORDEM — a) A idéia de **ordem** implica, em seu **logos,** quatro elementos essenciais: 1) a prioridade, e a posterioridade; 2) distinção dos têrmos elementares e 3) origem; 4) o **logos** (razão). Na **ordem,** há um início e um fim, pois, para haver ordem, deve haver um começo e uma meta. A **ordem** implica multiplicidade de elementos, que mantêm relação entre si, e segundo o **logos** (razão) dessa relação são êles dispostos. **Ordem** é, assim, a disposição de múltiplas coisas homogêneas ou não, fundada em certas relações, nas quais estão seriadas, segundo um **logos.** Podem os elementos ordenados pertencerem à mesma espécie ou a espécies diferentes, e até várias; podem as relações serem aparentes ou constantes, simples ou complexas, mas há sempre, na ordem, uma razão **a priori** e uma **a posteriori,** uma origem, e distingue-se, por sua vez, do que não está nela incluído, ou ao que ela não pertence, segundo a razão em que é visualizada. Assim o que é ordenado, segundo uma razão, pode ser desordenado segundo outra. O amontoar dos móveis de uma peça, num canto, para pintar-se uma parede, é pô-los em ordem para permitir pintar a parede. O ordená-los, depois, segundo as suas funções, é ordená-los segundo o uso que os mesmos têm na peça. Surge, por isso, no exame do tema da ordem, um tema metafísico, porque a **desordem** é apenas a visualização dos factos não dispostos, segundo uma ordem, uma relação das partes com o todo.

A ordem, assim, sempre diz respeito ao princípio, à origem de onde ela surge, que é a **normal,** em suma, que subordina, afinal, os seus elementos. No universo, a **desordem** de uma tempestade é relativa à razão da ordem por nós concebida, porque fìsicamente é obediente a uma ordem. Dêsse modo, há uma pergunta de carácter metafísico: não está, no universo, tudo ordenado? Mas ordenado, segundo ordens que nem sempre captamos? A

desordem é apenas relativa à ordem considerada. Tôdas as coisas estão ordenadas e desordenadas. Ordenadas, segundo a disposição subordinada à normal dada por um princípio, e desordenadas, se considerarmos segundo outro princípio ordenador.

Dêste modo, pode-se falar em tantas ordens quantas são as relações de disposição e de subordinação, que podemos conceber. Há ordem ontológica, cronológica, axiológica, lógica, espacial, psicológica, matemática, cósmica, jurídica, moral, ética, econômica, política etc. e também nas sub-classes em que se pode examinar e considerar todo o acontecer.

b) Ordem toma, ainda, outras acepções análogas à que acabamos de examinar. Temos, assim, o têrmo empregado para significar o que perdura numa disposição, que é a mais genérica.

c) Mas, especificamente, temos a **autoridade** como emanadora de órdens, temos as classes, como ordenadora dos indivíduos (ordem dos ruminantes, p. ex.),

Ordem, como dependência entre os sêres ordenados, é a ordenação, que é a acção e o efeito de dispor, de arrumar, de arranjar as coisas, subordinando-as a uma finalidade.

O contrário de **ordenar é desordenar,** como de **ordenação é desordenação.**

ORDENAR — Vide **Ordem.**

a) É dispor em ordem...

b) Ordenar a... é marcar uma direcção.

c) Dar uma ordem. É modo imperativo.

Order (ing.) = **ordem.**

ORDINAL — O que é relativo à ordem. Diz-se, particularmente, dos números, enquanto designam uma ordem de **sucessão:** primeiro, segundo, terceiro, etc.

Ordine (it.) = **ordem.**

Ordnung (al.) = **ordem.**

Ordo (lat.) = **ordem.**

Ordo coexistentiarum (lat.) = Ordem das coexistências. É a ordem do **espaço.**

Ordo successivorum (lat.) = Ordem das coisas sucessivas. É a ordem do Tempo. Vide **Espaço.**

Ordre (fr.) = **ordem.**

Oréxis (gr.) = **desejo.** É o aspecto conativo do espírito, que tende para algo que se distingue do **cognitivo** e do **afectivo.**

ÓRFICO — Vide **Orfismo.**

ORFISMO — Movimento religioso grego, de origem trácia, cuja semi-divindade é **Orpheos** (Orfeu), que praticava mistérios e cerimônias secretas de purificação (**Katharsis**). Muitas de suas idéias influiram no pitagorismo e no neo-platonismo.

Organ (al. e ing.) = **órgão.**

Organe (fr.) = **órgão.**

ORGANICISMO — a) Opõe-se a **animismo** e a **vitalismo** (vide). Por essa doutrina, a vida é o resultado da organização; ou seja, resulta da configuração e das funções realizadas pelos órgãos.

b) Na Sociologia, é a doutrina que considera as sociedades como organismos, análogos aos dos sêres vivos.

c) Na Psicologia, é a tendência a dar, como causa de todos os factos psíquicos, os factos orgânicos, biológicos e fisiológicos, em suma.

ORGANICO — a) Em Aristóteles, **organikôs** equivale a **organizado** ou **instrumental**, sem implicar o relação a um ser vivo. **Organikôs**, para êle, é um corpo, vivo ou não, que é composto de elementos heterogêneos, coordenados por uma totalidade. Êste sentido da palavra permanece até Leibnitz que, por sua parte, acrescenta um novo ponto de vista, emprestado da contemplação das coisas vivas, porém, na concepção peculiar que êle formou da vida biológica, que não corresponde à acepção moderna. Êle chama **orgânicos** aquêles corpos que, em tôdas as suas partes, são máquinas (autômatos), isto é, adaptados para fins. A esta exigência só satisfazem os corpos vivos, porque só êles manifestam em tôdas as suas partes, mesmo as mais diminutas, a sua finalidade, **in infinitum.**

c) Modernamente é aplicado no sentido biológico quanto aos sêres vivos.

d) Diz-se, freqüentemente, para indicar o que tem uma organização obediente à normal dada pela totalidade.

ORGANISMO — a) Sistema de substâncias materiais, integrado por uma célula ou por um sistema de células, de modo a constituir um complexo, capaz de manter uma existência coerente e unitária.

b) Por metáfora, aplica-se a tudo o que apresenta um carácter análogo. Daí falar-se em organismo jurídico, organismo político, organismo social, etc.

ORGANIZAÇÃO — a) É a ordenação análoga à do organismo, ou a tornar orgânicos alguns processos isolados, submetidos a uma normal dada pela totalidade e pela finalidade, actuando como uma totalidade sistemática unitária.

b) Diz-se do que é organizado.

c) Modo pelo qual se exerce a cooperação organizada.

d) É, também a acção de organizar.

ORGANIZADO — É a totalidade já sitematizada com um funcionamento parcial, obediente à totalidade orgânica, nos sentidos que têm êste têrmo.

Organo (it.) = **órgão.**

Organon (gr.), **Organum** (lat.) — Conjunto das obras de Aristóteles, nas quais estuda os temas lógicos, como sejam **Das Categorias, Da Interpretação, Os primeiros Analíticos** os **Segundos analíticos** e os **Tópicos.** Junta-se, ainda, a **Isagoge,** de Porfírio.

ÓRGÃO — a) Corresponde, etimològicamente, a **organon** (gr.), **organum** (lat.) — É o instrumento lógico.

b) Parte de uma máquina ou de um corpo vivo ou de uma sociedade, que executa uma função determinada, dentro da totalidade orgânica.

ORGULHO — Vide **Inveja** e **Honra.**

ORIENTAÇÃO — Oriente, vem do lat. **oriens,** que vem de **orior,** levantar-se. Oriente é a direcção em que nasce o sol. Por metáfora, diz-se orientar uma acção, o determinar, o marcar uma direcção, o indicar um caminho. **Orientação** é a parte ou acção de marcar uma direcção, um rumo. Daí empregar-se o têrmo em expressões como **orientação filosófica** = marcar um rumo no caminho da Filosofia; **orientação profissional** = indicar a profissão mais adequada ao indivíduo, ou o conhecimento das normas principais, que permitem o bom êxito numa profissão.

ORIENTAL (FILOSOFIA) — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

ORIGEM — Vem de **orior,** levantar-se, erguer-se, surgir.

a) Diz-se para indicar o de onde surge alguma coisa, sua origem. A origem é o começo, a primeira manifestação.

b) É, também, a realidade anterior de onde pende algo que sobrevém. Daí falar-se das origens de uma idéia, de uma religião, etc.

c) É ainda o que dá nascimento a alguma coisa. Foi a origem de...

d) É, ademais, o princípio, a razão de ser. Deus é a origem de tôdas as coisas.

e) Sinônimo de **Gênese** (vide).

Origo, inis (lat.) = **origem.**

Orismós (gr.) = **definição.**

ORMUZD — Vide **Ahriman.**

Oros (gr.) = **limite,** também **definição.**

Ort (al.) = **lugar.**

ORTODOXIA — Vide **Heterodoxia.**

ORTOGÊNESE — É a teoria pela qual a evolução não é **casual** (vide), mas é determinada por direcções predeterminadas, já que as combinações não podem realizar-se senão considerando-se certas normas predisponentes (vide **predisponente**).

Oscurantismo (it.) = **obscurantismo.**

Oscuro (it.) = **obscuro.**

...OSIS, OSE — Sufixo grego que indica doença, enfermidade. Exs.: **neurose, psicose.**

Ossessione (it.) = **obsessão.**

OSTENSIVO — Oposto a **Apagógico** (vide). Diz-se das provas directas e que revelam logo a dependência do que é demonstrado em relação aos princípios de onde parte a **demonstração.**

Other (ing.) = **outro.**

Otherness (ing.) = **alteridade.**

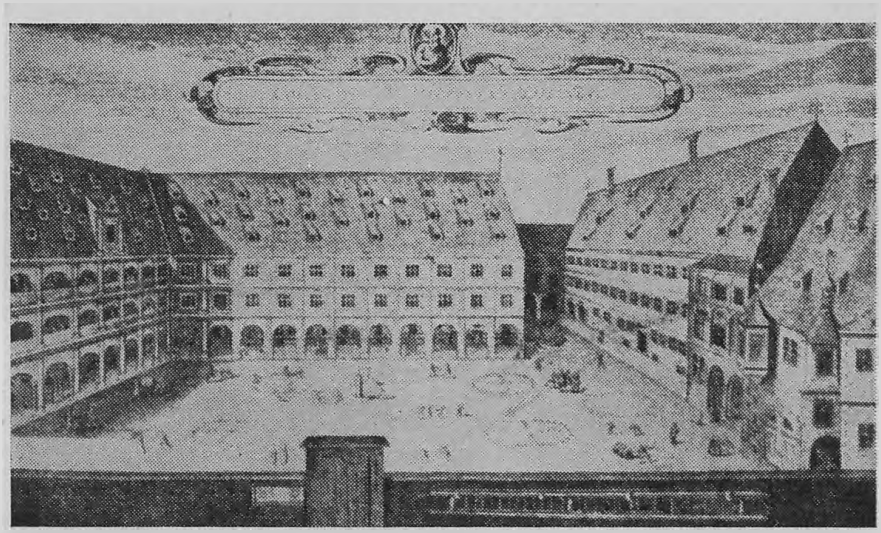
Oti (gr.) = O facto bruto, o simples facto.

OTIMISMO — Vide **Optimismo.**

Ottimismo (it.) = **otimismo.**

OU... Conjunção que indica ou o disjuntivo (ou A ou B) ou a sinonímia, por outra forma, ou maneira «A ou B».

Habitação proletária em Londres, no séc. XVIII.



Antiga Universidade de Dilling, entregue aos Jesuitas, em 1569.

Grupo de Leitores

Explosão em uma mina de carvão.

Ou... ou... e seu significado. Vide **Aut... Aut...**

Ought (ing.) = **dever.**

Ouranos (gr.) = o **céu.**

Ousia (gr.) = substância formal. Para Aristóteles, é a **causa formal.** Vide **Causa.**

Ousia dêutera (gr.) = **substância segunda.**

Ousia proté (gr.) = **substância primeira.**

OUTRO — a) Do latim **alter,** o que é **outro** que **outro** é a relação entre o que é o que é, e não é o que é um ser numèricamente distinto do primeiro.

b) Têrmo empregado pelos pitagóricos e por Platão, sobretudo.

A matéria, para Platão, aparece-nos como um **outro,** diferente do ser activo, não, porém, um puro nada, mas apenas simbolizado como um **ek mageion amorphon,** uma massa amorfa, que é modelada pelo **demiurgo.** Mas estamos aqui em pleno mito, em exemplos proporcionais aos ouvidos de ouvintes incipientes. O que Platão afirma é a coeternalidade do **ek mageion amorphon** da matéria, com a acção do demiurgo, ou seja a contemporaneidade da determinabilidade com a determinação. O acto, que modela, que informa a coisa, é um determinante, que o é na proporção em que há um determinável. O acto criador determinante implica um determinável proporcionado, e por ser o acto potencialmente activo, seu poder não tem limites pois sempre **pode.** Para que o poder criador seja potencialmente activo e sem limites, impõe-se uma determinabilidade; ou seja, uma potência passiva sem limites, mas limitável pela determinação. Em outros têrmos, a uma potência activa infinita deve corresponder uma potência passiva limitada e não infinita no sentido adequado dêste têrmo, pois infinito quer dizer independência, e a determinabilidade é dependente do determinante, no acto criador. A criação é ilimitadamente determinável. Tanto Platão como os pitagóricos afirmavam que o infinito não é o accidente de alguma natureza, mas algo **per se existens.** Quando êle afirmava que à matéria cabia o infinito, referia-se ao potencial, com duas raízes, o **Mega** e o **Micron** (o grande e o pequeno), a máxima e a mínima determinabilidade, pois a primeira pertence à adição e a segunda à divisão, tendendo aquela para o máximo e esta para o mínimo, não nihilificando-se nunca.

P

P — a) Em Lógica, nos silogismos, indica que é preciso reduzir o modo designado a um modo da primeira figura, como converter de universal em particular a proposição indicada pela vogal, que precede imediatamente a êsse sinal.

b) Indica, também, o Predicado: S=P.

PACIÊNCIA — Vide **cardeais (Virtudes).**

PACIFISMO — Vide **Paz.**

PACTO SOCIAL — Vide **Contracto social.**

PAGANISMO (Do lat. **pagus, vila).** O têrmo partiu da pregação cristã nas pequenas cidades, onde ainda dominavam velhos resquícios de crenças antigas. Foi só no IV séc. de nossa era, que o têrmo passou a ser empregado para referir-se às crenças e práticas, que não pertencem ao cristianismo.

Paidologie (al.) = **pedologia.**

Pain (ing.) = **pena.**

PAIXÃO — (Do lat. **passio** e do gr. **paskein, pathos**) a) uma das dez categorias de Aristóteles.

b) É a qualidade passível de..., e constitui o acto do paciente, a capacidade de sofrer determinações.

c) Na Psic., é a expressão emotiva, forte, incontrolada. No plural, **paixões** indica tôda a experiência emotiva de ordem afectiva. (Vide **afectividade**).

PAIXÕES — Na Psicologia geralmente se considera a **paixão** como um estado que dura; assim a emoção é a forma aguda e a paixão a forma crônica, na qual se assinalam os caracteres de violência e duração. A paixão, como é considerada hoje pelos psicólogos, é uma tensão dirigida como tendência em actividade, mas concentrada, intensivamente, quanto ao fim, anulando, muitas vêzes, tôdas as vontades contrárias, que se lhe opõem.

No tratar das paixões e das emoções, os filósofos divergem. Por exemplo, Kant distingue mais nitidamente uma da outra e diz: «onde há muita emoção, há, freqüentemente, pouca paixão». E observa que os povos, que experimentam, fàcilmente, emoções parecem ser incapazes de paixões profundas e tenazes, e

que, ao contrário, os temperamentos tranqüilos, pouco dados a comover-se, são os que, com freqüência, experimentam paixões violentas. Essa distinção é justa, e destrói a concepção comum de que a emoção e a paixão estão estreitamente ligadas.

A **emoção** ou a **comoção** são estados primários; mas, na paixão, há uma concentração da propensão e das inclinações que preponderam, dominam, avassalam as outras.

Ribot (1839-1916), apesar de julgar que há semelhança entre a emoção e a paixão, distingue bem, quando diz que a paixão é, «na ordem afectiva, o que a idéia fixa é na ordem intelectual».

Quando alguém é dominado por uma paixão, tôda a vida psicológica parece tender para aquêle fim, o que também implica a necessidade de uma intensa concentração da vida psicológica, por isso não se verificam paixões nas crianças, cuja vida psicológica não está ainda devidamente concentrada, e também não se desenvolveu bastante a personalidade.

Nos filósofos, em geral, observa-se que o têrmo paixão tem diversos sentidos. Por exemplo, para Aristóteles, a paixão é uma das categorias (**pathos** em grego), e opõe-se habitualmente à acção.

O ser se manifesta como paixão e como acção; são, portanto, dois modos de manifestações do ser. A paixão, neste caso, é a qualidade ou o conjunto das qualidades passivas, não só do sujeito como de todo objecto em geral.

Posteriormente, tomou ela o sentido de **afectos** e **emoções,** que perturbam os ânimos, que perturbam a **razão.** Dessa forma, a paixão incluía também as emoções. Só modernamente é que tomou a acepção que expusemos acima.

As paixões foram analisadas pelos moralistas, ora para elogiá-lás, ora para deplorá-las, ora para combatê-las. Uns consideram-nas bruscas, outros demoradas, produ̇ctos de um trabalho de cristalização; outros as consideram extirpáveis pela vontade, que também pode impedir seu nascimento, enquanto outros as consideram poderosas e avassaladoras da vontade; ora são um sinal de fôrça, ora um sinal de fraqueza; ora obstaculizam o desenvolvimento moral, ora o impulsionam.

Pakriti — É a **matéria prima** ou **substância, natureza,** que com **purusha,** uma das eternas bases do mundo, na doutrina de **Sankhya** e dos **Yogasutras. Pakriti** é um poder inconsciente, causa de todos os fenômenos, e apresenta três **gunas: sátiva, rajas, tamas.** Há várias maneiras de considerar tais **gunas** na Filosofia Hindu (vide **gunas**).

PALAVRA — Vide **Linguagem.**

PALAVRA INTERIOR — Chamam-se às palavras que são pronunciadas interiormente, sob a forma de imagens auditivas, formando frases, que reproduzem as palavras pròpriamente ditas, com semelhantes tonalidades, e até as características da voz.

Não é, contudo, essa capacidade comum a todos os homens, pois há muitos que não a tem interiormente.

Chama-se de **linguagem interior,** não só a palavra interior, mas, também, as imagens visuais, motrizes, etc. que reproduzem, de certo modo, as que servem para as comunicações.

PALEONTOLOGIA — Ramo da **Biologia,** que se dedica ao estudo dos organismos que existiram no passado.

PALEOPSICOLOGIA — Estudo dos traços primitivos psicológicos, que persistem desde uma fase evolutiva anterior, assim como as aderências infantis, que tão grande papel têm até na construcção de idéias filosóficas.

PALINGENÉSIA — (Do gr. **palin,** outra vez, e **gênesis,** nascimento. a) Literalmente, é o novo nascimento ou regeneração.

b) O renascimento das idéias, de uma doutrina esquecida, ou a nova vida dos indivíduos, na Teologia religiosa.

b) Na Biologia, é o desenvolvimento do organismo de um indivíduo, enquanto realiza, de modo compendiado, as distintas fases de evolução de seu gênero ou espécie. Assim o feto humano, em suas fases durante a sua formação.

PAN... Prefixo grego, que significa tudo, todo, e que entra na composição de inúmeras palavras, tais como **panteísmo** (tudo Deus), **panpsiquismo** (tudo psiquismo) e outras.

PAN (gr.) = Tudo, o **Grande Todo.**

PANCALISMO (Do gr. **pan,** tudo, e **kalós,** belo). Doutrina de J. M. Baldwin, que considera que tôdas as coisas são dirigidas por uma norma categórica, a do belo, sendo a realidade apenas o conjunto do que pode ser organizado sob a forma estética.

PANCOSMISMO — (Do gr. **Pan,** tudo e **Kosmos,** mundo). Para essa doutrina, o que existe é apenas o **Cosmos** (vide) e não há nada transcendente a êle. Têrmo criado por Grote, para intitular o **panteísmo materialista.**

PANENTEISMO (Em gr. **pan** (tudo) **en** (em) **theos** (Deus). Segundo esta doutrina, tudo está em Deus. O **cosmos** é algo imanente a Deus. Têrmo criado por Krause para indicar as doutrinas que se distinguem do panteísmo comum.

PANGENE — Vide **Pangênese.**

PANGÊNESE — Teoria proposta por Darwin para explicar a herança, e que supõe que cada célula do corpo lança partículas germinadoras, que, no germe, servem para reproduzir células e órgãos similares aos do progenitor.

PANLOGISMO — Por esta doutrina tudo quanto é real é integralmente inteligível, e pode ser construído pelas leis lógicas. Assim chamava J. E. Erdmann a doutrina de Hegel e, também, a de Leibnitz.

PAN-OBJECTIVISMO (Do gr. **pan** = tudo e **objectus,** lat., o que se coloca ante) — É uma forma extrema do realismo epistemológico, que atribui objectividade real a todos os objectos do conhecimento, inclusive os não verídicos e até os meramente ficcionais.

PANPNEUMATISMO — (Do gr. **pan,** tudo e **pneuma,** sôpro, mas, também, espírito). Segundo Ed. v. Hartmann essa doutrina é a síntese do **panlogismo** e do **panteísmo.**

PANPSIQUISMO — (Do gr. **pan,** tudo e **psikhê,** alma). É uma forma da metafísica idealista, em que a teoria das **mônadas** de Leibniz é um exemplo clássico, segundo a qual tôda a natureza consiste em centros psíquicos, à semelhança do que há no homem.

PAN-SATANISMO — Concepção que identifica o mundo com **Satã.** Foi o nome que se deu ao panteísmo de Herbart. Também Schopenhauer foi classificado como um **pan-satanista.**

PANTEÍSMO — (Do gr. **pan,** tudo, e **Theos,** Deus = tudo é Deus). Doutrina que afirma que o **cosmos** nada mais é que a manifestação do próprio Deus.

Costumam os teólogos dividir o panteísmo em várias espécies.

1) **Panteísmo poético.** Não é um pensamento que surja de especulações de ordem filosófica, mas de um sentir, de um **pathos** unificador, que leva a considerar como sendo um só, no fundo, todos os sêres, que se identificam num **Grande Todo** (o Grande **Pan**). Trata-se de uma posição mais estética que filosófica, que encontramos, no entanto, não só entre os poetas ocidentais, como também entre poetas e religiosistas de outras culturas.

2) **Panteísmo religioso.** Apresenta essa posição panteísta muita semelhança com a poética. Tôdas as coisas estão em Deus, e Deus em tôdas as coisas. O panenteismo coloca-se também semelhantemente aqui, pois considera que tudo está em Deus, e vê em tôdas as coisas algo de Deus. Encontramos esta posição em alguns autores cristãos. Estas palavras de Henri de Lubac são aparentemente **panenteístas:**

«O universo, através do qual Deus se revela, não é sòmente sua obra; é sua criatura. Não é sòmente uma coisa que Deus, em seu poder, fêz do nada; é um ser que não é, e que não vive senão da vida e do ser que êle toma incessantemente de seu autor». Entretanto, convém esclarecer que a admissão de Deus, como o ser subsistente, no qual tôdas as coisas subsistem, é uma concepção escolástica. Mas êsse ser é transcendente ao **cosmos,** que é dêle, sem ser êle, razão pela qual não se deve considerar, dentro da concepção cristã, e sobretudo católica, a posição de Henri de Lubac como um panenteísmo puro, mas como pertencente, apesar das suas modalidades, à posição criacionista.

3) **O panteísmo filosófico** — Coloca-se na posição de que as heterogeneidades do existir são manifestações de um ser único, divino, e que a percepção diferencial, distinta das heterogeneidades, surgem apenas ou das perspectivas do observador, que participa do ser (como nas concepções hindus, que consideram tais perspectivas como **Maya,** e não como a realidade de **Brahman),** ou apenas como manifestações modais do ser, que é sempre um e único.

O panteísmo filosófico apresenta diversas modalidades, como variantes do mesmo pensamento. Temos, assim, o **panteísmo naturalista,** que afirma a imanência de Deus no mundo (o que porém não o faz o panenteísmo, que afirma a transcendência de Deus), o que se costuma baptisar pelo nome de **cosmoteísmo,** como a posição hilozoísta na filosofia grega, que anima o cosmos de divindade.

Deus é o Logos, imanente ao mundo, a forma que modela e organiza o cosmos, que nêle se imanentiza. Tudo é símbolo de Deus, pois Deus é tudo. Em tudo há o espírito de Deus.

Para os neoplatônicos, e sobretudo em Plotino e Proclo, há uma modalidade de panteísmo, o **emanatista.** A natureza procede de Deus por emanação, num acto livre e de superabundância do ser divino. Como acto puro, portanto infinito, Deus nada perde ao criar, nem nada acrescenta ao criar o mundo, assim como, grosseiramente, mas apenas como símbolo do acto emanatista, a chama de uma vela, que acende outras e nada perde de si, nem nada se lhe ajunta por isso.

Há, ainda, o **panteísmo idealista,** aquêle que considera que são as idéias a única realidade, cujo exemplo encontramos em Hegel, na concepção da Idéia absoluta, na filosofia romântica de Fichte, Schelling, para exemplificar.

Finalmente, temos o **panteísmo teológico,** que é o genuino panteísmo, que afirma a imanência de todos os sêres em Deus, como é a concepção de Spinoza.

PANTEÍSMO MEDIEVAL — Na filosofia medieval, eram raras as manifestações panteístas. **Scot Eriúgena** (vide **Sinopse da História da Filosofia**) foi acusado de **panteísta,** bem como **Almaricus del Bene.**

Outro contemporâneo foi **David de Dinant,** que também identificou Deus com a matéria prima. Inclusive **Meister Eckhardt** foi acusado de **panteísta.** Contudo, a leitura dos textos dêsses autores não favorece plenamente tais acusações.

PANTEÍSMO PERSONALISTA — Para essa concepção, tudo é deus, e a natureza nada mais é que partes dêsse deus. Por outro lado, a divindade é uma pessoa que não tem existência separada da criação.

PANVITALISMO — Doutrina cosmo-orgânica, pela qual o todo cósmico é constituído de uma substância viva com uma **entelequia** total ou alma do mundo, que é a finalidade imanente que dirige as ordens finais parciais.

PARA... (Do gr. para, prefixo que significa perto de, ao lado de, em direcção de, contra a, afastando-se de...).

a) Nas palavras recentemente formadas, êsse prefixo tem o sentido de um **desvio** do normal, como em **parabulia, parapsicologia.**

b) Nas palavras mais antigas conserva o sentido do prefixo grego como **paralelismo, paradoxo,** etc.

PARABULIA — Perturbação funcional nos **abúlicos** (vide **Abulia**), que fazem esforços para agir,

e que consiste em realizar actos inapropriados ou mal coordenados.

PARACLETO — (Do gr. **parakleo,** pedir o auxílio a alguém). É sinônimo de **auxílio.** Usado, sobretudo, para indicar o auxílio que dá o Espírito Santo, como terceira pessoa da Trindade Cristã.

PARADEIGMA (gr.) = **paradigma.** É a **causa formal** para Aristóteles. Vide **Causa.**

PARADIGMA (Do gr. **paradeigma** = modêlo, exemplo). Platão chamava as **formas** (ou **idéias**) do mundo das formas, como **paradigmas** do mundo fenomenal.

Parádosis (gr.) = **tradição, ensino.**

PARADOXO (do gr. **para** e **doxa,** opinião). Estado de coisas (ou declaração que se faça sôbre elas), que aparentemente implica alguma contradição, pois uma análise mais profunda faz desvanecê-la.

PARADOXO EPISTEMOLÓGICO — É a situação em que se encontra a ciência para E. Meyerson, que nada explica sem reduzir à identidade, e que vê, aí, desvanecer-se a sua explicação.

PARALELA — a) Como substantivo é a comparação desenvolvida, ponto por ponto, entre duas idéias, ou duas pessoas, ou duas situações. «Fazer um paralelo».

Diz-se «pôr em paralelo» ao realizar a relação de comparação entre duas coisas, duas situações, duas obras humanas, nas quais se encontram valôres equivalentes.

b) Como adjectivo, temos os dois planos, ou duas rectas de um mesmo plano, que são sempre equidistantes uma da outra, em todos os seus pontos, de modo que jamais se encontram.

c) Daí poder-se empregar o têrmo **paralela, paralelo, paralelismo,** sempre que se queira indicar duas posições (doutrinárias, ou não), em que seus pontos mantêm sempre eqüidistância uns dos outros, sem jamais se identificarem nem se interactuarem. É o que se chama de **paralelismo.**

PARALELISMO — Vide **Paralela.**

PARALELISMO psíquico-fisiológico — Vide **Psíquico-fisiológico.**

PARALEXIA — Estado patológico em que o indivíduo lê mal as palavras ou frases.

PARÁLISE — a) Deficiência ou perda total da função motora.

b) Destruição ou deficiência acentuada de uma função sensorial por causas patológicas.

PARALOGISMO — Argumento que compreende alguma falácia, que não é advertida por quem o formula. Distingue-se de **sofisma,** porque, neste, há o intuito, a deliberação, de enganar por meio de uma falácia dissimulada.

Paramânu (Sânscrito) — É o inexcedìvelmente pequeno, de **parama** inexcedìvelmente, **ana,** excessivamente minúsculo, que, na Filosofia Hindu, corresponde

às partículas, que compõem os átomos.

Paramarthika — (Sânscrito) o que se refere ao espiritual, ao essencial.

PARAMNÉSIA — Para os psicólogos é uma ilusão da memória, que consiste ao deparar-se com um facto psicológico novo e considerá-lo como repetido em seus pormenores, como se o vivêssemos actualmente pela segunda vêz. Esta experiência muito comum explica-nos, em grande parte, a **repetição** de Kikeergard e de Nietzsche, a qual serviu de fundamento, sem dúvida irracional, para as concepções do eterno retôrno, como as encontramos em alguns autores gregos, em Blanqui e em Nietzsche. Sôbre êste ponto, há uma vasta controvérsia, não se satisfazendo todos com a explicação meramente psicológica.

PARANOIA — Psicose, que se caracteriza por ilusões sistematizadas e fixas, **monomanias**, etc. Vide **monomania.**

PARAPSÍQUICO — Têrmo usado para indicar a capacidade de prever os acontecimentos futuros, a capacidade telepática. Vide **Metapsíquica. Parapsicologia** é a parte da **Psicologia** que se dedica ao estudo de tais fenômenos.

PARA-SI — Vide **Hegel, em Sinopse da História da Filosofia.**

PARCIAL — a) Diz-se em geral o que é ontològicamente a parte de uma totalidade.

b) Axiològicamente, diz-se do sentido estimativo, que focaliza apenas uma parte da questão e desinteressa-se pelo restante; ou do juízo demasiadamente abstracto, ausente da concreção; ou do que está eivado de erros.

c) Moralmente, diz-se que é **parcial** o juízo que revela preferência a favor de um lado, com revelação nítida de **injustiça.** O juízo justo, neste caso, e justiceiro, é o **juízo imparcial.**

PARCIMÔNIA — a) É a poupança nos gastos, é despender moderadamente, é evitar malgastar. Chama-se de **lei** ou **princípio de parcimônia** um preceito de ordem epistemológica e também criteriológica: devem-se evitar os esforços ao mínimo possível quando se trata, por ex., da demonstração. Longos desvios demonstrativos são cansativos, e o filósofo deve poupar ao leitor a perda de seu tempo ao tratar de nímias particularidades, com excesso de argumentos desnecessários. Ademais, a doutrina filosófica vale mais ou menos na proporção em que oferecer menor ou maior número de **aporias.** A solução de uma **aporia** filosófica é quase sempre a abertura de duas ou três mais, como o mostramos no artigo **Aporética.** A lei da parcimônia, como critério, permite-nos avaliar o valor de uma nova doutrina, que pretendendo resolver uma velha **aporia** torna aporético o que até então não o era e que passa a ser indemonstrável.

b) Também se emprega a expressão **princípio** de economia, que é a famosa sentença de **Ockam: «Entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem.»** (os sêres não devem ser multiplicados, só se houver necessidade).

c) A natureza, mostrava Galileu, não opera com muito quando pode operar com pouco. Há sempre a obediência a uma **lei do menor esfôrço,** do menor dispêndio, um princípio de simplicidade, ou, em suma, como o chamamos, lei do bem: Na natureza, tudo obedece à lei do menor esfôrço para obter os máximos resultados; ou seja, atingir ao máximo, dando o mínimo. Só o homem, sem dúvida, pode e tem dado o máximo para obter o mínimo, porque, na História, maiores têm sido os esforços que os bons resultados, quando se tratam das realizações ideológicas, que tem êle construído através dos tempos. Mas aí já estamos no **mundo da cultura,** e não mais no **mundo da natureza.**

PARECER — a) É o que contrapõe a ser. **Parecer** indica o que dá a impressão de ser, sem o ser. Vide **Aparência.**

b) **Parecer** é, também, sinônimo de **opinião** (vide).

c) Em sentido social, jurídico, etc., significa a formulação de uma opinião mais ou menos fundada.

PARENÉTICO — (Do gr. **Parainetikê**, que significa aconselhar, exortar).

a) Era o têrmo que usavam os estóicos para chamar as normas morais, que se dirigiam mais aos pormenores da vida moral, que, propriamente, das regras (**dógmata**), que formavam o corpo da doutrina.

b) O adjectivo **parenético** é usado para referir-se a tudo quanto constitui uma exortação, que, na Retórica, toma o nome de **gênero parenético.**

PARÊNTESE (pôr entre) — Vide **Juízo (suspensão do).**

PARI (argumento do) — Vide **Aposta.**

Parimana-Vada — (Sânscrito) Teoria da evolução, exposta por **Sankhya,** na qual há o desequilíbrio, que se verifica entre dois princípios substanciais, **pakriti** e **purusha** (vide).

PAROUSIA (em gr. **presença**). — a) Na filosofia de Platão é a presença da forma (ou **idéia**) na coisa, que, por sua vez, pertence à **forma.**

b) Na teologia cristã, é a presença de Cristo depois que profetizou seu retôrno à Terra.

Pars, tis (lat.) = **parte.**

PARTE — É o elemento constituinte de um **todo.** Há parte onde há um **todo.**

As partes são **integrantes** quando constituem **materialmente** o todo, e **essenciais,** quando constituem-no **formalmente.**

A parte tem razão da matéria. São as partes a causa do todo. Movendo-se o todo, move-se, simultâneamente, a parte. Tôdas as partes são comparadas ao todo, como o imperfeito ao perfeito, que é a comparação da matéria à forma. As partes podem ser dùplicemente comparadas ao todo: segundo a composição, como as partes que compõem o todo; e segundo a resolução; ou seja, o todo que é dividido em partes. A parte aquieta-se naturalmente no todo, e serve para medi-lo. No to-

do, a parte está em potência, sobretudo quando êste é contínuo, e não é distinguida em acto, mas em potência apenas. A parte, que está no todo, não actua, mas sim o todo. A parte não move o todo. Nenhuma parte movida é movida por si mesma.

PARTIÇÃO — Acção de partir, de dividir. Diz-se da acção que divide um todo em suas partes componentes.

PARTICIPAÇÃO — Participar vem do latim **participare,** e de **participatio,** participação. Etimològicamente, vem de **capio, capere,** que dá **cipere** e de **partis,** parte, **parte cipere,** sinônimo de **recipere.** Em seu sentido etimológico, **participar** é receber de outrem algo. Mas o que é recebido é recebido não totalmente (**totaliter**), pois **totaliter recipere** seria **receber em totalidade** algo (**áliquid**). É intuitivo que o conceito de participar implica um **receber** parcial de algo (**áliquid**) de outro (**ab alio**). O que participa é o participante, o qual participa do participável (**participabile** = o que pode ser recebido) de outro, o participado.

Participação seria o facto de participar o participante do participável do participado.

Estabeleciam os neo-platônicos um adágio, que foi posteriormente muito usado pelos escolásticos, que é recebido segundo o modo o que é recebido o é segundo o modo de ser do recipiente» (**quidquid recipitur ad modum recipientis recipitur**), que poder-se-ia, como na verdade foi feito, do seguinte modo: «Tudo quanto é participado em algo, o é, nêle, segundo o modo de ser do participante, pois ninguém pode receber acima de sua medida» (**Omne quod est participatum in aliquo est in eo per modum participantis; quia nihil potest recipere ultra mensuram suam**).

Em suma, se alguém participa de alguma perfeição, dela participa segundo o seu modo de ser, isto é, na medida em que é capaz de participar, no grau que é capaz de receber. E o que marca êsse grau, essa capacidade, é o próprio recipiente, o participante. Um exemplo permite esclarecer. Numa sala, onde é exposta uma conferência sôbre determinado tema, os ouvintes **participarão** do mesmo na proporção da sua capacidade de participantes. Dêsse modo, a participação, como facto de receber, será proporcionada ao participante. O participado pode ser de maior grau de perfeição, mas a participação, por parte do participante, dependerá do grau dêste.

Êsse modo de entender do neoplatonismo foi aceito por Tomás de Aquino, e nenhuma objecção se poderia fazer aqui.

Por outro lado, evidencia-se desde logo que o conceito de participação aponta que o participante recebe ou participa de um participável, que pertence a outro em grau mais elevado, do qual o participante apenas participa.

Neste caso, o participável não é do ser do participante, mas sim do ser do participado. Apenas o participante **participa** de algo que o participado tem em plenitude.

Na filosofia medieval, o que é por essência é causa de tudo o

que é por participação. Assim, o que é por essência do gênero é participado pela espécie. Na definição clássica «homem: animal racional», êste participa da animalidade. A primeira é gênero, e a segunda, diferença específica, que é da essência humana, mas que não é exclusivamente dela, pois racionalidade é, por sua vez, atribuída a outros sêres, como os anjos, ou a divindade, que a teriam em graus mais elevados, e em grau absoluto a última.

Entre as diversas espécies de participação que se possam estabelecer, teríamos a **participação por composição.** Esta participação se fundaria na dualidade de um recebedor (participante), e de um elemento recebido (participável). Neste caso, participar seria **possuir** algo que foi recebido. Em tal caso, o recebido toma a modalidade do sujeito recebedor. Se o recebedor é menos perfeito do que o elemento que êle recebe, êste terá os limites próprios do recebedor.

Portanto, na participação por composição, há uma limitação. Esta limitação, ao primeiro olhar, parece verificar-se em tôdas as espécies de participação, porque há participações sem esta limitação.

O conceito de limite, desde que não seja considerado dialècticamente, pode colocar-nos em uma verdadeira aporia, pois ao considerarmos que, na participação por composição, há uma limitação, está é por sua vez participada, o que nos obrigaria a desdobrar esta participação em duas: **participação por limitação** e **participação por recepção.**

Então, na participação por composição, o recipiente é menos perfeito do que o que é por êle recebido, e o recebe apenas como parte, pois não pode recebê-lo sem limitá-lo.

Vê-se claramente que é distinguível a composição de a limitação, embora a composição seja um elemento essencial dessa participação. O que é importante salientar aqui é que a limitação não surge pròpriamente da composição, mas do sujeito receptor, porque nem tôda composição é uma participação.

Outra espécie de participação é a **participação por similitude** ou por **hierarquia formal.** Neste caso, a essência, que é participada, não se encontra no participante na plenitude absoluta do seu conteúdo formal.

Essas duas espécies de participação, que têm sido objecto de estudo por parte dos escolásticos, na verdade não se excluem totalmente.

Aristóteles admitia que a espécie participa do gênero, e que o gênero é atribuído à espécie por participação. Esta afirmativa nos vem de Tomás de Aquino. Na verdade, Aristóteles sempre recusou admitir que a espécie participasse do gênero, pois só admitia participação, quando se desse a união de elementos distintos, o que o levava a recusar uma relação de participação entre o gênero e a espécie, pois, fundado numa participação apenas de composição, não se daria a unidade da substância, a qual seria, em tal caso, apenas uma composição de gênero e espécie.

Êste aspecto é de capital importância nos estudos teológicos, pois o homem não é concebido apenas como uma composição de animalidade e racionalidade, como se no homem se desse a conjunção de dois elementos, o animal e o racional. O racional já contém a animalidade, e a essência humana é considerada como uma unidade de simplicidade, e assim Tomás de Aquino empresta identidade substancial entre gênero e espécie.

E como surgem aqui diversas dificuldades, Tomás de Aquino explica da seguinte maneira: «participar é, por assim dizer, receber uma parte. Quando um ser recebe de maneira particular o que pertence a outro de maneira universal, diz-se que **dêle participa.** Assim diz-se que o homem participa do animal, porque êle não possui a razão de animal, segundo tôda a sua generalidade. Pelo mesmo motivo, Sócrates participa do homem. Da mesma forma o sujeito participa do acidente; e a matéria, da forma; pois a forma substancial ou a forma accidental que, de per si, são comuns, encontram-se determinadas a tal ou a tal sujeito. Diz-se, finalmente, que o efeito participa de sua causa, sobretudo quando êle não iguala a virtude da causa. Dizemos, por ex., que o ar participa da luz do sol, porque não a recebe com todo o brilho que ela possui no sol.»

Temos aqui bem claramente exposto que Tomás de Aquino aceita a participação por similitude ou por hierarquia formal, não pròpriamente a de composição, que era aceita anteriormente por Boécio.

Não se deve concluir que Tomás de Aquino aceitasse a composição na participação, mas aceitava-a como um dos seus elementos. Dêste modo, a participação, para êle, teria dois elementos: a composição entre o sujeito, que êle participa e o de que êle participa.

Assim a espécie participa do gênero, não, porém, em tôda riqueza do gênero.

As participações podem se dar de quatro modos diferentes:

1) participação de um sujeito concreto a uma forma qualquer;

2) participação entre os elementos de uma essência composta;

3) participação entre têrmos abstractos, estranhos uns aos outros em seu conteúdo formal;

4) participação entre têrmos abstractos, mais ou menos universais, compreendidos em uma mesma linha formal.

Na simbólica das religiões, vemos que os símbolos são participantes das perfeições do Ser Supremo, segundo o seu modo de ser. Daí haver uma hierarquia de símbolos, que são superiores à proporção que participem mais da perfeição atribuída ao ser supremo, que nas religiões é a **divindade.**

PARTICIPÁVEL — Vida **Participação.**

PARTICULAR — a) Opõe-se a universal.

b) Refere-se ao indivíduo.

c) O que não pertence a todos os indivíduos de uma classe, mas a uma parte apenas.

d) Na linguagem comum: o que ultrapassa a média comum. Uma estima particular.

e) Na Lógica: as proposições particulares (afirmativa e negativa) são assinaladas pelas letras I e O, no paralelogramo das proposições (vide **proposição**).

Deve-se preferir o emprêgo de **particular** no sentido opôsto a **universal,** deixando para os casos em que trata de indivíduo a expressão **singular,** o que tècnicamente é mais rigoroso.

PARTICULARMENTE (tomado) — Diz-se de um conceito que é considerado apenas em parte de sua extensão. Assim, a **animalidade humana** é a animalidade tomada apenas na parte humana da sua extensão, já que esta abrange todos os sêres animais. Aqui, animalidade, está tomada **particularmente.**

PARTIDO — a) Em geral as partes de um todo decomposto são chamadas **partidos,** desde que conserve a natureza do todo, como um pedaço de ferro (partido).

b) Na vida social, **partidos** são os grupos de indivíduos organizados, com ou não uma doutrina programática, que sob uma direcção, dispõem-se a empreender acções, em geral de ordem política **(partidos políticos).**

PARTI-PARCIAL — Na teoria das proposições de Hamilton, é a proposição em que o sujeito é tomado particularmente e também o é o predicado: Alguns S são alguns P.

PARTI-TOTAL — Na teoria das proposições de Hamilton, é a proposição na qual o sujeito é tomado particularmente, e o predicado, universalmente: Alguns S são todos os P.

PARTOGÊNESE — Vide **Agamogênese.**

Parva Naturalia — Nome que tradicionalmente se dá às obras de Aristóteles, que consistem em pequenos tratados sôbre temas psicológicos, biológicos, tais como: **De sensu et Sensibili, De Memoria et Reminiscentia, De Somno, De Somniis, De Devinatione per Somno, De Longitudine et Brevitate Vitae, De Vita et Morte, De Respiratione.**

Paskein, grego = **passio,** latim = **a paixão** (a determinabilidade, potência).

PASSADO — Parte do **tempo,** que inclui os acontecimentos já decorridos. Sua relação para com outros acontecimentos já decorridos é considerada como fixa, pois é passível de classificações numéricas **ordinais** e **cardinais** (vide).

Sôbre o valor **ontológico** e **ôntico do passado** vide **epimetêico.**

Passend (al.) = **tópico.**

Passio (lat.) = **paixão.** Na Lógica, é a categoria que aponta ao accidente que sofre o sujeito. Vide **Categorias** e **Accidente predicamental.**

PASSIONAL — Diz-se do que é relativo às **paixões,** ou que é influído pelas mesmas. Vide **paixões.**

PASSIVIDADE — Carácter do que é passivo.

Passività (it.) = **passividade.**

Passivität (al.) = **passividade.**

Passivité (fr.) = **passividade.**

Passivity (ing.) = **passividade.**

PASSIVO — a) O que tem o carácter de uma «paixão».

b) O que sofre uma «paixão».

c) O que constitui uma «paixão».

PATÊNCIA — Vide: **pathos** e **afectividade.**

PATENTE — a) Diz-se do que se contrapõe a **latente,** com o qual está na relação de acto e potência. O patente actualiza-se, manifesta-se, enquanto o **latente** está virtualizado, oculto.

b) Emprega-se, ainda, para indicar o que é imediatamente captável pela sensibilidade. Vide **Patência.**

c) Por extensão, diz-se de tudo que é imediatamente **evidente.**

PATERNALISMO — a) É a protecção e o contrôle, que exercem os pais sôbre os filhos menores.

b) Diz-se da acção governamental ou do empregador para com os cidadãos ou empregados, em que essa relação se apresenta à semelhança daquela.

PATERNIDADE — a) Psicològicamente, é a relação de pai para filho, da geração do segundo pelo primeiro.

b) Psicològicamente, é o reconhecimento dêsse acto e do sentimento de amor, que há entre o primeiro e o segundo. A maternidade é complementária da paternidade.

c) Doutrinàriamente, diz-se que há paternidade numa teoria, doutrina ou opinião, quando se estabelece seu autor.

Pathé — Vide **Afecto.**

PATHÊNCIA — Vide **pathos.**

Pathos (gr.) — a) Sofrimento, em sentido passivo.

b) É o sofrimento psíquico, que se distingue da dor física, pois esta é localizada, e aquela é geral. Empregamos o têrmo **pathos** não só no sentido da dor, mas de tôda afecção, no campo da **afectividade** (vide).

c) Na literatura, é tudo o que provoca estados simpatéticos por parte do espectador. É o **pathos** da obra.

Pâtir (fr.) = **padecer.**

Patire (it.) = **padecer.**

PATOLÓGICO — a) O que revela, manifesta ou se refere ao estado **doentio.**

b) Em alguns filósofos, como Kant, emprega-se com referência aos sentimentos e, sobretudo, às paixões.

c) Popularmente, é usado para significar tudo quanto é **anormal** de modo excessivo.

PATOPSICOLOGIA — Distinguiram Specht e Nünsterberg a **patopsicologia** de a **psicopato-**

logia. A primeira estuda os factos psíquicos, que apresentam caracteres de morbidez, e a segunda a parte da **patologia,** que estuda as doenças do espírito.

PÁTRIA — O têrmo vem de **pater,** pai, em latim. É a terra dos pais, e indica sempre a filiação. A pátria é objecto de um sentimento afectivo e de adesão que se chama **patriotismo.**

PATRIPASSIANISMO — (Do latim **pater,** pai, e de **patior,** sofrer). Doutrina pela qual Deus sofre. No Cristianismo, foi Sabellius (no início do séc. III), que afirmou que os sofrimentos de Cristo eram sofrimentos de Deus.

PATRÍSTICA — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

PAZ — a) É a tranqüilidade, a ausência de colisões entre tendências.

b) Emprega-se com referência à convivência entre os homens, quando há concórdia de afectos e vontades, ou em que os antagonismos são resolvidos sem a luta cruenta.

A **paz interior** é a tranqüilidade da consciência. A **beatitude** é a paz do espírito, que tendo alcançado a verdade, não sofre mais da angústia e da inquietação da interrogação.

Diz-se que é **pacífico** o que é refratário à luta, o que é favorável à conciliação dos antagonistas.

Pacifismo é, em suma, a acção ou a tomada de posição em favor da paz e em não dar em troca aos males recebidos outros males, ou em não resistir ao mal.

Pazzia (it.) = **loucura.**

PECADO — Falta moral ou religiosa, considerada como producto de má consciência e como desobediência às leis, que a divindade impôs à ordem universal e às esferas particulares. No pecado, há sempre a consciência da falta praticada, pois, do contrário, não o seria.

Não há pecados na natureza, há no homem e nos sêres inteligentes. Se a expressão é mais de ordem teológica, não deixa de ter seu uso na Filosofia, já que o ser humano, até entre os que lhe negam a liberdade, é considerado culpado de tudo quanto faz conscientemente de mau, e até do que faz inconscientemente. É assim um tema ético, e sôbre o qual o filósofo moderno, que não se dissolveu na degenerescência do pensamento nihilista negativo, tem de se debruçar e estudar (vide **Ética** e **Nihilismo**).

PECATOFOBIA — Terror mórbido ao pecado já realizado ou possível de realizar-se.

Péché (fr.) = **pecado.**

PEDAGOGIA — (Do gr. **pedes,** jovem, e **gogia,** conducção). É, etimològicamente, a conducção dos jovens. Chamava-se entre os gregos de pedagogo, o escravo que conduzia os jovens. É a arte e a teoria do **ensino** em geral; é hoje a **ciência da educação.** É teórica, é prática e é normativa, pois além de estudar o nexo dos factos pedagógicos, de procurar os métodos mais eficientes, estabelece, conseqüente-

mente, as normas que devem ser seguidas para a obtenção dos melhores resultados.

PEDOLOGIA — (Do gr. **pedes,** criança, e **logos,** tratado). É a ciência que tem como objecto a criança, que é considerada como um ser que apresenta reacções, um desenvolvimento psicológico e sociológico todo especial e de máxima importância na formação dos esquemas, que servirão de base para a construcção do carácter e do proceder; em suma, do homem futuro, do varão.

Peine (fr.) = **pena.**

PELAGIANISMO — Doutrina de **Pelagius** (Pelágio), da Inglaterra (440), que foi declarado herética, pelo concílio de **Éfeso** (431), e que teve grande difusão em Roma, no Norte da África e na Palestina, cujos principais temas eram a negação do pecado original, que a morte não era um castigo. e que o homem poderia ser salvo sem a necessidade da graça divina. Bastaria apenas a fé para salvar. Pelágio foi muito influído pelas doutrinas estóicas. Por terem seus discípulos e seguidores se negado a submeterem-se às decisões da Igreja foram condenados.

PENA (CASTIGO) — a) Castigo ou sancção.

b) Angústia psíquica ou perda material causada ao indivíduo.

c) Atitude que se caracteriza pelo desagrado, acompanhada de expressões motoras e glandulares, como choros, soluços, etc.

d) Tristeza. É o contrário de **alegria.**

PENSAMENTO — Etimològicamente, pensamento, vem de **pensare,** pensar, medir, e de um radical **man, men,** que nas línguas indogermânicas significa avaliar, daí **mente, menção, homem, mensch, man,** etc.

O pensamento, estritamente considerado, como o estuda a psicologia, é o acto de pensar, acto de captação de pensamentos.

A intuição intelectual, ao captar as semelhanças e as diferenças, capta pensamentos.

Captar pensamentos é avaliar medidas, relações, notas, aspectos, modalidades, funções, etc., que são escolhidas, seleccionadas, **entre** muitas **(inter,** entre, e **lec,** radical que indica colhêr; daí **intelecto,** a função de escolher, de captar pensamentos).

O acto intelectual é um acto de escolha de pensamentos entre pensamentos, e êsse acto é o **acto de pensar.**

Na intelectualidade, temos um **pensamento intelectual,** que é o que realiza o acto intelectual de pensar.

Na sensibilidade, no sensório-motriz, também captamos pensamentos. Há um pensamento sensório-motriz que também avalia, compara, que se processa naturalmente sem a consciência actualizada na intelectualidade (o «**judicium sensus**» dos escolásticos). Mas nosso organismo também delibera e escolhe entre muitas acções inconscientes, acções de equilíbrio, por exemplo, do andar, ou de certos automatismos que acompanham e obedecem a interêsses orgânicos. O sensório-

motriz também tem sua **lógica** e ela se caracteriza pelo que chamamos **instinto.** E segundo o nosso inconsciente, escolhemos, preferimos, sem que muitas vêzes compreendamos o rigor que há nessas escolhas. Todo o conjunto de nossos reflexos obedece, quer na formação dos esquemas reflexos, como na coordenação em esquemas mais complexos, a uma **lógica,** que ainda é **logos,** em seu genuíno sentido de razão, também em seu genuíno sentido de coerência e de ordem, e não apenas no sentido intelectualista de racionalidade, do operatório, do comumente chamado lógico.

PENSAMENTO (Conteúdo do) — Vide **Conteúdo.**

PENSAMENTO MÁGICO — Vide **Magia.**

PENSAR E O PENSAMENTO — O sujeito do pensar é quem pensa, sujeito real, temporal. É a mente humana que realiza o acto de pensar (pesar, medir, calcular). O acto de pensar é, como acto, sempre novo. Assim pensamos no livro que está à nossa frente e cada vez que procedemos êste pensar, realizamos um acto novo. O acto de pensar é outro, mas o pensamento **livro** é o mesmo. Tal facto se dá, porque o que conceituamos, nós **ex-traímos, abs-traímos** das coisas.

Êsse conceito permanece virtualizado em nossa mente, pois o conceito de livro não é um livro, objecto real, mas o que generalizamos do livro, um esquema abstracto. E chamaremos de livro a todo o objecto que, em acto, isto é, como objecto, que suceda aqui e agora, corresponda àquele livro ideal, que virtualizamos. O conceito permanece em nossa mente como algo virtual, que ainda não é existencialmente **em acto.**

O ser virtual, que os filósofos costumam chamar de **ser-em-potência,** ou seja, um ser que ainda não é, mas que **pode,** tem o **poder, potência,** de vir a ser-em-acto, não é ser no tempo nem no espaço, pois não ocupa um lugar nem muda com o tempo.

O livro enquanto acto (êste livro, aquêle livro), «ocupa um lugar no tempo e no espaço». Por isso, ao pensarmos uma, duas, três vêzes sôbre o conceito livro, realizamos três operações mentais de pensar; quer dizer pensamos três vêzes, mas o conceito livro é sempre o mesmo em tôdas elas, porque o conceito o **separamos** do tempo e do espaço, enquanto, ao pensar, **somos** no tempo e espaço, e o pensamento é algo que repetimos, porque não é tempo nem espaço.

Assim, quando pensamos três vêzes sôbre o **triângulo,** realizamos o acto de pensar três vêzes, porém não temos três triângulos, mas apenas **um,** porque o conceito de triângulo é alguma coisa que separamos do tempo e do espaço, pois êste, que está aqui, pode ser maior ou menor em acto, apesar de, como conceito, não ter dimensão nem seus ângulos graus determinados, a não ser a soma de dois ângulos rectos, o que é matemàticamente necessário na concepção de um triângulo.

Todos, no entanto, sentimos isso quando dizemos: «eu tive o

mesmo pensamento de você», ou seja, quando um pensamento de outrem coincide com o nosso. Vemos, assim, que sentimos a realidade de um dos pontos mais importantes da lógica, que é o da distinção entre pensar e pensamento. O primeiro é objecto da Psicologia; e o segundo, da Lógica.

Pensée (fr.) = **pensamento.**

Pensiero (it.) = **pensamento.**

PENTADIALÉCTICA — (Do gr. **penta,** cinco, e **dialektika,** arte de esclarecer através das idéias). Chamamos de **pentadialéctica** o nosso método dialéctico que consiste em compendiar uma análise, examinando o tema em questão, segundo cinco aspectos, que constituem a sua concreção: 1) como **unidade,** pois tudo quanto é, é uma unidade, e pode ser examinado assim, com a aplicação do método decadialéctico: 2) como **totalidade,** pois é parte de um todo; 3) como **série,** pois constitue com outros uma nova entidade formalmente distinta: 4) como **sistema,** considerando a sua série dentro da totalidade maior na qual funciona, segundo a lei da **harmonia** (vide **harmonia**) e, finalmente, 5) como **universo;** ou seja, tomado do ângulo da universalidade que o inclui. Exemplificamos: uma célula nervosa pode ser considerada em sua **unidade,** como **totalidade** na fibra à qual pertence, como **série,** na inervação da qual sua fibra faz parte; como **sistema,** no sistema nervoso, que a inclui, e como **universo,** no ser vivo, no qual o sistema nervoso é um componente fundamental. Assim um indivíduo humano deve ser considerado como **unidade** individual, como **totalidade** no grupo social, **como série,** na classe, como **sistema,** no país do qual faz parte, como **universalidade,** na humanidade, ou no ciclo cultural ao qual pertence.

A **pentadialéctica** como a **decadialéctica** são providências que pertencem à nossa **dialéctica concreta,** cuja finalidade é concrecionar imediatamente a análise, a fim de evitar os preconceitos que surgem de um raciocinar abstractista. Aplica-se, sobretudo, à **filosofia prática** e ao exame dos factos, objecto de qualquer disciplina filosófica.

PEQUENAS PERCEPÇÕES — a) Têrmo pelo qual Leibnitz designava as percepções inconscientes. É uma concepção que, de certo modo, antecede a moderna concepção do inconsciente.

b) Alguns chamam de **micropercepções.** Como, porém, **micro** ou **macro** (pequeno ou grande) são relativos a alguma coisa, empregar-se-ia tal expressão para indicar apenas as percepções não acompanhadas de imediata consciência.

PEQUENO — Vide **Grandeza.**

Per accidens (lat.) = **por accidente.** Diz-se da falência, que consiste em dar **por substancial** o que é apenas **por accidente.** Vide **Accidente.**

Per aliud (lat.) = **por outro.** Diz-se do que não tem seu fundamento, nem sua razão de ser em si mesmo, mas por outro. A **modal,** por ex., é **per aliud,** também o **accidente,** que não é por si mesmo.

Peras (gr.) = **limite.**

PERCAPTAÇÃO — a) É a mera apreensão de um objecto, de uma idéia ou de uma existência conceitual.

b) É a experiência feita pelo indivíduo de caracteres que correspondem a objectos externos ou a estados internos de seu próprio corpo.

PERCEBER — Vide **Percepção.**

PERCEPÇÃO — Procura a Psicologia saber como, no adulto, se forma a representação do mundo exterior; que elementos entram para a formação dessa noção, dessa complexa noção, que é um dos mais empolgantes problemas da psicologia. Para o metafísico, o problema é colocado doutra maneira. O metafísico pergunta primeiramente pela legalidade do problema, se se pode afirmar a existência de uma realidade distinta do pensamento (Realismo), ou se tôda realidade não se reduz ao próprio pensamento (Idealismo). Se se colocar no primeiro caso, emite hipótese sôbre essa realidade. Então, essa realidade é apresentada como formada por átomos, como na filosofia de Demócrito, de Epicuro e de Lucrécio, ou é apenas o espaço geométrico, como em Descartes, ou de fôrças semelhantes à nossa actividade, como Leibnitz, ou os «reais» de Herbart, a «vontade» de Schopenhauer, etc. Mas essa colocação do problema não é da psicologia.

Para o homem comum, não há o problema da existência do mundo exterior, porque êle confunde as sensações com as percepções.

Nossos sentidos recebem excitações exteriores, têm sensações brutas, as quais mais tarde são transformadas em percepções.

A percepção é um producto psicológico de formação secundária, e nasce e se desenvolve com o concomitante desenvolvimento da personalidade do homem. As excitações exteriores provocam-nos sansações brutas, diversas, díspares, sem ordem, mas a **percepção** já é o resultado de um trabalho de ordenação das sensações.

Podemos sentir essa desordenação da sensação bruta com uma simples experiência. Basta que ponhamos a cabeça para baixo e, por entre as pernas, como exemplifica Ebbinghaus, e olhemos uma paisagem.

Que diferença nessa paisagem quando a olhamos de cabeça para baixo: uma multiplicidade difusa! Com esta simples experiência, temos uma distinção viva da sensação bruta e da percepção.

Um exame, por exemplo, da visão nos dá elementos importantes para compreender essa distinção. A vista nos transmite as manchas de côr do mundo ambiente, de intensidade diferentes, mas as direcções, como direita, esquerda, acima e abaixo, não são coisas, mas relações que só podem ser afirmadas depois de conhecermos nossa colocação no espaço, ou a posição dos objectos em relação à terra. Aqui, já há conhecimento. Além disso as manchas de côres se confundem, se mesclam, se esfumam, se mudam, porque as côres sofrem modificações constantes, segundo as ho-

ras do dia ou da noite. Um campo, uma paisagem variam segundo um dia claro de sol, ou de céu azul, ou um dia de chuva, de nevoeiro, ou, à noite, se é escura ou de luar.

A nossa vista tem uma fixação maior que a dos animais em geral.

Nossa visão é **binocular,** e permite que apreendamos a imagem com **ambos** os olhos, e pondo o objecto em foco, não temos a visão difusa da maioria dos animais, mas fixa focalizada, focada. Nossa visão está penetrada de atenção, de tensão concentrada (de in-tensidade) e êsse acto é um acto de intencionalidade, de vontade, de querer, porque há direcção da tensão. São raros, no homem adulto, as sensações brutas, que só são produzidas no momento de torpor, de sonolência, de devaneio, em que as coisas exteriores passam aos nossos sentidos sem nitidez. Mas, no acto de percepção, há ainda uma memória, um reconhecimento, recordações, pois quando vejo esta mancha e digo que é um livro, é porque **sei** o que é um livro, e essa mancha é o que eu chamo de livro. É fácil ver que a percepção contém mais do que a sensação outros elementos para constituí-la, mas a percepção, por sua atenção, limita o seu campo de consciência. É por isso que alguns psicólogos dizem que «a percepção, que é uma sensação enriquecida **pela memória, é também uma sensação restringida pela atenção.**

Uma série de dificuldades são despertadas pelo problema da percepção exterior.

a) A representação, que temos do mundo exterior, envolve sempre a noção da extensão. É o que nos oferecem a visão, o tacto, as sensações cenestésicas. São tais factos que colocam o magno problema da noção do espaço;

b) ante o mundo exterior, não temos apenas uma noção confusa das coisas que o compõem, mas vemos que elas se delineiam, se focalizam, se distinguem, se fragmentam. Nós as separamos e as agrupamos para formar a noção de um objecto qualquer, uma árvore, um animal.

Na formação da noção de objecto, há duas funções: uma de disassociação, pois o separamos, fragmentamos o ambiente; e outra, de associação, pois concentramos, juntamos para **formá-lo.**

c) Êsses objectos são grupos de sensações estáveis e os consideramos como existentes fora de nós, embora os conheçamos apenas através de nossas sensações e só conheçamos dêles aquilo que a nossa consciência nos revela. Aqui surgem alguns problemas da Psicologia, tais como: **primeiro:** por que acreditamos na existência do mundo exterior e não afirmamos antes, como já o fizeram muitos, que é apenas uma ilusão dos sentidos, ou alucinação? **Segundo,** como se formou em nós a crença na existência do mundo exterior? Quais os meios que dispomos para chegar a uma conclusão neste ponto, e podemos afirmar alguma coisa como verdadeira por entre o que poderia ser alucinação?

PERCEPCIONISMO — Doutrina pela qual se afirma que o

ser humano tem a imediata consciência da existência de um mundo exterior ao eu. Esta doutrina se opõe à que afirma que essa crença vem **a posteriori;** isto é, adquirida por um trabalho do espírito. Para esta posição, a crença no **eu** é imediata, mas a crença na realidade do não-eu é de formação secundária.

Uma terceira posição é a que estabelece que a proporção que o ser humano adquire consciência da realidade do mundo exterior, adquire a consciência da realidade do próprio eu.

O ponto de partida é o da imersão total na concreção. A divisão, que se processa entre eu e não-eu, é **posterior.**

Percept (fr.) = **percebido.**

Perceptio (lat.) = **percepção.**

Perception (al., ing. e fr.) = **percepção.**

PERCEPTO — (Do latim **perceptum**) — Diz-se do que é conteúdo de uma percepção; o percebido, o objecto da percepção, o que é percebido. São os **dados** da **percepção.**

Percepzione (it.) = **percepção.**

Percezionismo (it.) = **percepcionismo.**

PERDÃO — É o estado de ânimo, em que se encontra alguém, agravado por outrem, seu agressor, e sente-se desagravado. O pecado, na Religião, é um agravo a Deus, e o **perdão** consiste em não considerar-se Deus agravado ou desagravado.

PERDURABILIDADE — Carácter do que dura através de, ou seja: carácter da permanência, através das transformações. A substância, para Aristóteles, caracteriza-se, também, pela durabilidade; isto é, ela permanece como tal, através dos accidentes que sofre.

A perdurabilidade de uma coisa indica que algo nela é idêntico através da heterogeneidade das **accidências** que sofre.

PERENIDADE — Vide **Perennitas.**

PERENNIS PHILOSOPHIA — Vide **Filosofia perene.**

Perennitas — (Do lat. **per** e **annus,** através do ano) = perenidade. a) É o carácter do que dura todo o ano, em oposição ao que dura apenas uma estação.

b) Emprega-se, na Filosofia, contudo, para indicar o que atravessa os anos, que é sempre actual, como a filosofia aristotélico-tomista.

PERFECCIONISMO — Vide **Ética.**

PERFECTIBILIDADE — Carácter do que é perfeito. Vide **Perfeito.**

Perfectio (lat.) = **perfeição.**

Perfectus (lat.) = **perfeito.**

PERFEIÇÃO — É a formalidade do perfeito. Vide **Perfeito.**

PERFEITO — Do lat. **per factum,** o acabado, o que alcançou a sua plenitude natural.

a) É perfeito o que em nada está fora de si mesmo.

b) E diz-se, também, perfeito qualquer ser, quando tenha completamente a sua natureza, como também o que atinge o seu princípio.

PERGUNTAR — É a **interrogação** (vide). À **pergunta** corresponde a **resposta.** Na pergunta, há sempre a revelação de uma resposta desejada, pelo menos da direcção que ela deve tomar.

PERÍCIA — É a habilidade ou a capacidade de quem é **perito** (vide).

PERIFÉRIA (Do gr. **peri,** em tôrno de... e **pherô,** levar, carregar). A parte mais externa de um corpo, o que constitui a sua fronteira. **Periférico** é o que se refere à **periféria.**

Periekein (gr.) = envolver, cercar. Daí **perieikos,** o habitante dos arredores das cidades gregas (periecos).

PERÍODO — a) Na Filosofia, é o tempo medido entre as fases heterogêneas de um fenômeno. Vide **Freqüência.**

b) Em geral, é o lapso de tempo decorrido entre dois acontecimentos, tomados como têrmos.

PERIPATÉTICOS — Partidários de Aristóteles. Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

PERIPETEIA — (Do gr.) — É a súbita mudança das condições da sorte, do destino, que Aristóteles considerava como o elemento mais importante e característico da **tragédia.**

Periphereia (gr.) = **periféria.**

Peri physeôs (gr.) = (em tôrno de). Da Física (tratado das coisas físicas).

Peri psykhês (gr.) = em tôrno da Psique (tratado da alma, Psicologia).

PERITO (Do latim **perior,** experimentar, daí **peritus,** experimentado). É o que tem conhecimentos sistemáticos e eficientes sôbre qualquer determinado ramo do saber ou da arte industrial, de modo que seus juízos são acatados, ou merecem especial consideração.

Perittos (gr.) = **ímpar.**

PERMANÊNCIA — De **per** e **manere,** manar através de, para frente. a) Significa o carácter do que perdura apesar do decorrer do tempo.

b) Para Kant, o **princípio de permanência** é o **princípio da substância,** do que perdura identicamente na coisa.

PERMISSÃO — É a acção e o acto de permitir; ou seja, de ser indiferente a que se faça algo ou não. Veja **Facultativo.**

PERPLEXIDADE — É o estado intelectual de indecisão. É o estado emotivo, que se produz com a manifestação de um grau de confusão, no qual há, ademais, conflitos impulsivos.

A perplexidade surge, no homem, ante as interrogações do mundo, pois à inteligência humana, ao formar-se a razão, tôdas as coisas são perguntas, que o deixam indeciso e confuso. É o que se verifica na criança, na fase de formação da razão. Por isso,

com acerto, dizia Platão que a perplexidade era a fonte da Filosofia, pois o homem, ao responder as perguntas que o deixam perplexos, inicia a filosofar.

Per se (lat.) = por si. Vide **Perseidade**, em **Ontologia.**

PERSEIDADE — Vide «**Ontologia.**

Perseitas (lat.) = perseidade. Vide **Ontologia** (objecto da).

Per se notas (lat.) = notado por si mesmo; quer dizer: **evidente por si mesmo.** Vide **Demonstração.**

PERSEVERAÇÃO — **Perseverar** significa persistir. Conservar-se firme e constante num sentimento, numa resolução. A distinção entre **persistir** e **perseverar** está em que êste último é uma espécie de **persistência**, é a **persistência** com resolução, producto de uma resolução, enquanto aquela apenas significa perdurar, ser constante, mas independente de uma resolução **conativa**, da vontade. **Perseveração** é, pois, o acto de **perseverar.** Vide **Cardeais (virtudes).**

PERSISTÊNCIA — É a condição de durar no tempo, com ou sem mutação. É a **sistência** (vide), que dura através de... A distinção entre **persistência** e **perseverança** está em **Perseverança** (vide).

Person (ing. e al.) = **pessoa.**

Persona (lat.) = **per**, através de, **sonare**, soar. Máscara usada pelos actores do antigo teatro greco-romano, **personagem**, daí **pessoa** (vide).

PERSONALIDADE — a) Carácter do ser que tem consciência do ser portador de si mesmo, que tem consciência de sua individualidade e de seu papel. Êste é o sentido ético e filosófico, portanto, da **personalidade.**

b) Confundido, indevidamente, com egotismo e egoismo.

c) Tomado, também, no sentido de originalidade, quando se fala na personalidade de um autor.

PERSONALISMO — (De **persona**, máscara do autor no teatro grego e romano). É a posição que considera a personalidade como o supremo valor. Quanto a **personalismo teístico**, vide **Deus.**

PERSONIFICAÇÃO — Acção de atribuir a objectos inanimados ou às fôrças naturais, características **pessoais.** **Personificar** é realizar a **personificação.**

Persönlich (al.) = **pessoal.**

Persönlichkeit (al.) = Vide **Personalidade.**

PERSONOLOGIA — Nome que alguns dão ao ramo da Psicologia, cujo objecto é o estudo da personalidade humana.

PERSPECTIVISMO — Perspectiva é a percepção da distância relativa de vários objectos ou de suas partes a partir de um observador.

Perspectivismo, nome dado por Nietzsche a todo conhecimento do sujeito, pois êste, dadas as suas condições, terá uma perspectiva das coisas sempre proporcionada à sua esquemática, o que se opõe à realidade profunda e individual

dos sêres. É, também, a doutrina que defende essa posição.

PERTURBAÇÃO — Perturbar é interromper um curso normal. Há perturbação, quando há essa interrupção. Assim, se o curso é de pensamentos, a perturbação é pensamental, e pode ser acompanhada de mêdo ou de mal-estar.

PERVERSÃO — a) É a degeneração ou alteração patológica de qualquer dos instintos ou tendências fundamentais.

b) Na psicanálise, é a desviação ou aberração do instinto sexual, como se vê no fetichismo, no sadismo, no masoquismo, etc.

c) Por extensão, o têrmo é empregado na Filosofia, no sentido de falsear ou de representar erroneamente as idéias; ou seja, pervertê-las.

PERVERSO POLIMORFO — Têrmo usado pelos psicanalistas para caracterizar as múltiplas predisposições sexuais constitucionais da criança, como a oral, a anal, etc., das quais, pela acção repressiva da educação e do ambiente social, decorre a conducta sexual normal. Do contrário, no adulto, elas se revelam em **perversidade.** Dizem os psicanalistas que a criança é um **perverso polimorfo,** indicando, dêsse modo, a potencialidade que há nela para tender às perversidades.

PESSIMISMO — Atitude ante as coisas do mundo, que se caracteriza por ressaltar os aspectos negativos ou deficitários ou discordantes, com a total ou parcial descrença de uma solução melhor.

O pessimismo é, pois, **escalar.**

PESSOA — (Do lat. **persona** = máscara que usavam os actores no teatro grego e no romano. A palavra, em gr., correspondente é **prósopon**).

Pessoa é o ser individual com consciência de si, com capacidade de escolha (**liberdade de escolha,** de **juízo**), capacidade de distinção entre o bem e o mal; portanto, capacidade de determinar-se e de avaliar, valorar valôres. É o que se chama **pessoa moral.**

Pessoa física diz-se do corpo do homem, como manifestação da **pessoa moral.**

Pessoa jurídica é o ser que possui os direitos e os deveres determinados pela lei.

Em suma, no conceito de **pessoa moral,** que é o que mais interessa à Filosofia, o que é fundamental é ser um portador de valôres com consciência de si mesmo.

PESSOAL — a) Diz-se do que concerne à pessoa.

b) Que é uma pessoa, em sentido moral.

c) O que é individual, o que é próprio de uma pessoa.

d) Em sentido pejorativo, usado, às vêzes, como **egoista.**

e) Também é usado em sentido laudativo, como algo que é criador, ou próprio.

f) Freqüentemente usado para referir-se a um conjunto de pessoas consideradas segundo um têrmo comum: «o pessoal da fábrica...».

PETIÇÃO DE PRINCÍPIO — Sofisma, que consiste em dar por suposta ou provada, mas de modo encoberto, no início do raciocínio, a conclusão, que se deve demonstrar. É, em suma, dar por provado prèviamente o que na verdade não o foi, e partir dêle para demonstrar algo mais.

PETITIO PRINCIPII — Vide **Petição de princípio.**

Pflicht (al.) = **obrigação.**

Pflichtenlehre (al.) = Vide **Deontologia.**

Phainesthai (gr.) = **aparecer.**

Phala (Sânscrito) — «fruto», por extensão; resultado, efeito.

Phanerós (gr.) = manifesto, evidente, **Phanerós.**

Phantasia (gr.) = imagem, imaginação.

Phántasma (gr.) = **Fantasma** (vide).

Philautia (gr.) = amor próprio. Vide **Filaucia.**

Philios (gr.) = amor fraternal, amizade. Vide **Filia.**

Philodoxia (gr.) = amor à opinião. Do gr. **philos,** amor e **doxa,** opinião. Indica aquêles que gostam apenas de opinar em assuntos filosóficos, e não de alcançar a juízos universalmente válidos e apodíticos.

Philosophia prima (lat.) = filosofia primeira. Vide **Ontologia** (conceito de).

Phorá (gr.) = **movimento local.**

Phronesis (gr.) = **prudência, saber.**

Phthora (gr.) = **corrupção.**

Phyein (gr.) = **nascer.**

Phylê (gr.) = **tribo, espécie.** Vide **Filogênese.**

Phylum (lat.) = linhagem, série específica. Vide **Filogênese.**

Piacere (it.) = **prazer.**

PIA FRAUS — Vide **Fraude.**

PÍCNICO — Segundo a classificação de Kretschmer, é o tipo que revela uma estatura corporal com pernas curtas e amplo peito, largo, e tronco relativamente amplo em forma de tonel, que revela um tipo **ciclotímico.**

PIEDADE — É o sentimento, que mais ou menos provoca as atitudes e um sentir condescendente para com os outros, suas falhas, seus erros, e que se afana em graus maiores ou menores em prestar o auxílio que os outros necessitam, para erguerem-se de seus erros ou de sua situação. É o que a palavra clássica **mercê** indica. Têrmo usadíssimo, sobretudo, na Teologia e nas Religiões.

Pietas (lat.) = **piedade.**

PIETISMO — É a concepção teológica e religiosa que prega se devem levar aos extremos as práticas religiosas e uma vida moral rigorosa, que atinja ao **ascetismo** e ao **fanatismo** até. Vide **Puritanismo.**

O movimento pietista iniciou-se com os protestantes alemães, dos séculos XVII e XVIII, com Philip Spener e, posteriormente, com August Frank.

PIRRONISMO — Doutrina céptica. Vide **cepticismo** em **Sinopse da História da Filosofia.**

Pistis (gr.) = **convicção, crença.**

PISTOLOGIA — O têrmo vem do grego **pistis,** que significa fé, crença, e significa a ciência, que tem como objecto a fé, as crenças religiosas. É uma parte da Teologia, cujo objecto é o que acima descrevemos.

PITAGORISMO — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

PITIÁTICO — a) De **peitheyn,** que, em grego, quer dizer, persuadir, e **iatikós,** que quer dizer o que cura, surge o têrmo **pitiático,** que significa o método de obter curas sôbre doenças nervosas, e em alguns casos até fisiológicas, por meio da sugestão em geral.

b) Chama-se por **pitiáticas** as perturbações mentais ou físicas, curáveis por meio da sugestão.

c) Ademais, chamam de explicação **pitiática** aquela que se dá para tais curas.

d) Usa-se, ainda, o têrmo **pitiatismo** para tais curas mentais.

PITIANISMO — Vide **Pitiático.**

PLANO — Projecto de acção complexa, que é mentalmente elaborado antes de sua execução.

Planificar é reduzir a plano qualquer empreendimento.

PLATONISMO — Vide **Platão** na **Sinopse da História da Filosofia.**

PLEBÉIA (filosofia) — Vide **Filosofia plebéia.**

PLERONA — (gr. **plerôna,** significa o que completa, o que enche). Têrmo usado pelos gnósticos para apontar o mundo da luz, o mundo espiritual, ou o mundo pleno de **eons** da vida divina. O mundo da eviternidade. Vide **Aevum.**

Plethos (gr.) = **a multiplicidade.**

PLURAL — O que marca maior número, como nos verbos, nos nomes, etc.

PLURALIDADE — Presença, ou discernibilidade de mais de uma parte ou de um **dado.**

Pluralidade de causas — Doutrina segundo a qual tudo quanto acontece é producto de mais de duas causas.

PLURALISMO — Teoria que afirma ser a realidade composta de mais de uma classe de entes, que são os princípios de todos os outros.

O contrário é o **singularismo** ou **monismo.**

PLURATIVO — Chama-se de **proposição plurativa** uma proposição plural, não universal, em que a extensão do sujeito é determinada por expressões como: **poucos, muitos, a maior parte, alguns... sòmente.** Distingue-se, portanto, da particular, pois, nesta, a quantidade do sujeito é representada por **alguns.**

PLURIVALÊNCIA — a) É ter várias **valências** (vide).

b) Na Lógica, há plurivalência, quando se admite mais valências que as de **verdadeiro** e **falso.**

c) Na Psic., contrário de **ambivalência.** Diz-se do funcionamento normal das valorações e dos interêsses relacionados com qualquer objecto, em contrário aos conflitos entre êles.

Na **ambivalência,** há a simultânea existência de emoções contrárias até na mesma pessoa.

PLURIVALENTE — a) O que admite varias **valências,** vide. Diz-se de tudo quanto pode tomar diversas formas, diversos aspectos, diversas valências, efeitos diferentes.

b) Na Lógica, a plurivalência refere-se às lógicas que admitem mais de dois valores, além de o de **verdadeiro** e **falso.**

PLURÍVOCO — O que tem muitos sentidos, o que pode ser tomado sob várias acepções.

PLUSVALIA — Vide **Marxismo.**

a) É a diferença entre o **valor de custo** e o **valor de troca.**

b) Sinônimo de **lucro.**

PLUTOCRACIA — Vide **Fases Críticas na História.**

PNEUMA — Vide **Espírito.**

PNEUMATICO — (Do grego **pneumatikôs,** que significa espiritual, muito usado no Novo Testamento).

a) Como adjectivo: **pneumático** era um dos têrmos da classificação dos homens, feita pelos gnósticos, como seja: **hílicos** (materiais) de **hylé,** matéria, **psíquicos** (de **psykhê,** alma) ou **pneumáticos** (espirituais).

b) **Pneumática** é a ciência das coisas espirituais.

c) Kant chama de **pneumatismo** o **espiritualismo substancialista.**

PNEUMATISMO — Vide **Pneumático.**

PNEUMATOLOGIA — Como **pneumática,** é a ciência que se dedica ao estudo da alma espiritual e dos sêres espirituais. É uma parte da Teologia Natural.

POBREZA — Confunde-se, em geral, com **miséria.** Mas há distinção. Na **miséria,** há falta até do essencial, enquanto, na **pobreza,** há apenas o suficiente para a manutenção da vida humana com a mínima dignidade humana. Na pobreza, há carência do relativamente supérfluo. Diz-se relativamente, porque a pobreza em um estágio pode ser miséria em outro, e o que é supérfluo a uns, pode ser já o necessário para outro. Tais têrmos são, assim, escalares, e em certos aspectos se confundem. Deve-se considerar um e outro sempre relativamente.

PODER — a) Como verbo, é ter a faculdade ou possibilidade, activa ou passiva, de alguma coisa. O que pode tem poder (substantivo), porque poder, como verbo, é, de certo modo, ter o poder como substantivo. Estamos, assim, numa apreciação meramente gramatical. Poder é ter a faculdade ou a capacidade,

ou a possibilidade de..., mas essa possibilidade, essa faculdade é o poder. Em geral, o verbo poder emprega-se com outro verbo no infinito: poder fazer, poder andar, poder sofrer, poder amar, poder odiar, etc. Neste caso, o poder transita para a acção que pode.

b) Como verbo intransitivo, é ter influência, é ter fôrça, autoridade, valor. «Quem é êsse que tanto pode?». «Êle pode com a cadeira».

c) Como substantivo, é a possibilidade, a faculdade de agir, portanto activa. Diz-se, também, da faculdade legal ou moral, do direito de fazer alguma coisa.

d) Como **kratos**, é o poder político, da autoridade do Estado. Vide **Kratos.**

PODER PESSOAL — Poder que corresponde à pessoa, por suas qualidades. Vide **Pessoa.**

Poena (lat.) = **pena.**

POESIA — Em sentido amplo é a realização da **poiesis.** Mas, no sentido actual, refere-se à arte lírica da palavra, ou seja à musicalidade da palavra. Hoje, contudo, o conceito de **poesia** se esfarela, e não há mais um enunciado pacífico, e seria impossível reunir tôdas as maneiras de concebê-la, que são as mais heterogêneas e quase pessoais, porque está totalmente entregue ao campo da **doxa,** das apreciações de valôres, sendo muitos poucos os capazes de especularem sôbre ela.

Poiein, grego, **actio,** latim = **a acção.**

Poieisis — Em gr. é a actividade de criar ou de fazer e da producção artística.

Poietiká — Em gr. é a arte (técnica) de produzir, de criar. O conhecimento poético distingue-se do prático e do conhecimento teorético.

Poion (gr.) = **quale,** a qualidade.

Poisón, grego, **qualitas,** em latim = **a qualidade.**

POLARIDADE — (De pólo, polar). Vide **Oposição.**

POLÊMICA DAS UNIVERSAIS — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

POLÊMICO (MÉTODO) — Do gr. **polemós,** guerra, luta, de onde veio **polêmica,** que significa discussão pública. Chama-se de **método polêmico** o conjunto dos processos e meios de discussão (da **polêmica**), por intermédio dos quais se pode distinguir os argumentos correctos e válidos dos que são incorretos ou falaciosos.

Polemós (gr.) = **luta, combate.**

POLIDEZ — Vide **Cortesia.**

POLIGENETISMO — (De **polys,** em gr., muitos, e **gênesis,** nascimento).

a) Emprega-se êste têrmo ou para indicar: o que teve uma origem múltipla e diversa, e que se transforma numa divrsidade ou multiplicidade menor, tendendo para a unidade, ou num sistema que, primitivamente, era rico e complexo, e que, depois, se sim-

plificou por eliminação de certos elementos, ou por assimilação entre alguns dentre êles.

b) Diz-se, também, da doutrina que afirma que a espécie humana teve uma origem múltipla, ou de casais, não tendo seus descendentes se unido aos descendentes de outros casais, ou de casais, que não têm antepassados comuns: ou seja, que uma espécie viva poderia ter descendido de diversos indivíduos distintos, que não tinham entre si antepassados comuns, ou ainda: que diversas espécies, pertencentes ao mesmo ramo possam ter provindo de espécies diversas, não pertencentes ao mesmo ramo.

c) Chama-se, ainda, **poligenética** a teoria que afirma que os fenômenos, que constituem a vida em nosso planeta, possam ter surgido em diversas épocas, quer por uma forma sensivelmente idêntica, quer por formas levemente diferentes.

POLIMATÊICO — Do gr. **Polymatheikós,** que significa o que é versado em muitas ciências.

POLIMATIA — (Do gr. **polymathia** ou **polymatheia,** de **polys,** muitas, e **mathesis,** instrucção; em suma, **grande instrucção**). O têrmo era empregado em grego já com certo sentido pejorativo, pois significava ter muitos e vários conhecimentos, mas com falha de unidade e de ordem. Serve para indicar o espírito erudito (que sabe muitas coisas várias), curioso e dispersivo, sem a unidade e a profundidade que deve possuir. Contudo, êsse emprêgo nem sempre se justifica.

POLIPSIQUISMO — O têrmo é criado por Durand de Gros, para indicar a doutrina por êle descrita dêste modo: «Afirmo que cada um dos centros nervosos do cordão medular é um pequeno cérebro, e que possui, como tal, tudo o que há de essencial nas atribuições do próprio grande centro cefálico; em outras palavras, sustento que êsses centros nervosos subordinados são a sede de centros psíquicos, que ocupam o cérebro e que chamamos **eu.**» (cit. por Lalande).

POLI-REALISMO — (Do gr. **polys,** muitos, e **realismo**). É expressão criada por Rauh para indicar as diversas esferas da realidade entre si irreductíveis, a esfera da realidade física, da lógica, da matemática, da moral, da ética, da sociológica, etc.

POLISEMIA — (Do gr. **polys,** muitos, e **semeion,** sinais).
a) Emprega-se êste têrmo para indicar a pluralidade de significações, acepções, que pode ter um têrmo em certo momento. Opõe-se a **polylexia (lexis.** palavra), que indica a presença de diversas palavras para indicar o mesmo conceito.

b) Diz-se, também, **polisemia** para o fenômeno linguístico, que consiste em uma palavra estender-se de um sentido primitivo para diversos outros.

POLISSILOGISMO — Cadeia de dois ou mais **silogismos,** de maneira que a conclusão de um sirva de premissa do segundo, e assim sucessivamente. Quando tal se dá, o primeiro chama-se **prossilogismo,** e e último **epissilogismo.** A **sorite** é um **polissilogis-**

mo abreviado, pois subentende as conclusões intermediárias e as premissas, que são a repetição daquela. Vide **Silogismo.**

POLITEÍSMO — Do gr. **polys,** muitos, e **theos,** deus. Diz-se da crença na existência de muitos deuses. Assim temos o **politeísmo** popular da Grécia, etc.

POLÍTICA — a) Como adjectivo, no sentido grego é o que trata da vida colectiva de um grupo de homens organizados (**polys,** os muitos, **polis,** cidade). É o sentido que ainda se encontra na expressão **Economia política.**

b) Especialmente é tudo que concerne ao Estado, ao Govêrno, ou à arte de alcançar o poder ou dominá-lo, conservá lo, etc., como, também, ao que se refere às questões sociais, à justiça, à administração e a tôdas as actividades da vida colectiva.

c) Como substantivo, é a arte ou conhecimento dos factos políticos. É a acção que realiza o **político** na sua actividade específica.

d) Por extensão, diz-se de tudo quanto obedece a um plano elaborado, ou que é conduzido segundo um plano.

e) Também comumente usado para indicar o que revela tacto, habilidade na vida social ao tratar com os outros.

POLÍTICO — Vide **Política.**

POLITISMO — Têrmo criado por Eucken para indicar o perigo que surge na sociedade moderna, em que constantemente a vida do indivíduo e dos grupos, tanto econômica, como cultural, é cada vez mais influída pela acção da **política,** que tende a totalizar-se e absorver, sob seu domínio e poder, tôda a vida nacional. Sem dúvida alguma, essa é a característica de nossa época. Muitas idéias foram pregadas no século passado, e cheias de idealismo, mas a única realidade que temos de tudo isso é o constante aumento do poder do Estado e da política, que avassalam tôda a vida social e até o pensamento dos homens.

Pollá tá (gr.) = **o múltiplo, a multiplicidade.**

Polloi (oi) (gr.) = **a massa humana.**

Polly (gr.) = **muito.**

PONDERAÇÃO — (Do latim **pondus,** pêso, e daí **ponderare.** pesar, meditar). Diz-se da acção e do acto de ponderar, de meditar, de comparar, de **imparcialidade.** Diz-se que é **ponderado** o juízo ou aquêle que é imparcial. Vide **Parcialidade.**

Pons asinorum — Em latim **ponte dos asnos,** que é um diagrama, figurativamente construído por Tartaretus, por volta de 1480, que propunha, a fim de auxiliar os estudantes de Lógica a alcançar o **têrmo médio** do silogismo, e captar suas relações. Dizia-se que era tão difícil levar os alunos a encontrar o **têrmo médio** como o era fazer asnos passar uma ponte.

Dêste modo, surge na Filosofia **pons asinorum** não só para indicar a figura esquemática de

Lógica, que resume as fórmulas, que servem à descoberta do **têrmo médio,** como também para significar tôda banalidade, tôda teoria ou processo bastante fácil, como, na geometria, o teorema de Euclides, que afirma: «se dois lados do triângulo são iguais, os ângulos opostos dêsses lados são iguais».

PONTE DOS ASNOS — Vide **Pons asinorum.**

PONTO — (Em gr. **Stimmê,** de **stizô**, picar; em lat. **punctum,** no mesmo sentido).

a) É o mínimo de espaço possível.

b) Na Matemática, é indefinível na geometria. É o indivisível. que tem uma posição no espaço, ou como a intersecção de duas linhas. O ponto é um **instante** do espaço sem dimensão.

PONTO ARQUIMÉDICO — Deve-se chamar de **ponto arquimédico,** na Filosofia, por semelhança ao de Arquimedes — que pedia um ponto fixo e uma alavanca, e com ela, então, deslocaria o mundo — aquêle princípio, axioma, ou postulado válido de per si, por si mesmo suficiente, que pode servir de ponto de partida e de apoio para todo um especular filosófico ou científico. Assim, na «Filosofia Concreta», o juízo **«alguma coisa há»** é o ponto arquimédico de tôda a sua construcção. O **cógito** de Descartes é um ponto arquimédico do seu filosofar.

PONTO DE VISTA — Vide **Perspectiva** e **Perspectivismo.**

PONTO METAFÍSICO é o nome que Leibnitz dá às mônadas. Vide **monadismo.**

POR ACCIDENTE — Vide **Accidente,** letra **b.**

POR SI (EXISTÊNCIA) — Vide **Per se** e **Perseidade.**

PORTANTO — Conjunção que indica a conseqüência lógica. Igual a **logo,** no latim **ergo.**

Port-Royal e **port-royalismo** — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

POSIÇÃO — É o lugar onde uma pessoa ou coisa é colocada; é a situação. **Posicionar** é pôr em posição. Vide **Posit.**

POSICIONAL — São **posicionais** os caracteres da percepção (vide **posição**). E o carácter **posicional** do pensamento é a idéia.

POSICIONALIDADE — É o carácter de ser **posicional.** Todos os actos psíquicos são posicionais, têm posicionalidade, porque colocam um pensamento, uma idéia, uma imagem, etc.

Posit — (Do lat. de **ponere,** posto, colocado).

a) **Positio** é a posição, a acção de pôr, de colocar. Uma proposição é **posita** (posta) colocada quando evidente de per si ou, também, um postulado arbitràriamente assumido.

b) Na Metafísica idealista, a «colocação do eu através de si mesmo é, pois, a pura actividade do eu», diz Fichte.

POSITIVIDADE — Carácter do que é **positivo.**

POSITIVISMO — Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

POSITIVO — a) O que está estabelecido por instituição divina ou humana. Assim, Direito Positivo, religiões positivas.

b) O que é revelado ao conhecimento como real.

c) O que é certo, sólido.

d) O que se opõe à negativo.

e) O que é claro, evidente, preciso.

f) O que é útil.

g) O que se ocupa com a ciência positiva.

Posón, em grego, **quantitas,** em latim = **a quantidade.**

POSSE — Facto de possuir.

a) Na Filosofia de Aristóteles, **exis** (gr.), **hábitus** (lat.), significa a posse, quando empregado em sentido transitivo, possuir alguma coisa.

b) Diz-se, também, em sentido jurídico, a detenção ou o gôzo de uma coisa ou de um direito, que temos ou exercemos por nós mesmos, ou por outro, que a tem ou a exerce em nosso nome.

A **posse** é um estado de facto, enquanto a **propriedade** é um estado de direito. Esta é a distinção entre **posse** e **propriedade.**

c) A coisa possuída, a posse.

Possessio (lat.) = **posse.**

POSSIBILIDADE — Carácter do que é possível; actos ou acontecimentos possíveis. Liberdade de fazer alguma coisa. Vide **Potência.**

POSSÍVEL — a) O que não implica contradição intrínseca.

b) O que pode ser feito.

c) O que está em potência. Vide **Potência.**

POSSUÍDO — a) O que está em poder de algo.

b) Diz-se que é **possuído** pelo demônio, o **possesso,** que muitos admitem como apossados por uma potência sobrenatural, um demônio, um espírito de além-túmulo, que lhe tira a liberdade, e dispõe de suas palavras e actos, e o torna instrumento de sua vontade.

POSTERIOR — Diz-se do que vem após outro, ulterior. Também o que fica atrás de...

POST-HIPNÓTICO — Diz-se dos fenômenos que surgem no estado de vigília ou do sono normal, mas que decorrem de um estado de **hipnose** anterior.

Post hoc, ergo propter hoc — Sofisma que consiste em considerar o antecedente apenas por ser tal, como causa do conseqüente, esquecendo que deve haver um nexo real, que ligue o segundo ao primeiro.

POSTPREDICAMENTOS — Tomaram o nome de **postpredicamentos (tà metà tàs kategorias),** a oposição **(opositio),** o anterior **(prius),** o simultâneo **(simul),** o movimento **(motus)** e o haver **(habere),** os quais Aristóteles estudou depois das **categorias (predicamentos).**

Os têrmos gregos correspondentes aos **post-predicamentos,** na mesma ordem, são os seguintes: **antikeisthai, próteron, ama, kínesis e exein.**

São as razões pertencentes a todos ou à maioria dos predicamentos, segundo suas propriedades comuns.

POST-SENSAÇÃO — Perduração de uma sensação, quando o estímulo externo já deixou de actuar, embora pareça que continua a fazê-lo.

POSTULADO — a) Entre os gregos, era a **proposição,** oferecida pelo geômetra, não demonstrada ainda, nem evidente de per si, que apenas propunha adotar provisòriamente, cuja **demonstração** se daria depois. Caracteriza o **postulado** não ser evidente de per si (como o é o axioma), e também não apresentar o seu enunciado uma necessidade, pois pode-se admitir que não seja verdadeiro , sem que tal expresse imediata **contradição.**

Se é êle **fundamento** de uma doutrina, não fundamenta de per si a doutrina.

b) Diz-se, também, da proposição que embora não sendo evidente de per si, serve de princípio para uma demonstração, desde que não se conhece outra proposição que ofereça superior grau de validez e de evidenciação. Neste caso, **postular** é propor enunciados, sem o rigor que encontramos nas outras acepções.

Em suma, o **postulado** se assemelha e é muitas vêzes sinônimo de **hipótese (suposição),** pois o que o caracteriza é ser uma **proposição** não evidente de per si que é proposta como princípio do raciocínio, mas que exige para sua plena validez uma **demonstração apodítica.**

POSTULADO DE EUCLIDES — Assim é exposto por Euclides, matemático grego, pitagórico: «Por um ponto, pode passar uma paralela por uma recta e apenas uma pode passar». É êste o famoso postulado **V** dos «**Elementa**» de Euclides.

Êste postulado é fundamental da geometria euclidiana para muitos, e as geometrias não euclidianas consistem precisamente em negar que se possa passar uma paralela sequer, ou em afirmar que podem passar não uma, mas muitas, segundo a concepção do espaço, que não seria, pois, mais euclidiana; ou seja, tridimensional, mas pluridimensional.

POSTULADO DE EXISTÊNCIA — Vide **Existência.**

Postulatum (lat.) = **postulado.**

Póte (gr.) = quando, no sentido de **tempo.**

POTÊNCIA (PODER) — a) Substancialmente falando, é sinônimo de **poder** (vide). É a capacidade de poder em todos os sentidos dêste têrmo. Tem **potência** (poder) o que pode activamente.

b) Como poder, em sentido passivo, equivale à **potência passiva,** e opõe-se a **acto.**

c) Sentido de **virtualidade,** isto é, a potência ainda não actualizada num determinado sentido.

Assim, a potência da fôrça eléctrica, de uma queda d'água. A virtualidade indica sempre uma latência, algo já em acto sob uma determinada forma, mas actualizável sôbre outra forma.

Êste sentido confunde-se às vêzes com a potência activa, mas convém distinguir, pois a potência activa é o poder fazer determinadamente, e a virtualidade é a potência (activa ou passiva), já em acto, sob uma determinada forma, mas que pode ser assumida por outra forma, ou seja que é especìficamente diferente do que pode ser. É, em suma, o acto que pode actualizar-se de outro modo.

d) Carácter do que pode. Ter potência.

Grande é a problemática que o conceito de **potência** provoca na Filosofia. Vide **Acto.**

A potência não é um princípio agente. O que está em potência reduz-se ao acto, por algo que já está em acto. Potência e acto são as primeiras diferenças do ser. O que está em potência é algo que também está em acto, não sob o mesmo aspecto. O que está em potência, naturalmente se move por outro que está em acto.

POTENCIAL — a) O que existe em **potência** (vide).

b) Na Mecânica, a **energia potencial** é a que é função da posição dos corpos e das fôrças, que um exerce sôbre o outro. Opõe-se à energia cinética, que é a do movimento ou fôrça viva, função da massa e da velocidade.

c) Na Física, é uma das grandezas que define, quantitativamente, a energia. Pròpriamente é a **intensidade** (vide).

POTENCIALISMO — a) É a posição doutrinária, que afirma que tudo quanto há e quanto haverá, já está contido, em potência, no universo, parte virtualmente, parte apenas possível. A virtualidade, exigindo algo em acto, o que pode vir-a-ser, já está de certo modo em acto no ser, não na forma determinada esta **(haec),** mas é constitutiva da eficacidade do ser.

Para essa concepção, a potência não é um outro, mas apenas a eficacidade do ser que não se eficientizou ainda desta forma, no exercício desta forma, mas pode eficientizar-se, ou ser eficientizada no pleno exercício desta ou daquela forma, que já contém, de certo modo, em seu poder de ser. Por essa concepção, a potência que, em Aristóteles, esfuma-se em um **quase nada,** passa a ser apenas o próprio acto, ou melhor a eficacidade do próprio acto ainda não eficientizada. Vide **Eficácia, Eficiência** e **Potência.**

b) Também se pode chamar de **potencialista,** de certo modo, a doutrina de Nietzsche. Reduzindo tudo à **vontade de potência** (a um querer poder, ou a um querer que pode, e pode porque quer), o ser, em sua última instância, é **vontade omnipotente,** pois, para êle, Deus é a **suprema vontade de potência.** Essa concepção, sob certo aspecto, já era aceita pelos escolásticos. Vide **Deus (atributos).**

Potentia (lat.) = **potência.**

Pou, grego, **ubi**, latim = **lugar (espaço).**

POUPANÇA (na Economia) — Em primeiro lugar, a poupança pode ser considerada:

a) como um acto;

b) como um conjunto de bens;

c) **como acto** — Neste caso, a poupança é uma renúncia ao consumo presente de bens disponíveis.

Ela pode ser **livre** ou **forçada:**

É **livre,** quando é realizada **sem** constrangimento do agente económico.

É **forçada,** quando o agente é pressionado por forças exteriores, quer económicas, quer extra-económicas a realizá-la (isto é, sob constrangimento).

Na poupança livre, há vontade, há uma estima, uma apreciação posta em acto.

Ao poupar, reconhece o agente económico, que a **utilidade futura** de um bem é maior que a **utilidade presente.** Quer, com ela, prevenir.

Há, assim, uma disparidade na apreciação da **utilidade presente** e da **utilidade futura.**

Em suma: poupar é renunciar à satisfação de uma necessidade presente, que experimentamos, desde que consideremos a satisfação de uma necessidade futura, que não podemos experimentar, mas da qual temos uma representação.

Então surgem as **coordenadas da poupança:**

1) o agente económico e uma representação do futuro;

2) a existência de uma energia suficiente para suportar um sacrifício presente.

I) Um dissipador puro, para o qual os bens têm uma utilidade no futuro igual a zero, forma um extremo oposto ao daquele que dá aos bens uma utilidade no futuro elevada ao máximo, chegando ao sacrifício da satisfação das necessidades mais elementares actuais, e temos o harpagão, o sovina.

II) **A poupança como conjunto de bens** — Neste caso, a poupança consiste no conjunto de bens materiais, que foram subtraídos ao consumo. Êstes podem ser:

a) **bens directos,** quando são postos em reserva. **Bens de consumo,** como os bens produzidos por uma economia fechada (agricultores, para argumentar), que os conservam, para consumo futuro. Como são bens de duração limitada, **perecíveis,** estão submetidos a **riscos especiais** de deterioração.

b) **Bens indirectos,** quando formados de bens diferentes dos de consumo.

Modalidades possíveis:

a) o agente económico, por meio de bens directos, pode adquirir bens indirectos para **poupança.** Por exemplo, a troca de productos agrícolas por arados, etc., e numa economia monetária, a venda, no mercado, de bens

colhidos (trigo, café, etc.), e acquisição de bens indirectos, como a moeda.

Poupança individual é poupança social.

Quando os bens directos ou indirectos são poupados voluntàriamente e ficam à disposição de quem efectuou a poupança, temos uma poupança individual.

Quando a poupança é forçada, ela vai beneficiar a outros agentes econômicos ou ao Estado ou às colectividades públicas. Temos, então, uma **poupança social.**

Examinemos êsses dois tipos de poupança.

Marco Fanno considera como poupança individual «tôda provisão de bens proveniente de uma producção precedente, subtraída voluntàriamente ao consumo, posta em reserva para o futuro, cujos poupadores individuais conservem a disponibilidade.

E **poupança social** «tôda provisão de bens existentes num país num momento determinado, posta em reserva para o futuro, e resultante de um excesso da producção sôbre o consumo, quaisquer que sejam os indivíduos e os grupos que têm dela a efectiva disposição».

Essas noções de Fanno são válidas para todos os sistemas econômicos.

Vejamos, agora, as **formas de poupança.**

Embora a poupança, como função econômica, seja **invariante,** suas formas e modalidades **variam.**

1) Na **economia fechada,** a poupança é feita pela **provisão de bens de consumo.**

Essa fase é substituída por outra, quando se dá **tesourização,** a qual se processa pela renúncia a um consumo presente para obter-se uma soma de moeda que não é colocada, mas que é guardada.

Antes do aparecimento dos institutos de crédito, antes do grande desenvolvimento do capitalismo bancário, a **tesourização** era muito verificável na Europa — onde ela foi mais desenvolvida — com a guarda de moeda não colocada. Tal se observa ainda em países pouco desenvolvidos, e em camadas sociais menos cultas. Assim, na França, havia antes da guerra, uma tesourização não empregada, extraordinária. Em outras partes do mundo, verifica-se ora um aumento, ora uma diminuição da tesourização.

Observa-se que nas épocas de crise, quando há ameaças de insolvabilidade dos bancos, a tesourização em metal ou a poupança em bens naturais torna-se crescente, como se verificou na Alemanha, na França, etc., durante os movimentos inflacionistas, após a guerra de 14-18.

O desenvolvimento do sistema bancário e das operações de crédito permitiu um progresso na poupança. Deixaram de se dar as provisões em bens naturais e a tesourização em moeda, para surgirem os depósitos em bancos, depósitos que variam. Quem dispõe de um supérfluo, confia-o a um banco. Êste o coloca, emprestando-o a particulares ou a pessoas públicas. Desta forma, a so-

ma depositada retorna ao mercado.

2) Na **economia capitalista,** a poupança se dá segundo as diversas estructuras dessa economia.

Consideremos as estructuras do capitalismo, o capitalismo atômico e liberal, o capitalismo das grandes unidades e o monopólio capitalista de Estado.

No capitalismo atômico, liberal, de pequenas unidades, a poupança apresenta-se como uma poupança caracterìsticamente **individual e livre.** Essas somas obtidas são confiadas a institutos bancários, numerosos e de pequenas dimensões.

No capitalismo das grandes unidades e do monopólio, que é o actual capitalismo, os institutos de crédito são concentrados, os institutos bancários aumentam. Êsses institutos não estão mais ao sabor dos clientes, têm **poder** suficiente para imporem-se sôbre êles.

Nesse período, temos formas de poupança forçada, das espécies mais variadas, por ex., quanto às sociedades anônimas ou sociedades por acções, em que as reservas, constituídas cada ano, tomam o destino decidido pela maioria da assembléia dos accionistas. Uma minoria, que desejasse aumento de dividendo, teria de ceder à maioria, porque, no regime de capitalismo, a maioria prevalece sôbre a minoria, à qual se submete aquela. Neste caso, essa minoria se veria forçada a uma poupança. Por outro lado, o Estado, com seu grande poder autoritário crescente, estabelece, como se fêz na Alemanha hitlerista e na Itália fascista, que os dividendos das sociedades não possam ser superiores a 6% para a distribuição, e o restante deve ser aplicado em títulos públicos, etc.

Alguns autores americanos e alemães sugerem uma outra forma de poupança forçada, consistente numa **alta de preços.** Os que têm rendas fixas, que formam a grande parte da sociedade, salariados de tôda espécie, etc., vêem-se, da noite para o dia, privados de um consumo actual ou virtual. Se o que ganham é suficiente apenas para manter as necessidades, vêem-se forçados a restringir o consumo. Se há sobras, essas são diminuídas pelo encarecimento dos preços. Há, aqui, uma poupança forçada, diferente das outras. É um processo de poupança, mas destinada para fins diferentes, pois não beneficia quem a faz, mas a terceiros. Nestes casos, o Estado não intervém directamente. E se intervém, é para provocar uma alta de preços através da inflação, diminuindo o consumo. Êsses aspectos serão melhor estudados oportunamente, quando examinemos a inflação e a deflação.

Num regime de monopólio capitalista de Estado, como o que se verifica na Rússia e que tentou na Inglaterra o trabalhismo, em que o Estado é o capitalista e o comprador de trabalho humano, êste estabelece, autoritàriamente, as formas de poupança, como se verificou na Alemanha hitlerista. O Estado representa a sociedade e muitos socialistas só

compreendem socialismo dêsse modo. Na Rússia, essa poupança se dá através dos empréstimos públicos avultados, em que a população é chamada a contribuir com suas sobras ou com a reducção do seu consumo, para que o Estado possa empregá-las na acquisição de máquinas, construcção de novas fábricas, aumento da producção, etc.

Num regime colectivista, de socialismo integralmente planificado, a poupança é forçada, autorizada pelo Estado ou pelas comunidades organizadas para benefício colectivo. Quando individual, foge à significação do socialismo, permitida apenas como reminiscência de sistemas anteriores (capitalista, etc.).

Essa poupança pode ligar-se a dois móveis. Constituir uma provisão de bens para serem ulteriormente consumidos ou para obter bens indirectos ou instrumentos, obtidos de outras colectividades. Neste caso, a poupança **transforma-se em capital,** como já vimos.

Afirmava Stuart Mill, em seus princípios, que «o capital deriva da poupança». Realmente tal se dá, e podemos verificá-lo em tôdas as economias.

Na economia primitiva, o caçador, quando obtinha alimentos suficientes para manter-se por mais dias, tinha tempo para construir melhores armas. Dessa forma, o consumo não era mais improductivo, mas productivo de bens indirectos, que aumentavam a productividade do esfôrço humano. Numa economia individual, primitiva, o capital nasce da poupança.

Numa economia de troca, o productor de trigo, que cede parte de producto ao fabricante de um arado, transforma sua poupança em capital.

Numa economia monetária, ao transformar seus bens em moeda, com esta adquire bens indirectos para constituição de seu capital. Neste caso, podemos ainda notar o exemplo do empréstimo. Aqui é necessário que alguém tenha poupado para emprestar, **que tenha consumido menos do que produziu,** para poder dar em empréstimo a terceiro. Num sistema bancário, também é fácil verificar-se a poupança como formadora do capital. O banco empresta da poupança de uns em benefício de outros, que poderão, assim, aumentar sua productividade. O sistema capitalista é todo fundado na poupança, isto é, na **restrição do consumo efectivo,** e o capital, que é elemento de todos os sistemas, como vimos, é um **producto de poupança.**

Pour soi (existence) (fr.) = **por si** (existência).

Pouvoir (fr.) = **pode.**

POVO — a) Comunidade integrada por muitas famílias e linhagens que se acham subordinadas a uma comunidade de descendência, língua, cultura e história. Esta é a definição de Gemmel.

b) Contudo, hoje em dia, a palavra aumenta de extensão para incluir, naquela, não só essas **conotações,** mas, também, a de todos os indivíduos componentes de uma nação ou país.

Power (ing.) = **poder, posse.**

Präcision (al.) = **precisão.**

Practica (lat. e it.) = **prática,** gr. **praxis.**

Practice (ing.) = **prática.**

Praecisio (lat.) = **precisão.**

Praedicamentum (lat.) = **categoria.**

Praedicabile (lat.) = **predicável.**

Praedicare (lat.) = **predicar.**

Praemissa (lat.) = **premissa.**

Präformation (al.) = **preformação.**

Praesentia (lat.) = **presença.**

Pragma (gr.) = **a coisa, o objecto.**

Pragmateia (gr.) = conjunto doutrinal, teoria, sistema.

PRAGMÁTICA — a) Parte da **semiótica,** que consiste no estudo das relações entre os sinais e seus significados, independentemente de outros sinais.

b) Diz-se, também, da colecção de formas ou de normas, que regulam actos ou cerimónias (religiosas, políticas, etc).

c) Antigamente se dizia de tôda a lei que não fôsse decreto da autoridade constituída politicamente, mas dos costumes e ordenanças respectivas.

PRAGMATICO — a) Do gr. **pragma,** acção e, sobretudo, ocupação, **negócio,** surge o adjectivo **pragmatikôs,** que se refere a todos os negócios de qualquer espécie, e que indicam homem prático, activo, hábil, capaz, e quanto às coisas, útil, sólida, eficaz, etc.

b) Diz-se de tudo quanto se refere à acção, à vida prática, em oposição ao teórico, ao especulativo, enquanto tal, salvo quando tendente a soluções práticas, **pragmáticas.**

c) Em sentido elevado, indica o que é real, eficaz, hábil ou capaz de utilidade, o activo no sentido operoso, etc.

d) Em sentido pejorativo, significa o meramente utilitário, o meramente prático, e diz-se daquele que apenas considera os aspectos materiais, desinteressando-se do teórico e do especulativo.

PRAGMATISMO — Vide **pragmático.** Nome adotado por Charles D. Pierce, em 1905, para nomear a doutrina que êle havia adotado em 1878, cuja definição foi dada por êle, como a doutrina «do fim do homem de acção».

William James expôs essa doutrina que, em suas linhas gerais, considera o valor apenas relativo à utilidade, e tudo vale para o homem na proporção da utilidade que apresenta. As verdades são, assim, utilitárias, e surgem elas do benefício que possam dar ao homem, e sua evidência é proporcional a êsse benefício. O homem é primacialmente utilitário, e tudo quanto constrói está movido por um interêsse utilitário.

Por essa doutrina, a verdade é apenas inerente ao homem.

Prägnanz (al.) = **pregnância** (vide).

Prajana (Sânscrito) = **Inteligência.**

Prajapati (Sânscrito) = senhor das criaturas. É o nome que nos Vedas é dado aos deuses. Posteriormente, passou a ser o princípio supremo de tôdas as coisas.

Prajna (Sânscrito) = realização. É a visualização da verdade, da natureza do idêntico, **atman, purusha.**

Praktisch (al.) = **prático.**

Praktische vernunft (al.) — Vide **razão prática.**

Prämisse (al.) = **premissa.**

PRÁTICA — Vide **prático.**

a) Exercício da acção voluntária.

b) Regras de conducta individual ou colectiva; sistema de normas de acção.

c) Exercício habitual de uma acção (prática de motorista).

d) Uso constante de algo (prático da língua).

PRÁTICO — a) **Praktikós,** em gr., vem de **praxis,** acção, e opõe-se a **teórico.**

b) Significa utilitário (interêsse prático, espírito prático).

c) Também o que é engenhoso simples. (É uma função bem prática).

d) E também o que determina a acção (um princípio prático de trabalho).

PRAXE (Do gr. **praxis** = actividade). É a actividade que tem a finalidade em si mesma. Distingue-se da **poiesis,** que é a producção criadora, que alcança a realizar algo distinto da própria actividade, como a do artista.

Práxis (gr. e al.) = **prática, acção.**

PRAZER E DOR (análise) — A sensibilidade, para os filósofos, é **irritabilidade, excitabilidade.** Para os psicólogos, é ora a faculdade de perceber, ora a faculdade de experimentar prazer e dor. Em cada um dos instantes da vida psicológica há prazer **ou** dor e, às vêzes, prazer **e** dor.

A vida psicológica não é independente da parte somática (do corpo) do ser humano. Tal não consiste em reduzir os factos psicológicos a factos meramente fisiológicos. Mas, se negamos a reductibilidade de uns aos outros, é porque reconhecemos que o grupo de factos, que formam os psicológicos, têm intensidade e características próprias, com objecto também próprio, mas que mantêm correlação com os factos fisiológicos.

Não há vida psíquica sem repercussões fisiológicas, como, também não deve haver factos fisiológicos, que não tenham qualquer repercussão psíquica, embora muitos dêles permaneçam inconscientes.

Prazer e dor são lògicamente indefiníveis.

Entretanto, prazer e dor são tópicos, localizáveis.

Alegria e tristeza são estados **páthicos,** não tópicos. Não temos uma alegria ou uma tristeza aqui

ou ali, mas sim uma dor aqui ou ali.

Tôda a vida afectiva (**páthica**) está ligada à sensibilidade (portanto à vida orgânica, ao somático).

O prazer e a dor são acompanhados de modificações periféricas ou extracerebrais.

O prazer é dinamogênico, tonifica, enquanto a dor diminui o **tonus** e a energia física, abate.

O prazer tem, no entanto, limites variáveis. Ultrapassados, torna-se desagradável. A desagradabilidade já é um estado de generalização, e marca a passagem da sensibilidade à afectividade. O mesmo se dá com a agradabilidade. Sentimos, no prazer, uma agradabilidade. O prazer, que é teórico, generaliza um estado de bem estar; agradabilidade. Temos aqui, evidentemente, a interpenetração da afectividade com a sensibilidade.

A vida afectiva é inseparável da vida psíquica. Tal identificação dialéctica na unidade vital não implica a reductibilidade da vida afectiva à psíquica em geral, porque há nelas distinções, estructuras qualitativas diferentes.

O prazer e a dor são qualitativamente diferentes, embora se identifiquem na mesma raiz da sensibilidade.

A teoria fisiologista explica o prazer e a dor como conseqüência de modificações orgânicas. No entanto, considere-se a influência que a consciência (a atenção portanto) exerce na agudização da dor. Por isso, procuramos distrair os sofredores. A presença das modificações físicas afirma apenas a contemporaneidade, não uma mera seqüência de causa e efeito.

Para os intelectualistas gregos (estóicos), experimentar prazer é o saber-se feliz; sofrer é saber ou acreditar que se é infeliz.

Para o intelectualismo de Descartes, o homem é apenas pensamento: quando activo, temos a vontade; quando passivo, o entendimento. O prazer e a dor, quando passivos, são «percepções» ou «pensamentos» do entendimento. Os afectos são apenas modificações orgânicas, mas condicionadas ao entendimento.

Mas a dor física precede a tôda representação. Temos consciência, de uma dor ao tê-la. Não é a consciência que a cria, mas é a consciência que a acompanha.

Para os activistas, a afectividade é apenas um modo de actividade.

Para os pessimistas, a acção é sofrimento (Schopenhauer, Kant, etc.).

Pela lei da qualidade, lei de Grote, há prazer quando há equivalência entre as fôrças dispendidas e as fôrças disponíveis. «Há prazer quando as fôrças disponíveis são dispendidas no sentido das tendências.

Com essa lei resolve-se a polêmica entre pessimistas e optimistas.

A dor pode tornar-se prazer, e vice-versa. Por sua vez há interpenetração da dor no prazer. Um

prazer, além das fôrças disponíveis, causa desagradabilidade e, posteriormente, dor. Um prazer pode ser e é mesclado com dor.

Prazer-agradabilidade x desagradabilidade-dor.

O prazer atinge e provoca um estado **pático-sensível** de agradabilidade; aumentado, sobrevém o de desagradabilidade, prosseguindo-se o de dor. Mas deve convir-se que a dor está sempre presente ao prazer, com o qual se identifica na unidade do facto psíquico. Mas é virtualizada no instante de prazer. Sua intensidade é menor que a daquele. Prosseguindo a intensidade do prazer, atinge seu climax, com a virtualidade ainda da dor, para suceder um decrescimento da intensidade prazeirosa, e aumentar a actualização da intensidade desprazeirosa, até atingir um grau de plena actualidade, enquanto o prazer é virtualizado.

Um não se torna, portanto, o outro: um actualiza ou virtualiza o outro.

Essa concepção dialéctica do prazer e da dor evita as inúmeras polêmicas, que se fundam em actualizações da nossa consciência, e apenas sôbre elas se estribam. A Neurologia vem em favor desta tese.

Tal teoria nos pode explicar porque há certo encanto na dor, como o interêsse que temos pela tragédia. Há um prazer no horrível. Sua acentuação anormal cria o que posteriormente se chamaria de algofilia, de sadismo (prazer na provocação da dor em outro) e até o masoquismo (prazer na provocação da dor em si mesmo).

A virtualização de uma dor aumenta o grau de intensidade do prazer. Por isso sentimos prazer quando deixamos de sentir a dor. E vice-versa. Não há privação de dor nem de prazer, mas apenas actualizações intensivas ou extensivas. Dor e prazer são fundamentais em tôda vida. Sua gradatividade nos explica a conceituação que tomam, e é essa mesma gradatividade que nos explica a impossibilidade de reduzir os factos psíquicos aos esquemas formais, que não são gradativos, mas excludentes. Por isso, na Psicologia, mais que em qualquer outra ciência, a dialéctica é metodològicamente mais proveitosa.

Para os pessimistas, a dor é positiva; o prazer, não. Seria êste privação daquela. Para os optimistas, é o prazer que é positivo; a dor, pura privação daquele.

Tais atitudes mostram sua clara improcedência ante o já exposto.

Quanto à origem da dor e do prazer, há duas teorias:

1) a **evolucionista** explica que o que é bom para nós dá-nos prazer; o que é mau, desprazer. E tal se daria por selecção natural. Os primeiros sêres tinham gostos e inclinações sem correspondência com a utilidade. Havia tendências nefastas, que levaram ao desaparecimento de algumas espécies. Perduraram apenas aquelas que harmonizavam suas necessidades vitais. Essas sobreviveram e transmitiram aos descendentes suas tendências.

Esta teoria explica porque temos prazer nos actos úteis, mas não explica porque temos prazer nos não-úteis, e até prejudiciais. Poderiam, no entanto, os evolucionistas dizer que são ainda reminiscências dêsse primitivismo, pois a evolução ainda não terminou.

2) A **teoria clássica** afirma uma finalidade no mundo. O prazer sobrevém quando cumprimos essa finalidade; o desprazer, nos casos inversos. As tendências dos sêres vivos são manifestações dessa necesidade.

Präzis (al.) = **preciso.**

PRE-ALFABETO — Diz-se daqueles poucos que ainda não usam o alfabeto ou um meio de comunicação das idéias, por intermédio de sinais que apontam as palavras.

PRECARIEDADE — Precário é o que tem pouca estabilidade ou duração, contingente, minguado. **Precariedade** é a qualidade do que é precário.

PRECAUÇÃO — Precatar é prevenir, é pôr de sobreaviso, de precaução, é acautelar-se. É **cautela** antecipada, prevenida.

PRECEITO — a) O que é recomendado como regra e ensinamento. É a norma a ser seguida.

b) Diz-se do que constitui as prescrições de uma doutrina.

Précis (fr.) = **preciso, resumo.**

PRECISÃO — Na Lógica e na Psicologia, é o acto da mente que consiste em tomar um objecto segundo um determinado aspecto formal bem delineado, com exclusão dos outros.

b) Carácter do que é **preciso.**

Precise (ing.) = **preciso.**

Precision (ing.) = **precisão.**

Précision (fr.) = **precisão.**

PRECISIVO — Carácter do que é preciso. Diz-se do que é abstraído e tomado isoladamente, segundo o aspecto formal que se separou mentalmente. Vide **Abstracção.**

PRECISO — a) O que é dado nìtidamente, separado do conjunto dado à intuição, abstraído de modo a conter apenas o que realmente é. É o que é exacto, determinado certo. O que é claro, distinto, formal. Precisão do pensamento = clareza, distinção no pensamento; conceitos precisos = conceitos nítidos, claros.

b) Emprega-se, popularmente, para indicar o que é indispensável, necessário, como nas expressões como esta: é preciso (é mister) fazer isso...

Precizione (it.) = **precisão.**

PREÇO (na Economia) — Para alguém obter os bens que necessita para satisfação de suas necessidades, é mister sacrificar, ceder algum ou alguns que possui.

Em seu aspecto **invariante,** essa porção de bens que alguém cede em troca do que precisa (acto econômico, portanto oneroso) é o **preço.**

E êsse preço, neste caso, sendo bens, pode ser formulado por qualquer espécie de utilidade.

Mas essa operação não se processa, **mecânicamente,** numa simples troca. Nela se processam também factos psicológicos, sociológicos, etc. Nela intervêm inúmeros factôres **co-variantes,** que a tornam **diferente,** que lhe emprestam novos matizes, novas qualidades, que a diferenciam das outras.

Um estudo no preço, que se detivesse apenas dentro da esfera do quantitativo, não hauriria muitos aspectos que são importantíssimos, sobretudo nos dias que correm, e que servem para uma melhor compreensão dos factos econômicos actuais.

Em nossa linguagem quotidiana, diz-se que o preço de uma mercadoria ou de um serviço é a **quantidade de moeda** que é preciso dar para obtê-la. Poderíamos considerar não só uma quantidade de moeda, ou uma mercadoria dada em pagamento, mas um serviço, avaliável em moeda. Ora, sabemos, que a moeda serve para **medir,** para **avaliar** econômicamente os bens.

PRECONCEBIDO — Diz-se do juízo que se antecipa ao exame da questão.

PRECONCEITO — a) Noção ou teoria que é formulada antes de possuir dados suficientes para que seja provável.

b) Usa-se para indicar o pre-juízo, o juízo que se faz inicialmente, antes de realizar o exame de alguma coisa (preconcebido).

c) Diz-se, também, dos juízos que são prèviamente estabelecidos, e que as provas posteriores em contrário não conseguem desfazer: **preconceitos sociais,** por ex.

PRECONCEPTO — Vide **Preconceito.**

PRECONHECIMENTO — Conhecimento do futuro, que permite as seguintes distinções: **antecipação** ou **presciência,** que é um conhecimento imediato e não obtido por inferências: **expectação,** que é uma predição captada por inferências lógicas sôbre o futuro.

PRECONSCIENTES — São os processos psíquicos latentes, os quais a consciência não capta em determinado momento, mas que podem sobrevir-lhe mais ou menos efectivamente. É um têrmo que se popularizou por intermédio da **psicanálise.**

PREDESTINAÇÃO e a REPROBAÇÃO — Como decorrência da providência divina, surge desde logo um dos temas mais importantes da Teologia: o da **predestinação.**

Aceitam os teólogos religiosos que Deus concede elevar o homem à bemaventurança sobrenatural, à visão clara e facial de sua divina essência. E se tal permite, deve conceder meios que leve o homem a alcançar tal excelência.

Várias têm sido as opiniões formuladas sôbre êste ponto. Aproveitamos uma síntese que se pode fazer dentro da teologia cristã, onde êste tema, no Ocidente, tem sido tão estudado.

Segundo Orígenes, Deus predestina à glória em atenção aos méritos contraídos pela alma em sua

existência anterior à união com o corpo.

Mas, os pelagianos admitiam que apenas por razão dos méritos naturais, feitos nesta vida, é que Deus predestina os homens à glória.

Os semipelagianos admitiam que só eram predestinados à glória os que por sua actividade natural algo faziam e empreendiam no caminho da salvação.

Outros admitem que a predestinação à glória é dada àqueles, nos quais Deus prevê que farão bom uso da graça que lhes concede. Outros admitem que nossas orações e obras podem mudar os desígnios de Deus, o que muitos consideram absolutamente supérfluas, pois Deus nos predestinaria à glória, independentemente da nossa boa ou má conducta.

Os calvinistas, por exemplo, julgam que estamos já predestinados, tanto à glória ou à reprobação eterna, independentemente de nossas obras.

A doutrina da Igreja Católica, em suas linhas gerais é a concepção exposta por Tomás de Aquino.

O homem é livre, e Deus respeita esta liberdade. Mas admite que alguns, pela vontade divina, estão predestinados, necessàriamente, à salvação, enquanto outros dependem de suas obras.

PREDETERMINISMO — Vide **Determinismo.** Indica que a determinação das coisas já estava disposta pelo império de um ser superior (Deus. etc.).

PRAEDICABILIA — Têrmo latino, usado na Lógica Predicamental, que é a que se dedica aos estudos dos predicamentos, antepredicamentos e postpredicamentos, ou seja das ordens em que se classificam os predicados. O têrmo é usado para referir-se às **cinco vozes (quinque voces),** estudadas por Porfírio no seu famoso **Isagoge** (Introducção) ao estudo das categorias de Aristóteles, e que são: **gênero, espécie, diferença específica, proprio** e **accidente** (propriedade) (vide), que são os cinco grandes predicáveis, nos quais se podem classificar todos os predicados. Enquanto tais, são entes de razão **(entia rationis),** mas com fundamento nas coisas, ou seja, têm, nas coisas, algo real, que fundamenta êsses esquemas mentais.

PREDICAÇÃO — Acção de predicar, de afirmar ou negar algo a algo, um predicado a um sujeito. A **predicação** é, assim, uma relação.

PREDICADO — O que se diz de algo, ou se nega o que se afirma ou se nega de um sujeito.

PREDICAMENTAL — É o que se refere aos predicamentos, às categorias. **Linha predicamental** é a pela qual, remontando-se de espécie para gênero e dêste para o que lhe é superior, alcança-se, afinal, ao gênero supremo.

PREDICAMENTO — Do latim **predicamentum,** proposto por Boécio para traduzir o têrmo aristotélico **kathegoreia** (categoria). As categorias são **praedicamenta.** Vide **Categorias,** e **Antepredicamento** e **postpredicamento** em **Accidente Predicamental.**

PREDICATIVO — Que atribui um predicado a um sujeito.

PREDICÁVEL — a) É o que pode ser predicado a um sujeito.

b) Nome que Porfírio dava às cinco classes de predicados, que eram os seguintes: **gênero, espécie, diferença específica, propriedade** e **accidente.** Chamados pelos escolásticos as **quinque voces** e **modi predicandi.** Essa classificação de Porfírio fundava-se numa anteriormente feita por Aristóteles nos «Tópicos».

c) Kant chamava de predicáveis **(predicabilien)** todos os conceitos **a priori,** mas derivados, que podem ser deduzidos dos predicamentos ou categorias. Assim a fôrça, a acção, a paixão, na categoria da **causalidade;** a presença, a resistência, na categoria da **comunidade;** a origem, a destruição, a mutação, na categoria da **modalidade.** Chamava-se **predicabilien des reinen Verstandes** (predicáveis do entendimento puro).

PREDICÇÃO — a) É a expressão de uma inferência que se refere a acontecimentos futuros. Vide **Profecia.**

b) Na Mat., há **predição** quando há a inferência sôbre um acontecimento desconhecido ou futuro, tirado de cálculos que envolvam probabilidades e, em particular, a computação de correlações.

O processo de predizar valôres, dentro dos dados conhecidos, chama-se **interpolação;** e o processo de predizer valôres, fora dos dados conhecidos, é chamado **extrapolação.**

PREDISPONENTES (factôres) — Vide **Factôres predisponentes.**

PREDISPOSIÇÃO — É a disposição antecipada. Diz-se, também, da **tendência** (vide).

PREENSÃO, PREHENSÃO — Do lat. **prehensus,** de **prehendere, tomar).** Diz-se do processo sensível em que os dados são captados pelo sujeito.

PRE-ESCOLÁSTICA — Vide **Escolástica.**

PRE-EXISTÊNCIA — a) Diz-se da **existência** que antecede à **tempo-espacial,** à **cronotópica** ou à **actual.**

b) Na linguagem comum é a latente, o que é **virtual,** o que é possível, mas já sendo sem a determinação actual. Assim se diz que o carácter futuro preexiste na criança de hoje.

PREFERÊNCIA (Do lat. **prae** e **fero,** levar com antecedência, tomar com antecedência). Há preferência, quando a vontade, por eleição, por escolha, entre valôres, elege um dêles.

PREFIXAÇÃO DO SER — Vide **Ontologia.**

PREFORMAÇÃO — Concebem alguns a existência de certos órgãos e partes de um organismo em forma rudimentar na célula germinal, da qual surgirá o organismo, considerando-se o desenvolvimento, como sendo do que já está presente, embora em forma minúscula. Diz-se, assim, que há **preformação** dos órgãos, etc. O **preformismo,** como hipótese científica, defende semelhantes

postulados. Vide **Evolução** (teoria da).

PREFORMACIONISMO — (Do lat. **prae** + **formare**, preformar). É a doutrina pela qual se afirma que os órgãos e os caracteres hereditários da criatura viva já estão constituídos no germen, em forma minúscula, mas já estructuralmente diferenciados. É a teoria de Leibnitz, influído pelas descobertas do microscópio de Leeuwenhoek, e pela teoria do **homunculus**, de um pequeno homem contido no esperma, o que hoje está totalmente refutada.

PREFORMISTAS — Teoria da Evolução.

PREGNÂNCIA — Têrmo proposto por Wertheimer (**Prägnanz**) para designar a forma mais característica que pode tomar uma estructura e para a qual, segundo Köhler, tende tôda forma ou estructura. É, em suma, a intencionalidade da **Gestalt** (forma). Vide **Gestalttheorie.**

PREGUIÇOSO (raciocínio) — É o sofisma que consiste nas seguintes pseudo-razões: diz o sofista que nenhum dos nossos esforços podem impedir a marcha natural das coisas, pois o futuro já está determinado pela divindade, já que tudo acontece necessàriamente, razão pela qual se entrega ao destino, aos prazeres, aos impulsos, porque é inútil e impossível impedir o processo natural da vida.

PREHISTÓRIA — Parte que antecede a História, no sentido vulgar dêste têrmo, por não apresentar documentos escritos ou tradições regulares, e cujas características só podem ser induzidas dos materiais subsistentes, ou reconstruída pelo raciocínio, fundando-se nos dados antropológicos e arqueológicos disponíveis.

PRELÓGICO — Foi Levy-Bruhl que empregou, pela primeira vez, êste têrmo, para significar a maneira dos primitivos raciocinarem, não que tal pensamento não fôsse lógico, mas apenas porque não excluem o contraditório, bem como por aceitarem certas crenças que em muito diferem das do homem civilizado, mais pragmático, mais «objectivo», e tendentemente materialista. O primitivo admite poderes interactuantes dos sêres entre si, que estão excluídos do pensamento do homem civilizado culto, não, porém, do homem actual, do homem comum, que revela aceitar, também, tudo quanto é comum à esquemática do homem primitivo.

O têrmo tomou grande uso na filosofia moderna, e pode-se usar para significar o pensamento mais intuitivo e mais afectivo, dando-se ao têrmo **pensamento** uma extensão que deve merecer, como vimos no artigo em que dêle tratamos (vide **Pensamento**). Nesse caso, o pensamento infantil, quando predomina a fase dos **anteconceitos** (vide), é um pensamento pre-lógico.

PREMEDITAÇÃO — É a acção ou acto de premeditar, de meditar com antecedência sôbre a acção a ser realizada. É a projectação do que se pretende fazer. Usa-se, sobretudo, para indicar a projectação de um crime. No dir.

penal, o que não é premeditado é o que é impulsivo, súbito.

Premier (fr.) = **primeiro.**

PRÊMIO — Vide **Retribuição.**

Premiss (ing.) = **premissa.**

PREMISSA — (Em gr. é **protásis**, proposição). Em geral, premissa é o que serve de ponto de partida e de sustentáculo para um raciocínio. Na Lógica, é a proposição ou juízo que serve de elemento para um **raciocínio.**

PREMOÇÃO FÍSICA — Vide **Liberdade.**

PREMONIÇÃO — É a idéia ou o temor de um sucesso próximo, suscitada pela experiência ou por factôres, que são às vêzes desconhecidos. Na metapsíquica, é a revelação sôbre futuros acontecimentos, que é atribuída a fontes supranormais ou até sobrenaturais.

PRENOÇÃO — Os epicúrios usavam o têrmo **prolépsis** (prenoção), bem como os estóicos, para o espontâneo do geral, anterior a tôda reflexão, embora provinda da experiência.

PREOCUPAÇÃO — Vide **Eu.**

PREORDENAÇÃO — Doutrina que afirma que todos os acontecimentos da vida estão já destinados e são determinados por uma deidade. Vide **Fatalismo.**

PREPARAÇÃO — Nome dado designar o conhecimento natural à modificação que sofre uma representação ou uma percepção, desde o instante que ela penetra na consciência, até o instante em que ela produz um efeito associativo.

PRE-PERCEPÇÕES — Vide **Atenção.**

PREPOSIÇÕES — São as partículas invariáveis, que servem para estabelecer relação entre duas palavras, tais como **ante, de, desde, contra, perante, por, sob, sôbre,** etc.

PRESÁGIO — É um acontecimento que se supõe anunciar um outro, embora entre ambos não haja um nexo causal evidente. Vide **Augúrio.**

PRESCIÊNCIA — a) Conhecimento do futuro.

b) É, também, um dos atributos de Deus.

PRESENÇA — Etimològicamente, **presente** vem do particípio presente do verbo **praesum,** que, por sua vez, é formado de **prae** e de **sum. Prae,** preposição, que significa **diante** e **sum** do verbo ser, estar. De forma que, presente significa o que está ante, em frente, diante.

Presença, como substantivo, e o adjectivo correspondente, tomam diversos sentidos:

a) em sentido espacial é presente o que está ao alcance da sensibilidade humana; e **ausente,** que é o seu antônimo, o que se acha fora dêsse alcance.

b) Em sentido temporal, é o que está sendo em oposição ao passado, o que foi, e futuro o que será.

c) Em sentido ontológico, presença e presente significam o

que se dá em si ou em outro. O que, de certo modo, é o ser actual, virtual ou potencial.

O conceito oposto a êste é o de **ausência,** que, em sentido ontológico, significa a não **presença** de um modo de ser.

PRESENTAÇÃO — a) Em sentido lato, algo directamente presente à mente cognoscente, quer como imagem, quer como memória, quer como imaginação, quer como emoção etc.

b) Em sentido restrito, empregado na Psicologia experimental, como fase de uma experiência, pela qual se faz perceber ao sujeito um certo objecto, como a presentação visual, auditiva, olfativa, etc.

PRESENTACIONISMO — Doutrina exposta por Hamilton, a qual consiste em afirmar que o espírito tem consciência, e esta é apenas o conhecimento imediato da existência objectiva de certos atributos da matéria, tais como êles existem em si mesmos (Lalande).

Este têrmo é empregado, também, por certas teorias idealistas ou fenomenalistas.

O presentacionismo, quer realístico ou idealístico, opõe-se a representacionismo. Êste afirma, em oposição àquele, que a nossa mente, na percepção, na memória, ou em todos os tipos de conhecimento, não conhece os objectos directamente, mas por meio de esquemas, que os representa.

PRESENTE — a) Como substantivo, presente opõe-se ao passado e ao futuro. Presente é o tempo existente no próprio momento em que dêle se fala, que se escoa.

b) Na gramática, tempo do verbo.

c) Como adjectivo: o que é captado por um acto consciente do espírito.

d) O que está pronto para ser posto em acção.

e) O que existe agora.

f) O que se acha onde estamos ou no que falamos.

PRESSENTIMENTO — Acção ou acto de pressentir, de sentir com antecedência um sucesso futuro.

PRESTABELECIDA (Harmonia) — Vide **Monadismo** e **Harmonia.**

PRESTÍGIO — Vide **Fama.**

PRESUNÇÃO — a) É o juízo ou a opinião, que é formada sôbre indícios ou começos de prova. É a suspeita, a conjectura.

b) Jurìdicamente, é o que se supõe verdadeiro até prova em contrário.

c) É o juízo ou opinião muito favorável, que alguém forma de si mesmo: Vaidade.

d) Na Lóg., é o raciocínio pelo qual se põe, em materia de facto, uma conclusão provável, embora incerta.

PRESSUPOSIÇÃO — a) Pressupor é supor prèviamente, supor é o que é posto **sub,** o que é conjecturado prèviamente, o que é

dado como assentado, sem ter tido uma demonstração cabal.

b) Também o acto mental decisório, pelo qual se aceita uma presuposição.

Pressuposto é sinônimo de **pressuposição.**

PRESSUPOSTO — Vide **Pressuposição.**

PRETENÇÃO (De pre + tenção) a) Na Gnosiologia, é a **intencionalidade** (vide).

b) Na Psic., é o propósito de conseguir alguma coisa.

PRETERNATURAL — Sinônimo de **Sobrenatural** (vide).

PRETEXTO — Vide **Motivo.** Diz-se da razão especiosa, que alguém dá para justificar uma convicção ou uma volição, dissimulando a verdadeira, mais ou menos consciente.

Preuve (fr.) = **prova.**

PREVALECER — Vide **Prevalência.** É o valor que tem preferência, que orienta uma acção, que prevalece.

PREVALÊNCIA — Diz-se que há prevalência, onde um valor é superior a outro. Vide **Valência.**

PREVARICAÇÃO — É o desvio do caminho da verdade ou dos factos. É o equívoco, a evasão, a mentira, a caricatura.

PREVISÃO — É a acção ou o acto de prever, de ver com antecedência, que é a antecipação mental de sucessos que podem ocorrer. Sinônimo de **antecipação.**

PRIMADO — O que está em primeiro lugar, o que tem prioridade. Também **primazia:** superioridade de categoria, primeiro lugar.

Diz-se que uma coisa tem **primazia** sôbre outra, quando tem superioridade sôbre outra. Assim, para Schopenhauer, a **Vontade,** como êle a entende, tem **primazia** sôbre o intelecto, ou a razão prática para Kant, que tem **primazia** sôbre a razão teórica.

Prima Intentio — Vide **Intenção.**

PRIMÁRIO — Sinônimo de **Primeiro.**

PRIMAZIA — Vide **Primado.**

PRIMEIRO — a) Numa ordem, o que antecede a todos os outros e que a inicia.

b) Significa, também, posição inicial.

c) Cronològicamente, é o que é mais antigo na sucessão temporal dada, ou, numa ordem serial, o que a inicia.

d) Na Lóg., o que não se define por meio de outros têrmos.

No conhecimento, o que é evidente de per si, o que se **mostra de per si,** de modo a servir de **fundamento** para as demonstrações; também, na deducção, são primeiros os têrmos ou proposições que estão colocados no início da deducção.

e) Na Psic., o ponto de partida do espírito na formação de um juízo ou de um raciocínio, num desenvolvimento genético, numa associação etc.

f) Ontològicamente, é o que contém o ser das outras realidades, e que é a causa eficiente e final delas.

g) O que é excelente, do mais alto grau: «Um homem de primeira ordem».

PRIMEIRO CÉU — Vide **Céu.**

PRIMEIRO MOTOR IMÓVEL — Vide **Motor.**

PRIMEIRO MOVENTE — Na Filosofia de Aristóteles, é a primeira causa de tôdas as mutações e que, por sua vez, é imóvel, e não sofre mutações de qualquer espécie.

PRIMITIVO — a) É o que se refere ao início da cultura humana. Corresponde aos homens prehistóricos, e a tudo quanto ainda é prehistórico.

b) É o que inaugura uma série, o primordial. Vide **Primeiro.**

c) O que é rude, elementar. «Costumes primitivos».

d) O que dura desde os tempos mais antigos.

e) Chamam-se **primitivos modernos** os povos que, ainda em nosso tempo, conservam uma vida semelhante à dos primitivos.

PRIMORDIAL — a) É o que é **primeiro, primitivo** (vide).

b) O que serve de origem, o que coincide com a origem.

c) O que é fundamental. É um postulado primordial.

Primum cognitum (lat.) = primeiro conhecido (cógnito). Na escolástica, a primitiva cognição intelectual do espírito em contraste com a primitiva cognição sensível.

Primum mobile (lat.) = o primeiro móvel o primeiro **movente.**

PRINCIPAL — a) Axiològicamente, é o que tem um valor preponderante num sistema de valôres.

b) Diz-se, também, do que tem o papel de **princípio** de alguma coisa, ou seja, de onde alguma coisa principia.

PRINCÍPIO — a) De onde tudo inicia a ser (principia a ser). (**Arquê** — vide).

b) A causa fundamental da verdade universal, inherente a tôda coisa.

c) A primeira fonte de todo ser, de tôda actualidade e de todo conhecimento.

d) Na Ontologia, as categorias ou os postulados da Ontologia.

e) Na epistemologia, a essência do ser, fundamento de todo conhecimento.

f) Na Lóg., **proposição primeira.** (Vide **primeira**).

g) Na Ciência, as proposições directivas, características, às quais todo desenvolvimento posterior as subordina.

h) Regra ou norma de acção nìtidamente representada ao espírito e que é enunciada como uma fórmula de acção. «É um homem de princípios...»

PRINCÍPIO DA SUBSTANCIA — Vide **Substância** e **Permanência.**

PRINCÍPIO DE CONTRADIÇÃO — Vide **Princípios fundamentais da demonstração.**

PRINCÍPIO DAS UNIDADES ORGÂNICAS — Princípio, enunciado por G. E. Moore, mas já conhecido dos antigos filósofos, de que o todo tem um valor intrínseco não igual aos valôres intrínsecos da soma das partes que o constituem. É um enunciado do nosso **princípio tensional.**

PRINCÍPIO DE EQUIVALÊNCIA — Nome que se dava antigamente ao princípio de conservação da energia. Vide **Energia** (Princípio de Conservação da).

PRINCÍPIO DE FINALIDADE — Vide **Princípio.**

Outro princípio, abandonado muitas vêzes e muitas vêzes retomado, e que hoje adquire uma significação nova, é o princípio de finalidade, o princípio **teleológico** de Aristóteles, que o fundamentou em sua famosa frase: «a natureza nada faz em vão», também enunciado por outros nesta frase: «há uma ordem na natureza».

Mas o verdadeiro sentido é que tudo quanto se realiza obedece a um fim, a uma meta. Todos os factos têm, assim, não só uma razão suficiente que os antecede, como uma razão suficiente na sua sucessão. O princípio de finalidade é como a aplicação do princípio de razão suficiente ao futuro, ao **por-vir,** um fim, uma meta colimada, consciente ou inconsciente, para a qual tende tudo quanto sucede no universo.

Pelo simples facto do princípio de finalidade não se impor tão poderosamente à razão, como o de razão suficiente e o de identidade, a controvérsia é longa. O maior argumento contra o princípio de finalidade (fundado na **causa finalis** de Aristóteles) é que êle não é exigido necessàriamente como os outros, podendo ser compreendido o universo sem que êle se coloque como necessário, imprescindível.

Contudo, é mister que salientemos que todo agir implica um dirigir-se para algo porque um actuar que não tende para algo seria um nada actuar. A direcção para um têrmo **ad quem** é inevitável, e êsse têrmo é um fim. Finalidade é o carácter de ter um fim. Neste caso, todo actuar tem **necessàriamente** um **fim,** um **para onde êle tende.**

Vide **Princípios fundamentais da demonstração.**

PRINCÍPIO DE IDENTIDADE — Vide **Princípios fundamentais da demonstração.**

PRINCÍPIO DE INDIFERENÇA — Vide **Princípio de Razão não-suficiente.**

PRINCÍPIO DE PERMANÊNCIA — Vide **Permanência.**

PRINCÍPIO DE RAZÃO NÃO SUFICIENTE — Diz-se que duas possibilidades são iguais, quando não se pode dizer de uma nem de outra que tem mais probabilidade ou mais fundamento que a outra.

A essa situação, que chamam de **Princípio de Indiferença,** chamam outros de **Princípio de razão não-suficiente.**

PRINCÍPIO DE RAZÃO SUFICIENTE — Princípio formulado por Leibnitz para indicar que cada coisa, ou verdade, tem sua razão, ou causa explicativa suficiente, pela qual é o que é, e não outra coisa. Vide **Princípios fundamentais da demonstração.**

PRINCÍPIOS DOS INDISCERNÍVEIS — Vide **Indiscernível.**

PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO — Vide **Princípios lógicos** e **Princípios fundamentais da demonstração.**

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA DEMONSTRAÇÃO — O verdadeiro enunciado do **princípio de identidade** não é o **A é A** ou **ente é ente, ser é ser.** Se dizemos que **A é A,** realizamos uma mera tautologia, sem nenhuma utilidade filosófica. O melhor enunciado é o seguinte: **A é A** necessàriamente, mas só enquanto é **A.** Em outras palavras, enquanto **A é A,** não pode ser, simultaneamente, não **A.**

O princípio de contradição pode ser considerado ontológica e lògicamente. Ontològicamente, o enunciado é: é impossível que algo simultaneamente seja e não seja sob o mesmo aspecto. Lògicamente: impossível é afirmar e negar o mesmo de algo sob o mesmo aspecto, e simultaneamente; ou melhor: o que é não pode ser simultaneamente o que não é, porque é o que é.

O **princípio do terceiro excluído** enuncia-se assim: ou algo é, ou algo não-é. Também se chama **princípio de disjunção,** pois indica que, para certa coisa, é necessário que valha a afirmação ou negação. Se dissermos que **A é B,** ou não é **B,** neste caso seria falso que **A é B,** como também seria falso que **A** não é **B,** o que violaria o **princípio de contradição.**

São êsses três princípios fundamentais para a validez da demonstração. Em tôrno dêles tem surgido uma grande problemática, e grande a disputa que provocou através dos tempos.

Entende-se por **princípio,** em linhas gerais, o ponto de partida de onde alguma coisa é (de onde principia), ou é conhecida. Os acima estudados são considerados clàssicamente como princípios demonstrativos, proposições comuníssimas, imediatas; são adquiridas por impulso nativo de nossa inteligência, na simples cognição dos têrmos. Não há necessidade de nenhum outro têrmo objectivo para alcançar a sua validez e evidência, a verdade dêles esplende da própria cognição dos têrmos. Basta a nossa experiência, a fôrça nativa da nossa intelectualidade para alcançá-los. São êles fundamentos de tôda argumentação. Sem êles, teria sido impossível fundar um saber culto, e foram sempre considerados como válidos por **mostração,** e não por demonstração, pois a sua evidência era de per si suficiente.

O princípio de causalidade eficiente: Pela análise dialéctico-ontológica, o conceito de causa passa a ter um sentido unívoco. Ela aponta a **dependência real.**

Que se entende por **causa eficiente?** O enunciado suarezista é claro: é o princípio por si que influi ser, por sua acção, em algo

adequadamente distinto. O eficiente faz a acção que se dá no paciente. Agente e paciente são adequadamente distintos. Dá êle o ser (influi o ser). O efeito é o novo ser, o que existe pela acção do agente, adequadamente distinto do productor, do que o produz.

O enunciado clássico do princípio de causalidade eficiente é o dado por Aristóteles: o que se move é por algo movido (na expressão escolástica: **quidquid movetur, ab alio movetur).**

Mas êsse enunciado não abrange a totalidade do princípio, pois apenas se cinge ao efeito ou forma, que é produzido pela moção. Afirma êle que a moção não pode ser o próprio móvel, ou seja, que o móvel nunca pode ser causa de seu próprio movimento, o que afirma, por sua vez, a adequada distinção entre móvel e movente, entre paixão **(passum)** e agente, teses controvertidas, que exigem uma análise ontológica . Para Aristóteles a moção se dá de um estado para outro estado. Resta saber se é essa apenas a única moção que se pode dar.

Para o racionalismo filosófico, dada a causa eficiente, segue-se, necessàriamente, o efeito, mas, nessa concepção, a causa eficiente opera necessàriamente, e não inclui a causa livre, por isso padece de êrro. Para Hume, a causa eficiente é antecedente da qual necessàriamente segue-se algo, que é o efeito. Falta aí o nexo causal, pois actualiza apenas a antecedência, a consecução dos fenômenos. Para Kant, a todo fenômeno segue-se necessàriamente algo, negando, pois, a liberdade, mas apenas a sucessão daqueles.

Dizer-se que todo efeito tem uma causa é mera tautologia.

O que começa a ser **(incipiens)** tem uma causa eficiente, realmente distinta do incipiente. O que começa a ser, antes de ser, é relativamente nada disto ou daquilo. É impelido à existência por algo que não pode ser nada, mas alguma coisa, e eis a causa eficiente. Êste enunciado, como o afirmam os suarezistas, é mais sólido que os outros. e com razão o fazem, não é ainda, porém, suficientemente claro e verdadeiro, por não ser universal. Porque as coisas, que são **ab aeterno,** que não tiveram nenhum princípio, excluem-se de tal enunciado. Expressa algo verdadeiro tal enunciado, mas não indica tôda a verdade, daí propor-se esta fórmula: **o contingente tem uma causa em si mesmo realmente distinta de si.**

Esta forma já oferece o carácter de universalidade e de verdade. O que é contingente não tem a causa em si mesmo, isto é, não existe por fôrça de si mesmo. Aponta a um nada actual que em nada permaneceria sem o influxo de algo que o actualizasse. O que o actualizaria seria em acto; portanto, realmente distinto dela. Daí Suarez substituir a primitiva fórmula aristotélica por esta: **o que é produzido, de algo realmente distinto de si é produzido.** O que é nada perseveraria no nada, se algo, que é, não lhe desse o ser actual. Para ser, portanto, exige algo que lhe seja distinto realmente, que o impila

à existência, o que leva a afirmar que o que é produzido necessita de algo realmente distinto que o produza, pois o que não existe não pode ter fôrça para produzir-se.

Daí surge um corolário da filosofia concreta:

O que é produzido não tem em si a fôrça para produzir-se, mas é produzido por outro actualmente, em ser que lhe é realmente distinto. Hellin, em sua **Theologia Naturalis**, pág. 147, analisa o enunciado do princípio de causalidade dado por Tonquédec, que é o seguinte: o que não existe de per si, existe por outro adequadamente distinto. Êste enunciado pode ser entendido de muitos modos, e pode ser entendido em sentido da contingência, e em sentido formal, e exemplifica: o que não existe de per si, isto é, por fôrça de sua essência, porque é contingente, existe por outro, ou seja tem uma causa eficiente de ser. Embora verdadeiro êste princípio não difere da forma suarezista: «o contingente tem causa eficiente» e, ademais, é equívoca, porque pode ser tomada sob vários sentidos.

Segundo: o que não existe de per si, isto é, por fôrça de sua essência, por ser contingente, existe por outro ou por fôrça de existência distinta pela coisa ou pela razão, é um princípio verdadeiro, mas nada diz sôbre a causa eficiente.

Terceiro: o que não existe de per si, porque a sua essência não é a forma da existência, existe por outro; isto é, tem causa eficiente. Êste princípio é verdadeiro, não o é, porém, imediatamente verdadeiro, pois precisa primeiramente demonstrar-se que o que não existe de per si, isto é, o que, cuja essência não é forma da existência, é contingente, e, conseqüentemente, se é contingente, tem causa. Ainda neste caso, a forma suareziana é mais clara e mais breve.

Quarto: o que não existe de per si, porque a sua essência não é forma de sua existência, existe por outro ou pela existência distinta da essência. O enunciado é verdadeiro, mas nada diz da causa eficiente. Para evitar a equivocidade propõem os suarezistas a forma: **o contingente exige causa eficiente para existir. Tem causa eficiente, se existe.**

Sabemos que o ser contingente é aquêle que existe ou poderia não existir, o que, conseqüentemente, é constitutivamente, de si mesmo, nada. É um ser que vem a ser, que não tem em si, em sua constituição, a existência. É um ser indigente de causa para existir, o ser contingente não tem em sua constituição a existência; é, em sua constituição, nada. Ora, já vimos, que o que é nada, em nada persevera. E necessita de outro que o impila a existir, outro, já existente, que tenha a virtude de o impelir à existência. O princípio de causalidade eficiente é considerado pela filosofia clássica de imediata evidência, portanto não passível de demonstração.

O ser contingente é aquêle que pende de outro para ser, isto é, cujo existir não é absolutamente decorrente de sua essência, como se dá com o Ser Supremo.

Na filosofia clássica, os dois princípios: o de contradição e o de causalidade eficiente são analíticos, pois o predicado enuncia algo que pertence à constituição da própria coisa. O princípio de contradição é chamado **estático,** enquanto o de causalidade é chamado **dinâmico.** A ausência de contradição não é sòmente propriedade conseqüente da razão do ser, mas é constitutivo dêle. Se não há ausência de contradição, não temos propriamente o ser, mas a quimera.

A indigência da causa não indica certa propriedade do ser contingente, mas é da índole intrínseca e essencial dêle. Afirmam os suarezistas que depender actualmente da causa, não pertence à essência do ser contingente, porque êste pode não existir, e, conseqüentemente não pender de sua causa. Contudo, reconhecem que a indigência da acção da causa eficiente é o constitutivo intrínseco e a índole essencial do ente contingente, quer em estado de potencialidade, quer em estado de actualidade pois o ser contingente é sempre dependente, actual ou potencialmente, ou seja, é o ser que, para ser seu ser, penderá de outro. Assim, há uma dependência actual num ser contingente que existe, e potencial no que pode vir a existir. De qualquer forma, a dependência não é um accidente, mas é o constitutivo intrínseco dêsse ser.

Do que examinamos, podemos tirar o seguinte corolário:

A causa essencial adequada de algum efeito contém em acto tôda a perfeição do efeito.

Uma causa contém a perfeição do efeito eminentemente ou formalmente, pois, do contrário, a perfeição actualizada no efeito viria do nada. A justificação dêsse corolário, por parte da filosofia clássica, segue vias tortuosas e difíceis, devido às aporias, que tem de enfrentar. Entretanto, tais aporias são superáveis.

Surgem objecções como esta: que a perfeição pode ser contida apenas virtualmente, e não actualmente. Se contém apenas virtualmente, teria sòmente a virtude para causar e, neste caso, não teria a perfeição em acto, o que provocaria a contradição. Se não tem a virtude em acto, ela seria nada em relação ao acto e, neste caso, a virtude de produzir seria nada, e não conteria virtualmente o efeito. Portanto, a virtude só poderia estar em acto. Outro argumento é dado pela geração: pais estúpidos e disformes geram filhos inteligentes e belos. A resposta é de que os pais não são a causa adequada de seus filhos, mas apenas causas segundas, porque cooperam outras concausas para dar surgimento aos filhos, e essas concausas superam assim os pais. Êstes apenas comunicam a natureza humana ao filho, e não impedem que surja qualidades em acto, nestes, que, naqueles, não esplendiam em tôda intensidade. É apodìticamente demonstrado que o efeito não pode superar a causa, e que pode ser igual à ela e não maior.

Nas causas adequadas, o efeito é sempre semelhante a elas. Referimo-nos às causas adequadas e não às inadequadas, como a instrumental. O efeito, necessària-

mente, tem semelhança com a causa, quando esta é adequada. Entretanto, não há univocidade, mas, sim, analogia entre ambos. Há certa dissemelhança entre a causa e o efeito, porque, do contrário, o efeito seria a própria causa. Se a causa produzisse um efeito idêntico a si mesma, ela produziria a si mesma, o que é absurdo, e ofenderia a tese já demonstrada de que nenhum ser é causado só pela própria emergência. Assim, a causa adequada, e que é a razão suficiente do seu efeito, não produz igualmente a si, segundo a sua espécie, mas salvo em algo desigual e semelhante, segundo a espécie, ou seja, analógico.

Princípio de razão suficiente: Este princípio é entendido em dois sentidos: lógico e real. Em sentido lógico, expressa-se dizendo que nada se afirma, nada é afirmado, sem uma suficiente razão de conhecimento, ou sem uma suficiente prova. Afirmar-se alguma coisa sem suficiente conhecimento, é afirmar-se irracionalmente. Em sentido ontológico, enuncia-se assim: nenhuma operação há sem razão suficiente de uma causa para agir. Em suma, nada é sem razão suficiente.

Não vamos considerar aqui outros enunciados falsos dêsse princípio, como o de Leibnitz, etc. A razão suficiente pode ser intrínseca ou extrínseca. A intrínseca é constituída dos elementos que compõem a coisa em certa ordem, como a da essência, da existência, da inteligibilidade, etc. A extrínseca é constituida das causas extrínsecas, como a eficiente, a final, etc. Quando se fala da razão suficiente de alguma coisa, é preciso considerá-la intrínseca e extrìnsecamente. O Ser Supremo tem uma razão suficiente intrínseca de ser, mas o ser finito tem, simultaneamente, uma razão intrínseca e extrínseca de ser.

A prova da validez do princípio de razão suficiente está nesta argumentação negativa: se o ente não tivesse razão suficiente para ser o que é, e nada requeresse para ser o que é, tanto para ser como para não-ser, evidentemente não seria o que é, o que é contraditório. A razão suficiente do Ser Supremo é a sua essência; êle é de per si subsistente, é o próprio ser de per si subsistente.

Inegàvelmente, há inúmeras dificuldades ao seguirem-se as vias da filosofia clássica para justificar o princípio de razão suficiente. Tais dificuldades desaparecem totalmente ao seguir-se a via dialéctica ontológica, por nós preconizada.

Princípio de inteligibilidade: O princípio de inteligibilidade enuncia-se: **todo ser é inteligível.**

Na **filosofia concreta,** êsse princípio é obtido de modo afirmativo pela análise inversa das teses fundamentais. Sendo o nada absoluto ininteligível, e contradição do ser, o que se predica a um, não se pode predicar ao outro; assim, se se predica a ininteligibilidade ao nada absoluto, predica-se a inteligibilidade ao ser. Todo ser é, portanto, inteligível. Essa inteligibilidade, contudo, é tomada em sentido amplo, pois restritamente uma inte-

ligência pode inteligir êstes ou aquêles sêres, e não outros. Ora, se o ser é inteligível, essa possibilidade seria nada se, de certo modo, não se actualizasse. Por um rigor ontológico, tem de haver uma inteligência capaz de abranger a inteligibilidade total do ser. E essa inteligibilidade total do ser só a pode ter o Ser Supremo. E como êle é o ser em sua absolutuidade, sua inteligência é absoluta. Conseqüentemente, nêle ser e inteligir se identificam. É o que demonstramos naquela obra.

A invalidez do processo in infinitum nas causas: A repugnância ao processo **in infinitum** nas causas é fundamental nas demonstrações da filosofia clássica. Se uma causa **pende de** outra, tôda a coleção só consta de números dependentes. Tôda colecção seria, pois, pendente e, portanto, insuficiente para existir. Nenhuma razão suficiente do efeito haveria, quer a série fôsse finita ou infinita. Se ao processo infinito se dá alguma causa independente, da qual dependesse tôda a série, essa afirmativa não repugnaria à razão da causação, mas repugnaria, sob outros aspectos. Demonstra-se que repugna o processo **in infinitum** nas causas eficientes, pois dependendo tôda a série, uma da outra, sem uma causa independente, a série estaria carente de uma razão. Sendo tôda a série produzida, ela seria ao mesmo tempo produzida e não produzida, e terminaríamos por afirmar que ela seria produzida por si mesma, o que ofenderia a tese de que nenhum ser é producto de sua própria emergência.

Não só repugna o processo **in infinitum** nas causas eficientes, como na ordem dos fins, na ordem das causas materiais e na ordem das causas formais.

Princípio de finalidade: O princípio de finalidade enuncia-se assim: **todo agente actua segundo o fim.** Sem o fim, não poderia haver uma operação, porque a operação tende para algo. Os sêres actuam proporcionadamente à natureza; isto é, por motivos intrínsecos e também por motivos extrínsecos.

PRINCÍPIOS INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS DO SER — O têrmo **princípio,** etimològicamente considerado, tem o sentido lato de começo, origem. E é essa origem que serve para explicar o ente.

Os **princípios físicos,** que não devem ser confundidos com os da física, pois aqui englobamos, também, os biológicos, são os elementos últimos do mundo material, que encontramos no começo de qualquer ente. Assim, quando os antigos simbolizavam-no como um princípio líquido, como a água, ou, entre os modernos, ao explicá-lo pelos átomos, com eléctrons e prótons, temos exemplos claros do que sejam tais princípios.

Os princípios lógicos são o de identidade, o de não-contradição, o do terceiro excluído, etc.

Os **princípios metafísicos,** que não são dados pela intuição sensível, são exigências da razão para explicar os factos da experiência, que não se distinguem real-fisicamente, como o oxigênio

do hidrogênio, na água, mas que coincidem no ente concreto, como acto e potência, forma e matéria, etc.

Êstes princípios são dicotomizados pela Ontologia em:

1) princípios intrínsecos;

2) princípios extrínsecos.

Para determinar quais são os princípios intrínsecos, partimos da experiência e os distinguimos metafisicamente, pois são inherentes ao próprio ente enquanto tal. Assim as dualidades **potência e acto, essência-existência, matéria e forma.**

Não são tais dualismos distintos real-fisicamente uns dos outros, mas real-metafisicamente, pois assim como a potência limita o acto, como a matéria limita a forma, também o acto actua sôbre a potência e a forma sôbre a matéria.

Intitulam-se princípios extrínsecos dos sêres aquêles poderes, cuja acção permite a actualização do que é intrínseco no ente. Por exemplo, as modificações da técnica, que actuam como princípios extrínsecos em modificações na producção, ou os factôres metereológicos, que influem sôbre a germinação de sementes, etc.

PRINCÍPIOS LÓGICOS — Vide **Princípios fundamentais da demonstração.**

PRINCÍPIOS RACIONAIS — São os princípios evidentes de **per si (per se notas).**

PRINCÍPIO TENSIONAL — Segundo a nossa teoria das tensões, tôda unidade é tensionalmente coerente e coesa, e é formalmente, em si mesma, de um valor intrínseco diferente do valor intrínseco das partes que a constituem.

PRINCÍPIO VITAL — Vide **Vitalismo.**

Principium (lat.) = **princípio.**

Principium cognoscendi (lat.) = princípio do conhecimento. Vide **Gnosiologia.**

Principium fiendi (lat.) = princípio do devir, de vir-a-ser. Vide **Devir.**

PRIORIDADE — É a condição de ser antecedente na ordem que fôr considerado. Assim se pode falar em prioridade cronológica, lógica, axiológica, numérica, etc.

A prioridade ontológica é a prioridade do **logos** (vide); a prioridade ôntica é a de antecedência na ordem do existir.

Na prioridade ontológica, a razão de ser do conseqüente está no antecedente, que tem prioridade.

Prius (lat.) = **anterior.** Vide **A priori.**

PRIVAÇÃO — Vide **Carecer.**

Privatio (lat.) = **privação.**

PRIVATIVO — a) Indica negação, ausência, falta, privação, despojo de algo.

b) Diz-se do que é próprio, exclusivo, peculiar, singular, particular.

c) Jurìdicamente, o que é concedido, exclusivamente, a uma certa e determinada pessoa ou corporação «Disposição privativa...»

d) Na Lógica, o têrmo privativo é o que indica a ausência de um carácter, que o sujeito normalmente deveria possuir. Assim **cego** quanto ao **homem.** Vide **Carecer.**

Proaeresis (gr.) = escolha reflectida, principalmente dos meios para alcançar um fim. É o desejo deliberado, segundo Aristóteles.

PROBABILIDADE — a) É a razão que faz presumir a verdade da possibilidade de uma coisa.

b) Num conjunto de acontecimentos possíveis, uns oferecem maiores possibilidades de acontecer que outros, uns apresentam maior soma de elementos favoráveis a que se tornem efectivos que outros. Diz-se que uns são mais prováveis que outros, na proporção dos elementos positivos que cooperam para que o evento se torne, presumìvelmente, mais certo. A probabilidade é uma possibilidade, mas que apresenta uma diferença específica, que consiste em ter elementos positivos a seu favor. Neste caso, a probabilidade é a possibilidade assistida por elementos positivos favoráveis ao seu evento.

c) No sentido matemático, o **cálculo de probabilidade** é o conjunto de regras por meio das quais se calcula o número de acasos que devem dar-se para que aconteça um certo facto.

Hegel oferecia um bom exemplo para distinguir **possibilidade** de **probabilidade:** é possível que a Lua entre amanhã em choque com a Terra, mas é improvável que tal aconteça; isto é, o conjunto de elementos positivos, que possam corroborar para que uma possibilidade se torne um evento efectivo, no caso do choque, muito pequena, a ponto de garantir uma improbabilidade.

Dêsse modo, o que é possível, ou é ou não é. A possibilidade é, pois, excludente, ou seja: ou é ou não. Já o mesmo não acontece com a probabilidade, que é gradativa, que ascende desde a mera possibilidade, pelas probabilidades de graus menores, maiores, até alcançar à máxima probabilidade, bem como pode descer até à mínima probabilidade. A improbabilidade segue o curso inverso da probabilidade, de modo que a mínima probabilidade é a máxima improbabilidade.

PROBABILISMO — a) Doutrina casuística que, em questões de moral, permite seguir uma opinião, desde que seja provável, embora haja outras mais prováveis que ela.

b) Na Lógica e na Gnosiologia, doutrina segundo a qual, não é provável que possa o homem alcançar a verdade, mas, sòmente, a capacidade de distinguir ou proposições mais ou menos prováveis que outras, ou conhecimentos mais ou menos provàvelmente certos que outros. Vide **Nova Academia** em **Sinopse da História da Filosofia.**

Probatio per absurdum (loc. lat. = **prova pelo absurdo.** (Vide **absurdo** letra f).

PROBLEMA — (Do gr. **problema** = tarefa proposta, ou dificuldade a ser resolvida.

a) Formulação de uma situação, na qual certos elementos, factôres ou condições são conhecidos e outros desconhecidos, e

em que se impõe descobrir os desconhecidos.

b) Diz-se, também, de tôda questão de ordem especulativa, pois há, em tôdas, uma série de dificuldades, que exigem ser resolvidas. Vide **Aporia.**

PROBLEMÁTICO — O que é incerto ou duvidoso.

PROBLEMÁTICO (Juízo) — Vide **apodítico.**

PROBLEMATISMO — É a posição que considera problemática tôda e qualquer postulação da verdade, e que procura apontar em todos os temas os aspectos problemáticos, a fim de tentar a explicação correspondente.

PROCESSO — Seqüência dos fenômenos, que apresentam uma certa unidade ou se reproduzem com certa regularidade. Essa definição de Lalande cinge-se à acepção do processo, sobretudo quando se refere aos processos fisiológicos, psicológicos ou sociais, sob o aspecto normal.

Contudo, psicològicamente, há um processo em oposição à estructura ou à constituição do objecto ou do organismo, quando se dão mudanças e até transformações.

Também se chama modernamente **processo** o modo como se efectua uma **mutação** (vide).

PRODUCÇÃO (na Economia) Para atender as exigências, para satisfazer suas necessidades, precisam os homens de **bens.** O processo, que empregam para obtê-los, chama-se **producção.** Diz-se **consumo** a aplicação que lhes fôr dada. **Assim, produzir é a actividade econômica consistente em obter bens.**

Êsses bens, naturalmente, destinam-se a atender as exigências individuais ou colectivas do homem. Mas, produzir, como actividade econômica, tem essa direcção. O verbo produzir vem de dois radicais latinos **pro** e **ducere** e, em seu sentido etimológico, significa **conduzir** (**ducere**) para a frente (**pro**), pôr em evidência e, extensivamente, significa criar, engendrar.

O processo mais simples de producção é a **ocupação,** consistente em colocar alguém uma coisa sob sua acção, tomando-a, ou pondo-se nela, se móvel ou imóvel. Essa deverá ser a primitiva forma de producção do homem. Produzir não significa criar **ex-nihilo,** mas tomar bens de natureza para atender as necessidades. Uma divisão do processo de producção logo se nos torna patente.

A actividade productiva do homem não se realiza sempre pela ocupação simples. Exige o emprêgo de utensílios, instrumentos, aparelhamentos maiores ou menores para a realização de tal actividade. Então temos: **producção simples** — é a que não reclama aparelhamentos, ou se os exige, são insignificantes; **producção técnica** — nessa intervém um aparelhamento mais complexo, conhecimentos aplicados. Nossa necessidade de alimentos exige a utilização de objectos que contenham elementos nutritivos, que devem corresponder às exigências como às condições do nosso organismo.

Ao fazermos roupas, precisamos observar caracteres físicos, condições de tacto, qualidades ca-

lóricas. Quando fazemos instrumentos musicais ou científicos, é mister estudar os materiais, suas qualidades, sua resistência, características peculiares, etc. É êsse o **aspecto tecnológico** que, para a quase totalidade dos economistas, não interessa à Economia, senão incidentalmente. A Técnica, como a História, em seus aspectos gerais, são importantes para a compreensão concreta do facto econômico, que se dá correlacionadamente aos factos psicológicos, sociais e históricos. Impõe-se uma visão mais concreta da Economia, que não pode nem deve continuar sendo uma ciência abstracta, como dela o fizeram os **economistas liberais** e os **marxistas.**

A producção pode ainda ser classificada: **Producção individual,** quando é feita pará atender as necessidades do próprio productor. **Producção familiar,** quando se destina à sociedade. Essas formas podem **coexistir.** Outras classificações podem ser apresentadas como: **regional, estadual** (provincial) **«nacional», continental, mundial,** etc.

Conceito de Productividade — **A capacidade** de dar lugar ou de surgir bens dá-se o nome de productividade. Assim se fala na productividade do solo, na de uma fábrica, de um homem, de um escritor. A producção pode ser **material** ou **imaterial.** Como **material** temos: **ocupação,** cujo sentido já estudamos; **colecta,** consiste na aglomeração de bens para dispor dêles quando necessário; **extracção,** quando das coisas colectadas é extraído, tirado, qualquer elemento útil; **transformação,** quando se dá às coisas outra forma ou se lhes modificam as propriedades. Na **imaterial,** temos a producção de bens que se destinam a uma aplicabilidade psíquica e intelectual.

É necessário **aproximar** os **bens** das **necessidades** para satisfazê-las. E êsse acto chama-se **transporte.** Desta forma, o transporte faz parte do processo da producção, tanto como a transformação. O transporte **facilita as trocas. Pode considerar-se como acto que vise à satisfação de uma necessidade, mesmo que não seja êle acompanhado de transformação, nem de transporte?** Os economistas clássicos negam que seja acto productivo. Entretanto, economistas modernos consideram como um productor a cozinheira ou a dona de casa, que preparam a comida, como um cozinheiro que a prepara num restaurante. Outros pensam que essa afirmação é uma violência feita sôbre a palavra producção.

Assim, aquêle que oferece seu serviço, e que não participa em nenhuma fase do processo productivo, não deve ser compreendido na categoria de productor. Entretanto, hoje, os economistas dão ao têrmo producção sua máxima extensão, englobando entre os productores todos os que participam da actividade econômica, seja de que forma fôr, todos os que fornecem qualquer prestação, com o fito de satisfazer uma necessidade. Desta forma se estabelece uma completa concordância entre a noção de producção e a de necessidade e, conseqüentemente, uma concordância entre os conceitos de utilidade e os bens ou serviços. Assim podemos hoje visualizar a actividade de uma co-

lectividade de maneira mais concreta.

Os factôres de producção — Examinando a producção, podemos destacar três grupos fundamentais e indispensáveis de factôres (do verbo latino **facere**, que significa **fazer**).

Primeiro: a **natureza** — o nosso próprio ambiente, a soma de todos os corpos simples e compostos, orgânicos e inorgânicos, as energias **latentes** (ocultas), não actualizadas exteriormente, as quais são susceptíveis de transformações de grau maior ou menor e que possam servir às exigências individuais ou colectivas.

Segundo: o **trabalho** — sendo as coisas inertes, o homem, para consegui-las, deve nelas intervir, captá-las, dispendendo deliberadamente um esfôrço (uma energia), com a intenção de aplicá-lo à producção de bens.

Terceiro: **capital** — contando apenas com o seu próprio esfôrço físico, poucos seriam os bens que poderia produzir. Desta forma, com a evolução técnica, aparelhou-se o homem com meios que lhe permitem vencer dificuldades até então insuperáveis.

Êsse aparelhamento, em linhas gerais, chama-se **capital,** e é composto pelos utensílios. Discutem muito os economistas para saber qual dos três factôres, **natureza, trabalho** ou **capital** é o mais importante. Entretanto, no estado actual da humanidade, são todos três essenciais à producção, e a valorização estabelecida em benefício de um ou de outro representa uma falsa colocação do tema. Pode-se considerar a natureza e o trabalho como os factôres cronològicamente anteriores ao capital. Os economistas modernos excluem o capital dos factôres necessários e suficientes, considerando-o como um factor composto.

Tôda sociedade humana possui riquezas adquiridas, e entre essas algumas que servem para a producção de novas riquezas. Temos instrumentos, matérias primas, as quais servem exclusivamente para a fabricação de outros bens, e que têm um papel na producção de novos bens. Esta foi a razão que levou os economistas a classificá-los entre os factôres de producção. Assim o solo, transformado pela cultura, pelo estabelecimento de vias de comunicação, pela vizinhança de aglomerações humanas, oferece novas condições. Assim a terra se torna um producto da natureza e do trabalho e, conseqüentemente, um capital. Vê-se, desde logo, que o capital é um factor composto de **natureza** e **trabalho.**

PRODUCTIVIDADE — Vide **Producção.**

PRODUTO — Palavras derivadas, vide **Producto** e derivadas. Tomado, em sentido econômico, vide **Producção.**

PRODUZIR — Vide **Determinar.**

PROFANAR — De **pro,** diante de, e **fanum,** templo, o que está fora do templo, o que não é sagrado. Profano é, pois, o que está fora do templo, da sacralidade, e refere-se à vida que é alheia à religiosa. Mas **profanar** indica a acção de tratar abusivamente alguma coisa com irreverência,

quando merece reverência, usar para fins outros, objectos que são de um culto determinado. O contrário de **profano** é **sagrado.**

PROFANA — Vide **profanar.** Na linguagem religiosa é sinônimo de **Secular.**

PROFECIA — Para os escolásticos não é uma virtude nem uma qualidade permanente, mas uma **passio transiens,** uma paixão transitiva. Também é uma graça dada, uma inspiração capaz de prever o futuro, uma iluminação sôbre acontecimentos futuros (contingentes). Essa inspiração é sobrenatural, ou além da natureza do homem.

Há, também, uma profecia sôbre o passado, uma **inspiratio** de factos já sucedidos, mas até então desconhecidos por quem os profetiza.

Tema de Teologia, é nessa disciplina estudado. Contudo, a psicologia de profundidade interessa-se, hoje, pelos factos proféticos e busca estudá-los à luz dos nossos conhecimentos psicológicos, como, de certo modo, naturais.

PROFETA — Vide **Profecia.**

PROFISSÃO DE FÉ — Vide **Fé (acto de).**

PROFUNDIDADE — (de pro + fundo, indicando o que se distancia desde os olhos do observador).

a) Na Física, a profundidade é a direcção para baixo. Contudo, na linguagem comum, emprega-se no sentido que demos acima.

b) Por extensão, diz-se que há profundidade num pensamento quando êle penetra em alguma idéia, buscando suas primeiras origens, significações ou relações mais longínquas.

PROGNÓSTICO — (De **pro** e **gnosis,** conhecimento para o futuro).

a) Prognosticar é predizer alguma coisa ou acontecimento futuro. **Prognóstico** é a opinião ou juízo, que se relaciona com a duração, curso ou término de alguma coisa. Assim, pode-se falar no **prognóstico** de uma doença.

PROGRAMA — Plano que é disposto com antecedência, prèviamente disposto para realizar uma investigação ou qualquer outra tarefa. Vide **Plano.**

PROGRESSÃO — Acto de adiantar ou melhorar. Sucessão de têrmos, em que cada um dos quais tem uma relação constante com o que o antecede. Na progressão aritmética, cada têrmo procede do anterior por meio de uma soma; na geometria, por meio de uma multiplicação.

PROGRESSIVO — O que marcha para a frente (**pro** e **gredior,** de **gradus,** degrau, o que sobe degraus, o que ascende, o que avança. O contrário é **regressivo** (de **re-gredior**).

O que constitui um **progresso,** o que se faz gradualmente de maneira contínua.

PROGRESSO — (Do lat. **pro** e **gredior,** de **gradus,** subir a escala, avançar).

a) Movimento numa direcção determinada.

b) Aumento valorativo, na eficiência, na idoneidade, no nível, etc.

c) Transformação gradual e contínua do menos em mais, dentro de um domínio delimitado.

Contrário é **Regresso.**

PROJECÇÃO — (Projectar é atirar à distância, de **pro-jecto,** de **jectare,** atirar, atirar para a frente. **Projecção** é o lanço, o arremesso, o acto de ou o efeito de projectar).

a) Na Psicologia, localização da sensação. A fome, no estômago, etc.

Dar como de outras pessoas experiências semelhantes às próprias.

b) Na Psicanálise, é adscrever ao mundo externo processos psíquicos reprimidos, que não são reconhecidos como de origem pessoal, de modo que tais experiências são julgadas como exteriores (o caso das manias de perseguição, persecutórias).

c) Na Matemática, é a definição de uma figura no espaço, segundo uma regra, baseando-se em pontos, que compõem algum objecto em outro plano, como a sombra de um objecto lançada por uma só fonte de luz sôbre um muro.

PROJECÇÃO SENTIMENTAL — Vide **Empatia.**

PROJECTO — É o desígnio, o plano para realizar alguma coisa; intento de fazer alguma coisa. Projectar é considerar ou estudar o curso de uma acção a ser intentada.

Na ciência, projecto é o curso de estudo ou de investigação científica, dentro de um campo vagamente definido e que se apresenta como emprêsa para o futuro. Pode ou não a meta final ser devidamente prevista.

PROLEGÔMENOS — Introducção ampla, mais ou menos formal, a uma obra erudita, ou a um tema de estudo, a uma doutrina, a uma teoria.

PROLEPSE — Vide **Prenoção.**

PROLETÁRIO — Vide **Marxismo.**

PROMETÉICO — Vide **Ser.**

PROPAGAÇÃO — É a acção ou efeito de propagar, de multiplicar por meio de reproducçao, de difundir, de espalhar, de apregoar, de fazer voga.

Proof (ing.) = **prova.**

PROPAGANDA — É a publicidade organizada, que tem a finalidade de influir nas atitudes, gostos, preferências das pessoas.

PROPEDÊUTICA — Estudo preliminar, que serve de introducção a uma disciplina superior do saber.

Chama-se de **ciência propedêutica** a que serve de preparação necessária ao estudo de outra ciência.

PROPENSÃO — Vide **Tendências e Inclinações.**

PROPENSIDADE — Vide **Tendências e Inclinações.**

Vem do latim **propensio, propendere,** pender para a frente, inclinar-se. A **propensidade** é o ca-

rácter do apetite mental e do desejo. É a **apetição.** Hume chamava de **propensidade** o carácter de o pensamento poder passar de uma idéia para outra, nas associações.

Proper sensibile — Chamavam os escolásticos o que é captado apenas por um sentido, sem êrro, como a luz, que é captada pelos olhos, o som pelos ouvidos. É **communia sensibile** o que é captado por vários sentidos, como a quantidade, a distância. Essa classificação é importante para o estudo dos **esquemas noéticos** e da sua gênese.

Property (ing.) — Vide **Propriedade.**

PROPICIAÇÃO — Acção ou efeito de tornar **propício,** tornar favorável, obter proteção. Era e é a intercessão, a devoção prestada à divindade, a fim de obter dela auxílio, ajuda ou perdão das culpas. É **propiciatório** o que torna **propício,** o que tem a virtude de tornar propício. **Sacrifício propiciatório** é o que corresponde a essa devoção. Assim, no Cristianismo, a vida e a morte de Cristo são um **sacrifício propiciatório** em bem da Humanidade.

PROPOR — É formular, verbal ou mentalmente, alguma acção ou procedimento que se intenta realizar.

Proporção — a) É a relação entre duas quantidades, uma maior e outra menor (assim 2 : 4 :: 8 : 16).

b) Na escolástica, **proportio** (proporção) e **proportionalitas** (proporcionalidade) são classes da **analogia** (vide).

PROPOSIÇÃO — Equivalente verbal ou significativo de um juízo. Vide **Juízo.**

É o juízo a segunda operação do espírito, por nós expressa na proposição ou oração. Mas a proposição, que expressa pròpriamente e exclusivamente o juízo, é a **proposição enunciativa.**

Esta possui três elementos ou têrmos: sujeito, predicado e o verbo.

Matéria da proposição é o sujeito, ou seja o **do** qual algo é enunciado, e o predicado **o** que é enunciado de algo.

Forma da proposição é o verbo (ou cópula), que afirma ou nega, e que é freqüentemente expresso pelo verbo substantivo **ser,** no modo indicativo e no tempo presente.

Podemos tomar o verbo ser **participativamente,** quando lhe damos o sentido de existir. Assim, quando se diz «Deus é», diz-se o mesmo que «Deus existe».

Tomado **substancialmente,** significa apenas o haver de identidade ou de conveniência entre o sujeito e o predicado. Neste caso, a afirmação funda-se no ser da coisa.

As orações, que são empregadas em tempos verbais outros que o indicativo presente, podem ser reduzidas a êste tempo. Assim: «os homens justos serão felizes» pode ser substituída pela equivalente: «os homens justos são felizes no futuro».

Dividem-se, segundo a **razão da forma,** em **categóricas,** quando

simples, e em **hipotéticas,** quando complexas. Na primeira, a cópula junta o predicado ao sujeito; na segunda, essa junção é modificada por um conceito sincategoremático, como **se, ou, talvez,** etc.

Quanto ao **fundamento,** as proposições podem ser classificadas de modo inverso.

1) **Quando o fundamento da divisão é a verdade,** a proposição pode ser **verdadeira** ou **falsa.**

2) **Quando o fundamento é a certeza,** a proposição pode ser **certa, incerta** ou **provável.**

3) Quando o **fundamento** é a **fonte e o motivo de afirmar,** pode ser **mediata** e **imediata; sintética** (ou a **posteriori**) e **analítica** (ou seja **a priori**). A posterioridade e a prioridade são consideradas em relação à experiência. Entre as proposições sintéticas, classificam os modernos diversos juízos, como o de **existência** («Pedro existe»); o de **valor** («A vale mais que B»); o **declarativo** («êste animal é um leão»); o de **propriedade** («o céu tem nuvens»); o de **gôsto** ou de **opinião** («para mim A é B»), etc.

Os **elementos** da proposição são o sujeito, o predicado e o verbo. E segundo êles, podem as proposições serem classificadas conforme a **quantidade,** a **qualidade** e segunda a **forma.**

Segundo o modo de haver do predicado ao sujeito, que aponta a **razão de matéria** da proposição, estas podem ser:

a) **necessárias** (ou de matéria necessária), quando o predicado se conexiona de modo necessário ao sujeito («anterior é o que de certo modo tem prioridade»);

b) **impossíveis** (ou de matéria impossível), quando o predicado repugna ao sujeito («o círculo é um quadrado»);

c) **possíveis** (contingentes) de matéria possível ou contingente, quando o predicado não convém em acto ao sujeito, mas pode convir ao sujeito; ou seja, quando convém e pode não convir («o homem é sábio»).

Regra dessas proposições: As proposições afirmativas **em matéria necessária** são verdadeiras; as negativas são falsas; em **matéria impossível,** as afirmativas são falsas e as negativas são verdadeiras; em **matéria contingente,** as proposições universais em geral são falsas e as particulares, em geral, verdadeiras.

Quanto aos têrmos, que compõem a proposição **(elementos),** elas se dividem:

a) em proposições de terceiro adjacente, quando constam de sujeito, predicado e verbo («o homem é mortal»);

b) de segundo adjacente, quando apenas de sujeito e verbo («eu ando»);

c) de primeiro adjacente, quando apenas de verbo («escrevo»).

Contudo, os elementos, nesta última proposição, estão implìcitamente contidos nela, não explìcitamente, como vimos.

A **forma** é dada pelo verbo. A proposição pode ser, portanto, **afirmativa** ou **negativa.** Chamam

os lógicos de **qualidade essencial** a essa qualidade.

É **negativa** a proposição, cujo verbo é negado (**não é**). Uma proposição como o **homem tem não-asas,** não é negativa, porque a negação é apenas do predicado, não do verbo.

A proposição é **afirmativa** quando o verbo (**é**) é implícita ou explicitamente enunciado.

O predicado como o sujeito podem ser considerados na proposição segundo a sua extensão e a sua compreensão. Daí decorrem algumas regras, que são de máxima importância, e fundamentais para o silogismo.

1) **Segundo a extensão:** a) na proposição afirmativa, o predicado **per se é têrmo particular.** Só é tomado na total extensão do sujeito nas definições. Assim, quando dizemos: «homem é um animal», **animal** é tomado particularmente. Quando dizemos: «homem é animal racional», animal racional, como definição de homem, é tomado em tôda a extensão de homem, ou seja, é todo homem.

b) Na negativa, o predicado é tomado universalmente. Quando dizemos: **homem não é pedra,** recusamos ao homem ser pedra em tôda a extensão do predicado. Estas regras são de máxima importância no silogismo e devem ser sempre lembradas.

2) **Segundo a compreensão:** a) na **afirmativa,** o predicado é atribuído ao sujeito, segundo tôdas as suas notas. Daí decorre que uma proposição não é verdadeira se alguma nota do predicado não convém ao sujeito.

b) Na **negativa,** não se negam distributivamente tôdas as notas do predicado, mas apenas tomado colectivamente. Quando dizemos que **homem não é planta,** não se nega que seja vivente, substância, etc., nega-se apenas ao homem a carência da sensação e da intelecção. A proposição negativa afirma menos que a afirmativa, e a particular menos que a universal.

c) Segundo a quantidade são válidas as mesmas regras dos **juízos** (vide).

PROPOSIÇÃO COMPARATIVA — Vide **Comparativa.**

PROPOSIÇÃO CONDICIONAL (modos da) — A proposição condicional é aquela em que se dão duas proposições, em que uma é dependente da outra pela partícula **se.** Se S é P, A é B.

Apresenta quatro modos: 1) **Modo ponendo ponens** (pondo-põe), em que a condição e condicionado são proposições afirmativas. Se há luz, vês.

2) Modo **ponendo tollens** (pondo-tira), em que a condição é afirmativa e o condicionado negativo: Se és cego, não vês.

3) Modo **tollendo tollens** (tirando-tira). Condição negativa, condicionado negativo: se não há luz, não vês.

4) Modo **tollendo ponens** (tirando-põe). Condição negativa, condicionado positivo; se não se move. está parado (Êste modo só accidentalmente é verdadeiro, e só em virtude da matéria da proposição. É o que se pode ver nos silogismos correspondentes).

PROPOSIÇÃO CONJUNTIVA Na Lógica, é a **proposição hipotética,** que nega sejam duas proposições simultaneamente verdadeiras, sem contudo impedir que ambas sejam falsas. Distingue-se da disjuntiva, porque estas não podem ser simultaneamente verdadeiras, nem simultaneamente falsas.

As proposições disjuntivas podem fàcilmente ser reduzidas a **condicionais.** Assim, a disjuntiva: o homem, simultaneamente não lê e dorme, pode ser reduzida a: se o homem lê, não dorme.

PROPOSIÇÃO DISJUNTIVA — Na Lógica, a proposição disjuntiva é uma proposição modal, que pode ser própria ou impròpriamente disjuntiva. Pròpriamente disjuntiva é aquela em que muitos têrmos ou proposições são conexionados pelas partículas ou, então, cujas partes se opõem, de modo que se uma é verdadeira, o outra ou outras são necessàriamente falsas: Ou Pedro move-se, ou está quieto.

Essa proposição exige: a) que a disjunção seja adequada. Não seria verdadeira disjunção a proposição: ou estás sentado, ou andas, porque há uma terceira possibilidade; b) que os membros sejam perfeitamente opostos, de modo que não possam ser simultaneamente verdadeiros, nem simultaneamente falsos.

Proposição impròpriamente disjuntiva é aquela que une duas partes pela particula **ou,** mas que não se pode afirmar que apenas uma pode ser verdadeira, quando ambas partes podem ser verdadeiras: Ou Pedro ou Paulo foi apóstolo. Não há aí verdadeiramente oposição.

PROPOSIÇÃO HIPOTÉTICA — Na Lógica, é aquela que não se refere absolutamente a um sujeito, mas que indica uma relação de dependência entre duas proposições. Distinguem-se em quatro gêneros: **condicional, disjuntiva própria,** ou **imprópria,** e **conjuntiva** (vide).

PROPOSIÇÃO MODAL — Na Lógica, é a proposição na qual se enuncia um modo de haver-se do predicado em relação ao sujeito.

As proposições modais dividem-se em: **necessárias** (S é necessàriamente P); **contingentes** (É contingente S ser P); **possíveis** (S é possìvelmente P); **impossíveis** (É impossível S ser P).

As proposições modais podem ser afirmativas ou negativas, particulares ou universais.

São eqüipolentes as proposições que, embora diversas em seu enunciado, significam a mesma coisa. Assim, são eqüipolentes as seguintes proposições modais: **Todo homem não corre necessàriamente** é eqüipolente a: **Nenhum homem necessàriamente corre. Não algum homem é justo** é eqüipolente a **Nenhum homem é justo. Não algum homem não é justo** é eqüipolente a **Todo homem é justo,** pois a primeira proposição equivale a **Nenhum homem não é justo,** que é eqüipolente a **Todo homem é justo. Nenhum homem não é não-justo** é eqüipolente a **nenhum homem é justo.**

PROPOSICIONAL — É tudo quanto concerne às proposições,

enquanto tomadas como opostas aos conceitos.

PROPOSIÇÕES ANALÍTICAS E SINTÉTICAS — Na Lógica, diz-se que é **analítica** a proposição em que o haver-se do predicado em relação ao sujeito decorre da análise do sujeito. Sintética, quando o haver-se entre o sujeito e o predicado, é êste obtido da experiência. No primeiro caso, temos o exemplo de **homem é racional;** no segundo, **João anda.** Na Lógica clássica, as proposições sintéticas são obtidas, também, ao buscar-se o **têrmo médio,** partindo-se do exame do predicado.

PROPOSITADO — Diz-se do em que há propósito, do que é **intencional.** Daí **propositadamente,** o que tem modo **proposítado.**

PROPOSITALIDADE — Carácter do **propósito.**

Propositio (lat.) = **proposição.**

PROPÓSITO — (Do lat. **propositus, pro** + **positus,** colocado para a frente). É a visualização ideal ou imaginativa de um plano ou um fim de uma acção.

Propósito deliberado é quando êsse propósito é fruto de uma deliberação prévia.

PROPTER QUID — Vide **Demonstração.**

PROPRIEDADE — Vide **Predicamentos.**

PROPRIEDADE (Direito de).

O direito de propriedade (direito à posse, uso e abuso da coisa), no ocidente, sofre três transformações importante:

1) limitações no carácter **absolutista** dêsse direito;

2) desmaterialização do objecto dêsse direito;

3) transformação do sujeito dêsse direito.

Os interêsses do Estado e da colectividade, em face do direito absoluto do proprietário, levaram a criar limitações a êsse direito, que estão manifestadas nas diversas leis dos diversos países.

Temos os exemplos de expropriação por utilidade pública, da necessidade de medidas que obriguem ao rendimento da produção e da propriedade, temporárias ou permanentes, segundo a legislação de cada país. Temos ainda as restrições ao direito de herdar, a disposição dos bens, etc.

Quanto à desmaterialização do objecto do direito de propriedade, com a evolução do capitalismo industrial, conhecemos os títulos negociáveis, direitos de ordem puramente intelectual, como os direitos de patente, direitos autorais, etc.

Quanto à 3ª transformação, podemos examinar aspectos bem interessantes:

Quando o capitalismo atômico e liberal foi substituído pelo capitalismo de grupos organizados, as formas de propriedade tiveram que seguir essa marcha. Surgem, então, as **propriedades societárias** e as **propriedades sindicais.**

A primeira comporta um conjunto de **poderes de disposição,** concedidos a agentes submetidos

à lei do capitalismo, que tendem a um maior ganho monetário possível. A propriedade sindical, quando o sindicato não se dedica a um interêsse comercial, é uma propriedade que serve ao interêsse de um grupo.

Há uma relação íntima entre a producção e a propriedade no regime capitalista. A repartição dos resultados da producção cabe ao proprietário.

Proprium (lat.) = **próprio.**

PROSSILOGISMO — É o silogismo, cuja conclusão serve de premissa a outro silogismo.

Também algumas vêzes sinônimo de **polissilogismo.** Vide **Silogismo.**

PROSPECÇÃO — Emprega-se em referência ao pensamento, enquanto volvido para a acção.

PROSPECTIVO — Diz-se, em oposição a retrospectivo, o que concerne à inteligência enquanto orientada para o futuro.

PROSTRAÇÃO — Prostrar é derribar, abater, fazer cair. a) A prostração é a acção ou efeito de cair, de enfraquecer.

b) Na Psicologia, o **estado de prostração** é o que decorre de um esgotamento nervoso; **prostração física** é a que decorre de um esgotamento, ou acentuado cansaço muscular.

Prós ti, em grego, **relatio,** em latim = a **relação.**

PRÓTASIS (Do gr. **protasis,** colocado em primeiro lugar). É, na lógica de Aristóteles, geralmente, uma **proposição** e, particularmente, uma **proposição** usada como **premissa** de um **silogismo.** Também se usa **protensão** como a **premissa** maior de um **silogismo,** como **prótasis.** Vide **protensão.**

Prote philosophia (gr.) = **filosofia primeira** — Vide. **Ontologia.**

PROTENSIVO — Protensidade vem do latim **protendo,** que faz **protensum,** no part. passado, e que significa tender para a frente, **pro.** De modo que **protensidade** é a capacidade de **protender,** e **protensão** é a acção de extender, de alargar, de ampliar. **Protensivo** é, assim, o que tem a qualidade de alargar, de extender.

Protensidade é usado na Psic. como a característica ou o atributo temporal dos fenômenos psíquicos, isto é, sua prolongação para a frente no tempo, sua temporalidade. É, também, sinônimo de **duração** e de **temporalidade.**

PROTESTO — a) Protestar é comprometer-se solenemente; é assegurar categòricamente.

b) É a afirmação de uma promessa «Protestar fidelidade».

c) Intransitivamente, é declarar ilícita ou injusta alguma acção ou norma. «Protestar contra as violências».

PROTO... Prefixo grego que significa **primeiro** e que entra na composição de muitas palavras, como **protagonista, protocolo, protótese,** etc.

PROTÓTESE — Propôs W. Ostwald êste têrmo, que vem do gr. **proto,** primeiro e **thesis,** tese, o que é posto, para designar as

hipóteses susceptíveis de verificação no estado actual da ciência, em oposição às **hipóteses,** que, dado o mesmo estado, são inverificáveis.

PROVA — Chama-se de **prova** em geral qualquer processo da mente pelo qual adquirimos de alguma coisa uma certeza. Nesse sentido amplo, incluímos as espécies racional, irracional, etc. A prova racional, também chamada intelectual, é um processo da razão, que decorre da experiência imediata, quer interna, quer externa, através da análise dos têrmos, dos princípios do raciocínio, por meio dos quais adquirimos a certeza de algo. A prova irracional não se funda, pròpriamente, em conceitos ou juízos, mas no sentimento, na acção, na simpatia, etc.

A **prova** pode ser **imediata** e **mediata.** A **imediata** é aquela, por cujo processo adquirimos a certeza de alguma coisa, que se manifesta por si mesma à nossa mente, como a que surge da análise imediata dos conceitos e dos factôres. A **mediata** não se manifesta por si mesma ao intelecto, mas é aquela que captamos através do processso intelectual, pelo emprêgo de meios, como se processa no raciocínio, na argumentação, na demonstração.

A **prova mediata** é, pròpriamente, a demonstração, a qual pode ser **directa** ou **indirecta.** É **directa,** quando adquirimos a certeza de alguma coisa, não que ela se manifeste de per si ao intelecto, mas quando decorre, necessàriamente, do que se manifesta de **per si** ao intelecto. A **indirecta** é a que usa outro processo, como o emprêgo das negativas, dos contrários, etc.

A **demonstração directa** pode ser **inductiva** ou **deductiva.** É **inductiva,** quando de algumas coisas singulares deduz-se uma conclusão universal, e **deductiva,** quando de princípios universais, deduz-se algo menos universal ou, então, singular. A **demonstração deductiva** pode, por sua vez, ser a **priori,** a **posteriori,** a **concomitante** e a **simultaneo.**

A demonstração **a priori** é a argumentação na qual a conclusão é deduzida das premissas, que contêm causas verdadeiras ou a razão suficiente delas, a qual está na conclusão. Assim, se partimos da aceitação que a alma humana é espiritual, deduz-se **a priori** que ela é intelectiva.

Estabelecido o rigor ontológico de um conceito, dêle deduz-se **a priori** o que nêle ontològicamente está incluído. Assim, quando dizemos que antecedente é o que tem prioridade em qualquer linha, vector, etc., a outro, que lhe é conseqüente, deduzimos **a priori** que, necessàriamente, há a todo conseqüente um antecedente, e que a antecedência é absolutamente necessária àquele.

A **demonstração a posteriori** é aquela na qual a conclusão é deduzida das premissas, que contêm o efeito ou propriedade da coisa que está na conclusão. Assim, da existência de coisas contingentes e causadas, deduz-se existir uma causa incausada delas.

A **demonstração a concomitante,** na verdade, é aquela na qual a conclusão é deduzida das premissas, que não contém a causa

nem o efeito da coisa, mas que estão inseparàvelmente conjugadas, por dependerem do mesmo princípio comum.

A **demonstração a simultâneo,** que é considerada como não sendo pròpriamente, uma argumentação nem demonstração, é uma cognição imediata, na qual a conclusão é inferida, não de outra coisa que seja causa ou efeito dela, nem de alguma coisa que dela se distinga, segundo uma razão de distinção perfeita, mas de alguma coisa, que, implícita e formalmente, já contém a conclusão. Assim se é homem, é vivente. Não há aí, pròpriamente, demonstração, mas a explicitação do que já está implìcitamente no antecedente.

A **demonstração indirecta** é o processo da razão pelo qual adquirimos a certeza de alguma coisa, não porque ela se manifeste por si mesma ao intelecto, nem porque tenha conexão positiva ou intrínseca com alguma coisa que captamos imediatamente, mas por decorrer do absurdo dos contraditórios **(ab absurdum),** ou porque não se prova os contraditórios, ou porque se deduz do que é concedido pelo adversário **(argumentum ad hominem),** ou porque a conclusão é dada por autoridades fidedignas **(argumentum a testimonio).**

PROVÁVEL — a) O que pode ser provado, o que tem aparência de verdade.

b) O que é plausível, que pode suceder, que apresenta probabilidades de acontecer, que é verosímil.

Em sentido matemático, vide **probabilidade.**

PROVERSIVO — (De **pro** e **verter,** vertido para a frente). Indica a direcção para a frente do pensamento. **Proversivo** é oposto **a retro-versivo,** pois aquêle indica o que é voltado para o futuro. A diferença entre **prospectivo** e **proversivo** está que enquanto o primeiro se refere ao pensamento, o segundo refere-se a tudo, é mais genérico.

PROVIDÊNCIA — (De **pro,** antes e **videre,** ver com antecedência, prover).

a) Indica prudência e presciência do futuro para providenciar algo em relação a êle. **Providência de Deus.** Vide **Deus.**

b) Indica, também, acontecimento feliz. Foi uma **providência** estar ali.

c) Prevenção, disposição prévia de meios para tender alguma coisa. «Tomou as providências necessárias...»

PROVIDENCIAL é o que é relativo ou inherente à providência.

PROVIDENCIALISMO — Doutrina dos que atribuem à providência divina tudo quanto acontece.

PROXIMIDADE — É o que é **próximo** de algo, mas havendo um intervalo entre ambos, do contrário é **contacto.**

PRÓXIMO — a) Como adjectivo, indica o que se avizinha tangencialmente de algo, o que é **contíguo** a algo. Emprega-se para

indicar, na extensidade, o que é contíguo ou quase tal, a algo; na intensidade, aos graus vizinhos ao grau considerado. Dêste modo, pode ser empregado em sentido quantitativo e em sentido qualitativo, bem como também **axiológico** (um valor próximo de outro) e em sentido lógico (entre conceitos semelhantes), ou em sentido ontológico (conteúdos eidéticos, que compõem a mesma concreção).

b) Emprega-se, ainda, para dizer que alguém está alcançando alguma coisa. Assim se diz que se está próximo da verdade quando a asserção, embora não sendo definitiva, parece a mais adequada ao objecto.

c) Como substantivo, é o homem nosso semelhante: «o nosso próximo».

PRUDÊNCIA — Vide **Cardeais** (virtudes).

Prüfung (al.) = Vide **Verificação.**

PSEUDO... (Do gr. **pseudós**, falsidade, êrro). Prefixo que entra na composição de muitos têrmos, sempre indicando que o que é considerado parece ser, contudo não o é.

É empregado em dois sentidos: a) num indica factos concretos e bem definidos, como **pseudestesia;** b) noutro dá uma qualificação pejorativa e indica êrro ou ilusão, quanto ao que se refere, como **pseudo-conceito, pseudo-problema.**

Pseudós (gr.) = **falso.**

PSEUDO-CONCEITO — O conceito ilusório, que o é porque contém em sua definição elementos incompatíveis, ou porque implica acepções inexatas.

PSEUDO-CULTURA — Vide **Cultura.**

PSEUDO-ESTÉTICA — É para Lalo a beleza natural, que êle distingue da beleza **anestética,** que é a propriedade que elas apresentam de fazer nascer um sentimento de satisfação especial, enquanto a beleza **estética** é a que existe apenas na **arte,** ou por um reflexo desta.

PSEUDOMNÉSIA — É a ilusão de memória, que consiste em tomar um facto, que ora se dá, como se fôra dado, e que julgamos assistir sua repetição.

PSEUDO-PERCEPÇÃO — Vide **alucinação.**

PSEUDO-PROBLEMA — Problema aparente, que devidamente examinado em suas presuposições, reduz-se a nada.

PSICANÁLISE — Segismundo Freud, médico austríaco, foi o fundador da psicanálise.

Nos primeiros anos de sua profissão, trabalhou na clínica do famoso professor francês Charcot.

Êste fizera uma descoberta sensacional: por meio da hipnose produzia sintomas de histerismo. Na pessoa adormecida, apenas a uma ordem, produzia artificialmente manifestações de paralisia, queimaduras, etc.

A hipnose consiste em pôr uma pessoa em um sono artificial e transmitir-lhe outra vontade, bem como idéias alheias. O hipnotiza-

dor é quem transmite essa vontade e essas idéias.

Afirmava Charcot que o histerismo era uma enfermidade psicogênica, isto é, uma enfermidade com origens não corporais, mas anímicas, da **psique.**

Freud, voltando de Paris para Viena, encontrou-se com seu amigo Bleuer, um médico austríaco, que havia descoberto um meio de curar os histéricos.

Hipnotizando uma paciente, Bleuer mandou-a que tirasse de seu subconsciente recordações de factos relacionados com o seu mal. Ela relatou então certos factos ocorridos na infância, dos quais não se recordava em estado normal, depois de passado o sono hipnótico.

E observou Freud que cada vez que a enfêrma relatava essas recordações, iam desaparecendo, um a um, os sintomas da enfermidade.

Chamavam a êsse método de «método depuratório ou catártico». (Catártico vem da palavra grega **Katharsis** que significa depuração).

Freud, entretanto, não se satisfez com êsses sucessos e prosseguiu investigando. Observava que as curas obtidas pelo método catártico eram ainda imperfeitas e pouco duradouras, porque os sintomas, passado algum tempo, retornavam.

De Viena voltou novamente para a França, onde trabalhou com o professor Berhens. Êste procedia diferentemente em parte, de Charcot.

Por persuasão, fazia o enfêrmo recordar, quando em estado consciente, do que se passara durante o sono hipnótico artificial. Freud concluiu, então, que podia obter a cura de enfermos, desde que fizesse voltar à consciência certas representações inconscientes.

Procurava, assim, tornar consciente o subconsciente, por meio da persuasão. E dêste modo, a **psicanálise** se constituiu num método para curar enfermidades nervosas, e foi através de suas experiências e de suas curas, que Freud pôde construir sua teoria.

Observou que os pacientes, quando falavam, narravam muitas coisas de maneira desordenada. Procurou, por entre as palavras, descobrir o que havia de mais importante e que lhe pudesse dar o fio para chegar a descobrir a causa da enfermidade.

Em vez de hipnotizar os pacientes, deixou-os falar à vontade. Estava convencido de que todos os factos descritos pelo paciente tinham um sentido, e era questão de tempo apenas para que, do subconsciente, surgisse o essencial que lhe permitisse descobrir a causa de enfermidade.

Compreendeu, assim, que muitas coisas que sucedem com os sãos têm sua explicação psicanalítica. Por exemplo, um menino perde um caderno de colégio, ou alguém esquece de devolver um objecto. Êsses esquecimentos não são puramente ocasionais. Há uma razão atrás disso tudo: o menino «tinha interêsse» em perder o caderno, o adulto em esquecer de devolver o objecto. No entanto, tais factos não são cons-

cientes. O que levava a tal esquecimento era algo de subconsciente.

Freud estudou êsses pequenos erros, êsses actos falhados, palavras trocadas, que na vida diária cometemos todos nós. Por exemplo, num discurso, alguém em vez de dizer «o honroso discurso do orador que me precedeu», dissesse «o horroroso discurso do orador que me precedeu», seria um lapso que revelaria as verdadeiras intenções de que o pratica. A psicanálise teve em Freud seu grande iniciador. Várias correntes decorrem da sua escola. Entre as maos famosas citam-se as de Alfred Adler, Carl Gustav Jung, Wilhelm Reich e Steckel.

DOUTRINA DA PSICANÁLISE

O fenômeno da vida é um fenômeno de assimilação e de desassimilação. Duas constantes biológicas dirigem os homens, assim como todos os sêres vivos:

a) Conservação do indivíduo: alimentação, etc.;

b) Conservação da espécie: reproducção.

Na vida se dá uma troca de energia entre o homem e o ambiente. Para assimilar, para alimentar-se, o homem retira do ambiente as energias necessárias, em forma de frutos, alimentos, água, ar, etc., que não pode tirá-las de si mesmo. Por outro lado, o homem devolve ao ambiente, ao mundo da natureza que o cerca, o que recebe (desassimilação). Devolve em parte. Compreende-se, portanto, a relação.

Meio ambiente
Homem
Meio ambiente

Quando o homem retira do meio ambiente uma certa quantidade de energia, fá-lo pela alimentação. Devolve o que não necessita, o que por motivos vários não pode reter. Quando essa devolução (desassimilação) é regular, há equilíbrio na relação. Quando essa desassimilação vai além, acarretando a saída dos elementos necessários, há depauperação, velhice, etc.; quando a assimilação é maior, há desenvolvimento, crescimento. Na vida do homem há três fases:

a) nascimento, infância;

b) mocidade, idade adulta, média;

c) velhice, morte.

Na primeira, a assimilação é maior, na segunda, equilibrada, na última predomina a desassimilação. Chamam os fisiologistas «metabolismo» (da palavra grega **metabolé**, que significa mutação) êsse fenômeno geral de troca. «Anabolismo» na primeira fase e «catabolismo», na última. O que se dá com a vida física do homem, se dá, também, com a vida psíquica. Porque esta depende daquela. Vejamos como:

NO VENTRE MATERNO — O feto, no ventre materno, vive sem ambiente. A assimilação e a desassimilação são feitas, pelo organismo materno, por intermédio do cordão umbelical. Nada se oferece ao psiquismo da criança, a não serem os fenômenos da vida, de relação, fenômenos puramente vegetativo da vida. Não há, nessa fase, pròpriamente consciência. Todos os fenômenos psíquicos são inconscientes.

O feto vive «feliz», nirvanicamente, como se não vivesse. Existe aí, exclusivamente, o «Id», que forma a viga mestra do nosso psiquismo. É êle que, desdobrando-se depois, vai dar lugar à formação do nosso «Eu».

Êsse «id» prossegue pela vida afora. É êle que posteriormente centraliza os impulsos cegos, os instintos, etc. Nascendo isolado, em si mesmo e para si mesmo, entregue a si mesmo, sôbre si mesmo. Essa vida paradisíaca que vive o «id», no ventre, é rompido pelo

NASCIMENTO — O feto, que vivia sem ambiente, tem, de momento, um ambiente. Êste é o mundo, que se lhe opõe agressivamente.

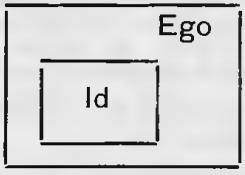
Impõe-se uma adaptação brusca. Por exemplo, no ventre materno, há um equilíbrio térmico, mas após o nascimento a temperatura é diferente; a respiração, que antes não existia, a alimentação, que ora deve ser feita, quando antes não havia, senão pelo meio materno, etc., tudo isso obriga a criança a adaptar-se à nova vida ou perecer.

Tudo modifica a vida de relação da criança sob o seu aspecto fisiológico. Idênticamente se modifica o seu aspecto psicológico.

Psiquismo infantil — O psiquismo infantil, que antes era pobre, é agora enriquecido de novas imagens, que lhe oferece, dadivoso, o ambiente. Vai adquirindo, aos poucos, a noção de espaço e a noção de tempo, das quais anteriormente não necessitava.

O «id» tem que se adaptar à nova vida. E, para adaptar-se, transforma-se parcialmente, sem se aniquilar. Do seu arcabouço surge uma nova modalidade, que se adapta à nova existência. É o «Ego». É a parte que sente, dos sentidos, a parte que age, que ordena os movimentos. Antes, na vida fetal, não tinha em movimento os sentidos. Não ouvia, não via, etc. Não ordenava movimento nos membros, etc., porque lhe era desnecessário mover-se.

Agora, fora do ventre materno, vê, ouve, mexe os braços, o corpo, etc. O «ego» é, portanto, como disse ilustre psicanalista «uma membrana de defesa». É a «membrana que o «id» forma para a sua luta contra o meio ambiente, contrário, agressivo.



Na fase do «id», fase fetal, ainda no ventre materno, o psiquismo é chamado de psiquismo arcáico. Fizemos notar, que, aí, a consciência é como se não existisse.

Em contacto com o ambiente agressor, o «id» (psiquismo fetal) adapta-se bruscamente pelos sentidos, pelo movimento. Novos elementos o enriquecem. Todos os fenômenos psíquicos passam-se então no «id». O «ego» é, como vimos, a parte aparente da personalidade, a consciência, a que possui os órgãos de percepção, de atenção, de memória, de raciocínio, etc. Nas relações entre o

meio ambiente e o homem, podemos observar:

O equilíbrio é o meio têrmo. Quando a troca de energia é normal, há equilíbrio, tanto no mundo físico, como no mundo psíquico, onde se dá o mesmo.

O mundo psíquico é simplesmente uma modalidade do mundo físico.

Tomemos o homem por centro. Havendo excesso de carga no homem, torna-se necessario, para a conquista do equilíbrio, que essa carga saia, se exteriorize. Se há excesso de carga no homem, deve escoar-se para o meio ambiente.

Pois bem, impulso (**triebe**) é o nome que se convencionou dar em Psicanálise a essa exteriorização.

No ventre materno, o feto está em equilíbrio, embora receba muita carga, sem, entretanto, descarregar. O equilíbrio máximo só vai tê-lo com a morte.

Na vida, portanto, o equilíbrio só é atingido instantaneamente.

Os impulsos têm por finalidade:

a) defender-se do meio, pela agressão, etc.;

b) aquisição de energia do ambiente e sua conservação, para aumento da energia individual.

CLASSIFICAÇÃO DOS IMPULSOS — Assim vemos dois grupos. Num, luta-se contra o meio, para retirar dêle o necessário para a vida orgânica, internamente, pela nutrição, e, externamente, pela reprodução.

Assim, os impulsos tendem para a destruição ou para a construção. Daí chamaram-se:

a) impulsos de morte; e

b) impulsos de vida.

A êstes últimos Freud chamou de **libido.**

PRAZER-DESPRAZER — Êsses impulsos obedecem a dois princípios:

a) princípio do prazer-desprazer;

b) princípio da repetição.

A estabilidade é desejada pelo homem. Todo movimento que tende para a estabilidade provoca prazer. Todo movimento que tende para a instabilidade provoca desprazer.

Até certo limite da estabilidade, há prazer. Pelo aumento posterior da carga, vem a instabilidade, e manifesta-se o desprazer.

Uma excitação agradável, continuada, torna-se desagradável.

Há um momento intermédio de indiferença. Os impulsos de vida, impulsos sexuais, a **libido,** têm tendência para o prazer.

SÔBRE A REPETIÇÃO — Os fenômenos naturais são regidos por um grande princípio, o princípio da repetição. O dia sucede à noite, a noite ao dia. Na natureza, em todos os fenômenos, observa-se a repetição.

É o princípio da repetição que nos explica o prazer das crianças em ouvir contar novamente as mesmas histórias; dos africa-

nos gostarem do batuque, que repete, indefinidamente, o mesmo ritmo, etc.

CENSURA — Os impulsos de morte tendem para a volta à vida mineral, a vida inorgânica, a vida das coisas que compõem o universo; os impulsos de vida, para a reproducção da espécie.

A **libido,** impulsionada pelos princípios do prazer-desprazer e pelo da repetição, tende a exteriorizar-se em actos reproductivos da espécie, em actos ou preparatórios ou finais, ou, ainda, quando não se deu o acabamento físico e psíquico do agente, como na fase prepuberal, infância, etc., em actos sexuais primitivos. Ora, êsses actos, manifestados em gestos, em atitudes, etc., encontram a oposição do meio ambiente que reage contra êles.

A criança, ao manusear os órgãos sexuais, é injustamente repreendida pelos pais. A criança, ao observar os fenômenos de ordem sexual, encontra as restrições violentas dos parentes ou pessoas próximas.

A necessária educação, que deveria ser dada ordenadamente, regulada, dosada, é substituída, enèrgicamente, pela proibição pura e simples.

O «ego» é formado pelo «id» em contacto com o ambiente. A necessidade de se defender, adaptando-se bruscamente e a aplicação do aparelho-sensitivo receptor (olhos, ouvidos, tacto, etc.), tudo vem enriquecer o psiquismo arcaico da criança, aumentando-lhe os conhecimentos.

Os impulsos do «id» tendem a se exteriorizar, passando pelo «ego».

Mas o meio ambiente é oposto. O «ego» oferece, então, uma resistência tenaz a êsses impulsos. Essa resistência é o que Freud chama **censura,** palavra aproveitada da mesma que significa a acção policial contra os jornais, onde se viam publicadas em branco as notas julgadas inconvenientes, etc.

RECALCAMENTO — Dá-se o **recalcamento** (outro têrmo empregado por Freud) quando a vitória da **censura** é completa, não vindo à tona do «ego» nenhuma manifestação do impulso censurado. Fica como que esquecido o impulso, guardado no âmago do inconsciente.

Já que falamos em **inconsciente,** vejamos como o considera a psicanálise, bem como o que chama de consciente.

CONSCIENTE E INCONSCIENTE — Chama-se em geral consciente o que está presente na consciência em um dado momento. Inconsciente, em regra também geral, o contrário, o que nunca está presente à nossa consciência. O sentido psicanalítico não difere muito. Observa-se que há representações conscientes e sabe-se que existem inconscientes.

Já dissemos que o «id» é inconsciente. Não nos recordamos de suas representações. Não nos recordamos do que se deu em nossa vida fetal, nem imediatamente após o nascimento. Será o «ego» e as suas representações

também inconscientes? Não. No início do nascimento do «ego» há inconsciência. Mas, depois, com o desenvolvimento da vida psíquica, dão-se grandes alterações. As restrições aos impulsos vão gerando a personalidade. Daí porque só em parte o «ego» é inconsciente.

Mas o inconsciente do «ego» não é semelhante ao inconsciente do «id».

Há uma diferença: os fenômenos inconscientes do «ego» podem tornar-se conscientes, espontaneamente, enquanto os do «id» só se tornam conscientes pela aplicação do método psicanalítico.

DESLOCAMENTO — Os impulsos procuram exteriorizar-se, mas encontram a barreira da censura. Quando, encontrando essa barreira, não podem passar, dá-se o recalcamento, de que já falamos acima. Mas nem sempre se observa tal coisa. Os impulsos, procurando sair, encontrando a barreira da censura, conseguem, muitas vêzes, virem à tona, embora, modificados pela oposição oferecida. Essa modificação, transforma-os, muda-os, tornando-os diferentes do primitivo impulso, irrecognoscíveis.

É uma forma de burlar a vigilância da censura. É isso que se chama deslocamento. Antes de passar a êsse importante capítulo da psicanálise, examinemos o que se compreende por «Super-ego».

SUPER-EGO — Já vimos como se forma o «ego». O «Super-ego» é uma formação posterior. «O homem busca poupar sua energia pela adaptação». O meio opõe obstáculo à exteriorização dos impulsos. É a sociedade, com os seus códigos de moral, com seus costumes, que repele os impulsos soltos.

O homem reage, resistindo aos seus impulsos interiores. Forma-se uma função censora, que representa as regras dominantes da sociedade.

Nessa fase começa a estructuração da personalidade, que, na infância, nos primeiros tempos, ainda não existe «formada».

Desde o momento que são censurados os impulsos, começa a formação da personalidade. Mas esta é lenta, demorada. Aos três anos a criança começa a compreender a sua existência «pessoal». Até aí não tem consciência de sua personalidade. Só aí começa a usar o pronome pessoal e a modificar-se completamente.

O «Super-ego» é de acção censora. Oferece uma resistência tenaz aos impulsos. Procura impedi-los de se manifestarem. E temos o recalcamento quando êle, o super-ego, consegue o seu objectivo.

ASSOCIAÇÃO — A idéia censurada pode, em muitos casos, associar-se a outras idéias. Censurada a primeira, outras e mais outras lhe sucedem até o último elo de uma longa cadeia de idéias. O acto proibido pelo «Super-ego» não se exterioriza como tal, mas consegue exteriorizar-se modificado, transformado, enganando a acção censora do «Super-ego». Um exemplo simples ilustra bem:

Um animal no cio, à vista da fêmea, a ela se atira para a conjunção sexual. Num salão de baile, porém, o cavalheiro contenta-se com reproduzir, em forma análoga, no corpo-a-corpo e nos movimentos ritmados da dança, o acto que realizaria, se tal não o impedisse o seu «Super-ego».

É a isso que se chama em psicanálise deslocamento. O acto julgado mau, contrário aos princípios da moral, da moral dominante no momento, passa a ter uma exteriorização permitida, consentânea com o mesmo meio. Obedece essa manifestação à lei do menor esfôrço, havendo o indivíduo poupado energia.

TRANSFERÊNCIA — A transferência tem muitos pontos de contacto com o deslocamento. Vejamos singelamente o que seja. Há o indivíduo, há o objecto para o qual o impulso tende realizar-se. Censurado o impulso em relação ao objecto, sôbre o qual não se pode realizar, desvia-se aquêle para outro objecto, não julgado proibido pela repressão censora do «Super-ego».

CONDENSAÇÃO — Na ânsia de exteriorizar-se, o impulso transforma-se, desloca-se. E também transfere-se, como vimos. E não é só. Transformado em imagens, pode dar-se a condensação de duas imagens que se transformam numa só, para melhor iludir a vigilância do «Super-ego». Nos «lapsos» de linguagem é muito comum observarem-se êsses erros, essas condensações.

DISSOCIAÇÃO — É o caso contrário de condensação. Em vez de se dar a conjunção de duas idéias numa idéia só, dá-se a divisão em duas idéias de uma única idéia.

SUBSTITUIÇÃO — Dá-se a substituição, quando há a troca de uma imagem censurada pelo «Super-ego» por outra que se lhe associe, que não seja chocante com o meio ambiente. São os casos de transladação do sentido das palavras, tão comuns na gíria.

SUBLIMAÇÃO — Chama-se sublimação ao desvio das energias sexuais para fins não sexuais. Por exemplo: o desvio do erotismo oral (bucal) para a música de sôpro; a tendência das crianças de mexerem nas fezes, para a modelação, e daí se transformarem em escultores, etc.

Desta forma, as manifestações estéticas do homem são sublimações de energias da **libido,** desviadas para fins não sexuais, segundo a interpretação da psicanálise.

Assim tôda a cultura humana é fruto da **libido** reprimida e depois sublimada.

Esta é, em linhas gerais, a concepção, que a Psicanálise constrói do homem.

PSICASTENIA — Tipo de **neurose,** que se caracteriza por uma angústia mórbida, por idéias fixas, manias, etc. É sinônimo de estado de tensão obsessiva ruminativa.

Psichico (it.) = **psíquico.**

PSICOBIOLOGIA — Campo da Biologia, que se dedica ao estudo do sistema nervoso. É tam-

bém a Psicologia estudada com tendências de reducção à Biologia.

PSICO-DINÂMICA — Ramo da Psicologia, que estuda as mutações e o desenvolvimento dos processos psíquicos.

PSICOFÍSICA — a) Ciência das relações funcionais ou relações de dependência entre o corpo e a alma, como é exposta por Fechner.

b) De modo mais específico, considera-se Psicofísica o estudo das relações quantitativas entre um estímulo e a sensação ou outra experiência, que daí decorre. W. Wirth inclui, na **psicofísica,** tôda a psicologia experimental quantitativa.

PSICOFISIOLOGIA — Têrmo que se emprega indistintamente para a **psicologia fisiológica** e para a **psicofísica** (vide).

PSICOGÊNESE — Origem e desenvolvimento dos fenômenos psíquicos e mentais. Disciplina que estuda a gênese e o desenvolvimento da psique, e que faz parte das **ciências noológicas.**

Estudo da origem e do desenvolvimento da parte psíquica de qualquer peculiaridade da conducta, como a **psicogênese da histeria,** etc.

PSICOGNÓSIA — a) É o estudo dos processos psíquicos por meio da hipnose ou por meios hipnóideos.

b) Segundo Dessoir, interpretação do carácter, segundo os traços anatômicos.

PSICOGRAFIA — a) Na Psic., método para traçar os característicos de uma pessoa por meio de gráficos.

b) Na Metapsíquica, escritura obtida por um **medium,** sem a intervenção dos músculos do mesmo.

PSICOGRAMA — Nome que se dá aos gráficos que pertencem à **psicografia.**

PSICÓIDE — Forma especial de **enteléquia,** segundo Driesch, que a entende como a actividade autônoma e não mecânica, sobretudo a que se manifesta nas acções de um corpo humano.

PSICOLEPSIA — Nome que Pierre Janet deu às quedas de tensão psicológica, não, contudo, de modo exclusivo, quando produzidas sob a forma de crises rápidas e de depressão brusca.

PSICOLOGIA SOCIAL — Vide **Factôres sociais.**

PSICOLEXIA — Estudo quantitativo e descriptivo dos fenômenos psíquicos. Têrmo proposto por Claparède.

PSICOPATOLOGIA — Vide **Patopsicologia.**

PSICOLOGIA — a) A palavra psicologia é formada de duas palavras gregas: **psykhê,** que significa alma, e **logos,** que significa ciência, tratado. Por isso, etimològicamente, a **Psicologia** é a ciência da alma, e esta tem sido a definição clàssicamente aceita. O têrmo **Psychologia** foi criado por Melanchton e usado por Glocênio (século XVII).

A expressão **alma** refere-se a algo que a experiência exterior não pode alcançar, salvo as suas manifestações, como é considerada pela metafísica clássica, pois os teólogos sempre consideraram a alma um ser espiritual, forma do corpo, e que sobrevive à morte dêste. É ela a sede de nossos sentimentos e de nossos pensamentos, permanecendo imutável, apesar de todos os estados transeuntes pelos quais ela passa.

b) A psicologia, modernamente, não estuda a alma sob êsse aspecto, embora não tome uma posição decidida quanto ao problema do espiritual e do material, ou seja, não é nem materialista nem espiritualista. Ela restringe o objecto de suas pesquisas, observações, análises, nos quais procura descobrir a legalidade dos chamados fenômenos psíquicos, regionalmente; isto é, circunscreve-se a um campo restrito, sem maiores preocupações de carácter metafísico, pois seria invadir seara alheia. O estudo metafísico da Psicologia pertence à Noologia e à Cosmologia.

A Psicologia não pode penetrar no terreno das origens, muito embora no decorrer da sua actividade, tenha ela que tocar em temas que interessam mais directamente à Filosofia, pois dizem respeito a objectos, que só filosòficamente podem ser tratados.

Modernamente, a Psicologia tomou um carácter científico, afastando-se da teoria clássica. A observação dos fenômenos psíquicos, tais como os da consciência, as sensações, os sentimentos, os raciocínios, os complexos, a memória, os desejos, etc., permitiram fôsse ela construída sôbre bases científicas, principalmente depois que lhe foi aplicado o método experimental.

Desta forma, a Psicologia procura evidenciar, no fenômeno psicológico observável, não mais uma faculdade, mas estabelecer relações de sucessão regular entre os fenômenos psicológicos. Na clássica, a alma era considerada como possuidora de determinadas faculdades, tais como a percepção, o raciocínio e a volição. A psicologia moderna não fundamenta mais os fenômenos psíquicos sôbre faculdades, e quando emprega êste têrmo o faz como uma expressão cômoda, para compreensão geral.

Contudo, para os escolásticos, **faculdade** quer dizer apenas **potência** e não entidades de per si subsistentes como julgaram muitos ser êsse o pensamento escolástico.

É ela o estudo de certos campos de consciência, que formam o nosso psiquismo, e segundo a tendência mais moderna da Filosofia, êstes são irredutíveis, isto é, não se reduzem a outros. Assim, os fenômenos psíquicos não podem ser explicados apenas como fenômenos biológicos, como êstes não podem ser explicados como meros fenômenos físicos. Há estructuras que formam campos irredutíveis no conhecimento. A Psicologia tem um campo próprio de acção, um objecto próprio, irredutível às outras ciências. A idéia da faculdade era considerada, antigamente, como um poder especial

de fazer ou sofrer um certo gênero de acção.

A teoria das faculdades não admitia uma cisão do psiquismo.

A alma era considerada como uma unidade indissolúvel, que se manifesta ora como pensamento, ora como actividade (vontade), ora como sentimento. Desta forma, segundo as operações da alma, segundo sua maneira de actuar ou de sentir, é que se manifestavam estas faculdades.

Psicólogos modernos dispensam as expressões **alma** e **faculdade**, em vista das acepções pronunciadamente metafísicas que têm, e transformam-na numa **ciência da vida mental e das suas leis**, ou seja, numa **ciência dos estados de consciência** enquanto tais, usando as observações e as experiências como meios para a construcção dos seus princípios. **Por isso se manifesta, na psicologia moderna, mais um trabalho de investigação dos factos do que a construcção de grandes sínteses ou de sistemas.**

Numerosos são os psicólogos que se preocupam mais com a observação dos factos isolados ou do seu entrelaçamento, sem se aterem a uma concepção geral, nem tampouco se proporem a construir sistemas, por considerarem que, no ponto em que nos encontramos, muito afastados ainda estamos de podermos realizar esta grande síntese, que caberia aos vindouros.

Não obstante, são também numerosos aquêles que constróem sistemas cerrados de psicologia, os quais, na maior parte das vêzes, não têm podido vencer o tempo e caem espetacularmente, enquanto outros se arrastam dentro de uma existência estéril, prestes a serem abandonados. Absolutamente tais factos não são um argumento contra a Psicologia, pois considerando o pouco tempo em que se tem realmente empreendido um estudo mais coordenado e científico dos factos psíquicos, é natural que todos êstes acontecimentos se processem, e que conheçamos tantos malogros quantas indecisões.

DIVISÃO DA PSICOLOGIA — 1) **Psicologia racional** (como a chamavam os escolásticos) — a que buscam o fundamento metafísico dos factos psíquicos, que aborda os temas da existência da alma, da sua imortalidade, etc. Está incluída na Metafísica (e será estudada na «Noologia»).

2) **Psicologia empírica** — a que se cinge em observar os fenômenos psíquicos e a estabelecer e a captar as causas, leis, condições de seu surgimento, cujas afirmações são controláveis pelos factos. Segue esta os métodos científicos, e está para a psicologia racional assim como estão as ciências naturais para a filosofia natural. Tal não impede haver, entre ambas, pontos de contacto, o que é realizado, sobretudo, pela Noologia.

Podem estabelecer-se outras classificações, mas se considerarmos o estado actual dos estudos filosóficos, a de Wolf permanece viva, pois poderíamos apenas distinguir, na experimental, uma Psicologia Teórica ou Geral, que é uma psicologia de observações,

teòricamente estructurada, e uma psicologia de laboratório (freqüentemente chamada de **experimental**), solução que bem corresponde às razões de V. Egger.

Uma terceira possibilidade de classificação seria a **Psicologia prática** ou **aplicada**, de base empírica, mas construída através de buscas metódicas e da contribuição geral de homens experimentados, que, nas mãos de especialistas, transformam-se num conjunto de normas práticas, não só de observação como de aplicação, sem, no entanto, desprezar as contribuições dos outros ramos da Psicologia.

Também se usa muito a expressão **psicologia em profundidade**, ou, ainda, **psicologia da profundidade**. Distingui-la-íamos como a que orienta as suas observações e buscas no mais íntimo do ser humano, como o procede a psicanálise, em seus diversos sectores e tendências, bem como práticas afins. Considerando todos êsses aspectos, pode enunciar-se, não pròpriamente uma definição da psicologia geral, mas um caracterizar-se da mesma, que vale por uma definição:

A Psicologia é um saber teórico e prático dos factos psíquicos, que, partindo da observação dos mesmos, busca determinar suas condições, natureza, causas, constantes, leis, bem como aplicar seus conhecimentos em benefício do homem.

Nesse enunciado, incluímos já a contribuição da psicologia a outras ciências, como à educação, à sociologia, à moral, etc.

Há um preconceito muito comum entre psicólogos modernos, mais afeitos à psicologia empírica, de que a psicologia clássica era meramente abstracta. Entre os escolásticos foram distinguidas perfeitamente as observações de ordem empírica de as meramente especulativas.

Que a psicologia, seguindo as normas científicas, deve ser uma «psicologia sem alma», nada se há de alegar, pois não cabe pròpriamente à ciência, no sentido em que em geral tomamos êsse têrmo, investigar num terreno que é meramente filosófico.

A alma não é um «tema superado», como ingenuamente o declaram alguns psicólogos modernos. Já há muita coisa «superada» na psicologia moderna, mas o tema da alma impõe-se, hoje, mais exigente do que nunca, e é essa a razão porque o psicólogo, quando se afasta da Filosofia, tende a tornar-se um mero empírico, sem alcançar o que há de mais profundo em matéria tão importante. Ninguém pode negar as grandes contribuições da psicologia moderna, mas seria manifestação de palmar ignorância negar as valiosíssimas contribuições da psicologia clássica, sobretudo da racional ou especulativa, sem a qual há privação de bases mais sólidas.

PSICOLOGIA ATOMISTICA — Vide **Estructuralismo.**

PSICOLOGIA COMPARADA No estudo dos factos sociais, verifica-se, fàcilmente, a influência que a sociedade exerce sôbre o pensamento humano e, conseqüentemente, sôbre a psicologia,

e vice-versa. O meio social inculca-nos certo número de pensamentos, bem como actualiza certos sentimentos, provoca a estructuração de paixões, como a emulação, a inveja, etc. Influi a sociedade sôbre nossos gostos e apreciações, e para convencer-nos, bastaria atentássemos para as influências da moda.

Além disso, a sociedade revela uma heterogeneidade complexa de atitudes como de perspectivas. Não se pode deixar de reconhecer as diferenças entre os povos primitivos e os povos civilizados. Nestes, a capacidade abstractora cresce, enquanto naquêles é muito menor. Há povos primitivos que não têm uma conceituação complexa para as idéias abstractas, faltam-lhes os têrmos gerais, nem se orientam segundo os nossos esquemas lógicos.

Essas diferenças não só são observáveis entre povos primitivos e povos civilizados, como êstes, segundo os diversos ciclos culturais, oferecem tais diferenças psicológicas, que permitem comparações, que facilitam a apreciação de outras diferenças e semelhanças.

Os estudos tão amplos da história e da cultura permitem-nos hoje reconhecer as profundas diferenças entre o pensamento egípcio e o hindu, ou o chinês, ou o ocidental, fáustico, etc.

Os estudos de psicologia infantil, os progressos da psicogênese nos oferecem campo para uma análise da mentalidade infantil, que é tão diversa da do homem civilizado.

As possibilidades dialécticas que hoje se actualizam, graças aos esforços dos que se dedicam a investigações lógicas, permitem-nos desde já uma visão das actualizações futuras.

A **psicologia comparada** tem assim um imenso campo de actividade.

PSICOLOGIA E LÓGICA — É muito freqüente encontrar-se entre os lógicos do século passado, e dêste, inclusive filósofos, a preocupação em reduzir a lógica à psicologia, isto é, em considerar os pensamentos como meros dados psíquicos. A esta tendência se chama **psicologismo,** assim como se chama **biologismo** à tendência em reduzir os fenômenos psíquicos à biologia, e **materialismo,** à que tende a reduzir o biológico totalmente à matéria. O psicologismo lógico defende a opinião de que a Lógica se apoia na psicologia, ou é desta dependente.

Os lógicos, que não aceitam esta opinião, argumentam da seguinte forma: os objectos lógicos não são objectos empíricos, mas ideais.

Em segundo lugar, as leis da Lógica são leis universais, construídas **a priori,** e não generalizações inductivas, ou seja, construídas da observação dos factos particulares para atingir o geral. Assim, as leis inductivas são generalizações, que têm um alto grau de probabilidade, mas nunca podem ser afirmadas como absolutamente certas, enquanto as leis da Lógica oferecem uma evidência que nada pode destruir. As leis inductivas são formula-

das **a posteriori,** quer dizer, após a observação dos factos particulares para chegar a uma generalização. Fundam-se, portanto, na temporalidade, pois são leis de um acontecer no tempo, enquanto as leis da Lógica, como as da Matemática, não dependem do tempo.

As razões, como se vêem, são ponderáveis, mas, por outro lado, devemos também considerar as que são oferecidas pelos que defendem a reducção da lógica à psicologia. Êstes, por exemplo, afirmam que os dados lógicos são perfeitamente explicáveis pela Psicologia, e se nos parecem processar-se fora do tempo, é apenas resultado de uma abstracção que leva a colocar os pensamentos **fora do tempo.** Actualmente esta é uma tendência acentuada dos lógicos modernos. Ademais, as leis lógicas são captadas do exame, realizado sôbre os **logoi** sôbre o raciocínio etc. Essas leis são induzidas dos factos lógicos. Esta concepção tem, ante os factos, base segura.

PSICOLOGIA E NOOLOGIA Assim como a Antropogênese tem por objecto o estudo das hipóteses e teorias sôbre o advento do homem, a Psicogênese tem especificamente por objecto o advento da Psique (gênese e funcionamento da alma humana).

Na Antropogênese, estudam-se as diversas opiniões sôbre o advento do homem e analisam-se posições como a teísta, a materialista, a grega, etc.

Há necessidade, antes de prosseguir nesta matéria, distinguir três têrmos usados até aqui, cujo esclarecimento muito nos auxiliará para o futuro.

São êles: **Psique, Alma** e **Espírito,** tantas vêzes tomados como sinônimos, mas que, na Psicogênese como na Noologia Geral, têm de receber ou tomar um sentido muito nítido, a fim de permitir o melhor exame de matérias tão importantes para a filosofia.

A palavra **psique,** de origem grega, tinha para os helênicos o sentido de alma como forma e princípio do corpo.

O estudo filosófico da alma cabe à Metafísica, cuja região é a **Noologia.**

O estudo empírico da alma cabe à Psicologia.

A Noologia pretende reexaminar os temas da antiga **Psychologia rationalis,** com a inclusão de novos métodos. A Psicologia científica leva à formação da Psicofísica e da Psicofisiologia, que são ciências intermediárias, constituídas pela cooperação da Física e da Fisiologia à Psicologia.

O perigo da quantificação dos factos psíquicos consiste no tentar reduzi-los ao fisiológico e ao físico, o que leva fatalmente a Psicologia a uma posição abstracta, embora aparentemente concreta, pois exclui os aspectos diferenciais do psíquico, que não permitem uma reducção pura e simples ao fisiológico. Os objectos psíquicos são objectos reais, participam de um campo dos objectos físicos, pois, no ser, as rupturas nunca são absolutas, nem na Natureza, e muito menos na

Psicologia, onde a ruptura total entre corpo e alma não é admissível, como já o mostraram, com proficiência, os escolásticos, e sobretudo Tomás de Aquino.

Os factos físicos caracterizam-se pela espacialidade e corporeidade; são predominantemente extensivos, quando macrocòspicamente examinados. Os factos psíquicos revelam incorporeidade e temporalidade, não são localizáveis, tópicos, como os físicos, que se dão aqui ou ali.

Nunca é demais evitar a confusão entre topicidade e positividade. A topicidade tem-na o que ocupa um lugar, **topos**; a positividade tem-na o que é **tético** (de **thesis**, de posição), o que se põe, sem a imprescindibilidade de um lugar.

Ser incapaz de distinguir topicidade de positividade é ser incapaz de filosofar. Vale como um verdadeiro teste para os iniciandos na filosofia.

Portanto, os factos físicos são positivos e tópicos; enquanto os actos psíquicos são positivos, e revelam atopicidade. Por isso, os factos psíquicos, porque são positivos (de posição), conhecem **com-posições** e **de-com-posições**, são compostos (compõem-se em esquemas) e descomponíveis, mas de modo diferente dos físicos, como ainda veremos.

PSICOLOGIA EVOLUCIONISTA — No século que passou, século XIX, houve uma tendência em fundir tôdas as ciências em uma só. Tal impulso foi profundamente estimulado pela filosofia da evolução e pela teoria da unidade das fôrças físicas, que era quase um verdadeiro axioma no mesmo século, um princípio cuja verdade quase ninguém punha em dúvida. Assim a **Matéria inorgânica** torna-se **orgânica**, através dos sêres inferiores até chegar aos sêres superiores, inclusive o Homem.

Essa era a teoria de Spencer, Haeckel, Darwin e muitos outros, para citarmos apenas os mais conhecidos. Dessa forma, os elementos da consciência humana já estavam dados, desde tôda eternidade, e chegou-se até a admitir a consciência dos átomos, forma mais elementar da consciência. Dêste modo, a consciência era imanente à existência; já estava contida em todo o ser existente. Conseqüentemente, a consciência humana seria a soma das consciências dos átomos que formam o homem. A ininteligibilidade dessa teoria (a **psicologia evolucionista**) é evidente. No entanto, houve quem a defendesse com grande entusiasmo, e ainda hoje encontramos adeptos dessa opinião.

O transferir a consciência humana para a consciência nos átomos é um recurso que a concepção unitária e a teoria de que na natureza não há soluções de continuidade, tinham fatalmente que gerar.

Dessa forma, a consciência era compreendida dentro da homogeneidade, à qual se procurava reduzir tudo, embora a consciência não fôsse quantitativa, espacial, e sim qualitativa, temporal, psicológica.

Ademais, o nosso mundo é muito mais complexo do que jul-

gavam os cientistas do século passado, que haviam chegado a uma visão demasiadamente simplista do universo.

O geral e o particular, o simples e o composto, os processos alternativos, observáveis depois, constituíam novos problemas, ainda não solucionados. E o universo é ainda mais complexo do que julga a nossa ciência actual, pois cada dia aparecem novas complicações, como observamos fàcilmente na teoria atômica.

Dêste modo, os problemas da Psicologia não podem ter uma solução fácil, sobretudo se considerarmos que essa disciplina é jovem, e o campo de acção e de investigação é muito vasto e de difíceis generalizações em face do heterogêneo dos resultados. E isso por que? Porque, precisamente, o facto psicológico é individual, heterogêneo, qualitativo.

PSICOLOGIA (Métodos da) — É por meio dos sentidos que conhecemos os factos físicos; mas os factos psíquicos conhecemo-los directamente pela consciência e indirectamente pelos sentidos.

Se nos colocamos do ângulo da consciência para observarmos os factos psíquicos, tomamos uma posição **subjectiva;** se nos colocamos do ângulo dos sentidos, tomamos uma posição **objectiva.**

À primeira costuma-se chamar de método de **introspecção** (de **intro spectare**), e a segunda de **extrospecção.**

Desde logo, discute-se a valia das duas posições. E desde que se considere como o melhor caminho (**meth'odos**) o primeiro ou o segundo, temos:

a) método da introspecção — subjectivo;

b) método da extrospecção — objectivo;

Entre êsses dois métodos, os psicólogos de todos os tempos escolheram ora um, ora outro, por considerá-los, um ou o outro, o melhor.

Os psicólogos de tendência idealista tendem ao primeiro; os de tendência afins às ciências naturais, ao segundo.

Considerados ambos, o objectivo e o subjectivo, desde logo vemos que, dialècticamente, têm de completar-se num método objectivo-subjectivo, pois não é possível obter-se bons resultados na introspecção, nem na extrospecção, sem que se considere a subjectividade e a objectividade.

PSICOLOGISTA (Posição) — Para a **posição psicologista** (como a de Galton), há factos psíquicos inconscientes, porque a consciência é limitada. Perceber é fazer selecção, escolher, inibir o que não interessa, tomar consciência só do que interessa. A atenção realiza-se por meio de inatenções, inconsciências. Certas anomalias, como a restrição do campo da consciência, explicar-nos-iam algumas anormalidades psíquicas.

Entre a zona da consciência e a da inconsciência, há um limite vago e flutuante, onde vemos factos psíquicos subir ora ao consciente, ora descer ao inconsciente.

Dessa forma, consciente e inconsciente colaboram, e, na vida normal, prestam mútua ajuda constante. Valoriza-se, assim, tudo o que a vida consciente deve ao inconsciente: inspirações poéticas, achados científicos, pressentimentos e sonhos premonitórios. Mas que seria o inconsciente sem a vida consciente? Se o consciente se alimenta de mil impressões, que escapam à consciência clara, é também o conservatório de percepções e de sentimentos conscientes, que as necessidades da vida prática nos fazem esquecer ou recalcar: nesse recesso obscuro se adicionam tôdas as experiências da vida consciente, o que a consciência percebeu cotidianamente, o inconsciente, e o que a consciência pervisões de conjunto ou sintéticas que flanquearão um dia as barreiras da consciência» (Foulquié, Traité de Philosophie, T. I, pág. 318).

Não é, para tal posição, a consciência um epifenômeno dos factos psíquicos. «A consciência não é um elemento constitutivo do facto psíquico: ela o acaba, mas não o constitui; em certo sentido é, pois, um epifenômeno. Nós já assinalamos que a sensibilidade **protopathica,** puramente afectiva, era primitiva e consciente, enquanto a sensibilidade epicrítica, constituída pelo conhecimento ou pela consciência, lhe era posterior e a ela se acrescentava por intervalos.

Mas a consciência não se acrescenta ao fenômeno psíquico accidentalmente: o que é accidental é a inconsciência. Por si, com efeito, todo facto psíquico é consciente, e se a consciência está obstruída, permanece no inconsciente, voltará à consciência desde que o campo esteja livre: a inconsciência nada mais é que a ausência de consciência actual; ela é uma «possibilidade de consciência» (Binet), «uma consciência virtual» (Bergson). Também não se pode admitir o pensamento de Freud, para quem os processos psíquicos são em si mesmos inconscientes, de forma que sua percepção, pela consciência, é comparável à percepção do mundo exterior pelos órgãos dos sentidos. O fenômeno físico, as formas ou a luz, não aspiram absolutamente a ser conhecidos, e não fazem nenhum esfôrço para atrair o nosso olhar. Outra coisa se dá com os factos psíquicos inconscientes» (Foulquié).

PSICOLOGIA (Teorias modernas da) — Na Psicologia moderna, podem-se destacar as seguintes teorias:

1) a teoria da **Gestalt,** ou psicologia da estructura, da forma;

2) a psicologia introspectiva de Bergson, James, Brentano;

3) a psicologia científico-espiritual de Dilthey e Spranger;

4) a Psicanálise, com suas tendências (que é a mais popular);

5) a teoria da assimilação, de Piaget; e

6) a teoria do tacteamento (vide).

Esta classificação não implica que essas teorias sejam estritamente independentes e não relacionadas umas com as outras.

A dificuldade das classificações consiste em terem elas muitos pontos de convergência e até de coincidência.

A Gestalt — A palavra alemã **Gestalt** tem sido traduzida nos idiomas latinos por estructura, idéia de forma, configuração, forma, trama, complexo e conexão, que são ligadas umas às outras por analogias. Essa palavra alude a um conjunto de elementos solidários entre si, a um organismo, cujos componentes não são meros fragmentos independentes e arbitràriamente desintegráveis, mas que possuem interdependência entre êles quanto à totalidade» (Ferrater Mora). A psicologia da estructura nasceu das investigações de Kurt Koffka, Max Wertheimer e Kohler. Estudaram êles as estructuras visuais, auditivas, estáticas, dinâmicas, etc., bem como as suas leis e relações mútuas. Essas observações levaram a ampliar a estructura para a totalidade da vida psíquica.

Para êles, a totalidade condiciona sempre o comportamento dos membros, de tal modo que só a totalidade pode explicar êste comportamento e não como ocorre no método atomista. Vamos dar um exemplo, que pode esclarecer o sentido dessa teoria, que é hoje complexa, e tem uma literatura já volumosa e orienta as observações de inúmeros psicólogos. Quando vemos, por exemplo, uns traços, em qualquer objecto, semelhantes aos traços do rosto humano, logo os completamos, dando-nos a impressão que vimos uma figura.

Assim, quando vemos um desenho incompleto, nem notamos o que falta, porque **figuramos** logo o todo. São configurações de carácter visual. Partindo dêsses factos, que já haviam sido observados por outros psicólogos, puderam os seguidores dessa teoria organizar uma doutrina coordenada, que abrange até os mais complexos processos psíquicos. Da segunda escola, podemos salientar Brentano, que ante o fisiologismo, o associacionismo e o constructivismo na psicologia, converte esta numa ciência descriptiva, numa «psicognosis» (num conhecimento do psíquico), destinada a examinar, mediante uma eliminação de tôda a suposição, os fenômenos psíquicos puros, dados nos actos intencionais.

Brentano interessou-se pela idéia de intencionalidade. Os actos psíquicos, intelectuais, afectivos ou volitivos, tendem para um objecto. Êsse é o carácter fundamental do psíquico, que o distingue do físico.

Quanto à terceira escola, a de Dilthey, funda-se na autognosis (conhecimento de si mesmo), com a qual fundamenta a sua psicologia. «A autognosis, diz Dilthey, é o conhecimento das condições da consciência, nas quais se efectua a elevação do espírito à sua autonomia, mediante determinações de validez universal; quer dizer, mediante um conhecimento universal a normas de obrar, segundo fins de validez universal».

Quer Dilthey compreender o homem como realidade histórica e não como um ser imutável, como uma natureza ou substância.

Ser ente histórico é concentrar no presente o passado. A psicologia, por si só, é insuficiente para compreender a complexidade do mundo espiritual e, por isso, Dilthey quer torná-la capaz de apreender os objectos espirituais, transformando-a em descriptiva e analítica.

O fundamento metódico da hermenêutica de Dilthey não é a explicação, mas a compreensão. É pela compreensão, como acto original, que o espírito «capta o mundo do espírito manifestado em exteriorizações (sinais, gestos, inscrições, etc.), e se refere ao homem como criador de cultura e como sujeito que vive a cultura».

«A idéia fundamental da minha filosofia, escreve Dilthey, é o pensamento de que até o presente não se colocou, nem uma só vez, como fundamento do filosofar a plena e não mutilada experiência, de que nem uma só vez se fundou na total e plena realidade». Dilthey fundamenta-se em algumas proposições, que são as teses sôbre as quais se orienta a sua filosofia total da experiência:

«1) A inteligência não é um desenvolvimento que tenha tido lugar no indivíduo particular e torne-se, por isso, incompreensível, mas é um processo na evolução da espécie humana, sendo esta, por sua vez, o sujeito, no qual o querer é o conhecimento.

2) Em rigor, a inteligência existe como realidade nos actos vitais dos homens, todos os quais possuem também os aspectos da vontade e dos sentimentos, por isso existe como realidade só, dentro da totalidade da natureza humana.

3) A proposição correlativa à anterior é a que afirma que só por um processo histórico de abstracção se forma o pensar, o conhecer e o saber abstractos.

4) Mas esta plena inteligência real tem também, como aspectos de sua realidade, a religião ou a metafísica ou o incondicionado, e sem êstes não é nunca real nem efectiva».

PSICOLOGISMO — Diz-se da doutrina que tende a explicar todos os factos humanos como directamente decorrentes de factôres psicológicos. Por essa concepção, a Sociologia nada mais é que uma Psicologia social, a Filosofia nada mais é que a estructuração mais ampla das estructuras esquemáticas do homem, explicadas por outras estructuras esquemáticas, etc.

Chama-se, ainda, **psicologismo,** a posição psicologista de Galton. Vide **Psicologista.**

PSICOMETRIA — a) É a investigação do factor temporal nos factos e processos psíquicos.

b) Diz-se, também, da medida psíquica.

PSICONEUROSE — Vide **neurose.**

PSICONOMIA — (Do grego **psykhê** + **nomos,** alma e normas). É o ramo da Psicologia que estuda a relação da **psique** com o meio ambiente. É a ciência das leis psíquicas.

PSICOPATIA — É o nome que se dá a qualquer transtôrno mental específico (do gr. **psykhê**, espírito, e **pathos**, sofrer). **Psicopata** é o que sofre. Por eufemismo, nome que se dá ao louco.

PSICOSE — Qualquer estado psíquico anormal ou patológico, que constitui ou tende a constituir uma entidade morbosa.

PSICOTECNIA, PSICOTECNOLOGIA — a) A **psicotecnologia** é a arte que se dedica a aplicar a psicologia a fins práticos.

b) Embora sinônima de **psicotecnia**, desta se distingue por se referir esta mais à perícia e ao modo de proceder específico de uma arte do que aos amplos princípios gerais.

c) Chamam, ainda, de **tecnopsicologia** a aplicação da psicologia à indústria e aos negócios.

PSICOTECNOLOGIA — Vide **Psicotecnia.**

PSICOTERAPIA — Tratamento dos transtornos por métodos psicológicos, incluindo a sugestão em estado de vigília e a hipnótica, a reeducação, métodos de persuasão e a **psicanálise.**

PSIQUE — (Do gr. **Psykhê**, espírito, sôpro da vida, a alma).

a) O têrmo é tomado como princípio da vida.

b) Como princípio da vida psíquica.

c) Como a soma total das actividades de um organismo (como tensão que coacta todos os actos e processos orgânicos numa unidade tensional).

d) Totalidade organizada dos processos conscientes e inconscientes.

e) Os psicólogos modernos preferem usar o têrmo **psique** em vez de alma ou espírito, embora muitas vêzes usem tais têrmos com matizes tão variados, que seria impossível relatar num dicionário tôdas as inúmeras variâncias. Para uns, a **psique** inclui apenas os fenômenos conscientes, para outros conscientes e inconscientes, para outros, além dêsses, os orgânicos, os vitais.

PSÍQUICO E FISIOLÓGICO — Reduzir o psiquismo apenas ao fisiológico ou ao físico, é tentar realizar uma homogeneização pela actualização dos aspectos que se repetem. O psiquismo não se dá fora do corpo, do corpóreo, contudo, não pode ser apenas explicado por êste, pois o nosso psiquismo já forma uma tensão, que se diferenciou em suas funções, de tal modo que realiza um salto qualitativo, o que é característico de tôdas as tensões, quantitativamente iguais às partes componentes, mas qualitativamente diferentes destas.

PSÍQUICO-FISIOLÓGICO (Paralelismo) — Segundo essa teoria, surgida desde Leibnitz, e desenvolvida até nossos dias, os factos psíquicos e os factos fisiológicos constituem duas séries paralelas.

Segundo Leibnitz, não há nenhuma actuação da alma sôbre o corpo nem vice-versa, embora haja uma correspondência do estado de um com o de outro. Seriam como dois relógios que marcam as mesmas horas,

sem que um exerça acção sôbre o outro, e ambos funcionem, obedecendo à **harmonia preestabelecida** por Deus.

Os paralelistas modernos aceitam a independência dos factos psíquicos de os fisiológicos, mas não admitem a intervenção divina. Para muitos dêles, como Claparède, o paralelismo é apenas uma hipótese provisória para facilitar as observações; para outros é uma afirmação, uma tese decisiva. Éstes são os paralelismos doutrinais, como os de Taine, Hoeffding, Paulsen, etc.

Para os paralelistas contemporâneos:

a) **há uma equivalência absoluta entre os processos cerebrais e os processos mentais.**

Claparède criticava os psicólogos por quererem resolver as relações entre a alma e o corpo, pois tais temas ultrapassam o campo da ciência, e devem ser estudados pela Filosofia. A irreductibilidade, afirmava Claparède, é evidente; a heterogeneidade é flagrante, e a única relação que podemos captar é a da simultaneidade entre ambos, isto é, que os fenômenos de consciência dão-se no mesmo tempo que os cerebrais, ou seja, o processo físico-químico, o que revela uma concomitância, um paralelismo. A Psicologia pode registrar êsse paralelismo, não explicá-lo, pois tal enigma escapa ao campo propriamente científico, e pertence ao da filosofia.

b) **A equivalência absoluta explica-se por uma identidade fundamental, uma correspondência estreita entre o psíquico e o fisiológico.**

c) **Não há nenhuma acção causal entre as duas ordens.**

Examinemos os argumentos e discussões em tôrno dessas teses.

A teoria paralelista funda-se sôbre dois argumentos.

1) **Os factos da experiência** superam a idéia do paralelismo. Chora-se de prazer como de dor, e como Dumas diz: «é difícil saber se um indivíduo chora ou ri, quando não se vê o seu rosto, e quando nos dirigimos ao pneumógrafo para anotar as respirações do chôro e do riso, obtêm-se traços em que as convulsões das expirações se inscrevem da mesma maneira com os mesmos períodos curtos...» Sabe-se, também, que há modificações fisiológicas às quais não correspondem fenômenos psíquicos.

2) Como argumento racional: como compreender a acção do espírito sôbre o corpo, quando são ambos fundamentalmente heterogêneos, de natureza e ordens diferentes?

A tais argumentos, Bergson propõe uma posição de paralelismo unilateral, estabelecendo que a todo facto psíquico corresponde um facto fisiológico, e não a recíproca, isto é, há factos fisiológicos sem correspondência a factos psíquicos.

«Por haver solidariedade entre o estado de consciência e o cerebral, não se pode concluir no paralelismo das duas séries, a roupa e o prego ao qual está presa. pois se tirarmos o prego, a rou-

pa cai. Dir-se-á que, por isso, a forma do prego desenha a forma da roupa e nos permite de alguma maneira pressenti-la? Assim, do facto de estar ligado um facto psicológico a um facto cerebral não se pode concluir o paralelismo das duas séries, a psicológica e a fisiológica.» (Matière et mémoire, V-VI).

Huxley (1825-1895) e Maudsley (1835-1918) foram os fundadores do **epifenomenismo,** cujas teses estabelecem:

a) os factos psíquicos são apenas tomadas de consciência de modificações cerebrais. Dessa forma, todo fenômeno psíquico se funda no fisiológico; é um fenômeno em tôrno **(epi)** de, **epifenômeno,** fenômeno acessório, portanto;

b) a tomada de consciência não influi sôbre o orgânico. «A consciência... é como o silvo que acompanha o trabalho de uma locomotiva, sem influência sôbre o seu mecanismo» (Huxley). «Um homem não seria uma máquina intelectual inferior sem a consciência do que com ela... o agente continuaria sua actividade, na ausência de testemunha...» (Maudsley).

E outro epifenomenista francês proclama: «Tôdas as operações, nas quais consideramos a consciência como activa, são dirigidas pelas mudanças materiais, que são conscientes, mas que actuam enquanto mutações materiais, e não por serem conscientes...» (Le Dantec).

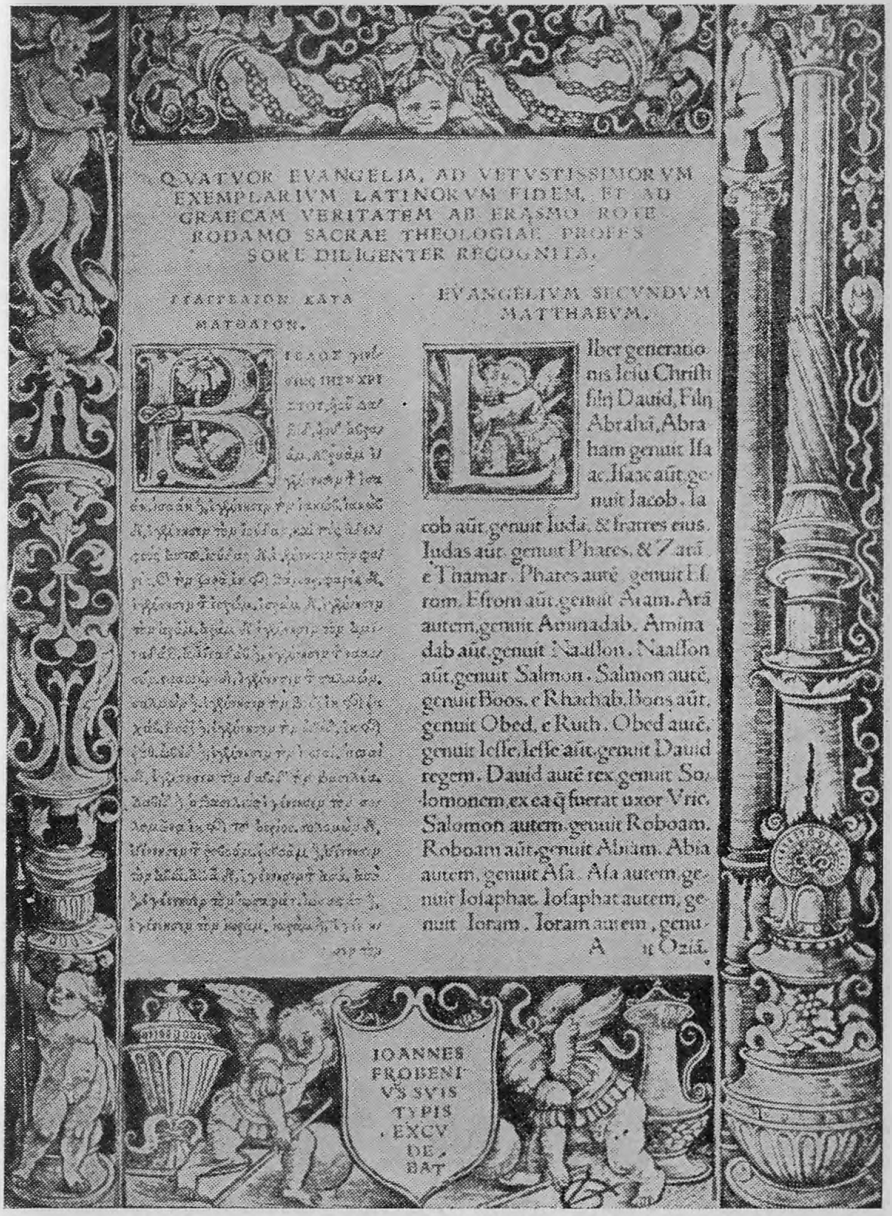
O ruído que produz um galho ao quebrar-se não é o que causa a quebra do galho, mas é apenas um epifenômeno. Assim é a consciência para Godferneaux. E Piéron também acompanha tais pontos de vista.

Dessa forma, os factos inconscientes seriam apenas factos psíquicos aos quais faltam o epifenomenismo da consciência, como um quebrar de galho, sem que se ouvisse.

O epifenomenismo encontra em suas palavras e argumentos a antítese dos mesmos. A testemunha de Maudsley, na frase citada, é virtualizada, mas é importante, como o é sempre. A consciência, como testemunha, não é explicada. Se é incompreensível que um desejo, uma representação, um esquema operatório actuem sôbre o organismo, é menos compreensível que modificações fisiológicas sejam acompanhadas dêsse **epifenômeno,** a consciência.

Além disso, onde as provas de tais afirmativas? Por que uns são acompanhados de consciência e outros não? Depois, que é epifenômeno, neste sentido sobretudo? Ou é algo ou é nada. Se tem uma realidade; a consciência a tem. A consciência é uma realidade, e escamoteá-la não é resolvê-la. O epifenomenismo procede pelo velho êrro que tantas vêzes temos acusado, o de virtualizar o que não sabemos explicar, que é escamoteado. Não explica o epifenomenismo a consciência, apenas quer privá-la de realidade.

E é da ética do estudioso enfrentar as realidades onde surjam. A consciência é uma reali-


QVATVOR EVANGELIA, AD VETVSTISSIMORVM EXEMPLARIVM LATINORVM FIDEM, ET AD GRAECAM VERITATEM AB ERASMO ROTERODAMO SACRAE THEOLOGIAE PROFESSORE DILIGENTER RECOGNITA.

ΕΥΑΓΓΕΛΙΟΝ ΚΑΤΑ ΜΑΤΘΑΙΟΝ.

EVANGELIVM SECVNDVM MATTHAEVM.

Liber generationis Ieiu Christi filij Dauid, Filij Abrahã, Abraham genuit Isaac. Isaac aũt genuit Iacob. Iacob aũt genuit Iudã & fratres eius. Iudas aũt genuit Phares & Zarã e Thamar. Phares aũt genuit Esrom. Esrom aũt genuit Aram. Arã autem genuit Aminadab. Aminadab aũt genuit Naasson. Naasson aũt genuit Salmon. Salmon autẽ genuit Boos e Rhachab. Boos aũt genuit Obed e Ruth. Obed autẽ genuit Iesse. Iesse aũt genuit Dauid regem. Dauid autẽ rex genuit Solomonem ex ea q̃ fuerat uxor Vrie. Salomon autem genuit Roboam. Roboam aũt genuit Abiam. Abia autem genuit Asa. Asa autem genuit Iosaphat. Iosaphat autem genuit Ioram. Ioram autem genu-

A ij Oziã.

IOANNES FROBENIVS SVIS TYPIS EXCVDEBAT

Primeira página do Novo Testamento, editado por Erasmo de Rotterdam

Santo Agostinho

dade, e além disso vêm a seu favor as grandes experiências da psicologia actual, como ainda veremos, sobretudo quanto à actuação das idéias sôbre o homem. Há uma contemporaneidade entre a consciência e o facto fisiológico. Mas a resposta a tais posições implicam o estudo da consciência, e virão conseqüentemente a seu tempo.

O próprio Ribot reconhece as dificuldades que tal posição oferece, pois como se poderia explicar que certos factos cerebrais sejam acompanhados, e outros não, do reflexo da consciência?

«As disposições psicológicas individuais determinam a maneira particular pela qual o espírito reage sob a influência dos processos patológicos do cérebro», afirma Jaspers. E muitos factos levam alguns psicólogos a tornarem os factos fisiológicos acessórios dos psicológicos.

Nesse caso, o fisiológico tornar-se-ia epifenômeno, e estaríamos em face de outra posição unilateral. O reconhecimento da contemporaneidade oferece-nos melhor campo de observações, de pesquisas, e até de soluções. O psíquico é inseparável do fisiológico; êste é, de certo modo, exteriorização daquele. E tôdas as conquistas da caracterologia, da tipologia, da psicologia em profundidade vêm em favor desta tese.

Tôdas as dificuldades que enleiam os psicólogos modernos, neste sector, já tiveram soluções claras e adequadas nas obras dos grandes escolásticos, infelizmente ignoradas, pelos que se dedicam ao estudo da Psicologia.

PSÍQUICOS — (factos) — O objecto, portanto, da psicologia são os **factos psíquicos.** Facto é um sinônimo de fenômeno, mas que deve ser distinguido: o fenômeno (de **phê,** aparecer) é o facto enquanto aparece. Dessa maneira, um facto psíquico inconsciente, que não **aparece,** não deixa de ser um facto, mas ao qual não conviria empregar o têrmo fenômeno, nem falar em fenômenos, mas sim factos psíquicos inconscientes.

Impõem-se distinguir **factos psíquicos** de **factos físicos.**

Primeiro: individualidade dos factos psicológicos, que consistem em se darem numa única consciência, e em não serem directamente conhecidos senão por um único indivíduo; enquanto os factos físicos podem ser comprovados por um número indeterminado de pessoas. É que os factos psíquicos se dão no interior de uma pessoa, enquanto os físicos pertencem ao mundo exterior.

Segundo: os factos psicológicos não ocupam espaço, não se apresentam como corpos, êles transcorrem no tempo. Os pensamentos, além de não serem espaciais, são também intemporais, mas o acto de pensar processa-se numa pessoa e num determinado tempo. Embora não seja êle espacial está implicado como algo que ocupa espaço, como é o ser humano.

Mas os factos psicológicos, como os sentimentos, a vontade, o raciocínio não têm dimensões nem ocupam um lugar no espaço.

Há teorias que procuram explicar as funções psicológicas como

meras funções cerebrais, localizando-as no encéfalo. Entretanto, se admitirmos essa relação entre os factos psicológicos com a nossa constituição cérebro-espinhal, temos que salientar todavia que o processo fisiológico não torna espaciais os factos psicológicos. Êstes podem ser entendidos como simples processos que, na sua constituição unitária, não formam, no entanto, um corpo, que é o facto processado no espaço e no tempo.

Há nos factos psicológicos temporalidade, pois êles se dão numa determinada fracção de tempo, sem podermos, no entanto, dar-lhes uma espacialidade, isto é, uma extensão.

Sintèticamente, podemos distinguir os factos psíquicos dos outros:

1) os **factos psíquicos** são pessoais, existem só em quem os experimenta;

os **factos físicos** são impessoais, existem para todos.

2) Os **factos psíquicos são interiores** à consciência;

os **factos físicos são exteriores.**

3) Os **factos psíquicos são intencionais.**

os **factos físicos são factos brutos.**

4) Os **factos psíquicos desenrolam-se fora do espaço** (não são localizáveis), enquanto os **factos físicos desenrolam-se no espaço.**

Ambos, porém, **sucedem no tempo** (mas os psíquicos se dão na **duração,** no tempo psicológico, como o mostrou Bergson).

5) Os **factos psíquicos são intensistas, genuinamente heterogêneos,** móveis, cambiantes; os **factos físicos,** submetidos à lei da inércia, **são predominantemente extensistas, homogêneos.**

6) Os **factos físicos são determinados por causas** (ou factôres caracterìsticamente causais);

7) Os **factos psíquicos são determinados por fins.**

Os movimentos da matéria podem ser explicados pela causalidade; a actividade psíquica exige a presença de uma finalidade (em todo o plano biológico, como no psicológico, a finalidade se impõe).

8) Nos **factos físicos reina o determinismo;** nos **factos psíquicos** observamos uma faculdade especial de escolha.

Essas distinções, que se podem fazer entre os factos psíquicos e os factos físicos, revelam-nos a impossibilidade de uma reducção dos primeiros aos segundos, como deseja o materialismo.

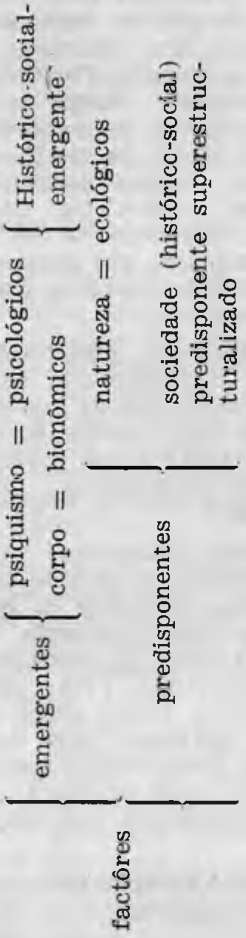
PSIQUISMO — É a psique um factor emergente do ser humano e constitutivo de sua realidade total.

Mas a **psique,** dialècticamente. além de um **produzir-se** é um **producto.**

E também sofre a actuação dos factôres predisponentes, e suas sedimentações actuam como emergentes, nas suas próprias actualizações.

O corpo actua como predisponente quanto à **psique.** A emer-

gência psíquica actualiza-se segundo a acção coorperadora da predisponência, sem submissão total, porque a **psique** encontra sempre os limites do meio externo, e nosso corpo também é meio exterior em muitos casos, como o são as nossas idéias, como o é o histórico-social em nós (super-ego), fundado nos factôres de emergência.



Nosso psiquismo, como o nosso corpo são productos da cooperação dessas coordenadas que formam a nossa realidade. É fácil reconhecer que o psiquismo é também algo que em nós se desenvolve através das actualizações possibilitadas pela predisponência.

As nossas experiências psíquicas formam os nossos esquemas psíquicos, segundo as nossas possibilidades, que já as antecedem. Desta forma, o que o **inatismo** afirmava de positivo, bem como o **apriorismo** e o **racionalismo apriorista,** coordena-se, dialècticamente, ao que o **empirismo,** o **racionalismo empirista,** o **pragmatismo,** etc., afirmavam de positivo.

O que a fisiologia nos mostra, o que nos mostram todos os estudos actuais que a ciência tem realizado, é que as actualizações esquemáticas dependem da nossa aptidão. Essa aptidão é antecedente. Realizada uma possibilidade, que se actualiza, esta, por sua vez, abre campo a novas possibilidades, e assim sucessivamente, o que nos pode explicar a historicidade do psíquico, que é um produzir-se de productos.

O psiquismo, portanto, não é apenas o corpóreo, que é símbolo da tensão anímica que, como a vital, actua segundo a cooperação das coordenadas.

E essa tensão anímica, essa forma, é acto.

Há um **continuum** que herdamos no próprio composto genético.

PSITACISMO — Argumento fundado apenas na forma das proposições, sem considerar as re-

lações entre os conceitos compreendidos nelas. O têrmo vem de **psittacus,** em lat. papagaio, e corresponde ao nosso **papaguear,** em certo sentido.

Psychicum (lat.) = **psíquico.**

Psykhê (gr.) = **alma.**

PUDOR — Vide **Cardeais (virtudes).**

PUGNACIDADE — (De pugna, do lat. **pugnare,** lutar). Capacidade que indica uma tendência congênita (instinto) de lutar com outros indivíduos, de enfrentá-los, de antagonizar-se. É sinônimo de **combatividade. Pugnaz** é o que tem essa capacidade.

Pulchritude (lat.) = **beleza.**

Punctum (lat.) = **ponto.**

PUNIÇÃO — Acção ou efeito de punir, de aplicar uma **pena** (vide), um castigo a quem cometeu uma falta ou um crime. As penas são proporcionadas ou não às faltas. Tema jurídico, a punição é matéria do Direito Penal. **Punire** vem de **poenia,** de **poenus,** cartaginês (**Phoinikê**), cujo povo foi castigado pelo romano, tomando, na língua latina, o têrmo a acepção de castigo, com o qual ficou, bem como o de astucioso, o de mentiroso, pérfido, etc. **Púnicos** era o nome latino dos cartagineses. A palavra **pena** vem de **poena,** do gr. **poiné,** que significa reparação, resgate. Ambas palavras, embora de origens diferentes, terminaram por fundir-se no verbo **punir,** que é a acção ou efeito de aplicar uma pena.

PUREZA — Vide **Puro.**

PURGAÇÃO DAS PAIXÕES — É a **Katharsis.** Vide **Purificação.**

PURNA (Sânscrito) — O absoluto **brahman,** o pleno.

PURO — a) Diz-se do que não tem mácula, nem mistura, nem corpo estranho, do que é homogêneo. Kant usa puro (**rein**) no sentido do que não depende da experiência. Em sentido moral, opõe-se a impuro. **Purificar,** pois, é tornar puro. Surge na Filosofia em têrmos como **purificação,** acção e efeito de purificar, que pode ser tomado no sentido de **catharsis** (vide), ou, teològicamente, no sentido de retirar tôdas as máculas, que possam viciar ou alterar, ou turvar a pureza de uma alma.

A expressão **purificação das paixões** corresponde à **catharsis,** mas acrescentada da expulsão dos aspectos que turvam as paixões para alcançar a sua pureza afectiva por sublimações. Vide **sublimação.**

Purusha (Sânscrito) = Homem, símbolo do mundo no **Veda.** É um dos princípios do **Sankhya** e **Yoga,** que representa a pura espiritualidade, a consciência, a auto-consciência. Há variância na Filosofia Hindu sôbre a natureza do **purusha.** Para uns é espiritual, para outros psico-física ou lógica, para outros é uma entidade produzida por **maya** (vide).

PUSILANIMIDADE — Vide **Magnanimidade.**

Q

Quadrivium — Era a divisão quadripartida dos estudos universitários da Faculdade das Artes, na Idade Média, que se compunham dos seguintes: aritmética, geometria, música e astronomia. Vide **Trivium.**

Quaestio (lat.) = **questão** (vide).

Quaker — É o nome dado a um grupo cristão, conhecido pelo nome de Sociedade dos Irmãos que tem como principais normas: a santidade do silêncio, guiar-se pela luz interior, liberdade de tôda instituição, e estar fora de tôda sanção; simplicidade de vida, e manter relações sociais pacíficas.

Quale — Em lat. é **qual,** indica o aspecto qualitativo. Predicar **in quale** é predicar um sujeito apenas qualitativamente, enquanto predicar **in quid** é predicar essencialmente. Assim: «João é um homem robusto» é predicado em **in quale,** «João é homem» é predicado **in quid.** As definições também se dividem em definições **in quale** e definições **in quid.** As primeiras dizem alguns aspectos accidentais da coisa definida; as segundas apontam para a sua **qüididade** (vide).

Qualia — Plural de **qualis,** em latim, que é o que pergunta a qualidade. **Qualia** refere-se às qualidades, como entidades independentes. Emprega-se, em geral, o têrmo para indicar a essência universal (rotundidade, docilidade), mas, também, é aplicado para as qualidades individuais.

QUALIDADE — Vide **Quantidade** e **Accidente Predicamental.**

Qualidades primárias e secundárias — Chamam-se qualidades primárias dos corpos: solidez, extensão, figura, mutação, número, permanência. Essas qualidades são consideradas como constantes. São secundárias as que não estão nos próprios objectos, mas são poderes capazes de produzir nelas várias sensações por suas qualidades primárias.

Essas são as definições de John Locke, mas essa distinção já era estabelecida pelos escolásticos. Estas últimas qualidades são as côres, sons, odores, sabores, que são, caracteristicamente, variáveis, segundo graus.

QUALIFICAÇÃO — a) Acção de qualificar, de descrever os aspectos qualitativos.

b) É o que qualifica.

Qualis — Vide **Qualia.**

QUALITATIVO — a) É o que concerne à **qualidade** em qualquer sentido que se tome esta palavra.

b) Diz-se de tudo quanto não se pode **quantificar** (vide).

QUALIFICAR — Qualificar é atribuir a um sujeito uma qualidade. Ser qualificado para... é ter as qualidades imprescindíveis para a realização de uma acção ou para a assunção de uma função.

Qualificatio (lat.) = **qualificação.**

Qualifizieren (al.) = **qualificar.**

Qualifying (ing.) = **qualificação.**

Qualità (it.) = **qualidade.**

Qualitas (lat.) = **qualidade.**

Qualität (al.) = **qualidade.**

Qualité (fr.) = **qualidade.**

Quality (ing.) = **qualidade.**

QUALQUER — a) É a qualificação indeteminada quanto a um indivíduo ou a um objecto.

b) Indica algum ou alguma.

c) Diz-se de **qualquer** dos elementos ou partes de uma totalidade, de uma série que tenha as mesmas propriedades que outro componente indistinto: um soldado qualquer.

d) Diz-se, também, do elemento de uma classe, quando não apresenta propriedade singular quanto à ordem das coisas consideradas. Neste sentido, o soldado não é um ser vivo qualquer.

Qualunque (it.) = **qualquer.**

QUANDO — Na Lógica, indica o predicamento do **tempo.** Vide **Categorias.**

Quanta — (Flural de **quantum**) — Consideram os físicos contemporâneos que a energia é variante nos fenômenos, de maneira descontínua, sendo chamados de **quanta** as unidades dessa variação. O têrmo foi lançado, na Física, por Max Planck.

Quantifier (fr.) = **quantificar.**

Quantifizieren (al.) = **quantificar.**

Quantità (it.) = **quantidade.**

Quantität (al.) = **quantidade.**

Quantité (fr.) = **quantidade.**

Quantity (ing.) = **quantidade.**

QUANTIFICAR — É atribuir uma quantidade a um têrmo.

QUANTICAÇÃO DO PREDICADO — Foi Hamilton quem propôs para a Lógica a quantificação do predicado, que consiste em enunciar, nas proposições, a quantidade do predicado, de modo a poder transformar a cópula é numa cópula simétrica. Assim, temos as proposições todo-totais (todos os S são todos os P), toto-parciais (todos os S são alguns P), parti-parciais (alguns S são alguns P) e parti-totais (alguns S são todos os P).

QUANTITATIVO — a) É o que concerne à quantidade.

b) O que considera apenas a quantidade e não a qualidade.

Quantum — a) É a unidade indivisível, o átomo, ou qualquer quantidade física. «O quantum mecânico é baseado na existência de **quanta** (plural de **quantum**) de energia, a magnitude do **quantum** de energia radiante de uma dada freqüência ou da energia de uma partícula oscilante, com dada freqüência, sendo igual à constante de Planck multiplicada pela freqüência» (A. Church).

b) Tudo quanto é passível de quantificação, como o tempo e o espaço.

QUATRO ELEMENTOS — Os quatro primários elementos dos sêres corpóreos, estabelecidos pelos gregos, eram: a terra, o ar, a água e o fogo, aos quais correspondem, na Química moderna, ao carbono, ao nitrogênio, ao hidrogênio e ao oxigênio.

Quelconque (fr.) = **qualquer.**

QUERER — Vide **Vontade** e **Desejo.**

QUESTÃO — (Do latim **quaerere**, procurar, descobrir, investigar).

a) Emprega-se êste têrmo para indicar a investigação, a busca, a pesquisa: «A distinção entre essência e existência é uma questão importante».

b) Do que está em discussão: «entre ambos, instaurou-se uma questão importante».

c) Na escolástica, **quaestio** (questão) indica a subdivisão de um capítulo ou de um trabalho. **Quaestio disputata** é aquela em que é exposta uma tese, a seguir os argumentos contra (**argumenta contra**), respondida pelo que se chama **corpus articuli.** Usualmente se começa com a frase **respondeo dicendum** (respondo dizendo). Depois as objecções são respondidas uma a uma. Nisto consiste a **quaestio disputata.** A **quaestio quolibetalis** é a em que as disputas se processam sôbre tôda espécie de problemas na qual recebem resposta, ao mesmo tempo em que se dá uma unidade à exposição.

Questão mal posta — Vide **Sofisma** e **Falácia.**

Questão social — Vide **Social (questão).**

QUESTIONARIOS (Método) — Questionário é uma série de perguntas que se referem a algum tema ou grupo de temas relacionados, que são dirigidos a um grupo escolhido de indivíduos, com o intuito de reunir dados sôbre o assunto ou problema que se estuda. Os resultados obtidos são tratados estatisticamente. O processo chama-se **método de investigação por questionários.**

Quia — Vide **Demonstração.**

QUIASMO — Vide **Khiasmos** — a) Disposição em forma de cruz.

b) Na Retórica, disposição de um período em quatro membros que se entrecruzam.

c) Segundo os pitagóricos, na obra plástica, era o processo de modulação, pelo qual se faria o equilíbrio qualitativo e não quantitativo (simétrico), mais adequado à escultura e à pintura.

Quid (lat.) = que é. Vide **Ontologia.**

QÜIDIDADE (Do lat. **quidditas**, de **quid**, o **to ti én enai**, de Aristóteles). É o que responde à pergunta **quid sit** (que é), em oposição à pergunta **an sit** (se é). O primeiro é a **essência** e o segundo a **existência**. A **qüididade** é expressa na definição. Na escolástica, qüididade é sinônimo de forma, de essência, de natureza, etc., salvadas as distinções que há nesses têrmos.

Quidditas (lat.) = **qüididade.**

QUID SIT — Vide **An sit.**

Quiétif (fr.) = **quieto.**

QUIETISMO — Doutrina exposta por Molinos (1627-1696) e mme. Guyon (1648-1717), defendida e abandonada, depois, por Fénelon, que consiste em admitir que é possível e fácil conseguir um estado de amor e de união com Deus, estado que dá plena quietude e tranqüilidade à alma, independente de qualquer prática moral ou religiosa.

Diz-se, em geral, de tôda doutrina, que afirma que a beatitude consiste na quietude, na tranqüilidade, na contemplação bemaventurada e inactiva.

Quietiv (al.) = **quieto.**

QUIETIVO — O que dá quietude, tranqüilidade e repouso à alma.

QUIETUDE — Estado de quietação, de tranqüilidade.

QUILIANISMO — Crença de alguns Judeus e Cristãos que o Messias aparecerá no fim dos tempos, e fundará um glorioso reino na terra, o qual se dará no fim de mil anos; é também chamado **Mileniarismo.**

QUINESTESIA — Vide **Cenestesia.**

QUINÉTICA — Vide **Kinesis.**

QUINQUE VOCES (As cinco palavras). É o nome que se dá aos **cinco universais (quinque praedicabilia)** o gênero, a espécie, a diferença, o próprio, o acidente. Esta é a classificação que está no **Isagoge** de Porfírio, que modifica a de Aristóteles. Vide **Praedicabilia.**

QUINTAESSÊNCIA — (Do lat. **quinta essentia,** a quinta essência). a) Segundo Empédocles, é o quinto modo de ser acrescentado aos quatro elementos, que é o éter **(aither,** em gr.), que é a essência do céu e dos astros.

b) O têrmo, na Idade Média, passou a indicar a idéia da mais pura essência.

c) Diz-se do extrato mais reduzido, o mais concentrado de um corpo. É, numa doutrina, o pensamento mais resumido e mais completo, e breve da mesma.

d) Pejorativamente, é a subtileza inútil, e que é compreendida com muita dificuldade.

QUIROMANCIA (Quirosofia) — (de **khiros,** em grego mão, e **sophia,** saber a **mantia** adivinhação). Arte de ler ou predizer o carácter e o futuro de alguém pela leitura das linhas das mãos e da forma das mesmas

QUO (lat.) = pelo qual. Na filosofia medieval serve para indicar a **forma, o pelo qual** uma coisa é o que ela é.

QUOD (lat.) = o que. Na filosofia medieval serve para indicar **o de que** uma coisa é feita; por ex., a sua **matéria,** ou a sua **potência.**

R

RAÇA — a) Em sentido biológico, é a divisão que vem imediatamente abaixo da espécie; assim a raça branca.

b) Grupo ou grupos de indivíduos, nos quais se perpetuam certos caracteres, quer biológicos, quer psicológicos, quer sociais, que os distingue de outros grupos de caracteres diferentes.

c) Conjunto dos ascendentes e descendentes de uma mesma família. A raça dos Souza.

d) Diz-se, ainda, por extensão, dos indivíduos que revelam possuir um mesmo carácter através dos tempos. «Raça dos pessimistas», «raça dos fariseus».

RACIOCÍNIO — Há grande diferença entre o pensar e o pensamento; aquêle é um acto psicológico que cabe à Psicologia estudar, enquanto o segundo, apreendido pelo primeiro, é pròpriamente o objecto da Lógica. O acto de pensar processa-se no tempo, é variante como processo, enquanto o pensamento é intemporal, invariante.

O raciocínio pode ser estudado sob dois aspectos:

a) o **psicológico**; e

b) o **lógico.**

A definição de raciocínio é dada por Aristóteles: «Operação discursiva, pela qual se mostra que uma ou diversas proposições (premissas) implicam uma outra proposição (conclusão), ou, pelo menos, tornam esta verosimilhante».

Em outras palavras, o pensar, quando consiste na apreensão de uma série ordenada de pensamentos entrosados entre si, de modo que o último decorre necessàriamente do primeiro, temos o que se chama o **raciocínio.** Só há **raciocínio** quando inferimos um pensamento de outro pensamento. Podemos começar de um facto singular para chegar a uma conclusão geral, ou de uma conclusão geral para concluir que o singular está contido naquela. Podem ser diversos os raciocínios, mas em todos êles há sempre a derivação de um pensamento de outro, o qual contém aquêle.

O conhecimento pode ser dado por actos de apreensão imediata, ou então provir de processos mais complexos, mediatos (por meio de...). No primeiro caso, temos o **conhecimento intuitivo,** e, no segundo, o **conhecimento discursivo.**

O primeiro é dado pela experiência directa, como quando verifi-

camos que esta mesa é maior que o livro. O **saber discursivo**, ou **saber racional** é o que resulta de conhecimentos anteriores e podemos dar como exemplo «todo o homem é mortal».

Só chegamos a êste conhecimento, depois de feita a verificação de uma série de factos e de uma conclusão posterior.

Os processos discursivos são simples ou complexos:

a) **simples**, quando de um conhecimento se infere directamente outro; também se chama inferência imediata;

b) **complexos**, quando a passagem de um a outro é feita através, pelo menos, de um membro intermediário, como os raciocínios deductivos, os matemáticos, os inductivos, e os por analogia.

Nos **processos discursivos complexos (raciocínios** mediatos, inferências mediatas, como já vimos), a passagem de um conhecimento a outro é feita através de, pelo menos, um membro intermediário.

São conhecidos tradicionalmente por duas classes: **indução** e **dedução.** Geralmente se define a indução como a passagem do particular ao geral, enquanto a dedução é a passagem do geral para o particular.

No raciocínio, há apreensões de pensamentos e de suas significações, e êstes formam um todo, uma unidade. É o que se dá no **raciocínio intuitivo.**

No **raciocínio discursivo,** há a inferência de um pensamento de outro. Desta forma, o raciocínio discursivo reduz-se ao primeiro, pois é apenas uma forma complexa daquele.

A dedução funda-se nos princípios lógicos (princípios de identidade, de não-contradição, do terceiro excluído e de razão suficiente), que são verdadeiros axiomas para a Lógica Formal, os quais regem todos os entes lógicos e os objectos ideais.

A dedução não se baseia em princípios lógicos, mas na opinião da regularidade do curso da natureza, em certa homogeneidade da sucessão dos factos, regularidade hipotética para muitos, mas que é fundamental para a indução, que nela se fundamenta. As chamadas leis científicas, as induções da Ciência partem da repetição dos factos singulares e da regularidade da sua repetição. Assim, a regularidade dos movimentos planetários não é captada pela razão, mas pela repetição dos factos. Se forem examinados os factos da realidade física, a observação dos factos singulares e dos particulares permitirá que, fundado num postulado da regularidade dos factos cósmicos, fundamento da ciência, estabeleça-se a hipótese de que êles continuarão a suceder, assim, no futuro, o que leva à formulação dos universais induzidos.

Não há intuição **sensível** do universal. A intuição sensível é só do singular, do individual, como já temos visto tantas vêzes. O universal é fundado nos factos singulares. Dessa forma, a dedução se baseia numa indução prévia. Mas a formulação de um universal implica a aceitação da pos-

sibilidade de formular o universal. Então temos de admitir que, para formularmos de uma inducção um universal, impõe-se, prèviamente. a aceitação da possibilidade do universal. E como nos é dada essa possibilidade? Ela decorre da repetição dos factos, cujo acontecer, no passado e no presente, faz-nos admitir a possibilidade de se reproduzirem no futuro. Como o futuro vem a evidenciar a actualização dessa possibilidade, formulamos, sob a influência da parte racional do nosso espírito, que deseja a homogeneidade (que se funda no semelhante), que existe uma regularidade nos factos cósmicos. Fundados nessa regularidade, conseguimos dar o salto da inducção ao universal, ponto de partida da deducção posterior. Por isso, o alcançar do universal não é apenas uma decorrência da inducção, pois esta é corroborada pela aceitação do princípio, hipotético ou não (o que não cabe por ora discutir), de uma regularidade universal, de certa legalidade universal, de que o cosmos é realmente ordenado por constantes que não variam (invariantes), e que permitem a formulação de princípios universais.

RACIOCÍNIO A FORTIORI — Vide A Fortiori. Argumento com maior razão, o argumento mais forte.

RACIOCÍNIO APAGÓGICO — Vide **Apagoge** letra **C.**

RACIOCÍNIO LÓGICO E ONTOLÓGICO — As diferenças entre o raciocinar lógico e o ontológico podem ser suficientemente elucidativas, como as que seguem.

Lògicamente, poder-se-ia estabelecer que o conceito de possível contém o de necessário. Êste seria uma espécie de possível, pois algo necessário, quando se deu, ou se dá, revela que era possível, pois, do contrário, não se daria. O necessário é, pois, necessàriamente, um possível. Era um poder ser, que se actualizou de modo necessário. Aqui estão tomados, confusamente, o necessário hipotético e o necessário absolutamente simples.

Não há, contudo, coincidência eidética entre o possivel e o necesário, daí não se poder dizer que tudo que é necessário é possível naquele sentido exposto. Ademais, o possível exige o necessário, sem o qual aquêle não seria tal. Vê-se, assim, que, ontològicamente, é o necessário que dá a razão **(logos)** de ser do possível. Êste, como um ente **(ontos),** tem sua razão **(logos)** naquele. O necessário é, assim, a razão do ser do possível, o **logos** dêsse ente **(ontos)** é a sua razão ontológica.

Ontològicamente, o necessário não é uma espécie do possível, nem êste uma espécie daquele. Na dialéctica-ontológica, não há relações de gênero e espécie, no modo que foram estabelecidas por Aristóteles no «Organon», e que permaneceram na Lógica Formal. Há apenas relações de simultaneidade, ou melhor de concomitância entre o que nós construímos eidético-noèticamente. Nossos esquemas lógicos são estructuras proporcionais à intencionalidade de nosso entendimento. São constituídos como unidades formais, que a actividade abstractista de nossa mente reduz a unidades separadas. Na realidade ontológica, essas estructuras não se dão por implicações e complica-

ções idênticas à da Lógica. Alcançamos pela mente a distinção conceitual que surge necessàriamente da análise. Recebemos um conhecimento primordialmente, que a análise desdobra em conceitos vários. Mas o exame ontológico faz ressaltar o **concreto,** o que se dá unitivamente numa totalidade, isto é, concomitantemente. Há, sem dúvida, implicância e complicância, mas fundada num nexo de necessidade ontológica. A dialéctica ontológica não repele a lógica, não a nega, não a abandona. Mas torna-a aposteriorística; ou seja, só aceita e emprega o raciocínio com juízos lógicos, depois de os haver devidamente fundado ontològicamente. Essa providência é acauteladora, e evita os perigos de um raciocinar meramente lógico, que pode levar a erros, devido ao carácter bivalente da Lógica Formal. Desde que se alcança o valor ontológico, o juízo reduz-se ao enunciado: «A é necessàriamente **B,** e só **B**». Êsse enunciado expressa bem a diferença, que é por ora suficiente para boa compressão do que expomos.

A dialéctica ontológica, em busca dos nexos de necessidade, é o raciocinar ascendente; a Lógica Formal, com tôdas as contribuições dos medievalistas e as da logística moderna, constitui a parte central, estabilizada e fundada naquela;

a dialéctica, no sentido clássico, a decadialéctica e a pentadialéctica, por nós estabelecida, como modos de pensar concreto-ôntico, ou um pensar que desce à onticidade das coisas, e estabelece a análise até das singularidades, constituem um raciocinar descendente.

Uma dialéctica simbólica, como a que propomos em «Tratado de Simbólica», auxilia-nos a alcançar os postulados ontológicos, pois o raciocínio analógico, que segue as normas socrático-platônicas, auxilia-nos a descobrir a lei, na qual se fundam as analogias, o que permite oferecer uma boa via para o exame das religiões.

RACIOCÍNIO POR ABSURDO — Vide **Absurdo.**

RACIOCÍNIO POR ANALOGIA — Vide **Analogia,** letra **c.**

RACIOCÍNIO A PARI — Vide **A pari.**

RACIONAL — a) Em geral, o que pertence à razão.

b) Na Lógica, o que está conforme às leis lógicas.

c) Número racional é aquêle que pode ser posto sob a forma de uma relação entre dois números inteiros.

d) **Mecânica racional** é a parte da mecânica, que pode ser deduzida a partir de noções gerais, como massa, inércia, fôrça, etc.

RACIONALIDADE — a) Carácter do que é racional.

b) **Rationalitas,** em latim, é a capacidade racional da mente humana.

RACIONALISMO — a) O método, ou melhor, a teoria filosófica, para a qual o critério seguro do conhecimento é o intectualmente deductivo e não o dado

pela intuição sensível nem afectiva.

b) Em geral, considera-se **racionalismo** a introducção dos métodos matemáticos na Filosofia, mas aqui **matemática** é tomada no sentido vulgar (vide).

A base do **racionalismo,** que vem de Descartes, através de Spinoza e Hegel, funda-se na verdade de irrecusáveis princípios a **priori,** que nos dão os meios claros e evidentes da verdade, já que os sentidos nos oferecem os factos confusamente.

Por essa concepção, a experiência só é possível a um espírito possuidor de razão.

O Racionalismo põe tôda a sua fé na razão e se opõe ao irracionalismo e as certezas de ordem afectivas.

Chamam os teólogos de racionalistas aquêles que se apegam apenas à razão, e só aceitam os dogmas que podem ser justificados racionalmente.

c) Para alguns, é sinônimo até de irreligiosidade.

Pode ser **teológico** ou **filosófico. Teológico** é o sistema que afirma não admitir a revelação nem mistérios, mas apenas as verdades adquiridas pela razão natural e que esta pode provar.

Filosófico é o sistema dos que ensinam que tôdas as coisas devem ser demonstradas por deducção, partindo-se de algumas verdades prévias, nada devendo-se admitir sem demonstração.

RACISMO — Doutrina pela qual se admitem raças mais especiais que o conceito comum, as quais revelam superioridades umas sôbre as outras, cabendo às superiores o direito de subordinar as inferiores e até liquidá-las. Para essa concepção, a História é um producto das raças, cujo papel, no acontecer histórico, é decisivo. Essa doutrina teve seus maiores defensores, no sec. XIX, em Gobineau e Chamberlain e, neste, no movimento **nazista,** na Alemanha.

RADICAL — (Do lat. **radix,** raiz). Do que se refere à **raiz,** nos sentidos em que é considerada.

É **radical** o que vai até às raízes de alguma coisa. Extrair radicalmente uma coisa é extraí-la desde suas origens.

RADICALISMO FILOSÓFICO — Doutrina econômica e política dos filósofos ingleses Bentham, James Mill e J. S. Mill, que defendiam o liberalismo sob tôdas as formas, sobretudo na Economia, a fé na razão, a superioridade do govêrno representativo, o determinismo psicológico e a teoria associacionista do conhecimento.

Radice (it.) = **raiz.**

Radikal (al.) = **radical.**

Ragionamento (it.) = **raciocínio.**

Ragione (it.) = **razão.**

Ragionevole (it.) = **razoável.**

Raison (fr.) = **razão.**

Raisonnable (fr.) = **razoável.**

Raisonnement (fr.) = **raciocínio.**

RAIZ — Usa-se na Filosofia para indicar origem, princípio, causa, etc.

RAPIDEZ — Proporção de tempo do movimento, mudança ou progressão. Medida inversa do tempo para realizar alguma actividade. Vide **Velocidade.**

RAPTO — a) Em sentido místico é o **extase** (vide).

b) Na Estética, é hiperbòlicamente, o estado de vivo prazer do espírito, que lhe é dado pela contemplação da beleza na obra de arte, e do belo e do sublime na natureza.

Rationalitas (lat.) = **racionalidade.**

Rationaliter (lat.) = **racionalmente.** Vide **Intuição** e **Razão.**

RAZÃO — Vide **Intuição e Razão.**

Ratio — (Em latim, razão). Usado na Lógica para indicar o princípio de conhecimento numa coisa, a **razão** na coisa.

Raum (al.) = **vácuo, espaço.**

Raumlich (al.) = **espacial.**

Räumlichkeit (al.) = **espacialidade.**

RAZÃO PURA — É a razão teórica, **a priori**, a que não vem da experiência. É, para Kant, a parte que examina e usa os princípios **a priori** do conhecimento e da sensibilidade. Vide Kant em **Sinopse da História da Filosofia.**

Razão prática, para Kant, é a que contém o princípio **a priori** da acção, a regra da moralidade.

RAZÃO PRÁTICA — Vide Kant, em **Sinopse da História da Filosofia.**

RAZÃO SUFICIENTE — Vide **Princípio de Razão Suficiente,** em **Princípio da Demonstração.**

Razionale (it.) = **racional.**

Razionalismo (it.) = **racionalismo.**

Razionalità (it.) = **racionalidade.**

RAZOÁVEL — a) O que possui a razão.

b) O que pensa, actua e procede segundo a **razão,** de maneira sã e normal.

c) Popularmente, o que apresenta laivos de razão, ou que se funda de certo modo na razão.

Razza (it.) = **raça.**

REABILITAÇÃO — a) É o processo de reeducação das atitudes e dos motivos do que procedeu contra a lei e contra a moral, e procura viver em plena harmonia com a lei e a norma ética, aceitando as restrições que a lei estatui.

b) Jurìdicamente, a reabilitação se processa por reconhecimento legal dêsse processo de retôrno aos quadros legais.

REACÇÃO — a) Na Fís., fôrça que um corpo A exerce sôbre outro corpo B, quando B está actuando sôbre A.

b) Movimento, afecto glandular ou outra mutação num organismo, produzido por estimulação.

c) Na Quím., mutação que se dá entre duas ou mais substâncias

que, postas em contacto, dão surgimento a uma ou mais substâncias de propriedades diferentes das primeiras.

d) Na Soc., tendência de um movimento social, que se opõe à marcha da evolução social.

REACÇÃO ADEQUADA — a) Acção ou conjunto de reacções realizadas por ensaio e êrro, durante uma aprendizagem, as quais conduzem, directamente, ou de modo vantajoso, ao fim desejado.

b) Também se emprega com referência ao aspecto mais forte de uma reacção mais favorável à situação total, ou que diminui c dispêndio de energia.

Reaction (ing.) = **reacção.**

Réaction (fr.) = **reacção.**

Reaktion (al.) = **reacção.**

REAL — Vide **Ontologia,** e **Acto e Potência na Escolástica.**

REALIDADE — Vide **Ontologia.**

REALIDADE DO ABSTRACTO — Vide **Universais.**

REALMENTE — Vide **Formalmente.**

REALISMO — a) É a posição doutrinária que afirma a **realidade,** que apresenta tantas espécies, quantas são as colocações da **realidade,** do nexo das coisas reais, do que conexiona as coisas reais, e da afirmação do maior grau de realidade.

O platonismo é realista, porque afirma que a maior realidade é a das **formas** (ou **idéias**). O mundo das formas é o mundo real, pois, neste, no mundo do fenômeno, que conhecemos através dos sentidos, o grau de realidade de alguma coisa é dado pelo que ela é, pois uma coisa, que não é isto ou aquilo, é nada. Ora, o que dá realidade, pois, às coisas, é a formalidade delas, ou seja a imitação que elas realizam das formas, que são eternas. A realidade dêste vazo é dada pela forma vaso, pois se não a tivesse não teria realidade de vaso.

b) Durante a Idade Média, chamou-se **realismo** uma das posições sôbre a polêmica dos universais. Vide **Universais.**

c) É a doutrina que afirma a realidade do ser **extra-mentis,** fora da nossa mente, e também das nossas percepções.

d) Também a doutrina que, afirmando o ser **extra-mentis,** afirma que nossa mente e seus esquemas são incapazes de exaurir tôda a realidade do ser em esquemas noéticos.

e) Na Mat., é a concepção que afirma que as formas e verdades matemáticas não são criação do sábio, mas descobertas por êle.

f) **Realismo** também é considerado a maneira de conceber concretamente as coisas em oposição a **abstractismo.**

g) Na arte, é a tendência a copiar, tanto quanto possível, o que há de belo na natureza.

h) Doutrina que afirma que, pelo conhecimento, há uma intuição directa da realidade.

REALISMOS — Podemos salientar entre as diversas doutrinas realistas, as seguintes:

1) **Realismo platônico** — Vide Platão em **Sinopse da História da Filosofia.**

2) **Ideal-realismo** e

3) **Real-idealismo,** que têm surgido como sinônimos. Essas concepções se caracterizam por admitir que há realidade dos ideais, e que a realidade pode ser reduzida aos ideais. Seria, pròpriamente, a posição **ideal-realista,** representada, por ex., por **Fichte** (vide **Sinopse da História da Filosofia.**

Um matiz, que corresponderia ao **real-idealismo** seria a seguinte posição: há uma realidade: a das formas, cujo nexo entre si é o da idealidade, e há coisas reais, que as ostentam, cujo nexo é o da realidade. A realidade final é o conjunto que o espírito distingue e separa abstractamente, esquecendo de recolher à concreção de que faz parte. Os nexos de idealidade e de realidade constituem a verdade do real.

Se as duas primeiras concepções: a **platônica** e a **ideal-realista** são ainda classificadas como **idealistas,** a **real-idealista,** é já genuìnamente **realista.**

Realismo crítico é o de **Kant,** vide **Sinopse da História da Filosofia.** Chamava-o ainda de **realismo empírico** e **realismo formal.**

Realismo transcendental é o nome empregado por Ed. v. Hartmann para indicar que a representação é inseparável da idéia de uma causa independente da vontade do sujeito (Vide **Presentacionismo**).

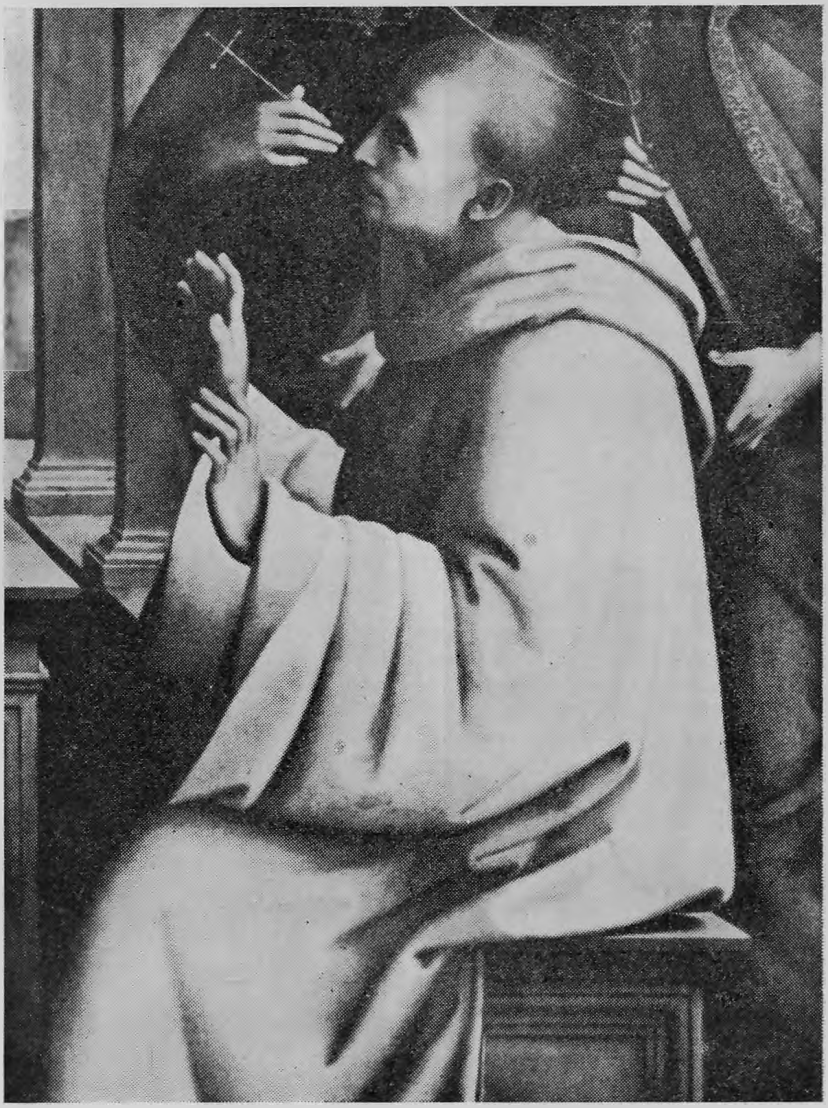
Realismo ingênuo ou vulgar é o que acredita na realidade pura e simples do mundo exterior, conforme é captado por um sujeito, que sente directamente as coisas.

Realismo transfigurado — É o realismo de Spencer, que afirma que, além da realidade por nós conhecida, há um **incognoscível** real e que a imagem que temos dêste mundo não tem nenhuma semelhança com o que corresponde a êsse incognoscível. Para Spencer, assim, o abismo está traçado entre nós e êsse incognoscível. E se há captação desta realidade, e não há nenhuma semelhança entre esta e a do incognoscível, se esta é real, aquela é o inverso desta, é irreal, ou de uma realidade que nada tendo de ver com a que temos aqui, nem ente poderia ser, pois se é ser, de algum modo se assemelharia com esta nossa realidade. E, neste caso, não seria tão **incognoscível** assim...

Realismo metódico — É o realismo defendido por P. Gilson, que defende as seguintes teses: 1) Não é admissível o problema crítico (vide Crítica), porque implicaria duvidar de tudo e duvidar de tudo não liberta da dúvida; do contrário, terá de iniciar pelas idéias e quem inicia pelas idéias terminará idealista. 2) Há objectividade nas nossas certezas e veracidade na mente.

REALISTAS — Dá-se o nome em geral a todos os seguidores do **realismo** ou que procedem realìsticamente, nas várias acepções que tem a palavra.

Os quatro Evangelistas de Albrecht Dürer (Durero).



São Bernardo, pintura de Perugino

Realität (al.) = **realidade existente.**

Realiter (lat.) = **realmente.**

Reason (ing.) = **razão.**

Reasonable (ing.) = **razoável.**

Reasoning (ing.) = **raciocínio.**

Reazione (it.) = **reacção.**

RECALCAMENTO — Vide **Psicanálise.**

RECALQUE — Vide **Psicanálise.**

RECEPTIVIDADE — a) **Receptível** (de **receptibilis,** em lat., o que é apto a receber) indica o aceitável, o admissível, o digno de ser recebido. **Receptibilidade** é a capacidade de receber, a capacidade, portanto, passiva, passividade.

b) Emprega-se em geral o têrmo para indicar a capacidade do nosso psiquismo em receber representações, impressões das coisas do mundo exterior.

c) Diz-se que alguém está em **estado de receptividade,** quando está mais fàcilmente sob a influência de um agente exterior, o que se apresenta pela sugestionabilidade, por exemplo.

Recht (al.) = **direito.**

Rechtfertigung (al.) = **justificação.**

Rechtlich (al.) = **justo.**

RECIPROCIDADE — Carácter do que é **recíproco.**

a) Diz-se que dois têrmos são **recíprocos** quando entre êles se exerce uma acção de um em relação ao outro, ou seja, em que um actua sôbre o outro.

b) Na Lógica, duas proposições são recíprocas, quando uma é obtida pela **conversão** da outra.

c) Na Mat., diz-se que é recíproca a segunda proporção, cuja conclusão é formada, total ou parcialmente, com a hipótese da primeira, e inversamente.

d) Na Dialéctica, além da concepção lógica, são também os têrmos suplementares, que interactuam-se reciprocamente, de modo que a afirmação ôntica de um em seu existir inclui a influência e a interactuação do outro, como a acção e a reacção, a massa e a velocidade, a entropia e a temperatura, etc.

RECÍPROCO — Vide **Reciprocidade.**

RECOGNIÇÃO — Vide **Reconhecimento.**

Récognition (fr.) = **reconhecimento.**

Recognizance (ing.) = **reconhecimento.**

Recollection (ing.) = **recordação.**

RECOMPENSA — É a retribuição, o **prêmio** (vide), o galardão. Também **Castigo** (vide).

RECONHECIMENTO — Percepção de um objecto ou de um indivíduo, em que há a presença de um sentimento de familiaridade ou a impressão de que o objecto é familiar, ou já foi percebido em outra ocasião.

Essa é a maneira comum dos psicólogos compreenderem o **reconhecimento.** Em todo o conhecimento, há uma assimilação, pois conhecer é assimilar o novo ao já conhecido, ao que já temos esquemàticamente. Sem esquemas acomodados, não há, pròpriamente, conhecimento, pois como poderíamos conhecer o para o qual nada temos que possa assemelhar-se? De certa forma, em todo conhecimento, há um reconhecimento, consciente ou não. Em qualquer coisa nova, por mais inaudita ou incrível que pareça, há alguma coisa que de certo modo se repete para nós. No conhecer, há algo de **reconhecimento**. A estructuração nova do esquema do conhecido **(cognitum)** é feita de esquemas, e com esquemas anteriores. É nessa positividade do conhecimento que muitos idealistas, inatistas, etc., encontram bases, depois, para fundamentar suas idéias.

Reconnaissance (fr.) = **reconhecimento.**

Reconnaître (fr.) = **reconhecer.**

RECORDAÇÃO — Vide **Memória.**

RECORRÊNCIA — Recorrente é o que recorre.

a) É o carácter do que se repete, do retôrno periódico. Assim se pode falar na **recorrência** de certas doutrinas, como a de Heráclito, no mobilismo de nossa época, a de Demócrito, no atomismo do século XIX, etc.

b) Na Anatomia, chama-se de recorrente o que parece retroceder ou voltar para a sua origem: artérias **recorrentes,** nervos **recorrentes.**

c) Na Álgebra, uma **série recorrente** é aquela em que o coeficiente de cada têrmo se compõe dos coeficientes de certo número de têrmos precedentes, combinados segundo uma certa lei.

d) Jurìdicamente, recorrente é o que interpõe **recurso.**

Demonstração por recorrência: «...é a que estabelece, de início, um teorema para $n = 1$; mostra-se a seguir que o que é verdadeiro de $n - 1$, é verdadeiro de **n,** e conclui-se que é verdadeiro de todos os números inteiros.» (Poincaré, cit. p/Lalande).

RECORRENTE — Vide **Recorrência.**

RECTIDÃO — a) **Recto** é o que é direito, o que não tem curvaturas nem flexões.

b) Na Ética, é o honesto, virtuoso, o que segue as regras da justiça, da eqüidade e da honra. **Rectidão** é a qualidade de ser recto. É o que é conforme, que tem conformidade com o direito, com a lei, com o dever.

c) Por extensão, aplica-se ao pensamento rectamente conduzido pelas normas lógicas e do bom raciocinar. **Rectidão** de pensamento, de raciocínio.

RECURSO — a) Meio empregado para vencer uma dificuldade ou um embaraço.

b) Jurìdicamente, nome comum, tanto à apelação, como ao agravo e aos embargos.

REDUÇÃO e palavras derivadas, vide **Reducção.**

REDUCÇÃO — a) Reduzir é tornar à forma primitiva, ao primeiro estado; é restituir, é reconduzir ao ponto de partida. Assim se diz quando se pretende mostrar os elementos primitivos, que compõem determinada realidade. Tal acto é a **reducção;** ou seja, a restituição dessa realidade aos elementos primeiros. Assim se fala em reduzir uma verdade, cujo resultado é um resumo do que a constitui.

Reduzir é empregado comumente para indicar a acção de diminuir, de tornar menos importante.

Reducção é, assim, a acção e o efeito de reduzir.

b) Na **Lóg.,** a reducção é a operação pela qual se transforma um silogismo da segunda ou da terceira, ou da quarta figura a uma das quatro fundamentais: **Barbara, Celarent, Darii, Ferio.**

REDUCÇÃO AO IMPOSSÍVEL — A letra **C indica-nos** a reducção pelo impossível de um silogismo ao de inicial correspondente. Assim **Baroco** pode-se reduzir em **Barbara,** pela reducção ao impossível.

Seja o silogismo:

Tôda virtude é boa;

ora, alguma ira não é boa;

logo, alguma ira não é virtude.

Digamos que um adversário concede validez às premissas, mas nega validez, à conclusão.

Toma-se, por exemplo, a conclusão na qual se havia afirmado «alguma ira não é virtude» pela contraditória: «tôda ira é virtude.» E assim se procede porque se a conclusão é falsa, a sua contraditória é verdadeira. Neste caso, teríamos, então, o silogismo construído dêste modo:

Tôda virtude é boa;
ora, tôda ira é virtude;
logo, tôda ira é boa.

Como conseqüência, teríamos uma conclusão falsa, o que demonstra a validez do primeiro silogismo ante o adversário que formulasse a declaração de falsidade daquela sob a alegação que fizera. Para realizar-se a **retorsão** (e em lógica chama-se **retorquir** um silogismo), é mister que se faça o adversário aceitar a validez das premissas e negar validez à conclusão.

Reductio ad absurdum (loc. lat.) = **reducção ao absurdo.** Vide **absurdo,** letra e.

Reductio ad impossibilem (latim) = **reducção ao impossível.** Vide **Apagoge.**

REDUCTIVO — É o que tem a faculdade de reduzir. Vide **Reducção.**

Réduire (fr.) = **reduzir.**

Reduktion (al.) = **reducção.**

REDUNDÂNCIA — a) É redundante o superabundante, o excessivo. **Redundância** é, pois, a superabundância.

b) Na Retórica, o estilo redundante é o que peca pelo excesso de ornatos.

REDUPLICATIVAMENTE — Um têrmo é tomado **reduplicativamente** quando a um têrmo lhe é ajuntado, **enquanto, como, precisamente como, ou seja, apenasmente** ou semelhantes ou para duplicar o mesmo têrmo ou para indicar o modo como é entendido. Assim: **o animal, enquanto animal, o ser enquanto ser; Cristo como homem; êle era homem, apenasmente homem,** etc.

Reduzione (it.) = **reducção.**

Reduzieren (al.) — **reduzir.**

REDUZIR — Vide **Reducção.**

Réel (fr.) = **real.**

REFERENTE — Que se refere a; relativo, concernente. Do latim **re** e **fero,** trazer para... Significa o que dirige a outro uma referência. Assim o símbolo refere-se ao simbolizado e, como tal, é o referente dêle. É verdade que a expressão é empregada em geral, em sentido inverso. Nesse caso, seria o símbolo, o referente do simbolizado. Mas o referente é o que realiza a referência, e o **referido** é o que, ao qual, a mesma se destina. O simbolizado é, assim, o referido pela referência do símbolo. Vide **Símbolo.**

Referente é, na Lógica, o acto de referência, que há no conceito, no juízo, em relação aos seus conteúdos. A palavra A é referente aos sêres A, ao conteúdo formal dos sêres A.

Réfléchi (fr.) = **reflectido.**

Réfléchissant (fr.) = **reflexivo.**

REFECTIDO — O que pertence à reflexão, ou que dela resulta, segundo as diversas maneiras de concebê-la.

Reflectierend (al.) — Vide **Reflexivo.**

Reflection (ing.) = **reflexão.**

Reflective (ing.) = **refletivo.**

Reflektirend (al.) = **reflexivo.**

Reflessione (it.) = **reflexão.**

Reflesso (it.) = **reflexo.**

Reflex (al. e ing.) = **reflexo.**

REFLEXÃO — Vide **Atenção. Quando a atenção se dirige às idéias e aos sentimentos, temos a reflexão** (de **re flectere**).

A atenção exerce sôbre os nossos trabalhos um papel importante, permitindo que sejam mais precisos, mais ordenados e conseqüentemente mais organizados. Vide **Atenção.**

Reflexe (fr.) = **reflexo.**

Reflexio (lat.) = **reflexão.**

Réflexion (fr.) = **reflexão.**

Reflexiv (al.) = **reflectivo.**

Reflexive (ing.) = **reflexivo.**

REFLEXIVA (Psicologia) — É a que realiza a análise da reflexão. «A análise das condições do pensamento, qualquer que seja, conduz-nos a descobrir os caracteres essenciais do pensamento: é êsse gênero peculiar da análise, aplicável, exclusivamente, às idéias, que se chama de **método reflexivo.**» (Dumas, cit. p/Lalande).

REFLEXIVO — a) O que consiste numa **reflexão,** ou o que é produzido por uma **reflexão.**

b) É também tudo quanto constitui ou concerne à **reflexão.**

REFLEXOS — Os reflexos distinguem-se das reacções e são intitulados de **espotâneos** ou **fortuitos.** Todo movimento que fazemos, dirigido pela vontade, é um movimento que já fizemos antes espontâneamente. Se resolvemos dar um salto para passar uma barreira é que **sabemos** antes que, saltando, podemos atravessá-la. E se o tentamos, é porque já fizemos algumas experiências anteriores, mesmo não dirigidas pela vontade.

Classificam os psicólogos em geral êsses movimentos mecânicos em **reflexos, tropismos,** e alguns modernos de **tactismos,** que é uma espécie de tropismo ou a êle se assemelha, e, segundo alguns, os **instintos.**

«O reflexo é uma reacção motriz invariável, que responde a um estímulo preciso, e que se produz, desde a primeira vez, completo e seguro», define Roustan, exemplificando com a tosse, o espirro, etc.

São os tropismos fenômenos de orientação, como, na Botânica, a orientação dos vegetais sob uma influência momentânea, como a da luz. A planta, num quarto, inclina-se para a janela, de onde vez a luz; na Zoologia também são observados tropismos, como o chamado anemotropismo dos insectos, que se colocam sempre de face para o vento.

O **tactismo** (têrmo contemporaneamente mais usado) diferencia-se do **tropismo.** São excitações físicas ou químicas que determinam a progressão automática de um animal em certo sentido.

Procuram os psicólogos distinguir o tactismo do tropismo, considerando êste apenas mecânico, enquanto julgam precipitado considerar aquêle assim. A acção dos necróforos, que se dirigem ao cadáver de um rato, não pode ser explicada apenas por um automatismo mecânico. Jennings reconhece diferenças, entre certos fenômenos de um simples tropismo, como os do paramécio, que procura a parte acidulada da água.

Se fôsse uma acção meramente mecânica, a marcha que empreende para alcançar essa região, seria apenas sujeita às leis da mecânica. Entretanto, tal não se dá. O paramécio, ora se aproxima, ora se afasta, vai, cai, torna, retorna, procura aqui e ali, até que, ao tocar a região acidulada, pára, mantém-se aí, onde parece manifestar certo prazer.

A explicação mecanicista de Loeb dos fenômenos do tropismo não satisfaz a todos os biólogos porque tôda explicação mecanicista é uma explicação extensista, apenas abstractista. Como, na natureza, os factos são regidos por um dualismo antinômico, de intensidade e extensidade, tôda e qualquer interpretação que se construa, fundada numa, com a exclusão da outra, não pode satisfazer, por visualizar apenas um dos aspectos da realidade. A vida não pode ser explicada apenas pela ordem dinâmica de extensidade, como é a da mecânica, porque, na vida, há a predominância da ordem dinâmica da intensidade.

O facto dos biólogos modernos não se encerrarem na concepção do tropismo, e criarem a do tactismo, em contraposição, é já o producto da má colocação do problema. Uma explicação, que actualiza um dos aspectos para virtualizar o outro, é uma interpretação meramente abstracta.

REFORMA — É a inovação, num padrão particular da sociedade, de novas formas de vida que nem sempre afectam, contudo, a estructura social. Surge a reforma para substituir fórmulas já eivadas de vícios em sua funcionalidade, ou para inovar outras, que possam melhor substituir as primeiras com a possibilidade de fortalecer o **status quo** social. A reforma, contudo, pode ser até **revolucionária,** afectando a estructura social.

REFORMISMO — É advogar mudanças sociais, políticas ou religiosas, gradualmente, de modo que as inovações não perturbem, e permitam preservar e fortalecer até o que já foi adquirido, o **status quo.** Reformismo nem sempre é sinônimo de **reforma** (vide).

REFUTAÇÃO — Acção e efeito de refutar, de demonstrar que uma tese dada é falsa. Na **objecção** (vide), pode haver apenas a apresentação das dificuldades que uma tese oferece, mas, na refutação, há a demonstração precípua contra a tese.

Refutation (ing. e fr.) = **refutação.**

Regel (al.) = **regra.**

Regelmässig (al.) = **regular.**

Regelmässigkeit (al.) = **regularidade.**

REGENERAÇÃO — a) É o renascer espiritual, a conversão à nova crença, o abandono ao vício e ao êrro, e a volta ao bom caminho do bem e da dignidade humana.

b) Na Biol., é a restauração ou substituição de uma parte do corpo que sofreu lesão ou amputação, como se observam em muitos casos, sobretudo em animais. Sinônimo de **rejuvenescimento.**

Règle (fr.) = **regra.**

Regola (it.) = **regra.**

Regolarità (it.) = **regularidade.**

REGRA — Princípio ou norma em vigor, que regula uma acção ou uma situação, ou um comportamento, ou um processo.

REGRESSÃO — Vide **Regresso** e **Progresso.**

REGRESSIVO — Vide **Progressivo.**

REGRESSO — A acção de regredir, de volver atrás e, tammém, contrário ao **progresso,** em todos os sentidos em que êsse têrmo é usado. Vide **Progresso.**

Regressus in infinitum (lat.) = regresso ao infinito; ou seja, o volver ao infinito **a parte ante,** na anterioridade, ou **a parte post,** na posterioridade. É ir-se ao infinito para trás ou para a frente.

REGULAR — a) O que é concernente à regra.

b) O que apresenta uniformidade: «um polígono regular».

a) O que é determinado ou regulado por lei cósmica.

REGULARIDADE DA LEI — Vide **Causalidade (lei de).**

REICO — O mesmo que **ôntico.** Vide **Ontologia.**

Rein (al.) = **puro.**

Reine Vernunft (al.) = **razão pura.**

REINCARNAÇÃO — Encarnação de uma alma já vivida em um novo corpo. Equivale, salvante as diferenças, à **metempsicose** e à **palingênese** (vide).

REINO — a) Predominância ou dominação de uma classe de ser sôbre outras.

b) Vasto conjunto de sêres unidos e dirigidos por um princípio comum.

c) Uma das três grandes divisões da natureza sensível: o reino mineral, o vegetal e o animal.

d) O reino do homem se usa por analogia.

REINTEGRAÇÃO — É sinônimo de integração. Aplicado por Hamilton para designar o fenômeno mental, que consiste no facto de em tôrno de um elemento de nossa vida psicológica anterior, quando reproduzido, todo o conjunto do estado de consciência do qual êle fazia parte. tende a reproduzir-se integralmente.

Reiz (al.) = **estímulo.**

RELAÇÃO — (Do latim **relatum,** part. pass. de **refero,** de **re** e **fero,** trazer). A relação consiste apenas em haver-se o que é ante outro. O ser da relação é um ser debilíssimo e funda-se, no mínimo, em dois que tenham ordem um ao outro.

O que caracteriza a relação é o grau de realidade dos têrmos relacionados. Duas coisas semelhantes são semelhantes em algo; é êsse **em algo,** que dá positividade concreta à relação. Ora, o que se baseia no fundamento é ontològicamente posterior ao fundamento, ou seja o fundamento é ontològicamente posterior ao fundamentante.

A relação é um **ens minimum,** e o que lhe dá consistência é o fundamento, que são os têrmos, cujo grau de realidade empresta um grau de realidade à relação. Tomar êsse **ens minimum** abstractamente, como se observa em filósofos modernos, é o que gera tantos erros actuais.

Já nos tempos de Sócrates, os megáricos negavam a relação. Diziam que nenhuma coisa poderia ser qualidade de outra.

Diziam: não podemos dizer que cavalo corre, porque a idéia de cavalo é uma idéia e a de correr é outra. Não viam nenhuma legitimação possível da síntese operada pelo homem no juízo.

Havia, assim, sujeitos sem comunicação com os seus atributos, e sem comunicação uns com os outros. Se assim é, não há mudança, não há movimento no universo, há apenas têrmos, e as relações são apenas aparências.

Platão combateu-os, afirmando que há possibilidade do juízo, porque o espírito humano pode ligar, contràriamente ao que pen-

savam os megáricos, têrmos diferentes.

O espírito humano está em relação com outras coisas além dêle, e pode estabelecer relações que correspondem à relação que existe entre as coisas. Tal é a dupla condição da verdade. O espírito humano está em relação com outras coisas, e aqui Platão coloca o que é fundamento e princípio da fenomenologia de Husserl: uma idéia é sempre idéia de alguma coisa.

E em segundo lugar, o juízo é um enunciado de relações; um juízo verdadeiro é um enunciado de relações que são reais.

O universo de Platão é um universo de relações. Para que uma idéia seja a idéia que ela é, supõe que ela é outra do que as outras idéias, isto é, que a própria identidade é uma relação, a própria identidade é a afirmação que uma coisa é outra que as outras e a mesma que ela mesma.

Posteriormente, Hegel postulará que pensar no ser é pensar no não-ser, e que a idéia de unidade exige a de multiplicidade.

A teoria, que nega absolutamente as relações, termina na negação do ser e da verdade, o que também se dá numa teoria que apenas afirme que tudo é relação.

Se pensamos, dizia Platão, pensamos alguma coisa diferente do nosso espírito.

Verdade é o facto de as relações que temos em nossos pensamentos convirem às relações que estão nas coisas; e êrro, o desacôrdo entre as representações e as coisas.

Em tôda afirmação, continuava, está implicada uma idéia de negação, pois afirmar uma coisa, é também dizer que ela é diferente das outras.

Tôda idéia se define por sua diferença às outras. A relação significa apenas referência a outro (**re-latum**).

Para os escolásticos, a relação transcendental é apenas relação no nome, porque, enquanto à sua essência, se **identifica** com os sêres aos quais é atribuída.

O ser do relativo é um referir-se a outro. A sua natureza consiste em certa referência de uma coisa a outra.

O **prós ti**, o **para alguma coisa**, o **ad-áliquid** dos escolásticos, a relação é o ser cujo ser consiste no **para**, ante algo. **Prós ti** é o relativo para êle.

Nos Comentários à Física de Aristóteles, Tomás de Aquino sintetiza a definição do peripatético nestas palavras: a relação consiste ùnicamente na referência a outro (**re-fero**, trazer para... no particípio passado **re-latum**, de onde **relatio**, relativo, relação, o que corresponde ao **prós ti**). É uma definição muito ampla, mas que inclui tôdas espécies de relação.

Duns Scot definia «Relatio est essentialiter habitudo **ad aliud**», a relação é essencialmente a **habitudo** a alguma coisa, o haver-se ante alguma coisa, o **habere ad**, o **referri ad**, o **ad-áliquid**, o **respectus**, o **esse ad**. Êsse **ad**, é da sua essência.

Nas categorias aristotélicas, a relação é um accidente.

Para Tomás de Aquino, a relação não é uma realidade objectiva em si; ela representa apenas o **ad-áliquid.** Em outras palavras: a relação é um ser assistencial. Sua **sistência** consistiria apenas nesse **ad-áliquid,** nesse **prós ti,** não tendo uma subsistência, um **suppositum,** uma entidade de **per se (perseitas,** perseidade).

Contudo, não se julgue que Tomás de Aquino, dêsse modo, ponha a perder a relação, pois a admite real, quando seus fundamentos são reais. Se a relação, de **per se,** não tem subsistência, subsiste, no entanto, em outros, os quais lhe dão realidade.

A relação predicamental seria uma relação **ad-áliquid,** para algo, enquanto a transcendental seria **ab áliquo,** de algo, vinda de algo.

Na «Metafísica», Aristóteles explicava: «A relação é, de tôdas as categorias, aquela que tem a menor realidade determinada ou substância; ela é até posterior à qualidade e à quantidade... É, portanto, absurdo, ou antes, impossível fazer do que não é uma substância, um elemento de coisas que são uma substância e de fazer dela uma coisa anterior à substância, pois tôdas as outras categorias, além da substância, são posteriores a esta».

A relação deve sustentar-se numa base sólida para ser real, como o expôs Tomás de Aquino. **«Relatio autem semper fundatur super áliquid absolutum»,** (a relação, contudo, sempre se funda sôbre algo absoluto). A substância é o substracto das relações reais: **«Substantia est fundamentum omnium entium»** (a substância é o fundamento de todos os entes).

Mas admite Tomás de Aquino que outras categorias possam servir de fundamento para a relação. Assim a relação de semelhança funda-se na qualidade. Quanto à igualdade, que é a concordância na quantidade, é nesta que se funda a relação.

RELAÇÃO COGNOSCITIVA — Vide **Conhecimento.**

RELAÇÃO GNÓSICA — (Do gr. **gnosis,** conhecimento). Sinônimo de **Relação cognoscitiva.** Vide **Conhecimento.**

RELAÇÃO (PROPRIEDADE DA) — Na Lógica, a relação como predicamento, apresenta as seguintes propriedades: 1) **Não tem contrário;** 2) **não é susceptível de mais ou menos;** 3) quando um dos têrmos implica necessàriamente o outro, chama-se **correlação,** e os têrmos são **correlativos,** como pai e filho.

RELACIONAL — O que concerne à **relação,** no sentido lógico.

RELAÇÕES LÓGICAS — Vide **Lógica.**

RELAÇÕES SOCIAIS — Vide **Relação.**

As relações sociais são concretas e os sêres humanos mantêm-nas **necessàriamente,** porque a sua vida se transmite pela vida humana, e lhes é imprescindível a assistência de seus semelhan-

tes. Desta forma, as relações sociais têm uma base biológica, como têm, conseqüentemente, uma psicológica, porque há interactuação psíquica entre os sêres humanos.

Por sua vez, para aplacar as necessidades, o ser humano tem de retirar do meio ambiente bens. E essa actividade econômica implica uma técnica. Portanto, no **facto sociológico** geral, há sempre:

1) o físico-químico do somático (do corpo);

2) o biológico, incluindo o fisiológico com suas carências, a economia natural, etc.;

3) o psicológico, incluindo a técnica social;

4) a técnica industrial, criadora e transformadora de bens para aplacar as necessidades;

5) o meio ambiente (natureza, com suas condições, etc.).

Portanto, tôda **relação social** inclui e exige a concreção geral, o conjunto dos elementos que **crescem** juntos (**concrescior,** em latim, quer dizer crescer junto, daí **concreção**).

As relações sociais podem ser:
a) **múltiplas,** quando numerosas;

b) **diversas,** quando distintas umas das outras;

c) **interactuantes,** quando umas actuam para modificar as outras.

As relações sociais podem ainda ser, simultaneamente, múltiplas, diversas e interactuantes. Numa família, por exemplo, as relações sociais podem apresentar tais caracteres.

Mas, numa relação social, podem intervir diversos indivíduos, por isso ela pode ser dividida em:

a) relação social **singular,** quando apenas se dá entre dois indivíduos;

b) **colectiva,** quando nela tomam parte numerosos indivíduos;

c) **mista,** quando um dos têrmos é um indivíduo e o outro é formado de uma colectividade. Por ex. a entre um indivíduo e um grupo social.

As relações sociais **duram no tempo,** e por isso podem ser:

a) **efêmeras,** quando sucedem rápidas, como a entre um passageiro e o cobrador de um ônibus;

b) **duráveis,** como a entre um operário e o patrão;

c) **permanentes,** como a entre pai e filho.

Como em tôda relação social há sempre, pelo menos, dois têrmos (as partes que se relacionam entre si) pode ela ser:

a) **bilateral,** quando há influência recíproca entre as duas partes;

b) **unilateral,** quando apenas um dos têrmos é influenciado.

Nas relações sociais podem dar-se ainda dois aspectos dignos de nota: ou essa relação apresenta cordialidade entre as partes ou deixa um germe de discórdia.

Temos então:

a) relação social **positiva,** aquela em que há vantagens para ambas as partes;

b) relação social **negativa,** quando apenas uma das partes tem a vantagem total ou então uma muito maior que a outra.

Quando a vantagem de uma parte é à custa da outra, quando a que a primeira obtém é em detrimento da outra, sem que receba uma suficiente compensação, estamos em face de uma **relação social negativa.** Na relação social positiva, ambas as partes aumentam a sua fôrça. Na negativa, só uma tem a vantagem ou tem a melhor. Compreende-se desde logo que a relação social positiva é justa, e evita dissenções, enquanto a negativa traz o germe da discórdia e provoca ressentimentos da parte prejudicada. Se essa relação se elabora por constrangimento, ou por persuasão, ou por troca de vantagens, temos situações diferentes. A discórdia, o ressentimento podem crescer segundo a fôrça social empregada. Sempre as relações sociais negativas tiveram um papel destruidor na constituição das sociedade humanas.

E em tôdas as eras houve homens que sentiram a injustiça dessas relações sociais negativas, sobretudo quando a fôrça, que as dirigia, era da persuasão, aproveitando-se da ignorância ou da fraqueza e, muito mais odienta, quando era a do constrangimento, da coacção.

Por isso surgiram sempre aquêles que desejaram evitar as relações sociais negativas e propuseram para os homens, **cada vez mais ou apenas,** relações sociais positivas.

Esta a razão porque surgem idéias que podemos sintetizar neste esquema:

1) Os que desejam abolir as relações sociais negativas.

2) Os que desejam reduzir o número de relações sociais negativas.

3) Os que procuram justificar essas relações.

Nestas três grandes divisões, podemos incluir tôdas as **idéias políticas.**

Como, para atingir tais resultados, impõe-se o emprêgo de meios, e a variedade dêstes é imensa, as idéias políticas se caracterizam assim:

a) pela intencionalidade, o fim desejado: abolição total, reducção parcial ou justificação;

b) os meios a serem empregados.

São tais aspectos que nos permitem compreender, desde já, a multiplicidade de idéias políticas, bem como a variedade dos argumentos que elas empregam para justificar as suas posições, o que é matéria da Política, como disciplina filosófica. Também se deve considerar que se as relações sociais negativas trazem um germe de discórdia, também são elas, sob muitos aspectos, estimulantes e fecundas, pois levam o têrmo prejudicado a fortalecer a sua fôrça social, a fim de evitar a repetição das relações que lhe são prejudiciais. Muitas vêzes os

prejudicados por essas relações sociais negativas unem-se para defender a sua posição. Como individualmente representam uma fôrça social frágil, consideram que, unindo-se uns aos outros, podem ter uma fôrça maior e evitar as relações que lhes são nocivas.

RELAPSO — a) É o que reincide na heresia, depois de haver pùblicamente abjurado dela.

b) É o reincidente, o obstinado, o contumaz no crime, no vício.

Relatio (lat.) = **relação.**

Relationnel (fr.) = **relacionar.**

RELATIVIDADE (Teoria da) — Diz-se da teoria físico-matemática exposta por Albert Einstein. Não se deve confundir **relatividade** com **relativismo.**

Damos a seguir uma rápida concepção dessa teoria.

Uma célebre experiência realizada por Michelson, em 1881 e retomada por outros cientistas, veio abrir o campo para uma nova concepção do **espaço,** como também do **tempo.** Um corpo (que naturalmente tem três dimensões como todos os corpos) em movimento, contrai-se, e essa contração é ascendente. Ao alcançar o movimento a velocidade da luz, êsse corpo teria apenas **duas dimensões.** Desta forma, a **massa,** que, na dinâmica newtoniana, na dinâmica pre-relativista, era invariante, passa, na relatividade, a ser uma **grandeza variável.**

Uma porção de matéria terá uma massa relativa ao sistema de referência e aumentará com a velocidade. Êsse aumento estará em função da velocidade. Quanto mais aumentar esta, mais aumentará a massa. Enquanto isso acontece, há uma diminuição do tempo próprio. E quando a velocidade atinge o valor limite, que é a verificada na luz, isto é, quando a porção de matéria se move igual à da luz, a massa torna-se infinita e o curso do tempo estaria suspenso. (Na realidade tal não se poderia dar porque seria necessário que o móvel possuisse uma **energia infinita,** e uma energia infinita é absolutamente contrária ao próprio sentido de energia, que tem de ser limitada, porque se fôsse infinita negaria o seu próprio conceito). Vamos a um exemplo: imaginemos um corpo, que percorre o espaço, cuja massa é **m,** e tem uma velocidade **v.** Aumentando **v,** a velocidade, a massa do corpo **m** aumenta e o tempo diminui. Imaginai que essa velocidade é tão veloz como a da luz, a massa cresceria ao infinito e o tempo desapareceria. Um espectador veria simultaneamente o corpo no ponto de partida, como no de chegada, e a massa deixaria de ser aquela invariante, aceita pela ciência pre-relativista. A relatividade veio assim tornar a massa e a energia a mesma coisa e o princípio de conservação da massa e o de conservação da energia, que antes eram distintos, fundem-se numa nova grandeza, mas relativos ao sistema de referência. Dessa forma desaparece a **identidade** da ciência pre-relativista, para permanecer apenas a **relatividade.**

RELATIVISMO — a) Chama-se tôda doutrina que afirma que o conhecimento é **relativo.**

b) Na moral, é a atitude que afirma que o bem e o mal são relativos.

RELATIVISMO ANTROPOLÓGICO — Como **relativismo** afirma que as idéias ou formas estão apenas no homem, que as empresta às coisas. Identifica-se com o **psicologismo.**

RELATIVO — a) É o que concerne à relação.

b) O que só consiste em relações.

c) O que não pode ser afirmado senão com restrições.

d) O que só pode ser considerado segundo uma espécie (**secundum quid** — vide).

e) O que depende de outro para ser. (O ser dependente é relativo).

f) Contrário de **absoluto** (vide).

RELATIVOS — Em **Categorias** c. 7, Aristóteles oferece duas definições do relativo. A primeira é a seguinte: chama-se relativo o que em si mesmo se diz de uma coisa (**héteron**), ou se diz referir-se de alguma outra maneira a outra coisa; assim o maior se diz em si mesmo de uma outra coisa, da mesma maneira: o duplo... um estado, uma disposição, a percepção, a ciência, a posição,... Se, pois, esta definição dos relativos fôsse adequada, seria dificílimo, até impossível, demonstrar que qualquer substância não seja chamada de relativa. Se ao contrário, a essa primeira definição, inadequada, se substitui por essa segunda: é relativo aquilo cujo ser se refere a outra coisa, talvez saiamos do embaraço. Sem dúvida, a primeira definição abrange todos os relativos; mas referir-se a outra coisa, quanto ao seu ser, não significa senão: ser em si ou relativo».

As palavras de Aristóteles são realmente obscuras, mas permitem, como permitiram, que surgisse, na filosofia medieval, as grandes especulações sôbre o **relativum secundum dici** e o **relativum secundum esse,** distinção que, para muitos, é arbitrária mas que, na verdade, oferece lugar, não só a grandes especulações, como também a um certo esclarecimento, que é benéfico para a Filosofia. Costuma-se atribuir a Aristóteles o conteúdo concreto dado ao **prós ti,** ao **relativum,** enquanto que, a Platão, atribui-se um sentido meramente abstracto. Pròpriamente o **relativum in dicendo** (relativo na palavra) é o relativo lógico, relação lógica, e o relativo **in essendo** (relativo no ser) é o relativo real, a relação real.

Não há dúvida que essa explicação não é aceita por todos, mas o que predomina é que um relativo de mera razão é um relativo **secundum dici,** enquanto o outro seria real. Se Platão considerava a relação apenas como **prós ti** (um **relativum in dicendo**) naturalmente a similitude não era uma relação. Desta forma, não havia contradição no pensamento platônico, como alguns pretendem afirmar. Na relação entre contrários relativos, como pai e filho, senhor e escravo, a existência de um exige a existência do outro. Êles têm um fundamento essencial, e sua relação

é **secundum esse**; em outras palavras: o relativo **secundum dici** é accidental, enquanto o **secundum esse** é essencial, ou melhor, o primeiro refere-se a algo accidentalmente, e o segundo essencialmente. Na semelhança, na similitude, há um referir-se essencialmente, porque dois sêres são semelhantes **em algo real,** de que ambos participam.

A palavra **semelhança,** na linguagem moderna, não tem mais o rigor da empregada na filosofia clássica, nem tampouco a palavra **igual,** pois falam-se de côres iguais, de pessoas igualmente rápidas, o que é uma confusão de têrmos.

Tomás de Aquino dizia que quando dois soldados testemunham uma coragem semelhante, o têrmo semelhante revela uma **similitude imperfecta,** em oposição à **similitudo perfecta,** que seria a concordância de duas qualidades. O têrmo semelhante refere-se a uma relação estática.

É verdade que se tem empregado o têrmo semelhança para designar uma relação dinâmica, como a que se dá entre causa e causado (efeito).

RELEVANTE — (De relêvo). Diz-se do que apresenta uma relação racional ou razoável à questão de que se trata. **Irrelevante** é o que é estranho à questão, o que está descolocado, o que nada apresenta de novo, nem prova a favor ou contra o que serve de discussão.

RELIGIÃO — O têrmo **religião** é freqüentemente considerado, em sua origem etimológica, como proveniente de **re-ligare,** conforme o expõe Cícero. Neste caso, é religião tudo quanto **religa** o homem com a divindade.

Se realmente há na **religião,** e sobretudo em suas práticas, um «ligar de novo» o homem ao seu criador, através dos meios que a **religião** oferece, entretanto preferimos procurar outra origem para a palavra. Há em grego um **verbo alegeyn,** que significa venerar. **Alegô** significa: ocupo-me de, inquieto-me por... É o têrmo **religião** de étimo duvidoso, e as discussões sôbre sua origem interessaram a diversos estudiosos. No entanto, tanto em **re-ligare,** ou em **relegere,** «ler» de novo, ou percorrer de novo um caminho, temos sempre a idéia de dois têrmos que se ligam: um têrmo de partida e um de chegada, em que princípio e fim são o mesmo.

Se atendermos para o radical **leg,** de **lec,** de onde **lego, logos, relego** é captar, colhêr de novo, re-ler, (pois **legere** é colhêr), captar os sinais inscritos. **Religio,** em latim, é algo que ocupa, preocupa, o mesmo que **alegô,** no grego, como já vimos.

Em face do mundo, o ser humano primitivo encontrou-se ante fôrças adversas. Sua vida foi em certo período difícil. A obtenção de alimentos exigia cada vez mais esforços a serem dispendidos. O ser humano, em face de tudo, de todos os enigmas e mistérios da existência, pôs-se a venerar, a prestar homenagens por palavras (**logos**) por atitudes, gestos, ademanes às fôrças que êle màgicamente procurava dominar, ou desviar, ou apenas venerar.

A **religião** é êsse venerar do homem, por meio de práticas, aos poderes que êle considera superiores a si, e os quais o preocupam, pois êle os teme.

É compreensível fàcilmente que êsse conceito de **religião** é muito elementar e primário, mas adeqüa-se perfeitamente ao primarismo do homem nessa fase, em que os poderes opositivos eram para êle motivo de terror.

E terror e veneração aterrorizada foi a sua primeira manifestação religiosa.

Mas os valôres positivos também se revelam. E se há um poder do mal, há um poder do bem. Aterroriza-o o poder do mal, mas alegra-o o poder do bem. Entre o terror e a satisfação, instala-se o temor, meio têrmo feito de esperanças e de dúvidas.

A **religião** é assim:

a) ou uma religião do terror;

b) ou uma religião do temor, e só finalmente, quando a especulação teológica se forma, e a divindade não pode ser concebida como má, mas apenas como justa, é que a religião se torna:

c) a religião do amor, sem que os elementos de terror e de temor deixem de permanecer nela (como se vê no Cristianismo).

Há religião do amor, quando os valôres positivos, que são atribuídos à divindade e passam a ser valôres divinos, são oferecidos ao homem contra os valôres opositivos, que são atribuídos ao anti-deus, ao diabo, ao demônio.

A **catharsis,** a descarga emotiva do ser humano, como o vemos na «Estética», leva o homem a manifestar a emoção que lhe causa o terror e o temor cósmicos, que dêle se apossam ante a morte, ante o espaço e ante o tempo, que já se esboçam nêle como impossibilidades, que êle não pode vencer nem dominar. A religião tem assim uma raiz nos factôres emergentes, que são os bionômicos e os psicológicos, nela contribuindo os tactôres histórico-sociais, directamente construídos sôbre aquêles.

O desenvolvimento da Teologia, nos períodos especulativos, em que o homem emprega a inteligência e o saber epistêmico à análise das crenças religiosas, que têm uma raiz emergente muito mais poderosa do que julgam muitos, e que traz a marca de alta cultura, levam-no a compreender mais profundamente o sentimento religioso, não como uma simples manifestação do terror e do temor cósmicos, mas a compreender que o cósmico é um símbolo de algo mais profundo, de um referido oculto, que é o grande simbolizado, o princípio, a origem de tudo, o **Ser Supremo.**

O ser humano, tôda a vez que não pode resolver uma dificuldade por meios técnicos, lança mão de meios mágicos.

Na Técnica, que é o emprêgo sistemático de meios para a obtenção de fins, há sempre uma relação rigorosa de causa e efeito, enquanto, na Magia, essa relação não é rigorosamente adequada, pois pode aceitar-se que pequenas causas realizem grandes efeitos, ou não.

Não há sociedade sem Magia e sem Técnica. No entanto, a re-

lação entre ambas pode variar, nunca chegando nenhuma delas a desaparecer totalmente.

Na gênese da religião, penetra tanto a técnica como a magia. Pois a magia é uma «técnica» sem rigorismo de adequação entre causa e efeito, enquanto a técnica é uma «magia» com êsse rigorismo, pois a técnica pretende dar mais poder.

A religião, no entanto, não pertence apenas ao campo histórico-social, pois nela penetram os factôres emergentes, que incluem os bionômicos e os psicológicos. E nesses factôres, e através dêles, a **catharsis**, a emoção exteriorizada, manifesta-se em arte, em pensamento, em querer. Por isso não há **religião** sem uma arte, sem um pensamento, e sem um querer.

Religio, onis (lat.) = **religião.**

Rema (gr.) = **palavra.**

Remembrance (ing.) = **recordação.**

REMINISCÊNCIA — Tendência de uma experiência a gravar-se mais fixamente com o tempo. Sinônimo de **recordação** (vide).

Reminiscenza (it.) = **reminiscência.**

Remords (fr.) = **remorso.**

Remorse (ing.) = **remorso.**

REMORSO — Reacção emotiva que se processa pelo pesar mais ou menos acentuado que padece um indivíduo, quando tem o sentimento de responsabilidade de um acto praticado, julgado moralmente repugnável ou repugnante.

REMOTO — O que está à grande distância no tempo e no espaço em relação ao que está ante êle.

RENASCIMENTO — É o acto de nascer de novo. Usa-se, em geral, êsse têrmo, para significar a revivência de certas práticas ou estilos de arte, em certos períodos da História, como o que se deu na Itália e no resto da Europa, nos séculos XV e XVI. O têrmo parece ter sido cunhado por Michelet, e tornado popular por Jacob Burckhardt (1860), que considerava o individualismo, o reviver da antiguidade clássica e a descoberta do mundo e do homem como as características fundamentais dêsse período em oposição à Idade Média.

Contudo, êsse conceito, desde então, passou a ser motivo de disputas, sendo várias as opiniões e interpretações que foram expostas. Para alguns há perfeita continuidade entre a Idade Média e o Renascimento, que apenas continuou a forma evolutiva já existente. Para outros, marca êle uma verdadeira revolução na história européia.

Burckhardt pouco valor deu à parte filosófica dêsse período, enquanto outros acentuaram êsse aspecto, que, inegàvelmente, é de máxima importância, como se vê na **Sinopse da História da Filosofia.**

Há uma mudança no modo de pensar que em muito se opõe ao que predominava na Idade Média, já que, neste período, a Filosofia torna-se mais profana, a ciência conhece novas possibilidades, e marcha para separar-se daquela.

RENDA — Na Economia, significa: a) aluguel que alguém percebe sôbre um bem móvel.

b) No sentido de **Rendimento** vide êste.

RENDIMENTO E RECEITA (na Economia) — Dá-se o nome de **rendimento** a tudo quanto o indivíduo percebe num determinado período, tudo quanto constitui fruto ou **resultado** de sua actividade econômica, tudo quanto pode aplicar às suas necessidade e dos que dêle dependem.

Receita é tudo quanto o indivíduo percebe, independentemente de uma actividade econômica, como uma doação, uma herança. Desta forma, o **rendimento** está incluído na receita, mas nem tudo que é receita é rendimento.

REPARAÇÃO — É a restituição à vítima de uma ofensa, de algo que se acorde ou equivalha ao dano feito.

RÉPLICA — a) É a resposta feita a uma objecção.

b) Em sentido jurídico, é a excepção feita a uma excepção.

REPOUSO — Vide **Movimento.**

Repräsentation (al.) = **representação.**

Repräsentativ (al.) = **representativo.**

REPRESENTAÇÃO — a) É o facto de representar.

b) Diz-se, também, do conjunto de pessoas que representam outras.

c) O que está presente no espírito, o que é representado, o conteúdo concreto de um acto de pensamento.

d) O acto de se representar alguma coisa.

e) **Representação eidética** — É a representação meramente de forma noético-eidética de alguma coisa, ou seja da forma construída pelo nosso espírito, sem a presença dos aspectos concreto-sensíveis da coisa.

REPRESENTACIONISMO — Vide **Presentacionismo.**

REPRESENTAR — a) Apresentar. Neste sentido, é usado jurìdicamente.

b) Em sentido figurado, é chamar a atenção.

c) Substituir uma ou mais pessoas ante outros: «Representar um partido».

d) Ser o sinal ou símbolo de alguma coisa: «A bandeira representa a Pátria».

e) Apresentar aos sentidos, de maneira concreta, a imagem de alguma coisa irreal, ou ausente ou impossível de ser percebida directamente: «Um quadro que representa uma luta de ciclopes». Análise: A palavra representação indica presentação e repetição. A sensação já é uma representação do que a estimula, pois aquela é uma repetição, que substitui a coisa estimulante, apresentando-a segundo a esquemática do sensório-motriz.

Na **apercepção** (vide), há, também, representação, pois à imagem aderem outras anteriores, afins. Na **imaginação,** há representação de imagens passadas e algumas futuras, realizáveis, ou de estructurações novas, fundadas em imagens passadas, como na **fantasia,** na **imaginação criadora.** Há representação, tam-

bém, quando há idéias abstractas, que estão desligadas de sensações ou imagens.

Em suma, a representação é a apresentação de algo, que substitui algo, mas que lhe repete notas, que lhe são próprias e suficientes para repeti-la não integralmente.

Représentatif (fr.) = **representativo.**

Représentation (fr., ing.) = **representação.**

Representative (ing.) = **representativo.**

REPRESENTATIVO — a) que representa alguma coisa.

b) Na Psic., é o carácter dos factos intelectuais (percepção, imaginação, juízo), enquanto apresentam ao espírito um objecto conhecido, distinto dos factos afectivos ou activos.

c) Diz-se, também, do que é típico de uma classe qualquer. «Tipo representativo de...»

Représenter (fr.) = **representar.**

REPRESSÃO — Sinônimo de **Recalcamento.** Vide **Psicanálise.**

REPROBAÇÃO — Vide **Predestinação.**

REPRODUCÇÃO — a) Acto de reproduzir.

b) Na Biologia, gênese de um novo organismo individual por progenitor ou progenitores.

c) Na Psic., acto de experimentar de novo alguma parte da experiência anterior.

Reproduction (fr., al., ing.) = **reprodução.**

REPÚBLICA — Do lat. **res publica,** a coisa pública, o Estado. a) Êsse o sentido primitivo do têrmo.

É nesse sentido que se aplica ao livro de Platão «Da República».

b) No sentido moderno, é todo Estado não-monárquico.

REPUGNÂNCIA — a) É o estado que provoca o que repugna nos vários sentidos de **repugnar** (vide).

b) Na Psic., é a atitude emotiva que se caracteriza por acentuado desagrado e dirigida em forma de antagonismo ou oposição a algum objecto ou classe de objectos. Vide **Antipatia, aversão.**

REPUGNAR — De re+pugnar. a) É recusar, refusar, não aceitar. É o que causa repugnância; ou seja, oposição, resistência, o que é desagradável aos sentidos, o que causa náusea.

b) Daí empregar-se, na Lógica, para indicar o **contraditório.** Uma proposição repugna, quando é ela composta de elementos incompatíveis. Neste sentido, Lalande diz ter envelhecido o têrmo. Contudo, é ainda empregado e muito, e tem a seu favor a chancela do uso pelos mais sólidos e equilibrados filósofos.

c) Em sentido mais fraco, diz-se do que não se adeqúa bem aos nossos esquemas.

Répugner (fr.) = **repugnar.**

REPUTAÇÃO — Vide **Fama.**

REQUISITO — O que é requerido para um determinado fim, para alcançar determinado fim.

RES (lat., rei no genitivo, no pl. **rerum**, das coisas) = coisa.

RES COGITANS (do latim **res** = coisa, e **cogitans**, de **cogitare**, pensar. Chamava, assim, Descartes a substância pensante, que distinguia da substância extensiva (**res extensa**), o que constituia o seu dualismo.

RES EXTENSA — Vide **Res cogitans.**

RESÍDUOS (método dos) — Vide **Eliminação.**

Ressemblance (fr., ing.) = **semelhança.**

RESIGNAÇÃO — Aceitação, acompanhada de sentimento, que alguém sente ante os acontecimentos adversos e, em particular, a um acontecimento ingrato.

RESISTÊNCIA — De **re**+**sistência.** Vide **Sistência.**

a) Carácter do que resiste em todos os sentidos do têrmo **resistir** (vide).

b) Carácter da matéria sensível, que oferece uma sistência que opõe um obstáculo, algo que está **ob** à coisa, que é uma fôrça oposta à coisa.

c) Na Psic., é a reacção de um organismo à estimulação, em que a direcção do movimento ou actividade é oposta à direcção da fôrça aplicada.

d) Na psicanálise, é a oposição instintiva a qualquer intuito de trazer à consciência, material inconsciente ou material reprimido.

RESISTIR (de **re**+**sistere**, o que se põe, o que está em oposição a... a) É opor obstáculo, uma fôrça a outra fôrça, a um movimento, a uma acção, a um intuito.

b) Capacidade de opôr resistência. «Resiste ao tempo, às intempéries».

c) Ontològicamente, é o que caracteriza os sêres que têm uma existência concreta temporal, que se pode opor a outra, reduzir sua acção, deter seu ímpeto. Vide **Sistência.**

RESOLUÇÃO — (Em gr. **Analysis**). É a operação pela qual se decompõe um todo em suas partes. Neste sentido, vide **Análise.** É assim empregado na Lógica, quando se reduz um conceito ou uma proposição aos elementos componentes.

b) Na Psic., é a decisão voluntária que afirma a adesão a alguma linha de conducta prèviamente decidida. Sinônimo de **Decisão.**

RESOLVER — a) É dividir dissolver algo em seus elementos componentes. Desunir, desagregar.

b) Mudar, transformar. Dar uma explicação, uma resolução.

c) Deliberar-se, decidir-se, determinar-se a fazer ou não algo. Vide **Resolução.**

RESPEITABILIDADE — Juízo social referente a um indivíduo ou a um tipo de conducta, que estão de acôrdo com as normas de vida social.

RESPEITO — a) É a estima que provoca uma pessoa por ser possuidora de altos valôres morais.

b) Abstenção de fazer alguma coisa que possa ofender a dignidade de uma pessoa.

RESPONSABILIDADE — Vide **Ética.**

RESSENTIMENTO — a) Atitude emotiva, que se caracteriza pelo desagrado e antipatia a alguém que tenha ferido um direito ou um valor moral, ou tenha causado prejuízo ou algum malôgro a quem o sente ou a alguém de sua estima.

b) Na Psicanálise, segundo Adler, é o sentimento inconsciente de inferioridade.

RESSONÂNCIA — Vide **Consonância** e **Conformidade.**

Restlesness (ing.) = **inquietude.**

RESTRIÇÃO MENTAL — Chamavam os escolásticos «**reservatio mentalis**», ou **reserva mental.**

Diz-se da afirmação proferida, que não reproduz fielmente o pensamento, ou à qual é juntada, mentalmente, alguma reserva.

Na reserva mental, o que é proferido verbalmente não só não expressa tudo quanto alguém pensa, como é acompanhado por alguém, que a profere, da deliberação de assim fazê-lo, ocultando, interiormente, o que a restringe ou até o que a anula.

Restriction (fr.) = **restrição.**

RESULTADO — a) É o que resulta, é o que surge de certas condições precedentes, sem as quais não teria surgido.

b) Diz-se, também, dos dados obtidos pela **observação** ou pela **experiência.**

RESULTANTE — a) Na Fís., é a fôrça mais simples, cuja operação é equivalente à operação de duas ou mais fôrças que operam simultâneamente.

b) Na Filosofia, emprega-se para indicar o dado homogêneo, que resulta da conjunção ou cooperação de factôres diversos.

RETÓRICA — Arte da palavra falada ou escrita, que se caracteriza pela técnica orientada com o fim de persuadir e de impressionar o ouvinte ou o leitor.

RETÔRNO (Eterno) — Teoria estóica, segundo a qual, depois de um longo período, por êles chamado o Grande Ano, tôdas as coisas recomeçariam a ser rigorosamente semelhantes ao que foram. Vide **Palingênese.**

RETORQUIR — (Do lat. **retorquere** = reenviar) a) Pròpriamente é voltar um argumento contra quem dêle se serviu.

b) Na linguagem comum, é sinônimo de replicar, responder. Vide **Reducção ao impossível.**

Retorsio (lat.) = acção de retorquir na Lógica.

Vide **Reducção do impossível.**

Retour éternel (fr.) = **eterno retôrno.**

RETRIBUIÇÃO — É uma exigência da justiça, pois é o que corresponde a cada um, segundo sua acção, seu ser, sua mente. Vide **Prêmio** e **Castigo.**

RETROGRADAÇÃO — Retrogradar, de **retro** + **gradus,** descer os degraus em sentido inverso, é

volver ao ponto de partida, ou na direcção da partida. É sinônimo de **regressão** (vide).

Fazer retrogradar é fazer recuar alguém ou alguma coisa.

RETRÓGRADO — O têrmo é usado quase sempre em sentido pejorativo, pois, em sentido normal, significaria o que retrocede de certo modo, mas que se mantém nos graus inferiores, enquanto tudo quanto o cerca avançou vários degraus. O retrógrado não é, pois, sempre o que retrocede, mas o que permanece em degraus já percorridos, e deliberada e persistentemente se conserva em tais degraus. O têrmo é empregado sobretudo nesse sentido pejorativo e para todos os sectores, onde pode haver aplicações à actividade humana.

RETROSPECÇÃO — Etimològicamente, é olhar para traz (**retro** + **spectare**). É o antônimo de **Prospecção** (vide).

Pejorativamente, é sinônimo de **retrogradação** e de **retrógrado.**

RETROSPECTIVO — Que consiste em olhar para traz, para o passado, com o intuito de nêle ver o que fundamenta o actual, ou com o intuito de examinar, històricamente, os acontecimentos já processados.

RETROVIVÊNCIA — Vide **Vivência.**

REVELAÇÃO — É a comunicação ao homem da vontade divina, que se manifesta, segundo as religiões, por visões, através dos sonhos, por inspiração, sinais, símbolos, etc., e que se acham expostos nos livros sagrados.

b) Diz-se, também, que há revelação, quando há clareamento de uma verdade, quando algo oculto à nossa inteligência se desvela, e esplende em sua clareza.

REVERSIBILIDADE — Vide **Irreversibilidade.**

REVERSÍVEL — O que pode ser revertido. Vide **Reversibilidade** em **Irreversibilidade.** O que pode ou deve reverter a favor de alguém.

REVIVESCÊNCIA — a) É o retôrno à vida, que se observa em certos animais, que são conservados dessecados, mas que, em contacto com a água, recomeçam a manifestar processos vitais.

b) Metafòricamente, é a **ressureição** (mas nesta é imprescindível a morte, enquanto na revivescência a vida permanece latente).

Reviving (ing.) = **reviver.**

Richtig (al.) = **justo.**

Richtung (al.) = **tendência.**

Ricognizione (it.) = **reconhecimento.**

Riconoscenza (it.) = **reconhecimento.**

Riconoscere (it.) = **reconhecer**

Ricordo (it.) = **recordação.**

Ricorrenza (it.) = **recorrência.**

RIDÍCULO — É a exageração humorística de alguns caracteres de outrem, que, pelo modo como são apontados ou descritos, provocam o riso e uma diminuição de valor no ridicularizado.

Riflessivo (it.) = **reflexivo.**

Riflesso (it.) = **reflexo.**

Rien (fr.) = **nada.**

Ridurre (it.) = **reduzir.**

Right (ing.) = **direito.**

RIGOR — a) Em seu sentido etimológico significa fôrça, fortaleza, dureza, rigidez, tensão forte.

b) Emprega-se, sobretudo modernamente, para indicar severidade extrema, escrúpulo demasiado, exactidão no emprêgo das regras e normas. Por isso, além de falar-se num **rigor ético,** pode-se falar num **rigor lógico, rigor científico,** etc., sempre que haja a mais severa observância às normas instituídas.

RIGORISMO — a) É o nome que se dá à prática dos actos morais nos quais é exigido o mais rigoroso proceder. **Rigoristas** era o nome que se dava aos jansenistas, cujo método tomava o nome de **rigorismo.**

b) Emprega-se, por extensão, para significar tôda atitude rigorosa em qualquer sector: «rigorismo político, moral, etc.»

Há rigorismo numa atitude ou doutrina, quando, quem a aceita, decide-se, sistematicamente, pela direcção mais estreita e rigorosa.

c) Em sentido restrito, rigorismo é **tuciorismo,** quando ao haver dúvida sôbre a licitude de uma acção, não admite determinar-se pela liberdade, a não ser que seja absolutamente favorável a justificação da liberdade.

O **tuciorismo,** é repugnável como o é o **laxismo,** que afirma que desaparece a obrigação, quando há uma leve dúvida a respeito da existência da lei, permitindo, dêste modo, o proceder temerário.

Rimorso (it.) = **remorso.**

Rinascimento (it.) = **renascimento.**

Ripugnare (it.) = **repugnar.**

RIQUEZA — a) Em sentido lato é tudo quanto pode satisfazer uma necessidade ou um desejo.

b) Em sentido restrito, são os bens ou **riquezas,** que têm um valor econômico, que são, por isso, chamados de **bens econômicos.**

c) Diz-se mais restritamente a abundância de riquezas.

Risoluzione (it.) = **resolução.**

Rispetto (it.) = **respeito.**

RITMO — Recorrência em série de um intervalo de tempo ou um grupo de intervalos de tempo determinados, e assinalados por sons, movimentos orgânicos, etc.

Na mús., grupo sistemático de notas segundo a duração.

RITUAL — Sistema organizado de ritos e cerimônias. Rito é a cerimônia estabelecida pela lei, ou pelo costume, e que tem um significado religioso ou mágico.

ROMÂNTICO — Vide **Romantismo** em **Sinopse da História da Filosofia.**

Rückgang (al.) = **retrogradação.**

Rückschritt (al.) = **retrogradação.**

Rückständig (al.) = **retrógrado.**

Rule (ing.) = **regra.**

Rythmus (lat.) = **ritmo.**

S

S — a) Na Lóg., sinal do Sujeito, nas proposições S = P.

b) No nome dos silogismos, indica que para reduzir o modo em questão à primeira figura, a proposição representada pela vogal precedente deve sofrer uma conversão simples.

SABEDORIA (em lat. **sapientia,** em gr. **sophia**). a) Entre os gregos, era a **sophia** o saber que incluia não só o teórico, com o, também, o prático **(doxa)** (vide).

b) É o que caracteriza o sábio. A sabedoria é um **habitus** (vide), porque é adquirida.

SABER — Do lat. **sapere,** cuja origem etimológica significa saber, no sentido de sabor, ainda usado no português em expressões como **saber a,** «Isto sabe a alho».

a) É o conhecer, o estar informado, o estar a par de alguma coisa. O conteúdo do saber é expresso em **juízos de saber.**

b) Como substantivo, é o que se sabe, o conjunto dos conhecimentos. «Um homem de grande saber» é um homem que tem um vasto conhecimento sistemático, o qual é um longo hábito do espírito.

c) Deve-se distinguir o saber culto do saber prático, empírico. Êste é fundamentado apenas na experiência, enquanto o outro é um saber teórico, especulativo.

SABER DISCURSIVO — Vide **Discurso.**

SABIO — a) Como substantivo, é o que sabe vastamente.

b) O que se dedica esforçadamente ao conhecimento sistemático de uma ciência.

c) Também o que se dedica esforçadamente ao conhecimento de várias ciências.

d) Como adjectivo, refere-se a tudo quanto indica o sábio ou é obra sàbiamente realizada. «Um livro sábio... um sábio pensamento».

SABOR — Vide **Gôsto.**

Sacer (lat.) = **sacro.**

Sache (al.) = **coisa.**

SACHEVERHALT — (Têrmo alemão de **Sache,** coisa, e **verhalten,** deter, reter, o **que se re-**

tém da coisa) muito usado na filosofia positiva moderna, cujo conteúdo é o seguinte. Na filosofia escolástica, o que da coisa é captado **pelos nossos sentidos** é o **phantasma** da coisa. Êste, por sua vez, é **inteligível,** objecto de captação inteligível, e o intelecto **dispõe,** então, do **phantasma,** disposição que é uma relação obediente a uma ordem. Essa **dispositio rei** é o equivalente ao têrmo moderno **Sachverhalt,** que corresponde ao que, no **phantasma,** é **in ordine ad in quod intelligendum;** ou seja, o que está em ordem para ser inteligido. Essa **dispositio rei (Sachverhalt)** (o detido intelectual da coisa) é o que dá conteúdo real aos conceitos, quando não são meros **entes de razão** sem fundamento nas coisas. Em suma, a **Sachverhalt** é o fundamento real disposto pela coisa, que é inteligido (entendido).

Sacrato (it.) = **sagrado.**

Sacré (fr.) = **sagrado.**

Sacred (ing.) = **sagrado.**

Sacrifice (fr., ing.) = **sacrifício.**

SACRIFÍCIO — a) Etimològicamente, significa a oferta ou destruição de um bem sensível, em benefício de um ser superior, a fim de reverenciá-lo, ou para agradecer os benefícios recebidos ou para pedir perdão pelos erros praticados. (**Sacrum** e **facere,** fazer o sagrado, é o sentido etimológico do têrmo).

O sacrifício religioso realiza-se por meio de rituais e ceremônias.

b) É também a renúncia voluntária do que se possui ou do que se poderá obter com fim religioso, moral, artístico e até utilitário.

SADISMO — Vide **Masoquismo.**

SADUCEÍSMO — Nome de um partido do antigo judaísmo, cujo nome primitivo era Zadoquitas, filhos de Zadoque, que eram advogados da **Tora** (ensinamento), e que, como partido, opunha-se aos **fariseus** (vide **fariseísmo**), e aos escribas. Rejeitavam os sacerdotes; negavam a ressurreição da carne, não da alma. Cristo e Paulo opuseram-se, também, aos fariseus, e puseram-se de certo modo ao lado dos saduceus, quanto ao ataque à velha lei.

Safety (ing.) = **salvação.**

Sage (fr.) = **sábio, como prudente.**

Sagesse (fr.) = **sabedoria.**

Saggezza (it.) = **sabedoria.**

Saggio (it.) = **sábio.**

SAGRADO — a) (Do latim **sacer,** cujo sentido primitivo é bosque, oculto). É o **numinoso.**

b) Diz-se , também, de tudo quanto tem um valor absoluto para uma pessoa ou grupo social: «... é sagrado para êle».

c) Diz-se do que se refere aos cultos religiosos: «Música sagrada».

Saint (fr., ing.) = **Santo.**

Sainteté (fr.) = **santidade.**

Salut (fr.) = **saúde.**

Salute (it.) = **Saúde.**

SALVAÇÃO — É a acção ou o efeito de salvar, de tirar ou livrar algo ou alguém de um perigo ou da ruína.

b) Também significa afastar-se, livrar-se de alguma coisa.

c) Em sentido teológico, é libertar-se do mal e alcançar a felicidade prometida pelas religiões. **Salvador** é o que salva em todos os sentidos de salvação. Nome dado a Jesus Cristo pela religião cristã.

SALVADOR — O que salva. Vide **Salvação.**

Salvation (ing., fr.) = **salvação.**

Salvezza (it.) = **salvação.**

SAMADHI (Sânscrito) — O último estágio da prática do **Yoga.**

SAMANYA (Sânscrito) — Generalidade, universalidade, em oposição a particularidade.

SAMSARA (Sânscrito) — É o ciclo da transmigração da alma entre nascimentos e mortes. É o círculo da existência.

SANÇÃO — a) É a pena estabelecida pela lei para reprimir um acto indevido.

b) É também a pena, castigo, ou a recompensa em face do que deve ser respeitado.

c) Em geral, tôda pena ou vantagem dada aos homens, quer por ordem natural, quer por ordem religiosa, quer jurídica, quer ética.

Sanction (ing., fr.) = **sanção.**

SANKHYA (Sânscrito) — Um dos mais antigos sistemas da Filosofia Hindu .Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

Sanktion (al.) = **sanção.**

SANTIDADE — É o atributo do que é **santo** (vide).

Santità (it.) = **santidade.**

SANTO — do lat. **sanctus,** que, por sua vêz, vem de **sacer** e **sancus. Sacer** é o **sagrado** (vide) e **sancus** era o nome de Deus para os Sabinos. a) **Sanctus** é o estabelecido como o inviolável, o sagrado, o declarado inviolável.

b) Nas línguas nórdicas, tem sua origem em **Heil, heilig** e **Holy,** no inglês, que por sua vez significam **saúde, salve.**

c) **Santo** é, assim, o que é objecto de **respeito** inviolável.

d) Diz-se, também, do que é moralmente perfeito em seus actos, ao referir-se às pessoas. «Um santo...»

e) É também o divino «A Santa Trindade».

Sanzione (it.) = **sanção.**

Sapere (it.) = **saber.**

Sapiens (lat.) = **sábio.**

Sapientia (lat.) = **sabedoria.**

SARCASMO — Vide **Ironia.**

SAT (Sânscrito) — O Ser, no sentido do eleatismo. No **Gandogya Upanishad 6.2.1.** lê-se: No princípio ... êste mundo era apenas **Sat,** um só, sem segundo.»

SATÃ — Vide **satânico.**

SATÂNICO — Satã significa o inimigo, o adversário, o obstaculizador. Nome que é dado, na Bíblia, a Belzebu, o chefe dos anjos rebeldes, convertido em espírito do mal.

a) O adjectivo **satânico** refere-se à Satanás, mas, também, ao que é infernal, ao que é diabólico.

b) Na literatura, chama-se de Escola Satânica aquela que tomando assuntos ultra-realistas e asquerosos, procura transformá-los em temas poéticos, na poesia, ou emolduradores de vidas humanas, na ficção.

c) Emprega-se, também, modernamente, o têrmo satânico, para indicar tôda esta reversão de valôres, observável em nossos dias, em que os valôres mais baixos ascendem aos mais altos degraus, em que os mais altos descem. Quando, segundo nossa concepção, examinamos os quatro grandes períodos dos ciclos culturais, verificamos que, partindo do período teocrático, até alcançarmos o democrático, vemos que a pouco e pouco os valôres, chamados divinos, que são os positivos, perdem sua fôrça à proporção que os valôres negativos, os **desvalôres** (valôres satânicos) crescem, aumentam, por esvaziamento dos aspectos positivos. Processam-se, assim, desde início, as disposições prévias da decadência do ciclo social, até alcançar a fase que toma o nome genérico, modernamente de **cacocracia**, período em que dominam os baixos valôres e os seus baixos representantes. Manifesta-se, na arte e no pensamento moderno, uma tendência satânica. Já que os **desvalôres** são privativos de positividade, e **Satã** é a presença constante da negação, todo o aspecto negativista, nihilista, nadificador, aniquilador, destruidor, é satânico. O **satanismo moderno** revela-se, assim, pela predominância dos desvalôres ou dos valôres mais baixos, da degeneração do bom gôsto e das boas maneiras, pela preferência às coisas mais sórdidas e mais repugnantes da alma humana, e, finalmente, pela filosofia negativista, que procura substituir a filosofia positiva, que foi consolidada durante o período medieval.

SÁTIRA — Na Estética, é a burla em forma literária ou oral.

SATIRIASIS — É o grau exagerado de desejo sexual no varão. **Ninfomania,** o é na mulher.

SATISFAÇÃO — (Do latim **satis,** bastante e **facere,** fazer) a) Etimològicamente, é a acção de fazer suficientes e bastantes coisas, ou o resultado dêsse acto. É, conseqüentemente, realizar o suficiente para atingir ao fim desejado.

b) Diz-se, subjectivamente, do estado afectivo agradável ou prazeiroso, que decorre de haver alcançado a uma meta desejada, ou de quem nada exige além do que já tem.

a) Reparação de um dano ou prejuízo causado a outrem, de qualquer espécie que seja.

SATISFAZER — É conceder o que se deseja, o de que se tem apetite. É dar satisfação, nos diversos sentidos dêste têrmo.

Satisfazer a alguém é dar um sentimento de **satisfação.**

SATYA — (Sânscrito) — O real, a realidade, o actual, o verdadeiro, o válido.

Satz (al.) = **proposição.**

Savant (fr.) = **sábio.**

Savio (it.) = **sábio.**

Scepticism (ing.) = **cepticismo.**

Scepticisme (fr.) = **cepticismo.**

Scetticismo (it.) = **cepticismo.**

Schaffen (al.) = **criação.**

Schamgefühl (al.) = **confusão.**

Schein (al.) = **fingimento, aparência.**

Scheinbar (al.) = **especioso.**

Scheinkrank (al.) = **aparente.**

Scheinliebe (al.) = **aparente.**

Schema (lat. al., fr. e it.) = **esquema.**

Schicksal (al.) = **destino.**

Schlafsucht (al.) — Vide **Letargia.**

Schlafwandeln (al.) = **sonambulismo.**

Schlecht (al.) = **mau.**

Schluss (al.) = **conclusão, figura.**

Schlussatz (al.) = **conclusão.**

Schmerz (al.) = **dor.**

Schola (lat.) = **escola.**

Scholastica (lat.) = **escolástica.**

Schön (al.) = **belo.**

School (ing.) = **escola.**

Schöpfung (al.) = **criação.**

Schrankenlosigkeit (al.) — Vide **Agnosticismo.**

Schule (al.) = **escola.**

Schwachsinn (al.) = **demência.**

Scientia (lat.) = **ciência.**

Scuola (it.) = **escola.**

SE — Conjunção condicional. Vide **Condicional** e **Hipotético.** Usada, concessivamente, como em expressões como esta: «Êste êrro, se êrro há...» E também interrogativamente: «Pergunto se devo fazer...»

SECRETO — a) É o conhecimento que é guardado e que não se quer transmitir aos outros, e quando é transmitido, o é em **segredo,** isto é, não pùblicamente, para que outros dêle não saibam.

b) **Secretário,** como profissão, é o que guarda segredos. mas hoje tem um sentido mais amplo por serem mais amplas as suas funções.

Secta (lat.) = **seita.**

SECTÁRIO — O que segue uma seita (**secta,** de **seccare,** lat., cortar) e toma todos os sentidos que toma o têrmo **Seita** (vide).

SECULAR — a) É o referente ao **século.** O que tem muitos anos.

b) Diz-se do que vive no **século,** no mundo, mundano. Na

religião, é o sacerdote que não faz votos monásticos.

c) Diz-se do que é temporal, mundano, não sagrado.

d) **Secularidade** é o carácter do que é secular.

SÉCULO DAS LUZES — Vide **Aufklärung.**

SECUNDARIO — a) Opõe-se a **primário** (vide).

b) Na Lóg., chama-se de **quantificação secundária** numa proposição, aquela em que o predicado não pode ser afirmado ou negado do sujeito em todos os casos, devido a uma restrição, além da que tem o sujeito, em parte, em sua extensão. Assim, no juízo. «Todos os homens pecam algumas vêzes». **Qualidades secundárias.** Vide **Qualidade.**

Secundum quid (lat.) = segundo o **quid,** segundo a **espécie,** a **qüidade,** ou seja relativamente à **espécie.**

a) É o contrário de **simpliciter** (absolutamente).

b) Falácia do **secundum quid,** ou melhor: **a dicto simpliciter ad dictum secundum quid,** consiste em tomar uma proposição em sentido universal, sem considerar que é de conteúdo relativo.

SEDUCÇÃO — Etimològicamente, é conduzir **(ducere)** para si **(se).** Na **seducção,** há um engano, ou de si mesmo, que se auto-seduz, ou de outros, que são seduzidos. **Seductor** é o que seduz.

Seele (al.) = **alma.**

Seelisch (al.) = **mental.**

Segno (it.) = **sinal.**

SEGREGAÇÃO — É sinônomo de **isolamento** (vide), é a separação de elementos da mesma espécie, que antes estavam juntos, ou que especìficamente deveriam estar juntos.

Assim se pode falar na **segregação** do indivíduo, dos grupos, das classes, etc.

A **segregação** pode dar-se natural ou voluntàriamente.

SEGUNDA — Segunda intenção, vide **Intenção. Causa segunda,** vide **Causa.**

SEGURIDADE, SEGURANÇA — Não é só a certeza, mas também a confiança em algo que nos interessa como fim, ou como meio, de nossa vida, para conseguir o que se deseja, se é valioso, ou para afastar o que é prejudicial.

SEIDADE — a) **Se,** como flexão do pronome pessoal da 3ª pessoa, serve de complemento objectivo e, também, de terminativo. **Se** indica o em que se reflecte e recai a acção do sujeito, como em «matou-se Bruto». Em outros casos é **indefinido,** por se referir, vaga e indeterminadamente, a um agente ou causa, que temos na mente, e ser, como nos mostra Sotero dos Reis, não um complemento objectivo, como inculca a aparência, mas sim um têrmo de referência mental. (**Se,** quando precedido de uma preposição, toma a forma **si,** de **si,** a **si**).

b) Na Filosofia, **se** é tomado como mesmidade da coisa. **In se, em si,** em sua mesmidade, **para**

si, para sua mesmidade, **per se, per si,** por sua mesmidade. **Seidade** é o carácter de ser sua mesmidade, e só a tem o que é.

Sein (al.) = **ser.**

SEITA — (Do latim **secta,** do verbo **seccare,** cortar, separar).

a) Conjunto de pessoas que professam a mesma doutrina.

b) Doutrina religiosa que se afasta da crença geral.

c) Opinião que se destaca de um corpo de doutrina, e que é seguida por muitos.

d) Teoria de algum célebre doutrinador, seguida por muitos prosélitos.

e) Em sentido pejorativo, grupo de homens, que aderem, estritamente, a uma doutrina bem definida, unidos fortemente, mas separados cada vez mais dos outros.

Sekte (al.) = **seita.**

Selbstätigkeit (al.) = **espontaneidade.**

Selbstbeobachtung (al.) = **introspecção.**

Selbstbewusstsein (al.) = **consciência.**

Selbstliebe (al.) — Vide **Egoísmo.**

Selbstsucht (al.) — Vide **Egoísmo.**

SELECÇÃO — a) **Selecção** é a acção ou efeito de escolher, mas cuja escolha é feita sob a acção do raciocínio, e fundamentada nos motivos do fim ao qual se destina.

b) Na Biologia, **selecção natural** é a que se realiza naturalmente por virtude da qual certos tipos tendem a reproduzir-se ou a modificar-se, progressivamente, por efeito das circunstâncias, provenientes de meios que podem favorecer a sua producção ou transformação.

Fazer **selecção** é escolher, apurar, não aceitar tudo quanto se apresenta.

Self (ing.) = **eu, si mesmo.**

Selfishness (ing.) — Vide **Egotismo.**

Self-love (ing.) = **amor próprio.**

Self-sacrifice (ing.) = **dedicação.**

Seligkeit (al.) = **beatitude.**

SEMÂNTICA — a) O mesmo que **semiologia,** parte da medicina, que trata dos sinais das doenças.

b) Também significa o estudo das mudanças que, no espaço e no tempo, experimenta a significação das palavras, consideradas como sinais das idéias.

c) Chamavam os gregos de **Semântico,** como adjectivo, o que concerne à significação dos têrmos.

e) Emprega-se, na Filos., para indicar a **intencionalidade** dos têrmos, a sua referência signalativa, o conteúdo noético para o qual aponta, e que dá o **conteúdo semântico** do têrmo.

Semblable (fr.) = **semelhante.**

Semblance (ing.) = **fingimento.**

Semblant (fr.) = **fingimento.**

Semeion (gr.) = **sinal,** prova sensível, sinal sensível, captável pelos nossos sentidos.

SEMELHANÇA — Do latim **simil, simul, semelhante.** Carácter do que é **semelhante.** A **semelhança** é uma **relação de equiparação.** Diz-se que algo é semelhante a algo, quando e no em que ambos se equiparam.

Crítica: Na verdade, a semelhança **não é apenas uma relação.** Nela há uma concordância da qualidade (parcial portanto), porque um ser, que a outro se assemelha, não é apenas qualidade, pois esta é um accidente de alguma coisa, que é substância. A **igualdade** é uma concordância na quantidade. Na identidade, há igualdade e mesmidade completa, quantitativa e qualitativa, que pode ser real, quando há coincidência de vários conteúdos do pensamento, ou real-formal, real-ontológica, que é a da substância perdurante. Ora, há relação quando há o **prós ti** dos gregos, o **ad** dos latinos, um **ad áliquid.** Duns Scot dizia que o ser essencial do relativo é o **ad aliud se habere,** é **habitudo ad aliud,** dá-se na referência, no haver-se de uma coisa a outra coisa, que é a definição de Tomás de Aquino.

Mas a semelhança não se reduz a um mero **ad áliquid,** a um referir-se a outro, mas a uma analogia, na presença de um **logos** analogante de que participam duas coisas referidas uma à outra. A concordância na qualidade, nos aspectos qualitativos, revela que as coisas relacionadas são participantes de um **logos** analogante que as analoga. Em suma, a semelhança é a referência entre dois entes que participam, concordantemente, de um **logos analogante** qualitativo. A semelhança é, portanto, sempre parcial.

As relações, para as quais não admitiam os platônicos uma forma em si, são as da mera referência, do mero **prós ti,** do **ad áliquid.** O **prós ti** não é a essência total da semelhança. O que é fundamental, nela, é a concordância de um **logos,** de que ambas coisas relacionadas participam. É aqui que está a forma, a estructura ontológica da semelhança.

SEMELHANTE — Vide **Semelhança.**

SEMETIPSISMO — Têrmo usado por Renouvier para significar **solipsismo** (vide).

SEMINAL (RAZÃO) — A expressão grega **logos spermatikôs,** usada por Cleanto, e popularizada, depois, pelos estóicos, era a afirmação de que todo ser vivo procedia de uma semente, que devia encerrar os germes particulares, ou «razões seminais», de suas menores partes. Cada germe, por menor que fôsse, deveria encerrar tôdas as partes do organismo a ser formado. Vide **Homunculus.**

Como, para os estóicos, todos os sêres são viventes, mesmo os que julgamos inorgânicos, todos têm uma «razão seminal», um **logos spermatikôs.**

SEMIOLOGIA — Vide **Semântica.**

SEMPITERNIDADE — **Sempiterno** vem de **semper,** em lat. sempre e **aeternus,** eterno. Diz-se do que não tem fim no tempo, nem na duração, que não teve princípio nem fim. **Sempiternidade** é a eternidade concebida como existência sem fim ou perpetuidade.

Semplice (it.) = **simples.**

SENÃO — Como conjunção, indica de outro modo, de outra forma. «Faze, **senão...**». É, também, adversativa; no sentido de **mas:** Não dêste modo, senão daquele...

Significa a não ser; mais do que: «Isso não pára, senão...».

Emprega-se para indicar não haver outra resposta. «Que é isso, senão...» «Que demonstra tudo isso, senão que A é B?» Nessa interrogação, não há lugar para outra resposta. Pelo menos, quem a formula, afirma que não há outra, **senão** a que oferece.

SENCIÊNCIA — É o mínimo grau de consciência de uma sensação rudimentar.

Sens (fr.) = **senso, sentido.**

SENSAÇÃO — É por intermédio do sistema nervoso que o ser vivo toma contacto com o meio ambiente. Na análise feita pelos psicólogos, é a sensação o elemento mais simples da consciência. A sensação é, assim, «a repercussão, na consciência, de uma impressão produzida no corpo», mais acentuada nas regiões em que a inervação é mais rica, como são as dos «órgãos» dos sentidos. O factor exterior, que provoca a sensação, é chamado de **excitação.** A sensação é um estado psicológico, o estado em que se encontra o psiquismo, ante um complexo processo de factos mais elementares.

Na sensação, reconhecemos:

1) certa **qualidade:** — pode ser sensação auditiva, táctil, visual, etc., certo carácter específico;

2) certa **intensidade:** — pode ser mais intensa, menos intensa;

3) certo tom **afectivo:** — pode uma sensação ser agradável ou desagradável, em graus maiores ou menores. Duvidam os psicólogos das chamadas sensações indiferentes;

4) certo **conteúdo representativo:** — uma sensação é uma informação, mais ou menos nítida do mundo exterior.

A tensão vital, ao encontrar uma resistência exterior, que se manifesta na forma de excitação, sofre uma mudança na sua direcção, uma discontinuidade. Os nervos periféricos são atingidos, segundo a qualidade da resistência exterior, se auditiva, se visual, etc. A mudança de estado dêsses nervos periféricos é correspondente à intensidade da excitação. A sensação pode ser favorável, ou não, ao organismo, portanto, agradável ou desagradável, que é o seu carácter afectivo. Essa sensação fornece imediatamente uma informação sôbre o que produziu a excitação. É através de certos órgãos, chamados órgãos dos sentidos, que tomamos conhecimento do mundo exterior. Clàssicamente, são considerados cinco: a vista, o olfato, o ouvido, o

gôsto e o tacto. Entretanto os psicólogos modernos acrescentam quatro ou cinco sentidos mais.

São os **sentidos internos.** As sensações de fadiga, de tensão muscular, as câimbras nos dão as sensações de nossos músculos, como os estados de depressão e de sobreexcitação nos dão a de nossos nervos, como também a fome, a sêde, náuseas, mal-estar nos indicam a sensação de nosso tubo digestivo, como as sufocações, a dispnéia dos órgãos respiratórios, e as palpitações e as angústias, dos órgãos de circulação. As mudanças de temperatura de nossos órgãos internos nos são reveladas pelas sensações de febre, calafrios, sensações essas que são diferentes das que nos são reveladas pelo mundo exterior ao nosso corpo. Essas sensações são conhecidas pelo nome genérico de **cenestesias.**

Muitos fenômenos psíquicos têm sido observados quando do estudo desta parte. Em caso de hipnose, doentes descreveram nitidamente suas sensações, bem como as regiões onde as sentem, sem terem o menor conhecimento de anatomia. Essa percepção dos órgãos internos é chamada de **autoscopia.**

Um excesso de atenção pode aumentar a sensibilidade. Alguns doentes como os neurastênicos prestam tamanha atenção a essas sensações, que as aumentam exageradamente de intensidade.

As **sensações quinestésicas** (esta palavra é formada de dois têrmos gregos que são: **kíneses,** movimento, e **aísthesis,** sensação, significando, portanto, sensação do movimento) são aquelas que nos indicam as diversas posições do nosso corpo; se estamos ou não com os braços estendidos ou em ângulo recto; se temos as pernas abertas ou fechadas; se os dedos se dobram ou não sôbre a palma da mão, tôdas elas sem que tenhamos realmente sensação de qualquer contacto. Se movimentamos nossos membros, sabemos logo, sentimos logo se estão em movimento.

Foram tais factos que levaram alguns psicólogos a falar de um **sentido muscular.** Tais sensações são importantes para a fundamentação da noção de espaço, da noção das extensões, como também são importantes para a formação da maestria dos movimentos, que conhecemos nos atletas, nos artesãos, nos operários qualificados, nos quais as sensações cenestésicas acham-se superiormente desenvolvidas.

A **sensação térmica.** Costumavam os psicólogos dizer que era o facto que dava as sensações do calor e do frio, assim como as sensações de pressão e de dor. Os psicólogos contemporâneos decompuseram o sentido do tacto, e verificaram não ser a pele sensível em tôdas as partes e que oferece variações quanto à sensibilidade do frio e do calor, havendo, assim, partes que sentem mais e outras menos, um e outro. Desta forma, não é apenas uma questão de pressão, do contacto, mas um verdadeiro sentido térmico (de **thermos,** gr. calor). As sensações de frio e de calor são variáveis, de acôrdo com a temperatura da pele. As partes do corpo variam de temperatura.

O nariz e as mãos são mais frios do que o tronco; a bôca é mais quente do que as partes exteriores do corpo. Uma pessoa, que tenha feito exercícios fortes, sente calor devido à circulação mais apressada do sangue, e êsse calor se irradia pela pele, o que dá a impressão de abafamento. Quando entra na habitação uma pessoa afogueada, procura logo abrir janelas para entrar ar, pois julga o ambiente sufocante. Essa a razão de certos riscos que enfrentam aquêles que fizeram exercícios violentos.

O **sentido da orientação.** O ouvido internamente é um órgão complexo. Tem uma parte enrolada sôbre si mesma, chamada caracol; três canais semicirculares, onde estão dois saquinhos chamados outrículo e sáculo, os quais contêm, cada um, um corpo de nome otolito, composto de finos cristais calcáreos. Não conheciam os psicólogos antigos quais as funções dêsses corpos.

Foi com surpreza que, mais próximo a nós, comprovaram alguns observadores, que as lesões feitas nesses órgãos, em diversos animais, não prejudicavam em nada a audição, mas produziam vertigens, quedas, transtornos nas atitudes, na emissão dos sons, nos movimentos. Foi o que os levou a considerá-los como órgãos do sentido da orientação. Realmente termina, nesse órgão, um nervo sensitivo, que se une ao auditivo, mas independente. Citemos uma página de Ebbinghaus: «Se com os olhos fechados, giramos muitas vêzes seguidas, tendo como base o calcanhar, e nos detemos sùbitamente, teremos a impressão sensível, vivíssima, de girar em sentido contrário ao precedente. Esta é uma sensação dos canais semicirculares. Deve-se ao anel do líquido no canal horizontal, que, no começo da rotação do corpo, havia ficado um tanto pegado às paredes dêste, e segue girando um momento quando nos detemos bruscamente, o que produz uma excitação contrária à precedente nos órgãos terminais de um nervo que penetra nesse líquido. Se girarmos ràpidamente, num círculo bastante grande, como ocorre com os cavalinhos num «carroussel», ou quando se descreve uma curva, o corpo tem a impressão de inclinar-se para fora. Se subimos ràpidamente um elevador, ao deter-se êste, bruscamente, temos a impressão de descer. São sensações dos órgãos otolíticos»... São verdadeiramente graves os transtornos que se verifiquem nesses órgãos. Certas fobias, como a **ágarofobia** (fobia das multidões), muitas vêzes têm esta causa.

Sensation (fr. e ing.) = **sensação.**

Sensazione (it.) = **sensação.**

Sense (ing.) = **senso.**

SENSIBILIDADE — a) Diz-se de todo o funcionar que corresponde ao sensório-motriz e à capacidade da intuição sensível. Distingue-se da **afectividade** pela **topicidade,** pois enquanto esta é **atópica,** a sensibilidade funciona sempre **tòpicamente.** Vide **Afectividade.**

b) Na Estética, diz-se da capacidade sutil de captar determinados aspectos ou de descrevê-los, assinalando notas pouco

distinguíveis comumente, o que revela certa acuidade e subtileza na sensibilidade estética.

SENSIBILIDADE DIFERENCIAL — Têrmo criado por Loeb para indicar o conjunto das reacções, que decorrem de uma variação brusca no excitante, que determina um **tropismo,** o que traz, como conseqüência, a mudança do mesmo, que, de positivo, se torna negativo.

Sensible (fr. e ing.) = **sensível.**

Sensismo (it.) — Vide **Sensualismo.**

SENSITIVO — a) O que é susceptível, impressionável.

b) Que pode experimentar sensações, ou que serve para experimentar sensações.

c) O que pertence à sensação; que é formado de sensações.

d) O que tem uma sensibilidade particularmente desenvolvida. **Alma sensitiva,** vide **Alma.**

SENSÍVEL — a) Diz-se, na gnosiologia, do objecto que pode ser percebido pelos sentidos. Diz-se **sensível próprio** do que é percebido apenas por um órgão dos sentidos; **sensível comum,** do que é perceptível por mais de um sentido. Êstes dois sensíveis são **sensíveis per se,** porque são êles que movem os sentidos a sentirem. Classificam-se, ainda, os sensíveis em **sensíveis por accidente,** que não são sentidos pelos sentidos que se lhe atribui, mas que revelam certa conjunção com êle, quando dizemos que vemos êste doce, referindo-nos ao açúcar. Assim, quando se diz que vemos a árvore, pròpriamente não vemos a árvore, que é uma formalidade, mas um objecto do mundo exterior, que é classificável na formalidade **árvore.**

b) Diz-se, por extensão, o que é susceptível a qualquer estímulo.

SENSO — Julgamento, raciocínio, juízo, siso, entendimento. Senso é, pois, a capacidade racional, intelectual do entendimento humano. É o que o orienta. Daí surgir na composição de expressões como **senso comum, bom senso,** etc.

SENSO (BOM) — a) É essa capacidade de orientar-se, de dirigir-se a intelectualidade humana, a capacidade de distinguir, espontaneamente, o verdadeiro do falso, e de apreciar, julgar, avaliar e valorar com segurança o justo valor das coisas. É uma capacidade que se considera universal aos homens.

b) Para Descartes, significa razão. Pouco usado nesse sentido. Capacidade de juízo e julgamento. É o mais usado. Estado de normalidade do espírito, em oposição à loucura.

SENSO COMUM — a) Chamava Aristóteles de **koinê aisthesis (sensus communis,** dos escolásticos), o sentido central, cuja função é coordenar as sensações próprias de cada sentido em particular. É sentir que vemos, que ouvimos, que tacteamos... Êsse **senso comum** têmno os animais, cuja consciência dêle é a única aos mesmos atribuída.

b) Modernamente, a expressão é usada para indicar o conjunto das opiniões geralmente admitidas, e que constituem a base da esquemática do procedimento social para cada um, cuja obediência é uma norma social, e cuja infracção representa um acto anti-social, ou **associal,** dependendo do grau da infracção.

SENSO MORAL — Capacidade espontânea de distinguir o bem do mal. É a consciência moral.

SENSORIAL — Vide **Sensório-motriz.**

SENSÓRIO-MOTRIZ (Pensamentos) — Assim como há um pensamento intelectual, há um pensamento do sensório-motriz, e também um pensamento afectivo, da afectividade.

É comum considerarem os psicólogos o pensamento intelectual como meramente espiritual, e o afectivo como algo que se enraíza «na carne». O sentimento é inerte, passivo, enquanto o pensamento é acção. E é comum atribuir a imaginação ao intelectual.

Tanto a intelectualidade se enraíza na carne como a afectividade, cujas raízes estão no sensório-motriz, que incorpora todo o somático.

Os pruridos de máxima espiritualidade, procurada na razão, em nada ultrapassam o que de máxima espiritualidade nos pode mostrar a afectividade; bastaria que prestássemos a atenção ao que já realizaram os místicos e o que realiza a arte com o simbólico, que é genuìnamente afectivo, como a obra gigantesca das religiões, para que compreendêssemos que a nossa função racional tem um papel importante, útil à vida. No entanto, do ângulo axiológico, dá-se à intelectualidade maior valor que à afectividade e à sensibilidade, que são menos cabadas.

Spranger, ao falar do funcionamento inconsciente dos nossos órgãos, e da ineficiência da razão em modificar êsse funcionamento, dava, com muita razão, graças a Deus que assim fôsse, porque, do contrário, nós, com o endeusamento da razão, tentaríamos fazer nossos órgãos funcionar segundo as suas normas abstractas...

Essas valorizações à **outrance,** tão comuns a um espírito ainda bárbaro, que perdura na Filosofia, não deve impressionar a psicólogos. E na verdade, aos grandes não lhes impressionaram. Sabem quanto vale a razão, quanto vale a consciência, mas também o papel gigantesco que representa o nosso subconsciente, veia riquíssima, que só agora começa a ser explorada. E o mesmo se dará quando estudar-se mais profundamente a afectividade humana.

Assim como a afectividade e a intelectualidade funcionam com suas raízes na sensibilidade (sensório-motriz), a intelectualidade não funciona separadamente da afectividade, que nela influi, como, por sua vez, a intelectualidade também actua sôbre a afectividade.

E eis a razão porque muitos psicólogos compreendem que não há uma total independência, nem uma total heterogeneidade entre

a afectividade e a intelectualidade, embora incluam a afectividade na sensibilidade, teimosamente confundidas.

Sensorium (lat.) = **sensório.**

a) Têrmo escolástico, que significava, primitivamente, o órgão de um sentido. Para Aristóteles, o **sensorium (aisthetérion)** é o órgão central, onde se unem as sensações, que vêm dos diversos sentidos.

b) Actualmente, significa o conjunto do sistema nervoso central e dos prolongamentos, que o ligam aos órgãos dos sentidos.

c) Para outros, é a substância cinzenta do cérebro.

SENSUAL — Caracteriza a preferência exagerada para os estímulos orgânicos, sobretudo para os estímulos alimentícios e sexuais.

SENSUALIDADE — Qualidade do que é **sensual.** Acção que consiste em entregar-se aos prazeres físicos. É sinônimo de lubricidade, de lacívia, luxúria.

SENSUALISMO — Doutrina que afirma que todos os nossos conhecimentos e idéias têm origem exclusivamente nos sentidos, bem como a que admite que o gôzo sensual constitui o único fim da existência humana.

Sensualitas (lat.) = **sensualidade.**

Sensus (lat.) = **sentido.**

SENTENÇA — a) Em geral é a máxima, frase ou palavra que encerra um pensamento moral ou um julgamento de grande valor.

b) Diz-se, também, do julgamento ou decisão final de um juiz ou tribunal.

c) Na Teologia, é o julgamento de Deus sôbre os homens.

SENTENÇAS — Na Escolástica, eram originalmente as colecções de proposições e máximas, que reuniam, sobretudo, as fundamentais teses filosóficas e teológicas, que Peter Lombardus (Pedro Lombardo) condensou em seu famoso **Quattuor libri sententiarum**, que se tornou o texto das universidades medievais, e deveria ser lido pelos candidatos aos títulos acadêmicos, além de comentá-los de maneira eficiente com a maior originalidade possível. Todos os grandes estudiosos dêsse período deixaram livros de comentários sôbre as **sentenças.**

Sentencing (ing.) = **arbitrário.**

SENTIDO DA ORIENTAÇÃO — Vide **Sensação.**

SENTIDO HILÉTICO — Vide **Gefühl.**

SENTIDO NOÉTICO — Vide **Gefühl.**

SENTIDOS — São a potência orgânica perceptiva da coisa material singular. Os sentidos são divididos em **sentidos internos** e **externos.** Os primeiros captam os estímulos internos, e os segundos, os externos, que provocam as sensações. (Vide **Sensação**).

SENTIMENTALISMO — Excessiva satisfação, não só no sentimento como, também, na exibição emotiva, correspondente ao

amor e à compaixão. **Sentimental** é o que é dominado pelo sentimentalismo.

SENTIMENTO — Vide **Prazer** e **Dor.**

SENTIR — a) É experimentar impressões sensoriais.

b) Dirigir a atenção para uma sensação.

c) Ter consciência de alguma coisa.

d) Conhecer intuitivamente.

e) Experimentar um sentimento ou sentimentos em sentido afectivo.

SEQÜÊNCIA — a) Acção ou efeito de seguir; **seguimento.**

b) Conjunto de têrmos que se seguem.

SER — Depois da segurança observada no pensamento medieval, tão pouco estudado hoje, sôbre o que seja o **ser,** verificamos que, em filósofos menores de nossos dias, mas de grande repercussão, o ser passa a esvaziar-se ante seus olhos, chegando alguns a negar-lhe qualquer conteúdo. Para êsses, é apenas uma palavra a mais, e sem significação. Alguns propõem substituí-la pelo **sendo,** particípio presente do verbo **ser.** Substituem, assim, o infinito, ou melhor o indefinido **ser,** pelo particípio presente (no latim **ens, entis,** no grego **on, ontos**). E acumulam diversas razões em favor de sua opinião, razões já refutadas por séculos de antecedência na obra dos medievalistas, mas que parecem surgir vivas, quando, na realidade, são velhos fantasmas.

Tudo isso nos obriga, porém, a alguns reparos que se tornam imprescindíveis.

Os argumentos sediços são sempre os mesmos. Vamos alinhá-los, para depois respondê-los:

1) Que o ser é algo que não vemos, não tocamos, não sentimos, como vemos a côr e tocamos uma motocicleta. Estas são um **sendo,** mas e o ser?

2) Que o têrmo **ser** é uma palavra vazia. Não indica nada de efectivo, de captável, de real, «eterno fumo de uma realidade que se volatiliza» (Nietzsche).

3) Que o têrmo **ser** é um substantivo verbal, que pertence à família verbal do eu sou, tu és, nós somos, etc., e nada mais.

Análise: Para os gregos, **ser** significa **presença,** estabilidade, prosistência, o que tem sistência **pro,** para a frente, **physis,** e também permanência, o que mana através de, **per.** Conclui Heidegger, ao examinar o pensamento dos gregos, que, para êstes, existir (existência) significa não-ser, porque existir é o sair de uma estabilidade surgida de si mesma, a partir de si mesma.

O grande defeito que há em geral no pensamento moderno sôbre o significado de **ser** está em confundi-lo com o meramente lógico. Ora, o ser, considerado apenas lògicamente, é esvaziado de compreensão, por ter a máxima extensão, pois abrange tudo. Contudo, se o têrmo lògicamente é o de menor compreensão, pois ser é apenas ser, é, ontològicamente, o de máxima compreensão,

porque tudo quanto há, é de certo modo, e **ser** é atribuído a tudo quanto há, activa ou passivamente. Existir não é um afastar-se do ser, é um modo de ser no pleno exercício de seu ser, é o ente fora de suas causas. Conceber-se o conceito de **ser** apenas como estabilidade, como o que permanece sempre, e daí concluir que o que existe (o existente) é o que sai dessa estabilidade e, portanto, é **não-ser,** eis uma maneira primária de raciocinar. Ser é, também, estabilidade, é fluir, é **sendo,** porque tudo isso não pode receber a atribuição de nada.

Pretender-se uma definição para o têrmo **ser** é inverter a ordem da Lógica. Êsse conceito é por nós captado de modo mais **páthico** que racional; revela-se a nós, sem que o possamos prender dentro de esquemas, porque é êle o fundamento dos esquemas e não êstes daquele. Se **ser** fôsse apenas um conceito construído por nós, seria fácil reduzi-lo a um esquema. Mas, precisamente, porque não é apenas um conceito, é que êle se nos escapa.

Quando Suarez diz que ser é a **aptidão para existir** não o define, não o delimita, mas apenas dá uma **pathência** do seu conteúdo, porque o que é, de certo modo pode existir, isto é, pode ser fora de suas causas, poderia dar-se no pleno exercício de seu ser, ou modo de ser, pois só não o pode o impossível, o absurdo, o que absolutamente não é. Seria êrro julgar que Suarez queria, com essa expressão, definir o ser. Era êle suficiente filósofo para saber que não poderia reduzir o ser a outra coisa, porque outra coisa, que não o ser, seria o nada, e êste não poderia ser gênero daquele, porque o ser não é uma espécie de nada. Conseqüentemente, jamais pretenderia dizer que o ser consiste em... isso ou aquilo, se isso e aquilo é ser, a definição continuaria ainda sem estar formulada, e se não é ser, é nada, e o nada poderia definir o ser. E, ademais, definir é delimitar, e o conceito de ser não tem limitações, pois o que o limitaria? Se é o **ser,** limitaria a si mesmo; se é o nada, êste, então, teria aptidão para limitar, e não seria nada, mas ser.

O ser é o que dura, o que afirma, o que perdura, o que fundamenta tudo quanto é **sendo** para os modernos. É o fundamento de todo ente.

Definir é reduzir a outros conceitos.

Aristóteles já estudou, e de modo definitivo, o que se entende por definição. Os conceitos transcendentais e os transcendentes são indefiníveis. Se ser fôsse definível, o ser reduzir-se-ia a outro, e reduzir-se-ia a ser, o que seria tautológico.

O que leva a alguns escritores modernos a fazer tais confusões é a ignorância, sem dúvida, sôbre a longa e ampla especulação que sôbre o ser realizaram os medievais.

Em suma, **ser** é a perfeição pela qual algo é ente. Ser não é apenas o que é perceptível pelos sentidos (como o pretendiam os positivistas), o sensorialmente cognoscível, o que já merecera severas críticas de Platão, algo que se possa tocar sentir, prender nas mãos. **Ser** transcende

a todos os âmbitos dos conceitos, prescinde de tôdas as determinações, sem que se confunda com o que Hegel julgava que êle era. De amplíssima extensão, abrange tudo o que é existente e o possível.

Se o **alguma coisa que há** não é ser, é nada, e, nesse caso, êsse alguma coisa não há, não acontece, não sucede, não perdura, não se dá.

Dizer-se que alguma coisa **que há** é um sendo, um **étant,** um **seind,** um **ens,** é dizer que é algum modo de ser, e não mero nada. Não há lugar aqui para nenhuma outra posição. E se o que há é algo que flui, é, então, algo que flui, uma presença que flui, e não o nada que flui, porque o nada não poderia fluir, não poderia passar de um modo para outro, porque é a ausência de qualquer modo antes, durante e depois. O que flui, dura no seu fluir, perdura, é uma presença do fluir, uma presença **fluindo,** é alguma coisa, é, e não nada. **É ser,** em suma.

É inútil, pois, tentar substituir o conceito de **ser** por outro, ou negar-lhe o direito de apresentar-se como o mais rico de conteúdo, o mais rico de compreensão, o mais perfeito, porque inclui todos os modos de ser, pois êsses são modos de **ser,** e não do nada.

Ademais, ônticamente, o ser é o fundamento de tudo quanto há. Assim se deve distinguir:

Ser como entidade lógica: máxima extensão, mínima compreensão.

Ser, ontològicamente considerado, máxima extensão e máxima compreensão, porque tudo que é é ser.

Ser como entidade ôntica: mínima extensão e mínima compreensão. (Porque é apenas essencial e existentemente ser).

O primeiro é atribuído a todos os entes. O segundo, é afirmado de tôdas as perfeições, e o terceiro é a perfeição suprema de ser, é o que é apenas ser, que é o ser em sua primordialidade.

Examina Heidegger as quatro cisões que lhe surgem do exame sôbre o ser: **ser e devir, ser e aparencia, ser e pensar, ser e dever.** Conclui com as seguintes palavras: «**Ser** nos apareceu, desde início, como uma palavra vazia, ou de significação evanescente. Que é assim, tal nos apareceu como um facto incontestável entre outros. Mas, finalmente, revelou-se que, aparentemente, não colocava a questão, e podia ser interrogado mais, era a **coisa mais digna de pergunta.** Ser e a compreensão do ser não são dados de facto. O ser é o acontecimento fundamental, e é sòmente a partir dêsse acontecimento fundamental, e é sòmente a partir dêsse fundamento, que se encontra conferido «ao **ser-aí, proventual** no seio do **sendo** em totalidade posto a descoberto.» E prossegue:

«As indicações dadas sôbre o emprêgo corrente, e contudo bastante variado, do «é», nos convenceram do seguinte: é totalmente errôneo falar da indeterminação e do vazio do ser. É o «é» que determina a significação e o conteúdo do infinitivo «ser»; e não a inversa. Contudo podemos, tam-

bém, compreender porque é assim. O «é» é considerado como cópula, como pequena palavra de relação» (Kant) no seio da proposição. Esta contém o «é». Mas como a proposição, o **logos,** adquiriu, enquanto **categoria,** a jurisdição sôbre o ser, é **ela** que, a partir do **seu** «é», determina o ser».

Ora, dizer que ser é o indeterminado, mas que se determina plenamente, é afirmar haver aí manifesta contradição; é confundir as diversas acepções que o conceito de determinação pode tomar.

Ser, enquanto gramaticalmente verbo, enquanto conceito lógico, é indeterminado, é a máxima indeterminação. Não, porém, enquanto conceito ontológico, que é a máxima determinação, pois o ser é determinado por si mesmo e não por outro, quando tomado ontològicamente. A constante confusão que há entre o lógico e o ontológico é que leva a outras confusões como essa, e finalmente, à afirmativa de haver contradição, onde realmente não há. O ser não contradiz a si mesmo, quando afirmado, como plenamente ser. A determinação, aqui, não é dada por outro, mas apenas é a do seu próprio **perfil.** O ser é ser, determinadamente ser. Quando aplicado à heterogeneidade das coisas que são, dos **sendos** que são, é êle indeterminado, porque, aqui, é um atributo lógico, enquanto antes é um conteúdo ontológico.

Heidegger diz: «A palavra «ser» é, portanto, indeterminada em sua significação, e, contudo, a compreendemos de uma maneira determinada. «Ser» revela-se como um plenamente - indeterminado - eminentemente - determinado. Segundo a lógica ordinária, há, aqui, uma contradição manifesta. Ora olguma coisa que se contradiz não pode ser. Não há o círculo quadrado. E, contudo, há essa contradição: o ser concebido como o plenamente indeterminado, que é determinado».

Na verdade, o ser lògicamente considerado é a máxima indeterminação, mas, ontològicamente, é a máxima determinação real. Só há contradição se fôsse na mesma esfera. E aí está tomado em esferas diferentes. Ser, como entidade lógica, é o **summus genus,** o gênero supremo ao qual se reduzem apenas lògicamente tôdas as coisas. Mas ser ser ontològicamente não é o gênero supremo, mas é a razão que dá o ser a tudo que é, a razão que dá a afirmação a tudo o que é. E o ser, ônticamente considerado, não é nem determinado nem indeterminado, porque ultrapassa a todos os pares de contrários que a mente humana cria. É a afirmação plena de si mesmo, a eterna presença de si mesmo.

Quanto ao argumento primário dos que querem o ser nas suas mãos para pesá-lo, para certamente determinar a sua dureza, a sua resistência, etc., ou que desejam transformá-lo num objecto óptico ou auditivo, é tão ingênuo, que nem se pode levar em consideração. Quanto, porém, aos que afirmam que não conhecemos o ser directa ou imediatamente, convém dizer-lhes que todo conhecimento se processa através de uma assimilação, e depende, pois, de esquemas acomodados, que assimilam o conteúdo objec-

tivo. Ora, o homem é um ser híbrido e deficiente, e não poderia captar, directa ou imediatamente, o ser em tôda a sua pureza, porque todo o seu conhecimento, pela hibridez de seus esquemas, é, conseqüentemente, híbrido. Mas se não pode conhecer o ser **totaliter**, o que o poria em estado de bestitude completa, pode, no entanto, conhecê-lo como **totum** em tôdas as suas experiências, porque, na heterogeneidade destas, êle esplende sempre, porque há sempre uma experiência de ser na heterogeneidade dos factos, que se torna a matéria bruta da sua especulação filosófica, que, é reduzida a esquemas intelectuais, constituídos posteriormente.

SER E DEVIR — Vide **Imobilidade** e **Movimento.**

SÉRIE — a) Grupo de entidades, que se apresentam ou estão dispostas em sucessão, ou em **ordem** definida.

b) Na Matemática, sucessão que permite ser reduzida de um único princípio, ou sucessão de elementos, que possuem alguma característica comum.

SÉRIO — a) É o que tem gravidade, o que se opõe a divertido, a brinquedo, **ludus**, a cômico, a ridículo.

b) Diz-se que um trabalho é sério quando se caracteriza pela gravidade, pelo exame aprofundado e meticuloso dos seus temas ou objecto.

SER (PROPRIEDADES DO) — A propriedade é definida como o próprio de uma coisa (**idion**), que nem sempre é unívoco com o ente. O **próprio** é o que pertence a tôda uma espécie, não como essência, pois pode encontrar-se em outras espécies.

O próprio é um predicável accidental, mas da espécie; não constituindo, portanto, sua essência.

A unidade ontológica é a primeira propriedade do ente (como ser), um atributo transcendental.

Os conceitos transcendentais são aquêles que se referem a atributos que convém a todos os sêres, não apenas no que êles têm de comum, mas também no que têm de próprio. Desta forma, o conceito de ser pode ser aplicado a todos os entes.

Mas também, outros conceitos o podem, como o de entidade (**entitas**), o de unidade, o de verdade e de bondade, (valor), e de «alguma coisa», e também o de relação.

A unidade é o carácter do que é um. Não se deve confundir o conceito de **unicidade** com o de um. Unicidade é o carácter do que é **único**, sem segundo idêntico a êle, enquanto o de ser um, refere-se ao carácter de quem tem unidade.

A unidade é indivisa. Muitos julgam que é negativo o conceito de indiviso. Mas a unidade é positiva, e o carácter de ser indivisa aponta a recusa que se lhe faz de não ser senão ela mesma, pois, dividida, a unidade, enquanto tal, deixá-lo-ia de ser.

Conseqüentemente, todo ente é um (ente ôntico). «Um, o que é indiviso em si e distinto de qualquer outro» (Tomás de Aquino).

Unidade é dada pela coerência (**veritas ontológica**), pela inteligibilidade do ente, enquanto ente.

A unidade pode ser, em linhas gerais:

a) simples, de simplicidade;

b) de composição.

É unidade simples, de simplicidade, a que além de **indivisa** é ainda **indivisível.** O átomo dos filósofos é indiviso, pois é **a-tomós,** e também é indivisível porque é simples, não composto. Também, assim, um puro espírito é indiviso e indivisível.

Os sêres compostos, que como tais não são simples, formam uma **unidade de composição,** e formam um todo. Enquanto todo, é indivídido actualmente; não exclui, porém, a divisibilidade. As unidades forma-matéria, substância-accidente, são, para muitos, unidades de simplicidade, embora apresentem distinções metafísicamente consideradas; para outros, unidades de composição, mas muito mais coerentes do que as que compõem as unidades de composição física. Um átomo, na concepção atômica científica, é uma unidade de composição forte.

Estas unidades, que são estructuras, como as de ordem biológica, de ordem psicológica e sociológica, possuem graus de coerência, de coesão, maior ou menor.

Duns Scot oferece esta divisão da unidade:

Unitas aggregationis (unidade de conjunto) é a que forma um grupo de objectos simplesmente reunidos.

Unitas ordinis (unidade de ordem). Esta não é uma pura e simples juxtaposição, mas nela cada parte ocupa um lugar justificável, em virtude de um certo princípio.

Unitas per accidens (Unidade por accidente). Não é propriamente uma relação de ordem, mas a unidade de um determinado e de uma forma que o determina. Se a forma é accidental, a unidade é **per accidens.** Se a forma é substancial, estamos, então, em face de uma **unidade de per si.**

Unitas per se, uma unidade por si, com surgimento de uma forma. Finalmente, a unidade mais alta é a

Unitas simplicitatis, que implica uma perfeita identidade, pois o que está numa unidade de simplicidade, seja o que fôr, é a mesma coisa que seja o que fôr nela.

A unidade não é um têrmo apenas unívoco, pois a que encontramos num livro, como um artefacto humano, portanto do mundo da cultura, e a de um ser vivo são diferentes. Mas também não é equívoco, porque, em ambos casos, não se trata de coisas absolutamente diversas. Há síntese de semelhaça e de diferença, portanto a **unidade é análoga.**

O ser é unidade. E os escolásticos diziam que, ser e um se convertem **(ens te unum convertuntur).** Se o ser fôsse divisível pelo nada, como o afirmam alguns, teríamos, então, diversos sêres, e acabaríamos no pluralismo, com tôdas as aporias que daí decorrem.

Essas propriedades do ente não lhe acrescentam qualquer coisa de real, mas apontam o que é racionalmente captado nêle. Esta afirmação implica um problema de ontologia, que é o da **distinção.** (Vide).

SER E VALOR — A palavra bondade, vem de bom, que tem bem. Há bondade absoluta e bondade relativa.

A primeira funda-se na perfeição; a segunda, na sua relação.

Todo ente tem bondade (relativa). Há ainda a bondade em si, e a bondade para outro. A unidade é a coerência da tensão e revela uma bondade em si, podendo apresentá-la, segundo os planos (bondade relativa).

Modernamente se substitui o têrmo bondade pelo de valor, que o contém. Na «Axiologia», o ser é valor, e valor é ser, apesar das inúmeras opiniões contrárias e diversas. Mas a idéia de valor é também análoga. Todo ser tende a realizar o seu bem, o seu valor. É êle, intrìnsicamente, um valor que realiza valôres.

Daí os escolásticos dizerem **ens et bonum convertuntur,** ser e bem (valor) são conversíveis. Como poderia o bom ser bom sem ser? Todo ser é um valor na proporção que é, e desejável segundo a sua perfeição. Valor e ser, que se identificam dialècticamente no ser, distinguem-se, porém, porque o valor intrínseco do ser será o próprio ser, enquanto valerá ante outro, extrìnsecamente, segundo a desirabilidade que provoca ou satisfaz; mas tal desirabilidade já implica a anterioridade do valor que o provoca.

Em suma: todo ser é valor. O cenceito de valor pode converter-se no de ser e vice-versa. Mas o Ser, como valor supremo, é um valor incondicionado, enquanto os entes são valôres condicionados.

Demonstra-se: O ser é o sujeito de todos os predicados e o predicado de todos os sújeitos. É ser tudo quanto é sujeito de um predicado, é ser tudo quanto é predicado de um sujeito. Os entes (que todos são também ser), o são em si ou em outro. Mas pode ser considerado em si ou em outro, pois tudo tem, como subsistência final, o ser (todo existente tem a sua subsistência final no ser).

A condicionalidade do existir implica também a condicionalidade do valor (valor de variância).

Todo existente é também um valor condicional, e apresenta tantos valôres quantas possibilidades relacionais, condicionais, etc.

Só o Ser supremo é incondicionado como ser e como valor.

Todo o ser revela um valor condicionado a outros, tanto em sua imanência, como valor das partes componentes de uma tensão para com a unidade tensional, como desta em face das estructuras à que pertença ou das estructuras com as quais se antagoniza.

A variabilidade do valor condicionado segue paralela à condicionalidade do existir, e as duas se convertem.

Por haver condicionalidade do existir, há condicionalidade do

valor; por haver condicionalidade de valor, há condicionalidade do existir.

Todo valor é assim, no campo existencial, variável, como o existir é variável, sem que o ser o seja. O ser subsistente, e subsistência de tudo quanto existe, enquanto tal, é incondicionalmente valioso. E essa subsistência final é a superessencialidade do ser supremo, que é um valor incondicionado, por isso é transcendência de todo existir.

SERVIÇO — É a acção que realiza um indivíduo em benefício de um outro.

Em sentido econômico, a satisfação de uma necessidade nem sempre exige a utilização de uma coisa concreta. Ela pode muitas vêzes ser obtida por meio de um **acto do homem:** esfôrço realizado para si ou para outro. Um cantor pode encontrar no seu canto uma satisfação ao seu gôsto musical, como também ao do auditório. Um médico, um engenheiro, um criado oferecem aos seus semelhantes serviços, que, desde que correspondam directamente a uma necessidade, podem ser classificados de **úteis.** Num «magazine», para atender a freguesia, necesita o proprietário de colaboradores **assalariados,** que prestam serviços. Também as coisas podem prestar **serviços,** como um veículo que transporta, ou a casa, que oferece um abrigo.

SERVIDÃO — Vide **Escravidão.**

SEXO — Chama-se **sexo,** em geral, a dualidade de organismo (masculino e feminino), para a procriação, por via generativa, em que há fecundação do **óvulo** pelo **semem** masculino.

SIBILINOS (livros) — Eram os livros que relatavam as concepções místicas dos antigos gregos, livros atribuídos às **Sibilas,** antigas profetizas, que anunciavam os acontecimentos futuros de modo profético, em forma de **oráculos.** Tais livros se perderam. No II.o séc. da era cristã, surgiram alguns livros sibilinos entre os cristãos e os judeus, **Oráculos Sibilinos,** escritos em estilo homérico, que imitavam os antigos livros sibilinos. Tais livros incluiam profecias sôbre os povos e os reis.

SIGNIFICAÇÃO — Vide **Símbolo** e **Significações.**

SIGNIFICAÇÕES — A **teoria das significações** nasceu da análise dos pensamentos. Êstes não são considerados como simples, elementares e, por isso, são analisáveis, decomponíveis em suas partes. A procura do que seria elementar nos pensamentos, uma espécie de átomo do pensamento, foi que levou às **significações.** Assim como as proposições estão compostas de palavras, estão os pensamentos de significações.

Julgam certos lógicos que as significações são elementos simples, isto é, não são compostas de outros. São elas elementos-**entes?** Essa pergunta é respondida da seguinte forma: as significações não são elementos-entes, pois sendo elementos do pensamento e não sendo êste um ente, como poderiam elas ser entes?

Dão, assim, ao pensamento carácter meramente axiológico (de

axiós, valor), sem entidade, esquecendo que tudo ao qual não se pode predicar **nada** é nada de entidade.

Os valôres são objectos de uma consistência diferente, dizem. Os valôres não são entes, mas **valem,** como é a opinião predominante, a qual não tem consistência. Os pensamentos não são coisas-entes, isto é, ônticas, têrmo usado na filosofia moderna, e que se refere ao ente quanto à sua forma em estructura. Assim quando dizemos «esta casa é verde», podemos substituir esta proposição por esta: «desta casa **vale o ser-verde**». Neste caso, o **ser-verde** é uma significação dêste pensamento. Nós sabemos que os pensamentos formam uma unidade. Então como admitir que a significação seja um elemento? Não seria admitir que o pensamento é **composto de partes?** Sim, dizem os lógicos, o pensamento é uma unidade, mas as significações não são unidades independentes, elas formam, umas com as outras, uma interdependência.

As palavras não são significações, mas apenas sinais arbitrários, embora na sua formação interfiram leis psíquicas.

Para que serve essa teoria das significações? Ela foi construída para resolver o problema das categorias. As categorias são significações gerais que tratam de uma determinada região. As categorias não são determinações dos objectos, mas **significações,** que contribuem para constituir um pensamento.

SIGNO — a) Igual a **sinal.**

b) Empregado, sobretudo, para indicar qualquer das doze partes ou espaços iguais, em que se divide o **zodíaco.**

SIGNUM — (Em latim, **signo, sinal**) Na Lógica, é o que pelo qual, a potência cognoscitiva representa uma coisa outra que aquela. Assim a **imago** (imagem) é um sinal natural.

SILOGISMO — Na Lógica, entre os processos discursivos, destacam-se, os raciocínios deductivos, os quais são identificados com o **silogismo.**

O silogismo é uma **deducção formal,** é um raciocínio que vai do geral ao particular ou ao singular. Consiste em estabelecer a necessidade de um juízo (conclusão), mostrando que êle é a conseqüência forçada de um juízo reconhecido por verdadeiro (maior), por intermédio de um terceiro juízo (menor), que estabelece, entre os dois primeiros, um laço necessário.

Assim temos duas premissas, — nome que se dá aos dois primeiros juízos — dos quais se conclui um terceiro juízo, chamado conclusão.

Vamos dar um exemplo clássico de silogismo:

Todo homem é mortal..... (Premissa maior)

Ora, Sócrates é homem... (Premissa menor)

Sócrates é mortal... (Conclusão)

Chama-se de premissa maior aquela em que se acha o predica-

do da conclusão; e premissa menor, a em que se acha o sujeito da mesma.

Sendo o silogismo um raciocínio deductivo, o **ponto de partida é sempre um juízo universal,** quer ocupe ou não o primeiro posto, o lugar da premissa maior.

O silogismo têm três têrmos: o **maior,** o **médio** e o **menor.** Êsses têrmos são os que entram nos juízos (ou proposições), que constituem o silogismo.

O predicado da conclusão recebe o nome de têrmo maior. Examinemos o silogismo acima citado: **Mortal** é o têrmo maior.

O sujeito da conclusão é chamado de **têrmo menor.** O sujeito da conclusão é Sócrates. O **têrmo médio** é o que, estando presente nas duas premissas, falta na conclusão, que é **homem,** no exemplo.

Se então, consideramos os três têrmos que entram nesses juízos, o silogismo consiste em estabelecer que um dêsses têrmos, o maior, é o atributo necessário do outro, o menor (que **mortal** é atributo necessário de um terceiro, o médio, **homem,** no nosso caso, o homem é **mortal**), que é por sua vez o atributo necessário do menor (**Sócrates,** pois **homem** é atributo de **Sócrates**). Em síntese: **mortal** é atributo necessário de **Sócrates,** porque é atributo necessário de **homem,** e **homem** é atributo necessário de Sócrates. **Sócrates** tem a qualidade de **mortal,** porque tem a qualidade de **homem,** e todo homem tem a qualidade de mortal.

Assim, o silogismo consiste em mostrar que um objecto, ou uma classe de objectos fazem parte de uma outra classe, por que êle ou ela pertencem a uma classe de objectos que, por sua parte, faz parte dessa outra classe.

Regras do silogismo: São oito regras que os escolásticos formularam através de versos latinos:

1) **Terminus esto triplex, medius, majorque minorque** (o silogismo tem três têrmos: o maior, o médio e o menor). Tal é necessário para fazer a comparação dos dois com um terceiro.

2) **Nequaquem medium capiat fas est** (A conclusão nunca deve conter o têrmo médio).

3) **Aut semel aut medius generaliter esto** (O têrmo médio deve ser tomado pelo menos uma vez em tôda a sua extensão (ou seja, universalmente). Sim, porque o têrmo médio serve para comparar os extremos, e, na conclusão, deve aparecer o resultado: a relação dos extremos entre si.

4) **Latius hunc (terminum) quam premissas concluso non vult** (Nenhum têrmo pode ser mais extenso nas conclusões do que nas premissas). Esta regra se reduz à primeira, pois se tivessem maior extensão, alterar-se-iam os têrmos.

5) **Utraque si premissa negat nil inde sequitur** (Se as duas premissas são negativas, nada se pode concluir). É claro que nada se conclui de dois juízos negativos. Pois se dois têrmos não se identificam entre si, como vão se identificar ambos com um terceiro? E se dois têrmos não se identificam com um terceiro, não quer dizer que sejam idênticos entre si. Pois se casa não é **ani-**

mal e se **chapéu** não é **animal**, casa não é necessàriamente **chapéu.** Dois têrmos iguais a um terceiro são iguais entre si. Dois têrmos não iguais a um terceiro não são necessàriamente iguais entre si.

6) **Ambae affirmantes nequeunt generare negantem** (Duas premissas afirmativas não podem produzir uma conclusão negativa). Sim, pois se dois têrmos se identificam com um terceiro são necessàriamente idênticos entre si e não poderiam ser distintos entre si.

7) **Pejorem sequitus semper conclusio partem** (A conclusão segue sempre a parte mais fraca). Chama-se a mais fraca a premissa particular ou negativa. Esta regra deduz-se da n.o 4. Os têrmos não podem ter maior extensão na conclusão do que nas premissas, dissemos. Ora, se uma das premissas é particular ou negativa, a conclusão tem de ser particular ou negativa. É claro, pois se um extremo é igual a um terceiro, e outro não, nunca se pode concluir que um seja outro. Daí porque a conclusão não pode ser afirmativa, se uma premissa é negativa.

8) **Nil sequitur geminis ex particularibus unquam** (Nada se conclui de duas premissas particulares). Se dizemos:

Alguns A são B

Alguns B são C,

Não podemos saber se os **alguns** B da segunda premissa são precisamente os B da primeira, o que levaria e existir, então, quatro têrmos em vez de três, o que infligiria a primeira regra. Além disso, o têrmo médio não está tomado em tôda a sua extensão em nenhuma das premissas, o que infringe a regra n.o 3. Se ambas são negativas, não há conclusão pela regra n.o 5.

Modos e figuras dos silogismos Na Lógica, chamam-se figuras do silogismo as formas que adota o mesmo, segundo a posição do têrmo médio nas premissas maior ou menor. As quatro formas possíveis são as chamadas quatro figuras, que se caracterizam:

1) por ser o têrmo médio sujeito na premissa maior, e predicado na menor. Ex.: Todo **homem** é mortal; Sócrates é **homem,** logo Sócrates é mortal;

2) por ser o têrmo médio predicado em ambas premissas: «Todo homem é **racional;** nenhuma planta é **racional,** logo nenhuma planta é homem;

3) por ser o têrmo médio sujeito de ambas premissas: «Alguns **homens** são filósofos; todos os **homens** são corpos, logo alguns corpos são filósofos»;

4) por ser o têrmo médio predicado na maior e sujeito na menor: Todos os homens são **mortais;** todos os **mortais** são animais; logo, alguns animais são homens».

O modo do silogismo resulta da quantidade e da qualidade das premissas que o compõem. Êsses juízos são de quatro classes:

Universal afirmativo (A)

Universal negativo (E)

Particular afirmativo (I)

Particular negativo (O)

Êles podem ser combinados em 64 formas. Contudo, nem tôdas são concludentes. Se aplicarmos as regras estudadas, ficam 19 modos legítimos, que são distribuídos da seguinte forma:

4 para a primeira figura; 4 para a segunda; 6 para a terceira e 5 para a quarta.

Como é cada juízo simbolizado segundo sua quantidade e qualidade por uma vogal, cada modo válido é simbolizado, na Lógica, tradicionalmente, por uma palavra latina, que contém as letras-sinais dos juízos que compõem o silogismo.

São êsses, os modos válidos de cada figura:

1.a figura:

A A A **(Barbara)**

E A E **(Celarent)**

A I I **(Darii)**

E I O **(Fério)**

2.ª figura

E A E **(Cesare)**

A E E **(Camestres)**

E I O **(Festino)**

A O O **(Baroco)**

3ª figura

A A I **(Darapti)**

E A O **(Felapton)**

I A I **(Disamis)**

A I I **(Datisi)**

O A O **(Bocardo)**

E I O **(Ferison)**

4ª figura

A A I **(Bamalip)**

A E E **(Camenes)**

I A I **(Dimatis)**

E A O **(Fesapo)**

E I O **(Fresison)**

Exs.: da 1ª figura — **O têrmo médio é sujeito** na maior e **predicado** na menor.

Barbara:

A. Todo **metal** é corpo;

A. todo chumbo é **metal;**

A. logo, todo chumbo é corpo.

Celarent:

E. Nenhum **metal** é vegetal;.

A. todo chumbo é **metal;**

E. logo, nenhum chumbo é vegetal.

Darii:

A. Todo **metal** é corpo;

I. algum mineral é **metal;**

I. logo, algum mineral é corpo.

Ferio:

E. Nenhum **metal** é vivente;

I. algum corpo é **metal;**

O. logo, algum corpo não é vivente.

Exs.: da 2ª figura — **O têrmo**

médio é predicado em ambas premissas.

Cesare:

E. Nenhum vivente é **metal;**

A. todo o chumbo é **metal;**

E. logo, nenhum chumbo é vivente.

Camestres:

A. Todo chumbo é **metal;**

E. nenhum vegetal é **metal;**

O. logo, nenhum chumbo é vegetal.

Festino:

E. Nenhum vegetal é **metal;**

I. algum corpo é **metal;**

O. logo, algum corpo não é vegetal.

Baroco:

A. Todo chumbo é **metal;**

O. algum corpo não é **metal;**

O. logo, algum corpo não é chumbo.

Exs.: da 3ª figura — **O têrmo médio é sujeito** em ambas premissas:

Darapti:

A. Todo o **metal** é mineral;

A. todo o **metal** é corpo;

I. logo, algum corpo é mineral.

Felapton:

E. Nenhum **metal** é vegetal;

A. todo o **metal** é corpo;

O. logo, algum corpo não é vegetal.

Disamis:

I. Algum **metal** é chumbo;

A. todo o **metal** é corpo;

I. logo, algum corpo é chumbo.

Datisi:

A. Todo o **metal** é corpo;

I. algum **metal** é chumbo;

I. logo, algum corpo é chumbo.

Bocardo:

O. Algum **metal** não é chumbo;

A. todo o **metal** é mineral;

O. logo, algum mineral não é chumbo.

Ferison:

E. Nenhum **metal** é vegetal;

I. algum **metal** é chumbo;

O. logo, algum chumbo não é vegetal.

Exs.: da 4ª figura — **O têrmo médio é predicado** na maior e **sujeito** na menor:

Bamalip:

A. Todo o metal é **corpo;**

A. todo o **corpo** ocupa espaço;

I. logo, algum corpo que ocupa espaço é metal.

Camenes:

A. Todos os brasileiros são **americanos;**

E. nenhum **americano** é europeu;

E. logo, nenhum europeu é brasileiro.

Dimatis:

I. Alguns americanos são **paulistas;**

A. todos os **paulistas** são brasileiros;

I. logo, alguns americanos são brasileiros.

Fesapo:

E. Nenhum paulista é **francês;**

A. todos os **franceses** são europeus;

O. logo, alguns europeus não são paulistas.

Fresison:

E. Nenhum brasileiro é **europeu;**

I. alguns **europeus** vivem no Brasil;

O. logo, alguns homens, que vivem no Brasil, não são brasileiros.

Todos êsses modos e figuras reduzem-se a uma lei do silogismo, fundada num princípio ontológico. Duas coisas iguais a uma terceira são iguais entre si. Se essas duas coisas não são iguais a uma terceira, como todo, mas apenas em parte, elas podem ser não-iguais entre si, nem em parte.

Se **A** é, em parte, igual a B, e C igual a B, não quer dizer que **A** seja igual a C, nem em parte.

Tudo, quanto pode ser afirmado ou negado da totalidade de um gênero pode ser também afirmado ou negado de todos os indivíduos que compõem êsse gênero, êsse é um princípio do silogismo que decorre do princípio de identidade.

«Todos os homens são mortais, portanto um homem (Sócrates) é mortal.» Tôdas as figuras do silogismo (2ª, 3ª e 4ª) podem ser reduzidas à primeira, que Aristóteles qualificava de silogismo perfeito, a qual é a aplicação concreta da regra que citamos acima sublinhadamente. Desta forma se vê que o silogismo é apenas uma forma do raciocínio dedutivo, como já expusemos.

Na linguagem comum, e até nas demonstrações mais precisas, subentende-se, quando ela é evidente, uma das articulações do silogismo. O silogismo chama-se então **entimema.** Neste se omite uma das premissas. Por ex.: todo metal é pesado, porque tôda matéria é pesada. Está omitida a premissa «todo metal é matéria».

Os silogismos podem compor-se entre êles e formar o que se chama **polissilogismo.** Por ex. «**liberdade** permite o desenvolvimento da cultura; todo desenvolvimento da cultura é uma elevação do homem; a elevação do homem é um dever de todos e se a liberdade permite êsse desenvolvimento, facilitá-la é o nosso dever; logo pugnar pela liberdade é o dever de todos nós».

Chama-se de **prossilogismo,** aquêle cuja conclusão serve de

ponto de partida para o seguinte: Ex.: «Todos os felinos são mamíferos; o gato é um felino; logo, o gato é um mamífero; ora o angorá é um gato, logo o angorá é um mamífero».

O **epiquerema** é o silogismo no qual uma ou duas premissas são provadas por um prossilogismo incompletamente expressado.

Sorite é uma seqüencia de silogismos encadeados uns após outros.

O **silogismo hipotético** é um silogismo em que a maior é a proposição hipotética.

O **silogismo disjuntivo** é o silogismo no qual a maior têm dois atributos que se excluem um ao outro. A é B ou C, etc.

O **dilema** entra nessa categoria de argumentos. Consta de um juízo disjuntivo e dois condicionais, ambos conducentes a uma mesma conclusão. Por ex.: «O homem, que obedece às suas paixões, ou consegue o que deseja, ou não; se consegue, enfastia-se, e por conseqüinte é infeliz; se não consegue, está ansioso, e pela mesma razão é infeliz».

A argumentação viciosa chama-se **paralogismo, sofisma** ou **falácia.**

Quando há boa fé, chama-se **paralogismo; e sofisma** ou **falácia,** em caso contrário. Essa é a acepção comumente aceita. Todo o silogismo que infringe as regras da lógica são viciosos. Exs.: de sofismas: «O branco não pode ser encarnado, logo o papel não pode tingir-se de encarnado».

Chama-se de **ignorância do assunto (ignoratio elenchi)** ao paralogismo , quando se responde a outra coisa diferente da que está em questão ou se prova, o que não correspondia provar. Por ex.: «Se é sábio, é laborioso; é laborioso, logo é sábio».

Petição de princípio dá-se quando se supõem o mesmo que se há-de provar. Ex.: «O fumo sobe, porque é mais leve que o ar, e é mais leve que o ar porque faz parte dos corpos leves».

Figuras do silogismo: Na **primeira figura (sub-prae),** o têrmo médio é sujeito na maior e predicado na menor.

Esquema:
$$\begin{array}{l} M - P \\ S - M \\ \hline S - P \end{array}$$

A regra é a seguinte:

A menor deve ser afirmativa;

a maior deve ser universal.

Prova: Se a menor não fôr afirmativa, e sim negativa, a conclusão será negativa, e conseqüentemente seu predicado negativo será universal porque nas proposições negativas o predicado é universal e terá maior extensão que na premissa menor, onde é particular.

Se a maior fôr também negativa, sendo ambas premissas negativas, ofenderia a regra 5.

Sendo o têrmo médio na menor afirmativa, por ser predicado, será particular, e de acôrdo com a regra, o têrmo médio deve ser, pelo menos, uma vez univer-

sal. Não o seria, porque, na maior, sendo sujeito, não sendo esta universal, o sujeito seria particular, e, neste caso, o têrmo médio seria particular em ambas premissas.

Os modos possíveis desta figura são dois afirmativos e dois negativs: AAA, EAE, AII, EIO, ou sejam: **Barbara, Celarent, Darii, Ferio.**

A regra desta figura é justificada pela análise das combinações possíveis, que fazemos a seguir.

Análise das combinações — Tôdas as combinações possíveis, em cada figura, tomadas as duas premissas, são as seguintes:

aa ea ia oa
ae ee ie oe
ai ei ii oi
ao eo io oo

Excluem-se, desde logo, as combinações; **ee, eo, oe, oo,** por serem ambas premissas negativas, bem como as **eo, ii, io, oi, oo,** por serem ambas premissas particulares.

Restam apenas as seguintes possibilidades:

aa, ae, ai, ao
ea, ei
ia, ie
oa.

Uma regra importantíssima do silogismo, esquecida muitas vêzes por grandes filósofos, é a seguinte:

nos juízos afirmativos, o predicado é tomado particularmente.

nos juízos negativos, o predicado é tomado universalmente.

Quando dizemos S é P, tomamos P particularmente, quando dizemos S não é P, P é tomado universalmente, porque, na negativa, há exclusão total de todo P, enquanto, na afirmativa, não há inclusão total de todo P, salvo nas definições rigorosas e mesmo em sentido meramente formal e metafísico, porque, nas definições, há a possibilidade da conversão simples do predicado no sujeito. Assim, na definição: «o homem é animal racional», pode dizer-se: «animal racional é homem.» Só nesses casos, o predicado de uma afirmativa é tomado universalmente, contudo, apenas metafísica e formalmente.

Restando apenas aquelas 9 possibilidades, vejam-se quais conclusões ofendem as regras fundamentais do silogismo e quais são.

Assim: **aa** (duas universais afirmativas) não podem dar uma conclusão negativa, porque de duas premissas afirmativas não se conclui negativamente, portanto, as únicas possibilidades da combinação **aa** só poderiam ser **aaa aai,** pois **aae** e **aao** são impossíveis.

Vejamos a primeira possibilidade, na 1.a figura, em que o têrmo médio é sujeito na **maior** e predicado na **menor (sub-prae).**

a M — P
a S — M
———————
a S — P

A primeira atenção deve volver-se para o têrmo médio. Êste, pelo menos uma vez, deve ser universal. No caso o é, pois na maior está tomado universalmente. Em segundo lugar, o predicado. Êle é particular na conclusão e é particular na maior, portanto está regular. O sujeito é universal na conclusão e universal na menor, logo o silogismo não peca contra nenhuma regra.

Examinemos agora a segunda possibilidade **aai:**

a M — P
a S — M
---
i S — P

Êste modo está subordinado ao primeiro (**aaa**), porque o que se diz do universal se diz do particular, que lhe é subordinado.

Vejamos, agora, as possibilidades **ea** e **ei.**

Como há uma premissa negativa, a conclusão será necessàriamente negativa e com há uma particular, será uma particular negativa, portanto as únicas conclusões possíveis seriam:

eae eio

Vejamos se são regulares:

e M — P
a S — M
---
e S — P

O médio está tomado universalmente pelo menos uma vez; o predicado é universal na conclusão; e o é também na premissa maior; o sujeito é universal, tanto na conclusão como na premissa menor. O silogismo é regular.

e M — P
i S — M
---
o S — P

O têrmo médio é universal na maior; o predicado é universal na conclusão, e o é também na maior; o sujeito é particular na menor; e o é na conclusão. O silogismo é regular.

As combinações **ia** e **ei** só dariam as seguintes conclusões:

ia só poderia dar **iai**
ie só poderia dar **ieo.**

Vejamos se são regulares:

i M — P
a S — M
---
i S — P

Neste caso, o têrmo médio é particular em ambas as premissas, quando deve ser ao menos uma vez tomado universalmente. Portanto, não é regular

i M — P
e S — M
---
o S — P

O têrmo médio seria universal na menor, mas o predicado, na conclusão, é universal, enquanto é particular na maior. Portanto, não é regular.

São regulares, na 1.a figura, apenas os quatro modos indicados acima.

É fácil agora, realizando o mesmo exame, concluir, nas outras

figuras, quais os modos regulares e verificar que, realmente, só há aquêles que são indicados nos famosos versos latinos.

Na segunda figura (**prae-prae**), o têrmo médio é em cada premissa predicado.

Esquema:

P — M
S — M
———
S — P

Regra: Uma negativa e a maior universal e a conclusão sempre negativa

Uma tem de ser negativa, porque o predicado, que é o têrmo médio em ambas, seria sempre particular, o que ofenderia a regra 4.

A maior deve ser universal, pois o sujeito da maior é o predicado da conclusão e como a conclusão é necessàriamente negativa, e o predicado, portanto, universal, deve o predicado, numa das premissas, ser universal, pois, do contrário, ofenderia a regra 3.

Portanto só quatro modos são concludentes:

EAE, AEE, EIO, AOO, ou sejam: **Cesare, Camestres, Festino, Baroco.**

Na **terceira figura (sub-sub)**, o têrmo médio é sujeito em ambas premissas:

Esquema:

M — P
M — S
———
S — P

Regra: menor afirmativa, conclusão particular

A menor deve ser afirmativa pelas mesmas razões da primeira figura; se fôsse negativa, a conclusão seria negativa e, conseqüentemente, o predicado seria universal, e seria maior, portanto, na conclusão, que na premissa afirmativa, ou então, teria que ser a maior negativa, e, então, ambas as premissas seriam negativas, o que ofenderia as regras. premissa, o que ofenderia as regras.

A conclusão tem de ser particular, porque S é, na menor, predicado afirmativo e, conseqüentemente, particular, do contrário teria na conclusão, se não fôsse particular, maior extensão que na premissa o que ofenderia as regras.

Portanto, os únicos modos possíveis são seis:

AAI, EAO, IAI, AII, AOA, EIO, ou sejam: **Daranti, Felapton, Disamis, Datisi, Bocardo, Ferison.**

Na **quarta figura (prae-sub)** (considerada pelos escolásticos antigos como a 1.ª figura indirecta e pelos modernos como 4.ª figura), apresenta ainda uma outra figura, que, modernamente, é chamada de 5.ª figura.

Na quarta figura, o têrmo médio é predicado na maior e sujeito na menor.

Esquema:

P — M
M — S
———
S — P

Regras: Se a maior é afirma- a menor é afirmativa, a con-

clusão é particular. Se uma nega, a maior é universal.

Razões: Se a maior é afirmativa, o têrmo médio, como predicado afirmativo, é particular. conseqüentemente, na menor, como sujeito, deve ser universal.

Se a menor é afirmativa, S, como predicado afirmativo, é particular; portanto, na conclusão, deve ser particular.

Se uma é negativa, o predicado, na conclusão,, sendo negativo, será universal, enquanto na premissa, como sujeito da maior, seria universal.

Portanto, só cinco modos são válidos:

AAI, AEE, IAI, EAO, EIO, ou seja: **Bamalip(ton), Calemes, Dimatis, Fesapo, Fresiso (norum).**

A **quinta figura** é uma segunda modalidade da 4.ª, aceita modernamente. O médio é sujeito na maior e predicado na menor **(sub-prae).**

Esquema:

M — S
P — M
———
S — P

Regras desta figura:

Se a menor é afirmativa, a maior é universal. Se a maior é afirmativa, a conclusão é particular. Se uma é negativa, a menor é universal.

Justifica-se do seguinte modo: se a menor é afirmativa, o têrmo médio é particular, e se a maior não fôr universal, o têrmo médio seria tomado em ambas particularmente, o que ofenderia a regra.

Sendo a maior afirmativa, o sujeito da menor, que é o predicado da conclusão, seria particular, e a conclusão particular.

Se uma é negativa, a conclusão será negativa e, neste caso, o predicado da conclusão será universal. Para que não se ofendam as regras é mister que a menor seja universal, porque é nesta que o predicado da conclusão é sujeito.

São cinco os modos legítimos desta figura:

AAI, EAE, AII, AEC e IEO, ou **Baralip(ton.), Celantes, Dabitis, Fapesmo, Friseso (morum).**

REDUCÇÃO A PRIMEIRA FIGURA: De tôdas as figuras, e a primeira a de maior valor, pelas razões seguintes: **universalidade,** pois é a única figura em que se dão conclusões afirmativas universais (duas). A **segunda** só conclui negativamente, a **terceira** só particularmente, a **quarta** só particularmente, e a **quinta** só particularmente e uma só vez universalmente, mas negativa.

Há clareza nas premissas, obedientes à regra clássica: **dictum de omni... dictum de nullo...**

Para obter essa clareza, usa-se a reducção dos outros modos das diversas figuras aos modos da primeira.

As letras consoantes iniciais B C F D indicam o modo da primeira figura, à qual se deve reduzir o silogismo. Assim **Felapton** pode ser reduzido a **Ferio, Cesare** em **Celarent,** etc.

A letra consoante S significa que a proposição significada pela vogal precedente pode ser convertida simplesmente, e P indica que o pode por accidente. Assim **Datisi** em **Darii**, onde a menor é convertível simplesmente, e **Darapti** em **Darii**, onde a menor é convertível accidentalmente.

A letra M significa que a maior pode mudar-se na menor, como **Camestres**, que pode ser reduzida a **Cesare**.

A letra C, que encontramos por ex. em **Baroco**, **Bocardo** significa que o silogismo dêstes modos podem ser reduzidos a **Barbara**, mas apenas por deducção ao impossível, como veremos.

Os escolásticos davam estas regras nos seguintes versos:

S vult simpliciter verti, P vero per accid(ens);

M vult transponi, C per impossibile duci.

SILOGÍSTICA — a) Como adjectivo, é o que concerne ao **silogismo.**

a) Como substantivo é a **teoria do silogismo.**

SIMBIOSE — a) Vinculação social de uma espécie com outra.

b) Associação de organismos de diferentes espécies, que mùtuamente se favorecem.

SIMBIOSE SOCIAL — Os indivíduos, componentes de um grupo social, podem ser, por sua vez, componentes de muitos outros grupos. Dessa forma, vários grupos heterogêneos, diferentes, portanto, podem ser constituídos por grande partes dos mesmosindivíduos.

Estamos aqui em face de um aspecto importante, tantas vêzes descurado pelos sociólogos: a interpenetração dêsses elementos.

Na vida prática, a simples observação logo nos mostra quanto influi numa sociedade recreativa a penetração de elementos pertencentes a um grupo político, quando êstes formam um número capaz de influir na sociedade. É fácil encontrarem-se exemplos de interpenetração dos grupos em outros, pela acção dos elementos que os compõem.

Se tais aspectos são convenientes ou não, é discussão que a Sociologia pode registrar; mas o que é importante é serem tais factos normais na esfera sociológica. Assim, na vida social, os indivíduos se separam ou se unem. E nas formações dos grupos sociais, aumentam ou diminuem a separabilidade dos indivíduos. Os cogumelos e o musgo cooperam, isto é, ajudam-se mùtuamente. É o que se chama **simbiose.** Não se deve confundir a simbiose com o parasitismo. O parasitismo é opositivo e negativo. A planta, que é parasita, tira para si e não dá. A simbiose é positiva, por que ambas cooperam. Há, também, na sociedade humana parasitismo e há simbiose. Os grupos sociais podem ser **parasitários** ou **simbióticos**, em relação a outros. Na divisão do trabalho, há simbiose, como há também entre os grupos sociais; e se esta é necessária, o parasitismo, por ser opositivo e negativo, é reprovável.

Simboleggiare (it.) = **simbolizar.**

SIMBÓLICA — Simbólica é o estudo da gênese, desenvolvimento, vida e morte dos símbolos.

Justifica-se a Simbólica como disciplina filosófica, pois podemos considerar tôdas as coisas, no seu aparecer, na forma como se apresentam, como um apontar para algo ao qual elas se referem.

Nesse caso, o símbolo seria o modo de significar do **ens** (ente), que sempre se refere a algo.

Os escolásticos consideravam que, para caracterizar-se uma disciplina como ciência, deveria esta ter um triplo objecto **material, formal-terminativo,** e **formal-motivo.**

Como objecto material, temos tôdas as coisas finitas, reais ou ideais.

Como objecto formal-terminativo, que é a formalidade ou perfeição, que é considerada ou estudada pela ciência, temos a que tende à **referência** simbólica, ao simbolizado; em suma, a **significabilidade** dos sêres finitos.

O objecto formal-motivo, que é o instrumento, pelo qual uma ciência considera o seu objecto formal, é, neste caso, o símbolo, o referente, enquanto tal.

As coisas, reais ou ideais, pertencem a várias ciências, mas, por haver nelas significações a um terceiro (o simbolizado), apresentam um aspecto específico, que não é pròpriamente do âmbito das outras ciências.

A simbólica, terá de usar um método, que lhe seja peculiar.

O método de interpretar os significados dos símbolos só pode ser o dialéctico, que chamamos de **método dialéctico-simbólico,** e que se funda, sobretudo, na **analogia.**

Neste caso, a Simbólica é uma simbologia, e como disciplina filosófica procura a significabilidade dos símbolos referindo-se aos simbolizados, bem como o seu nexo e razão de ser.

SIMBÓLICO — O que se refere ao **símbolo.**

SIMBOLISMO — a) Uso sistemático de símbolos.

b) Sistema de símbolos.

c) Teoria dos símbolos, que é a **Simbólica.**

d) Doutrina pela qual o ser humano só conhece símbolos, no sentido do que representa outra coisa, com a qual tem uma correspondência analógica.

e) Na Estética, é a realização na qual o artista reveste as coisas com a sua marca afectiva, dissolvendo a sensação na emoção.

SIMBOLIZAR — a) É ser **símbolo** de alguma coisa.

b) É a acção de representar algo por um símbolo.

SÍMBOLO — Na antiga Grécia, quando um senhor recebia a visita de um hóspede, como sinal de afeição, costumava dar-lhe um objecto que servisse de sinal de reconhecimento. Era comum, entre os amigos, partirem uma moeda pelo meio, cabendo uma parte a cada um, que servia como um **sinal** de amizade.

Costumava-se também usar dêsse meio para reconhecer pessoas, depois de uma longa separação. Usavam sinais os pais,

quando tinham de separar-se de seus filhos por longo tempo.

A tais meios, que serviam de sinais, davam os gregos o nome genérico de **symbolon.** Todo o sinal convencionado tomava o nome genérico de símbolo, como também as insignias dos deuses, os emblemas, os preságios augúrios e, inclusive, as convenções internacionais e comerciais, que se faziam na época.

A palavra símbolo, **symbolon,** neutro, vem de **symbolê,** que significa aproximação, ajustamento, encaixamento, cuja origem etimológica é indicada pelo prefixo **syn,** com, e **bolê,** donde vem o nosso têrmo bola, roda, círculo. Referia-se, dêste modo, à moeda usada como sinal.

Desde logo se vê que os gregos usavam o têrmo símbolo num sentido amplíssimo, abrangendo todo o campo do que chamamos pròpriamente de **sinal,** isto é, o que aponta, convencionalmente ou não, a um outro, que é referido por aquêle. Podemos, no entanto, captar uma formalidade que pertence, univocamente, a todos símbolos e sinais: a **referência** a um outro, em suma, o apresentar-se **em lugar de outro.**

Podemos partir dêste enunciado simples, ainda insuficiente, que símbolo é alguma coisa que está em lugar de... A palavra, em sua origem grega, também significa substituição, e o símbolo é algo que substitui. Todo símbolo, portanto, revela uma referência a um outro.

Mostremos, primeiramente, o que símbolo não é, para vermos o que é. Não se deve confundir símbolo com:

divisa — esta é uma figura que indica uma intenção, distintivo de alguns brazões, armas, ideal de um partido, etc.; nem com

emprêsa — que era o sinal que os cavaleiros usavam, pintados em seus escudos, com um relato do passado; nem com

tenção — que é um sinal alusivo ao pensamento do que se pretende fazer, como também os usavam os cavaleiros; nem com

mostra — que é apenas a manifestação de uma parte de uma coisa e não da sua totalidade; nem com

indício — que é apenas algo que aponta, leva ao conhecimento, como as nuvens que indicam chuva, etc.

Sinal é tudo o que nos aponta outra coisa com a qual tem relação natural ou convencional.

Ora, se o **símbolo** está em lugar de..., é êle um sinal.

Podemos, por ora, dizer que sinal é o gênero, e símbolo é a espécie. Dêste modo, se todo símbolo é sinal, nem todo sinal é símbolo.

O sinal pode ser apenas convencional, arbitrário. O símbolo, não. Êste deve **repetir,** analògicamente, algo do simbolizado. Portanto, o símbolo é um sinal com a repetição de alguma nota do simbolizado.

Como a analogia pode ser de atribuição intrínseca ou de atribuição extrínseca, temos, no segundo caso, a **metáfora,** e, no primeiro, o **símbolo.**

O **sinal** é um significante que pode ser **arbitrário** ou **convencional,** ou **indicante** por **correlação,**

enquanto o **símbolo** é apenas um **significante motivado,** representando uma semelhança intrínseca com o significado.

Podemos enunciar que **símbolo é tudo quando está em lugar de outro, sem acomodação actual à presença dêsse outro, com o qual tem, ou julgamos ter, qualquer semelhança (intrínseca por analogia), e por meio do qual queremos transmitir ou expressar essa presença não actual.**

SÍMBOLOS LÓGICOS — Diz-se comumente do que é, na verdade, **sinal,** pois é imprescindível manter a distinção entre **símbolo** e **sinal,** considerando-se a analogia entre símbolo e simbolizado, como a diferença específica daqueles. São os sinais **convencionais** para significar as diversas operações e relações lógicas.

SIMETRIA (Do gr. **symmetria,** comensurabilidade). Carácter de duas figuras geométricas, colocadas de tal maneira que, a cada parte de uma, corresponde igual parte da outra, o que é observável ao traçar-se uma perpendicular sôbre uma recta ou sôbre um plano.

Na simetria, há igualdade dos lados simétricos e, vectorialmente, iguais na presença das partes, embora algumas vêzes em ordens vectorialmente inversas (ou sejam **reversíveis**).

b) Emprega-se o têrmo para tudo quanto tenha analogia com o sentido absoluto do têrmo, por essa razão se pode usar a simetria na Matemática, na Música, na Arte (entre valôres estéticos), na Sociologia, etc.

c) Na Biologia, diz-se da disposição das partes ou componentes de um todo complexo com referência uns aos outros, para produzir um equilíbrio, tanto de um lado como de outro, ou dos sectores radicantes um com outro, ou dos membros de uma série lineal» (Howard Warren).

d) Na Arte, a simetria se dá com os elementos formais (valôres formais estéticos), cuja regularidade na disposição permite dividir um objecto artístico em partes similares.

A simetria pode ser **bilateral,** quando se consideram um lado e outro; **radial,** quando se consideram os raios; e **lineal,** quando das linhas. Pode ser ainda, incluindo tais casos, **bidimensional** se tomada só no plano, e **tridimensional** se tomada incluindo a profundidade.

SIMÉTRICO — a) O que tem **simetria,** ou tudo quanto a ela concerne, que apresenta o carácter de simetria.

b) Na Lógica, chamam-se simétricas as proposições **reversíveis** (Vide).

Similar (ing.) = **semelhante.**

SIMILARIDADE — a) Similar vem de **similis,** em latim igual. Similaridade é o que tem o carácter de ser igual.

b) No associacionismo, a **lei de similaridade** é a que indica a dependência da associação da semelhança entre as idéias associadas.

Similarity (ing.) = **semelhança.**

Simile (it.) = **semelhante.**

Similia similibus percipiuntur (lat.) = as coisas iguais são apreendidas por coisas iguais. É o princípio básico da doutrina da assimilaçã psicológica, pois, para conhecer alguma coisa, é mister que alguma coisa do cognoscente se assemelhe ao conhecido (**cognitum**). Vide **Conhecimento.**

SIMILITUDE — Carácter do que é semelhante. Vide **Semelhança.**

SIMILITUDO (lat) = **semelhança, Similitude** (vide).

SIMPATIA — a) Emoção ou atitude emotiva, provocada num indivíduo pela percepção ou idéia do sofrimento em outros, que se caracteriza por um sentimento de desagrado e, geralmente, por actos que tendem a aliviar êsse sofrimento.

b) Tendência a repetir em si mesmo a emoção observada nos outros (**imitação simpatética**).

Comunicação interior entre dois sêres, que embora mantenham exteriormente diferenças emotivas, estão intimamente ligados por uma participação **páthica.**

c) Atracção que experimenta uma pessoa por outra, antes até de conhecê-la.

d) Solidariedade, apêgo para com outra pessoa, fundada numa semelhança ou na comunhão das mesmas idéias, ou inclinações, ou pendores, que é a mais popularmente conhecida.

Crítica: formado de **syn** e **pathia,** em grego significa, pròpriamente, **com** e **paixão,** que seria o sentido etimológico do têrmo (vide **Compaixão**).

Na análise da **afectividade,** tema de maior relevância e tão descuidado dos filósofos, vemos que a **vivência páthica** revela os dois vectores inversos de **syn** e de **anti,** conforme essa vivência tende à frônese (a fusão páthica) com o objecto, que é o próprio sujeito (simpatia) ou de separação, afastamento do objecto (antipatia). Tôda intuição **páthica** é simpatética ou antipatética, ou revela à consciência uma aparente indiferença, uma **apathia.** Dizemos aparente, porque nada é indiferente ao homem, pois todos os factos, que o cercam, provocam-lhe sempre um **interêsse** consciente ou não, porque, em todos os seus contactos com o mundo exterior e consigo mesmo, há sempre uma **vivência páthica** ao lado de uma vivência sensível ou de uma vivência intelectual. Vide **Afectividade.**

SIMPÁTICO — a) O que manifesta simpatia.

b) O que procede por simpatia.

c) O que provoca simpatia.

d) O altruísta.

SIMPATIZAR — Experimentar simpatia nos diversos sentidos do têrmo.

SIMPLES — a) O que é elementar; ou seja, sem partes ou complicação.

b) O que é fàcilmente captado.

c) O que é indecomponível **secundum quid** (relativamente).

d) O que é composto de pouquíssimos elementos (relativamente simples).

e) O que não tem elementos de outras espécies aderidos (relativamente simples).

f) Há o absolutamente simples **(simpliciter)** e o relativamente simples **(secundum quid)**. O primeiro é o que absolutamente consiste apenas de si mesmo, em que essência (o pelo qual é o que é) e existência (seu facto de ser) são idênticos. Só o Ser Supremo, ou Deus, para as religiões, é um ser absolutamente simples **(simpliciter)** neste caso.

O relativamente simples é o que é **secundum quid**, ou seja, segundo uma **qüididade.** O ferro, enquanto ferro, é simplesmente ferro.

Simplex (lat.) = **simples.**

SIMPLICIDADE — a) Carácter do que é simples.

b) Diz-se, também, do carácter de uma pessoa, que evita complicações em sua vida e proceder, e que busca apresentá-la dentro da mínima complicação possível.

Simpliciter (lat.) = **simplesmente, absolutamente.**

SIMPLISMO — Em geral usado pejorativamente para caracterizar a atitude de certas pessoas, que têm a tendência de ver tudo como mais simples do que realmente é, o que conduz a conclusões falsas.

SIMPÓSIO — (Do gr. **Symposion** = banquete). a) Nome de famoso diálogo de Platão.

b) Usa-se o têrmo para indicar a publicação ou a reunião filosófica e até científica, em que o tema é tratado por diversos autores.

SIMULACRO — Do lat. **simulacrum**, de **simul, simil,** que significa igualdade, imagem. a) Diz-se da igualdade ou cópia de um original.

b) Emprega-se para indicar a imitação.

c) Diz-se, também, popularmente, do fantasma, da representação fingida.

d) Também a vã aparência, sem realidade.

SIMULTANEIDADE — a) Aparição de dois ou mais fenômenos ao mesmo tempo. Contrário de **sucessivo**, de **sucessão.** Tais fenômenos são simultâneos um para o outro.

b) Na Lógica, diz-se das afirmações ou negações simultâneas, que fazem parte de um mesmo acto do espírito, como se observa na **multiplicação lógica,** ou num corpo de doutrina, como num sistema filosófico.

A simultaneidade é característica do espaço, que é dado como um todo imediato, sem sucessão. O espaço não sucede, não acontece num suceder, mas é como algo já dado e prèviamente dado. Já a sucessão é uma característica do tempo, que acontece. Visualizando do ângulo do tempo, o espaço é algo que se dá simultaneamente, isto é, num **agora** e sempre do tempo Visualizando o tempo, do ângulo do espaço, êste se dá sucessivamente, na simultaneidade do tempo.

SIMULTÂNEO — É o correlativo que se forma entre dois sêres, que se dão, um em relação ao outro, no mesmo tempo. Sob êsse ângulo, dois ou mais fenô-

menos são **simultâneos**. Vide **Simultaneidade.**

SINAL — Vide **Símbolo.**

SINALAMÁTICO — Synallagma, em gr., significa troca de relações, comércio íntimo, convenção, pacto. Daí **synallagmatikôs** significar as cláusulas de um acôrdo; em suma, o que concerne ao contracto. Mas o contracto sinalamático é o bilateral ou oneroso, aquêle em que as partes transferem, mùtuamente, alguns direitos e, mùtuamente, os aceitam.

O têrmo pode ser usado filosòficamente no sentido dos opostos, que se correlacionam, de modo que a existência de um depende da existência do outro, em que a presença de um exige, necessàriamente, a presença do outro, como se vê no determinante e no determinável, pois à potência activa determinante do Ser, corresponde-lhe uma potência passiva determinável (determinabilidade). O que caracteriza, pròpriamente, o sinalamático, consiste em que o determinante é relativo à determinabilidade, e como o acto de determinar cria términos, cria limites, é êle finito em sua completação, como o é a determinabilidade. A determinabilidade, se é potencialmente infinita, não é actualmente infinita como determinada, nem o determinar também o é, pois êste é potencialmente infinito em sua actividade; isto é, como determinante, não actualmente infinito quanto à determinação. O poder de determinar é infinito como poder, não se actualizando totalmente; isto é, não realiza, simultaneamente, tudo quanto pode determinar. Dessa forma, há bilateralidade entre ambos, porque o que actua e o actuado são sempre simétricos, sem limitarem a capacidade de actuar, e de ser actuado de um e de outro.

SINARQUISMO — É a concepção social, que estabelece que o **kratos** (vide), o poder político e a direcção suprema (**arquia**), devem ser disseminadas por organismos políticos e sociais vários, para evitar o monopólio de poder na mão do Estado politicamente organizado, e, sim, na sociedade politicamente organizada. O **sinarquismo** é uma marcha, sem dúvida, para a fórmula anárquica, no sentido político dêste têrmo, pois seria uma «etapa» da instituição do anarquismo; ou seja, do poder disseminado pela sociedade, de tal forma, que o **kratos** não poderia afogar a liberdade humana. **Sinarquista** é o partidário do **sinarquismo.**

SINCATEGOREMÁTICO — Vide **Categoremático.**

SINCERIDADE — Vide **Cardeais (virtudes).**

SÍNCRESE — Sua distinção de **Sincrise,** vide **Crise**

SINCRETISMO — a) Devido à má reputação dos cretenses, dizia-se, entre os gregos, que quando dois cretenses se juntassem, alguém será a vítima dêles.

Daí formar-se o têrmo pejorativo **sincretismo.**

b) Passou depois, ainda pejorativamente, a significar a reunião infundada de idéias díspares, incompatíveis entre si, embora pareçam que não, mas, fundamentalmente, incompatíveis, para

formar uma totalidade doutrinária, ou uma teoria.

c) Emprega-se, em sentido menos forte, para significar um conjunto de idéias, provenientes de vários sectores, formando uma totalidade confusa. Vide **Ecletismo,** e **Sincrise** (em **Crise**).

SINCRISE — Vide **Crise.**

SINCRÍTICO — Vide **Crise.**

SINDÉRESIS — (Do gr. **syntheresis,** conservação, vigilância, empregado por São Jerônimo para referir-se à consciência). Tomás de Aquino aplicava-o para a consciência moral, sobretudo para o **princípio** do juízo moral, que é uma lei da consciência adequada às leis naturais.

SINDROMA — Significa o conjunto dos sintomas de uma enfermidade.

Sine qua non (lat.) = sem o qual não. Vide **Condição.**

SINERGIA — (Do gr. **syn,** com, e **ergon,** trabalho, trabalhar com, colaborar, coperação).

Significa a cooperação que há entre as funções diversas e diferentes, que produzem um efeito comum, como a circulação do sangue, na Fisiologia; o comércio uma cooperativa, na vida social.

SINERGISMO — Doutrina que defende a cooperação sôbre todos os aspectos. Vide **Sinergia** e **Cooperação.**

SINESTESIA — Fenômeno observável em certos indivíduos, em que uma sensação pertencente a um sentido une-se a sensações pertencentes a outro ou outros, sempre que surge. É a **sensação concomitante.** Temos o exemplo dos sons que provocam a sensação de uma côr, números que lembram a figura de uma pessoa, palavras, ou vogais, que sugerem côres, etc.

Single (ing.) = **singular.**

SINGULAR — a) Aplicado ou referente a um só indivíduo ou caso.

b) O que pertence a um indivíduo ou que concerne a um indivíduo.

c) Raro, estranho, o que é insólito. «Uma situação singular...»

d) O que é único, superior a todos os outros gêneros «Dom Quixote é simplesmente singular...»

e) O que é estranho, chocante, inadequado. «Um argumento singular...»

SINGULARIDADE — Carácter do que é **singular.**

SINGULARISMO — Vide **Harmonismo.**

Doutrina, segundo a qual, todo o universo pode explicar-se por um único princípio. Vide **Monismo.**

Singulier (fr.) = **singular.**

Sinn (al.) = **senso.**

Sinnlich (al.) = **sensual.**

Sinnlichkeit (al.) = **sensualidade.**

SINÔNIMO — Diz-se do têrmo que tem a mesma ou quase idêntica significação com outro; ou seja, cujo conteúdo esquemá-

tico é igual a outro de diferente expressão verbal. Vide **Unívoco.**

SINOPSE — (Do gr. **Synopsis**) — a) Emprega-se para indicar a visão de conjunto das partes de uma doutrina ou ramo do saber, apresentando-o como um todo, oferecendo, ademais, uma **síntese** geral.

b) Emprega-se no sentido do resumido, de sintético, de o substancial de uma disciplina de estudo.

SINTACTICO OU SINTÁXICO — Sintaxe é a parte da Gramática, que tem a finalidade de estabelecer as relações existentes entre as palavras e as frases, com o fim de captar e expressar as relações entre os pensamentos. É a parte que estuda a construcção das frases, segundo as regras gramaticais.

SÍNTESE — (Do gr. **syn,** com, e **thesis,** posto, etimològicamente, composição).

a) Acto pelo qual compomos, reunimos, juntamos elementos diversos, dados separadamente, unindo-os numa totalidade. Neste sentido, opõe-se a **Análise** (vide).

c) Metodològicamente considerado, **síntese** é a tomada como totalidade dos factos simples, distinguidos pela **análise.**

d) Emprega-se, também, para indicar a operação que, partindo dos factos singulares ou de particulares, alcança ao conjunto.

Com êsses sentidos, é o têrmo usado nas diversas disciplinas, segundo as distinções próprias de cada uma.

SINTÉTICO — O que resulta de uma **síntese** ou o que constitui uma síntese.

O têrmo é usado para indicar o uso da **síntese** em todos os sectôres do conhecimento humano. Assim, na Lógica, fala-se em **juízos sintéticos a priori** ou a **posteriori,** em oposição aos **juízos analíticos.** (Vide Kant, em **Sinopse da História da Filosofia).** Na Psicologia, **espírito sintético** o que vê tôdas as coisas em seu conjunto, ao conjunto a que pertencem; **método sintético,** o que constrói a representação por um processo de teses, antíteses e sínteses, como procede Hegel (vide **Sinopse,** no final); **demonstração sintética,** como as que se procede na geometria, pela construção figurada, e não pela análise; **filosofia sintética,** a de Spencer, que assim chamava o conjunto das suas obras.

SINTOMA — a) Qualquer mutação estructural ou peculiaridade funcional, que aponta a presença de uma enfermidade ou transtôrno num determinado individual.

b) Diz-se de qualquer fenômeno que aponta a presença, do contrário insuspeitada, de um estado, de um estado de mutação incipiente, sobretudo no processo de amadurecimento da conducta individual ou no progresso do desenvolvimento social.

SINTOMÁTICO — a) Diz-se do que se apresenta como **sintoma** (vide).

b) Emprega-se, também, para indicar o que aponta alguma coisa, que dê a entrever alguma coisa, por ser um sinal natural dela (vide **Sinal** e **Símbolo).**

SINTONIA — a) Ao lado de **sincronia** e **sinergia,** esta palavra indica a consonância, também, de dois ou mais processos causais. Na **sintonia,** há a consonância de tons, como se vê nas emissões radiofônicas.

b) Emprega-se, contudo, para indicar que há convicções e sentimentos iguais entre duas ou mais pessoas, ou quando suas idéias são iguais sôbre qualquer ponto.

Sippe (al.) = **tribu.**

SI... SI MESMO — a) Si, prónome reflexivo da 3.a pessoa. Entra na composição de várias expressões filosóficas, tais como **em si, por si, para si** (vide).

Si e não-si são expressões muito usadas na Filosofia para dizer o eu reflexivamente tratado e o mundo exterior, que não é êle.

b) Alguns empregam **si** para traduzir o neutro **Es** alemão, sobretudo usado na psicanálise.

Si mesmo é uma forma mais reforçada do reflexivo **si.**

SISTEMA — (Do gr. **systhema,** conjunto) — a) Grupo de entidades ou dados que são relacionados uns aos outros por interacção ou interdependência, assim como o sistema nervoso.

b) Grupo de teorias ou doutrinas, que constituem os princípios fundamentais de uma concepção unitária, dentro do campo de uma ciência ou do conhecimento em geral.

c) Sistemas filosóficos, científicos.

d) Na **Gestalttheorie** (vide), é a totalidade fenomênica ou real, em que as suas partes ou aspectos são partes conexionadas ao todo.

SISTEMAS ECONÔMICOS — É muito freqüente ouvir-se dizer que o homem primitivo era egoísta e sua actividade econômica cingia-se apenas à satisfação de suas necessidades individuais. Tais afirmativas, são desmentidas pelos estudos antropológicos. O consumo é familiar e há pleno apoio-mútuo entre os primitivos, quando formam uma família ou um grupo mais complexo (tribo).

Também se julga que houve anterioridade na propriedade individual e também não. As investigações revelam que há uma propriedade familiar, combinadas de diversas maneiras. É comum também afirmar-se que o primitivo é imprevidente e não faz reservas. Tal também não se verifica, senão em casos raríssimos e bem duvidosos. Êles fazem provisões de armas, e de bens de consumo.

Quanto à teoria do **trabalho-esporte** (do **ludus,** brinquedo, divertimento), isto é, de que o trabalho nascera do esportivo, também não resiste aos factos, porque se o esportivo influiu em grandes transformações colectivas e grupais, não poderia criar o trabalho, imprescindível à actividade econômica.

Outro êrro é considerar que há uma evolução na vida econômica de carácter rectilíneo e num único sentido. Há marchas e contra-marchas, avanços e recuos, formas mais complexas, substituídas por outras mais simples.

Tivemos, na História, fases de grande desenvolvimento, com

bancos de crédito, títulos, processos complicados, e fases posteriores em que tais sistemas são abandonados.

No Império romano, vimos uma fase de economia monetária bem complexa, que, no fim dêsse mesmo império, regrediu à economia em natureza, com pagamentos, por exemplo, aos funcionários públicos, com bens de consumo.

Quanto à extensão territorial da economia, costumam subdividi-la em:

a) **economia doméstica,** quando não se estende além da família ou da tribo;

b) **economia urbana,** quando as cidades vivem dos recursos dos campos que as cercam, sem maiores relações com outros centros urbanos;

c) **economia regional,** a que apreende uma unidade territorial mais vasta, como o país, grupos de economias regionais e urbanas.

Esta classificação apesar de unilateral e incompleta, é a freqüentemente usada e serve para expressar certos períodos.

Não se julgue, porém, que, na História, se dê uma forma de economia, que é substituída por outra superior. Elas vivem muitas vêzes juntas.

Quanto às **formas de producção e de distribuição,** podem ser classificadas assim:

Chama-se **forma de producção** o conjunto estructural das actividades e respectivas instituições, por intermédio das quais os bens são modificados, a fim de se tornarem aptos ou mais aptos à satisfação das necessidades. E **forma de distribuição,** o conjunto dos mecanismos e instituições pelas quais o producto é dirigido para os diferentes agentes, que facilitam o seu surgimento no mercado.

Podem dar-se aqui dois casos:

1) quando os meios de producção e as fôrças de trabalho estão à disposição do mesmo agente ou da mesma categoria de agentes econômicos, ou

2) quando estão à disposição de agentes separados e distintos.

Com essa classificação, já se nos torna fácil comprender os sistemas:

a) economia fechada

b) economia artesanal

c) economia capitalista.

A primeira e segunda destas formas de actividade econômica **não se opõem exactamente.**

Nestas, os meios de producção e as fôrças de trabalho estão à disposição do mesmo agente. O senhor feudal dispõe dos meios de producção e das fôrças de trabalho. O artesão também dispõe de ambos.

No sistema capitalista, o capitalista dispõe dos meios de producção; não das fôrças do trabalho.

Esta classificação é completada por elementos **técnicos, políticos e sociais.**

Caracteriza, na verdade, um sistema econômico os fins da actividade econômica, os **móveis dominantes,** a forma de producção e distribuição e a organização política, social e jurídica que a re-

gula, formando uma unidade menos coerente e coesa aqui, que, pròpriamente,. é o **regime econômico.**

Podemos classificá-los em:

1) o sistema de economia fechada;

2) o sistema de economia artesanal;

3) o sistema capitalista, com suas subdivisões;

4) o sistema socialista de planificação total.

A ECONOMIA FECHADA: Neste sistema, o trabalho e os meios de producção pertencem ao mesmo agente, ou então a uma só e mesma categoria de agentes.

É a agricultura a forma de producção predominante, e exercida por pequenos proprietários independentes ou senhores feudais. No caso do pequeno proprietário, quando subsiste, é êle senhor do capital, da terra e da fôrça de trabalho, como se vê no sistema das colônias do sul do Brasil.

O senhor feudal dispõe dos meios de producção, é proprietário dos bens e tem amplos direitos sôbre as pessoas e sua actividade.

No capitalismo, o capitalista, industrial ou comercial, aluga a capacidade de trabalho do operário.

O senhor feudal não paga o trabalho; êste é pago pelo próprio trabalho. Recebe em productos ou serviços que, com o desenvolvimento da Economia, se transformam em prestações pecuniárias. Neste caso, não há separação jurídica nem separação económica entre factôres de trabalho e capital.

A economia fechada não favorece a exportação. A maior parte dos bens são empregados para a satisfação das necessidades dos indivíduos que nela trabalham.

Aqui a adaptação da oferta e da procura não se realiza pelo mecanismo dos preços, nem sequer sob acção do valor de troca.

As necessidades são conhecidas por experiência. Cuida-se de cobrir as necessidades do senhor e dos camponeses.

Não se trata de obter benefício sôbre um mercado. Quem regula essa economia é o valor de uso, o valor dos bens produzidos para os que habitam o domínio, e não o valor de troca.

É uma economia da necessidade e não uma economia da procura.

Considera-se a procura a acção de indivíduos que se apresentam num mercado para obter os bens que necessitam, no limite de seu poder de compra.

Quanto à actividade económica, a producção, a troca e a distribuição realiza-se no domínio rural. A fracção do producto total, que cabe ao senhor e a que cabe aos camponeses são determinadas autoritàriamente pelo senhor, com certa obediência às prescrições costumeiras.

Há certa semelhança entre a economia fechada e a economia colectivista, e planificada, como na Rússia, onde o granjeiro é obrigado a dar ao Estado sua contribuição de manteiga e de carne ou o equivalente em rublos, conforme o número de cabeças de

gado que possua. Essa quantidade é determinada autoritàriamente pelo Estado.

Nesta economia, a sua base técnica é a ferramenta, ainda rudimentar. A técnica é pouco progressiva, os inventos são pouco numerosos e pouco importantes.

Psicològicamente, seu fim consiste na busca de bens e serviços necessários para atender a subsistência do camponês e para manter o padrão de vida do senhor. Não busca o máximo de vantagens, mas evita riscos e perdas, por isso não há também o desejo do agente econômico procurar o maior ganho expresso em moeda, como no capitalismo.

Temos os seguintes exemplos históricos dessa economia: As «villas» carolíngias, a mansão medieval inglêsa, as mansões, as casas grandes e grande parte do sistema feudal, quer na Europa, quer aqui, e em outras partes do mundo. Temos, hoje ainda, exemplos de economia fechada a par de outros sistemas ainda vigorantes, sobretudo entre nós.

Percebe-se nessa economia:

a) a producção tende à satisfação directa dos que nela tomam parte, sem recorrer ao mercado;

b) não há indicação de preços, porque os bens não se destinam ao mercado.

Aqui, podemos ainda esclarecer: a economia fechada pode ser: de um domínio fechado, de uma vila fechada, de tribo ou de clã, economia familiar fechada de cidade. Tais esferas ainda as encontramos nos dias de hoje.

Há, contudo, comércio exterior, mas vejamos as suas características:

a) não é um comércio à semelhança do capitalista, porque

1) os productores, que vendem ao exterior, não escolheram suas mercadorias tendo em vista o mercado. Êles procuram satisfazer suas necessidades. Quando a producção supera, empregam o supérfluo para a troca externa. Mas o que os moveu, inicialmente, foi a satisfação de suas necessidades, e não o ganho que lhe dá o mercado;

2) os preços do mercado pouco afectam o preço dos bens que trocam. Vemos isso no Brasil, onde o mercado é regulado pelo capitalismo, e parte da producção não ganha na alta maior preço. O sobrante, aqui, cabe aos intermediários, aos dominadores do mercado.

ECONOMIA ARTESANAL: Como na economia fechada, o trabalho e os meios de producção estão à disposição de uma mesma categoria de agentes; contudo, há artesãos independentes, que fornecem os meios de producção, e também tomam parte nela directamente.

A escala de acção agora não é mais o campo, mas a cidade. Esta afirmação não deve ser tomada ao pé da letra nem deve ser exagerada. A cidade, em linhas gerais, permanece um centro que deseja bastar-se a si mesma. Temos exemplos nas cidades medievais. Em primeiro lugar, estava a satisfação das necessidades de seus habitantes, que tinham prioridade. As caravanas

eram muitas vêzes obrigadas a passar pelas cidades para efetuar seus aprovisionamentos.

Há, assim, semelhança entre a cidade e a economia fechada. Mas diferencia-se, porque a cidade é um **centro de trocas.** Não há ainda as trocas entre centros urbanos diferentes, entre si. São trocas entre a cidade e os campos que a cercam. É a característica de uma cidade na Idade Média. Na cidade, concentram-se as actividades econômicas, que anteriormente se encontravam nos campos. Senhores, homens armados, trabalhadores manuais estão agora reunidos num mesmo lugar.

Para trocarem com os homens do campo, necessitam um supérfluo de producção.

Para receberem bens de primeira necessidade, precisam dar outros.

Dá-se aqui uma troca directa. Quem a pratica não tem uma clientela anônima. Não trabalha para um mercado, mas para um número determinado de consumidores conhecidos.

O risco econômico é diminuto, restrito; maior é o risco técnico.

O risco econômico decorre da não adaptação da oferta e da procura, por êrro de previsões.

O êrro técnico consiste no mal acabamento ou no êrro no processo productivo, ou por intervenção de fôrças exteriores.

Ainda não há rendimento que seja exclusivamente o preço dos factôres productivos sôbre um mercado livre.

A repartição, dentro do grupo cooperativo, grupo dos profissionais, é feita segundo o costume. A corporação, no início, é um grupo aberto, o que mostra que não é uma classe, mas um grau. O companheiro pode tornar-se mestre. Mas, com o decorrer do tempo, a corporação se fecha, tornando-se a diferenciação entre mestre e companheiro mais aguda.

A técnica artesanal é à base de ferramenta, sendo também pouco progressiva, devido à constância entre a oferta e a constância da procura. Se a producção aumentar, ela não é absorvida.

O móvel dessa economia não é a procura de benefícios, ou pelo menos não é a de benefícios maiores quanto possível.

Temos exemplos históricos em todos os tempos, inclusive quanto à producção nos dias de hoje.

Três factôres principais contribuíram para aumentar as trocas comerciais no Ocidente, no correr dos séculos X e XI, como já tivemos ocasião de estudar. Essas trocas comerciais haviam sido mais activas no tempo dos romanos, mas com a queda do império, a economia fechada e a artesanal foram dominadoras, e quase totais.

Os três factôres em geral citados pelos economistas são:

1) aumento de população, conseqüência do retôrno de uma visão do orgânico em vez da visão místico-espiritual, e que por não poder tornar-se orgânica, tornou-se mecânica;

2) factôres políticos, como a instalação do regime feudal, o abandono às guerras privadas;

3) factôres econômicos, como a actividade de centros econômicos como Veneza, e Flandres, a realização de grandes **feiras.**

Mostra-nos a história como aos poucos, quase insensìvelmente, se passa da economia artesanal para a emprêsa pròpriamente dita. Tal se dá pelos seguinte factôres:

O artesão trabalha no domicílio, por tempo ou por peça. Recebe a encomenda do cliente, que lhe dá a matéria prima e a técnica de transformação que deseja. Até aqui nada o compara ao empresário.

Mas, muitas vêzes trabalha também numa oficina com outros companheiros, a quem paga pelo serviço, e aqui começa a parecer-se com o empresário.

Há, contudo, uma diferença: êle faz a maior parte do trabalho e a mais importante. Entre o empresário puro, que tem por função assumir um risco de producção, e o artesão, que fornece a totalidade do trabalho e a totalidade do capital, encontramos aquêle tipo intermediário, que é o artesão adulterado.

Outro aspecto: no início, o artesão trabalha sob encomenda. Não está submetido a riscos econômicos, mas apenas a riscos técnicos, que se dão em tôda producção de qualquer espécie, como por exemplo, o incêndio, o trabalho mal acabado, etc. A quantidade oferecida é equivalente à quantidade procurada.

Mas, quando o artesão põe o seu producto no mercado local, quando produz para vender, há uma modificação profunda. Enquanto permanecer na esfera urbana, o risco econômico é limitado, porque a clientela é conhecida. Todo o aspecto se transforma quando intervém o grande mercador, quando trabalha para uma clientela a qual já não conhece e que se estende geogràficamente. Êsse intermediário, que fornece as matérias primas, os capitais monetários para o artesão, acaba por submetê-lo, reduzindo-o à categoria de trabalhador assalariado.

Essa passagem se observa na Europa do século XIII, em diante.

A ECONOMIA CAPITALISTA: Nesta economia, os meios de producção são de propriedade do empresário ou do capitalista emprestador, e o trabalhador, que é assalariado, aluga sua fôrça de trabalho por meio convencional ou contractual. Não há aqui sòmente separação técnica, mas também **jurídica** dos factôres da producção, trabalho e capital, os quais são unidos apenas funcionalmente na emprêsa.

A totalidade do producto social encaminha-se para as partes, através de rendimentos monetários (salários, lucros, etc.). Êsses rendimentos são determinados por preços.

O salário depende de outros preços, tais como os da subsistência necessária para manter a vida do trabalhador, preços do producto que êle confecciona, preços do factor capital, os juros. O capitalismo é radicalmente oposto ao sistema de economia fechada ou ao colectivismo planificado. O producto não é repartido autoritàriamente pela intervenção de um poder estatal, mas pelo jôgo

dos preços, pelas flutuações do mercado.

Há uma diferenciação social provocada pela separação do trabalho e dos meios de producção: assalariados de um lado, e empresários e capitalistas de outro.

Essa diferenciação atinge não só o campo econômico do rendimento, mas o do modo de vida, o da cultura e o da psicologia.

Surgem daí os antagonismos mais fortes.

Quanto à circulação, a troca é indirecta e complexa, em oposição à que se verifica na economia fechada e na artesanal.

O productor nem sempre conhece o consumidor; sua clientela é anônima. Toma em consideração as flutuações da procura, e entre o productor e o consumidor intercala-se uma série maior ou menor de intermediários.

Há o risco econômico que decorre da possibilidade de uma má adaptação das quantidades produzidas e das quantidades procuradas, que são ajustadas pelo mecanismo do preço.

O fim do capitalista ou do empresário é a **consecução do maior ganho em moeda.** No início da eotécnica, é o **lucrum in infinitum,** o lucro sempre crescente, que se torna desenfreado na paleotécnica que predomina ainda em muitos países.

Normalmente, o lucro é a única preocupação e o único móvel do capitalista.

Os capitalistas virtualizam o interêsse social e actualizam o pessoal, exceptuando-se alguns indivíduos (que êles chamam «românticos»), que sobrepõem o primeiro ao segundo, ou afanam-se por equilíbrá-los, como procedeu Mauá. Apenas êsses têm uma visão social, não deformada, do verdadeiro sentido da emprêsa.

A técnica é altamente progressiva. A concorrência e a grande soma de capital permitem êsse desenvolvimento, aguçado pelo ganho sempre crescente.

É uma técnica maquinista: a máquina é desenvolvida, como já vimos, e o trabalho é decomposto em suas partes para a consecução da maior producção e também menos onerosa. A máquina é empregada, extensa e intensivamente.

As tarefas de trabalho são decompostas em elementos ou operações simples, confiadas a várias espécies de trabalhadores. É uma economia aberta e a sua actividade econômica ultrapassa à da região e até à do país. Estimula o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transportes, o que favorece o seu desenvolvimento.

Sombart, ao estudar o capitalismo, estabelece três idades: a) juventude, b) apogeu ou maturidade, c) envelhecimento.

O regime capitalista reúne seus dirigentes entre os próprios capitalistas e seus mandatários, criando-lhes tôdas as condições favoráveis para o seu desenvolvimento.

Emprega-se o têrmo **capitalismo** para indicar o sistema jurídico, a estructura econômica em que o capital é um factor de producção. Nesse sentido, tôda estructura econômica é **capitalista.**

Mas o que o caracteriza pròpriamente é o titular do capital. Quando êste é o Estado, diz-se **capitalismo de Estado,** quando os particulares, fala-se em **capitalismo privado,** ou pròpriamente capitalismo.

Contudo, como vimos, o que caracteriza pròpriamente o capitalismo é constituir êle uma estructura econômica, cuja funcionalidade consiste em organizar emprêsas privadas e ser uma economia de mercado; ou seja, produzir para o mercado, para o cliente indeterminado. Vizualizando-se do lado da emprêsa, pode, pelo vulto das mesmas, ser classificado em capitalismo de grandes unidades ou de pequenas unidades, e segundo o mercado é de concorrência ou de monopólio. Segundo a aplicação de suas actividades econômicas, o capitalismo é chamado **capitalismo industrial, comercial** ou **financeiro.**

Quanto à sua origem, ou quanto aos factôres que determinaram seu aparecimento em nosso ciclo cultural, vide **Capitalismo.**

ECONOMIA SOCIALISTA DE PLANIFICAÇÃO TOTAL: Deixamos de considerar a economia socialista de planificação não total, como a proposta pelos socialistas libertários (anarquistas), porque as experiências até hoje realizadas processaram-se dentro da economia fechada, da artesanal, do capitalismo às experiências cooperacionais realizadas já em grande escala na Suécia, Suíça, Islândia, Canadá, Nova Zelândia, etc.

Economia socialista totalmente planificada temos hoje na Rússia, que a executou em maior escala. Passamos a estudar, esquemàticamente, os aspectos gerais de uma economia colectivista planificada, fixando os aspectos soviéticos.

Os meios de producção são «nacionalizados»; isto é, estão à disposição do Estado, depois de terem sido retirados dos particulales com ou **sem indemnização.**

O Estado organiza-se em órgãos para a administração da producção, órgãos estritamente subordinados aos órgãos centrais.

Êstes estabelecem um plano de actividade no tempo e no espaço, (plano qüinqüenal, regional) para regular as necessidades com a producção. Os preços, que representam um papel de equilíbrio dinâmico na economia capitalista, na colectivista planificada são **regulados pela autoridade do Estado.**

A distribuição é feita por decisões autoritárias dos órgãos públicos, que procuram ou devem procurar evitar as desigualdades e os azares do mercado, oferecendo remuneração de acôrdo com as necessidades e a productividade.

O fim imediato proclamado é a mais plena satisfação das necessidades da totalidade da população.

Apresenta a mesma atomização técnica do capitalismo. Esta não depende do consumidor, e o Estado cuida de desenvolvê-la e melhorá-la. No campo geográfico, tende a tornar-se em economia «nacional», porém mais homogênea, mais unida e unitária que a do capitalismo, como o nota Marco Fano.

No sistema capitalista, há entre as emprêsas comerciais e industriais apenas uma solidariedade funcional; umas adquirem de outras, emprestam a outras.

Numa economia socialista planificada, as emprêsas são unidas por um laço de ordem estructural, todos os elementos são peças de um só mecanismo e funcionam segundo normas sistemáticas.

O EXEMPLO SOVIÉTICO: Podemos considerar a economia soviética sob três fases:

1) a do **comunismo de guerra** (1918-1922). Nessa fase, as autoridades tentaram exterminar o mercado e o sistema de preços, suprimir a moeda, realizar o colectivismo e até o comunismo integral, como o foi feito em algumas regiões. Mas a intervenção do Estado, sob a alegação da incapacidade do proletariado de administrar, levou a interferência política ao campo económico, justificada em grande parte pela reacção dos elementos anti-soviéticos. Conseqüência: queda impressionante da producção, desordem administrativa.

2) **A NEP (nova política económica)** (1922-1928): Retôrno ao mercado e aos preços. Foi novamente aceita a propriedade privada, reaparecendo a emprêsa privada e o comércio, em parte nas mãos dos particulares. Conseqüência: aumento de producção, com regresso do espírito socialista.

3) **A fase dos planos qüinqüenais:** Retôrno à ortodoxia socialista, com planificação da economia. Em 1934, as explorações colectivas sofreram profundas modificações no quadro administrativo, e é essa fase, cujo estudo nos vai interessar agora.

Com a mudança da Constituição de 1936, passa ao Estado a gestão de todos os interêsses económicos da Nação. A administração dos bens e das explorações é confiado a **comissariados especiais** (hoje já se chamam ministérios). Êsses comissariados nomeiam os chefes das direções principais, os chefes dos trustes soviéticos, que são vastas combinações de explorações industriais ou agrícolas, fundadas como um todo, constituindo um estabelecimento público.

À frente do truste, acha-se um funcionário nomeado pelo govêrno, **(nomeado e não eleito)**, responsável penalmente pelos erros que praticar na organização do plano. Dos lucros obtidos pelos trustes, 24% pertencem aos trabalhadores para melhoria de sua vida, e 76% cabe ao Estado. Se houver prejuízos são lançados em balanço para serem cobertos nos exercícios futuros.

Quanto à distribuição de bens, as explorações públicas entregam aos seus colaboradores bens de consumo (objectos de alimentação) ou bens de uso. Êsse processo foi o da fase do comunismo de guerra. A partir de 1931, restabeleceu-se, com certa dificuldade, a prática dos salários em moeda. A soma, que é entregue ao operário, êste a usará para a acquisição de bens nos armazéus estatais.

Para tal acquisição, deve o comprador exibir uma carta de consumo.

Em 1935, suprimiram a carta, e o acesso aos armazéns tornou-

-se livre, mas, em compensação, os preços aumentaram ràpidamente. O preço é, na economia soviética, dirigido pelo Estado, manobrado por êste, e nada tem que ver com as trocas na economia russa. Êle é fixado **a priori**, isto é, prèviamente.

No início do comunismo de guerra, deslocaram-se populações e operários para serem empregados em qualquer ramo de actividade mais penosa, pela coacção até física. Mas de 1930 a 1931, voltou-se à prática capitalista do salário dirigente do emprêgo. Quando se desejavam operários para uma determinada actividade, ofereciam-se melhores salários. Que mostram tais factos e modificações constantes na orientação? Que a economia não pode ser abstractamente dirigida, como o fizeram, em grande parte, os marxistas. E tanto foi assim que as marchas e contra-marchas, as linhas modificadas, demonstram que a verdade anteriormente aceita é desmentida pelos factos posteriores. Não basta apenas dizer que as conjunturas são diferentes, porque se diz apenas uma banalidade. São diferentes, não há dúvida; mas há um nexo do semelhante, cuja **conexio** a boa dialéctica permite que se capte.

SISTEMAS MONETÁRIOS — Na Ec. a moeda pode ser considerada como **moeda-mercadoria,** como **fiduciária** e como **escritural.**

Os sistemas de moeda metálica caracterizam-se pelo emprêgo simultâneo de diversos metais. A moeda de banco caracteriza-se, então, pela sua convertibilidade em um ao menos dêsses metais.

A maior parte da moeda, hoje, é feita de papel, e apenas a moeda divisionária, para trocos, é feita de metal ou de ligas metálicas, de carácter acessório.

O uso do metal como moeda vem de um longo passado. Usou-se o cobre, o chumbo, a prata, que circulavam em forma de lingotes, avaliados segundo o seu pêso.

Finalmente, as moedas foram **cunhadas,** isto é, marcadas com um sinal de valor, não necessitando mais, por isso, serem pesadas para sua avaliação, o que também permitiu que a sua aceitação fôsse mais fácil, cumprindo, assim, sua finalidade, que é facilitar trocas.

Hoje não se usa como moeda corrente o ouro nem mesmo a prata, substituídos pelo papel moeda, que facilita mais o transporte.

Verifica-se que os antigos sistemas são essencialmente sistemas de moeda metálica. O Estado comprava metais, amoedava-os, e tarifava as espécies. Posteriormente, como já vimos, admitia-se a cunhagem livre. Recebia o Estado os lingotes dos particulare e os restituia sob a forma de moeda cunhada. Devolvia-se pêso por pêso, cabendo ao Estado uma pequena parcela para cobrir as despesas da cunhagem, dando-lhe o **título** ou **teor** da moeda, expressa, geralmente, em milésimos, pois se toma como referência o quilograma. Assim, quando se diz ouro de 900 milésimos ou 900/1000, quer significar que em 1.000 partes da liga monetária há 900 partes de ouro.

O metal escolhido como a base de um sistema monetário se chama metal-padrão.

Onde é apenas **um** metal que serve de padrão, temos o **monometalismo.** Em regra geral é o ouro. Quando há dois metais (ouro e prata, por exemplo), temos o **bimetalismo** ou sistema de duplo padrão. O **monometalismo** usa-se na Inglaterra, e o **bimetalismo,** tivemos na França, na Suíça, no México, etc. Na Índia dá-se o monometalismo, mas apenas da prata.

PAPEL-MOEDA: Pode-se distinguir três espécies de papel moeda:

1) **Certificados,** como os **gold and silver certificates** dos Estados Unidos. São declarações impressas em papel, que não são moeda papel, senão na forma exterior, pois representam, estritamente, o ouro ou a prata que se encontra nas barras depositadas no Tesouro. Os portadores do certificado têm a faculdade de fazer devolver contra a entrega do mesmo a quantidade de moeda nêles declarada, sabendo o portador que tem direito a ser reembolsado em seus bilhetes.

2) Bilhetes garantidos, como os bilhetes de banco e os do Estado, quando trazem uma garantia especial. No início, o bilhete de banco era apenas uma promessa de pagar e não uma moeda. Permanecia **convertível,** isto é, o portador estava autorizado a pedir o reembôlso em metal nos guichês dos bancos. Dessa forma, o bilhete aproximava-se ao certificado americano.

Mas sucede que a emissão geralmente é superior ao encaixe de moeda e se todos os portadores reclamassem, simultaneamente, a conversão de seus bilhetes em espécie, não seria possível atendê-los. Há, assim, uma diferença entre a emissão e o encaixe.

Neste caso, diz-se que há bilhetes **em descoberto.**

3) Os bilhetes inconvertíveis em moeda metálica, merecem a denominação de papel-moeda pròpriamente. É já uma forma degradada das anteriores, usada e abusada pelo Estado, que lhes dá **curso-forçado.** Dá-se o nome de **inflação** (de inflar, inchar) quando a emissão dêsse papel inconvertível está além das necessidades normais da troca (e realmente só aí).

Essa moeda inconvertível é moeda apenas dentro do território do Estado, onde tem curso forçado, sem o mesmo valor fora dêsse território, razão pela qual sofre o risco de **flutuar** o seu valor **sem limites** em relação às moedas estrangeiras. Na realidade, essa flutuação depende da capacidade de troca dessa moeda. Ela vale pelo qual ela pode dar em troca, quando oferecida para uma troca. Por isso, êsses regimes de papel moeda se caracterizam pela **instabilidade.**

Após a guerra de 1914-18, verificou-se que a maioria dos países não tinham reservas suficientes para garantir e estabilizar a moeda circulante. Procurou-se, então, **aberturas de crédito,** isto é, obter de outras moedas, aceitar uma **paridade** e, portanto, uma troca, a fim de garantir a moeda sem **lastro** suficiente.

Tal processo, no entanto, não pode levar à disposição de créditos ilimitados, por isso tal funcionamento supõe um equilíbrio aproximativo das trocas internacionais.

O funcionamento de um sistema monetário é caracterizado, sobretudo, pelas condições nas quais se estabelecem as relações com outros sistemas monetários.

Hoje as regulações internacionais se operam, tanto quanto possível, pela compensação, graças à negociação de letras de câmbio (trocas comerciais), assegurando, assim, a estabilidade da moeda, como procedeu a Alemanha hitlerista, mantendo o valor do marco por uma troca organizada, pelo equilíbrio cuidadoso da importação e da exportação.

Para isso alcançar, exercem os Estados modernos um grande contrôle nessas trocas, tendendo sempre ao maior equilíbrio ou a um saldo favorável sempre que possível.

Tais temas, porém, ultrapassam o campo pròpriamente da Economia Política, cabendo seu estudo às «Finanças» e à «Administração Pública», por serem matérias que dizem mais respeito ao objecto dessas disciplinas.

SISTEMA NERVOSO — Vide **Anatomia do Sistema Nervoso.**

SISTEMATICO — a) Como adjectivo, é tudo quando se refere a sistema ou que procede por sistema.

b) Em sentido positivo, indica o que é organizado, metódico no campo das idéias.

c) Em sentido pejorativo, o que é fechado, preso a um conjunto de idéias, que impossibilita uma visão mais lata dos factos e do conhecimento.

d) Como substantivo, parte de uma ciência, sobretudo da Botânica e da Zoologia, que concerne à classificação dos objectos estudados.

e) Significa, também, a teoria lógica das classificações. Vide **Taxinomia.**

SISTEMATIZAR — É realizar sistematizações; ou seja, reunir factos ou idéias, a fim de estruturá-las num **Sistema** (vide).

SISTÊNCIA — Vide **Ontologia.**

Sitte (al.) = **costumes, usos.**

Sittlich (al.) = **moral.**

Sittlichkeit (al.) = **moralidade.**

SITUAÇÃO — a) Uma das categorias de Aristóteles (**keisthai,** em grego, **situm esse,** em latim, estar num sítio). Indica o sítio em que algo está (estar sentado, encostado), a situação em que algo está, como se vê na linguagem popular.

b) Relação concreta de um conceito, segundo as coordenadas do **espaço** e do **tempo.**

c) Complexo dos estímulos que afectam um indivíduo num momento determinado, ou durante o período receptivo.

d) No meio em relação ao organismo, o que se acha nesse meio, em um momento determinado.

Situm esse (lat.) = estar num lugar; situação. Categoria de

Aristóteles, que corresponde a **keisthai,** em gr. Vide **Situação.**

Situs — Na Lógica, é o predicado que indica o accidente da disposição das partes do corpo no lugar ou da ordem das partes no lugar. Vide **Situação.**

Skepsis (gr.) = exame, estudo; de onde vem **céptico.**

Skeptisch (al.) = **céptico.**

Skhema (gr.) = forma, contôrno exterior.

Skrupul (al.) = escrúpulo.

SLOGAN — Do gaélico **sluagh-ghairm,** que significa ordem de comando militar. Tomou o sentido de **palavra de ordem** e, na publicidade, de expressão publicitária.

Há **slogans famosos** «Remember Pearl Harbour», «Quem fôr brasileiro que me siga», etc.

SOBERANIA — a) É a qualidade ou carácter do que é soberano.

b) Soberano é o que é supremo, o muito excelente em seu gênero, o que atinge o mais alto grau; o que está revestido de autoridade suprema.

c) A **soberania** é a suprema autoridade política de um povo ou Estado, contrapondo-se a tôdas as autoridades inferiores.

Quando se fala em **soberania nacional** ou **soberania popular** atribui-se que esta emana da nação ou do povo. Mas o povo não tem uma só vontade, mas várias, que se manifestam através dos partidos, os quais tendem, naturalmente, a serem quando vitoriosos, **soberanos.**

SOBERANO BEM — Vide **Bem (Soberano).**

SOBRENATURAL — Vide **Extranatural.**

SOBREVIVÊNCIA — a) Acto ou efeito de sobreviver, supervivência, ou seja continuar a viver, a ser, a existir depois de outra coisa ou pessoa.

«Êle sobreviveu aos filhos...»

b) Emprega-se, por extensão, para significar o que resiste, o que afronta, o que faz face a algo.

SOBRIEDADE — Vide **cardeais (Virtudes).**

SOCIABILIDADE — **Carácter** do que é **sociável.**

SOCIAIS (ciências) — Referem-se não só à **Sociologia,** mas também à **Economia,** ao **Direito,** à **História,** à **Geografia Humana,** à **Moral,** à **Pedagogia,** etc.

Ciência social é tôda ciência que tem por objecto os **factos sociais.**

SOCIAL — Vide **Social (relação).**

SOCIAL (Contôrno) — Mas o ser humano, que vive em sociedade, não vive em uma sociedade abstracta, mas numa sociedade concreta. Pois, numa colectividade, não há apenas homens, já que ela se desenvolve, se processa, **vive** num meio ambiente, emprega meios para alcançar fins.

O homem não é um ser abstracto, mas concreto. E os sêres hu-

manos constroem instrumentos, utensílios para conseguirem, com mais eficiência, os bens de que necessitam para aplacar as suas necessidades.

A sociedade é também compreendida entre coisas, entre producção, território, ambiente, **contôrno social** em geral.

Numa relação social, o exercício da actividade de um têrmo sôbre o outro, que é passivo, realiza-se por entre coisas. O patrão, que emprega um operário, não é apenas um homem que mantém relações com outro homem, mas representa o que tem e o que é. O selvagem, com um tacape na mão, que ataca outro desarmado, forma uma relação em que o papel do tacape é importante. Na relação social não se pode separar os têrmos da relação de o contôrno social. Se a Psicologia auxilia o estudo das relações sociais, estas não são apenas psicológicas, pois nelas contribui o contôrno com os elementos que o compõem, os quais têm de ser considerados para se compreender as relações que se formam entre os sêres humanos.

No estudo sociológico, além da Psicologia, inclue-se tudo quanto se refere aos planos já citados, razão porque aparece a Sociologia como uma ciência concreta, ou melhor, de maior concreção quanto ao objecto tomado.

SOCIAL (contrato) — Vide **Contracto social.**

SOCIAL (dinâmica) — Vide **Dinâmica.**

SOCIAL (Economia) — Vide **Economia.**

SOCIAL (estática) — Vide **Estático.**

SOCIAL (física) — Vide **Sociologia.**

SOCIAL (questão) — a) Era, primitivamente, a questão que colocava o problema da constituição da sociedade.

b) Modernamente, é aplicado para referir-se às questões jurídicas, éticas, econômicas, que surgem da formação das **classes** sociais e da miséria.

SOCIALIDADE — a) Conjunto dos caracteres que distinguem o que é social.

b) **Relações sociais** (vide **Socias, relações).**

SOCIALISMO — Em face do **liberalismo** (vide) surge o **socialismo** como doutrina social, que nega os benefícios daquela, para afirmar apenas seus defeitos, que são actualizados, enquanto aquêles são virtualizados, e que afirma que, em substituição da iniciativa privada e do jôgo livre dos interêsses sociais e dos grupos, pode-se, econômica e politicamente, organizar a sociedade, de modo a oferecer melhor bem estar colectivo e individual a todos, através de certas práticas, que são distintas, segundo as diversas maneiras de conceber o facto social e econômico, consoante ao modo de ver das várias escolas socialistas e socializantes.

Distinguem-se os socialistas em socialistas **autoritários** e socialistas **libertários.** Os primeiros afirmam que a transformação da sociedade de liberal para socialista, ou de qualquer outra forma para esta, deve-se dar por um

acto de autoridade, que pode ser colectivo, como **a revolução,** que rompe a ordem existente, mas que passa a ser orientada por um partido ou facção, rìgidamente organizado, que constitui a vanguarda e é o dirigente do movimento, capaz de marcar a direcção para o socialismo, através de uma férrea disciplina e ordenação do processo post-revolucionário, como se vê entre os **maxistas.** Há, aqui, lugar para uma tendência moderada, que propugna a realização do socialismo pela ascenção ao poder de um partido, que dirigiria, dentro dos quadros políticos liberais (democráticos), a marcha para a conquista constante das reivindicações socialistas, até alcançar, pelo apoio da maioria, a implantação do regime, em substituição do liberal. Êste é o pensamento do **socialismo democrático.**

Os **socialistas libertários** distinguem-se em duas grandes ordens. A dos que aceitam a forma **revolucionária,** e a dos que aceitam a forma **evolucionária.** Em suas linhas gerais, os socialistas libertários são contrários à admissão de uma direcção por minorias, pois consideram que tôda direcção de grupos, ou facções, ou partidos, tende ao abuso e ao excesso de poder. Consideram que a transformação da sociedade liberal para a socialista, deve dar-se através da **revolução permanente,** realizada pelas associações livres, que deverão procurar experimentar as possíveis formas de vida. Ou seja, concede a iniciativa ao homem em geral, dentro dos seus grupos e afins.

Quanto à maneira de alcançar o **socialismo,** como dissemos, para uns o ponto de partida é o revolucionário, para outros o evolucionário. Entre os primeiros, temos os anarquistas (vide **anarquismo**), e entre os segundos, os **mutualistas,** os **coperativistas,** os **cooperacionistas** e alguns anarquistas comunistas. Os **socialistas autoritários** tendem e permanecem no socialismo de Estado, e os libertários tendem para a diminuição do poder despótico do Estado. Entre os primeiros, há os que afirmam que alcançarão o **anarquismo,** a abolição do Estado, o que os factos desmentem, como se vê na Rússia, apesar das críticas prévias que lhes dirigiram os libertários. Êstes afirmam que a abolição do Estado não pode ser obtida através do seu fortalecimento, mas através de uma lenta ou imediata abolição do mesmo. Os matizes, aqui, como em muitos outros pontos, tornam tais doutrinas tão várias e tão heterogêneas, que é absolutamente impossível compendiar tôdas as modalidades de **socialismo,** pois têm surgido quase tantas, quantos socialistas de pensamento autônomo têm aparecido.

Em suma, o socialismo é a doutrina social que pode ser compendiada por suas negações e por suas afirmações. Nega validez à liberal democracia e a tudo quanto é fundamental desta, para afirmar que o bem estar do homem só pode ser obtido pelas formas colectivas de organização social, com maior ou menor restrição da liberdade.

O **anarquismo** surge como uma excepção, porque julga que a ausência de liberdade não concederá ao homem melhor situação,

nem aumentará a sua dignidade. Só pela livre experiência social, poderá o homem alcançar um ponto capaz de encontrar uma solução para a sua vida. Em vez de estabelecer prévias formas de vida social, prefere pregar a livre experiência, pois será dos frutos desta, que surgirão as normas futuras, que serão escolhidas entre as melhores que vingarem.

SOCIAL (Relação) — Tôdas as coisas do mundo do existir podem ser consideradas sob quatro aspectos:

1) Segundo a direcção que exercem, são **positivas** ou **opositivas,** e são chamadas **negativas** aquelas que provocam a deficiência de uma perfeição. Assim, um grupo social, enquanto tal, é positivo. Um grupo social, que a outro se opõe, é positivo; negativo, quando prejudica aquêle.

2) Podem ser **activas** ou **passivas.** Activas, quando exercem uma actividade; passivas, quando sofrem uma actividade exercida por outro.

positivas	{ activas { passivas
opositivas	{ activas { passivas

Nenhum ser do existir finito é puramente activo nem puramente passivo. Todos os sêres se **opõem,** se põem **ob,** contra outro. E nessa oposição exercem ou não uma actividade sôbre o outro, que sofre ou não essa actividade. Esta árvore é activa e passiva, positiva e opositiva, pois ela exerce uma actividade e sofre as exercidas por outros sêres.

O têrmo relação vem de **relatum,** trazer outra vez, colocar ante. Ora, os sêres humanos se colocam uns em face dos outros e actuam uns sôbre os outros, influindo seus actos sôbre os actos ou os estados psicológicos dos outros.

Há uma influência recíproca entre êles. A presença de uns e a sua actuação sôbre os outros provocam sentimentos, afectos, conhecimentos, manifestações volitivas, e temos os actos psicológicos, constituintes de uma **relação social.** Essa influência sôbre os actos, ou sôbre os estados psicológicos dos outros, pode exercer-se de várias formas: a) pelo emprêgo activo de uma fôrça de um constrangimento;

b) pelo emprêgo da persuasão no sentido mais amplo;

c) pela troca de vantagens.

Como em tôda relação social há, pelo menos, dois têrmos, entre dois sêres humanos, um pode **obrigar** o outro a fazer ou não, pode **persuadi-lo** a isto ou àquilo, ou pode conseguir que faça ou não algo, dando-lhe em troca alguma coisa.

Estas três maneiras podem combinar-se em inúmeras formas.

Tem **fôrça social** quem é capaz de agir sôbre outrem, quer pelo constrangimento, ou pela persuasão, ou pela troca de vantagens. Tôda pessoa que tem tais meios, um ou mais ou todos, tem uma **fôrça social.** Esta, portanto, pode ser maior ou menor.

O Estado é uma fôrça social, mas o é também o sábio ante o

ignorante, o rico ante o pobre, o mais vigoroso ante o mais fraco.

SOCIAVEL — a) O que é capaz de viver em sociedade.

b) Diz-se, também, do que ama a vida em sociedade, ou que é predisposto à mesma, com a qual sente satisfação.

SOCIEDADE (A origem da) — Sôbre a origem da sociedade humana, tôdas as doutrinas se cingem a atribui-la:

1) a uma origem natural, ou

2) a uma origem convencional.

Ou a sociedade humana surgiu das necessidades naturais dos entes que a compõem, ou foi o resultado de um acôrdo de vontades. de uma deliberação tomada pelos indivíduos, com o intuito de constituí-la.

Há lugar. ainda. para uma terceira posição sintética, a qual afirmaria que a causa eficiente da sociedade. para usarmos a linha aristotélica, é constituída. não só de uma tendência natural dos seus elementos a formarem uma colectividade, mas também de um «acôrdo» ao estabelecê-la.

Dêste modo. os sêres humanos têm uma tendência natural a formar uma colectividade, mas estabelecem, simultaneamente, normas para êsse convívio.

Nessa terceira posição sintética, que reúne numa concreção as duas primeiras, a sociedade humana tem uma base ética. pois as relações meramente biológicas estão também presididas por manifestações de inteligência, que a distingue das outras colectividades animais. Essa parte inteligente, que é uma revelação da vontade e do seu arbítrio, dar-lhe-ia, portanto, a sua característica humana.

TEORIAS NATURALISTAS DA SOCIEDADE: — A **teoria contractualista** da sociedade (que se funda na afirmativa de que esta surge de uma convenção e de um acôrdo entre as consciências) opõe-se à teoria segundo a qual a sociedade nada mais é que o resultado de um processo evolutivo da primeira substância, quer seja ela a matéria ou o espírito, que prossegue sua linha evolutiva, até alcançar formas superiores, em obediência a uma lei inflexível do determinismo universal.

Há, nessa tendência, diversas escolas, que se diferenciam sob vários aspectos, mas, em suas linhas gerais, tôdas defendem a **naturalidade** da sociedade, como a sua origem e não o producto de um acôrdo entre os homens, como se nota nas concepções contractualistas, como a de Rousseau.

A escola naturalista considera a sociedade um organismo vivo. Desde Aristóteles que muitos autores notaram as analogias que havia entre a sociedade humana e um ser vivo. Entre êles, podemos salientar Pascal, Vico, Condorcet, etc. Também Kant considerou a sociedade humana como um grande organismo, e seguiram essa orientação os **hegelianos,** e também o **positivismo francês,** de Comte e o **evolucionismo** de Spencer.

Com Savigny, afirma-se o sentido panteísta socialista alemão,

que é a tese fundamental da **escola histórica,** como foi cognominada. Para esta, há uma fôrça latente e fatal que governa o mundo e o impele pelo caminho do progresso universal. Esta posição se opõe à contractualista francesa, que afirma a presença e a actuação da vontade humana na direcção da História, para afirmar o contrário, pois aquela é apenas o producto de uma evolução natural.

Hegel atribuiu ao Estado a mesma lei, pois êste nada mais é que a Idéia universal, no **fieri (Werden)**, no devir, que se realiza, sucessivamente, nos diversos Estados orientais, gregos e latinos, até alcançar a consciência de si mesmo no Estado germânico, que representará o **Espírito,** no ápice da evolução humana.

Estabelece Comte três partes: **a teologia ou fictícia, a metafísica ou abstractiva e a científica ou positiva,** pelas quais passa todo o nosso conhecimento. É a sua famosa **lei dos três estados.** Na primeira, todos os problemas são solucionados, recorrendo se às fôrças sobrenaturais; na segunda, por abstracções metafísicas, e, finalmente, busca-se nas ciências positivas a solução dos problemas humanos. Comte desprezou a Religião e a Metafísica e aconselhou apenas a aplicação científica pela observação dos factos sociais, pela sua classificação, pelo seu relacionamento e, finalmente, pela inducção, alcançar as leis que os regem.

Sua concepção da Sociologia era, portanto, biológica, como esta era, por sua vez, uma realização do físico-químico.

Também, para êle, a sociedade é um **organismo.** E, nela, notava a presença das mesmas leis biológicas:

1) as partes constituintes são heterogêneas, mas solidárias, pois sua actividade se orienta para a conservação do conjunto;

2) a divisão das funções especiais é semelhante à do ser biológico;

3) a presença nessas funções da espontaneidade, da necessidade e da imanência; e finalmente,

4) a subordinação de tôdas as partes a um poder central e superior.

Aceitava, quanto à origem da sociedade, a tese evolucionista.

Spencer, por sua vez, negava validez à lei dos três estados, mas aceitava a evolução da sociedade. Para êle, esta é um organismo sujeito à lei da evolução. Contudo, essa lei não é o Espírito de Hegel, mas a **matéria,** que apresenta três fases evolutivas: a inorgânica, a orgânica e a superorgânica ou social. Contudo, não há solução de continuidade entre a evolução orgânica e a superorgânica, pois esta surge irresistìvelmente, embora gradativamente, da primeira.

As primeiras manifestações superorgânicas são observadas por Spencer na acção dos animais no cuidado da prole e na construcção dos seus ninhos, etc.

Mas é precisamente na associação dos indivíduos para a consecução de um fim comum, que encontra êle a manifestação mais

segura dessa lei evolutiva. Esta apresenta graus evolutivos superiores e inferiores. Os primeiros, podemos observar nas abelhas, nas térmitas, em certos rebanhos de animais com um grau de complexidade muito elevado.

No ser humano, a marcha para a sociedade é instintiva.

Na preocupação organicista e evolucionista da sociedade, os defensores de tais teorias buscaram **analogias** com a Fisiologia e Biologia, empregando, assim, a terminologia dessas ciências na descrição dos factos sociais, tais como sistema ganglionar da sociedade, elementos histológicos da sociedade, sistema nervoso social, metabolismo social, etc., do mesmo modo que os mecanicistas empregam os têrmos da mecânica: dinâmica social, mecanismo social, aparelho social, etc.

Reuniram os defensores de tais idéias uma série de **provas,** fundadas em argumentos com base nas analogias.

Pode-se dizer que a concepção organicista da sociedade foi uma reacção à concepção contractualista. É fácil compreender. É da cosmovisão do empresário utilitário considerar a sociedade dentro da sua visão filosófica, e esta inclui, como possibilidades teóricas, a visão contractualista e a organicista. Sabemos que é fundamental do homem de negócios a liberdade de exercício e de aplicação de seus métodos, sem os quais a sua actividade é coarctada. Considerar a sociedade como uma organização religiosa é criar embaraços à sua acção. É mister demonstrar que **tudo decorre da natureza humana e esta obedece às leis da sua própria natureza.** Se tomarmos a Revolução Francesa como um símbolo do período do empresário utilitário, notamos como defendia ardentemente os princípios contractualistas e sabemos, ademais, que a teoria evolucionista ofendia as teses mais caras, porque dava à burguesia dominadora um papel apenas histórico e temporário. A concepção evolucionista já representa uma **defecção dos verdadeiros interêsses do empresário,** e indica um **risco histórico importante.** A solução só pode ser a de afirmar um **final evolucionista;** ou seja, que o empresário utilitário e sua concepção do mundo representam não só o ápice, mas o fecho da evolução. Foi o que pretendeu Comte com a sua lei dos três estados, conscientemente ou não, mas como decorrência lógica das premissas estabelecidas pela concepção do empresário utilitário.

São evidentes as deficiências do positivismo, que dando validez apenas ao experimentável, quer resolver negativamente; ou seja, negar valor ao que não é mais experimentável, como a nossa origem, etc. Por sua vez, os evolucionistas realizam um êrro de inducção, pois concluem pela visão unilateral e exclusivista dos factos, pela interpretação equívoca que dos mesmos fazem e levam, ademais, suas conclusões a um âmbito maior do que realmente tem.

Seus defeitos estão, pois, no considerar que os factos humanos são apenas orgânicos, esquecendo a função do acto humano e a presença da cognição, da vontade e

da liberdade na orientação dos mesmos. Põe de lado a vontade humana para afirmar apenas as fôrças cegas da natureza, negando a vontade livre que coopera com a natureza. Concretamente, o homem é o ser biológico, mas também o psicológico, o ético ,etc. Por outro lado, consideram o que era apenas **analógico** como **idêntico,** porque o funcionar social não é senão análogo ao funcionar biológico. Conseqüentemente, as ilações finais são falsas.

Não se quer negar o que há de positividade em tais teorias. Mas pecam elas por abstractismo, salientando um dos factôres sociais, e negando a cooperação dos outros, sem os quais a visão social será unilateral e falsa.

Essas doutrinas influem na mentalidade cesariocrata, que delas extrai a doutrina da negação absoluta do direito individual e da submissão total do indivíduo ao Estado. O cesariocrata explora sempre em tôdas as doutrinas o aspecto que negue a liberdade humana ou postula a submissão desta à **vontade** do Estado. Daí pode êle alcançar até o totalitarismo igualitário, porque a família, as classes e as corporações são elementos diferenciantes, e por possuírem interêsses próprios, contrários ao interêsse geral em muitos aspectos, são considerados, por isso, como elementos **perturbadores** do interêsse colectivo.

A concepção evolucionista gera a tese da **luta pela existência,** que é evidente biològicamente e, conseqüentemente, favorece a teoria da **luta de classes,** como favorece a concepção da **concorrência** do empresário utilitário. Por outro lado, predispõe a justificação do **liberalismo econômico,** tão caro sempre ao empresário utilitário, porque considera essa fase, um estágio supremo da evolução e que, por sua vez, gera o **socialismo igualitário,** que é uma ideologia cesaresca. E essa luta, que, no período que vivemos, é tão intensa, absorve a atenção de muitos, levando-os ao parcialismo inevitável dessa visão abstractista, porque se funda numa realidade social, num dos factôres da sociedade, mas virtualiza outros, sem os quais não pode haver uma **visão concreta** da sociedade.

A concepção social da sociedade para a filosofia cristã admite que a sociedade é fundamental da natureza humana, uma instituição natural e corresponde à emergência humana. Contudo, a sociedade civil não decorre directamente dessa natureza, mas indirectamente, porque, nesta, os **factos** passam a actuar nas novas relações entre os membros da sociedade. Dêste modo, parte da organização social decorre directamente da natureza e parte decorre do exercício da vontade humana. Ademais, as sedimentações formadas actuam na heterogeneização das relações humanas.

Quanto à origem da sociedade, a concepção contractualista afirma que é ela o producto livre da vontade humana; a naturalista, que é uma decorrência da natureza humana ou de um poder superior inteligente, como **Espírito** (Hegel) ou a **matéria** (como Spencer). A concepção cristã afirma que é a obra de um espírito superior, que forma o homem com destino natural à socie-

dade, sem prescindir o papel da vontade humana.

Como o homem é uma criatura, a origem final e remota se encontra na divindade criadora. A concepção cristã é, pois, uma concepção genèricamente hierática. e especificamente teocrática, que considera o papel e a importância que o homem, com a sua vontade, exerce sôbre a História e o seu próprio destino.

Esta concepção, portanto, reúne as positividades naturalistas e as contractualistas, e **religa** o homem ao Ser Supremo.

SOCIETARIO (regime) — O sistema de Charles Fourier, que preconiza uma organização social mutualista, o **falanstério, era por** êle chamado de **regime societário.**

SOCIOCENTRISMO — É a posição que considera a Sociedade como o centro do mundo, à qual tudo se relaciona.

SOCIOCRACIA — O têrmo foi criado por Augusto Comte, para indicar a forma de govêrno em que o poder pertence à Sociedade, considerada como um todo orgânico.

SOCIOLATRIA — Têrmo criado por Augusto Comte para indicar o culto e adoração da Sociedade, representada por tôdas as formas hierárquicas do laço social.

SOCIOLOGIA — A Sociologia é o estudo da natureza das associações humanas e das suas relações, entre si e com o contôrno bio-cósmico, ecológico, positivas, opositivas e negativas, e da influência que exercem sôbre os actos dos indivíduos e dos grupos (realizações materiais, culturais, etc.) e seus estados psicológicos.

Êste enunciado serve para pôr em evidência alguns aspectos principais da Sociologia.

Como se formam os grupos sociais, quais são seus aspectos intensistas e extensistas? Como se estabelece o grau de sua tensão (coerência)?

O facto social se dá no mundo, implica um contôrno ecológico. O homem vive em sociedade, no mundo. As condições, não só da natureza, como as de sua natureza biológica, são importantes para compreender os factos sociais, que são também, de certo modo, factos biológicos, pois se dão entre sêres vivos. Não se dão separados do mundo da físico-química, porque implicam as coisas que compõem o contôrno cósmico (geográfico, geológico, clima, etc.). Essas relações entre os indivíduos e grupos são positivas ou opositivas e negativas, como já estudamos. Essas relações com o contôrno ecológico influem sôbre as realizações, quer materiais, quer culturais.

Uma forma de producção social e condicionada, sobretudo, pelas condições geográficas. A pecuária só se pode estabelecer onde as condições geográficas sejam favoráveis. Só posteriormente, graças à técnica, pode o homem criar condições de contôrno favoráveis a uma forma de producção. Portanto, a forma de producção é condicionada também pelas condições geográficas. Só pode haver pesca onde há peixes. Não é possível a agricultura na zona

árctica, nem a tentariam os esquimós. As relações sociais, portanto, são dependentes também dessas condições ambientais. Elas actuam nas realizações humanas materiais e, conseqüentemente, nas culturais, que se processam fundadas nestas. A arte é uma formação cultural, por exemplo.

Convém distinguir, aqui, o **mundo da natureza** de **o mundo da cultura.**

O mundo da natureza é o de tudo quanto surge no exterior cósmico, mas o mundo da cultura é criação do homem.

Um corpo pertence ao mundo da natureza, porque êle é por ela causado. Mas quando o homem marca nesse objecto um traço da sua vontade, do seu pensamento, quer intelectual, quer sensível, quer afectivo, êle o coloca no mundo da cultura.

O mundo da cultura é aquêle que traz a marca do espírito humano. Uma pedra, na montanha, pertence ao mundo da natureza. Transformada num paralelepípedo pertence também ao mundo da **cultura.**

O homem é natureza e é cultura.

Como natureza, é estudado pelas ciências naturais; como cultura, é estudado pelas ciências culturais.

Biològicamente, somos natureza; socialmente, somos cultura. Por isso a Sociologia estuda o homem culturalmente, em suas realizações culturais, não pode, porém, desinteressar-se do mundo da natureza, sob pena de tornar-se numa ciência abstracta e não concreta como deve ser.

As relações humanas influem sôbre essas relações.

«A Sociologia é a ciência ética que estuda as causas, a ordem, o processuamento, e as múltiplas relações das formas sociais entre si e o contôrno natural, com o intuito de apreender-lhes os invariantes e os fins a que tendem ou a que podem ser conduzidas».

SOCIOLOGIA BIOLÓGICA — Vide **Factôres sociais.**

SOCIOLOGIA ECONÔMICA — Vide **Factôres sociais.**

SOCIOLOGIA HISTÓRICA — Vide **Factôres sociais.**

SOCIOLOGISMO — Consiste esta posição viciosa em considerar que todos os factos e acontecimentos essenciais da história dependem da Sociologia, ou se reduzem, afinal, a meros factos sociológicos. Em **Emergentes (factôres),** damos uma análise das possibilidades para determinar as formas viciosas que surgem no pensamento humano, como esta.

Socius (lat.) = companheiro. Sócio. Vide **Social** (relação).

SOCRÁTICO (método) — Vide **Sinopse da História da Filosofia** e **Maiêutica.**

Soddisfare (it.) = **satisfazer.**

SOFISMA — Vide **Falácia** — Como a falácia é um argumento aparentemente válido, mas cuja conclusão é falsa, também o é o sofisma, com a diferença que, neste, há a intenção deliberada de enganar, enquanto, naquele, não há tal intenção, pois, do contrário, será um sofisma.

Chamam alguns, também, de **sofisma** aos argumentos que, partindo de premissas verdadeiras, ou por tal julgadas, terminam por alcançar conclusões, que são inadmissíveis, e que não podem enganar, muito embora estejam bem fundadas nas regras formais do raciocínio.

SOFISMA DE ACCIDENTE — (Vide **Accidente**, letra e).

SOFISTA — a) Sábios errantes gregos (**sophistes**, de **sophos**, sábio), e que se dedicavam ao ensino da sabedoria e da habilidade. Vide **Sofistas** em **Sinopse da História da Filosofia.**

b) Depois de Platão e Aristóteles, a palavra tomou um sentido pejorativo, para indicar o que usa habitualmente de sofismas.

SOFÍSTICA — a) Conjunto das doutrinas dos Sofistas gregos. Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

b) Diz-se, também, de todo filosofar verbalista e sem fundamentos sólidos, nem sérios.

SOFÍSTICO — O que apresenta o carácter de um **sofisma.** (Vide **Falácia**).

SOFOCRACIA — Do gr. **sophos**, sábio e **kratos**, poder político. É a doutrina que defende que o govêrno deve caber aos mais sábios.

SOFRER — (Em gr. **paskein**, que significa ser objecto de uma acção, sofrer). Vide **Paixão.**

SOFRIMENTO — Vide **Prazer e Dor.**

Soggetivo (it.) = **subjectivo.**

Soggetto (it.) = **sujeito.**

SOLAR (limiar) — Vide **Umbral.**

SOLIDÃO — É o estado de ser só, e contrapõe-se ao de estar associado. A unicidade, em sua absolutuidade, é solidão, e o Ser Supremo, em sua unicidade, é **solitário,** o que é só.

SOLIDARIEDADE — a) **Solidus,** em lat. é o sólido, o compacto, o unido, o consistente.

b) Dêsse têrmo, no Direito, criou-se o de **solidariedade,** que é a obrigação que pesava sôbre os devedores **(in solidum).**

c) Dependência recíproca, de modo que o que afecta a um dos elementos componentes, afecta ao outro.

d) Na Ética, é o dever moral de assistência entre os membros de uma sociedade, que se julgam formando um todo.

SOLIDARISMO — Doutrina que considera a solidariedade social e psicológica o fundamento e o princípio da moral, da política e da ciência econômica, como ciências normativas.

SOLIPSISMO — (De **solus**, sòzinho e **ipse**, si mesmo).

É a doutrina que considera o indivíduo racional como o ponto de partida e de legitimação de tudo quanto há e existe.

É metafisicamente, uma variante viciosa do idealismo, que afirma que todo o fundamento do mundo externo, e de tôda realidade, depende das representações do indivíduo, não tendo uma existência independente da mente humana.

Solitudo (lat.) = **solidão.**

Sollen (al.) = **dever.**

Sollicitudo (lat.) = **solicitude.**

Solus (lat.) = **só.**

SOMA — a) (Do gr. **soma,** corpo, no genitivo, **sômatos**). Muito empregado nas ciências naturais e na lingua filosófica, compondo-se em muitas palavras, tais como somático, somatologia, etc.

b) Do lat. **summa** significa adição, resultado das quantidades adicionadas; ou ainda melhor, o número ou quantidade equivalente às parcelas reunidas.

c) Na Mat., além da acepção a, mais precisamente, operação que consiste em alcançar o resultado ou equivalência de muitos números ou quantidades.

d) No sentido usado pelos escolásticos em suas **Summas Theologicas** significa resumo, síntese, reunião das partes essenciais e mais importantes da matéria tratada.

Pode-se, neste sentido, empregar para qualquer disciplina. Neste sentido, porém, é preferido por muitos o têrmo **sumário.**

SOMÁTICO (do gr. **somatikós,** de **soma, sômatos,** corpo). Diz-se de tudo que é pertencente ou referente ao corpo orgânico de um ser.

SOMATOLOGIA (Do gr. **somatikós,** de **soma,** corpo). Estudo da constituição corporal geral e da fisiologia do corpo humano. Sinônimo de **Antropologia física** (vide), ou **antropofísica.**

Somiglianza (it.) = **semelhança.**

SONAMBULISMO — Estado que é geralmente considerado como sintoma histérico, no qual o indivíduo, em estado de hipnose, executa movimentos e anda, e quando volta ao estado normal, guarda completa **amnésia** de tudo quanto fêz.

SONHO — Vide Sono. a) Sucessão de imagens mais ou menos coerentes que se apresentam ao indivíduo, enquanto dorme.

b) Diz-se, por extensão, de tudo quanto o homem imagina que não é ainda real, e que é possível, ou não, de se tornar real.

Sonderbarkeit (al.) = **singularidade.**

SONO — Estado do organismo, que se caracteriza por uma imobilidade relativa e relativa ausência de consciência, cujas causas fisiológicas não são ainda suficientemente conhecidas. É o contrário do estado de **vigília.**

SOPHIA — Gr. saber teórico, distinto do saber **prático.** Para Aristóteles, é o saber dos primeiros princípios, a **Filosofia,** em suma.

SOPHISMA SUPPOSITIONS — É o sofisma que consiste em usar um dos têrmos do silogismo em mais de uma acepção. Assim o faria quem usasse o têrmo **idéia** ora no sentido representacionista (em mente), ora no sentido eidético-ontológico, na ordem do ser, **extra-mentis.**

Sophistikê (gr.) = **sofística.**

Sophos — Gr. o sábio. Vide **Sophia.**

Sopporto (it.) = **suporte.**

Sopranaturale (it.) = **sobrenatural.**

Sopravivenza (it.) = **sobrevivência.**

SORBÔNICO — a) De Sorbonne, que pertence à Universidade de Paris.

b) Sorbônico é usado, pejorativamente, para indicar o excesso de valorização que se faz da Sorbonne, ou para indicar certas tomadas de posição filosóficas clássicas daquela escola, em oposição aos grandes realizadores do pensamento mundial.

SORGE (em al. = cuidado, preocupação, ocupar-se antes). Usado por Heidegger, para indicar a estructura essencial da consciência humana e do mundo. É, também, para êle, a base de todo ser.

SORITE — Diz-se do argumento constituído por uma acumulação de premissas, na Lógica.

Argumento relativo ao monte, **soros,** em grego, que se tornou famoso na filosofia, e que consistia no seguinte: pergunta-se ao oponente se com a retirada de um grão de trigo de um monte, êste deixa de ser um monte ou não. Respondendo que não, prossegue-se retirando um, mais um, e, assim, sucessivamente, até que se chega a um único grão, desaparecendo, automàticamente, o monte. Nesse caso, fica comprovado que com um grão retirado deixa o monte de o ser tal. Essa **aporia** foi muito discutida entre os gregos e entre os medievalistas.

Sostanza (it.) = **substância.**

Sostituto (it.) = **substituto.**

Sostrato (it.) = **substrato.**

SOTAQUE — Característica peculiar ao tom de pronúncia de pessoas de uma mesma região, em relação à de outras, que apresentam diferenças, embora falem o mesmo idioma.

Sottile (gr.) = **sútil.**

Soul (gr.) = **alma.**

Souvenir (fr.) = **lembrança.**

Souverain (fr.) = **soberano.**

Sovereign (ing.) = **soberano.**

Sovranità (it.) = **soberania.**

Sozial (al.) = **social.**

Space (ing.) = **espaço.**

Spatial (fr., ing.) = **espacial.**

Spatialité (fr.) = **espacialida-**

Spatium (lat.) = **espaço.**

Spazio (it.) = **espaço.**

Special (al., ing.) = **especial.**

Spécial (fr.) = **especial.**

Speciale (it.) = **especial.**

Speciell (al.) = **especial.**

Species (lat.) = **espécie** (vide).

Specificus (lat.) = **específico.**

Speculation (ing.) = **especulação.**

Spéculation (fr.) = **especulação.**

Speculative (ing.) = **especulativo.**

Speculativo (it.) = **especulativo.**

Speculazione (it.) = **especulação.**

Speculum (lat.) = **espêlho.** De onde vem **especulativo,** que é o saber que **espelha** as coisas. Vide **Especulativo.**

Spekulations (al.) = **especulação.**

Spekulativ (al.) = **especulativo.**

Spes (lat.) = **esperança.**

Spezifikation (al.) = **especificação.**

Spezifish (al.) = **específico.**

Spezifizität (al.) = **especificidade.**

Sperma (gr.) = **a semente.**

Sphairos (gr.) = **esfera.** Esfera, é o nome que Empédocles dá ao Um, retomando assim a idéia do Ser esférico de Parmênides. Um todo unido no pleno equilíbrio de suas fôrças, e não tendo outro ser para nêle influir, tomaria a forma esférica perfeita, forma de ser, como unidade absoluta, graças à acção da Amizade. Os quatro elementos eternos de Empédocles não se transformam portanto. É a Amizade que os une, enquanto esta domina, separando-se, porém, quando passa o Ódio a dominar. A esfera de Empédocles é eterna e imutável: «Digo duas coisas: que umas vêzes a pluralidade, por crescimento extensional, por desnascimento do um, o múltiplo vem de novo ao ser». «O um apreendeu o modo de nascer do múltiplo, e, por sua vez, pelo desnascimento do Um, surge, afinal, a multidão» (71-72). Por crescimento extensional a pluralidade chega a ser e a dar uma só coisa **(Ren)**, que é por sua vez uma coisa «só» **(mónon)**; e inversamente **(pálin)**, por desnascimento, por diferenciação do Um, o múltiplo surge de novo **(aù)** ao ser. Portanto, o universo, quer em estado de unidade, quer em estado de pluralidade, é sempre de forma esférica (versos 166-168, 198, 247). A esfera é para o grego o símbolo do **logos**, da razão. da unidade harmônica, que é princípio e fim de tôdas as coisas, da perfeição, do Ser Supremo, ontològicamente considerado. Fora dessa esfera **(sphairos) não há nada.** Ela não tem arredores **(perissón)**; é homogênea, de absoluta estabilidade (versos 166-186).

Não se deve, de forma alguma, considerar os quatro elementos de Empédocles (terra, água, fogo e ar) como «essa» terra, «êsse» fogo, etc., mas como expressões simbólicas dos princípios sólidos, líquido, fluídico e aeriforme.

Spiel (al.) = **jôgo.**

Spiritus (lat.) = **sôpro, espírito.** Vide **Espírito.**

Spirit (ing.) = **espírito.**

Spirito (it.) = **espírito.**

Spirits (ing.) = **espiritual.**

Spiritus (lat.) = **espírito.**

Spitzfinding (al.) = vide **sutil.**

Spontané (fr.) = **espontâneo.**

Staat (al.) = **estado.**

Stand (al.) = **ordem.**

Standpunkt (al.) = **atitude.**

Stéresis (gr.) = **a privação.**

Stasis (gr.) = **o repouso.**

State (ing.) = **Estado.**

Statik (al.) = **estática.**

Statique (fr.) = **estática.**

Statisch (al.) = **estático.**

Status (lat.) = **estado.**

Stereon (gr.) = **o cheio, o sólido.**

Stoa (gr.) = vide **Estoicismo.**

Stoff (al.) = vide **Matéria.**

Stofflich (al.) = **material.**

Storia (it.) = **história.**

Strafe (al.) = **pena.**

Struggle for livre, or for existence (ing.) = luta pela vida, ou pela existência. Expressão de **Darwin,** vide **Sinopse da História da Filosofia.**

Sturm und Drang — Em alemão **Tempestade e Violência,** nome que davam, por volta de 1770-1778, Hérder, o jovem Goethe, Schiller, Hamann, Klinger e muitos outros, ao movimento que advogava num fluxo de entusiasmo criador, as fôrças do talento nativo, do valor da emoção e do poder do gênio como o iluminismo francês.

SUB — Preposição lat., que significa **sob.** Prefixo que surge em muitos têrmos compostos e que indica sempre inferioridade, aproximação, substituição, renovação, como nos têrmos subalterno, subsolo, etc.

SUBALTERNAÇÃO — Subalterno é o subordinado, o dependente de outro. Subalternação é o estado do subalterno, a dependência dêste a outro, o **subalternante,** enquanto o primeiro é chamado **subalternado.**

SUBALTERNAÇÃO NAS CIÊNCIAS — A **subalternação** (vide) de uma ciência a outra pode dar-se em **razão do fim,** em **razão da matéria** e em **razão dos princípios.** Assim a arte do órgão é subalternada à Música (primeiro caso); a Biologia é subalternada à Física (segundo caso); a Axiologia é subalternada à Metafísica (terceiro caso).

SUBALTERNANTE — Vide **Subalternação.**

SUBCONSCIÊNCIA — Vide **Consciência.**

SUBCONTRÁRIO — Vide **proposição, Juízo lógico.**

Subcoscienza (it.) = **subconsciência.**

Subcoscio (it.) = **sub-consciente.**

Subiectum (lat.) = **sujeito.**

Subject (ing.) = **sujeito.**

Subjectif (fr.) = **subjectivo.**

Subjective (ing.) = **subjectivo.**

SUBJECTIVIDADE — a) Carácter do que é subjectivo.

b) Estado de espírito, que considera as coisas apenas sob uma forma subjectiva.

SUBJECTIVISMO — a) Tendência filosófica, que consiste em reduzir todo juízo de valor ou de existência aos actos e estados de consciência.

b) Tendência a reduzir tôda existência à existência do sujeito. Vide **Solipsismo** e **Idealismo absoluto.**

c) Na Lógica, é a posição que nega carácter de objectividade ao verdadeiro e ao falso, que passam a ser meramente subjectivos.

d) Na Ética, é a reducção do bem e do mal apenas aos esquemas subjectivos.

e) Na Estética, reducção dos juízos de valor estéticos a meros juízos de gôsto.

f) Na Psicologia, tendência a actualizar o subjectivo e dar superior valor a êste sôbre o objectivo.

SUBJECTIVO — a) É o que pertence ao sujeito.

b) O que é individual.

c) O que pertence ao pensamento humano.

d) O que é meramente imaginativo, ilusório, irreal.

e) O que pertence ao pensamento humano em oposição às coisas existentes **extra-mentis.**

f) O que é portador de algo (sentido usado pela escolástica, para afirmar a existência de algo em si).

Subjekt (al.) = **sujeito.**

Subjektiv (al.) = **subjectivo.**

Subjektivität (al.) = **subjectividade.**

SUBJETIVO e derivados, vide **subjectivo.**

SUBLIMAÇÃO — Vide **Psicanálise.**

SUBLIME — Diz-se do que esta acima do limite.

a) O que é elevado, que está acima de tudo.

b) O que atingiu grande perfeição.

c) O que é elevado e nobre em seus actos.

d) A perfeição e a beleza na obra de arte.

SUBLIMINAL (Do lat. **sub** e **liminis,** abaixo do umbral).

a) O que está colocado abaixo do **umbral** (da sensação, da consciência).

b) É o subconsciente. Vide **Consciência.**

c) É o inconsciente — Vide **Consciência.**

SUBORDINAÇÃO (Do lat. **sub,** sob e **ordo, ordinis,** ordem). a) Subordinado é o que está sob a ordem de outro, o que depende de outro. **Subordinação** é o estado de dependência do **subordinado** ao **subordinante.**

b) Na Lóg., emprega-se com referência à relação da espécie (subordinada) ao gênero (subordinante).

c) Empregado para indicar o grau de dependência, num sistema hierárquico, dos graus mais baixos aos mais altos.

SUBORDINADO — Vide **Subordinação.**

SUBORDINANTE — Vide **Subordinação.**

Subsistiren (al.) = **subsistir.**

SUBSTÂNCIA — Substância (do latim **sub stare, substantia, quod sub stat**) nos dá a idéia de suporte, o que está abaixo, o que é estável, a base do que é real.

Aristóteles distinguia a **substância primeira** de a **substância segunda (substantia prima, substantia secunda,** para os escolásticos) **ousia prote** e **ousia deutera,** em grego.

O mesmo conceito é aceito pela escolástica. Muitas outras definições foram propostas, como, por exemplo, a de Descartes: «a substância é a coisa que existe de tal forma, que ela não tem necessidade senão de si mesma para existir», ou a de Spinoza: «Entendo por substância o que exis-

te em si e é concebido por si; quer dizer, o que, cujo conceito não tem necessidade do conceito de outra coisa, do qual deva ser formado». Vê-se que Spinoza faz uma síntese da concepção de substância de Aristóteles com a de Descartes. **O que existe em si** é aristotélico, e o **que não precisa de outra coisa para existir,** é de Descartes.

Na filosofia moderna, outros modos de compreender a substância surgiram. Leibnitz, ao mesmo tempo que repele o panteísmo de Spinoza, repele o aparente estaticismo da concepção aristotélica. Só a mônada, e apenas ela, é a substância. Portanto, o que é próprio da substância é a **vis,** a **conatio,** a fôrça leibnitziana, dinâmica e de expansão, que não deve ser confundida com a fôrça estática e de empuxe dos gregos.

Leibnitz opõe-se à crítica destructiva dos empiristas, como a de Hume e a de Locke. Leibnitz define a substância como o **ens pareditum vi agendi,** o ente dotado da fôrça de actuar, o que ultrapassa o estaticismo da razão dos racionalistas.

Locke aceita a substância, mas afirma a sua incognoscibilidade. Dela nada se sabe, e o de que nada se sabe é substância. «Nada mais é que uma forma especial da vinculação das qualidades. Supomos que há uma substância, porque não imaginamos as qualidades sem sujeito no qual são inherentes».

A impossibilidade de apreendê-la, que levou empiristas e alguns positivistas a negá-la, encontrou em Kant uma tentativa de solução. A substância é captável apenas por meios transcendentais. Substância e accidente são categorias de relação que correspondem aos juízos categóricos. No processo posterior da filosofia, ora se procura salvá-la, ora destruí-la. Predomina, no entanto, a tentativa de dinamizá-la, retirando-a do estaticismo (na verdade aparente) em que estava.

A substância é o primeiro gênero do ser, e é um ente de per si. É o que permanece. É importante o conceito de permanência no de substância, pois, na filosofia moderna, por influência de Wolf, afirmou-se que o aristotelismo predicava a imutabilidade da substância, o que permitiu as críticas de Kant a êsse conceito. Kant desconhecia a obra aristotélica, e fundou-se nas afirmativas de seu mestre, Wolf.

A substância é o que permanece, e não o que se perpetua numa imutabilidade, pois Aristóteles admite uma mutação substancial.

A SUBSTÂNCIA NA LÓGICA: Pode-se tomar a substância em sentido lato, e como tal significa a essência, e em sentido restrito como o fundamento que sustenta em si mesmo, como portadora de accidentes, como fundamento dos accidentes, o que **subestá.**

Uma substância pode ser **completa** ou **incompleta.** A primeira é a simples, a segunda é a composta.

Divide-se, ainda, a substância em **primeira** e **segunda.** A primei-

ra é a que está no sujeito; a segunda, a que se diz do sujeito. Assim, na divisão aristotélica, a matéria é a substância primeira (**ousia prote, substantia prima**), e a forma, a substância segunda (**ousia deutera, substantia secunda**). A primeira é individualizante, a segunda é universalizante.

A substância convém pois **ser por si** ou **subsistir**, e **subestar** aos accidentes. Ser por si significa independência no ser (**in essendo**), embora não absoluta. Significa, pois, independência do sujeito da inhesão e independência do coprincípio intrínseco substancial. A substância, que é sujeito, chama-se, na Lógica, substância predicamental.

A substância transcendental pode ser **finita (criada)** ou **infinita (incriada)**, e segunda a razão da completação, pode ser **completa** ou **incompleta.** A completa pode ser simples ou composta, simples como **homem;** composta, como **filósofo.** A substância incompleta ora o é em razão da espécie apenas (como a **alma humana**), ou em razão da espécie e da substancialidade, como a **matéria prima** e a forma **substancial** recebida na matéria.

Accidentalmente, a substância predicamental divide-se em razão do **modo de ser** (universalidade e singularidade), e **substância primeira e segunda.** A substância primeira é o indivíduo, e a segunda é substância universal.

Em sua essência, divide-se em **composta** (composta de partes essenciais), e **simples** (não composta de partes essenciais).

Propriedades da substância. Anota Aristóteles as seguintes propriedades:

1) **não está num subjectum, não inhere** em **outro.** Esta propriedade convém tanto à substância primeira como à segunda. A substância primeira é o **subjectum** lógico da segunda, e esta se predica da primeira, que não é sujeito físico ou **inhesão.**

2) Significar ou ser um algo qualquer, quer dizer algo por si subsistente e substantivamente expresso, diferente dos accidentes, que apenas significam adjectivamente.

3) Não ser sujeito a mais e menos; quer dizer que a essência substancial não pode tornar-se mais intensa ou menos intensa, como, por exemplo, o calor. Contudo, uma substância pode ser mais nobre do que outra.

4) Não ter contrários. Dizem-se contrários aquêles que, no mesmo sujeito, se repelem, como a substância não está no sujeito não pode expelir alguma coisa do sujeito. A razão das qualidades contrárias não impede que as substâncias lutem entre si.

5) Ser susceptível de contrários. Como a substância é sujeito da **inhesão** dos accidentes, pode permitir accidentes contrários.

6) A substância segunda pode ser predicada unìvocamente da primeira, porque aquela está contida nesta.

SUBSTANCIAL — a) O que pertence à substância, ou o que constitui uma substância.

b) O que contém bastante **substância.**

SUBSTANCIAL (forma) — **Forma substantialis,** na escolástica, é a que se refere à espécie, considerada formalmente como **substância primeira** (matéria e também gênero próximo), e **substância segunda** (diferença específica, forma específica).

SUBSTANCIALIDADE — a) Carácter do que é substância.

b) Conceito ou categoria de substância.

c) Carácter do que é substancial.

SUBSTANCIALISMO — Doutrina que admite a existência de uma substância ou substâncias, do que está sob, permanentemente, as coisas fenomênicas.

Substanz (al.) = **substância.**

SUBREPÇÃO — Acto de conseguir qualquer lei ou ordem, ocultando, intencionalmente, qualquer circunstância ou hipótese, que, caso expressa, constituiria motivo suficiente para não ser concedida.

Emprêgo de meios **subreptícios;** ou seja, emprêgo de falsas exposições ou outros meios ilícitos e imorais, para obter alguma vantagem.

SUBREPTÍCIO — O que é obtido por meio de **subrepção** (vide), segundo as diversas modalidades dêsse têrmo.

Subreptio (lat.) = **subrepção.** Vide.

SUBSISTÊNCIA — É o carácter de **subsistir.** Diz-se que tem **subsistência** o que subsiste em si ou em outro. Mas é preferível empregar o têrmo para o que subsiste no sentido geral dêste têrmo. Vide **Subsistir** e **Sistência.**

SUBSISTIR — Do lat. **sub.** sob e **sistere,** estar. a) Etimològicamente, é ser o que está sob as coisas. **Subsistir** é o existir da substância.

b) É também o durar, o permanecer através dos momentos distintos.

c) Resistir à acção destructiva, porque o que resiste subsiste. Vide **Sistência.**

SUBSTÂNCIA (Princípio de) — É a fórmula de Kant «Tôda qualidade pertence a uma substância», que constitui o enunciado dêsse princípio, pelo qual se afirma que uma qualidade ou um accidente em geral não podem sustentar-se por si mesmos, e precisam de um suporte para tal. o qual é **substância.**

SUBSTANTIVO — a) Diz-se da palavra que designa de per si a **substância** fáctica ou metafísica.

b) É o relativo ao substantivo ou à forma substantiva. Vide **Substância.**

Substare (lat.) = **Subestar.**

SUBSTITUTO — (Substituir, vem do lat. **sub,** sob e **statuo,** pôr numa posição determinada, colocar). a) Substituir é pôr noutra posição, **sub,** pôr no lugar de.

b) É o que toma o lugar de outra coisa.

c) Também o que substitui outra pessoa.

SUBSTRATO — Do lat. **sub** e **sterno**, que dá o verbo **substerno**, que significa estender sob, debaixo, pôr para que sirva de cama, de **stratus**. É o que serve de suporte e uma outra coisa, que é seu accidente. O mesmo conceito em grego é **hipokeimenon**, de **hipo**, sob o **keimai**, deitar, estar deitado sob, o que está em baixo.

SUBSUMIR — Diz-se, na Lógica, que um conceito se acha **subsumido**, quando é pertencente a outro, como o é a espécie ao gênero.

SUBTILEZA — a) Capacidade de distinguir onde o homem comum não distingue.

b) O resultado dessa capacidade.

SUCESSÃO — a) Aparição ou apresentação de um sucesso ou fenômeno imediatamente após outro, ou substituição de uma experiência por outra.

b) A série temporal do acontecer.

c) Na Matemática, a série de quantidades ou elementos.

d) A sucessão distingue-se da **duração** (vide) e da **simultaneidade**.

e) A sucessão é a característica do tempo.

SUCESSIVO — a) É o contínuo, cujas partes, actos ou momentos se sucedem sem interrupção.

b) É o seguido, o ininterrupto. «Factos sucessivos».

c) Na Psic., caracteriza duas ou mais experiências, que estão presentes em segmentos contíguos de tempo.

SUCESSO — a Acontecimento. O que sucede, de **sub cadere**.

b) Usado, indevidamente, no sentido de bom êxito.

SÚCUBO E ÍNCUBO — **Súcubo** é o que se deita por baixo.

Íncubo é o que se deita ou coloca por cima. Também nomes que se dão aos demônios ou aos maus espíritos, que presidem os maus sonhos.

SUFICIÊNCIA — Chama-se suficiência a quantidade ou a qualidade dos antecedentes determinantes de um facto real. Assim se fala de **causa suficiente** (vide **Causa**), ou de uma razão de ser, **razão suficiente e princípio de razão suficiente** (vide **Princípios**).

Distinguem-se: **insuficiente** (entendido sobretudo em sentido quantitativo), **deficiente** (entendido em sentido qualitativo), **proficiente** (o que qualitativamente alcança ao normal) e **supérfluo**, o que ultrapassa quantitativamente o **suficiente**, o normal.

SUFIXOS — Final, sílaba ou letras que acrescentadas ao final da palavra modificam o sentido da mesma, como se vê nos verbos, nas palavras compostas, etc.

SUGERIR — (Do lat. **sub** e **gestare**, gestar sob).

a) Emprega-se no sentido de fazer nascer um pensamento num espírito.

b) Provocar uma **sugestão** (vide).

SUGESTÃO — a) Inducção ou intento de induzir uma idéia, crença, decisão, acção, etc., por meio da estimulação de qualquer índole, sem imperativo, nem argumentação. Se em si próprio, é **auto-sugestão;** se em outro, **hetero-sugestão.**

b) Também se usa quando, a inducção é feita eludindo as funções críticas e integradoras, e até com imperativo, como se dá na **hipnose.** Daí chamar-se essa espécie de sugestão de **hipno-sugestão,** quando há **hipnose** (vide).

SUGESTIBILIDADE — Carácter do que fàcilmente está sujeito a sofrer **sugestões.** Estado momentâneo, mais ou menos pronunciado, durante o qual as **sugestões** são fàcilmente aceitas ou executadas.

SUGESTIVO — É o que sugere, o que inspira, o que instiga.

SUICÍDIO — a) Significa, etimològicamente, matar-se a si mesmo.

b) O sentido comum é matar-se a si mesmo deliberadamente.

c) Emprega-se, também, para indicar o que mata a si mesmo por meios indirectos, mas com consciência do que faz.

Sui generis (lat.) = de seu gênero. Único em sua classe, só. Emprega-se para indicar o que, em sua classe, é único, um exemplo único.

SUJEITO — Do lat. **subjectus,** de **sub,** sob, e **jectare,** atirar, colocar sob. Vide **Jecto.**

a) Na Psic., o eu que tem as experiências.

b) A pessoa ou animal que é usado nas experimentações psicológicas.

c) O **sujeito do conhecimento** é o ser que conhece.

d) Na Lóg. e na Metafísica, o ser ao qual é atribuído o predicado (vide **Juízo**). O do qual se fala numa proposição.

e) Como adjectivo, na expressão **sujeito a,** indica-se o que é submetido a uma necessidade inevitável. «O homem está sujeito à morte.» De modo não tão forte, o em que é freqüente um acontecimento: «Estar sujeito a aborrecimentos».

De modo menos forte, o que está exposto a um mal: «Estamos sujeitos a aborrecimentos».

SUMAS — Do lat. **summa** = **soma.**

a) Suma é também assim chamada a substância de alguma coisa, ou o substancial.

b) Nome que se dá ao resumo, epítome do que há de principal numa obra literária ou científica, compêndio.

c) Nome que davam os escolásticos aos trabalhos filosóficos, nos quais compendiavam os principais temas teológicos, como a **Summa Theologica** de Tomás de Aquino.

SUMO — (Lat. verbo **sumo, is, ere, sumpsi, sumptum**). Vem de **sub,** sob, e **emo, is ere, emi, emptum,** verbo de origem obscura, que significa tomar, receber. **Sumo** é tomar para si, colhêr, acolher. Daí o substantivo **sumptio,** que é a acção de tomar, a tomada.

Essa palavra é prefixada de diversas maneiras: com **ad, adsumere,** assumir, daí assunção (**assumptio**).

De **sumptum** temos **assumptum,** assunção, **sub-sumpção.** Assumir é tomar a seu cargo, para si, atribuir-se. Um ser é **assumido,** quando tomado por outro, apropriado por outro. **Sumptio** é a acção de tomar, a tomada. O que toma assume e o que é tomado é o **susceptum** (de **suscipio,** de **subs** e **capio,** tomar, prender).

À **assumpção** corresponde a **suscepção.** Se uma forma ou um ser toma outro, êle assume o que é tomado, o **suscepto** (palavra que incluímos para indicar essa correlação).

Sumum Bonum (lat.) = o bem supremo, o bem sumo. Vide **Bem** (Soberano).

Summum genus — Vide **Genus, summum.**

Sunya-vada — Vide **Budismo.**

Sünde (al.) = **pecado.**

SUPER-EGO — Vide **Psicanálise.**

SUPERESTRUCTURA — Vide **Materialismo Dialéctico.**

SUPERFICIAL — a) É, na Mat., o **continuum,** que tem duas dimensões.

b) Na Psic., é a percepção visual, que permanece apenas em duas dimensões, sem profundidade.

c) Superficial é o que concerne à superfície.

d) Na Lóg., refere-se ao exame dos aspectos óbvios ou patentes de um problema, deixando de lado os aspectos fundamentais e profundos que possa oferecer.

e) Diz-se, em suma, de tudo quanto não revela profundidade; de tudo quanto é corriqueiro.

SUPÉRFLUO — Vide **Suficiente.**

SUPERHOMEM — Têrmo empregado por Goethe e Herder, accidentalmente, mas que Nietzsche aproveitou e popularizou. Escrevia Nietzsche em «Vontade de Potência»: «Na humanidade deve aparecer uma espécie mais forte, um tipo superior, tendo outras condições de producção e de conservação que o homem médio. A expressão de minha idéia, meu símbolo para êsse tipo é, como se sabe, a palavra **Superhomem.**»

SUPERIOR — É o contrário de **inferior** (vide). Onde há um **inferior,** há um **superior.** São, portanto, correlativos. Portanto, o **logos analogante,** que analoga tudo quanto é superior, é o mesmo de inferior, mudando apenas o **menos** pelo **mais.**

Superman (ing.) = **superhomem.**

SUPERFORMAL — É tudo quanto ultrapassa a normal estabelecida.

SUPERNATURALISMO - Diz-se da posição que admite a existência de **factos sobrenaturais** (vide).

SUPER, SUPRA — Prefixo de origem latina **super,** que sig-

nifica sôbre, além de, mas, sobretudo, em sentido **axiológico.**

SUPERORDEM — É a relação que existe entre o gênero e a espécie, sendo aquela uma **super ordem** em relação a esta, que é **subordinada.** Vide **subordinação.**

Superouomo (it.) = **superhomem.**

SUPERRACIONAL — É o que fica acima da razão comum do homem, ou os caminhos que são trilhados pelo espírito humano, quando, indo além da esquemática da Lógica, usa a iluminação ontológica, como o expusemos em «Filosofia Concreta», na qual a razão, libertando-se de sua tendência abstractista, alcança a concreção ontológica, que permite a **metamatematização** da Filosofia.

SUPERSTIÇÃO — a) Crença ou prática, na qual se manifesta a disposição ou tendência a atribuir a causas sobrenaturais ou ocultas, fenômenos que podem ser explicados por causas naturais.

b) Apêgo exagerado e sem a necessária crítica a um princípio ou a um método.

SUPERVIVÊNCIA — Vide **Vivência.**

SUPLÊNCIA — Na Lógica, significa a acepção que o têrmo toma numa proposição.

De magna importância para os exames dialécticos é sem dúvida a **suppositio,** porque trata da acepção de um têrmo em lugar de uma coisa, o que é verificado pela justa exigência da cópula. Assim, se diz «Napoleão Bonaparte é branco», o sujeito não é **supponens** (devidamente suprido), porque êle não existe mais, mas existiu. Se se diz «João é homem» e «Homem é uma palavra», nestas duas proposições o têrmo **homem** apresenta distintas acepções. Como a cópula pode indicar um ser de existência, um ser possível ou um ser de razão, é necessário que o exame da cópula seja feito para alcançar a acepção em que o sujeito é tomado. **Como há variabilidade de suppositiones (suplência), o exame é imprescindível para o bom manuseio dialéctico do raciocínio, e torna-se êste exame uma das providências mais importantes da análise dialéctica.**

Os antigos lógicos dividiam a **suppositio** (a suplência, que é pròpriamente a **acepção**) em:

Material — que é aquela em que o têrmo é tomado em sua acepção própria, em si mesmo. Ex.: **Homem** é uma palavra. Aqui refere-se apenas ao **sinal** oral ou escrito.

Formal — quando aponta à sua **significação.**

Mas essa significação pode ser própria ou imprópria (ou metafórica). Então, temos:

Formal-própria: «O leão é um vertebrado»; **imprópria** ou **metafórica:** «O leão britânico impôs-se ao mundo.»

Por sua vez, a **suppositio** própria pode dividir-se em:

Simples (lógica) — que é a acepção do têrmo em si mesmo, o que imediatamente significa. Assim, em «Homem é animal ra-

cional», há uma **suppositio** formal própria simples.

Real (pessoal) — que é a acepção do têrmo também quanto a si, mas no que significa mediatamente, como «o homem foi para casa».

Neste exemplo, vemos que o valor de suplência **(suppositio)** é singular. No entanto, na proposição: «Homem é uma espécie» ou «o homem é um ser vivo», vemos que há uma suplência universal. Por isso, a real divide-se em:

Universal (ou comum) e

Singular.

Quanto à ordem, a suplência real subdivide-se em:

Essencial (natural) e

Accidental.

A **essencial** é aquela cuja acepção do têrmo é tomado em si mesmo, ao qual intrínseca e essencialmente convém o predicado. Assim, na proposição «homem é animal», a suplência de **homem** é essencial. Essa suplência é sempre universal. Na suplência **accidental,** o predicado já não convém intrìnsecamente, mas accidentalmente. É sempre particular. Assim, dizer: «o homem briga», é igual que dizer: «algum homem briga».

Quanto à **extensão,** pode ser **universal** ou **singular,** quando sua acepção se refere a todos ou apenas a um. Assim «homem é mortal», para o primeiro caso, e «João é gramático», para o segundo.

Por sua vez, pode ser a universal; ou **distributiva,** ou **colectiva,** ou **particular.**

É **distributiva,** quando tomada distributivamente, quando há suplência para todos e para cada um. Assim, em «O homem é mortal», a suplência é para todos e para cada um dos homens.

Colectiva quando tomada colectivamente: «Os generais de Napoleão eram doze.»

A **particular** pode ser disjuntiva ou disjunta (ou confusa). No primeiro caso, a suplência é determinada quanto ao sujeito. Assim: «Algum homem corre»; no segundo é indeterminada, como em «algum pé para chutar».

Há, na lógica clássica, várias outras maneiras de classificar a suplência, e seria longo enumerá-las, bem como as justificações apresentadas por diversos autores em favor de sua posição.

Mas, o que vale para a metodologia dialéctica é o cuidado que se deve ter quanto às acepções dos têrmos e seu valor de suplência. Eis uma regra metodológica dialéctica:

É mister considerar a acepção que toma cada têrmo de uma proposição, e examinar cuidadosamente seu valor de suplência.

SUPOR — Pôr **sob.** Significa alegar, afirmar, hipotèticamente, para tirar alguma conclusão. Significa, também, conjecturar. Vide **Hipótese.** Significa crer, julgar provável.

SUPORTE — O que está subjacente às qualidades que não podem subsistir por si mesmas.

SUPOSIÇÃO — Vide **Hipótese.**

Suppositio — Na Lógica, vide **Suplência.**

Suppositum (lat.) = o que suporta, o que está **sob** as coisas.

Supposizione (it.) = **suposição.**

SUPRANATURALISMO — Vide **Supernaturalismo.**

SUPOSTO — É a substância, como o que sub-está, o que está posto **sub,** sob. Corresponde ao **suppositum** latino. É mais empregada a fórmula latina que pròpriamente esta.

SUPRAMUNDANIDADE — Diz-se do que é transcendente ao mundo. Vide **Transcendência.**

SUPRAORGÂNICO — Diz-se da sociedade humana, considerada analògicamente como um organismo: ela é **supraorgânica.**

SUPRA-PESSOAL — Vide **Impessoal.**

SUPRARRACIONAL — É o que está acima da nossa razão. Assim os mistérios da vida íntima de Deus são suprarracionais.

SURDEZ VERBAL — Vide **Memória.**

SURDO — a) O que é incapaz de reconhecer a altura dos sons.

b) O que é incapaz de ouvir.

c) Diz-se, ainda, do que é quase imperceptível ao ouvido.

Surhomme (fr.) = **superhomem.**

Surnaturalisme (fr.) = **supernaturalismo.**

Surnaturel (fr.) = **sobrenatural.**

SURPREZA — É o sentido que é experimentado em face da realização de um sucesso inesperado, ou do que se esperava, mas que nada fizemos para alcançá-lo.

SURREALISMO — Nome criado por Guillaume Apollinaire para indicar sua tendência estética. Aproveitado, posteriormente, por André Breton e, também, por uma escola literária e artística, a qual desdenha em suas expressões, o que é construído pela razão e pelos encadeamentos lógicos, realizando uma catarse dos ímpetos inconscientes e irracionais, com uma linguagem à semelhança da dos sonhos, até com expressão de clara morbidez. O têrmo em português deveria ser **superrealismo** ou **suprarrealismo.**

Survival (ing.) = **sobreviver.**

Survivance (fr.) = **sobrevivência.**

SUSCEPÇÃO — Vide **Sumo.**

SUSPEITA — É a dúvida que surge sôbre a sinceridade de outro, ou do carácter amistoso de suas atitudes.

b) É a dúvida que assalta levemente o espírito ante algum dado do conhecimento.

SUSPENSÃO — Nome que se dá à **ataraxia** do sábio pirrônico, que se abstém de julgar. Vide **Céticos, em Sinopse da História da Filosofia.**

SUTIL — a) O que é composto de partes muito finas, delgadas, tênues, leves quanto ao que é material.

b) Emprega-se com referência ao espírito, que é fino, agudo, penetrante, capaz de distinguir onde o **comum** confunde **(subtileza,** espírito de subtileza); o que tem extrema penetração, capacidade para realizar ou captar coisas extremamente finas, sumamente engenhosas.

Svabbava — (Sânscrito) — É a coisa em si para os hindus. Vide **Coisa em si.**

Symbole (fr.) = **símbolo.**

Symbolics (ing.) = **simbólico.**

Stoikeion (gr.) = **o elemento.**

Symbolik (al.) = **simbólica.**

Symbolique (fr.) = **simbólico.**

Symbolisch (al.) = **simbólico.**

Symétrie (fr.) = **simetria.**

Symétrique (fr.) = **simétrico.**

Symmetria (gr.) = **simetria** (vide).

Symmetrie (al.) = **simetria.**

Sympatheticus (lat.) = **simpático.**

Sympathia (lat.) = **simpatia.**

Symposion (gr.) = **banquete.** Vide **Simpósio.**

Synallagmaticus (lat.) = **sinalagmático.**

Synbebekôs (gr.) = **accidente.**

Syncategorematicus (lat.) = **sincategoremático.**

Syncretismus (lat.) = **sincretismo.**

Syndéresis (lat.) = **consciência moral.**

Synekes (gr.) = **o contínuo.**

Synkrinein (gr.) = **unir, reunir.**

Synollon (to synollon) (gr.) = composto, totalidade, **holon,** e **syn** com... Na concepção de Aristóteles é o resultado da conjunção da **forma** e da **matéria** (vide êstes têrmos). É o fundamento da doutrina hilomórfica, vide **hilomorfismo.**

Synthesis — (Do gr. **syn,** com, e **thesis,** tese, posição) = composição, justaposição, síntese.

Syntima (gr.) = **encontro fortuito, coincidência.**

Systhema (gr.) = **sistema.** Do verbo **synisthemi,** que significa juntar, reunir, formar uma totalidade.

Mário Ferreira dos Santos

DICIONÁRIO
DE
FILOSOFIA
E
CIÊNCIAS E CULTURAIS
T - Z

4.º VOLUME

EDITÔRA MATESE
Av. Irerê, 382 (Planalto Paulista)
SÃO PAULO — BRASIL

1.ª edição em março de 1964

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELO AUTOR

T

TABÚ — a) Nome polinésio, que se popularizou na Inglaterra, desde início do séc. XIX, e depois se universalizou, que significa o que é proibido de tocar. A árvore, que não se pode tocar, é a árvore **tabu,** etc.

b) Dá-se o nome de **tabu** a tôda proibição convencional, imposta por tradição ou costume a actos, maneiras de proceder, palavras, gestos, etc., cuja infracção é matéria, não de perseguição legal, mas de reprovação, perseguição social e ignomínia.

c) Nas religiões, o **tabu** religioso são os lugares sagrados, os objectos, etc., que não podem ser tocados pelas pessoas comuns.

d) Na Psicanálise, usa-se o têrmo para indicar a proibição heterônoma sôbre acções desejadas. O **tabu** é universal, mas relativo ao grau de cultura de cada povo ou época.

TÁBUA — (Do lat. **tabula,** possìvelmente oriundo do inusitado **taba**).

a) Significava prancha de madeira ou de outra coisa. Como nas **tábulas** escreviam os antigos romanos, a palavra passou a ser usada para indicar o que contém, ordenadamente, certas prescrições. Daí surgir o nome **tábua** e **tabela,** que é um diminutivo daquele, em expressões como as seguintes: **tabela (ou tábua) sinóptica,** que é onde se recolhem nomes, títulos, valôres numéricos, etc.; **tábua analítica,** tábua de logaritmos, etc.

b) Temos o exemplo das tábuas da Lei, de Moisés, onde estavam inscritos os dez mandamentos.

c) Nietzsche usava essa expressão para indicar a sinopse dos mandamentos de qualquer época histórica.

TABULA RASA — Literalmente, tábula limpa, não escrita. John Locke defendia que o conhecimento humano começava pela experiência, o que é uma tese empirista, já anteriormente defendida pelos escolásticos. Mas afirmava que o intelecto humano é como uma **tabula rasa** (tábuas em que os romanos escreviam e que eram revestidas de cera), na qual se imprimem as primeiras sensações. Negava, assim, houvesse algo de inato no homem, e conseqüentemente **idéias inatas,** sem negar, porém, a necessidade

de algo antecedente, pelo menos essa **tabula rasa,** essa capacidade de receber impressões. E como as impressões recebidas são proporcionadas à **tabula,** que é o espírito humano, alguma coisa antecede à experiência, e constitui um factor no resultado da experiência, pois só se gravam na **tabula rasa** o que é proporcionado a ela. Os que defendem sèriamente algo de inato e **a priori** no homem, afirmam apenas a **tabula rasa,** do conhecimento, que Locke e os empiristas virtualizam, mas que precisam dela, porque a impressão não se gravaria se não tivesse o em que se gravar, e como não se gravam todos os estímulos exteriores, mas apenas os proporcionados à **tabula rasa** do conhecimento, o conhecimento é, de certo modo, um producto, não só do exterior, mas da cooperação de algo que o antecede. É sôbre isso que se esqueceram de meditar os empiristas.

TÁCITO — (Do lat. **tacere,** calar). É o que é aceito ou suposto implicitamente, sem ter sido expresso em palavras e também sem ter geralmente sido reconhecido. Emprega-se muito na expressão **suposição tácita.** É o contrário de **explícito** (vide).

TACTEAMENTO (Crítica à teoria do) — Surgiu esta teoria após os trabalhos e observações de Jennings, que foram continuados por Thorndike.

Parte essa doutrina da aceitação de alguns princípios apriorista, como o da actividade própria do sujeito, e de princípios empiristas, como o da adopção da boa solução, que depende, em última instância, da pressão do meio externo.

A adaptação do ser ao meio ambiente processa-se por métodos de tacteamento, por meio de ensaios e êrros, em suma.

É ao sujeito que se deve a producção de ensaios, mas são êles fortuitos quanto ao objecto, e é devido a êste que se dá a selecção, segundo se ofereçam boas soluções.

Vê-se que para essa posição a actividade intelectual, ou vital, é independente do meio exterior, no tocante à sua origem, mas êste revela o valor do que se realiza, que é determinado pelo bom êxito.

O sujeito, assim, tacteia. E dos ensaios e êrros, forma-se a inteligência.

A acomodação dos esquemas através de acomodações progressivas é o exemplo dêsse tacteamento, como, por ex.: o da criança, que abre a bôca para aumentar a abertura de uma caixa de fósforos, como mostra Piaget.

Em suma, os expositores da teoria do tacteamento nos revelam a actividade acomodadora dos esquemas, cuja história nos mostra as suas complicações sucessivas.

1) actividade tacteante dirigida (que se confunde com a assimilação) tacteamento impuro; e

2) um tacteamento puro, que se efectiva ao acaso, com selecção de providências favoráveis.

Ora, nós sabemos que as tensões formam estructuras, cujos elementos internos complicam-nos

mùtuamente (relação entre as partes e destas com o todo). Tôda tensão, no plano biológico, como no psicológico e social, forma um esquema, que tem um processo e, neste, um dos seus períodos é o da assimilação.

Essa implicação, já notava Claparède, «mergulha suas raízes nas camadas motrizes do ser. Poder-se-ia dizer que a vida implica a implicação».

Êsse traço de união entre a organização sensório-motriz e a implicação é a assimilação.

As acções proveitosas tendem assim a repetirem-se, que nada mais é que a assimilação reproductora de Piaget.

O movimento não sistemático (tacteamento puro) já tem uma direcção, pois busca algo. É uma acomodação dos esquemas anteriores em busca de assimilações.

TACTICA — a) No sentido militar, significa a **estratégia,** o conjunto de operações, que se planejam para derrotar o inimigo, e que considera todos os elementos disponíveis de um lado e de outro.

b) Táctica é também a execução do plano estratégico.

c) Na vida social, é a maneira de actuar eficazmente no trato com os outros e nos empreendimentos para alcançar fins propostos.

TACTIL — É o que concerne ou é relativo ao tacto, segundo todos os modos de conhecer.

Verdade **táctil-visual** é a que procura o homem de fraca mente filosófica. Êle só admite como verdade o que é adequado aos seus esquemas tácteis ou visuais, que é o seu único critério de verdade. É o que caracteriza a filosofia de mente vulgar de que falava Aristóteles, a daquêles que não conseguem ir além da pequena faixa de notas, que lhe oferecem os sentidos.

TACTISMO — É o deslocamento que sofre um ser vivo, quando influenciado por excitantes, factôres físicos e químicos, que actuam sôbre êle numa só direcção, assim como a luz, o vento, etc. O **tactismo** é **positivo** quando o ser se aproxima da fonte de excitação, e é **negativo** quando dela se afasta.

TACTO — a) É o sentido do tocar.

b) Diz-se, também, da sensação táctil, que as coisas oferecem. «Qual é o tacto dessa coisa? Aveludado, áspero, macio?»

c) Metafòricamente, emprega-se para indicar habilidade, intuição segura ou delicada de uma «pessoa de tacto».

Tactum lat. pl. **Tacta** = o que se toca: a sensação táctil.

Tagathon (to) (gr.) = É a causa final para Aristóteles. Vide **Causa.**

TALENTO — Diz-se do grau de aptidão de uma pessoa, que é capaz de adquirir conhecimentos, fàcilmente, em certos sectores do conhecimento, e de se tornar perito nos mesmos e até criador.

TANATISMO — Do gr. **Thanatos,** morte). Têrmo criado por

Ernest Haeckel, para indicar a mortalidade da alma humana, em oposição a **atanatismo**, que seria imortalidade.

TANATOFOBIA — (Do gr. **Thanatos**, morte e **phobia**, aversão, mêdo). É o mêdo mórbido à morte.

TANATOMANIA — (Do gr. **Thanatos**, morte e **mania**, loucura). Mania suicida ou homicida.

TANGIBILIDADE — (Do verbo latino **tango, is, ere, tetigi, tactum** tocar, apalpar, manejar).

É o carácter do que é tangível.

TANGÍVEL — (Do lat. **tangibilis**, de **tango**, que no particip. passado faz **tactu**, que significa tocar, apalpar).

a) O que pode ser tocado.

b) Por metáfora, o que podemos compreender.

Tat (al.) = **acto.**

TÁTIL, TATISMO, TATO e derivados. Vide **Táctil, Tactismo, Tacto.**

Tatsächlikeit (al.) = **efectividade.**

TAU — Na filosofia chinesa é o Caminho; princípio. A ordem cósmica; natureza. Diz Lau-Tsê: «O Tau, que pode ser expresso por palavras, não é o eterno Tau». No verdadeiro Tau está tôda a realidade. E prossegue Lau-Tsê: «O Tau produziu o Um; o Um produziu o Dois; o Dois produziu o Três; e o Três produziu tôdas as coisas.»

Segundo as diversas maneiras de conceber o mundo, na filosofia chinesa, há diversas maneiras de conceber o Tau. Vide **Filosofia Chinesa**, em **Sinopse da História da Filosofia.**

TAUISMO — Vide **Filosofia Chinesa**, em **Sinopse da História da Filosofia.**

TAUTOLOGIA — a) Proposição idêntica, cujo sujeito e predicado constituem um mesmo conceito, ou sejam, são unívocos, embora expressos por têrmos verbais diferentes.

b) Diz-se, também, pejorativamente, quando o predicado nada mais diz do que o sujeito. **Truísmo** (vide).

c) Sofisma que consiste em parecer ter demonstrado uma tese ao repetir-se com outras palavras o que se desejava provar. Vide **Petitio principii.**

TAXINOMIA — (Do gr. **taxis**, palavra e **nomos, lei**). É a teoria das classificações. A parte da Botânica, que trata da classificação das plantas, chama-se **taxinomia.**

TÉCNICA — (**Tekhnê**, em gr., é a arte manual, a indústria. **Tekhnikôs**, é o que concerne a uma arte, o que é próprio de uma arte).

a) Daí formar-se o conceito **técnica**, que é o conjunto dos processos definidos e sistemàticamente ordenados, com o fim de produzir certos resultados julgados úteis ou convenientes.

b) Emprega-se, também, para indicar os métodos organizados de uma disciplina científica; ou seja, os meios para alcançar o resultados desejados.

c) Na Estética, é o conjunto dos processos, que são indispensáveis como instrumentos ou materiais para alcançar o fim desejado. Assim se pode falar na técnica de um estilo, de uma escola. Como adjectivo, **técnico, técnica** refere-se a tudo quanto é concernente à técnica, ou que tem qualquer aspecto referente à técnica.

TÉCNICA SOCIAL — Sociològicamente, há três modos de aplicação da **técnica social:**

1) a fôrça;

2) a persuasão;

3) a troca de vantagens.

Quando modificamos a atitude e os sentimentos de outros, usando do constrangimento brutal, isto é, de fôrça material, realizamos uma **violência.**

Há o exemplo do roubo, do assassínio, e se incluem ainda os actos de defesa, quando alguém é atacado, como na legítima defesa.

Em geral tais actos directos são os menos praticados, felizmente. Usam-se outros meios, indirectos, mais subtis até para exercer-se ainda a **violência.** Temos a **intimidação,** na qual não se actualiza a violência, mas se demonstra, de modo patente, que se pode empregá-la.

Um indivíduo fraco cede fàcilmente às exigências do mais forte, sem necessidade dêste empregar a violência em acto.

Mas há aí **violência** pelo menos potencial.

Então, podemos considerar a violência de dois modos:

1) activa — quando no momento de empregá-la;

2) potencial — quando oferece possibilidades indubitáveis de que pode ser empregada.

Exibições de fôrça, como se costumam fazer, através de paradas militares de organização policial, etc., podem **intimidar** a muitos.

Em tôda a história humana, essas exibições de fôrça foram usadas das maneiras mais diversas: guardas especiais, paradas, realizações até de violências menores para indicar as maiores possibilidades, etc.

Contra tais violências ou suas ameaças, na ordem social, há o recurso do direito, mas êste precisa estar amparado numa fôrça para que se possa impor, pois ainda não se instaurou na vida humana a nítida compreensão do que é justiça.

A fôrça, manifestada como violência, usa também meios, como o dinheiro, com o qual se podem manejar poderes disponíveis.

A história humana registra o emprêgo da violência sob todos os matizes.

A persuasão também é usada, mas quando esta falha, tende-se a recorrer à violência. Quando não se pode usar a violência, ou quando esta implica ou admite possibilidades de reacções maiores, prefere-se a persuasão.

A história do colonialismo é bem patente. Os povos colonizadores usaram a persuasão. Mas, logo que encontraram defeitos nesta, não titubearam em empregar a violência como um meio de

impor a sua ordem e a superioridade dos seus interêsses sôbre os povos dominados.

Mas o colonialismo tem várias formas de manifestar-se.

Ora é **activo,** impondo aos povos mais fracos o seu poder, como o fizeram a Inglaterra, França, etc. ou então é **passivo,** impondo aos povos já libertos a impressão da sua subserviência cultural às metrópoles do colonialismo, como se vê entre nós, que somos colonialistas passivos, e não acreditamos em nossas possibilidades, e só admiramos o que vem dos dominadores, como já o foi no tempo do Brasil Colônia, em que tudo o que havia de bom, mesmo feito aqui, trazia o título **do reino,** como a pimenta do reino, que nunca foi de Portugal, etc.

O emprêgo da violência apresenta-se, assim, através de vários modos, ora pelo emprêgo da fôrça bruta, como também por meios mais subtis, pois, na própria persuasão, está ainda velada certa violência (potencial sem dúvida), razão porque nem sempre é fácil distinguir onde termina a violência e onde começa a persuasão pròpriamente dita.

Os defensores da violência justificam-na em face de circunstâncias em que os meios de persuasão são incapazes de evitar males maiores. Todos os povos que vão à guerra justificam a violência. No entanto, é ela geradora sempre de relações sociais negativas (e opositivas).

A fôrça empregada provoca uma fôrça oposta de resistência. Tudo o que é imposto, sem o assentimento dos outros, não pode durar. Por isso não duraram as grandes violências organizadas na história. O constrangimento pela fôrça gera a obstinação do que a sofre. O emprêgo da violência, por ser destructivo e provocador de oposições, não pode perdurar, nem perseverar.

A persuasão, no entanto, tem um papel mais sólido na história humana, porque nela há um acôrdo, e provoca espontaneidades convergentes, que se manifestam numa acção combinada.

Ela apresenta modalidades:

a) seducção, quando explora certos prestígios ligados aos instintos, encantamento da graça e da beleza, do amor;

b) por demonstração, quando usa argumentos contra as objecções;

c) por ensinamento, quando se oferecem explicações que abrem novas perspectivas.

Embora a persuasão ofereça tantas vantagens na vida social, a lentidão de seu processo e as limitações que oferece, leva muitos a indicar suas desvantagens e a erguer panegíricos à violência.

A ameaça, apoiada pelo poder, actua logo.

Se, na verdade, o progresso da ciência e da técnica aumentam os meios de persuasão, consideram, porém, que tais benefícios são ainda limitados. Não é hoje tão necessária a fôrça para fazer um doente tomar um remédio, ou obrigar uma população a vacinar-se.

A ameaça dos perigos decorrentes é suficiente para levar a muitos a **persuadirem-se** dos argumentos da ciência. Mas, nesses casos, ainda vemos o emprêgo de uma ameaça potencial.

Os grandes recursos da propaganda favorecem muito o trabalho de persuasão. Mas há veladamente, ao menos, um recurso à ameaça e à coacção moral muitas vêzes.

Mas é fundamental, também, nas relações humanas, a troca de vantagens ou de serviços. Consiste esta na execução de um acto em troca de outros. Neste caso, estamos em face de relações sociais **bilaterais.**

Essas trocas se processam de diversas maneiras, mas muitas delas levam implícitas a persuasão e até a violência potencial. Por exemplo, no caso de remuneração por serviços prestados, pode actuar, como na verdade actua, uma necessidade, ou a ameaça de um prejuízo maior. Muitos que trabalham e empregam seus serviços fazem-no sob o constrangimento de uma necessidade, e se aceitam uma determinada remuneração a tal são levados por se sentirem ameaçados de um mal maior, se negarem aceitá-la.

A actividade não remunerada só se realiza sob fundamentos afectivos ou de índole ideal, como religiosos, etc. Também há exemplos de actividades efectuadas apenas por espírito de abnegação, em certas circunstâncias.

Não é difícil ver, neste ponto, quanto influem a violência, a persuasão, a troca de vantagens sôbre as idéias sociais. Pois, no processo das relações humanas, em que tais elementos estão presentes, surge a consciência de situações não julgadas justas nem convenientes. E podemos dizer que tôdas as idéias políticas fundam-se numa visão geral do carácter e do valor dêsses aspectos, que são tão importantes, e que despertam os maiores e mais apaixonados debates entre os homens.

É de relevância também, nas relações humanas, os actos desinteressados, como os presentes, trocas de gentilezas, etc., que têm um papel muito grande no aumento da fôrça social, tanto no indivíduo como dos grupos sociais.

TECNOLOGIA — É o estudo dos processos técnicos em seus aspectos gerais e especiais, examinados segundo as suas relações com o desenvolvimento cultural dos povos.

TECTÔNICA — (Do grego **Tekton,** o obreiro que trabalha a madeira, carpinteiro. **Tektonika,** cujo radical sânscrito é **taksatasti,** significa a arte da arquitectura, a arte da construcção).

Emprega-se o têrmo na Filosofia para referir-se à construcção filosófica. «Tôda a tectônica escotista funda-se em...» **Tectônico** é tudo o que se refere à construcção.

TÉDIO — Vide Aborrecimentos.

TEÍSMO e DEÍSMO — Ante a idéia da divindade, há duas posições: a **teísta,** que aceita a existência de Deus, e a **ateísta,** que nega ou duvida desta existência.

Teísmo opõe-se tanto ao ateísmo como também ao panteísmo. Para o teísmo, Deus é pessoal, e causa do mundo. Para o panteísmo, tudo é Deus.

Para o **deísmo,** a concepção de Deus não é nítida. E os deístas caracterizam-se por sua oposição à revelação, às religiões reveladas. Êste têrmo foi cunhado por Littré. Bossuet classifica o deísmo de um «ateísmo disfarçado».

Há certa semelhança entre o deísmo e a teosofia moderna. A teosofia apresenta-se como um conhecimento de Deus e das coisas divinas, obtido através de um aprofundamento da vida interior. O teósofo não é um metafísico, mas um vidente religioso, iluminado. Tende naturalmente, a interpretar tudo pelos esquemas religiosos que constrói, e a dominar as fôrças da natureza pela prática de certos meios.

Costuma-se incluir entre os teósofos a Jacob Boehme, Swedenborg e Steiner.

A teosofia é também considerada um panteísmo emanatista, como se vê por estas palavras de Annie Besant, um dos seus apóstolos: «Cremos num Princípio Divino universal, do qual tudo procede e no qual tudo será reabsorvido no fim do grande ciclo do Ser. Nossa Deidade é **it is** (em neutro) o misterioso poder de evolução e de involução, a omnipresente, a omnipotente e até omnisciente Potencialidade criadora.»

Téknê (gr.) = **arte, indústria, técnica.**

TELEGNÓSIS (Do gr. **tele,** distância e **gnosis,** conhecimento). É o conhecimento que se processa de uma mente para outra, sem o emprêgo de meios perceptivos, nem pela presença de corpos. Vide **Telepatia.**

TELEGONIA — Suposta influência de uma impregnação anterior sôbre o carácter do descendente da mesma fêmea e de outro macho. (Howard C. Morgan).

Teleion (gr.) = **o acabado, o perfeito.**

TELEMATISMO — (Do gr. telema, vontade). Equivale a **voluntarismo** (Vide).

TELEMATOLOGIA — (Do gr. **telema,** vontade) Doutrina da natureza e fenomenologia do querer.

TELEOLOGIA — (Do gr. **telos,** fim e **logos,** tratado, ciência).

a) Estudo da **finalidade** (vide) em qualquer acepção que se tome êste têrmo.

b) Sistema filosófico, que considera o mundo como um sistema de relações entre meios e fins.

c) É a teoria que estuda a finalidade do homem, sua vida futura, as causas finais, os valôres, Deus.

d) É o têrmo empregado em oposição a **mecânico,** sobretudo a mecanicismo, que postula serem os factos do mundo dirigidos por causas meramente mecânicas sem finalidade alguma. Para o mecanicismo, o futuro é determinado pelo passado; para a **teleologia** o futuro está presente no presen-

te e no passado, porque os sêres acontecem, tendendo para algo, do contrário não aconteceriam, pois para algo acontecer é preciso que algo tenda para alguma coisa, um têrmo, pois o próprio **devir (vir-a-ser)** das coisas revela um tender para uma direcção. Ora, essa direcção é sempre proporcionada à natureza do móvel, coordenado com os factôres que o produzem. Assim o futuro já está contido, em parte, no presente e no passado. E é êste futuro, que é o vector para o qual tendem as coisas, uma finalidade já dada prèviamente. Vide **Causas.**

e) A **teleolologia** está presente nas seguintes esferas do conhecimento: na Biologia, no Vitalismo; na Psicologia, no Instinto; no Hedonismo, no Voluntarismo.

f) Na Epistemologia, vêmo-la, no Pragmatismo, no Voluntarismo, etc.

g) Na Metafísica, é a que afirma que a realidade é ordenada por causas finais também.

h) Na Ética, a que afirma que o acto ético é um tender para o fim supremo. Vide **Ética.**

TELEOLÓGICO — O que concerne ou se relaciona com uma finalidade.

TELEPATIA — Capacidade de conhecer pensamentos alheios sem a ajuda de sentidos especiais.

TELERGIA — (Do gr. **Tele,** distância e **ergon,** fôrça, trabalho). É o poder que exerce uma pessoa para influir mentalmente em outra. É a base da **telepatia** (vide).

TELÉSIS — (Do gr. **tele,** distância). Acção de realizar algo à distância, etimològicamente. Significa a realização ou cumprimento de um fim, de uma decisão, de um propósito.

TELESTESIA — Capacidade de sentir à distância sem o meio sensório.

TÉLICO — (Do gr. **telos** = fim). Indica o que tem fim, um propósito, uma intenção. Contrário de **Ecbático.**

Telos (gr.) = fim, meta, têrmo a alcançar, o para que de uma coisa.

TEMA (Do gr. **Thema,** cujo genitivo é **thematos** que vem do radical **dhe,** colocar, é o que se coloca, o que põe. **Thesis** é a acção de pôr, de colocar).

a) Significa, pois, o que se coloca como objecto de estudo, de reflexão, de desenvolvimento, de discussão.

b) Emprega-se, também, para indicar o guia de processo de desenvolvimento de alguma coisa, seu **tema.** Esta acepção é pouco usada.

TEMÁTICA — Do gr. **Thema,** no genitivo, **thematos,** o que se põe, o que se coloca para examinar, forma-se **thematiká,** cujo radical indica a arte de propor temas, ou o conjunto coordenado dos temas de uma disciplina. Assim se pode falar em **temática filosófica;** ou seja, o conjunto coordenado dos temas que pertence à Filosofia.

Témoignage (fr.) = **testemunho.**

Temperantia (lat.) = **temperança** (moderação).

TEMOR — Atitude emotiva, que se caracteriza por um carácter desagradável, e com a representação vaga de um mal, que pode suceder. É o contrário de **esperança,** pois, nesta, há a previsão agradável do futuro. Distingue-se de **mêdo** (vide).

TEMPERAMENTO — De **temperar,** de modificar alguma coisa por meio de sua mistura com outro. Daí o acto de moderar, de atenuar.

a) Na Psic., é a natureza afectiva geral de um indivíduo, a qual é determinada pela herança e pelo desenvolvimento histórico de sua vida.

Diz-se da soma dos efeitos produzidos sôbre a própria vida psíquica pelo metabolismo ou mudanças químicas, por que passa o organismo, que modificam o carácter, segundo graus de intensidade e de direcção em todas as reacções do indivíduo e estímulos e situações específicas. Segundo Hipócrates e Galeno, era o producto do predomínio de um dos **humores** no corpo. Dividiam os temperamentos em quatro: **sanguíneo** (predomínio do sangue); **bilioso** ou **colérico** (a **bilis**); **linfático** (a linfa) e **melancólico** ou **nervoso.**

Modernamente, o temperamento se atribui à influência das glândulas endócrinas.

TEMPERANÇA — Uma das quatro virtudes **cardeais.**

A temperança é também a moderação. Consiste ela na moderação nas tendências aos apetites sensíveis, cuja satisfação desregrada põe em risco a saúde do corpo e da alma. Consiste a temperança em conter os desejos dentro dos limites justos, que são estatuídos pela razão.

A temperança para com os alimentos é a **sobriedade;** para com a prática dos actos sexuais é a **castidade;** para com a exibição do que ofende a castidade é a **pudicícia;** no refrear as paixões e a concuspiscência é a **continência;** no apetite das glórias humanas é a **humildade;** no moderar a ira é a **mansuetude** ou **clemência;** na moderação dos aspectos exteriores é a **modéstia;** a moderação no castigar é a **clemência.**

Seu contrário é a intemperança, a imoderação, que surgem dos excessos, que levam a perder o justo meio.

Sem dúvida que, para a plenitude humana, tais virtudes são exigidas, pois como pode o homem concretamente atingir o máximo da perfeição humana sem tais fundamentos virtuosos?

E não é só a presença dos mesmos, mas a sua harmonização.

Pois onde há valentia sem a prudência, não se alcança os excessos contrários a tais virtudes? Pode a moderação sem a prudência ser completa, e também a justiça sem a moderação, sem a valentia e sem a prudência? E de que vale a prudência se não lhe assistirem a valentia, a justiça e a moderação?

É a harmonização de tais virtudes que constitue o fundamento ético do homem. E as normas morais, estabelecidas no âmbito social, tendem a dar o imperativo que determina o cumprimento

delas, sem as quais o homem não atinge concretamente a plenitude de si mesmo na imanência social.

A educação ética do homem, portanto, deve tender ao desenvolvimento de tais hábitos (virtudes), e a pedagogia devia sôbre elas debruçar-se melhor, estudando-as, também, para achar as verdadeiras normas educativas, capazes de construir homens prudentes (sábios), justos, valentes e moderados.

Sem tais virtudes, o homem, concretamente, falha; não atinge a sua plenitude possível.

TÊMPERA — a) Consistência que se dá aos metais.

b) Figurativamente, é o gôsto, o modo, o estilo. «Um homem de velha têmpera.»

c) Organização moral, a índole, o carácter. «A têmpera de um homem».

d) Temperado é o que guarda **temperança.**

Na Música, diz-se **temperado** o instrumento afinado. «Cravo bem temperado», de Bach.

TEMPLO — a) Lugar descoberto e sagrado entre os romanos. b) Edifício público consagrado à divindade pelas religiões.

c) Sala ou loja, onde se reunem os maçons para realizar suas sessões.

TEMPO — No pensamento aristotélico, o tempo é a medida do movimento, mas não é movimento, e sim simultâneo com êle. É pelo movimento que se define o tempo, que é uma medida extrínseca do movimento. O tempo não é o número pelo qual numeramos, mas numerado, e numera o movimento, segundo os dois últimos tempos, por dois **agoras.**

Não é um número **simpliciter (numerans),** mas número numerado. Sem o movimento não há o tempo. Desta forma, o tempo é o número do movimento.

É o que flui num contínuo divisível e sempre divisível. É a quantidade contínua das coisas numeradas. O tempo não conhece corrupções; é sempre simultâneo e igual, e sempre o mesmo, apesar de se falar num tempo mais veloz ou menos veloz. O tempo não pode ser infinito se a magnitude é finita. O tempo e o movimento são infinitos, não em acto. Se o tempo é contínuo, não é necessário que o movimento seja contínuo.

Para as outras concepções vide **Espaço.**

TEMPORAL — Na Filosofia, é o que se dá no **tempo,** apenas no **tempo.**

TEMPORALISMO — a) É a concepção da realidade como algo que está em incessante mutação.

b) Na Filosofia, é a concepção do Devir, do vir-a-ser, e opõe-se à concepção eternalista, que considera o Ser como a verdadeira realidade.

TEMPORARIEDADE — Carácter do que é **temporário.**

TEMPORÁRIO — Diz-se do que não dura, do que passa rápido pelo tempo, do que tem tempo limitado para ser.

Tempus (al.) = **tempo.**

TENACIDADE — Vide **Cardeais (Virtudes).**

TENDÊNCIAS e as inclinações

A psicologia de profundidade, com seus acurados estudos, sobretudo depois da obra de Ribot, Freud, Adler, Jung, Steckel, Reik e muitos outros, nos revelou a constância de dois impulsos fundamentais do homem:

a) **impulso de morte,** ou de destruição, tendente para o não-ser, como o chamam alguns;

b) **impulso de vida, de integração,** tendendo para a afirmação, para a conservação do ser.

Podemos compreender êsses dois impulsos como manifestações, no ser vivo, de duas ordens energéticas, de duas ordens dinâmicas, que se observam em tôda a natureza e que, no ser vivo, tomam aspectos qualitativos diversos dos que se observam nos factos físicos.

Encontramos, constantemente, nas obras de filosofia o emprêgo de têrmos tais como tendência, inclinações, propensões, que se nos apresentam quase sempre como sinônimas. É opinião de muitos que a psicologia moderna ainda não tem elementos capazes para formular as significações claras que distinguem os conteúdos dêsses têrmos.

Embora os dicionaristas definam inclinação como tendência, propensão; e tendência, como inclinação, propensão; e propensão como tendência, inclinação, isto é, definem uns pelos outros, podemos, no entanto, separar algumas significações para êsses três têrmos.

Vejamos: a inclinação é uma tendência, mas consciente; dirige-se para um fim como tôda tendência. Mas esta tem um sentido mais potencial, pois a **tendência** é um tender para, é uma possibilidade de realizar-se.

A inclinação é uma consciência dessa tendência e há nela uma forma activa, de vontade.

A **propensão** é um pender, uma tendência favorável, uma disposição favorável para alguma coisa, da qual se pode ter consciência, mas falta-lhe o aspecto activo, a vontade. Quando alguém tem tendência para algo, pode ter também para o seu contrário.

A inclinação é a propensão levada a um fim, activa. Assim:

tendência — propensão — inclinação.

São êsses os três graus de um **tender para...**

É muito comum a confusão entre inclinação e **instinto.** A distinção é simples: no instinto, há a sugestão imediata de actos ou de sentimentos determinados, mesmo **sem consciência** de um fim ao qual êles se ligam, se prendem, enquanto a inclinação coloca um fim, de forma mais ou menos consciente, determinado, mas sem a representação dos meios a empregar para atingí-lo.

Nossas inclinações são constituídas de tendências primitivas, que são o fundo de nossa nature-

za, mas também modificadas pelos hábitos adquiridos, pela educação. Tôdas essas tendências vão acompanhadas de prazer, quando favorecidas, e de desprazer, e até de dor, quando contrariadas.

A inclinação é a propensão levada a um fim, é activa, portanto.

Modernamente se classificam:

a) **pessoais** ou egoístas — cujo objecto é o bem de quem as experimenta;

b) **altruístas** ou sociais, que têm por objectos outros indivíduos;

c) **superiores,** ideais ou desinteressadas, que têm por objecto realidades superiores (também chamadas de **impessoais**).

Entre as **pessoais,** temos: as de origem fisiológica: 1) a **fome** e 2) a **sêde,** cuja satisfação, ou não, oferece prazer ou desprazer; 3) a **sexual.**

Estas inclinações, chamadas em geral **apetites,** sofrem influências psicológicas e actuam sôbre o psiquismo. São elas mais ligadas profundamente ao somático, portanto se objectivam, como é característica do funcionamento da sensibilidade.

Assim o amor, como apetite sexual, é objectivante. O objecto de sua satisfação é objectivado. No amor, já afecto, já sublimado do sexual, o ser amado não é objecto, mas, por ser pessoa, implica uma **frônese** que ultrapassa ao campo meramente do imanente, que é o campo da ciência, e já exige um estudo que penetra no terreno da metafísica.

As inclinações altruistas e sociais são, quanto ao objecto, **inclinações familiares,** e temos:

O **amor,** já distinguido do puramente sexual, que se dirige ao outro sexo. O amor pode dirigir-se aos pais, aos filhos, etc., tomando os objectivos que o qualificam (amor filial, paternal, etc.).

A **amizade,** que para Tomás de Aquino é «um amor de benevolência mútua, fundada sôbre uma certa comunicação», é um dos temas mais controversos da psicologia. Quem nunca teve um amigo, não acredita em amigos; quem já os teve, afirma a amizade. Sem reciprocidade não há amizade. Um sentimento de simpatia, sem reciprocidade, não é amizade. Esta pode formar-se entre vários, mas a ideal é entre dois.

A camaradagem é um início de amizades sólidas, mas apenas isso. O **amor conjugal,** surge do amor que no noivado é diferente de quando no casamento, pois há comunidade de bens, e aquêle se fortalece ou não.

Entre as inclinações sociais, temos: o espírito de classe, de grupo, que une fortemente as pessoas, dá-lhes o sentido da solidariedade (**solidus,** sólido, um bloco só), o sentimento patriótico, o humanitarismo.

TENRO — a) O que é brando, mole; também o que é delicado, mimoso.

b) Emprega-se, na Psic., para indicar os sentimentos **tenros,** sentimentos em que há uma afectividade branda, delicada, amorosamente suave, meiga, sem a fôr-

ça impulsiva das paixões, mas cheia de mimos, daí **ternura,** que é a qualidade do que é terno, meigo, carinhoso. Tanto **tenro** como **terno** têm sua origem no lat. **tener.**

TENSÃO (do gr. **tonos,** de **teino,** segurar, tomar, no radical sânscrito **tan**). a) Era usado pela escola estóica grega para indicar o esfôrço interno (a coesão interna) que dá a tôda coisa a coerência de sua natureza, quer resida êsse esfôrço na própria coisa, ou dado por uma outra mais perfeita. É algo em acto que coacta (co-acta) os elementos componentes de uma coisa, dando-lhe a coerência geral de sua estructura.

b) Chama-se, ainda, de tensão, o esforço da vida mental, que oscila entre extremos na captação do conhecimento e no contacto com as coisas do mundo.

c) Emprega-se, ainda, o têrmo para indicar o grau de deformação de um corpo produzido por um esfôrço determinado.

d) Diz-se do estiramento muscular extremado produzido por um esfôrço voluntário.

e) Estado de desequilíbrio em um organismo, e que conduz a uma mudança de conducta, com o fim de restaurar o equlíbrio.

f) Sôbre o conceito, no sentido, de **a,** vide **Existência e Essência.**

Crítica: — Uma tensão consiste em uma unidade, que é especìficamente diferente dos elementos componentes.

A água não é uma espécie do oxigênio, nem do hidrogênio, nem corresponde a uma fase do desenvolvimento dêstes, porque ela surge de um correlacionamento **aríthmico,** numérico no sentido pitagórico, sem o qual a água não seria água. Êsse **arithmós,** êsse número, é o **pelo qual** a água é o que ela é. É o esquema da tensão da água. É o que Aristóteles entendia por **causa formal,** e também por **forma** das coisas físicas. Os correlacionamentos (cujo conceito está expresso na tríada pitagórica menor, a tríada da série) mostram-nos que, em suas actualizações correlacionais, os entes sofrem uma interactuação que modifica total ou parcialmente o **arithmós** de cada ser componente, permitindo o surgimento de um novo **arithmós,** especìficamente outro, dando-se, assim, ou a geração relativa ou a simples (a absoluta). A primeira dá-se quando há modificação apenas entre o **minimum** e o **maximum** do variável do **arithmós** (como, por analogia, no triângulo, cujo **arithmós** invariável é a triangularidade, mas o ser êle isósceles, ou escaleno são «variantes», que não se afastam da invariância **arithmica,** pois a proporcionalidade intrínseca é a mesma). (O triângulo isósceles tem, por sua vez, uma proporcionalidade intrínseca específica, que é inclusa na da triangularidade; é uma espécie desta. A proporcionalidade extrínseca é a da figura **dêste** ou daquele triângulo, e esta é variável. A variância dá-se «compreendida» na forma que é invariante).

Fìsicamente, por exemplo, o homem tem um limite no seu conjunto: matéria e forma. Poderá atingir ao gigantismo, mas sem-

pre haverá um limite até para a monstruosidade, que é um desmesuramento da natureza.

Conseqüentemente, a variância figurativa tem limites. A geração será simples ou absoluta, quando os elementos componentes (a causa material) sofrem uma mutação na própria natureza. Na água, há uma geração relativa, segundo a físico-química, porque o hidrogênio e o oxigênio sofrem transformações permissíveis dentro de seus **arithmói**; de modo que, nela, permanecem virtualizados, podendo retornar ao estado actual anterior. Quando, porém, há mutação formal da natureza, como na assimilação, deixa totalmente de ser o que era, como o vegetal que se torna carne, como nos mostrou Aristóteles, os elementos transformam-se também.

Vê-se ademais que, na natureza, a geração absoluta o é segundo uma certa esfera da realidade, não segundo tôdas, pois noutras é relativa, como se depreende do exemplo acima examinado.

Há numa unidade de mera agregação, como num monte de lenha, um esquema concreto de singularidade, e êle corresponde ao que esquematizamos por monte de lenha, mas a sua lei de propocionalidade é extrínseca.

Num ser vivo, o esquema concreto é uma lei de proporcionalidade intrínseca singular, adequada ao **arithmós** daquele ser. Êste ser, desta espécie, e aquêle, da mesma espécie, o são porque a lei de proporcionalidade intrínseca invariante de ambos é a mesma, concretamente neles. O correlacionamento intrínseco do ser (pois ambos o reproduzem) é idêntico à mesma lei de correlacionamento. Contudo, ambos apresentam, concretamente, diferenças **arithmológicas**, de outros relacionamentos até de desmesuramentos, que, no entanto, cabem no **arithmós** eidético do ser, que é revelado concretamente pelo que é, em acto, neste ou naquele indivíduo, desta ou daquela espécie.

É o variante do **arithmós** do esquema concreto singular, que não contradiz o esquema eidético, que é a lei de proporcionalidade intrínseca.

O esquema concreto do ente é a sua **haecceitas**, heceidade (**haec**, isto, istidade), o **arithmós** da individualidade, da sua singularidade. Mas, êsse esquema concreto singular é composto do esquema eidético, que é imitado pelo ser, cuja lei de proporcionalidade intrínseca imita, assim como êste triângulo, aqui, feito entre êste canto da mesa e êste livro, a triangularidade que é um ser eidético, meramente formal, que jamais está singularmente na coisa, pois, do contrário, nela se individualizaria.

O esquema eidético é um modo de ser, que não é nem singular nem individual, é apenas **formal** (**eidos**) na ordem do ser. É um **logos** possível de ser imitado, mas que, no ser, não é apenas uma possibilidade, mas é da actualidade do Ser infinito, absoluto. Por isso surgem entidades que o copiam, como êste triângulo, cujo relacionamento intrínseco das suas partes repete a proporcionalidade intrínseca da triangulari-

dade infinita, que é um **logos** no Ser infinito e absoluto.

Mas êste triângulo, que está aqui, é ademais proporcionado aos sêres que o imitam. Não tem a perfeição do esquema eidético, porque é um esquema aqui, concreto, realizado por sêres materiais, que não podem atingir aquela perfeição. Portanto, é um triângulo imperfeito.

E note-se aqui a positividade da «teoria da relatividade», que estabelece que as figuras geométricas reais, **in concreto,** não atingem a perfeição que pode ser expressa matemàticamente. Não há na natureza, **in concreto,** nenhum triângulo perfeito nem pode haver. E a razão está em que êste (**haec**) triângulo imita apenas a triangularidade invariante e o seu variante eidético, pois é qualitativamente isósceles ou escaleno, etc., mas é um triângulo de pedra, de madeira, cujas partes correlacionadas imitam a triangularidade, pois são esta pedra e esta madeira, e não a triangularidade, da qual apenas participam formal e figurativamente.

Portanto, êste triângulo de pedra ou de madeira tem o seu **arithmós** concreto, o seu esquema concreto, que é uma síntese imitativa do esquema eidético, incluindo invariante e variante, e a proporcionalidade imitativa intrínseca dêste ser. O esquema concreto é a **haecceitas,** é êste ser singular, que não nega, mas afirma o esquema eidético, que é da ordem do ser, imitado por aquêle. Nós, porém, captamos, proporcionadamente à nossa intencionalidade psicológica, o esquema concreto pela intuição concreta da coisa, e pela nossa mente realizamos a operação de destacar, de modo intencional, o esquema eidético, e construímos o esquema formal abstracto, que é eidético-noético, porque já traz a marca do nosso espírito (**nous**).

Desta forma, há o esquema eidético na ordem do ser (positividade dos realistas na disputa dos universais); o esquema eidético imitado pelo ente singular, o esquema concreto (**in re**) — positividade dos realistas moderados e dos que aceitam a teoria da projecção, etc. — no ente individual; e o esquema posterior, **post rem** (positividade dos nominalistas) em nossa mente, que reproduz, com adequação, proporcionada ao nosso espírito, o esquema eidético e o concreto.

Pela teoria dos esquemas se conciliam tôdas essas positividades citadas, e ainda mais a teoria da abstracção dos tomistas, pois a mente tem o papel activo de realizar a separação dos esquemas, e também a teoria da projecção dos escotistas, porque há, realmente, uma adequação da mente ao esquema concreto e ao esquema eidético, que ela pode captar verdadeiramente, no sentido clássico da verdade lógica, que é uma adequação da mente ao objecto (**adaequatio intellectus et rei**).

A teoria dos esquemas concreciona assim o que há de unilateral nas diversas posições filosóficas, e permite uma visão mais clara da realidade do nosso conhecimento.

O importante é agora salientar o advento da tensão. Quando os

elementos componentes se correlacionam, de certo modo, há o surgimento de um novo esquema, que é especìficamente diferente das partes componentes.

Há aí um salto, o surgimento de um novo ser. Êste não é apenas a soma **arithmética** das partes, porque as partes sofrem mutações diversas, virtualizando-se para dar surgimento à actualização do novo ser. Há tamanhas mutações qualitativas e correlacionais que seria um êrro reduzi-las apenas ao quantitativo, como o faz uma filosofia primária, como o materialismo vulgar.

Há o surgimento de algo novo, de um novo ser. A água é algo novo que surge do hidrogênio e do oxigênio, que sofreram mutações, e são **outros** no novo composto, que é unitàriamente um. Os elementos componentes tinham aptidão para correlacionarem-se dêsse modo, e ao surgir a nova lei de proporcionalidade intrínseca, surge um novo ser, uma nova tensão, com a sua esquemática completa. Há, aqui, um salto, algo que tem desafiado a argúcia do pensamento humano, e que tem sido solucionado de diversas maneiras, sem que qualquer delas nos satisfaça senão ocasional e provisòriamente.

Mas as bases elementares da teoria dos esquemas, nos permite compreender com nitidez o tema. Os elementos componentes da nova unidade podem e têm aptidão para diversos correlacionamentos, inclusive o que se deu, mostrado pela própria experiência, justificado pelo próprio advento. Em suma, os elementos componentes **tinham aptidão** para ser **assumidos** por uma nova proporcionalidade, uma proporcionalidade que é actualizada, que é concrecionada, no novo ente.

Essa aptidão dos elementos de se correlacionarem era um esquema que estava na ordem do ser, pois do contrário teria vindo do nada, o que é absurdo. Portanto, o que se deu era possível na ordem do ser, e tanto o era que se deu. Mas há aí algo que transcende aos elementos, porque nenhum dêles, tomado isoladamente, tinha o esquema, mas **apenas a aptidão** para correlacionar-se dêsse modo com o segundo que, por sua vez, só tinha a aptidão de correlacionar-se **com** o primeiro. O que surge é algo que se dá fora de suas causas, algo que **ex-siste.** Há aqui um trans-imanente, um transcender à imanência dos elementos componentes, que se virtualizam na nova totalidade, para serem **da** totalidade, para estarem em função **da** totalidade.

Ademais, êsse todo não pode ser reduzido a uma simples soma das partes, porque é especificamente diferente, apresentando caracteres e propriedades que emergem da totalidade, e não das partes, pois nenhuma delas tinha, na sua emergência, tais propriedades ou caracteres, mas apenas a aptidão de unir-se com outra para surgir uma nova emergência.

Essa nova emergência é diferente e independente das partes componentes; é outra. O novo ser é emergentemente novo. Temos, aqui, um salto importante, que uma visão puramente mecanicista não pode explicar. Êsse facto admirável que surge, é uma

assunção, pois o ente novo é **assumido** por uma forma que não é a dos componentes, uma possibilidade do **correlacionamento**, e não dos correlacionantes, algo novo que vai repetir, por imitação, um possível da ordem do ser, que está contido no acto do seu poder, senão viria do nada, o que é absurdo.

Nas tensões há, portanto, o surgir de algo novo sem necessidade de emprestar a sua origem ao nada, mas sim ao ser.

TENSÃO PSICOLÓGICA — É o estado tensional, que consiste na unificação da concentração psíquica: e quando voltada para alguma coisa, temos **ad tensão, atenção** (vide); num estado de indiferença, temos privação da tensão, **atensional, não-tensional;** quando perdura, per, **per-tensão;** quando cai, abaixa-se, **hipo, hitensão;** quando sobe, eleva-se, **hipotensão;** quando sobe, eleva-se, **hiper, hipertensão.**

Tensio (lat.) = tensão

TENSIONALIDADE — **Carácter** do que tem **tensão**, o que concerne à **tensão.**

Tensor — Vide **Vector.**

TENTATIVA — De tentar, de **teneo**, latim, que significa tocar repetidamente. a) **Tentativa é o** ensaio, as provas preliminares, e também a hipótese, a suposição.

b) Emprega-se para indicar a sondagem, que empreende fazer alguma coisa.

TEOCENTRISMO — É a concepção que coloca Deus como centro ou ponto cardeal da vida humana, ao qual relaciona tôdas as actividades.

TEOCRACIA — Vide **Fases Críticas na História.**

TEOCRASIA (Do gr. **theos**, deus e **krasis**, mistura)

a) É a mistura ou conjunção das obras realizadas pelos vários deuses, ou

b) a íntima união da alma com Deus na contemplação, segundo a doutrina dos neo-platônicos.

TEODICÉIA (Do gr. **Theos**, Deus e **Dikê**, justiça)

Parte da Teologia que se dedica ao estudo da justificação do mundo, da criação, e do exame do problema do Mal, em face da justiça e da bondade de Deus. Têrmo criado por Leibnitz, que se incorporou definitivamente ao vocabulário filosófico.

TEOFANIA (Do gr. **Theos**, deus e **phainô**, aparecer, iluminar, de onde **phaos**, luz)

É a manifestação de Deus ao homem por sua actual presença, permitindo-lhe a contemplação.

TEOLOGIA — A palavra Teologia tem sua origem no têrmo grego **Theos, Deus e Logos,** discurso tratado. Etimològicamente, Teologia é o Tratado de Deus, ou a disciplina que trata da divindade. O têrmo **Teodicéia** vem do mesmo étimo e de **dikê** ou **dikaia** (justiça ou justificação, ou defesa). Neste caso, é a Teodicéia a doutrina da justificação de Deus.

Êste último nome se deve a Leibnitz, que o cunhou em sua obra «**Essais de la Théodicée sur**

la **bonté de Dieu, la liberté de l'homme et l'origine du mal»**, editada em 1710, no intuito de, respondendo a Pedro Bayle, justificar o mal, que é sempre o argumento preferido e realmente poderoso de todos os adversários da existência de Deus.

Neste caso, a Teologia seria a ciência de Deus, enquanto Deus; a Teodicéia seria a de Deus, enquanto causa primeira de todos os sêres e autor da nossa natureza. Mas tais enunciados são ainda parcos se quisermos oferecê-los como os que esquemàticamente melhor se referem a disciplina de tal importância.

A Teologia, tomada em seu sentido geral, interessar-se-ia. não só pelos estudo da divindade enquanto tal, mas também pelos seus mistérios, os mistérios de sua vida íntima, de suas relações com o Cosmos, e finalmente, a prova da sua existência.

A Teologia cabe ainda justificar-se, como disciplina filosófica, se tem ela ou não procedência, e se a existência de Deus é algo que pode afirmar ou negar, e por quais meios. Cabe, assim, à Teologia estudar, não só a posição teísta como a ateísta. Cabe-lhe reunir as provas da existência de Deus como os argumentos que lhe são contrários.

TEOLOGIA (História da) — Em todos os ciclos culturais encontramos os temas teológicos surgirem, como matéria filosófica, no período intermédio entre a fase de formação de uma cultura e o período de maturidade, o período clássico. Assim, na cultura hindu, quando da época dos brâhmanes, dos hinos védicos, e dos Upanishades até à dos Sutras, os temas teológicos são tratados mais religiosamente, sem método metafísico. Em nossas palavras: a teologia religiosa, sagrada, prepondera sôbre a teologia natural. que já procura uma justificação filosófica, e que só pode surgir naqueles instantes em que a fé vacila ante as oposições. É o que sucede no período que vai dos Upanishades até a formação dos seis sistemas da filosofia hindu.

Na cultura grega, encontramos esparsamente, entre os autores socráticos, referências sôbre temas teológicos. Mas é sobretudo com Platão que êstes surgem com a concepção do Bem e do accidental Demiurgo, que é apenas um símbolo, por muitos julgado como fundamental da filosofia platônica, êrro que se perpetuou por deficiência de análise simbólica por parte de estudiosos.

Foi Aristóteles quem trouxe para a Teologia grandes contribuições.

A idéia de Deus é nìtidamente expressada, não mais por símbolos, mas por analogias mais directas com a realidade, e Deus passa a ser o motor imóvel, que põe tudo em movimento, o Acto puro, necessário, imutável.

Não conhece as coisas do mundo. É o motor imóvel dos astros. Carece até de liberdade. Como Aristóteles aceitava cerca de 55 motores imóveis, incriados, diferentes entre si, muitos o classificam de pluralista.

Com Plotino, Deus é uma entidade única, transcendentalíssi-

ma. Sôbre êle nada sabemos como é, mas apenas como não é. É uma Teologia negativa. a de Plotino (apofática). Assim Deus é in-finito, in-menso. Contudo, para Plotino, Deus é a origem de tôdas as coisas.

Na primeira fase do cristianismo, no Ocidente, tivemos o período dos apologistas, defensores da nova fé. Com os Santos Padres surge a fase da patrística, com nomes como Justino, Minúcio Felix, Irineu, Clemente de Alexandria, Orígenes e Santo Agostinho. Neste período, os temas lógicos são tratados filosòficamente.

É na chamada Idade Média que surge a escolástica, e nesse período, aparecem as grandes figuras de Santo Anselmo, fundador da escolástica, Duns Scot, São Boaventura, Alexandre de Hales, Alberto Magno, Almaricus del Bene, Tomás de Aquino, e posteriormente Suarez, Fonseca, Molina, Bañez, e muitos outros.

Nessa fase, a teologia natural conhece seu pleno desenvolvimento.

Na chamada Idade Moderna, temos em Descartes, em Leibnitz, e modernamente no intuicionismo, com Malebranche, Rosmini, Gilberti, etc., a tentativa de abordar, sob novos ângulos, os temas teológicos, como também os encontramos entre os filósofos da chamada «idade contemporânea», como Balfour, Laberthonnière, Brunetière, Ollé Laprune, Blondel, Gabriel Marcel, Maritain, Lotze, Urráburu, Hellin, Garrigou Lagrange, Gonzalez, Marin, Barbado, etc.

TEOLOGIA POSITIVA — Em oposição à **teologia negativa** (ou **apofática**), os atributos divinos são afirmados como positivos, e não como negativos, ou sejam, como algo outro, distinto do que a mente humana pode intencionalmente criar. Uma **teologia** positiva tem de aceitar, conseqüentemente, a participação, enquanto uma negativa afirma apenas que os atributos divinos não são o que julgamos serem, ou seja, que os atributos divinos escapam-nos totalmente.

TEOLÓGICO — O que concerne à Teologia, ou tem carácter de Teologia. Chamava Augusto Comte de **estado teológico,** o primeiro estágio, predominantemente religioso, segundo a sua teoria dos **três estados.** Vide **Augusto Comte,** em **Sinopse da História da Filosofia.**

TEOMAQUIA — (Do gr. **Theos,** deus e **makhein,** lutar contra) — Etimològicamente, é a luta contra o deus, contra a vontade de Deus, oposição à mesma.

TEONOMIA — (Do gr. **Theos,** Deus e **nomos,** lei, norma). Diz-se da dependência da criatura ao criador, do ser finito ao ser infinito. Vide **Autonomia** e **Heteronomia.**

Tem carácter **teonômico** o que é referente às normas, atribuídas em sua origem a Deus.

TEOREMA — (Do gr. **theorema,** visão, teoria).

a) É a proposição que é demonstrada em têrmos de outro ou outras proposições mais básicas e fundamentais.

b) É a proposição especulativa em geral.

c) As proposições, que servem de premissas para novos raciocínios, são **teoremas** já demonstrados, e tomam o sentido de **princípio** (vide).

TEOREMÁTICO — a) Como adjectivo, o que tem o carácter de teorema.

b) Como substantivo, é a disciplina que se dedica ao estudo especial do teorema e das normas que devem seguir.

Ciências teoremáticas são tôdas aquelas, que têm por carácter enunciar, essencialmente, relações hipotéticas. Adrien Naville, que empregou, assim, o têrmo, chama de **ciências teoremáticas,** as seguintes: **nomologia** (ciência das leis em geral, lógica pura); as **matemáticas,** as ciências físicas, biológicas, psicológicas, incluindo a Sociologia.

As **ciências teoremáticas** distinguem-se das **históricas** que têm por objecto os factos, e das **ciências econômicas,** que são **ciências normativas** (vide).

TEORÉTICA — É a disciplina que se dedica ao exame das teorias num determinado ramo do saber. Àssim se fala em **teorética filosófica,** a parte que se dedica ao estudo das teorias propostas na Filosofia, no intuito de alcançar o nexo que as conexiona, o grau de dependência, para a construcção de uma teoria das teorias filosóficas.

É também, na Filosofia, a parte que se dedica ao estudo, justificação e fundamentos do saber **teórico,** em oposição ao **prático.** Vide **Saber.**

TEORÉTICO — É tudo que se refere à **teoria** (vide).

TEORIA — (De **Theoria,** em gr. visão, acção de ver, de observar, de examinar).

a) Chamavam os gregos de **theoria,** a fileira dos que se dirigiam para os templos, unidos por festões de flores. Se o significado da palavra encerra a de **visão,** a de **exame,** ao conceito se ajuntou o de **nexo.**

b) Teoria, pois, em grego, significa a visão que conexiona factos. É, assim, a teoria uma construcção especulativa do espírito, que conexiona as conseqüências a princípios, que revelam leis, que ligam os factos ou as idéias, ou os explicam.

Teoria opõe-se a **prática,** pois esta não é especulativa, não é conexionadora dos objectos em estudo. A teoria estuda os factos e os conexiona com suas causas desinteressadamente, isto é, sem aplicação prática.

Chama se de **conhecimento teórico** o que conexiona os factos em teorias, que se opõe ao conhecimento prático, que é apenas acumulativo, enquanto o primeiro é especulativo, culto, coordenador.

c) Pejorativamente, indica o saber que é teórico, sem aplicação prática e até contra a própria prática. Nesse sentido, é usado fora da filosofia ou na pseudo-filosofia.

TEORIA DA ABSTRACÇÃO TOTAL — Vide **Polêmica dos Universais.**

TEORIA DA ASSIMILAÇÃO DE PIAGET — Para Piaget, a organização biológica, e seu funcionamento, é prolongada pelo funcionamento da inteligência que, por sua vez, é uma actividade organizadora, que ultrapassa qualitativamente o campo biológico, pela elaboração e construção de novos esquemas, que atendam às necessidades humanas.

Verifica Piaget que se as estructuras sucessivas, devidas à actividade intelectual, diferem entre si qualitativamente, obedecem, no entanto, às mesmas leis funcionais.

Assim, como há uma inteligência sensório-motriz, ao lado de uma inteligência intelectual, pròpriamente dita, e de uma afectiva. podem ser elas comparadas entre si, sobretudo a sensório-motriz com a intelectual, reflectida, racional. Essa comparação aclara a análise, que se possa fazer dos dois têrmos extremos.

O ser vivo, por exemplo, assimila o universo, o meio, ao mesmo tempo, a êle se acomoda, que são os períodos da adaptação biológica.

Tudo quanto responde à necessidade do organismo é matéria de assimilação, e a própria necessidade é expressão da actividade assimiladora.

Já o inorgânico não se adapta ao meio, mas se equilibra com o universo.

Êsse inorgânico, que está em nós, se activa, e revela-se através de nossas acções, que buscam o equilíbrio de nossa actividade e de nossas fôrças.

Sabemos que a assimilação é a incorporação de uma realidade exterior qualquer a uma ou a outra parte do ciclo da organização.

Tudo o que responde a uma necessidade do organismo é matéria de assimilação; a própria necessidade é a actividade assimiladora como tal, afirma Piaget.

Quanto às pressões exercidas pelo meio, sem que respondam a nenhuma necessidade, não dão elas lugar à assimilação, enquanto o organismo não se adaptou a elas, mas, como a adaptação consiste precisamente em transformar os constrangimentos em necessidade, tudo pode, afinal de contas, prestar-se a ser assimilado.

Partindo dessas premissas, Piaget mostra-nos que as funções de relação são, independentemente da vida psíquica que delas procede, fontes duplas da assimilação.

a) servem à assimilação geral do organismo, por ser o seu exercício indispensável à vida;

b) mas, cada uma de suas manifestações supõe uma assimilação particular, pois êsse exercício é sempre relativo a uma série de condições exteriores, que lhes são especiais.

E nesse contexto é que nasce a vida psicológica.

O desenvolvimento da inteligência prolonga êsse mecanismo, em vez de contradizê-lo.

Colocado no campo da intelectualidade, na polarização da ra-

cionalidade: a acomodação é a «experiência», a assimilação, o acto do juízo enquanto une os conteúdos experimentais à forma lógica.

Conseqüentemente, julgar não é identificar, como se diz em geral, é **assimilar**; quer dizer, é incorporar um dado novo num esquema anterior, num sistema já elaborado de implicações. Dessa forma, a assimilação racional supõe sempre uma organização prévia.

Mas de onde vem essa organização? Da própria assimilação, pois qualquer conceito e qualquer relação exigem um juízo para constituir-se.

Se a interdependência dos juízos e dos conceitos demonstra assim a da assimilação e da própria organização, ela sublinha, ao mesmo tempo, a natureza dessa interdependência; o juízo assimilador é o elemento activo do processo, cujo conceito organizador é o resultado.

Na medida em que o objectivo novo assemelha-se ao antigo, afirma Piaget, há recognição e, na medida em que difere, há generalização do esquema e acomodação.

Não se dá, assim, na assimilação racional, incorporação, como se dá na biológica.

O progresso da acomodação marca a objectividade crescente dos esquemas de assimilação. Os objectos são assimilados por diversos esquemas ao mesmo tempo.

Mesmo sem coordenação com outros esquemas, prossegue mostrando Piaget, cada um dêles dá lugar a diferenciações espontâneas, mas permanecem pouco importantes, e é a infinita variedade das combinações possíveis, entre esquemas, que é o grande factor de diferenciação.

O progresso da acomodação é correlativo ao da assimilação; é na medida em que a coordenação dos esquemas impulsiona o sujeito a interessar-se pela e na diversidade do real, que a acomodação diferencia os esquemas, e não em virtude de uma tendência à acomodação.

«Essa coordenação e essa diferenciação dos esquemas são suficientes para dar conta da objectivação crescente da assimilação, sem que seja necessário romper a unidade dêsse processo para explicar a passagem da incorporação egocêntrica dos indícios ao juízo pròpriamente dito». (Piaget).

A experiência não é recepção simplesmente passiva; é acomodação activa, correlativa à assimilação.

Dessa forma, a inteligência é construcção de relações e não sòmente identificação; a elaboração dos esquemas implica tanto uma lógica de relações como uma lógica de classes.

A coordenação dos esquemas de assimilação favorece o progresso da acomodação e recìprocamente.

No plano sensòrio-motriz, a inteligência supõe uma união sempre estreita da experiência e da deducção, união da qual o rigor

e a fecundidade da razão serão um dia o duplo producto, afirma Piaget.

A rigor, as operações não resultam necessàriamente da identificação, mas de sua reciprocidade geral; a assimilação recíproca, que dá conta da coordenação dos esquemas, é o ponto de partida dessa reversibilidade das operações, a qual, em todos os níveis, aparece como o critério do rigor e da coerência.

TEORIA DA EMERGÊNCIA — Vide **Teorias da Evolução.**

TEORIAS DA EVOLUÇÃO E DA NÃO-EVOLUÇÃO — Como a vida se manifesta sob formas muito diversas, sempre houve para os estudiosos da matéria, a pergunta sôbre a origem dessas formas. As respostas satisfazentes ou não, levaram a perguntar se tôdas as formas vinham de uma forma primeira, origem de tôdas as outras, que por isso seriam apenas transformações da primeira forma, ou se existiram, desde início, as formas diversas, sem que haja entre elas nenhum outro laço.

Os que aceitaram a primeira colocação passaram a chamar-se **transformistas;** enquanto os seguidos, **fixistas.**

Os primeiros tomaram o nome genérico de **evolucionistas,** e os segundos, de **não-evolucionistas.**

Ambas posições aceitam, no entanto, no ser, a influência de **factôres internos e externos.** Por isso, podemos fazer o seguinte quadro de explanação das posições sôbre tal tema.

Os que aceitam a evolução são os **evolucionistas.** Admitem alguns a influência dos **factôres internos,** que explicariam as mutações endógenas, com selecção súbita, como os **mutacionistas,** naturalmente interectuados pelos factôres externos ,interactuação dos factôres internos e externos).

Quando se admite apenas a actuação dos factôres externos temos a posição de Lamarck, o lamarquismo.

Entre os **não-evolucionistas,** que aceitam, no entanto, modificações que nada mais são que a realização das possibilidades da espécie que emergem por factôres internos, temos a posição da **teoria da emergência,** dos **criacionistas** e **vitalistas.**

Se admitem que essas modificações já estão contidas como possibilidade específica, que surgem pela acção dos factôres externos, temos as posições dos **fixistas** em geral, dos **preformistas,** que não aceitam pròpriamente a evolução, mas apenas o desenvolvimento das possibilidades específicas, e não admitem saltos de uma espécie para outra.

TEORIA DA PROJECÇÃO (Vide **Polêmica dos Universais**

TEORIA DA RELATIVIDADE — Vide **Relatividade**

TEORIA DAS MODAIS — Vide **Modos.**

TEORIA DO CONHECIMENTO — Chama-se, em Filosofia, «Teoria do Conhecimento», a explicação e a interpretação filosófica do conhecimento humano, a qual se

dedica ao estudo da possibilidade do conhecimento, como êle se processa, seu alcance, seus limites, e suas possibilidades futuras.

É êste tema, de magna importância, e fundamental para a Filosofia, e tanto é assim que julgam muitos tratadistas, que, por êle, se deve iniciar todo e qualquer estudo. Entretanto, a **teoria do conhecimento** só modernamente é colocada como uma disciplina independente, apesar de serem estudados os seus temas principais na Antiguidade e durante a Idade Média.

Pode considerar-se John Locke (1632-1704) como o fundador dessa disciplina, com sua obra «Ensaio sôbre o entendimento humano», que apareceu em 1690.

Podemos partir dos **cinco problemas fundamentais,** quanto ao conhecimento, geralmente propostos, seguindo a classificação exposta por Hessen:

1) **Possibilidade do conhecimento humano,** que podemos caracterizar pela pergunta: pode o sujeito apreender realmente o objecto? A pergunta consiste, portanto, em querer saber se realmente se dá êsse contacto entre o sujeito e o objecto.

2) **Origem do conhecimento.** Êste problema se coloca da seguinte forma: há duas formas de conhecimento, um teórico, especulativo, racional, mediato e outro imediato, sensível, intuitivo. Qual dos dois é a fonte e a base do conhecimento humano? Esta é a pergunta que caracteriza êste problema.

3) **Essência do conhecimento humano.** É o sujeito que determina o objecto, ou o objecto que determina o sujeito? Esta a pergunta característica dêste problema.

4) **Formas do conhecimento humano.** Há, além do conhecimento discursivo, racional, um conhecimento intuitivo?

5) **Critério do conhecimento humano.** Há um conhecimento verdadeiro e, em caso afirmativo, como podemos conhecer essa verdade?

Vejamos agora quais as respostas:

1) **A possibilidade do conhecimento**

a) **A resposta dogmática.** Para essa posição, não há problema do conhecimento, pois o **dogmatismo** dá como admitida a possibilidade e a realidade do contacto entre o sujeito e o objecto, afirmando, portanto, a apreensão do segundo pelo primeiro. O **dogmatismo** é a posição mais antiga da filosofia grega, pois os gregos não discutiam a possibilidade do conhecimento, admitindo a capacidade integral da razão humana em apreender o objecto. Foram os **sofistas** que colocaram primeiramente êste problema, e a crítica que fizeram do conhecimento, tornou duvidosa a posição dogmática na Filosofia.

b) **A resposta céptica.** Para o **cepticismo,** o sujeito não pode apreender o objecto. O **cepticismo** pode manifestar-se de vários modos: **lógico** (cepticismo lógico), quando nega a possibilidade do conhecimento metafísico. Há, ain-

da, um **cepticismo metódico** (que o usa como método) e um **cepticismo sistemático.** O primeiro, ao pôr em dúvida tudo quanto se apresenta, pretende, no entanto, atingir o verdadeiro pelo afastamento do falso; enquanto o sistemático reconhece a impossibilidade de atingir a êsse saber verdadeiro e exacto.

c) **A resposta subjectivista e a relativista.** Para estas, a verdade tem apenas uma validez limitada. O subjectivismo limita essa validez ao sujeito que conhece, enquanto para o relativismo aquela é apenas relativa; é de validez limitada. Está, assim, determinada pela influência do meio, do ambiente cultural, enfim das condições históricas, que actuam como factôres determinantes; portanto, determinando sua variabilidade.

d) **A resposta pragmática.** É a de William James (1842-1910). Para os pragmatistas, o homem é um ser prático, um ser de vontade e de acção, que se orienta pelo intelecto. A verdade é, assim, útil, e seu valor corresponde à sua conveniência ou não para a vida. Desta forma, a verdade é fundada na utilidade à existência humana.

e) **A resposta criticista.** Esta resposta já estudamos anteriormente.

2) **A origem do conhecimento**

a) Posição racionalista. Esta vê, na razão, a fonte do conhecimento e êste se dá quando lògicamente necessário e universalmente válido. Desta forma, é a razão a garantia do conhecimento, pois êste só se dá por intermédio dela. Só o conhecimento racional é verdadeiro, e a razão é a fonte do conhecimento e supera tôda experiência, visto ter suas leis próprias, necessàriamente lógicas e de validez universal.

b) **Posição empirista.** Para os empiristas, não é a razão a verdadeira fonte do conhecimento mas a experiência, pois é desta que tiramos os conteúdos da razão. É a teoria da **tabula rasa,** de que já tratamos. O empirismo parte dos factos concretos e, em seu favor, alega a evolução do pensamento e do conhecimento humanos, que se fundamentam na experiência.

Observa-se, por ex., que a maioria dos racionalistas partem da matemática, enquanto a maioria dos empiristas partem das ciências naturais, pois, nestas, é a experiência que representa o papel decisivo. Tendem os racionalistas ao dogmatismo metafísico, enquanto os empiristas tendem ao cepticismo metafísico.

c) **Posição intelectualista.** O intelectualismo procurou encontrar um meio têrmo entre os extremos do racionalismo e do empirismo. Para êle, a experiência e o pensamento formam as bases do conhecimento humano.

O intelectualismo deriva da experiência os conceitos, mas êstes exercem sua acção sôbre as representações intuitivas sensíveis.

3) **A Essência do Conhecimento**

a) **Solução do objectivismo.** Para esta solução, o objecto determina o sujeito, o qual se rege por

aquêle. O objecto é algo dado que é reconstruído pela consciência cognoscente.

b) **Solução do subjectivismo.** O subjectivismo funda o conhecimento no sujeito. Não há objectos independentes da consciencia, mas esta é quem os engendra, e êstes são apenas productos do pensamento.

c) **Solução do realismo.** Êste afirma a existência de coisas reais independentemente da consciência, afirmando, assim, a independência dos objectos da percepção do cognoscente.

d) **Solução do idealismo.** Para o idealismo os objectos reais são objectos de consciência ou objectos ideais. Já vimos a posição de Berkeley, que é também uma posição idealista (**solipsismo**). Desta forma, o objecto do conhecimento nada tem de real, mas apenas de ideal, pois tôda realidade está encerrada na consciência.

e) **Solução fenomenalista.** Segundo o fenomenalismo, não conhecemos as coisas como elas são; apenas como elas nos aparecem. Sabemos que as coisas são, porém não **o que** são. Desta forma, o fenomenalismo aceita a posição realista ao afirmar as coisas como reais, mas aceita a posição idealista, quando limita o conhecimento à consciência.

4) **As espécies do conhecimento**

a) Conhecimento discursivo, teórico, mediato — Os filósofos, em sua maioria, afirmam que há apenas um conhecimento: o discursivo, o teórico, reflexivo, mediato, o conhecimento através da razão, em que o objectivo é apreendido, comparado com outros, etc.

Note-se o sentido exacto do têrmo **discursivo,** que vem de **discorrer,** ir e vir, andar daqui para ali. Assim procede a razão. Ela anda daqui para ali, leva a imagem do objecto e compara-a a outra, leva, traz, fixa-a, associa-a a outras, em suma, realiza um trabalho de conhecimento por **meio** de uma multiplicidade de acções (por isso é um conhecimento **mediato**), uma pluralidade de actos.

A par dêste conhecimento, afirmam outros que há um.

b) **Conhecimento imediato, (em vez de mediato),** um conhecimento intuitivo em vez de discursivo, um conhecimento que não vai daqui para lá, que não discorre, que não compara, mas que é um dar-se imediato do objecto. Na realidade, não se pode negar a apreensão imediata, a percepção directa.

Mas, aqui, não se trata pròpriamente da intuição chamada **sensível,** mas da intuição intelectual. Quando notamos um objeto que é verde, e outro azul, e intuímos a diferença, temos, aqui, um exemplo de intuição intelectual. Descartes no **cogito ergo sum** (penso, logo existo) aceitava a intuição como um meio autônomo de conhecimento. A maioria dos filósofos, porém, afirma que só há um conhecimento: o racional (discursivo).

Mas os valôres estéticos e os éticos são apreendidos pela intuição, e o artista, enquanto tal, trabalha com a intuição. Temos

uma certeza intuitiva de nós mesmos, do mundo exterior e das outras pessoas.

Bergson afirmava que o conhecimento racional apenas apreende a forma matemático-mecânica da realidade, e só a intuição penetra em seu conteúdo íntimo, no âmago das coisas.

A posição dos racionalistas extremados, que negam à intuição qualquer conhecimento, e que êste é apenas o teórico, o racional, assim como a posição dos irracionalistas, que negam à razão qualquer valor no seu conhecimento, pecam por preferir um dos extremos.

5) Critério do Conhecimento Humano.

Em que conhecemos que um juízo é verdadeiro ou falso? Essa pergunta põe em exame o problema da verdade, o seu conceito. O conceito de verdade é um conceito dual e implica a adequação entre dois têrmos, um dos quais é o intelecto humano, no caso da verdade para nós. Na filosofia moderna, há uma confusão imensa sôbre êste conceito. Contudo, o pensamento mais seguro é que a verdade é a concordância do pensamento com o objecto. Vide **Verdade.**

Êste conceito de verdade implica no entanto, uma série de outros elementos. O critério da verdade implica que se estabeleça o conceito da verdade. Para o idealismo lógico, a verdade não é transcendente, como na afirmação anterior em que aceitamos seria a verdade a concordância entre o objecto e o conteúdo do pensamento.

Neste caso, o objecto transcende o pensamento, é algo colocado ante o pensamento. Para o idealismo, a concordância se dá no pensamento consigo mesmo, e essa concordância consiste em ser o pensamento isento de contradição. Dessa forma, a ausência da contradição é o critério da verdade.

No tocante às ciências formais ou ideais tal critério é válido, porque o pensamento, ao encontrar-se com objectos ideais ou mentais, permanece **dentro** da sua esfera. Contudo, em face de objectos reais, já êsse critério malogra. A certeza de uma evidência prova a certeza e não a evidência.

O sentimento da certeza é uma certeza emocional, intuitiva, que não pode pretender uma validez universal. É a certeza que é vivida, que é intuída, e que não é formalmente demonstrada. O conhecimento científico exige validez universal. É um conhecimento válido aqui e em qualquer parte. A evidência é um critério de verdade, mas essa evidência pode ser emocional ou racional, ou ambas simultâneamente.

TEÓRICO — O que é relativo ou concernente a **teoria.**

TEOSE Do gr. **theosis,** que significa a última absorção da alma na Divindade.

TEOSOFIA — Do gr. **Theos,** Deus e **sophia,** sabedoria. a) É a divina sabedoria. É um têrmo introduzido no III séc. por Amô-

nio Saccas, mestre de Plotino, para indicar a tendência da filosofia oriental, mas também do mistério da escola de Elêusis.

b) Emprega-se o nome de **teosofia** às doutrinas teológicas que não são especulativas pròpriamente, mas tendentemente místicas, que valorizam meios intuitivos de penetração no conhecimento teológico, pelos caminhos interiores, e que estabelecem normas de conducta na vida e dos meios de usar fôrças, a fim de alcançar um conhecimento mais profundo da divindade.

c) Modernamente, no ocidente, a teosofia, refere-se mais aos adeptos de Mme. Blavatsky, e de sua seguidora Annie Besant cujos laços ao **budismo** e ao **lamaismo** são evidentes e proclamados. Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

TER — a) Como verbo é agarrar, segurar, conservar preso, seguro, suster.

b) Na Filosofia, **ter** é sinônimo de **haver,** que em português se distinguem, pois **haver** tem mais sentido accidental, enquanto **ter,** o sentido mais substancial. Assim se diz que o homem **tem** humanidade, pois a essência é um **ter** do homem. Quando se diz que, nela, há alguma coisa, diz-se de modo accidental, que nêle acontece, que se dá alguma coisa, há alguma coisa.

TERATOLOGIA — Parte da Biologia, que trata das deformações estructurais dos organismos, incluindo **as monstruosidades.**

TERATOLÓGICO — a) É o que concerne ou diz respeito à **teratologia.**

b) Por extensão, emprega-se popularmente para indicar todos os pensamentos que, pela sua monstruosidade, ou seja, por excederem ou ofenderem as regras da Lógica, são absurdos. Pouco usado na Filosofia.

TERCEIRA DIMENSÃO — É sinônimo de profundidade, que se distingue das outras duas dimensões da superfície.

TERCEIRAS QUALIDADES — Vide Primeiras e Segundas qualidades.

As primeiras e segundas qualidades são perceptíveis pelos sentidos. As terceiras são as sensìvelmente imperceptíveis, apenas captadas pela mente, como os **valôres,** as **relações.**

TERCEIRO EXCLUÍDO — Vide **Princípios ontológicos e Lógicos.**

TERIOMÓRFICO — (Do gr. **terion,** animal e **morphê,** forma = de forma animal). Diz-se do que tem forma animal, especialmente aplicado às figuras religiosas ou aos símbolos religiosos, que se referem à divindade ou divindades, usando figurações animais, como o touro, o cão, etc.

TERMESTESIA — Sensibilidade ao calor e ao frio, capacidade de sentir as mudanças da temperatura.

TERMINISMO — Nome que se dá à doutrina nominalista de **Okham,** pelo papel importante que a palavra **terminus** tem na sua concepção, ao analisar as operações lógicas. Vide Okham, em **Sinopse da História da Filosofia,** e também **Universais,** polêmica dos universais.

Aplica-se a palavra, algumas vêzes, para chamar as concepções nominalistas.

TERMINOLOGIA — Estudo dos têrmos técnicos, pertencentes a um ramo do saber. Diz-se, também, do conjunto dos têrmos usados por uma escola, ou um filósofo. «Na terminologia positivista...»

Terminus (lat.) = têrmo, meta.

Terminus a quo, ad quem — a) Expressões usadas pelos escolásticos para indicar o têrmo ou ponto de partida, e o têrmo ou ponto de chegada.

b) Indicam os extremos de alguma coisa que principia a ser. Assim, no movimento, o móvel **quod** parte de um ponto **(terminus a quo)** e tende, através da **via** (o âmbito do percurso), para um ponto de chegada **(terminus ad quem).**

TÊRMO (Do lat. **terminus**) a) Significa o limite, fim, têrmo final, segundo a natureza das coisas.

b) Também é a expressão verbal, têrmo verbal.

Na proposição, por ex., são o sujeito e o predicado; num silogismo, a premissa maior e a menor; numa analogia, é o têrmo analogante e o analogado.

d) **Lógica** — O homem expressa o que pensa e o que sente por sinais significativos orais, que constituem os têrmos orais, e por sinais escritos, que se chamam **têrmos escritos.**

Diz-se **sinal** do que, pelo qual, algo se torna conhecido de outro. O sinal indica, aponta a algo que se torna conhecido por êle, sem ser êle. Dêsse modo, está em lugar de outro, ao qual aponta, indica. O sinal, portanto, requer: a) alguma coisa significante; b) a coisa significada; c) o nexo entre êle e a coisa significada; d) o sujeito cognoscente, apto a compreender o que aponta o sinal.

Dêste modo, o sinal une por meio de algo uma coisa significada ao cognoscente.

O **termo oral** é um sinal constituído de um voz significativa (vocábulo) para comunicar uma idéia, uma emoção, alguma coisa.

O **têrmo oral** é, pois, uma voz (um som), ou não, articulado, que significa alguma coisa. O **têrmo oral** é expresso na linguagem escrita pelos **têrmos escritos.**

DIVISÕES DOS TÊRMOS:

Chamavam os antigos lógicos de **têrmos categoremáticos** os que tinham em si mesmos plena significação, que significam de per si, como **homem, casa árvore; sincategoremáticos,** aquêles que não possuem de per si significação, mas modificam algum têrmo significante, como **todo, algum, com, pois, e, daí** etc., chamados pelos modernos **funcionais.**

Esta classificação tem grande importância, sobretudo se considerarmos que uma idéia pode ser tomada categoremàticamente ou não. Categoremàticamente, quando tem um conteúdo positivo de per si, e poder-se-ia dizer que o Ser Supremo é infinito, sendo a infinitude a sua natureza. Tomado sincategoremàticamente, a infinitude seria funcional, um mo-

do de ser. Nas discussões filosóficas, esta distinção é importante.

Os têrmos podem ser **unívocos, análogos** e **equívocos. Unívoco** é o que significa um conceito simplesmente (**simpliciter**) um e uma razão **simpliciter** uma, como **homem.** Análogo é o que significa um conceito relativamente (**secundum quid**) ou proporcionalmente um e com uma razão objectiva relativamente uma, ou, em outras palavras, o que se predica de muitos, segundo uma significação em parte a mesma e em parte diversa (**analogia intrínseca**), ou significa muitas razões entre si coerentes (**analogia extrínseca**). O têrmo **ente** é análogo do primeiro modo, porque significa intrìnsecamente, enquanto o têrmo **são** se diz da medicina ou do alimento extrìnsecamente, como **ridente,** que se pode dizer de um rosto e de um prado. Têrmo **equívoco** é o têrmo ambíguo, de dúplice significação, que significa simplesmente muitas coisas, como o têrmo **cão,** que pode significar o animal, uma peça de arma, uma constelação, etc.

Note-se, porém, que se os têrmos podem ser equívocos, não o podem ser os conceitos, que são apenas unívocos ou análogos, porque um conceito equívoco seria outro conceito. Assim o têrmo cão, que é, como têrmo oral e escrito, o mesmo, quanto ao seu conteúdo conceitual é vário, e cada conceito é outro conceito. e não o mesmo. Os têrmos significam os conceitos, mas êstes significam a si mesmos. Não confundir o têrmo com o conceito é fundamental na Lógica, e poder-se-á assim evitar inúmeros sofismas que surgem dos têrmos equívocos, não propriamente dos conceitos.

Segundo a compreensão da idéia significada, segundo o conceito, os têrmos podem ser **positivos** ou **negativos,** quando significam alguma coisa positiva, ou a privação de uma perfeição. Assim **homem** e **não-homem, sábio** e **ignorante.** Há, contudo, **têrmos** que são aparentemente negativos, mas significam alguma coisa positiva, como **Não-eu** e **átomo.** O têrmo negativo é chamado também **indefinido,** quando sua significação é indeterminada, como **não-homem,** que significa indeterminadamente **tudo quanto não é homem.**

Têrmo concreto é o que significa o sujeito com a forma, como **homem, sábio.**

Têrmo abstracto o que significa apenas a forma como **humanidade, sapiência.**

Têrmo simples é o que é composto de um só vocábulo; **complexo,** o que consta de muitos. No primeiro caso, temos **casa;** no segundo, **engenheiro-mecânico.**

O têrmo é **explicativo,** quando convém ao conceito em tôda a sua extensão, como **homem mortal;** e **restrictivo,** ao contrário, como **homem sábio.**

Segundo a extensão das idéias (dos conceitos), o têrmo é **próprio,** quando significa apenas uma coisa singular, como **Sócrates. É comum,** quando significa vários, segundo a mesma significação, como é o conceito universal, como **mesa, árvore; colectivo,** quando não se refere a indivíduos sin-

gulares mas tomados simultâneamente numa colecção como **batalhão.**

DO NOME E DO VERBO: Define-se **nome** como a voz significativa para a comunicação falada, sem tempo (intemporal), da qual nenhuma parte tem significação **separada, finita, recta.**

Por ser sem tempo, distingue-se do **verbo,** que é **com tempo,** exclui a oração e têrmos complexos; é **finita,** porque exclui os têrmos infinitos e indefinidos; **recta,** porque exclui os casos oblíquos, que são sincategoremáticos.

Verbo é, pois, a voz significativa com tempo, possuindo as outras mesmas características do **nome.**

O verbo, na oração, exerce o papel de **medium** que une, a expressa existência actualmente exercida ou possível nos juízos afirmativos; ou o contrário, nos negativos.

O verbo **ser** é chamado, frequentemente, cópula, quando realiza uma função copulativa entre o sujeito e o predicado; do contrário, é meramente um verbo substantivo, que afirma o acto de ser actual ou possível do sujeito.

TÊRMO COMUM (social) — Vide **Grupos Sociais.**

TÊRMO MENTAL — Na Lógica, é o que no qual há a resolução da operação mental complexa.

TERROR — Manifestação emotiva aguda do mêdo, com máxima desagradabilidade, que se desenvolve sùbitamente e que é indomável, embora dure por um tempo relativamente curto.

Distingue-se do **mêdo** e do **espanto,** que são intensivamente mais fracos.

TERTIUM ADJACENTIS — Expressão latina empregada para descrever a proposição na qual são claramente distintos sujeito, predicado e cópula.

TERTIUM COMPARATIONIS — O que serve de base para uma comparação.

TERTIUM QUID — (do lat. = algo terceiro, em terceiro lugar, algo que é terceiro).

Diz-se do terceiro têrmo, que se deve tomar em consideração numa análise, em que apenas foram considerados dois têrmos.

TESE — (Do gr. **Thesis,** acção de pôr, de colocar, posição, positividade).

a) Tese é a posição de uma doutrina, proposta contra as objecções que se lhe possam fazer.

b) Diz-se das posições tomadas por uma doutrina filosófica ou um filósofo «Teses fundamentais do...ismo.

c) Por oposição, a antítese é o oposto, afirmado em face de algo que o nega. Em oposição à **antitese** e **síntese,** é o primeiro têrmo que é proposto.

d) Diz-se, em geral, para tôda afirmação, que deve ser demonstrada.

e) Demonstração de uma tese.

TESTABILIDADE — a) Diz-se do grau, que oferece um facto, de poder tornar-se objecto de um testemunho.

b) Emprega-se, também, para indicar o grau que oferece quanto à aplicação dos testes, das provas.

TESTE — a) De testar, provar; significa, pròpriamente, **prova, experimento.** Têrmo de origem inglêsa.

b) Emprega-se para indicar tôda prova ou experimento, que obedece a uma técnica prèviamente determinada com a finalidade de determinar, controlar e verificar a presença de algo, seu grau ou carácter, no referente tanto às coisas físicas, como às mentais e às sociais, em geral.

TESTEMUNHAL — a) Relativo ou que pertence à testemunha.

b) O que tem carácter ou natureza de testemunha, que serve para testemunhar, que é dar testemunho.

TESTEMUNHO — a) Testemunha é a pessoa que atesta um facto do qual teve conhecimento directo ou pela descrição de algo que percebeu. Testemunho é êsse acto.

b) Por analogia, fala-se no testemunho dos sentidos, no testemunho dos factos.

c) Diz-se, também, do conteúdo dêsse acto.

d) Prova ou verificação de um facto.

TÉTICO — Do gr. **thesis,** o que tem posição.

a) É o que concerne a uma tese.

b) Emprega-se para indicar o que tem **positividade.**

TETÔNICO — Vide **Tectônica.**

TETRACTYS — Literalmente, em grego, significa êsse têrmo o agregado de quatro **tetra,** em gr. = quatro). Número sagrado para os pitagóricos, a **Sagrada Tetractys,** que é dado geralmente como o número dez, que é o resultado da soma dos quatro primeiros números, um, dois, três e quatro, e inclui a significação de cada um na totalidade.

TEURGIA — (do gr. **Theos,** Deus, e **ergon,** trabalho).

a) É o trabalho realizado por uma divindade ou por algum ser sobrenatural nos assuntos humanos, por directa ou indirecta influência.

b) Espécie de magia, com a qual se pretende alcançar a protecção das divindades benfazejas, e produzir efeitos sobrenaturais.

c) Chama-se, também, a arte de fazer milagres.

TEXTO — É uma forma oral e, sobretudo escrita, de um pensamento, que o **autentica** (que tem **autenticidade),** e que permite a **interpretação.**

Thätigkeit (al.) = **actividade.**

Theismus (al.) = **Teísmo.**

Thema (lat.) = **tema.**

Theorein (gr.) = **especular.**

Theorema (lat.) = **teorema.**

Theoria (gr. e lat.) = **teoria.**

Theos (gr.) = **Deus.**

Thesis (gr.) = **posição, afirmação.**

Thomismus (lat.) = **tomismo.**

Thought (ing.) = **pensamento.**

Tier (al.) = **animal.**

Timarquia — (Do gr. **timós,** valor de escolha e **arkhê,** supremo mando).

Tipo de govêrno, que se caracteriza pela escolha, por aclamação, dos homens mais dignos e competentes, para encabeçá-lo.

Time (ing.) = **tempo.**

TÍMESE PARABÓLICA — (Do gr. **tímesis,** apreciação e **parábola,** comparação, apreciação por comparação).

A **tímese parabólica** consiste numa apreciação, por comparação, entre o que temos e a perfeição específica da qual não temos posse actual, mas apenas virtual, como expusemos em «O Homem perante o Infinito», e que é para nós a origem e fundamento da religião.

E essa capacidade escapa à animalidade, e a transcende; é ela que revela a racionalidade humana.

TIMIDEZ — a) Atitude emotiva, que se caracteriza pela vacilação e por uma tendência em experimentar mêdo ante situações que pròpriamente não a justificam.

b) Caracteriza-se por inibições em face de outras pessoas, ou ante as relações naturais comuns. É sinônimo de **reserva,** e contrário de **fanfarronice** (vide).

TIMOLOGIA — (Do gr. **timé,** avaliação, estimação e **logos,** tratado).

É a disciplina que estuda o valor de estimação, de avaliação, o valor extrínseco de alguma coisa.

TÍPICO — Diz-se de tudo quanto se refere ou é concernente aos **tipos.**

TIPO — (Do gr. **typos,** que significa marca impressa por um golpe, do radical **typ,** golpe, batida). a) Platão empregava êsse têrmo para significar a representação esquemática, pela qual se exprime a essência de uma coisa. Significa o modêlo que determina a forma de uma série de objectos, **molde.** Nesse sentido é que Platão o chamava de **Arquétipo, protótipo.** As formas, hieràrquicamente mais elevadas, que tôdas as coisas inferiores imitavam, participando, assim, analògicamente, portanto, da forma imutável, eram **arquétipos,** primeiros tipos.

b) Diz-se, também, da série ou conjunto de características, que se assemelham mais ou menos às que possuem certos indivíduos, objectos, etc.

c) Também se chama tipo a classe de indivíduos que possue caracteres que a diferenciam de outras.

d) Aplica-se às divisões mais ou menos gerais e amplas do reino animal e vegetal.

e) É o têrmo empregado na Filosofia, na Biologia, na Fisiologia, na Psicologia e nas Ciências Sociais, sempre obediente às acepções que foram acima descritas.

TIPO IDEAL (**Idealtypus**, em al.). Para Weber, é a **gestalt** ou configuração, ou melhor, o esquema noético-eidético do espécimem ideal de uma classe, espécie, etc.

TIPOLOGIA — É a disciplina que estuda os tipos e as diversas classificações apresentadas. Em geral, e sobretudo, refere-se aos tipos humanos.

TIQUISMO — Vide **Azar — Tkyhê**, em gr., significa **acaso, azar**, e tem sido empregado no sentido de **fortuna, sorte, evento, fado**, de **indeterminismo, casualismo.** O têrmo foi incorporado na Filosofia por sua aplicação feita por C. S. Peirce, que em seu **The Law of Mind**, publicado em 1892, na revista inglêsa **Monist**, defendeu a tese de uma indeterminação absoluta, não apenas como nossa ignorância subjectiva das causas, mas a ausência total de **causação** no **cosmos**, em que as repetições e semelhanças se dão ao **acaso**, e não por uma razão suficiente essencial. Vide **Causalismo.**

TIRANIA — Tirano é o que usurpa o poder soberano em um Estado. a) **Tirania** é a usurpação do poder, e o poder usurpado é ilegal.

b) Diz-se, também, de um govêrno legítimo, mas injusto.

c) E, por extensão, atribui-se a tôda espécie de opressão, bem como ao poder que exercem certas pessoas sôbre outras, a ponto de torturá-las, martirizá-las.

TIRANICÍDIO — É o assassínio de um **tirano.** A justificação dêsse assassínio foi um dos temas que mais despertaram o interêsse dos autores escolásticos, que o julgavam justo em certas circunstâncias.

To be (ing.) = **ser.**

To be able (ing.) = **poder.**

TOCAR (Tacto) — a) Apalpar, tactear.

b) Sensação de contacto (toque).

c) Estar contíguo: «Seu corpo tocava na porta».

d) Comover, enternecer: «Palavras tocantes...»

e) Ter relações, associações: «Aceitação desta tese toca num problema...»

TODO — Aquilo que, embora tenha partes, ou aspectos distinguíveis, apresenta-se, contudo, como uma unidade, e pode ser tratado sem referir-se às suas partes.

O todo é quantitativamente a soma de suas partes, mas é, de qualquer forma, qualitativamente diferente, e, quase sempre, especìficamente diferente. No todo, há algo **mais** que as partes, quer tomadas separadamente, quer como partes-de-um-todo, **partes integrais**, que o constituem quantitativamente ou **partes essenciais**, quando componentes da essência ou natureza essencial de alguma coisa.

TODO E DIVISÃO — Chama-se divisão a distribuição de um todo em suas partes. Chamam-se **membros** as partes da divisão.

Em tôda divisão é mister distinguir: 1) o **todo**, que é dividi-

do; 2) as **partes (membros)**, nos quais é dividido; 3) o **fundamento**, a razão pela qual é feita a divisão. Se dividimos os homens em brancos, negros e amarelos, etc., o todo a ser dividido são os homens, as partes são brancos, negros, amarelos, e o fundamento é a côr.

Na Lógica, distinguem-se a **divisão da voz (do têrmo)**, pelo qual se realiza a distribuição de suas múltiplas significações.

Divisão da coisa é a que se realiza por uma operação real ou também, consistente na enumeração das partes que podem ser separadas. Esta divisão pode ser regulada, e o deve ser, pelas regras lógicas que cabem à divisão.

Divisão de conceito é a divisão pròpriamente lógica, em que são distribuídas as partes componentes de um todo lógico.

Tomemos, agora, os elementos da divisão:

O **todo** é o um que se pode resolver em muitos (partes). O **todo** pode ser **real** ou **lógico.** O **todo real** (também chamado **actual**) é aquêle que é um em si, e que pode realmente ser dividido em partes. **Todo lógico** (também chamado **potencial**) é aquêle que não é em si um realmente, e que, apenas, é **um** concebido pela mente. Assim, o universal é um todo lógico em relação aos seus inferiores, que estão contidos nêle em potência, e que são chamados de partes subjectivas. **Homem** contém em si Pedro, João, etc., de cujos indivíduos se pode predicar **homem**.

O **todo lógico** ou **potencial** pode ser duplamente classificado em **unívoco** e **análogo.** O **todo potencial unívoco** é a razão universal unívoca relativamente aos seus inferiores, relativamente às quais pode ser predicado. Assim o gênero **animal** é um todo potencial unívoco. O **todo potencial análogo** é a razão universal análoga relativamente aos seus inferiores, dos quais pode ser predicado, não sob a mesma, mas sob diversa razão. Assim, **ente** é um todo potencial análogo relativamente a todos os gêneros supremos.

O **todo actual** pode ser subdividido em **essencial,** que corresponde às partes constituintes da essência, e **todo não-essencial** aquêle cujas partes não são constituintes da essência.

O **todo actual essencial** pode ser ainda **físico** ou **metafísico,** segundo as suas partes são físicas ou metafísicas, se são ou não realmente distintas entre si.

O **todo actual não essencial** é ainda **entitativo** ou **não-entitativo** se se constitui de partes entitativas (da essência e da existência), ou não. O **não entitativo** é ainda **integral** quando composto de partes integrais (quantitativas), como o homem, que é composto de cabeça, tronco e membros, ou é **potestativa,** quando se divide segundo diversas potências ou faculdades, como, alma humana, que pode ser dividida, potestativamente, em alma vegetativa, sensitiva e racional.

A **divisão por accidente** pode dar-se: 1) divisão do sujeito na accidência, como a divisão dos

homens em brancos, negros, amarelos; 2) divisão do acidente nos sujeitos, como as paixões, que ora são do homem, ora dos brutos, e, finalmente, 3) acidente nos accidentes, como o amargo, que é ora saudável, ora não.

A divisão fundamental é a do gênero nas suas espécies, que é a divisão chamada essencial, que não só é clara, mas também distinta.

A divisão essencial é também chamada de divisão **per se**, que é aquela cujas partes são pròpriamente tais, por constituirem elas o todo. Assim o homem, como animal racional, é um todo actual essencial metafísico; o homem como corpo e alma, é um todo essencial físico; como composto de cabeça, tronco e membros, um todo actual não-essencial não entitativo, integral.

FUNDAMENTO E REGRAS DA DIVISÃO: Podemos observar que o ser humano pode ser dividido segundo diversas razões (ou fundamentos); segundo a côr, em brancos, negros, amarelos; segundo o tamanho, a idade, segundo os caracteres, os temperamentos, as funções sociais, etc.

A divisão não pode ser disparatada, deve revelar-se segundo um fundamento. No exame das divisões, puderam os lógicos estabelecer uma seqüência de regras que passaremos a expor:

1) **Não se deve mudar o fundamento numa divisão** — Assim, seria uma má divisão a que reduzisse os homens a brancos, negros, músicos, engenheiros, etc.

2) **O todo deve adequar-se aos membros em que é dividido, tomados simultâneamente** — Assim ofenderia esta regra o que dividisse a essência corpórea entre homens e animais brutos (pois faltariam as plantas, etc.).

3) Deve ser feita pelos membros que se excluam mùtuamente. Má divisão seria a que se fizesse entre sêres animados e inanimados e as pedras.

4) **Ser breve e não se deve multiplicar-se em subdivisões.**

5) **Ser ordenada** — Assim um gênero é dividido em suas espécies imediatas. Uma má divisão de animal seria a de homens, cavalos, aves, etc., pois animal é dividido em racional e não-racional, ou bruto.

É importantíssima a divisão na Lógica, sobretudo quando examinemos os silogismos disjuntivos, pois muitos erros de raciocínio e muitos sofismas surgem de defeitos na realização daquela.

TODO — PARCIAL — a) A parte componente de uma totalidade pode ser, por sua vêz composta de partes. A essa parte, em relação ao todo, e em relação às suas partes, é um **todo-parcial.**

b) Na teoria das proposições de Hamilton, diz-se da proposição em que o sujeito é tomado universalmente e o predicado o é particularmente: Todos os S são alguns P.

TODO-TOTAL — Na teoria das proposições de Hamilton, é a proposição em que o sujeito e o predicado são ambos tomados universalmente: Todos os S. são todos os P.

TOLERÂNCIA — No séc. XVI, durante a luta entre católicos e protestantes, terminaram tanto uns como outros por se **tolerarem** mùtuamente. Posteriormente, foi solicitada a tolerância para com tôdas as religiões, até que, no séc. XIX, estendeu-se para o **pensamento livre.**

Tolerar é consentir, permitir. É acção e o efeito de tolerar de condescender. É acção e o efeito de tolerar de condescender. É a indulgência no julgar a outrem.

Assim jurìdicamente, bem como teològicamente, e em muitos outros sectores do saber e da actividade humana, usa-se êsse têrmo sempre no sentido que acima enunciamos. Não há, pròpriamente, na tolerância, adesão ao que é tolerado, mas há apenas condescendência, ou seja, permite-se ou compreende-se que tal seja feito, sem que se deseje fazer também.

TOMADA DE CONSCIÊNCIA — É a fixação da consciência já reflexivamente sôbre alguma coisa, na qual passará de certo modo despercebida. Chamam também **mentalização.**

TOM AFECTIVO — Vide **Afectivo.**

TOMISMO — Nome que se dá à doutrina de Tomás de Aquino. Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

Tonos (gr.) = **tensão.**

To ou eneka (gr.) = porque uma coisa é..., a causa final.

TÓPICO — **Topos,** em gr., é lugar, e **topikos,** o que concerne ao lugar como adjectivo. Usado por Aristóteles para intitular um dos livros do seu famoso Organon **Topiká,** no qual estudou os «lugares» (topoi), os lugares comuns, ou seja, as classes gerais, em que podem ser classificados todos os argumentos ou desenvolvimentos.

O conhecimento de tais lugares facilita a **invenção** dialéctica.

Nessa obra, Aristóteles, além do estudo dos **topoi,** tratou de todos os argumentos que podem ser extraídos de premissas prováveis de uma obra ou de um discurso.

Diz-se que algo tem um carácter tópico, quando é algo espacial, algo que se dá no espaço em oposição ao que é meramente eidético, como uma relação, um ente de razão.

TOPICIDADE — Emprega-se para indicar o carácter tópico de alguma coisa, enquanto tópico refere-se, como adjectivo, ao que concerne ao lugar (espaço também). «As coisas físicas têm topicidade, enquanto as mentais não.»

Topos (gr.) = **lugar. . .**

TOTALIDADE — a) Reunião de tôdas as partes que formam um **todo.**

b) É a soma total.

c) Em Kant, uma das categorias do entendimento, pertencente à quantidade, como síntese da unidade e da pluralidade, pois a totalidade é um composto de partes.

Lei da Totalidade — Segundo Hoeffding, é a lei psicológica, se-

gundo a qual, o que fêz parte de uma totalidade mental, é apropriado para fazer reaparecer essa totalidade.

TOTALITÁRIO — Têrmo muito usado actualmente para indicar a posição político-social que se funda na unidade orgânica da totalidade social, que tem um valor por si mesma, não sendo as partes, nesse caso, os indivíduos humanos, mais que órgãos que devem estar ao serviço daquela. O totalitarismo tende, dêsse modo, a menosprezar o indivíduo, e a valorizar a totalidade incarnada pelo Estado, como se vê no **marxismo** e no **hitlerismo** e nas formas fascistas, em geral.

Mas o facto de a totalidade ser distinta das partes, e qualitativamente diferente, e, também, às vêzes, especìficamente diferente, não quer dizer que tenha mais valor que as partes componentes. Numa totalidade, sobretudo humana, um indivíduo, isoladamente, pode valer mais que a totalidade tomada como uma unidade.

Como não se justificaria daí a submissão do todo à parte, também não se justifica que o indivíduo seja menosprezado em benefício abstracto da totalidade.

TOTALIZANTE — a) Na Lóg., diz-se da proposição universal, cuja verdade é fundada numa observação anterior de todos os sêres que entram na extensão da mesma. Lalande dá o ex. seguinte: «Todos os grandes rios mediterrâneos têm um delta.»

b) Diz-se, em geral, do que tende ou facilita a realização da totalização, a acção de perfazer um todo.

TOTEM — Vem a palavra de um têrmo da língua Ojibway, da tribo algonquina, que, segundo Schoolcraft, que o popularizou, designaria o gênio protector, individual.

Nas populações americanas, que se dividem em clãs, cada uma traz o nome de uma espécie de coisas materiais, com as quais julgam, por certas analogias, ter relações de participação, que são também relações de parentesco. Êsses **totens** são em geral espécies animais, e, em menor escala, espécies vegetais.

Nalgumas tribos americanas, além dêsse totem do clã, há um **totem pessoal,** com o qual o indivíduo julga ter um parentesco de **participação** (vide).

Por outro lado, na clã, os indivíduos masculinos de uma parte e os femininos de outra, julgam ter um **totem,** que é o **totem sexual.**

TOTEMISMO — É a divisão e organização social, que se funda na existência de **tótens.** Tal sistema é chamado **totêmico.**

To ti en enai (gr.) = o era do que é — Significa a **causa** formal, para Aristóteles. Vide **Causa.** Quer referir-se à forma, que é antes do que é, por isso é o **era do** que é.

Totum (lat) = **todo, tudo.**

TOTUM DIVISUM — (lat.) = todo divisível. Diz-se do todo que denota ter uma certa espécie de unidade, mas que permite ser dividido ou capaz de divisão.

Assim, um todo lógico, alguma idéia geral, que pode ser re-

duzida a várias classes ou membros, segundo algum princípio de divisão, ou ponto de vista.

TRABALHO — a) Na **Física** é a producção de movimento ou de actividade a um corpo que resiste por meio de uma fôrça outra.

b) Na Fisiologia, é o desgaste de energia na acção muscular ou mental.

c) Na Psic., é a producção de resultados fisiológicos ou psicológicos, por meio da acção muscular ou nervosa, psíquica.

d) Na Economia, é a actividade productora de bens. O trabalho é a energia despendida com a intenção de conseguir bens. O homem é compelido, pela sua condição, ao trabalho, por ser o meio de obtenção de bens, ou para a realização de **serviços.** Os economistas modernos consideram o **serviço,** embora não tenda à fabricação, à manutenção, nem à distribuição de bens materiais, como o dos médicos, professôres e magistrados como **trabalho,** porque tendem à realização de bens **não materiais.**

Discutem os economistas o valor moral do trabalho, considerando uns uma servidão, outros um castigo. A idéia do penoso é associada à idéia de trabalho, o que é natural por influências remotas, porque tendo sido difícil a consecução de bens, esta sempre exigiu esforços.

Entretanto, na Psicologia, vemos que nem todo esfôrço é penoso e pode até ser agradável. Estudos feitos sôbre as condições de trabalho revelam-nos que podemos aumentar ou diminuir o esfôrço e o desagradável que ao trabalho se associa. Também se verifica que há pessoas que encontram nêle verdadeiro prazer, quando êste representa ou realiza uma criação, o que o eleva e também os tonifica.

A educação tem um papel saliente na acentuação ou não do carácter penoso no trabalho. Se os homens são educados, vendo no trabalho algo desagradável, é natural que se predisponham a actualizar o carácter penoso, virtualizando o que possa ser agradável. Ensina-nos a Psicologia que há prazer na actividade, a qual, levada a determinados graus, pode tornar-se desagradável e até dolorosa. A Economia não deve estar adstricta aos interêsses criados pelas classes, grupos, etc. Tem ela que, colaborando com a Técnica, auxiliar a melhoria das condições de trabalho e a transformação dêste de penoso em agradável.

TRADIÇÃO — a) Etimològicamente, é a transmissão.

b) Na vida social, diz-se de qualquer parte da História ou de um conjunto de costumes sociais, que são transmitidos oralmente ou por aprendizagem directa dos indivíduos.

c) Diz-se, em sentido mais lato, de todos os costumes, que se transmitem oralmente, ou por escrito, às gerações.

TRADICIONALISMO — a) Apêgo às tradições.

b) Doutrina pela qual se deve conservar as tradições.

c) Doutrina de Bonald, Joseph de Maistre, Bonetty, de Lamennais e outros, segundo a qual a verdade, e sobretudo a verdade religiosa, não pode ser descoberta por um indivíduo, mas é transmitida por tradição. Quem a transmitiu, recebeu-a de Deus, pois sendo a verdade atribuída às idéias, sendo essas super-individuais, foram transmitidas por Deus ao homem em determinado estado de sua existência ou desde a criação.

TRADUCIONISMO — Doutrina segundo a qual a alma humana é **gerada (per traducem)** da alma dos pais, com o que se procura justificar o pecado original, sem afrontar-se a justiça de Deus. Essa doutrina data de Tertuliano (200 d. C.). Leibnitz chamou-a de doutrina da «traducção das almas», que êle colocava ao lado da doutrina da **preexistência,** que afirma que as almas sempre existiram em Deus, e a sua **criação** se dá ao gerar Deus o ser humano.

TRAGÉDIA — É o drama que se caracteriza pelo conflito produzido pelo choque inevitável entre o protagonista ou protagonistas e o meio ambiente, sob seu aspecto geral, sobretudo pela influencia das causas por acidente, que produzem efeitos para os quais não tendem essencialmente. Assim o cair de uma pedra é um facto normal, mas atingir accidentalmente a um ser vivo que passa, é **trágico.**

TRAGICO — a) É o concernente à tragédia.

b) É o que provoca reacções de horror, semelhantes às que suscita a **tragédia.**

c) Popularmente, o que é calamitoso, catastrófico.

TRANS... — Prefixo latino, que significa **através de, além de.** É muito empregado na Filosofia para indicar o que ultrapassa, o que vai além de alguma coisa, ou o que vai além de tôdas as coisas. Assim temos palavras como **transfísico,** o que vai além do físico, que é igual a metafísico; **transfinito,** o que ultrapassa a finitude, etc.

TRANSCENDENTAL — a) É comum considerar-se o conceito de ser como um conceito universal, genérico ou específico. Neste caso, **ser** seria apenas um esquema abstracto das notas universalizantes, que têm todos os entes.

Duns Scot opunha-se a essa opinião, afirmando a **univocidade** do conceito de ser.

O conceito de gênero inclui o das espécies, que entram na sua extensão, no que elas têm de comum, mas exclui o que elas têm de próprio, que é a diferença específica, que permanece fora do conceito. Assim, homem e cavalo estão implicados no gênero animal enquanto sêres animados, mas a diferença específica de homem (a de ser racional) não a possui o cavalo, que dela é ausente.

O mesmo observar-se-ia quanto a um indivíduo, pois Paulo, que está incluído, como ser racional, em **homem,** não está enquanto louro.

Mas o conceito de ser é diferente, porque êle engloba, não sòmente o que as espécies têm de

comum, mas, também, os indivíduos, e ademais as diferenças específicas e individuais.

Assim, no indivíduo Paulo, o ser animal é, o ser homem é, o ser louro é.

Dêste modo, o conceito transcendental é aquêle que é atribuído aos sêres que entram na sua extensão, não sòmente no que têm de comum, mas também no que têm de próprio; portanto, o conceito **ser** é um conceito transcendental.

TRANSCENDENTALIDADE — Carácter do que é **transcendente.** Vide **Ser** (propriedades do).

TRANSCENDÊNCIA NA ÉTICA — Vide **Ética.**

TRANSCENDENTALISMO — Posição que afirma um Ser **transcendente.** Vide **Ser** (propriedades do).

TRANSCENDER — Acto que realiza a **transcendência.** Vide Ser (propriedades do)

TRANSCRIAÇÃO — Têrmo que parece criado por Leibnitz para indicar a doutrina, segundo a qual Deus daria a razão a uma alma simplesmente sensitiva ou animal preexistente, quando fôsse chamada a tornar-se uma alma humana.

TRANSDUCÇÃO — Têrmo empregado por W. Stern, que Piaget desenvolveu em seu **Jugement et raisonnement chez l'enfant,** com o intuito de designar, genèricamente, os diferentes tipos de operação mental, que servem para a criança tirar conclusões, como sejam por analogia, por identidade e por diferença.

TRANSE — Estado de dissociação da consciência, que se caracteriza pela suspensão dos movimentos voluntarios e, também, da actividade automática, como se observa em certos estados de histeria, de hipnose, de êxtase e nos estados chamados mediúnicos.

TRANSEUNTE (acção) — Vide **Acção.** É a que passa do agente ao efeito, é a, pelo qual, o agente opera sôbre outro ente (como o escultor sôbre o mármore).

TRANSFERÊNCIA — Operação pela qual se transporta alguma coisa de um lugar para outro, de um sujeito para outro.

Na Psic., vide **Psicanálise.**

TRANSFIGURAÇÃO — a) Transfigurar é mudar de figura, de feição.

b) Emprega-se, também, no sentido de converter, mudar e ainda alternar.

c) Transfiguração é a acção ou efeito de transfigurar.

d) Diz-se, também da mudança de figura e, em alguns casos, até da forma, sendo, nestes, sinônimo de **transformação.** A transfiguração de Cristo é o estado glorioso em que apareceu a três de seus discípulos, segundo o Evangelho.

TRANSFINITO — Deu Cantor êste nome aos números cardinais ou ordinais, que ultrapassam os números finitos.

Diz-se, também do que ultrapassa os limites da finitude e da

dependência. Vide **Infinito** e **Finito.**

TRANSFÍSICA — Vide **Metafísica.**

TRANSFORMAÇÃO — a) É a passagem de uma forma a outra: «Transformação das espécies».

b) Na Lógica, é a operação pela qual uma proposição é substituída por outra, como se vê nas **conversões.**

c) Há transformação na corrupção substancial, quando uma substância corrompe-se, perdendo sua forma, mas outra é gerada, havendo o surgimento de uma nova forma.

TRANSFORMISMO — Vide **Teoria da Evolução.**

TRANS-HISTÓRICO — O que ultrapassa o campo da História; ou seja, o que é a razão dos factos históricos, mas que pairam acima da própria História.

TRANSIGÊNCIA — a) Transigir é realizar uma **transação.** É ser a favor de algo, depois de ter sido contra ou vice-versa.

b) É condescender com os adversários, é compor-se com êles, é também contemporizar com êles.

Transigência é a acção ou o efeito de transigir. É a contemporização, a condescendência, a tolerância, a indulgência.

c) No terreno das idéias, diz-se que há transigência ou intransigência quando há tolerância, ou não, às idéias expostas por outros.

TRANSITIVA — Chama-se de **acção transitiva** a que modifica outro ser que o agente. Também a chamam de **actio exiens,** acção que sai. Opõe-se à **actio immanens** (acção imanente), que se realiza no próprio agente.

A acção transitiva realiza-se no efeito, e sua limitação, neste, não implica uma limitação do agente.

TRANSITIVIDADE — Carácter do que é transitivo.

TRANSMIGRAÇÃO — Vide **Palingênese.** Sinônimo de **Reencarnação,** que se realiza através de uma sucessão de formas ou incarnações. Vide **Metempsicose.**

TRANSMISSÃO — a) É a acção de transmitir, de passar de um para outro.

b) Na Biologia, é a transferência de caracteres biológicos dos pais aos filhos.

TRANSNATURAL — Nome proposto por Baldwyn, e usado por vários filósofos, para indicar o acontecer do homem e do seu destino, que não é nem natural, nem sobrenatural. Por essa concepção, nega-se que tenha o homem conhecido um **estado de natureza.**

TRANSPOSIÇÃO — a) Mudança de posições entre duas ou mais unidades de um sistema complexo qualquer.

b) Na música, é a transferência de tôda uma composição musical de uma clave para outra.

c) Qualquer mudança das partes, que não implique uma mudança de estructura.

TRANS-RACIONALISMO — Nome dado por Cournot à transcedência da razão do racionalismo, que se julga capaz de resolver todos os problemas apenas com as suas fôrças. É análogo ao **sobrenatural** em relação às coisas naturais.

TRANSUBJECTIVO (mundo) — É o mundo exterior, o mundo tempo-espacial, em oposição ao mundo interior, mundo da consciência.

TRANSUBSTANCIAÇÃO — a) É a mundança de uma substância em outra.

b) Na teologia cristã, é a transformação da substância do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo, na Eucaristia.

Treue (al.) = fé.

TRÍADA ou **TRIADE** — Têrmo vindo do grego, que se refere a **três** e é usado na Filosofia para indicar todo grupo, com ou sem unidade maior, formado de três. A hindu **Trimurti** é uma tríada, como também o é a **Trindade** cristã. Contudo, na Trindade, se genèricamente é uma tríada, especificamente se distingue por ser uma unidade transcendental de máxima coesão e coerência, o que, em geral, não o são as tríadas. Dêste modo, a tríada está para a Trindade, como o gênero está para a espécie.

TRIBO — Grupo social de indivíduos parcialmente organizados, composto de comunidades ou clãs amplamente relacionados, que, em geral, falam o mesmo idioma, e que têm uma forma primária de organização social.

TRICOTOMIA — (Do gr. **trikha**, três partes e **temnô**, cortar) a) É o que é partível ou divisível em três partes.

b) Diz-se da doutrina que afirma que o homem é composto de três partes: alma, corpo e espírito.

Esta concepção tricotômica surge em certos textos do Velho Testamento, nos estóicos, e em alguns autores cristãos.

Trieb (al.) = impulso

Triebfeder (al.) = móvel, o que move.

Trimurti — É a trindade hindu, representada pelos três deuses **Brahma, Vishnu** e **Shiva,** ou, metafisicamente, pelos três princípios: **criação, manutenção** (conservação) e **destruição operativa.**

TRINITARISMO — a) Movimento feito na Igreja Católica Romana, em 1198, para redimir os católicos cativos dos muçulmanos.

b) O trinitarismo, como doutrina teológica, afirma que a natureza de Deus é uma, mas com três pessoas (Pai, Filho e Espírito Santo).

Por essa doutrina afirma-se a divindade de Jesus e do Espírito Santo. Vide **Trindade.**

TRISTEZA — Atitude afectiva, que se caracteriza pela desagradabilidade e pela passividade e diminuição tônica dos músculos voluntários, proveniente de um estado de desagradabilidade, em consequência de factos aconteci-

dos, ou por acontecer, prejudiciais de certo modo, ou não desejados

Tristitia (lat.) = tristeza

TRITEÍSMO — Doutrina defendida por Filoponus, notável comentarista de Aristóteles, e Cônon, bispo de Tarso, e outros componentes do grupo dos **monofisitas**, que no VI.º séc. defendiam a tese que o Pai, o Filho e o Espírito formam três deuses, e não um, pois são substanciais, independentes e distintamente individuais.

TRIUNFO (conducta do) — Expressão criada por Pierre Janet, para designar o conjunto dos sentimentos e das reacções que acompanham e seguem, espontâneamente, o que acaba de obter um bom êxito. O **triunfo** é, assim, o último estágio de activação de uma tendência.

Trivium (Do lat. tres, **três** e **viae**, vias caminhos) Literalmente, é três caminhos. Assim se chamavam as três disciplinas fundamentais do sistema educacional para as sete artes liberais na Idade Média. O Trivium incluia a gramática, a retórica e a dialéctica.

O **Quadrivium** (de **quattuor**, quatro) era o segundo e mais avançado grupo dos estudos sôbre as artes liberais dêsse período, e era constituído da Aritmética, da Geometria, da Astronomia e da Música.

TROPISMO — Vide **Reacções e Reflexos**

TROPONÔMICO — Vide **Criptológico.**

TROPOS — Argumentos dos céptico gregos. Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

True (ing. = verdadeiro

Truth (ing.) = verdade

Truthful (ing.) = verídico

Truthfulness (ing.) = veracidade.

TU — Pronome pessoal, da 2.a pessoa. Significa a alteridade (de **alter,** outro) e, também, a comunicação entre o **eu** e o outro, considerado pelo **eu** como «outro eu». O **eu** comunica-se com o **tu** por **extrospecção.**

TRUISMO (do inglês **true**, verdadeiro) a) A expressão tornou-se **universal** para indicar as proposições que são verdadeiras tautologias, ou de uma frivolidade evidente e imediata. Vide **Tautologia.**

b) É a afirmação ou proposição, cuja verdade é tão óbvia, que desnecessita demonstração ou prova para apoiá-la.

c) Também usado no sentido de **banalidade**, embora verdadeira.

TUCIORISMO — Vide **Rigorismo.**

TUIÇÃO (do Lat. **tuor, tueri,** olhar, ver. **In-tuor,** ver, dentro das coisas de onde, **intuição** (vide). O verbo permitiria diversas prefixações, que precisariam ser devidamente determinadas como per-tuir, con-tuir, trans-tuir, etc., ainda não usadas, mas usáveis.

Como decorrentes do substantivo **tuitio,** temos em português o

antigo verbo **tuitar**, e também **tuição**, que significa defeza, patrocínio, tutela, usado na linguagem jurídica clássica portuguêsa, mas hoje substituído, geralmente, por tutela, tutelar, como adjectivo e como verbo.

TUTELA, TUTELAR — Vide **Tuição.**

Tychismus (lat.) =tiquismo

Typus (lat.) = tipo

Typos (gr.) = tipo

U

U — Na Lógica, sinal da proposição modal, na qual o modo e o **dictum** são ambos negados, e também sinal da proposição toto-total afirmativa, segundo a classificação de Hamilton e a notação de Thomson.

Übel (al.) = mal

Übereinstimmung (al.) = conveniência.

Überendlich (al.) = transfinito

Überführung (al.) = convicção

Überleben (al.) = sobrevivência.

Überlegung (al.) = deliberação

Übermensch (al.) = superhomem

Übernatürlich (al.) = sobrenatural

Überredung (al.) = convicção

Übertragung (al.) — transferência

Überwiegend (al.) = primordial

Ubi (lat.) = onde. Na Lógica e na Ontologia, é o predicamento que indica a presença no local, é o predicamento accidental do corpo numa circunscripção do lugar ambiente; é a **posição** do corpo no universo.

Ubicatio (lat.) = ubi, ubiquação. (Vide **ubiedade**).

UBIEDADE — Na escolástica, **ubietas** é o modo de existir em alguma parte. Dividem-se em três êsses modos: o **circunscriptivo**, o que é atribuído aos corpos no espaço e que pode ser pontualmente determinado **(punctatim)**; o **definitivo**, o que é definido, determinado em tal ou qual espaço, sem assinalarem-se pontos precisos ou lugares próprios, como o é a alma no corpo; o terceiro é o **repletivo**, que é o que enche, como o de Deus, que é eminentemente superior ao das almas nos corpos.

Ubietas (lat.) = ubiedade

UBIQÜIDADE — É, na Teologia, o carácter do ser que está presente em tôda parte. Sinônimo, algumas vêzes, de **multilocação**, mas teològicamente não o é. Na **multilocação**, o ser é apresentado como ocupando, simultâneamente, diversos lugares diferentes. Mas, **ubiqüidade**, deve-se con-

servar apenas no sentido teológico dado acima.

Neste sentido, ubiqüidade é **omnipresença** (vide **atributos de Deus**)

Ubiquitá (it.) = ubiqüidade

Ubiquität (al.) = ubiqüidade

Ubiquité (fr.) = ubiqüidade

Ubiquity (ing.) = ubiqüidade

Übung (al.) = prática

UCRÔNIA — Vide **Utopia**

Udizione (it.) = audição

Uguaglianza (it.) = vide igualdade

ULTERIOR — Vide **Posterior**

ÚLTIMO — a) O que é o derradeiro, o que deve vir depois de todos os outros.

b) Ou o além do qual não é possível ir, «é a última decisão». Aqui é sinônimo de **categórico.**

c) O mais moderno ou recente na ordem cronológica: «a última moda».

d) Supremo, extremo: «o último grau da perfeição».

e) No sentido de vil, mesquinho: «é a última das mulheres».

ULTRAMONTANISMO — (de **ultra,** além de... e **montanus,** pertencente à montanha). Têrmo criado devido sua analogia à **montanha,** partido extremista durante a Revolução Francesa.

Teoria que defende a supremacia absoluta do Papa, não só no sector religioso, como também no político e social.

ULTRAMORAL — Propôs Renouvier chamar de **ultramoral** a atitude que se opõe a **antimoral,** por êle considerada como os dois extremos da filosofia prática oriental, em que há homens que se aproveitam das multidões e das massas, apenas para obterem vantagens e gozos pessoais, que constituem os de atitude **antimoral,** e os que pregam e se dedicam à prática ilimitada do bem, e terminam por considerar, como bem absoluto a abstenção, o sofrimento, e renúncia com ou sem esperança de uma outra vida individual.

UM — Vide **Lei** (propriedades do)

Umanità (it.) = humanidade

UMBRAL DA CONSCIÊNCIA — Nível psíquico, no qual o não-consciente converte-se em experiência consciente.

Umbral absoluto de uma sensação é a grandeza de excitação mínima, que é susceptível de provocar esta sensação.

Umbral diferencial é a menor diferença na grandeza da excitação suficiente para dar duas sensações distintas.

Essas grandezas não são fixas, mas variam, contìnuamente, em tôrno da média própria a cada espécie de sensação, em relação aos indivíduos, e ainda em proporção ao estado psicofisiológico de cada um dêles.

Umfang (al.) = extensão

Umkehrbar (al.) = reversível

Umwandlung (al.) = transformação

Un (fr.) = um, algum

Unbedingt (al.) = incondicionado

Unbegreifbar (al.) = inconcebível

Unbegrenzt (al.) = indefinido

Unbestimmtheit (al.) = indeterminação.

Unbewusst (al.) = inconsciente

Uncomplex (ing.) = incomplexo

Unconditional (ing.) = incondicional

Unconditioned (ing.) = incondicionado.

Unconscious (ing.) = inconsciente

Undenkbar (al.) = inconcebível

Understanding (ing.) = entendimento

Undistributed (ing.) = particularmente

Uneasiness (ing.) = inquietude

Unendlich (al.) = indefinido

Unendlichgross (al.) = infinitamente grande

Unendlichklein (al.) = infinitamente pequeno

Unerkennbar (al.) = inconhecível, incognoscível

Ungereimtheit (al.) = absurdidade

Ungleichartig (al.) — vide **heterogêneo.**

UNIÃO — a) Carácter de dois ou mais sêres que não formam mais que um. Os graus são os mais variados e os estudamos nos graus de **Unidade** (vide).

b) Sôbre a união essencial e a união accidental, vide **Unidade.**

c) Diz-se, também, do acto e do efeito de estabelecer uma união.

d) Grupo de indivíduos ou associados, que tendem para um mesmo fim. Opõe-se a desunião, discórdia, etc.

UNIBILIDADE — Carácter do que é **unível,** do que pode unir-se com outro para formar uma nova totalidade.

UNICIDADE — Carácter do que é **único.**

Unicité (fr.) = único

ÚNICO — a) É o individual, o singular. Como singular e individual, nada se identifica ou é idêntico a um ser, porque êste é **único, é um só,** enquanto tal.

b) Diz-se do indivíduo lógico, que é membro exclusivo de sua classe.

c) O que se distingue, o que é notável, digno de admiração pela sua excelência sem par.

UNIDADE — Vide **Lei** (propriedades da)

UNIDADE DA CIÊNCIA — Intitula-se **Movimento de Unidade da Ciência** o movimento filosófico, originado pelo Positivismo

Lógico do **Círculo de Viena.** Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

UNIFORME — Diz-se dos sêres, que se identificam pelo aspecto formal intrínseco ou extrínseco...

UNIFORMIDADE DA NATUREZA — Resumo final ou superior de tôdas as leis formuladas quanto às operações de todos os fenômenos naturais, a qual afirma que dados os mesmos antecedentes se seguirão os mesmos conseqüentes em todos os casos. Vide **Eterno Retôrno.**

UNILATERAL — a) Refere-se a um lado apenas das coisas.

b) Diz-se do que é parcial ao considerar as coisas.

Unintelligible (ing.) = ininteligível.

Unio, onis (lat.) = união

UNIOCULAR — Vide **Binocular**

Unio mystica (lat.) = união mística. É o mergulho da consciência individual, quer cognoscitiva como afectivamente, numa consciência superior ou suprema.

Union (fr. ing. al.) = união

Unione (it.) = união

UNIPATIA — É a identificação emotiva, que se dá segundo a «participação» para Levy-Bruhl. Há duas espécies de unipatia: a **idiopática** e a **heteropática.** Numa, o outro é absorvido no eu; na segunda, o eu é absorvido no outro. Vide **Simpatia.**

Unique (ing. fr.) = único

Uniqueness (ing.) = vide unicidade

Unitá (it.) = unidade

UNITARIANISMO — Posição teológica, que afirma a unidade e unicidade de Deus em contraposição à Trindade. No passado, temos o unitarismo no **Monarquismo,** no **Adopcianismo,** entre os **Socianos** e, modernamente, no movimento que toma o nome de unitarianismo.

UNITÁRIO — O que é relativo à unidade. O que pugna pela unidade. Um sistema é **unitário,** quando os componentes se unem por afinidade, como na Química.

Unitas (lat.) = unidade

Unitas aggregationis (lat.) = unidade de agregação. Vide **Ser**

Unitas ordinis (lat.) = unidade ordem. Vide **Ser**

Unitas per accidens (lat.) = unidade por accidente. Vide **Ser**

Unitas per se (lat.) = unidade por si. Vide **Ser**

Unitas simplicitatis (lat.) = unidade de simplicidade. Vide **Ser**

Unité (fr.) = **unidade.**

Unity (ing.) = **unidade.**

UNIVERSALE ANTE REM — Vide **Polêmica dos Universais** e **Universal e Individual.**

UNIVERSALE DIRECTUM — Os escolásticos chamavam de **real** ou metafísico o **universal directo,** o que é concebido como estando na coisa **(prima intentio);** e **universal reflexo,** chamado **lógi-**

co, era o que não estava formalmente na coisa, mas apenas na mente (**secunda intentio**). A lei da proporcionalidade intrínseca, que está na coisa, que é a **forma** da coisa, é o universal directo real ou metafísico. É real porque está na coisa; é metafísico, porque não é captado pela esquemática da sensibilidade humana, pela intuição sensível, ultrapassando, assim, ao físico. Êsse universal é a **res extra animam**, de que falava Tomás de Aquino (**in De Potentia**, q. 7 a 9). Como êsse universal, segundo a doutrina pitagórico-platônico, é apenas uma imitação, na coisa, do universal directo eidético, êle aponta ao seguinte: a proporcionalidade intrínseca da coisa ordena-se segundo um **logos** (lei) de proporcionalidade intrínseca. Temos p. ex., a **triangularidade**. Êsse **logos** da **triangularidade** é uma realidade eidética, independentemente dos triângulos, porque se não houvera triângulos, o **logos** da triangularidade não se tornaria num mero nada, nem seria um mero nada antes de haver triângulos, como um mero nada não é o **logos** do homem antes de haver homens. Tal **logos** seria, na ordem do ser, uma possibilidade que se actualizou posteriormente. Como se deu essa actualização? Sêres vivos animais repetiram, na proporcionalidade intrínseca de sua constituição, um **logos**, que é o da **humanitas**. Nenhum ser humano é a **humanitas**, como nenhum círculo é a **circularidade**.

A circularidade é o **logos** (lei) da proporcionalidade intrínseca, que é imitada por todos os círculos. Mas, a circularidade é, enquanto tal, absolutamente perfeita. Nenhum ser circular, ao imitá-la, é plenamente a circularidade, porque esta é meramente eidética (formal), e não material. Dizer-se que a circularidade é uma criação subjectiva do homem, é afirmar que antes do homem seria impossível pensar sôbre a circularidade, que nada mais era que um mero nada.

A circularidade é possível de ser imitada por sêres físicos. Êsse universal directo prescinde da singularidade (êste, ou aquêle círculo) e da pluralidade (êsses círculos). É um **eidos** (forma) **ante rem**, que se dá fora das coisas. Êste pensamento pitagórico-platônico é absolutamente válido, e a sua negação faz incorrer em contradições, pois afirmaria a nulidade (**nihilatio**) da forma antes das coisas. Por outro lado, o que há nas coisas é o **logos concreto**, que dá a forma, que a informa, a forma dêste círculo, a forma dêste homem, que é um universal directo real (**in re**) e, finalmente, o universal reflexo lógico, que é o esquema eidético-noético em nós, intencional, que é segundo o que intelege o intelecto.

UNIVERSAL E O INDIVIDUAL — O problema da individuação é um dos temas mais importantes da Filosofia. E o é porque implica o seu contrário, que é o da universalidade, ao qual é contraposto, freqüentemente.

Distinguem os escolásticos o **universale reflexum**, o universal que é apenas o conteúdo de um conceito, como o universal «sabedoria», que não precisa nem desta nem daquela, pois pode conceituar-se por si mesmo, do **universale directum**, o correlativo

correspondente nos objectos a êsse conteúdo, o que é real, e, neste caso, será objectivo o conceito ao qual correspondem tais correlativos. Costuma-se, também, chamar o **universale reflexum** de **lógico.**

A essência **homem** não é subsistente de per si para os escolásticos, porque, do contrário, seria singular, única, e não se poderia repetir nos homens.

Corresponde-lhe a universalidade, porque pode **referir-se** como correlativo a uma pluralidade de objectos.

Daí a necessidade de distinguir a individualidade, que é o carácter de ser indivíduo, de ser distinto, de formar um todo, uma totalidade, que não pode ser dividida sob pena de deixar de ser o que é. Há uma individualidade **numérica** e uma **qualitativa.** É numérica a individualidade que podemos numerar, como êste e aquêle livro. etc., que poderiam chamar-se livro I, livro II, ou livro III... Êste livro é nenhum outro. Está aqui, tem heceidade (de **haecceitas**), é singular, inmultiplicável, e não pode ser êle e simultaneamente outro. Cada homem é numèricamente **êste** homem, mas também o é, cada um, em si, diferenciado **qualitativamente,** Pedro, João, Paulo, etc., pois todos os sêres parecem distinguir-se qualitativamente, embora possa haver sêres, que se pareçam iguais.

Também a individualidade pode ser vista como **absoluta** e como **relativa.**

É absoluta a individualidade quando considerada apenas em si. Cada coisa, considerada apenas em si, é individualidade numérica e qualitativamente tal coisa.

Como relativa, salientamos a relação dela com outras semelhantes, como Paulo em face da espécie humana. Todo o indivíduo é uma individualidade relativa dentro da espécie.

Podem os escolásticos disputarem entre si sôbre o problema das universais em alguns pormenores, mas, na verdade, todos estão de acôrdo em que não se pode dar um **universale a parte rei,** e que, portanto, todos os sêres existentes estão determinados individualmente.

No que toca à individualidade numérica, é certo que não se pode dar um universal separado dos indivíduos, e do qual êstes «participem»; por que dita essência universal hipostasiada, por exemplo, «homem», seria, **eo ipso,** uma espécie singular, o mesmo que os homens singulares. Além disso, os homens particulares só podem ser constituidos como homens, por algo **intrínseco** a êles, e não por uma essência exterior aos mesmos.» (Fuetscher, op. cit. pág. 172).

Todo ser existente, além de numèricamente êste, é determinado pela sua qualidade, o que se pode atribuir a todo existente.

O conceito universal só tem objectividade como idéia, pois falta-lhe a exemplaridade; do contrário, se a tivesse, deixaria de ser universal para ser singular.

O **eidos** no ser supremo (**ante rem**) não é um individual hiposta-

siado, mas um **pensamento** (logos) no e do ser.

Reconhecem todos os escolásticos que a nossa mente não só pode separar o que **a parte rei** está unido, como também pode distinguir o que **a parte rei** é idêntico. Nesse caso, a distinção se achará, **actu**, e formalmente, só no entendimento; enquanto, no objecto, só se achará **fundamentaliter** (fundamentalmente).

A fonte última dessa distinção é a finitude das coisas. Um infinito, como tal, exclui a distinção conceptual adequada entre essência e individualidade.

A finitude faz também que seja possível uma pluralidade de sêres da mesma espécie. E essa pluralidade oferece ao conhecimento comparativo um fundamento para escolher o comum, e prescindir do diverso por mais que ambos elementos não sejam distintos **ex natura rei** nos diversos indivíduos. Mas, essa distinção não é puramente conceitual, no sentido de não fundada nos objectos. A essência e a individualidade são intencionalmente distintas, mas a **parte rei** se acham em identidade real» como o expõe Fuetscher. Além dos escotistas, os suarezistas repelem a distinção real entre a essência e a individualidade.

Longa é a polêmica entre os escolásticos para esclarecer, de maneira decisiva, o problema da individualidade. Se Tomás de Aquino considera que é a quantidade, que determina a individualidade, os suarezistas, com uma lógica férrea, demonstram que a quantidade já pressupõe a forma individual, portanto não poderia intervir na individuação da forma. Também a argumentação dos tomistas, de que o que individualiza é a quantidade determinada, que recebeu uma «impressão», uma **sigillatio**, que a estampilha, tornando-se matéria **signata quantitate**, também encontra dos suarezistas a mesma argumentação poderosa, pois seria uma **petitio principii** tal afirmativa, como elês afirmam.

Fuetscher, fundado na oposição de Suarez, conclui que a **individualidade** se dá na união entre quantidade e a forma, cuja unidade revela propriedades totalmente novas, o que corresponderia perfeitamente à nossa concepção tensional.

A distinção entre sujeito e forma, entre essência e individualidade, é actual sòmente no pensamento diferenciante; não na própria coisa.

É êste o pensamento escotista. A singuaridade pertence à coisa enquanto tal, em si mesma. O ser é singular da mesma maneira que é **um**, isto pelo simples facto de ser, dizem os tomistas. Mas Scot discorda, pois como poderia um objecto, que é de per si singular, ser apreendido como universal pelo intelecto?

A individualidade é, para Scot, a **última actualitas formae**, a última actualidade da forma, e a **haecceitas** surge (**haec**, esta, estidade) dos princípios individuantes, que formam as entidades do **compositum**, é a forma dessa singularidade do composto, fundada nessas entidades.

UNIVERSALE IN RE — Vide **Polêmica dos Universais.**

UNIVERSALE POST REM — Vide **Polêmica dos Universais.**

UNIVERSALE REFLEXUM — Vide **Universal e Individual.**

UNIVERSALIDADE — a) Carácter do que é universal.

b) Conjunto, totalidade: «a universalidade de todos os sêres».

UNIVERSALISMO — Vide **Harmonismo.**

UNIVERSALISMO ÉTICO — Vide **Ética.**

UNIVERSALISTA — a) Partidário do universalismo.

b) Carácter de uma doutrina ou de uma religião, que se dirige a todos os homens, e não apenas a uma parte dos mesmos.

UNIVERSALIZAÇÃO — É a passagem do singular ou do particular ao universal.

UNIVERSO — É a soma das coisas, a universalidade das coisas, que são tempo-espaciais, **cronotópicas.**

O Mundo visível, o mundo sensível para o Homem.

UNIVERSO DE DISCURSO — a) A expressão se deve ao lógico De Morgan (Inglês, 1806-1871), e significa «o conjunto das idéias, ou, mais exactamente, das classes lógicas, que são tomadas em consideração num julgamento ou num raciocínio».

b) Assim, a afirmação «nenhum cão fala» é verdadeira no «universo de discurso» da Zoologia, não, porém, no da Fábula, porque, nesta, um cão «pode» falar.

c) Quanto à Filosofia, ela tem um «universo de discurso», num sentido mais amplo que o da Lógica, pois ela se interessa pelo todo, e o seu universo de discurso abrange o conjunto de tôdas as idéias.

Universum (lat.) = **universo.**

UNIVOCAÇÃO — Vide **Analogia.**

UNIVOCIDADE — Vide **Analogia.**

UNÍVOCO — É o que tem o mesmo sentido sem empregos diferentes. Vide **Univocidade**, em Analogia.

Uuknowable (ing.) = **incognoscível.**

Unmittelbar (al.) = **imediato.**

Unmöglich (al.) = **impossível.**

UNO — É o adjectivo de um; o que é só na sua espécie; o único, singular, individual. Na Teologia cristã, diz-se que Deus é **uno** porque é um só em três pessoas distintas; ou melhor, três pessoas distintas de um só Deus.

Unpersönlich (al.) = **impessoal.**

Unregelmässig (al.) = **anormal.**

Unruhe (al.) = **inquietude.**

Unsterblichkeit (al.) = **imortalidade.**

Unstetig (al.) = descontínuo.

Unstittlich (al.) = imoral.

Unterbegriff (al) = **menor.** . .

Unterbewusst (al.) = **sub-consciente.**

Unterbewusstsein (al.) = **subconsciência.**

Untergeordnet (al.) = **subordinado.**

Unterordnung (al.) = **subordinação.**

Unterricht (al.) = **instrução.**

Unterscheidung (al.) = **distinção.**

Unterschied (al.) = **diferença.**

Untersuchen (al.) = **verificar.**

Unum (lat.) = **um.**

Unum et ens convertuntur (lat.) = **o um e o ser se convertem.** Vide **Ser.**

Ununterscheidbar (al.) = **indiscernível.**

Unverständlich (al.) = **ininteligível.**

Unwissenheit (al.) = **ignorância.**

Upper (ing.) = vide **Superior.**

Uranfänglich (al.) = **primitivo.**

Urbild (al.) = **modêlo.**

Urmenschen (al.) = vide **homem primitivo.**

Ursache (al.) = **causa.**

Ursächlich (al.) = **causal.**

Ursprung (al.) = **origem.**

Ursprünglich (al.) = **primordial.**

Useful (ing.) = **útil.**

USIOLOGIA — Do gr. **ousia,** substância e **logos,** tratado. **É a** ciência da essência.

USO — a) Usar é pôr em prática, é empregar, é servir-se de alguma coisa.

b) **É** também gastá-la.

c) **É** ter um hábito de...

d) Como verbo pronominal, **é** gastar-se, deteriorar-se...

e) O uso é a acção e o efeito de usar.

USURA — **É** o juro, o interêsse exagerado do capital. **É** o lucro extraordinário, excessivo, muito superior à taxa legal.

Usus (lat.) = **uso.**

UTI (Do lat) = **usar.** Deve-se distinguir **uti de frui,** fruir. **Usamos** as coisas que delas precisamos, necessitamos; **fruímos** as que nos dão prazer. A distinção é de Santo Agostinho.

ÚTIL — a) O que tem um valor para ser usado ou que pode ser usado.

b) **É** tudo quanto é proveitoso ao homem.

c) De modo especial, diz-se do que concerne ao interêsse.

UTILIDADE — a) Carácter do que é útil.

b) Doutrina da Utilidade. Vide **Utilitarismo.**

UTILIDADE — Na Economia: Qualificamos de **úteis** os objectos que permitem dar satisfação às necessidades e chamamos de **utilidade** a êsse carácter. Consi-

deramos a utilidade maior ou menor, quanto maior ou menor fôr a necessidade que ela puder satisfazer. Para um fisiologista, os alimentos são dados constantes e valem pelo seu poder nutritivo. Para o homem, depende a utilidade do julgamento que dela faça quem dela precisa. Para o economista, são úteis tôdas as coisas que respondem à necessidade do homem, sem se preocupar em saber se são elas naturais, imaginárias, ou até viciosas. Embora a Economia olhe assim as necessidades, as encara, porém, sob o ângulo meramente quantitativo e extensista, e não sob o ângulo qualitativo e intensista, cuja diferença fundamental ressaltará, quando estudarmos o valor, na parte analítica.

Dizia Nietzsche que é a dificuldade que dá valor às coisas. Realmente o homem, em seu julgamento de valor, procede dessa forma. Como a vida, para ser mantida, exige do homem esforços, portanto onerosos, custosos, está a economia imbuída dêsse espírito de só julgar como bem econômico aquêles cuja obtenção nos é custosa. As águas de um rio, que servem às necessidades de uma população, que delas pode usar à vontade, não são consideradas um bem econômico. Mas, se amanhã, se tornam propriedade de alguém e, para usá-las, é necessário dar em troca alguns bens ou o que os represente, dêsse dia em diante passariam essas águas a serem consideradas um bem econômico.

Assim a economia trata das trocas e regula a utilidade pelo que ela custa e não pelas necessidades que ela satisfaz. Vemos, assim, que a utilidade está em relação ao esfôrço despendido na obtenção dos bens, no sacrifício que exige para a sua acquisição. Assim, para resumir, entendem os economistas, como bem, uma coisa essencialmente útil, porém não se trata apenas do que se possa chamar sua utilidade objectiva; ou seja, sua aptidão à satisfação de uma necessidade, mas, sim, sua utilidade subjectiva. Desaparecendo o sacrifício, o ônus, perde a coisa o seu carácter de utilidade econômica.

UTILITARISMO — a) É a doutrina que estabelece que é mais certo e é o acto mais recto, o que estabelece ou proporciona a máxima utilidade, o máximo benefício, a maior soma de prazeres ao homem. É o espírito utilitário.

b) Diz-se de tôda doutrina que torna o útil o princípio de todos os valôres, tanto na ordem do conhecimento como no da acção.

Especialmente, a doutrina moral de Bentham e de John Stuart Mill.

O utilitarismo defende que a maior felicidade do homem está na obtenção da maior soma de bens, que o tornem mais feliz.

A concepção meramente utilitária tem servido para justificar as mais atrozes explorações que o homem tem feito sôbre o homem, e é bem o traço que caracteriza uma época em que a mentalidade dos mercadores predomina em todos os sentidos e em todos os lugares. Vide Ética.

UTILITARISTA — a) É o partidário do utilitarismo.

b) É o que procede utilitaristamente.

UTOPIA — (Do gr. **u**, partícula negativa e **topia**, de **topos**, lugar, o que não está em nenhum lugar).

a) Nome que Thomas Morus deu a um país imaginário (a ilha Utopia), em que vivia um povo feliz, graças às leis e aos costumes sábios que presidiam aos seus actos e à sua vida econômica.

b) No fim da Idade Média e no início do Renascimento, surgiram inúmeras concepções de vida perfeita, a maioria inspiradas nos costumes e exemplos dos primitivos americanos.

c) Pejorativamente, emprega-se para acusar todo e qualquer ideal político, cuja aplicabilidade é julgada impossível por não corresponder, nem ser adequada à realidade humana.

O exame cuidadoso do que é realmente **utópico** e do que é **tópico** é matéria que exige cuidadosa análise, porque muitas **utopias** tornaram-se realidade, enquanto muitas concepções, consideradas tópicas, não passaram de simples quimeras.

UTÓPICO — Como adjectivo, refere-se a **Utopia**, em todos os seus sentidos (vide).

UTOPISTA — O que aceita, ou defende ou vive uma ou numa **utopia**.

Ut re a re (lat.) = Como coisa e coisa; quer dizer, como uma realidade que se distingue, fisicamente, de outra realidade.

V

Vac (Sânscrito) = **Palavra, a** fala. Corresponde ao **Logos** dos gregos, e ao **Verbum** dos latinos. É a primeira realidade, de onde emanam tôdas as outras realidades.

Temos o radical em **voc, vog,** vogal, vocal.

VACUÍSMO — Sistema dos que afirmam que **há o vácuo** absoluto **na** natureza.

VACUO — Vazio, o que se acha ocupado ou preenchido com alguma coisa. O que nada contém. É o espaço vazio, o nada, em suma, porque é nada.

Na ciência, o têrmo **vácuo** é o vazio, o esvaziado. **Vácuo absoluto,** o vazio de tôda matéria. . .

Vacuum (lat.) = **vazio.**

Vacuum Formarum — Expressão usada por **Leibnitz para** indicar a inexistência de qualquer coisa que **pudesse existir.** É a inexistência até do **possível.**

Vada (Sânscrito) = **Teoria.**

VAGO — Diz-se que uma idéia é vaga, quando sua significação é imprecisa e o conteúdo **da** mesma não está devidamente determinado. Assim temos conceitos vagos como o de **longevidade,** porque pode ser considerado aos sessenta, setenta, oitenta ou noventa anos ou mais. Vide **Relativo.**

VAIDADE — a) Carácter do que é vão, do que é vazio de valor, sem consistência, sem fundamento. A coisa vã é a coisa de pouco valor.

b) Carácter do que é vão ou vaidoso, do que apregoa um valor que não têm, do que estima excessivamente, além da medida, um valor pessoal. É o gabar-se a si mesmo.

VAISESIKA — Um dos principais sistemas filosóficos da India. Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

VALENTIA — Vide **Cardeais (Virtudes).**

VALER — a) Ter valor, mais ou menos...

b) Valer algo, é ter um valor igual ao de alguma coisa.

c) No sentido de **válido.** Êste argumento vale para...

d) Modo de **afirmar** distinto **do ser,** como o propõem alguns axió-

logos modernos, que o tornam um **intermediário entre ser e nada**, o que é uma das mais notáveis inconseqüências apresentadas neste momento crepuscular da filosofia moderna.

Valeur (fr.) = **valor.**

VALIDADE — Qualidade ou condição de ser válido. É a legitimidade, a validade de alguma coisa. Sinônimo de **Validez.**

VALIDEZ — Vide **Validade.**

VÁLIDO — a) O que vale, o que é robusto, vigoroso, «homem válido».

b) O que tem valor em si ou para outrem: uma demonstração válida...» «Um argumento válido para...»

c) Jurìdicamente, é o que é legítimo: validez de um contracto, um contracto válido», etc.

VALIDO (Não confundir com **válido**). É o protegido, o favorito, o amparado. É também o estimado, querido, prezado.

É também o favorito. Os validos de um rei.

VALIMENTO — Acto ou efeito de **valer.** Vide **Valor.**

VALOR — Em todos os actos, ante todos os factos, o homem define, analisa, estima, aceita ou repudia o que se dá. Sôbre todos os factos, dá-lhe um epíteto, adjectiva-o, elevando-o, engrandecendo-o, ou diminuindo-o, envilecendo-o.

Êsses epítetos são distintos dos adjectivos, que expressam qualidades. Êsses epítetos não tiram nem põem nenhum atributo. Se dizemos que isto é **útil** ou inútil, belo ou feio, bom ou mau, nada acrescentamos, nem tiramos dos atributos que tem, porque **isso** continua sendo o que é.

São as **valorizações** tais actos de dar epítetos às coisas ou factos.

Quando dizemos que um livro é útil, benéfico, belo ou prejudicial ou feio, não estamos referindo-nos a aspectos que podemos intuir pela intuição sensível. Ao chamá-lo de belo ou de feio, nada tiramos nem nada pomos no livro. No entanto, se o chamamos de vermelho, é que êle se nos apresenta dessa côr. Ao chamá-lo de belo ou feio, não acrescentamos nem tiramos nenhum dos atributos que êle tem. **Realizamos uma valoração.**

A história humana é uma valoração da actividade do homem. Ela relata a criação, a descoberta de valorações, como também a transmutação, a oposição e a concordância das valorações.

Tôda a reacção humana apreciativa ante um facto ou um acontecimento é uma valoração. A valoração é uma apreciação de valôres.

É a **Axiologia** a disciplina que estuda os **valôres.**

Os **valôres** são objectos específicos, e o seu estudo pertence à **Ontologia.**

Mas podemos caracterizar alguns aspectos, que são suficientes para dêles nos dar uma visão. Os valôres não se ligam ao ser dos objectos, mas ao seu **valer,** à

sua dignidade. Ao afirmarmos que um objecto vale ou não vale, não acrescentamos nem tiramos nenhum dos seus atributos.

Perguntam alguns: são os valôres algo em si mesmos ou valem para nós, ou estão nas coisas?

A ciência dos valôres é uma disciplina nova, que, sobretudo, depois de Nietzsche, começou a tomar corpo na Filosofia, e a ter um campo próprio de acção.

Há uma distinção na lógica moderna quanto aos juízos:

a) juizos de existência;

b) juizos de valor.

Nos primeiros, diz-se de uma coisa o que a coisa é.

Enunciam-se propriedades, atributos, predicados dessa coisa, que permanecem ao seu próprio ser. Os juízos de valor enunciam algo que não se junta nem se tira à existência, nem à essência da coisa.

Vê-se, assim, que os valôres não são coisas, nem elementos das coisas.

Pela **teoria relativista** (a **nominalista**) é o agrado ou desagrado que nos produzam as coisas, que nos revelam os valôres. Pode uma coisa nos agradar, e ser má ao mesmo tempo. Por outro lado, podemos discutir sôbre os valôres. Não podemos discutir, porém, sôbre o agrado e o desagrado, por serem subjectivos. Assim, a beleza de um quadro pode agradar ou não; mas podemos discutir sôbre ela. Ora, se podemos discutir é que há alguma objectividade nos valôres, e não são apenas uma relação. Os inventores de valôres, no sentido nietzscheano, os descobridores de valôres, revelam aquêles que até então ninguém havia percebido. Mas, depois dessa descoberta, outros vão senti-los. As margens do Reno, as montanhas que o cercam, não tinham antes do movimento romântico, o valor que êste foi descobrir e revelar. Desde então elas começaram a ser motivo de inspiração e fonte de emoções estéticas mais amplas.

Axiólogos modernos dizem que os «valôres não são; os valôres **valem**».

Lotze (1817-1881) afirma que uma coisa é valer e outra é ser. Os valôres não têm a categoria do ser, mas a do **valer.** A coisa que vale não é mais ou menos que a que não vale; a coisa que vale é algo que tem valor. **O ter** valor é o que constitui o **valor.** Ter valor não é ter um ente, ou seja, uma realidade entitativa a mais.

Vejamos um exemplo: a côr exige espaço. O que tem côr ocupa espaço. Mas podemos separar mentalmente a côr do espaço. Mas valor e a coisa, que tem valor, não podemos separar ônticamente. Desta forma, vemos que o valor não é um ente, mas algo que implica a coisa e implica o sujeito. Esta é a opinião de Scheler.

São os valôres absolutos ou relativos? Valem hoje e, amanhã, não valem? Neste ponto, trava-se uma grande polêmica na Filosofia.

Há, nos valôres, um aspecto variante e um invariante. A prudência, como invariante, é uma virtude que faz evitar a tempo as incoveniências ou perigos. Mas o senhor feudal era prudente quando se armava; o burguês, hoje, é prudente quando se cerca de bons documentos, etc. Êste é o aspecto variante.

Todo valor tem um contra-valor. Bom e mau — corajoso e covarde — forte e débil — belo e feio. É a **polaridade dos valôres.**

Ademais os valôres revelam uma **hierarquia,** pois uns valem mais que outros. Neste caso, o valor tem um valor.

Um valor que tem valor pode ter mais que outro da mesma ordem

Assim um bem pode ser mais que outro bem. Conseqüentemente, em síntese, os valôres revelam:

1) Polaridade.

2) Hierarquia.

3) Escalaridade.

Há valôres que estão, hieràrquicamente, num grau mais alto; e outros, num mais baixo. Scheler apresenta a seguinte hierarquia:

Valôres religiosos: santo e profano.

Valôres éticos: justo e injusto.

Valôres estéticos: belo e horrível.

Valôres lógicos: verdade e falsidade.

Valôres vitais: forte e débil.

Valôres úteis: adequado e inadequado — conveniente e inconveniente.

Essa hierarquia, no entanto, não é aceita por todos. Há quem não considere os valôres religiosos como os mais altos. Um artista poderia considerar os estéticos: um utilitarista, os utilitários: um lógico, os lógicos.

E assim por diante. Nietzsche, Friedrich (1844-1900), por ex., combateu a escala de valôres de nossa época mercantilista, na qual predominam os valôres utilitários, sem, no entanto, considerar os religiosos os mais altos, e, sim, os vitais, e os éticos. Quando se fala em transmutação dos valôres é que se quer derrocar a escala predominante e instaurar uma nova.

Tôdas as eras da humanidade conheceram suas escalas dos valôres, e ora predominam uns, ora predominam outros. Essa classificação de Scheler pode ser ampliada, como muitos têm feito. É natural que, na Axiologia, haja tanta divergência sôbre a classificação dos valôres.

Muitas escalas foram propostas, e para darmos alguns exemplos, vamos citar os socialistas, que, se dividem quanto à escala dos valôres. Os marxistas colocam, no ápice, os utilitários; os anarquistas, os valôres éticos; os fascistas, os valôres vitais, em parte, e depois, os utilitários; os socialistas cristãos, os religiosos.

Individualmente, há também escalas de valôres, porque a ordem pode ser mudada. Assim

um homem, sinceramente religioso, pode dar a seguinte ordem: valôres religiosos, éticos, utilitários, vitais, lógicos e estéticos, por último.

VALOR: — na Economia Política:

O conceito de valor é muito complexo e também muito confuso na Economia. Em geral o **valor corresponde à importância econômica de um bem ou de um serviço.**

Um bem é uma coisa útil conforme a sua importância econômica. O valor deve ser examinado intensiva e extensivamente, qualitativa e quantitativamente, objectiva e subjectivamente. Tomado **objectivamente,** tem o nome de **valor de troca,** e êste é representado pela mercadoria dada em compensação, representada pela moeda e, neste caso, fala-se em **preço.** Trocamos um terno por dois sacos de arroz. Dizemos, pois, que um terno é igual a dois sacos de arroz. Concluímos então, que um terno **vale,** como valor de troca, dois sacos de arroz. Mas, digamos que em moeda, o terno vale X. Então está visto que cada saco de arroz **vale** a metade de X, que é o seu preço. Dizemos, então que o **preço** de um saco de arroz é de X/2 (meio X).

A escala de preços registrados sôbre todos os mercados, permite-nos, da mesma forma, representar o conjunto das relações de valor existentes entre uma quantidade dada de uma mercadoria ou de um serviço e uma quantidade dada de qualquer outra mercadoria ou serviço, que se tornam objecto de uma troca.

Subjectivamente, temos o **valor de uso.** A noção de valor não é necessàriamente associada à de troca. Podemos considerar, fora de tôda troca, a importância econômica relativa de certos bens ou serviços, que estão à nossa disposiçãço ou que desejamos ter à nossa disposição.

A diferença entre o **valor de uso** e o **valor de troca,** já a encontramos em Aristóteles. Grandes polêmicas se travam na Economia sôbre os verdadeiros sentidos dêsses dois valôres, como: se são contrários, se um pode reduzir-se ao outro, etc. O valor de uso é essencial a tôda mercadoria, portanto a todo valor de troca, mas há bens, com valor de uso, que **não são mercadorias,** porque não se trocam, como, por exemplo, a água dos rios. O valor de uso é condicionado pelas propriedades do bem, na sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas.

VALORAR — Acto de captar um **valor.** Não confundir com **valorizar** (vide).

VALÔRES ESTÉTICOS — Vide **Estética.**

VALÔRES MARGINAIS — Vide **Marginalismo.**

VALÔRES NA ÉTICA — Vide **Ética**

VALORIZAR — Acto de dar um **valor** a uma coisa. Distingue-se de **valorar,** que é apenas o acto de apreender o valor sem suprimentos subjectivos.

Value (ing.) = valor

VARIABILIDADE — a) Carácter do que está sujeito a variações.

b) Grandeza que varia.

VARIAÇÃO — a) Acção ou efeito de variar, de tornar vário, de mudar, de alterar.

b) Diz-se da inconstância, da mudança constante, da modificação.

c) Na Filosofia, o têrmo é aplicado para indicar modificações de uma tendência. Vêmo-lo empregado em vários sentidos, como **variações concomitantes** (método), empregado por J. S. Mill para o qual dá a seguinte fórmula: «Quando um fenômeno qualquer varia de alguma maneira, desde que um outro fenômeno varia de certa maneira particular, ou é êle causa, ou um efeito dêsse fenômeno, ou a êle se conexiona por qualquer facto de causação.»

Método das variações minimais — Método de investigação psicofísica, na qual se varia o estímulo variável por meio de uma série de mudanças tão pequenas que são individualmente imperceptíveis ao observador.

VARIÁVEL — a) Na Mat., as quantidades que variam de grandeza (em oposição às quantidades constantes).

b) O que é sujeito a variar, a mudar, a alterar. O que é mutável, inconstante.

VAZIO — O vácuo, no qual nada há. É a ausência total de corporeidade, conceituada como espaço sem qualquer natureza. É não-ente e privação. Falta-lhe tôda corporeidade. De per si não pode ser causa de qualquer coisa.

VECÇÃO — É a transformação ou a evolução dirigida num sentido constante.

VECTOR — a) Uma magnitude dirigida, como uma fôrça ou velocidade.

b) Diz-se por extensão da direcção tomada por alguma coisa.

VEDA (Sânscrito) pl. **vedas** = conhecimento. Colecção das volumosas obras sagradas da literatura hindu (realizadas no ano 1000 a. C.). Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

VEDANTA — O fim do Veda. Vida Filosofia, Hindu, em **Sinopse da História da Filosofia.**

VEGETATIVO — Referente à nutrição e ao crescimento dos organismos.

VELEIDADE — a) É a volição incompleta.

b) O grau mais baixo do desejo, que é capaz de desaparecer antes da execução.

Velle (lat.) = querer

Velleitá (it.) = veleidade

Velleität (al.) = veleidade

VERACIDADE — Carácter do que é veraz, o que não mente, não engana, verídico.

b) **Veracidade** é o carácter do que é verdadeiro, ou conforme à verdade.

Verähnlichung (al.) = assimilação

Verallgemeinerung (al.) = universalização.

Veränderung (al.) = variação

Veranlassen (al.) = determinar

Verantwortlichkeit (al.) = responsabilidade.

Verarbeitung (al.) = elaboração

Veräusserlichung (al.) Exteriorização.

Veräusserung (al.) = alienação.

VERBAL — a) É o referente ou concernente às palavras, sob todos os aspectos que se considerem estas.

b) Em sentido pejorativo, é o expresso em têrmos verbais, sem conteúdo algum, o meramente verbal.

c) Diz-se, na Lógica, do que contém um verbo. Uma proposição verbal, em oposição à proposição nominal, que não o contém.

VERBALISMO — Carácter do que é verbal em sentido pejorativo. Vide **Psitacismo.**

VERBO — (do Lat. **Verbum,** que corresponde ao grego **Logos**) Vide **Nome.** a) Na gramática, é a palavra que afirma a existência de um atributo no sujeito, ou que mostra a conveniência ou a desconveniência entre duas idéias.

b) É a palavra, a expressão, o tom de voz.

c) Diz-se da palavra divina, do **Fiat** (faça-se), do imperativo que criou tôdas as coisas. O verbo divino da criação.

d) Empregado, também, para chamar o Verbo de Deus, o Filho na Trindade cristã.

e) Outros sentidos do têrmo, vide **Logos.**

VERBOMANIA — É, também, tomado em sentido pejorativo e até mórbido, para indicar o excesso de palavras, sobretudo para nomear a fabulação exagerada, a invenção de contos falsos ou descrições fantasistas, ou a expressão de palavras sem consistência, sem conteúdos mais sérios.

VERBO MENTAL — Vide **Verbum mentis**

VERBORRÉIA — (De **Verbum,** latim, palavra e de **rheô,** grego, correr, fluir)) Diz-se da fluência desordenada de palavras e frases sem a preocupação ou sem sentido ou de sentido superficial e comum. O têrmo é usado pejorativamente para os oradores ou tribunos, que empregam palavras em jôrros, sem pròpriamente **dizerem** nada.

VERBORRÉIA — (De **Verbum,** excesso de frases ou palavras. O têrmo pode ser tomado optimìstica ou pessimìsticamente. No primeiro caso, é a palavra fluente, constante, e um pouco excessiva; no segundo, é a mesma fluência e excesso, mas que se assemelha à **verborréia** (vide).

Verbum (lat.) = palavra, verbo. Vide **Logos** e **Verbum.**

Verbum mentis (Em latim, verbo mental) — Na Lógica, é

o que a mente profere, o que a mente diz de alguma coisa.

VERDADE — a) Genèricamente, verdade consiste nalguma conformidade entre dois extremos. Quando nenhum dêstes extremos é o intelecto, temos a verdade tomada em sentido lato (uma pedra verdadeira); quando um dêles é o intelecto, têmo-la tomada em sentido restrito (êste objecto é pedra). Neste último sentido, é a adequação entre a coisa e o intelecto, como definiam Aristóteles e os escolásticos. Na **verdade lógica,** a **adequação** ou **conformidade** é entre a coisa e a formalidade correspondente. A **verdade metafísica** é a adequação entre a forma e a coisa. A **verdade material** é a da coisa considerada segundo tôdas as suas notas e propriedades, ou segundo tôda a sua compreensão. A adequação é qualitativa e não quantitativa em todos os tipos de verdade. Vida **falsidade.**

b) Verdade é também um conceito transcendental. Todo ser é verdade. Por isso, os ecolásticos diziam **ens et verum convertuntur,** ente e verdade são convertíveis. Todo ser é verdadeiro e tudo o que é verdadeiro é ser. Se há uma falsidade lógica, não há ontológica nem ôntica (a verdade da coisa em si mesma). Entre o ser e a verdade, há apenas uma distinção real-racional.

A verdade pode-se dizer do intelecto e das coisas. Por isso se podem distinguir: a **verdade do intelecto,** que é cognição; a **verdade lógica,** a **verdade da coisa,** a **verdade ontológica** ou **transcendental,** a verdade do ser.

Todo o ente é verdadeiro.

Todo ente pode ser considerado como ensidade. E enquanto tal (unidade) é adequado a si mesmo. Não se deve considerar a verdade como se fôsse apenas a verdade lógica. Verdade é, também, um atributo ontológico (por ser ente).

Tôda tensão, como ensidade, é verdade, num determinado plano. Êste pássaro, como pássaro, é verdade (ôntica e ontològicamente considerado). Um pássaro, voando no fundo do mar (outro plano existencial), não é verdade.

A verdade lógica permite a verificação, adequação com a coisa **(adaequatio rei).**

A relatividade da verdade está na operação que verifica a adequação (é a verdade subjectiva).

Verdades fundamentais de Balmes: Para Balmes, as verdades fundamentais são as seguintes:

Primum principium: o princípio de não-contradição.

Primum factum: o eu, que investiga.

Prima conditio: a capacidade da razão para a verdade.

Tais verdades, para êle, são indiscutíveis, e servem de ponto de partida para tôda investigação filosófica.

VERDADE — (Teoria correspondente da) Vide **Correspondência**

VERDADEIRO — a) O que é vero; contrário de falso, o que corresponde à realidade, o que está de acôrdo com os factos, ou coerente com as normas lógicas. O que é real.

Verdienst (al.) = mérito

Vereinigung (al.) = união

Vererbung (al.) = herança

Verfall (al.) = decadência

Vergehen (al) = corrupção

Vergleichend (al.) = comparativo

Vergnügen (al.) = prazer

Verhalten (al.) = comportamento.

Verhältnismässig (al.) = relativo

Verhängniss (al.) — vide **Fatalidade**

Verknüpfung (al.) = união

VERÍDICO — a) O que é seguro, digno de confiança.

b) Diz-se daquele que diz verdade.

c) Diz-se do que é conforme à verdade.

VERIFICAÇÃO — a) **Verificar** é examinar por meio de uma confrontação com os factos, se alguma coisa é verdadeira ou falsa (aquilatar o **vero** da coisa).

b) É o contrôle de uma hipótese, de uma tese.

c) É o exame de alguma coisa para verificar se é como devêra ser: uma máquina, por ex.

d) É fazer reconhecer alguma coisa como verdadeira.

Verificação é, pois, acção ou o efeito de verificar, o que resulta da acção de verificar, que se dirige a um facto particular, enquanto a **demonstração** apresenta um carácter geral. É o que distingue uma da outra.

Verificar — Vide **Averiguar — Verificação**

VERIFICÁVEL — O que é apto a sofrer uma **verificação.**

Veritas (lat.) = verdade

Vermengen (al.) = confundir

Vermengung (al.) = confusão

Vermittelt (al.) = mediato

Vermittelung (al.) = mediação

Vermögen (al.) = faculdade

Vermuten (al.) = supor

Verneinung (al.) = negação

Vernichtung (al.) = aniquilamento.

Vernunft (al.) = razão

Vernünftig (al.) = racional

Vernunftmässigkeit (al.) = racionalidade

Vernunftsschluss (al.) = raciocínio.

Vero (it.) = verdadeiro.

VEROSSÍMIL — É o que parece verdadeiro, de **similis,** semelhante, e **verum** verdadeiro.

VEROSSIMILHANTE — É o que se assemelha à verdade, ao verdadeiro, o que tem verossimilhança, o que tem a aparência de verdadeiro.

b) O que é provável, o que apresenta plausibilidade. O mesmo que **verossimilitude.**

VEROSIMILITUDE — O mesmo que **Verossimilhança** (vide **Verossimilhante**).

Verpflichtung (al.) = **obrigação.**

Verschiebung (al.) = **transportar.**

Verschieden (al.) = **distinto.**

Verschiedenheit (al.) = **distinção.**

Verstand (al.) = **entendimento.**

Verständniss (al.) = **compreensão.**

Verstehen (al.) = **compreender.**

VERTICAL — Refere-se à direcção áxil da fôrça de gravidade, ou a outro dado qualquer nessa direcção.

Vertiefung (al.) = **absorção.**

VERTIGEM — a) Sensação de **náusea,** que é atribuída a um excesso de estimulação dos canais semicirculares receptores.

a) **Vertigem mental** — É a lei psicológica, que Renouvier enuncia do seguinte modo: «Tôdas as vêzes que um certo movimento é dado pela imaginação, e previsto como possível; ou ainda, que um certo fim é representado, como podendo encontrar-se junto à seqüência de um certo movimento, e que ao mesmo tempo é uma paixão, mais ou menos viva: desejo, temor, ou sòmente espera ansiosa e perturbadora, que ocupa a consciência, e quando a vontade não intervém logo, para mudar o curso das representações, manifesta-se, nos órgãos, uma disposição para realizar o movimento imaginado, tanto quanto comporta a sua espontaneidade».

A imitação automática e a **vertigem,** no sentido comum, são os efeitos físicos dessa lei.

Verto — Verbo latino (também encontramos **vorto), is, ere, ti, sum,** que significa tornar, virar, fazer rodar, torcer, também tornar-se, dirigir-se para... Diversos **prefixos** determinam êsse verbo, tais como **ad** (advertir), **re** (reverter), **per** (perverter), **sub** (subverter), **in** (inverter), **ex, extra** (exverter, extraverter), etc.

Vertrag (al.) = **contraste.**

Vertreter (al.) = **substituto.**

Vertretung (al.) = **representação.**

Vertu (fr.) = **virtude.**

Vertueux (fr.) = **virtuoso.**

Verwandschaft (al.) — Vide **Afinidade.**

Verwechseln (al.) = **confundir.**

Verwechselung (al.) = **confusão.**

Verwirren (al.) = **confundir.**

Verwirrung (al.) = **confusão.**

Verworren (al.) = **confuso.**

Verworrenheit (al.) = **confusão.**

Verzehrung (al.) = **consumação.**

Via (lat.) = **caminho.**

VIAL — Vide **Modal (Teoria).**

VÍCIO — a) É o defeituoso, o o que desvia do bom caminho.

b) Na Lógica, o que é inválido.

c) Na Ética, é a disposição habitual a um gênero de conducta,

considerada como **vituperável,** como imoral. É o contrário da **virtude** (vide).

É o hábito mau, em oposição à virtude, que é o hábito bom. Mas é o hábito mau, guiado pela mente, que tende para o mal. Vício é tudo quanto se opõe à natureza humana, que é contrário à ordem da razão. De vício vem vitupério, vituperação, o que detracta quem o pratica.

VICIOSO — (Do lat. **Vitium,** o que toma diversos caminhos, ou o caminho diverso ao real de ande **Vitiosus,** vicioso).

a) É o que é habitual na prática de actos vituperáveis.

b) Diz-se do que se desvia constantemente do caminho verdadeiro ou melhor.

O **vicioso** é sempre um desvio continuado do que é normalmente benéfico.

Formas viciosas são as estructuras que surgem de um desvio do caminho real de alguma doutrina, idéia, etc. Assim o **abstractismo,** na Filosofia, é uma forma viciosa do emprêgo da razão raciocinante e da raciocinada. O **psicologismo** é uma forma viciosa do emprêgo da razão raciocinante e da raciocinada. O **psicologismo** é uma forma viciosa da concepção do papel da **psique** nos actos humanos.

Ciclo das formas viciosas, na História, é a nossa concepção sôbre os caminhos viciosos que tomam as estructuras político-sociais, que tendem, naturalmente, à decadência e à corrupção final. Vide **Ciclo das Formas Viciosas.**

VIDA — Ao analisar a matéria inorgânica e a orgânica, verifica-se que a ordem energética da intensidade, predominante na segunda, é superada na primeira pela ordem dinâmica da extensidade, o que levou, pelo não emprêgo da dialéctica, a construir-se, da matéria, uma visão meramente extensista, sem considerar-se devidamente a ordem intensista, de magna importância.

Não é, contudo, só aí que a matéria bruta (inorgânica) se distingue da matéria viva, própria dos sêres chamados vivos.

Na Biologia, a qual cabe estudar e descrever os sêres vivos, são apresentados como caracteres os seguintes:

a) a irritabilidade, a faculdade de reagir aos estimulantes externos, segundo o bem do ser como um todo, por movimentos específicos e sem proporção com o excitante.

As acções e reacções, nos corpos brutos, são proporcionadas, mas a excitação biológica mostra-nos uma desproporcionalidade entre o estímulo e a resposta, como, a reacção de um cavalo de brio ao leve esporear do cavaleiro.

Os sêres vivos têm a capacidade de mobilizar potências em reserva e fazê-las eclodir, sem a correspondência exacta ao estímulo, permitindo, aqui, variância pela entrosagem de coordenadas outras, como as da afectividade e da educação, nas reacções humanas, que variam de indivíduo para indivíduo, sem que variem os estímulos.

b) A assimilação biológica é diferente da mera soma dos corpos brutos. Pois, aqui, pela observação de substâncias tomadas do mundo exterior, segundo seu grau de assimilação e afinidade, e segundo os interêsses do organismo, obedecendo a uma «inteligência» genuinamente inconsciente, mas biológica, são incorporadas ao organismo, e nêle sofrem transformações físico-químicas, que se caracterizam por aspecto distintivo importante: não são quaisquer transformações físico-químicas como as verificadas nos factos corpóreos brutos, mas obedientes a uma norma, a uma regra, que é a do interêsse vital hólico (de **holos,** em grego, totalidade) do ser vivo. Tais fenômenos não são quìmicamente explicáveis, pois penetra nêles um factor ainda desconhecido para a química, mas que aponta a vida. Certas combinações, que quìmicamente deveriam ser preferidas, como o são no mundo inorgânico, são, no orgânico, preteridas e vice-versa.

c) Como resultado da assimilação, dá-se o crescimento do ser-vivo, o qual não se processa como mero acrescentamento, mas por transformações obedientes a uma forma específica, pois o ser vivo cresce obedecente à forma da espécie à qual pertence.

d) Têm ainda capacidade de reproduzir-se, dando surgimento a indivíduos, que pertencem à mesma forma, que completam o mesmo ciclo. Os processos de reprodução, que são característicos dos sêres vivos. dão-se de várias maneiras, como nos corpos monocelulares pela cissiparidade, pela cisão da célula em duas, dando nascimento a um novo ser. Nos pluricelulares, há uma geração assexuada e uma sexuada. Na assexuada, uma parcela do ser vivo se destaca e se transforma num indivíduo independente, que continua a série; a sexuada consiste no óvulo fecundado, que dá nascimento a um novo indivíduo, já estructurado virtualmente no próprio óvulo.

QUAL A ESSÊNCIA DA VIDA?: Descrever como a vida se dá, e tôdas as formas complexas que apresenta, tem sido o mister das ciências correspondentes, inclusas, tôdas, dentro do plano biológico.

Mas, trata-se agora de uma pergunta filosófica, que a ciência ainda não pôde responder senão por hipóteses diversas: qual é a essência da vida? Que é, em suma, a vida?

Problema metafísico, implica desde logo outras perguntas: de onde veio a vida? Qual a origem das diversas espécies?

Como não é possível explicar tais factos experimentalmente, permanece o problema entregue à Metafísica, à qual cabe estudá-lo e propor respostas.

Na análise de laboratório, encontram-se sempre materiais brutos no corpo vivo, mas animados de uma actividade, que não é própria dêsses corpos, e que toma o nome de vida, a qual passa a ser o grande mistério para os biologistas.

É a vida uma propriedade da matéria bruta, ou tem um princípio distinto da matéria, princípio freqüentemente chamado de princípio vital?

A tais perguntas surgem diversas teorias, que procuram respondê-las:

Experimentalmente, a ciência nada pode ainda afirmar com segurança para uma resposta dentro dos seus limites, às perguntas feitas.

Duas hipóteses, mas apenas hipóteses, procuram responder a tais perguntas:

1) o **monismo materialista** afirma que a vida é um modo de ser da matéria, e que aquela é explicável pelos processos físico-químicos, o que, na verdade, até agora não o tem sido, apesar do empenho dos defensores desta hipótese;

2) o **pluralismo,** que admite a presença no acontecer cósmico de outros princípios, distintos da matéria, do qual a vida seria um (os vitalistas, por exemplo, defendem tal teoria).

Ante tais hipóteses, surge a do criacionismo, que afirmaria que a vida foi criada por um poder supremo, Deus.

Os estudiosos modernos afirmam que, na constituição dos corpos simples, a ovalalbumina, um dos albuminóides mais simples, como também a albumina contida na hemoglobina, cujas fórmulas são (C250 H409 N67 O81 S3 e C712 H1130 H214 O245 S2), apesar das pequenas quantidades que se dão nos corpos vivos, são suficientes para explicar o fenômeno da vida.

Não há dúvida que a vida é condicionada pelos factos físico-químicos que entram como coordenadas da realidade biológica, mas que apenas os factos que se dão no plano físico-químico sejam suficientes para explicar a vida, deixando de reconhecer a diferença qualitativa do plano biológico que ficaria reduzido aquêle e um salto no escuro. A presença de factos mecânicos na vida não exclui a outros, como um mau **racionalismo** nos pode levar a crer, como levou ao **materialismo** que decorre de um mau emprêgo do racionalismo. As tentativas de realização sintética da matéria viva nos laboratórios não têm obtido êxito.

Que o ser vivo obedece aos princípios da mecânica, não há dúvida, e tal o reconhecem até os vitalistas. Pode funcionar como uma máquina, mas uma máquina atende a um fim e a obter um resultado, portanto a vida implicaria um plano prévio, algo que ultrapassaria os próprios limites da matéria, uma forma que a antecederia, e que não surge sempre na matéria, mas só em certas circunstâncias, que implica, exige necessàriamente, a existência anterior de outros sêres vivos, para que êles se perpetuem pela reprodução.

Alegam os vitalistas que a vida apresenta a exigência da aceitação de um princípio de finalidade, que outros põem em dúvida, sob a alegação de que nem todos os factos, que sucedem aos corpos vivos, interessam e correspondem ao bem do ser como totalidade. Mas o que não se pode negar, num caso ou noutro, é o aspecto hólico estructural do ser vivo e o domínio que o todo exerce sôbre a parte, que nos explicaria a presença constante do princí-

pio de finalidade, o que o distinguiria qualitativamente, desde logo, da matéria bruta, dando-lhe um valor qualitativo diferente, e revelando, assim, a presença da pluralidade existencial, sem negar a homogeneidade do ser.

As inúmeras semelhanças que se encontram entre matéria bruta e matéria viva, são mais extensistas que intensistas. Por que se a actividade do ser vivo, estudada parcial e separadamente, oferece, nos pormenores, a presença das leis da matéria bruta (e que ela está presente na matéria viva), apresenta ela, em compensação, aspectos tensionais, de estructura, de conjunto, modos de ser de uma totalidade, de uma ordem, de coerência diferente, que não podem ser explicadas pela simples matéria bruta.

São tais factos que permitiram o surgimento do vitalismo, que luta contra tôda reductibilidade dos factos biológicos a meros factos físico-químicos.

Afirmam êles que há a presença dos factos físico-químicos na matéria viva, mas se dão **diferentemente** de como se dão nos factos brutos.

Há certos fenômenos físico-químicos, obtidos com simplicidade pelos sêres vivos que, em laboratórios, ou na matéria bruta, exigem e implicam grandes esforços. As células vegetais, por exemplo, fixam o azoto quìmicamente à temperatura ordinária, enquanto tal resultado, nos corpos brutos, não pode ser obtido senão a uma temperatura de 500º graus.

A regeneração das células, que podem substituir as partes, é outro argumento oferecido pelos vitalistas, mas combatido pelos mecanicistas, que afirmam que entre os cristais também há regeneração. Mas sucede que, com os cristais, dá-se uma aceleração local de crescimento, enquanto com os sêres vivos a cicatrização se faz por um tecido diferente daquele que é preciso reparar, como o mostra Dauvillier e Desguin.

Mostra-nos ainda a embriologia que tôda a vida parte de uma célula que se segmenta e, assim sucessivamente, e a obediência a esta lei distingue o facto biológico do físico-químico.

Resta ainda a favor dos vitalistas o facto da finalidade, como uma distinção suficientemente forte para evitar a reductibilidade que, como já vimos em nossos trabalhos anteriores, é uma das maneiras primárias de resolver os magnos problemas filosóficos por uma verdadeira escamoteação da dificuldade, que se apresenta. É, em suma, uma maneira abstracta de enfrentar os factos, que uma posição dialéctica mandaria ver sob os aspectos qualitativamente diversos, capazes de apreender o múltiplo e antinômico do existir, que não pode ser explicado pelo primarismo das formas simples e reductivas.

A **concepção animista** aceita uma alma animal, vegetal, como foi exposta por Aristóteles, princípio das diferenciações materiais porque passam os sêres vivos. Êsse princípio vital, que é um só, pervive através das formas individuais, transmite-se a si mesmo em tôda a vida que se agita no universo, e é imperecível, pois

o que perece são os indivíduos e não a vida.

Quanto à origem desta, há várias e diversas posições: a criacionista, a da geração espontânea, a da importação, que transfere o problema para outros planetas, sem resolvê-lo, mas à qual se prendem muitos cientistas.

Essas concepções não satisfazem à ciência actual, que ainda não encontrou a solução do problema, nem poderia encontrá-la. Na verdade, o tema da vida é um tema metafísico, e ultrapassa o campo da experimentação. Mas o que a experimentação tem feito no plano biológico é de magna importância para a Filosofia.

VIDA, ALMA E ESPÍRITO — Os gregos já distinguiam vida, alma e espírito **(Bios, Psyquê, Nous).** O pensamento hilozoísta dos gregos nos facilita compreendê-los. A alma era um composto de matéria sutil, cheia de energia e de actividade, como o vemos até no «materialismo» de Demócrito.

Para Platão, a alma é preexistente ao corpo, princípio de vida, mas pela captação das formas, participa do ser verdadeiro. A alma é, portanto, imortal. A morte é decomposição, e só se pode dar nos sêres imperfeitos, compostos, que podem, por isso, ser decompostos fisicamente.

Aristóteles considerava a alma como uma manifestação do Logos, e subdividia-a em **alma vegetativa** (a alma das plantas), em **sensitiva** (a dos animais), e em **racional** (a do homem). A alma racional, pensante para os gregos, é o Nous, o espírito.

Com Santo Agostinho, a alma é concebida como unidade do pensante, do volitivo e do afectivo. O corpo, que para os platônicos era considerado o sepulcro da alma, **somasema,** decompõe-se, mas a alma pode salvar-se.

A moderna Psicologia (uma psicologia sem alma), deixa-a para o terreno noumenal, como o propôs Kant, pertencendo, portanto, tal estudo, mais à Metafísica, onde realmente tal tema deve ser estudado.

O espírito pode ser objecto e matéria da Ciência, enquanto a alma, como tal, pertence à Metafísica. Mas há no espírito um ponto que metafisicamente precisamos tratá-lo: é o aspecto noológico. Se o espírito humano reflecte suas experiências, atinge êle a certos pontos, como já vimos até aqui, que ultrapassam o campo da experiência, como a posse virtual da perfeição, certas realizações da **tímese parabólica,** a penetração em campos, que não se dão na experiência tempo-espacial cronotópica, como manifestações místicas. Estas nos obrigam a penetrar mais profundamente nessa matéria e a ultrapassar os métodos que a ciência oferece.

O exame da afectividade, tão descuidada dos psicólogos, sobretudo quanto ao seu profundo sentido e alcance, implica e exige o emprêgo da Metafísica.

Vide (fr.) = **vácuo.**

VIDYA — (Sânscrito) = **conhecimento,** mas especialmente o conhecimento do real, do **numenal.** Vide **Número.**

Vie (fr.) = **vida.**

Vielheit (al.) = **multiplicidade.**

VIENA (Círculo de). Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

VIGÍLIA — É o estado de estar desperto; é a atitude do que está desperto. Vigilante é estar atento às circunstâncias **(circunspecção** — vide **Cardeais, virtudes)** e ao futuro **prospecção** — virtude subordinada à **prudência).**

A vigilância é atitude fundamentalmente cristã, porque o cristão, para o ser, é circunspecto e prudente e, sobretudo, atento aos seus actos e palavras.

Vijnana (Sânscrito) = **Consciência,** mas a que individualiza a experiência.

Vinculum substantiale (lat.) = **vínculo substancial. É** o que resulta da união, que forma uma unidade por si **(unitas per se).** Usa-se tal expressão para a **unitas per se,** porque as distinções, que surgem, são apenas formais. pois essa espécie de **todo** é substancialmente um.

Vindication (ing.) = **justificação.**

VINDITA — Etimològicamente, é vingança, punição. Mas refere-se comumente à reacção da consciência moral ofendida, que reclama um castigo ao acto, moral ou jurìdicamente vituperável ou criminoso.

VINGANÇA — Acção ou efeito de vingar, no sentido de represália, de desforra, de **vindita** (vide).

VIOLÊNCIA — a) Violento é o que tem **vis,** fôrça, mas que actua, contràriamente, opondo-se à natureza de um ser: Violentar uma coisa...

b) O que se exerce com uma fôrça impetuosa.

c) Diz-se do sentimento ou da afeição, quando supera a vontade.

d) Diz-se da pessoa que procede de maneira violenta.

Violência é o carácter do que é violento.

É também o emprêgo ilegítimo da fôrça.

VIOLENTO — Vide **Violência.**

Virtù (it.) = **virtude.**

VIRTUAL — Diz-se do que não está em acto, mas que se funda em algo em acto. Distingue-se da mera **possibilidade,** do **possível,** pois é o **possível** fundado em acto, que, de certo modo, já é.

Assim a potência eléctrica de uma cascata é virtual.

VIRTUALIDADE — Carácter do que é **virtual.**

Virtualitas (lat.) = **virtualidade.**

Virtualität (al.) = **virtualidade.**

Virtualité (fr.) = **virtualidade.**

Virtuality (ing.) = **virtualidade.**

VIRTUALIZAR — Acto de tornar, de considerar **virtual** alguma coisa.

VIRTUALMENTE — Modo de conter uma perfeição. Vide **Perfeição.**

VIRTUDE — Chamam-se virtudes todos os hábitos constantes que levam o homem para o bem, quer como indivíduo, quer como espécie, quer pessoalmente, quer colectivamente.

É êsse o conceito de **virtude** (de **vir**, homem). É a potência racional que inclina o homem à prática de operações honestas, tendentes para o bem.

Pode-se, assim, falar de virtudes morais e virtudes intelectuais. As que tendem para o bem honesto são morais; as que tendem para a verdade são as intelectuais. A caridade é uma virtude moral. As virtudes intelectuais, também chamadas especulativas, são a sabedoria, a ciência, etc.

Vide **Cardeais (virtudes).**

VIRTUDES ACCESSÓRIAS — Vide **cardeais (Virtudes).**

VIRTUDES CAPITAIS — Vide **cardeais (virtudes).**

VIRTUDES PRINCIPAIS — Vide **cardeais (irtudes).**

VIRTUDES TEOLOGAIS — Assim como há as virtudes cardeais, adquiridas pelo hábito constante, há virtudes que nos parecem espontâneas, que não são productos de um hábito humano, como sejam a **fé**, a **esperança** e a **caridade.**

Na Ética religiosa, essas três virtudes são chamadas de teologais, porque não são elas productos de um hábito, pois o homem não as adquire através do seu próprio esfôrço.

A fé é o assentimento do intelecto que crê, com constância e certeza, em alguma coisa. A prudência, podemos adquiri-la, a pouco e pouco, como podemos adquirir a fortaleza e alcançar, pelo nosso esfôrço, a justiça e a moderação, mas, para crer com constância e certeza em alguma coisa, não basta o nosso querer, é preciso que êsse assentimento do nosso intelecto se dê espontaneamente. Ninguém gesta dentro de si a fé; ou a tem, ou não. Ou com ela nascemos, ou sùbitamente ela aflora em nós, sem necessidade de termos dirigido para ela, conscientemente, qualquer de nossos esforços.

A esperança é a expectação de algo de superior e perfeito. Tem esperança aquêle que aguarda algo de maior, de melhor, de mais perfeito, que venha a suceder.

A esperança não é o producto de nossa vontade, mas de uma espontaneidade, cujas raízes nos escapam, porque não é ela genuinamente uma manifestação do homem, mas algo que se manifesta **pelo** homem, porque não encontramos na estructura da nossa vida biológica, nem da nossa vida intelectual, uma razão que a explique.

A caridade é a mãe de tôdas as virtudes como diziam os antigos, e diziam-no com razão; é a raiz de tôdas as virtudes, porque ela é a bondade suprema para consigo mesmo, para com os outros, para com o Ser Infinito. A caridade, assim, supera a nossa natureza, porque, graças a ela, o homem avança além de si mesmo, além das suas exigências biológicas. É essa a razão porque, na Religião, essas três virtudes, que Cristo nos apontou, são consideradas como vindas de uma raiz mais longínqua.

A palavra de Cristo é clara. A fé, a esperança e a caridade são aquelas virtudes pelas quais o homem supera a si mesmo, pelas quais o homem tange a suprema perfeição. Tôdas as tentativas de explicar essas virtudes, com origem nos factôres emergentes e predisponentes, malograram até aqui. Elas não são o producto de uma prática, porque pode o homem praticar a caridade, sem tê-la no coração; pode o homem exibir uma crença firme, sem alentá-la no seu âmago; pode o homem tentar revelar aos outros que é animado pela esperança, sem ressoar ela em sua consciência. Assim podem praticar-se actos de fé, actos de esperança e actos de caridade, e estar-se ainda muito distante dessas três virtudes.

Não basta desejar adquiri-las; é preciso tê-las. A ciência é um hábito, como um hábito são também as outras virtudes, mas, sem a presença dessas três, aquelas esmaecem e se apagam. O verdadeiro homem religioso e virtuoso afana-se em adquirir as virtudes cardeais, mas humildemente espera que nêle se fortaleçam as três virtudes teologais.

E nesta humilde espera está em grande parte a sua grandeza.

Virtue (ing.) = **virtude.**

Virtuel (fr.) = **virtual.**

Virtuell (al.) = **virtual.**

VIRTUOSO — a) O que é forte constantemente.

b) É o que pratica habitualmente a virtude.

c) O que é possuidor de algum talento, sobretudo na música (**virtuose**).

Virtus (lat). = **virtude.**

Vis (lat.) = fôrça — Usa-se em expressões como **vis aestimativa** e **vis cogitativa,** vide **Razão,** etc.

VISÃO BINOCULAR — Vide **Percepção.**

VISÃO — a) Função da vista, de ver.

b) Percepção visual de uma realidade sobrenatural, ou de uma revelação simbólica.

c) Diz-se, também, da alucinação, das idéias imaginárias, dos devaneios sem consistência.

VISÃO DE DEUS — a) É a que, segundo Malebranche, temos ao contemplar as verdades eternas. Não que elas sejam pròpriamente Deus, mas por serem elas de Deus.

b) Visão beatífica, que alguns afirmam ser alcançável nesta vida, como na Filosofia Hindu, e por outros apenas após a morte, pelos bemaventurados. Para outros, ao contrário, a visão frontal de Deus jamais será atingida, nem pelos bemaventurados.

Visio (lat.) = visão

VISIONÁRIO — a) O que tem visões habitualmente.

b) Os de imaginação forte ou excessivamente idealistas, no sentido ético, que mantém sempre presente uma visão dos ideais.

VISTA — a) Acção ou efeito de ver.

b) O sentido de ver, a **visão** (vide). Preferentemente, deve-se usar para indicar o aparelho visual, os olhos.

c) Um relancear de olhos, ou um rápido exame de alguma coisa. Uma vista sôbre isto ou aquilo.

Ponto de vista é a perspectiva escolhida pelo pintor, mas que toma o sentido de modo de ver ou de entender uma questão ou um assunto, ou uma doutrina ou teoria.

d) Sentido de meta, de intuito, de mira, de direcção: ter em vista isso ou aquilo.

Visum — (Do lat., plural **visa**) O que é visto. O grupo das sensações visuais, consideradas em seu conteúdo «Lembrança de um **visum**...»

Vita (lat.) = **vida.**

VITAL — a) O que concerne ou constitui a vida.

b) O que é essencial à vida de alguma coisa. Uma condição **sine qua non,** sem a qual a coisa perece ou deperece.

Élan vital — Expressão francêsa que significa **ímpeto vital. É,** segundo Bergson, «o **élan (ímpeto) original** da vida, que passa de uma geração de germes à geração seguinte de germes, por intermédio de organismos desenvolvidos, que formam entre os têrmos um traço de união».

VITALIDADE — Carácter do que tem **vida.**

VITALISMO — Vide **Teoria da Evolução.**

VITALISTAS — Vide **Teoria da Evolução.**

Vitium (lat.) = **vício.**

VITUPÉRIO — Vide **Cardeais (virtudes).**

a) **Vituperável** é tudo quanto é vicioso, repreensível. **Vitupério** é a acção ou efeito de exprobrar, de condenar.

b) Ultraje, insulto, injúria, afronta, ofensa, agravo, vileza, infâmia.

c) É uma acusação infamante.

VIVÊNCIA — De **viver.** É um têrmos vago ainda, introduzido na Filosofia para traduzir a palavra **Erlebnis.**

Vivência é a primeira experiência do mundo pelo eu, vivência caótica e sensível na criança, vivência dos contrastes da experiência, da elaboração da experiência pelo pensamento. Há, assim, uma vivência sensível (na intuição sensível), uma vivência intelectual (nas operações intelectuais), e uma vivência afectiva (nos processos afectivos).

O têrmo **vivência** vem enriquecer o vocabulário filosófico e permite diversas prefixações, tais como: **convivência,** que é a vivência simultânea de vários homens, **coexistência; retrovivência,** a vivência dos factos passados, como os históricos; a **supervivência,** a vivência que se dá nos que sucedem no existir social; a **transvivência,** como a vivência da alma sobrevivente (sobrevivência) ao corpo.

Vivens (lat.) = **vivente.**

VIVER — Ter vida, existir, estar com vida. Vide **Vida.**

VIVIDADE — Carácter do que tem vitalidade, ou que é apresentado com vitalidade. Pode-se falar da vividade das imagens, quando apresentadas vivas à consciência.

VOCAÇÃO — Vide **Destinação.**

VOGA — Vide **Moda**

VOLIÇÃO — Vide **Vontade.**

Volitio (lat.) = **volição.**

Volk (al.) = **povo, nação.**

Volkstum (al.) = **nacionalidade.**

Volkswirtschaftslehre (al.) = **economia política.**

Vollkommen (al.) = **perfeito.**

Volontá (it.) = **vontade.**

Volontaire (fr.) = **voluntário.**

Volontario (it.) = **Voluntário.**

VOLUNTÁRIO — a) O que consiste num acto de vontade.

b) O que não resulta de um constrangimento.

c) O que tem vontade.

d) Pejorativamente, o que é caprichoso, obstinado.

VOLUNTARISMO — a) É a doutrina que afirma que o fundo das coisas deve ser concebido como uma **vontade,** em analogia à vontade humana. Um querer..., como na concepção de Schopenhauer, de Nietzsche.

b) Na Psicologia, a doutrina que afirma que as representações e as funções intelectuais estão subordinadas à vontade.

c) Na Ética, a doutrina que admite a superioridade axiológica da acção e do sentimento sôbre o pensamento intelectual e reflectido, muito próprio dos românticos, e que encontramos em Nietzsche.

VOLUNTARISTA — Defensor da doutrina do **voluntarismo** ou o que a professa.

Voluntas (lat.) = **vontade.**

Volonté (fr.) = **vontade.**

VOLUPTUOSIDADE — a) O carácter do que é voluptuoso.

b) Voluptuosidade é o carácter do prazer intenso e continuado.

c) Refere-se, principalmente, ao prazer sexual.

VONTADE DE POTÊNCIA — Vide **Nietzsche,** em **Sinopse da História da Filosofia.**

VONTADE — Para os platónicos, a vontade é a faculdade que tende apenas para o verdadeiro bem. Tal definição não considera a moção psicológica, mas apenas a moral. Também ao definir-se a vontade como a faculdade que tende para os objectos materiais, pois a vontade ora escolhe uns, ora escolhe outros, não se inclui aquela moção.

A vontade tende para a apreensão, pelo intelecto, dos bens que são apresentados através da cognição subjectiva.

A vontade é, assim, um grau mais perfeito do intelecto, pois,

sendo mais perfeito o seu objecto, é aquela, portanto, mais perfeita. O intelecto tem como objecto o ser enquanto tal, mas a vontade tende para o objecto enquanto apetecível. É mediante o intelecto, que a vontade se manifesta.

O que é recebido o é segundo o modo do recipiente (**quidquid recipitur, per modum recipientes recipitur**). Ora, o intelecto recebe o espiritual, portanto é mais perfeito.

A vontade afectiva é também supra-sensível, como vemos na intuição **pathica** (simpatética), na **estética**, na mística, na simbólica, etc.

O acto voluntário é o acto que é' eficientemente produzido pela vontade (acto elícito da vontade).

Pode-se definir o acto voluntário, como o acto que procede de um princípio intrínseco, com cognição do fim. Não surge de um princípio **extra agentis**, mas no próprio agente (**in ipso agente**). A cognição do fim indica a direcção que toma se a cognição é perfeita, isto é, quando o fim, enquanto tal, é apreendido formalmente temos o acto voluntário perfeito. Se o fim é apenas materialmente atingido, temos o acto voluntário. Êste é apenas o apetite sensitivo.

A beatitude, como vimos, é o fim a que tende o homem. É a felicidade perfeita, a posse perpétua da felicidade, sem mescla de qualquer mal, portanto sem qualquer carência, nem deficiência em suma.

Chama-se de necessário o que é e não pode deixar de ser (**nec esse**).

A necessidade pode ser **extrínseca**, quando é posta por um agente externo, ou por um fim, ou finalmente intrínseca, quando provém da própria natureza. Quando a natureza provém de agente externo, temos a **coacção**. A coacção tem como princípio, um agente externo, que contraria a inclinação elícita, que a ela se opõe, segundo graus.

A coacção opõe-se ao acto voluntário, e chama-se violência, quando se opõe ao acto natural.

A vontade é assim uma necessidade natural, provinda de um princípio intrínseco.

Modernamente, costuma-se confundir **vontade** com **volição**, com **querer**, com **conato**, com **desejo**.

Embora muitas vêzes usadas e muitas vêzes confundidas essas duas palavras, **querer** e **desejar** exigem que se dê nitidez às suas verdadeiras acepções na Psicologia.

Desejar consiste numa representação mais ou menos vaga de que nos seria um bem a realização ou a obtenção do que é objecto de nosso pensamento.

Querer é êsse desejar, mas acrescentado da possibilidade de realizar-se o desejo.

Desejamos o impossível até, mas queremos o que julgamos possível.

No querer, existe uma deliberação, um sopesamento, um balancear de valôres. O desejo torna-se querer, quando há essa deliberação, êsse balanceamento. Então, para bem comprendermos o

querer, para compreendermos o acto voluntário, o acto **volitivo**, necessitamos analisar bem essa **deliberação.**

Não há um querer sem uma idéia do que é querido, isto é, sem um **motivo**, uma representação intelectual.

Mas basta só isso para orientar o querer? Não; é preciso que alguma coisa nos mova para o que é querido; é mister, portanto, um **móvel**, que tanto pode ser a atracção de um prazer ou o mêdo de um desprazer ou sofrimento.

Mas até aí não está formada ainda a deliberação, porque é necessário o exame dêsses motivos e dêsses móveis, se convêm, ou não; se interessam, ou não.

Mas ainda não é tudo, porque é preciso **decidir-se** a realizar o acto de vontade para obter ou afastar o que se deseja ou se repele.

Mas a vontade, até chegar a essa decisão não se completa, sem que seja executada, sem que se ponha em acto, sem a **execução do acto.**

A simples análise de todos êsses processos está a indicar-nos que o acto **volitivo** não é tão simples como julgavam muitos psicólogos, pois, nêle, penetram tantas acções, tantos processos, que não permitem consideremos a vontade como um complexo psicológico, mais vasto do que parece, pois, na deliberação, entram razões pró e contra, razões que, por sua vez, são complexas por encerrarem valorações, sentimentos, afeições, influências históricas e sociais, enfim elementos que, ademais, se entrechocam, se anulam, se associam, se fortalecem, se destroem, para que a vontade se estabeleça em vias de actualizar-se num acto de vontade.

Há diversas teorias que se formam para explicar a **vontade.** A teoria **intelectualista** é defendida por Hume, e, modernamente, por Lapié, Munsterberg e outros. Segundo ela, a vontade não é um aspecto irredutível da vida consciente.

A vontade é, para êles, um conjunto de juízos, uma forma da inteligência que era o pensamento escolástico, em parte. Assim há vontade, quando uma acção tem por antecedentes dois juízos conscientes, um dos quais aprova a escolha do fim e o outro proclama possível a sua realização.

A outra teoria, a **afectiva**, afirma que há na vontade um elemento primordial, anterior ao juízo, um ímpeto anterior, o **conato** dos escolásticos.

CRÍTICA — Há, realmente, na vontade, um impulso anterior ao raciocínio, como também se dá a conjugação dos juízos.

Não há consciência accional sem a consciência, sem a interferência da vida psicológica racional, mas também não exclui o mais primitivo e simples, que se manifesta nos instintos, nos impulsos vitais, que se modelam em desejos.

VONTADE DE CRER — a) Há vontade de crer nas concep-

ções não suficientemente demonstradas.

b) Tendência fundamental para crer.

VONTADE DE VIVER — É o esfôrço instintivo de tôda espécie viva para perdurar, e que a faz lutar contra os obstáculos e os antagonismos.

Voraussetzen (al.) = **supor.**

Vorbefireiten (al.) = **preparação.**

Vordersatz (al.) = **premissa**

Vordersein (al.) = **anterioridade.**

Volführung (al.) = **apresentação.**

Vorgeschichte (al.) = **pré-história.**

Vorherwissen (al.) = **presciência.**

Vorsehung (al.) = **providência.**

Vorstellen (al.) = **representar.**

Vorstellend (al.) = **representativo.**

Vorstellung (al.) = vide **idéia representada.**

Vortrag (al.) = **convenção.**

Vouloir (fr.) = **desejar.**

Vrai (fr.) = **verdadeiro, verídico.**

Vraisemblable (fr.) = **verossimil.**

VULGO — É a massa do povo, a massa anônima. Daí vem **vulgar**, que significa o «ordinário», o «corrente» na vida social, e, também, o de inferior qualidade.

Vuoto (it.) = **vácuo.**

W

Wahl (al.) = **electivo.**

Wahn (al.) = **loucura.**

Wahr (al.) = **verdadeiro.**

Wahrhaft (al.) = **verdadeiro.**

Wahrhaftigkeit (al.) = **veracidade.**

Wahrheit (al.) = **verdade.**

Wahrnehmbar (al.) = **sensível.**

Wahrnehmung (al.) = **percepção.**

Wahrscheinlich (al.) = **verossimil.**

Wahrcheinlichkeit (al.) = **probabilidade.**

Want (ing.) = **necessidade.**

Washeit (al.) = vide **qüidade.**

Way (ing.) = médio.

We (ing.) = nós.

Wealth (ing.) = riqueza.

Wechsel (al.) = mutação.

Wechselseitig (al.) = recíproco.

Wechselwirkung (al.) = **reciprocidade.**

Weise (al.) = sábio.

Weisheit (al.) = sabedoria.

Well (ing.) = bem.

Weltanschauung (al.) = **Cosmovisão, visão do mundo.**

Welt (al.) = mundo.

Weltall (al.) = vide **universo**

Weltlich (al.) = temporal.

Werden (al.) = tornar-se.

Wert (al.) = valor.

Wertschätzung (al.) = **apreciação.**

Wesen (al.) = essência.

Wesenheit (al.) = entidade.

Wesentlich (al.) = essencial.

Widerlegung (al.) = **refutação.**

Widersinnig (al.) = **absurdo. contra-senso.**

Widersprechend (al.) = **contradição, contraditório.**

Widerspruch (al.) — vide **Contradição.**

Widerstand (al.) = **resistência.**

Widerstandsfähigkeit (al.) = **resistência.**

Widerstehen (al.) = **resistir.**

Widerstreben (al.) = **repugnar.**

Widerstreit (al.) = vide **oposição.**

Widerstreiten (al.) = **repugnar.**

Wiederaufleben (al.) = **revivescência.**

Wiedererkennen (al.) = **reconhecimento.**

Wiederherstellung (al.) = **reintegração.**

Will (ing.) = **vontade.**

Willens (al.) = **voluntário.**

Willensakt (al.) = **volição.**

Willensfreiheit (al.) = **livre arbítrio.**

Willenskraft (al.) = **vontade.**

Willkür (al.) = **vontade.**

Wir (al.) = **nós.**

Wirklich (al.) = **efectivo, actual.**

Wirklichkeit (al.) = **actualidade,** realidade.

Wahre das (al.) = **verdade.**

Wirkende (das) (al.) = **agente.**

Wirksam (al.) = **eficaz.**

Wirksamkeit (al.) = **eficiência.**

Wisdom (ing.) = **sabedoria.**

Wise (ing.) = **sábio.**

Wissen (al.) = **saber.**

Wissenschaft (al.) = vide **Saber.**

Wissenschaftlich (al.) = **científico.**

Wissenschaftslehre (al.) = **epistemologia.**

Wohl (al.) = **bem.**

Wohlthätigkeit (al.) = **caridade.**

Wollen (al.) = **desejar.**

Wollust (al.) = **voluptuosidade.**

Wonder (ing.) = **milagre.**

Wonne (al.) = **volúpia.**

Wonted (ing.) = **normal.**

World (ing.) = **mundo.**

Wort (das) (al.) = **palavra, verbo.**

Worth (ing.) = **valor.**

Wörtlich (al.) = **verbal.**

Wrong (ing.) = **mal.**

Wunder (al.) = **milagre.**

Würde (al.) = **dignidade.**

Wurzel (al.) = **raiz, base.**

X

XENOFOBIA (do gr. **Xenós**, estrangeiro e **phobia**, aversão, ódio). É o ódio ao estrangeiro, oposto ao **estrangeirismo**, que é a tendência a apoiar, indiscriminadamente, o que é alienígena.

Y

Y — Sinal da proposição parti-total de Hamilton, segundo a notação de Thomson.

YANG (chinês) — O princípio activo, o princípio masculino ou fôrça, na **Filosofia Chinesa.**

YIN (chinês) — Princípio passivo, feminino, a fôrça negativa, na Filosofia Chinesa. Vide **Sinopse da História da Filosofia.**

YOGA — Vide Filosofia **Hindu** em **Sinopse da História da Filosofia.**

YOGUIN — O praticante do yoga. Vide **Filosofia Hindu**, em **Sinopse da História da Filosofia.**

Z

Zahl (al.) = **número.**

ZARATUSTRIANISMO — Vide **Filosofia Persa**, em **Sinopse da História da Filosofia.**

Zärtlich (al.) = **tenro.**

Zeichen (al.) = **sinal.**

Zeit (al.) = **tempo.**

Zeitlich (al.) = **temporal.**

ZÊLO — A afeição ardente por alguém. É o desvelo ou interêsse por qualquer pessoa ou coisa, o afã e o especial cuidado que se põe na execução de alguma coisa.

ZELOTAS — Nome de um partipo judaico do tempo de Cristo, que se caracterizava por um nacionalismo extremado. Afirma-se que Judas Iscariotes pertencera a êsse partido.

Zelus (lat.) = **zêlo.**

ZENDA-AVESTA — Em persa, significa **Comentário e texto.** É o livro composto pelos seguidores de Zoroastro ou Zaratustra. Vide **Filosofia Persa**, em **Sinopse da História da Filosofia.**

ZÊNITE a) Ponto no universo que corresponde, verticalmente, à cabeça do observador.

b) Diz-se do ponto mais alto de uma doutrina, etc.

ZETÉTICA (análise) — É pròpriamente a procura, a investigação.

ZETÉTICO — Do gr. **Zetetikôs**, que em gr. significa **procuradores, pesquisadores.** Dava-se o nome de Zetéticos aos cépticos gregos, discípulos de **Pirro de Eléia**, que investigavam e procuravam a ciência, o saber.

ZETETISMO — É a doutrina céptica, enquanto empreende ela uma procura, uma busca. Vide **Zetético.**

Zeugniss (al.) = **testemunho.**

Zirkel (al.) = **círculo.**

ZOOFOBIA (Do gr. **Zoe**, animal e **phobia**, aversão). Mêdo mórbido aos animais ou a certos animais.

ZOOLATRIA — Vide **Zooteísmo.**

Zoon (gr.) = **animal.**

ZOOPSIA — Alucinação na qual o que a sofre tem visões de animais.

ZOOTEÍSMO — É a doutrina que aceita a divinização de animais, como símbolos das divindades. **Zoolatria** é a adoração de animais.

ZOROASTRIANISMO — Doutrina filosófica de Zoroastro. Vide **Filosofia Persa**, em **Sinopse da História da Filosofia.**

Zufall (al.) = acaso, accidente.

Zufällig (al.) = accidental.

Zufälligkeit (al.) = vide **Contingência.**

Zufriedenheit (al.) = satisfação.

Zugeben (al.) = admitir.

Zulassen (al.) = admitir.

Zurechenbarkeit (al.) = imputabilidade.

Zurückblickend (al.) = retrospectivo.

Zurückfallend (al.) = reversível.

Zusammengesetzt (al.) = complexo.

Zusammenhang (al.) = consistência.

Zusammenhängen (al.) = tocar.

Zusammenlaufen (al.) = Convergência.

Zustand (al.) = estado.

Zustimmung (al.) = Consentimento.

Zwang (al.) = constrangimento

Zweck (al.) = vide fim, têrmo.

Zweckmässigkeit (al.) = finalidade.

Zweideutig (al.) = vide equívoco.

Zweifel (al.) = dúvida.

Zweideutigkeit (al.) = ambigüidade.

SINOPSE DA
HISTÓRIA DA FILOSOFIA

FILOSOFIA HINDU

Desde logo é observável na Filosofia hindu certas características, que a tornam de certo modo inconfundível com a filosofia do ocidente, de origem predominantemente grega. Baseando-se, sobretudo, no exame da vida, fundada na sabedoria popular, guarda desde início um cunho genuinamente religioso, como também se deveria notar no filosofar grego primitivo, anterior a Tales. Seus primeiros propugnadores impregnam de um sentido adogmático, e sua esquemática prossegue sendo profundamente afectiva. Caracteriza-a, ainda, o carácter heterotélico, pois destina-se mais à salvação do que ao conhecimento, bem como revela uma nítida marca de introversão, tão oposta à extroversão, própria da filosofia ocidental.

Estabelece ela, desde início, uma série de temas principais, que podem ser descriminados da seguinte maneira: natureza da realidade, a realidade mental, a realidade natural, a realidade divina, a consciência humana em seus estágios psíco-mental e espiritual, a imutabilidade e a mutabilidade, o infinito e o finito.

Enquanto se observa, no ocidente, uma tendência a estabelecer a distância entre o homem e a divindade, no Oriente predomina a aproximação, pois essa oposição é atenuada. A tendência espiritualista predomina na India, enquanto a tendência para afirmar a substancialidade do Cosmos é preferentemente aceita no ocidente.

A filosofia hindu caracteriza-se, ainda, por quatro providências que a estimulam.

1) a distinção entre o eterno e o não-eterno;
2) a subjugação do desejo;
3. que o conhecimento é capaz de modificar o coração;
4) o desejo infrene de *moksa,* a liberação final.

Quando o ocidental examina a filosofia hindu, aponta-lhe, naturalmente, defeitos, cuja visualização é proporcionada à esquemática do homem ocidental. Assim, acusa-a de pessimismo, de inactividade, de cansaço, de futilidade, de ausência de base científica. É uma filosofia puramente contemplativa, onde a especulação desponta apenas em rápidos instantes, e tão accidentalmente, que não é capaz de marcar-lhe um rumo proveitoso.

Pode-se examinar a filosofia hindu, dividindo-a em quatro períodos:

1) Período védico;

2) Período épico ou dos Upanishades;

3) Período dos Sutras;

4) Período escolástico, ou dos Grandes Sistemas.

O primeiro período caracteriza-se pelos primeiros indícios filosóficos. É o período dos *rishis* (santos) e dos *brâmanes* (sacerdotes). Procede-se no segundo milênio a. C., e a obra, que o testemunha, é o famoso *Rig-Veda,* que é uma colecção de hinos religiosos, com explanações filosóficas, sôbre a origem do Mundo e da Vida e do Deus desconhecido e das regras para a vida, pois são examinados o conhecimento como guia da vida, os símbolos astrais, especula-se sôbre *Varuna* e *Mitra* (noite e dia, trevas e luz), o poder criativo de *Agni,* simbolizado pelo fogo, e examina-se a lei, *rta,* (no latim *ritus*), as formas universais, no sentido que se emprestou, depois, a Platão, a lei da imutabilidade e da mutabilidade, o tema do infinito *Aditi,* de *Purusha,* activo e de *Pakriti,* passivo, o monismo com o deus *Prajapati,* senhor das criaturas, e *Brahman,* a perfeição neutra.

É uma época de idolatrias, de feitiçarias, de superstições, em que o sacerdócio se transforma numa profissão, e torna-se até hereditário. Predomina um simbolismo extravagante, ao mesmo tempo que o clero se desmoraliza aos poucos, e as castas são aumentadas.

O segundo período, por volta de 88 a. C., caracteriza-se pela realização de obras de grande mérito, os *Upanishades,* entre os quais se salientam 10 principais, que são: *Brhadaranyaka, Chando-*

gya, Taitiriya Aitareya, Yausitaki, Kena, Isa, Ktha, Mundaka, Svetasvatara e Prasna.

Nesse período, surgem grandes pensadores, como *Yajnavalka, Mahidasa, Aitareya* e outros. Os deuses são agora considerados fôrças cósmicas, busca-se penetrar nas profundidades da alma humana. Especula-se sôbre *Sânsara,* que é a sucessão das oportunidades espirituais (a metempsicose). Há uma só alma na grande Alma-de-Tudo (*Atman*). Assim como *Atman* é subjectivo, *Brahman* é objectivo. A matéria é eterna e divina. Deus (*Brahma*) criou do nada o universo, transformando a si mesmo, ou então não há criação e, neste caso, *Brahma* é o sustentáculo do Universo, que está nêle (panenteísmo), que o supera, que é maior que êle, etc., são os grandes temas de exame filosófico e religioso. O ideal supremo é a realização de si mesmo em Deus, tornar-se *Brahma* (subjetivamente), realizar *Brahman* (a perfeição) em si mesmo e atingir, assim, a liberdade da limitação, *Moksa. Karma* é a lei moral do mundo, enquanto *Rta* é a lei física. *Karma* é o inconsciente cego, à semelhança da *Anankhê* dos gregos, do *Logos* dos estóicos, do *Tau* dos chineses.

Outra grande obra que predomina neste período é o *Bagavad-Gita* (vide) que, com os *Upanishades,* procura conciliar o ilógico, o irracional com o racional.

O terceiro período caracteriza-se pela constituição das grandes seitas, como o *Budismo* (vide), o *Jainismo,* cujo fundador *Mahavira* ou *Jaina* (o vencedor), contemporâneo de Buda, prega uma doutrina de salvação à semelhança do budismo, mas com uma concepção mais realista do *Karma,* que é considerado material ascendendo-se, pela ascese, pelo exercício corporal, à salvação.

É dêsse período a famosa obra *Mahabharata,* obra épica, com cerca de cem mil versos, que deve ter sido realizado entre 200 a. C. a 200 d. C., do qual faz parte o *Bagavad Gita,* de que já falamos.

O quarto período caracteriza-se pela formação dos grandes sistemas, fundados nos *Sutras,* que foram obras do terceiro período, espécie de sumas filosóficas e religiosas, e que se processa no 1.º séc. de nossa era. Êsses sistemas são: *Nyaya-Vaisheshika,* que é uma doutrina que se dedica ao exame da realidade singular, onde se desabrocham as doutrinas atomísticas, o estudo do raciocínio e

a filosofia da linguagem, pontificando, como seus maiores representantes, Prashastapada e Gangesha.

Outro sistema é o *Mimansa* (que em sânscrito significa *discussão*), que afirma a realidade do mundo exterior, afasta-se da linguagem, e busca fundar suas doutrinas na palavra do Veda. Seus maiores representantes são *Parbhakara* e *Kumarila.*

Samkhya e Yoga. O primeiro gira em tôrno da dualidade do devir eterno (*pakriti*) e do ser eterno (*purusha*), sendo o primeiro passivo e o segundo activo. Seu maior representante é *Stvarakrishna.* O *Yoga* é um sistema que marca um desvio do *Samkhya* para o teísmo. Purusha é pròpriamente Deus. Seu representante principal é *Patânjali.*

O quinto sistema é o *Vedanta Sutra,* formado pelos que se dedicam ao estudo sistemático dos *Upanishades,* que deram os seguintes grandes nomes: *Badarayana* e *Guadapada,* mestre de *Shankara,* no séc. VII de nossa era. Finalmente, o sexto sistema é o *Advaita* (não-dualidade) de *Shankara, Ramânuja.*

Há ainda outros sub-sistemas, como o teísmo de *Ramânuja,* que se afasta, assim, de *Shankara,* o *Madeva,* que defende um pluralismo definido, o *Vallabha,* que postula a pura não-dualidade (*advaita*) e as doutrinas teosóficas etc.

A FILOSOFIA CHINESA

Um estudo da filosofia chinesa, terá de partir do exame das obras clássicas tais como *I King,* que oferece, através de sessenta e quatro hexagramas, uma interpretação filosófica natural. O cosmos é fundado em duas fôrças opostas entre si, *Yn* e *Yang,* princípios feminino e masculino. Também se fundamenta no *Chu king* que são notas históricas, que enumeram os conceitos fundamentais da doutrina da natureza.

As escolas filosóficas antigas e fundamentais da filosofia chinesa são o *tauísmo,* o *confucionismo,* o *meismo.* o *budismo* e a filosofia de *Wang Yang Ming.* O tauísmo, fundado por *Lau tsê,* no séc. V ou VI antes de Cristo, é exposto em seu livro *Tau Te*

King, o Livro do *Tau* (Caminho) ou da *Virtude*, no qual há várias especulações metafísicas sôbre o *tau*, com fundamentos éticos, e é considerada a maior obra do espírito chinês.

Tau significa o caminho que leva ao conhecimento da verdade absoluta, cuja iluminação dá a tranqüilidade da alma do sábio, e êste o é, em plenitude, quando sabe interpretar os símbolos da natureza, pois esta revela-se simbòlicamente. O tauísmo, após Lau Tsê, tornou-se uma doutrina esotérica, alquimista, e caiu nas mais grosseiras superstições, sem que se atribua qualquer parcela de culpa a Lau Tsê.

O confucianismo parte da doutrina de Confúcio, do séc. VI antes de Cristo, e contemporâneo de Lau Tsê; é mais uma doutrina formalista ética do que pròpriamente filosófica. Pelo que se sabe, Confúcio não abordou questões metafísicas e sim *Meng-tsê*. (Mêncius, 372-289), que deu uma fundamentação científica à doutrina do mestre. Os fundamentos metafísicos do *confucianismo* surgem do *neo-confucianismo de Hsing-li* (960-1280), que atingiu o seu ápice em *Tchu-Hsi* (1130-1200), fundador de um dualismo realista, e que foi o maior sistemático chinês. Dentro ainda do confucianismo, em oposição a esta teoria, surgiu o *idealismo monista* de *Tchiu-Yuan*. O confucianismo combinou-se, posteriormente, com o tauísmo, como se vê no *budismo*. O *meísmo* de *Me-ti* (480-400), conjuga o teísmo antigo com a ética, destacando a religião e o pensamento lógico. A filosofia, que maior influência teve sôbre a China, foi, sem dúvida, o *budismo*.

ORIGENS DA FILOSOFIA GREGA

A filosofia especulativa, dominante no Ocidente, teve seu berço na Grécia.

A instalação de colônias gregas, na costa da Ásia Menor, permitiu um contacto mais directo entre as populações vindas do Ocidente europeu e as provenientes do Oriente. Êsse choque de dois mundos fomentou, naturalmente, problemas econômicos, políticos, sociais e filosóficos, que fecundaram vivamente a floração de uma série de filosofias, nos séculos VIII e VII a. C. Os acon-

tecimentos dessa época mostram as agitações, lutas de classes, geração de idéias, transformações econômicas, que muitas vêzes se processam na história, quando se dá o entrechoque das ideologias condicionadas pelos interêsses em luta.

Dedicar-nos-emos, aqui, às origens da filosofia grega, tema abundantemente abordado, mas cheio de controvérsias e obscuridades, nem sempre suficientemente alumiadas, apesar dos aprofundados estudos já realizados. Em suas origens, dados os estudos actuais, a filosofia grega é, quanto ao passado, a obra colectiva de civilizações riquíssimas, que as investigações feitas em Tróia, Micenas, Chipre, Cícladas e Creta revelaram. Nessas épocas recuadas, a representação do universo estava implicada nas práticas rituais, com a unificação dos grupos sociais aos mistérios da Natureza. Essas representações são expressadas em *mitos,* relatos referentes à vida e à actividade de personagens históricos, cujas façanhas são divinizadas. Êsses mitos, provàvelmente antes pertencentes a cada comunidade, formavam um corpo geral de opiniões e de crenças, que recebiam e sofriam a influência de crenças mais longínquas.

Pode considerar-se sobretudo, como verdadeiros precursores da filosofia grega, os mitos homéricos, hesiódicos e órficos, formas já sintéticas e estratificadas das opiniões gerais e variadas acêrca das origens dos mundos, que haviam sido admitidas pelos povos anteriores e, por influência inegàvelmente orientais. Como diz Rodolfo Mondolfo, se não se pode explicar apenas por influência oriental a origem da filosofia grega, não se pode, contudo, explicá-la sem tal influência.

Êsses mitos apresentam traços comuns e são também, como diz Aloys Fischer, "os remotos testemunhos na lenda dos "sete sábios". Essas "teogonias" e "cosmogonias" não são o producto pessoal de seus autores, a quem coube a feitura literária, mas o "eco de comuns representações religiosas, assim também sentenças morais e regras de prudência (apesar de que em muitos casos possam representar a quinta-essência da experiência vivida por determinadas pessoas) apresentam, em sua base, um velho fundo de sabedoria, que obteve uma formulação impessoal em provérbios anônimos, com referência às concepções éticas da comunidade popular".

À chegada dos séculos VIII e VII, quando se dá essa grande floração da economia grega, desenvolvem-se êsses mitos, que são apresentados em forma mais sistemática. Imposibilitados de um estudo mais minucioso, vamos, a seguir, fixar os principais aspectos dessa fase "teogônica" da filosofia grega, que precede à *fase cosmológica,* iniciada, depois, pela *escola jônica.*

As civilizações pré-helênicas (egeu ou creto-minóica) tiveram relações directas com as culturas suméria e caldéia ou assírio-babilônica, irânia, egípcia, fenícia, etc. Foi dos caldeus que os gregos aprenderam o uso do quadrante solar, o *gnomon* (relógio do sol), e as doze partes do dia; a geometria foi-lhes ministrada pelos egípcios, etc. São êstes os principais pontos adquiridos:

1) a idéia de unidade universal (egípcia, mesopotâmica) em vagas formas panteísticas: "o Um único, pai dos pais, mãe das mães", de onde tudo provém;

2) cosmogônicamente, a passagem do caos unitário primordial para a distinção dos sêres (caos aquoso: *Tiamat,* em Babilônia; *Num,* no Egito), a transformação das trevas em luz;

3) transformação do caos para a distinção dos sêres, ou por fôrça intrínseca, por potência própria, ou pela intervenção de um espírito superior, que se move sôbre as águas, ou através da luta entre as potências opostas das trevas e da luz, do caos e da ordem, da morte e da vida, do ódio e do amor;

4) visão de uma conexão e simpatia universal, que une a todos os sêres da natureza;

5) noção da necessidade e da lei que dirige a todos; e concepção de um retôrno cíclico universal, com o retôrno de tôdas as coisas;

6) idéia do dualismo entre corpo mortal e alma imortal, preocupação de uma outra vida, o problema da morte, o juízo acêrca dos mortos, e desenvolvimento de exigências éticas de justiça e de pureza moral.

Origens cósmicas, segundo *Homero*: *Oceano,* gerador dos deuses e *Tétis,* a mãe. É a derivação do mundo do caos aquoso, do princípio úmido, etc.

Origens cósmicas, segundo *Hesíodo*: O ser primordial (Caos), a fôrça motora e geradora (*Eros*) e a sucessão das gerações. O

Caos gera a *Terra* (*Gea*). No cimo(Olimpo), habitam os deuses, nas profundidades, o *Tártaro* tenebroso. *Eros* é o mais belo dos deuses. E do *Caos* nasce *Erebo* e a negra *Nix* (Noite). Da noite, nasceram o *Éter* e o *Dia* (*Hemera*), etc. O caos hesiódico não desaparece com a formação do Cosmos. Continua como fonte e têrmo de tôdas as coisas. O Caos é uma ameaça à conservação do cosmos. Vamos encontrar na obra dos jônicos a influência, em diversos matizes, da idéia do Caos hesiódico.

Origens cósmicas, segundo os *Órficos*: No princípio, existiam o *Caos* e a *Noite, Erebo* e o profundo *Tártaro.* Não havia ainda nem a Terra, nem o Ar, nem o Céu. Nos infinitos de *Erebo,* engendraram-se os *Ovos* de asas negras, e, do primeiro dêles, nasceu Eros. Unido, no Tártaro, com o Caos, incubou e deu à luz a primeira geração de imortais.

Eros, mesclando tôdas as coisas, deu nascimento a *Urano* (céu), *Oceano, Gea* (terra), etc. (Eros é o turbilhão que, com suas asas, forma os turbilhões com o vento).

Origens cósmicas, segundo Jerônimo e Helânico: *Cronos* e *Anankê,* os primordiais. Da água e da matéria limosa endurecida nasceu a terra. *Cronos,* o que não envelhece (o tempo), é um dragão, e *Héracles* foram engendrados pela terra. A êle, juntou-se *Anankê* (a necessidade), idêntica à Adrástea (incorpórea), etc.

Essas cosmogonias primitivas estabelecem os fundamentos dos principais problemas do homem: 1) o mal provém de uma culpa; 2) o homem é dirigido por um destino inelutável, e salva-se apenas pela intervenção divina; 3) é estabelecida a responsabilidade da vontade humana; 4) uma lei de justiça (Dikê) e a imprescriptibilidade da sanção, do castigo; 5) insondável é o mistério dos deuses, oculto aos homens, que vivem de ilusões e esperanças; 6) mas o homem, por seus esforços, pode conquistar os deuses, que premiarão seus actos nobres; 7) há um sentido pessimista, um desgôsto de haver nascido. Êsse pessimismo grego gera a admoestação da moderação, resignação e humildade, como resultado da consciência da inferioridade e de uma sujeição do homem a um poder transcendente a êsse espírito, que revela a obscuridade da alma grega, que Nietzsche chamou *dionisíaco,* contrapõe-se um espírito de medida, de optimismo, de serenidade, que é o *apolíneo;* 8) os órficos aceitavam a mortalidade da alma e de que, dos mor-

tos, nasciam outros sêres; 9) transmigração das almas (metempsicose) — doutrina de origem egípcia, segundo Heródoto; 10) vida corpórea como expiação, segundo os órficos. Mas a pergunta nasce; que é o ser? E os gregos passam da fase de explicação mitológica do mundo, dos "teólogos", na frase de Aristóteles, ocupados com o problema da origem do Cosmos, os quais, para edificar suas cosmogonias, recorrem aos sêres divinos, para a fase dos "fisiólogos", que partem dos factos empíricos, da *physis*, para ir além da experiência.

É o que veremos com a filosofia jônica.

O PREDOMÍNIO DO PROBLEMA COSMOLÓGICO OS JÔNICOS

Primeiro problema: *A Natureza* (*physis*) (fundamental)

Busca do primeiro princípio das coisas (*arkhê*).

Método: especulação sôbre o cosmológico.

Carácter: Filosofia predominantemente física, Filosofia Natural (Cosmologia)

Meta: passagem do mito para a ciência (conhecimento das causas).

A FILOSOFIA DE MILETO

Com os jônicos se inicia, na Grécia, a investigação científica e filosófica. Como vimos, nas *origens da filosofia grega* predominava o sentido puramente religioso.

Tales de Mileto (585 a. C. natural de Mileto), fundador da *Escola milésica* ou de *Mileto*, introduziu o conhecimento de diversas filosofias orientais como a caldáica, a egípcia, etc.

São duvidosas as origens de Tales, se de tronco fenício ou semítico. Não se conhece nenhuma de suas obras e as que lhe são atribuídas são falsificações.

Tales foi considerado um dos sete sábios da Grécia, e também o "pai da filosofia grega", "o fundador, diz Aristóteles, dessa

classe de filosofia", a filosofia jônica, que se interessava pela "natureza da matéria".

Temas:A água é o princípio de tôdas as coisas. Não propriamente a água, mas o úmido. Há, inegàvelmente, em Tales, a influência das doutrinas egípcias. A água (do Nilo) é a criadora da terra fértil do Delta. Além disso, havia, nessa época, convicção de que a terra estava cercada de água. Tal doutrina deriva, também, de uma longa e primitiva tradição mitológica das teogonias e cosmogonias do Oriente antigo, sumério, caldeu, hebreu, fenício, egípcio, egeu, onde todos falam do "caos aquoso". A causa motora de tôdas as coisas é a alma, a potência divina, que põe tudo em movimento e penetra no úmido elementar. A Terra navega sôbre a água. O mundo "está cheio de deuses". Chamou-se *hilozoísmo* a essa animação e vivificação da matéria, de *hylé* (matéria) e *zoe* (vida). Com Tales se processa a separação da filosofia da teogonia anterior.

A escola de Mileto é incluída na classificação geral de Escola Jônica, na qual também são incluídos Heráclito, Anaxágoras e Demócrito. Aristóteles faz uma distinção em sua "Metafísica" quanto aos que se preocupam com os problemas do homem e do cosmos: *teólogos,* são os que tratam da ciência sob a forma do mito, e *filósofos* ou *fisiólogos,* os que expõem suas razões "numa *forma demonstrativa,* cuja sabedoria, mais humana, não afecta, como a daqueles, um ar de solenidade ática e se propõe menos a satisfazer-se a si mesma que a comunicar-se aos outros" (Leon Robin).

No século VI a. C., os países jônicos conheceram um grande progresso econômico, sobressaindo-se entre as cidades marítimas, a de Mileto, que, depois de submetida pelos persas, foi destruída em 494.

Ante a visão do mundo, surgiu, nos jônicos, a grande pergunta: de que está constituído o universo? Mas essa pergunta, para êles, era, no entanto, superada por um afã de encontrar soluções para os problemas de ordem científica, exigidos, sobretudo, pelo grande desenvolvimento mercantil de sua época. E êsse mercantilismo imprimiu aos jônicos, em grande parte, o sentido "prático" de suas investigações. São estudiosos da natureza em suas manifestações meteorológicas. É com Anaxágoras que vamos ver, depois, o abandono ou a superação desta fase, por outra que podemos chamar "antropológica".

Assim eram os ventos, as chuvas, relâmpagos, eclipses, terremotos, conhecimentos de geografia, a forma da terra, origens desta, etc., o que preocupava os filósofos. Ora, êsses temas eram abordados pelas culturas mesopotâmica, egípcia, caldáica, etc. Os filósofos jônicos viam na actividade técnica do homem um motivo de superioridade. A influência "prática" do mercantilismo e da evolução econômica determinavam essas investigações e essa perspectiva.

Observamos na filosofia dos jônicos o abandono às imagens fantásticas da natureza (os mitos). Há observação directa, experiências, tanto que os filósofos jônicos se tornam inventores. Isso não impede, porém, que os mitos da época teogônica influam na formação de suas filosofias, mas sempre com um cunho mais positivo e científico.

Na actuação dos jônicos, há a tendência para relacionar os fenômenos mais transcendentes aos factos familiares, afastando-se, assim, quanto possível, do aspecto misterioso que tinham as crenças anteriores. É por isso que os jônicos são considerados propriamente mais físicos do que filósofos. Os problemas, que mais afectavam os interêsses econômicos dos povos jônicos, absorviam mais detidamente a atenção de seus filósofos, sobretudo, como acima já dissemos, os que se referiam à meteorologia, naturalmente por se tratar de um povo de navegadores. Observa-se na obra dos jônicos a preocupação maior para o mar, grande tema de suas investigações. Não só o mar como o ar, as nuvens, as chuvas, as tempestades. A cosmologia jônica impregna-se do espetáculo das tormentas. A concepção do caos, onde existem semelhanças entre o "caos hesiódico", o "migma" de Anaxágoras, tem uma repetição ou uma simbolização nas grandes tempestades. Poderíamos até acrescentar que a afirmação de Anaximandro, de que a vida provém do mar, está inbuída de uma admiração à "divindade" do oceano, um respeito à água, fonte de tôda a riqueza dos jônicos, que também constitui o sentido da filosofia de Tales, embora também impregnada das concepções egípcias e mesopotâmicas. O Infinito de Anaximandro (*apéiron*) é o indeterminado, de onde provêm as coisas determinadas: água, ar, fogo, etc., ou a mescla (*migma* de Anaxágoras). A infinitude do oceano, para os olhos jônicos, talvez sem fim, implicaria, fatalmente, a concepção do infinito, transformado no infinito (*ápeiron*), no "migma", de onde

proveriam as coisas determinadas. É daí que decorre o tema da pluralidade dos mundos de Anaximandro, tese depois retomada por Anaxímenes.

No mundo que observavam, havia vida, morte, transformações, Tudo provinha do Infinito. Dêste provinham os mundos. Tudo vive e morre, dentro da *eternidade* do Infinito. A cúpula terrestre confirmava a limitação da terra e a afirmativa do ilimitado dos céus. E quando Anaxímenes aceita o ar como infinito, nem por isso refuta a doutrina de Anaximandro (*ápeiron*).

A filosofia dos jônicos é uma filosofia da natureza, de geógrafos e meteorólogos. Não lhe falta, porém, um sentido religioso, quando emprestam à sucessão, retôrno, vida e morte dos mundos e das coisas, uma justiça (*Dikê*), onde há expiação e castigo, o que lhes concede um carácter divino e imortal.

O sentido dialéctico, que vamos surpreender na filosofia jônica (as coisas submetidas às oposições, a luta de contrários, penetração dos contrários, etc.) nasce da observação quotidiana de um mundo, onde se processam êsses contrários. No *Nous* de Anaxágoras, vamos perceber uma tentativa de equilíbrio, Mas êsse equilíbrio, no entanto, poderia ser negado, porque considera-o activo, em movimento, o que afirmaria a negação, o contrário, porque o movimento implica a passagem de um estado para outro, o que significa contrariedade.

Há no movimento jônico, a preocupação do conhecimento da *substância* primordial (*arquê*), primordial e eterna, fonte de tôdas as coisas. É o conceito do absoluto, a eterna busca de tôdas as filosofias.

Eram, assim, os jônicos os filósofos da natureza sensível, que buscavam explicar as coisas sensíveis por princípios naturais.

O grego principiou a filosofar partindo de um ser, mas de um ser que êle encontra cambiante, mutável, contraditório. Que é êste ser?

A esta pergunta, os jônicos respondem com soluções mais ou menos materiais, *físicas*.

Pròpriamente, pelas respostas dadas a essa pergunta classificam-se as outras doutrinas. Vejamos quais as outras respostas.

ANAXIMANDRO

Anaximandro (natural de Mileto — 610-547, a. C.). Filósofo grego da escola jônica. Discípulo de Tales de Mileto, a quem sucedeu na direcção da escola milésia. Foi mestre de Anaxímenes, e êste, por seu turno, de Anaxágoras. Pouco se sabe de sua vida e de suas obras. Para êle, o princípio primeiro (*arquê*) de tôdas as coisas é imortal, eterno e fundamental, o *apeiron;* possui os caracteres do ilimitado, do qualitativamente indeterminado, do indefinido, do absoluto, e é animado de um movimento eterno. Estimulado por uma *fôrça vital* intrínseca, e de geração incessante, desagregam-se os contrários dêsse infinito (*ápeiron*), formando, primeiramente, o ar; em segundo lugar, a água, depois os elementos. Tôdas as coisas, afinal, retornam ao infinto (*ápeiron*), que está em oposição ao mundo, contido nos limites do céu, apesar dêsse infinito conter os mundos. Para Anaximandro, era possível que o infinito (*ápeiron*) gerasse um número infinito de mundos, que coexistiram uns com os outros, mas separados por distâncias tão grandes que jamais tomariam conhecimento uns dos outros.

Temos aqui em germe a tese da pluralidade dos mundos. Na cosmogonia de Anaximandro, após a evolução, vem a dissolução; os mundos volvem ao infinito e — nova compensação — o ciclo começa de novo. É possível que haja nisto o traço das especulações pessimistas e místicas do Orfismo.

Anaximandro foi considerado o mais profundo e o maior dos jônicos. Com maravilhosa intuição, traçou os limites e a escala da filosofia natural, alargando, assim, os princípios estabelecidos por seu mestre Tales de Mileto.

Os mundos nascem e morrem no seio dêsse infinito. O retôrno de tôdas as formas ao informe é, assim, o cumprimento de uma justiça contra a injustiça e significa que as coisas pretendem ser subsistentes por si mesmas, pois a justiça é, em última instância, igualdade de tudo na substância única, a imersão, sem diferenças, no seio de uma indeterminada infinitude.

Foi por isso que Nietszche viu nêle um dos caracteres do pessimismo grego, por ter aceito o nascimento e a destruição na natureza,

concebidos como falta e punição morais. O seu hilozoísmo panteístico contém germes do evolucionismo, pois afirmou que os homens provêm de animais. Deduziu essa afirmativa da observação do longo período de lactância.

ANAXÍMENES

Anaxímenes de Mileto (Natural de Mileto — 588-524 a. C.). Segundo Diógenes Laércio, foi discípulo de Anaximandro. Escreveu em prosa jônica, havendo-se perdido sua obra. O que conhecemos de sua doutrina é o que podemos extrair da obra de seus comentadores e críticos, e de um tratado especial de Teofrasto a êle consagrado, no qual se verifica uma coerência suficiente para permitir a explanação de seus temas. Ei-los: o ar é infinito e princípio de tôdas as coisas. Assim o infinito, que em Anaximandro é *indeterminado,* em Anaxímenes é *determinado*. O ar é o que sustém nossa alma, e o ar sustém o mundo. Aristóteles pergunta: e o que sustém o ar? O ar é o diferenciador de todos os sêres. É perceptível o ar pela diferenciação. É visível com o frio e o calor. É dotado o ar de um movimento eterno e de mutação. Se negasse o movimento não poderia admitir a variabilidade das coisas. Afirma também Anaxímenes a eternidade do movimento. O processo de transformação dá nascimento às diversas substâncias: por rarefação, converte-se em fogo; por condensação, transforma-se em vento; após, em nuvens, e mais condensado, em água; a seguir, em terra e, por último, em pedra. Note-se que, para Anaxímenes, o ar é o *estado gasoso*. Anaxímenes aceita o retôrno de Anaximandro, e fundamenta nêle a sua ética. Observe-se o carácter panteísta das doutrinas jônicas, em que a *arquê* (a substância primordial) é sempre o todo. Essa divindade é igual ao Cosmos.

PITÁGORAS

Pitágoras (de Samos — 569?-470? a. C.). Segundo alguns foi discípulo de Ferécides de Siros e de Anaxágoras. São contraditórias as informações que nos oferecem os historiadores. No entanto, tudo indica que formou sua cultura no Oriente, no Egito, na Babilônia, em Creta, por onde viajou. De retôrno a Samos,

tentou fundar aí uma escola, mas tendo que abandonar sua pátria, foi residir na Itália do Sul, por 530, na aristocrática Crotona, onde fundou uma comunidade ou ordem religioso-moral, que se estendeu a outras cidades, às quais foi, por vêzes, chamado como legislador, influindo em seus costumes políticos e sociais. É difícil separar-se a obra pessoal de P. e a de seus discípulos, de sua escola, bem como o que há de lenda e de realidade, razão pela qual preferimos aqui examinar P. dentro do pitagorismo.

Sabe-se que Aristóteles escreveu uma obra em três volumes sôbre o pitagorismo, obra que está irremediàvelmente perdida. Nas passagens sôbre o pitagorismo, que encontramos esparsas em seus livros, conclui-se que devera ter-se dedicado, sèriamente, ao exame dessa doutrina. Contudo, é de salientar que apenas cita três vêzes o nome de Pitágoras, enquanto ao referir-se a esta doutrina, constantemente refere-se aos "pitagóricos", aos que "se dizem pitagóricos". A análise, que Aristóteles faz do pitagorismo refere-se pròpriamente à doutrina como a concebiam os discípulos posteriores, e não, ao pensamento do sábio de Samos. Como a construção do verdadeiro pensamento de Pitágoras é obra de exegese e implica providências que não caberiam no âmbito de uma Sinopse da História da Filosofia, preferimos tratar a seguir do "pitagorismo", e não, pròpriamente de Pitágoras.

Pitagorismo — Movimento não só intelectual mas religioso-moral e político. Organizado em forma de comunidade, com iniciações, linguagem simbólica, cercada de mistérios e de segredos, onde predominam o respeito sagrado à palavra do mestre e obediência cega. Representava um movimento, que foi combatido severamente pelas organizações e govêrnos democráticos da época. Os pitagóricos foram dissolvidos por um movimento popular. Pitágoras conseguiu fugir para Metaponto, onde faleceu. A missão da escola de Crotona era ensinar métodos de purificação reservados aos iniciados. Atribuem a P. a promessa de uma vida futura, após a morte, onde os homens seriam recompensados, desde que cumprissem as ordens da organização e os princípios morais estabelecidos. Estava essa escola aberta tanto aos homens como às mulheres, independentemente de nacionalidade. Apresentam-na como uma doutrina cheia de tabus e proibições, cujas significações têm servido para diversas interpretações. A crença na transmigração das almas através dos corpos de homens e animais era uma das

crenças dessa doutrina, não, porém de Pitágoras, mas dos seus discípulos.

A concepção de Anaxímenes de que o mundo estava submergido no infinito, era aceita por Pitágoras.

Para êle tôdas as coisas são números. Considerava, assim, a relação entre os números e as formas geométricas. Atribuía aos números uma relação mística. Afirmam que, quando estêve na Pérsia, conheceu Zaratustra ou Zoroastro. Cultivavam os pitagóricos a matemática e a música, e sobretudo a geometria, como Filolau de Tebas, e Arquitas, de Tarento. Consideravam a música como meio para excitar e acalmar os sentimentos, e aplicavam-se a ela, não só prática mas teòricamente. Os números não eram pensados como coisas abstractas, mas como *algo de real. O ponto* era o equivalente ao 1; a *linha* ao 2; a *superfície* ao 3; os *corpos* ao 4.

(Na verdade, êsse não era o pensamento pitagórico de grau superior).

O número dez, a famosa *tetractys,* é o número principal, soma dos quatro primeiros (1 + 2 + 3 + 4 = 10).

Diz Filolau que o número 10 "tem uma grande fôrça, enche o todo, actua em tudo, e é comêço e guia da vida divina, celestial e humana" (tudo tem ponto, linha, superfície, volume). Com os pitagóricos , aparece o tema da *libertação* do homem ao se bastar a si mesmo. A preocupação pela alma, conduz os pitagóricos posteriores à doutrina da transmigração ou metempsicose, relacionada com o problema da imortalidade. Pitágoras foi um iniciado nas especulações da astronomia oriental. Descobrindo a relação fundamental da altura dos sons, com a longitude das cordas que vibram, submeteu o fenômeno do som à invariabilidade de uma lei numérica.

O assombroso dessas proporções inteligíveis, imóveis e imateriais, acessíveis ao matemático, que expressam a regularidade das aparências sensíveis e do fluxo dos fenômenos, tinha fatalmente que impressionar a alma de Pitágoras, cuja influência, até os nossos dias, é observável em muitos espíritos de escol. Daí chegar a atribuir um princípio de realidade ao *símbolo,* e de causalidade ao *signo,* não foi mais que um passo.

Em tôdas as coisas estão os números. Das contradições fundamentais nascem a simbolização em número: par e ímpar, direita e esquerda, repouso e movimento, macho e fêmea, recto e curva, bem e mal.

São os números que ordenam a constituição do universo. Essa aritmologia do neopitagorismo, do platonismo pitagorizante, foi prosseguida por muitos pitagóricos, conjuntamente com investigações matemáticas e cosmológicas.

Entre os seus mais famosos discípulos, os próximos e os posteriores que seguiram suas doutrinas, podemos citar: Filolau, Arquitas de Tarento, Alcmeon de Crotona, Epicarmo de Cos, Hipodamo de Mileto, Teofrasto, Aristóxeno de Tarento, Heráclides de Ponto, Eudemo, Dicearco de Messênia, Duris de Samos, Andrônio, Teopompo, Neantes de Cizico, Andrócides, Hipobotos, Eforo, Diodoro de Eretria, Moderato de Gades, Apolônio de Tiana, Nicômaco de Gerasa, etc.

Temas pitagóricos: as doutrinas dos pitagóricos são uma mescla de ciência e crenças religiosas; b) reexistência, imortalidade, transmigração das almas (metempsicose), parentesco dos vivos, ciclo das coisas; (eterno retôrno dos acontecimentos já acontecidos); c) alma como princípio do movimento; d) o universo vivo, o conceito de "Cosmos", a ordem universal, e da harmonia entre os contrários, que é uma doutrina característica dos pitagóricos; e) os números são a essência das coisas, porque sem o número não seria possível conhecê-las; mutabilidade dos números e imutabilidade do um. (Há influência do *pitagorismo* na ciência moderna, cujas teorias atômicas terminam por ter uma noção apenas matemática da energia sub-atômica. Só é compreensível à razão o que é espacializado, portanto, numerável).

Há muito de lenda na vida de Pitágoras. Os "Versos Áureos", atribuídos a Pitágoras, são de composição de seus inúmeros discípulos, possìvelmente de *Lysis*.

Atribui-se também a Pitágoras o primeiro emprêgo da palavra *filósofo*, têrmo que se tornou, daí então, universal, para significar os investigadores do absoluto e intérpretes do mundo, estudiosos da sabedoria.

CRÍTICA

A afirmativa comum de que para o pitagorismo os números são sensíveis, deve-se atribuir apenas a alguns pitagóricos, e não a Pitágoras, nem aos grandes discípulos, que receberam os ensinamentos directos do mestre ou de discípulos que com êle privaram. O pitagorismo é uma das concepções mais caricaturizadas e falsificadas na história da filosofia, e isso se deve, sobretudo, ao carácter iniciático dessa doutrina, que exigia uma mistagogia tôda especial, para que o discípulo chegasse ao conhecimento dos segredos da escola.

Essa a razão por que neste trabalho temos de nos furtar ao estudo mais acurado da matéria e atermo-nos ao que é comumente divulgado, frisando, porém, a validez relativa e improvável da maioria das afirmações, provindas de Diógenes Laércio, de Pedro e Estobeu, que se utilizaram de textos apócrifos. Ademais, o intuito de menoscabar os pitagóricos, por razões sobretudo de ordem política, levaram a muitos a atribuir-lhes afirmações que jamais fizeram.

Modernamente, alguns estudiosos de valor no mundo, entre os quais podemos salientar o actual rei da Grécia, o dr. Sakalleriou, reitor da Universidade de Atenas, Hobart Huson, nos Estados Unidos, Mallinger, na Bélgica, etc. estão coligindo todos os documentos respeitáveis e mais valiosos, a fim de poderem reconstruir o genuíno pensamento de Pitágoras, tão defraudado e falsificado.

As dificuldades em estabelecer com segurança qual o verdadeiro pensamento pitagórico, levou Zeller a estabelecer, como certas, estas afirmações fundamentais: 1) que o sistema pitagórico, tal como o conhecemos, é obra de distintos homens em distintos tempos; 2) que é difícil discernir, nêle, os elementos que, pròpriamente, pertencem a Pitágoras. Conseqüentemente, é mister reconhecer, no pitagorismo, um processo de desenvolvimento, que foi elaborado em diversos estágios e que teve contribuições das mais diversas origens.

Podemos, ainda salientar, que as divisões de pares de contrários, que abaixo reproduzimos, sabe-se, hoje, que não pertencem a Pitágoras. Depois foram atribuídas a Alcmeon. Hoje, con-

tudo, sabe-se que provieram, posteriormente, de pitagóricos menores.

As polaridades são:

1) Limitado-ilimitado
2) Par e ímpar (o 2 é o primeiro número par, e 3, o primeiro ímpar)
3) Unidade-pluralidade
4) Esquerda-direita
5) Masculino-feminino
6) Quietude-movimento
7) Recto-curvo
8) Claro-escuro
9) Mau-bom
10) Quadrilátero-oblongo

Outras classificações, como o 1, simbolizando a Razão, 2 a Opinião, 3 a Santidade, 4 a Justiça, 5 o Matrimônio, 6 O princípio da Vida, 7 a Saúde, 8 o Amor, a Amizade, 9 a Justiça em grau superior, e 10 o número sagrado e perfeito, etc. são também, da mesma espécie que as anteriores.

Entre os pitagóricos ilustres, podemos citar ainda Cercops, Petrônio de Hilera, Brontino de Metaponto, Hipaso de Metaponto, Califônio de Cnidos, Demócedes de Crotona, Parmenisco de Metaponto, Epicárnio de Siracusa, Icco, Parônio, Ameinias (mestre de Permênides), Xuto, Boidas, Trasíalas, Teodoro de Cirene, Eurito de Crotona, Lysis (a quem se atribuem os *Versos Áureos*), Arquipos de Tarento, Opsimos de Requim, Fáleas de Calcedônia, Enópedes de Quios, Hipócrates de Quios, Ocelo de Leucânia, Nicetas de Siracusa, Ecfanto de Siracusa, Xenófilo de Cálcis, Diócles, Equecrates, Polinastro, Fantônio, Ário, Proso de Cirene, Amiclas de Tarento, Clénias de Tarento, Damônio, Fintias de Siracusa, Simos, Miônides, Eufranor, Eicônio, de Tarento, e as famosas pitagóricas Timyka, Filtys, Cratesicléia, Teano, Lastenéia, Abrotélia, Execratéia, Fliasia, Tyrsenis, Peisirrode, Nisteadousa, Boiô, Babelyka, Kleaickna, Ekelô Keilonis e Muia.

ESCOLA DE ÉFESO

Heráclito, (nat. de Éfeso — 540? — 480? a. C.). Dêle conhecem-se apenas fragmentos esparsos nas obras de seus comentadores. Talvez seja verdadeira a afirmação de Diógenes Laércio de que H. dividira sua obra em três partes: física, teologia e política. Preferiu a meditação e a filosofia à vida pública. Desprezava as formas populares dos misteriosos cultos órficos, com suas indignas purificações e sacrifícios pelo sangue. Quis ser incompreensível consoante êle mesmo o dizia, a fim-de evitar que fôsse entendido pelo vulgo. Foi por isso acoimado de "obscuro". Temas:

1) recíproco condicionar-se dos opostos (*pólemos*), e harmonia dos contrários, limitando-se uns nos outros, de onde o nascimento e a conservação dos sêres; conciliação das antíteses; permuta e identidade dos contrários; 2) identidade do Um eterno (fogo) e devir universal, como exigência da razão — idéia do fogo, unidade de substância de tôdas as coisas, e comum envoltura dos contrários (H. afirma a realidade do ser); 3) idéia do perpétuo escoamento das coisas e do sujeito cognoscente; tudo flue (*panta rei*): "Tu não podes banhar-te duas vêzes no mesmo rio, porque novas águas correm sôbre ti" (antítese da experiência e da razão); 4) visão irônica dos contrastes, que permite que as coisas boas e más sejam interpretadas diferentemente. "O charco é para os porcos, o paraíso..."; 5) a fé, como condição do verdadeiro conhecimento;

6) caminho da sabedoria: conhece-te a ti mesmo.

A filosofia de H. encontra hoje seus cultores apaixonados. Aristóteles, para muitos, desce para segunda plana, e H. retoma um lugar de prestígio.

H., entretanto, não podemos negá-lo, presta-se a várias interpretações. Seu sistema não é tão nítido que os seus exegetas se vejam privados de dar vazão ao imaginário. Não se atribua a isso falsificação, pròpriamente. A interpretação fundamentada da obra de H. não é sòmente a que se cinge às normas estabelecidas por um Léon Robin, por Hermann Diels, Zeller, Burnet, Tannery, Joel, Rivaud, Abel Rey. Existem, ainda, novos cultores cheios de misticismo, que alargam as suas perspectivas. Não cabe aqui fazermos uma análise das opiniões correntes no ocidente, desde

a obra clássica de Bonitti (*Dissertatio de Heráclito Ephesio*), através do famoso livro de Lassalle "Die Philosophie des Herakleitos", até o "La pensée grecque" de Robin, e ingressar, depois, nos estudo mais actuais de modernos cultores da filosofia. A concepção *enantiodrômica* do mundo (vide esta palavra), divide-se numa variedade de escolas, que estudamos à parte, em artigos separados, e que não sabe, neste, estudá-las (Vide existencialismo, Dialéctica, Nietszche, Marxismo, Hegel, Rosenberg, Bergson etc.)

Mas sublinhemos alguns aspectos interessantes: a) Segundo Heráclito o *devir,* a passagem contínua do finito ao infinito e inversamente, constitue o único processo infinito que se move em contrários, unidade do ser e do não-ser, a essência do mundo. H. viu nessa instabilidade de tôdas as coisas, na mutação contínua de todo ser, a lei mais geral do universo. Tudo flue, nada tem consistência, de maneira que não podemos "entrar duas vêzes no mesmo rio". O universo é luta e paz; verão e inverno , fluxo e tempo, saciedade e fome, etc.

A contradição, princípio dominante do mundo, é, segundo H., inerente às coisas, assim, tudo o que é, não existe exclusivamente senão como unidade dos contrários, "tudo sai do Um e o Um sai do todo". Segundo Aristóteles, o princípio de H. de que "Ser e não-ser são idênticos", vai de encontro ao princípio dos contrários. Diz Aristóteles que, segundo a filosofia de H., é antes o princípio *Nada não existe* o admitido em vez do *Tudo existe.*

Os que dizem que ser ou não-ser são idênticos acabarão por dizer que tudo está em repouso, antes que em movimento, pois falta completamente o estado distinto no qual a coisa possa se transmudar no momento que tudo "convém a tudo". Aristóteles quer dizer que, admitindo-se com Heráclito, que tôda coisa é e não é ao mesmo tempo, uma junção, assim, dos dois momentos contrários, da qual ela é a unidade, não se pode produzir nenhum movimento de um estado contrário ao outro.

Podemos conceber a "unidade" dos contrários como identidade dos contrários. É falso interpretar esta identidade, afirmando que os fenômenos são um na origem, e desprovidos de contrários, porque, para H., êstes não aparecem senão progressivamente para desaparecer em seguida, de novo, na "síntese". Em face dessa concepção, muitos dialécticos reabilitam a opinião de Heráclito, segundo a qual cada fenômeno encerra em si a unidade dos con-

trários, porém êsses contrários, só podem ser reconhecidos quando o fenômeno é, conforme expressão do próprio Heráclito, "cortado em dois" (essa é a opinião de Lassalle), quer dizer, quando os contrários ameaçam romper essa unidade dialéctica. É precisamente aí que se pode, "de certo sentido", falar de identidade dos contrários, na medida em que se infere da análise dos fragmentos 59, 60, 88, 103 e 126, em que a identidade dos contrários é derivada da relatividade. "A harmonia dos contrários", — eis o que buscava H., não a identidade dos contraditórios, que ademais, eram desconhecidos; muito longe de consentir no alastramento do conhecimento sensível sôbre todos os aspectos passageiros do devir, colocava a verdade na substância única, cuja lei serve de trama contínua e de fundo a essa diversidade incessantemente mutável (Léon Robin); b) da cosmogonia de H. alguns dialécticos (entre êles Nietzsche), tiraram a doutrina da "utilização das coisas prejudiciais". (Note-se a semelhança com a filosofia do "Além do Bem e do Mal", onde se estabelece o aproveitamento dos chamados maus instintos do homem, para uma disciplina e progresso social); c) o testemunho dos sentidos é rejeitado por ilusório pelos idealistas. A verdade pertence sòmente à razão. H. também acusou os sentidos de mentirosos, porque nos davam das coisas a impressão de unidade e duração. Mas os novos heraclitianos afirmam: precisamente é a "razão" a causa de falsificarmos o testemunho dos sentidos. No momento que os sentidos nos testemunham a mutação, o devir, a destruição, êles não mentem.

O "mundo aparente" é o único mundo verdadeiro d) A concepção do tempo em Schopenhauer é a de H. Nenhum dos instantes do tempo existem, senão na medida em que destroem o instante precedente, por seu turno destinado a ser destruído imediatamente. Assim, tanto o passado como o futuro são tão vazios como um sonho, sem extensão, nem consistência, que os separe. Assim como é para o tempo, o é para o espaço, e o espaço, o tempo e tôdas as coisas, que nêles existem, são relativos. A conseqüência que Schepenhauer extrai dessas opiniões de H. é que a essência da realidade está em ser activa, e que não existe para ela outra maneira de ser (*Die Welt als Wille und Vorstellung*, "O Mundo como Representação e Vontade", I, liv. 1 § 4); e) o eterno devir das coisas já era, para H., uma idéia terrível e acabrunhadora. À fôrça de observar o curso do devir e da destruição, compreendeu-o

como uma polaridade, como o desdobramento de uma mesma fôrça em duas actividades qualitativamente diferentes, opostas, mas que tendem a se juntar". (Observe-se a semelhança dêsse conceito com a "Idéia Absoluta" de Hegel, e a concepção búdica do Nirvana); f) H. era um gênio universalista, desejando romper as barreiras do helenismo, buscando uma forma universal e justa para os homens; g) há frases de H. que merecem reproducção, tais como: "Imortais, mortais; mortais imortais; nossa vida é a morte dos primeiros, e a vida dêles, nossa morte". É, no fundo, a crença órfica, com abstracção da imortalidade pessoal; mas H. aceitava uma existência *post-mortem* (frag. 27); h) na física, H. pouco progresso obteve além de Tales e Anaximandro. Ao contrário, chegou a afirmações das mais vulgares. Entretanto, compreendeu que as fases da lua eram devidas a um movimento de rotação. Para êle é o fogo o elemento gerador e vivificante, e também o elemento destruidor. De transformação em transformação, o universo se resolverá em fogo. O fogo é a unidade, e a unidade, a perfeição. Assemelha-se aí às idéias de Pitágoras e Parmênides. Aspirava à unidade, portanto, à destruição do mundo; i) Compreendemos o carácter simbólico da palavra *fogo* em H. Substituindo-a por energia, temos um conceito que modernamente influe na concepção de certos cientistas. Os vitalistas e os animistas do século passado encontrarão aí muitas semelhanças. Hipócrates também considerava o fogo a fonte da vida. A idéia de alma unida ao fogo, como de vida, é comum na mentalidade primitiva e antiga, mesmo a de sôpro, a de ar, porque o sôpro é quente, tem fogo. Podemos deduzir dessa idéia a formação de muitas palavras e idéias primitivas. Não devemos tomar ao pé da letra essas expressões simbólicas. j) *Hispaso,* como H., considerou, também, o fogo o primeiro princípio. Não se deve porém, concluir daí que H, tivesse tido influência sôbre êle. Esta influência nunca foi possível estabelecer-se; k) a doutrina de H. foi também chamada de "mobilismo pluralista". Imobilismo monista" é o nome que comumente se dá à doutrina dos Eleatas; l) Em H., encontramos a primeira sistematização filosófica, apesar de conhecermos de sua obra apenas fragmentos; m) H. acreditava mais no conhecimento instintivo que na análise aprofundada, ao estilo de Hesíodo e Hecateu; n) o nome de H. liga-se a modernas correntes da filosofia. E não há exagêro quando dizemos que se observa um certo retôrno aos pre-socráticos. Êsse retôrno é um traço de profunda "histori-

cidade da actual filosofia", impregnada de indecisões, de dúvidas, de inquietações. A figura aristocrática de H. impõe-se prodigiosamente. É um temperamente de inspirado e solitário, de melancólico, como o chamou Teofrasto. Houve a lenda ridícula que fazia dêle um homem que chorava contìnuamente. Alguns professores de filosofia registram-na como verdadeira, e constroem a figura de H. como a de um homem que traz sempre lágrimas nos olhos e palavras de desespêro nos lábios. Deve-se isso a Luciano, cujo retrato caricatural do famoso efésio foi aproveitado pelos adversários das doutrinas heraclitianas.

A ESCOLA ELEÁTICA

XENÓFANES DE COLOFON (nat. de Colofon, 579-480 A.C.) É Xenófanes um predecessor dos Eleatas. Diz-se que Parmênides foi seu discípulo. O princípio cósmico (*arqué*) da filosofia natural jônia continha os dois momentos de conservação e de variação, o de identidade e o de contradição. Êsses dois conceitos separam-se. O conceito do ser, uno e invariável, permanece com os eleatas, fundamento de sua doutrina. O conceito do *devir* estruturará a filosofia de Heráclito. Com Leucipo e Demócrito, haverá uma nova tentativa de síntese das duas tendências, como se vê ao examinarmos êsses dois filósofos.

Invadida a Jônia pelos persas, Xenófanes dirigiu-se para Eléia, na Itália meridional, percorrendo, depois, a Grécia como poeta ambulante.

Temas: — a) Negação do devir e do movimento do universo. Não admitiu X. nem o nascimento nem a dissolução do universo, e sim a identidade eterna, porque se nasceu, precisaria não ter sido antes. Nem poderia ter vindo do nada, porque do nada não pode nascer algo. A negação do movimento veremos, depois, ser postulada por Zeno de Eléia.

a) Há unidade do ser, que é uno e Deus (concepção religiosa panteísta).

c) Criticava o antropomorfismo, que emprestava aos deuses caracteres humanos, procedimentos humanos, como o fizeram Homero e Hesíodo.

Acima de todos os deuses, havia um Deus absoluto, eterno, imutável, activo, imaterial.

d) Gnosiológicamente, é incerto o conhecimento humano, embora tenha êle possibilidades de evoluir para melhor.

PARMÊNIDES

Parmênides (Natural de Eléia, 540-485? a. C.). Foi nomeado legislador de sua cidade natal. Segundo Diógenes Laércio, foi discípulo de Xenófanes de Colofon, o que não está devidamente comprovado, e segundo Teofrasto, e também Anaxímenes, manteve relações com os pitagóricos Amínias e Dioquetas. Destas últimas influências, há indícios mais seguros, dada à vida política de Parmênides. Quanto à cronologia, que damos acima, é também controvertida. É o próprio testemunho de Platão em seu *Parmênides* parece suspeito, pelo intuito de demonstrar a influência eleática na transformação da doutrina de Sócrates, a quem, segundo Platão, Parmênides conhecera quando aquêle era jovem. A única obra de Parmênides é "Da Natureza" (*peri physeos*), em versos hexâmetros, da qual restam fragmentos.

Temas: a) afirmação do ser, repúdio à sensação, à contradição do ser e do não-ser; a razão como único critério da verdade. Foi assim o primeiro a compreender e a afirmar o *princípio de identidade* e o de *não-contradição,* postulados principais do racionalismo. O ser e o não-ser formam uma antítese inconciliável;

b) conceptibilidade do real e inconceptibilidade do irreal; afirmando a existência das coisas pensadas, porque o não-ser não pode ser pensado (inconceptibilidade do não-ser). "Pois tu não poderás conhecer o não-ser" (frag. 4, 7-8.) "É mister dizer e pensar que o ser é, *pois é possível que seja,* mas o nada não é possível: isto é o que rogo consideres" (frag. 6, 1-3). E afirma: "A mesma coisa é o ser" (frag. 5);

c) existência do ser, eternidade imutável. Atributos: eterno e indestrutível, imóvel e sem fim. Deduz a eternidade do ser: 1) da inconceptibilidade do não-ser; 2) da inconceptibilidade da gênese (que seria a aceitação da contradição "ser e não-ser"); 3) da inexplicabilidade dessa gênese;

d) nada existe fora do ser (unidade); nem é divisível porque é tudo igual (indivisibilidade); e tudo está cheio do ser (homogeneidade);

e) tudo é imóvel, sem princípio nem fim, e sempre idêntico, uma rigorosa Necessidade (Moira) mantém-no firme por tôdas as partes (frag. 8, 26-31); é o ser uma esfera infinita, porque se propaga por tôda a parte. Êste sentido de P. tem um significado simbólico. A esfera define melhor o sentido da propagação do ser, da extensão infinita, ilimitada;

f) com P., a filosofia passa de *física* a ser *ontológica,* uma ontologia do ente cósmico, físico. O mundo aparente, o mundo das coisas (*prágmata*) e o mundo verdade, o mundo dos entes, que só o *Nous* conhece. O problema da física (ciência da natureza, movimento das coisas naturais) permanece em P. A negação do movimento nega a física. Se o ente é um e imóvel, não há natureza, não há física. Se existe o movimento, a idéia de P. não serve. Aristóteles procura dar uma solução, que os pré-socráticos, após P., também tentaram de várias maneiras.

ZENO DE ELÉIA

Zeno de Eléia (490-430 a. C.). Discípulo de Parmênides. Combateu os adversários da doutrina do mestre, desenvolvendo, em primeiro lugar, o aspecto crítico do pensamento parmenídico. Aristóteles considera-o o fundador da dialéctica, como arte da demonstração, partindo de princípios admitidos por seu interlocutor.

Método de Zeno: O método de Z. é o princípio de contradição. É o método da "disputa" (erístico), oferecendo dois caminhos opostos ao adversário para que permaneça um só, por onde possa seguir. Força o adversário a reconhecer a impossibilidade de admitir as contradições inclusas em cada uma das dificuldades expostas, a não ser que elimine o suposto que lhe havia dado origem.

Temas: a) é inconcebível o espaço como ente real (tese de Parmênides);

b) a aceitação da divisibilidade infinita da extensão determina a impossibilidade do movimento, por uma série de raciocínios habilidosos, os seus famosos epiqueremas, que damos a seguir;

c) ante a descontinuidade do mundo para os pitagóricos, em choque com a continuidade do mundo parmenídico, assim argumenta Zeno: a descontinuidade é absurda, porque é compreender como nada a composição de um múltiplo com unidades sem grandeza ou como pontos; também emprestar a cada unidade uma grandeza é declarar que esta não é a unidade, pois está composta. Se um ponto, juntado a uma magnitude, não a torna maior, como poderá ser a componente da magnitude? E se se supõe que a magnitude é feita de pontos, haverá entre os pontos outra magnitude, que deverá ser feita de pontos, e assim até o infinito.

Argumento de Aquiles: Entre os argumentos de Zeno para combater à idéia do movimento, estava o marginado. Aquiles era, entre os gregos, o símbolo veloz. Se Aquiles fôsse correr com uma tartaruga, e desse a essa um pouco de vantagem (de distância), jamais a alcançaria. Pois, quando Aquiles tivesse alcançado o lugar onde estava a tartaruga, esta já teria avançado um pouco mais. Quando chegasse ao novo local, esta já estaria mais adiante. Ora, sendo o espaço infinito, jamais seria alcançada a tartaruga por Aquiles.

Este argumento é rebatido por Aristóteles, porque Zeno parte da aceitação de uma infinita divisibilidade do espaço. Aliás, a concepção racionalista teve em Parmênides seu momento mais alto, mas, em Zeno, sua forma viciosa mais acabada. O racionalismo, levado ao extremo, chegaria como chegou logo a Zeno. Concebendo-se o espaço como quantitativo, sua divisibilidade infinita é imposta pela razão, mas essa divisibilidade é o ponto fraco do racionalismo, porque oferece logo uma impossibilidade à razão.

Desde o momento que se compreende que a infinita divisibilidade é uma forma viciosa da razão, e que todo finito é superficial, vai por terra o argumento de Zeno, que, na verdade, tem apenas o intuito de mostrar a falta de fundamento dos que afirmam a heterogeneidade fundamental do ser. Para a matemática, a divisibilidade é potencialmente infinita, mas actualmente finita; isto é, pode conceber-se apenas como possível uma infinita divisibilidade.

MELISSO DE SAMOS

Melisso de Samos (ap. 44 a. C.) — Mantém o conceito eleático da unidade da eternidade, da homogeneidade, da uniformidade e da imobilidade do ser. Afirma, porém, a infinitude do ser. O ser é infinito, sem princípio nem fim. Melisso de Samos tem sido um filósofo injustamente desmerecido, por culpa de Aristóteles e outros, cuja obra, embora fragmentária, permite, se estudada com critério, colocá-lo em uma posição igual à de Parmênides, senão até superior, na escola eleática. É o que fazemos em outros trabalhos nossos a serem publicados.

ECLETISMO GREGO

EMPÉDOCLES

Empédocles, de Agrigento (ap. 490-430 a. C.). Foi Empédocles para a Sicília, o que Pitágoras foi para a Grande Grécia. De família abastada, defendeu as idéias dos partidos populares. Foi inimigo dos tiranos, tornando-se legislador, homem de estado, sábio, hierofante. Proclamaram-no deus, combateu a peste em sua terra, e realizou milagres, suicidando-se, afinal, segundo a tradição mais disseminada, embora certamente falsa, atirando-se na cratera do Etna. Era Empédocles um convicto de suas qualidades de taumaturgo, não se conhecendo os seus limites de charlatanismo e de convicção. Escorraçando os tiranos de sua pátria, constituiu uma democracia, baseada no amor dos cidadãos, sendo, para Agrigento, o que Péricles foi para Atenas. Admirado, amado por seus contemporâneos, seu nome percorreu os séculos com a mesma auréola, merecendo de Lucrécio versos inflamados, além da admiração de Aristóteles, Platão e outros.

Temas: a) aceitava o limite e a dificuldade para os conhecimentos humanos. Afirmava a necessidade do intelecto para complementar a experiência sensível;

b) repudiava a divindade representada em formas animais;

c) afirmava a eternidade do ser. Do nada, não pode nascer alguma coisa. A morte não é o fim, mas a desagregação das formas;

d) não há vazio no todo. O Universo é a mescla (vide *Migma* de Anaxágoras) dos quatro elementos — água, fogo, ar e terra — representados pelos nomes divinos de Zeus, Hera, Edoneu e Néstis;

e) aceitava o eterno retôrno, a fatalidade do ciclo por uma sucessão de períodos cósmicos, idênticamente como Heráclito e Anaxágoras;

f) as coisas semelhantes se atraem, as dissemelhantes se repelem. A luta entre o Amor e Ódio (influência talvez de Heráclito), com predomínio alternativo de um ou outro;

g) aceitava a metempsicose e a transmigração das almas, e uma lei universal de justiça;

h) a alma era, para êle, um agregado de átomos sutis, dispersos no sangue e condensados em tôrno do coração;

i) é um precursor de Goethe na morfologia comparada: "uma mesma coisa são os cabelos, a folhagem e a plumagem das aves", dizia.

O PLURALISMO HETEROGÊNEO

ANAXÁGORAS

Anaxágoras de Clazômenes — Filósofo e matemático grego, nascido em 500 a. C., em Clazômenes, morto em 426. Segundo os antigos, foi iniciado nas doutrinas jônicas por Anaxímenes de Mileto. Por amor ao estudo, abandonou sua pátria e seus bens. Durante trinta anos ensinou filosofia em Atenas e teve por discípulos a Péricles provàvelmente, Temístocles, Demócrito, Empédocles e Eurípedes.

A originalidade de sua doutrina estava na aceitação de um *espírito ordenador do mundo,* (o *Nous,* cuja idéia influiu na formação da idéia da Razão, de Sócrates) que êle não confundia com os deuses do politeísmo. Foi por isso acusado de impiedade. Mas Péricles salvou-o da morte. Obrigado a fugir, terminou seus

dias em Lampsaco. Anaxágoras é um dos primeiros filósofos gregos que escreveram sua filosofia, mas suas obras se perderam. Existem fragmentos nas obras de Platão, Aristóteles, Cícero, Diógenes Laércio e Estobeu.

Temas: Os sentidos, por débeis, não nos permitem discernir a verdade (frag. 21). Mas a experiência, a sabedoria, a memória e a arte nos auxiliam no entendimento. "... Não é possível saber a multidão das coisas distintas, nem por meio da razão, nem por meio da experiência" (frag. 7). Êsse aparente ceticismo de Anaxágoras refere-se à verdade. É qualitativo, não quantitativo, porque reconhece uma permanente identidade descoberta pela razão (*nous*). . .

Anaxágoras não aceita o perecimento nem a morte das coisas, mas um desdobrar-se. Cada coisa compõe-se e decompõe-se de coisas já existentes (frag. 17), concluindo, daí, a invariabilidade quantitativa do todo, que tôdas as coisas não se encontram em maior ou menor quantidade, porque nunca podem ser mais que tôdas (frag. 5). O princípio dos sêres são as homeomérias. O ser é composto de partículas (*mere*) que são similares (*homia*), de onde deriva o que chamou *homeomérias*.

Há em Anaxágoras um ponto a ressaltar: com êle se inicia a passagem da fase do interêsse meteorológico, que era a espinha dorsal dos primeiros jônicos, para o interêsse fisiológico. O problema cosmológico cede lugar ao antropológico. Deduz-se essa interpretação da aplicação que A. faz das homeomérias para explicar a nutrição.

As homeomérias são invisíveis. Elas compõem tôdas as coisas. Não se poderia compreender a nutrição dos corpos de outra maneira. No pão, na água, no ar, estão as homeomérias, que se transformam em carne, cabelos, sangue. Note-se a semelhança da teoria das homeomérias com a teoria atômica de Demócrito. Assim conclui: em cada coisa há partículas de cada coisa (frag. 11). Afirmava a inseparabilidade dos sêres e dos contrários: "... são inseparáveis o frio do calor, o calor do frio" (frag. 8).

O conceito do infinito em A. toma três aspectos: o infinitamente grande (a totalidade do universo), o infinitamente pequeno (os infinitesimais indiscerníveis, homeomérias), o infini-

tamente múltiplo (a composição infinita de cada coisa) (frag. 1, 3).

O *Nous* de Anaxágoras é o Intelecto, Inteligência, Mente, Espírito. É o o espírito ordenador de tôdas as coisas. Já seu discípulo Eurípedes afirmava que o "nosso intelecto é, em cada um de nós, a divindade". Em Aécio o "*Nous*, ordenador do mundo, é a divindade". O *Nous* é infinito, autopotente, em nada se mistura com outras coisas, é o ordenador de tôdas as coisas. O *Nous* deu movimento ao todo e crionu tôdas as coisas (frag. 12, 13, 15).

Anaxágoras representa uma tentativa de conciliação entre os Eleáticos e Heráclito. Enquanto aquêles negavam o devir como ilusão dos sentidos, Heráclito afirmava que o ser permanente era aparência. A. busca harmonizá-los: reconhece no ser o qualitativamente invariável, o imperecedouro, que o ser é o que não "devém", mas que a diversidade das coisas não é uma ilusão. Demócrito, depois, vai tentar essa reconciliação de maneira mais perfeita que a de Anaxágoras e a de Empédocles.

Sua teoria cosmológica de que o sol, a luz, os astros desprenderam-se pela fôrça do movimento universal de rotação, é uma antecipação da hipótese de Kant-Laplace. Pressentiu também a gravidade. Foi o primeiro a dar uma exacta explicação das fases e eclipses da lua. Em muitos outros tópicos, há passagens que hoje seriam julgadas profundamente pueris.

Salientam-se entre os discípulos de Anaxágoras: *Arquelau*, de quem se diz que Sócrates assistia suas lições; materialista; afirmava que as leis são apenas convenções humanas. *Metrodoro de Lampsaco, Cleodamos, Ideo de Himera, Hippon de Samos* foram outros discípulos. *Diógenes de Apolônia* procurou conciliar a filosofia de Anaxágoras com as idéias de *Anaxímenes* e *Leucipo*, e atribui-se a êle ter sido o primeiro a formular a noção de substância, como suporte das qualidades dos corpos e distinta daquelas.

PLURALISMO HOMOGÊNEO. O ATOMISMO ADINÂMICO

LEUCIPO E DEMÓCRITO

Leucipo (500-430). Existência duvidosa. Aristóteles considera-o fundador da escola atomista. Natural, possìvelmente, de Mileto. Presume-se que Leucipo construiu as idéias gerais do atomismo, cabendo a Demócrito a sua ampliação e especificação.

Demócrito (Natural de Abdera, 460-370 a. C.). Discípulo de Leucipo. Segundo Diógenes Laércio manteve contacto com sábios persas e caldeus. Permaneceu ignorado, embora vivesse em Atenas. É difícil distinguir-se a diferença existente entre a doutrina de Leucipo e a de Demócrito, razão pela qual estudá-los-emos juntos. Quanto a Leucipo, houve quem negasse sua existência, mas sem razões. Ambos são contemporâneos de Empédocles e Anaxágoras, bem como dos sofistas e de Sócrates, embora ainda classificados entre os "pré-socráticos".

Demócrito é um sistematizador do materialismo e da concepção mecânica contra a teleológica. Muitas das obras de Demócrito devem pertencer aos discípulos, embora tenha sido um grande escritor, e outras a Leucipo. Ambos são os fundadores da atomística.

Temas: a) Demócrito assinala a incerteza das impressões sensíveis. A verdade é sòmente proveniente do inteligível;

b) a influência eleática e a de Heráclito manifestam-se em sua obra. Afirma: 1) nada do que é ente pode ser não-ente; 2) o ser é um *cheio* absoluto, quantitativa e qualitativamente invariável (eleatismo); mas êsse ser, dessa maneira constituído, é composto de partículas ínfimas, infinitas em multiplicidade e invisíveis pela pequenez da massa (átomos); 3) movem-se no *vazio*, porque existe o vazio (postulado democrítico), e, unindo-se, produzem o nascimento; e desagregando-se, a destruição;

c) é impossível a conversão do um em múltiplos e vice-versa; a multiplicidade é originária e indestructível;

d) aceita, como Anaxágoras, que "tudo está mesclado no todo";

e) no vazio, existem sólidos, mas invisíveis, indivisíveis, contíguos uns aos outros (átomos), e em meio dêles se encontram vazios;

f) o ser, para O., são os átomos, em número infinito, diferentes entre si, não pelas qualidades sensíveis, como as homeomérias de Anaxágoras, mas por sua ordem, figura e posição, pois há uma única espécie de matéria ou substância fundamental; 1) os átomos são elementos, cujas determinações gerais são geométricas (quantitativas); 2) movimentam-se no vazio, onde se processam os câmbios. O vazio não é um simples nada, mas uma existência efectiva, embora de forma distinta dos átomos; 3) os átomos são eternos e incausados, a partir dos quais as coisas chegam à existência. São possuidores de uma eternidade mecânica (movimento), com encadeamento causal, sem azar, mas necessàriamente e por uma razão. (Vê-se, aqui, que D. não aceitava um puro mecanicismo, pois concebia o mundo como animado. Esta é uma restrição ao materialismo de sua doutrina). 4) Os átomos compõem "tôdas as coisas que são", inclusive as que parecem imateriais, como a alma. Diferem quanto à forma, mas são de uma única natureza. Primeira fundamentação do materialismo;

g) a causa de tôdas as coisas é a diferença entre os átomos: forma, ordem e posição;

h) conseqüentemente, há uma infinitude de formas e de combinações, porque são infinitos os átomos e as suas combinações;

i) os corpos compostos com mais vazios são mais brandos, os com menos são mais duros; daí o pêso maior de uns e de outros, a menor ou maior consistência; daí o frio ou o calor. Tôdas estas são realidades subjectivas (opiniões (doxa), segundo Demócrito) só os átomos e o vazio constituem a verdade;

j) quanto ao movimento, há duas espécies: o originário, que é eterno, e o espontâneo e o derivado, provenientes do choque, que é forçado. Os átomos movem-se chocando-se uns aos outros, re-

pelindo-se, atraindo-se, e, das combinações, nascem as coisas compostas;

k) aceita o universo infinito e a multiplicidade de sistemas cósmicos diferentes, uns em formação, outros em evolução, outros em vias de se formarem e outros prestes a se destruírem. Opinião que se aproxima do conceito actual da cosmologia;

l) quanto ao conhecimento, as coisas emitem imagens sutis (eidola), compostas de átomos mais finos que penetram nos órgãos dos sentidos. Não é sua teoria pròpriamente sensualista como dizem muitos, como vemos pela sua afirmação do conhecimento da verdade proveniente do inteligível.

Èticamente, estabelece Demócrito a virtude no equilíbrio das paixões, pela dominação dos impulsos do coração e pelo triunfo sôbre os próprios desejos. Êste equilíbrio é obtido pelo saber e pela prudência, que ensinam como conquistar a felicidade, que não se fundamenta nos bens externos, mas na alma do homem, "a mais nobre parte do homem", a paz interior, a alegria (euthymia). A prática do bem deve ser feita sem desejos de remuneração. Seus discípulos, entre outros, foram Metrodoro de Quios, Anaxarco, Diógenes de Esmirna, Nausifane, etc. O atomismo de D. coordena-se, posteriormente, com o ascetismo pirrônico e com o epicurismo e com as concepções do *atomismo* moderno.

ANÁLISE GERAL

Com os pré-socráticos, embora especulativa, a razão ainda não atinge seu grau tão elevado como veremos no racionalismo. Os jônicos, preocupados com os problemas cosmológicos, nem sequer punham em dúvida o testemunho dos sentidos, nem suas investigações iam além do que já estava incorporado às religiões orientais. Com Parmênides, a filosofia atinge um novo estágio. A razão especula consigo mesma, fixa a si mesma, objectiva a si mesma para analisar-se. O princípio de identidade é então postulado. A afirmação do homogêneo absoluto, do espaço inteiramente uno, é um postulado que a razão impõe. Há, aí, uma verdadeira lua de mel da razão com os seus axiomas fundamentais.

Parmênides é uma reacção a Heráclito. Quando os jônicos se preocupavam apenas com o meteorológico, Heráclito, pela Razão (o Logos), intui o diferente, afirma o mutável, o cambiante, o movimento de tudo, a transformação de tôdas as coisas, o devir eterno. Procura racionalizar, tornar inteligível o que os sentidos mostravam. Mas a especulação heraclitiana não poderia ter atingido todo o fundo das possibilidades racionais. Surge Parmênides, para, aproveitando-se do carácter antinômico da própria Razão, por meio dela afirmar o contrário do que afirmava Heráclito.

O movimento, por si só, não é compreensível sem o imutável. Essa antinomia, que já estudamos, polarizou Heráclito do lado da mutabilidade e Parmênides do lado da imutabilidade. Ambos tomavam posições excludentes. Para um, tudo era movimento. Para outro, tudo era imutável. Embora dialéctico, Heráclito não compreendia que a conceituação da mutabilidade e da imutabilidade eram antinomias próprias do nosso espírito e que, na natureza, não pode dar-se a imutabilidade como a concebe a razão, nem a mutabilidade pura, que oferece a intuição.

Com Parmênides, a filosofia tende para a imutabilidade. A razão vence. E essa vitória garante-lhe o predomínio por 25 séculos.

Penetraremos agora na segunda fase da filosofia grega: o período em que predomina o problema antropológico. Não será mais o cosmos o grande objeto de estudos dos filósofos, mas o *homem*. Desta análise do homem, em suas relações com o cosmos, vão surgir novas possibilidades para a Filosofia.

FASE ANTROPOLÓGICA — OS SOFISTAS — PROTÁGORAS E GÓRGIAS

A vitória dos gregos sôbre os persas deu a Atenas a hegemonia sôbre o mar Egeu, enquanto a democracia vitoriosa teve um grande desenvolvimento, com a crescente importância das assembléias e dos tribunais, das discussões sôbre os temas da moral, da política, etc. Tais circunstâncias acarretaram a maior preocupação quanto aos problemas humanos, pois as instituições e as cren-

ças do passado eram agora insuficientes para fazer face às novas perguntas que surgiam. Desenvolveu-se, assim, uma cultura de valor prático, que se preocupava pelas coisas humanas. Uma cultura dialéctica, que não encontrava mais, no âmbito das velhas concepções filosóficas, uma resposta às suas novas perguntas, levou filósofos a penetrarem em novo terreno: o homem. A fase *cosmológica* da Filosofia é agora substituída pela fase *antropológica.* Foi quando surgiu um grande número de mestres, sábios vagabundos, hábeis oradores, expositores de doutrinas, que encontravam o apoio da juventude que os acompanhava, que, com êles, aumentava seus conhecimentos. São os *sofistas.* Admirados pelos que lhes pagavam para que lhes ensinassem a arte de argumentar e de discutir, não formavam pròpriamente uma corrente, pois havia entre êles tôdas as tendências. O que os caracterizava, porém, era a exaltação que davam ao homem como indivíduo; por isso se deu o nome de Ilustração Grega a essa fase da história, nome que teve uma repetição semelhante na Ilustração ocidental, que oportunamente trataremos.

Apesar disso, eram os sofistas desprezados pelos aristocratas do saber, pelos filósofos. Para darmos uma idéia do conceito que gozavam junto aos filósofos, basta que citemos estas palavras de Aristóteles: "Realmente, a sofística é uma sabedoria aparente, não real, porém; e o sofista é um traficante de sabedoria aparente, não, porém, real".

Em suma, como dissemos, o desenvolvimento democrático das cidades gregas, após as guerras persas, determina novas interrogações. O problema antropológico nasce como uma conseqüência. Os problemas novos acêrca da moral, dos costumes, do entrechoque provocado pelas idéias e interêsses oriundos de várias camadas que participam agora da vida política e econômica, são o assunto que vão preocupar a um grupo de sábios, amigos da cultura, para preparar as novas camadas que deverão dirigir os destinos dos povos gregos. Para fundamento da educação política, necessitam uma base de conhecimento das coisas humanas. A cultura assume, então, um valor prático. Essa cultura empreende o estudo dos problemas do mundo humano e da vida social, sob todos os aspectos. Essa cultura vai acusar, no entanto, a instabilidade dos apetites, será mais dúctil, reflectindo, em sua

habilidade dialéctica, os interêsses que se entrechocam no cenário político e econômico.

São êsses homens os sofistas, sabios errantes, que percorrem vilas e cidades, levando os seus conhecimentos díspares, contraditórios, que proporcionavam à custa de pagamento. E difundiam, assim, seus conhecimentos de filosofia, medicina, eloqüência, gramática. etc. Suas opiniões eram, como dissemos, muitas vêzes divergentes, e tanto estavam prontos a defender os direitos democráticos, como os do mais forte. E muitos prestavam-se a defender idéias anteriormente combatidas, e a combater idéias anteriormente defendidas. Essa venalidade das idéias trouxe como conseqüência que ao nome de *sofista* se emprestasse um sentido pejorativo, embora entre êles houvesse figuras que pontificaram pela pureza e honestidade de suas doutrinas, sobretudo nos primeiros tempos, de onde ressaltamos a personalidade de Protágoras de Abdera, Pródico, Hípias e Górgias.

Devemos, no entanto, para compreender os sofistas ressaltar: 1) representa um movimento cultural para satisfazer a necessidade de culturalização das massas democráticas; 2) a actividade política era acessível a todos, mas havia necessidade do dom da palavra, da argumentação, para impor-se, o que sofistas proporcionavam pelo ensino, facilitando, assim, a valorização do homem, que pela palavra, podia impor-se; 3) ensinavam de início, a ciência do *bom conselho* (*eubulia*) nos assuntos privados e públicos; 4) os mestres buscam os discípulos e não êstes aos mestres, e a contribuição pecuniária servia, ùnicamente, para a manutenção do mestre; 5) êstes estavam, anteriormente, presos às grandes cidades, e agora, pela necessidade de culturalização, podiam levar aos recantos mais remotos, as luzes da ciência; 6) ofereciam *discursos aparatosos,* estudando os mais variados temas, desde os mais elevados aos mais esquisitos; 7) professores de retórica ensinavam aos homens o dom da palavra, do argumento penetrante, usavam como método principal a *antilogia,* ou a controvérsia, definindo *hipóteses,* ensinavam a *criticar* e a *discutir,* a técnica da persuasão, mostrando como tôdas as doutrinas e opiniões podem ser defendidas ou combatidas, desde as mais comuns às mais paradoxais, o que em parte os levou, posteriormente, ao descrédito.

Caracteriza, pois, os sofistas:

1) *Relativismo* — afirmavam a impermanência, a pluralidade, a instabilidade, a variabilidade das essências, a contingência.

2) *Subjectivismo* — não há verdade objectiva. O homem é a medida das coisas.

3) *Cepticismo gnosiológico.*

4) *Indiferentismo moral e religioso.*

5) *Convencionalismo jurídico.* A lei é convenção e, para muitos, a fôrça é o único direito.

6) *Oportunismo político.* O bom resultado justifica os meios.

7) *Utilitarismo.*

8) *Venalidade.*

9) *Verbalismo filosófico.* Prestidigitadores intelectuais — palavras retumbantes — fogo de artifício.

10) *Practicismo* — Ausência do especulativo.

PROTÁGORAS

Protágoras (480-410 a. C.). Natural de Abdera — terra de seu mestre Demócrito — na qual foi professor de gramática. Seguiu daí para Atenas, onde sua palavra fluente e suas doutrinas causaram sensação. Percorreu a Grécia, demorou-se na Itália meridional e Sicília. Retornando a Atenas, acusado de impiedade, condenado, morreu na fuga. Seus livros foram queimados em praça pública. De suas obras restam apenas os títulos. Mas através dos diálogos de Platão, "Teeteto" e "Protágoras", muito se conhece de sua filosofia.

a) O princípio fundamental de P. é que o homem é a medida de todas as coisas, e que estas são apenas o que parecem a cada um de nós. Conseqüentemente, nega a distinção entre o bem e mal, entre verdade e êrro, e sustentou o pró e o contra, com subtileza dialéctica e argumentos capciosos.

b) A frase de P. "o homem é a medida de tôdas as coisas, das que são, e do não ser das que não são", define sua doutrina. As interpretações da doutrina protagórica vão desde o relativismo ao subjectivismo. Mas o sentido da frase de P. esta

contido no mundo de idéias de Parmênides. É o mundo da *"doxa,* que é a opinião dos mortais", "nomes que os homens põem nas coisas", convenções. P. é céptico quanto ao conhecimento e quanto aos deuses.

Mas, possìvelmente, não se deteve por muito tempo nesse agnosticismo. Podemos resumir os argumentos de P. nas seguintes frases:

c) "A sensação é individual e contingente, totalmente subjectiva. Tudo é movimento e mutação incessante. O próprio homem é uma realidade de sensações, recordações que nascem, morrem, depois renascem. Não há um conhecimento colectivo, porque o homem conhece como individualidade transitória, e assim como o homem, o animal. Desta forma não há verdade nem êrro. Podemos, no entanto, compreender que umas representações valem mais que outras. O que o homem impròpriamente chama verdadeiro é o que, em determinado momento, e em certas condições, é aproveitável e saudável.

d) A teoria do conhecimento de P. está em oposição ao racionalismo a *more geometrico,* e é decisivamente empirista e de um relativismo fenomenista e subjectivista.

Hodiernamente, a doutrina de P. tem grande influência devido ao sentido temporalista e relativista que a caracteriza.

GÓRGIAS

GÓRGIAS, de *Leontium* (Sicília) (ap. 483-375 a. C.). Professor de retórica. Mandado a Atenas para pedir socorro em favor dos Siracusanos, assombrou a todos pelo brilho de sua palavra. Dotado de talento extraordinário para a improvisação, tratava de todos os temas sem preparação com grande brilho e proficiência, graças aos seus artifícios de retórica, às antíteses bem aproveitadas etc.

Temas: — a) céptico, pertence aos negadores de um critério absoluto, mas, por razões diferentes das de Protágoras e seus discípulos. São êsses os seus princípios: 1) não existe nada; 2) embora algo exista, é inapreensível ao homem; 3) que embora concebível, é inexplicável e incomunicável ao próximo.

b) Referente ao princípio 1: se algo existe, será o ser, ou o não-ser, ou o ser e o não-ser juntos. Na verdade, não existe o

não-ser. Pois se existe, será e não será ao mesmo tempo, pois enquanto é pensado não-ser, não será, mas ao contrário, enquanto é não-ser, será. Mas é absurdo que uma coisa seja e não seja ao mesmo tempo; portanto, o não-ser não é. E de outra maneira, se é o não-ser, o ser não será, pois são coisas contrárias entre si... E nem tampouco é o ser.

Os argumentos de Górgias são muitos e interessantes, e não cabem nas dimensões de um dicionário. Muitos dêsses argumentos, sobretudo referentes ao tópico 2, da letra *a*, foram aproveitados para combater a conceptibilidade do ser de Parmênides, e, posteriormente, para responder às teses realistas, durante a grande polêmica da idade média entre *nominalistas* e *realistas*. Aristóteles e Sexto Empírico conservaram os argumentos de Górgias.

Hípias de Élis (2.a metade do sec. V) — Natural de élis, tendo estado em Atenas por 421. Dotado de prodigiosa memória, tinha um saber enciclopédico, do que se glorificava. A educação é o melhor que têm os homens e é a depositária da cultura. Pregava a igualdade entre gregos e bárbaros, entre aristocrátas e escravos. Era um representante do cosmopolismo.

Outros sofistas famosos foram: *Pródicos de Queos*, discípulo de *Protágoras*, *Trasímaco* (sec. V), *Cálicles*, que, como *Trasímaco*, defende a tese de que o direito é fundado na fôrça e justo o que o beneficia o mais forte; os deuses são sêres inventados para assustar os homens. *Antifon*, que foi rival de Sócrates, *Crítias*, primo de Platão, que foi discípulo de Górgias e Sócrates.

SÓCRATES

Sócrates (470-399 a. C.) foi, para a maioria dos seus contemporâneos, um sofista. Outra não foi a imagem superficial que dêle teve Aristófanes em sua famosa comédia *As Nuvens*, que o conheceu em sua primeira fase, quando sofista. De origem humilde, foi de início escultor, entregando-se, depois, à apaixonada campanha de educar seus concidadãos, mantendo longas disputas com os sofistas, então preponderantes em sua pátria. De entre o caos da Filosofia, que os sofistas ameaçavam, a figura de Sócrates, se não é a de revigorador das doutrinas do passado, é, no entanto, um continuador do espírito filosófico, marcando, inegà-

velmente, um novo rumo à Filosofia, rumo êste que até os dias presentes tem orientado de maneira preponderante os temas das grandes investigações do espírito. A própria vida de Sócrates, sua acção como militar, sua juventude, o processo que sofreu, sua condenação e sua morte prestam-se como temas para amplas páginas. Trataremos, aqui, porém, tanto quanto possível, do que representa, em conjunto, a sua filosofia, sôbre a qual jamais escreveu nada e que se tornou conhecida através das obras de Platão, Xenofonte e outros.

Temas: a) Era para êle a Filosofia uma missão sagrada, que deve ser cumprida com risco da própria vida. Êle mesmo foi um exemplo de sua devoção. Com essa atitude, opunha-se aos sofistas, para quem a educação era puramente uma arte, uma função utilitária;

b) o objecto de suas investigações tinha um carácter religioso e de purificação espiritual, tendente à procura da verdade e da virtude, que afirmava atingíveis aos homens;

c) o verdadeiro valor da vida está na purificação de si mesmo, do espírito, pelo "conhecimento de si mesmo" e pela prática da virtude, pelo estudo acurado, fugindo às afirmações fáceis e à presunção do saber;

d) o conhecimento é a condição da sabedoria e da virtude. Não é sábio o que não tenha conhecimento de si mesmo, e, para conhecer a si mesmo, aconselha o método da introspecção;

e) conhecer a própria ignorância é um meio para permitir a purificação dos conhecimentos;

f) tôdas as relações da vida humana devem ser examinadas através de uma meditação profunda, não aceitando, instintivamente, os costumes e acontecimentos, mas raciocinando sôbre êles. O seu racionalismo fundamenta a conducta na reflexão, por meio de conceitos claros, sôbre a própria evidência racional, *ratio*. Neste ponto, Sócrates aproxima-se dos sofistas, mas afasta-se dêles ao buscar a verdade. Seu método é a "maiêutica": a interrogação. Método obstétrico, como êle mesmo o chamava, que leva a partejar as idéias.

Através das perguntas que faz, os seus interloculores acabarão filosofando à procura de respostas, e encontrarão, em si mes-

mos, razões, conhecimentos insuspeitados. Afirmava Sócrates, que já possuímos em nós os conhecimentos, que, por seu método, vão ser actualizados pelas interrogações. Êste método vai Platão depois aperfeiçoá-lo na sua dialéctica;

g) o objecto da investigação socrática é o universal (essência) imanente às coisas, verdadeiro objecto da ciência;

h) o fim do método socrático é a elaboração dos *conceitos,* e o caminho que conduz a êsse fim é o da inducção (não no sentido da ciência moderna, que se eleva dos casos particulares a um resultado geral), mas sòmente quando é definido, quando permanece esgotado numa forma verbal, é que o conceito está determinado universalmente. Assim, as características da investigação socrática são: inducção, conceituação, definição. Por êsses meios, desejava atingir o enobrecimento moral de seus amigos. Por isso, para Xenofonte, foi Sócrates um *reformador moral;*

i) afirma que o saber e o conhecimento conduzem à virtude, e que a virtude necessita de um elemento director, o saber, afirmando ainda que o saber e a virtude são idênticos. Êste pressuposto eudemonístico de Sócrates é conseqüência do outro que diz: o bem é idêntico ao útil e ao favorável;

j) segundo os testemunhos de Xenofonte, podemos destacar os seguintes pontos na sua doutrina: 1) a alma participa da natureza divina e é dada por Deus ao homem; 2) a vida não depende do corpo, depende da alma; 3) através da união ao corpo, a alma se macula, e só reconquista sua pureza pela libertação do corpo;

k) Deus é uma inteligência omnipresente, omnisciente, omnipotente, absolutamente invisível ao homem, revelando-se pelas obras imensas que realiza;

l) deriva a prova da existência de Deus da finalidade do mundo. A ordem cósmica (o providencial do acontecer) é obra de um espírito inteligente e não do acaso.

A filosofia de Sócrates influiu decididamente na obra de Platão e Aristóteles, e seu nome está ligado ao racionalismo como verdadeiro estimulador, embora não tenha sistematizado suas idéias, como o fêz posteriormente Aristóteles. Observa-se que Sócrates muito se preocupou com o *Nous* de Anaxágoras, de onde fundamentou sua compreensão da razão.

Nota crítica: Vimos que nas origens, a filosofia grega se preocupava por uma explicação religiosa do Cosmos. Com os pré-socráticos, os jônicos, eleatas, pitagóricos, o problema fundamental é o cosmológico, é o Cosmos. A Filosofia quer responder as interrogações que lhe oferece o diálogo entre o homem e o Cosmos.

Com os sofistas, nova fase surge: a fase antropológica. Passa o homem a ser o objecto actualizado das pesquisas filosóficas. Mas aqui o homem é examinado como indivíduo, como o homem A, B, C, D, etc. Os sofistas não têm uma visão homogênea do homem, mas heterogênea. O homem é o heterogêneo, que vemos nos diversos indivíduos. Com Sócrates, muda o caminho da investigação filosófica para o homem, sob outro aspecto. Os homens são diversos, vários, diferentes uns dos outros, mas são homens por sua *humanidade*, que está em todos e em cada um. É essa *humanidade* que os distingue dos outros sêres. Conhecer o homem, conhecer a si mesmo, é penetrar nessa essência (humanidade), que vale para todos, que *deve* valer para todos, que é *universal*. E essa essência do homem é racional. O homem é, agora, *conceito*, abstracção, o homogêneo, o que se repete em cada um. Com Sócrates, inicia-se o exame especulativo do problema ético (o dever-ser).

AS ESCOLAS SOCRÁTICAS MENORES

As escolas socráticas menores são assim chamadas por oposição à maior, que é a de Platão, que examinaremos no próximo capítulo.

São três:

1) a escola cirenáica, fundada por Aristipo de Cirene, o qual sofreu a influência de Protágoras, e que expõe um sensualismo fenomenista ou hedonista (de *hedonê* prazer);

2) a escola cínica, fundada por Antístenes, que sofreu a influência de Górgias, escola materialista individualista e anti-hedonista;

3) a escola megárica, fundada por Euclides, de Megara, que conjugava a doutrina de Sócrates com as do eleatismo, e defendia um idealismo rígido.

Refutavam os megáricos os sentidos, e exaltavam o Bem inteligível, ao qual atribuíam os caracteres que o eleatas atribuíam ao Ser. A verdade não era dada pelos sentidos, mas pela razão. Negavam o diverso, o diferente, o devir, para afirmar apenas o Ser, com o qual se identificava o Bem. Por isso, as virtudes eram uma só, mas se apresentavam sob diversos nomes.

A escola cirenaica, fundada por *Aristipo,* e continuada por *Teodoro, o ateu,* combatia a crença nos deuses, defendia o *cosmopolitismo,* e considerava a prudência como fundamento de todo o prazer. Caracteriza a escola cirenaica, a impressão sensível, a tendência ao concreto, o prazer imediato. Os epicureus buscavam a estabilidade no prazer, e nisso se diferenciaram dos cirenáicos. Mas aproximavam-se dêstes, como aos megários, quando acreditavam que o homem não necessita de auxílio externo para conseguir a felicidade, o repouso, o socego, que, no homem, se encontram, bastando-lhe alcançar a *autarquia,* o domínio sôbre si mesmo e sôbre as coisas. Entre o seus adeptos, *Hegesias* aconselhava a morte, porque era inalcançável a felicidade. Concluído que era inútil buscar os bens, bastava, ùnicamente, evitar os males por meio da indiferença.

Diziam os cirenáicos que o único critério da verdade eram as sensações, e que só elas eram verazes. Apesar disso, não se podia apreender os objectos que as produziam, por isso as sensações nunca estavam livres de enganos. Para êles, tudo era movimento, relatividade e fenômeno, e os objectos eram reduzidos a grupos de sensações. São as teses gerais que veremos, posteriormente, na doutrina dos sensualistas. Aristipo dizia que a sensação agradável era o fim, e nela consistia a felicidade, e que só ela era actual. Desde criança, buscamos instintivamente o prazer, e quando o conseguimos não buscamos nada mais, e de nada fugimos tanto como da dor, que é o contrário do prazer. Por isso, o prazer é um fim para todos os sêres vivos, pois os animais repelem a dor.

Não se pense que os cirenáicos, muitas vêzes chamados de hedonistas, pregassem o prazer pelo prazer, a busca incontida dos prazeres fugazes. Tinha, para êles, o prazer um sentido mais elevado e pregavam, por isso, a virtude. Possuir e não ser possuído, dominar os prazeres e não deixar-se dominar por êles, como também não abster-se dêles, eram seus princípios éticos.

"Dominar o prazer, não quem se abstém, mas quem, sem deixar-se arrastar por êle, sabe usar dêle" (Stobeu).

Os cínicos, cujo nome vem de *Kynes,* que quer dizer *cão,* pois era no ginásio de *Kynosarges* em que se reuniam os seguidores dessa escola, eram homens em geral pobres, modestos. Por isso foi chamado o cinismo de filosofia do proletariado grego. Pregavam uma austeridade ascética. Aceitavam o sensualismo e o materialismo, negavam as idéias e afirmavam a indidualidade do real.

Rebelavam-se o contra os artifícios e convenções sociais e pregavam o retôrno à natureza. Defendiam o cosmopolitismo, repudiavam as leis positivas, negavam a família, o Estado e a diferença entre livres e escravos, bem como entre as nações. Um dia Diógenes, perguntado sôbre seu lugar de nascimento, declarou que era cidadão do mundo, e que o único verdadeiro Estado era o mundo inteiro.

Pregavam a fraternidade e a não desdenhar, mas buscar o contacto dos repelidos pela sociedade.

ANTÍSTENES

Antístenes (Nat. de Atenas, ap. 436-366). Discípulo do sofista Górgias e, posteriormente, de Sócrates. É o fundador da escola cínica, cujo nome vem do ginásio de *Kynosarges,* onde se reuniam, ou pelo facto de, por exaltar a vida natural, buscar por modêlo os animais. Aceitavam os cínicos, como título de honra, o nome de *cães* (*Kynes*). Essa filosofia foi chamada de filosofia do proletariado grego pela origem pobre, ou pela eleição de vida miserável de seus discípulos.

Em A., a influência de Górgias e Sócrates vai preponderar nos traços fundamentais da escola por êle fundada. São o seguintes:

a) é sensualista e materialista, desprezando os que afirmam a existência de algo incorpóreo;

b) afirmam a individualidade do real, negando as idéias. Existe o homem, não, porém, a humanidade. "Ó, Platão, o cavalo, sim, o vejo; mas a eqüinidade não a vejo!" (Antístenes);

c) o ideal do sábio é bastar-se a si mesmo (*autarquia*), dominar seus desejos e subjugar os prazeres, para atingir o bem e a liberdade (aquí há influência do ideal socrático);

d) pregava ainda A. uma "revisão dos valôres", desprezando a riqueza, a fama, o prazer. O homem deve procurar o prazer do trabalho, da fadiga, e quando o encontrar, sentirá desagradáveis os prazeres comuns;

e) o ideal de A. é a *autarquia*. Perguntado que utilidade havia obtido da filosofia, respondeu; a de poder estar em companhia de mim mesmo. E ajuntou mais adiante: os homens bons são semelhantes aos deuses;

f) combatia os artifícios e convenções sociais de sua época, e pregava um retôrno à natureza (Rousseau, depois, em parte, defendeu idêntica opinião). E diziam os cínicos: a civilização gera a preguiça e todos os vícios;

g) negava a pluralidade dos deuses, professando o *monoteísmo* no que o seguiram os seus discípulos;

h) o ideal dos cínicos era a liberdade interior, uma vida ausente de riquezas. Abominavam a política, buscavam a simplicidade maior. (*Diógenes* um dia, vendo uma criança beber com a concha feita pelas palmas da mão, atirou longe a sua caneca, exclamando: "uma criança convenceu-me de satisfazer-me com pouco!");

i) Negavam, ainda, os cínicos o valor das leis positivas e dos seus vínculos; negavam a família, o Estado, e a diferença entre homens livres e escravos, como também a diferença entre as nações, pregando o *cosmopolitismo*. "O único Estado verdadeiro é o mundo inteiro!". Pregavam a fraternidade universal, buscando o contacto com os egressos da sociedade. Buscavam, assim, os maus para ensinar-lhes o caminho do bem e da virtude, e A. dizia: "O médico exerce sua acção, não entre os sãos, mas entre os enfermos". Frase que corresponde também a Cristo, que, posteriormente, dirá: " ... eu não vim chamar os justos, mas os pecadores".

ARISTIPO

Aristipo (Nat. de Cirene ap. 435 a. C.), discípulo de Sócrates e dos sofistas. Fundador da escola cirenáica, coloca o prazer como finalidade da virtude. Não sòmente o prazer que decorre do gôzo repousado do corpo, mas, especialmente, do prazer do espí-

rito. Para A., o prazer é um "movimento suave", enquanto a dor é "um movimento áspero". Só a sabedoria e a prudência podem atingir à tranqüilidade e ao repouso, bases do prazer. São elas (a prudência e a sabedoria), que ensinam ao homem o "conveniente" para evitar a dor. Para isso é preciso evitar, inclusive, os prazeres que são causa também da dor. Embora seja o prazer individual, a satisfação que nos dá a aproximação dos homens, é a base da sociedade, porque a fundamenta por solidarizar os homens nas relações entre si. O individualismo radical de A. não desaparece pela relação dos homens com seus semelhantes, porque êsse individualismo fundamenta-se na independência quanto ao externo, e no domínio de tudo quanto possa produzir inquietação e desassocego.

Aceita A., assim, como os cirenáicos, o sensualismo como fonte do conhecimento e o fenomenismo, bem como a individualidade do próprio conhecimento, que se diferencia pelo indivíduo, por que cada um dá uma significação diferente ao conhecimento, ao manifestado pela linguagem.

A escola megárica, da qual já tratamos, foi fundada por Euclides de Megara. É chamada uma das escolas socráticas, com influência do eleatismo, desejando fundir a doutrina socrática com a doutrina do ser, usando o método polêmico e a subtileza dialéctica (erística). Muitos de seus famosos argumentos não passavam de sofismas, como o do "muro", do "montão, "quando começa a calvície, com um, 2, 3, 4 ou quantos cabelos menos? etc. Para êles, a verdade está sòmente na razão, e repudiavam os dados dos sentidos, como vimos. A realidade era só reconhecida às idéias e negada à matéria e ao devir. Afirmavam também a unidade e a imobilidade do ser, e a negação do diverso e do devir. O mal, para os megáricos, era a privação do ser, e o Ser Uno era idêntico ao Bem. Confundiam, assim, o ser com o valor, o que vamos encontrar, posteriormente, em filósofos de renome.

Os mais famosos dos megáricos foram, além de Euclides de Megara, Eubúlides, Diodoro Cronos e Alexinos.

PLATÃO

Platão (428-347 a. C.), discípulo de Sócrates, que aparece como principal interlocutor em quase tôdas as suas obras dialogais.

Após a morte de Sócrates, viajou pelo Egito, Cirene, a Grande Grécia, entrando em contacto com as filosofias egípcias, a pitagórica e a eleática. Em 387, fundou em Atenas, perto do ginásio de *Academos,* sua escola (Academia), dedicando-se, daí em diante, ao ensino e à composição de suas obras. Antes de Sócrates, teve por mestre Crátilo, que seguia a doutrina de Heráclito, exagerando-a. Quando Heráclito disse que não nos podemos banhar duas vêzes no mesmo rio, Crátilo afirmou que, por ser tão rápido e contínuo o câmbio, não podíamos fazê-lo nem uma só vez. Negava ainda Crátilo que as palavras, sempre estáveis, pudessem expressar as coisas em sua instabilidade, concluindo, daí, a impossibilidade de um conhecimento estável e válido quando os fenômenos eram mutáveis, tanto como as sensações. Sócrates também julgava assim, e era um dos seus argumentos contra Protágoras. Mas Sócrates ia além de Crátilo porque, embora aceitasse a incapacidade das sensações para nos dar algo mais que as opiniões mutáveis e privadas de um critério de verdade, e aceitava, no entanto, a capacidade dos conceitos para dar-nos uma ciência firme e segura das essências universais.

Foi daí que P. deduziu sua teoria do ser. É aparência ilusória o que corresponde à falaz opinião sensível (fenômenos), e é conhecimento verdadeiro, o que se refere às essências ou tipos universais, as *idéias*. Nisto consiste o idealismo platônico, que estabelece a antítese entre o mundo dos fenômenos, formados pelos dados da sensibilidade e o mundo das substâncias, das essências, ao qual atingimos por intermédio da indução e da definição, segundo o método socrático.

Mas transpareciam novos problemas para Platão. Como podemos reconhecer o que ignoramos? Estabelecia, então, a existên-

cia de um mundo-verdade, eterno, onde a alma humana viveu, antes de penetrar no corpo humano, na contemplação das idéias. Êste mundo ofusca-lhe a existência, mas a *reminiscência* da contemplação originária permanece, de forma que aprender é um recordar, um recuperar o que ficara oculto na alma. Assim, o método obstétrico de Sócrates (a maiêutica) passa para P. a ser uma teoria do conhecimento. As coisas sensíveis despertam a recordação das idéias. As coisas sensíveis são *sombras* das idéias. E quem permanecer prêso a elas não atingirá o mundo das idéias, permanecendo encerrado no corpo, como quem, em uma obscura caverna, de costas para a abertura, vê as sombras, enquanto o filósofo vê a realidade, que é o mundo ideal (das idéias) .

São as idéias os arquétipos (tipos primeiros), que servem de modêlo ao criador (demiurgo) para formar as coisas, e estas não passam de meras *imitações* daquelas.

Mas nasceram novas interrogações. Todos os objectos ou factos, de qualquer espécie, possuem seus arquétipos?

Platão não respondeu categòricamente. A multiplicidade das idéias criava o problema das conexões e relações recíprocas, imprescindíveis para a constituição, com elas, de um sistema harmônico e orgânico que se reflectisse no interior de nosso pensamento em conexão com nossos conceitos.

Platão afirmava que as idéias eram vivas e não inertes e rígidas como pensavam tantos. Havia entre elas *comunhão* ou união recíproca.

Mas havia idéias incompatíveis umas com as outras (as opostas), mas a outras cabia-lhes o papel de enlace, de encadear, como a idéia do ser, do um, do todo.

Caberia à dialéctica, como ciência das idéias, distinguir quais as que concordam e quais as que excluem, bem como quais as que unem e as que dividem, bem como classificá-las.

Cinco eram as idéias mais importantes para P.: ser, repouso e movimento, idêntico e distinto. É a idéia do Bem a suprema entre tôdas, a que sôbre tôdas esparge sua luz e seu calor, a que empresta verdade ao conhecido e capacidade intelectiva ao cognoscente. Para P., era o Bem o que constituía a natureza de Deus, criador e ordenador do cosmos, modelado segundo um arquétipo eterno, criado com harmonia e proporção, dotado de uma alma uni-

versal que penetrava em tôdas as coisas, princípio da vida, da razão e da harmonia, criada segundo as regras dos números, e que, em si, continha tôdas as relações harmônicas.

Não pode ser o bem causa do mal. Mas existe o mal. É que existe uma *concausa* que se opõe ao bem e resiste-lhe, ou seja, a *matéria,* fonte dos defeitos, da mutabilidade, da multiplicidade.

É a matéria o contrário das idéias. É o não-ser, negatividade, indeterminação, informe, por isso plástica para receber tôdas as formas, receptáculo, como vazio e o espaço.

Comparava P. os quatro elementos, terra, água, ar e fogo, com os quatro sólidos geométricos regulares; cubo, icosaedro, octaedro, e a pirâmide, que êle decompunha em triângulos. Era marcante a influência do pitagorismo nessas idéias de P. Mas a matéria oferece resistência às formas, sua acção é desordenada, e estas se opõem à acção ordenadora do demiurgo. Assim, a causa física (matéria) resiste à causa final (alma do mundo e idéia), por isso, as coisas são apenas formas imperfeitas das idéias, apenas sombras.

Quanto mais directas ao criador, mais perfeitas as obras: o cosmos. Era para P. o homem, uma união de corpo e alma. A alma é a essência do corpo, e tem a natureza das idéias (simples, invisível, imutável) e, porque contemplou as idéias, tem a capacidade de recordar-se delas; isto é, de conhecimento. É a alma o princípio do movimento e da vida, e é imortal.

Mas a alma tem três faculdades: alma *racional* (alma-cabeça), a quem cabe dominar e dirigir o conhecimento e a ciência; alma *passional* (alma-peito), que muitas vêzes se afasta da razão para enganar-se pelas opiniões, e alma apetitiva (alma-ventre) sensível e sujeita aos desejos sensíveis. Se a alma, quando penetra no corpo, não busca manter sua pureza, quando morre o corpo, não retornará ao mundo das idéias, mas estará sujeita à *transmigração* para outro corpo de homem ou animal, segundo as predileções que tenha manifestado. (É ainda a influência do mito das transmigrações da metempsicose, que influi em P.).

O bem divino, idêntico ao belo e ao verdadeiro, é a espiritualidade. A alma, prisioneira do corpo, deseja libertar-se. E a libertação não se faz com o suicídio, mas com a purificação e a elevação contínua a uma espiritualidade divina. É o amor a aspiração à espiritualidade pura. Mas, o mundo sensível é o reflexo

do esplendor das idéias e o caminho para a contemplação dos estágios mais altos da beleza espiritual pura; e é com o esfôrço constante da vontade que permite a conquista dessa purificação das paixões, que é a virtude. Para cada parte da alma, há uma virtude: a racional possui *sabedoria,* a passional a *coragem,* a fortaleza; a apetitiva, a *temperança.*

Mas essas três virtudes precisam ser harmônicas e subordinadas. Portanto, a uma mais elevada, que é a justiça, a virtude por excelência, harmonia espiritual, também felicidade, enquanto a injustiça gera a turbação e a infelicidade. Quem pratica uma injustiça deve ser punido e a pena, a expiação, é purificação (*catharsis*), libertação do mal interior.

Assim cabe ao Estado a função punitiva, de carácter ético e de elevação moral. Cabe ao Estado fornecer o maior bem aos cidadãos, aos homens, não pròpriamente de comodidades e de gozos, porque estimulam a avidez e a intemperança e a injustiça, mas de bens espirituais em primeira plana. Para isso deve o Estado ter a mesma ordem hierárquica que existe na alma individual.

Em sua famosa *República,* estabelece P. o regime para êle ideal.

A educação deve ser dada não à classe oprimida, mas à classe dos superiores. Deve eliminar-se todo interêsse e vínculo particulares (propriedade privada, família, etc.), que possam entrar em conflito com as exigências do bem comum. Homens, mulheres, crianças e bens devem pertencer ao Estado. A educação deve ser dirigida por êste. A educação será comum aos dois sexos, com música e ginástica, para formar indivíduos fortes, capazes de defender a pátria, libertos de tôda passividade ou pieguice na poesia, como em qualquer outra parte. Os indivíduos devem ser seleccionados, e por meio da matemática e da filosofia, escolhidos os que são dignos de dirigir o Estado. Assim, teremos a construção ideal, a aristocracia, o govêrno dos melhores. Mas a realidade mostra violações da ordem justa. Pela ambição, a alma passional supera a racional; o desejo das honrarias substitui o amor da sabedoria, e a avidez das riquezas gera as oligarquias. Mas, desencadeados os apetites, desenfream-se os da multidão e a democracia turbulenta triunfa, e a desordem das paixões permite transformem-se as multidões em prêsa fácil dos astutos, que se utilizam delas para esta-

belecer a tirania, em que o Estado se torna o servo dos interêsses egoístas do tirano.

É a tirania o extremo da desordem e da degradação do Estado, porque o tirano suspeita da fidelidade de seus sequazes. É injusto porque teme. É o tirano o cúmulo da injustiça e, conseqüentemente, o cúmulo da infelicidade.

Mas Platão, no seu livro "As Leis", estabelece concessões, buscando aproximar o ideal à realidade e se afasta da concepção da comunidade do sexo e modera o papel do Estado.

Reconhece a necessidade da família e da propriedade privada, e domínio da lei em substituição ao absolutismo dos sábios.

Comentários finais: Representando Platão um dos mais elevados vultos da filosofia, impõe-se uma rápida análise, capaz de situar com exactidão, não só a sua figura histórica, como o valor de sua obra. Desde logo, aos que a lêem, surgem certas bruscas atitudes de perplexidade ante o seu pensamento, o qual exibe, muitas vêzes, uma incoerência difícil de resolver, como uma variedade de posições, que não encobrem um profundo antagonismo.

Ademais, se o estudioso percorre a vasta literatura exegética sôbre Platão, maior ainda é o seu pasmo ante a variedade de interpretações e de julgamento dos mais díspares. A obra de Platão, segundo os diversos períodos que dividem a sua vida intelectual, períodos, que variam segundo os exegetas, que também divergem quanto à cronologia de seus trabalhos, o que seria longo sintetizar aqui, ultrapassando as reais proporções desta obra, permitem, contudo, situar alguns postulados, que não podem deixar de ser aceitos pelos que se dedicam ao estudo da obra do mestre de Aristóteles:

1) Platão viveu a multiplicidade do pensamento filosófico grego e procurou, por todos os meios que dispunha, conciliar os opostos.

2) Platão não construiu um sistema, mas, pròpriamente um "espírito" de investigação, estabelecendo vários sistemas inacabados, possíveis à filosofia, atualizados uns, actualizáveis outros. Na verdade, procurou salientar, dramàticamente, o papel do homem que filosofa.

3) Ante a afirmação da imutabilidade parmenídica do ser Um, e o mobilismo heraclitiano do devir, procurou conciliar os

extremos, afirmando a imutabilidade do *mundo verdade,* mundo das formas, e a mutabilidade constante do mundo do fenômeno, *mundo da aparência,* buscando, assim, explicar o porque da mutabilidade ante a imutabilidade.

4) Ante a insuficiência intencional dos conceitos correntes na filosofia de então, tentou dar um conteúdo mais seguro aos conceitos, seguindo às vêzes caminho afectivo e estético, o que lhe valeu acusações de imprecisão, que se devem mais à deficiência da filosofia vigente, que êle procurou superar. Daí, o uso constante de mitos que êle faz, com o intuito de clarear pensamentos de difícil exposição ante a terminologia predominante em sua época.

5) Sua filosofia não é uma pura especulação desinteressada, mas também uma façanha em benefício da purificação e elevação do homem.

6) O papel de Sócrates em sua vida é hipervalorizado. Realmente, nos diálogos da juventude, é Sócrates exaltado, tomando a seguir, na idade adulta e na ancianidade, um papel menor. É apresentado mais como um dialecta do que, pròpriamente, como um filósofo do porte que Platão aspirava a alcançar. Toma-o mais como exemplo de um investigador ao qual faltava uma doutrina caracterìsticamente esboçada.

7) Os Diálogos representam mais um esfôrço do homem em tentativas, ensaios e esboços de soluções, em que predominam a beleza estética, do que pròpriamente na proposição de uma solução filosófica (o que êle confessa na VII Carta).

8) As divergências no seu pensamento, contudo, não encobrem a realidade fundamental do mesmo, que se reduz à teoria das formas e da participação , que são basilares do verdadeiro platonismo, como muito bem o percebeu Tomás de Aquino, e que salientamos em nosso "O Um e o Múltiplo em Platão".

9) Em especial, a filosofia platônica se cinge à solução do problema que se estabelece na conciliação do um e do múltiplo, da explicação da heterogeneidade em face da homogeneidade do Ser (conciliação entre o pensamento de Heráclito e de Parmênides)

10) Em sua ancianidade, após o conhecimento mais específico do pensamento pitagórico, graças à amizade com Arquitas de Tarento, com Teodoro e Teeteto, sua posição tende para o pitago-

rismo de grau de *teleiôtes*, terceiro grau, o grau de mestre, o que o leva a colocar os *arithmoi* (números no sentido pitagórico) como entidades intermédias entre as formas e as coisas sensíveis, como o bem salientou Aristóteles.

11) A Filosofia é, para êle sobretudo, uma purificação, uma meditação sôbre a morte, uma libertação do *soma-sema*, da alma libertada do arcabouço material.

12) O pensamento político de Platão não se cinge ao que é exposto na *República*, já que modificou essencialmente muitas de suas idéias no diálogo *"As Leis"*, sua última obra, o que é incontestado por seus melhores exegetas.

13) O não-ser platônico não é um mero nada, mas algo diverso que o ser.

14) A sua concepção de Deus não pode cingir-se ao Demiurgo, como é exposto no Timeu, mas, sobretudo, como o expõe no *Das Leis*, que reflecte seu pensamento final.

15) A ordem mais provável da realização dos seus diálogos:

1) *Período socrático*: (de 399, época da morte de Sócrates, a 388, época de sua viagem à Sicília): *Diálogos aporéticos*: *Apologia de Sócrates, Criton, Laques, Hípias menor, Górgias, Alcibíades primeiro, Ménon, Ion, Hípias Maior, Crátilo, Eutifron, República* (livro 1).

2.º Período — Transição, fundação da Academia (387); segunda viagem à Sicília (366-365). Diálogos de forma narrativa: *Protágoras, Lisis, Eutidemo, Cármides, Clitofon, Banquete, Fédon República* (livros de I a X); e os diálogos de forma mista: *Menexeno, Fedro, Teeteto, Parmênides*.

3.º Período, depois da segunda viagem à Sicília. Diálogos de forma dramática: *O Sofista, O Político*.

4.º Período: Terceira viagem à Sicília (361) até a morte (347) — Ancianidade. Predomínio do Pitagorismo. Diálogos de forma dramática: *Filebo, Timeu, Critias* (inacabado), *Carta VII, Das Leis* (incompleto), onde rectifica o idealismo da *República*.

Esta classificação, damo-la como a mais provável. Há muitas outras famosas, distintas desta, como as propostas por W Lutoslawsky, U. Willamowitz, P. Friendenländer, J. Gefecken, K. Hildebrandt, Ueberweg-Praechter, Rivaud, J. Zürcher, L. Stefanini, etc.

ARISTÓTELES

Aristóteles (Natural de Estagira, ap. 384-322 a. C.). Discípulo de Platão, em Atenas, foi chamado, depois, para a côrte macedônica, como mestre de Alexandre Magno. Fundou em Atenas, perto do templo de Apolo Liceu, sua *escola peripatética* ou *Liceu*.

Separou-se cedo da filosofia de Platão. Consistiu esta em substituir a separação entre as idéias e as coisas pela exigência de sua unidade.

A filosofia, que para Platão era uma mística preparação para a morte, converteu-se em Aristóteles na compreensão da vida universal. A. voltava para Sócrates, de quem Platão havia se afastado.

Nas essências (universais) buscava a razão das coisas e dos factos, devendo supô-las no interior e não fora destas.

O problema da Ciência era para êle explicar os fenômenos e a realidade natural. Quanto à Filosofia cabia indagar os princípios e as causas dos sêres enquanto sêres, acima das investigações particulares das ciências particulares. Para tal empreendimento, a doutrina platônica, com as idéias imóveis, colocadas acima e fora das coisas, nada podia oferecer, nem facilitar a explicação do ser, como também, e não fora delas, que é preciso buscar a explicação. Platão colocava as *substâncias* (idéias ou formas) fora das coisas e, nelas, a resistência, a negatividade (matéria).

Para A., a substância é o ser por excelência, que existe e pode ser pensado em si e por si, sujeito de tôdas as qualidades, que só lhe podem ser inerentes a êle como também os seus atributos.

É, em suma, o indivíduo que se nos apresenta como plenitude e viva síntese de tôdas as determinações. (Essas determinações essenciais da realidade formam as dez categorias de A.).

Um indivíduo natural ou artificial, homem ou coisa, nasce porque existe quem o procrie ou realize; é constituído de uma matéria, orgânica ou não, recebe uma *forma*, humana ou não, que é precisamente o *fim* à qual tende seu desenvolvimento natural ou artificial. São quatro as condições ou causas de sua existência: 1) causa eficiente ou motora; 2) material; 3) formal; 4) final.

As duas últimas podem ser identificadas, e também as duas primeiras.

Por isso Aristóteles distingue as condições constitutivas do indivíduo natural em duas: *matéria* e *forma.*

A substância, sob certo aspecto, segundo A., é matéria e, sob outro, é forma. Mas, em sua plenitude concreta, é o resultado de ambas, sua unidade (*synolon*).

Mas essa unidade só é possível enquanto não estão separadas de lugar e não são incompatíveis por natureza. Matéria significa também *potência,* caso haja falta de determinações ou formas, e também aspiração e esfôrço para o *acto,* ou forma no qual se realiza essa potência. A união entre a matéria e a forma é a passagem da potência para o acto; é o desenvolvimento, que se diferencia do conceito platônico de degradação das idéias e das coisas, e deriva do facto de, para A., não ser a forma algo extrínseco, mas imanente à coisa. Assim a matéria não é, como para Platão, resistência à forma, mas espontaneidade de realização dela (enteléquia).

Nos dois pólos opostos do processo universal do desenvolvimento, coloca A., de um lado, uma originária *matéria primeira,* com absoluta privação de qualquer forma, e do outro, uma absoluta *forma pura* ou *Acto puro,* na qual não existe nenhuma espécie de matéria ou potência, que se coloca absolutamente fora do mundo, das coisas e do devir, a qual é Deus.

Tôda a realidade natural é para êle desenvolvimento, mutação, movimento. Mas todo movimento supõe uma causa motora que o engendre. Um motor pode imprimir movimento a outro corpo, mas êsse motor precisa estar em movimento, requerendo, por seu turno, outro motor que o ponha em movimento, e assim sucessivamente, até o infinito. Assim não há solução para o problema do movimento.

Aristóteles usa outro caminho. Considera o movimento pelo fim ao qual tende. Todo devir tem uma explicação verdadeira na causa final, na tendência do desenvolvimento, na realização de uma forma, a perfeição superior. Aqui se encontra um limite, o último têrmo para nosso pensamento, mas *causa primeira* em si mesmo, quer dizer, perfeição suprema absoluta, que é forma pura ou Acto puro, no qual não há matéria nem potência, e por êle

falta qualquer possibilidade do devir e do movimento. Aqui está Deus, motor imóvel, que move o mundo, enquanto é causa final dêle, mas que não tem um fim para o qual tender, porque é realização perfeita e acabada.

Mas, para estar subtraído ao movimento, Deus tem que estar absolutamente alheio ao mundo, até desconhecer o mundo, porque conhecimento do movimento já seria movimento de pensamento.

Deus, portanto, como perfeição suprema, é pensamento puro, não pensamento de outro, mas de si mesmo, identidade de pensante e pensado, pensamento do pensamento, imutável, imperturbável, e bem-aventurada contemplação de si mesmo. Deus, assim, é absolutamente transcendente.

A concepção de A. é dominada pela teleologia (princípio de finalidade), fim para o qual tende todo ser, que tem um tipo modêlo. Há um só limite que está na resistência da matéria (conceito de Platão), que explica a verificação da contingência e dos desvios na ordem dos fins e das formas normais, mas A. não aclara como possa conciliar isso com o conceito da matéria como potência, que, por si mesma, tende para a realização de um fim.

A concepção do finalismo é muito mais intrínseca à concepção de A. que à de Platão.

Para A., o movimento compreende todo câmbio de devir: crescimento e diminuição, ou movimento de quantidade; variação ou movimento de qualidade; translação ou movimento espacial. As duas primeiras espécies implicam a terceira e a ela se reduzem.

O espaço, condição do movimento, não é matéria nem forma, mas o continente das coisas, o limite interno imóvel do corpo continente. Não há, por isso, espaço vazio nem infinito: o espaço coincide com o universo que, sendo tudo, não pode conter um continente fora de si. Há, no espaço, infinitude pela divisibilidade, infinitude em potência, não em acto. O tempo também é uma infinitude em potência, porque se pode pensar sempre um maior. No universo aristotélico existe duas mesclas de movimento: um descendente, da perfeição celeste para a imperfeição terrena, um afastamento de Deus, e outro ascendente, desde o tipo mais inferior na terra para o tipo superior. Para êle, a vida e a alma possuem três graus de desenvolvimento: alma vegetativa, nutrição e reproducção, que já se encontra nas plantas; alma sensitiva,

que, nos animais, se ajunta à anterior, e alma intelectiva que, no homem, se ajunta às duas anteriores. Essas três almas separam-se do sentido platônico, porque em Platão, tinham assentos diferentes, pertenciam a partes diferentes, quando, em A., representam três estados de desenvolvimento, de progresso a um estado superior que contém em si o inferior. Cada estado é, assim, uma aspiração a um fim de perfeição.

As virtudes mais altas são as do intelecto (*dianoéticas* ou contemplativas: prudência e sabedoria); mas o domínio da razão na vida prática, dá lugar às virtudes *éticas*.

A virtude não se encontra nos actos isolados, mas na orientação constante das acções: ou seja, o hábito de eleição, que, segundo a exigência racional, evita tanto o excesso como a carência, e permanece num justo meio entre os extremos opostos.

Embora admirasse Platão, A. polemizou muitas vêzes contra a doutrina platônica e atacou a duplicidade do mundo das idéias.

O propósito de A. era levar as idéias transcendentes de Platão e fundi-las com as coisas reais de nossa experiência sensível.

Parte da coisa, tal como a vemos e sentimos, e dintingue três elementos: substância, essência, accidente.

Analisemos: quando examinamos uma coisa, e vamos abstraindo um a um os seus caracteres, dimensões, côr, etc., restará um "quid", a "quiddítas" (qüididade), êste é o "substante" (*hipokhéimenon*), *substância*. Substância é o correspondente ao sujeito na proposição.

Essência é a soma dos predicados que podemos predicar da substância. Os predicados se dividem em duas partes: predicados que, faltando à substância, esta deixaria de ser o que é, e predicados, que embora faltando à substância, esta prosseguiria sendo o que é.

Os primeiros formam a substância pròpriamente dita e os segundos são os accidentes. Seguidamente A. usa também o têrmo substância no sentido de totalidade da coisa, com seus caracteres essenciais e accidentais. É neste sentido que considera a substância individual. O que existe para A. é a substância individual, e não o conceito genérico no sentido de Platão.

Era êle um filósofo prático, positivo, comedido, culto. Tôda a sua obra é um trabalho de sistematização, onde há a ausência dos

impulsos poéticos tão característicos de Platão e de outros filósofos gregos. A própria vida de A., sua influência na côrte de Alexandre, seu papel na história de uma época de realizações práticas deram surto ao desenvolvimento de suas qualidades.

Aristóteles sistematizou tôda a ciência de sua época. Sua obra variada atingiu todos os ângulos do conhecimento de então, pois era dêsses espíritos universalistas, que se rareiam na história ante o aumento do conhecimento humano e das sistematizações.

Influiu com sua doutrina na Filosofia, por muitos séculos e ainda perdurará. Aristóteles não admitia a existência das idéias inatas, como Platão. E não explica o conhecimento como uma reminiscência. Assenta o princípio que todo o nosso conhecimento provém das sensações. Nada há no entendimento que antes não tenha estado nos sentidos "Nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu". A alma, para êle, era uma *tabula rasa* em que nada está escrito: "sicut tabula rasa qua nihil est scriptum".

Não se leve daí a concluir que A. fôsse um sensualista a estilo de Condillac e Locke, porque cabe, posteriormente, ao entendimento, e à razão ordenarem os conhecimentos, expurgá-los, apreciá-los, pois enquanto os sentidos percebem o individual, cabe ao entendimento o universal. Preocupado com as leis do entendimento, atingiu A. o que até então não se houvera alcançado. Interessou-se pela lógica, transformando-a no órgão principal para tôdas as ciências.

Estudou o raciocínio, analisando-o, dividindo-o em suas partes, suas formas, sobretudo o silogismo. Segundo A., há em nós duas espécies de conhecimento: o imediato e o mediato. O primeiro refere-se aos princípios ou axiomas, verdades indemostráveis que o entendimento aceita sem precisar de prova, e o segundo, que é uma decorrência dos primeiros, são obtidos através do raciocínio.

A Lógica formal, como a conhecemos ainda hoje, é uma das grandes obras de Aristóteles.

Comentários:— Em tôrno da obra aristotélica, realizou-se uma vasta literatura, na qual se inscreveram as mais variadas maneiras de considerar e interpretar a obra do famoso estagirita. O *Corpus aristotelicum*, é apresentado como composto do *Organon*, que é a obra de Lógica, composta dos livros "Das Categorias ou Predicamentos", "Da Interpretação", "Primeiros analíticos", "Se-

gundos analíticos ou analíticos posteriores", os "Tópicos" e as "Refutações Sofísticas"; a *Filosofia Primeira,* constituída pela *Metafísica,* em 14 livros; a *Física,* com seu livro *Físicos,* em oito livros; *Do Céu* (*De Caelo*), quatro livros; *Da Geração e da Corrupção das Coisas Físicas",* com dois livros e *Meteorológicos,* com quatro livros. Da obra biológica, temos: *De Anima,* três livros; *Histórias dos Animais,* com nove livros; *Do movimento dos Animais,* um livro; *De incessu animalia, De Partibus animalium* e outros tratados menores, tais como: *De sensu et sensato, De memoria et Reminiscentia, De Somno et Vigilia, De insomniis, De longitudine et brevitate vitae, De juventute et senectute, De respiratione, De vita et morte, De divinatione per somnum.* Obras éticas: *Ethica ad Eudemum,* sete livros; *Ethica ad Nicomachum,* dez livros, *Magna Moralia,* dois livros, *De virtutibus et vitiis.* Na obra política, temos *Política* e *Constituição de Atenas.* Sôbre arte, escreveu: *Rhetorica,* três livros, *Poetica,* dois livros e algumas poesias: *Hino a Hérmias, Elegia do Altar.* Muitas obras ficaram perdidas, tais como: os diálogos *Eudemo, Sôbre a Justiça. Político, Sofista, Menexeno, Symposium, Gryllos, Protéptrico, Sôbre a Filosofia, Nerinthos, Eroticus, Sôbre o Bem, Sôbre a Riqueza, Sôbre a Oração, Sôbre o bom nascimento, Sôbre a Educação, Sôbre o prazer, Alexandre, Sôbre o reino, Retórica a Theodectus, Colecção de artes retóricas, Dissecções, Sôbre as idéias, Costumes dos Bárbaros, Juízos das cidades, Ensinamentos, Vitórias dionisíacas, Listas dos vencedores nos jogos Píticos, Problemas homéricos, Sôbre os poetas, Sôbre os pitagóricos, Sôbre as enchentes do Nilo.* Ainda são acrescentadas ao *corpus aristotelicum* algumas obras que por certo tempo foram consideradas apócrifas: *De virtutibus et vitiis, Rhetorica ad Alexandrum, Oeconomica, Physiognomonica, De mirabilius auscultationibus, De Spiritu, De Melisso, Xenophane et Gorgia, De plantis, Problemata,* 38 livros com 873 problemas, *De coloribus, De audibilibus, Mechanica, De lineis insecabilibus, Do universo a Alexandre, Ventorum situs et nomina.*

Longa é a discussão em tôrno da autenticidade da obra aristotélica, desde os que lhe negam totalmente a autoria, aos que negam apenas parte, entre êstes os que julgam que as obras de Aristóteles, como nós as conhecemos, estão irremediàvelmente modificadas pelos seus editores e pelos copistas. Seria longo dar aqui um apanhado histórico da polêmica que se trava em tôrno da

autoria ou antenticidade dessa obra. Contudo, tomando uma posição objectiva e concreta em relação à filosofia do estagirita, resta-nos a seguinte posição prática: há uma obra atribuída a Aristóteles e é em tôrno dela, e por seu influxo, que surgiu tôda uma corrente do pensamento filosófico, inegàvelmente a dominante no pensamento ocidental. É sôbre ela que se fundamentaram muitas posições, e o valor dessa obra é inegável. Atribuí-la a discípulos ou não, pouco impede que sôbre essa obra se debruce, como se debruçou e se debruçará, a mente humana para estudá-la.

ACADEMIA PLATÓNICA

Nos jardins consagrados a Academos, herói ateniense, fundou Platão sua escola. "Só graças à sua base religiosa pôde a Academia de Platão conservar-se durante cêrca de um milênio, até à época de Justiniano. A mesma forma adotaram a escola de Aristóteles, o "Peripatos", ramo despreendido da Academia, e, mais tarde, as escolas dos estóicos e dos epicúreos. Platão consagrou, pois, às musas um templo próximo do santuário de Academos, e conferiu, assim, à fundação a necessária base jurídica. No dito templo, colocaram mais tarde a efígie do próprio fundador, a qual se venerava como herói, juntamente com as Musas.

Celebravam o dia 7 do mês de *Thargelion,* dia do *orto* ou epifania de Apolo, como o do nascimento do filósofo. A Academia, à semelhança de tôdas as escolas filosóficas dos antigos, era considerada não só como "escola", mas como associação dedicada à investigação e ao ensino da ciência, realizando-o colectivamente, dentro de uma estreita comunidade de vida. Não era só o chefe que em cada ocasião exercia o magistério. Está provado que já em vida de Platão, ensinaram na Academia seus discípulos mais graduados. Tal sucedeu, principalmente, com Aristóteles, que pertenceu à Academia desde os dezessete até os trinta e sete anos, e nela não só estabeleceu as bases de suas grandiosas investigações, como, ao que parece, actuou também como mestre" (Paul Natorp).

Entre os outros discípulos merecem distinção: *Espeusipo* (348-339 a. C.), que sucede a Platão no escolarcado, e acentua a tendência pitagorizante do mestre; *Xenócrates* (339-314 a. C.),

que sucede a Espeusipo, prossegue a fase pitagorizante dêste, mas, renuncia os números ideais pelos matemáticos, renuncia a existência distinta dêstes últimos, reduzindo-os aos números ideais como idênticos; *Polemon* (314-270 a. C.), sucessor de Xenócrates, volve-se particularmente aos problemas éticos. Depois dêste sucede *Crates* (de Atenas — 3º século a. C.), e último escolarca da *antiga Academia.* Com Arcesilau, inicia-se a *nova* Academia, que segue o caminho dos cépticos.

O PREDOMÍNIO DO PROBLEMA ÉTICO

Vimos que, com Sócrates, o problema ético inicia seu domínio no terreno da filosofia grega e os temas, que vamos tratar agora, nos mostrarão e comprovarão essa afirmativa.

O fim supremo é o Bem, que, em Sócrates e Aristóteles, tem natureza e valor metafísico. Platão colocou-o no cimo de sua pirâmide de idéias. Como a colocação do Bem supremo está fora da vida, a filosofia se converte numa meditação sôbre a morte. Sendo o Bem o fim, Aristóteles reconhecia que êle era compreensível pelo intelecto agente, que poderia alcançá-lo. A essas virtudes, cujo fim era intelectualmente apreendido, Aristóteles chamava de virtudes *dianoéticas* (de *dia,* através e *noesis,* conhecimento).

Após Aristóteles, a filosofia toma outro caminho. Procura o supremo bem para o homem, virtualizando as grandes interrogações e os problemas que haviam inspirado as obras de Platão e de Aristóteles.

Quatro são as escolas dêsse período: 1) o *epicurismo,* ligado ao atomismo de Demócrito; 2) o *estoicismo,* ligado ao dinamismo de Heráclito; 3) o *cepticismo,* ligado à crítica do conhecimento iniciada pelos sofistas; 4) o *ecletismo,* que tem uma tendência conciliadora.

Examinemos, em suas linhas gerais, essas quatro escolas:

EPICURO

EPICURO (341-270 a. C.), funda em Atenas, em 306 sua escola. Durante seis séculos ela se mantém viva, pelo núme-

ro de seus sequazes. Escreveu êle mais de trezentas obras, e com excepção de algumas cartas e fragmentos, perderam-se tôdas. Uma magnífica exposição das teorias naturais de E. estão expostas no famoso poema *De rerum natura* (Das coisas naturais, de T. Lucrécio Caro — 96-55 a. C.).

Para E., tem a filosofia uma missão: libertar o espírito humano das preocupações que o agitam. Servindo à filosofia, alcança-se a verdadeira liberdade, aquela serenidade na qual o espírito humano tem consciência que o domínio sôbre si lhe pertence inteiramente. "O essencial para a nossa felicidade é nossa condição íntima, da qual somos donos" (frag. 109).

Para que o homem se liberte, conquistando sua autonomia espiritual, necessário lhe será o conhecimento verdadeiro e seguro da realidade universal, para que se dissipem as falsas opiniões. Para tanto lhe é necessária uma ciência, cuja validez lhe seja efectiva, e que o afaste, de uma vez, dos temores do sobrenatural, frutos de suas inquietações.

A teoria do conhecimento (*canônica*) é a premissa da *Física* e esta da *Ética*. A *canônica epicúrea* estabelece como critério da verdade a evidência da experiência sensível. Tôdas as noções provêm da experiência, inclusive as prenoções ou antecipações, que usamos para enquadrar e classificar as experiências, não passam de memória e registro de experiência antecipadas. Mas, para E., não é sòmente certo o que apreendemos com os sentidos, mas, também, o que apreendemos com a razão. Atrás dos fenômenos (*signos*), há uma realidade invisível, que devemos lògicamente supor (*átomos*, vazios, movimentos atômicos) — E. aceita a teoria de Demócrito —. As sensações côres, sons, odores etc. são *signos* de formas, combinações e movimentos dos átomos e correspondem a êles enquanto se irradiam dos objectos no espaço, vindo, assim, ferir os nossos sentidos, pequenas *imagens* (*eidola*), que reproduzem suas formas e seus caracteres.

Tôda a obra de E. consiste no intuito de livrar o mundo de explicações sobrenaturais; por isso aceita o *atomismo mecanicista* de Demócrito, que lhe parece mais coerente, e que exclue tôda finalidade e acção divinas. Considera E. confirmada essa teoria pela experiência, embora não nos permita ver os átomos nem o vazio.

Para E., a concepção naturalista do mundo deve-nos libertar do temor dos deuses e do mêdo da morte. Não nega a existência dos deuses, porque acredita nas visões, mas nega que mesclem sua vida à dos humanos. Vivem êles em *intermundos*, em absoluta serenidade, nutridos pelo infinito afluxo de átomos que equilibra o infinito e fluxo. O ideal do sábio deve ser dirigido a um culto desinteressado de admiração para a perfeição dos deuses. A morte é a dissolução da combinação corpórea, à qual pertence a sensibilidade. E, enquanto vivemos, não existe, para nós, a morte, e quando morremos, deixamos de existir para ela. Com isto, E. quer eliminar o temor ao além túmulo.

Os outros inimigos da serenidade humana são: a ânsia dos prazeres e o pesar pelas dores. E. propõe substituir o conceito cirenaico do prazer em movimento, pelo do prazer em repouso, e estável, pela ausência de turvação (*ataraxia*) e de dor (*aponia*).

Para isso, deve o homem sábio moderar os seus desejos, bastar-se a si mesmo. Será mais feliz, quanto menos necessidades, menos afã, e mais alegria tiver no gôzo dos prazeres fàcilmente alcançáveis, e também na contemplação mental dos bens já gozados, que, impressos na memória, constituem uma posse não mais sujeita à perda.

O prazer espiritual pode compensar e dominar qualquer sofrimento físico, sobretudo quanto mais puro, e nascer da contemplação da verdade.

É a prudência mãe da felicidade, mãe da virtude também. E. prega o afastamento do homem do interêsse activo na vida do Estado. A vida apartada leva à serenidade. Mas o homem deve unir-se a outro homem por um vínculo social, que lhe exige o respeito e a amizade. Prega, ainda, E. máximas morais, que elevem o homem à prática da virtude.

O ESTOICISMO PRIMITIVO

ESTÓICOS — O fundador da escola estóica foi Zeno de Cítio (334-262 a. C.). O nome estóico vem do *Pórtico* (*Stoa*), onde se reuniam os seus discípulos. Da obra de Zeno, restam-nos sòmente fragmentos. *Cleanto de Assos* (304-233) e *Crisipo de Soles* (281-208) foram os seus sucessores, tendo o último

merecido o título de segundo fundador do estoicismo, sobretudo pelo desenvolvimento sistemático que deu à doutrina. Escreveu cerca de 700 livros, que se perderam.

Característicos: — A escola estóica é antagonista da epicúrea. Aceitam, como os cínicos, a filosofia como exercício e estudo da virtude. Enquanto aquêles afirmavam a desnecessidade do conhecimento para a prática da virtude, bastando apenas os actos, os estóicos, assim como os epicureus, consideravam-no o meio e condição para a realização do fim humano.

Assim como a física deve dar o conhecimento efectivo da natureza, a lógica deve dar à ética um critério seguro da verdade. Os estóicos vão além de Epicuro, e afirmam a finalidade universal, na qual a do homem encontra o seu fundamento.

Quanto ao conhecimento, podemos distinguir, nos estóicos, duas orientações: uma teoria empirista do conhecimento (análoga à epicúrea), para a qual a mente humana é como uma página, sôbre a qual as impressões sensíveis traçam signos (representações). Das impressões semelhantes, nascem a *experiência* e os *conceitos*, que são *antecipações*, e algumas *noções comuns* a todos os homens. Contudo, não são, como para Platão, anteriores às experiências e independentes dela, mas productos das experiências sensíveis, antecedentes, comuns à humanidade.

Em segundo lugar: à razão ou princípio directivo (*hegemônico*) reduzem-se os cinco sentidos. A representação verdadeira está diferenciada da falsa ou ilusória pelo *assentimento*, que lhe dá a razão, e que a converte em uma *representação compreensiva* (*fantasia catalèptica*, critério de verdade. Mas como o assentimento é, ora uma necessidade imposta pela evidência objectiva, ora um acto voluntário, que está em nós, o critério da verdade oscila entre a objectividade e a subjectividade.

É totalmente corpórea para os estóicos a realidade que confere o carácter de *compreensivas* às representações. Aceitavam os estóicos um materialismo dinâmico e panteísta cujo princípio activo era identificado com o *fogo* de Heráclito e com o *éter* de Aristóteles, que invade tôdas as coisas, com sua *tensão* e seu calor, que é o artifice e vivificador de tôdas as coisas, uma razão universal (Logos), *razão seminal* do mundo, que reune, em si, as *razões seminais* de tôdas as coisas. É uma unidade de multi-

plicidade, que governa tudo (*hegemônico*), um Deus imanente e idêntico ao mundo.

Neste panteísmo, inclue-se, ainda, uma inexorável necessidade (*Fatalidade - anankhê*) para a concatenação universal das coisas, e uma lei de finalidade (Providência), porque tudo é racionalidade. Assim Deus é a ordem universal, fatal e providencial em sua sabedoria e inteligência.

Mas a perfeição divina não é imutável, e após os ciclos há o retôrno de tôdas as coisas, que volvem infinitas vêzes, todos os homens e tôdas as suas atitudes (*palingênese universal*).

O problema do mal resolvem assim os estóicos: é uma necessidade à harmonia e economia do todo. Sem os males, não existiriam os bens, sem a injustiça a justiça, sem a verdade a mentira, porque os contrários se acham ligados. A vontade humana é livre, afirmam os estóicos, embora seja um momento da fatalidade universal. A vontade substitui ao instinto por obra da razão.

O fim ideal do indivíduo é a criação e conservação de uma *harmonia de vida,* que é *conformidade com sua natureza interior,* enquanto fôr *conformidade com a natureza universal.*

Por isso a razão deve dominar os impulsos irracionais (paixões). O ideal do sábio, a *virtude,* é a extirpação das paixões (*apatia*) e a imperturbabilidade (*ataraxia*). As paixões são *vícios* da alma.

O sábio adquire a *virtude* que consiste na liberdade das paixões e *autarquia,* capacidade para bastar-se a si mesmo), encerrando-se na indiferença quanto às vicissitudes exteriores, numa contemplação do todo, negando a actividade em favor dos outros. Não é, segundo muitos, a moral estóica uma moral egoísta, porque aquêle deve estar sempre pronto ao sacrifício de si mesmo, em benefício dos outros e a sofrer sem queixas.

Já pregavam os estóicos um sentido *cosmopolita.* O homem deve amar seu semelhante e considerar a todos concidadãos. Já é uma aproximação à *charitas generis humani* do cristianismo.

O CEPTICISMO

Foi primeiramente com os sofistas que se sentiu dúvidas quanto à capacidade cognoscitiva do homem. Com os céptico s

essas dúvidas desenvolvem-se de um modo mais conseqüente e sistemático. Não forma a *escola céptica,* pròpriamente, uma escola, mas uma grande orientação, uma corrente, que determina uma atitude de grande parte de filósofos.

O escépticismo desenvolve-se em três fases: 1) *escola de Pirro de Ellis* (360-270) (pirrônica), cujas doutrinas foram expostas através das poesias satíricas de *Timon de Flionte;* 2) A *Nova Academia,* ou seja a fase da escola platônica, que vai desde *Arcesilau de Pitane* (315-241) a *Carneades de Cirene* (214--129) e a seu discípulo cartaginês *Clitômaco,* que expôs, por escrito, suas doutrinas; 3) os *cépticos posteriores ou neo pirrônicos,* que desde *Enesidemo de Cnosos* (século I) até *Agripa* e a *Sexto Empírico* (séculos II e III d. C.) desenvolvem mais pormenorizada e sistemàticamente os motivos do *cepticismo.*

Merece a *Nova Academia* anotações especiais, antes da exposição dos *temas cépticos.*

A carácter comum desta segunda Academia, infiel herdeira de Platão é a doutrina do verossimilitude, e do provável, (*to pithnon*), que ela procura introduzir em tôda a parte. Foi Arcesilau quem a propôs em primeiro lugar e sustentou-a com subtileza e com extremo rigor, contra o dogmatismo estóico e contra o pirronismo absoluto de *Timon de Flionte* e seus discípulos. Buscava, assim, Arcesilau abrir uma nova estrada entre a dúvida excessiva, destructiva e contra o senso comum e a tentativa de, com faculdades limitadas e relativas, querer, orgulhosamente, alcançar uma verdade absoluta e definitiva. Depois de Arcesilau, nenhum grande mestre apareceu na Nova Academia, quando surgiu a figura surprecndente de *Carneades,* que lhe emprestou um novo fulgor. Era um verdadeiro gênio da controvérsia. Empreendeu um ataque encarniçado ao estoicismo. Procurou *Carneades* provar que, entre uma apercepção verdadeira e uma apercepção falsa, não há um limite que se possa captar, estando o intervalo cheio de uma infinidade de apercepções, cuja diferença entre si é infinitamente mínima. Ante a *certeza absoluta* impossível é a extravagância da *dúvida absoluta,* resta sòmente a *verossimilhança* no bom sentido e a probabilidade. Seguro no domínio das opiniões de *Arcesilau, Carneades,* ao defender as lições de

mestre, graças ao seu espírito original e engenhoso organizou um sistema da análise da probabilidade, de suas escalas, dos sinais que a revelam. Com Clitômaco, posterior a Carneades, sobrevém a queda da *Nova Academia.*

(Nota: tambem se usa a expressão *Nova Academia* como sinônimo de *probabilismo*).

Temas do cepticismo: — a) às três perguntas: 1) qual é a natureza das coisas? 2) Que atitude devemos assumir quanto a elas? 3) Que resultará dessa atitude? — Assim respondem os cépticos:

quanto à primeira, aproveitando-se do relativismo de Heráclito e Protágoras, afirmam que só conhecemos o que sentimos, os *fenômenos* como nos aparecem; quanto à segunda: por êsses fundamentos, devemos reconhecer e seguir os *fenômenos,* mas suspender o juízo quanto ao que está oculto (a *coisa em si*). Temos, assim, no *fenômeno,* o critério necessário para a conducta prática, sem, no entanto, possuir o critério da verdade objectiva, quanto à terceira: a renúncia ao juízo (*afasia*) implica, por si mesma, a resposta à terceira: que o céptico deve renunciar a pronunciar-se acêrca da natureza das coisas, eliminando as perturbações que a opinião (*doxa*) traz às inevitáveis impressões dos fenômenos, alcançando, assim, nos limites do possível, a desejada imperturbabilidade (*ataraxia*).

b) Mas os fenômenos, na prática, têm aparências contraditórias, e os cépticos negam-lhes qualquer critério de verdade. Não existe representação que, por si só, dê uma evidência objectiva; contradizem-se os sentidos, a vista contradiz a si mesma, os sonhos mesclam-se com a realidade, e a razão sofre as influências das representações.

c) Acusam os cépticos aos estóicos que afirmam atributos positivos em Deus, e tentam explicar o mal com o conceito da providência, e a continência com o conceito do destino, e a variabilidade das leis humanas com o conceito da justiça natural. Os erros do dogmatismo reduzem-se pois, à pretenção de possuir um critério de verdade, uma evidência, onde tudo permanece compreendido (*acatalepto*). E os cépticos afirmam: fundamentar o assentimento no incompreendido não é ciência, é *opinião.* Tal atitude não é digna do sábio. Digna é a suspensão do assenti-

mento e do juízo (*epokhé*), do qual resulta a imperturbabilidade (*ataraxia*).

d) Resta, então, ao sábio apenas a probabilidade. *Carneades* intenta resolver êste ponto com sua teoria dos três graus da *credibilidade* ou *Verossimilitude*: 1) representação persuasiva; 2) e ao mesmo tempo não contraditada; 3) e examinada em tôdas suas partes. Mais tarde, *Sexto Empírico* e *Agripa* não aceitam o critério de verossimilitude. Não o substituem, no entanto, por uma negação, que seria uma posição dogmática, mas por uma suspensão de todo juízo. *Enesidemo* classifica em dez motivos ou modos (*tropos*) as causas da relatividade de todos os conhecimentos. São: 1) diferença entre os animais; 2) diferença entre os homens; 3) diversidade entre as sensações; 4) variedade das circunstancias, e disposições subjectivas; 5) variedade de posições, distâncias e lugares; 6) mescla variada com circunstâncias concomitantes; 8) relatividade das coisas; 9) diferença entre as impressões habituais e raras; 10) diversidade de educação, costumes, leis, crenças e opiniões humanas. *Agripa* resume em duas classes: 1) discordância entre indivíduos na maneira de viver ou de pensar, e 2) relatividade do objecto percebido aos outros objectos e ao sujeito que percebe.

e) *Sexto Empírico* resume todos êsses modos num dilema: tôda a coisa deve ser compreendida de por si ou por outra; porém, de por si não é possível por faltar um critério que não seja controvertido, tão pouco por outra, porque, com esta outra, o dilema se renovaria, e assim até o infinito. Nem a própria controvérsia acêrca do critério da verdade pode ser resolvida, porque, para tanto, seria necessário um critério reconhecido, e viceversa, pois para possuí-lo seria preciso já ter resolvido a controvérsia.

f) Acusam o silogismo por já estar contida a conclusão, na premissa maior. E argumentam: Todo homem é animal. Sócrates é homem. Logo Sócrates é animal. Mas, dizem os céptico, se não sabeis que Sócrates é animal, como podeis dizer: todo homem é animal? Mas pode objectar-se que o silogismo limita-se a estabelecer a relação lógica entre a conclusão e as premissas (já que não se acha contida nelas); por conseguinte, pressupõe a validez das premissas; demonstrá-lo não é a missão do procedimento silogístico.

g) Dizem os cépticos: "pretendeis dar a explicação dos factos por meio da causa. Mas pode conceber-se a causa sem primeiramente haver compreendido o efeito, como efeito daquela? E pode a causa, como tal, existir antes de que seja causa, quer dizer, antes que exista seu efeito? Por serem conceitos relativos, um não pode ser compreendido sem o outro; por isso um não pode ser explicado de outra maneira, senão que o segundo não pode ser explicado do primeiro.

h) *Sexto Empírico* deduz dêsses argumentos a seguinte regra: obedecer os fenômenos e deduzir dêles a norma do que parece mais benéfico. O critério para a vida não é o critério da verdade, mas da utilidade, e o método empírico o oferece com a coordenação sistemática de tôda a experiência, que pretende valer, realmente, para as experiências futuras, mas sem pretender, como em *Carneades,* à verossimilitude, isto é, à semelhança, com uma verdade objectiva, na qual o cepticismo radical suspende completamente o juízo. É esta a tendência que hoje se chama *pragmatista.* Ela vai influir na filosofia post-aristotélica. O *valor teórico* é substituído completamente pelo valor *prático e humano.*

O ECLETISMO

Dentre os ecléticos, releva anotar *Diógenes de Apolônia* (que não se deve confundir com *Diógenes, o cínico*), do século V, discípulo de Anaxímeno. Pretendia provar que o câmbio era inexplicável sem as transformações de um fundo único e imutável de tôdas as coisas, e que deve ser tal que possa dar conta da estabilidade de sua organização (frag. 2 e 3). É uma acomodação do princípio de Anaxímenes com o *Nous* de Anaxágoras, com a exclusão da *Migma* (mescla). Para D., é necessária a unidade de substâncias, a mescla e o contacto que forma a homogeneidade, o que leva à concepção monista jônica, à qual pertence, também, a inteligência. A posição de D., quanto à Anaxágoras, é a correspondente a *Spinoza,* com seu *monismo,* e ao dualismo de *Descartes.* Aceitava, ainda, a eternidade da substância e a temporabilidade das coisas. Havia uma sabedoria na substância, uma inteligência, que ordena. A substância inteligente e divina é um omnipotente e omnipresente senhor de tôdas as coisas, está em

tôdas as coisas e dispõe de tôdas. A diferenciação dos sêres nasce da participação multiforme dêsse *ar,* pela rarefação e condensação, que, penetrando no corpo, alimenta-o, e dá-lhe pensamentos mais puros, quanto mais puro fôr êsse *ar.*

ESTÓICOS ROMANOS

É no estoicismo romano que vamos ver, de maneira palpável, a preocupação pela salvação da alma (*soteria*), preocupação que cada dia se torna mais exigente nos espíritos. É essa preocupação de salvar a alma, substitui a busca da serenidade até então predominante. Com *Epicteto* (ap. 50-120 d. C.), escravo frígio, depois liberto, que passou para o Épiro, onde ministrou seus ensinamentos filosóficos, inicia-se a acusação do estoicismo imperial (tìpicamente romano), e tanto assim que foi julgado cristão oculto. Na verdade, êle afirmou que tivera conhecimento dos escritos cristãos, adaptando-os, porém, à concepção estóica. Entretanto, se em muitos pontos sua doutrina se aproxima da cristã, em muitos outros se afasta, e pode afirmar-se que Epicteto nunca se afasta da escola estóica, fundamentando-se nos princípios do estoicismo, exposto, por Zeno de Cítio e, sobretudo, no de Crisipo. Para Epicteto, devem distinguir-se as coisas que dependem do homem e as que não dependem. É atendendo-se às que dependem da própria vontade, que se poderá conseguir a verdadeira felicidade, o socego do espírito, ante as falsas opiniões e a intranqüilidade, que provêm da apetência dos bens externos. É na liberdade do homem ante as suas paixões, no saber libertar-se delas, que aquela se funda, a qual até os escravos poderão conseguir. Sua filosofia foi exposta em suas famosas *Máximas.*

Marco *AURÉLIO* (121-180 d. C.) foi imperador romano. Sua doutrina estóica tem traços de profunda religiosidade. Soube praticar o bem durante seu govêrno, cumprindo, na prática, as doutrinas que pregava. O homem, para Marco Aurélio, é um cidadão do mundo, e aceita a antítese entre o corpo e a alma, vindo, assim, de encontro à concepção de unidade do estoicismo. A vida é, pois, uma preparação para a morte, e esta a libertação da alma das trevas do corpo. E diz, ainda, que cada hora deve ser vivida como se fôra a última, e o homem deve estar resignado

e disposto à vontade de Deus, bendizendo-o tanto quando lhe dá, como quando lhe tira.

SÊNECA (4-65 d. C.) foi preceptor de Nero. Nasceu em Córdoba. Foi um verdadeiro eclético entre o estoicismo, o epicurismo e o cinismo. Em Sêneca, o estoicismo converte-se em filosofia, em doutrina de redenção da alma, e por ela e pela *charitas generis humani,* que lhe é inspirada pelo constante pensamento da morte, pela comunidade do pecado e pelo parentesco que nos une a todos, Sêneca aproxima-se, assim, do cristianismo, o que lhe valeu, depois, pelos padres da igreja, o título de verdadeiro cristão.

PERIPATÉTICOS

Aristóteles tinha o costume de dar suas aulas caminhando com os discípulos (do gr. *peripatos, passeio*). Daí foi dado o nome de escola peripatética, e peripatéticos aos seus discípulos, nome que se atribuiu, posteriormente, aos que seguiam e se inspiravam nas teorias e doutrinas do estagirita.

Grande foi a influência da doutrina de Aristóteles no decorrer da história, e entre seus seguidores até os dias de hoje, devemos ressaltar a Escola peripatética, fundada por seu discípulo imediato *Teofrasto* (de Lesbos, sucessor de Aristóteles desde 322-a 287 a. C.). Êste empreendeu estudos acêrca da doutrina de Aristóteles, com revisões críticas, obras que em grande parte se perderam, restando apenas alguns fragmentos. Essas obras serviram de modêlo para obras posteriores dos chamados *doxógrafos.* Das obras de Teofrasto, a mais conhecida é *Sôbre os caracteres.* Junto dêste, temos de distinguir *Eudemo de Rodes,* que escreveu a história das matemáticas, *Ménon,* historiador da medicina, *Timeu de Tauromênio, Aristóxenos de Tarento,* autor de *"Elementos de Harmonia", Estraton de Lampsaco,* discípulo e sucessor de Teofrasto no escolarcado, que acentua a tendência para o naturalismo materialista, seguindo as doutrinas atomísticas; *Aristarco de Samos, Ariston de Céos* etc.

No século I e no início do II, depois de J. C. houve um renascimento do peripatetismo, especialmente dedicado ao comentário da obra do mestre, destacando-se entre êles: Andrônico de

Rodes, Boécio de Sidon, Adrasto de Afrodisia, o astrônomo Ptolomeu, o médico Galeno, e Alexandre de Afrodisia, cujos comentários tanta influência tiveram na Idade Média, opondo-se com freqüência aos comentarios averroístas. Há relações entre os peripatéticos com o estoicismo e com o neo-platonismo, como veremos a seguir.

NEOPLATONISMO

É uma renovação do platonismo, originada da última fase pitagorizante, que atravessa por séculos o pensamento filosófico do Ocidente, chegando até a época actual.

O neoplatonismo tem suas origens na antiga Academia platônica, quando Espeusipo e Xenócrates fundem a idéia platônica do Bem com a idéia pitagórica do Um, subordinando a primeira à segunda.

A característica do neoplatonismo é a atribuição ao Um da suprema perfeição e realidade, e derivação por ordem descendente de todo o existente.

No interregno de Platão a Plotino, êste considerado como o maior vulto do neoplatonismo, há uma série de filósofos, que se relacionam com diversas correntes do pensamento.

Como expressão suprema do sincretismo religioso, o neplatonismo se desenvolve em três fases:

1) a do alexandrinismo romano (Sec. II-III) com Plotino (Vide *Plotino*) 2) a síria (séc. IV e V) com Jâmblico, à qual pertencem Juliano, o Apóstata, e Hipatia de Alexandria;

3) a ateniense (séc. V) com Proclo, (Vide Proclo), com seus discípulos Plutarco, Damáscio e Simplício;

4) a dos neoplatônicos latinos, relacionados com o estoicismo, com Calcídio, Macróbio e Boécio.

O neo-platonismo manteve luta acesa contra o cristianismo, mas através das obras de Santo Agostinho e de Escoto Eriúgena, penetrou na mística medievel, até o século XIII, quando a corrente aristotélica conseguiu impor-se.

Através da idade média, vamos ver a influência do neoplatonismo na Academia platônica de Florença, na filosofia natural de Giordano Bruno e no inatismo da escola de Cambridge. E, na filosofia moderna, no idealismo romântico de Schelling.

PREDOMÍNIO DO PROBLEMA RELIGIOSO

A crítica e a análise feitas ao conhecimento humano, as imperfeições salientadas em todo o saber, só podiam dar lugar à aceitação de uma fé como única garantia de uma certeza.

Essas correntes religiosas, que surgem na filosofia antiga, são os Judeus-alexandrinos, do século II a. C. ao século I d. C., os Neopitagóricos e os platônicos pitagorizantes, entre os séculos I a. C. e o II d. C. os neoplatônicos, politeístas do século II ao VI d. C., que sustentam uma luta feroz com o Cristianismo.

Vamos examinar essas escolas em suas linhas gerais, demorando-nos, naturalmente, nas figuras mais importantes.

FILON

(30 a. C.-50 d. C.). Chamado o Platão hebreu. É com F. que o judaísmo alcança a mais alta especulação filosófica. Sua filosofia é uma teologia e a revelação constitui um momento essencial.

Aceita os princípios do cepticismo, por ser o homem incapaz de apreender pelo conhecimento o verdadeiro. O homem só conhece Deus em sua existência, nunca em sua essência. O que o homem sabe acêrca de Deus é o que lhe é revelado nas Escrituras, de onde F. argumenta que nelas se fundamenta a sabedoria grega, onde a sabedoria grega vai encontrar suas fontes. A teologia, fundamentada nas escrituras, na Bíblia, compõe-se, em F., de doutrinas platônicas, aristotélicas e estóicas. Mas F. introduz um forte sentido pessoal de personificação nas potências divinas. Assim o Deus pai, com sua Bondade e Poder, é unidade, que se torna trindade. São as idéias que servem de intermediário entre o homem e Deus. Entre Deus, que é o ser puro, do qual nada se pode predicar, transcendente, e o mundo sensível, que se vai apro-

ximando do nada à medida que desce à matéria, existe uma hierarquia de sêres, anjos e demônios, modelados segundo a essência de Deus, a quem estão submetidos e subordinados, ao espírito perfeito, puro, ao *Logos*. À medida que o homem se afasta da matéria aproxima-se de Deus. Sua verdadeira missão é a ascensão ao reino das idéias, único caminho para alcançar a contemplação extática de Deus.

OS NEOPITAGÓRICOS E OS PLATÔNICOS PITAGORIZANTES

No período que vai do século I a. C. e ao II d. C., mesclam-se as doutrinas platônicas com as doutrinas do círculo pitagórico.

Entre as figuras mais importantes dêsse período, salientamos Nigidius Figulus, Apolônio de Tiana, Moderato de Gades.

Há, ainda, Nicômaco de Gerasa, que faz dos números pitagóricos idéias divinas. O simbolismo da mística pitagórica chega à sua maturidade e culminação em todos êsses representantes do neopitagorismo platonizante, que desdobram o Um em diversos conceitos da unidade e explicam o mundo pela emanação da unidade suprema e contemplação desta unidade sôbre si mesma.

OS NEOPLATÔNICOS

PLOTINO

Plotino (204-270 d. C., natural de Licópolis, Egito). Em Roma, Plotino fundou sua escola, na qual professou até o fim da vida.

Teve como discípulos, além de Porfírio, que recompilou sua filosofia, em seis *Enêadas,* divididas em nove tratados cada uma, Amélio de Etrúria, o médico alexandrino Eustóquio, o poeta Zótico e alguns senadores e pessoas influentes na casa imperial romana.

Examinemos os temas principais da doutrina de Plotino:

a) com P., e também com Proclo, o neoplatonismo empreende uma grande especulação final religiosa. Tudo vem de Deus por graus e tudo volve, por graus, a êle. A unidade universal se estabelece na continuidade do círculo, que une o término com o princípio.

b) O princípio é Deus. Acentua P. sua transcendência. Deus é incognoscível e inefável para os homens, e coloca-o acima de tôdas as determinações que possamos conceber do ser, da essência, do pensamento, da vontade, etc. Podemos de Deus dizer o que não é, nunca o que é. Para falarmos de Deus, temos que usar nossos têrmos inferiores e compará-lo ao inferior, chamando-o o Um, Bem, Acto Puro, etc. Com isso não expressamos a Deus, mas a necessidade e a aspiração das coisas inferiores, que só podem subsistir pelo apoio da Unidade, do Bem, do Acto Puro. Deus coloca-se, assim, além de qualquer determinação.

c) É Deus a fonte de todos os sêres. Embora não tenha necessidade de movimento e câmbio, dêle emana uma série de outros sêres numa procissão descendente. A emanação deriva desde a essência de Deus, enquanto êle permanece, em si, no acto de sua essência. Assim, o fogo que permanece, em si, fogo, emana o calor, ou o sol que, permanecendo sol, em si, emana sua luz em tôdas as direcções. Tôdas as coisas procedem de Deus, e sem êle não se manteriam, mas Deus transcende a tôdas as coisas. É progressiva a descida dos sêres. Assim como a luz vai se debilitando e obscurecendo, quanto mais se afasta de sua fonte, assim, afastando-se da fonte da Unidade e da Perfeição, os sêres vão aumentando em multiplicidade.

Três graus tem êsse descer do Um: 1) Intelecto; 2) Alma universal; 3) Mundo corpóreo.

Os dois primeiros formam com o Um a Trindade divina das substâncias ou hipóstases, o terceiro é o último dos entes, fora do mundo inteligível e em contacto com a matéria, que não é corporeidade, mas absoluto não-ser, e, por isso, mal absoluto.

d) O Intelecto é filho e Verbo do Um (Pai). O filho é imagem do pai, porque êste é inteligível puro, e o filho é ao mesmo tempo inteligível e intelecto, ser e pensamento objecto e sujeito. Todos os inteligíveis estão reduzidos à unidade e compenetrados nela.

Como unidade, o Intelecto é imagem do Pai; como totalidade, é exemplar da terceira hipóstase divina, *Alma do Mundo,* no qual a totalidade, embora sem dividir-se em si, se distribui na multiplicidade.

e) O mundo corpóreo, último degrau da descida do ser, está possuído pela alma que não a possui como coisa sua. Tôdas as coisas de que se compõe o mundo, derivam da unidade da Alma, unidade vivente. Da matéria provém a divisão, a discórdia, porque a matéria é o absoluto mal e não-ser, degrau último de tôdas as coisas, limite final da descida. Mas é, na matéria, que se inicia o retôrno, porque o mundo corpóreo é vivente, e o verdadeiro ser do vivente é a alma. Se a alma perde a consciência da unidade universal nos sêres individuais, cai no pecado do orgulho da individualidade, convertendo-se em prisioneira da matéria, que é a negação da unidade, condenando-se, assim, à série das transmigrações dos corpos. Mas, na expiação do pecado, a alma é purificada. Reconhecendo a vaidade da vida terrena, volve a penetrar em si mesma e sente a exigência íntima da natureza divina. Assim, a passagem do pecado à virtude é a purificação, enquanto liberação da espiritualidade de qualquer sujeição do corpo. Com essa purificação, a alma inicia sua conversão a Deus, que se realiza por três caminhos ascendentes: contemplação da harmonia (música) da beleza espiritual (amor), da virtude inteligível (filosofia).

Mas acima dêsses três caminhos, há ainda outro superior, a suprema conversão, a união com Deus, a imanência da alma em Deus, que se processa pelo êxtase. Com êsse retôrno é fechado o círculo.

PROCLO

Proclo (410-485. Natural de Constantinopla). Discípulo de Olimpiodoro, em Alexandria, e, em Atenas, de Siriano. Seguiu em parte os predecessores da escola ateniense do neoplatonismo, mas foi influído, principalmente, pelas doutrinas de Plotino e Jâmblico. Deu à sua doutrina uma precisão lógica e tal subtileza, que foi consagrado como o maior escolástico do neoplatonismo.

Temas: a) a doutrina do círculo de descida e retôrno de Plotino foi sistematizada por Proclo, que delineia a dialéctica de todo o processo de desenvolvimento em sua doutrina da *tríada*: 1) permanência do ser em si; 2) saída do ser de si mesmo; 3) retôrno a si mesmo pela conversão. Pela perfeição e superabundância de poder, o ser, permanecendo em si mutável, gera um producto, que lhe é semelhante (quer dizer idêntico e diverso ao mesmo tempo), que permanece e procede ao mesmo tempo, mas aspira ao Bem e pelo Bem retorna à sua causa. Cada retôrno realiza-se através das mesmas causas, pelas quais cumpriu a procissão. Os caminhos correspondem-se exactamente, em perfeito círculo, que reúne o término com o princípio.

b) O Um contém, assim, potencialmente, todos os sêres inferiores, como todos os superiores. Assim, os inferiores são emanações dos superiores, chegando até à singularidade. A estructura do universo, assim concebida, é imutável. Em todo o platonismo, apesar de sua complicada hierarquia dos sêres, há unidade sem temporalidade e sem criação.

JÂMBLICO

Jâmblico (Nat. Cálcis, Síria, 250?-325?). Discípulo dos peripatéticos Anatólio e de Porfírio. Pertence à chamada escola síria do neoplatonismo, à qual pertenceram Teodoro de Asine, Sopatro de Apaméia e Dexipo. Com Jâmblico, há a acentuação dos caracteres místico-religiosos do neoplatonismo. Êle aumenta exageradamente o número dos sêres, os sistemas dos sêres produzidos por emanação, enxertando os deuses, gênios e demônios da filosofia popular grega, e interpretando, alegòricamente, os mistérios das filosofias e doutrinas orientais.

Para J. a unidade suprema não é o Um idêntico ao Bem, como em Plotino. É algo inefável, absolutamente transcendente. A unidade Bem é subordinada, e produz o mundo inteligível, as idéias, das quais nasce o mundo intelectual.

Em J., há uma mais acentuada tendência teológica e teosófica, com influências do pitagorismo.

PORFÍRIO

Porfírio (Nat. de Tiro 232-304). Discípulo de Longino e, depois, de Plotino. É um dos representantes do neoplatonismo. Foi autor das *Enéadas* (Vide Plotino).

Para P., a filosofia tem como principal finalidade a salvação da alma, a purificação ascética com o fito de ascensão, desde a imersão no sensível à contemplação da unidade suprema. Lutou contra os cristãos na defeza dos mitos populares gregos, dando interpretações alegóricas. Pouco se conhecem de suas numerosas obras, cuja maior parte se perdeu, o que reduz muito os conhecimentos que se têm acêrca da sua filosofia.

OS PADRES DA IGREJA

A PATRÍSTICA OU PATROLOGIA

Inegàvelmente, a filosofia foi incorporada ao Cristianismo e não êste àquela. Foram os convertidos gregos, que já se dedicavam aos estudos filosóficos, que procuraram aplicar seus conhecimentos para explicação e justificação das idéias religiosas novas, que penetravam no ambiente greco-romano. Sem dúvida que se encontram muitas proposições, que revelam uma especulação filosófica em passagens do Novo Testamento e, sobretudo, nas famosas cartas de São Paulo. Contudo, o de que jamais se deve esquecer é que o Cristianismo é uma religião e não uma filosofia, e que a inclusão desta no seu âmbito é apenas com o intuito de explicar por meios filosóficos, os postulados da fé, que se fundavam apenas na palavra evangélica.

Contudo, ante os olhos dos representantes da cultura greco-romana, o Cristianismo surgia como uma religião estranha e até bárbara. Um homem, nascido de pais obscuros, de uma região obscura, da mais odiada das províncias romanas, de profissão carpinteiro, pôs-se a pregar o amor mútuo entre os homens, a compaixão aos que sofrem, a curar enfermos, pedindo a todos que se arrependessem dos seus pecados e que dêles se penitenciassem,

além de renunciarem a tôdas as riquezas, os bens mundanos de tôda espécie. Que todos amassem o seu Pai Celestial, pois era êle o Filho, que havia vindo para salvar os homens, indicar-lhes o caminho da remissão dos pecados, e que, num Juízo Final, que anunciava, separaria os bons dos maus, dando aos primeiros um prêmio eterno de gozos celestiais, e aos outros um castigo sem fim de penas dolorosas. Êsse pregador fôra aprisionado pelos romanos, torturado e, finalmente, crucificado, havendo, no terceiro dia, como afirmavam seus partidários, ressurgido dentre os mortos e, finalmente, ascendido aos céus. Deixara na terra seus seguidores, para que levassem a todos os povos a *boa nova,* o *evangelho,* para que todos os povos se tornassem irmãos.

Tudo isso soava aos ouvidos greco-romanos, dominados nessa época por um cepticismo avassalante, e pelo racionalismo predominante no seu filosofar, como um conjunto de absurdos, porque, realmente, a nova concepção era a antípoda da sua concepção do mundo .

Devela-se, o assim, o cristianismo como uma fôrça *corruptora* dos postulados greco-romanos, por que instituia uma nova visão e estabelecia uma ética social e política totalmente nova. Rompendo com o preconceito grego de que os homens nascem ou senhores ou escravos, e que a escravidão se justifica por essa diferença entre os homens, o Cristianismo pregava a igualdade de todos ante Deus e que todos eram irmãos, e que deviam uns ajudarem aos outros, perdoar os males que lhes praticassem, e amar os inimigos.

O Cristianismo reunia os cumes mais elevados da moral que havia predominado em todos os tempos, e em todos os povos, e surgiu, assim, como uma religião sincrética, que conexionava as positividades dos vários credos das diversas regiões do mundo. Na verdade, actualizava em sua doutrina uma série de princípios que, ao serem encontrados em outras crenças, representavam os pontos máximos do impulso religioso. A sua luta contra a escravidão, fundamento econômico do Império Romano, seu espírito internacionalista contra as fronteiras e as diferenças de raças, seu desejo infrene de paz e de amor entre os homens, punham a nova doutrina em contraposição aos dominadores, e os cristãos eram os fronteiriços dessa cultura, marginais que não podiam ser compreendidos nem amados, mas, sobretudo, desprezados e odiados pelos representantes do espírito dominante.

Como compreender a abolição da escravidão? Como imaginar os nobres senhores sem terem mais o braço escravo para atender-lhes as mínimas necessidades? Como conceberem que o filho de um carpinteiro, de uma das mais desprezíveis regiões do império romano, fôsse o deus vivo E que, crucificado, ressurgisse no terceiro dia para ascender aos céus?

O Cristianismo soava aos ouvidos greco-romanos como um inaudito não-senso. Nunca religião alguma, para êles, havia pregado idéias tão abstrusas, tão contraditórias, tão cheias de inconsistências. E, no entanto, os cristãos, apesar das perseguições, ou devido a elas, como erradamente pensam alguns, tornaram-se poderosos, multidão, e invadiam todos os sectores do mundo, inclusive nas altas camadas dos sedimentos mais altos daquela cultura.

Mas a inteligência grega, como a romana exigiam do cristianismo provas, argumentos. Não lhes bastava a notícia de pretensos milagres, de factos extraordinários, de acontecimentos inauditos. Queriam a demonstração, a prova, em suma.

Êste lanço inicial do cristianismo é o estágio conhecido na história da religião, pelo período dos Padres da Igreja, dos *santos* padres, incluindo-se nessa classificação os escritores eclesiásticos antigos, mortos na fé cristã e na comunidade da Igreja. Contudo, dentro da Igreja, faz-se uma distinção entre *Padre* (*Pai*) da *Igreja* e *Doutor da Igreja.* Os primeiros foram os que se revelavam possuidores de uma ortodoxia doutrinária, uma vida santificada, e aprovação da Igreja. São aquêles que vão até o 3.º século Quando essa nota de ancianidade não é conhecida, o escritor, que defende de modo eminente a doutrina da Igreja, recebe o nome de *Doutor da Igreja.* Contudo, só receberam o título de *sancti* os primeiros, que vão até Gregório, o Grande.

A FILOSOFIA E OS PADRES DA IGREJA

De início, houve nítida oposição entre os primeiros padres da Igreja, os *sancti* os *philosophi.* Uns falavam da revelação cristã e outros dos ensinamentos da filosofia grega.

No segundo século da era cristã, apareceram os Padres apologistas ou *Apologetas,* que receberam tal título porque suas obras

se dedicavam à apologia (pregar a favor). Surgiram, nessa ocasião, os primeiros escritos filosóficos, que procuravam justificar o Cristianismo ante a filosofia grega.

Das mais antigas apologias que se conhecem, temos a de *Quadratus,* por volta de 125, que está perdida, e a de *Aristides,* onde muitas teses são expostas sob a égide do pensamento filosófico. Em 132, converteu-se ao Cristianismo *Justino* (São Justino), que se tornou mártir, em 167. Escreveu êle duas apologias, a primeira dirigida ao imperador Adriano, e a segunda ao imperador Marco Aurélio, o seu famoso *Diálogo com Trifon.* Passando pelo pitagorismo, no qual não se iniciou, e pelo platonismo, Justino, nessa obra, apresenta provas da existência da alma, além de buscar, sobretudo, em seus escritos, mostrar que o Cristianismo representava o acabamento do pensamento grego, seu momento mais alto, pois antes de Cristo já houvera cristãos entre os gregos, e seus filósofos haviam bebido seus profundos conhecimentos nos livros sagrados do Velho Testamento. O Cristianismo é, assim, o ponto culminante da revelação, pois Cristo é o Verbo incarnado, é a incarnação do LOGOS grego, e citava Sócrates como um verdadeiro santo cristão.

Após Justino, seu discípulo *Taciano* prosseguiu no mesmo caminho. Escreveu *"Discurso aos gregos"*, entre 166 e 171, onde revela a influência dos gnósticos, sobretudo de Valentino. Taciano negava aos gregos o papel de criadores da filosofia, pois haviam-na recebido de outros povos mais cultos, que apenas a conservavam secreta, enquanto os gregos, que viviam ao ar livre, levaram-na para o "meio da rua". Nada inventaram os gregos, afirmava. Aristóteles jamais compreendera a providência, e limitava Deus à necessidade estrita. Ademais, o homem é livre e não sujeito à necessidade imprescriptível. Taciano analisa com energia; suas palavras são duras, alcançam até a agressividade. Expõe a criação como um acto de liberdade de Deus, que de seu *Logos* cria tôdas as coisas, dá-lhes a existência, quando elas já eram eminencialmente na sua omnipotência.

A imortalidade da alma é uma conquista do homem.

Sabe-se, também, da existência, nessa época, de uma obra de *Melitonius,* bispo de Sardes, *Apologia,* que foi endereçada a Marco Aurélio, da qual restam apenas quatro fragmentos. Nesse período, porém, a mais famosa foi a obra de *Atenágoras,* por volta de

de 177, *Súplica em favor dos Cristãos,* obra apologética, endereçada ao imperador Marco Aurélio e a Cômodo. Buscava Atenágoras mostrar que o reino dos cristãos não é o dêste mundo, e que se diziam súbditos de Deus, que não era imperador. Procurava mostrar que havia muitos pontos de contacto entre a doutrina cristã e a filosofia grega. O monoteísmo não era novidade, pois Platão, Sócrates e muitos filósofos gregos haviam defendido a idéia monoteísta. Interessava-se Atenágoras em demonstrar que só há um deus, e que os deuses greco-romanos não têm mais significação nem sentido. É com Atenágoras que o conceito cristão de alma se fundamenta e se afasta da concepção platônica. O corpo faz parte da natureza humana, e a alma dêste é de certo modo inseparável. A ressurreição do corpo é uma promessa de Cristo e o homem, na sua plenitude, é alma e corpo, mas ambos inseparáveis.

O GNOSTICISMO

É difícil, em face da variedade extremada dos pensamentos gnósticos, muitas vêzes até contraditórios, expor em que consiste essa corrente, que teve seu desabrochar nêsse período, e que deixou no patrimônio da filosofia muitas contribuições positivas, como também muitos erros. Afirma o gnosticismo um conhecimento (*gnosis*) capaz de unir o homem a Deus. A *gnosis* é o conhecimento intelectual, que unido à *pistis,* à fé religiosa, alcança ao mais alto saber. O gnosticismo pretendia, no segundo século, realizar a união entre a alma humana e Deus, através de um conhecimento (*gnosis*), que permitisse tal *desideratum.*

Entre os grandes gnósticos dêsse período, podem citar-se *Simão o Mago, Márcio, Valentino, Basílides, Saturnillus, Menandro de Capparetta, Lucano, Asclépio, Metrodoro, Ambrósio* e muitos outros.

Márcio de Sinope foi o fundador do movimento chamado *marcionista.* Excomungado por seu bispo, foi para Roma, onde combateu as idéias cristãs. Nada nos resta de suas obras, salvo as passagens nos livros cristãos em que são rebatidas as suas teses. Afirmava êle haver uma antítese entre o Novo e o Velho Testamento. O deus dos judeus é um deus imperfeito. O verdadeiro Deus foi revelado por Cristo, que é um deus puramente bondade, e não o deus justiceiro dos hebreus.

Basílides, natural da Síria, começou a ensinar em Alexandria, em 130. Afirmava que Deus pairava acima do ser, que é criação dêle, como o são tôdas as coisas. Dessa mesma época é *Valentino,* que em 135 ensinava em Alexandria, vindo, depois, para Roma, em 160. Deus, acima de tôdas as coisas, é o abismo, o inconcebível. Mas o abismo era amor e não tolerava a solidão, e uniu-se ao silêncio (*sigê*), e dessa união nasceu o Intelecto (*NOUS*) e a verdade (*Alétheia*). Do Intelecto e da Verdade foi engendrado o LOGOS, o Verbo e a Vida, que engendraram, por sua vez, o Homem.

A perda da obra dos gnósticos impede que se possa fazer uma reconstrução de suas idéias: contudo, há intenções claras que podem ser delineadas, como seja a de apresentar Cristo apenas como um escolhido (eleito) para transmitir um conhecimento que salva, para estimular uma luta contra o judaísmo, que perverte o cristianismo.

Pode-se considerar como o genuíno codificador do gnosticismo *Plotino,* que construiu essa doutrina com bases filosóficas e com a suficiente inteligibilidade. É o que vimos ao examinar a Escola Alexandrina.

Na Igreja, em luta contra os gnósticos, surge *Santo Irineu,* natural de Esmirna, que foi (126) discípulo de *Policarpo,* que era da geração que conhecera Cristo, e que fôra instruído pelos seus discípulos. Sua obra, *Exposição e refutação do falso conhecimento* (*gnosis*), acusa a êste de desconhecer os limites da razão humana e pretender penetrar no que a ultrapassa por caminhos falsos. Há apenas Deus, e não um demiurgo, um ser intermediário, criador do mundo. Para os gnósticos, o demiurgo é o criador, embora dependente de Deus. Deus é o verdadeiro criador, e não há nenhum outro ser fora dêle, mas, sim, dêle, a êle submetido. Contudo o homem é livre, e se o pecado diminui a sua liberdade, não consegue, porém, destruí-la.

Hipólito foi um discípulo de Santo Irineu, e tornou-se famoso por sua obra *Contra os Gregos e Platão, ou do Universo.* Provàvelmente, nasceu em Roma, tendo morrido na Sardenha, em 236 ou 237. Combateu as heresias e defendeu a tese de que estas não surgiram pròpriamente do Cristianismo, mas das doutrinas filosóficas gregas. Sua obra *Refutação das Heresias* foi contemporânea de Clemente de Alexandria.

OS CRISTÃOS ALEXANDRINOS

Em 190, havia em Alexandria uma escola cristã, da qual era mestre *Panteno,* estóico convertido, que segundo parece nada escreveu, mas guiou os primeiros passos de *Clemente de Alexandria.*

Clemente (150-215) fôra de início estóico, e convertera-se ao Cristianismo. Perseguido, recolheu-se a Cesaréia, em 202, restando, como suas obras principais, *Protreptikos,* em 195, o *Pedagogo,* e suas famosas *Strômatas.*

A primeira, que significa discurso de exortação, tem uma semelhança com as obras de Justino, Taciano e Atenágoras, na qual era nítida a intenção de exortar os pagãos a afastarem-se do culto dos ídolos, e volverem-se ao verdadeiro Deus. Nessa obra, mostra os absurdos de que o politeísmo grego estava eivado. No *Pedagogo,* pregou o caminho para afastar os homens do pecado, e levá-los à salvação. O Verbo é o Pedagogo, que ensina aos homens o caminho da bondade, que o conduz à salvação. Nessa obra combate os excessos de luxo dos alexandrinos, e mostra que a verdadeira riqueza é a dos cristãos, que possuem os tesouros da alma que não podem ser arrebatados. A frugalidade do cristão é a garantia da sua felicidade. O rico poderá salvar-se, desde que não dominado pela riqueza, pois o espírito do cristianismo é o desapego às coisas do mundo, já que os pobres, quando cristãos, são mais ricos do que os mais ricos, e os ricos, quando não o são, são mais pobres do que os pobres. Nos *Strômatas,* analisa o antigo e o novo testamento, a lei dos judeus e a lei dos cristãos, e possuindo o homem uma capacidade de conhecer (*phronesis*) que o distingue dos animais, alcança êle a ciência, a *epistéme,* a prática, *tekhene,* e, pela filosofia, pode alcançar a verdade religiosa. Para êle dois mestres vêm do passado: Pitágoras, homem iluminado por Deus, e Platão, em que a filosofia se torna piedade. A teologia dos estóicos é falsa, porque concebe Deus como um corpo imanente ao mundo, embora a sua moral seja extremamente boa, e deva ser utilizada. Deus não é um incognoscível. Sofre influência de Hermes Trismegistos, e afirma que nós conhecemos Deus pelo seu filho o Logos eterno com êle, e com êle é coessencial. É por êle que o mundo foi criado. Finalmente, para êle, a verdadeira *gnosis* é a cristã.

Em 184 nasceu, no Egipto, *Orígenes,* que foi discípulo de Clemente e de Amônio-Sacas. Começou a escrever em 218, foi torturado em 250 por Dácio, tendo morrido em Tiro, em 253, em conseqüência dos sofrimentos. Foi inegàvelmente um grande teólogo e era tão apaixonado em suas convicções, que decidiu mutilar-se para que os desejos não lhe perturbassem a sua acção religiosa. Deus é o Pai, o Verbo, e o Espírito Santo, em suma, a Trindade. Orígenes embaraça-se ante a concepção da Trindade, e busca explicá-la, sem tê-lo conseguido. Era para êle misteriosa a origem da alma.

O PLATONISMO LATINO DO SÉCULO IV

Surge nesse período a figura do *Macróbio,* que reuniu conhecimentos esparsos herméticos com pitagóricos e platônicos, em seu livro *"In somnium Scipionis",* que teve grande influência no pensamento cristão. Também *Calcídius,* que traduziu o *Timeu.* de Platão foi um cristão. Sua obra filosófica influiu, sobretudo, no século XII, na escola de Chartres. Regeitava a definição aristotélica da alma como forma do corpo. *Calcídio, Macróbio* e *Nemésio* impediram que o pensamento aristotélico penetrasse no mundo cristão mais cedo do que devera.

Outra figura importante dêsse período é *Mário Victorino,* professor de retórica, que se converteu ao Cristianismo, quando se dedicava à leitura das escrituras, com intuito de combatê-las. Era um homem de conhecimento enciclopédico, e escreveu numerosos livros sôbre diversas matérias, os quais se perderam quase todos. Foi êle que traduziu as Enêadas para o latim, cuja tradução ficou perdida, mas foi essa tradução que permitiu que Santo Agostinho descobrisse o neo-platonismo, que tanto influiria sôbre êle. Combateu os arianos na pessoa de *Cândido.* Foi Mário Victorino quem deu o sentido mais profundamente filosófico ao Cristianismo. Foi êle que identificou Deus com o Ser até a sua identificação com o Um. Anterior a tôdas as coisas, está para elas em relação de causa e efeito. Deus é um pre-ser, causa de tudo, tanto do que é como do que não é. É impossível que o não-ser pudesse ter sido a causa do que é. Deus é, pois, o ser su-

premo, e é, como tal, que dizemos que êle é não-ser, não por privação da universalidade do que é, mas no sentido que é mister distinguir o próprio ser, que é também não-ser. Para Mário Vitorino, existe, antes de tudo, o que existe verdadeiramente, o Um, antes de tudo, que é um. Antes de tôda existencialidade, de tôda substância, de tôda subsistência, há êste. Um superior, sem essência, sem exitência, sem substância, sem inteligência, pre-inteligência, pre-substância, pre-existência de tôdas as potências, fôrça mais rápida do que o próprio movimento, e mais estável do que o próprio repouso, repouso que é um movimento inefável, movimento que é um repouso supremo. Esta concepção anuncia a teologia de *Dionísio Areopagita,* de *Máximo, o Confessor* e de *João Escoto Eriúgena.*

APÓS O CONCÍLIO DE NICÉIA

Em 325, realizou-se o *Concílio de Nicéia,* que estabeleceu desde então a separação das doutrinas heréticas, e deu ao Cristianismo uma estructura difinitiva. O famoso *Credo de Nicéia,* até hoje pronunciado pelos cristãos, afirmava: nós cremos num só Deus, Pai omnipotente, que fêz tôdas as coisas visíveis e invisíveis. Em um só Senhor, Jesus Cristo, filho de Deus, que foi engendrado apenas pelo Pai; ou seja, da substância do Pai, Deus de Deus, Luz de Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, engendrado e não feito, consubstancial ao Pai, por quem tôdas as coisas nasceram, as que estão no Céu como as que estão na Terra, quem, por nós, e por nossa salvação, desceu, e encarnou-se, sofreu e ressuscitou no terceiro dia, subiu aos céus, e vem julgar os vivos e os mortos, e também ao Espírito Santo. Quanto àqueles que dizem: houve um tempo em que êle não era, ou que êle não era antes de ter sido engendrado, ou que êle nasceu do nada, ou que êle é de outra hipóstase ou de uma outra substância, ou que o filho de Deus é criado, ou mutável, ou submetido a modificações, êstes a Igreja Católica e Apostólica de Deus os anatematiza.

Desde então, dentro do cristianismo, as especulações religiosas, cingiram-se aos dogmas estabelecidos no Credo.

Surgiu *Eusébio de Cesaréia,* 265 a 340, que foi mais um historiador do que um filósofo. Deixou a sua célebre *História Eclesiástica,* e uma obra apologética considerável. Da escola de Cesaréia, fundada por Orígenes, surgiu *Gregório Naziazeno,* conhecido por *Gregório, o Teólogo.* Em Atenas, estudou ao lado de *São Basílio.* Sua obra mais famosa são os discursos teológicos. Submetia êle a Filosofia à Teologia, ao inverso de *Arius,* que buscava absorver o dogma na Metafísica, doutrina considerada herética. Neste período, surgiu *Eumônios,* filósofo que seguia *Arius.* O que caracteriza a concepção de Arius é que Deus está submetido à necessidade, e que o filho engendrado é totalmente dissemelhante de Deus. Cristo não é consubstancial com o Pai.

Condiscípulo de *Gregório Naziazeno,* é *Basílio* ou *Basílio, o Grande* (330-379), originário de Cesaréia, na Capadócia.

Combateu as doutrinas de *Eumônios,* afirmando que o Filho foi engendrado, que era consubstancial com o Pai. Não se pode separar a figura de S. Basílio da de São Gregório Naziazeno (335-396). Para êste, a alma, após a morte, não se separa dos elementos que compõem o seu corpo. Ela permanece em estado de dispersão, mas ligada ao corpo, e que a purificação da alma se atinge pela ascese, e que o mundo poderá ser totalmente purificado pela acção humana. Por volta de 400, surgiu *Nemésio,* que seguiu as linhas filosóficas de *Gregório Naziazeno,* tendo distinguido, na alma, uma parte racional, e uma parte irracional. Outros patrólogos surgiram, como Apolinário, (392), Macário, (395), discípulo de *Hipatia,* a famosa filósofa, e *Teodoreto* (396-458), cujas obras permaneceram dentro das idéias gerais dêsse período.

PSEUDO-DIONÍSIO

A grande figura que vai surgir na Patrologia, é sem dúvida êsse autor, cujo nome ficou desconhecido, restando-lhe o pseudônimo de *Pseudo Dionísio, Areopagita,* também conhecido por *Dionísio, o Místico.* Fundava-se êle no princípio de que provar que os outros estão errados não prova que temos razão. Dêste modo, perdeu o interêsse pela controvérsia, tendo afirmado, em sua car-

ta sétima, que nunca disputou com os que estavam errados, persuadido que o melhor meio para destruir o êrro é estabelecer a verdade de modo irrefutável. Sua obra *Dos Nomes Divinos* ficou, para sempre, na história da filosofia, e mereceu de São Tomás e de Alexandre de Hales comentários, que permanecerão eternos. A maioria de suas obras foram perdidas, sobretudo é lamentável a perda dos *Fundamentos Teológicos,* da qual o *Dos Nomes Divinos* é uma seqüência. Buscava fundar-se nos textos das escrituras, mas havia necessidade de decifrar os seus significados, já que elas eram escritas em linguagem humana. Assim, as escrituras falam de Deus, usando diversos nomes, os quais nos apontam a um *hyper-on,* um super-ser.

A teologia de *Dionísio* é uma teologia superlativa, e também uma teologia *apofática,* negativa. A divindade não é o que nós dizemos com nossos têrmos. Sua obra exerceu uma grande influência no pensamento medieval. O Deus de Dionísio é semelhante à idéia do bem, descrita por Platão, simbolizado pelo sol sensível. Nenhum de nossos nomes se aplica devidamente a Deus. Êle não é o Um, êle não é o Ser, não é nem Unidade, nem Trindade, Deus não tem nome. Êle não é nada do que não é, nem nada do que é. Êle transcende a todo ser e a todo conhecimento. O nosso saber consiste em saber que se ignora, *ignorância mística.*

A sua obra foi traduzida para o latim por *Hilduino,* e, depois, por Escoto Eriúgena, e comentada na Idade Média por Hugo de Saint-Victor, Roberto Grosseteste, Alberto o Grande, São Boaventura, Tomás de Aquino e muitos outros.

Ligado à obra de Dionísio Areopagita, está o de seu comentador *Máximo de Crisópolis,* mais conhecido por *Máximo, o Confessor* (580-652). Procurou êste explicar o pensamento de Dionísio. Deus é a mônada pura, e não o Um, princípio dos números por adição. Seu movimento é o conhecimento. Do primeiro movimento da mônada, nasce a díada, e suplantando a díada, produz a tríada, pela processão do Espírito Santo. As criaturas são processão da tríada, e o homem é um dêsses sêres. A reunião da natureza humana à natureza divina é a redenção do homem Aproximar-se de Deus é assimilar-se a êle, mas para conhecer o bem, e mister desejá-lo, e para conhecer a Deus o homem deve

começar por amá-lo, o que o arranca de si mesmo, *êxtase,* e precipita-o veementemente para Deus. Nada pode o homem desejar de melhor do que essa libertação de si mesmo. O êxtase é o momento anunciador da eternidade futura.

Surge no sexto século *João Philipon,* famoso gramático e dialéctico, que foi ao mesmo tempo cristão e um comentador de Aristóteles. Seus comentários foram conhecidos tardiamente, na Idade Média, por uma traducção de Guilherme de Morbecke. O ultimo grande nome da patrística grega foi *João Damasceno,* morto em 749, e sua obra, a *Fonte do Conhecimento,* serviu de modêlo às sentenças de *Pedro Lombardo.*

A PATRÍSTICA LATINA

É no 3º século, que começa a surgir em língua latina as primeiras obras apologéticas do Cristianismo. *Tertuliano,* nascido em Cartago, em 160, converteu-se ao Cristianismo em 190, defendendo-o com ardor. Mas, aos poucos, foi dominado pelas doutrinas *montanistas,* passando a combater o cristianismo. Finalmente, separou-se daquelas, fundando a sua própria seita, e morreu em 240. Sua seita sobreviveu-lhe, conciliando-se com o Cristianismo pela acção de Santo Agostinho. Ficaram famosas suas frases tais como: *Credo quia absurdum,* creio porque é absurdo. Tertuliano era um grande orador, de uma eloqüência extraordinária, mas suas contribuições filosóficas pouca influência tiveram, para a filosofia. Dêste período é também *Minúcio Felix,* cujas idéias, em parte, são as de Tertuliano. Escritor de raras qualidades, construiu um diálogo com características ciceronianas, no qual justificava os cristãos, e mostrava a pureza do seu culto. *Arnóbio* (260-327) era professor de retórica em Sica, adversário dos cristãos. Converteu-se, depois, e pediu o batismo. Contudo, os cristãos não confiaram em suas intenções. Escreveu êle uma apologia da religião, na qual confessava seu desejo de tornar-se cristão. Sua obra está cheia de defeitos, embora apresente argumentos interessantes. Para êle o valor do Cristianismo estava na revelação monoteísta de Cristo. Sua obra está eivada de cepticismo. Acreditava na divindade de Jesus. *Arnóbio* não é considerado um doutor da Igreja.

Lactâncio, professor de retórica em Nicomédia, converteu-se ao Cristianismo em 300. Foi preceptor do filho do imperador Constantino, em 316. Escreveu uma obra em defesa do cristianismo àquele imperador *"De Opficio Dei"* e *"Instituições Divinas"*. Escrevia tranqüilamente, com candura. Buscava Lactâncio reunir o conhecimento cristão com as obras de Hermes Trismegistos, Platão e Pitágoras. Outros grandes apologistas foram *Santo Hilário,* morto em 368, e *Santo Ambrósio* (333-397). Êste não admirava os filósofos; ao contrário, os atacava. Dedicava-se a interpretações alegóricas dos textos religiosos. Teve grande influência em Santo Agostinho, que foi por êle convertido ao Cristianismo.

SANTO AGOSTINHO

Santo Agostinho (354-430) nasceu em Tagassa, onde terminou os seus primeiros estudos. Dirigiu-se depois a *Madaura* e a *Cartago* para estudar letras e retórica, que desejava, posteriormente, ensinar. Sua mãe, Mônica (*Santa Mônica*), desde cedo lhe inculcou o amor a Cristo. Viveu em Cartago entregue a uma juventude desordenada, no meio de prazeres, quando, em 373, leu um diálogo de Cícero, hoje perdido, *Hortêncio,* que lhe despertou vivo amor à sabedoria.

Entrando em contacto com os maniqueus, que se jactavam de ensinar uma explicação racional do mundo, e justificar a existência do mal, Agostinho dêles se aproximou, tornando-se maniqueu, transformando-se em inimigo do Cristianismo.

Contudo, suas crenças foram abaladas, quando, ao seguir para Roma, foi convidado para ocupar uma cadeira municipal em Milão. Conheceu aí o bispo da cidade, *Ambrósio* (Santo Ambrósio), cujos sermões, dos quais revelava a existência do sentido espiritual oculto nas escrituras, despertou em Agostinho uma nova fé. Nessa ocasião conheceua *Enêadas* de Plotino, em tradução de Mário Victorino. Foi o seu contacto com a Metafísica, libertando-se, então, do materialismo de Mani. Resolveu purificar os seus costumes, do mesmo modo como havia clareado suas idéias. Contudo, não conseguia vencer as suas paixões, o que o

enchia de profunda mágua. Ao ler as *Epístolas de São Paulo* compreendeu que o homem é prêsa do pecado, e que só se pode libertar dêle pela graça de Jesus Cristo. Deu-se, então, a profunda transformação de Santo Agostinho. Lendo um texto de Isaías, traducção embora incorreta, encontrou esta passagem da qual nunca mais se separaria: "se não creres não entenderás". Era necessário aceitar pela fé as verdades que Deus revelava. Só então a inteligência se clareia. Posteriormente, Santo Anselmo falará, na *Fides quaerens intellectum,* a Fé em busca da inteligência. Estas influíram nas obras de Santo Agostinho, e surgem elas no *Contra Acadêmicos, De Beata vita, De Ordine,* e os *Solilóquios. De Imortalitate Animae, De Libero arbitrio, De Genese contra Maniqueos,* etc. Dedicou-se aos problemas teológicos e aos trabalhos de exegese, escrevendo, posteriormente, suas famosas *Confissões,* e a sua imensa *A Cidade de Deus,* na qual expos sua teologia da história, além de uma série de obras filosóficas de tôda espécie, verdadeiramente numerosa. Espírito enciclopédico, e note-se que a maioria de seus livros foi perdida, o que restou de sua obra foi apenasmente a parte teológica.

Influído por Plotino e Platão, para êle homem é unidade de alma e do corpo. Quanto à Trindade, afirmava uma só natureza divina subsistente em três pessoas, e não três pessoas, tendo uma mesma natureza, como expressavam os gregos. Imutável, Deus é a plenitude do ser, o bem absoluto. Seguindo a linha pitagórico-platônica, o pecado original é a transgressão da lei divina, que consiste na rebelião do corpo contra a alma, originando-se, daí, a concupiscência e a ignorância. O corpo rebela-se contra a alma, e não aceita o seu domínio, e quando esta cai para a matéria, e prende-se ao sensível, ela, então, só crê na realidade da matéria, e considera-se a si mesma corpo . E no estado de queda em que se encontra, ela não pode salvar-se por suas próprias fôrças. Sem a graça, é impossível ao homem libertar-se do pecado. É necessária a graça da redenção, o apoio divino. Surgem, nessa época, os grandes debates com os pelagianos, em tôrno da *graça,* que aceita como necessária. Negaria ela o livre-arbítrio humano, afirmam os pelagianos, contudo Agostinho alegava ser a graça necessária para o livre-arbítrio poder lutar eficazmente. O poder de bem usar do livre-arbítrio é precisamente a liberdade. Poder faz o mal é inseparável do livre-arbítrio, mas poder não razê-lo

é a marca da liberdade, e alcançar o estado de graça de não poder mais fazer o mal é alcançar o grau supremo de liberdade. O homem, que a graça de Deus domina mais completamente, é o mais livre. Contudo, o homem não pode alcançá-la nesta vida. É preciso retornar a Deus. A obra filosófica de Santo Agostinho ultrapassou tudo quanto até então havia sido feito no campo do Cristianismo. Tomás de Aquino aconselha que se deve seguir os platônicos tão longe quanto a fé católica o permite. Com Agostinho, a teologia cristã atingia o estágio mais elevado. Transformava êle o Deus de Platão num verdadeiro criador. Transformar o Deus de Aristóteles, também num Deus criador, caberia a outro gênio do Cristianismo: Tomás de Aquino.

BOÉCIO

Anitius Manlius Torquartus Severinus Boetius nasceu em Roma, em 470 e morreu em 525. Esteve em Atenas a serviço do rei godo Teodorico. Tendo sido acusado de conspiração, foi preso, e foi durante esta detenção que escreveu a sua famosa obra *"De Consolatione Philosophiae"*, com a qual procurou remediar a sua adversidade. Finalmente, foi executado em Pávia, e por ter sido atribuída a sua morte a motivos religiosos, foi considerado mártir e lhe prestaram culto oficialmente confirmado em 883. Modernamente, procuraram pôr em dúvida a autenticidade dos *Opúsculos Teológicos* de Boécio, mas estudos modernos mais acurados comprovam que êle realmente foi o seu autor, como dêle deve ser um comentário sôbre o *Isagoge* de Porfírio, traduzido para o latim por Mário Victorino, uma traducção e comentários das *Categorias* de Aristóteles e comentários de todo o *Organum aristotélico*, além de uma série de tratados de lógica, que chegaram até nós incompletos. Foi êle o professor de lógica da Idade Média. Pretendia Boécio traduzir tôdas as obras de Aristóteles para o latim, todos os diálogos de Platão, e demonstrar, pelos comentários, o acordo fundamental dessas duas doutrinas. Não pôde realizar êste imenso projecto, mas deixou muito das idéias essenciais. Dividiu em: *quadrivium*, o grupo das quatro ciências, que compõem o estudo da natureza: a aritmética, a astronomia, a geometria e a música, a quádrupla via para a sabedoria. A essas três, acrescenta-se o *trivium*: a gramática, a retórica, e a lógica.

Surge com êle a discussão em tôrno da substância das universais, que êle combateu, abrindo caminho para a polêmica das universais. Foi Boécio considerado o último dos romanos, o fim de uma época e início de outra. Não foi um autor polimatêico, como Isidoro de Sevilha (636), que escreveu uma obra enciclopédica em vinte livros, que até hoje ocupa o mesmo lugar de uma enciclopédica britânica, havendo muitas vêzes necessidade de consultá-la. Além das que citamos, escreveu muitas outras, como manuais de teologia, história universal, moral etc.

SCOTO ERIÚGENA

Scoto Eriúgena, no século XI (810-877, irlandês), desejava construir uma filosofia que fôsse a expressão de uma religião verdadeira.

Deus é a natureza criadora e incriada. Dêle procede, como segunda hipóstase, a natureza criadora e criada, as idéias, o inteligível. Segue-se a esta a natureza incriada e incapaz de criar, representada pelo mundo sensível. Segue-se, depois, a natureza que não foi criada nem tampouco é criadora. Essa natureza é novamente Deus.

O homem, no início, antes do pecado original tinha um conhecimento puro de Deus. Sua queda no pecado é uma maior aproximação à matéria, mas sua redenção, efectuada pelo filho de Deus, permite que retorne a Deus. Êsse o grande drama da existência, cujo princípio e fim são idênticos.

A criação, para Escoto Eriúgena, é uma teofania. Esta consiste na aparição de Deus, captável por sêres inteligentes. Deus cria a si mesmo ao criar os sêres. O universo é, assim, uma manifestação de Deus, que deixaria de existir no momento que êle cessasse de se manifestar. A producção dos sêres é, portanto, uma iluminação. Êste pensamento inscreve-se, sem duvida, no panteísmo.

A POLÊMICA DAS UNIVERSAIS

Desde o tempo dos gregos, discutiu-se se os têrmos eram meras palavras *voces* ou significavam coisa, *res,* mas a disputa,

em tôrno destas duas compreensões, assumiu proporções verdadeiramente grandiosas em pleno século XI. Roscelinus, nascido em Compiègne em 1050, foi discípulo de João, o sofista, e, posteriormente, ensinou em sua cidade natal, tendo sido acusado de erros, que posteriormente abjurou. Mas retomou-os depois, quando teve Abelardo como discípulo. Pouca coisa resta dêsse filósofo, tornando-se dêste modo difícil estabelecer a sua posição. Contudo, um ponto sôbre o qual não paira controvérsia é o de que aceitava que a idéia geral era apenas uma palavra. Chamou-se esta posição de *nominalista,* e ela distingue-se da *realista* no seguinte: para os realistas, a *humanidade* é uma realidade, para o nominalista, o que é real são apenas os indivíduos humanos. Para êle, *homem* era apenas um *flatus vocis,* uma emissão de voz. Atrás das palavras nada há de real. Contudo, estas palavras oferecem um sentido ao pensamento. E se nada tivessem de real não poderiam oferecer êsse sentido, como vemos nos artigos sôbre *universais* (*polêmica das*).

A ESCOLÁSTICA

A colocação do problema das universais, e o conhecimento das obras de Aristoteles e de Platão, graças à divulgação realizada pelos árabes, e as profundas modificações históricas, que se observam na Europa, depois do ano mil, preparam o advento do que se chamou, posteriormente, a *escolástica,* cujo têrmo vem de *schola,* escola, cujos mestres, eram os escolastas, o que levou a dar-se o nome de escolástica à matéria que êles ensinavam. É muito comum confundir-se a escolástica com a *filosofia medieval.* Entretanto, a distinção é a seguinte: a filosofia medieval está para a escolástica na proporção do gênero para a espécie. A escolástica é uma espécie da filosofia medieval, que se caracterizou pela influência do pensamento aristotélico; ou seja, o aproveitamento da filosofia de Aristóteles para justificar os postulados de fé. Depois do período patrológico, perdurou, na Europa, a influência de Platão. Com a escolástica, essa influência reduziu-se sensìvelmente, pelo menos de modo aparente. Nos grandes representantes da Escolástica, como Tomás de Aquino, Duns Scot, São Boaventura, Suarez, as teses fundamentais do platonismo são conci-

liadas com as do aristotelismo, nuns mais, noutros menos. Ora, tôda a conciliação entre Platão e Aristóteles é uma marcha directa e também indirecta para Pitágoras, pois aquêles dois luminares do pensamento grego são os dois extremos possíveis que se podem estabelecer ao genuíno pensamento pitagórico. Representam a divisão, essencialmente bem fundada, das possibilidades extremas do pitagorismo. É o que temos demonstrado em nossas obras.

SANTO ANSELMO

Depois de João Scot Eriúgena, a grande figura que vai surgir na filosofia medieval, é Santo Anselmo, nascido em Aosta em 1033, tendo daí seguido para a Normandie, para Bec, onde permaneceu até a morte, 1109. Era êste um período em que a nobreza, senhora do poder temporal, procurava reduzir o poder espiritual da Igreja. Santo Anselmo estabeleceu uma luta encarniçada em defesa do poder espiritual. Influído pelo pensamento de Santo Agostinho, sua obra teve sempre uma acentuada marca platônica. Seu famoso *Monológio* foi escrito com o intuito de oferecer um modêlo de meditação sôbre a existência e a essência de Deus, cuja demonstração fundaria em bases racionais, e não na autoridade dos livros sagrados. Pôs-se em luta contra os inimigos da dialéctica, e procurou justificar racionalmente as suas crenças, julgando que é dever do homem procurar compreender o que crê. A fé pode interrogar a filosofia, e esta deve oferecer a sua contribuição. Procura êle apresentar as provas da existência de Deus, e entre elas surge o seu famoso argumento, que passou para a filosofia com o nome de *argumento ontológico* ou a *simultaneo,* que exporemos a seguir.

Santo Anselmo deu sua vida ao estudo e à vida religiosa, lutando pelos direitos da Igreja, então ameaçada. Na filosofia medieval, após Scot Eriúgena, é a primeira grande figura que aparece. É considerado S. A. o fundador da Escolástica. Há, em sua filosofia, uma tradição patrística, com grande ascendência agostiniana, platônica e neo-platônica.

A influência posterior aristotélica que sofrerá a Escolástica, ainda não aparece em S. A., que se mantém agostiniano, o que

aliás confessa em seu *Monologion*. Mas, em seus livros, estão os traços principais que formarão a espinha dorsal da Escolástica. A orientação característica de sua obra é a prova da existência de Deus. Parte da fé: *Credo ut intelligam* (creio para compreender) é o seu princípio. Mas a fé deve ser viva, isto é, com *dilectio*, com amor de Deus, com o querer contemplar a Deus.

Foi no *Proslogion* que expôs o famoso argumento da existência de Deus, o "argumento ontológico".

Examinemo-lo: "Deus existe pelo próprio facto do homem concebê-lo". Leibnitz aceitou-o, completando-o ainda: "Deus existe precisamente porque é possível, e nada contradiz a sua possibilidade". Gaunilon atacou-o. Thomás de Aquino rechaçou-o. São Boaventura e Descartes adotaram-no. Duns Scot aceitou-o com modificações. Hegel, mais próximo a nós, aceitou-o em "têrmos hegelianos". Modernamente, temos: Brentano e P. Gratry. Kant refutou-o. Thomás de Aquino considerou-o um *paralogismo*, um círculo vicioso. A-pesar-do argumento dos que afirmam que seria mister primeiramente provar que o homem "concebe a Deus" e, depois, que "tudo quanto o homem concebe, ou tudo o que é possível sem contradição, existe necessàriamente", não podemos deixar de reconhecer que o argumento de S. A. ainda hoje é um tema central da filosofia, sendo mais uma questão ligada à metafísica que uma simples argumentação lógica. A polêmica travada entre Gaunillon e S. A. foi um prelúdio da grande polêmica do Nominalismo e Realismo. O ponto de partida do argumento ontológico é singelamente o seguinte: "Tôda idéia tem seu objecto. A idéia do infinito exige a existência do infinito. Sendo, no universo, tudo finito, quem daria ao homem a concepção do infinito? Logo, se o cérebro humano concebe o infinito é porque o infinito existe". "Também se pode reduzir o argumento de S. A. assim: "Se o homem pode conceber Deus no intelecto, pode concebê-lo, também, *in re*, como realidade. Neste último caso, a idéia de Deus seria maior que a primeira. Se Deus não existe, podemos pensar algo maior que êle. Há aí, contradição, porque nada se pode pensar maior que Deus. Logo, Deus, que existe no entendimento, tem que existir, também, na realidade".

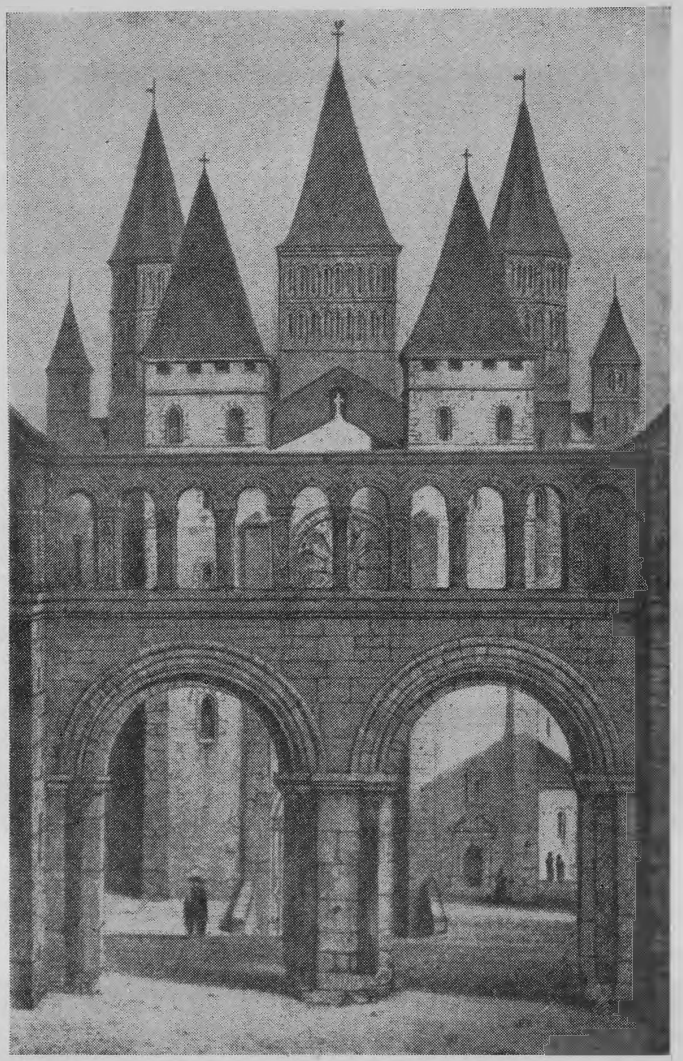
Podemos ainda anotar que a orientação de S. A. é a interioridade da idéia de Deus, segundo o exemplo agostiniano, a quem o homem deve procurar em si mesmo. Destarte, o argumento ontológico é um apêlo ao sentido íntimo, que tanto influiu no pensamento medieval, e que ainda hoje encontramos vivo em diversos filósofos da actualidade.

Fazemos uma exposição mais ampla do argumento ontológico de Santo Anselmo, acompanhada de justificações, em *Filosofia Concreta* (4.ª ed.) e artigo (*Deus, — provas da existência de*).

Santo Anselmo, pela sua tradição patrológica e pela inclusão na Filosofia dos problemas da fé, passou a ser considerado, com justiça, o fundador da escolástica, e grande foi a influência que exerceu, posteriormente, apesar de ter estado esquecido por algum tempo. Na mesma época de Santo Anselmo, *Anselmo de Laon* iniciava a série dos livros das sentenças, que consistiam em textos escolhidos dos santos padres, classificados segundo a matéria. Autores posteriores melhoraram êstes textos, como *Pedro Abelardo, Roberto Melum,* e sobretudo *Pedro Lombardo,* conhecido como o *mestre das sentenças,* cuja obra serviu de texto para os estudos filosóficos, produzindo a fertilíssima seqüência de *comentários às sentenças,* que prepararam o advento do período das *sumas teológicas.*

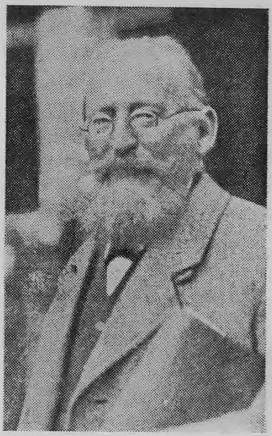
MÍSTICA ESPECULATIVA

Desenvolveu-se, nesse período, uma mística especulativa, cujos principais representantes passaremos a examinar. *São Bernardo de Clairvaux* (1091-1153) foi um dos santos mais activos, grande conductor de homens, e um dos fundadores da mística medieval. Não combatia directamente os filósofos e os dialécticos, mas afirmava que as ciências profanas eram de valor ínfimo comparadas com as ciências sagradas. Costumava dizer: minha filosofia é conhecer Jesus e Jesus Crucificado". Combateu a Abelardo e a Gilberto Porretanus (de la Porrée). Em nada São Bernardo contribuiu para o advento da filosofia escolástica; ao contrário, olhava sempre com desconfiança a acção dos filósofos. Possui-



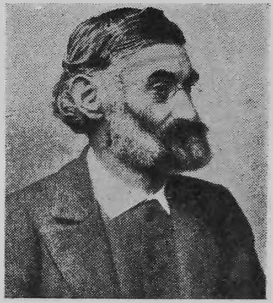
Antiga Igreja dos benedictinos de Cluny, local de tantas disputas filosóficas

Carlos Vogt



Eduardo Bernstein

O historiador Jacob Burckhardt



Ernesto Abbe — Organizador das oficinas Zeiss

dor de um prestígio pessoal extraordinário, influiu em tôda a história ocidental, enquanto vivo, que dêle dependeu. *Guilherme de Saint Thierry,* morto em 1148, foi companheiro de São Bernardo, e a sua obra começa hoje em dia a ser estudada, pois permanecera esquecida por muito tempo. Entre os místicos dêsse período, podem ser citados ainda *Isaac Stella,* inglês, que escreveu uma série de sermões sôbre o Cântico dos Cânticos, e Alcher de Clairvaux, monge, também místico.

OS VICTORINOS

Hugo de Saint-Victor (1096-1141) nasceu na Saxônia. Espírito de vasta cultura e lucidez, dedicou-se ao ensino das ciências sagradas e das ciências profanas. Orientava-se pela conquista do caminho místico, mas, através do conhecimento mais profundo, e não pela simples prática, estabelecia uma hierarquia de ensino para alcançar uma recompensa. Seu famoso livro *"Didascalion"* indicava o que se deveria ler, a ordem como se deveria ler, e como se deveria ler. Assim é através do conhecimento elevado que o homem penetrará na *via mystica,* que é aquela que se oculta através da roupagem do *símbolo.* Discípulo de Hugo foi *Ricardo de Saint-Victor,* falecido em 1173. Segundo a linha do mestre, aplicou a lógica e a razão no exame da teologia, contribuindo para a formação dêsse grupo de estudiosos, que passaram para a História da Filosofia com o nome de *"os victorinos".* Entre êsses temos que citar *Thomas Gallus,* falecido em 1246, que prosseguiu a especulação filosófica em íntima união com a mística victorina.

ALAIN DE LILLE

Sob a influência das idéias platônicas, provenientes de Chartres, e da cultura clássica do vale do Loire, surge *Alain de Lille* (*Doutor universalis*), morto em 1203. Foi o grande adversário dos albigenses e dos cátaros, que êle considerou inimigos do Cristianismo. Dedicou-se ao estudo dos livros atribuídos a Hermes

Trismegistos e, conseqüentemente, de reminiscências pitagóricas, procurando traduzir muitas máximas herméticas em têrmos cristãos.

NICOLAS DAMIAN

Nesse período, aparece também *Nicolas Damian,* que procurou expor a Teologia por meios de demonstrações silogísticas rigorosas, ou seja *theologia more geometrico demonstrata,* dando-lhe um aspecto euclidiano. Pretendia êle criar uma arte da demonstração, universalmente válida, para com ela poder convencer os heréticos e pagãos da verdade cristã. Dedicou sua obra ao papa Clemente III, e pode-se dizer foi êle o inspirador do *"Opus Majus"* de *Roger Bacon,* oferecido a Clemente IV, e da *"Ars Magna"* de Raimundo de Lúllio.

A ESCOLA DE CHARTRES

BERNARDO DE CHARTRES

Na primeira metade do séc. XII, foi Chartres um centro intelectual de maior relêvo, de onde surgiram *Fulbert* e *Yves de Chartres* e, sobretudo, essa personalidade ímpar, que foi *Bernardo de Chartres* (fal. 1124-1130).

Nada ficou dêsse mestre, senão as notícias que dêle nos deixou *John Salisbury,* em seu famoso *Metalogicon.* Era Bernardo um *gramático.* Mas êste título, nessa época, significava aquêle que não só se dedicava ao estudo da língua, mas também do estilo, da arte e da literatura greco-romana, da ética, dos costumes cívicos, bem como da lógica, pois, desde Aristóteles, no *De Categorias,* percebem-se os laços comuns que unem a gramática à Lógica.

Era um platônico, que trouxe contribuições notáveis às teses do grande discípulo de Sócrates.

GILBERTO PORRETANUS

Gilberto Porretanus (*de la Porrée*) (1076-1154) foi discípulo de Bernardo de Chartres, e o sucedeu como decano das escolas de Chartres. Junto com *Thierry de Chartres, Guilherme de Conches* e *Abelardo,* lutou em defesa dos estudos desinteressados contra o partido dos *Cornificianos,* que, dirigidos por *John Salisbury,* propunham o abrandamento dos programas, tendentes apenas às matérias mais úteis.

Aconselhava Gilberto que os que pretendiam proceder assim, que se dedicassem logo ao comércio, e deixassem os estudos, "que se tornassem açougueiros", dizia.

Tanto Gilberto, como Abelardo, foram dedicados à especulação filosófica; o primeiro mais à metafísica, e o segundo sobretudo à Lógica. Passou sua obra *Liber sex principiorum,* no qual estudou as categorias, como obra de grande importância na Idade Média, e mereceu inúmeros comentários, como podemos citar os que realizaram *Alberto Magno* e *Hermolaus Barbarus,* colocando sua obra no mesmo nível das de Aristóteles e Boécio. Dividia as categorias em duas classes. Na primeira, pôs a substância, a quantidade, a qualidade e a relação, que chamou de *formas inerentes,* e as seis outras: lugar, tempo, situação, *habitus,* acção e paixão, como *formas acessórias* (*formae assistentes*), que Abelardo chamaria de *principia adjacentia.* As primeiras, considerava êle que constituiam a inerência do ser, enquanto as segundas, o que pròpriamente lhe acontecia. Partindo dessa divisão, podia Gilberto realizar uma investigação de grandes proporções. Concluiu que a relação é inerente à substância como tal, pois é a essência de tôda substância poder colocar-se na série de suas relações, quaisquer que fôssem os outros têrmos. Pondo a relação no mesmo grau da substância, abria um campo para uma controvérsia, que perpassou por tôda Idade Média: é real a relação ou é apenas um ser de razão?

Dedicou-se a comentar a obra de Boécio, sobretudo *"De Trinitate",* na qual expressou teses, que foram condenadas por São Bernardo. Gilberto expôs uma concepção platônica com bastante segurança, muito maior do que a de Bernardo de Chartres, ao

mesmo tempo que inaugurou um roteiro dos problemas, que passaram a preocupar os seus contemporâneos e os pósteros. Teve inúmeros discípulos, que tomaram o nome de *porretanos,* entre êles o de *Raul Ardent, João Belethne* e *Nicolas Damian.* O sucessor de Gilberto foi *Thierry de Chartres,* irmão de Bernardo, que defendeu com o mesmo, encarniçadamente, o ideal chartrense da cultura clássica, dedicando-se, sobretudo, aos problemas cosmogônicos. Inclui-se, também, entre os chartrenses, *Bernardo Silvestre,* ou *de Tours,* que redigiu" *De mundi universitate sive Megacosmos et microcosmos",* onde se nota a influência dos comentários de *Calcídio* sôbre o *Timeu* e o *Asclepius* de Macróbio, obras de uso quotidiano dos chartrenses, e que revelam a influência do pensamento pitagórico-platônico nesta escola. Citam-se também *Guilherme de Conches,* (1080-1145), que foi discípulo de Bernardo. Devemos salientar, entre êles, a figura extraordinária desse inglês, *John Salisbury,* cuja obra se caracteriza, além da profundidade, pelo estilo e pela delicadeza. Fazia êle parte da seita dos *acadêmicos,* que se dedicavam aos estudos gregos e romanos, o que era combatido pelos *cornificianos,* que julgavam completamente desnecessários os estudos humanistas de que os chartrenses tanto se interessavam. *John Salisbury* foi o mais enérgico defensor do espírito de Chartres, e também tomou parte na polêmica das universais, que êle considerou um problema insolúvel, o que de certo modo, para a sua época, tinha fundamento, pois as soluções dadas, posteriormente, pelos escolásticos, tornariam o problema solucionado para sempre, salvo para os que não conhecem essas soluções.

OS ÁRABES

ALQUIDIN E ALFARABI

Com o fechamento das escolas filosóficas de Atenas, por Justiniano em 529, a cultura grega transladou-se para a Ásia, e as obras de Euclides, Arquimedes, Ptolomeu, Hipócrates, Galeano, Aristóteles, Teofrasto, Alexandre Afrodisíaco, e muitos outros, foram traduzidos para o árabe e para o sírio.

Dos sírios, passou aos árabes; dos árabes aos judeus, e dos judeus retornou ao ocidente cristão. As obras de Aristóteles foram difundidas entre os árabes, que realizaram uma grande literatura filosófica.

O primeiro nome célebre da filosofia muçulmana foi *Alquidin*. Morreu em 873 e foi contemporâneo de João Scot Eriúgena. Enciclopedista, escreveu sôbre todos os conhecimentos do saber grego. Apenas algumas de suas obras foram conhecidas na Europa. Outro grande filosofo árabe foi *Alfarabi*, que morreu em 950. Estudou e ensinou em Bagdá. Traduziu e comentou *Porfírio* e *Aristóteles*, e criou uma obra de muito valor, que é a concordância de Platão e Aristóteles. Os árabes, convencidos que o pensamento de Aristóteles, no fundo, acordava com o pensamento de Platão, procuraram sempre conciliá-los.

AVICENA

Avicena, nascido em 980, foi um escritor enciclopédico. Dedicou-se ao estudo das obras de Aristóteles, escrevendo cêrca de 100 obras que trataram das matérias mais diversas. Foi conhecido na Idade Média como um grande médico. Suas obras filosóficas, traduzidas para o latim, são raríssimas. Só no século XIII é que a sua autoridade filosófica se impôs, colocando-se ao lado de *Averrois*. A sua obra é pouco conhecida no Ocidente e, últimamente, por influência do govêrno persa, vêm sendo editados seus livros, o que provocará futuros estudos sôbre êsse grande filósofo de primeira plana.

ALGAZALLI

Algazalli, morto em 1111, foi outro dos grandes filósofos árabes, expositor das doutrinas de *Alfarabi* e de *Avicena*, que êle pretendia refutar em alguns aspectos. Conhecido no ocidente por *Algazel*, foi por muito tempo considerado discípulo de Avicena, e pretendeu destruir os grandes filósofos.

AVEMPACE

Avempace, morto em 1138, nasceu na Espanha, tendo sua obra grande influência no Ocidente. Outro árabe famoso foi *Abubacer,* nascido em Cádiz 1100, e morto em Marrocos, em 1185, homem de saber enciclopédico. Como todos êsses árabes, superava êle a ciência dos cristãos. Ao lado de Avicena, deve-se salientar o grande filósofo árabe, *Averroes.*

AVERROES

Averroes (1126-1198) — Natural de Córdova, discípulo de *Avempace* (Ibn-Bâdja). Foi o maior dos pensadores árabes ocidentais. Foi juiz em Sevilha e Córdova. Acusado de heresia, foi deportado, falecendo em Marrocos. Não pretendeu Averroes fundar um sistema filosófico. Quis apenas ser um comentador de Aristóteles, a quem professava um culto verdadeiro, e de quem afirmava nada se poderia ajuntar quanto à sua doutrina que fôsse digno de atenção. Foi considerando assim, que A. não quis formular um novo sistema, e seu desejo foi nada acrescentar nem modificar ao que Aristóteles já havia estabelecido. Mas o que o caracteriza é, precisamente, à semelhança dos outros comentadores neoplatônicos, ver as doutrinas de Aristóteles por um prisma diferente. Como na doutrina de Aristóteles existem muitos pontos obscuros, Averroes quis esclarecê-los, e nesse procedimento criou novas doutrinas que lhe pertencem de pleno direito, e que possuem certa originalidade. É difícil sintetizar a vasta obra de A., mas tentaremos fixar, aqui, os principais temas, interessando-nos em desfazer muitas dúvidas freqüentes em tratados de filosofia e dicionários:

a) o carácter geral da doutrina de A. é o mesmo que podemos assinalar nas filosofias árabes. Em A., a doutrina de Aristóteles está modificada por certas teorias neoplatônicas, como a inclusão da *inteligência das esferas,* colocada entre o primeiro motor e o mundo, e a admissão de uma emanação universal, pela qual o movimento se comunica de um a outro a tôdas as partes do universo. Era intuito dos filósofos árabes fazer desaparecer

o dualismo de Aristóteles, e encher o abismo entre o que separa a energia pura, Deus, da matéria prima;

b) a matéria para A. é eterna, e criada de todo infinito, não tendo tido princípio. É não apenas a faculdade de todo devir pela forma que advém do exterior, mas a forma está virtualmente na matéria. Se fôsse produzida pela causa primeira, seria criada do nada, o que A. não admite;

c) o laço que liga o homem a Deus permite àquele participar, até certo ponto, da ciência superior.

Assim, para A., é pela ciência e não pela contemplação, que nos aproximamos do ser superior. Neste ponto, ultrapassa a doutrina de seu mestre Ibn-Bâdja, pois dá um valor secundário às obras piedosas e à própria moral;

d) quanto à alma, A. recorda a divisão das faculdades e das suas relações mútuas. Argumenta que deve existir um laço entre o intelecto separado e o intelecto humano, como entre a forma e o sujeito, e sustenta que o intelecto activo deve perceber o intelecto activo universal. O intelecto activo humano é individual e mortal, integrando-se, no fim, no intelecto universal, pela perfeição;

e) a faculdade de atingir êsse último grau de perfeição; isto é, identificar-se o intelecto individual com o intelecto activo universal, não é idêntica a todos os homens. Depende de três coisas: 1) da fôrça primitiva do intelecto material, que por seu turno dependerá da fôrça da imaginação; 2) da perfeição do intelecto adquirido, que exige esforços especulativos; 3) da infusão mais ou menos pronta da forma destinada a transformar o intelecto adquirido. É o caminho da especulação e do estudo e a renúncia aos desejos que aperfeiçoam o intelecto. Aquêle que não procurar, nesta vida, seguir o caminho indicado, após a morte recairá no nada, ou nos tormentos eternos;

f) o intelecto individual morre com o homem; eterno é sòmente o intelecto universal. Êste não é Deus, mas uma emanação de Deus;

g) a doutrina de A. influiu vivamente na formação da escolástica aristotélica do século XII, apesar de fortemente combatida, quando foi condenada, em 1240, pela Universidade de

Paris. Teve uma seqüência no chamado averroísmo latino, representado por *Siger de Brabante* e *João de Jandum,* que defendiam a interpretação averroísta de Aristóteles contra a tomista de Tomás de Aquino. A corrente averroísta prosseguiu através do século XIV, XV, XVI e inclusive XVII, especialmente em Pádua. *Roger Bacon, Duns Scot, John Baconthorpe,* e muitos outros foram influídos pela sua doutrina.

Além de Averroes, outra grande figura da filosofia árabe foi *Moses Ben Maimon* (*Maimonides*).

OS TRADUCTORES DE TOLEDO

No decorrer do século XIII, graças à famosa *escola dos traductores de Toledo,* foram vertidas para o latim as obras dos filósofos árabes e dos gregos.

Entre os traductores, devemos salientar os nomes de *Domenicus Gundisalinus,* conhecido por *Gundisalvo, João de Espanha* e *João de Sevilha,* que também foram autores de trabalhos originais e, ainda *Gerardo de Cremona, Alfredo Anglicus, Daniel de Morlay, Costa Benluca,* o judeu *Salomão,* os quais traduziram a Lógica de *Avicena,* os livros de *Aristóteles,* a Lógica e Física e a Metafísica de *Agazale,* e muitíssimos outros livros, que tiveram um papel saliente na formação da Escolástica. As obras de *Proclo* e as trinta e duas proposições que formam *"Liber de Causis"* e a *"Elementatio theologica"* de Proclo, actuaram, profundamente, nos filósofos e teólogos do século XIII. Através da Espanha, a filosofia árabe penetrou no ocidente.

AMAURY DEL BENE

É neste período, que surge, na Escolástica, *Amaury del Bene,* que foi professor de teologia em Paris, e condenado pela igreja, por ter defendido idéias panteístas. *"Deus esse omnia".* Em defesa de sua tese, Amaury argumentava com a passagem de São Paulo que disse: "era Deus tôdas as coisas em tôdas", e na passagem de São João, que diz de Deus: "o que foi feito, era na

própria vida", e argumentava tudo que está em Deus é Deus, ora tudo o que Deus fêz é vida nêle; portanto, Deus é tudo que vive. É dêsse período também *David Dinant,* também panteísta, combatido por Tomás de Aquino, cujas teses foram condenadas pela Igreja.

O conhecimento das obras de Aristóteles provocara uma série de doutrinas consideradas heréticas, a ponto de Gregório IX, em 1231, interditar o ensino de Aristóteles nas escolas, salvo depois de purgado de seus erros. Foi nomeada uma comissão para fazer o reexame da obra de Aristóteles. E os papas seguintes, Inocêncio IV e Urbano IV, condenaram a obra de Aristóteles, proibindo-lhe o ensino. Em 1231, foi feito, então, a revisão dos textos de Aristóteles, e verificou-se que as traducções anteriores eram falsificadas, pois a revisão, levada a efeito, sobretudo por homens como Guilherme Moerbecke (1215-1276), grande colaborador de Tomás de Aquino, tornaram desnecessárias as proibições papais. Haviam-se organizado as grandes ordens religiosas dos dominicanos e franciscanos, que se dedicaram ao estudo da filosofia de Aristóteles, afastando-se da influência dos árabes.

A UNIVERSIDADE

Entendia-se por *universitas,* na Idade Média, não o conjunto de Faculdades estabelecidas numa mesma cidade, mas, sim, o conjunto de pessoas, mestres e discípulos, que participavam do ensino numa mesma cidade. Era o *studium generalis* ou *universalis* ou *commune.* A primeira universidade, em sentido análogo, às universidades modernas, foi a de Bolonha, escola catedralícia. Posteriormente, veiu a universidade de Paris, e, depois, a de Oxford. O fundador da Universidade de Paris foi Inocêncio III. A intenção de Inocêncio III e Gregório IX era transformá-la num centro de estudos, de modo a divulgar o pensamento da Igreja, pois, diziam êles, que, *ou ela expandiria a verdade religiosa no mundo inteiro, ou seria uma fonte inesgotável de erros, capaz de envenenar tôda a cristandade.* Em 1220, os dominicanos e os franciscanos pentraram na Universidade de Paris. O método de estudo nas universidades da Idade Média era a *lição* e a *disputa.* Consistia

a *lição* na leitura de texto de uma obra de Aristóteles, da Bíblia, ou das Sentenças de algum autor, que era imediatamente explicada. A *disputa* era um debate dialéctico, que se desenvolvia sob a presidência e a responsabilidade de um ou mais mestres. Colocada uma questão, cada um sustentava uma solução, por meio de argumentos julgados convincentes. Depois de vários dias dêsse exercício, o mestre reunia, e ordenava os argumentos prós e contra, e determinava a solução. Daí é que vêm as famosas *Questões Disputadas,* tão abundantes na Idade Média, e também as chamadas *Questões quodlibetais.*

A UNIVERSIDADE DE PARIS

Guilherme de Auvergne

A penetração da literatura filosófica árabe e das obras de Aristóteles, traduzidas para o latim, haviam criado, na cristandade, um receio imoderado que a penetração de idéias heréticas pudessem pôr em risco a harmonia existente no ambiente cristão. Gregório IX chamou a atenção das escolas para os riscos que havia, e foi nomeada nessa época uma comissão, que deveria estudar, em especial, as obras de Aristóteles.

Foi nesse período que surgiu *Guilherme de Auvergne*, que foi bispo de Paris (1180-1249), e deixou uma obra teológica considerável, da qual se destacam *De primo principio* (1228), *De anima* (1230) e *De Universo* (1231-1236. Representa êle ainda uma reacção platonizante e agostiniana no aristotelismo, que avançava dominadoramente.

É o período áureo da Universidade de Paris, quando homens de tanto valor, vindos dos diversos recantos da cristandade, para ali se dirigiam para ensinar filosofia. Nesse século, encontramos *Alexandre de Hales, Roger Bacon* e *Ockam,* ingleses; *Duns Scot,* escocês; *Alberto o Grande* e *Meister Eckhart,* alemães, *São Boaventura* e *Tomás de Aquino,* italianos; *Henri de Gand,* belga.

HENRI DE GAND

Henri de Gand, morto em 1293, foi professor de teologia na Universidade de Paris, Sua obra não teve influência, nem foi defendida por nenhuma ordem. Só no século XVI, por acção dos *Servitas,* que o tornaram seu doutor oficial, passou a ser conhecida. Procurou *Henri de Gand* conciliar o platonismo de *Avicena* com o de *Santo Agostinho.* Foi êle contemporâneo de Tomás de Aquino, quando êste foi condenado pela Universidade de Paris, e presume-se que *Henri de Grand* teve importante papel nessa condenação. Nessa época, *Godefroy de Fontaines,* morto em 1303, foi seu grande adversário. Seguiu uma linha semelhante à de Tomás de Aquino. Defendeu a concepção da abstracção intelectual dêste, Aquino, opondo-se à doutrina agostiniana da iluminação. Apesar das muitas semelhanças entre *Godefroy de Fontaine* e *Tomás de Aquino,* suas doutrinas são distintas, em pontos fundamentais, como no referente ao ser, essência e existência, etc. Dessa época também é *Pierre Auvergne,* que morreu em 1302. Considerado um dos defensores de Tomás de Aquino.

ALEXANDRE DE HALES

O primeiro grande mestre franciscano da Universidade de Paris foi *Alexandre de Hales,* nascido na Inglaterra, que cedeu, posteriormente, a sua cadeira a seu discípulo *Jean de La Rochelle.* Seu nome está ligado à sua monumental *Summa Theológica,* na qual colaboraram muitos franciscanos, considerando-se até em grande parte, uma obra de complicação. Esta a razão porque se torna difícil saber qual o verdadeiro pensamento de *Alexandre de Hales.* Em Teologia, inspirava-se no pensamento de Agostinho. Foi-lhe dado o título de *Doctor Irrefragabilis.* Seu discípulo *Jean de La Rochelle* prosseguiu seus ensinamentos.

SÃO BOAVENTURA

São Boaventura, nascido em Viterbo, em 1221, veiu para a Universidade de Paris para seguir os cursos de *Alexandre de Hales.*

De 1248 a 1255 ocupou, nessa universidade, a cadeira reservada aos franciscanos. Foi uma época de grande luta na universidade de Paris, entre os mestres da universidade e os regulares, o que forçou a suspender as suas lições. *Guilherme de Saint-Amour,* iniciou uma campanha encarniçada para impedir que os dominicanos e franciscanos ocupassem cátedras, mas o papa confirmou o direito dêstes de ensinar, e foram, então, nomeados *Tomás de Aquino,* pelos dominicanos, e *Boaventura,* pelos franciscanos, para ocuparem as cátedras. A Universidade de Paris negou-lhes o grau de doutor, e não os recebeu no número dos mestres, senão em 1257. A doutrina de São Boaventura jamais será popular, pois é um filósofo que exige grande disposição simpática para entendê-lo, e uma acuidade mental não comum. Tem êle um fim definido: o amor de Deus, e a Teologia oferece os caminhos que a êle nos pode conduzir. A filosofia deve ajudar-nos a realizar nosso desígnio. Não se opõe êle às novas idéias, desde que completem as antigas. A alma humana conhece imperfeitamente Deus, êsse conhecimento imperfeito é a fé, mas um conhecimento inquebrantável. Um filósofo é menos seguro do que sabe que o fiel do que crê. Onde a razão é suficiente para assegurar o assentimento, a fé não é mister, mas há momentos em que a fé coopera para que possamos compreender racionalmente. O que crê por amor quer ter razões de sua crença, e nada mais grato ao homem do que compreender o que êle ama. Assim a filosofia nasce de uma exigência do coração, que quer gozar mais plenamente o objecto de sua fé. A filosofia e a teologia, apesar de distintas por seus métodos, completam-se. A nossa vida nada mais é do que uma peregrinação em busca de Deus. O homem é um viandante (*homo viator*), cujo bom caminho é o caminho iluminativo, que o amor nos oferece. Seguindo esta via, o homem alcançará Deus. A doutrina de São Boaventura é, como êle chama, o *itinerário da alma a Deus,* e ensina que tôdas as coisas nos levam a êle, pois todos os objectos nos falam de Deus, e todos nos convidam a alcançá-lo. A via é, portanto, iluminativa. Impõe-se ao homem purificar-se para que sua razão seja mais clarividente, e possa contemplar a verdade.

A vida iluminativa nos levará até Deus e segui-la é reunir as provas de sua existência, dedicar-se ao estudo da Teologia.

OUTRAS PERSONALIDADES

Mateus de Aquasparta (1240-1302) foi um ilustre discípulo italiano de São Boaventura, que escreveu um comentário sôbre a sentença em *Quaestiones,* com o intuito de defender a doutrina do mestre. Outra personalidade importante nesta época foi *Roger Marston,* que ensinou em Oxford e Cambridge, defensor da iluminação agostiniana. *Pierre Olien* (1248-1298), franciscano. Escreveu um comentário sôbre as sentenças. Dessa época são também *Richard Middleton, Robert Kilwardby, Pierre de Trabes, Vital du Four, Guilherme de Ware,* foram famosos filósofos franciscanos dêsse período.

RAIMUNDO LULLIO

Outra grande figura dessa época foi *Raimundo Lullio,* 1235-1315, espanhol, da ilha de Maiorca, cuja vida foi um verdadeiro romance. Aprendeu árabe e foi pregar entre os sarracenos. Encarcerado e flagelado pela fé, lutou sempre pelo bem público, até a morte. Raimundo Lúllio é uma figura lendária, alquimista, mágico, tipo perfeito do auto-didacta. Foi um escritor prolífico e enciclopédico, tendo deixado cêrca de duzentas obras. Recebeu o título de *Doctor iluminatus,* e dizia que sua doutrina a recebera por revelação divina. Pretendia êle criar um método apologético, capaz de converter os infiéis. Êste método é exposto em sua famosa *Arsomagia,* mas de difícil compreensão.

Sua obra teve grande influência no mundo cristão, apesar de pouco conhecida.

ROGER BACON

Outra grande figura dêsse período foi Roger Bacon (1214-1294). A obra de Roger Bacon, que não se deve confundir com a de Francis Bacon, representa, dentro da escolástica, um novo caminho, que coincide com a exigência moderna da experiência no tratamento da natureza. A experiência não nega

a fé; ao contrário, afirma-a. Daí sobrevém a explicação matemática dos fenômenos da natureza, o único caminho capaz de explicá-la. Com Bacon, em linhas gerais, liberta-se a ciência do campo do racionalismo aristotélico que julgava que, por meio exclusivamente da razão, poder-se-ia tratar dos magnos problemas da natureza.

OS MESTRES DE OXFORD

Teve Oxford, na Idade Média, um grande papel na filosofia, pois dali saíram ilustres figuras do pensamento medieval. Dos já estudados, temos *Robert Grosseteste,* (Licolnienses) um dos raros filósofos conhecedores do grego, traductor da *Ética a Nicomaco de Aristóteles* e de famosos comentários aos livros do Estagirita, e muitas outras obras de Teologia, que ainda permanecem inéditas. Foi mestre de Roger Bacon, que se preocupou muito com os problemas da física. Outro grande mestre foi *Adam de March,* morto em 1258, e *Ricardo de Cornouailles* (*Rufus Cornubienses*), também *Tomás de York,* franciscano. Merece especial reparo *Roger Bacon,* sobretudo pelas suas pesquisas de carácter científico. Preocupou-se com a Matemática e com a Física, e a pedido de Clemente IV, redigiu sua famosa "*Opus Majus*". Dedicou-se à Astrologia e sua *Proposições* foram condenadas por *Étienne Tempier,* que também condenou Tomás de Aquino, levando-o à prisão em 1278. Libertado quatro anos depois, quando escreveu sua última obra, Bacon considerou a escolástica de modo muito distinto de *Alberto, o Grande* e de *Tomás de Aquino.* Preocupou-se em definir as relações entre a Filosofia e a Teologia, reconhecendo o valor superior desta. Mostrou a necessidade da experiência, e o funesto que é a superstição da autoridade na filosofia. Insistiu sôbre o papel das matemáticas na constituição da *ciência,* e afirmou que nada poderemos conhecer das coisas do mundo se não conhecemos a matemática, como nada poderemos compreender do que se passa na terra se ignoramos o que se passa no céu. Tôdas as acções naturais se propagam, e se interactuam, conforme as propriedades matemáticas das linhas e dos ângulos. Foi êle que criou o têrmo *scientia experimentalis.* defendeu a experiência como o meio mais robusto de demonstra-

ção, sem negar valor ao raciocínio. Previu o progresso da ciência, e que o homem alcançaria o domínio dos ares, locomovendo-se por todos os quadrantes da terra, e o domínio dos mares, inclusive da vida submarina. Também previu o automóvel, os meios subtis de comunicação, o submarino, etc.

Outro grande mestre de Oxford, mas dominicano, foi *Richard Fishacre,* morto em 1248 que defendeu teses interessantes, inclusive a preexistência de uma forma na matéria, um esboço do efeito semelhante à *razão seminal* de Agostinho. Para êle, como para São Boaventura, uma causa que produzisse um efeito absolutamente não preexistente na matéria, não só seria eficiente, mas criadora. Ela produziria *ex-nihilo.* As *razões seminais* foram criadas por Deus na matéria, e correspondem a uma *ratio causalis* do pensamento de Deus. Aceitava o argumento ontológico de Santo Anselmo, e propunha um outro nesses têrmos: se uma coisa fôr absolutamente simples, ela não diferiria de sua existência, mas seria a sua existência; pois se ela não o fôsse, ela teria a existência de alguma coisa mais, e, então, não seria absolutamente simples. Por conseqüência, se uma coisa fôr absolutamente simples, ela existirá; ora, o absolutamente simples é absolutamente simples: portanto existe.

Sucedeu-o em Oxford, *Robert Kirwardy,* que, por sua vez foi sucedido por *Jean Peckham.* Outros grandes mestres de Oxford foram *Robert de Winchelsea,* morto em 1313, *Henry de Wile* (morto em 1939), *Gilbert de Seagrave* (morto em 1316), *Simon de Faversham* (morto em 1306).

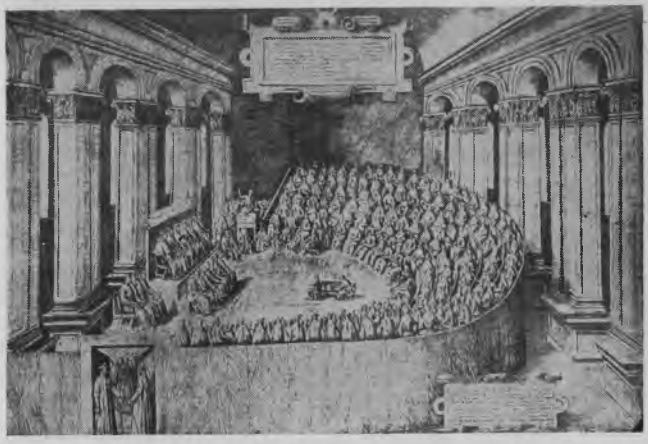
ALBERTO, O GRANDE

A penetração das doutrinas de Aristóteles provocou uma verdadeira revolução no pensamento ocidental. Essas novas idéias foram tenazmente combatidas pelos chamados *antiqui,* contra os *moderni,* que as defendiam. A adequação do pensamento aristotélico com a Teologia cristã, deve-se, sobretudo, a dois grandes mestres da ordem dos dominicanos, *Alberto, o Magno,* e *Tomás de Aquino,* sendo êste último, discípulo do primeiro. Foi um

homem formidàvelmente fecundo, como também o foi *Tomás de Aquino,* em grau menor; contudo, a obra de *Tomás de Aquino,* é mais rica do ponto de visto filosófico do que a de *Alberto, o Grande,* enquanto a de seu mestre é, cientìficamente falando, mais rica e mais ampla, do que a de Tomás de Aquino.

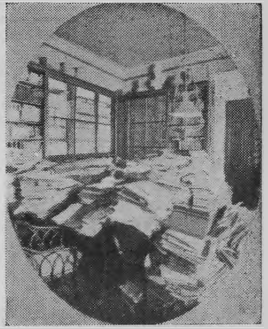
Alberto, o Grande preocupou-se, fundamentalmente, em incorporar à ciência ocidental as grandes realizações dos árabes. Preocupado com a cultura, escreveu tratados desde os temas metafísicos mais elevados até ao manual do perfeito jardineiro. Comentou tôda a obra de Aristóteles, e completou-a com os conhecimentos adquiridos através de suas pesquisas pessoais, sobretudo sôbre as ciências naturais. Foi um dos raros exemplos de homem que em sua própria vida foi admirado, respeitado e seguido. Sua grande cultura impressionava a todos. Nasceu em Bollstadt, 1206-1280, e em sua época era conhecido por Alberto de *Colônia,* recebendo, posteriormente, o cognome de *Magno,* o Grande, como é conhecido.

Comentam muitos que é estranho que a humanidade considere Lutero, Calvino, Descartes, como os libertadores do pensamento, e ponham Alberto, o Magno, entre os "obscurantistas" da Idade Média. É um preconceito que hoje revela pouco conhecimento de quem o adopta, sobretudo naqueles que afirmam que a Idade Média foi um período de trevas. Alberto, o Grande reivindicava o direito da especulação filosófica. Dedicava-se aos estudos científicos ao lado dos teológicos. Considerava Hipócrates, Galeno Aristóteles como símbolos da liberdade de pensamento. Só admitiu a autoridade que pudesse ser discutida, pois filósofo, para êle, era apenas o que fundamentava o que dizia. Muitas das teses de Tomás de Aquino encontram-se já esboçadas na obra de Alberto, o Magno, tais como: o conhecimento humano fundado na experiência sensível, a indemonstrabilidade da criação do mundo no tempo, a individualidade do intelecto agente etc. Muitas obras de *Alberto Magno,* ainda permanecem inéditas. Exerceu grande influência em seus discípulos, sobretudo pelo poliformismo de suas obras. Entre os seus discípulos, podemos citar *Hugo de Estrasburgo, Ulrich de Estrasburgo, Dietrich de Freiberg, Bertoldo de Mosberg* e, finalmente, o maior de todos: *Tomás de Aquino.*



Sessão do Concílio de Trento

Aristóteles do portal da Catedral de Chartres



Sala de trabalho de Rodolfo Virchow

Manuscrito de Tomás de Aquino da "Summa contra Gentiles".

TOMÁS DE AQUINO

Tomás de Aquino, natural de Rocasseca, perto de Aquino, nasceu em 1224. Com vinte anos de idade ordenou-se dominicano. Sob a direcção de *João, o Teutônio,* buscou Alberto Magno, em Paris, seguindo, com êle, depois, para Colônia, onde permaneceu até 1252, voltando para Paris, para tornar-se licenciado em Teologia, em 1256. Seguiu, depois, para a Itália, e retornou a Paris, em 1269, de onde saiu novamente em 1272, vindo a falecer em Fossanova, em 1274. Suas primeiras obras foram *De Ente et Essentia,* e os comentários sôbre as sentenças, escritas em Paris. Contudo, os seus livros mais notáveis são: os comentários sôbre a obra de Aristóteles, a *Suma Teológica,* a *Suma contra Gentios,* as *Questões disputadas,* as *Questões quodlibetais,* e os notáveis opúsculos além de comentários aos Evangelhos e às Epístolas de São Paulo. Não se pode construir, sistemàticamente, a posição filosófica de *Tomás de Aquino,* pois abordou todos os temas que preocupavam os filósofos de então, buscando solucionar os problemas mais exigentes. Neste ponto, ninguém o superou, pois deu solução a milhares de problemas que eram a tortura dos teólogos. Se se quisesse dar um rápido panorama do pensamento de Tomás de Aquino, seria mister escrever longamente, pois não houve ponto controverso da filosofia no qual não apresentasse êle uma solução original e, sobretudo, válida. É mais fácil expor a filosofia de um filósofo menor do que a do famoso aquinatense, pois o que mais releva na sua obra é a maneira luminosa com que resolveu as grandes questões, que agitaram, agitavam e agitam a filosofia ocidental. Tomás de Aquino realizou, contudo, uma conciliação do pensamento aristotélico com o platônico, como até então ninguém o conseguira. Conciliando as formas platônicas e a idéia da participação ao hilomorfismo aristotélico, deu êle uma consistência à Escolástica que até então ela não tivera. Não é de admirar que sete séculos depois, muitos filósofos de valor se prendam apenas a divulgar e a comentar a obra de Tomás de Aquino considerando-a, em seus aspectos fundamentais, insuperável, como definitiva.

Entre seus discípulos famosos, devemos considerar *Reginaldus,* que terminou sua famosa *Summa Theologica, Gilles de Lessines* (morto em 1306?), *Bartolomeu de Lucca* (morto em 1326),

Thomas de Sutton, de Oxford, *Hervé de Nedellec*, que lutou contra *Henri de Gand, Jacques Metz, Durand de Saint Pourçain, Gilles de Orléans, Nicolas Trivet, Bernard de la Treille, Bernardo d'Auvergne, Guilherme Goudin, Pierre de la Palu, João de Nápoles*, e, sobretudo, *Gilles de Roma* (*Aegidius Romanus*), que foi certamente discípulo de Tomás de Aquino, e grande comentador de sua obra.

JOÃO DUNS SCOT

Nasceu *João Duns Scot* na Escócia, em Maxton, por volta de 1266. Entrou na ordem dos frades menores (franciscanos). Estudou em Oxford, indo, depois, para Paris, onde teve por mestre o português *Gonçalves de Balboa*, volvendo outra vez para Oxford (1293), onde estudou com *Guilherme de Ware*. Foi nessa época que escreveu sua obra *Comentários às Sentenças*, conhecida como *Opus Oxoniense*. Voltou, posteriormente, a Paris (1302), onde escreveu novamente os comentários, cuja obra tomou o nome de *Reportata Parisiensis*. Tendo combatido Felipe, o Belo, foi perseguido, tendo de fugir da França, para onde voltou depois, em 1305, quando conquistou o título de doutor em Teologia, seguindo para Colônia, em 1307, onde faleceu.

Essa breve vida, contudo, foi de grande productividade, e Scot realizou uma obra imortal na escolástica, que o colocou, definitivamente, no mesmo plano de um Tomás de Aquino, São Boaventura, Suarez, Alexandre da Hales. A sua extremada capacidade de subtileza, que favoreceu captasse distinções onde outros viam confusamente, permitiu-lhe contribuir para a Filosofia com uma messe extraordinária de soluções novas a velhos problemas, e com tal brilho, que lhe valeu o título imortal de *Doctor Subtilis*. Sua filosofia encaixa-se perfeitamente dentro da linha escolástica. Contudo, há contribuições originais, sobretudo no que se refere ao exame das provas da existência de Deus, pois as que apresentou são de uma riqueza até então não alcançada, bem como examinou temas importantes, tais como o da essência e de existência, o da *haecceitas*, da unicidade, da singularidade, da analogia, das distinções (em que contribuiu com a sua famosa distinção *formal ex*

natura rei, que ainda hoje provoca tantas controvérsias), o estudo sôbre a *univocidade,* tema que lhe valeu tantas acusações, mas também grande glória, pois chegou a ser acusado de panteísta por seus adversários.

O estudo sôbre a univocidade do ser, cujas raízes se encontram em Avicena, foi uma das matérias sôbre as quais mais se devotou, e que, como dissemos, provocou tantas controvérsias até os nossos dias, iguais às que provocam as suas demonstrações *a priori* da existência de Deus, sobretudo por considerar imperfeitas as provas *a posteriori,* geralmente aceitas como as melhores. Das obras de Duns Scot, a mais característica, para nós, é *De Primo Princípio,* acusada de apócrifica. Seja como fôr, de autoria ou não de Duns Scot, essa obra inaugura o que chamamos a *genuina filosofia* ocidental, a metamatematização da Filosofia, que foi sempre o ideal de todos os grandes autores de todos os tempos. Essa obra abre o caminho de um novo filosofar, que ainda não deu os seus frutos totais, e que serviu de guia à nossa *Filosofia Concreta.* Afirma Scot o primado da vontade sôbre o intelecto, e que a liberdade é mais voluntarista que intelectualista, tese, aliás, que condiz bem com o seu temperamento. "Só a vontade é a causa total da volição na vontade" é uma tese escotista. Ao captarmos o bem de um objecto, nós o queremos, mas nós o distinguimos entre outros, porque já corresponde à nossa vontade. Dêste modo, nossas idéias nos determinam, mas nós determinamos, de início, a escolha de nossas idéias.

Quanto à demonstração, mostra que a prova *a priori* é superior à *a posteriori,* porque esta, fundada apenas na experiência, é uma demonstração *propter quid,* relativa, semelhante à da ciência actual, que não capta o nexo de necessidade imprescindível, como a demonstração *a priori,* que mostra a necessidade do efeito pela exigência da causa. Em suma, para êle, o contingente justifica-se pelo necessário, e não o necessário pelo contingente, o que é tese fundamental da *Filosofia Concreta,* como expomos em nossa obra de igual título.

Grande foi a influência de Duns Scot no pensamento escolástico desde então, e, também, a grande personagem na controvérsia entre dominicanos e franciscanos no decorrer do Renascimento até os nossos dias. Devemos salientar agora os grandes

discípulo de Scot, entre os quais destacam-se *Francisco de Mayrones,* que foi seu discípulo em Paris, *Jean de Bassoles, Landolfo Caracciolo, Hugo de Castro Novo, Francisco de Marchia, Guilherme Alnwick, Jean de Ripa* ou *João de Marchia, Pedro de Cândia, Pedro d'Ailly, João Gerson, João de Basiléia, João Rodington, Thomas Bardwardine,* para citarmos os que foram contemporâneos, ou que o seguiram pròximamente. Os discípulos posteriores do grande franciscano, sôbre êles nos deteremos oportunamente.

DESENVOLVIMENTO DA ESCOLÁSTICA

Depois da gigantesca obra realizada por Alexandre de Hales, Santo Alberto, São Boaventura, Tomás de Aquino, Duns Scot, tombou a escolástica no terreno das disputas, em tôrno das idéias expostas por êsses luminares da escola, período que se prolongou até o surgimento dos jesuítas de Coimbra e Salamanca. Êste período passou a ser classificado como de refluxo e, por muitos, até de decadência, pois não surgiram senão expositores e comentaristas, que mais se dedicavam às disputas, à interpretação ou compreensão do pensamento dos grandes mestres, sem que nenhuma figura do porte das anteriores viesse colocar-se na mesma plana.

Surgiram seguidores dessas posições, como *Hervé Nedellec* (*Herveus Natalis*) como seguidor de Tomás de Aquino, de quem dissentiu em diversos pontos. Surgiram ademais, *Pedro de Auvergne, Durand de Saint-Pourçain,* também seguidores do aquinatense. No sector dos escotistas, podemos citar, além dos que já fizemos anteriormente, ao examinarmos Duns Scot, *Petrus Aureoli,* que combateu muitas teses de *São Boaventura, Tomás de Aquino* e *Scot* e ainda *Henry de Harclay,* que lutou contra os dominicanos, e o catalão *Gui Terrena,* cujas idéias, em alguns pontos, se assemelham às de *Guilherme de Ockham.*

Uma série de acontecimentos predispuseram êsse período de refluxo. A multiplicação das universidades, sem mestres capazes, permitia a invasão de idéias mal fundadas, e indevidamente preparadas. Ademais, o nominalismo, mais adequado ao período de domínio final de aristocracia, com a ascendência da burguesia, por natureza eminentemente nominalista, criava as condições mais favo-

ráveis ao pensamento mais palavroso, mais verbal, sem o necessário conteúdo e a devida precisão dos têrmos, senão os que lhes emprestavam uma subtileza viciosa.

Contudo, no final do século 14º e início do 15º, podia-se ainda ainda apontar nomes como os de *João Capreolo* (1380-1444) o grande comentarista de Tomás de Aquino, que mereceu o título de *"princeps thomistarum"*, *Antonino de Florença* (1389-1459), *Dionísio Cartuxano* (1403-1471) e *Francisco Victoria*, ligado à escolástica espanhola.

A FILOSOFIA MODERNA

Pode-se estabelecer o início da filosofia moderna como marcado pelo filósofo franciscano *Guilherme de Ockham* (aprox. 1300-1450), que iniciou a crítica do tomismo e do escotismo, defendendo uma posição conceptualista, para muitos apenas nominalista. Propunha a separação entre a religião e a ciência, ao afirmar que os artigos de fé eram de demonstração racional impossível, não sendo, portanto, demonstráveis, nem servindo, por sua vez, de princípios de demonstração. Propugnava a plena liberdade para a especulação filosófica e para a investigação científica, e afirmava que a lei moral, estabelecida pela Religião, fundava-se apenas na vontade de Deus, sem que pudesse o homem captar os fundamentos racionais da mesma.

Também, nesse período, o cepticismo conheceu um novo fluxo. *Gregório de Rimini*, por volta de 1340 e *Nicolau de Autrecourt*, afirmavam que só a experiência interna era o único princípio de conhecimento, e defendiam o mecanicismo e o atomismo. *Pedro Buridan*, na mesma época, lançava sua teoria do *ímpeto*, cujas idéias haviam de influir em *Leonardo da Vinci*, em *Domingo Soto* e em *Galileu*. Entretanto, combatia o cepticismo. *Nicolau de Oresme*, já no fim do século, prosseguia nas pegadas de *Buridan*, e afirmava o movimento diurno da Terra, antecipando-se a *Copérnico* (aliás tese já defendida pelos pitagóricos). Grande matemático, criou a teoria das coordenadas na geometria, que prosseguiria, posteriormente, *Descartes*, e antecedeu *Galileu* no exame da teoria da queda dos corpos. Há, também, nesse período, *Alberto de Saxônia*, que se fundava nas doutrinas *ockhamistas*.

Também se revelou nesse período uma renovação da mística, que seguia a linha traçada por *Meister Eckhardt,* na qual se salientaram *João Tauler* (1300-1361), *Henrique Suso* e *João de Ruysbroeck.*

O RENASCIMENTO — EXALTAÇÃO DO HOMEM

A filosofia medieval tinha, sobretudo, uma preocupação teológica em suas investigações. Deus era o objecto de tôdas as suas buscas. O mundo era a linguagem com que Deus falava aos homens.

Em fins do século XIV, atravessava a Europa uma fase de ressurreição da antiguidade clássica. Embora, na realidade, não se desse um *renascimento,* como muitos julgam, o simples facto de os artistas, sábios, estudiosos dessa época terem procurado, na arte e na filosofia gregas, a luz, a clareza, que julgavam faltar ao ambiente das idéias dominantes na Idade Média, permitiu que o homem atingisse uma nova fase da sua cultura, cujos frutos nos relata a história.

No Renascimento, e aqui nos interessa o seu aspecto filosófico, há uma acentuação exaltada da fé religiosa que, na mística, atinge um grau bastante elevado. Ao lado dessa exaltação de fé, vemos um crescente aumento do cepticismo, uma crença segura no conhecimento e no domínio das fôrças da natureza, ao lado de um desenvolvimento da magia. A pressão exercida pelos governos autocratas, desperta, então, um desejo de liberdade que se exalta, ao mesmo tempo que a intolerância aumenta suas exigências. O Renascimento é sobretudo considerado um movimento de descobrimento do homem, ao lado das grandes descobertas da Terra, que se desenvolvem nessa época. O homem, enquanto homem, é o grande tema. E sempre que o homem, enquanto homem, é colocado como tema principal, o tema da liberdade assume as mais altas proporções.

De tôdas essas tendências e opiniões que surgem no Renascimento, era natural que a filosofia sofresse o seu influxo. O Renascimento é uma época de transição entre a era medieval e a moderna, e como época de transição tinha, naturalmente, como a nossa, de

sofrer de tantas contradições, de tantas idéias diversas, em que as filosofias, que surgem, encontram profundos pontos de contacto, o que torna difícil precisar os pontos de diferenciação entre elas.

Muitas são as tendências que se manifestam nessa época e iremos estudar, através dos seus tipos representativos, as mais importantes.

É muito comum falar-se do *Humanismo,* pois êste foi o nome que se deu à tendência que se manifestou no Renascimento e que produziu o amor e o culto da Antiguidade clássica, e que valorizou tanto o espírito humano. Chamavam-se *humanistas,* durante o Renascimento, aquêles sábios e estudiosos que, embora não voltados para a Antiguidade clássica, preocupavam-se por uma ampla reforma do homem e pela instalação de uma nova escala de valôres que desse ao homem tôda a dignidade que merecia. Vemos hoje, depois de duas guerras terríveis, que novamente o tema humanista ressurge sob diversas formas, como o humanismo cristão, o humanismo libertário, o humanismo socialista, e o neo-humanismo liberal. Mas devem destacar-se, porém, as diferenças que os separam do humanismo da Idade Média.

Enquanto aquêle era um humanismo que procurava valorizar o homem como abstracção, o homem com humanidade, como generalidade, o novo humanismo quer valorizar o homem como pessoa, como personalidade, como portador de um espírito.

A figura significativa dessa época, porque pròpriamente é quem sente essa valorização do homem, antes de qualquer outro, é *Pico della Mirandola* (1463-1494), uma estranha figura de grande talento, que viveu apenas 31 anos, uma vida tempestuosa e cheia de relâmpagos geniais, mas que sofre de um silêncio quase criminoso da maioria dos autores de filosofia. Para *Pico della Mirandola,* a criatura humana é divina porque participa da divindade, e é natureza porque participa da natureza. Ama a natureza e é amada por Deus. Enquanto todos os outros sêres são determinados, vivem e desenvolvem-se dentro de suas rígidas leis naturais, o homem goza da liberdade, que lhe permite criar, evoluir, transformar-se, avançar até os pontos mais elevados, e cair, também, aos degraus mais vis. Essa criatura é digna de respeito e de adoração, dizia êle. O que, na sua exaltação juvenil, viveu *Pico della Mirandola,* que procurou unir tôdas as crenças, encontrar a verdade que havia

em cada uma, que disputavam mais palavras do que vai prevalecer no Renascimento e que, hoje, retorna a ter, mais uma vez uma posição de relêvo, apesar de tôdas as doutrinas, crenças e teorias sociais que desejam reduzir o homem a um ser apenas utilizável, a um mero instrumento de trabalho.

Outra figura gigantesca que surge no Renascimento é a de

NICOLAU DE CUSA

Nicolau de Cusa (1401-1464) foi bispo de Brixen. Entre as tendências tradicionais, o platonismo e o neoplatonismo e as influências escolásticas e as novas idéias renascentistas, Nicolau de Cusa participa de tôdas, e atravessa êsse momento de transição e penetra no pensamento moderno. É bem um espírito moderno.

Deus é, para êle, a *concidentia oppositorum,* a unidade dos contrários, onde está a verdade, a superação de tôda contradição.

Deus é a possibilidade de tôdas as coisas e também a sua realidade. É o poder-ser (*possest*), que chegou a ser de um modo real e absoluto. Para a alma atingir o saber supremo, que é o saber da unidade suprema, precisa ausentar o espírito de tôda determinação positiva, renunciar a tôda afirmação. Nesse estado de espírito, em que a alma se desprende do conhecimento dos contrários, é a verdadeira *docta ignorantia,* a douta ignorância, que é a verdadeira sabedoria, a ignorância que se faz consciente da impotência de todo saber racional.

Na mesma época em que *Erasmo de Rotterdam* afirmava a liberdade da vontade, *Martin Lutero* escrevia páginas violentas, contra a liberdade. "O homem não é nada e Deus é tudo". Nem a vontade nem a razão humana valem ante o divino, que é inatingível em sua realidade.

A Reforma se processa na Europa com o movimento chamado posteriormente de protestante. Mas a Igreja inicia a sua Reforma católica, a Contra Reforma que, no Concílio de Trento (1545-63), termina por aceitar muitas das formas renovadoras, mas tôdas dentro do espírito católico.

Nessa época, o misticismo conhece um dos seus momentos mais elevados, com as figuras de Jacob Boehme (1575-1624), San Juan de la Cruz e Santa Tereza.

Cresce, nessa época, a preocupação pelas coisas da natureza, pela ciência, pela técnica. São figuras de destaque *Leonardo da Vinci, Lucas Pacioli* e *Telesio de Cosenza. Telesio* (Bernardino), preocupa-se mais pelo naturalismo, defende o empirismo na física, não só para o conhecimento, mas também para o domínio das fôrças da natureza. Tem *Telesio* uma visão dualística da natureza, o calor e o frio, a contração e a expansão, o movimento e o repouso

A FILOSOFIA ESPANHOLA E PORTUGUÊSA

Já no fim da Idade Média, Ramon Sabunde, de Barcelona, anunciava as idéias que iriam desabrochar-se no Renascimento.

Na Espanha, graças aos Jesuítas, como em Portugal, vai desenvolver-se uma nova linha independente da escolástica, que inaugurará um novo período de fluxo, onde surgem os nomes de Francisco Toledo, discípulo de Soto; os coimbrenses: os Góis, Araujo, Pedro Fonseca, Benedito Pereira; em Salamanca, Gregório de Valencia, Jacó, Ledesma, Gabriel Vasquez e Luis de Molina, o criador do molinismo, Furtado de Mendonça (português). Mas entre todos, surge como o expoente máximo Francisco Suarez.

SUAREZ

Francisco Suarez (1548-1617), o "doutor exímio", é o representante mais importante da escolástica no Renascimento. Entretanto, Suarez tem idéias próprias. Deus não é inteligível pela investigação metafísica, que dêle não nos pode dar um conhecimento. O que nos conduz a Deus são os efeitos de Deus que o demonstram. O que é interessante de notar em Suarez é a sua concepção do individual. Não há na natureza o absolutamente universal, sem o individual. Por isso não se pode falar do universal unìvocamente, mas devemos referir-nos a êle como algo que está *potencialmente* nas coisas e, *em acto,* no intelecto.

Desta forma, a verdadeira realidade da coisa é o *composto.*

Reconhece, assim, Suarez, uma complementaridade entre o universal e o individual.

Entre os dominicanos, seguidores de Tomás de Aquino, podemos anotar Pedro Crockaert e seu discípulo *Francisco de Vitória, Domingo Soto, Melchor Cano,* no séc. XVI, e *Domingo Banez,* no séc. XVII, *Cayetanus* (*Tomás del Vio*) e *Francisco Silvestre,* o *Ferrariensis,* grandes comentaristas de Tomás de Aquino.

Entre os protestantes, podemos salientar *Martin Lutero* (1483-1546), ex-agostiniano, influído pelo nominalismo, e que tendeu para a mística, afastando-se da Filosofia, e *Melanchton* (1497-1565), que seguia a linha aristotélica.

RETÔRNO AOS GREGOS

Afastados da escolástica, tendendo para Platão, temos a salientar *Marsílio Ficino* (1433-1499), *Pico della Mirandola,* morto em 1494, que tentou conciliar Platão com Aristóteles, ambos filósofos italianos. Entre os alemães, temos *João Reuchlin, Erasmo de Rotterdam, Zwinglio,* reformador religioso e panenteísta.

GIORDANO BRUNO

Bruno (Giordano) (1549-1600) Nat. de Nola, Itália. Vestiu de início o hábito dos dominicanos. Espírito inquieto, despertou o ódio de seus confrades pela audácia de suas afirmativas. Retirando-se do cláustro, foi acusado de impiedade. Percorreu "êsse cavaleiro andante da filosofia", na frase de Bayle, as universidades da Europa. Como *Campanella* e *Vanini* rebelou-se contra a escolástica e contra Aristóteles. Convicto de que sua doutrina representava a verdade, não temeu as ameaças, e sua figura, na filosofia, tem perfeitamente um aspecto épico, porque B. até à sua execução foi fiel a si mesmo, afrontando com heroicidade as ameaças e as torturas de seus adversários.

Rebelando-se contra o princípio de autoridade, dizia ao reitor da Universidade de Paris: "Por que invocar sempre a autoridade? Entre Platão e Aristóteles quem deve decidir? O juiz soberano do verdadeiro: a evidência. Se nos falta a evidência, e se calam os sentidos e a razão, saibamos conter nosso julgamento e duvidar. A autoridade não está fora de nós, está em nós próprios; é a luz

divina, que brilha em nossas almas para inspirar e dirigir nossos pensamentos".

Era de um entusiasmo único. Durante os oito anos de cárcere, por traição de um amigo que o denunciou em Veneza, onde estêve nos "chumbos", encarcerados, apesar das torturas não abjurou uma sequer de suas doutrinas. E assim como heròicamente repeliu o perdão à custa da renúncia de suas crenças, quando ouviu a sentença de morte "para que fôsse punido com tôda a clemência possível sem efusão de sangue", isto é, queimado vivo, exclamou ao que a lia: "Estais mais assustado em pronunciar esta sentença do que eu em ouví-la". Estas foram as suas últimas palavras, porque, durante a execução, suportou com impassibilidade, e em silêncio. *Análise*: a) Faz parte B. dos naturalistas italianos do século XVI. Mas separa-se de *Telesio* e *Campanella* por sua concepção panteísta. Bruker qualifica-o de *semi-pitagórico,* por que encontra em sua obra a metempsicose e a doutrina dos números; b) B. declara que o universo é infinito e igual em tôdas as partes, constituindo estas uma totalidade indivisível. É assim o Universo um organismo vivo, e Deus é a alma dêsse organismo. Não é Deus um princípio motor externo fóra do Universo; ao contrário, está no Universo, está em sua totalidade, como em cada uma das suas partes. Estas partes invisíveis são as "mônadas", cujos impulsos são derivações da alma cósmica. O éter enche o vazio dos espaços, onde tôdas as coisas se encontram em relações recíprocas. Tudo o que existe é imperecível, tanto o material como o anímico, porque as "mônadas", que os constituem, são imperecíveis. Estas compõem a substância do mundo e não os átomos, que são morte e não vida. Deus está presente em tôdas as coisas, com seu infinito poder, sabedoria e amor, porque é tôdas as coisas, o máximo e o mínimo, ou, a mônada das mônadas. c) B. está impregnado de um amor à natureza. O Universo está cheio de beleza até nas obras mais mesquinhas, e pleno de potências; d) para B. a matéria não é, como pretendia Aristóteles, uma simples possibilidade, nem até um princípio passivo como o querem os platônicos; é uma fôrça fecunda, sempre em acto, sempre revestida de uma forma, simples e indivisível em sua essência. Dela provêm "todas as coisas com as suas diferenciações, como a criança provém já viva e individualizada do ventre materno. e) Deus não poderia, afirma B., ter criado o o mundo, limitado sua obra, retirando-a a um canto do espaço".

Por que quereis que essa divindade, que pode infinitamente espalhar-se numa esfera infinita, retire-se, parcimoniosamente, em si mesma, e prefira permanecer estéril, a comunicar-se como uma mãe fecunda e cheia de bondade? Por que seria necessário que uma potência sem limites se perdesse, que todos os mundos possíveis fôssem privados da existência que podem ter, e que a imagem divina fôsse alterada em sua perfeição, que não pode resplandescer senão num espêlho infinito, e conforme a seu modo de ser, isto é imenso ; Deus é a própria bondade, e o universo não pode ser mau. É ridículo julgá-lo, nós que conhecemos apenas uma parte ínfima, enquanto Deus abraça a infinidade dos espaços e continua seu progresso na infinidade dos tempos; f) as cousas segundas são, para B., puramente aparência; a diversidade dos sêres, uma ilusão, e a personalidade humana, o sonho do nosso orgulho; g) na lógica, vai ressuscitar a *Arte Geral* de Raimundo Lúllio; pratica a astrologia, a magia, e defende a obra de Copérnico; h) há em sua obra um carácter poético e polêmico. Assim B. para a sua época, representava um herético em face da concepção dominante. Sua condenação era por isso fatal, Esquecido logo após a morte, veio, no entanto, sua doutrina ter um grande relêvo, quando estudamos a influência ponderável que teve em Descartes, que dêle foi buscar o método da dúvida raciocinada, a substituição da autoridade pela evidência, e sua visão sôbre a infinidade do mundo e sôbre os turbilhões; em Spinoza, a idéia de um Deus consubstancial ao universo, da causa imanente, e a distinção entre *natura naturante* e *natura naturata* (Vida Spinoza); em Leibnitz, a teoria das mônadas e o optimismo; em Schelling, que o confessa o princípio da identidade das coisas e do pensamento, o qual pôs o nome de Bruno como título de um de seus livros. O próprio Hegel aproveitou a sua teoria do *minimum* e do *maximum*. B. foi um gênio desordenado, e a sua falta de método impediu organizasse um sistema regular.

GALILEU

Galileu Galilei (1564-1642), cuja vida accidentada tornou-se lendária, preocupou-se pelas investigações naturais. São dêle essas palavras: "O livro da natureza está escrito em língua matemática e suas letras são triângulos, círculos e outras figuras geo-

métricas, de modo que, sem elas, não se pode entender uma única palavra".

Assim, para Galileu, é a quantidade a base de todos os fenômenos, a relação numérica. É importante o seu pensamento, porque êle veio estabelecer a imagem filosófica que servirá para Descartes e, em geral, para o idealismo moderno.

Reduzindo os fenômenos ao quantitativo, aceita, como base dêles, o mensurável e o matemático. Essa é a orientação que predominará até nossos dias na física e na própria filosofia.

CAMPANELLA

CAMPANELLA (TOMMASO) (1568-1639) Nat. de Stilo (Calábria). Movido pelo gôsto à filosofia, desde cedo entrou na ordem dos dominicanos, onde manifestou profunda aversão à filosofia escolástica, aliás freqüente entre os grandes espíritos de Seiscentos e setecentos. Inaugurou, através da Itália, uma campanha cerrada à Aristóteles, e defendeu a *Bernardino Telesio,* embora não aceitasse tôdas as suas opiniões. Espírito sutil, dotado de grande poder de argumentação, sua acção provocou naturalmente grande rumor, o que lhe angariou adversários, sendo perseguido pela Inquisição, sob a acusação de magia e heresia. Acusado de haver tomado parte numa conspiração contra Felipe III, de Espanha, (facto controvertido entre seus biógrafos), foi preso, submetido a cruéis torturas, e, finalmente, condenado à prisão perpétua. Graças ao papa Urbano VIII, amigo das belas-letras, foi C. pôsto em liberdade, em Roma, mas perseguido, ainda, pelo govêrno espanhol, daí (com o auxílio do próprio papa) foi para a França, onde Richelieu o protegeu.

b) É inseparável a obra filosófica de C. de sua vida. Ardente polemista, senhor de uma coragem a tôda a prova, de grande espírito especulativo, empreendeu o estudo de todo o saber de sua época, sem se estreitar nas regras clássicas, invadindo o terreno até então pouco investigado dos objectos que formariam a ciênca, que com êle, com Descartes, Bacon, Giordano, Bruno, seus contemporâneos, conheceria um novo caminho, que a levou ao estado actual.

c) C. aceita o sensismo de Telésio. O conhecimento sensível é uma relação entre o mundo externo e o sujeito, em que se identificam. Daí provém que cada qual tenha um conhecimento distinto, segundo a impressão recebida. O conhecimento intelectual fundamenta-se no saber que a alma tem de si mesma, e dêste se eleva à contemplação das idéias, na qual a assimilação com o objecto conhecido processa-se completamente, e, finalmente, até Deus. O conhecimento divino é possível, porque as categorias de Deus projectam-se em todo ser como modêlo das coisas.

d) Excessivamente místico, penetra pelas leis da natureza. Deus, para êle, é a verdade, e dêle é que vem tôda a verdade. Para atingir a verdade, é, portanto, necessário dirigir-se, encaminhar-se para Deus, que no-lo apresenta de duas maneiras: 1º) do livro da natureza pela observação e inducção; 2º) pela inspiração directa e interna (intuição), ou pelos profetas.

e) Há dois princípios de tôdas as coisas: ser e nada. O ser é Deus; o nada, a privação do ser. O ser manifesta-se por três potências essenciais e primordiais: fôrça, sabedoria, amor. Essas três potências do ser infinito encontram-se em graus diferentes em todos os sêres finitos. Como sêres, todos têm as três potências, mas como finitos, estão privados delas, participando da impotência, da ininteligência e do ódio, qualidades essenciais do nada. Também essas privações se encontram em graus diferentes, e em formas diferentes. Só Deus as possue, enquanto ser infinito, e é isento de tôda privação. Essa a trindade misteriosa de C., que, segundo êle, existe em tôdas as coisas, inclusive nas que consideramos inanimadas.

f) Não se deve emprestar a C. uma influência decisiva sôbre Bacon. Houve, sim, simultaneidade em certas afirmativas. Se Bacon foi mais profundo quanto ao desenvolvimento e futuro da ciência, fixando melhor os novos caminhos, contudo, a divisão da ciência de C. oferece superioridade à classificação de Bacon. Segundo C., a ciência, segundo seu objecto, divide-se: ciências divinas (Teologia) e ciências humanas (Micrologia). Acima delas está a Metafísica, que abraça os princípios comuns das duas ciências. A micrologia divide-se em ciência natural e ciência moral. A primeira subdivide-se em: medicina, geometria, cos-

mografia, astronomia, astrologia. A segunda em: ética, política, econômica. A retórica e a poética são ciências auxiliares destas últimas. Quanto às ciências aplicadas, coloca ainda C. a magia, que divide em: magia natural, angélica e diabólica;

g) Em sua *Civitas soli* (A Cidade do Sol) encontram-se muitos princípios dos utopistas posteriores. É uma obra revolucionária, a estilo platônico, onde defende a passagem da teocracia para o comunismo, uma teocracia comunista, cujo govêrno é fundamento nas três potências divinas, já expostas.

h) Foi C. um agitador de idéias, um verdadeiro gênio do século XVI; agitou tôdas as idéias da época, e precedeu em muitas a *Bacon* e a *Descartes*. Sua obra é tumultuária, de estilo pedantesco e pesado, e reflete em muito a sua intrepidez. Quando da condenação de *Galileu, Descartes* atirou ao fogo sua obra *Da Natureza,* enquanto C., à vista dos seus algozes, escreveu *Apologia pro Galileo.*

A FILOSOFIA MODERNA — O ILUMINISMO (ILUSTRAÇÃO)

O Iluminismo, ou *Ilustração* ou *"época das luzes"* (*Aufklaerung*) são os nomes que geralmente se dão ao período compreendido ao século XVII (parte) e XVIII, e que tem uma grande influência na filosofia. Antes de penetrarmos num rápido estudo do Iluminismo, precisamos estudar o movimento empirista e o racionalista, que o precederam e que serviram de origem à grande modificação por que vai passar a filosofia.

Influído pelo racionalismo e pelo desenvolvimento da ciência no século XVII, a Iluminação é uma marcha em direcção à natureza, e para robustecer o domínio que o homem exerce sôbre ela, que, desde então, aumentará constantemente. Por isso, iniciemos com o estudo de uma das personalidades mais elevadas da filosofia, cujas doutrinas serviram de fundamento à Ilustração. Êsse homem foi

FRANCIS BACON

Francis Bacon (1561-1626) — Natural de Londres. Lord de Verulam, chanceler do Parlamento inglês, acusado de subôrno, foi condenado à prisão, mas agraciado, depois, por seu renome e valor. Em filosofia, é mais conhecido por *Bacon de Verulam.*

Além de sua obra jurídica, política, econômica e social, ressalta sua obra filosófica, que teve influência ponderável no desenvolvimento da filosofia. Bacon mostrou o êrro dos métodos antigos e a necessidade de interrogar a experiência. Combateu o método abstracto dos aristotélicos, vindo, assim, històricamente, corresponder à necessidade da Europa de então, já em plena marcha para a tendência experimental e científica dêstes últimos séculos. Não foi pròpriamente um sistemático. Deu ao conhecimento humano um método, em seu livro *Novum Organum,* uma das obras maiores da humanidade. Contemporâneo de *Descartes, Galileu, Pascal,* contribuiu para o desenvolvimento da ciência prática. Sua intenção era edificar um monumento à ciência prática, uma "Instauratio Magna", e as obras deixadas não passam de capítulos dêsse magno empreendimento, que a morte impediu.

Lutou para dissipar a confusão então existente entre ciência e filosofia, através de seu tratado "Progresso das Ciências".

Nessa obra, estabeleceu novo método de substituição da hipótese pela observação, o qual é exposto em *"Novum organum"* e em sua *"De dignitatis et augmentis Scientiarum".*

Preconizava a observação como seqüência da finalidade que emprestava à ciência: isto é, utilidade prática, domínio do homem sôbre o universo. Expõe seu método que consiste primeiramente na observação, depois na inducção e estabeleceu regras do método experimental e inductivo, em suas categorias de *presença, ausência* e *grau.*

É sua doutrina um método positivista de conhecer, o qual se opõe à predominância dos *ídolos* em nosso entendimento.

Essa doutrina influiu no empirismo inglês, sendo Bacon criador do método experimental.

Para realizar o método experimental, e que obtenha bom êxito, é necessário libertar-se dos *idola* (erros do espírito), que são

de quatro espécies: *idola tribu,* inerentes ao gênero humano, que consistem em procurar ver nas coisas uma ordem, humanizando-a, atendendo o que nos é favorável; *idola specus* (ídolos da caverna), que procedem das disposições individuais, preconceitos adquiridos pela educação, costumes e pela leitura; *idola fori* são os proporcionados pelas confusões da linguagem, das palavras equívocas, confusas, que não correspondem aos objectos reais; *idola theatri,* os ídolos provenientes do prestígio, do renome, entre os quais Bacon cita o prestígio de Platão e Aristóteles, como os mais perigosos.

HOBBES

Thomas Hobbes (1588-1679) teve oportunidade de manter contacto, através de suas viagens, com Galileu, Descartes, Gassendi.

A doutrina de Hobbes é classificada de empirista, nominalista, racionalista e materialista. Fundava-se na sensação como base do conhecimento. Sem ela, era impossível o conhecimento. Só a sensação permite a percepção. A verdadeira ciência, para êle, funda-se no método matemático. A linguagem deve ater-se rigorosamente ao pensamento. Pensar é "calcular" com palavras, assim como a Aritmética calcula com números. O materialismo de Hobbes revela-se na sua noção da corporeidade, que é regida por leis rigorosamente causais, às quais também está submetido o espírito.

As idéias de Hobbes sôbre o Estado deram-lhe um grande renome. Afirma Hobbes que o homem é dominado pelo instinto de conservação.

Por isso, em "estado natural", o homem é "um lôbo para o homem" (*homo homini lupus*). Êsse instinto de conservação determina uma luta de todos contra todos (*bellum omnium contra omnes*), que se dirige à destruição de tudo e de cada um. Por isso, impõe-se uma limitação ao instinto de conservação, isto é, aos seus direitos, para que se institua uma paz social. Daí nasce o contrato de paz. Mas, para que êsse contrato esteja garantido, para que não o violem, é necessário o soberano, que, ao concentrar

em suas mãos o poder e a razão, permite que se realize o ideal desejado. A democracia, julga Hobbes, não assegura essa paz, porque as assembléias são movidas pelos instintos e interêsses particulares. Dessa forma, propõe a monarquia absoluta.

O Estado não é um inimigo dos indivíduos, mas ao contrário um defensor dêles, porque defende a possibilidade da convivência dos impulsos contraditórios. Em *Leviathan*, sua obra famosa, defende a idéia dêsse Estado. Como propunha a submissão da Igreja ao Estado, foi Hobbes tenazmente combatido pelo clero, que classificou sua doutrina de atéia. As idéias de Hobbes influíram muito nas concepções estatistas do século XVIII e no século XIX, até os nossos dias.

Tôda a argumentação de Hobbes parte da premissa de que o homem, em "estado natural", é um inimigo do homem. No entanto, Kropotkine, que representa um pensamento totalmente oposto ao de Hobbes, mostra em seu livro, "Apoio Mútuo", que o homem, como os animais superiores, apoia-se mùtuamente, e que há uma ordem social natural.

É essa ordem social natural que Kropotkine pretende estabelecer na sociedade, retirando naturalmente dela tudo quanto lhe impede desabrochar, e que são, precisamente, os interêsses criados.

OS RACIONALISTAS

Para esclarecimento do que é o racionalismo, convém dizer que se deve distinguí-lo do simples uso da razão. Tanto racionalismo como empirismo *usam a razão*. Mas enquanto o primeiro, ao exaltá-la, admite que seja um meio de conhecimento da coisa-em-si, o empirismo, que dela usa e abusa até, limita-a ao conhecimento empírico apenas. Estabelecida essa distinção, podemos então examinar o seu maior representante:

DESCARTES

A filosofia de *René Descartes* (1596-1650), conhecido também por Cartésio, é um ponto de maturidade da filosofia moderna.

Desejava encontrar um método que não fôsse o aristotélico, e que lhe permitisse um caminho para novos descobrimentos.

A matemática influiu decisivamente no método cartesiano. Para isso desejava partir de um princípio incondicionado, que lhe desse o ponto de apoio. A "dúvida metódica", iniciada por êle, leva-o à afirmação do "Penso, logo existo".

Quatro regras estabeleceu Descartes para o seu método: 1) "não admitir como verdadeira coisa alguma que não se saiba com evidência que o é; 2) dividir cada dificuldade em quantas partes seja possível e em quantas requeira sua melhor solução; 3) conduzir ordenadamente os pensamentos, começando pelos objectos mais simples e fáceis de conhecer, para ascender, gradualmente, aos mais compostos; 4) fazer uma recontagem tão integral e rasões tão gerais, que se chegue a estar certo de não omitir nada."

Essas quatro regras são o resumo do método cartesiano.

Por meio da dúvida metódica, chega ao "cogito, ergo sum". Mas o *cogito,* ao evidenciar a existência de quem pensa, permite estabelecer o seguinte raciocínio: "Se eu existo, sei que sou imperfeito. Mas a idéia de imperfeito implica a de perfeito, logo deve existir um ser perfeito, e êsse ser é Deus."

Mas, reconhece Descartes que, ao conhecer-se intuitivamente como ser, reconhece que seu corpo é distinto do seu pensamento. Surge, então, a distinção entre a substância pensante e a extensa.

A alma, como pensamento, pode ser pensada sem extensão, porque a extensão não lhe é essencial, enquanto o corpo tem, como essência, a extensão. Êsse dualismo de Descartes funda as grandes controvérsias da filosofia desde então. Dessa forma, estabelece que a substância extensa é geométrica. Reduz, assim, a física à geometria, matematiza a existência, reduzindo-a ao espaço. Dessa forma, os modos da extensão são a posição, a figura e o movimento.

Reduz assim tôda qualidade à quantidade, e o próprio movimento fica reduzido a uma sucessão de imobilidades, uma sucessão de pontos.

Os modos da substância pensante são a sensação, a paixão e a vontade.

MALEBRANCHE

Nicolau Malebranche (1638-1715) influído pela obra de Descartes, discordou dêste quanto à possibilidade do conhecimento certo da substâncialidade do eu pensante. O conhecimento apenas pode ater-se à substância extensa e através das suas modalidades que se referem à alma. Desta forma, tôda actividade da alma se acha relacionada com os fenômenos corpóreos e sensíveis.

O corpo, como extensão, não tem capacidade de modificar-se por si mesmo. Deus é a única causa eficiente das modificações do corpo, dos movimentos dêste, como das modificações que se processam na alma. Assim Deus contém em sua essência, tôdas as finitudes e também tôdas as infinitudes particulares.

PASCAL

Blaise Pascal (1623-1662) prossegue usando em sua obra filosófica o espírito de clareza de Descartes, o "espírito geométrico". Reconhece que as verdades matemáticas não podem ser averiguadas e conhecidas pelos mesmos meios que as verdades morais e religiosas.

Daí distinguir *l'esprit de finesse* de *l'esprit d'ordre,* que é a base de tôda a sua doutrina. A ciência é impotente para alcançar a religião, na qual a razão é substituída pelo amor.

A ciência é impotente ante o inexplicável. A existência humana é contradição. O homem é "o depositário do verdadeiro e cloaca da incerteza e do êrro, glória e desperdício do universo". Aceitando o princípio da graça agostiniana, a verdade da religião é dada pela graça divina, a razão é impotente para alcançá-la.

Para crer em Deus é preciso já aceitá-lo, amá-lo. Ante a verdade da religião e a dúvida, propõe e Pescal a *aposta* (*pari*) pela crença.

Acreditar na verdade da religião, se houver o céu, é ganhá-lo, é ganhar o infinito. Se não houver, perdemos apenas o finito. Qual o jogador que não arriscaria o pouco que tem pelo infinito? Poder-se-ia perguntar a Pascal, como o fazem alguns existencialistas, se realmente podemos arriscar a perder o que te-

mos, embora sendo pouco, como também se realmente queremos apostar.

Separa assim Pascal a fé da ciência. Esta pode ser atingida pela investigação e pelo conhecimento, geomètricamente organizado, mas o terreno da fé só *l'esprit de finesse,* a intuição, poderia penetrar.

SPINOZA

Benedictus Spinoza (1632-1677) procura, através da filosofia, o bem supremo, que é Deus. Para isso, usa o método matemático de Descartes, e pretende raciocinar a "more geometrico". Deus é substância infinita, entendendo por substância "o que é em si mesmo e por si mesmo se concebe, isto é, aquilo cujo conceito não necessita do conceito de outra coisa para ser formado." Deus é assim a causa de si mesmo e sua essência implica a sua existência. Não há para Spinoza duas substâncias, a pensante e a extensa, mas tanto a substância pensante como a extensa são atributos de Deus. Deus é Natureza (*Deus sive Natura*). São êsses dois atributos o pensamento e a extensão, os únicos que são compreendidos pelo homem de um modo claro e distinto. Por isso se chamou a doutrina de Spinoza de *panteísmo* (*pan,* em grego, *tudo*) o que significa doutrina que afirma que Deus é tudo ou tudo é Deus.

LEIBNITZ

Gottfried Wilhelm Leibnitz (1646-1716) aceitava Leibnitz que a natureza não dá saltos. Um estado passa ao outro subseqüente, por meio de uma série infinita de intermediários. Há, assim, uma perfeita continuidade na natureza. E essa continuidade só poderia ser expressada através de uma análise do infinito. Opõe-se Leibnitz à física cartesiana, sobretudo à concepção de que o corpo seja apenas extensão. O mecanismo de Descartes é por êle substituído por um dinamismo, que o seu conceito novo de fôrça iria oferecer.

O universo é harmônico, e foi preestabelecido assim por Deus (*harmonia preestabelecida*). Tudo sucede por uma disposição já prèviamente determinada pelo Criador.

A FILOSOFIA DO EMPIRISMO

LOCKE

John Locke (1632-1704), em sua obra "O ensaio sôbre o entendimento humano", declara, no prefácio, que pretende examinar a natureza e os limites do entendimento humano. Aceitavam muitos filósofos as *idéias inatas*. Êle repele o *inatismo*, e afirma que tôdas as idéias do homem são adquiridas através de um processo psicológico. Assim, para êle, a alma é uma *tabula rasa*, uma fôlha não escrita, na qual a experiência grava as suas impressões. Dessas impressões é que nascem as idéias, que, para Locke, são apenas representações gerais da conciência. A experiência pode ser externa ou interna. No primeiro caso, a acquisição da idéia é feita através da sensação, no segundo, pela reflexão do espírito, a qual exige atenção. As representações não são imagens fiéis do objecto percebido. Nas representações, concorrem as qualidades chamadas primárias, que são as correspondentes às relações de extensão, figura, movimento, número, etc., que são adequadas ao objecto externo, e que, por isso, podem ser qualificadas de verdadeiras. As qualidades secundárias, tais como a côr, o sabor, o som, etc., são meros productos da representação interna. São as qualidades primárias, como elemento objectivo, a base de tôdas as leis físicas e mecânicas.

BERKELEY

Jorge Berkeley (natural da Irlanda, 1685-1753) foi continuador da filosofia de Locke, com maior preocupação quanto às questões metafísicas. Berkeley foi influído pelo platonismo tradicional da Inglaterra. Foi bispo protestante. Lutou acerbamente na defesa dos ideais religiosos contra os cépticos materialistas e ateus.

a) Berkeley atingiu uma das fórmulas mais extremadas do idealismo. Como nominalista, não aceitava a existência das *idéias gerais*. Não existe a idéia geral de um triângulo, o qual, forçosamente, quando imaginado, será isósceles, equilátero ou escaleno. Êste é o conhecido *argumento de Berkeley*. Êle queria referir-se à *intuição* do triângulo, e não ao *conceito* ou pensamento do triângulo, pois êste é verdadeiramente universal.

b) Espiritualista e idealista extremado, negou a existência da matéria. Tôdas as qualidades, quer primárias, quer secundárias, são subjectivas. São *idéias* a extensão, a côr, etc., conteúdos da percepção. Nada de material existe atrás delas. Na percepção, isto é, em ser percebidas, está todo o ser: *esse est percipi*. Êste é o fundamento do idealismo berkleyano.

c) Daí Berkeley afirmar o *eu espiritual*, como única certeza intuitiva. As nossas idéias procedem de Deus, que as pôs em nosso espírito. A regularidade dessas idéias (leis, etc.), é fundada na vontade de Deus, e dá-nos a convicção da existência do mundo corpóreo.

Observa-se semelhança da doutrina berkeleyana com a opinião de Malebranche e Leibnitz. O conhecimento das coisas e a visão das coisas só podemos perceber em ou por Deus. Em Berkeley, Deus e os espíritos são as únicas realidades. É Deus quem cria um mundo "material". Nós só vemos as coisas em Deus, como sòmente nêle "vivemos, nos movemos, somos". Podemos caracterizar a doutrina de Berkeley como um idealismo subjectivo, que identifica o mundo real ao mundo representado e que, após a destruição da matéria, da substância física, atinge o "eu exclusivo".

d) Devemos salientar ainda: Em psicologia, Berkeley exerceu grande influência por ter empregado o método introspectivo (auto-observação) nos problemas psicológicos; e, também, por seu conseqüente nominalismo, negando a existência das idéias *abstractas* gerais.

e) A doutrina de Berkeley é, inegàvelmente, uma construcção inteiriça, coerente e lógica, embora sejam objectáveis seus pontos de partida.

f) Berkeley é um céptico apesar de combater o cepticismo. E age como céptico por afirmação e negação e, històricamente, bem podemos compreendê-lo dentro do aspecto geral do espírito inglês, numa época de grande desordem intelectual.

g) A doutrina de Berkeley é também conhecida por *imaterialismo,* e mais tarde, encontramos sua influência no espiritualismo alemão.

HUME

David Hume (1711-1756) prosseguiu as análises de Locke e Berkeley. É considerado como empirista, mas um empirista que compreende a análise irracional das noções da experiência. A sensação, ou impressão, é apenas a percepção dos sentidos, mas a reflexão é uma imagem pálida, uma mera recordação das sensações originárias, e, por sua vez, uma cópia. À filosofia cabe estudar atentamente essas cópias, porque, segundo Hume, a impressão constitui o dado primitivo. As idéias simples se enlaçam para a formação das idéias complexas, segundo as leis da associação psicológica, isto é, pela lei de semelhança, de contigüidade e de relação causal. Uma das partes mais importantes da obra de Hume é o seu estudo sôbre o tema da causalidade. Para êle, as conexões dos factos sucessivos dão-nos a impressão de uma causalidade radicada nas coisas. Mas a sensação não nos proporciona a idéia de causa. A noção de causa é, originàriamente, uma impressão sensível, que é aplicada, errôneamente, a uma propriedade das coisas. Hume, ao combater a idéia de causa, quer fundá-la exclusivamente na própria experiência. Quanto à religião, declara que a reflexão racional é impotente para demonstrar as suas verdades. Considera as provas da existência de Deus defeituosas por isso. Hume reconhecia os limites da razão. Sua obra influiu decisivamente sôbre Kant, o qual declara que a leitura dos seus livros levou-o a despertar de um sonho dogmático e a reflectir sôbre temas que até então não suspeitara serem tão complexos. Como veremos em Kant, êste superou o cepticismo de Hume.

ESCOLA ESCOCESA

De meados do séc. XVIII até o século XIX, inclusive, desenvolveu-se na Escócia (Inglaterra), o que tomou então o nome de "filosofia do senso comum", fundada por Thomas Reid, que partia da análise da verdade primeira, a que é dada pelo eu pensante, ou pelo que pensa. Partir da realidade íntima do pensamento para a existência de uma realidade externa a êle, problema que se afigurou o mais importante para o idealismo moderno, passou a ser o tema dessa escola, que surgiu na Escócia. E a solução encontrada foi de que se pode afirmar que existe uma verdade transcendental, a qual se funda na possibilidade de ser dado imediatamente o objecto à percepção, sem necessidade de imagens intermediárias. Entre os principais seguidores dessa escola, podemos salientar *James Beattie, Dugald Stewart, Thomas Brown,* etc.

ANÁLISE DO ILUMINISMO

O ponto fundamental do Iluminismo consiste em tornar a filosofia um meio para chegar ao domínio efectivo da natureza e para a reorganização da sociedade. O interêsse pelas ciências naturais é uma tendência marcante, bem como o interêsse despertado pelo homem e os seus problemas, ante as grandes questões de ordem cosmológica. O Iluminismo é considerado mais como uma concepção do mundo do que pròpriamente uma filosofia.

Entre as maiores figuras do Iluminismo podemos citar *Jean Jacques Rousseau* (1712-1778), cujo pensamento teve tão marcante influência sôbre a história.

Em sua famosa obra, "Discursos sôbre as origens e fundamento da desigualdade entre os homens", defendeu a tese de que o homem, em sua natureza, é bom, mas a sociedade é que o desvirtua. Não prega Rousseau, como muitos pensam, o retôrno à vida natural, no sentido de primitivo, mas sim à naturalidade do homem, transformado pelos interêsses criados, em inimigo até de si mesmo. Para isso, julgava que a única maneira de suprimir a maldade humana e a desigualdade seria por meio do desenvolvimento das fôrças naturalmente boas do homem, expressadas em

seus sentimentos, para, sôbre elas, construir um novo estado social.

Um novo contracto social deveria ser estabelecido, no qual o homem renunciasse à sua liberdade no sentido egoístico, em benefício do bem geral. O estado democrático puro era o sonho de Rousseau e as suas doutrinas influíram sôbre a Revolução Francesa, que adotou o seu lema "Egalité, Liberté, Fraternité".

Outras figuras importantes foram Voltaire (que manteve longas polêmicas com Rousseau), Montesquieu (1689-1755), Condorcet, Condillac, Diderot. Os Enciclopedistas Holbach, Lamétrie, Grimm, Helvetius.

KANT

Emanuel Kant — Natural de Koeningsberg (1724-1804). Permaneceu durante tôda a sua vida em sua cidade natal. De família modesta, foi educado no Colégio Fredericianum, de ambiente pietista. Seguiu daí para a Universidade, onde Martin Knutzen lhe ensinou a filosofia de Wolf. Austero, tenaz, sua vida primou sempre pela regularidade e a ordem. Foi aceito como preceptor em muitas famílias nobres. Viveu solteiro, mantendo vida regular e metódica. Pelas suas contribuições na filosofia, seu nome permanece entre os maiores do mundo. Em tôda a filosofia kantiana, revela-se a tendência egotista pessoal, tendência aliás característica da filosofia alemã.

a) *Fases da Filosofia kantiana*: Zhitlovsky estabelece estas 1.º) Período até 1760. Kant é racionalista e dogmático. Desenvolve-se sua filosofia dentro do âmbito do sistema de Leibnitz-Wolf, com atracção evidente das ciências naturais sôbre a metafísica pura; 2.º) período empírico-céptico (1760-1769). A obra de Hume desperta-o do "sonho dogmático" (palavras dêle). Ocupa-se, então, da crítica do racionalismo. Analisa o valor da lógica, e chega à conclusão de que são excessivas as esperanças nela depositadas. A metafísica é, nesta época, para êle, nada mais que "a ciência dos limites da razão humana"; 3.º) período de transição para a crítica (1770-1780). Elaboração e aprofundamento do

pensamento crítico, que obtivera no 2.º período; 4.) período criticista (1781-1804).

b) *Filosofia*: A filosofia de Kant tem um ponto de partida semelhante ao de Descartes e de Leibnitz: isto é, Kant inicia sua filosofia por uma prévia teoria do conhecimento, mais acentuadamente que os seus antecessores, mas diferencia-se muito daqueles. Enquanto aquêles falam do conhecimento que terão, da teoria que vão construir, Kant parte do conhecimento já existente, da ciência físico-matemática de seu tempo, quando Newton já a havia consolidado. Em Kant, influíram as três grandes correntes filosóficas do século XVIII: o racionalismo de Leibnitz, o empirismo de Hume e a ciência positiva de Newton. Assim, para Kant, a realidade da ciência de Newton é uma evidência a teoria de um conhecimento possível, como em Descartes, ou de um conhecimento em formação, como em Leibnitz, é a física matemática de Newton, seu "facto", seu postulado, onde fundamenta sua teoria do conhecimento. Remonta, assim, aos princípios do conhecimento, para discutir, criticar sua origem, seu valor, seu alcance, para descobrir, pôr à tona, o vício do empirismo e do dogmatismo.

"Tôda a experiência e todo conhecimento filosófico provém, segundo Kant, de três fontes: os sentidos, que criam intuições, o entendimento, que cria conceitos, e a razão, que cria idéias. A sensibilidade e o entendimento fluem continuamente e criam a experiência. A razão encontra já a experiência feita, cujos limites sobrepassa com suas idéias, além do mundo empírico. Nestas três fontes se encontram productos "puros" do conhecimento humano. Deve investigar-se que papel desempenham na experiência a sensibilidade e o entendimento puros, para logo averiguar se a razão "pura" tem direito a sobrepassar com suas idéias os limites do mundo da experiência, porque o faz e em que medida são exactos os resultados a que chega". (Zhatlovsky "Kant", pags. 14 e 15). Estão, aí, os três caminhos seguidos por êle. Vejamos como o fêz:

c) Para Kant, a ciência físico-matemática da natureza compõe-se de juízos, estruturados em teses, afirmações, proposições. São êsses juízos enunciações de factos observados, que compõem a estrutura geral do saber científico-matemático e podem ser divididos

em dois grandes grupos: *analíticos* e *sintéticos*. *Analíticos* são aquêles em que o predicado já está contido no sujeito. Ex.: o quadrado tem quatro lados; *sintéticos*, os em que o predicado não está contido no sujeito; ex.: a lua é um planêta. Os juízos analíticos são verdadeiros para Kant, porque se estribam no princípio de identidade. Os juízos sintéticos não são verdadeiros por si mesmos, mas a sua legitimidade está na experiência. São os juízos analíticos universais, por verdadeiros em qualquer lugar, no espaço e no tempo, enquanto os juízos sintéticos são contingentes e particulares, válidos pela experiência sensível, e cuja validez não poderá ser aceita no espaço e no tempo.

Ora, o conhecimento científico fundamenta-se nos juízos sintéticos, porque os analíticos são pura tautologia e nada acrescentariam ao conhecimento. Leibnitz queria que a ciência se fundamentasse em juízos analíticos. Se a ciência estivesse, como queria Hume, constituída apenas pelos juízos sintéticos, constituídos de associação de idéias, por factos, repetições de experiência, seria apenas um costume, sem validade universal. Ora, pensava Kant, a lei de Newton não é apenas um juízo analítico, nem tampouco um juízo sintético. Observou Kant que uns dêsses juízos provêm dos sentidos e outros da razão. Existem, portanto, princípios *a priori* do conhecimento. Ora, de uma ou várias experiências, pode-se formular *a priori* uma lei universal pois os juízos *a priori* deverão possuir a característica de necessários e universais, mas, também, por isso, contêm os atributos do juízo sintético, do contrário seriam simples tautologias. Infere, daí os juízos *sintéticos a priori*.

o) A crítica dos juízos *a priori* é a matéria de sua *Crítica da Razão Pura*. Mas se o conhecimento não pode dispensar os juízos *a priori* não pode, também, valer-se exclusivamente dêles, porque não são meios suficientes de conhecimento. Assim há um limite para o conhecimento? Não, — respondeu Kant, — porque o conhecimento científico permanece possível e a moral nos permite, por outra parte, ir além da experiência. A lei moral impõe-se a todos os indivíduos, possuindo, por isso, uma objectividade certa. É essa a conseqüência tirada na "Crítica da Razão Prática", em que, apoiando-se nas idéias morais, o espírito pode afirmar algo além da experiência.

Partindo dêsses princípios, assim Kant esposa as suas idéias:

e) Os sentidos fornecem apenas dados contingentes. Se existem conhecimentos universais e necessários, só podem provir da razão.

Vejamos agora as três fontes do conhecimento já acima citadas: 1.o) a *sensibilidade* (os sentidos). De sua crítica, fundamenta Kant sua *Estética transcendental.* Elimina todos os elementos particulares que a sensibilidade oferece, que correspondem ao *objecto* do conhecimento. Feito isso, permanecemos em face de duas idéias universais e necessárias: tempo e espaço. São elas a *forma* sempre presente do conhecimento. Em si nada são, mas pertencem áo sujeito pensante. São duas formas *a priori* da sensibilidade;

f) o entendimento, segunda faculdade do conhecimento. Sua crítica aqui, chama-se *lógica transcendental.* Correspondem às quatro formas do julgamento do juízo, quatro *categorias,* conceitos puros do entendimento: *quantidade, qualidade, relação, modalidade.* São as condições *a priori* do conhecimento sensível, como o espaço e o tempo são as condições *a priori* da intuição. São elas inerentes ao nosso espírito, não são coisas em si. Daí conclui Kant que não conhecemos as coisas em si (*noumenon*) mas apenas através do nosso conhecimento (fenômenos).

g) Segue-se a *razão pura,* terceiro elemento, à qual pertence o mundo da *idéias.* A crítica aqui se chama *dialéctica transcendental.* Fundamenta-se em três idéias: o *eu,* o *mundo* e *Deus* (psicologia racional, cosmologia racional e teologia racional). São idéias puramente *a priori,* portanto frágeis e incompletas para o conhecimento. São, pois, cientificamente falsas.

A crítica da razão pura, conclui Kant, é insuficiente para ultrapassar os limites da experiência. Resta o caminho para a razão prática.

h) Assim como existem elementos *a priori* do conhecimento, há dados *a priori* para guiar nossa vontade e nossa acção. Pela crítica da razão prática, Kant pode ultrapassar o conhecimento e fundamentar nela a imortalidade da alma e a existência de Deus.

Os princípios morais *a priori* geram a noção do dever. Só são morais os actos que se fundamentam na vontade de fazer o

bem, na "boa vontade", independentemente de qualquer finalidade útil ou desejável. O respeito ao dever é essencial a tôda moralidade. É uma lei moral, que equivale aos princípios evidentes da ciência natural. A lei moral é uma lei férrea e incondicional: *um imperativo categórico.* Admitindo a autonomia da vontade, o homem obedece à sua vontade, que é livre. A afirmação da existência da alma é o postulado necessário para assegurar ao sujeito moral conformidade de sua vontade à lei moral, por não ser realizável a moralidade perfeita na existência. É necessária a existência de Deus, para que seja possível o soberano bem, e para que o homem possa vencer suas inclinações, que o poderiam afastar do cumprimento da lei moral.

A faculdade da consciência, que cria moralidade, é chamada por Kant a "capacidade de querer", e também ela encerra uma parte sensível e uma parte "pura". A parte sensível compreende as tendências e desejos que provêm dos sentidos, que estão sempre dirigidos pelos sentimentos momentâneos de prazer e de dor. "A parte mais elevada chama-se "razão prática", e coloca-se além dos sentimentos momentâneos de prazer, e de dor, valoriza-os, aprecia-os e formula leis para a vontade, por ser esta consciente e racional actividade prática." Para muitos, é a parte da moral o ponto realmente frágil da filosofia kantiana, e muitas críticas lhe foram feitas. Nietzsche, por exemplo, viu aí o funcionário prussiano, ansioso de servir à ordem política de sua época, e, no imperativo categórico, um reflexo do militarismo da Prússia.

A palavra *crítica,* usada por Kant, não é tomada na acepção comum de censura, mas sim no sentido clássico de estudo, investigação. Assim "crítica da razão pura" significa estudo, investigação da razão independentemente da experiência, pois a palavra *puro* significa independente da experiência, *a priori.*

A filosofia de Kant é também conhecida por "idealismo crítico", "idealismo transcendental". Quanto à teoria do conhecimento:

Os sentidos nos fazem conhecer o mundo exterior real, e nos fornecem os materiais da experiência. A imagem que temos das coisas é o resultado de dois factôres: 1) propriedades dos objectos, que actuam em nossos sentidos e provocam, em nós, certas impressões e representações; 2) o carácter particular do *sujeito,* que

recebe essas impressões, isto é, a consciência. Daí, deduz que as representações que temos das coisas, tais como nos *aparecem*, distinguem-se completamente da *coisa em si*, isto é, da coisa tal como existe em si e por si, em seu ser "verdadeiro", independente da consciência subjectiva. É a coisa em si, para Kant, incognoscível. Podemos conhecer apenas os fenômenos.

Fora do espaço e do tempo, nada podemos conhecer nem imaginar.

As leis naturais desenvolvem-se, estendem-se ùnicamente ao mundo dos fenômenos, que existe em nossa consciência. Os *noumenos* (as coisas em si) não estão submetidas às leis da necessidade e da universalidade absoluta, lei da causalidade, que Kant afirma não podemos rigorosamente concluir pelo facto de observarmos que o fenômeno B segue-se naturalmente do fenômeno A. Contém, assim, a teoria do conhecimento de Kant dois elementos contraditórios: 1) um elemento *idealista subjectivo*: as formas de nossa experiência (*Anschauung*): espaço, tempo, categoria; 2) um elemento *realista*, que são os materiais indeterminados, que nos fornecem as coisas em si (o mundo exterior, que existe independentemente de nós). Nossa concepção da necessidade da natureza não é aplicável ao mundo dos *noumenos*, portanto neste pode reinar a liberdade absoluta. É neste império que Kant coloca a idéia de Deus, da imortalidade da alma, o livre-arbítrio, que não são compatíveis com a idéia da lei. É essa sua atitude, tomada na "Crítica da Razão Prática".

OS IDEÓLOGOS

Era êste o nome que se dava a um grupo de pensadores e cientistas que, partindo das análises de Condillac, embora dêste se afastando, formaram um movimento, em fins do século XVIII, chamado de *ideologia*. Entre êles, destacaram-se: Volney, Charles Bonnet, Garat, Sieyès, Guinguené, Cabanis, Laromiguière, Destutt de Tracy, De Gerando. Apoiando Bonaparte, quando do 18 de Brumário, separam-se dêle, ao perceber sua tendência autocrática, sofrendo, por isso, a perseguição do imperador. Examinavam os ideólogos os problemas psicológicos, fi-

siológicos e lógico-gramaticais, penetrando pelo terreno da filosofia, estabelecendo, assim, uma concepção do mundo, uma moral e até um partido político, de tendências liberais.

O pensamento fundamental dos ideólogos provém de Condillac. A sensação é a fonte única de todos nossos conhecimentos, e o princípio único de tôdas as nossas faculdades, tanto das afectivas como das intelectuais. Por uma simples transformação, a sensação torna-se, a pouco e pouco, atenção, comparação, julgamento, raciocínio, e, por fim, desejo e vontade. A alma é assim o conjunto das sensações experimentadas e daquelas que a memória recorda.

Destutt de Tracy (1754-1836) segue os princípios fundamentais da ideologia, mas considera-os insuficientes. Assim, aceita quatro faculdades não susceptíveis de decomposição: querer, julgar, sentir, recordar.

Cabanis (*Pierre*) (1757-1808), embora filiado ao movimento dos ideólogos, tem sido apresentado, discutido e comentado, de forma muito parcial, em grande parte distante de sua verdadeira doutrina. Façamos uma síntese de suas opiniões:

a) Cabanis tem sido apresentado como um materialista que quis submeter tôda análise psicológica à fisiologia, desejando resolver os problemas das faculdades e dos actos, com exclusão de qualquer suposto metafísico. Para Cabanais, seria o pensamento *apenas* o producto da actividade cerebral.

b) Pela leitura de sua obra, Cabanis nos oferece outras conclusões: admirava a obra dos sensualistas Hobbes, Locke, Helvétius e Condillac, mas deplorava que êste não tivesse suficientes conhecimentos fisiológicos;

c) o físico e o moral confundem-se em suas fontes; isto é, o moral não é mais que o físico considerado sob determinados pontos de vista particulares;

d) influenciado pelos ideólogos, afirma: as impressões recebidas pelos órgãos são igualmente a fonte de *tôdas* as idéias e de *todos* os movimentos. Cabanis não podia conceber um facto de actividade, sem um facto prévio de sensibilidade;

e) há para êle grande número de determinações absolutamente fora da experiência e da razão, que desnecessitam de edu-

cação, que atingem um alto grau de perfeccionamento, porque emanam de uma fonte distinta, isto é, o *instinto;*

f) não há apenas fenômenos *físicos* no homem. Êle espiritualiza o homem (Mémoire IV, § I) e afirma "aos elementos materiais da economia, junta-se um princípio desconhecido qualquer";

g) há três escolas entre os fisiologistas durante o século de Cabanis: 1) estritamente materialistas; 2) os que aceitam que além dos fenômenos físicos, há outra espécie de fenômenos vitais (vitalistas); 3) os que aceitam que aos fenômenos materiais junta-se um princípio desconhecido qualquer, que êles chamam alma, arquê, princípio vital. Entre êstes, está Cabanis;

h) com seu contacto com Fauriel, Cabanis empreendeu estudos mais aprofundados em tôrno dos fenômenos psíquicos e é nessa época que afirma que no inato da razão possui esta uma natureza não material, princípio êste que não pode partilhar da dissolução da matéria orgânica. Êsse princípio mental não é o resultado das acções das partes, uma propriedade ligada a uma combinação animal, mas uma *substância,* um *ser* à parte e distinto. Acreditando na imaterialidade e no inatismo do princípio da vida, crê, posteriormente, na imaterialidade e no inatismo do princípio da inteligência, porque o todo é *um* para êle, e, conseqüentemente, na preexistência dêsse princípio, após a morte. (*Lettres,* etc., 74). Essas proposições não são, porém, para Cabanis artigos de fé. Êle, através de sua obra, examinou os prós e os contras. E as palavras são dêle: "Tais são os motivos que podem fazer pender a crença de um homem razoável em favor da persistência do princípio vital ou do *eu,* após a cessação dos movimentos vitais nos órgãos". Mas, acrescentou afinal: "Não esqueçamos que permanecemos aqui no terreno das probabilidades".

Observe-se que Cabanis, por haver atribuído à *natureza, inteligência* e *vontade,* foi classificado de *panteísta.* Vemos ainda que está muito longe de ser o materialista vulgar, tão freqüentemente apresentado nos compêndios de filosofia.

Maine de Biran (1766-1824). Natural de Bergerac, exerceu na vida política diversos cargos importantes. Estudou com afinco as sensações e as impressões, e dêsses estudos surgiu sua doutrina filosófica.

A oposição entre o sentimento e a reflexão, entre a passividade e a actividade, é o tema principal de Maine de Biran. Parte da filosofia sensualista dos ideólogos, mas afasta-se logo depois. O hábito, afirma, embota a sensação e facilita o pensamento. Isso se dá, porque pensamento e sensação são de naturezas diferentes. O primeiro é actividade e o segundo passividade.

Parte do *eu* como facto primitivo, "condição da humanidade". Êste se manifesta ùnicamente na acção, pelo *esfôrço,* dado simples da observação, liberto da existência da vontade. Há, no homem, uma vida animal, puramente passiva, e uma vida humana que se manifesta pela actividade do eu, que se excede sôbre o corpo que lhe resiste e que é o germe de tôda vida, inclusive a intelectual e moral. O homem é formado de dois elementos distintos. Quatro são os *sistemas* (modos) que formam a existência: 1) *sistema* afectivo, que corresponde à vida animal, que comporta prazer e dor, conjunto de fantasmas e imagens; 2) *sistema sensitivo,* resultado do grau inferior do esfôrço (pensamento), que determina a localização das afeições nos órgãos, idéia de causa, reminiscência; 3) *sistema perceptivo,* que corresponde à atenção, idéias, criações artísticas, em que a actividade do eu é orientada para o exterior; 4) *sistema reflexivo,* em que o eu discerne a si mesmo e se eleva à concepção das noções que formam sua origem. Reconhecendo Maine de Biran que a primazia da vontade na vida interna, como origem e raiz do conhecer, era insuficiente na vida psíquica, chegou à afirmação da existência de uma vida espiritual superior, onde as resistências físicas e corporais se evaporassem ante a fôrça do espírito, tal como se revela na experiência mística. A vida psíquica, libertada da orgânica, é livre, e representa um estágio superior, mais elevado, que é possível pela intervenção de Deus.

O UTILITARISMO INGLÊS

Em suas linhas gerais, o utilitarismo é a doutrina que sustenta, na hierarquia dos valôres, o pôsto mais alto para os valôres utilitários. Embora se notem diversas manifestações utilitaristas no decorrer da história da filosofia, o utilitarismo teve seu ponto

mais alto no século XVIII, na Inglaterra, representado pelos nomes como Jeremy Bentham, James Mill, John Stuart Mill, etc.

Jeremy Bentham (1748-1832) foi a maior figura do utilitarismo, ao qual deu um sentido radical. Afirma Bentham que o homem se rege pelo interêsse, como o revelam os seus actos e a História. Mas o interêsse do homem é a sua felicidade. E a felicidade não consiste no gôzo egoísta do bem, mas no maior número de bens para o maior número de pessoas. O homem é guiado pelo prazer e pela dor, que lhe ensinam a viver. O homem tende para aumentar o prazer e para eliminar a dor. No entanto, não se deve pensar que Bentham defendesse o prazer sem limites. Sua vida foi até puritana, e êle estabelecia certas restrições a todo excesso.

James Mill (1773-1836) manteve-se dentro das idéias utilitaristas de Bentham, completando-a com a teoria associacionista. Quanto a John Stuart Mill, seu filho, examinaremos mais adiante.

O IDEALISMO ALEMÃO

FICHTE

Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) preocupado com os estudos de Kant e depois de haver discordado de muitos dos seus pontos de vista doutrinários, interessou-se pelo fundamento da relação gnosiológica entre o sujeito e o objecto. Entre o dogmatismo e o idealismo, julga Fichte que o acto de libertação deve ser pela escolha do idealismo. O ponto de partida é a actividade consciente, o Eu como autoconsciência. Mas o Eu, para Fichte, não é algo estático, mas algo dinâmico. O pensamento se afirma como acto de pensar. Êsse Eu se descobre por meio de uma intuição intelectual. O Eu se oferece a si mesmo num acto de liberdade absoluta. Mas a consciência é bipolar. Ao Eu se opõe o não-Eu. Ao sujeito, o objecto. A cisão da realidade em Eu e não-Eu, exige uma síntese que o anule, mas sem destruí-los. Essa síntese se dá pela limitação do Eu pelo não-Eu. Para Fichte, em

suma, o Eu se forma pelo pensar. Mas o Eu não é pròpriamente um eu individual, mas um ponto onde a actividade criadora do Absoluto emerge na consciência individual.

* * *

Logo após a Revolução Francesa, processa-se o movimento ao qual foi dado o nome de romântico, o *romantismo,* cuja tendência geral consiste em acentuar o sentimento sôbre o estático, o orgânico sôbre o mecânico, o expressivo sôbre o plástico. Surgem, então, na filosofia, nomes como Schlegel, Tieck, Novalis, Hölderlin, etc.

SCHELLING

Friedrich Wilhelm Joseph Schelling (1775-1854) foi o fundador da filosofia da identidade, para o qual o sujeito e o objecto coincidem no Absoluto intelectual. A filosofia de Schelling culmina num idealismo transcendental, em que a natureza e o espírito fundem-se na identidade, daí afirmar que a natureza é o espírito dinâmico visível, e o espírito, a invisível natureza. A liberdade e a necessidade são as diferentes maneiras de se manifestar uma mesma realidade. Schelling é, assim, monista.

HEGEL

George Wilhelm Friedrich Hegel (1170-1831). Influido de início pelos românticos e Schelling, dêstes se separou posteriormente, fundando um sistema próprio (hegelianismo). Para Hegel, o Absoluto do idealismo transcendental "é a ingenuidade do vazio no conhecimento", e que não favorece a explicação da heterogeneidade. Embora considerado idealista, é na verdade um real-idealista, pois revela em sua obra uma preocupação constante pelo concreto, de onde parte para alcançar um saber absoluto. O saber, enquanto permanece no empírico, no transeunte, no contingente, é um saber imperfeito, insuficiente e até deficiente. O pensamento sôbre o objecto supera o próprio objecto, é um saber mais alto. É o conceito que sintetiza a oposição que

há entre o sujeito e o objecto. É mister superar as oposições e o espírito consegue realizá-lo pela penetração decidida na religião, onde êle conhece o seu triunfo. Só aí o espírito pode alcançar a Idéia Absoluta, e o procedimento para alcançá-la é dialéctico, através de afirmações e negações (teses e antíteses), até atingir a síntese superior. Em sua famosa *Lógica,* expõe seu método, que seria impossível sintetizar aqui. O Ser Absoluto é o tema principal de sua *Filosofia da Natureza.* A idéia absoluta em si e para si é o tema de sua *Filosofia do Espírito.* A tese, a antítese e a síntese são os momentos distintos da Idéia Absoluta, os quais são afirmados, negados e superados pela sua dialéctica. A superação é ao mesmo tempo conservação e superação (Aufhebung) do afirmado, porque contém êste, e a negação da negação. A dialéctica é a expressão assim da própria realidade, e não apenas um modo de pensar.

Teorizando a idéia de Ser, afirma, na Lógica, que é a mais universal e também a mais indeterminada. Negado todo conteúdo ao Ser, tornado abstracção, converte-se em nada. Esquece, porém, Hegel que há uma diferença importante: o nada, enquanto tal, é nada, e o ser é alguma coisa, o que impede a total identificação entre ambos. (A negação do vir-a-ser). O devir é negado por sua vez pela qualidade; a negação da qualidade nega a quantidade, e a superação de ambos se dá pela medida, que é a síntese. A filosofia de Hegel teve um grande papel. A actualização da sua parte realista favoreceu a formação das doutrinas hegelianas de esquerda, de onde o marxismo vai buscar seus fundamentos, e da actualização do aspecto ideal surgiram as tendências direitistas. Entre os hegelianos mais famosos podemos salientar, na esquerda: Feuerbach, Max Stirner, Marx e, na direita, os irmãos Meyer, etc. Outros hegelianos famosos foram Rosenkranz, Biedermann, Zeller, Kuno Fischer, Erdmann, Fries, Beneke, Victor Cousin, Spaventa, Prahtl, e outros.

GOETHE

Johann Wolfgang Goethe (1749-1832) não é incluído em geral entre os filósofos. No entanto, sua obra influiu e influi no pensamento moderno. Como Goethe não organizou nenhum sis-

tema, não tem sido considerado como é merecedor. Goethe é um legítimo representante do romantismo alemão. Viu no homem e na natureza uma união indissolúvel e compreendeu que a intuição e o pensamento formam uma união. Além disso, repelia todo mecanicismo.

SCHOPENHAUER

De *Arthur Schopenhauer* (1788-1860) a obra máxima é o "O mundo como vontade e como representação", em que afirma que o mundo é "minha" "representação", um facto primário de consciência, que implica a inseparabilidade do sujeito e do objecto, com a qual quer refutar a tese do materialismo e do subjectivismo.

KIERKEGAARD

Sören Kierkegaard (1813-1855) é hoje um filósofo actual, dada a sua marcante influência na filosofia chamada existencialista. Suas teses e opiniões têm uma actualidade que não conheceram quando de sua breve vida, em que permaneceu obscuro e incompreendido pelos seus contemporâneos. A eternidade é mais importante que o tempo. O homem é um egoísta e precisa experimentar o desespêro. Deus está atrás da razão e do homem. Reagiu Kierkegaard contra a religião ortodoxa dominante.

PROUDHON

Joseph Proudhon (1809-1865) foi um dos maiores pensadores da França, cuja obra quase desconhecida, salvo a obra social, não tem merecido, senão em nossos dias, uma análise mais completa. Proudhon compreendeu a fundamental oposição na natureza e a sua doutrina das antinomias e a base das suas idéias. Afastado do individualismo atomista e do socialismo estatal, pregou idéias libertárias, que lhe valeram o nome de pai do anarquismo, cuja doutrina muito lhe deve.

STIRNER

Max Stirner (1806-1856), cujo nome real era Johann Gaspar Schmidt, era um hegeliano de esquerda. Foi êle o defensor de um individualismo extremado, que encontra no Eu, enquanto "único", o fundamento de tôda relação.

O único é uma resistência ante tôda exterioridade, quer formada pelas criações do espírito, quer pelos "eus" alheios. O *único* não se submete a nenhuma categoria. O Único é independente de tôda categoria, de tôda submissão. Por essa razão, Stirner combate tôda espécie de coacção, não só do Estado como até das próprias idéias. O *único* pode unir-se independentemente, num acto de liberdade aos outros únicos. Se não houver independência do Único, não há liberdade. Só pelo único, pode a sociedade conhecer a liberdade e, em vez de uma união forçada dos indivíduos, pode dar-se a união livre e a universalidade da idéia em universalidade da unicidade. É muito comum julgar-se que Stirner seja um defensor do egoísmo utilitarista. No entanto, não é. O único, o eu de cada um, é livre pela liberdade dos outros únicos. A liberdade é indivisível e não conhece limites. Nenhuma liberdade limita outra liberdade. O que limita a liberdade é a opressão; não a liberdade. Uma sociedade de *eus* livres, é uma sociedade livre. Considerar, porém, a sociedade como uma entidade que pode ser livre, sem *eus* livres, é cair nas velhas idolatrias.

O existencialismo tem, em muitos aspectos, muitas teses de Stirner, sem que os existencialistas o saibam. Stirner é dos filósofos menos conhecidos, mas, nem por isso, deixa de ser uma das personalidades mais fortes e originais que surgiram na filosofia, e é cognominado como o pai do "anarquismo individualista".

OS POSITIVISTAS — TRANSFORMISMO E EVOLUCIONISMO — SOCIALISTAS — PRAGMATISTAS

Em sentido específico, considera-se por positivismo a doutrina e a escola fundadas por Augusto Comte (1798-1857), que além de compreender uma teoria da ciência, é, também, e especialmente, uma reforma da sociedade e uma religião. Nasceu como

reacção à filosofia romântica especulativa do século XIX. Inclui o movimento positivista correntes das mais diversas; utilitarismo, biologismo, pragmatismo, sensualismo, materialismo, etc., que lhe são afins, o que torna difícil precisar o sentido claro do positivismo.

Se atentarmos aos seus elementos mais importantes, constitui êle uma teoria do saber, que se nega a admitir outra realidade que não seja a dos factos e a investigar outra coisa que não sejam as relações entre os factos. Manifesta o positivismo uma aversão sem limites à metafísica. Repele o saber metafísico, o conhecimento *a priori*, a intuição directa do inteligível e a crítica gnosiológica. Hostiliza o positivismo todo o sistema, tôda construção e deducção, e reduz a filosofia à ciência. Embora distinto dêsse positivismo, mas vinculado a êle em algumas teses essenciais, temos o chamado neopositivismo, que se manifestou, sobretudo, entre os cientistas do século passado, destacando-se entre êles o "círculo de Viena" e, em particular Hans Reichenbach, Moritz Schlick, etc. Outras manifestações neopositivistas se apresentaram no pensamento ocidental, que negam também a metafísica e ampliam o empirismo, e tendem para a construção de uma filosofia da ciência.

STUART MILL

John Stuart Mill (1806-1873) era filho de James Mill. Rebelou-se contra a estreiteza do utilitarismo. Combateu, como Comte, a metafísica, mas discordou dêste ao reconhecer a Psicologia como ciência afectiva. As idéias psicológicas de Stuart Mill foram desenvolvidas no corpo da Psicologia Teórica. Stuart Mill foi também um grande economista e suas idéias, neste sector, são valiosas.

DARWINISMO

Carlos Darwin (1809-1882) foi um estudioso da doutrina da selecção natural, que antes dêle já havia sido examinada e investigada. Em Empédocles e em Anaximandro, encontramos afirmações que evidenciavam a aceitação do transformismo, e da evolução nas espécies animais. Mas, no século XVIII, foi que surgi-

ram várias teorias evolucionistas. Tanto na obra de Schelling como na de Hegel, há antecipações filosóficas à teoria evolucionista.

Entre os mais famosos que estudaram êsses temas, salientamos a figura de Lamarck (1748-1825), o qual, em sua "Filosofia Zoológica", explicou a origem das espécies e as variações condicionadas pelo meio, o qual exige do animal a necessidade de adaptações sucessivas e, conseqüentemente, modificação dos seus órgãos. São essas modificações fixadas pelo costume e transmitidas pela herança, constituindo-se de tal forma uma gradação de espécies, cujas anormalidades tornam-se, por sua vez, condições da futura normalidade.

Darwin partiu da opinião de Malthus de que há uma desproporção entre a multiplicação dos sêres vivos e os meios de subsistência, o que produz a luta pela vida (*struggle for life*), e esta luta desemboca na supervivência dos mais aptos (note-se *aptos,* e não os mais fortes). Êstes mais aptos são aquêles cujas funções se adaptaram melhor às exigências do meio. Essas variações, quando fixadas, dão origem a novas espécies, que surgem através do tempo, articuladas numa hierarquia de funções progressivamente mais diferenciadas e perfeitas. Inclui o darwinismo no mundo moral e histórico do século XIX. *Spencer* (1820-1903) aplicou os princípios da evolução a todos os domínios da natureza e da cultura. As comprovações científicas vieram dar à filosofia de Spencer uma justificação extraordinária, o que lhe valeu, em certo tempo, um grande prestígio. Foi assim que o darwnismo penetrou na filosofia, filiando-se, naturalmente, ao positivismo e ao evolucionismo naturalista. Considerou a evolução, não só como um *processo* mas como um *progresso,* dando assim à noção mecânica de evolução um valor, o que se tornou um dos grandes mitos do século XIX, e também do século XX. Entre os mais famosos seguidores dessas teorias, temos Thomas Huxley (1815-1895) e Ernest Haeckel (1834-1919). Actualmente, porém, o darwinismo, em face das grandes conquistas da Biologia, perdeu muito de sua validez, deixando de ser um princípio geral de explicação. Haeckel repele a metafísica e segue em suas linhas gerais os princípios de Darwin, dos evolucionistas e dos positivistas. Mas, no terreno filosófico, aceita um hilozoísmo que se assemelha ao hilozoísmo jônico, dando à matéria um atributo vital. Para êle, o movimento é a energia do universo, e Deus é a consciência dessa natureza. Haeckel é

um monista naturalista. Considera totalmente falso o dualismo entre matéria e espírito. A matéria e a energia são meros atributos de uma substância única, que é Deus, assemelhando-se, assim, ao espinozismo.

Vejamos, agora, o movimento socialista do século XIX e sua significação na filosofia, e comecemos por

FEUERBACH

Ludwig Feuerbach (1804-1872) foi discípulo de Hegel e filiou-se à esquerda hegeliana. Sustenta Feuerbach que o espírito é nada mais que uma manifestação da natureza. Tôdas as entidades transcendentes são apenas hipóstases dos conceitos humanos.

O homem cria os deuses à sua imagem e semelhança. Cria-os de acôrdo com suas necessidades, desejos e angústias. A idéia de Deus, em tôdas as culturas, revela a íntima autenticidade do homem dessas eras. Por isso, deve-se compreender o sentimento das religiões. O ateísmo, para Feuerbach, é uma conseqüência da razão, uma conseqüência do desenvolvimento cultural. Naturalmente o homem é religioso. O ateísmo é alcançado pelo homem quando chega à consciência da sua limitação e também do seu poder. Êsse poder é adquirido pela sua libertação da transcendência.

MARX

Karl Marx (1818-1883), na juventude, ligou-se à esquerda hegeliana, então representada por Feuerbach, de quem foi um entusiasta admirador, até dêle separar-se posteriormente. Liga-se Marx à economia liberal inglêsa do século XVIII, representada por Adam Smith, Ricardo e do socialismo francês, sobretudo de Saint Simon, Fourier e Proudhon, a quem muito admirou e exaltou até seu rompimento, quando passou a atacá-lo e negar-lhe tudo quanto antes havia afirmado.

Marx procurou inverter o método dialéctico de Hegel. Combateu ferozmente o idealismo em tôdas as suas afirmações, tornan-

do-o sinônimo de metafísica, pois, como se observa nas obras dos marxistas, *idealista* e *metafísico* são sempre tomados como sinônimos. Não é o espírito que determina o processo histórico e com êle as relações econômicas, mas, sim, estas são os factôres determinantes do espírito. Estas formam a estrutura de que o espírito, através de suas múltiplas manifestações, é apenas a superestrutura. Esta idéia fundamental deu origem ao materialismo dialéctico e ao materialismo histórico, fundamentando, posteriormente, a doutrina socialista, que é conhecida geralmente por marxismo. Marx não só combateu o idealismo como o materialismo mecanicista, defendendo o materialismo dialéctico, o qual já tivemos oportunidade de estudar.

PRAGMATISMO

Embora tenha sido usada a palavra pragmatismo várias vêzes na filosofia, é só com o pragmatismo contemporâneo, desenvolvido nos Estados Unidos, que ela tomou um sentido nítido e doutrinário. Encontram-se formas de pensar pragmatista nos sofistas gregos e em diversos pensadores do Renascimento. Mas, com o surgimento do positivismo e dos movimentos anti-intelectualistas, é que o pragmatismo tomou uma direcção francamente filosófica.

Ao fazer depender a verdade da utilidade, Nietzsche pode ser considerado um pragmatista. Alguns aspectos da filosofia de Spengler, de Simmel, as doutrinas relativistas, enfim tôdas as que condicionam a verdade à utilidade, têm aspectos pragmatistas. Entretanto, quando se fala em pragmatismo, quer-se referir a William James, Charles Pierce, Dewey, F. C. S. Schiller, Papini, Jacoby, etc.

A FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

Metafísicos — Espiritualistas modernos — Idealistas — Realistas — Vitalistas — Existencialistas

HARTMANN

Eduard von Hartmann (1842-1906) julga que a explicação dos fenômenos da natureza e especialmente dos fenômenos orgânicos deve-se a um princípio criador do mundo, princípio activo e cego, análogo à idéia absoluta de Hegel e à vontade absoluta de Schopenhauer, mas que antecede a ambas, que são seus atributos, ao qual êle chama de Inconsciente. É êste o incondicionado de Hartmann, a arquê de tôdas as coisas, que, como incondicionado, não pode explicar-se por meio de qualquer relação. É assim o Absoluto. Êsse princípio activo é, assim, inconsciente.

GUYAU

Jean-Marie Guyau (1854-1888) iniciou uma crítica da moral tradicional, considerando como factôres importantes nos actos morais a vida espontânea e a motivação inconsciente. A vida espontânea não é compatível com a vida moral, desde que seja realmente espontânea e não producto de uma libertação das cadeias. Guyau defende uma moral sem obrigações nem sancções, a qual é atingível desde que o homem se liberte dos preconceitos, de todos os *proibidos* que geram, por isso mesmo, o desejo do proibido e, daí, as formas viciosas. Em linhas gerais, as opiniões de Guyau se aproximam das de Nietzsche. Quer Guyau substituir o velho princípio clássico de "devo, portanto posso", pelo "posso, portanto devo".

NIETZSCHE

Friedrich Nietzsche (1844-1900) nasceu em Roecken, Prússia, filho de um pastor protestante e de remota origem polaca. Desde moço aprofundou seus estudos em filosofia, estudando entusiàsticamente a literatura grega. Por sua grande cultura, foi aprovado sem exames na Universidade de Leipzig, por voto unânime da Congregação. Aos 24 anos de idade, foi nomeado lente de filosofia na Universidade de Basiléia, na Suíça, onde, por seu precário estado de saúde, teve de aposentar-se, vivendo, desde aí, em solidão. A leitura da obra de Schopenhauer ("O Mundo como Representação e como Vontade") levou-o ao pessimismo, reagindo logo para uma concepção "optimista trágica" e para um "dionisismo", diríamos, existencialista, que colimou em seu lema do *Amor fati,* que consiste no amor à vida com tôdas as suas alegrias e tristezas. Influenciado pelas filosofias dos pré-socráticos, dos Vedanta, e por outros mais modernos, entre êles Lichtenberg, Pascal, Spinoza, Hegel, formulou um ataque extremado a todos os valôres religiosos, filosóficos e científicos tradicionais, como também aos postulados do cientificismo do século XIX.

Acusou os metafísicos, defendeu o sentimento artístico contra a frieza da razão, aceitando, para a arte, uma justificação suficiente da existência, concebendo o Universo como a obra de um demiurgo artista. Afirmou a existência de um instinto poderoso no homem, que o impulsiona à procura da verdade, que o impele à arte, à vitória sôbre si mesmo, energia essa que é essência da vida (*Vontade de Potência*), essência que compõe até os átomos que não são mais que partículas de "vontade de potência", o Todo, e até Deus, que êle mesmo define como "Vontade de Potência". O homem, assim como superou o "homo faber", tem de superar o "homo sapiens". O homem é uma ponte para uma super-humanidade de homens, que vencem suas fraquezas e se libertam da tirania de seus instintos e da razão, para a conquista de uma plena liberdade. É êsse o ideal do *super-homem,* acessível sòmente aos que desejam ir além de si mesmos. Êsse ideal não é um fim. Nietzsche é dinamista, dialéctico-trágico. O próprio super-homem conhecerá superações. Suas contribuições à sociologia e à psicologia são avultadas, havendo influído decisivamente em tôda a concepção existencialista moderna da filosofia, e

na obra dos psicologistas profundos, que decorrem de Freud, Adler e Jung, como na de Spengler, Scheler, etc.

Sua doutrina, devido ao choque das contradições, oferece campo para interpretações díspares. Há inúmeras exegeses da sua obra e quase tôdas as correntes ideológicas da actualidade disputam a sua doutrina. Nietzsche faleceu nos albores dêste século, havendo, porém, em 1888, perdido inteiramente a razão, devido a seus grandes padecimentos.

BERGSON

Henri Bergson (1859-1940). Caracteriza a sua filosofia o temporalismo, o seu conceito de duração e o de intuição. A duração é para êle uma específica experiência, revelada ao indivíduo na experiência imediata. Tôdas as coisas, consciência, matéria, evolução, tempo, movimento, etc., são várias formas tensionais especializadas da duração. O *élan vital,* o impulso vital, mostra-nos sua doutrina vitalista. Êsse *élan* é a fôrça original que, de sua original unidade, se desdobra e se multiplica, se ramifica e se diversifica. É a grande fonte da vida. Êsse *élan vital* só pode ser revelado pela intuição, e a busca, para compreendê-lo, é a metafísica.

Outro aspecto importante da filosofia de Bergson é o tema da intuição, que teve nêle um dos mais interessados estudiosos, ao qual deu uma base científica. A intuição não rejeita a razão, mas apenas a completa. Êsse sentido é importante, porque abre o caminho para uma nova compreensão do imediato, o que já tivemos oportunidade de examinar tantas vêzes, através da explanação das bases gerais que demos da Noologia.

BLONDEL

Maurice Blondel (1861), seguindo os estudos de Léon Ollé-Laprune (1839-1898), chegou à conclusão que, por meios intelectualistas, não se poderia atingir a uma plena evidência. É sôbre a *acção* que Blondel fundamenta seu trabalho filosófico. É ela o princípio sôbre o qual deve formar-se a filosofia, se não

quiser cair nas contradições já clássicas: o unilateralismo intelectualista ou o unilateralismo vitalista. A idéia permanece no próprio interior da acção, a qual supera e unifica a teoria e a prática, a contemplação e a agitação. Dessa forma, a filosofia de Blondel torna-se uma dialéctica do devir, culmina na afirmação da primazia do devir sôbre o ser, o que se manifesta, não só no aspecto metafísico, mas também nas esferas da ciência, da vida, da moral e da religião. O *devido* é compreensível pelo devir.

Assim a acção é o Absoluto, o princípio da multiplicidade.

ROYCE

Josiah Royce (1855-1916) defende um monismo personalista e julga que a personalidade está vinculada a uma totalidade suprema, na qual se identificam a realidade e o pensamento da mesma. Essa totalidade é Deus ou o Absoluto. Através da prática é que a personalidade divina dispersa-se num número de consciências particulares finitas.

Royce afirma a liberdade humana na liberdade divina, e vice-versa.

Por isso o mundo é perfectível e há progresso à proporção que a consciência do bem moral suprime e aniquila o mal existente.

ESCOLA DE MARBURGO E A ESCOLA DE BADEN

Hermann Cohen (1842-1918) foi o fundador da escola de Marburgo, na Alemanha. Propunha-se desenvolver até às suas ultimas conseqüências o método transcendental kantiano. Foi prosseguido por Paul Natorp e Ernst Cassirer, que desenvolveram as idéias do mestre, mas num sentido livre. Opõe-se a escola de Marburgo à escola de Baden.

Os seguidores da escola de Baden criticam os de Marburgo, por se deixarem arrastar pelo naturalismo, por seu racionalismo exagerado, e pela interpretação unilateral do pensamento kantiano.

Foi a escola de Marburgo um centro de onde se difundiu, não só as idéias de Kant, como também as de Cohen. A escola de Baden, como a de Marburgo, predominaram desde fins do século XIX até 1914 no pensamento alemão.

A escola de Baden afastou-se do idealismo em sentido gnosiológico, para aproximar-se consideràvelmente ao realismo, especialmente ao chamado realismo crítico. Windelband, Rickert, Emil Lask, Max Weber, são os principais seguidores dessa escola.

COUSIN

Cousin (Victor) (1792-1867). Nat. de Paris. De origem humilde, espírito brilhante, desde cedo, deu mostras eloqüentes de seu talento. Grande orador, estudioso, aos 23 anos era catedrático da Sorbonne, substituindo Royer-Collard, onde fêz um curso famoso de filosofia, de onde nasceria sua escola. C. é uma das figuras do movimento espiritualista francês, que reagia contra o sensualismo de Condillac e o materialismo dos enciclopedistas. Seu espírito conciliador, que se vai reflectir em sua doutrina, é bem o reflexo de uma situação histórica da França.

Foi influído pela escola escocesa, na direcção tomada pelos ideólogos, no sentido activista e voluntarista da Maine de Biran e por Royer-Collard, por Schelling e Hegel (êste sobretudo quanto à filosofia da História) com quem manteve relações pessoais.

Análise: a) pretendia C. conciliar as diversas doutrinas filosóficas num método que êle mesmo chamou de *ecletismo*. Foi, pelo vulto da sua obra, o verdadeiro centro da escola eclética, onde se condensaram personalidades tais como: Garnier, Remusat, Ravaisson, Paul Janet, Saisson, Boutroux etc.;

b) propriamente C. não organizou um sistema filosófico e tão sòmente uma crítica das diversas filosofias, portanto, em linhas gerais, procuraremos oferecer uma síntese dos temas mais constantes de seu método;

c) desejando reunir a história da filosofia e a própria filosofia, analisa, revisa, expõe, julga através de suas obras os diversos sistemas. "Publicar sistemas, e dos sistemas tirar a filoso-

fia, tal é, em poucas palavras, o plano de Cousin" (Jouffroy) C. apresentou o ecletismo "como uma espécie de operação mecânica, que oferece, patenteia a verdade pelo choque e pelo amálgama dos sistemas contrários, em que nenhum é falso, mas em que cada um é incompleto, ou ainda, em que cada um é verdadeiro pelo que afirma e falso pelo que nega" (Vapereau);

d) Cousin chega a essa perspectiva, partindo do princípio da razão impessoal. A razão não é uma faculdade pessoal do homem, por conseguinte uma faculdade variável de indivíduo para indivíduo. "A razão é de algum modo o ponto colocado entre a psicologia e a ontologia, entre a consciência e o ser", desce de Deus, e inclina-se para o homem. É, assim, a razão, uma revelação, um mediador entre Deus e o homem, o *logos* de Pitágoras, *o Verbo* transformado em carne. Não é Deus em seu conjunto, mas uma manifestação em espírito e em verdade;

e) Propõe Cousin uma divisão das filosofias. Apesar de suas diversidades, inclui-as em quatro grandes sínteses: 1) *sensualismo,* que faz provir tôda a verdade da experiência dos sentidos; 2) *idealismo,* que admite sòmente os princípios eternos, as idéias inatas, *a priori,* de todos os factos, de onde pretende deduzir todos os factos, desinteressando-se da experiência; 3) *cepticismo,* que não tem a coragem nem de afirmar nem de negar, que vendo o espírito do homem dividido entre a razão e os sentidos, crê-se na impossibilidade de divisar a verdade; 4) o *misticismo,* que estimando ilusórias tôdas as faculdades humanas, busca em Deus a única fonte da verdade, procurando no êxtase e no amor a solução de todos os problemas. Nestes quatro tipos encerram-se todos os sistemas. C. buscou conciliá-los, através de sua crítica, procurando, numa união sincrética, o que havia de verdade em cada uma, por que, para êle, o êrro era uma verdade incompleta, e nisto, pròpriamente, é que constitue o seu método, que foi julgado por tantos como superficial.

BOUTROUX

Boutroux (Émile). Nat. de Montrouge, França (1845-1921), foi professor da Sorbonne. Acompanhou Jules Lachelier na orientação do espiritualismo clássico para o idealismo,

opondo-se ao positivismo e à concepção mecanicista e determinista da natureza e da cultura, precisamente por evidenciar que a experiência, e uma melhor atenção às peculariedades da realidade, impediam aceitar o determinismo absoluto, expresso nas leis de conservação da substância e das energias física e psíquica. Precisamente a realidade não mostra uma unidade. Desta forma, as leis universais, idênticas, não podem apreender a totalidade dos fenômenos que se processam em esferas hieràrquicamente articuladas, que possuem suas próprias leis e são contingentes às esferas inferiores. Assim, a contingência do mecânico ao psíquico, passa pelo físico, pelo vital, e outros graus intermediários, aumentando à proporção que se torna mais difícil reduzir os processos a relações de medida. Cresce essa dificuldade nos fenômenos biológicos, e mais ainda nos da consciência. As categorias mecânicas são, portanto, inaplicáveis à vida, pois seria renunciar a compreender algo desta, pretender-se estabilizar o que é essencialmente mutável, cambiante, activo e criador. Assim, para B., a autonomia da vida moral e o reconhecimento da liberdade fundamentam a vida religiosa. Da contingência, B. conclui a criação.

A FENOMENOLOGIA

HUSSERL

Edmundo Husserl (natural de Hossnitz — 1859-1937) foi discípulo de Brentano. A grande destruição de premissas no fim do século dezenove influiu sôbre êle decididamente. A tradição idealista estava golpeada pelo positivismo; a corrente contrária à metafísica, e a psicologia associacionista preponderavam no ambiente filosófico; em suma: o *psicologismo* dominante nas mais vastas camadas, e que tanto influiu e influi na literatura de ficção. Por êsse psicologismo, a filosofia foi reduzida a um capítulo da psicologia. A lógica tornou-se uma simples disciplina *normativa.* Tudo isso Husserl combate. Em 1900, aparecem suas *Investigações lógicas.*

a) O princípio de contradição A é A e não pode ser não-A, não se refere à possibilidade de pensar, mas à verdade do pensado, ao comportamento dos objectos. Husserl rebate as críticas da dialéctica trágica e do materialismo dialéctico, afirmando a lógica pura dos *objectos ideais.*

b) A fenomenologia é a ciência dos objectos ideais. É, portanto, uma ciência *a priori,* ademais de *universal,* ciência das *essências* das *vivências.* (Vivência é todo acto psíquico, para Husserl). Husserl abstrai o tempo, quando afirma que o princípio de contradição independe do tempo. Assim o ser ideal é *intemporal.*

c) Nota-se em Husserl um retôrno ao *espacialismo racionalista* clássico, mas superado, em contraposição ao *temporalismo* dialéctico da actualidade, que estudamos nos artigos correspondentes.

d) Mas sòmente ao ser real Husserl admite a sujeição ao tempo, *hic et nunc,* aqui e agora. Dessa forma os objectos ideais são *espécies,* não têm o princípio de individuação real. Os objectos ideais são, pois, espécies, ou, melhor, *essências.*

e) A "fenomenologia" trata das *significações.* É a significação que faz que uma palavra seja palavra, do contrário é puramente um *sinal.* Mas a significação não está na palavra. Esta simplesmente chama a atenção para a significação. Nem tampouco a significação está no *objecto* da palavra, porque êste pode não existir; por exemplo: círculo quadrado.

As significações são, assim, *objectos ideais.* É significação que chama a atenção sôbre o objecto.

f) Em suma, a fenomenologia é a *ciência descritiva das essências da consciência pura.* Consciência, para Husserl, é:

1) *conjunto* das *vivências;* unidade da consciência;

2) o *ter consciência* de uma coisa expressa o sentido da consciência. Não basta *ver,* é preciso *dar-se conta* que se vê;

3) consciência é uma *vivência* intencional.

g) O momento fundamental da fenomenologia é a *epokhé* (abstenção) fenomenológica, que consiste em tomar uma vivência e pô-la "entre parêntesis". A sua fase está no idealismo husserliano.

h) O "eu puro", de Husserl, é o feixe de vivências, e não "sujeito histórico". Isto forma a *consciência* pura. Das vivências, o fenomenólogo eleva-se para as *essências.* É o que Husserl chama de *reducção eidética.* Mas essência, para Husserl, é: o *conjunto de tôdas as notas unidas entre si por função que constitui a essência da vivência.*

i) A "fenomenologia" é, assim, uma doutrina e um método, além de uma tese idealista.

j) É uma ciência que trata e descreve as essências das vivências da consciência pura. É, portanto, uma ciência *a priori e universal. A priori* porque descreve *essências* (isto é, objectos ideais e não empíricos). É universal, porque se refere a tôdas as vivências. Como método: leva-nos ao conhecimento das essências. Conhecimento *evidente,* fundado na intuição, não numa intuição *sensível,* mas *eidética,* de essências.

k) Por reducção fenomenológica, chegamos à intuição da essência.

Crítica: Husserl é idealista, repetimos. E, como idealista, atinge ao pináculo da concepção refinada do idealismo, muito além de Berkeley, etc. Por mais que Husserl quisesse evitar que a "fenomenologia" se transformasse em metafísica, ela é metafísica. Por outro lado, os fenomenólogos só consideram o objecto como objecto ideal (essencialista em Husserl e ontológico em Heidegger) não lhe concedendo o estrito valor *ôntico,* como se a consciência estivesse impossibilitada de proferir um juízo essencial e existencialmente. Husserl, numa série de conferências realizadas na França, afirmou que a fenomenologia deve sua incitação a Descartes, e que se poderia denominar quase de um neo-cartesianismo, muito embora se visse forçado a rechaçar o conteúdo doutrinal do cartesianismo. Mas podemos afirmar, no entanto, que a fenomenologia tem laivos de idealismo kantiano e às vêzes de um empirismo anti-intelectualista.

Os temas husserlianos são numerosos. E convém anotar que a maior parte de suas obras ainda não foram publicadas.

SCHELLER

Max Scheler (1875-1928) foi discípulo de Eucken, mas encontrou na fenomenologia de Husserl um campo de acção, que êle desenvolveu com observações e contribuições próprias. As contribuições mais importantes de Scheler se dão no terreno da axiologia (a ciência dos valôres). Influído pelo pensamento de Santo Agostinho, Pascal e Nietzsche, Scheler (êsse "Nietzsche cristão", como o chamaram) construiu uma teoria dos valôres, que examinamos em nosso "Filosofia Concreta dos Valôres".

PANORAMA GERAL DA FILOSOFIA DOS SÉCULOS XIX E XX

Após o exagêro do idealismo e do romantismo, e o refluxo sofrido pela Escolástica, e o abandono quase total do estudo das obras dos medievalistas, ao lado da ascenção das Ciências Naturais, uma série de posições filosóficas, que já haviam sido abandonadas, conheceram novo fluxo, mais como conseqüência da ig-

norância das refutações já feitas com tanta segurança pelos filósofos do passado.

Por outro lado, a ascendência do empresário utilitário na vida econômica, política e social no ocidente, facilitava a predominância, não só de sua escala de valôres, como também das condições naturais da sua cosmovisão, que teriam de influir na intelectualidade preparada às pressas, improvisada nas escolas numerosas, às quais faltavam o melhor preparo de um corpo docente como se conhecera em épocas anteriores.

O kantismo havia deixado seu frutos. Era natural que o *materialismo,* com o apoio das conquistas das ciências naturais, que prometiam muito mais, no campo filosófico, do que realmente deram e poderiam dar, teve um novo surto, pois é, inegàvelmente, a filosofia mais cara ao empresário utilitário (o burguês, no ocidente), que se assenhoreara de tôda estructura político-social, e dava o rumo que queria à vida social e econômica dos povos ocidentais.

Assim Mayer, Joule, Helmholtz, Du Bois-Reymond, Charles Darwin, Vogt, Moleschott, L. Büchner, Haeckel, Reinke, Bavink pontificavam o materialismo mais vulgar com laivos de ciência, fazendo crer aos olhos de muitos que materialismo e ciência se identificavam, se univocavam.

De outro lado, o *positivismo* continuava progredindo com seus corifeus, onde Las, Fr. Jodl, Ziegler, Dühring inflamavam de idéias novas a juventude, enquanto Avenarius, Ernst Mach, Wilhelm Ostwald (energetista), Ziehen e outros fundavam-se numa análise criticista, em bases empíricas, enquanto outros, como Hans Vaihinger, caíam no ficcionalismo, afirmando que tudo é ficção. Por sua vez, fundava-se o Círculo de Viena, com Schlick, Carnap, Frank, Reichenbach, e muitos outros, tentando reduzir a filosofia apenas à Ciência, enquanto outros como Simmel, Rodolfo Otto, a Escola de Marburgo, com Cohen, Cassirer, Liebert, Stammler tentam fazer renascer o kantismo sob novas formas e roupagens.

É verdade que surge uma reacção idealista com Rodolph Eucken, Lasson, O. Braun, Joel, que ainda é um rebento da influência kantiana.

O EXISTENCIALISMO

Essa corrente filosófica tem seu precursor próximo, em Sören Kierkegaard, contando inúmeros seguidores, entre os quais podem ser destacados Karl Jaspers, Martin Heidegger, Hans Heyse, Peter Wust e Gabriel Marcel, êstes dois últimos, representantes do existencialismo cristão, Jean Paul-Sartre, Louis Lavelle, Le Senne, Pradines, Nicola Abbagnano, F. Lombardi, E. Paci, Ernesto Grassi, etc.

ESCOLÁSTICOS MODERNOS, NEO-ESCOLÁSTICOS

Como representantes da escolástica moderna, podemos indicar os seguintes nomes: V. Buzzetti, Serafim e Dogo Sordi, M. Liberatore, Sanseverino, A. Taparelli, Tongiorgi, J. M. Cornoldi, D. Palmieri, Lepidi, Zigliara, na Itália. Na Espanha, Jaime Balmes, Fernandes Cuevas, J. Mendive, J. Urraburu, Z. Gonzalez, Marin, Hellin, Salcedo. Na Alemanha, F. J. Clemen, C. Werner, K. Gutberlet, Baur, Wenzel, Z. Bucher, J. Geyser, Fröbes.

Na Bélgica, Cardeal Mercier, J. Maréchal, Nuygens, etc.

BIBLIOGRAFIA

Damos a seguir breves biografias de autores das matérias tratadas neste dicionário. Não tem êste sector a pretensão de ser um trabalho completo, mas apenas tem o intuito de subministrar ao leitor alguns dados suficientes para que possa êle situar o autor dentro do campo intelectual, em que actua ou actuou.

Em posteriores edições, buscaremos ampliar o número dos autores. Quanto ao pensamento exposto pelos mesmos, situamo-lo na SINOPSE DA HISTÓRIA DA FILOSOFIA, que faz parte desta obra.

AALL (Anathon) (1897-1943). — Norueguês — Obras: **«Der Logos». «Filosofien i Norden», «Logik»**, etc.

AARON (R. J.) (1901) — Segue a corrente do «realismo antigo».

ABBAGNANO (Nicola) Italiano. — (1901-) — Existencialista. Obras: **«Le sorgenti irrazionali del pensiero», «Filosofia, Religione, Scienza»**, etc.

ABBEVILLE (Gerardo de) (1262) — Iniciou as **Quaestiones disputatas.**

ABBOT (F. E.) (Teólogo) — Obras: **«Scientific Theism»**, etc.

ABEILLE (Louis-Paul) — Francês. (1719-1807) — Economista. Fisiocrata.

ABELARDO DE BATH (séc. XII). Inglês. Salientou-se por sua posição no problema dos universais. Obras: **«Quaestiones naturales»**, **«Analyse und historische-kritische Grundlage des Traktats»** etc.

ABELARDO (Pierre Abelard) — Francês. (1079-1142). Obras: **«Historia calamitatum», «De unitate et trinitate divina»**, etc.

ABENDAUD (1110-1180) de Toledo. Continuador da especulação filosófica de Avicebron.

ABENGABIROL — Vide **Avicebron.**

ABENPAKUDA (1106-1143) — Prosseguiu a especulação filosófica de Avicebron.

ABENSADIQUE (1080-1140) de Córdoba — Especulação filosófica sôbre Avicebron.

ABENTOFAIL — Abubaker, ou Ibn Tofail (Abu Bekr Mohammed ibn Abdalmalik ibn-Tufail al Kaisei) (1100-1185). Árabe. Obras: «**Philosophus autodidactus**», etc. Continuador da filosofia de Avempace.

ABRAHAM (Karl) (1877-1925). Psiquiatra alemão. Psicanalista. Obra: «**Traum und Mythus**», etc.

ABRAVANEL (Judas) (1460-1535). Judeu português. Obras: «**Dialoghi d'Amore**». Irmão de **Isaac Abravanel (1437-1508)**, exegeta e filósofo.

ACRI (F.) — Obras: «**Videmus in aenigmate**» — Ontologista.

ABUBAKER — Vide **Abentofail.**

ACH (N.) Alemão (1871-) — Estudioso dos processos da vontade na psicologia. Obras: «**Willenstatigkeit und Denken**», **Willensakt und Temperament**», etc.

ACHENWAL (Godefroy). Alemão (1719-1772) — A estatística moderna tem nêle um de seus criadores.

ACOLLAS (Emile) — Francês. (1826-1892) — Jurisconsulto. Estudioso das questões sociais. Organizador do primeiro congresso da paz (Genebra, 1867).

ACOSTA (José D') — Espanhol (Séc. XVI) — Jesuita. Provincial no Peru. Escreveu «**História dos Índios**».

ADAMS (H.) — (1838-1918) — Obra: «**The Education of H. Adams**». Pedagogo.

ADAMSON (Robert) — Inglês (1852-1902). Obras: «**Roger Bacon the philosophy of science in the XIIth Century**», «**On the Philosophy of Kant**», etc.

ADICKES (Erich) — (1866-). Prof. em Kiel, Tubinga, etc. Discípulo de Frederico Paulsen.

ADLER (Alfred) — Alemão (1870-1937) — Psicólogo. Obras: «**Über den nervosen Charakter**», «**Individualpsychologie**», etc.

ADLER (Max) (1873-) Alemão. Filósofo. Neo-kantista. Obras: «**Problemas marxistas**», etc.

ADRASTO DE AFRODISIA — Peripatético. Séc. II. Comentador de Aristóteles.

AGOSTINHO (SÃO) (354-430) Nasc. em Tagaste (Numídia) — Bispo em Hipona. Obras: «**De immortalitate animae**». «**De genesi contra Manichaeos**». «**De magistro**», «**De vera religione**», etc.

AGRIPPA DE NETTESHEIM (Heinrich Cornelius) (1487-1535) — Nasc. em Colônia. Obras: «**De occulta philosophia**» (1510) — «**De incertitudine et vanitate scientiarum**» etc.

AGUESSEAU (Henri-François d') (1668-1751). Francês. Fazia oposição ao sistema de Law. Na obra «**Mémoire sur le commerce des actions de la Compagnie des Indes**», encontra-se sua célebre condenação à agiotagem.

AILLY (Pedro d') Filósofo renacentista.

AHRENS (fal. 1874) — Trabalhos sôbre a «**Filosofia do direito**».

AKSAKOW (Russo) Parapsicólogo. Obras: «**Spiritismus**», «**Animismus, und Spiritismus**».

ALAIN (Emile-Auguste Chartier) — Francês (1868)-1952). Filósofo. Sua obra «**Propos économiques**» é pouco conhecida.

ALAMANNI (Cosme) Suarezista. — Obras: «**Summa totius philosophiae**».

ALANO DE LILLE (Allain de Lille) (Fal. 1203) da **Escola de Chartres.** Recebeu o título de **Doctor Universalis,** por seu enciclopedismo. Obras: «**Regulae de sacra theologia**», «**Opera**», etc.

ALBERINI (Coriolano) (1886) — Prof. das universidades de Buenos Aires. Escreveu: Monografias: «**El amoralismo subjectivo**» — «**Die deutsche Philosophie in Argentinien**», etc.

ALBERONI (1664-1752) Cardeal italiano. Primeiro ministro de Espanha, onde pôs em prática os princípios mercantilistas.

ALBERTO (Santo) Magno. — **«Doctor universalis»** (Nasc. na Suábia) (1206-1280) — Dominicano. Obras filosóficas, teológicas: **«Summa de creaturis»**, **«Summa theologiae»**, etc. Mestre de Tomás de Aquino.

ALBERTO DE SAXÔNIA (fal. 1390) — Discípulo de João de Buridan. Obras: **«Quaestiones in libros de coelo et de mundo».**

ALBO (Josep) — Filósofo judeu. (1380-1410).

ALBINO — Filósofo platônico. Séc. II. Mestre de Galeno. Escreveu **«Manual de Filosofia».**

AL-BIRÛNI (Albur-Rathan Mohammed Ibn Ahmed) (973-1048) — Astrônomo. Filósofo. Geógrafo. Escreveu um tratado sôbre os números hindus.

ALCMEON DE CROTONA (a. C. 500). Filósofo pitagórico. De sua obra restam apenas alguns fragmentos de **Sôbre a Natureza (Peri Physeôs).**

ALCOTT (A. Bronson) — «O Pestalozzi americano».

ALCUINO (730-804) Conselheiro de Carlos Magno. Filósofo pré-escolástico.

ALEMBERT (JEAN LE ROND d') Francês — (1717-1783) Editor, com Diderot, da «Enciclopédia». Escreveu o Discurso Preliminar para a mesma. Obras: **«Traité de dynamique»** (1743) — **«Essai sur les éléments de la philosophie»**, **«Ouvres philosophiques, historiques et littéraires» (1805)**, etc.

ALEXANDER (Samuel) Australiano. — (1859-1938) — Prof. em Oxford (desde 1892). Obras: **«Moral order and Progress»**, **«An Analysis of ethical conceptions»**, etc.

ALEXANDRE BONINI DE ALEXANDRIA (fal. 1314) Sucedeu em Paris a Scot. — Comentou: **«De anima»** e **«Metafísica»**, de Aristóteles, e comentários às **«Sentenças».**

ALEXANDRE DE AFRODISIA (a.C. 198-211) Autor fecundo. Considerado o comentador de Aristóteles por excelência.

ALEXANDRE DE HALES — Inglês — (ap. 1180-1245), Mestre de São Boaventura. «**Magister theologiae**» em Paris. Em 1231 ingressou na Ordem Franciscana. Obras: «**Summa universae theologiae**». Recebeu o título **Doctor irrefragabilis.**

ALEXANDRE o Egeu (Séc. I a. J. C.) Filósofo da escola peripatética.

ALFARABI (Abu Nasr Mohammed ben Tarhân b. Uzalag al Fârâbl) (fal. 950). Nasceu em Balah (Turquestão) Prof. em Bagdá. Tradutor e comentarista de Aristóteles. Obras: «**Livro de concordância entre as opiniões dos dois sábios, o divino Platão e Aristóteles**». «**Tratado sôbre o intelecto e o inteligível**» (em latim) etc.

ALGAZALI ou **Algazel (Abu Hãmid Mohammed Ibn Mohammed al-Gazzãli).** Persa (1059-111). Prof. em Bagdá. Adversário do aristotelismo. Obras: «**Destructio philosophiae**», trad. para o latim de uma trad. hebraica. (Em Veneza 1527 e 1562). Do árabe foi trad., no séc. XIV, por **Augustinus Nifo** ou **Niphus.** Em 1927, foi trad. do texto árabe por Maurice Bouyges. «**Restauração ou vivificação dos conhecimentos religiosos**». etc.

ALHAZEN (ou Ibn Al-Haitham) (Abu Ali Alhasan Ibn Al-Hasan). (965-1038). Árabe. Estudioso da física óptica. Obra: «**Perspectiva**», traduzida para o latim por Vitélio no séc. XIII.

ALIOTTA (Antonio) — Italiano. (1881) — Prof. de filosofia na Univ. de Pádua, e na de Nápoles. Obras: «**La misura nella psicologia sperimentale**», «**L'esperimento nella scienza, nella filosofia, nella religione**», etc.

ALKINDI (Abu Yusuf Yacqub ben Ishãq al-Kindi), (Persa) (ap. 800-872). Obras: **De intellectu, De somno et visione**», «**De quinque essentiis**», etc.

ALLARD (Paul) — Francês (1841-1916) — Historiador da antiguidade cristã. Obras interessantes para o estudo dos problemas sociológicos: «**Les esclaves chrétiens jusqu'à la fin de la domination romaine**» **(1876)** «**Les origines du servage en France**» (1913).

ALLEMANE (Jean) — (1843-1935). Operário tipógrafo. Condenado em 1871 a trabalhos forçados por ter tomado parte na Comuna. Em 1890, funda o «movimento socialista-revolucionário», chamado também «Allemanista».

ALLEN (E.) (1737-1789) — Deísta. Obras: «**Reason, the Only Oracle of Man**», etc.

ALLERS (R.) (1893) — Obras: «**Psychology of Character**», etc.

ALLISON (Archibald). Autor de «**Histoire de l'Europe**»; na qual acentua a influência dos fenômenos econômicos na história. Considerado discípulo de Engels.

ALLPORT (F. H.) Norte-americano. Psicólogo. Obra: «**Social psychology**».

ALMEIDA (Teodoro de) (1722-1804) — Cartesiano. — Obra: «**Recreação philosophica**».

AL-MUKAMIS, David Ibn Merwan (fal. 937). Filósofo judeu.

ALNWICK (Guilherme) (fal. 1332) — Prof. em Oxford — Escreveu: «**Determinationes**», etc.

ALTÚSIO (fal. 1636) — Filósofo da política. Escreveu sôbre a soberania popular.

ALVARADO (Francisco) (1756-1814). — Obras: «**Cartas aristotélicas**».

ALVARES (Balthasar) — (fal. 1630) — Colaborou no «**Cursus Coninbricensis**».

AMALRICO DEL BENE (fal. 1806) — Filósofo panteísta.

AMEAL (João) — Português — Obra: «**S. Tomás de Aquino**».

AMÉLIO (Gentiliano) — Discípulo de Plotino.

AMENT (W.) — Alemão. (1876) — Psicólogo. Obras: **Entwicklung von Sprechen und Denken bei Kinde**», etc.

AMES (E. S.) — Teólogo. Filosofia da religião.

AMIENS (Nicolau de) — Medievalista — Escolástico.

AMÔNIO HERMEIO — Mestre de Simplício. Escreveu: «**Comentários a Aristóteles**».

AMMÔNIO SACCAS (Filósofo de Alexandria). Mestre de Plotino e Orígenes. Um dos fundadores do Neo-platonismo.

AMOR RUIBAL (1870-1930) — Filósofo espanhol neo escolástico.

AMORT (E.) (fal. 1775) — Neo-escolástico.

AMPÈRE (André Marie) (1775-1836) — Francês. Prof. na Escola Politécnica e no Colégio de França. Obras: «**Essai sur la philosophie des sciences ou exposition analytique d'une classification naturelle de toutes les connaissances humaines**».

ANAXÁGORAS — Grego. (500-426 a. C.). Natural de Clazômenes. Ensinou filosofia em Atenas durante trinta anos. Foi mestre de Péricles.

ANAXARCO DE ABDERA — Grego. Filósofo. Séc. IV. a. C.

ANAXIMANDRO — Grego — Natural de Mileto. (610-547 a. C.) — Discípulo de Tales de Mileto.

ANAXÍMENES — Grego — Natural de Mileto. (588-524 a. C.) — Segundo Diógenes Laércio, foi discípulo de Anaximandro.

ANCIAUX (Maurice) (1940). Obras: «**Traité d'Economie politique**» e um excelente estudo sôbre «**Le crédit et l'origine des crises**».

ANDRÉS (Antonio) (Apr. 1280-1320) — «**Doctor dulcifluus**». Estudou na Univ. de Lérida e em Paris, com Scot. Comentou «**Isagoge**» de Porfírio, as «**Categorias e Perilhermeneias**», e o tratado «**De sex principiis**» de Gilberto Porretanus.

ANDRÉ (Yves Marie) — Discípulo de Malebranche. Jesuíta. Filósofo. (1675-1764).

ANDRÉS (João) (fal. 1817) — Da corrente empirista, inspirada em Locke e Condillac.

ANDRÔNICO DE RODES (ap. 70 d. C.) — Editor crítico dos «escritos aristotélicos».

ANGELL (James Rowland). Norte-americano. (1869) — Pedagogo. Psicólogo. Obra: «**Psychology**», «**American education**».

ANGELO SILÉSIO (João Scheffler, 1624-1677). Místico.

ANGLICUS (Bartolomeu) (fal. 1275) — Ensinou em Paris. Obra: «De proprietatibus rerum».

ANSELMO DE BESATE — (Séc. XI-XII) — Escolástico.

ANSELMO DE LAON (fal. 1117) «Magister Laudunensis». — Discípulo de Santo Anselmo. Muito elogiado na época. São-lhe atribuídas a «**Glossa interlinearis**», e Comentários às «**Sentenças**». etc.

ANSELMO (Santo) (1035-1109). Nasc. em Aosta. Arcebispo de Canterbury. Obras: «**Monologium**» e «**Proslogion**», etc. Autor do famoso **argumento ontológico** ou **a simultâneo** sôbre a existência de Deus. Fundador da escolástica.

ANTÍOCO DE ASCALON (**Antiochus**). (Séc. I a. C.). Mestre de Cícero.

ANTÍPATROS DE TARSO (+136 d. C.) — Estóico.

ANTÍSTENES DE ATENAS (ap. 444-365 a. C.). Discípulo do sofista Górgias e de Sócrates. Restam apenas fragmentos de sua obra. Fundador da «escola Cínica».

ANTONIO (**S. Antonino de Florença**) (1389-1459) — Estudos tomísticos sôbre a ética social e a economia.

ANTÔNIO DA MADRE DE DEUS — Colaborador no «**Cursus salmanticensis**».

APELT (**Ernest Friedrich**) (1812-1859) — Partidário de Jakob Friedrich Fries. Obra: «**Die Epochen der Geschichte der Menschheit**».

APOLINÁRIO O MOÇO (ap. 375). Vide «**Apolinarismo**».

APOLLINARIS (310-390) — Bispo cristão. Fundador do **apolinarismo** (vide), condenado pela Igreja.

APOLODORO DE ATENAS (**Apollodorus Athenarum**) — (Séc. II a. J.C.). Autor de «Crônicas».

APOLÔNIO DE TIANA (**Appolonius**) — (Séc. I — Época de Domiciano). Neo-pitagórico. Taumaturgo.

APOLÔNIO DE PERGA (**Apollonius Pergaeus**). (Séc. III a. C.). Geômetra. Mestre em Alexandria.

APULEIO (ap. 125 d. C.). Filósofo platônico médio.

AQUASPARTA (Mateus de). (ap. 1235-1302). Franciscano. Obra famosa «**Quaestiones Disputatas**».

AQUILA (Pedro Tornaparte de). (fal. 1348). «**Doctor sufficiens**». Escreveu um resumo da doutrina escotista, pelo qual o apelidaram: «**Scotellus**».

AQUINO (Tomás de Aquino) — Vide Tomás de Aquino.

ARATOS DE SOLES (s. III-II a. C.) — estóico, citado por São Paulo.

ARAÚJO (pe. José Lourenço de) — Filósofo brasileiro contemporâneo. Obras: «**História da História da Filosofia**», «**Conceito moderno de História da Filosofia**».

ARAUJO (Arauxo) (Francisco) (fal. 1664). Obra: «**Commentaria in universam Aristotelis Metaphysicam.**

ARCESILAO — Nasc. em Pitane (Eólida) (316|15-241|40 a. C.) — Um dos principais representantes da chamada Academia média.

ARCY (M. C. d') — Neo-tomista. Obras: «**The nature of Belief**», «**Thomas Aquinas**».

ARDENS (Raul) (fal. apr. 1215) — Discípulo de Porretanus, mestre de Teologia em Paris. (ap. 1179-1215) — Obras: «**Speculum universale**», «**Sermões**».

ARDIGÒ (Roberto) (1828-1920). Italiano. Nasc. em Cremona. Prof. da Universidade de Pádua. Aderiu ao movimento positivista italiano. Obras: «**La psicologia come scienza positiva**», «**Filosofia e Positivismo**», etc.

ARISTARCO DE SAMOS — (Aristarchus Samius) — Chamado o pai da astronomia. Alexandria, séc. III.

ARISTIDES DE ATENAS — Apologista do séc. II.

ARISTIPO, de Cirene, discípulo dos sofistas e de Sócrates. Fundador da chamada escola cirenaica.

ARISTIPO O JOVEM — Neto de Aristipo de Cirene. Sua mãe era a filósofa Arete. Seu sobrenome Matrodidata (instruído pela mãe).

ARISTÓBULO — Filósofo do II Séc. a. C., que combinou a filosofia grega com a judaica.

ARISTOCLES DE MESSÊNIA (Séc. II) — Peripatético. Mestre de Alexandre de Afrodisia.

ARISTON DE QUIOS — Discípulo de Zeno de Cítio. Estóico (Séc. III a. C.).

ARISTÓTELES — Nasc. em Estagira (Macedônia). (ap. 384/3-322 a. C.) — Obras: **«Organon»**, **«Metaphysica»**, **«Physica»**, **«De generatione et corruptione»**, **«Ethica Nicomachea»**, etc.

ARISTÓTELES DE TARENTO (Ap. 365-300) — Educou-se em Sicília com o pitagórico Xenófilo. Foi um dos dois discípulos prediletos de Aristóteles. Os doxógrafos atribuem-lhe 483 obras. Foi famoso músico, e compôs **«Elementos de harmonia»**. Escreveu **«Sôbre a piedade»**, **«Sôbre os deuses»**, etc.

ARNALDO DE BRÉSCIA — Discípulo de Abelardo. Séc. XII.

ARNAULD (ANTOINE) (1612-1694) — Um dos autores da **«Logique de Port-Royal»**.

ARNÓBIO (ap. 300) — Escreveu: **«Contra os pagãos»**.

AROUET (F. M. Voltaire) (1694-1778) — Obras: **«Dictionnaire philosophique»**, etc.

ARQUELAU DE ATENAS (Archelaus) — (Grego. Séc. V a. C.) — Filósofo. Discípulo de Anaxágoras .

ARQUIDEMOS DE TARSO — Filósofo estóico (Séc. II a. C.) — Conhecido pelos seus debates com Antípatro.

ARQUIMEDES (Archimedes) — (287-212 a. C.). Grego, de Siracusa.

ARQUITAS (Archytas) — Grego. Filósofo. (Séc. V a. C.). Pitagórico. Matemático.

ARRHENIUS (Svante August) — (1859-1927). Sueco. Químico. Obras: **«Evolução dos mundos»**, etc.

ARRIAGA — Aristotélico independente. Obra: «**Cursus philosophicus**».

ARTEAGA (Estevão de) — (Fal. 1793). Obras: «**Investigaciones filosóficas sobre la belleza ideal**».

ASCARI (Abul Hasan ali ben Ismail) — Muçulmano. Teólogo (fal. 940). Influiu no islamismo.

ASCLEPIÓDOTO (Asclepiodotus) — Filósofo. Médico. Grego. (Séc. V a. C.). Escreveu sôbre o «Timeu» de Platão.

ASCOLI (Jacó de) «Doctor profundus» — Escreveu: «**Quaestiones disputatas**».

ASHLEY — Historiador inglês. Morto em 1927. Obras: «**História das doutrinas e das teorias econômicas da Inglaterra**».

ASIN PALÁCIOS — (1871-1944) Sacerdote batista e filósofo. Dedicado ao estudo da Teologia muçulmana.

ASTRADA (Carlos) — Argentino. (1894-). Prof. das universidades de La Plata e Buenos Aires. Obras: «**El problema epistemológico en la filosofia actual**», «**Idealismo fenomenológico y metafísica existencial**», etc.

ATENÁGORAS DE ATENAS — (ap. 177 d. C.). Apologeta cristão.

ATANÁSIO (Sto.), o Magno — (295-373 ap.). Obras: «**Discursos sôbre a encarnação do Logos**», etc.

ÁTICO (Titus Pomponius Atticus) — (Séc. II) Néo-platónico. Filósofo.

AUBERT (Hermann) — Alemão. (1826-1892) — Obra: «**Grundzüge der physiologischen Optik**».

AUGÉ-LARIBÉ (Michel) — Francês (1876-1954) — Membro correspondente da Academia de Agricultura. Obras: «**Histoire des doctrines sur la repartition do sol et la transformation industrielle de l'agriculture**». «**La Politique agricole de la France de 1880 à 1940**», etc.

AURÉLIO (Marco) — Imperador romano, estóico. Escreveu: «**Solilóquios**». (Séc. II).

AUROBINDO (Svi) — (Fal. 1950). O mais categorizado representante da **não-advaita (vide)**.

AURIOL (Pedro) — (Fal. 1322) — Crítico de Duns Scot. Filósofo nominalista.

AUTRECOURT (Nicolas D') — (Séc. XIV). Francês. Filósofo.

AVELING (Francis Arthur Powell) — Inglês. (1875-1941). Prof. na Univ. de Londres. Obras: «**Psychology**», «**The Immortality of the soul**».

AVEMPACE (Abu Bekr Mohammed ibn al-Sá'ig ibn Bagga) — Nasc. em Saragoça (+1138). Autor de muitas obras.

AVENARIUS (Richard) — (Nasc. em Paris). (1843-1896). Prof. da universidade de Zurique. Obras: «**Philosophie als Denken der Welt gemass dem Prinzip des kleinsten Kraftmasses**», etc.

AVERROES (1126-1198 — Nat. de Córdoba. Discípulo de Avempace. O mais notável dos filósofos árabes ao lado de Avicena. Além dos comentários sôbre Aristóteles, escreveu, também, «**Destruição da destruição**» (**Tehafot al tehafot**).

AVICEBRON — Nat. da Espanha. (Ap. 1020-1070). De origem judaica. Chamado pelos árabes **Ibn Gebirol.** Notável filósofo. Influiu na Escolástica.

AVICENA (Abu Ali Al Hosain Ibn Abdallah Ibn Sina) — (980-1037). Filósofo árabe. Comentador de Aristóteles. Obras: «**O Livro dos teoremas e dos avisos**», «**A Salvação**», etc.

AYER (A. J.) — Obra: «**Language, Truth and Logic**».

AYMERICH (Mateus) — (Fal. 1799). Escolástico. Jesuíta.

AYNARD (Edouard) — Francês. (1837-1913). Deputado liberal e de grande influência na sociedade de Economia política. Considerado um dos melhores defensores das doutrinas liberais do fim do último século.

AZAMBUJA (fr. Jerônimo de) — Português, teólogo, conhecido pelo nome de Oleastro. Tomou parte no Concílio de Trento. Obra em latim: «**Comentários à Bíblia**». Morreu em 1560 ou 1563.

B

BAADER (Franz Xaver von) — Alemão. Filósofo. (1765-1841). Obras: «**Beitrage zur dynamischen Philosophie**», «**Fermenta cognitionis**», etc.

BAB (Mirza Ali Mohammed ibn Radhik) — Nasc. na Pérsia. (1825-1848). Reformador religioso. Fundador do **Babismo.**

BABBAGE (Charles) — Nasceu em Londres. (1792-1871). Matemático, professor em Cambridge (1828-1839). Sua obra «**Traité sur l'économie des machines et des manufactures**» teve grande repercussão.

BABEUF (François-Noël) — (chamado **Gracchus**). Francês. (1764-1797). Conhecido como agitador, foi chamado de «célebre comunista» por Guillaumin e Léon Say. As doutrinas de Babeuf são conhecidas sob o nome de **Babouvisme.**

BABENSTUBER (L.) — (Fal. 1726). Beneditino. Obra: «**Philosophia thomistica Salisburgensis**».

BACHOFEN (Johan Jakob) — (1815-1887). Historiador. Obras: «**Geschichte der Romer**», «**Das Mutterrecht**».

BACON (Francis) — (1561-1626). Filósofo inglês. Obras: «**Instauratio magna**», «**Novum Organum**», etc.

BACON (Roger) — Inglês. (1214-1294). Filósofo. Pertenceu à Ordem dos Franciscanos. Deram-lhe o título de «**Doctor Mirabilis**». Obras: «**Opus maius**», «**Compendium studi philosophiae**», etc.

BAEYER (Adolfo von) — (1835-1917). Alemão, químico, realizou a síntese do índigo. Prêmio Nobel 1905.

BAGEHOT (Walter) — Inglês. (1826-1877). Economista e financista. Escreveu uma obra sôbre a organização do mercado financeiro de Londres (Lombard Street, 1873), que teve 7 edições. Seu livro sôbre a **Constituição inglesa** tornou-se um clássico de Oxford.

BAHNSEN (Julius Friedrich August) — Alemão. Filósofo. (1830-1881). Obras: «**Beitrage zur Charakterologie**», «**Aphorismen zur Sprachphilosophie**», etc.

BAHYA (ben Joseph Ibn Padudah) — († 1050). Filósofo judeu, neoplatônico.

BAILEY (Samuel) — Inglês. (1791-1870). Filósofo Economista. Psicólogo. Obras: «**Teoria do raciocínio**», «**Exame da teoria da visão de Berkeley**», etc.

BAILLEI (James Black) — Inglês. Filósofo hegeliano. Obra: «**The Idealistic Construction of Experience**».

BAIN (Alexander) — Escocês. Psicólogo. Filósofo. (1818-1903). Obras: «**The senses and the intellect**», «**Logic**», etc.

BAKUNINE (Mikail) — Russo. (1814-1876). Junto com Kropotkine, tornou-se **um dos mais notórios representantes da doutrina anarquista.** Refugiado na Suiça, inscreveu-se na Associação Internacional dos Trabalhadores, onde sustentou as teses de Proudhon (Congresso de 1863, 1866, 1869) contra as de Marx. Obras: «**Deus e o Estado**», «**Os princípios da Revolução**, etc.

BALARD (Antônio Jerônimo) — Francês (1802-1876). Químico. Descobriu o bromo em 1826. Extraiu o sulfato de sódio da água do mar.

BALDWIN (B. Thomas) — Norte-americano. Psicólogo. Pedagogo. (Nasc. em 1875). Obras: «**Curve of Normal and Superiot Children**», «**The Psychology of the Pre-School Child**», etc.

BALDWIN (James Mark) — Norte-americano. (1861-1934). Filósofo. Chama a sua doutrina de «pancalismo». Obras: «**History of Psychology**, «**Genetic Theory of Reality**», etc.

BALFOUR (Arthur James) (Conde de) — (1848-1930). Inglês. Político. Filósofo. Obras: «**A Defence of Philosophic Doubt, being an Essay on the Foundations of Belief**», etc.

BALLANCHE — (1776-1847). Tradicionalista cristão.

BALMES (Jaime Luciano) — Espanhol. Filósofo. (1810-1848). Sacerdote. Contribuiu para a neo-escolástica. Obras: «**Filosofia fundamental**», «**Obras completas**» 33 vols.

BALTHASAR (H. Urs von) — Obra: «**Apokalypse der deutschen Seele**».

BAÑEZ (Domingo) — (Fal. 1604). Comentador famoso de Tomás de Tomás de Aquino.

BANDEIRA DE MELLO (Lydio Machado) — Filósofo brasileiro. Obras: «**O Real e o Possível**», «**Metafísica do Número**», etc.

BANFI (Antonio) — Italiano. (1887). Professor de Filosofia Univ. de Milão. Obras: «**La filosofia e la vita spirituale**», «**Immanenza e trascendenza come antinomia filosofica**», etc.

BARBOSA (Antônio Soares) — (1734-1801). Cartesiano português. Opôs-se à escolástica.

BARDILI (Christoph Gottfried) — Filósofo alemão. (1761-1808). Prof. em Stuttgart. Obras: «**Epochen der vorzuglichsten philosophischen**», etc.

BARNES UPTON (Charles) — (1831-1910). Discípulo de James Martineau.

BARNI (Jules Romain) — Francês. Filósofo. (1818-1878). Obra« «**La morale dans la democratie**».

BARREDA (Gabino) — Mexicano. (1820-1881). Discípulo de Augusto Comte. Obras: «**De la educación moral**», «**Opúsculos**», etc.

BARRETO DE MENEZES (Tobias) — (1839-1889). Filósofo brasileiro. Obras: «**Ensaios e Estudos de Filosofia e Crítica**», «**Questões vigentes de Filosofia e de Direito**».

BARROW (Isaac) — Matemático. Prof. em Cambridge (1630-1677). Obras: «**Lectiones opticae geometricae**», «**Lectiones mathematicae**», etc.

BARTH (Karl) — Suíço (1886-). Prof. em Gottingen, Munster, Bonn e Basiléia. Representante principal da «escola suíça». Obras: «**Die protestantische Theologie im 19. Jahrhundert**», «**Die Theologie und die Kirche**», etc.

BARTHEZ (Paulo Joseph) — (1734-1806). Fundou a Escola de Montpellier. Obras: «**Nouvelle méchanique des mouvements de l'homme et des animaux**», etc.

BARUZI (João) — Estudos sôbre a psicologia da mística.

BASEDOW (J. B.) — Fal. 1790). Pedagogo.

BASÍLIDES — (ap. 130). Gnóstico.

BASÍLIO O MAGNO (São) — (Ap. 330-389). Escreveu: «**Homilía aos adolescentes**».

BASSOLES (João de) — (Fal. 1347). Discípulo predileto de Scot. «**Doctor ordinatissimus**».

BASSON (Sebastião). Obra: «**Philosophia naturalis**».

BASTIAT (Claude-Frédéric) — Francês. (1801-1850). Economista, cuja teoria do valor, apesar de não ter sido bem recebida por parte dos professores, apresenta aspectos muito sérios.

BATBIE (Anselme-Polycarpe) — Francês. (1828-1887). Emérito professor, tendo deixado várias obras sôbre economia.

BAUCH (Bruno) — Filósofo alemão. (1877-1942). Pertenceu à chamada «Escola de Baden». Obras: «**Luther und Kant**», «**Fichte und der deutsche Gedanke**», etc.

BÄUMLER (Alfredo) — (1887). Obras: «**Ästhetik**», etc.

BAUDEAU (abbé Nicolas) — Francês. (1730-1792). Foi um dos melhores propagandistas da **fisiocracia.**

BAUDRILLART (Henri-Joseph-Léon) — Francês. Autor de um manual de economia política.

BAUER (Bruno) — Alemão. Filósofo. (1809-1882). Hegeliano.

BAUER (Ferdinand Christian) — (1792-1860). Fundador da chamada escola teológica de Tubinga.

BAUMGARTEN (Alexander Gottlieb) — Alemão. (1714-1762). Filósofo. Prof. em Frankfurt. Obras: «**Meditationes philosophicae de nonnulis ad Poema pertinentibus**», «**Philosophia generalis**», «**Ethica philosophica**», etc.

BAYEN (Pierre) — Francês. (1725-1798). Químico. Descobriu o oxigênio. Combateu a teoria do flogístico.

BAYLE (Pierre) — (1647-1705). Prof. na Academia de Sedan e de Rotterdam. Autor do «**Dictionnaire historique et critique**», etc.

BAZARD (Saint-Armand) — Francês. Autor do segundo volume de «**L'Exposition de la doctrine saint-simonienne**». Tradutor da «**Défense de l'usure**», de Bentham.

BEAREGARD (Paul) — Francês. (1853-1919). Autor da obra «**Essai sur la théorie des salaires**» e «**Eléments d'économie politique**».

BEAUVOIR (Simone de) — Existencialista.

BECCARIA (Césare Bonesana) (marquês de) — Italiano. (1735-1793). Suas obras principais: «**Tratado dos delitos e das penas**», «**Elementos de economia pública**».

BÉCHAUX (Auguste-Étienne) — Francês. (1854-1922). Obras principais: «**Écoles économiques au XIXème siècle**» e «**L'école économique française**».

BECHER (Erich) — Alemão. (1882-1929). Prof. em Munster e Munique. Numerosas obras de filosofia.

BECHTEREV, Vladimir Mikhailovich. Psicólogo e neuropatólogo russo (1857-1927). Escreveu «**As funções dos centros nervosos**» (1909), «**Enfermidades do sistema nervoso**» (1911), etc.

BECK (Jacob Segismund) — 1761-1842). Prof. em Rostock. Kantista.

BECK (Maximilian) — 1887-1950). Nat. da Checoslováquia. Prof. no «Wilson College», na Pennsylvânia. Obras filosóficas, psicológicas e lógicas: «**Wesen und Wert. Grundlegung einer Philosophie des Daseins**», 2 vols., «**Psychologie, Wesen uns Wirklichkeit der Seele**», etc. Fundou a revista «**Philosophische Hefte**».

BECKER (Oscar) — Obras: «**Transcendenz und Paratranszendenz**» etc.

BEDA (São) — Venerável. (674-735). Introduziu a cultura antiga na Inglaterra.

BEDAUX (Charles) — Economista francês. (188-1944). Criador de um sistema de racionalização do trabalho, baseado sôbre o estudo da quantidade de trabalho **optimum**, que um trabalhador pode produzir num minuto.

BELIN (Eduardo) — Francês (1876). Físico, inventor do processo de fototelegrafia e de telautografia.

BELLAMY (Eduardo) — Corrente socialista utópica. Obras: «**Equality**», etc.

BELLARMINO (S. Roberto) — (1542-1621). Obras: «**Disputationes de controversiis christianae fidei**», etc.

BELON (Pierre) — Francês. (1517-1564). Naturalista. Um dos precursores de Cuvier.

BELOT (Gustave) — Francês. Filósofo. (1854-1929). Autor de «**Etudes de morale positive**».

BELLO (Andrés) — (1781-1865). Nat. de Venezuela. Rad. em Santiago do Chile desde 1829. Obras: «**La Filosofia del Entendimiento**», etc.

BENDA (Julien) — Francês. (1867). Autor de «**Le bergsonisme e Sur le succès du bergsonisme**».

BENEKE (Friedrich Eduard) — Alemão. (1798-1854. Obras: «**Systeme der Metaphysik und Religionsphilosophie**», «**System der praktischen Philosophie**», «**System der Logik als Kunstlehre des Denkens**», etc.

BENEDETTI (Giambattista) — (1530-1590). Matemático. Um grande sábio do sec. XVI. Obras: «**Demonstratio proportionum motuum localium contra Aristotelem et omnes philosophos**», «**De coelo et elementis**», etc.

BENTHAM (Jeremy) — Inglês. (1748-1832). Obras: «**An Introduction to the principles of moral and legislation**», «**Outline of a new System of Logic**», etc.

BENTO (São) Benedictus — (480-543). Fundador da ordem Beneditina. Escreveu: «**Regulae monachorum**», classificada como grande obra da prudência romana, inspirada pelo espírito cristão.

BERDIAEF (Nicolau) — (1874-1948). Russo. Prof. da Universidade de Moscou. Obras: traduzidas para o alemão, francês e espanhol. «**El subjectivismo y el individualismo en la filosofia social**», «**Filosofia de la libertad**», «**El cristianismo y el problema del comunismo**», etc.

BERENGARIO DE TOURS (Berenger de Tours) — (999-1088).

BERGMANN (Ernesto) — Teólogo alemão.

BERGMANN (J.) — (1840-1904). Filosofia Transcendental.

BERGSON (Henri) — Francês. (1859-1941). Filósofo. Obras: «**Ensaio sôbre os dados Imediatos da Consciência**», «**Matéria e Memória**», «**Evolução Criadora**», «**As duas fontes da Moral e da Religião**». Prêmio Nobel, 1927.

BÉRIGARD (Claude) — (1578-1663). Autor de «**Circuli Pisani seu de vetere et Peripatetica philosophia dialogi**».

BERKELEY (George) — Irlandês. Filósofo. Bispo. Idealista. Empreendeu consolidar o teísmo por meio da sua crítica da matéria.

BERNARD (Claude) — Francês, fisiólogo. (1813-1878). Demonstrou a acção do pâncreas na digestão das gorduras, a «função glicogênica» do fígado, a existência de centros nervosos independentes do grande centro cérebro-espinhal. Obra: **Introdução ao Estudo da Medicina Experimental.** Obra-prima de método.

BERNARD, L. L. — Norte-americano contemporâneo. Psicologia social. Obra fundamental: **Instinct a study in social psychology** (1924).

BERNARDES (padre Manuel), Português — (1644-1710). Escritor, poeta, filósofo. Clássico da literatura portuguêsa. Obras: «**Nova Floresta**», «**Luz e Calor**», «**Últimos fins do homem**», etc.

BERNARDO (São). — (1091-1133). Abade de Clairvaux (Claraval). Obras: «**De gradibus humilitatis et superbiae**», «**De gratia et libero arbitrio**», etc.

BERNARDO de Chartres — (1124-1130). Escola de Chartres. Teólogo. Filósofo.

BERNARDO SILVESTRE (ou de **Tours**) — Obras: «**De mundi universitate sive Megacosmus e Microcosmus**».

BERNOUILLI (Daniel) (1700-1782) — Filho de Jean Bernouilli. Matemático.

BERNOUILLI (Jacques e Jean) — (1654-1705 e 1667-1748) — Matemáticos.

BERNSTEIN (Eduard). Alemão. — **(1850 1932).** Defensor das teorias marxistas ortodoxas, publicou, em 1899, um livro: «**Socialismo teórico e social-democracia**», no qual reconhece que a maioria das teses marxistas não suportam a confrontação com os factos e proclama que o socialismo deve entrar numa fase de adaptação prática na sociedade actual». (Gonnard p. 557).

BERTHELOT — (fal. 1907). Análise crítica da ciência.

BERTHIER (fal. 1782) — Escolástico.

BERTINI (G.M.) — Ontologista. Obras: «**Idea di una filosofia della vita**».

BERZELO (João Jacques, barão) — Berzelius. Sueco. (1779-1848). Químico famoso. Instituiu a notação química por símbolos. Descobriu o selênio. Estudou a electrólise, cuja teoria desenvolveu.

BESANT (Annie). Inglêsa. (1847-1933). Teosofista.

BESSARION (Cardeal) — (1403-1472). Autor de: «**Theologia platonica de immortalitate animorum**».

BETHE (Albrecht) — Alemão (1872-1931). Célebre por suas investigações no campo da psicologia dos insectos. Seu trabalho: «**Durfen wir den Ameisen und Bienen psychische Qualitaten zuschreiben?**», em Pfluges Arch., 70, (1898-1900).

BEVILACQUA (Clóvis) — Brasileiro (1853) — Célebre jurisconsulto, escritor e acadêmico. Obras: «**A Filosofia Positiva no Brasil**», «**Frases e Fantasias**», «**Direito de Família**», «**Projecto do Código Civil**» etc.

BEZOUT (Estevão) — Francês. (1730-1783). Matemático. Autor de uma teoria geral das equações algébricas.

BIAS (Séc. VII a.C.). Um dos sete sábios da Grécia.

BIAS (de Priene) — Sec. VI a.C. Nunca pôs seu talento ao serviço de reivindicações injustas. Costumavam dizer «uma causa do cidadão de Priene» para designar uma causa excelente. Quando Priene foi cercada pelos generais de Ciro, todos os habitantes fugiram, carregando seus bens. Bias dizia que nada de mais valioso possuia do que o seu próprio saber e como ficassem admirados de que êle nada carregasse, êle respondia: «Eu trago tudo comigo».

BIBERG (Nils Fredik) — (1776-1827). Sueco. Prof. da Universidade de Upsala. Obras: «**Notionum ethicarum, quas formales dicunt, dialexis critica**», «**Commentationum Stoicarum**», etc.

BICHAT (François Xavier) — (1771-1802). Fisiologista. Francês. Autor de: «**Recherches physiologiques sur la vie et la mort**».

BIEL (Gabriel) — (+ 1495). Prof. da Univ. de Tubinga. Influenciado por Ockham.

BIERENS de Haan (J.D.) — (1866). Prof. em Aerdenhout, Haarlem. Obras: traduzidas para o espanhol. «**El camino da le comprensión**», «**La lucha entre el idealismo y el naturalismo en el siglo XIX**», etc.

BILFINGER — (fal. 1750). Racionalista.

BINET, Alfred — Francês (1857-1911). Diretor do laboratório de psicologia da Sorbonne (1894). Conhecido, sobretudo, por suas provas de inteligência, tendo como colaborador Théodore Simon (escala-Binet-Simon).

BION DE BORISTENES — (Ap. 300-250) — Escola cínica — Fundador da **diatribe.**

BIRAM (Maine de) — (1766-1824). Espiritualista francês.

BIXBY (J.T.) — (1843-1821). Filosofia da Natureza.

BLACK (M.) — Filosofia da matemática. Obra: «**The Nature of Mathematics**».

BLANC (Charles) — Francês. (1813-1882). Crítico de arte. Dirigiu a redação de «História dos Pintores».

BLANC (Louis-Jean-Joseph). Nasceu em Madrid e morreu em Cannes. (1811-1886). Em 1939 publicou o primeiro trabalho sôbre a «**Organização do trabalho**». Em 1848, apresenta o «**Direito ao trabalho**», no qual estão expostas as suas teorias. Em 1841, aparece «**História de dez anos**». Sua morte o impediu de revisar, como era seu desejo, sua «**História da Revolução francesa**» (1892).

BLANQUI (Jérôme, Adolphe). — Francês. (1798-1854). Suas obras principais: «**Curso de Economia industrial**» (1827) e «**História da economia política**» (1838).

BLANQUI (Luis Augusto) — Francês. (1805-1881). Socialista. Revolucionário. Autor da máxima: «Nem Deus nem Senhor». Participou da Comuna.

BLAVATSKY (H.P.) — (1831-1891). Um dos apóstolos da Teosofia.

BLONDEL (André Eugenio). Francês. (1863-1938). Físico, inventor de um oscilógrafo.

BLONDEL (Maurice) — (1861-1949). Filósofo francês. Obras: «**L'être et les êtres**», «**Essai d'ontologie concrète et integrale**», «**Le problème de la philosophie catholique**», etc.

BOAVENTURA (São) — (1221-1274). Nas. na Toscana. Geral da Ordem dos Franciscanos. Chamado o «**Doctor seraphicus**». Obras: «**Commentarii in quatuor libros sententiarum Petri Lombardi**», «**De perfectione evangelica**», «**Opera omnia**», 10 vols., etc.

BODIN (Charles) — Francês. (1867-1939). Obras principais: «**Econnomia científica**» e «**Princípios da ciência econômica**».

BODIN (Jean) — Francês (1530-1596). É conhecido por sua obra «**Tratado do Estado e da República**». Teve considerável influência sôbre os escritores dos séculos posteriores, tanto franceses como inglêses.

BOÉCIO (Anício Manlio Severino) — (480-524). N. em Roma. Filósofo, estadista. Poeta. Autor de «**Consolação Filosófica**». Foi morto por ordem do rei godo Teodorico, o grande, do qual foi ministro.

BOEHEMER (João Frederico) — Alemão (1795-1863). Historiador.

BOEHM (Karl) — Húngaro (1846-1911). Prof. na Univ. de Lolozsvar. Obras em alemão: «**Form und Wesen**», «**Axiologie oder Wertlehre**», etc.

BOEHME (Jacob) — (1575-1624). Alemão. Místico. Filósofo. Obras: «**Aurora oder die Morgenrote im Aufgang**», etc.

BOETIE (Estevão de La) — Francês. (1530-1563). Escritor. Autor de «Discurso sôbre a Servidão Voluntária». Filosofia estóica.

BOETA DE SIDON — Estóico.

BOGARDUS, Emory Stephen, Norte-americano (1882). Sua principal obra é «**Psychology**» (1924).

BOHM-BAWERK (de). — (1854?-1917). Um dos principais representantes da «escola austríaca» (psicológica). Obras «**História das teorias do interesse do capital**» e «**Geschichte und Kritk der Kapital Theorie**».

BOHN, G. — Francês contemporâneo. Psicologia animal. Principais obras: «**La naissance de l'intelligence**» (1909). «**La nouvelle psychologie animale**» (1910).

BOHR (Niels Henrik David) — Dinamarquês. Físico. (1885-1963).

BOISGUILBERT (Pierre Le Pesant, sire de) — Francês. (1646-1714). Obras mais importantes: «**Le détail de la France**» (1695) e o «**Factum**» (1706). Sua influência foi mais marcante nos economistas do séc. XVIII.

BOIS -REYMOND (Du) — Vide **Du Bois Reymond.**

BOLINGBROKE (Fal. 1751) — Filosofia inglêsa da Religião.

BOLZANO (Bernhard). — (1781-1848. Prof. na Universidade de Praga. Obras: «**Athanasia oder Grunde fur die Unsterblichkeit der Seele**», «**Drei philosophische Abhandlunger**», etc.

BONALD (Louis de) — (1754-1840). Obras: «**Théorie du pouvoir politique et religieux dans la société civile**», etc.

BONATELLI (Francesco) — Prof. em Pádua. (1830-1911). Obras: «**Dell'esperimento in psicologia**», «**Pensiero e conoscenza**», etc.

BONNET (Charles) — (1720-1793). Suiço. Metafísico. Obras: «**Essai analytique des facultés de l'âme**», «**Contemplation de la nature**», etc.

BONET (Nicolau) — (séc. XIV). «**Dóctor pacificus, Doctor proficuus**», Escolástico.

BONNETHY (A.) — (fal. 1879). Tradicionalista moderado, cristão.

BONTADINI (G.) — Neo-escolástico. Obras: «**Saggio di una metafisica dell' esperienza** I, (1938).

BOODIN (John Elof) Sueco — (1869). Desde 1887, nos Estados Unidos Prof. nas Universidades de Harvard e Califórnia (Los Angeles). Obras: «**A theory of Time**», «**A cosmic Philosophy**», etc.

BOOLE (George) — (1815-1864). Lógico. Matemático. Obras: «**Mathematical Analysis of Logic**», etc. Considerado o fundador da álgebra da lógica e o iniciador formal da lógica simbólica.

BORELLI (Giovanni Alfonso) — (1608-1679). Matemático e físico italiano. Obras: «**De motu animalium**», «**De vi persuasionis**», etc.

BOSANQUET (Bernard) (1848-1923). Prof. em Saint Andrews. Obras: «**Knowledge and Reality**», «**Logic, or the Morphology of Knowledge**», etc.

BOSCOVICH (Roger Josef). — Nasc. em Ragusa. Prof. em Roma, Pavia, Paris e Milão. Obra: «**Philosophiae naturalis Theoria, redacta ad unicam legem virium de natura existentium**», etc.

BOSTROM (Christopher Jacob) — (1797-1866). Sueco. Prof. em Upsala. Obras: «**De notionibus religionis, sapientiae et virtutis, earumque inter ac nexu**», etc.

BOTERO (Giovanni) — Italiano (1540-1617). É considerado o precursor das teorias maltusianas.

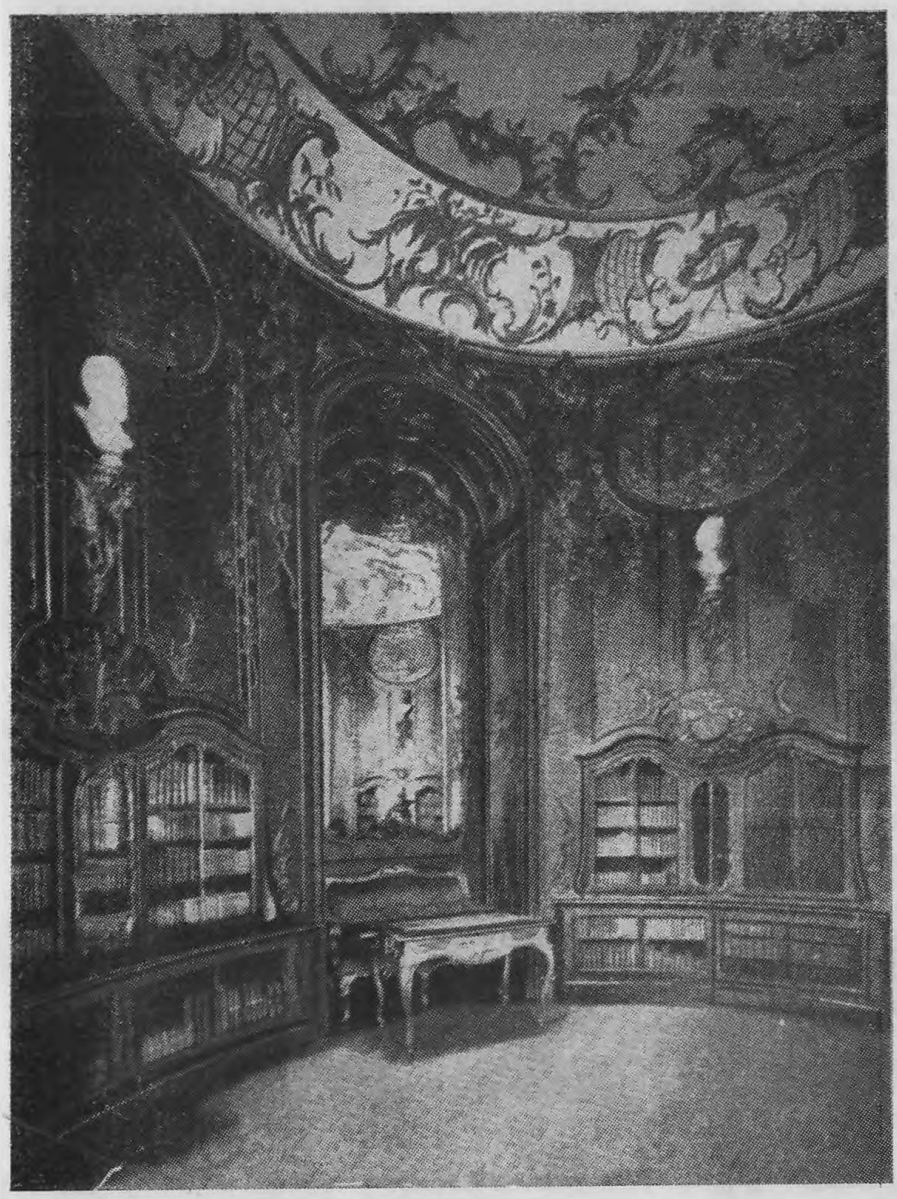
BOUGLÉ (Célestin) — (1870-1940). Estudou o problema das idéias igualitárias e das castas. Obras: «**Essai sur le régime des castes**», «**Le solidarisme**», etc.

BOUGUER (Pierre) — Francês. (1698-1758). Matemático. Físico. Especialista de hidrografia. Criador da fotometria.

BOUILLIER (Francisque) — (1813-1899) — Escola eclética e espiritualista. Obras: «**Théorie de la raison impersonelle**», «**Du plaisir et la douleur**», etc.

BOURDON, B. — Francês. (1860). Fundador do segundo laboratório de psicologia na França (Rennes), em 1890. Seu livro«**La perception visuelle de l'espace**» (1902), foi que lhe deu fama.

BOURGUIN (Maurice). — Francês. (1856-1910). Obra: «**Os sistemas socialistas e a evolução econômica**».

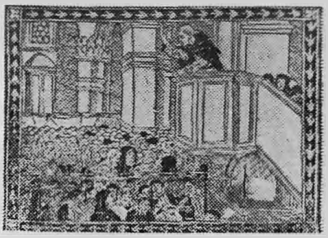


A Biblioteca de Frederico o Grande

Sala de estudos no Renascimento

Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Páteo da Universidade de San Marco, no Peru.



Savonarola pregando

Universidade de Coimbra

Lutas na rua Rivoli, durante a Comuna, em maio de 1871

BOURKE (V. J.) — (1907). Néo-escolástico. Obras: «**Augustine's Quest of Wisdom**», etc.

BOUTMY (Emilio) — Francês (1835-1906). Um dos fundadores da Escola Livre das Ciências Políticas.

BOUTROUX (Emile) (1845-1921). Francês. Prof. na Escola Normal Superior e na Sorbonne. Obras: «**De veritatibus aeternis apud Cartesium**», «**Science et Religion dans la philosophie contemporaine**», etc.

BOYLE (Robert) — (1627-1691). Inglês. Filósofo. Químico. Obras completas publicadas em latim (1676), em inglês (1744 e 1772), em 6 vols.

BOWNE (Borden Parker) Americano. (1845-1910) — Prof. na Universidade de Boston. Obras: «**Metaphysics**», «**Personalism**», etc.

BRADLAUGH (Charles) Inglês. (1833-1891). Um dos criadores do néo-malthusianismo.

BRADLEY (France Herbert) Prof. em Oxford. (1846-1924). Obras: «**The Presupositions of Critical History**», «**Ethical Studies**», etc.

BRADWARDINE (Thomas) (Ap. 1290-1340). «Doctor profundus». Nasceu em Chichester (Inglaterra) — Estudou e ensinou em Oxford. Obras: «**De arithmetica speculativa**», «**De geometria speculativa**», etc.

BRAILLE (Louis) (1809-1852). Construiu um método em que as letras são substituídas por pontos e grupos de pontos em relêvo para que os cegos possam ler por intermédio da percepção táctil.

BRANDENSTEIN (B. von). Metafísico.

BRANDIS (C. A.). Historiador da Filosofia.

BRENTANO, Franz — Alemão (1838-1917). Sacerdote católico, neo-escolástico. Opõe-se às teorias fisiológicas e às do subconsciente. Suas principais obras psicológicas são: «**Psychologie vom empirischen Standpunkte**» (1874) e «**Untersuchungen zur Sinnespsychologie** (1907).

BRENTANO (Lugo). Alemão. (1850-1932). Obras: «**A história dos sindicatos dos trabalhadores inglêses**», «**A história da evolução econômica da Inglaterra**», etc.

BRIAND (Aristides) (1862-1932). Francês. Recebeu o título «Apóstolo da Paz». Obras: «**L'action du Parti Socialiste**», etc.

BRIDGMAN (P. W.) — Pragmatista. Obras: «**The Logic of Modern Physics**», etc.

BRISSOT (Jacques-Pierre, chamado de **Warville).** Francês. (1754-1793). Obra principal: «**Sôbre a propriedade e sôbre o roubo**». Dêle é a a célebre fórmula: «a propriedade é o roubo», atribuída, depois, a Proudhon.

BROAD (Charlie Dunbar). (1887). Inglês. Prof. em St. Andrews, Bristol e Cambridge. Obras: «**The Mind and Its Place in Nature**», «**Five Types of Ethical Theory**», etc.

BROCARD (Lucien-Pierre). Francês. (1870-1936). Obra «**Princípios de economia nacional e economia internacional**».

BRODIE, Sir Benjamin Collins. — Inglês. (1783-1862). Estudou as relações psicofisiológicas. «**Psychological enquires**» (1855-62).

BROGLIE (Louis Victor de) (1892). Francês. Físico. Obras: «**Introduction à la mecanique ondulatoire**», etc.

BROLIO (Emilio). Italiano (1814-1892). Obra: «**Do impôsto sôbre a renda**».

BROUSSE (Paul, Marie-Louis) — Francês. (1844-1912). Um dos principais fundadores do partido trabalhista francês (1880). Em 1881 criou, com Joffrin, o partido das possibilidades que visava a implantação do socialismo sem revolução.

BROUWER (Luitzen Egbertus Jan) — (1881). Matemático holandês.

BROWN (Tomás) — Escocês. (1778-1820). Filósofo. Discípulo de Dugald-Stewart.

BROWNSON (O. A.). Pertence a corrente ontologista na Filosofia política. Obras: «**The American Republic**», etc.

BRUCKER (Johann Jakob) — Alemão. (1696-1770). Filósofo. Historiador. Obras: «**Historia philosophicae doctrinae de idaeis**», etc.

BRUNNER (Emilio) — Teologia dialéctica. Obras: «**Erlebnis, Erkenntnis und Glaube**», etc.

BRUNO (Giordano). Italiano. (1548-1600). — Filósofo famoso. Obras: «**Della causa, principio e uno**», «**De l'infinito, universo e mondi**», etc.

BRUNSCHVIGG (Leon). (1869-1943). Francês. Prof. na Escola Normal Superior. «**Spinoza, sa philosophie**», «**L'Experience humaine et la causalité physique**», «**Rôle du pythagorisme dans l'évolution des idées**», etc.

BRUYÈRE (Jean de La) (1645-1695). Famoso moralista francês. Obra: «**Les caractères**».

BUCHANAN (J.) (1785-1829) — Obras: «**Philosophy of Human Nature**», etc.

BÜCHER (Karl). Alemão. (fal. em 1930). Obras: «**A origem da economia política**», etc.

BUCHEZ (Phillippe-Joseph-Benjamin). Francês. (1796-1865). Fundador da escola «néo-católica».

BÜCHNER (Ludwig) (1824-1899). Filósofo. Naturalista. Alemão. Obra: «**Kraft und Stoff**».

BUFFIER (Claude) da Escola Escocesa. Obra: «**Traité des premières vérités**» (1717).

BUFFON (Jorfe Luis Leclerc de) — Francês (1707-1788) — Naturalista e escritor famoso. Obras: «**História Natural**», «**Épocas da Natureza**».

BUHLER (K) — Austríaco contemporâneo. Escola de Wurzburg. Obras: «**Die Gestaltwahrnehmungen** (1913). «**Die Krisis der Psychologie**» (1927), etc.

BULGÁKOV (S.) (1871-1944) — Realista cristão.

BUONARROTI (Filippo-Michele). Italiano (1761-1837). Obra principal: «**A conspiração para a igualdade cognominada de Babeuf**».

BURGH (W. C. de) (1866-1943). Filosofia da Religião. — Obra: «**From Morality to Religion**».

BURIDAN (João) (fal. 1350). Reitor da Univ. de Paris. Obras: «**Summulae**» ou «**Compendium logicae**», «**Quaestiones in libros de anima**», etc.

BURKE (Edmundo) (1730-1797) — Obra: «**Philosophical Inquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful**».

BURLEIGH (Gualtério) — (Burlaeus, 1275 ap. 1343. — Ensinou em Oxford, Paris e Toulouse. «**Doctor planus et perspicuus**». — Combateu Ockham.

BURTHOGGE (fal. depois de 1700) — Filosofia do Iluminismo.

BURTT, H. E. Inglês. Psicologia aplicada. Obra: «**Employment psychology**» (1926).

BUSCIA (Jean-Georges). Alemão. (1728-1800). Obra principal: «**Ensaio de uma história do comércio**».

BUSSE (S.) (1862-1907) — Obra: «**Philosophie und Erkentnisteorie**».

BUTLER (William) (1692-1752). Obra: «**The analogy of religion, natural and revealed, to the constitution and course of nature**», 1736.

BUZZETTI (V.) — Neo-escolástica.

C

CABANIS, Pierre Jean George. Francês (1757-1808). Psicologia fisiológica. É celebre a sua obra «**Rapports du physique et du moral de l'homme**» (1789).

CABET (Cadenas Etienne). Francês. (1786-1856). Fundador de diversas colônias nos EE.UU. onde devia imperar uma igualdade absoluta entre os membros da comunidade. Obras: «**Le vrai christianisme**», etc.

CAETANO (José) 1690). Apologista do tomismo.

CAIRO (Eduardo) (1835-1908) — Hegeliano. Obras: «**The Evolution of Religion**», etc.

CAIRD (J.) (1820-1898) — Teólogo.

CAIRNESS (John-Iliot). Inglês. (1823-1875). Obras principais: «**Caracteres e método lógico da economia política**», «**Alguns princípios directores da economia política**».

CAJETANUS (Tomás de Vio) — Comentarista de S. Tomás.

CALCÍDIO (Séc. IV). Neo-platónico. «**Comentário ao Timeu de Platão.**

CALDERONI (M.). Pragmatista. — Obra: «**Scritti**».

CALÍSTENES (Filósofo grego de Olinto) (365-328 a. C.). Sobrinho de Aristóteles. Acompanhou Alexandre, e morreu por ordem do conquistador. Criticou o luxo e as pretensões à divindade de Alexandre.

CALDERWOOD (H.) (1830-1897) — Filosofia do «senso-comum» — Opõe-se ao darwinismo.

CALKINS, Mary Whiton — Norte-americana (1863-1910). Psicologia do eu. Principais obras: «**Der doppelte Standpunkte in der Psychologie** (1905). «**The persistent problems of philosophy** (1907).

CÁLICLES — corrente do ceticismo prático.

CALOGERO (G.) — Idealismo especulativo — Obra: «**La conclusione della filosofia del conoscere**».

CALONNE (Charles-Alexandre de). (1734-1802). Obras principais: «**Do estado da França**» e «**Mapa da Europa**».

CALVINO (Jean Calvin) — (1509-1564) — Reformador religioso. Autor de muitas obras.

CAMPANELLA (Tomaso) — (1568-1639). Nasc. na Calábria. Pertencia à Ordem dos Dominicanos. Faleceu em Paris. Obras: «**Philosophia sensibus demonstrata**», «**Philosophiae rationalis et realis partes quinque**», «**A cidade do Sol**», traduzida em quase todos os idiomas.

CAMPBELL (N. R.) — Filosofia das Ciências.

CANARD (Nicolas-Francis). Francês. (1758-1833). Obra principal: «**Princípios de economia política**».

CANNON, W. M. — Norte-americano contemporâneo. Behaviorista. Sua principal obra: «**Bodily changes in pain, hunger, fear and rage**» (1915).

CANO (Melchor) (1509-1599). Filósofo. Dominicano. Prof. em Valladolid, Alcalá, Salamanca. Colaborou com Soto no Concílio de Trento. Escreveu: «**De locis theologicis libri duodecim**», etc.

CANTILLON (Richard de). Inglês. (1697-1734). Obra principal: «**Da natureza do comércio em geral**».

CANTONI (Carlo) (1840-1906). Italiano. Filósofo. Obra: «**Corso elementare di filosofia**», etc.

CANTOR (Georg) (1845-1918). Alemão. Matemático. Obras: «**Beitrage zur Begrundung der transfiniten Mengenlehre**», etc.

CAPRÉOLO (João) (1380-1444). «**princips thomistarum**» Obra: «**Libri quattuor defensionum theologiae Thomae de Aquino**».

CARABELLESE (Pantaleo). (1877-1948). Obras: «**La teoria della percezione intellettiva di A. Rosmini**», «**L'essere e il problema religioso**», etc.

CARAMUEL (João) 1606-1682) — Cartesiano.

CARDANO (Girolamo) — Italiano. (1501-1576). Filósofo. Obras: «**De vita propria**», «**De subtilitate rerum**», etc.

CARDILLO DE VILLALPANDO (Gaspar). (1527-1581). Comentador espanhol de Aristóteles.

CARDOSO (Isaac) (1615-1680). Obra: «**Philosophia libera**».

CAREY (Henri-Charles). Norte-americano. (1793-1879). Obras mais importantes: «**Ensaio sôbre a taxa dos salários**», «**O passado, o presente e o futuro**», e «**Princípios da ciência social**».

CARLI (Filippo). Italiano. (Morto em 1938). Obras principais: «**As bases históricas e doutrinárias da economia corporativa**» e o «**Mercado na Alta Idade Média**».

CARLI (Gian-Rinaldo, conde). **Italiano.** (1720-1795). Obra principal: «**Da liberdade do comércio dos cereais**».

CARLINI (Armando) — Italiano. (1878). Prof. desde 1922 na Univ. de Pisa. Obras: «**La vita dello spirito**», «**La religiosità dell'arte e della filosofia**», etc.

CARLYLE (Thomas). (1795-1881). Obras: «**Sartor resartus**», «**On heroes Heroship and the Heroic in History**», etc.

CARNAP (Rudolf). 1891). Prof. em Viena, Praga e Chicago. Obras: «**Der Raum Ein Beitrag sur Wissenschafslehre**», «**Die Aufgabe der Wissenschafslogik**», etc.

CARNÊADES (ap. 214-129 a. C.) de Cirene. O pensamento de Carnêades foi difundido por seu discípulo Critolao.

CARNEIRO LEÃO (Antônio). Brasileiro. (1887). Professor, acadêmico. Escritor. Doutor Honoris Causa pela Universidade de Paris e várias Universidade sul-americanas. Obras: «**O Brasil e a Educação Popular**», «**Panorama Sociológico da América e do Brasil**», etc.

CARO (Edme Marie) (1826-1887). Francês. Filósofo. Prof. da Sorbonne. Obra: «**L'idée de Dieu**».

CARPENTER, William Benjamin. Inglês (1813-1885) — Psicologia fisiológica. Sua principal obra: «**Principles of mental physiology**» (1852 e 1874).

CARRIÈRE (M.) (fal. 1895). Obra: «**Die Kunst**».

CARUS (Karl Gustav) — Alemão. (1789-1869). Psicólogo. Médico. Filósofo. Anatomista. Obras: «**Physis, zur Geschichte des leiblichen Lebens**», etc.

CARUS (Paul) (1852-1919). Alemão. Filósofo. Viveu nos Estados Unidos. Dirigiu as revistas «**The Open Court**» e «**The Monist**» em Chicago.

CARVALHO (Joaquim de) 1892-1958). Filósofo, Historiador da Filosofia. Obras: «**Antônio de Gouveia e o aristotelismo da Renascença**», «**Estudos sôbre a cultura portuguêsa**», etc.

CASO (Antonio) — Filósofo mexicano. (1883-1946). Obras: «**La filosofia de la intuicion**», «**Positivismo, neopositivismo fenomenologia**», etc.

CASSIRER (Ernst) (1874-1946). Alemão. Filósofo. Escola de Marburgo. Prof em Berlim, Hamburgo, Goteborg (Suécia), Yale e Columbia (EE.UU.). Obras: «**Leibnitz System in seinem Wissenschaftlichen Grundlagen**», «**Idee und Gestalt**», etc.

CASTRO (Alonso de). Espanhol (1495-1558) — Escolástico.

CATELL, James McKeen — Norte-americano — (1860). Primeiro catedrático de psicologia na Universidade de Pennsylvania, 1888 — E. Unidos. Editor de revistas de psicologia. Sua obra principal: «**On the perception of small differences**» (1892).

CATHREIN (V.) (1845-1931) — Obras: «**Moral philosophie**», etc.

CATÃO o Moço (ou de Utica). Estóico — (séculos I-II d. C.).

CATTANEO (C.) (fal. 1869) — Positivista.

CARTUSIANO (Dionísio) (1403-1471) — Místico. Tomista.

CAUCHY (barão Agostinho) — Francês. Matemático. (1789-1857). Autor da teoria das funções de variáveis complexos.

CAUWES (Paulo). Francês (1843-1917). Fundador da revista «**A Economia política**».

CHAIGNET (A. Edouard) (1818-1901) — Pertence à escola formada sob a influência de Victor Cousin, chamada eclética e espiritualista. Obras: «**Essai sur la psychologie d'Aristote**», «**Pythagore et la philosophie pythagoricienne**», etc.

CHAMPEAUX (Guillaume de) (1070-1121). Francês. Filósofo escolástico.

CHANG HENG ch'u (1021-1077). Confuciano. Obra principal: Obras completas.

CHANNING (William Emery) (1780-1842). Pertence ao movimento filosófico, religioso e político do chamado «**Transcendental Club**», fundado em Boston em 1836.

CHARCOT (Jean Martin) (1825-1893). Francês. Celebre médico, conhecido por seus trabalhos sôbre o sistema nervoso.

CHARRON (Pedro) — (1541-1603). Obra: «**De la sagesse**».

CHATTON (Gualtério de) — (Fal. 1343). Defendeu o realismo num sentido mais radical que Scot.

CHAVEZ (Ezequiel A.) — (1868-1946). Mexicano. Obras: «**Síntesis de los Princípios de moral de Spencer**», «**Dios, el Universo y la Libertad. Siete ensayos filosóficos**», etc.

CHECCHIA, N. — Italiano contemporâneo. Sua obra: «**La psicologia degli animali**» (1922).

CH'ENG Y-CH'UAN — (1033-1107). Neo-confuciano.

CH'ENG MUNG-TAO — (1032-1086). Neo-confuciano.

CHENU (M. D.) — Neo-escolástico. Famoso divulgador da Filosofia escolástica.

CHERBULIEZ (Antoine-Élisée) — Italiano. (1829-1899). Obra principal: «**Compêndio da ciência econômica**».

CHERBURY (Herberto de) — (1581-1648). Obra: «**De Veritate**». Filosofia da Religião.

CHESTOV (Leon) — Existencialista cristão.

CHEVALIER (Michel) — Francês. (1806-1879). Obra principal: «**Cartas sôbre a América do Norte**».

CHILD, Charles Manning — Norte-americano. (1867). Psicologia fisiológica. Seu livro: «**Physiological foundations of behavior**». 1924.

CHILD (Sir Josiah) — Inglês. (1630-1699). Suas obras estão englobadas sob o título: «**Tratado sôbre o comércio e as vantagens que resultam da redução do lucro do dinheiro**».

CHOU TUN-I — (1017-1073). Neo-confuciano.

CHUNG TZU — (399 a 295 a. C.). Taoísta.

CHU-HSI — (1130-1200). Neo-confuciano.

CICERO (Marcus Tullius) — (106-43 a C.). Grande orador romano. Obras: «**Disputationes Tusculanane**», «**Hortensius**», etc.

CIRILO DE ALEXANDRIA — (Fal. 444). Representante de teologia alexandrina. Obras: «**Comentários à Sagrada Escritura**».

CIVA (Joanni) — Italiano. Sua obra «**De renumanci quoad fini potuit geometrice tractata** (1711) é a primeira obra na qual as matemáticas são utilizadas para o estudo da economia política.

CLAIRVAUX (Alcher de) — Continuador da obra de São Bernardo: «**De spiritu et anima**».

CLAPARÈDE, E. — Suíço. (1873-1940). Psicologia infantil, hipnose, psicologia animal, psicopatologia. Fundador de «**Archives de psychologie**» (1902). Autor de «**Psychologie de l'enfant et pédagogie expérimentale** (1905, 6.ª ed., 1916).

CLAREMBALDO DE ARRAS — (Fal. 1170). Discípulo de Teodorico. Escreveu: um «**Comentário a De Trinitate**», de Boécio, etc.

CLARK (John Bates) — Obra principal: «**Essentials of Economic Theory**».

CLARK (John Maurice) — Filho de J. Bates Clark. Obras publicadas: numerosos artigos, destacando-se entre êles: «**The economics of overhead costs**», «**Social control of business**».

CLARKE (Samuel) — (1675-1729). Inglês. Obras: «**A Demonstration of the being and attributes of God, more particularly in anwer to Mr. Hobbes, Spinoza and their followers**», etc.

CLASS (Gustav) — (1836-1908). Prof. em Tubingen e Erlangen. Obras: «**Ideale und Guter**», «**Die Realität der Gottesidee**», etc.

CLAUBERG (Johann) — (1622-1665). Alemão. Obras: «**Differentia inter philosophiam Cartesianam et vulgarem**», «**Logica vetus et nova**, etc.

CLAUDIANO MAMERTO — (Séc. V). Obra: «**De statu animae**».

CLÁUDIO PTOLOMEU — (Séc. II d. C.). Astrônomo. Geógrafo. Fundador do sistema ptolemaico do universo.

CLEANTES de Assos — Discípulo de Zenon de Cítio.

CLEIDAMOS — Discípulo de Anaxágoras.

CLEMENTE de Alexandria — (160-215). Obras: «**Protréptico aos gregos**», «**O Pedagogo e os Strômata**», etc. Mestre de Orígenes.

CLIFFE-LESLIE (Thomas Edward) — Inglês. (1827-1882). Obras principais: «**England and continental Country**» e «**Essays in Political philosophy**».

CLIFFORD (William Kingdon) — (1845-1879). Prof. no «University College» de Londres. Obras: «**Preliminary Sketch of Bi-Quater-**

nions», «**On the Canonical Form and Dissection of a Rieman's Surface**», etc.

CLITÔMACO — Céptico. (Terceira Academia).

COBDEN (Richard) — Inglês. (1804-865). Seus discursos principais estão reunidos sob o título: «**Speaches on questions of public policy**».

CODORNIU (Antônio) — (Fal. 1770). Do «**Grupo de Cervera**», na Espanha.

COFFEY (Pedro) — (1876-1943). Neo-escolástica, irlandês. Obra: «**The Science of Logic**».

COHN (Jonas) — (1869-1947). Prof. em Freiburg. Obras: «**Wertwissenschaft**», «**Allgemeine Aesthetik**», etc.

COHEN (Hermann) — Prof. na Univ. de Marburgo. (1842-1918). Considerado fundador da conhecida «escola de Marburgo». Obras: «**Kants Theorie der Erfahrung**», «**System der Philosophie**», etc.

COHEN (Morris Raphael) — (1880-1947). Prof. no «City College of New York». Obras: «**Reason and Nature**», «**Studies in Philosophy and Science**», etc.

COIMBRA (Leonardo de) — Prof. da Universidade de Porto. (1883-). Obras: «**O Criacionismo**», «**O problema da Inducção**», «**O pensamento criacionista**», etc.

COLBERT (Jean-Baptiste) — Francês. (1619-1683). Ministro geral das finanças no reinado de Luis XIV. Extensa obra sob a forma de cartas, **mémoires**, etc. Um dos mais conhecidos: «**Mémoire sur le commerce**».

COLDEN (C.) — Filósofo naturalista. Obras: «**An Explication of the First Causes of Action in Matter**», etc.

COLERIDGE (S. T.) — Filósofo cristão transcendentalista. Obra: «**Aids to Reflection**».

COSTA (Uriel da) — (Fal. 1640). Judeu português. Obra: «**Exempla humanae vitae**». Defendeu a religião natural e foi excomungado pela Sinagoga.

COLLIER (Arthur) — (1680-1732). Inglês. Obras: «**Clavis universalis or a New Inquiry after Truth, being a demonstration of the non-existence, or impossibility of an external world**», etc.

COLLINGWOOD (Robin George) — Inglês. (1889-1943). Obras: «**Religion and Philosophy**», «**The Idea of History**», etc.

COLLINS (Jean-Guilherme-César, barão de) — Belga. (1783-1859). Obras principais: «**A Economia política**» e «**Ciência Social**».

COLSON (Clément) — Francês. (1853-1939). Obras principais: «**Cours**» e «**Organismo econômico e desordem social**».

COMPAYRÉ, Gabriel — Francês. (1843-1913). Psicologia da criança. Sua obra famosa é «**Histoire critique de l'éducation en France depuis le XVIe. siécle**» (1879).

COMTE (Auguste-Isidore-Marie-Français) — Francês. (1795-1857). Expôs pùblicamente a filosofia positiva num curso, que mais tarde foi publicada em tiragem restrita, sob o título de **Sistema de política positiva** (mais tarde **Tratado de política positiva**). Obra principal: «**Curso de filosofia positiva**».

COMTE (Charles-François-Louis) — Francês. (1782-1837). Obra principal: «**Tratado da propriedade**».

CONDILLAC (Etienne Bonnot de) — (1715-1780). Francês. Obras filosóficas: «**Essai sur l'origine des connaissances humaines**», «**Traité des sensations**», etc.

CONDORCET (Jean Antoine Marquês de) — Nasc. na Picardia. Obras: «**Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain**», etc.

CONFÚCIO (K'ung Fu-tze) — Filósofo. Séc. IV a. C.

CONGREVE (R.) — (1818-1899). Fundador do movimento positivo na Inglaterra.

CINSTANT (Benjamin) — (1833-1891). Político brasileiro e famoso matemático.

CONTA (Basilius) — (1846-1882). Prof. em Bucaraste. Obras: «**Teoria fatalismului**», «**Teoria ondulatiunei universale**». (Há traduções francesas.)

CONTE (J. Le) — Da corrente naturalista. Obra: «**Evolution**».

COPÉRNICO — (1473-1543). Fundador do sistema heliocêntrico, exposto anteriormente pelos pitagóricos.

CORNELIUS (Hans) — Prof. em Munique. (1863-). Prof. em Frankfurt em 1910. Obras: «**Versuch einer Teorie der Existentialurteile**», «**Kommentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft**», etc.

COROTON (Roberto) — Discípulo de Scot. «**Doctor amenus**».

CORREA (Alexandre) — (1890-). Filósofo brasileiro. Neo-escolástico.

COSME de Medicis — Fundador da chamada Academia platônica florentina.

COUÉ (Emile) — (1857-1926) — Psicólogo. Francês. Obra: «**Maîtrise de soi-même par l'autosuggestion consciente**».

COURNOT (Antoine Augustin) — (1801-1877). Prof. em Lyon e Grenoble. Reitor da Academia de Dijon. Obras: «**Recherches sur les principes mathématiques de la theorie des richesses**», «**Materialisme, Vitalisme, Rationalisme**», etc.

COUSIN (Victor) — (1792-1867). Francês. Prof. na Univ. de Paris e na Escola Normal. Obras: «**Cours de l'Histoire de la philosophie moderne**», «**De la Métaphysique d'Aristote**», etc.

COUTO (Sebastião) — (Fal. 1639). Um dos autores dos **Cursus Conimbrincensis**. Jesuíta.

COUTURAT (Louis) — (1868-1914). Francês. Lógico. Matemático. Obras: «**L'infini mathématique**», «**Les principes des mathématiques**», etc.

CRANTOR — (Ap. 330-70). Natural de Soles, Cilícia. Discípulo de Xenócrates. Mestre de Arcesilau. Escreveu: «**Sôbre a tristeza**», modêlo de literatura, imitada por Cicero, Sêneca e Plutarco. Considerado o mais antigo comentador de Platão.

CRATES de Atenas — Filósofo. Séc. IV a. C.

CRATES de Tebas — Grego. Filósofo. Séc. IV a. C. Discípulo de Diógenes.

CRÁTILO (Cratylus) — Grego. Filósofo. Séc. V a. C. Discípulo de Heráclito. Mestre de Platão.

CRISIPO — (Ap. 281-208 a. C.). Discípulo de Zeno de Citio. Restam sòmente fragmentos: «**Stoicorum veterum fragmenta**».

CRITOLAU — (Séc. II a. C.). Grego. Peripatético. Considerado grande orador. Discípulo de Ariston de Ceos.

CROCE (Benedetto) — (1866). Prof. em Nápoles. Obras filosóficas: «**Materialismo storico ed economia marxistica**», «**Filosofia dello spirito**», etc.

CROCKAERT — Dominicano. Fal. 1516. Mestre de Francisco de Victória.

CRUSIUS (Christian August) — (1712-1775). Prof. em Leipzig. Obras: «**De corruptelis intellectus a voluntate pendentibus**», «**Anweisung, vernunftig zu leben**», etc.

CRUZ (Estêvão) — Jesuíta brasileiro. Neo-escolástico.

CUDWORTH (Ralph) — (1617-1688). Prof. desde 1645 em Cambridge. Um dos representantes da chamada «escola de Cambridge». «**The true intellectual system of the Universe**», «**Systhema intellectuale huius universi**», etc.

CUNHA SEIXAS (J. M. da) — (1836-). Espiritualista. Obra: «**Princípios Gerais da História da Filosofia**».

CUSA (Nicolau de) — Vide Nicolau de Cusa.

CUMBERLAND (Richard) — (1622-1718). Filósofo. Bispo inglês. Lógico. Obras: «**Essay towards the Recovery of the Jewish Measures and Weights**», etc.

CUSTODI (barão Pietro) — Italiano. (1771-1842). Publicou uma colecção de «autores clássicos italianos sôbre economia política», conhecida sob o nome de «Colecção Custodi».

CUVIER (Georges) — (1769-1832). Francês. Naturalista. Fundador da paleontologia e da anatomia. «**Le règne animal d'après son organisation**», «**Leçons de anatomie comparée**», etc.

CZOLBE (Heirich) — (1819-1873). Obras: «**Neue Darstellung des Sensualismus**», etc.

D

DACQUÉ (E.) — (1878-1945). Obras: «**Urwelt, Sage und Menschheit**».

DAMASCENO (S. João) — (Fal. 749). Obra: «**Fonte do conhecimento**».

DAMÁSCIO (Damascius) — (Séc. IV). Pertenceu à chamada escola ateniense do neo-platonismo. Simplício foi seu discípulo. Considerado o último neo-platônico ateniense. Escreveu: «**De principiis**», etc.

DAMIANI (São Pedro) — (1007-1072). Grande orador e moralista. Obras: «**De contemptu**», «**De naturis animalium**», etc.

DAMIRON (J.). — (1794-1862). Escola Ecléctica espiritualista. Obras: «**Essai sur l'histoire de la philosophie en France au XIXe siècle**», etc.

DANTEC (Felix Le) — (Francês. Filósofo. Biologista. Obras: «**La matière vivante**», «**L'unité dans l'être vivant**», etc.

DARWIN, Charles — Inglês. (1809-1882). Em seu livro: «**Origin of species**» (1859) estuda a natureza dos instintos. Em «**Descend of man** (1871), o desenvolvimento da inteligência no homem e nos animais. Sua obra psicológica é: «**The expression of the emotions in man and animals**» (1873).

DAVID de Dinant — (Fal. 1200). Restam fragmentos: «**De tomis, id est de Divisionnibus**».

DAVID (o Armênio) — Séc. V. Aristotélico. Escreveu: «**Fundamentos da filosofia**», refutando os pirrônicos. Também escreveu um comentário sôbre a «Introdução» (Isagoge), de Porfírio.

DAVIDOV — (1794-1863). Pertence à corrente do idealismo alemão. Obra: «**Elementos de Lógica**».

DE BONALD — Vide **Bonald**.

DECKER (sir Mathew) — Inglês. (1719-1760). Obra principal: «**Ensaio sôbre as causas do declínio do comércio exterior**».

DECOSTER (Paul) — (1886-1939). Obras: «**La Reforme de la Conscience**», «**Acte et Synthèse**», etc.

DELBOEUF, Joseph Rémy Léopold — Filósofo e psicólogo belga (1831-1894). Seus livros mais importantes são: «**Théorie générale de la sensibilité**» (1876), «**Elements de psychophysique**» (1883), «**Examen critique de la loi psychophysique**» (1883).

DEMÓCRITO — (Ap. 460-370 a. C.). De Abdera. Discípulo de Leucipo. São discípulos de Demócrito: Metrodoro de Quios, Anaxarco e Diógenes de Esmirna. De sua obra restam apenas fragmentos.

DEMONAX — Séc. II. Escola Cínica.

DÉNIS (Hector) — Francês. (1842-1913). Obras principais: «**A previsão em sociologia**» e «**História dos sistemas econômicos e sociais**».

DEPARCIEUX (Antoine) — Francês. (1703-1768). Obra principal: «**Ensaio sôbre as probabilidades da duração da vida humana**».

DE SANCTIS (Francesco) — (1817-1883). Italiano. Hegeliano.

DESCARTES (René) — Filósofo francês. (1596-1650). Obras: «**Discours de la méthode, pour bien conduire la raison et chercher la vérité dans les sciences**», etc.

DESSOIR (Marx) — (1867-1947). Prof. em Berlim. Obras: «**Das Doppel-Ich**», «**Psychologische Skizzen**», etc.

DESTUTT DE TRACY — (1754-1836). Francês. Obras: «**Eléments d'Idéologie**», «**Logique**», etc.

DESCHAPS (Auguste-Marie-Hippolyte) — Francês. (1863-1935). Professor de economia política nas faculdades de Lille e Paris. Defendeu as idéias dos fisiocratas.

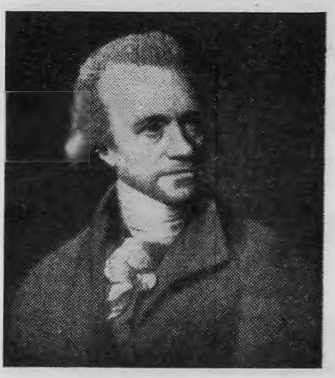
DEÚSTUA (Alexandre) — (1849-1945). Prof. da Univ. de São Marcos de Lima (Perú). Obras: «**Las ideas de orden y libertad en la histó ria del pensamiento humano**», «**Estética general**», etc.

DEUTTINGER (Martinho) — (1815-1864). Obras: «**Grundlinien einer positiven Philosophie**».

DE VRIES (Hugo) — Holandês. (1845-1935). Um dos primeiros biólogos que revelaram o descobrimento de Mendel. Sua principal obra: «**Die Mutationstheorie**» (2 vols. 1900-03).

DEWEY (John) — (1859). Obras: «**Psychology**», «**Outlines of Ethics**», etc.

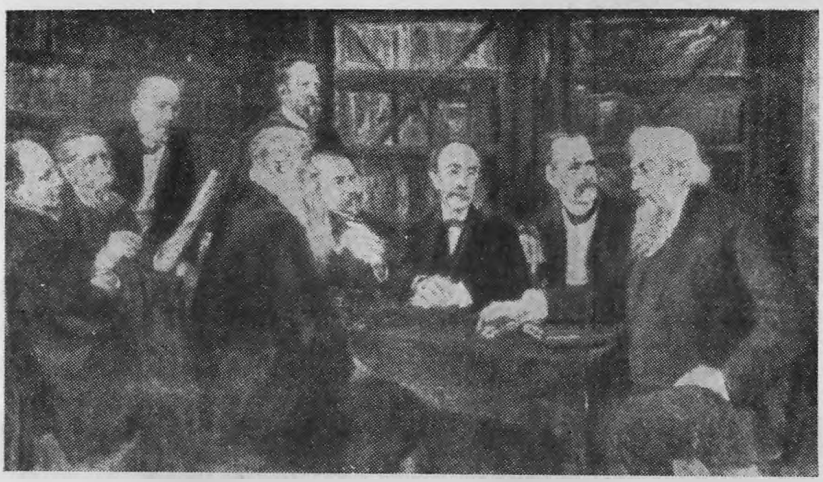
Aula de Filosofia, no Renascimento



Herschel

Buffon

Operárias de uma fábrica de conservas — 1879



Reunião de professores em Hamburgo

DIAGORAS de Melos — Grego. Sofista do século V a. C.

DICEARCO DE MESSÊNIA — (Ap. 350-280). Discípulo de Aristóteles. Distinguiu-se como geógrafo, historiador e político.

DIDEROT (Denis) — (1713-1784). Francês. Obras: «**Essai sur le mérite et la vertu**», «**Pensées philosophiques**», etc.

DIETZGEN (Joseph) — (1828-1888). Obras: «**Das Wesen der menschlichen Kopfarbeit**», «**Die Religion der Sozialdemokratie**», etc.

DILTHEY (Wilhelm) — (1833-1911). Prof. em Basiléia. Obras: «**Das Leben Schleieiermachers**», etc.

DINGLER (Hugo) — (1881). Prof. em Munique. Obras: «**Grundlinien einer Kritik und exakten Theorie der mathematischen**», «**Methaphysik als Wissenschaft vom Letzten**», etc.

DIÓGENES — (Ap. 413-327 a. C.), de Sinope. Discípulo de Antístenes. Escola Cínica. Foram discípulos de Diógenes: Monimo, Onesicrito, Filisco e Crates.

DIÓGENES DE APOLÔNIA — Grego do séc. V a. C. Discípulo de Anaxímenes. Escreveu: «**Tratado da Natureza**».

DIÓGENES DE OINOANDA — Século II d. C. Escola de Epicuro.

DIÓGENES LAÊRCIO (Diógenes Laerthius) — Escreveu a «**Vida dos Filósofos**».

DIÓGENES o Babilônio — Grego. Filósofo. Séc. III a. C. Discípulo de Crisipo. Estóico.

DION CRISÓSTOMO — Séc. II. Escola Cínica.

DIODORO DE CRONOS — Escola megárica.

DIONÍSIO DE ALEXANDRIA (O Grande) — († 264/5). Discípulo de Orígenes. Obras: «**Sôbre a natureza**», «**Preparação evangélica**», etc.

DIONÍSIO (Pseudo-Areopagita) — Os seus trabalhos foram traduzidos para o latim por Escoto Eriúgena. Obras: «**Hierarquia celeste**», «**Teologia mística e Teologia simbólica**», «**Os Nomes divinos**».

DIRAC (Paul Adrien Maurice) — Físico. Matemático inglês (1902).

DOMINGOS (Dominicus) Gundisalvi de Segovia — (Séc. XII). Um dos famosos **traductores de Toledo.**

DONDERS (Frans Cornelis) — Holandês. (1818-1889). Trabalhos sôbre os tempos de reacção (1865-1875). Sua principal obra: «**Anomalien der Refraktion und Accomodation des Auges**» (1866).

DORSEY (George Amos) — Psicólogo a antropólogo norte-americano (1868-1931). Behaviorista. Obras principais: «**Why we behave like human beings**» (1925) e «**Hows and whys of human behavior**» (1929).

DOSTOIEWSKI — (1821-1881). Escritor russo de orientação filosófica.

DREWS (Arthur) — Alemão. Filósofo. (1865). Discípulo de Hartmann. Prof. na Univ. técnica de Karlsruhe.

DRIESCH (Hans Adolf Eduard) — Biólogo e filósofo alemão (1867-1941). Obras principais: «**Die organischen Regulationen** (1901), «**Geschichte des Vitalismus**» (1905), «**Leib und Seele**» (1916), «**Parapsychologie**» (1932).

DROZ (François-Xavier-Joseph). Francês. (1773-1850). Obra principal: «**Economia política ou princípios da ciência das riquezas**».

DUBOIS (Auguste) — Francês. (1866-1935). Obra principal: «**História das doutrinas econômicas**». Autor de vários artigos publicados na «**Revista de Economia Política**».

DUBOIS DE JANCIGNY (Jean-Baptiste) — Francês. (1753-1808). Obra principal: «**Comércio francês no estado atual da Europa**».

DU BOIS-REYMOND (Emil) — Alemão. Fisiologista (1818-1896) — Filósofo agnóstico. Escreveu: «**Os limites do conhecimento da natureza**». Célebre pelo seu «**Ignoramus et ignorabimus**».

DUFRESNE SAINT-LÉON (Louis-César-Alexandre) — Francês. (1752-1836). Obra principal: «**Étude du crédit public et des dettes publiques**».

DUGDALE (Richard Luis) — Sociólogo norte-americano (1841-1883). Sua obra célebre é: «**The Jukes, a study in crime, pauperism, disease, and heredity**» (1875).

DUHEM (Pierre) — Francês. (1861-1916). Prof. em Bordéus. Obras: «**Essai sur la notion de théorie physique de Platon à Galilée**», «**Histoire des doctrines cosmologiques de Platon à Copernic**», etc.

DÜHRING (Eugen) — Prof. na Univ. de Berlim. (1833-1921). Obras: «**Naturliche Dialektik**», «**Wirklichkeitsphilosophie**», etc.

DUMAS (Georges) — Francês. (1866). Psicopatologista, e, posteriormente, psicólogo. Fundador, como P. Janet, do «**Journal de Psychologie**». Autor de várias obras, entre elas: «**Troubles mentaux et nerveux de la guerre**» (1919).

DUMONT (Arsène) — Francês. (1849-1902). Obras principais: «**Da população e civilização**» e «**Natalidade e democracia**».

DUNAN (Charles) — Francês. Filósofo. Espiritualista intuicionista. Obras: «**Essais de philosophie générale: Les deux idéalismes**».

DUNLAP, Knight — Norte-americano contemporâneo. Obras: «**Mysticism, Freudianism and scientific psychology**» (1920), «**Social psychology**» (1925), etc.

DUNOYER (Charles-Barthélemy-Pierre-Joseph) — Francês. (1786-1862). Obras principais: «**Novo tratado de economia social**» e «**Da liberdade do trabalho**».

DUNS SCOTO (John) — O «**doctor subtilis**». (Ap. 1270-1308). Natural da Escócia, ou Irlanda, Inglaterra. Prof. em Oxford até 1304. De 1305 a 1308, prof. em Paris. Em 1308 foi para Colônia, onde faleceu. Pertencia à Ordem Franciscana. Obras: «**Conclusiones utilissimae metaphysicae**», «**Tractatus de rerum principio**», etc.

DU PONT DE NEMOURS (Pierre-Samuel Du Pont, chamado) — Francês. (1739-1817). Escreveu várias obras sôbre economia. Destacam-se: «**Origens e progresso de uma ciência nova**» e «**Mémoire sôbre as municipalidades**».

DUPONT-WHITE (Charles Brock) — Francês. (1807-1878). Obra princ.: «**Ensaio sôbre as relações do trabalho com o capital**» e «**A centralização**».

DUPRÉE DE SAINT-MAUR (Nicolas-François) — Francês. (1695-1774). Obra principal: «**Ensaio sôbre as moedas**».

DURANDO de Saint-Pourçain (Durandis de Sancto Portiano) — († 1334). Dominicano. Bispo de Le Puy e de Meaux. «**Doctor resolutissimus**». Obras: «**In sententias commentarium**», etc.

DURKHEIM, Emile — Francês. (1858-1917). Psicologia das sociedades primitivas. Obras principais: «**Règles de la méthode sociologique**» (1894). «**Les formes elémentaires de la vie religieuse**» (1912).

DUVILLARD DE DURAND (Emmanuel-Étienne) — Francês. (1755-1832). Seu principal trabalho é uma «**Tábua de mortalidade**», modêlo das que existem atualmente.

E

EBBINGHAUS, Hermann — Alemão (1850-1909). Psicologia experimental. Obras: «**Über das Gedachtnis**» (1885), «**Abriss der Psychologie**» (1908).

EDDINGTON (A.S.) (1851-1940). Astrônomo, que se dedicou a filosofia sôbre a natureza.

ECKART (Mestre João) — (1260-1327). Nasc. em Hochheim (Gotha). Dominicano. Obras: «**Quaestiones**», «**Sermões**», etc. Místico.

IDDINGTON (A.S.) (1851-1940). Astrônomo, que se dedicou a filosofar sôbre a Natureza.

EDDY, MARY MORSE, née Baker — Norte-americana. (1821-1910). Fundadora da «Igreja da Ciência Cristã» **(Christian Science Church)**. Seu livro célebre: «Science and health» (1875). A partir de 1833, publicou «**Journal of Christian Science**».

EDÉSIO DE CAPADÓCIA (séc. IV). Discípulo de Jâmblico e fundador da escola de Pérgamo.

EFFERTZ (Otto) — Alemão. (1870-1922). Obra principal: «**Os antagonismos econômicos**».

EGÍDIO ROMANO (original de Roma). (1245?-1316). Comentarista de Tomás de Aquino.

EHRENFELS (Christian, Barão de) — (1850-1932). Austríaco. Prof. em Praga. Discípulo de Mainong e de Brentano. Obras: «**Ueber Fühlen und Wollen**», «**Grundbegriffe der Ethik**», «**Kosmogonie**», etc.

EINSTEIN (Alberto) — (1879-1935). Físico. Alemão. Naturalizado americano desde 1940. Prêmio Nobel, 1921. Um dos fundadores da teoria da relatividade, na Física.

ELLIS, Henry Havelock — Inglês. (1859-1919). Psicologia e sociologia sexuais. Autor: «**Studies in the psychologie of sex**», (1897-1928), etc.

EMERSON (Ralph Waldo) — (1803-1882). Nat. de Boston. Ministro da «**Old North Church**». Obras: «**Nature**», «**Essays**», «**The Conduct of Life**», etc.

EMPÉDOCLES (ap. 490-430 a. C.). de Agrigento. De seus livros restam sòmente alguns fragmentos: «**Acerca da Natureza**» e «**As purificações**», etc.

ENESIDEMO (Séc. I a. C.) de Cnosos (Creta). Prof. em Alexandria. Obra: «**Discursos pirrônicos**».

ENGEL (Ernst). — Alemão. (1821-1896). Estatístico alemão.

ENGELS (Frédéric) — Alemão. (1820-1895). Obra principal: «**O Manifesto do partido comunista**», escrito juntamente com Karl Marx.

EPICARMO de Cos. — Pitagórico famoso.

EPICTETO — (ap. 50-120 d. C.) de Hierápolis (Frigia). «**Ensinamentos filosóficos**», «**Manual**», etc.

EPICURO — (ap. 341-270 a.C.). Nasc. em Gargeto (Atenas). Passou a juventude em Samos. Discípulo de Nausifanes, da escola cirenaica. Fundou uma escola, a epicurista.

ERASMO (Desidério) — (1467-1536) de Rotterdam. Obras: «**Enchiridion militis christiani**». As edições de suas obras consideradas como as clássicas, são as de Beatus Rhenanus, em 9 tomos, e a de Clericus. A obra mais traduzida é o «**Elogio da Loucura**».

ERDMANN (Breno) — (1851-1921). Prof. em Berlim, Kiel, Breslau, Halle, Bonn. Pertence ao grupo do primeiro neo-kantismo. Obras: «**Martin Knutzen und seine Zeit**», «**Logik, I. Logische Elementarlehre**», etc.

ESCOTO EIRUGENA (João) — (810-817). Nasc. na Irlanda. Prof. em Paris. Fêz uma versão das obras de **Dionísio, pseudo-Areopagita.** A tradução foi impressa em Colônia, em 1556. «**De divina praedestinatione**» foi editada em Paris (1650).

ESCOTO (Miguel) — Na Escola de Traductores de Toledo.

ESFERO de Bósforo — Discípulo de Cleantes.

ESPEUSIPO — (ap. 348-339 a.C.). Da Academia Platônica. Restam poucos fragmentos: «**Sôbre os semelhantes**», «**Os números segundo Pitágoras**», etc.

ESPINAS (Alfred-Victor) — Francês. (1844-1922). Obra princ.: «**História das doutrinas econômicas**».

ESTRATON DE LAMPSACO — (Séc. III a. C.) — Peripatético.

EUBÚLIDES DE MILETO — Da Escola Megárica. Grande criador de sofismas.

EUCKEN (Rudolf) — (1846-1926) — Prof. na Univ. de Jena. Obras: «**Geistige Stromungen der Gegenwart**», «**O homem e o mundo**», etc.

EUCLIDES (ap. 450-380 a. C.) — De Mégara. Discípulo de Sócrates. Fundador da chamada escola megárica.

EUDEMO DE RODES — Peripatético.

EUDOXO de Cnidos (Ap. 400-355) — Matemático, médico, geógrafo, astrônomo. Grande amigo de Platão.

EUSÉBIO de Cesaréia (265-340) — Historiador da Igreja. Apologista. Platônico.

EUSÉBIO — Da Escola neo-platônica de Pérgamo, fundada por Eusébio, discípulo de Jâmblico.

EZRA (Abraham Ibn) (1093-1167) — Filósofo judeu, nascido na Espanha — Neo-platônico.

F

FABRE, Jean Henri — Francês — (1823-1915) — Famoso por seus estudos sôbre a vida dos insectos. Obra principal: «**Souvenirs entomologiques**» (10 vols. 1879-1907).

FALCKENBERG (R.) — (1851-1920) — Discípulo de Lotze.

FARBER (Marvin) — Reconstruiu a escola fenomenológica nos Estados Unidos. Prof. da Univ. de Buffalo, N. Y. Presidente da «**International Phenomenological Society**». Publica a revista trimestral: «**Philosophy and Phenomenological Research**».

FARIAS BRITO (Raimundo de) — Filósofo brasileiro. (1862-1917) — Político. Prof. do Colégio Pedro II. Obras: «**Estudos de filosofia e teleologia naturalista**», «**A filosofia como atividade permanente do espírito humano**», etc.

FARINIER (Guilherme) (fal. 1361) — Escreveu: «**Quaestiones de ente**».

FAUCONNET (Paul) — Da Escola de Durkheim (Emile) — Obra: «**La responsabilité. Etude de Sociologie**».

FAUGUET (Georges). Francês. (1873-1953). Obras sôbre cooperativismo e organização de cooperativas.

FAWCETT (E. Douglas) — (1866). — Obras: «**The World as Imagination**», «**Divine Imagining**».

FAWCETT (Henry). Inglês. (1833-1884). Obra princ.: «**Tratado de economia política**».

FECHNER (Gustav Theodor) — (1801-1887). Prof. da Univ. de Leipzig. Obras: «**Ueber das höchste Gut**», «**Elemente der Psychophysik**», etc.

FÉDON de Élis — Discípulo de Sócrates. Fundador da Escola Élico-erétrica.

FELIPE (o chanceler) (Apr. 1160-1236). Chanceler de Nôtre-Dame. (1218-1236). Durante seu cargo, houve a greve dos professores, que foram de Paris para Angers. (1229-1231). Escreveu: «**Summa quaestionum Theologicarum**».

FELIPE de Opunte (Ap. 380-330) — Discípulo de Eudoxo. Matemático e astrônomo, influído pelo pitagorismo.

FERGUSON (Adam). Inglês. (1723-1816). Obra: «**Ensaio sôbre a sociedade civil**».

FERRARA (Francesco). Italiano. (1810-1900). Criador da «Biblioteca do economista». Autor de uma Teoria do valor, e do custo da produção.

FERRARA (Francisco Silvestre de) — (O Ferrariense) — Escolástico. Grande e famoso comentarista de Tomás de Aquino.

FERRARIENSE — Vide **Ferrara** (Francisco Silvestre).

FERRI (Luigi). (1826-1895) — Prof. em França, Florença e Roma. Obras: «**Della filosofia del diritto presso Aristotele**», «**La Psychologie de l'association depuis Hobbes jusqu' à nos jours**», etc.

FERRIER, David — Médico escocês — (1843-1928). — Famoso por suas investigações sôbre a fisiologia cerebral e a localização das funções cerebrais.

FERRIER (James F.) (1808-1864) — Obra: «**Institutes of Metaphysics**».

FEUERBACH (Ludwig) (1804-1872). — Alemão. Estudou teologia em Heidelberg. Filosofia em Berlim. Obras: «**Dar Wesen der Religion**», «**Geschichte der neueren Philosophie**», etc.

FICHTE (Johann Gottlieb) (1762-1814) — Nasc. em Rummenau. Estudou teologia em Pforta, Jena, Leipzig. Prof. na Univ. de Jena. Obras: «**Versuch einer Kritik aller Offenbarung**», «**Ueber den Begriff der Wissenschfslehre oder der sogennante Philosophie**», etc.

FICHTE (Immanuel Hermann) (1796-1879). Filho de J. G. Fichte. Obras: «**Grundüge zum System der Philosophie**», «**Der neuere Spiritualismus**», etc.

FICINO (Marsílio) — (1433-1499). Prof. na Academia de Florença. Obras: «**Theologia Platonica de immortalitate animarum**».

FIGUEIREDO (Jackson de) (1891-1928) — Neo-tomista. Obras: «**Algumas Reflexões sôbre a Filosofia de Farias Brito**», «**Pascal e a Inquietação Moderna**».

FILANGIERI (Gaetano). Italiano (1752-1788). Obra principal: «**Ciência da legislação**».

FILODEMO de Gadara (Séc. I) — Escola Epicúrea.

FILOLAU — Pitagórico. (Séc. V. a C.) — Matemático. Astrônomo.

FILON (ap. 25 a. C. até 50 d. C.). De Alexandria. Origem judaica. Viveu em Roma. As obras de Filon são teológico-filosóficas: «**Sôbre a eternidade do mundo**», «**Comentários às Sagradas Escrituras**», etc.

FILON de Atenas — Da escola céptica.

FILON de Larissa (110-85 a. C.). Da Academia platônica.

FILÓPONO (João). Séc. VI — Famoso comentarista de Aristóteles.

FIORE (Joaquim de) (1145-1202) (Joaquim de Floris). Italiano. — Escreveu: «**Concordia Novi et Veteris Testamenti**», «**Expositio in Apocalipsim**», etc.

FISALIX (Marie) (1861-1946) — Médica. Fisiologista. Biologista. Obras: «**Animaux venimeux et venins**», etc.

FISKE (John) (1842-1901). Pragmatismo norte-americano. Círculo filosófico de Cambridge. Obras: «**Outlines of Cosmic Philosophy**», etc.

FLORENCE, P. — Contemporâneo — Psicologia industrial — Obra principal «**Economics of fatigue and unrest**» (1914).

FLOREZ-Estrada (Alvaro). Espanhol. (1765-1853). Obra: «**Tratado de economia política**».

FLOURNOY, Th. — Suiço contemporâneo — Parapsicólogo — Obra: «**Des phénomènes de synopsis**» (1893). «**Des Indes à planète Mars**» (1900).«**Esprits et médiuns**» (1911).

FLUDD (Robert) (1574-1637) — Influenciado por Paracelso. Obras: «**Historia macro et microcosmi metaphysica, physica et alchymiae**», etc.

FONSECA (Pedro da) (1522-1598). Jesuíta. Prof. em Coimbra. Obras: «**Isagoge Philosophica**», «**Institutionem Dialecticarum libro octo**».

FORBONNAIS (François-Véron Duverger de). Francês. (1722-1800). :Obra princ.: «**Pesquizas e considerações sôbre as finanças da França após o ano de 1595 até o ano de 1721**» e «**Considerações sôbre as finanças da Espanha**».

FOREL, Auguste Henri. — Psiquiatra e entomólogo suíço (1848-1931). Célebre por seus trabalhos sôbre anatomia cerebral, sôbre hipnotismo e sôbre psiquiatria forense. Obras principais: «**Gehirn und Seele**» (1894) — «**Sinnesleben der Insekten**» (1910) — «**Hypnotismus**» (1911).

FOUILLÉE (Alfred) (1838-1912). Prof. na Escola Normal Superior de Paris. Obras: «**Les philosophes de la Gascogne**», «**Histoire de la philosophie**», etc.

FOURIER (François-Marie-Charles). Francês. (1772-1837). Obras: «**Tratado da Associação doméstica e agrícola**» e «**Novo mundo industrial**».

FOX MORCILLO (Sebastian) (1526-1560) — Nasc. em Sevilha. Obras: «**De natura Philosophiae, seu de Platonis et Aristotelis consensione libri**», «**Compendium Athices Philosophiae ex Platone, Aristoteles, aliisque philosophis**», etc.

FRANCA (Leonel) (1893-1948) — Neo-tomista brasileiro. Obras: «**A crise do Mundo Moderno**», «**A psicologia da Fé**», etc.

FRANCISCO de Marchia (ap. 1300). **Doctor succinctus.** — Atribui-se-lhe a doutrina do **ímpetus**, antes de Buridan.

FRANCISCO de Mayronis (Meyronnes) (fal. ap. 1328) — Discípulo de Scot em Paris, seguidor fiel de sua doutrina. — «**Doctor illuminatus**».

FRANCK (Adolf) (1809-1893) — Escola eclética espiritualista. Obras: «**Etudes orientales**», «**Philosophie et religion**», etc.

FREUD, Sigmund. — Austríaco (1856-1939). Fundador da psicanálise. Foi durante muitos anos professor em Viena. — Obras: «**Studien über Hysterie** (1895) (em colaboração com Breuer)». «**Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse**» (1917), etc.

FREYER (Hans) (1887). Prof. em Kiel, Leipzig. Da escola de Dilthey. Obras: «**Prometheus, Ideen zur Philosophie der kultur**», «**Der Staat**», etc.

FRIES (Jakob Friedrich) (1773--843). Prof. em Heidelberg e Jena. Obras: «**De intuitu intellectuali**», «**Neue Kritik der Vernunft**», etc.

FRISCHEISEN-KÖHLER (Max) — Prof. em Halle. (1878-1923) — Obras: «**Wissenschaft und Wirklichkeit**», «**Das Realitätsproblem**», etc.

G

GALL, Franz Josef. — Médico alemão (1758-1828). Fundador da frenologia, ou teoria da localização cerebral. A partir de 1807, residiu em Paris. Principal obra: «**Anatomie et physiologie du système nerveux en général**» (1810-19).

GALTON, Francis — Inglês (1822-1911) — Conhecido por suas investigações sôbre a herança. Fundou em 1901, com Pearson e W. F. R. Weldon, a revista **Biometrika**, para aplicação das matemáticas à biologia e à psicologia. É reconhecido como fundador da ciência da **eugénesia.** Principais obras: «**Hereditary genius**» (1869) «**Record of family faculties**...» (1883). «**Natural inheritance** (1889).

GALILEI (Galileu) (1564-1642) — Nasc. em Pisa. Italia. Obras: «**Il Saggiatore**», «**Dialogo sopra i due massimi sistemi del mondo**», etc.

GALLI (Gallo) — Italiano. (1889....) Obras: «**L'Essere**», «**Kant e Rosmini**», etc.

GALLUPI (Pasquale) — (1770-1846) — Prof. na Univ. de Nápoles. Obras: «**Dell'analisi e della sintesi**», «**Elementi di filosofia**», etc.

GAETANO (Sanseverino) (1811-1865) — Neo-escolástico italiano.

GALIANI (abade Ferdinando). Italiano. (1728-1787). Obras: «**Della moneta**» e «**Diálogos sôbre o comércio dos grãos**».

GANDAVINUS (Henrique) (1217-1293). — «Doctor solemnis». Obra: «**Summa Theologiae**».

GANILH (Charles). Francês. (1758-1836). Obra: «**Dictionnaire analytique d'économie politique**».

GARCIA MORENTE (Manuel) — Prof. da Univ. de Madrid. (1888-1942). Obras: «**La filosofia de Kant**», «**Lecciones preliminares de filosofia**», etc.

GARDELL (Ambroise) — (1859-1931) — Pertencente à chamada «Escola de Saulchoir», Obras: «**La crédibilité et l'apologétique**», «**La structure de l'âme et l'experience mystique**», etc.

GARNIER (Joseph Clément). Francês (1813-1881). Obras: «**Eléments d'économie politique**» «**Principes de population**».

GARNIER (marquês Germain). Francês. (1754-1821). Obra: «**Abrégé élémentaire des principes de l'économie politique**».

GARRIGOU-LAGRANGE (Reginald) — (1877....) Obras: «**Le Sens commun, la Philosophie de l'étre et les formules dogmatiques**», «**El realismo del principio de finalidad**», trad. espanhola.

GASPARIN (Adrien-Étienne-Pierre, conde de). Francês. (1783-1862). Obra: «**Cours d'agriculture**».

GASSENDI (Pierre) (1592-1655) — Francês. Obras: «**Exercitationes paradoxicae adversus Aristoteles**», «**Syntagma philosophiae Epicuri**», etc.

GAUNILO — (séculos XI-XII) — Obra: «**Liber pro insipiente**». Opositor de Santo Anselmo.

GAUTHIER (J. de) — Obras: «**De Kant à Nietzsche**», «**La fiction universelle**».

GAZALI (Vde. Algazali).

GEHLEN (Arnoldo) (1904). Obras: «**Der Stat und die Philosophie**», etc.

GEIGER (L. B.) — Néo-escolástico. Obras: «**La participation dans la philosophie de S. Thomas d'Aquin**».

GEMELLI (P. Agostinho) (1878-1959) — Fundador da Universidade Católica de Milão.

GEMISTOS PLETHON — Filósofo bizantino.

GENOVESI (Antonio). Italiano. (1712-1769). Obra: «**Curso de comércio e de economia civil**».

GIACON (C.) — Néo-escolástico. — Obras: «**La seconda scolastica**», etc.

GENTILE (Giovanni) (1875-1944) — Italiano. Obras: «**La filosofia di Marx**», «**Il concetto scientifico della Pedagogia**», etc.

GEORGE (Henri). Americano. (1839-1896). Obra: «**Progresso e pobreza**». Fundador do **georgismo**, na Economia.

GERARDO DE CREMONA — Da célebre «Escola de Traductores de Toledo.

GERBERTO de Aurillac (fal. 1003). Monge de Aurillac. Foi papa com o nome de Silvestre II. Obras: «**De rationale et ratione uti**» e do «**De corpore et sanguine domini**», etc.

GERMAIN-MARTIN (Henri). Francês. (1953). Obras: «**História econômica da França**» e «**História da industria francêsa sob o Antigo Império**».

GEULINCX (Arnold) (1625-1669). Prof. em Lovaina, e Leyden. Obras: «**Quaestiones quodlibeticae**», «**Tractatum Ethicum primum**», etc.

GEYSER (Joseph) (1869-1948). Alemão. Prof. em Munster, Friburgo e Munique. Obras: «**Der philosophische Gottesproblem in seiner wichtigsten Auffassungen**», «**Lehrbuch der allgemeinen Psychologie**», etc.

GIDE (Charles). Francês. (1847-1932). Obras: «**Princípios de economia política**», «**História das doutrinas econômicas**».

GILBERTO de la Porrée (1076-1154) — (**Gilbertus Porretanus** ou **Pictaviensis**), nasc. em Poitiers. Bispo de Poitiers. Discípulo de S. Bernardo de Chartres. Obras: «**De sex principiis**», etc. Seus continuadores, que tornaram conhecida a «Escola Porretana», foram: João Beleth, Raul Ardent, Nicolau de Amiens; autores das «**Sententiae divinatis**».

GILSON (Etienne) (1884). Francês. Prof. da Univ. de Strasburgo, da Sorbonne e do Collège de France. Obras: «**Christianisme et philosophie**», «**L'Etre et l'Essence**», etc.

GINER DE LOS RIOS (Francisco). (1839-1915) — Prof. de Filosofia do Direito na Univ. de Madrid. Fundador da «**Institución Libre**

de Enseñanza». Obras: **Filosofía y Sociología», «Pedagogía Universitaria»**, etc.

GIOBERTI (Vincenzo) (1801-1852). Prof. na Univ. de Turim. Obras: «**Introduzione allo studio della filosofia», «Della filosofia della rivelazione»**, etc.

GOBLOT (E.) Obras: «**Essai sur la classification des sciences», «Vocabulaire philosophique»**, etc.

GOBINEAU (Artur, Conde de) (1816-1882) — Francês. Obras: «**Essai sur l'inégalité des races humaines», «Les religions et les philosophies dans l'Asie Centrale»**, etc.

GODOFREDO DE FONTAINES (fal. 1306) — Estudioso da obra de Tomás de Aquino.

GODWIN (William). Economista. (1756-1836). Obras: «**Princípios da população» e «Ensaio de refutação das teorias de Malthus».**

GOES (Manuel de). Jesuíta português (fal. 1593). Um dos autores do **Cursus Conibrincensis.**

GOGARTEN (Frederico) — Obras: «**Die religiose Entscheidung»**, etc.

GOETHE (Johann Wolfgang) (1749-1832) — Alemão. Obras: «**Fausto», «Werther»**, e opúsculos filosóficos.

GOMEZ PEREIRA (1500-1558) — Obras: «**Antoniana Margarita», «Novae veraeque medicinae experimentis et evidentibus rationibus comprobatae»**, etc.

GOMES (Isquierdo) — (1870-1930). Neo-escolástico. Obras: «**Análisis del pensamiento lógico»**, etc.

GOMPERZ (Heinrich) — (1873-1944). Prof. em Berna e Viena. Obras: «**Zur Psychologie der logischen Grundtatsachen», «Das Problem der Willensfreiheit»**, etc.

GONSETH (Ferdinand) — (1890). Suíço. Prof. nas Univs. de Berna, Zurique, e na «Escola Superior Técnica» de Zurique. Obras: «**Les fondements des mathématiques», «Philosophie mathématique»**, etc.

GONTER (Alfredo) — (Fal. 1325). Discípulo de Scot, em Paris. Ensinou em Barcelona e Paris. Defendeu o escotismo contra Pedro Auréolo e Francisco de Marchia.

GONZÁLEZ (Zeferino) — Neo-escolástico. (1831-1894).

GÓRGIA — (Fal. em 380 a. C.). Notável retórico e orador.

GOURD (Jean-Jacques) — (1850-1909). Prof. em Genebra. Obras: «**Le Phénomène**», «**Les trois dialectiques**», etc.

GOUVEIA (Antonio de) — (1505-1565). Filósofo aristotélico português.

GRACIAN (Baltasar) — (1601-1658). Espanhol. Jesuíta. Obras: «**Oráculo manual y arte de prudencia**», «**El Criticón**», etc.

GRATRY (Padre Alphonse) — (1805-1872). Francês. Obras: «**De la connaissance de Dieu**», «**Logique**», etc.

GRAVE (Jean) — Francês. (1854-1939). Anarquista. Obras: «**A sociedade futura**», etc.

GREEN (Thomas Hill) — (1836-1882). Inglês. Prof. em Oxford. Obras: «**Philosophical Works of David Hume**», «**Prolegomena to Ethics**», etc.

GREGÓRIO DE NISA (São) — (335-394). Irmão de São Basílio. Obra filosófica de grande valor.

GREGÓRIO MAGNO (São) — (540-604). Sua grande obra: «**Morale**». Foi eleito papa em 590.

GRESHAM (sir Thomas) — Inglês. (1519-1579). Conhecido por ter formulado uma lei que diz: «Quando duas moedas circulam num país, uma sendo considerada boa pelo povo, a outra má, a má expulsa a boa.» É a conhecida Lei de Gresham.

GRISEBACH (Eberhard) — (1880-1943). Alemão. Prof. em Zurique. Obras: «**Kultur als Formbildung**», «**Die Schicksalsfrage des Abendlandes**», etc.

GROCIO (Hugo) ou **Hugo de Groot** — (1583-1645). Holandês. Obras: «**De jure belli et ac pacis**», «**Opera omnia theologica**», etc.

GROOS (Karl) — (1861-1945). Alemão. Prof. em Giessen, Basiléia, e Tubingen. Obras: «**Die Befreiungen der Seele**», «**Zeitschrift für Philosophie**», etc.

GROSSETESTE (Robert) ou Lincolniensis — (Ap. 1175-1253). Escreveu comentários sôbre: «**Analíticos posteriores, Refutações dos sofistas, Pseudo-Dionísio**» e várias obras.

GROTE (John) — (1813-1866). Do movimento de Oxford. Escreveu: «**Exploratio philosophica**».

GRUBBE (Samuel) — (1786-1853). Prof. de Upsala. Filósofo.

GUALTÉRIO DE MORTAGNE — (Fal. apr. 1174). Discípulo de Alberico de Reims. Ensinou retórica e filosofia em Santa Genoveva de Paris.

GUESDE (Mathieu-Basile, chamado Jules) — Francês. (1845-1922). Obra: «**Catequismo socialista**».

GUILHERME DE AUVERGNE — (Fal. 1249). Prof. de Teologia em Paris. Bispo de Paris. Obras: «**De immortalitate animae**», «**De anima**», «**De trinitate**», «**De universo**», etc. Considerado o primeiro grande filósofo do século XIII.

GUILHERME DE AUXERRE — (Fal. 1231). Foi encarregado por Gregório IX, junto com Estevam de Provins e Simão de Authia, de revisar os livros de Aristóteles.

GUILHERME DE CHAMPEAUX — (1070-1121). Bispo de Châlons-sur-Marne. Obras: «**De eucharistia**», «**De origine animae**», «**Sententiae**», etc.

GUILHERME DE CONCHES — (1080-1145). Prof. em Chartres. Obras: «**Moralis philosophia de honesto et utili**», «**Dragmaticon philosophiae**», etc.

GUILHERME DE LA MARE — (Fal. apr. 1285-1298). «Doctor correctivus». Inglês. Estudou e ensinou em Paris (1274-1275). Ensinou em Oxford. Amigo de Roger Bacon. Fiel à doutrina de São Boaventura. Escreveu: «**Comentários aos dois primeiros livros das 'Sentenças' 'Quaestiones disputatas' ''**, etc.

GUILHERME DE SAINT AMOUR — (Fal. 1271). Prof. em Paris. Escreveu comentários aos «**Analíticos**» e o tratado de «**De periculis novissimorum temporum**».

GUILHERME DE SAINT-THIERRY — (Fal. 1148). Prosseguidor da obra de São Bernardo: «**Meditativae orationes**», «**De contemplando Deo**», etc.

GUNDISALVO (ou **Gundissalinus, Dominicus**) — Da famosa Escola de Traductores de Toledo.

GUYAU (Jean Marie) — (1854-1888). Obras: «**La morale d'Epicure**», «**Esquisse d'une morale sans obligation ni sanction**», etc.

GUYOT (Yves) — Francês. (1843-1938). Obras: «**A ciência econômica e suas leis inductivas**» e o «**A. B. C. da livre-troca**».

H

HAEBERLIN (Paul) — (1878). Suíço. Prof. em Berna e Basiléia. Obras: «**Wissenschaft und Philosophie**», «**Das Ziel der Erziehung**», etc. Idealista e fenomenologista.

HAECKEL (Ernst) — (1834-1919). Biologista alemão. Prof. em Jena. Obras: «**Generelle Morphologie der Organismen, allgemeine Grundzüge der organische Formenwissenschaft, mechanisch begrundet durch der von Ch. Darwin reformierte Deszendenstheorie**», etc.

HAERING (Teodor L.) — (1884). Alemão. Prof. em Tubingen. Obras: «**Untersuchungen zur Psychologie der Wertung**», «**Die deutsche und die europäische Philosophie**», etc.

HAGEMANN (1832-1903) — Filósofo neo-escolástico.

HAGERSTROM (Axel) — (1868). Fundador da chamada Escola de Uppsala. Obras (em sueco): «**A Ética de Kant em relação com suas principais idéias gnosiológicas**», etc.

HALBWACHS (Maurice) — (Francês. (1877-1945). Obras principais: «**A classe trabalhadora e os níveis de vida**» e «**A evolução das necessidades nas classes trabalhadoras**».

HALDANE (J. Scott) — (1860-1936). Obras: «**The sciences and Philosophy**», etc.

HALDANE (R. B.) — (1857-1928). Obras: «**The Pathway to Reality**», etc.

HALÉVY (Élie) — Francês. (1870-1937). Obra principal: «**História do povo inglês no XIX século**».

HA-LEVI (Judah) — (1080-1140). Filósofo árabe, que procurou conciliar o Cristianismo e o Islamismo.

HALL (Charles) — (Morto em 1835). Inglês. Obra principal: «**Os efeitos da civilização sôbre os povos europeus**».

HAMELIN (Octave) — (1856-1907). Prof. em Bordéus e na Sorbonne. Obras: «**Essai sur les éléments principaux de la représentation**», «**El sistema de Descartes**», etc.

HAMILTON (Alexander) — Americano. (1757-1804). Obra principal: «**Report on manufacture**».

HAMILTON (William) — (1788-1856). Prof. em Edimburgo. Representante da Escola escocesa. Obras: «**Discussions on Philosophy and Literature**», «**Education and University Reform**», «**Lectures on Metaphysics and Logic**», etc.

HAN FEI TZÉ — (Fal. 233 a. C.). O maior filósofo chinês da **lei (fachia)**.

HANNEQUIN (Arthur) — (1856-1905). Prof. em Lyon. Obras: «**Essai critique sur l'hypothèse des Atomes dans la science contemporaine**», «**Etudes d'histoire des sciences et d'histoire de la philosophie**», etc.

HARMEL (Léon) — (Francês. (1829-1915). Obra principal: «**Manual da corporação cristã**».

HARRISON (Frederico) — (1831-1923). Positivista. Obras: «**The Philosophy of Common Sense**», «**The Positive Evolution of Religion**», etc.

HARRINGTON (James) — Inglês. (1611-1677). Obra principal: «**A Republica Oceana**».

HART (Bernard) — Psicologia anormal. Obras: «**The psychology of insanity**» (1912), «**Psychopathology**» (1927), etc.

HARTLEY (David) — (1705-1757). Aplicou na Psicologia os métodos da ciência natural. Obras: «**Observations on man, his frame, his duty and his expectations**», etc.

HARTMANN (Eduard von) — Alemão. (1842-1906). Influído por Schopenhauer e pelo voluntarismo hegeliano. Obra principal: «**Philosophie des Ueberwussten**», 3 vols.

HARTMANN (Nicolai) — (1882). Realista metafísico. Obra mais famosa: «**Grundzüge einer Metaphysik der Erkenntnis**».

HAURÉAU (B.) — (1812-1896). Escola eclética. Espiritualista. Obra: «**De la philosophie scolastique**», etc.

HAUTMANN (Carl) — (1858). Obras: «**Die Metaphysik in der modernen Physiologie**», etc.

HAUTERIVE (Alexandre-Maurice, Blanc de Lanautte, conde de) — Francês. (1754-1830). Obra principal: «**Elementos de economia política**».

HEAD (Henry) — Inglês. (1861). Conhecido por suas investigações sôbre a sensibilidade cutânea, a afasia e as funções do tálamo no sentimento e a emoção. Seu livro fundamental é «**Aphasia and kindred disorders of speech**» (1926).

HEBREU (Leão) ou **Judas Abrabanel** — (1460-1535). Judeu português. Autor de «Dialoghi d'amore». Vide **Abravanel.**

HEGEL (Georg Wilhelm Friedrich) — (1770-1831). Alemão. Obras: «**Wissenschaft der Logik**», «**Enzyklopädie der philosophischen Wissenschafte im Grundrisse**», etc.

HEGUESÍAS — Da escola cirenaica.

HEIDEGGER (Martin) — (1889). Prof. na Univ. de Friburgo. Discípulo de Husserl. Obras: «**Die Lehre vom Urteil im Psychologismus. Ein kritisch-positiver Beitrag zur Logik**», «**Kant und das Problem der Metaphysik**», etc.

HELLPACH (Willy) — Alemão (1877). Obras: «**Soziologie des genies**» (1900), «**Geistige Epidemien**» (1907), etc.

HELVETIUS (Claude Adrien) — (1715-1771). Francês. Obras: «**De l'Homme, de ses facultés et de son éducation**», «**Les progrès de la raison dans la recherche du vrai**», etc.

HENNING (Hans) — Psicólogo alemão (1885). Conhecido, sobretudo, por sua classificação dos odores.

HENRIQUE DE GAND — (Fal. 1293). Da escola média franciscana. Obra: «**Summa Theologica**» (inacabada).

HENRIQUE (de Hainbuch) — (1325-1397). Estudou e ensinon em Paris (1363) teologia (1376-1383). Organizou a Faculdade de Teologia, reitor em 1393. Além dos comentários às Sentenças, escreveu sôbre matemáticas e astronomia: «**Quaestio de cometa**», etc.

HENRIQUE DE HARCLAY — (Ap. 1270-1317). Ensinou Teologia em Oxford. Comentou as «**Sentenças**». Escreveu: «**Quaestiones**».

HENRY (George W.) — Contemporâneo. Psicologia anormal. Obra: «**Essentials of psychiatry**» (1925).

HERÁCLIDES (Lembos, do Egito) — (Ap. 180). Escreveu uma História universal em trinta e sete livros.

HERÁCLIDES (de Ponto) — (Ap. 390-310). Dirigiu a Academia platônica por ocasião da terceira viagem de Platão à Sicília. Escritor fecundo. As obras: «**Sôbre a natureza da alma**», «**O que sucede no céu**», «**Tratado da música**», etc. são-lhe atribuidas.

HERÁCLITO (de Éfeso) — (Ap. 535-475 a. C.). De suas obras só restam fragmentos. Figura máxima da Escola Efesina.

HERBART (Johann Friedrich) — (1776-1841). Estudou com Fichte. Obras: «**De Platonici systematis fundamento**», «**Ueber philosophisches Studium**», etc.

HERBERT DE CHERBURY (Edward) — (1581-1648). Filósofo e político. Obras: «**Tractatus de veritate prout distinguitur a revelatione, a verisimile, a possibili et falso**», «**De religione gentilium error umque apud eos causis**», etc.

HERDER (Johann Gottfried) — (1744-1803). Prussiano. Obras filosóficas: «**Abhandlungen über den Ursprung der Spranche**», «**Auch eine Philosophie der Geschichte der Menschheit**», etc.

HERMANN (Frédéric-Guillaume-Bénédict) — Alemão. (1795-1868). Obra principal: «**Pesquizas econômicas**».

HERNÂNI (o Alemão) — Da Escola de Traductores de Toledo. Foi levado para a côrte de Manfredo.

HERZEN (Alexandre, chamado também Iskander) — Russo. (1812-1870). Colaborou, juntamente com Proudhon, na **Voix du Peuple** e influenciou muito a juventude russa e polonesa.

HEYMANS (Gerardus) — (1857-1930). Prof. em Groningen. Obras: «**Kritische Geschiedenis van het Causalitätsbegrif in de nieuwere Wiisbegierte**», etc.

HILBERT (David) — (1862). Professor de Matemática. Obra principal: «**Grundlagen der Geometrie**».

HILDEBRAND (Bruno) — Alemão. (1812-1878). Obra principal: «**A economia nacional no presente e no futuro**».

HILDEGARDA DE BINGEN — (1098-1179). Abadessa do mosteiro benedictino de Rupertsberg. (**Bingen**, próx. de Magúncia). Denominada a «Sibila do Reno». Escreveu: «**Liber meritorum**», etc. Dictou numerosos tratados que, depois, foram revisados pelo monge Giriberto de Gembloux.

HILLEL DE VERONA — (1220-1295). Físico e filósofo. Judeu. Obra: «**Tagmuté ha-Nefesh**».

HIPASO — Séc. VI a. C.). Um dos primeiros discípulos de Pitágoras. Fundou a seita dos **matemáticos.**

HIPÁTIA — (Séc. VI). Da Escola alexandrina. Neo-platônica e neopitagórica. Matemática, astrônoma e filósofo, filha de Teon d'Alexandria.

HIPODAMO DE MILETO — Pitagórico.

HIPÓCRATES DE CÓS — (Séc. V a. C.). Famoso médico grego.

HIPÓCRATES DE QUIOS — (Séc. V a. C.). Grande matemático grego.

HIPÓCRATES (o primeiro) — (Séc. V a. C.). Avô de Hipócrates de Cós. Médico famoso e célebre, e ainda actual, a sua classificação dos caracteres.

HÍPPIAS (de Élis) — (Séc. V a. C.). Célebre sofista. Filósofo, matemático.

HIPPON (de Samos) — Discípulo de Anaxágoras.

HIPSICLES — (II séc. a. C.). Matemático e astrônomo grego. O livro XIV de Euclides é-lhe atribuida a redação. Obra: «**Sôbre as ascensões**», tratado astrológico e astronômico.

HIRSCHFELD (Magnus) — Psiquiatra alemão (1868-1935). Obras: «**Homosexualität**» (1912), «**Sexualpathologie**» (1917).

HISPANUS (João Hispalense ou) — Da Escola de Traductores de Toledo.

HOBBES (Thomas) — (1588-1679). Obras: «**Thomas Hobbes opera philosophica quae latine scripsit**» — 5 vol.

HOBHOUSE (Leonard Trelawny) — (1864-1929). Prof. em «Oxford e em Londres. Obras: «**The Theory of Knowledge**», «**Mind in Evolution**», etc.

HOCKING (William Ernest) — Prof. em Harvard. Obras: «**The Meaning of God in Human Experience**», «**Human Nature and its Remarking**», etc.

HODGSON (Shadworth Hollway) — (1832-1912). Inglês. «**Time and Space**», «**The Theory of Practice**», etc.

HÖFFDING (Herald) — (1843-1931). Prof. em Compenhague. Obras: «**Den nyere Filosofie**», «**Psykologi i Omrids paa Grundlag of Erfaring**», etc.

HOFLER (Alois) — (1853-1922). Prof. em Viena. Obras: «**Philosophische Propädeutik I. Logik**», «**Grundlehre der Logik**», etc.

HOLBACH (Paul Henri D', Barão de Hesse) — (1725-1789). Viveu na França. Colaborou na Enciclopédia. Obra principal: «**Système de la nature ou les lois du monde physique et du monde moral**».

HÖLDERLIN (Frederico) — (1770-1843). Filósofo romântico. Poeta.

HOLMES (Samuel Jackson) — Norte-americano. (1868). Psicologia animal. Obras principais: «**The evolution of animal inteligence** (1911). «**Studies in evolution and eugenics**» (1923).

HOLLINGWORTH (Harry Levi) — Psicólogo norte-americano. (1880-1939). Obras: «**Psychology its facts and principles**» (1928), «**Mental growth and decline**» (1927), «**Abnormal psychology**» (1930).

HOLT (Edwin Bissel) — Norte-americano. Escreveu as seguintes obras: «**The concept of consciousness**» (1914), «**The Freudian wish**» (1915), «**Animal driving and the learning process**» (1931).

HONIGSWALD (Richard) — (1857-1947). Húngaro. Prof. em Breslau, em Munique e, desde 1933, nos Estados Unidos. Obras: «**Ueber**

die Lehre Humes vom der Realität der Aussenwelt», «**Geschichte der Erkenntnistheorie**», etc.

HONÓRIO DE AUTUN — (Ap. 1090-1152). Personalidade enigmática da primeira metade do século XII. Obras: «**Elucidarium, sive dialogus de summa totius christianae theologiae**», «**De Christo**», etc.

HOWISON (George Holmes) — (1834-1916). Prof. na Univ. de Michigan e da Califórnia. Obras: «**The conception of God: a philosophical discussion concerning the nature of the divine idea, as a demonstrable reality**», «**The Limits of Evolution and other Essays**», etc.

HUBER (Míchel) — Francês. (1876-1952). Obra principal: «**Estatística Geral da França**».

HSÜN TZÊ — (335-286 a. C.). Depois de Meng Tsê (**Mencius**) é o maior filósofo confuciano desta época.

HUGO DE SAINT-VICTOR (1096-1141). Nasc. na Saxônia. Abade do mosteiro de «Saint-Victor». Obras: «**De arca Noe mystica**», «**De arrha mundi**», etc.

HUIZINGA (Johan) — (1822-). Prof. da Universidade de Heyden, Holanda. Obra famosa: «**Homo hudens**».

HUMBOLDT (Guilherme de) — (1767-1835). Humanista. Juiciador da filosofia da linguagem.

HUME (David) — (1711-1776). Inglês. Viveu na França. Obras: «**Essay moral, political and literary**», «**Philosophical Essays concerning human understanding**», etc.

HUNTER (Walter Samuel) — Psicólogo norte-americano (1889-). Obras: «**The delayd reaction in animals and children**» (1912), «**General psychology** (1919), «**Human behavior**» (1928).

HUSSERL (Edmund) — (1859-1938). Prof. em Gotinga e Friburgo. Obras: «**Ueber den Begriff der Zahl**», «**Philosophie der Arithmetik**», etc.

HUTCHESON (Francis) — Irlandês. (1694-1747). Obra principal: «**Manual de filosofia moral**».

HUXLEY (Tomás Henrique) — (1825-1895). Prof. na Univ. de Londres. Obra: «**Collected Essays**».

HYNDMAN (Henri-Mayers) — Inglês. (1842-1921). Obra principal: «**História do Socialismo na Inglaterra**».

I

IBN KHALDOUN — (1332-1406). Obra principal: «**Prolegômenos**».

IBN GEBIROL — Vide **Avicebron.**

IBN ROSCHD — Vide **Averróis.**

IBN SINA — Vide **Avicena.**

IBN TUFAIL — Vide **Abubácer.**

IDOMENEU — Filósofo epicureu.

INGARDEN (Roman) — (1893-). Prof. em Lwów e Varsóvia. Obras: «**Ueber die Gefahr einer Petitio Principii in der Erkenntnistheorie**», «**Instuition und Intellekt bei H. Bergson**», etc.

INGENIEROS (José) — (1877-1925). Argentino. Prof. em Buenos Aires. Obras: «**La simulación en la lucha por la vida**», «**El hombre mediocre**», etc.

IRINEU (Santo) — (140-202 apr.). Escreveu: «**Contra as heresias**».

ISIDORO DE SEVILHA — (Fal. 636). Introductor da cultura antiga na Espanha. Obra: «**Etymologiae**» (enciclopédia).

ISRAELI (Issac ben Salomão) — Filósofo judeu. Nat. de Egito (ap. 845-945 d. C.). Obra: «**Livro das definições**» e «**Livro dos elementos**». Teólogo.

J

JACOB (Louis-Henri de) — Alemão. (1759-1827). Obras: «**Princípio de Economia Nacional**» e «**A ciência das finanças**».

JACOBI (Friedrich Heintich) — (1743-1819). Alemão. Obras: «**Sendschreiben an Fichte**», «**Von den göttlichen Dingen**», etc.

JACOBY (Gunther) — (1881-). Alemão. Prof. em Harvard, Tóquio, Estambul e Greifswald. Obras: «**Herders und Kants Aesthetik**», «**Allgemeine Ontologie der Wirklichkeit**», etc.

JAENSECH (Eric R.) — Alemão. (1883-1940). Investigações sôbre o espaço visual, eidética e distinção entre filosofia e psicologia. Obras: «**Die Eidetik**» (1925). Em colaboração com outros: «**Über den Aufbau der Wahrnehmungswelt**» (1927).

JAMBLICO — († 330), de Cálcis (Síria). Discípulo do peripatético Anatólio e de Porfírio. Obras: «**Vida de Pitágoras**», «**Exortação à filosofia**», etc.

JAMES (William) — Psicólogo norte-americano. (1842-1910). Médico 1870). Professor de fisiologia e, finalmente, de psicologia (1889). Considerado como um dos fundadores do **pragmatismo**. Obras: **The principles of psychology**» (1890). «**The varieties of religious experience**» (1902), etc.

JANET (Paul) — (1823-1899). Espiritualista. Obras: «**Psychologie et Métaphysique**», «**Causes finales**», etc.

JANET (Pierre Marie Félix) — Francês. (1859-). Psicólogo, conhecido por seus estudos sôbre a histeria e as neuroses. Obras: «**L'état mental des hystériques**» (1892), «**L'automatisme psychologique**» (1889), etc.

JASPERS (Karl) — Psiquiatra e filósofo alemão. (1883-). Obras principais: «**Allgemeine Psychopathologie**» (1911). «**Psychologie der Weltanschauugen**» (1919).

JASTRÒW (Joseph) — Psicólogo. Judeu-polaco-norte-americano. (1863-). Até 1927 foi professor na Universidade de Wisconsin. Obras: «**Time relations of mental phenomena**» (1890), «**The life of the mind**» (1938), etc.

JAURÈS (Jean-Léon) — Francês. (1859-1914). Fundador do jornal «**L'Humanité**» e do Partido socialista unificado.

JEANS (J.) — (1877-1946). Obras: «**The mysterious Universe**», etc.

JEFFERSON (Thomas) — (1743-1826). 3.º Presidente dos EE. UU. Autor da Declaração da Independência.

JENNINGS (Herbert Spencer) — (1868). Psicólogo norte-americano. Obra: «**Contribuitions to the study of the behavior of lower organisms** (1904 e 1906). Psicologia animal.

JERUSALÉM (Wilhelm) — (1854-1923). Prof. desde 1920 em Viena. Obras: «**Zur Reform des Unterrichts in der philosophischen Propädeutik**», «**Kants Bedeutung für die Gegenwart**», etc.

JEVONS (William Stanley) — (1835-1882). Lógico. Simplificou o sistema de Boole. Obras: «**The Theory of Political Economy**», etc.

JÈZE (Gaston) — Francês. (1871-1953). Obra principal: «**Elementos da ciência das finanças e da legislação financeira francêsa**».

JOACHIM (H. H.) — (1868-1938). Obras: «**The nature of truth**», etc.

JOAD (C. E. M.) — (1891-). Obras: «**A Critique of Logical Positivism**», etc.

JOÃO CRISÓSTOMO — (Ap. 344-407). De Antioquia. Estudou retórica com Libânio e filosofia com Andragásio. Discípulo de Diodoro. Grande orador. Foi batizado em 370. Deixou uma obra extensa.

JOÃO DE LA ROCHELLE — (Ap. 1200-1245). Discípulo de Alexandre de Hales. Escreveu: «**Tractatus de multiplici divisione potentiarum animae**», etc.

JOÃO (de Mirecourt) — (Ap. 1345). Nominalista. Suas proposições foram condenadas pela Igreja.

JOÃO DE SÃO TOMAS — Português. (1589-1644). Dominicano. Um dos mais famosos tomistas. Obra principal: «**Cursus Philosophicus Thomisticus**».

JOÃO DE SALISBURY — (1110-1180). Da Escola de Chartres. Obra: «**Policraticus**».

JOÃO FILÓPONO — (Séc. VI). Escreveu: «**De aeternitate mundi**», «**De opificio mundi**».

JOÃO DE SEVILHA — Um dos traductores de Toledo.

JOÃO PECHAN (ou Peckam) — (Fal. 1292). Franciscano da chamada Escola de Oxford. Obras: «**Quaestiones quodlibeticae**», «**Super Magistrum Sententiarum**», etc.

JOHNSON (F. H.) — Obra: «**What is Reality**».

JOHNSON (Samuel) — (1692-1772). Obras: «**Elementa philosophica**», etc.

JOHNSON (W. E.) — (1858-1931). Lógico.

JOLD (Friedrich) — (1849-1914). Alemão. Prof. em Praga e Viena. Obras: «**David Humes Lehre von der Erkenntnis**», «**Lehrbuch der Psychologie**», etc.

JOLIVET (R.) — Obras: «**Les sources de l'idéalime**», etc.

JONES (Ernest) — Contemporâneo. Psicologia anormal. Várias obras: «**The treatment of neuroses**» (1920), etc.

JOUFFROY (Théodore) — (1796-1842). Prof. na Escola Normal Superior e no «Collège de France». Obras: «**Les sentiments du beau et du sublime**», «**Mélanges philosophiques**», etc.

JOUHAUX (Léon) — Francês. (1879-1954). Prêmio Nobel da Paz (1951) e personagem importante do Sindicalismo francês desde 1902 até à sua morte.

JOURDAN (Alfred) — Francês. (1825-1891). Obras: «**Curso analítico de economia política**» e fundador da **Revista de economia política** (França).

JOVELLANOS (don Gaspar-Melchior de) — Espanhol. (1744-1811). Obra: «**Notícia sôbre a utilidade da legislação rural, que trata das questões econômicas mais importantes relativas ao estado actual da Espanha**».

JUGLAR (Joseph-Clément) — Francês. (1819-1905). Obra: «**As crises comerciais e seu retôrno periódico na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos**».

JUNG, Carl Gustav — Psiquiatra suiço. (1875). Foi o fundador da psicologia analítica. Considerou a **libido** como uma vontade de viver mais do que uma manifestação do instinto sexual, no que divergiu de Freud. Obras: «**Psychologie der Dementia praecox**» (1907), «**Wandlungen und Symbole der Libido**», 1912), «**Psychologische Typen**» (1921), «**Die Energetik der Seele**» (1928).

JUSTO (Lípsio) (fal. 1606). Estóico.

JUSTI (Johann-Heinrich-Gottlob von). Alemão. (1702-1782). Obra: «**Tratado sistemático da economia do Estado**».

JUSTINO (São). Martir. Apologista cristão do séc. II. Nasc. na Palestina. Obras: «**Apologias**», dedicadas a Antonino Pio e a Marco Aurélio, «**Diálogo com Trífon**», etc.

JUVALTA (E.) — Obras: **I limiti del razionalismo etico**».

K

KAFKA, G. — Alemão contemporâneo. Psicologia animal. Obras: «**Einführung in die Tierpsychologie**» (1914) e «**Tierpsychologie**» (1922).

K'ANG YU-WEI — (1858-1927). Chinês. Empreendeu a reforma religiosa do Confucionismo.

KANT (Emmanuel) — Alemão. (1724-1804). Obras: «**Crítica da razão pura**», «**Crítica da razão prática**» e «**Crítica do juizo**».

KATZ, D. — Alemão. Psicólogo. Principais obras: «**Encheinungsweisen der Farbes**», (1911), «**Der Vibrationnin**», **(1923)**, etc.

KAUTSKY (Charles-Jean) — Tcheco. (1854-1938). Obras: «**Questão agrária**», «**A Revolução social**», etc.

KEELER (L.) — (1890-1937). Obras: «**Problem of Error**». Néo-escolástico.

KEPLER (J.) — (1571-1630). Famoso astrônomo, conhecido pelas «leis Keplerianas».

KETTELER (Guillaume-Emmanuel, barão de). Alemão. (1811-1877). Obra: «**Fundamentos de uma concepção cristã do Estado**».

KEYNES (John-Maynard, lord). Inglês. (1883-1946). Obras: «**Teoria geral do emprêgo, do interêsse e da moeda**». Várias outras obras de grande importância.

KEYSERLING (conde Hermann) — Lituano. (1880-1946). Obras: «**Diário de viagem de um filósofo**», «**Meditações sul-americanas**», etc.

KIERKEGAARD (Sören). — Dinamarquês. (1813-1855). Existencialista. Obras: «**O conceito da angústia**», «**Tratado do desespêro**», etc.

KILWARDBY (Robert) — (fal. 1279). Franciscano. Condenou a doutrina tomista.

KIRSCHMANN, August — Alemão. (1860). Célebre por seus trabalhos em colaboração com Wundt, sôbre o contraste das côres.

KLAGES, Ludwig — Alemão. Contemporâneo. Caracterólogo. Escreveu: «**Handschift und Charakter**» (1917). «**Ausdruckbewegund und Gestaltungkraft**» (1913), «**Personlichkeit**», (1927), «**Prinzipien der Charakterologie**», (1910).

KLEUTGEN — (1811-1883). Obras: «**Theologie der Vorzeit**», etc.

KLUBERTANZ (G.P.) — Obras: «**The Philosophy of Human**», etc. — Néo-escolástico.

KNEALE (W). — (1906). Obras: «**Probability and Induction**» (1949).

KNIES (Karl) — Alemão. (1810-1880). Obra princ.: «**A economia política vista do ponto de vista histórico**».

KNIPER (V.) — Obras: «**Lo sforzo verso la trascendenza**». — Da corrente néo-escolástica.

KNUDSON (Albert Cornelius) — (1873). Obras: «**The Philosophy of Personalism**», «**The Doctrine of God**», etc.

KOELLREUTTER (Otto) — Filosofia política. Obras: «**Der nationale Rechtsstaat**», etc.

KOENIG, Arthur — Alemão. (1856-1901). Fisiólogo. Dedicou-se à psicologia da visão. Publicou a famosa «**Physiologische Optik de Helmholtz**», acrescentando uma bibliografia sôbre a visão, com cerca de 8.000 títulos (1896). Publicou «**Handbuch der Physiologie**», (1905).

KOFKA, Kurt — Alemão. (1886). Estudioso da **Gestalt.** Obras: «**Beitrage zur Psychologie der Gestalt**», (1919) e «**Die Grundlagen psychischen Entwicklung**», (1921).

KOHLER, Wolfgang — Alemão. (1887). Psicologia da **Gestalt.** Obras: «**Intelligenzprufung der Menschenaffen**», (1917), «**Dir physischen Gestalten im Ruge und im stationaren Zustand**» (1920), «**Gestalt Psychologie**», (1929).

KONINCK C. de) — Néo-escolástico. Obra: «**In Defense of St. Thomas**».

KORN (Alexander) — Argentino. (1860-1936). Obras: «**Axiologia**», «**Apuntes filosóficos**», etc.

KRAEPELIN, Emil — Alemão. (1856-1926). Discípulo de Wundt, pioneiro da psiquiatria moderna. Dividiu as doenças mentais em dois grupos: demência precoce e psicose maníaco-depressiva. Obra principal: «**Psychiatrie**».

KRETSCHMER, Ernest — Alemão. (1888) — Psiquiatra. Célebre a sua classificação dos «tipos» humanos. Obras: «**Korperbau und Charakter**» (1921), «**Die Psychologie Nietzsche**» (1926), etc.

KRAUSE (Karl Christian Friedrich) — Alemão. (1781-1832). Panenteista. Obras: «**Vorlesungen über die Grundwahrheiten der Wissenschaft**», «**Vorlesungen über das System der Philosophie**», etc.

KRIES, Johannes von. — Alemão. (1853-1928). Principal trabalho no campo da psicologia fisiológica é «**Allgemeine Sinnesphysiologie**», (1923).

KRONER (Ricardo). — Obra: «**Von Kant bis Hegel**».

KROPOTKINE (Pierre, Alexeievitch, príncipe). — Russo. (1842-1921). Suas obras são a base de tôda teoria anarquista moderna. Obras: «**Palavras de um revoltado**», «**A conquista do pão**», etc.

KRUEGER (Felix). — Alemão. (1874-1948). Obras: «**Zur Psychologie des Gemeinschaft**», «**Lehre von dem Ganzen. Seele, Gemeinschaft und das Göttliche**». etc.

KÜLPE, Oswald, — Alemão. (1862-1915). Discípulo de Wandt. Fundador da escola de Wurzburg. Obra: «**Grundriss der Psychologie**».

KUNG-TSÊ (Confúcio. — (551-479). Chinês. Fundador do Confucionismo.

L

LAAS (Ernst). — Alemão. (1837-1885). Obras: «**Die Prinzipien des Idealismus und Positivismus. Historische Grundlegung 1879**». «**Idealistische und positivistische Ethik**», (1882). «**Idealistische und positivistische Erkenntnistheorie** (1884).

LABERTHONNIÈRE (Lucien). — Francês. (1860-1932). Obras: «**Positivisme et catholicisme**», «**Le réalisme chrétien et l'idéalisme grec**».

LABRIOLA (Antonio). — Italiano. (1843-1904). Obras: «**I problemi della filosofia della storia**», «**Socialisme et Philosophie**».

LACHELIER (Jules) — Francês. (1832-1918). Obras: «**Du fondement de l'induction**», «**De Natura Syllogismi**».

LACTÂNCIO — (250-325). Primeira exposição sistemática de Cristianismo. Obra princ.: «**Instituitiones**».

LADD, George Trumbull, — Norte-americano. (1842-1921). Obras princ.: «**Philosophy of mind**» (1895), «**Philosophy of religion**» (2 vols. 1905), «**The secret of personality**».

LAFARGUE (Paul) — Cubano. (1842-1911). Obra princ.: «**Curso de economia social**», e «**O comunismo e a evolução econômica**».

LAFFITE (Pierre) — (1823-1903) — Corrente positivista. Obras: «**Les grands types de l'Humanité**», «**Cours de philosophie première**».

LAFINUR (João Crisóstomo) — (1797-1824). Argentino. Obras: «**Curso filosófico**».

LALANDE (André) — Francês. (1867). Obras: «**Le théories de l'induction et de l'experimentation**», «**La psychologie des jugements de valeur**».

LAMBERT (Johann Heinrich) — Alemão. (1728-1777). Obras: «**Logische und philosophische abhandlungen**», «**Kosmologische Briefe über die Einrichtung des Weltbaues**».

LAMENNAIS (Félicité de) — Francês. (1782-1854). Obras: «**Esquisse d'une philosophie**», «**Ouvres inédites et correspondance**».

LA METTRIE, Julien Geoffroy de, — Filósofo francês. (1709-1751). Identificou o homem com uma máquina e organizou um sistema de filosofia e psicologia materialistas. Escreveu: «**Histoire naturelle de l'âme**» (1745), «**L'homme machine**» (1748).

LANDRY (Adolfo). Italiano. — (1874-1956). Obras: «**A utilidade social da propriedade individual**», «**Curso de economia**» e «**Tratado de demografia**».

LANGE, Carl Georg, — Dinamarquês. (1834-1900). Com William James preparou a teoria da emoção de James-Lange. Obra: «**Om Sindsbevoegelser**» (1885).

LANGE (Friedrich Albert) — Alemão. (1828-1875). Obras: «**Geschichte des Materialismus und Kritik seiner Bedeuting in die Gegen-wart**», «**Logische Studien, ein Beitrag zu einer neuen Grundlegung der Logik und Erkenntnistheorie**».

LANGLEY, John Newport, — Inglês. (1852-1925). Editor do «Journal of Physiology», conhecido por suas investigações sôbre o sistema nervoso simpático.

LAO-TSÊ — (ap. 604 a. C.). Fundador do Taoismo. Obra princ.: «**Tao-Te-King, o livro do Tau**».

LAROMIGUIÈRE (Pierre) — Francês. (1756-1837). Obras: «**Projet d'Éléments de Métaphysique**», «**Leçons de Philosophie**».

LASHLEY, Karl Spencer, — Norte-americano (1890). Psicologia fisiológica. Investigações das localizações cerebrais. Obra: «**Brain, mechanism and intelligence**», (1929).

LASK (Emil). Austríaco. (1875-1915). Obras: «**Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre**», «**Die Lehre von Urteil**».

LASSALLE (Ferdinando) — (1825-1864). Obras: «**Filosofia de Heráclito, o obscuro**», etc.

LA TOUR DU PIN CHAMBLY DE LA CHARCE (René-Charles Humbert, marquês de) — Francês. (1834-1924). Obra princ.: «**A representação profissional**» e «**Para uma ordem social cristã**».

LAURIE (Simon Sommerville). — Escocês. (1829-1909). Obras: «**Ethica, or the Ethics of Reason**», «**Metaphysica Nova et Vetusta, a Return to Dualism**».

LAVELEYE (Emile-Louis-Victor, barão de) — Belga. (1822-1892). Obras princ.: «**Elementos de economia política**» e «**A propriedade do solo e suas formas primitivas**».

LAVELLE (Louis) — Francês. (1882). Obras: «**De l'être**», «**Introduction à l'ontologie**», «**Les puissances du moi**».

LAVOISIER (Antoine-Laurent). — Francês. (1743-1794). Obras princ.: **«Tratado da riqueza territorial».**

LAVRÓV (P.) — Positivista. (1830-1900). Obras: **«Cartas históricas»** (1870), etc.

LAW (John-de Lauriston) — Irlandês. (1671-1729). Obras princ.: **«Money and trade».**

LAYCOK, T. — Inglês. Psicofisiologia. Sua obra: **«Mind and brain»,** (1860).

LAZARUS, MORITZ — Alemão. (1824-1903). Fundador, com H. Steinthal, da etnopsicologia e do órgão da nova ciência **«Zeitung für Völker-Psychologie und Sprachwissenschaft»** (1860). Autor também de **«Das Leben der Seele»** (1856).

LE BON, Gustave, — Francês. (1841-1931). Psicologia social. **«Les lois psychologiques de l'évolution des peuples»** (1894), **«L'évolution actuelle du monde»** (1927), etc.

LE DANTEC (Félix) — (1869-1917). Positivista. Obra: **«L'Egoisme, seule base de toute société».**

LEDESMA (Jacob) — (fal. 1575). Jesuíta. Colaborador no célebre **«Cursus Conimbricensis».**

LEHMANN, Alfred — Dinamarquês. (1858-1921). Conhecido por seus trabalhos sôbre o método da expressão. Obra: **«Die korpelichen Aeuesserungen psychischen Zustande»,** (1899).

LEIBNITZ (Gottfried Wilhelm) — Alemão. (1648-1716). Obras: **«Discours de métaphysique», «Système nouveau de la nature», «Nouveaux Essais sur l'entendement humain».**

LEMOS (Miguel) — Brasileiro. (1854-1917). Obras: **«Nossa iniciação no positivismo»,** etc.

LE MERCIER DE LA RIVIÈRE (Paul-Pierre) — Francês. (1720-1793); Obra princ.: **«Ordem natural e essencial das sociedades políticas».**

LENINE (Wladimir-Ilitch Oulianov) — (1870-1924). Principal teórico do marxismo ortodoxo. Sua obra, com a de Engels, é indispensável para a compreensão do Marxismo.

LE PLAY (Pierre-Guillaume-Frédéric) — Francês. (1806-1883). Obras: **«Os operários europeus»** e **«A reforma social na França deduzida da observação comparada dos povos europeus».**

LEQUIER (Jules) — Francês. (1814-1862). Obras: **«La Recherche d'une première verité», «La liberté»**, etc.

LEROUX (Pierre). — Francês. (1791-1871). Obras: Deixou numerosos trabalho entre êles **«L'Humanité»** e **«Sete discursos».**

LEROY-BEAULIEU (Pierre-Paul) — Francês. (1843-1916). Obra princ.: **«Tratado teórico e prático de Economia política»** (curso).

LE ROY (Edouard) — Francês. (1870). Prof. no «Collège de France». Obras: **«Science et Philosophie», «La pensée intuitive»**, etc.

LESCURE (Jean) — Francês. (1882-1947). Obra princ.: **«Economia racional».**

LE SENE (René) — (1883). Obras: **«Introduction à la philosophie», «Traité de caractérologie»**, etc.

LESSING (Gotthold Ephraim) — (1729-1781). Obras: **«Das Christentum der Vernunft», «Pope, ein Metaphysiker»**, etc.

LESSING (Theodor) — (1872-1933). Prof. da Escola Superior Técnica de Hannover. Obras: **«Studien zur Wertaxiomatik», «Philosophie als Tat»**, etc.

LE TROSNE OU LE TRONE (Guillaume-François) — Francês. (1728-1780). Obras: **«Da ordem social»** e **«Do interêsse social».**

LEUCIPO — Discípulo de Parménides ou Zeno e mestre de Demócrito. Nasc. em Eléia, Abdera ou Mileto.

LEVASSEUR (Pierre-Émile) — Francês. (1828-1911). Obras: **«História das classes obreiras na França»** e **«Pesquizas históricas sôbre o sistema de Law».**

LEVY-BRUHL, Lucien — Filósofo e sociólogo francês. (1875-1939). Psicologia dos povos primitivos. Obras: **«Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures»** (1912), **«La mentalité primitive»** (1923).

LEWES, GEORGE HENRY — Inglês (1817-1878). Psicofisiologia e psicologia social. Obra: «**Problems of life and mind**» (1874-79), «**The study of psychology, its object; scope and method**».

LEWIN, Kurt. — Filósofo e psicólogo alemão (1890). Radicado nos Estados Unidos. Deve-se a êle a direcção topológica da **Gestalt.** Obras: «**Principles of topological psychology**» (1936), «**The conceptual representation and measurement of psychological forces**», (1938), etc.

LEWIS (Clarence Irving) — (1883). Prof. na Univ. de Harvard. Obras: «**A Survey of Symbolic Logic**», «**Mind and the World Order**», etc.

LEXIS — Alemão. (fal. 1917). Obra princ.: «**Allgemeine Volkwirtschaftslehre**».

LIBERATORE, (M) — (fal. 1892). Neo-escolástico. Obra: «**Della conoscenza intellettuale**».

LIANG Tch'i-tch'ao — (1873-1929). Político republicano-socialista.

LIEBERT (Arthur). — Alemão. (1874-1946). Prof. em Berlim. Foi desterrado para Budapest. Fundador da revista «**Philosophia**». Obras: «**Das Problem der Geltung**», «**Der geitstige Krisis der Gegenwart**», etc.

LIEBMANN (Otto) — (1840-1912). Obras: «**Kant und die Epigonen**», «**Ueber philosophische Tradition**», etc.

LIEH-TSE — (séc. V a. S.). Tauísta.

LIMA (Alceu Amoroso) — Brasileiro (1893). Neo-tomista, influído por J. Maritain. Obras: «**O Espírito e o Mundo**», «**Meditações sôbre o mundo moderno**».

LINGUET (Simon-Nicolas-Henri). — Francês. (1736-1794). Obra: «**Theoria das leis civis**».

LIPPS (Theodor) — (1815-1914). Prof. em Breslau, em Munique. Obras: «**Grundtatsachen des Seelenlebens**», «**Psychologische Studien**», etc.

LIPSIO (Justo) — Estóico. (fal. 1606).

LIRA (Nicolau de) — (fal. 1340). Prof. em Paris (1312). Distinguiu-se principalmente como exegeta.

LÍSIS — Pitagórico do séc. V, a quem são atribuídos **«Os versos áureos»**.

LIST (Frederic) — Alemão. (1789-1846). Obra: **«Sistema nacional de economia política»**.

LITT (Theodor) — (1880). Alemão. Prof. em Bonn e Leipzig. Obras: **«Denken und Sein»**, **«Die Frage nach dem Sinnder Geschichte»**, etc.

LITTRÉ (Maximilien-Paul-Emile) — Francês. (1801-1881). Obras: **«Análise raciocinada do curso de filosofia positiva»** e **«Fragmentos de filosofia positiva»**.

LLORENS Y BARBA (Francisco Javier) — (1820-1872). Espanhol. Obras: **«Lecciones de filosofia»**.

LLULL OU LULL (Ramon) — (1235-1315). Espanhol. Obras: **«Libre contemplationis»**, **«Començaments de Filosofia»**.

LOCKE (John) — (1632-1704) — Inglês. Obras: **«An essay on human understanding»**, **«Some Thoughts on Education»**, etc.

LOISY (Alfred) — (1857-1940). Francês. Prof. no Instituto Católico e no Collège de France». Obras: **«Le mystères payens et le mystère chrétien»**, **«Essai historique sur le sacrifice»**, etc.

LOMBARDO (Pedro). — (fal. 1160 ap.). Escreveu o famoso **«Livro das Sentenças»**, usado como texto até ao séc. XVI.

LORIA (Aquiles) — Italiano. (1857-1914). Obras: **«Marx e sua doutrina»** e **«A unidade territorial»**.

LOSSKIJ (Nicolau Onusrievich) — Russo. (1870). Prof. em São Petersburgo, Praga e Estados Unidos. Obras: **«Die Grundlehren der Psychologie von Standpunkt de Voluntarismus»**, etc.

LOTZE (Rudolf Hermann). Alemão. (1817-1881). Obras: **«System der Philosophie (I. Logik, 1874; 11. Metaphysik, 1879), Geschichte der Aesthetik in Deutschland»**, etc.

LOVEJOY (Arthur Oncken) — Norte-americano. (1873). Obras: «**The Great chain of Being**», «**Study of the History of an idea**», «**Essays in the History of Ideas**», etc.

LUBBOCK, John. — Inglês. (1834-1913). Psicologia animal. Obras: «**Ants, bees and wasps**» **(1882)**, «**Sense, instincts, and intelligence of animals**» **(1888)**, etc.

LUCRÉCIO Caro — (Séc. I). Escola epicúrea. Romano. Autor do poema «**De rerum natura**».

M

LUZZATI (Luigi) — Italiano. (1841-1927). Um dos principais teóricos do cooperativismo italiano.

MABLY (Gabriel Bonnot de) — Francês. (1709-1758). Obras: «**Dúvidas propostas aos filósofos economistas sôbre a ordem natural e essencial das sociedades políticas**».

MAC CULLOCH (John Ramsay) — Inglês. (1789-1864). Obra: «**Princípios de economia política**».

MACH (Ernst) — (1838-1916). Alemão. Obras: «**Ueber Umbildung und Anpassung im naturwissenschaftlichen Denken**», «**Ueber das Prinzip der Vergleichung in der Physik**». Fundador do **Empiriocriticismo**, teoria baseada nas sensações.

MACHIAVELLI (Nicoló). — (1469-1527). Italiano. Obra: «**Il Principe**».

MAC LEOD (Henry Dunning) — Inglês. (fim do século XIX). Obra princ.: «**Teoria do Crédito**».

MACRÓBIO (ap. 400 d.C.) — Neo-platônico com grande influência sôbre os medievalistas.

MAGALHÃES (Domingos J. Gonçalves de) — (1811-1884). Espiritualista. Obras: «**Factos do Espírito Humano**», «**A Alma e o Cérebro**».

MAGENDIE, François. — Francês. (1783-1842). Fisiologia experimental.

MAIER (Henrich) — (1867-1933). Alemão. Obras: «**Das geschichtliche Erkennen**», «**Philosophie der Wirklichkeit**».

MAIMON (Salomon) — (1754-1800). Lituano. Obras: «**Philosophisches Worterbuch**», «**Die Kategorien des Aristoteles**».

MAIMÔNIDES (Moses ben Maimon) — (1135-1204). Judeu espanhol. Obras: «**Código ou Libro de la Ley**», os «**Ocho Capítulos**», «**Vocabulário lógico**», etc.

MAINE DE BIRAN (François Pierre) — (1766-1824). Francês. Obras: «**Memoire sur l'influence de l'habitude sur la faculté de penser**», «**Memoire sur les perceptions obscures**», etc.

MAISTRE (Joseph de) — 1753-1821) — Francês. Obras: «**Essai sur la philosophie de Bacon**», «**Considérations sur l'Histoire de France**».

MALEBRANCHE (Nicolas) — (1638-1715). Francês. Obras: «**Méditations métaphysiques et chrétiennes**», «**Traité de morale**».

MALON (Benoit) — Francês. Fundador da Revista Socialista em 1885.

MALTHUS (Thomas, Robert) — Inglês. (1766-1834). Obra princ.: «**Tratado de economia política aplicada**» e «**Ensaio sôbre a origem da população**».

MAMIANI (Terêncio) — (1799-1885). Italiano. Obras: «**Del l'ontologia e del metodo**», «**Kant e l'ontologia**».

MANDEVILLE (Bernard de) — (1670-1733. Holandês. Obras: «**The Fable of the Bees, or Private Vices, Publics Benefits**», «**Free thoughts on the religion, church and government**».

MANDONNET, P. (1858-1936). Neo-escolástico.

MANI — (216-276). Manés ou Maniqueu, nasceu em Mardinu, ao sul da Babilônia. Trocou seu nome próprio que era Corbício pelo de **Mani** (mana - espírito do mundo luminoso). Escreveu muitas obras em língua siríaca, ilustradas com miniaturas por êle mesmo. Obras: «**Shapurakan**», «**Tesouro da vida**», etc.

MARCEL (Gabriel) — (1889). Francês. Obras: «**Être et Avoir**», «**Prolegomènes à une métaphysique de l'espérance**».

MARCION — (ap. 85-150). de Sinope. Gnóstico. Escreveu: «**Antitesis**».

MARCO AURÉLIO (121-180). Imperador romano. Obra: «**Solilóquios**».

MARCOS DE TOLEDO — Da escola de Traductores de Toledo.

MARÉCHAL (Joseph) — (1878-1944). Belga. Obras: «**Études sur la psychologie des mystiques**», «**Le point de départ de la métaphysique**».

MARIANA (Juan de). — Espanhol. (1537-1624). Obra princ.: «**Do Rei**» e «**A respeito das alterações da moeda**».

MARIO VICTORINO (do séc. IV) — Neo-platônico, famoso comentarista de Aristóteles.

MARITAIN (Jacques) — (1882). Francês. Obras: «**De Bergson à Thomas d'Aquin**», «**Court Traité de l'existence et de l'existant**».

MARLO (Karl von Winkelblech) — Alemão. (1810-1865). Obra. princ.: «**Pesquizas sôbre a organização do trabalho ou Sistema de economia universal**».

MARSELLI (Nicolau) — (1822-1899). Positivista italiano.

MARSHALL (Alfred) — Inglês. (1842-1924). Obra princ.: «**Princípios de economia política**».

MARSILIO de Inghem — (fal. 1396). Discípulo de Buridan. Reitor da Univ. de Paris em 1367 e 1371. Reitor da Univ. de Heidelberg. Obras: «**Comentário às Sentenças**», e aos primeiros «**Analíticos**» e uma «**Dialéctica**», em sentido terminista. Em física: «**Quaestiones in libros de Generatione**» e «**Abbreviationes libri Physicorum**».

MARSÍLIO FICINO — (1433-1499). Da Academia platônica florentina.

MARSTON (Roger) — (fal. 1303). Inglês. — Estudou em Paris com Peckham. Ensinou em Oxford (1277). Ensinou em Cambridge (1285). Escreveu: «**De emanatione aeterna, De statu naturae lapsae**», etc.

MARTINEAU (Harriet) — Inglêsa. (1802-1876). Obra princ.: «**Esclarecimento sôbre a economia política**».

MARTINEAU (James) — (1805-1900). Inglês. Obras: «**Essays, Philosophical and Theological**», «**A Study of Spinoza**».

MARTY (Anton) — (1847-1914). Tcheco. Obras: «**Zur Sprachphilosophie**», «**Die Logische, lokalistische und andere Kasustheorien**»,

Untersuchungen zur Grundlegung der allgemeinen Grammatik und Sprach-philosophie».

MARX (Karl) — Israelita. (1818-1883). Obras: «**Miséria da filosofia e «Manifesto comunista»** (1847), «**Contribuição à crítica da economia política**» (1859) e «**O Capital**» (1.o livro, em 1867).

MARWELL (James Clerk) — Físico escocês. (1831-1879). Contribuiu para a Psicologia, com investigações sôbre a percepção da côr e a cegueira da côr.

MASSARIK (Thomas G.) — (1850-1937). Tcheco. Obras: «**Grundzüge einer konkreten Logik**», «**Intelligenz und Religion**».

MAUÁ (Barão e Visconde de) — Irineo Evangelista de Souza. (1813-1889). Grande economista brasileiro. Sua «**Exposição aos credores**» é uma obra prima sôbre a economia brasileira, válida, ainda, em nossos dias.

MAUDSLEY (Henry) — Inglês. (1835-1918). Psicologia fisiológica e patológica. Obras: «**Body and mind**» (1870), «**Pathology of mind**» (1879), etc.

MAUTHNER (Fritz) — (1849-1923). Obras: «**Beiträge zu einer Kritik der Sprache**», «**Worterbuch der Philosophie: neue Beitrage zu einer Kritik der Sprache**», etc.

MAZZINI (Joseph) — Italiano. (1806-1872). Obra: «**Obras completas**».

McDOUGALL (William) — (1871-1938). Obras: «**Primer of Physiological Psychology**», «**Psychoanalysis and Social Psychology**», etc.

McTAGGART (John Ellis) — (1866-1925). Obras: «**Studies in the Hegelian Dialectic**», «**Some Dogmas of Religion**», etc.

MEINONG (Alexius Von) — (1853-1921). Obras: «**Ueber philosophische Wissenschaft und ihre Propädeutik**», «**Ueber Annahmen**», etc.

MELISSO — Pertenceu à Escola de Eléia. Restam sòmente fragmentos de sua obra: «**Sôbre a natureza ou sôbre o ser**».

MELON (Jean-François) — Francês. (1680-1738). Obra principal: «**Ensaio político sôbre o comércio**».

MÊNCIO (Meng-Tsê) — (372-201) Introduziu bases especulativas ao confucionismo.

MENDELSSOHN (Moises) — (1729-1786). Obras: «**Philosophische Gesprache**», «**Ueber die Evidenz in den metaphysischen Wissenschaften**», etc.

MENDONÇA (Pedro Furtado de) — Português. (1578-1651). Escolástico.

MENENDEZ Y PELAYO (Marcelino) — (1856-1912). Obras: «**Historia de los heterodoxos españoles**», «**Historia de las ideas estéticas en España**», etc.

MENGER (Anton) — (1841-1906). Obra principal: «**A doutrina nova do Estado**».

MENGER (Karl — Nascido em Neusande (Galicia). (1840-1921). Obra principal: «**Princípios de economia política**».

MENIPO — (Sécs. II e III a. C.). Filósofo. Poeta. Escola Cínica.

MENON — (Séc. IV). Discípulo de Aristóteles, para quem escreveu uma «**História da medicina**», da qual Kenyon publicou um fragmento, em 1892.

MERCIER (Désiré) — (1851-1926). Belga. Prof. na Univ. de Lovaina. Obras: «**Cours de Philosophie**», «**Le Christianisme dans la vie moderne**», etc. Fundador do Instituto Superior de Filosofia», da chamada Escola de Lovaina.

MERSENNE (Marin) — (1588-1648). Franciscano. Obras: «**La vérité des Sciences contre les Sceptiques et les Pyrrhoniens**», «**Harmonie universelle**», etc.

MESMER (Franz, ou Friedrich Anton) — Médico austríaco (1734-1815). Autor da teoria do magnetismo animal **(mesmerismo)**.

MESSER (August) — (1867-1937). Alemão. Obras: «**Geschichte der Philosophie**», «**Der kritische Realismus**».

MÊ TI — (480-400) chinês. Filósofo do amor universal ao homem.

METRODORO DE LÂMPSACO — Discípulo de Anaxágoras.

MEUMANN (Ernest) — Psicólogo alemão. (1862-1915). Continuador das teorias psicológicas de Wundt. Obras: «**Oekonomie und Technik des Lernens**» (1903). «**Intelligenz und Wille**» (1908).

MEYER (Adolf) — Psiquiatra norte-americano, nascido na Suíça. (1866). Estudos sôbre a psicastenia.

MEYER (Gustav) — Filósofo alemão. (1850-1900). Obra: «**Die wissenschaftlichen Grundlagen der Graphologie**» (1901).

MEYERSON (Émile) — (1859-1933). Francês. Obras: «**La déduction relativiste**», «**Essais**», etc.

MICHELS (Roberto) — Italiano. (1876-1936). Obras principais: «**Historia do marxismo na Itália**», «**Curso de sociologia política**» e «**Introdução à história das doutrinas econômicas e políticas**».

MILHAUD (Gaston) — (1858-1918). Francês. Obras: «**Études sur la pensée scientifique chez les grecs et chez les modernes**», «**Nouvelles études sur l'histoire de la pensée scientifique**».

MILL (James) — Escocês. (1773-1836). Obras principais: «**A análise do espírito humano**» e «**Ensaio sôbre o govêrno**».

MILL (John-Stuart) — Inglês. (1806-1873). Obras principais: «**Princípios de economia política**» (1848), «**A liberdade**» (1859), «**Princípios**».

MINÚCIO FÉLIX — (Ap. 200). Um dos grandes representantes da patrologia.

MIRABEAU (Victor Riqueti, Marquês de) — Francês. (1715-1789). Obras principais: «**Lições econômicas**» e «**O Amigo dos Homens**», sua obra mais original.

MITCHELL (T. W.) — Contemporâneo. Psicologia anormal. Obras: «**The psychology of medicine**» (1921), «**Problems in psychopthology**» (1927).

MODERATO DE GADES — Do período I e II séc. Platônico-pitagorizante.

MOEBLUS (Paul Julius) — Neurólogo e psiquiatra alemão (1853-1907). Famoso por seus trabalhos sôbre os traços patológicos de gênios como Rousseau, Goethe, Schopenhauer e Nietzsche. Obras: «**Das Pathologische bei Nietzsche** (1902), «**Physiologischer Schwachsin des Weibes**» (1908), etc.

MOERBEKE (Guilherme de) — (Fal. ap. 1286). Revisou as versões anteriores da «**Metafísica**», os «**libri naturales**» e a «**Etica a Nicó-**

maco», de **Aristóteles.** Traduziu, em Nicéia (1260), os «**Meteoros**» de **Alexandre de Afrodisia**, etc.

MOLINA (Enrique) — (1871). Chileno. Obras: «**La filosofía de Bergson**», «**La herencia moral de la filosofía griega**».

MOLINA (Luis de) — (1536-1600). Espanhol. Obras: «**Concordia Liberi Arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione et reprobatione, ad nonnullos primae partis Divi Thomae articulos**», «**Commentario in Primam Divi Thomae Partem**». Fundador do **Molinismo.**

MOLINARI (Gustavo de) — Belga. (1819-1911). Obra principal: «**Curso de economia política**».

MOLL (Albert) — Psiquiatra alemão (1862-). Adotou na Alemanha os estudos de hipnoses e de psicoterapia e foi um dos que se salientou no estudo científico do ocultismo. Obras: «**Hypnotismus**» (1889), «**Sexualpsychologie**» (1912), etc.

MONROE (Paul) — Pedagogo norte-americano (1869-). Responsável pela conhecida «**Cyclopedia of Education**» (5 vols., 1910-13).

MONTAGUE (William Pepperell) — (1873). Norte-americano. Obras: «**The Ways of Knowing or the Methods of Philosophy**», «**The Ways of Things**».

MONT'ALVERNE (Fr.) — (1784-1858). Escolástico brasileiro.

MONTANARI (Geminiano) — Italiano. Séc. XVII. Obra principal: «**La Zecca in consulta di stato**».

MONTCHRÉTIEN DE VATEVILLE (Antoine de) — Francês. (1575-1621). Obra principal: «**Tratado de economia política**».

MONTESQUIEU (Charles de Secondat, Barão de) — (1689-1755). Francês. Obras: «**De l'Esprit des Lois**», «**Lettres persanes**», etc.

MOORE (George Edward) — (1873-). Prof. em Cambridge. Obras: «**The Nature of Judgment**», «**Necessity**», etc.

MORE (Henry) — Filósofo neo-platônico inglês (1614-1687). Restaurador da doutrina das idéias inatas. Obra notável: «**Psychozoia Platonica**» (poema), (1624).

MORE (São Thomas, chamado **Morus)** — Inglês. (1478-1535). Obra principal: «**A Utopia**».

MORELET (abade André) — Francês. (1727-1819). Obra principal: «**Análise da obra de M. de Necker**» e «**Prospecto de um novo dicionário do comércio**».

MORELLY — Metade do XVIII séc.). Obra principal: «**Código da natureza**» e «**Basilíada**».

MONTESQUIEU — (1689-1755). Obras: «**L'Esprit des lois**», etc.

MONTESSORI (Maria) — Pedagoga italiana. (1870-). Criadora do célebre sistema de educação que leva seu nome. Obras: «**Il metodo Montessori**» (1912), «**Antropologia pedagogica**», etc.

MORGAN (Conway Lloyd) — Psicólogo inglês (1852-1936). Conhecido como fundador da psicologia comparada. Obras: «**Animal life and intelligence**» (1890), «**Habit and instinct**» (1896), «**Animal behaviour**» (1900), etc.

MORGAN (John Jacob Brooke) — Norte-americano. (1888-). Psicologia médica. Obras: «**The psychology of abnormal people**» (1928), «**Child psychology**» (1931), etc.

MOSSO (Angelo) — Italiano. (1846-1910). Psicologia fisiológica. Obras: «**La paura**» (1896), «**La fatica**» (1903).

MÜLLER (Adam) — Alemão. (1779-1829). Obra principal: «**Elementos de política e de economia política**».

MÜLLER-FREIENFELS (Richard) — (1882-1949). Prof. em Berlim. Obras: «**Psychologie der Kunst**», «**Der Mensch und das Universum**», «**Philosophische Antworten auf kosmologische Fragen**», etc.

MÜLLER (Johannes Peter) — Alemão. (1801-1858). Tentativa de explicar fisiològicamente o pensamento. Obra: «**Handbuch der Physiologie des Menschen**».

MÜLLER (Lyer, Franz) — Alemão. (1857-1917). Psicologia da cultura. Obras: «**Die Familie**» (1912), «**Soziologie der Leiden**» (1914), etc.

MUMFORD (Lewis) — Sociólogo americano, contemporâneo. Obras: «**A Cultura das Cidades**», «**Técnica e Civilização**», etc.

MUNGUÍA (Clemente) — (1810-1868). Chamado o «Balmes mexicano». Obras: «**Estudios fundamentales sobre el hombre**» e «**Exa-**

men filosófico sobre las relaciones entre el orden material y el sobrenatural», etc.

MUNHOZ DA ROCHA (Gabriel) — Filósofo brasileiro contemporâneo. Obras: «**Uma vocação e uma Filosofia**», etc.

MUÑOZ (don Antonio) — Espanhol. Obra principal: «**Discurso sôbre a economia política**» (1762).

MUNSTERBERG (Hugo) — (1863-1916). Alemão. Obras: «**Die Lehre von der naturlichen Anpassung in ihrer Entwicklugen**», «**Psychologie und Wirtschaftsleben**», etc.

MURCHISON (Carl) — Norte-americano. (1887-). Psicologia social. Psicologia legal.

MYERS (Frederic William Henry) — Poeta e ensaísta inglês. (1843-1901). Tornou-se célebre por seus estudos metapsíquicos.

N

NATORP (Paul) — (1854-1924). Alemão. Prof. na Univ. de Marburgo, um dos seus representantes. Obras: «**Allgemeine Psychologie nach kritisher Methode**», «**Die Religion innherhalb der Grenzen der Humanität**», «**Ein Kapitel zur Gründlegung der Sozialpadagogik**», etc.

NAUMANN (Frederico) — Alemão. (1860-1919). Obra: «**Mittel-Europa**».

NEBENIUS (Charles-Frédéric) — (1784-1857). Obra: «**O crédito público**».

NECKER (Jacques) — Suíço. (1732-1804). Ministro da côrte de Luiz XVI, teve grande projecção na vida política e econômica do seu país.

NELSON (Leonard) — (1882-1927). Alemão. Filosofia do Direito. Obras principais: «**Die Kritische Methode und das Verhältnis der Psychologie zur Philosophie**», «**Die Rechtwissenchaft ohne Recht**».

NEMÉSIO (Séc. IV-V) da Escola Alexandrina. Obra: «**De Natura hominis**».

NESTÓRIO — (Fal. 440). Fundador do **nestorianismo**, condenado como heresia pela Igreja Católica.

NEWMAN (John Henry) — (1801-1890). Inglês. Obras: «**An Essay on the Development of Christian Doctrine**», «**The Idea of a University**», etc.

NEWTON (Isaac) — (1642-1727) Famoso astrônomo, matemático, filósofo e físico inglês. Estabeleceu uma visão universal que se intitulou **visão newtoniana do mundo.** Obra: «**Opera omnia**» (1779-86).

NICOLAU DE AUTRECOURT — († apr. 1350). Suas cartas a Bernardo de Arezzo foram publicadas com outros textos. As teses condenadas em 1347 foram impressas em várias edições das sentenças de Pedro Lombardo.

NICOLAU DE CUSA — (1401-1464). Cardeal da Igreja desde 1448. Bispo de Brixen desde 1450. Obras: «**De Docta Ignorantia**», «**Apologia doctae ignorantiae**», etc.

NICÔMACO DE GERASA — (140. d. C.). Neo-pitagórico.

NICOLAU DE METONA — Filósofo bizantino.

NICOLAU DE ORESME — (1382). Obras: «**Aristotelis Politica et Oeconomica cum glossematibus gallice versa**», «**Decem libri ethicorum Aristotelis**», etc.

NIETZSCHE (Friedrich) — (1844-1900). Alemão. Obras: «**Vontade de Potência**» e «**Assim falava Zaratustra**», etc.

NIGÍDIO FÍGULO — (Fal. 45 a. C.). Neo-pitagórico.

NITTI (Francisco-Xavier) — Italiano. (1868-1935). Obra principal: «**Socialismo católico**».

NOBRE (Fernando) — Sociólogo brasileiro contemporâneo. Da «**Academia Latinitatis Excolendae**». Candidato ao Prêmio Nobel da Paz pela Escola de Ciências Sociais de Nova York. Obras: «**Os mistificadores da Democracia**», etc.

NOGARO (Bertrand) — Francês. (1880-1950). Obras: «**La monnaie et les systhèmes monétaires**»; «**Método da economia política**»; «**Cadernos econômicos**», etc.

NORTH (Sir Dudeley) — Inglês. (1644-1691). Obra: «**Discurso sôbre o comércio, o interêsse, a cunhagem e o numerário**».

NOVOCASTRO (Hugo de) — (Newcastle). Comentou as «**Sentenças**».

NUMÊNIO DE APAMÉIA — (150-200). Neo-pitagórico. Considerado também como o fundador do neo-platonismo.

O

ONA (Pedro) — († 1626). Escolástico.

OBERMAIER (Hugo) — (1877-1946). Austríaco. Obras: «**O homem fóssil**», «**O homem prehistórico**». Historiador e paleontólogo.

O'CONNEL (Daniel) — (1775-1874). Irlandês. Conseguiu em 1820 a emancipação dos católicos.

OCKAM (Guilherme de) — (1300-1347). Chamado «**Doctor Invencibilis**», Educado em Oxford. Pertencia à Ordem Franciscana. Obras: «**Quaestiones in octo libros Physicorum**», «**Tractatus logicae**», etc.

ODÓN (Geraldo) — Discípulo de Scot. Escreveu um comentário à Ética.

OERIÓPIDES (Séc. V a. C.) (de Amos) — Matemático e Astrônomo da Escola Pitagórica.

OERSTEDT (João Cristian) — (1777-1851). Dinamarquês. Físico. Em 1820 descobriu o desvio da agulha sob a influência de correntes elétricas.

OESTERREICH (T. K.) — (1880-). Obras: «**Die religiöse Erfahrung**», etc.

OHM (Jorge Simon) — Alemão. (1787-1854). Descobridor da lei que tem seu nome.

OLGIATTI (Francesco) — (1896-). Italiano. Obras: «**Il panlogismo hegeliano**», «**Il devenire sociale**», etc.

OLIVEIRA (Antonio de) — Português. Professor de economia política em Coimbra. Desde 1932 ocupa a presidência do Conselho.

OLIVI (Pedro João) — De Sérignau (Languedoc). (1248-1298). Franciscano. Discípulo de Aquasparta e Peckham. Ensinou em Paris, Florença, Montpellier e Narbona. Escreveu muitas obras.

OLLÉ-LAPRUNE (Leão) — (1839-1899). Francês. Obras: «**La philosophie de Malebranche**», «**La philosophie et le temps présent**», etc.

OPPENHEIMER (Francisco) — (1864-1943). Alemão. Médico e sociólogo.

OPPENHEIMER (Robert) — (1904). Norte-americano. Físico. Construtor da bomba atômica.

OTO (de Freising) — (1114-1158, apr.). Escreveu: «**Chronicon**». Filosofia da História.

ORFILA (Mateus) — Espanhol. (1787-1853). Médico. Pai da moderna toxicologia.

ORESME (Nicolau de) — (1330-1382). Obra principal: «**As moedas**».

ORESTANO (Francesco) — (1873-1945). Prof. na Univ. de Palermo. Obras: «**I valori humani**», «**Nuovi principii**», etc.

ORÍGENES — (185-254). Grego. Escritor eclesiástico. Publicou a 1.ª edição crítica da Bíblia **(Hexapla)**, e comentou quase tôda a Sagrada Escritura.

OROSE (Pablo) — (Ap. 380). Espanhol. Lutou contra o pelagianismo. Obra: «**História contra os pagãos**».

ORS (Eugenio d') — Espanhol. (1832). Filósofo. Obras: «**Glossário**», «**O Segredo da Filosofia**», etc.

ORTEGA Y GASSET — Espanhol. (1883). Filósofo, ensaísta e escritor. Obras: «**A rebelião das Massas**», «**Espanha invertebrada**», «**A História como sistema**», etc.

ORTES (Giammaria) — Italiano. (1713-1790). Obras: «**Reflexões sôbre a população em relação à economia nacional**» e «**Da economia nacional**».

ORTI (Lara, Juan Manuel) — Espanhol. (1826-94). Representante da escolástica tradicional.

OSTWALD (Guilherme) — Alemão. (1853-1932). Químico. Fundador da química física. Prêmio Nobel 1909.

OSUNA (Francisco) — Espanhol. (Morto em 1540). Místico franciscano. Obra: «**Abecedário espiritual**».

OPZOOMER (Cornelis William) — (1821-1892). Holandês. Prof. de filosofia em Utrecht. Obras: «**De weg der wetenschap. Een Handboek der Logica**», «**Het wezen der kennis**», «**Eeen Leerboek der Logica**», etc.

ORVEN (Miguel José) — Norte-americano. (1859-1923). Engenheiro, inventor.

OTTAVIANO (Carmelo) — (1905). Italiano. Obras: «**Crítica dell' idealismo**», «**Metafísica dell'essere parziale**», etc.

OTTO (Rudolf) — (1869-1938). Prof. em Gottingen. Obras: «**Naturalistische und religiose Weltaunsicht**», «**Goethe und Darwin**», etc.

OVÍDIO (Naso, Públio) — Poeta romano. (43 a. C. - 18 d. C.). Obras: «**Amores**», «**Metamorfosis**».

OWEN (Robert) — Inglês. (1771-1858). Obras: «**Livro do novo mundo moral**».

OZANAM (Frederico) — Italiano. (1813-1853). Historiador literário. Obra: «**Dante e a filosofia católica do século XIII**»; Fundador da Sociedade Vicentina.

P

PAËPE (César de) — Belga. (1841-1890). Um dos fundadores da **Internacional** e, depois, do Partido obreiro belga.

PAEZ (P. de Castro). — Espanhol. Humanísta. (1510?-70). Obra principal: «**Epístolas**».

PALÁGYI (Melchior) — (1859-1924). Húngaro. Prof. em Klausenburg. Obras: «**Neue Theorie des Raumes und der Zeit. Entwurf einer Metageometrie**», «**Kant und Bolzano**», etc.

PANÉCIO — (Apr. 180-111/09 a. C.). Um dos representantes do chamado estoicismo médio. Nasc. em Rodes.

PÁNFILO DE CESARÉIA — (Séc. III). Escreveu: «**Apologia**». Fundou uma escola teológica.

PANTALEONI (Maffeo) — Italiano. (1856-1924). Obra principal: «**Economia pura**».

PAP (A.) — Obra: «**Elements of Analytical Philosophy**». Filosofia Analítica.

PARACELSO (Aureolus Theophrastus ou Philippus Theophratus Bombast Von Hohenheim) — (1493-1541). Nasc. na Suíça. Obras: «**Paramirum, Philosophia magna, De fundamento sapientiae, Liber Azoth De imaginibus**», etc.

PARKER (George Howard) — Norte-americano. (1864-). Psicologia animal. Obras: «**Color changes in animals in relation to nervous activity**», «**The problem of mental disorder**», etc.

PARMÊNIDES (de Eléia) — Filósofo grego. (V séc. a. C.). Obra principal: «**Da natureza**». Representante da escola eleática. Restam apenas fragmentos.

PASCAL (Blaise) — Francês. (1623-1662). Físico, matemático, engenheiro, teólogo e filósofo. Obras: «**Pensamentos**», «**As Provinciais**», etc.

PASSY (Hipólito-Filiberto) — Francês. (1793-1880). Obra principal: **sas econômicas das guerras**».

PASTEUR (Luis) — Francês. (1822-1895). Químico e bacteriólogo.

PASTOR (Luis de) — Austríaco. (1854-1928). Obra principal: «**História dos Papas desde os fins da Idade Média até 1800**».

PASTORE (Annibale) — Italiano. (1868). Prof. na Univ. de Turim. Obras: «**La vita delle forme letterarie**», «**Del nuovo spirito della scienza e della filosofia**», etc.

PATER (Walter) — Inglês. (1839-1894). Obra principal: «**Platão**».

PAULER (Akós Von) — (1876-). Obras: «**Das Problem des Dinges an sich in der neueren Philosophie**», «**Zur Theorie der logischen Prinzipien**», etc.

PAULI (R) — Alemão contemporâneo. Psicologia experimental. Obra: «**Psychologisches Practikum**».

PAULO O DIACONO — Lomgobardo. (720-97 d. C.). Historiógrafo.

PAULSEN (Friedrich) — (1846-1908). Prof. em Berlim. Obras: «**Symbolae ad systemata philosophiae moralis historicas et criticae**», «**Was un Kant sein kann?** etc.

PAUSÂNIAS — Grego. Obra principal é a narração de suas viagens pela Grécia entre o ano 160 a 180 d. C.

PAVLOV (Ivan Petrovitch) — Russo. (1849-1936). Suas conclusões podem ser aplicadas no domínio econômico ao comportamento humano não racional.

PAYNE (Thomas) — (1737-1809). Livre pensador. Um dos teóricos do anarquismo.

PEANO (G.) — (1858-1932). Logístico moderno.

PECQUEUR (Constantino) — Francês. (1801-1887). Obra principal: «**Nova teoria da economia social e política**».

PEDRO AURIOL ou d'Auriole (Petrus Aureoli ou **Aureolus)** — († apr. 1322). Franciscano. Chamado «**Doctor Fecundus**». Obras: «**Comentarii in quatuor libros sententiarum**», «**Tractatus de paupertate et usu paupere**», etc.

PEDRO DAMIÃO (São) — (1007-1072). Nasc. em Ravenna. Obras: «**De divina omnipotentia in reparatione corruptae et factis infectis reddendis**», «**Himnos**», etc.

PEDRO DE BLOIS — (Fal. 1200). Estudou em Chartres. Escreveu: «**Contra perfidiam iudaeorum**».

PEDRO HISPANO (Petrus Hispanus) — (Apr. 1226-1277). Português. Médico de Gregório X. Bispo-cardeal e Papa (João XXI). Obras: «**Summulae logicales**», etc.

PEDRO LOMBARDO — Vide **Lombardo (Pedro)**.

PÉGUY (Charles) — Francês. (1873-1914). Propagador de um socialismo cristão. Obras principais: «**Mistério da caridade de Joana d'Arc**».

PEIRCE (Charles Sanders) — (1839-1914). Obras: «**Principles of Philosophy**», «**Elements of Logic**», etc.

PENIDO (M.·T. L.) — (1895-). Brasileiro. Obras: «**La Méthode intuitive de M. Bergson**», «**Le Dieu bergsonien**», «**Le rôle de l'analogie**».

PEREGRINO — Séc. II. Esc. Cínica.

PEREIRA BARRETO (L.) — (1840-1922). Brasileiro. Obras: «**A Filosofia Teológica**», «**A Filosofia Metafísica**», etc.

PEREIRA (Benedicto) — (1535-1610). Escolástico português. Famoso por seus estudos sôbre a Física.

PERICOT (Garcia, Luis) — Espanhol. Nascido em 1899. Obra principal: «**América Pré-colombiana**».

PERIN (Charles-Henri-Xavier) — Francês. (1815-1905) Obra principal: «**As doutrinas econômicas após um século**» (1880).

PERRY (Ralph Barton) — (1876-). Prof. em Harvard. Obras: «**The approach to Philosophy**», «**The Moral Economy**», etc.

PESTALOZZI (Johan Heinrich) — Suiíço. (1746-1827). Pedagogo. Obra princ.: «**Lienhard e Gertrudes**».

PETRONIEVITCH (Bratislav) — (1875-). Prof. em Belgrado. Obras: em alemão: «**Der ontologische Beweis fur das Dasein des Absoluten**», «**Der Satz vom Grunde. Eine logische Untersuchung**», etc.

PETRÔNIO (Caio) — Escritor latino (morto em 68 d. C.). Obra principal: «**Satyricon**».

PETTY (Sir William) — Irlandês. (1623-1687). Obra principal: «**Anatomia da Irlanda**».

PETZOLDT (Joseph) — (1862-1929). Prof. na Escola Superior Técnica de Charlottenburg. Obras: «**Maxima, Minima und Oekonomie**» «**Einführung in die Philosophie der reinen Erfahrung**», etc.

PFÄNDLER (Alexandre) — (1870-1941) Prof. em Munique. Fundador da chamada escola fenomenológica de Munique. Obras: «**Phänomenologie des Willens**», «**Einführung in die Psychologie**», etc.

PIAGET (Jean) — Psicólogo e pedagogo suíço contemporâneo. Obras: «**Le Langage et la Pensée chez l'Enfant**», «**La Representation du**

monde chez l'enfant», «La Causalité physique chez l'Enfant», «Le Jugement moral chez l'enfant», «La Naissance de l'Inteligence chez l'Enfant», «La formation du symbole chez l'enfant», etc.

PICARD (Roger) — Francês. (1884-1950). Obra principal: **«As contradições econômicas».**

PICHLER (Hans) — (1882-) Alemão. Obras: **«Die Erkennbarkeit der Gegenstande», «Ueber Ch. Wolffs Ontologie»**, etc.

PICO DELLA MIRANDOLA (João, Conde de Mirandola) — (1463-1494). Obras: **«Heptaplus. Conclusiones philosophice», «Apologia», «De ente et uno»**, etc.

PIÉRON (H.) — Francês. (1881-). Tradição fisiológica francesa na psicologia. Obras: **«L'évolution de la mémoire»** (1910). **«Psychologie expérimentale»**, etc.

PIERSON (Nicolas-Gérard) — Holandês. (1839-1909). Obra principal: **«Manual de economia política».**

PÍNDARO — Grego. (522-443). Poeta. Obras principais: **«Epinícios»** ou **hinos triunfais (Olímpicas, Píticas, Neméias**, etc.).

PINTNER (Rudolf) — Psicólogo inglês. (1884-1942). Estudos sôbre a natureza e a validez das provas de inteligência. Obras: **«A scale of performance tests», «Intelligence testing»**, etc.

PIRENNE (Henri) — Belga. (1862-1935). Obra principal: **«As grandes correntes da história universal».**

PIROU (Gaetane) — (Francês. (1886-1946). Obra principal: **«As novas correntes da teoria econômica nos Estados Unidos», «As doutrinas econômicas na França após 1870».**

PIRRO — (Apr. 360-270 a. C.). De Élis. As doutrinas cépticas de Pirro são conhecidas pela exposição de Sexto Empírico.

PITAGORAS — Grego, oriundo de Samos (morto em 500 a. C.). Filósofo, matemático, de cultura enciclopédica. Fundador da Escola Pitagórica, que teve e tem um papel ímpar na História.

PLANCK (Max) — Alemão. (1858-1947). Físico. Prêmio Nobel em 1918. Formulou uma nova lei de radiação e chegou à Teoria dos **«Quanta».**

PLATÃO — (427-347 a. C.). Obras: seus famosos diálogos. Um dos nomes máximos da Filosofia.

PLETHON (Georgios Gemisthos) — (1389-1464). Obra principal: «**O tratado sôbre a diferença entre as doutrinas de Aristóteles e de Platão**». Foi impresso em grego e em latim.

PLÍNIO (Caio P. Cecílio Segundo, o Jovem) — (61-113). Obra principal: «**Cartas**».

PLÍNIO (Caio P. Segundo, o Velho) — Romano. (23-79 d. C.). Obra principal: «**História natural**».

PLOTINO — (205-270). De Licópolis (Egito). Obra: «**Enéadas**».

PLUTARCO DE QUERONÉIA — (Ap. 45-125). Obras: «**Quaestiones platonicae**», «**De repugnantiis Stoicis**», etc.

POINCARÉ (Henri) — Francês. (1854-1912). Matemático.

POLE (Reginaldo) — Inglês. (1500-1558). Humanista e teólogo.

POLÍBIO — Grego. (200-117 a. C.). Historiador.

PONTES DE MIRANDA (Francisco) — Filósofo e jurista brasileiro. Neo-positivista. Obra: «**O Problema Fundamental do Conhecimento**».

POPPELREUTER (W.) — Alemão. (1886-). Psicopatologia. Obras: «**Kopschüsse**», «**Aufgabe und Organization der Hirneverletztenfürsorge**».

PORFÍRIO — (232-33-304). De Tiro. Obras: «**Isagoge**», «**Vida de Plotino**», etc.

POSSIDÔNIO — (Apr. 135-51 antes de C.). De Apaméia (Siria). Das numerosas obras só restam alguns fragmentos.

PRESCOTT (Guilherme) — Norte-americano (1796-1859). Historiador. Obra principal: «**História de Felipe II. Conquista de México**».

PREYER (Wilheim Thierry) — Fisiólogo e psicólogo alemão (1841-1897). Escreveu sôbre fisiologia e hipnotismo. Obra: «**Die Seele des Kindes**».

PRICE (Richard) — Inglês. (1723-1791). Obra principal: **«Ensaio sôbre a população».**

PRIESTLEY (Joseph) — (1733-1804). Obras: **«Hartley's Theory of the Human Mind on the Principles of the Association of Ideas», The Doctrine of Philosophical Necessity»**, etc.

PROCLO — (410-485). De Constantinopla. Obra: **«Escritos filosóficos sôbre a República, Parmênides, Timeu e Alcibíades»**, etc.

PRÓDICOS DE CÉOS — Grego. Sofista. Contemporâneo de Sócrates. Prof. de Moral e de Estilo.

PROTÁGORAS — (Apr. 480-410 a. C.). De Abdera. Filósofo do relativismo.

PROUDHON (Pierre-Joseph) — Francês. (1809-1864). Obras principais: **«Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria», «Organização do crédito e da circulação», «A capacidade política das classes obreiras»**, etc.

PRUDÊNCIO (Aurélio Clemente) — Espanhol. (348-405 d. C.). Poeta. Obra principal: **«Peristeplon, Hamartigenia, Cathemerinon».**

PRZYWARA (Eric) — (1889). Prof. na Univ. de Munique. Obras: **«Religionsbegrundung Max Scheler J. H. Newman», «Gottgeheimnis der Welt»**, etc.

PUSEY (Edward) — Inglês. (1800-1882). Teólogo. Fundador do anglo-catolicismo.

Q

QUESNAY (François) — Francês. (1694-1774). Obra principal: **«O quadro econômico», «Máximas do Govêrno econômico».**

QUESNEL (Pasquier) — Francês. (1634-1719). Principal figura do jansenismo.

QUEUILLE (Henri) — Francês. (1884). Radical socialista.

QUINTILIANO (Marco Fábio) — Nascido em Calahora. (42-17). Obra principal: **«Institutiones oratoriae».**

R

RABANO (Mauro) — (776-856). Criador das escolas alemãs.

RAMAKRISHNA — (1833-1886). Místico hindú.

RAMAMJA — (fal. 137). Hindú. Teísta.

RAMANUJAN (Srinivasa) — (1887-1920). Matemático hindu. Realizou estudos de muito valor na teoria dos números e na álgebra superior.

RALEIGH (Walter) — Inglês. (1552-1618). Obra: «**Observações relativas ao comércio**».

RAMAN (Chandrasekhara Venkata). (1888). Hindú. Físico. Prêmio Nobel 1930.

RAMÉE (Pierre de La) ou **Petrus Ramus.** (1515-1572). Obras: «**Scholarum physicarum libri octo**», «**Scholarum metaphysicarum quatuordecim**», etc.

RANSCHBURG, P. — Psicólogo contemporâneo. Obras: «**Ahnlichkeit beim Lernen**», etc.

RATZENHOFER, Gustav. — Austríaco. (1842-1904). Psicologia social. Obra: «**Soziologie**», etc.

RAU (Charles-Henri) — Alemão. (1792-1870). Obra: «**Manual de economia política**».

RAUH (Frederic) — (1861-1909). Obras: «**Essai sur le fondement métaphysique de la morale**», «**De la méthode dans la psychologie des sentiments**», etc.

RAVAISSON-MOLLIEN (Felix). (1813-1900). Obras: «**Essai sur la métaphysique d'Aristote**», «**De l'Habitude**», etc.

RAWLINSON (sir **Henry Creswicke**). — Inglês. (1810-1895). Descifrador da escrita cuneiforme persa.

RAYLEIGH, John William Strutt. — Físico inglês. (1842-1919). Estudos sôbre fenômenos relacionados com a psicologia.

RAYMOND (Daniel) — Americano. (Início do XIX séc.). Obra: «**Pensamentos sôbre a economia política**».

READ (Carveth) — (1848-1931). Obras: «**On the Theory of Logic, An Essay**», «**Logic Deductive and Inductive**», etc.

READING (John of). — (apr. 120). Discípulo de Scot. Prof. em Oxford. Escreveu o «**Comentários às Sentenças**».

REALE (Miguel) — (1910). Brasileiro. Obra: «**Filosofia do Direito**».

RECLUS (Elisée-Jean-Jacques). — Francês. (1830-1905). Obras: «**A anarquia**» e «**Evolução, a revolução e o ideal anárquico**».

RÉGIS (L.M.) — Obra: «**La critique neothomiste**», etc. — Neo-escolástico.

RÉGNON (T. de) — Néo-escolástico Obras: «**Métaphysique des Causes**», etc.

RENARD (H.). — (1894). Obras: «**Philosophy of God**», etc. Néo-escolástico.

REGENER (Erich) — Alemão. (1881). Estudos sôbre a radiatividade e raios cósmicos.

REGIOMONTANO (Johnn Miller) — Alemão. (1436-1476). Astrônomo e matemático.

REHMKE (Johannes) — (1848-1930). Obras: «**Die Welt als Wahrnehmung und Begriff. Eine Erkenntnistheorie**», «**Lehrbuch der allgemeinem Psychologie**», etc.

REICHENBACH (Hans) — 1891-). Prof. em Berlim, Estambul e na Univ. da Califórnia. Obras: «**Relativitätsheorie und Erkenntnis a priori**», «**Die Philosophie der Raum-Zeit-Lehre**», etc.

REICHSTEIN (Tadeu) — Suíço. (1897). Químico. Prêmio Nobel 1950.

REID (Thomas) — (1710-1796). Fundou a chamada «escola escocêsa», Obras: «**Inquiry into the human mind on the principles of common sense**», «**On the active powers of man**», etc.

REIMARUS (Hermann Samuel) — Alemão. (1694-1768). Filósofo popular da Ilustração.

REINHOLD (Karl Leonhard) — (1758-1823). Obras: «**Beitrage zur Berichtigung bisheriger Missverstandnisse der Philosophie**», «**Ueber das Fundament des philosophischen Wissens**», etc.

REININGER (Robert) — (1869). Prof. em Viena. Obras: «**Kants Lehre vom inneren Sinn**», «**Das psychophysische Problem**», etc.

REINKE (João) — (1843-1931). Obra: «**Die Welt als Tat**».

RÉMUSAT (Charles de) — (1797-1875). Escola eclética, espiritualista. Obras: «**Essais de philosophie**», «**Abelard**», etc.

RENAN (Ernest) — (1823-1892). Nasc. em Tréguier (Bretanha). Obras: «**L'Avenir de la Science**», «**Essais de morale et de critique**», etc.

RENOUVIER (Charles) — (1815-1903). Obras: «**Manuel de Philosophie moderne**», «**Mémoire sur le Cartésianisme**», etc.

RENSI (Giuseppe) — (1871). Obras: «**Gli anciens régimes e la democrazia diretta**», «**La Democrazia diretta**», etc.

RIBOT (Théodule) — (1839-1916). Prof. na «Sorbonne» e no «Collège de France». Obras: «**L' hérédité psychologique**», «**Psychologie de l'attention**», etc.

RICARDO (David) — Inglês. (1772-1823). Obras princ.: «**Princípios da economia política e do impôsto**», «**Projeto do papel-moeda econômico e seguro**», «**Sôbre as proibições na agricultura**».

RICARDO DE MEDIAVILLA (Middletown, Menneville?) — (Ap. 1249-1300). «Doctor copiosus», «Doctor solidus et fundatus». Franciscano. Estudou em Oxford. Escreveu: «**Comentários às Sentenças**», «**De gradu formarum**». É considerado por P. Duhem como um dos precursores da física moderna.

RICARDO DE SÃO VICTOR — († 1173). Discípulo de Hugo de Saint-Victor. Obras: «**De Trinitate**», «**De verbo incarnato**», etc.

RICHET, Charles Robert. — Francês. (1850-1935). Psicologia fisiológica e metapsíquica. Obras: «**L'homme et l'intelligence**», «**Essai de psychologie générale**», etc.

RICHTER (Johann Paul Frederich) — Alemão. (1763-1825). Obras de pedagogia, estética, etc.

RICKERT (Heinrich) — (1863-1936). Prof. nas Univs. de Friburgo, Heidelberg. Obras: «**Zur Lehre von der Definition**», «**Kulturwissenschaft uns Naturwissenschaft**», etc.

RIEHL (Alois) — (1844-1924). Prof. nas Univs. de Friburgo, Kiel, Halle e Berlim. Obras: «**Reälistiche Grundzüge**», «**Moral und Dogma**», etc.

RIMINI (Gregório Novelli) — O.S.A. (fal. 1358). «Doctor authenticus». Estudou e ensinou em Paris, Bolonha, Pádua, Perusa. Escreveu: «**Comentário às Sentenças**», e um tratado «**De usuris**».

RIOS (R. Urruti, Francisco de los) — Espanhol. (1878-1939). Obra: «**O sentimento humanista do socialismo**».

RIPA (João de) — (fal. apr. 1357) — «**Doctor difficilis**». Franciscano. Ensinou em Paris em 1344-1357. Comentou as «**Sentenças**», e escreveu «**Determinationes**».

RIST (Charles) — Suíço. (1874-1955). Sua obra escrita pode ser dividida em 2 partes: uma realizada em colaboração com Charles Gide sôbre a história das doutrinas econômicas, e outra consagrada aos problemas monetários.

RITSCHL (Albrecht) — (1828-1889). Prof. de Teologia protestante em Bonn e Gottingen. Obra: «**Die christliche Lehre von der Rechtfertigung und Versohnnung**», etc.

RITTER (Karl) — Alemão. (1779-1859). Fundador da moderna geografia.

RIVIÈRE (Jaime) — Francês. (1886-1925). Obras: «**Études, moralisme et Littérature**».

ROBERTO GROSSETESTE — (1175-1253). Síntese escolástica. Obra: «**Summa philosophiae**».

ROBERTO KILWARDBY (fal. 1279). Combateu o tomismo.

ROBINSON (sir Robert) — Inglês. (1886-1949). Químico. Prêmio Nobel 1947.

RODBERTUS-JAGETZOW — Alemão. (1805-1875). Obra princ.: «**Reivindicações das classes trabalhadoras**» e «**Letras sociais**».

RODES (Luis) — Espanhol. (1881-1939). Astrônomo. Obra: «**O firmamento**».

ROETGEN (Wilhelm Conrad) — Alemão. (1845-1928). Prêmio Nobel de Física em 1901.

ROGERS (Thorold-James) — Inglês. (1823-1891) — Obras. princ.: «**História da agricultura e dos preços**», «**História de seis séculos de trabalho e de salários**», «**Interpretação econômica da história**», etc.

ROLAND-GOSSELIN (M.D.) — (1883-1934). Obras: «**L'habitude**», «**La morale de Saint Augustin**», etc.

ROMAGNOSI (Giovanni Dominico) — (1761-1835). Obras: «**Genesi del diritto penale**», «**Saggio filosofico-politico sull' instruzione publica**», etc.

ROMANES (George John) — (1848-1894). Obras: «**A Candid Examination of Theism**», «**Mind and Motion and Monism**», etc.

ROMERO (Sílvio) — (1815-1914). Bras. Evolucionista. Obra: «**Filosofia no Brasil**».

ROPKE (Wilhelm) — Alemão. (1889). Economista pertencente à escola liberal.

ROSCELINO — (ap. 1050-1120). — Medievalista. Famoso nominalista.

ROSENBERG (Alfred) — Alemão. (1893-1946). Obras: «**O mito do século XX**», Teorizador do nazismo.

ROSMINI-SERBATI (Antonio) — (1797-1855). Sacerdote católico. Obras: «**Saggio sulla felicità**», «**Opusculi filosofici**», etc.

ROSS, Edward Alsworth — Norte-americano. (1866). Psicologia social. Obras: «**Sin and society**», «**Social Psychology**», etc.

ROSSI (João) — Italiano. (1882-94) — Fundador da arqueologia cristã.

ROSSI (Pellegrino-Luigi-Eduardo) — Italiano. (1787-1848): Obra princ.: «**Curso de economia política**».

ROSTOVTZEFF (Miguel) — Ucraniano. (1870-1952). Obras: «**História social e econômica do Império Romano**».

ROUSSEAU (Jean Jacques) — (1712-1778). Obras: «**Du contrat social ou principes du droit politique**», «**Émile ou sur l'éducation**», etc.

ROUSSELOT (Pierre) — (1878-1915) — Prof. de Teologia no Instituto católico de Paris. Obras: «**Pour l'histoire du problème de l'amour au moyen âge**», «**L'intellectualisme de Saint-Thomas**», etc.

ROYCE (Josiah) — (1855-1916). Prof. em Harvard. Obras: **The Religious Aspect of Philosophy**», «**The Spirit of Modern Philosophy**», etc.

ROYER-COLLARD (Pierre Paul) — (1763-1843). Obras: «**Fragmentos filosóficos de Royer-Collard**».

RUBIÓ (Guilherme) — (Séc. XIV). Escreveu um «**Comentários às «Sentenças»**.

RUBLÓ (R. y Luch) — Espanhol. (1856-1937). Obras: «**La expedición y dominación de los catalanes en Oriente**».

RUCH (Giles Murrel) — Pedagogo norte-americano. (1892-). Obras: «**Objective examination methods in the social studies**», etc.

RUSKIN (John). — Inglês. (1819-1900). Reformador social e teórico da arte. Obras: «**As sete lâmpadas da Arquitetura**».

RUSSELL (Bertrand) — (1872). Obras: «**The Principles of Mathematics**», «**An Essay on the Foundations of Geometry**», etc. Agnóstico e céptico.

S

SAADIA (Saadia Ben Joseph Al Fayum) — Judeu. Nasc. no Egito. (892-942). Obra: **«Livro das crenças e das opiniões».**

SABATIER (Auguste) — 1839-1901). Prof. em Estrasburgo. Obras: **«Esquisse d'une philosophie de la religion d'après la Psychologie et d'aprês l'Histoire», «Religion de la culture moderne»,** etc.

SABATIER (Paul). — Francês. (1858-1928). Historiador e pastor protestante.

SABOIA (V. Cândido Figueiredo de) — Filósofo Brasileiro. (1835-1909). Obra: **«A vida psíquica do homem».**

SABUCO (Miguel) — Espanhol. (1529(?)-1588). Obras: **«Nova filosofia da natureza do homem».** (ou 1562-1622 ap).

SABUNDE (Raimundo — Siabiude). Espanhol. (séc. XV). Obra: **«Theologia naturalis» ou «Liber creaturarum».**

SAINT-SIMON (Claude Henri de Rouvroy). — Francês. (1760-1825). Propagou um cristianismo social (Saint-Simonismo).

SAINT-SIMON (Luiz de Rouvroy, Duque de). — Francês. (1675-1755). Obras: **«Memórias do reinado de uiz XIV».**

SAISSET (Emile) — (1814)-1963). **«Essai de philosophie religieuse», «Précurseurs et disciples de Descartes»,** etc.

SALMERÓN (Nicolás). — (1838-1908). Político e filósofo.

SALISBURY (João) — (ap. 1110-1180). Bispo de Chartres. Considerado como um dos representantes principais da Escola de Chartres. Obras: **«Metalogicon», «Policraticus»,** etc.

SAMPAIO (Bruno) — J. P. (1857-1915). Obras: **«A idéia de Deus».** Corrente-monismo-panteísta.

SANCHEZ (Francisco) — (1552-1632). Nasc. em Braga. Prof. em Montpellier. Médico em Tolosa. Obra: **«De multum nobili et prima, universali scientia quod nihil scitur».** Céptico.

SÁNCHEZ (S. Albornoz, Cláudio). — Espanhol. (1893). Obras: **«Los origines del fedualismo».**

SANCTIS, Sanctis de. — Italiano contemporâneo. Obras: **«La Mimica del pensiero»,** etc.

SANDOVAL (Prudêncio de). — Espanhol. (1621) fal.). Obra: **«História da vida e feitos do imperador Carlos V».**

SANSEVERINO (fal. 1865) — Obras: **«Philosophia Christiana cum antiqua et nova comparata».** Néo-escolástico.

SANTAYANA (Jorge). — Nasc. em Madrid. Educado em Boston. Estudou em Harvard. Obras: **«The sense of beauty, being the outlines of aesthetic theory», «Egotism in German Philosophy»,** etc.

SANTOS (Mário Ferreira dos) — Brasileiro (1907-). Filosofia Concreta. Obras princi.: **«Filosofia Concreta»** em 3 vol., **«Filosofia e História da Cultura»** em 3 vols., **«Métodos Lógicos e Dialécticos»,** em 3 vols.

SARLO, Francesco de — Psicólogo italiano contemporâneo. Representa a influência de Wundt na Itália. Obra principal: **«I dati dell'esperienza psichica».** (1903).

SANZ DEL RIO (Juliano) — (1814-1869). Prof. na Univ. de Madrid. Obras: **«Lecciones sobre el sistema de filosofia analitica de K. Ch. F. Krause», «Lecciones sobre el sistema de la filosofia»,** etc.

SARTRE (Jean Paul) — (1905). Francês. Representante do chamado «existencialismo francês». Obras: **«L'Etre et le Néant», «Essai d'ontologie phénoménologique», «L'Existencialisme est un humanisme», etc.**

SAVIGNY (Frederich Karl) — Alemão. (1779-1861). Criador da escola histórica do Direito.

SAVONAROLA — (1452-1498). Pertenceu à Academia platônica florentina. Autor de **«Compendium totius philosophiae».**

SCHAEFFLE (Albert-Eberhard-Frederic). Alemão. (1831-1902). Obra princ.: **«A quinta essência do socialismo»** e **«Bau und Leben des sozialen Köpers».**

SCHELER (Max) — (1875-1928). Alemão. Prof. em Iena, Munique, Colônia, etc. Obras: **«Beitrage zur Feststellung der Beziehun-**

gen zwischen Prinzipien», «Die Stelling des Menschen im Kosmos», «Ethika», etc.

SAY (Jean-Baptiste) — Francês. (1767-1832). Obra princ.: «**Catequismo de economia política**», «**Seis cartas a Malthus**» e «**Curso completo de economia política**».

SAY (León-Jean-Baptiste) — Francês. (1826-1896). Obras: «**Turgot**», e trabalhou na reedição do «**Dicionário de economia política de Coquelin e Guillaumin**».

SAY (Louis-Auguste) — Francês. (1774-1840). Obra: «**Estudo sôbre a riqueza das nações**».

SCHELLING (Friedrich Wilhelm Joseph) — (1775-1854). Alemão. Obras: «**Antiquissimi de prima malorum origine philosophematis explicandi tentamen criticum**», «**Systhems des Transcendentalen Idealismus**», «**Philosophie und Religion**», etc.

SCHILLER (Ferdinando Canning Scott) — (1864-1937). Prof. em Oxford. Obras: «**The Riddles of the Sphinx, by a Troglodyte**», «**Humanism Philosophical Essays**», etc.

SCHILLER (Friedrich) — (1759-1805). Obras: «**Ueber die aesthetische Erziehung des Menschen in einer Reihe von Briefen**», «**Von Erhabenen**», etc.

SCHLEGEL (Friedrich) — (1772-1829). Alemão. Obras: **Philosophische Vorlesungem aus den Jahren 1803-1806**», «**Vorlesungen über Philosophie der Geschichte**», etc. Filósofo romântico.

SCHLEIERMACHER (Friedrich Ernst Daniel) — (1768-1834). Obras: «**Ueber Offenbarung und Mythologie**», «**Monologen**», etc. Filósofo romântico.

SCHLIEMANN (Heinrich) — Alemão. (1822-90). Arqueólogo.

SCHMIDT (Wilhelm) — Alemão. (1868-1954). Etnólogo.

SCHLICK (Moritz) — (1882-1936). Prof. em Rostock, Kiel, Viena. Considerado fundador do «Círculo de Viena». Obras: «**Lebensweisheit**», etc.

SCHLUZE-DELITZSCH (Hermann) — Alemão. (1808-1885). Obra princ.: «**Manual da associação para uso dos artesãos e operários**» e fundador do periódico «**A Corporação no futuro**».

SCHMÖLLER (Gustave von) — Alemão. (1838-1917). Economista.

SCHOPENHAUER (Arthur) — (1788-1860). Alemão. Obras: «**Ueber die vierfache Wurzel des Satzes von zureichenden Grunde**», «**Ueber das ehen uns die Farben**», «**Die Welt als Wille und Vorstellung**» (O Mundo como vontade e representação»), sua obra principal.

SCHUBERT-SOLDERN (Richard von) — (1852). Obras: «**Ueber Transzendens des Objekts und des Subjekts**», «**Grundlagen zu einer Ethik**», etc.

SCHUMPETER (Joseph) — Alemão. (1883-1950). Obras princ.: «**Capitalismo, Socialismo e Democracia**» e «**História das teorias econômicas**».

SCHUPPE (Wilhelm) — (1836-1913). Obras: «**Das menschliche Denken**», «**Erkenntnistheoretische Logik**», etc.

SCHWARZ (Hermann) — (1864). Prof. em Halle, Marburgo, Greifswald. Obras: «**Ein Beitrage zur Theorie der Ordnungstypen**», «**Psychologie des Willens**», «**Zur Grundlegung der Ethik**», etc.

SCHWEITZER (Albert) — (1875). Nasc. na Alsácia. Obras: «**Kultorphilosophie**», «**Aufbau und Wiederaufbau der Kultur**», «**Kultur und Ethik**», etc.

SCIACCA (Michele Federico) — (1908). Prof. na Univ. de Pádua. Obras: «**Studi di filosofia antica**», «**Studi di filosofia mediovale e moderna**». etc.

SCIALOJA (Antonio) — Italiano. (1817-1877). Obra: «**Princípios de economia social**».

SCOT (Duns) — Vide **Duns Scot.**

SCRIPTURE, Edward Wheeler. — Norte-americano (1864-). Obra: «**Thinking, feeling and doing**», etc.

SEASHORE, (Carl Emill) — Psicólogo norte-americano, nascido na Suécia, (1866-). Inventor de aparelhos usados nos laboratórios de psicologia. Obras: «**Elementary experiments in psychology**», etc.

SECRÉTAN (Charles) — (1815-1895). Prof. em Lausanne. Obras: «**De la philosophie de Leibnitz**», «**La philosophie de la liberté**», etc.

SEIGNOBOS (Charles) — Francês. (1854-1942). Obra: «**História política da Europa contemporânea**».

SÊNECA (Lucio Anneo) — (4-65 d. C.). Espanhol de origem. Obras: «**Naturalium quaestionum libri septem**», «**Dialogorum libri duodecium**», etc.

SENIOR (Nassau-William) — Inglês. (1790-1864). Obra princ.: «**Princípios fundamentais da economia política**».

SERRA (Antonio-Luigi) — (séc. XVII). Obra princ.: «**Pequeno tratado das causas que podem fazer abundar o ouro e a prata nos países sem minas**».

SERRES DU PRADEL (Olivier de) — Francês. (1539-1619). Obra princ.: «**Théatre d'agriculture**» e «**Mesnage des champs**».

SERTILLANGES (Antoine) — Francês. (1863-1948). Teólogo neo-tomista.

SEXTO EMPÍRICO — Grego. (séc. II d. C.) Filósofo céptico.

SHAFTESBURY (Anthony Ashley Cooper, Conde de) — (1671-1713). Inglês. Obras: «**Characteristics of men, manners, opinions, times**».

SIDGWICK (Henry) — (1838-1900). Prof. de Filosofia moral em Cambridge. Obras: «**Methods of Ethics**», «**Principles of Political Economy**», etc.

SIGER DE BRABANTE — (ap. 1235-1284). Holandês. Prof. na Univ. de Paris. Obras: **Quaestiones logicales, 1.ª Quaestio utrum haec sit vera: homo est animal nullo homine existente?**», «**Quaestiones naturales**», etc.

SIGWART (Christoph) — (1830-1904). Prof. em Tubinga. Obras: «**Logik**», «**Kleine Schriften**», etc.

SIMIAND (François) — Francês. (1873-1935). Obra princ.: «**O salário, a evolução social e a moeda**».

SIMMEL (Georg) — (1858-1918). Alemão. Prof. em Estrasburgo, Berlim. Obras: «**Ueber soziale Differenzierung**», «**Philosophie des Geldes**», etc.

SIMON (Jules) — (1814-1896). Escola ecléctica espiritualista. Obras: «**Histoire de l'Ecole d'Alexandrie**», «**Le devoir**», etc.

SIMON (Théodore) — Psícologo francês. (1873-). Obras de pedagogia em colaboração com A. Binet.

SISMONDI (Jean-Charles-Leonard Simonde de) — Suiço. (1773-1842). Obra princ.: «**Novos princípios de economia política**», e «**Estudos sôbre a economia política**».

SMITH (Adam) — (1723-1790). Nasc. na Escócia. Prof. em Glasgow. Obras: «**Theory of moral sentiments**», «**Essays on philosophical subjects**», etc.

SOARES (Orris) — Filósofo brasileiro. Autor do «**Dicionário de Filosofia**».

SÓCRATES — (470/69-399 a. C.). Mestre de Platão.

SODEN (Friedrich von) — Alemão. (1754-1831). Obra princ.: «**A economia nacional**».

SÖDERBLOM (Nathan) — Sueco. (1866-1931). Teólogo protestante. Prêmio Nobel da Paz 1930.

SOMBART (Werner) — Alemão judeu. (1863-1954). Obra princ.: «**Judeus na vida econômica**». Suas obras sôbre os judeus, sôbre os burgueses e sôbre o socialismo são importantes e indispensáveis.

SONCINAS (Paulo) — Dominicano. (fal. 1494). Obra: «**Quaestiones Metaphysicales**», etc.

SOTO (Domingo de) — (1494-1560). Prof. em Alcalá e Salamanca. Dominicano. Obras: «**Summulae**», «**De Justitia et Jure**», etc.

SOUCHON (Auguste-André). — Francês. (1866-1922). Obras: «**As teorias econômicas na Grécia antiga**».

SOUZA (José Soriano de) — (1833-1895). Brasileiro. Obras: «**Princípios sociais e políticos de Sto. Agostinho**». Escolástico.

SOUTHEY (Roberto) — (1774-1843). Historiador. Inglês. Obra: **«História da Guerra Peninsular»** (1823-32).

SOUZA (J. Alves de) — (1825). Português. Escolástico.

SPAIER (Albert) — 1883-1934). Obras: **«La Pensée concrète»**, **«Essai sur le symbolisme intellectuel»**, etc.

SPANN (Othmar) — (1878). Austríaco. Prof. em Brunn e Viena. Obra: **«Zur Logik der sozialwissenschaftlichen Begriffsbildung»**, etc.

SPENCER (Herbert) — (1820-1903). Obras: **«A System of Synthetic Philosophy»**, **«Essays Scientific, Political and Speculative»**, etc.

SPENGLER (Oswald) — (1880-1936). Alemão. Obras: **«Heraklitische Studie über die energetischen Grundgedanken seiner Philosophie»**, **«Der Untergang des Abendlandes.** (Decadência do Ocidente), **Umrisse einer Morphologie der Weltgeschichte»**, etc.

SPINOZA (Benedictus, Benito ou Baruch de) — Nasc. na Holanda. (1632-1677). Obras: **«Princípios da filosofia cartesiana»**, **«Tratado político»**, **«Ethica»**, etc.

SPIR (African) — (1837-1890). Obras: **«Die Wahrheit»**, **«Moralität und Religion»**, etc.

SPIRITO (Hugo) — (1896). Italiano. Obras: **«Il pragmatismo nella filosofia contemporanea»**, **«Storia del diritto penale italiano»**, etc.

SPRANGER (Edward) — (1822). Prof. em Leipzig e Berlim. Obras: **«Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft»**, **«Lebensformen Ein Entwarf»**, etc.

STAHL (Friedrich Julius) — (1802-1861). Alemão. Prof. em Wuzburgo, Erlangen e Berlim. Obras: **«Die Philosophie des Rechts»**, etc.

STARCH DANIEL — Norte-americano. (1883-). Psicologia aplicada. Obras: **«Experiments in educational psychology»**, etc.

STEIN (Lorenz von) — Alemão. (1813-1890). Obra princ.: **«O socialismo e o comunismo na França»**, e **«Manual de economia política»**; **«Manual de ciência administrativa»**.

STEINER (Rodolf) — Croata. (1861-1925). Teósofo.

STEINTHAL, Heymann — Alemão. (1823-1899). Dedicou-se, com Moritz Lazarus, à ciência da etnopsicologia. Obra: **«Der Ursprung der Sprache»**, etc.

STELLA (Isaac) — (1147-1169). Continuador da obra de São Bernardo de Clairvaux. **«Epistola ad quendam familiarem suum de anima».**

STEPHEN (Leslie) — (1832-1900). Obras: **«Choice of Representatives»**, **«Essays on Free Thinking and Plain Speaking»**, etc.

STERN (Wilhelm) — (1871-1938). Prof. em Hamburgo e Durham, na Inglaterra. Obras: **«Die Anologien im volkstumlichen Denken»**, **«Ueber die Psychologie der individuellen Differenzen»**, etc.

STEWART (Sir James Denham) — Escocês.(1712-1780). Obra princ.: ««**Pesquizas sôbre os princípios de economia política».**

STIRNER (Kaspar-Schmidt, chamado **Max)** — (Nascido em Baireuth). (1806-1856). Obra princ.: **«O único e sua propriedade»,** que é uma exposição do anarquismo individualista.

STORCH (Henri-Frederic) — Russo. (1766-1835). Obra princ.: **«Curso de economia política».**

STOUT (George Frederick) — (1860-1944). Prof. em Cambridge, Aberdeen, Oxford e St. Andrews. Obras: **«Analytic Psychology»**, **«Studies in Philosophy and Psychology»**, etc.

STUMPF (Carl) — (1848-1936). Nasc. na Baviera. Prof. em Praga, Halle, Munique e Berlim. Obras: **«Das Verhältnis des platonischen Gottes zur Idee des Guten»**, **«Psychologie und Erkenntnislehre»**, etc.

SUAREZ (Francisco) — (1548-1617). Chamado o **«Doctor Eximius».** Jesuita. Obra: **«Disputationes metaphysicas».** Fundador do suarezismo.

SÜSSMILCH (Jean-Pierre). Alemão. (1760-1767). Obra princ.: **«A ordem divina nos movimentos da população».**

T

TAINE (Hyppolite) — (1828-1893). Prof. na Escola de Belas Artes de Paris. Obras: **«De personis Platonicis», «Philosophie de l'art»**, etc.

TALES (de Mileto) — Grego. (585 a. C.). Fundador da Escola milésica ou de Mileto. Foi considerado um dos sete sábios da Grécia. O «fundador», seg. Aristteles, «da filosofia jônica», que se interessava pela «natureza da matéria».

TARDE (Gabriel) — (1843-1904). Prof. no «Collège de France». Obras: **«La criminalité comparée», «La philosophie pénale»**, etc.

TAURELLUS (Nicolaus) — (1547-1606). Obras: **«O triunfo da filosofia».**

TCHU-HI — Chinês. (1130-1200). Filósofo. Fundador do confucionismo moderno.

TEILHARD DE CHARDIN — (pe. Pierre). Jesuíta. Obras: **«Cartas de Viagem», «O grupo Zoológico humano», «A visão do passado», «A aparição do homem»**, etc. Filósofo contemporâneo, já falecido.

TEODORETO de Ciro — (Ap. 386-460). Natural de Antioquía. Erudito, exegeta, estilista e magnífico orador. Sua obra: **«A cura das enfermidades dos gregos»**, de interêsse para a filosofia, considerada na mesma linha do **«Strômata»** de Clemente de Alexandria e a **«Preparação evangélica»** de Eusébio.

TEOFRASTO — (ap. 372-288 a. C.) de Ereso (Lesbos). Discípulo de Aristóteles, e sucessor na escola desde 322.

TERTULIANO (Quinto Septímio Florente) — (ap. 150/60-222). Nasc. em Cartago. Jurista em Roma. Converteu-se ao cristianismo em 195. Deixou várias obras.

TETENS (Johann Nikolaus) — (1736-1785). Prof. em Kiel. Obras: **«Ueber metaphysisiche Wahrheiten», «Ueber den Ursprung der Sprache und Schrift»**, etc.

THOMAS (Albert) — Alemão. (1878-1932). Sua obra é vasta, além de um estudo sobre o sindicalismo alemão, uma série de «mémoires», brochuras, e artigos publicados no **L'Humanité.**

THOMPSON (William) — (1780?-1833). Obra princ.: «**Pesquisas sôbre os princípios da distribuição das riquezas**».

THORNDIKE (Edward Lee) —. Norte-americano, psicólogo. (1874-). Primeiras investigações em psicologia pedagógica e psicologia animal. Autoridade em provas mentais. Obras: «**Educational psychology**», etc.

THUNEN (barão Joham Henrik von) — (1780-1851). Obra princ.: «**Pesquizas sôbre a influência que o preço dos grãos, a riqueza do sólo e os impostos exercem sôbre os sistemas de cultura**».

TIEDEMANN, Dietrich. — Alemão. Filósofo (1748-1803). Um dos que primeiro tratou da psicologia da criança na obra «**Beobachtungen über die Entwicklung der Seelenfähigkeiten bei Kinder**». (1786).

TITCHENER, Edward Bradford — Anglo-norte-americano. (1867-1927). Psicologia estructural e experimental, psicofísica. Obras: «**Experimental psychology**», etc.

TITO LÍVIO — Romano. (59 a. C. - 17 d. C.) Historiador. Obra: «**Ab urbe condita**».

TOLEDO (Francisco de) — (1532-1596). Jesuíta. Comentarista de Aristóteles. Obra: «**Introductio in Dialecticam Aristotelis**», etc.

TOLOMEO — (Ap. 140). Chamado por S. Irineu «flosculus Valentinae Scholae». Escreveu «**Epistola a Flora**», classificado por Renan como a obra suprema da literatura gnóstica.

TOMÁS DE AQUINO — (1225-1274). Italiano, de Rocaseca. Fundador do tomismo. Obras princ.: «**Comentários aos livros de Aristóteles**», «**Summa contra Gentiles**», «**Summa Theologica**», «**Quaestiones disputatas**», «**Quaestiones quodlibetales**», etc.

TOMÁS DE YORK — († ap. 1260). Franciscano da chamada «Escola de Oxford». Obras: «**Sapientale**», «**Manus quae contra Omnipotentem**», etc.

TOMÁS (Pedro) — (séc. XIV). Prof. de filosofia no Convento de Barcelona. Recebeu o título de «**Doctor strenuus, proficuus, invincibilis**». Escreveu «**De ente, De formalitatibus**», etc.

TONQUÉDEC (Joseph de) — (1868). Obras: «**La notion de vérité dans la «philosophie nouvelle»**, «**Immanence. Essai critique sur la doctrine de M. Blondel**», etc.

TÖNNIES, Ferdinand — Sociólogo alemão. Sua obra: «**Gemeinschaft und Gesellschaft**», é importante para a psicologia social.

TOOCKE (Thomas) — Russo. (1774-1858). Obra princ.: «Pensamentos e detalhes sôbre os altos e baixos preços dos trinta anos 1793-1822» e «A história dos preços e dos movimentos da circulação».

TOYNBEE (Arnold J.) — (1889). Obras: «**A Study of History**», «**Civilization on Trial**», etc.

TRACY (Antoine-Louis-Claude Destutt de) — Francês. (1754-1836). Obra princ.: «**Tratado de economia política**».

TRENDELENBURG (Friedrich Adolf) — (1802-1872). Prof. em Berlim. Obras: «**Platonis de ideis et numeris doctrina ex Aristotele illustrata**», «**De Aristotelis categoriis**», etc.

TRESCHOW (Niels) — (1751-1833). Norueguês. Prof. em Compenhague. Obras: «**Lições sôbre a filosofia kantiana**», «**Moral para o povo e o Estado**», etc.

TREVELYAN (George Macaulay) — Inglês. (1876). Obra: «**História social da Inglaterra**».

TROELTSCH (Ernst) — (1865-1923). Prof. em Gottingen, Bonn, Heidelberg e Berlim. Obras: «**Geschichte und Metaphysik**», etc.

TSCHERMAK, Armin — Fisiólogo austriaco. (1870-). Trabalhos sôbre a psicologia da visão, o sistema nervoso, herança, etc.

TSCHIRNHAUSEN (Tschirnhaus) — Ehrenfeld Walter, Conde de) — (1615-1708). Obra: «**Medicina mentis sive artis inveniendi praecepta generalis**», etc.

TUCÍDIDES — Grego. (460?-400?). Historiador. Obra: «**Guerra do Peloponeso**».

TUCKER (Josias) — Inglês. (1711-1799). Obra princ.: «**Questões sôbre o comércio**».

TURGOT de l'Aulne de Brocourt (Anne-Robert-Jacques) — Francês. (1727-1781). Obra princ.: **«Reflexão sôbre a formação e a distribuição das riquezas»**, **«Guerra aos privilégios e monopólios»**, etc.

TURRÓ (Ramon) — **(1854-1926)**. Obras: **«Els origens del coneixemant: la fam»**, etc.

TWARDOWSKI (Kazimiers) — (1866-1938). Obra: **«Idee und Perzeption»**, etc.

U

UEBERWEG (Friedrich) — **(1826-1871)**. **Obra: «Die Entwicklung des Bewusstseins durch den Lehrer und Erzieher»**, etc.

ULRICO ENGELBERTO DE ESTRASBURGO (fal. 1277). Discípulo de Alberto, Magno, em Colônia. Comentou **«As Sentenças»** e os **«Méteoros»** de Aristóteles. Obra principal: **«Summa de summo bono»**. (1262-1272).

UNAMUNO (Miguel de) — (1864-1936). Prof. na Univ. de Salamanca. Obras: **«Paz en la guerra»**, **«Amor y pedagogia»**, **«El sentido trágico de la vida»**, **«La Agonia del Cristianismo»**, etc.

USTARIZ (Jeromio) — Espanhol. Obra: **«Teoria prática do comércio e da marinha»**. (1740).

UTIZ, Emil — Alemão. (1883-). Filósofo. Obra psicológica fundamental: **«Charakterologie»**. .

V

VACHEROT (Etienne) — 1809-1897). Prof. na Escola Superior e na «Sorbonne». Obras: **Histoire critique de l'Ecole d'Alexandrie»**, **«Essais de philosophie critique»**, etc.

VAIHINGER (Hans) — (1852-1933). Prof. na Univ. de Halle. Obras: **«Goethe als Ideal universeller Bilfung»**, **«Kommentar zu Kants Kritik der reinem Vernuft»**, etc.

VANDERVELDE (Émile) — Belga (1866-1938). Obra principal: **«O socialismo contra o Estado»**.

VALENCIA (Gregório) — (1549-1604). Escolástico.

VALENTIN — (séc. II). Atribui-se que seja natural de Alexandria, onde viveu e ensinou até 135. Morreu em Chipre. Considerado a figura mais saliente do gnosticismo.

VARELA (Felix) — (1788-1853). Obras: «**Institutiones philosophiae eclecticae**», «**Lecciones de filosofia**», etc.

VARISCO (Bernardino) — (1850-1933). Prof. na Univ. de Roma. Obras: «**Verità di fatto e verità di ragione**», «**Introduzione alla filosofia naturale**», etc.

VARONA (Enrique José) — (1849-1933). Obras: «**Conferências filosóficas**», «**Lógica**», etc.

VASCO (Jean-Baptiste) — Italiano. (1733-1796). Obra princ.: «**Ensaio político sôbre as moedas**».

VÁSQUEZ (Gabriel) — Espanhol. (1549-1604). Filósofo. Obra: «**Disputationes metaphysicae**».

VAUBAN (Sebastien Le Prestre de) — Francês. (1633-1707). Obra princ.: «**Projecto de um dízimo real**».

VAUVENARGUES (Luc de Clapiers, Marquês de) — (1715-1747). Obras: «**Introduction à la connaissance de l'esprit humain**», «**Reflexions et Maximes**», etc.

VAZ FERREIRA (Carlos) — (1871). Prof. na Univ. de Montevideo. (Uruguai). Obras: «**Curso expositivo de psicologia elemental**», «**Lógica viva**», etc.

VERACRUZ (Fray Alonso de la) — (1504-1584). Obras: «**Physica Speculatio**», «**Dialectica Resolutio**», etc.

VERRI (conde Pietro) — Italiano. (1728-1797). Obra princ.: «**Meditações sôbre a economia política**».

VERWORN (Max) — (1863-1921). Nasc. em Berlim. Prof. em Gottingen. Obra: «**Pshychophysiologische Protistenstudien**», etc.

VIDAL (Francisco) — Nasceu em Coutras. (1812-1880). Obra princ.: «**Da repartição das riquezas**».

VIERKANDT, Alfred — Alemão contemporâneo. Psicologia social. Análise dos tipos de relações sociais. Obra: «**Gesellsschaftslehre**».

VIERORDT (Karl von) — Alemão. (1818-1884). Psicologia fisiológica. Conhecido por seu trabalho sôbre o sentido do tempo.

VILLENEUVE-BARGEMONT (Alban de) — Francês. (1784-1850). Obra princ.: «**História da economia política**», «**Economia política cristã**».

VILLERMÉ (Louis-René) — Francês. (1782-1863), **Fundador dos «Anais de higiene».**

VIRGÍLIO (Publius Virgillus Maro) — (70-19 a. C.). Obra: «**Bucólicas**» e «**Geórgicas**».

VISCONTI (Vitor E.) — Filósofo brasileiro. Escreveu em português, entre outras obras: «**Três momentos do existencialismo**», «**Evolução do pensamento dialéctico**», «**Dialéctica Transcendental e suas conseqüências**».

VITAL DU FOUR (de Furno) — (fal. 1327). Ensinou em Paris, Montpellier e Toulouse. Cardeal. Escreveu: «**Comentários às «Sentenças»**, «**Quaestiones disputatas**», etc.

VITÓRIA (Francisco) — (1480-1566). Prof. em Salamanca. Dominicano. Foi o criador do Direito Internacional, nas «**Reflectiones Theologicae**».

VIVEKANANDA (Swami) — Filósofo hinduista contemporâneo, partidário de não-advaita. Obras: «**Bhati Yoga**», «**Karma-Yoga**», «**Raja-Yoga**», «**O homem real e o homem aparente**», «**Jnana Yoga**», etc.

VIVES (Juan Luiz) — (1492-1540). Espanhol. Obras: «**Sapiens**», «**Christus triumphans**», etc.

VOELKER, Paul Frederick — Pedagogo e psicólogo norte-americano. (1875-). Obra: «**Function of ideals in social education**», etc.

VOLKELT (Johannes) — (1848-1930). Prof. em Leipzig. Obra: «**Pantheismus und Individualismus im System Spinozas**», etc.

VOLTAIRE (François Marie Arouet Le Jeune) — (1694-1778). Francês. Obras: «**Lettres sur les Anglais**», «**Le philosophe ignorant**», «**Dictionnaire de Philosophie**», etc.

W

WAGNER (Rudolf) — Alemão. (1805-1864). Psicologia fisiológica. Descobridor dos corpúsculos de Meissner. Nos últimos anos de vida combateu ardentemente o materialismo.

WARE (Guilherme de) — (fal. apr. 1300). «**Incoeptor profundus**». «**Doctor fundatus**». «**Doctor praeclarus**». Inglês. Ensinou em Oxford. Escreveu: «**Quaestiones super libros Sententiarum**».

WAHL (Richard) — (1857). Prof. em Viena. Obras: «**Gehrin und Bewusstsein**», «**Verteidigung der Willensfreiheit**», etc.

WAKEFIELD (Edward-Gibbon) — Inglês. (1796-1862). É conhecido pela sua teoria sobre o colonialismo. Suas teses chamadas da «escola de colonização sistemática» foram aplicadas na Austrália do Sul e na Nova-Zelandia.

WALKER (Amassa) — Americano. (1799-1875). Obra princ.: «**Natureza e Uso da Moeda**».

WALLACE (Alfred-Russel) — Inglês. (1823-1913). Obra princ.: «**Nacionalização do solo, sua necessidade, seu fim**».

WALLACE (Thomas) — Inglês. (séc. XVIII). Obra princ.: «**Ensaio sôbre a população**».

WALRAS (Antoine-Auguste) — Francês. (1801-1865). Obra principal: «**A natureza da riqueza e a origem do valor**», «**A riqueza social**», e «**Mémoire**», sôbre o valor de troca».

WALTZ (Theodor) — Filósofo e psicólogo alemão. (1821-1864). Da escola herbartiana. Procurou fazer da psicologia a base da filosofia. Obra: «**Anthropologie der Naturvölker**».

WARD (James) — (1843-1925). Prof. em Cambridge. Obras: «**Psychognal Principles**», «**Naturalism and Agnosticism**», etc.

WASHBURN (Margaret Floy) — Norte-americana. (1871-1939). Psicologia animal. Obra: «**The animal mind**».

WATSON (John Broadus) — Norte-americano. (1878-). Fundador do behaviorismo. Obras: «**Behavior; an introduction to comparative psychology**», «**Behaviorism**», etc.

WATSON (John) — Norte-americano. Psicólogo. (1878-). Escola behaviorista.

WATT (Henry J.) — Inglês. Psicólogo. (1879-1925). Obras: «**The psychology of sound**», etc.

WAYLAND (Francis) — Norte-americano. (1796-1865). Obra princ.: «**Elementos de economia política**» e «**Elementos de ciência moral**».

WEBER (Adolphe) — Alemão. (1876). Economista. Sua doutrina se baseia na economia nacional clássica.

WEBER (Ernst Heinrich) — Fisiólogo e psicólogo alemão. (1795-1878).

WEBER (Max) — (1864-1920). Prof. em Berlim, Friburgo, Heidelberg e Munique. Obras: «**Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus**», «**Wissenschaft als Beruf**», etc.

WEIGEL (Valentin) — (1533-1588). Alemão. Obras: «**Libellus de vita beata**», «**Erkenne dich selber, dass der Mensch sei ein Mikrokosmus**», etc.

WEISSE (Christian Hermann) — (1801-1866). Alemão. Obras: «**System der Aesthetik als Wissenschaft**», «**Die Idee der Gottheit**», etc.

WEITLING (William) — Alemão. (1808-1875). Obra princ.: «**A humanidade tal qual ela é e tal qual deveria ser**» e «**O Evangelho de um pobre pecador**».

WELLS (Frederic Lyman) — Psicólogo norte-americano. (1884-). Obra: «**Mental adjustments**», etc.

WELTY (Eberar) — Alemão. (1902). Obra: «**O catecismo social**». Sociólogo.

WERTHEIMER (Max) — Alemão. (1880-). Um dos fundadores da psicologia da «Gestalt». Autor de vários obras.

WEULERSSE (Georges) — Francês. (1874-1950). Obra princ.: «**O movimento fisiocrático na França de 1756 a 1770**» e «**Os fisiocratas sob o ministério de Turgot e de Necker**».

WHEWELL (William) — (1794-1866). Prof. de filosofia em Cambridge. Obras: «**The History of the Inductive Sciences**», «**History of Scientific Ideas**», etc.

WIESER (Friedrich von). — Austríaco. (1851-1926). Obra princ.: «**Der naturlich Wert**».

WHITEHEAD (Alfred North) — (1860-1947). Obras: «Essays in Science and Philosophy», «The Concept of Nature», etc.

WHITE (William Alanson) — Psiquiatra e neurólogo norte-americano. (1870-1937).

WIGMORE (John Henry) — Norte-americano (1863-1943). Psicologia social.

WINDELBAND (Wilhelm) — (1848-1915). Prof. em Estrasburgo e Heildelberg. Obras: «**Die Lehre vom Zufall**», «**Geschichte der Philosophie**», etc.

WITTGENSTEIN (Ludwig) — (1877?). Prof. em Cambridge. Obra: «**Tractatus logico-philosophicus**».

WOLF (Christian) — (1679-1754). Prof. em Halle e Marburgo. Obras: «**Anfangsgründe sämtlicher mathematischer Wissenschaften**», «**Logik**», etc.

WOLOWSKI (Louis-Francois-Michel-Raymond) — (1810-1836). Obra princ.: «**Estudos de economia política e de estatística**» e «**A Questão dos bancos**».

WOODBRIDGE (Frederick James Eugene) — (1867-1940). Prof. em Columbia University (New York). Obras: «**The Philosophy of Hobbes**», «**Contrasts in Education**», etc.

WRONSKI (Jozef Marya Hoené) — (1778-1853). Polaco. Fixou-se na França por muitos anos. Obras: «**Le Sphinx**», «**Métapolitique messianique**», etc.

WUNDT (Max) — (1879). Filho de Wilhelm Wundt. Obras: «**Der Intellektualismus in der griechischen Ethik**», «**Griechische Weltanschauung**», etc.

WUNDT (Wilhelm) — (1832-1920). Prof. de Fisiologia em Heidelberg, Zurique, de Filosofia em Leipzig. Obras: **«Die Lehre von der Muskelbewegung»**, **«Ueber die Aufgabe der Philosophie der Gegenwart»**, etc.

X, Y, Z

XENÓFANES (de Colofon) — (570-480 a. C.). Da Escola eleática.

XIRAU (Joaquim) — (1895-1946). Prof. na Univ. de Barcelona. Obras: **«Las condiciones de la verdade eterna em Leibniz»**, **«El sentido de la verdad»**, etc.

YOUNG (Arthur) — Inglês. (1741-1820). Obra princ.: **«Dois sistemas de cultura»** e **«Aritmética política»**.

ZAMBONI (Giuseppe) — (1875). Obras: **«La gnosiologia di S. Tommaso d'Aquino»**, **«Studi esegetici critici, comparativi sulla Critica della Ragione pura»**, etc.

ZANON (Antonio), — Italiano. (1699-1770). Obra principal: **«Apologia do comércio»** e **«Escolha de cartas sôbre a agricultura, o comércio e as artes»**.

ZENO DE CÍTIO (de Chipre) — (ap. faleceu 264-63a. C.). Discípulo do cínico Crates.

ZENO DE ELÉIA — (490-430 a. C.). Discipulo de Parmênides.

ZIEHEN (Theodor) — (1862). Alemão. Prof. em Utrecht, Halle e Berlim. Obras: **«Physiologische Psychologie»**, **«Das Gedachtnis»**, etc.

ZUBIRI (Xavier) — (1898). Prof. na Univ. de Madrid. Obras: **«Ensayo de una teoria fenomenológica del juicio»**, **«Naturaleza, Historia, Dios»**, etc.

ZUMEL (Franciscus Hispano) — (fal. 1607). Ord. B. M. V. Obras: «**Commentaria in primam partem S. Thomae**», 2 volumes. (1597/1601).

ZWAARDEMAKER (Hendrik) — Fisiólogo e psicólogo holandês. (1857-1930). Famoso por suas classificações dos odores. Autor de uma obra clássica sôbre o olfato. «**Die Physiologie des Geruchs**».

ROTEIRO

das matérias expostas neste dicionário

NOTA: *As palavras em negrito indicam os verbetes que devem ser lidos, na ordem abaixo indicada, de modo a transformar, também, êste dicionário, em compêndio.*

INTRODUCÇÃO À FILOSOFIA GERAL

Conceito de **Filosofia — Filosofia Geral — Filósofo.**
Distinção entre **saber epistêmico (epistéme)** e saber meramente opinativo **(doxa). Opinião.**

Distinção entre **Filosofia** e **Ciência.**
Classificação da Filosofia.
Classificação da Ciência (vide **Ciência, classificação**) — **Filosofia da Ciência.**
Filosofia da Filosofia.
Pensar e **pensamento.**
Teoria do Conhecimento e Criteriologia.
A Intuição e a **Razão.**
Lógica
Dialéctica
Oposição — Contradição e **contrários.**
Antinomia — A priori — A posteriori.
Homem — Mundo — Cosmos — Natureza.
Consciência.

Afectividade
Filosofia Especulativa e Filosofia Prática
Ética
Psicologia
Ontologia
Ética e Moral
Axiologia
Teologia — Religião
Sociologia — Economia
Direito
Estética
Cosmovisão
Métodos
Liberdade (livre **arbítrio**)
Determinismo.
Finalidade — Fim — Final — Fins e Meios — Finalismo.
Hiloformismo
Azar — Acaso

METAFÍSICA GERAL OU ONTOLOGIA

Filosofia e Ciência — Filosofia Especulativa e Filosofia Prática.
Metafísica.
Ontologia.
Ser — Sistência — Consistência.
Cousa — (Ente — Ens — on, ontos — Um) — Em si — Inaliedade — Abaliedade.
— Número — Inseidade — Aseidade — Perseidade — Essência.
Existência — Unidade — Individualidade — Singularidade — Receitas.
Imanente — Transcendente.
Acto e Potência — Matéria — Forma — Acção — Agente.

Propriedades do Ser — Bem — Unidade — Algo — (Aliquid) — Etwas — Relação — Valor — Ordem.

Ente Possível e ente actual — Impossibilidade — Impossível — Substância — Accidente.

Distinção.

Analogia.

Equivocidade — Outro — Alteridade.

Univocidade.

Real e Realidade.

Relação — Absoluto — Relativo — Contingente — Necessário.

Negação — Nada — Negativas (idéias).

Modos

Categorias

Princípios do Ser

Substância

Accidentes

Princípios ontológicos

Causa e Factor — Efeito — Fenômeno — Epifenômeno

Finalidade — Fim — Fins e Meios.

Determinismo — Livre arbítrio — Vontade — Acto Humano.

Enteléquia

Duração — Eternidade — Eviternidade — Tempo — Espaço.

Hipóstase e Hipótese.

Bem — Perfeição.

GNOSIOLOGIA OU TEORIA DO CONHECIMENTO

Suspicácia

Gnosis — Gnosiologia — Conhecimento (Teoria do).

Criteriologia

Dogmatismo

Cepticismo

Agnosticismo
Relativismo
Probabilismo
Conhecimento (origem)
Empirismo
Racionalismo
Idealismo
Objectividade
Subjectividade
Realismo
Fenomenismo
Fenomenalismo e Fenomenologia.
Existencialismo
Universais (polêmica dos)
Empirismo
Critério
Verdade — Exacto — Falsidade — Êrro.
Convicção

COSMOLOGIA OU METAFÍSICA DA CIÊNCIA

Filosofia — Ciência — Metafísica.
Métodos
Cosmologia — Cosmos — Ordem — Desordem — Mundo — Natureza.
Physis — Física — Físico-química — Fisiologia.
Corpo — Corporeidade — Matéria.
Quantidade e Qualidade — Grandeza.
Todo e Parte — Elemento — Estructura.
Contínuo — Descontínuo — Homogêneo — Heterogêneo.
Lugar — Local.
Espaço — Extensidade e Intensidade.
Duração — Tempo — Freqüência — Futuro — História.
Dimensão — Dimensional — Consistência.

Relação — Limite — Limitação — Crise.

Vácuo — Vazio.

Kinesis.

Moção — Mutação — Movimento — Fluência — Imóvel — Dissolução.

Dinamismo.

Densidade — Raridade — Inércia — Massa — Atracção — Gravidade.

Energia — Degradação da Energia — Afinidade — Coesão — Coerência — Entropia — Penetrabilidade e Impenetrabilidade.

Fôrça (crítica do conceito de Fôrça).

Teoria Atômica (atomismo dinâmico e adinâmico) — Átomo.

Dados — Experiência — Prova.

Lei.

Hipótese.

Teoria.

Causa e Efeito — Factor — Função — Condição.

Dinamismo.

Hilomorfismo.

Forma substancial.

Composição.

Geração e Corrupção.

Finalidade — Fins e Meios — Finalismo.

PSICOLOGIA GERAL

Filosofia e Ciência — Metafísica.

Psicologia e classificações (vide verbetes correspondentes).

Noologia.

Método — Autospecção — Heterospecção — Introspecção.

Factos psíquicos.

Psicologia comparada.
Pensamento — Psique — Psiquismo.
Personalidade e Formação do **Eu — Ego — Altruísmo — Consciência.**
Inconsciência.
Atenção — Expectativa.
Personalidade e Formação do **Eu — Ego — Altruísmo — Egotismo.**
Filaucia — Fôro íntimo — Super-ego.
Caracterologia e **Caracteres.**
Sensibilidade — Fisiologia do Sistema Nervoso — Esquema — Acomodação e Assimilação — Comparação — Intuição sensível — Sensório motriz.
Percepção — Imperceptível.
Memória.
Instinto.
Afectividade — Afecto.
Prazer e dor (Fisiologia do).
Emoções.
Tendências e **Inclinações — Apetite — Desejo.**
Paixões — Fobia — Histerismo.
Imaginação — Imagem — Desagregação psicológica — Ilusão.
Fantasia — Delírio.
Intelectualidade — Intelecto — Frônese — Ideação — Apreensão.
Associação de Idéias — Idéia — Conceito — Ante-conceito.
Abstracção — Cognição — Conhecimento — Conceito — Concreção.
Eidético — Eidola.
Juízo.
Psicanálise — Hipnoanálise.
Princípio de **finalidade.**

Sinal.
Linguagem.
Vontade.
Desejo.
Liberdade — Livre Arbítrio — Determinismo.
Psicologia (teorias modernas da).
Psicanálise — Hipsicanálise.
Guestaltismo.
Assimilação (teoria da).
Tacteamento (teoria do).
Noologia.
Homem (sua origem).
Psique, Alma, Espírito — Nous.
Realidade.

TEMAS PSICOLÓGICOS

Experiência — Empíria.
Método experimental.
Vida — Mente — Mental.
Evolução.
Transformismo — Hereditariedade — Herança.
Animal.
Homem — Homo.
Finalidade — Fim — Fins e **Meios.**
Entusiasmo.
Adaptação psicológica.
Caracterologia.
Inatismo.

LÓGICA

Filosofia — Ciência — Metafísica.
Lógica e divisões — Dialéctica.
Idéia — Elocução — Enunciação — Esquema — Palavra.

Compreensão.

Intencionalidade — Logos — Logos analogante.

Conceito Universal — Particular — Generalidade — Abstracção.

Noção — Notícia — Nota — Adequação — Adequado —

Sujeito e Predicado — Atributo — Determinação atributiva — Quantificação do predicado.

Precisão.

Fundamento — Afirmação — Negação.

Predicamentos — Ante predicamentos — Postepredicamentos — Categorias.

Têrmo — Classe — Classificação — Árvore de Porfírio.

Significação — Sinal — Analogia — Univocidade — Equivocidade.

Coerência — Conseqüência — Inconseqüência — Imediato — Mediato.

Suposições — Acepção — Suplência.

Definição — Indefinido — Indeterminação.

Divisão. Vide **Todo e divisão — Disparate — Contradição.**

Enumeração — Especificação — Implicação — Implicância.

Uso — Método.

Congruência — Incongruente.

Juízo.

Proposição (divisões).

Oposição das proposições.

Equipolência das proposições.

Conversão das proposições.

Ilação — Inferência.

Raciocínio e classificações (vide verbetes específicos).

Argumentação — Argumentos.

Silogismo.

Sofisma — Paralogismo — Falácia — Dilema — Petitio principii — Ignoratio elenchi — Sorites.
Demonstração — Indemonstrável.
Verdade — Êrro — Falsidade — Exacto — Absurdo — Certeza — Convicção — Crença — Incredulidade.
Método — Método analítico e Sintético — Inducção — Deducção.
Logística.
Método científico.
Distinção — Retorquir.
Método heurístico.
Disputa escolástica — Disputatio.
Subordinação das Ciências — Classificação das Ciências.
Crítica — Crise — Hipercrítico.
Metalógica — Metalinguagem.

DIALÉCTICA GERAL

Filosofia — Ciência — Metafísica — Lógica.
Dialéctica.
Fenômeno — Antinomias — Oposição — Contradição — Contrariedade.
Intensidade — Extensidade.
Reciprocidade — Relação — Harmonia.
Decadialéctica — Pentadialéctica.
Materialismo dialéctico.
Subtileza — Distinção.

SOCIOLOGIA FUNDAMENTAL

Filosofia — Ciência — Metafísica — Filosofia Prática — Sociologia e classificações.

Métodos.
Facto social — Classe social — Ecologia.
Social (relação) — Grupo social — Família — Povo — Nação — Estado.
Sociedade — Factôres sociais — Gregarismo.
Autoridade social — Hierarquia — Hierarquia social.
Ideal da Sociedade.
Simbiose social.

ÉTICA FUNDAMENTAL

Filosofia — Ciências — Metafísica.
Filosofia especulativa — Filosofia Prática.
Relações humanas.
Facto social.
Ética e Moral — Ética (história da) — **Ética** (métodos).
Etografia e Etologia.
Dever-Ser — Frustração — Acto humano.
Finalidade — Fim — Finalidade ética — Finalismo.
Virtudes cardeais — Virtudes Teologais.
Fraternidade.
Moral.
Moralismo — Amoralismo — Imoralismo.
Consciência moral — Acto humano — Responsabilidade.
Imanência na Ética.
Imperativo — Imperativo categórico — Imperativo hipotético.
Regeneração.

SIMBÓLICA

Filosofia.
Ciência.

Metafísica.
Métodos.
Religião.
Sinal e Símbolo — Significação.
Simbólica.
Psicologia.
Participação.
Distinção.
Analogia.
Equivocidade.
Univocidade.

TEOLOGIA

Filosofia.
Ciência.
Metafísica.
Métodos.
Teologia.
Teísmo — Deísmo — Panteísmo — Panenteísmo — Satanismo — Pansatanismo.
Monismo — Dualismo.
Religião — Crença.
Deus.
Provas da Existência de Deus.
Dualismo — Criacionismo — Criação — Criação ab-aeterno — Criatura.
Duração — Eternidade — Eviternidade — Tempo — Espaço.
Mundo — Natureza.
Atributos de Deus.
Ateísmo — Materialismo.
Bem e Mal — Bem Estar — Felicidade — Beatitude.

Reprovação — Graça — Kháris — Cárisma.
Homem — Alma — Espírito — Nous.
Acto Humano — Liberdade — Livre arbítrio — Vontade.
Cosmodicéia — Teodicéia — Revelação.
Anjos.
Magia.
Mística.
Vida — Morte.
Salvação.

AXIOLOGIA OU TEORIA DOS VALÔRES

Filosofia.
Ciência.
Metafísica.
Ontologia.
Métodos.
Ser — Valor — Apreciação — Timós.
Axiologia — Timologia.

FILOSOFIA DA CIÊNCIA

Filosofia — Ciência — Filosofia da Ciência — Natureza — Filosofia da Natureza — Cientismo.
Metafísica.
Métodos — Experiência — Inducção — Deducção — Lógica Dialéctica — Matemática — Análise — Síntese.
Mundo — Cosmos.
Natureza — Gênese.
Facto.
Corpo — Corporeidade — Extensidade — Intensidade — Matéria — Materialidade.

Matéria e Materialidade — Tempo — Espaço — Inversão.

Propriedades.

Cosmovisão.

Dados.

Hipótese.

Teoria

Lei.

Dinamismo.

Átomo — Teoria atômica.

Evolução — Evolucionismo.

Transformismo.

Causa e Efeito.

Princípios ontológicos.

Finalidade.

Classificação das Ciências.

ECONOMIA

Filosofia — Ciência — Metafísica.

Métodos.

Filosofia Especulativa e Filosofia Prática.

Ética — Sociologia — História.

Economia — Economia Política.

Facto econômico — Acto econômico.

Conhecimento econômico.

Econômicas (escolas).

Técnica.

Necessidade.

Natureza.

Bens.

Trabalho.

Capital — Lucro — Poupança.

Producção.

Capitalismo.

Maquinismo — Manufactura.

Propriedade.

Sindicalismo.

Imperialismo.

Estado — Autoridade.

Emprêsa.

Empresário.

Cooperação — Cooperativismo.

Crédito.

Bancos.

Moeda.

Monopólio.

Inflação e Deflação.

TEMAS POLÍTICOS

Filosofia — Ciência — Metafísica — Filosofia da Política.

Métodos.

Ética — Sociologia — História.

Política — Geopolítica.

Autoridade Social — Govêrno — Governamental (Poder).

Relação Social — Pacto Social.

Estado Político — República — Soberania.

Kratos — Fases críticas da História — Ditadura — Partidos.

Democracia — Sofocracia — Liberalismo — Libertarismo — Paternalismo.

Socialismo — Marxismo — Comunismo — Anarquismo — Melhorismo — Imperialismo — Colonialismo — Sinarquismo — Pacifismo — Paz — Guerra — Reforma — Reformismo.

Cooperacionismo — Cooperativismo — Sinergismo.

Graça — Kháris — Cárisma.

FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Filosofia.

Ciência.

Metafísica.

Métodos

Filosofia Especulativa e Filosofia Prática.

Ética.

Sociologia.

Facto — Facto Social.

História — Histórico (Análise ontológica do histórico).

Historicismo.

Decadência — Cultura — Civilização.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Filosofia — Ciência — Metafísica — Filosofia da Religião — Pistologia.

Métodos.

Ontologia e Teologia.

Religião — Santo — Numinoso — Satânico.

Deus — Teísmo — Deísmo.

Rito — Ritual — Liturgia — Revelação.

Mundo — Natureza — Cosmo — Tempo — Eternidade — Eviternidade — Sempiternidade.

Provas da existência de **Deus.**

Criação — Criacionismo — Paracleto — Parousia — Plerona — Pneumatologia.

Ateísmo.

Liberdade — Livre arbítrio.

Finalidade.

Mal e Bem.

Reprovação.

Salvação — Salvador.

Dogma — Dogmatismo.

Milagre.

Magia.

Mística — Mistério — Secreto.

Pecado — Piedade — Pietismo — Reparação — Sacrifício.

Seita.

ANTROPOLOGIA

Filosofia.

Ciência.

Metafísica.

Métodos.

Animal.

Antropologia.

Homem (**Sua origem**) — **Homo e classificações** — **Criacionismo** — **Evolucionismo** — **Transformismo.**

Homem (advento do)

Animal e Homem (diferenças fundamentais).

Idades do Homem.

Finalidade do Homem.

Humanidade — **Humanismo** — **Humanitas.**

Liberdade — Livre **arbítrio.**

FILOSOFIA DA PEDAGOGIA

Filosofia — **Ciência** — **Metafísica.**

Métodos.

Ética — **Sociologia** — **História.**

Educação — **Educacionismo** — **Instrução** — **Matese.**

Gogia — **Mystagogos** — **Mystos.**

Homem — **Mundo** — **Cosmos.**

Pedagogia — **Psicologia.**

Relações humanas — **Facto social.**

Ensinar.

Dever-ser.
Virtudes (cardeais) — **Vício** — **Virtudes** (teologais).
Liberdade — Livre **arbítrio.**
Determinismo.
Finalidade — Fins e Meios — Bem e Mal.

FILOSOFIA DA ESTÉTICA

Estética — Filosofia — Axiologia.
Arte — Beleza — Belo — Kalos — Sublime.
Estilo — Estilizar.
Harmonia — Unidade — Construcção.
Estructura.

FILOSOFIA DO DIREITO

Filosofia — Ciência — Metafísica.
Métodos.
Filosofia Especulativa e Filosofia Prática.
Homem — Cosmos — Natureza — Mundo.
Bem e Mal.
Conveniência.
Ética — Sociologia — História.
Dever-ser.
Lei.
Facto social — Relações sociais.
Estado — Autoridade Social.
Sancção.
Pena.
Liberdade (livre **arbítrio**) **— Determinismo.**
Fim — Fins e Meios.
Finalidade.

FILOSOFIA DA MATEMÁTICA

Filosofia — Ciência — Metafísica.

Métodos — Matemática.

Mathesis — Mathema — Mathematiká — Matematismo — Metamatemática.

Arithmós — Número — Filosofia do Número.

Matemática — Cálculo — Ordem.

Forma — Figura.

Demonstração.

Aritmética — Geometria (euclidianas e não-euclidianas). Álgebra.

Sinal — Significação — Argumentos — Demonstração — Recorrência.

Quantidade e Qualidade — Abstracção.

ERRATA

Obra de um único autor e por êle revisada, além da pouca familiaridade dos linotipistas com a matéria exposta, não poderia estar isenta de certos erros inevitáveis. Salientamos abaixo aquêles que podem pôr em risco a inteligência da matéria, deixando de apontar alguns erros ortográficos, de acentuação, de pontuação e de concordância, de fácil relevância por parte do leitor inteligente e de boa vontade, que os corrigirá, o que desde já agradecemos.

Tomo I — pág. 16, no verbete **Absoluto, 2.ª col., no 4.º** parág., onde se lê: "É definível. . ", leia-se: "São definíveis..."

Na pág. 30, no verbete **Acção**, na 2.ª col., no penúltimo parágrafo, onde se lê: É transeunte (também chamada **intransitiva)"**, leia-se: "É transeunte (também chamada **transitiva**").

Na pág. 42, no verbete **Acento**, na letra **a**, onde se lê ("sem sentido estrito"), leia-se ("em sentido estrito").

Na pág. 54, no verbete **Acto humano**, na 1.a col., no 2.o parágrafo, na 12.a linha, onde se lê **"de determinação**, leia-se: **"de intedeterminação".**

Na pág. 80, no verbete **Agente**, na 2.ª col., linha 17, onde se lê: "transformando-se em idéias", leia-se: "transformando-as em idéias".

Na pág. 100, no verbete **Amoralismo**, na linha 8, onde se lê: "categoria", leia-se "categorias".

Na pág. 113, no verbete **Anjo**, na linha 44, onde se lê: "nãomatéria", leia-se: "anti-matéria".

Na pág. 113, no verbete **Anoético**, onde se lê: "**metikos**", leia-se: "**noétikos**".

Na pág. 117, no verbete **Anterioridade**, onde se lê: "precede o tempo", leia-se: "procede no tempo".

Na pág. 149, no verbete **Assimilação**, na linha 19, onde se lê: "outro", leia-se "outros".

Na pág. 153, no verbete **Associação**, no 7.o parágrafo, onde se lê: "Já vimos a variedade de semelhanças, de parecido", leia-se: "Sabemos que há variedade de semelhança, de parecenças".

Na pág. 166, no verbete **Atenção**, na linha 31, onde se lê: "é sempre", leia-se: "e sempre".

Na pág. 118, no verbete **Byanumeya**, onde se lê: "**htnayana**", leia-se: "**hynaiana**".

Na pág. 198, no verbete **Belo**, na 2.a col. do 2.o parágrafo, no final, onde se lê: "possuível", leia-se: "possuída".

Na pág. 205, na 1.ª coluna, 3.ª linha, onde se lê: "subordinados", leia-se "subordinadas à...".

Na pág. 214, no verbete **Canônico (Direito)**, vê-se que a 5.a linha da 2.a col. foi repetida na 9.a, a mais. Deve-se, então, ler a 1.a linha dêste modo: "Prescrições dadas etc...", já que a matéria é continuação daquele artigo.

No verbete **Cardiais (virtudes)**, à pág. 233, em diante, leia-se **cardeais** sempre onde estiver **cardiais**, e na pág. 234, na 1.a coluna, na linha 28, onde se lê: "**o é, a generosidade**", leia-se: "o é a generosidade". Na penúltima linha dessa coluna, onde se lê: "petitiva", leia-se "**apetitiva**".

Na pág. 265, o verbete **Chung**, na letra b, deve ser lido assim:

"b) O centro próprio ou ser moral, no qual "as paixões, como alegria, mêdo, pesar e prazer não foram despertadas", e no qual existem "num estado de absoluta tranqüilidade, sem ser movidas".

Na pág. 274, no verbete **Classificação das Ciências**, na linha 6, onde se lê: "para o qual se dirige as ciências", leia-se: "se dirigem as ciências".

Na pág. 281, no verbete **Colaboração**, no 2.º parág., onde se lê: "Há cooperação, onde actividades várias cooperam juntas", leia-se: "operam juntas".

Na pág. 305, no verbete **Conceitos iguais**, na 3.a linha, onde se lê: "inferem; convertíveis e desiguais", leia-se: "**inferem:** convertíveis; e desiguais..."

Tomo II — Pág. 413, verbete **Definição**, 1.a col. linha 12, onde se lê: "qual êle é o que é", leia-se: "qual ela é o que é".

Na pág. 414 no mesmo verbete, 2.a col. linha 4 do último parágrafo, onde se lê: **definição genérica**, leia-se: **definição genética.**

Na pág. 490, no verbete **Dialéctica**, na 2.a col., 3.o parágrafo, na 6.ª linha, onde se lê: "conceito accidental de verdade", leia-se: "conceito ocidental de verdade".

Na pág. 495, na 1.a col., verbete **Dignidade**, 2.a linha, onde se lê: "de a uma coisa é o aspecto", leia-se "de uma coisa é..."

Na pág. 499, no verbete **Directo**, na última linha, onde se lê: "que corresponde", leia-se: "que correspondem..."

Na pág. 501, na 2.a col., verbete **Direito**, no 2.o parágrafo, onde se lê: "observação ou à violência", leia-se: "observação ou à violação..."

Na pág. 515, 1.a col., onde se lê: **Dolors**, leia-se **Dolor.**

Na pág. 521, na 1.a col., verbete **Dualismo**, onde se lê, na terceira linha do último parágrafo "pergunta por que", "leia-se "se pergunta por que..."

Na pág. 613, 2.ª col., verbete **Ética**, no segundo parágrafo, penúltima linha, onde se lê: "proporão também",

leia-se: "proporção também".

Na pág. 676, na 2.a coluna, o verbete **Fisiognomia**, leia-se: **Fisiognomonia.** Êste verbete deveria estar colocado à pág. 677, na 1.a col., logo após a **Fisionomia.**

Na pág. 681, na 2.a vol., onde se lê, como título de verbete "**Förmüch**, leia-se: **Förmlich.**

III Tomo" Na pág. 776, no verbete **Implicância**, na 12.ª linha, onde se lê: "Deve-se buscar" lei-se: "Devem-se buscar".

Na pág. 772, no verbete **Incontinência**, na 7.a linha, onde se lê: "contém com o licencioso", leia-se: "contém, com o licencioso".

Na pág. 775, no verbete **Impassíel**, leia-se **Impossível.**

Na pág. 786, no verbete **Inferência**, na última linha, onde se lê **inferior**, leia-se: **inferir.**

Na pág. 793, no verbete **Inflação**, na última linha, onde se lê: "as variações da procura", leia-se: "às variações da procura".

Na pág. 811, no verbete **Inteligência**, 2.a col. no penúltimo parágrafo, onde se lê, na penúltima linha: "mas por internacionalidade", leia-se: "mas por intencionalidade..."

Na pág. 829, no verbete **Juízo**, 2.a col., 1.o parág., linha 12, onde se lê: "o necessário e possível", leia-se: "o necessário é possível..."

Na pág. 836, o verbete **Kunft**, leia-se **Kunst.**

Na pág. 842, no verbete **Linguagem**, leia-se: "Linguagem — Vide Sinais".

Na pág. 863, no verbete **Marginal**, na 7.a linha, onde se lê: daquelas que moram", leia-se: "daquelas pessoas que moram..."

Na pág. 885, no verbete **Metafísica**, na 1.ª col., 1.ª linha, onde se lê: "solicitar-lhes soluções...", leia-se "solicitar-lhe soluções".

Na pág. 911, no verbete **Monismo**, na 1.ª linha do 2.º parágrafo, onde se lê: "universidade", leia-se: "universalidade".

Na mesma pág., o verbete **Monodeismo**, seu título é **Monoideismo** e sua localização é logo após **Monogênese.**

Na pág. 934, no verbete **Nada**, na segunda coluna, a última linha, onde se lê: "que, por outro lado etc.", deve ser retirada.

Na pág. 950, o verbete **Neo-escolásticas**, deve ler: **Neo-escolástica.**

Na pág. 987, no verbete **Participação**, no último parágráfo, a 4.ª linha deve ser anulada, e a 9.ª deve-se ler: "dizer do seguinte modo..."

Na pág. 995, no verbete **Per accidens**, na 2.a linha, onde se lê: "Diz-se da falência", leia-se "Diz-se da falácia".

Na pág. 1029, no verbete **Ser e Devir**, na linha 10.ª, onde se lê: "bestitude", leia-se: "beatitude".

Na pág. 1181, no verbete **Substância**, na última linha do 1.º parágrafo da 2.ª col., onde se lê: "na verdade aparente", leia-se: "na verdade, aparente".

Na pág. 1186, o verbete **Sumum Bonum** — leia-se **Summum Bonum.**

Tomo IV — Na pág. 1233 - 2.ª col. Verbete **Todo — Total**, no n.º 4, leia-se; "4) Ser breve e não deve multiplicar-se em subdivisões".

Na pág. 1236, no verbete **Trabalho**, na letra **d**, na penúltima linha, onde se lê: "que tendem à realização", leia-se: "que tende à realização".

Na pág. 1239, no verbete **Transmigração**, na última linha, onde se lê: "incarnações", leia-se: "encarnações".

Na pág. 1257, no Verbete **Valor**, na 1.ª col. linha 22, onde se lê: "permanecem ao seu próprio ser", leia-se: "permanecem no seu seu próprio ser".

Na pág. 1260, no Verbete **Variação**, na parte **Método das Variações mínimas**, a segunda e a terceira linhas leiam-se assim: "fisica, na qual é variado o estímulo, variando-o por meio de..."

Na pág. 1279, no Verbete **Washeit**, onde se lê "qüidade", leia-se "qüididade".

Na pág. 1330, na linha 15, onde se lê "socego", leia-se "sossêgo", e do mesmo modo tôda vez que surja êste têrmo.

Na pág. 1396, na 4.ª linha, onde se lê: Guilherme de Saint-Amour, iniciou", é favor retirar a vírgula.

Na pág. 1420, no artigo **Pascal**, a 15.ª linha, em vez de ser lida como está, leia-se: "verdade da religião e a dúvida, propõe Pascal a **aposta** (pari)".

Na pág. 1492, no Verbete onde se lê: **Cistant** (Benjamin) leia-se: **Constant** (Benjamin).

Na pág. 1500, no verbete onde se lê: **Iddington**, leia-se **Eddington.**

Na pág. 1502, o verbete **Escoto Eirugena**, leia-se: **Escoto Eriúgena.**

Na pág. 1519, no verbete **Humboldt**, onde se lê: **"Juiciador da filosofia da linguagem"**, leia-se **"Iniciador da filosofia da linguagem".**

Na pág. 1578, em Metafísica Geral ou Ontologia, na linha 11, onde se lê **Receitas**, leia-se **Heceitas.**

Na pág. 1582, a 3.ª linha deve ser anulada.

Na pág. 1583 deve-se anular a 7.ª linha.

O leitor benévolo desculpará tais erros, perfeitamente explicáveis, e outros que corrigirá por si mesmo o que muito agradecemos.

Composto e impresso na Gráfica e Editôra MINOX Ltda. à Av. Conceição, 645 (Jabaquara), São Paulo, em fevereiro de 1964. Edição da Livraria e Editôra LOGOS Ltda., para a Editôra Matese.